



**V. 7 (Suplemento, 2015)**

**Anais do IV Encontro de Pesquisa em  
História UFMG 2015**

## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2016.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

## Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

## Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)  
[temporalidades@fafich.ufmg.br](mailto:temporalidades@fafich.ufmg.br)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2016

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe : Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

#### **Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha



## Editorial

É com imensa satisfação que a *Temporalidades*, revista discente do programa de pós-graduação em História da UFMG, traz a publicação dos Anais do *IV Encontro de Pesquisa em História (EPHIS IV)*, realizado entre os dias 12 e 15 de maio de 2015.

A diversidade de trabalhos apresentados por pesquisadores e discentes de diferentes instituições universitárias do país expressa os objetivos do *EPHIS*. O *Encontro de pesquisa em História*, desde a sua primeira edição, em 2012, se constitui como um significativo espaço de promoção do diálogo horizontal e intercâmbio de ideias entre os pesquisadores de História e outras áreas correlatas. O evento sempre manteve sua proposta de ser um encontro organizado por e para estudantes – graduandos, graduados e pós-graduandos – a fim de que pesquisadores iniciantes possam realizar trocas de experiências e compartilhar inquietações, no intuito de contribuir para suas respectivas pesquisas e projetos. Olhando para o passado recente, não há dúvidas que o *EPHIS* está obtendo êxito.

Ano após ano, mais e mais propostas de minicursos, de simpósios temáticos e de comunicações nos são enviadas de todas as regiões do Brasil, demonstrando o alcance que o evento está estabelecendo. Da semente que há poucos anos foi plantada temos hoje uma viçosa árvore que continua crescendo e dando frutos promissores. Suas raízes estão se espalhando rapidamente, o que facilmente comprovamos ao observar a origem acadêmica daqueles que confiam no *EPHIS* para exporem suas pesquisas e seus saberes. Poucas dúvidas restam de que o *EPHIS* será um dos maiores eventos acadêmicos discentes do Brasil, se já não o for.

Nós, da revista *Temporalidades*, igualmente, uma iniciativa discente cujo objetivo é contribuir para a divulgação e circulação dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores, sejam eles graduandos ou pós-graduandos, acreditamos que, com a publicação destes Anais, cumprimos o objetivo de fortalecer, e, especialmente, celebrar a parceria estabelecida ente a *Revista Temporalidades* e *EPHIS*.

Entendemos que essa publicação fortalece uma parceria de sucesso iniciada em 2014, ano da primeira publicação dos Anais do *EPHIS* pela *Temporalidades*, mas deve também servir como estímulo ou mesmo como um convite à novos laços de parceria, de articulação, colaboração e troca de experiências entre o corpo discente da História-UFMG e das demais instituições do país. Não nos esqueçamos das palavras de Fleck: “aquilo que pensa no homem não é ele, mas sua comunidade social. A origem do seu pensamento não está nele, mas no meio social onde vive, na

atmosfera social na qual respira”,<sup>1</sup> nos diálogos que estabelece e nas ideias que conjuntamente compartilha. Lembremos, “o conhecimento é o produto social por excelência”.<sup>2</sup>

A publicação destes Anais vem celebrar um momento de afirmação dos variados e exitosos projetos desenvolvidos arduamente pelos discentes do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da UFMG ao longo dos últimos anos.

Embora este seja um momento de comemoração, não podemos esquecer dos esforços hercúleos necessários para criar e dar continuidade aos projetos estudantis. Dessa forma, deixamos aqui nossa mais sincera gratidão a todos aqueles que tornaram estes projetos possíveis: aos idealizadores e organizadores das comissões anteriores do *EPHIS*, aos conselheiros das gestões passadas da *Temporalidades*, ao Programa de Pós-graduação em História, aos docentes e pesquisadores consagrados que gentilmente apoiam e colaboram com estas iniciativas, aos participantes (ouvintes, apresentadores, coordenadores, leitores e pareceristas) espalhados por todo o Brasil e, sobretudo, a todo o corpo discente do Departamento de História da UFMG (Graduação e Pós-graduação) – estudantes e pesquisadores cuja dedicação e amor às Ciências Humanas fizeram destes projetos referências em âmbito nacional.

Ao celebrar as parcerias e os projetos discentes da História-UFMG, não poderíamos, outrossim, deixar de registrar nosso sincero apoio as iniciativas discentes semelhantes como a já consagrada *Oficina de Paleografia*, o *Ninfa/UFMG* – Núcleo Interdisciplinar de Estudo da Imagem e o *Travessia* – Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História. Não apenas apoiamos, como também nos colocamos sempre abertos ao diálogo e interações – seja com as iniciativas citadas ou com os múltiplos e diversificados projetos organizados pelo corpo estudantil universitário.

Acreditamos que é na atuação colaborativa entre graduandos e pós-graduandos que até aqui desenvolvemos, assim como no trabalho comum e no fortalecimento dos laços de parceria que encontraremos o sucesso para a construção de um conhecimento horizontal e aberto – cujo objetivo é ir além dos muros da academia –, nos auxiliando na compreensão da realidade na qual nos inserimos.

Mais uma vez, nosso agradecimento a todos que tornaram possível estes projetos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Márcio Mota Pereira

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

---

<sup>1</sup> FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad., Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum. 1.ed., 1935. 2010, p. 90.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, p. 85.

## Apresentação

Apresentamos os anais do *IV Encontro de Pesquisa em História* evento discente dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFMG realizado entre 12 e 15 de maio do ano de 2015 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Os textos que compõem esses anais representam a diversidade de temas e métodos de pesquisa abordados nas programações de cada edição do EPHIS cuja missão é oferecer um espaço aberto de discussão e debate acerca das pesquisas discentes.

Em 2015, o evento contou com mais de 700 inscritos que participaram da programação composta por 20 Simpósios Temáticos, 15 Minicursos e 8 Mesas de Comunicações Livres. Durante os 4 dias de evento foram apresentados cerca de 390 trabalhos, dentre os quais 77 textos completos compõem estes anais.

No ensejo das comemorações dos 25 anos do Programa de Pós-graduação em História da UFMG (PPGHIS-UFMG), o EPHIS elegeu como tema da sua quarta edição o debate acerca da diversidade das pesquisas de pós-graduação dessa área do conhecimento realizadas no país, como demonstrado nos textos que seguem.

Agradecemos a participação dos autores e demais inscritos, ao Programa de Pós-graduação em História da UFMG e ao Conselho Editorial da Revista Temporalidades.

### A Comissão Organizadora do IV EPHIS

Alexsandra França

Bruno Duarte Guimarães Silva

Bruno Vinícius de Moraes

Denise Aparecida Souza Duarte

Fábio Baião

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Gislaine Gonçalves

Luiza Rabelo Parreira

Maíra Nascimento

Pamela Naumann Gorga

Paulo Renato Silva de Andrade

Raquel Marques

Wesley Fernandes Rodrigues

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

## **Simpósios Temáticos 1 a 5**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2015**

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

**Capa**

Valdeci da Silva Cunha

**Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo

Valdeci da Silva Cunha



## **ST 1: História Antiga e recepção clássica**

**Igor Cardoso**

Doutorando (UFMG)/ igorbcardoso@gmail.com

## Sumário

### ST 1: História Antiga e recepção clássica

O *Idea del Tempio della Pittura* de Giovanni Paolo Lomazzo à luz da recepção e interpretação da *Poética* na segunda metade do século XVI

Gabriela Paiva de Toledo

11

Considerações sobre a mimetologia: sapatos e sapatarias

Antônio Leandro Gomes de Souza Barros

19

*Cena Trimalchionis*: uma leitura de imagens

Caroline Morato Martins

29

### ST 2: Poder e Fé na Idade Média

As paróquias e a cristianização das comunidades rurais na Alta Idade Média: uma análise do caso das Astúrias nos séculos IV e V

Uli Christie Cabral

39

Representações cristãs femininas em perspectiva comparada: os casos das rainhas medievais Beatriz e Filipa

Priscila Cardoso Silva

47

Os muitos papéis da rainha: o conceito de *queenship* em Portugal medieval

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva

54

### ST 3: Teoria da História e História da Historiografia

Discussões em torno do conceito de história na Primeira República brasileira

Mariana Vargens Silva

**62**

*O que Freud fez da história?* Relações entre história e psicanálise na operação historiográfica de Michel de Certeau

Robson Freitas de Miranda Júnior

**71**

Fronteiras da ficção e realidade entre a História e a Literatura: tensões, desafios e possibilidades

Rodrigo Ferreira da Silva

**80**

O Anticristo Superstar como leitura para o presente: indústria cultural, pós-modernismo e releituras de Nietzsche por Marilyn Manson

Warley Alves Gomes

**90**

A modernidade e a redefinição do papel do diplomata na virada do século XVIII para o XIX

Cristiane Maria Marcelo

**100**

Entre a história e a psicanálise: reflexões da teoria psicanalítica para o estudo da narrativa histórica

Marco Guisoli Girardi de Mendonça

**111**

O sentido da história *na escola da fenomenologia*: Paul Ricoeur leitor de Husserl

Breno Mendes

**121**

Temporalidade e experiência estética em Hans Robert Jauss: um mergulho na Queda da Casa de Usher

Edson Silva de Lima

**126**

História e Melancolia em Edith Stein e Walter Benjamin

Danilo Souza Ferreira

**137**

A biografia como arte: os limites da teoria biográfica em *Orlando* em Virginia Woolf

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Ana Carolina de Azevedo Guedes  
**150**

#### **ST 4: História Intelectual e de intelectuais: perspectivas teórico-metodológicas**

O lugar da História Antiga a partir do lugar de seus historiadores: breve apontamento acerca da escritura da história do Antigo Oriente Próximo

Simone Aparecida Dupla  
**159**

Linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira: um legado construído no século XIX

Thaís Ferreira Pilotto  
**167**

O trabalho intelectual do historiador: discutindo a prática historiográfica

Vanderley de Paula Rocha  
**175**

Exílio e condição exílica: percepções de Adorno, Said e Todorov

Fabício Seixas Barbosa  
**184**

A literatura como instrumento de denúncia: o (re)contar da história em *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro*

Katrícia Costa Silva Soares de Souza Aguiar  
**196**

Os goliardos e o poder da igreja medieval dos séculos XII-XIII

Maycon da Silva Tannis  
**207**

O exame médico pré-nupcial como proposta eugênica (1910-1940)

Priscila Bermudes Peixoto  
**217**

“Voz liberal de Minas”: O imaginário da elite política signatária do Manifesto dos Mineiros

Marco Túlio Antunes Gomes

222

Klaxon e Estética: O modernismo brasileiro em revistas

André Augusto Abreu Villela

231

Conceitos de Modernidade, Multidão e Flâneur para Walter Benjamin e a relação com a poesia de Manoel de Barros

Ana Clara Pinho Ferraz

242

*L'atelier du feuilleton*: recepção e repercussão do gênero folhetinesco na França do séc. XIX

José Roberto Silvestre Saiol

252

## **ST 5: História, gênero, política e sexualidade: Memórias e Identidades na escrita da história**

Lindolfo Gomes e suas “memórias”: a importância do intelectual para a história de Juiz de Fora

Fabiana Aparecida de Almeida

262

República das Moças: participação política, estereótipos femininos e sua ambígua correlação (1879)

Sarah Alves de Andrade Miatello

269

As “flores do sertão” em campo: análise histórica da relação mulher e esporte – narrando os casos de Uberaba e Uberlândia (1909-1944)

Igor Maciel da Silva

275

Os corpos que escapam: somos a pele que habitamos?

Ana Paula Jardim Martins

284

A atuação das mulheres no grupo guerrilheiro urbano argentino “montoneros”

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

289

A imprensa feminista no contexto das ditaduras militares e redemocratizações: os casos brasileiro e uruguaio (1964-1985)

Mariane Ambrósio Costa

**300**

## ***O Idea del Tempio della Pittura* de Giovanni Paolo Lomazzo à luz da recepção e interpretação da *Poética* na segunda metade do século XVI**

**Gabriela Paiva de Toledo**  
Mestranda  
Ifch - Unicamp  
toledogabi@hotmail.com

**RESUMO:** O *Idea del Tempio della Pittura* (1590), coadunado ao *Trattato dell'arte della pittura, scoltura et architettura* (1584), forma o corpus textual principal da teoria da arte de Giovanni Paolo Lomazzo, pintor e teórico milanês da segunda metade do século XVI. Enquanto que no *Trattato*, Lomazzo lida com questões de aplicação mais prática, discorrendo sobre cada um das sete partes da pintura e dedicando a cada uma um capítulo no qual explica, exemplifica e aplica os preceitos teóricos considerados por ele paradigmáticos baseado nos cânones clássicos e modernos, reserva ao *Idea* suas reflexões de cunho mais filosófico, tentando elaborar uma teoria que satisfizesse algumas questões características de seu tempo. Os questionamentos que atravessam todo o *Idea* se tratam, portanto, de indagações que também perpassavam os demais teóricos da segunda metade do século XVI, e que recaíam na questão da *maniera* pessoal do artista. Como era possível existirem diversas maneiras pessoais distintas entre si e ao mesmo tempo belas e perfeitas? Para resolver os impasses suscitados pela diversidade de estilos artísticos, Lomazzo se apóia em diferentes correntes teóricas vigentes em seu tempo, como o Aristotelismo, o Neoplatonismo, a Magia Natural, a Astrologia, a Alquimia e a Medicina Humoral, em um esforço para harmonizar a ideia aristotélica da arte permeada pela regra e resultante de um processo racional com a expressão pessoal do artista. Neste artigo, tentarei realizar uma reflexão sobre o diálogo entre a recepção e a interpretação da *Poética* de Aristóteles, que acredito ser uma das fontes teóricas utilizadas por Lomazzo, trazida ao debate teórico do século XVI sobretudo a partir da década de 1540, e o pensamento de Lomazzo manifesto no *Idea*, e, talvez, estabelecer uma possível relação direta entre a ressurgimento das discussões em torno da *Poética* e a teoria estética lomazziana.

**PALAVRAS-CHAVES:** Giovanni paolo lomazzo, Arte poética, Renascimento, Idea del tempio della pittura, Maneirismo.

Este artigo se trata de um passo inicial na investigação de uma das abordagens possíveis para a compreensão do objeto da minha pesquisa de mestrado, o *Idea del Tempio della Pittura*, de Giovanni Paolo Lomazzo, publicado em 1590 em Milão. Foi a partir de uma reflexão sobre as questões estruturais da obra junto ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Marques (Ifch - Unicamp), que surgiu a hipótese de uma possível ligação desta com a recepção da *Arte Poética* de Aristóteles, algo que não aparece de forma explícita na bibliografia principal dos escritos teóricos de Lomazzo. Após essa primeira desconfiança, realizei uma leitura direcionada da obra aristotélica



em questão, e me atentei à tese de Phd de Julia Chai publicada em 1990 na Universidade de Harvard (Cambridge - EUA) e deparei-me com a problematização dessa questão nos últimos capítulos de sua pesquisa. Ainda, busquei um maior aprofundamento no tocante a obra de Aristóteles em Stephen Halliwell, um dos estudiosos da *Poética* e sua recepção, tanto em seu artigo presente na obra *Essays on Aristotles' Poetics*<sup>1</sup>, como também em sua tradução comentada da *Arte Poética*<sup>2</sup> publicada em 1987. Além disso, um levantamento dos primeiros comentadores e tradutores da *Poética* no Renascimento foi necessário para clarear os horizontes. Contudo, o texto que aqui apresento é ainda uma primeira análise da questão, que pretendo desenvolver ao longo da pesquisa de mestrado.

É a partir do terceiro decênio do século XVI que a *Poética*, uma das obras tardias de Aristóteles escrita entre os anos de 335 a.c e 326 a.c, tornou-se um dos núcleos em torno do qual orbitavam as discussões de teoria literária e artística, o que foi impulsionado pelas traduções da obra primeiro para o latim, e anos depois para a língua vernácula. Sua primeira tradução, para além da versão latina de Averróis no século XII, foi realizada pelo florentino Alessandro Pazzi e publicada em Florença em 1536. Nos anos que se seguiram a essa publicação, começam a surgir nos círculos intelectuais italianos uma série de comentários à obra confrontando os problemas teóricos do período em relação à arte e à produção literária com o seu conteúdo: em 1548, o *In librum Aristotelis de arte poetica explicationes*, de Francesco Robortelli, é publicado em Florença; Em 1550, uma exposição da *Poética*, originada de uma série de lições ministradas por Vincenzo Maggi e Bartolomeo Lombardi na *Accademia degli Infiammati* em Pádua entre os anos de 1546 e 1547, é publicada em Veneza; Em 1560, o comentário de Pietro Vettori é publicado em Florença e reeditado em 1563, 1564 e 1573; Em 1570, a vulgata comentada da *Poética* por Lodovico Castelvetro é publicada na corte imperial em Viena; Em 1576, o *Ars poetica aristotelis versibus exposita* de Bernardino Baldini é publicado em Milão; entre outros comentários.

Segundo Stephen Halliwell, em um artigo intitulado *The poetics and its interpreters*<sup>3</sup> em um reunião de textos sobre a *Poética* organizada por Amélie Oksenberg em 1992<sup>4</sup>, a polêmica em torno da obra em meados do século XVI teve uma importância central, tornando-se um lugar-

---

<sup>1</sup> RORTY, Amélie Oksenberg (ed). *Essays on Aristotles' Poetics*. Princeton, NJ : Princeton University Press, c1992.

<sup>2</sup> HALLIWELL, Stephen. *The Poetics of Aristotle : translation and commentary*. Chapel Hill : University of North Carolina Press, 1987.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *The poetics and its interpreters*. In RORTY, Amélie Oksenberg (ed). *Essays on Aristotles' Poetics*. Princeton, NJ : Princeton University Press, c1992. pp 409.

<sup>4</sup> RORTY, Amélie Oksenberg (ed). *Essays on Aristotles' Poetics*. Princeton, NJ : Princeton University Press, c1992.

comum entre os teóricos do período. O que estava em jogo, então, era a disputa pelos valores artísticos à luz do aristotelismo inserido num ambiente de efervescência de tensões entre a produção artística, a necessidade de se estabelecer modelos e regras para as artes e as demandas estéticas da Contrarreforma. Em síntese, a abordagem que se deu à *Poética* foi a de considerá-la uma fonte de preceitos teóricos que possibilitava formar um conjunto de regras, baseado no modelo antigo, que norteassem a produção artística e literária da segunda metade do século XVI. Além do mais, buscava-se estabelecer o escopo principal do objeto artístico, questão de suma importância para a Contrarreforma. Portanto, sua interpretação vem ao encontro das exigências estéticas contemporâneas. Contudo, como ressalta Halliwell, seu conteúdo não era inquestionável, e, ainda, nem sempre era interpretada da mesma maneira pelos diferentes teóricos, e nem abordada de forma isolada: sua compreensão era acompanhada por um compêndio de textos antigos, sobretudo a *Ars Poetica* de Horácio.



**Figura 1** - Giovanni Paolo Lomazzo, Autoretrato como Abade da Accademia della Val di Blenio, c. 1568, óleo sobre tela, 56 x 44 cm, Pinacoteca di Brera.

Giovanni Paolo Lomazzo, nascido em Milão em 1538, iniciado na arte da pintura na década de 1550 no ateliê de Giovanni Battista Della Cerva - discípulo e colaborador de

Gaudenzio Ferrari - além de reputado pintor, tornou-se uma figura central nos círculos intelectuais da Milão habsburga a partir dos anos de 1560, quando já atuava como artista independente. Membro honorário da *Accademia dei Facchini Della Val di Blenio*, foi nomeado seu líder em 1568, ocasião em que pintou um de seus mais célebres autorretratos (IMAGEM 1: Giovanni Paolo Lomazzo, *Autoretrato como Abade da Accademia della Val di Blenio*, c. 1568, óleo sobre tela, 56 x 44 cm, Pinacoteca di Brera. Fonte: [www.wga.hu](http://www.wga.hu)). A *Accademia dei Facchini*, criada em 1560, foi um dos fenômenos intelectuais mais singulares do período em termos de proposta e produção artísticas: tendo o deus Baco como seu tutor, proclamava o bizarro como meio de expressão concretizado nos chamados grotescos, e inspiravam-se nos desenhos monstruosos e caricaturais de Leonardo da Vinci. (IMAGEM 2: Leonardo da Vinci, *Cinco caricaturas de cabeças*, depois de 1490, tinta sobre papel, 18 x 12 cm, *Gallerie dell'Accademia*, Veneza. Fonte: [www.wga.hu](http://www.wga.hu); IMAGEM 3: Leonardo da Vinci, *Caricatura*, tinta sobre papel, *Galleria degli Uffizi*, Florença. Fonte: [www.wga.hu](http://www.wga.hu)).



**Figura 2** - Leonardo da Vinci, *Cinco caricaturas de cabeças*, depois de 1490, tinta sobre papel, 18 x 12 cm, *Gallerie dell'Accademia*, Veneza.

Os poetas da *Accademia dei Facchini* escreviam aquilo que chamavam de grotescos poéticos ou *Rabìsch* (segundo o dialeto da *Accademia*) na língua fantástica criada pelos *accademici dei facchini*. Em *Il grottesco nell'arte del Cinquecento* (1998)<sup>5</sup>, Manuela Kahn-Rossi descreve o Vale Blênio como uma região localizada entre a Itália e a Suíça de onde desciam trabalhadores braçais para a grande planície lombarda, os *facchini*, gente humilde, ativa e barulhenta, que tinha o hábito de falar de forma rude, o que soava como uma forma estranha, bárbara e engraçada do próprio dialeto milanês, frequentemente alvo de imitação caricatural. Os *Rabìsch* eram escritos em uma mistura bizarra de diversos idiomas - o dialeto milanês "facchinizado", o toscano, o bolonhês, e o espanhol - e mostravam traços de doutrinas proibidas pela censura da Contrarreforma, como a teologia órfica, a cabala e a magia natural, como pode ser observado em uma das obras bastante populares entre seus membros, *De Occulta Philosophia Libri Tres* (1533) de Cornelio Agrippa di Nettesheim, que por sinal seria de suma importância para a constituição do pensamento teórico de Lomazzo, sobretudo no *Idea del Tempio della Pittura* (1590). Sob domínio Habsburgo desde 1540, quando é dado a Felipe, filho do imperador Carlos V, o título de duque, o ducado de Milão sentia os efeitos tridentinos na década de 1560, principalmente após a chegada do arcebispo Carlos Borromeu, um dos principais expoentes da Contrarreforma. Portanto, a *Accademia dei Facchini* veio a ser o último reduto daquele mundo imaginário profano.



<sup>5</sup> KHAN-ROSSI, Manuela; PORZIO, Francesco (orgs). *Rabìsch: Il grottesco nell'arte del Cinquecento. L'Accademia della Val di Blenio, Lomazzo e l'ambiente milanese*, catalogo della mostra [Lugano 1998], Milão, 1998, pp.13.



Figura 3 - Leonardo da Vinci, Caricatura, tinta sobre papel, Galleria degli Uffizi, Florença.

Diante deste quadro, pode-se inferir que Lomazzo vivia em um ambiente de intensa agitação intelectual e circulação de ideias, e, ademais, um mundo de conhecimentos heteróclitos e diversificados. O próprio Bernardino Baldini, supracitado como autor de um dos mais influentes comentários à *Poética*, era seu amigo e membro da *Accademia dei Facchini della Val di Blenio*. Seria improvável, portanto, que não estivesse à par das discussões que permeavam a recepção e a interpretação da *Poética*. Ao escrever suas duas obras de crítica e teoria artística, o *Trattato dell'arte della pittura, scoltura et architettura* (1584) e o *Idea del Tempio della Pittura* (1590), Lomazzo visava sistematizar um conjunto de preceitos e regras gerais que servisse de guia ao artista incipiente. Assim sendo, em conformidade com as preocupações de seu tempo, Lomazzo se encontra dentre os teóricos que, sob o impacto do aristotelismo, procuravam definir os cânones da arte direcionando os pintores a um fim por eles estabelecido. A segunda metade do século XVI é marcada por uma geração de pensadores que se esforçava para lidar com os problemas teóricos suscitados pela *maniera* pessoal do artista, agravados pelo ambiente da Contrarreforma. Contudo, vale ressaltar que as regras propostas por Lomazzo, principalmente no *Trattato*, obra de uma aplicação mais prática, não eram apresentadas por ele como dogmáticas, mas como uma espécie de guia para o artista. A partir dos conceitos de "Prudência" e "Discernimento", Lomazzo admitia reconhecer o hiato existente entre teoria e prática: ambos davam à obra de arte um toque pessoal do artista. Ou seja, a teoria fornecia um esquema geral do fazer artístico que por meio das faculdades da "prudência" e do "discernimento" era particularizado nas obras pelo artista. A obra de arte se torna, então, o resultado da utilização do juízo do pintor para transformar a regra geral em algo individual. Esse ponto deve ser destacado em Lomazzo, pois o distancia da ideia primeira presente na recepção e interpretação dos escritos aristotélicos. Porém, Lomazzo toma as devidas precauções para balizar a expressão pessoal do artista, elencando, no *Idea del Tempio*, sete modelos a serem imitados, na acepção aristotélica do termo, pelo artista neófito. Assim, sobrepujando a polêmica do modelo único, estabelece a ideia do cânone múltiplo e, com isso, assegura um horizonte mais estável para a arte de seu tempo, o que lhe permitia contornar o sentimento de decadência da arte e as preocupações em relação às futuras gerações. Seus sete modelos da pintura seriam representados por sete artistas denominados "governantes" da pintura, que personificavam sete arquétipos ideais de estilo: Rafael Sanzio, Michelangelo Buonarroti,

Leonardo da Vinci, Andrea Mategna, Gaudenzio Ferrari, Tiziano Vecellio e Polidoro da Caravaggio.

Segundo Julia Chai<sup>6</sup>, em sua conclusão a respeito do modo como Lomazzo aborda cada uma das sete partes da pintura, que são a proporção, a perspectiva, a luz, a cor, o movimento, a forma e a composição, o que se torna evidente é a importância visual da representação da emoção através dos gestos e da expressão facial, junto com a perspectiva, a iluminação e a cor, que acentuam o interesse dramático da narrativa. O espectador, para Lomazzo, passa a ser um elemento importante na concepção da obra de arte, que é norteadada pela ideia de espetáculo. Aqui, pode-se notar um possível diálogo com a *Poética*, tanto em relação a inclusão do espectador nas preocupações do artista quanto em relação à encenação de tom teatral da narrativa. No que se refere a noção de "Decoro", para Lomazzo o que está em jogo é a capacidade de convencimento da obra, ou seja, o verossímil convincente, mais do que a verdade fidedigna, e aqui se pode perceber um dos núcleos conceituais da *Poética*, na qual Aristóteles redefiniu a ideia de *mimesis* na arte como algo que diz respeito ao verossímil e ao universal. O decoro para Lomazzo, portanto, não apenas auxilia na adequação do retrato às características do personagem que se quer retratar, mas também daquilo que ele deveria ser: ele excede ao modelo, criando dentro de uma determinada conveniência. A ideia da verossimilhança é, então, um elemento central na obra de arte, e é ela que deve ser fixada no horizonte do artista no processo de concepção da obra. Ela permite ao artista o uso da licença e um extravasamento do modelo, sem perder a noção de limite dentro daquilo que é apropriado. A medida do sucesso da obra se dá na sua capacidade de convencimento mediante a invenção sobre o modelo, e, aqui, a verdade da história não significa a tradução visual da mesma. Lida-se com a verdade da mesma maneira com que ela foi interpretada a partir da *Poética*: no registro do universal. Nesse sentido, a *Poética* proporcionou um aparato teórico que permitia driblar as críticas contrarreformistas. A inserção da *Poética* nos debates da segunda metade do *Cinquecento* contribuiu para a manutenção do artifício pictórico e do fictício em oposição à interpretação literal da narrativa proposta pela igreja contrarreformada.

Ainda, seguindo a reflexão sobre a interpretação da *Poética* e sua relação com o pensamento teórico de Lomazzo, continuamos na análise de Chai, mas agora sob a ótica de outro elemento da obra de arte: a forma. Segundo a autora, "a oportuna aparição da poética de

---

<sup>6</sup> CHAI, Julia. *Gian Paolo Lomazzo and the art of expression*. Tese ( PHD in History of Art) - Harvard University, Cambridge, 1990. pp 196 - 270.

Aristóteles na cena literária ajudou a direcionar a arte de volta para seu eixo essencial<sup>7</sup>, que segundo ela, residia na importância da expressão formal em detrimento daquilo que vinha sendo valorizado sob influência da Contrarreforma, e que para Aristóteles, segundo as interpretações, não fazia parte do substancial da obra: o decoro figurativo. A construção interna essencial do artifício convincente, isto é, os problemas formais, seria trazida de volta ao cerne das preocupações do artista no pensamento de Lomazzo sob impacto da teoria aristotélica, ao invés das descrições das corretas vestimentas e maneiras dos personagens. Para ele, a forma perfeita da expressão é o que caracteriza o essencial na obra de arte, e, neste sentido, é a forma que é valorizada como o meio principal para se atingir a expressão desejada.

Voltando à questão da valorização da audiência, que por fim acaba determinando os conceitos da teoria de Lomazzo de verossimilhança, de expressão formal, do artifício e do decoro, na medida em que são norteados pela ideia de convencimento, destaco a importância da edição vernácula da *Poética* de Lodovico Castelvetro (Viena, 1570; Basiléia, 1576), como aponta Julia Chai<sup>8</sup>.

Provavelmente, Lomazzo não lia grego, e, assim como muitos autores de sua época, foi bastante influenciado por esta vulgata. Em sua edição, Castelvetro esmiúça o texto aristotélico e se convence de que Aristóteles privilegiava os interesses do espectador. A verossimilhança era importante não apenas porque a arte deveria imitar a natureza, mas também porque deveria fazer com que o espectador acreditasse na representação. Diante dessa exposição, pode-se perceber que o diálogo com os escritos aristotélicos, e sobretudo com a recepção desses escritos na segunda metade do século XVI, faz parte do eixo principal do estudo do corpus textual de Lomazzo, e que não se poderia realizar uma investigação sobre seu pensamento teórico sem levar em conta a *Poética* e a utilização de sua estrutura conceitual pelos teóricos do período. Vale ressaltar que o corpo teórico de Lomazzo não se resume somente a conceitos baseados na doutrina aristotélica: aquilo que lhe é basilar, a ossatura propriamente dita da sua teoria sobre o processo de concepção da obra de arte e sua definição de imaginação se alinham muito mais ao sistema filosófico neoplatônico, sobretudo àquele referente a Marsilio Ficino e seus discípulos. Entretanto, o estudo da recepção da *Poética* é crucial para o entendimento não apenas de suas obras teóricas, mas também do ambiente intelectual no qual estava mergulhado e das urgências que suas reflexões buscavam responder.

---

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_ . pp 287.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_ . pp287.



## Considerações sobre a mimetologia: sapatos e sapatarias

Antônio Leandro Gomes de Souza Barros  
Doutorando em História  
UNICAMP/FAPESP  
tonileo.artista@gmail.com

**RESUMO:** Daquelas que foram consideradas as mais excelentes pinturas na antiguidade, a História da Arte ainda hoje não encontrou qualquer registro visual capaz de assegurar a representação dos originais – perdidos praticamente desde sempre. Portanto, a recepção dessa riquíssima tradição pictórica tem dependido desde então de seus desdobramentos literários, em particular as anedotas do *Livro 35*, de Plínio, o Velho (séc. I). Tendo sido organizado retoricamente como um tipo de museu imaginário, configurando o cânone da pintura antiga, o *Livro 35* é uma fonte fundamental sobre o legado pictórico clássico. Para a historiografia moderna o livro está composto de pinturas ideativas, invisíveis, e nunca averiguadas empírica, crítica e historicamente. Contudo, justamente por essa característica textual, a historiografia pliniana tem permitido, ao longo dos séculos, variadas revisões e reinterpretações por parte de artistas, bem como de críticos e de historiadores da arte. Dentre outras influências, teve grande repercussão particularmente entre os pintores renascentistas, e serviu de agon à história da arte de Giorgio Vasari.

Contudo, propomos um estudo de caso de uma relação até agora insuspeita, posto que indireta. Trata-se do encontro das questões de arte que residem nas pinturas de sapatos de Van Gogh e das ditas pinturas de sapatarias de Pireico (segundo Plínio, um dos grandes nomes da antiguidade). O que interessa à comunicação é, através desse caso, propiciar um pensar da própria ideia de *mimese* e de suas consequências desde as lições platônicas. Assim, é possível enriquecer a fortuna crítica mínima de Pireico, mas também, através dele, acrescentar novos elementos aos sapatos pintados de Van Gogh – que por si só geraram acalorado debate teórico no século passado (em Heidegger, Schapiro, e Derrida). Portanto, reavaliando a noção de tradição, trata-se muito mais de uma proposta de encontro acerca de uma questão artística, isto é, relação em que um afeta o outro e vice-versa, do que como vínculos objetivos, cadeias historiográficas causais de intenções e influências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Van Gogh; Pireico; Plínio; Sapato; Sapataria.

Entre os anos de 1886 e 1889, Van Gogh pintou uma verdadeira coleção de pares de sapatos em sete quadros.<sup>9</sup> Somando-se os seus últimos meses de vida em 1890, esses foram os anos decisivos de sua pesquisa plástica. Esse conjunto de sapatos é tão impactante para a abordagem artística de Van Gogh quanto outros conjuntos temáticos recorrentes em sua produção. É notória, por exemplo, a controvérsia acerca do tema dos seus “sapatos” e

---

<sup>9</sup>Número de quadros descobertos durante a pesquisa, não excluindo a possibilidade de haverem outros mais.

desenvolvida entre nomes de peso para os estudos de arte em geral: Heidegger, Schapiro e Derrida<sup>10</sup>. Contudo, essa comunicação não se pretende a deflagrar posição na querela e nem mesmo retomá-la em seu âmbito. Aqui trataremos apenas de considerar as forças criativas envolvidas nesses quadros em um estudo de caso com as forças criativas de outro pintor. Mas sem nos anteciparmos às devidas questões de arte, retomemos a apresentação das obras de Van Gogh envolvidas nessa consideração.

Assim como grande parte da obra de Van Gogh, os referidos quadros apresentam um tema/objeto com um interesse quase obsessivo e absoluto: em tela figura apenas e simplesmente um ou mais pares de sapatos. Nada mais. E são vistos em diferentes ângulos e perspectivas, em variadas posições, até mesmo em diferentes construções colorísticas. Contudo, tais os sapatos são iconograficamente muito próximos, não apenas pela temática, mas em particular pela maneira intimista e tensa de retratá-los.

Como características gerais, é notável que esses sete quadros sejam todos de pequenas dimensões, que variam entre 30 e 50 cm. A maior parte dos quadros de Van Gogh é de dimensões reduzidas. Porém, no caso em particular dos quadros dos sapatos esse tamanho praticamente realça o tamanho natural de um pequeno par de sapatos “reais”, isto é, materiais, o tamanho de um par de sapatos usado diariamente nos pés de quem quer que seja. São quadros em que não se esconde o caráter pictórico, suas pinceladas, sua visualidade enquanto pintura, até mesmo enquanto planaridade. E, no entanto, todos eles, de alguma forma, preservam a noção de profundidade, situam esses sapatos no “interior plástico” do quadro. Assim, o quadro bem mais se assemelharia a um guarda-volumes onde se vê apenas sapatos.

A partir da pintura de Van Gogh não podemos sequer estabelecer onde se encontram estes sapatos. [...] não há nada em que se integrem, a que possam pertencer, só um espaço indefinido. Nem sequer a eles estão presos torrões de terra, ou do caminho do campo, algo que pudesse denunciar a sua utilização.<sup>11</sup>

Segundo Meyer Schapiro, Van Gogh foi essencialmente um pintor de objetos<sup>12</sup>. Um artista agarrado à necessidade objetiva das coisas plásticas, desejoso da conquista dos objetos do mundo. Um desejo que em si mesmo evidencia sua diferença decisiva em relação às primeiras

---

<sup>10</sup>Para o leitor que nutrir interesse pela querela mencionada recomenda-se: a) HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*; b) SCHAPIRO, Meyer. *The Still Life as a Personal Object: A Note on Heidegger and Van Gogh*; c) DERRIDA, Jacques. *Restitutions of the Truth in Pointing*.

<sup>11</sup>HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*. São Paulo: Edições 70, 2005, p. 25.

<sup>12</sup>SCHAPIRO, Meyer. *A Arte Moderna*. São Paulo: Editora da USP, 2010, p. 140.

pesquisas plásticas impressionistas (tendo em vista Manet, Monet e Degas). Ademais, essa mesma necessidade plástica o empurrava a pintar tudo o que encontrasse pela frente. Onde quer que o pintor chegasse, lá pintava de tudo; em um gesto que não fazia mais do que pintar, despreocupado com qualquer problematização moral, teórica ou estética a priori.

Mesmo a escolha de Van Gogh por objetos de natureza-morta, embora possam parecer triviais ou incidentais, dificilmente é indiferente; constitui para ele um mundo íntimo e necessário. Ele precisa de objetividade, do tipo mais humilde e óbvio, como outros necessitam de anjos e Deus ou de formas puras; rostos amigáveis, as coisas não-problemáticas que ele vê nas proximidades, flores, estradas e campos, seus sapatos, sua cadeira, o chapéu e o cachimbo, os utensílios pousados sobre a mesa, são objetos pessoais que se adiantam e se dirigem a ele.<sup>13</sup>

O próprio Vincent confessa ao irmão Théo, em carta datada de fins de 1889, portanto, após ter pintado toda a sua série de sapatos, que: em sua opinião, o oportuno e conveniente enquanto pintor era “trabalhar como alguém que faz sapatos, sem preocupações artísticas”.<sup>14</sup> E Antonin Artaud, corrobora o até aqui apresentado sobre o artista: “é pintor e nada mais”, carrega o “peso de ser pintor sem saber para quê nem para onde. Este pintor é somente pintor”.<sup>15</sup>

Vincent Van Gogh pintava tudo, mas pintava uma coisa de cada vez. Seus quadros não buscam a eloquência, a narratividade histórica, a representação filosófica numa visualidade. São, em geral, quadros que oferecem simplesmente objetos pintados. Um pintor que não se preocupa em realizar nada além de pinturas, além do pintar: colecionando objetos visuais para o domínio da arte. Schapiro inclusive questiona se Van Gogh teria sido o último grande pintor da realidade e, simultaneamente, o precursor de uma arte antiobjetiva, seu “realismo pessoal”.<sup>16</sup> Portanto, a partir dessas primeiras observações, é possível considerar essa coleção de sapatos, esse conjunto de quadros como questionamentos modelares do pintar de Van Gogh.

Nesse sentido, traçamos uma dialética artística entre Van Gogh e um pintor da antiguidade contado nos relatos feitos por Plínio, o velho, no *Livro 35* - um dos últimos volumes da *História Natural*, a “enciclopédia do mundo antigo”. Interessa-nos a personalidade pictórica de Pireico, pintor grego apelidado pelos antigos *rhyparographos*, algo como “pintor de trivialidades”.

---

<sup>13</sup>SCHAPIRO. *A Arte Moderna*, p. 144.

<sup>14</sup>VAN GOGH. Letter to Theo van Gogh. Tuesday, 26 november 1889. Captado em: <<http://vangoghletters.org>>, Acesso em: 8 jun. 2013.

<sup>15</sup>ARTAUD, Antonin. *Van Gogh: o suicida da sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 75.

<sup>16</sup>SCHAPIRO. *A Arte Moderna*, p. 141.

De acordo com os filosofemas artísticos que Plínio lhe conferiu em sua “história da pintura antiga”, esse apelido se deveu a preferência do pintor que, ao invés dos grandes temas antigos como deuses, batalhas e história cívica, “pintou barbearias e sapatarias, bem como burricos, comidas e coisas do gênero.”<sup>17</sup>

Tal preferência, de gosto duvidoso e de singular apelo pictórico, colocou Pireico em um grupo diferenciado da historiografia da pintura pliniana. Porém, apesar da crítica implícita ao pintor grego, o escritor romano admite a relevância plástica conquistada por suas pinturas. O *Livro 35* preservou o nome de Pireico para a posteridade como o primeiro nome de excelência dentre os pintores que tiveram suas obras classificadas como “gêneros menores”. Assim, apesar de criticá-lo pela escolha do emprego dos seus talentos, esses mesmos talentos parecem confundir a determinação dos juízos do escritor romano: “inferior a poucos em habilidade artística; não sei se ele se prejudicou pela escolha de seus temas, já que, adotando o não elevado [*humilia*], conseguiu alcançar, porém, suma glória no não elevado.”<sup>18</sup>

Pireico constituía, nesse sentido, um problema crítico próximo ao de Van Gogh, enquanto personalidade pictórica até aqui apresentado. Exatamente por apenas querer pintar, e pintar somente elementos da vida ordinária (fossem estabelecimentos “baixos” como barbearias ou sapatarias, ao invés dos palácios e jardins), Pireico foi o pintor máximo da *humilia* na antiguidade. Não buscou a glória para si, mas para as coisas pequenas e sem importância. Assim, através de pequenos quadros concedia propriamente vida aquilo que melhor exemplificaria as aparências vis e passageiras (pratos de comida, por exemplo) no sentido platônico, isto é, o imediatamente absorvido pelo viver. E devido a força artística que esses quadros exibiam, Plínio (que de várias maneiras revira as proposições filosóficas platônicas) os eternizou em sua história ideativa da pintura.

Dessarte, em ambos os pintores é exatamente na trivialidade, não só dos temas, mas do pintar, que reside suas conquistas plásticas. As afirmações feitas para um, poderiam ser feitas para o outro: suas pinturas elegem o trivial como ponto de partida, mas os resultados não são nada triviais. É importante ressaltar a sequência interpretativa de Plínio, segundo a qual, os pequenos quadros de trivialidades de Pireico alcançaram maiores *grandezas*<sup>19</sup> do que as maiores composições

---

<sup>17</sup>LICHTENSTEIN, Jacqueline (org.). *A pintura – Vol.1*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 84.

<sup>18</sup>\_\_\_\_\_. *A pintura – Vol.1*, p. 84.

<sup>19</sup>Ou também interpretado e traduzido como *preços*. Trata-se de um termo de dupla conotação, tipicamente pliniano.

de muitos artistas. Já Van Gogh, segundo Artaud, “é mais pintor que os outros pintores, por ser aquele em que o material, a pintura, ocupa o primeiro plano”, e “nos faz esquecer que estamos lidando com pintura”.<sup>20</sup> A partir dessas considerações, é propícia a formulação de uma dialética intrapoética entre modernos e antigos, entre Van Gogh e Pireico, a fim de iniciarmos algumas reflexões com respeito à mimetologia.

Tendo em vista que os temas mitológicos, cívicos, e heroicos correspondiam na pintura antiga como seus “gêneros maiores”, é elementar compreender que os tais “gêneros menores”, descritos por Plínio, seriam exatamente aqueles mais fortemente ligados à pura *mimesis*, isto é, os meros copiadores das aparências das coisas. Os gêneros maiores não se restringiam à alta técnica de representar coisas, mas faziam uso dessas técnicas como uma forma própria de saber: de conhecer, de interpretar, de criticar e observar os eventos históricos, míticos ou heroicos. Por isso, mesmo os retratos figuravam, enquanto tema, entre os gêneros maiores da pintura na antiguidade.

Já os gêneros menores são os conformados em representar, em espelhar aparências, são as pinturas modelares da crítica platônica<sup>21</sup>. Pintar um objeto, obsessivamente como nesse caso, é reproduzir uma aparência possível, e é também roubar sua utilidade prática e, dessa forma, afastá-lo de sua essência ideativa. É o tradicional exemplo da pintura de objetos: uma cama, uma cadeira, ou uma mesa. Ou pratos de comida, burricos, barbearias e sapatarias – e sapatos. Além de Pireico, figuram nessa categoria pliniana dos “gêneros menores” o pintor Dionísio, aquele que só sabia pintar seres humanos, e Estúdio, o pintor de temas amenos como casas de campo, florestas e praias<sup>22</sup>.

Contudo, segundo os filosofemas plinianos, as pequenas sapatarias de Pireico, o “não elevado” pintado em pequenos quadros, ainda assim foram capazes de fazerem-se maiores do que as maiores composições de sua época como, por exemplo, as obras de Serapião, que sozinhas cobriam as galerias das *Velhas tabernas*<sup>23</sup>. Nesse sentido, as sapatarias de Pireico pareciam realizar um tipo qualquer de magia que lhes permitia a elevação do “não elevado”, seu erguimento para

---

<sup>20</sup>ARTAUD. *Van Gogh: o suicida da sociedade*, p. 75.

<sup>21</sup>Embora, ressalta-se, para a crítica platônica não havia tal divisão. A metafísica de Platão toma todas as pinturas e artes imitativas pelo aqui caracterizado como “gêneros menores”.

<sup>22</sup>LICHTENSTEIN (org.). *A pintura – Vol.1*, p. 84.

<sup>23</sup>\_\_\_\_\_. *A pintura – Vol.1*, p. 84.

tamanhos maiores que o de uma galeria. Esse tipo de magia é precisamente o pavor descrito nas proposições platônicas do *Livro X* de *A República*<sup>24</sup>.

As sapatarias e os sapatos pintados (por Pireico e Van Gogh, respectivamente) são literalmente dois polos de um mesmo perigo apontado por Platão: o de que os artistas da *mimesis* não apenas imitam os objetos, os sapatos, mas sim o *sapateiro*<sup>25</sup>. Dessa forma, esses quadros, antigos e modernos, seriam encarnações plásticas daquele “espelho ambulante” de que fala Platão, uma superfície que nada contém e que, entretanto, é capaz de criar:

Efetivamente, esse artífice não só é capaz de executar todos os objetos, como também modela todas as plantas e fabrica todos os seres animados, incluindo a si mesmo, e, além disso, faz a terra, o céu, os deuses e tudo quanto existe no céu e no Hades, debaixo da terra. [...] se quiseres pegar num espelho e andar com ele por todo o lado. Em breve criarás o sol e os astros no céu, em breve a terra, em breve a ti mesmo e aos demais seres animados, os utensílios, as plantas e tudo quanto há pouco se referiu.<sup>26</sup>

Assim, a sapataria antiga e os sapatos modernos seriam apenas a pintura de sapataria e de sapatos, não se querem mais do que isso. Isto é, querem criar-se como sapatarias e como sapatos propriamente, como instaladores mesmos do que seja sapataria e sapato. Nos termos de Plínio é a vida digressando do viver, para que em si mesma contemple a si. Nos termos de Heidegger, é o repousar-em-si-mesmo:

Na escura abertura do interior gasto dos sapatos, fita-nos a dificuldade e o cansaço dos passos do trabalhador. Na gravidade rude e sólida dos sapatos está retida a tenacidade do lento caminhar pelos sulcos que se estendem até longe, sempre iguais, pelo campo, sobre o qual sopra um vento agreste. No couro, está a humildade e a fertilidade do solo. Sob as solas, insinua-se a solidão do caminho do campo, pela noite que cai. No apetrecho para calçar impera o apelo calado da terra, a sua muda oferta do trigo que amadurece a sua inexplicável recusa na desolada improdutividade do campo no Inverno. Por este apetrecho passa o calado temor pela segurança do pão, a silenciosa alegria de vencer uma vez mais a miséria, a angústia do nascimento iminente e o temor ante a ameaça da morte. Este apetrecho pertence à *terra* e está abrigado no *mundo* da camponesa. É a partir desta abrigada pertença que o próprio produto surge para o seu repousar-em-si-mesmo.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> “é evidente que aqui há toda a espécie de confusão na nossa alma. Aplicando-se a esta enfermidade da nossa natureza é que a pintura com sombreados não deixa por tentar espécie alguma de magia”. PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2000, p. 301.

<sup>25</sup> “o pintor fará o que parece ser um sapateiro, aos olhos dos que percebem tão pouco de fazer sapatos como ele mesmo, mas julgam pela cor e pela forma? Precisamente.” PLATÃO. *A República*, p. 299.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *A República*, p. 294.

<sup>27</sup> HEIDEGGER. *A Origem da Obra de Arte*, p. 25 e 26.

Imitar, não os sapatos, mas o sapateiro é o perigo mágico obscuro do mimético, que não é simplesmente copiar, não é duplicar; é, invertendo o processo lógico, assumir a posição do objeto retratado antes do retrato. É, a partir da força criativa encontrada na pintura dos sapatos de Van Gogh que os sapatos materiais da camponesa, ou de quem quer que seja, conquistam relevo estético, isto é, finalmente fundam o seu lugar no mundo da vida. E, portanto, seriam os sapatos não-pintados, os materiais, que imitam aquilo que o quadro guarda em si: a fossilização da vida artística, a perspectiva reduzida de sua vida no viver, ou simplesmente a sua utilidade. Logo, os quadros de Van Gogh não são *apenas* guarda-volumes para sapatos pintados, como definimos no começo do presente artigo. São, acima de tudo, fundadores ou propositores do ser dos sapatos, daquilo que todo sapato *é*. Da sua “solidez”.

Mas tudo isso o vemos possivelmente no apetrecho para calçar que está no quadro. Pelo contrário, a camponesa, traz pura e simplesmente os sapatos. [...] O ser-apetrecho do apetrecho reside, sem dúvida, na sua serventia. Mas esta, por sua vez, repousa na plenitude de um ser essencial do apetrecho. Denominamo-la a *solidez* (*Verlässlichkeit*). É graças a ela que a camponesa por meio deste apetrecho é confiada ao apelo calado da terra; graças à solidez do apetrecho, está certa do seu mundo. Mundo e terra estão, para ela e para os que estão com ela, apenas aí: no apetrecho. Dizemos “apenas” e estamos errados, porque a solidez do apetrecho é que dá a este mundo tão simples uma estabilidade e assegura à terra a liberdade do seu afluxo constante.<sup>28</sup>

Não são apenas sapatos pintados em quadros pequenos. Nem são sapatos em quadros pequenos. Os quadros de Van Gogh é que são sapatos, e não apenas onde sugerem o formato de botinas. Neles, conforme afirmou Argan: “A matéria pictórica adquire uma existência autônoma, exasperada, quase insuportável; o quadro não representa: é.”<sup>29</sup>

Essa *solidez*, alcançada pelos sapatos de Van Gogh é também alcançada pelas obras de Pireico conforme indica o texto pliniano lembrando que seus quadros de sapatarias embora materialmente fossem de dimensões diminutas alcançavam “grandezas” maiores do que as próprias galerias. A sua mágica conquista de grandeza é um fato artístico determinante para o seu grande apelo ao público e aos críticos mais severos, como o próprio Plínio. Serapião, por exemplo, o pintor de obras imensas, não é comentado no *Livro 35* como um grande nome da pintura antiga, mesmo entre os gêneros menores. Todavia, parece surgir no texto puramente para servir de parâmetro às conquistas dos quadros de Pireico. Assim, a considerar o talento singular

<sup>28</sup>HEIDEGGER. *A Origem da Obra de Arte*, p. 26.

<sup>29</sup>PLATÃO. *A República*, p. 125.



desse *rhypanographos* (o único digno de menção entre aqueles que simplesmente pintavam o ordinário), ele não copia simplesmente a imagem de sapatarias ao pintar; ele faz sapatarias com seus quadros. Estar diante dessas obras “pireicas” era estar diante de uma sapataria, e pronto a ir lá encomendar uma nova sandália, ou ir buscar de volta um calçado em conserto. Não era a mera representação da fachada ou da forma de uma sapataria. O quadro realizava a dimensão do ser de uma sapataria, sem a dimensão material da loja.

Dessarte, os sapatos de Van Gogh são sapatos; as pequenas sapatarias de Pireico, o “não elevado”, elevam-se. Dá-se então o paradoxo plástico formulado por Artaud correspondente à essa *solidez* conquistada pelas referidas obras: quanto mais uma pintura se faz pura pintura, quanto mais interessada em simplesmente ser pintura, tanto mais é apta de nos fazer esquecer que estamos lidando com pintura. Dos sapatos da pintura moderna às sapatarias da pintura antiga, uma questão grave da arte da pintura volta à beira da superfície gráfica como questão mimetológica. Nas telas dos sapatos, de Van Gogh, bem como nas pinturas de sapatarias, de Pireico, não se encontram apenas representados os objetos sapatos e objetos sapatarias. Não se discute que as pinturas são pinturas e não sapatos ou sapatarias empíricas, isto é, objetos. Porém, embora nessas pinturas não se encontre o objeto, encontra-se a *força criativa* do sapato, nas telas de Van Gogh, e a *força criativa* da sapataria, nas pinturas pireicas.

Van Gogh não imitou os sapatos, mas, como vaticinou Platão e como ele mesmo insinua em carta ao irmão, imitou o sapateiro. Aspecto semelhante, presume-se, poder-se-ia comentar das sapatarias de Pireico. Seus contemporâneos gregos, entre eles o próprio Platão, não viam nos seus pequenos quadros apenas a imagem, um símbolo ou signo de sapatarias, mas enxergavam neles o lugar de onde vieram seus próprios sapatos – um lugar que se fazia maior do que as paredes da galeria ocupada por Serapião. Um lugar, portanto, construído com esforço helênico, e parte do mundo civilizado de uma importante cidade republicana, fornecedor desse elemento tão característico da realidade cívica grega. Afinal, os sapatos de maneira geral são, enquanto objetos plásticos, correspondentes a um princípio de realidade. Platão o sabia tão bem disso que preferiu retratar Sócrates, o habitante máximo do Mundo das Ideias, como o “filósofo descalço”.

Conforme a delicada descrição de Heidegger sobre a vida da camponesa, são os sapatos, saídos de qualquer sapataria, que nos condicionam uma maneira de estar no mundo: o nosso

caminhar, nosso ritmo de avanço e retrocesso, nosso contato com a terra, com a poeira, com a chuva; são eles os responsáveis por nossa maior ou menor aderência ao solo do mundo. E são eles que nos lembram, a toda hora, dos vínculos com nossa realidade através de seus cadarços, nós, na amarração dos pés, através também do distanciamento calculado proporcionado pela sola com o chão; através do couro do animal curtido, animal esse domesticado, dominado, possuído; através do uso dos tecidos tecnicamente adquiridos e compostos, e hoje dos materiais sintéticos providos por nossos avanços científicos ainda mais requintados. Fitas, palminhas, travas, tudo isso são formas de interação com a realidade do mundo.

Aqueles que, para além do exemplar Sócrates platônico, desde o mundo grego até hoje ainda escapam do uso de sapatos são quase sempre entendidos como marginais, como habitantes da periferia de nossa realidade construída: os loucos, os indigentes das ruas, os mendigos. Ou mesmo as crianças, que não podem ir às escolas descalças – atente-se para o fato de que todo bebê tradicionalmente ganhe, logo após o seu nascimento, um pequenino par de sapatinhos mesmo que ele ainda leve meses para tentar os primeiros passinhos, configurando um tipo de atestado de que agora, depois de nascido, o bebê tomou parte desse mundo. O conto de fadas de Cinderela ainda é exemplar dessa lógica poética de um princípio de realidade que se confere pelos pés calçados: ao servir em seu pé o sapatinho de cristal perdido, sua vida se transforma através de um tropo curioso abandonando a realidade de gata borralheira para a vida de princesa. A psicologia moderna inclusive identifica uma espécie de síndrome de Cinderela, na qual pessoas que tiveram uma infância de extrema pobreza se tornam obcecadas por compras de sapatos. É nessa relação dialética e plástica que permanece o distanciamento platônico com a pintura, que ele literalmente identifica com a figura do sapateiro – uma escolha em seu diálogo que não deve ser tomada como aleatória.

Pireico não copiou uma aparência de sapataria, não. Ele imitou sapatarias com tal arte que fazia com que seus contempladores recebessem sua “realidade”, isto é, seus sapatos, não do mundo platônico das ideias, nem do mundo dos objetos utilitários, mas do mundo engendrado a partir de sua pintura. Os sapatos não vinham do ofício do sapateiro, saíam da pintura de Pireico – havia um sapateiro trabalhando no interior desses quadros antes deles se perderem. Nesse sentido, finalmente, deveria ser notável que o desaparecimento da “Grécia antiga” como força física material é contemporâneo, talvez até sincrônico, com o desaparecimento das sapatarias

pireicas: as fomentadoras de helenicidade, aquelas que colocavam um pouco de arte grega entre os pés do homem e o mundo.

A elevação do “não-elevado” de tais sapatarias é por si mesmo o gesto máximo da *poética*, a saber, o “colocar de pé”.<sup>30</sup> Logo, ainda que Platão possa deter todas as razões filosóficas e que esses quadros dissimulem o mundo real das ideias, ainda assim essas sapatarias devem ter manifestado na história da arte o seu grau de responsabilidade ao menos na manutenção daquele mundo das aparências helênicas – colocadas de pé sobre os sapatos saídos de seus interiores plásticos.

---

<sup>30</sup>LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *A Imitação dos Modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 75.

## ***Cena Trimalchionis*: uma leitura de imagens**

**Caroline Morato Martins**

Graduada em História

Universidade Federal de Ouro Preto/LEIR-UFOP

carol.mmorato@hotmail.com

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma breve leitura do vocabulário imagético presente no *Satyricon*, obra composta em 65 d.C e atribuída a um aristocrata que possivelmente pertenceu ao círculo social do imperador Nero. Pensando a relação entre decoro e imagem, analisamos trechos que confluem para uma característica entendida nos capítulos da obra intitulados *Cena Trimalchionis* (25-78): as imagens narradas formam uma mistura, onde diferentes códigos sociais se anunciam. Ou seja, na *Cena*, onde um rico liberto chamado Trimalchio oferece um banquete em sua casa luxuosa, o que parece comum à maioria dos convidados, que como o anfitrião são libertos, não é reconhecido por outras personagens - que possuem certa erudição - presentes no mesmo banquete.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberto, *cena Trimalchionis*, imagem, decoro.

O personagem Trimalchio é central por ressaltar, muitas vezes representando em si próprio, as oscilações entre esses diferentes códigos sociais, já que a todo momento ele tenta unir códigos díspares com o fim de demonstrar ser detentor de grande erudição. Durante essa tentativa ocorre quebra de decoro para parte daqueles convidados, sendo tais expectadores sempre surpreendidos, e nessas rupturas o irônico da obra se compõe.

Entendemos que o decoro expresso pelos libertos da *Cena* mostra-se nas representações visuais a partir, sobretudo, das representações de suas trajetórias, enfatizadas pelos personagens e em especial por Trimalchio. O personagem Encólpio narra detalhadamente uma pintura posta logo na entrada da casa do banquete, que traz a trajetória de Trimalchio de escravo a homem de incontável riqueza. O próprio Trimalchio, ao fim do banquete, também informa minuciosamente como desejava o seu suntuoso monumento funerário e o seu próprio funeral.

Portanto, analisamos como as imagens verbais apresentadas na fonte funcionam como instrumento da memória, no caso, dos libertos retratados na *Cena*. A partir da trajetória narrada/pintada na casa de Trimalchio, apontamos como sua trajetória é valorizada e como essa trajetória é apresentada através da representação de diversos e contraditórios elementos.

***Cena Trimalchionis* (25-78): *Satyricon*, 29**

1 Ceterum ego dum omnia stupeo, paene resupinatus crura mea fregi. Ad sinistram enim intransibus non longe ab ostiarii cella canis ingens, catena vinctus, in pariete erat pictus superque quadrata littera scriptum CAVE CANEM. 2 Et collegae quidem mei riserunt. Ego autem collecto spiritu non destiti totum parietem persequi. 3Erat autem venalicium <cum> titulis pictis, et ipse Trimalchio capillatus caduceum tenebat Minervamque ducente Romam intrabat. 4Hinc quemadmodum ratiocinari didicisset, deinque dispensator factus esset, omnia diligenter curiosus pictor cum inscriptione reddiderat. 5In deficiente vero iam porticu levatum mento in tribunal excelsum Mercurius rapiebat. 6Praesto erat Fortuna cornu abundanti copiosa et tres Parcae aurea pensa torquentes. 7Notavi etiam in porticu gregem cursorum cum magistro se exercentem. 8Praeterea grande armarium in angulo vidi, in cuius aedicula erant Lares argentei positi Venerisque signum marmoreum et pyxis aurea non pusilla, in qua barbam ipsius conditam esse dicebant. 9Interrogare ergo atriensem coepi, quas in medio picturas haberent." Iliada et Odysseian, inquit, ac Laenatis gladiatorium munus".

1Enquanto admiro todas essas coisas, quase quebrei minhas pernas ao cair para trás, pois, do lado esquerdo de quem entrava, não longe do compartimento reservado ao porteiro, havia um cão enorme pintado na parede, preso por uma corrente, e, por cima, estava escrito com letras maiúsculas: “CUIDADO COM O CÃO”. 2Para completar, meus companheiros caíram na gargalhada. Eu, no entanto, prendendo a respiração, não deixei de percorrer toda a parede até o fim. 3Tinha sido ali pintado um mercado de escravos, com tabuletas, e o próprio Trimalquião, de cabelos compridos, segurava o caduceu e entrava em Roma, conduzido por Minerva. 4A partir daí, ele teria aprendido a fazer cálculos e, em seguida, teria sido promovido a tesoureiro; tudo isso o minucioso pintor tinha reproduzido diligentemente, com letreiros. 5Já no final do pórtico Mercúrio arrastava-o erguido pelo queixo em direção a uma plataforma elevada. 6Ao alcance dele estava Fortuna, com uma cornucópia enorme, e as três Parcas, fiando numa roca de ouro. 7Observei, também, no pórtico, um grupo de atletas exercitando-se com o professor. 8Além disso, vi uma estante grande, em cujo nicho estavam uma caixinha de ouro não muito pequena, na qual diziam ter sido guardada a barba do próprio Trimalquião. 9Então, eu resolvi perguntar ao escravo encarregado da guarda do pórtico que figuras eram aquelas que estavam no meio. “A Ilíada e a Odisséia”, ele disse, “e um espetáculo de gladiadores de Lenas”.<sup>31</sup>

Em 26,9 têm-se a primeira referência à Trimalchio, dita por Agamêmnon (educador que aparece na discussão nos cinco primeiros capítulos do Satyricon, sobre o declínio da retórica em uma aula/discussão aberta com Encólpio e Ascilto. Ele informa a Encólpio, Ascilto e Gitão<sup>32</sup> sobre o jantar daquela noite, dizendo que se trata de um *lautissimus homo* (homem riquíssimo). O

<sup>31</sup> PETRÔNIO. *Satyricon*. Trad. BIANCHET, Sandra Maria Gualberto Braga. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

<sup>32</sup> Há um debate sobre a colocação de Gitão dentro da *Cena*. Logo ao início do episódio, já é vinculado ao personagem um lugar efetivamente diferente em relação ao restante dos episódios do Satyricon, como se apenas o nome do jovem garoto, que formara um triângulo amoroso com Encólpio e Ascilto, coincidissem nessa comparação. Em 26, 10 se encontra a primeira referência a Gitão como um escravo na *Cena*: *Amicimur ergo diligenter obliti omnium malorum, et Gitona libentissime servile officium tuentem [usque hoc] iubemus in balneum sequi* (Nós, então, vestimos prontamente, esquecendo todos os nossos males, e ordenamos a Gitão, que exercia com prazer sua função de servo, que nos acompanhasse à sala de banhos).

uso do superlativo ocorre apenas aqui, mas *lautitia* (como substantivo e adjetivo) é uma importante palavra, usada constantemente na *Cena* para descrição do jantar, do próprio hóspede e de suas posses, além de muitas vezes possuir uma conotação irônica. O nome Trimalchio, provavelmente, possui origem oriental. Em nomes de libertos ou escravos geralmente se encontra um *cognomea* com tal raiz. Trimalchio, aparentemente, veio da Ásia Menor (*Asia* 75,10) e equivale a ‘três vezes rei’.

Agamêmnon também informa que o hóspede tem em seu triclinio um “relógio” (*horologium*)<sup>33</sup>. Já aqui são anunciados os três temas básicos da *Cena*: *lautitia*, tempo e morte.<sup>34</sup> O trompetista, *bucinatorem*<sup>35</sup> marca as trocas do relógio ‘para que ele (Trimalchio) saiba a todo momento quanto tempo perdeu de sua vida’ (26, 9: *ut subinde sciat quantum de uita perderit*). Esse objeto da sala de jantar, portanto, relaciona-se a meticulosidade com que Trimalchio marca a passagem de sua vida, já que ele mantém o controle de sua própria morte, sabendo (*subinde*) até quando morrerá, ele diz: agora ainda me restam trinta anos, quatro meses e dois dias de vida (77, 2: *nunc mi restare uitae annos triginta et menses quattuor et dies duos*). Tal preocupação de Trimalchio relaciona-se fortemente com sua tentativa de auto afirmação através da exaltação que promove de sua trajetória, ou seja, os temas de tempo e morte correspondem a outra preocupação de Trimalchio: sua memória e lugar social.

Logo após se iniciar o episódio da *Cena*, Trimalchio oferece um jogo (24, 4)<sup>36</sup>, onde garotos de cabelos compridos são mencionados: escravos com tais características foram associados como *delicati*, e é o modo com que o próprio Trimalchio entrou em Roma (29,3), orgulhosamente declarando ter sido amante de seu senhor e de sua senhora (75,10-11). Essa

---

<sup>33</sup> PET. *Sat.* 26, 9: *horologium in triclinio et bucinatorem habet subornatum* (equipou sua sala de jantar com um relógio e um tocador de corneta). Provavelmente uma clepsidra (‘relógio de água’ de origem egípcia, com um tubo com fundo largo, a partir do qual a água cairia em um ritmo medido. Não é um ‘relógio de sol’ - que indica o tempo durante as horas de luz solar por meio de um braço fixo, o gnomon, que lança uma sombra sobre uma placa ou superfície marcada em horas - como o do túmulo de Trimalchio em 71,11).

<sup>34</sup> SHEMELING, G. *A commentary on the Satyrical of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 84-85. É interessante notar o termo *automata(-um)* referido em 54,4.

<sup>35</sup> De búcinator: o que toca cometa ou trombeta, exemplo em CÉS. *B. Civ.* 2, 35, 6; ou ainda, apologista, panegirista, exemplo em CÍC. *Fam.* 16, 21, 2. *Dicionário Latino-Português*. Org. Ernesto Faria, 1962, p. 144.

<sup>36</sup> Há um debate entre Saylor (1987) e Panayotakis (1995): o primeiro vê os jogos como uma apresentação de elementos gladiatórios, que oponentes se a dificuldade de Trimalchio de lidar com - a frequente inabilidade da personagem - com a ideia da morte, enquanto o segundo rejeita tal conclusão.

aproximação entre *capillatus* e *delicatus/catamitus* é comum na iconografia e literatura<sup>37</sup>. O velho Trimalchio, descrito como feio e careca, é chamado de *pater familiae*<sup>38</sup>.

No capítulo 29, Encólpio é frequentemente surpreendido pelo o que ele vê e comumente ele precisa de um interprete. Antes mesmo do fim da Cena, o leitor percebe que a entrada da casa de Trimalchio é uma metáfora para o submundo (comparável ao de Hades): o cachorro na entrada é semelhante a Cérbero (*Cerberus*, guardião de múltiplas cabeças da entrada do inferno), e a proximidade com que Encólpio admira o mural pode ser um eco visual da Eneida (6, 20-34), onde Enéias admira o trabalho de Dédalo (*Daedalus*) construído para Apolo em Cuma antes dele entrar no submundo<sup>39</sup>. John Bodel nota o paralelo entre a inspeção da parede por Encólpio e a de Enéias na porta do templo de Apolo<sup>40</sup>. O mural na entrada da casa de Trimalchio descreve sua vida em cinco cenas (mas provavelmente em três painéis)<sup>41</sup>. Essa pequena galeria de pinturas de Trimalchio na entrada de sua casa poderia, na casa de um homem nobre, ser preenchida de *imagines* de ancestrais famosos<sup>42</sup>. Mas é improvável que Trimalchio conhecia seus ancestrais. Entretanto, Trimalchio é membro do sevirado do culto imperial (30, 1-2; 71, 12). A cena (...) *levantum mento in tribunal excelsum Mercurius rapiebat* (...) é equivalente a uma apoteose, e corresponde a sua passagem da escravidão a liberdade, e dessa vida para a após a morte.<sup>43</sup> Bodel comenta: “Os paralelos próximos que encontramos para a composição técnica e propósitos comemorativos do

<sup>37</sup> SHEMELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 86.

<sup>38</sup> PET. *Sat.* 27, 2.

<sup>39</sup> BODEL, J. *Trimalchio's Underworld*, in Tatum, 1994, p. 240; RIMMELL, V. *Petronius and the Anatomy of Fiction*. Cambridge, 2002, p. 186.

<sup>40</sup> Em VIRG. *Eneida* 6, 33-4. BODEL, John. *Freedmen in the Satyricon of Petronius*. University of Michigan, 1984.

<sup>41</sup> 1) *erat autem venalicium <cum> titulis* (Tinha sido ali pintado um mercado de escravos); 2) *Trimalchio capillatus caduceum tenebat Minervamque ducente Romam intrabat* (Trimalchio, de cabelos compridos, segurava o caduceu e entrava em Roma, conduzido por Minerva); 3) *hinc quemadmodum ratiocinari didicisset* (a partir daí, ele teria aprendido a fazer cálculos); 4) *dispensator factus esset, omnia diligenter curiosus pictor cum inscriptione reddiderat* (em seguida, teria sido promovido a tesoureiro; tudo isso o minucioso pintor tinha reproduzido diligentemente, com letreiros); 5) *in deficiente vero iam porticu levatum mento in tribunal excelsum Mercurius rapiebat* (Já no final do pórtico Mercúrio arrastava-o erguido pelo queixo em direção a uma plataforma elevada). Apesar de ser um escravo em (1), em (2) e (5) ele é pintado como um deus ou acompanhado por um deus. Em (2) Trimalchio é pintado similarmente a um general triunfante ou imperador entrando em Roma ou, ainda, a um herói entrando na cidade. Enquanto a cena (3) e (4) mostra a rápida elevação de Trimalchio como escravo, (5) tem algo especial: mostra Trimalchio como um liberto e o *tribunal* (71, 9) ao qual Mercúrio o conduz ao assento no anfiteatro ou teatro reservado aos patronos no espetáculo público.

<sup>42</sup> PL. *História Natural* 35, 6-7.

<sup>43</sup> Kerényi (1923), p. 158-9; K. Scott (1935), p. 227; Bodel (1994), p. 248, comparam os murais de Trimalchio com um sarcófago presente na Villa Doria Pamphilj em Roma, que exibe a narrativa biográfica de um homem que no fim toma o elevado lugar na carruagem guiada por Mercúrio. In: SHEMELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 95-6.



mural de Trimalchio deriva dos monumentos funerários (...)”<sup>44</sup>. O mural de Trimalchio aparece como a entrada do inferno, e o curso da *Cena* como um katabasis ao submundo para Encólpio. De acordo com Bodel (1994), entre outros autores, sinais de uma descida ao inferno e uma elevação ao mundo superior são evidentes<sup>45</sup>.

A pintura segue os acontecimentos da vida de Trimalchio, mas não inicia em seu nascimento e sim no mercado escravo. A biografia se inicia em um nascimento que não é retratado e termina na morte que não aconteceu, onde há apenas um funeral ensaiado por Trimalchio. Isso indica o traço de controle de Trimalchio sob tudo na *Cena*, até de sua própria morte. Dentro dessa história de transições, Trimalchio é frustrado na sua inabilidade ao elevar-se a uma alta classe social devido a sua servidão anterior<sup>46</sup>, mas ele não se envergonha de ter sido um escravo, nem de possuir escravos<sup>47</sup>. Trimalchio também traficou escravos (76, 6). Ele foi pintado como um jovem escravo de cabelos longos, sem estigma algum em relação a seu tempo de escravidão.

Em 29, 4, o uso do termo *dispensator*, que é uma posição de destaque na *domus*, nos remete ao debate historiográfico sobre a divisão de funções da casa romana ao longo da época augustana. Tal estrutura, em confirmação a posição aristocrática das fontes literárias latinas, indica o incentivo a disputas entre escravos e dependentes do *dominus*.<sup>48</sup> Em 29, 4 Trimalchio parece ter em sua história um sentido, *cursus*, onde com a ajuda de Minerva, aprende as habilidades típicas de escravos que se tornam libertos, comumente contabilistas, e em seguida ele torna-se *dispensator*.<sup>49</sup> Trimalchio fornece um mais detalhado *curriculum vitae* em 75, 10-77, 5<sup>50</sup>.

<sup>44</sup> BODEL (1994), op cit. p. 242. Ver também: WREDE (1971), p. 154; (1981) p. 93-105; DENTZER (1962); KLEINER (1988) p. 115-19. In: SHEMELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 96.

<sup>45</sup> SHEMELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 97.

<sup>46</sup> VEYNE, P. Vie de Trimalcion, *Annales*, ESC, 1961 e BODEL, J. *Freedmen in the Satyricon of Petronius*. University of Michigan, 1984.

<sup>47</sup> (53, 2): *in praedio Cumano quod est Trimalchionis nati sunt pueri XXX, puellae XL* (nas terras de Cumas que pertencem a Trimalchio, nasceram 30 meninos, 40 meninas). ROGER (1945), p. 19; FINLEY (1977), p. 154-66 e BODEL (2005) relacionam ao epitáfio de Aulus Capreilius Timotheus de Anfípólis, que ostenta ter sido um comerciante de carne (σωματῆ μπόρος). Ele é mostrado liderando uma linha de oito escravos acorrentados juntos pelos pescoços no mercado-escravo – não havendo envergonhamento aqui.

<sup>48</sup> MOURITSEN, H. *The freedman in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011 e THÉBERT, Yvon. O escravo. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, Cap V, p. 117-145.

<sup>49</sup> A partir do seu trabalho sobre escravidão romana Bodel (2010 325) comenta (em *atriensis e ostiarius - atriensem* equivale a ‘um escravo com várias responsabilidades’: *Sat.* 72, 8; 72; 10) que ‘não só os títulos atribuídos as funções particulares no serviço doméstico mudam com o tempo, mas certamente títulos descreveram funções diferentes em

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

O fim da pintura na parede, em 26, 5, traz a figura de Mercúrio, que assim como a figura de Minerva, foi reconhecida por Encólpio. Já que foram reconhecidas, ambas as *pictum* correspondem a um decoro, um código cultural partilhado a Encólpio – talvez a Ascilto e até ao garoto Gitão - e certamente a Agamêmnon, mas outros padrões não aparecem partilhado a eles em outras pinturas e objetos da casa, inclusive faltam também tais referências em relação a grande parte das falas de Trimalchio. Ao fim, esses personagens não parecem compreender completamente Trimalchio (suas falas e comportamentos e, inclusive, seus objetos). Trimalchio se eleva saindo da escravidão através da aquisição de riqueza e ajuda de Mercúrio, de quem ele assume o atributo (*caduceum*). Mercúrio, sua divindade protetora (77, 4; 67, 7) é quem transfere ele ao alto tribunal (e por exemplo, ao ofício de *servir Augustalis*), onde K. Scott e Bodel<sup>51</sup> anunciaram então haver uma apoteose. O movimento na forma de triunfo da escravidão para a liberdade explica porque sua casa é decorada como um *monumentum*: pintura alegórica de sua carreira e conectado a Mercúrio.

A história de Trimalchio é exibida em *pinturas in porticu* ao contrário das *imagines* que aristocratas poderiam ter representado no átrio. Quando *ex Asia*, Trimalchio não tem ligações na Itália, não possuía raízes e nem ancestrais dignos de *imagines*<sup>52</sup>. Representações alegóricas de sua carreira (71, 9) e seu jogo gladiatório favorito (71, 6) (re)aparecem no seu monumento. Autores (Wrede) apontam que esse estilo de representação alegórica (o falecido retratado no uso da divindade, geralmente Mercúrio) primeiro aparece no século I d.C na arte funerária de escravos e libertos orientais.

Apesar de ter a virtude de reconhecer a influência dos deuses na vida humana, em momento algum o liberto deixa de expressar que sua ascensão veio de um merecimento próprio, já que foi um escravo dedicado e fiel por tantos anos. Sobre a carreira de Trimalchio, em 75, 8-11

---

períodos diferentes. A posição de *atriensi*, por exemplo, cai em acentuadamente nos níveis, considerando os mais importantes escravos na casa; é função associada a de cozinheiro. Ele é um mordomo (gerencia a propriedade de outro) originalmente na troca do *atrium* (e talvez o espaço aqui descrito é um *atrium*) no qual *imagines* de ancestrais foram exibidas e tendo administração geral da casa e escravos reservada a ele. Primeiro o *dispensator* e *atriensi* mantêm funções similares. Maxey (1938) nota que três formas de *atriensi* podem ser identificadas.

<sup>50</sup> De acordo com as numerosas referências no Digesto (11, 3: 16; 14, 3: 12, 34, 2, 1, 40, 4: 24) *dispensatores* são normalmente escravos. São importantes funcionários no interior da casa, nos deveres e status. Ver também: SHEMEILING, G. *A commentary on the Satyrical of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 97-9.

<sup>51</sup> SCOTT, K. Mercury on the Bologna Altar, MDAI(R) 50: 225-30, 1935, p. 228 e BODEL (1984), op cit. p. 56.

<sup>52</sup> HOPKINS, K. *Death and Renewal*. Cambridge, 1983, p. 202, 255-6.

ele fala sobre sua trajetória e relação com seu senhor, e em 76, 1-11 ele também legitima sua carreira, descrevendo-a detalhadamente<sup>53</sup>.

A cornucópia, em 29, 6, é símbolo da divindade Fortuna, terceira deidade mencionada, e representa uma espécie de troféu para Trimalchio, que conquistou, junto aos deuses, toda sua riqueza e prosperidade. As três Parcas determinariam o curso da vida humana e usam a Roda da Fortuna para tecer os fios – Cloto, Láquesis e Átropos. A observação de Encólpio no pórtico

<sup>53</sup> PET. *Sat.* 75, 9-11: *Bene emo, bene uendo; alius alia nobis dicit. Felicitate dissilio. Tua autem, stertea, atiamnum ploras? Iam curabo fatum tuum plores. Sed, ut coeperam dicere, ad hanc me fortunam frugalitas mea perduxit. Tam magnus ex Asia ueni quam hic candelabrus est. Ad summam, quotidie me solebam ad illum metiri, et ut celerius rostrum barbatum habere, labra de lucerna ungebam, Tamen ad delicias [femina] ipsimi [domini] annos quattuordecim fui. Nec turpe est quod dominus iubet. Ego tamen et ipsimae [dominae] satis faciebam. Scitis, quid dicam: taceo, quia non sum de gloriosis* ('Compro bem, vendo bem'; um outro pode dizer outra coisa a vocês. Eu estou saltando de felicidade. Você, no entanto, sua roncaronca, por acaso ainda está se lamentando? Eu cuidarei já para que você lamente seu destino. Mas, como eu tinha começa a falar, foi minha temperança que me conduziu a minha fortuna. Eu cheguei da Ásia tão grande quanto este candelabro aqui. Em poucas palavras, todos os dias eu costumava me medir perto dele e, para que eu tivesse um rosto barbudo mais depressa, embebia meus lábios com o azeite da lâmpada. Contudo, fui durante quatorze anos, amante de meu dono. E isso não é vergonha alguma, pois é o dono que manda. Eu, no entanto, satisfazia também a esposa dele. O que eu vou dizer, vocês já sabem: eu me calo, porque não sou de ficar contando vantagens).

*Sat.* 76, 1-11: *Ceterum, quemadmodum di uolunt, dominus in domofactus sum, et ecce cepi ipsimi carebellum. Quid multa? Coheredem me Caesar fecit, et accepi patrimonium laticlanium. Nemini tamen nihil satis est. Cocupiui negotiari. Ne multis nos morer, quinque naues aedificauit, onerauit uinum – et tunc erat contra aurum misi – Romam. Putares me hoc inuississe: omnes naues naufragarunt, factum, non fabula. V no die Neptunus trecenties sestertium deuorauit. Putaris me defecisse? Non mehercules mi haec iactura gusti fuit, tamquam nihil facti. Alteras feci maiores et meliores et feliciores, ut nemo non me uirum fortem diceret. Scis, magna nauis magnam fortitudinem habet. Onerauit uinum, lardum, fabam, seplasiu, mancipia. Hoc loco Fortunata rem piam fecit; omne enim aurum suum, omnia uestimenta uendidit et mi centum aureos in manu posuit. Hoc fuit peculli mei fermentum. Cito fit quod di uolunt. V no cursu centies sestertium corrotundauit. Statim redemi fundos omnes, qui patroni mei fuerant. Aedifico domum, uenalicia coemo, iumenta; quicquid tangebam, crescebat tamquam fauus. Postquam copei plus habere quam tota patria mea habet, manum de tabula: sustuli me de negotiatione et coepi [per] libertos faenerare. Et sane nolentem me negotium meum agere exhortauit mathematicus, qui uenerat forte in coloniam nostram, Graeculio, Serapa nomine, consiliator deorum. Hic mihi dixit etiam ea quae oblitus eram; ab acia et acu mi omnia exposuit; intestinas meas nouerat; tantum quod mihi non dixerat quid pridie cenaueram. Putasses illum semper mecum habitasse* (De resto, graças aos deuses, tornei-me soberano na casa dele e, num piscar de olhos, apoderei-me do miolo-mole de meu dono. O que há mais para dizer? Ele me colocou como herdeiro juntamente com o imperador e eu recebi um patrimônio digno de um patricio. No entanto, ninguém fica satisfeito com nada. Tive a ganância de negociar. Sem prender vocês com pormenores, eu construí cinco navios, carreguei-os com vinho – e naquela época era como se fosse ouro -, mandei-os para Roma. Talvez achem que eu preparei isto: todos os navios naufragaram. Isso é um fato, não uma invenção. Em um único dia, Neturno devorou trinta milhões de sestércios. Vocês pensam que eu desisti? Mão, por Hércules, esse prejuízo serviu de aperetivo para mim, como se nada tivesse acontecido. Fiz outros navios maiores, não só melhores, mas também mais protegidos pelos deuses, de foma que nem uma pessoa sequer deixou de dizer que eu era um homem corajoso. A gente sabe que navio grande possui grande força. Carreguei-os novamente com vinho, toucinho, cereal, perfume, escravos. Nessa ocasião, Fortunata fez uma coisa boa, pois ela vendeu todas as suas jóias de ouro, todas as suas roupas e colocou em minhas mãos cem moedas de ouro. Isso foi como o fermento do meu patrimônio. Rapidamente se fez a vontade dos deuses. Em uma única viagem, eu cheguei a ganhar dez milhões redondos. Imediatamente, comprei de volta todas as fazendas que tinham sido do meu antigo dono. Construí uma casa, comprei um mercado de escravos no atacado, animais de carga; qualquer coisa que eu tocava crescia tal como um favo. Depois que passei a ter mais do que minha pátria inteira, dei um basta: tirei meu corpo fora do comércio de mercadorias e comeci a emprestar dinheiro a juros para libertos. E, mesmo eu não querendo, encorajou-me a manter meu negócio um astrólogo, que tinha vindo para em nossa colônia por acaso, um desses gregos que andam por aí, de nome Serapa, um conselheiro dos deuses. Ele me disse até mesmo coisas que eu tinha esquecido; narrou-me tudo nos mínimos detalhes; ele conhecia meus intestinos; a única coisa que ele não me disse foi o que eu tinha jantado no dia anterior. Até parecia que ele tinha sempre vivido comigo).

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

talvez demonstre o peso do passado de Trimalchio, ao qual ele tenta, especialmente por essa parede, glorificar. Apesar de não se envergonhar de onde veio, enaltece sua ascensão social e intelectual. Os atletas, em 29, 7 talvez expressem o valor dado à força física e rude, similar a de um escravo, com Trimalchio agora distante.

Em 29, 8 Trimalchio indica cultuar deuses domésticos pelas imagens de Lares de prata, porém ele não possui descendência nobre. Do mesmo modo, a estátua de mármore de Vênus (importante nos cultos romanos) provavelmente aponta para a tentativa que Trimalchio faz de vincular-se a uma origem nobre, uma vez que Enéias, segundo o mito fundador de Roma, seria descendente da deusa (e depois até mesmo os imperadores, como César, se vincularam). Ao mesmo tempo que evidencia seu passado de escravidão, mistura-o com referências de um grupo ao qual não pertence, uma cultura aristocrática onde ele não se encaixa.

Ao fim do capítulo 29, em *in medio* (em meio)<sup>54</sup>, há o sentido de que as figuras estão ao centro da pintura na parede, onde Trimalchio combina repertórios. A proximidade entre uma referência erudita (Homero) ao lado de gladiadores<sup>55</sup> talvez seja a melhor passagem de todo o Satyricon para elucidar a mistura que o personagem faz, tentando expressar seu vínculo próximo a aristocracia e o seu passado sem referências nobres<sup>56</sup>. Apenas Agamênon, Ascilto, Gitão e principalmente Encólpio parecem não compreenderem muitas das referências de Trimalchio, ou seja, eles não se associam a tal código social. Os quatro parecem ter erudição suficiente para conhecerem Homero, porém, as figuras, postas a forma de Trimalchio, não são reconhecidas por eles. Acreditamos que isso ocorra devido a esta mescla de códigos, e não devido à má técnica empregada pelo pintor. A parede traz a *Ilíada* e *Odisséia*, tema elevado, mas pintadas como Trimalchio as entende e de acordo com a forma que ele recebeu a tradição erudita. Portanto, sua parede mostra dupla filiação ao aproximar a retratação de tema erudito com outra retratação menos elevada, uma baixa filiação: gladiadores de Lenas. Desse modo, ambos os padrões são

---

<sup>54</sup> *in medio*: 'disponível' ou 'em exposição' ou 'à mão' como em Horácio *Serm.* 1, 2, 108 *in medio posita, not in medio atrio*; cf. M. Smith (1975), que nota a suposição equivocada *in media sc. porticu* na margem.

<sup>55</sup> *Laenatis*: o proprietário de uma *grex* de gladiadores ou provavelmente o magistrado que exibiu eles. A partir de um cognome encontrado em Pompéia (bem como outras famílias), Maiuri (1945, p. 12) especula que Lenas poderia ser um membro de uma família igual a do mestre de Trimalchio, Pompeu, a quem Trimalchio explicitamente reivindicou como seu patrão (*Sat.* 30, 2 C. *Pompeio Trimalchioni*) e de quem ele adota o nome. SHELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 100-

<sup>56</sup> PL. *HN* 35, 52 nota que um pórtico público é coberto com retratos de gladiadores; Cenas homéricas são comuns em pinturas de casas, como Vitruvius 7, 5, 2 revidica, e KELLUM (1999 296 n. 38) comenta na ubiquidade de afrescos de gladiadores. A villa na Puazza Amerina (Sicília) tem um mosaico ilustrando a história de Odisseu e do Ciclope.

importantes para Trimalchio, compondo o personagem e sua tentativa de consolidação de identidade. A mescla de padrões se repete na narração do monumento funerário de Trimalchio ao fim da Cena, onde mais do que consolidação de identidade, a personagem deseja construir – tentando também elevar - sua memória.

Já que não se mostra adequado a ambos os padrões, Trimalchio se exhibe como um mentiroso. Portanto, ele incorpora imagens populares e altas, mas a manipulação sob as duas formas são distorcidas e inconvenientes, criando representação inadequada e incompatível associação entre elas, devido aos desajustes e distanciamento das diferentes filiações apresentadas nas imagens, que respondem a diferentes formas de representações, já que usadas por grupos e indivíduos socialmente distintos. Trimalchio é desajustado aos padrões de diferentes grupos sociais, mas exhibe, desordenadamente, filiação a estes grupos de acordo com sua condição, de liberto - não nasceu livre e nem em família da aristocracia romana -, e riquíssimo - rara condição entre libertos. Ele finge e funde dois padrões de imagens para se auto representar e é inábil quanto às duas formas, portanto, não há uma verdadeira associada a ele. Contudo, decodificar as imagens no ambiente em que Trimalchio se revela é um modo para entendermos a construção do personagem. Essa decodificação pode partir da relação que a personagem estabelece com suas distintas conexões e ao traçarmos tais conexões, tendo em vista que foram criadas por um erudito aristocrata romano, Petrônio, que moldou Trimalchio. Entretanto, já que tais imagens são mal feitas na narração-pintura, esse é um caminho de interpretação sempre difícil e incerto. Desse modo, indicamos elementos alegóricos para decodificar as imagens, devido à possível (má) qualidade técnica, que é indicada, inclusive, pelo uso de legenda para assegurar tais imagens. Assim, em *interrogare* é entendida a inabilidade de Encólpio de interpretar por conta própria o que ele vê<sup>57</sup>. Courtney resume a sugestão que indicamos: Encólpio não pode entender a narrativa de pinturas porque elas eram tão distorcidas quanto à mítica memória de Trimalchio<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> SHEMELING, G. *A commentary on the Satyricon of Petronius*. Oxford University Press, 2011, p. 156.

<sup>58</sup> COURTNEY, E. *A Companion to Petronius*, Oxford, 2001, p. 79. Um bom exemplo está em *Sat.* 48, 7.

## **ST 2: Poder e Fé na Idade Média**

**Aléssio Alonso Alves**

Doutorando (UFMG)/ alessioaalves@gmail.com

**Felipe Augusto Ribeiro**

Doutorando (UFMG)/ felipeaur@gmail.com

## **As paróquias e a cristianização das comunidades rurais na Alta Idade Média: uma análise do caso das Astúrias nos séculos IV e V**

**Ulli Christie Cabral**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

*E-mail:* ulli.cristie@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este trabalho pretende apresentar um projeto de pesquisa em fase de desenvolvimento. A pesquisa consiste em analisar as evidências do papel que as paróquias desempenharam no processo de cristianização das populações rurais durante a Alta Idade Média. Tendo em vista que as organizações paroquiais ultrapassaram seu caráter puramente religioso durante o período e constituíram verdadeiros órgãos público-jurídicos, a intenção deste projeto é de investigar as implicações que essas formações comunitárias tiveram sobre a vida dos paroquianos no que se refere ao “aprender a ser cristão”. Tomando como base estudos históricos e arqueológicos, sobre a cristianização e a formação paroquial na Espanha, o objetivo é estudar o caso das Astúrias nos séculos IV e V, onde ainda se encontram grandes vestígios dessas uniões comunitárias, procura-se entender como o “modo de vida cristão” (que estava em pleno processo de construção) foi sendo inserido na comunidade por meio das próprias paróquias. A intenção é de compreender como essa rede comunitária aplicava a nova ordem cristã aos que estavam sob sua esfera de influência e como a mesma desempenhou papel na formação da identidade cristã.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alta Idade Média; cristianização; paróquias; Astúrias.

### **O Contexto Hispânico**

O século IV ficou marcado pelo aumento do processo de cristianização do mundo romano. O cristianismo já vinha apresentando um número cada vez maior de adeptos, o que só se intensificou com as medidas de Constantino e Teodósio. É nessa época que começam surgir, de fato, as nuances e bases do que viria a ser o “Império Cristão”. Porém, para esses primeiros anos, não é fácil delimitar a área de atuação dos cristãos em todo o mundo romano. Pouco se sabe, por exemplo, sobre a cristianização das comunidades rurais durante a Alta Idade Média, especialmente na Espanha. Existem poucas evidências que mostram a presença de cristãos na região antes do século V ou VI e as já descobertas apontam para uma vida urbana, sem uma clara conexão com o ambiente rural.



O historiador P. de Palol<sup>59</sup> procurou analisar sobre a cristianização da aristocracia hispânica durante o Baixo Império e, apesar de não falar diretamente sobre o noroeste da Espanha, cabem aqui algumas de suas reflexões. A primeira é a de que ao estudar o processo é preciso levar em consideração duas questões: os ambientes rurais e urbanos onde a doutrina cristã aparecia pela primeira vez, e a progressiva ruralização da aristocracia romana a partir do século III. Uma para entender como essa doutrina pode ter sido recebida e a outra para tentar averiguar sua difusão, mas as dificuldades em determinar quais seriam as famílias de notáveis na Espanha e seu papel social, se apresentam fortes. Ao examinar as poucas evidências documentais e arqueológicas da aristocracia hispano-romana da época não há meios de dizer, com certeza, se tais personagens possuíam apenas poder político ou também detinham poder religioso. Quando há esse tipo de informação, o que se percebe é um paganismo persistente, até o final do século IV e mesmo meados do século V. E ainda, segundo Palol, apenas Severus (que seria conhecido pela dedicação em restaurar o teatro de Mérida entre 333 e 337) poderia ser identificado como cristão<sup>60</sup>.

No universo literário, rico na época, não há indícios de textos ou referências cristãs. A aristocracia militar, não diferente da de outras áreas do Império (ativa, móvel), não dá sinais de ser cristianizada. Pelo contrário, das fontes que se tem acesso, sendo que a maioria provem de um período tardio, só dão mostras de paganismo. O que a arqueologia mostra é a introdução do cristianismo na península com caráter claramente urbano, nas comunidades organizadas nas cidades imperiais. Mas, exceto pelo conhecimento de alguns mártires e algumas personalidades eclesiásticas, não é possível afirmar em qual estrato social se encontrava o cristianismo nessa época, muito menos sua extensão humana ou social<sup>61</sup>. Ou seja, mesmo com a maioria das evidências arqueológicas sendo de origem aristocrática, ainda assim não dá para dizer se apenas entre os notáveis se encontravam cristãos ou se os mesmos procuraram de alguma forma, cristianizar também as classes menos favorecidas.

No começo do século IV e até sua metade, encontram-se zonas cristianizadas tanto nas cidades quanto no grupo dos grandes aristocratas do campo, e a presença cristã é intensificada no século V, o que pode ser explicado com a publicação do Édito de Tessalônica em 380 d. C.

---

<sup>59</sup> PALOL, Pedro de. *La Cristianización de La Aristocracia Roamna Hispanica*. [Pyrenae: revista de prehistòria i antiguitat de la Mediterrània Occidental](#), N.º. 13-14, 1977-1978, págs. 281-300

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. *La Cristianización de La Aristocracia Romana Hispánica*, p.284

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *La Cristianización de La Aristocracia Romana Hispánica*, p.286

Entretanto, Palol investiga de fato uma região hispânica restrita, a faixa litorânea do Mediterrâneo, que já era bastante romanizada<sup>62</sup>, com cidades e elementos típicos das mesmas (como o teatro) e, mesmo com uma visão mais generalizada, não é possível afirmar se a região das Astúrias foi afetada da mesma forma, mesmo porque as fontes nessa área específica são ainda mais escassas do que no restante da Península, tornando ainda mais difícil a tentativa de estudar seu processo de cristianização.

### **O Paganismo**

Um dos apontamentos mais importantes a respeito desse trabalho é que a região das Astúrias, apesar de fazer parte do Império Romano, não passou por um forte processo de “romanização”, seja por ficar em uma região mais afastada do poder central ou mesmo por não apresentar uma vantagem imediata aos romanos. O fato é que as populações que ali habitavam eram célticas, culturalmente e linguisticamente falando. Segundo Wendy Davies, o noroeste da Espanha ainda apresentava uma língua vernacular céltica nos séculos VI e VII<sup>63</sup>. Sua forte tradição conviveu, durante séculos, com o cristianismo que começou a ser introduzido no século IV. Desde o princípio do processo, os evangelizadores cristãos identificaram que não bastava converter as pessoas, era necessário combater suas práticas pagãs.

Cabe aqui uma definição do que seria esse “paganismo”. Hoje em dia, identificamos o paganismo com inúmeras denominações e práticas religiosas. No mundo romano não havia essa distinção. Lorenzo Martínez Ángel trás um exemplo disso ao tratar do sincretismo romano religioso, em que conviveram tanto os cultos do Estado, quanto os cristãos e até orientais<sup>64</sup>. Porém, o que vai tornando-se mais claro é que a medida que o cristianismo avança, o termo “pagão” começa a ser aplicado a tudo aquilo que não é cristão, e inclusive vai ser utilizada ao falar dos mulçumanos que viriam a conquistar a Península Ibérica<sup>65</sup>. As religiões pagãs da época, que conviviam com os costumes religiosos romanos, especialmente as de origem celta, tinham um caráter profundamente naturalista.

---

<sup>62</sup> Mesmo com o Édito, na faixa mediterrânica e no pouco que se consegue saber do restante da Espanha, existiu um paganismo persistente durante todo o século IV e até bem tardiamente no século V.

<sup>63</sup> DAVIES, Wendy. The Celtic Kingdoms. In: FOURACRE, Paul (org.). *The New Cambridge Medieval History: Volume 1 c.500–c.700*. Cambridge:University Press, 2005. p.232

<sup>64</sup> MARTÍNEZ. Lorenzo Ángel. Reflexiones Sobre El Paganismo Y La Cristainización. [Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales](#), nº8, 1998. p. 23

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_. Reflexiones Sobre El Paganismo Y La Cristainización. p. 23

O que frequentemente se analisa, e com muita propriedade, seria de que justamente por ser naturalista, e não ter deuses ou locais de cultos tão bem delimitados quanto era no meio cristão, esse paganismo apresentou uma dificuldade grande em ser combatido. De fato, se pensarmos que o processo de cristianização inicia-se no século IV, como a maioria dos autores parece concordar, é curioso que nos concílios de Toledo, que vão do século VI ao VII, contém referências ao paganismo, principalmente no espaço rural, e meios de combatê-lo.<sup>66</sup> O mesmo se repete nos textos de alguns bispos, por volta da mesma época, em que estavam cientes da continuidade e profusão de práticas pagãs mesmo em locais já considerados cristianizados. Talvez um caso que nos interessa mais, devido ao recorte espacial feito, é o do Rei Ramiro I, da monarquia asturiana, que empenhava uma luta contra o paganismo ainda no século IX. Logo se conclui que esse fenômeno da cristianização e a sobrevivência do paganismo não foi regional, mas ocorreu de maneira generalizada.

Tanto o é que um sínodo, realizada em Braga no ano de 1477 mostra uma curiosa passagem sobre a celebração das missas:

Porque segundo a ordeçam da sancta madre Igreja a missa nom deve seer celebrada senom nas egrejas e lugares a Deus consagrados e dedicados por reverença de tam alto sacramento que hé o Corpo e Sangue de nosso Senhor Jhesu Christo, o que achamos seer fecto pello contrario en muitos lugares desde arcebispado, celebrando missas nos canpos e nos pees das arvores e em outros lugares desonestos e de grande periigo por causa das chuivas, ventos e tenpestades e doutros inconvenientes que muitas vezes sobreveem.<sup>67</sup>

Essa clara ligação com as práticas pagãs e a forte conexão com seu naturalismo típico apresentam-se no século XV, praticamente mil anos após o início do processo de cristianização da Península Ibérica, agora cristianizadas. Segundo Ángel, a Igreja lutou contra as crenças pré-cristãs tentando eliminar as mesmas, destruindo sua forma, seus cultos e afetando com isso tanto os pagãos, quanto os cristãos que mantinham práticas anteriores a nova fé, tendo mais êxito com os primeiros do que com os segundos. Um cristão que estivesse nos locais onde o paganismo mostrou-se mais forte, como no noroeste da Espanha (o recorte espacial que aqui se propõe trabalhar), podia ir à igreja aos domingos e ainda acreditava no poder dos bosques. Para esse personagem suas crenças não eram incompatíveis e nunca pensaria que eram, a não ser que

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_, Reflexiones Sobre El Paganismo Y La Cristainización. p. 22

<sup>67</sup> MARTÍNEZ. Reflexiones Sobre El Paganismo Y La Cristainización. p. 29

ouvisse uma pregação em contrário. Mesmo com toda a luta da Igreja<sup>68</sup> em sua tentativa de erradicar o paganismo, foi mais fácil assimilá-lo. De fato, o paganismo persistiu de tal maneira que, com o tempo, passou a ser considerado como parte integrante da religiosidade popular.<sup>69</sup>

### **As Paróquias**

Quando se fala em cristianização nos séculos IV e V na Europa como um todo, um item merece ser destacado, não só por ter representado uma das possíveis ferramentas do processo, mas por mostrar-se presente até os dias atuais: as paróquias. J. Ignacio Ruiz De La Peña Solar trás uma definição clássica que Luchaire propôs em que a paróquia é historicamente considerada como “territorio cuyos habitantes son atribuidos por la autoridad episcopal a una iglesia particular y confiados a los cuidados espirituales de un sacerdote”.<sup>70</sup> No entanto, o conceito certamente pode ser ampliado levando em consideração as funções que lhe acabaram sendo atribuídas ao longo do tempo. As paróquias constituíram elemento unificador das comunidades locais, e foi base dos conselhos organizados.

Um dos principais pontos, pouco esclarecidos até o momento, devido a falta de documentação, é a da origem, por assim dizer, das paróquias na Alta Idade Média. Dos possíveis caminhos de análise nessa área existem duas teorias principais: a primeira vê as paróquias como uma formação espontânea das comunidades locais; a segunda trabalha com a perspectiva de que as mesmas foram formadas a partir de estruturas previamente estabelecidas e que, com a cristianização, passaram a ter um caráter congregacional cristão. Essa segunda teoria parece mais atrativa quando se considera que os romanos, ao deixar uma mínima estrutura administrativa no norte da Espanha, pretenderam formar centros religiosos e administrativos para que cada povo tivesse sua própria capital, uma referência de autoridade. Nesses centros, deuses romanos e celtas

---

<sup>68</sup> Martínez trás uma passagem de Oronzo Giordano que diz o seguinte: “todas aquellas prácticas ad arbores, vel ad fontes, vel ad lapides quaedam [fueron] denunciadas constantemente por las autoridades eclesiásticas y por las leyes estatales”. E a questão ainda pode ser entendida como uma luta de fato se levar em consideração quando S. Bonifácio destruiu uma grande árvore, sagrada aos germanos. Ou que S. Benito teria queimado um bosque inteiro dedicado a Apolo.

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_. Reflexiones Sobre El Paganismo Y La Cristianización. p. 33

<sup>70</sup> DE LA PEÑA SOLAR, J. Ignacio Ruiz. *Parroquias, concejos parroquiales y solidaridades vecinales em la asturias medieval. Asturiensia medievalia. Oviedo, nº 7, 1993-1994. p. 105*

dividiam o local de culto, e eram nesses centros que se realizavam as transações políticas e comerciais, além das religiosas, obviamente.

Esses centros continuariam a ter essa função agregadora mesmo quando as populações se converteram ao cristianismo, que não representava uma religião “destruidora” das relações políticas prévias. Como se sabe, as estruturas tipicamente cristãs que começam a se consolidar nesse período aproveitaram-se muito bem das instituições públicas e políticas do Império Romano. As paróquias na Espanha teriam sido, até o século V, propagadoras da ordem social que existia até então, ainda submetidas à autoridade dos bispos, sendo que não constituíam uma organização autônoma. É depois do século V que as paróquias vão passar a reger-se, tendo à frente uma figura como um presbítero, que terá uma relação mais próxima com os paroquianos. Mesmo tendo se apoderado de uma estrutura pré-existente a motivação para a formação das paróquias foi religiosa, no sentido que após o processo de cristianização ter sido iniciado é que os centros de referência passam a constituir marcos de união entre as comunidades, primeiramente estando sob a total tutela de um bispo e, posteriormente, de um presbítero, atingindo maior autonomia local.

Porém, a escassez de documentos não permite inferir quando e onde, exatamente, as redes paroquiais passaram a ser uma realidade no noroeste da Espanha. A melhor evidência que se pode utilizar é o *Documento de Tructino*, que possivelmente data do ano de 868 e é basicamente uma relação das 65 igrejas que compunham a diocese de Iria, ou seja, àquelas que estavam diretamente sobre a jurisdição do bispo e não eram particulares. Devido ao contexto, é totalmente possível imaginar que cada uma dessas igrejas representava uma paróquia diferente. Mesmo que não trate especificamente das Astúrias, não é errado pensar que as paróquias desenvolveram-se na região também. E é possível pensar dessa forma se considerarmos a profusão de paróquias que existiam nas Astúrias por volta dos séculos XII e XIII. De fato, Oviedo é um dos melhores exemplos de cidade que passa a ser administrada pelo conselho paroquial<sup>71</sup>, da qual se conclui existia uma organização paroquial prévia que remontava séculos antes.

Um ponto importante a ser levantado é a de que a maioria das paróquias que existem até hoje nas Astúrias se constituíram ainda nos séculos IV e V. O arqueólogo José Carlos Sánchez

---

<sup>71</sup> DE LA PEÑA SOLAR. Parroquias, concejos parroquiales y solidaridades vecinales em la asturias medieval. p.111  
Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Pardo, demonstra que as paróquias não forçaram um novo espaço geográfico, respeitando limites históricos e culturais e as formações comunitárias que já existiam. A paróquia não foi imposta, foi apenas adaptada ao contexto das populações rurais que haviam lá, dando sentido às mesmas, reunindo-as e agrupando-as sobre a religião cristã. As organizações paroquiais ajustaram-se aos espaços geográficos, ocupando os territórios de forma eficaz, ordenada e completa. Segundo Sánchez Pardo,

las iglesias tenderan a distar de tres cuartos de hora a una hora de camino unas de otras (de 3 a 4 km), para que todos los fieles puedan cumplir el precepto de asistencia a misa los días festivos, o por lo menos todas las familias puedan estar representadas en el templo.<sup>72</sup>

A organização das paróquias se deu de forma ordenada, podendo mesmo ter sido planejada (um bispo ou um aristocrata pode ter enviado um pregador ou presbítero já para uma região específica, conhecida, tomando consciência de seu projeto cristianizador). Analisando o processo de surgimento das paróquias, não restam dúvidas que de fato foram importantes para a difusão do cristianismo, a proposta de trabalho é a de averiguar em que medida a instituição dessas organizações auxiliou na cristianização desses povos.

Evidentemente, parte-se do princípio de que as paróquias fizeram parte do processo cristianizador. Uma organização tão centralizadora e que demandava a participação das pessoas (as paróquias eram e ainda o são, por definição, um conjunto de pessoas que se reconhecem em torno de uma autoridade cristã local) teve um papel interventor na vida dos párocos. Ainda mais se for considerado o extenso plano de tornar o Império Romano em um império cristão. As paróquias aparecem aqui como um instrumento eficaz, pelo pároco ter uma relação a nível pessoal com os paroquianos. Outro ponto que deve ser levado em consideração foi o caráter administrativo que as paróquias foram adquirindo, já no fim do século IV, com as formações de *consejos vecinales*.<sup>73</sup>

O projeto das paróquias como meio de levar o cristianismo ao ambiente rural, e mesmo ser facilitador do controle das práticas dos paroquianos, é o que em trabalhos futuros pretende-se investigar. O problemático de pensar seria partir da premissa de que essa cristianização falhou

---

<sup>72</sup> SÁNCHEZ, José Carlos Pardo. Las iglesias rurales y su papel en la articulación territorial de la Galicia medieval (ss. VI-XIII). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. 40-1, 2010. p. 164

<sup>73</sup> A palavra *vecinal* não apresenta uma boa tradução direta em português. Seu sentido trata das relações de vizinhança, união, comunidade. Optei por mantê-la como me foi introduzida pelo texto de De La Peña Solar.

por, como já foi mencionado, mil anos depois o paganismo ainda ser combatido. É preciso levar em consideração que a própria ação romana frente ao paganismo apresentou questões que precisam ser levadas em conta. Como por exemplo, o fato de trabalhar o paganismo como uma coisa só, sem observar as variações que existiam de uma religião para outra. Para a Igreja, “pagão” era o não-cristão, uma visão extremamente generalizada que provavelmente dificultou ainda mais o “combate”. Também interferia na formação da identidade cristã, que não estava formada e variava com as denominações. O cristão se definia em oposição ao “pagão”, mas era difícil identificar o que era ser pagão sendo que as práticas eram largamente reproduzidas.

Fato é que o sincretismo religioso foi necessário para o desenvolvimento do cristianismo, e como parte importante do processo não pode ser necessariamente considerado como uma “derrota”. É mais um elemento que precisa entrar no estudo da época. A intenção é a de mostrar o quanto a cristianização da Espanha mostrou-se difícil em um primeiro momento (não que houvesse uma resistência aos cristianismo, na verdade os nativos mostraram-se bem receptivos a nova fé), pela presença mínima, até onde foi possível determinar a partir de estudos arqueológicos, de cristãos na região. E a partir do momento em que se percebeu que não seria problema converter as populações, mas de fato fazer com que abandonassem suas antigas práticas a ideia de cristianização assume uma nova faceta. Baseando-se nisso que futuros trabalhos investigarão que parte as paróquias tomaram nessa questão, em que medida essas organizações comunitárias envolveram-se na cristianização de uma região com tradição celta tão acentuada quanto eram as Astúrias nos séculos IV e V. Sem entrar no mérito de que foi uma empreitada vitoriosa ou falha, basta pensar que o Cristianismo é hoje a principal religião do Ocidente, mesmo com todas as práticas pagãs que incorporou ao longo dos anos.



# Representações cristãs femininas em perspectiva comparada: os casos das rainhas medievais Beatriz e Filipa

**Priscila Cardoso Silva**

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

[priscila.historia@hotmail.com](mailto:priscila.historia@hotmail.com)

**RESUMO:** O trabalho busca analisar comparativamente as representações de Beatriz de Castela (1293-1359), esposa de D. Afonso IV de Portugal, e Filipa de Lencastre (c.1360-1415), mulher de D. João I. Partindo da perspectiva de estudos sobre a categoria gênero e de uma seleção de fontes constituída majoritariamente por crônicas lusitanas escritas entre os séculos XV e XVI, a prática discursiva sobre tais rainhas revela que ambas – mas cada uma em sua medida – tenderam a ser idealizadas por autores como Fernão Lopes, Gomes Eannes de Zurara e Rui de Pina, cumprindo papéis de mães exemplares, rainhas piedosas e mulheres pudicas. Filipa, por exemplo, receberia o adjetivo de “santa” em varias passagens da *Crônica da Tomada de Ceuta*, status de religiosidade que Beatriz não conseguira alcançar, apesar de ter sido criada por sua sogra Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada pela Igreja Católica como Santa Isabel. Porém, a construção de figuras régias na literatura portuguesa sofre uma complexificação e uma diversificação que nem sempre correspondem aos ideais femininos do Baixo Medievo. No intuito de compreender cada caso e observando em que medida suas representações destoam ou não das intenções de seus autores e expectativas da corte, o exame da cronística em pauta instiga reflexões historicamente necessárias como papéis femininos, relações de poder, representações medievais cristãs femininas e contribuições político-culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idade Média; Portugal; rainhas

O discurso cronístico medieval português reserva uma atenção especial não somente às representações de seus reis, mas também às de suas rainhas e linhagens a eles relacionadas. Em um contexto de formação de Estados nacionais e expansões marítimas, importa exaltar a tradição e os bons costumes das dinastias lusitanas em prol tanto da construção de uma identidade nacional portuguesa quanto de um reconhecimento externo de Portugal como um reino independente. Nesse sentido, encomendar obras que seriam feitas por cronistas oficiais do próprio reino e que evoquem um passado glorioso surge como uma solução interessante. Por volta do ano de 1434, D. Duarte propõe essa tarefa a Fernão Lopes, solicitando a escrita de crônicas que descrevessem os reinados de seus ascendentes. Assim surgiram a *Chronica del Rey D.*

*Pedro I e a Chronica de El-Rei D. João I*,<sup>74</sup> cujos principais propósitos resumiam-se em narrar os feitos de seu avô e de seu pai, falecido no ano anterior.

Contar a trajetória de D. João mostra-se particularmente importante na história de Portugal porque engloba a explicação da Revolução de Avis – ocorrida entre 1383 e 1385 – enquanto movimento político. Seu desfecho fora vital para o fim das disputas territoriais entre Portugal e Castela, assim como o estabelecimento de uma nova dinastia – a dinastia de Avis – inaugurada pelo personagem principal da segunda crônica supracitada. Por conseguinte, nada mais coerente do que definir como um dos pontos de origem nos trabalhos de elaboração das crônicas um reinado que, mais do que ter garantido, em 1411, a oficialização da independência de Portugal frente à Castela, deu o pontapé preliminar no processo de expansão marítima.

Dessa forma, não seria por acaso que, em comparação com as outras, a *Chronica de El-Rei D. João I* tenha uma quantidade de fólios notavelmente superior. Considerados, respectivamente, o avô e o pai da “Ínclita Geração”,<sup>75</sup> D. Pedro I e D. João I revelam-se personagens mais heroicamente possíveis de construção do que, por exemplo, D. Dinis e D. Afonso IV, que negociavam tratados e fronteiras com Castela ainda no século XIV. Antes de lançar-se aos empreendimentos exteriores à Península Ibérica e à Europa, era necessário resolver os problemas internos. Assim, D. João fora representado nas crônicas como não somente um cristão exemplar, mas também um rei de grandes feitos, sendo suas principais virtudes – a justiça e a piedade – decorrentes tanto de sua educação quanto de sua bondade interior.<sup>76</sup>

A preocupação com a imagem das rainhas analogamente ficava evidenciada nos escritos dos cronistas. No caso da esposa de D. João I, Filipa de Lencastre, fazia-se essencial, além de enfatizar suas virtudes, legitimar sua própria ascendência, encobrindo, de certa forma, a origem de uma dinastia baseada em um rei bastardo. De acordo com os escritos de Zurara, portanto, a inglesa havia nascido “[...] da mais alta geração, que aúia amtre todollos príncipes christãos [...]”,<sup>77</sup> ressaltando inclusive os laços religiosos de sua família. Filipa de Lencastre parecia

---

<sup>74</sup> Também foi nesse contexto que a *Chronica de El-Rei D. Fernando* foi formulada. D. Fernando foi irmão de D. João, sendo a sua morte uma das origens para a crise sucessória em Portugal e, conseqüentemente, para a eclosão da Revolução de Avis. Porém, tal obra não faz parte da seleção original de fontes dessa pesquisa de mestrado em geral, uma vez que o objetivo principal da mesma consiste em comparar as representações das rainhas Beatriz de Castela, esposa de D. Afonso IV e mãe de Pedro I e Filipa de Lencastre, esposa de D. João I.

<sup>75</sup> Termo cunhado por Luís de Camões em *Os Lusíadas* para referir-se aos descendentes de D. João I e Filipa de Lencastre, devido ao alto grau de educação e de espírito militar-expansionista que os mesmos possuíam.

<sup>76</sup> LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei D. João I*. 2. ed. Lisboa: Escriptorio (Coleção Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1897-1898, v. 4, pp. 6-7.

<sup>77</sup> ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 143.

acompanhar o marido frequentemente – de algum modo contrariando os ideais de reclusão atribuídos às mulheres medievais – o que seria uma forma de apoiar os seus feitos. A presença da rainha retrata, mais do que sua participação ativa nas decisões do reino, uma provável preocupação com seu marido, atitude esta que fora traduzida pelas crônicas principalmente como um amor fiel. Um exemplo destas recorrentes passagens é encontrado em:

Amou bem fielmente o seu mui nobre marido, sendo bom sentido de o nunca anoiar, e da boa ensinança e criação de seus filhos; não fazia cousa alguma com rancor nem odio, mas todas suas obras eram feitas com amor de Deus e do próximo.<sup>78</sup>

O mesmo fragmento redireciona as qualidades e atributos de Filipa para outros dois aspectos. O primeiro, a reprodução da boa educação que tivera na Inglaterra sob seus filhos. Nesse contexto, a rainha igualmente cumpre o papel louvável aos olhos da sociedade de época de prover filhos. O segundo ponto, a ligação da rainha com os princípios cristãos, relaciona-se ao primeiro por compreender-se que tais ensinamentos se revelam impregnados de religião. Afinal, compartilha-se com a tese de Jean-Claude Schmitt de que “se há uma noção que resume toda a concepção de mundo dos homens da Idade Média, é a de Deus”.<sup>79</sup> Depois do exposto, torna-se difícil descartar tanto a recorrência quanto a importância das representações régias nas crônicas portuguesas. Porém, embora se reconheça o caráter tendencioso/parcial das fontes em pauta, não é possível concebê-las como totalmente descoladas de uma realidade específica ou como absolutamente fictícias.

Ao analisar representações femininas em textos medievais literários, por exemplo, cabe, portanto, enunciar a valorização do social histórico, ultrapassando a abordagem estrutural da narrativa herdeira do formalismo russo, marcada pela utilização do texto pelo texto *per se*. No caso em questão, analisar uma crônica sob a perspectiva estrutural consistiria em identificar estruturas que se repetem e que permitem classificá-la como tal. Esse tipo de abordagem acaba por desconsiderar o sistema de relações existentes entre o sujeito – aquele que produz o discurso – e o objeto. Uma boa saída para resolver a problemática residiria na proposta encabeçada por Julia Kristeva, que melhor abarca o contexto em que as fontes foram escritas, os objetivos gerais ou específicos de seus autores e os artifícios linguísticos que eles empregaram para tentar atingi-los.

<sup>78</sup> LOPES. *Chronica de El-Rei D. João I*, v. 5, p. 129.

<sup>79</sup> SCHMITT, Jean-Claude. Deus. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, 2002, v. 1, p. 301.

A autora ressalta a orientação dupla de um texto “para o sistema significativo no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social do qual participa enquanto discurso”,<sup>80</sup> visto que ele é mais do que um mero produto estático. O texto, portanto, transforma-se de produto a produtividade, porque mais do que uma marca do vivido, faz parte dele.

Tem-se, então, na análise do discurso uma dimensão de duplo jogo entre língua e história, ou como nomeara Kristeva de modo análogo, entre fenotexto (a estrutura, o produto, as combinações linguísticas) e o genotexto (o pensamento da época). Como parte integrante na análise de discurso, a análise semântica – mais próxima da corrente estruturalista tradicional – ganha tons qualitativos mais apurados, sendo possível indicar, pelo conteúdo das fontes e vinculada ao contexto de sua produção, ações de figuras régias como, por exemplo, Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre, adjetivos que possam esclarecer seus atributos e imagens relacionadas às rainhas por meio do uso de figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles e outras. Dessa forma e em grande parte, a proposta de Kristeva de diálogo entre texto e contexto converge com a sugestão de análise de conteúdo criada por Laurence Bardin, que privilegia tanto as “unidades de registro”<sup>81</sup> como as palavras, o tema e as personagens quanto a “unidade de contexto”,<sup>82</sup> isso é, o contexto histórico propriamente dito, incluindo as relações sociais nele inscritas.

Analisar a cronística portuguesa sob a perspectiva do discurso implica em tomar como pauta os diversos meios de legitimação do poder régio, cuja organização hierárquica presente especialmente na sociedade medieval pode ser deduzida através da preocupação das fontes em defender a superioridade masculina. Assim, ao passo que os reis em geral surgem nas fontes como grandes protagonistas da história lusitana, as rainhas ocupam um lugar um pouco mais contido, apesar de na maioria dos casos representarem um exemplo de educação e valores a serem seguidos pelas outras mulheres, por desfrutarem de uma posição superior.

Rainhas e princesas, por estarem no topo da sociedade *feminina*, necessitam de um rigor máximo nas normas morais, nunca alcançados por outras, uma vez que a inferioridade das mesmas limita a disciplina perfeita. Indica-se, nesse contexto, a importância da exaltação da figura

---

<sup>80</sup> KRISTEVA, Julia. *Introdução à Semanálise*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, pp. 4-5.

<sup>81</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002, pp. 104-107.

<sup>82</sup> \_\_\_\_\_. *Análise de conteúdo*, pp. 107-108.

de Filipa como modelo de comportamento feminino tanto no que diz respeito às virtudes religiosas – suas constantes orações e jejuns, por exemplo – quanto à função de prover herdeiros para a família.<sup>83</sup> Apesar de ter disso criada por sua sogra Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada pela Igreja Católica como Santa Isabel, Beatriz não conseguiu alcançar o status de religiosidade da rainha Filipa, que por diversas vezes foi referenciada pelo cronista Zurara com o adjetivo de “santa”. Seu sentimento religioso fora tão reforçado na *Crónica da Tomada de Ceuta*, que no momento de sua morte, tivera uma visão com Nossa Senhora.<sup>84</sup>

Apesar disso, a historiadora Christiane Klapisch-Zuber entende a mulher medieval em geral como aquela que seria caracterizada por uma inferioridade natural em teoria e que ocuparia uma posição secundária no que diz respeito ao homem.<sup>85</sup> Dessa forma, estudar gênero em narrativas literárias significa questionar determinismos biológicos e admitir relações constituídas socialmente entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva de Joan Scott – principal teórica sobre gênero – trata-se, então, de estudar papéis desempenhados de acordo com as questões sociais, pondo enfoque não somente no lugar social, mas inclusive nas construções ideológicas de identidade. Na visão de Scott, as categorias são articuladas à noção de poder – promovendo a diferenciação sexual – e construídas pela prática discursiva, cujo método consiste justamente na análise de discurso. Apesar de as crônicas exaltarem modelos de mulher recatada e introvertida, fornecem, contudo, instrumentos para a construção de representações implícitas mais complexas e diversificadas de rainhas como Beatriz e Filipa.

Beatriz de Castela, esposa do rei português D. Afonso IV, ficara marcada no imaginário português como a rainha mediadora de conflitos ao, por exemplo, tentar evitar a entrada dos exércitos castelhanos durante a guerra luso-castelhana de 1336.<sup>86</sup> Outra importante atuação exercida pela castelhana decorreu-se de uma guerra civil provocada por seu marido, que condenou à morte a amante de seu filho Pedro, Inês de Castro, com quem já havia tido alguns filhos. Percebendo o perigo de bastardos para a prosperidade da dinastia e as aspirações da

---

<sup>83</sup> CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, etc. al. Porto: Edições Afrontamento, 1993, v. 2: A Idade Média, p. 104.

<sup>84</sup> ZURARA, Gomes Eannes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, pp. 136-137.

<sup>85</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, v. 2, p. 137.

<sup>86</sup> Oliveira, Ana Rodrigues. *Rainhas medievais de Portugal: dezessete mulheres, duas dinastias, quatro séculos de História*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

família Castro ao poder, D. Afonso mandou assassinar Inês, incitando a ira de Pedro. Com a ajuda do arcebispo D. Guilherme, Beatriz assegurou o fim das discórdias familiares através de um acordo assinado em 1355:

Finalmente vindo o Infante ao Lugar de Canavezes, onde foy ter com ele a Rainha Dona Brites [Beatriz], sua mãy, e o Arcebispo de Braga, com outras authorisadas pessoas, que ali se juntarão intervindo todos pela paz, e quietação do Reyno, depois de grandes debates, e altercações, o vieraõ a concordar com ElRey aos 5. do mez de Agosto do mesmo anno de 1355.<sup>87</sup>

Em síntese, reis, e particularmente para a pesquisa de mestrado, rainhas como Beatriz e Filipa tenderam a ser idealizados pelos referidos cronistas medievais, cumprindo, cada um ao seu modo, papéis de mãe e pais exemplares, reais a rainhas piedosos e, especialmente no caso das soberanas, de mulheres pudicas. Uma vez casadas e em terras lusitanas, Beatriz e Filipa surgem com mais frequência das crônicas portuguesas. Mesmo assim, as referências à segunda superam consideravelmente as da primeira, o que leva a supor – dentre outras hipóteses que vêm sendo desenvolvidas na pesquisa de mestrado – que a recorrência e a forma como cada esposa foi mencionada e descrita não deixaram de ser influenciadas pelos próprios contextos históricos em pauta.

Crescendo em um ambiente culto e conhecendo as atribuições valorizadas em esposas do topo da sociedade medieval feminina, Filipa e Beatriz ganharam nas crônicas descrições que se aproximavam dos ideais de mulher casada. Mesmo se os contextos históricos das guerras as levou para outro reino que não os seus, as fontes sugerem que ambas traziam a figura da mulher fiel frente aos seus maridos; em Filipa, com a origem inglesa a seu favor – e também por isso, dentre outras justificativas, destacando-se mais do que a castelhana – em Beatriz, apesar dos embates entre Castela e Portugal no século XIV.

Por vezes comparecendo em eventos de natureza político-militar ou aconselhando seus próprios maridos,<sup>88</sup> as rainhas não somente podem como devem ser igualmente reconhecidas como figuras atuantes nos contextos históricos dos séculos XIV e XV, embora admitindo os

---

<sup>87</sup> LOPES, Fernão. *Chronica del Rey D. Pedro I*: deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo. Cognominado o Justiceiro. Lisboa Ocidental; Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1735, pp. 476-477.

<sup>88</sup> A fins exemplificativos, citam-se a presença de Beatriz no juramento de fidelidade de seu filho Pedro ao pai D. Afonso IV – que selava o acordo de Marco de Canaveses e garantia a paz em Portugal após um período de guerra civil – e o comparecimento de Filipa ao funcionamento de uma bastida construída para derrubar os muros da vila de Salvaterra, no ano de 1388.

limites das próprias ações e representações medievais genuinamente femininas – isto é, os limites de ações e representações desvinculadas de qualquer forma de dominação masculina, mesmo se majoritariamente inferidas pelo discurso – as quais, de todo modo, estão inseridas em uma sociedade impossível de ser concebida sem a noção de hierarquia.



## Os muitos papéis da rainha: o conceito de *queenship* em Portugal medieval

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva

Doutoranda em História

PPHR - UFRRJ

danielleoliveiras@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho irá analisar o conceito de *queenship* e sua aplicabilidade ao caso português a partir dos exemplos das rainhas D. Leonor Teles de Meneses e Felipa de Lencastre. Origem familiar, maternidade bem sucedida, piedade e intercessão formam os fatores que faziam parte das prerrogativas que estavam na origem do poder da rainha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Realeza, Mulheres, Portugal Medieval.

Este trabalho parte dos estudos sobre *Queenship*, o conjunto de prerrogativas referentes à Rainha e seus múltiplos papéis no contexto de Portugal Medieval. *Queenship* é um conceito que vem sendo trabalhado pela historiografia anglo-saxã desde a década de 1990, e tem ampliado os horizontes dos pesquisadores interessados nas mulheres oriundas da realeza medieval. Os pesquisadores que trabalham com este conceito em Portugal e Espanha, mantêm o termo original em inglês pela falta de uma definição concisa nas línguas latinas que possa ser utilizado para dar a amplitude que os estudos de *Queenship* abarcam<sup>89</sup>.

O fato é que o papel político e social da rainha foi longamente menosprezado, se considerarmos que a história foi escrita por homens sobre homens: os reis, seus ministros e

---

<sup>89</sup> RODRIGUES, Ana Maria & SILVA, Manuela Santos. Women's and Gender History. In: MATTOSO, José (dir.). *The Historiography of Medieval Portugal (1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p 492.

conselheiros. E conforme sinalizado por Theresa Earenfight<sup>90</sup>, estas leituras nos dão a percepção de famílias onde não existiam mulheres. Na documentação medieval, as mulheres aparecem, quase sempre, em contextos de exceção. Elas estão visíveis em seus casamentos e em sua morte, pois geralmente, são nestas ocasiões que uma rainha é citada nas crônicas que registram os feitos que lhe são contemporâneos. Fora destes momentos, encontramos mais frequentemente as figuras femininas envolvidas em escândalos ou atos de caridade. Aparentemente as rainhas de má fama também se estabeleceram nos registros e imaginários medievais como exemplos do que *não* fazer.

É importante observar que nos múltiplos reinos da alta idade média, o casamento era um assunto de cunho pessoal, que envolvia os interesses locais, e fazia com que o monarca eventualmente praticasse algum tipo de poligamia, não existindo a obrigação de primogenitura ou legitimidade para que um filho fosse herdeiro de seu pai. Isto fazia com que o papel da rainha não fosse claramente estabelecido, dando espaço para repúdios, divórcios, novos casamentos e reposicionamentos sociais. A evolução do casamento dentro da órbita da Igreja, que o tornou um sacramento, foi um fator de excepcional importância para a valorização do papel da rainha.<sup>91</sup> Foi o momento em que ela se tornou peça fundamental para a legitimação da dinastia. Era através de seus filhos que a linhagem sobreviveria, e sua influência no âmbito familiar, aumentou.

A questão é que as rainhas eram posicionadas no jogo político de forma que sua origem e parentesco não pudesse deixar de ser levada em consideração. Rainhas eram sempre a irmã, filha, esposa ou mãe de algum soberano. Em seus múltiplos papéis, ela poderia ser encontrada como sendo a **rainha consorte**, casada com o rei, a **rainha mãe**, mãe do rei, a **rainha regente**, na ausência de seu marido ou filho, a **rainha tenente**, braço direito do monarca que se encontrava em outra parte de seu domínio, a **rainha viúva**, após a morte do rei. Estes papéis por sua vez, poderiam ser subsequentes ou simultâneos, para complicar mais a identificação<sup>92</sup>.

O objetivo deste estudo específico é analisar brevemente as relações dos reis portugueses com suas consortes sob a ótica dos estudos de *Queenship*, entre os anos de 1373 e 1415 que

---

<sup>90</sup> EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave MacMillan, 2013, p.2.

<sup>91</sup> EARENIGHT. *Queenship in Medieval Europe*, p. 35.

<sup>92</sup> \_\_\_\_\_. *Queenship in medieval Europe*, p. 14.

compreendem o governo de D. Fernando, desde seu casamento com D. Leonor Teles de Meneses, e o governo de D. João I, até a morte de D. Filipa de Lencastre, sua esposa.

Em relação às prerrogativas do poder da rainha, alguns aspectos devem ser analisados detidamente. A relevância da família de origem, a importância geopolítica do país de onde vem, questões referentes à riqueza pessoal, à fertilidade, à piedade e sua capacidade de interceder junto ao rei ou influenciá-lo. Intercessão e influência são aspectos similares do *Queenship* com resultados diferentes conforme veremos. Para um estudo preliminar e efeito de exemplificação, vamos fazer a comparação entre a Rainha D. Leonor e a Rainha D. Felipa utilizando os critérios referentes ao *Queenship*.

A escolha destas rainhas para um primeiro exercício de aplicação dos conceitos de *Queenship* em Portugal, não foi aleatória. Tanto D. Leonor Teles de Meneses quanto sua sucessora, D. Felipa de Lencastre, foram rainhas cuja a fama foi grande entre seus contemporâneos e também na posteridade, por motivos distintos. Ambas tiveram seus feitos contemplados nas crônicas escritas por Fernão Lopes<sup>93</sup>, cronista oficial da Dinastia de Avis, que escreveu a curta distância dos acontecimentos, na década de 30 do século XV.

Em uma breve retrospectiva biográfica, devemos lembrar que D. Leonor era uma fidalga casada, sobrinha do Conde de Barcelos, um dos grandes senhores portugueses, quando o rei D. Fernando a percebeu na corte e se apaixonou por ela. D. Fernando forçou uma anulação do casamento de Leonor pelos prelados portugueses, e se casou secretamente com ela no ano de 1372. Os boatos correram, e quando o povo de Lisboa ficou sabendo e foi interpelar o rei, este desconversou, pediu um prazo e fugiu para o norte do país onde esperou a poeira baixar.

O casamento de D. Fernando e D. Leonor não foi fértil. Das gravidezes da rainha, apenas uma menina, a Infanta D. Beatriz, herdeira do trono vingou. O reinado de D. Fernando encontrou dificuldades, tais como, guerra externa com Castela e surtos de peste. Leonor foi uma rainha proativa que tinha opinião política e muitas vezes interferia e participava nas decisões de D. Fernando, fato que levou o povo a considerá-la culpada pelos maus sucessos do governo.

A morte de D. Fernando em 1383, após um período de doença, deixou Portugal com uma jovem rainha de onze anos casada com o rei de Castela, o que ameaçava a independência do

---

<sup>93</sup> Cf. LOPES, Fernão. *Crônica del Rei D. Fernando*. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 2003. \_\_\_\_\_. *Crônica del Rei D. João*, Vol. III. Lisboa, Portugália Editora, s/d.

reino, e D. Leonor se tornou a regente de acordo com os termos do tratado de Salvaterra de Magos<sup>94</sup>, com a missão de governar até que um hipotético neto chegasse a idade de 14 anos. Leonor não era suficientemente benquista para o que se propunha a fazer. Os boatos eram de que tinha um amante, na figura de seu conselheiro João Fernandes de Andeiro, conde de Ourém, que era detestado pela população, e o conseqüente assassinato deste pelo Mestre de Avis, o infante D. João, foi um fator explosivo e inesperado que levou ao fim a curta regência de Leonor Teles, a primeira mulher a governar Portugal desde os tempos fundadores da condessa D. Teresa no século XII.

A conhecida Revolução de Avis foi a quebra de dinastia que tirou do poder D. Leonor Teles, desqualificando sua herdeira, D. Beatriz, e colocou no trono o Infante D. João, filho bastardo do rei D. Pedro e meio-irmão de D. Fernando. D. João conseguiu expulsar o exército e as pretensões castelhanas ao trono português na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Após vencer a batalha e ver conquistada sua reivindicação ao trono, era hora de arrumar uma esposa e se esforçar por fundar sua dinastia. D. João fez uma boa escolha na figura da princesa inglesa, D. Felipa de Lencastre. Filha de João de Gaunt e neta de Eduardo III, Felipa era culta e piedosa, embora não fosse tão jovem, já estando por volta dos 27 anos.

Foi uma boa escolha política, e um bom resultado, pois Felipa se provou fértil, dando à luz a oito filhos vivos entre seus vinte oito anos (1387) e seus quarenta e dois anos (1402). Seus filhos sobreviventes ficaram conhecidos como os infantes da Ínclita Geração (D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Isabel, D. João e D. Fernando), cada um deles tendo um papel relevante nos acontecimentos portugueses do século XV. D. Felipa foi uma rainha bem amada sua morte de peste em 1415, ficou registrada na crônica de Zurara, em uma bela passagem onde a rainha arma cavaleiros seus filhos mais velhos, Duarte, Pedro e Henrique, que estavam de partida na expedição que culminaria com a conquista de Ceuta e o começo da expansão marítima portuguesa. Um gesto simbólico que valorizou ainda mais a virtude de D. Felipa.

Tendo em vista o que acabamos de expor, vamos tentar analisar essas duas rainhas de acordo com os aspectos relevantes que fazem parte do conceito de *Queenship*.

### **Origem familiar:**

---

<sup>94</sup> \_\_\_\_\_. *Crônica de D. João I*, Vol. I. Lisboa: Portugália Editora, s/d, p. 168.

D. Leonor Teles de Meneses era sobrinha de João Afonso Telo de Menezes, um privado do rei D. Pedro que foi o segundo nobre português a receber o título de Conde de Barcelos. Os títulos de Conde (assim como os de Marquês e Duque) eram raros em Portugal do século XIV, e o fato do rei D. Pedro tê-lo concedido era um sinal de grande consideração. Assim, Leonor Teles vinha de uma importante família da nobreza portuguesa. John Carmi Parsons na introdução do livro que organizou *Medieval Queenship*, afirmou que “O rei que escolhe uma esposa em seu próprio reino, exalta a parentela dela e desequilibra a balança entre sua nobreza, enquanto que a rainha pode ser usada por sua família para ganhos políticos.”<sup>95</sup>.

Por outro lado, D. Felipa de Lencastre veio da Inglaterra, aliada de Portugal contra os castelhanos. O pai de D. Felipa era pretendente ao trono castelhano através de sua segunda esposa D. Constança, filha de Pedro, o Cruel, o monarca que havia sido morto pelo irmão Henrique Trastâmara. Sobre rainhas estrangeiras, Parsons dizia que “embora fossem o elemento central de alianças valiosas e um símbolo do abismo social entre o rei e seus súditos, poderia desviar sua fortuna para seus parentes e conterrâneos”<sup>96</sup>. Desta forma, a nobreza local poderia se sentir ameaçada pela comitiva que acompanhava a rainha a seu novo país. A rainha estrangeira era bem sucedida quando conseguia estabelecer um forte laço intercultural, como foi o caso de D. Felipa, onde os vínculos com o país de origem fossem vistos mais como uma vantagem do que uma ameaça para a nobreza local.

### **Sexualidade e Maternidade**

Outros critérios usados para analisar as rainhas passam pelo uso de sua sexualidade e seu sucesso em relação à maternidade.

D. Leonor Teles de Meneses foi uma personagem que entrou para a história portuguesa com má fama. É claro que é necessário lembrar que o autor da Crônica de D. Fernando, Fernão Lopes era o cronista da Dinastia de Avis, a quem não interessava exaltar os bons feitos de Leonor, mas os fatos dos quais não podemos fugir é que ela já era casada e tinha um filho, e de seu casamento com D. Fernando apenas a Infanta D. Beatriz sobreviveu.

---

<sup>95</sup> PARSONS, John Carmi. *Medieval Queenship*. New York: St. Martin Press, 1998, p.4.

<sup>96</sup> PARSONS. *Medieval Queenship*, p.4.

Assim temos uma rainha que não era virgem, que chegou até o trono através da sedução e não cumpriu com seu papel principal que era dar continuidade à dinastia. Dúvidas foram levantadas sobre a lealdade e fidelidade de D. Leonor a D. Fernando, ainda que alguns destes argumentos tenham sido utilizados por D. João das Regras nas Cortes que elevaram D. João de Avis ao trono português, com o intuito de deslegitimar D. Beatriz, o simples fato de se utilizá-los e serem aceitos já demonstra o grau de desconfiança que se tinha nas qualidades morais da rainha. Na Crônica de D. Fernando, Fernão Lopes deixa bem claro que a rainha “*emprenhava e paria sem que tivesse dormido com o rei*”<sup>97</sup>. O caso de Leonor é de muito má fama, que pode exagerar a realidade, mas não deixa de ter uma ponta de verdade.

Já a casta Felipa de Lencastre foi a donzela que casou virgem e cumpriu virtuosamente seu papel de garantir a sucessão. Uma parte importante do papel da rainha se passava no leito onde concebia e dava a luz aos herdeiros reais. A cobrança por castidade, virtude, piedade e exemplo fazia com que o papel sexual da rainha fosse totalmente voltado para a procriação, que um dos fatores que servia para medir seu sucesso e sua possível influência política, pois o papel de Rainha Mãe poderia ser bastante respeitado pelo acesso irrestrito e confiança que o rei tinha nela. D. Felipa de Lencastre mais uma vez teve sucesso absoluto em sua função de ser mãe dos filhos reais, o que se reflete em sua boa memória na história portuguesa.

### **Influência e Intercessão**

Embora não pareça existe uma grande diferença entre uma rainha ser influente e interceder por seus súditos. A influência da rainha foi causa de inúmeros distúrbios em diferentes cortes. A nobreza se preocupava quando parecia que a rainha exercia influência direta sobre o rei e seu direcionamento político. D. Leonor Teles de Meneses não tinha dúvidas sobre sua capacidade para governar e influenciava D. Fernando para que este assumisse o posicionamento político que fosse de acordo com o que ela queria. Ela providenciava casamentos entre a nobreza, forjando alianças que a beneficiasse (o que era, de fato, papel da rainha), escolhia os nobres que seriam promovidos na corte, e dava palpites sobre política externa. Fernão Lopes afirmou que Leonor Teles era uma rainha com coração “cavaleiroso”<sup>98</sup>, o que pode ser visto como um misto

---

<sup>97</sup> LOPES. *Crônica del Rei D. Fernando*, p. 155.

<sup>98</sup> LOPES. *Crônica del Rei D. Fernando*, p. 196.

de admiração por sua coragem e firmeza, e crítica, pois esta postura era incompatível com uma mulher.

Mulheres muito influentes eram vistas como sedutoras e logo ganhavam fama como usuárias de bruxaria ou adúlteras, pois só mediante a estes argumentos que se poderia justificar o domínio delas sobre o rei.

Do outro lado da influência, considerada ilegítima e dando ensejos a boatos de bruxaria, estava a intercessão. Esta era forma oficial da rainha pedir ao rei por seus súditos. Theresa Earenfight afirma que esta era a mais apreciada forma de *Queenship*<sup>99</sup>. John Carmi Parsons e Paul Strohm afirmaram que a intercessão era esperada por parte da rainha. Funcionavam de três maneiras: primeiro fornecendo uma função que faltava à uma monarquia dominada por homens, segundo permitindo a reconsideração do rei sobre alguns assuntos, e terceiro reafirmando a masculinidade da monarquia. A intercessão da rainha era parte da divisão do trabalho entre funções masculinas e femininas. A intercessão era parte visível da parceria entre o casal real<sup>100</sup>.

Neste sentido, D. Felipa de Lencastre também obteve total sucesso. Sua presença junto ao rei era discreta, embora ele confiasse nela e deixasse a governação do reino em suas mãos em diversas ocasiões. D. Felipa seguia os deslocamentos do rei pelo reino, e era uma figura que dava apoio e suporte ao monarca. Ao mesmo tempo via frequentemente suas solicitações serem atendidas, quando as encaminhava a D. João.

Vimos assim, de forma breve, as atribuições da *Queenship* e de quais maneiras elas podiam ter um impacto positivo ou negativo na organização do reino. Origem familiar e geográfica, uso da sexualidade e função da maternidade, a influência e a intercessão e mesmo, a piedade que não chegamos a explorar neste trabalho, poderiam ter efeitos diversos dependendo de quais formas estes fatores se combinassem. E sobre isto ainda teremos muito a dizer.

---

<sup>99</sup> EARENFIGHT. *Queenship in Medieval Europe*, p. 11.

<sup>100</sup> \_\_\_\_\_. *Queenship in Medieval Europe*, p. 12.



## **ST 3: Teoria da História e História da Historiografia**

**Fernando Garcia**

Mestrando (UFMG)/ eroestrato@gmail.com

**Breno Mendes**

Doutorando (UFMG) /mendes.breno@gmail.com

**Marco Girardi**

Mestrando (UFMG) /marcogirardi@gmail.com

# Discussões em torno do conceito de história na Primeira República brasileira<sup>101</sup>

**Mariana Vargens Silva**

Mestranda na linha de Culturas Políticas na História

Programa de Pós-graduação em História da UFMG

marianavargens@gmail.com

## Resumo

“É a história uma ciência?” Esta pergunta formulada por Pedro Lessa no início do século XX já era fonte de preocupação e reflexão dos intelectuais brasileiros desde as últimas décadas do século XIX. Estabelecendo um estreito diálogo com a produção europeia ocupada com o mesmo assunto, os intelectuais brasileiros se debruçaram sobre a questão e buscaram estabelecer os critérios que definiam um trabalho como sendo propriamente de história. Importante fonte de reflexão para os debates políticos do período, a história precisava se consolidar como campo de saber autônomo e confiável, ainda que distinto das ciências naturais. Nesta rápida exposição, nos propomos a levantar alguns trabalhos relevantes em torno desse debate para identificar, ainda que em linhas gerais, o que se entendia por “ciência histórica” nos primeiros anos da República brasileira.

## Palavras-chave

História da historiografia; Primeira República; Brasil

Marcelo Gantus Jasmin, em seu estudo sobre Alexis de Tocqueville<sup>102</sup>, considera que “a ideia de que a história é um saber privilegiado na orientação do agir é virtualmente tão antiga

---

<sup>101</sup> Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da UFMG, orientada pela Doutora Eliana de Freitas Dutra e conta com auxílio da CAPES.

<sup>102</sup> JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.

quanto a invenção da historiografia pelos gregos no século V a. C.”<sup>103</sup>. Mesmo que a conhecida fórmula *historia magistra vitae* só tenha sido cunhada posteriormente por Cícero, em Roma, “a suposição das potencialidades pragmáticas do conhecimento histórico era lugar comum na consciência do historiador anterior”<sup>104</sup>.

A empresa historiográfica original, verdadeira “operação contra o tempo”, cuja pretensão era “salvar do esquecimento” (Heródoto) as ações dignas por sua grandeza para transformá-las numa “aquisição para sempre” (Tucídides), sugeria entre suas finalidades primordiais conhecer no passado as bases adequadas para agir [n]o presente. Conhecer a história, supunha-se, poderia levar os homens a repetirem os sucessos anteriores sem incorrerem novamente em antigos erros. Num contexto de pensamento em que a imitação da experiência alheia era prescrita como remédio para a ausência de experiência própria [...] a história ganhou o estatuto de saber indispensável à formação dos homens públicos.<sup>105</sup>

A filosofia iluminista do século XVIII trouxe consigo transformações na consciência histórica europeia, colocando em cheque a natureza exemplar dos eventos por acreditar na unidade dos processos históricos que estariam, além disso, voltados ao progresso. Todavia, precisamos considerar que para os autores do século XIX, como o próprio Tocqueville, e também para aqueles das primeiras décadas do século XX, existia algo mais profundo do que a simples dicotomia entre uma *história mestra da vida* e outra que nada ensinava sobre o passado. Para Marcelo Jasmin, “se é certo, como insistiu Koselleck, que a permanência do *topos História Magistra Vitae* não se confunde com a indistinção de seu conteúdo e funções, não é menos verdadeiro que a História permaneceu sujeita a imperativos de utilidade ao longo dos séculos XIX e XX”<sup>106</sup>.

Marcelo Jasmin nos orienta, entretanto, a reconhecer as distinções existentes entre o pensamento historiográfico antigo e o moderno, o que se pauta na ideia de que, se temos por um lado os antigos que objetivavam a “formação ética a partir das ideias exemplares de boa conduta”, no pensamento moderno o interesse esteve voltado para a “constituição de um cabedal de dados empíricos que, tratados sistematicamente, pudessem fornecer algum grau de controle

---

<sup>103</sup> \_\_\_\_\_. *Alexis de Tocqueville*, p. 17.

<sup>104</sup> \_\_\_\_\_. *Alexis de Tocqueville*, p. 17.

<sup>105</sup> \_\_\_\_\_. *Alexis de Tocqueville*, p. 17.

<sup>106</sup> JASMIN. *Alexis de Tocqueville*, p. 25.

sobre as consequências possíveis ou prováveis das ações políticas”<sup>107</sup>. Portanto, o que temos é a pretensão cientificista moderna em contraste com aquela fundamentalmente ética da antiguidade, o que nos permite diferenciar, de modo geral, antigos e modernos, ainda que ambos estivessem interessados na utilidade da história para o presente.

Fernando Catroga, ao estudar o caso português de fins do século XIX, observa o surgimento da “versão cientificista (saber para prever) do velho preceito ciceriano de história *magister vitae*”. Assim, “o estudo do passado (ou de um certo passado) seria condição fundamental para se entender o presente e se perceber a direção do futuro”<sup>108</sup>. Na perspectiva do historiador português, o dinamismo histórico do início do século XX é “cada vez mais apresentado como um processo no qual o conhecimento do passado era premissa fundamental para se entender o presente e se transformar o futuro”<sup>109</sup>.

Neste período, o Brasil passava por um momento de experiências e grandes expectativas de transformações políticas e sociais em decorrência de um novo contexto em torno do movimento iniciado na década de 1870, da Abolição e da Proclamação da República, que incentivaram disputas políticas e simbólicas<sup>110</sup>. O novo regime, e o discurso federalista por trás dele, demandavam a reformulação da identidade nacional, que deveria considerar as unidades constitutivas da nação - as antigas províncias que foram então transformadas em estados. Havia ainda a necessidade concreta de compreensão dos problemas enfrentados no presente, ponto a partir do qual os governantes pudessem atuar. Com este fim os intelectuais do período foram buscar no *passado* elementos que os permitissem compreender o que estava acontecendo no *presente*, para, com base nesta explicação, projetar um *futuro* à altura de suas expectativas. Nesta dinâmica a produção de discursos fundamentados na história conquistou uma nova dimensão no país.

Para Bruno Franco Medeiros e Valdei Araújo,

junto com a República vinha também a necessidade de reorganização da história nacional e de sua relação com os Estados federados [...]. Os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao

---

<sup>107</sup> \_\_\_\_\_. *Alexis de Tocqueville*, p. 27.

<sup>108</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 58.

<sup>109</sup> \_\_\_\_\_. *Memória, história e historiografia*, p. 19.

<sup>110</sup> A respeito do assunto, ver GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009, p. 66; MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *A abertura para o mundo: 1889-1930*, vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil nação: 1808-2010; 3), p. 85-131.

novo padrão de cientificidade que emergia, bem como às novas demandas políticas. [...] Fazia-se necessária a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação – que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos “singulares” na disputa por posições no cenário político nacional.<sup>111</sup>

A história conquistou novos lugares a partir do qual a fala sobre o passado estaria autorizada. É nesse sentido que se pode compreender o surgimento dos institutos históricos estaduais, que passam a cobrir grande parte do território nacional. Apenas para citar alguns exemplos, tivemos naquele momento a criação de institutos históricos no Ceará, 1887; na Bahia, em 1894; em São Paulo, 1895; Santa Catarina, 1896; Rio Grande do Norte, 1902; Paraíba, 1905; e em Minas Gerais, 1907. Estas associações, atuando em conjunto com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), os arquivos e a imprensa, serão o ponto de partida de onde repensar a história da nação, adequando-a as demandas do novo regime. Surge assim uma série de trabalhos que se propuseram a definir o que deveria ser entendido por história, fornecendo os referenciais metodológicos para seu tratamento e limitando os contornos do seu objeto prioritário (a história nacional), constituindo, portanto, os “textos de fundação” desta nova historiografia, para lançar mão da expressão de Manoel Luiz Salgado Guimarães<sup>112</sup>.

Ângela de Castro Gomes em seu *A República, a História e o IHGB*, fala sobre as rearticulações feitas pelo IHGB com a finalidade de sobreviver à Proclamação, uma vez que se tratava de uma associação tradicionalmente monarquista. Com este objetivo, o IHGB toma para si a demanda de “inventar” uma tradição republicana, articulando Colônia, Império e República enquanto continuidade, que justificasse o novo regime como auge do desenvolvimento político do país, ponto em que se havia chegado de maneira natural devido ao progresso. Para a autora isso incentiva as discussões sobre a natureza do saber histórico.<sup>113</sup>

Dentre os autores estrangeiros mais debatidos neste período encontra-se Henry Tomas Buckle, autor de *History of civilization in England* (1857). O historiador inglês é recebido, após décadas de silêncio, como o moderno reformador da história que mais teria se ocupado com a

---

<sup>111</sup> MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. XLIII, 2007, p. 29.

<sup>112</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 395.

<sup>113</sup> GOMES. *A República, a História e o IHGB*, p. 30-31.

história do Brasil. José D'Assunção Barros concebe Buckle como um dos expoentes do positivismo, estando sua obra

repleta de referências à ideia de progresso – geralmente relacionada aos avanços tecnológicos e ao conjunto das explicações científicas para os diversos fenômenos naturais e sociais – e também aparecem as referências aos ‘estágios da civilização’, estabelecendo-se uma hierarquia entre sociedades que situa a Europa no topo e rebaixa paternalisticamente os povos americanos e africanos.<sup>114</sup>

São precisamente neste ponto que se inserem as críticas de Silvio Romero, em 1888. Romero declarava que, não obstante sua simpatia pelos positivistas ortodoxos, não era ele próprio um adepto da doutrina, preferindo a perspectiva darwinista. Sobre a obra de Buckle, o autor brasileiro afirma que

o escritor britânico divide a civilização em dois grandes ramos, - a da Europa e a de fora dela; na primeira predomina o esforço do homem sobre a natureza; na outra é o contrário que se nota. Esta distinção é caprichosa. A civilização só é antiga e moderna, oriental e ocidental, da Europa ou extra-europeia nos livros mediocres de filosofia da história, que assinalam leis contraditórias para cada uma delas. No vasto e completo conceito ela é uma só, que evolucionalmente se tem desenvolvido até nós. [...] Todos os tempos e todos os países devem ser estudados, porque todos hão contribuído para o geral progresso.<sup>115</sup>

Está aqui presente a ideia de que não se deve avaliar o progresso de uma civilização apenas pela relação do homem com a natureza, como o quis Buckle. Para Romero, há que considerar os fatores *naturais*, *étnicos* e *morais* em conjunto. Buckle, desse modo, não teria se enganado em considerar o atraso do Brasil, mas sim no tocante aos *motivos* desse atraso.

Apesar de elogiar alguns aspectos de sua obra, a própria concepção de história de Romero vai de encontro à de Buckle, uma vez que para o brasileiro

a teoria da história de um povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro. Seu fim não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao

---

<sup>114</sup> BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em história. *Revista Historiar* (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Sobral- CE – v. 4, n. 4 (jan./jun. 2011), p. 14.

<sup>115</sup> ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Domínio Público. Captado em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2128](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128), em 20 de maio de 2015, p. 12.

contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros.<sup>116</sup>

Ao adotar tal perspectiva “particularizante”, Romero se opunha a Buckle que se queixava da ausência de generalização na historiografia predominante em seu tempo<sup>117</sup>. Reforçando esta ideia, é interessante lembrar que ao criticar as tentativas de autores que buscaram encontrar a origem dos povos primitivos que habitavam o Brasil, Romero afirmava que eles erravam em querer “uniformizar tudo, buscar para tudo um similar no Velho Mundo. Uma boa interpretação dos fatos levá-los-ia por certo a conclusões diversas. Acabariam com a mania de reduzir a um tipo único as raças americanas e ao mesmo tempo veriam nelas um produto deste solo”<sup>118</sup>.

Opondo-se, no entanto, aos historiadores que concebiam a história como uma ciência, Romero distingue três modalidades do conhecimento, em relação ao seu grau de confiabilidade, do que surgem as *ciências propriamente ditas*, as *quase-ciências* e as *falsas ciências*. Neste sentido, classifica a história como uma “quase-ciência”, ao lado da psicologia e da economia política, uma vez que “toda a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, tem ficado por enquanto na segunda classe, por não haver atingido aquele grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências”<sup>119</sup>.

Outro autor a se debruçar sobre a questão da cientificidade da história foi Pedro Lessa, que apresenta uma monografia de ingresso ao IHGB com o título “É a história uma ciência? Reflexões sobre o conceito de história”. O texto, escrito originalmente para servir como introdução à primeira edição brasileira de *História da Civilização na Inglaterra* (Buckle, 1900), foi novamente publicado anos mais tarde na *Revista do IHGB*, em 1908, com uma supressão no título. Lessa realiza nesta obra, que ocupa noventa páginas da *Revista* e conta com 162 notas de rodapé, talvez o mais completo e elaborado trabalho de revisão historiográfica do início do século no Brasil, demonstrando uma profunda erudição ao analisar de forma crítica cânones da escrita da história desde Tucídides e Xenofonte até chegar a seus contemporâneos, posicionando Buckle como um divisor de águas para a escrita da história.

Adotando em grande medida a perspectiva da Escola Metódica, mais propriamente da *Introdução aos Estudos Históricos*, de Langlois e Seignobos, Lessa endossa o absurdo de se pretender

<sup>116</sup> ROMERO. *História da literatura brasileira*, p. 8.

<sup>117</sup> BARROS, José D’Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em história, p. 14.

<sup>118</sup> ROMERO. *História da literatura brasileira*, p. 7.

<sup>119</sup> \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*, p. 9.



um trabalho de história sem o recurso das fontes: “difícilmente compreendemos hoje o modo como Tito Livio se preparou para escrever a história, a sua absoluta ausência de curiosidade quanto aos documentos e testemunhos com que devia cimentar as suas narrativas”<sup>120</sup>. Fica claro na fala de Lessa que para ele não existe história sem um *corpus* documental que a sustente. Uma boa narrativa sem documentos não é história, é literatura.

Lessa, apesar de tecer críticas, destaca na obra de Voltaire duas contribuições importantes. “Em vez de começar por uma doutrina, para a impôr depois aos factos, o auctor [...] compreendeu, com o seu maravilhoso bom senso, que a doutrina devia decorrer naturalmente do estudo dos factos”. A segunda contribuição é feita no sentido de que “antes de Voltaire a história era incompleta, pois só abrangia os acontecimentos políticos e religiosos. Foi elle quem incluiu na história os costumes, as letras, a philosophia, todos os elementos, em summa, que reflectem a vida da humanidade”, do que se infere que, mesmo que Lessa não acredite que seja possível conhecer a história em sua totalidade, tudo o que se referisse a vida humana era conteúdo para a história.

Lessa também fez muitas ressalvas em relação a Buckle, basicamente por sua concepção da história como ciência estar baseada na natureza e no desenvolvimento moral e intelectual como determinantes para o progresso das sociedades, além é claro, da pretendida centralidade da europeia em detrimento ao restante do mundo. Todavia, admitia que Buckle era mais sofisticado do que outros autores e marcava um “antes e depois” no pensamento sobre a história, uma vez que seu determinismo não levava ao fatalismo e nem impedia a ação dos homens. Assim, para Buckle os homens tinham liberdade para agir de acordo com seu próprio critério, mas estavam limitados às circunstâncias. Isso significava que, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, “apesar de agir com ‘limitações’ os homens tinham responsabilidade sobre o que acontecia na história, não sendo essa tese determinista uma negação da individualidade e da racionalidade humanas. Natureza e homem se influenciavam e se modificavam mutuamente”<sup>121</sup>.

A principal crítica de Lessa à obra de Buckle consistia, entretanto, no fato de que ele próprio considerava que a história deveria ser construída a partir de um esforço metódico e sistemático rigoroso, mas, como nos demonstra o estudo de Ivan Norberto dos Santos, ao

---

<sup>120</sup> LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito de História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 69, vol. 114, p. 193-285, 1908, p. 197.

<sup>121</sup> \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o conceito de História, p. 234-235. GOMES. *A República, a História e o IHGB*, p. 46.

contrário de Buckle, Lessa “considerava que o resultado deste trabalho não constituía um conhecimento científico. A fragmentação dos fatos históricos tornaria impossível a constituição de um conteúdo científico próprio para a História, e, portanto, o estabelecimento, pela própria disciplina, das leis históricas”<sup>122</sup>. Ao contrário da filosofia da história e das ciências sociais, à história não cabia a formulação de leis das quais se pudesse estabelecer uma ciência. Caberia à história, sob uma orientação científica, “colligir e classificar methodicamente os factos” que serviriam de base para as induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais<sup>123</sup>.

Após passar pelos estudos de Taine, Mommsen, Michelet, Renan, o historiador conclui que não é possível formular leis gerais para a história, de onde se infere que a história não é uma ciência, pois esta exigia a capacidade de generalização para a formulação de leis. Isso não faz com que Lessa abandone a história, conferindo a ela um estatuto privilegiado para se conhecer a sociedade. Em suas palavras: “é a história que nos apresenta os factos que servem de fundamento às generalizações da sociologia”<sup>124</sup>, essa sim capaz de fazer previsões a respeito do futuro.

Max Fleiuss, secretário do IHGB neste período, em um discurso pronunciado em 1907 no momento de inauguração do *Instituto Histórico de Minas Gerais*, reforça a ideia de estreita relação entre a história e as ciências sociais. Para ele, a história é o “elemento primordial dos conhecimentos, fonte de todos os outros, [...] [uma vez que a] observação direta dos fenômenos sociais, na sua manifestação estática, não é suficiente: cumpre estudá-los pelo desenvolvimento através do tempo, isto é, sua história”, sendo ainda importante para aquele momento político por habituar à variação das formas sociais e dissipar os receios às mudanças. Mas o principal mérito da história é “ser, por diversas formas, um instrumento de cultura intelectual”<sup>125 126</sup>.

---

<sup>122</sup> SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPHIS, 2009. Dissertação (mestrado) 195f, p. 52.

<sup>123</sup> LESSA. Reflexões sobre o conceito de História, p. 270.

<sup>124</sup> \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o conceito de História, p. 272.

<sup>125</sup> FLEIUSS, Max. Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155, p. 230-231.

<sup>126</sup> É perceptível a referência de Fleiuss ao trabalho de Langlois e Seignobos, ainda que não tenha se preocupado em fazer uma citação direta na ocasião, muito provavelmente por se tratar de um discurso. Na *Introdução aos estudos históricos*, os autores franceses definem a história como aquela que “nos faz compreender o presente, explicando-nos (...) as origens do atual estado de coisas. [...] A história é, também, um elemento indispensável para o acabamento das ciências políticas e sociais, ainda em via de formação; porque a observação direta dos fenômenos sociais (em estado estático) não basta para constituir estas ciências; é preciso acrescentar-lhes o estudo do desenvolvimento desses fenômenos no tempo [...] eis porque tôdas as ciências do homem [...] assumiram neste século a forma de ciências históricas. Mas o principal mérito da história está em ser um instrumento de cultura intelectual”, pois incentiva a uma visão mais crítica do mundo, nos habitua a um número variado de sociedades e costumes diferentes e nos faz

Citando Charles Langlois, Taine, Mommsen, Fustel de Coulanges e Droysen, afirma que seu período não admite mais a proximidade da história com a fábula, exigindo a “exposição racional dos documentos”, e afirma enfaticamente: “a época das banalidades literárias [...] passou”. Reproduzindo uma fala de Oliveira Lima, o historiador acredita que “o Brasil tem tido por hora grandes pesquisadores, como Varnhagen, mas não possui ainda um grande historiador”. Os trabalhos realizados até então seriam simplesmente bons “subsídios que poderemos oferecer ao definitivo historiador que não tardará”.

Em síntese, a expectativa para as gerações futuras de historiadores brasileiros era a de que se orientassem por meio de um método próprio para os estudos históricos, uma vez que estava desacreditada a ideia de que o método das ciências naturais serviria para o estudo das sociedades e dos seres humanos. Cabia aos historiadores do momento realizarem o levantamento e crítica das fontes – sem os quais não havia história possível - e estudos monográficos que serviriam de base para as sínteses futuras<sup>127</sup>, das quais dependiam os homens de estado para a elaboração de seus projetos políticos. A valorização conjunta de uma escrita da história cientificamente orientada e com as demandas políticas do período se fazem presentes por meio da relação entre geral e particular, sínteses e monografias, conhecimento da história de cada estado para que se pudesse conceber efetivamente a grande história do Brasil.

---

compreender os processos das transformações humanas. LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946. Trad. Laerte de Almeida Morais, p. 223-224.

<sup>127</sup> O trabalho de levantamento e crítica das fontes e a confecção de monografias como base para as sínteses históricas também são ideias apropriadas das propostas de Langlois e Seignobos em sua *Introdução*.

## ***O que Freud fez da história? Relações entre história e psicanálise na operação historiográfica de Michel de Certeau***

**Robson Freitas de Miranda Júnior**

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

rfm.juninho@gmail.com

**Resumo:** A proposta deste trabalho é discutir como a articulação entre historiografia e psicanálise, operada por Michel de Certeau, influi e se faz presente em sua compreensão da operação historiográfica. Propomos analisar de que forma as aproximações e distanciamentos entre as diferentes estratégias para lidar com a temporalidade, empreendidas por estas duas disciplinas, encontram no discurso narrativo um meio de compreensão da alteridade; de um “outro” que se perdeu, de um ausente, que para Certeau é o objeto da história. A escrita, que envolve a construção de uma narrativa, é para o historiador francês parte fundamental da operação historiográfica, portanto as interfaces que ele identifica entre esses dois campos, constituem-se em um aspecto essencial de sua compreensão tanto do fazer historiográfico, quanto dos elementos que constituiriam uma identidade epistemológica para a história. Para tanto, concentraremos nossa análise em um de seus textos, intitulado “O que Freud fez da história?”, publicado em 1970, no qual essa problemática se inscreve de maneira mais evidente e que nos possibilita discutir esta dimensão ainda pouco explorada de sua obra.

**Palavras-chave:** Michel de Certeau; Historiografia; Psicanálise; Escrita da História.

Michel de Certeau (1925-1986) é um dos historiadores mais importantes da segunda metade do século XX, sobretudo por conta de suas contribuições à compreensão da prática historiográfica. Um dos aspectos mais marcantes de sua produção se relaciona com sua ampla formação intelectual, que o possibilitou transitar em diversas áreas do saber (historiografia, psicanálise, etnografia, filosofia, estudos místicos e religiosos, literatura)<sup>128</sup>.

De acordo com a historiadora Luce Giard, Michel de Certeau possuía uma forma peculiar de atravessar as fronteiras entre as áreas do conhecimento. Para ela, Certeau “não se incomodava em esperar um salvo-conduto no posto fronteiriço, tampouco em solicitar a autorização dos guardiões de determinado feudo”<sup>129</sup>. Esta travessia, no entanto, não pretendia dissolver as fronteiras e os estatutos dos saberes e sim alimentar a consciência da historicidade inscrita nas

---

<sup>128</sup> FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. Prohistoria vol.14 Rosario jul./dic. 2010. p.2.

<sup>129</sup> CERTEAU, Michel de. História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 p. 7.

“demarcações que balizam a construção dos saberes constituintes da ampla região antropológica que podemos denominar humanidades”<sup>130</sup>. Seus deslocamentos de um campo para outro são calcados numa concepção do ofício do historiador que não dissocia prática historiográfica da tentativa de compreensão das condições e efeitos que se relacionam ao exercício de tal ofício<sup>131</sup>.

A partir da década de 1970,<sup>132</sup> Certeau começou a indagar a natureza epistemológica da historiografia promovendo reflexões teóricas importantes sobre a história e suas interseções e fronteiras, sobretudo, com a psicanálise freudiana<sup>133</sup>. Seu interesse por Freud e pela psicanálise em geral não incide sobre a terapêutica, pois o que o encanta são as potencialidades da teoria psicanalítica para a compreensão de fenômenos culturais ligados à alteridade<sup>134</sup>.

A familiaridade entre história e psicanálise provoca, em Certeau, o que ele mesmo chama de “uma estranha inquietação”. Para o autor, elas representam formas distintas de distribuir o *espaço da memória*. Neste espaço, ocorreriam duas operações distintas: o esquecimento, que é entendido como uma ação contra o passado, e o traço mnésico, um retorno do esquecido, ou seja, uma ação desse passado que se dissimula no presente. Para ele, história e psicanálise seriam maneiras diferentes de pensar a relação entre passado e presente. A historiografia pensa essa relação sob os modos de sucessividade, correlação, efeito e disjunção. Para o saber histórico, mesmo quando se estabelece uma continuidade, solidariedade ou convivência entre eles, o passado está sempre ao lado do presente, ou seja, sempre são diferentes um do outro<sup>135</sup>. Segundo Certeau, esta distinção é estabelecida por conta de uma vontade de objetividade pretendida pelo saber histórico, que se configura como a maneira pela qual o presente se constitui como um “próprio” que se debruça sobre um “outro”.

---

<sup>130</sup> PINTO, Aline Magalhães. Um historiador e suas travessias. TOPOI, v. 13. n. 24. Jan-jun. 2012, p. 196.

<sup>131</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 47.

<sup>132</sup> Phillip Carrard afirma que quando Michel de Certeau começou a publicar seus primeiros ensaios sobre historiografia nos primeiros anos de 1970, poucos historiadores franceses estavam preocupados com as operações da escrita histórica. (Ver: CARRARD, Philippe. *History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the Poetics of Historiography*. The South Atlantic quarterly [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág: 465 -482.). Além da publicação da *Escrita da história* [1975], do próprio Michel de Certeau, podemos destacar aqui também outras importantes obras nesta década que buscavam investigar a importância da narrativa para a historiografia, assim como suas fronteiras com a ficção, são elas: *Como se escreve a história* de Paul Veyne [1971], *Meta-história* [1973] e *Trópicos do discurso* [1978] de Hayden White.

<sup>133</sup> WANDEL, T. Michel de Certeau's Place in History. *Rethinking History*, v. 4, n. 1, p. 55-76, 2000. p. 71.

<sup>134</sup> COSTA, Raul M. Lucas da. Michel de Certeau: entre a história e a psicanálise. *História e Historiografia: Ouro Preto*. Número 10. Dezembro, 2012. pp. 295.

<sup>135</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 72.

Por sua vez, a psicanálise reconhece o passado dentro do presente, ou seja, concebe esta relação a partir do “modelo da imbricação (um no lugar do outro), da repetição (um reproduz o outro sob uma forma diferente), do equívoco e do quiproquó (o que está no lugar de quê? Há por toda parte jogos de máscaras, de reviravolta e de ambiguidade)”<sup>136</sup>. No discurso psicanalítico, a organização do atual traz consigo, mascaradas e camufladas, as configurações anteriores. Nele o passado retorna ao presente do qual havia sido excluído.

Contudo, para Certeau, história e psicanálise não são modos discursivos que se excluem. Mesmo concebidas como estratégias de temporalização distintas, as duas disciplinas se desenvolvem no terreno de questões análogas, pois procuram:

princípios e critérios em nome dos quais seja possível compreender as diferenças ou garantir continuidades entre a organização do atual e as antigas configurações; conferir valor explicativo ao passado e/ ou tornar o presente capaz de explicar o passado; reconduzir as representações de outrora ou atuais a suas condições de produção; elaborar (de onde? de que modo?) as maneiras de pensar e, portanto, de superar a violência (os conflitos e os acasos da história), incluindo a violência que se articula no próprio pensamento<sup>137</sup>.

Diante destes aspectos, Certeau atribui importância ao fato de que, tanto a psicanálise quanto a história, possuem a narrativa como forma privilegiada ao discurso da elucidação. As duas estratégias do tempo que ele havia diferenciado se encontram, portanto, no discurso narrativo, pois nele se estruturam, se organizam e se esclarecem. A partir desta conclusão, ele afirma que os cruzamentos e debates dessas duas estratégias apontam para as possibilidades e limites da renovação que o encontro entre história e psicanálise oferece à historiografia.

Desta forma, uma investigação da obra de Michel de Certeau que considere, sobretudo, a questão de como a articulação entre historiografia e psicanálise, operada por ele, influi e se faz presente em sua compreensão da operação historiográfica, se faz profundamente necessária. Analisar de que forma as aproximações e distanciamentos entre as diferentes estratégias para lidar com a temporalidade e que encontram no discurso narrativo um meio de compreensão da alteridade, de um “outro” que se perdeu, de um ausente, que para Certeau é o objeto da história, é considerar uma dimensão importante da obra desse historiador francês. A escrita, que envolve a construção de uma narrativa, é para o historiador francês parte fundamental da operação

<sup>136</sup> \_\_\_\_\_, *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 73.

<sup>137</sup> CERTEAU, *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 73.

historiográfica,<sup>138</sup> portanto as interfaces que ele identifica entre esses dois campos, constituem-se em um aspecto essencial de sua compreensão tanto do fazer historiográfico, quanto dos elementos que constituiriam uma identidade epistemológica para a história. Entendemos que este fio condutor nos possibilita não apenas compreender a produção historiográfica deste historiador, mas também situá-la dentro do contexto mais amplo da historiografia contemporânea.

Paul Ricoeur entende que Michel de Certeau traz uma importante contribuição à epistemologia da história ao colocar lado a lado, em sua obra “A escrita da história” (1975), uma discussão sobre a operação historiográfica e estudos sobre a escrita freudiana<sup>139</sup>. Para o filósofo francês, não somente uma parte importante do trabalho de Certeau resulta do intercâmbio entre diversas maneiras de fazer história, mas é esse intercâmbio que justifica o recurso à psicanálise numa epistemologia do conhecimento histórico<sup>140</sup>. Segundo Ricoeur, é a busca, realizada por Certeau, do “lugar” do discurso histórico em meio às maneiras de fazer história que justifica que a psicanálise seja levada em consideração por uma epistemologia que, de interna ao discurso histórico, se faz externa a ele. Michel de Certeau contribuiria, portanto, para uma ampliação do modo de compreensão e explicação do discurso da história<sup>141</sup>.

François Dosse afirma que história e psicanálise são vítimas de uma tensão similar entre nomotetia e idiografia, isto é, por um lado, a narratividade e a temporalidade da narrativa e, por outro, a “aspiração de encontrar coerências pertinentes, relações de causalidade, aspirações científicas”<sup>142</sup>. Para o autor, essa proximidade está na base de um grande número de problemas comuns às duas disciplinas<sup>143</sup>. Nesse caso, tanto o historiador quanto o psicanalista se veriam

---

<sup>138</sup> Certeau discute a questão da escrita da história em seu texto *A operação historiográfica*, entendendo-a como elemento constitutivo do trabalho do historiador. Ela opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente. Para o autor, a escrita histórica é ela mesma uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas. “Ela cria relatos do passado que são como cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos” (Ver: CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 91).

<sup>139</sup> RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] Campinas: Editora Unicamp, 2007. pp. 210-220.

<sup>140</sup> \_\_\_\_\_. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 215.

<sup>141</sup> \_\_\_\_\_. *A Memória, a História, o Esquecimento*. p. 216.

<sup>142</sup> DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Tradução: Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 63.

<sup>143</sup> Dosse afirma que a escrita histórica atingiu um novo momento, mais reflexivo, graças a uma virada hermenêutica e pragmática (Ver: DELACROIX, Christian. DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.). Esse momento pode ser fecundo no intercâmbio entre história e psicanálise, para o autor, “este período permite que se leve em conta, além



diante de um obstáculo semelhante: o confronto entre o discurso e o real. Para Dossé, a escrita da história, assemelhando-se à psicanálise, reveste-se de um valor performático, pois ela contribui na edificação de um “túmulo para a morte”. Isto ocorre em dois sentidos: em primeiro lugar, ao honrar o passado e, depois, ao coloca-lo em seu lugar, isto é, ao encontrar-lhe um lugar no mundo dos vivos<sup>144</sup>. Dossé afirma que essa performance (da escrita da história), que se incumbe de encontrar através da linguagem uma prática que possa dar lugar ao seu outro, no passado, tem relação com a prática do tratamento analítico<sup>145</sup>.

François Dossé, aproxima Michel de Certeau de Paul Ricoeur no que diz respeito a compreensão destes autores sobre a história<sup>146</sup>. Ele afirma que o filósofo francês atribui um lugar de importância às teses do historiador, quando este define a escrita da história como equivalente escritural da sepultura, isto é, como um ato que transforma em presença interior a ausência física do objeto perdido pelo fato de enterrá-lo<sup>147</sup>. Para Dossé, a escrita da história, assemelhando-se à psicanálise, reveste-se de um valor performático, pois ela contribui na edificação de um “túmulo para a morte”. Este procedimento ocorreria em dois sentidos: em primeiro lugar, ao honrar o passado e, depois ao coloca-lo em seu lugar, isto é, ao encontrar-lhe um lugar no mundo dos vivos. Esta prática seria o que Freud chama de “trabalho do luto”, que se configura como fundamental para reabrir o presente para novos possíveis<sup>148</sup>.

De um modo geral (e por conta do espaço aqui disponível), alguns pontos importantes no que diz respeito ao diálogo entre historiografia e psicanálise na obra de Michel de Certeau podem ser destacados. Uma das principais espaços em que o historiador francês discute estas interações é o livro *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*<sup>149</sup>. Nesta obra são reunidos textos dedicados à

---

do nível do acontecimento em si, a trama textual à qual ele dá origem, os sinais que deixa, os mitos que funcionam a partir dele e os discursos de ficção que vão a ele se sobrepor” (DOSSE. *História e ciências sociais*. p. 65).

<sup>144</sup> DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*. Tradução: Constança Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 122.

<sup>145</sup> Apropriando-se de Certeau, François Dosse afirma que a escrita da história seria tanto um trabalho da morte e um trabalho contra a morte, ela se firmaria como um lugar encontrado para a sepultura. Portanto, a escrita da história exerce um papel duplo: “ela é tanto uma forma de exorcismo, por seu papel de enterro (ela exorciza a morte ao introduzi-la em seu discurso); e, ao mesmo tempo, ela exerce uma função simbolizadora” (DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*. p. 122).

<sup>146</sup> DOSSE, François. Paul Ricoeur y Michel de Certeau: La historia entre el decir y el hacer. Buenos Aires: Nueva Vision, 2009.

<sup>147</sup> DOSSE. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*. p. 123.

<sup>148</sup> \_\_\_\_\_. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre a Esfinge e a Fênix*. p. 122.

<sup>149</sup> Esta obra consiste numa publicação póstuma organizada por Luce Giard e foi originalmente publicada em 1987, em francês, pela editora Gallimard. No Brasil, esta coletânea foi publicada em 2011, pela editora Autêntica.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

reflexão sobre o fazer historiográfico em diálogo com o saber psicanalítico, suscitando importantes questões sobre suas proximidades e também distinções.

Um primeiro aspecto que pode ser ressaltado e que é relevante para o autor se apresenta no texto intitulado *A história, entre a ciência e a ficção*<sup>150</sup>. Certeau problematiza a presença da ficção na escrita do historiador, em primeiro lugar porque a disciplina histórica possui uma aspiração científica, depois porque o discurso produzido por ela procura alega referir-se a um “real”<sup>151</sup>. Para Certeau, “ciência” e “ficção” são conceitos complexos e que abrangem significados distintos e que são utilizados para definir a prática histórica como disciplina. Um dos pontos fundamentais da reflexão realizada por Certeau sobre o estatuto científico do discurso historiográfico é a compreensão de sua relação com a instituição que lhe autoriza. A obra do historiador esconde a instituição “guardiã da verdade do real” que reconhece e autoriza seu lugar. O historiador francês argumenta que a historiografia se localiza em um *entremeio* entre ciência e ficção.

Um segundo aspecto é discutido por Certeau no artigo, *Psicanálise e História*<sup>152</sup>, no qual analisa as noções psicanalíticas de tempo, memória e historicidade, ressaltando suas relações com a operação historiográfica. Para o autor, a história opera a partir de uma cisão entre passado e presente, enquanto a psicanálise trabalha com um modelo de imbricação, isto é, inclui o passado no presente, como é exemplificado, segundo ele, pelo conceito freudiano do “retorno do recalado”<sup>153</sup>. Neste texto, Certeau trabalha com duas importantes categorias de análise, para perceber as aproximações e distinções entre o discurso historiográfico e o psicanalítico. Ele discute as ideias de “espaço de memória” e de “estratégias do tempo”<sup>154</sup>, procurando ressaltar que a narrativa configura-se como um elemento que aproxima as duas disciplinas, pois organiza, estrutura e confere um caráter de elucidação a estas formas de discurso<sup>155</sup>. Para ele, história e

---

<sup>150</sup> Texto originalmente publicado em 1983, sob o título “L’histoire, science et fiction” in: DE CERTEAU, *Le Genre humain*, n. 7-8, p. 147-69, 1983.

<sup>151</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 48.

<sup>152</sup> Este texto foi publicado pela primeira vez em 1978, em uma obra organizada por alguns historiadores, dentre eles Jacques Le Goff, cuja proposta era discutir, em um volume coletivo, as transformações da disciplina histórica. “Psychanalyse et histoire”. In LE GOFF, J. et. alii. *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978, p. 477-487.

<sup>153</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 71.

<sup>154</sup> \_\_\_\_\_. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 72.

<sup>155</sup> \_\_\_\_\_. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 473

psicanálise lidam com questões análogas e é na escrita narrativa que Certeau percebe suas maiores aproximações<sup>156</sup>.

Em terceiro lugar, o texto *O “romance” psicanalítico: história e literatura*<sup>157</sup>, também se apresenta como fundamental às discussões propostas neste trabalho. Nele Certeau aborda o impacto do “freudismo” no campo das ciências, sobretudo na historiografia. Para Certeau, a novidade trazida pela psicanálise freudiana foi introduzir a arte literária na escrita científica, já que a modernidade, desde o século XVIII, produziu uma ruptura entre as “letras” e as “ciências”<sup>158</sup>. De acordo com a análise de Certeau, a narrativa aponta, na construção do caso clínico, para os limites dos conceitos teóricos perante o factual. Ele conclui dizendo que mais do que um uso estilístico a marca literária na obra freudiana consiste numa recuperação da subjetividade no campo da ciência. A tese central defendida pelo autor neste texto é que a literatura é o discurso teórico dos processos históricos, pois “sem romance, não há historicidade”. No entanto, a instituição acadêmica confere ao historiador um lugar de autoridade e a forma metodológica de seu ofício tendo como parâmetro a realidade<sup>159</sup>.

Outra texto importante se encontra na obra *A Escrita da História*<sup>160</sup>. O capítulo, *A operação historiográfica*<sup>161</sup>, é reconhecidamente uma das principais contribuições de Certeau à historiografia contemporânea. Neste texto, Certeau levanta importantes questões sobre o fazer historiográfico, como o que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem produz? O que produz? A partir destas reflexões, ele procura refletir sobre a enigmática relação que o historiador mantém com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas<sup>162</sup>. Certeau identifica três etapas, ou elementos fundamentais, que caracterizam o fazer historiográfico: *um*

---

<sup>156</sup> De acordo com Certeau, a relação de Freud com a história foi bastante singular, pois promoveu importantes rupturas com os antagonismos clássicos entre o individual e o social, o normal e o patológico, e por fim entre o ficcional e a realidade. O autor se utiliza da obra *Totem e Tabu* (1913) para demonstrar como Freud opera a ultrapassagem desses dualismos, além de discutir a própria condição ficcional do sujeito na cultura (CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 76).

<sup>157</sup> “Le ‘roman’ psychanalytique – Histoire et littérature”. Certeau apresentou inicialmente em um encontro internacional de psicanalistas, em Paris (fevereiro de 1981).

<sup>158</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 91.

<sup>159</sup> \_\_\_\_\_. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 96.

<sup>160</sup> Esta obra foi inicialmente publicada em 1975, sob o título *L’écriture de L’Histoire*.

<sup>161</sup> Uma parte deste estudo havia sido publicada em LE GOFF, L; NORA, P. *Faire de l’histoire*. Paris: Gallimard. 1974. t. I, p. 3-41, sob o título “L’opération historique”. No livro publicado pela editora Forense Universitária (CERTEAU, 2008) encontramos uma revisão revista, corrigida e ampliada.

<sup>162</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 45.

*lugar social*<sup>163</sup>, *práticas* ou *procedimentos técnicos* e, por fim, a *escrita*<sup>164</sup>. Por fim, Certeau entende que a história envolve também uma escrita, entendendo-a como elemento constitutivo do trabalho do historiador. Ela opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente. Para o autor, a escrita histórica é ela mesma uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas. “Ela cria relatos do passado que são como cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos”<sup>165</sup>. É na interseção entre esses três aspectos que a operação historiográfica é realizada.

É a partir destas noções que devemos interpretar os ensaios que compõem a parte final dessa obra. Em *O que Freud faz da história*<sup>166</sup>, o autor trata de saber o que, como analista, Freud faz da escrita da história. Certeau entende que não é quando nos esforçamos por plantar nas regiões obscuras da história conceitos reputados freudianos, tais como o nome do pai, complexo de Édipo, transferência, enfim, quando nos servimos da psicanálise, que aprendemos com ela, mas quando refazemos diante de um caso tão singular como um pacto de posse firmado com o diabo, o trabalho do analista que da “lenda” faz uma “história”<sup>167</sup>. A conclusão a que o autor chega, tratando-se de Freud, é que este instrui, não quando faz algo da história contada pelos outros, a começar pelos historiadores, mas quando, à sua maneira, faz história. É partindo desta percepção que Certeau procura perceber algumas contribuições da escrita freudiana para a escrita produzida pelo historiador. Há aqui uma crítica às “apropriações selvagens” da teoria psicanalítica feita pelos historiadores das mentalidades.

*A ficção da história* é o segundo ensaio da seção intitulada “Escritas freudianas”, que constitui a última parte da obra *A escrita da história*, e é dedicado à uma análise da escritura de “Moisés e o monoteísmo”, texto muito importante de Sigmund Freud. Para Certeau, o que o psicanalista nos procura apresentar nesse texto não é uma verdade etnológica, mas a relação entre sua “construção”, que ele denomina um “romance”, uma “ficção teórica”, e a fábula, ou seja, a “lenda”, produzida numa tradição; escrita, portanto, comparável a dos historiadores e que surge

<sup>163</sup> Portanto, implica “um meio de elaboração, circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc” (CERTEAU, 2008, p. 47).

<sup>164</sup> que não é histórica, senão quando articulada a um lugar social da operação científica e quando ligada a uma instituição que define técnicas para sua produção (CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 89).

<sup>165</sup> CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 91.

<sup>166</sup> Estudo publicado em *Annales E. S. C.*, t. 25, 1970, p. 654-667. Este texto está presente na última seção da obra *A escrita da história*, intitulada “Escritas freudianas”.

<sup>167</sup> CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 98.

de modo inconveniente no território da história<sup>168</sup>. É a busca desse “lugar” do discurso histórico em meio às maneiras de fazer história que justifica que a psicanálise seja levada em consideração por uma epistemologia que, de interna ao discurso histórico, se faz externa a ele. A discussão que Certeau trava neste ensaio é sobre a indecisão do gênero literário entre história e ficção.

Para Certeau, existe uma maneira historicista de ler as teses de Freud a fim de distinguir o verdadeiro do falso em sua obra, mas também existe uma outra dimensão que equivale a levar a sério sua fantasia como *ficção teórica*, isto é: uma teoria da narratividade analítica (ou científica) apresenta-se na obra de Freud, mas mais uma vez sob a forma de narração histórica. Certeau se interroga sobre a maneira como a escrita de Freud desloca as linhas da abordagem histórica. Certeau percebe em sua escrita, portanto, uma forte presença da subjetividade de Freud, isto é, o *lugar* de onde Freud escreve e a produção de sua *escrita* entram no texto junto com o objeto do qual ele trata. Para François Dossé,

“Certeau vê aí a emergência de um novo regime de historicidade onde os acontecimentos na verdade não são mais estruturados pela consecutividade, opondo um presente a um passado que ficou para trás, mas são ligados por uma co-extensividade, uma superposição de várias temporalidades consideradas em um mesmo espaço de experiência, no interior de um encaixe do passado no presente”<sup>169</sup>.

Dossé se vale da percepção de Certeau que entende que “aqui, passado e presente se movem no mesmo espaço, polivalente. E nenhum dos ‘níveis’ de um texto serve de referência para os outros”<sup>170</sup>.

A obra de Michel de Certeau é tanto ampla, quanto complexa e de difícil compreensão. As interfaces que o autor constrói entre a historiografia e a psicanálise, mesmo quando tratadas por ele explicitamente, exigem um árduo trabalho de leitura e compreensão. A partir do que foi discutido neste trabalho, podemos perceber que os as aproximações entre estes dois campos aqui apresentadas, seriam para o historiador francês uma melhor interdisciplinaridade, que respeita a especificidade de cada uma das duas disciplinas cujo principal ponto em comum, segundo Certeau, é pertencer a um mesmo espaço epistemológico, o das heterologias marcadas pela hibridez.

---

<sup>168</sup> CERTEAU. *A Escrita da História*. p. 332.

<sup>169</sup> DOSSE. *História e ciências sociais*. p. 65.

<sup>170</sup> CERTEAU. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. p. 96.

# Fronteiras da ficção e realidade entre a História e a Literatura: tensões, desafios e possibilidades

**Rodrigo Ferreira da Silva**

Mestrando em História

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

rodrigoigo5@hotmail.com

**Resumo:** O presente estudo tem por finalidade discutir as relações de sentidos e possibilidades entre a História e a Literatura. Vários são os autores que discutem esta intrínseca relação que muito deixa os historiadores inquietos principalmente quando se refere a escrita da História e suas profundas similitudes com os enredos da escrita literária. Pois, diante deste debate, muito se tem a discutir, já de certo modo, pões em cheque o saber histórico e mesmo a construção da história enquanto Ciência. Nesta região de conflitos as vezes tensas, entre a história e a literatura, percebe-se a necessidade de ampliar alguns debates e mesmo notar novos horizontes para a escrita da história que mesmo parecendo com uma redação literária, não deixaria de ser Ciência pelo fato de usar os recursos tropológicos estilísticos da literatura. No entanto, alguns questionamentos ficam sendo necessários aos historiadores? Será a História verdadeiramente uma Ciência? Até onde são os limites das abordagens entre a História e a Literatura? A escrita da História é uma escrita artística por usar tropologias literárias? O que irá diferenciar a História da Literatura? Hayden White seria um dos mais ardentes críticos literários da atualidade que questiona o saber histórico e sua constituição quanto Ciência, no entanto, outros autores veem possibilidades nas relações como De Decca, Sevcenko, Nóbrega entre outros, que em seus estudos o significado do campo do conhecimento histórico seria muito mais amplo e mesmo se aproximando da escrita literária, não deixaria de ser História, pois nas narrativas historiográficas, os historiadores não tem a liberdade poética dos artistas justamente por estarem ligados e fontes documentais que serviriam de respaldo para suas argumentações e escrita.

**Palavras-Chave:** História; Literatura; Escrita; Narrativa; Ciência..

## História, Linguagens e Fronteiras

Com o advento da Nova História que provoca discussão em torno das novas fontes, documentos e questionamentos dos conceitos da história elaborados, principalmente pelos rankianos<sup>171</sup> e, tomando por referência a Revolução Documental proposta por Jacques Le Goff que ao tecer críticas ao documento apresenta-o como sendo “um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que ai detinham o poder”.<sup>172</sup> Então, deste modo os documentos são passíveis de interpretações, pois as pessoas que produziam eram também dotados de influências internas e externas que nortearam sua construção. E isto influi decisivamente na produção desses documentos e ainda nesta inclinação teórica proposta pela Nova História, e com a ampliação do conceito de documento, quando estes deixaram de ser apenas textos escritos; passaram a ser considerado todo o tipo de vestígio humano, tomando por base a multiplicidade e variedade dos documentos como fotografia, documentos orais, escavações arqueológicas, filmes etc. Contrariando a visão positivista da rigidez das documentações tidas por “oficiais”, acreditando que poderiam alcançar a “verdade da história ou a essência dos fatos”.<sup>173</sup>

Partindo desta análise é que se propõe uma ruptura dos atuais modelos paradigmáticos<sup>174</sup>, ou seja, romper com o modelo clássico positivista, procurando novos paradigmas para a história, nesse contexto é que as novas linguagens entram em cena, quer seja como fonte, documento, metodologia, uma vez que quem produziu, o fez também dotado de uma carga teórica. Mas, as chamadas “novas linguagens” (cinema, música, charge, pintura, todas as expressões artísticas em geral) na verdade não são novas como se pensa. Esse termo pressupõe uma ruptura, principalmente com os positivistas, como se fosse utilizado pela primeira vez, mas que na verdade sempre existiram, porém, sua abordagem como objeto, nunca foram considerados.

É neste cenário de quebras de paradigmas tradicionais, que as novas linguagens vem recebendo um grande acolhimento pelos historiadores e talvez, a literatura seja, uma das mais

---

<sup>171</sup> BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magola Lopez. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>172</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: ed. Unicampus, 1996.

<sup>173</sup> CHAGAS, Waldeci Ferreira. A arte de inventar e escrever a história. In; LINS, Juarez Nogueira. *Literatura, Leitura e Ensino*. Guarabira: UEPB, 2006, p 11-12.

<sup>174</sup> RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensino de história In: KARNAL, Leandro(org.) *História na sala de aula: Conceito, Práticas e Propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, p.75.



requisitadas no final do século XX<sup>175</sup>. No entanto, discutir História e Literatura no meio dessas rupturas e crises paradigmáticas requererem algumas considerações, principalmente no que tange esta relação, pois isto não quer dizer uma perda de identidade, e sim, realizar um compartilhamento entre os dois campos dos saberes, mostrando suas possibilidades e sentidos na construção do conhecimento.

Mas esta apropriação de novas linguagens proporciona também impasses, como enfocam diversos autores ao exporem que existem fronteiras e outros que visionam, esta relação como sendo muito mais complexa do que a imaginada.

### **Relações de Sentidos e Possibilidades entre História e Literatura**

Problematizando esta questão faz-se necessário apontar três caminhos norteadores com relação a discussão entre a História e a literatura, que poderá diferir de historiador para historiador. A discussão inicia com a homonímia de sentidos entre a história e a literatura, onde a “verdade” e “ficção” convergem a um mesmo ponto; em uma segunda abordagem, há autores cujas análises apontam diferenças entre os saberes históricos e literários, apesar de sua forte relação de sentidos mas, os impasses passam a serem notáveis a partir do momento em que perpassam pela discussão da perda de identidade enquanto campo do conhecimento; e uma terceira abordagem concerniria na possibilidade de haver fortes ligações de sentidos, mas com diferenças quanto a abordagem dada ao objeto de pesquisa focalizado pela história ou pela literatura.

Para percebermos esta complexidade, Hayden White tece argumentações e referências a autores como Croce, Frye, Levi-Strauss, Tonybe, dentre outros, que participam deste debate, enfocando que a narrativa ou mesmo o enredo historiográfico é similar ao da literatura, e diante desse contexto, concluem que sua urdidura (história) seria mais próxima da ficção que da verdade, pois, a história usa os mesmos recursos estilísticos de linguagem que a literatura. Como estratégias

---

<sup>175</sup> Comenta-se que a literatura ao longo do séc. XIX, assumira posição secundária que diferirá do séc. XX, OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. História e Literatura: Relação de sentidos e possibilidades. In: VASCONCELOS, José Gerardo, MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. *Linguagens da História*. Fortaleza: Impreco, 2003 ( UFC ), p.82.

tropológicas predominantes: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia; já quanto ao gênero, podem apresentar-se como dramático, comédia, sátira e trágico.<sup>176</sup>

Ao escrever os textos, os historiadores empregam suas emoções e significados de como veem aquele acontecimento. Para Hayden White, o enredo da história é dotado de particularidades estilísticas que o historiador utiliza, e tal é verídico, que pode causar nos leitores espanto, admiração, emoção, entre outras características, devido ao uso desses recursos topológicos. Nesse caso, se relacionado à Literatura, então, os textos históricos também seriam literários? E quanto aos tropologistas, qual discurso, ou elementos linguísticos utilizam para determinar o que é ou não tropo?

Diante desta complexidade textual, o próprio Hayden em seu artigo “Teoria Literária e Escrita da História” salienta que se os tropologistas considerarem o discurso historiográfico como sendo “fictício, figurativo, imaginativo, poético-retórico” isto também não poderia ser empregado no discurso dos tropologistas? Ele questiona se “não seria a própria tropologia uma ficção, e as afirmações feitas com base nela apenas ficções das ficções que pretende encontrar por toda à parte?”<sup>177</sup>.

Deste modo, as relações da literatura com a história, segundo o autor, seriam muito mais próximas do que se pensava. Mas, os literatos expõem que há diferenças entre ambas, mesmo tendo relações de tropos; uma dessas diferenças é que os historiadores dentre as suas atribuições não possuem “a capacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária (...) tudo isso sugere que a história é um tipo de arte”<sup>178</sup>.

Mediante esta impossibilidade de sondar as consciências humanas, conforme citação anterior, Hayden White não esconde sua inconformidade com a disciplina histórica, afirma que de forma alguma poderia ser considerada como arte, e se fosse, só poderia ser uma arte de segunda categoria. Se levarmos para o campo da ciência, a história não poderia ostentar este título por não possuir uma série de normas científicas, dentre elas, a repetição dos acontecimentos tal

---

<sup>176</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p 88-91.

<sup>177</sup> \_\_\_\_\_. “Teoria Literária e escrita da história”. Trad. Dora Rocha IN: Estudos Históricos – CEBRAP. Rio de Janeiro; Vol. 7, nº13, 1994, p. 36.

<sup>178</sup> WHITE. *Teoria Literária e escrita da história*, p. 39.

qual aconteceram. No entanto, se for aceita como ciência, então, seria de terceira categoria e estando ligado as ciências sociais, que ainda assim teriam um valor epistemológico questionável. Afirma ainda que,

A história não é de modo algum uma ciência ainda que como “método” ela contribua para as ciências graças as suas operações de inventariações. O que o historiador oferece como explicação das estruturas e processos do passado, na forma de narrativa, são simplesmente formalizações desses “esquemas fraudulentos” que em última análise são míticos em sua essência.<sup>179</sup>

Apesar de serem argumentações muito fortes, torna-se válida a sua posição para a discussão, principalmente quando enfoca a questão de “categorias” que o autor expõe na sua obra: *Trópicos do Discurso*, uma vez que para a classificação em categorias de arte ou ciência é necessário, conhecer o significado do que é arte e o que é ciência. Se por um lado à história se utiliza elementos literários, não possui uma rigorosidade, objetividade que apregoa para com as ciências. Por outro lado, temos uma busca incansável de historiadores por tentar aproximar-se da verdade<sup>180</sup>, através de novos olhares aos documentos, fontes que respaldem as “conclusões” históricas e não as chamadas inventariações propostas pelo autor.

Diferentemente do discurso literário, o historiador ao urdir seu texto, não possui a licença poética que os literatos usufruem. Mesmo que o discurso historiográfico não consiga ser fiel ao que realmente aconteceu, sendo, portanto verossímil, mas há uma busca em representá-lo da melhor e mais fiel forma possível, isto não quer dizer que seja ficcional, mas que no enredo da história, esta presa a documentos, cuja preocupação é constante e desta forma difere-se da narrativa literária, pois não apresenta tal fidedignidade documental, uma vez que os autores literários, num recorte temporal podem tematizar e escrever “histórias” a seu bel prazer, dotado de características e anacronismos em suas personagens, que por vezes nem condizem com possíveis fatos ocorridos a que se reportam, salvo exceções.

Classificar a história como arte de segunda categoria, é de certo, ter em mente a plenitude do significado do que seja arte, problemática esta controversa justamente por não haver uma definição clara e lógica acerca do que seria arte, no entanto, há mecanismos institucionalizados e

---

<sup>179</sup> \_\_\_\_\_. *Trópicos do Discurso*, p.73.

<sup>180</sup> Paul Veyne ressalva que para o historiador só importa a verdade. “Só a Verdade.” VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3ª ed. Trad. Adalberto e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1995, p.15.

profissionais específicos a exemplo do crítico e do historiador da arte, para poder identificar a arte<sup>181</sup>. Em nossa cultura há locais específicos para a manifestação artística que também dão estatuto aos objetos de arte. Então, percebemos que devido à impossibilidade da definição, até por sua definição está acima da lógica, acaba gerando grandes contrariedades para com sua análise conceituadora, pois, não há um consenso entre os teóricos para ser a definição; desta forma não podemos ser tão radicais, já que sua classificação dependerá de valores intrínsecos que podem variar de crítico para crítico, como nos orienta o autor.

Quanto à afirmação de Hayden White ao referir-se à história não ser uma ciência, ou se caso, de terceira categoria como afirma. Em um tom moderado, Ciro Flamarion, propõe que a história seria uma ciência em construção.

É muito feliz esta colocação que Flamarion expõe, pois à grande maioria das ciências modernas já realizam há bastante tempo sua discussão em torno de sua legitimidade enquanto ciência, debate este, que os historiadores vem promovendo há alguns anos; por isso talvez é que haja uma crise metodológica da história, uma vez que se busca método ou métodos, cuja discussão metodológica para as ciências exatas já estão superadas. Com a quebra dos modelos paradigmáticos positivistas de ciência, histórica pregado por Ranke; há uma crise até na própria identidade no que refere-se ao estatuto de ciência. É diante deste contexto, que surge a seguinte pergunta: o que é ciência?

Respondendo a este questionamento, recorre-se a Mário Bunze para apresentar uma conceituação<sup>182</sup>, que para ele seria um reconhecimento sistemático, racional, exato, verificável, de certa forma objetivo; e o que realmente diferenciava-se o modo de como operar este conhecimento científico é justamente o caminho que se segue para tomar a decisão se algo é ou não verdade. Já o dicionário Aurélio destaca três apontamentos para ciência como sendo um,

1. Conjunto metódico de conhecimentos, obtidos mediante a observação e a experimentação.
2. Saber e habilidade que se adquire para o bom desempenho de certas atividades.
3. Informação, conhecimento; notícia, (...) ciências

---

<sup>181</sup> COLI, Jorge. *O que é arte?* 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 ( Coleção Primeiros Passos ).

<sup>182</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. 4ª ed. Editora Brasileira, 1992, p. 13.

humanas: o conjunto de disciplinas que tem por objeto o ser humano, do passado e do presente, e seu comportamento individual ou coletivo.<sup>183</sup>

Concernente a discussão no que tange a palavra literatura percebe-se que deriva do latim *litteratura* que na sua contração *littera* significa o ensino das primeiras letras e com o passar dos tempos a palavra ganha um melhor sentido<sup>184</sup>, deste modo, passou a significar “artes das belas letras” e só podemos falar em literatura escrita, quanto a oral deste ponto de vista, não corresponderia a nada. O dicionário ao atribuir significado ao termo literatura, descreve como sendo um substantivo feminino “— arte de compor trabalhos artísticos em prosa ou verso”<sup>185</sup>.

Diferentemente desse enfoque traçado por Hayden, há autores que discutem esta relação com maior ponderação, e em seus diálogos não há uma perda de identidade das disciplinas em relação aos seus objetos de estudo; mesmo com apropriação por parte da história de metodologias e abordagens, antes de outros campos do saber. Por esta relação apresentar-se tão próxima, é que os vários autores discutem justamente, as relações fronteiriças entre ambas.

Mesmo que a narrativa da história utilize elementos literários, alguns autores<sup>186</sup> a encara com outras perspectivas e atribui o campo dos historiadores como sendo estudos relacionados com aquilo que aconteceu. Assim, identificar-se-ia por excelência, com a verdade do acontecido, embora, não esboce uma verdade absoluta dos fatos ocorridos, nem seja, “uma mimese daquilo que teria acontecido.” Deste modo, não poderia enquadrar-se como ficção, pelo menos no plano literal, uma vez que as narrativas ficcionais estão diretamente relacionadas à arte literária. Mas, o que é ficção? O nosso Aurélio define como “ato ou efeito de fingir; coisa imaginária, fantástica, criação.”<sup>187</sup>

A partir da definição do dicionário, notamos a dimensão da ficção que de forma alguma afetaria a escrita da História, uma vez que os historiadores não fazem fingimentos, nem criam acontecimentos, uma vez que suas urdiduras estão atreladas a documentos, fontes na sua escrita

---

<sup>183</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mineaurélio Século XXI**: mine dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.162

<sup>184</sup> MASSAUD, Moisés. *Criação Literária*. São Paulo: USP, 1995.

<sup>185</sup> FERREIRA, Miniaurélio, p. 461.

<sup>186</sup> PESAVENTO, Sandra Jatay. Fronteiras da ficção: Diálogo da história com a literatura. In: ANAIS DO SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. Florianópolis, julho, 1999.

<sup>187</sup> FERREIRA, Miniaurélio, p. 346.

possuindo todo um cuidado formal, a ponto de não permitir, inventariações em seus textos. O narrador neste caso, apresenta-se como uma espécie de mediatizador daquilo que vê, ouviu, ouviu falar e ao mesmo tempo, conta a terceiros uma situação que não presenciara, é por isso que em sua narração comporta elementos ficcionais, porém, devidamente controlados pelos arquivos, documentos.

E ainda é controlado pela própria relação com objeto e o comprometimento com o mais verossímil possível, não querendo dizer que seja uma verdade inquestionável, mas que haja um nível mais próximo com o real. Esta questão torna-se bastante complexa quando nos remetemos ao conceito de verdade que Hayden atribui a história, pois é enfático ao afirmar que o enredo da história é semelhante ao do romance, assim ele questiona até a verossimilhança e ficção na urdidura dos acontecimentos narrados pelos historiadores. Surgem inquietações com estas argumentações de Hayden, tenta traçar linhas fronteiriças entre ficção e verdade, estabelecendo que,

A posição entre verdade e ficção ou entre história e romance que se estabelece na modernidade é a de que a forma do narrar histórico, ou o enredo histórico vem todo respaldado com provas documentais, opiniões de outros historiadores sobre os eventos narrados, de modo algum aconteceu. Esta preocupação com a verdade científica é completamente estranha ao romance e os eventos dentro das tramas e dos enredos não precisam de provas documentais para adquirirem significado.<sup>188</sup>

O autor possui muita cautela ao distinguir o enredo literário do histórico, perpassando justamente pela questão da ficção e verdade nos enredos. Independentemente, se o historiador escrever satirizando, ironizando et all, será o grau de verossimilhança, comprometimento documental analisado, que deferirá do enredo literário.

Não obstante desse pensamento ao estudar as várias funções da literatura, dentre elas, cita a “expansão da cultura, conhecimento de mundo, compromisso social, exercício de contestação, denúncia, além de atuar como distração e entretenimento<sup>189</sup>.” Assim como a história, a literatura

---

<sup>188</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori. *O que é Romance Histórico? Ou devolvo a Bola pra você, Hayden White*. (mimeo), p. 4.

<sup>189</sup> NÓBREGA, Geralda Medeiros. Literatura e História: um dialogo possível. In :SILVA, Antônio de Pádua Dias (org.). *Literatura e Estudos Culturais*. João Pessoa: UFPB, 2004, p 83.

também é detentora de ideologias de visões de mundo, se vista como representação da realidade; pois traz a tona mudanças de um imaginário individual ou mesmo coletivo fazendo com que o leitor capite imaginações alheias, delineando as percepções de mundo diversificado.

Deste modo, a literatura pode ser vista como uma construção da linguagem, partindo da interface do imaginário e do real revela um real ficcionalizado, onde muitas vezes só através dela que a sociedade conhece seu passado, penetrando também nos espaços míticos, podendo assim, dialogar com autores gregos e latinos como Homero, Virgílio, Ovídio, Camões entre vários outros, cujo legado cultural desvenda civilizações passadas, onde muitas vezes foram re-lidos pelos herdeiros do mistério da palavra artística.

A literatura possui um imaginário discursivo que não afasta, aproxima-se do imaginário linguístico, social etc., o mesmo para com a história, haja vista, que ela também existe pelo discurso, mesmo que possua a sua própria especificidade. Esta aproximação permite ver que os documentos literários e artísticos também possam ser tratados como documentos históricos, deste último espera-se um real compromisso com a realidade, pois a,

Literatura expõe o inverossímil e o verossímil através dos quais o plano da ficção costuma expor a verdade às vezes de forma mais fidedigna do que a história. Por ser o texto literário mais fluido, mais comprometido com a estética, termina por se expor à verdade de modo indireto, quando o estilo não consiste apenas na elaboração da linguagem, mas se manifesta como resultante de visões de mundo captáveis da realidade vivida e conectada pelo escritor.<sup>190</sup>

Diante da citação de Nóbrega, aponta para o historiador estando mais preocupado com a realidade, enquanto que o escritor torna-se atraído pela possibilidade. Então deste modo, a literatura ‘fala’ ao historiador de uma história que aconteceu, apresentando uma “expectativa do vir-a-ser.” Suas possibilidades de certo não vingaram, quiçá concretizar e com esta problemática, surge um novo questionamento. Qual é a posição do escritor diante da história? Para esta inquietação o autor recorre a Barthes para responder e enfoca que “A história, então diante do escritor é como o advento de uma opção necessária entre várias morais da linguagem; ela o obriga a significar a literatura segundo possíveis que ele não domina”<sup>191</sup>.

---

<sup>190</sup> NÓBREGA. Literatura e História: um dialogo possível. p 83.

<sup>191</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 20-21.



Ainda devemos ter o cuidado e de certo chamar a atenção, pois apesar da ficção adentrar-se na história e captar a essência da visão histórica; há obras que não pressentiam os acontecimentos, obras que não vão além de um mundo maravilhoso, como os contos de fada.

Diante das discussões até aqui discutidas, percebo que há uma forte relação entre os campos de conhecimento da História e da Literatura, mas que ambas não se confundem, muito menos se dilui a tal ponto de uma ser maior ou melhor que a outra como propõe enfaticamente Hayden White, mas que como campos de conhecimentos da Ciências Humanas.

Mesmo com a Virada Linguística<sup>192</sup>, os usos dos recursos e estudos da linguagem no texto do historiador, percebo assim como Ankersmit que há muito mais que isso, outras questões que também são importantes, que deixemos para discutir noutro momento. Os campos por terem uma certa ligação não limita o conhecimento e nem minoriza outro, mas com as abordagens e novas possibilidades de investigação no campo literário pela História, pode-se sim, perceber outros olhares poéticos inclusive sobre determinado acontecimento quer seja social, político ou cultural, nos diversos campos.

---

<sup>192</sup> Para mais informações sobre a virada linguística, consultar a obra completa, mas, especificamente o capítulo 2, por justamente apontar as origens desta temática. ANKERSMIT, F.R. *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Tradutores: Jonathan Meneses... [et al]. Londrina: Eduel, 2012.

# O Anticristo Superstar como leitura para o presente: indústria cultural, pós-modernismo e releituras de Nietzsche por Marilyn Manson<sup>193</sup>

**Warley Alves Gomes**

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

warleyalvesgomes@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho busca refletir sobre a relação entre Marilyn Manson, a indústria cultural e a moral protestante. A maneira como Manson se apropriou das ideias de Nietzsche para compor seu personagem autobiográfico – o Anticristo Superstar – e posicionar-se contra um “moralismo religioso” também foi discutida. O trabalho também propõe pensar as reflexões próprias da filosofia da história para além dos “cânones” historiográficos, entrando em contato com a cultura popular do século XX.

**Palavras-chave:** Indústria cultural; Pós-modernismo; Nietzsche.

## Introdução

Não seria nenhum exagero dizer que, a partir do século XX, a escrita vem deixando de ser o principal espaço de circulação de ideias, disputando o espaço com a música, os filmes, as emissoras de televisão e, recentemente, com a internet. Se Paris foi a cidade moderna símbolo do século XIX, Nova York é o modelo de cidade moderna a partir do século XX. Times Square como o exemplo máximo da sociedade contemporânea: pessoas – das mais variadas origens – circulam em um fluxo de luzes velozes, brilhantes o suficiente para ofuscar a visão e estimular o consumo desenfreado.

Os anos 1990 marcam a vitória do capitalismo no cenário mundial. Não há dúvidas sobre isso. As alternativas *práticas* apresentadas a tal sistema econômico se mostraram ineficientes, quando mínimo, e autoritárias e repressoras em seu auge, como bem nos mostra a história do Leste Europeu na segunda metade do século XX. O ano de 2001, no entanto, com o ataque às Torres Gêmeas, marcou o início de um novo momento na hegemonia econômico-política estadunidense: a consciência de que existe um novo inimigo, que ataca sem qualquer aviso prévio,

---

<sup>193</sup> Devo a ideia inicial de trabalhar com Marilyn Manson era de meu colega Douglas de Freitas, graduando em História da UFMG. Não sei qual teria sido a abordagem dele sobre as obras de Marilyn Manson, nem o recorte temporal que usaria. Talvez um dia ele as coloque em texto.

sem ser visto e pode se encontrar dentro do próprio território nacional. A vitória do modelo ocidental, caracterizada por um capitalismo selvagem, vem gerando um aumento na desigualdade econômica, produzindo uma separação cada vez maior entre aqueles que podem se incluir no sistema e aqueles que apenas podem fazer parte dele através da exclusão.

A sensação que temos é a de que estamos frente a um mundo sem saída: de um lado a vitória acachapante do grande Capital, que privilegia apenas a menor parte das sociedades, ao passo que esmaga – não só através do poder financeiro, mas também de sua ideologia neoliberal transvestida de realidade social – os setores mais pobres; de outro lado, um novo encantamento do mundo, que se dá através de um novo aumento do nazi-fascismo no Ocidente e de uma ascensão do fanatismo religioso, tanto no Ocidente quanto no Oriente, que vem cada vez mais ameaçando o estado laico.

Admitindo que não somos capazes de dar uma resposta ao problema, podemos seguir a proposta de Marshall Berman, em seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar* e buscar na arte exemplos que nos permitam ver uma aproximação entre a modernidade e a vida social, bem como uma crítica ao sistema. Seria um modo de apropriarmos dessa crítica, de modo a mudar o sentido dessa modernidade, aceitando-a como irreversível, mas imputando nela, cada vez mais, uma lógica que favoreça aos homens que nela vivem e não às grandes corporações, que buscam desumanizar seus empregados e transformar os cidadãos em consumidores.

### **Parte I – Apresentação do objeto**

Adorno e Horkheimer lançaram em 1947 o livro *Dialética do Esclarecimento*. Neste livro, no qual se encontram muitos ensaios filosóficos, os autores tentam pensar diversos fatores do mundo moderno, sendo as contradições do Iluminismo e a indústria cultural duas de suas reflexões principais. Os filósofos buscam mostrar como a Razão – que ocupou um lugar central nos discursos presentes na modernidade – se deu acompanhada da mais violenta brutalidade. É interessante constatar que Adorno e Horkheimer enxergaram nos “escritores sombrios da burguesia” – principalmente Nietzsche e Sade, os que melhor compreenderam a modernidade, ao não tentar distorcer as consequências do esclarecimento, ao perceber que a mesma razão defendida pelos iluministas, não possuía uma razão mais profunda com a moralidade que com a imoralidade. Tanto Nietzsche quanto Sade, condenaram a moral cristã – muitas vezes oculta no

manto da Razão – que – acreditavam – proporcionava uma distorção da realidade. Ao romper com esta moral, a humanidade se veria sem a necessidade de distorcer o que quer que seja.<sup>194</sup>

Adorno e Horkheimer, no entanto, viam a indústria cultural em crescimento com maus olhos. Para ambos, ela servia para atender, reproduzir e difundir a lógica do sistema capitalista. Ainda que este pensamento não esteja de todo equivocado – não existem dúvidas que Hollywood e as grandes empresas fonográficas se nutrem e fomentam o sistema –, ele é inapropriado devido aos autores fazerem uma tábula rasa da indústria cultural, tratando-a como mera reprodução da ordem dominante. Ambos ignoraram o fato de que, ao longo do processo de produção dos bens culturais, existem vários fatores que intervêm e entram em conflito antes do produto final sair à luz. Entre a intenção do autor e toda a equipe de produção de um filme; entre a concepção e a montagem de uma peça de teatro; entre a teorização de um disco e sua produção por uma gravadora e pela distribuição do produto no mercado ocorre uma série de modificações que torna complicado generalizar a obra de arte como uma mera reprodução da ordem, ainda que muitas vezes ela o seja.

Dito isto, vamos relativizar a visão de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural – fruto de uma concepção preconceituosa e elitista do que é a obra de arte –, mas vamos aceitar sua proposta de buscar nos artistas sombrios da modernidade um caminho para melhor compreendê-la. Ainda seguindo nossa proposta na introdução, vamos observar em Marilyn Manson – personagem construído por Brian Hugh Warner – uma representação do imaginário de alguns setores sociais do mundo pós-1990. Um mundo no qual o capitalismo é vitorioso, mas não aniquilou o encantamento religioso do mundo. Pelo contrário, fundiu-se a ele, tornando-o ainda mais forte.

Marilyn Manson lançou entre 1996 e 2000 uma trilogia de álbuns – *Antichrist Superstar* (1996), *Mechanical Animals* (1999) e *Holy Wood (In the shadows of the Valley of the Death)* (2000) – que mescla ficção e autobiografia. A história é contada de maneira invertida, assim *Antichrist Superstar* – o primeiro álbum lançado – conta o final da história, enquanto *Holy Wood* representa o começo da narrativa<sup>195</sup>. Na trilogia Manson realiza uma crítica sobre o consumo, a religião e a violência

---

<sup>194</sup> ADORNO; HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2006, p.97-98.

<sup>195</sup> Basham, David (1999-12-16). "[Manson To Walk In The "Valley Of Death" For Next LP](#)". *MTV News*. MTV Networks (Viacom).

que marcam a sociedade estadunidense. A partir desse tripé Manson reconstrói sua própria trajetória, construída através de personagens ficcionais.

Em *Antichrist Superstar*, Manson conta a ascensão, decadência e ressurgimento de um demagogo que sofre um apocalipse pessoal. Marilyn Manson representaria assim a própria sociedade estadunidense, sendo que seu apocalipse seria o apocalipse da própria sociedade. Pautado na concepção do apocalipse como revelação, este seria um passo necessário para o autoconhecimento e para a evolução humana. Uma das bases para a construção conceitual do álbum foram as teorias do filósofo Friedrich Nietzsche, principalmente as que mencionam a “vontade de poder”, o repúdio à compaixão e o combate ao cristianismo.

Em *Mechanical Animals* encontram-se duas histórias misturadas: a de um alienígena andrógino chamado Ômega que, ao cair na terra é capturado por uma grande corporação, colocado em uma banda de rock chamada Mechanical Animals e transformado em um produto da indústria cultural; o outro personagem se chama Alfa e foi baseado no próprio Brian Warner, que observa como a sociedade vai se tornando cada vez mais vazia e mecânica. O disco concentra-se em uma crítica à indústria cultural, às realidades da fama e ao abuso de drogas. Tanto Ômega (o fim) quanto Alfa (o início) desejam voltar ao mundo ao qual pertencem. O álbum é composto de catorze músicas, sendo sete contadas desde o ponto de vista de Alfa e as outras sete, do ponto de vista de Ômega.

Por fim, *Holy Wood (In the shadows of the Valley of Death)* narra a história de Adam Kadmon – o primeiro homem –, que viaja de Death valley a Holy Wood, buscando trazer a revolução através da música, de maneira idealista. Holy Wood é uma cidade caracterizada pelo tripé ideológico “armas, Deus e governo”, que cultua a fé nas celebridades e a violência e cujos valores morais estão fundamentados por uma religião enraizada no martírio. Em Holy Wood, Adan vai perdendo seu idealismo e cada vez mais vai sendo absorvido pela ideologia hegemônica na cidade.

Após esta apresentação, é fácil perceber como a autobiografia de Brian Warner vai se misturando à ficção e como Marilyn Manson foi se construindo enquanto personagem ao longo do tempo. A trajetória de Adan Kadmon representa, em certa medida, a trajetória inicial de Warner, que vai perdendo sua ingenuidade ao passo que passa cada vez mais a ganhar importância na indústria cultural. Seus valores revolucionários vão se perdendo em função de

uma ideologia que funde os valores cristão a uma ideologia da violência – similar ao que ocorre na sociedade estadunidense. Na segunda parte, *Mechanical Animals*, a trajetória de Warner está representada em Alfa (o início), que já se encontra totalmente tragado pela indústria fonográfica: a revolução fio vendida e o astro agora se perde em um mundo de fama e drogas. A terceira parte, o Anticristo Superstar, representa a decadência e a volta por cima de Warner, representada no Anticristo.

O que se pode observar da histórica contada, é a plena realização do conceito de ficção desenvolvido por Luiz Costa Lima: a ficção, longe de ser uma falsificação do real, rearticula o mundo sensível e a imaginação, irrealizando o real e realizando o imaginário ao mesmo tempo. Em termos mais claros, é possível ver na história contada tanto a irrealização da história de vida de Warner – ela está imputada de elementos que não existiram e/ou não aconteceram –, quanto a realização do imaginário deste – tudo aquilo que Warner imaginou sobre sua trajetória, incluindo elementos que nunca aconteceram, ganhou contorno e se realizou no plano da ficção cotada nos três álbuns.

Apresentada a narrativa contida nos três discos, resta a pergunta: no quê ela se articula com a sociedade contemporânea?

## **Parte II – Marilyn Manson e o pós-modernismo: crítica social e religiosa**

Como foi mencionado, a crítica ao consumismo exacerbado – e não ao capitalismo propriamente dito –, à moral cristã e à violência são o tripé que fundamentam as três obras apresentadas. Vamos analisar como estes temas aparecem e o que representam dentro da sociedade contemporânea.

Vamos começar do primeiro disco lançado, o *Antichrist Superstar*. É preciso ressaltar que em 1996, Brian Warner ainda estava definindo as características de Marilyn Manson. O personagem ainda não era conhecido fora dos Estados Unidos quando Warner começou a elaborar o conceito do Anticristo que seria desenvolvido no álbum. Segundo o próprio Warner, a ideia veio de alguns sonhos que havia tido desde a infância. Segundo ele:

Eu acredito que minha vida é tão importante que afeta as vidas dos outros. Eu acredito que sou Deus. Eu acredito que todos são seu próprio Deus. Eu sonhei que eu era o Anticristo, e eu acredito nisso. [...] Após anos estudando o conceito, eu comecei a perceber que Anticristo é um personagem – uma metáfora – que existe em quase todas as religiões sob diferentes nomes, e

talvez exista alguma verdade nisso, uma necessidade dessa pessoa. Mas, por outro lado, essa pessoa poderia ser vista não como um vilão, mas como um herói definitivo a salvar as pessoas de sua própria ignorância. O apocalipse não precisa ser fogo e enxofre. Poderia ocorrer em um nível pessoal. Se você acredita que é o centro de seu próprio universo e quer ver o universo ser destruído, necessita de apenas uma bala<sup>196</sup>

A partir das citações acima, pode-se inferir duas coisas: a primeira delas é a desmitificação da noção do Anticristo. A segunda constatação é a de que aquilo que é visto como coletivo dentro da mitologia cristã dissolve-se em uma individualidade simbólica para Warner: Deus não se manifesta em cada indivíduo, mas sim cada indivíduo pode ser seu próprio Deus. O próprio Apocalipse também se torna uma manifestação simbólica e limitada ao plano do individual.

Tais constatações podem ser compreendidas à luz daquilo que Jean François Lyotard – em um primeiro momento – e outros intelectuais definiram como uma característica fundamental da “condição pós-moderna”: a de um presente no qual as metanarrativas emancipacionistas não mais influenciariam de maneira decisiva nas ações humanas. A queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética teria sido o último prego no caixão das narrativas teleológicas, que viam um fim na história. A realidade social não poderia mais ser vista como um bloco coeso e sim a partir de dimensões fragmentadas em diversos pontos de vista. O relativismo passou a ganhar cada vez mais força na sociedade contemporânea, principalmente com a vitória do Capital e da ideologia – por excelência – da classe burguesa: o liberalismo. Junto com esse relativismo e esta vitória do Capital, o individualismo ganhou cada vez mais força na sociedade pós-moderna. Em uma lógica dessacralizada como a de Manson, tanto a divindade quanto o Apocalipse não precisam mais estar vinculados a uma cosmogonia, antes disso, se manifestam no plano individual. Nada mais coeso com a lógica fragmentada pós-moderna, bem como com o liberalismo econômico. Esta afirmação faz ainda mais sentido quando olhamos para uma realidade como a dos estados Unidos, na qual o liberalismo – que surge pautado na defesa das liberdades individuais frente ao Estado – foi a força motora não só para a manutenção do capitalismo, mas também para a própria concepção do que é o cidadão estadunidense.

Outro ponto é a apropriação que Manson faz de Nietzsche. A autobiografia de Marilyn Manson, que aborda desde sua infância até a concepção do álbum *Antchrist Superstar*, tem como epígrafe um trecho da obra de Nietzsche *Genealogia da Moral* no qual Nietzsche anuncia a chegada

---

<sup>196</sup> MANSON, Marilyn; STRAUSS, Neil. *The long hard road out of hell*. Harper Collins, New York, 1998, p.231. Tradução nossa.



de um Anticristo que libertaria o homem da moral cristã e restauraria a esperança no homem. Esta seria uma vitória sobre Deus e a nulidade. Seria, na concepção de Nietzsche, uma redenção para a humanidade. Esta é, basicamente, a mesma concepção do álbum *Antichrist Superstar*: o passo final da trajetória de Manson seria sua decadência e redenção, a superação de si mesmo, o que indicaria a possibilidade de redenção para toda a sociedade. O único modo de alcançar esta redenção é trilhando o caminho da decadência e assumindo o “mal” interno não a partir de uma concepção cristã de vida, mas como parte da natureza humana e como uma necessidade de autoconhecimento e superação de si mesmo. Esta é similar à concepção de Nietzsche que envolve a “vontade de poder”: ela é o caminho definitivo para a superação de si mesmo.<sup>197</sup>

Assim, Manson estabelece um jogo duplo: o Anticristo Superstar seria parte de sua própria trajetória, mas também estaria conectada com a sociedade a qual faz parte. Esta ambiguidade apresenta o desejo do músico em ampliar o alcance de seu conceito de Apocalipse para além das fronteiras individuais. De certa maneira, a crítica à sociedade moderna já estaria presente desde a formulação conceitual do álbum, como pode-se observar a partir deste trecho de sua autobiografia:

Consumismo cego fodido. Pessoas estúpidas merecem o que recebem. Elas comprariam camisetas que dizem “Eu sou um estúpido fodido” se Cindy Crawford dizer a elas que isso é legal. Eu adoraria matar todas elas, mas eu as estaria fazendo um favor. A pior punição que eu posso dar a elas é deixá-las acordar todas as manhãs e levarem suas vidas estúpidas fodidas, deixá-las criarem suas fodidas crianças estúpidas em suas fodidas casas estúpidas, e, claro, gravar um disco chamado *Antichrist Superstar*, o qual irá perturbar e destruir cada uma delas. Foda-se América. Foda-se eu. O mundo abre as pernas para outra estrela fodida...<sup>198</sup>

Essa lógica coletiva aparece em diversos momentos do disco *Antichrist Superstar*, como podemos ver nos trechos abaixo:

Eu sou tão americano, eu venderia seu suicídio  
Eu sou totalitário, eu tenho abortos em meus olhos  
Eu odeio quem odeia, eu estupraria o estuprador  
Eu sou o animal que não será ele mesmo  
[...]  
Ei vítima, eu deveria te cegar outra vez?

<sup>197</sup> Em *Assim falou Zaratustra* encontra-se: “E este segredo a própria vida me contou. ‘Vê’, disse, ‘eu sou aquilo que sempre tem de superar a si mesmo’”. NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.110.

<sup>198</sup> MANSON, Marilyn; STRAUSS, Neil. *The long hard road out of hell*. HarperCollins, New York, 1998, p.219. Tradução nossa.

Ei vítima, foi você quem colocou o porrete na minha mão  
Eu sou um “ismo”, meu ódio é um prisma  
Vamos matar a todos e deixar seu Deus escolhê-los<sup>199</sup>

É possível observar como, através de um discurso irônico, Manson se conecta à sociedade estadunidense com o objetivo de “revelar” aquilo que não aparece em seu discurso: o americano é marcado pelo consumo inconsequente – a venda do suicídio –, por um totalitarismo que se esconde através da liberdade e pela lógica contraditória do ódio presente no “cidadão de bem” – ao odiar aquele que odeia e estuprar o estuprador ele estabelece uma lógica própria de justiça, na qual se projeta como mais elevado que aquele que comete os crimes de ódio e estupro. Aparece também na citação, uma falta de compaixão pela vítima – tão presente no discurso de Nietzsche – que é colocada como culpada da força de quem detém o poder.

A crítica pós-modernista ao moralismo religioso e à sociedade de consumo aprofunda-se no disco seguinte, *Mechanical Animals*. A canção “I don’t like the drugs (but the drugs like me)” representa de maneira contundente a crítica de Manson à lógica protestante e capitalista presente na sociedade estadunidense:

Vida normal querida “nós somos brancos e oh tão héteros e nosso sexo é missionário”  
Vida normal querida “Deixamos os vícios e estamos sóbrios. Nossas confissões serão televisionadas”  
Você e eu estamos mal dosados e prontos para cair.  
Criados para ser estúpidos, ensinados para não ser nada  
[...]  
Vida normal querida, “nosso Deus é branco e não perdoando, somos aborrecidamente testados e estamos rezando”  
[...]  
Vida normal querida, “Nos estamos recuperados e prontos para nossos 15 minutos de vergonha”  
Vida normal querida, “Estamos em um talkshow e sendo acusados assim como cristão em um suicídio”  
Existe um buraco em nossas almas, e nós o preenchemos com drogas. E estamos nos sentindo bem.<sup>200</sup>

Diversos elementos de crítica se cruzam nos trechos acima. Marilyn Manson aponta para as contradições presentes no padrão de “vida normal” do Estados Unidos: o estadunidense médio como o “branco, protestante, limpo das drogas”. Como se não bastasse, todos os cidadãos estariam sujeitos à vigilância e julgamento constante de uma sociedade que, não satisfeita com a

<sup>199</sup>Irresponsible hate anthem. MANSON, Marilyn. *Antichrist Superstar*. Nothing Records, 1996, faixa 1.

<sup>200</sup>I don’t like the drugs (but the drugs like me). MANSON, Marilyn. *Mechanical Animals*. Interscope Records, 1998, Faixa 9.

punição – moral e jurídica – de seus “pecadores”, também os deseja exibir ao público, reproduzindo uma lógica do espetáculo presente desde a Idade Média: o “pecador” deve ser exposto para que o público se entretenha e, ao mesmo tempo, aprenda que deve seguir estritamente as ordens do sistema e portar-se como um “homem de bem”, o que, em uma sociedade na qual a lógica protestante é forte, como é o caso da sociedade estadunidense, significa ser um “bom cristão”. A ironia e a denúncia da hipocrisia dessa lógica aparecem nas linhas finais: para manter-se em uma sociedade como esta é preciso estar constantemente dopado.

No último álbum da trilogia, Manson manteve suas críticas ao cristianismo e ao consumismo da sociedade estadunidense, mas adicionou o culto às armas e à violência como alvo. O motivo para tanto foi o fato da mídia e diversos setores da sociedade terem associado Marilyn Manson ao massacre em Columbine, ocorrido no dia 20 de Abril de 1999. No último álbum da trilogia, Manson fechou o tripé de suas críticas à sociedade: o cristianismo, o descartável mundo da fama e do consumismo e, por fim, a violência representada pelas armas de fogo. Esse tripé foi bem representada em um dos logos da turnê “Guns, God and government”: um crucifixo formado por três armas de fogo com cabo de madeira. Vale ressaltar que a tradução literal de “holy wood” para o português é madeira sagrada. A imagem constituiu no entanto uma metáfora tanto para a cruz de Cristo – a “madeira sagrada” –, quanto ao bairro de Hollywood, localizado na cidade de Los Angeles, no estado da Califórnia – local por excelência daqueles que buscam o estrelato –, quanto para o culto às armas.

### **Conclusão**

Ao final deste trabalho, convém retomar ao início da apresentação. Fica claro o papel de Marilyn Manson como um representante do pós-modernismo. Gostaríamos, no entanto, de rejeitar a ideia de uma pós-modernidade enquanto ruptura em relação à modernidade, e adotar tanto a postura de Marshall Berman – que a apresenta como um fenômeno de constante mudança – e a de Jean-François Lyotard em seu livro *O inumano: considerações sobre o tempo*:

A pós-modernidade não é uma era nova. É a reescrita de alguns traços reivindicados pela modernidade, e antes de mais da sua pretensão em fundar a sua legitimidade no projeto de emancipação de toda a humanidade com a

ciência e com a técnica. Mas esta rescrita já o disse, está desde há muito em curso na própria modernidade.<sup>201</sup>

Com isto, queremos dizer que ainda que as obras de Marilyn Manson apresentem elementos pós-modernistas, as consideramos como parte de uma corrente de ideias inseridas no estágio contemporâneo da modernidade. Mais que uma ruptura, Marilyn Manson – ou Brian Warner, já que a própria noção de identidade se manifesta de maneira confusa, não só na pessoa/personagem, mas também em grande parte da sociedade contemporânea – significa uma continuidade com os artistas e escritores da modernidade, como Sade e Nietzsche. Assim como estes “escritores sombrios”, Manson soube captar as contradições de sua época, revelando não só os aspectos positivos da sociedade da qual vez parte, mas antes, inserindo-se nela e procurando romper com a moralidade cristã, articulada entre o “bem” e o “mal”. Manson soube ver como, para além das significações que damos a cada uma destas partes, ambas fazem parte da própria condição humana. Manson também pode ser colocado na mesma corrente de pensadores como Baudelaire, Dostoiévsky, Mary Shelley e Edgar Allan Poe, que conscientes do mundo no qual viviam, buscaram se apropriar dos valores modernos para apresentar suas contradições e oferecer um modo de resistência. Porém, não nos enganemos: não existe, nas obras de Manson – assim como não existia nas obras destes escritores – a proposta de ruptura com o sistema capitalista. O que se destaca são as críticas do mesmo. Críticas valiosas em um momento no qual o fundamentalismo religioso parece ganhar fôlego na sociedade contemporânea e a esfera política cada vez mais é invadida pela esfera religiosa.

Por fim, fica uma questão no ar: em tempos no qual o Messias anunciado parece nunca retornar – se é que um dia veio – não necessitaria nossa sociedade de um Anticristo que apresente seus elementos mais negativos, que funcione como um espelho, revelando-lhe tudo aquilo que ela recusa-se a enxergar? Parece que criamos Deus a nossa imagem e semelhança, mas nos recusamos a olhar para sua outra metade: o Anticristo que estamos construindo com nossas próprias ações, a cada dia.

---

<sup>201</sup> LYOTARD, Jean-François. *O inumano*: considerações sobre o tempo. Editorial Estampa, Lisboa, 1990.

## A modernidade e a redefinição do papel do diplomata na virada do século XVIII para o XIX

Cristiane Maria Marcelo – Uerj

Doutoranda em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Bolsista FAPERJ

[cris.maria.marcelo@gmail.com](mailto:cris.maria.marcelo@gmail.com)

**Resumo:** Tenciona-se com esta comunicação discutir algumas das mudanças ocorridas na carreira diplomática na passagem do século XVIII para o XIX. A proposta então é pensar como a filosofia do iluminismo e o contexto de mudanças políticas, sociais, econômicas e ideológicas que marcaram a virada da centúria também contribuíram para a redefinição das funções atribuídas ao agente diplomático. A partir de autores como Philippe Cahier, René Rémond, François Callières e Williams Gonçalves, dentre outros, buscaremos discutir as permanências e as rupturas ocorridas nos hábitos, condutas, valores bem como na própria formação que se desejava de um representante da Nação em terras estrangeiras.

**Palavras-chave:** Modernidade; Diplomacia; Século XVIII; Século XIX

A diplomacia, entendida como o processo por meio do qual diferentes grupos humanos negociam seus interesses, é muito antiga. Segundo Brian White o primeiro documento diplomático encontrado pelos arqueólogos data de 2500 a.C, aproximadamente<sup>202</sup>. Naquele primeiro momento os emissários eram itinerantes, não seguiam regras fixas e também podiam exercer outras funções concomitantes como aquelas relacionadas à religião. A necessidade de negociarem territórios, discutirem tratados de paz ou para estabelecerem acordos políticos e econômicos após um período de confronto era o que justificava esses encontros pontuais entre os povos antigos.

À medida que o tempo passou, no entanto, a arte de negociar foi ganhando novos contornos. De acordo com Philippe Cahier, ela teve início na península itálica durante o século XV quando as disputas de poder entre as cinco principais cidades-estados daquela região (Florença, Gênova, Milão, Roma e Nápoles) aumentou a preocupação em conhecer com mais profundidade o que acontecia nos círculos de poder concorrentes. Esta preocupação ganhou profundidade após o Tratado de Westfália (1648) momento em que a autoridade supranacional do papa foi perdendo espaço para as emergentes lideranças políticas dos príncipes, reis e outras

---

<sup>202</sup> Citado por GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A. *Dicionário de relações internacionais*. 2ª Ed. revista e ampliada. SP: Manole, 2010, p. 53.

autoridades locais que passaram a disputar incessantemente a proeminência no cenário europeu<sup>203</sup>. Foi a partir desta época que tornou-se corriqueiro o uso das missões permanentes e todas as estratégias para desbravar os segredos das outras comunidades inimigas eram permitidas em nome dos interesses do soberano<sup>204</sup>.

Também neste contexto começou a se generalizar o uso do termo “embaixador” para particularizar um cargo que não estava ao alcance de todos os que desempenhavam missões de representação no estrangeiro pois era carregado de prestígio e reconhecimento pela condição social dos que o assumia e por isso encontrava-se no topo da carreira. Datam ainda desta época, especialmente em inícios do século XVIII, a organização das primeiras escolas diplomáticas o que demonstra o começo de uma preocupação com o aprimoramento do nível destes profissionais muito embora as perspectivas por mudanças fossem muito lentas<sup>205</sup>.

Não podemos negar, entretanto, que foi na passagem do século XVIII para o XIX que a diplomacia alcançou sua maioridade, ficando muito mais próxima das estratégias de negociação contemporâneas. Naquela época uma série de transformações econômicas, políticas, sociais e ideológicas ocorridas no mundo ocidental acabou exigindo a remodelação de algumas concepções sobre a diplomacia. Estas transformações, como aponta René Rémond, foram fruto do choque intenso e frequente entre as quatro forças distintas de renovação, quatro correntes que ora se sucederam, ora se combateram – o Liberalismo, a Democracia, os movimentos sociais e os movimentos das nacionalidades –, além das forças de conservação política, econômica, intelectual e social herdadas do período anterior<sup>206</sup>. Na prática, no entanto, o processo de afirmação dessas novas ideias não se deu apenas pela prerrogativa de confronto. Durante grande parte do século XIX percebe-se a confluência desses dois modelos de sociedade que, muito lentamente, foi abandonando os valores herdados do Antigo Regime<sup>207</sup> e firmando os ideais da modernidade.

---

<sup>203</sup> As peculiares do Tratado de Westfália serão discutidas mais a frente.

<sup>204</sup> CAHIER, Philippe. *Le droit diplomatique contemporain*. Paris: Librerie Minard, 1962, p.20

<sup>205</sup> A academia de Serviço de Roma, por exemplo, foi instituída pelo papa Clemente XI, em 1701.

<sup>206</sup> RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p.6

<sup>207</sup> Sabemos a complexidade que esse termo carrega uma vez que procura dar conta da “dinâmica das sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII”, três séculos de intensas mudanças, sentidas a seu modo por cada uma das monarquias europeias. Utilizado pela primeira vez nos debates da Assembleia Constituinte francesa, por conta da Revolução de 1789, o termo passou a caracterizar as instituições e os estilos de vida que se pretendiam extinguir. Sobre uma ideia mais alargada do conceito de Antigo Regime ver NEVES, Guilherme P. das; VAINFAS, Ronaldo. Antigo Regime. In VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 43-46. Ver também FURET, F.; OZOUF, Mona (orgs). Antigo Regime. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Este cenário de crescente efervescência política, de mudanças de valores experimentados pela Europa e pela América a partir de finais do século XVIII acabou trazendo novos desafios à prática política diplomática vigente entre as novas e velhas nações e inaugurou uma outra maneira de pensar a política externa de um território e o papel que devia ser atribuído ao agente diplomático. Entre as nações do velho continente era mais que necessário repensar maneiras de se aproximar dos novos mercados americanos que surgiam a fim de defender sua posição na balança de poder então existente. Para territórios recém-independentes tornava-se primordial serem reconhecidos como estados soberanos e desenvolverem estratégias para se inserirem no cenário político e econômico do novo século.

Mesmo com suas limitações, não podemos deixar de destacar que o Congresso de Viena remodelou a maneira de direcionar as relações diplomáticas internacionais. Homens como Metternich, da Áustria, Maurice de Tayllerand, da França, Castlereagh e Wellington, da Inglaterra, foram chamados a utilizar todas as suas habilidades argumentativas a fim de definirem as bases da nova ordem europeia<sup>208</sup>. Estes diplomatas, conforme alude Philippe Cahier, passaram cada vez mais a representar os interesses da Nação<sup>209</sup> em detrimento das vontades do rei. Herança direta do período revolucionário anterior a 1815, a ideia de soberania aos poucos foi se afastando da figura do monarca para se aproximar do povo, que se firmava como o legítimo dono do poder<sup>210</sup>.

Houve, assim, a ressignificação de uma prática diplomática que vinha sendo utilizada desde o Tratado de Westfália, em 1648. Naquele contexto, a assinatura do acordo para pôr fim a uma guerra que envolvia motivos políticos e religiosos entre as principais potências da época enquadrou de vez as pretensões supranacionais do papado e dos imperadores, ao mesmo tempo que legitimou uma concepção mais moderna de governo cujo poder e autonomia recaía na figura de príncipes, reis, condes que não mais viviam sob a tutela do Sacro Império Romano

---

<sup>208</sup> Prússia, Portugal, Suécia e Espanha foram as outras nações que enviaram seus representantes.

<sup>209</sup> Nação aqui deve ser entendida dentro de sua concepção política moderna que pressupõe a existência de um grupo de pessoas (entendido como cidadãos) que partilha uma mesma forma de governo e um mesmo conjunto de leis. Para uma reflexão mais profunda sobre esta concepção, ver: CHIARAMONTE, José Carlos. Mutaciones del concepto de nación durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX. In \_\_\_\_\_. *Nación y estado en iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. 1ª Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2004, p.27-57.

<sup>210</sup> CAHIER. *Le droit diplomatique contemporain*, p. 25.



Germânico. Era em nome dos interesses dessas lideranças que os agentes diplomáticos atuavam<sup>211</sup>.

O que estava em jogo em Viena de 1815 e que passou a ser preocupação das negociações diplomáticas nos anos seguintes era menos a defesa dos direitos de um indivíduo e mais os interesses de uma comunidade política cujas desavenças externas deviam ser solucionadas de forma dialógica em detrimento dos conflitos diretos. É importante destacar que esta ideia de transferência de soberania não foi um processo homogêneo e está diretamente relacionado com as peculiaridades da formação dos Estados-nacionais de cada território.

Este progressivo processo de substituição do princípio da legitimidade monárquica pelo de soberania nacional nas negociações afetou também o papel conferido ao diplomata. Antes da diplomacia iluminista as ações deste agente eram encaradas com desconfianças, pois confundia-se com a atividade de espionagem, já que em nome dos interesses particulares de seu líder político desenvolvia as piores habilidades possíveis, como a mentira, a corrupção e a prática de delitos, por isso era encarado com suspeição pelas demais autoridades. Vincenzo Sicari salienta que ministros de Estado muitas vezes eram penalizados caso conversassem ou contassem algum segredo a um representante diplomático de outro Estado, podendo mesmo serem executados<sup>212</sup>.

O advento da modernidade, por seu turno, viu emergir a figura de um diplomata preocupado em aprimorar o seu desempenho para melhor atender aos interesses da comunidade a que pertencia. Foi, portanto, nesse momento, como destaca Sicari, que a diplomacia “adquir[iu] característica de forte especialização, e as suas atividades desenvolve[ra]m-se em um âmbito dominado por precisas e acordadas regras do jogo”<sup>213</sup>. O bom desempenho das tarefas diplomáticas, por outro lado, exigia deste agente o aprimoramento da formação e de um certo número de habilidades e valores que também passaram a ser fonte de preocupação no século do iluminismo e foram aprofundadas com o passar do tempo. A implementação de novos métodos de ensino, a proliferação de jornais e cafés, a fundação de diversas academias científicas e sociedades literárias com maior ou menor ênfase pelas monarquias europeias ao longo do século XVIII além de ampliarem os espaços de sociabilidade e de difusão do saber acabaram

---

<sup>211</sup> MOTA, Luis. Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano. In *janus.net*. V.3, n.2. Outono. 2002, p. 17-40.

<sup>212</sup> SICARI, Vincenzo Rocco. *As relações diplomáticas no direito internacional*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007, p. 25

<sup>213</sup> \_\_\_\_\_. *As relações diplomáticas no direito internacional*, p. 26.

contribuindo para o desenvolvimento de um novo perfil de homem público, ideal à representação diplomática.

O experiente diplomata D. Luís da Cunha (1662-1749) foi um dos estadistas português que melhor refletiu sobre a necessidade de investimento na formação e no estabelecimento de regras de conduta aos representantes da monarquia nas cortes europeias<sup>214</sup>. Assim, nas *instruções* dirigidas ao seu sobrinho D. Luis da Cunha Manoel, entre 1746 e 1747, D. Luís da Cunha destacava a frágil formação dos homens de governo até então e enfatizava a necessidade de profissionalização do diplomata. Dizia ele:

Os empregos de qualquer gênero que eles sejam , não se alcançam sem que os pretendentes trabalhem por alcançá-los; é necessário que cada um se ponha em postura de os merecer segundo o objeto que tiver, por exemplo: como poderá pretender a vir a ser general quem não entender a guerra, ou ser almirante quem não entender a náutica; e da mesma sorte, como aspirará a entrar no governo, quem se não informar pelo menos especulativamente das muitas partes em que ele se divide?<sup>215</sup>

Importante lembrar que esta preocupação com a formação e autonomização da carreira diplomática foi uma constante no século XVIII. Enquanto D. Luís da Cunha elaborava suas *instruções* vários outros autores europeus trouxeram a lume novas orientações sobre as formas e funções desta carreira cujos reflexos também seriam sentidos no século XIX. Entre estes autores citamos as obras *De la manière de negocier avec les souverains, d'utilité des negotiations, du choix des Ambassadeurs et des envoyeurs* (Amsterdã, 1716), de François Callières; *Discours sur l'art de negocier* (Paris, 1737), de Antoine Pecquet; e *Le droit des gens* (1758), de Emer de Vattel, que em toda a Europa ficou conhecida como *Le code des ambassadeurs*. Analisando a contribuição destas publicações Isabel Cluny conclui que:

Elas foram fundamentais para autonomizar a diplomacia, porque contribuíram para esclarecer os diferentes papéis atribuídos na época aos ministros públicos; transmitiram conselhos para o exercício bem sucedido da diplomacia, bem como formularam críticas à forma de recrutamento dos embaixadores, permitindo uma clarificação do objeto da própria diplomacia.<sup>216</sup>

<sup>214</sup> A longa trajetória e experiência diplomática de D. Luís da Cunha pode ser exemplificada pelo seu empenho como representante dos interesses portugueses junto às cortes de Londres (1715-1719), Madri (1719-1720), Paris (1720-1728 e 1736-1749) e Haia (1728-1736).

<sup>215</sup> Citado por SILVA, Ana Rosa Coclet da. A formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*. Ano 02. Vol. II, 2003, p. 9. Conforme destaca a autora, originalmente estas instruções foram solicitadas a D. Luís por Marco antonio de Azevedo Coutinho, no momento de sua escolha como secretário de Estado dos negócios estrangeiros, doze anos antes, mas o estadista o manteve em sigilo.

<sup>216</sup> CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, p. 35.

Em uma de suas passagens, por exemplo, François Callières reclamava da parca formação e preparação destes representantes diplomáticos. Dizia ele:

[...] ont voit souvent des hommes qui ne sont jamais sortis de leur pays, qui n'ont eu aucune application à s'instruire des affaires publiques et d'un génie médiocre et devenir pour leur coup d'essai ambassadeurs dans des pays dont ils ne connaissent ni les intérêts, ni les loix, ni les moeurs, ni la langue, ni même la situation [...] ambassadeurs, dont le but principal doit être d'entretenir une bonne correspondance entre leur maître et les princes vers lesquels ils sont envoyez.<sup>217</sup>

Provavelmente, inspirado nestas reflexões é que o estadista sustentou em suas *instruções* que a especialização de um diplomata e de qualquer outro burocrata perpassava três critérios básicos, a saber: *o nascimento, a instrução e a experiência*. Luís da Cunha afirmava que o bom nascimento era condição necessária para que o diplomata pudesse ter acesso às demais exigências essenciais ao aprimoramento profissional. O estadista partia do pressuposto que “convém que sejam [os ministros] bastantemente providos dos bens da fortuna; porque não lhes dando sua magestade o que basta para poderem figurar com os outros, se enchem de dívidas com que desonram a si mesmo e também ao amo”.<sup>218</sup>

Assim, o recrutamento destes homens se dava especialmente nas fileiras da elite cortesã, entre os elementos da magistratura e os de formação universitária que já dominavam com certa desenvoltura as regras de etiqueta e protocolo essenciais ao desempenho das missões diplomáticas. Pelo menos até o século XIX, mesmo que com algumas adaptações, essa realidade parece não ter sido modificada. Estudos feitos por Luís Moita comprovam que na Inglaterra, entre 1815 e 1914, “só dois embaixadores (George Canning e Edward Grey) não eram lordes ou filhos de lordes” e, segundo o autor, “uma verificação idêntica se poderia fazer para os casos francês, russo, piemontês ou espanhol”.<sup>219</sup>

A origem familiar mais ou menos ilustre, entretanto, não era garantia do bom desempenho na diplomacia e isto passou a ser fonte de questionamento na virada do século. Havia a necessidade de uma formação própria, pois um representante bem instruído refletia a grandeza de seu país. Com este pensamento, D. Luís da Cunha buscava combater a falta de

---

<sup>217</sup> \_\_\_\_\_. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*, p. 35

<sup>218</sup> Carta de Guia do Estadista português no século XVIII, por D. Luís da Cunha, s.d., pp. 15-17. (ACL, Série Azul, mn 490)

<sup>219</sup> MOITA, Luís. Da diplomacia clássica à nova diplomacia. In *Janus. Espaço de relações exteriores*. Lisboa, 2006, p. 2.

preparo e a fragilidade que vinha predominando na diplomacia portuguesa desde a restauração e colocava a monarquia lusa em posição de inferioridade diante das demais.

Como estratégia para remediar esta ineficiência era preciso promover uma reforma no método de ensino e também nos conteúdos a serem estudados. Assim, o diplomata idealizado da modernidade, do ponto de vista de D. Luís da Cunha e de muitos de seus contemporâneos, devia ter uma formação teórica específica voltada para o aprendizado do direito natural e das gentes. Também era importante conhecer o que vinha sendo produzido em outros países.

Particular atenção devia ser dada à formação do caráter do representante diplomático uma vez que ele era o “espelho do rei ou do Estado representado”. Desse modo, qualitativos como os de habilidade, honestidade, probidade, resignação e prudência deviam fazer parte da formação destes homens a partir do estudo de filosofia moral e racional a fim de não comprometer negativamente a imagem pública do Estado soberano e também do monarca.

A renovação do estudo da retórica, a *ciência do falar bem*, também foi outro item enfatizado pelo diplomata já que seu bom aprendizado era condição necessária para aprimorar a *arte do convencimento e da negociação*, essenciais a um bom representante. Com todos estes atributos buscava-se formar homens úteis ao engrandecimento do Estado que era a palavra de ordem do período setecentista. Preocupação que também pode ser observada entre os estadistas do século XIX.

O estadista lusitano não estava sozinho nestas ponderações. O diplomata francês Antoine Pecquet, preocupado com a formação de um bom negociador, também alegava que a superioridade da profissão do diplomata exigia que ele fosse preparado desde a infância. Neste sentido, o conhecimento do direito e da História, especialmente àquela ligada à época moderna, eram etapas importantes de sua formação. O aprendizado de línguas estrangeiras vivas, por sua vez, facilitava o diálogo e, se bem dominadas, podia ser utilizada de maneira vantajosa em uma negociação<sup>220</sup>.

Discursando sobre a responsabilidade ética e moral destes homens, Pecquet conclui que as qualidades do coração eram as mais essenciais ao homem público a ponto de afirmar que o sucesso do diplomata-negociador dependia absolutamente da confiança que ele inspirava, portanto, era indispensável o aprimoramento de valores relacionados à candura, à probidade e à

---

<sup>220</sup> MOITA. *Da diplomacia clássica à nova diplomacia*, p. 11-15.

verdade tal como também pensava Luís da Cunha. A modéstia, moderação, a sagacidade, a paciência e a coragem também eram elementos essenciais a serem cultivados na formação destes homens já que eram indispensáveis para o sucesso nos negócios. A improbidade, por sua vez, era um instrumento inútil e, por vezes, perigosa, podendo mesmo comprometer os laços de amizade entre as nações<sup>221</sup>.

Ambos os estadistas também concordavam que a leitura de obras teóricas sobre política e diplomacia bem como o estudo de tratados anteriormente celebrados eram essenciais na formação destes homens<sup>222</sup>. O pleno conhecimento das causas, razões e consequências de determinado acordo diplomático podia servir de inspiração aos jovens representantes que ainda teriam a oportunidade de conhecer as ligações históricas entre as duas nações conflitantes, a natureza e os princípios do direito público e das gentes ali empregados.

Entretanto, como bem sublinhou Luís da Cunha, o puro e simples conhecimento das leis não era condição para um bom desempenho diplomático. Além do nascimento e da formação era a experiência uma das etapas de maior importância na preparação de um homem de governo. O estadista chegou a essa conclusão ao perceber, quando de sua nomeação para Londres, em 1697, que os quase doze anos de experiência profissional como magistrado de pouco ou nada serviu para o desempenho diplomático que requeria uma preparação específica.

Para além de uma formação específica, conforme já destacamos, D. Luís concordava que o diálogo e o convívio com outros agentes externos eram essenciais para o aprimoramento da prática diplomática. Baseando-se em sua própria experiência, o estadista confessou em suas *instruções* que o ato de escutar os discursos, as razões e de acompanhar o comportamento dos mais experientes aprofundou o seu aprendizado sobre os liames da “arte de negociar”. Não foi à toa, portanto, que no entendimento do estadista, passado como lição aos diplomatas vindouros, as capacidades necessárias ao exercício da diplomacia eram, comparativamente, as mesmas que se esperava de um médico. Dizia ele, “é verdade que há muito que reparo que as experiências dos ministros são como as dos médicos, que quando não conhecem a constituição dos enfermos, as mesmas medicinas com que curam uns, matam outros [...] que é o que com mais frequência se

---

<sup>221</sup> PECQUET, Antoine. *Discours sur l'art de negocier*. Paris-Cergy: Centre de Recherche de l'Essec, 2003, p.25.

<sup>222</sup> Entre as obras políticas citadas podemos lembrar as *Mémoires Historiques, Politiques, Critiques et Littéraires*, de Amelot de La Houssaye; *O Príncipe*, de Maquiavel; *O Tratado*, de Pufendorf.

experimenta no corpo político [...]”<sup>223</sup>. Nesse sentido, era importante instruí-los, treiná-los, colocá-los em contato com a multiplicidade de tratados e as diversas estratégias de negociação de maneira que, quando tivessem que atuar, buscassem favorecer e não destruir os interesses da nação que representava.

Antoine Pecquet, tal como Luís da Cunha, depositava tanta confiança na observação e na imitação da atuação dos ministros com mais sabedoria que defendeu a necessidade de que o novo diplomata, antes mesmo de começar a atuar, tivesse contato com seu antecessor na mesma corte onde seria creditado. Isso lhe daria a oportunidade de se informar sobre a realidade do território, sobre o caráter das autoridades sob as quais devia prestar respeito e avaliar, ele mesmo, qual seria a melhor estratégia a ser empregada na condução dos negócios. Poderia, ainda, conhecer as amizades estabelecidas por seu predecessor, cultivá-las e conquistar a confiança a fim de compreender os reais interesses que circundavam a atuação daqueles homens. No entendimento de Pecquet, este tempo dispendido pelo novo representante diplomático era essencial não só para conhecer a nova realidade que teria que enfrentar, mas também para direcionar com antecipação assuntos de interesse de seu governo<sup>224</sup>. Era, pois, a experiência o segredo da sabedoria e do sucesso nos negócios.

Dotado de toda essa formação, habilidades e valores é que o diplomata estaria preparado para desempenhar com qualidade as suas funções de representar, informar e negociar que eram essenciais para o sucesso e o reconhecimento internacional da nação que representava.

Pela ideia de representar compreende-se a função de falar em nome de uma nação, o que pressupõe um cuidado especial já que nessa situação o diplomata é um substituto direto do chefe de seu Estado. Portanto, precisa ter uma preocupação redobrada com os hábitos e condutas praticados diante das autoridades do país em que está creditado para deixar a melhor imagem possível do Estado que representa. A boa impressão criada por um diplomata era condição necessária para o andamento de uma negociação.

A coleta de informações que julgassem úteis para a formulação da política externa de sua nação era outra função que o agente diplomático devia desempenhar com mais afinco. Superou-se a fase da espionagem e aumentou-se a preocupação com a qualidade e fundamentação das

---

<sup>223</sup> CLUNY, D. *Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*, p.41.

<sup>224</sup> PECQUET. *Discours sur l'art de negocier*, p. 88.

informações, cujo êxito dependia da manutenção das boas relações com as elites políticas, econômicas e militares da nação em que estivesse creditado. O diplomata devia, portanto, evitar a transmissão de falsas informações ou de meias – verdades, pois, como bem lembrou Ricardo Seitenfus, “ninguém devia duvidar de sua palavra, pois a suspeição e a desconfiança eram sentimentos que o incapacitavam para o exercício do cargo”<sup>225</sup>. As principais fontes de informação passaram a ser a imprensa, os documentos oficiais produzidos nos países creditados, os colegas de profissão e os próprios membros das elites cuja confiança e amizade devia ser conquistada pelo diplomata.

A tarefa de negociar, como afirma Williams Gonçalves, era “função permanente do diplomata, uma vez que seu dever é defender os interesses do Estado que representa”<sup>226</sup>. Uma boa negociação, como já descrevemos, requeria do diplomata algumas habilidades que iam além do próprio conhecimento da causa que ia defender. O embaixador português Leonardo Mathias sustenta que, tanto no passado quanto no presente, a negociação nada mais é que uma “arte do convencimento” em que o diplomata “procura valorizar posições ou pontos de vista seus e engrandecer causas que lhe sejam próprias”, para tanto, é importante:

Dizer a verdade embora não necessariamente sempre a verdade toda. Ser credível portanto, ser firme sem ser inflexível, ser paciente sem ser teimoso, ser franco sem ser ingênuo, ser digno sem vaidades, ser prudente sem revelar receios<sup>227</sup>.

Estes predicados, segundo o autor, eram e são essenciais para o diplomata sair-se vitorioso em suas ambições. “Na melhor arte da negociação”, salienta Mathias, “estará a mais eficiente diplomacia”. Num contexto de complexas disputas de poder e redefinição de áreas de influência como foi o século XIX, a arte de negociar era, sem sombra de dúvidas, a tarefa mais exigida destes diplomatas.

Assim, longe de se utilizar de meios ilícitos para defender os interesses específicos e exclusivos do Estado nacional que representava, o diplomata que emergiu na virada do século XVIII para o XIX era, ou devia ser, identificado pelo conceito de *honnêteté*, conjunto de qualidades morais que definia o ideal de homem público, homem este que era pessoa de condição, dotado de educação, civilidade, cultura e dominava os códigos jurídicos de sua época.

---

<sup>225</sup> SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri/SP: Manole, 2004, p. 113.

<sup>226</sup> GONÇALVES, A. *Dicionário de relações internacionais*, p. 56.

<sup>227</sup> MATHIAS, Leonardo. “A Arte da Negociação”. *Revista Negócios Estrangeiros*, março, 2006, p. 197-206.



Que valorizava o cosmopolitismo, mas que continuava preso a muitos dos princípios da sociedade de Antigo Regime. Este diplomata primava pelo diálogo, pela prudência e devia buscar conhecer com mais profundidade a realidade que ia encontrar. Ele era, por excelência, o agente estatal da política externa. Confiança e credibilidade deviam ser os codinomes de sua atuação<sup>228</sup>.

Os desafios políticos, sociais, econômicos e ideológicos enfrentados, durante o século XIX, pelas novas e velhas nações da América e da Europa fizeram com que os serviços e habilidades deste grupo social mais ou menos homogêneo de agentes diplomáticos fossem constantemente solicitados. Tais solicitações, contudo, tiveram objetivos diferentes e variaram de acordo com as perspectivas internacionais das instituições estatais. No caso das potências europeias, por exemplo, a incessante busca pela política de equilíbrio de forças ao longo das conturbadas décadas de 1820 e 1830, exigiu a reunião desses agentes do governo ora para reafirmar os princípios restauracionistas consagrados em Viena, ora para dar voz à algumas reivindicações que afirmavam a força dos princípios liberais e questionavam uma ordem anteriormente imposta, como aconteceu com o reconhecimento do processo de Independência da Grécia diante do Império Otomano em 1832. No caso dos jovens países sul-americanos, entretanto, os desafios foram outros e estiveram intimamente relacionados com o processo de construção e legitimação dos Estados nacionais, mas não seriam enfrentados sem obstáculos. Só que isso é uma outra história.

---

<sup>228</sup> LIMA, Sheila Conceição Silva. *Em nome do pai, do filho e do poder joanino: Portugal e a Santa Sé na primeira metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Ver especialmente o capítulo 3: O papel e o exercício da diplomacia em D. João V.

# Entre a história e a psicanálise: reflexões da teoria psicanalítica para o estudo da narrativa histórica

**Marco Guisoli Girardi de Mendonça**

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[marcogirardi@gmail.com](mailto:marcogirardi@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho pretende investigar as possibilidades de realizar uma reflexão sobre o conceito de narrativa histórica apresentado por Paul Ricoeur a partir de recursos apropriados da psicanálise.

**Palavras-chaves:** narrativa histórica; esquecimento; psicanálise; Paul Ricoeur.

## A narrativa histórica e o esquecimento:

O motivo desencadeador deste trabalho originou-se da leitura de um célebre texto para a área de teoria da história, intitulado *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida* do filósofo alemão Friedrich Nietzsche.<sup>229</sup> Apesar de ponderar sobre as formas profícuas para a vida que se têm a partir da utilização da história, está latente nesse texto relativa apologia e admiração do esquecimento. Nietzsche toma por correlatos esquecimento e felicidade. Partindo desse pressuposto, o efeito sobre a vida da narrativa histórica e seu resultado de lembrança seria, basicamente, deletério, pois, se o ato de esquecer carrega felicidade, o passado narrado, naturalmente, seria obrigado a provocar tristeza. Portanto, embora Nietzsche apresente três tipos de história que podem, conforme seu uso, serem benéficas ou não para o ser humano em geral, a história goza de desprestígio perante o esquecimento.<sup>230</sup>

---

<sup>229</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Apresentação, tradução e notas Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

<sup>230</sup> Ao descrever os três tipos de história – monumental, tradicionalista e crítica – o filósofo não deixa nítido se aquilo a que se refere trata-se de uma espécie de memória pessoal, de uma memória compartilhada informalmente por determinada cultura ou grupo social, ou se se trata de uma história composta a partir dos pressupostos acadêmico-científicos que fazem dela uma ciência. Esse aparente desleixo não é suficiente, contudo, para desautorizar a provocação nietzschiana presente no referido texto. O lembrar-se, a articulação/compartilhamento informal da lembrança ou a produção científica de uma narrativa histórica ainda assim se mantêm inferiores ao esquecimento e à felicidade como seu produto.

Aqueles que atribuem à história, mesmo que não possam fazê-lo de maneira clara, uma certa importância para a vida, quando não uma necessidade fundamental para qualquer sociedade ou, pelo menos, para a cultura contemporânea ocidental, não de ficar minimamente incomodados com a tese do filósofo alemão. Como então solucionar esse aparente desprestígio a que foi relegada a narrativa histórica? A resposta, ou o enfrentamento, contará com o apoio da psicanálise.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud introduz uma teoria geral que concebe as conformações socioculturais como sendo erigidas a partir da restrição/repressão dos instintos humanos mais primitivos. Para ele, a condição básica de se viver em sociedade é justamente essa repressão ou supressão (tanto da sexualidade quanto dos instintos de agressão). De outra forma, uma vez tendo total liberdade para os seus instintos, o ser humano teria uma vida ainda mais fugaz. É preciso abdicar de parte da felicidade (percebida como satisfação total dos desejos) em prol de um pouco de segurança: “Basta-nos então repetir que a palavra ‘civilização’ designa a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si”<sup>231</sup>. A civilização e sua inerente infelicidade constituem uma forma de superar o passado “animalesco” do ser humano. O reclamo de Freud neste clássico texto enfrenta o excesso de restrições aos instintos imposto pela civilização que lhe é contemporânea; assim, ele não pretende excluir de uma vez por todas o mal-estar, embora afirme a possibilidade de ser menos infeliz sob uma organização social mais frouxa em relação aos instintos humanos: “O programa de ser feliz, que nos é imposto pelo princípio do prazer, é irrealizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não somos capazes de – abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distante a sua realização”<sup>232</sup>.

A primeira constatação que se pode depreender desse texto para ponderar a provocação nietzschiana inicial diz respeito à impossibilidade de uma felicidade completa. O princípio do prazer é, segundo Freud, o grande ordenador da conduta humana. A sua total realização é, contudo, impraticável, visto que a organização social pressupõe inevitavelmente um mínimo de restrição a esse princípio. Assim, o esquecimento é incapaz de produzir uma felicidade plena e sobrepor a “miséria real”.

Para além disso, a relação temporal do passado para a teoria psicanalítica tem maior serventia para o presente estudo:

Talvez devêssemos nos contentar em afirmar que o que passou pode ficar conservado na vida psíquica, não tem necessariamente que ser destruído. De toda maneira é possível que também na psique elementos antigos sejam apagados ou consumidos – via de regra ou excepcionalmente – a tal ponto que não mais possam ser reanimados e restabelecidos, ou que em geral a conservação dependa de certas condições favoráveis. Podemos tão só nos ater

<sup>231</sup> FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Obras completas volume 18. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 49.

<sup>232</sup> \_\_\_\_\_. *O mal-estar na civilização (1930)*, p. 40.

ao fato de que a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que a surpreendente exceção.<sup>233</sup>

O próprio esquecimento, portanto, não significa a ausência da marca da memória. Para a psicanálise, o evento traumático, devido a um mecanismo de resistência próprio da psique, não se manifesta por reminiscências ou por memórias. Há, na verdade, uma relutância em trazê-lo para a consciência, o que não significa, por sua vez, que ele não exerça algum tipo de atuação sobre o comportamento do indivíduo. Embora sob aparente esquecimento, o trauma se manifesta através de uma compulsão de repetição. Conquanto o sujeito não se recorde, há em seu comportamento algo de compulsivo que denota uma atuação do traumático. A solução para isso passa pela prática psicanalítica: a estruturação narrativa da trajetória pessoal do indivíduo feita por ele próprio, ou seja, a inserção de fatos pretéritos em uma estrutura sintática mais ou menos clara, torna possível a “aparição” do trauma numa lógica cujo efeito ressignificante para o sujeito se faz sentir a partir da superação da compulsão à repetição e da capacidade de, após essa narrativa<sup>234</sup>, lembrar-se daquilo que se tinha apenas aparentemente esquecido.<sup>235</sup>

Essa “ponderação psicanalítica” se dá, basicamente, no nível da trajetória individual. Como então aplicá-la para o âmbito da narrativa histórica? Como é possível afirmar que determinada cultura ou contexto esqueceram-se de algo se eles não vivenciaram esse algo esquecido? A partir de que argumento legítimo pode-se defender a narrativa histórica como enfrentamento de um falso esquecimento se não há uma relação direta, isto é, vivida, concretizada, carnal entre presente que lê uma história e passado que é narrado? E mais, é legítimo fazer uma tradução do “procedimento analítico” da “cura através da fala” e sua relação com o esquecimento para o âmbito da história? Isto é, para o tempo da história e da historiografia o imperativo da narrativa é igualmente legítimo? Talvez as duas perguntas fundamentais que guiam este texto sejam as seguintes: por que narramos o passado? Ou, devemos impreterivelmente narrar o passado?

Em primeiro lugar, é forçoso reconhecer que, naturalmente, os eventos pretéritos se fazem sentir através do tempo. Não é porque uma determinada conformação cultural seja incapaz de se lembrar de determinados fatos, ou seja, não é por encontrarem-se em aparente esquecimento que eles não se fazem presentes ou influentes. Aliás, o termo “aparente” é bastante esclarecedor: o esquecimento também para o âmbito sócio-histórico não significa a ausência de atuação e de influência de eventos passados. Algo permanece no presente, algo se reproduz no presente ou algo se repete compulsivamente no presente, mesmo que a lembrança consciente não se faça, muitas vezes, possível.

---

<sup>233</sup> FREUD. *O mal-estar na civilização* (1930), p. 24.

<sup>234</sup> É preciso estender consideravelmente aquilo que se concebe por narrativa para que se conceba esta fala (por vezes dispersa, difusa e inconstante) no interior do tratamento analítico enquanto uma narrativa.

<sup>235</sup> FREUD. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: FREUD, Sigmund. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. Obras completas volume 10. Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Uma leitura hermenêutica da história e do tempo da história responde de forma mais categórica algumas das perguntas anteriormente formuladas. É o filósofo francês Paul Ricoeur que, a partir da noção de *ser-afetado-pelo-passado*, apresenta-se aqui em auxílio.<sup>236</sup> Ao tentar “explicitar a noção de receptividade à eficiência da história”<sup>237</sup>, ele vai trabalhar com três conceitos: a *tradicionalidade*, as *tradições* e a *tradição*.

Por *tradicionalidade* deve-se entender uma dialética “no interior do que chamamos experiência, entre a eficiência do passado, que sofremos, e a recepção do passado, que operamos”<sup>238</sup>; “ela significa que a distância temporal que nos separa do passado não é um intervalo morto, mas uma *transmissão geradora de sentido*”<sup>239</sup>. Já *tradições* carrega o sentido de conceber o presente antes como herdeiro que como inovador; “essa condição decorre essencialmente da estrutura *linguagreira* da comunicação em geral e da transmissão dos conteúdos passados em particular. Ora, a linguagem é a grande instituição [...] que desde sempre precedeu a cada um de nós. E por linguagem deve-se entender, aqui, não só o sistema da língua em cada língua natural, mas *as coisas já ditas*, ouvidas e recebidas”<sup>240</sup>. Finalmente, define-se *tradição* enquanto o reconhecimento de que “toda *proposição de sentido* é ao mesmo tempo uma *pretensão à verdade*”<sup>241</sup>; o presente é herdeiro de “crenças, persuasões, convicções, ou seja, modos de *‘ter-por-verdadeiro*”<sup>242</sup>.

Essa dimensão “viscosa” do passado, isto é, a sua capacidade de aderir ao tempo futuro, naturalmente sem determiná-lo por completo, e, muitas vezes, sem tornar nítida essa atuação, por si só já constitui argumento suficiente para atestar a impossibilidade do esquecimento ficar restrito a uma dimensão pessoal. No entanto, o significado do conceito de *reconhecimento* reforçará o esclarecimento dos questionamentos anteriormente apresentados. Nesta altura, será preciso recorrer à fenomenologia da memória. Diz Ricoeur:

Finalmente, há o reconhecimento propriamente mnemônico [...]; ele consiste na exata superposição da imagem presente à mente e do rastro psíquico, também chamado de imagem, deixado pela impressão primeira. [...] Esse pequeno milagre de múltiplas facetas propõe a solução em ato do enigma primeiro, constituído pela representação presente de uma coisa passada. A esse respeito, o reconhecimento é o ato mnemônico por excelência.<sup>243</sup>

O filósofo francês alude aqui a um “reconhecimento pessoal” da imagem; isto é, algo no momento presente evoca a imagem primeira que se registrou como memória (não se trata, ainda,

<sup>236</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. Como o próprio Ricoeur deixa explícito no capítulo *Para uma hermenêutica da consciência histórica*, nesta discussão sobre “ser-afetado-pelo-passado” ele dialoga diretamente com a obra *Verdade e Método* de H.-G. Gadamer.

<sup>237</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 374.

<sup>238</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 374.

<sup>239</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 377 (grifos do autor).

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 377 (grifos do autor).

<sup>241</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 379 (grifos do autor).

<sup>242</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 3, p. 379 (grifos do autor).

<sup>243</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 438.

de narrativa). O problema de “como reconhecer o que não se viveu” permanece, no entanto, em aberto. Dessa análise fenomenológica será preciso apropriar-se do reconhecimento como “representação presente de uma coisa passada”. Como então transpor essa “coisa passada” para uma coisa passada para além do nascimento pessoal? Ora, como reconhecer um passado como seu não tendo-o vivido diretamente? É ainda Ricoeur quem oferece uma resposta categórica, desta vez a partir da tripla mimesis de Tempo e Narrativa.<sup>244</sup>

Ao afirmar que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal”<sup>245</sup>, o filósofo francês estabelece uma correlação necessária e virtuosa entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. A relação é iniciada em mimesis I, o campo da realidade. Trata-se do real pré-figurado por linguagem, do mundo da ação “simbolicamente mediatizado”<sup>246</sup>. Não é somente coisa, tampouco somente ideia. É coisa e ideia. Mimesis I consiste na realidade que cerca a todos, a ordem e a desordem do presente. Esse campo da ação só tem sentido porque permeado por linguagem. Por isso pré-figuração: realidade simbolicamente revestida. Mimesis II, por sua vez, compõe o texto. É a composição da intriga<sup>247</sup> ou, simplesmente, a articulação escrita. O texto tem uma dimensão referencial, isto é, embora constitua um momento de realização “técnica”, ele diz de algo que pertence à esfera pré-linguística de mimesis I, e não se apresenta como um universo fechado em si mesmo: “[...] é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração”<sup>248</sup>, ou seja, a constituição de um estudo em discurso escrito. É a mediadora entre a pré-compreensão e a pós-compreensão. A narrativa histórica emana de uma realidade pré-figurada e, por isso, possui uma dimensão referencial. Aponta para um campo outro que não o do texto, embora isso só seja possível por estar esse campo já incrustado por linguagem. Por último encontra-se a mimesis III, o estágio correspondente à leitura. O percurso termina no destinatário; é a “intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor”<sup>249</sup>. Este, após “encantado” por uma obra, retorna à mimesis I, mas agora ressignificando-a. “O ato de leitura é assim o operador que une mimesis III a mimesis II. É o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga”<sup>250</sup>. O leitor recebe aqui a experiência trazida para a linguagem. Esse processo, informa Ricoeur, possui o formato de uma espiral sem fim, pois promove a passagem pelos mesmos pontos, porém com atitudes distintas. Mesmo que se afirme esse ciclo como vicioso a partir de uma desconsideração da dimensão referencial da linguagem, não é possível negar o processo de ressignificação. Nesse sentido, mesmo se tratando de “texto sobre texto” há, ao menos, uma mudança na forma de apreensão do mundo. É em mimesis III que se encontra a justificativa do “reconhecimento para além do tempo vivido”, a verdadeira função e importância da narrativa história reside exatamente

<sup>244</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

<sup>245</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v. 1, p. 93.

<sup>246</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v.1, p. 101.

<sup>247</sup> Termo do próprio Ricoeur.

<sup>248</sup> RICOEUR. *Tempo e Narrativa*, v.1, p. 114.

<sup>249</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v.1, p. 123.

<sup>250</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*, v.1, p. 132.



aí. A leitura de uma narrativa histórica, a união do mundo do leitor com o mundo do texto, pode (o efeito não é imperativo) tornar reconhecível o passado não vivido. Está sugerida, portanto, a possibilidade dessa narrativa sobre eventos pretéritos realizar semelhante operação à de “representação presente de uma coisa passada” da lembrança restrita a um âmbito simplesmente individual.

### **A discussão aprofundada: como é operado o diálogo entre história e psicanálise:**

A breve divagação hermenêutica serviu para atestar as imbricações entre passado e presente para o espaço da história e, com isso, tentar legitimar uma suposta correspondência entre o “efeito narrativo” de superação traumática verificado na teoria psicanalítica e o enfrentamento ao esquecimento operado pela narrativa histórica. A apropriação da psicanálise que se faz aqui está orientada, portanto, pela seguinte lógica: de um lado, a ponderação em relação ao esquecimento, tendo em vista que a incapacidade de se lembrar não significa a ausência de atuação do que passou, e a sutil importância que se atribui à narrativa e ao seu potencial de restituição ou reconciliação com o passado (o que se interpõe é apenas a função proeminente do ato de narrar); de outro, procura-se responder à seguinte questão apresentada por Ricoeur: “Até que ponto, indagaremos primeiro, estamos autorizados a aplicar à memória coletiva categorias forjadas no debate analítico, portanto, num nível interpessoal, marcado principalmente pela mediação da transferência?”<sup>251</sup>

O historiador francês Michel de Certeau é uma das eminentes figuras que ousou aventurar-se em reflexões relativas às possibilidades de diálogo ofertadas pela história e pela psicanálise. No livro *História e psicanálise: entre ciência e ficção*, de Certeau inicia sua análise apontando um rasgo intransponível entre as duas disciplinas que diz respeito à diferente relação com o passado por elas estabelecida. Ao atribuir o “retorno do recalcado” como um dos núcleos do pensamento freudiano, ele vai afirmar a perspectiva temporal psicanalítica como consistindo numa relativa predominância do passado em relação ao presente, na medida em que esse recalcado retorna “sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído”<sup>252</sup>:

O morto assombra o vivo; ele re-morde (mordida secreta e repetida). Assim, a história seria ‘canibal’, e a memória tornar-se-ia o recinto fechado em que se opõem duas operações contrárias: por um lado, *o esquecimento, que não é uma passividade nem uma perda, mas uma ação contra o passado*; e, por outro, *o vestígio mnésico, que é o retorno do esquecido*, ou seja, uma ação desse passado, daqui em diante forçado ao disfarce.<sup>253</sup>

<sup>251</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 83.

<sup>252</sup> DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 71.

<sup>253</sup> \_\_\_\_\_. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 71-72 (grifos meus).



Dessa citação, duas afirmações podem ser depreendidas. A primeira diz respeito ao peso do passado sobre o presente, relação temporal própria da psicanálise justificada pela importância atribuída a alguns núcleos, como o trauma e o recalçado, por exemplo. A segunda, que mereceria uma atenção mais devida, relaciona-se com o esquecimento, compreendido, segundo de Certeau, como uma ação contrária ao passado. Nesse sentido, e em oposição, a narrativa histórica consistir-se-ia numa atitude de reconciliação com o passado.

O ofício do historiador e a historiografia, por sua vez, pressupõem uma distinta avaliação da temporalidade concernente ao vínculo entre passado e presente. A pesquisa histórica, produto das relações de saber e poder do seu contexto, parte conscientemente de um presente para a investigação do pretérito, ela fura o decorrer natural do tempo através de um olhar retrospectivo, elegendo períodos, passagens, contextos, etc. a serem explicados e descritos. Há, ainda, aponta o autor, os lugares que guardam (“e se guardam”) objetos capazes de fornecer subsídio à investigação histórica: “Uma fronteira separa a instituição atual (que fabrica representações) das regiões antigas ou longínquas (encenadas pelas representações historiográficas)”<sup>254</sup>.

Torna-se evidente, assim, a diferença entre as perspectivas cronológicas da história e da psicanálise. Enquanto a primeira reconhece a sucessividade temporal e, a partir dessa consideração, adota um olhar retrospectivo para conceber a narrativa histórica, a segunda é perpassada pela onipotência do passado nas orientações tomadas no presente. Não se trata aqui de afirmar a historiografia como orientada ingenuamente por uma visão da diferença entre tempos, como se o presente fosse incapaz de carregar consonâncias com o passado. Há, no entanto, uma relação temporal distinta:

A psicanálise e a historiografia têm, portanto, duas maneiras diferentes de distribuir o *espaço da memória*; elas pensam, de modo diferente, a relação do passado com o presente. A primeira reconhece um *no* outro; enquanto a segunda coloca um *ao lado* do outro. A psicanálise trata essa relação segundo o modelo da imbricação (um no lugar do outro), da repetição (um reproduz o outro sob a uma forma diferente), do equívoco e do quiproquó (o que está ‘no lugar’ de quê? Há, por toda a parte, jogos de máscaras, de reviravolta e de ambiguidade). Por sua vez, a historiografia considera essa relação segundo o modelo da sucessividade (um depois do outro), da correlação (maior ou menor grau de proximidade), do efeito (um segue o outro) e da disjunção (um ou o outro, mas não os dois ao mesmo tempo).<sup>255</sup>

Essa avaliação diverge, aparentemente, de toda a discussão empreendida pela interpretação hermenêutica do tempo histórico. De fato, a consideração temporal apresentada por Ricoeur é muito mais satisfatória. No entanto, é preciso ponderar que para Michel de Certeau essa distância cronológica verificada na historiografia não se apresenta segundo uma ruptura absoluta entre passado e presente. Ele apenas explicita uma espécie de “postura epistemológica”

<sup>254</sup> DE CERTEAU. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 72.

<sup>255</sup> \_\_\_\_\_. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 73 (grifos do autor).

tomada pelo historiador em relação ao tempo: o pesquisador sempre investiga aquilo que foi, um outro que, tendo sido, não é mais. As duas interpretações não são, portanto, de todo divergentes.

A despeito dessas diferentes considerações sobre o tempo, ambas as disciplinas possuem também exercícios análogos, tais como o movimento de explicar o passado, de reconstruir as impressões pretéritas, de afirmar as semelhanças e diferenças entre os tempos, de incluir os acasos e as vicissitudes em uma estrutura narrativa, etc. Carece, no entanto, uma rápida observação sobre a aparente divergência de temporalidades. Até que ponto não há, também para o tempo historiográfico, “um passado no presente” justamente porque esse passado goza de esquecimento? Quanto de repetido se faz no agora porque privilegiado pelo silêncio?

Mesmo que a psicanálise tenha essa dimensão temporal imbricada, isto é, “passado no presente”, o que, naturalmente (e aparentemente), a diferencia da perspectiva de tempo da historiografia, o mais importante na relação entre esses campos está além. No primeiro livro da série de seminários realizados dedicados ao estudo de Freud, Jacques Lacan é categórico ao afirmar “a reconstituição completa da história do sujeito” como “elemento essencial, constitutivo, estrutural, do progresso analítico”<sup>256</sup>. O fundamento básico da análise é “a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis”<sup>257</sup>. A despeito da aparente confusão temporal, a importância reside no efeito da reconstituição do passado do sujeito através da narrativa histórica pessoal; “o fato de que o sujeito revive, rememora, no sentido intuitivo da palavra, os eventos formadores da sua existência, não é, em si mesmo, tão importante. O que conta é o que ele disso reconstrói”<sup>258, 259</sup>.

Assim, reconhecidas as diferenças marcantes das respectivas disciplinas, *seria* possível atribuir uma aproximação entre elas que diz respeito à proeminência do ato de narrar: a principal analogia existente é a dimensão narrativa. Se para a psicanálise, é preciso demarcar a diferença, o sujeito restitui e reconstrói o seu passado através da memória pessoal, a operação historiográfica<sup>260</sup> vale-se de uma pluralidade de fontes, inclusive da memória, para compor o texto histórico. O importante, no primeiro caso, é, como diz Lacan, menos o rememorar que o efeito ressignificante e de superação traumática advindo desse ato de narrar. Já para o lado da narrativa histórica, é justamente no processo de articulação entre o mundo do texto e o mundo do leitor e o efeito de reconhecimento daquele que lê uma obra histórica em relação ao passado a que ela se refere que vai residir a sua real importância. A possibilidade de a narrativa exercer uma mudança na relação do sujeito (ou leitor) com o tempo, isto é, seu potencial ressignificante, constituiria o elemento responsável por aproximar ambas as disciplinas. Desnecessário retomar a ponderação relativa à dimensão estritamente individual da psicanálise e a dimensão “para-além-de-si” da

<sup>256</sup> LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução de Betty Milan. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979, p. 21.

<sup>257</sup> \_\_\_\_\_. *O Seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*, p. 21.

<sup>258</sup> \_\_\_\_\_. *O Seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*, p. 22.

<sup>259</sup> É importante salientar que o Lacan deste Seminário I é ainda um Lacan otimista em relação às possibilidades do simbólico dizer o real (e que, portanto e apenas aparentemente, encaixaria perfeitamente nas pretensões deste estudo).

<sup>260</sup> DE CERTEAU. *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

narrativa histórica, divergência superada pelo ato de leitura e seu efeito de reconhecimento e pela noção de *ser-afetado-pelo-passado*.

### **Conclusão: é legítimo o diálogo?**

A análise até então empreendida debruçou-se sobretudo nas dimensões narrativas e na imbricação temporal entre passado e presente. Mas perceba, caro leitor, que uma pergunta aludida anteriormente não foi respondida: como é possível fazer a tradução de questões próprias da psicanálise para o espaço da história? Neste momento, mesmo que brevemente, uma melhor delimitação do que fundamentalmente caracteriza as duas disciplinas merece ser feita.

A psicanálise contempla em seu arcabouço teórico tanto uma ontogênese quanto uma filogênese. No que concerne à terapia analítica propriamente dita, ela está, naturalmente, focada no sujeito; é à reestruturação e à reconstrução da trajetória individual que visa a técnica, são os eventos traumáticos próprios de uma biografia que se busca reinserir no processo de tratamento. Somente há progresso analítico mediante o processo de transferência; há, ainda, a presença do analista, a mediação da palavra e a “narrativa” é construída pelo analisando. Ademais, toda essa “técnica” é explicada a partir de uma complexa teoria do (ou além do) princípio do prazer, de uma complexa apreciação do fenômeno psíquico em sua dimensão dinâmica, econômica e topológica, de noções como o Complexo de Édipo e a sedução pelo pai, etc. O campo da história, por sua vez, é bem explicado a partir do conceito de *operação historiográfica* cunhado por Michel de Certeau. Segundo o autor, essa operação é constituída pela combinação de um *lugar social*, isto é, toda pesquisa parte de um lugar e, com isso, já carrega em si mesma uma dimensão socioeconômica, política e cultural, de *práticas científicas*, a abordagem técnico-investigativa ou a metodologia de manipulação dos objetos de estudo e, por último, a *representação escrita* (orientada pelo horizonte de verdade) resultante dos dois processos anteriores. Assim, pensar a narrativa histórica é concebê-la como produto textual da articulação entre um lugar social e práticas científicas.<sup>261</sup> Narrativa histórica, portanto, produzida por um historiador pertencente (geralmente) a uma instituição, fontes primárias múltiplas, eventos abordados os mais distintos possíveis, fundamentações teóricas vastíssimas, apropriações dos textos as mais variadas possíveis (por professores, alunos, leitores, especialistas, leigos, mídia), de um lado; espaço restrito, consultório, um analista, um analisando e seu inconsciente, a mediação da linguagem, seus próprios traumas, suas próprias inquietações, de outro.

Ora, basta falar em “correspondência narrativa” para aproximá-las? Ademais, até que ponto é possível conceber a fala no interior da análise enquanto uma narrativa? E, se ainda assim legítimo for tomá-la por narrativa, qual seria então uma possível correspondência entre duas narrativas tão distintas? Não se pode deificar o ato de narrar e desconsiderar tudo aquilo que, muito além da própria narrativa, faz com que a psicanálise seja uma coisa e a história outra. Embora o recurso à hermenêutica tenha servido para defender uma possível analogia entre a narrativa histórica e o progresso analítico de restituição do passado do sujeito e de superação da compulsão de repetição, este estudo marca, na verdade, o reconhecimento de uma nítida distinção: a analogia

---

<sup>261</sup> DE CERTEAU. *A Escrita da História*.

seduz, mas não passa de um despautério. As distâncias e as diferenças são por demais evidentes para que seja permitida uma aproximação legítima entre as duas disciplinas *nesta instância* investigada pelo presente texto.

## O sentido da história *na escola da fenomenologia*: Paul Ricoeur leitor de Husserl

**Breno Mendes**

Mestre em História

Doutorando em História – UFMG<sup>262</sup>

[mendes.breno@gmail.com](mailto:mendes.breno@gmail.com)

### Resumo

Nesse trabalho pretendo abordar o primeiro texto em que o filósofo francês Paul Ricoeur se debruçou sobre problemas atinentes ao conhecimento histórico: *Husserl e o sentido da História*, publicado originalmente em 1949 na *Révue de Métaphysique et de Morale* e, posteriormente, retomado na coletânea de artigos *Na escola da fenomenologia* (1986). O objetivo principal é apresentar e discutir criticamente a leitura ricoeuriana sobre a aproximação entre fenomenologia e filosofia da história no final da trajetória intelectual de Edmund Husserl. Além disso, também buscarei situar os argumentos acerca do sentido da história contidos nesse ensaio em relação ao conjunto da obra ricoeuriana publicada nas décadas subsequentes.

**Palavras-chave:** Filosofia da história; Fenomenologia; Paul Ricoeur; Sentido da história; Edmund Husserl.

### Introdução

O trabalho que me propus a apresentar faz parte do meu projeto de doutorado aprovado recentemente na UFMG. Portanto, acho que vale a pena expor de forma breve seus principais argumentos. Minha questão norteadora é bem simples e, ao mesmo tempo, difícil de ser respondida: a história tem um sentido? Ou será que os acontecimentos se sucedem no devir temporal de forma caótica e contingente, sem quaisquer conexões ou propósitos que os unifiquem? Para pensar esse importante problema escolhi como fonte a obra do filósofo francês Paul Ricoeur, que já tinha sido meu objeto de pesquisa durante o mestrado. Em linhas gerais, no meu projeto procuro investigar quais são as nuances que o conceito de sentido recebeu ao longo da trajetória de Ricoeur. Logo de saída, eu mapeei três acepções do conceito: 1) sentido como referência à realidade; 2) sentido como o significado de uma narrativa; 3) sentido como *telos*, como finalidade última do processo histórico<sup>263</sup>.

Para orientar a pesquisa estou trabalhando com uma hipótese lançada pelo filósofo brasileiro Olinto Pegoraro. Segundo ele, podemos dividir as respostas filosóficas à questão sobre o sentido da história em 3 vertentes principais: Na primeira vertente, a história e a experiência de todos nós possui uma inteligibilidade, pois vivemos em um mundo submetido a um desígnio

---

<sup>262</sup> Bolsista CAPES/Proex

<sup>263</sup> Esse mapeamento foi inspirado naquele que Martin Winklund realizou sobre a obra de Jorn Rösen. WINKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jorn Rösen. *História da Historiografia*, número 1, agosto, 2008

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

superior que encaminha os acontecimentos para uma meta precisa: “tudo faz sentido, pelo exercício da inteligência o homem descobre o sentido do universo”<sup>264</sup>. Na segunda linha de raciocínio a perspectiva é oposta, a história humana se mostra como um amontoado de fatos caóticos e eventos desastrosos. As guerras, a exploração de um ser humano sobre o outro em busca do acúmulo de riquezas, o ódio entre as pessoas, nada faz sentido. A terceira corrente responde à questão do seguinte modo: quem atribui sentido à experiência é a inteligência humana por meio da história, da filosofia, da literatura e de outros discursos criadores de sentido. Logo, por trás dos acontecimentos não existe um princípio ordenador transcendente. Quando tomados em si mesmos os eventos não fazem sentido. “O sentido não está embutido nas coisas; mas ele é uma leitura mental que fazemos: é o nosso olhar que faz o sentido do que está ao nosso redor”<sup>265</sup>.

### **Paul Ricoeur e a fenomenologia de Edmund Husserl**

Depois dessa pequena introdução fico mais à vontade para ajustar o foco para o tema da comunicação. Vou seguir o tradicional formato acadêmico das pesquisas históricas apresentando primeiro minhas fontes e em seguida meus objetivos. Então, vamos lá: na apresentação de hoje, minha fonte será, principalmente, o artigo publicado por Paul Ricoeur em 1949 na *Revista de Metafísica e Moral* intitulado “Husserl e o sentido da história”. Meu principal objetivo é compreender a importância dos argumentos fenomenológicos de Husserl para a elaboração da filosofia da história ricoeuriana. Saliento que esse é um tema pouco estudado pelos pesquisadores. Aliás, não consegui encontrar nenhum artigo monográfico sobre o assunto. Meu objetivo secundário será tentar estabelecer alguns vínculos entre as obras de juventude de Ricoeur e as de maturidade. Para tanto, será fundamental estar atento tanto as permanências quanto às discontinuidades. Para finalizar vou lançar algumas hipóteses sobre uma questão que tem me inquietado: Por que ao longo de sua trajetória Paul Ricoeur quase não fez referência a esse artigo publicado em 1949? Esse fato fica ainda mais intrigante se lembrarmos que o autor tem um certo apreço em falar de sua própria obra e costuma retomar com frequência os argumentos trabalhados em textos anteriores.

Dito isso, gostaria de fazer alguns apontamentos preliminares sobre a relação que Ricoeur manteve com a fenomenologia, e, especialmente, com a obra de Edmund Husserl.

Posso dizer que desde o princípio de seus 47anos de trajetória intelectual Ricoeur manteve uma relação bastante próxima com a fenomenologia husserliana. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando ainda estava no campo de prisioneiros da Pomerânia, ele deu início a tradução da obra *Ideias* escrita por Husserl, que posteriormente foi apresentada como um dos requisitos para a obtenção de seu doutorado em Filosofia. Em um artigo de 1983 intitulado *Da interpretação*, Paul Ricoeur busca caracterizar a tradição filosófica a qual pertence e destaca três

---

<sup>264</sup> PEGORARO, Olinto. *Sentidos da história: eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 51-52.

<sup>265</sup> \_\_\_\_\_. *Sentidos da história: eterno retorno, destino, acaso, desígnio inteligente, progresso sem fim*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 52.



traços: ele se insere na linha de uma *filosofia reflexiva*, que está na esfera de influência da *fenomenologia husserliana* e deseja ser uma variante hermenêutica dessa fenomenologia. Um pouco mais adiante, encontro uma afirmativa preciosa para meus propósitos. Nela a fenomenologia é apontada pelo filósofo francês como o espaço de um *império do sentido*, onde a atitude natural em relação ao mundo é suspensa em favor de uma reflexão que busca compreender as articulações fundamentais da experiência: “é este império do sentido, assim liberto de toda a questão factual, que constitui o campo privilegiado da experiência fenomenológica, o lugar por excelência da intuitividade”<sup>266</sup>.

### Husserl e o sentido da História

O caminho que estou trilhando parte de questões mais amplas em direção a problemas mais específicos. Portanto, passo a dissecar os principais argumentos da minha fonte, o artigo *Husserl e o sentido da História*. A questão de fundo desse texto é uma reflexão sobre os motivos que levaram o fundador da fenomenologia a considerar a história em suas últimas obras, já que boa parte de sua carreira foi marcada por uma abordagem eidética transcendental que colocava a realidade factual entre parênteses para descrever suas essências.

A principal razão apontada por Ricoeur para essa mudança é bastante clara: Husserl passou a refletir sobre o sentido da História após a ascensão do regime nazista na Alemanha, “a própria tragédia da história inclinou Husserl a pensar historicamente”<sup>267</sup>. Antes desse período, Husserl era considerado como um pensador apolítico, porém, na última fase de seu pensamento deixou de falar apenas do *ego transcendental*, para abordar a “consciência de uma crise coletiva da humanidade”, especificamente do homem europeu. Vale lembrar que em 1933 ele foi aposentado compulsoriamente da Universidade de Freiburg em virtude de sua ascendência judaica. Entretanto, Ricoeur alerta que a transformação na problemática filosófica de Husserl excede suas motivações psicológicas, na medida em que as *Ideias*, no sentido fenomenológico, buscariam fazer uma mediação entre a consciência e a história.

Um texto de destaque nessa última fase do pensamento husserliano é a conferência *A filosofia e a crise da humanidade europeia*. Ali Husserl desenvolve o núcleo de sua filosofia da história, segundo a qual existe uma íntima ligação entre a crise da cultura ocidental e a crise epistemológica das ciências. Ambas são uma *crise de sentido* e expressam uma perda do *télos*, do sentido. No plano epistemológico isso ocorreu por causa da adoção do modelo galileano e teve como implicação a perda do *mundo da vida*. O paradigma objetivista da ciência e da técnica teria se concentrado nos *meios* e se esquecido dos *fins*. O *télos* subjacente ao mundo da vida – que deveria ser recuperado – era a ideia de humanidade global, o projeto de racionalidade universal<sup>268</sup>. Nas observações críticas

<sup>266</sup> RICOEUR, Paul. Da Interpretação. In *Do texto à ação. Ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés-Editora, 1989, p. 37.

<sup>267</sup> \_\_\_\_\_. *Na escola da fenomenologia*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 19.

<sup>268</sup> “É assim que se faz possível uma história, mas possível apenas como realização da razão. Ela não é uma evolução, o que equivaleria a uma derivação do sentido a partir do não sentido, nem uma pura aventura, o que resultaria em uma sucessão absurda de não sentidos. Ela é sim, uma permanência em movimento, a autorrealização de uma eterna



que faz sobre o pensamento husserliano, Ricoeur ressalta a pertinência de haver um diálogo entre a crença fenomenológica de que a ideia é a realidade histórica do Ocidente e as pesquisas feitas pelos historiadores de ofício.

Na sua reflexão sobre a crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental, Husserl traçou, segundo Ricoeur, uma nítida oposição entre o método fenomenológico aplicado à filosofia da história e a história dos historiadores. Nesta perspectiva, a teleologia da história é inseparável da criação de sentido sobre si mesmo, portanto, o olhar não parte do exterior, dos fatos, mas, do interior, da consciência: “Como a história é a *nossa* história, o sentido da história é o nosso sentido”<sup>269</sup>.

A ciência objetivista toma o que ela chama o mundo objetivo como sendo o universo de todo o existente, sem considerar que a subjetividade criadora da ciência não pode ter lugar legítimo em nenhuma ciência objetiva. Mas o investigador da natureza não se dá conta de que o fundamento permanente de seu trabalho mental, subjetivo, é o mundo circuncidante vital (*Lebenswelt*), que constantemente é pressuposto como base, como terreno da atividade, sobre o qual suas perguntas e métodos de pensar adquirem um sentido<sup>270</sup>.

Tomando como base os elementos que destaquei até o momento creio ter subsídios para tecer uma reflexão preliminar, que ainda poderá ser melhor dimensionada ao longo da pesquisa: na perspectiva fenomenológica é a consciência que confere sentido à realidade factual ao se dirigir a ela por meio da *intencionalidade*. No entanto, esta consciência doadora de sentido não se reduz a operações lógicas e intelectuais, porém inclui também a experiência vivenciada pelo sujeito no mundo da vida (*Lebenswelt*). Desse modo haveria afinidades com aquela perspectiva sobre o sentido da história que mencionei no início da apresentação, segundo a qual é a consciência humana que atribui sentido aos fenômenos, embora, a referência aos sentidos prévios contidos no mundo da vida não possa ser rompida<sup>271</sup>.

### **A fenomenologia na filosofia da história de Ricoeur: o que mudou e o que permaneceu?**

Para concluir minha apresentação vou apontar de maneira breve quais aspectos da reflexão fenomenológica permaneceram na obra ricoeuriana e quais foram redimensionados. Em relação aos argumentos que permaneceram eu evidencio três questões: A primeira é a preocupação com o sentido teleológico da história. Nas obras posteriores ao artigo de 1949, Ricoeur se posicionou no debate epistemológico sobre temas importantes para a historiografia

---

e infinita identidade de sentido” RICOEUR, Paul. *Na escola da fenomenologia*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 38.

<sup>269</sup> RICOEUR, Paul. *Na escola da fenomenologia*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 34.

<sup>270</sup> HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Introdução e tradução de Urbano Zilles. 3. ed. Porto Alegre: EDiPUCRS, 2008, p. 82.

<sup>271</sup> “O mundo da vida é a fonte de sentido dos conceitos científicos. Se esses não puderem referir-se ao mesmo carecem de sentido” ZILLES, Urbano. Introdução. In HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Introdução e tradução de Urbano Zilles. 3. ed. Porto Alegre: EDiPUCRS, 2008, p. 43.

contemporânea tais como objetividade, verdade, narrativa, representação e memória, porém, jamais se restringiu apenas ao domínio metodológico. Podemos perceber essa consideração sobre o sentido da história nas obras *História e verdade* (1955), *Tempo e narrativa* (3 volumes, 1983-1985) e *A memória, a história, o esquecimento* (2000). A segunda questão diz respeito ao vínculo existente entre o sentido e a consciência, ou seja, na perspectiva ricoeuriana a compreensão do sentido histórico contribui para a compreensão de si. A terceira questão aponta para aquilo que Husserl chamou de *questionamento em sentido contrário* (*Rückfrage*). Tal questionamento está presente na versão ricoeuriana do círculo hermenêutico. A *questão em sentido contrário* pretende reenviar a atenção da ciência para o solo originário que lhe confere sentido, o *mundo da vida*. Ela é um movimento de desobjetivação que tem como propósito mostrar os limites do objetivismo. No final do primeiro tomo de *Tempo e narrativa*, Ricoeur sentencia: caso a historiografia rompa seu vínculo com a narrativa ela incorreria em um equívoco semelhante ao das ciências galileanas, isto é, perderia seu vínculo com o mundo da ação<sup>272</sup> Tornando mais clara a nossa proposta de leitura: aquelas perspectivas que, no seu esforço de objetivação, rompem o vínculo da história com a narrativa levariam a uma cisão com a experiência do campo prático (*mimesis I*), de modo semelhante ao que fora feito pela ciência moderna em seu processo de objetivação do real. Algo similar estaria presente também caso se tomasse a configuração textual da historiografia (*mimesis II*) como um objeto autônomo, sem referente extralinguístico<sup>273</sup>.

Vejamos agora quais pontos da abordagem fenomenológica foram redimensionados na trajetória ricoeuriana. No primeiro artigo em que refletiu mais detidamente sobre a história, Paul Ricoeur não faz referência a nenhum historiador. Em suas obras posteriores essa postura se transforma na concessão de um importante espaço para as pesquisas feitas pelos historiadores de ofício. Talvez, esse redimensionamento esteja ligado a um outro deslocamento segundo o qual a questão do sentido não se limita apenas a uma operação da consciência sobre os fatos.

Gostaria de finalizar formulando algumas hipóteses em vez de trazer grandes soluções. Tais hipóteses são uma tentativa de resposta à questão que tem me inquietado: Por que ao longo de sua trajetória Paul Ricoeur quase não fez referência ao artigo *Husserl e o sentido da história*? Desconfio que isso teria ocorrido porque o filósofo ampliou o significativamente o escopo das tradições intelectuais com as quais dialogou. Me parece que a obra de Hegel teria ocupado com mais proeminência esse espaço de reflexão sobre o sentido da história na filosofia ricoeuriana. Sem contar que Ricoeur procurou construir suas reflexões nas *fronteiras da filosofia* levando em consideração fontes não filosóficas como a historiografia, a teologia e a psicanálise.

---

<sup>272</sup> RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome 1. Paris: Éditions du Seuil, 1991. (Collection Points Essais)

<sup>273</sup> MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: Linguagem, narrativa e verdade*. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2013.

# Temporalidade e experiência estética em Hans Robert Jauss: um mergulho na Queda da Casa de Usher

Edson Silva de Lima

Mestrando

Programa de Pós Graduação em História Social da UNIRIO

[edson\\_hist@yahoo.com.br](mailto:edson_hist@yahoo.com.br)

## Resumo

Nesse trabalho proponho levantar algumas questões acerca da temporalidade e da experiência estética para história da literatura como pensada e esboçada por Hans Robert Jauss em sua conferência proferida em 1967, *História da literatura como provocação literária*.

Para Hans Robert Jauss, “a experiência estética não se distingue apenas do lado de sua produtividade [mas] como *criação através da liberdade*”. Nesse tocante podemos afirmar que se trata de um mergulho em duas dimensões, por um lado, a experiência histórica, e, por outro lado, como autonomia.

Nesse sentido, reabilita-se a história da literatura, partindo da historicidade do fenômeno literário, compreendendo suas nuances e permanências e, por conseguinte, opera-se uma mudança de foco, com a rejeição do texto enquanto estrutura de sentidos fixos e essenciais, encarnando no leitor a ação necessária e complementar do fenômeno literário.

Sendo assim, a compreensão desse *tempo sincrônico*, presente na experiência da leitura e na conjugação de categorias espaciais entre a obra que é dada ao impulso subjetivo e a consciência de distância no tempo que é confrontada no horizonte de compreensão do passado com os horizontes de expectativas.

Para Jauss a história da literatura, deveria expandir suas possibilidades a partir de semelhanças, diferenças, inter-relações e coexistências presentes num mesmo período (corte sincrônico). Dessa forma, permitiria ao leitor, no seu plinto observar, a diversidade receptiva de uma obra, seja classificando-a como atual ou ultrapassada, ou atrasada em relação ao seu tempo. Jauss (1994) afirma também, que a “historicidade da literatura revela-se nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia”. Nesse tocante, a cissura sincrônica, exigirá o seu passado e o seu futuro, deste modo, também vai exigir o corte diacrônico. Operamos, portanto, com um conto do poeta Edgar Allan Poe como lócus de experimentação dessas importantes chaves jaussianas.

**Palavras-chave:** Temporalidade; Horizonte de expectativa; Experiência estética

Durante todo um dia pesado, escuro e mudo de outono,  
em que nuvens baixas amontoavam-se opressivamente no céu,  
percorri a cavalo um trecho de campo singularmente triste,  
e finalmente me encontrei, quando as sombras da noite se avizinhavam,  
à vista da melancólica Casa de Usher<sup>274</sup>.

Hans Robert Jauss foi um pensador peculiar, não apenas pelo seu engajamento em “reabilitar” uma história da literatura a muito perdida, como ele afirma, mas por ter feito disso uma missão, na tentativa de fortalecer os estudos literários. De certo modo, me parece que seus intentos percolaram também em outros campos do conhecimento, sobretudo na história. Todavia, no cerne de suas reflexões encontra-se a centralidade do leitor, em outras palavras a recepção e por conseguinte, a comunicação. O leitor aparece como uma peça fundamental na composição do jogo em que autor e obra participam paritariamente.

Portanto, relacionar a capacidade irradiadora das proposições jaussianas como potencial comunicativo, perpassa pela apropriação de outras matrizes teóricas. Dessa maneira ele propôs um diálogo entre a estética da recepção e outras teorias explicativas, ou paradigmas em constante justa posição<sup>275</sup>, encontrando uma maneira de atá-las sem agravo a suas asserções.

Os enunciados jaussianos aparecem em um contexto marcado pelo questionamento do paradigma dominante do estruturalismo de tendências marxista (sociológica) e formalista (imanentista). Segundo Zilberman, Jauss julgava inaceitável “a afirmação da autonomia absoluta do texto, que se sobrepõe ao sujeito por contar com uma estrutura autossuficiente”<sup>276</sup>. Ou ainda, a eleição da relação vida e obra sem levar em consideração o que para ele será o cerne de uma abordagem hermenêutica ancorada na verve da recepção, o leitor.

Sua proposta, portanto, seria a de reabilitar a história da literatura, partindo da historicidade do fenômeno literário, compreendendo suas nuances e permanências e, por conseguinte, operar-se uma mudança de foco, com a rejeição do texto enquanto estrutura de

---

<sup>274</sup> POE, E.A. A queda da Casa de Usher (1839). In: *Os melhores contos de Edgar Allan Poe*. [com estudo crítico de Lúcia Santaella] São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

<sup>275</sup> KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>276</sup> ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989. p.10.

sentidos fixos e essenciais e encarna no leitor a ação necessária e complementar do fenômeno literário, este leitor que “é condição da vitalidade da literatura enquanto instituição social”<sup>277</sup>.

Caminhamos, por conseguinte para a questão central desse trabalho. Como Jauss articula a historicidade do fenômeno literário e a experiência estética oportunizada na relação entre elas? Para dar um certo grau de tangibilidade aos argumentos que seguirão a partir de agora, optei por elencar um conto do escritor e poeta Edgar Allan Poe publicado na *Burton's Gentleman's Magazine* em 1839, com o título *The Fall of the house of Usher*. Nele faremos a tentativa de mostrar as camadas temporais<sup>278</sup>, bem como suas potencialidades na experiência estética, revelando assim uma premissa importante de compreensão da experiência que se abre como efeito à história e por ela é continuamente reaberta; em certa medida “porque só ela permite colocar o problema da historicidade”<sup>279</sup> e sua “capacidade de pensar a experiência em que se constitui o fenômeno literário, para além de todas as categorias ideais ou positivas com que se pretenda corporizá-lo”<sup>280</sup>.

A queda da Casa de Usher está no escopo de uma gama de contos que Edgar Poe escreveu durante sua vida, sendo classificados como *Story Shorts*, essas histórias curtas têm como centro um personagem melancólico, sombrio, enfermo, solitário e talentoso. Para alguns estudiosos o trabalho dele podem ser organizados em pelo menos três graus de complexidade: autobiográfico, fantástico e de Horror. Não cabe desenvolver nesse momento esses níveis. Mas deixar evidenciado que eles não são autônomos e que condições específicas de compreensão poética se encontram de diversas maneiras. Poe estava preocupado com a recepção e com o efeito de seus contos. No *The philosophy of composition* (1946) ele mostra que os caminhos que tomava no processo criativo não eram ingênuos; para ele a boa arte não está dissociada da racionalização. O objetivo é conduzir o leitor pela e no interior da história para que concomitantemente ao autor ele componha. Ele está preocupado, portanto, com a construção do efeito.

Segundo Jauss, “reduzir a arte a um simples reflexo é também limitar o efeito que ela produz no reconhecimento do já conhecido”<sup>281</sup>, portanto, a condição ficcional da narrativa

---

<sup>277</sup> \_\_\_\_\_. *Estética da recepção*, p.11.

<sup>278</sup> DOSSE, François. *O renascimento do acontecimento: Um desafio para o historiador: entre Esfinge e fênix*. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

<sup>279</sup> JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provação*. Lisboa: Passagens, 2003. p.09.

<sup>280</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.09.

<sup>281</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.45.

literária amplia o próprio conhecimento do real. Não como uma forma encarnada e material, mas como aquilo que ela tenciona em sua trama, a condição de verdade. Nessa perspectiva, podemos afirmar que “toda a obra artística possui duas características inseparáveis: ela é expressão da realidade, mas também constitutiva de uma realidade, que não existe anteriormente à obra, nem ao lado dela, mas precisamente e apenas na própria obra”<sup>282</sup>.

As condições de verdade, por conseguinte, não estão na concretização específica espelhada no mundo. Mas é uma possibilidade tipificada no interior do texto ficcional. De modo que as camadas temporais ao mesmo tempo se evidenciam e se organizam sincronicamente. Com isso, podemos dizer, que não é o mundo externo que penetra no texto via sujeito produtor, nem as dimensões cronotípicas emergem deste para refiguração do mundo. Mas uma intersecção que acontece no ato de leitura. Em outras palavras, o texto não é estático, imóvel, mas “vive na medida em que age. A ação da obra inclui tanto aquilo que acontece na consciência que a recebe como aquilo que se cumpre na própria obra”<sup>283</sup>.

A epígrafe desse trabalho, é a porta de entrada para o conto supracitado. Nessas linhas introdutórias ao conto podemos extrair elementos que nos ajudarão na compreensão do que foi dito até aqui.

Durante todo um **dia pesado, escuro e mudo de outono**, em que nuvens baixas amontoavam-se opressivamente no céu, **percorri a cavalo um trecho de campo singularmente triste**, e finalmente me encontrei, quando **as sombras da noite se avizinhavam**, à vista da melancólica Casa de Usher<sup>284</sup>.

As marcações temporais conduzem a um lugar que na condição de sujeitos refêns dos sistemas de referências, nos dirigem, norteiam e encaminham nossas perguntas presente e ausente no mesmo tom. Essas questões aparecem como elementos fundamentais no processo interpretativo. Jauss citando Gadamer nos diz que “compreender significa entender algo como resposta”<sup>285</sup>, ou seja, é o ato de concretizar o sentido. Na medida em que o texto ficcional se

---

<sup>282</sup> KOSÍK apud. JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provação*. Lisboa: Passagens, 2003. p.45.

<sup>283</sup> JAUSS. *A literatura como provação*, p.46.

<sup>284</sup> POE, *A queda da Casa de Usher*, p. 55.

<sup>285</sup> JAUSS, Hans Robert. O texto poético na mudança de horizonte de leitura In: LIMA, Luiz Costa Lima. *Teoria da Literatura em suas fontes*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.878.

apresenta como espaço de possibilidade e nos permite, mas também, orienta; temos uma *fusão de horizontes*, sendo, portanto a efetivação do intercâmbio entre o leitor e a obra.

Nesse trecho do conto, o autor nos conduz por uma estrada pouco convencional, quase idílica, mas que segundo ele **singularmente triste**; a partir das referências apresentadas construímos uma imagem, um lugar com árvores mortas e secas, estrada de terra, pouca iluminação, tendo como companheira do nosso herói, a escuridão. Nessa dinâmica que compõe as possibilidades abertas pela relação entre a produção e comunicação, fica, pois claro, que “trata-se, assim, de fazer entrar, na compreensão do fenômeno literário, a personagem esquecida de quase toda teoria literária – o leitor – uma fonte de energia que contribui para fazer a própria história, uma vez que é a sua intervenção que faz entrar a obra no horizonte da experiência”<sup>286</sup>.

Edgar Poe, em seu em seu ensaio *Da imaginação* (1849) empreendeu uma discussão fortemente enraizada nessa ambivalência conduzida à fusão da beleza com a deformidade, nos mostrando que há possibilidades infinitas na imaginação. Diz ele:

A imaginação pura escolhe, da Beleza ou da Deformidade, somente as coisas mais combináveis até aqui incombináveis; o composto, em regra geral, tendo, no caráter, da beleza, ou do sublime, na proporção da respectiva beleza ou do sublime das coisas combinadas (...) que a adição de dois elementos conduz a algo que não tenha nada das qualidades de um delas, ou até mesmo nada das qualidades de qualquer uma. Assim, as possibilidades da Imaginação são ilimitadas”. (tradução nossa)<sup>287</sup>.

Na *Filosofia do Mobiliário* publicado primeiramente na *Burton's Gentleman's Magazine*, em 1840 e, posteriormente, após breve revisão, no *Broadway Journal*, em 1845<sup>288</sup> Edgar Poe dá suas diretrizes para composição do espaço gótico, aplicado em muitos de seus contos. A queda da Casa de Usher é um exemplar do uso dessa reflexão acerca do espaço gótico.

Tapeçarias escuras pendiam das paredes. A **mobília era profusa**, sem conforto, **antiquada**, e encontrava-se em estado **precário**. Muitos livros e

---

<sup>286</sup> \_\_\_\_\_ . *A literatura como provação*, p.9.

<sup>287</sup> POE, Edgar Allan. *The Fall of the House of Usber and Other Writings*. London: Penguin Books, 1986. p.497.

<sup>288</sup> CAMARGO, Luciana Moura Colucci. A filosofia do mobiliário: por uma poética do espaço gótico. In: *XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências* 13 a 17 de julho de 2008 USP – São Paulo, Brasil.



instrumentos de música estavam **espalhados** em torno, mas não conseguiam dar nenhuma **vitalidade** ao ambiente<sup>289</sup>.

É notório o estrato de um tempo que mantém seu toque aguçado para deixar visível sua passagem. Se imiscuindo às condições de “inserir o problema da *poiesis* como construção e experimentação de mundos, na ineludível atividade da *aisthesis*, que os abre e os faz existir”<sup>290</sup>. A experiência estética convoca portanto, o horizonte de experiência, nessa ação que podemos experimentar e que vai aos poucos ganhando vigor para que no mergulho controlado no texto ficcional sejamos catalisadores, pois a literatura é “um meio de criar e de transformar a percepção como meio privilegiado de formação da sensibilidade”<sup>291</sup>.

O ritmo do conto conduz para uma certa melancolia, bem como para uma ansiedade quando os acontecimentos, aparições e a própria imagem da *Lady Madeline*. Ela que surge como espectro, presente sem ser presente. Como uma passagem que nos atravessa sem que de imediato nos provoque um deslocamento, quase como se as leis da física não fossem mais possíveis. Por outro lado, se voltarmos a chegada do nosso herói veremos uma possa de água parada, que reduplica aquela imagem impactante, que o faz empreender a seguinte reflexão em diálogo com o que Rodrick Usher:

Esta opinião, na sua forma geral, era a da sensibilidade das coisas vegetais. Mas na sua **fantasia desordenada**, a idéia assumira um caráter mais ousado, e ia, sob certas condições, até o reino dos inorgânicos. Faltam-me palavras para exprimir toda a extensão, ou o seu fervoroso abandono a essa idéia. A crença, entretanto, estava ligada (como anteriormente aludi) às **pedras cinzentas do lar dos seus avós**. As condições desta sensibilidade tinham sido aqui, segundo ele imaginava, cumpridas na metódica justaposição das pedras – na ordem da sua disposição, tanto como na dos muitos fungos que se espalhavam por elas, e das árvores existentes no terreno – acima de tudo, **na longa e intacta duração dessa disposição**, e na sua reduplicação nas águas paradas do pântano<sup>292</sup>.

---

<sup>289</sup> POE, *A queda da Casa de Usher*, p. 58.

<sup>290</sup> JAUSS. *A literatura como provação*, p.9.

<sup>291</sup> MARX apud. JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provação*. Lisboa: Passagens, 2003 p.48.

<sup>292</sup> POE. *A queda da Casa de Usher*, p.65.

Esse fluxo de pensamento do personagem que conta sua experiência em um castelo que ora se mostra sombrio, ora o lar de um erudito repleto de arte e prazer; nos leva a descer mais nos degraus dessa escala profunda de organização do tempo. Sendo cada vez mais evidente a retirada de suas cascas atravessadas pelo leitor. Ao afirmar que “o que quer que se possa reconhecer na tessitura acabada do texto, no todo concluído de sua estrutura, como função lingüística significativa ou equivalência estética, sempre já pressupõe uma compreensão anterior”<sup>293</sup>. Hans Robert Jauss nos permite reorientar nosso olhar para uma posição daquele entra no castelo com questões anteriores ao salto para o ato de leitura. Algo que nos levaria a reconhecer um texto ficcional no lugar de apostar em uma outra linguagem ficcional.

Nesse tocante, “a literatura e a arte só passam a pertencer a uma ordenação histórica organizada, quando a sucessão das obras não remete apenas para o sujeito produtor, mas também para o sujeito receptor – para a interação entre o autor e o público”<sup>294</sup>. Esse influxo torna-se possível na medida em que o sujeito produtor e o sujeito receptor compartilham o trânsito das categorias de gênero, forma e temática, bem como o reconhecimento do limite entre linguagem cotidiana e linguagem poética.

Essas proposições dão vigor e permitem com que as camadas temporais se relacionem pela atualização e classificação. Dessa forma o leitor toma consciência de seu protagonismo. Não mais com passividade, mas como canalizador da experiência estética e do horizonte de experiência. Dessa forma a catarse apresentaria um conector que estabeleça uma ligação e um diálogo entre o leitor e a obra, em um sentido ampliado, em forma de potencial de significação.

É possível, portanto, reorganizar e em certo sentido reconstituir essas experiências deixando o trampolim de lado e percebendo que o leitor não está mais para o mergulho, mas para implicações da consciência histórica. Essa que dá o vigor e atualidade ao texto ficcional, fazendo “deslocar o problema da sua produção e representação e reconduzi-lo ao da sua recepção: a leitura – a atividade que efetivamente abre os mundos do texto, transformando-o em experiência”<sup>295</sup>.

No conto que estamos desrendando as oposições aparecem como pistas temporais de passagens pela condição ou estado do lugar e do sujeito, um estado de ilusão e desilusão, como

---

<sup>293</sup> JAUSS. *O texto poético na mudança de horizonte de leitura*, p.873.

<sup>294</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.47.

<sup>295</sup> JAUSS. *A literatura como provação*, p.09.

imagens invertidas, e espectrais das janelas paradas como olhos mortiços. Citamos novamente o conto:

A **ação dos séculos** fora profunda. **Ínfimos fungos** cobriam-lhe todo o exterior, formando um debrum finamente tecido, que pendia dos beirais. Entretanto, **não havia estragos mais acentuados**. Nenhuma porção de alvenaria **ruíra**; e parecia haver uma extravagante incompatibilidade entre a ainda **perfeita adaptação das partes e a condição precária de cada pedra**<sup>296</sup>.

Fronteiras são expostas nesse trecho como sendo o próprio castelo o limite do tempo e da vida, na condição de ampliar a consciência histórica e a consciência estética, norteado pela ideia fundamental da literatura como organizadora e emancipadora vida. Segundo Jauss, a experiência estética se afirmaria pela sua mudança conceitual. Se antes estava ligada ao prazer de “ter o uso ou o proveito de uma coisa”<sup>297</sup>, agora o que importa é a significação de “participação e apropriação” e o sentido intrínseco de “alegrar-se com algo”<sup>298</sup>, interagindo com ele. Afirmo ainda que, “a percepção estética não é um código universal atemporal, mas, como toda experiência estética esta ligada à experiência histórica”<sup>299</sup>.

Seguindo para considerações possíveis e finais, preciso deixar evidenciado que para conceber a historicidade da literatura três passos precisam ser dados. Na tese IX da conferência de Hans Robert Jauss esse ponto é bastante esmiuçado. Segundo ele para entender as camadas temporais presentes no processo hermenêutico; temos que considerar a “recepção das obras literárias através do tempo”, o “sistema da literatura num dado momento e a sucessão dos sistemas sincrônicos” e por fim a “relação entre a evolução intrínseca da literatura e a da História em geral”.

Torna-se, portanto, condicionante da história da recepção, o que mencionamos a cima como  *fusão de horizontes*, sendo esta a chave para compreensão do que viemos construindo enquanto argumentos relacionais até este momento. Jauss testifica essa premissa afirmando que “o juízo dos séculos sobre uma obra literária é mais do que a soma contingente de todos os juízos de outros leitores, espectadores críticos e mesmo de professores universitários; ele resulta do

---

<sup>296</sup> POE, *A queda da Casa de Usher*, p.57.

<sup>297</sup> JAUSS. *A literatura como provação*, p.63.

<sup>298</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.64.

<sup>299</sup> \_\_\_\_\_. *O texto poético na mudança de horizonte de leitura*, p.884.

desenvolvimento através do tempo, de um potencial de significação, imanente à obra desde a origem, que se atualiza na sucessão dos estádios históricos da sua recepção e que se revela ao juízo hermenêutico na medida em que este realiza de um modo cientificamente controlado, no seu encontro com a tradição, a fusão de horizontes”<sup>300</sup>.

### Considerações finais

Não há como fechar possibilidades que em si são abertas e possíveis. Nessa proposta de uma estética da recepção, não cabem encerramento de ideias, apenas amarrações. Pois são nós que nos interessam. Neles encontramos os diálogos e interlocuções. Encontramos uma metáfora para fusão e uma representação consciente de seus desdobramentos.

Dessa maneira o tempo não se perdeu, as horas não passaram. Pelo menos não sozinhas. Mas acompanhadas desses personagens que apareceram desaparecidos no texto como sortilégio. Não obstante, chegamos, entramos e nos retiramos da casa do sr. Rodrick trazendo conosco, impressões e sensações, provocação e intervalos relacionados ao passado, ao presente e ao sempre (*always*). Esse último como uma onda que não depende de fixações e nem de depurações. Pois são nas manchas, na palidez e no desconcertante que temos melhores oportunidades.

A experiência estética no ato de leitura se apresenta como aquilo que não é autônomo, mas dependente de uma relação, de uma tensão e de uma colaboração. Encontra-se com o horizonte de expectativas, refigurando as possibilidades de existir. O mundo real não predisponha de condições de conhecimento dele mesmo, mas prima pela constituição de outros mundos, na perpetua mudança dos sistemas de gêneros e formas literárias. São cúmplices nesse adultério que coloca o leitor como “fonte de energia que contribui para fazer a própria história”<sup>301</sup>, condição para qual procura-se respostas às perguntas, soluções para os problemas, um diálogo para construção de uma continuidade, produzindo implicações tanto estéticas quanto históricas.

A queda da Casa de Usher nos conduziu por um cenário tão escuro quanto claro, tão feio quanto belo, tão real quando falso. Seu título anunciou, de alguma maneira, o desfecho do conto, ou seja, a destruição da casa. Enseja uma pergunta e uma premonição, o que vai acontecer? Há

<sup>300</sup> JAUSS. *A literatura como provação*, p.84-85.

<sup>301</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.57.

uma ambigüidade imediata nessa incitação. Quem vai cair a casa ou seus membros, a família? É um jogo implícito e explícito no mesmo humor.

Nesse jogo de pergunta e resposta, Edgar Poe, deixa claro que “a melancolia é, assim o mais legítimo de todos os tons poéticos”<sup>302</sup>, no comando desse conto ele não se revela, deixa o leitor livre, desprendido, quase inocentado de suas pretensões e exigências. Vejamos nesse trecho:

De repente, surgiu ao longo do caminho uma luz estranha, e eu me volvei para ver donde poderia ter saído uma claridade tão insólita, pois atrás de mim só havia a mansão com suas sombras<sup>303</sup>.

A intensidade é retirada da totalidade do efeito para “assentar o ritmo, o metro, a extensão e o arranjo geral da estância”<sup>304</sup>, mas também, as camadas temporais de um tempo sincrônico (sistemas) e diacrônico (recepção). Em um enlace com os modos de compreensão que estabelecem correlação com a intervenção do leitor no horizonte de expectativa.

E, portanto, “face a isso, a atitude estética exige que o objeto distanciado não seja contemplado desinteressadamente, mas que seja coproduzido pelo fruidor à semelhança do que se passa no mundo imaginário”<sup>305</sup>. Fica, pois, claro que os indivíduos, sejam eles leitores internos ou externos, são atravessados por essa experiência que em síntese, é fundamentalmente, “um modo de experiência de si mesmo na capacidade de ser outro”<sup>306</sup>

Em forma de diversos arcos ofuscando o fluxo uniforme do tempo, qualquer período histórico, deve ser imaginado como uma mistura de acontecimentos que surgem em diferentes momentos do seu próprio tempo, como curvas do tempo. Sendo assim, Jauss afirma que “é precisamente nas intersecções da diacronia e da sincronia que a historicidade da literatura se manifesta”<sup>307</sup>.

Procuramos de alguma maneira deixar manifesto os estratos temporais que compõe o processo hermenêutico no interior do texto ficcional. Percebemos a potencialidade do fenômeno

---

<sup>302</sup> POE, Edgar Allan. *Poemas e Ensaios*. Trad, Oscar Mendes. São Paulo: Globo, 2009. p.118.

<sup>303</sup> \_\_\_\_\_. *A queda da Casa de Usber*, p.72.

<sup>304</sup> \_\_\_\_\_. *Poemas e Ensaios*, p.122.

<sup>305</sup> JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Hans Robert Jauss et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.75.

<sup>306</sup> \_\_\_\_\_. *A estética da recepção*, p.77.

<sup>307</sup> \_\_\_\_\_. *A literatura como provação*, p.100.

literário como cerne organizador da experiência estética e histórica. Ofertamos um breve passeio pelo conto poeano desembrulhando sua temporalidade, sua estética e sua experiência.

Tantas tarefas empreendidas e no fim das contas, nos deleitamos no exercício da escrita, do pensamento e da releitura. Aportamos em um cais pouco freqüentado para fazer aquilo que o processo hermenêutico gadameriano chamou de *applicare* (aplicação).

De certa maneira o corpo perde a ancoragem no mundo e reconstrói na imaginação seu mundo perdido. Não mais como engano ou farsa, mas como possibilidade e ressignificação. A estrutura textual como construção do sujeito e como produção de sentido colabora assim, desde que o texto literário não seja seu fim último. Não libertando a obra de seus condicionantes históricos como proposto pelo formalismo. Mas criando condições de possibilidade que favoreça na medida em que crie, invente, e intervenha na própria contingência que é a história.

# Historia e Melancolia em Edith Stein e Walter Benjamin

**Danilo Souza Ferreira**

Graduando em História

Universidade Federal de Ouro Preto UFOP

[danielosf1901@hotmail.com](mailto:danielosf1901@hotmail.com)

## Resumo

Ao se confrontar com a crise de seu próprio tempo estes intelectuais se perceberam enquanto agentes históricos, tanto Edith Stein como Walter Benjamin apresentam um compromisso ético ao buscarem responder às inquietações provocadas pelas novas conjunturas do presente, em um primeiro momento buscando evidenciar a mudança na percepção do tempo, descrevendo-o enquanto negativo e acelerado, marcado por uma dupla redução a do espaço de experiência e também a do horizonte de expectativa<sup>308</sup>, que não conseguiria responder de maneira maximamente eficaz ao presente, gerando assim o clima histórico denominado de *Stimmung* da melancolia. Explicando melhor, diante de conjunturas maximamente inéditas esses filósofos foram e se permitiram afetar por seu presente, e através deste sentir a sua época, a realidade do mundo que é o deles, buscaram em seus escritos responder aos desafios próprios ao seu horizonte histórico.

## Palavras-chave

Edith Stein; Stimmung; Walter Benjamin

## Artigo

As historiografias assim como a crítica Literária buscaram descrever e analisar o evento histórico da *Shoah*, através do desafio ético impressionante assim como afirma Giorgio Agamben “quem assume para si o ônus de testemunhar por eles (pelos submersos) sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar”(AGAMBEN,2008,p.43) , de escrever o que deveria ser denunciado os crimes ocorridos no período dos regimes fascista na Europa, mas ao mesmo tempo, a dificuldade em escrever a impossibilidade de descrever a experiência vivenciada por muitas das testemunhas perseguidas politicamente pelo regime central ,dentre elas os intelectuais que vivenciaram esta experiência são marcados pelo sentimento de impotência para descrevê-las.

---

<sup>308</sup>. Os conceitos de “espaço de experiência” e “*horizonte de expectativa*” são formulados por Reinhart Koselleck, enquanto categorias de orientação temporal. Buscamos interpretar a modernidade através de uma dupla redução destas categorias temporais como uma característica fundamental da modernidade, como afirma Koselleck: “É a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”. (p313).



Podemos por apresentar os testemunhos do químico Primo Levi na obra que se tornou referência da historiografia sobre Os Campos de concentração que descreve de maneira sensibilizante como a linguagem que nos compõe, não são capazes para definir racionalmente a experiência e a atmosfera vivenciadas pelos judeus: *Dizemos 'fome', dizemos 'cansaço', 'medo' e 'dor', dizemos 'inverno' mas trata-se de outras coisas. Aquelas são palavras livres, criadas, usadas por homens livres.*"

309

Outros pensadores como Alice A. R. Eckhardt define um destes traumas das ideologias antissemita através da pergunta: *Como se pode falar daquilo que é indizível*, assim como o escritor Elie Wiesel, que ao tentar sintetizar a experiência dos sobreviventes também chega a mesma inquietação de não conseguir falar diante da atmosfera no qual estavam inseridos, como podemos perceber a seguir: *Eu tinha coisas demais a dizer, mas não as palavras para dizê-las. Consciente da pobreza dos meus meios, eu via a linguagem transformar-se em obstáculo. Dever-se-ia inventar outra linguagem.*<sup>310</sup>.

Este conjunto de sentimentos e vivências na qual estavam inseridos compõe além de um questionamento sobre os limites da escrita de testemunho enquanto possibilidade de representação da realidade no decorrer do século XX diante de traumas como as grandes guerras, as ideologias fascistas e uma crise das filosofias do progresso, alguns intelectuais como Edith Stein, Ernest Bloch e Walter Benjamin buscaram em um primeiro momento descrever as conjunturas de instabilidade da vivenciada pela modernidade e a quebra de significado para interpretação da realidade.

Diante deste sentimento de quebra de um significado maximamente estável (Deus) para responder as inquietações do presente, possibilitou uma nova forma dos homens se relacionarem com o tempo, percebendo-o enquanto acelerado (*Sattelzeit*), o que possibilitou certa sensação de instabilidade entre a relação do homem com o tempo.

Este sentimento de ausência de sentidos maximamente estáveis para a organização do mundo possibilitou o que Koselleck aponta como redução do "espaço de experiência" e o que Marcelo Rangel descreve como uma contribuição para o clima de melancolia, já que os valores e ideias que até então vigiam não respondiam às transformações radicais vivenciadas no final do século XIX e durante o século XX.

<sup>309</sup>. LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco editora, 1988, p125.

<sup>310</sup> WIESEL Elie, *La nuit*. Paris: Les éditions de minuit, 2007, p. 12.

Os intelectuais Edith Stein e Walter Benjamin estão inseridos nesta sensação de distanciamento do presente em relação ao passado, e, ao mesmo tempo, buscaram refletir sobre esta mudança e sobre as consequências éticas desta experiência, destacando dois aspectos fundamentais a percepção do tempo enquanto acelerado e como consequência desta aceleração a tematização epistemológica da impossibilidade do acesso a realidade<sup>311</sup>.

Essa impossibilidade do acesso a realidade pode ser percebido através do conceito de “*Alta Modernidade*”, formulado por Hans Ulrich Gumbrecht, se caracteriza por uma maior intensificação da crise presente nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, algumas evidências desta crise de representação foram segundo Gumbrecht a presença das correntes artísticas (Surrealistas e os dadaístas<sup>312</sup>) que perceberam e compreenderam que a relação entre a percepção da realidade e a apreensão do conhecimento através do âmbito intelectual não eram suficientes para produzir o acesso destes homens e a realidade do mundo em que estavam inseridos. Como podemos ler:

Nunca antes e nunca depois estiveram os poetas tão convencidos de estar desempenhando a missão histórica de ser “subversivos” ou mesmo “revolucionários” (o que pode, ao mesmo em parte, explicar o enorme prestígio das vanguardas entre os intelectuais hoje). Em vez de tentarem (como vez Balzac) preservar a possibilidade de representação, em vez de apontarem para os problemas crescentes com o princípio da representabilidade (a principal preocupação de Flaubert), os surrealistas e os dadaístas, os futuristas e os criacionistas – ao menos e seus manifestos – se tornaram cada vez mais decididos a romper com a função da representação.(GUMBRECHT , 1988 p. 19)

Diante desta crise de representação evidenciada por Gumbrecht e também por Foucault, ocorreu uma crise epistemológica e, por conseguinte, a abertura de certa atmosfera melancólica. Trata-se da experiência de um sentimento o de que o sujeito é estranho ao mundo que o cerca, sendo necessário ao homem observar com cuidado o mundo e ao mesmo tempo se perceber como agente neste mesmo mundo.

---

<sup>311</sup>. RANGEL, Marcelo. ARAUJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político, 2015, p322.

<sup>312</sup> O Surrealismo e o Dadaísmo são movimentos de vanguarda , que segundo Marcos Nobre no *livro Curso Livre de Teoria Crítica* , buscaram pensar a relação das obras de arte diante da prática da vida cotidiana, sendo a primeira corrente o Surrealismo ao abolir as fronteiras entre o real e o sonho, por meio da constatação da arte como um meio de revolução da própria vida. E a segunda corrente o Dadaísmo, buscava através da intenção de compor obras de arte com objetos comuns questionavam o papel tradicional da obra de arte, e a contemplação do objeto artístico enquanto independente da vida social.

Marcelo Rangel e Valdei Araujo apresentam que duas tradições distintas (fenomenológica e a neo- historicista)<sup>313</sup> buscaram pensar e refletir a crise epistemológica herdada do século XIX para o século XX, na qual estavam inseridos, dois representantes da primeira tradição a fenomenológica, a filósofa Edith Stein<sup>314</sup> e o teórico literário Walter Benjamin<sup>315</sup> ambos intelectuais de origem judaica<sup>316</sup>, buscaram vivenciar a crise e a partir dela, olhar para o presente maximamente inédito com cuidado, para a partir de então, e apenas a partir de então, entendê-lo.

Para compreendermos como se constituiu o movimento de apreensão e descrição da crise epistemológica apreendida por Edith Stein e Walter Benjamin, se faz necessária a utilização do conceito “*Clima de uma época*” ou como escrito em alemão *Stimmung*, tal conceito e apresentado por Hans Ulrich Gumbrecht como:

Só em alemão a palavra se reúne a *Stimme* e a *stimmen*. A primeira significa “voz”, a segunda, “afinar um instrumento musical”, por extensão, *stimmen* significa também “estar correto”. [...] as atmosferas específicas são experimentados num continuum, como escalas de música. Apresentam-se a nós como nuances que desafiam nosso poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar.(GUMBRECHT, 2014 p. 12)

A *Stimmungen* de uma época, ou o clima histórico, nasce de um afastamento de outras vertentes literárias como, por exemplo, o desconstrucionismo e os estudos culturais, por entender que se torna impossível ter um acesso privilegiado da realidade e logo a sua impossibilidade de representa-la.

A escritora Toni Morrison define *stimmung* como um paradoxo de “Ser Tocado como que por dentro.”, ou seja, pensar a relação entre a dimensão textual e como estas envolvem o leitor através de um efeito de “presença”, que ao afetar o leitor nos permite compreender o conjunto de significados ou atmosferas em que os autores estavam inseridos, sobre a importância deste conjunto de significados Marcelo Rangel escreve:

---

<sup>313</sup>. RANGEL, Marcelo. ARAUJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político, 2015, p322.

<sup>314</sup> Edith Stein (1891-1942) intelectual, discípula de Edmund Husserl, filósofa da corrente fenomenológica e forte influenciada do Tomismo, mística, santa e mártir.

<sup>315</sup> Walter Benjamin (1892- 1940), intelectual alemão de origem judaica que escreveu trabalhos nas áreas da crítica literária, filosofia sociologia, apresenta inspiração nas correntes filosóficas do marxismo e na história cultural.

<sup>316</sup> Entendo o conceito de intelectual como apresentado por Michael Lowy no texto: *Judeus Heterodoxos*, um conjunto de indivíduos definidos por produtores de bens culturais e simbólicos, que não podem ser englobados como uma classe social, mas sim um indivíduo que apesar de compartilhar características comuns como a religião judaica, mais se manifestam em lugares e seguem trajetórias diferentes.

Dizendo ainda em outras palavras, um “clima histórico” é o mesmo que um conjunto de sentimentos específico que se sedimentam e se tornam transcendentais no interior de um “tempo histórico” determinado, podendo se reconstituir de acordo com acontecimentos históricos e experiências do tempo.(RANGEL, 2012 p. 5).

Ao escrever sobre o conceito de história o teórico da literatura Walter Benjamin<sup>317</sup>, apresenta, em 1940, uma crítica à filosofia do progresso, o que significa dizer uma crítica à compreensão de que o passado poderia orientar os homens no presente para um futuro maximamente aberto e positivo.

Às crítica das filosofias do progresso, surge para estes pensadores como a descrença de que as experiências do passado ainda possuíam a capacidade de orientação dos homens no presente, ou explicando de outra maneira, diante das sensações de conjunturas inéditas no presente, os homens percebiam o passado afastado do tempo que era o deles.

Ambos os intelectuais buscam refletir sobre o presente histórico, e isto por serem afetados por esta sensação de descontinuidade e estarem inseridos nesta crise gnosiológica. Como resposta a esta crise esses autores buscam uma relação mais íntima entre gnosiologia e ética, através, de uma compreensão fenomenológica de que todo pensamento e ação e no interior do presente é determinado pela relação de intimidade com passados e futuros, os quais se constituem como ponto de determinação transcendental que orienta e determina cada presente<sup>318</sup>, sendo um destes ambitos a reflexão histórica.

Ezequiel García Rojo ao escrever sobre a importância de Edith Stein para o século XX apresenta como tese central a compreensão de que ela se permitiu ser afetada pelos acontecimentos próprios ao seu “tempo histórico”, segundo as palavras do próprio autor:

Sino también porque Ella misma se identifico con El discurrir de los eventos habidos em El [...] Buena parte de la história alemana del siglo XX puede seguirse a partir de los relatos autobiográficos steinianos; eso sí, es la história vivida desde dentro por una alemana, y que no siempre aparece em los libros oficiales. <sup>319</sup>

A biografia de Edith Stein nos permite múltiplas abordagens, entre as quais poderíamos destacar o papel da mulher, filósofa, teóloga, carmelita, intelectual, judia e alemã. Infelizmente

<sup>317</sup> BENJAMIN, Walter. Teses sobre o Conceito da História 1940. P. 2.

<sup>318</sup>. RANGEL, Marcelo. ARAUJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político, 2015, p323.

<sup>319</sup> ROJO, Ezequiel Garcia. El Siglo XX a luz de *Edith Stein*, 1991. P. 1.

este artigo não conseguiria abordar a multiplicidade da biografia desta intelectual, de uma experiência vivida (tão rica) como nos define Pierre Bourdieu:

A vida experimentada (vivida) não é a mesma que a vida escrita da biografia e da autobiografia. Esse ato narrativo seria na visão do autor uma ilusão retórica, como demonstra o romance moderno, o real é descontínuo, contém elementos fora de razão e fora de propósito, é imprevisto e cheio de razões justapostas. (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Ezequiel García Rojo buscava analisar a figura steiniana como uma mulher que possui um espírito para descrever e apreender o real. Espírito este que é caracterizado pelo autor por sua habilidade para descrever aquilo que observa: as pessoas e as situações, tentando de maneira simples em sua autobiografia *Estrellas Amarillas*<sup>320</sup> e em suas cartas não apenas descrever os espaços em que experimentava a vida, mas também as relações políticas e sociais.

O projeto intelectual formulado por Edith Stein pode ser definido através da expressão de “*busca pela verdade*”<sup>321</sup>, isto é, assumir o projeto ético de se comprometer com a análise e descrição da realidade que a cercava, ou seja, de se deixar ser afetado pelo presente e a partir de uma profunda análise refletir sobre o papel da história. O mesmo, aliás, pode ser explicitado sobre o pensamento de Benjamin.

Esta busca pela verdade possibilitará à jovem de Breslau, a descoberta do método fenomenológico, como é apresentado por Mariana Bar Kusano em seu trabalho como um dos pilares de sua filosofia. De acordo com a autora, o livro *Investigações lógicas* de Edmund Husserl<sup>322</sup> foi apresentado a Stein ainda na época em que estudava na Universidade de Breslau, onde cursava as disciplinas de psicologia experimental, história e filosofia com professores Richard Honigswald e Louis William Stern.

Stein fica encantada com a grandeza do novo método da fenomenologia apresentando por Edmund Husserl, o que será um dos fatores para a sua decisão de estudar na Universidade Göttingen, o que mais tarde será definido pela autora como sua “*pátria filosófica*” e o pensamento fenomenológico sua “*língua filosófica materna*”<sup>323</sup>.

---

<sup>320</sup>STEIN, Edith *Estrellas Amarillas*. 2 edição. Madri: Editorial de Espiritualidad, 1992.

<sup>321</sup>TERUEL, Pedro Jesús. El camino de Edith Stein. Universidad Católica de Murcia, 2006.

<sup>322</sup>KUSANO, Marina Bar. A Antropologia de Edith Stein: Entre, Deus e a Filosofia 2014 .p.24

<sup>323</sup> STEIN, Edith. *Ser finito y ser eterno*: Ensayo de una ascensión al sentido del ser. México: Fondo de Cultura Económica. p. 30.

Esta mudança para Gottingen se faz necessária para compreendermos a influência de Husserl e dos outros professores da instituição, como no campo da história onde Edith Stein teve como professor o historiador Max Lehmann da universidade de Gottingen, onde este apresentava a sua turma a visão do historiador alemão Leopold Von Ranke, de quem o professor se considerava herdeiro, sobre este conhecimento histórico a autora escreve: *A este amor por la historia no era en mi un simple sumergirme romántico en El pasado. Iba unido estrechamente a una participación apasionada en los sucesos políticos del presente, como historia que se esta haciendo.*

A constituição da História enquanto disciplina, nasce da tradição fenomenológica-hermenêutica de fundamental importância para Edith Stein e Walter Benjamin, no qual a relação de afetar-se com o passado, isto é ter uma relação intimidade com as narrativas do passado no presente, e marcada pela seguinte estrutura temporal: o homem é à base da própria constituição temporal porque a partir dele que a tensão entre passados iluminados no presente que se apresentam em detrimento de outros que são obscurecidos, mas que ainda podem ser acessíveis em momentos de crise como campo de possibilidade, para vivência do próprio presente.

Ao escrever sobre a história, o intelectual e filósofo Walter Benjamin apresenta a imagem de um anjo retratado em 1920 por Paul Klee<sup>324</sup> no quadro *Angelus Novus*. Ao tematizar este anjo como representação da história o autor descreve-o como um ser frágil diante de uma percepção de tempo acelerada no interior do qual ele não tem como se orientar. Como podemos perceber a seguir:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1940, p. 1).

O período entre o final do século XIX e início XX foi marcado pela intensificação da presença de conjunturas e sentidos inéditos, no qual os homens não estavam preparados para significá-los. Podemos ler a imagem da representação do anjo, que é descrita por Benjamin como

---

<sup>324</sup>Paul Klee, pintor e poeta de nascido na Suíça, naturalizado alemão.

uma figura em movimento acelerado, e que é impelida para o futuro e ao mesmo tempo em que ao olhar para o passado, apenas vê os destroços no qual tenta recuperar ou preservar ao “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1940 p, 1).

Walter Benjamin e Edith Stein estavam inseridos no grupo de intelectuais judeus da Europa central que buscavam evidenciar através da tradição judaica, o que podemos denominar, enquanto passado, como uma resposta às inquietações provocadas no presente, tal exercício epistemológico não consegue sustentar ou responder aos novos significados apresentados no presente.

Ao escrever sobre os intelectuais de origem judaica da Europa Central, Michael Lowy afirma que durante o período de ouro ocorrido entre o final do século XIX e os anos de 1930, ocorreu um fenômeno social no qual uma grande parte dos acadêmicos de origem judaica na Europa central buscava de maneira isolada uma maior reflexão sobre o mundo que os cercava.

A mudança de perspectiva da visão de mundo dos judeus que viviam na Alemanha, através de um maior engajamento nas ciências do espírito e apontado por Michael Lowy, como consequência de uma ruptura de gerações que diferente da geração anterior, formada pelos pais (que em sua maioria era composta por proprietários de fabricas e comerciantes) para uma geração de filhos que buscavam o reconhecimento social e honorabilidade através do ingresso nas Universidades e principalmente nas ciências humanas, mas que não formou um reconhecimento enquanto membro da nação , mais sim no âmbito da cultura :

Na Europa central, a situação é intermediária, existe um sentimento de semi-exclusão, o intelectual se considera como um tipo de semi-pária. Essa semi-integração explica porque a identidade judaica na Europa central tende a ser cultural e confessional, muito mais que nacional. (LOWY,2012,p7)

Este é o contexto social e histórico no qual Walter Benjamin e Edith Stein estavam inseridos e marcados por uma formação cultural “romântica”, principalmente nas denominadas ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), formação esta características dos intelectuais judeus da Europa central.

Esta geração de intelectuais como foi apresentada por Michael Lowy, foi marcada por tentativas de reencantamento do mundo, sendo algumas características fundamentais formuladas através de um encontro ao retorno ao religioso (tradição), a oposição do aspecto cultura (Kultur)



em relação à civilização (Zivilisation), e da comunidade (Gemeinschaft) em relação à ideia de sociedade (Gesellschaft)<sup>325</sup>.

O processo de formação cultural e social ocorreu enquanto uma resposta a crise epistemológica da aceleração do tempo (Sattelzeit). Walter Benjamin e Edith Stein em um primeiro momento buscaram evidenciar o presente enquanto marcado pela conjuntura histórica da guerra (a realidade marcante do mundo da vida desses autores), assim, temos um dado importante para esses autores, diante desta mudança na percepção do tempo os homens estariam cada vez mais expostos a conjunturas e relações inéditas no qual não estariam preparados para o qual o repertório de experiências vivenciadas não seria adequado.

Para estes autores, as conjunturas que geraram a realidade da primeira guerra assim como o processo de valorização do cientificismo, foram marcadas pelo distanciamento do passado enquanto possível orientação diante do presente como podemos perceber na descrição feita por Walter Benjamin:

Pobreza de experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem às novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. (BENJAMIN, 1933, p.118.)

Diante de uma realidade negativa marcada por um conjunto de estruturas opressoras que recriam um tempo no qual os homens sofrem porque mesmo se empenhado na produção e recriação de significados, estes não conseguem vencer a disputas com os discursos que legitimam o presente sendo logo obscurecidos.

Dizendo de outra maneira os sentidos produzidos apesar de serem novos e inéditos não conseguem compreender ou atuar na totalidade diante de uma experiência maximamente inédita, no qual o modelo teórico no qual esses intelectuais estavam inseridos (o idealismo alemão<sup>326</sup>) sucumbiram, que são as vivências das atrocidades cometidas nas grandes guerra e do como podemos perceber nas citações destes dois autores a seguir :

As forças profundas não se fizeram visíveis para todos até a chegada da guerra e as convulsões do pós-guerra. A razão, a humanidade e a cultura revelam uma e outra vez uma estremeceadora impotência. (STEIN, 2002 p6)

---

<sup>325</sup> LOWY, Michael. Romantismo e Messianismo no Pensamento judaico da Europa Central no começo do século XX p.29

<sup>326</sup> Movimento filosófico iniciado no século XVIII , no qual faziam parte os pensadores Fichte (1762-1814), Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831) .

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos nos séculos XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1940, p.3.)

Podemos perceber pela descrição feita por esses autores em relação à experiência vivenciada pela primeira e segunda grande guerra e pelo período denominado por nós como o entre guerras, que a descrição feita é marcada por um sentimento de impotência diante das conjunturas apresentadas no presente sendo esta uma característica do “tempo histórico” em que denominamos de modernidade.

Ao descrever sobre o seu presente, ou seja, sobre o tempo no qual esta inserida, Stein, por exemplo, afirma que a experiência da primeira guerra apenas foi possível por um sentimento de impotência, presente em instituições que poderiam ser responsáveis por sensibilizarem e guiaram os indivíduos diante da realidade sendo estas a cultura e a razão, como podemos perceber a partir de uma carta escrita em 1918, ou seja antes da carta citada anteriormente, na qual ao refletir sobre a primeira guerra a autora aponta para uma crença de que os indivíduos através de instituições como a cultura e a razão ( espírito humano ) poderiam superar a experiência da guerra, como podemos perceber a seguir :

Mi querida Erna:

..... Gustosamente quisiera transmitirte algo de lo que a mí, después de cada nuevo golpe, me da nueva energía. (...) Es muy seguro que nos encontramos en un punto crítico dentro del desarrollo del espíritu humano, y no hay que quejarse si la crisis dura más de lo que cada uno en particular desearía. Todo lo que ahora es tan horrible, y que yo, desde luego, no quiero disimular, es el espíritu que debe ser superado. Pues el nuevo espíritu está ya ahí y, sin lugar a dudas, terminará por imponerse (...) Lo bueno y lo malo, el conocimiento y el error están mezclados en todas partes, (...), trátense de pueblos como de partidos. Esto desencadena una espantosa confusión, y quién sabe cuándo aparecerá otra vez algo de calma y claridad (...) Sólo quisiera inculcarte la confianza de que el desarrollo, cuyo curso nosotros presentimos sólo muy limitadamente y mucho más limitadamente podríamos determinar. .... Saludos cordiales y besos, tuya Edith. (STEIN , 2003, p630).

A *Stimmung* da melancolia, que podemos definir como uma flutuação incessante entre otimismo e pessimismo diante do presente ou conjunturas maximamente inéditas pode ser percebida quando ao descrever o seu presente (Tempo histórico) Stein o classifica enquanto um momento crítico do espírito humano, caracterizado por uma indefinição sobre os limites do bem e do mal, e ao mesmo tempo uma frustração diante de projetos desenvolvidos para combater estas conjunturas na qual esses intelectuais não estavam preparados como a primeira guerra, por exemplo, se ao escrever no período da guerra, Stein apresenta um sentimento de esperança no qual apesar das dificuldades do presente, uma sensibilização dos homens diante da realidade, poderia levar ao fim da guerra e a uma maior convivências entre os homens. Este projeto não se realiza, podemos perceber esta descrença que ao final da primeira guerra a autora define como uma impotência dos meios em que os homens poderiam ser afetados pela realidade sendo estes meios à razão, a humanidade e a cultura.

Ainda neste sentido, Walter Benjamin apresenta de maneira semelhante uma reflexão sobre as experiências presentes na primeira grande guerra mundial, sendo estas marcadas pela evidencia de que diante desta conjuntura inédita os homens não encontravam respostas no passado (experiência) e vivenciavam de maneira negativa o presente, como podemos perceber a seguir:

Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1933,p.115.)

Os projetos intelectuais apresentados por Stein e Benjamin para confrontar a crise presente no século XIX e XX, podem ser compreendidos como um movimento no qual ao se perceberem como agentes históricos, Edith Stein e Walter Benjamin buscam responder às inquietações provocadas pelas novas conjunturas do presente, em um primeiro momento buscando evidenciar a mudança na percepção de um tempo descrevendo-o enquanto negativo e

acelerado (*Sattelzeit* ou *filosofia do progresso*) marcado por um afastamento do passado, que não conseguiria responder de maneira maximamente eficaz ao presente, gerando assim o clima histórico denominado de *Stimmung* da melancolia. Explicando melhor diante de conjunturas maximamente inéditas esses filósofos buscaram ser afetados pelo seu presente, e através deste sentir a sua época, a realidade do mundo que era o deles.



## A biografia como arte: os limites da teoria biográfica em *Orlando* em Virginia Woolf

Ana Carolina de Azevedo Guedes

Mestre

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

anaazevedoguedes@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo pretendo analisar o retorno biográfico, na perspectiva de Pierre Bourdieu e Sabina Loriga, no que tange ao trato da produção biográfica, que segundo estes é o resultado de uma hibridização entre história, biografia e literatura. Utilizando como eixo teórico a história cultural, mais especificamente Pierre Bourdieu, para compreender como a escrita biográfica possibilitaria um ponto de análise do contexto. O autor fala em *ilusão biográfica*, refletindo sobre o risco de tomar a história de vida retrospectivamente como um todo coerente, dotado de um sentido claro, que justificaria cada etapa ou passagem da vida do seu objeto.

Também mobilizo para a discussão biográfica a autora Sabina Loriga, que analisa a escrita biográfica como contendo em si, dois riscos. O primeiro seria configurar a experiência individual como uma experiência média, e segunda seria do risco de tentar apreender a totalidade. Loriga critica objetivamente o trabalho do autor, questionando o método pelo qual Bourdieu opta em sua análise. Quanto a utilização do “eu” para retirar a exemplificidade, a autora também discute a questão das fontes biográficas utilizadas para compreender os atos sociais, e seus efeitos como elementos ilustrativos. Busca também enfatizar que outras forças são mais importantes que a ação de cada indivíduo, alheias a ele, para justificar a separação da biografia e a história. Afirma ainda que existe uma necessidade de maiores estudos por parte dos historiadores no conhecimento literário, estando estes tão próximos da biografia e da noção de hibridez do gênero.

A escritora Virginia Woolf, elabora em seus escritos em torno da escrita biográfica reflexões sobre as camadas dos indivíduos, que seriam resultado de diferentes ações e escolhas do indivíduo durante sua vida. Refletindo sobre os limites e métodos da biografia, Woolf escreve *Orlando* buscando a quebra do paradigma da biografia vitoriana. É um personagem que nasce homem e que no meio de sua narrativa torna-se mulher. A busca da autora é afirmada o tempo todo como uma busca pela verdade, a verdade sobre sua personagem.

**Palavras-chave:** Teoria da história; Biografia; Teoria biográfica; Virginia Woolf; Pierre Bourdieu,

A biografia é arte? Ou seria uma escrita isenta de imaginação ou ficção? Este trabalho teve sua concepção tendo em vista essas questões sobre os limites e a hibridização entre história, biografia e literatura, partindo de leituras de obras de Virginia Woolf e tentando aqui uma conexão com o texto secular de Pierre Bourdieu e as elocubrações de Sabina Loriga.

Biografia como gênero híbrido não é uma questão nova na historiografia ou na teoria biográfica, já que sempre se pôs em cheque a junção entre literatura, história e ficção. Seus limites tão tênues deram origem a outras formas de repensar a sua elaboração. Durante séculos foi preso a uma capa de verdade e de um interior conturbado, de necessidade de revestir-se de

documentação que garantisse o primeiro pressuposto da escrita de uma vida, foi multiplicando-se. Mudou o seu objeto de grandes homens para outros ditos de menor proeminência, ganhou um lugar como gênero derivado da literatura (ainda preso à documentação como uma bola de ferro em seu tornozelo).

Atualmente podemos dizer que a biografia passa por um momento de grande liberdade de criação. Teóricos da literatura se voltaram para o tema, não para empurrar essas obras de volta para a História, mas para compreender a criação de um discurso narrativo próprio, com ferramentas de escopo ficcional e de uma liberdade criativa também nova, apoiando-se em uma renovação que se desenvolve desde o início do século XX.

Virginia Woolf (1882 – 1941) tendo sido crítica literária, romancista, ensaísta e resenhista atuou como uma das intelectuais inglesas mais presentes e discutidas na nossa temática, sendo uma das maiores questionadoras da área no bojo da discussão acerca do dito romance moderno, e abrindo para novas interpretações da escrita biográfica e é dela a questão que iniciou as reflexões desse artigo: A biografia é uma arte?

Em 1939, Virginia questionou-se e abordou o tema no artigo *The art of biography* publicado na *Revista Atlantic Monthly* de Nova York. No artigo, Virginia utiliza duas biografias de Lytton Strachey (1880 – 1932) afim de apontar novas direções. Muito conhecido por duas biografias, Strachey escreveu *Rainha Vitória* (1921) e *Elizabeth and Essex: a tragic history* (1928) utilizando-se de recursos diferentes, aqui servindo como exemplo de análise.

*Queen Victoria* foi um sucesso de publicação em 1921, tendo se atido a documentos originais, foi tomado como a biografia sem inovações onde a ficção não tomou parte. Em 1928 é lançado *Elizabeth and Essex: a tragic history*, Strachey modifica sua estrutura narrativa aproveitando-se de uma escassez de documentação referente à Rainha, entremeia a biografia com a ficção e à literatura, não obtendo o sucesso que pretendia.

A escolha por uma análise pela via da história nos leva à escolha defendida por Sabina Loriga. Para ela, os historiadores haviam se afastado da escrita da vida de homens por outras abordagens e novos objetos de uma forma mais marcante nas décadas de 1960 e 1970.

A ideia de “eu”, do indivíduo autônomo na história acaba reaparecendo pela via da interdisciplinaridade e das conexões possíveis com a sociologia e da psicologia. Essa categoria de “camada de eu”, expressão criada pela escritora Virginia Woolf e comentada em diferentes



ensaios sobre a biografia, deve ser melhor explicitada para que possamos continuar. Esse “conceito”,<sup>327</sup> apresentado nas importantes reflexões sobre biografia realizadas por Woolf, é um dos mais caros a nós. Woolf escreve *Orlando* buscando a quebra do paradigma da biografia vitoriana. É um personagem que nasce homem e que no meio de sua narrativa torna-se mulher. A busca da autora é afirmada o tempo todo como uma busca pela verdade, a verdade sobre sua personagem.

Para Virginia, o biógrafo que segue somente os documentos acaba caindo “de súbito no tumulto e escrever fim sobre a sua cabeça”, expondo somente os fatos e deixando as elucubrações para o leitor.

Utilizando a linha historiográfica cultural como base teórica, mais especificamente Pierre Bourdieu para continuarmos nosso empreendimento pela escrita biográfica. O autor fala em ilusão biográfica, refletindo sobre o risco de tomar a história de vida retrospectivamente como um todo coerente, dotado de um sentido claro, que justificaria cada etapa ou passagem da trajetória. Esse risco também aparece, embora endereçado a outro tipo de reflexão na discussão de Virginia em sua análise sobre a escrita biográfica.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimento, com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.  
<sup>328</sup>

Para que não nos percamos na escrita biográfica, devemos, através do contexto reconstruído, observar e analisar os campos onde este indivíduo atua, rever os espaços sociais em que ele se move, observando as expressões de suas “camadas de eu”.

Sem dúvida, cabe supor que o relato biográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.<sup>329</sup>

Bourdieu defende que há uma cumplicidade entre os indivíduos (ou “agentes”) e o mundo social. Os agentes seriam guiados por um conjunto de disposições adquiridas e

---

<sup>327</sup> Virginia Woolf não cunha ou desenvolve o conceito, por isso, esta encontra-se mencionada entre aspas.

<sup>328</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da história oral*, 8ª edição, Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006. P. 185.

<sup>329</sup> \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica, P. 184.

incorporadas desde seu primeiro contato com a sociedade, disposições que funcionam como princípios de visão e de divisão do mundo social. A partir dessa “grade”, é produzida então, uma construção deste mundo pelos agentes, utilizando as estruturas já constituídas históricas, alcançando-se um amplo quadro social.

Assim, a teoria da biografia enquanto integração retrospectiva de toda a história pessoal do artista em um projeto puramente estético ou a representação da ‘criação’ enquanto expressão da pessoa e do artista em sua singularidade, somente podem ser compreendidas inteiramente se forem recolocadas no campo ideológico de que fazem parte e que exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político, cabendo uma posição determinada à fração intelectual e artística.<sup>330</sup>

Na análise de Sabina Loriga, a biografia se move entre os campos do contexto e do indivíduo, esferas que se confrontam, ora cedendo à pressão de apagar o indivíduo em favor do contexto, ora pressionando para tornar o contexto apenas um pano de fundo da narrativa. Um dos erros possíveis é o de assumir o indivíduo como se fosse uma entidade absolutamente formada, como algo dado e estabelecido, concebendo, por sua vez, o contexto como algo simples, linear e igualmente constituído sob uma forma já determinada.

A individualidade, como conceito não restringe, portanto, a perspectiva biográfica, mas torna-se sim sua base de desenvolvimento. Contudo, a necessidade escolhas que o gênero estabelece acaba sendo um de seus maiores limitadores. Voltando à Virginia Woolf, em *Orlando*, sua personagem principal possuía uma variedade de eus para chamar, e qualquer biografia que se pretende considerar completa deve dar conta de pelo menos seis ou sete eus, embora na verdade, qualquer indivíduo possua muitos milhares deles.

O que estamos definindo aqui como “camadas de eu”, são, assim, as pessoas dentro das pessoas, que segundo Woolf, são convocadas à medida da necessidade. Podemos refletir e ir além da visão literária de Virginia e afirmar que assim também ocorre na escrita histórica quando trata de personagens proeminentes. A escolha limitadora de um único eu para ser analisado mais do que necessário, é recomendado. As reflexões em *Orlando* são novamente esclarecedoras:

Talvez, mas o que parece certo (pois agora estamos na região do ‘talvez e do ‘parece’) é que o eu de que ela mais precisava se mantinha à distância, pois ela ia mudando seus eus tão rapidamente quanto dirigia, a julgar pelo que se ouvia, e

<sup>330</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: editora Perspectiva, 2013. P. 184

havia um novo eu em cada esquina – como acontece quando por alguma razão inconfessável o eu consciente, que é o mais importante e tem o poder de desejar, não deseja ser mais nada senão um único eu. Isto é o que alguns chamam de verdadeiro eu e é, dizem, a união de todos os outros eus que existem em nós, comandados e aprisionados pelo eu-capitão, o eu-chave, que amalgama e controla todos os eus.<sup>331</sup>

Virginia preocupa-se a tentativa cada vez maior por parte dos biógrafos de obter a completude de seu objeto, mas a impossibilidade disto acontecer. Justamente porque: “Cada momento é o centro e ponto de encontro de um número extraordinário de percepções ainda mais expressas. A vida é sempre e inevitavelmente mais rica, muito mais, do que nós que tentamos expressá-la.<sup>332</sup>” Aqui, comentando um dos textos foco deste trabalho, Bourdieu está em completa concordância com a perspectiva de Woolf, quanto à ideia de que temos que nos questionar, quando lemos e escrevemos uma biografia, o quanto do nosso “herói” e personagem encontra-se expresso ali.

O biógrafo agora se depara com uma dificuldade que é melhor talvez confessar do que encobrir. Até este ponto da narrativa da vida de Orlando, documentos tanto particulares quanto históricos têm tornado possível cumprir o primeiro dever de um biógrafo que é caminhar, sem olhar para a direita ou a esquerda, nas camadas indelévels da verdade; sem se deixar seduzir pelas flores; indiferente à sombra; metodicamente continuar até cair de súbito no túmulo e escrever *finis* na lápide sobre as nossas cabeças. [...] Nosso simples dever é expor os fatos até onde são conhecidos, e então deixar o leitor fazer com eles o que puder.<sup>333</sup>

O dever do biógrafo, num texto repleto de ironias e ficções, torna-se uma provocação. As verdadeiras biografias do início do século XX deveriam ser pautadas na documentação, assim como a autora defendeu em textos como *A arte da biografia*. Nosso papel como leitores está seguro, já que estabelecemos o pacto da veracidade textual com o nosso autor para além da sua possibilidade de tornar-se mais próxima à uma literatura de alto nível.

Sabina Loriga, por sua vez, pensa sobre os problemas inerentes à escrita biográfica, alertando-nos para dois riscos. O primeiro é configurar a experiência individual como uma “experiência média” e o segundo, é o risco de tentar apreender a “totalidade do biografado”. Neste ponto, Loriga critica objetivamente o método proposto por Bourdieu.

<sup>331</sup> \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*, P. 184.

<sup>332</sup> WOOLF, Virginia. *O valor do riso e outros ensaios: Virginia Woolf. 1ª edição, São Paulo: Cosac Naify, 2014. P. 223.*

<sup>333</sup> \_\_\_\_\_. *Orlando*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. P. 49

Em realidade, toda a análise de Bourdieu repousava sobre uma nítida, embora implícita, tripartição hierárquica entre o senso comum, o discurso romanesco tradicional e a vanguarda moderna. Os dois primeiros estariam ainda subordinados à ilusão biográfica, ao passo que a terceira teria definitivamente rejeitado as noções de sentido, de sujeito e de consciência.<sup>334</sup>

Quanto à utilização de Bourdieu do “eu”, para retirar o caráter de exemplaridade, a autora também discute a questão das fontes biográficas que são utilizadas para compreender os atos sociais, e são aceitas como elementos ilustrativos. Loriga aponta a crise dos grandes modelos de interpretação da trajetória individual, levando a uma busca da interrogação acerca da noção de indivíduo, o que nos interessa especialmente.

Nos últimos anos, a noção de indivíduo voltou a ocupar lugar de destaque na discussão dos historiadores, justamente a partir da revalorização da biografia, apostando no que Loriga chama de “homem qualquer”, recusando a dita simplicidade na escrita da vida do homem comum. Assim, entra em consonância com o discurso aqui defendido, de que mesmo sendo um indivíduo múltiplo, composto de diferentes “eus”, não existe uma simplicidade ao falarmos desse conceito, independente do seu objeto, seja ele um diplomata ou um pintor da Idade Média.

Retomando Bourdieu, podemos verificar também como uma forma de *ilusão biográfica*, a aliança feita entre individualidade e identidade, através do nome próprio, como mais uma forma sancionada de individualidade: “Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração.”<sup>335</sup>

Segundo Loriga, ao longo do século XX, o individual e o social como conceitos foram engessados em torno de uma escolha falsa: a necessária opção entre um ou outro, em favor ou do coletivo ou do indivíduo<sup>336</sup>. Para ela, a luta entre esses dois conceitos mantiveram-se na escrita biográfica.

Naturalmente, a relação indivíduo-comunidade é declinada de diversas formas. Alguns autores consideram o ser humano como uma soma de duas substâncias separadas: de um lado a dimensão individual, do outro a dimensão social. Outros preferem tramas mais profundas ou imagens mais fluidas. Eles nos fazem compreender que o eu não é nem uma essência nem um dado invariável, mas uma entidade frágil, que se desenvolve na relação com os outros.<sup>337</sup>

<sup>334</sup> LORIGA, *O pequeno X*, P. 215.

<sup>335</sup> BOURDIEU, *A ilusão biográfica*, P. 187.

<sup>336</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

<sup>337</sup> \_\_\_\_\_, *O pequeno X*, P. 218-219.

A valorização de uma perspectiva biográfica aqui nos é útil por termos através de nossos objetos acesso à uma visão da sociedade, uma massa tão complexa que não pode ser simplificada ou abarcada em uma única análise. Virginia defendia que esse dever na verdade ultrapassava o dever dos biógrafos e dos historiadores e que somente poetas e romancistas poderiam transpor um pouco dessa verdade, desse miasma que é a sociedade.

Por isso, ao mesmo tempo, a sociedade é tudo e a sociedade é nada. A sociedade é a mais poderosa mistura do mundo e a sociedade em si não existe. Com tal monstro só os poetas e os romancistas podem lidar; com esse tudo e esse nada suas obras atingem um volume considerável; e para eles o deixamos com a melhor das boas vontades.<sup>338</sup>

A biografia atualmente tem sido alvo de escrita e publicação por parte, pelo menos no Brasil, por jornalistas. Esta perda de espaço por parte dos historiadores é atribuído à linguagem utilizada e à prisão à teoria que permeia a escrita biográfica.

A hibridização entre a história, literatura e ficção aqui colaboram e tornam-se meios de popularização das biografias como formas de atrair novos olhares para a escrita biográfica e novas abordagens, como a autoficção e as aberturas feitas pela autobiografia. As propostas vindas de outros países seriam cada vez mais cabíveis.

Trazer essa reflexão, utilizando um texto que questiona os métodos de escrita da biografia e a proposta da *new biography*, cabe no momento de um repensar a quem pertence o campo da escrita biográfica e o modo como ela deve ter sua concepção e discussão metodológica frente a uma escrita cada vez mais influenciada pela teoria da literatura.

Acredito, em resposta à nossa questão guia, que a biografia é uma arte, na medida em que orchestra a narrativa de uma vida, permeada de ficção ou não. Não por deixar para trás uma história perfeitamente contada, mas por trazer à luz o que há de mais intrigante e interessante no mundo: o indivíduo, com suas dúvidas, acertos e erros de vida. Para encerrar faço uma pequena referência à Virginia Woolf:

Ah, se os personagens – poderíamos reclamar, porque a nossa paciência está diminuindo – tivessem mais consideração por seus biógrafos! Pode haver coisa mais irritante do que ver um personagem, com o qual esbanjamos tanto tempo e trabalho, escapar completamente do nosso controle – como o testemunham

---

<sup>338</sup> WOOLF, *Orlando*. P. 137.

seus suspiros e lamentos, seu rubor, sua palidez, seus olhos ora brilhantes como lâmpadas, ora pálidos como auroras – pode haver coisa mais humilhante do que toda essa pantomima de emoção e excitação que ocorre diante de nossos olhos, quando se sabe que sua causa – pensamento e imaginação – não tem nenhuma importância?<sup>339</sup>

---

<sup>339</sup> WOOLF, *Orlando*. P. 188.

## **ST 4: História Intelectual e de intelectuais: perspectivas teórico-metodológicas**

**Carlos Alberto Machado Noronha**

Doutorando em História (UFMG) /calhis2@yahoo.com.br

**Leonildo José Figueira**

Mestrando (UEPG) /leo.hist@gmail.com

**Simone Aparecida Dupla**

Mestranda (UEPG) /cathaincelta@hotmail.com



## **O lugar da História Antiga a partir do lugar de seus historiadores: breve apontamento acerca da escritura da história do Antigo Oriente Próximo.**

**Simone Aparecida Dupla**

Mestranda em História, Cultura e Identidades.

PPGH- UEPG

cathain\_celta@hotmail.com

**Resumo:** Esta reflexão se propõe a pensar a escritura da história em relação às fontes disponíveis da Antiguidade, especialmente as que se referem a Mesopotâmia e a construção destas enquanto narrativa histórica atrelada ao lugar que o historiador ocupa nos conflitos de seu tempo. Para pensar essas questões foram importantes às obras de Marc Bloch, John Gaddis e Paul Veiney, além de autores que trabalham com as culturas do Antigo Oriente Próximo, como Mario Liverani, Joaquín Sanmartín, Jean Bottéro, Samuel Noah Kramer, entre outros. O lugar da História Antiga na disciplina de História é demarcado por conflitos acadêmicos que visam não apenas o seu reconhecimento como campo temático específico que contribui para a disciplina de forma singular. Mas também como campo de disputa pela sua legitimidade enquanto área do saber, constituída a partir de um lugar específico, sujeita a provas e controles (CERTEAU, 1982). Uma vez que a história seria a ciência dos homens no tempo, como disse Marc Bloch, torna-se impossível extirpar ou ignorar a História Antiga como produtora de conhecimento histórico. Assim ao relacionarmos a temporalidade à produção acadêmica desses historiadores foi possível compreender que as considerações acerca da Antiga Mesopotâmia respondiam as questões referentes ao lugar que esses historiadores ocupavam em seu próprio contexto histórico.

**Palavras-chave:** historiografia; Narrativa histórica; Antiguidade.

Esta reflexão se propõe a pensar a escritura da história em relação às fontes disponíveis da Antiguidade e a construção destas enquanto narrativa histórica atrelada ao lugar que o historiador ocupa nos conflitos de seu tempo. Para pensar essas questões foram importantes as obras de Arlette Farge, Marc Bloch, John Gaddis e Paul Veiney, além de autores que trabalham com a temática da Antiguidade, como Mario Liverani, Joaquín Sanmartín, Guendolyn Leick, Jean Bottéro, Samuel Noah Kramer, entre outros.

Dessa forma, torna-se possível pensar a história antiga a partir de dois vieses amalgamados: os usos contemporâneos e ressignificações dadas a vários objetos e temáticas<sup>340</sup> e a importância de sua produção para a escritura da história. Em relação à primeira, é importante salientar principalmente as apropriações e usos referentes às novas religiosidades do nossa pós-modernidade. A existência, manutenção e constituição de várias vertentes neopagãs que utilizam elementos de religiosidades antigas, reelaborando e resignificando suas funções de acordo com seu próprio contexto.

Os usos que esses grupos e indivíduos fazem da história antiga ou de elementos pertencentes a esta estão relacionadas ao seu cotidiano. Assim as práticas e as estratégias dessas pessoas, suas releituras e apropriações marcam os lugares sociais ao qual pertencem constituindo uma forma singular de representar a realidade.

O segundo aspecto diz respeito à escritura da história, a narrativa construída pelos historiadores acerca da temática da Antiguidade<sup>341</sup>. O lugar da História Antiga na disciplina de História é demarcado por conflitos acadêmicos que visam não apenas o seu reconhecimento como campo temático específico que contribui para a disciplina de forma singular. Mas também como campo de disputa pela sua legitimidade enquanto área do saber, constituída a partir de um lugar específico, sujeita a provas e a controles<sup>342</sup>.

Uma vez que a história é a ciência dos homens no tempo, como disse Marc Bloch, torna-se impossível extirpar ou ignorar a História Antiga como produtora de conhecimento histórico. As culturas que compõem a antiguidade influenciaram e influenciam ainda a cultura ocidental, daí os olhares languídos de Clio para com os diversos objetos principalmente ao que se refere aos Orientes<sup>343</sup>.

### **O lugar e os lugares: história e ideologia.**

São os Orientes que atraem com seu exotismo, suas línguas e escritas mortas, seus mitos de origem que guardam resquícios tribais ou sua tecnologia que ainda assombra e surpreende os pesquisadores hodiernos. Por isso, os olhares lançados sobre eles formulam tantas questões, a Antiguidade constitui-se como o território do não factual<sup>344</sup>.

Enquanto ciência a história está atrelada as demandas da Academia. Michel de Certeau, por exemplo, classificou a história sobre três desdobramentos operatórios: sua relação com o lugar, procedimento de análise e a construção de um texto, por isso a entendida como a combinação de um lugar

---

<sup>340</sup> Egíptomania, helenomania, etc.

<sup>341</sup> A proposta dessa reflexão se encaixa nesse segundo aspecto.

<sup>342</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes \*revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>343</sup> Oriente Próximo, Oriente Médio e Oriente Distante.

<sup>344</sup> Para Veyne, o não factual seriam os eventos que ainda não foram consagrados como tais. VEYNE, Paul. *Como se faz a história*. Brasília: FUNB, 1998, p. 29.

social, de práticas científicas e de uma escrita<sup>345</sup>. Assim, a escritura da história deve responder a questões de seu tempo e obedecer às regras implícitas de seu lugar de produção.

Nesse sentido, a história enquanto representação do passado se assemelha a paisagens por vezes nubladas ou nevoadas pelo tempo cronológico. O historiador John Gaddis, por exemplo, aponta que só podemos retratar o passado como uma paisagem próxima ou distante, mas não podemos conhecê-lo com certeza. Dessa forma, o historiador não tem outra opção senão fazer um esboço do que não consegue delinear “com precisão, generalizar, abstrair. Isso significa que são nossas formas de representação que determinam o que estamos observando”.<sup>346</sup>

Para John Gaddis, a história tem função de tornar a “complexidade compreensível, primeiro para nós mesmos, depois para os outros<sup>347</sup>”. A história assume, nesse interim, o papel de “progresso através da transmissão de habilidades adquiridas de uma geração para outra<sup>348</sup>”, o que contribui para estudarmos o passado com intenção de compreender o presente e nos preparar para o futuro.

A moda do deus romano Jano, o historiador olha para o passado e o futuro, a história transita entre a mudança e a tradição. Daí a importância de rever velhos conceitos referentes à Antiguidade, te trazer a luz seus acontecimentos, questionar os indícios, inquirir os eventos, estejam eles catalogados, ou quer durmam “ainda, na floresta do não factual<sup>349</sup>”.

Na atualidade o número de pesquisadores brasileiros que se dedicam a História Antiga vem tomando corpo, os avanços em relação à temática estão em ascendência nas últimas décadas. Um fato que contribui para que isso ocorra são os arquivos digitais disponibilizados aos interessados no tema. Esses arquivos são provenientes de projetos de universidades e museus que abrigam documentos de diversas culturas cuja temporalidade é anterior ao século V da nossa era.

O objeto desta reflexão tem temporalidade e espaço bem delimitados, trata-se do território conhecido como Antigo Oriente Próximo, a Mesopotâmia. Como todo conceito criado para explicar uma realidade, a noção de Oriente, diz respeito a uma ideologia europeia de origem ilustrada e romântica. O termo foi forjado nos séculos XVII e XVIII, para designar os lugares que escapavam do controle das potências europeias e se localizavam a leste dos Urais e ao sul do Mar Negro. O Oriente, portanto era a

---

<sup>345</sup> CERTEAU. *A escrita da história*, p.65.

<sup>346</sup> GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.44.

<sup>347</sup> \_\_\_\_\_. *Paisagens da história*, p. 22.

<sup>348</sup> \_\_\_\_\_. *Paisagens da história*, p.25.

<sup>349</sup> VEYNE. *Como se faz a história*, p. 32.

Ásia e o norte da África, mas o termo engloba um conglomerado muito diversificado de regiões e muitos ecossistemas<sup>350</sup>.

O adjetivo antigo para o Oriente foi uma construção de historiadores modernos, uma cisão arbitrária e carente de limites precisos, como lembra o historiador Joaquín Sanmartín<sup>351</sup>.

Esses termos, assim como o termo Crescente Fértil<sup>352</sup>, e o próprio nome Mesopotâmia<sup>353</sup> para designar essa cultura e seu espaço de atuação, nada diziam aos autóctones. Os sumérios partiam de uma visão cruciforme do mundo, seus governantes se intitulavam “reis das quatro regiões” desde o final do III milênio. Denominaram seu lugar de origem de *Kalam*, palavra em língua suméria que significa literalmente: o País.

O encontro com a cultura *do Kalam* é um momento de estranhamento, de choque ideológico para os historiadores modernos, daí as inúmeras leituras carregadas de valores europeus dos primeiros historiadores que abordaram a Mesopotâmia. Muitos deles estiveram presentes nas expedições arqueológicas patrocinadas por seus países e posteriormente trabalharam na tradução e interpretação de tais documentos. A escritura da história sobre esse espaço está preñe das percepções do contexto desses pesquisadores, são as percepções do encontro com o outro, o habitante de outra temporalidade, e ao mesmo tempo o olhar desses historiadores para a cultura do Oriente na modernidade.

Nesse sentido, mesopotâmicos e árabes parecem ter se fundido em um só aos olhos desses pioneiros, que viam nos segundos a extensão dos primeiros e não levou em conta a diferença gritante de cultura e mentalidades entre o Oriente e Ocidente. Esses pesquisadores europeus partiam das inquietações de seu tempo para responder e escrever a história da Mesopotâmia.

Alguns desses pesquisadores eram movidos a provar a veracidade dos escritos bíblicos, outros medindo os costumes de sumérios e semitas com comportamentos atuais acabaram cometendo anacronismos. Cada qual esteve atrelado a sua corrente historiográfica e as questões de seu momento histórico. Assim os conceitos utilizados diziam respeito à cultura europeia, que via a Mesopotâmia como o lugar da primeira civilização, embora descrevesse seus costumes como bárbaros, suas tradições como resquícios de cultos tribais animistas e suas práticas como carente de valores cristãos ocidentais.

Um exemplo disso são algumas das considerações feitas pelos sumeriólogos Samuel Noah Kramer e Jean Bottéro, sobre a divindade feminina Inanna/Ishtar, frequentemente ela é nomeada como

---

<sup>350</sup> SERRANO, José M.; SANMARTÍN, Joaquín. *História Antigua del Próximo Oriente*. Madrid: Akal, 2008, p. 6-9.

<sup>351</sup> \_\_\_\_\_. *História Antigua del Próximo Oriente*, p. 8.

<sup>352</sup> O termo segundo Sanmartín é inadequado, uma vez que mistura indevidamente culturas heterogêneas, além de ser alheia ao mapa mental dos sumérios.

<sup>353</sup> Termo de origem grega que significa, entre dois rios.

hierodula, depreciada como sendo apenas uma divindade menor, embora seu nome figure sobre a principal tríade divina.

Apesar da poética e eloquência com que esses pesquisadores escrevem, suas afirmativas são no mínimo machistas. Mesmo que reconheçam que os valores daquelas épocas nunca foram os nossos, os olhares lançados a Mesopotâmia foram carregados de valores ocidentais e temporalmente localizados.

Suas narrativas não permitem perceber as contradições existentes na sociedade. O universo mesopotâmico era apresentado como homogêneo, sem conflitos ideológicos, de gênero ou políticos. Os deuses estavam arrumados ordenadamente em seus templos, o povo trabalhava silenciosamente, os reis reinavam e guerreavam. Não se percebia os sujeitos históricos agindo, pensando ou sentido, a história da Mesopotâmia se apresentava como um teatro de fantoches, a vida por traz das cenas permanecia oculta.

Mas como lembra Arlete Farge não existe “nenhum historiador que possa dizer razoavelmente que suas escolhas não foram orientadas, pouco ou muito, por uma dialética do reflexo ou do contraste com ele mesmo”.<sup>354</sup> Ou seja, os historiadores criam representações sobre o passado, tendo por referência sua temporalidade, suas experiências pessoais e profissionais. “Dessa forma, buscam organizar a realidade de acordo com seus próprios objetivos”.<sup>355</sup>

No entanto, foi devido aos esforços desses pesquisadores que as interpretações acerca dessa cultura extinta puderam se desenvolver. Afinal a história é filha de seu tempo<sup>356</sup>, como escreveu Marc Bloch. Dessa forma, podemos compreender que as considerações acerca da Antiga Mesopotâmia respondiam as questões referentes ao lugar que esses historiadores ocupavam em seu próprio contexto histórico.

Assim, hoje partimos das questões de nosso tempo para criticar os mesmos documentos sob outra ótica, sob a égide da Nova História Cultural. Como lembra John Gaddis, da mesma forma que os historiadores modernos fizeram suas escolhas, “os historiadores do futuro irão escolher seu destino: serão eles que irão impor significados, assim como nós o fazemos ao estudar o passado, e não aqueles que o viveram.”<sup>357</sup>

A historiografia do Oriente Próximo era no início descritivo, voltado às explicações globalizantes, ligadas aos paradigmas explicativos da realidade. Com a mudança de paradigmas essa escritura da história começou a mudar. Os olhares se voltaram para novas temáticas e outras abordagens se fizeram necessárias.

---

<sup>354</sup> FARGE, Arlete. *O sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 72.

<sup>355</sup> GADDIS. *Paisagens da história*, p.35.

<sup>356</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 7.

<sup>357</sup> GADDIS. *Paisagens da história*, p.39.

Entre as obras que começam a pensar problemática da historiografia antiga, encontra-se a do historiador Mario Liverani, em *Mito y política en la historiografía del Próximo Oriente Antigo*, o autor faz investigações rigorosas sobre a forma de abordar os documentos por parte do historiador dessa temporalidade. As inquietações intelectuais e metodológicas de Mario Liverani se inscrevem no âmbito da teoria literária e antropológica da época em que escreveu os ensaios<sup>358</sup>.

Para o autor:

as fontes são sempre e por definição reconstruções históricas cuja ‘finalidade histórica nunca é pura’, mas sim política, moral, teológica, etc. é preciso analisar a ideologia para poder conhecer a intenção original do texto e a realidade histórica.<sup>359</sup>

Ligado às concepções marxistas, o autor fez suas considerações em paralelo com os primeiros ensaios da Nova Esquerda Inglesa. Para Mario Liverani os relatos históricos continham um excesso de detalhes destinados a convencer o público que a imagem oferecida era real, suas proposições veem o documento como revelador de ideologias que partem de um sistema cultural, logo de práticas e condutas cotidianas.

Nesse sentido, o autor acredita que a história se assemelha a literatura com descrições e detalhes que aproximariam o leitor da narrativa. Mas essa narrativa não seria despretensiosa, ao contrário ela transmitiria as ideias de determinado grupo e pretenderia à universalidade de seus anseios. Os relatos históricos seriam então representações no sentido elaborado pelo historiador Roger Chartier.

Segundo o historiador Roger Chartier, as representações dizem respeito ao modo como em “diferentes lugares e tempos a realidade social é construída, pensada, dada a ler<sup>360</sup>” por diferentes grupos sociais. Assim, por meio de esquemas intelectuais, produzidos por determinado grupo, os sujeitos históricos criam figuras as quais possibilitam que o presente adquira sentido.<sup>361</sup> Nesse sentido,

as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas) que constroem as suas figuras.<sup>362</sup>

---

<sup>358</sup> LIVERANI, Mario. *Mito y política en la historiografía del Próximo Oriente Antigo*. Barcelona: Bellaterra, 2006, p.12.

<sup>359</sup> \_\_\_\_\_. *Mito y política en la historiografía del Próximo Oriente Antigo*, p.12.

<sup>360</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

<sup>361</sup> \_\_\_\_\_. *História Cultural*, p. 17.

<sup>362</sup> \_\_\_\_\_. *História Cultural* p. 27.

Essas considerações vêm de encontro aos argumentos de Mario Liverani sobre a ideologia presente nos documentos e a relação destes com o lugar ocupado pelo historiador, seus conflitos profissionais e cotidianos. Nesse sentido Mario Liverani argumenta que:

A ideologia não pode ser ignorada nem nos textos antigos nem na forma em que, como estudiosos da antiguidade, interpretamos e traduzimos estes textos. Escrever a história, ainda que história antiga, longe de ser um exercício didático inocente está inevitavelmente influenciada pelas mudanças políticas, por traços religiosos, políticos e ideológicos.<sup>363</sup>

Assim, a escritura da história estaria envolta em ideologias, tanto dos autores de tais documentos como do historiador que labuta sobre eles. Porém é importante lembrar que nenhum documento foi criado com a finalidade de ser histórico, seu fim é religioso, administrativo, político, particular, o estatuto de histórico é uma construção dos historiadores.

As fontes como lembra Mario Liverani, não são reconstruções históricas, pois não possuem finalidade histórica, sua intenção é política, moral ou outra perspectiva particular. A história para o autor, não seria algo que já existiria ou que já teria sido reconstruída, e que deveria se aceitar cegamente. Pelo contrário, seria um compromisso ativo que os autores antigos assumiram de acordo com suas próprias necessidades, não com as nossas<sup>364</sup>.

Nesse sentido, concordamos com John Gaddis quando diz que o melhor que os historiadores poderiam fazer seria “representar a realidade, suavizar detalhes, olhar para padrões mais abrangentes, refletir como se pode usar o que se vê em prol de seus objetivos<sup>365</sup>”. A narrativa histórica seria ambígua, direcionada e volátil.

Os historiadores manipulariam o passado e dele extrairiam outra coisa que não ele mesmo, mas sua representação. Os historiadores em cada temporalidade impõem significados aos seus objetos de estudo, fazem suas seleções baseadas em seus interesses pessoais e nas demandas da Academia. Criam tendências ou voltam-se aos clássicos, mas suas questões partem de seu tempo, observam o passado sob a perspectiva do presente<sup>366</sup>.

---

<sup>363</sup> CHARTIER. *História Cultural*, p. 15.

<sup>364</sup> LIVERANI. *Mito y política en la historiografía del Próximo Oriente Antiguo*, p. 49.

<sup>365</sup> GADDIS. *Paisagens da história*, p.22.

<sup>366</sup> \_\_\_\_\_. *Paisagens da história*, p. 40.



Dessa forma, escrever a história das culturas do Antigo Oriente Próximo também seria uma escolha, orientada e localizada. Porque ainda é possível interrogar documentos novos e (re)interrogar os já questionados. Os arquivos se multiplicam e se fazem acessíveis tanto física como digitalmente. Questões são levantadas ou revisitadas porque não foram satisfatoriamente respondidas. Os olhares para o Oriente constituem um desafio tanto pessoal quanto acadêmico.

Em tempos em que um patrimônio inestimável vem sendo destruído no Iraque, lugar onde muito das culturas da Antiga Mesopotâmia descansa ainda sob os tells, torna-se urgente repensar não apenas as fontes, os métodos e a escritura da história sobre esse território, mas propor novos olhares de Clío para os Orientes e sua complexidade.

## Linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira: um legado construído no século XIX.

**Thaís Ferreira Pilotto**

Graduando do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista PIBIC/CNPQ do laboratório Redes de Poder e Relações Culturais no projeto Entre a Política e as Letras: o lugar dos impressos no Brasil, 1ª metade do Oitocentos.

**Resumo:** Neste trabalho busco analisar duas correntes de interpretação da história da literatura brasileira na primeira metade do século XIX. A primeira empreendida por Domingo José Gonçalves de Magalhães com a publicação do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* na revista romântica *Nitberoy* no ano de 1836 e a segunda iniciada alguns anos depois por Santiago Nunes Ribeiro, com a publicação do artigo *Da nacionalidade da literatura brasileira* na revista romântica *Minerva Brasiliense*, no ano de 1843. Temos assim, duas linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira, que revelam concepções de literatura, história e história da literatura, uma na qual Magalhães afirma que a literatura brasileira só surge, de fato, a partir da emancipação política e outra sustentada por Santiago que defendera a existência de uma literatura que podia ser chamada de brasileira desde a colônia, na medida em que este considerava a literatura a expressão de um povo, de suas condições físicas e sociais.

**Palavras-chave :** Literatura; Oitocentos; Imprensa; Teoria.

Neste trabalho busco analisar e traçar uma comparação entre duas correntes de interpretação da história da literatura brasileira que surgem na primeira metade do século XIX. A primeira defendida por Domingo José Gonçalves de Magalhães com a publicação do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* na revista romântica *Nitberoy* no ano de 1836 e a segunda iniciada alguns anos depois por Santiago Nunes Ribeiro, com a publicação do artigo *Da nacionalidade da literatura brasileira* na revista romântica *Minerva Brasiliense*, no ano de 1843.

Têm-se, assim, duas linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira, que revelam concepções de literatura e história distintas: uma na qual Magalhães afirma que a literatura brasileira surge, de fato, a partir da emancipação política e outra sustentada por Santiago que defendera a existência de uma literatura que podia ser chamada de brasileira desde a colônia, na medida em que este considerava a literatura a expressão de um povo, de suas condições físicas e sociais. Neste sentido, alguns escritores do período colonial já produziram uma literatura que possuía características específicas que revelavam a influência do meio.

A escolha desses dois letrados justifica-se pela influência que tinham em suas redes intelectuais e pelos seus esforços em construir uma história para a incipiente literatura brasileira e

com isto contribuir para a construção de um sentimento nacional no contexto do movimento romântico.

O romantismo foi um movimento sociocultural que surgiu na Europa no final do século XVIII, que fora reapropriado no Brasil nos anos posteriores a emancipação política e possuía como uma das principais características a valorização das especificidades e das sensibilidades, em detrimento da razão<sup>367</sup>. Nesse sentido, constituiu-se um importante instrumento na construção de um sentimento nacional *brasileiro*, tendo em vista que a valorização das especificidades permitia com que construíssemos uma relação de alteridade entre o que podia ser considerado brasileiro e a cultura europeia.

Esforços foram empregados pelos letrados que atuavam nesse movimento com vistas a dotar o Brasil de maior autonomia cultural, pois embora já houvesse ocorrido a emancipação política, consideravam que o Brasil ainda não possuía uma cultura que lhe fosse própria.

A literatura e a história brasileira foram escolhidas como instrumentos para conferir coesão à identidade nacional do Brasil, o que fora um movimento mais geral relacionado aos nacionalismos, mas que no Brasil seria também relativo a um consenso entre a elite intelectual do Segundo Reinado de que para existir a nação era necessário que haja literatura e historiografia brasileiras<sup>368</sup>. Não por acaso, é desta época a criação do *Imperial Colegio Pedro II*, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o *Arquivo Público Nacional*. Instituições que tiveram por objetivo a construção de uma história que desse coesão a essa sociedade multifacetada.

De acordo com Bernardo Ricupero, a crítica literária e a historiografia romântica sobre o Brasil são escritas primeiramente por estrangeiros e apresenta por parte desses críticos, a necessidade da superação da herança colonial como pressuposto para que construísse uma literatura brasileira, afastada do passado português. Os primeiros estudos que podemos destacar são o do franco-americano Ferdinand Denis, com *Resumé*, e o do português Almeida Garret, *Parnaso Lusitano*.

No âmbito da crítica literária, o Romantismo esteve voltado para a informação e sistematização histórica, buscando construir uma história da literatura pensada de forma coerente, dando um sentido a esta literatura que se formava.

---

<sup>367</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85.

<sup>368</sup> \_\_\_\_\_. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, p. 86.

Percebe-se com a formação da crítica literária no período um processo de tomada de consciência, no qual vai se construir de acordo com Antonio Candido em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, um processo de construção de um ponto de vista no qual a literatura clássica se identifica a colônia e a romântica com a nação independente.

É importante ressaltar que havia naquele momento um sentimento anti-lusitano muito forte, que resultava na valorização das coisas do Brasil em reação as coisas portuguesas. O modelo de *civilização* passara a ser a França como podemos perceber no trecho a seguir de Domingo José Gonçalves de Magalhães no *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*<sup>369</sup>:

Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis.<sup>370</sup>

Nesse sentido, sendo a França o modelo de *civilização*, um dos grandes paradigmas do período residia na questão de como construir uma identidade nacional que pudesse ser considerada brasileira, tendo por base uma *civilização europeia*. A metáfora do espelho de Ilmar Rohloff de Mattos, apresentada no artigo *O Gigante e o Espelho*, nos mostra esse aspecto da formação nacional brasileira que foi a construção de um sentido de si tendo por base as *civilizações europeias*<sup>371</sup>.

O sentimento que pairava era de que se devia recuperar o tempo perdido tornando-nos *civilizados*, entrando para o hall das civilizações, mas desenvolvendo ao mesmo tempo uma cultura que nos fosse própria. Sendo assim, a vinculação com a França que aparece no discurso de muitos letrados do período parecia resolver o problema da herança colonial, que seria um dos fatores que dificultavam a independência cultural do Brasil em relação a sua antiga metrópole.

Nesse contexto, surgem as *revistas românticas*<sup>372</sup>, as quais tiveram grande importância na introdução do romantismo no Brasil e, portanto, na construção da nação. A revista *Nitberoy*,

---

<sup>369</sup> MAGALHÃES, Domingo José Gonçalves de. *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil Nitberoy* T. 1 N°1. Paris: Dauvin Et Fontaine, Libraires, 1836, 132-159.

<sup>370</sup> \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil Nitberoy* T. 1 N°1, *passim*.

<sup>371</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Gigante e o Espelho* in: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (eds.) *Coleção O Brasil Imperial*, vol. 2. Rio de Janeiro, 2009, páginas 13-51.

<sup>372</sup> Denominação dado por Helio Lopes na sua obra *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*, para tratar das revistas que contribuíram para introdução e consolidação do romantismo no Brasil.

publicada em 1836, em Paris, é considerada a que inicia esse movimento, com a publicação no primeiro número da revista do *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil* de Domingo José Gonçalves de Magalhães, o qual é considerado o manifesto do romantismo brasileiro.

Já a revista *Minerva Brasiliense* (1843-1845)- fora publicada no Brasil, e representava a continuação da proposta da *Nitheroi*, tendo papel fundamental na sedimentação do romantismo no Brasil, ao contribuir para o estabelecimento da estética romântica e da própria noção de literatura nacional brasileira. Nesta fora publicado o ensaio de Santiago Nunes Ribeiro intitulado *Da Nacionalidade da literatura brasileira*<sup>373</sup>, entre outros artigos deste letrado que também fora redator da revista.

No que tange a história da literatura brasileira, tiveram papel fundamental Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro. Magalhães ou Visconde de Araguaia foi um importante diplomata, político, formado em Medicina e que ocupou a cadeira de filosofia no *Imperial Colégio Pedro II*, teve destacado além do ensaio apresentado neste artigo, o poema *Confederação dos Tamoios*, um marco no cenário romântico brasileiro. É considerado aquele que introduziu o ideário romântico no Brasil.<sup>374</sup>

Santiago Nunes Ribeiro era natural do Chile, mas há muito tempo viera morar no Brasil, onde terminou seus estudos. Seguiu depois a carreira do magistério, no *Colégio Pedro II*, no qual atuou como professor de retórica e poética. Fora também professor particular de filosofia e dava aula no *Collegio D'instrução Elementar*<sup>375</sup>; sócio do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; participou da *Sociedade de Literatura Brasileira*<sup>376</sup> e foi um dos fundadores da *Academia Philomática do Rio de Janeiro*<sup>377</sup>, sendo importante destacar a sua atuação como censor no *Conservatório Dramático*

---

<sup>373</sup> RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense*. Vol. I, nº1. Rio de Janeiro: Typographia de J.E.S. Cabral, 1843, p. 7-23.

<sup>374</sup> Ver DA SILVA, Innocencio Francisco et al. *Diccionario bibliographico portuguez estudos*. Vol. 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

<sup>375</sup> Ver *Diário do Rio de Janeiro*, Ano XXV- 22 de dezembro de 1846 n. 7388. Trata-se de um anúncio do *Collegio D'instrução Elementar*, comunicando a entrada de Santiago, como professor de filosofia, no quadro de professores do colégio.

<sup>376</sup> Ver Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – para o ano bissexto de 1844- Primeiro Ano- Publicado e a venda em casa de Eduardo e Henrique Laemmert. 1843. P. 183.

<sup>377</sup> Ver *Diário do Rio de Janeiro* Ano XXVII. 15 de setembro de 1848 N. 7894. Trata-se de uma homenagem póstuma dedicada a memória de Santiago Nunes Ribeiro escrita pelo Cônego Fernandes Pinheiro.

*Brasileiro*<sup>378</sup>. A base dessas informações reunidas acerca do Santiago se encontram no *Diccionario bibliographico portuguez*<sup>379</sup> e as outras adicionadas são resultados da longa pesquisa empreendida.

Esses dois letrados possuíam visões muito distintas acerca da formação da literatura brasileira, das quais tratarei a seguir me baseando no *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* (1836) de Magalhães e no artigo *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1843) de Santiago.

Primeiramente, destaco no ensaio escrito por Magalhães o papel que o mesmo atribui à literatura, destacando-a como importante na formação da nação, na medida em que a mesma preserva a história de um povo. Como pondera Valdeci Lopes de Araújo a literatura para Magalhães seria uma espécie de cápsula do tempo, que conserva a memória de um povo, atribuindo assim um papel testemunhal à literatura.<sup>380</sup>

Começo a análise acerca das visões dos autores com a tese de Santiago, na qual o autor afirma que o Brasil possui uma literatura própria desde a colônia, pois considera a literatura a expressão de um povo, de suas condições físicas e sociais. Santiago identifica uma *cor local* do Brasil, a qual sendo uma espécie de inspiração nativa fazia com que as obras escritas pelos aqui nascidos pudessem ser consideradas brasileiras, como podemos perceber neste pequeno trecho: “As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nessa ou naquela língua da velha Europa.”<sup>381</sup>. Por outro lado Magalhães não acredita em uma cultura dita brasileira, na existência de uma *cor local*, pois a história brasileira seria reflexo de outro povo, herdeira do passado da colonização portuguesa, como pode ser visto no trecho a seguir:

Cada povo tem a sua história própria, como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico, mas esta verdade incontestável para os primitivos povos, algumas modificações, contudo, experimenta entre aqueles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo.<sup>382</sup>

No que tange a imitação, o escritor Santiago Nunes Ribeiro para defender a literatura brasileira das acusações de ser mera imitadora de culturas externas questionara: “que espécie de

---

<sup>378</sup> Exames censórios realizados por Santiago encontrados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

<sup>379</sup> Ver DA SILVA, Innocencio Francisco et al. *Diccionario bibliographico portuguez estudos*. Vol. 7. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

<sup>380</sup> ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 120.

<sup>381</sup> RIBEIRO. *Da nacionalidade da literatura brasileira*, p. 13.

<sup>382</sup> MAGALHÃES. *Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil Nithery* T. 1 N°1, *passim*.

originalidade reinava na literatura de outros países”<sup>383</sup>, demonstrando que a “imitação” era quase que uma “lei universal” e que, portanto, essas acusações não deslegitimariam o status da literatura brasileira. No entanto, para Magalhães as imitações de obras estrangeiras seriam um empecilho no desenvolvimento da literatura brasileira, como podemos perceber no seguinte trecho: “Se até hoje a nossa poesia não oferece um caráter inteiramente novo e particular, é porque os nossos poetas, dominados pelos preceitos, limitaram a imitar os antigos.”<sup>384</sup>

Nos ensaios de Magalhães, assim como no de Santiago a poesia é destacada por ser entendida no período como a primeira manifestação da literatura, que seria capaz de congrega as diferentes dimensões da realidade. Ela pode ser entendida nestes ensaios como o gênero que encarnava a literatura.

Magalhães em seu ensaio afirma que, “A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil”<sup>385</sup>. Em resposta a essa assertiva Santiago define que a poesia é uma “musa brasileira” que seria “... educada na velha Europa, onde a inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e contemplação de ciências e natureza estranha”<sup>386</sup>. Como se pode ver, os dois letrados possuem concepções distintas acerca da definição da história da literatura brasileira.

Enquanto Magalhães considerava a literatura brasileira uma virgem de terra helênica que teria sido transportada para o Brasil, para Santiago a inspiração nativa fazia com que as obras escritas pelos aqui nascidos pudessem ser consideradas brasileiras. Portanto, destaca-se no ensaio do célebre chileno uma espécie de *instinto* da nacionalidade, que é uma das principais características do seu pensamento acerca da história da literatura brasileira e que mais tarde seria desenvolvido por Machado de Assis<sup>387</sup>.

Segundo a leitura de Antonio Candido, Santiago teve um papel especial na construção da história da literatura: “Santiago foi o único a levar às consequências lógicas o realce dado pelos

---

<sup>383</sup> RIBEIRO. *Da nacionalidade da literatura brasileira*, p. 14.

<sup>384</sup> MAGALHÃES. Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil *Nitberoy* T. 1 N°1, *passim*.

<sup>385</sup> MAGALHÃES. Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil *Nitberoy* T. 1 N°1, *passim*.

<sup>386</sup> RIBEIRO. *Da nacionalidade da literatura brasileira*, p. 17.

<sup>387</sup> Ver DE ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. Obliq Press, 2013.



românticos à ação dos fatores locais. Se estes agem, então devem forçosamente produzir algo específico, diferente do que se dá em outros lugares, sob influência de outras condições.”<sup>388</sup>.

Sendo assim, Santiago deixa claro através de sua teoria o papel ativo do homem que não se submete passivamente às influências, justificando assim, que os clássicos brasileiros não poderiam fugir dos padrões de seu período. Portanto, se houve imitação também ocorreram reações originais e por isto os velhos autores não poderiam ser considerados meros reflexos da Europa.

A partir do estudo desses dois ensaios podemos perceber a mudança na definição de literatura: se com Januário da Cunha Barbosa, em 1829, era definida como um conjunto de obras produzidas por homens nascidos no Brasil, naquele momento ela passa a ser a expressão de uma identidade que está sendo construída. Nesse sentido, imaginava-se que por meio da História da literatura poderia se definir o sentido do desenvolvimento da nova nação, o seu caráter.

A partir destes seguintes trechos do ensaio de Magalhães, “Toca ao século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos”, “Estudar o passado é ver melhor o presente e como marchar para o futuro”<sup>389</sup>, podemos ver que o passado passa a ser considerado um elemento de civilização, uma experiência que orienta o presente, no sentido de não ser mais repetido.

O sentimento no período era de que a literatura seria capaz de civilizar, tendo assim uma função pedagógica/civilizacional. E o literato, que de alguma forma pertence ao tempo europeu, por meio de seus conhecimentos, na medida em que muitos tinham a sua formação fora do país, era o ator principal dessa missão.

No entanto, Santiago avançou e com um forte senso histórico, ao contrário de seus contemporâneos que se submetiam a polêmica anticlássica, o letrado via o presente com esperança, no entanto, não via a produção literária do passado como um retrocesso, na medida em que compreendia a importância destas experiências para o atual momento. Para o autor não se tinha como ser romântico antes da hora como ansiavam Denis, Garret e seus seguidores.

---

<sup>388</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. Vol 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978, p.300.

<sup>389</sup> MAGALHÃES. Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil *Nithery* T. 1 N°1, *passim*.

Em suma, podemos perceber que surgem duas linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira, uma na qual o autor do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* afirma que a literatura brasileira surge a partir da emancipação política e outra que defendera a existência de uma literatura brasileira, que devido à questão da *cor local*, existira desde o período colonial. Apesar de Bernardo Ricupero, em sua obra sobre o romantismo<sup>390</sup>, atribuir maior importância a Magalhães, dando um destaque maior ao seu ensaio, deve-se reconhecer o papel de Santiago ao nos trazer uma visão mais processual, destacando-se seus esforços em forjar uma tradição que legitimasse a incipiente literatura brasileira não ignorando a experiência do passado literário, mas reconhecendo sua importância.

---

<sup>390</sup> Ver a obra de RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

# O trabalho intelectual do historiador: discutindo a prática historiográfica<sup>391</sup>

Vanderley de Paula Rocha

Mestrando em História, Cultura e Identidades

PPGH/UEPG

[vanderleypr05@yahoo.com.br](mailto:vanderleypr05@yahoo.com.br)

**Resumo:** É assente entre os historiadores a necessidade de discutir sobre sua prática, seu ofício, seu trabalho intelectual e os múltiplos desafios enfrentados no decorrer dessa trajetória. Entre esses desafios encontram-se explicitar os diversos e diferentes caminhos percorridos, para se construir a narrativa historiográfica, os quais podem ser entendidos aqui como o método histórico – prática/escrita (BLOCH, 2001). E pensar a circulação dessa produção, pois sabemos dos diferenciais que essa apresenta a partir do público a quem é direcionada (CERTEAU, 1982). No entanto, muitas vezes nos dedicamos as nossas temáticas de pesquisa deixando de lado a reflexão sobre nossa própria prática, ou seja, percorremos um caminho de trabalho, mas não refletimos sobre ele e muitas vezes nem mencionamos o(s) método(s) utilizado(s) (GADDIS, 2003). Assim, este artigo se propõe a discutir a partir de um tema específico, neste caso religiosidade, os diversos elementos que compõe uma pesquisa e sua divulgação seja no meio acadêmico ou para um público não especializado.

**Palavras chave:** Fazer historiográfico; historiador; história; religiosidade.

## Introdução

Este ensaio se propõe a discutir a partir de um tema específico, neste caso religiosidade, os diversos elementos que compõe uma pesquisa. Para tanto esta discussão se ampara em quatro obras: *O Sabor do Arquivo* de Arlete Farge (2009); *Paisagem da História* de John Lewis Gaddis (2003); *Apologia da História* de Marc Bloch (2001) e *A escrita da História*<sup>392</sup> de Michel de Certeau (1982). Por outro lado, buscou-se na bibliografia especializada o amparo para se discutir a temática da religiosidade.

---

<sup>391</sup> Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História do Curso de Mestrado em História, Cultura e Identidades do PPGH/UEPG. Com financiamento da CAPES/Fundação Araucária.

<sup>392</sup> No caso desta obra utilizou-se apenas o Capítulo II: A operação historiográfica.

Quando Michel de Certeau em seu livro *A escrita da história* afirma que o trabalho do historiador inicia com o gesto de separar, de reunir, o autor se refere a questão dos documentos, quando transformamos certos objetos distribuídos e construídos para um outro fim em documentação histórica. No entanto, pode-se também, utilizar esta afirmação de Certeau quando separamos nosso objeto, nossa temática de pesquisa. Este ato de separar, está ligado ao fato de que o historiador não trabalha com o todo da história e sim a partir de recortes, escolhas, direcionamentos feitos por ele mesmo.

Na temática da religiosidade, realizou-se recortes. Ao imenso universo que corresponde a este tema, optou-se por analisar as festividades religiosas, mais especificamente as dedicadas ao Divino Espírito Santo. Fez-se um recorte espacial<sup>393</sup>, ou seja, o local onde os eventos estudados aconteceram, neste caso, na cidade de Ponta Grossa. E ainda um recorte temporal, ou seja, um período a ser estudado, de 1882 a 2012. Assim, o historiador parte para suas pesquisas a partir de seus gostos, de suas afinidades. Portanto, não foge da subjetividade, “[...] não existe nenhum historiador que possa dizer razoavelmente que suas escolhas não foram orientadas pouco ou muito, por uma dialética do reflexo ou do contraste com ele mesmo”<sup>394</sup>. Isso reflete no que Marc Bloch chama de vocação, onde o ofício do historiador, sua prática, o diverte.<sup>395</sup>

A pesquisa aqui discutida partiu de escolhas e gostos muito particulares. Procurar entender este movimento em direção ao sagrado de forma histórica iniciou-se ainda na graduação<sup>396</sup>, quando percebeu-se que a religiosidade é uma temática de pesquisa em história. Assim as lembranças do passado poderiam tornar objeto de estudo, pois muitas das práticas em honra ao Terceiro Elemento da Santíssima Trindade fizeram parte da infância do historiador que aqui escreve. Acordar com os cânticos em honra ao Divino era uma prática comum, caminhar de mãos dadas com meus pais carregando bandeiras do Divino em ritual de procissão era corriqueiro, mesmo sem entender os significados atribuídos a tais práticas, essas contribuíram na construção de minha identidade.

Faz-se pertinente ressaltar que a devoção ao Divino Espírito Santo é uma herança da religiosidade lusitana inserida no território brasileiro pelos colonizadores portugueses, e que no Brasil teve suas características reformuladas e adaptadas as realidades locais<sup>397</sup>. De acordo com os registros, na cidade de Ponta Grossa, as atividades religiosas em homenagem ao Divino Espírito Santo tiveram início em 1882 e até os dias atuais fazem parte do imaginário religioso da cidade.

---

<sup>393</sup> Jonh L. Gaddis faz uma definição de espaço em *Paisagem da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Sendo: local onde os eventos acontecem. p.47.

<sup>394</sup> FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 72.

<sup>395</sup> BLOCH, Marc. *A apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

<sup>396</sup> O trabalho de pesquisa desenvolvido agora em nível de Mestrado teve origem na graduação - Bacharelado em História (UEPG/2006).

<sup>397</sup> ABREU, Marta Campos. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

Para tentar entender este movimento devocional em Ponta Grossa foi estabelecido três objetivos: Analisar a festa religiosa como representação simbólica das práticas culturais do povo; Perceber a relação estabelecida entre o clero local e os indivíduos que praticam as homenagens ao Divino Espírito Santo; Identificar a relação que as pessoas estabelecem com o sagrado por meio das inúmeras práticas em honra ao Divino.

Nesses três objetivos encontra-se o homem e as múltiplas relações que este estabelece, seja com o sagrado ou com seus iguais, pois compreende-se que: “O objeto da história é o homem”<sup>398</sup>, nesta afirmação de Marc Bloch, o autor defende que o historiador deve farejar carne humana, assim a história pode ser definida como a ciência dos homens no tempo. Portanto, o trabalho do profissional da história é investigar através de vestígios a ação humana ao longo do tempo, pois tudo que homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. Isso tudo compõe a diversidade dos testemunhos históricos.

### **A prática historiográfica**

E é a partir da escolha do tema, do estabelecimento de objetivos que o historiador parte em busca de suas fontes para então construir suas problemáticas. E nesta busca pelas fontes nos deparamos com os arquivos, os quais muitas vezes não foram constituídos para este fim, o da pesquisa, foram produzidos pelo homem do decorrer do tempo para suprir uma determinada necessidade e o historiador passa a utiliza-la para tentar compreender um fato do passado.

Sobre esta questão de ir aos arquivos, Arlete Farge discute os problemas dos arquivos e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores, sejam com o trato com os profissionais que trabalham nesses locais ou com o estado do material dos documentos. A autora nos alerta que o trabalho do historiador inicia com a leitura, seja essa das fontes ou da bibliografia já produzida sobre o tema. Afirma ainda, que para se consultar um arquivo o pesquisador deve exercitar a paciência, a paciência na leitura desses documentos<sup>399</sup>. Pois muitas vezes “reviramos” arquivos, lemos inúmeras páginas para encontrar uma pequena informação para compor a pesquisa.

Estas dificuldades discutidas por Arlete Farge também foram e estão presentes na pesquisa aqui apresentada. Cujas busca pelas fontes se deram nos arquivos locais: Casa da Memória Paraná, Museu Campos Gerais e na “Casa do Divino”, os três localizados na cidade de Ponta Grossa. No decorrer deste processo, muitos foram os empecilhos enfrentados, acervos ainda não organizados; documentos malconservados, onde encontrava-se as informações buscadas, mas não estavam legíveis pela destruição do documento; falta de pessoal especializado em manutenção e organização desses arquivos; entre muitos outros pontos.

Nessa busca pelas fontes, nos deparamos com um rico universo de fonte, do qual muitas vezes não sabemos o que escolher e de que forma interrogar o arquivo, sobre isso Arlete Farge afirma que existem armadilhas que devem ser consideradas, pois pode-se estar “[...] absorvido

<sup>398</sup> BLOCH. *Apologia da história*, p. 54.

<sup>399</sup> FARGE. *O sabor do arquivo*. 2009.

pelo arquivo a ponto de nem saber mais interrogá-lo<sup>400</sup>. Assim, é preciso fazer uma triagem, é pertinente ressaltar que o próprio fato registrado no documento já sofreu uma triagem, registrou-se no documento o que se achava pertinente, portanto, o documento já passou por um filtro, onde informações foram deixadas de lado e personagens não foram registrados ou representados.

E ao fazer uma triagem, nesta pesquisa, escolheu-se três categorias de fontes: periódicos locais, ex-votos (fotografias) e os programas das festas, e mesmo nestas categorias ainda foram selecionadas fontes específicas, uma vez que suas quantidades eram expressivas. Tarefa árdua, Marc Bloch escreveu que “[...] reunir os documentos que estima necessário é uma das etapas mais difíceis do historiador”<sup>401</sup>, e assim o foi.

Estes documentos foram produzidos em um determinado tempo e com um sentido, e o historiador os transforma em fontes, passam, portanto, a tornar-se testemunhos do passado, e o papel do historiador é interrogar, buscando nesses as informações para construir sua análise. E após ter feito a triagem documental é a hora de fazer a crítica. Marc Bloch em *A apologia da história* dedica um capítulo a esta análise: *A Crítica*, neste capítulo, o autor alerta os profissionais de história que os documentos devem passar por uma crítica no sentido de identificar a verdade e a mentira, ou nas palavras do autor o historiador parte “em busca da mentira e do erro”<sup>402</sup>.

Portanto, faz-se necessário que o historiador realize uma crítica documental (externa e interna), que pode começar historicizando o documento, buscando informações de quem o produziu, em que situação, quais as relações que permearam esta produção em que contexto foi produzido e quais eram os interesses envolvidos. Outro caminho é a realização de um “cruzamento” de fontes, procurando encontrar as disparidades presentes em informações, ou até mesmo semelhanças que as comprovem.

Procurou-se nesta pesquisa realizar esta crítica documental. Iniciemos com o primeiro conjunto documental: os periódicos locais que retrataram a festividade em honra ao Divino na cidade de Ponta Grossa. Dentre os jornais locais, optou-se em trabalhar com o Jornal Diário dos Campos e com o Jornal da Manhã. Ao historicizar essas fontes, buscou-se informações sobre a produção desses jornais (questões técnicas: periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e publicidade), quando foram criados, por quem, em que contexto, quais suas ideologias, público alvo entre outros pontos<sup>403</sup>. Esta crítica se fez necessária para que se pudesse entender a representação que os periódicos criaram em torno das práticas em honra ao Divino. Percebeu-se que ambos possuem proprietários católicos e com discurso em prol do catolicismo, mas que não deixaram de retratar uma festa religiosa popular devido a interesses. Por outro lado, percebe-se os interesses eclesiásticos, uma vez que os clérigos utilizaram esses veículos para propagar seus discursos.

---

<sup>400</sup> FARGE. *O sabor do arquivo*. p. 71

<sup>401</sup> BLOCH. *Apologia da história*. p. 82.

<sup>402</sup> \_\_\_\_\_. *Apologia da história*. p. 96.

<sup>403</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanesy (org). *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

E esses discursos devem ser contextualizados, refletindo sobre os momentos em que foram produzidos, ou seja, esses devem ser submetidos a uma crítica. Neste sentido, é fundamental, como aponta Marc Bloch, que o historiador compreenda uma diversidade de fatos, pois só assim o “fato” que pesquisa será compreendido<sup>404</sup>. Neste caso é pertinente que o historiador conheça a história da Igreja Católica e perceba os diferentes momentos vivenciados por esta instituição. É neste sentido que Marc Bloch nos alerta que para “Se compreender algo ou alguém do passado é necessário recolocá-lo ao seu meio, banhado pela atmosfera do seu tempo”<sup>405</sup>. Desse modo, é preciso entender o discurso eclesial e como este foi construído ao longo do tempo inserindo-o nas demandas de diferentes momentos e contextos. Assim percebe-se a necessidade de compreender que o objeto de pesquisa não está solto no espaço. Quando se fala em devoção ao Divino na cidade de Ponta Grossa é preciso entender esta cidade e como ela está inserida neste contexto de religiosidade.

A cidade de Ponta Grossa ganhou título de cidade em 1823 a partir do desmembramento da cidade de Castro. No que se refere a religiosidade manteve a Paróquia como representação oficial do catolicismo e no universo paralelo as inúmeras manifestações de religiosidade popular, essas expressas nas devoções aos santos, no sincretismo e tendo os leigos como condutores dessas celebrações. Com pouca representatividade a Igreja Católica não conseguia controlar efetivamente tais práticas populares de religiosidade. Foi em 1926 com a criação da Diocese de Ponta Grossa que a instituição passa a criar mecanismos de controle. Fato que refletiu na chegada de Dom Antônio Mazzarotto a cidade, considerado pela historiografia local, um bispo romanizador, que passa a combater manifestações populares de religiosidade<sup>406</sup>. Combate que será revisto pela instituição a partir de 1962 com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que passa a pregar uma Igreja mais voltada para o “Povo de Deus”.

É nesse sentido que não se pode deixar de contextualizar o objeto de pesquisa e entender outros acontecimentos que o cerca. Visto que é preciso inserir o discurso analisado nos momentos em que esses foram produzidos. Muitas vezes o historiador tem que trabalhar com a imaginação, aliando-a com lógica, pois inúmeras vezes acontecimentos/eventos do dia a dia não geraram arquivos ou registros. É evidente que o historiador trabalha a partir da realidade<sup>407</sup>, mas deve saber deduzir processos do passado. Um caminho para fazer isso seria por meio de entender outros fatos que dialogam com o pesquisado, buscando inserir seu objeto de pesquisa naquela lógica de pensamento.

Na outra categoria de fontes, os ex-votos, decidiu-se nesta pesquisa trabalhar com as fotografias deixadas por fiéis na “Casa do Divino”, compreendendo que ex-votos são objetos depositados por devotos em santuários, igrejas, lugares considerados sagrados após uma graça

---

<sup>404</sup> BLOC. *A apologia da História*. 2001.

<sup>405</sup> \_\_\_\_\_. *A apologia da História*. p. 68.

<sup>406</sup> PEREIRA, Denise & ZULIAN, Rosângela W. Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização. *Revista de História Regional*. V. 11 nº 2. Ponta Grossa: DEHIS/UEPG, 2006.

<sup>407</sup> GADDIS, Jonh Lewis. *Paisagem da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução: Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 56-57.



alcançada<sup>408</sup>. O acervo de fotografias, que se tornaram ex-votos a partir do momento que foram dedicadas ao Divino, corresponde a 12.612 fotos de datas e locais distintos. Nosso trabalho iniciou-se com a organização desse acervo, uma vez que o mesmo não estava organizado. O método utilizado na organização foi separar o acervo em categorias, assim estabeleceu-se sete coleções: Casamento, Casais, Crianças, Homens, Mulheres, Família e Outros. Em seguida, dentro dessas categorias, identificamos as fotos que possuíam data, local e assinatura e as que traziam o pedido ou agradecimento feito ao Divino.

A crítica feita a estas fontes se estabeleceu a partir do “cruzamento” de outras fontes, ou seja, buscou-se em outros documentos, secundários na pesquisa, informações que pudessem comprovar as informações trazidas nas fotos.

Nos programas das festas encontra-se as informações dos elementos e “partes” que compõe os festejos na atualidade. E ao “cruzarmos” estes dados com os testemunhos<sup>409</sup> das primeiras festas, encontramos mudanças e permanências ocorridas na festividade ao longo do tempo, por inúmeros motivos, hora pela preservação da tradição, hora por uma modernização dos festejos. Vejamos algumas dessas: Se no seu início (1882) a festividade contava com a ajuda financeira apenas dos devotos, com sua reedição em 2003 passa a contar com patrocinadores, empresas da cidade que em troca da divulgação de suas marcas passam a financiar os festejos. Essa questão reflete muito mais que a bondade desses empresários, traz à tona relações sociais, econômicas e de poder que estão sendo problematizadas. Outra mudança perceptível foi em relação aos horários das celebrações e exclusão de alguns elementos da festividade, essas visando atender exigências eclesiais. Procuramos perceber essas questões e outras, não apenas pelo cruzamento das fontes, mas procurando entender os diferentes contextos que essas festividades aconteceram. Buscando assim, identificar como em diferentes momentos esta festividade foi vista, assimilada e entendida pela sociedade local.

Após realizar os procedimentos acima citados partimos para escrita, a narrativa historiográfica. Como Michel de Certeau escreveu em *A operação historiográfica*, toda produção histórica se articula a um lugar social<sup>410</sup>, e este lugar passa a nortear o nosso trabalho, seja pela definição de métodos, impondo regras e normas ou direcionando para quem a história é escrita. Esta pesquisa não está alheia a isso, está sendo produzida para um fim, busca o reconhecimento dos pares.

De acordo com Michel de Certeau, a escrita é linear e objetiva, isso a diferencia da prática. Afirma no que ele chama de *cronologia* ou *lei mascarada* que na prática parte-se do problema do presente para o passado, mas que ao escrever se faz do passado para o presente, constituindo assim uma maneira de representar o tempo, ou de narrar os eventos sob a forma de uma sucessão

---

<sup>408</sup> DANTAS, Sérgio Neves. Processos interculturais de identidade religiosa: o mundo fulni-ô. *Caminhos*. Goiânia, v. 5, n. 1, p. 149-177, jan/jun. 2007.p. 149.

<sup>409</sup> Quando usa-se testemunho referimo-nos a relatos dos primeiros festejos encontrados nos periódicos que fazem parte do corpo documental.

<sup>410</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Imprensa Universitária, 1982.

frequente, linear, progressiva. E que está cronologia é questionada, mas é seguida, não se admite recuo, e isso oprime o historiador. Esta questão está presente nesta pesquisa, uma vez que se partiu de uma problemática do presente, entender como essas práticas que ainda ocorrem se desenvolveram, transformaram, mas se mantiveram presente na sociedade estudada, ao longo do tempo, mas que na hora de escrever, inicia-se a escrita do início dessa devoção na cidade, ainda que sua *origem* seja questionada.

Assim, o processo é dividido entre pesquisa e prática, uma vez que é preciso colocar no papel o que foi pesquisado, ainda que a pesquisa continue, Michel de Certeau resume esta questão: “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim”<sup>411</sup>, ou seja, é preciso apresentar os resultados e que esses devem ser aceitos pela comunidade acadêmica ou pelo público a qual a pesquisa foi destinada.

Entre as “regras” que Certeau expõe está a *construção desdobrada*, neste ponto o autor se refere ao fato de que precisamos construir a narrativa a partir de procedimentos, tal como ocorre na prática. No entanto, as regras da prática são diferentes da escrita, mas se completam. E ao perceber a escrita do historiador como discursos, Certeau destaca alguns procedimentos na construção deste. Assim este, é realizado a partir de uma problemática, recorrendo uma produção historiográfica já realizada, por exemplo, a citação, o uso desta produz credibilidade, ela passa a comprovar o discurso. É neste sentido que a pesquisa aqui discutida possui um quadro teórico de sustentação, ou seja, o discurso historiográfico é construído a partir da análise das fontes já apresentadas somadas a um referencial teórico. Assim, nesta pesquisa se utiliza de quatro conceitos: cultura, identidade, representação e táticas/ estratégias.

O conceito de cultura, que ao longo dos tempos foi se modificando, é fundamental na construção da pesquisa aqui apresentada. Para Burke, o conceito de cultura no final do século XX deixou de ser definido apenas como: arte, literatura e música, passando a ser identificado como “[...] a história das ações e nações subjacentes à vida cotidiana de uma dada sociedade”<sup>412</sup>. Assim, esse conceito nos ajuda a entender as manifestações religiosas como práticas culturais de uma determinada sociedade, uma vez que, o que nos interessa são as práticas religiosas e as relações construídas a partir delas.

Já os aspectos relacionados à identidade, serão tratados a partir da perspectiva de Stuart Hall e Pierre Sanchis. Stuart Hall entende a identidade como algo em constante construção, ou seja, para o historiador jamaicano, a identidade de cada indivíduo, está em constante desenvolvimento. Portanto, não é definida biologicamente, mas sim historicamente, e construída a partir do meio cultural e social a qual o indivíduo está inserido. Portanto, nesta pesquisa a identidade é entendida a partir das relações socioculturais, as quais o indivíduo mantém contato, em especial as religiosas, que serão vistas, como um dos elementos de formação de identidade. Já para Pierre Sanchis, as identidades, sobretudo as religiosas são vistas como sentido de noção e pertencimento, ou seja, o indivíduo participa de determinada prática religiosa para pertencer e ser

<sup>411</sup> CERTEAU. *A operação historiográfica*. p. 94.

<sup>412</sup> BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 25.

reconhecido por um determinado grupo<sup>413</sup>. Pois a construção da identidade é tanto uma experiência individual quanto coletiva.

O conceito de representação a ser utilizado, refere-se ao desenvolvido por Roger Chartier, esse historiador defende que as representações são as formas pelas quais os indivíduos contraditoriamente constroem a realidade<sup>414</sup>. Assim, entendemos que as representações do mundo social, à revelia dos atores, traduzem as suas posições e seus interesses objetivamente confrontados e paralelamente descrevem a sociedade tal como os atores pensam que ela é, ou gostariam que ela fosse. Esse conceito nos possibilita entender as representações do sagrado na vida das pessoas, e como as pessoas dão sentido ao universo religioso por meio das representações.

O conceito de táticas/estratégias desenvolvido por Michel de Certeau, nos ajuda a entender o movimento dentro da visão do adversário e no espaço por ele controlado e o cálculo ou a manipulação das relações de força<sup>415</sup>, em outras palavras, este conceito nos ajuda a entender quais as táticas utilizadas pelos devotos para “burlar” o controle eclesiástico e quais as estratégias utilizadas pelas autoridades eclesiásticas para implantar seus projetos.

Desse modo, o texto (a escrita) é onde se efetua o trabalho, dá-se visibilidade a pesquisa (prática) é na escrita que se apresenta os resultados obtidos por meio da prática. Apesar de se ter dividido aqui esses elementos que compõe a prática historiográfica, sabe-se que esses muitas vezes são realizados concomitantemente. Neste texto tentou-se discutir os caminhos percorridos pelos historiadores na construção de suas narrativas historiográficas. Procurou-se através de um tema expor os diferentes elementos que compõe uma pesquisa. Mostrar, ainda que timidamente, como o trabalho de um historiador é árduo e complexo e quanto ainda precisamos caminhar nesta reflexão.

Por fim, findamos este texto com o questionamento que iniciou muitas das obras aqui citadas, para que serve a história ou o que fabrica o historiador quando faz história? Marc Bloch afirmou que “Que uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor”<sup>416</sup>, mas será que a história nos ajuda a viver melhor? Ou ainda mais, será que a História é uma ciência? Para Marc Bloch sim, uma vez que afirma que a história é a ciência que estuda os homens ao longo do tempo. E ao concordar com Bloch defendo que a história é ciência, porque tem método e teoria, ainda que nós historiadores, não explicitemos com clareza isso. Explicitar nossos métodos e caminhos percorrido em nosso trabalho pode ser um caminho para responder esses e outros questionamentos. Ou talvez a história sirva muito mais

---

<sup>413</sup> SANCHIS, Pierre. Tramas sincréticas da história: Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs.p.p.123-138 n. 28, 1995. p. 126.

<sup>414</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Abr.1991, vol.5, n.11, p.173-191

<sup>415</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 45-48.

<sup>416</sup> BLOC *A apologia da História*. p. 45.

para questionar do que para responder. Assim voltamos ao início deste texto, é preciso refletir sobre nossa prática.

## Exílio e condição exílica: percepções de Adorno, Said e Todorov<sup>417</sup>

**Fabício Seixas Barbosa**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

fabriciosb14@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho analisa as similitudes e as diferenças presentes nas percepções do exílio de Theodor Adorno, Edward Said e Tzvetan Todorov a partir, respectivamente, de suas autobiografias *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida lesada*, *Fora do Lugar* e *O homem desenraizado*, comparando o exílio enquanto fenômeno e experiência. Considerando as distintas trajetórias de vida que culminaram no desterro, faz-se necessário sublinhar o contexto sociopolítico vivenciado pelos intelectuais de modo a compreender as particularidades inscritas em suas autobiografias. Dessa forma, torna-se possível entender as diferentes perspectivas que perpassam a noção de exílio e condição exílica de cada intelectual. Por fim, este trabalho analisa, por meio das obras citadas, o conflito identitário gerado pelo exílio.

**Palavras-chave:** exílio; Edward Said; Tzvetan Todorov; intelectuais; condição exílica; conflito identitário.

O exílio, por ser um fenômeno multifacetado, tem sido objeto de estudos em diferentes áreas do conhecimento: antropologia, história, psicologia, sociologia, literatura, geografia etc. Não é de se estranhar que um mesmo fenômeno possa proporcionar abordagens diversas, já que, principalmente, durante o século XX, os Estados nacionais transformaram o exílio em prática corrente. Em muitos casos, a necessidade de se (re) afirmar como nação envolve a elaboração de uma História oficial, a (re) construção de uma identidade e um panteão nacional, rituais cívicos e, sobretudo, uma violência estatal ideológica e física capaz de manter seres humanos heterogêneos aglutinados sob uma mesma bandeira. Nesse contexto, o exílio foi uma importante ferramenta para afastar a dissidência política e grande parte dos indivíduos que não se enquadravam dentro do projeto nacional.

Discorrer sobre o exílio é sempre complexo, pois analisá-lo implica em refletir sobre o conflituoso processo de constituição, reconstrução e/ou reorientação da conjuntura cultural, social e/ou política do Estado nacional. Impossível mencionar um sem se remeter ao outro, uma vez que o exílio é a fraqueza e/ou a intolerância estatal em abrigar ideias e projetos de vida

---

<sup>417</sup> Versão resumida para a apresentação em Simpósio Temático e a posterior publicação nos Anais do IV Encontro de Pesquisa em História na UFMG.

diferentes do oficial. Contudo, não nos encontramos diante de uma simples estrutura de causa e consequência, o exílio, enquanto estratégia de isolar/banir o indivíduo de sua terra natal, remonta à ideia de ostracismo na Antiguidade Clássica.<sup>418</sup> Nesse sentido, a definição desse termo é algo problemático e possui um longo lastro histórico; operar com uma de suas acepções é uma escolha a ser tomada e justificada pelo pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Faz-se essa ressalva, obviamente não por acaso, pois esta monografia investiga as autobiografias *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida lesada* (1951), *Fora do lugar* (1999) e *O homem desenraizado* (1996) dos exilados: Theodor Adorno, Edward Said e Tzvetan Todorov respectivamente.

Ciente que esse trabalho situa-se num dos inúmeros campos de pesquisa sobre o exílio, considero imprescindível, antes de tudo, apresentar o conceito, defendido por Luis Roninger e Mario Sznajder:

Definimos el destierro o exilio político como un mecanismo de exclusión institucional, no el único, mediante el cual alguien involucrado en la política y la vida pública, o alguien al que quienes detentan el poder perciben de ese modo, es forzado o presionado a abandonar su país de origen o lugar de residencia, imposibilitado de regresar hasta que haya una modificación en las circunstancias políticas. Esta definición cubre tanto a quienes sufren persecución directa de las autoridades o de otros autores políticos violentos, tales como los grupos paramilitares y las organizaciones guerrilleras, así como a quienes eligen el desplazamiento y la expatriación ya que sienten una amenaza o problema existencial que se origina en lo político. La definición también cubre a quienes, una vez en el extranjero como residentes temporales voluntarios, descubren que una transformación en las circunstancias políticas impide su retorno. El ostracismo, el destierro y el exilio son, desde nuestro punto de vista, resultado de escenarios políticos propensos a excluir a multitudes de actores, cuya expresión política es inaceptable para quienes detentan el poder e incontenible dentro del sistema político. Así, consideramos que el exilio es una de las formas principales de exclusión institucional, una herramienta profusamente usada por los estados para eliminar la disensión política.<sup>419</sup>

No trecho supracitado, nota-se uma definição de exílio abrangente, que incorpora diversos sujeitos em circunstâncias variadas. É nesse amplo espectro que devem ser entendidas as diferentes conjunturas socio-históricas que culminaram no exílio de Adorno, Said e Todorov. Tanto Adorno como Said foram impelidos a se retirarem de suas terras natais. O primeiro, natural da Alemanha, porém judeu foi constrangido a deixar o país, em 1934, devido ao

---

<sup>418</sup> Para a compreensão do debate historiográfico acerca da definição de exílio ver: SZNAJDER, Mario y RONINGER, Luis. Hacia una definición de la condición del exilio. In: *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

<sup>419</sup> SZNAJDER, Mario y RONINGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de cultura económica, 2013, p. 31.

acirramento das políticas nazistas implementadas por Adolf Hitler. O segundo, de origem árabe palestina, foi expulso de Jerusalém, em 1947, meses antes da proclamação do Estado de Israel no ano seguinte. O terceiro, nascido na Bulgária, e ainda vivo, mora na França, desde 1963, quando optou por deixar o país natal e nele não mais regressar. Exílios radicalmente distintos, no que tange às raízes do evento, enquanto Adorno e Said foram banidos de seus locais de origem, Todorov emigrou por livre e espontânea vontade. Assim, temos Adorno e Said, exilados que preenchem os atributos básicos sob qualquer acepção de exílio, e Todorov, expatriado num primeiro momento, em suas palavras, um exilado “circunstancial”, que decide não retornar à Bulgária por motivos eminentemente políticos.

Nesse quesito, observam-se três intelectuais com trajetórias de vida, concepções e experiências exílicas veementemente diferentes. É a partir da comparação das três autobiografias que esta pesquisa se desenrola. O problema histórico a ser investigado é o exílio enquanto fenômeno e a condição exílica – experiência no exílio – sob a ótica dos três autores. A pesquisa tem como fonte principal os três relatos autobiográficos dos autores mencionados, porém não se restringe às duas obras. Desse modo, busca apoio em outros livros publicados pelos intelectuais em questão, bem como em artigos que analisam suas trajetórias e obras. Além disso, intenta esboçar um diálogo com a antropologia cultural através do conceito de identidade, haja vista o conflito identitário intrínseco à vida no exílio.

Nesse sentido, torna-se essencial apresentar um breve resumo dos percursos de vida dos autores em questão.

Theodor Wiesengrund Adorno nasceu em Frankfurt, no ano de 1903. Filho de mãe católica e pai judeu, ele estudou filosofia, música e psicologia na Universidade de Frankfurt. Depois de abandonar a composição musical, porém não a musicologia, Adorno escreveu os primeiros textos que refletiam a influência da abordagem de Walter Benjamin: a aplicação do marxismo à crítica cultural. Trabalhou no Instituto de Pesquisas Sociais (IPS) de Frankfurt, dirigido por Max Horkheimer, onde passou a elaborar a teoria da relevância do desenvolvimento estético para a evolução histórica. Sob a ameaça do regime nazista, em 1934, exilou-se na Inglaterra, lecionando filosofia por três anos em Oxford. Em 1938, foi aos Estados Unidos da América (EUA), juntamente com outros membros também exilados, onde prosseguiram as pesquisas do IPS. Entre os anos de 1944 e 1947, escreveu a sua autobiografia *Minima Moralia*:



*Reflexões a partir da vida lesada.* Em 1949, retorna a sua cidade de origem, quando o IPS é rebatizado de Escola de Frankfurt. O instituto teve enorme importância na renovação intelectual da Alemanha Federal pós Segunda Guerra Mundial. Torna-se seu diretor em 1958. Onze anos mais tarde, em 1969, sucumbe a uma crise cardíaca.

Edward Wadie Said nasceu em Jerusalém, no ano de 1935. A região era administrada pelo Mandato Britânico da Palestina. Os ingleses, ante a prerrogativa imperialista, elegeram-se encarregados da generosa missão de gerenciar o território até o povo atingir a maturidade necessária à independência. Nesse contexto instável, Said viveu treze anos na Palestina até ser substituída pelo emergente Estado de Israel. A partir de então, a vida de sua abastada família transformou-se numa sucessão de deslocamentos e tentativas de adaptação a ambientes estrangeiros. Seu pai, nascido também em Jerusalém, obteve cidadania norte-americana devido a serviços militares prestados durante a Primeira Guerra Mundial. Desse modo, Said e as suas quatro irmãs obtiveram por direito hereditário a cidadania estadunidense. Filho de árabes cristãos, sua mãe era de Nazaré, Said foi educado em escolas pautadas nos valores ocidentais tanto em Jerusalém como no Cairo. Em 1951, frente à instabilidade política e aconselhado por seu pai, mudou-se para os Estados Unidos onde concluiu seu ensino secundário e seguiu carreira acadêmica até concluir seu doutorado na Universidade de Harvard. Torna-se professor de literatura comparada da Universidade de Columbia em 1963. Concebido como um dos maiores críticos literários dos EUA e pensador sobre o mundo árabe, faleceu aos 67 anos após uma árdua batalha contra a leucemia. Durante a tentativa de vencer o câncer, que o levaria à morte em 2003, escreveu o livro, *Fora do Lugar*, retratando as suas memórias e a sua trajetória pessoal.

Nascido em Sófia no ano de 1939, Tzvetan Todorov deixou à Bulgária aos 24 anos para continuar seus estudos na França. Mora em Paris, desde 1963, onde continuou a carreira acadêmica tornando-se um influente crítico literário. Naturalizado francês, é o único autor em análise ainda vivo. Além disso, denomina-se um exilado “circunstancial”, já que tomou a decisão de deixar à Bulgária sem nenhuma perseguição e/ou constrangimento estatal. Permaneceu por dezoito anos sem retornar ao país natal temendo as práticas vigentes no regime soviético-búlgaro. Em 1981, volta à Bulgária e descobre o caráter dubio de sua identidade. A sensação de pertencer a duas culturas ao mesmo tempo é o tema de *O homem desenraizado*. Nessa obra, Todorov reflete sobre o país onde cresceu, e sobre a França e os Estados Unidos que visita anualmente há três décadas. Intelectual de ampla influência no mundo, denuncia, em seu livro, a crueldade do

“totalitarismo” nos países do antigo bloco soviético e critica a intolerância nas democracias. Autor de mais de vinte livros, Todorov é conhecido por seu trabalho como ensaísta, historiador e filósofo.

Depois dessa breve introdução sobre os três intelectuais, observa-se um aspecto crucial a condição exílica particular de Todorov:

A experiência que evoco aqui é a de um exilado retornando ao país depois de longa ausência (preciso que sou exilado “circunstancial”, nem político, nem econômico: vim para a França em total legalidade, ao final de meus estudos universitários, para passar um ano a fim de “aperfeiçoar minha educação”; depois o provisório tornou-se definitivo).<sup>420</sup>

Essa situação peculiar, embora tenha tornado o processo de adaptação menos traumático, não foi capaz de evitar os transtornos intrínsecos ao exílio. Atormentado por sonhos que se assemelham mais a pesadelos, Todorov teve noites de sono intranquilas em que se imaginava impedido de deixar Sófia:

Meus sonhos nunca paravam de inventar novas variantes para esta impossibilidade de partir novamente, mas o resultado do final era sempre o mesmo: por razões puramente fortuitas, o retorno a Paris confirmava-se impossível. Eu deveria doravante viver em Sófia. A angústia, mesmo em sonho, tornava-se tamanha que eu acordava com o coração acelerado. Abria os olhos na penumbra e reconhecia pouco a pouco os contornos do quarto parisiense, tocava o ombro da minha mulher, que dormia ao meu lado, e entregava-me com prazer à realidade. Havia sido apenas um sonho! Eu podia me levantar e reencontrar minha vida, minha verdadeira vida. Esquecia os temores noturnos até a próxima ocasião, algumas semanas, alguns meses depois.<sup>421</sup>

O pavor do retorno, ao mesmo tempo em que anuncia a predileção à nova pátria, aponta a conexão inquebrantável com o seu local natal. Sentimento ambíguo compartilhado por outros exilados, no entanto, a viagem de volta é aventada, por Adorno e Said, com um viés redentor. Esse ponto será explorado ao longo do texto.

Os títulos das autobiografias, *Minima Moralia: Reflexões a partir da vida lesada*, *Fora do lugar e O homem desenraizado*, são bastante elucidativos em relação ao desconforto provocado pelo desterro. Para além do deslocamento geográfico, o exilado passa a perceber outra dimensão temporal:

Há uma possibilidade de se acrescentar à reflexão sobre o exílio, um novo conceito, o de tempo. Todo desterro implica um ‘destempo’ (termo cunhado

<sup>420</sup> TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 15.

<sup>421</sup> TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. p. 14

por Joseph Wittlin), pois o exilado seria despojado não só de sua terra mas também dos acontecimentos de seu tempo que transcorre em seu país enquanto ele está fora. Também, é frequente que, durante o exílio se viva em dois tempos simultâneos, no presente da terra que acolhe e no passado que se deixou para trás, sendo que esse último pode tyrannizar o presente pela nostalgia do que se perdeu.<sup>422</sup>

O exílio divide a vida do indivíduo em duas partes, com marcadores temporais distintos. No passado, localizam-se as memórias nostálgicas do ambiente de origem e dos laços socioculturais rompidos pelo exílio. No presente, vive-se numa realidade imposta em que o exilado é acompanhado pela sombra do passado. Lidar com a confluência de dois tempos talvez seja o primeiro desafio do exilado uma vez que a sua sobrevivência depende das ações no presente, e o passado deve ser manejado de forma a não aprisioná-lo naquilo que já passou. A cronologia habitual da vida é interrompida e o futuro passa depender de como o exilado opera o “destempo”. Além disso, enfrenta todas aquelas especulações do que poderia ter vivido e sido se o exílio não lhe tivesse ocorrido.

As circunstâncias mais trágicas parecem reunir-se na trajetória de vida do autor palestino cujo próprio nome denunciava a sensação de estar fora do lugar. Edward, nome notoriamente inglês, e o sobrenome Said incontestavelmente árabe. Essa herança indesejada molestava-o, entretanto, o seu dilema identitário vai muito além desse empecilho nominal:

Tal como tantos outros, pertencço a mais de um mundo. Sou um árabe palestino e também sou americano. Isso me possibilita uma dupla perspectiva – esquisita, para não dizer grotesca. Além disso, sou um acadêmico. Nenhuma dessas identidades é estanque: cada uma delas influencia as demais. O que complica as coisas é que os Estados Unidos acabaram de travar uma guerra destruidora contra um país árabe, o Iraque, o qual havia ocupado ilegalmente o Kuwait, outro país árabe, e pretendia praticamente eliminá-lo. Os Estados Unidos são também os principais patrocinadores de Israel, o Estado que aniquilou a sociedade e o mundo em que nasci. Israel administra agora uma bruta ocupação militar dos territórios palestinos da Cisjordânia e da faixa de Gaza. Assim, tenho de superar as várias tensões e contradições implícitas em minha biografia.<sup>423</sup>

Observam-se as diversas contradições imbricadas na vida de Said, ele cita a sua pertença a dois mundos distintos, a sua ocupação profissional e ainda pondera a respeito da atuação da conjuntura externa sobre as identidades assumidas. Admitindo duas identidades radicalmente distintas: árabe palestino e norte-americano, ele reconhece o resultado grotesco gerado pela

<sup>422</sup> VOLPE, Miriam L. *Geografias do exílio*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 82.

<sup>423</sup> SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 2003, p. 200-1

inviabilidade de uma coexistência pacífica. O conflito identitário está posto e também passa pelo fato de ser um acadêmico de destaque na sociedade estadunidense e um intelectual engajado na causa palestina. Educado em escolas britânicas e em instituições norte-americanas, a sua posição de professor universitário deve-se ao seu esforço e à oportunidade, proporcionada pelos EUA, de desenvolver uma carreira acadêmica. Contudo, o mesmo país que promoveu as suas condições de vida constitui-se no maior patrocinador do Estado judaico, que, por sua vez, é responsável pela morte de milhares de palestinos. Sem dúvida, o apoio do governo dos EUA foi e continua sendo fundamental para o estabelecimento e a expansão territorial de Israel, o que necessariamente implica no confinamento progressivo do povo palestino a áreas restritas e rigorosamente vigiadas pelo exército israelense. Desse modo, a Palestina configura-se na maior “prisão a céu aberto” existente no mundo, tendo em vista a barreira física imposta pelo muro da Cisjordânia e o severo controle de entrada e saída dos palestinos. Said, ao relatar a ocupação militar israelense nos territórios palestinos, no trecho supracitado, não esteve vivo para acompanhar o infeliz desfecho do conflito que culminou no endurecimento das políticas de vigilância e na construção desse extenso muro.<sup>424</sup>

A comparação dos elementos que circunscrevem e perpassam as vidas dos intelectuais só é possível devido à dedicação de tempo e esforço de ambos na produção das autobiografias. Isso nos obriga a refletir sobre a evidente importância atribuída à escrita pelos dois intelectuais, e não é por acaso que eles se consagraram como renomados linguistas. Apesar de a escrita constituir-se em principal instrumento de trabalho e de interlocução com os leitores e o mundo, o lugar por ela ocupado é distinto na vida de cada autor:

No seu texto o escritor se põe à vontade como em casa. Do mesmo modo como gera desordem ao carregar de um aposento a outro papéis, livros, lápis e pastas, assim também ele se comporta nos seus pensamentos. Eles se convertem em móveis, nos quais se acomoda, fica confortável, se irrita. Ele os acarícia, os usa, mistura entre si, modifica suas posições, os estraga. Para quem não tem mais pátria, para esse a escrita é um deleite. Entretanto, é inevitável que ele também produza, como outrora fazia a família, lixo e sujeira no chão. Mas ele não tem mais depósito, e de todo modo difícil separar-se do lixo. Assim, ele vai escrevendo no meio deste, e no final corre o risco de encher as suas páginas com ele. A exigência de se endurecer com relação à autocomiseração inclui o imperativo técnico de enfrentar com a mais extrema atenção o declínio da energia mental e de eliminar tudo que adere ao trabalho como crosta, o que segue em frente à toa, aquilo de tagarelice que em um estágio anterior talvez tenha provocado a atmosfera calorosa em que ela

---

<sup>424</sup> SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. XI-XIII.

prospera, mas agora é resíduo mofado, insípido. No final, nem mesmo ao escrever o escritor tem direito a se deleitar.<sup>425</sup>

Adorno salienta a importância da escrita para o desterrado, enfatizando o conforto provisório concedido por ela. Carente de um lar, a escrita torna-se o elo entre o indivíduo e o coletivo. Contudo, a sua imagem fraturada, que reencontra unicidade ao escrever, traz consigo os reflexos de um ser errante, impossibilitando a acomodação definitiva. A escrita oferece ao exilado a possibilidade de organizar suas ideias, desabafar seus infortúnios e refletir acerca de sua condição. Além disso, estabelece o diálogo com um número amplo de leitores, retirando-o da marginalidade e abrindo espaço às interlocuções. Entretanto, o filósofo alemão alerta para o perigo de se escrever um monólogo, transformando aquilo que outrora impulsionava a sua escrita num texto mesquinho. Desviar-se da condição exílica parece impossível, o combustível que o alimentara agora contamina as suas ideias usurpando o deleite da escrita. Assim, escrever torna-se penoso. Segundo Said, o texto revela-se inabitável, no entanto “melhor isso do que o sono da satisfação consigo mesmo e o ponto final da morte.”<sup>426</sup>

Nota-se o caráter efêmero da moradia proporcionada pela escrita, consenso entre Said e Adorno. Nesse ponto, intento problematizar a posição defendida pela Adelia Ribeiro: “Trago ainda de Said – e Adorno – a ideia de que a escrita é a mais concreta morada do intelectual.”<sup>427</sup> Embora a escrita seja a principal ferramenta de ambos pensadores para reivindicar a existência e expor as ideias, eles insinuam a sua potencialidade trapaceira provendo conforto aonde não há. Adorno manifesta a obrigação do intelectual de manter-se fiel a sua condição exílica:

A vida privada se impõe de forma febril, vampiresca, até porque nem mais existe e busca espasmodicamente provar sua existência. A vida pública torna-se questão de juramento implícito à plataforma. O olhar adquire o aspecto maniaco e ao mesmo tempo frio do agarrar, do devorar, do expropriar. Nada ajuda senão o diagnóstico permanente de si próprio e dos outros, a tentativa de escapar por meio da consciência senão do mal pelo menos da sua força mais fatal, a cegueira.<sup>428</sup>

Retirado de sua terra natal, o desterrado, num primeiro momento, perde as referências culturais, deslocando-se da vida privada à pública. Estrangeiro noutra comunidade tem a opção de se ajustar ao novo cenário: “Quem está isento da vergonha da nivelação pura e simples traz

<sup>425</sup> ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: Reflexões a partir de uma vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial Ltda, 2008, p. 83.

<sup>426</sup> SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, p. 315.

<sup>427</sup> RIBEIRO, Adelia. Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Revista Dimensões*, vol.26, 2011, p. 156.

<sup>428</sup> ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: Reflexões a partir de uma vida lesada*, p. 29.

como marca particular exatamente essa isenção, essa existência ilusória e irreal no processo vital da sociedade.”<sup>429</sup> Contudo, reconhecer a situação degradante e silenciar-se perante ela é um ato covarde digno daqueles que se contentam com a equiparação infame ante outros seres estigmatizados pela existência vazia. Então, cabe ao exilado sustentar a sua posição cautelosa e crítica de tudo que o cerca. A condição exílica torna-se a sua casa, e cultivá-la o seu dever.

Em seu retorno à Alemanha, Adorno encontra uma conjuntura totalmente diversa daquela em que foi compelido a emigrar:

Si Adorno fue aislado en su exilio americano, permaneció como outsider después de su regreso a Alemania, en 1949, en el apogeo de la Guerra fría. La universidad de Francfort – escribe – Claussen – “no tendió la alfombra roja” para festejar el regreso de su ex *Privatdozent*. Sus colegas lo observaban con sospecha cuando lo llamaron con el fin de consolidar sus lazos con el mundo académico americano sin poder digerir su anticonformismo, su marxismo y sobre todo el hecho que haya sido un exiliado. Adorno resentía claramente esta hostilidad. Hasta la mitad de los años cincuenta, cuando obtuvo el estatuto de *Ordinarius*, permaneció como marginal. Su reacción fue cultivar su aislamiento como un título de nobleza.<sup>430</sup>

A longa temporada distante de seu país de origem, onde as consequências da Segunda Guerra Mundial foram avassaladoras, modificou drasticamente o contexto social, político e cultural. Frankfurt, assim como outras cidades, sofria com a bipolaridade política que dividia o mundo entre áreas de influência capitalista ou socialista. O cenário era hostil para qualquer indivíduo que defendesse o marxismo. Aliado a outros fatores, além do próprio tempo que atua como agente de mudança, a imagem do retorno redentor não passou de uma miragem para o filósofo alemão. A reclusão à condição exílica parece ter sido a única alternativa viável.

Said teve de se contentar com uma viagem melancólica, em 1998, que anunciava o seu adeus a Jerusalém, pois já se encontrava em tratamento contra o câncer. Lá constata que as cidades e os lugares nos quais habitavam sua família haviam se transformado numa série de locais israelenses onde a minoria palestina vivia subjugada ao Estado de Israel. Diferentemente de Adorno, seu retorno em caráter definitivo à terra natal nunca transgrediu a dimensão imaginária. Contudo, em consonância com o pensador alemão, encerra seu livro com a máxima: “Com tantas

---

<sup>429</sup> \_\_\_\_\_. *Mínima Moralia: Reflexões a partir de uma vida lesada*, p. 29.

<sup>430</sup> TRAVERSO, Enzo. Theodor W. Adorno: retrato de um madarín marxista. *Revista Bajo El Volcán*, vol.9, num.15, 2010, p. 189.

dissonâncias em minha vida, de fato aprendi a preferir estar fora do lugar e não absolutamente certo.”<sup>431</sup> Assim, ratifica a sua condição exílica como a moradia mais concreta disponível.

Por outro lado, após dezoito anos ausente, Todorov viaja à Bulgária, em 1981, precavido sob todos os aspectos a fim de que seu sonho não tornasse realidade. O temor de ser impedido de deixar Sófia foi dissipado, bem como os pesadelos. O retorno descortinou uma nova dimensão de sua identidade. A ele lhe cabe uma percepção peculiar do refúgio adotado, dissonante dos demais autores:

[...] experimentei um certo alívio ao telefonar para o adido cultural francês: eu sabia falar francês, não havia sonhado! Além do mais, este senhor me conhecia de nome, sabia que eu iria vir: minha existência francesa não era um fantasma! Então, mesmo que o assunto da conversa fosse o mais corriqueiro (como fazer chegar mais livros franceses às bibliotecas búlgaras sem, no entanto, aumentar o orçamento?), sentia-me reaquecido pela cumplicidade de nossa troca: haviam-me confirmado minha existência. Se perco meu lugar de enunciação, não posso mais falar. Eu não falo, logo não existo.<sup>432</sup>

Ele atribui a sua existência à experiência de vida francesa. A sua carreira acadêmica desenvolvida na França, que o estabeleceu como professor e pesquisador, confiam-lhe uma posição social clara. É desse lugar que ele enuncia-se sem dispensar os seus laços com a Bulgária e os Estados Unidos. Portanto, a sua morada é sólida, pois está fincada num lugar específico: Paris.

### **Considerações finais:**

Ao longo do artigo, tentou-se discutir as distintas percepções do exílio e da condição exílica sob a ótica dos autores: Adorno, Said e Todorov. Por meio da comparação entre as obras autobiográficas e sob a luz de outros estudos e pesquisas, tentou-se traçar as semelhanças e diferenças presentes nas três experiências exílicas. Dessa forma, fez-se necessário trazer à tona as trajetórias de vida dos intelectuais, já que elas são fundamentais ao entendimento das particularidades que perpassam as representações do exílio e da condição exílica assumida por cada um. Consciente do caráter de exilado “circunstancial”, *a priori*, de Todorov, mas percebendo que, em seu caso, o exílio lhe aconteceu *a posteriori*, entendemo-lo como um exilado político. Sentindo-se ameaçado e em desacordo com o regime totalitário soviético- búlgaro, o retorno à

---

<sup>431</sup> SAID, Edward. *Fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 429.

<sup>432</sup> TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*, p. 20-1.



Bulgária não era uma opção. Embora ele tenha emigrado por livre e espontânea vontade com o intuito de “aprimorar a educação”, em nenhum momento pensou que iria se fixar naquele local, pois “o provisório tornou-se definitivo”. Além disso, viver afastado de seus familiares e amigos foi uma decisão árdua e penosa. Diante desse panorama, seria inconcebível classificar como simples escolha uma ação impremeditada, contornada de sofrimentos e privações.

Contudo, devido ao fato de não ser perseguido e expulso de seu país, a sua adaptação à pátria estrangeira foi menos traumática quando comparada aos outros dois autores. Não se trata de mensurar o imensurável ou estabelecer quem agonizou mais, e sim de apreender que os obstáculos impostos à vida dos exilados são particulares e influenciam na sua concepção de exílio. A identificação de Todorov não é dada por acaso e nem justificada simplesmente pela sua condição de exilado “circunstancial”. Quando adentramos no campo subjetivo, o nível de complexidade aumenta, haja vista a pluralidade de agentes atuantes que orientam as diversas sensações e sentimentos. Nesse sentido, torna-se impossível explicar tais condicionantes, mas nem por isso devemos relevar alguns fatos. Adorno e Said foram banidos de suas nações, o primeiro perseguido por sua origem judaica e o segundo por ser árabe palestino. Observa-se a palavra nação, pois a Palestina, ainda hoje, não é reconhecida como Estado por muitos países.<sup>433</sup> As suas vidas estavam em risco e, no caso do intelectual palestino, ele foi forçado a emigrar duas vezes de Jerusalém ao Cairo e de lá aos Estados Unidos. Soma-se a isso a impossibilidade de retorno de Said, contrastante com Adorno que volta a viver na Alemanha.

Talvez não seja coincidência que todos os três intelectuais tenham atuações multidisciplinares, já que o exílio propiciou-lhes uma leitura mais ampla e crítica do mundo ao seu redor. Seguramente a afinidade de Said com a condição exílica percebida por Adorno não é casual, a interlocução com o filósofo alemão se dá em diversas partes do livro, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, e permeia a sua visão inquieta. Adotar a condição exílica como moradia tornou-se um imperativo moral, e a escrita foi o principal instrumento questionador e difusor de críticas acerca da realidade caótica instaurada. Todorov percorre outro caminho, admitindo Paris como casa e espaço de enunciação, porém não deixa de lançar a sua mirada “estrábica” às circunstâncias em seu entorno.

A identidade fragmentada, partilhada também pelos outros autores, dilata o escopo ótico, possibilitando ao menos um entendimento sob dois vieses diferentes. Assim, aceitar a premissa que “o todo não é verdadeiro”<sup>434</sup> constitui-se no primeiro passo do desterrado na tentativa de questionar esse mundo abarrotado de certezas.

---

<sup>433</sup> De acordo com uma contagem da Agence France-Presse (AFP), pelo menos 112 países reconhecem o Estado da Palestina. A Autoridade Palestina, afirma que são 134 países.

<sup>434</sup> ADORNO, Theodor. *Minima Moralia: Reflexões a partir de uma vida lesada*, p. 46.



## **A literatura como instrumento de denúncia: o (re)contar da história em *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro***

**Katrícia Costa Silva Soares de Souza Aguiar**

Mestranda em Estudos Literários  
Universidade Federal de Viçosa - UFV  
katriciasilva\_@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo discutir a relação existente entre a Literatura e a História a partir da análise comparativa dos romances *Tenda dos milagres* (Jorge Amado) e *Viva o povo brasileiro* (João Ubaldo Ribeiro). Pretende-se evidenciar que, nessas narrativas, a História do Brasil é contada por várias vozes, representativas da elite e, sobretudo, do povo, fazendo com que esses romances se transformem em instrumentos de denúncia, visto que trazem à tona períodos sombrios da História brasileira, principalmente a perseguição à cultura afro-brasileira. Ao discutir acerca dos eventos históricos transfigurados em ambas as produções literárias, destaca-se que a voz do povo – até então silenciada através da violência praticada pelos poderosos –, ganha força, por meio da maior de todas as “armas”: o conhecimento, disseminado, nos dois enredos, por intermédio de Pedro Archanjo e Maria da Fé.

**Palavras-chave:** Literatura; História. Povo; Elite.

### **Introdução**

A História constitui-se um produto do historiador, que tem como matéria prima os fatos, mas que adiciona a eles, um recorte, um ajustamento e sua interpretação. Através de documentos e/ou inscrições, entre outras fontes, o historiador realiza pesquisas, faz uma seleção e analisa se um fato é relevante o bastante para se tornar histórico. Dessa maneira, ele não apenas conta ou reconta os fatos, mas de alguma maneira os cria, à medida que adiciona a eles a sua visão de mundo e muitas vezes os seus interesses.

Compreendida nessa perspectiva, a História assume um caráter subjetivo, fazendo-a relativizar de verdade absoluta; torna-se fruto da interpretação do historiador, uma vez que o ato de interpretar requer a aplicação do conhecimento de mundo do indivíduo. Logo, a História oficial pode ser considerada uma ferramenta de marginalização – principalmente em países colonizados, como aconteceu no Brasil –, pois a mesma, de modo geral, baseia-se no discurso dos poderosos e consiste, portanto, em narrar os fatos conforme os seus interesses, marginalizando ou ocultando a participação do povo.

Entretanto, através de manifestações da linguagem, tais como a Literatura, embora não seja sua finalidade, eventos ocultos na memória dos homens ganham corpo. Com seu caráter ficcional, a Literatura pode discutir desde valores, culturas, fantasias, medos e variados sentimentos do ser humano, até acontecimentos históricos ocorridos na sociedade; por meio dela, fatos omitidos, modificados ou marginalizados pela História, bem como diferentes versões desses fatos são apresentados por diferentes vozes, inclusive a do povo. Deste modo, as vozes que foram silenciadas passam a ter um espaço, e a História, que continuamente foi contada por aqueles que detinham o poder, passa a ser questionada a respeito do seu uso privativo em função de interesses de grupos sociais.

Essa problematização e crítica à História ocorrem em dois romances considerados clássicos da Literatura brasileira: *Tenda dos milagres*, de Jorge Amado, e *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, onde os fatos históricos não são apenas referenciados ou citados, são transfigurados ficcionalmente, adicionando ficção a realidade, modificando episódios e figuras históricas, mas mantendo referências e diálogo com a realidade. Tratando-se de obras ricas em aspectos histórico-literários, é de suma importância um estudo que os discuta. Conquanto, essas obras, *corpus* desse trabalho, são complexas, não têm sentido único, são ricas em temáticas e aspectos que proporcionam diversas leituras e análises; porém, esse estudo propõe ater-se a realizar uma leitura das mesmas como expressões literárias dos acontecimentos históricos.

Contudo, esse artigo busca não se delimitar a pautar os eventos históricos referenciados nas obras supracitadas, a perspectiva intenta ser mais ampla; afinal, para se analisar um processo de visitação, releitura e transfiguração do discurso historiográfico, é indispensável o conhecimento dessa História. Em função disso, propõe-se não apenas evidenciar as proximidades e diferenças discursivas existentes entre a Literatura e a História.

### **A transfiguração da História na Literatura**

Segundo Afrânio Coutinho<sup>435</sup>, a Literatura não visa informar, ensinar, doutrinar, pregar e documentar, mas, de fato, pode, acidentalmente, conter elementos da história, filosofia, ciência e religião. Enquanto fenômeno estético concretizado através das relações sociohistóricas de um dado contexto, a Literatura possibilita um rompimento das 'grades' dos períodos históricos.

---

<sup>435</sup> COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Através dela, o leitor viaja no tempo e no espaço, dialoga com homens e culturas de séculos distantes e conhece fatos que precederam o momento que vive. Afinal,

a Literatura se apresenta como forma de expressão do conhecimento do mundo e torna-se um instrumento importante, por propiciar a reflexão, valorizar a observação e a participação do ser humano, ampliando-lhe os horizontes culturais e as expectativas de vida. A relação homem/mundo torna-se ação/reflexão mediada pela linguagem.<sup>436</sup>

Compreendida dessa forma, a Literatura torna-se uma ferramenta que possibilita o acesso, de forma lúdica, mas ao mesmo tempo crítica, às outras áreas do conhecimento, como a História. Embora o texto literário não tenha por objetivo representar o real, bem como não possui compromisso com ele, a Literatura e a História orientam-se a partir das experiências pessoais, sociais e culturais do homem, transformando-as em relatos que se apropriam do real para confirmá-lo, discuti-lo, questioná-lo ou até mesmo negá-lo. Conforme Wolfgang Iser<sup>437</sup>, a Literatura surge de um imaginário relacionado a uma realidade, que retomada pelo texto, é transmutada em signo.

Nesse sentido, “ao dedicar-se ao processo de feitura do texto, tanto o romancista quanto o historiador tentam captar o momento histórico ao qual estão vinculados”<sup>438</sup>. Ambos buscam conhecer documentos que contam os fatos e os organizam a partir de seu ponto de vista para construir seus discursos. O que diferencia um autor de romances de um historiador, entre outras coisas, é a liberdade de criação: o romancista, a partir de vários textos lidos – sendo estes de diversas áreas do conhecimento –, pode criar e recriar os eventos, pois a essência da sua escrita é a imaginação; por outro lado, o historiador se baseia, entre outras fontes, em fatos, em documentos e nos discursos de outros historiadores para redigir seus textos.

Conquanto, Sandra Jatahy Pesavento<sup>439</sup> evidenciam que, tanto a História quanto a Literatura, mesmo que de modo diferente, possuem o real como referente. Todavia, de acordo com Borges<sup>440</sup>, a Literatura utiliza a linguagem como recurso para apropriar-se do real, buscando

<sup>436</sup> BORGES, Heloísa Barreto. Uma leitura do romance *Tenda dos milagres*, de Jorge Amado: a relação triádica real/fictício/imaginário no texto literário. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 1, n. 37, p. 113 – 133, 2007, p.117.

<sup>437</sup> ISER, A. Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. Trad.: Hidrun Krieger Olinto e Luiz Costa Lima. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>438</sup> FERREIRA, Antônio Sérgio. *Relações entre Literatura x História*, p.10. Disponível em: <<http://www.semar.edu.br/revista/pdf/artigo-antonio-sergio-ferreira.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

<sup>439</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: *Revista do patrimônio*. Número 34, 2012.

<sup>440</sup> BORGES, Heloísa Barreto. Uma leitura do romance *Tenda dos milagres*, de Jorge Amado: a relação triádica real/fictício/imaginário no texto literário, p.113-133.

desvendar-lhe as fissuras. Para isso, nutre-se da História, retirando desta eventos que garantam a sua verossimilhança. Aliás, através do discurso, a Literatura pode compor uma crítica à própria História, questionar a versão “oficial” e apresentar um novo ponto de vista para aqueles episódios já tão consagrados. Acerca disso, Coutinho assevera:

É verdade que a Literatura parte dos fatos da vida ou os contém. Mas esses fatos não existem nela como tais, mas simplesmente como ponto de partida. A Literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas que são os gêneros e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social.<sup>441</sup>

Com base neste raciocínio, que também é defendido por Wolfgang Iser<sup>442</sup>, cabe afirmar que o texto literário possui fragmentos da realidade – mesmo sem necessariamente mencioná-los – dando-lhes não um valor de repetição, mas criando, muitas vezes, outras versões, utilizando estratégias de representação da ficção e misturando o imaginário e o real.

A esse respeito, Gerson Luiz Roani<sup>443</sup> salienta que ao aplicar-se ao processo de elaboração do texto, tanto o romancista quanto o historiador buscam captar o momento histórico ao qual estão vinculados, procuram conhecer documentos que contam os fatos e os organizam a partir de seu ponto de vista para constituir seus discursos. Logo, conforme salienta o referido autor, tanto na História quanto na Literatura, os acontecimentos não são simplesmente expostos, eles são criados, pois suas construções compartilham o mesmo ato de organização e representação do mundo, são narrativas proporcionadoras de conhecimento sobre o ser humano.

Hayden White<sup>444</sup>, por sua vez, evidencia que a ficcionalidade de um texto é algo que está presente não só em textos literários, mas em outros que compõe o acervo cultural da sociedade, como, por exemplo, o texto histórico. Segundo o autor, os historiadores sempre criaram versões do mundo real, partindo dos eventos, utilizando estratégias de representação da ficção. No entanto, investigar essa relação entre Literatura e História não significa buscar apenas o reflexo de

---

<sup>441</sup> COUTINHO. *Notas de teoria literária*, p.24.

<sup>442</sup> ISER. *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*.

<sup>443</sup> ROANI, Gerson Luiz. *No limiar do texto: literatura e história em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>444</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos de discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad.: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. (Ensaio de Cultura; vol. 6), 1994.

uma na outra, pois, “mais do que a imagem, a Literatura seria antes o imaginário da História. Isso significa que, se Literatura e História não são independentes uma da outra, elas tampouco são ligadas por uma relação mecânica de causa e efeito”.<sup>445</sup> Afinal, a Literatura reflete, naturalmente, o momento histórico, e como tal, constitui-se a representação da História.

### **Literatura e História: ficção e realidade?**

Tem-se como saber cristalizado que o texto fictício se opõe ao real. Porém, Iser<sup>446</sup> protesta essa oposição, questionando se os textos ficcionais são de fato, em sua totalidade, ficção e se os textos considerados reais, como os históricos, por exemplo, estão insetos de ficção. Logo, o autor propõe que a oposição ficção e realidade deva ser substituída por uma nova seleção, a tríade real, fictício e imaginário. Posto isso, Iser (2002) adverte que o texto literário, apesar de ficcional, tem um caráter de realidade, pelo fato de nele existir uma repetição dessa realidade que não se esgota nela mesma. Então, essa repetição, que apresenta finalidades que não pertencem à realidade repetida, torna-se um ato de fingir. Assim, “o ato de fingir ganha sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é referido”<sup>447</sup>.

Dessa forma, o autor estabelece uma relação triádica entre o real, o fictício e o imaginário, e apresenta o ato de fingir no texto ficcional como a irrealização do real e a realização do imaginário. Sobre o ato de fingir, Iser<sup>448</sup> esclarece, ainda, que cada texto ficcional retém contextos pré-existentes, elementos essenciais para a composição do mesmo, que podem ser elementos históricos, social, cultural, político ou literário. Contudo, esses elementos contextuais integrados no texto não são em si fictícios, apenas a sua seleção<sup>449</sup>. Seria questionável, então, a oposição da Literatura, como sinônimo de ficção ou mentira, e da História, como sinônimo da realidade ou verdade. Afinal, como já questionou Roland Barthes:

A narração dos acontecimentos passados, submetida vulgarmente, na nossa cultura, desde os Gregos, à sanção da "ciência" histórica, colocada sob a caução imperiosa do "real", justificada por princípios de exposição "racional", diferirá

---

<sup>445</sup> FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História*. São Paulo: Atual, 1986, p.151.

<sup>446</sup> ISER. *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*.

<sup>447</sup> ISER. *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*, p.958.

<sup>448</sup> \_\_\_\_\_. *Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional*.

<sup>449</sup> Aqui, a seleção é entendida como um dos atos de fingir proposto por Iser, que abarca ainda a combinação e o autodesnudamento, que também podem ser observados nos romances *corpus* desse estudo.



esta narração realmente, por algum traço específico, por uma indubitável pertinência, da narração imaginária, tal como a podemos encontrar na epopeia, o romance ou o drama?<sup>450</sup>

Na esteira dessa abordagem, compreende-se a História como campo de referência para as obras *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro*, dela, são retirados os fatos históricos citados nessas narrativas, que estão em um texto fictício, mas não são em si fictícios, porém ganham outro peso diferente do que tinham no campo de referência existente. Tudo isso é exposto nos textos de pontos de vista diferentes, com vozes sociais que se entrecrocavam no discurso. Esse fenômeno é definido por Bakhtin<sup>451</sup> como polifonia. De acordo com ele, esta se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso. Aliás, é natural que haja discurso polifônico nestes romances, pois conforme destaca o autor, esse gênero é polifônico por natureza.

### **A comparação como método de análise**

Ação inerente ao ser humano, o ato de comparar é quase involuntário e inconsciente. Isso acontece, por exemplo, com a Literatura, que enquanto criação artística procedente do imaginário do homem, pode, naturalmente, ser objeto de comparação. Com o objetivo primário de analisar comparativamente duas ou mais obras, a Literatura Comparada utiliza a comparação como recurso preferencial em seu estudo crítico, transformando-a em uma operação fundamental de análise. No entanto, este campo do conhecimento não deve ser entendido como sinônimo de comparação, pois esta, como adverte Tânia Franco Carvalhal, mesmo nos estudos comparados, é um meio e não um fim:

A literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe.<sup>452</sup>

O estudo literário comparado, nessa perspectiva, abarca investigações variadas que podem adotar metodologias diversas e utilizar múltiplos objetos de análise, tornando possível comparar obras literárias entre si e com outras artes, como a pintura, a música, o teatro e o cinema. Assim, a comparação é um instrumento que ajuda o pesquisador a investigar com mais propriedade aquilo a que se propõe, possibilitando ao comparatista um vasto campo de atuação.

---

<sup>450</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ªed. Campinas: editora da Unicamp, 2003. p. 65.

<sup>451</sup> BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 279-326.

<sup>452</sup> CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986, p.7.

No caso desse artigo, o estudo comparativo é voltado para os romances *Tenda dos milagres*, de autoria de Jorge Amado, e *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, produções literárias comprometidas com questões sociais, que apresentam os negros, os pobres, os humildes e os marginalizados como os verdadeiros heróis de seus enredos, expondo uma crítica ao preconceito e a teorias racistas. Esses escritores se diziam comprometidos em discutir os problemas do povo brasileiro em suas obras, o que se confirma em declarações dos próprios escritores:

Quanto a mim, busquei o caminho nada cômodo, de compromisso com os pobres e os oprimidos, com os que nada têm e lutam por um lugar ao sol, com os que não participam dos bens do mundo, e quis ser, na medida de minhas forças, voz de suas ânsias, dores e esperanças. Refletindo o despertar de sua consciência, desejei levar seu clamor a todos os ouvidos, amassar em seu barro o humanismo de meus livros, criar sobre eles e para eles. [Discurso de Jorge Amado durante a posse na academia brasileira de Letras, em 1961].<sup>453</sup>

De modo semelhante, João Ubaldo Ribeiro salienta: “Minha literatura é sim comprometida (mas naturalmente não de maneira forçada) com nossa complicada identidade nacional e com a voz dos que não têm como expressar-se”.<sup>454</sup> Tais depoimentos revelam que esses dois autores buscavam com seus romances apresentar uma crítica à sociedade brasileira; que mesmo depois de décadas, mantém-se atual, já que o preconceito ainda é uma problemática presente na sociedade brasileira.

### **A história contada pelo povo e o discurso da elite em *tenda dos milagres* e *viva o povo brasileiro***

Consagrados como romances de cunho popular, *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro* lançados, respectivamente, em 1969 e 1984, são considerados dois clássicos da literatura baiana/brasileira, que recriam, numa ordem cronológica não linear, a História do país, revelando o discurso daqueles que foram silenciados, através de um jogo com datas e anos. De acordo com Olivieri-Godet,

uma relação entre o espaço e a memória permite reconstruir o vivido por uma comunidade. Descubrem-se aí inúmeras representações da nação ligadas ao fator de classes, aos diferentes sistemas culturais e à conjuntura histórica no decorrer da qual a nação se desenvolveu.<sup>455</sup>

<sup>453</sup> SANTOS, Itazil Benício dos. *Jorge Amado: retrato incompleto*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.76.

<sup>454</sup> OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo: HUCITEC, 2009, p.24.

<sup>455</sup> OLIVIERI-GODET. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*, p.33.

Assim ocorre nas referidas produções literárias, cujos tempos das narrativas mesclam-se entre o pensamento, o que está ocorrendo no exato momento e a regressão para contar um fato ou descrever um personagem que foram citados ou não anteriormente. Estas artimanhas dos autores são usadas para retomar as histórias que estão na consciência do povo brasileiro, sem deixar de contar a História considerada oficial. Com isso, deixam claro que a versão contada pela classe dominante não deve ser tomada como verdade absoluta:

Mas, explicou o cego, a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Trancoso. [...] toda história é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada peta de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa. Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que interessa. [...] Por conseguinte, a maior parte da História se oculta na consciência dos homens e por isso a maior parte da História nunca ninguém vai saber.<sup>456</sup>

Embora este fragmento seja da obra *Viva o povo brasileiro*, a colocação abrange também *Tenda dos milagres*. Afinal, ambas evidenciam que a História chamada de oficial baseia-se no discurso dos poderosos e, portanto, narra os fatos conforme seus interesses.

Desse modo, os dois romances mencionam vários eventos históricos, alguns ocorridos de fato, e outros, inventados, trazendo à tona períodos sombrios da História brasileira, sobretudo, a perseguição à cultura afro-brasileira. Dentre vários outros eventos, podem ser citados, na obra ubaldiana, a colonização, a independência do país, a libertação dos escravos e as guerras de Canudos e do Paraguai; já na produção amadiana, discorre-se, principalmente, acerca da ditadura militar e do *apartheid*. No entanto, a eles são adicionados novos elementos, mostrando, sem hierarquias, os discursos dos oprimidos e da elite. Esta, por sua vez, é formada por poderosos, que desprezam o estado em que nasceram, por ser, conforme sua visão, “berço” de negros, mestiços, índios e pobres:

Na verdade, passara, como Henriqueta, a ter horror à Bahia, lugar atrasado, de gente tacanha e limitada, cidade imunda e desconfortável, conversas destituídas de interesse e uma mestiçagem generalizada, que não podia deixar de chocar uma pessoa bem acostumada.<sup>457</sup>

---

<sup>456</sup> RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p.488-489.

<sup>457</sup> RIBEIRO. *Viva o povo brasileiro*, p.511.

Os pertencentes à elite têm aversão aos seus compatriotas e vergonha não só do estado, como do país que habitam, mas querem sugar suas riquezas, julgam-se europeus desterrados, valorizam somente o que é de fora da sua nação. Propagam, assim, a concepção de que a classe dominante é superior aos demais cidadãos. Isso é demonstrado pelo personagem Bonifácio Odulfo, em *Viva o povo brasileiro*, ao dizer: “[...] é necessário que a elite dirigente tome a si a responsabilidade de organizar o poder. Você não conhece nação forte sem governo forte, nação forte em que o povinho, os desqualificados, tenham voz ativa”<sup>458</sup>.

Indignados com os atos de opressão e perseguição à cultura afro-brasileira, que resultaram em um número significativo de mortes violentas, Archanjo e Maria da Fé, cada um seu enredo – respectivamente, *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro* –, resolvem acabar com o silêncio que reinava até então, e começam a lutar, embora de maneiras diferentes (ele escrevendo livros e desobedecendo as determinações dos brancos e a jovem organizando revoltas), pelos direitos de expressão dos negros e pobres e pela afirmação da cultura popular, baseando-se nos saberes do próprio povo. Por estarem à frente desta luta, são perseguidos e considerados bandidos. De fato, segundo Santos, “[...] desde o início de nossa construção identitária, os povos de estirpes não européias, se não foram apagadas do nosso enredo histórico, foram posicionadas na marginalidade e no banditismo”<sup>459</sup>. Assim ocorre nos dois romances, pois os protagonistas são vistos pela classe dominante como bandidos e baderneiros, por isso são perseguidos por aqueles que representam as leis.

Em *Tenda dos milagres*, o professor Nilo Argolo e o delegado Pedrito, além de outros personagens, nutrem um ódio muito grande pelos negros, mestiços e pobres, não admitindo que estes realizem a menor manifestação cultural ou religiosa, perseguindo-os constantemente. Sobretudo a Pedro Archanjo, um mulato que percorre as ladeiras de Salvador recolhendo dados sobre o conhecimento dos negros africanos a respeito da sua cultura e de sua religião. Com essas informações, mesmo sem formação acadêmica, Archanjo torna-se escritor, e através das suas obras, baseadas, profundamente, no viver do povo, desafia os intelectuais das faculdades, adeptos, defensores e propagadores de teorias racistas. E assim, defende a miscigenação como a solução dos problemas raciais brasileiros, transforma-a em seu grande legado.

<sup>458</sup> \_\_\_\_\_. *Viva o povo brasileiro*, p.555.

<sup>459</sup> SANTOS, Maurício de Oliveira. O anti-discurso histórico da manifestação popular em *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. *Revista graduando*, UEFS, n. 1, jul./dez., 2010, p.132.

De modo semelhante, *Viva o povo brasileiro* também apresenta sua heroína como alguém marginalizada pela sociedade. Nascida do estupro de uma negra pelo Barão de Pirapuama, Maria Dafé se tornou uma revolucionária, liderou revoltas do povo, mesmo sendo mulher e mulata, características que a marginalizavam, desafiou o poder dominante para fazer parte, ao lado de outras mulheres e homens, da Irmandade do Povo Brasileiro, um grupo revolucionário, organizado para defender os interesses e direitos do povo excluído em geral. Por estar à frente dessas lutas, Dafé se tornou alvo do exército. O próprio Patrício Macário (pai de seu filho) chegara a considerá-la uma bandoleira, comandando uma expedição que pretendia capturá-la ou matá-la. Do mesmo modo, Archanjo fora perseguido pela polícia, principalmente pelo delegado Pedrito, que se referindo ao mulato, diz: “– Prendam aquele pardo, ele é o cabeça de tudo”.<sup>460</sup>

Nos enredos dessas obras, sempre esteve claro que a intenção dos perseguidores era acabar com as tradições populares. Mas “o discurso apresentado pela elite já não convence o povo, que, se por padecer da violência dos poderosos não podem gritar, sussurram as outras histórias que foram deixadas à margem do interesse dos seus dominantes”.<sup>461</sup> Esta mudança acontece nos dois enredos, quando Pedro Archanjo e Maria da Fé decidem dar um basta a tanta opressão e se apropriam do conhecimento popular para expor a versão do povo sobre a História da pátria. Na verdade, durante muito tempo, o povo se conformou com a vida que lhe fora imposta, e enquanto durou este silêncio, seus representantes foram alvo de violência contínua e crescente, sendo oprimidos, torturados, perseguidos e assassinados, conforme evidencia Archanjo:

[...] estamos numa luta, cruel e dura. Veja com que violência querem destruir tudo que nós, negros e mulatos, possuímos, nossos bens, nossa fisionomia. Ainda há pouco tempo, com o delegado Pedrito, ir a um candomblé era um perigo, o cidadão ariscava a liberdade e até a vida.<sup>462</sup>

Percebe-se, então, toda a violência e perseguição sofridas pelo povo nesses enredos, mas é fazendo uso de seu próprio conhecimento, que o povo luta para ter voz ativa. Mas essas ações sempre foram e ainda são reprimidas pela classe dominante, como destacara Lourenço, filho de Dafé e Macário, personagens de *Viva o povo brasileiro*:

Não temos armas que vençam a opressão e jamais teremos, embora devamos lutar sempre que a nossa sobrevivência e a nossa honra tenha de ser defendida. Mas a nossa arma há de ser a cabeça, a cabeça de cada um e de todos, que não

<sup>460</sup> AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 1976, p.81

<sup>461</sup> SANTOS. *O anti-discurso histórico da manifestação popular em Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, p.131.

<sup>462</sup> AMADO. *Tenda dos milagres*, p.284.

pode ser dominada e tem de afirmar-se. Nosso objetivo não é bem a igualdade, é mais a justiça, a liberdade, o orgulho, a dignidade, a boa convivência. Isto é uma luta que trespassará os séculos, porque os inimigos são muito fortes. A chibata continua, a pobreza aumenta, nada mudou. A Abolição não aboliu a escravidão, criou novos escravos. A República não aboliu a opressão, criou novos opressores. O povo não sabe de si, não tem consciência e tudo o que faz não é visto e somente lhe ensinam desprezo por si mesmo, por sua fala, por sua aparência, pelo que come, pelo que veste, pelo que é.<sup>463</sup>

Esse enxerto demonstra que os menos favorecidos sempre foram deixados à margem da sociedade e da História, embora sejam a maior parte constituinte da população do Brasil, desde os tempos primordiais. Contudo, como evidenciado por Pedro Archanjo: “gesto inútil e triste, o ódio de raças não pode vingar no clima brasileiro, [pois] nenhum muro de preconceito resiste ao ímpeto do povo”.<sup>464</sup>

### **Considerações finais**

Assim, através desse estudo comparativo, depreende-se que nos romances *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro* os eventos históricos tranfigurados são apresentados sob vários pontos de vista, através de diferentes vozes sociais, representativas da elite, mas sobretudo do povo. Trazendo à tona períodos sombrios da História brasileira, principalmente a perseguição à cultura afro-brasileira, revelando o discurso daqueles que foram silenciados, fazendo com que o objeto enunciativo, marcado por uma história de marginalização e preconceito, se transforme em sujeito de enunciação. Impulsionando, por consequência, discussões sobre os problemas sociais e a sociedade brasileira.

Dessa maneira, com seu caráter ficcional, os romances *Tenda dos milagres* e *Viva o povo brasileiro* são representações literárias da História, transfigurações da História considerada oficial, que é utilizada como campo de referência nessas narrativas para criar uma crítica à própria História, fazendo com que a noção de verdade relativize-se; proporcionando ao leitor um questionamento de até que ponto o que se assume como “verdade histórica” não contém, assim como a Literatura, uma reinvenção. Conquanto, esses romances vão mais além, se transformam em instrumentos de denúncia, à medida que reconstróem e criticam a hierarquia das raças, mostrando a luta dos negros e mulatos pela afirmação da cultura popular.

---

<sup>463</sup> RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p.578.

<sup>464</sup> AMADO. *Tenda dos milagres*, p.263.

## Os goliardos e o poder da igreja medieval dos séculos XII-XIII

**Maycon da Silva Tannis**

Mestrando em História

Programa de História Social da Cultura da PUC-RIO

[ms.tannis@yahoo.com](mailto:ms.tannis@yahoo.com)

**Resumo:** O presente trabalho visa tratar da estreita relação entre a produção de textos satíricos e seus produtores. Os estudantes ditos “Vadios” que transgrediam os valores de uma Retórica e de uma Estética, que ordenavam todo o extrato de cultura Erudita ou Alta Cultura por Mikhail Bakhtin, bem como a própria vida, e essa “regra” desde a antiguidade, como regra de arte e regra de existência e de produção e reprodução da vida material, que se pautava na tríplice “Bom, Belo e Verdadeiro”, minha intenção é estabelecer contato entre essa produção satírica, considerando a relação autor(es)-textos e a relação de ambos com a Igreja Católica Medieval que em sua multiplicidade de formas, ora julga, mas faz questão de trazer para si esses textos de forma a preservar, dialeticamente, o que perseguia, como fica claro na dinâmica dos debates sobre o *Christos Agelastus*.

Proponho em um primeiro momento, a comparação entre o modelo de Estudante Perfeito, que pode ser observado em Pedro Abelardo em comparação com o ápice da transgressão que nos chega por meio da defesa jurídica em forma de poema efetuada pelo Estudante Goliardo de Nome desconhecido autointitulado “O Grande Archipoeta”. Fim de salientar as brechas e deslizos em ambos os modelos e suas intrínsecas relações com o Renascimento Cultural do Século XII. Em um segundo momento pretendo expor com mais clareza a efetividade desse movimento dialético que triunfa sobre o controle do imaginário medieval, mas deixa brechas, dentro da Alta Cultura, onde fenômenos ligados ao Renascimento do Século XII fazem deslizar dentro da teologia, da produção de saber e dentro da própria cultura universitária, esta ligada a nova cultura das cidades, como aponta Patrick Gili, uma produção de versos e poemas que apontam para um humanismo, uma liberdade e uma valorização das vicissitudes humanas, que em tempos de renascimento cultural do século XII foram abandonadas em prol de uma ascese. Essa relação complexa pelo caráter dialético e dialógico deste estudo se mostra como um campo profícuo de estudos sobre as relações de poder e fé, por conta de sua abrangência social e teológica.

**Palavras Chave:** Idade Média; Renascimento Cultural do Século XII; Riso; História do Riso; Goliardos;

Se fosse possível localizar a criação mais original que define o período do Renascimento do Século XII, poder-se-ia apontar, em primeira mão, os Intelectuais. As escolas Catedrais e as Universidades só entrariam em segunda mão, pois, a originalidade está, nesse caso, nos frequentadores e não nos locais.



No Ocidente já existiam as escolas monásticas. Em sua época, elas eram a forma definitiva de transmissão e formação do conhecimento. Esse modelo antigo, por falta de termo, se definiu ao longo da Alta Idade Média e se impôs durante aproximadamente seis séculos, com as direções determinadas pela Igreja, tendo como base a *Doctrina Christiana* - o comentário de Santo Agostinho em relação ao que deveria ser uma educação cristã de qualidade, que formasse ao mesmo tempo os futuros clérigos e leigos. A Igreja, segundo Jacques Verger, se mantém próxima a esse modelo de ensino, sempre com um Bispo à frente da coordenação do ensino em sua área.

Mas em termos quantitativos, essas escolas eram muito limitadas. A partir do século XII, acompanhando as profundas transformações que advieram nesse período, houve uma grande expansão do ensino e uma grande expansão quantitativa em relação ao número de escolas, graças à expansão das cidades e à mobilidade social que se instaurou dentro do Ocidente medieval, graças aos excedentes propiciados pela efervescência agrária que agora era um fator definidor, pois dotava a cidade da capacidade de receber e alimentar um público muito maior.

Mas como já foi discutido acima, a expansão se deu para dentro, e algumas amarras não cabiam mais dentro dessa nova ordem inovadora. As antigas escolas estavam circunscritas ao programa estipulado pela Igreja e sob essa égide, os homens das gerações do século XII não poderiam ter feito mais do que os da geração anterior haviam feito, se houvessem se mantido dentro de um programa de estudos que se refere a uma reprodução de um programa pensado e uma sociedade, como aponta Le Goff, que se pensava como viva em um outono, ou seja, no seu ápice.

O século XII aparece marcado, nos âmbitos de estudos, com a grande variedade dos métodos de ensino, apesar de que nos programas, os modelos do *trivium* e do *quadrivium* tenham sobrevivido por bastante tempo. E toda essa transformação levará a uma importante mudança no corpo discente, já que o corpo institucional e formador havia se transformado para receber os novos homens em busca de um saber igualmente novo, agora, diferenças marcantes aparecerão na sociedade urbana medieval. Primeiramente, os alunos não fazem mais objeções a serem apenas um público formado, mas agora seguem novos programas, com a dialética começando a se tornar a principal fonte de produção de conhecimento. A partir da virada no ensino do século XII, temos a figura do Intelectual, um homem de ofícios que aparece com o desenvolvimento das

idades e a especialização advinda dessas, mas que não está colocado dentro da ordem trifuncional que ainda impera. Isso, segundo Le Goff vai gerar um problema filológico, que só será resolvido com uma solução filológica, pois esse sábio e erudito<sup>465</sup>, apesar de suas origens recentes, está intimamente ligado ao jogo social que compõe a cidade, conforme fica claro na fala de Le Goff:

A dança macabra que leva no fim da Idade Média os diversos estados do mundo – quer dizer os diferentes grupos da sociedade – para o nada no qual se compraz a sensibilidade de uma época em seu declínio, arrasta frequentemente ao lado dos reis, dos nobres, dos eclesiásticos, dos burgueses, das pessoas do povo, um clérigo, que não se confunde nunca com sacerdotes e monges. Esse clérigo é descendente de uma linhagem do ocidente medieval: a dos Intelectuais.<sup>466</sup>

E mais do que simples acompanhantes dos grandes poderes, esses Intelectuais estão no topo de uma cadeia de transformações que são operadas nessa sociedade. Eles são, ainda segundo Le Goff:

Aqueles que pelo seu conhecimento da escritura, sua competência em direito, em especial o direito romano, seu ensinamento das artes liberais e, ocasionalmente, das artes mecânicas, permitiram a cidade afirmar-se, principalmente na Itália, tornar-se um grande fenômeno cultural, social e político, merecem ser considerados, os Intelectuais do crescimento do fenômeno urbano, um dos principais grupos sócios-profissionais a que a Cidade deve seu desenvolvimento e sua fisionomia.<sup>467</sup>

E para ilustrar melhor a forma como se deram essas mudanças e o que eram os intelectuais desse momento, temos aqui dois exemplos, o do estudante que representa o auge de uma época e o que há de desviante nessa nova relação estabelecida: Pedro Abelardo e São Bernardo de Claraval, já citados mais atrás.

O primeiro é tido pela historiografia moderna como o criador da escola moderna por conta de seu papel como grande mestre e intelectual. Tendo vivido em um momento de grandes transformações que não se encerram nelas mesmas, Abelardo esteve durante um período na escola da Catedral de Laon, para depois se dirigir à maior cidade do mundo ocidental, que na época é Paris, com a escola mais inovadora do momento. Lá ele se torna um *magister* e ganha a licença para lecionar e monta sua própria escola, em Sainte Geneviève. Para Jacques Verger, a

---

<sup>465</sup> Conforme aponta Le Goff em seu livro “Os Intelectuais da Idade Média, o termo Clerc (Clérigo em Francês) pode representar do mesmo modo, sacerdote estudioso, erudito e sábio.

<sup>466</sup> LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: JOSÉ OLYMPIO, 2011. Pag. 25

<sup>467</sup> \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais na Idade Média*. Pag.41.

ascensão de Abelardo à Cátedra de Paris e depois a sua própria escola com licença especial, já que vivia como monge após o ocorrido entre ele e Heloísa, representa a verdadeira jornada do estudante medieval que parte de baixo e sobe até o topo, ao lecionar numa grande escola. Mas curiosamente, a roda da fortuna girou para baixo, em relação a Abelardo, já que este, tendo se casado ilegalmente com Heloísa, acaba perdendo a virilidade, bem como, por seu modo de ensino e sua capacidade intelectual discordante, por angariar a raiva de São Bernardo de Claraval, que se opunha firmemente à presença de um laicato, ainda que sob a supervisão da Igreja, na instância da formação intelectual. Podemos situar São Bernardo em um movimento possuidor de grande peso nessa época, exemplificado por Guillaume de Noget que condenava a laicização dos estudos e pregava uma volta ao ensino plenamente subjugado à Igreja. Esse choque não nos pode passar despercebido, pois revela a ascensão de um modelo, a das escolas Catedrais, e a decadência das Escolas Monásticas, bem como a tentativa de retomada desse último modelo, por reformadores de uma estrita observância em relação aos valores anteriores, notadamente contrários à ordem que se formava.

Ao contrário desse modelo de estudante, que meso crescendo e atuando fora dos limites impostos pela Igreja, temos um caso que nos ilustra bem o outro pelo dessa existência goliárdica. O Grande Archipoeta, como ficou conhecido, foi um estudante que esteve hospedado e empregado na corte de Frederico Barbaroxa, tem nos Carmina Burana um poema, longo, que, segundo Woensel é considerada a sua defesa jurídica. O Poema intitulado Estuans Interius pode ser dividido em duas partes muito bem definidas. Onde na primeira temos um reconhecimento da vida “torpe e libertina” da existência não ligada a nada senão a própria vontade, do poeta.

Curiosamente esses dois modelos se chocam. Mas de certo modo a sua complementariedade se mostra mediadora de uma instância muito maior, para nós historiadores, o Riso, encarnado como situação trágica e real nas duas situações, mesmo no caso de Abelardo, que tendo a trajetória eminentemente trágica, não se conforma com o ideal de uma ascense estudantil, como demonstrado por Verger, se apega a mundanidade dos estudos guiados pela leitura de Aristoteles, sendo assim mais presa ao mundo do que o platonismo presente desde os pais da Igreja. Essa mediação presente nas duas narrativas é o real interesse pois, tomada como ato de rir não diz nada para a nossa geração, pois o Riso medieval não é o nosso riso, mas uma instância de reconciliação do mundo com o homem e do homem com as suas vicissitudes.

Assim, minha compreensão do riso é, na verdade, um desdobrar da época em que foi produzido, para tecer um comentário sobre os lugares comuns, os *topoi* que permeiam a obra dos estudantes goliardos do renascer ocorrido na Europa feudal no século XII. E ao mesmo tempo em que pretendo identificar esses elementos tão grandes, que habitam por vezes apenas uma ou duas palavras, quero construir uma narrativa empírica sobre o que foi esse período marcado por profundas transformações.

Junto a toda a cultura europeia existente no medievo, o riso experimenta também a sensação de renovação que ocorre no renascimento cultural do século XII. Mas não poderia ser diferente, já que o Riso é, e não somente, o reflexo direto do que é a sociedade, mas também do que ela, de modo projetado ou não, não é. O Riso se mostra como um *topoi*, como um lugar comum que se porta como um elemento factível para a história e para o historiador. Para Verena Alberti, em sua obra “O Riso e o Risível na História do Pensamento”, o Riso tem “uma relação estreita com seu objeto: só se pode definir o Riso diz [aqui a autora faz referência à obra de Ritter] enquanto ligado ao cômico, que por sua vez é determinado pelo sentido de existência daquele que ri.”<sup>468</sup>

É nesse contexto de transformações que se formam os escritos do *Carmina Burana*: o século XII e seu renascer/reinventar cultural, que são o aporte para a compreensão dos elementos risíveis deste conjunto de textos. Como me propus anteriormente, passo agora para a análise das operações/estratégias que circundam essa produção dos versos de *Carmina Burana*, identificando os elementos de captação e debatendo sobre o Riso.

*Carmina Burana*. Os vocábulos em Latim quase ganharam propriedade, mas o olhar desatento não percebe que essa é a versão em latim de “Poesias de Beuern”, que fora o nome escolhido para denominar o conjunto de textos que encontrados na Abadia Beneditina da cidade de *Beuern*, justamente no setor em que se esperaria encontrar esses textos, no que se chama “inferno” das bibliotecas, onde ficam guardados todos os livros tidos como subversivos. Como aponta Maurice Von Woensel, na introdução de sua edição dos *Carmina Burana*, esses textos entram em domínio estatal no século XIX, são revelados ao mundo e chegam às mãos do jovem Carl Orff que, em 1937, transforma parte do conteúdo dos pergaminhos em ópera. Apesar do

---

<sup>468</sup> ALBERTI, Verena *O Riso e o Risível na História do Pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. Pag. 11.

seu nome moderno, os versos ali não são limitados à cidade ou sequer aos monges que a compilaram, segundo Woensel:

As canções que constam no manuscrito de Beuern provem de época e lugares muito diferentes. De muitas canções foram encontradas variantes em outros escritos e documentos: de uma canção, por exemplo (CB 191), chamada “A Confissão do Arquipoeta” foram encontradas nada menos que quarenta versões diferentes.<sup>469</sup>

Certamente esse é o primeiro passo para reconhecer a pluralidade que os textos ridículos<sup>470</sup> apresentam, a capacidade de ser um grande lugar comum (topoi) no momento em que a sociedade parecia mais dividida, socialmente falando, do que em qualquer outro momento. A isto nos chama a atenção a pesquisadora Verena Alberti, em sua obra já citada, ao apontar para a relação dicotômica e existencial entre o caráter “Positivo” e essencial do Riso, em significância à parte em que o riso capta valores, símbolos, códigos e sinais do mundo lógico e tem sua existência firmada no palpável, ainda que seja para tratar de assuntos que não tenham fundamentações no real, mas que não operam, como ela deixa bem claro, por um meio lógico; ao contrário, o riso se mostra, na ausência total de controle, uma volta ao caos primordial, onde é possível a criação ilimitada de sentidos, isto é, ao mesmo tempo em que o riso dialoga com quem ri, por meio das operações (*Operatio*) e da captação de recursos do mundo sensível, ele leva o ouvinte a sair de si mesmo e perder o controle, deixando toda a convenção e rindo. A autora compreende que a totalidade que o riso oferece é vital para que o pensamento sério se desprenda de seus limites.<sup>471</sup> Por exemplo, tomo os versos simples de um cântico do Carmina Burana:

Mariam Gravat Sessio,  
Nec Marthe placet actio  
Iam Lie venter sterlis,  
Rachel lippescit oculis.<sup>472</sup>

Os Versos são precedidos por uma série de enumerações sobre os novos doutores da taverna, mas importa aqui os elementos usados nesses versos. As origens são bíblicas para o material do riso, e não saberemos se o público que recebeu era campesino ou não, mas podemos especular dois pontos: primeiramente, a retomada do Novo Testamento como leitura. E o que realmente nos é significativo, a questão de que os versos foram preservados pela Igreja, com a

<sup>469</sup> WOENSEL. Maurice Van. *Carmina Burana: Canções de Beuern*. São Paulo: ARS POETICA, 1994. p. 21

<sup>470</sup> Tomo a Palavra Ridículo como Risível, Cômico e não como fator desmerecido de importância ou menor.

<sup>471</sup> ALBERTI. *Riso e Risível*. Pag. 11

<sup>472</sup> Ouvindo os mestres Maria Boceja/ Martha Cozinha e nada deseja,/ Lia está sem o rebento / Raquel com olhos remelentos. (retirados do cântico Florebat Olim Studium)

motivação de manter a tradição, mesmo que não fosse a sua. A Igreja fez questão de gravar, em seu próprio âmago, os desenhos que a tradição passava, ou seja, para estar escrito nesse compêndio era necessário que esse material tivesse circulado e se tornado parte de uma tradição, ainda que pequena, mas ainda assim um veículo dotado de inteligibilidade e vocação prática para se mostrar interessante para os compiladores do século XII.

Durante o que se chamou de Renascimento do Século XII há um reordenamento no centro das relações de poder da Europa. A cidade desponta agora, novamente por assim dizer, como centro de poder e no simples mote de José Rivair Macedo “O Riso é Cosmopolita.”<sup>473</sup>. Ou seja, se tomarmos em consideração o que já foi citado como uma relação entre Riso, o Cômico e aquele que Ri, temos que olhar mais de perto o cenário da Cidade, pois é ali que desponta o autor Cômico, ou mais provavelmente, os autores Cômicos, da obra analisada.

Le Goff começa seu livro, “Por Amor às Cidades” com uma afirmativa clara e direta, que “as Cidades Medievais estão mais próximas das cidades contemporâneas do que as cidades da antiguidade”<sup>474</sup>, conforme citamos mais atrás, ao comentar sobre as mudanças operadas na significação da Cidade para o homem do baixo medievo. Mas o que nos é importante saber é que “desde o século XII, a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo de um ou dois burgos importantes.”<sup>475</sup>. Ou seja, a cidade se mostra como polo para onde convergem todas as relações de poder e por si só, de um setor da cultura que acaba sendo engolido e transformado, dialeticamente, pela cultura da cidade, me refiro às instituições de ensino, que antes se dedicavam a formação dos religiosos e que agora terão seu espaço tão modificado pelas relações com a cidade quanto todo o entorno de poder. Agora, os *studii* e as faculdades contam com a participação de novos entes, não circunscritos às três ordens feudais - os que trabalham os que oram e os que laboram -, mas que são abundantes, de certa forma, e atuantes na vida da cidade, os intelectuais. Figuras que estão “ligadas à cidade em seu jogo de instituições (Cidade, Universidade, Igreja) e das convenções sociais.”<sup>476</sup> e esse não lugar é definidor de duas posturas: a primeira delas é que ao Intelectual foi dado o título e status

---

<sup>473</sup> MACEDO, José Rivair de. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. 1ª Edição. São Paulo: EDUSP e Editora UNESP, 2000.

<sup>474</sup> LE GOFF. *Os Intelectuais da Idade Média*. p.9

<sup>475</sup> LE GOFF. *Os Intelectuais da Idade Média* p.17.

<sup>476</sup> \_\_\_\_\_ *Os Intelectuais da Idade Média*.. P. 8-10.

de clérigo<sup>477</sup>, pois ele havia de se encaixar em um dos três estados do mundo, mas que não era diretamente ligado à Igreja, isto é, já nascia em um novo topos social, o não lugar, o estado entre lugares que poderia ser vivido também pelas camadas médias oriundas dos burgueses enriquecidos com a nova dinâmica comercial da cidade.

Mas não é do espaço ordenado que me refiro, a questão que trago aqui é daqueles que fugiam às regras e compuseram a partir do vasto material aqui apresentado um registro sobre quem eram: os goliardos.

Florebat olim studium  
Nunc vertitur in tedium  
Iam scire diu viguit,  
Sed ludere Prevaluit.<sup>478</sup>

Baderneiros e Satíricos, esses estudantes eram por vezes o martelo das tradições, mas sem nunca deixar de operar pela mesma:

In Taberna Gregorius  
Iam disputat Inglorius;  
Severitas Ieronymi  
Partem causatur obuli;  
Agustinus de Segete,  
Benedictus de Vegete.  
Sunt colloquentes clanculo  
Et ad macellum sedulo.<sup>479</sup>

Sua definição como vagabundos intelectuais, dada por Le Goff, é apenas uma síntese de uma parcela da vida desses que, para garantir seu sustento, compunham, a partir da sociedade e de seu conhecimento em poesia latina e de outras tradições, um discurso que, apesar de contrário à ordem, mas fiel, ou não, a Santa Igreja Católica. Como o próprio autor define: “O Sonho deles é um mecenas generoso, uma gorda prebenda, vida folgada e feliz. Querem antes tornar-se beneficiários de uma ordem social do que mudá-la.”<sup>480</sup> Na realidade, fazia apenas questão de deleitar quem estivesse ouvindo e retirar a pessoa do corpo, em suma, fazer a pessoa rir. Nesse caso, a compreensão do riso como um discurso para o deleite, mesmo que sedicioso e

---

<sup>477</sup> O tradutor do livro de Le Goff, salienta no entanto que a palavra Clérigo é oriunda do termo em francês Clerc que pode significar tanto membro do clero quanto intelectual. (Le Goff, 2011. P. 22)

<sup>478</sup> Estudar antes moda/ Hoje a muitos incomoda;/importava o saber,/hoje brincam pra valer. (Versos Retirados do Cântico “Florebat Olim Studium”)

<sup>479</sup> Na taberna o novo Gregório / Debatendo Perde inglório / Jerônimo Severo Doutor / Ganha pouco como orador / Nossos Bento e Agostinho /sobre a safra do trigo e do vinho/ Cavaqueiam discretamente/ mas com o rega bofes em mente. (Retirado do Cântico “Florebat Olim Studium”)

<sup>480</sup> LE GOFF. *Os Intelectuais da Idade Média*. P. 51



perturbador, não tem fins revolucionários, como parte da historiografia tenta mostrar, mas se aproveitar das brechas e corrupções de um ideal de vida, seja ele no poder cívico, na vida universitária ou na igreja, para fazer troça e provocar risos.

Compreendo o riso não como uma mera resposta de prazer/desprazer ou como uma liberação das cadeias sociais, observando alguns exemplos, como o caso que melhor expressa a ideia de sátira, devido a sua longa composição de elementos caros a riso. Refiro-me aos versos de *In Taberna Quando Sumus*<sup>481</sup>. Creio que ele (o riso) é uma manifestação, não totalmente do Caos, nem tão ligado à ordem, mas como já disse, ele opera, com algumas partes da lógica natural do homem medieval. Contudo, para compreender o riso como lugar comum de ação política<sup>482</sup> requer saber que o riso está carregado do duplo sentido de ordem e caos, vida e morte, velho e novo, mais ainda, todos esses elementos estão contidos no riso, de maneira circular e infinita, como os ciclos da natureza, fator que deve ser levado em conta, já que a percepção de ciclo permeia a compreensão de tempo e de mundo do homem da Idade Média, pois o riso está para além da existência. O Caráter cíclico das coisas e dos acontecimentos fica evidente nas duas imagens mais comuns de se representar a Fortuna, que além da Deusa da Sorte, é Louvada e Cantada em algumas canções goliardas, como sendo a verdadeira mestra inevitável da vida.

O Riso é um ente tão poderoso que foi condenado pela maior parte da teologia medieval. A lógica do *Christus Agelastus*, o Cristo que não ri, apenas se rejubila, foi discutida desde os pais da Igreja, e mesmo tendo várias vertentes, prevalece a que como imitadores de Cristo, os probos e os homens de vida religiosa, bem como é indicado a todos os cristãos, não devem rir, pois o Cristo não riu. E como se pode ver em todas as passagens onde aparecem cenas de risos na Bíblia, sempre há uma conotação negativa e destruidora, como zombarias e escárnio. Mas, outra questão, mais filosófica, permeia esse parágrafo do riso na teologia medieval. Como afirma José Rivair Macedo<sup>483</sup>, o riso, dando ares novos de experimentação ao corpo, se coloca como regenerador, mas o problema de regenerar o corpo, é que até o século XII a ideia de que a carne

<sup>481</sup> Música que fala da Taberna em que todos (mercadores, estudantes, clericos errantes, prisioneiros, abade, decano e vários outras figuras representando o todo da sociedade medieval) aparecem bebendo, jogando e vivendo licenciosamente. Não há em toda a composição do *Carmina Burana* uma música tão clara quanto aos lugares comuns que são trabalhados nas cantigas. Pois ela reúne, linha por linha todas as figuras temáticas, desde as personagens quanto às referências Bíblicas, das canções deste compêndio.

<sup>482</sup> Quando falo de política, me refiro apenas a ação na polis, ou seja, o tipo específico de Riso que eu determino com a capacidade de ser lugar comum, ou ao menos, operar por meio de lugares comuns ao léxico, é o riso formado dentro da experiência dinâmica que só é possível notar/viver com o advento da cidade.

<sup>483</sup> MACEDO. *Cultura e Sociedade na Idade Média*. Pag.45

deveria ser mortificada para o aperfeiçoamento e salvação da alma, ainda era muito forte, o que aproximava o Riso (*Letitia*) do profano e o Sorriso de Júbilo (*Gaudia*) da espiritualidade e do controle da Alma sobre o Corpo.

O que dizer sobre o riso? Não é definir todos os seus lugares comuns que podem ser desdobrados para a criação de um panorama maior e mais completo, já que teríamos em mãos o retrato do sério, pautado na lógica funcional da sociedade em questão e do outro lado, o não-sério, o infinito e o inquantificável, que podem e devem ser tomados pelo historiador como objeto de estudo. O que fiz aqui foi apenas pontuar algumas questões e mostrar, partindo de uma alteridade que o tema do riso revela não só sobre quem fez rir, mas sobre quem riu e sobre a sociedade que deu escopo para o material risível.

## O exame médico pré-nupcial como proposta eugênica (1910-1940)

**Priscila Bermudes Peixoto**

Mestranda em História e Cultura Social  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP  
[priscilabermudes1@gmail.com](mailto:priscilabermudes1@gmail.com)

**Resumo:** Pretende-se aqui realizar uma breve exposição da pesquisa que vem sendo desenvolvida para dissertação de mestrado, no Programa de Pós Graduação de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) *campus* Franca. O objetivo deste trabalho reside em apresentar algumas reflexões iniciais sobre o tema da eugenia e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil.

**Palavras-chave:** Eugenia; Medicina; Exame médico pré-nupcial.

A eugenia começa a ser difundida no Brasil por volta de meados da década de 1910, quando passaram a ser publicadas as primeiras teses e artigos refletindo sobre o tema. Ciência fundada pelo inglês Francis Galton por volta da segunda metade do século XIX, a eugenia tinha por objetivo o aprimoramento racial através, sobretudo, da estimulação de nascimentos considerados desejáveis. O próprio nome de origem grega já apregoava sua intenção: a formação de gerações sadias, ou seja, boas gerações. Baseando-se nas teorias darwinianas, Galton, que por sua vez era primo de Darwin, buscou “aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano”<sup>484</sup>, utilizando-se de regras matemáticas e estatísticas o pensador inglês acreditava que seria possível produzir uma raça superior ou mais bem dotada uma vez que se promovesse a reprodução dos “melhores tipos humanos”.

Autoras como Nancy Stepan (2005) e Lilia Schwarcz (1993) nos atentam para o fato que no Brasil as teorias raciais – e a eugenia – foram interpretadas de modo particular, não sendo, portanto, uma mera cópia daquilo que era propagado no exterior. Para Stepan a eugenia brasileira “exemplificava uma importante variante”<sup>485</sup> daquele movimento ou daquelas reflexões permeadas na Europa ou nos Estados Unidos. No caso específico da eugenia, ainda segundo a mesma autora, no Brasil, sobretudo ao longo da década de 1920, os eugenistas associaram-se às correntes higienistas e sanitaristas. Logo, a associação entre eugenia e saúde, por exemplo, era bastante

---

<sup>484</sup> DEL CONT, Valdeir. *Francis Galton: eugenia e hereditariedade*. Sci. stud. [online]. 2008, vol.6, n.2, p. 202.

<sup>485</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 76.

frequente. Isto se deve a sua aproximação com as teorias do francês Lamarck, ou lamarckismo, que pela crença da transmissão dos caracteres adquiridos julgava que o meio ambiente ou fatores externos poderiam influir na descendência uma vez que poderiam alterar o plasma germinativo. Ainda segundo Stepan, na maioria dos países europeus a teoria de Lamarck teria sido “derrubada” pela aceitação dos estudos de Weismann e mais tarde de Mendel que iriam afirmar que alterações externas (meio ambiente, educação, cultura, etc) não seriam capazes de modificar plasma germinativo.<sup>486</sup>

A teoria lamarckiana trazia de certa forma um otimismo. Os eugenistas brasileiros considerando que a degeneração não era um fenômeno irreversível e que as raças eram passíveis de mutação,<sup>487</sup> acreditavam que se fossem tomadas as medidas certas até mesmo um país híbrido como o Brasil poderia evoluir. Além disso, essas interpretações alinhavam-se com as noções de moralidade e civilidade. A prevenção física era indissociável da prevenção moral, logo, esse conjunto de medidas pensadas pelos eugenistas significava muitas vezes a imposição de padrões de comportamento à população.

Os médicos representavam grande parte dos adeptos da eugenia no Brasil. É importante destacar que ao longo do final do século XIX e início do XX estes profissionais se fizeram cada vez mais presentes em questões sociais, pois a medicina neste período havia deixado de se preocupar apenas com a cura individual do enfermo e passara a deter-se também a questões mais amplas, de caráter coletivo. Cada vez mais os médicos tinham interesse na salubridade e saneamento das cidades e moradias. O fim da escravidão, a vinda de imigrantes e a formação de uma incipiente classe operária significaram um grande aumento demográfico nos principais centros urbanos do país, o que revelou muitas vezes um cenário caótico, de pobreza e de propagação de endemias e epidemias.

Segundo Schwarcz a medicina almejava ser “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir”<sup>488</sup>. Os médicos eugenistas se preocuparam entre outras coisas com as uniões matrimoniais, pois em sua busca pela obtenção de proles sadias, voltavam sua atenção, conseqüentemente, em evitar que a má hereditariedade ou que fatores disgênicos fossem transmitidos. Nesse sentido, os casamentos e a sexualidade se

<sup>486</sup> STEPAN. *A Hora da Eugenia*. p. 32.

<sup>487</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. p. 281-2.

<sup>488</sup> \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças*, p. 265.

tornaram pontos importantes a serem pensados no campo da medicina eugenista. Uma vez que estas uniões, na visão eugênica, fossem mal concebidas gerariam uma prole doente e inútil. Ou seja, casamentos entre sífilíticos ou tuberculosos, por exemplo, eram condenáveis do ponto de vista eugênico. Pelo fato do casamento poder ser um fator de risco à descendência, os médicos acreditavam que poderiam intervir nesta instituição.

Segundo o médico Antônio de Almeida Junior, que se formou pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1921 e defendeu sua tese de doutoramento em 1922, um dos argumentos residia no fato de que o casamento seria uma instituição de ordem pública e interessaria mais à sociedade que aos cônjuges. O mesmo afirma: “A sociedade tem o direito e dever de intervir, não só para regular as relações nascidas com a effectivação do casamento, como ainda para determinar os requisitos pessoais dos que desejem contrahil-o.”<sup>489</sup>.

Com a alegada intenção de evitar que os supostamente loucos ou degenerados se reproduzissem, os médicos eugenistas brasileiros passaram a propor que fossem realizados exames médicos pré-nupciais no país. O objetivo era que os nubentes (homens e mulheres) realizassem tal exame no qual seria atestada a sanidade física e mental destes. Assim, através deste exame os médicos poderiam vetar – no caso de doença incurável – ou adiar casamentos. O assunto era bastante discutido no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sendo que vários artigos eram publicados em diversas revistas e periódicos específicos do campo da medicina, além de um número considerável teses que abordavam o tema.

Segundo Stepan: “os exames médicos e certificados pré-nupciais, componentes importantes da eugenia matrimonial na América Latina [...] foram aspectos centrais de um discurso mais amplo sobre gênero, raça e identidade biológica da nação.”<sup>490</sup>. No entanto, se o exame pré-nupcial era defendido e considerado por muitos uma medida essencial para que doenças e anomalias não fossem transmitidas às gerações futuras, segundo Sérgio Carrara, no Brasil ainda havia muita resistência e vários outros médicos e intelectuais apontavam objeções em relação a esta medida. Estes argumentavam que o exame pré-nupcial seria “um atentado ao

---

<sup>489</sup> ALMEIDA JÚNIOR, Antônio. *O exame médico pré-nupcial*. São Paulo: Instituto Dona Anna Rosa, 1927. p. 33.

<sup>490</sup> STEPAN. *A Hora da Eugenia*. p. 116.

segredo médico ou sigilo profissional” outros ainda julgavam ser um “um atentado às liberdades individuais”<sup>491</sup>.

O médico Almeida Júnior reconhecia estas objeções, e ainda pontuava outras como possíveis erros de diagnóstico ou atestados falsos permitindo assim indevidamente um casamento, no entanto, acreditava que estas não invalidavam o projeto, apenas demonstravam que ainda não era o tempo oportuno para a sua efetivação. Em sua visão parecia-lhe certo caminhar para lei, mas de modo devagar, investindo intensamente nas propagandas para que a população compreende-se a importância da realização do exame. O mesmo ainda afirmava não saber precisar quando a efetivação desta medida ocorreria, mas acreditava que seria ainda em um tempo remoto.<sup>492</sup>

Apesar disto, segundo Carrara: “De um modo geral, nas primeiras décadas do século XX o exame pré-nupcial tinha já a adesão da maioria dos médicos brasileiros. As divergências apareciam somente quando se tratava de saber se devia ser obrigatório ou consentido”<sup>493</sup>. Boa parte dos médicos questionava o Código Civil de 1916 e acreditava que este deveria ser reformulado, pois apesar de listar alguns impedimentos matrimônios estes ainda não seriam suficientes. Afrânio Peixoto transcreve do Código Civil, art. 219:

Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro conjuge: III. A ignorancia, anterior ao casamento, de defeito fisico irremediavel ou de moléstia grave e transmissivel por contagio ou herança, capaz de pôr em risco a saude do outro cônjuge ou se sua descendencia.<sup>494</sup>

No entanto, para Afrânio Peixoto não bastaria que medidas fossem tomadas depois que o “mal” estivesse feito, ou seja, buscar remediar depois que um cônjuge doente tivesse contaminado seu parceiro. Para os eugenistas convinha mais evitar ou prevenir que estas moléstias fossem transmitidas e isto seria possível através do exame pré-nupcial. Em outras palavras, não deveria ser apenas uma providência, ou seja, tomar uma medida posterior, depois que a doença fosse contraída. Mas deveria haver uma profilaxia. Prevenir possíveis transmissões de doenças antes que o casamento acontecesse.

---

<sup>491</sup> CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p.180.

<sup>492</sup> ALMEIDA JÚNIOR. *O exame médico pré-nupcial*. São Paulo: Instituto Dona Anna Rosa, 1927. p. 67-8.

<sup>493</sup> CARRARA. *Tributo a vênus*, p. 185.

<sup>494</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1938. p. 26.

Até o presente momento pudemos observar pelo menos três tentativas de implantação do exame pré-nupcial como uma lei aplicável em todo o país. Primeiramente em 1897 o doutor Souza Lima em uma de suas conferências pediu apoio para a Academia Nacional de Medicina para transformar o exame médico pré-nupcial obrigatório em lei. O médico Amaury de Medeiros apresentava em 1927 um projeto de lei sobre o exame médico pré-nupcial facultativo à Comissão de Justiça e Saúde do Congresso Nacional. E por fim, em 1936 surge outro projeto de lei sobre o exame médico pré-nupcial proposto pelo deputado Nicolau Vergueiro e apresentado a Câmara Federal. Em seu projeto é citado o trabalho de Amaury de Medeiros como referência. No entanto, segundo o autor José Leopoldo Antunes, apesar de todos os esforços e a da insistência implantada como lei da forma como os médicos esperavam. O que, segundo o autor, demonstra os limites da intervenção médica nesse período.<sup>495</sup>

Nancy Stepan por sua vez aponta que em 1933 os eugenistas se dedicaram “ao *lobby* junto aos recém-deputados da Assembleia Constituinte”<sup>496</sup> defendendo ativamente seus pontos de vista. De acordo com a autora, os eugenistas tiveram sucesso e conseguiram inserir-se nas novas legislações, sobretudo em relação ao matrimônio através da introdução da cláusula nubente que exigia que os futuros cônjuges apresentassem “prova de sua sanidade física e mental antes do casamento”<sup>497</sup>. No entanto, sua aplicação levaria em consideração as condições regionais do país, nesse sentido “a fiscalização para o cumprimento da medida ficava inviabilizada”<sup>498</sup>. Nesse sentido, poderíamos dizer que apesar da eugenia ter conseguido incluir-se na legislação, o exame médico pré-nupcial nunca chegou a ser implantado da forma como muitos médicos almejavam, ou seja, de forma obrigatória e efetiva em todas as regiões do país. O que nos parece claro, portanto, é a grande intervenção social que os médicos eugenistas ambicionaram utilizando-se de um discurso que pretendia ser legitimador uma vez que era científico.

---

<sup>495</sup> ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 208.

<sup>496</sup> STEPAN. *A Hora da Eugenia*. p. 61.

<sup>497</sup> \_\_\_\_\_. *A Hora da Eugenia*, p. 135.

<sup>498</sup> GORGULHO, G. BARATA, G. A eugenia na política de isolamento compulsório de hansenianos no Brasil. In: MOTA, André. MARINHO, Maria Gabriela (orgs). *Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 192.



## “Voz liberal de Minas”: O imaginário da elite política signatária do Manifesto dos Mineiros

**Marco Túlio Antunes Gomes**

Graduando em História pela PUC-Minas

Graduando em Ciências do Estado pela UFMG

[mtantunesgomes@hotmail.com](mailto:mtantunesgomes@hotmail.com)

### **Resumo:**

O Manifesto dos Mineiros, intitulado ‘Ao povo mineiro’, foi lançado no dia 24 de outubro de 1943 por membros da elite política e intelectual de Minas Gerais, incluindo figuras como Afonso Arinos, Milton Campos, Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco. O documento se propunha a defender os ideais de liberdade e democracia, elementos tidos como próprios da índole mineira, fazendo assim oposição ao Estado Novo. Através da análise do manifesto e de entrevistas concedidas pelos signatários, é objetivo deste artigo compreender de que maneira o discurso desta elite se apropria e interpreta o passado na busca de constituir uma identidade regional que legitime sua ação política.

**Palavras-chave:** Manifesto dos Mineiros; Imaginário político; Elites políticas.

### **Introdução:**

A instauração do Estado Novo em 1937 acelerou o processo de centralização administrativa, alterando as relações vigentes entre Estado e as elites locais. Vargas, que desde 1930 buscou conciliar os nacionalistas autoritários e os constitucionalistas liberais, a partir de 1937 optou definitivamente pela via autoritária. Com isso, diversos grupos dirigentes estaduais perdem força, sendo privilegiados indivíduos alinhados com o projeto político varguista. Em Minas Gerais isso significou a perda de influência do bernardismo e do Partido Republicano Mineiro (PRM), sendo notável a atuação dos chamados ‘Jovens Turcos’, grupo que incluía nomes como Francisco Campos, Gustavo Capanema, Mário Casassanta e Benedito Valadares<sup>499</sup>. Este último, interventor do estado, foi fundamental para a consolidação do poder federal em Minas Gerais.

---

<sup>499</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. Minas e um desfecho para o Estado Novo: notas sobre o “Manifesto dos Mineiros” (24/10/43). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 8, 1989. p. 134-141.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

É também durante o Estado Novo que ocorrerá uma forte presença do Estado na economia. De acordo com Thomas Skidmore, essa interferência estatal se dava de duas formas:

pela “manipulação de incentivos”, como impostos, controles cambiais, cotas de importação, controles de crédito e demandas salariais; e pela intervenção direta por meio de investimentos públicos, em ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas.<sup>500</sup>

Através dos sindicatos controlados pelo recém-criado Ministério do Trabalho, o Estado varguista continha às demandas trabalhistas, e com os institutos de pensão e bancos de poupança, dirigia o capital para os investimentos que julgava necessários. Esta política econômica frustrava os interesses dos setores comerciais e financeiros, que ensejavam mais autonomia à iniciativa privada. Desta forma, estes setores passaram a conspirar para o fim do Estado Novo, clamando pelo retorno da democracia, defendendo a bandeira do liberalismo político. Segundo Otávio Dulci, “sua crítica postulava o liberalismo político porque tinham-no como condição indispensável à restauração do liberalismo econômico”<sup>501</sup>.

Em Minas Gerais se deu a primeira manifestação pública desta elite liberal insatisfeita. Em 24 de outubro de 1943, um grupo de líderes políticos e empresários lançaram em Belo Horizonte um manifesto intitulado *Ao povo mineiro*, em que se colocavam contra o autoritarismo do governo Vargas, apelando para uma tradição histórica de Minas Gerais de defesa dos valores democráticos e liberais. O que se observa, contudo, é que a atribuição destas ideias como algo particular da identidade regional mineira é algo que vai além dos interesses econômicos desta elite, sendo próprio de uma intelectualidade mineira que anseia construir uma imagem de si própria.

### **O Manifesto dos Mineiros**

O manifesto intitulado *Ao povo mineiro* foi concebido a partir de um projeto conjunto de diversos nomes da elite opositora ao getulismo em Minas Gerais. Em suas memórias, Afonso Arinos aponta Odilon Braga, Virgílio de Melo Franco, Luís Camilo de Oliveira Neto, Dário Magalhães, Milton Campos, Pedro Aleixo – além dele próprio – como os colaboradores para a confecção do documento<sup>502</sup>. Sua impressão ficou a cargo de Aquiles Maia, também signatário do manifesto, que o fez na cidade de Barbacena. Inicialmente pensaram os signatários em lançá-lo

---

<sup>500</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 76.

<sup>501</sup> DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. (Teses). p. 68.

<sup>502</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

em Santa Luzia ou Ouro Preto, fazendo assim referência às tradições liberais de Minas Gerais. Optaram, no entanto, em realizar sua divulgação no dia 24 de outubro, aniversário da Revolução de 1930, em Belo Horizonte.

Sobre as interpretações políticas da repercussão do Manifesto dos Mineiros, duas se destacam. A primeira a ser mencionada é certamente a do próprio movimento, que exalta os resultados da divulgação do documento. Afonso Arinos conta que a empreitada teria sido um enorme sucesso, se espalhando de Norte a Sul do país com extrema rapidez<sup>503</sup>. O também signatário Paulo Pinheiro Chagas relata em suas memórias que o efeito do manifesto “fazia as vezes de uma revolução pacífica”, abalando a ditadura varguista com as “palavras claras, singelas e sábias dos homens de Minas”<sup>504</sup>. A outra versão, que busca deslegitimar o movimento, tem como principal porta-voz o governador Benedito Valadares, aliado de Vargas, que teria descrito o manifesto como “Água de flor de laranjeira, não convém dar-lhe atenção”<sup>505</sup>.

Se a primeira versão dos ecos do documento exalta sua influência no enfraquecimento da ditadura varguista, a segunda desconsidera a reação do governo, que se revela temeroso com as repercussões do Manifesto ao rapidamente punir os signatários do documento, demitindo os funcionários públicos de seus cargos e pressionando empresas privadas a demitirem envolvidos. É, porém, Maria Victoria Benevides quem chama atenção para o aspecto mais importante do Manifesto, que “foi importante por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e organizada por membros das elites liberais, até então ausentes em qualquer contestação pública”.<sup>506</sup> É a partir desta organização que surge no ano seguinte a União Democrática Nacional (UDN), partido de caráter antigetulista e liberal.

### **O Manifesto e o imaginário político regionalista**

Em tom cauteloso, o conteúdo do Manifesto dos Mineiros se coloca em oposição ao governo Vargas ao evocar a recuperação de um ‘patrimônio moral e espiritual’ de Minas Gerais. De acordo com o documento, o civismo e o apelo à autonomia e democracia seriam elementos

---

<sup>503</sup> FRANCO. *A alma do tempo*, p. 400.

<sup>504</sup> CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura: memórias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1977. (Coleção Descoberta do Homem; 5)

<sup>505</sup> BAGGIO. Minas e um desfecho para o Estado Novo, p. 139.

<sup>506</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos brasileiros; v. 51). p. 34.

inerentes à história do estado, retomando assim o passado para evidenciar a necessidade de se recuperá-los:

a comunidade mineira no país, por influência dos fatores de ordem histórica e social, aquela onde esse sentimento dos interesses coletivos e essa compreensão do *munus* cívico, essa indomável e ativa tendência política nunca perderam sua força e constância<sup>507</sup>.

Neste esforço de recuperação do passado, a Inconfidência Mineira é reavivada como um prenúncio da Independência, revelando assim a crença de seus signatários de que os interesses de Minas Gerais seriam a síntese dos interesses nacionais. Em entrevista ao *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC), da *Fundação Getúlio Vargas*, os signatários revelam, quatro décadas depois, manterem as mesmas convicções da época do Manifesto. Alberto Deodato defende que “as grandes revoluções tiveram início em Minas”<sup>508</sup>, enquanto Aluísio Ferreira de Sales argumenta que “Minas é a guardiã do liberalismo, a voz da cultura brasileira”<sup>509</sup>. Afonso Arinos, por sua vez, diz que diferentemente do liberalismo do nordeste e do liberalismo gaúcho, ambos separatistas, o liberalismo mineiro seria congregacionista, tendendo a unir todo o país. Ao se definirem como historicamente liberais, a elite mineira signatária chama para si a responsabilidade de liderar o movimento rumo à redemocratização:

Assumindo a responsabilidade de iniciar, no grave momento que atravessamos, a preparação do povo mineiro para o exercício das suas prerrogativas fundamentais, cumpre-nos deixar, desde logo absolutamente certo que tudo faremos para que ela, de maneira alguma, possa comprometer a união cívica e moral que tanto importa resguardar<sup>510</sup>.

Assim sendo, pelos valores de liberais e democráticos presentes no povo mineiro, que por sua vez refletiriam os desígnios da nação, estes indivíduos colocam sua ação política não só como um ato corajoso, mas um dever cívico, buscando assim legitimar sua autoridade diante do público leitor. Explicando nos termos da teoria de Bourdieu, “a especificidade do discurso de autoridade

---

<sup>507</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 465.

<sup>508</sup> MANIFESTO DOS MINEIROS. Transcrição dos depoimentos de seus signatários (1977). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1981. 269 p. p. 34.

<sup>509</sup> \_\_\_\_\_. FGV/CPDC, p. 43.

<sup>510</sup> BONAVIDES; AMARAL. *Textos Políticos da História do Brasil*, p. 468.

[...] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”<sup>511</sup>.

Neste processo de afirmação de elementos identitários, a elite signatária delimita a identidade regional mineira como oposta ao projeto varguista nacional. De acordo com Maria Arminda do Nascimento Arruda, o “regionalismo constitui-se no nível da ideologia das classes dominantes nos estados, numa contrapartida à concentração e à centralização da política e da economia no âmbito nacional”<sup>512</sup>. Assim sendo, para esta elite o mineiro seria essencialmente adepto a liberdade, e portanto incompatível com o projeto autoritário estadonovista.

Vale ressaltar que a construção da identidade regional não era feita de modo arbitrário por esta elite política, sendo embasada em teorias sociológicas da época. Em *O homem e a Montanha*, publicado no ano do Manifesto, João Camillo de Oliveira Torres busca estudar como a geografia do estado e sua configuração histórico-social influenciaram na construção do ‘espírito mineiro’. Para o autor,

O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito [...]. Sempre foi contra os absolutismos e contra os extremismos [...]. O mineiro vive para os grupos sociais naturais: a família, grande ou pequena, a família e o clã; para o grupo profissional [...] e principalmente, para o município. O resultado, em fórmula política, não poderia deixar de ser o *Libertas quae sera tamen*, a liberdade de acordo com as situações concretas.<sup>513</sup>

Ao definir o mineiro como contra absolutismos e apegado à liberdade, Torres se aproxima consideravelmente da ideia pregada pelos signatários do Manifesto dos Mineiros. O insulamento do mineiro, cercado por montanhas, chega a ser citado por alguns dos signatários entrevistados. Da mesma forma faz Alceu Amoroso Lima em *A voz de Minas*, defendendo a vocação de Minas como síntese dos interesses nacionais:

A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas [...]. Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o

---

<sup>511</sup>BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos; 4)

<sup>512</sup>ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 39.

<sup>513</sup>TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios; v. 2). p. 206.

centro de gravidade de todo o Brasil [...]. Minas, enfim, é a Montanha, é o Centro, é o imã que atrai os brasileiros de todas as regiões<sup>514</sup>.

Os teóricos mencionados possuem estreitos vínculos com a elite signatária do Manifesto. João Camillo Torres é irmão de Luís Camilo de Oliveira Neto, um dos principais redatores do documento, e ele, assim como Amoroso Lima, são amigos de Afonso Arinos. Como é possível notar, a elite econômica se apropria de uma produção intelectual para se legitimar no poder. Tal relação é muito semelhante à constatada por Pierre Bourdieu em seus estudos sobre o poder simbólico, que observa que “as facções dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores”<sup>515</sup>. No caso do Manifesto dos Mineiros, a elite econômica signatária não só se utiliza de ideias da elite intelectual, como parte dela também compõe esta esfera, como Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco e Luís Camilo de Oliveira Neto, que possuem também uma produção significativa.

### **Apropriações do passado**

A defesa do liberalismo como característica própria da identidade mineira levou o manifesto a se ancorar no passado histórico da região, recorrendo a vultos políticos consagrados que validavam a oposição ao Estado Novo. De acordo com Luciana Pessanha Fagundes, “vontade política que se exprime nos usos políticos do passado tem como objetivo a produção de representações compartilhadas, ou seja, a produção de uma identidade comum”<sup>516</sup>. Assim sendo, o uso deste passado pelos signatários do Manifesto de 1943 assume um aspecto instrumental na construção de uma determinada identidade que eles buscam influenciar.

Tiradentes é resgatado no documento como personagem marcado pelas “lutas memoráveis e incessantes arremetidas contra a personificação do poder, sempre conducente aos desequilíbrios e paralisias do unitarismo e às restrições das liberdades públicas e privadas”<sup>517</sup>. A menção ao mártir da Inconfidência não é em vão, considerando a repercussão que esta figura já exercia desde a Primeira República. Ao descrever sobre a construção simbólica feita pelos

---

<sup>514</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *A voz de Minas*: (Ensaio de sociologia regional brasileira). São Paulo: Abril, 1983. p. 124.

<sup>515</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14 ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 12.

<sup>516</sup> FAGUNDES, Luciana Pessanha. Construindo pontes entre olhares: os usos políticos do passado. In: *III Simpósio ILB. Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos*, 2010, Mariana. Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil, 2010. p.5.

<sup>517</sup> BONAVIDES; AMARAL. *Textos Políticos da História do Brasil*, p. 465.

republicanos, José Murilo de Carvalho explica que “na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística entre os cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal”.<sup>518</sup> Mas outros indivíduos de ‘vocaçao democrática’ também são citados: Teófilo Ottoni, Francisco Otaviano, Tavares Bastos, José Bonifácio, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Cesário Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamin Constant e Júlio de Castilhos. A mençao destes personagens cumpre um duplo papel: ao mesmo tempo em que sugere uma continuidade na defesa do liberalismo, que remonta a Independência e se estende até a República, evidencia que não se trata de uma preocupação exclusiva dos mineiros, mas de gaúchos, paulistas, cariocas, baianos e alagoanos, buscando assim a adesão dos demais estados na oposição ao estadonovismo.

Nas entrevistas concedidas ao CPDOC, os políticos signatários também evocam o passado para comprovar aspectos de sua identidade regional, explicando que a vocação liberal mineira remonta dos tempos coloniais. Para Aluísio Ferreira de Sales, enquanto no nordeste a exploração do açúcar pelos portugueses rendia frutos para os colonos, em Minas a exploração do ouro em nada beneficiava os mineiros. E embora tivessem levado o ouro, os portugueses cometem um erro do qual Minas teria tirado proveito:

deixaram o latim, os livros, tantos mestres (...). Isso tudo deu a Minas uma sensação de dever histórico para com a liberdade, daí você tem Felipe dos Santos, Tiradentes, Teófilo Otoni e o Manifesto dos Mineiros.<sup>519</sup>

Antônio Carlos Vieira Cristo, por sua vez, se concentra na Inconfidência Mineira, para ele um movimento que não foi político, mas uma tomada de posição “espiritual e religiosa”. A liderança de Tiradentes, colocado como o homem do povo, teria sido capaz de mobilizar escritores, estudantes, advogados e padres, “todos naturalmente modelados pelo espírito de liberdade”.<sup>520</sup> Já Antônio Neder, quando perguntado sobre as origens do liberalismo mineiro, aponta como causa a atividade mineradora, incompatível com a conduta abusiva dos agentes administrativos da metrópole, o que gerava rebeldia entre os colonos. Neste embate entre os mineradores e o autoritarismo metropolitano, os primeiros, iluminados pelas ideias da Revolução Francesa e da Revolução Americana, desenvolveram o liberalismo mineiro. Desta forma,

---

<sup>518</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 68.

<sup>519</sup> MANIFESTO DOS MINEIROS. FGV/CPDOC, p. 43.

<sup>520</sup> MANIFESTO DOS MINEIROS. FGV/CPDOC, p. 47.



diferentemente dos demais signatários, o liberalismo regional mineiro para Neder seria muito mais econômico do que político:

O mineiro de hoje, descendente do minerador, é homem afeito ao trabalho, como sucedia àquele seu ancestral e, por isto, não estima, senão que repele, o supradito intervencionismo, pois o Estado é mau administrador e seus agentes abusam do poder que lhes é concedido, transformam-no em um fim e fazem dos indivíduos o ingrediente indispensável à sua máquina, pachorrenta em tudo o que diz respeito à promoção do bem comum, motivo do pessimismo dos mineiros em relação a administração pública<sup>521</sup>.

Ao se utilizarem do passado em seu discurso, a elite signatária do Manifesto dos Mineiros possui a intenção de despertar o país para a possibilidade da redemocratização, colocando-se como líderes deste processo. E embora descreva o passado, o Manifesto revela o ensejo de indivíduos preocupados em operar o imaginário social para obterem maior espaço de atuação política no futuro. De acordo com Carlos Augusto Serbena,

o imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas<sup>522</sup>.

Mesmo nos depoimentos fornecidos pelos mineiros signatários do Manifesto ao CPDOC em 1981 o porvir ainda é o enfoque, não mais para incitar uma mudança política, mas sim a conservação de suas memórias como lideranças audaciosas na luta pela democracia.

### **Considerações finais**

O Manifesto dos Mineiros, juntamente com os depoimentos de seus signatários concedidos ao CPDOC, oferecem uma miríade de possibilidades nos estudos de imaginário social. O uso de episódios da história de Minas Gerais, como a Inconfidência Mineira e a Revolta de 1842, de personagens como Tiradentes e Teófilo Ottoni, além das referências da exploração mineradora e como ela moldou o espírito mineiro revela a luta simbólica travada por estes indivíduos contra o Estado Novo, buscando assim legitimação de sua ação política ao buscarem cristalizar uma identidade mineira. Os critérios buscados para a constituição de uma identidade regional, conforme explica Bourdieu,

---

<sup>521</sup> \_\_\_\_\_. *FGV/CPDOC*, p. 61.

<sup>522</sup> SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas* (UFSC), Florianópolis, v. 52, 2003. p. 6.

são objeto de *representações mentais*, [...] em que os agentes investem os seus interesses e pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas [...] ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores<sup>523</sup>.

É preciso ressaltar, contudo, que esta operação do imaginário não é algo feito de maneira totalmente calculista, sendo os próprios signatários do Manifesto adeptos à ideia de identidade regional que buscavam exaltar. Mesmo nos depoimentos, quatro décadas depois, esta elite descreve os valores liberais e de dever cívico como uma constante da história do estado, mesmo naquela época. O estudo desta elite política e econômica ainda se faz necessário na atualidade ao constatarmos que muitas destas ideias que caracterizam a identidade mineira ainda se encontram propagados pelo imaginário político na atualidade.

---

<sup>523</sup> BOURDIEU. *O poder simbólico*, p. 112.

## Klaxon e Estética: O modernismo brasileiro em revistas

*“Principiar é trabalho leviano que qualquer ombro de piá carrega porém em seguida a gente percebe que não pode ficar nessa promessa de menino-prodígio, que tem mesmo de ir além e sobretudo ir mais profundo e que-dê estudo, que-dê base, que-dê treino e fôlego para isso?”.* (Carta de Mário de Andrade de 8 de novembro de 1927, a Rosário Fusco).

**André Augusto Abreu Villela**  
Graduado  
Centro Universitário UNI-BH  
[andrevillela2000@hotmail.com](mailto:andrevillela2000@hotmail.com)

**RESUMO:** Este presente artigo tem como pretensão analisar a importância das revistas modernistas lançadas no período de 1922 a 1928. Período esse conhecido como "modernismo heroico", destacando principalmente as revistas *Klaxon* e *Estética*, e a atuação dos jovens modernistas Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto, tanto na representação de *Klaxon*, e na criação de *Estética* no Rio de Janeiro em 1924. Neste artigo destaca-se o legado deixado por essas publicações, servindo anos mais tarde como inspiradores de movimentos como a *Tropicália* e o *Cinema Novo Brasileiro*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernismo, Klaxon, Estética, Sérgio Buarque de Holanda, Prudente de Moraes, neto e Mário de Andrade.

### Introdução

Segundo o pensamento de Sirinelli (1988), os intelectuais são produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político, relativamente engajados na vida da cidade ou nos locais de produção e divulgação do conhecimento e de promoção dos debates. Segundo ainda Jean-François Sirinelli (1988), são também criadores e mediadores culturais, empenhados na elaboração de várias interpretações sobre a sua realidade social, ou seja, ao estudarmos os intelectuais, estaremos estudando, de certa forma, uma história política produzida por eles. Os grupos de sociabilidade derivam das experiências e das relações sociais vividas por esses indivíduos intelectuais em locais específicos, lugares e redes de sociabilidade, através do tempo. (SIRINELLI, 1988).

Relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais... a noção de rede remete ao microsomo particular de um grupo,

no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo. (SIRINELLI, 1988, p. 248).<sup>524</sup>

Segundo o autor, os lugares onde se fermenta esse ideário de sociabilidade e de redes são muitas vezes cafés, bares, revistas, editoras, correspondências, livrarias entre outros. Nesse ponto, Sirinelli (1988) dá uma atenção especial à revista, pois segundo ele, a revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 1988).

As “redes” secretam, na verdade, microclimas a sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microssomo intelectual particular. (SIRINELLI, 1988, p. 252-253).

Outro ponto que merece ser destacado para Sirinelli (1988), além das revistas, são as correspondências trocadas entre determinados personagens. Por essas cartas, percebe-se a formação de um núcleo, de um grupo coeso em uma mesma sintonia, em que até a linguagem se torna um referencial entre os pares para definir o conceito de redes. Como cita Sirinelli : “A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece”. (SIRINELLI, 1988). Percebe-se, então, não só uma rede, mas várias redes formadas, pois Sérgio Buarque também se mantinha atualizado através de correspondências com o movimento modernista mineiro, de Recife, e se mantinha atualizado principalmente com o que acontecia na Europa. Pois, para a elaboração de suas obras, vai dialogar mais com escritores europeus do que propriamente com os brasileiros. Arcanjo (2013) nos mostra como essa relação de troca de correspondências entre intelectuais vai ser importante na construção das identidades e na legitimação das redes de sociabilidade:

As cartas expressam a presença de redes de comunicação entre indivíduos e grupos, sendo a partir destas, necessário pensar a construção de redes de sociabilidade por meio das quais os correspondentes constroem, implícita ou explicitamente aproximações, distanciamentos, rupturas, pactos, tensões e afetos. (ARCANJO, 2010, p. 72).<sup>525</sup>

---

<sup>524</sup> SIRINELLI, François. *Por uma História Política*, in: RÉMONDE, Réne. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1988.

<sup>525</sup> ARCANJO, Loque. *Os Sons de uma Nação Imaginada: As Identidades Musicais de Heitor Villa-Lobos*. (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em História, Belo Horizonte, 2013.

Torna-se importante refletir sobre o pronunciamento de Malatian (2009) acerca da importância da análise das cartas trocadas entre esses grupos de intelectuais, na formação das redes de sociabilidade. Segundo a historiadora, são significativas:

As intrincadas redes de relações sociais que reúnem seus autores. Isto é importante particularmente para o caso dos intelectuais, pois envolve sua rede profissional, onde ocorrem trocas de livros, opiniões, sentimentos diversos e firmam-se estratégias de atuação entre os pares. (...) Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum (...) O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da personalidade de um determinado autor, da construção da sua obra, da recepção das suas ideias. (MALATIAN, 2009, p. 195).<sup>526</sup>

### O Modernismo nas revistas *Klaxon* e *Estética*

Em 2012, celebrou-se 90 anos da Semana de Arte Moderna, mais do que isso, celebrou-se também 90 anos do lançamento da primeira revista de cunho modernista, a *Klaxon*, revista paulista voltada para as publicações da Semana de 22. Era uma revista de combate, cujo nome foi inspirado na vanguarda futurista. Segundo explica Mário de Andrade, o fundador da revista, *Klaxon* foi criada para organizar a “bagunça” que houve durante a semana, que aconteceu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro. Além da *Klaxon*, cabe destacar que muitas outras revistas foram criadas durante o período que vai de 1922 a 1928, sendo esses anos muito produtivos em relação a publicação de materiais voltados para o modernismo. Destaca-se que o eixo sudeste dominou o mercado, tendo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os principais polos construtores no Brasil em relação às publicações das revistas. (VELLOSO, 2006).<sup>527</sup>

Segundo Marques (2013), por meio das revistas, as ideias se propagam, superam fronteiras e novos movimentos são deflagrados. Esse período que vai de 1922 a 1928, também é conhecido como “modernismo heroico”, pois segundo consta, somente a revista *Festa*, tinha um mecenas, que sustentava suas publicações. Enquanto as demais tiveram uma vida bem curta, pois não havia dinheiro suficiente para a produção, o que havia, segundo Marques (2013), eram vaquinhas literárias, apoios localizados, sendo assim, elas acabavam por falta de condições financeiras. Como cita Marques.

<sup>526</sup> MALATIAN, Teresa. *Cartas: Narrador, Registro e Arquivo. O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>527</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *As Modernas Sensibilidades Brasileiras: Uma Leitura das Revistas Literárias e de Humor na Primeira República*. França: Nuevo Mundo Mundo Nuevo, 2006. (Artigo Científico).

Destinadas a um público bem mais restrito, essas publicações não precisavam abusar de apelos visuais, que de qualquer modo seriam inviáveis, por conta da falta de recursos e das enormes dificuldades de produção. (MARQUES, 2013, p. 13).<sup>528</sup>

Porém em se tratando de revistas, o Brasil sempre teve uma tradição muito forte nesse aspecto, temos a *Kosmos* (1904-1909), *Fon-Fon!* (1907-1958), *A Careta* (1908-1961), *O Malbo* (1902-1954), *O Pirralho* (1911-1919) e *Paratodos* (1919-1932), revistas essas que tiveram uma sobrevida maior, em relação às revistas de cunho modernista. Essa batalha inicia-se em 1922, através da figura proeminente e intelectual de Mário de Andrade, segundo constata os amigos, era ele a consciência mais aguda daquele período, sendo ele leitor ávido de publicações europeias, como *L'Esprit Nouveau*, *Lumière*, *La Nouvelle Revue Française* e a alemã *Der Sturm*, além de outras. O próprio Mário, em 1942, em uma conferência de nome “O movimento modernista” assim cita:

O que nos igualava, por cima dos nossos despautérios individualistas, era justamente a organicidade de um espírito atualizado, que pesquisava já irrestritamente radicado à sua entidade coletiva nacional. (VELLOSO, 2010).<sup>529</sup>

A *Klaxon*, lançada três meses após a Semana de Arte Moderna de 1922, mais precisamente no dia 15 de maio, onde ela se torna consequência de todo aquele movimento inovador, que aconteceu no Teatro de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro em São Paulo. Pode-se dizer, que entre todas, era a mais inovadora, a mais combativa, e a mais radical. Por isso, nem todos entenderam direito sua mensagem, como foi o caso do escritor Lima Barreto, que em carta, critica a publicação da revista. Como relata em seu artigo publicado na carioca *A Careta* de Julho de 1922, dirige-se diretamente a Sérgio:

São Paulo tem a virtude de descobrir o mel do pão em ninho de coruja. De quando em quando, ele nos manda umas novidades velhas de quarenta anos. Agora por intermédio do meu simpático amigo Sérgio Buarque de Holanda, quer nos impingir como descoberta dele, São Paulo, o tal de “futurismo” (...) Recebi e agradeço, uma revista de São Paulo que se chama Klaxon. Em começo, pensei que se tratasse de uma revista de propaganda de alguma marca de automóveis americanos (...) O que há de azedume neste artiguete não representa nenhuma hostilidade aos moços que fundaram a Klaxon; mas sim, a manifestação da minha sincera antipatia contra o grotesco “futurismo”, que no

---

<sup>528</sup> MARQUES, Ivan. *Modernismo em Revista: Estética e Ideologia dos Periódicos dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

<sup>529</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *O Moderno em Revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. OLIVEIRA, Claudia, VELLOSO, Monica Pimenta, LINS, Vera. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

fundo não é senão brutalidade, grosseria e escatologia, sobretudo esta. (MONTEIRO, 2012, p. 178).<sup>530</sup>

Porém, cabe destacar que o artigo de Lima Barreto, foi imediatamente rebatido no número de agosto de *Klaxon*, na seção “*Luzes e Refrações*” na qual os klaxistas ensaiavam respostas a recepção conservadora.

Sr. Lima, como seu artigo “não representa Klaxon” amigavelmente tomamos a liberdade de lhe dar um conselho: não deixe mais que os rapazes paulistas vão buscar no Rio edições da Nouvelle Revue, que, apesar de numeradas e valiosíssimas pelo conteúdo, são jogadas como inúteis em baixo das bens providas mesas das livrarias cariocas. Não deixe também que as obras de Apollinaire, Cendrars, Epstein, que a livraria Leite Ribeiro de a uns tempos para cá (dezembro, não é?) começou a receber, sejam adquiridas por dinheiros paulistas. Compre estes livros, Sr. Lima, compre estes livros! A propósito dizia o manifesto: “Klaxon não é futurista. Klaxon é klaxista. (MONTEIRO, 2012, p. 178).<sup>531</sup>

Em um artigo publicado em 1922, chamado *Os Novos de São Paulo*, 4 meses depois da Semana de Arte Moderna, Sérgio irá tecer elogios a Mário de Andrade e a revista *Klaxon*, que fazia um mês de seu lançamento.

A Semana de Arte Moderna, aplaudida por todos os homens descentes, consagrou-os definitivamente. Agora aparece a nova revista Klaxon, o órgão do movimento novo de São Paulo, destinado a um grande sucesso. Mas os modernos não se limitam só a palavra. Em poucos dias saíra dos prelos a Paulicéia Desvairada, de Mário de Andrade, um dos talentos mais sérios da nova geração paulista. (...) Em suma, os novos de São Paulo tem tanta confiança no próprio valor como a geração anterior na infalibilidade das regrinhas de Banville. (O MUNDO LITERÁRIO, 5 de Junho de 1922).<sup>532</sup>

Entre os que faziam parte da revista, podemos citar Mário e Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Luiz Aranha, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Tácito de Almeida e Rubens Borba de Moraes. Os encontros eram sempre realizados a tarde no escritório de Tácito de Almeida, localizado na Rua Direita, e depois seguiam para a Confeitaria Vienense, na Praça da República. Segundo Marques (2013), os klaxistas não eram somente aqueles que compunham a redação, mas também aqueles que eram seus representantes fora de São Paulo. Dentre eles podemos destacar Sérgio Buarque de Holanda, no Rio de Janeiro, Joaquim Inojosa,

---

<sup>530</sup> MONTEIRO, Pedro Meira. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, Edusp, 2012.

<sup>531</sup> \_\_\_\_\_. *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: Correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, Edusp, 2012.

<sup>532</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Os Novos de São Paulo*. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1922.



em Recife, L. Charles Beaudoin, na França, Roger Avermaete, na Bélgica, e Antonio Ferro em Portugal. (MARQUES, 2013).<sup>533</sup>

Como cita Velloso (2010), na revista *Estética*, predomina o foco urbano. São impressões e imagens sensoriais marcadas pelas novas ritmias da cultura da modernidade. É no Rio de Janeiro, epicentro dessa nova temporalidade, que Prudente de Moraes, neto experimeta, poeticamente, o deslocamento. São camadas de tempo que operam simultaneamente. (VELLOSO, 2010).<sup>534</sup>

Esses dois jovens irão ser de suma importância para o modernismo carioca, pois através deles, estabeleceu-se uma maior interlocução e diálogo com modernistas paulistas, mineiros e de outros estados. Assim disse Prudente de Moraes, neto no período de lançamento da revista *Estética*: "Tínhamos a intenção de marcar o início de uma fase construtiva e a parte material acompanhava essa intenção (...) Pretendíamos a agressividade interior". (LEONEL, 1984, p. 181).<sup>535</sup>

Se Klaxon foi um desdobramento da Semana de Arte Moderna, *Estética* desejou ser - embora a isso não se tenha limitado - a continuação de Klaxon, isto é, o órgão que o modernismo brasileiro deixara de ter desde o desaparecimento da revista de São Paulo, havia quase dois anos. A mesma turma de paulistas e cariocas que tinha feito a Semana reunia-se agora pela terceira vez, o que afasta completamente a ideia de *Estética* fosse, num campo imaginário de disputas, a arrematada de um grupo modernista do Rio de Janeiro. (MARQUES, 2013, p. 40).<sup>536</sup>

Já *Estética*, além de dar um contínuo a ideia original da *Klaxon*, foi inspirada também na revista inglesa *The Criterion*, de T.S. Eliot, lançada em 1922. Como citou Rubens Borba de Moraes, depois da “revista de combate que lutava, mordida, arranhava, descabelava”. *Estética* oferecia um “modernismo triunfante, afirmativo, bem instalado na vida”. (LEONEL, 1984, p. 140). Além de Rubens, o próprio Sérgio declarou acerca da revista:

Klaxon tinha sido uma revista que rompia com uma porção de coisas. Precisava-se fazer uma revista que passasse a construir alguma coisa, a partir daquela ruptura, com a mesma gente, e gente que foi aparecendo depois,

---

<sup>533</sup> MARQUES, Ivan. *Modernismo em Revista: Estética e Ideologia dos Periódicos dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

<sup>534</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *O Moderno em Revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. OLIVEIRA, Claudia, VELLOSO, Monica Pimenta, LINS, Vera. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

<sup>535</sup> LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e o Modernismo*. São Paulo / Brasília: Hucitec/INL, 1984.

<sup>536</sup> MARQUES, Ivan. *Modernismo em Revista: Estética e Ideologia dos Periódicos dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

porque muitos não estavam na Semana de Arte Moderna. (LEONEL, 1984, p.173).<sup>537</sup>

Porém em 1926, Sérgio e Prudente vão para a *Revista do Brasil*, onde o primeiro se torna seu colaborador de ponta e o segundo o seu secretário, tendo Rodrigo de Mello Franco Andrade na direção, sendo financiada pelo mecenas Paulo Prado. Como bem destaca Velloso (2006), citando a importância da articulação feita entre as elites intelectuais e empresariais na estruturação dessas redes de sociabilidade, e como foram importantes para construir um sentimento de brasilidade.

Essa articulação entre as elites empresariais e intelectuais, revela o papel estratégico exercido pelas revistas como lugar de estruturação das redes de sociabilidade, conformando um microcosmo específico de organização e de atuação em relação ao livro. (...) As revistas apresentaram-se como órgão de ponta na construção, veiculação e difusão do ideário moderno. São elas que ajudam a forjar a moderna sensibilidade brasileira, abrindo-se para diferentes leituras e sentidos. (VELLOSO, 2006).<sup>538</sup>

Significativo notar, é que nas páginas de *Estética*, seria o lugar do conflito entre os realizadores das duas revistas e também o grupo liderado por Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Renato Almeida, chamando a atenção, que esse foi o primeiro fato de um rompimento e cisão dentro do próprio modernismo. Já o outro grupo era formado por Sérgio, Prudente de Moraes, neto, Alcântara Machado, Manuel Bandeira e Oswald de Andrade, sendo que esses se identificaram com as perspectivas lançadas por Sérgio. (VELLOSO, 2006). Maria Eugenia Boaventura, no prefácio de sua obra, *22 por 22*, narra esse acontecimento entre os modernistas e Graça Aranha, quando este atacou a linguagem pau-brasil e recebeu, duras críticas através da crônica intitulada *Modernismo Atrasado*.

Graça Aranha é dos mais perigosos fenômenos de cultura que uma nação analfabeta pode desejar (...) O seu temperamento agitado levou-o aos graciosos excessos da Semana de Arte Moderna. Hoje, quando da revolução encanecida, brotam os caminhos claros de cada povo, ei-lo, importando para a academia uma série de abstrações inúteis e querendo impor, como modernistas, alguns dos espíritos mais tardos do país. (BOAVENTURA, 2000, p. 19).<sup>539</sup>

---

<sup>537</sup> LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e o Modernismo*. São Paulo / Brasília: Hucitec/INL, 1984.

<sup>538</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. *As Modernas Sensibilidades Brasileiras: Uma Leitura das Revistas Literárias e de Humor na Primeira República*. França: Nuevo Mundo Mundo Nuevo, 2006. (Artigo Científico)

<sup>539</sup> BOAVENTURA, Maria Eugenia. *22 por 22: A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Edusp, 2000.

Em 1926, Sérgio irá publicar, talvez o mais radical artigo já publicado por ele, chamado “*O Lado Oposto e Outros Lados*”, onde ele irá fazer uma crítica direta a obra de Ronald de Carvalho, intitulada *Toda América*, onde Sérgio irá romper dentro do próprio modernismo, criticando aqueles que por ele era chamado de “modernista acadêmico”, ou academizante. Como bem citou Prudente de Moraes, neto: “a crítica do modernismo ou se fazia dentro do modernismo ou não se fazia”. (LOENOEL, 1984, p. 185). Toda essa situação acabou por desenvolver um mal estar entre os modernistas. Abaixo Mário de Andrade, faz duras críticas a Graça Aranha, e onde Aranha, acusa Sérgio de estar conluídos com os paulistas.

Na “Carta aberta a Alberto de Oliveira”, publicada no terceiro número da revista, Mário de Andrade insiste que o Modernismo não foi trazido da Europa por Graça Aranha, pois já havia no Brasil um grupo vanguardista formado por Anita Malfatti, Victor Brecheret e Oswald de Andrade, entre outros.(...) o que provocou a indignação de Graça Aranha e a desconfiança de que os rapazes de Estética estivessem conluídos com os paulistas. (MARQUES, 2013, p. 44, 45).<sup>540</sup>

Porém nem todos estavam de comum acordo com as críticas feitas por Sérgio aos modernistas “academizantes”. Como foi o caso de Esmeraldino Olympio, como cita Velloso, foi possivelmente um pseudônimo usado por Freyre para assinar uma crônica na revista na qual fazia uma crítica feroz a Sérgio, principalmente pelo artigo *O Lado Oposto e Outro lado*. Nesse artigo, Freyre se coloca ao lado de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida entre outros, aderindo a uma retórica em que ele se identificava com os modernistas academizantes, que foram extremamente criticados por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto. Abaixo um trecho do artigo, publicado na Revista do Brasil no ano de 1926, *O Lado Oposto e Outros Lados*.

É indispensável para esse efeito romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade pra com os outros e pra consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “modernismo”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional. (REVISTA DO BRASIL, p.9-10, 15 de outubro de 1926).<sup>541</sup>

---

<sup>540</sup> MARQUES, Ivan. *Modernismo em Revista: Estética e Ideologia dos Periódicos dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

<sup>541</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Lado Oposto e Outros Lados*. *Revista do Brasil*, São Paulo, p.9-10, 15 de outubro de 1926.

Leonel (1984), em seu livro cita como Sérgio Buarque e Prudente de Moraes, neto, costumavam assinar as críticas, quando já sabiam de antemão as polêmicas que causaria os artigos nas publicações de Estética.

Em entrevista, já na década de 1980, ambos destacaram o fato, contando que costumavam assinar juntos as críticas, principalmente quando previam o desencadeamento de polêmicas. E quem costumava assinar em primeiro lugar, era aquele que propunha a chave argumentativa. (LEONEL, 1984, p. 172).<sup>542</sup>

Já Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *Essa Gente do Rio*, destaca o fato de São Paulo e Rio serem tão parecidos. "Rio e São Paulo eram absolutamente iguais: eles se odiavam". (GOMES, 1993, p. 65). Mostrando assim a rivalidade entre as duas cidades naquele contexto. Segundo Gomes (1993), o Rio de Janeiro convivia, desde os fins do século XIX, com duas presenças fundamentais em termos de referências para o mundo intelectual, primeiro: a Academia Brasileira de Letras, segundo: o grupo de boêmios da Rua do Ouvidor. Enquanto o Rio tinha uma identidade mais voltada para a presença do Estado, do comércio, da boemia, São Paulo era uma cidade marcada com forte tendência pela produção e pelo ethos do mercado. (GOMES, 1993).

A tradição mundana da cidade, que data do século XIX e tem na Rua do Ouvidor e depois na Avenida Central suas artérias principais. (...) Este mundo boêmio que possuía seu ethos e formas de expressão intelectual é o mesmo que abastece a Academia Brasileira de Letras e que igualmente procura formar outras associações com seu monopólio de consagração. (GOMES, 1993, p. 66).<sup>543</sup>

Assim declara Menotti Del Picchia, em 1922, oito meses após a Semana, a respeito dos "bandeirantes" paulistas, que foram ao Rio de Janeiro fincar o marco da "vitória" paulista sobre o movimento carioca. Entre esses "bandeirantes" estão Mário de Andrade, Oswald de Andrade entre outros.

Anteontem partiu para o Rio de Janeiro a primeira "bandeira futurista". Mário Moraes de Andrade - o papa do novo Credo - Oswald de Andrade, o bispo, e Armando Pamplona, o apóstolo, foram arrostar o perigo de todas as lanças (...) A façanha é ousada! (...) a "bandeira" futurista terá que afrontar os megatérios, os bizontes, as renas da literatura pátria, toda a fauna antediluviana, que ainda vive, por um milagroso anacronismo. (HÉLIOS, *Correio Paulistano*, 1922).<sup>544</sup>

<sup>542</sup> LEONEL, Maria Célia de Moraes. *Estética e o Modernismo*. São Paulo / Brasília: Hucitec/INL, 1984.

<sup>543</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...Os intelectuais cariocas e o modernismo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 62-77.

<sup>544</sup> HÉLIOS, "A bandeira futurista", *Correio Paulistano*, 22/10/1922.

Como cita GOMES (2003), acerca do mito da paulistanidade, na imagem da "bandeira" paulista, construída por Del Picchia. Segundo ele "O Rio era espaço da Academia e dos parnasianos e simbolistas, contra os quais essa bandeira investida duramente". Ainda segundo Hélios, "Os cariocas não comportavam a radicalidade paulista". (GOMES, 1993, p. 68). Significativo notar, como o movimento modernista se ligava sobretudo a figura de Sérgio Buarque, sendo esse uma espécie de "elo de ligação" entre o movimento carioca e o paulista, já que em setembro de 1924, O Rio de Janeiro, através da Revista Estética, torna-se o centro simbólico do legado modernista. (NICODEMO, 2012).

Desde que chegou ao Rio de Janeiro, em 1921, aos dezenove anos, Sérgio Buarque de Holanda operou como elo entre o círculo de intelectuais modernistas do Rio de Janeiro e de São Paulo. É certo que ajudou muitos na aproximação entre Mário de Andrade e intelectuais como Graça Aranha, Ribeiro Couto e Ronald de Carvalho. Mesmo as primeiras correspondências trocadas entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira evidenciavam uma aproximação organizada pela presença de Sérgio. (NICODEMO, 2012, p. 110-111).<sup>545</sup>

Mário ainda lamenta o fechamento da revista Estética por falta de recursos financeiros, dessa maneira, acaba-se por criar um tom mais intimista e de proximidade entre Mário de Andrade e os jovens modernistas, dizendo terem eles cumprido muito bem sua missão embora como o próprio Mário diz, a falta de "arame" fosse um problema insolúvel, difícil de resolver. (VELLOSO, 2010). Cabe aqui destacar a primeira carta, trocada ainda em 1922, mais precisamente no dia 08 de maio, onde Mário de Andrade diz a Sérgio: "É preciso que não te esqueças de que fazes parte dela. Trabalha pela nossa Ideia, que é uma causa universal e bela, muito alta". (MONTEIRO, 2012, p. 19). Acerca dessa correspondência, Sérgio 30 anos depois, publica um artigo no Jornal Diário Carioca, intitulado Depois da Semana, onde revela mais detalhes sobre o trecho da carta citada acima, quando se correspondia com Mário de Andrade.

De Mário de Andrade guardo uma carta escrita em 8 de maio de 22, onde a recomendação de cooperar ativamente no trabalho comum – "trabalha pela nossa Ideia, que é uma causa universal e bela, muito alta" – não falta sequer a maiúscula de "Ideia" a sugerir uma convicção meio solene e ainda mal polida. Isso justamente as vésperas de sair o primeiro número do Klaxon, dinamite do modernismo de guerra, e ainda em plena fase "desvairista". (JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 24 de fevereiro de 1952).<sup>546</sup>

---

<sup>545</sup> NICODEMO, Thiago Lima. *Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960*. Seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda". Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2012.

<sup>546</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Depois da Semana. *Jornal Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1952.

## Conclusão

Dessa forma, pode-se concluir como essas produções, mesmo tendo vida curta, foram importantes na construção de uma nova identidade brasileira, e como elas constituíram um novo paradigma em se tratando de modernismo. Como cita Velloso (2006), essas revistas foram importantes para a construção de um novo sentimento de brasilidade. Revistas essas, que circularam em meados dos anos 20, e acabaram por ocupar um papel muito importante no restrito mundo intelectual de seu tempo. Como bem cita LUCA (2010), no prefácio da obra *O Modernismo em Revistas*, a importância dessas revistas.

Debatia-se em suas páginas, a articulação entre modernismo e brasilidade, alargada para além da cultura livresca. E isso, sobretudo, graças a Prudente e Sérgio, intelectuais que mantinham ligações com a cultura boêmia carioca e mostravam-se sensíveis as manifestações populares. (LUCA, 2010, p. 9)<sup>547</sup>

---

<sup>547</sup> LUCA, Tânia Regina. *O Moderno em Revistas: Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. In: OLIVEIRA, Claudia, VELLOSO, Monica Pimenta, LINS, Vera. (Org.). Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

# Conceitos de Modernidade, Multidão e Flâneur para Walter Benjamin e a relação com a poesia de Manoel de Barros

Ana Clara Pinho Ferraz

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

anacpf@ufmg.br

**Resumo:** Walter Benjamin (1892 – 1940), importante ensaísta, filósofo e sociólogo nascido em Berlim, foi um dos mais ilustres pensadores alemães do século XX. Dentre seus inúmeros ensaios, Benjamin reflete acerca da modernidade e dos conceitos de *multidão* e *flâneur*, ao estudar Charles Baudelaire, o autor elabora hipóteses de como teria se dado a modernidade (e quais teriam sido suas consequências) no final do século XIX em Paris, Londres e Berlim. Trazendo essa ideia para o Brasil do século XX, nessa comunicação pretendo contrapor os conceitos de modernidade, multidão e *flâneur* de Benjamin com a literatura do poeta pós-modernista brasileiro Manoel de Barros (1916 – 2014), relacionando com o contexto do Brasil republicano. Acredito que Barros, cuja escrita foi marcada sobretudo pelo uso de um vocabulário coloquial e rural, pode ser descrito como uma espécie de *flâneur* brasileiro, que, assim como Baudelaire, se encantava com a multidão ao mesmo tempo em que não se sentia pertencente a ela. Dessa forma, a partir das mudanças ocorridas nos diversos cenários brasileiros no século XX, é possível encontrar Barros e suas vozes líricas observando, de longe, a ascensão da modernidade.

**Palavras-chave:** Walter Benjamin; Manoel de Barros; modernidade; flâneur; multidão.

Walter Benjamin foi um importante ensaísta, crítico de literatura, filósofo, sociólogo e tradutor nascido em Berlim em meio a uma família judia em 1892, tendo sido um dos mais ilustres pensadores associados à *Escola de Frankfurt*. Benjamin foi influenciado por teorias marxistas e hegelianas, pela psicologia freudiana e por muito da tradição judaica que vivenciou desde a infância. Admirador da cultura e língua francesa, traduziu para o alemão diversas obras de Charles Baudelaire, poeta nascido em 1821, utilizando do escritor e sua cidade natal, Paris, como referência para muitos de seus trabalhos. Dentre outros inúmeros ensaios, Benjamin reflete acerca da modernidade e dos conceitos de *multidão* e *flâneur*, no livro “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo”<sup>548</sup>, o autor elabora hipóteses de como teria se dado a modernidade (e quais teriam sido suas consequências) no final do século XIX em Paris, Londres e Berlim.

---

<sup>548</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo - Obras Escolhidas III*. Trad. Alves Baptista, H. São Paulo: Brasiliense, 1994.



No livro “Tudo que é sólido desmancha no ar”<sup>549</sup>, Marshall Berman analisa a modernidade como sendo uma “experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo”<sup>550</sup>. Dessa forma, o sujeito moderno estaria inserido em um processo de modificações sociais, religiosas, ideológicas, geográficas, econômicas, políticas, etc., tendo vivenciado o desmoronamento de tudo que se sabia e conhecia pra ver a construção de algo novo. Berman, então, divide a modernidade em três fases: a primeira teria durado do início do século XVI ao fim do século XVIII e as pessoas nesse momento estariam apenas começando a vivenciar a vida moderna e a modernidade, sem estarem cientes disso. A segunda fase teria começado com a Revolução Francesa, que acabou por envolver um grande público que compartilhava do mesmo desejo de viver em um ambiente revolucionário e, conseqüentemente, moderno; o público moderno do século XIX, então, teria vivido em um mundo cuja modernidade estava chegando mas ainda não havia se dado completamente. No século XX, para Berman, o processo de modernização já teria se expandido e abarcado o mundo inteiro, culturalmente, sociologicamente e politicamente, sendo esta a terceira fase da modernidade. Assim, é possível colocar a modernidade como sendo uma espécie de experiência social e histórica que despertou várias modificações culturais, sociais, filosóficas e científicas, ocasionando diversas reformas e transformações de caráter estrutural.

Walter Benjamin utiliza do livro “As Flores do Mal”<sup>551</sup>, de Baudelaire, como referência fundamental para a compreensão da modernidade. Charles-Pierre Baudelaire é considerado um dos mais importantes poetas parisienses, sendo um dos precursores do simbolismo e o pioneiro intelectual da “modernidade”. A poesia de Baudelaire, considerada ousada para seus contemporâneos, misturava elementos poéticos e realistas, propondo duelos, contrastes e contradições em relação a situações cotidianas: para Benjamin, “Baudelaire inseriu a experiência do choque no âmago de seu trabalho artístico”<sup>552</sup>. Ao mesmo tempo em que sua poesia demonstra claramente os costumes e culturas europeias, ela cria no leitor questões reflexivas acerca da realidade vivida, fazendo com que diversas esferas outrora ignoradas fossem retomadas e interpretadas através de uma outra visão. Charles Baudelaire, diferentemente dos outros poetas

---

<sup>549</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>550</sup> BERMAN. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo. Cia das Letras, 2008, p. 15.

<sup>551</sup> BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

<sup>552</sup> BENJAMIN. *Charles Baudelaire: Um Lírico no Auge do Capitalismo*, p. 111.

de sua época, deixa sua “torre de marfim” e mistura-se com as “pessoas comuns”. Ele é um sujeito que introduz na poesia temas e palavras antes não abordadas, tomando elementos citadinos como fonte de inspiração para suas obras.

Ao estudar o poeta, Benjamin almejava reescrever a história através da concepção dos vencidos, já que a poesia de Baudelaire pode ser considerada uma espécie de resistência à modernidade, principalmente por ir contra a ideia de que as coisas devem ser valorizadas pelo seu preço. Em algumas de suas diversas obras, Baudelaire apresenta ao leitor um importante “personagem”; o *flâneur*, “termo em francês para aquele que é um andarilho, a pessoa que se perde pela cidade, andando e andando sem um destino e, assim, observa tudo a sua volta como se fosse novidade. É alguém aberto ao que o mundo expõe a cada segundo”<sup>553</sup>. Para Benjamin, a poesia de Baudelaire possui uma visão alegórica acerca da urbe, já que o escritor observa e analisa o estado de degradação humana encontrado na cidade grande. Seria o *flâneur* o personagem a esmiuçar esses elementos citadinos, buscando na multidão respostas para suas perguntas; esse personagem, então, se encontraria extasiado ao observar o novo trazido pela modernidade na virada do século XIX pro XX.

As diversas mudanças econômicas e políticas do período acarretaram larga influência na construção de novos modelos e condutas sociais. Como consequência da modernidade do século XIX, verificou-se um aumento expressivo da população das cidades, que acabou servindo de cenário para o nascimento do fenômeno da multidão. Outrora de pequeno a médio porte, em dado período as cidades não se encontravam preparadas para incorporação das massas trabalhadoras que surgiam, fazendo com que grande parte da população tivesse que se acostumar com condições de vida baixíssimas. Por outro lado, com a ascensão da classe média e a crescente interiorização do sujeito moderno em ambientes privados, a multidão torna-se um mistério. Dessa forma, o *flâneur* tenta se inserir em meio à massa com o intuito de investigar (talvez como um detetive) para entender as pessoas da multidão e suas individualidades.

---

<sup>553</sup> FRANCONETI, Marina. *Um olhar pulsante sobre a modernidade por Baudelaire, Poe e Hoffmann*. Disponível em: <<http://literatortura.com/2013/07/um-olhar-pulsante-sobre-a-modernidade-por-baudelaire-poe-e-hoffmann>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

De acordo com Olgária Matos, “a cidade é o espaço de individualização e cidadania política, atualizada por esses liames de afeição, ternura, admiração, sublimação e convivência”<sup>554</sup>; todavia, por mais que alguns sujeitos pudessem dispor de características físicas dissemelhantes, vestindo roupas e agindo de formas diferentes, nesse momento elas acabaram por se incluir em uma massa populosa, um conjunto homogêneo sem grandes diferenças entre si – assim, portanto, é constituída a multidão. Essas pessoas passam a comportar-se de forma igual às demais sem realizar grandes reflexões acerca dessa massificação automática. Por conseguinte, as diversas conjunturas econômico-sociais e a vida privada desse momento, concebidas a partir da industrialização e urbanização europeia, estão extremamente conectadas com a multidão.

É possível citar que:

o *flâneur* não existe sem a multidão, mas não se confunde com ela. Perfeitamente à vontade no espaço público, o *flâneur* caminha no meio da multidão 'como se fosse uma personalidade', desafiando a divisão do trabalho, negando a operosidade e a eficiência do especialista. Submetido ao ritmo de seu próprio devaneio, ele sobrepõe o ócio ao 'lazer' e resiste ao tempo matematizado da indústria<sup>555</sup>.

O *flâneur* se difere do operário e do vagabundo por muitas vezes ser de origem burguesa; assim, diferentemente do ócio do pobre, que sempre foi criticado e considerado uma ameaça à sociedade, o ócio do *flâneur* é aturado, já que a *flânerie* era considerada uma arte para muitos poetas e pensadores da época. É possível afirmar, então, que *flâneur* se mistura na multidão por curiosidade e desejo de conhecimento e compreensão das fantasmagorias da sociedade, específicas da modernidade e do capitalismo contemporâneo.

Entretanto, mesmo em meio a tantos indivíduos diferentes e concomitantemente iguais, o estado de isolamento chega a afetar o *flâneur*; ele sente-se dependente de outros sujeitos, mas não encontra quem o auxilie, já que em meio à multidão um homem não enxerga ao outro. O homem da multidão passa em meio a inúmeras outras pessoas diariamente, mas não consegue perceber a presença humana. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a multidão padroniza os indivíduos, é nela que o sujeito desejoso do isolamento consegue conquistá-lo com maestria. É possível, com facilidade, ignorar toda a individualidade de outrem, já que nesse momento a cidade passa a ter

---

<sup>554</sup> MATOS, Olgária Chain Féres. Walter Benjamin: pólis grega, metrópoles modernas. In: *Benjaminianas - Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 144.

<sup>555</sup> D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. In: *Estudos Avançados*, USP, v. 20, n. 56, 2006. p. 242.

um caráter desumano, pelo fato de que “as metrópoles encontram-se em constante e acelerada transformação, o que resulta no desaparecimento dos suportes objetivos da memória; a destruição dos espaços da cidade converte-se em metrópole impessoal e sem memória. (...) Tudo é repetição, é multiplicação do sempre-igual.”<sup>556</sup> A preocupação com o próximo viria, então, de acordo com seus próprios interesses e conveniências.

O aparecimento do *flâneur*, portanto, relaciona-se profundamente com o espírito de mobilidade inaugurado com a ascensão da modernidade. O *flâneur*, ao se desvincular da esfera privada, enxerga o mundo de outra maneira: ele percebe que o homem moderno é prejudicado pelas agressões das mercadorias e anulado pela multidão, sentindo-se angustiado ao vagar pela cidade em estado de abandono. O *flâneur*, como sujeito desenraizado, utiliza da cidade grande para realizar suas reflexões e observações: ele observa os moradores da cidade e a multidão, objetivando compreender o panorama urbano e suas especificações. Sendo “a cidade o autêntico chão sagrado da *flanêrie*”<sup>557</sup>, torna-se imprescindível o estudo dos centros urbanos modernos, surgidos a partir da expansão econômica e demográfica do século XIX, para o entendimento do *flâneur* e sua relação com a multidão.

Após analisar a modernidade pela ótica europeia, torna-se preciso compreender o processo de modernização brasileiro. Para isso, é necessário analisar as diferenciações entre os conceitos de *modernidade*, *modernização* e *modernismo*; a *modernização* pode ser definida como o conjunto de processos de transformação social no qual se verifica maior desenvolvimento das relações econômicas e capitalistas, ocorridas a partir da industrialização e urbanização. Por outro lado, a modernidade seria uma espécie de experiência social e histórica gerada a partir da *modernização*, tendo se estabelecido de forma consolidada a partir da Revolução Industrial. Assim, na *modernidade* enxergam-se inúmeras modificações culturais, sociais, filosóficas e científicas, ocasionando reformas e transformações de caráter estrutural. Diversos movimentos artísticos surgidos no século XX que visaram questionar e ir contra a ordem e culturas vigentes receberam o nome de *Modernismo*; por acreditar que as formas tradicionais das artes em geral estavam ultrapassadas, tornou-se necessário, então, criar uma nova cultura baseada nos conceitos, ideias e visões surgidas com a ascensão da modernidade. Portanto, as novas formas artísticas desenvolvidas nesse momento iam de acordo com o modo moderno de pensar. Após a

<sup>556</sup> MATOS. *Walter Benjamin: pólis grega, metrópoles modernas*, p. 155.

<sup>557</sup> BENJAMIN. Charles Baudelaire: *Um Lírico no Auge do Capitalismo*, p. 191

proclamação da República, em fins do século XIX, a sociedade brasileira se viu liberta de um sistema escravocrata; por isso a vida da população se modificou de inúmeras formas, inclusive cotidianamente. A modernização batia na porta do Brasil e nesse momento seria possível identificar vários elementos desconhecidos outrora, como a formação de novas estruturas comerciais e financeiras, o desenvolvimento industrial e tecnológico, a presença de veículos nas ruas e o aparecimento de grandes centros urbanos que acabou por ocasionar um grande êxodo rural, propiciando o surgimento de cortiços e formas precárias de moradia nas capitais.

Então, nesse momento, verifica-se o surgimento do *Modernismo brasileiro*, movimento cultural que teve como principal pressuposto renovar a arte brasileira, opondo-se ao tradicionalismo e implantando uma arte moderna. Desejando substituir os antigos valores por ideias inovadoras de progresso, originando um nacionalismo artístico e a uma consciência criadora brasileira, o *Modernismo* brasileiro possuiu como marco a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922 entre os dias 11 a 18 de fevereiro daquele ano. No entanto, após a Semana de 22 o modernismo brasileiro modificou-se consideravelmente, podendo ser dividido em três gerações: a primeira fase modernista (1922-1930), surgida em 22 ainda no momento em que as oligarquias estavam no poder e finalizada em 1930 com a Revolução que colocou Getúlio Vargas no governo, tendo como características gerais a liberdade de escrita e forma, o verso livre, a utilização de paródias, o rompimento com o passado e a criação de um nacionalismo crítico e ufanista. A segunda fase do modernismo (1930-1945) durou o tempo da Ditadura de Vargas e possuiu traços de preocupação social, a continuidade dos versos livres e questões espirituais e intimistas. A terceira geração modernista (1945-1960) teve como objetos poéticos e estéticos diferentes dos anteriores, mais formais, sendo os artistas sujeitos inseridos em movimentos sociais, ainda desejosos de romperem com o discurso tradicional. É necessário citar também o pós-modernismo, sendo este um movimento que visava intensificar os traços da modernidade, surgindo depois do modernismo e mantendo algumas características trabalhadas pelas gerações anteriores, mas modificando diversas por considerarem que o modernismo não havia sido radical o suficiente. O Brasil vivido pelos pós-modernistas era dependente financeiramente das grandes potências e vivia em meio à pobreza e analfabetismo, ao mesmo tempo em que se verificava o surgimento de novas tecnologias e avanços científicos. É possível destacar, como importantes traços do pós-modernismo, a ironia, a ênfase no cotidiano, o aumento considerável do lúdico na literatura, a utilização de intertextualidade e a intensa necessidade de autorreflexão.

Manoel Wenceslau Leite de Barros foi um ilustre poeta brasileiro nascido em Cuiabá no ano de 1916, tendo pertencido formalmente ao pós-modernismo brasileiro apesar de possuir características que o assemelhavam mais com as vanguardas europeias do início do século XX e com a primeira geração do modernismo. A escrita de Barros é marcada pelo uso de um vocabulário coloquial e rural, remetendo-se claramente à oralidade, além da ampla utilização de neologismos. Daí então a gente pode citar alguns dos principais temas utilizados por Manoel de Barros que seria o apreço ternura em relação à natureza e ao Pantanal, a infância, os elementos banais e cotidianos e as *coisas* consideradas mágicas e belas presentes no mundo que o cercava.

Uma das grandes características de Barros é a inserção, em seus poemas, de personagens andarilhos e peregrinos, figuras semelhantes ao *flâneur* e que recebem um valor incontestável nos textos do autor, que tanto prezava aquilo que era considerado insignificante para a sociedade da época. Assim, Barros comumente engrandece os seres desprezados e menosprezados, tanto humanos quanto animais, como bem explicitado no poema abaixo:

Uso a palavra para compor meus silêncios.  
Não uso das palavras  
Fatigadas de informar.  
[...]  
Dou importância às coisas desimportantes  
E aos seres desimportantes  
Prezo insetos mais que aviões.  
Prezo a velocidade  
das tartarugas mais do que as dos mísseis.  
Tenho em mim esse atraso de nascença  
[...]  
Tenho abundância de ser feliz por isso.  
Meu quintal é maior do que o mundo.  
Sou um apanhador de desperdícios  
Amo os restos  
Como boas moscas.  
Queria que minha voz tivesse formato de canto  
Porque não sou da informática  
Eu sou da invencionática.<sup>558</sup>

Nesse poema, o eu-lírico expõe não gostar de “palavras fatigadas de informar”. Como sendo um sujeito do campo e amante da natureza, ele se sente incomodado com a quantidade de informações presentes no mundo moderno, lotado de novas tecnologias e conhecimentos científicos que acabam fazendo com que as pessoas desvalorizem as pequenas coisas da natureza

---

<sup>558</sup> BARROS, Manoel de. O apanhador de desperdícios. In: *Memórias inventadas para crianças*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006, p. 15.

e da vida cotidiana. Então, para o eu-lírico, as coisas e seres desimportantes seriam mais belas que as inovações tecnológicas, que a velocidade, que a informática; ele é, portanto, um “apanhador de desperdícios” que prefere os restos e as coisas desmerecidos pela sociedade do que as grandes tecnologias que estavam em ascensão e as correrias da vida moderna.

Ora, assim como diversos personagens de Baudelaire eram considerados *flâneurs*, o próprio poeta francês também se colocava nessa posição de *divagador*. Dessa forma, dentre diversos outros artistas que também podem se encaixar dentro dessa definição, é possível descrever Manoel de Barros como sendo uma espécie *flâneur brasileiro* que, assim como Baudelaire, se encantava com a multidão ao mesmo tempo em que não se sentia pertencente a ela.

Em uma de suas poesias, Manoel de Barros cita Baudelaire:

Sei que fazer o inconexo aclara as loucuras.  
Sou formado em desencontros.  
A sensatez me absurda.  
Os delírios verbais me terapeutam.  
Posso dar alegria ao esgoto (palavra aceita tudo).  
(E sei de Baudelaire que passou muitos meses tenso porque não encontrava um título para os seus poemas. Um título que harmonizasse os seus conflitos. Até que apareceu Flores do mal. A beleza e a dor. Essa antítese o acalmou.)  
As antíteses congraçam.<sup>559</sup>

Assim como Baudelaire, Barros e suas vozes líricas admiram e encontram beleza nas coisas “feias” e desleixadas pela sociedade, enxergando nas antíteses a solução para seus problemas. Na poesia a seguir, escrita por Baudelaire, fica evidente o quanto o escritor utiliza de antíteses e contradições para expor seus conceitos e opiniões: “[...] Beleza? O teu olhar, infernal e divino,/ Gera confusamente o crime e o heroísmo,/ E podemos, por isso, comparar-te ao vinho[...].”<sup>560</sup>. A flor e o mal, a beleza e a dor, o feio e o belo, portanto, se fazem presente nas poesias de ambos os poetas em questão.

Ao analisar o seguinte trecho de Manoel de Barros, “[...] vadio e evadido/ vagabundeio só/ amo a rua torta/ e do amor o odor [...]”<sup>561</sup>, é possível perceber que o autor demonstra que, assim como um *flâneur*, sua personagem vaga pelas ruas tortas, amando os elementos cotidianos e deixando-se encantar com a poesia. Através do poema a seguir é possível perceber o quão forte é a figura do *flâneur* na poesia de Barros:

<sup>559</sup> \_\_\_\_\_. Desejar ser. In: *Livro sobre nada*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 33.

<sup>560</sup> BAUDELAIRE. *As flores do mal*, p. 163.

<sup>561</sup> BARROS, Manoel de. Fragmento de canções e poemas. In: *Poesias*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 10.



Ah, ouvir mazurcas de Chopin num velho bar, domingo de manhã!  
Depois sair pelas ruas, entrar pelos jardins e falar com as crianças.  
Olhar as flores, ver os bondes passarem cheios de gente, e encostado no rosto das casas, sorrir...  
[...]  
Sair andando à toa entre as plantas e os animais.  
[...]  
Ver gente diferente de nós nas janelas das casas, nas calçadas, nas quitandas.  
Ver gente conversando na esquina, falando de coisas ruidosas.  
[...]  
Girar os braços, respirar o ar fresco, lembrar dos parentes.  
Lembrar da cidade onde se nasceu, com inocência, e rir sozinho.  
Rir de coisas passadas. Ter saudade de pureza.  
Lembrar de músicas, de bailes, de namoradas que a gente já teve.  
Lembrar de lugares que a gente já andou e de coisas que a gente já viu.  
[...]  
Não ter ideia de voltar para casa. Lembrar que a gente, afinal de contas, está vivendo muito bem e é uma criatura até feliz.  
[...]  
Como é bom a gente ter nascido numa pequena cidade banhada por um rio.  
[...]  
E se lembrar disso agora que já tantos anos são passados.  
Como é bom a gente ter tido infância e poder lembrar-se dela.  
E trazer uma saudade muito esquisita escondida no coração.  
Como é bom a gente ter deixado a pequena terra em que nasceu.  
Ter fugido para uma cidade maior, conhecer outras vidas.  
[...]  
Olhar para todos os lados, olhar para as coisas mais pequenas, e descobrir em todas uma razão de beleza.  
[...]  
Lembrar que tinha saído de casa sem destino, que passara num bar, que ouvira uma mazurca,  
E agora estava ali, muito perdidamente lembrando coisas bobas de sua pequena vida.<sup>562</sup>

O eu lírico, de forma nostálgica, relembra experiências e momentos de sua vida/ infância. Entretanto, ele o faz de forma distante e passiva e, ao mesmo tempo em que demonstra saudades e carinho em relação ao seu passado, ele deixa evidente que está satisfeito em sua posição de sujeito desprendido. Dessa forma, é exatamente a concentração de lembranças e sentimentos que se misturam para que o eu-lírico se torne a pessoa que é. Há uma antítese que permeia a vida do eu-poético de tal poema, sendo ele o indivíduo que, apesar de gostar de sua terra natal e sentir saudades dela, desejou ir embora para a cidade grande e não se arrepende da decisão, sendo essas duas experiências contraditórias e ao mesmo tempo integradas. Assim como um dos personagens de Baudelaire, que

<sup>562</sup> \_\_\_\_\_. Olhos parados. In: *Poesias*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 18 - 25.

[...] admira a eterna beleza e a espantosa harmonia da vida nas capitais, harmonia tão providencialmente mantida no tumulto da liberdade humana. Contempla as paisagens da cidade grande, paisagens de pedra acariciadas pela bruma ou fustigadas pelos sopros do sol. Admira as belas carruagens, os garbosos cavalos, a limpeza reluzente dos lacaios, a destreza dos criados, o andar das mulheres onduladas, as belas crianças, felizes por viverem e estarem bem vestidas; resumindo, a vida universal; numa palavra, da vida universal [...] <sup>563</sup>,

O *flâneur* de Barros também encontra no cotidiano coisas que lhe agradam profundamente, como o fato de “[...] Ver gente diferente de nós nas janelas das casas, nas calçadas, nas quitandas./ Ver gente conversando na esquina, falando de coisas ruidosas. [...]”

Podemos observar, assim, que o sujeito lírico da poesia de Barros, embora observe com encanto alguns dos elementos citadinos, ele não se apropria do espírito imposto pelas massas, posicionando-se à margem do coro moderno. No poema a seguir, torna-se explícito esse lugar particularizado em que o artista se insere, diferenciando-se do homem comum que vive apenas seguindo o fluxo da multidão e da modernidade:

[...] Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.  
Perdoai.  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.<sup>564</sup>

O eu lírico da poesia de Barros é averso às regras, às leis e à inércia que a modernidade impõe. Não marcha com as massas, ao contrário: dança entre ela; não se prende ao chão, destaca a necessidade de renovação do homem usando borboletas. Ao reconhecer-se plural, igualmente reconhece seu caráter transgressor, espírito marginal que flutua sobre os elementos que compõem o mundo moderno.

---

<sup>563</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade o pintor da vida moderna*. Organizador: Teixeira Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 19.

<sup>564</sup> BARROS, Manoel de. Retrato do artista quando coisa. In: *Retrato do artista quando coisa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 61.

## *L'atelier du feuilleton: recepção e repercussão do gênero folhetinesco na França do séc. XIX*

José Roberto Silvestre Saiol

Graduando

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

joseroberto\_hist@hotmail.com

**Resumo:** O século XIX francês é profundamente marcado pelo início da industrialização, pelo incremento da vida urbana e pelas consequências políticas e sociais da Revolução Francesa. O poder simbólico dessas transformações foi tão avassalador que passou a demandar novas formas de sensibilidade originadas das inquietações e tentativas de apreender toda aquela complexidade. É no seio desta configuração histórica que emerge o chamado Romantismo. Na esteira dessas transformações, a demanda pela democratização da imprensa atrelada à difusão do gênero romance e o surgimento de novas técnicas de impressão possibilitaram o surgimento do “folhetim”, que em sua evolução histórica passou de rodapé a gênero literário. O objetivo deste trabalho é realizar algumas considerações acerca da recepção e repercussão deste gênero romanesco, tipicamente moderno, a partir de uma charge do francês J.J. Grandville, intitulada “*L'atelier du feuilleton*”. A proposta é investigar a crítica à chamada literatura industrial a partir da categoria de “escritor rentável” – figura capaz de atender e produzir a partir das demandas de um novo tipo de público, muito preocupados com a questão do gosto.

**Palavras-chave:** 1 – Grandville; 2 – Folhetim; 3 – “Escritor Rentável”.

On dit qu'il y a dans les ateliers d'arts mécaniques une façon de distribuir le travail qui le rend plus facile et plus rapide: s'il s'agit de faire un carrosse, l'un est chargé des roues, l'autre des ressorts, un troisième du vernis et des dorures. Nous serions vraiment tenté de croire, en voyant certaines oeuvres qui se disent pourtant des oeuvres d'intelligence, qu'il y a des fabriques littéraires où l'on a recours à ces procedes.<sup>565</sup>

### **Apresentação**

Como tive a oportunidade de anunciar em meu último trabalho<sup>566</sup>, os passos seguintes das minhas pesquisas sobre o gênero folhetinesco – e, mais especificamente, sobre obra de Alexandre Dumas (1802-1870) –, destinar-se-iam à investigação da repercussão deste novo gênero romanesco no contexto francês da primeira metade dos oitocentos. A este respeito, muito acertada, me parece, é a hipótese levantada por Marlyse Meyer<sup>567</sup> sobre a ambiguidade deste

<sup>565</sup> MOLÈNES, Gaschon. 1841. Apud DUMASY, Lise. *La querelle du Roman-feuilleton: Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848)*. Grenoble: Ellug, 1999. pp. 13.

<sup>566</sup> “De como foi inventado o *feuilleton-roman*, e do sucesso de Alexandre Dumas (1836-1850)”. Comunicação apresentada durante a III Semana de História da UFF, ocorrida entre os dias 23-27 de março de 2015.

<sup>567</sup> Ver: MEYER, Marlyse. *Folbetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

fenômeno: se por um lado a crítica ataca violentamente a produção folhetinesca, por outro, esta mergulha rapidamente no gosto popular.

Sabe-se que o século XIX francês é profundamente marcado pelo início da industrialização, pelo incremento da vida urbana e pelas consequências políticas e sociais da Revolução Francesa. A força simbólica dessas transformações foi tão avassaladora que passou a favorecer novas formas de sensibilidade, originadas das inquietações e tentativas de apreender toda aquela complexidade. Há que se ter em vista o fato de que os movimentos históricos oriundos destas transformações foram tão radicais que acabaram produzindo em um piscar de olhos – do ponto de vista da longa duração – uma ruptura nunca antes vista na história. É no seio desta configuração histórica que emerge o chamado Romantismo<sup>568</sup>.

Na esteira dessas transformações, a demanda pela democratização da imprensa, aliada à difusão [impressa] do gênero romanesco e ao surgimento de novas técnicas de impressão possibilitaram o surgimento do “folhetim”, que em sua evolução histórica passou de rodapé a gênero literário específico. O objetivo deste trabalho é realizar algumas considerações acerca da recepção e repercussão deste gênero romanesco, tipicamente moderno, a partir de uma gravura do francês J.J. Grandville (1803-1847), intitulada *L'atelier du feuilleton*. A proposta é investigar a crítica à chamada literatura industrial a partir da categoria de “escritor rentável” – figura capaz de produzir a partir das demandas de um novo tipo de público, muito preocupada com a questão do gosto.

### A máquina literária

Como informado previamente, a estação de partida deste trabalho é uma gravura do caricaturista francês conhecido pelo pseudônimo de J.J. Grandville, cujo talento e obra mereceriam outro trabalho inteiro em específico. Limito-me, contudo, a utilizar

---

<sup>568</sup> Em outros trabalhos, tive a oportunidade de explorar de forma mais detalhada cada um destes movimentos históricos, tarefa que não cabe nos limites do presente texto. As referências que nortearam tais constatações foram: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; HOBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; SALIBA, Elias T. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

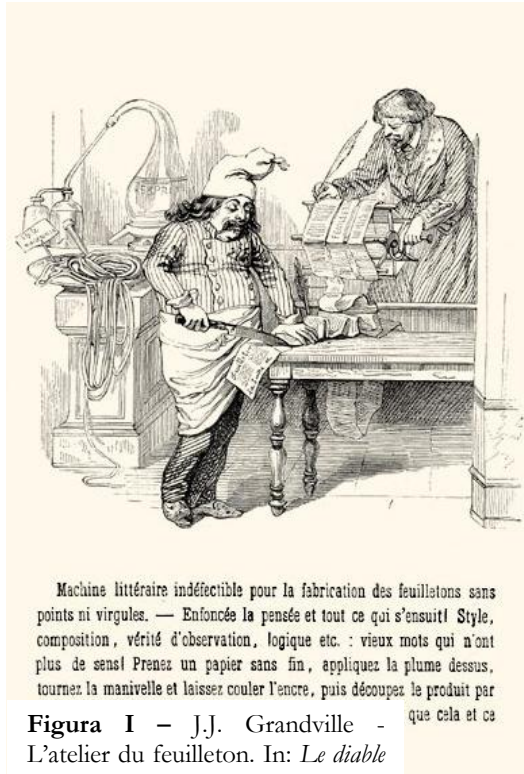
instrumentalmente uma de suas gravuras visando perseguir os vetores e possibilidades abertos por ela para se pensar a crítica da época.

Intitulada *L'atelier du feuilleton*, a gravura faz parte de uma série de imagens maior, lançada em 1868 – postumamente, portanto – chamada *Exposition de l'avenir*, que está publicada no interior do terceiro tomo de *Le diable à Paris: Paris et les parisiens a la plume et au crayon*, obra coletiva assinada pelo também ilustrador francês Paul Gavarni (1804 – 1866), e por Grandville. Seus volumes incluem trabalhos – em formatos de textos e imagens – não apenas destes dois últimos, mas, só para se ter uma ideia, de nomes como o de Honoré de Balzac (1799-1850), Gérard de Nerval (1808-1855), Théophile Gautier (1811-1872), entre muitos outros.

Composta por 36 gravuras, o conteúdo da série é deveras satírico. O autor ironiza, constantemente, os rumos da sociedade moderna em plena ebulição, traçando uma espécie de panorama de como viriam a ser as coisas na cidade de Paris no futuro – não à toa, a série está situada numa seção intitulada *Paris futur*. Povoam a série máquinas que enviam cartas à lua, ou que levam pessoas ao topo das mais altas montanhas sem a necessidade de escaladas, instrumentos que se tocam sozinhos e mesmo uma “Galeria de Belas Artes”, povoada de “arte pessoal anterior à era da grande arte única, mecânica, retrospectiva e pneumática”<sup>569</sup>.

---

<sup>569</sup> GAVARNI, Paul; GRANDVILLE, J. J. *Le diable à Paris: Paris et les parisiens a la plume et au crayon* – troisième partie. Paris: J. Hetzel, Libraire-Editeur, 1868. Disponível em: [gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr) / Bibliothèque nationale de France. pp. 242.



**Figura I** – J.J. Grandville - *L'atelier du feuilleton*. In: *Le diable à Paris: Paris et les parisiens à la plume et au crayon* – troisième partie. Paris: J. Hetzel, Libraire-Editeur, 1868. Disponível em: [gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr) / Bibliothèque nationale de France. p 231

Na décima terceira gravura da série, podemos observar o cotidiano de um “*atelier du feuilleton*”, onde dois homens trabalham na produção do famigerado romance em fatias – para utilizar a expressão de Marlyse Meyer. Ao fundo, o primeiro homem trabalha com a escrituração do romance e gira a manivela que movimenta o fornecimento de papel. No primeiro plano, o outro – cuja vestimenta se parece muito com a de um cozinheiro – se encarrega dos cortes sistemáticos. No canto esquerdo da imagem, é possível observar uma espécie de alambique, cujo produto da destilação seria, conforme informa o frasco, o espírito (*exprit*). Me parece que a ideia de uma produção literária manufatureira se manifesta sistematicamente na imagem, seja na presença incipiente de um maquinário utilizado pelos personagens, seja em seus uniformes ou mesmo no que se poderia chamar de um embrião da divisão do trabalho numa espécie de linha de produção.

Diz o texto que acompanha a gravura:

Máquina literária indefectível para a fabricação de folhetins sem pontos nem vírgulas. - Afunde o pensamento e tudo aquilo que dele decorre! Estilo, composição, verdade de observação, lógica etc.: velhas palavras que não tem mais sentido! Pegue um papel sem fim, aplique sobre ele a pena, gire a manivela e deixe fluir a tinta, em seguida corte o produto em pedaços e sirva quente: A esperteza é essa, e será sempre excelente.<sup>570</sup>

Não é preciso ir muito mais longe para notar que o humor empregado na imagem, no mínimo, sinaliza uma dura crítica aos rumos da modernidade – matéria sobre a qual pretendo me debruçar durante os próximos passos de minhas investigações. O diagnóstico fornecido por Grandville nesta gravura sinalizou alguns vetores que pretendo perseguir nas seções seguintes deste trabalho. Eles dizem respeito ao contexto de surgimento do folhetim, às formas de organização da produção literária e ao deslocamento da posição social do autor.

### **Escritores rentáveis...**

O surgimento do gênero folhetinesco está inserido num cenário mais amplo marcado pelo que Franco Moretti chama de “industrialização da produção do livro” e pela generalização do consumo de ficção. Para o autor, tal como sinaliza Peter Burke, o final do século XVIII teria marcado uma espécie de 1ª revolução industrial no setor do entretenimento<sup>571</sup>. Nascido na França na década de 1830, idealizado por Émile de Girardin (1802-1881), e recebendo sua forma clássica pelas mãos de Eugène Sue (1804-1857) e Alexandre Dumas, o termo folhetim em sua primeira acepção designava uma localização geográfica na página do jornal: o rodapé, destinando-se esta seção, sobretudo à publicação de matérias e assuntos mais leves e recreativos do que aqueles que prevaleciam no restante do periódico.

Entre os fatores que possibilitaram sua existência, Elias Saliba destaca as mudanças nas condições concretas de produção e consumo de literatura, caracterizadas, sobretudo, pelo advento de novas técnicas de impressão, de novas relações que se consolidaram no mercado editorial e pela intensificação das relações entre imprensa diária – veículo difusor do gênero folhetinesco – e a literatura<sup>572</sup>. Marlyse Meyer corrobora este argumento, enfatizando ainda o

---

<sup>570</sup> GAVARNI. *Le diable à Paris*: Paris et les parisiens a la plume et au crayon – troisième partie, p. 231.

<sup>571</sup> MORETTI, Franco. “Atlas do romance europeu (1800-1900)”. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. pp. 181.

<sup>572</sup> SALIBA. *As utopias românticas*, p. 50.



interesse burguês na democratização da imprensa através de seu barateamento<sup>573</sup>. A sujeição da produção literária e da figura elevada do artista – portador do gênio – às “flutuações e caprichos do mercado” não passaria despercebida. Carlyle (1795-1881) diagnosticou: “Muitas coisas já haviam sido compradas, vendidas, oferecidas na praça do mercado, mas nunca, até o momento, e daquela maneira crua, a sabedoria inspirada de uma alma heroica”<sup>574</sup>.

A rentabilidade da empresa folhetinesca atrelada à recém-descoberta necessidade de recursos para subsistência forçaram um deslocamento significativo da posição social do artista, cuja escrita, a partir de então voltar-se-ia para o público. Tal processo teria implicações diretas na própria forma do gênero: descrições simples e rápidas, pequenos insights para situar os leitores no andamento da história e, entre outras técnicas, a que considero a principal: o corte sistemático, capaz de deixar a atenção do leitor em “suspense”.

é principalmente no corte que se reconhece o verdadeiro folhetinista, meu senhor. É preciso que cada número caia bem, que esteja amarrado ao seguinte por uma espécie de cordão umbilical, que peça, que desperte o desejo, a impaciência de se ler a continuação. [...] esta é a arte. É a arte de fazer desejar, de se fazer esperar. E se o senhor puder colocar esse leitor entre uma assinatura e outra, ameaçando os pagadores atrasados de deixarem de saber o que acontece com o herói favorito, acontecerá então o mais belo sucesso da arte<sup>575</sup>.

Note-se, portanto, que: “com o folhetim, a obra literária passa a ser uma “mercadoria”, no verdadeiro sentido do termo; passa a ter seu preço fixado, é produzida de acordo com um certo padrão e é “fornecida” em data previamente combinada”<sup>576</sup>. É no interior desta configuração histórica que emerge a figura que, na falta de referências, intitulo “escritor rentável”: escritores cuja percepção das transformações ocorridas nas condições concretas de produção artístico-literária foram capazes de produzir a partir das demandas de um novo tipo de público, muito preocupados com a questão do gosto<sup>577</sup> e com a obtenção de rendimentos mais expressivos, imediatos e menos espaçados.

---

<sup>573</sup> MEYER, *Folhetim: uma história*, p. 30.

<sup>574</sup> CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Trad. Antonio Ruas. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p. 149 e SS [sic.]. Apud SALIBA, *As utopias românticas*, p. 50.

<sup>575</sup> REYBAUD, Louis. *Jérôme Paturôt à la recherche d'une position sociale*. pp. 76-77. Apud MEYER, *Folhetim: uma história*, p. 49.

<sup>576</sup> SALIBA, *As utopias românticas*, p. 50.

<sup>577</sup> Categoria altamente complexa, histórica e socialmente variável, com implicações diretas sobre a produção artístico-literária, sobre a qual pretendo me debruçar durante os próximos passos desta pesquisa. Ver: SCHÜCKING, Levin L. *El gusto literário*. México: Breviarios Fondo de Cultura Económica, 1996.

Jean Yves Mollier nos dá notícias sobre um certo Louis Reybaud (1799-1879), o qual em 1845 cria o personagem Granpré, um industrial criador do “primeiro folhetim a vapor”. Para Mollier:

O romancista em moda [a partir de então] não é mais apenas um escritor prolífico, como foi Balzac, mas um chefe de empresa, um comandante ou chefe de orquestra de um exército de músicos que trabalham sob sua direção, lhe preparam a tarefa e estão constantemente à sua disposição para lhe fornecer a cópia que ele não cansa de reclamar<sup>578</sup>.

### ... e a crítica à literatura industrial

Tal como sinalizou Carlyle no excerto mobilizado acima, os partidários da nobreza da literatura e da heroicização do escritor solitário, em todo seu desprezo pela sociedade moderna<sup>579</sup> – concepções que, de acordo com Wolf Lepenies tornaram-se aos poucos obsoletas –, atacariam violentamente às novas formas de organização da produção literária.

A arena do debate foi a imprensa (e, sobretudo, o jornal) que, sob a Monarquia de Julho, aos poucos assumiu contornos de uma imprensa de massa e assistiu à reprodução sistemática da fórmula bem sucedida empregada por Émile de Girardin no “*La Presse*” pela maior parte dos jornais cotidianos franceses, visando o aumento significativo do número de assinantes. As matérias envolvidas no debate revelam uma espécie de indissociação entre a crítica política e a crítica estética. De acordo com Lise Dumasy, em linhas gerais, o folhetim constituía, sob a ótica da crítica, uma forma literária moderna, industrial, democrática e de massa<sup>580</sup>.

Em síntese, me parece que as questões suscitadas por ele poderiam ser sistematizadas em três pontos centrais, a saber: i) a concepção do livro enquanto objeto de arte em oposição ao produto industrial; ii) a democratização do consumo e da produção artístico-literária e iii) a massificação do público. Debrucemo-nos, portanto, mais detidamente em cada um deles.

O primeiro ponto diz respeito à concepção dos críticos à época, que sobrepunha o valor do livro como obra de arte [infinitamente individualizado e singularizado] ao produto industrial veiculado nos jornais cotidianos. Segundo Dumasy, a inserção da produção artístico-literária no

<sup>578</sup> MOLLIER, Jean-Yves. *A Leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 88.

<sup>579</sup> LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. pp. 87.

<sup>580</sup> DUMASY, *La querelle du Roman-feuilleton*: Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848), p. 06-07; 11-12.

circuito do mercado e do consumo de massas – com todas as suas implicações – resultava numa dramática perda de valor da obra. Em outras palavras, a “prostituição do autor ou da musa” implicaria fundamentalmente na dessacralização da [alta] literatura<sup>581</sup>.

Em relação à democratização do consumo e da produção literária, para a autora, acreditava-se que tornar a arte acessível constituiria um rebaixamento da obra literária, uma vez que, na esteira do item anterior, a massificação da produção – visando o atendimento das demandas do mercado – resultaria no nivelamento e na indiferenciação da produção artística.<sup>582</sup>

O terceiro ponto, também diretamente ligado aos demais, volta-se para a questão do público. Conforme Dumasy, os detratores do gênero folhetinesco atribuíam-no como características a grosseria estética e a prosa banal/superficial. Tais apontamentos estão ligados à ideia de uma estratificação entre alta literatura (legítima e elevada) e baixa literatura. Esta última, por destinar-se a um público cujo estereótipo encarnava na figura feminina, infantil e, sobretudo, em posição de dependência – elementos que se definiam pela passividade, pela falta de julgamento político, moral e estético, segundo a concepção da época – constituía uma espécie de abecedário da produção literária<sup>583</sup>.

... les écrivains ne donnèrent plus à la composition que le secret d'aiguiser les appétits grossiers et d'exciter les curiosités vulgaires [...] Au lieu de s'adresser à l'élite des intelligences, on ne s'adressa plus qu'aux instincts de la foule, non pour les corriger, mais pour les satisfaire. La littérature fut mise à la portée des épiciers; non que nous n'estimions ces honnêtes gens, à Dieu ne plaise! Seulement nous ne pensons pas que la littérature doive descendre jusqu'à eux lorsqu'elle ne peut les élever jusqu'à elle<sup>584</sup>.

### Considerações finais

Dada a impossibilidade de concluir este longo percurso, tendo-se em vista sua vastidão – e, como diria Marlyse Meyer, a importância dos cortes sistemáticos –, gostaria de realizar alguns apontamentos a título de considerações finais. Até o momento, minhas investigações permitiram-me observar de que forma os condicionantes propiciados pela configuração histórica que possibilitou o surgimento do folhetim tiveram implicações diretas na forma assumida pelo

---

<sup>581</sup> DUMASY. *La querelle du Roman-feuilleton: Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848)*, p. 12-14.

<sup>582</sup> \_\_\_\_\_. *La querelle du Roman-feuilleton*, p. 16.

<sup>583</sup> \_\_\_\_\_. *La querelle du Roman-feuilleton*, p. 14; 18-20.

<sup>584</sup> LA MODE. 1844. Apud. DUMASY, Lise. *La querelle du Roman-feuilleton: Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848)*, p. 20.

gênero. Além disso, pôde-se verificar a ambiguidade na recepção e na repercussão do recém-inventado gênero romanesco, uma vez que, como já ressaltado, ele mergulha rapidamente no gosto popular e, por outro lado, é violentamente atacado pela crítica. E se tivermos em vista as questões suscitadas pelo debate acerca de sua legitimidade enquanto gênero literário, seus ecos na atualidade são impressionantes. Para Jean-Yves Mollier, “as invectivas mais recentes contra o cinema, a televisão ou o computador [...] lançam mão dos mesmos argumentos, o que torna a releitura dessas diatribes ou dessas polêmicas mais atual do que poderíamos pensar”<sup>585</sup>.

Digno de nota me parece também, são as formas de produção em colaboração inauguradas pelos escritores rentáveis, na contramão de uma época que valorizava profundamente a criação artística autoral e individual. No contexto da recém-criada literatura industrial (ou do folhetim a vapor, para usar a expressão de Louis Reybaud), e do surgimento da cultura de massas, os próximos passos desta pesquisa serão destinados a explorar suas implicações e as críticas a este novo “paradigma” nas formas de produção artístico-literária.

---

<sup>585</sup> MOLLIER, Jean-Yves. *A Leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. p. 10.

## **ST 5: História, gênero, política e sexualidade: Memórias e Identidades na escrita da história**

**Carolina Dellamore Batista Scarpelli**

Doutoranda (UFMG) /carolinadellamore@yahoo.com.br

**Cássio Bruno de Araujo Rocha**

Doutorando (UFMG) /caraujorocha@gmail.com

**Débora Raiza Rocha**

Especialista (UFMG) /raiza.rocha@hotmail.com

**Deisiane Pereira Carlos**

Mestranda (UFOP) /deisi\_hist@yahoo.com.br

**Fabiana Aparecida de Almeida**

Doutoranda (UFJF) /fabiana.almeidajf@yahoo.com.br

## Lindolfo Gomes e suas “memórias”: a importância do intelectual para a história de Juiz de Fora

Fabiana Aparecida de Almeida  
Doutoranda em história  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
fabiana.almeidajf@yahoo.com.br

**RESUMO:** O presente artigo consiste em refazer a trajetória de Lindolfo Gomes e destacar sua importância no cenário, cultural e intelectual na cidade mineira de Juiz de Fora na primeira metade do século XX. Lindolfo Gomes, professor, jornalista, filólogo, historiador, folclorista e escritor, atuou ativamente em todas essas áreas em diversas cidades mineiras e cariocas. Tal fato o fez adquirir uma rica rede de amigos que influenciaram sua atuação e difundiram suas ideias. Pretendemos aqui analisar Lindolfo dentro da abordagem da biografia intelectual para assim entender, a partir de seus pensamentos e suas abordagens pessoais, com quem ele debatia e com quem eram feitas essas articulações, dentro e fora de Juiz de Fora. Entendemos por fim, que com esse trabalho, a importância de Lindolfo para a memória e a história de Juiz de Fora fique clara, mostrando ainda como a escrita da história também se mostra muito rica em suas identidades e personagens.

**PALAVRAS-CHAVES:** Lindolfo Gomes; Memória; Biografia intelectual; Identidade.

### Lindolfo Gomes

Nascido em Guaratinguetá (SP) em 1875, Lindolfo Eduardo Gomes era de uma família importante e tradicional da região. Neto do Barão de Mambucaba e filho do médico Dr. Antônio Francisco Gomes, aos dois anos de idade, com o falecimento de sua mãe, foi morar em Volta Redonda (RJ) e concluiu os estudos secundários na cidade do Rio de Janeiro (onde já colaborava com alguns jornais). Passou a residir em Juiz de Fora em 1894, aos 19 anos de idade.

Descrito por Wilson de Lima Bastos como:

Professor emérito, jornalista infalível, filólogo consagrado, historiador de grande reputação, teatrólogo aplaudido, pesquisador metódico, folclorista eminente, podendo ser considerado como um dos pioneiros dos estudos folclóricos no Brasil, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero e outros, escritor aclamado, conferencista e orador de grandes recursos [e] técnico de ensino com notável folha de serviços prestados à causa pública.<sup>586</sup>

<sup>586</sup> BASTOS, Wilson de Lima. *Lindolfo Gomes*. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Folcloristas Brasileiros, n. 1). p. 7.

Lindolfo Gomes é ainda considerado como um dos “poetas esquecidos” de Juiz de Fora na visão de Leila Barbosa e Marisa Rodrigues, apesar de ter sido um “escritor de uma erudição linguística requintada [...] extremamente arguto e engenhoso, pois através de pesquisas e estudos, correlacionou cenas discursivas as mais diversas em busca das identidades [...]”.<sup>587</sup> Como jornalista, Lindolfo atuou em diversos jornais de Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, tendo sido presidente honorário e um dos fundadores da Associação de Imprensa de Minas. Foi ainda membro e fundador da Academia Mineira de Letras (fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909), membro da Academia Carioca de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, Academia Fluminense de Letras e representante da Academia Mineira de Letras na Federação das Academias de Letras do Brasil.<sup>588</sup> Como historiador, dedicou grande parte de suas pesquisas a descobrir quem teria sido o juiz de fora que deu o nome de seu cargo à cidade, dúvida essa que até hoje não foi esclarecida.

Dentro dessas poucas palavras introdutórias já é notável a importância do professor em todos os campos que atuou. Seus estudos históricos sobre a cidade de Juiz de Fora o levou a ser convidado pelo município a escrever a “História de Juiz de Fora”, trabalho esse que não conseguiu exercer por conta da enfermidade que o assolou já no final de sua vida. A tarefa passou então para as mãos de Paulino de Oliveira, que a fez com perfeição, e que, nas palavras do próprio Lindolfo seria “o melhor e mais completo [trabalho] até agora realizado”.<sup>589</sup> Para o mesmo Paulino, Lindolfo “era um verdadeiro mestre da filologia e polígrafo do maior quilate. [...] Não há em Minas quem ligado às letras, ignore seu valor”.<sup>590</sup> Assim sendo, não foi atoa que ele foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras e cabe aqui lembrar também que como folclorista chegou a ser comparado com Silvio Romero, uma referência indiscutível nos estudos folclóricos brasileiros.

### **A importância da biografia intelectual**

Também conhecida como biografia histórica, a biografia intelectual, gênero que passou a ser usado dentro da historiografia a partir da década de 1970 e que foi renovado a partir de

---

<sup>587</sup> BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *Letras da cidade*. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 2002, p. 41.

<sup>588</sup> BASTOS. *Lindolfo Gomes*, p. 8.

<sup>589</sup> Lindolfo Gomes teria dado tal declaração ao próprio Paulino ao ler o primeiro capítulo do referido livro. OLIVEIRA, Paulino de. Centenário de Lindolfo Gomes. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 22 de fev. 1975.

<sup>590</sup> \_\_\_\_\_. *Centenário de Lindolfo Gomes*.



então,<sup>591</sup> foi considerado durante muitos anos como gênero “superficial e acientífico”, mas acabou mostrando, segundo Xosé Ramón Veiga Alonso, uma forma de melhor conhecer nosso passado histórico comum.<sup>592</sup> No fim dos anos 1970 e início dos 1980, com as mudanças ocorridas na historiografia, passou-se a dar importância para as pessoas e o “seu vivido”. Os historiadores sociais começaram a refletir sobre os destinos individuais<sup>593</sup> e muito mais do que uma biografia tradicional e cronológica, na biografia histórica o indivíduo é destacado e sua análise social não é esquecida.

Essa volta da biografia se relacionou à crise do paradigma estruturalista, muito usado a partir dos anos 60, que dizia, de acordo com Roger Chartier, que a história deveria “identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso”. Os historiadores a partir de fins dos anos 70, ainda usando Chartier, “quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”.<sup>594</sup> A recuperação do indivíduo reagiu assim aos enfoques estruturalistas, que caracterizariam boa parte da produção historiográfica de algumas décadas atrás. Esta mudança implicou no “recoo da história quantitativa e serial e o avanço dos estudos de caso da micro história”.<sup>595</sup>

Verificou-se ainda a aproximação da história com a antropologia, onde é comum o resgate das histórias de vida, e com a literatura, onde há a preocupação com as técnicas narrativas de construção de personagens.<sup>596</sup> Essa aproximação com a literatura, inclusive, foi destacada por dois renomados historiadores: Giovanni Levi e Jacques Le Goff. Segundo Levi, “a biografia constitui, com efeito, a passagem privilegiada pela qual os questionamentos e as técnicas próprios à literatura se colocam para a historiografia”. Le Goff afirmou que “a biografia histórica, deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos

---

<sup>591</sup> OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora UFJF, 2011. P. 20.

<sup>592</sup> ALONSO, Xosé Ramón Veiga. *Indivíduo, sociedade e história: reflexiones sobre el retorno da biografia*. *Studia Historica: historia contemporânea*. Vol. 13, 1995. Captado em: <http://campus.usal.es/~revistas-trabajo/index.php/0213-2087/article/viewFile/5836/5861>. Acesso em 16 de outubro de 2012. p. 132.

<sup>593</sup> LORIGA, Sara. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 226.

<sup>594</sup> CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n. 13. p. 102. 1994. p. 97-113.

<sup>595</sup> SCHMIDT, Benito, Bisso. *Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19. p. 5. 1997. p. 3-21.

<sup>596</sup> \_\_\_\_\_. *Construindo biografias*. P. 5

acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não *événementielle* não tem sentido”.<sup>597</sup> É interessante notar também que a apropriação da literatura por historiadores na construção das biografias, fez os mesmos buscarem o interior dos personagens, reproduzindo seus pensamentos, fantasias e sentimentos. Apesar de ser baseado em registros documentais, usam-se as licenças poéticas nos textos, comuns na literatura. Já em relação a essa busca pelo íntimo dos personagens, podemos encontrar referências desse fato nas biografias construídas durante a antiguidade e o período renascentista. Segundo Peter Burke, as biografias do renascimento, frequentemente “ignoram a cronologia e em geral introduzem materiais aparentemente irrelevantes, dando uma impressão de ausência de forma”. Nas “vidas” contadas durante esses períodos, havia espaço para o público e o privado e descrevia-se a personalidade individual através de pequenas pistas, “algo pequeno como uma frase ou um chiste”.<sup>598</sup>

Ao citar Heliana Angotti Salgueiro, Olender mostra que “a escolha do individual não significa pensa-lo como contraditório ao social: seguir o fio do itinerário particular de um homem implica inscrevê-lo num grupo de homens que, por sua vez, são situados na multiplicidade dos espaços e tempos de trajetórias convergentes”.<sup>599</sup> O resgate de trajetórias individuais pode ser ainda usado para ilustrar questões mais amplas. Segundo Eric Hobsbawn “o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular de seus personagens”.<sup>600</sup> É nesse viés que pretendemos seguir ao analisar a vida de Lindolfo Gomes. Muito mais do que destacar sua vida e sua obra, pretendemos inseri-lo no tempo em que ele vivia através de suas relações pessoais. Pierre Bourdier já havia chamado a atenção para o fato de que não se poderia compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo”.<sup>601</sup>

Ao trabalharmos com Lindolfo Gomes dentro da abordagem da biografia intelectual, poderemos, a partir de seus quadros pessoais, entender com quem ele debatia na cidade e com

---

<sup>597</sup> Citações retiradas de: \_\_\_\_\_. *Construindo biografias*. P. 7.

<sup>598</sup> BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 84 e 91. 1997. p. 83-97.

<sup>599</sup> OLENDER. *Ornamento, ponto e nó*. P. 20.

<sup>600</sup> Citado por SCHMIDT. *Construindo biografias*. P. 14

<sup>601</sup> BOURDIER, Pierre. A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 190.

quem eram feitas as suas articulações, dentro e também fora de Juiz de Fora, entendendo assim a sua importância no contexto da cidade mineira. Através de uma citação de Jacques Le Goff, Roger Chartier lembrou que “a mentalidade de um indivíduo, mesmo sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo”.<sup>602</sup>

### **A rede social de Lindolfo Gomes e sua importância para a cidade de Juiz de Fora**

Como já foi visto anteriormente, Lindolfo Gomes pode ser chamado de um intelectual completo. Atuou ativamente nas áreas de jornalismo, ensino, folclore, literatura, história e letras. Por suas múltiplas facetas, foi muito elogiado e construiu em torno de si um ciclo de amizades, ou uma rede social, que além de divulgar, influenciou grande parte de sua obra. Nessa parte do presente artigo buscaremos mostrar um pouco essas relações e ciclos sociais dos quais Lindolfo participava, já dizendo de antemão que as pesquisas sobre essas relações estão ainda em andamento, sendo que o que será aqui apresentado não constitui nas conclusões de um trabalho futuro.

Sobre seu ciclo de amizades ligado às letras, o fato de Lindolfo ter sido um dos fundadores da Academia Mineira de Letras (fundada em Juiz de Fora em 1909) já deixa claro toda sua influência com os mais importantes nomes das letras de Minas Gerais naquela época. Antes da fundação da Academia Mineira, Lindolfo havia sido vice-presidente da chamada “Confraria literária mineira”, criada em 1896 e que seria a precursora da referida academia. Além de Lindolfo fizeram parte da fundação da Academia: Albino Esteves, Amanajós de Araújo, Belmiro Braga, Dilermano Cruz, Eduardo de Menezes, Estevam de Oliveira, Brant Horta, Heitor Guimarães, José Rangel, Luiz de Oliveira e Machado Sobrinho. Aos doze primeiros, juntaram-se depois mais 18 membros e em 1910 mais 10, totalizando 40 membros.<sup>603</sup> Todos esses literatos acabaram fazendo parte do ciclo social de Lindolfo, uns mais amigos outros menos, mas não é difícil encontrarmos referências de Lindolfo a esses intelectuais que sempre que lançavam livros enviavam uma cópia com dedicatória ao professor.<sup>604</sup> Além de sócio fundador da Academia Mineira de Letras, Lindolfo participou também de inúmeras associações literárias, como foi destacado no início deste artigo, aumentando ainda mais esse ciclo social.

---

<sup>602</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. P. 34.

<sup>603</sup> BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *Machado Sobrinho: notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. P. 20-31, 97.

<sup>604</sup> Podemos perceber isso na série de crônicas intituladas *Nótula*, que Lindolfo escreveu para o jornal Diário Mercantil, de Juiz de Fora.

Como jornalista, a influência de Lindolfo não era menor. Ainda com 14 anos fundou um jornalzinho intitulado “Astro”, em Volta Redonda. Já no Rio de Janeiro, ficou amigo do poeta Luiz Pizarini e começou a colaborar para vários jornais desse estado: Gazeta de Notícias, O País, Crônica (revista literária criada por Eugênio Pinto) e Aurora (semanário de que era redator literário). Em Minas Gerais colaborou para: Colombo (Rio Novo), Luz (São Manuel), Palmirense (Santos Dumont), Correio de Minas, O Pharol, Jornal do Comércio, Gazeta Comercial, O Dia, Almanaque de Juiz de Fora, Diário do Povo, Diário Mercantil, Revista do Ensino Médio (fundada por ele em 1912), O Lince, A Notícia, Lar Católico (todos de Juiz de Fora). Foi ainda redator e fundador de: Marília e A Imprensa (Juiz de Fora), Estado (Belo Horizonte), Minas Gerais, Palavra e Arauto (Santos Dumont), Jornal de Minas (Cataguases) e Opinião (São João del Rei). Colaborou ainda no Arquivo Literário e Revista Lusitana, de Lisboa, Portugal.<sup>605</sup>

Seus estudos folclóricos e filológicos estão quase todos publicados em forma de artigos espalhados nos diversos jornais que colaborou e em algumas obras. Segundo Joaquim Ribeiro, no livro “Folclore brasileiro”, de 1944, Lindolfo foi “o mestre mais completo do nosso folclorismo”.<sup>606</sup> O Mesmo Joaquim Ribeiro discursou em setembro de 1953 em uma sessão consagrada a Lindolfo (por ocasião de sua morte) da Comissão Nacional de Folclore. Como filólogo foi um dos grandes expoentes. Foi professor da disciplina em diversas escolas e suas colunas sempre havia um espaço dedicado ao tema. Na coluna diária que possuía no jornal Diário Mercantil, intitulada “Nótula”, escrevia pelo menos uma vez por semana respondendo à cartas com dúvidas enviadas a ele por seus leitores.

Em sua “Nótula” havia espaço também para o Lindolfo historiador. Encontramos vários artigos sobre seus estudos para tentar descobrir quem teria sido o famoso juiz de fora que dera nome ao município, as pesquisas sobre o nome de alguns bairros de Juiz de Fora e a tentativa de preservação pelo recém criado *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* da conhecida Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, que além de ter sido a residência do famoso juiz, hospedou também grandes nomes da história da cidade (como Fernando Halfeld) e também nacional (como o viajante Saint Hillare e os inconfidentes Domingos e Francisco Vidal de Barbosa). Em vários artigos Lindolfo destacou a importância do imóvel para a história da cidade, além de mostrar todos os tramites das correspondências trocadas com o diretor do órgão federal na época, Rodrigo Melo Franco de Andrade (mineiro), o interesse desse em preservar a fazenda,

<sup>605</sup> BASTOS. *Lindolfo Gomes*. P. 11.

<sup>606</sup> Citado por BASTOS. *Lindolfo Gomes*. P. 10.

o estado lastimável de conservação do bem e por fim a lamentável destruição. Tudo documentado pelas palavras de Lindolfo.

### Conclusão

Lindolfo Gomes foi um intelectual de várias faces. Mas isso não era raro em sua época. É muito comum encontrarmos professores, advogados, médicos, farmacêuticos, que também eram escritores e jornalistas (no sentido de serem redatores ou colaboradores de periódicos). No entanto, o que se pode destacar de Lindolfo foi sua maestria em todas suas tarefas. Considerado um grande erudito e possuidor de excelente senso crítico por Joaquim Ribeiro, após sua morte, em 1953 vários órgãos da imprensa, letras, folclore, educação e institutos publicaram em algum meio os lamentos por sua perda. Lindolfo, acima de tudo, era muito querido e exemplo a ser seguido. Assim o descreveu Heli Menegale:

Uma vida simples – eis a feição que melhor o individualizava. Conheci-o, cigarrinho de palha entre os dedos, fugindo de ser notado, modestamente, entre os que o cercavam. Inútil, porque uma palavra sua nos vaivéns do diálogo, dominava a conversa.

Depois da simplicidade, o inexausto labor. João Ribeiro, que o admirou e louvou tanto, não sabia decifrar o segredo da erudição de quem vivia onde não eram fáceis as fontes de pesquisa e consulta. Só o trabalho, o aferroante, o pertinaz, o indefesso trabalho explica o milagre.<sup>607</sup>

Para terminarmos gostaríamos de citar Pedro Costa, que ao escrever sobre Lindolfo na Revista Marília, em agosto de 1934, resume, em uma frase, o perfil exato do professor: “Homem, poeta, cérebro, coração.”<sup>608</sup>

---

<sup>607</sup> MENEGALE, Heli. Lindolfo Gomes. Palestra pronunciada no salão de julgamento do Fórum de Juiz de Fora, a convite da Associação Franco-Brasileira de Cultura de Juiz de Fora, em 11 de setembro de 1953. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, v. 20. 1954. p. 81

<sup>608</sup> Citado por BASTOS. *Lindolfo Gomes*. P. 15.

# República das Moças: participação política, estereótipos femininos e sua ambígua correlação (1879)

Sarah Alves de Andrade Miatello

Licenciada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

sarahalvesandrade@gmail.com

**RESUMO:** A presente comunicação se ocupa de duas edições do periódico República das Moças, que circulou na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1879. Tendo em vista que o jornal era editado por mulheres e propunha a participação feminina na política, espaço então considerado masculino, será avaliada a abrangência social do discurso jornalístico no intuito de sabermos como o periódico propunha o alargamento do espaço de atuação feminina e se, ao mesmo tempo, reafirmava as limitações políticas impostas às mulheres. Até o presente momento foi possível concluir que, apesar da proposta de expansão da atuação da mulher na sociedade, o jornal, de maneira ambígua, acabava por desnaturalizar a presença feminina em determinados espaços. Essa desnaturalização pôde ser observada pela recorrência de termos e expressões que atribuíam lugares e comportamentos próprios às mulheres, e assim, reforçavam o velho estereótipo. Deste modo, a mensagem defendida e propagandeada pelas editoras do República da Moças, ao mesmo tempo em que conclamava as mulheres a uma imersão na política, não se desvinculava dos arraigados valores tradicionais, dando uma sombra conservadora à sua proposta revolucionária.

**PALAVRAS-CHAVES:** Imprensa, Gênero, Política, Mulheres.

Este trabalho tem como objetivo analisar o periódico *República das Moças* na tentativa de avaliar o significado da proposta de expansão da atuação feminina no Brasil que, neste jornal, vem paradoxalmente acompanhada da reafirmação dos tradicionais estereótipos femininos de finais do século XIX. É, portanto, foco desta análise, a ambigüidade suscitada entre a proposta inicial do periódico e o sentido que permeava suas matérias.

*República das Moças* circulou na cidade do Rio de Janeiro em apenas duas edições: A primeira em 12 de outubro de 1879 e a segunda em 19 de outubro do mesmo ano. Editado por Carlota de Almeida e

Anacleto Pafúncia, o jornal tinha como sede da redação uma casa na Rua da Alfândega, e sua impressão era feita na “Typographia Litteraria”, localizada na Rua do Hospício.

Cada número do jornal totalizava oito páginas impressas sendo três delas totalmente preenchidas por imagens. Nas demais, havia espaços dedicados à poesia, crítica de teatro, dicas de agricultura, e por fim, colunas políticas, as mais extensas e destacadas, já que eram o foco do periódico. É interessante observar que o *República das Moças* desviava sua temática principal e até mesmo seus assuntos secundários do padrão seguido por grande parte da imprensa feminina do século XIX, que era a literatura voltada para a mãe e a esposa, recheada de receitas culinárias, moldes de costura e matérias sobre o casamento e criação de filhos.

Apesar do grande número de publicações voltadas para o público feminino da época estarem atreladas apenas às questões do lar e da sociedade em seus aspectos menos complexos, alguns periódicos como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e *O Sexo Feminino* também abordaram de maneira contundente as questões políticas, mas o que chama a atenção no *República das Moças* é que há uma convocação das mulheres, explícita e direta, para a participação política e em sua primeira edição, na capa, as mulheres são conclamadas a derrubar a monarquia numa exaltação fervorosa da República:

“Já que aos homens falta valor para derribarem essa carunchosa monarchia, sejamos nós as defensoras dos direitos do povo, e tomem elles a direcção dos negócios domésticos. Viva a República! Viva o bello sexo!”<sup>609</sup>

O trecho da convocação é importante na medida em que coloca as mulheres como possíveis operadoras de uma drástica mudança política, como atrizes de relevância social, como protagonistas de um cenário predominantemente masculino. Através dessas palavras, as editoras ainda que simbolicamente revestiram de poder político um grupo que pouquíssimo atuava nesse campo, colocando as mulheres no centro, em destaque.

Não só a convocação em si como o próprio exercício de escrita de um periódico de cunho político representava uma tentativa de expansão da atuação feminina na sociedade. O primeiro periódico editado e dirigido por mulheres na cidade do Rio de Janeiro foi o *Jornal das Senhoras*, que surgiu em 1852. Mesmo considerando as quase quatro décadas de diferença entre ambos os jornais há que se considerar a longevidade e solidez do sistema patriarcal no Brasil e as limitações que ele impunha às mulheres. Em suma, a escrita feminina, principalmente de viés político, ainda era um desafio.

---

<sup>609</sup> República das Moças, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1879, número 1, p.1.



É possível observar, para além dos avanços inaugurados pelos dois exemplares do *República das Moças*, que as editoras também reproduziram nas páginas do jornal concepções comuns à sociedade tradicional e patriarcal. Para a análise deste periódico é necessário ter clareza de que ele, diferentemente de alguns outros jornais femininos da mesma época, não defende a ideia da emancipação da mulher ou mesmo da igualdade de direitos. É justamente diante da ambiguidade que nasce a motivação dessa reflexão, uma vez que não pretendemos reproduzir categorizações engessadas, como a de dizer se este periódico era feminista ou não.

Eliseo Verón em *Comunicação de massas e produção de ideologia*<sup>610</sup>, apresentou o discurso como sendo uma “rede de interferências”, “carente de unidade própria” e “onde se manifesta uma multiplicidade de sistemas de restrições”. Isso significa que o discurso não vale por si só, já que seu sentido também é construído a partir de fatores externos. Ao se analisar o discurso veiculado em um periódico feminino do ano de 1879 há que se considerar as condições de sua produção, quais foram suas redes de interferências, quais os pontos em que houve dissonância de vozes das próprias editoras, enfim, toda a complexidade que o envolveu.

Na análise da frase da capa do periódico, desconsiderando por um momento o aspecto inédito da convocação, é necessário observar os pressupostos que a sustentam. Não deve passar despercebido que a motivação das editoras em “defender os direitos do povo” e “derrubar a carunchosa monarchia”<sup>611</sup> foi desencadeada diretamente pela ineficiência masculina em fazê-lo, uma necessidade extraordinária, e não por uma convicção natural de que pudessem ser as agentes desse processo, como é possível perceber neste outro trecho do jornal:

Quando começávamos a grande luta na sociedade, a conquista do poder pelo empenho do esforço da razão e do cérebro: quando tomando a vanguarda na defesa dos direitos do povo contra as prescrições do absolutismo real, tarefa que a fraqueza e inércia dos homens os fizeram abandonar, abriu-se aos olhos da humanidade o mappa dos destinos.<sup>612</sup>

Além disso, há na frase de capa uma clara definição do espaço feminino e masculino. Diante da necessidade anteriormente discutida, as editoras convocavam as mulheres a assumirem as questões

---

<sup>610</sup> VERÓN, Eliseo. Comunicación de masas y producción de ideología – Acerca de la constitución del discurso burgués en la prensa semanal, número 1, Buenos Aires, Revista Latinoamericana de Sociología, 1974, p.9.

<sup>611</sup> República das Moças, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1879, número 1, p.1.

<sup>612</sup> República das Moças, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1879, número 1, p. 2.

públicas enquanto os homens dirigiriam os negócios domésticos, evidenciando assim a concepção da existência de ambientes próprios a cada sexo.

É parte imprescindível desta análise observar detalhadamente como as mulheres eram caracterizadas nas duas edições do periódico, quais os termos eram usados nas referências a elas. A observação das temáticas e dos termos envolvendo mulheres dão pistas da concepção das editoras sobre o feminino e ajudam a perceber em que pontos a proposta do jornal se distancia da imagem da mulher que é formada ao longo das matérias.

Na segunda edição do periódico, o poema *A Virgem*, assinado por Plácido de Abreu, chama a atenção não só pelas características que destaca na personagem, mas também pelo tema, tão caro às mulheres da época:

“A VIRGEM

No templo, aos pés do padre, já se achava  
Celina, virgem bella e encantadora,  
A's perguntas do cura – ella descora...  
- Ao homem que lhe davam não amava!

Porém, o velho pai olha p'ra ella...  
Celina um triste -sim- então suspira,  
E de seus formosos olhos de saphira  
Brota o pranto que innunda a face bella!

E finda a cerimonia vão sahindo:  
O noivo mui contente, vai sorrindo,  
E Celina, infeliz, chorando vae;

Encontra o seu amor e conjectura:  
-Na capella, meu Deus, eu entrei pura,  
E a deshonra commigo d'aqui sahe!”

Plácido de Abreu<sup>613</sup>

No poema, a figura da mulher “bela”, “encantadora” e “pura” se casa contra sua vontade e assume, com a legitimidade oferecida pelo casamento, um futuro de infelicidade e desonra. Diante de uma temática tão relevante para o público feminino, as editoras optaram por não incluir comentários, como já haviam feito em outras oportunidades, apenas publicaram o poema suscitando uma imensa curiosidade sobre as redes de interferências, os fatores externos e motivações que levaram à sua escolha.

No primeiro número do periódico, na coluna intitulada “Toilette” há uma narrativa que, com pinceladas cômicas fala sobre um baile em São Paulo. Nessa narrativa é importante destacar as referências feitas às mulheres presentes no evento. Durante a enunciação de um poema em que havia exclamações de “sangue”:

“As moças, coitadinhas, suppondo grande desgraça, recorreram logo às suas armas de guerra, e toca a chorar...”<sup>614</sup>

Mais adiante, quando outro convidado, numa cena dramática invoca famosos personagens já mortos:

“As moças, espavoridas, fugiram todas da sala e deixaram o Sr. Vasconcellos entre os espectros, como uma cruz por entre túmulos.”<sup>615</sup>

Ainda no mesmo texto a narradora usa a seguinte frase para descrever a si própria e às suas amigas:

“Nossas amigas, eram todas bonitinhas e de todas fomos nós as mais feinhas, isto é, as mais sympaticasinhas.”<sup>616</sup>

Por fim, na coluna de crítica de teatro, Anacleto Pafúncia descreve da seguinte maneira a atriz Ismenia dos Santos, que havia estreado na peça *Anjo do Mal*:

“O Guilherme teve-a, dizem as más línguas, em conserva no camarim e agora pol-a à exposição no Anjo do Mal, bem gorda, já mais velha e mais...feia, não parece a Ismenia das cancionetas do gymnásio.”<sup>617</sup>

---

<sup>613</sup> ABREU, Plácido de. A Virgem. República das Moças, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1879, número 2, p. 3.

<sup>614</sup> N'um Baile. República das Moças, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1879, número 1, p. 3.

<sup>615</sup> \_\_\_\_\_. N'um Baile, p. 3.

<sup>616</sup> \_\_\_\_\_. N'um Baile, p. 3.

<sup>617</sup> Theatros. República das Moças, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1879, número 2, p. 6.

Na análise dos exemplos anteriormente citados é possível perceber que mesmo se tratando de um jornal feminino, que propunha a inserção da mulher nas questões políticas, suas referências às figuras femininas ignoravam seu aspecto social e perpetuavam estereótipos relacionados ao gênero. Dulcília Schroeder Buitoni em seu livro *Mulher de Papel – a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*<sup>618</sup> aborda a concepção que se tinha da mulher como alheia à história e como a imprensa voltada para o público feminino fazia a manutenção dessa ideia.

O eterno feminino. Um chavão que tenta imobilizar, no tempo, as virtudes “clássicas” da mulher. Um chavão que corresponde bem ao senso comum de procurar qualidades quase abstratas: maternidade, beleza, suavidade, doçura e outras, num ser que é histórico. Justamente aí está a falha que desvincula a mulher de sua época e seu contexto, que a transforma num ser à parte, independente de circunstâncias concretas.<sup>619</sup>

Mesmo sendo um periódico produzido por mulheres, que abordava essencialmente questões políticas e que, ousadamente propôs em sua primeira edição a iniciativa feminina no processo de derrubada da monarquia e defesa dos direitos do povo, o *República das Moças* manteve o “eterno feminino” em todas as personagens que cruzaram suas duas edições. Nenhuma das mulheres citadas nas colunas, fossem fictícias ou reais, foram tratadas como seres históricos, agentes sociais ou dotadas de uma complexidade que extrapolasse o senso comum. A relação da mulher com a política, sua atuação como ser histórico e sua relevância no âmbito social não ultrapassaram a citação da primeira página do jornal.

*República das Moças* fez parte de um conjunto de periódicos femininos que não se sustentaram por muito tempo no Rio de Janeiro. Apesar de as editoras terem sinalizado no fim da segunda edição uma resposta positiva dos leitores e sugerido a continuidade do jornal, não há indícios da publicação de novos números. O exercício de escrita de um jornal como esse teve imensa importância na medida em que abordou, ainda que dentro dos parâmetros já discutidos, a inserção da mulher nas questões políticas. Além disso, é importante para os estudos de gênero uma vez que, através de sua análise, permite que se conheça um pouco mais sobre o que essas mulheres que se aventuraram na imprensa queriam dizer e também as ambiguidades, contradições e revoluções que acompanharam a sua escrita.

---

<sup>618</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Summus, 2009.

<sup>619</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Summus, 2009. p. 24

# As “flores do sertão” em campo: análise histórica da relação mulher e esporte – narrando os casos de Uberaba e Uberlândia (1909-1944)<sup>620</sup>

**Igor Maciel da Silva**

Graduando em Educação Física

Universidade do Estado de Minas Gerais - *Campus* Ibirité

deigorparalaboratorios@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar como as cidades de Uberaba e Uberlândia deram lugar as práticas esportivas femininas, mediante análise dos periódicos *Lavoura e Commercio* (Uberaba, 1909-1933) e *A Tribuna* (Uberlândia, 1923-1944), que apresentaram duas cidades que dialogaram efetivamente em prol da educação esportiva feminina com a integração nos clubes recreativos e envoltos de acontecimentos esportivos em um primeiro momento, e adiante praticantes das modalidades natação, voleibol e cestobol.

**PALAVRAS-CHAVES:** História do esporte, Uberaba, Uberlândia, Mulheres.

## Introdução

Através da análise do jornal *Lavoura e Commercio*, a cidade de Uberaba pode ser interpretada como de preocupação eugênica claramente explícita. Em um de seus primeiros números disponíveis no acervo consultado, a reportagem intitulada de *Eugenia*<sup>621</sup>, traz de início a explicação do que seria essa nova ciência: “eugenía é a sciencia recentissima, de origem inglesa, que tem por objeto o aperfeiçoamento physico e moral da espécie humana. Foi Galton o seu fundador em 1865”.

Prossegue dizendo que era preciso que a sociedade brasileira se desligasse do tratamento para com a eugenia animal - pois é sabido que a dedicação que se dava a certas espécies se devia principalmente pelo fato de os primeiro esportes usarem animais nas competições, sendo o *Turf*,

---

<sup>620</sup> Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG – APQ-00397-13- Projeto 21417). A pesquisa realizou-se nos acervos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Belo Horizonte/Minas Gerais). Agradeço ao carinho e confiança dos professores Cleber Dias, Maria Cristina Rosa e Sarah Soutto Mayor, estas últimas, “flores” quais dedico este trabalho.

<sup>621</sup> Eugenía. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 12 meio 1918, n. 2080, p.4.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

a corrida de cavalos, o mais destacado exemplo<sup>622</sup> – e começar a se preocupar com “o embelezamento da raça latina”. Conclui a nota com a reflexão de que esta raça latina se resumia a “uma importantíssima camada de nosso publico, a camada mais interessante”<sup>623</sup>, ou seja, a de maior poder aquisitivo.

Além da preocupação com o melhoramento da raça, em que os exercícios físicos foram usados claramente para isto<sup>624</sup>, há destaque na instrução militar, projeto de escolarização e urbanização na cidade de Uberaba em conjunto com ações esportivas. Em artigo, Cleber Dias<sup>625</sup> diz da importância de Uberaba para a região do Triângulo Mineiro e cidades do Estado de Goiás pela presença das “linhas da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro desde 1889”, que permitiam intercâmbios comerciais, estudantis e esportivos<sup>626</sup>.

Comenta também sobre o Ginásio Diocesano de Uberaba, que além da promoção de práticas antecessoras do que conhecemos por futebol, o Ginásio recebeu alguns jovens goianos em meados de 1910 para estudarem ali, reforçando intercâmbios entre os Estados. “Em 1908, uma área atrás do Ginásio Diocesano foi adquirida para realização de evoluções militares. O local acabou servindo também como campo de esportes”<sup>627</sup>.

O que comprova a influência eugênica da cidade, pois é sabido que a instrução militar fora usada em prol do melhoramento da raça, e no caso de Uberaba aparenta ter tecidos diálogos próximos não só com o ambiente escolar, mas com a cidade e âmbito esportivo, pois o jornal *Lavoura e Commercio* cita a formação do clube de futebol do 4º Batalhão de Infantaria Futebol Clube, considerado pelo principal time local, Uberaba Esporte Clube, “um adversario digno de respeito, onde militam otimos elementos”<sup>628</sup>.

Já a cidade de Uberlândia, resumidamente conhecida pelo destaque no esporte aquático promoveu ações em prol da construção de um club as margens do rio citadino, permitindo que

---

<sup>622</sup> MELO, Victor Andrade de. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição do século XIX e XX. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Vitor Andrade de. *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009, p.71-105.

<sup>623</sup> Eugénia. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 12 maio 1918, n. 2080, p.4.

<sup>624</sup> Ver Castellani Filho, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta* – Campinas, SP: Papirus, 1988.

<sup>625</sup> DIAS, Cleber Augusto. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. *Revista de História Regional* 18(1): 31-61, 2013. Captado em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4000>. Acesso em: 30 abril 2015.

<sup>626</sup> Muitos números dos jornais dizem do fato de delegações de times de futebol e cestobol de outras cidades chegarem na cidade fazendo uso da linha férrea.

<sup>627</sup> \_\_\_\_\_. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936.

<sup>628</sup> BRAZ, Sebastião. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 1 nov. 1933, n. 6035, p.2.

após a construção da piscina do Praia Club as mulheres da cidade aprendessem a prática, promovendo campeonatos com provas femininas, em que a nadadora de destaque nacional, primeira mulher a participar e ganhar uma Olimpíada, Maria Lenk<sup>629</sup> viesse a segunda edição do Campeonato Aberto do Interior<sup>630</sup>, que aconteceu nas dependências do Praia-Club.

Uberlândia também foi incluída nos projetos esportivos do estado, em prol do saneamento dos corpos, sendo concluídos projetos como os da Praça de Esporte e Uberlândia Tênis Clube, a feição do Minas Tênis Clube de Belo Horizonte.

Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar ações que as cidades de Uberaba e Uberlândia fizeram e integraram em prol da eugenia de seus conterrâneos, tecendo diálogos entre si e outros estados, e sobretudo refletir sobre o lugar dado as mulheres nas práticas esportivas em ambas cidades, através da análise principal dos periódicos *Lavoura e Commercio* (Uberaba, 1909-1933) e *A Tribuna* (1923-1944).

### “Uber” irmãs: esportivas e femininas

O que aqui chamo de “Uber” irmãs se remete ao fato de as duas cidades triangulinas terem na primeira metade do século XX, na constituição das suas práticas extra-ambiente familiar, lazeres afins. A citar bailes dançantes, musicais, pic-nics, cinema; tendo Uberaba, através do trabalho com as fontes, apresentado maior número de reportagens fazendo referência a presença de circos na cidade nesta época<sup>631</sup>. Pareadas também pela formação de Clubes recreativos, o que no século XX foi prática comum não só destas cidades, mas de todo o Estado que buscava se orientar para a educação de um corpo de vida comum, o corpo de modos eugênicos:

---

<sup>629</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazer história. *Revista Pensar a Prática*, v.8, n° 1, 2005. Captado em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/106/2275>. Acesso em: 14 mar. 2015.

<sup>630</sup> Jogos interestaduais realizados no interior do país, instituído em 1936, na cidade de Monte Alto, cujos mentores esportivos deram crédito à ideia de Babi Barioni, criador e organizador das cinco primeiras competições. Inaugurado apenas com competições da modalidade Cestobol, destaca Uberlândia com o primeiro lugar nos campeonatos de 1936 a 1938. A oitava edição do Campeonato aconteceu em Sorocaba. Ler sobre o II Campeonato Aberto do Interior é também uma forma de perceber a relação tecida entre Triângulo Mineiro e São Paulo, que recorridas vezes, além do Campeonato, teceram diálogos com as suas delegações esportivas (*A Tribuna*, Uberlândia, 11 set. 1937, n. 1138, p.1; *A Tribuna*, Uberlândia, 19 out. 1938, n. 1252, p. 1; *A Tribuna*, Uberlândia, 4 abril 1943, n. 1664, p. 2; *A Tribuna*, Uberlândia, 29 abril 1943, n. 1669, p. 2)

<sup>631</sup> BRAZ, Sebastião. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 30 dez. 1933, n. 6086 p.2 ; Vamos ter um pic-nic. *A Tribuna*, Uberlândia, 26 abril 1939, n.1296, p.1; Diversões. *A Tribuna*, Uberlândia, 11 nov. 1943, n. 1719, p.2; Circo Piolin. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 5 agosto 1933, n. 6361, p.2.



Um controle perfeito dos pequenos jornais e semanários do interior do Estado de Minas Gerais leva verificação de que, nos últimos seis meses intensificou se, em todas as cidades mineiras, a organização e fundação de clubes sociais, literários ou recreativos. Este é, sem dúvida, um índice seguro e promissor do retorno de Minas a uma época de prosperidade e fastígio. Os clubes, além de contribuir para o reerguimento do nível social, cultural e artístico das coletividades, formam um indicador incontestável do ritmo novo e brilhante da vida do Estado. Em Minas, elas serão mais um traço de união entre os mineiros, criando afinidades, estimulando o espírito associativo tão necessário em todos os setores das atividades humanas, propiciarão um maior encanto e maiores atrações para a nossa vida em comum<sup>632</sup>.

Em outro número do jornal *A Tribuna*, a propaganda que se refere ao *Club Independencia* de Uberlândia, “sem exagero o melhor estabelecimento da cidade” é feito convite para que todos aqueles que passassem pela cidade não deixassem de ir a este estabelecimento, pois indo ali, se teria “o ensejo de passar algumas horas em companhia de cavalheiros educados e de destaque social da Cidade e de outros pontos do Brasil Central, que lhe proporcionarão alegria e conforto”<sup>633</sup>, o que faz imaginar que este clube era frequentado por sujeitos da classe alta, e também sugere ser um ambiente de circulação, pois se referindo ao Brasil Central, entende-se que a nota diz de outras cidades vizinhas, não sendo surpresa se a referência for a vizinha Uberaba e a região de Goiás.

Uma prática interna comum destes âmbitos era a promoção de bailes dançantes, em que se lê no exemplo de Uberaba: “hoje, na forma costumeira, haverá na sede desta simpática sociedade, mais uma reunião dansante, oferecida pela diretoria aos seus sócios. As dansas terão início às 20 ½ horas, durante até á meia noite”<sup>634</sup>.

Além do fomento a práticas extra clubes, em que os próprios sócios organizavam o evento. No exemplo de Uberlândia lemos:

Uma ótima iniciativa tiveram os rapazes e senhorinhas do nosso Uberlandia Club: - promover um pic-nic cordial, em que, ao entusiasmo dos participantes, case-se o saber de opíparos manjares e bebidas finas que serão servidos na ocasião. O local escolhido para o convívio foi o de “Sobradinho” e ficou marcado o próximo domingo para a realização daquele. A partida se dará às 5 horas da madrugada, em autos e pardiadeira, da Praça Antonio Carlos, aonde devem comparecer, portanto, os que aderiram ao projecto do pic-nic<sup>635</sup>.

---

<sup>632</sup> L.A. *A Tribuna*, Uberlândia, 28 agosto 1937, n. 1134, p.6.

<sup>633</sup> Clube Independencia. *A Tribuna*, Uberlândia, 7 set. 1935, s/n, p.20.

<sup>634</sup> Jockey Clube de Uberaba. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 23 dez. 1933, n.6084, p.4.

<sup>635</sup> Vamos ter um pic-nic. *A Tribuna*, Uberlândia, 26 abril 1939, n.1296, p.1.

Então, pensando no elemento feminino em meio a estes acontecimentos podemos destacar sua participação não somente orientada pela presença na organização de eventos clubísticos, mas também através de um dos números do jornal *Lavoura e Commercio*, é lida sua presença por meio da iniciativa das casas de Diversões *São Luiz e Roial*, onde aconteciam sessões de filmes dedicados as moças, que na propaganda do filme de grande êxito cômico *Mulheres de todas as nações*, a ser exibido, ter-se-ia sobretudo a presença de “um mundo de mulheres bonitas”<sup>636</sup>.

Ainda nesta nota, ao descrever a sessão do dia, dedicada “às moças chiques e elegantes de Uberaba” onde seria exibido o filme *Não ha mais amor*, a nota ilustra bem o ideal de mulher que se gestava naquele momento ao se referir a protagonista Lilian Harvey: uma mulher que para ser completa, deveria ser leve além de bonita, o que significava estar integrada ao ambiente dos esportes. E as mulheres, pelo que é interpretado na nota, haviam conseguido onipresença, pois além de beleza, as tecnologias presentes na época como o avião, navio... Proporcionavam isto a elas<sup>637</sup>.

Mas antes de estarem integradas de forma prática nas modalidades esportivas natação, voleibol e cestobol no Triângulo Mineiro, que é parte deste trabalho, neste caso referenciando as cidades de Uberaba e Uberlândia, é lido que elas estiverem a frente de apadrinhamentos de times de cestobol e futebol masculino, sendo eleitas até a Rainhas do Esporte<sup>638</sup>. A presença feminina meio ao âmbito do futebol é claramente celebrada nas seguintes notas dos distintos jornais, *A Tribuna*:

#### Premios ao Bello Sexo

Consoante se tem feito nos prelios<sup>639</sup> anteriores, a LUFA<sup>640</sup> fará sortear alguns brindes entre as senhoras e senhorinhas presentes, o que sem duvida, constitue mais um motivo de attracção na parada desportiva em referencia<sup>641</sup>.

---

<sup>636</sup> Diversões. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 14 nov. 1933, n. 6046, p. 2.

<sup>637</sup> Diversões. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 14 nov. 1933, n. 6046, p. 2.

<sup>638</sup> ERSE. *A Tribuna*, Uberlândia, 6 ago. 1933, n. 713, p. 3; PELO SPORT. *A Tribuna*, Uberlândia, 11 out. 1933, n. 730, p. 2.

<sup>639</sup> Uma das designações das partidas de futebol, sinônimo de *match*, *peleja*, etc.

<sup>640</sup> Liga Uberlandense de Futebol Amador (OLIVEIRA, Benjamin de. *A Tribuna*, Uberlândia, 14 maio 1939, n.1301, p.3.

<sup>641</sup> Premios ao Bello Sexo. *A Tribuna*, Uberlândia, 11 junho 1939, n. 1303, p.3.

E *Lavoura e Commercio*, sobre a disputa entre os times “Comercial” e “Uberaba”:

Realiza-se hoje, no estadio das Mercês corforme noticiamos ontem, o jogo “revanche” solicitado pela diretoria do glorioso Comercial, que não poudes se conformar com a sua derrota de domingo... A diretoria do Uberaba, querendo que todo o povo de Uberaba possa ver o grande prélio, resolveu cobrar preços populares: arquibancadas 3\$ e 2\$ geral. Senhoras e senhorinhas não pagarão<sup>642</sup>.

Sobre a presença das mulheres nas arquibancadas, vale fazer um comparativo a essa “leveza” esperada dos corpos femininos lida na nota com a programação do cinema de Uberaba, pois em artigo supracitado, Cleber Dias diz das confusões que estas causavam meio às arquibancadas nas partidas de futebol em Goiás: “nos espetáculos de futebol, as mulheres torciam e, nessa torcida brigavam, falavam palavrões, quebravam suas sombrinhas ao baterem nas adversárias e jogavam pedras contra as mesmas”<sup>643</sup>.

Além do termo “torcedoras” advir do modo eufórico de contorcer o corpo que as presentes nas arquibancadas dos prélios tinham. Também sendo reconhecido na historiografia, que este termo pode advir do ato que estas tinham de torcer o suor da luva meio a situação de jogo<sup>644</sup>.

O que corrobora com o que é lido na nota que faz alusão ao jogo entre os times do Uberaba e Palestra Itália, da cidade de São Paulo, que estas torcedoras não se portavam de forma tão “leve” como o esperado, e estavam integradas ao clima efervescente das pelejas. Diz: “os sr. torcedores e as lindas torcedoras podem assim, desde já ir afinando as suas gargantas para a maior torcida que já se viu dentro das fronteiras de Minas Gerais”, o que sugere que elas se inseriam ali com o sentimento maior ao de simplesmente floream as arquibancadas; valendo também refletir sobre o lugar de destaque que o futebol teria nesta cidade, pois estes jogos foram marcados para os dias 24 e 25 de dezembro próximos, dia do calendário cristão que se comemora o Natal<sup>645</sup>.

<sup>642</sup> Pelos esportes. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 15 agosto 1933, n. 6369, p.4.

<sup>643</sup> DIAS, p. 43, apud REBELLO, p.97.

<sup>644</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol: entre bolas e bonecas, a dificuldade de inserção. *Revista pré-Univesp*, jun. 2014. Captado em: <http://pre.univesp.br/mulheres-e-futebol#.VWnvj-bF9e> Acesso em 30 março 2015.

<sup>645</sup> BRAZ, Sebastião. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 23 nov. 1933, n. 6053, p.2.

O comparativo entre as ações desportivas das “Uber” irmãs fora claramente estabelecido na nota do jornal *A Tribuna*, que diz:

Fomos durante muito tempo um diminutivo de Uberaba, mas isso é um acontecimento que só nos pôde honrar, pois, como varias vezes temos aqui feitos sentir, havia nisto um verdadeiro paradoxo: nós é que em principio havíamos tomado o nome da bela cidade, perdendo por haver ali se desenvolvido mais do que este o grande commercio. O nome *yuberava*, que quer dizer agua brilhante, nasceu do nosso Rio, cujas aguas ao contrario do Ribeirão da Farinha Podre, são effectivamente brilhantes<sup>646</sup>.

O colaborador da coluna *Pelo Sport*, de assinatura KIKI, descreve a ligação das cidades de Uberaba e Uberlândia, que começam pelo nome da cidade de Uberaba ao nome do rio de Uberlândia, que por muitos anos foi conhecido como Uberabinha, o que poderia parecer desclassificatório naquele momento, já que a cidade de Uberlândia se destacava mais do que Uberaba nos assuntos dos esportes aquáticos, tanto pelo tamanho e beleza do rio, quanto pela organização de um club, que segundo a nota, o nome do rio Uberabinha foi mudado para Uberlândia Club<sup>647</sup>, afirmando que “é forçoso convir que andamos bem, mesmo pondo de lado os mais vivos traços de um tradição honrosa”<sup>648</sup>, mesmo porque o nome da cidade também era Uberabinha antes de ser conhecida como Uberlândia. Assim, mudar até mesmo o nome de uma cidade e de um rio para justificar ações de melhoramento esportivo acontecera na cidade de Uberlândia.

Sabe-se que em Uberlândia, a fundação de um club mudou definitivamente a rotina da cidade, pois lugares como este além de fomentarem práticas esportivas eram ponto de encontro, “uma especie de footing ou ponto obrigatório da cidade. Ir-se ahi é o mesmo que estar num ponto de diversão”<sup>649</sup>.

Corroborando com os ideais saneadores vigentes no início do século XX, dois espaços em Uberlândia, foram pensados para “recreação util ao corpo e ao espirito”<sup>650</sup> envolvendo o esporte aquático: O rio Uberabinha e o Praia Club:

<sup>646</sup> KIKI. *A Tribuna*, Uberlândia, 4 maio 1938, n. 1203, p.5.

<sup>647</sup> Algo parecido aconteceu com o time de futebol de Uberlândia, Uberabinha Sport Club, conhecido como “alvi-verde”, mais tarde tomou o nome de “Uberlândia Sport Club”, possuía sede social, para encontros das famílias (KIKI. *A Tribuna*, Uberlândia, 4 maio 1938, n. 1203, p. 5; ERSE. *A Tribuna*, Uberlândia, 7 set. 1933, n. 721, p. 6.)

<sup>648</sup> KIKI. *A Tribuna*, Uberlândia, 4 maio 1938, n. 1203, p.5.

<sup>649</sup> KIKI. *A Tribuna*, Uberlândia, 10 jul. 1935, n 910, p. 4.

<sup>650</sup> X. *A Tribuna*, Uberlândia, 14 ago. 1935, n. 920, p. 1.

O rio Uberabinha, diariamente se apresentava com as suas margens repletas de grande e afficionados que alli iam, com religiosa pontualidade, retemperar os musculos, no melhor e mais sadio exercicio physico. Um dia, porem, os interesses comerciaes mataram os encantos daquelas margens. Construiram, um pouco acima daquelle pitoresco recanto uma xarqueada. A alma esportiva uberlandense sentiu essa perda, mas não desanimou. Fez nascer na cidade uma corrente tão forte de sympathia em torno da construção de uma piscina<sup>651</sup>.

A piscina do Praia Club de Uberlândia contava com o projeto de uma torre de salto definitiva, já dispondo de uma “torre de salto provisório”, espaço onde era possível exercitar o “water polo e o salto”<sup>652</sup>.

As investidas em prol da participação efetiva do elemento feminino no esporte aquático em Uberlândia pode ser lida no número do jornal *A Tribuna* que diz do fato de a “Piscina Uberlandia”, possuir em separado “horas para o sexo feminino” com a justificativa de que “nem todas sabem nadar e não desejam aprender deante dos homens”, sendo a esquiua considerada “uma parte da vaidade feminina perfeitamente desculpável”<sup>653</sup>.

Além da participação de atletas como Ruth Tibery, inscrita como competidora na prova de caráter mista, “Prova Tribuna”:

Filha do distincto casal Florestano Macedo Tibery, a ‘garota’, de 14 annos incompletos, robusta que bem traduz a salubridade dos nossos climas, é a maior revelação do nado uberlandense, apresentando uma resistencia admirável e uma disposição que a faz um dos melhoes e mais sadios elementos da nossa Piscina e Praia Club<sup>654</sup>.

Já em Uberaba, é comentada a existência de um “lindo poço, em estylo porpeano” que contrasta com as investidas no esporte aquático em Uberlândia, pensando na dimensão e fomento a esta modalidade. Pois em Uberlândia a existência de um Rio propício à prática da natação fez efervescer os adeptos da modalidade.

Adiante é sabido que a criação de uma Praça de Esportes em Uberlândia influenciou diretamente na construção de um órgão para gerenciamento da Praça que foi uma reconhecida

---

<sup>651</sup> D’o “Jornal de Uberaba”. *A Tribuna*, Uberlandia, 16 março 1935, n. 876, p. 2

<sup>652</sup> KIKI. *A Tribuna*, Uberlandia, 10 jul. 1935, n 910, p. 4.

<sup>653</sup> Natação. *A Tribuna*, Uberlandia, 28 dez. 1935, n. 959, p. 1.

<sup>654</sup> Prova Tribuna. *A Tribuna*, Uberlandia, 21 jul. 1935, n. 913, p. 4.

iniciativas do Estado de Minas Gerais, no governo de Benedito Valadares, “que tem se dedicado com carinho a tudo que diz respeito aos esportes e á cultura física da juventude”<sup>655</sup>.

O órgão foi o Uberlândia Tênis Clube, resultado da fusão da Associação Atlética de Uberlândia e do Uberlândia Clube, pensado á feição do Minas Tênis Clube da cidade de Belo Horizonte, considerada “uma obra de grande alcance não só esportivo, como social”, onde programou-se práticas como “tenis, natação, vôlei, basquet, sendo também ministradas aulas de educação física ás crianças”<sup>656</sup>.

O que ainda fazia parte do “pacote” de ações médico-higienistas no Estado, em prol do nacionalismo; em prol da geração de proles afeitas em corpos esguios e de prontidão ao país<sup>657</sup>, que Uberlândia com mais este dado comprovou estar envolvida nestes acontecimentos que deram nova dinâmica a vida no Triângulo Mineiro, tendo o encontro do regional e ações consideradas mais avançadas acontecidas claramente, pois um ideário romântico que existe é de que lugares mais abastados, distantes de eixos de circulação como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte<sup>658</sup> não se envolveram com dinâmicas estruturantes de todo um Estado; do país; coisa que trabalhos como este e outras discussões do grupo de pesquisa História do Lazer em Minas Gerias<sup>659</sup> buscamos confrontar a cada novo trabalho.

Outros dois esportes estão associados á prática feminina nas “Uber” irmãs, o voleibol e o basquetebol, na época conhecido como cestobol. Esportes estes envolvidos prioritariamente, pelo que por ser lido nas fontes, com o âmbito escolar, seja para floreamento dos acontecimentos, como no exemplo sobre a posse da diretoria do “Gremio Recreativo” da Escola Normal de Uberaba, em que as alunas normalistas praticantes do voleibol se apresentaram neste evento para encerramento das celebrações da “encantadora festa”<sup>660</sup>, ou mesmo acontecendo entre times advindos de instituições educativas de outros Estados, como por exemplo na notícia que diz do jogo de voleibol e cestobol entre as alunas-normalistas de Uberaba com as paulistas de

<sup>655</sup> Inaugurado o Uberlandia Tennis Club. *A Tribuna*, Uberlandia, 4 abril 1943, n.1664, p.1

<sup>656</sup> Uberlandia Tennis Club. *A Tribuna*, Uberlandia, 25 março 1943, n. 1661, p.4

<sup>657</sup> Dentre os dias 18 e 21 de maio, em visita a cidade de Uberlândia, fiz contato com o Praia Club e Uberlândia Tênis Clube para tentativa de acesso aos arquivos destes lugares. Mas, infelizmente não liberaram o acesso, o que considero decepcionante, pois seria de muita valia para o somatório das fontes já coletadas.

<sup>658</sup> Discussão mais aprofundada sobre o assunto pode ser lida no artigo de SANTOS, Ricardo Pinto dos. Comemorando o Brasil: que Brasil? In: SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de. *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p.163-182.

<sup>659</sup> Grupo de pesquisa do departamento de Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais-Campus Pampulha, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

<sup>660</sup> BRAZ, Sebastião. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 21 out. 1933, n.6026, p.2.

Ribeirão Preto, em que os lucros seriam destinados em prol da construção da nova catedral de Uberaba<sup>661</sup>.

Os treinos das uberabenses aconteceram no Estádio local, das Mercês, onde em nota, o jornal traz pontualmente o que o treinador desejava de suas jogadoras, e Sebastião Braz termina a reportagem antecessora do dia do jogo, dizendo em nome da cidade que “confiamos absolutamente na dedicação e no esforço de todas as nossas graciosas jogadoras e temos certeza de que elas saberão defender com heroísmo as suas cores uberabenses no grande interestadual de amanhã”<sup>662</sup>.

### **Considerações finais**

A conclusão deste trabalho acerca da permissividade da prática esportiva feminina nas “Uber” irmãs, não pode deixar de dizer da importância que a imprensa teve no fomento ao progresso do esporte, em que, apoiado em Lopes<sup>663</sup>, a imprensa esportiva contribuiu para a transformação dos pequenos acontecimentos em “espetáculo para o grande público”. Como tantas vezes lido nas páginas dos jornais *Lavoura e Commercio* e *A Tribuna*.

Deste modo, entender o jornal como uma rede complexa de informações é necessário para entender que nem toda história é verdade, e sim motivação de quem a escreve. Este trabalho, ainda em continuidade se motivou pelo interesse de entender como foi a receptividade das mulheres nas cidades supracitadas, nos âmbitos esportivos, em que se destacaram em práticas da natação, voleibol e cestobol na primeira metade do século XX.

Assim, conclui-se que mulher e esporte são coisas afins, de tempos em que as investidas da campanha médico-higienistas brasileira com a vontade de modernização dos hábitos não modernos do país, fomentaram campanhas locais, onde o regional também integrou o nacional, pelo prezar do corpo de regras comuns. Neste exemplo, o corpo feminino das flores das “princesinhas do sertão”<sup>664</sup> mineiro.

---

<sup>661</sup> Bola ao cesto e voleibol. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 25 out. 1933, n. 6029, p.2.

<sup>662</sup> BRAZ, Sebastião. *Lavoura e Commercio*, Uberaba, 28 out. 1933, n. 6032, p.2.

<sup>663</sup> LOPES, José Sergio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista USP: Dossiê Futebol*, n.22, Junho-Agosto 1994, p.64-81.

<sup>664</sup> Apelido carinhoso das cidades.



## Os corpos que escapam: somos a pele que habitamos?

Ana Paula Jardim Martins

Mestranda em História

Unimontes

paula\_jardim@hotmail.com

**RESUMO:** O corpo sexuado, antes do século XX, não tinha as devidas atenções merecidas pelos historiadores, bem como o cinema enquanto fonte para a historiografia. O presente trabalho é pensado à luz da epistemologia feminista e dos estudos *queer*, ao passo que se pretende aqui aplicar o gênero enquanto uma categoria de análise para a história, conforme Joan Scott [1990], entender o cinema enquanto tecnologia de gênero, segundo Teresa de Lauretis [1994], ou seja, artifícios criados e usados para se construir as representações do sujeito e dos corpos, na mesma medida em que veicula estas representações na cena midiática. Neste sentido, o trabalho se propõe a análise de um fragmento da película de Pedro Almodóvar, a Pele que Habito [2011], a fim de problematizar a representação do corpo na pós-modernidade, de modo a desconstruir o invariável vínculo entre sexo, corpo, gênero e desejo, a partir do que propõe a teórica Judith Butler (2003), quando considera corpo, gênero e desejo são três elementos construídos e que, por conseguinte, é fundamental desatrelá-los. Para tanto, utilizar-se-á a noção de dispositivo de Michel Foucault para, a partir do *dispositivo da sexualidade* analisar os mecanismos de desconstrução da norma que conduz as práticas sexuais, o que sustentará a direção da presente análise. Destarte, a partir das práticas discursivas e da produção de sentido, realizar-se-á o trabalho, fragmento de uma dissertação de mestrado, com vistas a pensar a cena discursiva da qual emergem os discursos sobre os corpos que escapam à norma, bem como o sexo e o gênero.

**PALAVRAS-CHAVES:** Corpo; Gênero; História; Cinema.

O processo de fragmentação das ciências humanas possibilitou-nos a reflexão sobre a maneira como a História social e cultural abriram caminhos para os novos estudos a que se propõe a “pós-modernidade” ou em termos de episteme, o “pós-estruturalismo”. Destarte, quando se pensa que o corpo sexuado, antes do século XX, não tinha as devidas atenções merecidas pelos historiadores, bem como o cinema enquanto fonte para a historiografia, entendo que este trabalho se articula precisamente com o aparato teórico-metodológico proposto, dentro da linha de “Cultura, relações sociais e gênero” ao passo que pretende-se aqui uma abordagem histórica em que entende o cinema, enquanto tecnologia de gênero, ou seja, artifícios criados e usados para se construir as representações do sujeito e dos corpos, na mesma medida em que percebe as representações dos corpos na cena midiática vistos como discursos que se constroem e desconstroem estereótipos e representações normativas das identidades de gênero e sexuais. Neste sentido o cinema autoral [o que implica outra questão, já que o cinema de autor na minha perspectiva permite maior liberdade de produção, além da participação de todas as etapas de

produção da película] do diretor espanhol Pedro Almodóvar consegue problematizar questões acerca de temáticas plurais no que tange, rompe com modelos de produções normativas[a norma pensada na perspectiva foucaultiana], suscita problemáticas comuns à própria historiografia e implode com as noções naturalizadas de sexo, desejo, corpo, gênero e as identidades.

Entendo aqui “pós-modernidade”, enquanto este conjunto de transformações pelas quais os movimentos do social e os respectivos modelos teóricos explicativos foram atravessados [como Hobsbawm vai descrever na Era dos extremos]. Desta maneira, propõe, portanto, uma crítica que age de dentro para fora, que desconstrói não apenas a maneira como percebemos as coisas, mas desmonta a própria noção de constituição do sujeito, do indivíduo. Desta maneira, a historiadora feminista Cláudia de Jesus Maia diz que,

Foucault compara o/a historiador/a que sustenta a ideia de objetividade ao demagogo que nega o próprio corpo para estabelecer a soberania da ideia intemporal. Assim, o/a historiador/a é levado ao aniquilamento de sua própria individualidade para que os outros entrem em cena e possam tomar a palavra.<sup>665</sup>

Destarte, a crítica às concepções de verdade enquanto conhecimento absoluto e imutável, portanto, fixo, torna-se contundente, uma vez que o próprio ofício do historiador, segundo Marc Bloch<sup>666</sup>, clama por não negligenciarmos os sentimentos, a própria dimensão humana da pesquisa histórica, portanto a subjetividade. O problema das incertezas de fins do século XIX perpassa todos os campos do conhecimento e a própria história não fica isenta de se contaminar com o fervor destas discussões até a pós-modernidade. Motivada por estas questões, venho com o propósito de problematizar a representação do corpo na pós-modernidade, de modo a desconstruir o invariável vínculo entre sexo, corpo, gênero e desejo, a partir do que propõe a teórica Judith Butler<sup>667</sup> quando considera corpo, gênero e desejo como três elementos construídos de formas distintas e que, por conseguinte, é fundamental desatrelá-los.

O retrato do urbano, sobretudo de Madri e Barcelona. O cinema dos desejos, do improvável. A complexidade das tramas que deixa impressa a marca registrada em cada um dos filmes de Pedro Almodóvar. A atuação política do cineasta foi marcante. Esteve imerso em um movimento de contracultura que tentava minar as ações da ditadura Franquista, chamada de La Movida Madrileña. O diretor tem referências vindas do neorealismo italiano e da Nouvelle Vague francesa, influência da cultura pop dos anos 70 e da moda. Ainda assim, consegue explorar as referências que tem sem, necessariamente, seguir uma estética fixada por alguma escola determinada de cinema. Almodóvar desenvolve sua própria linguagem e quando se pensa no trabalho deste diretor é necessário pensar em um universo que expressa narrativas complexas, polêmicas e até mesmo bizarras.

---

<sup>665</sup> MAIA, C. J. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948*. Ed. Mulheres, 2011, p.34.

<sup>666</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

<sup>667</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Fruto de um tempo de agitações e transformações, a possibilidade refletir acerca da pós-modernidade é fundamental, na película “A pele que habito”. Lançado em 2011 faz parte deste universo caótico, já que para compreender as percepções que o cineasta tem acerca da representação do corpo, do sujeito, do sexo e do gênero, é necessário considerar o desfazimento de grandes modelos explicativos, solidificados e hegemônicos. Para a presente análise, valer-me-ei de um conceito foucaultiano de *dispositivo*. Portanto, na História da sexualidade Volume I, a vontade de saber, Foucault nos apresenta o *dispositivo da sexualidade*<sup>668</sup>, que é algo que consegue me dispor de ferramentas para compreender de que maneira foi instaurada uma ideia sobre o sexo, unificando a conduta sexual, o que se constituía enquanto norma, acabando por concentrar esforços para torna-la lugar de verdade. Desta forma, o dispositivo da sexualidade foi capaz de produzir sujeitos “anormais”, tal como Vera/Vincent.

Desta maneira, procurei articular tanto o imaginário acerca dos corpos sexuados, quanto suas representações historicamente construídas. Assim, me interessou neste trabalho a produção discursiva de representações sociais sobre o corpo, fazendo emergir no imaginário coletivo o sujeito *ciborgue*, figura que sugere a ideia do nomadismo identitário e do bizarro, a personagem Vera/ Vincent.

A proposta de análise se faz a partir do recorte dos primeiro cinco minutos do filme. A sucessão de cenas emblemáticas intrigaram nossos olhares e nos atentaram para pensar a construção desta subjetividade que se distingue de tudo o que já pudera ser visto nas telas do cinema. Conforme diz Tomas Tadeu<sup>669</sup> a subjetividade humana é estruturada sobre ruínas e hoje já não se questiona mais “quem é o sujeito”, mas a preocupação gira em torno da pergunta: “ainda queremos ser sujeitos? Precisamos disto? Existe algo pós-sujeito?” Desta maneira, deparamo-nos com a personagem Vera/ Vincent dentro de seu invólucro “protetor”, que preserva sua “identidade” para os demais. Não se sabe, a priori, quem é, o que é e para que propósito é mantido ali. A impressão que se tem é, antes de tudo, de desconforto. Parece que o sujeito consegue escapar por todos os lados, como se pensássemos na perspectiva identitária atual e ao mesmo tempo se vê mantido em um cárcere eterno.

Assim, Tânia Navarro Swain<sup>670</sup> advoga que “[...] uma cartografia identitária é, afinal, o que nos resta para observarmos o percurso de opções, movimentos e atuações ao longo de nossas histórias pessoais/sociais” É preciso exceder, preciso desapegar da identidade, desta busca incessante pelas marcas do social. Sugere a teórica que sejamos livres, antes de tudo. Ainda diz

---

<sup>668</sup> Segundo Foucault, “o dispositivo da sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais do poder”, ele engendra “uma extensão permanente dos domínios e qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de maneira cada vez mais global” Conferir: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. p.19-71

<sup>669</sup> TADEU, Tomaz. *Antropologia Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

<sup>670</sup> NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb. Brasília, Unb, vol. 8, n.1/2, 2011, p.14.

Swain que, “estes traços, desenhados por valores históricos, transitórios, naturalizam-se na repetição e reaparecem fundamentados em sua própria afirmação: as representações da “verdadeira mulher”, e do “o verdadeiro homem” atualizam-se no murmúrio do discurso social.<sup>671</sup>

A proposta de pensar o desapego, pensar em onde começa e termina o humano é que impulsiona esta análise. A personagem Vera/Vincent, sujeito construído nas amarras do universo masculino, agora preso em um corpo sexuado, marcado pelo feminino e forçado a reconstruir esta subjetividade. Essa dualidade representada em um corpo coberto por faixas, a tentativa de apagar as marcas da reconstrução, a ubiquidade do corpo enquanto uma máquina e a identificação que rompe as fronteiras entre o que se pensa ser homem e mulher e para além, do que é ser humano. O próprio cenário do filme, sutilmente sugere que Vera/Vincent se inspira nas personagens femininas e temas da ambivalência sexual das novelas de Alice Munro (n. 1931) para compor um simulacro de feminino, enquanto estampa a sua resistência psicológica – nos escritos e desenhos da parede do quarto de confinamento e nas esculturas que faz – com alusões à obra da artista plástica e militante LGBT Louise Bourgeois (1911-2010). Inclusive, nos agradecimentos da ficha técnica do filme, Pedro Almodóvar diz: “*Obrigado a Louise Bourgeois, cuja obra não apenas me emocionou, mas também serviu de salvação para a personagem Vera*”.

Portanto, a existência desta construção “pós-humana” nos incita a pensar que não existe nada mais “puro” que separa natureza e cultura. A representação do corpo e a produção do sujeito *ciborgue* nos força a pensar na constante sobreposição entre construções, desconstruções e natureza. Desta forma, fica a indagação: “Quando a tecnologia atua sobre o corpo, nosso horror mescla-se, sempre, com uma intensa fascinação. Mas de que forma, exatamente, age a tecnologia? E ainda, de que tecnologia estamos nos referindo? E em que profundidade ela penetrou sobre nossa pele<sup>672</sup>?”. Estamos tentando transportar, das telas do cinema para o cotidiano, formas inteiramente novas de construção de subjetividades. Não se trata apenas de um novo corpo, mas de uma nova forma de se identificar, de assumir papéis sociais, de significar o mundo.

---

<sup>671</sup> SWAIN, Tânia. Navarro. (Org.). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História*. Dossiê Feminismos, teorias e perspectivas. Brasília, Edunb/PPGHIS, v.8, n. 1-2, 2000, n.p.

<sup>672</sup> KUNZRU, Hari. Genealogia do Ciborgue. In: TADEU, Tomaz. *Antropologia Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009, p.19.

# A atuação das mulheres no grupo guerrilheiro urbano argentino “montoneros”

**Amanda Monteiro Diniz Carneiro**

Mestranda em Ciências Humanas

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

[amandamondiniz@yahoo.com.br](mailto:amandamondiniz@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo tem como objeto, analisar a atuação das mulheres no grupo de esquerda da Argentina, denominado *Montoneros*, no período de 1960 a 1979. O estudo da atuação das mulheres, principalmente em grupos políticos que se denominam revolucionários, torna-se fundamental para problematizar os espaços masculinizados da política e também para se pensar as mulheres como atores históricos, principalmente nos movimentos populares e no jogo político na Argentina.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulheres, atuação, *montoneros*.

## Introdução

O grupo de esquerda da Argentina, denominado *Montoneros* se organizou em fins dos anos de 1960. Recebeu influências do contexto Argentino e também da revolução cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista, defendiam o anti-imperialismo e o fim do capitalismo. Nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres jovens se envolveram na luta política, entretanto, por serem mulheres, em muitos casos, não alcançaram espaços de direção ou desenvolviam tarefas ditas “femininas”. Dessa forma, buscamos então, discutir a inserção de algumas dessas mulheres e mostrar de maneira geral, como atuavam nos espaços masculinizados nesse período.

Poucos estudos discutem sobre a condição feminina nos espaços políticos, como por exemplo, nos partidos, sindicatos, etc, durante esse período. Geralmente, debates são realizados sem diferenciar a questão de gênero, seus impactos e diferenças na militância e no interior das organizações políticas. Dessa forma, pretendemos explorar novas perspectivas para se pensar as mulheres como sujeitos históricos. Inicialmente abordaremos a formação e atuação do grupo *Montoneros* no contexto argentino, em seguida a atuação das mulheres no grupo.

### **A formação e atuação do grupo *Montoneros***

O grupo *Montoneros*<sup>673</sup> surgiu aproximadamente em fins dos anos de 1960, a partir da esquerda peronista.

O peronismo<sup>674</sup> englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações para militares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista, era composta em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal, para a luta- inspirada na revolução e não na democracia- contra o imperialismo e o fim do capitalismo. Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que esse não compartilhasse da sua posição ideológica. Dessa maneira, a esquerda utilizava-se dos discursos peronistas a fim de alcançar o apoio das classes trabalhadoras para legitimarem-se enquanto movimento social ou partidário.<sup>675</sup>

---

<sup>673</sup> Um montonero era aquele que se rebelava por razões políticas contra as autoridades departamentais, provinciais, ou nacionais. Em alguns casos, revolucionário e montonero eram sinônimos. (LA FUENTE, 2007, p. 112). LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo*. Trad. Amanda Monteiro Diniz Carneiro. Buenos Aires: Prometeu, 2007. Os montoneros, aos olhos dos oligarcas representavam um monte de ignorantes selvagens- os montos- Os montoneros formulavam-se em fins dos anos 1960. Contudo o grupo que marcou a luta antiimperialista na especificidade Argentina teve sua primeira aparição pública em 29 de maio de 1970 com a chamada operación Pindapoy. (ROCHA, 2011, p. 80).

<sup>674</sup> Segundo Etulain, o peronismo é um “objeto” complexo, porque não se compõe apenas pelo partido peronista, ou mesmo pelos sindicatos. Trata-se de um movimento que reúne diferentes setores sociais em torno de uma amálgama definida a partir do vínculo entre o povo e a figura de Perón. O peronismo em sua função de representar os interesses populares promove sua unidade com base na força opositora deste conteúdo popular. ETULAIN, Carlos Raul. *A esquerda e o peronismo*. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Campinas, 2001. P. 100-101

<sup>675</sup> ROCHA, Maria Marina de Lira. *Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a república: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975- Março de 1976)*. 207f. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2011. 80 p.



É importante ressaltar que a formação do grupo em 1960 sofreu, além de influências específicas do contexto da Argentina, influências externas que moldaram a identidade do grupo. Partindo desse princípio, podemos destacar como influencia externa, a urgência revolucionária trazida pela Revolução Cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Como influências internas podemos destacar as manifestações no seio da Igreja, em que muitos jovens lutaram contra a exploração e a pobreza, e o próprio Peronismo que também influenciou no processo de formação desse grupo e de outros que também surgiram nesse período.

O grupo *Montoneros* foi um dos mais importantes do período. Era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista, defendiam o anti-imperialismo e o fim do capitalismo. De maneira geral, seus principais objetivos eram o desenvolvimento nacional, a justiça social e o poder popular.

Os Montoneros foram a guerrilha argentina mais importante da década de 70. Entre seus líderes mais importantes podemos mencionar a Fernando Abal Medina, Carlos Gustavo Ramus, José Sabino Navarro, Emilio Maza, Carlos Capuano Martínez, Norma Arrostito, Mario Firmenich. Identificada como a esquerda peronista e com a realização do “Socialismo Nacional”, Montoneros enfrentou o governo militar autodenominado “Revolución Argentina” (1966-1973) e lutou pelo retorno de Perón sob o lema “Lute e volte” a organização se popularizou entre os jovens (...).<sup>676</sup>

E ainda:

Alguns montoneros consideravam que o objetivo perseguido era uma variante nacional de socialismo; outros viam nele uma forma socialista de revolução nacional. Todos acreditavam que a principal contradição que afetava a Argentina era a do nacionalismo contra o imperialismo e que os interesses do país estavam representados por uma aliança popular mais multiclassista.<sup>677</sup>

O grupo atuava em assaltos a bancos e sequestros, especialmente em acampamentos militares, com o objetivo de arrecadar dinheiro e armas, que segundo eles, seriam usados para a

---

<sup>676</sup> GARATEGARAY, Martina. *Montoneros Leales a Perón: Notas Sobre la Juventud Peronista Lealtad*. 2012. Captado em: <<http://revistas.um.es/navegamerica/issue/view/11421>>. Acesso em: 22. Jun. 2014.

<sup>677</sup> GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Trad: Amanda Monteiro Diniz Carneiro. Buenos Aires: Grijalbo S.A., 1998. p. 434.



construção de uma nação livre, justa e soberana. Assassinaram importantes lideranças políticas e membros da Segurança Nacional, como o Major Júlio Argentino de Valle Larrabure.

Habitualmente operavam em comandos integrados por homens e mulheres que realizavam acampamentos em localidades como Garín, na província de Buenos Aires, e a Calera, em Córdoba, assaltos a bancos, sequestros a empresários para obter fundos, roubo a caminhões de leite y sua posterior distribuição em bairros populares é o que eles chamavam "ajusticiamientos", é dizer o assassinato de algum dirigente sindical ou algum chefe militar..<sup>678</sup>

Aproximadamente em 1960, *Montoneros* iniciou sua luta a fim de desestabilizar o então governo de Arturo Frondizi (1958-1962); isso porque, para eles, este governo foi o grande responsável pela derrocada de Perón, com o golpe de estado conhecido como “revolução libertadora”, em setembro de 1955. Perón foi exilado, seu partido-justicialista foi proscrito, além de seus principais líderes sindicais perderem seus cargos e serem presos. A elaboração do projeto político organizado por *Montoneros*, esteve muito ligado a este contexto político, na medida em que foi a partir da derrocada de Perón e do distanciamento da maior parte da sociedade das atuações e lutas políticas, -haja vista a falta de esperança criada por toda essa situação citada acima- que o grupo organizou seu projeto político. Abaixo as pautas do projeto.

- 1.— Asunción de la guerra popular
- 2.— Adopción de la lucha armada como la metodología que hace viable esa guerra popular, mediante formas organizativas superiores.
- 3.— Absoluta intransigencia con el Sistema.
- 4.— Incansable voluntad de transformar la realidad.
- 5.— Identificación de la burocracia, como formando ' parte del campo contrarrevolucionario.
- 6.— Entronque efectivo en las luchas del pueblo
- 7.— Confianza ilimitada en la potencialidad revolucionaria de la clase trabajadora peronista
- 8.— Caracterización del General Perón, como conductor estratégico.
- 9.— Correcta evaluación sobre los amplios márgenes de posibilitantes de actuación dentro del Movimiento Peronista.
- 10.— Decisión de luchar hasta el costo de la propia vida. <sup>679</sup>

<sup>678</sup> PIGNA, Felipe. La política en los 70. Captado em: <[www.elhistoriador.com.ar](http://www.elhistoriador.com.ar)>. Acesso em 05 set. 2014.

<sup>679</sup> Documentos Montoneros. Captado em: <http://www.elortiba.org/docmon.html>. Acesso: 26 jun. 2015.

Em 1970, sequestraram e assassinaram o ex-presidente da Argentina, Pedro Eugenio Aramburu<sup>680</sup>. Este era considerado o principal inimigo do grupo *Montoneros*, visto que foi responsável por dois crimes imperdoáveis para o grupo: a ordem de fuzilamento de 27 peronistas e a expatriação dos restos mortais de Eva Duarte de Perón.

As nove em ponto da manhã do 29 de maio de 1970, dois jovens de uniforme militar subiram ao apartamento de um general aposentado, no piso oitavo de um edifício da rua Montevideo de Buenos Aires. O motivo de sua visita era lhe disseram, oferecer-lhe uma custódia. Por vários minutos sustentaram uma amável conversa durante a qual tomaram uma xícara de café..., até que um dos visitantes disse: “Meu general, você vem conosco”. Três dias depois o general havia deixado de existir, e a organização montonera fazia com ele uma sensacional aparição na cena política argentina. El Operativo Pindapoy, ou el Aramburazo.<sup>681</sup>

Para *Montoneros*, o assassinato de Aramburu tinha também significados simbólicos, visto que naquela data, 29 de maio 1970 os militares comemoravam o dia do Exército. O grupo pensou estrategicamente esse fato para sua divulgação em todo o país, o que para eles seria o batismo público do grupo.

A atitude de assassinar o ex-presidente legitimava a posição do grupo em utilizar todas as formas de luta contra a ditadura, inclusive a armada. Esse fato foi impactante para a sociedade e para os militares. “Assim, o “Aramburazo” deu aos *Montoneros* um nome que se fez familiar para todo mundo e foi bem acolhido pelos peronistas, mas não trouxe por completo a identidade política da organização.<sup>682</sup>

Em 1974 o grupo *Montoneros* entrou para a clandestinidade. Com isso surgiram muitas dificuldades, tais como a falta de recursos e, sobretudo, a diminuição do contato político com as massas, entre outros problemas. Entretanto, as dificuldades se intensificaram ainda mais com o golpe militar de 24 de março de 1976, que levou à derrocada do governo de Isabel Perón. Um

---

<sup>680</sup> Pedro E. Aramburu foi presidente no período de 1955 a 1958, defendia uma linha mais dura em relação a peronismo, sindicatos e trabalhadores. A repressão se agudizou. Em resposta a resistência popular se reforça. (ETULAIN, 2001, p. 103). ETULAIN. *A Esquerda e o Peronismo*, p. 103.

<sup>681</sup> GILLESPIE. *Soldados de Perón*, p. 574.

<sup>682</sup> GILLESPIE. *Soldados de Perón*, p. 566.

grupo de militares, liderados por Jorge Rafael Videla, e apoiado por grupos civis e pelos Estados Unidos, assumiu o poder.

O grupo, não tinha a dimensão do aparato montado pelos militares para destruição das organizações guerrilheiras, uma vez que a experiência vivida em golpes anteriores ao de 1976 não se comparava com esse último. Não imaginavam, por exemplo, a dimensão do aparato repressor montado pela ditadura que envolvia sequestros, torturas e assassinatos.

A estratégia do grupo era resistir à repressão por meio da luta armada. Entretanto, devido ao forte aparato montado pelo regime militar, o grupo foi desaparecendo rapidamente, haja vista, a frustrante estratégia de luta armada e também a grande repressão que se instalava naquele momento. Alguns dos integrantes do grupo não resistiram à violência das torturas e acabavam entregando informações a respeito da atuação do grupo. Dessa forma, os militares aumentavam a repressão, atingindo os principais quadros do movimento. Em outubro de 1976, a organização já apresentava muitas perdas. Segundo Marcelo Larraquy<sup>683</sup>, “durante os dois primeiros anos de resistência armada, o exército Montonero da capital federal havia perdido 60% de suas forças”.

Enfim, é importante destacar, que a atuação dos grupos guerrilheiros neste período, não era fácil. Entretanto, podemos notar, que a causa pelo qual eles lutavam ultrapassava todas as dificuldades e era o que lhes mantinham nessa luta até o fim último de suas próprias vidas. Nessa perspectiva, poderíamos nos perguntar como se dava a atuação das mulheres neste período, já que a situação feminina envolvia o que podemos chamar de dupla militância, ou seja, duas posições de resistência ao mesmo tempo. A primeira era a resistência a uma sociedade machista que só aprovava a atuação feminina em espaços privados e a segunda a resistência ao sistema político instaurado. Dessa maneira, ser mulher militante era uma tarefa extremamente difícil, entretanto como veremos a seguir, isso não impedia a inserção e luta das mulheres nestes grupos.

### **A atuação das mulheres no grupo *Montoneros***

Para discorrermos sobre a atuação das mulheres, a discussão em torno do conceito de gênero se faz importante. O gênero é dado como uma construção social e cultural, e não como uma relação já estabelecida. As visões que justificavam que as diferenças entre homens e mulheres relacionavam-se apenas ou prioritariamente pelas diferenças biológicas já são

---

<sup>683</sup> LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos Soldados: Historia Secreta de la Contraofensiva Montonera*. Buenos Aires: Aguilar, 2006, p.126.

questionadas pela historiografia e sociologia que tratam do tema, uma vez que as construções culturais ganharam espaço nos estudos das relações de gênero. Tenta-se desmistificar o estabelecimento de características biológicas “manipuladas culturalmente”. As determinações de tais características colocam a mulher em uma condição “subalterna”, ou seja, em um mundo privado, apenas como cuidadora do lar e excluindo-a do mundo público.

Joan Scott define a categoria gênero, em seu uso mais recente, da seguinte maneira:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.<sup>684</sup>

É importante ressaltar também, a questão das disputas por poder presentes nas relações sociais e, sobretudo, nas relações entre homens e mulheres. Os interesses e estratégias, também se fazem presentes nessas complexas relações, são eles, juntamente com o poder simbólico - que podem estar no âmbito do consciente ou inconsciente-, que legitimam o poder e consolidam os modos de vida e hábitos dos sujeitos. Assim, através das lutas e legitimações, alguns comportamentos se tornam naturalizados. As relações entre homens e mulheres, onde a mulher ocupa apenas o espaço privado e o homem é responsável por todo o espaço público, são exemplos desses comportamentos naturalizados, das lutas e legitimações de poder. Estas relações não se explicam apenas pela imposição ou coação, são legitimadas e construídas consciente e inconscientemente pelos próprios sujeitos.

Destarte, essas legitimações ocorrem de maneira inconscientemente, quando as próprias mulheres reproduzem o discurso masculino, o considerando natural, nas palavras de *Bourdieu*, “um natural poder masculino”. Conscientemente, quando as próprias mulheres se colocam como insignificantes, atribuindo a elas mesmas características inferiores, se excluem do poder político e o reservam exclusivamente aos homens. Dessa maneira, podemos entender uma das vertentes

---

<sup>684</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. 1989. Captado em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51008](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51008)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

que contribuíram, de forma decisiva, para que a história da humanidade, de homens e mulheres, fosse escrita apenas no gênero masculino.

Para que a dominação simbólica funcione, é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes percebem que a submissão não é um ato da consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da lógica do consentimento, alternativa “cartesiana” que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência.<sup>685</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres jovens se envolveram na luta política, Norma Arrostito, a Gaby, foi um dos exemplos de atuação feminina nesse período. Junto com ela, podemos citar Antônia Canizo, Amanda Peralta, Marta Bazan, entre outras.

No Brasil, Marcelo Ridente encontrou 15 a 20% de mulheres nas organizações armadas, em dados obtidos nos processos contra elas. No Uruguai, entre os Tupamaros, Ana Maria Araujo menciona que um terço dos militantes eram mulheres. Da mesma forma, entre os militantes desaparecidos na Argentina, em torno de 30% eram mulheres. Para o Chile, Bolívia e Paraguai, não tenho ainda dados numéricos, mas a participação de mulheres em grupos de guerrilha e resistência também é reportada.<sup>686</sup>

Por ser mulher, Arrostito, não conseguiu alcançar o poder merecido no grupo *Montoneros*. Participou do sequestro de Aramburu e foi uma figura emblemática dentro da organização. Não era usual uma mulher fazer parte da condução de um grupo guerrilheiro, e no caso do Montoneros, não foi diferente. Segundo Gabriela Saidon,<sup>687</sup> “Foi relegada por um problema de manejo machista da condução. Do grupo inicial foi ficando marginalizada. Em uma etapa esteve muito sozinha”.

No entanto, como tem enfatizado distintas investigações, foram poucas as mulheres que participaram de responsabilidades de direção e frequentemente

---

<sup>685</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. de Oliveira. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 36.

<sup>686</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27º, 2013, Natal. *Anais...* Natal: Anpuh, 2013. p. 3.

<sup>687</sup> SAIDÓN, Gabriela. *La Montonera Biografía de Norma Arrostito*. Trad. Amanda Monteiro Diniz Carneiro. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 56.

lhes davam tarefas associadas a condição feminina. A reestruturação das relaciones de género teve um lugar secundário nas organizações de esquerda.<sup>688</sup>

Norma foi a única montonera, juntamente com Fernando Abal Medina, que foi à Cuba para receber treinamento militar, haja vista que o restante do grupo quase não tinha conhecimento acerca da luta armada. Norma participava ativamente naquele grupo, opinava nas decisões político- ideológicas e nas questões técnicas de segurança, tais como usos de explosivos, entre outros. Mesmo considerando seu significativo papel, nunca alcançou a liderança do grupo, nem mesmo com a morte de Fernando Abal Medina, um dos mais importantes integrantes do grupo. “Igualmente, para todos os demais, amigos e inimigos continuará sendo a Norma Arrostito, o bronze, mas além dos cargos formais como uma nomeação no governo de Oscar Bidegain.”<sup>689</sup>.

É importante ressaltar, que a situação das mulheres militantes na ditadura civil militar era muito complicada, principalmente se pensarmos na vulnerabilidade da sua condição de mulher nos centros de tortura, sendo bastante exploradas pelos militares. Muitas delas foram levadas aos centros de tortura, grávidas, e seus filhos foram entregues para famílias de militares e de civis, desestabilizando psicologicamente a militante. Além disso, muitas delas foram estupradas pelos seus algozes. Enfim, mesmo tendo conhecimento desses fatos e com todos os riscos, muitas mulheres tiveram atuação política intensa nesse período.

Em dois de dezembro de 1976, Norma foi capturada e levada para o centro de detenção, Escola de Mecânica de Armada –ESMA, onde passou os últimos 410 dias de sua vida. Foi usada como troféu pelos militares. Quando chegavam os novos detidos, eram levados até ela com o objetivo de desestruturá-los psicologicamente.

A primeira coisa que faziam os militares , quando chegavam à Escola Mecânica Armada (ESMA) com o novo detido-desaparecido era levá-lo ao porão, onde estavam as salas de tortura e ali apresenta-lo o troféu. Parte da conversa de boas vindas ao recém-chegado era: Você acredita que os da condução, os agarramos e massacrados. Bom, aqui temos a Arrostito. Acredita que a havíamos matado. Não. Está viva. Nós a temos.<sup>690</sup>

---

<sup>688</sup> COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010, p. 144.

<sup>689</sup> SAIDÓN. *La Montonera Biografía de Norma Arrostito*, p. 131.

<sup>690</sup> \_\_\_\_\_. *La Montonera Biografía de Norma Arrostito*, p. 151

Diferente de muitos dos capturados, do referido centro de detenção, Norma, expressava tranquilidade e aceitação à sua condição de detida.

Gaby tinha uma atitude distinta de todos os demais, parecia um morto vivente. Era uma espécie de presença fantasmagórica. Era uma pessoa muito calada, muito estranhável, muito sorridente, transmitia a imagem de alguém que tivesse paz interior e aceitado o seu destino.<sup>691</sup>

Dessa forma, podemos pensar que a luta de Norma pela libertação do seu país e do seu povo, ultrapassava sua própria necessidade de permanecer viva naquele momento. Essa é uma das razões pela qual Norma aceitava sua condição de detida.

Norma é muito coerente em seu pensamento e sua ação. Ela pensava algo e o realizava. Era uma pessoa muito simples, tanto em sua presença como em seus projetos. Era revolucionária, pois deixou tudo para seguir uma luta pela libertação de seu país e de seu povo e por conseguir um objetivo político. Por isso foi muito mais que um guerrilheiro, um soldado.<sup>692</sup>

Destarte, devemos compreender não só Norma Arrostito, mas todas as militantes, como atores históricos atuantes em diferentes espaços políticos, em que se fazem presente diferentes formas de poder e conflito. Entendendo assim, estas relações como lutas e legitimações das mais diferentes formas de poder e não necessariamente como manipulação e coerção.

### **Considerações Finais**

Estudar as mulheres que atuaram no grupo *Montoneros* é importante, principalmente para questionarmos os espaços políticos masculinizados e para refletirmos a respeito da adaptação das mulheres a estes espaços, com objetivo, muitas vezes, de atuação própria, sem necessariamente ser dependentes dos homens para desenvolvimento de diferentes atuações políticas.

Além disso, a importância do estudo das mulheres se fundamenta, na sua grande inserção nos grupos guerrilheiros mesmo com todas as dificuldades, inclusive da dupla militância. Levando tudo isso em consideração, não podemos omitir o estudo de sujeitos tão importantes e atuantes na história, uma vez que, assim corremos o risco de não compreendermos diferentes

---

<sup>691</sup> SAIDÓN. *La Montonera Biografía de Norma Arrostito*, p. 163.

<sup>692</sup> \_\_\_\_\_. *La Montonera Biografía de Norma Arrostito*, p. 95.



perspectivas da mesma. Dessa forma, devemos então, abordar, homens e mulheres de forma igualitária entendendo suas implicações, relações históricas, e lutas políticas ao longo do tempo. Por conseguinte, Devemos refletir, acerca das relações entre homens e mulheres quebrando sistemas estáticos e assimétricos, que existem entre estas relações.

## A imprensa feminista no contexto das ditaduras militares e redemocratizações: os casos brasileiro e uruguaio (1964-1985).

Mariane Ambrósio Costa  
Mestre em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
mariane.ambrosioc@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho aborda de forma comparada o surgimento de revistas feministas durante o período das ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e no Uruguai (1973-1985). Durante os anos de repressão nos países da América Latina, a Doutrina da Segurança Nacional agiu com o objetivo de conter a ameaça do “inimigo interno”, gerador da “subversão”, levando ao cerceamento de direitos e liberdades civis, bem como a censura dos variados meios de informação. Neste ínterim, a mídia alternativa se desenvolveu no submundo da imprensa no cone sul resultando em inúmeras publicações como: folhetos, revistas, jornais, etc. Seus objetivos mesclavam denúncias sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade e conteúdos feministas com caráter didático; buscavam, sobretudo, aliar libertação feminina com efetiva participação política e social, como é o caso dos periódicos brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, e dos uruguaiois *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*. Este último, inclusive, iniciando sua produção no ano da queda do regime militar no Uruguai. O objetivo é analisar comparadamente tais publicações através do discurso de gênero difundido por estas mulheres tentando perceber sua importância política.

**Palavras-Chave:** Imprensa feminista; Discurso de Gênero; História Comparada; América Latina.

Ao analisar periódicos tais como jornais e revistas produzidos como ato de resistência durante um período de repressão de um país, ou imediatamente após o início de sua redemocratização, tenho em vista que as mesmas devem ser vistas como narrativas que representam práticas sociais que são produto e/ou produtoras de uma realidade social, e que se utilizam de estratégias de discursos para seduzir e convencer seu público alvo de suas proposições. Para tal, utilizam-se das mais diversas formas de aproximação com os leitores, criando uma atmosfera verossímil de identificação.<sup>693</sup>

Partindo dessa premissa, este artigo focará em periódicos feministas que nasceram sob a égide dos regimes totalitários do Brasil e do Uruguai nas décadas de 1970 e 1980. São eles: os brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; e os uruguaiois *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*, esta última, criada já no processo de redemocratização do país. A escolha é baseada em periódicos que tinham um fio condutor em comum: a afirmação de serem de conteúdo feminista, propondo um novo olhar sobre as mulheres e sua posição na

---

<sup>693</sup> Assim como Walter Benjamin, acredito na importante relação entre narrativas e experiências pessoais e relatos orais das vivências dos narradores. Da mesma forma que corroboro com a diferenciação entre “informação” e “narrativa”. Os periódicos analisados na pesquisa serão tratados como meios de se exercer o poder do discurso narrativo, e não como simples veículo de difusão de informação, uma vez que a informação, para o autor, “só tem valor no momento em que é nova”, enquanto a narrativa “conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver.” Cf. BENJMIN, Walter. O Narrador. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

sociedade, assim como seu papel enquanto agente político importante no período em que vigoravam a censura e perseguição ao que era “subversivo”.

A análise de tais periódicos busca uma possível conexão e trânsito de ideias entre intelectuais brasileiras e uruguaias que, fugindo dos regimes de repressão de seus países, se exilaram no Brasil ou no Uruguai, formando assim uma rede de transmissão de ideias feministas que estavam em ebulição mundo afora com a chamada segunda onda do feminismo.<sup>694</sup> É de grande importância inserir a América Latina neste circuito e analisar, através de tais periódicos, a forma antropofágica que tais ideias foram ressignificadas nas realidades de restrição de direitos civis em que viviam, e a importância dos mesmos no processo de redemocratização dos países.

O contexto ditatorial que culminou com diversas ações dos governos dos dois países de cerceamento de direitos civis teve seu início bem antes da deflagração dos golpes militares. Desde fins da 2ª Guerra Mundial, sobretudo na década de 1950, o desenvolvimento dos países latino americanos se associou ao capital internacional, tendo os EUA como principal financiador das grandes ondas de industrialização de diversos países, entre eles, o Brasil.

O advento da Revolução Cubana em 1959 representou, segundo Reis, o maior exemplo de movimento nacional-estatista latino americano na luta por autonomia nacional, causando assim uma hostilidade do governo norte americano para com a possibilidade de abertura para ideias socialistas na parte sul do continente.<sup>695</sup> Com isso, a presença norte americana no continente se torna cada vez mais visível não apenas em investimentos financeiros, mas também em influências políticas e ideológicas.

Neste contexto eclodem, inicialmente no cone sul e posteriormente em outras regiões da América Latina vários governos ditatoriais, que tiveram como referência a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) para lidar com as ameaças que os rondavam. No contexto vigente de Guerra Fria, representava a noção de guerra total contra a ameaça comunista que desvirtuaria e subverteria a segurança nacional dos países latino americanos, aparecendo na forma de movimentos sociais e guerras revolucionárias. Maria Helena Moreira Alves sintetiza a DSN como

---

<sup>694</sup> A pesquisadora Joana Maria Pedro afirma que os movimentos libertários que culminaram com os eventos de 1968 e a chamada segunda onda do feminismo estão intimamente ligados, ideia com a qual coaduno. O feminismo de segunda onda tem suas origens no pós Segunda Guerra Mundial e teve como principais bandeiras a luta pelo direito ao corpo, à sexualidade, a luta contra a subordinação das mulheres, além de defender maior participação política feminina. Teve como lema a frase “o privado é político”. Cf. PEDRO, Joana Maria. Os Feminismos e os Muros de 1968 no Cone Sul. In: *Clio* - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-1, 2008.

<sup>695</sup> Para Daniel Aarão Reis, é a oposição norte americana com a Revolução em Cuba que faz com que o novo governo adote o socialismo como regime político, gerando nas nações vizinhas do continente uma atmosfera de medo e utopias. Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos.<sup>696</sup>

No cerne da DSN, estava a necessidade de um novo profissionalismo das forças armadas no continente, focalizando a preservação da segurança interna diante de ameaças subversivas. A consequência disso se dava na subordinação da sociedade civil, uma vez que as instituições militares se autoperceberam como fundamentais para a construção nacional, com a tendência de intervir nos diversos aspectos da vida social para garantir que sua ação fosse efetivada. Com isso, temos em linhas gerais o contexto que proporcionou a instalação dos governos militares na América Latina, e, para os fins deste projeto, no Brasil e no Uruguai.

O clima de temor de que tais ideias circulassem livremente pela América Latina se espalhou rapidamente. No Brasil, setores da sociedade aliados a um Congresso Nacional com tendências conservadoras geraram um ambiente de desconfiança com as propostas de Reformas<sup>697</sup> do então Presidente João Goulart. O medo que tais reformas levassem o Brasil para o lado comunista, como ocorreu com Cuba, garantiu que grande parte da sociedade clamasse por mudanças no governo. Nas palavras de Reis,

Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e de valores, inclusive os religiosos. A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências.<sup>698</sup>

Com o fracasso de Goulart de articular os brasileiros a favor de seus planos de reforma, gerando seu isolamento político, eclode o Golpe que deu origem ao período de governos militares brasileiro, no ano de 1964.

No Uruguai, a década de 1960 é marcada por um processo de abertura de mercado, causando a redução do salário real dos trabalhadores, e, conseqüentemente, descontentamento popular. Com isso, diversos movimentos de guerrilha surgiram pelo país, em defesa dos direitos dos trabalhadores, sendo o

---

<sup>696</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. p. 35.

<sup>697</sup> As reformas de base propostas pelo presidente Goulart tinham como objetivo reformar os sistemas bancário, fiscal, urbano, administrativo, agrário e universitário, além de propor a possibilidade de voto aos analfabetos, além de uma maior intervenção do Estado na vida econômica do país. Para outras informações, ver: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base)>. Acesso em 06/04/2015.

<sup>698</sup> REIS. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, p. 27.

Movimento de Libertação Nacional o mais importante.<sup>699</sup> No ano de 1972, é eleito o presidente Juan Maria Bordaberry, que conta, já em seus primeiros meses de governo, com a ausência de apoio político no Parlamento.

Com um Parlamento enfraquecido e sem condições de frear os avanços de autoritarismo do poder executivo, e as ameaças cada vez mais frequentes do MLN, Bordaberry lança como prioridade o combate à subversão abrindo espaço para o protagonismo das forças armadas no governo. Em 1972, em decorrência da onda de violência que assolava o país, é promulgada o *Estado de Guerra Interno*, que suspendiam as liberdades individuais e legitimavam toda ação repressiva a toda oposição ao governo.

Vitoriosos na luta contra os guerrilheiros do MLN, os militares ganharam cada vez mais força, aliada ao enfraquecimento quase total do sistema político democrático teoricamente vigente no Uruguai. Afirmar Enrique Serra Padrós que

abriram-se, aos militares, as portas da administração e direção de entes autônomos e serviços descentralizados, assim como ministérios, configurando a implantação de um regime que, formalmente, governavam os civis, entretanto, de fato, os militares se haviam aquinhado de boa parte do poder.<sup>700</sup>

Desta forma, em junho de 1973, o presidente dissolve o parlamento e dá o Golpe de Estado, juntamente com as forças armadas, dando início assim a ditadura civil militar que vigorou até o ano de 1985 no país.

O período em que militares estiveram no poder nos dois países seguiu uma trajetória bastante peculiar. Mas, em comum, ambos tiveram, anos após a deflagração do golpe, períodos em que o cerceamento de direitos se tornou mais amplo e irrestrito. No Brasil, esse período teve início com a promulgação do Ato Constitucional N° 5, em 1968, durante o governo do presidente-general Costa e Silva. Também chamada de “ditadura dentro da ditadura”, o ato ampliou os poderes do poder executivo ao fechar o Congresso Nacional, promover a suspensão do *habeas corpus*, aumentar a repressão a todos que fossem suspeitos de atos de subversão, com indiscriminado emprego de violência com pessoas de todas as classes. Afirmar Maria Helena Moreira Alves que

---

<sup>699</sup> Também chamados de Tupamaros, o MLN nasceu no Uruguai na década de 1960 como uma reunião de grupos e movimentos de esquerda que se preparavam para lutar contra movimentos golpistas e de orientações fascistas. Tinha como fontes ideológicas o socialismo e o liberalismo que, apesar de contraditórios, convergiam em um ponto (e que era o mote do movimento): ambos haviam conseguido importantes mudanças no mundo através da violência, para se combater a opressão. Seu líder foi José Alberto Mujica Cordano, que viria a se tornar presidente do Uruguai entre os anos de 2010 e 2015. CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. In: *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XXXIII, num. 02, dezembro de 2007.

<sup>700</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como em El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

O AI-5 acabou com as possibilidades de uma luta de rua, com a participação de massas. As lideranças e integrantes conhecidos dos movimentos foram arrastados para os cárceres, muitos foram literalmente trucidados ou tiveram que ir para a clandestinidade. Desencadeou-se, assim, a luta armada para resistir ao terrorismo de Estado.<sup>701</sup>

No Uruguai, em 1977, o presidente recém escolhido pelo Conselho Militar Alberto Demicheli promulga os atos institucionais números 1 e 2, que suspendia a convocação de eleições gerais e criava o *Consejo de La Nación*, que garantia ao Conselho de Estado e a uma junta oficial das forças armadas a qual cabia eleger os futuros presidentes da república, respectivamente. Mesmo Demicheli sendo substituído pelos militares meses depois por outro presidente, Aparício Mendez, as medidas continuaram em vigor e, com a implantação de outros atos, se tornaram cada vez mais severas e restritivas. Segundo Gustavo Alberto Cabrera Alvarez,

a repressão focalizou: o desmantelamento dos partidos políticos, as guerrilhas urbanas, e os sindicatos. As perseguições, prisões, torturas, assassinatos e exílio de militantes políticos e sindicais foram eficientes para limpar o caminho e, em poucos meses, a resistência tinha sido totalmente eliminada.<sup>702</sup>

O aumento da repressão em ambos os países gerou não apenas terror social, mas também diversas prisões, torturas e mortes. A luta armada, na forma de guerrilhas ou organizações clandestinas se tornou cada vez mais perigosas, uma vez que, além da possibilidade de prisão, quase não havia um apoio da população em geral.<sup>703</sup> Com isso, no decorrer das décadas, os grupos e organizações revolucionárias foram perdendo força de atuação por meio da violência e tiveram que buscar outras formas de expressão de suas ideias. Com meios de comunicação censurados e sob estreita vigilância do governo, a mídia alternativa e clandestina se torna uma importante ferramenta de denúncia e resistência.

A mídia alternativa foi um aspecto dinâmico e bastante popular durante os anos de chumbo.<sup>704</sup> Para os fins da pesquisa que pretendo realizar, interessa-nos os impressos em formato de jornais e revista, de forma geral, e, em particular, os alternativos feministas, feitos por e para mulheres no Brasil e no

---

<sup>701</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 141.

<sup>702</sup> ALVAREZ, Gustavo Alberto Cabrera. Movimentos Sociais e Ditadura Militar no Uruguai. In: *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina – Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI*. Londrina, 2010.

<sup>703</sup> Segundo Reis, no Brasil, a população entendia a luta das guerrilhas e os enfrentamentos com a polícia política como uma espécie de guerra civil, algo que não conseguiam compreender e nem participar de forma direta. Viviam uma dualidade de situações: por um lado, não compartilhavam com os ideias da esquerda, mas também não compactuavam com a violência vinda por parte do governo. Este, porém, possuía a capacidade e os meios de deixar seus atos de repressão fora das vistas da grande massa. Ver mais em REIS. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, p. 53.

<sup>704</sup> O trabalho de referência para o estudo de mídias alternativas durante a ditadura militar no Brasil continua sendo o de Bernardo Kucinski. Em seu livro, o autor analisa cerca de 150 publicações das mais diversas naturezas (satíricas, políticos, culturais, feministas, etc.) e demonstra que o grande cerne de tais publicações era a luta contra a ditadura e as críticas ao capitalismo e ao imperialismo. Ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

Uruguai. Destaco aqui os brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, e os uruguaios *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*.

Os jornais brasileiros possuem como características comum a defesa de ideias e princípios relacionados ao contexto político do movimento feminista pós luta armada, uma vez que tinham em seu corpo editorial mulheres que, anos antes, haviam participado de grupos de resistência a ditadura, sendo, alguma delas, presas e torturadas durante os anos de atuação em guerrilhas e grupos “subversivos”, ou haviam sido exiladas pelo regime. Tinham como objetivo geral e comum a difusão de reivindicações e propostas vinculadas às condições das mulheres e as novas formas de se fazer política no país e no mundo.<sup>705</sup>

O *Brasil Mulher* data sua primeira publicação no ano de 1975. Com corpo editorial formado em sua maioria por recém egressas de prisões políticas, mantinha estreito contato com as então enfraquecidas organizações de esquerda. Sua ideia inicial nasceu do Movimento Feminino pela Anistia<sup>706</sup> em São Paulo, e buscava difundir um feminismo conectado às questões políticas e sociais as quais o país enfrentava. Ou seja, se tornou um veículo social no qual as mulheres poderiam refletir sobre as relações desiguais existentes entre elas e os homens, assim como refletir sobre as relações de desigualdade de classe. Pregava a dupla militância, sugerindo a filiação partidária ou sindical juntamente com a luta feminista.

O público-alvo do jornal eram as mulheres dos meios populares, como estudantes, operárias, residentes nas favelas e no campo. Desta forma, grande parte das matérias abordavam as condições de vida nas quais elas estavam inseridas. Com pautas abrangendo assuntos que privilegiavam a “mulher comum”, o *Brasil Mulher* se espalhou pelo Brasil e conquistou um público nacional, diversificado, e com capacidade crítica para debater os assuntos ali propostos.

Em linhas gerais, o jornal buscava ser um contraponto a tradicional imprensa feminina que priorizava uma ideia de mulher erotizada, dependente da presença e do poder masculino. Seu objetivo era desconstruir tais estereótipos de mulher e despertar identificação nas mulheres, despertando-as para uma nova construção social, na qual elas seriam protagonistas e sua atuação em busca da democracia poderia

---

<sup>705</sup> A história dos jornais foi contada em detalhes por duas remanescentes das lutas armadas e da organização dos periódicos, e constitui a obra de referência para este artigo. TELES, Amelinhã; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>706</sup> O Movimento Feminino pela Anistia teve seu início no ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU), e teve como principal articuladora Terezinha Zerbini, na cidade de São Paulo. Foi o primeiro esforço coletivo a levantar a bandeira da promulgação da lei da anistia. Teve atuação importante em oito estados brasileiros (São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco), e foi de grande importância no processo de redemocratização do país. Para maiores informações, ver: PERES, Lícia. Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÒS, Enrique Serra. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.



ser transformadora. O jornal teve 17 edições, com uma tiragem regular de 5 mil exemplares, sempre em formato de tabloide e com fotos nas capas. Chegou ao fim em 1980.

Um ano depois, em 1976, é publicado o primeiro número do *Nós Mulheres*, tendo em seu corpo editorial uma grande parte de mulheres que já haviam vivenciado o feminismo fora do Brasil, enquanto exiladas, e estudantes universitárias. Tinha como principal linha editorial, assim como o Brasil Mulher, a organização popular de mulheres e a luta social feminina contra a sociedade patriarcal. Apesar de se autointitular feminista, buscava chamar a participação masculina no processo de emancipação da mulher.

Seu público alvo eram mulheres jovens, estudantes, de classes mais baixas, e, para conscientizá-las da importância de sua luta individual contra a opressão patriarcal, adotava uma narrativa quase pedagógica. Sua distribuição se dava nas portas de escolas, fábricas, universidades, sendo feito, basicamente, por suas integrantes. O *Nós Mulheres* teve apenas 8 números editados e não divulgava sua tiragem. Também era escrito em formato de tabloide, e suas capas possuíam ilustrações e chamadas dos temas que seriam ali tratados. Chegou ao fim em 1978.

As duas publicações conversam em muitos aspectos, e entre eles, está a luta por uma sociedade livre da censura, não apenas no país, mas, principalmente, em seus lares e na sociedade em geral. Propunham a independência feminina na esfera social, política, afetiva e sexual, lutavam pela anistia e por um mundo mais justo e igualitário entre todos.

O Uruguai também produziu diversos grupos que se utilizaram da mídia alternativa como palco para a luta contra o governo ditatorial e foram de grande importância na mobilização de grupos a favor da redemocratização. Porém, ao contrário do que vem sendo feito, pouco se tem em detalhes sobre a trajetória e conteúdo de tais periódicos. Até o momento de pesquisa para este projeto, não havia sido publicado nenhum trabalho acadêmico que se debruçasse exclusivamente sobre tais organizações e suas publicações.<sup>707</sup>

Temos ainda poucas informações sobre as origens e conteúdos de tais publicações.<sup>708</sup> Em recente entrevista, a deputada uruguaia Margarita Percovich narra que, a partir de 1984, com o início da redemocratização no Uruguai, mulheres de todos os partidos políticos se organizavam no sindicato dos

---

<sup>707</sup> É importante ressaltar que diversas mulheres já ocupavam um posto substancial na intelectualidade uruguaia ao longo do século. Um dos nomes mais expoentes é o da romancista Armonía Etchepare (1914-1994), que causou rebuliço no meio intelectual ao publicar, em 1950, na Revista *Clima*, a novela chamada *La Mujer Desnuda*. O caso ganhou uma enorme repercussão por ser uma crítica à sociedade que se baseia em preconceitos éticos, morais e religiosos. Muitos questionaram a autoria do ousado escrito, mas, em nenhum momento, se supôs que pudesse ser escrito por uma mulher. A surpresa se deu quando Armonía se declarou como autora, sendo uma respeitável professora universitária.

<sup>708</sup> Localizei algumas informações sobre o periódico no trabalho de Cíntia Crescêncio e Soraia de Mello, chamado “O Trabalho Dignifica o Homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista no Cone Sul”, publicado na Revista *Artémis*, em 2013.

trabalhadores têxteis para discutir o lugar que as mulheres ocupariam nos novos rumos que o país estava tomando. Neste contexto, começam os contatos com as integrantes do *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer en el Uruguay* (GRECMU), em sua maioria estudantes universitárias que estavam em contato com os direcionamentos políticos e feministas ao redor do mundo. Nas palavras de Percovich,

Ellas sabían de la década de la mujer de las Naciones Unidas, algo que las demás no teníamos ni idea. No sabíamos lo que estaba pasando en el resto del mundo porque se recibía poca información y no teníamos los medios que tenemos ahora. Ellas venían trabajando, haciendo diagnósticos y habían creado ese centro de estudios -como habían hecho otros universitarios porque en dictadura no se dejaba funcionar la Universidad. Fueron quienes nos trajeron las reivindicaciones propias que teníamos que tener como mujeres. Y fue ahí que algunas empezamos a descubrir lo que era la discriminación y a unirla con nuestro marco ideológico, que la injusticia de un proyecto de desarrollo estaba basado en otras formas de subordinación que no eran solamente las de clase.<sup>709</sup>

São estas mulheres do GRECMU que levam a frente um projeto de uma publicação feminista que ao mesmo tempo denunciasse as condições femininas no período, assim como algumas propostas feministas para seus partidos políticos e para a nova sociedade que estava surgindo. Assim surge *La Caverola*, periódico que esteve em atividade entre 1984 e 1988, com tiragem e periodicidade irregulares.<sup>710</sup>

No ano de 1985, é criado o Coletivo Editorial *Mujer*, e dele nasce a organização não governamental *Cotidiano Mujer*. Com o objetivo de desenvolver uma agenda feminista política e cultural que englobasse não apenas pesquisadoras e militantes uruguaias, mas também de todos os países da América Latina, desenvolveu uma revista de mesmo nome, que tem publicação até os dias de hoje. Definem-se da seguinte forma:

*Cotidiano Mujer* trabaja en el desarrollo de acciones de comunicación política con la promoción de los derechos de las mujeres para consolidar su calidad como sujeto de cambio. Su accionar se dirige fundamentalmente al cambio cultural a través del desarrollo de investigaciones, campañas y acciones ciudadanas que garanticen la pluralidad de voces y actoras/es en los debates para generar nuevos sentidos comunes e incorporar la perspectiva feminista en temas de la agenda pública: el aborto, los derechos sexuales y reproductivos, la participación política de las mujeres, la ética del cuidado y tantos otros.<sup>711</sup>

---

<sup>709</sup> Margarita Percovich é deputada no Uruguai e deu esta entrevista em março de 2015, por ocasião do mês da mulher. A entrevista completa pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<http://inmayores.mides.gub.uy/innovaportal/v/41507/4/innova.front/derribando-las-barreras-invisibles>>. Acesso em 30/03/15.

<sup>710</sup> Não encontrei nenhum trabalho acadêmico que se dedique exclusivamente a este periódico feministas, apenas alguns que se utilizam de elementos (como charges, por exemplos) para traçar análises pontuais. Desta forma, não é possível, neste momento, identificar qual o direcionamento feminista preciso da publicação. Como consequência desta reunião de acadêmicas e operárias, surge em Montevidéu o Plenário de Mujeres en el Uruguay (PLEMUU), organização não governamental que tornariam formais as reivindicações femininas no processo de redemocratização.

<sup>711</sup> <<http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/quienes-somos>> Acesso em 30/03/15.

Sabe-se muito pouco sobre as origens do grupo que possibilitaram a formação da organização. Porém, atua até nos dias de hoje pelos direitos das mulheres latinas com o apoio da ONU Mulheres e outras entidades governamentais, além de ser a sede da Articulação Feminina do Mercosul. A Revista *Cotidiano*, em seus primórdios, tinha uma dupla formatação. Mesclava assuntos de discussão e teoria feminista com matérias que denunciavam as condições de vidas das mulheres uruguaias. Focava, também, no processo de emancipação e participação feminina na política em tempos de redemocratização.

Muitos são os estudos que vem se dedicando ao tema dos grupos feministas que nasceram sob o estado de repressão que dominou a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Os periódicos brasileiros se tornaram uma fonte frutífera para se pensar na forma de circulação das ideias feministas geradas a partir da segunda onda do movimento.

Ainda não se tem um estudo que se dedique a criação e instalação das ideias modernistas no Uruguai, estudo este que estou fazendo no momento. Acredito que desvendar a forma que tais ideias circularam no país e se desenvolveram entre as intelectuais e operárias do país é uma das formas de se compreender o processo de redemocratização do país, e na posição ocupada por elas hoje em dia. O Uruguai se tornou um país de vanguarda na América Latina, e estes movimentos de mulheres foram peças principais para este desenvolvimento.

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

## **Simpósios Temáticos 6 a 10**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2015

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe : Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismary Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da  
UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

#### **Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo  
Valdeci da Silva Cunha

## **ST 6: Patrimônios culturais: olhares diversos**

**Denis Pereira Tavares**

Doutorando (UFMG) /denistavares85@yahoo.com.br

**Gabriella Diniz Mansur**

Graduada (Centro Universitário da Faculdade Estácio de Sá)  
/ gabimansur@yahoo.com.br

**Adebal de Andrade Júnior**

Doutorando (UFRJ) /adebaldeandrade@gmail.com

**Sara Glória Aredes Moreira**

Mestre (PUC/MG) /saraaredes@gmail.com



## Sumário

### ST 6: Patrimônios culturais: olhares diversos

Evolução histórica do conceito de política para preservação do patrimônio nacional e as políticas públicas para arquivos

Camila Cristina da Silva; Ivana Denise Parrela

**317**

História, memória e patrimônio – um olhar sobre os espaços cemitérios oitocentistas

Marcelina das Graças de Almeida

**329**

Educação Patrimonial em Arquivos Municipais

Arthur Oliveira Freitas

**338**

Digitalizar é preservar? Reflexões e apontamentos sobre as relações entre o processo de digitalização, a materialidade dos acervos e o acesso virtual

Aline Rabello Ferreira

**344**

Proteção do conjunto urbano de Santa Tereza: novas perspectivas

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

**351**

Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar

Izadora Pereira Acypreste

**363**

Cidade e as memórias: o enquadramento de uma narrativa patrimonial

Ana Carolina Pereira

**375**

Novos desafios: patrimônio imaterial, cidadania e o papel do historiador

Julienne Tardeli

**385**

Educação Patrimonial como Prática para o Ensino de História

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti

392

Coleções pessoais e a materialização das histórias individuais

Alessandro Ferreira Costa

398

**ST 7: História e Inquisição: história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade**

Blasfêmias e proposições heréticas: a boca maldita dos padres presos pela inquisição de Lisboa

Diogo Tomaz Pereira

405

O degredo inquisitorial no Império Português: entre o controle social e o purgatório

Thaís Tanure

416

Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro

Igor Tadeu Camilo Rocha

427

“Tratos desonestos” na confissão. O crime de solicitação em Minas Gerais (1720-1810)

Sabrina Alves da Silva

435

Censura inquisitorial e análise de fenômenos celestes em Portugal (1744-1745)

Rhulio Rodd Neves de Aguiar

445

**ST 8: Arte e sociedade - novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico**

Matriz Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG: História, Arte e Iconografia

Fernanda dos Santos Silva; Julia Alinda Isenschmid

452

Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII

Carolina Vaz de Carvalho; André Onofre Limírio Chaves

464

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Para além do estilo, uma cosmovisão: por uma revisão da cultura barroca a partir das práticas devocionais

Vanessa Cerqueira Teixeira

**475**

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos; Mariana Rabêlo de Farias

**486**

O homem e o mundo: paisagens contemporâneas

Michel Mingote Ferreira de Ázara

**495**

A programação iconográfica da Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana

Maria Clara Caldas Soares Ferreira

**506**

O cotidiano de trabalho mecânico e aprendizagem na Vila de Sabará (1750-1800)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

**512**

A cultura do barroco como arte da persuasão e o triunfalismo da Igreja Católica: estudo de caso entre Serro e Diamantina

Delson Aguinaldo de Araujo Junior

**521**

A talha do Estilo Nacional em Minas Gerais: trânsito de artistas e oficinas em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII

Alex Fernandes Bohrer

**532**

### **ST 9: História das Ideias e Ideologias**

O mundo natural em suas relações com o mundo social – política e cultura na Inglaterra seiscentista

Tiago Oliveira Tardin

**540**

O Conde de Ericeira e a linguagens políticas da restauração portuguesa

Luciano Cesar da Costa

**548**

Um Iluminismo periférico? História das Ideias e a Ilustração em Portugal  
Igor Tadeu Camilo Rocha  
**556**

**ST 10: Imagens como fontes: Usos e leituras**

Tempos de censura: O papel das representações visuais na leitura da ditadura militar no Brasil e na Argentina  
Josiane de Paula Nunes  
**565**

Imagens representando falos nas cenas rupestres no parque nacional serra da capivara, São Raimundo Nonato – PI/Brasil  
Michel Justamand  
**577**

Elos com o nosso passado: índios representados em propagandas comerciais e consolidação de uma comunidade imaginada (1937-1945)  
Marina Helena Meira Carvalho  
**591**

# Evolução histórica do conceito de política para preservação do patrimônio nacional e as políticas públicas para arquivos

**Camila Cristina da Silva**

Mestranda em Artes

PPG-Artes (EBA-UFG)

Bolsista (CAPES)

[milacristinasilva@gmail.com](mailto:milacristinasilva@gmail.com)

**Ivana Denise Parrela**

Doutora em História

DTGI (ECI-UFG)

[ivanaparrela@ufmg.br](mailto:ivanaparrela@ufmg.br)

**RESUMO:** Pretende-se discutir a evolução do conceito de patrimônio nacional, com enfoque em sua importância para a preservação de acervos documentais e para o estabelecimento de políticas públicas para arquivos. A análise inicia-se com a construção do conceito de patrimônio e memória nacional no século XIX, considerando-se como marco a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e do *Arquivo Nacional*. A partir disso, discute-se a transformação desse conceito, da própria ideia do que será preservado e de como isso será feito, notadamente através da criação do *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Finalmente, chega-se no final do século XX e início do XXI, para refletir sobre a aplicação da *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro de 1991 – que cria o *Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)* e busca estabelecer uma política nacional de arquivos – e da *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011 – que regula o Acesso à Informação. Debater-se-á ainda a (in)existência de políticas públicas efetivas para a gestão e preservação de documentos arquivísticos enquanto patrimônio nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Patrimônio Cultural; Patrimônio Documental; Gestão de documentos.

## O Século XIX e a construção de uma memória nacional

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

No século XIX e início do século XX, a ideia de patrimônio encontrava-se diretamente vinculada ao nacionalismo e à construção das histórias das nações emergentes. Tudo relacionado a essas nações era digno de ser preservado como legado para as futuras gerações. Assim sendo, o conceito de patrimônio

pressupunha uma consciência de historização e de ruptura com o passado. Embora a pretensão fosse de preservar a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado de perda.<sup>1</sup>

Nesse contexto, a imprensa torna-se um importante agente de mudanças e são criados órgãos com a função de salvaguardar a História Nacional. Entre eles se encontram o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* e o *Arquivo Público do Império*, hoje, *Arquivo Nacional (AN)*.

O *IHGB* foi criado em 1838, partindo-se da proposta de membros da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* e inspirado no *Instituto Histórico de Paris*, fundado em 1834. Intencionava escrever a História do Brasil, procurando fazê-lo de forma pedagógica e bem explicativa, seguindo a normalização tradicional e utilizando como métodos essenciais à pesquisa e os documentos, que deveriam “ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros”.<sup>2</sup>

Percebe-se que a preocupação com a produção e preservação de documentos nesse período dava-se por um pequeno grupo das elites econômica e intelectual já que entre os membros do Instituto coexistiam políticos, proprietários de terras, literatos e pesquisadores de destaque. Este grupo, por ser assim formado, salvaguardaria e produziria – de acordo com seus interesses – uma história nacional com a qual a população se identificasse, a fim de se criar a identidade nacional e o patriotismo, para que, dessa maneira, fosse reduzidas as possibilidades de revoltas.

A salvaguarda de documentos e a história produzida a partir desses, dedicava-se a recriar o passado, solidificar mitos de fundação, ordenar os fatos buscando

---

<sup>1</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas da preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 43.

<sup>2</sup> IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 05-06.

homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Pensar a construção da História do Brasil e da ideia de nação era um projeto articulado a um objetivo mais complexo, de corporificar o país ainda “carente de delimitações não só territoriais.”<sup>3</sup> Unificar a nação era, além de tudo, construir falas e discursos que deveriam ser únicos, apesar de marcados pelos interesses de um grupo em específico. Por meio dessas ações, o *IHGB* demarcaria seu espaço e ganharia respeito em todo o território brasileiro com o objetivo de funcionar como uma espécie de modelo para os institutos regionais que se pretendia criar.

No mesmo ano de criação do *IHGB*, foi fundado o *Arquivo Público do Império*, estabelecendo-se provisoriamente na *Secretaria de Estado dos Negócios do Império* e tendo como principal função guardar os documentos públicos em três seções: Administrativa (poderes Executivo e Moderador), Legislativa e Histórica. Em sua fundação possuía como objetivo, funcionar enquanto órgão responsável pela guarda e proteção da documentação do governo. Nasceu fiel, primeiramente, à administração e, em segundo plano, à História. De acordo com Célia Costa, é “inexpressiva presença dessa instituição [mesmo] na estrutura administrativa do Estado brasileiro ao longo de sua trajetória”.<sup>4</sup> O Arquivo, criado logo no bojo de um projeto político nacional logo após a Independência, visava fortalecer as estruturas do Estado e contribuir para a consolidação do regime monárquico. Costa destaca que, para dar conta de tais funções instrumentais em relação ao novo Estado, era preciso amear também os documentos referentes ao passado colonial, dispersos pelas províncias para escrita da história da nação. Missão que não seria cumprida no século XIX, como mostram as pesquisas da autora.

Ao delinear quais seriam os distintivos da ação do Arquivo e do *IHGB*, Costa<sup>5</sup> mostra que, ao Arquivo cabia guardar os documentos probatórios do Estado, mesmo que não fizesse isso com a totalidade dos acervos, para legitimar suas ações políticas e administrativas. Já o *IHGB* seria o responsável pela construção da história nacional a partir do testemunho dos documentos públicos. O que criava dois modos de utilização da memória nacional. Nessa divisão de tarefas, o Arquivo limitou-se a recolher documentos

---

<sup>3</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989, p. 04.

<sup>4</sup> COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 218.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 227-230.



legislativos e administrativos referentes às rotinas do Estado Imperial. As documentações referentes às decisões políticas e jurídicas, consideradas mais importantes por seus produtores, acabaram em arquivos como o do Itamaraty ou chegaram aos arquivos do próprio *IHGB* privatizados em coleções doadas por antigos dirigentes. Além disso, o Arquivo perpetuava uma política de sigilo dos documentos, como segredo do Estado e documentos do rei, algo próprio das monarquias do Antigo Regime.

### **O Século XX e os discursos de salvaguarda dos documentos**

No entanto, na avaliação do *AN*, a instituição assumiu, a partir de 1911, um caráter de “lugar da memória”, salvaguardando a memória nacional. Jaime Antunes, em seu texto *Por uma Política Nacional de Arquivos*, explicita que, desde a *Constituição Republicana de 1891*, os estados e seus municípios adquiriram autonomia administrativa em relação ao Governo Federal, porém não foi abandonado o centralismo do federalismo.

A centralização político-administrativa, a preocupação com a formação de uma identidade nacional/regional e a pouca importância dada aos arquivos como instrumento de apoio a decisões administrativas, fez com que os acervos das instituições de guarda e preservação de documentos arquivísticos adquirissem um caráter misto, não só no que diz respeito à formação de seu acervo (como coleções temáticas, além de fundos documentais) como quanto à proveniência de seu acervo.<sup>6</sup>

Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, subverte-se a preocupação com a mera aquisição/recolhimento e a organização dos documentos nos arquivos apenas para servir à administração e uma história feita por eleitos, com livre acesso as salas dos diretores das instituições, onde as pesquisas geralmente eram feitas; adotou-se uma interação com o público, preocupações com o estabelecimento de uma política de acesso, a construção de uma memória social e coletiva, sem perder a ideia de uma memória individual.

Por outra parte, a partir dos anos 1960, assiste-se a um crescimento das preocupações com a gestão dos documentos e a chamada “revolução documental”, para usarmos um termo de Glénisson (1977). Tem-se a produção desordenada de acervos, sem uma preocupação sistemática com as razões de sua produção, ou ainda, com as

---

<sup>6</sup>SILVA, Jaime Antunes da. *Por uma Política Nacional de Arquivos*. Captado em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/por\\_uma\\_politica\\_nacional\\_de\\_arquivos.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/por_uma_politica_nacional_de_arquivos.pdf). Acesso em: 03 maio 2015.

responsabilidades por sua guarda futura. Para os historiadores ocorre uma revolução, simultaneamente, quantitativa e qualitativa com o deslocamento das preocupações históricas de objetos de estudo como os grandes homens, os acontecimentos, a história política, militar ou diplomática, para todos os homens e seus registros. Para dar conta da vida dos homens comuns as pesquisas históricas se voltam para as grandes seriações que dão conta de nascimentos, casamentos e mortes. O que permite a escrita de uma história descontínua, não linear<sup>7</sup>. Dessa maneira, “patrimônio” passa a ser definido, prioritariamente, como uma memória do futuro, sendo universalizado: considerar-se que o que é produzido hoje deve ser preservado para as próximas gerações.

No Brasil, tal política pública de salvaguarda de bens culturais concentrou-se no tombamento de bens edificados e mais representativos da ação da Igreja e do Estado. O que tem início com o *Decreto-lei nº 25/1937*<sup>8</sup>, que instituía um Serviço ligado ao Ministério de Educação e Saúde com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional realizada pelo *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. Estabelece, em seu art. 1º, como patrimônio histórico e artístico nacional o

conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (grifo nosso).

A preservação dos bens contemplados pelo SPHAN entre as décadas de 1930 e 1940 concentravam-se especificamente em nos estados da região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo), Nordeste (Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas). Nas regiões Sul e Centro-Oeste, o foco deu-se nos estados do Rio Grande do Sul e Goiás. Essas regiões eram as localidades com maior densidade populacional do Brasil nesse período e concentravam o maior número de bens preservados para lembrar o passado colonial.

A proteção e salvaguarda do patrimônio arquivístico nesse período foi instituído principalmente por interesse dos historiadores e artistas brasileiros em preservar o que consideravam como elementos importantes para a reconstituição da história da nação.

---

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 531-532.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 25/1937. Captado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 03 maio 2015.

Nas ações de salvaguarda de documentos arquivísticos, que não eram nem sequer citados diretamente na legislação que cria o SPHAN, a argumentação seguiu ancorada nas mesmas justificativas de risco de perda eminente<sup>9</sup>. Além disso, a recuperação de alguns acervos coloniais e sua disponibilização em imóveis tombados dava uso aos edifícios a partir de 1950. Um bom exemplo seria a *Casa Setecentista de Mariana (MG)*. Instituição vinculada ao IPHAN, que hoje abriga um acervo de aproximadamente 50 mil documentos que abrangem os períodos Colonial, Imperial e Republicano, de 1709 a 1956. São cerca de 350 metros lineares de documentos textuais, pertencentes aos Cartórios de 1º e 2º Ofício. Além de documentos de outros fundos como da *Arquidiocese de Mariana* e da Câmara Municipal da primeira cidade mineira. Os documentos foram recolhidos pelo órgão de patrimônio em 1948. A princípio o acervo ficava nas dependências da Câmara Municipal e, a partir de 1960, ganha o espaço do nobre casarão situado ao lado da igreja matriz<sup>10</sup>. A Casa possui além do espaço do arquivo, uma sala destinada a exposições de caráter didático e sala de multimeios, para a promoção de sessões de vídeos, cursos, palestras, debates e outros eventos.

### **Final do século XX e início do século XXI: tratamento arquivístico e a tentativa de criação de políticas de arquivos**

Ainda que tenha auxiliado na proteção dos documentos arquivísticos, a concepção apregoada pelo SPHAN e as dela derivadas, foram efetivas apenas para a proteção desses documentos, sem que fosse realizado um planejamento a longo prazo e a gestão documental, de forma a possibilitar condições que propiciassem o tratamento adequado desses acervos salvaguardados. Ou seja, não foram estabelecidas políticas públicas que criassem subsídios para que esses arquivos passassem por todo um processo de gestão arquivística para serem disponibilizados ao acesso dos indivíduos neles interessados.

#### Reconhece-se como política pública arquivística

o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico,

---

<sup>9</sup> GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

<sup>10</sup> MOREIRA, Alexandra et al. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. *Ci. Inf.*, Dez 2007, vol.36, no.3, p.90.

cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.<sup>11</sup>

Nas décadas de 1970 e 1980, percebe-se um movimento no sentido de ampliar a noção de patrimônio e a ação pública relativa à sua preservação. Amplia-se o interesse em preservar a história de um bairro, de uma empresa etc. São criados, com esse intuito, associações de bairros, ações de resgate e de construção de memórias institucionais. Esse processo, ainda assim, é voltado especialmente aos patrimônios artísticos e arquitetônicos.

A ausência de uma política nacional de arquivos ocorre até 1991, quando é aprovada a *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Estabelecendo como dever do Poder Público a gestão documental e a proteção a documentos de arquivo, vendo-os como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (art. 1). Delega a administração da documentação pública às instituições federais, estaduais e municipais (art. 17) e ao AN, a responsabilidade pela implementação de uma política nacional de arquivos, bem como pela gestão dos documentos do Poder Executivo Federal (art. 18). Configura como crime, a destruição de documentos de valor secundário (art. 25) e cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como órgão do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (art. 26)<sup>12</sup>.

Após sua prorrogação há formalmente uma política de arquivos estabelecida segundo a legislação vigente no Brasil. Entretanto, ela é pouco efetiva, devido à autonomia dos estados e municípios; e à autonomia dos poderes legislativo, judiciário e executivo. Assim, sendo, o AN, ainda que exista uma Política Nacional de Arquivos e um Sistema Nacional de Arquivos, encontra-se impossibilitado de controlar totalmente todo o processo de gestão de documentos arquivísticos do Brasil. O país, por sua vez, possui dimensões continentais, o que dificulta ainda mais a implementação efetiva das medidas necessárias. O mesmo problema ocorre com os arquivos estaduais, como o *Arquivo Público Mineiro (APM)*, que deve lidar com a gestão de documentos de um estado com dimensões de um país.

---

<sup>11</sup> JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006, p. 10.

<sup>12</sup> BRASIL. Lei nº 8.159/1991. Captado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 03 maio 2015.

Além das dimensões territoriais, existem outros agravantes para o tratamento desses documentos. A diversidade arquivística existente no país e em cada estado e município é um deles. Cada peculiaridade de instituições e administração de estado para estado deve ser estudada sistematicamente. Há uma necessidade, antes de qualquer tratamento ser despendido, de conhecer a realidade do universo: o *AN*, se tratar-se de uma documentação federal nos estados brasileiros e o *APM*, se a documentação for estadual e se localizar nos municípios, para se criar políticas arquivísticas específicas ou adequar as existentes a cada realidade.

Outro importante ponto é que, é impossível recolher, como era previsto na criação do *AN* e do *APM*, respectivamente, documentos do Brasil e do Estado de Minas Gerais em sua totalidade. Isso porque, devido à dimensão territorial do país e do estado, não existe uma política de gestão de documentos eficiente e eficaz. Assim existem massas documentais acumuladas em vários órgãos de suas repartições. Devido à adoção da *Lei 12.527*<sup>13</sup> e a possibilidade de abertura de processos judiciais em decorrência da negativa de algum tipo de informação – que não se enquadra em nenhum aspecto de sigilo mencionado nessa lei –, esses órgãos estão iniciando seus processos de gestão de documentos<sup>14</sup>,

---

<sup>13</sup> Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 2º do art. 216 da Constituição Federal, dispondo que o direito à informação deve ser assegurado ao cidadão em conformidade com os princípios básicos da administração pública e de acordo com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública. Sendo dever do Estado garantir esse direito, da forma mais objetivo e ágil possível, de forma transparente, clara e de fácil compreensão. (Art. 3 e 5).

<sup>14</sup> Entende-se por gestão de documentos todo o processo de produção, tramitação, uso, avaliação nos arquivos correntes e intermediários, para posterior eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente. O arquivo corrente armazena documentos que ainda cumprem as finalidades que motivaram a sua criação durante seu uso funcional, administrativo, jurídico e sua tramitação legal (CRUZ, 2007, p. 17). Arquivos intermediários contêm documentos que já cumpriram seu prazo jurídico-administrativo, mas ainda são eventualmente utilizados pelo produtor “por razões administrativas, legais ou financeiras, mas não têm que ser utilizados para assegurar as atividades cotidianas de uma administração”. Devem aguardar seu prazo legal para que seja processada sua destinação final: eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 115). A destinação final desenvolve-se a partir da classificação e avaliação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição. A partir da análise dos documentos, de seus prazos de guarda e da legislação que os rege – formalizados na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos –, eles são encaminhados à eliminação ou recolhidos à guarda permanente. Os documentos eliminados o são porque já cumpriram todas as finalidades para as quais foram criados e não adquiriram valor secundário, informativo. Os documentos que são encaminhados à guarda permanente já cumpriram suas finalidades de criação, porém foram preservados em virtude de seu valor probatório e informativo para o Estado, a história, a cultura e os cidadãos. (SCHELLENBERG, 2004, p. 131). As referências citadas nesta nota são: CRUZ, Emília Barroso. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998; e SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos*

buscando orientações nos arquivos citados, estudando sua produção documental, elaborando seus planos de classificação e tabelas de temporalidade. Dessa forma, se essa documentação fosse recolhida – como o foi até a década de 1990 – sem ser gerida, é impossível que a estrutura física nos dois arquivos comporte sua proporção. Além disso, agregam-se a esses fatores a falta de mão de obra em termos quantitativos – são disponibilizados poucos profissionais para atender à demanda – e qualitativos – os profissionais disponibilizados para esses órgãos normalmente não capacitados, por serem selecionados via concursos públicos para cargos de nível médio ou superior, sem formação para as áreas de Arquivologia, História e demais formações vinculadas aos documentos produzidos e recebidos pelas instituições.

Outro fator relevante para o tratamento devido dos acervos é o baixo investimento do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais em seus arquivos públicos. Os governos tentem a visualizar que pautas de outros órgãos são mais importantes do que a preservação de sua memória administrativa, que é de interesse do cidadão e da nação.

Os arquivos públicos normalmente tentam contornar esses problemas com a contratação de estagiários das áreas de Arquivologia, História, Conservação e Restauração etc. através de bolsas concedidas por parcerias entre as universidades, as agências de pesquisa – *FAPEMIG*<sup>15</sup> e *CNPq*<sup>16</sup> – e a iniciativa privada – através de renúncia fiscal como o *FUNDIF*<sup>17</sup> e as Leis de Incentivo à Cultura<sup>18</sup>. Essa mão de obra, ainda que ajude na resolução de alguns problemas a curto prazo, não é uma solução ideal a longo prazo, já que

---

*modernos: princípios e técnicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>15</sup> FAPEMIG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Agência de “fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais. É uma fundação do Governo Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.” (Informações disponíveis no site da Fundação: <http://www.fapemig.br/institucional/apresentacao/>)

<sup>16</sup> CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. “Agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.” (Informação disponível no site: <http://cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=0BFA7BA84ECFDBB29F41DC0AE832F97B>)

<sup>17</sup> FUNDIF: Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos. Através do CEDIF – Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos – anualmente arrecada indenizações decorrentes de condenações por danos causados a bens protegidos pelos direitos difusos e multas em descumprimento dessas condenações, que são revertidas, através da publicação de editais de financiamento de projetos de recuperação desses bens, promoção de eventos educativos, científicos e na elaboração de materiais informativos referentes à natureza da infração ou do dano causado. (Art. 1, Lei nº 19.489, de 13/01/2011).

<sup>18</sup> Leis de incentivo à cultura instituem políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura ou Lei Rouanet. Essa política possibilita que empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem parte de seu imposto de renda em ações culturais e, em troca, recebam incentivos fiscais. (Informações disponíveis no site: [http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso\\_acc/3/03\\_lei\\_rouanet.pdf](http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_lei_rouanet.pdf)).



os contratos dos estagiários têm duração de no máximo dois anos; o valor de suas bolsas e a carga horária de trabalho normalmente não são atrativos; o número de vagas ofertadas em outras instituições – incluso privadas – com possibilidade de contratação posterior, ao menos para os futuros profissionais de Arquivologia é elevado.

Esses fatores são muitas vezes aliados às outras dificuldades encontradas nos ambientes de trabalho: falta de verba e material para efetuar um trabalho de qualidade; dificuldade de diálogos com setores superiores para cumprimentos de metas e atendimento das necessidades dos órgãos no prazo adequado; algumas atividades que não deveriam ser exercidas pelo estagiário, mas por um profissional formado, pois esse é que tem responsabilidade devida para assumir quaisquer problemas delas derivadas. Combinados os fatores e as dificuldades encontradas, o estagiário sente-se motivado a buscar e aceitar novas possibilidades e permanece por pouco tempo na instituição; as atividades desenvolvidas por esse, se estagnam ou o órgão tem muita dificuldade em continuá-las e conciliá-las com outros serviços por ele prestados.

### **Considerações finais**

Como pontuado, é necessário que sejam elaboradas políticas públicas para a gestão e tratamento dos arquivos públicos, considerando que cada arquivo possui sua especificidade e que, portanto, não é possível tecer uma política generalista, que não atenda às suas principais demandas. É imprescindível considerar as necessidades dos usuários do arquivo porque sua finalidade, principalmente do arquivo permanente, é dar acesso aos documentos. Todas as políticas públicas que visam à gestão de documentos arquivísticos devem considerar, portanto, esse aspecto para que sejam eficazes.

Concomitante a isso, é necessário que os governos procurem entender a importância da preservação dos documentos por eles gerados e recebidos, como memória administrativa, mas também para a tomada de decisões. Isso porque

Como esfera informativa, o Estado moderno se converte em uma as maiores e mais importantes fontes de informação, além de exigir uma grande quantidade dessas para sua ação. Seu complexo funcionamento se relaciona diretamente com sua ação produtora, receptora, ordenadora e difusora das informações. O objetivo do Estado seria, em última



instância, o cidadão com suas variadas demandas, incluso as de natureza informacional.<sup>19</sup>

Ainda que tenha sido aprovada uma Lei de Acesso à Informação, sabe-se que a prática de gestão documental ainda não é efetiva em todas as esferas da administração pública brasileira e que arquivistas – e demais profissionais qualificados que lidam com a gestão e preservação de documentos – são escassos em seus órgãos e setores. Quando existentes, enfrentam dificuldades relacionadas principalmente à cultura institucional, à falta de mão-de-obra qualificada e à quantidade de documentos acumulados ao longo de décadas pelas administrações anteriores – e, muitas vezes, recolhidos de forma errônea ao arquivo permanente.

Ao longo dos últimos vinte anos, diversos diagnósticos produzidos pelos arquivos públicos vêm denunciando a progressiva corrosão da situação arquivística, desde os acervos acumulados aos documentos em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana relacionada a este quadro. Uma das expectativas quando da elaboração destes diagnósticos era a de produzir, de um lado, formas preliminares de acesso a estoques documentais dispersos e, de outro, fornecer indicadores para políticas públicas que permitissem a superação do quadro denunciado.<sup>20</sup>

Sobre essa visão, Côrtes<sup>21</sup> afirma que o próprio posicionamento dos arquivos públicos brasileiros dentro da administração governamental, “indica a forma pela qual o poder público vem tratando a informação por ele produzida e acumulada no decorrer de suas atividades: com descaso e negligência.”

Compreendendo essa importância, espera-se que os governos invistam na melhoria de seus arquivos públicos: disponibilizando-lhes verbas que custeiem a aquisição de materiais e a construção e manutenção do prédio dedicado à área de reserva técnica; viabilizando concursos públicos para profissionais adequados a trabalhar com o acervo

---

<sup>19</sup> JARDIM. *Políticas y sistemas de archivos*. México: Secretaría General Iberoamericana, Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010, p. 39.

<sup>20</sup> Informação fornecida pelo prof. José Maria Jardim em texto prévio ao debate na Mesa Redonda Nacional de Arquivos, realizada de 13 a 15 de julho de 1999 pelo Arquivo Nacional disponível em: [http://www.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/619/artigo\\_arquivo\\_publico.pdf](http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf). Acesso em: 10 out. 2014.

<sup>21</sup> CÔRTEZ. Persechini Armond. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia, p. 81.

neles existentes; estimulando a permanência desses profissionais com salários dignos, bons benefícios e condições adequadas de trabalho.

# História, memória e patrimônio – um olhar sobre os espaços cemitérios oitocentistas

**Marcelina das Graças de Almeida**

Doutorado em História

Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, PPGD

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – Estácio BH

## **Resumo**

O artigo tem como objetivo apontar e analisar as características inerentes aos espaços fúnebres que se configuram nos cemitérios oitocentistas. Estes, pertencendo ao seu tempo, refletem a mentalidade e o imaginário no qual estão inseridos. As obras e imagens, neles incorporadas, revelam-se como um acervo significativo para a compreensão da sociedade e das relações que se estabelecem entre os homens. Nascidos na confluência de uma série de fatores que perpassam pela reordenação social, política e mental; a urbanização, a absorção e aplicação dos discursos médicos e higienistas; a consolidação da burguesia como classe dirigente, a supremacia do individualismo e a adoção de novas condutas em relação aos mortos e à morte; os espaços de enterramento transfiguram-se em lugares de especial significado para o entendimento dos sentimentos e do imaginário. Pretende-se apontar alguns aspectos que propiciam a reflexão sobre os significados incorporados pelas necrópoles oitocentistas. Para percorrer este caminho serão destacados: os epitáfios, os elementos decorativos que ornamentam os túmulos – fotografias, estatuária, adereços, dentre outros e a utilização destes lugares como marcos da memória dos grandes, a construção de mitos e imagens que distinguem os poderosos dos outros mortais. Será apontado, igualmente, o potencial dos cemitérios como local de trabalho e espaço para manifestação do talento artístico de artistas e artesãos. O propósito é destacar a relevância destes espaços como lugares da construção da memória, destacando-se, contudo, o acervo neles guardados, indicando a necessidade de se compreender sua dimensão patrimonial e a urgência no estabelecimento de ações públicas ou privadas no sentido de protegê-los e torná-los locais devidamente apropriados pelas sociedades nas quais se inserem.

**Palavras-chave:** Cemitérios; oitocentos; acervo, patrimônio; educação.

## **CEMITÉRIOS - compreensão e definição.**

Sarcófagos, sepulcros e estátuas tumulares enriqueceram a arte dos povos, em variadas épocas. Desde os primórdios da humanidade podemos identificar lugares específicos para o culto aos mortos. Na Antigüidade, particularmente, a civilização egípcia para a qual a morte ocupava um lugar de destaque no imaginário e no convívio social, é possível apontar exemplares da arte funerária nos possibilitando refletir acerca da importância deste tipo de manifestação artística para os homens e para a sociedade da qual faz parte.

Este fato revela a importância que, ao longo da História, a morte, os mortos e os lugares reservados a eles, adquiriram em cada cultura e em cada época. De acordo com Maria Amélia Salgado Loureiro o respeito pelos mortos coincide com os primórdios da existência humana e, em seu ponto de vista:

[...] antes de conceber e adorar a um Ente Supremo, ele [o homem] adorou os mortos. Foi talvez, à vista da morte que o homem teve pela primeira vez, a idéia do sobrenatural. A morte foi o primeiro mistério e colocou-o no caminho de outros mistérios. Elevou-lhe o pensamento do visível ao invisível, do humano ao divino, do efêmero ao eterno<sup>22</sup>.

Este dado é corroborado através do clássico estudo de Lewis Mumford sobre as cidades ao longo da História. O estudioso afirma:

No desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes, encontramos a expressão de necessidades animais semelhantes à que se verificam em outras espécies sociais; contudo, até os indícios urbanos mais primitivos revelam mais do que isso. Pouco depois de ter descoberto a trilha do homem mais antigo dos acampamentos u dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não têm correspondente animal; em particular, uma cerimoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado-com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor.O respeito daquele homem antigo pelos mortos, em si mesmo uma expressão de fascínio pelas suas poderosas imagens de fantasia em vigília e de sonho noturno, teve talvez um papel maior ainda que as necessidades de ordem mais prática, ao fazer com que procurasse um local fixo de encontro e afinal um ponto contínuo de fixação. Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim

---

<sup>22</sup> LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977.p.12

de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. Embora o ajuntamento de alimentos e a caça não encorajem a ocupação permanente de um sítio único, pelo menos os mortos reclamam esse privilégio. Há muito tempo atrás, os judeus reclamavam, como patrimônio seu, a terra onde estavam localizadas as sepulturas de seus antepassados, e essa bem fundamentada pretensão parece ser primordial. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim<sup>23</sup>.

Dentro desta perspectiva os espaços funerários tornaram-se mais ou menos sofisticados, uma vez que acompanharam o desenvolvimento cultural dos grupos e as sociedades que veneravam e cuidam de seus mortos.

De acordo com Loureiro a origem semântica da palavra cemitério é o grego (*KOUMETÈRION*, de *KIOMÁO*, *eu durmo* e do latim *COEMETERIUM*). O cemitério nomeava, inicialmente, o lugar onde se dormia quarto, dormitório, pórtico para os peregrinos, mas sob a influência das idéias cristãs o termo adquire nos primeiros séculos de nossa era, o sentido de campo de descanso após a morte. Era o lugar onde se aguardava a ressurreição, o soar das trombetas do Juízo Final. Ainda de acordo com as análises da pesquisadora:

A palavra cemitério aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por inumação, por enterramento direto no solo. É, pois, por abuso, por extensão de sentido, que é empregada para designar os hipogeus egípcios, os ajuntamentos de sepulturas cavadas na rocha, como na Assíria, na Fenícia e na Índia, os túmulos gregos e outros, os columbários romanos [...] os cemitérios propriamente ditos, só aparecem em plena Idade Média, quando se enterravam os mortos de categoria dentro das Igrejas e os pobres nos adros, tudo nos limites paroquiais<sup>24</sup>.

Estes eram cemitérios eclesiásticos e obedeciam a uma série de normas e regulamentos religiosos e que fizeram parte do imaginário cultural europeu e brasileiro até meados do século XIX, apresentando algumas variações temporais de acordo com o momento histórico vivido e a realidade social de cada lugar.

---

<sup>23</sup> MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1965. 1º volume. p.15-16.

<sup>24</sup> LOUREIRO. *Origem Histórica dos Cemitérios* p.28

No final do século XVIII e com mais força e sedimentação teórica, um fenômeno curioso, aconteceu em várias partes do mundo ocidental, por medidas sanitárias, higiênicas, embasadas em discursos médicos e higienistas, os sepultamentos foram deslocados para os cemitérios secularizados, extra-urbe.

Na realidade não se tratava de um comportamento inusitado, pois outras culturas, especialmente as orientais, já possuíam o hábito de inumação a “céu aberto”. Entretanto, na cultura ocidental esta mudança de comportamento afetou diretamente os povos de predominância católica, inaugurando uma nova modalidade de sepultamento e culto aos mortos a partir da difusão dos cemitérios secularizados ou cemitérios laicos.

Há uma série de razões que são apresentadas para justificar este deslocamento, algumas já foram citados e se referem ao aspecto da higiene e da salubridade, mas há outros fatores a serem considerados, tais como: a urbanização e industrialização aceleradas, ascensão da burguesia e, conseqüentemente, o triunfo da ideologia capitalista e individualista determinando alterações nos comportamentos. Neste sentido pode-se dizer que os cemitérios secularizados são produto de determinações científicas, mas possuem raízes nas questões políticas, econômicas e sociais que se impunham no transcorrer do século XIX culminando nas primeiras décadas do século XX.

Os cemitérios secularizados deste período se caracterizam pela diversidade decorativa na construção de mausoléus, expressando através da individualização e destaque das famílias e classes importantes no interior das sociedades e, de modo singular, na produção de uma linguagem alegórica que proporciona ricos debates sobre os significados, interpretações feitas acerca da morte, do ser humano e seu lugar de identidade e permanência na memória dos vivos.

Os cemitérios oitocentistas guardam em seu acervo um patrimônio que permite a compreensão da estrutura social, dos debates e arranjos políticos, da economia local, enfim, transformam-se em um resumo simbólico do tecido social no qual estão inscritos. Há vários exemplares de espaços cemiteriais carregados com estas características, entretanto, nos interessa de modo particular o primeiro cemitério, oficial, da capital mineira<sup>25</sup>.

### **O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim**

---

<sup>25</sup> São alguns dos cemitérios que estão circunscritos neste período: Père Lachaise, Paris (1804); Cemitério Staglieno, Genova (1835); Recoleta, Buenos Aires (1822); Chacarita, Buenos Aires (1871); Consolação, São Paulo (1858) e São João Batista, Rio de Janeiro, (1851).

Belo Horizonte nascida na virada do século dezenove apresentou-se como uma proposta nova em relação a tudo aquilo que havia sido o Arraial do Belo Horizonte, local escolhido dentre outros e sobre o qual foi erguida a nova capital. Esta proposta perpassou pela composição estilístico-arquitetônico das ruas e prédios, bem como o perfil de seus moradores que além de serem novos e modernos, como a cidade, deveriam possuir novos hábitos e comportamentos naquilo que se relacionava ao convívio social. E neste convívio inclui-se a morte.

Concebida dentro do ideário republicano a rejeição a valores tradicionais de feição colonial. Neste sentido o hábito de sepultar os mortos nos adros dos templos foi cabalmente proibidos e novos espaços foram a eles destinados. As medidas tomadas pela comissão construtora da nova capital em relação à desativação dos sepultamentos eclesiásticos foram determinações importantes para a efetivação do projeto que culminou na construção da capital. Em relatório redigido em 1894, um membro da Comissão, afirmava que:

Na frente [Matriz] fica-lhe um cemitério, fechando um pequeno adro, de 10 metros em quadro, cuja terra empapassada de óleo humano e entremeada de ossos, está acusando a excessiva quantidade de cadáveres, que tem recebido, em desmarcada proporção com sua capacidade. Ahi a abertura de uma cova tórna-se um espetáculo à desocupados curiosos para triste contemplação de quatro ou cinco ossadas juntas, ao que poz logo termo a Comissão construindo um cemitério provisório em lugar afastado, pouco depois de sua instalação

26

Vale acrescentar que esta decisão já havia sido determinada através da Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, mas não havia se concretizado efetivamente até então. As normas da Comissão Construtora possuíam significados simbólicos especiais: era a civilização dos costumes.

O Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim nasceu a partir deste projeto. Nele pode-se antever a mentalidade moderna /burguesa que norteou os princípios fundadores da capital, através da avaliação de sua arquitetura, dos artistas-artesãos que nele trabalharam e

---

<sup>26</sup> LEAL, Fábio Nunes. O Arraial do Bello Horizonte. In: *Comissão Constructora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Publicação periódica, descritiva e estatística feita com autorização do Governo do Estado sob direção do Engenheiro Chefe Aarão Reis*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C. 1895. V. I p. 13.



especialmente da arte tumular que nos permite enxergar signos e símbolos que revelam a contradição de uma sociedade que, nascida sob a promessa da democracia, tenta igualar os mortos, convidando - os a ocupar o mesmo espaço, mas opera a desigualdade a partir do instante que estimula a propriedade privada, via sepulturas de família, bem como a ostentação e demonstração de força e poder que se expressam na arte e arquitetura tumulares.

As determinações da comissão em relação à configuração da cidade são questões significativas para se entender a concepção urbana almejada. Para aqueles que a haviam projetado existia um objetivo claro de tudo controlar e isto se percebe no depoimento de Arthur Azevedo, jornalista que, em visita à capital no início do século XX, se espantou com a ausência de elementos, lugares, objetos e até seres humanos que pudessem prestar um depoimento do passado. Ele afirmou, ao passear pelas ruas da cidade no ano de 1901, que nela faltava a “vetustez”: “[...] era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via: as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar ali pessoas velhas”.<sup>27</sup> O projeto construtivo da capital mineira pressupunha a renovação, a instauração daquilo que se considerava moderno. Para isto era importante a definição na planta da cidade dos lugares adequados a cada equipamento urbano.

E neste sentido que o cemitério municipal foi concebido ocupando um terreno com área aproximada de 170.036 (cento e setenta mil e trinta e seis) metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante 650 (seiscentos e cinquenta) metros do perímetro urbano. O local era alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira o que facilitaria a construção. A localização estratégica do cemitério na planta da cidade fornece os subsídios para compreendermos as atitudes mentais da época: deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e absorção dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual era engendrada.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Ano XXXIII, 1982.p.179 -211

<sup>28</sup> Embora tenha sido inaugurado no final do século XIX, 1897, a regulamentação do cemitério público foi processada através do Decreto nº 1368, datado de 05 de março de 1900, com a aprovação do então Presidente do Estado, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão. Dividido em 06 capítulos o decreto determina as condições de uso, dimensões, características das sepulturas, enterramentos, transporte de cadáveres, administração do espaço, dos valores a serem cobrados, dentre outras orientações. *Decreto nº 1368 de 05 de março de 1900.Regulamento do Cemitério Público Prefeitura da Cidade de Minas*. Cidade de Minas: Imprensa

A convivência entre mortos e vivos já não podia ser tolerada, daí a equilibrada distância a ser mantida, especialmente fora do perímetro urbano, na zona determinada como suburbana na planta da capital, em local de fácil acesso, mas que não maculasse a ordem através da qual a cidade se organizava.

Estas cuidadosas mudanças na topografia da morte têm suas referenciais na Europa que, conforme aponta Philippe Ariès<sup>29</sup>, vinha se delineando desde o final do século XVIII, quando o cemitério aparece nas preocupações expressas dos médicos e higienistas. Urgia vencer a insalubridade característica aos mesmos através de sua remoção para fora das urbes. Dentro da necrópole a individualização das sepulturas foi um passo decisivo para as alterações em relação à tradição e o culto aos mortos traduzidos nas visitas que passam a serem feitas à cidade dos mortos, bem como a utilização de monumentos e emblemas que demarcam a presença dos mortos e sua memória. E será em consonância com estes valores e novos atributos imputados à morte que o cemitério é incorporado ao cenário da cidade. Os cantos e recantos da cidade relatam uma cidade nova a ser descoberta.

É possível destacar histórias diversas analisando o acervo que se abriga no espaço funerário. O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim muito pode revelar acerca da vida social, cultural e política da capital. Erguido fora do perímetro urbano o cemitério absorve em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade abarc, também, suas características estilísticas e arquitetônicas. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851-1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.

O século XIX irá trazer os cemitérios à topografia das cidades, inaugurando novas atitudes e comportamentos do homem perante a morte. De acordo com Ariès:

[...] o cemitério reproduz, na sua topografia, a sociedade global, como um mapa reproduz em relevo ou uma paisagem. Todos estão reunidos no mesmo recinto, mas cada um no seu lugar, a família real, os eclesiásticos, em seguida duas ou três categorias de distinção conforme o

---

Official do Estado de Minas, 1900.10 páginas.

<sup>29</sup> ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Vol. II.p.518-609

nascimento, ilustração e praticamente a riqueza, já que os lugares estão à venda, e enfim os pobres. A primeira finalidade do cemitério é representar um resumo simbólico da sociedade<sup>30</sup>.

E este resumo simbólico da sociedade que pode ser encontrado no Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Como parte do projeto republicano-positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida o cemitério representou sob certos aspectos rupturas significativas em uma sociedade tradicionalmente calcada na religião.

Até a década de 40 o cemitério foi o único da capital, deste modo, todos eram nele sepultados. Por mais de um século de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou.

Entretanto torna-se um equipamento de destaque no cenário urbano, através da arquitetura que o diferencia do entorno e especialmente pela história nele contida. E assim, parece importante reconhecer que, desde sua inauguração até os dias de hoje, artistas - artesãos passaram por ali e deixaram seu registro, sendo a grande maioria atuante, também, na cidade dos vivos.

Desde os tempos mais remotos o homem registra sua vida através das imagens. Imagem como força simbólica reveladora e representativa das expectativas, desejos contidos e projeções que o homem tem diante da vida. A arte, portanto, é um elemento presente no cotidiano humano. Através da produção artística, da exploração das imagens criadas pelos homens é possível compreender aspectos variados da sociedade que as produz. Este é um exemplo que pode ser buscado se analisarmos a arte funerária.

E mais significativas se tornam as interpretações que podem ser feitas tomando como ponto de partida e observação o espaço cemiterial. Em uma cidade concebida para representar o novo, onde o moderno estava acima do passado, velho e ultrapassado. Onde tudo foi esquematizado e sintonizado com o mundo civilizado, os espaços, o comportamentos, os lugares deveriam ser planejados e corresponder a este esquema. O cemitério fazia parte deste plano e tal qual a cidade escapou ao controle. A análise das imagens que nele se cristalizam discursa acerca desta concepção e das transformações que foram se processando.

---

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *O Homem Diante da Morte*. p.547

E a interpretação e apropriação deste discurso através da compreensão deste espaço como lugar de memória, guardião de um patrimônio cultural material e imaterial, tem sido o mote para a incorporação deste espaço nas políticas de educação patrimonial. Desde o segundo semestre de 2012, em uma parceria entre a Escola de Design, Universidade do Estado de Minas Gerais e a Fundação de Parques Municipais, tem transformado o espaço cemiterial em um local de aprendizado, discussão, lazer e aprendizado. A proposta consiste em realização de visitas guiadas, aos fins de semana, e ofertadas, gratuitamente à população em sua generalidade. A proposta central, para além do lazer e do turismo, é sensibilizar experiências, proporcionar a compreensão da cidade e da sua história e ao mesmo tempo, consolidar significado e pertencimento em relação ao espaço cemiterial.

Pretende-se assim, consolidar a ideia de que a escola formal não é o único local onde se pode concretizar a experiência do aprendizado, ou seja, os espaços não-formais podem ser lugares importantes para se concretizar a troca simbólica de saberes e, conseqüentemente se construir conhecimento<sup>31</sup>.

O cemitério, deste modo, tem sido um espaço significativo para inserção da prática da educação patrimonial, pois, além de convidar a sociedade belorizontina para a fruição, o deleite e apreciação estética, naquilo que se refere às obras de arte que ornamentam os túmulos; estimulam a reflexão contínua sobre as transformações das relações no tocante ao culto aos mortos, os discursos concordantes e dissonantes, bem como a construção da trama social, política e religiosa que define os hábitos e códigos culturais da população da capital mineira.

Pode-se, assim, considerar que os cemitérios oitocentistas, e de modo específico, o Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, situado em Belo Horizonte, são bens culturais, tradutores de uma história, guardiões da memória e portadores de um patrimônio que merece o cuidado dos poderes público e a apropriação e fruição da sociedade em geral.

---

<sup>31</sup> Sobre educação patrimonial consultar: FLORÊNCIO, Sônia Rapim e outros. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: IPHAN/CEDUC, 2014. 64 p.

# Educação Patrimonial em Arquivos Municipais

**Arthur Oliveira Freitas**

Graduado em História- UFMG

Graduando em Arquivologia - UFMG

[arthurnegro@gmail.com](mailto:arthurnegro@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho discute as ações de Educação Patrimonial em Arquivos Municipais. Como marco teórico adotamos a proposta da educação libertadora de Paulo Freire e, a de Adriana Koyama do conhecimento a partir do assombro. A metodologia proposta por Ivo Mattozzi, os “arquivos simulados”, nos é entendida como a melhor escolha para se trabalhar nos Arquivos Municipais. Locais ideais para as atividades por sua relação de proximidade com o ambiente dos estudantes.

**Palavras Chave:** Educação patrimonial; Arquivos municipais; Arquivos simulados.

## Introdução

Este artigo pretende discutir as ações de Educação Patrimonial em Arquivos Municipais, tendo como marco teórico a proposta da educação libertadora de Paulo Freire (1979), que valoriza o pensamento crítico construído num ambiente dialético onde educador e educando constroem o conhecimento juntos e de maneira crítica, possibilitando, assim, a modificação da realidade, e, a perspectiva apresentada por Adriana Koyama (2013) do florescimento do conhecimento a partir do assombro, por meio das contradições e ambiguidades dos discursos. Entendemos que um caminho importante a ser seguido por essas instituições é a utilização dos “arquivos simulados”, como trabalho por Ivo Mattozzi (2009). Acreditamos que a consolidação dos Arquivos, enquanto instituições indispensáveis à cidadania e ao usufruto dos bens culturais, está ligada às ações educativas/patrimoniais realizadas nas suas dependências, por funcionários e/ou parceiros, e principalmente nas escolas.

O texto é dividido de maneira à primeiro debater as proximidades dos Arquivos e da História, em seguida, discorre sobre as ações patrimoniais realizadas nas instituições arquivísticas e, por último, apresentamos de maneira mais concreta a ideia dos “*arquivos simulados*”.

## Arquivos e História

Os Arquivos ainda buscam um maior reconhecimento da sua importância no Brasil, um dos empecilhos é a “dificuldade de entendimento das autoridades e da população em geral do real papel que deve ter um arquivo público”<sup>32</sup>, os investimentos, que ainda são tímidos nas atividades educativas, podem representar um caminho de consolidação no imaginário social do seu valor. Somente com uma ação educativa consistente, regular e bem planejada, as instituições arquivísticas, que já dispõem de um grande número de visitas, atingiriam uma maior possibilidade de diálogo com as escolas e seus alunos, o que ampliaria o reconhecimento de seu lugar na sociedade.

Como explicitado no Documento Final da ANPUH- 2012:

os arquivos realizam difusão cultural por meio da elaboração dos instrumentos de pesquisa, da confecção de produtos culturais e realização de atividades educativas a partir do seu patrimônio documental, bem como por meio do diagnóstico das demandas dos usuários, com vistas a aprimorar suas ações de difusão.<sup>33</sup>

A participação dos historiadores, quando o produto de difusão cultural envolve a análise e narrativa histórica, é indispensável. Esta parceria vai além das atividades educativas, pois, os pesquisadores da área de História são consultantes frequentes dos Arquivos, e estão diretamente vinculados ao trabalho destas instituições sendo muitas vezes seus diretores e técnicos.

A disciplina História é estudada no Brasil, segundo Vilma de Lurdes Barbosa, diretamente influenciada pelas: tradições e concepções europeias, expressamente francesas [...] como é o caso da cronologia esquemática e linear, baseada no quadripartite - História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea - ou da própria História do Brasil, também constituída dentro dos marcos da história europeia.<sup>34</sup>

Em termos de metodologia de ensino, a memorização foi, por muito tempo, a principal forma de adquirir-se conhecimento, com ênfase nos grandes homens, nos grandes acontecimentos, o estudo era voltado para se ter um domínio de datas, nomes de heróis e eventos. As mudanças ocorridas no decorrer do século XX, na academia, não conseguiram uma reverberação suficiente nas salas de aula das escolas a ponto de mudar esse quadro.

---

<sup>32</sup> PARRELA, Ivana. Arquivistas e o fomento às pesquisas: Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros. In: Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.124-133 jan./abr., 2013, p.124.

<sup>33</sup> ALVES, Clarissa; SILVA, Haïke Kleber da. O Perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos, São Paulo, 2012, Documento Final do Encontro, ANPUH 2012.

<sup>34</sup> BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História local: redescobrimo sentidos. Sæculum—Revista de História, v. 15, 2006, p.57.

Muito desse distanciamento entre o debate nas universidades e o dia a dia do ensino escolar, se dá pela falta de recursos didáticos ao alcance dos professores de ensino fundamental e médio. É recorrente o fato do único recurso disponível para os docentes montarem suas aulas, ser o livro didático que, por determinação das escolas, ou por impossibilidade do professor, não tem complementos ou contraposições apresentadas ao longo do aprendizado. O discurso explicitado nestes materiais é, muitas vezes, excludente, e faz com que os alunos não se reconheçam como atores de “uma história personalista, que enfatiza determinadas datas, personalidades e fatos isolados e patrióticos”<sup>35</sup>.

Por serem responsáveis pela guarda dos documentos oficiais, os Arquivos, muitas vezes, se enquadram em um discurso histórico que exalta os vencedores. Com isso, as suas atividades educativas/patrimoniais, são pensadas de maneira a reforçar este discurso, evocando uma história que segue seu caminho “natural”, retirando as divergências e os conflitos existentes.

### **Educação Patrimonial em Arquivos**

A Educação Patrimonial foi apresentada em 1999, pelo Museu Imperial, como “um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e trajetória histórico-temporal em que está inserido.”<sup>36</sup> partindo desta compreensão, os arquivos, vem buscando, através dos documentos provenientes do seu acervo, construir as suas ações educativas.

Os Arquivos Municipais são tradicionalmente visitados por escolares, devido à “proximidade de seus acervos sobre as cidades com os temas estudados pelos alunos dos primeiros ciclos da Educação, como a história do bairro, origem ou história do município.”<sup>37</sup>. O que advém da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que recomendam que as histórias das cidades e dos bairros devam ser o objeto de estudo nos dois primeiros ciclos. A localidade, segundo Luís Alberto Marques Alves, “pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor do aluno, que o

---

<sup>35</sup> BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História local: redescobrimos sentidos, p.58.

<sup>36</sup> HORTA, Maria de Lourdes Parreira. et alli. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999, p.6. Grifo e destaque dos autores.

<sup>37</sup> PARRELA, Ivana. Ações educativas em arquivos municipais de Minas Gerais: Uma análise das atividades apresentadas pela internet, 2014, p.2.



enraíza no seu espaço, que o forma criticamente e que o aproxima do saber histórico.”<sup>38</sup>, sendo assim, o trabalho conjunto entre escolas e arquivos é um importante fator para o desenvolvimento de uma consciência crítica e patrimonial nos alunos, logo nos seus primeiros anos como estudantes.

Ressaltamos que, como dito por Adriana Koyama, os Arquivos não devem ser apenas extensões do ensino curricular. Caso os programas educativos se preocupem apenas em desenvolver as habilidades e competências estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares, perdem a possibilidade de criar abordagens mais amplas e de trabalhar o conhecimento histórico e arquivístico dos visitantes. Outra preocupação é a proximidade dos discursos dos Arquivos e da História Oficial, construída de forma a apagar as inconsistências e os conflitos, em uma narrativa apaziguadora, que apresenta, de acordo com Paulo Freire, um futuro determinado, imutável. É importante, que os documentos escolhidos proporcionem um pensamento próprio, um raciocínio individual ou coletivo, que seja desenvolvido pelos alunos sem ser previamente determinado ou guiado.

Também é relevante que se faça uma conexão entre a História Local e a História Geral. Para Bellotto, “encontrar estas ressonâncias dos acontecimentos nacionais e internacionais, comprovadas nos documentos regionais, é sempre possível e extremamente útil à compreensão da história pelos alunos.”<sup>39</sup>, estas aproximações, permitem aos estudantes vislumbrarem a possibilidade de interagirem e serem parte da história.

Um exemplo interessante, nessa perspectiva, seria analisar como as colônias de estrangeiros no Brasil foram diretamente atingidas pelos conflitos na Segunda Guerra Mundial. Obrigados a esconder as bandeiras de seu país, mudar nomes e cores de seus clubes, os italianos em Belo Horizonte, trocaram o nome da Societá Sportiva Palestra Itália, para Palestra Mineiro e Ypiranga, até consolidar-se como Cruzeiro Esporte Clube, em referência ao Cruzeiro do Sul, e substituir o verde, branco e vermelho, pelo azul e branco. Este caso pode servir como um ponto de partida para o entendimento dos alunos com relação às conexões entre a História Local, e a Geral, uma Guerra que envolveu diversos países do mundo e que foi determinante para mudanças na cidade em que moram. E, a partir daí, pode-se trabalhar como o Estado Brasileiro interferiu diretamente na vida

---

<sup>38</sup>ALVES, Luís Alberto Marques. A história local como estratégia para o ensino da história. Porto: Universidade do Porto, 2006.

<sup>39</sup>BELLOTTO, H. L. Política de ação cultural educativa nos arquivos municipais. In: Registro, Ano I, nº 1, 2002, P.22.

cotidiana de milhares de cidadãos, as perseguições que estrangeiros sofreram e os conflitos provenientes destes eventos.

### **Arquivos Simulados**

A proposta de Ivo Mattozzi, de constituição de “*arquivos simulados*” pode ser compreendida como uma forma de permitir um trabalho de construção de conhecimento nos moldes apresentados por Paulo Freire e de confrontar os alunos com o assombro defendido por Koyama. Para isso, Mattozzi diz que, “a pesquisa didática deve continuamente estar relacionada a problemas reais”<sup>40</sup> e “os critérios da seleção e da apresentação dependem do uso didático.”<sup>41</sup>, sempre em um trabalho conjunto entre escola e arquivo. Além de proporcionar uma construção pedagógica que aproxime a História Local e a História Geral, através de documentos que demonstrem como a localidade é influenciada por eventos gerais, ou como, movimentos que começaram em suas cidades propiciaram mudanças no estado, no país, ou até mesmo no mundo.

Em seu artigo *Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas*, Ivo Mattozzi, percorre algumas das ações educativas realizadas nestas instituições. O primeiro problema percebido é a distância entre os Arquivos e a Escola. O segundo é a incapacidade de “produzir uma atitude de profissionalismo que inclua o hábito das fontes, a didática da pesquisa histórica, os arquivos entre os instrumentos normais do ensinamento da história.”<sup>42</sup>. Por causa deste distanciamento, os professores não tem contato com materiais adequados para criar trabalhos voltados para a Educação Patrimonial, assim, a construção de um projeto focado na realidade da sua sala de aula é comprometida. É necessário um diálogo com os arquivos, para a concepção de um programa conjunto de educação, uma vez que, muito professores sequer tem conhecimento sobre a existência ou o modo de operação de uma instituição arquivística.

A partir do trabalho conjunto, arquivista e professor, com os “*arquivos simulados*”, podem criar um programa de ensino capaz de responder às demandas de suas funções, com isso proporcionar uma experiência de pesquisa histórica e da realidade arquivística.

---

<sup>40</sup> MATTOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica: Para um sistema educacional integrado entre arquivos e escolas. *História Revista*, v. 14, n. 1, p. 321-336, 2009.p.324.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.326.

<sup>42</sup> MATTOZZI, Ivo. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.322.

Consolidando no imaginário dos alunos a importância do patrimônio, do historiador e do arquivista. A conexão entre alunos e professor é determinante para um trabalho bem executado, segundo Alves:

desempenhará um papel central o professor que for capaz de se integrar no espaço/comunidade educativa que leciona e que for capaz de trazer para a sala de aula os recursos que saindo da identidade dos seus alunos sejam capazes de os mobilizar para colaborarem na sua procura e que os transformem em cidadãos activos e intervenientes na preservação da sua identidade patrimonial (ALVES, Luís Alberto Marques, 2006, p.71)

Podemos acrescentar que, também ao arquivista, no âmbito da Educação Patrimonial, é cara esta postura, sem um contato mais próximo dos docentes e alunos, os trabalhos realizados nas instituições arquivísticas perdem a chance de uma aplicação mais efetiva.

Os “*arquivos simulados*” devem ser uma versão menos complexa do arquivo real, sem perder de vista o original. De acordo com o desenvolvimento dos trabalhos e do aperfeiçoamento das turmas, as pesquisas podem adquirir uma maior complexidade. Segundo Ivo Mattozzi, “O arquivo simulado deveria ter uma estrutura voltada aos estudantes, para compreensão das funções, estruturas e potencialidade de um arquivo real.”<sup>43</sup>, sem se esquecer do desenvolvimento de pesquisas históricas naquela instituição, graças ao trabalho dos arquivistas.

A aproximação entre escola e arquivo, é importantíssima para o desenvolvimento de projetos de Educação Patrimonial consistentes, capazes de desenvolver a educação libertadora defendida por Freire e o assombro citado por Koyama. Os Arquivos Municipais, seguindo a afirmação de Mattozzi, “as histórias locais são os ambientes nos quais os *arquivos simulados* poderiam mostrar a sua utilidade”<sup>44</sup>, são ideais para se desenvolver este trabalho. Um diálogo mais próximo, tendo como fim a construção de um plano de trabalho envolvendo escola, alunos, professores, arquivistas e arquivo, nos parece um caminho importante para uma Educação Patrimonial realmente capaz de emancipar os estudantes e auxiliá-los no desenvolvimento do pensamento crítico e do conhecimento histórico e arquivístico.

---

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.327.

<sup>44</sup> MATTOZZI. Arquivos simulados e didática da pesquisa histórica, p.331.

# **Digitalizar é preservar? Reflexões e apontamentos sobre as relações entre o processo de digitalização, a materialidade dos acervos e o acesso virtual**

**Aline Rabello Ferreira**

Especialista em História da Cultura e da Arte

UFMG

[aline.ferreiraset@gmail.com](mailto:aline.ferreiraset@gmail.com)

## **RESUMO**

A partir de dois questionamentos iniciais: “por que preservar?” E “por que digitalizar para preservar?” pretende-se, nesta comunicação, desenvolver algumas reflexões acerca do processo de digitalização de documentos visto como ferramenta para preservação e acesso a acervos de consulta restrita. Com o advento de novas tecnologias, a cada dia expande-se o número de acervos digitalizados, e, com ele, o aumento incontestável das possibilidades de pesquisa entregues ao pesquisador, muitas vezes de maneira gratuita e à distância. Todavia, os profissionais que atuam nas instituições de salvaguarda – incluindo os historiadores – não devem perder de vista dois pontos essenciais que circundam esse processo: a conservação da materialidade dos documentos e um planejamento para arcar também com os custos advindos da digitalização. Para torná-la mais concreta, a discussão será amparada por breves excertos de relatos de experiência da autora no processo de digitalização de dois acervos distintos: A Coleção Linhares – acervo pertencente às Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG; e o acervo documental do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, em Diamantina. A apresentação está fundamentada também em manuais e diretrizes nacionais e internacionais para digitalização de documentos, além de outras leituras e pesquisas. Ao final, destacar-se-á a importância de se considerar em primeiro plano as especificidades materiais e contextuais de cada acervo ao se optar pela digitalização. Porque digitalizar é preservar, mas é, ao mesmo tempo, criar um novo acervo que, por sua vez, precisará também ser preservado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preservação; Digitalização; conservação; Gestão documental.

## **INTRODUÇÃO**

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

O objetivo desse texto é lançar algumas reflexões sobre as relações entre a materialidade dos acervos que preservamos, a digitalização desses acervos e as possibilidades de acesso. Devo dizer, antes de mais, que essa breve discussão tem como foco os acervos de papel, entretanto as discussões se ampliam também, em muitos aspectos, para outras tipologias de acervo.

Então, comecemos pelo princípio: O que é preservar? Preservar é atuar sobre um acervo, seja por meios diretos ou indiretos de intervenção, garantindo sua integridade (na medida do possível), salvaguarda a longo-prazo (para os mais utópicos, “para sempre”) e o acesso permanente ao seu conteúdo<sup>45</sup>. Só para esclarecer, os meios diretos são intervenções que executamos diretamente sobre o objeto de preservação – conservação curativa e restauração – e os indiretos são as intervenções que fazemos no entorno do objeto – conservação preventiva (forma de acondicionamento do objeto, luz, temperatura, umidade relativa).<sup>46</sup>

E, afinal, por que preservamos? Essa é uma questão muito complexa, que engloba várias discussões e linhas de pensamento relativas ao conceito de memória, que não cabe discutir aqui. Mas, sabemos que os documentos (e incluo aqui a noção mais ampla de documento, que abrange o nosso patrimônio material e imaterial, objetos particulares e acervos públicos) são memória, são o que restou, o registro de um tempo que já não é o nosso mas que, através dos objetos, nos cabe ler, analisar, interpretar..<sup>47</sup>

E o que é digitalizar? Digitalizar é transferir as informações que estão em um suporte físico para um virtual, ou, utilizando termos técnicos, é transformar uma informação analógica em informação digital, codificada por valores numéricos fixos (números binários) e guardada, finalmente, em uma mídia. E quando falamos de mídia, do que se trata? Uma mídia pode ser qualquer suporte que armazene essa informação digital. Pode ser um HD, um pendrive, CD ou qualquer outro suporte. Diferente dos acervos materiais analógicos, a mídia é o repositório de um acervo que não podemos ver “a olho nu”. Para a informação armazenada ser acessada, devemos conectar a mídia a um leitor que decodifique seus registros e rerepresente a sequência de bits (abreviação para *binary digits*) em

---

<sup>45</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES. Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. *Boletim Eletrônico*. Rio de Janeiro, ABRACOR, nº 1, jun. 2010.

<sup>46</sup> FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. *Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008. 24p. (Tópicos em Conservação Preventiva 2)

<sup>47</sup> MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporánea de La Restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2003, p. 205.

imagens. E é aí que se inicia toda a problemática da digitalização como ferramenta de preservação de acervos.<sup>48</sup>

### **ACESSO VIRTUAL**

Primeiramente devemos considerar todos os enormes benefícios para um acervo e para os pesquisadores ao se optar pela digitalização de um acervo. Sabemos que a crescente facilidade de acesso aos acervos digitais, com destaque para o acesso à distância e a gratuidade, é um incentivo considerável à pesquisa em fontes primárias por pesquisadores de todo mundo, que não precisam mais estar presentes fisicamente nas bibliotecas e arquivos para ler um documento, basta estarem conectados à internet. Há ainda outras vantagens, como a aplicação de ferramentas de busca textual (OCR) nos arquivos digitais, pelas quais podemos pesquisar assuntos por palavras-chave, e também a grande facilidade de mobilidade de leitura, por ser possível pesquisar simultaneamente entre partes de um mesmo texto, ou entre documentos diferentes. Quem já pesquisou em arquivos históricos e bibliotecas de acervos especiais sabe da preocupação que há ou, pelo menos, que deveria existir por parte dos funcionários com relação à preservação dos acervos. Em geral, as regras de acesso pretendem colaborar para a preservação dos documentos a logo prazo, mas são, ao mesmo tempo, um fator prejudicial ao acesso dos pesquisadores aos documentos, pelo fato de que esse acesso indireto, mediado pelo funcionário, acaba por restringir e direcionar a busca. Poder acessar virtualmente os documentos que se quer consultar é então uma grande facilidade para os pesquisadores. Conjuntamente, por serem menos manipulados, os documentos em formato analógico ficam menos tempo expostos aos riscos causados pelo manuseio e outros agentes de deterioração.

Mas, apesar de todos os benefícios sucintamente descritos, há também algumas dificuldades de leitura e prejuízos de informação registrados nas imagens geradas pelo processo de digitalização: por exemplo, quando uma fotografia é digitalizada, a gradação de cores original é dividida em pontos com valores determinados – mais limitados do que a variação de tonalidade vista pelos nossos olhos; e é esse padrão de pontos que foi gravado que é remontado na tela do computador a cada vez que a foto é acessada. Por isso sempre há alguma perda de informação quando um material é digitalizado. Diferentes formatos de registro guardam níveis de informação diferentes. Os formatos mais indicados para

---

<sup>48</sup> SMITH, Abby. Digitization is not Preservation – at least not yet. In: KRESH, Diane (org). *The Whole Digital Library Handbook*. Chicago, EUA: American Library Association, 2007. p.342-345.

preservação digital que alcançam maior qualidade de imagem são os formatos RAW, como o TIF, por exemplo – importante lembrar que os formatos que guardam mais informação, ocupam mais espaço na memória do computador. Também pode acontecer do acesso aos arquivos ser impossibilitado devido ao mau funcionamento ou pane dos equipamentos de leitura ou das mídias de guarda das informações digitais. Além disso, não podemos nos esquecer dos custos: digitalizar um arquivo não é apenas colocar o documento em um scanner e apertar um botão. O processo se inicia muito antes e finaliza muito depois desse ato, se é que se pode mesmo falar em fim do processo. Selecionei dois acervos digitais de periódicos disponíveis online para dirigir essa discussão.

O primeiro se refere à Coleção Linhares. Esta é uma coleção de periódicos publicados em Belo Horizonte de 1895 até 1956, ano da morte do colecionador Joaquim Nabuco Linhares. Em 1976 o acervo foi vendido à UFMG pela família. Essa coleção faz parte atualmente do acervo das Coleções Especiais da UFMG e está devidamente acondicionada no quarto andar da Biblioteca Universitária. O projeto de microfilmagem e digitalização dos documentos<sup>49</sup> foi desenvolvido em duas etapas: a primeira, realizada em 2005 digitalizou apenas parte dos jornais.<sup>50</sup> A continuação do projeto aconteceu apenas em 2010, quando foram feitas a microfilmagem e digitalização do restante dos jornais e das revistas, que ainda não haviam sido processadas. Essa segunda parte do acervo ainda não está disponível online mas é possível pesquisar o acervo digital – e, se necessário, o original – no setor de Coleções Especiais. A digitalização do acervo foi feita a partir do microfilme e, nesse processo, as cores dos documentos foram restringidas a preto e branco, diminuindo a qualidade e quantidade de informação repassada aos pesquisadores em relação ao acervo analógico.

Outra experiência que gostaria de relatar foi a realizada pelo Projeto Memória do Pão de Santo Antônio, recentemente patrocinado pelo Programa Petrobras Cultural. A Associação do Pão de Santo Antônio é uma entidade beneficente de Diamantina que, como forma de arrecadar dinheiro para se manter, passou a publicar, desde 1906, um jornal voltado para a comunidade diamantinense. Esse jornal foi impresso em tipografia até 1990! Com o apoio da UFMG o acervo foi totalmente digitalizado entre o fim de 2013 e os primeiros meses de 2014 no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária. O

<sup>49</sup> SANTOS, Vilma et al. A Coleção Linhares em meio digital. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol.27, n°46, p.735-750, jul/dez 2011.

<sup>50</sup> O resultado dessa primeira fase está disponível no site < <http://linhares.eci.ufmg.br/> >



acervo foi inicialmente gravado em dois HDs de igual teor e, recentemente, em acordo com a Biblioteca Universitária, o acervo está, gradualmente sendo disponibilizado na internet através do Pergamum.<sup>51</sup>

Avaliando os dois projetos é possível perceber as diferenças na gerência, tipo de financiamento, nas escolhas pelos processos de reformatação, formatos de guarda e procedimentos para o acesso aos arquivos digitais. Assim, é possível perceber que não há um padrão, uma regra, um manual fechado e específico que dite a melhor forma de digitalizar um acervo. Como é destacado na própria apresentação do texto do CONARQ<sup>52</sup> (CONSELHO, 2010), recomendações não são regras, são apenas apontamentos para auxiliar decisões acerca de possibilidades e processos, afinal, como cada acervo é único, exige respostas específicas às suas necessidades. Ou seja, todas as decisões que devem ser tomadas para assegurar um bom projeto de digitalização (assim como qualquer projeto que vise a preservação de um acervo) devem considerar, antes de qualquer outro fator a própria materialidade do acervo.

## **MATERIALIDADE**

Sendo assim, ao se avaliar uma obra ou acervo para definir se a digitalização é o melhor meio de salvaguardá-lo, deve-se levar em conta o estado de conservação das peças, o risco de novas degradações; quais níveis de informação devem ser mantidos nos arquivos digitais. Além de não se perder de vista que o acervo material precisa continuar sendo mantido sob as melhores condições de armazenamento possíveis. Afinal, a digitalização de um acervo não elimina, de forma alguma, a necessidade de conservação da materialidade dos acervos analógicos.

Muitas vezes nos referimos ao papel como o suporte da informação escrita. Mas a letra, escrita ou impressa, será toda a informação contida em um documento? Abre-se um campo novo, ainda pouco explorado nos acervos brasileiros, das possibilidades de pesquisa que envolvem a materialidade dos documentos, pois estes registram em sua estrutura física suas técnicas de fabricação, materiais utilizados – que refletem muitas vezes os materiais

---

<sup>51</sup> Ver: Site de buscas do Catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php>

<sup>52</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. 28p. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes\\_para\\_digitalizao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2015.

disponíveis nas cidades e rotas comerciais, hábitos de leitura, marcas de poder/posse. Em geral, as informações não textuais muitas vezes não são levadas em conta nos processos de digitalização. Além disso, pesquisas à constituição física e química do suporte, tão importantes para o desenvolvimento de pesquisas científicas – por aprimorar técnicas e materiais para a restauração de acervos – não podem ser feitas no material digital. Também há o valor atribuído ao acervo material que certamente não acompanha o acervo copiado<sup>53</sup>.

Ademais, a digitalização de um acervo cria, necessariamente dois novos acervos: o acervo digital, que de tempos em tempos precisará ser reformatado para se manter atualizado e em uso; e o acervo material composto pelas mídias, que guardam essas informações, sejam pequenos HDs ou mesmo os grandes servidores das instituições. É importante lembrar que, por mais que tenhamos nos tornado a cada dia mais conectados aos registros digitais, as mídias de armazenamento e os próprios arquivos digitais ainda não são 100% seguros. Podem se corromper, se desatualizar, perder os softwares de leitura e se tornarem inacessíveis “de uma hora para outra”. A atualização veloz das tecnologias obrigam (ou pelo menos deveriam obrigar) as instituições de guarda a atualizar suas mídias e reformatar seus arquivos na mesma velocidade. E, por isso, o papel ainda é a forma mais segura de se manter um arquivo que não se quer perder – principalmente a longo prazo.

Devemos salientar também que, assim como o acervo material (o papel, a fotografia, o objeto, a obra de arte), o acervo que resultou do processo de digitalização deverá passar por constante e cuidadosa manutenção, para que permaneça acessível ao público pelo maior tempo possível. Afinal, a preservação de nenhum acervo se justifica se ele não puder ser acessado.

Levanto aqui essas breves reflexões e apontamentos porque nós, historiadores (assim como outros profissionais - museólogos, bibliotecários, arquivistas, conservadores-restauradores, artistas), como possíveis gestores de instituições de salvaguarda e/ou proponentes de projetos de preservação de acervos e coleções devemos estar conscientes e atualizados sobre essas questões ao propor a digitalização de um acervo como uma forma de ampliar as possibilidades de sua preservação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>53</sup> ZERVOS, Spiros. Intrinsic Data Obfuscation as the Result of Book and Paper Conservation Interventions. In: *Proceedings of the International Conference on Integrated Information*. 2011. Disponível em: <[http://users.teiath.gr/zervos/\\_\\_\\_objects/docs/zervos\\_kos\\_Intrinsic\\_Data\\_Obfuscation.pdf](http://users.teiath.gr/zervos/___objects/docs/zervos_kos_Intrinsic_Data_Obfuscation.pdf)>. Acesso em 16 jun. 2015.

Por isso devemos sempre levar em consideração: as especificidades do acervo (qualidade dos suportes, estado de conservação, local de guarda), a justificativa para a digitalização (Por que digitalizar esse acervo específico?), onde será guardada a versão digitalizada dos documentos e também os originais, as políticas de acesso ao original e ao material digitalizado e como outras informações acerca dos documentos serão veiculadas.

A criação de um acervo digital é sim uma ferramenta de preservação que deve ser utilizada sempre que for possível e necessário, mas com cautela e responsabilidade, para que o trabalho não se torne também, com o passar do tempo, mais um acervo em processo de deterioração.

Esses pontos podem parecer simples de início, mas não o são, principalmente porque esses acervos devem ser mantidos sob constante manutenção, para que se prolonguem para além de nossa vida finita. Por mais que já existam algumas poucas leis que regem a preservação de arquivos no Brasil, são principalmente a valorização da memória, a consciência patrimonial dos dirigentes de cada setor ou instituição de guarda que garantirão a passagem dos acervos preservados hoje às gerações futuras.

## Proteção do conjunto urbano de Santa Tereza: novas perspectivas

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira  
Mestranda – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
UFMG  
ana.beatriz@rba.srv.br

**Resumo:** Refletir sobre o conceito de patrimônio - da consagração de monumentos históricos ao entendimento da cidade como patrimônio ambiental – é analisar sua amplitude e desdobramentos para identidade e memória de uma “comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.” (CHOAY, 2006, p.18). A conexão entre pessoas e lugares dentro das dimensões material, social e imaginativa é apontada por Hayden (1995), que afirma que a memória é naturalmente orientada pelo lugar ou, pelo menos, sustentada por ele. Sendo assim, a identidade está intimamente ligada à memória, tanto pessoal quanto coletiva ou social. As paisagens urbanas guardam essas memórias sociais, emoldurando a vida cotidiana. Renovações e requalificações urbanas agridem a paisagem de tal forma que as memórias coletivas se desvanessem.

Em Santa Tereza, tradicional bairro de Belo Horizonte, a relação entre espaço e memória acaba por construir uma identidade coletiva, concentrando ações e símbolos, valores e história. Como construção social, o patrimônio é parte do processo de construção e manutenção da identidade e caráter local, assim como catalizador do desenvolvimento sustentável.

A proteção de Santa Tereza é autêntica na medida em que propõe-se preservar seu caráter urbanístico como meio de resguardar o peculiar modo de vida e práticas cotidianas bem diferentes às da vida contemporânea metropolitana.

**Palavras-chave:** Santa Tereza; patrimônio urbano; proteção; conservação; reabilitação.

### AMPLIANDO O CONCEITO

Françoise Choay, afirma que é possível situar o surgimento do monumento histórico entre os séculos XIV e XV, pelas posturas de reflexão e contemplação dos humanistas e artistas em relação aos monumentos da Antiguidade. A proteção desses monumentos se deve, sobretudo, às ações jurídicas e técnicas que visavam salvaguardar o patrimônio durante a Revolução Francesa. A autora cita a criação “de uma comissão dita

‘dos Monumentos’” (CHOAY, 2006)<sup>54</sup> em 1790, que se encarrega de tombar e inventariar todos os bens relevantes para o Estado naquele momento. Contudo, é apenas durante a Revolução Industrial que o monumento passa a ser definitivamente consagrado, principalmente pelo seu valor histórico e nacional.

A Revolução Industrial, de acordo com Choay (2006), é “uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual se começa a modernidade.” (CHOAY, 2006)<sup>55</sup>. Segundo Benévolo (2012), os monumentos são como “modelos dos quais são tirados estilos a usar para as novas construções, e são mantidos na cidade moderna como num museu ao ar livre, do mesmo modo que os quadros e as estátuas que se conservam nos verdadeiros museus.” (BENÉVOLO, 2012, p. 581)<sup>56</sup>

A rapidez com que as cidades se alteraram, conforme Benévolo (2012), levaram somente algumas décadas, fazendo com que o tecido urbano fosse reconfigurado inúmeras vezes para atender as demandas dessa nova estrutura. De fato, as consequências desastrosas para as cidades, não apenas a insalubridade provocada pela poluição extrema, mas, também, pelo crescimento exponencial da população, repercute nos mais diversos meios.

Em meados do século XIX, os centros urbanos se encontram definitivamente degradados e caóticos. As administrações públicas estabelecem então padrões para organização e melhoria dos centros urbanos, como limites, afastamentos e usos. Consequentemente, grandes porções das cidades são demolidas e reconstruídas para seguir os modelos preconizados.

A Reforma urbana de [Paris](#) promovida por [Hausmann](#)<sup>57</sup> entre 1852 e 1870 concentrou esforços em nome de melhorias na circulação e na higienização da capital da [França](#). Para tal fim, demoliu inúmeras vias pequenas e estreitas do período medieval, e criou imensos

---

<sup>54</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006, p. 99.

<sup>55</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006, p. 127.

<sup>56</sup> BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

<sup>57</sup> Também conhecido como Barão Haussman, foi [prefeito](#) do antigo departamento do Sena entre [1853](#) e [1870](#), foi responsável pela [reforma urbana de Paris](#), determinada por [Napoleão III](#).

*boulevards* assim como jardins e parques. “Destruí, [...] em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris.” (CHOAY, 2006)<sup>58</sup>

As questões relativas à densidade, higiene e circulação iriam também ser pauta do *IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)* realizado em Atenas em 1933. Sob a égide da ideologia do Movimento Modernista, discutiu-se a condição crítica em que se encontravam as cidades. Dessa maneira, o urbanismo pautado nas funções habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular fundamentariam a solução para que as cidades pudessem desenvolver-se de maneira coordenada. Tais disposições iriam atingir diretamente o patrimônio edificado - “Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado.” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 25-26)<sup>59</sup>

Dessa maneira, o Movimento Modernista justificava a predileção por determinados estilos de época em detrimento de outros. No Brasil, a busca por uma identidade nacional se vale das mesmas prerrogativas para reconhecer o barroco “como uma síntese cultural própria.” (CASTRIOTA, 200)<sup>60</sup>. Segundo Castriota o Movimento Modernista brasileiro identifica na arquitetura colonial traços comuns à arquitetura moderna: “simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais.” (CASTRIOTA, 2009)<sup>61</sup>

Em 1936, foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a missão principal de preparar uma lei federal para regulamentar a preservação do patrimônio nacional. Em 1937, foi aprovado, então, o Decreto-Lei nº 2, ainda hoje em vigor, baseados nos preceitos contidos na Carta de Atenas. (LIRA; CABRAL, 2012)<sup>62</sup>

O tombamento de Ouro Preto em 1938, e de cinco outras cidades coloniais mineiras evidencia a orientação pelos valores estéticos, desconsiderando o histórico, cultural, social e econômico. Sob essa perspectiva, a preservação do patrimônio se dá apenas na sua dimensão física, como bem museificado, alheio às dinâmicas da cidade viva.

---

<sup>58</sup> CHOAY, *op. cit.*, p. 175.

<sup>59</sup> IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

<sup>60</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 138.

<sup>61</sup> CASTRIOTA, *op. cit.*, p. 139.

<sup>62</sup> LIRA, Flaviana; CABRAL, Renata. Estrutura Nacional de conservação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia Mendes. (Orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012, p. 71.

Atualmente, o *IPHAN* – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – adota o conceito de patrimônio cultural, ampliação da denominação de patrimônio histórico e artístico vigente em 1937.

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, DECRETO-LEI nº 25, de 30 de novembro de 1937)<sup>63</sup>

Segundo o órgão, a Constituição de 1988 expande o conceito incluindo a dimensão imaterial e relativizando a questão da excepcionalidade “dos bens passíveis de reconhecimento.” (IEPHA, 2015)<sup>64</sup>. Essa nova perspectiva propicia a inclusão não apenas edificações de valores estéticos e históricos, mas também áreas de relevância social, econômica e cultural. A este respeito, Castriota (2009)<sup>65</sup> afirma que a cidade é um artefato humano sendo que sua conservação deve, sobretudo, promover o bem-estar de moradores e usuários.

### **VALORIZANDO O URBANO**

Como aponta Françoise Choay (2006)<sup>66</sup>, após a Revolução Industrial o conceito de patrimônio se amplia geograficamente, tipologicamente e cronologicamente; abarcando exemplares em locais senão a Europa e não apenas igrejas medievais e palácios neoclássicos. Entretanto, é apenas na segunda metade do século XX que bairros e cidades históricas se convertem em objetos de reflexão. Sob essa perspectiva, a noção de conservação de conjuntos urbanos como meio de ancorar processos de memória coletiva, é imprescindível.

Pela análise de algumas cartas patrimoniais<sup>67</sup> é possível perceber como o conceito de patrimônio se amplia e se desdobra. Segundo Carsalade (2014)<sup>68</sup>, a Declaração de

---

<sup>63</sup> IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

<sup>64</sup> IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

<sup>65</sup> CASTRIOTA, *op. cit.*

<sup>66</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

<sup>67</sup> São documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. São políticas de preservação do Patrimônio Nacional desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores patrimoniais quanto seus aspectos socioculturais.



Amsterdã em 1975, já designava os conjuntos urbanos como patrimônio e de importância essencial para desenvolvimento socioeconômico. Seguida pela Recomendação de Nairóbi em 1979, os conjuntos urbanos são considerados evidência de diversas produções culturais, sociais e religiosas, cuja salvaguarda e integração ao meio urbano contemporâneo não pode ser omitido pelos planejamentos territoriais.

A Carta de Washington - síntese da Assembleia Geral do *ICOMOS*<sup>69</sup> em 1987 – ratifica os manifestos anteriores, declarando a salvaguarda das cidades ou bairros históricos como pressuposto primordial para ordenar os planos de desenvolvimento urbano. O documento também aponta para a participação dos habitantes no processo de construção desses planos.

Em 2011, a Conferência Geral da *UNESCO*<sup>70</sup> aprovou nova recomendação sobre a paisagem histórica urbana<sup>71</sup>. O instrumento complementa e reafirma que as abordagens de conservação já instituídas devem incluir “políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdadas.” (UNESCO, 2011)<sup>72</sup>. A recomendação sugere que o patrimônio urbano – tangível e intangível - é vital para a coesão social. Neste sentido Dolores Hayden (1995)<sup>73</sup> destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada ou pelo menos sustentada pelo lugar.

## VISLUMBRANDO NOVAS PERSPECTIVAS

---

<sup>68</sup> CARSLADE, Flávio de Lemos. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

<sup>69</sup> Em inglês, International Council on Monuments and Sites – é uma organização não governamental de ação global que se dedica a promover a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

<sup>70</sup> Em inglês, United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

<sup>71</sup> Em inglês, Historic Urban Landscape. Em português é traduzido como Paisagem Urbana Histórica.

<sup>72</sup> UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=48857&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)> Acesso em: 24 de abril de 2015.

<sup>73</sup> HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

O bairro de Santa Tereza está localizado numa antiga área fora dos limites da Avenida do Contorno em Belo Horizonte. Parte da sétima seção suburbana, local onde um grupo de operários, grande parte deles constituído por imigrantes, se instalou em 1898. Em 1910 foi construído o Hospital do Isolado, para tratamento de doenças infectocontagiosas, e, em 1914, a antiga hospedaria de imigrantes foi ocupada pela 59ª Cia. de Caçadores do Exército.

No início do século XX o bairro ainda não oferecia infraestrutura favorável à sua ocupação; entre 1923 e 1924, a concessão de lotes buscou atrair moradores para a região que sofria com constante falta de água e transporte coletivo precário. Isolado geograficamente e menosprezado socialmente, “cristalizou-se”; conservaram-se praticamente inalteradas tanto suas características urbanas, arquitetônicas e seu modo de viver. Paradoxalmente, as causas que o mantiveram alheio à cidade o tornaram singular e autêntico.

Formado em sua grande maioria por casas, muitas delas do início do século XX, a paisagem típica do bairro é reforçada pelo ritmo de vida nada convencional para uma metrópole.

Carinhosamente chamado Santê, quase uma referência ao seu pulsar de ‘mineiridade’, que corta a ‘compridez’ das palavras, é um bairro que ultrapassa fronteiras por meio de seus moradores, suas praças e manifestações [...] Santa Tereza é um desses lugares que despertam sentimentos, de rememorar histórias de um passado nem tão distante de Belo Horizonte, da imigração italiana e dos antigos hospitais da ‘cidade jardim’. É um desses lugares onde perduram algumas tradições e onde aflora cultura em amplitude, como a boemia dos bares e restaurantes, como o Bolão, A Parada do Cardoso e Bar do Seu Orlando, entre tantos outros; e os encontros marcantes ‘marcados’ de fazer arte, como o Clube da Esquina, Skank e Sepultura. (SANTA TEREZA TEM, 2015)<sup>74</sup>

A conservação do tecido urbano contribui para a formação de sentimento de pertencimento. Sob essa perspectiva, Kevin Lynch afirma que a imagem ambiental proporciona não apenas referências dentro do contexto urbano como também segurança emocional.

---

<sup>74</sup> SANTA TEREZA TEM. Disponível em: <<http://www.santaterezatem.com.br/bairro-santa-tereza/>>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo. (LYNCH, 2011)<sup>75</sup>

Levando-se em consideração a complexa dinâmica das cidades e a constante reestruturação do tecido urbano, apesar de paradoxal, a coexistência entre o tecido histórico e novos desenvolvimentos podem ser perfeitamente compatíveis, como aponta Bandarin (2012). Segundo o autor, a política de conservação desses espaços deve ser determinada pela dinâmica da cidade como um todo, garantindo seus aspectos físicos e seus valores. Bandarin acrescenta que as políticas definidas devem proteger a integridade do tecido urbano assim como da paisagem urbana, e definidas pelas partes interessadas, de maneira sustentável.

Por outro lado, a pressão do mercado imobiliário provoca a alteração das dinâmicas da composição do local consequentemente promovendo a gentrificação<sup>76</sup> e extinção de práticas sociais locais. As mudanças no padrão de ocupação de Santa Tereza, em meados da década de 1980, ocorreram com a construção de pequenos edifícios residenciais. Além disso, “[...] a construção, em 1992, do viaduto que passa sobre a Avenida dos Andradas, ligando Santa Tereza a Santa Efigênia e a construção da estação de metrô, inaugurada no ano seguinte” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)<sup>77</sup>, o bairro tornou-se altamente atrativo ao mercado imobiliário.

Assim, sob a ameaça de tornar-se uma zona de adensamento preferencial (ZAP) pelo novo plano diretor de Belo Horizonte em 1995, os moradores do bairro se mobilizaram em defesa “de sua ambiência peculiar.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012)<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.4.

<sup>76</sup> Segundo Limeira e Monteiro (2012) o termo *gentrificação* foi pioneiramente definido pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964, que, ao observar as transformações urbanas ocorridas em Londres na década de 1960, o processo de reabilitação de áreas degradadas para a valorização de imóveis e a consequente substituição das classes sociais. (LIMEIRA; MONTEIRO, 2012, p. 264)

<sup>77</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 6.

<sup>78</sup> CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu.

Em 1996, Santa Tereza se configura como *ADE* – Área de Diretriz Especial – definida pela Lei 7166/96, que restringe coeficientes de aproveitamento do solo, altura de edificações, taxas de permeabilidade, entre outras limitações. A *ADE* foi criada como contraposta ao pedido feito pelo Movimento Salve Santa Tereza<sup>79</sup>, que se mobilizou contra o adensamento que se instalava no bairro nos meados da década de 1980.

Vimos reivindicar instrumentos legais que possam garantir, de imediato, a preservação das características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza. Acreditamos que a transformação do bairro em *ADE* seja o melhor caminho para garantir o assentamento do uso atual. Uma *ADE* com políticas específicas visando a preservação paisagística, cultural e histórica, respeitando a vocação local, as limitações do sistema viário e a infra-estrutura de serviços. (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 1996a *apud* CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012)<sup>80</sup>

Contudo, a regulamentação da *ADE* não atendeu todas as demandas reivindicadas pelo movimento Salve Santa Tereza. Neste sentido, a solicitação de proteção do Conjunto Urbano respalda-se na ratificação de que a *ADE* não inibe o processo de verticalização e o adensamento populacional da área, conseqüentemente não protegendo a ambiência e os bens culturais do bairro.

Assim, a Diretoria de Patrimônio Cultural elaborou um estudo “com o intuito de fornecer subsídios para que o *CDPC*<sup>81</sup> sobre a proteção do Conjunto Urbano Bairro de Santa Tereza e dos bens culturais identificados no seu perímetro.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)<sup>82</sup>

Contrariamente à pressão mercadológica vigente, é “possível à permanência de modelos alternativos ao da cidade que cresce segundo a lógica da destruição de tecidos urbanos antigos, estruturados e vivos.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2011). Dessa forma a proteção do conjunto urbano de Santa Tereza se firma como instrumento complementar à *ADE*,

---

(Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 109.

<sup>79</sup> Movimento criado em 1996 em defesa da *ADE* de Santa Tereza.

<sup>80</sup> CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean; SOARES, Caroline Pereira. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 297.

<sup>81</sup> CDPC – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

<sup>82</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

impedindo o “processo de verticalização e adensamento populacional da área” (MOVIMENTO SALVE TEREZA, 2013 *apud* FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)<sup>83</sup>

A solicitação de proteção do Conjunto Urbano originou-se, desde a década de 1990, como uma demanda da sociedade com o intuito de consolidar o bairro como “área de patrimônio cultural da cidade.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)<sup>84</sup>. Dessa forma, mais do que o reconhecimento do valor histórico, cultural e urbanístico do bairro, seus aspectos simbólicos foram adotados como referenciais para a aprovação de proteção do conjunto urbano de Santa Tereza.

Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santo Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos. Nesse sentido, considerando como pressuposto a singularidade de uma arquitetura que se constitui pela reinterpretação simplificada dos estilos, o primeiro critério adotado para a proposição dos tombamentos foi a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza, marcado pelo caráter residencial unifamiliar e por relações de proximidade e vizinhança. A ambiência residencial é elemento participante desse modo de vida na medida em que seu componente físico – o quadro construído - constitui o lugar onde se efetivam os laços de sociabilidade que dão identidade àquele território. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015)<sup>85</sup>

A participação dos moradores assim como intenção de proteção dos bens edificados como modo se conservar a ambiência do bairro, diferencia os aspectos qualitativos do instrumento. Em contraposição às práticas usuais de tomar para preservar a materialidade, entende-se que a dimensão física neste caso é inseparável das práticas sociais, ou seja, o tangível e intangível são correlatos. Em 1986, Carlos Nelson F. dos Santos em seu artigo “Preservar não é tomar; renovar não é pôr tudo abaixo” já indicava

---

<sup>83</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

<sup>84</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 10.

<sup>85</sup> FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. *Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza*. Belo Horizonte: 2015, p. 90.

que a criação instrumentos como a preservação ambiental que considera a interação entre os espaços e as atividades econômicas e sociais locais.

Um bom caminho seria o uso do estatuto da *preservação ambiental*. [...] Usando a preservação ambiental, teriam de levar em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de pensar no que se deseja para o futuro. Teriam, portanto, de observar com cuidado como é a vida onde querem intervir e entrar no seu fluxo. Isto significa enorme contato com moradores e usuários, esclarecendo-os, levando-os a descobrir e cultivar os valores do lugar, permitindo que participem das decisões. (SANTOS, 1984, p.63)<sup>86</sup>

É relevante mencionar a criação, em 2013 no Rio de Janeiro, do Sítio Cultural da Rua da Carioca, que protegeu estabelecimentos comerciais centenários ameaçadas de despejo sob a categoria de atividades econômicas notáveis. Através desse instrumento, os imóveis em que bares e lojas funcionam foram desapropriados e tombados pela prefeitura do Rio de Janeiro garantindo sua permanência pela preservação de referências culturais e valorização dos modos de viver tradicionais. Em janeiro de 2015 a *Prefeitura do Rio*, por meio do *Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)*, relacionou mais treze estabelecimentos comerciais para compor a categoria de atividade econômica tradicional e notável, de bens imateriais da cidade, incluindo o comércio tradicional da região Central e de Copacabana.

Dessa maneira, alia-se a proteção da dimensão física pelo tombamento de edificações à políticas de patrimônio que incentivem o desenvolvimento econômico e social. Pontual (2012), aponta a conservação integrada como modelo que relaciona “os fundamentos do planejamento estratégico<sup>87</sup> à teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio [...]” (PONTUAL, 2012)<sup>88</sup>. Segundo a autora, a conservação integrada tem o objetivo de preservar as características originais do patrimônio, levando-se em conta suas questões econômicas e sociais. Castriota (2010) também indica a

---

<sup>86</sup> SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Preservar não é tomar; renovar não é pôr tudo abaixo*. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BwTS4THx9n2hQmpabF9EbTdWT0U/edit?pli=1>>. Acesso em: 18 de abril de 2015.

<sup>87</sup> Segundo Pontual (2012) o planejamento estratégico aplicado à dimensão urbana permite ações conjuntas do poder público, do setor privado e da sociedade em prol das potencialidades das cidades.

<sup>88</sup> PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia Mendes. (Orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012, p. 94.

conservação integrada como “a integração entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano” (CASTRIOTA, 2010)<sup>89</sup>

É interessante ilustrar o tombamento em 1996 dos bairros dos Jardins, em São Paulo. Como corolário “de um movimento social iniciado a partir de alteração de zoneamento, que criara corredores de serviços, e do risco da construção de um shopping center” (PRATA, 2010)<sup>90</sup>, o bairro foi o primeiro a ser tombado. Juliana Mendes Prata (2010) entende que, apesar das limitações do instrumento, o tombamento foi uma medida indispensável para assegurar as peculiaridades dos Jardins.

Prata (2010) indica que houve evolução com relação aos instrumentos de gestão urbana, contudo os instrumentos de proteção e preservação ainda se apoiam, basicamente, no tombamento. Conforme a autora, “é urgente promover a ampliação das formas de acautelamento. A discussão patrimonial hoje ainda é muito marcada pelo tombamento, como se preservação e tombamento sinônimos fossem.” (PRATA, 2010)<sup>91</sup>

Em Santa Tereza, as limitações impostas pela lei (*ADE*) foram consolidadas pela proteção do conjunto urbano constituindo maneira de garantir a permanência das práticas sociais e econômicas tradicionais do bairro. De qualquer maneira, é necessário levar-se em conta que o ambiente urbano é extremamente dinâmico – mesmo em Santa Tereza – sendo necessário, portanto, a implantação de planejamento e gestão urbana pautados no desenvolvimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bosi (1994)<sup>92</sup>, a morfologia da cidade está conectada à vida da comunidade e à *praxis* coletiva; práticas sociais, culturais e econômicas singulares estão intrinsecamente

---

<sup>89</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 58.

<sup>90</sup> PRATA, Juliana Mendes. Práticas de preservação na cidade de São Paulo: estudos de tombamentos de bairros. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 301.

<sup>91</sup> PRATA, Juliana Mendes. Práticas de preservação na cidade de São Paulo: estudos de tombamentos de bairros. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 308.

<sup>92</sup> BOSI, Ecléa. *Sociedade e memória: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



conectadas a certos espaços. Da mesma forma, Brandão (2012) argumenta sobre a criação de identidade gerada pela relação entre uma sociedade em determinado território; “o que, a princípio, era simples expressão geográfica se converte em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimento, tradições e uma história sua.” (BRANDÃO, 2012)<sup>93</sup>

A proteção do conjunto urbano de Santa Tereza, tem como objetivo salvaguardar seus elementos tangíveis e intangíveis que imprimem singularidade ao local de práticas e processos de intercâmbio sócio-cultural. Os instrumentos utilizados – a Lei 7166/96, que regulamenta a ADE e a proteção do conjunto urbano – garantem, pelo menos a princípio, a salvaguarda da ambiência frente às especificidades históricas, sociais, culturais e simbólicas do bairro.

Analisando-se o dossiê de proteção do conjunto urbano do bairro, percebem-se avanços, no que concerne a preservação da dimensão material em função das práticas sociais e a inclusão da comunidade como agente colaborador no processo de construção do documento. Contudo, os instrumentos devem ser aliados ao planejamento e planos de gestão urbanos que valorizem e promovam o patrimônio em todas as suas dimensões.

---

<sup>93</sup> BRANDÃO, Pedro Ivo Martins. Territorialidade e sociabilidade no espaço urbano. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012, p. 89.

# **Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar**

**Izadora Pereira Acypreste**

Mestranda em Antropologia Social

Universidade Federal de Goiás - UFG

iza\_acypreste@hotmail.com

## **Resumo:**

Este trabalho pretende discutir a relação entre patrimônio/tradição alimentar. Pretendemos discutir, a partir de algumas experiências de caso, de que forma o processo de patrimonialização de alimentos e saberes relacionados a alimentação podem estar ligadas a fenômenos mais complexos, como a preservação da sociobiodiversidade e/ou um possível solução para os problemas ecológicos e garantia da segurança alimentar.

**Palavras-Chave:** Patrimônio; alimentação; Sociobiodiversidade; Segurança Alimentar

## **Introdução**

Este trabalho, de caráter ensaístico, é fruto das discussões e leituras feitas ao longo da disciplina Antropologia da Alimentação e Patrimônio, oferecida no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. As discussões em sala de aula me levaram a refletir sobre os processos de patrimonialização dos alimentos "tradicionais" e das práticas alimentares e sua possível contribuição para a preservação da sociobiodiversidade, a solução para alguns problemas ecológicos, e também, a garantia da segurança alimentar. Para chegar ao ponto que nos interessa passaremos antes por algumas discussões que atravessam o debate. Estas são: o debate sobre a alimentação na antropologia, a patrimonialização dos alimentos e das práticas alimentares, a biodiversidade e segurança alimentar, para, enfim, explicar como esses temas convergem nesse trabalho.

## **Antropologia, Alimentação e Patrimônio**

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Por sua importância fundamental na reprodução biológica e, mais do que isso, por sua importância para a reprodução social, a alimentação tem interessado a diferentes ciências. Cada uma delas vai estudar o que considera importante segundo os seus interesses. A antropologia tem estudado a cultura alimentar, entendendo esta como um conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas que são herdadas e estão associadas a alimentação, e que também são compartilhadas pelos indivíduos de uma dada cultura ou grupo social<sup>94</sup>. Para Mintz<sup>95</sup>, alimentação também está relacionada a identidade. Isso explica o interesse dos antropólogos pelos diferentes tipos de comportamentos em relação a comida. Segundo Contreras & Gracia-Arnaíz<sup>96</sup> o campo de estudos da antropologia da alimentação é muito amplo e diversificado, e através desses estudos é possível, inclusive, estabelecer uma rota teórica, desde os estudos evolucionistas até os recentes enfoques pós-estruturalistas.

Não apresentaremos como todas os enfoques teóricos na antropologia tem pensado a alimentação, o que nos interessa saber é que todas elas, de uma forma ou de outra, contribuíram ou continuam contribuindo, para se ter uma visão mais ampla acerca da alimentação. Essa visão é extremamente útil no debate sobre a patrimonialização, seus avanços e impasses.

Grande parte dos estudos antropológicos sobre cozinha e alimentação estão relacionados a construção das identidades, sejam elas locais ou nacionais. Na perspectiva do debate sobre a alimentação a construção da “identidade” tem sido vista como complexa. Isso porque os pesquisadores têm trabalhado a questão das interferências que as cozinhas sofreram, sofrem ou sofrerão ao longo de sua existência, e que para pensar a autenticidade de uma cozinha é preciso levar isso em consideração. Assim, como a práticas alimentares estão em constante transformação, a “identidade” também se transforma.

Montanari<sup>97</sup> tem retratado que o sistema alimentar tanto contém como transporta a cultura de quem a pratica. Além disso, o sistema alimentar também é depositário das “tradições” e “identidade” de um grupo, tornando-se assim um extraordinário veículo de auto-representação e de troca cultural. O autor também percebe que “toda cultura, toda

---

<sup>94</sup> CONTRERAS, Jesus & GRACIA-ARNÁIZ, Mabel. Alimentación y Cultura: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005.

<sup>95</sup> MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.16, N°47. pp. 31-41, Outubro. 2001.

<sup>96</sup> CONTRERAS e GRACIA-ARNÁIZ. Alimentación y Cultura.

<sup>97</sup> MONTANARI, Massimo. Comida Como Cultura. São Pulo: Editora Senac, 2008.

tradição e toda identidade é produto da história, dinâmico e instável, gerado por complexos fenômenos de troca, de cruzamento, de contaminação”.<sup>98</sup>

Quando pensamos cozinha e identidade, questionamos: o que faz uma cozinha estar tão relacionada com o a identidade do grupo que a pratica? Alguns autores também têm problematizado a inclusão de alimentos estrangeiros na dieta de um determinado grupo, o que nos levam a questionar se a inclusão de alimentos estrangeiros na ou dieta de um grupo faz com que essa comida seja menos autêntica. Apresentamos abaixo a complexidade nos processos que envolvem o reconhecimento das cozinhas como patrimônio.

Richard Wilk<sup>99</sup> realizou um estudo sobre o papel das preferências alimentares na história de Belize e como ela está diretamente relacionada com a criação de uma identidade belizense. Quando Belize estava sob controle do governo britânico, havia uma hierarquia muito clara em termos de acesso aos alimentos. Porque eles não podiam pagar as importações caras, a classe mais baixa só teve acesso a comida local, como lagosta e vegetais de raiz. Portanto, a comida local era indesejável para a classe superior, que preferiu importações de outros países para a maior parte de sua dieta. As coisas começaram a mudar quando, depois da independência de Belize, foi servido a Rainha Elizabeth, em visita a sua antiga colônia, o *Rat Real*. O animal que ficou conhecido como *Rat Real* é um mamífero selvagem da floresta tropical do país, um roedor chamado Gibnut ou paca. Este evento marcou o reconhecimento simbólico da independência de Belize, após o evento seguiu-se uma série de políticas para o reconhecimento de uma cozinha nacional.

Em outro trabalho, Charles Lindholm<sup>100</sup> faz um estudo comparativo das cozinhas italiana, indiana, belizense e francesa. Para este autor o desenvolvimento e a valorização da cozinha autêntica está cheia de paradoxos e ambiguidades. Isto porque o surgimento e reconhecimento de uma cozinha nacional pode estar relacionada aos mais variados impulsos, como o de resistência, orgulho, empreendedorismo, poder, dinheiro e imaginação. Entretanto todos esses impulsos estão diretamente relacionados com o sentimento de nacionalismo.

---

<sup>98</sup> \_\_\_\_\_. Comida Como Cultura, p. 189.

<sup>99</sup> WILK, Richard. “Real Belizean Food”: Building Local Identity in the Transnational Caribbean. In: *American Anthropologist*, New Series, vol. 101, número 2, pp. 244-255, jun, 1999.

<sup>100</sup> LINDHOM, Charles. Culture and Authenticity. Oxford: Blackwell, 2008.

A partir desse ponto, já instrumentalizados através das discussões que perpassam a problemática “Cozinha e Identidade”, podemos partir para a discussão que consideramos aqui tão importante quanto as que tem sido feitas sobre o tema da alimentação. O exercício proposto é o de pensar a identidade alimentar com relação a produção dos próprios alimentos. O próprio Lindholm<sup>101</sup>, quando discute autenticidade aborda uma questão muito importante. O autor percebe que o gradual impulso do capitalismo e do trabalho assalariado contribui para a desassociação da identidade com o tipo de ocupação e conhecimento de uma pessoa sobre seu próprio trabalho, pois o modelo de produção industrial não permitia ao indivíduo possuir um conhecimento completo sobre a produção de determinada mercadoria, apenas parte dela. Assim o modelo de produção vigente era constituído por uma massa de trabalhadores que não podiam demonstrar o seu verdadeiro eu.

O que pretendemos chamar a atenção aqui é sobre a existência de grupos que ainda possuem esse corpo de conhecimento sobre todo o processo produtivo de determinado produto, ainda que eles estejam dentro de um sistema em o modo de produção industrial exista e seja predominante. Não estamos falando de uma nação inteira, como fazem os autores discutidos, mas pequenos grupos dispersos pelo território, mas que constituem a nação. Falamos aqui de grupos que chamamos de “tradicionais”, que vivem da captura de animais e frutos, fazendo uso de saberes que são passados através de gerações.

Contreras e Gracia-Arnaíz<sup>102</sup> citando Freeman apresentam as grandes características que dão lugar a existência de uma cozinha. Estas são: uma paisagem determinada, que é a disponibilidade de determinados artigos alimentares que constituem a base da dieta; uma tecnologia usada para produzir e preparar os alimentos, assim como um sistema social e econômico que sustente essa produção e permita a sua continuidade; a ideologia e o conjunto de crenças ligadas a alimentação; e por fim, a adequação e a adaptabilidade para perdurar.

É com base nessa concepção, da existência de uma cozinha “tradicional” ligadas a construção de uma “identidade”, que surgem os debates a respeito das cozinhas, alimentos e praticas alimentares serem reconhecidas como patrimônio. Contreras<sup>103</sup>, por exemplo,

---

<sup>101</sup> \_\_\_\_\_ . Culture and Authenticity.

<sup>102</sup> CONTRERAS e GRACIA-ARNÁIZ. Alimentación y Cultura.

<sup>103</sup> CONTRERAS, Jesus. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

pensa a patrimonialização como um fenômeno que busca a preservação da tradição dentro do contexto da globalização. Segundo este autor, a globalização é um fenômeno novo e são variadas as teorias sobre ela. Mas o autor entende globalização como

(Um amplo processo de transformações sociais, incluindo o crescimento do comércio, dos investimentos, viagens, redes de informática, no qual numerosas forças, entrecruzadas entre si, fazem com que as fronteiras de todo tipo e de todos os níveis sejam mais permanentes.)<sup>104</sup>

Essa facilidade com que todos os tipos de informações chegam de um lugar ao outro resulta em um processo progressivo de homogeneização e perda da diversidade. Dessa forma, se a homogeneização é uma manifestação do presente, as particularidades das culturas ficam no passado tornando-se assim tradição e/ou patrimônio. A partir da reflexão do autor, patrimônio é algo que se quer conservar. Contreras<sup>105</sup> continua sua discussão, dizendo que esse processo de globalização supôs o desaparecimento de muitas manifestações e produções de caráter local. Este é um processo em que, enquanto algumas culturas desaparecem, outras se expandem e se generalizam. A cultura generalizada atualmente é o modo de vida urbano, "que é mais industrial e assalariada do que agrícola e de subsistência, mais laica do que religiosa, concentrada nos núcleos urbanos cada vez maiores",<sup>106</sup> reduzindo assim, as tradições religiosas como as festas de santo e outras manifestações da vida coletiva.

Apesar de utilizarmos a interpretação de Contreras<sup>107</sup>, é importante ressaltar que existem interpretações diferentes que preenchem as lacunas deixadas por ele, principalmente no que se refere a crença em uma suposta homogeneização e "destruição" das culturas e tradições, causadas pela globalização. Autores como Cwierka & Walraven<sup>108</sup> e Nutzenadel & Trentmann<sup>109</sup> apresentam abordagens diferentes da globalização. Estes autores entendem a globalização como um fenômeno antigo e mais complexo do que o

---

Maria e GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

<sup>104</sup> \_\_\_\_\_. Patrimônio e Globalização, p. 129.

<sup>105</sup> \_\_\_\_\_. Patrimônio e Globalização.

<sup>106</sup> \_\_\_\_\_. Patrimônio e Globalização, p. 130.

<sup>107</sup> CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

<sup>108</sup> CWIERTKA, Katarzyna & WALRAVEN, Boudewijn. *Asian Food: The Local and the global*. Honolulu: Editorial Matter, 2001.

<sup>109</sup> NUTZENADEL, Alexander & TRENTMANN, Frank. *Food and Globalization*. Oxford: Berg, 2008.

apresentado por Contreras<sup>110</sup>. A principal diferença entre os conceitos é no que se refere a forma como as informações de uma “cultura global” são inseridas dentro de uma outra “cultura local” e o momento em que esse processo se iniciou. No caso das práticas alimentares que são inseridas em outras culturas, elas não homogeneizam as culturas alimentares, mas sim se adaptam em cada lugar específico, e isso caracteriza, como acredita Cwiertka & Walraven<sup>111</sup>, um processo também de resistência, porque cada cultura filtra as informações que chegam de acordo com seu próprio processo de significação. Quanto às trocas de informações entre lugares, países e continentes, acredita-se que elas são tão antigas quanto a própria humanidade. Assim, o que podemos considerar em comum entre estas interpretações do fenômeno da globalização é que, sem dúvida, hoje, devido a tecnologia avançada, a informações chegam muito mais rápido, assim como a abrangência do público que tem acesso a essas informações.

(In the circumstances of today's trans-national interconnectedness, the local cannot escape the global implications, nor can the global manage without its local articulation. As a result, not only do global brands spread worldwide diminishing the diversity of local cuisines, but also new hybrid cuisines are created and new identities embraced through the acceptance and rejection of new commodities and new forms of consumption.)<sup>112</sup>

Diante de tais discussões sobre globalização e tradição devemos nos deter um momento na reflexão sobre o que exatamente é essa "tradição" que tanto queremos preservar, visto que, desde sempre, e mais forte hoje por causa das novas invenções tecnológicas, é difícil falar de algo totalmente tradicional, pois as informações são constantemente trocadas e todas as culturas são constantemente influenciadas por outras.

Contreras define patrimônio como a

(relação que fornece sentido à vida coletiva, alimentando o sentimento de pertencer a um grupo com identidade própria. Converter o que é próprio em patrimônio significa perpetuar a transmissão de uma particularidade ou de uma especificidade considerada própria e portanto identificada, isto é, permite que um coletivo determinado possa

---

<sup>110</sup> CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

<sup>111</sup> CWIERTKA e WALRAVEN. Asian Food.

<sup>112</sup> \_\_\_\_\_. Asian Food, p. 2.



continuar vivo – de um lado, idêntico a si próprio e, de outro, distinto dos demais.)<sup>113</sup>

Alguns autores, como Espeitx<sup>114</sup>, discutem alimentação e patrimônio observando a relação entre patrimônio e turismo, chamando atenção para ficarmos atentos a forma como o mercado se apropria do “tradicional”. Contreras<sup>115</sup>, inclusive, nos provoca a pensar na forma como o “tradicional” é incorporado e estereotipado pelo mercado e como os consumidores acessam os produtos de uma maneira totalmente descontextualizada. Sendo assim, devemos refletir sobre até que ponto a patrimonialização serve para preservar certos alimentos, saberes e monumentos. E se, de alguma forma, a intenção dos processos de patrimonialização forem apenas documentar esses saberes, alimentos e monumentos, devemos questionar se isso seria o suficiente.

Chegar nesse ponto da reflexão sobre patrimônio instaura uma crise sobre a importância política da patrimonialização dos alimentos, saberes e cozinhas. Reduzir as práticas e conhecimentos, transformados em patrimônios, a meros incentivos ao turismo seria apenas um decalque. Pensar a política na patrimonialização também nos leva a crer que a discussão a respeito das culturas, se o que ocorrem são trocas culturais (e por isso naturais) ou globalização (que destrói as tradições), parece pouco profícuo. A questão que, cremos, deve ser levantada é: de que forma a patrimonialização pode ter um papel político importante? Foi a partir dessa reflexão, partindo de exemplos etnográficos de autores os de Moncusí e Santamarina<sup>116</sup>, Katz<sup>117</sup> e Bitter e Bitar<sup>118</sup>, que passei perceber a contribuição da patrimonialização para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar.

### **“Populações Tradicionais”, Biodiversidade e Segurança Alimentar**

---

<sup>113</sup> CONTRERAS. Patrimônio e Globalização, p. 130.

<sup>114</sup> ESPEITX, Elena. Patrimônio alimentario y turismo: una relación singular. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 2, nº 2, pp. 193-213, 2004.

<sup>115</sup> CONTRERAS. Patrimônio e Globalização

<sup>116</sup> MONCUSÍ, Albert & SANTAMARINA, Beatriz. Bueno para comer, bueno para patrimonializar. La propuesta de la cocina mexicana como patrimonio inmaterial de la humanidad. In: ALVAREZ, Marcelo & MEDINA, Xavier (Eds.) *Indentidades en el Plato. El Patrimonio cultural alimentario entre Europa y America*. Barcelona: Icaria, 2008.

<sup>117</sup> KATZ, Esther. Alimentação indígena na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, volume 3, número 1, pp 25-41, jan/jun, 2009.

<sup>118</sup> BITTER, Daniel & BITTAR, Nina Pinheiro. Comida, trabalho, e patrimônio: notas sobre o ofício das baianas de Acarajé e Tacacazeiras. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 18, número 38, pp 213-236, jul/dez, 2012.

Depois de passarmos pelas teorias e etnografias sobre patrimônio e alimentação, chega a hora de buscar algumas definições, ou indefinições, sobre o que chamamos aqui de “populações tradicionais”. Falar sobre o processo de construção do conceito de “populações tradicionais” pode ser um pouco complicado quando tentamos pensar onde e quando o termo foi criado. Entre a bibliografia disponível é possível encontrar essa definição ligada a processos diversos. Tão impossível quanto falar de toda a bibliografia disponível é falar somente de uma. Sendo assim, foram selecionados alguns autores com base na sua relevância sobre o assunto e a influência que tiveram na minha compreensão sobre o que seriam as chamadas “populações tradicionais”.

É importante explicar que, no contexto em que o conceito de “populações tradicionais” foi pensado, estava em pauta também uma grande discussão em torno das questões ecológicas, de forma que hoje, na antropologia, biodiversidade e “populações tradicionais” estão completamente interligadas. Isto porque, geralmente, a biodiversidade (que significa a variabilidade de organismos vivos) é entendida como produto da própria natureza, sem a intervenção humana, mas na antropologia a biodiversidade é entendida não só como um produto da natureza, mas também como produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das populações rurais que possuem práticas “tradicionais” de manejo dos recursos naturais. Então a biodiversidade também é construída a partir da agência de populações humanas. As espécies vegetais e animais são objeto de conhecimento, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades “tradicionais”.<sup>119</sup>

Existem uma série de definições sobre o conceito de “populações tradicionais”, entretanto não nos dedicaremos a essas definições, pois acreditamos que as características relacionadas a essas populações podem variar em cada caso. O que nos interessa aqui é essa relação entre essas pessoas e a biodiversidade.

Em um estudo realizado com os Kayapó no Estado do Pará, Posey<sup>120</sup> percebe que a intrusão de grandes fazendas, garimpeiros e posseiros no território está levando cultura Kayapó, relacionada ao saberes e experiências ecológicas, ao desaparecimento. Por causa

---

<sup>119</sup> DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

<sup>120</sup> POSEY, Darrel A. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, D. (Ed.), *Suma Etnológica Brasileira*, v. 1 (Etnobiologia), pp. 173-188. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/FINEP, 1986.

dos projetos de desenvolvimento envolvendo altas tecnologias, como as monoculturas com máquinas modernas e utilização de pesticidas e fertilizantes que acabam destruindo as riquezas sociais e biológicas, Posey<sup>121</sup> realiza um estudo sobre o tipo de agricultura realizada pelos Kayapó. Neste estudo, o autor descobre entre os indígenas um tipo de “agricultura nômade” em que, por entre as trilhas em que os indígenas faziam suas expedições existem “zonas de cultivo”. “As margens das trilhas são plantadas com numerosas variedades de inhames, batata-doce, marantáceas, cupá, (*Cissus* sp.) zingiberáceas, aráceas e outras plantas tuberosas não identificadas”<sup>122</sup>.

O exemplo da pesquisa de Posey<sup>123</sup> interessante para explicar dois processos que são: a destruição do ambiente pelos projetos de “desenvolvimento” e, por outro lado, a preservação do ambiente através do tipo de manejo realizado pelas “populações tradicionais”.

Outro debate que tem se intensificado atualmente é sobre as sementes crioulas (ou nativas), e diversas ONGs e instituições como a Embrapa tem investido na criação de bancos de sementes, com o intuito de preservá-las, e também na implementação da agroecologia, que possui esse nome, mas é algo próximo do que Posey<sup>124</sup> descreve como a agricultura Kayapó, no sentido de que é oposta ao modelo de monocultura.

Segundo Trindade<sup>125</sup>

(Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc.)<sup>126</sup>

A autora supracitada também explica que a alta tecnologia permitiu que as sementes pudessem sofrer modificações induzidas em laboratório para que houvesse menos perdas e

---

<sup>121</sup> \_\_\_\_\_. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

<sup>122</sup> POSEY. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó), p. 177.

<sup>123</sup> \_\_\_\_\_. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

<sup>124</sup> \_\_\_\_\_. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).

<sup>125</sup> TRINDADE, Catarina C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: UEA, 2006, p 1-15.

<sup>126</sup> \_\_\_\_\_. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais, p. 4.

contaminações por pragas. Essas sementes são as conhecidas sementes geneticamente modificadas ou, transgênicas. O problema discutido hoje é com relação aos riscos à saúde e a soberania alimentar que essa semente apresenta, não só pela sua modificação, mas também porque, para produzi-la, é necessário o uso de agrotóxicos que são altamente ofensivos a saúde humana. Essa semente, que também é híbrida, por serem criadas em laboratório, estão sendo patenteadas pelas empresas de biotecnologia, apresentando um sério risco à soberania alimentar, pois poucas empresas serão donas dos alimentos. Por causa do seu rendimento, vários pequenos agricultores aderiram as sementes transgênicas, no entanto, hoje se veem em uma situação difícil, pois perderam suas sementes e precisam sempre comprar as sementes híbridas, só que, para comprar as sementes é preciso comprar o pacote inteiro, semente e agrotóxico.

Com essa discussão chegamos a um ponto que também pretendemos enfatizar: a relação entre a “modernização dos alimentos” e segurança/soberania alimentar.

### **Como os temas se convergem**

As questões colocadas até agora nos remete a um ponto interessante no trabalho do Contreras<sup>127</sup>, quando ele aponta que a patrimonialização está dentro de um contexto maior de globalização. Isso porque, essa necessidade de uma cozinha tradicional, um alimento tradicional, pressupõe uma produção mais artesanal, mesmo que seja um produto agrícola, essa produção terá que ser mais artesanal também. Essa necessidade do tradicional se junta a questão ambiental. Isto porque a produção artesanal está ligado a manutenção da sociobiodiversidade. Nas palavras do próprio autor:

(Além disso, as preocupações atuais de conservação da biodiversidade podem encontrar nessas produções vetores de manutenção in situ de organismos vivos ligados a uma forma de originalidade. Assim mesmo, essa produção mantém relações com a gestão do território, com o microdesenvolvimento local das zonas desfavorecidas ou com a gestão da paisagem.)<sup>128</sup>

Algumas pesquisas relacionadas a esse tipo de discussão, de patrimônio, manutenção da biodiversidade e segurança/soberania alimentar, foram muito inspiradores.

---

<sup>127</sup> CONTRERAS. Patrimônio e Globalização.

<sup>128</sup> \_\_\_\_\_. Patrimônio e Globalização, p. 129.

Um exemplo é o estudo de Katz<sup>129</sup>, sobre a comida indígena na América latina. O autor apresenta a experiência dos Mexicanos e dos grupos tradicionais do Rio Negro, em que ambos tentaram patrimonializar sua culinária e tiveram sucesso. Em 2009, ano do artigo de Katz<sup>130</sup>, a culinária mexicana ainda estava em vias de patrimonialização, sendo reconhecida somente em 2010 pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). A campanha, *Salvemos a cozinha Mexicana que é uma das melhores do mundo!*, levou seis anos para ser atendida pela Unesco e foi a primeira do mundo a receber o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade. A cozinha do México é basicamente de produtos derivados do milho, que é um produto original do México, onde existe uma extensa variedade de tipos. E esta variedade já estava quase se perdendo, devido a ameaça dos transgênicos.

Outro exemplo trazido pelo mesmo autor, no Rio Negro, é a patrimonialização, pelo Iphan, do sistema agrícola tradicional ancorado no cultivo da mandioca brava. Lembrando que a mandioca brava é uma espécie nativa que se encaixa na definição de Trindade<sup>131</sup> de semente crioula. Assim, podemos pensar que as sementes crioulas são patrimônio, no sentido em que essas sementes correm o risco de se perderem. O alimento livre de transgênicos deveria estar na agenda política do país como política relacionada a manutenção da biodiversidade, soberania e segurança alimentar.

Vimos que as patrimonializações dos produtos parte do objetivo de preservar aquilo que acreditamos estar se perdendo, diante da rapidez e alcance em que acessamos outras informações, mas que, ao mesmo tempo, esse instrumento vem sendo usado muitas vezes, não para proteger, mas para ser comercializado, com o objetivo de incentivar o turismo. Por isso, optamos por uma abordagem mais política, no sentido de pensar o patrimônio como mecanismo de acesso a direitos. O direito a salvaguarda de conhecimentos, práticas e itens alimentares.

Bitter & Bitar<sup>132</sup>, por exemplo, apresentam como as Baianas do Acarajé e Tacacazeiras começaram a ter mais facilidade em conseguir a licença do ponto de venda

---

<sup>129</sup> KATZ. Alimentação indígena na América Latina.

<sup>130</sup> \_\_\_\_\_. Alimentação indígena na América Latina.

<sup>131</sup> TRINDADE. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais.

<sup>132</sup> BITTER e BITAR. Comida, trabalho, e patrimônio.

junto a prefeitura depois que elas e seus saberes foram reconhecidas como patrimônio cultural.

Assim, entendemos que essa conquista das comunidades do Rio Negro, por exemplo, é muito importante para pensar que o Iphan pode ser um grande parceiro no que se refere a manutenção da biodiversidade e garantia da segurança e soberania alimentar. Acreditamos que instituições como a Unesco (no caso do México), o IPHAN (no caso do Rio Negro) e outras poderiam ser importantes parceiras para garantir a salvaguarda desses bens que são fundamentais para nossa vida, os alimentos, e consequentemente, a preservação das culturas e práticas relacionadas a produção, preparo e consumo desses alimentos.

# Cidade e as memórias: o enquadramento de uma narrativa patrimonial

**Ana Carolina Pereira**

Aluna do Programa de Mestrado  
Universidade Federal de Viçosa - UFV

[ana.pereira2@ufv.br](mailto:ana.pereira2@ufv.br)

**Resumo:** Pretende-se relatar a experiência de uma oficina realizada no município de Urucânia, durante o ano de 2009, intitulada “Cidade e Memória”. Tal atividade teve como objetivo atender ao critério exigido pela Deliberação Normativa do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) no tocante à Educação Patrimonial. Como o envolvimento e o interesse dos participantes em investigar, como também em debater as memórias acerca da cidade, foi intenso o trabalho não ficou circunscrito ao cumprimento das exigências da instituição mineira de proteção dos bens culturais. Tal ação teve como desdobramento a produção de um vídeo no qual os inscitos mostraram a trajetória dos processos patrimoniais em Urucânia. O presente relato tenta, assim, perceber de que maneira a partir dessa oficina, como também do produto dela resultante, houve a aproximação entre as narrativas, a visão dos participantes e as memórias instituídas acerca da cidade e de seus patrimônios.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Cidade; Memória.

“[...] Uma cidade pode ser o nome dum país, dum cais, um porto, um barco de andorinhas e gaivotas ancoradas na areia. E pode ser um arco-íris à janela, um manjerico de sol, um beijo de magnólias ao crepúsculo, um balão aceso numa noite de junho. Uma cidade pode ser um coração, um punho.”

(Albano Martins. Uma cidade. In: Castália e Outros Poemas)

Uma cidade não é apenas composta de um espaço socialmente construído, é o resultado de componentes materiais, de manifestações culturais e de sociabilidade estabelecidos no passado, como também daqueles que são formados no presente, pois ela é constantemente transformada com intuito de responder às necessidades e aos desejos hodiernos e futuros de seus moradores. Ela possui o significado que seus habitantes lhe

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)



atribui ao longo do tempo, a partir das interpretações dos elementos que a constitui, ou seja, como ressaltou Albano de Martins, no poema “Uma cidade”, ela pode ser entendida com valor político-econômico, afetivo e geográfico ampliado sendo percebida como país ou como um lugar no qual se estabelece vivências transitórias, passageiras, como aquelas encetadas em um cais.

Os elementos que compõem uma cidade e as relações que as pessoas estabelecem com ela permitem compreender sua trajetória, as mudanças ocorridas, os porquês dessas alterações e como as pessoas e os grupos sociais se organizavam, logo os componentes que formam o espaço urbano também informam qual era a concepção de futuro que as gerações passadas possuíam. Assim, cada item constitutivo de uma cidade pode fornecer informações referentes a sua dinâmica, porém é necessário saber como explorá-los. Por meio de ações educacionais voltadas para o patrimônio<sup>133</sup> é possível trabalhar as transformações, as memórias, os bens culturais, a sociabilidade, os valores, os afetos ou os embates citadinos, pois como o poeta Albano Martins escreveu “uma cidade pode ser um coração, um punho”.

A cidade é “[...] um livro de pedra, uma espécie de biblioteca que se abre à leitura e interpretação”<sup>134</sup>, mas ela permite que se faça novas inscrições e novos registros de expressões culturais em sua paisagem<sup>135</sup>, pois as pessoas os recriam a todo momento. Por ser um “acervo” das produções humanas ao longo do tempo, a *urbe* se configura em um objeto de ações educacionais, o que a torna capaz de ser estudada a partir da “leitura” e da “escrita” de símbolos, signos culturais. A cidade, portanto, é uma construção e uma idealização humana que permite possíveis interpretações, pois nela se percebe a polissemia de memórias e imaginários atuais, como também do passado:

---

<sup>133</sup> Patrimônio ou Patrimônio Cultural é entendido neste trabalho como “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [como também de qualquer outro agrupamento social]”. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Belo Horizonte: Líder, 2008. Art. 216. p.125.

<sup>134</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Literatura e Cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n° 34 / 2012. p. 406.

<sup>135</sup> Para este artigo a paisagem é resultado da interação dialética natureza com o homem, relação esta que gera a uma dimensão cultural, pois modifica diversas esferas da sociedade, como a visão de mundo, os valores simbólicos, etc. Assim, toda paisagem é cultural, segundo a Carta de Bagé (2007) ela “[...] é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.” IPHAN. *Carta de Bagé: Carta da Paisagem Cultural*. Captado em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=895> Acesso em: 20 de abril de 2015.

[...] o espaço urbano se torna um lugar de inteligibilidade, de construção de narrativas que cumprem funções de situar os indivíduos no tempo e no espaço e de dar sentido às suas vidas. Dos traços que marcam a cidade, a multiplicidade se revela, abrigando diversas cidades, como um caleidoscópio ou palimpsesto: a cidade que foi um dia, por meio de ruínas, monumentos, bens patrimoniais, narrativas; a cidade que será um dia, feita de projetos e ficções científicas, a cidade do presente, em *décalage* entre a cidade real e a cidade representada.<sup>136</sup>

O trabalho pedagógico com os elementos que compõem a cidade auxilia na decodificação, no entendimento da maneira pela qual os processos socioculturais são formados em sua paisagem cultural, como também ajudam na compreensão os usos que indivíduos fazem dos espaços citadinos. Engendrando, por consequência, o (re)conhecimento da importância dos bens culturais na formação dos laços com o local onde eles estabelecem relações sociais. As narrativas estabelecidas para perpetuar a visão acerca da cidade às gerações subsequentes criam o sentimento de pertencimento, de reconhecimento, de ambiência<sup>137</sup> com os bens culturais citadinos, ou seja, geram a identidade com o lugar.

A identidade vem sofrendo transformações e se fragmentando devido às mudanças estruturais da sociedade, assim ela deixou de ser una e nacional para se tornar múltipla ou local.<sup>138</sup> Neste cenário, de pulverização dos vínculos que se referem à nação, o patrimônio tem sido utilizado como forma de reforçar a necessidade de pertencer a um agrupamento social e reestabelecer o sentimento de unidade cultural de um conjunto de pessoas e de memória comum, coletiva. Esta, para Halbwachs, gera e estimula a pertença, como também permite perceber as singularidades de um grupo frente a outros.<sup>139</sup>

A memória coletiva se incorpora à narrativa que versa a respeito de identidade por ser um elemento que além de fazer parte da constituição identitária também a sistematiza, pois “memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas”.<sup>140</sup> O

---

<sup>136</sup> \_\_\_\_\_. *História, Literatura e Cidades*. p. 397.

<sup>137</sup> Ambiência é um conceito empregado para se referir ao reconhecimento das relações entre os indivíduos e os diferentes componentes de um dado local, de uma paisagem cultural.

<sup>138</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 12.

<sup>139</sup> Para Halbwachs a memória coletiva seria produzida de maneira espontânea, ou seja, automaticamente pela sociedade, e não de forma intencional. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 2003. p. 25-52.

<sup>140</sup> CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 10.

estabelecimento de uma memória, e conseqüentemente de uma identidade, é realizado por meio de negociações, pois se forma a partir das disputas travadas para se fixar um quadro e os pontos de referências para manter a unidade interna dos grupos e/ou da nação. O trabalho de manter a coesão por meio da escolha de uma memória é denominado por Pollak de “enquadramento”<sup>141</sup>, este processo é intencional, uniformizador e opressor, necessitando, por isso, ser justificado, uma vez que caso a violência usada no ato de enquadrar seja percebida a credibilidade social e a coerência discursiva podem ser contestadas.

Durante o processo de justificativa e de legitimação da versão oficial (que para Pollak é a memória nacional) busca-se “a referência ao passado [que] serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”.<sup>142</sup> Estas são geradas a partir das reinterpretações dos elementos que atestavam as memórias anteriores, ou seja, dos componentes produzidos no passado tentando, assim controlar os discursos futuros porque não se “pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, uma vez que o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”.<sup>143</sup> Engendrar narrativas que tentam autenticar uma memória, portanto, requer:

[...] uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> A expressão “memória enquadrada” foi utilizada por Pollak a partir da concepção formulada por Henri Rosso, que a utilizou para se referir à memória coletiva de forma mais específica. Para Pollak o trabalho de enquadramento também é realizado por meio da captação das emoções, assim a televisão e os documentários são mecanismos que enquadram explorando tal sentimento. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 03.

<sup>142</sup> \_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 07.

<sup>143</sup> POLLAK. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 08.

<sup>144</sup> \_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. p. 08-09.

Alargando a concepção de Pollak acerca do patrimônio este é produzido, fruído e recriado por personagens comuns, em momentos cotidianos, ele é percebido não somente “nas pedras”, mas nos elementos imateriais como os saberes, os modos de fazer e as celebrações. E o patrimônio cultural de uma cidade ou de um Estado é formado por meio das interações que se processam entre seus habitantes e destes com o espaço onde possuem relações de sociabilidade, ele, desse modo, é historicamente constituído como a identidade e a memória.

Assim, ao abordar a cidade para perceber as memórias, as identidades e os patrimônios nela contidos - de forma visível ou não - é imprescindível, que se enfoque os embates, as negociações, as escolhas e os contextos que esses três processos sofreram para que as pessoas não os tomem como elementos naturais, ou seja, para evitar que sejam interpretados a partir de valores que se julga emanar deles mesmos. Tendo como base tal perspectiva a oficina “Cidade e Memória” foi elaborada para promover o aprendizado a partir do patrimônio, construindo, portanto, junto com jovens e com adultos do município de Uruçânia o entendimento acerca da formação dos processos socioculturais dessa cidade.

No ano de 2009 devido à necessidade da referida localidade em realizar uma atividade de Educação Patrimonial - para captar recursos provenientes do repasse realizado pelo governo de Minas Gerais a partir da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para preservação e salvaguarda patrimonial - a Administração Pública local contratou uma consultoria. Esta iria executar todo o trabalho do “ICMS – Critério Patrimônio Cultural”<sup>145</sup>, por causa do volume documental que teria que redigir a contratada delegou a atividade educacional a dois profissionais da área da cultura, que trabalhavam de forma autônoma, para elaborar uma oficina e desenvolver as ações formuladas. Estas foram estabelecidas para jovens que faziam parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), conforme informado pela prefeitura de Uruçânia. Pensou-se em uma atividade para cada dia de oficina:

---

<sup>145</sup> Por força de lei os estados devem repassar parte do que arrecadam como o ICMS aos municípios, Minas Gerais por meio da Lei 12.040 de 1995, substituída pela Lei 18030 de 2009, definiu os critérios gerais que os municípios devem cumprir para pleitear o recebimento de recursos provenientes desse imposto. Desde então a Lei mineira permite ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) elaborar parâmetros específicos por meio das Deliberações Normativas, portanto estas norteiam o trabalho dos municípios que possuem a pretensão de pleitear recursos originários do recolhimento pelo estado do ICMS – Critério Patrimônio Cultural. O IEPHA-MG a partir da Deliberação Normativa 01/2005 solicitou aos municípios a realização de projeto de Educação Patrimonial e o desenvolvimento das atividades nele previstas.

- Discutir Patrimônio Cultural, Memória e História;
- Reflexão acerca dos patrimônios da Cidade;
- Discussão a partir da ideia de que cada indivíduo contribui para engendrar bens culturais locais.

Ao chegar à localidade percebeu-se que o público era muito diversificado, pois havia pessoas entre quinze e quarenta e oito anos que, por conseguinte, possuíam variados graus de escolaridade. Foi, desta maneira, necessário adequar rapidamente as estratégias traçadas para utilização dos materiais elaborados, como havia três professoras inscritas propomos a elas que ao invés de atuarem como participantes da oficina se tornassem mediadoras no processo de aprendizagem. Elas aceitaram prontamente e sugeriram que se dividisse os alunos em grupos, recomendação que facilitou a realização das discussões e a elaboração do produto ao término das atividades.

Após apresentar os propósitos da oficina e a razão pela qual ela estava acontecendo, fez-se a seguinte pergunta à turma: “como se poderia averiguar o que é importante para uma pessoa?”. A partir das respostas construídas pelos grupos debatemos se os mesmos critérios poderiam ser aplicados para investigar o que é importante em uma cidade. A princípio houve opiniões divergentes, mas todos se esforçaram para justificar os posicionamentos escolhidos e convencer os demais participantes que suas opiniões eram as mais adequadas. Quando se pediu para exemplificar o que julgavam importante em Urucânia a maioria dos inscritos concluíram que os valores históricos, artísticos, afetivos e sociais são elementos que permitem classificar um artefato ou uma manifestação cultural como importantes para uma cidade, portanto, os fundamentos são semelhantes, mas não os mesmos utilizados para se estabelecer o que é valoroso para um indivíduo. A partir das repostas elaboradas pelos inscritos percebeu-se que boa parte deles possuía noções (mesmo que intuitivamente) acerca do que era patrimônio.

No segundo dia foi discutido como as “pistas” e os “vestígios” gravados na cidade ajudam a conhecer as narrativas construídas ao longo do tempo acerca do espaço urbano. Foi ressaltado que os vestígios influenciam na produção da memória individual e da coletiva, exemplificou-se ao demonstrar que fatos ocorridos coletivamente foram registrados (intencionalmente ou não) em documentos pessoais, como fotografias de família e diários. E que vivências pessoais deixam pistas em diversas produções voltadas

para o coletivo, como construções arquitetônicas, livros, objetos, jornais, revistas, entre outros.

A partir da noção de produção documental trabalhou-se as maneiras como a memória do Padre Antônio Ribeiro foi construída, década após década, com a intenção de ressaltar sua atuação como pároco da cidade e seu caráter de santidade. Nessa atividade foi possível perceber que vários aspectos da identidade das pessoas residentes em Urucânia foram engendrados tendo como base a memória acerca da crença dos milagres realizados pelo citado sacerdote na localidade e na região da Zona da Mata mineira. E que esmo aqueles que negam tal possibilidade, de alguma forma, possuem contato com as reminiscências que dizem respeito ao vigário, pois elas se mostram presentes não só na cultura da cidade, mas também no âmbito econômico devido às romarias e ao comércio religioso ligado às peregrinações.

A partir do exemplo do padre os participantes concluíram que a história é feita principalmente por pessoas comuns e que ela não explica tudo que aconteceu no passado, mas tenta analisar e esclarecer “os mecanismos que impulsionam o desenvolvimento dos povos e informa sobre as ideias que tais povos têm sobre seu desenvolvimento histórico. Permite, portanto, registrar a variedade de artefatos que imaginaram para armazenar reter e difundir a memória do passado”.<sup>146</sup> Como forma de apreenderem a ideia de que para se construir uma narrativa histórica é preciso pesquisar os fatos por meio das pistas que chegaram até a atualidade, uma atividade lúdica, semelhante a uma investigação policial, foi lhes apresentada. Durante esta ação discutiu-se importância de se conhecer as manipulações (conscientes ou não) que as fontes documentais podem sofrer, entre elas a fotografia, os documentos escritos e a memória. Como esta é uma construção que as pessoas realizam no presente a partir dos vestígios do passado pode ser falseada por causa do esquecimento, das reinterpretações devido às vivências, de traumas e/ou do trabalho de enquadramento.

Acreditando-se que seria no último dia decidiu-se reforçar a importância da investigação dos elementos não escritos para se conhecer algo do passado. Trabalhou-se com manifestações culturais e elementos arquitetônicos da cidade e a partir deles os participantes discutiram acerca da importância das festas religiosas para o município, como

---

<sup>146</sup> MAYET, Enrique Florescano. *Função social da História*. Captado em: <http://cpdoc.fgv.br/noticias/eventos/09112011> Acesso em: 25 de junho de 2015.

também a relevância do Museu do Padre Antônio como equipamento de preservação da memória história local. Assim, uma pequena atividade de pesquisa foi realizada e os alunos levantaram dados interessantes, como o envolvimento da população na constituição do acervo do museu. Segundo as informações recolhidas pelos alunos, no ano de 2002 algumas peças foram incorporadas a reserva técnica da instituição devido à iniciativa dos moradores que organizaram uma gincana cujo objetivo era arrecadar objetos pertencentes ao Padre Antônio e que estavam sob a guarda das famílias de Urucânia. Tal ação permitiu finalizar as discussões da primeira parte da oficina “Cidade e Memória”, pois a partir dela ressaltou-se a importância da participação da comunidade na conservação, na preservação e na salvaguarda dos bens patrimoniais.

Como forma de melhor conhecer o aprendizado que os participantes haviam adquirido por meio da oficina pediu-se para cada grupo redigir uma frase que sintetizasse o que tinham aprendido durante as discussões e as atividades realizadas. E as proposições apresentadas foram:

- Patrimônio é tudo aquilo que consideramos importante para compreender e construir a história do passado, do presente e a que se fará no futuro;
- A história e as cidades são feitas principalmente por pessoas comuns;
- Por meio dos vestígios que as “pessoas do passado” deixaram pode-se conhecer o que ocorreu em outras épocas e essas “pistas” são também consideradas patrimônio;
- A memória é um mecanismo que o cérebro utiliza para recordar algo do passado.

As conclusões que os grupos elaboraram demonstram que a apreensão acerca dos temas cidade, memória e patrimônio foi satisfatória e que houve um bom envolvimento durante a oficina, tanto que escolheram outro módulo para ser desenvolvido pelo PETI<sup>147</sup>. Para esta etapa foram pensadas atividades mais práticas e que explorassem a visão que os municípios possuíam de Urucânia. Formulou-se algumas ações que pudessem retratar o

---

<sup>147</sup> Os participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) podiam escolher quais atividades queriam cursar dentre algumas opções a eles apresentadas, como na ficha de avaliação vários alunos pediram a continuação um novo módulo foi contratado.



patrimônio local utilizando as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC's), por meio de eleição a maioria decidiu produzir um vídeo.

Foram quatro dias de oficinas, em dois realizou-se a capacitação para que os inscritos aprendessem a manusear câmeras digitais, formulassem roteiros de entrevistas, conhecessem como se faz edição de vídeos usando um computador doméstico e estudassem qual a melhor opção que tinham, na época, para divulgar o material que produziriam. Nos demais dias entrevistou-se moradores, registrou-se por meio de fotografias os bens culturais locais, montou-se uma sessão de exibição do vídeo e os inscritos prepararam um perfil em uma rede social, hoje extinta, para postarem o trabalho após o lançamento oficial.

O ponto central do vídeo foi demonstrar que os valores culturais de uma localidade são produzidos por seus habitantes, portanto ao reconhecer o “valor” do patrimônio admite-se a importância de cada morador. Os integrantes da oficina por meio de filmadoras e câmeras digitais “enquadraram” os bens culturais locais construindo, portanto, uma narrativa própria acerca da identidade, da memória e do patrimônio local. Narrativa esta que possibilitou constatar que houve a internalização dos aprendizados, pois “internalizar”<sup>148</sup> é um processo cognitivo que implica reter um conhecimento, relacionando-o com outros ou com os anteriormente construídos apropriando-se, portanto, de todos eles para mediar as relações com o mundo que cercam os alunos, ampliando, assim, a aquisição de signos culturais, instigando-os a ressaltá-los.

Conhecer os processos de formação da herança cultural de maneira ativa permite, portanto, que os indivíduos tenham a percepção de que eles são agentes históricos capazes de criar, modificar, preservar elementos culturais citadinos, pois são construtores, coautores, fruidores e gestores do patrimônio contido no seu meio social. Por esta razão as iniciativas de voltadas para o patrimônio deveriam ser processos educativos dinâmicos, interativos, que buscam a “[...] construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais [...]”.<sup>149</sup> A oficina

---

<sup>148</sup> VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Visor Distribuciones: Madrid, 1995.

<sup>149</sup> FLORÊNCIO, Sônia Rabim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos*. Brasília, DF: IPHAN, 2014. p. 19.

“Cidade e Memória” foi estruturada dentro dessa perspectiva, pois a intenção foi que os indivíduos de forma colaborativa entendessem o processo de formação das narrativas acerca da memória, da identidade e do patrimônio cidadão e delas se apropriassem para elaborar uma visão crítica e própria.

# Novos desafios: patrimônio imaterial, cidadania e o papel do historiador.

**Juliane Tardeli**

Mestre em História Social  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

juliane.tardeli@gmail.com

**Resumo:** A partir da década de 1980 novos conceitos emergiram no campo do patrimônio. No Brasil, este processo foi marcado pelo período de redemocratização, tendo como destaque a elaboração da constituição de 1988. A constituição representou grande avanço na área de proteção ao patrimônio, visto que os artigos 215 e 216 distendiam a noção de patrimônio. Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela abertura política e pelo surgimento de novos desafios. A partir deste momento a questão central não era mais a relação entre cultura e desenvolvimento, ou coesão nacional e sim como a cultura poderia garantir a cidadania. O presente artigo visa refletir sobre como as ações de patrimonialização vem se configurar como uma garantia de direitos culturais e humanos em geral. Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam à coesão nacional através da formação de uma identidade comum. Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando desde o decreto 3.551 de 2000. Neste sentido, este trabalho aborda a temática da

atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio como maneira de revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostra assim, quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Dado isto, o presente se põe como esforço de problematização das novas perspectivas sobre a proteção de patrimônio no Brasil, sua relação com a cidadania e o papel crítico em que os historiadores devem desempenhar.

**Palavras-Chave:** Patrimônio imaterial; cidadania; historiador.

## Introdução

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Após a Segunda Guerra Mundial, passou-se a existir um processo de alargamento da noção de patrimônio. A partir deste fenômeno, os bens patrimoniais passaram a serem visualizados também nas práticas culturais. Essa noção, porém, não se baseava em modelos europeus. Grande parte das mudanças no pensar sobre o papel do patrimônio nas políticas culturais diz respeito à abertura para ações empreendidas em países do considerado “terceiro mundo” e de países da Ásia.

Márcia Sant’Anna afirma que no mundo ocidental, a experiência com o patrimônio intangível teve como gatilho os acontecimentos pós-guerra, sendo esta um processo lento de transformações e influenciada pelas práticas orientais e terceiro mundistas:

No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural [...] De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam.<sup>150</sup>

No ocidente, a questão se inseriu com a participação da UNESCO em diversos países, principalmente, a partir de 1972, quando ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, onde “países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.”<sup>151</sup>

A resposta às questões levantadas em 72 foram obtidas somente em 1989 mediante ao documento aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, que recomendava que aos países membros da instituição a identificação, salvaguarda e difusão da cultura tradicional e popular através de registros e inventários.

### **Patrimônio e sua face Imaterial**

No Brasil, a constituição de 1988 trouxe redimensionamentos para as práticas patrimoniais, tendo sido a culminância da efervescência cultural e política dos anos anteriores, que redefiniu as relações entre Estado e sociedade. A nova Carta mostra os primeiros sinais para o estabelecimento de uma política voltada para o patrimônio imaterial em seus artigos 215 e 216.

---

<sup>150</sup> SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p52.

<sup>151</sup> \_\_\_\_\_. *A face imaterial do patrimônio cultural*; p. 53.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>152</sup>

Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Maria Cecília Londres Fonseca<sup>153</sup> afirma que este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. Dentre tais direitos, estão a memória e à fruição cultural.

A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam à coesão nacional através da formação de uma identidade comum.

---

<sup>152</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 03/06/2014.

<sup>153</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: para uma concepção ampla de patrimônio. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Os anos de 1980 foram marcados pelos debates em torno da memória e do patrimônio mais especificamente sobre os deslocamentos conceituais de um e de outro em perspectiva com os anseios de novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, repertoriado.<sup>154</sup>

Ao considerarem os modos de fazer, representações culturais e a dinâmica cotidiana da cultura popular, os estudos recentes sobre patrimônio pretendem a valorização do patrimônio vivo e participativo e não o congelamento de dados culturais. Mas, como levar esta proposta a cabo? Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

O processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se reformulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação.<sup>155</sup>

Esse patrimônio cultural imaterial: práticas, representações, conhecimentos e técnicas, ligados ao ambiente em que vivem comunidades e grupos passou a ser reconhecido sob diferente perspectiva à que se tinha em relação ao patrimônio material, ressaltando-se a transmissão e continuidade. As novas articulações no campo do patrimônio, assim como o aumento da participação da sociedade civil, promovida pelo contexto de oposição aos autoritarismos do regime militar proporcionou no Brasil a possibilidade de maior integração entre cidadãos e Estado, no que diz respeito à promoção das memórias locais.

Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando a partir do decreto 3.551 de 2000. A partir do entendimento da noção de imaterialidade da cultura, passa-se a prever a importância da salvaguarda não somente de bens materiais que estariam suscetíveis a se perderem com o tempo, mas também à salvaguarda e fomento das condições que permitem a existência práticas sociais e culturais, em nível simbólico.

---

<sup>154</sup> NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. *Antíteses*. DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n14p45, p. 52.

<sup>155</sup> FONSECA. *Para além de pedra e cal*, p. 77.

O Instituto do Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000, não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este. [...] O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se por “preservá-los”.<sup>156</sup>.

Cabe então, considerar que o patrimônio imaterial é indissociável do ambiente na qual se manifesta, ficando explícito assim, que as práticas culturais só são eleitas como patrimônio por terem como preceitos o papel social que manifestam e o reconhecimento que recebem. “Isso significa um reconhecimento que, muitas vezes, é extremamente importante para os agentes envolvidos em disputas simbólicas”.<sup>157</sup>.

### **Novos Desafios**

Após 4 anos do Decreto 3.551 foi lançado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visava estreitar a participação da sociedade civil na eleição dos patrimônios imateriais, através da ideia de reconhecimento e de salvaguarda.

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional, também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário.<sup>158</sup>.

Apesar das discussões e disputas de poder no campo do patrimônio tornaram-se mais abrangentes e descentralizadas, Canclini<sup>159</sup> afirma que se deve atentar, entretanto, para a possível desigualdade na participação de determinados grupos em suas políticas culturais. Neste sentido, ele trabalha com o conceito de *capital cultural*, para mostrar como certos “tipos de patrimônio” podem ser valorizados em detrimento de outros; e por isso se faz necessário que a cada vez se possa refletir sobre como tem se aplicado às ações de

---

<sup>156</sup> SANT’ANNA. *A face imaterial do patrimônio cultural*: p. 55.

<sup>157</sup> OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: considerações Iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.82.

<sup>158</sup> ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; CONTIGO, Rebeca; SOIHET, Raquel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira, 2007, p. 356.

<sup>159</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org). *Revista do Patrimônio História e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.



patrimonialização, se estas estão envolvidas em dicotomias entre alta e baixa cultura, qual a representatividade destas e qual o real envolvimento do grupo que é abarcado por estas.<sup>160</sup>

De acordo com Martha Abreu, a atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio se faz necessário neste sentido crítico e tem aumentado, devido a institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil desde 4 de agosto de 2000: “Com o decreto 3.551, os profissionais de história, especialmente da história cultural, receberam uma extraordinária oportunidade para voltar a discutir a idéia e a política de patrimônio cultural e histórico no Brasil”.<sup>161</sup>

Dado a este novo campo de abrangência, o historiador vê-se desafiado a refletir sobre o este processo de “boom da memória”, sendo colocado a ele o papel de crítico de ações de patrimonialização que se te empreendido.

Com freqüência, o termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor de referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade. O ato de patrimonializar refere-se, assim, à ação de identificar os valores culturais de um dado bem, de os reconhecer socialmente e assim constituir patrimônio.<sup>162</sup>

Dentre as análises que historiadores e pesquisadores da cultura podem elaborar sobre o papel do patrimônio imaterial no Brasil, estão a própria noção de patrimônio como um bem em sua intangibilidade; suas definições e relação com a sociedade civil através dos tempos. Desta maneira, “a recente discussão sobre o patrimônio imaterial no Brasil é mais uma oportunidade para acompanharmos e participarmos de disputas políticas mais amplas em termos culturais; de culturas políticas e políticas da cultura, hoje e no passado”<sup>163</sup>.

### **Considerações Finais: Reflexões sobre o papel do historiador**

O papel do historiador compreende revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostrar quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Assim como entender o estabelecimento das práticas políticas, faz-se necessário ainda a contextualização e problematização sobre a participação da sociedade

---

<sup>160</sup> Cf. BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

<sup>161</sup> ABREU. *Memória e Patrimônio*, p.356.

<sup>162</sup> NOGUEIRA. *O campo do patrimônio cultural e a história*, p. 53.

<sup>163</sup> ABREU, *Memória e Patrimônio*, p. 358.

civil nos processos de registros, para que se dê voz e se perceba quais são os grupos que se põe como “possuidores” do bem a ser patrimonializado<sup>164</sup>.

Acredita-se, portanto, que uma maneira de se produzir essa historização do patrimônio seria aliar a metodologia da história oral, sob a lente da história local, pois ao ouvir as diferentes testemunhas e produtoras do discurso de memória em nível micro se terá melhor entendimento das redes e tramas<sup>165</sup> que existem nos processos de valorização da memória através da proteção do patrimônio.

Ao produzir estudos sobre as manifestações culturais e aqueles que as manifestam, o historiador produz uma narrativa sobre o passado e, conseqüentemente, dá ao grupo abordado a possibilidade de se contar sua história. A partir de então, o historiador, dando voz a novos sujeitos, está, de certa forma, fabricando patrimônios.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Ao considerar a definição de Mário Chagas de patrimônio como posse de um bem, ver-se-á que ele, seja material ou imaterial, será sempre permeado por forças simbólicas e disputas de poder. Cf. CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: *Em Questão*. Porto Alegre. V. 13, nº 2. p. 204-224, jul-dez 2007.

<sup>165</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas* – Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007.

<sup>166</sup> CHUVA, Márcia, 2012 apud NOGUEIRA, *O campo do patrimônio cultural e a história.*, p. 48.

# Educação Patrimonial como Prática para o Ensino de História

**Marco Alexandre Nonato Cavalcanti**  
Mestrando  
História social  
Pontifícia Universidade Católica São Paulo

## RESUMO

O ensino de História na Educação Básica em nossa realidade atual não pode se basear apenas em livros. Os conteúdos apresentados pelos manuais didáticos não consideram a realidade local e a diversidade cultural brasileira. Desta forma, esse trabalho pretende debater a importância da Educação Patrimonial, como forma de transmissão e apropriação de conhecimento e enriquecimento, tanto do indivíduo como de sua comunidade. Por meio do contato direto com os objetos e manifestações, o aluno passa a fazer uma leitura do mundo, e passam a se apropriar dos conteúdos propostos pela História, como área de estudo, produzindo e adquirindo conhecimento, pois os objetos e o processo histórico passam a ter significado. O aluno passa a se perceber como um agente do processo histórico em que está inserido. Uma maneira de assegurar que o ambiente escolar seja um espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, um processo de ensino e aprendizagem em História mais atrativa e significativa para os alunos através da ligação entre essa área do conhecimento e a Educação Patrimonial.

**Palavras-chave:** Educação; Educação Patrimonial; História.

Com o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, por meio da Lei Federal número 9394/96, os professores tiveram que repensar suas práticas pedagógicas<sup>167</sup>.

Aos professores do século XXI, diferente das gerações anteriores, não podem mais repetir um programa já pré-estabelecido, reproduzir um currículo oficial para todas as escolas do país, sem se preocupar com uma realidade de cada lugar. Os professores desses novos tempos devem selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para suas comunidades.

Desta forma, cada planejamento de ensino é particular, uma reflexão e prática que deve articular especificidades de um grupo de educandos aos objetivos traçados pelo

---

<sup>167</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: MEC, 1997.

professor. E essa prática pode se utilizar de algumas metodologias. José Carlos Libâneo diz que “em resumo, podemos dizer que os métodos de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico”<sup>168</sup>.

As metodologias de ensino são esquemas de ações que propõem a sequência de determinadas etapas na execução de uma determinada tarefa. Utilizar uma metodologia para o planejamento e execução de uma atividade pedagógica não pode ser entendido como a anulação da criatividade do professor. Antes, significa traduzir para o campo prático uma sequência lógica de ações previamente pensada e testada. Desta forma, a Didática também tem seus métodos para atingir seus objetivos, como qualquer outra ciência.

Como metodologia para o ensino de História pode-se discutir a Educação Patrimonial como possibilidade para esse fim, voltada a uma proposta de ensino com ênfase nos aspectos que privilegia a história local. A Educação Patrimonial pode ser como propõe Paulo Freire, um instrumento-chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o outro.

Sobre Educação Patrimonial podemos citar, como uma das primeiras ações no Brasil, o I Seminário de Educação Patrimonial no Brasil, que ocorreu em 1983. Um evento realizado no Museu Imperial, em Petrópolis RJ, inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra denominado *Heritage Education*, do qual se desenvolveu uma metodologia para o trabalho educacional em museus e monumentos históricos, a qual pode ser encontrada no “Guia Básico de Educação Patrimonial”<sup>169</sup>.

Segundo Horta, a Educação Patrimonial é:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a

<sup>168</sup> LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990, p.152.

<sup>169</sup> HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*. 3. ed. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 2006.

geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.<sup>170</sup>

O ensino de História baseado simplesmente no livro didático serve para contribuir com o empobrecimento, limitação dessa área do conhecimento e restrição do conhecimento. Os conteúdos apresentados pelos manuais didáticos não levando em consideração as particularidades regionais e as especificidades locais. Bittencourt adverte que o livro didático é:

(...) um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.<sup>171</sup>

A Educação Patrimonial surge como uma alternativa ao uso do livro didático, no qual nos permite aprofundar questões da prática do ensino de história nas salas de aula da Educação Básica.

A Educação Patrimonial objetiva despertar o senso crítico e a tomada de consciência para a importância da valorização do patrimônio cultural pela sociedade, como também possibilita contribuir para a construção de uma identidade e da cidadania. Ao trabalhar com os bens culturais tangíveis aos educandos possibilita a ampliação das noções de valorização, resgate e preservação dos patrimônios histórico/culturais locais, de toda comunidade envolvida.<sup>172</sup> Conforme Machado; Haigert; Possel é “por meio da valorização e promoção da cultura local e regional”<sup>173</sup> que a história se torna mais próxima da realidade dos alunos e nesse contexto o professor deve fazer a ligação entre o saber escolar e o saber da comunidade. Dessa forma é fundamental que os professores se utilizem da realidade dos alunos ao trabalharem os conhecimentos de História. E em consequência tornar o ensino

---

<sup>170</sup> \_\_\_\_\_. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 6.

<sup>171</sup> BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. (org.) 11. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008, p 72. – (Repensando o Ensino).

<sup>172</sup> MACHADO, A. S; HAIGERT, C. G; POSSEL, V. R. Cultura material, Educação Patrimonial e ensino de História: uma parceria possível. In: SOARES, André Luis Ramos (org.) et al. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 48.

<sup>173</sup> \_\_\_\_\_. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*, 2003, p.52.

dinâmico e mais interessante, na busca por novas possibilidades pedagógicas de construção de conhecimentos e de transformação das condições de vida dos alunos.

Os manuais didáticos que padronizam uma transmissão de saberes e pressupõe a cultura como homogenia, em um processo de aprendizagem que reserva aos alunos apenas a função de memorizar informações. O aluno não se torna sujeito no processo ensino e aprendizagem e a escola reforça a ideia que Freire<sup>174</sup> denominou de Educação Bancária, ou seja, a de depositar conteúdos, não tornando a aprendizagem significativa. Nesse modelo educacional o papel do educador se restringe ao de um narrador, e o papel dos educandos consiste em memorizar o que está sendo narrado e reproduzir, repetir. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.”<sup>175</sup> Nessa situação, o conhecimento deixa de ser um processo de busca, indagações e questionamentos.

Daí a importância da Educação Patrimonial que se mostra como uma possibilidade para a mudança dessa prática, ao fazer o aluno se perceber como sujeito histórico, em um processo coletivo de constante construção. E ela pode se desenvolver no ambiente formal de ensino ou informal, e também se adequar a qualquer patrimônio cultural, “qualquer evidência material ou manifestação da cultura”<sup>176</sup>.

E ao oferecer ao aluno o acesso a métodos, técnicas e práticas concretas que contribuam para estabelecer relação significativa entre os conceitos abordados e a realidade tendo em vista a complexidade de assimilação por meio do abstrato, o professor que estimula o contato com objetos concretos na construção do conhecimento permite uma melhor compreensão do tema pelos alunos, que passam a construir conhecimento em lugar de memorizá-lo, sendo “incentivados na sala de aula a serem sujeitos da História, portanto efetivos cidadãos”<sup>177</sup>

Ainda conforme Machado:

Despertar a curiosidade dos educandos e fazer com que eles procurem novas informações é incentivar que formulem e identifiquem, em conjunto com os educadores, novos conhecimentos e também que

---

<sup>174</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

<sup>175</sup> \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*, p. 33.

<sup>176</sup> HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 06.

<sup>177</sup> MACHADO, Alexander da Silva. A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos (org.) et al. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003, p. 87

tomem contato com os patrimônios de suas localidades, no intuito de fundamentar uma identidade cultural<sup>178</sup>.

A participação dos alunos como agentes ativos no processo de construção do conhecimento resulta na valorização de sua herança cultural que ocorre com a ação do estudo dos objetos pertencentes ao cotidiano das comunidades, no qual os indivíduos passam a se apropriar de seu patrimônio cultural, produzindo e adquirindo conhecimento, pois os objetos passam a ter significado. Segundo Machado, além de despertar a curiosidade dos educandos, a Educação Patrimonial também deve “fazer com que observem um objeto concreto da cultura material e, a partir dele, recolham informações para construir um conhecimento elaborado”<sup>179</sup>.

Um simples objeto do cotidiano, uma paisagem, uma cidade, uma manifestação festiva ou religiosa, contém um complexo sistema de relações que devemos interpretar a fim de ampliar nossa capacidade de compreensão do mundo<sup>180</sup>. O objeto real é fonte de informação sobre o contexto histórico em que foi produzido e utilizado.

Tornar o ambiente de ensino mais propício ao questionamento, reflexão, descobertas, a troca de experiências e construção de conhecimento, são elementos essenciais para a aplicação dos currículos para o ensino de História, devendo se aproveitar dos diversos aspectos e significados presentes nos objetos culturais por meio da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial deve provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva<sup>181</sup>.

A Educação Patrimonial se torna uma importante ação na construção de uma identidade cultural na medida em que promovem o diálogo entre professores, alunos e toda a comunidade por meio de uma ação da coletividade. Acreditando que na troca de experiências se constrói aprendizado almejamos que essas reflexões possam de algum modo, contribuir para o exercício de uma prática pedagógica efetivamente construtora de

---

<sup>178</sup> \_\_\_\_\_. *A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial*, p. 89.

<sup>179</sup> \_\_\_\_\_. *A construção da cidadania a partir da Educação Patrimonial*, p. 88.

<sup>180</sup> HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p09.

<sup>181</sup> HORTA, M. de L. P. et al. *Guia básico de Educação Patrimonial*, 2006, p. 08



saberes em um processo contínuo de criação cultural. É viável propor um processo de ensino e aprendizagem em História mais atrativa e significativa para os alunos através da ligação entre essa área do conhecimento e a Educação Patrimonial. Na busca de novas formas de se ensinar e aprender História que todos os indivíduos passam a serem sujeitos ativos no processo de construção histórica e que, partindo de suas vivências e experiências cotidianas possam ampliar as descobertas da sala de aula abrangendo a comunidade local e, assim, construir, valorizar e preservar a memória coletiva.

## Coleções pessoais e a materialização das histórias individuais

**Alessandro Ferreira Costa**

Doutor em Ciência da Informação

Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação / UFMG

[alessandrocosta@eci.ufmg.br](mailto:alessandrocosta@eci.ufmg.br)

**Resumo:** Os objetos recolhidos por um indivíduo em seu percurso de vida revelam muito mais que o valor intrínseco à sua natureza material: acabam por demonstrar, também, o valor simbólico atribuído pelo colecionador a cada um daqueles itens colecionados, como um “texto” que narra histórias passíveis de leitura e interpretação. Àquele que se coloca diante desse acervo, enquanto recurso de informação e subsídio à pesquisa, cabe o desafio de se manter o mais fiel possível à linguagem original estabelecida por seu titular de forma a possibilitar uma compreensão mais pormenorizada daquele indivíduo, do seu tempo e da própria cultura. Neste contexto, a presente comunicação tem por objetivo tornar público os resultados parciais da pesquisa acadêmica "A coleção pelo olhar do colecionador: o que dizem os acervos pessoais", que busca compreender as vertentes emocional e pragmática envolvidas no processo de formação de coleções, como requisito básico para uma aproximação e apropriação mais eficaz do observador-leitor de uma dada coleção pessoal, otimizando assim, a percepção do que efetivamente representa aquele acervo enquanto registro histórico.

**Palavras-chave:** Colecionismo; acervos pessoais; memória; história.

### INTRODUÇÃO

No decorrer do seu percurso de vida, seja em resposta às necessidades impostas pelo cotidiano, seja em virtude dos desejos que habitam a sua mente, o indivíduo humano acaba por se munir dos mais diversos tipos de objetos<sup>182</sup> que passam a compor e delinear o seu espaço físico e emocional. Porém, o nível e o tipo de aproximação estabelecida entre aquela pessoa e a sua coleção de objetos só pode ser mensurada a partir da análise das especificidades inerentes a este singular relacionamento. Qualquer observação externa que não contemple o “olhar” daquele indivíduo está fadada ao erro, isso é certo.

---

<sup>182</sup> Ao temo *objeto* atribuímos, aqui, o sentido de *documento* expresso por Bellotto (2004): “Segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana”. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.35.

Esta breve comunicação tem por objetivo tecer algumas considerações sobre o conceito de *coleção formal* e de *coleção funcional* - bem como suas características básicas - e a importância destas enquanto fonte de informação privilegiada a uma compreensão mais fidedigna possível do indivíduo que sistematicamente reuniu todo aquele complexo acervo material, baseando-nos, aqui, no que cita Vera Grecco:

A necessidade de colecionar é contemporânea da coleção de objetos utilitários que acompanhava o homem primitivo em seus deslocamentos. Com o tempo, foi estendida aos objetos de uso religioso e, aos poucos, aos evocativos, **pois as ações humanas não são aleatórias, têm significado, são regulamentadas, repetidas, aperfeiçoadas e revestidas de simbolismo que pode ser transferido a elementos palpáveis.** [Grifo nosso]<sup>183</sup>

## COLEÇÕES

[...] as práticas individuais de colecionar, que exercitam a discriminação dos objetos dispostos no mundo para o desenvolvimento da inteligência, transmutam-se pela comunicação entre os indivíduos - como exercício de ordenação comum dos objetos dispostos no mundo - para o desenvolvimento da razão e do discurso, como práticas sociais civilizatórias. (LOPES, 2010, p.380-381)<sup>184</sup>

Segundo Francisco Marshall<sup>185</sup>, o núcleo semântico e significativo do termo *coleccionismo* está na “relação entre por em ordem - raciocinar - (*logeín*) e discursar (*legeín*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar” um universo temático qualquer, material ou imaterial. Por sua vez, Sérgio Crusco<sup>186</sup> define que colecionar é tão e simplesmente o ato de contar histórias. Neste contexto, o desafio a ser vencido por aqueles que anseiam a “leitura” dessa narrativa é a compreensão da estrutura simbólica, associada e decorrente do colecionador, impressa nos processos de seleção, organização e exposição dos seus objetos: ele é o meio e a razão de ser de tudo o que se encontra reunido.

---

<sup>183</sup> GRECCO, Vera Regina Luz. Colecionismo: o desejo de guardar. *Jornal do MARGS*, Porto Alegre, n.83, junho de 2003.

<sup>184</sup> LOPES, José Rogério. Colecionismo e os ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos de vida. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.34, p.377-404, jul./dez.2010. p.380-381.

<sup>185</sup> MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n.20, p.13-23, jan./jun.2005, p.15.

<sup>186</sup> CRUSCO, Sérgio. Colecionar é contar histórias. *Revista Continuum Itaú Cultural*, São Paulo, n.29, p.12-15, jan./fev.2011.

Para que essa tarefa possa ser iniciada, porém, é necessária a compreensão e a distinção entre dois perfis de coleções: as *formais* e as *funcionais*<sup>187</sup>. Por coleção formal compreendemos a reunião sistemática de objetos os mais diversos, atrelados a um ou mais interesses do indivíduo Colecionador, tendo por fundamento primeiro a relação afetiva estabelecida entre eles. Aqui, os objetos são desnudados de sua função original (razão pela qual foram criados) e adquirem um novo valor, agora carregado pela subjetividade do sujeito que os reuniu. Por coleção funcional compreendemos a reunião objetiva de objetos os mais diversos, associados a uma ou mais necessidades do indivíduo colecionador, tendo por fundamento primeiro a relação prática estabelecida entre eles, com pouco ou nenhum envolvimento emocional. Referimo-nos, neste caso, a tudo aquilo que se mostra essencial para a execução dos nossos afazeres e obrigações.

Registradas essas considerações, podemos então afirmar que para compreendermos um sujeito, por meio daquilo que compõem o seu acervo pessoal e em sua complexidade, é mister o acesso a tudo aquilo que, seja por seu valor simbólico-emocional, seja por sua aplicação prática, traduz e materializa o indivíduo em um tempo e espaço definidos. Para Oliveira, Siegmann e Coelho<sup>188</sup>, “em princípio, temos a tendência de entender as coleções como meros conjuntos de objetos da mesma natureza. Certamente, esses foram ali reunidos por manterem alguma relação entre si” e é essa relação que constrói a teia de significados que atribui sentido não só a uma coleção, mas também, àquele que a gerou.

Contrariando essa linha de raciocínio, durante os relatos colhidos para a realização da pesquisa acadêmica "A coleção pelo olhar do colecionador: o que dizem os acervos pessoais"<sup>189</sup>, objeto desta comunicação, foi-nos possível perceber que parte significativa dos Colecionadores<sup>190</sup> entrevistados, ainda que devidamente amparados por toda a experiência adquirida, seja no campo teórico, seja na instância prática, acredita que desconsiderando a sua coleção formal não há nada de relevante nos demais objetos reunidos que possa lhes conferir o mesmo nível de dedicação e zelo quanto aos procedimentos de guarda (salvo aqueles que apresentam notória importância jurídica, fiscal ou no uso de suas atribuições

---

<sup>187</sup> Terminologia inicialmente adotada nas atividades de ensino e incorporada, posteriormente, no repertório conceitual dos trabalhos de pesquisa do autor.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, Andréia Machado; SIEGMANN, Christiane; COELHO, Débora. As coleções como duração: o colecionador coleciona o quê? *Episteme*. Porto Alegre, n.20, p.111-119, jan./jun.2005. p.112.

<sup>189</sup> Pesquisa vinculada ao Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais - ECI/UFMG (2013-2015).

<sup>190</sup> Habitamos a grafar Colecionador com a primeira letra maiúscula quando a este se reporta uma coleção formal.

profissionais). Mesmo diante da argumentação sobre outras possibilidades de leituras inerentes ao valor representativo de suas coleções funcionais, os mesmos mantiveram-se hesitantes. Como bem o cita Soraia Nogueira (2004), a partir do momento em que um objeto é selecionado, possuído e ordenado por um sujeito, passa ele então a se constituir como um “espelho da sua personalidade, seu cotidiano, seu meio social, como uma espécie de biografia material, ‘amadurecendo’ ao longo dos anos”<sup>191</sup>. Ainda que a restrita aproximação emocional não confira às coleções funcionais o mesmo status das coleções formais, sob o ponto de vista biográfico, são ambas facetas de um mesmo indivíduo.

Outro aspecto também observado nessa pesquisa é a discutível relevância que atribuímos à manutenção da nossa própria história. Façamo-nos dois questionamentos: 1. os objetos que reunimos no decorrer do tempo, e que hoje se encontram devidamente guardados, representam aquilo que há de mais relevante enquanto expressão máxima da nossa existência?; e 2. conferimos mais importância à história do outro ou à nossa? Não pretendemos, neste momento, dedicar-nos à exposição de resultados mais detalhados oriundos das entrevistas, uma vez que ainda estão sendo analisados, contudo, é possível sim registrar que a quase totalidade dos entrevistados apresentou dois comportamentos básicos mediante a essas questões: primeiro, a negativa quanto à capacidade dos objetos hoje reunidos expressarem, de forma competente e convincente, as suas histórias de vida. Neste contexto, propomos ao leitor um momento de reflexão mediada pelo depoimento de um dos entrevistados: “Pensando bem, agora, sinto falta de muitas coisas que abri mão no passar dos anos. Nossa, se eu tivesse pensado bem, devia ter guardado tantas recordações que me traziam felicidade, mas ‘tava’ sempre pensando ‘pra’ frente que acabei me esquecendo do passado”. Podemos aprender algo com estas palavras?

O segundo comportamento registrado é a recorrência de um discurso que versa sobre a necessidade de ações conscientes e deliberadamente planejadas sobre a guarda de acervos pessoais em vista a posteridade: “Não preciso me preocupar com isso. Só pessoas importantes precisam deste cuidado, não eu”<sup>192</sup>. Tomando por referência esta ideia, qual é o critério - ou critérios - que atribui o valor de importância a um sujeito? Não somos todos nós protagonistas de nossas histórias individuais? Segundo Alfredo Bosi (1995), o homem é

---

<sup>191</sup> NOGUEIRA, Soraia Nunes. *A imagem cinematográfica como objeto colecionável: o colecionador na era digital*. 241f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Belo Horizonte, 2004, p.15.

<sup>192</sup> Frase atribuída ao colaborador da pesquisa (entrevistado) Sr. E. R., também citado no parágrafo anterior.

uma criatura que existe no tempo. Por isso “o homem nasce e morre. A matéria da sua vida se faz e desfaz: a medida dessa mutação é chamada tempo de vida. E o que é próprio do tempo? O ato de passar. O existir do homem é um passar”<sup>193</sup>. Para que essa passagem se configure como algo tangível e, por sua vez, legitime a existência do indivíduo, a sua marca deve ser visível, material, e não há fonte de informação mais relevante sobre uma pessoa que tudo aquilo que fora por ela recolhido como subsídio ao seu dia a dia.

O arquivo pessoal como fonte de pesquisa apresenta variantes que convém explicar. Ele pode ser usado como documentação básica, como documentação alternativa, como documentação subsidiária ou como documentação paralela. O mesmo conjunto documental serve de uma forma ou de outra em relação à pesquisa proposta. Isso depende do tema, das hipóteses levantadas, da perspectiva da abordagem e do próprio fio condutor que o documento evidencia ao historiador e não o contrário.<sup>194</sup>

## CONSIDERAÇÕES

Os estudos de coleções se configuram, na atualidade, como um vasto e fértil campo de estudo que têm contribuído com múltiplas áreas do conhecimento, oferecendo diversas abordagens e interpretações. Esses estudos são importantes porque nos colocam perante a evidência do mundo da cultura material e de seus objetos. Ademais, desvendam as obscuras relações que o sujeito estabelece com os objetos.<sup>195</sup>

Decifra-me ou te devoro, adverte ameaçadoramente a Esfinge no clássico da literatura *Édipo Rei*, de Sófocles. Por vezes, parece esta a mensagem que assola a mente dos pesquisadores quando diante do enigma que se constitui a leitura de um acervo de objetos pessoais. Contudo, proporcional ao desafio, o prêmio: dimensionar, de forma apropriada, camadas de subjetividade que constroem um sujeito. Mas quem é ele? Por que debruçar-me sobre sua vida e fazer dele objeto de estudo? Lembremos que o homem não nasce laureado com uma distinção especial: sua relevância é construída sobre ações e o impacto destas nem sempre é sentido no seio da sociedade, mas sim, no contexto mais íntimo daquele indivíduo. Por isso, não é cabível o uso de premissas absolutas que tenham por objetivo qualificar a sua importância, tão pouco, a pertinência do seu acervo. Ele é história,

---

<sup>193</sup> BOSI, Alfredo. *Considerações sobre tempo e informação*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (textos), 1995. p.1.

<sup>194</sup> BELLOTTO. *Arquivos permanentes*, p.268.

<sup>195</sup> MURGUÍA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n. esp., p.87-104, 1.sem.2009. p.87.

simplesmente. Traz consigo a capacidade de ofertar ao mundo uma singular visão da realidade, presente ou passada.

[...] a análise dos colecionadores [formais] pode nos auxiliar a visualizar mais claramente alguns processos de consumo na sociedade contemporânea, notadamente no que tange às propriedades simbólicas que os bens carregam consigo, e também na compreensão dos processos de apropriação e personalização dos bens quando da sua passagem do domínio da produção para o domínio do consumo.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> CAVEDON, Neusa Rolita et al. Consumo, colecionismo e identidade dos bibliófilos: uma etnografia em dois sebos de Porto Alegre. *Horizonte Antropológicos*, Porto Alegre, n.28, p.345-371, jul./dez.2007. p.368.



## **ST 7: História e Inquisição: história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade**

**Igor Tadeu Camilo Rocha**

Doutorando (UFMG)/ igortcr@gmail.com

**Natália Ribeiro Martins**

Doutoranda (UFMG)/ nribeiro.his@gmail.com

# Blasfêmias e proposições heréticas: a boca maldita dos padres presos pela inquisição de Lisboa

**Diogo Tomaz Pereira**

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[ufjf.diogo@gmail.com](mailto:ufjf.diogo@gmail.com)

**RESUMO:** O catolicismo, nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, assumiu um caráter obrigatório. A situação do clero no Brasil colonial era algo drástico, a começar pela ausência de vocação sacerdotal e a qualificação desses “profissionais”. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia, um ato tão comum que até o clero não conseguia escapar. Apesar do clero não ser imune ao ambiente considerado herege que o circulava, isso não era suficiente para explicar seu desregramento moral, quando deveriam servir de exemplo. O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atizado ainda mais pelo número considerável de padres conhecido pelo mau viver. A fala garantia a realidade do pensamento, era assim que a Inquisição enxergava tudo o que era dito pelos blasfemadores e propositores. Compreendiam a fala como uma extensão do pensamento e apresentação de convicções internas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Blasfêmias, inquisição portuguesa, proposições heréticas.

## Introdução

Um vício execrável, desconhecido antigamente a esse grau, implantou-se entre nós: é a blasfêmia pela qual o nome do Senhor é ultrajado da maneira mais odiosa [...]. E essa hedionda blasfêmia reina em todas as condições: mulheres, velhos, jovens, até crianças que mal podem falar, todos a têm nos lábios, o que jamais se vira no tempo de nosso país.<sup>197</sup>

Em 2012 quando iniciei a leitura dos processos inquisitoriais – baseando-me no livro *Inquisição: prisioneiros do Brasil* da historiadora Anita Novinsky - especificamente dos crimes de blasfêmia e proposições heréticas no acervo *on-line* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, me depararei com várias camadas sociais detidas pelo Santo Ofício no Brasil colonial. Índios, escravos, lavradores, sapateiros, donas de casa, jovens e, também, haviam

---

<sup>197</sup> Citado em J. Jansen. *La civilisation de l'Indus Redécouverte d'une grande culture antique*. VIII, p.454. Tübingen, 1568.

os religiosos acusados de declarações infames em relação à fé. E serão estes últimos que darei um enfoque maior.

Em relação à Inquisição portuguesa, durante os anos de sua existência, ela atravessou fases de grande poder, mas também breves ciclos de profunda fragilidade; foi uma autoridade terrível e temida. Estando em constante transformação ela é também expressão da dinâmica da história portuguesa. “O Santo Ofício, acima de tudo, foi um tribunal eclesiástico entre outras instâncias que formavam o sistema de Justiça do Antigo Regime, colocando-o assim, desde a sua fundação no coração do Renascimento português, uma questão de legitimidade e integração num contexto mais vasto”<sup>198</sup>. Essa rápida ascensão não se deu somente devido ao apoio da Coroa, mas também, ao peso que o combate à heresia teve na Europa católica, a partir da primeira metade do Quinhentos. Mas, com a exceção de uma aura divina e religiosa que o Tribunal do Santo Ofício se revestia, apesar de toda função “santa” que possa ter alegado, foi uma instituição ligada ao Estado e que respondia aos interesses da Coroa, nobreza e clero<sup>199</sup>.

A mensagem na qual a Inquisição buscava transmitir aos fiéis e leigos era uma mensagem de medo e terror, aguilhoando-os na obediência e submissão. É o que diz Jean Delumeau em *A História do medo no Ocidente*, essa mensagem de medo e punição é antiga, tão antiga quanto à própria civilização “Os homens de Igreja, aguilhoados por acontecimentos trágicos, estiveram mais do que nunca inclinados a isolá-la nos textos sagrados e a apresenta-la às multidões inquietas com a explicação última que não se pode colocar em dúvida” (DELUMEAU, 2009, p.335).

Quantos aos crimes que busco analisar, as blasfêmias e proposições heréticas eram dois crimes que, ainda que relacionadas à fala, possuíam suas diferenças. As proposições heréticas eram críticas, questionamentos ou indagações feitas contra a Igreja como instituição ou aos seus membros. As blasfêmias eram uma demonstração de grosseria, rusticidade ou ignorância; “uma prática nascida do hábito, da ironia, do humor, da raiva ou da decepção<sup>200</sup>”. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, a blasfêmia é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos, podendo ser expressa através de

---

<sup>198</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p.15.

<sup>199</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 2ª edição São Paulo: Brasiliense, 1983, p.37.

<sup>200</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009, p.41.

palavras ou por uma ação. Mas em comum, todas as duas faziam parte do rol de crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício.

### **A Inquisição chega ao Brasil**

A descoberta do Novo Mundo talvez tenha sido o feito mais espantoso da história dos homens, abriam-se as portas de um novo tempo. Em um período que *ouvir* valia bem mais do que se *ver*, os olhos enxergavam primeiro o que se *ouvira dizer*. “Tudo quanto se via era filtrado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido” (SOUZA, 1986, p.21-22). Na Europa, o Inferno e todas suas criaturas tomaram conta da imaginação dos homens modernos. Visto que a Inquisição “trabalhava” para extirpa-lo de vez do continente, Satã se refugiaria para terras distantes, de além-mar. Era necessário, então, que lá ficasse nesse lugar afastado, onde o Inferno e o Paraíso se encontravam (SOUZA, 1986, p.139).

Ao tratarmos dos primeiros colonizadores portugueses com a missão de desbravar ou conquistar o território brasileiro, já ocupado por nativos, a tomada de posse ritual deve, de qualquer modo, repetir a cosmogonia. Do ponto de vista europeu, tudo o que não é “o nosso mundo” não é ainda um “mundo”. É como explica Mircea Eliade em *O Sagrado e o Profano*:

Os “conquistadores” espanhóis e portugueses tomavam posse, em nome de Jesus Cristo, dos territórios que haviam descoberto e conquistado. A ereção da Cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um “novo nascimento”. Porque, pelo Cristo, “passaram as coisas velhas; eis que tudo se fez novo (II Coríntios, 5:17). A terra recentemente descoberta era “renovada”, “recriada” pela cruz (ELIADE, 2010, p.34-35).

Sobre a Inquisição moderna, existiram em Portugal seis Tribunais, cada um em uma cidade específica. Para efeitos do exercício do poder inquisitorial, as diferentes regiões do Reino estavam adstritas aos tribunais de Lisboa, de Coimbra e de Évora (os de Tomar, Porto e Lamego tiveram vida efêmera)<sup>201</sup>. Apesar da Inquisição portuguesa nunca ter

---

<sup>201</sup> O critério para a escolha da fundação destes tribunais, que tinham outros sob a sua jurisdição, seguia aproximadamente os limites das dioceses e procurava abranger as regiões que reuniam um maior número de cristãos-novos e mouros. Depois da constituição destes seis tribunais pelo reino, houve um retrocesso e quatro deles foram extintos, o de Coimbra temporariamente, o de Lamego, Porto e Tomar definitivamente; talvez esta abolição se deva às dificuldades financeiras que a sua manutenção iria acarretar, bem como o de

oficialmente implantado no Brasil um Tribunal, a Colônia portuguesa na América encontrava-se diretamente ligada e subordinada ao de Lisboa, interferindo profundamente na vida colonial. Alguns acusados (dos casos considerados mais graves) eram enviados para serem julgados na capital portuguesa, e dependendo da pena, podiam por lá permanecer pelo resto da vida caso não fossem enviados para as galés ou para o degredo em alguma das colônias.

Em 1591 ocorreu a primeira Visitação do Santo Ofício em terras brasileiras onde agentes inquisitoriais foram enviados para investigar e prender os suspeitos de heresias. Até hoje, especulam-se os motivos que levaram Portugal a ordenar uma visitação à Colônia. Anita Novinsky<sup>202</sup> (2009) defende que as visitas ocorreram devido às notícias de prosperidade dos que aqui viviam o que pode ter despertado a cobiça do rei de Portugal. Também levando em consideração que muitos dos senhores de engenho e comerciantes bem sucedidos eram de origem judaica. Sônia Siqueira<sup>203</sup> (1978) vincula o envio da Visitação ao interesse de Portugal e da Igreja em integrar o Brasil ao mundo cristão. Bruno Feitler (2013) atenta para o fato de a primeira visitação, em 1591, estar ligada ao contexto da expansão geral do Santo Ofício pelos domínios atlânticos portugueses e das visitações efetuadas na mesma época no reino.

Na primeira Visitação, foi enviado ao Brasil como agente do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, de aproximadamente trinta e cinco anos. Além de licenciado, Heitor Furtado tinha ainda em seu currículo o título de desembargador real e capelão fidalgo do Rei. Era homem de foro nobre, que passara por dezesseis investigações de limpeza de sangue<sup>204</sup> para habilitar-se ao cargo inquisitorial. Em 28 de Julho de 1591 tem início a Visitação do Santo Ofício ao Brasil.

[...] não sem grande pompa e cerimonial laudatório ao Santo Ofício e à pessoa de Heitor Furtado, presentes o bispo com seu cabido, os funcionários da Governança e Justiça, vigários, clérigos e membros das confrarias, sem falar do povo que se acotovelou nas ruas da cidade para acompanhar o cortejo

---

fazer uma verificação burocrática de toda esta rede criada, quando não existia ainda um Regimento bem definido para a sua regulamentação. (FERREIRA, 2012, p.62).

<sup>202</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil: Séculos XVI a XIX*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

<sup>203</sup> SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>204</sup> Ao adotar os estatutos de limpeza de sangue no processo de admissão de novos membros em seus quadros, a Inquisição passou a controlar uma das clivagens estruturantes da ordem social do Antigo Regime português, que era a separação da sociedade entre cristãos-velhos e cristãos novos (TORRES, 1994, p. 109)

inquisitorial. Heitor Furtado veio debaixo de um pátio (sobrecéu portátil) de tela de ouro e, estando na Sé, recebeu um sem número de homenagens e discursos de louvor, inclusive de Marçal Beliarde, provincial dos jesuítas.<sup>205</sup>

Após toda essa apresentação, Heitor Furtado deu início aos trabalhos nas terras tropicais. Publicou o Edital da Fé e Monitório da Inquisição, onde se encontravam a definição e caracterização dos crimes sob jurisdição inquisitorial. Mas, para que o Tribunal funcionasse, era necessária a formulação de regulamentos e de instruções internas, não apenas para o enquadramento e a orientação dos fluxos de comunicação, mas também para a “alimentação” de todo o aparelho. São conhecidos cinco Regimentos em épocas diferentes, onde são redigidas instruções para o melhor funcionamento da Inquisição portuguesa, 1552, 1570, 1613, 1640 e 1774.

### **Palavras mal soantes.**

A blasfêmia, assim como a proposição herética, era mais um dos vários crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Tão antigo quanto qualquer crença religiosa, é vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos podendo ser manifestada através de palavras ou por uma ação. A blasfêmia rompe, quebra, anula tudo o que é ensinado pela religião. “É um pecado de irreligião, oposto ao louvor que o homem, criatura de Deus, por sua palavra, deve a Deus”<sup>206</sup>. A origem vem de duas palavras gregas: *blaptein*, que tem o significado de estragar, danificar, perturbar; e *phème*, reputação.

A bíblia também confirma tal gravidade de blasfemar. Relatada por Mateus aos discípulos: “se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem no presente, nem no século futuro”<sup>207</sup>. O *Guia de Pecadores*, obra do frei Luís de Granada, publicada pela primeira vez em 1570, e que na época, foi mais circulada do que a Bíblia, escreve: “dos pecados mortais, o mais grave é a blasfêmia, muito próximo dos três pecados mais graves do mundo que são a infidelidade, a desesperança e a ira contra Deus, no absoluto e mais grave de todos”<sup>208</sup>. Diferente da Proposição Herética, a Blasfêmia era uma prática corrente e cotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos

---

<sup>205</sup> VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>206</sup> PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006, p.204.

<sup>207</sup> Mt. 12, 32. A Bíblia Sagrada. (Edição Pastoral, 1990).

<sup>208</sup> GRANADA, Luís de. (1570) *Guia de Pecadores*. São Paulo, Ediouro, 2008. (Edição original 1567).

inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrava de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia. Como explica Stuart B. Schwartz em seu livro *Cada uma na sua Lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*:

Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade.<sup>209</sup>

Já as Proposições Heréticas eram conflitos contras verdades impostas pelos dogmas católicos, eram “declarações que potencialmente indicavam concepções erradas em questões de fé e que eram, portanto, pecaminosas<sup>210</sup>”. Pior do que colocarem a alma do propositor (como chamarei os presos pelo crime de Proposição Herética) em risco, as proposições poderiam influenciar outras pessoas e desencadear escândalos. “A fala garantia a realidade do pensamento<sup>211</sup>”, era assim que a Inquisição enxergava tudo o que era dito pelos blasfemadores e propositores.

O catolicismo, nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, assumiu um caráter obrigatório. Viver na América portuguesa sem pertencer à religião Católica era uma tarefa das mais difíceis, o indivíduo deveria no mínimo demonstrar um certo respeito pelo credo romano<sup>212</sup>. Na concepção de Hoornaert, a vida cristã do povo passava por dois caminhos: aquele ligado ao grupo dos organizadores, ou seja, o do clero propriamente dito, e o outro, junto aqueles que viviam o cristianismo concretamente, o povo. A situação do clero no Brasil colonial era algo drástico<sup>213</sup>, a começar pela ausência de vocação sacerdotal e a qualificação desses “profissionais”.

---

<sup>209</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Cada uma na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009.

<sup>210</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009, p.38.

<sup>211</sup> Maureen Flynn, "Blasphemy and the play of anger in sixteenth-century Spain", in *Past and Present*, n.º 149, Oxford, Oxford University Press, Novembro de 1995, p.32.

<sup>212</sup> HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro-1550-1800*. 2.ª edição. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 1978. p. 13

<sup>213</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.9.



Como afirma José Pedro Paiva (2000), podemos explicar a situação precária do clero brasileiro se olharmos o clero de Portugal. É decorrente, comenta o autor, “da deficiente formação cultural e da ausência de vocação religiosa de boa parte deste corpo<sup>214</sup>”. Tornava-se algo comum encontrarmos cenários de “ausência de observância da regra - os votos de clausura, pobreza e até castidade eram frequentemente quebrados - bem como situações de indisciplina e um nível muito elementar de formação escolar, cultural e até religiosa<sup>215</sup>”.

O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atizado ainda mais pelo número considerável de padres conhecidos pelo mau viver. “Nas Minas setecentistas foram numerosíssimos, sempre envolvidos em rixas, defloramentos, concubinatos, raptos, jogatina, bebedeiras, desacatos aos fiéis”<sup>216</sup>.

As *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>217</sup> visando a boa índole de seu quadro clerical possui o livro Terceiro com doze títulos relacionados ao bom comportamento dos clérigos. O título I “*Da obrigação que tem os clérigos de viver virtuosa e exemplarmente*” faz um resumo básico do que se tratam todos os outros onze títulos:

Quanto é mais levantado, e superior o estado dos Clérigos, que são escolhidos para o Divino ministério, e celestial militância, tanto é maior a obrigação que tem de serem Varões espirituais e perfeitos, sendo cada Clérigo que se ordena tão modesto e compondo de tal sorte suas ações, que não só na vida, e costumes, mas também no vestido, gesto, passos, e praticas tudo nele seja grave e religioso, para que suas ações correspondam ao seu nome [...] (Livro III, Título I, fl.175).

Em 1592 na cidade de Salvador, o padre Luiz do Couto foi denunciado por um lavrador de Taparica chamado Heitor de Barros por ter proferido que “não se metesse na cabeça que havia Inferno, porque era somente um medo que assim se punha para não pecarem, mas que não havia inferno”<sup>218</sup>, após o denunciante dizer que tinha medo de dormir com negras e “ir parar no Inferno”. Heitor também denunciou à Inquisição que alguns atrás, o mesmo padre havia dito que “Cristo não sabia que havia de ressuscitar e que

---

<sup>214</sup> PAIVA, José Pedro. “Os mentores”: frades e freiras. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. v. II, p.205.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.106.

<sup>217</sup> As “*Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*” impressa em Lisboa no ano de 1719 foi uma compilação de normas, para servir como a principal legislação eclesiástica no Brasil Colonial.

<sup>218</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 2.553, fl.4-5.

teria tido medo da morte”<sup>219</sup>. Perguntado pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça qual o motivo de ter dito tais coisas, respondeu que não se lembrava de nada, pois estava “perturbado por ter ingerido alguns copos de vinho”, um vício que não largava. Aqui temos um exemplo nítido da deficiente formação cultural e da ausência de vocação religiosa abordada por José Pedro Paiva (2000) e também como o Inferno tomou conta da imaginação do povo brasileiro e não apenas do europeu. Com a popularização do Inferno, o batismo deixa de ser um instrumento que conduzia a vida eterna e a entrada no céu, o simples fato de ser cristão não dava mais garantias para gozar de uma vida de alegrias no paraíso. O Inferno aparece como controlador, aparece como um instrumento para controlar aqueles que tinham autonomia de si. Um simbolismo que, segundo Clifford Geertz, atua para estabelecer expressivas, profundas e longas “disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (GEERTZ, 2008, p. 67)<sup>220</sup>.

Com o clero de Portugal não era diferente. Em Lisboa no ano de 1661, o padre Pedro Barbosa Henriques, após ser perguntado por um cidadão sobre sua missa, blasfemou dizendo “que Deus no seu lugar, não faria melhor” e também “que sua mãe deveria ser respeitada na terra como Nossa Senhora no céu”<sup>221</sup>. A primeira blasfêmia incorreu as maiores notas de censura. Foi considerada escandalosa; mal soante; ofensiva. A segunda, indigna dos piedosos ouvidos dos fiéis. O processo foi arquivado e o padre condenado a ficar no cárcere “mais apertado”<sup>222</sup>. Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Um humor que não mostrava, necessariamente, uma descrença, mas apenas certa intimidade.

No Rio de Janeiro em 1764 temos, talvez, o crime de proposição herética mais significativo do clero no Brasil. O padre Antônio Carlos Monteiro de 33 anos disse, no ano anterior, em uma de suas missas:

---

<sup>219</sup> Idem, fl. 6.

<sup>220</sup> GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1 ed. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

<sup>221</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 143, fl.10.

<sup>222</sup> Idem, fl. 43.

Que os céus, sol, lua e estrelas não foram criados por Deus, nem se movem por determinação sua, porque todo o seu movimento procede por obra da natureza; e também diz que não há Deus, e se o há, que não toma providencias, porque se vê morrer um homem casado, ficando ao desamparo muitos filhos por crias, e que deixa viver outros que nenhuma falta faria se morressem; e também que há pobres miseráveis com bom procedimento e ricos com maus, e soberbos, e que se houvesse Deus, ou tivesse providencias, não sucederia assim. E também afirma que Cristo Senhor nosso era puramente homem e que foi o mais ladino que houve naquele tempo, em que andou pelo mundo, porque soube fingir muitas coisas, que o acreditaram a fazer uma lei (Processo 9.697, fl.13).

Ainda havia a denuncia de que há anos estava amancebado com uma mulher e que com ela teria dois filhos. O padre fora enviado para Lisboa e preso nos cárceres secretos da Inquisição. De todos os processos sobre os religiosos que pesquisei, sua sentença foi a mais rigorosa.

E assentou-se que o bem julgado pelos Inquisidores, Ordinários e Deputados em determinarem que lhe seja recebido ao grêmio e união da Santa Madre Igreja com cárcere e habito penitencial a arbítrio, em pena e penitencia de suas culpas vá ao Auto publico da fé e nele ouça sua sentença, e abjure seus heréticos erros em forma, e se declare que incorreu em sentença de excomunhão maior, em confissão de todos os seus bens para quem de Direito pertencerem, e nas mais penas contra semelhantes estabelecidas, e da dita excomunhão será absoluto *in forma Eclésia*; fique suspenso para sempre de suas ordens e inhabilitado para obter benefícios eclesiásticos, tenha reclusão arbitraria nos cárceres do Santo Oficio, penitencias espirituais e instrução ordinária. Mandam que assim se cumpra. Lisboa 11 de Setembro de 1764. (Processo 9.697, fl. 155).

Nos cárceres do Santo Oficio, o padre Antônio Carlos Monteiro continuou proferindo suas ideias heréticas e contestatórias. Contestando a virgindade de Nossa Senhora, dizia “que não cabia em juízo claro, que a sua mulher parindo, continuasse virgem”. “Que o Papa não tinha poder mais do que qualquer homem e, caso tivesse havido na terra um Vigário de Cristo, o que não era de crer, seria só São Pedro, porque depois dele os mais eram pecadores”. “Não havia motivo para que homens confessassem a outros homens igualmente pecadores [clérigos], que nenhum poder tinham para absolver”<sup>223</sup>. Oito anos depois, em 1772, o padre continuava preso, mas, pedia através de uma carta que fosse absolvido e solto. Dizia estar sofrendo algumas moléstias e que os médicos aviam pedido

---

<sup>223</sup> A.N.T.T. Inquisição de Lisboa. Processo 9.697, fl. 160.

que fizesse exercícios, tomasse banho e respirasse ar puro<sup>224</sup>. Pedia também que o mandassem para a cidade do Porto, para poder fazer companhia à sua mãe que estava com mais de 80 anos<sup>225</sup>. Seus pedidos foram atendidos.

### **Conclusão**

Os vários casos de blasfêmia e proposições que tenho pesquisado levam-me a concluir que, indiferente do século, a luta contra o pecado e o pecador permaneceu, mas em moldes distintos. Afinal, o blasfemador e o propositor não eram só aqueles que se arriscavam a desencadear a cólera divina: eles representavam também uma ameaça à frágil harmonia social de um mundo que apoiava seus pilares sobre o solo ainda firme da religião. Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Ainda que as sentenças fossem distintas, o julgamento nos séculos XVI, XVII e XVIII baseava-se na mesma ideia, o arrependimento.

Muitos acusados de blasfêmia e proposições heréticas defendiam-se dizendo que foram denunciados por má fé: alegavam que o acusador pretendia tão somente colocá-los em dificuldades perante o Tribunal. É normal que eles assim o tenham feito como forma de astúcia e numa tentativa de sobrevivência frente a um poder que lhes suplantava. É possível que, em muitos casos, isso de fato tenha acontecido, mas, devemos também lembrar que a blasfêmia era uma prática corrente e quotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrasse de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia, um ato tão comum que até o clero não conseguia escapar. Apesar do clero não ser imune ao ambiente considerado herege que o circulava, isso não

---

<sup>224</sup> Idem, fl.191.

<sup>225</sup> O padre é preso com 33 anos.

era suficiente para explicar seu desregramento moral, quando deveriam servir de exemplo<sup>226</sup>.

É importante que se tome cuidado com as generalizações, posto que não havia apenas clérigos pecadores e nem “anjos na terra”, aqueles que respeitavam e seguiam as regras. Ambos coexistiam. A própria historiografia nacional tendeu a ressaltar essa imagem transgressora da Colônia, como afirma e propõe Ronaldo Vainfas, para “uma rediscussão da natureza dessas fontes e da própria situação colonial”, com o objetivo de nos levar a outras ideias “e quem sabe, a desvendar regras onde aparentemente imperava o caos”<sup>227</sup>.

---

<sup>226</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Raptos, incestuosos e solicitantes: transgressões do clero no Maranhão colonial. *Revista Cantareira: Revista Discente do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 1, n. 1, p.1-24, 2009.

<sup>227</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 60.

# O degredo inquisitorial no Império Português: entre o controle social e o purgatório

**Thaís Tanure**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

[ttanure@gmail.com](mailto:ttanure@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho pretende analisar o degredo inquisitorial como prática punitiva no Império Português, colocando em perspectiva seus dois principais aspectos: o controle social e a penitência. Prática difundida por toda a Europa, presente nas leis do Reino português, o degredo foi incorporado pela Inquisição portuguesa como principal pena para os réus pecadores. Degredar, que vem do verbo degradar, significava também morte civil do desterrado. Distante de todo o seu mundo, o degredado precisava reinventar o mundo ao atravessar seu martírio. Havia uma chance de regeneração através da penitência, como no Purgatório, intermediário entre o inferno e o céu. Presente em todo o Império, o degredo contribuiu para a colonização, povoamento, controle social do Reino, e também possibilitou a circulação de práticas, saberes, pecados e culturas entre sociedades atlânticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Degredo; degredo inquisitorial; Inquisição portuguesa.

Esse artigo tem por objetivo analisar o degredo como prática punitiva no Portugal Moderno, e mais especificamente a forma como a pena de degredo foi apropriada e utilizada pela Inquisição portuguesa. O desterro como pena foi largamente empregado na punição de criminosos portugueses e também uma das penas que os inquisidores mais se valeram na expiação dos pecadores. O degredo forçou a purgação dos pecados, mas também contribuiu para o povoamento dos recônditos territórios conquistados por

Portugal. Além disso, funcionou como possibilitador de um intercâmbio cultural entre sociedades atlânticas<sup>228</sup> em que práticas, saberes e pecados circularam através do degredo.

## O degredo

O banimento, isto é, enviar o condenado para longe de seu local de domicílio, foi apropriada do Direito Romano e aplicada pelos Estados modernos. Alguns autores, como Timothy Coates<sup>229</sup> e Gerald Bender<sup>230</sup> consideram que a pena de degredo apropriada pelos Estados modernos pressupõe o Estado Imperial, uma vez que, utilizando-se dos degredados, a Coroa reforçaria o poder em locais onde ele seria relativamente insuficiente e para os quais não se conseguiria atrair suficiente imigração livre. Aquele que seria indesejável no Reino, poderia ser de grande valia para povoar as Conquistas<sup>231</sup>.

Timothy Coates elucida que a documentação sobre o degredo como pena começa com a Alta Idade Média e termina em 1954, quando esta pena foi abandonada. Neste trabalho, realizaremos algumas reflexões sobre o exílio penal no Portugal moderno, usando como fontes legislativas as Ordenações Filipinas e o Regimento do Santo Ofício de 1640. Para tanto, nosso recorte espaço-temporal é o Império Português dos séculos XVII e XVIII. O objetivo aqui não é avaliar as permanências e mudanças relativas ao sistema de degredo ao longo de todo o recorte temporal, mas, tão somente, fazer indicações sobre a sua prática nas legislações real e inquisitorial e sobre algumas de suas aparentes contradições no período através de alguns estudos de caso.

O verbo degradar, proveniente de degradar, significava morte civil para o criminoso. O exílio forçava o indivíduo a deixar seu local de residência e partir para um local estranho e hostil, onde ele teria de recriar todas as condições de sobrevivência e relações pessoais. Raphael Bluteau define o verbo degradar como “desterrar: lançar alguém

---

<sup>228</sup> Sobre as sociedades atlânticas e o intercâmbio cultural entre elas ver BAYLIN, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Harvard University Press, 2005.

<sup>229</sup> COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1775*. Lisboa: Comemoração Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

<sup>230</sup> BENDER, Gerald. *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

<sup>231</sup> Optamos por utilizar o termo como ele aparece nas fontes legais. Quando o local do degredo não se encontra especificado, frequentemente consta degredo “Para as conquistas” ou “Para alguma das conquistas de sua Majestade”.



de sua terra”. Haveria três tipos de degredo: “A expulsão para terras remotas. A relegação em alguma ilha, e a proibição de alguns lugares particulares”<sup>232</sup>.

Ser degredado é ser também rebaixado na graduação social. Sentenciar alguém ao degredo é também degradá-lo, ou segundo Bluteau, “lançar do grau, lugar ou dignidade que se ocupa. [...] se priva da divina proteção e degrada da dignidade de ter a seu criador por amparo e tutor seu”<sup>233</sup>. Assim, podemos inferir que simbolicamente, para alguns degredados, até mesmo o amparo do criador poderia lhes ser restringido.

Nas Ordenações Filipinas, para a maioria dos crimes é prevista a pena de degredo.<sup>234</sup> Os crimes eram classificados como menores, graves e absolutamente imperdoáveis. Timothy Coates afirma que todos os três tipos eram punidos com a pena de degredo<sup>235</sup>. Quando o destino do degredado era um local inóspito do Império Português, como a África ou o Brasil, tratava-se de uma sentença grave. A frequência com que os poderes Imperial e inquisitorial se valiam da pena de degredo em Portugal motivou a advertência de um jurista em 1742:

Que vai degredados de sua pátria é privado de seu país, parentes, e amigos, e vai passar a vida entre estranhos e desconhecidos, que isto basta, para passar miserável e tristemente. E por esta razão os Juízes devem cuidar muito em não impor esta pena de degredo aos culpados com facilidade.<sup>236</sup>

Apesar da gravidade da pena, a Coroa e o Santo Ofício empregaram-na comumente para punir os diversos delitos. Como afirma Francisco Xavier da Silva Telles, um importante cientista português do início do século XX, que publicou uma conferência

---

<sup>232</sup>BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Bluteau, Raphael. 1638-1734. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/002994-03#page/181/mode/1up> consultado em 10 de maio de 2015, p. 40, 75.

<sup>233</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português...*, p. 40.

<sup>234</sup> Gabriela Nepomuceno afirma que o degredo foi a principal pena desse compilação legislativa, que foi apropriado por outros espaços de língua portuguesa, como o Brasil, que teria mantido o degredo como diretiva até a primeira constituição republicana de 1891. Cf. NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e punição no Antigo Regime português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. Dissertação de mestrado, História, UnB, 2002, apud ALÓ, Clarisse Moreira. *Angola: lugar de castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes. Séc. XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

<sup>235</sup> COATES, Timothy. *Degredados e órfãs...*

<sup>236</sup> FERREIRA, Manoel Lopes. *Prática Criminal Expedida na Forma da Praxe* Lisboa: Caros Esteves Mariz, 1742, p. 222 e segs. Apud COATES, T. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português*. p. 55

sobre a transportação penal conciliando teses colonialistas com o evolucionismo em voga e o determinismo biológico proveniente de sua carreira de médico: “O degredo é entre nós uma sentença tradicional”<sup>237</sup>.

Nas Ordenações Filipinas, o degredo era previsto para a maioria dos crimes.<sup>238</sup> Nos crimes de ordem moral ou religiosa, o desterro está quase sempre presente. A seguir, elencamos alguns exemplos. Para aquele(s) “que arrenegam, ou blasfemam, de Deus, ou dos Santos [...] sendo Fidalgo, seja degradado um ano para África”<sup>239</sup>.

Também os feiticeiros, quando não deviam morrer “morte natural”, deveriam ser açoitados publicamente com barço e pregão e degredados para sempre para o Brasil. Uma sentença gravíssima para os feiticeiros, supersticiosos e mágicos que não

seja alguma pessoa ousada que para adivinhar lance sortes, nem varas para achar tesouro, nem veja em água, Cristal, espelho, espada, ou em outra qualquer coisa luzente, nem em espadua de carneiro [...], nem traga consigo dente, nem barço de enforcado, nem membro de homem morto, nem faça com uma das ditas cousas, nem com outra posto que aqui não seja nomeada espécie alguma de feitiçaria ou para adivinhar, ou para fazer dano a alguma pessoa,[...] nem para pegar homem, nem mulher para não poderem haver ajuntamento carnal.<sup>240</sup>

Aqueles que benziam cães ou bichos sem autoridade d’El Rey e não fossem peões eram degredados para África por um ano, ou dois anos para Castro Marim se fossem mulheres. Aqueles que compram moeda falsa ou a despendem, “sabendo que é falsa e em qualquer

---

<sup>237</sup> TELLES, Francisco Xavier de Silva. *A transportação Penal e a Colonização* (Lisboa: SGL, 1903). *Apud*. Timothy Coates. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português*. p. 85. Para uma boa análise sobre a historiografia sobre o degredo português ver ALÓ, Clarisse Moreira. *Angola: lugar de castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes. Séc. XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

<sup>238</sup> Para estudos recentes sobre a pena de degredo nas Ordenações Filipinas, ver NEPOMUCENO, Gabriela Murici. *Crime e punição no Antigo Regime português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*. Dissertação de mestrado, História, UnB, 2002 e TOMA, Maristema. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas)*. Dissertação de mestrado, História, Unicamp, Campinas, 2002.

<sup>239</sup> ALMEIDA, Candido Mendes. *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870, versão digitalizada disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ni.htm>. Consultado em 10 de maio de 2015. p. 1149.

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_ . *Ordenações Filipinas*, p.1150.

quantidade, será degradado para sempre para o Brasil e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa do Reino.”<sup>241</sup>

A ordem social é estabelecida e afirmada continuamente nas Ordenações através das penas de degredo previstas. Assim, no crime de entrada em Mosteiro, para retirada de freira, ou para dormir com ela, se o homem for peão, deverá morrer por isso. Mas se for de “maior qualidade, pague cem cruzados para o Mosteiro e será degradado para sempre para o Brasil”<sup>242</sup>. A diferenciação das penas segundo a qualidade dos envolvidos é a regra nas Ordenações. Assim também acontece no caso daquele que dorme por força com qualquer mulher ou trava dela e a leva por sua vontade. Se o enganador for fidalgo “será degradado para África até a nossa mercê, se for peão que morra por isso”<sup>243</sup>. Assim, vários outros crimes eram punidos com a pena de degredo, e as penas eram diferenciadas de acordo com a ordem social desigual do Antigo Regime.

### O degredo no Regimento do Santo Ofício de 1640

Nos Regimentos do Santo Ofício de 1552 e 1613 não se especifica tipologia e penalidade dos crimes pelos quais se ocupa o Santo Ofício. É o Regimento publicado em 1640 que vai fazê-lo. O Santo Ofício reivindica a jurisdição pelos crimes/pecados de judaísmo ou qualquer outra heresia; confissão que se revoga, cismas, recepção e defesa de hereges; contra os que tendo confessado suas culpas, as revogam; contra os cismáticos; receptadores e defensores dos hereges ou infiéis; comer carne em dias proibidos; blasfêmia; irreverência ou desacato ao Santíssimo Sacramento; bigamia; casamento de clérigos; casamento entre cristão e infiel; solicitação por padre no ato da confissão; impedir o ministério do Santo Ofício; fuga do cárcere; falso testemunho; ou aqueles “que cometem qualquer outro crime; que o Edital da Fé declara, ou que por disposição de Direito, ou concessão da Sé Apostólica, pertence ao Santo Ofício, ou ao diante pertencer. E em todos estes crimes procederão conforme o direito, [...]”<sup>244</sup>. Geraldo Pieroni, historiador do

---

<sup>241</sup> \_\_\_\_\_ . *Ordenações Filipinas*, p.1161.

<sup>242</sup> \_\_\_\_\_ . *Ordenações Filipinas*, p. 1165.

<sup>243</sup> \_\_\_\_\_ . *Ordenações Filipinas*, p.1169.

<sup>244</sup> *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos reynos de Portugal: ordenado por mandado do Illmo & Revmo. Snor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral do 16 Conselho d'Estado de S. Magde.* Lisboa: Manoel da Sylva, 1640. 243

degredo inquisitorial para a América portuguesa, afirma que a Inquisição foi um Estado dentro do Estado, e que a Igreja e a Monarquia estavam unidas na luta contra os desvios sociais, políticos e religiosos. Por esta razão os regimentos inquisitoriais estavam de acordo com as ordenações reais. Além disso, em diversos trechos do Regimento de 1640, a expressão “segundo a disposição do direito” revelaria a “aproximação estreita desse regimento com as ordenações reais em vigor nessa época. As condenações inquisitoriais moldam-se às leis da jurisdição secular.”<sup>245</sup>.

Por estes e outros pecados podiam os condenados sofrer excomunhão, irregularidade no caso de clérigo, “de relaxação à Curia Secular, e confiscação de bens, desde o dia em que se cometeu o delito. Além destas penas, há outras menos graves, como é abjuração, degredo, açoites, reclusão, cárcere, habito penitencial, condenação pecuniária, e penitencias espirituais.”<sup>246</sup>.

Também no Regimento de 1640, o degredo é pena constante. Ele é prescrito para a maioria dos crimes da jurisdição do Santo Ofício. No caso dos feiticeiros hereges, serão tratados como os hereges convictos e relaxados à justiça secular. Contudo, no caso do feiticeiro confessar e se reconciliar com a fé, sairá em Auto de Fé

com hábito penitencial, e carocha, na mesma forma, e no Auto fará abjuração em forma de seus erros, e terá confiscação de bens, desde o tempo em que com os ditos crimes se apartou da Fé, e será degredado para as galés, e sendo mulher, para a Ilha do Príncipe, S. Tomé ou Angola; e uns e outros terão penas de açoites [...]”<sup>247</sup>.

A diferenciação social também é imperativa nas leis do Santo Ofício, e “quando a pessoa condenada por este crime for nobre, ou de qualidade, que pareça, que não deve ter pena de açoites, nem degredo para galés, será degradada para Angola, S. Tomé, ou partes do Brasil [...]”<sup>248</sup>. No crime de bigamia, considerado como ultraje ao Sacramento do Matrimônio suspeitando-se assim de apartamento da Fé Católica, a pessoa, se condenada,

---

p. (Cópia autenticada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Série Preta, 671), p. 258

<sup>245</sup> PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino*. Brasília: Unb, 2000, p.61. À respeito da união da Igreja com o Estado na empreitada colonial da modernidade, ver BOXER, Charles. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. Editora Companhia das Letras, 2007.

<sup>246</sup> *Regimento do Santo Officio...*, p. 342, 343.

<sup>247</sup> *Regimento do Santo Officio...*, p. 360.

<sup>248</sup> *Regimento do Santo Officio...*, p. 360.

deve sair em Auto de fé, abjurar de leve suspeita na fé, sendo plebeia, deverá ser açoutada pelas ruas públicas e degredadas para as galés. Se a plebeia for mulher, será degredada pelo mesmo tempo para Angola ou partes do Brasil. Mas se o bígamo for nobre, e escusado de pena vil, será degredado de cinco até oito anos para África ou partes do Brasil.

Os religiosos que se casavam eram condenados às galés. Tinham o mesmo destino àqueles que perturbavam o ministério do Santo Ofício, àqueles que faziam irreverência pública do Santíssimo Sacramento do Altar ou das imagens sagradas e os que blasfemavam hereticamente contra o “Mistério da Santíssima Trindade, ou Divindade de Cristo Senhor Nosso, ou sobre ser concebido por Obra do Espírito Santo, ou sobre nos remir, com Sua Sagrada Morte e Paixão, ou falando contra Sua Encarnação, ou contra a Pureza da Virgem Maria Nossa Senhora”<sup>249</sup> desde que fosse vil e homem, já que às mulheres nunca se condenava ao trabalho nas galés.

Como as mulheres não podiam ser mandadas às galés reais, por se acreditar serem frágeis e incapazes de trabalho tão árduo, elas frequentemente foram condenadas ao degredo para o Brasil, ou Angola em crimes cujas penas correspondentes para os homens eram as galés. Esse é o caso da prescrição para o delito da mulher herege que confessa na última hora, que deverá ser degredada para Angola, São Tomé ou partes do Brasil. E também daquelas mulheres que depois de confessarem seus crimes, se jactam de não os ter cometido. Para estas, a pena é de “outros tantos anos” para o Brasil, ou para Angola.

A pena de degredo aparece no Regimento de diversas formas, como tentamos demonstrar. Quando não está especificado o lugar do degredo, diz-se “para alguma das Conquistas do Reino”, “para fora do Bispado” no caso de religiosos, ou simplesmente “terá degredo”. Geraldo Pieroni constata que das 26.034 condenações constantes nos processos por ele estudados, foram encontrados 3.886 réus punidos com alguma forma de degredo. Mais precisamente: 1525 acusados foram banidos para o interior de Portugal, ou seja, 39,3%; e 1.186 criminosos foram condenados a degredo para uma das possessões ultramarinas, isto é, 30,5%. Os condenados às galés foram 1.175, ou 30,2%. Entre as terras do além-mar, o Brasil ocupa o primeiro lugar com 49,7%<sup>250</sup>.

---

<sup>249</sup> *Regimento do Santo Officio...*, p.357.

<sup>250</sup> PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino*.

## Alguns apontamentos sobre o degredo e suas aparentes contradições

Não podemos neste trabalho aprofundarmo-nos sobre a mudança na prática do degredo ao longo do período estudado, mas se seguirmos a classificação de Laura de Mello e Souza em *Inferno atlântico*<sup>251</sup>, teremos que as galés teriam sido preferidos locais de degredo no século XVI. Já no século XVII, o Brasil teria se tornado local privilegiado para local de envio de condenados. No século XVIII, os coutos metropolitanos teriam sido eleitos os locais privilegiados de exílio inquisitorial. No século XIX, a Inquisição foi perdendo poder e legitimidade até ser finalmente extinta em 1836. O degredo civil continuou sendo praticado pelo Estado Português e Angola parece ter sido o local privilegiado para o envio de condenados civis com a independência do Brasil em 1822. (ALÓ, 2006).

No Regimento de 1640, em diversos casos não se especifica o local nem o tempo do degredo, deixando margem para uma relativa flexibilidade nas condenações.<sup>252</sup> Temos também de atentar para o fato de que nem sempre as penas prescritas pelos regimentos da Inquisição eram aquelas que eram aplicadas. Francisco Bethencourt pontua que as “instruções constituem uma boa introdução aos problemas da cultura das organizações em análise”, mas “por outro lado, a prática antecipava muitas vezes a lei, ou afastava-se dela, sendo por vezes extremamente sutis as alterações de estratégia, que escapam à leitura dos grandes repertórios legislativos.”<sup>253</sup> Por exemplo, a pena para os crimes de feitiçaria e de sodomia era a relaxação à justiça secular, mas o estudo dos processos inquisitoriais revela que em muitos casos a pena aplicada para esses crimes foi a de degredo, seja para algum local do Reino, para as galés, ou para alguma das possessões da Coroa<sup>254</sup>.

---

<sup>251</sup> SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico. Demonologia colonizadora: séculos XVI-XVIII*, São Paulo: Companhia das letras, 1993.

<sup>252</sup> PIERONI, *Excluídos do Reino*, e COATES, Timothy, *Degredados e órfãos...* consideram que o sistema de degredo funcionava com relativa flexibilidade, tendo diversos condenados conseguido a alteração de seus locais de exílio penitencial. Sobre o perdão de penas na França da modernidade, ver DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Cia das Letras, 2001

<sup>253</sup> BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*/ Francisco Bethencourt. – São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 48

<sup>254</sup> Para o estudo da feitiçaria em Portugal ver os estudos de BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. Editora Companhia das Letras, 2004 e PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”, 1600-1774* (Lisboa: Notícias, 1997).

Sobre os sodomitas no Brasil colonial, consultar os clássicos de MOTT, Luiz; *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Papyrus Editora, 1988 e Justitia et Misericordia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia. NOVINSKI, Anita; CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte. Trabalhos apresentados*, 1992, no 1, p. 704-732. VAINFAS, Ronaldo. *Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* / Ronaldo Vainfas. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Bluteau define também um sentido metafórico para o termo *desterro*. “O pecado é desterro da razão. Desterro da razão e do Céu são os pecados”<sup>255</sup>. Despossuídos da razão, apartados da Fé, vagueando à procura de redenção, os pecadores também eram banidos de suas terras. Mas a eles era oferecida uma oportunidade de purificação. Não podemos nos esquecer do importante aspecto penitencial da pena de degredo. Laura de Mello e Souza demonstra brilhantemente o aspecto purificador da travessia marítima associando o degredo ao purgatório como intermediário entre o inferno e o céu. O degredo purgava o reino de suas mazelas, mas também oferecia ao pecador uma oportunidade de purificação através deste “grande rito de passagem”<sup>256</sup>.

O Santo Ofício acreditava, ou pelo menos parecia acreditar que, uma vez em seus locais de degredo, se emendariam os pecadores. Mas, ao se purgar o Reino, as conquistas se infernalizariam. Assim, parece ser mais importante controlar socialmente a Reino do que as conquistas, o que demonstraria ter o Santo Ofício dois pesos e duas medidas<sup>257</sup>. E além disso, uma vez infernalizadas as “colônias”, fundiam-se práticas culturais diversas que o degredo teria ajudado a difundir. Como salienta Laura de Mello e Souza,

Outros, já no século XVIII, nascidos no Brasil e tributários de uma tradição mágica e demoníaca que o degredo ajudara a perpetuar – mostrando aqui sua face de transmissor cultural –, eram também processados na Metrópole e degredados para seus coutos ou suas galés [...]. Infernalizar a Colônia significava muitas vezes ter, de volta, a Metrópole infernalizada.<sup>258</sup>

Se, inicialmente, o degredo é empregado para o controle social do Reino e também para o povoamento dos “domínios de sua majestade”, posteriormente, os indesejáveis das colônias também passariam a integrar as listas dos condenados pela Inquisição, e iriam cumprir suas penas no próprio Reino. Essa seria uma aparente contradição do sistema de degredo praticado pela Inquisição.

---

<sup>255</sup> BLUTEAU. *Vocabulário Português...* p. 176

<sup>256</sup> SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular na colonial*. São Paulo: Cia das letras, 1986. p. 75.

<sup>257</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico. Demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII* / Laura de Mello e Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

<sup>258</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico*, p. 101.



Emblemático neste caso é o processo do escravo Domingos Álvares preso no Rio de Janeiro em 1690 pelo crime de feitiçaria, processado em Lisboa e degredado para Castro Marim, no Algarve, cidade que divide a fronteira portuguesa com a Espanha. Uma vez em Castro Marim, Domingos foi novamente preso por curas supersticiosas e condenado à novo degredo, desta vez para a cidade de Bragança.<sup>259</sup>

Outro caso interessante é o do índio Custódio da Silva<sup>260</sup>, carpinteiro, morador na “roça do Marajó”, no Pará. O réu foi acusado de bigamia por ter se casado com duas índias e foi enviado para Lisboa para ser processado pelo Santo Ofício em 1745. Maria Leônia Chaves de Resende estuda este processo e afirma que o indígena sequer falava português e para o processo foi necessário um intérprete<sup>261</sup>. À despeito de suas práticas culturais desconhecidas aos olhos dos inquisidores, ele foi condenado por suspeita na fé católica. Instruído nos mistérios da fé, cumpriu as penas e penitências espirituais que lhe foram impostas. Saiu no Auto de fé e de carocha e sambenito foi açoitado pelas ruas de Lisboa até a Igreja de São Domingos onde, na presença do Rei Dom João V, foi sentenciado ao degredo de cinco anos para trabalhar nas galés de sua Majestade. Esse foi o único caso de condenado índio encontrado pela autora em que a pena foi mais rigorosa. Ela concluiu que dos 33 homens e 7 mulheres indígenas sentenciados pelo Santo Ofício, as penas eram brandas porque o Santo Ofício levaria em conta a “ignorância” dos indígenas.<sup>262</sup>

### Conclusão

Nestes casos, como nos de outros escravos degredados para Portugal, cabe refletirmos se o processo que conjugou o degredo penitencial e o controle social do Reino entrou em contradição considerando que os indesejáveis das conquistas foram povoar a

---

<sup>259</sup> ANTT, Inquisição de Évora, Processo 7759. Emblemático em diversos aspectos, este processo foi estudado por Laura de Mello e Souza, Geraldo Pieroni e Daniela Calainho. Cf. SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1986; PIERONI, *Os excluídos do Reino* e CALAINHO, Daniela. *Metrópole das mandingas. Religiosidade negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime* / Daniela Buono Calainho. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

<sup>260</sup> ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 11178.

<sup>261</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Cartografia gentílica. Os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII). In: *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII)*. FURTADO, Júnia Ferreira e RESENDE, Maria Leônia Chaves de (orgs.) Fino Traço Editora, 2013.

<sup>262</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves. Cartografia Gentílica... Ronaldo Vainfas chega a semelhante conclusão sobre a suposta ignorância dos indígenas nos processos dos acusados na Santidade do Jaguaripe. O autor conclui que o caso somente alcançou tamanho interesse e repercussão pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça por ter alcançado o abrigo e a aderência de brancos e fidalgos da Bahia. VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Metrópole. Renato Venâncio fala de um “mundo de ponta-cabeça, inversão total” em relação ao impacto que causaria na população livre de Lisboa a chegada de cativos da América.

Podemos pensar também se no contexto em que a escravidão foi se tornando uma prática recriminável no Reino, processo que culminou no decreto de 1761 do Marquês de Pombal, em que se estabelece o fim da escravidão em Portugal o país ibérico teria assim passado por uma crise de falta de mão-de-obra e se, uma vez mais, os processados pelo Santo Ofício teriam sido aproveitados pelas necessidades da Coroa e os escravos degredados em meados do século XVIII se incluiriam nessa conjuntura. Outra hipótese que podemos levantar é se a América Portuguesa já não se tinha tornado o inferno por excelência no século XVIII, tal como defende Laura de Mello e Souza<sup>263</sup>, quando seus párias sociais foram enviados para além-mar.

---

<sup>263</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização*.

# Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro

**Igor Tadeu Camilo Rocha**

Doutorando/Bolsista CAPES-PROEX

Universidade Federal de Minas Gerais

[igortcr@gmail.com](mailto:igortcr@gmail.com)

**RESUMO:** Trata-se de um trabalho baseado em minha dissertação de mestrado intitulada Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro: formulações, difusão e representações (1756- 1807), defendida em fevereiro de 2015, na UFMG. Neste trabalho, procurou-se investigar as formulações, ideias e representações a respeito da tolerância religiosa sob o Reformismo Ilustrado no mundo luso brasileiro, tendo como hipótese geral de que as reformas institucionais tocantes à Inquisição, Igreja e cleros regular e secular criaram, ainda que de forma indireta, condições para que uma defesa da tolerância religiosa fosse difundida mais amplamente. A investigação, em um primeiro momento, partiu de uma discussão historiográfica sobre o tema da tolerância religiosa, entre seu “surgimento” no limiar da Idade Moderna até a Ilustração, com o objetivo de pensá-la como tema de reflexão histórica, além de se apresentar possíveis particularidades sobre seu estudo no contexto luso-brasileiro. Concentrando-se entre a segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX, a referida dissertação se centrou na análise da defesa da tolerância religiosa contida nas falas dos libertinos que caíram nas malhas da Inquisição portuguesa, dentro de um contexto de amplas mudanças institucionais em Portugal e suas colônias. Notamos, ao longo da pesquisa, diversos pontos congruentes entre debates iluministas e um substrato cultural pré-existente na mentalidade e religiosidade luso-brasileiras, que de alguma forma dialogaram com o projeto de modernização empreendido no referido contexto após as reformas pombalinas, criticando a centralidade da Igreja na vida social e institucional, além de formulações expressas nas proposições consideradas heréticas que remetiam a uma defesa mais ampla e, muitas vezes, radical, de formas mais livres de viver a religiosidade. Em diversos pontos, ainda, essa defesa da tolerância religiosa assumiu colorações políticas ao se colidir com um projeto de sociedade de Antigo Regime, baseado na unidade entre trono e altar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tolerância religiosa; Inquisição; Ilustração.

A presente comunicação tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, os resultados obtidos em minha dissertação de mestrado, defendida e aprovada em fevereiro de 2015<sup>264</sup>. Nesta pesquisa buscou-se investigar a formulação e difusão de ideias e

---

<sup>264</sup> C.f. CAMILO ROCHA, Igor Tadeu. Libertinos, tolerância religiosa e inquisição sob o reformismo ilustrado luso-brasileiro: formulações, difusão e representações (1756- 1807). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte, 2015. 186 p. Disponível em:

representações sobre a tolerância e liberdade religiosas expressas nas falas dos denunciados e investigados pela Inquisição portuguesa dentro do período conhecido como o Reformismo Ilustrado, que abrange os reinados de D. José I (1750-1777), D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1816-1822). Procurou-se refletir sobre as ideias em defesa da tolerância religiosa nesse contexto, relacionando-se debates referentes à Ilustração e um substrato cultural preexistente no mundo luso-brasileiro, que muitas vezes tendia a formas mais cétricas, críticas e tolerantes em matéria religiosa. Foram analisados 30 documentos inquisitoriais, dentre eles processos, cartas, denúncias, apresentações e sumários referentes ao crime de libertinagem, de alçada inquisitorial, além de partes do Livro de Visitações do Santo Ofício ao Grão-Pará<sup>265</sup>, além do Regimento do Santo Ofício de Portugal de 1774, publicado por Sônia Siqueira na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, em 1996<sup>266</sup>.

A hipótese central desta pesquisa é de que as reformas que se deram no período de Reformismo Ilustrado, de caráter secularizante e regalista, impactaram, de forma significativa, a difusão de representações sobre a tolerância religiosa no mundo luso-brasileiro, sem que se confunda tal situação com um incentivo à tolerância por parte das autoridades. Muito pelo contrário, essas reformas visavam proteger a unidade entre trono e altar, entre a Coroa e o catolicismo. Entretanto, a orientação Ilustrada de tais reformas, que incidiu em várias instituições do mundo luso-brasileiro, valorizou determinados aspectos do pensamento, da política e da religião que contribuíram indiretamente para a difusão de formas mais tolerantes no trato com a dissidência religiosa, além de afetar a condição e posição na hierarquia social da Inquisição e cleros regular e secular, o que indiretamente abriu espaços para que houvesse, nos meios heterodoxos, um maior espaço de difusão críticas ao projeto de unidade trono x altar, entre elas a defesa da tolerância religiosa.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos, cujo o primeiro procurou analisar a tolerância religiosa como tema de pesquisa histórica e os subsequentes focaram na análise documental propriamente dita.

---

[https://www.academia.edu/11550165/Libertinos\\_Toler%C3%A2ncia\\_religiosa\\_e\\_Inquisi%C3%A7%C3%A3o\\_sob\\_o\\_Reformismo\\_ilustrado\\_lusobrasileiro\\_formula%C3%A7%C3%B5es\\_difus%C3%A3o\\_e\\_represen%C3%A7%C3%B5es\\_1756-1807](https://www.academia.edu/11550165/Libertinos_Toler%C3%A2ncia_religiosa_e_Inquisi%C3%A7%C3%A3o_sob_o_Reformismo_ilustrado_lusobrasileiro_formula%C3%A7%C3%B5es_difus%C3%A3o_e_represen%C3%A7%C3%B5es_1756-1807) Acessado em 27/06/2015

<sup>265</sup> Livro de Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Apresentação: José Amaral da Lapa. 1ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

<sup>266</sup> SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n.º 392, jul./set. 1996.

No primeiro capítulo, intitulado *A Tolerância religiosa como tema de análise histórica*, objetivou-se apresentar a tolerância religiosa como historicamente construída – e não como um dado óbvio –, dialogando com a autora Lynn Hunt<sup>267</sup> e sua ideia de “paradoxo da obviedade”, que ela utiliza, ao se referir a uma contradição presente nas mais diversas referências aos direitos humanos, entre a aparente obviedade presente na opinião pública ao se referir ao tema que contrasta com o fato do mesmo sempre ser parte de disputas, embates e jamais ser considerado como um projeto realizado de maneira plena. A tolerância religiosa, tema próximo ao dos direitos humanos, também incorre nesse risco se tomado como um dado óbvio ou como projeto plenamente realizado. Por isso, ao historicizá-lo, enfatizou-se uma opção distinta da, por exemplo, feita por Mario Turchetti<sup>268</sup>, de delimitar a tolerância religiosa como um conceito. A opção que foi feita privilegia pensar a tolerância religiosa como um terreno de disputas e constantes discussões em torno de liberdades de crença, convivência entre pessoas e grupos que professem credos diferentes uns dos outros, assim como questões que se referem ao papel das autoridades na vida religiosa e mesmo concepções a respeito de possíveis “verdades absolutas”. Como isso, buscou-se, ao longo dessa pesquisa, evitar um raciocínio pautado na noção do que determinada ideia “precisaria” ou “deveria” ter para a consideramos plenamente como uma defesa da tolerância religiosa. Tal escolha se justifica por dois motivos. O primeiro deles é que uma delimitação conceitual muito rígida pode incorrer em proposições muito prescritivas a respeito da relação entre dois credos distintos em determinado contexto, além de poder incorrer em anacronismos. Essa crítica foi apresentada neste capítulo à obra de Giacomo Martina<sup>269</sup>, por ele defender que a tolerância religiosa de fato somente se daria ao conciliar o pacifismo no trato com a dissidência religiosa com uma noção de “verdade absoluta” (no caso dele, a católica), ou ainda a crítica que foi feita também neste capítulo ao trabalho de Turchetti quando o autor afirma não haver a defesa da tolerância religiosa na obra de Erasmo de Roterdã, visto que mesmo que o humanista holandês defendesse o fim de perseguições religiosas, ainda conciliava sua

---

<sup>267</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução: Rosaura Eichenber. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>268</sup> Especificamente em dois artigos. C.f. TURCHETTI, Mario. *L'arrière-plan politique de l'édit de Nantes, avec un aperçue de l'anonyme De la concorde de l'Etat. Par l'observation des Edicts de Pacification (1599)*. In: Michel Grandjean & Bernard Roussel (éd): *Coexister dans l'intolérance. L'Édit de Nantes (1598)*. Genève: Labor et Fides, 1998; \_\_\_\_\_. *Une question mal posée: Érasme et la tolerance. L'idée de Sygkatabis*. Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance. Tome LIII. 1991, n° 2. s/l. pp. 379-395

<sup>269</sup> MARTINA, Giacomo. *La Iglesia, de Lutero a nuestros días. Volume II: Epoca del Absolutismo. Lo tradujo al castellano*: Joaquín L. Ortega. Ediciones Crisandad. Madrid, 1974.

concepção pacifista com a defesa de uma verdade absoluta, o que configuraria, segundo Turchetti, somente na defesa do que ele chama de *concordia*. Além disso, esse tipo de análise tem um limite claro, que é circunscrever aos debates a meios letrados, como os tratados de teólogos, filósofos, humanistas, entre outros. Há pouco ou nenhum espaço, nesta forma de analisar, de matrizes de defesa de maior liberdade em matéria de religião distantes dos debates eruditos, por exemplo, já pensando na cultura ibérica, na tradição convívio entre judeus, maometanos e cristãos durante a ocupação islâmica. A esse período, por exemplo, no trabalho de Henry Kamen<sup>270</sup>, se deve uma tradição de busca por contorno de conflitos religiosos na cultura ibérica que perpassou discussões em diversos âmbitos mesmo em períodos de maior intensidade das perseguições inquisitoriais.

Já trazendo a discussão sobre a tolerância religiosa no contexto das Luzes, buscou-se dialogar com modelos teóricos que privilegiem uma geografia mais ampla das Luzes, como os apresentados nas obras de Franco Venturi<sup>271</sup> e Dorinda Outram<sup>272</sup>, ao invés de modelos que as centralizem a Ilustração excessivamente na França, de forma a possibilitar que a Ilustração fosse pensada dentro de sua diversidade, como um contexto marcado por discussões que articulem realidades gerais com as locais e mais específicas. Essa perspectiva de Ilustração se faz fundamental para pensarmos a realidade luso-brasileira, muitas vezes colocada à parte do contexto da Ilustração, vista sob termos como “Luzes ecléticas”, como defende Francisco Falcon<sup>273</sup>, ou como “luzes esmaecidas”, como aparece nas obras de Lúcia Bastos Pereira Neves<sup>274</sup> e outros autores.

A tolerância religiosa aparece de maneiras diversas nos debates das Luzes, seja em ataques contra o fanatismo e a superstição, em críticas às perseguições religiosas empreendidas por agentes como as Inquisições ibéricas, e também por críticas contra uma religiosidade barroca, e também na defesa de formas mais brandas de religiosidade. A historiografia a respeito do referido tema o insere também nos debates em torno das

---

<sup>270</sup> KAMEN, Henri. Toleration and Dissent in Sixteenth-Century Spain: The Alternative Tradition. *Sixteenth Century Journal*, vol. 19, n.º. 1. (Spring, 1888). Pp. 3-23.

<sup>271</sup> VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

<sup>272</sup> OUTRAM, Dorinda. What is the Enlightenment? In: OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment: new approaches to european history*. Cambridge University Press. 1995, Pp. 1-13.

<sup>273</sup> FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. 2ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1993

<sup>274</sup> NEVES, Lúcia Bastos Pereira. *Revolução: em busca de um conceito no Império Luso-Brasileiro (1789-1822)*. In: *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. João Ferez Junior, Marcelo Jasmin (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Ed. Loyola, Iuperj, 2007. Pp. 129-140.

questões decorrentes da chamada “crise no pensamento europeu”, que remete às últimas décadas do século XVII e se articulam, entre outros pontos, com o impacto da ciência moderna no pensamento europeu e discussões em torno de fatos como a revogação do Édito de Nantes, em 1685.

E afim de analisar esses debates no contexto luso-brasileiro, procurou-se entender a relação de complementaridade entre matrizes populares e outras discussões mais letradas sobre o tema, presentes nas falas dos libertinos que caíram nas malhas da Inquisição portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII. A partir daí, foi analisada a documentação inquisitorial referentes aos chamados libertinos, tipologia de delito ressignificada no vocabulário regimental da Inquisição portuguesa na segunda metade do século XVIII, tendo aí uma acepção tripla de monarcômaco, depravado sexual e também de livre pensador. Tratam-se de sentidos que se complementam, e abarcam uma gama variada comportamentos heterodoxos dentre os quais localizamos defesas mais ou menos radicais da tolerância religiosa. Nisso se ocuparam os capítulos II e III desta dissertação.

No segundo capítulo, cujo título é *Reformismo Ilustrado, Inquisição e tolerância* buscou-se analisar como que as reformas que incidiram diretamente no Santo Ofício, ao mesmo tempo, redirecionaram seus alvos mais diretos de perseguição, mas também lado desgastaram alguns dos mecanismos mais caros de reproduzir o medo e reverência aos tribunais inquisitoriais. Assim, indiretamente, se abriu espaços para uma defesa da tolerância religiosa que se dava, nas falas e ações desses libertinos, muitas vezes, em um desafio e resistência mais diretos à autoridade inquisitorial. Esta, algumas vezes, sendo fortemente questionada.

Antes de analisar as referidas reformas da segunda metade do século XVIII, se fez necessária uma contextualização histórica do Santo Ofício, entre a sua fundação e a época conhecida como “Inquisição Barroca”. A fundação das Inquisições articula-se com o pensamento renascentista, com projetos que buscavam uma estabilidade em meio a um contexto de constantes irrupções. Apesar das resistências que ocorreram ao longo de sua história, as Inquisições se firmaram nas sociedades ibéricas na medida em que os ideais de pureza se enraizavam. Em Portugal, esse enraizamento se deve em grande medida à importância dos estatutos de limpeza de sangue, que, durante boa parte dos séculos XVII e XVIII foram fundamentais para o acesso a cargos de destaque social. Delineou-se, assim,



um ideal de pureza de fé que trazia consigo também ideais de pureza social, moral e política.

Mas ao longo da segunda metade do século XVIII foram modificados diversos mecanismos de funcionamento e direcionamento desses tribunais de fé. Dentro desse quadro, muitas proposições em defesa da tolerância religiosa estiveram bastante próximas de ações que mostraram pouco temor à Inquisição e de sua dessacralização como instituição basilar do Antigo regime português. Eliminaram-se dispositivos como o segredo processual e os grandes autos de fé que caracterizaram a chamada Inquisição barroca durante, aproximadamente, os cinquenta anos anteriores à ascensão do Marquês de Pombal como ministro de D. José I. Tratava-se de dois dos mecanismos centrais para a “pedagogia do medo”, analisada por Bartolomé Bennasar, responsáveis por se difundir o terror entre os súditos das monarquias onde havia tribunais do Santo Ofício<sup>275</sup>. Essas medidas, com efeito, fizeram parte de uma progressiva queda na repressão inquisitorial e, com elas, houve maiores espaços para que florescessem as ideias de tolerância religiosa entre os chamados libertinos. Cumpre ressaltar que o Regimento de 1774<sup>276</sup> tem alguns pontos muito próximos de discussões consideradas modernas, à época, sobre o tema da justiça, por exemplo, referentes a questões como a tortura e os delitos de feitiçaria. Abriu-se espaço, dessa forma, para uma crescente dessacralização do Santo Ofício, dentro do contexto de políticas secularizantes que marcaram o Reformismo Ilustrado.

Várias das proposições heterodoxas referentes aos libertinos situaram-se muito próximas de comportamentos que desafiavam o Santo Ofício, envolvendo fugas, depoimentos aparentemente combinados e procedimentos como os de atribuir suas proposições à leitura de livros defesos e a pessoas já condenadas pela Inquisição. Além disso, a defesa da tolerância religiosa em suas falas, não raras vezes, partia de críticas e ataques diretos aos tribunais de fé.

Nas proposições, também fica evidente que não se trata de uma reprodução mecânica ou uma mera tradução e repetição dos argumentos da Ilustração. Nas proposições, normalmente, a defesa da tolerância religiosa articula elementos que remetem

---

<sup>275</sup> BENASSAR, Bartolomé. *L’Inquisition Espagnole: XVe,-XIXe siècle*. Collection Marabout Université. Hachete. Paris, 1979.

<sup>276</sup> DA CUNHA, D. João Cosme, cardeal. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal (1774). In: SIQUEIRA, Sônia Aparecida. *A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n.º. 392, jul./set. 1996. Pp: 885-972.

a uma religiosidade já existente no mundo luso-brasileiro, marcada por certa materialidade expressa nas reflexões sobre a existência do Paraíso, sobre o Inferno, Purgatório e Paraíso, sobre o sexo de Maria Santíssima, de Cristo ou dos santos, a respeito da materialidade da alma, além de questionamentos sobre pertinência de alguns dogmas e sacramentos. Ao mesmo tempo em que se notam referências a elementos do referido substrato cultural, percebem-se ainda algumas reflexões presentes em obras de pensadores como Voltaire, Rousseau e D'Holbach. A defesa da tolerância religiosa no Reformismo Ilustrado luso-brasileiro, por parte dos libertinos, teve como característica marcante apropriações as constantes ressignificações e formulações originais, que dialogaram com os debates da Ilustração e que, ao mesmo tempo, também foram tributárias de um substrato religioso e cultural de origens anteriores ao estabelecimento dos tribunais do Santo Ofício em Portugal. Ela se espalhou juntamente com o desgaste de instituições que constituíam os pilares das sociedades de Antigo Regime.

No terceiro capítulo, intitulado *Clero, as Reformas pombalinas e a tolerância religiosa*, seguiu-se uma discussão sobre a dessacralização do mundo que marca o fim do Antigo regime e as Reformas pombalinas que incidiram nas posições da clerezia na hierarquia social e nas suas posições tradicionais de destaque. As Reformas pombalinas afetaram seus espaços tradicionais, como as instituições de educação, dos Estudos Menores à Universidade de Coimbra, além da secularização da censura com a criação da Real Mesa Censória, em 1768, retirando-lhes alguns lugares de destaque sem, no entanto, os afastar absolutamente deles. Indiretamente, com a secularização que fez parte uma relativa perda de prestígio do clero, as Reformas pombalinas possibilitaram que ideias em defesa da tolerância religiosa tivessem uma maior circulação e se difundissem em vários pontos e em vários núcleos do mundo luso-brasileiro. Constatou-se isso ao analisar alguns processos em que a defesa da tolerância religiosa em que se encontrou em recusas ou questionamentos aos sacramentos, críticas contra própria Igreja e sobre seu papel na vida pública, além do papel do clero, tendo em vista discussões apresentadas pela historiografia em que se problematiza a proximidade ou não das blasfêmias e dúvidas heréticas com questionamentos mais amplos à intolerância institucionalizada na Idade Moderna.

Observou-se ainda na documentação a existência de núcleos, como a Universidade de Coimbra, que se tornaram importantes na difusão de heterodoxias, formando-se neles sociabilidades que, em parte, lembram as boemias literárias, analisadas por Robert

Darnton<sup>277</sup>. Há ainda indícios de haver outras sociabilidades semelhantes em diferentes partes de Portugal e da América portuguesa, ainda que menos expressivas. Fundamental reconhecer que as fontes são bastante fragmentárias a esse respeito. Em tais núcleos, defendiam-se proposições críticas à ortodoxia católica que muitas vezes concerniam à própria posição eclesiástica na vida coletiva. Atacavam-se os sacramentos, em especial a confissão auricular, mas também a missa, as imagens, santos, bulas e mesmo a condição do clero, especialmente o regular, considerado inútil por diversos aspectos, que iam desde o fato de viverem sob votos de celibato até mesmo a acusações de incitarem algum fanatismo ou obscurantismo. Essas proposições articulavam argumentos que eram fruto de uma leitura inventiva de autores da Ilustração, como Rousseau e Voltaire, com uma materialidade presente na religiosidade popular que remete a proposições documentadas pelo Santo Ofício desde o século XVI. Além disso, essas proposições traziam consigo ambições nem sempre muito concretas e mais difusas, que demonstravam uma insatisfação com a ortodoxia estabelecida sem, de fato, propor a sua extinção. E essas falas dialogavam, no horizonte de crenças, com defesas mais veementes da tolerância e da diversidade religiosas, ou ainda, com formas mais brandas de se viver a religião estabelecida, ora criticando a rigidez de seus preceitos, ora a própria centralidade do elemento religioso na vida coletiva.

---

<sup>277</sup> DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução*. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

## “Tratos desonestos” na confissão. O crime de solicitação em Minas Gerais (1720-1810)

Sabrina Alves da Silva<sup>278</sup>

Mestranda

Universidade Federal de São João Del Rei

[sabrinaalves87@hotmail.com](mailto:sabrinaalves87@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo trata do crime inquisitorial de solicitação, que se dava dentro da estimável forma de “lavar almas” do catolicismo, o confessionário. E em específico das denúncias e processos ocorridos entre 1720 e 1810 em Minas Gerais. A solicitação se constituía como um crime inquisitorial porque profanava o sacramento da penitência, e acontecia quando um confessor usava do lugar do confessionário para “tratos desonestos” com a (o) penitente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inquisição; solicitação; Minas Gerais.

Antes de tudo o cristianismo é uma religião de salvação, os sacramentos da Igreja Católica se transformaram em instituições salutaras, assim a confissão recebeu seu teor sagrado. O batismo redimia o pecado original, e se o indivíduo voltasse a pecar ainda teria mais uma chance de salvação oferecida na confissão onde a autoacusação constituía em condição indispensável para obtenção do perdão<sup>279</sup>. “Todavia, em muitos casos, os ‘médicos das almas’ derramavam sobre as feridas dos penitentes um veneno corruptor e diabólico induzindo-os ao pecado”<sup>280</sup>.

De acordo com Jean Delumeau<sup>281</sup> o pecado e o medo foram utilizados pela Igreja como veículos de culpabilização das consciências, tornando o rebanho cristão dependente da instituição. Para o autor a confissão foi uma coação sob múltiplos aspectos, pesada até mesmo para os próprios confessores.

---

<sup>278</sup> Bolsista FAPEMIG.

<sup>279</sup> PIERONI, Geraldo. *Sollicitatio Ad Turpium. A Profanação do Confessionário*. In: Idem. *Boca Maldita: blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição*. Jundiá, S.P.: Paco Editorial, 2012. 160 p.

<sup>280</sup> \_\_\_\_\_, *Sollicitatio Ad Turpium. A Profanação do Confessionário*, p. 83.

<sup>281</sup> DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 152 p.

No cânon do IV Concílio de Latrão, realizado em 1215, foi estabelecido à confissão anual obrigatória e a universalização do celibato, mas no que se refere à disciplina eclesiástica, as resoluções mais importantes vieram do Concílio de Trento, realizado com interrupções entre 1545 e 1563. Cabe salientar que a Igreja Católica passava pela Reforma e tentava a todo custo recuperar antigas possessões católicas e conter o avanço da ameaça protestante.

Para Lana Lima<sup>282</sup> a resposta à doutrina do sacerdócio universal defendida pelos seguidores de Lutero foi à revalorização da figura do padre e a reiteração do celibato clerical. No Brasil a reforma tridentina só chegaria de forma sistemática no século XVIII<sup>283</sup>, apesar de os princípios estarem presentes desde o início da colonização, sobretudo por meio dos jesuítas. Entre as medidas tomadas pelo episcopado para implantar na colônia as determinações tridentinas estão:

A criação de novas prelazias e bispados; a multiplicação e colação das paróquias; o reforço da hierarquia eclesiástica; a realização de visitas episcopais; fundação de seminários diocesanos; a instituição das conferências de Moral; o combate à simonia, ao nicolaísmo, ao absenteísmo; o controle das ordenações, da pregação e da confissão, incluindo a vigilância sobre a desobriga da Quaresma e a preocupação em descobrir e punir a solitação<sup>284</sup>.

O delito de solitação constituía-se em uma grande ameaça ao sacramento da penitência e por isso a punição era necessária e precisava ser feita com rigor, para que a Igreja e seus sacramentos não fossem manchados pelo pecado.

A confissão tinha a capacidade de penetrar nas consciências e serviu como um mecanismo central e eficaz na detenção de heresias. Para que assim acontecesse era necessário que o confessor cooperasse com o Santo Ofício, tal disposição foi fixada em 1559 pelo papa Paulo IV, e a partir de então os administradores do sacramento da confissão ficavam obrigados a perguntar aos fiéis se tinham cometido algum delito cujo julgamento pertencesse à alçada inquisitorial ou se possuíam alguma informação

---

<sup>282</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero do Brasil. In: FEITLER, Bruno; SALES SOUZA, E. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: UNIFESP, 2011.

<sup>283</sup> Documento que condensou e adaptou para a realidade colonial as decisões de Trento: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, publicadas em 1707 por D. Sebastião Monteiro da Vide.

<sup>284</sup> LIMA. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero do Brasil, p. 148.

útil a esse Tribunal. Caso fosse afirmativa a resposta os confessores deveriam suspender a administração do sacramento e negar-lhes a absolvição ordenando que fosse depor perante os inquisidores<sup>285</sup>. No caso de solicitação, o confessor devia obrigar os (as) penitentes a delatar, sob a pena de negar-lhes a absolvição, e o (a) penitente tinha 30 dias para denunciar, a denúncia podia ser feita pessoalmente ou por carta. Se por ventura o (a) penitente estivesse impedido de comparecer diante do comissário ou não soubesse escrever podia encarregar qualquer pessoa que confiasse, principalmente seu confessor<sup>286</sup>.

Em Minas Gerais no século XVIII encontramos 102 denúncias de solicitação, e dessas, apenas 2 viraram processos, ou seja 100 denúncias foram arquivadas. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição assim como outros tribunais da época era uma arena de disputas. Jaime Gouveia<sup>287</sup> tenta responder a questão do arquivamento das denúncias levantando algumas possibilidades: tais como as disputas entre os eclesiásticos, o que levava o Inquisidor a esperar outras denúncias quando a primeira parecia estar mais atrelada a disputas paroquiais do que ao crime em si; e a desqualificação das testemunhas, mostrando que muitas testemunhas não foram merecedoras de créditos. Algumas expressões eram frequentemente usadas na desqualificação, como “preta desonesta”, “mulher pública”, “casta mentirosa”, “crioula corrupta”, entre outras. A maioria das testemunhas sem “qualidades” assim foram consideradas pela sua cor, etnia, e classe social.

Durante o período colonial brasileiro uma série de múltiplos fatores cristalizou-se, conferindo a mulher uma situação específica na sociedade que então se formava. O entrecruzamento das etnias diversas, as visões de mundo diferentes, costumes, hábitos, crenças marcados pela alteridade fecundaram a condição feminina. Esses

---

<sup>285</sup> GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. Dois galhos, um só tronco, na salvaguarda da “pureza da fé”: a vigilância e disciplinamento da luxúria heresia do clero. In: MATTOS, Yllan de. MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça. *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 310.

<sup>286</sup> LIMA, LANA LAGE da Gama. *A Confissão Pelo Averso: o crime de solicitação no Brasil colonial*. Tese de Doutorado apresentada à USP, São Paulo, 1991, p. 476.

<sup>287</sup> GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Tese de Doutorado, European University Institute, 2012.

aspectos foram importantes na constituição dos papéis femininos e fabricaram estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial. Longe de ser um território de mesmice e serenidade, o feminino mostrou-se ao longo do período colonial borbulhante de conflitos, diferenças e complementaridades. A normatização do discurso sobre a mulher foi disseminado principalmente através da Igreja no Brasil colônia. Os padrões ideais de comportamentos importados da metrópole tiveram nos moralistas, pregadores e confessores os mais eloquentes porta-vozes, a mentalidade colonial foi sendo assim lentamente penetrada e impregnada por esses discursos<sup>288</sup>.

Na capitania de Minas Gerais foi pequena a quantidade de mulheres brancas, contribuindo para a formação de um numeroso grupo de mestiços. “Negras e mulatas, mães solteiras, chefes de seus fogos, com seus filhos bastardos, às vezes de mais de um pai, foram as principais parceiras sexuais da população masculina mineira”<sup>289</sup>. Os padres assim como os homens comuns ou importantes senhores, usavam da fragilidade de mulheres negras, mulatas, mamelucas, pardas, índias, maioria pobres para desqualificar qualquer que fosse o seu crime acusando a mulher de “desinquietante”, alguns padres se viam livres de responderem o processo porque previamente escolhiam as mulheres desprotegidas, desprovidas e julgadas como de “mau procedimento”.

Acrescente-se à manipulação da ‘rudeza’ atribuída às mulheres (pelos homens) o tradicional racismo que, apesar de Gilberto Freyre, campeou em toda parte. Racismo expresso, por exemplo, na conversa dos ‘fornicários’ que, desde o século XVI, diziam que as índias e negras eram mulheres sem honra e por isso passíveis de fornicção sem culpa. De igual modo, ao que tudo indica, pensavam os solicitantes - e eram padres! -, pois seus convites diretos, seus gestos mais desabridos, eram dirigidos às negras forras, às pardas e às mulheres pobres, e quase nunca às mulheres brancas, para as quais reservavam galanteios e palavras amorosas<sup>290</sup>.

---

<sup>288</sup> PRIORE, Mary del. “A Mulher na História da Colônia”; “A Mulher e o Encontro dos Tempos”. In: Idem. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

<sup>289</sup> OLIVEIRA, Lisa Batista de. *Devassa e “tratos ilícitos”: desejo e sedução nas Minas setecentistas*. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal- R.N., julho 2013, p. 02.

<sup>290</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)



A idade das (os) penitentes solicitadas (os) variava entre 12 e 80 anos, e a idade dos padres solicitantes variava entre 28 e 80 anos. As décadas com o maior número de denúncias foram às décadas de 1740 (29 denúncias) e 1750 (28 denúncias). Em muitos casos o padre é denunciado por solicitar várias mulheres, foram 150 mulheres solicitadas em 87 denúncias<sup>291</sup>.

Como já foi dito anteriormente, muitas denúncias foram arquivadas pela falta de testemunhas válidas, ou seja, denunciantes dignas de crédito, honradas e virtuosas. A grande maioria das testemunhas “vítimas/cúmplices”<sup>292</sup> em Minas Gerais, 44%, foram descritas como pardas, - sabendo que em algumas denúncias não consta a “qualidade”<sup>293</sup> ou “condição”<sup>294</sup> das testemunhas<sup>295</sup>-, 19% foram descritas como pretas, 10 % crioulas, 6% mulatas, 11% índias e 10% brancas. Mesmo dentre estas brancas muitas são descritas como de “pouco crédito” e “desonestas”. A seguir exemplificaremos estes números com um exemplo de denúncia que não virou processo por constar no decorrer do relato um parecer desfavorável sobre a “qualificação das testemunhas”.

O padre Thomé Vás Ferreira de Carvalho, morador de Sabará, escreve duas cartas se apresentando e se desculpendo por algumas faltas. É um caso curioso da

---

escravista. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol.1, p. 42.

<sup>291</sup> Foram 102 denúncias, mas em 15 denúncias não encontrei nenhum dado sobre as (os) solicitadas (os).

<sup>292</sup> “Vítima/cúmplice”, por Jaime R. Teixeira Gouveia, tese de doutorado: *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Muitas (os) penitentes foram realmente vítimas das investidas, muitas vezes, inescrupulosas dos confessores, outras (os) penitentes mantinham certa troca de afeição e carinho com os confessores, e só denunciavam por serem obrigadas por outros confessores.

<sup>293</sup> Segundo Eduardo França Paiva “qualidade” como categoria geral abrange características físicas, como índio, negro, crioulo, mestiço etc. PAIVA, Eduardo França. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 33.

<sup>294</sup> Segundo Eduardo França Paiva “condições”, pensada como condições jurídicas no século XVIII possíveis a um indivíduo, eram três: livre, escravo e forro. PAIVA. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII*, p. 34.

<sup>295</sup> “Havia intensa comunicação, comércio e circulação de gente entre as regiões, e isso fomentou a formação do léxico que nomeava, identificava e servia para distinguir e classificar aquelas realidades ibero-americanas (...), uma série de termos e expressões nomearam as dinâmicas das mestiçagens biológicas e culturais, as associações entre elas e o mundo do trabalho, mormente o da escravidão”. PAIVA. *Dar Nome ao Novo. Uma história lexical da Ibero- Americana entre os séculos XVI e XVIII*, p. 27.

artimanha utilizada pelo padre para justificar seus erros. Na primeira apresentação não se encontra a data, segundo o padre Thomé<sup>296</sup> achando-se ele no confessionário ouvindo vários penitentes pelo preceito anual da quaresma, e em outras ocasiões mais, tendo repreendido vários penitentes pelos pecados contra o “santo preceito da castidade”, especialmente três ou quatro mulheres “pretas corruptas e públicas”,

usando de lhe dizer, que havia de ir a casa das ditas, e que ali havia de gritar e clamar que aquelas criaturas estavam ofendendo a Deos, e crucificando a Jesus Christo, e que assim tivessem entendido, por que elle denunciante por nenhum modo havia de consentir que ellas estivessem ofendendo a Deos, e crucificando novamente a Jesus Christo<sup>297</sup>.

O referido padre relatou que viu que levava as penitentes às lágrimas e assim também aconteceu com outras duas ou três penitentes em diferentes dias, até que fazendo a mesma exortação a uma penitente chamada Rosa, natural da costa da mina, escrava do capitão José da Rocha, lhe disse que havia de ir a sua casa se continuasse a ofender a Deus e perguntou se ela abriria a porta, ela respondeu que não abriria, muito desconfiada de que seria para “tratar” com ela. No mesmo instante o padre caiu em si, refletindo o que tinha dito a Rosa e as demais penitentes, pelo mal que a referida Rosa tomou as suas “inocentes e singelas palavras e se começou a arrepender do que indevidamente e sem malícia tinha dito”. Então, explicou sua exortação a Rosa, que com suas continuadas ofensas crucificava novamente Jesus Cristo, e a penitente começou chorar. E o padre Thomé alegou que nunca mais tornou a usar de semelhantes termos. Ele continua ainda na mesma carta de denúncia:

como também lhe parece ele denunciante, segundo a sua lembrança, que em alguns annos mais antecedentes uzou com algumas pretas corruptas e públicas, levado do mesmo amor e zelo do cerviço de Deos, das mesmas perguntas, sem da sua parte haver malícia alguma, e somente um grande desejo de que não ofendessem mais a Deos<sup>298</sup>.

Por isso, segundo o padre Thomé, confessava a sua culpa e se denunciava, disse que não lembrava nem o nome nem o estado das mulheres, mas todas eram

---

<sup>296</sup> ANTT. IL. Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

<sup>297</sup> ANTT. IL. Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

<sup>298</sup> ANTT. IL. Caderno 22 dos solicitantes, fol. 245, m.585.

“mulheres pretas corruptas e públicas”. Em 1742 o padre Thomé<sup>299</sup> escreve novamente ao comissário José Matias de Gouveia relatando que em 1733 estando confessando com ele uma mulher parda chamada Violante do Sacramento, tendo o dito padre tido com esta mulher algum “trato” antecedente em sua casa, ela disse em confissão “palavras desonestas” que ele respondeu dizendo que “isso não é para este lugar”, repreendendo-a asperamente. Como no ano de 1737 confessando [Luvia] Maria, parda solteira, que no mesmo ato da confissão disse ao referido padre algumas “palavras amatórias”, e ele a respondeu mostrando aborrecimento e mandando-a prosseguir. Também em 1739 estando no lugar da confissão e confessando-se com ele Maria Teixeira Ramos, mulher branca, viúva, vendo ele o bom procedimento dela lhe falou que a estimava e venerava como a mãe dele, e que se estivesse na “mão alguma coisa que a pudesse favorecer que mandasse a sua negra” a casa dele que faria com boa vontade, e “seguiu passado algum tempo ter algum trato ilícito com ella”.

Alguns padres foram verdadeiros galanteadores, outros pervertidos que perguntavam na confissão sacramental onde ficava o quarto da penitente, outros prometiam presentes como doces, dinheiro, alforria, marido, remédios para reverter à virgindade perdida e remédios sagrados. A seguir alguns exemplos destas diversas formas de sedução que exerciam os padres dentro do sacramento da confissão.

Em 1738 na freguesia de Pouso Alto comarca do Rio das Mortes, Antônia de Souza mulher solteira bastarda denunciou ao vigário da freguesia de Aiuruoca, termo da Vila de São João Del Rei, José [Motal] de Miranda, o padre Felipe Correa Pinto<sup>300</sup> por solicita-la em ocasião e pretexto de confissão, lhe perguntando se ela era solteira ou casada, respondendo-lhe que era solteira lhe dissera o padre Felipe que voltasse em sete dias a sua casa que lhe teria marido pronto, e passado os sete dias foi à casa do padre, e ele lhe dissera que primeiro queria pecar carnalmente com ela e que depois a confessaria, e ela não consentiu. No dia seguinte Antônia foi se confessar com o padre Felipe na igreja e estando ela já junto no confessional ele não a deixou

---

<sup>299</sup> ANTT. IL. Caderno 25 dos solicitantes, fol. 248, m. 465.

<sup>300</sup> ANTT. IL. Caderno 24 dos solicitantes, fol. 48, m. 114.

ajoelhar, e disse que ela não quis lhe “fazer gosto” que não queria nem havia de confessá-la.

Na freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, comarca de Vila Rica, foi denunciado por Domingas da Conceição, parda forra, “in confessione”, o Padre Manoel Francisco Torres<sup>301</sup> que a solicitara pedindo que “falasse com ele sem temor de sua inteireza”, ou seja, de sua virgindade, porque tinha remédio para repô-la no mesmo estado. E falando tempos depois o padre Manoel Torres com o marido de Domingas lhe disse que a sua mulher era de “má condição e casta do diabo”. E em 8 de fevereiro de 1749, o mesmo padre Manoel Francisco Torres<sup>302</sup> foi novamente denunciado por haver solicitado em 1748 Jacinta Maria Teixeira, mulher solteira, moradora na freguesia de Nossa Senhora do Sumidouro, que na desobrigar da quaresma ela se confessando de alguns pecados do sexto mandamento o dito padre lhe aconselhou que se tivesse algumas tentações no sexto mandamento (tentações contra a castidade) fizesse com as suas mãos “pulsões a si mesma”, ou seja, masturbar-se. Jacinta também denuncia o padre José Lemos<sup>303</sup> por ter dito a ela a mesma coisa que o padre Manoel Torres.

No Brasil no século XVIII encontrei 4 solicitantes de homens, 3 desses solicitaram em Minas Gerais; os índios também não escaparam da solicitação *ad turpia*, foram denunciados 6 padres que solicitaram índias. Além do delito inquisitorial de solicitação os clérigos caíam em vários outros delitos, o discurso moralizador da Igreja nem sempre os tocou profundamente, muitos outros padres foram acusados por terem uma “vida dissoluta” com as índias<sup>304</sup>. Outros tantos clérigos foram delatados

---

<sup>301</sup> ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 372, m. 667.

<sup>302</sup> ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 348, m. 619.

<sup>303</sup> ANTT. IL. Caderno 26 dos solicitantes, fol. 372, m. 667.

<sup>304</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Cartografia Gentílico: Os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII). In: FURTADO, Junia Ferreira; RESENDE, Maria L. C. de (org.). *Travessias Inquisitoriais da Minas Gerais ao Cárcere do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no Império luso-brasileiro (séculos XVI- XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 352.

por outros crimes: por desacato a imagem, revelar o sigilo da confissão, blasfêmias e proposições, feitiçaria, leitura de livros proibidos, sodomia, bigamia, entre outros<sup>305</sup>.

Percebendo o comportamento devasso de alguns solicitantes é possível pensar que muitos clérigos viviam uma vida relapsa, se metendo em vários crimes e sem preocupação alguma com sua reputação e publicidade, um exemplo muito interessante é o do padre Manoel Martins de Macedo<sup>306</sup>, capelão da capela dos Macacos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, nas Minas. Em 1792 Sebastião Roiz [Rodrigues] escreve ao vigário Nicolau Gomes Xavier denunciando alguns crimes do padre Manoel, entre eles, solicitar Antônia Maria da Conceição; perguntar insistentemente durante a confissão de Francisco Duarte quem era a mulher com que o penitente havia tido “trato”, implicando no sexto mandamento (não pecar contra a castidade); por revelar o sigilo da confissão de Francisco de Freitas que resultou na prisão do penitente por dois anos. Em outra passagem o padre é acusado de defecar em um riacho que passava por seu quintal sabendo que as pessoas da freguesia se serviam da água para beber e quando os moradores da freguesia ficaram sabendo “daquela judiação tiveram grande ataque”, Francisco Dias Fancha foi reclamar ao padre que lhe respondeu que “o seu excremento não era porqueira ruim porque comia bons comeres”. E ainda o padre Manoel é denunciado por homicídio:

Achasse mais matar este padre em assaltos seu crioulo por nome Ignácio neste pusito paresseme toca a justiça com mais mortes e crimes que se axa provada na confissão passada: porém deixallo os urubus, porcos e cachorros comello e depois para tirar duas pegas mandar lhe queimar as canelas e mandar ajuntar os ossos que pode em um molho de capim, mandar enterrar em segredo<sup>307</sup>.

Quanto aos dois padres processados em Minas Gerais no século XVIII ambos foram denunciados no mesmo lugar, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição

---

<sup>305</sup> RESENDE, Maria Leônia; Inventário das denúncias nos cadernos do promotor da Inquisição de Lisboa-Minas Gerais (Séc. XVIII). In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia, (ORG); *Travessias inquisitoriais da Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sec. XVI- XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>306</sup> ANTT. IL. Denúncias contra o Padre Manoel Martins de Macedo, PT-TT-TSO-IL-28-15042.

<sup>307</sup> ANTT. IL. Denúncias contra o Padre Manoel Martins de Macedo, PT-TT-TSO-IL-28-15042.

de Macaúbas, eram eles: Padre Antônio Alvares Pugas<sup>308</sup> denunciado em 1741 e o padre Manoel Pinheiro de Oliveira<sup>309</sup> denunciado no mesmo sumário de culpas do padre Pugas, em 1741. Onze recolhidas prestaram depoimento para a diligência sobre o acusado de solicitação padre Antônio Alvares Pugas, padre presbítero do Habito de São Pedro. E como os trâmites inquisitoriais rolavam em segredo absoluto, as testemunhas, todas recolhidas do dito recolhimento, não sabiam quem realmente era o acusado, e por isso além do padre Pugas denunciaram outros seis padres, entre eles o padre Manoel que fora acusado de solicitante por seis recolhidas. O padre Pugas foi acusado por oito recolhidas. Apesar do Recolhimento de Macaúbas não ter um estatuto que exigisse uma “pureza de sangue” e por isso aceitasse mulheres casadas, viúvas, bastardas, mulatas, negras, mamelucas, índias etc., essas mulheres que lá estavam na maioria das vezes contra sua própria vontade eram filhas de famílias abastadas, afinal era cobrado uma espécie de dote para que qualquer moça no recolhimento ingressasse. A partir dessas afirmações e das informações dos processos, apesar de algumas denunciantes dos dois padres serem descritas como mulata e filha de “carijós do mato” (índios) elas estavam em uma instituição católica, onde as filhas das famílias ricas ingressavam, estavam protegidas pelo peso da instituição, não eram freiras, mas eram moças que supunham viviam em recolhimento e amor a Deus, por isso, dignas de crédito<sup>310</sup>.

Através da análise do crime de solicitação é possível perceber que o clero do Brasil setecentista e especificamente o de Minas Gerais participava, apesar da tentativa incessante de reforma e da ameaça inquisitorial, da vida de seus fregueses, compartilhando, apreendendo e recodificando seus costumes, suas crenças e principalmente a moralidade desviante.

---

<sup>308</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) Portugal; Inquisição de Lisboa. Processo de Padre Antônio Álvares Pugas, nº256, PT-TT-TSO-IL-28-256.

<sup>309</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) Portugal; Inquisição de Lisboa. Processo de Padre Manoel Pinheiro de Oliveira, PT-TT-TSO-IL-28-8123.

<sup>310</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição Feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. São Paulo: Ed. José Olympio. 1993.

## **Censura inquisitorial e análise de fenômenos celestes em Portugal (1744-1745)**

**Rhulio Rodd Neves de Aguiar**

Especialista em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural

Uni-BH

rhuliorodd@yahoo.com.br

**RESUMO:** A proposta deste trabalho é discorrer sobre o posicionamento do Tribunal do Santo Ofício português em relação ao estudo de fenômenos celestes, no intuito de compreender o que levou esse tribunal a censurar determinadas análises desta matéria e expor os delitos que eram repreendidos pela Inquisição portuguesa nesse sentido. Tal análise terá como base o ofício de um pároco de Oliveira de Azemeis, enviado ao Conselho Geral do Santo Ofício em 21 de março de 1745, em que justifica não haver motivos para a censura em razão do estudo do cometa que passou no ano de 1744. As principais problemáticas desse trabalho são: Qual o posicionamento do Santo Ofício português em relação ao estudo dos fenômenos celestes? Quais fatores acarretaram ao Santo Ofício censurar determinadas análises? Quais eram os crimes condenáveis pela Inquisição ao analisar os fenômenos celestes?

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura inquisitorial; Santo Ofício; Fenômenos celestes.

Através da bula *Cum ad nihil magis* o papa Paulo III (1534-1549) instaurou o Tribunal do Santo Ofício em Portugal, a pedido do rei D. João III, em 23 de maio de 1536, nomeando três bispos, a saber, de Coimbra, de Lamego e de Ceuta, como inquisidores-gerais. E autorizou ao monarca nomear um quarto inquisidor-geral que deveria ser escolhido entre os bispos e o clero secular, com formação em teologia ou em direito canônico.<sup>311</sup> Inicialmente, o intuito da Coroa portuguesa em implantar a Inquisição em

---

<sup>311</sup> Cf. BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p.



terras lusas deveu-se à difusão do judaísmo e do comportamento dos cristãos-novos, que no entendimento da Coroa, ameaçava a unidade da Igreja Católica em Portugal.

O Tribunal do Santo Ofício foi um instrumento do projeto reformador instaurado no Concílio de Trento (1545-1563), e se esforçou em identificar os crimes cometidos contra a fé católica, e conseqüentemente, aqueles contra os costumes, além de ter sido utilizado como um mecanismo de sustentação do poder absolutista do Estado português. No que se refere aos delitos cometidos contra a fé católica, também os estudos dos fenômenos celestes poderiam se enquadrar nesse aspecto. Os inquisidores revisavam os materiais elaborados, com base nas qualificações que os qualificadores redigiam a respeito de cada obra analisada – como almanaques astrológicos, tratados, prognósticos etc – sobre os fenômenos celestes antes de sua publicação, no intuito de identificar em seu teor alguma afirmação que ia de encontro com os ensinamentos da Igreja Católica. Judicialmente, tal ato era legitimado pelo Regimento do Santo Ofício de 1613 que orienta que

quando parecer necessário aos Inquisidores mandar censurar alguma proposição, o poderão fazer; e depois verão o caso, com os Deputados, juntamente com as qualificações e com o que parecer, virão ao Conselho, antes de se dar à execução o tal assento, para nele se determinar o que for mais serviço do Nosso Senhor.<sup>312</sup>

No que consiste em relação à atuação dos qualificadores ao avaliar tais análises, o Regimento do Santo Ofício de 164 expõe que

sua principal obrigação é censurar, e qualificar proposições, rever os livros, tratados, e papéis, que se houverem de imprimir, ou vierem de fora impressos para o Reino [...]; mas para fazerem alguma destas coisas, precederá sempre despacho do conselho, ou da mesa; e achando, ou tendo notícia, que em alguma das coisas sobreditas se ofende a pureza de nossa santa Fé, ou bons costumes, logo o farão saber ao S. Ofício, para nele se ordenar o que for mais conveniente.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> Cf. Título V. Dos inquisidores. De como se hão de mandar censurar as proposições, e de como o assento que sobre elas se tomar há de ir ao Conselho. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal recopilado por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Inquisidor-Geral e Vice-Rei dos Reinos de Portugal – 1613. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.157, n.392. p. 615. jul./set. 1996.

<sup>313</sup> Cf. Livro I. Título X. Dos qualificadores. Parágrafo 2º. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Bispo dom Francisco de Castro, Inquisidor-Geral do Conselho de Estado de Sua Majestade – 1640. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a.157, n.392. p. 693. jul./set. 1996.

A preocupação da Inquisição portuguesa era de encontrar nesses materiais a prova de que foram elaborados utilizando-se da arte da astrologia judiciária, que consistia em tentar conhecer e prever o futuro a partir dos eventos celestes – seja a passagem de um cometa, a movimentação das constelações e demais corpos celestes – extremamente proibida pela Igreja Católica desde a promulgação da bula *Coeli et Terrae*<sup>314</sup>, em 5 de janeiro de 1585, pelo papa Sisto V (1585-1590). De acordo com Luís Miguel Carolino “nesta bula criticava-se duramente a ambição humana de tentar conhecer e desvendar o futuro, prática que tornava os homens vulneráveis perante o diabo e os levava a desafiar a própria divindade”.<sup>315</sup> No entanto, a Igreja Católica combatia a astrologia judiciária devido a sua previsão do futuro como algo certo e imutável, tal base colocava em questão a liberdade humana de decidir se salvar ou não, mas para outras finalidades prever o futuro era “aceito” pela igreja. De acordo com Gianriccardo Grassia Pastore

as predições que não afetavam a liberdade humana podiam ser realizadas sem grandes problemas: inclinações, eventos condicionados e as qualidades corporais (nada que afetasse a alma). Da mesma forma, todos os prognósticos baseados nas estrelas que serviam às coisas naturais, tais como a agricultura, medicina ou navegação, assim como parte da judiciária que não implicava com a liberdade dos homens, tais como catástrofes naturais, terremotos, dentre outros.<sup>316</sup>

Exceções à parte, quando se constatava o delito de astrologia judiciária, no que se refere ao procedimento inquisitorial, o Regimento do Santo Ofício de 1640 salienta que

Por quanto o Breve de Sixto V. e constituição de Urbano VIII. Cometem ao S. Ofício da Inquisição, que proceda contra aos Astrólogos judiciários, que usam desta arte, prognosticando absolutamente casos particulares, de futuro em temo certo, e ato determinado. Ordenamos, que sendo alguma pessoa compreendida na dita culpa seja examinada por ela no santo Ofício, e pela primeira vez admoestada com termo, que assinará, para que não cometa outra semelhante; salvo se a qualidade da

---

<sup>314</sup>Essa bula está digitalizada e foi disponibilizada no site da Biblioteca Nacional Digital: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1352113/mss1352113\\_027.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352113/mss1352113_027.pdf); e parcialmente disponível no Google Books, onde foi publicada no livro de Adelina Sarrión Mora. *Médicos e inquisición em el siglo XVII*. Cuenca: Universidad de Castilla/La Mancha, 2006. p. 181-187: [https://books.google.com.br/books?id=AEOLjBhr\\_bQC&pg=PA181&lpg=PA181&dq=bula+coeli+et+terrae&source=bl&ots=bAZj-bHELH&sig=kb9drYsUaEPRnZRu7eaG9GXae8&hl=pt-BR&sa=X&ei=JF1RVfuzHu\\_msAT51YC4Dw&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=bula%20coeli%20et%20terrae&f=true](https://books.google.com.br/books?id=AEOLjBhr_bQC&pg=PA181&lpg=PA181&dq=bula+coeli+et+terrae&source=bl&ots=bAZj-bHELH&sig=kb9drYsUaEPRnZRu7eaG9GXae8&hl=pt-BR&sa=X&ei=JF1RVfuzHu_msAT51YC4Dw&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=bula%20coeli%20et%20terrae&f=true)

<sup>315</sup> CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, astrologia e sociedade: a teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. p. 79.

<sup>316</sup> PASTORE, Gianriccardo Grassia. *Astrologia e Inquisição em Portugal nos séculos XVI e XVII*. 172 f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Lisboa, 2014, p. 128.

pessoa, e circunstâncias da culpa pedirem maior condenação; e sendo compreendida segunda vez na mesma culpa, se lhe darão as penas, que parecer aos Inquisidores, tendo respeito, as que lhe estão impostas pelo dito Breve, e constituição.<sup>317</sup>

É importante ressaltar o contexto político-religioso em que a Europa vivenciou no século XVI, período que ocorreu a publicação da bula de Sisto V. Nesse século a ortodoxia da Igreja Católica foi ameaçada pelo crescente número de adeptos ao protestantismo, que em sua maioria acreditavam na predestinação, além de questionar alguns dogmas da Igreja Romana, o que confrontava com o livre-arbítrio defendido pelo catolicismo, onde o homem teria a liberdade e a responsabilidade perante seus atos e escolhas. Assim, era necessário ao catolicismo condenar a prática da astrologia judiciária, pois esta ia de encontro aos princípios da teologia católica, ao determinar o futuro através da interpretação dos astros e fenômenos celestes, e conseqüentemente, censurar as obras que se pautavam nessa prática. Além de mandar que esta bula fosse publicada em língua vulgar como medida de ação contra essa tipologia astrológica, devido à circularidade dos tratados, prognósticos, juízos e outros serem publicados na língua vulgar, chegando a toda parte da sociedade da época.

### **O cometa do ano de 1744**

O cometa de 1744, denominado oficialmente como C/1743 X1, foi descoberto em 29 de novembro de 1743 por Jan de Munck, posteriormente, foi observado de forma independente pelo holandês Dirk Klinkenberg em 09 de dezembro, e depois pelo suíço Jean Philippe Loys de Chéseaux<sup>318</sup> em 13 de dezembro, e ficou visível a olho nu durante vários meses no ano de 1744, não sendo mais visto depois de abril nesse mesmo ano.

Esse cometa foi visto, também, em Portugal, conforme ofício de um pároco, o qual não informou seu nome, residente em Oliveira de Azeméis, ao Conselho Geral do Santo Ofício, em 21 de março de 1745, justificando não haver censura ao estudo do cometa do

---

<sup>317</sup> \_\_\_\_\_. *Ciência, astrologia e sociedade*, p. 857.

<sup>318</sup> Cf. CHESEAUX, Jean Philippe Loys de. *Traité de la comete qui a paru em Decembre 1743 & en Janvier, Fevrier & Mars 1744 [...]*. Lausanne/ Geneve: Marc-Michel Bousquet & compagnie, 1754. Captado em: <http://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-1382>; Acesso: 22 jun. 2015.

ano de 1744<sup>319</sup>. Ao analisar o documento é possível compreender que este pároco elaborou um estudo sobre o dito cometa, mas não é informado se foi um tratado, um prognóstico, um almanaque etc, mas sua análise foi censurada. Ele inicia o ofício dizendo que

2 na'õ he bem, fique sem censura o Censor do Juizo/ 3 Historico, e Mathematico sobre o Cometa do anno 44. Censuran-/ 4 do o estudo dos astros por menos digno da applicação de hum/ 5 Parocho. Parto de susto, ou emulaça'õ confesso ingenuamente/ 6 hu'a censura ta'õ austera, e alhea do Juizo Historico, e Mathe/ 7 matico. A nota precipitada na'õ he filha da resa'õ; por que/ 8 esta se desvela no exame de qualquer objecto, e na'õ obsta/ 9 o estado das pessoas, quando nem ha prohibiça'õ Canonica, nem/ 10 pode haver urgen[te] incompatibilidade.<sup>320</sup>

Somente com este documento não possível identificarmos o teor do estudo que esse pároco elaborou, mas podemos compreender, inicialmente, o papel do Santo Ofício no que se refere à circulação de materiais cuja análise refere-se aos fenômenos celestes. Provavelmente, no dito estudo havia algum argumento que poderia ameaçar a fé católica, nesse aspecto, Luís Miguel Carolino, analisando a publicação dos almanaques astrológicos em Portugal ressalta que

antes de serem colocados à venda e de passarem de mão em mão até serem lidos pelas pessoas, estes pequenos livros tinham que enfrentar o juízo do Inquisidor. Este representante do Tribunal do Santo Ofício, lia atentamente o prognóstico para ver se ele colocava em risco o princípio do Livre-arbítrio, e se eventualmente ia além do permitido pelos princípios da teologia católica.<sup>321</sup>

No ofício o pároco cita inúmeras personalidades de caráter nobre e religioso que já escreveram sobre fenômenos celestes para justificar que seu trabalho também é importante e não merecedor da censura inquisitorial, preocupado em não deixar que seu estudo fosse qualificado com a prática da astrologia judiciária ele argumenta que:

25 No Juizo do Cometa do anno 44. na'õ se trata'õ/ 26 futuros pendentés da vontade humana, nem dos segredos/ 27 divinos; e somente se descreve a essencia, propriedade, e acci-/ 28 dentes do dito Cometa, que foi pronostico da secura das/ 29 terras, e ventos, como se experimentou

<sup>319</sup> Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício (TSO), Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), maço 41. 07 fls. Oliveira de Azemeis, 21-3-1745. Esse documento manuscrito está disponível em microfilme no Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), trazido do ANTT pela professora Ms. Dra. Virgínia Maria Trindade Valadares, pontual 2307.

<sup>320</sup> ANTT, TSO, CGSO, maço 41. fl. 01.

<sup>321</sup> CAROLINO, Luís Miguel. Astrologia, sociedade e religião. In: \_\_\_\_\_. *A escrita celeste: almanaques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Acces, 2002. p. 25.

em todo o anno:/ <sup>30</sup> don/ <sup>1</sup> donde na' o pode dizerse tractado de Astrologia Judiciaria,/ <sup>2</sup> ou Astronomançia prohibida, mas sim, e s' o discurso de Astro/ <sup>3</sup> nomia, ou Astrologia Natural, licita [...] <sup>322</sup>

Com esse argumento, pressupõe-se que o dito pároco tinha conhecimento da bula de Sisto V, pois ressalta que em sua análise não tentou adivinhar o futuro e nem descobrir os segredos divinos, e ainda utiliza do argumento de que seu estudo refere-se à Astronomia ou Astrologia Natural, pois esta foi autorizada pelo papa Sisto V na referida bula.

### **Considerações finais**

No decorrer dessa pesquisa, nos preocupamos em analisar o papel da censura inquisitorial em relação às análises de fenômenos celestes em Portugal no período de 1744-1745, tendo como base para o seu desenvolvimento o documento manuscrito trazido pela professora Ms. Dra. Virgínia Maria Trindade Valadares do ANTT para o Centro de Memória da PUC Minas, em que nos expõe que um determinado estudo do cometa que passou no ano de 1744 foi censurado pela Inquisição portuguesa. Com esta análise pretendemos compreender o posicionamento do Santo Ofício em relação ao estudo dos fenômenos celestes, a ação dos inquisidores não inibia o caráter científico dos materiais dessa natureza, mas tentavam identificar argumentos e ideias que pudessem confrontar com a teologia católica. Foram, justamente, esses elementos presentes nas obras dessa natureza que possibilitavam que a censura inquisitorial fosse imposta a estas análises.

Dessa forma, pudemos identificar que ao elaborar os estudos dessa tipologia, muitos autores utilizavam determinadas práticas que não condiziam com os preceitos da Igreja Católica, tendo como principal delito o exercício da astrologia judiciária, que ao prognosticar o futuro fazia com que o princípio do livre-arbítrio fosse colocado em questão pelos fiéis. Essa pesquisa ainda está em sua fase inicial, e foi elaborada para possibilitar a compreensão da ação inquisitorial em Portugal sobre o estudo dos fenômenos celestes, tal análise é de fundamental importância, pois, assim, poderemos entender o que tais fenômenos representavam para a sociedade da época e como a Igreja Católica compreendia as interpretações baseadas nas análises desses eventos celestes.

---

<sup>322</sup> ANTT, TSO, CGSO, maço 41. fls. 06-07.

## **ST 8: Arte e sociedade - novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico**

**Leandro Gonçalves de Rezende**

Mestrando (UFMG) / leandro9rezende@yahoo.com.br

**Kellen Cristina Silva**

Doutoranda (UFMG) / ma.kellcs@gmail.com

# **Matriz Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG: História, Arte e Iconografia**

**Fernanda dos Santos Silva**

Historiadora formada pela UNESP, Franca  
Graduanda em Tecnologia em Conservação e Restauro de Bens Imóveis, IFMG -  
Ouro preto. sfernanda.sts@gmail.com

**Julia Alinda Isenschmid**

Formada em Detailhandel pela Detailhandelschule Zürich, Escola Técnica de  
Zurique  
Graduanda em Tecnologia em Conservação e Restauro de Bens Imóveis, IFMG –  
Ouro Preto.  
julia\_isenschmid@hotmail.com

**RESUMO:** Este trabalho pretende apresentar a história da Igreja Matriz de Santo Antônio de Itatiaia, distrito de Ouro Branco, Minas Gerais. A análise de sua arquitetura, arte e iconografia ajudam a compreender essa que é uma das primeiras igrejas do estado e que remete ao começo do século XVIII.

**PALAVRAS-CHAVES:** História; Iconografia; Patrimônio.

## **História da Matriz de Santo Antônio**

Itatiaia, que hoje é distrito de Ouro Branco, certamente tem sua origem ainda no final do século XVII, uma vez que já, em 1712, houve o primeiro registro de batismo na atual igreja de Santo Antônio, matriz do distrito (Figura 1). Sua origem está ligada, portanto, aos primeiros registros de ocupação do território mineiro. Para chegar a Vila Rica, uma das principais opções de trajeto de paulistas e cariocas passava por Itatiaia.





**Figura1** - Fachada principal da Matriz de Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG. Foto: Fernanda Silva, 2014.

Devota a Santo Antônio, a igreja tem dois momentos construtivos. O primeiro, da capela primitiva, de pau-a-pique, ainda existente, data de 1714. E o segundo refere-se a construção da nave, em pedra, que teve início em 1741 com os pedidos de construção pelos cônegos do Rio de Janeiro, em visita à igreja, mas que se estende até o começo do século XIX com a construção já em condições de uso, embora não finalizado.<sup>323</sup>

A capela primitiva nos remete a arquitetura religiosa do Vale do Piranga, recebendo forte influência no partido, com a presença das tribunas e corredores laterais que tornam-se capela do santíssimo e sacristia. Como descreve a arquiteta Delmarí Ângela Ribeiro:

Como é típico das construções religiosas, desde o setecentos no Vale do Piranga, seu partido é retangular e não apresenta torres. A nave central se articula com a capela-mor pelo arco-cruzeiro e duas naves laterais onde se sobrepõem as tribunas. A capela-mor é ladeada pela Capela do Santíssimo e Sacristia. O frontispício apresenta composição tradicional com portada principal sobreposta por duas janelas rasgadas na altura do coro e duas janelas sineiras nas tribunas.<sup>324</sup>

---

<sup>323</sup> As datas referentes a igreja que aparecem neste trabalho estão registradas nos livros de tomo das irmandades do Rosário dos Pretos e do Santíssimo Sacramento da Matriz e também aparecem nos projetos de restauração da igreja. Os documentos foram acessado no Centro de Documentação e Informação do IPHAN de Belo Horizonte, em novembro de 2014.

<sup>324</sup> Disponível em: <http://iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/935-iephamg-apresenta-uma-capela-uma-comunidade-e-muita-fe>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

Certamente os construtores da capela primitiva estão seguindo como parâmetros as capelas da região do Vale do Piranga (Figura 2). Mas, é com os pedidos de uma nova igreja que podemos concluir mais a respeito da volumetria da igreja.



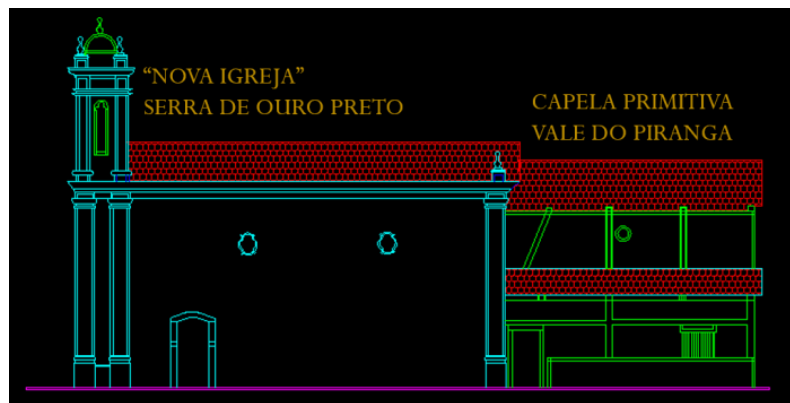
**Figura 2** - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens  
Preto. Piranga -MG. Fonte: <http://www.mapio.cz/a/14460274/>.  
Acesso: 27 de junho de 2015

A partir de 1785, os documentos das irmandades apontam compras para as obras da nova igreja (que corresponde a atual nave). As datas alcançam 1800, com a caiação<sup>325</sup> da igreja. A criação do Inventário feito pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1814 pode apontar para um funcionamento ativo no começo do século XIX, uma vez que representavam, (os inventários), uma maneira de se registrar os bens e o acervo material, de 31 objetos de prata, 25 ornamentos e 18 imagens.

Igreja nova, em pedra, compondo a nave, e capela primitiva compondo a capela-mor. É possível ver claramente que tratam-se de dois momentos diferentes, uma vez que os dois volumes pouco conversam arquitetonicamente. Um, mais antigo, de pau-a-pique com estrutura em madeira evidente, influenciado pela arquitetura do Vale do Piranga. Outro mais recente, de fins do século XVIII e começo do XIX, seguindo os ritmos da Serra de Ouro Preto. (Figuras 3 e 4).

---

<sup>325</sup> Revestimento de cobertura a base de cal.



**Figura 3** - Esquema do partido das fases da Matriz. Elaboração: Fernanda Silva, 2014.



**Figura 4** - Fachada lateral esquerda vista dos fundos. Detalhe da marcação da estrutura em madeira na capela primitiva. Foto: Fernanda Silva, 2014.

### **O rococó vernacular e seus artistas**

A iconografia da igreja também passa por dois momentos de criação. Um no final do século XVIII, e outro provavelmente do início do século XX. Apenas o primeiro é encontrado nos documentos do IPHAN, por meio dos registros de pagamento aos artistas pelas irmandades. O segundo, que apresenta um artista popular no frontão, e possivelmente também na feitura dos púlpitos de pedra sabão, são posteriores, provavelmente do começo do século XX.

Muitos elementos não aparecem na documentação quanto a sua criação, como os sinos, cruzeiro, pias de água benta, púlpitos de pedra e as duas fases da portada.

O medalhão central de pedra encimando a porta da igreja apresenta ornamentos em C e rocalhas, características do rococó, provavelmente esculpidas por volta de 1780. No centro do medalhão, se encontra esculpido um cordão de três nós mostrando que a igreja pertence a uma ordem franciscana. Lírios e um livro indicam a devoção a Santo Antônio e no centro há a presença de um ostensório indicando ser uma igreja matriz. Nas laterais do medalhão foram acrescentadas, na segunda fase iconográfica, mais duas imagens também esculpidas em pedra. Um cajado, duas chaves e uma mitra. Símbolos que fazem alusão a São Pedro, nova invocação, do século XIX, nessa região (Figura 5).



**Figura 5** – Portada da igreja. Foto: Fernanda Silva.

Em 1792, começam os trabalhos artísticos da igreja com Serafim Gonçalves do Espírito Santo, na feitura dos púlpitos, em madeira. Ainda neste ano, Manuel Ribeiro Roza inicia a pintura e o douramento de toda igreja, e Lourenço Rodrigues Souza talha o altar de N.S. Rosário. Dois artistas surpreendentes que também trabalharam juntos na Igreja São José, em Ouro Preto.



Manuel Ribeiro Roza<sup>326</sup> foi um artista de grande valor na região e sua participação na pintura e douramento de toda a matriz indica o grande destaque que se pretendia dar à igreja naquele momento.

Podemos considerar MRR como um artista polivalente, que de fato conhecia seu ofício, haja vista as diversas frentes em que atuou. Na documentação encontramos Rosa recebendo por pintura de forros,<sup>12</sup> pintura e douramento de altares,<sup>13</sup> por obras efêmeras que realizou para a Câmara de Ouro Preto,<sup>14</sup> por prateamento<sup>15</sup> e pela encarnação de imagens.<sup>16</sup> Sua obra, coerente ao gosto artístico rococó, tendo em vista a época em que foi produzida, apresenta-se de forma harmoniosa nos espaços onde se encontra, sendo possível antever características próprias do artista.<sup>327</sup>

A restauração que iniciou em 2014 tem revelado pinturas antigas ainda conservadas graças a camada de tinta superior que protegeu a arte precedente.

O retábulo do altar mor apresenta características do rococó e a sua devoção é ao Santo Antônio, santo franciscano e junino. Imagem provavelmente do século XIX que veio a substituir a antiga imagem, roubada em 1996.<sup>328</sup> Abaixo do trono se encontram as imagens de São Sebastião, no lado evangelho e, no lado epístola, Nossa Senhora da Conceição. Ambas do século XIX. Nos nichos laterais, aparece, no lado evangelho, São Joaquim e no lado epístola Santa Barbara, padroeira dos mineiros, do século XVIII (Figura 6).

---

<sup>326</sup> Os trabalhos e a vida do artista foram explorados em diversos trabalhos. A destacar: “Contribuição ao estudo da pintura colonial: Manoel Ribeiro Rosa (1758/1808), de Adalgisa Arantes Campos. “Vida cotidiana e produção artística de pintores leigos nas Minas Geras: José Gervásio de Souza Lobo, Manoel Ribeiro Rosa e Manoel da Costa Ataíde” da mesma autora. Além do “Pintores coloniais nas minas setecentistas: a vez de Manuel Ribeiro Rosa” de Leandro Rezende e Armando Leopoldino.

<sup>327</sup> REZENDE, Leandro Gonçalves. LEOPOLDINO, Armando Magno de Abreu. Pintores coloniais nas minas setecentistas: a vez de Manuel Ribeiro Rosa. VIII EHA - Encontro de História da Arte – 2012, p; 329. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2012/Leandro%20Goncalves.pdf> Acesso em: 27 de junho de 2015.

<sup>328</sup> Em 1996 um grande roubo na igreja levou 19 imagens da matriz. Apenas uma foi recuperada até o momento. A imagem de São João Batista menino foi encontrada e restaurada em 2011 por iniciativa da Associação de moradores do distrito, Os Bem te vis.



**Figura 6** – Retábulo-Mor, Santo Antônio. Foto: Fernanda Silva, 2014.

Além do retábulo mor, mais quatro retábulos ornaram a nave da igreja. Dois colaterais, beirando o arco cruzeiro e dois laterais, mais próximos aos púlpitos.

Os retábulos laterais apresentam características eruditas e estilo rococó. O lado do evangelho é dedicado a Nossa Senhora do Rosário, entalhado por Lourenço Rodrigues Souza entre 1789- 1793 (Figura 7).



**Figura 7** – Retábulo N. Senhora do Rosário, entalhado por Lourenço Rodrigues Souza. Foto: Fernanda Silva, 2014.

A imagem é provavelmente do século XIX. O retábulo lateral do lado epistola é atribuído a Francisco Vieira Servas, entalhado no final do século XVIII com características próprias de Servas como a utilização de coroamentos em arbaleta, sanefas, volutas laterais impulsionando para frente e rocalhas flamejantes (Figura 8). Este retábulo é dedicado a Sant'Anna Mestra, imagem do século XVIII. Logo abaixo de Sant'Anna se encontra São João menino, imagem do século XVIII, com suas vestes em couro de cordeiro e estandarte.





**Figura 8** – Retábulo Sant’Anna Mestra, entalhado por Francisco Vieira Servas. Foto: Fernanda Silva, 2014.

É provável que o retábulo de Lourenço Rodrigues Souza tenha se inspirado no retábulo de Francisco Vieira Servas, pois embora tenha muitas semelhanças é notável a presença de características menos elaboradas.

Mas a curiosidade mais relevante quanto à iconografia dos retábulos está justamente nos retábulos colaterais, que sempre foram entendidos com características populares do século XIX (Figura 9). Frutos de um rococó vernacular, ou uma simplificação do rococó, que durante o processo de restauração iniciados em 2014, mostraram-se mais antigos do que se imaginava.



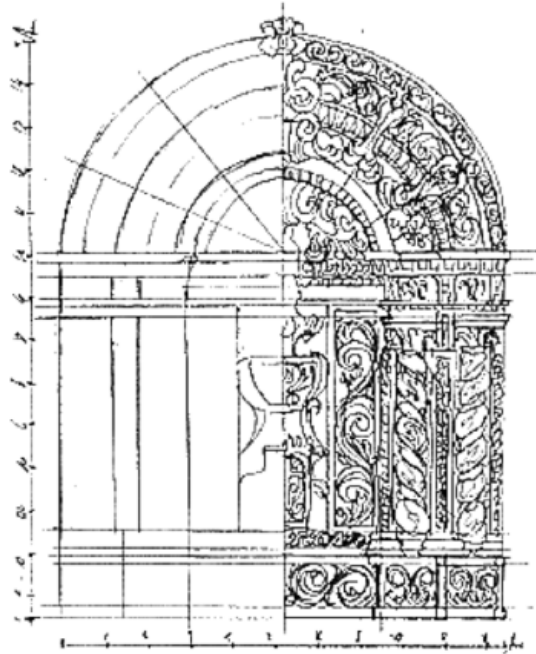
**Figura9** – Retábulos colaterais. Senhor dos Passos (evangelho) e Nossa Senhora da Piedade (epístola). Do lado direito detalhe da Fênix bicando a uva no retábulo do Senhor dos Passos. Fotos: Fernanda Silva, 2014.

As prospecções têm revelado uma pintura muito recorrente no estilo nacional português. Representações fitomórficas e zoomórficas, além da predominância de cores fortes como o azul e o vermelho e o coroamento de arco concêntrico (Figura 10). Como aponta Alex Bohrer,

Muitas primitivas capelas de Minas abrigam retábulos de madeira recortada, típicos de carapinas e não de entalhadores. Esses artefatos muitas vezes são interpretadas como obras posteriores, feitas em época de menor riqueza. Contudo, analisando atentamente essa morfologia podemos aventar a hipótese de que algumas são muito antigas. Em geral, esses conjuntos apresentam arremates em arcos simples, que são continuação de pilastras inferiores. Se simplificarmos o arcabouço complexo dos retábulos do Nacional e focarmos na armação que está por trás das colunas e arcadas entalhadas, teremos o mesmo ritmo encontrado nessas estruturas de carapinas, como demonstra a ilustração abaixo.<sup>329</sup>

---

<sup>329</sup> Bohrer, Alex Fernandes A talha do estilo nacional português em Minas Gerais [manuscrito]: contexto sociocultural e produção artística / Alex Fernandes Bohrer. - 2015. 2 v. : il. Orientadora: Adalgisa Arantes Campos. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. p.253.



**Figura 10** – Esquema de Retábulo do Estilo Nacional. Fonte: Alex Bohrer, 2015. apud. [http://historias.interativas.nom.br/bbcartas/?page\\_id=5](http://historias.interativas.nom.br/bbcartas/?page_id=5) (acesso em 08/09/2014).

Um dos livros de tombo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos indica que ainda em 1733 uma visita canônica de Doutor Manuel da Roza Coutinho aponta a presença de 5 altares, sacrário, pia batismal. O período é de importante significância para a manifestação do estilo nacional português que teve seu momento de maior manifestação nas três primeiras décadas do século XVIII. É possível que esses retábulos tenham sido reaproveitados na composição da nave. Ação bastante comum em outras igrejas da região.

O retábulo do lado evangelho é dedicado a Nossa Senhora da Piedade, imagem também do século XIX e do lado epistola ao Nosso Senhor dos Passos. Neste altar também se encontra a imagem de São Domingues de Gusmão do século XVIII.

Na pintura, a igreja não possui um acervo aparente. Somente na sacristia há uma pintura no forro com elementos em C e uma flor nas cores ocre e cinza. No centro há uma Tarja oval delimitada por frisos curvos também em cinza ocre e rosa. No centro da tarja há duas figuras de anjos. Trata-se de uma pintura a têmpera - técnica que deixa a pintura com aparência aquarelada - datada do século XIX, tosca e de característica bem popular.

### **Considerações Finais**

A matriz de Itatiaia é uma joia do barroco mineiro e sua iconografia pode trazer à tona rastros de sua história e do seu valor enquanto Patrimônio. Desde seu tombamento, em 1983, a igreja passou por nove obras de restauração, o que revela a preocupação com esse que é um dos exemplares mais peculiares da arquitetura e iconografia do barroco mineiro.

## Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII

**Carolina Vaz de Carvalho**

Bacharel em Ciências Sociais; graduanda em Museologia

Universidade Federal de Minas Gerais

carolcarvalho@ufmg.br

**André Onofre Limírio Chaves**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

andreonofrelimirio@gmail.com

**RESUMO:** A História das Coleções e dos Museus é um campo de estudo de interesse multidisciplinar, de importância incontestável seja dentro da Museologia, da Arte ou da História. Com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, contribuir na compilação e produção de material sobre o assunto e complementar a formação de alunos da graduação, o Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus foi criado em 2013 com o apoio da PROGRAD/UFMG.

Uma das linhas de ação do grupo é o estudo de colecionadores e coleções do século XVII. Além de consultar uma bibliografia recente sobre o assunto, no desenvolvimento dessas pesquisas buscamos informações em diferentes fontes documentais de época, como imagens, tratados, catálogos de coleções, inventários e relatos de viagem em diários e correspondências. As diferentes fontes nos dão acesso a uma grande variedade de dados, apresentando cada qual seus desafios e dificuldades. Partindo da análise do uso de documentos de natureza variada no desenvolvimento de nossas pesquisas e da reflexão sobre questões metodológicas e epistemológicas levantadas no processo, propomos uma discussão sobre as potencialidades e limitações no uso de algumas fontes iconográficas e textuais para estudos em História das Coleções.

**PALAVRAS-CHAVES:** História das coleções, Século XVII, Fontes iconográficas, Fontes textuais.

O presente trabalho consiste em um movimento reflexivo emergente da atividade prática de pesquisa em História das Coleções e dos Museus no período moderno. A História das Coleções e dos Museus é um campo de estudo multidisciplinar que tangencia interesses da Museologia, da Arte, da História e de outras áreas disciplinares, beneficiando-se dessa pluralidade de aportes teóricos e metodológicos e contribuindo para a compreensão de uma diversidade de fenômenos estudados por essas disciplinas. Com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, contribuir na compilação e produção de material sobre o assunto e complementar a formação de alunos da graduação, o Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus foi criado em 2013 com o apoio da PROGRAD/UFMG, PRPQ/UFMG e FAPEMIG.

O grupo surgiu dentro do Programa de Inovação e Qualidade no Ensino da Graduação, com coordenação do Professor René Lommez Gomes, da Escola de Ciência da Informação, e da Professora Verona Segantini, da Escola de Belas Artes. Uma das linhas de ação do grupo é o estudo de colecionadores e coleções do século XVII, em articulação com o projeto de pesquisa “Raridades em Contexto: incorporação e resignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)”. Dentro desse projeto de pesquisa, várias iniciativas estão sendo desenvolvidas, como o estudo da coleção do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen e o estudo em contraste da coleção de um comerciante holandês, Mathijs van Keulen.

Além de consultar uma bibliografia recente sobre o assunto, no desenvolvimento dessas pesquisas buscamos informações em diferentes fontes documentais de época, como imagens, tratados, catálogos de coleções, inventários e relatos de viagem em diários e correspondências. As diferentes fontes nos dão acesso a uma grande variedade de dados, apresentando cada qual seus desafios e dificuldades. Por exemplo, um inventário pode nos fornecer não apenas uma listagem de objetos que comporiam uma coleção, mas por vezes seu valor monetário, sua origem e mesmo sua localização no espaço de um imóvel. As imagens, sejam ilustrações de textos ou obras independentes, indicam os tipos de objetos colecionados e oferecem pistas sobre sua ordenação, os meios de exposição, e mesmo indícios sobre a circulação dos mesmos. Partindo da análise do uso de documentos de natureza variada no desenvolvimento de nossas pesquisas e da reflexão sobre questões metodológicas e epistemológicas levantadas no processo, propomos uma discussão sobre as potencialidades e limitações de algumas fontes específicas para os estudos em História das Coleções, a saber: um tipo de fonte textual - um inventário de bens móveis - e dois tipos de fontes iconográficas - uma imagem integrante de coleção e outra imagem que representa uma coleção.

### **O uso de Inventários holandeses para a construção da história social da arte**

Em meados dos anos 80, o economista e historiador da Arte John Michael Montias (University of Yale), juntamente com o Getty Research Institute, elaboraram o banco de dados conhecido como “The Montias Database of 17th Century Dutch Art Inventories”. Com o objetivo de proporcionar fontes históricas aos pesquisadores da arte e das coleções,



esse banco de dados reúne mais de 1280 inventários holandeses<sup>330</sup>, principalmente da região de Amsterdam. O que torna esses inventários objetos de pesquisa e estudo para o Grupo de História das Coleções e dos Museus é o fato de documentarem itens artísticos, como pinturas, desenhos, esculturas, mapas e outros objetos que adornavam residências neerlandesas do século XVII, garantindo que os pesquisadores compreendam a relação da coleção privada com o contexto em que foi criada.

O ato de inventariar itens artísticos proporcionou uma ferramenta importante para compreender a composição das coleções seiscentistas do universo neerlandês. Esse é um meio de entender a personalidade e o gosto pessoal de colecionadores, em conexão com seu ofício, sua religiosidade e o modo como gostaria de ser representado para a sociedade através da sua coleção<sup>331</sup>. Outra possibilidade do uso dos inventários é pensar a ressignificação que esses objetos artísticos sofriam ao adentrar uma residência, o que percebemos no modo de dispor alguns objetos em cômodos mais públicos, como salas de visitas e de jantares, ou em mais ambientes privados<sup>332</sup>.

Nessa pesquisa, encontramos a figura de Mathijs van Ceulen, comerciante, diretor e acionista da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.). A figura de Mathijs van Ceulen tornou-se importante para a reflexão do mundo das coleções por causa da singularidade encontrada durante a pesquisa. Van Ceulen possui dois inventários registrados em momentos distintos na Câmara dos Órfãos de Amsterdam (Orphan Chamber)<sup>333</sup>. O que tornou isso chamativo foi a constatação da evolução do número de itens da sua coleção artística em um período curto de pouco mais de uma década. Sua atuação no mundo dos negócios proporcionou uma vida abastada, garantindo meios para aquisição de objetos artísticos que, reunidos em um mesmo espaço e propósito, passaram a constituir uma coleção privada. A partir da análise de seus inventários foi constatado que esse padrão de vida garantiu a presença de objetos de grande requinte em sua residência, sendo isso refletido na riqueza de peças constatadas em seu último inventário.

No seu primeiro inventário, datado de 1631<sup>334</sup>, encontramos registrada a quantidade de dezesseis itens artísticos, dentre os quais, pinturas de temáticas variadas (natureza morta, paisagens, passagens religiosas), gravuras, mapas e globos terrestres. Nesse primeiro momento, essa coleção é de caráter modesto - seu valor de mercado na época era em torno de 64 florins, um montante de valor baixo. Em contrapartida, no ano de 1644<sup>335</sup> o nome de Mathijs van Ceulen aparece novamente nos registros da Câmara dos Órfãos.

---

<sup>330</sup> O banco de Dados Montias está disponível online em <http://research.frick.org/montias/home.php> (último acesso: 23/06/2015)

<sup>331</sup> MONTIAS, John Michael. *Art at auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Press University. 2002.

<sup>332</sup> LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Public and Private Spaces: Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses*. Zwolle, Waanders Printers. 2000.

<sup>333</sup> Órgão holandês que surgiu no século XVI com a premissa de garantir capital para os menores de idade em caso da morte dos pais. Sua função era de inventariar os bens de artísticos de maior valor da casa do solicitante, em caso de morte dos pais, esses bens eram leiloados e o dinheiro transferido para os tutores dos órfãos.

<sup>334</sup> Inventário de Mathijs van Ceulen, datado do ano de 1631, disponível em: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=2460> (último acesso: 23/06/2015)

<sup>335</sup> Inventário de Mathijs van Ceullen, datado do ano de 1644, disponível em: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).



Nesta ocasião, fica evidente o motivo da solicitação de inventariação: a morte de van Ceulen. Na análise do seu inventário, constatamos a presença significativa do aumento de itens que compunha a coleção. Consequentemente, sua coleção ampliou o seu valor no mercado. Uma questão especial que nos motivou a trabalhar com a figura de van Ceulen foi o fato de que entre os seus objetos inventariados em 1644 consta a presença de itens de origem brasileira. Mapas, pinturas e gravuras estavam acompanhados de denominação que informava sua procedência brasileira e receberam valores significativos, que indicavam seu apreço no mercado de arte holandês.

Em uma segunda etapa da pesquisa, partimos para a análise da constituição da coleção de van Ceulen. Sentimos, então, a necessidade de realizar um estudo sobre a vida do sujeito<sup>336</sup>, pois a partir disso compreenderíamos a coleção não só como um amontoado de objetos, mas como conjunto que reflete a personalidade de seu criador e que dele faz as suas ressignificações e apropriações<sup>337</sup>. No estudo, vimos que o aumento da coleção de van Ceulen corresponde ao período em que ele viveu no Brasil. Os objetos brasileiros vieram a constituir a coleção de van Ceulen no momento em que este atuava no cargo de diretor delegado e posteriormente como Alto Conselheiro<sup>338</sup> na conquista neerlandesa do nordeste brasileiro. Estes cargos e atuações de van Ceulen possibilitaram tanto o enriquecimento financeiro quanto cultural, garantindo a compra de itens que pudessem aumentar a sua coleção artística. Além disso, van Ceulen poderia ter recebido presentes artísticos do Conde Maurício de Nassau, a quem estava subordinado.

Mathijs van Ceulen tornou-se uma figura muito importante durante o período em que ficou no Brasil<sup>339</sup>. Entende-se que o seu primeiro inventário foi realizado como forma de garantir que seus filhos tivessem auxílio financeiro caso algo ocorresse com ele durante a sua primeira viagem para o Brasil, em 1633. Registrar os seus itens artísticos na Câmara dos Órfãos seria uma forma de garantir crédito financeiro para os seus filhos, pois, naquele momento, a arte era entendida como um investimento<sup>340</sup> que o cidadão poderia realizar ao comprar pinturas, mapas, e demais objetos.

A coleção de van Ceulen reflete a sua personalidade através dos itens que a compõe. Seu caráter comerciante é demonstrado com mapas do Rio Grande e de outras regiões brasileiras, apontando para a necessidade de conhecer uma região para realizar suas atividades mercantis, bem como a figura de um comerciante de uma das maiores companhias de comércio do século XVII, a W.I.C. O seu lado político era indicado com a presença de retratos de governantes, como o rei espanhol Felipe IV e o Conde Maurício de Nassau, de quem van Ceulen foi conselheiro durante o governo no Brasil.

---

<sup>336</sup> Em 2014 foi apresentado no III Encontro de Pesquisa em História, a biografia de Mathijs van Ceulen feita durante a pesquisa. CHAVES, André Onofre Limírio. Mathijs van Ceulen e a conquista neerlandesa no nordeste brasileiro. Anais do III EPHIS. *Revista Temporalidades*. v. 6, suplemento (2014). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014. ISSN:1984-6150.

<sup>337</sup> CHARTIER, R. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*. Trad.: Patrícia. C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

<sup>338</sup> LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>339</sup> WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

<sup>340</sup> SCHAMA, Simon. O desconforto da riqueza. In: *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, Uma interpretação*. (trad.) Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 289 - 368.

Como toda fonte textual, os inventários possuem suas limitações em seu uso para a escrita da história. Segundo John Montias, antes da inventariação dos objetos artísticos de uma residência holandesa, geralmente os familiares do falecido ocultavam ilegalmente obras de grande valor<sup>341</sup>. Um exemplo disso ocorreu na inventariação dos bens do pintor Rembrandt após seu falecimento, realizada porque o referido pintor havia acumulado um alto número de dívidas e estas deveriam ser quitadas. Logo após a inventariação, foi descoberto que sua esposa havia escondido obras do pintor e, por causa disso, ela sofreu um processo judicial e teve que listar os quadros ocultados<sup>342</sup>. Outro problema do uso de fontes inventariais é o fato que os objetos que não possuíssem forte agrado no mercado de arte não eram inventariados. Aos olhos da época, não compensaria inventariar um objeto que não fosse atraente para o mercado. Havia, destarte, uma seleção dos melhores itens de uma coleção artística, que não era registrada em sua completude. A variação dos valores no mercado das artes é uma terceira dificuldade enfrentada por quem utiliza essas fontes. No inventário, o notário ou o inventariante registrava o valor que as peças possuíam naquele momento, e, posteriormente elas poderiam ter seu preço alterado, podendo valer mais ou menos. Esse fator torna difícil para o pesquisador elaborar um padrão de preços das coleções privadas holandesas.

Em contrapartida, o lado positivo dos inventários holandeses é que favorecem a pesquisa em História da Arte e das Coleções ao informar aos pesquisadores elementos importantes para a compreensão do colecionismo privado na Holanda do século XVII. O inventário holandês não informa apenas a peça que foi inventariada, mas outras informações de grande importância, como a disposição dos objetos nos cômodos das casas, além de indicar o valor da peça conforme o valor de mercado daquele momento<sup>343</sup>.

A partir da análise dos inventários podemos fazer leituras que permitem realizar uma análise biográfica, que indique a qualidade da composição de uma coleção particular mostrando que essa não se resumia em ser um lugar de curiosidades, mas um ambiente que refletia a personalidade de seu colecionador. Desde modo, uma coleção permite indicar a maneira em que um sujeito gostaria de ser visto quando algum visitante adentrasse em sua residência. No caso de van Ceulen, ele gostaria de passar a imagem de sua profissão de comerciante, sua posição de diretor da W.I.C., e também mostrar seu lado pessoal através da sua religião e preferências das temáticas das pinturas.

## **Uso de imagens no estudo do colecionismo artístico e científico no séc. XVII**

Um segundo tipo de fonte que queremos apresentar são as imagens. Exploraremos dois exemplos de imagens com as quais trabalhamos no Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus. A primeira é uma imagem que integrava uma coleção; a segunda uma imagem que representa uma coleção.

Nosso primeiro exemplo é uma pintura atualmente sob a guarda do Museu Nacional de Copenhague com o título “Mulher e criança de ascendência africana” (Fig. 1).

<sup>341</sup> MONTIAS, *Art at auction in 17th Century Amsterdam*, 2002.

<sup>342</sup> \_\_\_\_\_. *O desconforto da riqueza*, 1992.

<sup>343</sup> MONTIAS, *Art at auction in 17th Century Amsterdam*, 2002.

A tela, com datação de 1641, é de autoria do pintor holandês Albert Eckhout, membro da comitiva do conde João Maurício de Nassau-Siegen no Brasil. Retrata uma mulher negra trajando um saíote xadrez amarrado com uma faixa vermelha, portando um chapéu de penas e colares e brincos de pérolas e corais. Em sua mão direita, segura uma cesta com frutas e flores, enquanto sua mão esquerda repousa sobre a cabeça de uma criança negra do sexo masculino, sem roupas, usando colares de contas e pequenos brincos, segurando em sua mão esquerda, uma ave e em sua mão direita, uma espiga de milho. A mulher e a criança estão ao lado de uma palmeira, em uma paisagem costeira, na qual se vê, no canto inferior direito, figuras humanas realizando atividades na praia e, ao fundo, algumas embarcações no mar. Essa tela integra uma série de 8 quadros que retratam os “tipos étnicos” do Brasil Holandês no século XVII, em casais: “Homem africano”, “Mulher Tarairiu”, “Homem Tarairiu”, “Mulher Tupi”, “Homem Tupi”, “Mulher mestiça”, “Homem mulato”. Por ser ela mesma um item de coleção - originalmente pertencente à coleção do conde João Maurício, posteriormente doada a Frederik III, rei da Dinamarca, em 1654, e por essa via incorporada ao acervo do Museu Nacional de Copenhague<sup>344</sup> -, retrçando sua história do contexto de produção aos dias atuais podemos chegar a muitas informações sobre o universo colecionista desde aquela época. Contudo, gostaríamos de chamar a atenção para o que podemos apreender na observação dessa imagem.



<sup>344</sup> BUVELOT, Quentin (ed.). *Albert Eckhout: A Dutch artist in Brazil*. Zwolle, ND: Royal Cabinet of Paintings Mauritshuis Foundation, The Hague; Waanders, 2004.

**Figura 1** - Albert Eckhout, 1641, *Mulher e criança de ascendência africana*. Óleo sobre tela, 181 x 189 cm. Nationalmuseet, Copenhagen. Disponível em: <http://samlinger.natmus.dk/ES/25493>.

Em primeiro lugar, evidências como rascunhos e desenhos de estudo realizados por Eckhout e por outros artistas e cientistas da comitiva do conde João Maurício<sup>345</sup>, bem como estudos de autores que se dedicaram a compreender a produção das artes neerlandesas no século XVII<sup>346</sup>, nos sugerem que essa cena não foi copiada da realidade, mas montada a partir de elementos isolados – ela é em si mesma uma coleção de objetos considerados especialmente simbólicos e interessantes. Os espécimes animais e vegetais, os objetos e adereços, e as próprias pessoas retratados na tela são itens que podiam ser incorporados às coleções de diversas formas: como exemplares vivos em jardins, ménageries e com a presença *in loco* de indivíduos representantes de outros povos; com a exibição de plantas e animais conservados e objetos em ambientes fechados, seja em salas especialmente dedicadas a esse fim, seja dispersos nas edificações; e ainda em descrições escritas, imagens e cópias, como obras separadas ou incorporadas a livros, meios de colecionar itens percíveis ou de difícil acesso.

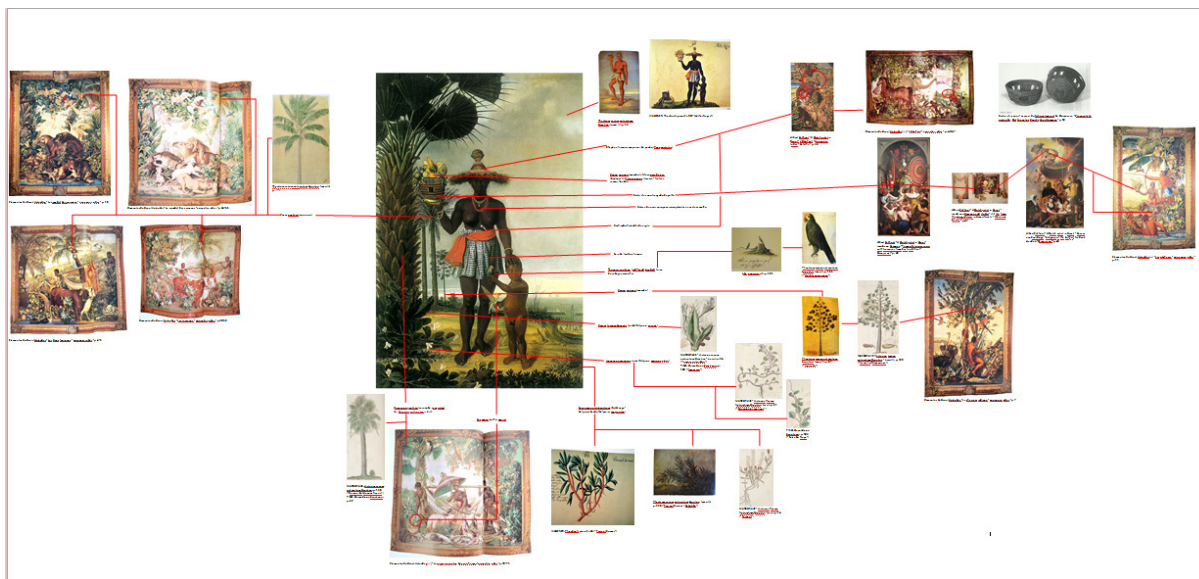
Considerando esse aspecto – as variadas formas de inserção de um objeto em uma coleção – começamos a observar a presença de alguns elementos que compõem a tela em outras obras e lugares. A partir da observação e do estudo de alguns documentos e obras da época, realizamos um mapeamento inicial de elementos que compõem a tela de Albert Eckhout e que reaparecem em pinturas, em ilustrações de livros de história natural e relatos de viagem, em tapeçarias e como objetos tridimensionais em coleções (Fig. 2). Para ilustrar o tipo de relações que tal mapeamento torna visível, escolhemos o exemplo do cesto que a mulher segura em sua mão direita na pintura de Eckhout.

---

<sup>345</sup> FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (orgs.). *Brasil-Holandês = Dutch-Brazil*. 5 v. Rio de Janeiro: Index, 1995.

<sup>346</sup> BRIENEN, Rebecca Parker. *Visions of a savage paradise*. Albert Eckhout, court painter in Colonial Dutch Brazil. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 288p. ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 1999. 427 p.





**Figura 2** - Mapeamento de elementos da tela *Mulher e criança de ascendência africana*, de Albert Eckhout. Fonte: os autores.

Um estudo preliminar a óleo de autoria de Albert Eckhout<sup>347</sup> mostra uma modelo negra com o mesmo saiote da mulher retratada na tela, em um esboço de cenário que se assemelha ao da cena final. Porém, a modelo do estudo não segurava um cesto como o da pintura, mas um objeto não retratado, do qual vemos apenas uma silhueta semelhante a um vaso. Temos o conhecimento, contudo, de que cestos africanos muito semelhantes ao retratado na tela de Eckhout eram encontrados em coleções – por exemplo, na coleção do dinamarquês Ole Worm (1588-1654), incorporada após sua morte à Real Kunstkammer da Dinamarca<sup>348</sup>. Isso nos sugere que provavelmente Albert Eckhout teve acesso seja a cestos semelhantes, seja a imagens desses cestos. A figura que aparece identificada como “Prancha 98 - Mulher negra” no livro *Thierbuch* do viajante alemão Zacharias Wagener<sup>349</sup>, se aproxima em muitos aspectos da tela de Eckhout, podendo ser situada a meio caminho entre o estudo preliminar do pintor e a tela final. Wagener esteve no Brasil entre 1634 e 1641, a serviço do conde João Maurício de Nassau ao mesmo tempo que Eckhout. Durante algum tempo, houve algum debate sobre a precedência da ilustração de Wagener em relação à tela de Eckhout e hoje a hipótese mais aceita é de que o alemão teria copiado essa e outras imagens produzidas pelos artistas da comitiva de Nassau<sup>350</sup> para compor seu relato de viagem.

O mesmo cesto africano que a mulher segura na tela de Eckhout aparece em obras posteriores de vários artistas, como Jacob van Campen e Caesar Boëtius van Everdingen.

<sup>347</sup> FERRÃO; SOARES. *Brasil-Holandês = Dutch-Brazil*, v. 5, p. 16.

<sup>348</sup> BUVELOOT. *Albert Eckhout*, 2004. DAM-MIKKELSEN, Bente; LUNDBÆK, Torben (eds). *Etnografiske genstande i Det kongelige danks Kunstkammer 1650-1800*. København: Nationalmuseet, 1980.

<sup>349</sup> FERRÃO, Cristina; SOARES, Jose Paulo Monteiro (eds); TEIXEIRA, Dante Martins (org). *Brasil Holandês*, v. 2. “O ‘Thierbuch’ e a Autobiografia de Zacharias Wagener”. Trad.: Alvaro Alfredo Bragança Junior. Rio de Janeiro: Index, 1997.

<sup>350</sup> BRIENEN. *Visions of a savage paradise*, 2006. FERRÃO; SOARES; TEIXEIRA. *Brasil Holandês*, 1997.

Van Campen era, além de artista, arquiteto, e participou da construção de Mauritshuis, a residência de Nassau na cidade de Haia, para onde o conde se mudou logo no retorno do Brasil. Tanto van Campen como van Everdingen eram membros da Guilda de São Lucas de Harlem, que representava pintores, escultores e outros artistas visuais. Esses dois artistas trabalharam juntos na decoração da sala *Oranjezaal* de *Huis ten Bosch*, residência comissionada em 1645 por Amalia von Solms para o stadtholder neerlandês Frederik Hendrik, e tanto na *Processão triunfal com tesouros do Leste e do Oeste*, de van Campen, como na *Alegoria do nascimento de Frederik Hendrik*, de van Everdingen, que decoram a *Oranjezaal* encontramos cestos africanos como parte da composição<sup>351</sup>. Outros trabalhos de Jacob van Campen (*Natureza morta com guirlanda de frutas e flores*, óleo sobre painel, Rijksmuseum, Amsterdam) e de Caesar van Everdingen (*Garota com chapéu largo*, óleo sobre tela, Rijksmuseum, Amsterdam; *O rapto de Europa*, óleo sobre tela, National Gallery of Canada, Ottawa), elaborados entre 1645 e 1650 incorporam variações do mesmo cesto. Por fim, traçamos a trajetória do cesto até uma tapeçaria francesa de 1726 intitulada *Les pêcheurs*<sup>352</sup>, da série *Anciennes Indes* produzida pela Manufaturas Gobelins, baseada em desenhos originais de Eckhout presenteados por João Maurício de Nassau-Siegen ao rei francês Luís XIV em 1679.

Esse pequeno exercício investigativo nos permite começar a vislumbrar, a partir da recorrência de objetos e imagens, uma rede de pessoas envolvidas na produção, circulação e coleção de objetos artístico-científicos no século XVII. Essas pistas que encontramos a partir do estudo da imagem pintada por Eckhout se complementam com outras evidências e documentos, em diálogo com estudos contemporâneos em história social das artes, história da ciência e história cultural, dando corpo a fenômenos muitas vezes apresentados nessa bibliografia de forma mais geral.

Outro tipo de imagem que pode servir ao estudo da história das coleções são as imagens que retratam coleções, sejam elas coleções reais ou imaginárias. Escolhemos como exemplo uma pintura do flamengo Willem van Haecht, intitulada *Apelles pintando Campaspe*, que representa em meio a um ambiente de coleção de arte o episódio em que o artista Apelles retrata Campaspe, uma das amantes de Alexandre, O Grande, a pedido desse imperador.

---

<sup>351</sup> \_\_\_\_\_, *Albert Eckhout*, 2004.

<sup>352</sup> TEIXEIRA, Dante Martins. Elementos do Brasil Holandês presentes nas “Nouvelles Indes” tapeçarias da Manufatura Gobelins. *BRASIL HOLANDÊS*, v. 2. Rio de Janeiro: Index, 2003.



**Figura 3** - Willem van Haecht, c. 1630, *Apelles pintando Campaspe*. Óleo sobre tela, 104,9 x 148,7 cm. Mauritshuis, Haia. Disponível em: <https://www.mauritshuis.nl/en/discover/mauritshuis/masterpieces-from-the-mauritshuis/apelles-painting-campaspe-266/>

As telas que retratam salas de coleção, com especial destaque para as coleções de pinturas, floresceram como um gênero de pintura de forma quase exclusiva na Antuérpia no século XVII<sup>353</sup>. À primeira vista, a tela nos dá uma impressão do que compunha uma coleção ideal: pinturas, esculturas de temas clássicos, livros e gravuras, moedas, relevos, porcelana, conchas, instrumentos científicos. As pinturas de van Haecht nesse gênero se destacam por figurarem em sua composição não objetos meramente baseados no estilo de artistas renomados, mas obras conhecidas e identificadas. Devido às práticas de cópia da época, não podemos ter certeza em muitos casos se van Haecht teve acesso aos originais ou a cópias desses, na forma de pinturas ou gravuras, mas temos alguma ideia das obras que circulavam e eram valorizadas no meio. Muitas das obras que aparecem nas pinturas de van Haecht integravam a coleção do comerciante e patrono das artes Cornelis van der Geest, para quem van Haecht trabalhava, mas a falta, por exemplo, de um inventário completo dessa coleção abre margens para dúvidas.

Esses quadros nos informam, ainda, sobre as formas de exibição dos objetos colecionados e o ambiente considerado ideal para as coleções. Vemos na tela em questão a

<sup>353</sup> Van SUCHTELEN, Ariane; van BENEDEEN, Ben. *Room for art in seventeenth-century Antwerp*. Antwerp: Rubenshuis; The Hague: Royal Picture Gallery Mauritshuis; Zwolle: Wanders Publishers, 2009.



disposição justaposta das obras, detalhes sobre o mobiliário típico e, também, sobre o ambiente arquitetônico ideal, com paredes amplas nas quais as obras poderiam ser dispostas e muitas janelas e outras aberturas que permitiam iluminação natural. É mister ressaltar, todavia, que os artistas deveriam realizar “adaptações”, de forma a representar bidimensionalmente um ambiente tridimensional e fazer aparecer na pintura a totalidade da coleção.

Gostaríamos de dar atenção especial ao aspecto espacial e arquitetônico. Essa tela de van Haecht não pretende retratar nenhum ambiente real, mas usa elementos reais para compor a cena. Vários dos elementos da tela remetem à figura do pintor flamengo Peter Paul Rubens: algumas telas de Rubens estão representadas nas paredes, como objetos da coleção (*Batalha das Amazonas*, Alte Pinakothek, Munique; *Tarquin e Lucrecia*, Sanssouci, Postdam; *Sátiro bêbado dormindo*, Akademie der Blindenden Künste, Viena), mas, além disso, a figura de Alexandre, que compõe a cena principal da tela de van Haecht, parece copiada da representação de Perseu de uma pintura de Rubens, *Perseu e Andrômeda* (Hermitage, São Petesburgo). Essa mesma pintura aparece em uma gravura de 1692, que retrata a casa de Rubens em Antuérpia, reproduzida de forma decorativa sobre uma sacada com vista para o jardim<sup>354</sup>. E uma das referências mais impressionantes à Rubens e sua casa é a sala semi-circular que aparece ao fundo no quadro de van Haecht, quase idêntica àquela que Rubens construiu em sua casa para exibir sua coleção de esculturas<sup>355</sup>, inspirada em exemplos arquitetônicos italianos, tanto antigos quanto contemporâneos - o Panteão romano, ilustrações nos tratados de arquitetura de Scamozzi e Serlio, e a Tribuna da Galleria degli Uffizzi, em Florença. Tantas referências à figura de Peter Paul Rubens estão ligadas tanto à valorização das obras do pintor no mercado das artes e no meio colecionista, como ao reconhecimento desse flamengo como exemplo de colecionador a ser seguido.

### Considerações finais

Os três exemplos explorados no presente trabalho ilustram a variedade de potencialidades e, simultaneamente, de limitações do uso de diferentes fontes documentais no estudo da História das Coleções. Uma questão comum emergente diz respeito à necessidade de se conhecer a forma como essas fontes foram construídas para que elas possam ser resgatadas em seu valor informativo. Nos casos estudados, sem uma fundamentação teórica oriunda da história econômica da arte, como desenvolvida por John Michael Montias, e das teorias sobre a cultura visual, na linha warburguiana de Michael Baxandall e Ernest H. Gombrich, as fontes não teriam o mesmo rendimento para nossas pesquisas.

---

<sup>354</sup> HARREWIJN, Jacobus. *Vista da casa de Rubens em Antuérpia, em 1692*. Rijksmuseum, Amsterdam. Disponível em: <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/RP-P-OB-55.445>

<sup>355</sup> \_\_\_\_\_. *Vista da casa de Rubens em Antuérpia, em 1692*.

# Para além do estilo, uma cosmovisão: por uma revisão da cultura barroca a partir das práticas devocionais

**Vanessa Cerqueira Teixeira**

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

vanessa\_vct@hotmail.com

**RESUMO:** O artigo almeja uma discussão do conceito de cultura barroca através das visões de José Antônio Maravall e Adalgisa Campos: o primeiro, ao tratar o contexto de crise e instabilidade espanhol, também legitimou a presença cultural barroca nas terras recém-povoadas a partir da colonização, enquanto a segunda propôs que a colonização possibilitou um convívio intercultural que se estabeleceu sobre valores e práticas espirituais, além de uma visão de mundo barroca.

**PALAVRAS-CHAVES:** Barroco, Absolutismo, Reforma Católica, Religiosidade, Irmandades.

## Introdução

O Barroco foi um estilo artístico que surgiu no século XVI e vigorou até o século XVIII, mantendo uma padronização em suas características, porém adicionando certas especificidades dependentes da localidade e sociedade em que se manifestara. Além de uma formação estilística, o Barroco se mostrou também como um modo de vida, estabelecendo uma cultura própria. Marcado pela exuberância de detalhes, pela dramatização e teatralidade, pelo exagero em sua composição, com seu jogo de claro e escuro e contornos contrastantes ao modelo formal e proporcional propostos pelo classicismo que vigorava na arte europeia até então, foi originado na Itália, mas se expandiu para diferentes países com contextos sociais e religiosos distintos, interagindo com diferentes manifestações culturais e se adaptando às condições encontradas em diferente tempo e espaço.<sup>356</sup> Os primeiros críticos e estudiosos do Barroco classificaram sua criação limitada ao estilo, uma inovação

---

<sup>356</sup>No que diz respeito ao significado de sua nomenclatura, ainda em discussão e gerando inúmeras versões, a significação mais comum entre teóricos e artistas se refere à pérola irregular, termo usado por joalheiros da Península Ibérica, que denominava pejorativamente a imperfeição. De origem francesa, sua etimologia é incerta, geralmente relacionada a algo absurdo, extravagante, o ridículo levado ao extremo. Cf. BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

nas artes visuais considerando a arquitetura, pintura e escultura. Contudo, tal visão se ampliaria até alcançar uma expressão cultural, um fenômeno tão abrangente que se relacionaria à música, teatro, festas, literatura, ao espírito barroco de um período e, principalmente, um imaginário religioso.<sup>357</sup> Enquanto estilo artístico, o Barroco ganhara representatividade apenas no século XIX a partir do teórico Henrich Wölfflin, após o período neoclássico e a “febre antibarroca”:

O conceito de barroco, tal como hoje o aceitamos e entendemos, é de circulação relativamente recente na história da cultura, na história das artes. Foi a partir de Henrich Wölfflin, com o livro *Renascença e Barroco*, datado de 1888, que a palavra adquiriu status crítico-estético e passou a figurar nos estudos especializados e, pouco a pouco, nos manuais e currículos universitários.<sup>358</sup>

Wölfflin estabeleceu uma construção ideal da Renascença, definida pela centralidade através de elementos como a cúpula e a noção de unidade perfeita e homogênea do templo, com todas as partes em equilíbrio.<sup>359</sup> Diferente dos padrões clássicos, baseados em elementos claros e simples, na independência das partes e na plena posse de seus poderes, o Barroco representaria a esperança no devir, a dinâmica nas composições e a captação dos sentimentos e sofrimentos expostos em extrema violência.<sup>360</sup> Em sua série de pesquisas, Wölfflin estabeleceu alguns conceitos básicos e formais para se distinguir o Barroco do clássico, como: o pictórico e o ótico em oposição ao linear, seguindo de um desprezo da linha; o profundo em oposição ao superficial esboçado através de planos ou camadas; a forma aberta e livre, em detrimento da forma fechada do conjunto clássico; o todo unitário na formação da obra; a concepção de um conjunto completo em oposição à autonomia dos componentes clássicos e, por fim, a claridade relativa e o jogo de claro e escuro em oposição à claridade absoluta dos objetos.<sup>361</sup>

Apesar de certos padrões formais, o Barroco se manifestara de formas gritantemente distintas de um lugar a outro, sendo muitas vezes conflituoso caracterizar elos em comum para denomina-lo como tal, o que pode ser visto como uma justificativa para garantir a influência das questões sociais, assim como as especificidades em relação aos

<sup>357</sup> ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e ornamentação*. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

<sup>358</sup> ÁVILA, Affonso. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984, p. 3.

<sup>359</sup> WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

<sup>360</sup> BAZIN. *Barroco e Rococó*.

<sup>361</sup> WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. Trad. João Azenha Júnior. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 12.

materiais, técnicas e artistas na análise das manifestações artísticas.<sup>362</sup> Dessa forma, legitimamos a necessidade de relacionar os estilos artísticos aos contextos em que eles estão inseridos, não construindo apenas análises formalistas, mas também reconhecendo a existência da estrutura maior que se tornou o Barroco, ultrapassando o estilo para alcançar uma questão espiritual, cultural e filosófica. Além de considerar o contexto envolvido, ao propor a análise no âmbito das artes e da arquitetura, principalmente no que tange à temática religiosa, se torna necessária a construção de um percurso com um breve retorno a outros estilos para a compreensão da modificação do pensamento, e como este se materializou na edificação dos templos. Em seguida, discutiremos as questões que caracterizaram a formação de uma cultura do barroco em todos os âmbitos da vida social a partir das análises de José Antônio Maravall e Adalgisa Arantes Campos.

### **Do estilo à cultura através da persuasão na arquitetura religiosa**

Com um sistema estruturado pela religião e pela escolástica, o Gótico (aproximadamente entre os sécs. XII-XVI, dependendo da localidade) foi um estilo que representava uma hierarquização do universo definido através de verdades que deveriam ser aceitas e nunca questionadas. O artista e a arquitetura se subordinavam a este sistema. O Renascimento (aproximadamente entre os sécs. XIV-XVII, dependendo da localidade) não abandonara a ideia de cosmos, ordenado segundo leis divinas às quais se ajustava o homem. Sua arte seria a *mimesis* do universo. Junto ao humanismo se estabelecia certa liberdade criativa pautada no livre trabalho da razão através do artista, uma visão de racionalidade geométrica, unificada e antropocêntrica, não mais influenciada pela escolástica. Exemplos na arquitetura são as plantas centralizadas e a cúpula, que garantem maior centralidade ao papel do homem. As postulações do Renascimento foram postas em suspenso junto às verdades religiosas tradicionais durante o século XVI, período em que o homem começava a se ver em meio aos conflitos, incertezas e alienações, não encontrando referência para sua situação no mundo.<sup>363</sup> A partir da cosmovisão científica com a descoberta de Copérnico e sua teoria de que a Terra se desloca em torno do Sol, ocorrera a mudança da visão do homem como centro do universo. As concepções religiosas medievais de uma antiga realidade cristã dualista, assim como a visão antropocêntrica, já

---

<sup>362</sup> HAUSER, Arnold. Renascença, Maneirismo e Barroco. In: \_\_\_\_\_. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. Martins Fontes, 2010.

<sup>363</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.

não correspondiam às novas ideias de uma consciência cósmica. Vista como melhor maneira de compreender e representar a realidade, a arte do século XVII se diferenciaria da concepção dos séculos anteriores frente aos avanços científicos e intelectuais.

Com o fim da Idade Média a história da Europa Ocidental teria se tornado uma história de crise, intercalada por períodos brandos, mas sempre marcada por miséria, sofrimento e conflitos. A Renascença corresponderia a um período de intervalo brando em meio à instabilidade, por isso o Maneirismo<sup>364</sup> (séc. XVI) apareceria com uma mentalidade de crise tão forte, que não buscaria a representação de paz, beleza e equilíbrio dos ideais clássicos. Ao mesmo tempo em que retornava às questões religiosas, deixadas de lado pelos renascentistas, o Maneirismo abria espaço para as inovações científicas. A crise da Renascença estava intrinsicamente ligada à crise do humanismo, pois a fé no homem ruíra novamente. O otimismo humanista calcado no equilíbrio da fé, da moral e da justiça cairia por terra. O grande drama renascentista foi retornar aos ideais clássicos pautados na objetividade dos antigos, mesmo vivenciando as contribuições medievais, tendo o homem se tornado um ser espiritualizado e crente nas questões *post-mortem*.<sup>365</sup>

Poderíamos dizer que o sistema fechado e hierarquizado pela escolástica e pela religião sofrera um abalo e fora substituído, no Renascimento, por um sistema ordenado pela racionalidade antropocêntrica e geométrica. As divisões religiosas e as mudanças nas concepções científicas, filosóficas e políticas acabaram por desintegrar um mundo unificado e absoluto e povoaram o homem de dúvidas, conflitos e de um sentimento de alienação frente a este mundo. A arquitetura maneirista é expressão dele. O Barroco será a expressão de um homem que busca a segurança perdida e parte para a criação de um novo sistema, uma nova ordem segura e absoluta que lhe sirva como fonte de certezas e substitua o cosmos perdido.<sup>366</sup>

A materialização dessa atmosfera tensa na estética apareceria como uma perda da busca pelo belo, pela perfeição e pelo universal, assim como pela perda da segurança da intelectualidade do homem. Os questionamentos representados pela arte maneirista abrem espaço para o Barroco como possível representante da resolução desses problemas.

---

<sup>364</sup>O Maneirismo, de acordo com Brandão, foi o estilo pautado em algumas características estilísticas básicas, como o anti-naturalismo; a tensão; o contraste; a presença de um espaço mais dinâmico e heterogêneo que o renascentista; a recuperação da longitudinalidade, como por exemplo, o caminho no interior das suas igrejas e cidades; a desintegração dos padrões clássicos e racionais; o mergulho na alma humana; e a alienação do homem sendo recuperada através da busca de si.

<sup>365</sup> HAUSER, Arnold. *Maneirismo*. Trad. J. Guinsburg e Magda França. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

<sup>366</sup> BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*, 112-113.

Guardadas as proporções das especificidades de cada localidade, o Barroco inovaria com ideais de inventividade, genialidade e autonomia, alcançando ainda a segurança abalada pelos conflitos maneiristas. A arte e arquitetura barrocas trouxeram inovações que melhor se adaptavam aos objetivos das monarquias absolutistas e dos reformismos religiosos, garantindo maior visibilidade para os reis e o clero.<sup>367</sup> Destacaremos aqui algumas características da arquitetura religiosa católica, a fim de mostrar como o estilo dialogava com o imaginário e a cultura. A construção das igrejas não se limitava a elas mesmas, teria profunda relação com os entornos e o ideal de uma cidade barroca<sup>368</sup>. Diferente do Maneirismo, que buscava o isolamento do interior da igreja, a primeira igreja barroca, a II Gesù em Roma, obra de Vignola e Giacomo della Porta, já buscava a comunicação com o espaço externo através de sua fachada. A II Gesù foi construída pela Companhia de Jesus, rompendo com as naves laterais e estabelecendo a nave única para que os fiéis unidos formassem um grande aglomerado, sendo que, desde a entrada estariam frente ao altar-mor. O sentido de “caminho para a redenção” veio das antigas basílicas paleocristãs. O retorno às longas naves longitudinais e a perda da centralidade retomara a noção de caminho a ser percorrido até o sagrado, aderindo também maior número de fiéis. Sendo assim, havia uma meta a ser alcançada: a fachada e sua porta, o caminho da nave e o apogeu do altar e da cúpula, demonstrando um efeito de persuasão. A visão persuasiva exige espaços amplos e altos em que o fiel seja absorvido por seu conteúdo artístico. A construção monumental se difere do espaço interior da renascença, planejado de forma calculada para que o homem o domine e o preencha. Efeitos de luz e perspectiva foram utilizados no Barroco como artifícios de persuasão, foram propostas de expansão da

---

<sup>367</sup> VENTURI, Lionello. O Período Barroco. In: \_\_\_\_\_. *História da Crítica de Arte*. Lisboa: Edições 70, 2002.

<sup>368</sup> A partir de meados do século XVI a Igreja procurou atingir as massas de fiéis buscando-os fora da igreja, e a primeira atitude dos padres da Reforma Católica foi a reconstrução de Roma. As igrejas barrocas passam a ser projetadas em relação a um eixo que as integra no ambiente urbano, formando um projeto de cidade barroca, como ‘cidade santa’ em que inúmeras igrejas formam uma grande composição do catolicismo dominante. O discurso persuasivo visava à exaltação do poder e dos dogmas da Igreja renovada, por isso a intensa proliferação e monumentalidade das construções religiosas que estruturaram as cidades barrocas, sendo avistados de todos os lugares. A igreja assumiria o papel de protagonista no grande cenário teatral das cidades, conectando todo o tecido urbano e se destacando com suas altas torres visíveis por todos os ângulos, além do desenvolvimento da sensibilidade pela expectativa, tensão e surpresa. A partir da perspectiva de uma rua, o olhar seria encaminhado à amplitude de uma praça, à aparição de um monumento e, em especial, à proliferação de igrejas. A fachada representava o sentido monumental do edifício, ainda que modesto, porque uma igreja é sempre um monumento enquanto instituição. Ela deve se distinguir das outras casas em dimensão, plástica e volume, além de contrapor o espaço aberto e luminoso de fora ao espaço fechado e penumbroso do interior. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; BAETA, Rodrigo Espinha. Crise, persuasão e o universo cultural do barroco. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 18, n. 22, set. 2011.



percepção visual do espectador. As naves longitudinais das igrejas católicas deveriam permanecer escuras propondo uma alusão ao espaço terreno, em contrapartida, a representação do sagrado seria iluminada. As igrejas se engrandecem e se reestruturam, pois são construídas intencionalmente para o culto de massa.<sup>369</sup>

### **A Cultura do Barroco**

José Antônio Maravall inovaria ao construir sua análise do Barroco para além de um conceito estilístico, e o abordara a partir das influências sociais dos contextos de crise e instabilidade na Espanha.<sup>370</sup> A partir da política, sociedade, economia e religião, estabeleceria o conceito de cultura do barroco para a Espanha, mas consideraria seu desenvolvimento para diferentes países da Europa e também para suas colônias além-mar. Guerra dos Trinta Anos, saques, pestes, fome, crises demográficas, instabilidades, conflitos sociais e revoltas urbanas e camponesas são alguns dos aspectos responsáveis pela instabilidade e insegurança do século XVII na Europa. O cenário de crise ainda seria complementado por conflitos políticos e pelas constantes perseguições religiosas. Fontes de respostas e possíveis soluções, Igreja e Estado tomariam para si a responsabilidade do controle social. Portanto, concomitante à crise se desenvolve o Barroco, enquanto estilo e cultura, posteriormente utilizado como mecanismo de expressão e representação do poder absolutista e da Igreja.

A partir da análise de uma cosmovisão, Maravall caracterizou o homem barroco a partir de alguns aspectos como pessimismo, desordem, tristeza, existência sombria e inquietação. Em uma sociedade desenganada, vivendo em meio ao caos enquanto alguns se encontram em meio ao luxo, o Barroco visa também à denúncia dos defeitos do ser humano, vivendo entre o egoísmo e a depravação. O mundo barroco se cerca, portanto, de desconfiança frente aos sentimentos de violência, agressividade, inveja e crueldade. Tais questões podem ser visualizadas na expressão artística. “O tremendismo, a violência, a crueldade, que com tanta frequência se manifestam nas obras do Barroco, decorrem dessa raiz de concepção pessimista do homem e do mundo [...]”.<sup>371</sup> Quanto ao Estado Absolutista, é possível observar no caso espanhol uma pedagogia da violência. A atração pela violência, pela morte e pelo macabro pode se relacionar às repressões e à severidade da

---

<sup>369</sup> BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*.

<sup>370</sup> MARAVALL, José Antônio. *A Cultura do Barroco*. Análise de uma Estrutura Histórica. São Paulo: Edusp, 1997.

<sup>371</sup> MARAVALL. *A Cultura do Barroco*, p. 265.



vida em meio ao absolutismo monárquico e à intolerância religiosa. O século XVII provavelmente não foi o período de maior violência em comparação às épocas anteriores, mas foi perceptível a consciência de violência na sociedade, inspirando também a própria estética barroca. Temáticas como o interesse pela morte e pelo macabro foram comuns na Europa, não se fixando com tamanho fôlego no Brasil, segundo Adalgisa Arantes Campos.<sup>372</sup>

Em contrapartida, as festas também receberam atenção privilegiada na sociedade barroca, mas se distanciaram da concepção renascentista baseada no prazer da vida, visto que a festa barroca se encontra em meio à solução da tristeza e à crise. Em meio aos conflitos e tensões, o Barroco aparecera como uma solução, pois objetivava o alívio do sofrimento. Assim também eram as festas religiosas, procissões e peregrinações, e se percebe neste período o poder de atração por meio das festividades. As procissões também possuíam caráter massivo e ostentoso, consagrando os santos de devoção e a hierarquia das irmandades. O teatro, enquanto espetáculo, também era visto como um artifício, pois além de atender aos gostos dos reis e governantes, as representações cênicas serviam como recurso psicológico de atração e distração da população. Tais recursos não eliminam o azedume, a melancolia, o desengano e o pessimismo do período.<sup>373</sup>

A sociedade do século XVII vivia envolta às questões da Reforma Católica, em meio ao fortalecimento da autoridade papal e à expansão da Companhia de Jesus. A mentalidade barroca se formaria baseada em formas irracionais e exaltadas quanto às crenças religiosas e práticas políticas autoritárias. A Reforma Católica em si não era responsável por direcionar os aspectos religiosos da cultura barroca, sendo esta influenciada pelo conjunto de fatores eclesiásticos da época. O Barroco foi utilizado como uma atitude reacionária por parte da Igreja Católica e do Estado através da busca pela afirmação de seus respectivos poderes. A pompa e a dramaticidade foram seus elementos de persuasão, eficazes no que diz respeito à permanência dos fiéis na Igreja Católica em meio à ameaça protestante, como também à legitimação do poderio por parte dos reis.<sup>374</sup> A

---

<sup>372</sup>CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

<sup>373</sup>MARAVALL. *A Cultura do Barroco*.

<sup>374</sup>No decorrer da Reforma Católica, a Igreja reavaliou seu próprio programa e finalidade, não devendo ser considerada apenas uma reação à Reforma Protestante. Além disso, Segundo Argan, não foi a situação religiosa da Reforma Católica ou o absolutismo que moldaram a forma persuasória da arte barroca, mas a persuasão existente no barroco é que pôde ser utilizada para inúmeros fins posteriores.

partir da Reforma Católica se desenvolveram questões que foram discutidas no Concílio de Trento (1545-1563), e mesmo não sendo especialistas em questões artísticas, seus componentes sabiam da importância da arte dentro da Igreja Católica, mesmo que a iconografia e o controle artístico não fossem o objetivo principal das atitudes reformistas. Em relação às postulações expostas em Trento, posteriormente a Igreja Católica criou reinterpretções para os decretos, como, por exemplo, no lugar da moderação na produção e inovação das obras se observou a proliferação de novas imagens. Vale ressaltar ainda que as modificações presentes nas diretrizes do Concílio por parte da Igreja refletem mais sua posição frente às necessidades das massas do que uma imposição feita a partir dessa Igreja. Portanto, em relação às artes, é impossível propor que após o Concílio se estabeleceria preceitos ou uma unidade para a expressão artística. Tal fato não limita também a possibilidade de conexões entre a arte e a fé, apenas elimina uma forma de expressão artística nascida após as ponderações de um novo catolicismo em Trento. Com o Barroco a arte religiosa católica assume um caráter oficial, e pode ser vista como uma expressão artística posterior ao Concílio e influenciada por ele através de suas reinterpretções.<sup>375</sup>

A bifurcação da religião se apresentava como a grande questão do período, pois além de optar por uma religião, o homem também optaria por uma forma de comportamento. A Igreja Católica recorria então à legitimação da demonstração visual dos fatos da própria história, e ainda enfatizou o caráter espetacular do rito e do culto. A propaganda e a persuasão foram os instrumentos utilizados para atingir os fiéis, pois a sensibilidade das imagens seria a forma mais eficaz para o entendimento generalizado, enquanto o Estado atuaria da mesma forma através do absolutismo monárquico, conservando uma hierarquia social. O objetivo na exaltação da iconografia religiosa era mostrar que qualquer um poderia se tornar santo vivendo de forma devota e cumprindo os deveres sociais.<sup>376</sup> Como foi exposto acima, a composição e estruturação das igrejas colaboravam com um imaginário próprio: um discurso exposto pelo caminho para a salvação a ser percorrido pelo fiel; a persuasão estaria presente no modelo de igreja longitudinal, na nave única para a melhor agremiação dos fiéis, no ápice a ser alcançado pelos altares e no que seria encontrado lá, ou seja, os exemplos a serem seguidos. O envolvimento das massas ocorreria no dever de ouvir missa, de ir à igreja e buscar a

<sup>375</sup> FRANCASTEL, Pierre. A Contra-Reforma e as Artes na Itália no fim do século XVI. In: \_\_\_\_\_. *A realidade Figurativa*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

<sup>376</sup> ARGAN. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*.

salvação. Todo o templo, seus retábulos, o sepultamento, o altar-mor, os degraus para a salvação, os sermões, a música, a acústica, as festividades, o cotidiano e a educação religiosa compunham o imaginário e a cultura barroca do período.<sup>377</sup>

Dentre outras preocupações da Igreja Católica e do Estado estava a catequização dos pagãos e dos povos dos continentes recém-povoados. Maravall observou que a cultura barroca se desenvolveria em diferentes localidades, em diferentes períodos e das mais diversas maneiras, não sendo uma característica exclusiva da Espanha ou do mundo europeu. Sendo assim, reconheceu a influência do desenvolvimento cultural do Barroco para a América com o decorrer da colonização. Muito além de uma transposição, as novas condições encontradas no Novo Mundo levaram à ampliação e transformação do Barroco.<sup>378</sup> É preciso levar em consideração que a colonização traz consigo certas tensões, como a ocupação de um espaço já habitado, novas condições geográficas e a interação entre diferentes culturas com distintas religiosidades, e a partir disso, a imposição da hierarquização social.<sup>379</sup>

No Brasil, as diretrizes da Igreja, da Reforma Católica e do Concílio de Trento seriam expostas a partir das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* em 1707. Concomitantemente o Barroco auxiliaria com a manutenção da doutrina religiosa, caracterizando uma cultura barroca formada pela exteriorização do conjunto de comportamentos e práticas de uma sociedade movida por questões hierárquicas e devocionais. Ao pesquisar as irmandades<sup>380</sup> em Minas Gerais, Adalgisa Arantes Campos abordara sua inserção no contexto cultural barroco, mesmo no período em que arte e arquitetura já se destinavam à linguagem do Rococó. Elas eram as incentivadoras da inserção do devoto ao sistema, tanto nos sentidos político e hierárquico quanto religioso e

---

<sup>377</sup> BRANDÃO. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*.

<sup>378</sup> MARAVALL. *A Cultura do Barroco*.

<sup>379</sup> BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na Formação Americana*. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

<sup>380</sup>Desde a Idade Média as agremiações possuíam um papel complementar à Igreja, baseadas em caridade e assistencialismo. Da mesma forma como as corporações de ofício demonstravam uma forma de associação por interesses profissionais, as irmandades e as Casas de Misericórdia representavam as associações espiritualizadas, assistenciais e com interesses de solidariedade grupal em meio à religião e à realidade social de seus membros. As irmandades surgiram em Portugal desde o século XI sob a forma de hospedarias de rota de peregrinação, seja se autofinanciando ou financiadas pela Coroa Portuguesa. Com a colonização das terras recém-povoadas, a Coroa se preocuparia com o papel desempenhado pelas irmandades em suas colônias. Na região mineradora, em especial, a vida religiosa passaria a ser guiada de forma diferenciada pelas associações leigas através do clero secular. Cf. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

católico. Dessa forma, a autora analisou as práticas devocionais a partir das postulações tridentinas incorporadas no Brasil através das *Constituições Primeiras*, legitimando a importância do Concílio nas normas da Igreja e no cotidiano dos fiéis. Ao propor a compreensão da mentalidade e valores religiosos em Minas, desenvolveu o conceito de cultura barroca em relação às práticas e às representações analisadas, unindo as diretrizes da Igreja às adaptações dos grupos em interação. A imposição religiosa como meio de controle social por parte da Igreja e Estado levariam aos mecanismos de negociação durante a interação de diferentes culturas.<sup>381</sup>

A colonização criou a possibilidade do convívio intercultural entre populações as mais variadas, contudo assentando como modelo a cultura barroca, cujos valores espirituais tiveram grande longevidade na Capitania e posteriormente Província de Minas Gerais, persistindo mesmo quando se praticava a gramática do Rococó (1760-1840). Não obstante a sua transformação e profundo dinamismo, esse sistema de vida durou nas Minas até meados dos Oitocentos. É a visão de mundo barroca que se impõe nas Gerais, convivendo com, mas também desarticulando as culturas pagãs autóctones e africanas.<sup>382</sup>

Para alcançar a compreensão de uma visão de mundo barroca, Campos analisa o papel da iconografia, das missas, dos ofícios, das procissões, dos sepultamentos e dos testamentos. Observou-se a grande importância das missas realizadas em função dos vivos e dos mortos, demonstrando a misericórdia espiritual em relação às almas. O envolvimento espiritual da família, amigos e comunidade confrarial eram considerados de suma importância para a purificação da alma do devoto morto, pois se supunha que os santos se sensibilizariam com os apelos dos que rezavam com amor, o que facilitaria sua estada no Purgatório. As irmandades também tinham como função a assistência frente às doenças dos membros e à “economia das almas”, como a quantidade de missas oferecidas a cada irmão morto e os lugares ocupados no sepultamento. A religiosidade se caracterizaria pela mentalidade dependente do julgamento particular, sendo comum o arrependimento e a reparação da vida mundana, visto que o gesto piedoso em caso de morte garantiria a salvação. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, os fiéis estariam envolvidos por um imaginário próprio que moldaria suas ações durante a vida e suas preocupações perante a morte. A cultura barroca se caracterizaria, portanto, pela grande

---

<sup>381</sup>CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: Culto e iconografia no Setecentos Mineiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2013.

<sup>382</sup>\_\_\_\_\_. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório*, p. 19.

sensibilidade e dramaticidade na exteriorização dos sentimentos e das visões dos fiéis em seu cotidiano.

### **Considerações finais**

Introdutório para qualquer análise da cultura barroca, a obra de Maravall é um material rico para pensar as possíveis heranças europeias, e em especial, da constituição do Barroco nos países ibéricos. Estudos recentes começam a revisitar a temática absolutista e o Antigo Regime nos trópicos, por isso novas discussões precisam ser feitas. Para quem busca a compreensão da cultura barroca no Brasil, principalmente em Minas Gerais, vale destacar ainda a parada obrigatória no estudo das irmandades. É preciso entender a cultura barroca não apenas na atitude da Igreja e do Estado Absolutista, mas na resposta dos que compartilhavam tal cultura, na forma como se expressavam e exteriorizavam suas crenças. O percurso deve partir dos grupos sociais para uma análise mais abrangente da sociedade. As irmandades podem ser vistas enquanto meio de controle político e religioso, na manutenção das hierarquias das diferentes camadas sociais que exaltavam sua posição, como em Boschi<sup>383</sup>, mas também como locais de autonomias, interação, sociabilidade e estratégias.<sup>384</sup> Além das contribuições de Campos<sup>385</sup>, há uma série de estudos que legitimam a utilização das *Constituições Primeiras* em Minas, mas há a necessidade do cruzamento de diferentes documentações, como visitas pastorais, relatórios e testemunhos que mostrem as visões sobre a religiosidade praticada, expressando como a própria sociedade estava se entendendo em meio às ordens e à desordem. Devemos levar em consideração tanto as normas quanto documentações que nos mostrem sua recepção. Além disso, é preciso ter em vista as ideias de crise e conflito em Minas, como entre os que questionavam o Estado, a Igreja e os dogmas em defesa da razão, neste caso vale lembrar também as documentações inquisitoriais. A partir da elaboração de uma rede com essas diferentes documentações, novas contribuições serão possíveis para a análise da cultura barroca no contexto colonial mineiro.

---

<sup>383</sup> BOSCHI. *Os Leigos e o Poder*.

<sup>384</sup> BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

<sup>385</sup> CAMPOS. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório*.

## **Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos**

**Vanicléia Silva Santos**

Doutora em História  
Professora de História da UFMG  
vanijacobina@gmail.com

**Mariana Rabêlo de Farias**

Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Bolsista de Iniciação Científica  
PIBIC/CNPq.  
mariana.rabelofarias@gmail.com

**RESUMO:** Neste paper serão apresentados dados do levantamento de acervos em marfim e sua documentação em algumas instituições mineiras. Os levantamentos foram realizados em fundos arquivísticos correspondentes a órgãos governamentais destinados a preservação do patrimônio cultural, bem como de arquivos eclesiásticos. Os objetivos dessa parte do trabalho se concentraram no levantamento da historiografia brasileira sobre marfim e catalogação de acervos em marfim de Minas Gerais. A partir desse trabalho preliminar de catalogação descreveu-se a tipologia, bem como foram identificadas a localização das peças e a atual posse das peças no Estado

**PALAVRAS-CAHVES:** Comércio Atlântico, Acervos em Marfim, Minas Gerais.

### **Apresentação**

O comércio atlântico português na era mercantil produziu uma vasta cultura material a partir do contato entre distintas culturas. O resultado de um processo de longa duração de intercâmbio de mercadorias, tecnologias e mentalidades pode ser percebido por meio da construção de uma cultura multifacetada, originada dessa malha de relações. Os acervos em marfim no Brasil, com recorte em Minas Gerais, pouco estudados e com escassa documentação de procedência ou origem, é o objeto da pesquisa apresentada, a qual faz parte do projeto *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.<sup>386</sup> Essa produção, independente de se tratar de artefatos de teor ritual ou laico, é abordada por meio de seus aspectos materiais e documentais.

---

<sup>386</sup> Projeto coordenado pelos professores Peter Mark (Universidade de Lisboa and Wesleyan University) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais). Também integra esse amplo projeto, uma **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

O projeto geral visa alcançar três objetivos: 1) levantamento dos acervos em marfim e sua documentação nas instituições mineiras; 2) análise nos inventários e testamentos de Minas Gerais sobre a cultura material em marfim, considerando a circulação de objetos, usos, constituição de gostos e de gestos que lhes atribuíram valores e justificaram sua procura, seu comércio e sua ostentação; e 3) o estudo material, por meio da História da Arte Técnica, voltado à tecnologia de construção dos artefatos. Na primeira fase da nossa investigação, foi dedicada atenção especial ao levantamento dos acervos em Minas e análise preliminar desta documentação, no que se refere à localização e posse das peças.

### **Levantamento da produção historiográfica sobre Marfins no Brasil**

A circulação do marfim era parte do sistema-mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental, ocorrendo em momentos diferentes no Brasil e em Portugal. A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV. A circulação do marfim no Reino estava diretamente ligada à expansão do mundo atlântico e pautada na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa: Mais tarde chegaram também a Portugal marfins produzidos no oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala <sup>387</sup>.

Jose Horta e Luis Urbano estudaram a entrada de peças de marfim em Lisboa, por meio dos “poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 150, (onde) encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos” <sup>388</sup>. Os referidos autores assinalam que o marfim africano esculpido se apresentou de diversas maneiras, tais como em colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça com fauna claramente de raiz europeia, “sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajazados

---

proposta de convênio internacional “A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Atlântico entre os séculos XV e XIX”, desenvolvida entre a UFMG e a Universidade de Lisboa, tendo como coordenadores respectivos Vanicléia Silva Santos e José da Silva Horta

<sup>387</sup> AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Portugal, n. 1, p. 20, 2013, p. 21.

<sup>388</sup> \_\_\_\_\_. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.



que apóiam os caçadores”<sup>389</sup>. Ou seja, havia uma produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, as quais eram confeccionadas provavelmente sob encomenda aos mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa que circulavam no continente africano.

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada a produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa, como afirma Rafael Moreira: “nesta terra se fazem as mais sotas colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhuma outra parte.”<sup>390</sup> levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças.

Embora as pesquisas acerca dos marfins africanos já estejam em patamares mais elevados em Portugal, é importante ressaltar que no Brasil, esses trabalhos estão sendo apenas iniciados. Não se sabe quando começaram a ser importadas peças em marfim para o Brasil, qual o público interessado, quem intermediava esse tipo de comércio e etc. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Jorge Lúcio Matos Silva é o único trabalho acadêmico que aborda a história do marfim no Brasil. O autor pesquisou os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, e direcionou a análise para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para “a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente”<sup>391</sup>.

Com exceção da referida monografia, os demais trabalhos são catálogos de exposições artísticas, realizadas a partir de importantes acervos museológicos de três cidades do Brasil - Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>392</sup> As coleções de imaginária em

---

<sup>389</sup> \_\_\_\_\_ Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

<sup>390</sup> MOREIRA, Rafael. PEDRO E JORGE REINEL (AT.1504-60), DOIS CARTÓGRAFOS NEGROS NA CÔRTE DE D. MANUEL DE PORTUGAL (1495-1521). Lisboa: 2010. Disponível em: < <http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf> >. Acesso em: 01 maio 2015.

<sup>391</sup> SILVA, Jorge Lúcio Matos. *Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, p. 12.

<sup>392</sup> Nesse sentido ver os trabalhos de MALTA, Marize; NETO, Maria João. *Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil*. SANTOS, Lucila. *A sacração do Marfim*. Museu Histórico Nacional –

marfim no Brasil, em sua grande maioria estão sob posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou até mesmo em coleções particulares. A Coleção Souza Lima, por exemplo, conta com cerca de 572 esculturas, foi adquirida entre 1919 e 1930, pelo empresário José Luiz de Souza Lima. Nos anos 1940 as peças do colecionador foram compradas pelo governo federal e integradas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro <sup>393</sup>.

Nesse sentido, Yacy-Ara Froner analisou a Coleção de Mário de Andrade, composta por marfins de arte luso-afro-oriental. A historiografia brasileira referente à presença dos marfins nas artes sacras coloniais aponta para a convergência de um ponto comum. A maioria dos pesquisadores afirma que as peças que compõem essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China, respectivamente, Goa e Macau. No Maranhão, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídas ao oriente. Mas não há, ainda, um estudo sistematizado das peças existentes nas coleções privadas, bem com das igrejas e dos museus.

#### **Análise do material coletado**

Apresentaremos algumas considerações preliminares acerca do material catalogado nos arquivos/acervos pesquisados, no que se refere à localização e posse das peças.

#### **Os acervos de Minas Gerais**

Com o intuito de realizar a localização de peças em marfim e a posse atual de tais artefatos, iniciamos a pesquisa com os dados disponibilizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) e pela Gerência de Identificação (GID). O banco de dados que acessamos foi o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG),

---

IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. FERREIRA, Reinaldo. *O marfim e a imaginária*. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCB, 1993. FARIA, Patrícia Souza de. *A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano* -série "Uspiana Brasil 500 anos". São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004. <sup>393</sup> FRONER, Yacy-Ara. Acervos em marfim: trânsitos, cultura, estética e materialidade. In: *Formas Imagens Sons: O universo cultural da obra de arte*. MELLO, Magno Moraes (org.). Disponível em <<http://heema.org/wp-content/uploads/2014/12/SEMIN%C3%81RIO-ARTE-BELO-HORIZONTE>> Acesso em: 30 abr. 2015, p. 129.

disponível para consulta local, na sede do IPEHA/MG.<sup>394</sup> O IPAC<sup>395</sup> é uma ferramenta focada na identificação dos acervos culturais no nível estadual, abrangendo todos os oitocentos e cinquenta e três municípios de Minas Gerais.<sup>396</sup> As bases de informação estão divididas em eixos temáticos, relacionados com município e com a categoria do bem cultural (materiais e imateriais)<sup>397</sup>.

O acervo dos bens analisados inventariados pelo IPAC corresponde a apenas sessenta e três municípios de Minas Gerais.<sup>398</sup> Os dados estão divididos em três tipos de bens: integrados, estruturas arquitetônicas urbanísticas e móveis, sendo os marfins parte desse tipo. Como a maioria dos acervos pesquisados na base de dados IPAC/ IEPHA é de natureza eclesiástica, os descritores utilizados na pesquisa foram: marfim, osso, oratório, piano, harmônio,<sup>399</sup> teclado, crucifixo, denticção, retábulo e instrumento musical.

A segunda etapa da investigação foi realizada nos acervos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional Minas Gerais), por meio do Centro de Documentação e Informação. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do IPHAN/ MG.<sup>400</sup> Os inventários consultados correspondem a vinte e nove municípios de Minas Gerais,<sup>401</sup> sendo que a pesquisa foi realizada primordialmente em livros de

---

<sup>394</sup> Localizado na Rua dos Aimorés, 1697 - Lourdes, Belo Horizonte – MG.

<sup>395</sup> IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. *Plano Estadual de Inventário de Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/noticias/2009/ipac.pdf> > Acesso em: 30 abr. 2015.

<sup>396</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Minas Gerais possui 853 municípios. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang&coduf=31&search=minas-gerais> >. Acesso em: 30 jun. 2015.

<sup>397</sup> Bem Cultural de natureza material (tangível) - sítios urbanos, estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens integrados, bens móveis, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais. Bem Cultural de natureza imaterial (intangíveis) – festas, danças, celebrações, modos de fazer, saberes e ofícios.

<sup>398</sup> Alvorada de Minas, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Belmonte, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Bocaiuva, Caeté, Campanha, Carangola, Catas Altas, Caxambu, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Contagem, Couto de Magalhães, Diamantina/ Biribiri, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Itacambira, Itacarambi, Itanhandu, Januária, Jequitibá, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Minas Novas, Moema, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Branco/ Itatiaia, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Piranga, Pitangui, Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João das Missões, São Francisco, São Tomé das Letras, Serro, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano.

<sup>399</sup> Harmônio é um instrumento musical dotado de tecla, fole e palhetas. Assemelha-se ao órgão e ao piano.

<sup>400</sup> Rua Januária, 130 – Floresta, Belo Horizonte – MG.

<sup>401</sup> Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabará, Santa Bárbara, Serro, São João del Rei, Paracatu, Tiradentes, Uberaba.

inventários de acervos móveis e integrados de igrejas e capelas, contando com apenas um sobrado em Barbacena e o Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte.<sup>402</sup> Para a pesquisa nesse acervo, foram utilizados os mesmos descritores da pesquisa no banco de dados do IPAC/ IEPHA.

Ainda na fase de levantamento de acervos foram pesquisados o Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR) e a reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV), por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa.

Nessa etapa de identificação e catalogação dos acervos institucionais, foram localizadas sessenta e oito peças em marfim. No acervo do IPAC/ IEPHA, foram identificados dezessete objetos.<sup>403</sup> Nos inventários do IPHAN/ MG, foram identificadas dezoito peças.<sup>404</sup> Já no acervo do MRSJDR foram localizados quatro crucifixos<sup>405</sup>, e por fim, vinte e nove artefatos na SUMAV, todos em marfim. De todas as peças identificadas, foi possível identificar a localização de trinta e seis, sendo vinte e quatro peças na região Central do Estado, oito na região do Vale do Jequitinhonha, três na Zona da Mata e uma no Norte de Minas. As peças de procedência desconhecida são do acervo da SUMAV.

### **Localização e posse das peças em Marfim**

A parte relativa à análise da localização e posse das peças identificadas foi realizada a partir da análise geográfica/ espacial dessas cidades. Como apontado, a maioria considerável do acervo catalogado foi identificado em antigas zonas de mineração, erigidas no período colonial. Mariana, Diamantina e São João del Rei, por exemplo, estão localizadas na Região Central do estado, local onde as principais minas de ouro e diamante estavam inseridas. Contudo, os municípios de Chapada do Norte, Itacambira e Minas Novas, estão na Região do Vale do Jequitinhonha, locais onde a atividade de mineração aurífera foi relevante durante o período colonial.

---

<sup>402</sup> No Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, foram pesquisadas um total de setenta e uma igrejas nos vinte e nove municípios trabalhados.

<sup>403</sup> Nos acervos do IPAC/ IEPHA, foram identificadas peças em marfim nos seguintes municípios de Minas Gerais: Belmiro Braga, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Itacambira, Minas Novas, Pedro Leopoldo, Santo Antônio do Norte, Distrito de Conceição do Mato Dentro.

<sup>404</sup> Os municípios com peças em marfim identificados nos levantamentos do IPHAN/ MG são: Barbacena, Catas Altas, Diamantina, Mariana, Mariana/ Santa Rita Durão, Sabará, Santa Bárbara / Brumal, Santa Bárbara / Catas Altas e São João del Rei.

<sup>405</sup> Dos quatro crucifixos identificados no MRSJDR, dois são de procedência desconhecida, e os outros dois são provenientes de Piranga e Minas Novas do Fanado.

Ainda referente às cidades do Vale do Jequitinhonha com peças em marfim, é importante ressaltarmos a questão da localização “privilegiada” em relação ao nordeste da Colônia. Regiões fronteiriças como é o caso desta localidade em questão, eram utilizadas como local de intercâmbio entre pessoas e mercadorias, exercendo a função de entreposto comercial. Neste caso, destaca-se a proximidade com a Bahia, que a época abrigava um dos mais importantes portos da Colônia. Estes fatores reforçam a nossa hipótese de que a circulação de peça em marfim estava diretamente ligada aos pólos urbanos com alta movimentação de pessoas e capital da capitania.

É importante ressaltar que esses itens embora inventariados ou até mesmo tombados junto com a estrutura arquitetônica onde estão inseridas, continuam sob a guarda das igrejas ou da arquidiocese que administram as respectivas paróquias.<sup>406</sup> Sendo, que trinta e três peças estão em acervos de igrejas; duas em um sobrado na cidade de Barbacena, quatro no Museu Regional de São João Del Rei, e vinte e nove na reserva técnica da SUMAV.

### **Tipologia**

Foram localizadas sessenta e oito peças, sendo que as imaginárias religiosas predominam na classificação das tipologias das peças localizadas. Foram identificadas as seguintes peças nos acervos pesquisados: adaga, bases, caçador de borboletas, cachimbo, calvário, cristo da agonia, crucifixo, espátula, harmônio, híssope, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Pé da Cruz, Nossa Senhora do Rosário, pena (escrita), revólver, Sagrado Coração de Jesus, Santana Mestra, Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista, São Luis Rei da França, Senhor do Bonfim, sinete, terço de Nossa Senhora do Rosário e umbela.

A partir da localização das peças descritas, classificamos em duas categorias – sacras e utensílios. As peças sacras foram subcategorizadas em duas partes: uso litúrgico e devocional. Há um total de sessenta e um itens sacros e oito categorizadas como utensílios.

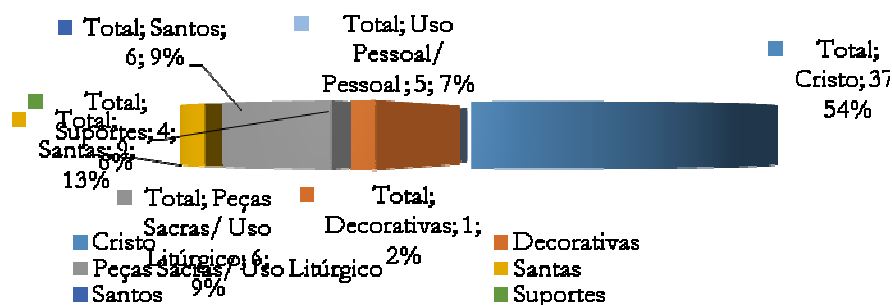
Dentro do subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente referente à Cristo ou relativos à sua morte, totalizando assim, trinta e sete

---

<sup>406</sup> Nota-se que, em muitos dos inventários pesquisados, há descrição sobre as condições de conservação e segurança das peças, porém é sabido que com o passar dos anos, a ausência de ações preventivas contra a infestação de pragas ou até mesmo em decorrência de sujidades causadas pela ação do tempo, colocam a preservação dessas imaginárias em risco.

peças, sendo distribuídos da seguinte forma: um Cristo da Agonia; vinte e nove Crucifixos; cinco Senhores do Bonfim; um Calvário e um Sagrado Coração de Jesus. As imagens Marianas são referentes à: Nossa Senhora da Conceição (foram identificadas três imagens), Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestre; e quatro santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luis Rei da França.

As peças não-sacras foram organizadas em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Os utensílios predominaram em adaga, revólver, pena de escrita, cachimbo e espátula (utilizado principalmente para abertura de cartas)<sup>407</sup>. Apenas uma peça de uso decorativo: um caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as peças eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo e em geral, não sabiam ler para usar pena de escrita nem recebiam tantas cartas que precisavam de uma espátula especial para abri-las. O gráfico 1 ilustra a classificação tipológica realizada.



**Gráfico 1** - Sub-categoria das peças localizadas nas instituições pesquisadas.  
Fonte: Gráfico elaborado a partir do levantamento realizado nos institutos de patrimônio.

### Considerações preliminares

A partir do trabalho de levantamento e catalogação das peças em marfim em Minas Gerais, foi feita a descrição da tipologia, da localização e da atual posse das peças. A partir desse trabalho preliminar, pretende-se analisar a origem/produção, tipologia, circulação e posse do marfim ou das peças no século XVIII.

<sup>407</sup> Conforme descrição da ficha de inventário do IPHAN: espátula de marfim com extremidades arredondadas. Parte superior mais estreita com pintura rocalha, fundo em guilochê. Parte inferior com pintura retratando a cena de casal vestido a moda do século XVIII, no topo de uma escadaria decorada por rocalhas e elementos fitomorfos e encimada por coluna com vaso de flores e ramos.

As indicações de origem/produção e datação das peças realizadas nos institutos de proteção patrimonial não podem ser tomadas sem fazer uma investigação sobre cada peça. Por meio, da História da Arte Técnica, especificamente, da identificação da matéria-prima, pode-se aventar que há predominância de peças feita com marfim branco e uma minoria em marfim avermelhado, de origem asiática e africana, respectivamente.

Os próximos passos da pesquisa será realizar pesquisas em livros de Tombo, Receitas e Despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças, com o intuito de apreender como os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens terceiras que tinham espaço nas referidas casas religiosas. E por fim, pesquisar nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem*. Essa documentação possibilitará alcançar as seguintes questões: quais as origens dos marfins encontrados nos acervos de Minas Gerais? Como os marfins chegaram a Minas Gerais? Como foram adquiridos, pelas ordens terceiras os objetos sacros em marfim? As peças eram importadas prontas ou o marfim era adquirido *in natura* e as peças esculpidas pelos artífices locais?



## O homem e o mundo: paisagens contemporâneas

**Michel Mingote Ferreira de Ázara**

Doutor em teoria da literatura e literatura comparada  
Universidade Federal de Minas Gerais  
michel\_mingote@yahoo.com.br

**RESUMO:** O relato da célebre subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventor, realizado em 1336, é considerado um marco para a teoria da paisagem moderna (ocidental). Vários pesquisadores da paisagem demonstraram como o ato do poeta italiano imperou nas práticas artísticas e no pensamento estético da modernidade. Subir no penhasco e contemplar o espaço ao redor é um ato matricial que funda a paisagística moderna. Ainda que tenha sido um ato ambíguo – uma vez que o poeta, logo depois, baseado nas confissões de Santo Agostinho, denega o seu olhar voltado à natureza – a paisagem, enquanto concepção clássica, já estaria presente na subida de Petrarca ao Monte, uma vez que ela remeteria sempre a um ponto de vista, a um observador que captaria uma porção do espaço do alto de um elevado. No entanto, caberia a seguinte indagação, seria possível pensar a paisagem para além dessa concepção? Para além do ponto de vista de um sujeito? Nesse sentido proporemos, em nosso ensaio, após uma breve explanação a respeito do surgimento da paisagem no ocidente, demonstrar como algumas práticas artísticas contemporâneas, como a literatura e as artes visuais, apontam para novas perspectivas de abordagem do tema. Dessa forma, consideraremos as assemblages da artista francesa Laura Lamiel e a poesia do português Al Berto, em diálogo com a pintura oriental, para pensarmos a respeito de um pensamento-paisagem na contemporaneidade, que implica proximidade, mais do que distanciamento, imersão, imanência, e não uma subjetividade, um olhar soberano que projetaria, do exterior, os elementos paisagísticos. Por fim, pensadores e filósofos como Gilles Deleuze, François Cheng, Jean-Marc Besse e Michel Collot orientarão nossa leitura.

**PALAVRAS-CHAVES:** Paisagens, Al Berto, Laura Lamiel, arte contemporânea.

### A invenção da Paisagem

O relato da célebre subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventor, realizado em 1336, é considerado um marco para a teoria da paisagem moderna (ocidental). Situado no limiar da modernidade, o ato do poeta italiano é paradoxal: ao mesmo tempo que Petrarca teria subido o Monte com o mero intuito de contemplar a paisagem – o que não era comum à época – ao chegar ao cume, o poeta abriu ao acaso as confissões de St. Agostinho, que recriminavam aqueles que se abandonam a si mesmos para admirar as belezas do mundo. No entanto, mesmo que o olhar do poeta ainda fosse marcado pela meditação religiosa, ele teria colocado em evidência um olhar direto sobre o mundo, ou

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

seja, forjado a conquista de um ponto de vista elevado que fundou a experiência paisagística moderna. A vista captada a partir de uma elevação, nesse sentido, engendra um imaginário que se arraigará nas primeiras definições do conceito de paisagem e permeará durante muito tempo o pensamento paisagístico. Assim, a paisagem, enquanto concepção clássica remeteria sempre a um ponto de vista, a um observador que captaria uma porção do espaço do alto de um elevado. Diversos estudiosos da paisagem salientaram este aspecto fundador do olhar de cima de um penhasco, monte ou montanha, que implica não só uma elevação física mas também moral, intelectual<sup>408</sup>. No entanto, o ato matricial de Petrarca nos interessa à medida que nos remete também à constituição do sujeito moderno enquanto centro do universo que lança um olhar soberano em relação à natureza: é o olhar daquele que domina, capta, apreende esta mesma natureza que viria a ser denominada paisagem. Em certo sentido existe uma forma de dominação, é um olhar soberano.

Para o pensamento medieval a natureza era considerada perigosa, assustadora, perturbadora, fonte de pecados. A paisagem medieval está relacionada à filosofia cristã, para a qual a vida terrestre não passa de um breve e miserável episódio da verdadeira vida. Nesse sentido, a sensação e o corpo não são nada, e a expressão do mundo sensível deve ser simbólica: é o triunfo do símbolo sobre a sensação<sup>409</sup>. A visão simbólica considera a natureza, as árvores, as flores, os frutos, não apenas enquanto objetos encantadores, mas também como reflexos do mundo divino.

A questão da pintura de paisagem, seu nascimento e sua configuração, seria formulada no momento em que ela fugiria ao relato, à narrativa, à história, e também ao simbólico (essa torre para significar o poder, essa árvore para significar o campo, esse rochedo escavado para abrigar o eremita) e se colocaria enquanto questão, quando não se trataria mais de ilustração de um relato, de uma passagem bíblica, mas de “mostrar o que se vê”<sup>410</sup>.

A paisagem foi aos poucos se impondo até virar o próprio tema da pintura nos países baixos, com os pintores flamengos, no século XVI. O filósofo francês Alain Roger destaca dois elementos necessários à invenção da paisagem ocidental: a laicização dos elementos naturais e a sua organização em um grupo autônomo. Para a função edificante

---

<sup>408</sup> cf. *Le Goût du monde : exercices de paysage*. Arles: Actes Sud; École Nationale Supérieure du Paysage, 2009.

<sup>409</sup> cf. CLARK, Kenneth. *L'Art du Paysage*. Paris: Arléa, 2010.

<sup>410</sup> cf. CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007, p. 81-82.

da obra na Idade Média, a representação naturalista não interessava, sendo que apenas o simbolismo da representação das cenas bíblicas era almejado pelos pintores. Nesse sentido, foi necessária a separação da cena religiosa, do espaço sagrado, para que a paisagem realmente aparecesse, o que teve lugar com o surgimento da perspectiva, que teve um papel decisivo: “instituinto uma verdadeira profundidade, ela coloca à distância os elementos da futura paisagem e, ao mesmo tempo, os laiciza”<sup>411</sup>.

Conforme a formulação do professor e pesquisador Michel Collot a paisagem é, por definição, um espaço percebido ligado a um ponto de vista, ou melhor, uma extensão de território que se oferece ao olhar de um observador. Além da concepção clássica de paisagem enquanto representação pictórica, o autor também salienta a importância do encontro entre sujeito e mundo para a definição de paisagem: “[a] paisagem como um fenômeno, que não é nem uma pura representação nem uma simples presença, mas o produto do encontro entre o mundo e um ponto de vista”<sup>412</sup>. Ainda de acordo com Michel Collot, a paisagem não se dá somente a ver, mas também a pensar, e é no encontro entre um ponto de vista e o mundo que a paisagem transgrede a oposição entre sujeito e objeto, corpo e espírito, natureza e cultura. A percepção, nesse contexto, aparece como termo mediano e mediador. A paisagem, enquanto fenômeno, enquanto algo que se dá entre o mundo das coisas e a subjetividade humana, instaura um espaço intermediário como alternativa tanto ao caráter cultural da arte quanto ao que é imediatamente dado aos sentidos, ao olhar, ou seja, instaura uma interação que nos convida a pensar de outro modo, um pensamento-paisagem. Nesse movimento, a paisagem implica também um sujeito “que não reside mais em si mesmo, mas se abre ao fora. Ela dá argumentos para uma redefinição da subjetividade humana, não mais como substância autônoma, mas como relação”<sup>413</sup>. Esse sujeito que não habita mais em si, que se abre ao fora, desvela a experiência da paisagem como lugar de uma espécie de “espaçamento do sujeito”, que é “esse movimento pelo qual deixa sua identidade fechada em si mesma para se abrir ao fora, ao mundo e ao outro”<sup>414</sup>.

---

<sup>411</sup> ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 2013, p.70. “en instituant une véritable profondeur, elle met à distance ces éléments du futur paysage et, du même coup, les laïcise”.

<sup>412</sup> COLLOT, Michel. *La Pensée-paysage*. Arles: Actes Sud; École Nationale Supérieure du Paysage, 2011, p.18. “Le paysage comme un phénomène, qui n’est ni une pure représentation ni une simple présence, mais le produit de la rencontre entre le monde et un point de vue”.

<sup>413</sup> \_\_\_\_\_. *Poética e filosofia da paisagem*. Trad. Ida Alves et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013, p. 30.

<sup>414</sup> \_\_\_\_\_. *Poética e filosofia da paisagem*, p. 31.

Conquanto ressalte o caráter mediador, “fronteiriço”, fenomênico da paisagem, o filósofo francês ainda se deixa prender à noção de ponto de vista, à necessidade de um sujeito que, de certa forma, “sintetiza” e “organiza” a paisagem. Como salientara o autor, a paisagem “é sempre vista por alguém de algum lugar, é por isso que ela tem um horizonte, cujos contornos são definidos por este ponto de vista”<sup>415</sup>. A paisagem é um espaço percebido que em última instância remeteria a um sujeito. Ainda que este sujeito não seja encerrado em si mesmo e se constitua enquanto abertura ao fora, ao mundo, ao outro, ele aparece como pressuposto, como um ponto de vista único que atesta o caráter irreduzivelmente subjetivo do espaço percebido. O campo que marca essa subjetividade é dado pelo horizonte, que é justamente o traço de união entre a paisagem e o ponto de vista de um sujeito.

Nas artes plásticas, o horizonte, ou melhor, a linha do horizonte marca a posição de um observador: a cena, a paisagem ou o desenho que se inscreve no quadro dependem de um ponto de vista que organiza as relações entre os elementos dispostos no espaço pictórico. Essa concepção de horizonte, tal como considerou Michel Collot, implica na dependência de um sujeito que, em última instância, organizaria e unificaria a cena observada.

Dito isso, caberia a indagação: seria possível pensar a formulação de um conceito de paisagem que não se prenderia a uma “estrutura do horizonte”, ou melhor, que não remeteria a uma subjetividade enquanto instância última que subordinaria o “ser do sensível”, o “fenômeno” paisagem? Seria concebível compreender a condição de possibilidade da percepção para além, ou ainda, aquém de um sujeito constituinte, “intencional”?

### **O Homem e o mundo**

A palavra chinesa que nomeia a paisagem é *Shan-shui*, que significa “montanha-água”, sendo que a água é da natureza do *Yin* e a montanha da natureza do *Yang*, as duas forças fundamentais opostas e complementares que se encontram em todas as coisas, de acordo com o taoísmo. No entanto, essa relação entre montanha e água, é complementada por outra relação essencial, que é aquela que existe entre a terra e o céu. Assim sendo, a terra, de natureza *Yin*, se oporia ao céu, de natureza *Yang*. E nesta relação, o homem

---

<sup>415</sup> \_\_\_\_\_. Do Horizonte da Paisagem ao Horizonte dos Poetas. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Marcia Manir Miguel (orgs.). *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Niterói: EDUFF, 2010, p. 206.

também se encontra presente, através dos seus liames com a terra, pela dimensão do céu que ele possui e, sobretudo, pelo olhar que ele pouça (o espectador ou o pintor) sobre a paisagem total da qual ele mesmo é parte integrante<sup>416</sup>. Dessa forma, a paisagem também é formada pela tríade “homem-terra-céu” cujos elementos se complementam mutuamente.

De acordo com o ensaísta, tradutor e poeta chinês naturalizado francês François Cheng, o pintor visa criar um espaço mediúnico onde o homem se reúne à corrente vital, sendo que, mais do que um objeto a ser visto, um quadro é para ser vivido. A pintura é um microcosmo que recria, à maneira do macrocosmo, um espaço aberto onde a verdadeira vida é possível, ela é animada pelo sopro vital, pelo sopro primordial de onde provém o universo. A perspectiva, no caso da pintura chinesa, difere da perspectiva linear e da sua subordinação a um ponto de vista privilegiado. Ela é uma perspectiva dupla, que cinde o ponto de vista privilegiado:

Diferente da perspectiva linear que supõe um ponto de vista privilegiado e uma linha de fuga, a perspectiva chinesa é qualificada ora de aérea, ora de *cavalière*. Se trata, com efeito, de uma dupla perspectiva. O pintor, em geral, se supõe estar em um elevado, fruindo assim de uma visão global da paisagem (para mostrar a distância entre as coisas submersas em um espaço atmosférico, ele usa contrastes de volume, de forma e de tonalidade); mas ao mesmo tempo, ele parece se mover através do quadro, desposando o ritmo de um espaço dinâmico e contemplando as coisas de longe, de perto e de diferentes lados [...].<sup>417</sup>

O pintor não reproduz o aspecto exterior do mundo, ele recria um universo nascido do sopro primordial e do espírito do pintor. O sujeito se projeta ao exterior, e o exterior se torna a paisagem interior do sujeito. A perspectiva dupla rompe com o ponto de vista único e implica a imersão do sujeito (tanto o espectador quanto o pintor) na realidade do quadro. A pintura chinesa cria – diríamos, em consonância com o pensamento do filósofo francês Gilles Deleuze –, um plano de imanência composto por devires, intensidades, singularidades impessoais que se inscrevem nesta abertura a uma experiência

---

<sup>416</sup> CHENG, François. Vide et plein. *Le langage pictural chinois*. Paris : Éditions du Seuil, mai 1991, p. 97-98.

<sup>417</sup> CHENG, François. Vide et plein. *Le langage pictural chinois*. Paris : Éditions du Seuil, mai 1991, p. 101. “Différente de la perspective linéaire qui suppose un point de vue privilégié et une ligne de fuite, la perspective chinoise est qualifiée tantôt d’aérienne, tantôt de cavalière. Il s’agit, en effet, d’une double perspective. Le peintre, en général, est censé se tenir sur une hauteur, jouissant ainsi d’une vision globale du paysage (pour montrer la distance entre les choses baignant dans un espace atmosphérique, il use des contrastes de volume, de forme et de tonalité) ; mais en même temps, il semble se mouvoir à travers le tableau, épousant le rythme d’un espace dynamique et contemplant les choses de loin, de près et de différents côtés [...]”.

primordial entre o sujeito e o espaço. Configura-se assim uma zona de coalescência entre o interior e o exterior do sujeito, e o olhar não é mais um olhar distanciado, mas aproximado, imanente.

Nesse sentido, o próprio conceito de paisagem também é passível de reelaboração: além do entrelaçamento entre sujeito, espaço e linguagem, a conceituação do termo considerará o devir, a criação de um espaço intersticial entre o sujeito e o espaço em seu entorno, uma zona de indiscernibilidade, de contaminação mútua que acaba por “dissolver” o sujeito:

A paisagem é o espaço do sentir, ou seja, o foco original de todo o encontro com o mundo. Na paisagem, estamos no quadro de uma experiência muda, ‘selvagem’, numa primitividade que precede toda instituição e toda significação. Vê-se que a concepção desenvolvida por Strauss traz uma ruptura com a concepção ‘clássica’ que faz da paisagem uma ‘extensão de território que se pode abarcar num lance de vista’. A paisagem significa participação mais que distanciamento, proximidade mais que elevação, opacidade mais que vista panorâmica. A paisagem, por ser ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas.<sup>418</sup>

Existe na experiência da paisagem o engajamento do corpo do sujeito na percepção: aproximar, tocar, sentir o espaço intensamente. É um ato que considera todos os sentidos, que se ancora nas sensações mais do que em uma apreensão intelectual, conceitual dos diversos elementos que compõem uma paisagem. Assim, é uma experiência antes de tudo primordial, pré-filosófica, pré-racional. Além disso, a maneira como o personagem é figurado no quadro também demonstra como se trata de outro tipo de percepção do espaço. Nos quadros de pintura de paisagem (*Shan-shui*) da china antiga, o personagem aparece como um elemento entre outros, muitas vezes quase indiscernível em meio à exuberante paisagem<sup>419</sup>.

### ***Assemblages: diálogos com a contemporaneidade***

---

<sup>418</sup> BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra*. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.80.

<sup>419</sup> cf. MINGSONG, Geng. *La peinture des paysages de la Chine ancienne*. Champs-sur-Marne, France: Music & Entertainment Books, 2009.

As *assemblages* da artista plástica francesa Laura Lamiel<sup>420</sup> nos evocam as pinturas de paisagem chinesa. Na série da artista contemporânea, as colagens criam um espaço desértico cujos personagens (nômades), de maneira semelhante ao *Shan-shui*, estão imersos na paisagem. Esse trabalho, realizado a partir da experiência da artista vivenciada em alguns países africanos como Mali, Marrocos, Tunísia e Egito, é composto de paisagens nômades, cujos títulos nos remetem à imensidão, ao espaço ilimitado e também às mudanças atmosféricas, às estações do ano: “Tempestade”, “Falésia”, “Travessia”, “Sobre os cimos”, “País Dogon”, “As colinas brancas”, “O canto do deserto”, “Entre a terra e céu”, “Inverno”, “Depois da chuva”, “Brumas”, “Fim-do-dia”, “Silêncio”. As *assemblages* criam uma espécie de “espaço liso”, espaço de experimentação. Como formula Gilles Deleuze, o espaço liso é o espaço do deserto, povoado de singularidades:

O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. [...] É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. [...] o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo.<sup>421</sup>

Povoado por acontecimentos e hecceidades, individualizações sem sujeito, o espaço liso implica outro tipo de percepção, que Gilles Deleuze nomeará de “háptica”: “Háptico é um termo melhor do que tátil, pois não opõe dois órgãos dos sentidos, porém deixa supor que o próprio olho pode ter essa função que não é óptica”<sup>422</sup>. Nesse sentido, o espaço nômade é um espaço aberto, heterogêneo, onde os pontos estão subordinados ao trajeto: ocupa-se o espaço sem medi-lo. Esse espaço de experimentação, mudanças de orientação, variações contínuas, é o espaço pictórico proposto pela artista Laura Lamiel em suas *assemblages*. Em meio ao silêncio do deserto, do alto de um despenhadeiro ou captados durante uma travessia, os personagens figurados nos quadros se assemelham aos monges da pintura da China antiga, imersos na paisagem, eles não possuem o “olhar soberano” daquele que domina o espaço. A perspectiva aqui também pode ser entendida como dupla: não existe um ponto privilegiado para a figuração dos elementos na tela, o espaço liso abole

<sup>420</sup> Os quadros da artista que aqui fazemos referência podem ser vistos no seguinte endereço eletrônico: <http://www.galeriasamagra.com/#!lamiel-fr/c1qy6>. Acesso em: 28/05/2015.

<sup>421</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O espaço liso e o espaço estriado. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p.185.

<sup>422</sup> \_\_\_\_\_. O espaço liso e o espaço estriado, p. 180.



as fronteiras e instaura um espaço dinâmico, nômade, que implica ora uma visão “aérea” ora uma visão “cavalière”, como se o olhar da pintora fosse ao mesmo tempo um olhar distanciado, que capta uma porção do espaço, e aproximado, imerso, imanente. Assim, aqui também não existiria um olhar privilegiado, mas a instauração de um plano de imanência, uma zona de contaminação mútua que engloba os diversos elementos que compõem a paisagem, tanto os humanos quanto os não humanos. Uma zona de indiscernibilidade, de traspassamento de fronteiras, de devires e intensidades.

A paisagem, no trabalho da pintora francesa, também se configura como um espaço mediúnico, que ata o sujeito ao seu entorno. Assim como ocorre na pintura chinesa, a tríade “homem-terra-céu” demonstra a relação de imanência dos elementos que a compõem. Não existe uma relação hierarquizada entre sujeito e paisagem, mas paridade entre todos os seres, univocidade do ser – o ser que se diz em uma só voz.

### **Viagem de um Português, com uma caneta, em Cévennes**

*Todas as viagens são o início de um retorno às fontes. um retorno às fontes é o início de todas as viagens. (Tous les voyages sont le début d'un retour aux sources. un retour aux sources est le début de tous les voyages).*

Al Berto, *Voyage d'un portugais, avec un stylo, en Cévennes*

O poema de Al Berto, poeta português, intitulado “Viagem de um Português, com uma caneta, em Cévennes” (*Voyage d'un portugais, avec un stylo, en Cévennes*), incorpora, na linguagem, a experiência da transumância, que é o movimento sazonal de pessoas com seus rebanhos da planície para as montanhas e vice-versa. Originário do latim, o termo combina as palavras *trans*, que significa além, ou através, e *humus*, que nos remete a solo, terreno, pastagem. É a passagem de um clima a outro, de uma estação (primavera) a outra (verão). As noites de *fumature* (preparo da terra, adubação), se dão em consonância com o corpo do poeta e com a estação, as palavras são gestadas no nascimento da própria primavera, sobre a pele do sujeito: “terreno por terreno, sobre a minha pele, eu organizo “as noites de *fumature*”. Na primavera as sílabas nascem sob as estrelas”<sup>423</sup>. Nesse sentido, a paisagem em Al Berto considera o entrelaçamento entre sujeito (voz poética), escrita (linguagem), movimento (nomadismo) e espaço (Cévennes). O movimento de transumância possibilita a

---

<sup>423</sup> BERTO, AL. *Voyage d'un portugais, avec un stylo, en Cévennes*. In: BERTO, AL. *Dispersos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p. 12. “parcelle par parcelle, sur ma peau, j'organise « les nuits de fumature ». au printemps les syllabes naissent sous les étoiles”.

experiência do transumano, do além do humano, marcado no poema pela passagem da primeira pessoa do singular “eu” para a terceira pessoa “ele”: “ele chega das planícies que terminam à borda do atlântico, e o oceano de sua infância retornará sempre”<sup>424</sup>. Essa mudança acarreta uma exteriorização do sujeito, dada enquanto inscrição do processo de transumância, ou seja, aquela que desvela um espaçamento do sujeito, o ato de tornar-se outro, de devir que se dá na abertura à paisagem: “no interior dos cristais da imensa noite ele se abandona ao esquecimento do homem transumano”<sup>425</sup>. O movimento do devir desvela também uma relação originária, primordial entre sujeito e mundo: “gargantas de rochedos onde o vento canta o primeiro dia do mundo. Landas esquecidas, corpo que estremece na cavidade de uma memória mais antiga que ele”<sup>426</sup>.

Os ecos cézannianos que percebemos no poema de Al Berto – a paisagem não-humana na natureza, a evocação de um mundo primordial, pré-subjetivo<sup>427</sup> –, demonstram como a paisagem é transmutada na contemporaneidade e já não remete à sua concepção clássica, ou seja, a um sujeito que capta uma porção do espaço a partir de um ponto de vista apenas.

A experiência da paisagem é aquela do devir, do atravessamento de fronteiras, da criação de um plano de imanência da escrita, “uma zona pré-individual e absolutamente impessoal, além (ou aquém) de toda ideia de consciência”<sup>428</sup>, uma zona de ressonância mútua entre sujeito e espaço:

ele escuta o vento. A noite pesa sobre suas pálpebras vegetais. [...] ele te olha, tudo parece se desenlaçar das trevas – como se seu olhar, ao instante de encontrar o teu se pousasse, imediatamente, sobre as coisas, as esclarecendo pela primeira vez.<sup>429</sup>

---

<sup>424</sup> BERTO, AL. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes. In: BERTO, AL. *Dispersos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, p. 13. “il arrive des plaines qui se finissent au bord de l'atlantique, et l'océan de son enfance reviendra toujours”.

<sup>425</sup> \_\_\_\_\_. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 13. “à l'intérieur des cristaux de l'immense nuit il s'abandonne à l'oubli de l'homme transhumant”.

<sup>426</sup> \_\_\_\_\_. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 14. “gorges de rochers où le vent chante le premier jour du monde. Landes oubliées, corps qui tressaille dans la cavité d'une mémoire plus ancienne que lui”.

<sup>427</sup> cf. MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o espírito*. Trad. Alberto Tassinari. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

<sup>428</sup> AGAMBEN, Giorgio. A imanência Absoluta. In: ALLIEZ, Éric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.174.

<sup>429</sup> BERTO, AL. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 15. “il écoute le vent. La nuit pèse sur ses paupières végétales. [...] il te regarde, tout semble se délier des ténèbres – comme si son regard à l'instant de rencontrer le tien se posait, de suite, sur les choses, les éclairant pour la première fois”.

Dessa forma, a paisagem se configura como experiência primordial entre o sujeito e o mundo. Como se dá em Laura Lamiel e na pintura oriental, a paisagem deixa de ser orientada por uma subjetividade que ordena os elementos sensíveis em uma totalidade homogênea a partir de um ponto de vista privilegiado, um ponto de vista fixo, como aquele dado pela perspectiva linear, e passa a ser algo da ordem do encontro, dos devires e zonas de indiscernibilidade que embaralham as fronteiras entre o sujeito e o mundo, entre o humano e o não-humano: “ele sente bater no seu pulso o coração da montanha, e as palavras que ele escreve na alvorada desenham a paisagem [...] eis aqui o que o sacode e inquieta: se misturar à paisagem”<sup>430</sup>.

Não mais presa a uma instância ordenadora, a paisagem, dada e configurada no movimento de inscrição da transumância, se abre totalmente à potência do devir, à criação de um plano de envolvimento múltiplos:

devir rochedo, permanecer imutável séculos sob o sol, em uma sonolência feliz. / crescer árvore, dar folhas, ramos, flores e frutas. / pressentir os ventos com seus ossos de águia lenta. / desce a noite. Ele estende as mãos em direção ao fogo dos astros e sente se desdobrar a seiva das palavras, pela familiaridade com os homens.<sup>431</sup>

O sujeito, entregue à transumância, entra em um devir-paisagem, reata os liames com o mundo que o rodeia, se torna indiscernível em meio à paisagem:

em algum lugar, o homem-paisagem abre seus olhos às trevas e estremece também. / poro a poro, as constelações ligam seu sangue. [...] seus dedos acariciam o húmus profundo da noite.<sup>432</sup>

O poema se encerra com a mudança de estação. O movimento que se iniciara com a primavera se finda no verão, estação das revelações. O sujeito, totalmente imerso na paisagem, completa o processo de transumância e de transumanidade:

---

<sup>430</sup> BERTO, AL. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 15-17. “il sent battre dans son poulis le coeur de la montagne, et les mots qu'il écrit à l'aube dessinent le paysage [...] voici ce qui le secoue et l'obsède: se mêler au paysage”.

<sup>431</sup> \_\_\_\_\_. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 18. “devenir rocher, rester immuable des siècles sous le soleil, dans une somnolence heureuse. / grandir arbre, donner des feuilles, des branches, des fleurs et des fruits. / pressentir les vents avec ses os d'aigle lent. / la nuit descend. Il étend les mains vers le feu des astres et sent se déployer la sève des paroles, pour la familiarité avec les hommes”.

<sup>432</sup> \_\_\_\_\_. Voyage d'un portugais, avec um stylo, em Cévennes, p. 21. “quelque part, l'homme-paysage ouvre ses yeux aux ténèbres et frissonne aussi. / pore à pore, les constellations allument son sang [...] ses doigts caressent l'humus profond de la nuit”.

[...] em algum lugar em si explode a alegria das vias lácteas. Embriagado até os nervos, ele navega sobre os cumos do precioso silêncio, sobre os cumes desta terra primordial. [...] ele vê, agora ele vê e começa a falar com tudo o que está vivo, com tudo que está morto. [...] O verão é a estação das revelações.<sup>433</sup>

### **Considerações finais**

O breve diálogo que propusemos neste ensaio, entre a poesia de Al Berto, as *assemblages* de Laura Lamiel e a pintura da china antiga, demonstra como a paisagem continua a ser uma questão para a arte. Questão esta que atravessa toda a história do termo e passa pelas diversas apropriações/criações de artistas de diversos gêneros que se debruçaram sobre a percepção do espaço. Após uma breve explanação a respeito da concepção clássica do termo, procuramos nos aproximar das práticas de artistas do presente para refletirmos acerca dos desdobramentos da paisagem na arte contemporânea, em consonância com o pensamento paisagístico chinês, onde é possível visualizar outra concepção do conceito de paisagem, que considera os devires, os atravessamentos, a imersão em determinada realidade e os liames entre o homem e o mundo.

---

<sup>433</sup> \_\_\_\_\_. Voyage d'un portugais, avec un stylo, em Cévennes, p. 19, 21, 22. “quelque part en soi éclate la joie des voies lactées. Enivré jusqu'aux nerfs, il navigue sur les cimes du précieux silence, sur les sommets de cette terre primordiale. [...] il voit, maintenant il voit et se met à parler avec tout ce qui est vivant, avec tout ce qui est mort. [...] L'été est la saison des révélations”.

## **A programação iconográfica da Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana**

**Maria Clara Caldas Soares Ferreira**

Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG

mccsferreira@yahoo.com.br

**RESUMO:** Por acolher o Santíssimo Sacramento durante a Quinta-Feira Santa, a Capela do Santíssimo configura-se como lugar reservado onde o fiel faz suas preces com tranquilidade. Não são todos os templos que possuem esse ambiente, mas há predileção das igrejas coloniais em Mariana de adotá-lo em sua arquitetura, como no caso dos templos de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, que ficam nas imediações do templo de Nossa Senhora dos Anjos, construído a partir da devoção dos pardos do Cordão, na segunda metade do século XVIII. Ali, a Capela do Santíssimo é formada por dois espaços conjugados que receberam pinturas de programação iconográfica distinta, mas complementares. No primeiro espaço estão treze painéis que representam, em sua maioria, os apóstolos identificados pelos atributos ou indicação de nome. No outro espaço estão cinco pinturas com fingimento de moldura, à moda de tondo. Na temática representada, dominam os significados eucarísticos e cristológicos. A presente comunicação pretende discutir o programa iconográfico adotado nesta Capela do Santíssimo por volta de 1920.

**PALAVRAS-CHAVES:** Programação iconográfica; Pintura; Capela do Santíssimo.

A data de início das obras de construção da Capela de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana ainda hoje é uma incógnita. A primeira menção ao templo aparece no regimento interno da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco no ano 1779, quando os devotos descrevem as festividades do calendário litúrgico e os rituais de sepultamento que ali ocorreriam. Provavelmente, a construção da capela primitiva se iniciou logo após a fundação da agremiação em 1760, quando esses homens e mulheres de cor ainda se reuniam em altar lateral na Capela de São Gonçalo, situada no morro de mesmo nome.

Localizado na Rua Dom Silvério (anteriormente denominada de Rua Nova, por ter sido a última via aberta na antiga cidade) o templo dos pardos do Cordão é simples e modesto, demonstrando que foi erigido por agremiação religiosa de poucos recursos. O

frontispício chanfrado, que denota modificação do partido original, e a ausência de adro denunciam as alterações arquitetônicas sofridas no decorrer dos anos.

No interior do templo estão dispostos elementos devocionais relacionados à Paixão de Cristo, ao culto franciscano e às devoções mestiças, como é o caso de Santo Antônio do Categeró (negro) e de São Francisco Solano (representado com um nativo americano junto aos pés). Contudo, é possível observar também decoração mais recente, como no caso das pinturas presentes nas paredes da Capela do Santíssimo, datadas das primeiras décadas do século XX.

Por Santíssimo Sacramento entende-se o dogma da Eucaristia. Como resposta da Igreja Católica às críticas vindas dos reformistas, que questionavam, dentre outros aspectos, a eficácia na qual o sacerdote transformava substância material (pão e vinho) em espiritual (corpo e sangue de Cristo), o sacramento da Eucaristia foi reforçado junto aos demais dogmas, principalmente, a partir do Concílio de Trento (1545-1563).<sup>434</sup> Sendo assim, a Eucaristia teve sua importância acentuada na vida do devoto católico, especialmente, no ciclo pascoal, composto pela Quaresma, Tríduo, Páscoa e o tempo que vai até Pentecostes.<sup>435</sup> Em consequência aos embates religiosos decorrentes da Reforma e Contrarreforma, a temática da Eucaristia tornou-se constante na arte então produzida, ficando traz apenas do tema da penitência.<sup>436</sup>

Os templos da cidade de Mariana adotaram a Capela do Santíssimo em sua arquitetura ainda no período colonial, como é o caso da Igreja de São Francisco, da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Capela de Nossa Senhora dos Anjos, todos bem próximos de acordo com o traçado da cidade. Particularmente, Capela do Santíssimo Sacramento tem a função de abrigar a Eucaristia durante a Quinta-Feira da Semana Santa, também denominada de Quinta-Feira Maior ou das Endoenças. Nas Minas Setecentistas, as irmandades do Santíssimo Sacramento eram as responsáveis pela execução da missa solene neste dia para exposição da Eucaristia na sexta-feira. Por essa razão, a Capela do Santíssimo Sacramento tornou-se lugar valorizado nos templos.

A decoração da Capela do Santíssimo presente no templo de Nossa Senhora dos Anjos foi produzida, muito provavelmente, por volta de 1920, indicando que o calendário litúrgico do ciclo pascoal continuava prezado pelos fiéis do início do século XX. Localizada do lado esquerdo do templo, logo após a nave, a Capela do Santíssimo é constituída por dois ambientes. As paredes desse primeiro espaço, que atualmente encontra-se desprovido de mobiliário, estão ornamentadas por treze painéis pintados. O outro ambiente, onde se observa altar no fundo, possui cinco pinturas à moda de *tondo* (duas do lado esquerdo e três do lado direito).

---

<sup>434</sup> Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013, p. 81-134

<sup>435</sup> Cf. ZILLES, Urbano. *Significação dos símbolos cristão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 36-46

<sup>436</sup> Cf. MÂLE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVII*. México: Fondo del Cultura, s/d, p. 163-165

Tendo em vista o traço e a técnica empregada nas pinturas, os dois ambientes foram decorados pelo mesmo artista. Aparentemente, as pinturas foram realizadas direto na parede, ou seja, sem uso de base de preparação especial para impregnar a tinta ou conservar o desenho; ainda é possível observar o traçado a grafite nos painéis e também nas pinturas de formato circular com fingimento de emoldura. O estado de conservação das pinturas é pouco satisfatório, pois não receberam camada de proteção; há perda acentuada de policromia e até mesmo do suporte. Ademais, optou-se por matizes e tons claros, hoje sujos e com pouca nitidez em alguns casos.

No primeiro ambiente da Capela do Santíssimo, o programador iconográfico (que pode ser ou não o artista responsável pela produção das pinturas) escolheu representar São João Batista, às margens do Rio Jordão, batizando Cristo na presença do Espírito Santo em forma de pomba. O programador iconográfico também representou dez apóstolos, a saber: Pedro, João Evangelista, Mateus, Simão, Bartolomeu, Tiago Maior, Tiago Menor, Felipe, Tomé e André. Essas personagens do Novo Testamento são facilmente identificadas pelas inscrições e pelos atributos. Pedro, por exemplo, aparece representado segurando uma chave e ladeado pelo barco (remetendo à ocupação de pescador) e pelo galo (que cantou três vezes antes do apóstolo negar Cristo). O programador iconográfico preferiu não representar Judas Iscariotes, por se tratar do traidor de Cristo, e Judas Tadeu, por ser confundido com o homônimo desleal.<sup>437</sup> Engenhosamente, porém, conservou a simbologia do número doze, que se remete ao número total dos primeiros apóstolos, ao optar por representar do mesmo modo (com inscrição e atributos) os evangelistas Lucas e Marcos, retratando, assim, todos os quatro evangelistas já que João e Mateus também eram apóstolos. Está claro que, neste ambiente, a temática escolhida evidencia dois momentos marcantes da humildade de Cristo perante seus seguidores: Batismo e Lava-Pés (episódio bíblico realizado na ocasião da Última Ceia, momento da partilha do pão e do vinho, ou seja, da Eucaristia).<sup>438</sup>

Nas paredes laterais do ambiente da Capela do Santíssimo, onde o altar se situa, estão cinco pinturas à moda de *tondo*. Na temática representada predominam os significados eucarísticos e cristológicos, relacionados à morte física, à ressurreição e à transubstanciação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo.

A primeira pintura do lado direito é composta por um pelicano que alimenta seus três filhotes no ninho. Curiosamente, as palhas estão circundadas por coroa de espinhos, aludindo ao martírio de Cristo. De acordo com a tradição mais antiga, o pelicano (ave aquática), sob o falso pretexto de que alimentava os filhotes com a própria carne e sangue, se associa ao símbolo do amor paternal. Razão pela qual, a iconografia cristã tornou esse

---

<sup>437</sup> Este também foi um recurso utilizado na decoração da predela do altar-mor da Capela de São Sebastião, localizada no morro de São Sebastião em Ouro Preto, construída e ornamentada ainda durante o Setecentos. Ali, observam-se dez quadrinhos posicionados, cinco de cada lado do sacrário. Judas Iscariotes e Judas Tadeu não estão representados.

<sup>438</sup> Para maiores informações sobre os trezes painéis, Cf.: FERREIRA, Maria Clara Caldas S. *Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana: história, arte e iconografia religiosa*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Cultura e Arte Barroca) – IFAC/UFOP. Ouro Preto, 2009, p. 70-86



pássaro símbolo de Jesus.<sup>439</sup> De maneira simbólica, então, esta pintura representa o modelo do amor de Deus pelos homens e da morte de Cristo pelo sacrifício.

A segunda pintura representa um ostensório iluminado, suspenso por nuvens. De acordo com a liturgia católica, a custódia é o lugar onde se ostenta a hóstia consagrada, ou seja, o corpo de Cristo que será compartilhado pelos fiéis na comunhão. A temática da esfera divina é reforçada pelo fato do ostensório ser representado entre nuvens. Estética e estilisticamente, estas nuvens são similares às nuvens que decoram o camarim do altar presente nesse ambiente, evidenciando que o mesmo passou por repintura na mesma época que a ornamentação das paredes foi feita.

No que se refere à programação iconográfica, a terceira pintura é bastante interessante. Sob as nuvens, está o livro fechado contendo sete selos (referência ao Apocalipse). Em cima deste aparece representado uma cruz com o cordeiro deitado (muito semelhante à composição que decora o centro do forro da nave da Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto). No peito do cordeiro observa-se um punhal, dessa ferida jorra sangue. Trata-se então do sacrifício e da ressurreição de Cristo. Em algumas passagens da Bíblia, Cristo é reconhecido como cordeiro. O exemplo mais notório aparece quando São João Batista exclama ao ver Jesus: “Eis o cordeiro de Deus que tira o pedaço do mundo” (Jo 1, 29). Certamente, se referia ao tema sacrificial do Velho Testamento:

o cordeiro primogênito, aquele que se denomina hoje em dia de cordeiro-do-São-João, surge, em sua brancura imaculada e gloriosa, como uma cratofania primaveril; encarna o triunfo da renovação, a vitória, sempre a renovar-se, da vida sobre a morte.<sup>440</sup>

Já nos primeiros séculos após a morte de Cristo, o cordeiro aparece como símbolo do sacrifício de Jesus. Nesta representação a temática é reforçada pela cruz e a espada, que simbolizam o martírio.

O livro é o símbolo da sabedoria, fechado simboliza a matéria virgem, pois conserva o seu segredo.<sup>441</sup> Contendo os sete selos representa o livro do Apocalipse, que desvela todos os segredos da história universal; o mistério divino se manifesta apenas aos iniciados.<sup>442</sup> A tradução da palavra Apocalipse é “revelação”. Ao se retirar os sete selos o segredo que só o céu conhece será revelado ao mundo:

Então eu vi, entre o trono e os quatro seres vivos e no meio dos anciãos, um Cordeiro como que imolado, Tinha sete chifres e sete olhos, que são os setes espíritos de Deus enviados por toda a terra [...] Eles chamam em alta voz: “O Cordeiro que foi imolado é digno de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a força, a honra, a glória e o louvor!” (Ap 5, 6-12) [...] Eu vi quando o Cordeiro abriu o primeiro dos setes selos; ouvi o

<sup>439</sup> CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999, p. 705

<sup>440</sup> CHEVALIER, GHEERBRANT. *Dicionário de símbolos*. p. 287

<sup>441</sup> \_\_\_\_\_, *Dicionário de símbolos*. p. 555

<sup>442</sup> HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário de símbolos: imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 223-224

primeiro dos quatro seres vivos gritar com voz semelhante a um trovão: “Vem!” (Ap 6, 1).

Nas narrativas do Apocalipse o número sete é recorrente. São sete grupos setenários: sete cartas, sete selos, sete trombetas, sete sinais, sete taças de cólera, sete vozes do céu e sete visões.

Na parede do lado esquerdo, logo em frente da composição analisada anteriormente, está outra pintura onde o cordeiro também aparece. Provavelmente, essas duas representações dialogam entre si. Muito deteriorada, a pintura representa, entre nuvens, o cordeiro em pé com uma espada no peito. O sangue que jorra da ferida aberta cai diretamente em cálice. Completando a composição, está uma enorme bandeira que trêmula como se estivesse exposta ao vento.

O sangue derramado no cálice simboliza a Nova Aliança de Deus com a humanidade estabelecida durante o sacrifício de Cristo, pois “sem efusão de sangue não há remissão” (Hb 3, 22). A flâmula alude à vitória da manhã pascal, ou seja, a ressurreição. De modo especial, a temática do sacrifício e da ressurreição de Cristo se associam uma vez mais.

Por fim, na parede do lado esquerdo, está pintura composta por vários símbolos que aludem à Eucaristia: feixe de trigo, cacho de uva, cálice com a hóstia, estola e livro aberto contendo a inscrição “*Pangie Lingua Glorios*”.

O feixe de trigo e o cacho de uvas correspondem ao corpo e sangue de Cristo, sacrificados no martírio. Reforçando essa temática, estão o cálice e a hóstia. Durante a Eucaristia, o sacerdote umedece a hóstia no vinho e depois ergue aos fiéis dizendo: “Esse é o sangue e o corpo de Cristo que será entregue a vós”. Este momento da liturgia se relaciona com aquele vivido pelo próprio Cristo, quando na Última Ceia tomou o pão e o partiu dizendo: “Isto é meu corpo, que é por vós” (Cor 11, 25). Do mesmo modo, tomou o cálice e disse: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue. Todas as vezes que beberes, farei em memória de mim” (Cor 11, 26).

Os paramentos do sacerdote variam de acordo com o a finalidade da celebração religiosa. A estola branca, como aparece representada na pintura, é comumente usada durante os batizados e também no Natal e na Páscoa, respectivamente quando se festeja o nascimento e renascimento de Jesus.

O livro aberto pode ser entendido como o Novo Testamento, a Nova Aliança. A inscrição “*Pangie Lingua Glorios*” é a versão latina da frase “Canta, língua gloriosa”. Trata-se de verso do cântico composto por São Tomás de Aquino em louvor à Eucaristia, tema central desta pintura. O cântico em questão pode ser entoado durante dois momentos do ano litúrgico: na missa da Quinta-Feira Santa (quando é feita a procissão para a reposição do Santíssimo Sacramento) e na festa de *Corpus Christi*. Nesse sentido, o programador iconográfico selecionou cuidadosamente os elementos representados, associando imagem (corpo) e texto (alma) para enfatizar a temática da Eucarística, que originou composição rica em termos iconográficos.

Na decoração dos ambientes que constituem a Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana é notória a agudeza e o engenho do programador iconográfico das pinturas, mais do que a técnica empregada pelo artista popular que as executou. A escolha adequada da temática, o refinamento das composições e a disposição dos elementos se relacionam fortemente com uso deste espaço, demonstrando erudição. Muito provavelmente, se tratava de religioso versado em liturgia, pois conhecia o tema a fundo.

## O cotidiano de trabalho mecânico e aprendizagem na Vila de Sabará (1750-1800)

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres

Mestrado

UFMG

ludmila.machadopereira@gmail.com

**RESUMO:** Os estudos da história da arte não abrangem mais somente a obra em se, em uma perspectiva da história social tornou-se necessário compreender a relação dos artesãos/artífices com o seu meio social. Em nossa pesquisa analisaremos diversos casos de oficiais mecânicos na Vila Real de Sabará e seu termo, na segunda metade dos setecentos, que possibilitem compreender o cotidiano de trabalho e de aprendizagem. Partimos do pressuposto que o ofício mecânico era necessário ao cotidiano de sobrevivência da sociedade e era ao mesmo tempo uma forma de sustento a um oficial mecânico. O Trabalho mecânico na sociedade mineira setecentista apresenta distinções do reino não havia corporações de ofícios, a regulamentação era realizada pelas câmaras das vilas. No entanto, a principal distinção era a grande presença de escravos que modificou as dinâmicas de trabalho e aprendizagem, como também, as concepções de que se tinham do trabalho manual. A escravidão permitiu que alguns oficiais mecânicos diversificassem as suas ocupações e atendessem há uma maior demanda, o que possibilitou a alguns uma ascensão econômica e até prestígio. Há diversos trabalhos acadêmicos que utilizam alguns casos para demonstrar a mobilidade e ascensão econômica de artífices sejam eles de distintas “qualidades” e “condições”. Porém são casos isolados há muitos oficiais mecânicos pobres e escravos que tinham o seu “saber fazer” como uma única forma de sustento. Torna-se assim necessário estudar estes oficiais negligenciados pelos trabalhos recentes através do uso de documentação cartorial, principalmente inventários post-mortem e justificações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ofício mecânico, trabalho, história da educação, escravidão, colônia.

A história social da arte abriu novas perspectivas para o estudo não somente da obra de artes, mas também do meio social dos artistas e do contexto de produção. No período Medieval a pintura e a escultura eram ainda um ofício artesanal, seguia uma técnica tradicional que se passava de geração em geração. Estes ofícios apresentavam a mesma forma de regulamentação que os ofícios mecânicos, divididos em corporações e bandeiras. No Renascimento esses ofícios começaram a buscar uma diferenciação das artes mecânicas e uma aproximação com as artes liberais, a partir da ideia de que o pintor e o escultor concebiam as suas obras antes de executar a técnica. No mesmo período houve também o

início da diferenciação das técnicas ligadas ao que posteriormente seria a ciência e a engenharia entre os ofícios mecânicos. As técnicas ao modificarem a natureza também geraram um conhecimento que permitia a sua análise, assim, começava a diferenciar do trabalho artesão que produz objetos para uma necessidade de sobrevivência cotidiana.

Em Lisboa o ofício de pintura era pertencente à bandeira de São Jorge, composta por diversos ofícios como barbeiros, ferreiros, serralheiros, latoeiros, ferradores, caldeireiros, seleiros, douradores, mercadores de carvão, cuteleiros, espadeiros, etc. Na sua maioria ofícios ligados às artes da guerra. A separação da bandeira de São Jorge teve seu início no final do século XVI e início do XVII com pedido de pintores a óleo de seu desligamento dela e posteriormente em 1621 com a criação da Irmandade de São Lucas.<sup>443</sup> Na Itália e na França o processo de diferenciação entre os ofícios ligados a artes e o trabalho mecânico foi acompanhado com a criação de Academias o que significou uma mudança na aprendizagem. Mudaram as formas de aprendizagem e regulamentação e até o *status* social para os pintores.<sup>444</sup> Porém as grandes obras que eles realizavam necessitavam de diversos tipos de ofícios mecânicos. Na construção de edificações religiosas na Capitania das Minas Gerais havia aqueles que projetavam e desenhavam a arquitetura, a talha e a pintura, e aqueles que desbastavam a madeira e a cortavam em taboas (carapinas), que faziam as gaiolas de madeira (carpinteiros) e que os preenchiam com somente barro batido ou com adobe (pedreiros), que forjavam os pregos e os cravos para ligar as estruturas de gaiola (ferreiros). Além dos ofícios de cantaria, olaria e calcetaria. O canteiro de obra da construção de um edifício religiosa foi um espaço de convivência entre diversos ofícios, como também, entre indivíduos de diferentes “qualidades” e “condições”. O meio social de produção das diversas obras de artes foi marcado também pelos ofícios mecânicos, o que torna necessário estudá-los para obtermos uma maior compreensão do “fazer” cotidiano.

Na Capitania das Minas o trabalho mecânico não foi regulamentado por corporações de ofício, diferente do Reino e em outras Capitanias, como na Cidade do Rio de Janeiro. Porém, falaremos aqui resumidamente sobre as corporações de ofício no Reino, mais especificamente a de Lisboa devido a sua origem medieval. Detinham o monopólio

---

<sup>443</sup> Sobre a bandeira de São Jorge ver SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofícios e Sangue: a irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: ICIA/Edições Colibri, 2005.

<sup>444</sup> E sobre a separação do ofício de pintura dos ofícios mecânicos ver: ARAÚJO, Jeaneth Xavier. *Os artífices e a arte religiosa nas Minas Setecentistas: trabalho e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2010.

do fornecimento de objetos e serviços de seus ofícios, controlavam os preços e quem os poderia produzir. Para adentrar em uma corporação de ofício necessitava tornar aprendiz de um Mestre de ofício e posteriormente realizar um exame. Este apresenta múltiplos significados era um ritual de representação. Permitia, também, o monopólio do mercado pelos mestres. Mas principalmente reproduzia a tradição, seja de aprendizagem e da técnica de produção, o que tornava os objetos e serviços homogêneos. As corporações de ofícios como uma instituição remanescente do período medieval buscava manter a tradição e a própria estrutura da sociedade hierarquizada. As corporações de ofícios através da regulamentação da aprendizagem e do exame inseriam o novo oficial mecânico no seu lugar social naquela sociedade corporativa em que cada um ocupa um lugar e uma função. Nela o trabalho mecânico apresenta uma importância de sobrevivência material cotidiana das populações e tem um lugar, o do povo.

O exame de ofício foi uma forma de controle da qualidade da produção de bens e serviços necessários. Se não existiam corporações as câmaras realizavam o exame, já que elas possuíam a função de manterem o bem comum através do controle do abastecimento e da oferta de produtos e serviços necessários ao cotidiano. Na historiografia sobre administração do Império Português tem surgido diversos trabalhos sobre o poder das câmaras e suas preocupações com o bem-comum. Se foi uma prática comum não significava que na América todos os trabalhadores mecânicos possuíam a carta de exame, seja na Capitania de Minas ou na Cidade do Rio de Janeiro que havia corporações. Pesquisas recentes constataram uma falta de rigidez da câmara na regulamentação de ofício.<sup>445</sup> A carta de exame muitas vezes significava um *status* social<sup>446</sup> do que uma autorização para exercer o ofício na Vila, finalidade que passa a ser exercida pelas licenças.

Na Capitania das Minas a câmara convocava as eleições para escrivão ou juiz de cada ofício ou os nomeavam, tabelava os preços, concedia licença e fiscalizava o trabalho. Diversos trabalhos acadêmicos tem enfatizado a relação oficial mecânico com o poder local através da câmara, principalmente no caso de arrematação de obras civis.<sup>447</sup> A inexistência

---

<sup>445</sup> Ver SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores em Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2007.

<sup>446</sup> ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Campinas: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. IFCH/UNICAMP, 2012, p. 101.

<sup>447</sup> Ver: SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal*, 2007; MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*.

de corporações que ordenava o trabalho mecânico e inseria novos oficiais na sociedade dava uma liberdade individual. A inserção social foi individual a partir da qualidade do seu “saber fazer”, de sua capacidade técnica, e das relações com a elite local e outros oficiais. A qualidade técnica e a capacidade de atender diversas demandas obtidas pelo prestígio de sua produção só eram possíveis com o auxílio de oficiais jornaleiros, escravos e aprendizes. Muitos estudos tem apontado uma busca de distinção dos oficiais mecânicos e dos artistas, principalmente os homens de “qualidade” parda. Mas devemos lembrar que são casos isolados, a mobilidade social existia para alguns que conseguiram adentrar as redes de sociabilidade local. É importante enfatizar que a mobilidade é horizontal, delimitada pelo lugar social de cada ocupação, por uma estrutura de uma sociedade desigual e hierarquizada. Na historiografia há diversos estudos de casos que demonstram que o defeito mecânico não impedia de ocupar cargos régios e até o ingresso no clero. Desde que o indivíduo não exercesse mais o ofício ou o defeito fosse somente de sangue devido a antepassados mecânicos. Além de ser muitas vezes uma graça régia que concedia a dispensa do defeito mecânico.

Alguns oficiais conseguiriam obter prestígio distinção e acumular capital através da escravidão. Os escravos modificaram as dinâmicas de trabalho e aprendizagem, e posteriormente, as concepções do trabalho manual. O trabalho mecânico na Capitania das Minas foi exercido por diversas categorias sociais desiguais entre si, além dos diversos ofícios que já possuíam uma hierarquia que veio do Reino. A sociedade mineira colonial em meados do século dezoito já é escravista, a principal mão-de-obra era a escrava. Eduardo França Paiva fala de uma “africanização” do mundo do trabalho, “os escravos africanos eram empregados em toda a sorte de ocupações, mas os tipos de trabalho realizados por eles foram também realizados por libertos, pobres livres e servos, incluindo brancos. Não era o tipo de trabalho que definia a “condição” jurídica de escravo, livre ou liberto (...)”<sup>448</sup>. A passagem demonstra uma dificuldade da pesquisa que é de buscar compreender o trabalho mecânico em uma sociedade com grandes dinâmicas culturais. Como analisar um trabalho que comporta indivíduos de diferentes “condições” e “qualidades”?

Tentaremos responder esta pergunta com uma análise breve do “ofício” de carapina na Vila de Sabará e seu termo. Uso aspas aqui porque muitas vezes a ocupação

---

Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

<sup>448</sup> PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 95.



carapina não vinha acompanhada com a palavra ofício. A própria ocupação não é regulamentada pela câmara, não necessitava de exame. Pertencentes aos chamados ofícios de madeira junto com a carpintaria, marcenaria e os ofícios de entalhador e ensamblador. A ocupação de carapina é muitas vezes associado na historiografia como de escravos, principalmente por ser um trabalho rústico. O carapina trabalhava “com a plaina de madeira, realizando os serviços mais grosseiros de desbaste e corte”<sup>449</sup>. O escravo carapina muitas vezes acompanhava o seu senhor que poderia ser um carpinteiro, portanto ele era um “ajudante” do fazer mecânico cotidiano do seu senhor do seu proprietário. Mas havia também casos de escravos carapinas alugados para trabalhar em canteiros de obras que recebiam jornais.

Na documentação encontramos o caso do “carapina” Antônio Rodrigues de Souza Lisboa que em uma petição ao Juiz de Órfãos solicitava o livramento de tutoria. A petição revela indícios de sua prática cotidiana de trabalho. Nela afirma que não poderia aceitar a tutoria por não ter “casa certa de sua residência”, “que vive trabalhar pelo seu ofício de carapina por casas alheias”. O discurso de pobreza para se livrar da tutoria dos órfãos é muito comum, encontramos outro caso de um carapina. Antônio Duarte solicitou ao Juiz de Órfãos o seu livramento por ser “um pobre carapina que nada tem de seu e nem ainda casa em que more e só tem o seu ofício de que vive” e “para haver de lucrar alguma coisa anda de casa em casa, e com a incerteza de assistia”<sup>450</sup>. Diversos ofícios mecânicos e artísticos necessitavam de constantes trânsitos pelas minas em busca de trabalhos. Obviamente, no caso de pintores, entalhadores e carpinteiros de prestígios não se buscava de “casa em casa” trabalhos, e sim eram contratados.

Os dois documentos enfatizam a pobreza dos carapinas, no entanto, devemos lembrar que a finalidade da petição é em afirmar uma pobreza para obter o livramento da tutoria. Essa finalidade não impede nossas conclusões a respeito da dinâmica de trabalho de carapinas, um cotidiano marcado pelo trânsito em busca de serviços de “casa em casa” ou de canteiro a canteiro de obras. As grandes obras civis e religiosas eram muitas vezes arrematadas por um grupo específico de oficiais mecânicos. Na dissertação de Fabiano Gomes da Silva constata uma rede de oficiais reinóis que monopolizava a arrematação de

---

<sup>449</sup> MENESES, José Newton Coelho. Anexo 2: Glossário dos Ofícios Mecânicos. In: *Artes Fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime – Minas Gerais e Lisboa, 1750-1008*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 318.

<sup>450</sup> IBRAN/MOS/CBG/CSO-I(27) 230 1765

obras em Vila Rica.<sup>451</sup> Era necessário grande cabedal e diversos tipos de ofícios mecânicos, carpinteiros, carapinas, pedreiros, calceteiros, ferreiros para executar as obras. A maioria dos oficiais envolvidos eram jornaleiros ou escravos alugados. No canteiro de obras o arrematante era responsável por fornecer moradia e alimentação, as ferramentas ou as condições para tais aos jornaleiros. O canteiro de obras era um espaço de socialização, de trabalho, de aprendizagem, um espaço imbuído de relações de poder. Em que diversas “qualidades” e “condições” conviviam e coexistiam conjuntamente em uma relação de troca e até de misturas.

Mesmo sem exame o ofício de carapina necessita de certa aprendizagem. Em um auto de querela aberto por Bernardino de Sena da Costa Torres morador na Vila do Sabará que querelava pela cabeça de seu escravo Manoel angola encontramos indícios de aprendizagem. O escravo Manoel angola sofreu de violência física de Manoel Francisco e sua mulher Maria Lopes que o deviam ouro pelo serviço de cortar madeira e carregá-las. Segundo o relato da querela o negro foi cobrar o ouro de Manoel Lopes que se enfureceu batendo-o com uma zangaia e paus e a sua mulher bateu-o com uma vara. O escravo ficou com uma ferida no dedo da mão e contusões nos “braços, corpo e cabeça”. Em sua petição Bernardino de Sena da Costa Torres afirma que seu escravo Manoel angola tinha “alguma luz de carapina corta madeiras e aprende nesta vila”<sup>452</sup>. Diversas dúvidas surgem a respeito desta aprendizagem, com quem ela era realizada? Com outro carapina ou com um mestre carpinteiro? Na documentação é muito difícil encontrar contratos de aprendizagens de trabalho mecânico que permitem saber com quem estavam aprendendo o ofício e como era a prática. Como diz Carlos Ginzburg “essas formas de saber (...); não eram aprendidas nos livros mais a viva voz, pelos gestos, pelos olhares, fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal”<sup>453</sup>. A aprendizagem mecânica ocorria no cotidiano de trabalho na tenda, no canteiro, na oficina do mestre que ensinava aos seus aprendizes, ao mesmo tempo, em que fazia as suas encomendas, os objetos banais necessários ao cotidiano de sobrevivência. Um ambiente de trabalho e familiar, em que os filhos também aprendiam com os seus pais o ofício, o “saber fazer”.

---

<sup>451</sup> SILVA, Fabiano Gomes da. Pedra e cal. p. 16.

<sup>452</sup> IBRAN/MOS/CBG/CPO – Auto de Querela, f. 145.

<sup>453</sup> GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e historia. 1a reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 167.

Estudar a aprendizagem de ofício mecânico por escravos na Vila de Sabará permite contribuir para a ideia já fortalecida pela historiografia atual de escravidão da qualidade e especialização da mão-de-obra escrava. No entanto, reconstituir o cotidiano dos oficiais cativos é dificultado pelas fontes, principalmente para casos de aprendizagem. Em nossa pesquisa encontramos indícios da aprendizagem escrava, também, em inventários *post-mortem*. O inventário é um rol de bens que apresenta descrições necessárias para avaliar o bem. Se for um objeto fala se é velho, novo, em bom uso ou quebrado. Já o cativo é descrito a sua nação ou qualidade e a idade, mas também em alguns casos doença, ofício e família. O mais novo escravo que encontramos foi o rapaz crioulo Gonçalo com princípio de alfaiate<sup>454</sup>, possivelmente estava ainda aprendendo este ofício com um oficial ou mestre alfaiate. Nos inventários é muito difícil encontrar referência de idade anterior aos dezoitos, usam-se as palavras meninos<sup>455</sup>, moleques e rapazes para referir a estas idades. Outra dificuldade diz respeito à palavra princípio, esta não indica que o escravo estava em um processo de aprendizagem do ofício no momento da feitura do inventário. Em outras palavras o senhor do escravo pode em um primeiro momento colocar o escravo para aprender o ofício com um Mestre e antes do cativo obter conhecimento necessário ao exame parar com aprendizagem. Portanto, ter princípio ou luz de algum ofício não indica que posteriormente o escravo será um oficial, principalmente que agora o seu dono será outro. Além disso, o princípio pode indicar também um ofício que não foi aprendido na América, mas veio com o escravo na África. Como dito anteriormente a carta de exame muitas vezes significava *status* e era também uma representação condizente ao mundo livre. Muitos escravos não realizavam o exame de ofício e, portanto, não eram oficiais mecânicos. Não poderiam se denominar como oficial sem apresentar o exame, lembrando que a sociedade é marcada pela representação.<sup>456</sup> Encontramos outros escravos com princípios de ofício, como o negro João de nação Angola com princípio de Ferreiro de 29 anos<sup>457</sup>. No inventário consta a tenda em que o cativo trabalhava com seu ofício composta por “quatro martelos, três tenazes, dois tufos, um torno, um bigorna, uns foles, umas craveiras” e “um

<sup>454</sup> IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (17) 151, f. 10v.

<sup>455</sup> Segundo o Bluteau menino é um rapaz “que ainda não chegou aos sete anos de idade” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. vol. 5, p. 422.

<sup>456</sup> Texto do José Newton na História das Minas Setecentistas MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineravam: oficiais mecânicos nas Minas Gerais setecentista. In: RESENDE, M. E. F. & VILLALTA, L. C. (Orgs). *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autentica & Companhia do Tempo, 2007. P. 377-399.

<sup>457</sup> IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (21) 194 1760.

forno de cobre em bom uso”. A partir dos objetos da tenda podemos perceber o nível de aprendizagem do escravo ferreiro, cada ferramenta tinha uma técnica e produzia um objeto, o que torna necessário durante a pesquisa do mestrado compreender a técnica de produção dos diversos ofícios.

A aprendizagem mecânica era algumas vezes acompanhada com o ensino das primeiras letras e das operações básicas. Conhecimento necessário ao cotidiano de trabalho em que o oficial necessitava escrever bilhetes de dívidas e fazer contas. Em nossa pesquisa encontramos diversos indícios desta aprendizagem para oficiais livres, que não serão tratados nesta comunicação por estarmos com um enfoque na aprendizagem do oficial cativo. Este era o caso do escravo “Crispim mulato bem feito que sabe ler e escrever” e com princípio de ferreiro com idade de “pouco mais ou menos” dezoito anos.<sup>458</sup> Tamanho conhecimento não significou um valor alto para o escravo que foi avaliado por 150\$000 réis, possivelmente, por não ser uma oficial de ferreiro, por exemplo, o crioulo João oficial de ferreiro de 35 anos foi avaliado por 200\$000 réis.<sup>459</sup> No mesmo inventario havia mais outros oficiais mecânicos, como João Mina Barbeiro de idade de 60 anos avaliado em 40\$000 réis, Luis crioulo Barbeiro e mestre de fazer açúcar de 20 anos avaliado em 360\$000 réis, Manoel crioulo com o ofício de seleiro de 40 anos avaliado em 300\$000 réis e por ultimo Antônio crioulo mestre carpinteiro de idade de 40 anos por 500\$000 réis.

Voltemos às ideias formuladas ao longo da comunicação, de que um escravo não era sinônimo de trabalho rústico e que a condição não implicava no tipo de trabalho. O escravo detinha um ofício primeiramente por ser imposto pelo seu senhor que investia para uma posterior obtenção de renda. E por vocação tornava um oficial mecânico competente. No dicionário Bluteau o verbete de Mestre aparece “Aquele que sabe, e ensina qualquer arte, ou ciência”<sup>460</sup>, especificamente para mestre artífices é aquele “que sabe bem o seu ofício”, “que examina as obras das do seu ofício”<sup>461</sup>. Um artífice mestre tinha capacidade de ensinar o seu ofício a aprendizes. O significado de ser mestre era um reconhecimento público do “saber fazer” de um oficial mecânico. Porém não podemos afirmar que o crioulo Antônio possuía aprendizes, só que foi um cativo altamente qualificado. Além de cativo era crioulo, portanto filho de escravos africanos no Brasil. Uma pergunta que fica diz

---

<sup>458</sup> IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (28) 240 1767, f. 5.

<sup>459</sup> IBRAN/MSO/CBG/CSO-I (28) 245 11768.

<sup>460</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. vol. 5, p. 455.

<sup>461</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. vol. 5, p. 458.

respeito a sua técnica de carpintaria, em uma sociedade marcada por dinâmicas culturais de convívio e misturas entre diferentes, quanto do contato entre o negro e o português modificou as suas técnicas? Seria ela uma técnica mestiça?

A escravidão na América mudou as dinâmicas de trabalho e também os valores do trabalho. Posteriormente o trabalho mecânico seria compreendido como de escravo e de negro, Sergio Buarque de Holanda imbuído das leituras dos viajantes fala de uma preguiça do trabalho em Raízes do Brasil. Uma das perguntas que ficam a respeito do trabalho era respeito ao seu valor? Era um defeito mecânico? Uma possibilidade de alforria? Era uma atividade manual destinada a escravos? Como o trabalho manual foi compreendido da segunda metade do dezoito na Vila de Sabará pelos oficiais mecânicos e por outras categorias da sociedade?

Nesta comunicação buscamos apresentar características do cotidiano de trabalho e da aprendizagem do ofício mecânico especificamente para os cativos de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento. Expressamos aqui os diversos problemas próprios da busca de compreensão de uma sociedade dinâmica ainda em formação que apresenta indivíduos de diferentes “qualidade” e “condições” que apresentam o mesmo cotidiano de trabalho.

# A cultura do barroco como arte da persuasão e o triunfalismo da Igreja Católica: estudo de caso entre Serro e Diamantina

**Delson Aguinaldo de Araujo Junior**

Pós-graduado lato-senso em Cultura e Arte Barroca

APPMG

delsonjunior\_bh@yahoo.com.br

**RESUMO:** A Igreja Católica utilizou-se da persuasão através do barroco para enfatizar e confirmar seus dogmas contestados pela reforma protestante. A partir do Concílio de Trento realizado entre 1545 a 1563, a Igreja normatizou e reafirmou seus princípios, tendo como aliado a Companhia de Jesus.

O Barroco floresceu no final do século XVI até a metade do XVIII, de origens Italianas, logo difundiu pelos países europeus de crença católica chegando ao novo mundo e florescendo principalmente nas colônias hispânicas e luso-brasileiras, este estilo artístico também chegou às regiões protestantes a partir de outras narrativas e em regiões do Oriente, o barroco é uma arte nascida a serviço da Igreja católica triunfante, arte do convencimento e da persuasão, sendo um reflexo dos acontecimentos, políticos, culturais, sociais, científicos, e religiosos que agitavam o continente europeu, indo de encontro com a literatura o teatro e a música. Estilo entendido como um conjunto de normas e eventos culturais, artísticos de hábitos de se viver, agir e pensar que floresceu na Europa estendendo para as colônias católicas.

O rococó é uma arte autônoma do barroco ligado a formas decorativas e ornamentais originário na França do século XVIII de Luiz XV. Caracterizada pelo hedonismo palaciano aristocrático que se expandiu por toda a Europa. Os traços estilísticos são ornamentos em rocalhas, arabescos, cores leves e claras, formas ligeiras. A pintura, a escultura e a arquitetura utilizam-se de temas levianos, de hábitos aristocráticos, tonalidades alegres, despojados e frívolos, contrastando com o barroco quase que unicamente religiosos ou épicos de tonalidades pesadas tocando a alma de forma persuasiva.

Nas igrejas colônias de Minas Gerais prevaleceram os dois estilos, no entanto a atuação da igreja se deu de forma distinta neste território, pois a Coroa Portuguesa, controlava a mesma, sendo proibidas as ordens primeiras e segundas, prevalecendo às associações de leigos através das Irmandades de Ordens Terceiras estas por sua vez desenvolveram grandes repertório artístico nas ornamentação dos templos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Persuasão, Barroco, Rococó, Serro, Diamantina.

## Introdução

O movimento modernista foi importante marco de renovação intelectual no Brasil, ocorrendo à busca pela autenticidade da nacionalidade do país<sup>462</sup>. Eles viram na arte colonial mineira um “barroco diferente” o que na verdade se tratava de outro estilo independente e autônomo do barroco, no caso o rococó<sup>463</sup>, como este último ainda não tinha passado por revisões historiográficas a nível internacional da História da Arte, a vanguarda modernista teve dificuldade de catalogá-lo, chamando-o de “barroco mineiro”.<sup>464</sup> A estética da Igreja do Carmo e da Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos ambas localizadas na cidade do Serro vinculadas ao rococó se diferem da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Conceição do Mato Dentro, de estilo barroco<sup>465</sup>.

Alguns pesquisadores ainda situam o rococó como fase final do barroco, o que está totalmente incorreto, pois são estilos distintos. O barroco tem suas origens na Itália do século XVI e o rococó é originário na França do século XVIII<sup>466</sup>.

O barroco é visto como “Arte da Contrarreforma” esteve presente no movimento de renovação da Igreja, é também conhecido como a arte jesuítica, pois foram os padres inicianos os que mais difundiram pelo mundo a fé católica, porém é errôneo catalogar esta manifestação artística como sendo exclusiva dos Jesuítas, havia outras importantes ordens religiosas no período que foram de fundamental importância para a disseminação do barroco<sup>467</sup>.

Na arquitetura o barroco tinha objetivo de impactar o fiel que com ela se deparava, pois esta materializava o poder da Igreja Católica Triunfante, com a qual venceu os protestantes na Europa e conseguiu difundir-se pelo mundo<sup>468</sup>.

O triunfo da religião católica pelos quatro continentes foi representado na abóboda da igreja de Santo Inácio, em Roma. As Igrejas Barrocas mostram no seu exterior, opulência e riqueza, principalmente no caso litorâneo do Brasil e na Europa<sup>469</sup>, as igrejas

---

<sup>462</sup> MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 20.

<sup>463</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, 1 v.

<sup>464</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *Barroco e Rococó no Brasil*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2014, p. 9.

<sup>465</sup> ARAÚJO JÚNIOR, Delson Aguinaldo de. *Análise da produção pictórica da Capela do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos na cidade do Serro*. 2015.97 p. Monografia (Pós graduação Lato Sensu em Cultura e Arte Barroca) – Faculdade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto.2015.

<sup>466</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade R. *Barroco e Rococó no Brasil*, p. 9.

<sup>467</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e Rococó no Brasil*.

<sup>468</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e Rococó no Brasil*.

<sup>469</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e Rococó no Brasil*.



barrocas mineiras, tem arquitetura mais singela, na comarca do Serro frio são verdadeiras caixinhas de joias, onde paredes de pau a pique guardam o mais expressivo e contrastante da arte desta trama<sup>470</sup>.

A opulência do Barroco está associada ao poder, com recursos retóricos, desta forma a talha é toda revestida com ouro e as formas tem movimentação, o mais evidente recurso são as representações figurativas, tanto em escultura como em pintura, com eloquentes gesticulações e dramaticidade<sup>471</sup>, as imaginárias do Serro tem um ar de família local. Com certa segurança acredito que havia um ateliê escultórico que atuava em Vila do Príncipe, que produziu grandes partes das imagens dessa região, os oragos da Igreja de Matozinhos, do Carmo e da Purificação, já demolida são todos de um mesmo ar de família, as que difere desse grupo são o São José de Botas da Igreja do Carmo, provavelmente feita pelo ateliê de Francisco Antônio Lisboa o tio do Aleijadinho que fez os altares da Igreja do Carmo de Diamantina<sup>472</sup>.

O barroco focou as figuras centrais do cristianismo, desta forma todas as Igrejas Matrizas, são cristocentricas, onde a capela-mor e especificamente da irmandade do Santíssimo Sacramento, dogma mais caro da Igreja, as figuras centrais sempre são imagens de cristo e sua parentela, no caso de Nossa Senhora ela é cultuada em suas múltiplas invocações<sup>473</sup>.

A abundância das imagens escultóricas é uma resposta direta ao “iconoclasmo” a invocação do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos no Serro, em Conceição do Mato Dentro, Serra Azul de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas e Senador Modestino Gonçalves é uma confirmação da cultura do barroco ao culto das imagens<sup>474</sup>. Na colônia a preocupação da igreja era catequizar os índios e doutrinar os colonos, esta devoção do Cristo crucificado se difundiu na Comarca, pois grande parte dos portugueses dessa região

---

<sup>470</sup> ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. *Pinturas nas Igrejas da Comarca do Serro Frio*. 103 p. Monografia (Pós graduação Lato Sensu em História da Arte Sacra) – Faculdade Arquidiocesana de Mariana “Dom Luciano”, Mariana, 2015. 103 p.

<sup>471</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro: Cultura Barroca e Manifestações do Rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006. 80 p.

<sup>472</sup> MIRANDA, Selma M. *A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009. 300 p. (Série Grandes Obras e Intervenções, 3).

<sup>473</sup> Na comarca do Serro Frio o culto Mariano foi e ainda é muito forte predominando a invocação, de Nossa Senhora do Carmo, do Rosário, da Conceição, da Purificação, das Mercês e do Amparo.

<sup>474</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade R. Minas Gerais, monumentos históricos e artísticos: Circuito do Diamante. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n. 16, p. 171-179, 1995.

vieram do Norte de Portugal onde ainda é forte o culto ao Senhor do Bom Jesus do Matozinhos, segundo a tradição lendária Nicodemos, amigo de Jesus era hábil escultor e atribui-se a ele a primeira imagem entalhada em madeira do cristo.

A justificativa da Igreja tridentina aos iconoclastas, está alicerçada em Nicodemos, pois se o próprio amigo de Cristo lhe representou na primeira imagem escultórica, não há como questionar o culto das mesmas. E na pintura a base se dá a partir de São Lucas um dos quatro Evangelistas, pois foi este discípulo que representou a primeira imagem da Virgem e do Menino Deus, sendo ele patrono dos pintores, na Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro a uma pintura de São Lucas onde este é representado pintando a Virgem e o menino Deus, o que poderia ser um alto retrato de Caetano Luiz de Miranda, artista que pintou esta obra<sup>475</sup>.

### **“O justo viverá pela fé”<sup>476</sup>**

O monge agostiniano, Martinho Lutero foi excomungado pelas doutrinas que pregava, foi responsável pela reforma protestante, com apoio da nobreza alemã, a reforma luterana tinha interesses econômicos e políticos, rompendo com o papado romano, os reinos germânicos estariam livres da tutela da Igreja, e os nobres teriam acesso aos patrimônios do Clero em território alemão<sup>477</sup>. A partir de Lutero surgiram outros nomes com novas ideias teológicas como Calvino com a teoria da *Predestinação Absoluta*, o movimento reformista fazia parte do período histórico no qual estava inserido o monge alemão.

A nobreza e a burguesia da Inglaterra desejavam romper com os tributos pagos a igreja, com o conflito entre Henrique VIII e o papa Clemente VII, devido ao papa recusar anular o casamento de Henrique com Catarina de Aragão, o rei rompeu com a igreja e o parlamento inglês apoiou o rei e votou o *Estatuto da Supremacia*. Henrique VIII tornava-se chefe supremo da Igreja no lugar do papa, surgindo a *Igreja Anglicana* que preservou boa parte dos rituais, dogmas e celebrações romanas. Ocorreu o confisco das propriedades da igreja Católica em território inglês.

---

<sup>475</sup> ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. Estampas como inspiração para a pintura em Minas Gerais. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4, 2009, Campinas. *Atas do IV Encontro de História da Arte da UNICAMP*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, p. 144-157.

<sup>476</sup> Jargão de Martinho Lutero / Epistola de Paulo aos Romanos

<sup>477</sup> Na região do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V se recusou em oficializar a nova religião de Lutero, alguns príncipes germânicos se rebelaram contra o imperador, a partir desta ação de protestos dos príncipes o movimento ganhou nome de protestantismo.

Estes foram os pilares que levaram a igreja católica a rever suas bases, e reagir perante o movimento protestante, diante da crise que envolveu a igreja o papa Paulo III deu início a *Contrarreforma*, (ou reforma Católica), em 1539 e 1540 o papa oficializou a Companhia de Jesus, ordem religiosa criada pelo espanhol Inácio de Loyola, que defendia rigidez aos princípios da moral cristã, obediência hierárquica, no território luso brasileiro.

A Companhia de Jesus focava atenção redobrada com a educação das crianças, esta ordem religiosa foi a principal aliada do papado contra o avanço da “heresia” protestante. Vieram significativas quantidades de jesuítas para a América, catequizando os Índios pela moral cristã, e implantaram valores europeus católicos<sup>478</sup>, no Brasil fundaram muitos povoamentos (missões ou reduções) e cidades, como a cidade de *São Paulo* e os *Sete Povos das Missões*, esta Companhia ficou conhecida como os “soldados de Cristo” de severa obediência aos superiores e ao papa.

O Papa Paulo III convocou em 1545 o 19º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, mais conhecido como *Concílio de Trento*, que ocorreu na cidade italiana de mesmo nome, o concílio terminou após 18 anos de reuniões, as bases da igreja foram revisados, o resultado de Trento foi a proibição da venda das indulgências, salvação pela fé e obra, os clérigos deveriam estudar nos seminários antes de se ordenarem, confirmação do celibato dos religiosos. Os bispados, arcebispados e cardinalatos, cargos do alto clérigo foram proibidos de serem vendidos, a confirmação da eucaristia como Corpo e Sangue de Cristo, ocorrido durante a missa, a afirmação dos sete sacramentos (batismo, crisma ou confirmação, eucaristia, reconciliação ou penitência, extrema-unção, ordenação e casamento). E para aqueles quem questionassem os dogmas da igreja, foi reativado o *Tribunal da Inquisição* (Tribunal do Santo Ofício).

### **Comarca do Serro Frio e seus Principais Artistas**

Minas Gerais é uma região fruto da colonização portuguesa, as primeiras povoações deste território se deram devido à extração aurífera, principalmente nos leitos dos rios, a partir destas entradas novas povoações foram surgindo, dando origem as vilas e cidades coloniais<sup>479</sup>.

---

<sup>478</sup> LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil*. Lisboa: Brotéria, Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 1953.

<sup>479</sup> SOUZA, Laura. Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 1. 542 p.

A Comarca do Serro Frio foi uma importante região mineradora, a primeira região da América a ser encontradas as pedras preciosas dos diamantes, ocorreram extravios e contrabandos, no qual estava envolvido parte da elite, contudo os penalizados eram os mais vulneráveis, sendo, os escravos, os negros libertos, e a camada inferior da sociedade<sup>480</sup>.

A arte religiosa da região do Norte de Minas Gerais, conta com escassos estudos, porém de substancial importância para a compreensão das mesmas, entre os pintores o mais estudado foi o guarda-mor José Soares de Araújo precursor da arte religiosa do circuito dos diamantes, introduzindo o gosto pela pintura de perspectiva de trama barroco, atuando junto com auxiliares<sup>481</sup>.

Os putti da Igreja de São Francisco e Matozinhos são representados com atributos próprios ao tema do cristianismo, palmas, Cornucopias e guirlandas de flores, o detalhe destes meninos galantes demonstra a grande habilidade do artista, em que se observa sombras e temas típicos da cartografia, para atribuição das pinturas de Caetano foi de substancial importância o oratório do museu de Diamantina<sup>482</sup>.

Entre as importantes pinturas rococó pode-se citar a Matriz de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Conceição de Mato Dentro, da Matriz de São José de Itapanhoacanga da Igreja do Carmo do Serro e da Igreja do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro<sup>483</sup>.

Manoel Antônio da Fonseca e Silvestre de Almeida Lopes fizeram pinturas com autoria confirmada e bem documentada, este último artista desenvolveu obras na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Diamantina, e Manoel assinou a pintura do teto da Matriz de São José de Itapanhoacanga.

Há grande possibilidade de ter existido uma "escola" de pintura na Comarca do Serro Frio, tendo como mestre orientador o Guarda-Mor José Soares de Araújo, e como

---

<sup>480</sup> FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde: O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. 208 p.

<sup>481</sup> MAGNANI, Maria Cláudia A. O. *Cultura Pictórica e o Percorso da Quadratura no Arraial do Tijuco no século XVIII: entre o decorativo e a persuasão*. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

<sup>482</sup> SANTOS, Antônio Fernando Batista dos; MIRANDA, Selma Miranda. *Artistas pintores do Distrito Diamantino: revendo atribuições*. In: IV COLÓQUIO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4, 1992, Salvador. Atas do IV Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte. Salvador, BA: UFBA, 1992, v. 1, p. 411-428.

<sup>483</sup> ARAUJO JUNIOR, Delson Aguinaldo de. *Análise da produção pictórica da Capela do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos na cidade do Serro*. 2015. 97 p. Monografia (Pós graduação Lato Sensu em Cultura e Arte Barroca) – Faculdade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

discípulos, Silvestre de Almeida Lopes, de origem parda, do Capitão Caetano Luiz de Miranda e de Manoel Antônio da Fonseca, artista que trabalhou no forro da Matriz de São José, em Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas.

O Guarda-mor e do período barroco, atuando nesta vertente artística, por sua vez os demais pintores citados acima são de outro estilo, o rococó. O Barroco é de origem italiana e é a primeira forma de manifestação artística católica a se implantar no Norte de Minas Gerais e o rococó tem suas origens na França de Luiz XV, é um estilo de corte e foi implantado no Brasil nos principais polos econômicos da época, é um estilo que ocorre após a manifestação do Barroco<sup>484</sup>.

Acredito que, a partir destes artistas, ocorriam oficinas locais, que tinham um mestre orientador, escravos e artífices contratados. Desta forma, atuava José Soares de Araújo no Arraial do Tijuco e imediações, Caetano Luiz de Miranda atuou no Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina) Inhaí e em Vila do Príncipe (atual cidade do Serro); seguiu de perto as produções do Guarda-Mor. Sua obra prima consolidou-se com a pintura da Igreja do Senhor do Bom Jesus do Matozinhos, na Cidade do Serro. Silvestre de Almeida Lopes desenvolveu trabalhos no Arraial do Tejuco e talvez em Conceição do Mato Dentro, sua grande produção encontra-se na Igreja de Nossa Senhora do Amparo<sup>485</sup>.

### **Persuasão através da Imagem**

Os estilos artísticos barroco e rococó foram imprescindíveis para a produção artística no Norte de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, o barroco extrapolou o cunho artístico, tornando-se uma filosofia de pensar, agir, e exprimir da sociedade luso-brasileira, no período rococó a cultura do barroco ainda era vigente, acredito que resquícios desta cultura ainda prevaleça em algumas sociedades interioranas. Relacionado à circularidade dos artistas, dos pensamento e da cultura como um todo German Bazin:

As origens francesas ou italianas da arte alemã ou russa logo se tornaram irreconhecíveis através da transformação que os artistas lhes impuseram. Essas formas originais não tardaram a perder suas características nacionais e foram absorvidas pelo novo ambiente. Nessa época o desconforto não constituía um empecilho às viagens, cuja lentidão era mais favorável a um conhecimento cabal dos países visitados que a extrema velocidade dos transportes de

<sup>484</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade R. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da segunda metade do século XVIII. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 144-169, 2001.

<sup>485</sup> ARAUJO JUNIOR. *Pinturas nas Igrejas da Comarca do Serro Frio*. 103 p.

hoje. No final do século XVII havia uma convicção generalizada de que todo homem culto devia aperfeiçoar sua educação com um giro pela Europa, o qual lhe propiciaria um conhecimento em primeira mão das diversas formas da civilização europeia. Príncipes e burgueses ganhavam a estrada, visitavam as cidades e eram recebidos em várias cortes, enquanto os intelectuais trocavam farta correspondência, a qual, no campo das ciências, preparou o caminho para o surgimento das revistas científicas. Em geral aceitavam de bom grado convites para visitar a corte de um príncipe, mesmo num país estrangeiro.<sup>486</sup>

Nos séculos XVII e XVIII prevaleceu na Europa o governo absolutista, cujo poder estava centrado nas mãos do monarca, o qual era monopolizado por uma única família, enfatizavam que esta forma de governo era de origem divina, com a confirmação da igreja nos reinos católicos. O imaginário do direito divino dos governantes não era coeso em toda a Europa, os Países Baixos eram “democráticos”, a Inglaterra era regida por monarquia parlamentar. Nos países de monarquia absolutista prevaleceu a ostentação e o luxo<sup>487</sup>.

### **Barroco Italiano**

Os Papas desejosos de um império espiritual, refletido na grandeza de Roma, imbuídos do desejo de restaurar na Cidade Eterna das sete colinas, herdeiros dos imperadores da antiguidade romana, tornaram-se grandes mecenas de obras de arte, e os artistas se inspiravam diretamente nos monumentos da antiguidade clássica de Roma e do helenismo. Com a necessidade da Igreja de combater a “heresia” protestante, os artistas desenvolveram um estilo “oratório” de apologia e propaganda, a qual o Concílio de Trento enfatizou como função da arte religiosa<sup>488</sup>. A produção artística passou a afirmar a grandeza da Igreja Católica através de monumentos esplendidos, os artistas utilizaram todos os recursos que podiam empregar para atestar a fé e a verdade da igreja<sup>489</sup>.

Para a consolidação de Roma como a cidade papal, iniciou-se a reconstrução da Igreja de São Pedro, tornando-se o centro da fé católica, trabalharam nessa empreitada, arquiteto como Domenico Fontana, Carlo Maderno, Bernini<sup>490</sup>, urbanistas, escultores entre outros artifices. O papa Alexandre VII, incumbiu a Bernini o Trono de São Pedro (Cathedra Petri) o qual foi produzido em mármore, estuque e bronze, com rebuscadas

<sup>486</sup> BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. 2. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2010, p. X

<sup>487</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e Rococó*, p. XI.

<sup>488</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 567 p.

<sup>489</sup> BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 4.

<sup>490</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e Rococó*.



colunas Salomônicas<sup>491</sup>, edificado sob os sustentáculos dos quatro Doutores da Igreja coroado de um resplendor dourado e baldaquino edificado sobre o tumulo de São Pedro<sup>492</sup>, o qual guarda uma singela relíquia do Santo, um escabelo de madeira.

A Europa se voltou para a Itália, e os artistas de diferentes nacionalidades foram conhecer de perto obras primas de Michelangelo e Rafael, e as obras da antiguidade clássica de Roma descoberta com a nova ciência da arqueologia.

As representações figurativas do período barroco, “são regidas por uma estética que considerou a arte um meio de expressar as paixões da alma”.<sup>493</sup> As ciências humanas fez considerável avanço a partir do século XVII, o amor, a paixão e as expressões corporais, tornaram-se de interesse de estudiosos. Tratados envolvendo tais temas foram elaborados, e os artistas passaram a estudá-los para representar as paixões, os sofrimentos, o amor, a ternura, a fúria, o medo e o desespero, entre outros sentimentos. A pintura e a escultura foram imbuídas da retórica difundindo a missão apologética e propagandista da Igreja. Confirmação que não foge a regra é a imagem esculpida por Bernini do êxtase de Santa Tereza, em Santa Maria della Vittoria, em Roma<sup>494</sup>.

Os primeiros críticos deste estilo, do barroco tinham uma visão bastante pejorativa do mesmo, chamando-o de “*gosto bizarro*”<sup>495</sup> segundo Baeta:

O pior juízo que se poderia retirar daquele “gosto bizarro” que teria contaminado as boas regras da arte nos últimos dois séculos, e que em finais do *Settecentos* estava praticamente extinto do velho continente – mas ainda perdurava insistentemente no cenário distante da América Ibérica. Em um momento em que o racionalismo iluminista influenciava decisivamente os cânones de grande parte da arte que se estava produzindo, (...) a hipertrofia de motivos plásticos, a dramaticidade, o ilusionismo óptico, em síntese, a aparente filiação das manifestações da arte barroca à subjetividade e ao impulso irracional, era uma postura inadmissível para a rigorosa crítica estética do Neoclassicismo.<sup>496</sup>

Para os críticos do neoclassicismo ocorreu uma deturpação do clássico no período barroco “esta maneira bizarra foi reconhecida e caracterizada como uma das tendências

---

<sup>491</sup> Colunas Torsas ou Salomônicas, alusão às colunas do Templo de Salomão. Bernini se inspirou colunas da Basílica de Constantino, Século IV.

<sup>492</sup> Com mais de 25 metros de altura.

<sup>493</sup> BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 14.

<sup>494</sup> BAZIN. *Barroco e Rococó*, p. 17.

<sup>495</sup> \_\_\_\_\_. *Teoria do Barroco*, p. 15.

<sup>496</sup> \_\_\_\_\_. *Teoria do Barroco*, p. 15.



aniquiladoras do bom senso estético que teria contaminado alguns artistas”.<sup>497</sup> O arquiteto Borromini, o escultor Bernini, o pintor Pietro de Cortona, e o poeta Marini foram artistas barrocos duramente criticados pelos teóricos neoclássicos, estes artistas setecentistas eram vistos como o superlativo do mau gosto e do bizarro. Com relação à terminologia barroco, estaria provavelmente ligado a arte da ourivesaria onde as pérolas irregulares e deformadas eram chamadas de barroco, portanto o nome tem uma conotação pejorativa, barroco seria o torto, o irregular, o inferior<sup>498</sup>.

### Conclusão

Para a cultura iluministas havia um grande respeito perante o passado greco-romano, e a arte deveria seguir imitando estes cânones da Antiguidade Clássica. Os arquitetos neoclássicos difundiam a ideia de que era imprescindível conhecer as ruínas arquitetônicas, das civilizações da antiguidade ocidental, a partir de um olhar científico.

O barroco é uma arte do triunfalismo nascido na igreja e a serviço da igreja Católica, tem objetivo de persuadir, dotado de cunhos apologéticos religiosos.

A Igreja Católica se valeu da Companhia de Jesus, do Concílio de Trento do Tribunal da Inquisição e da imagem como forma de persuasão, lançando mão do barroco, como arte da contrarreforma é estes os pilares da Igreja pós Tridentina.

Com relação ao território luso brasileiro, a igreja católica desempenhou significativo papel na formação do território, tanto geográfico, religiosas, político, social, culturais e ideológicas.

O circuito dos diamantes foi um importante polo minerador das pedras preciosas do período Colonial. Fruto da mineração foi surgindo vilas e povoações as quais deram origem a significativas igrejas com pinturas de estilo barroco e rococó. A pintura barroca foi introduzida pelo guarda-mor José Soares de Araújo, que trabalhou com uma significativa equipe. Na pintura de estilo rococó o artista mais notável foi Caetano Luiz de Miranda, com atuação na Igreja de Matozinhos do Serro e na Igreja de São Francisco de Diamantina, sendo estas as principais obras deste artista. A produção pictórica da igreja de Matozinhos do Serro é de fato uma composição erudita, que se posiciona entre as mais

---

<sup>497</sup> BAETA. *Teoria do Barroco*, p. 16.

<sup>498</sup> \_\_\_\_\_. *Teoria do Barroco*. 214 p.

belas e importantes pinturas do estilo rococó já realizada em Minas Gerais. Há escassez de estudos aprofundados sobre arte colonial nesta região.

De grandes expressões são as igrejas de estilo artístico de pintura de trama rococó, as duas joias do mais rebuscado rococó são as do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro e a de São Francisco de Assis de Diamantinas, ambas ornamentadas com pinturas atribuídas a Caetano Luiz de Miranda, artista enigmático proprietário de uma biblioteca notável, os testamentos de José Soares de Araújo e Caetano Luiz de Miranda demonstra significativo destaque econômico destes pintores.

Como persuasão do barroco pode-se citar os seguintes estudos de caso: Os retábulos como maquinas de hierarquias no barroco ibérico (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Conceição do Mato Dentro) A hierarquia dos Santos no interior das Igrejas (Matriz de São José de Itapanhoacanga e a Igreja do Carmo do Serro). O Senhor do Bom Jesus do Matozinhos como santuário de substituição a peregrinação a terra santa (serro e conceição).

## **A talha do Estilo Nacional em Minas Gerais: trânsito de artistas e oficinas em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII**

**Alex Fernandes Bohrer**

Doutor em História Social da Cultura

IFMG-OP (Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto)

alex.bohrer@ifmg.edu.br

**RESUMO:** O retábulo do Estilo Nacional Português foi alcunhado por Robert Smith em célebre livro sobre a talha em Portugal. Em Minas é possível encontrar traços deste estilo em raríssimas peças de fins do XVII e início do XVIII. O Nacional Português nas Minas marcou o berço de uma das mais esplendorosas épocas artísticas e culturais do período colonial, nos legando obras de inestimável valor, focos do presente estudo. Tendo isso em vista, elaboramos um estudo sistemático de retábulos desta tipologia, com abordagens estilísticas e iconográficas, propondo escolas ou oficinas atuantes em Minas Gerais no início do século XVIII. Esse tipo de estudo nos auxiliará a dar nova abordagem sobre os primórdios da História de Minas Gerais, lançando mão desses retábulos, até agora tão pouco estudados.

**PALAVRAS-CHAVES:** Barroco, Estilo Nacional, Retábulo.

### **Barroco e territorialização**

Muito se tem escrito sobre a produção cultural e artística do chamado Barroco Mineiro. Estudos variados sobre pintura, talha e escultura se multiplicaram nos últimos cinquenta anos. No entanto, cabe salientar que tais estudos acentuam um hiato: a produção artística do território das Gerais de fins do seiscentos e três primeiras décadas do setecentos não recebeu ainda trabalho abrangente e sistemático. Este período é marcado especialmente pelo aporte em terras americanas de uma tipologia específica de retábulos, de impulso criativo tipicamente lusitano, chamado hodiernamente de Estilo Nacional Português (conforme alcunha dada por Robert Smith) ou simplesmente de Barroco Português, conforme já discutimos em alguns congressos.

Um dos principais objetivos aqui será demonstrar a existência de determinadas oficinas/escolas de talha que atuaram em Minas em princípios do século XVIII. Tal afirmativa se dará através de exames iconográficos, estilísticos e comparativos de

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

diversos ornamentos (figuração antropomórfica: anjos, *putti*, atlantes, cariátides etc; figuração zoomórfica: fênix (as aves '*fenis*' conforme a documentação da época)<sup>499</sup>, pelicanos etc; figuração fitomórfica: festões, guirlandas, girassóis, rosas etc).

Propomos aqui a existência de um mestre principal circulando por ampla região, a qual chamaremos Mestre de Cachoeira, por ser na matriz desse distrito ouro-pretano que se concentra a maior parte de sua obra. Outro artista que atuou na mesma matriz foi Manuel de Matos, único nome que localizamos de um entalhador do período em Minas Gerais.

O Estilo Nacional Português é encontrado em determinadas regiões de Minas, desde localidades da antiga Comarca de Vila Rica e Sabará até o norte, na Comarca do Serro. Contudo, salta aos olhos, pela quantidade e qualidade artística, a confecção deste tipo de peça na Bacia do Rio das Velhas. Há retábulos afins em Sabará (Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Ó e Capela de Santo Antônio de Pompéu), Raposos (Matriz de Nossa Senhora da Conceição), Caeté (Capela de Nossa Senhora do Rosário), Itabirito (Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e Capela de Nossa Senhora do Rosário de Acuruí) e em Ouro Preto, justamente em distritos localizados nas cabeceiras do citado rio (Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo, Igreja de Santo Antônio de Glaura, Igreja de São Bartolomeu e Capela de Nossa Senhora das Mercês, essas duas últimas no distrito de São Bartolomeu, e a capelinha de Santo Amaro no povoado de Bota Fogo). Apesar da ligação inequívoca com criações portuguesas coetâneas, tais obras apresentam características próprias, que transitam desde um gosto vernáculo (Raposos) até complexas criações ornamentais (Matriz de Cachoeira do Campo).

Subindo o Rio das Velhas, São Francisco e o Jequitinhonha, também encontramos peças do Estilo Nacional. Há remanescentes em Matias Cardoso (Matriz de Nossa Senhora da Conceição), Minas Novas (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), Chapada do Norte (Matriz de Santa Cruz e Igreja do Rosário) e, mais ao sul, São José de Itapanhoacanga, Costa Sena e Diamantina (Catedral).

Outra área que merece ser citada é aquela compreendida no antigo Termo de Mariana e parte do de Vila Rica, no Vale do Rio Gualaxo (afluente do Rio Doce),

---

<sup>499</sup>ALVES, Natália Marinho Ferreira. *A arte da talha no Porto na época barroca*, vol.1. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1989, p.216, 277.

sobretudo em distritos marianenses como Camargos, Monsenhor Horta, Furquim e Ribeirão do Carmo. Ainda que as criações dessa região estejam muito alteradas ou apresentem por vezes um gosto de transição, são, contudo, importantes para compreendermos a difusão desse estilo em áreas de mineração intensa em inícios do século XVIII. O estudo de igrejas como a São Caetano de Monsenhor Horta nos possibilita entender o processo de mudança de uma morfologia e iconografia típicas do seiscentos para a nova formalidade ao gosto joanino italianizante, com dosséis, cortinados e um desenho mais arquitetônico. São monumentos emblemáticos: a Matriz de Bom Jesus de Furquim, a Igreja de São Sebastião de Ribeirão do Carmo, a Igreja de Nossa Senhora da Glória de Passagem de Mariana, a Sé e a Santana de Mariana e a Igreja de São José de Ouro Preto, com seus dois pequenos retábulos laterais de nosso estilo.

Optamos por fazer a territorialização dos retábulos estudados tendo em vista as bacias em que se encontram, dessa forma não obedecendo à divisão política posterior. Ativemos-nos, antes, à hidrografia e, conseqüentemente, ao relevo. A nosso ver, é mais lógico encarar assim as regiões de produção artística, já que eram pelos rios que vagueavam as ondas migratórias, como salientamos antes.<sup>500</sup> Portanto, o meio natural foi fator preponderante. Não é de se estranhar, por exemplo, que lugares aparentemente distantes tenham certa ligação estilística, como Cachoeira, Caeté e Sabará (vinculados pelo Rio das Velhas): devia ser relativamente fácil aos escultores ir de uma obra a outra margeando os ribeiros.<sup>501</sup>

---

<sup>500</sup> Em mapas antigos era comum se dar mais ênfase aos rios e ribeiros, que aos caminhos e picadas, rudimentares quase sempre. Exemplo disso é o famoso mapa elaborado por Cláudio Manoel da Costa em 1782, onde constam as comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas. Nele há especial atenção à hidrografia, estando representados com bastante precisão os principais rios, afluentes e pequenos ribeiros (como o Rio Maracujá de Cachoeira do Campo e o Córrego Cipó, perto da paragem do Capão do Lana).

<sup>501</sup> É provável que em inícios do século XVIII muitos outros templos ostentassem peças do Estilo Nacional, desmanchados em alterações posteriores ou destruídos pelo tempo ou desastres. Talvez os retábulos da desaparecida Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, tivessem as tradicionais arquivoltas, de qualquer modo destruídas em 1833 por famoso incêndio. Só para se ter ideia, apesar da impressão que se tem, Antônio Pereira é povoado vizinho de São Bartolomeu (que possui cinco retábulos de nosso estilo), sendo fácil ir de lugar a outro passando pelo Rio Piracicaba, percurso este de não mais de dez quilômetros - contudo, por estrada de rodagem os dois distritos se separam por sessenta e cinco quilômetros! Vide BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto, um novo olhar*. São Paulo: Scortecci, 2011.

Como o Rio das Velhas é afluente do São Francisco, temos aqui, como dito, uma zona de convergência, tanto dos caminhos do sul (Sabará foi ponto de estabelecimento de Fernão Dias), quanto os do norte.

### **Duas oficinas no Rio das Velhas: o Mestre de Cachoeira e Manoel de Matos**

Poderíamos nos aprofundar em qualquer uma das oficinas que circularam nas localidades acima, mas, tendo em vista o espaço reduzido aqui, iremos privilegiar aquelas identificadas na Matriz de Cachoeira do Campo por essa igreja possuir documentos remanescentes e pela importância de sua talha que, pelo que podemos perceber, reaparece em vários lugares, como Sabará, Pompéu e Caeté. Resolvemos alcunhar um desses escultores como Mestre de Cachoeira, já que se trata de artista anônimo que deixou nesse distrito a parte mais volumosa de sua obra.

Pela análise detida dos elementos antropomórficos, sugerimos que esse mestre atuou, como dito, na Matriz de Nazaré (na capela-mor, arco e altares do cruzeiro), em Santo Antônio de Pompéu (no arco-cruzeiro e no lavabo da sacristia, cuja carranca se assemelha aos dois mascarões sob os nichos do mor da Nazaré, com desenho parecido das sobancelhas, nariz e bigode), na Penha de Caeté (em fragmentos esparsos), no Rosário de Caeté (especificamente nos nichos das peças laterais) e no medalhão do coro e sacristia da Matriz de Sabará (cuja posição dos anjos, dos *putti*-estípites e dos porta-cortinas é exatamente a mesma daquelas encontradas nos retábulos laterais do Rosário de Caeté e na densa decoração da matriz cachoeirense). Levantamos também a hipótese, pela análise dos elementos fito e zoomórficos, que esta seja a mesma oficina que atuou no retábulo-mor do Ó de Sabará.

Após comparar a talha da capela-mor e dos retábulos do cruzeiro de Cachoeira, percebemos que esta é uma oficina de intersecção, onde trabalhou, provavelmente, mais de uma mão. Há um ar familiar quando confrontamos essas obras, mas elas possuem evidentes variações morfológicas (ainda que pequenas). É provável que essa oficina fosse ordenada por um mestre maior, que ditava o serviço, e outros oficiais subordinados. Talvez isso explique o fato da figuração antropomórfica mudar um pouco entre a capela-mor (anjos com cabeças desproporcionais e corpos anatomicamente distorcidos)<sup>502</sup> e as peças

---

<sup>502</sup> Esses *putti* e anjos da capela-mor e arco-cruzeiro estão de tal forma repintados que foi impossível resgatar  
Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

do cruzeiro (que apresentam os mesmos vícios escultóricos anteriores, mas com melhor compleição), não obstante a ornamentação fito e zoomórfica ser praticamente a mesma. Foi a análise desses adornos, baseados em fênix e parreiras, que nos permitiu sugerir ser essa a mesma oficina do Ó de Sabará. Mas, teria esse artista abandonado uma tipologia, a favor de outra, mais condizente com os grandes centros portugueses, onde abundavam os *putti*? Cremos que isso é perfeitamente possível. Ou teria esse escultor feito primeiro a capela-mor de Cachoeira e, depois, o Ó, abandonando assim os ornatos humanos? Há documentos que insinuam isso. Sobre o Ó, há uma solicitação da irmandade datada de 1717:

Dizem os devotos de Nossa Senhora da Expectação que eles estão fabricando uma capela à mesma Senhora no Arraial de Tapanhoacanga, em um campestre que fica atrás do dito arraial, fora da rua pública.<sup>503</sup>

Portanto, a capela estava sendo ‘fabricada’ em 1717. No testamento de Antônio de Barros, benfeitor da matriz cachoeirense, datado de 1714, se entende que a capela-mor (a qual recebeu esmolas pessoais dele), estava sendo construída já naquele ano.<sup>504</sup> São ambos os templos, portanto, quase concomitantes, na talha e decoração, não subsistindo a hipótese que o mor de Cachoeira é um retábulo tardio.

Teria sido esse escultor não identificado quem popularizou na capitania a ornamentação antropomórfica? O certo é que no período subsequente tal decoração seria comum (como vemos em Manoel de Matos e no joanino posterior). Seria esse mesmo mestre que difundiu o trono anforado, infrequente em Portugal e tão comum no Vale do Rio das Velhas? Nos grandes centros portugueses o trono mais corriqueiro é o escalonado (que nas Minas só aparecerá depois).

Desse mesmo mestre anônimo é o pequeno trono móvel confeccionado para se acoplar ao trono principal do altar-mor (em ocasiões festivas este recebia a primitiva imagem de Nossa Senhora de Nazaré).<sup>505</sup> Ainda de sua lavra é a escultura do Divino

---

a policromia original na recente restauração. Talvez muito da diferença notada entre esses e os da nave se deva a essa repintura (a policromia da nave é indelevelmente superior).

<sup>503</sup> Apud VASCONCELLOS, Sylvio de. *Capela de Nossa Senhora do Ó*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1964, p.11.

<sup>504</sup> Arquivo da casa do Pilar (Ouro Preto). Códice 23. Auto 239, 1º Ofício, p.2.

<sup>505</sup> Essa engenhosa solução faz com que ambas as imagens da Virgem de Nazaré (a pequena e a grande) possam se acomodar no retábulo-mor.



Espírito Santo cujo aro que guarnece a pomba é ornado com as características mulheres com pingentes.

Sobre a obra retabulística de Manoel de Matos não falaremos aqui, já que o espaço não nos permite. Antes, queremos frisar seu possível papel como estatuário, atuando em Cachoeira e Fidalgo (lugar do qual temos comprovação documental de sua presença). A Matriz de Cachoeira do Campo preserva expressivo acervo de imagens e, entre elas, nos chama atenção um grande São Miguel, abrigado originalmente sobre o altar de sua invocação. É nítida a afinidade dessa peça com os ornatos antropomórficos de Matos nos dois retábulos que confeccionou: possui o mesmo arranjo distintivo dos cabelos, da testa, olhos, nariz comprido e reto, boca pequena, queixo arredondado. Essas características são realçadas notadamente nos anjos que portam cornucópias e nos atlantes.

Sabemos que o retábulo da Igreja de Fidalgo não é o original feito por Matos em 1727 e sim uma alteração posterior. Contudo, o Ministério Público de Minas Gerais conseguiu resgatar recentemente a imagem original que essa estrutura acolhia, uma Nossa Senhora do Rosário, furtada há alguns anos. Existem algumas similaridades com elementos cachoeirenses: temos a mesma representação do rosto, boca pequena, queixo leve e boleado e a dobradura do tecido (semelhante àquela do saiote de São Miguel). Serão ambas da lavra de Manoel de Matos? O estado de conservação e a dificuldade de acesso ao acervo de Cachoeira nos impossibilitou análise mais aprofundada dessa hipótese.

### **Conclusão**

Tivemos alguns percalços nesse trabalho, sendo um dos principais a escassez de documentos. Já que a maior parte dos acervos eclesiásticos do período foi dilapidado, lançamos mão de outras alternativas, como os códices cartorários e o foco no retábulo em si como fonte de informação histórica. Claro, usar a talha como subsídio documental pode acarretar vários problemas. Atribuir datação ou autoria, por exemplo, é algo muito complexo e passível de erros. Muitas vezes o ornamento está em elevada altura (dificultando a visualização) ou está tão destruído por cupins ou água ou mesmo desfigurado por policromias destoantes e sucessivas, que fica difícil dar voz final.

Um trabalho que se impõem agora será procurar e, quem sabe, trazer a lume manuscritos inéditos ou - mesmo que nada novo se encontre - reler os já descobertos, com o intuito especial de confirmar atribuições e datações. É muito importante, daqui para

frente, propor periodizações mais precisas, coisa inviável num estudo muito abrangente. Cruzando informações muita coisa pode mudar, como fizemos, por exemplo, ao compararmos a petição citada por Sylvio de Vasconcellos (que aponta a data da ornamentação do Ó como em andamento em 1717) e o testamento de Antônio de Barros (que sugere que a capela-mor de Cachoeira estaria sendo construída em 1714): seria a Nazaré concomitante com a do Ó? Ou, quem sabe, mais antiga? É caminho que demandaria mais uma série de suposições, mostrando um escultor que abandona a escultura humana a favor dum fitomorfismo e zoomorfismo ornamental. Contudo, somente novos achados poderiam elucidar esse tipo de questionamento. Vasculhados os arquivos locais, restaria algo nos acervos europeus?

Um possível futuro passo será a catalogação minuciosa de igrejas portuguesas com vistas a elaborar um quadro comparativo internacional (e não mais estadual, como agora). Talvez encontraremos em terras lusitanas, após apreciação estilística, alguns dos mesmos mestres que localizamos nas Minas e quiçá possamos até mesmo lhes dar nomes (considerando a preservação arquivística de lá) ou ao menos confirmar a circulação transoceânica de determinados artistas e artífices, mapeando assim oficinas alastradas, intercontinentais.

## **ST 9: História das Ideias e Ideologias**

**Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo**  
Mestrando (UFMG)/ pedrobarbosa89@gmail.com

# O mundo natural em suas relações com o mundo social – política e cultura na Inglaterra seiscentista

**Tiago Oliveira Tardin**

Bolsista do CNPQ e Graduando em História

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

[t.o.tardin@gmail.com](mailto:t.o.tardin@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa (em andamento), financiado pela *CNPQ*. A proposta dedica-se a analisar a sociedade inglesa no século XVI, e a participação do espaço natural enquanto um instrumento para a formação desse Estado – destacando as dimensões da Política e Cultura letrada. A exemplo de John Manwood – um jurista inglês que escreveu um tratado sobre as Florestas Reais – e orientado por intelectuais que aprofundam a problemática do espaço natural, Keith Thomas, Simon Schama e John Cox, pretende-se apontar para a existência desse debate, pautado na preservação e valorização da memória britânica, no âmbito jurídico e histórico, numa época em que a conjuntura da Inglaterra, bem como da Europa, convergia-se para a aplicação de uma expansão marítima, comercial e científica, a saber, o período moderno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inglaterra; Natureza; Manwood; Modernidade;

## Apresentação

Desde sua possível formação com o conflito entre bretões e saxões (aproximadamente séculos V e VI), o território a que hoje denominamos de Inglaterra guarda um profuso diálogo com seu espaço natural, desenvolvendo-se a tal ponto de se tornar uma nação que viveria (crenças e costumes) e sobreviveria (subsistência) mediante esse espaço. E mesmo com a invasão dos normandos, a partir do século X-XI por William – o Conquistador, este não perdeu de vista a riqueza visível e invisível que as florestas

possuíam para os bretões. Dentre elas, a que nos interessa ao debate é a consolidação das *Royal Forest*<sup>506</sup>.

Com a expulsão dos normandos<sup>507</sup>, a urgência de uma reestruturação na política britânica fazia-se necessária. Dentre as mudanças sancionadas, compete aqui destacar uma: a gênese do sistema parlamentar. No âmbito jurídico, significou a divisão do exercício de governo do rei a súditos e vassallos simbolizando cada vila e cidade, subdivididos entre os defensores dos interesses da aristocracia (Câmara dos Lordes) e representantes dos direitos dos demais servos e camponeses (Câmara dos Comuns). Na esfera cultural, definiu-se por uma nova etapa da Monarquia Britânica, mais articulada, eficaz no controle à supremacia do poder nas mãos de um indivíduo e, aos padrões da época, satisfatória no combate a injustiças sociais. Parafraseando o historiador Perry Anderson, o parlamento legou à Inglaterra o título de mais forte das monarquias<sup>508</sup>.

Contudo, ao passo que o Estado ganhava contornos institucionais mais bem definidos, a sociedade inglesa respondia a esse processo – marcado politicamente pela Guerra dos Cem Anos, Guerra das Duas Rosas, Reforma Anglicana, revoltas religiosas, Revolução Gloriosa –, é possível observar a manifestação de uma nova leitura atribuída a esse mundo, do qual o espaço natural se faz presente<sup>509</sup>. Nos séculos XVI-XVII, à natureza foi definida enquanto memória de uma aristocracia feudal remanescente frente a uma nova nobreza que crescia conforme desenvolvia-se a economia e o comércio, e que por isso, constituía-se proprietária de vastos campos, para extrair de seus recursos a matéria capaz de assegurar suas atividades comerciais: assim era o desejo de grande parte dos parlamentares e letrados da época. Mas havia àqueles que projetavam um olhar diferente para a natureza. Dentre eles, o jurista John Manwood.

### **Um letrado seiscentista: John Manwood**

---

<sup>506</sup> Tradução: Florestas Reais. Esforço de converter porções do espaço natural em propriedades privadas ao rei, cabendo-lhe a jurisdição e o cuidado desse território, bem como os usos e desusos dos recursos naturais presentes.

<sup>507</sup> Para saber mais sobre este episódio, conferir primeiro capítulo da obra COX, John Charles. *The Royal Forests of England*. Londres: Great Britain Publisher, 1905, p. 1-9.

<sup>508</sup> Análise presente no seu capítulo sobre a Inglaterra na obra ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 112-146.

<sup>509</sup> As dinastias britânicas sucessoras à invasão normanda deram continuidade a porções do governo de William, o Conquistador. Dentre elas, reside a *Royal Forest*.

Advogado do *Lincoln's Inn*, guarda-caça da *Waltham Forest*, e jurista da *New Forest*, copilou para a rainha Elizabeth um ensaio sobre leis da floresta em 1592, cujo título original era *A breife collection of the lawes of the forest*. Seis anos mais tarde, sua obra foi publicada por Thomas Wight e Bonham Norton (famosos publicistas do período) com o título *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature*<sup>510</sup>. Faleceu pouco tempo depois, em 1610<sup>511</sup>. Nesse mesmo ano, chegou a escrever outro tratado – um resumo de sua primeira obra bem como demais atos do parlamento do período –, intitulado *An abridgment of Manwood's Forest laws. And of all the acts of Parliament made since; which relate to hunting, hawkking, fishing, or fowling. With precedents of warrant for game keepers, licences to hunt, hawk, &c.* Somado ao primeiro tratado, suas duas maiores aquisições políticas, que se tem registro<sup>512</sup>.

### Um tratado sobre *Royal Forest*

Em seu tratado, Manwood elabora leis acerca da atividade então superada (mas não esquecida) da caça, a que espécies caberiam a preservação dentro das florestas e, de maior relevância – ao pressuposto deste artigo –, o que significava a floresta e seu papel na esfera política inglesa. Para isso, o jurista elisabetano investiga tratado e documentos oficiais do estado inglês – como exemplo, a Magna Carta<sup>513</sup>, e recortes de tratados jurídicos passados. A seguir elenco dois exemplos presentes em sua obra.

Em sua forma de escrita (sendo um documento oficial, numa linguagem formal, com uso de um vocábulo afeito às demandas de um jurista – códigos, leis, conceitos e termos políticos), é possível identificar em Manwood seu elemento de preservar a

---

<sup>510</sup> Tradução: Um tratado de leis da floresta onde são declarados não apenas essas leis, que estão em pleno vigor, como também a origem e princípio das florestas, e qual a natureza própria de uma floresta.

<sup>511</sup> Há uma escassez de dados mediante a vida de John Manwood. Para além desses dados – John Manwood. Captado em [https://en.wikipedia.org/wiki/John\\_Manwood](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Manwood). Acesso em: 29 jun. 2015 – e das citações e análises presentes nas bibliografias de Keith Thomas, Simon Schama, John Cox (intelectuais a ser contemplado nos tópicos seguintes) e Elizabeth Weixel (autora não selecionada para o trabalho, mas que dedica um capítulo de sua dissertação de mestrado a ele, WEIXEL, Elizabeth Marie. *The Forest and Social Change in Early Modern English Literature, 1590–1700*. Minnesota: University of Minnesota, 2009, p. 14-104), não constam mais informações confiáveis quanto ao jurista inglês.

<sup>512</sup>Obra que não foi contemplada para esse trabalho, por questões de acesso a ela.

<sup>513</sup> Único documento a que foi possível recuperar para compreender a proposta do jurista e complementar o trabalho. Ver LANGTON, Stephen. *Magna Carta (The Great Charter)*. London: Constitution Society, 1215.

nacionalidade inglesa. Justifico mediante duas passagens: sua arguição quanto à formação da palavra *Forest*, segundo ele, *for rest*, sentido de lugar de descanso e deleite, logo, espaço onde o homem e a sociedade também se inserem – Diferentemente da noção europeia costumeira, *Silva*, com sentido de estranho, externo a esfera social e cultural (debate presente no primeiro capítulo); e o exercício de, nos capítulos tratando de espécies da fauna, aponta-los segundo o linguajar nacional e não científico, em latim: “The beasts of the forest were the hart, the hind, the hare, the wild boar and the wolf. The beasts of the chase were the buck, the doe, the marten, the roe deer, and the fox, while the beasts and fowl of the warren were the cony, the pheasant and the partridge<sup>514</sup>”.<sup>515</sup> Por fim, seu esforço de legar a *Royal Forest* um espaço prioritariamente vinculado ao deleite, controle e representação da Coroa, discurso iniciado no seu capítulo 2, e permeia os quatro capítulos seguintes. Segundo ele, “A Forest is a certain territory of woody grounds and fruitful pastures, privileged for wild beasts and fowls of forest, chase, and warren, to rest and abide there in the safe protection of the King, for his delight and pleasure<sup>516</sup>”.<sup>517</sup>

Através destes exemplos, identifica-se a coerência no discurso de valorização da preservação do espaço natural dentro da esfera política pensando no Estado inglês. A seguir, dialogar esses resultados e o argumento de John Manwood com intelectuais ingleses *a posteriori* possibilitará críticas e reflexões acerca da postura desse jurista – um debate caro para a Historiografia a ser contemplada nesse trabalho, a saber, a História das Ideias<sup>518</sup>, com enfoque a proposta da Escola de Cambridge<sup>519</sup>.

---

<sup>514</sup> Tradução: As bestas da floresta são o cervo, a corça, a lebre, o javali e o urso. Os animais de perseguição são o pinote, a corça, o veado, a raposa, e enquanto as feras e aves de enclausuramento são o ochotona, o faisão e perdiz.

<sup>515</sup> MANWOOD, John. *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598)*. Londres: Company of Stationers, 1665, p. 91-92.

<sup>516</sup> Tradução: A floresta é um certo território de terrenos arborizados e pastos privilegiados para feras selvagens e aves de floresta, perseguição, enclausurado, para descansar e ficar ali seguras na proteção do Rei, para o seu deleite e prazer.

<sup>517</sup> \_\_\_\_\_. *A treatise of the laws of the forest wherein is declared not only those laws, as they are now in force, but also the original and beginning of forests, and what a forest is in its own proper nature (1598)*, p. 40-41.

<sup>518</sup> Corrente historiográfica – em diálogo com outras Ciências Humanas – que se pretende analisar acontecimentos e sociedades na compreensão da Ideia, ou ideias, que norteiam povos e constituem esses elementos. Um dos seus fundadores é Lovejoy, argumentando que uma Ideia, definiu-se como algo absoluto e único.

<sup>519</sup> Ramificação da História das ideias que, divergindo da proposta de Lovejoy, concebe a relevância do tempo e espaço (contexto) da obra e do autor ao uso e formação de um acontecimento ou sociedade mediante a



### Três letrados ingleses *a posteriori*: Thomas, Schama e Cox

Em sua obra *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*, Keith Thomas Fornece um panorama mais amplo da relação do homem inglês com a natureza, analisando grupos sociais, a alta nobreza, baixa nobreza, empresários, servos, mulheres, crianças. Por meio de sua obra, é perceptível o sentido que a sociedade inglesa atribuía ao mundo natural: “a hierarquia das espécies naturais era invocada para justificar as desigualdades sociais no seio da espécie humana, e acreditava-se que havia divisões sociais e políticas estreitamente semelhantes às presentes no mundo dos homens”.<sup>520</sup> Além disso, ele analisa não apenas a relação entre o homem e natureza no recorte histórico a que o artigo se propõe (primeira Modernidade), mas também busca dar origem dentro de livros da própria Bíblia, textos de Aristóteles, mitos celtas, obras de escolásticos, tratados de Descartes, obras fundamentais para esquematizar essa organização da sociedade inglesa com o mundo natural, trabalhando com a ideia de que ao homem cabe o papel superior a dos animais, por isso, a legitimidade de fazer uso dela para que então se desenvolvesse em sociedade. A ele também coube à percepção de um debate na Modernidade na sociedade inglesa mediante o uso do latim nas ciências, artes e disciplinas políticas e os desusos que o idioma inglês ia sendo desvalorizado:

Na Inglaterra do começo da era moderna, da mesma maneira, a taxonomia popular das plantas, pássaros, animais e peixes eram mais elaborados do que requeriam as considerações puramente utilitárias; e boa parte dela tinha valor emocional ou simbólico. Não obstante, foi o aspecto prático desse conhecimento popular do mundo natural que parece ter sido predominante.<sup>521</sup>

Inserido neste debate, Manwood se mostra ao lado que reconhece a importância da taxonomia popular – como mostrado no tópico anterior pelo uso que fazia de nominar os animais em seu tratado pela sua origem na língua inglesa, não mediante a taxonomia científica.

---

influência de uma ou várias ideias. O autor a que o artigo se fundamenta é Quentin Skinner, em sua obra SKINNER, Quentin. *Visões da Política – Questões Metodológicas*. Algés: Difusão Editorial S.A., 2005.

<sup>520</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 85.

<sup>521</sup> \_\_\_\_\_. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*, p. 99-100.

Em seguida, temos Simon Schama, no clássico *Paisagem e Memória*. Seu objetivo é tratar a relação do homem ocidental desde a antiguidade até o período contemporâneo com o mundo natural nas suas variadas formas, pensando a paisagem como a intencionalidade dessa natureza para cultura e memória do homem do Ocidente. Na parte dedicada a analisar esse processo com as matas – primeira parte da obra –, no capítulo quatro, Schama apresenta o panorama dessa tradição inglesa do século XII até início do século XIX, por meio de fontes tais como o tratado de John Manwood, fontes literárias e imagens e pinturas de artistas da Modernidade. Essa parte nos é relevante porque nela há a consideração (segundo a pesquisa apurada do historiador) de legitimar essa tradição do homem inglês com o mundo natural. Pensar a Inglaterra nesse recorte, logo, também entre os séculos XVI e XVII, no sentido conceitual, era por meio dessa cultura na natureza, uma postura que dialoga com a análise de Manwood: “A floresta como um local onde a história e a geografia se encontravam: a sede da liberdade verde, um patrimônio partilhado pelas pessoas cultas e pelo povo simples”.<sup>522</sup> No entanto, no supcapítulo dois deste mesmo capítulo, onde Schama descreve o jurista inglês, assim o faz numa forma crítica, taxando-o de ingênuo e iludido ao vincular códigos da *Royal Forest* um caráter de legitimidade e autoridade no passado e que deveriam ser retomados em seu presente, a saber, séculos XVI e XVII: “Na verdade, porém, boa parte desse tempo apresenta um sistema que existia apenas no papel. Escrevendo nos últimos anos da rainha Elizabeth, Manwood imaginava que, nos séculos anteriores, cumpriram-se com rigor as leis florestais e só em época recente se passava a negligenciá-las”.<sup>523</sup>

A mesma postura encontra-se no segundo capítulo da obra de John Cox<sup>524</sup>, *The Royal Forest of England*, enfatizando as limitações em seu pensamento de conceber a Inglaterra privilégio e aspecto de pioneira em questões referentes à *Royal Forest*, seja pelo argumento histórico (projeto dos normandos, como já apontado na introdução do artigo), seja pela crítica direta ao falecido jurista: “In such particulars Manwood seems to have relied on foreign rather than English treatises on hunting, a fault in which he has been imitated by more than one modern writer, and also to have confused methods of hunting

---

<sup>522</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 148.

<sup>523</sup> \_\_\_\_\_. *Paisagem e Memória*, p. 155.

<sup>524</sup> Uma vez que Cox publicou seu livro cerca de um século antes de Schama, é possível interpretar que a crítica dele a Manwood tenha sido uma influência ao historiador.

with forest legislation<sup>525</sup>”.<sup>526</sup> Apesar disso, seu trabalho nos é relevante dado a riqueza de detalhes acerca da Inglaterra, contemplando – no tempo – desde a gênese do território ocupado por bretões e saxões no Império Romano até a sua contemporaneidade (finais do século XIX); bem como – no espaço – em sua segunda parte capítulos detalhados referentes às florestas existentes na Inglaterra, analisando aspectos históricos e físicos das mesmas, recorrendo a quadros e pinturas e a tratados e escritos de letrados. Na primeira parte da obra, especificamente os primeiros oito capítulos, o autor recupera elementos da História Inglesa, marcados nesse diálogo com a natureza, bem como da própria hierarquia composta nessa “Instituição” real – apontando para os ofícios, características, direitos e deveres – além de dedicar capítulos investigando a fauna e a flora, menos em seu aspecto biológico, e mais na dimensão simbólica que estes possuíam para a Coroa, a corte, e a sociedade como um todo, configurada segundo essa leitura de humanizar animais e atribuir valores a espécies de árvores, neste aspecto, vinculando ao mesmo ideal de Manwood e a parte da pesquisa de Thomas (especificamente nas terceira, quarta e quinta parte de sua obra, referente à fauna doméstica, selvática e a flora, da Inglaterra Moderna, onde ele defende que, até os séculos XVI e XVII, a classificação de animais e plantas dava-se pela sua relação com o homem, ou seja, pela sua utilidade real e retórica<sup>527</sup>).

### Considerações Finais

A relevância do espaço natural na história e identidade do homem inglês é um fato para a Historiografia Inglesa e àqueles que se debruçam em estudar este Estado. A possibilidade, então, da contribuição a esse discurso por meio deste artigo reside em reforçar que este elemento – exemplificado pelas *Royal Forest* – não se viu descontextualizado na primeira modernidade, por mais que o discurso da urbanização, industrialização e expansão para além da Europa crescia e se expandia entre a sociedade, inclusive, a coroa e sua corte. Por meio da obra e da vida de John Manwood, identificamos este esforço de apontar para a memória e cultura preenchendo este espaço e o projeto – ainda que minoritário – de conceber um Estado forte para a Inglaterra menos pela sua

---

<sup>525</sup> Tradução: Em tais indicações Manwood parece ter invocado leituras estrangeiras e não tratados inglês de caça, uma falha em que ele foi imitado por mais de um escritor moderno, e também por ter confundido métodos de caça com a legislação florestal.

<sup>526</sup> COX, John Charles. *The Royal Forests of England*. Londres: Great Britain Publisher, 1905, p. 25.

<sup>527</sup> Por real, refiro-me à sua subsistência – alimento, transporte e segurança; e por retórico à apropriação de humanizar espécies da fauna e flora, atribuindo-lhes adjetivos, relevância na comunhão com o homem e, em certos, casos, consciência.

expansão e mais e pelo reforço aos recursos existentes no território. Em suma, o jurista em questão nos traz um novo olhar à ideia de Estado Inglês no século XVI.

# O Conde de Ericeira e a linguagens políticas da restauração portuguesa

**Luciano Cesar da Costa**

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

[lucianocesar\\_3@hotmail.com](mailto:lucianocesar_3@hotmail.com)

**Resumo:** A presente comunicação visa a entrelaçar abordagens teóricas e empíricas, tendo como ênfase o período da Restauração Portuguesa e os conflitos políticos a ela inerentes. No plano teórico utilizo as obras de John Pocock e Quentin Skinner valendo-me do conceito de “linguagens políticas” para melhor expressar os diversos jogos políticos entre os nobres cortesãos portugueses, tentando mapear suas linguagens entre 1640 e 1668. Entre as fontes elencadas para a pesquisa tomo em análise a obra do 3º Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, notável nobre português e membro preeminente da Academia Real de História. Ericeira, em sua principal obra, *História de Portugal Restaurado*, relatou os diversos conflitos políticos do período, em especial aqueles que envolviam os dois irmãos reais, D. Pedro e D. Afonso, que disputavam a coroa. A trama se complexifica quando leva à percepção de que Ericeira apoiava claramente o infante D. Pedro, tornando aquela linguagem política marcada pelo desejo de reconhecimento e ascensão social por parte de D. Pedro. Assim, para contrapor as memórias do conde utilizo outras fontes da época, como *Catasrophe* e *Anticatasrophe de Portugal*. Como desfecho dessa trama temos ainda o suicídio do conde, que segundo as fontes sofria de “ataques de melancolia” e a marcante ascensão de D. Pedro ao trono.

**Palavras-Chaves:** Linguagens Políticas – Restauração Portuguesa – Conde de Ericeira

O presente artigo visa a esboçar uma possível aplicação do conceito de Linguagens Políticas formulado pelo historiador britânico John Pocock para o contexto da Restauração Portuguesa. A obra de Pocock e da assim denominada Escola de Cambridge insere-se em um contexto mais amplo da virada linguística, na qual a influência da obra de Wittgenstein é notória. Sob o viés da Escola de Cambridge, também conhecida como contextualista, Pocock defendia a ideia central segundo a qual os autores da filosofia política deveriam ser

interpretados historicamente, isto é, conforme contexto em que escreviam suas obras. Tal como Peter Laslett – antecessor dos estudos contextualistas – mostrou que Hobbes estava mais preocupado em defender seus co-partidários Whig durante os movimentos que abalaram a Inglaterra de fins do seiscentos, também aqui há a preocupação com as “intenções” do nobre português, Conde de Ericeira e do tortuoso contexto político do século XVII na Inglaterra e em Portugal. Dessarte, a pretensão do presente texto é evidenciar como, dentro do conturbado contexto da Restauração Portuguesa, as linguagens se redefiniam em face dos conflitos políticos da sociedade lusa.

Se é verdade que a escola de Cambridge foi essencial para as formulações mais amplas de inserir autores e palavras em contextos específicos e por definição históricos, é igualmente verdadeiro que os ingleses não estão sozinhos nesta “virada linguística”. Assim, há que se lembrar da escola alemã, bem representada na figura de Reinhart Koselleck, cuja obra sofreu profunda influência da hermenêutica de Hans Gadamer. Em breves linhas, é possível entender a história dos conceitos como a formulação de uma percepção de como os conceitos modificaram-se ao longo do tempo. Por exemplo, a ideia de Revolução presente em 1789 pode ter se modificado drasticamente em 1974. Para Koselleck é fundamental a percepção influência das mudanças históricas na construção e utilização dos conceitos. Dessa forma, a obra do autor alemão culmina na formulação de um importante dicionário de conceito, *Geschichtliche Grundbegriffe* (GG). Cabe ainda destacar que nesta concepção certos períodos históricos são marcados por mudanças mais profundas nos conceitos: no caso alemão é emblemático o período entre 1750 a 1850 no que ele chamaria de *sattelzeit*, uma espécie de salto, de virada linguística.

Naturalmente, Koselleck procura identificar quais elementos a sociedade alemã precisou alcançar para que esse processo se efetivasse, dividindo-se em quatro níveis: i) a temporalização, que consiste na clareza da ideia de passagem do tempo e suas diversas etapas; ii) a democratização, estabelecida apenas quando a maioria da população tem acesso aos conceitos, o que ocorreu especialmente no século XVIII; iii) a transformação desses conceitos em ideologias, que por sua vez ocorre quando as ideias deixam de ser apropriadas por apenas algumas classes sociais (como nas sociedade de Antigo Regime de participação política restrita); iv) e a politização, que os diversos grupos políticos poderiam usar os

diversos conceitos políticos que agora já estavam desenvolvidos por conta da transformação geral que aquela sociedade vivia.<sup>528</sup>

Ante tais elementos, desenham-se na presente introdução algumas configurações gerais da história dos conceitos e da história contextualista inglesa. O desafio é aplicar tais métodos na história de Portugal durante o período da Restauração. Levada a cabo em 1640, quando da separação efetiva entre Portugal e Espanha sob a liderança do então Duque de Bragança (mais tarde D. João IV), tal evento manifestou uma alteração nas linguagens políticas anteriormente vigentes, de modo que se mostra perceptível na obra do Conde de Ericeira quando comparado com outros autores do período.

D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira, era um nobre proeminente na corte portuguesa. Educado junto com o príncipe D. Theódosio, D. Luís de Meneses era um nobre erudito, figura importante na corte. Foi também General de Artilharia durante a Guerra de Restauração. Mais tarde seu filho, Francisco Xavier de Meneses, 4º conde de Ericeira, fundaria a Real Academia de História. Sendo o 3º conde de Ericeira homem letrado, descreveu inúmeros eventos que envolveram a Restauração Portuguesa, dos meandros da aclamação de D. João IV às diversas batalhas da guerra de Restauração, bem como o envio de embaixadores portugueses aos diversos reinos da Europa.

Claramente partidário do governo de D. Pedro, enfatizou que o rei D. Afonso foi deposto pelos três Estados do reino reunidos em cortes. Admitindo também a “temerária resolução de escrever a história do seu tempo”<sup>529</sup> e a dificuldade que existia entre todos os relatos concordância: “por que eu experimentei; achando-me em quatro batalhas, e em outros encontros, com muitos mil homens, não se descobrisse dois que concordassem no mesmo fato”.<sup>530</sup> Nessa altura a breve passagem do nobre manifesta uma percepção bastante particular do tempo histórico.

Ainda que o texto esteja distante de apresentar uma plena consciência histórica no sentido moderno do termo, não resta dúvida de que o Conde de Ericeira percebia a singularidade do tempo em que vivia, e assim, supera a ideia de História *Magistra Vitae*, de

---

<sup>528</sup> JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres. (org.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, IUPERJ, 2006, p.44.

<sup>529</sup> MENESES, D. Luís de (3º Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado – Tomo I*. Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679, página do volume: 14.

<sup>530</sup> \_\_\_\_\_. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 14.



ideia de passagem do tempo cíclico de um “eterno presente”. Existe ali, uma clara ideia de um “espaço de existência” de vivências acumuladas que permitiam uma determinada percepção do tempo presente e é claro ideias sobre o futuro, “horizontes de expectativas”. Ante essa lógica é preciso entender qual o “espaço de existência” de D. Luís de Meneses, 3º Conde de Ericeira.<sup>531</sup>

Como se sabe, seguindo a primazia da primogenitura, a coroa pertencia ao herdeiro mais velho de D. João IV, a saber, D. Afonso VI - após a morte de seu irmão D. Teodósio. Contudo, o irmão real logo começou a angariar para seu partido homens de natureza “vil” não condizente com o decoro da majestade, e com essa conduta começou a desagradar inúmeros segmentos da nobreza, que logo passaram a aproximar-se do outro irmão real, D. Pedro. Desta maneira, a família real portuguesa viu-se novamente envolvida em uma disputa sobre qual dos dois irmãos iria governar o reino. A obra de Ericeira e seus coetâneos relacionam-se com essa disputa.

De posse de quatro grandes blocos documentais, apenas para fins didáticos, optei por uma exposição cronológica, do escrito mais precoce ao mais alongado no tempo.<sup>532</sup> O primeiro conjunto documental origina-se dos partidários do infante D. Pedro e compõe uma narração sobre os diversos eventos que ilustraram a insatisfação do infante com o rei, a relação diplomática entre o infante e a rainha e a forte influência do valido conde de Castelo Melhor sobre o rei. Como tal, a análise da fonte carece de especial atenção, tendo em vista sua escrita endereçada e parcial. Como sempre nos lembra o historiador Marc Bloch, não basta ter as fontes, é preciso fazer as perguntas corretas.<sup>533</sup> Assim sendo, analisarei a *Catastrophe de Portugal*. Guiado por esse princípio, debruçamo-nos sobre a terceira fonte, igualmente parcial. Trata-se da *Anti-Catastrophe de Portugal*; como o título nos indica, ela consistia em uma resposta direta ao escrito dos partidários de D. Pedro. Nessa altura realizarei uma comparação entre as fontes, tendo em vista que estas descrevem eventos de maneira paralela e, muito mais do que as coincidências, é preciso perceber as pequenas omissões e breves adições que cada um dos autores faz em sua obra acerca do evento descrito, em especial quando essas fontes procuram omitir conflitos e tensões que

---

<sup>531</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>532</sup> PERES, Damião. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, 4 v.

<sup>533</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

envolvessem seus partidários e destacar conflitos e tensões relacionadas com seus opositores.

Se é verdade que essas fontes apresentam parcialidades, é igualmente verdadeiro tratem-se de fontes não oficiais. E assim diferem das fontes marcadas por grande oficialidade, que limitavam ou suavizavam conflitos de precedência. O desafio é, portanto, trabalhar com esse *corpus* documental difuso e profundamente valioso, optando por adentrar com cuidado nesses diversos tipos textuais.

A *Catastrophe de Portugal* faz par com uma outra fonte de semelhante natureza, a *Anti-Catastrophe de Portugal*, como vimos. Ambas procuram descrever a conjuntura entre a ascensão ao trono de D. Afonso VI e seu afastamento do governo em favor de seu irmão D. Pedro. Deste modo, temos a grandiosa possibilidade de cruzamento de fontes, dados e relatos. Como era de se esperar, as fontes usas uma linguagem de estilo barroco, donde se constata o apurado uso da retórica. Figuras de linguagem são largamente construídas a fim de enfatizar a nobreza ou o caráter vil de cada uma das personagens em questão. Contudo, não devemos deixar seduzir por essa rica linguagem, permanecendo atentos às omissões e adições de cada uma dessas fontes.

A obra em pauta, *Catastrophe de Portugal* é dedicada ao leitor: aqueles “bons, maus ou indiferentes”. Porém, o autor não deixa de confessar que, caso o príncipe D. Pedro lesse sua obra, a ele a mesma seria dedicada. Nesse sentido, ele também manifesta ser razoável a sua leitura por parte também de alguns príncipes e pessoas de hierarquias diversas. Leia-se:

Também é possível que os leiam alguns príncipes, e outras pessoas de todas as hierarquias e para todos se oferece lição, para todos há oferecimento não negando que nosso desejo é que leiam os príncipes, porque fazendo anatomismo do cadáver da regalia.<sup>534</sup>

Como vimos, o autor era partidário de D. Pedro, e tal proximidade com a realeza não deixa de estar presente em seu cunho orientador. Ainda que não se pretenda um “espelho de príncipe” nos moldes renascentistas, o relato permite passar alguns

---

<sup>534</sup> FARIA, Leandro Dorea Caceres (Fernão Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na deposição d'el Rei D. Affonso o sexto*. Lisboa: Miguel Manescal, 1669.

aconselhamentos e formas de conceber a chamada razão de Estado.<sup>535</sup> No mesmo sentido, o autor da *Anti-Catastrophe*<sup>536</sup>, apoiado na dimensão original do termo *reger*, procura passar orientações essenciais ao bom governo e à busca pelo bem comum, fazendo-nos lembrar daquela velha imagem do rei como piloto da barca do governo.<sup>537</sup> Ou seja, ambas as obras preocupam-se com a questão do bom governo e do bem comum. Sobre essa lógica da arte de governar, vemos nas fontes inúmeros axiomas sobre o governo, e sobre a própria personalidade do governante. Para o autor, mostrar atributos, virtudes, e defeitos dos governantes era essencial no intuito de entender o governo. O rei governava primeiro sua casa (privado) e só depois o corpo político (público). Tratava-se de um governo personificado, sempre baseado nos exemplos dos antepassados, assim a história permanece como exemplo, *Magistra Vitae*.

O autor da *Anticastrophie*, escrita depois da *Catastrophe*, procura fazer uso da retórica, e através dela exprimir que seu único intento seria “escrever a verdade, ainda que atente contra os mais altos personagens”, procurando a “linguagem da verdade”. Seria de fato a *Anticastrophie* um texto livre de intenções e pressupostos além da simples busca da verdade? Evidentemente, a resposta a tal pergunta é negativa. Assim, não se trata de julgar os autores e fontes, mas sim de ampliar a dimensão de análise para além das palavras impressas, haja vista que a fonte deixa nas entrelinhas sua admiração por D. Afonso VI, ao mesmo tempo rechaçando a rainha D. Maria Francisca.

Ainda que a obra proponha-se imparcial, em outros tantos momentos evidencia-se o seu caráter apologético. Note-se ainda que a *Anticastrophie* procurava refutar as anteriores, pois delas tinha conhecimento, como se observa no seguinte trecho: “O Conde de Ericeira no Portugal Restaurado, uma terrível espada contra o infeliz destronado. O autor da *Catastrophe* infame, malvado e sacrílego.”<sup>538</sup> Ou ainda: “Não devemos omitir o que nos deixou escrito Frei Alexandre de Paixão à página 54 do seu livro *Monstruosidades do*

---

<sup>535</sup> \_\_\_\_\_. *Catastrophe de Portugal na deposição d’el Rei D. Affonso o sexto*. Entende-se por razão de Estado aquela série de pressupostos ligados ao governo. Como nos aponta Michel Sennelart, toda a razão de Estado depois da Santo Agostinho ficou dividida entre a lógica do *reger* (*regere*) e dominar (*rex*). Michel Sennelart. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

<sup>536</sup> SOUZA, Camillo Aureliano da Silva. *A Anti-Catastrophe: historia d’elrei d. Affonso 6. de Portugal*. Porto: Tipografia da Rua Formosa, 1845.

<sup>537</sup> SKINNER, Quentin. “A era dos Príncipes”. In: *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>538</sup> FARIA. *Catastrophe de Portugal na deposição d’el Rei D. Affonso o sexto*, p.15.

*Tempo e da Fortuna*”.<sup>539</sup> O conhecimento das fontes anteriores nos aponta duas caracterizações: a primeira refere-se à grande circulação cultural do período e ao papel importante da casa de Ericeira nessa circulação. Mais tarde, o quarto conde de Ericeira (D. Francisco Xavier de Menezes) fundaria a Academia Real de História Portuguesa, junto a outros importante nomes: Fernão Teles da Silva, Raphael Bluteau, D. António Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado. Antes disso, o terceiro conde de Ericeira (D. Luís de Meneses) já deixava seus escritos na corte. Na mesma esteira iam frei Alexandre Paixão, o padre António Vieira e tantos outros. O conhecimento dessas fontes por parte do autor da *Anticatastrophe* influía diretamente na extensão da obra, pois ao tomar contato com os argumentos de seus opositores, a obra se avultava, procurando refutar cada uma dessas opiniões, pois nada deve passar em branco nessa “página negra da nossa história”.<sup>540</sup>

Diante desse levantamento fica clara a grande circulação cultural do período Ericeira, Fernão Correia de Lacerda e Camillo Aureliano são exemplos de autores que procuravam defender seus partidários, mas para isso usavam de novos mecanismos. Antes os exemplos partiam da Antiguidade e dos relatos de Cícero e Tito Livio, agora surgiam novos referências e a maioria deles partiam do presente dos interlocutores dentro da corte lisboeta. O exemplo negativo deixa de ser o espanhol, tal presente nos escritos de 1640, mas agora em 1679 - data da publicação do livro de Ericeira – o inimigo eram os partidários do rei. Essa situação opera uma mudança fundamental nas linguagens políticas, os portugueses uma vez unidos com a Restauração mostravam após a morte de D. João IV a fragilidade de sua monarquia.

Nessa mesma esteira D. Luis de Meneses aparece entre todos os escritos o mais notório, pois executa um apanhado do período da Restauração Portuguesa, não mais em busca de exemplos – ainda que favoreça D. Pedro – mas a análise de uma trajetória mais ampla e da clareza de antes, agora e depois. A ideia de passagem do tempo, não mais num caminho determinado até o Apocalipse, mas até um futuro controlável tão controlável que culmina na consolidação de D. Pedro no poder em 1683, quatro anos depois do escrito de Ericeira. Dessa forma, temos uma nova ideia de passagem do tempo, que parece um esboço da temporalização de Koselleck, operando uma diferenciação dos demais escritores coevos bem mais preocupados com a *Magistra Vitae*.

---

<sup>539</sup> \_\_\_\_\_. *Catastrophe de Portugal na depoição d'el Rei D. Affonso o sexto*, p.15.

<sup>540</sup> SOUZA. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Affonso 6. de Portugal*, p. 15.

Se D. Luis de Meneses foi capaz de perceber a passagem do tempo de outra forma, parece certo que os outros elementos essenciais para o *sattelzeit* de Koselleck parecem mais distantes. A democratização não aparece nem como uma vasta sombra, afinal trata-se de uma sociedade de Antigo Regime típica, hierarquizada, estamental e com limitada mobilidade social. Ericeira menciona, por exemplo, um processo de consolidação de uma sentença de morte e também ali as hierarquias estavam presentes.

No teatro se puseram quatro cadeiras, as duas que haviam de servir de suplicio ao marquês e o duque de 3 degraus, o do marquês de dois, a cadeira do conde levantava só um degrau... porque até no último termo onde a morte iguala a todos, solicitava privilégios a vaidade humana.<sup>541</sup>

A politização também não está ali, pois a política era palaciana, os populares eram praticamente excluídos como o próprio Ericeira reconhece: “e a dispor de sorte os ânimos, que concorre no empenho ou todo ou a maior parte da nobreza, resolução que costuma a seguir o povo, e sem ela são sem inconstantes os seus afetos.”<sup>542</sup> Ademais esses escritos não apresentavam ampla divulgação e ainda que divulgados o público leitor era bastante restrito. Trata-se de uma sociedade no limiar entre oralidade e o letramento tal como as sociedades contemporâneas<sup>543</sup> A transformação de conceitos em ideologias seria a terceira etapa do processo de mudança nos conceitos, mas também não observamos a formação dessas ideologias, mas essa questão também pode ser discutida. Afinal, a historiografia portuguesa sobre o período ainda discute se podemos falar em uma ideologia política da Restauração nas palavras de Luís Reis Torgal.

Concluindo as linguagens políticas da Restauração definiam-se e digladiavam-se entre os partidários de D. Pedro e D. Afonso. Contudo, alguns mais do que outros já apresentavam uma percepção mais alargada do tempo histórico e ainda que seja sensível a mudança desenhava-se ali um novo prognóstico ancorado no “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” de Reinhart Koselleck.

---

<sup>541</sup> MENESES. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 306.

<sup>542</sup> \_\_\_\_\_. *História do Portugal Restaurado*, página do volume: 113.

<sup>543</sup> Sobre as questões do letramento. Cf. GOODY, Jack; WATT, Ian. *As consequências do letramento*. São Paulo: Paulistana, 2006.

## *Um Iluminismo periférico? História das Ideias e a Ilustração em Portugal*

**Igor Tadeu Camilo Rocha**

Doutorando/Bolsista CAPES-PROEX

Universidade Federal de Minas Gerais

[igortcr@gmail.com](mailto:igortcr@gmail.com)

**Resumo:** Dentro de modelos analíticos tradicionais, que remetem a autores como Paul Hazard, Peter Gay e Erns Cassirer, Portugal, bem como Espanha e suas respectivas colônias, fizeram parte de uma periferia no que tange o contexto intelectual e sociológico das Luzes. Tais modelos privilegiam a posição francesa como central e a inglesa como uma espécie de precursora, e o desenvolvimento do Iluminismo se deu, mais ou menos, a partir de ecos da circulação da *Encyclopédie* ou de autores como Rousseau e Voltaire. Entretanto, especialmente após a publicação da obra *Utopia e Reforma do Iluminismo*, de Franco Venturi, na qual se defende a tese de que a Ilustração fora uma cosmopolitização da linguagem do republicanismo dos *levelers* ingleses após a Revolução do final do XVII, abriu-se caminho para o desenvolvimento de modelos que mudaram drasticamente a geografia e cronologia do Iluminismo. No que tange o caso português e luso-brasileiro, tradicionalmente colocado como um “Iluminismo periférico”, tal renovação da historiografia permitiu discussões que foram além da busca pelos motivos do “atraso ibérico” em relação às ideias em desenvolvimento, especialmente no século XVIII, nos Alémpirineus. O objetivo aqui colocado é discutir como essa mudança de perspectiva toca em questões centrais de uma historiografia recente sobre a Ilustração Portuguesa e luso-brasileira.

**Palavras-chave:** Ilustração; Portugal; História das Ideias.

Ao longo das minhas pesquisas para o mestrado, que visaram a discussão a respeito da difusão e defesa da tolerância religiosa entre os libertinos em Portugal e América portuguesa entre a segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX, buscando sua relação com o contexto das ideias das Luzes, sem perder de vista um substrato cultural lusitano que tendia a uma relativa tolerância, surgiu um problema a ser enfrentado: como pensar a Ilustração em Portugal e Brasil, sendo que há gerações de trabalhos sobre esse contexto que relegam esses dois contextos à posições periféricas na Ilustração. Na medida em que as fontes confirmavam que a defesa da tolerância religiosa nas falas dos chamados libertinos articulava, diversas vezes, leituras inventivas dos pensadores da Ilustração com elementos da cultura e religiosidade portuguesas notados nas fontes inquisitoriais desde o século XVI, surgiu a necessidade de se recorrer a trabalhos que repensavam essa posição. Foram sendo vistas situações em que a formulação e circulação de ideias correspondia

pouco ou quase nada aos modelos analíticos sobre a Ilustração tradicionais, que privilegiam a posição francesa como central e a inglesa como uma espécie de precursora, e o desenvolvimento do Iluminismo se deu, mais ou menos, a partir de ecos da circulação de ideias de autores como Rousseau e Voltaire. Visando historicizar a “tolerância religiosa” como um conceito e objeto de controvérsias, chegamos a trabalhos de alguns historiadores do século XX, que se dedicaram à Ilustração e a analisaram inserida em um conjunto mais amplo de mudanças no pensamento político e religioso do século XVIII, dentro de uma historiografia caracterizada por tratar o pensamento iluminista como um conjunto único, geralmente tendo a França como centro. Destacamos dois autores referenciais, que são o historiador francês Paul Hazard e o filósofo alemão Ernst Cassirer.

Na obra de Paul Hazard, a discussão sobre a tolerância religiosa aparece de maneira implícita quando o autor discute a oposição característica do pensamento ilustrado aos abusos eclesiásticos, aos dogmas, à revelação divina e às crenças nos castigos e benefícios eternos. Ela marca aquilo que ele chama de “crise do pensamento europeu”, datado do início do século XVIII, mas com raízes nas duas últimas décadas do XVII. Essa crise teve como marca uma série de redefinições de valores da vida social, com implicações importantes no pensamento religioso. Não se tratou de uma oposição à religião e nem ao cristianismo em si, mas às formas supersticiosas e intolerantes de praticá-lo<sup>544</sup>. Ernst Cassirer concorda com Hazard nesse ponto, e parte do princípio de que a tolerância no Iluminismo difere do sentido puramente negativo que lhe foi atribuído, muitas vezes sendo, no seu conjunto, de tendência inversa ao indiferentismo que se atribui ao pensamento ilustrado em matérias de religião. Segundo ele, no século das Luzes, o princípio de liberdade de consciência foi a expressão de uma nova força religiosa positiva que lhe foi realmente determinante e característica<sup>545</sup>.

No entanto, algumas críticas às perspectivas apresentadas acima foram feitas por historiadores que, especialmente após a década de 1970, repensaram os modelos

---

<sup>544</sup> HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII: de Montesquieu a Lessing. Editorial Presença. Livraria Martins Fontes. Tradução: Carlos Grifo Babo. Lisboa, 1974. Pp. 36-72.

<sup>545</sup> “Essa mudança decisiva (tolerância negativa, indiferentista dando lugar à afirmação da tolerância e liberdade de consciência) produz-se no momento em que, no lugar do *pathos* religioso que agitava os séculos precedentes, os séculos das guerras de religião, surge um puro *ethos* religioso. A religião não deve ser algo a que se está submetido. Ela deve brotar da própria ação e suas determinações essenciais. O homem não deve ser mais dominado pela religião como por uma força estranha; deve assumi-la e criá-la ele próprio na sua liberdade interior”. CASSIRER, Ernst. Filosofia do Iluminismo. 2ª ed. Campinas. SP. Editora Unicamp. 1994. P. 225.



interpretativos sobre a Ilustração, especialmente em relação à concepção generalizante do Iluminismo europeu, como centralizada mais ou menos na França.

A possibilidade de se fazer generalizações sobre o pensamento iluminista é questionada pela historiografia, assim como as balizas temporais e geográficas canônicas da ilustração, bem como sua pretensa unidade de ideias. Por exemplo, em seminário realizado em 1989, Emilia Viotti da Costa afirmou que o modelo interpretativo do Iluminismo ao ser contraposto às diversas realidades históricas por ele abrangidas, apresentou diversas contradições. Segundo a autora, “o estudo da Ilustração tem sido frequentemente nada mais do que um fútil exercício sobre as influências de uns autores sobre os outros”<sup>546</sup>. Ela discorre sobre uma série de incongruências do contexto intelectual do que geralmente chamamos de “Iluminismo”, advindas da repetição de uma tentativa da historiografia de sintetizar todo o complexo de ideias do século XVIII, concluindo que:

A única resposta possível é que o Iluminismo é uma invenção. Uma invenção de intelectuais, sobre intelectuais, para intelectuais, um conceito criado por intelectuais do século XVIII que é mantido vivo por sucessivas gerações de intelectuais<sup>547</sup>.

Viotti da Costa, dessa maneira, defende que o que se chama de “Iluminismo” seja uma invenção, uma vez que designa uma gama bastante ampla de generalizações que não correspondem a uma realidade histórica desse contexto permeado por debates, discordâncias e dissensos. A autora tem razão em sua crítica somente se consideramos concepções tradicionais e modelos interpretativos mais generalizantes sobre a Ilustração. Uma historiografia mais recente, que ganhou força principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, no entanto, em uma tentativa de revisão historiográfica crítica a esses modelos tradicionais, colocou novas questões aos historiadores sobre as Luzes. Em termos de ideias, bem como na difusão social, geográfica e cronológica da Ilustração, dentro de uma perspectiva de uma história social das ideias, pesquisas recentes chegaram a concepções de Ilustração caracterizadas por uma grande diversidade. Tratam-se de concepções que se afastam muito das criticadas por Viotti da Costa por não se basearem em buscas por homogeneidade.

---

<sup>546</sup> COSTA, Emília Viotti da. A invenção do Iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina. São Paulo: Edusp, 1990. P. 33.

<sup>547</sup> \_\_\_\_\_. A invenção do Iluminismo, p. 34

Exemplo dessa concepção de Luzes em um sentido de maior diversidade, em detrimento da busca por homogeneidade, está no trabalho de Flávio Rey Carvalho, segundo o qual o conceito de Iluminismo presente no pensamento de alguns filósofos e outros pensadores do século XVIII é distinto do que aparece nas sínteses históricas sobre esse tema, produzidas ao longo do século XX. O autor recorre a obras recentes, como as de Dorinda Outram, a fim de sustentar a tese de que as discussões em torno do significado do Iluminismo, iniciadas no século XVIII nas obras de pensadores como Mendelssohn e Kant, permanecem até hoje sem esmorecimento. Nesses autores, contemporâneos ao Iluminismo, diferentemente do que aconteceu em algumas sínteses do século XX, o significado de “Iluminismo” associou-se mais fortemente à ideia de “processo” do que de “projeto acabado”<sup>548</sup>. Dessa forma, conforme Carvalho, que segue os passos de Outram, ao invés de pensar o Iluminismo como projeto acabado deve-se o Iluminismo como uma “série de problemas e debates, revestido sob formas e aspectos particulares, conforme os diferentes contextos nacional e cultural”. Isso tornaria a imagem desse contexto intelectual mais complexa, pois suas ideias não seriam mais mapeadas de cima, por um olhar distante, mas consideradas como encravadas nas sociedades, emolduradas por elas. Assim, o Iluminismo não seria um conceito que fracassou na tentativa de englobar várias realidades complexas e contraditórias entre si, mas “como uma cápsula contendo conjuntos de debates, tensões e preocupações”<sup>549</sup>.

Dessa maneira, de acordo com essa historiografia recente, torna-se difícil a sustentação de generalizações, pois isso implica simplificar e homogeneizar contextos culturais e intelectuais muito complexos, criando-se modelos que resultam na valorização de alguns contextos e exclusão de outros. Essa limitação, ainda de acordo com Carvalho, resulta, por exemplo, na dificuldade em se aceitar, a existência de um Iluminismo português, à semelhança do de outros países europeus. Tal limitação, segundo ele, provem dos referidos modelos interpretativos uniformizadores que encobrem nuances mais particulares e locais do Iluminismo europeu<sup>550</sup>.

---

<sup>548</sup> C.f. CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Editora Anablume, 2008, P. 32.

<sup>549</sup> C.f. OUTRAM, Dorinda. What's the Enlightenment? In: OUTRAM, Dorinda. The Enlightenment: new approaches to european history. Cambridge University Press. 1995, pp. 1-13.

<sup>550</sup> CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? p. 33.

Em certa medida, essa crítica aos modelos analíticos tradicionais a respeito das ideias da Ilustração se deve ao que foi proposto pelo historiador italiano Franco Venturi, em *Utopia e Reforma no Iluminismo* (1971)<sup>551</sup>. A obra é marcada, conforme assinala Modesto Florenzano, na apresentação da sua edição brasileira, por uma análise em dupla abordagem do Iluminismo, entre seu sentido cosmopolita e sua contrapartida, o “patriotismo”, entendido aqui como os conjuntos de elementos locais e de particularidades dos diversos contextos culturais das várias localidades inseridas, cada qual a seu modo, no mundo das Luzes<sup>552</sup>. Destaco dois pontos centrais sobre sua tese, muito importantes para a consecução do objetivo aqui proposto, qual seja, o de se pensar o contexto de Portugal e da América portuguesa. O primeiro é a tese defendida no segundo capítulo, *Os republicanos ingleses*, segundo a qual o que desencadeou o Iluminismo foram as ideias nascidas na Inglaterra, na *Commonwealth*, como a exaltação da liberdade, da tolerância religiosa, além do deísmo e o panteísmo ingleses, que se espalharam na Europa entre o último quartel do século XVII e a primeira metade do XVIII, via agentes como a maçonaria, as academias de ciências ou mesmo nos diversos contatos de autores ingleses com pensadores de França, Alemanha, Itália e outras regiões. Dessa forma, segundo Venturi, a linguagem do republicanismo inglês e as ideias dos *levellers* assumiram caráter cosmopolita, agindo como “fermento”, nos termos do autor, em outras partes da Europa para a produção de polêmicas filosóficas e ideias acerca da religião, política, entre outros pontos, dando princípio ao que ele chama de processo do Iluminismo<sup>553</sup>. Além disso, Venturi confere centralidade às conjunturas econômicas, mais ou menos gerais na Europa e às suas relações com as Reformas político-sociais no setecentos. Dialogando com Labrousse e suas considerações sobre a economia francesa no XVIII, Venturi parte da hipótese de que, a despeito das diferenças locais, em um panorama geral, em toda a Europa, ocorreram movimentos de natureza econômica relativamente semelhantes aos da França<sup>554</sup>. A partir daí, Venturi apresenta diversos autores

---

<sup>551</sup> A edição brasileira é de 2003. Essa data é da edição original.

<sup>552</sup> FLORENZANO, Modesto. Apresentação. In: VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003. Pp. 17-18.

<sup>553</sup> C.f. VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru, SP. EDUSC, 2003. Pp. 99-138.

<sup>554</sup> Trata-se do diálogo do autor com Labrousse. O autor traça um panorama geral sobre a economia francesa no século XVIII, concluindo que houve um quadro de crescimento no primeiro quartel do século XVIII, sucedido por uma depressão após a década de 1730; depois, uma retomada na década de 1740, seguida de uma expansão que durou até a década de 1770; e por fim, um período de altas e baixas até a Revolução de 1789. O problema colocado por Venturi é se as considerações de Labrousse sobre as “curvas da economia” francesa no século XVIII se aplicam ao restante do continente europeu e, em caso afirmativo, em que medida. Venturi considera que, em linhas gerais, o quadro francês pode ser aplicado ao restante da Europa,

no período cujas produções visaram principalmente à resolução de problemas da vida pública, entre os quais os econômicos, não somente da França, mas também na Península Ibérica, Itália, Europa Central, entre outros espaços. Assim, por mais que as obras que tentem discutir sobre problemas concretos das realidades específicas dos diversos países divirjam entre si, dada a própria diversidade de contextos locais em que são produzidas, há algo em comum que as liga, que as entrelaça com uma situação geral, que é o quadro econômico europeu<sup>555</sup>. É nesse contexto que surgiu a *Encyclopédie*, entre o final da década de 1740 e a de 1750. E ela tem uma importância central na concepção de Venturi sobre a Ilustração. O ambiente intelectual formado em torno dela e a sua circulação na Europa serviram, segundo o autor, para espalhar ideias iluministas em toda o continente, com um sucesso bem maior do que o dos panfletos ou polêmicas sobre a religião ou política. A divulgação das artes e das ciências feita pela *Encyclopédie* espalhou, de acordo com Venturi, uma linguagem comum para se pensar os problemas concretos, com noções secularizadas de felicidade, utilidade, bem comum, entre outras, nos mais diversos contextos europeus. Criaram-se, assim, condições para o que ele chamou de uma “Primavera das Luzes”, contexto em que os filósofos formaram uma espécie de “partido” autônomo, cujo ideal era o de assumir a dianteira nas mudanças sociais. O “despotismo esclarecido”, as academias de ciências espalhadas pela Europa, bem como as lojas maçônicas, entre outros, foram, para Venturi, exemplos claros desse ideal que marcou a vida intelectual europeia, da segunda metade do século XVIII até a Revolução de 1789<sup>556</sup>.

As teses de Venturi, bem como as por ele influenciadas que expandem a geografia e cronologia da Ilustração, bem como abdicam do objetivo de buscar unidades e

---

com alguns limites, mas que a realidade econômica serve como um elemento comum entre os diversos contextos locais no período das Luzes e que se relacionam com as diversas ideias que surgem no período no sentido de se reformar as sociedades, instituições e Estados. C.f. LABROUSSE, C. E. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*. Paris. 1932. Apud: VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, pp. 217-223.

<sup>555</sup> \_\_\_\_\_. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, pp. 221-222.

<sup>556</sup> Paradoxalmente, dessa “Primavera das Luzes” estaria excluída a Inglaterra, berço dos valores que, ao se tornarem cosmopolitas, deram origem às Luzes. Isso porque nesse período, embora o autor ressalte a importância de alguns autores como Richardson, Thomas Paine, entre outros, não se forma em terras inglesas um “partido dos filósofos”, entendido aqui como pensadores (filósofos ou não) engajados em ações e mudanças na sociedade, da mesma maneira que se formou em França ou nas monarquias em que houve processos que entendemos como “despotismo esclarecido”. Digo paradoxalmente, por se considerar que o “não engajamento” dos pensadores ingleses nesse período se deve ao fato de a Revolução Inglesa já ter acontecido no final do século XVII. Assim, por mais que o discurso republicano inglês tenha influenciado a formação de ideais caros ao iluminismo, como os de liberdade, igualdade, tolerância, utilidade, entre outros, na Inglaterra, não era mais um grande problema se alcançar tais ideais, que já tinham sido conquistados na Revolução e com a monarquia constitucional. \_\_\_\_\_. *Utopia e Reforma no Iluminismo*, p. 226-246.

**Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)**

homogeneidade nesse contexto de ideias, abriu espaços para produções que questionaram fortemente a forma como se inserem Portugal e Brasil nas Luzes, Por exemplo, eu autores como Francisco Calazans Falcon, Fernando Antônio Novais e Caio Cesar Boschi, notamos a tendência de se conceber as Luzes portuguesas e luso-brasileiras, em linhas gerais, como “eccléticas”, “estrangeiradas” ou “de compromisso”. O termo “ecclético”, por exemplo, que Falcon utiliza como uma característica marcante Ilustração portuguesa, remete a esse tipo de interpretação. O ecletismo se caracteriza como uma conciliação entre moderno e arcaico, em que um discurso modernizador divide espaço com o da manutenção ou de uma ruptura branda e conservadora com as estruturas tradicionais<sup>557</sup>. Diante dos modelos interpretativos das Luzes adotados nesta pesquisa, essa concepção se torna problemática por dois motivos. O primeiro deles é o de se conceber a Ilustração como única, e não múltipla. Dessa maneira, as contradições inerentes ao contexto das Luzes são, ou desconsideradas para serem encaixadas nos modelos explicativos mais gerais, ou então são interpretadas como sinais de atraso. O segundo é a própria ideia de ecletismo, um tanto teleológica, por partir do pressuposto de haver um ponto a se atingir em um processo de modernização que teria sido alcançado pelos Estados além-pirenaicos, e não por Portugal. As Luzes portuguesas, nessa perspectiva, são analisadas em relação à sua proximidade ou distância de um *telos* de modernidade, previamente concebido. O atraso, o arcaísmo, ou o convívio entre antigo e moderno acabam, dessa maneira, sendo colocados como limites de uma modernização plena, construída a partir de modelos galocêntricos.

Flávio Rey Carvalho, em concordância com hipóteses sugeridas por alguns intelectuais portugueses e brasileiros recentes, afirma que algumas obras elaboradas no âmbito do movimento romântico luso, em especial as produzidas na chamada “Geração de 1870”, teriam legado à historiografia impressões de isolamento, obscurantismo cultural e atraso, oriundas de uma contraposição exacerbada entre um Portugal arcaico e uma Europa moderna e modelar. Um dos expoentes nessa produção foi o poeta e filósofo Antero de Quental (1842-1891), especialmente na obra *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos* (1871). E de acordo com Eduardo Lourenço, Quental e sua geração, sob a

---

<sup>557</sup> Falcon utiliza o termo “ecletismo” ao se referir às Luzes portuguesas, mas em especial à orientação secularizante do reformismo pombalino. O autor afirma que, no âmbito geral, as reformas pombalinas foram secularizadoras, mas seus meios foram cautelosos, “eccléticos”. Para ele, o que predominou foi o “meio termo, a cautela diante das motivações excessivas, o receio do desconhecido que o seja em demasia”. E além das reformas que incidiram no campo político, econômico e social, essa tendência ecclética se evidenciou em todos terrenos: no das ideias, no dos livros e, “em última análise, quanto à análise filosófica que se deveria imprimir ao processo secularizador como um todo”. FALCON, Francisco Calazans. *A Época Pombalina*, p. 431.

influência de historiadores como Jules Michellet (1789-1874), reduziram o sentido da história da humanidade à europeia. Afastar-se do modelo da Europa “civilizada” era estar à parte do curso teleológico natural do gênero humano, e, dessa maneira, dialoga com uma ideia de modernidade cujo ponto a se chegar seria a “europeização” de Portugal, inadiável e retificadora. Essa perspectiva influenciou muitas gerações de pensadores a respeito da Ilustração portuguesa, ibérica e luso-brasileira que partiu sempre da ideia de uma “ausência das Luzes”, “luzes envergonhadas”, “luzes ecléticas” e “luzes católicas”, vocabulário comum a muitos autores brasileiros e portugueses que tentavam buscar as razões pelo “atraso” luso-brasileiro ou ibérico em relação à “Europa civilizada”<sup>558</sup>.

Em vias de conclusão, se fez necessário ao longo da minha pesquisa sobre a ideia de tolerância religiosa no contexto da Ilustração em Portugal e Brasil, conduzir uma análise que não se colocasse o contexto luso-brasileiro como “atrasado” ou “marginal” em relação à Europa “civilizada”, no que toca o pensamento ilustrado. Essa oposição apareceu como bastante contraproducente na medida em que tende a conduzir a pesquisa a uma mera procura, no contexto luso-brasileiro, de aproximações ou distanciamentos em relação ao universo intelectual além-pirenaico. De forma que isso fosse evitado, escolhemos recorrer aos modelos explicativos que tomassem o contexto de ideias do Iluminismo privilegiando sua multiplicidade. Assim, foi possível articular algumas questões gerais, como as reformas pombalinas e seus impactos sociais e institucionais com questões mais pontuais, tais como, por exemplo, as possibilidades historicamente determinadas de formulações, apropriações e construções de significados dentro do contexto luso-brasileiro.

---

<sup>558</sup> C.f. CARVALHO, Flávio Rey. Um Iluminismo português? pp. 25-28.

## **ST 10: Imagens como fontes: Usos e leituras**

**Helaine Nolasco Queiroz**

Doutoranda (UFMG) /helaineq@hotmail.com

**Márcio dos Santos Rodrigues**

(Mestre - UFMG)/ Professor do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da FaE/UFMG /marcio.strodrigues@gmail.com

**Marina Helena Meira Carvalho**

Mestranda (UFMG) /marinahmc@yahoo.com.br



# **Tempos de censura: O papel das representações visuais na leitura da ditadura militar no Brasil e na Argentina**

**Josiane de Paula Nunes**

Mestre em História

Universidade Federal de São João Del-Rei

josinunesbj@yahoo.com.br

**RESUMO:** Inserido em um projeto a respeito das representações verbais e visuais sobre os regimes militares no Brasil e na Argentina, veiculadas no Jornal do Brasil e no Última Hora, nas décadas de sessenta e setenta, este artigo se concentrará nas possíveis relações que editoriais, matérias e charges poderiam apresentar como um entendimento sobre a realidade brasileira. Para tanto, partiremos principalmente dos contornos de fatos históricos específicos, no momento que antecede a promulgação do Ato Institucional nº5, marco da censura no Brasil, e logo após a sua oficialização, sendo estes: os golpes militares de 1966 e 1976, na Argentina. À medida que o contexto político se transformava, após o AI-5 e, posteriormente, com o Decreto-lei n.º. 1.077, de 26/01/1970, as charges passaram a assumir um papel central nos noticiários sobre a Argentina nos dois periódicos analisados, demonstrando vínculos estreitos com os posicionamentos sobre a situação brasileira. Nos artigos, notas, matérias e charges analisados, as representações em relação às ações políticas no país vizinho, não eram unicamente sobre o regime da Argentina; as semelhanças e os direcionamentos entre os governos militares nos países foi apontada, diversas vezes, como fenômenos similares, até mesmo, reproduzidos e apropriados de um modelo para outro. O que não podia ser “dito” passou a compor as entrelinhas presentes nos discursos visuais. Nas abordagens sobre o golpe em 1976, na Argentina, as caricaturas/charges/cartuns tornaram-se muito representativas, ocupando a maior parte dos editoriais referentes ao país.

**PALAVRAS-CHAVES:** Representações visuais, Censura, Governos militares.

*“-Para eles foi mais fácil. Foi só passar a limpo a nossa revolução”.*<sup>559</sup>

No Jornal do Brasil e no jornal Última Hora a frequência de notícias sobre a Argentina era constante, principalmente em importantes momentos da política no país vizinho. No final da década de sessenta, o processo de modernização da imprensa brasileira já estava popularizado nos jornais da grande imprensa brasileira, as

---

<sup>559</sup> Jaguar e o Golpe na Argentina. Jornal Última Hora. 1 de julho de 1966.

transformações na diagramação, a facilitação na orientação do leitor e a distribuição e organização das colunas e das seções especializadas já possuíam paginação específica.

No caso do jornal Última Hora, o colunismo<sup>560</sup> e a divisão de seções ganharam substancial espaço desde sua fundação na década anterior, inserido no discurso da modernização da imprensa, sem que abdicasse do caráter opinativo em suas matérias.<sup>561</sup>

No Última Hora, não seria exagero apontar que basicamente todo o editorial estava organizado nas manchetes da primeira página e nas colunas e seções especializadas das páginas posteriores, com exceção de alguns momentos da história política no Brasil em que as manchetes de primeira página poderiam chamar muito a atenção.

Embora durante os anos sessenta algumas colunas sofressem graduais transformações, como mudanças de paginação, por exemplo, os discursos contundentes, marcados pela utilização de superlativos, auxiliavam na construção das representações sobre algum fato ou momento, principalmente ao exporem seus posicionamentos sobre determinados assuntos.

Importantes redatores compunham o editorial do UH, em 1966, assinando algumas das principais colunas e seções do periódico, como Miguel Neiva, Danton Jobim e Aguinaldo Silva. Com abordagens opinativas, tanto as colunas, como as seções especializadas e alguns boxes, assim como as principais publicações do periódico sobre assuntos internacionais foram, em grande medida, centralizados na página 6, principalmente as de caráter opinativo. Em 1966, as colunas e as seções sobre o golpe na Argentina, nessa página, corresponderam a mais de 40% dos noticiários, isso porque, das trinta matérias analisadas sobre o tema, quatorze estavam na página 6.

É possível notar as substanciais diferenças na elaboração dos discursos no Última Hora e no Jornal do Brasil, embora no JB a opinião nas colunas, seções e boxes não fosse abdicada, os discursos carregavam um tom mais ponderado, sem muitas polêmicas. No Última Hora os discursos claramente polemizadores estavam presentes tanto nas colunas como nas seções opinativas.

---

<sup>560</sup> Como dito anteriormente, havia uma coluna para praticamente todos os assuntos abordados pelo periódico como UH zero hora, UH política e economia, UH jornal do mundo, Hora H, Opinião de UH etc.

<sup>561</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 151; RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 39 e 40.

Com o golpe de 1966 na Argentina, o *Última Hora*, muitas vezes, tece comparações diretas entre Brasil e Argentina, sem eufemismos, jogos de palavras ou questões subentendidas, embora a grande imprensa viesse sentindo as restrições impostas ao livre exercício opinativo e de crítica ao governo.

Nas movimentações para o golpe contra o presidente Arturo Illia, em 15 de junho de 1966, o periódico publica uma matéria aproximando a realidade na Argentina à política implementada no Brasil. Sob o título “Medidas de Força também na Argentina”.<sup>562</sup> No opinativo da página 6, o “plano de ação” proposto pelos militares para ser aplicado contra as atividades comunistas e subversivas foi enfatizado. Arturo Illia <sup>563</sup> ainda estava no poder, mas a fragilidade do governo diante de uma possível ação comunista deveria – segundo os militares – ser contida.

Diante da situação política na Argentina, o noticiário destacava que as concessões feitas por Arturo Illia aos militares foram desencadeadas pelas pressões que os mesmos vinham fazendo ao seu governo, tanto no plano internacional, a favor do anticomunismo, quanto no nacional, contra as movimentações estudantis e grevistas em Tucumã.<sup>564</sup>

No Brasil, em 1964, as pressões militares sobre o governo João Goulart também foram baseadas em um discurso anticomunista, ou seja, durante todo o movimento civil-militar, o governo de João Goulart foi associado diretamente a uma aproximação comunista ou à sua fragilidade diante de uma possível infiltração. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta, a produção caricatural, por exemplo, foi fundamental para alimentar o medo e a insegurança em relação ao governo de João Goulart, como destaca o próprio autor: “O fato de terem atacado o governo Goulart não implica, automaticamente, apoio ao golpe e, menos ainda, ao regime militar subsequente. No entanto, quaisquer que

---

<sup>562</sup> Embora não haja uma referência direta ao golpe militar no Brasil, o jornal já tornava explícitas as semelhanças que, de início, percebia entre os movimentos em ambos os países.

<sup>563</sup> Arturo Umberto Illia Francesconi, médico, integrante da UCRP (Unión Cívica Radical del Pueblo) foi eleito em outubro de 1963 e permaneceu no poder até junho de 1966, sendo retirado do poder pelo golpe militar.

<sup>564</sup> As manifestações grevistas na província açucareira de Tucumã, principalmente diante da decadência econômica, intensificou os apontamentos de Illia como incapaz de resolver os problemas econômicos do país.

tenham sido as intenções dos artistas, suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo”.<sup>565</sup>

A partir do golpe na Argentina, em 28 de junho, as matérias passam a ser ainda mais incisivas. Em 29 de junho, na manchete “Chega de Ditadura Militar”, o UH ressalta sua reprovação em relação às “armas apontadas contra a democracia”. Na manchete do noticiário, o descontentamento com o golpe surgia quando o mesmo era desqualificado como um processo em prol da democracia, que, na perspectiva do periódico, se opunha à manutenção da legalidade no país, contrariando o discurso militar. Aproximando a ocasião ainda mais do momento golpista no Brasil, o noticiário destacava, ironicamente: “afirma-se que serão nomeados dois vice-presidentes provisórios – perfazendo-se, assim, o clássico trio após pronunciamentos militares na América Latina”.<sup>566</sup>

A materialização do golpe com a ascensão dos militares desencadeou várias seções sobre o tema na página 6. Em todas as seções abordadas, o caráter opinativo e os elementos comparativos com o golpe brasileiro permaneceram, os títulos das seções já demonstravam tal posicionamento, como: "Américas condenam golpe na Argentina"; "Le Monde": Igual ao Brasil; "Onganía- o homem do golpe- achou apoio no Brasil"; "Desfecho Normal".<sup>567</sup>

Um dia após o golpe na Argentina, vários países se posicionavam sobre o evento. Na seção “Américas condenam golpe na Argentina” foram elencados os países no continente americano que se posicionaram sobre a ascensão dos militares, naquele momento, na Argentina. Fazendo referência a Juan Carlos Onganía como o “homem-forte”, a matéria se referia à oposição do continente ao novo governo militar argentino. Nesse sentido, a interrupção do governo de um presidente eleito pelo povo era considerada como um rompimento da condição democrática.

O discurso que envolveu a movimentação golpista no país imbuíu ao golpe um sentido de desfecho natural, frente a um momento de crise política, econômica e social, causada pela ineficiência e do imobilismo do governo constitucional, termos geralmente

---

<sup>565</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.12-13.

<sup>566</sup> Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

<sup>567</sup> Jornal Última Hora. 29 de junho de 1966.

utilizados nos discursos militares. Nas seções do UH, na página 6, em 29 de junho, o título “Desfecho normal” corroborava a tentativa de veiculação, por parte dos militares brasileiros, de que o movimento golpista havia sido uma ação normal dos militares argentinos diante da crise na Argentina.

Em manchete do dia 30 de junho, a crítica ao movimento argentino será ainda mais contundente, sob o título “Uma ditadura sem disfarce” o *lead* destaca que “poderes ilimitados foram concedidos ao Tenente General Onganía” e que, além disso, o General assumia o poder sem previsão para a realização de eleições, portanto, ocupando a presidência por tempo indeterminado, segundo estabeleceu o “Estatuto Revolucionário” “imposto pelo movimento militar”. Novamente, a manchete da primeira página seria problematizada na página 6, entretanto, nesse editorial, uma charge de Jaguar, pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, e uma coluna de Danton Jobim, analisariam abertamente o golpe argentino em relação à situação política brasileira.

Na charge de Jaguar, no box *Jaguar e a América Latina*, o cartunista faz uma comparação direta entre o Brasil, em 1964, e a Argentina, em 1966, em um primeiro quadro destacava: “precisamos evitar que o Brasil se transforme numa Argentina”; e no segundo quadro: “precisamos evitar que a Argentina se transforme num Brasil!”.



**Figura.1** - Jaguar. Última Hora. 30 de junho de 1966.

Nos primeiros editoriais do mês de julho, a diagramação do noticiário foi modificada, matérias sobre a Argentina passaram a aparecer na página três, na coluna *Hora H*, mesma coluna das charges de Jaguar. Além disso, os assuntos sobre o golpe ganharam outras abordagens e outros espaços no periódico, como as charges de Jaguar e o box de horóscopo, no Caderno de Esportes e Cultura.

Na charge “Jaguar e o golpe na Argentina”, o cartunista faz uma comparação da semelhança entre os processos golpistas nos países. Representando dois personagens brasileiros lendo um jornal, o autor destacava: “-Para eles foi mais fácil. Foi só passar a limpo a nossa revolução”.<sup>568</sup> Jaguar faz uma menção direta ao golpe militar brasileiro; ao se referir a *ELES*, diz respeito aos militares argentinos e, ao se referir a “nossa revolução”, ao golpe militar no Brasil.

## Jaguar e o Golpe na Argentina



**Figura 2** - Jaguar e o Golpe na Argentina. Última Hora. 1 de julho de 1966.

Nos anos de 1970, os editoriais do Jornal do Brasil ainda seguiam as diagramações da década anterior, a página 6 se mantinha como editorial opinativo, além de espaço reservado para Ziraldo e Lan, no qual divulgavam suas charges. Entretanto, a partir dos levantamentos realizados, foi possível analisar que as condições políticas já não eram as mesmas de anos anteriores, principalmente no que diz respeito às relações da imprensa com os novos governos militares.

No Jornal do Brasil, a manutenção da diagramação anterior foi elemento definidor nas identificações dos espaços encontrados pelo periódico para tornar público os posicionamentos sobre os fatos ocorridos na política internacional, que, embora tenham ganhado mais espaço, possivelmente buscavam-se adaptar à intensificação da censura prévia ou mesmo a prática da autocensura.

Nesse período, as comparações entre regimes militares se reduziram ao máximo, nos levantamentos dos editoriais do JB, nenhuma nota ou sequer um editorial comparava o movimento militar na Argentina, em 1976, com o governo militar brasileiro e, nos casos em que algumas publicações no periódico subentendessem alguma proximidade ou analogia entre os regimes, tudo era muito discreto e moderado.

<sup>568</sup> Jornal Última Hora. 1 de julho de 1966.

Mesmo diante desse contexto, aparentemente mais limitado, a atuação do JB no momento pré-golpe na Argentina, encontrou espaços para a expressão de opiniões. No início do mês de março de 1976, os noticiários do JB apontavam as condições econômicas no país como um problema político. Maria Estela Martinez havia assumido o governo, com a morte de Juan Carlos Perón, em 1974; desde esse momento, o custo de vida no país e as divergências dos grupos peronistas, que já eram uma realidade, tornavam-se cada vez mais intensos e públicos no país.

Nos noticiários do JB, as tentativas de entendimento entre justicialistas, governistas, e radicais, oposição ao governo, buscavam uma solução para a crise que se anunciava no país. As divergências entre os grupos governistas e não governistas, a intensificação das ações da guerrilha urbana e, com isso, a inabilidade da “Presidenta”<sup>569</sup> em solucionar os problemas internos à política e às questões econômicas eram trazidos pelo periódico como elementos que estavam favorecendo o desenrolar de um movimento golpista.

Em editorial de 11 de março, a manchete “Reunião militar aumenta tensão na Argentina” já indica as movimentações das três armas quanto a um posicionamento sobre a situação no país. As declarações de Maria Estela sobre a possível aplicação de golpe contra seu governo, baseando-se nos jornais El Nacional (Caracas) e Excelsior (México), eram publicizados pelo JB: “A própria Maria Estela revelou que os militares argentinos estão prestes a derrubá-la através de um golpe marcado para hoje”.<sup>570</sup> No editorial da página 6, sob o título “Estertor Peronista”, as ações de Maria Estela foram apontadas como fatais, principalmente a tentativa de manutenção da verticalização do regime. Durante o governo de Perón, o presidente concentrava a chefia do Estado, do governo e do movimento justicialista, entretanto, embora Maria Estela tentasse, não tinha a mesma habilidade.<sup>571</sup> Diante disso, a manutenção da verticalidade do poder no governo de Maria Estela não se sustentaria como no governo de Perón, acentuando a

---

<sup>569</sup> Termo utilizado pelo periódico ao se referir a Maria Estela.

<sup>570</sup> Jornal do Brasil. 12 de março de 1976.

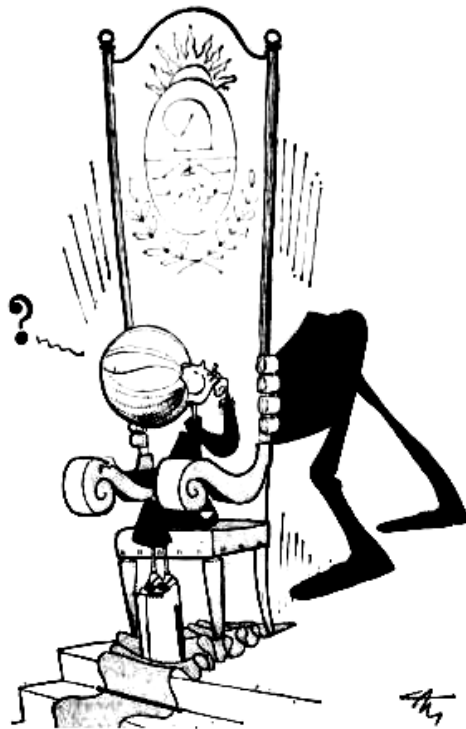
<sup>571</sup> Maria Estela Martínez não possuía qualquer ascendência sobre a esquerda peronista, pois concedeu bastante poder à direita do movimento justicialista, em especial não reprimindo suas ações terroristas, dirigidas contra a esquerda, fosse peronista ou não. Seu aparato era organizado por assessores da presidenta, com o conluio de policiais, empresários e militares. Ao mesmo tempo, o movimento guerrilheiro, de fundo peronista ou guevarista, avançou, em termos de popularidade entre a juventude estudantil e em termos do número de ações guerrilheiras e terroristas. Os anos de 1974 a 1976 viram se adensar, de parte a parte, os assassinatos, assaltos a bancos, sequestros e atentados a bombas, que havia se iniciado já durante o governo de Lanusse.



crise no país. Com isso, o opinativo terminava indagando: “até quando o exército argentino esperará que o convoquem?” com suas estratégias salvacionistas para a crise.

572

Em uma charge, na página 6, do editorial de 16 de março, Lan representa Maria Estela sentada na cadeira presidencial, observando a enquanto esta era balançada por um personagem incógnito. Maria Estela olhava fixamente a impressão do brasão de armas da Argentina no topo da cadeira. A charge deixava nítido o papel que as Forças Armadas assumiam no país, como tutoras da cadeira presidencial.



**Figura 6** - Lan. Jornal do Brasil. 16 de março de 1976.

A noção de distanciamento das Forças Armadas ainda ganhou projeção nos dias anteriores ao golpe. Em manchete de 18 de março, “Exército Argentino não se interessa por golpe”, o Ministro da Defesa Jorge Deheza garantia que: “As Forças Armadas não

---

<sup>572</sup> Diante dos altos índices de desemprego, crise política e econômica, a população aceitava qualquer solução para os problemas, inclusive o retorno militar. O que aconteceu em 24 de março de 1976, quando a junta militar composta pelo General Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e brigadeiro Orlando Ramón Agosti assumiram o poder na Argentina, dando início ao que os militares chamaram de “Processo de Reorganização Nacional”, também conhecido simplesmente como “O Processo”. ROMERO. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Pág. 195.; PALERMO, Vicente e NOVARO, Marco. *A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: EdUSP, 2007, pp. 23-44.

tem interesse em golpe e só intervirão se se (sic.) der o caos generalizado ou o vazio de Poder”.

A tentativa de diálogo entre os peronistas, diante da crise argentina, repercutia nas matérias do JB. Ainda no editorial sobre a não intervenção militar, Aluizio Machado, no noticiário “Peronismo tenta diálogo para vencer crise”, destaca que era importante lembrar que na história da argentina nos momentos em que “a paz” é introduzida nos discursos políticos, surgem as maiores distensões: “É que isso (discursos de paz) não impede que alguns observadores recordem que é quase uma tradição argentina a ocorrência de golpes justamente quando os boatos a respeito cessam, como no caso de Juan Carlos Onganía”.

Contudo, tal posicionamento ficava mais evidente com as matérias sobre a efetivação do golpe, embora aparentemente receosas. Ainda no box sobre a Operação Áries, a premeditação dos militares quanto ao golpe foi ressaltada: “um dos golpes mais bem pensados e estruturados da história do país”. De silenciosos e observadores, os militares, passaram a tutores do país. Na manchete do dia 25 de março, o JB destaca que os militares haviam tomado todo o poder na Argentina, diluído o Congresso, dissolvido os partidos políticos, aprovado a pena de morte e imposto a censura à imprensa.

No mesmo editorial, uma charge de Ziraldo representava a redação de um jornal e o possível engano do secretário de redação na elaboração do texto da manchete sobre o golpe. No diálogo, o secretário dizia ao chefe de redação: “O senhor tem que entender, essas palavras ficam prontas na gaveta- e há tanto tempo - que é justo a gente misturar tudo, um dia...”. As palavras desorganizadas propositadamente, impressas na manchete, imprimiam um posicionamento:



**Figura 7** - Ziraldo. Jornal do Brasil. 25 de março de 1976.

Na referência às palavras guardadas na gaveta, Ziraldo não representava somente o golpe na Argentina, mas incluía toda América Latina. Palavras que vez ou outra eram retiradas para comporem as manchetes do jornal. A partir da disposição das mesmas, a mistura possibilitava várias leituras sobre o golpe e a atuação militar se revelava em algumas delas, como no trecho “O golpe depõe a calma”.

Embora aparentemente sob censura, no caso do JB através dos telefonemas e dos bilhetes enviados à redação do jornal, as matérias sobre as ações militares na Argentina ganharam os editoriais dos dias posteriores ao golpe, principalmente as relativas à censura à imprensa. Na seção “Medidas imediatas”, a imposição de rígida censura aos meios de comunicação foi destacada: “só poderiam divulgar notícias fornecidas pela Secretaria de Imprensa do Governo”, sendo que “cópias das matérias em três vias assinadas pelo redator deveriam ser enviadas antes da publicação, para as correções

necessárias”. De acordo com Aluizio Machado, o rádio e a TV “continuavam apresentando músicas folclóricas e marchas militares até a noite”.

De fato, o silêncio militar das primeiras matérias iria gradativamente dando espaço à publicização das antigas intervenções militares no país. Em um box sob o título: “Sucessão sempre em manchete”, o periódico traz uma sequência das últimas modificações de governos na Argentina, todos influenciados pelos militares, desde Perón, em 1955, até a deposição Maria Estela, em 1976.

No dia 26 de março, Lan publicava uma charge no editorial da página 6, com a imagem do General Videla acompanhado de um provérbio espanhol: “A falta de pan, buenas son las tortas”. O provérbio fazia referência à opção pelas tortas na falta de pão, as tortas menos saborosas, entretanto, mais baratas em relação ao pão, na falta deste deveria satisfazer a população.



*A falta de pan, buenas son las tortas*

**Figura 8** - Lan. Jornal do Brasil. 26 de março de 1976.

A partir desse editorial, as manchetes e o espaço das notícias internacionais se voltaram para o diálogo entre os regimes, principalmente, em relação ao aproveitamento

hidrelétrico do rio Paraná, que desde os anos setenta parece ter fragilizado substancialmente as relações bilaterais. Em algumas manchetes, o periódico traz as relações como um “Novo Capítulo”, na reprodução dos discursos, tanto de líderes brasileiros quanto argentinos, tornando evidente as tentativas de aproximação: “Brasil e Argentina estão ligados por objetivos comuns”. Surgiam, até mesmo, discursos teleológicos: “Brasil e Argentina ligados por laços históricos e espirituais”.

Eventualmente, assim como nos outros momentos analisados, as representações sobre o país vizinho adquiria outras nuances, as discussões sobre a fragilidade do governo de Maria Estela e a crise econômica não faziam mais sentido, afinal, os solucionadores e tutores do país, diante de momentos de crise, já estavam no poder. Com a efetivação do golpe, os regimes possuíam objetivos em comum, pelo menos no âmbito da política e nas matérias do JB.

Entretanto, embora fossem discutidas nos editoriais do JB, aproximações amistosas entre Azeredo da Silveira (Ministro das Relações Exteriores do Brasil) e Alberto Vignes (Ministro Argentino), desde 1974, as relações representadas pelos periódicos após o golpe precisam ser analisadas mais profundamente, embora os levantamentos já indiquem que as relações bilaterais sejam de aproximação.

Pelo que foi possível notar, já em 1976, a censura em ambos os jornais – assim como possivelmente em outros jornais da grande imprensa – estava mais intensa, embora isso não os eximisse de imprimir posicionamentos que pudessem aproximar ou distanciar as relações entre os países. O que justificaria, por exemplo, a inexistência de comparações entre o regime brasileiro e o regime argentino no JB, ao contrário, da comparação amplamente difundida durante o golpe de 1966. Não que os espaços de críticas e questionamentos não existissem no JB, mas, além de ponderados, como em anos anteriores, nesse momento, se resumiam a pequenas notas, algumas charges e moderados opinativos.

# Imagens representando falos nas cenas rupestres no parque nacional serra da capivara, São Raimundo Nonato – PI/Brasil

**Michel Justamand**

Doutor em Antropologia e Pós-Doutor em História

UFAM – Universidade Federal do Amazonas/AM

micheljustamand@yahoo.com.br

**RESUMO:** O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no estado brasileiro do Piauí. As imagens rupestres foram o deflagrador do investimento científico no local, a partir dos anos 70 do século XX. Parte dessa história está contada, parece-nos, nas imagens pintadas nas rochas do parque. Destacamos nesse texto cenas especialmente com a presença de falos. Apresentadas durante os escritos com seus respectivos sítios arqueológicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** falos, arqueologia, imagens rupestres, Piauí.

## Introdução

As pinturas rupestres são pinturas feitas nas rochas. Muitas foram produzidas pelos primeiros habitantes do Brasil e em todo o território nacional, e, algumas feitas no Parque Nacional Serra da Capivara e em sua circunvizinhança. Pelo que nos parece, tais pinturas tinham o objetivo de revelar aspectos da história, em especial, dos possíveis primeiros habitantes da região nordestina<sup>573</sup>.

Consideramos que as pinturas rupestres estariam impregnadas em si de elementos comunicativos e educativos. Consideramos ainda que nelas estivessem implícitas cenas do cotidiano humano de sua época, ou seja, um período entre 6 e 12 mil anos antes do

---

<sup>573</sup>JUSTAMAND, Michel. Rochas de livres prazeres: Rochas de livres prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: outubro de 2014, edição 109, p. 63.

presente, para a maioria das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara. Por suas características, cientistas chamam os conjuntos dessas pinturas com igualdade e/ou similaridade de tradições rupestres. Lembrando das afirmações recentes de Niède Guidon e Gabriela Martin, em *As onças e as orantes*, novos estudos sobre as tradições rupestres têm modificado as formas de ver, pensar e refletir sobre as pinturas. Tal fato tem ocorrido, em alguns casos, a partir das sugestões notadas nesses registros arqueológicos estão em processo de mudanças significativos nos exames atuais dos cientistas<sup>574</sup>.

Parece-nos que as pinturas rupestres expunham os costumes e as práticas permitindo a outros grupos ou as suas futuras gerações reutilizassem informações ali contidas<sup>575</sup>. Elas representavam em suas cenas aspectos do cotidiano, como: caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, danças, namoro, ritos<sup>576</sup>. E, como nos parece, tinham várias funções, inclusive, revelando, provavelmente, que a vida de seus produtores/pintores era muito dinâmica<sup>577</sup>.

Os caçadores e coletores produtores/usuários das artes rupestres, mesmo com a possível demora para elaborarem e realizarem as pinturas rupestres, eles tinham condições de vida dignas, com outras possibilidades de sociabilidades, aplicavam uma parte significativa de suas vidas cotidianas às visitas e encontros sociais. Dedicando-se também aos mais diversos modos de divertimentos, como lembra Marshall Sahlins<sup>578</sup>. E do mesmo modo entretinham-se com os lazeres, com a dança, por exemplo, conforme indica Richard Leakey<sup>579</sup>.

As pinturas rupestres funcionavam como uma das formas de transmissão integrada dos conhecimentos acumulados ao longo de anos e conviria para uma dada cultura. As rochas eram utilizadas como uma espécie de “lousa” para as populações que as produziam, mostrando práticas mantidas ao longo do tempo. Por meio delas, os grupos

---

<sup>574</sup>GUIDON, Niède e MARTIN, Gabriela. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Revista Clio – Série Arqueológica*. Vol. 25, n. 1. Recife: EdUFPE, 2010. p. 11-30.

<sup>575</sup>JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

<sup>576</sup>MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. *Clio, revista do mestrado em História da UFPE*. Recife: EdUFPE, 1984. p. 27-37.

<sup>577</sup>JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas, maio/2014*. p. 1-5.

<sup>578</sup>SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Sociais, 1978, p. 28.

<sup>579</sup>LEAKEY, Richard e LEWIN, Roger. *Origens; o que novas descobertas revelam sobre o aparecimento de nossa espécie e seu possível futuro*. Trad. Maria Luiza da Costa G. de Almeida. São Paulo: Melhoramentos, 1982, p. 172.



intercambiavam informações, o que lhes possibilitava desfrutar das condições reais de vida<sup>580</sup>.

Neste texto contamos um pouco sobre o início das pesquisas na região do Parque Nacional Serra da Capivara. Noutro momento refletimos sobre a presença das pinturas rupestres dentro e fora do parque. Em outro ainda, abordaremos a especificidade da presença dos falos nas cenas rupestres, que em alguns casos, estão acompanhados das vulvas. Lembrando que a definição do feminino rupestre mais usada na região do parque é-nos fornecida por Anne-Marie Pessis<sup>581</sup>. Apresentamos algumas imagens das pinturas para enriquecer as discussões. E, por fim, apontamos as últimas considerações para que todos os leitores possam fazer também suas inferências posteriormente.

### O início dos estudos na Serra da Capivara

As pesquisas arqueológicas no Brasil têm início ainda no século XIX, com o naturalista Peter Lund. Depois, com o incentivo e interesses políticos de D. Pedro II, cria-se o Museu Nacional, onde foi criada uma área dentro do museu dedicada à arqueologia. Mas é no século XX que os estudos tomam contornos mais próximos dos de hoje, especialmente depois que equipes de especialistas e pesquisadores que integravam missões estrangeiras se formaram, a arqueologia e seus objetos ganham profundidade e pesquisas mais intensas<sup>582</sup>.

Uma das missões que vieram trabalhar no país foi a franco-brasileiras. Essa missão ficou encarregada de desenvolver estudos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Piauí. A que se localizava no estado do Piauí foi liderada por Niède Guidon. A partir desses incentivos, muitos sítios arqueológicos foram encontrados, como os mais de 1300 hoje conhecidos somente na Serra da Capivara. Dentre

---

<sup>580</sup>JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

<sup>581</sup>PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobras, 2003, p. 116. Segundo a autora as vulvas aparecem apenas nas cenas sexuais. Onde eles tinham a intenção explícita de mostrar a ação sexual. E a identificação feminina fica por conta da exteriorização da cavidade vaginal. Aparecendo como complemento da zona genital. Assim, para ela, não é o sexo feminino que transparece nas cenas, mas sua função de receptor dos falos. A autora ainda afirma que as escolhas dos pintores rupestres é pela função nas cenas, esquecendo-se de outros pormenores nas figuras humanas. Ver também: JUSTAMAND, Michel. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. *Revista EducAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. Humaitá, ano 5, vol. VIII, 2012/1, jan/jun, p. 123.

<sup>582</sup>JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres do Brasil: memória e identidade ancestral. *Revista Memorare*. Tubarão, v. 1, n. 2, jan/abr 2014, p. 119.

esses sítios, 900 têm pinturas rupestres<sup>583</sup>. Esses estudos e pesquisas foram responsáveis pelas primeiras datações dos achados arqueológicos no país, em especial das pinturas rupestres, e pela sua devida inserção no contexto cultural pré-histórico nacional.

O Parque Nacional Serra da Capivara, onde está localizado hoje o maior número de sítios arqueológicos com cenas rupestres, é reconhecido, desde 1991, como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Condição que garante a preservação do parque para as visitas e estudos das futuras gerações.

### **As pinturas rupestres**

Desde que passaram a viver em sociedade, os humanos criaram formas de se expressarem e comunicarem seus desejos, amores, realizações, sabores e dissabores proporcionados pela vida. Temos como certo que a arte, a rupestre especialmente, por estar espalhada por todo o mundo, foi, sem dúvida, senão a primeira, uma das primeiras formas intencionais dos humanos de compartilharem seus saberes. E a arte rupestre e/ou as pinturas têm presença entre essas práticas de expressões humanas. Contribuindo e muito com o nosso desenvolvimento cultural, social e também biológico<sup>584</sup>. As artes vieram, inclusive, antes da linguagem escrita como conhecemos atualmente<sup>585</sup>.

Sob a nomenclatura de arte rupestre, entendem-se todas as inscrições, pinturas ou gravuras deixadas pelos humanos em suportes fixos de pedra, especialmente, as rochas. O termo rupestre vem do latim *rupes-is*, que significa rochedo. Elas são obras imobiliárias, não podem ser removidas do local onde foram feitas<sup>586</sup>. Foram gravadas nas paredes e tetos de abrigos nas cavernas ou ao ar livre, como é o caso das pinturas dos paredões da região de Pacaraima, em Roraima. Foram feitas pelos primeiros artistas e artesãos há milhares de anos atrás. Na Europa, há mais de 35 mil anos, já no Brasil, as mais antigas estão próximas de 30 mil anos, como sugerem as pesquisas mais recentes na Serra da Capivara<sup>587</sup>. As

---

<sup>583</sup>JUSTAMAND, Michel. *Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato – PI*. *Revista Cordis*. Revista eletrônica de História Social da Cidade. São Paulo: PUC/SP, 2012, p. 6.

<sup>584</sup>KLEIN, Richard G. e EDGAR, Blake. *O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana*. Trad. Ana Lúcia Vieira de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2005. 252 p.

<sup>585</sup>JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas, maio/2014*. p. 1-5.

<sup>586</sup>PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: EDUnB, 1992, p. 510.

<sup>587</sup>JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

pinturas rupestres estão divididas em três tradições presentes no Parque Nacional Serra da Capivara. Elas são conhecidas como a Geométrica, compostas por elementos que denominamos atualmente como retas, círculos e outras formas desconhecidas; outra tradição é a Agreste composta, em geral, figuras antropomorfas sem movimentos, normalmente sobrepostas às da tradição nordeste, nos mesmos sítios arqueológicos; e por último, a tradição nordeste que é a mais pintada, a que apresenta as cenas da vida cotidiana em diversos afazeres, é a que as cenas apresentam e permitem-nos imaginar o movimento das figuras pintadas.

As pinturas rupestres são representações estéticas da vida, das ações e dos afazeres humanos. Representam também em suas formas alguns desejos mais sensíveis, ou os desejos mais recônditos, como a sexualidade. Mostram em suas representações os falos e as vulvas<sup>588</sup>. São expressões das necessidades humanas<sup>589</sup> do período, e foram deixadas pelos primeiros grupos que habitaram o local.

Existe, até, a possibilidade de que os grupos ancestrais possuíssem especialistas dentro dos grupos, conforme sugere Sahlins<sup>590</sup>, em representar pintando nas rochas os interesses comunitários. Eles não funcionariam como profissionais das artes como os de hoje, que fazem arte como trabalho para viver, as suas artes nas rochas integravam a rotina da comunidade. Assim, reforçavam tradições culturais dos grupos e ou contribuía construído e renovando os vínculos tradicionais ao domínio ritualístico, por exemplo, como sugere Madu Gaspar<sup>591</sup>.

Nas pinturas rupestres podemos ver representadas algumas séries temáticas variadas como: lutas sociais, caçadas, rituais, sexualidades em diferentes posições e de parto<sup>592</sup>. Mas aparecem em grande quantidade, na Serra da Capivara, as representações das cenas de sexo, algumas com grupos de humanos atuando, outras ainda com duplas e ou trios. Em muitos

---

<sup>588</sup>FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014. p. 53-56.

<sup>589</sup>JUSTAMAND, Michel. *As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2006, p. 32.

<sup>590</sup>SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Sociais, 1978, p. 24.

<sup>591</sup>GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 84 p.

<sup>592</sup>JUSTAMAND, Michel. Representações Antropomórficas do Feminino nas Cenas Rupestres de São Raimundo Nonato – PI. *Revista História e História*. Campinas, junho/2014. p. 1-24.

casos, nos inúmeros sítios arqueológicos dentro e fora do parque, as cenas apresentam e representam falos e vulvas humanas.

Acreditamos que as pinturas rupestres tinham um papel importante para os usuários, porque elas garantiram a permanência de muitos conhecimentos ao longo do tempo. Saberes que eram transmitidos aos integrantes dos grupos humanos que coexistiam no mesmo território. Esse território que hoje conhecemos como Brasil. Para nós, elas propiciam novos entendimentos a respeito da presença humana mais antiga no Brasil, por estarem afixadas nas rochas desde há milhares de anos. E sem dúvidas, foram frutos de grandes esforços técnicos, físicos e materiais dos grupos. Assim, como também foi o empenho de outros humanos em muitos outros locais do mundo<sup>593</sup>.

### Os falos nas pinturas rupestres

Há muitas cenas de pinturas rupestres representando relações sexuais com a presença de falos no parque e na sua circunvizinhança. Parece-nos que o sexo era um ato natural de ser representado nas rochas, transformando-as em rochas de livres prazeres<sup>594</sup>. Os pintores pré-históricos, tanto os africanos quanto os brasileiros, ou mesmo australianos, e ou ainda, os do velho mundo (Europa e Ásia), apresentavam em suas cenas rupestres, representações das cópulas humanas nas posições as mais variadas, com até certo realismo. Nas pinturas rupestres africanas, há uma série de homens mascarados com gigantescos falos eretos, prestes a penetrarem mulheres em posição ginecológica<sup>595</sup>.

A representação dos falos nas cenas da sexualidade é uma temática bastante recorrente nas pinturas rupestres feitas no parque, especialmente as da Tradição Nordeste, em toda a região de sua abrangência, inclusive na Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – PI<sup>596</sup>. São comuns cenas de sexo entre casais, mas há cenas com três antropomorfos e há até mesmo em grupos. São comuns também cenas com representações

---

<sup>593</sup>JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres de São Raimundo Nonato no Piauí: cenas de representações sexuais de muito antes de 1500. *Revista do LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, NEPAM, UNICAMP, Campinas, maio/2014*. p. 1-5.

<sup>594</sup>JUSTAMAND, Michel. Rochas de livres prazeres: Rochas de livres prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: outubro de 2014, edição 109. p. 62-67.

<sup>595</sup>KI-ZERBO, J. A arte pré-histórica africana. In: (org.) KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. Trad. Beatriz Turquetti et al., v. 1. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, p. 689.

<sup>596</sup>FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014. p. 53-56.

de zoofilia e pedofilia. Aliás, essas cenas da sexualidade humana aparecem também entre outros povos do mundo<sup>597</sup>. E há ainda cenas com representações fálicas e de temas do meio ambiente como as árvores.



**Figura 1** - Sítio Toca da Extrema II. Cena da relação antropomórfica com representação dos falos e o meio ambiente

---

<sup>597</sup>TAYLOR, Timothy. *A pré-história do sexo: quarto milhões de anos de cultura sexual*. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 329 p.





**Figura 2** – Sítio Toca da Passagem – Parque Nacional Serra da Capivara. Cena de Ritual – falos e vulvas em exibição.



Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

**Figura 3** – Sítio Boqueirão da Pedra Furada – Parque Nacional Serra da Capivara. Cena de sexo: pedofilia.

Acreditamos na possibilidade de que nas representações de excitação coletiva, os falos simulariam “espadas”, ou seja, simbolizariam poderio, virilidade e força, como sugeriu Zozilena de Fátima Fróz Costa em sua tese de doutorado sobre as pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara<sup>598</sup>. Acreditamos, também, que havia muito a fazer naquela época ancestral, diferentemente do que propagam alguns estudos, descrevendo que os grupos ancestrais apenas dedicavam seu tempo aos afazeres da mais pura sobrevivência. Assim, estes grupos estariam sempre em busca somente da caça de animais e coleta de vegetais, frutas e legumes, para a sua alimentação.



**Figura 4** – Sítio Toca da Vereda do Juvenal. Cena com danças, animais e penetração sexual antropomórfica.

Pensamos que, sim, havia muito trabalho a fazer, mas também havia alegria, danças, festas, rituais, sensualidade, sexualidade e geração de vida<sup>599</sup>. E também a vida, claro, em sua plenitude. Isso tudo ocorria entre os grupos, como evidenciam as pinturas rupestres

---

<sup>598</sup>COSTA, Zozilena de Fátima Fróz. *Uma inscrição de mundo a flor da pedra: os processos de comunicação dos povos pré-históricos através da pintura do Parque Nacional da Serra da Capivara (PARNA), Piauí – Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), PUC-SP, 2003, p. 257.

<sup>599</sup>JUSTAMAND, Michel. *A mulher rupestre. Representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2014. 96 p.



com suas inúmeras cenas e temáticas, como lembra Steven Pinker<sup>600</sup>. Mas também outros vestígios deixados pelos primeiros ocupantes das terras ditas “brasileiras”, como as cerâmicas, os instrumentos musicais, os colares, os instrumentos de trabalhos e outros vestígios usados em supostos rituais, que desconhecemos seus fins.

Nas pinturas rupestres da Serra da Capivara, há cenas de danças que demonstram, ao menos nos parece, uma carga de sensualidade dos primeiros habitantes<sup>601</sup>. Pensamos que a liberação dessa energia sensual poderia ser a finalidade das práticas sexuais primitivas, pois, segundo nos parece nossos ancestrais, seja na América, seja na África, ou ainda em outras partes do mundo, conforme sugere Fodé Diawara<sup>602</sup>. Dessa maneira, eles relacionavam-se de outras formas com as práticas sexuais do que praticamos atualmente, sem medos e ou pudores, mostrando em suas cenas a diversidade das possibilidades do ato sexual, ao menos é o que deixaram transparecer nas com muitas formas de sexo, em duplas, trios e grupais<sup>603</sup>. E as cenas estão ali expostas para todos verem e no momento que desejarem. Tudo aberto, livre e transparente. E com fácil acesso a todos.

---

<sup>600</sup>PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 27.

<sup>601</sup>JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 141 p.

<sup>602</sup>DIAWARA, Fodé. *O manifesto do homem primitivo*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa: Futura, 1973. 215 p.

<sup>603</sup>FUNARI, Pedro Paulo e JUSTAMAND, Michel. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014, p. 53-56.



**Figura 5** – Sítio Toca do Caldeirão dos Rodrigues – Parque Nacional Serra da Capivara; Cena com muitos antropomorfos masculinos e seus falos eretos.

Embora as pinturas tragam cenas consideradas obscenas, bárbaras e imorais pelo observador ocidental, é preciso lembrar que a sexualidade primitiva está acima do plano religioso e moral, poderia ter sido uma modalidade de ligação entre o homem e o ser externo. Ou ainda, as intenções das pinturas poderiam ser algo que completamente desconhecemos. Compondo uma força cósmica primordial, o Eros teria o poder de harmonizar os ritmos da vida humana com os da natureza, segundo Diawara<sup>604</sup>.

---

<sup>604</sup>DIAWARA, Fodé. *O manifesto do homem primitivo*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa: Futura, 1973, p. 102.





**Figura 6** – Sítio Toca do Baixão do Perna IV. Cena de sexo coletivo.

As pinturas com cenas de sexo grupal ou de humanos com animais chamam a atenção, pois remetem a um período sem as restrições morais e éticas da tradição religiosa judaico-cristã. Elas apenas demonstram desejo de libertação e transcendência.



**Figura 7** – Sítio Toca Caldeirão dos Rodrigues. Cena da penetração entre humanos e animais





**Imagem 8** – Sítio Toca do Caldeirão dos Rodrigues. Cena da penetração humana.

### **Últimas considerações**

Acreditamos que as cenas rupestres, produzidas há pelo menos 12 mil anos, plasmadas nas rochas da cidade de São Raimundo Nonato no estado do Piauí, contribuíam para as formas de comunicação e sociabilização dos grupos do período. Essa contribuição deve ter sido importante para as mais variadas questões do cotidiano dos grupos, como no caso aqui analisado: da sexualidade. Assim, no que tange a sexualidade as cenas/imagens plasmadas nas rochas, é possível ver, imaginar e demonstrar que os grupos mais ancestrais que ocuparam a região tinham uma visão mais ampla da questão sexual.

Nossos mais antigos ancestrais da terra brasilis deixaram registradas inúmeras possibilidades figurativas, com diversas temáticas, tais como: sexo grupal, em duplas, excitação coletiva e quem sabe pedofilia. Lembrando que outras tantas formas ainda estão sob análise para futuras publicações.

Esperamos com esse artigo demonstrar que as produções rupestres de tempos imemoriais têm contribuição para o entendimento de nossas vidas cotidianas atualmente, entre outras a sexual. Isso porque nossos ancestrais em terras brasilis, foram capazes de nos

deixar esse legado de saberes múltiplos, de como se relacionar com o outro e utilizando-se das mais variadas formas de comunicação e com meios que lhes era possível à época.

Além das questões sexuais apresentadas, graças às presenças dos falos, eles, os mesmos, nos parecem ser, marcadores da identidade masculina antropomórfica imagética nas rochas. Isso porque eles não aparecem apenas em cenas de sexo. Aparecem também em cenas de supostos rituais, ou em outros momentos, assim, supomos que a sua presença, era antes de tudo, a informação de que para aquela determinada cena, local e ou afazer, o gênero com falo era determinante para aquela dada atividade.

Nossos ancestrais tinham muita clareza sobre as atribuições de cada gênero, como o que, quando e onde, cada um faz dentro de suas sociedades. Esse fato é o que, ao menos é o que se nota, nas cenas rupestres plasmadas nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara e em seu entorno, na região do sudoeste do estado brasileiro do Piauí. Fatos demonstrados para um período da história antiga do Brasil estimado pelos estudos arqueológicos, girando em torno de 6 a 12 mil anos atrás, período da permanência da tradição nordeste. E no qual se encaixam as cenas apresentadas nesses escritos.

## **Elos com o nosso passado: índios representados em propagandas comerciais e consolidação de uma comunidade imaginada (1937-1945)**

**Marina Helena Meira Carvalho**

Mestranda

Programa de Pós-Graduação da UFMG/ Projeto Brasiliana

marinahmc@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este trabalho primeiramente matiza como as imagens publicitárias têm sido exploradas por estudos históricos. Em seguida, problematiza a forma pela qual o passado brasileiro foi representado em anúncios comerciais durante o Estado Novo, contribuindo para a consolidação de uma *comunidade imaginada*. Seleccionamos e analisamos a representação do personagem histórico que apareceu com maior frequência em peças publicitárias em revistas de variedades de circulação nacional: o índio.

**PALAVRAS-CHAVES:** anúncios comerciais, comunidade imaginada, representações de passado, índios.

Os anúncios comerciais, muito mais que vender produtos, divulgam também ideias, valores, sonhos, hábitos, traços de uma cultura geral, tornando-se interessantes fontes para os historiadores. Frequentemente são representados nas peças publicitárias o passado de um povo, forjando unidade da *comunidade imaginada*.

Nesta apresentação, nos propusemos, em primeiro lugar, realizar um levantamento bibliográfico de como as pesquisas históricas tem trabalhado as imagens nas publicidades. Logo em seguida, faremos um estudo de caso, com alguns apontamentos iniciais acerca de como o passado brasileiro foi representado em anúncios comerciais. Para isso, seleccionamos o personagem histórico que com maior frequência apareceu representado em nossas peças publicitárias: o índio. Pesquisamos anúncios comerciais em revistas de variedades de circulação nacional (*A Cigarra*, *Fon-Fon* e *O Cruzeiro*) durante o Estado Novo (1937-1945).

### **Imagem e propaganda**

Segundo artigo publicado pelo publicitário Licurgo Costa na revista *Publicidade*, em 1940, a imagem constituía-se fundamental elementos nos anúncios comerciais:

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

A publicidade, acompanhando-a, atingiu à culminância em que hoje a vemos atraindo para o seu âmbito o escritor e o desenhista. Mas é ao segundo, ao artista que cabe a orientação preponderante. Ele é que dá corpo à ideia central o anúncio e que portanto lhe dá o interesse que atrai a atenção do leitor. Antes, é claro durante algumas dezenas de anos, já a publicidade lograva ser as vezes ilustrada. Mas a regra geral para os anúncios era o texto. Hoje em dia correndo os olhos pela imprensa do mundo inteiro, observamos que, a regra geral é a ilustração. Verificada a necessidade absoluta da ilustração, do desenho, para ela surgiram também as pesquisas, as observações que a dirigem. Assim conforme o conselho de Laville no seu magnífico trabalho *L'imprimé de publicité*, o desenhista deve saber compor 'imagens que falam e palavras que são imagens'.<sup>605</sup>

Partindo do pressuposto que as imagens são fundamentais na construção de sentido nas propagandas e que, tal qual o corpo textual, necessitam serem interpretadas para que gerem sentido, achamos relevante analisar como a historiografia tem lidado com as mesmas quando elegem a publicidade como fonte de pesquisa. Vários historiadores colocaram tal perspectiva em trabalhos por eles publicados.

Denise Bernuzzi de Sant'anna<sup>606</sup>, ao propor uma metodologia para análise histórica a por meio de propagandas, ressalta a importância do texto, da imagem e da relação entre ambos na publicidade. Leva em conta que um anúncio pode abrigar diversas narrativas, não necessariamente coerentes. Indica para isso a necessidade de observação das técnicas existentes e a desnaturalização de poses. Ao selecionar a propaganda como fonte histórica o pesquisador deve atentar para as diversas histórias que a cruzam: a da publicidade, da fotografia (podendo acrescentar aqui também da litogravura, xilografia, etc), da imprensa, dentre outras.

De grande valia é a forma de que a autora se utiliza de anúncios para mostrar a relação entre o público e o medicamento, realizando uma História da vida privada. Intrigante que, após dedicar grande parte do texto defendendo a importância das análises das imagens, o artigo segue-se, inclusive no estudo de caso, sem apresentação de nenhuma.

---

<sup>605</sup>COSTA, Licurgo. *Publicidade*, Setembro de 1940, pp. 26-27. Apud: MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. A guerra como slogan: visualizando o Advertising Project na propaganda comercial da revista *Seleções do Reader's Digest* (1942-1945). Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2006, p.30 e 31

<sup>606</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Propaganda e História: antigos problemas, novas questões*. *Projeto História*, São Paulo (14), fev 1997.



Mara Rubia Sant'anna, por sua vez, sublinha que uma imagem não ilustra o anúncio: o determina. A leitura da imagem possibilitaria significações para um anúncio, da mesma forma que seu corpo textual gera.<sup>607</sup>

Ulpiano Bezerra de Meneses<sup>608</sup> nos oferece uma abordagem metodológica para a leitura de imagens de anúncios comerciais. Levando em conta o lócus de qual Ulpiano fala, licenciado em Letras Clássicas e doutorado em Arqueologia Clássica, se dedicando à temáticas variadas como história antiga, cultura material e visual, patrimônio cultural, museus e museologia, chegamos a uma análise interdisciplinar. Ela possui a metodologia e as questões históricas, mas não abandona também a formação linguística e antropológica. Sua análise, minuciosa e descritiva, nos aponta para um leque de possibilidades, muitas vezes ignoradas, ao se realizar a leitura verbal e visual do anúncio, adequando as questões e a metodologia à tipologia do documento. Partindo de três passos: tecnologia, sistema invisível e destinatários. Extrapola indícios imediatos e indica a problematização plausível para a fonte. Gasta bastante espaço desmontando o anúncio, tanto na imagem quanto no texto, da tecnologia, luz, fundo, sombra, etc.

É impreterível que a leitura verbal e visual das publicidades seja realizada. Durante o levantamento bibliográfico nos deparamos por vezes com pesquisadores que utilizam o anúncio comercial como ilustração, ignorando o fato de que o documento não diz por si próprio, e sim precisa de questões para que adquira sentido. Ignorar a imagem; descolá-la do corpo do anúncio; analisá-la sem a publicar; priorizar ou texto ou figura, em detrimento do outro são elementos problemáticos com os quais nos deparamos em nosso levantamento bibliográfico. Acharmos relevante apontar o que, em nossa concepção, constitui-se como falhas, para que os historiadores atentem-se para as especificidades do documento e não as cometam.

### **Circularidade temática**

Muitas vezes as publicidades podem ser cruzadas com outros mediadores culturais<sup>609</sup>.

---

<sup>607</sup> SANT'ANNA, Mara Rúbia. De perfumes aos pós: a publicidade como objeto histórico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.32, n°64, p.299-324, 2012.

<sup>608</sup> MENESES, Ulpiano Bezerra. O fogão da société anonyme du gaz. Sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária. *Projeto História*, São Paulo, (21), nov. 2000.

<sup>609</sup> Regina Horta Duarte, por exemplo, não utiliza os anúncios comerciais como principal fonte ou objeto de pesquisa, mas os coloca em paridade com outras, como publicações, leis, etc. Os anúncios de chapéus são

É possível analisarmos no âmbito hermenêutico, por exemplo, a recepção pelos publicitários de obras, sejam elas artísticas, literárias ou de outra espécie, como acadêmicas e historiográficas, ideias circulantes e a forma de sua apropriação. Segundo Roland Barthes, “a todo instante, de modo natural, a publicidade apela para nosso saber e nos propõe um elo com nossas artes, nossas literaturas, nossas mitologias, ou seja, em definitivo, com nosso passado.”<sup>610</sup> Principalmente os grandes mitos nacionais, segundo ele, serviriam à publicidade: “Napoleão (para um francês), um cavaleiro medieval, o jardim pequenoburguês e a culinária regional”<sup>611</sup>.

Para Chrislene Santos, as propagandas seriam imagens que representam também a possibilidade da leitura da vida social, o que não pode ser confundido com um panorama ou ilustração de uma época, mas como “representações do vivido, associada a perspectiva da história como construção do que selecionamos como ‘passado’”.<sup>612</sup> Alain Bergalal ainda e enriquece nossa análise acrescentando que a imagem fixa remete a um antes e a um depois.

A historiadora Cláudia de Oliveira, por exemplo, em “*A construção da narrativa histórica e a utilização de fontes visuais*”, analisa as aproximações entre a pintura clássica e as esculturas gregas e a propaganda comercial, demonstrando a circularidade entre cultura erudita e popular.<sup>613</sup>

Luiz Fernando Cerri, por sua vez, avalia como publicidades veiculadas durante o período conhecido como “Milagre econômico brasileiro” utilizaram-se de quadros históricos para endossarem uma narrativa sobre a Independência, a qual coloca D. Pedro I como figura central, como forma de representação do Sesquicentenário, e com apoio oficial do Estado brasileiro. Demonstra, assim, que a publicidade também se torna lócus do

---

utilizados numa abordagem da História Ambiental, para análise da utilização de couro de pássaros e plumas em detrimento das campanhas científicas contra a moda das penas. Também é avaliada a alteração da função dos pássaros a partir dos anúncios de inseticidas. A relevância de tal artigo, para nós, é a abertura da História ambiental a utilização de propagandas comerciais. Elas são analisadas por Duarte em pé de igualdade com outros tipos de documentação. DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Review*, v.41, nº1, Fevereiro 2006.

<sup>610</sup> BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: BARTHES Roland. *Inéditos*. V.3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.p 114-115

<sup>611</sup> *Ibidem*, p.115

<sup>612</sup> SANTOS, Chrislene Carvalho dos. História e propaganda: análise dos corpos femininos em imagens publicitárias na década de 20. *Revista História Hoje*, v.3, p.1-29, 2007. p2.

<sup>613</sup> OLIVEIRA, Cláudia. Arqueologia: viagens ao passado da cidade. *Cadernos da Comunicação*. Série Memória, v. 22, p. 45-58, 2008. Prefeitura do Rio de Janeiro.

**Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)**

ensinamento da história por meio de representações sobre sociedade, origens, características e comportamentos normatizados.<sup>614</sup>

Ginzburg nos dá elementos suficientes para inferir essa circularidade<sup>615</sup> ao analisar a figura de Lord Kitchner e os diversos cartazes que surgiram a partir dele, tendo o mais conhecido o “I want you” com o Tio Sam. Ginzburg analisa como o *gesto emocional* da imposição das mãos e o olhar fixo que acompanha o público aonde quer que esteja, já estavam presentes em outras obras, tanto de autores da Antiguidade Clássica, quanto do Renascimento. Analisa assim, que tais tradições são interconectadas.

Ainda apresenta como lugar de nascimento do pôster de Lord Kitchener, com a mesma postura e olhar, o ambiente da linguagem publicitária, em 1910, quatro anos antes do pôster, em uma propaganda para os cigarros Godfrey Philips, em Londres.<sup>616</sup>

Analisando rapidamente e em conjunto o trabalho desses quatro historiadores, Barthes, Oliveira, Cerri e Ginzburg, podemos perceber a circularidade entre representações contidas na publicidade e outras formas culturais, sejam elas cartazes, quadros, esculturas, livros, ideólogos governamentais, etc.

### **A representação de índios em anúncios comerciais (1937-1945)**

Levado em conta a importância da imagem na significação publicitária e tendo constado, durante nossas pesquisas em revistas de variedades de circulação nacional, o grande volume de peças em que índios eram representados, nos propusemos a analisar tais representações e uma possível circularidade temática.

Ressaltamos, primeiramente, que durante o período analisado, 1937-1945, a figura do índio já consistia em elemento solidificado no imaginário nacional acerca das origens brasileiras. Desde os movimentos indianistas do romantismo brasileiro, no século XIX, o índio é significado como o elemento capaz de forjar um passado comum, uma comunidade imaginada. Segundo Angela de Castro Gomes,

---

<sup>614</sup>CERRI, Luiz Fernando. A política, a propaganda e o ensino de história. *Cad. Cedes*, Campinas, vol.25, nº67, p.319-331, set/dez 2005.

<sup>615</sup> Em outro livro, *O queijo e os vermes*, Ginzburg se apropria do conceito de *circularidade cultural* presente em Bakitin, que para ele é, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo pra cima como de cima pra baixo.” GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>616</sup> GINZBURG, Carlo. “Tu país te necessita”: um estudo de caso sobre iconografia política. *Prohistória*, ano VII, n.7, 2003, p11-36.

o índio talvez seja a mais consolidada figuração do mito de fundação nacional, no Brasil. Para tanto, o movimento romântico muito contribuiu, através de várias formas de expressão artística. (...) Uma tradição em que o índio é uma figura indistinta da natureza (território e povo aí se confundem), traduzindo as virtudes físicas – força e beleza – e morais – coragem e bravura – que deviam ser guardadas, através do tempo, pelo povo brasileiro. Uma tradição com raízes no Império, que a República recolheu, retomando a figura do índio em outra chave: a do índio ‘de verdade’, fotografado e até filmado.<sup>617</sup>

Em longuíssima duração o índio apareceu como alvo de significações da identidade brasileira. Seus atributos, entretanto, sofreram alterações com o tempo. As representações de índio do romantismo não são as mesmas das modernistas, as quais também não coincidem com as do Estado Novo. Os personagens históricos são representados incubidos de características que resumem as qualidades pretendidas para o coletivo. Destarte, ao se mudar as concepções da identidade ideal muda-se também os atributos dos mesmos.

A questão racial já teria principiado a ser discutida por Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Oliveira Viana. Os ideólogos do Estado Novo aprofundaram o mito da democracia racial, valorizando a mestiçagem. O índio, portanto, era valorizado enquanto passado de todos os brasileiros, não como presente e futuro. Apesar de o Estado Novo se apropriar de várias formulações modernistas e reformulá-las, nem Macunaíma, de Mário de Andrade, nem Martin Cererê, de Cassiano Ricardo, serviram como heróis do Estado Novo. Enquanto o primeiro personagem ressaltava a heterogeneidade nacional, o segundo apontava para a paulistanização do Brasil. Destarte, não era interessante ao Estado Novo ser vinculado com nenhum dos dois.<sup>618</sup> Tibicuera, personagem criado por Érico Veríssimo em 1938, por sua vez, melhor se associaria ao Estado Novo, pois se constituiria em um “índio de verdade”, que aprendeu a se transformar.<sup>619</sup>

---

<sup>617</sup>GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009. p146-147.

<sup>618</sup> QUEIROZ, Helaine Nolasco. *Verdeamarelo/ Anta e Antropofagia: narrativas da identidade nacional brasileira*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As raízes da brasilidade: os intelectuais modernistas e o Estado Novo.” In: *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

\_\_\_\_\_. A brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, p. 89-112.

<sup>619</sup> GOMES, Ângela de Castro. Op Cit.

Encontramos relevante repertório de representações de índios em anúncios comerciais desse período. Pretendemos analisar quais significações e características são atribuídas a tal grupo, para matizar se existiria alguma circularidade temática entre publicidade e teóricos/literatura naquela época.

Nos atentamos para uma ocorrência relevante: a grande quantidade de produtos ou serviços com nomes indígenas. Um tônico capilar se chama Iracema. Os biscoitos Aymoré já existiam. Um canal de rádio se chama Tupi. Uma agência de publicidade ganhou o nome de Tupan. Levando em conta de o próprio ato de nomear encobre o poder simbólico, não podemos considerar tais ocorrências como coincidências ou desintencionais. Ao elencarem para suas empresas nomes indígenas, tais empresários tentavam vincular com sua marca um passado comum nacional, uma tradição.

Em artigo publicado por C. Nery Camello, em 18 de fevereiro de 1939, na revista *Fon-Fon*, um dos elementos elencados para que ele considerasse Belo Horizonte como “a cidade mais brasileira do Brasil” era a denominação suas ruas com nomes tribos.<sup>620</sup> Infere-se portanto que, ao elencar nomes ou mobilizar imagens indígenas, as empresas chamam para si a identificação com a *comunidade imaginada* brasileira.

Juntamente com os nomes de tribos, tais produtos apresentavam em seus anúncios e logomarcas a representação imagética de indígenas. O anúncio de Iracema apresenta uma mulher com seios nus e o produto capilar em mãos, pose que indica movimento de caminhada em direção ao leitor, sedutor. O biscoito Aymoré apresenta em sua logomarca um índio, correspondente aos índios nacionais pelo adereço no nariz, e olhar de orgulho, cabeça erguida. A rede Tupi, por sua vez, apresenta a iconografia de um índio dentro do território nacional, com arco e flecha empunhados em mãos. Dessa representação partiam raios os quais integravam o país inteiro. Tal iconografia corresponde ao discurso apresentado no corpo do texto no mesmo, o qual diz que “É o Brasil inteiro que escuta! Através das melhores e mais interessantes audições artísticas, o anunciante vai alfinetar o poder aquisitivo de milhões de ouvintes espalhados no território nacional.” A emissora, representada por um índio, seria capaz de integrar o território nacional.

---

<sup>620</sup> FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esfusante. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. 18/02/1939, nº07, ano 33.




**Figura 1** - Fontes: A Cigarra, A Cigarra. São Paulo. Mensal. Disponível no arquivo digital da Hemeroteca Estadual de São Paulo. Fevereiro de 1937.



**Figura 2** - FON-FON: semanário alegre, político, crítico e efusante. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 18, 1939.



UM TOQUE DE AZUERO  
*no poder aquisitivo  
das populações nacionais*



**A PROPAGANDA**  
*através da grande*

# RÊDE TUPÍ

**A** Cadeia das Grandes Emissoras — constituída pelas TUPÍIS de São Paulo e do Rio de Janeiro — representa um veículo de primeira grandeza para a propaganda de qualquer produto. São 36 KILOWATTS de potência que levam a todo o Brasil e, mesmo, aos outros países sul americanos, a onda sonora das duas TUPÍIS, chamadas As Emissoras das Grandes Iniciativas. Essa é a razão porque a propaganda veiculada através de PRG-2, e PRG-3 rende cem por cento. E' o Brasil inteiro que escuta! Através das melhores e mais interessantes audições artísticas, o anunciante vai alfinetar o poder aquisitivo de milhões de ouvintes espalhados no território nacional.

A isto chama-se "UM TOQUE DE AZUERO NOS CONSUMIDORES!"

★ **TUPÍ** ★

**PRG-2**      **PRG-3**

29

**Figura 3** - Revista Publicidade (P&N), mensal, depositada no arquivo da Biblioteca Nacional. Setembro de 1941



Outras vezes, o índio aparece descrito em peças publicitárias, ou melhor falando, positivado verbalmente. Ele é qualificado por suas características e por seus hábitos.



**o ATLETA**

Sem dúvida, a razão da força vibrátil dos primeiros habitantes do Brasil estava no uso continuado que eles faziam do guaraná. Eis porquê foi o produto desta planta escolhido para base do melhor e mais concentrado de todos os tônicos: Guarani.

Um vidro vale por três dos tônicos vulgares.

**GUARANIL**

*Produto Brasileiro dos Labs. Raul Leite - Rio*

**Figura 4** - Fontes: FON-FON: semanário alegre, político, crítico e efusivo. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 21, 1937.



**ADQUIRA A VITALIDADE DE UM INDIO**

A razão da resistência dos índios está na sua alimentação, sobretudo nos atributos insuperáveis do guaraná, fonte de saúde, de energia e de vigor, ao alcance de todos, na deliciosa bebida - *Guaraná Champagne*

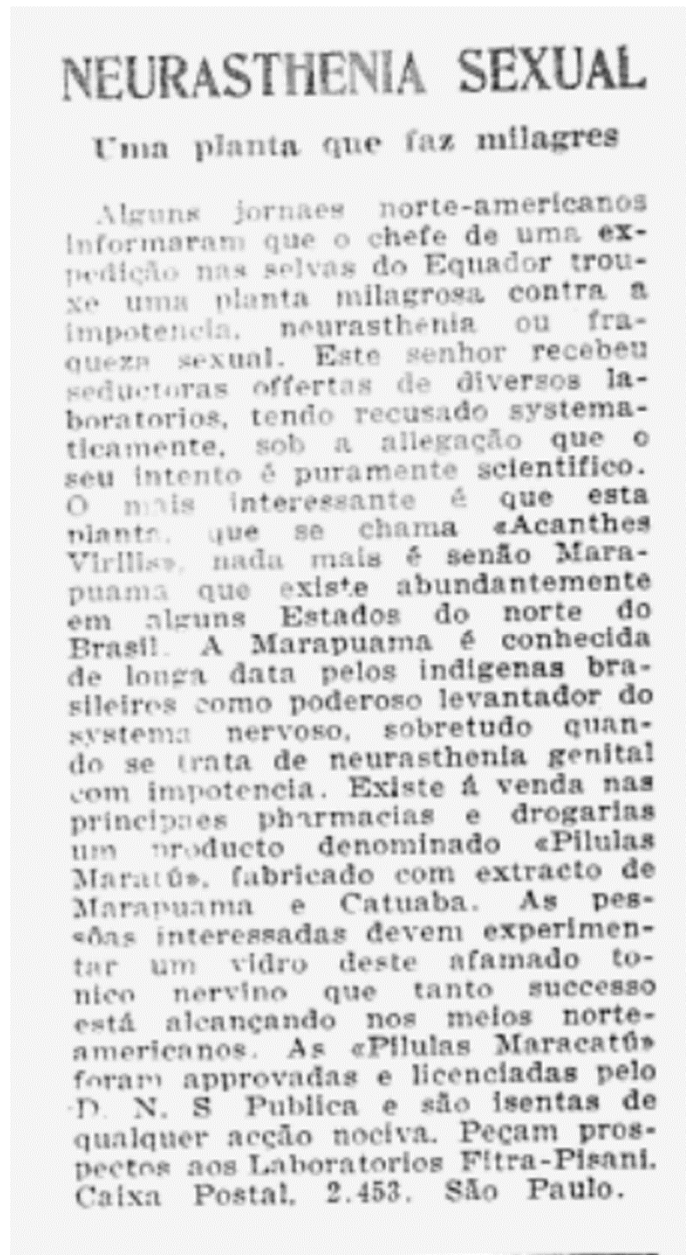
 **3 COPOS EM UMA GARRAFA**

 **MATERIA PRIMA**  
De primeira qualidade  
**HIGIENE, ABSOLUTA**  
**PERFEIÇÃO TÉCNICA**

**Guaraná Champagne**  
É UM PRODUTO DA **ANTARCTICA**

21 - 21 - 24      FON - FON      - 27 -

**Figura 5** - Fontes: FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esufiante. Rio de Janeiro. Semanal. Disponível no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional n 21, 1937.



**Figura 6** - O Cruzeiro. Disponível na Hemeroteca Pública Estadual Luiz de Bessa. n50, 1941.

Na primeira peça, do Guaraná Guarani, tal texto é divulgado: “ Sem dúvida, a razão da força vibrátil dos primeiros habitantes do Brasil estava no uso continuado que eles faziam do guaraná. Eis porquê foi o produto desta planta escolhido para base do melhor e mais concentrado de todos os tônicos: Guarani.” Somente conseguimos identificar a figura representada no anúncio como um índio após a leitura dos elementos verbais, pois o

personagem poderia, tranquilamente, ser um atleta grego por suas características físicas e vestimentas.

A segunda publicidade, do Guarana Champagne Antartica, possui como título a chamada “Adquira a vitalidade de um índio”. Logo após contém: “A razão da resistência dos índios está na sua alimentação, sobretudo nos tributos insuperáveis do guaraná, fonte de saúde, de energia e de vigor, ao alcance de todos, na deliciosa bebida Guarana Champagne”. A imagem apresenta quatro planos. No primeiro deles está a bebida. No segundo o índio. Essas duas figuras apresentam-se de forma destacada, pelo efeito de luz e sombra e profundidade criado pelos outros dois planos. O homem apresenta fisionomia séria, fechada, condizentes com a de um guerreiro.

O terceiro anúncio, das Pílulas de Maracatu, possui formato de reportagem, o que interfere no gesto cultural pelo qual seus leitores irão decifrá-lo. O reproduzirei aqui, em partes:

Neurasthenia sexual. Uma planta que faz milagres. Alguns jornais norte-americanos informaram que o chefe de uma expedição nas selvas do Equador trouxe uma planta milagrosa contra a impotência, neurasthenia ou fraqueza sexual. Este senhor recebeu sedutoras ofertas de diversos laboratórios tendo recusado sistematicamente, sob a alegação de que seu intento é puramente científico. O mais interessante é que esta planta que se chama “Acanthes Virillis” nada mais é senão Marapuama que existe abundantemente em alguns Estados do norte do Brasil. A Marapuama é conhecida de longa data pelos indígenas brasileiros como poderoso levantador do sistema nervoso, sobretudo quando se trata de neurasthenia genital com impotência. (...)

Os indígenas são representados como há muito tempo utilizadores de uma planta a qual ficou atestado valor científico. Segundo Mary Anne Junqueira, os médicos realizariam a ponte entre o saber indígena, com a utilização de ervas para cura, e pesquisas nos Estados Unidos. Cita, para isso, trecho da revista Seleções de em março de 1943:

Verdade é que muitos dos medicamentos atuais se originam de raízes, cascas de árvores, cepos e flores, e que organizam expedições à África e à América do Sul, na esperança de descobrir novas plantas de propriedade medicinal. As mulheres da selva mastigam uma determinada raiz para aliviar as dores do parto. Os araucianos do Chile conhecem uma planta capaz de determinar um aborto. Os índios do Amazonas possuem determinada qualidade de goma que cicatriza úlceras e feridas purulentas; é-lhe



também familiar certo vegetal que mata instantaneamente os peixes e insetos, não sendo, todavia, nocivo aos homens e aos animais em geral. A ciência veio a descobrir que existe, no mesmo, o veneno conhecido pelo nome de ‘retenone’, o qual constitui um inseticida mais seguro que o arsênico, e é hoje usado pela civilização (seleções- mar/1942, p.43-4)<sup>621</sup>

A autora conclui que a noção de civilização desautorizava o saber indígena, por sua falta de cientificidade. Entretanto, “a civilização autorizava a apropriação desse ‘saber primitivo’, a fim de que ele fosse testado, comprovado pela ciência dos lugares civilizados, par o ‘bem da humanidade’.”<sup>622</sup>

### **Apontamentos finais**

Percebemos que nos anúncios comerciais que apresentamos são atribuídas aos índios características positivas: guerreiros, com vitalidade, força, resistência, honra e orgulho. Vários produtos e serviços foram divulgados interessando vincular sua marca à imagem indígena, seja de forma permanente, por meio da própria escolha dos nomes, seja de forma passageira, em campanhas publicitárias.

Nada nas campanhas, entretanto, nos permite relacioná-las com as concepções estado-novistas de índio, sendo muito mais fácil relacionar, por exemplo, com imagens românticas amplamente difundidas pela literatura. A valorização indígena, entretanto, não surge descolada desse contexto, em que o índio ganha papel fundamental na formação do povo brasileiro, miscigenado.

Os índios nas peças não aparecem como integrantes de um “nós”, mas como parte do passado, dos primeiros integrantes do Brasil. Passado esse, que seria comum ao “nós”, gerando identificação na comunidade imaginada brasileira.

---

<sup>621</sup> Apud JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande- imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. P247

<sup>622</sup> Ibidem

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

**Simpósios Temáticos 11 a 15**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2015**



## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

**Site/Banco de Dados**  
Cássio Bruno de Araújo  
Valdeci da Silva Cunha

## **ST 11: Religião e Religiosidades: entre práticas e institucionalizações**

**Vanderley de Paula Rocha**

Mestrando (UEPG) /vanderleypr05@yahoo.com.br

**Ronualdo da Silva Gualiume**

Mestrando (UEPG) /ronualdo\_gualiume@hotmail.com

## Sumário

### ST 11: Religião e Religiosidades: entre práticas e institucionalizações

Curandeiros e Profetas em Johannesburgo: diversidade religiosa entre práticas e conflitos

Alexandre Assuane Duarte; Gilma Maria Rios

**617**

O Caraça de Padre Julio Clavelin e sua nova política de ensino e de educação religiosa: influência neogótica nas Minas do Oitocentos

Carolina de Almeida Silva

**624**

A paisagem religiosa na gênese das cidades na Zona da Mata Mineira oitocentista  
Flávio Augusto de Freitas Teixeira

**636**

Sociabilização, distinção e fé: irmandades leigas e família parental na organização dos ritos fúnebres em Mariana (1748-1848)

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira

**644**

A Representação da Mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento

Miriã Noeliza Vieira

**654**

O abraço sagrado da Senhora das Batalhas: representações da deusa Inanna na Antiga Mesopotâmia

Simone Aparecida Dupla

**660**

A Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e o processo de reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentistas

Thales Contin Fernandes; Flávio Augusto de Freitas Teixeira

**667**

Festa e religiosidade: as celebrações em honra ao Divino em Ponta Grossa/PR

Vanderley de Paula Rocha

**676**

A construção do movimento jeovense enquanto movimento messiânico  
Victor Augusto Lage Pena

**686**

**ST 12: Dinâmicas da conquista: identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos**

Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)

André Onofre Limírio Chaves

**697**

Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen  
Carolina Vaz de Carvalho

**709**

Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Vanicléia Silva Santos; Mariana Rabêlo de Farias

**720**

O mundo em conexão: a experiência colonial portuguesa em Goa e sua relação com demais domínios ultramarinos

Ana Paula Sena Gomide

**729**

**ST 13: Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX**

Bahia cinematográfica: entre o moderno e a tradição

Ana Luisa de Castro Coimbra

**739**

A Inconfidência Mineira no governo Vargas: batalhas de memória e construção de representações

André Barbosa Fraga

**749**

O regime Stroessner e os movimentos de resistência

Bruna Reis Afonso

**758**

Percursos da repressão criminal urbana no Brasil (1880 – 1940)

Camila Similhana Oliveira de Sousa

**764**

Exílio e literatura em *Mariel*: uma análise de *Final de un cuento*, de Reinaldo Arenas

Caroline Maria Ferreira Drummond

**776**

Paul Groussac e a literatura de viagem: considerações acerca de *Del Plata al Niágara*

Daiana Pereira Neto

**787**

Batalhas de representações nos periódicos chilenos *La Nación* e *El Mercurio*: desinstitucionalização e legitimidade democrática no governo da Unidade Popular

Emmanuel dos Santos

**797**

Historiografia, usos políticos do passado e Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

**808**

Epistolários indígenas: a (des)construção da memória

Bruna Neto Soares; Ian Anderson; Wellerson Barbosa

**815**

Sandinismo: história, teoria e prática

Igor Santos Garcia

**827**

Vídeo-arte e literatura de testemunho no Chile: um estudo da obra *El padre mío*

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua

**834**

Sem rosto, mas não sem voz: identidade e discurso no Exército Zapatista de Libertação Nacional

Júlia Melo Azevedo Cruz

**847**

Os clubes juvenis rurais no Brasil, Argentina e Costa Rica e seus diálogos com os 4-H norte-americanos - Décadas de 1950 a 1970



Leonardo Ribeiro Gomes

**857**

A revista *Chiapas* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional: o debate sobre a questão agrária no sul do México

Mahira Caixeta Pereira da Luz

**868**

A revista *La Quinta Rueda* e o debate sobre política cultural na “via chilena para socialismo

Maíra Máximo Nascimento

**879**

O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: *Hasta cierto punto* (1983) e *Retrato de Teresa* (1979)

Natália Iglésias da Silva Scheid

**891**

Trajetórias literárias na Cuba revolucionária: os casos de Alejo Carpentier e Severo Sarduy...

Pedro Henrique Leite

**903**

Um fator de degeneração racial: a sífilis sob a perspectiva médica-eugenista

Priscila Bermudes Peixoto

**914**

#### **ST 14: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino**

Conceitos, métodos e fontes para uma pesquisa histórica de reconstituição de trajetórias de professores do sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais

Bruno Duarte Guimarães Silva

**921**

Introduzindo documentação manuscrita nas aulas de História – Ensino básico

Gabriel Afonso Vieira Chagas; Luíza Rabelo Parreira

**932**

Formação profissional para a indústria: a primeira Escola SENAI em Minas Gerais

Gizele Maria dos Santos; Maria Clara Caldas Soares Ferreira

**937**

O futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos

Laura Jamal Caixeta; Gabryel Augusto Teófilo Batista Real; Adair Rodrigues Amaral Junior; Meiriele Cruz

**943**

O processo de escolha do livro didático de História: o ponto de vista dos professores

Paula Ricelle de Oliveira

**950**

Imprensa operária e educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)

Renata Garcia Campos Duarte

**962**

História, cinema e ensino: uma abordagem para a Educação Básica

Luciana Lourenço de Souza; Rúbia Carla dos Santos Dias

**974**

Enunciados históricos sobre a Conjura Mineira na história e no ensino de história (1843-1897)

Geisiane Anatália Gomes; Helenice Afonso de Oliveira

**984**

A configuração histórica do bairro Santo Antônio e seus reflexos na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. Um estudo interdisciplinar sobre a precarização do ensino básico público e a marginalização do espaço na cidade de Mariana - Minas Gerais

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins

**993**

Carlo Ginzburg e a microhistória em sequências didáticas para o ensino de História

Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira

**1002**

Psicologia científica em benefício às boas práticas educacionais: difusão dos saberes científicos na educação mineira – 1925 a 1940

Luã A. S. Lança

**1011**

**ST 15: História da África e ensino no Brasil III**

Estruturas de poder em Angola entre os séculos XVII-XVIII.

Edgleice Santos da Silva

**1018**

As práticas religiosas e suas conexões com os aspectos sociais, políticos e jurídicos na Guiné

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Greitas

**1025**

A província de Moçambique e o trabalho forçado

Lorena Dias Martins

**1037**

A Etiópia para além das utopias: um estudo do vocabulário de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, enquanto suporte ideológico do Império Português

Thays Alves Rodrigues

**1041**

# Curandeiros e Profetas em Johannesburgo: diversidade religiosa entre práticas e conflitos

**Alexandre Assuane Duarte**

Graduando em Medicina

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos- IMEPAC Araguari

[alexandreassuane@hotmail.com](mailto:alexandreassuane@hotmail.com)

**Gilma Maria Rios**

Doutora em História pela UFMG

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC Araguari

[riosmaria@ig.com.br](mailto:riosmaria@ig.com.br)

**RESUMO:** Esta pesquisa faz parte de um estudo que se iniciou a partir da observação da religiosidade na África do Sul, precisamente, nas cidades de Johannesburgo e Pretória. Tal apreciação ocorreu de uma visita nestas cidades, quando anfitrião pelo Projeto “Life for All” (Vida Para Todos). Deste modo, este estudo busca analisar as mais frequentes práticas religiosas – profetas e curandeiros, e suas influências na vida, na conduta e no bem-estar da população de Johannesburgo e Pretória. Para alcançar o intento proposto foram feitas visitas a grupos religiosos e levantamento dos textos escritos e que circulam no espaço social das referidas cidades com o intuito de embasar as análises da investigação. Em toda a África, a fé e a religiosidade fazem parte da cultura dos povos tribais e não tribais. A África do Sul é o país mais desenvolvido e se destaca pelo apoio de espaços destinados à espiritualidade. Johannesburgo é o centro econômico e financeiro da África do Sul, com grandes Igrejas, onde se destaca também, os populares profetas e curandeiros tradicionais. A religiosidade e as culturas tradicionais são fatores que influenciam diretamente a vida da grande maioria da população africana. A procura por profetas e curandeiros consiste na influência de relatos de conhecidos na busca de respostas e de melhores condições de vida e na procura de ancestrais espirituais mediados por curandeiros tradicionais. As grandes igrejas são, em sua maioria, cristãs e podem usar o sensacionalismo para atrair fiéis. As consultas religiosas são pagas, e há permissão para comercializar artigos/produtos nas Igrejas. Os curandeiros tradicionais utilizam diversos objetos místicos em suas consultas para evocar os ancestrais da clientela. Os resultados obtidos revelam que também no universo religioso é possível reforçar e criar diferentes maneiras de se relacionar com o sagrado, e de formas de expressar sentimentos e descobertas nas “entrelinhas dos não ditos ou do silêncio” procedentes da interpretação dos profetas e curandeiros. Diante deste panorama há uma crise de valores e nas práticas religiosas institucionalizadas, facilitando a propagação de um novo modo de vivenciar a religião e a religiosidade no cotidiano dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião; Johannesburgo; Curandeiros tradicionais; Profetas.

## Introdução

Os contextos atuais e históricos do continente africano foram grandemente influenciados e baseados na religiosidade de seus povos, originando crenças, culturas e

tradições. A multipluralidade de tribos e culturas no continente africano e o componente histórico e migratório fizeram com que a religiosidade e as religiões e crenças se disseminassem pelo continente através das correntes migratórias, destacando-se as correntes das tribos Bantas.<sup>1</sup>

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas religiosas mais frequentes, ilustradas pelos profetas e curandeiros, e suas influências no modo de vida, comportamento e bem-estar da população de Johannesburgo e Pretória. Uma vez que, o cristianismo foi introduzido à cultura sul-africana pelas migrações holandesas e britânicas, a partir do século XVII, tornando-se atualmente a religião com a maior porcentagem de adeptos na população sul-africana. Portanto, a cultura tradicionalmente indígena e o cristianismo, são as práticas religiosas mais frequentes no território sul-africano e possivelmente em toda a África.<sup>2</sup>

Nesse contexto, a metodologia utilizada foi a viagem a *locus*, isto é, à África do Sul. Precisamente foram visitadas as cidades de Johannesburgo, Soweto e Pretória. Johannesburgo é a cidade mais populosa da África do Sul, e Pretória, a quinta. O início da pesquisa deu-se no dia 7 de Julho de 2014 até o dia 28 do mesmo mês, num total de 21 dias permanecidos no país africano. O anfitriamento deu-se pelo Projeto “Life for All” (Vida para Todos) e Bookafé South Africa (rede de cafés literários), ambos de fins religiosos, embora não constituam igrejas com denominação.

A hospedagem foi feita na cidade de Johannesburgo, no bairro de Rosettenville. A partir daí foram feitas as investigações nas cidades de Johannesburgo e Pretória além de visitas a grupos religiosos diversificados, populações marginalizadas, comunidades carentes, museus e pontos turísticos, clínicas médicas, creche, residências de habitantes nativos, imigrantes legais e ilegais.

Em contato com a população nativa e não nativa foram feitas entrevistas e questionamentos na língua inglesa, a qual é a mais utilizada pela população sul-africana. A partir disso pode-se observar as influências da religiosidade sobre esses indivíduos e em seus círculos sociais, como também os efeitos de crenças populares, tradições e mitos.

---

<sup>1</sup> JANZEN, John M. Self Presentation and Common Culture Structures in Ngoma Rituals of Southern Africa. *Journal of religion in Africa*, v. 25, n. 2, p. 141-162, maio 1995, p. 154-157.

<sup>2</sup> RICHARD ELPHICK, T. R. H. Davenport. *Christianity in South Africa: A Political, Social, and Cultural History*. Oakland: University of California Press, 1997.

A partir da metodologia pesquisada, isto é, um relato de experiência e pesquisa bibliográfica, delimitaremos as origens das religiões na África do Sul e sua influência principalmente nas populações de grandes cidades como Johannesburgo e Pretória, onde se encontram as maiores igrejas, aglomerações populacionais e os mais consultados e venerados profetas e curandeiros tradicionais.

Acredita-se que a disseminação da cultura tradicional indígena aos povos sul-africanos deu-se por volta de 2000 a. C. pelas migrações dos povos Bantos, oriundos do oeste da África. Essa primeira corrente migratória teve influência também da corrente migratória banta do leste em aproximadamente 500 a. C.<sup>3</sup>

Os povos Bantos constituem um grupo etnolinguístico localizados principalmente na África subsaariana que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes, sendo que todos têm em comum uma língua-mãe banta.<sup>4</sup>

Embora não existam informações precisas, o subgrupo etnolinguístico banto mais numeroso parece ser o zulu. A língua zulu é a mais falada na África do Sul, onde é uma das 11 línguas oficiais.

Esses grupos tribais trouxeram a África austral seus costumes e tradições. Destacamos a filosofia tradicional indígena *Ngoma*, em que curandeiros tradicionais são chamados popularmente de *sangoma* na África do Sul e este termo é usado também para profissões similares em outras culturas bantas na África austral.<sup>5</sup> *Sangoma* seria nesse contexto o praticante de *Ngoma*, a qual baseia-se na influência dos ancestrais espirituais sagrados na vida humana e no uso da medicina tradicional africana, composta basicamente por plantas medicinais e diversas peles e gorduras animais<sup>3,6</sup>.

*Sangomas* são legamente reconhecidos pelo governo da África do Sul como “praticantes de saúde tradicional”, pelo Ato de Praticantes de Saúde Tradicional de 2007 (Ato 22 de 2007), juntamente com divindades, herbalistas, parteiros tradicionais, e cirurgiões tradicionais.

---

<sup>3</sup> CUMES, David. *Africa in my bones*. Claremont: New Africa Books, 2004.

<sup>4</sup> CAMPBELL, Susan Schuster. *Called to Heal*. Halfway House: Zebra Press, 1998.

<sup>5</sup> TRUTER, Ilse. African Traditional Healers: Cultural and religious beliefs intertwined in a holistic way. *SA Pharmaceutical Journal*, v. 74, n. 8, p. 56-60, set. 2007.

<sup>6</sup> JANZEN. Self Presentation and Common Culture Structures in Ngoma Rituals of Southern Africa, p. 154-157.

Segundo estatísticas oficiais, existem mais de 200 mil *sangomas* em toda a África do Sul, concentrados principalmente nos grandes centros, como Johannesburgo e Pretória. Em contrapartida há apenas 20 mil médicos no país<sup>3</sup> e grande parte destes são discriminados pela população devido ao despreparo técnico dos profissionais, descrença aos serviços públicos de saúde e a forte influência da religião tradicional africana.

Mais de 80% da população negra da África do Sul consulta regularmente curandeiros tradicionais (*sangoma*) adeptos do cristianismo. *Sangomas* receitam frequentemente ervas e plantas medicinais, gerando uma certa demanda em mercados de ervas e feiras tradicionais.<sup>7</sup>

A partir disso, o uso indiscriminado de plantas e ervas medicinais causa efeitos colaterais diversos, porém pouco estudados ou documentados. As práticas mais comuns da medicina tradicional africana consistem em<sup>7</sup>:

- Banhos: misturas de ervas para purificar o paciente.
- Vômito: grande volume ingerido (mais de 2 litros) de infusão herbal e reações adversas que induzem ao vômito para que ocorra a limpeza e a tonificação do sistema do indivíduo.
- Vaporização: ervas medicinais são aquecidas e inaladas.
- Via nasal: diversas plantas podem ser ressecadas e transformadas em pó para serem aspiradas pelas narinas. Podem ser utilizadas para induzir ao espirro para “expulsar” as doenças ou para diversas condições como dores de cabeça.
- Enemas: infusões e cozimentos são administrados via retal. Acredita-se que certos compostos são mais eficazes quando administrados dessa forma.
- Cortes: extratos ou pós são diretamente aplicados em pequenos cortes na pele dos pacientes feitos com lâminas.

As consultas a curandeiros tradicionais são custeadas como também os serviços prestados. Os ancestrais sagrados são invocados através de diversos objetos místicos, principalmente ossos, plantas enteogênicas(alucinógenas), sacrifícios de animais e rituais e

---

<sup>7</sup> VAN WYK, BenErik; VAN OUDTSHOORN, Bosch; GERICKE, Nigel. *Medicinal Plants of South Africa*. Pretoria: Briza Publications, 1999.



danças tradicionais. O ambiente da consulta é forrado geralmente com peles de animais e há a presença de velas e vestimentas típicas.

Ancestrais sagrados são considerados espíritos superiores que aconselham, curam, adoecem e punem seus descendentes. No entanto não são considerados divindades.

### **Pentecostalismo Cristão**

Evangelistas cristãos estiveram intimamente ligados na colonização da África austral.<sup>8</sup> Segundo historiadores, o cristianismo foi introduzido primeiramente na África do Sul através dos colonizadores holandeses e britânicos, a partir do século XVII. Tornando-se atualmente, a religião mais frequente no país, com mais de 80% da população adepta.

O pentecostalismo é a corrente cristã de mais rápido crescimento no mundo. O movimento está redesenhando as religiões no século XXI.<sup>9</sup> Ele enfatiza a salvação pessoal em Cristo como uma experiência transformadora e espetacular, através de discursos involuntários em línguas desconhecidas, milagres, profecias e maravilhas. Tudo isso reforça o contato íntimo com Deus e é refletido em suas bênçãos.<sup>10</sup>

Em suma, o pentecostalismo africano originou-se nos Estados Unidos e o termo foi designado a um movimento originado em Los Angeles em 1906.

Na atualidade, as igrejas de massa em Johannesburgo e em todo o mundo são baseadas no pentecostalismo. Destacamos a *Zion Christian Church*, com mais de 11% da população cristã e maior igreja da África do Sul, fundada em 1925 pelo líder religioso Engenas Lekganyane<sup>11 12</sup>.

Autodenominados profetas, diversos pastores da África do Sul de grandes igrejas pentecostais têm realizado supostos milagres diante de multidões de seguidores, causando

---

<sup>8</sup> COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Christianity and colonialism in South Africa. *American Ethnologist*, Chicago, v. 13, n. 1, p. 1–22, 1986.

<sup>9</sup> ANDERSON, Allan. *African Reformation: African Initiated Christianity in the 20th Century*. Trenton, NJ: Africa World Press, Inc., 2001.

<sup>10</sup> ANDERSON, Allan. [Pentecostals and Apartheid in South Africa during Ninety Years 1908-1998](#). *Cyberjournal for Pentecostal-Charismatic Research*, 2000

<sup>11</sup> COX, Harvey G. *Fire from Heaven: The Rise of Pentecostal Spirituality and the Reshaping of Religion in the Twenty-First Century*. Reading, Massachusetts, USA: Addison-Wesley, 1996; “The Myth of the Twentieth Century: The Rise and Fall of Secularization.” In *Harvard Divinity Bulletin*, v. 28, n. 2, 1999, p. 6-8.

<sup>12</sup> J. Kwabena Asamoah-Gyadu. *African Charismatics: A Study of Independent Indigenous Pentecostal Movements in Ghana*. Leiden: E.J. Brill, 2005.

estase e tumultos. Como exemplo, Lesego Daniel, líder da *Rabboni Church Ministries* em Pretória, orientou seus fiéis a comerem grama e afirmou ter transformado gasolina em suco de maçã e ofereceu a fiéis exaltados em seus cultos religiosos. Diversos noticiários nacionais e internacionais repercutiram o ocorrido, o qual também pode ser visto pelo “Youtube”.

Esses pastores não hesitam em mostrar ao público o seu sucesso financeiro. Donos de carros luxuosos, jatos particulares, iates e roupas de grife, os líderes religiosos declamam que a fé em Deus pode mudar a vida de seus seguidores, trazendo-lhe riquezas incontáveis em todas as esferas da vida.

Pensadores atuais e estudiosos da religião acreditam que a influência destas grandes igrejas “atrasam a regeneração moral e ética” da África do Sul e que existe atualmente uma “síndrome de profetas”.<sup>13</sup>

### **Conclusão**

A religiosidade faz parte da cultura inerente aos povos e é uma herança da humanidade. Ainda hoje vem desempenhando um importante papel em todas as sociedades. No contexto das tradições religiosas, elas têm, indiscutivelmente, há milênios, articulado em suas próprias maneiras, a busca do homem por respostas e significados. A pesquisa moderna sobre religião visa descobrir também, o que tais expressões e crenças representam para a nossa sociedade pós-moderna e o que elas representarão para as futuras gerações.<sup>14</sup>

A falta de informação da maioria da população, a descrença nos serviços públicos de saúde e a alta taxa de desemprego (25%) fazem com que a busca por melhores condições de vida e trabalho ovacionados pela fé pentecostal das grandes igrejas e promessas de resolução de problemas por curandeiros proporcionem uma enorme quantidade de adeptos, enquanto que a autoridade de líderes religiosos é inquestionada e apoiada por organizações políticas, como a própria presidência da república (partido ANC) da África do Sul e diversos outros partidos.

---

<sup>13</sup> DIESEL, Alleyn. *False prophets delay the coming of SA's moral regeneration*. Captado em: <<http://mg.co.za/article/2015-02-11-false-prophets-delay-the-coming-of-sas-moral-regeneration/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>14</sup> Departamento de Estudos em Religião da Universidade de Johannesburgo (UJ). Captado em: <<http://www.uj.ac.za/EN/Faculties/humanities/departments/Religionstudies/Pages/home.aspx>>. Acesso em 18 jun. 2015.

Nesse sentido, pregadores que acumulam riquezas imensas indicando escasso consentimento moral e coletivo, estão inaptos para oferecer direções éticas aos seus seguidores.

As influências dessas práticas na sociedade africana é ampla devido ao altíssimo número de seguidores e até então pouco estudada sob um olhar *in locus*. Novas pesquisas são requeridas, as quais são incentivadas principalmente por departamentos de Universidades por todo o mundo.

Há, portanto, diversas formas de interpretação do sagrado e divino. A grande porcentagem de cristãos e praticantes da cultura tradicional revela uma diferente interpretação da religiosidade, em que práticas milenares são incorporadas às religiões ocidentais impostas pelos imigrantes colonizadores.

O presente artigo foi apresentado no IV Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) da UFMG no mês de Maio do ano de 2015.

# O Caraça de Padre Julio Clavelin e sua nova política de ensino e de educação religiosa: influência neogótica nas Minas do Oitocentos

**Carolina de Almeida Silva**

Bacharelanda em História

Universidade Federal de Viçosa

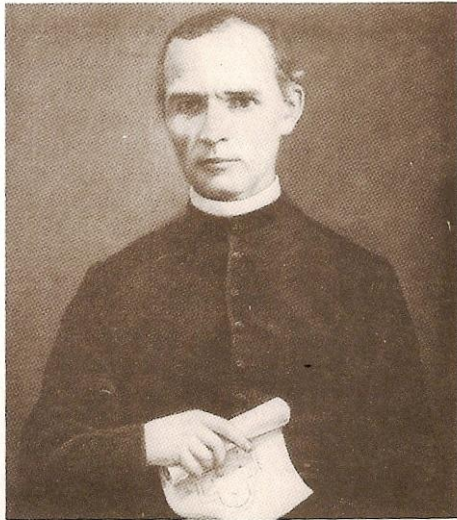
[carolinadealmeida\\_17@yahoo.com.br](mailto:carolinadealmeida_17@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este trabalho desenvolveu-se a partir da compreensão de que a religião surge como legitimador do aparelho social, além de ser um meio de concretizar as condutas que têm como fim último a crença no sagrado. Portanto, este estudo procura entender a influência do Neogótico no Brasil a partir do século XIX, através das obras do missionário lazarista e arquiteto francês, Pe. Julio Clavelin (1834–1909); discutindo as peculiaridades deste estilo no território brasileiro, no que se refere à nova política de ensino e educação religiosa, além da paisagem neogótica, que estão conectadas ao Catolicismo e ao Gótico (estilo francês), através da construção da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, primeira igreja neogótica edificada no Brasil, em 1883, que se tornou parte integrante do complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, em Catas Altas/MG. Verifica-se que Gótico enquanto conceito histórico reportar-se à Idade Média, apesar de sua linguagem (em termos artísticos e religiosos) não permaneça limitada ao medievo, o que permite sua presença no século XIX. Porém, não se pode reviver ou recriar uma conjuntura histórica, já que os períodos são dispares. Tudo isso nos leva a pensar que Clavelin, enquanto superior no Caraça, implantou o Neogótico no Santuário para justificar uma nova metodologia de ensino e de formação (mentalidade) religiosa, baseadas nos princípios fundamentais da Igreja Tridentina. A arquitetura da igreja, nesta ocasião veio materializar uma nova fase do pensamento religioso naquele local; contrastando com um modelo constituído anteriormente: o Barroco colonial. Em relação a isso, precisamos examinar: que tipo de filosofia religiosa, os missionários lazaristas aspiravam implantar nessas terras que satisfariam seus objetivos religiosos?

**PALAVRAS-CHAVE:** Neogótico; Clavelin; Caraça; Igreja; Pensamento religioso.

## Introdução

A finalidade deste estudo é entender a inserção do Neogótico no Brasil como instrumento de afirmação da Igreja Católica, a partir do século XIX, com a chegada do missionário lazarista e arquiteto francês Julio José Clavelin (1834–1909), em 1861.



**Pe. Júlio Clavelin (1834 - 1909)**

**Imagem (1):** Missionário lazarista e arquiteto francês Julio José Clavelin (1834–1909).

**Fonte:** ZICO, J.T. *Caraça, sua igreja e outras construções*. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1993, p. 11.

A fundamentação de nossa análise é sua primeira e significativa obra, justificada por seu ineditismo em terras brasileiras: a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, em estilo neogótico, inaugurada em 1883, que passou a compor o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, situado em Catas Altas, Minas Gerais. Substituindo a antiga capela que havia ali, em estilo barroco, erguida por Irmão Lourenço, fundador do mencionado Santuário.

A união entre arquitetura e religião foi essencial para o desenvolvimento do nosso trabalho, embora não seja algo novo, pois este tipo de análise foi constituída por abade *Suger*, no século XIII. Por esta razão, nos debruçamos sobre obras elaboradas por especialistas nestes assuntos, como: historiadores, teóricos da arte, missionários, arquitetos e restauradores. Entretanto, ressaltamos a Europa do século XIX, que passava por uma ebulição social, política, artística e religiosa que deu origem a novas tendências. Essa conjuntura reforçará nossos questionamentos ao longo deste estudo.

Verifica-se que objetos relacionados ao restauro de edificações antigas, principalmente, as religiosas, estavam em alta no século XIX, em determinados pontos da França e da Inglaterra. Nesta ocasião, uma política de “releitura” dos Clássicos e da Idade Média era o tema mais discutido, resultando na constituição do Neoclássico e do

Neogótico, como conceitos e estilos, que tratavam de questões de cunho histórico, social, político e estético de seu tempo. A respeito disso, Luciano Patetta diz:

Pensemos na concepção de estilo como linguagem coletiva e sistema universal de formas (aquelas do universo greco-romano ou gótico) que transcende as singularidades e individualidades expressivas (de fato, o “traço estilístico” pessoal de cada arquiteto se mostra cada vez menos evidente). - Pensemos na relação com o antigo, que começa com uma abordagem de cunho mítico; passa por fases ideológicas e interpretativas, depois à adesão com total ortodoxia, para diluir-se, finalmente, na prática profissional corriqueira. – Pensemos na convicção de que era possível escolher entre elementos extraídos das antiguidades, concentrar o melhor deles, iludindo-se de que esse “encontrar e aplicar” pudesse comparar-se às experiências criativas do passado, baseadas, ao invés, no “buscar *ex novo* e renovar sempre”. – Pensemos, enfim, na condição que aproximava todas essas gerações: a arquitetura não podia mais ser patrimônio de poucos “mestres”, devia ceder às novas exigências da produção de massa e à definição de uma nova figura de projetista: o profissional.<sup>15</sup>

Sendo assim, destacamos a possibilidade do envolvimento de Clavelin com tais questões, pois como sacerdote, desfrutou da amplitude e da profundidade do conhecimento disseminado no ambiente religioso (colégios, seminários, mosteiros e igrejas), por onde passou, além de suas experiências pessoais com a arte, o que justifica sua aptidão para arquitetura, engenharia e matemática.

Entretanto, admitimos estes, como fatores que influenciariam suas obras. Esta colocação se torna interessante, para o nosso trabalho, porque não limita nosso pensamento à hipótese de que este missionário escolheu o Gótico, apenas por seu gosto pessoal, talvez sua leitura européia de mundo projeta-se em Catas Altas.

Neste sentido, enfatizamos mudanças na arquitetura sacra que deram origem ao Neogótico e a trajetória de Clavelin que viveu neste período. Contudo, salientamos a influência deste estilo no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, após a Era do Ouro; influência esta, materializada no Santuário do Caraça, com a edificação da primeira igreja neogótica do país.

Através de seu percurso na Europa e sua chegada ao Brasil, vamos estabelecer uma conexão entre o Neogótico na Europa e em nosso país, destacaremos alguns temas, como a implantação deste “novo modelo” arquitetônico sagrado em território brasileiro. Nosso

---

<sup>15</sup> PATETTA, L. Considerações sobre o Eclesiasticismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa. *Eclesiasticismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP, 1987, p. 12.

ponto de partida é a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, inaugurada em 1883, primeira igreja nesse estilo, edificada em terras brasileiras, que também constitui o complexo arquitetônico do Santuário do Caraça<sup>16</sup>, em Catas Altas, Minas Gerais.

Indagações nos levam a pensar que Clavelin, como superior no Caraça, justapôs o neogótico no Santuário para justificar uma inovação política de ensino e educação religiosa fundamentada nos preceitos essenciais da Igreja Tridentina. A arquitetura da igreja, neste caso, efetivou uma nova fase do pensamento religioso naquele lugar, contrastando com um protótipo anteriormente instituído, o Barroco colonial. Logo, devemos examinar que tipo de filosofia religiosa, os missionários lazaristas pretendiam implantar nessa região que satisfaz aos seus fins religiosos?

### **O Neogótico**

Observa-se que o Neogótico no século XIX encontra-se diretamente ligado ao Gótico na Idade Média, século XIII, no que diz respeito aos paradigmas filosóficos, religiosos e arquitetônicos, que evidenciam a relação entre o homem e a Igreja. Deste modo, para entendermos a criação de uma nova tipologia arquitetônica religiosa no Medievo com o Gótico e no século XIX com o Neogótico, precisamos compreender quais eram as intenções da Igreja Católica.

Neste sentido, é relevante lembrar que o Gótico enquanto conceito histórico está conectado ao Medievo. Já como estilo arquitetônico, artístico e religioso, ou seja, enquanto linguagem/tipologia, esta não se encontra limitada ao tempo (Idade Média), o que admite sua presença no século XIX. No entanto, não se pode reconstruir ou transportar um período histórico, já que as situações são diferentes, em decorrência disso, as simbologias também serão distintas. De acordo com Sônia Pereira Gomes:

Sabemos que um dos traços recorrentes da arquitetura historicista foi a associação entre determinados programas e estilos. Neste caso, a tipologia é definida na relação estilo/função. (...) Pois, se o estilo era determinado temporal e espacialmente, tal não acontecia com o tipo, que se ancorava em características comuns em termos de função ou partido.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Por se tratar de uma igreja neogótica ladeada por prédios coloniais e pela complexidade da análise arquitetônica deste conjunto, nos referimos a ele utilizando este termo.

<sup>17</sup> PEREIRA, S. P. Ensino e teoria da arquitetura na França do século XIX. In: SANTOS DE OLIVEIRA, B. et al. (orgs.). *Leituras em teoria da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2009, vol. 1, p.84 e 86. (Coleção PROARQ)



Durante esta breve análise, nos perguntamos: quais eram os elementos, qual era a mensagem ou simbologia, qual a questão moral, que atraiu os olhares do homem do século XIX para este estilo, conceito ou paradigma religioso, que esteve presente na idade média? Então colocaremos aqui algumas citações suscitar essa reflexão:

A catedral só é cristã para aqueles que não sentem que o que é humano contém o cristianismo, precede-o e a ele sobrevive, assim como só é anticristã para aqueles que não sentem por que aspectos o cristianismo permanece humano. Ela é humana, tradicional, revolucionária e profundamente oposta ao princípio autoritário e moralizador do cristianismo, que se diz definitivamente organizado por haver expresso idéias morais sob a forma mais sensível e traduzido na linguagem mais sensual os dogmas que afirmam a soberania do espírito puro. Ela reabilita a natureza do homem, a natureza do mundo onde ele vive. Ama o homem por si mesmo, franco e cheio de uma coragem imensa, e descreve seu paraíso com as árvores, as águas e as nuvens que ele vê ao erguer os olhos, ou ao sair das portas de sua cidade, com as verduras cheias de terra e as frutas que lhe trazem do campo, nos dias de mercado, os animais domésticos que compartilham do seu destino. (...) O clero, sem dúvida, impunha aos decoradores a obrigação, aliás muito facilmente aceita, de respeitar nas imagens uma hierarquia religiosa, uma inflexível escrita simbólica cuja disposição ele vigiava: “só pertence ao pintor, a prescrição cabe aos padres”, disse o concílio de Nicéia. O Concílio de Nicéia ignorava que a arte é tudo e que a prescrição, sem ela é uma vestimenta vazia, pois no momento em que a arte brota dos corações, ela é a paixão, a vontade, o sofrimento, a religião, a justiça, a vida. Que importava, então, que o edifício fosse a cruz, que a abside fosse a coroa de espinhos, que o coro fosse a cabeça de cristo e o fogo do vitral a luz celeste, e que as torres fossem braços suplicantes? A multidão, na Idade Média, exprimia-se simbolicamente, porque o símbolo resumia as realidades morais superiores que ela não discutia a fim de ficar mais livre para descobrir suas realidades espirituais, e porque via no símbolo um pretexto inesgotável para expressar o que a sufoca.<sup>18</sup>

Assim sendo, percebemos que a religião nasce como um instrumento que será capaz de regularizar os diversos campos sociais, além de ser uma maneira de firmar os procedimentos que têm como finalidade a crença no sagrado. Assim, profiramos que de certo modo, os cultos religiosos são configurações didáticas de reprodução da crença coletiva nos elementos sagrados. Contudo, devemos levar em consideração que de alguma forma, o sagrado e o profano são produtos de uma construção social.

---

<sup>18</sup> MARCHI, Cesare. *Grandes pecadores, grandes catedrais*. Trad. Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 38.

Por conseguinte, o sagrado é definido como tal, através de um grupo de indivíduos que agem no campo religioso, admitidas pela sociedade exterior a ele, como capazes para elaborarem tais definições. Logo, notamos, através dos autores citados que os princípios morais são historicamente construídos.

### **O Gótico**

Devemos refletir sobre o nascimento do Gótico que traz consigo elementos que são utilizados de maneira pedagógica, uma vez que a maior parte da população era analfabeta. Porém os artistas deste momento, não se viam como tal e tinham a difícil missão de fazer as pessoas compreenderem o que estava posto nas paredes das igrejas. Por essa razão, eles apresentavam elementos do imaginário popular, muitas vezes considerados grotescos, talvez por isso o desconhecido não fosse representado, principalmente a figura de Deus.

Com relação ao envolvimento da comunidade local nas obras, notamos que participação dos fiéis na construção de uma igreja, nessa época era uma grande oportunidade de redenção dos pecados e de uma aproximação do Divino. Apesar da disposição da comunidade, não se erguia uma igreja somente com voluntários, existia uma mão de obra especializada, como pedreiros e arquitetos que se valiam de um conhecimento técnico que era passado de geração em geração ou de mestre para aprendiz:

... os habitantes travaram uma verdadeira disputa para oferecer dinheiro e mão-de-obra. Até mesmo das cidades vizinhas acorreram ricos e pobres, trazendo jóias, madeira, e quem nada tinha colocava à disposição do canteiro de obras músculos e entusiasmo. O bispo e os cônegos renunciaram durante três anos aos seus rendimentos. As pessoas sadias ofereceram braços, as doentes colaboraram com suas orações. Alguns senhores, para pagar o pecado de soberba e de avareza, assumiram o lugar dos cavalos nas cangas dos carros, abaixaram-se para preparar a argamassa junto com seus criados, e, sujos assim, não mais se distinguiu o patrão do servo, o vassalo do senhor.<sup>19</sup>

Todavia, a maioria destes operários ficou no anonimato, pois estas profissões não eram prestigiadas, ainda que fossem de enorme importância para o desenvolvimento do projeto arquitetônico. Chama-nos atenção o fato de que esses homens, mesmo sendo quase

---

<sup>19</sup>MARCHI. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p.38.

todos analfabetos, compreenderam e desenvolveram com maestria as leis da física e concretizaram uma filosofia (Escolástica) por meio de uma tipologia arquitetônica, pois:

A Idade Média foi uma civilização essencialmente visual e alusiva. Aqueles analfabetos de gênios exprimiram por imagens --- antecipando-o nos baixos-relevos, nos vitrais, nas pinturas --- aquele Além, do qual poucos anos, ou poucos decênios (a expectativa de vida era pequena), os separam. Eles se consideravam “de passagem”, exilados na Terra, e, tal como o emigrante mantém na mesa-de-cabeceira as fotos dos parentes que mais cedo ou mais tarde espera reviver, o cristão contemplava na catedral os rostos da parentela celeste, que esperava rever o quanto antes.<sup>20</sup>

Relacionado a isso, Panofsky afirma que a Escolástica e Arquitetura nasceram simultaneamente. A Escolástica foi revelada na projeção dos prédios religiosos, pois cada peculiaridade deste pensamento foi representada nos elementos caracterizam a igreja gótica: sejam os arcos ogivais, as esculturas, os arcos botantes, os transeptos, tímpanos, vitrais... A distinta união e organização destes elementos estruturais arrojados e inéditos revolucionaram a engenharia e a arquitetura, que concretizava um pensamento filosófico.<sup>21</sup>

Assim:

Observa-se que, tanto no Paleocristão quanto no Bizantino, o edifício se volta para dentro de si próprio. Seja pela tensão entre a porta e o altar, seja pela tensão entre o alto e o baixo, em ambos os estilos o mundo divino e o mudo humano se colocam à distância, quase como rompidos e inacessíveis. A partir da arquitetura românica uma nova relação começa a se estabelecer: a igreja se abre para seu entorno e torna visível a mensagem religiosa desenvolvida no seu interior. Com isso, ela torna-se força ambiental ativa que invade o mundano e representa a tentativa de fazer a mensagem divina penetrar neste mundo e interagir com ele.<sup>22</sup>

Ou seja, uma nova forma de conceber a religião católica carecia de uma nova técnica construtiva que fosse inovadora o suficiente para evidenciar essa mudança de pensamento. Pois, não faria sentido essa ruptura com os padrões arquitetônicos utilizados na arquitetura sagrada, sem uma justificativa plausível, dado o investimento financeiro e

---

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p.45

<sup>21</sup>Estas e outras ideias estão presentes no livro “Arquitetura Gótica e Escolástica”: PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura Gótica e Escolástica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<sup>22</sup> BRANDÃO, Carlos A. L. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. 2a. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.38.

intelectual que isso custaria. Por isso, tal estilo foi sendo disseminado pelo país, contagiando outras regiões europeias<sup>23</sup>.

Devemos acentuar o valor de cada elemento que compõem a igreja gótica, seja ele decorativo ou estrutural, porque ele traz consigo uma mensagem, ou melhor, ele é a própria representação de um pensamento religioso. Por essa razão, podemos citar as esculturas góticas, que não seguem os paradigmas pré-estabelecidos anteriormente pelos gregos, pois a simbologia para a Idade Média era muito diferente, a escultura gótica, veio revelar uma mensagem desconhecida, única. Portanto:

A diferença essencial, sem dúvida, é que a escultura gótica não tende a realizar, antes de tudo, esse equilíbrio de volumes pelo qual os estatuários de Olímpia e do Partenon passavam de forma a outra, de uma idéia a outra, se que o espírito se desse conta do caminho seguido, e para que sentisse com eles a consciência e a necessidade de uma harmonia universal. (...) Os perfis da estátua gótica são menos definidos que nos egípcios e menos sutis do que nos gregos. São mais variados e mais vivos porque a luz é mais cambiante e mais difusa, e sobretudo porque exprimem um mundo de necessidades morais que nem os gregos, nem os egípcios podiam sentir. Jamais se haviam distribuído as sombras e as claridades com tal sentimento de seu valor psicológico. Jamais se trabalhara matéria com essa emoção concreta.<sup>24</sup>

### **Paisagem neogótica em terras mineiras**

Nosso intuito neste trabalho é estabelecer conexões entre cultura e condições materiais em Minas Gerais. Nesta época, sabe-se da coexistência nem sempre pacífica entre a Igreja e o Estado, subsidiados pelo Regalismo. Por este motivo, a Igreja usava uma metodologia simplificada às condições da população local. Esta conjuntura é representada na arte sacra, cuja imagética coloca os transeuntes diante dos desígnios divinos.

Para tanto, as igrejas foram construídas de acordo com o “*makeoff*”, e que eram feitas com materiais da própria região. Porém, o Santuário do Caraça se destaca no século

---

<sup>23</sup> Segundo Panofsky: “Assim, a hora e o local de nascimento dos primórdios da Escolástica coincidem com os dos primórdios da Arquitetura gótica, na forma que lhe deu o abade Suger, em seu projeto para a igreja de Saint-Denis. Tanto a nova forma de pensar como o novo modo de construir (*opus Francigenum*) disseminaram-se a partir de uma região geográfica circunscrita num raio de aproximadamente cento e cinquenta quilômetros em torno de Paris – embora o novo estilo, como Suger relata a respeito de seus artífices, tenha sido “criado por muitos mestres, de diferentes países”, e tenha evoluído muito rapidamente para um movimento internacional. Por mais de um século e meio, essa região iria manter-se como centro do desenvolvimento da filosofia e da arquitetura.” PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura gótica e escolástica*, Sobre a analogia entre arte, filosofia na Idade Média. Trad. Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.3-4.

<sup>24</sup> FAURE, Élie. *A Arte Medieval*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216 e 217.

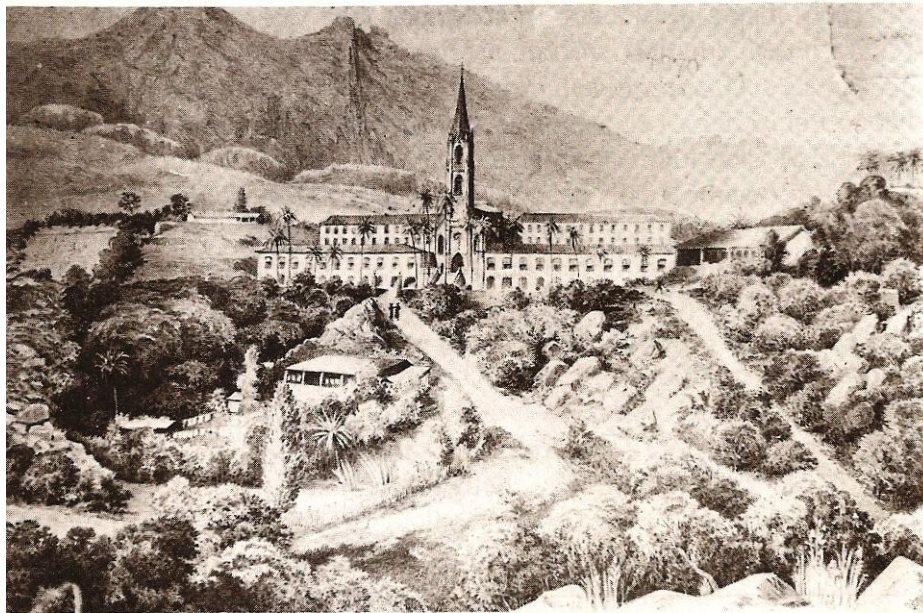
XIX, por inserir a primeira igreja neogótica no Brasil, em 1883; que se torna peculiar, por carregar uma monumentalidade que contrasta com a paisagem natural deste lugar.

Assim, nosso alvo é compreender o neogótico num contexto territorial diretamente influenciado por uma cosmovisão “barroca adaptada” às necessidades locais, até o século XIX, e os incrementos disso na fé cristã mineira, já que o neogótico traz consigo uma aparência religiosa muito diferente da que existia ali, o barroco. Uma de nossas indagações é: Por que Julio Clavelin escolheu tal estilo, exatamente numa época em que a Igreja experimenta a Reforma Ultramontana?





Desenho do Colégio em 1876



Projeto do Pe. Clavelin – 1870

**Figura (2):** Desenho do Caraça em 1876, com a capela barroca edificada por Irmão Lourenço. Logo abaixo, Desenho do Caraça em 1870, com a igreja neogótica, projetada por Julio Clavelin.

**Fonte:** ZICO, J.T. *Caraça, sua igreja e outras construções*. Belo Horizonte, FUMARC/UCMG, 1993, p. 48.

Ao olharmos para o século XIX, no Caraça, percebemos significativas mudanças em sua administração, em sua educação e em sua vida religiosa, eixos diretamente ligados

ao Ultramontanismo, porém sua “nova” arquitetura, à primeira vista pode nos parecer discordante.

Clavelin teria feito a substituição da capela barroca por uma igreja neogótica, também porque na Idade Média, a igreja gótica era utilizada de diversas formas pela comunidade, não apenas para realizações dos cultos religiosos. Como o Caraça funcionava nesta época como um educandário e também como ponto de peregrinação, talvez o objetivo de Clavelin fosse expandir esse novo modelo religioso para além das paredes dessa “nova igreja” e das divisas do Santuário, talvez, ele aspirasse atingir a população local? Sendo assim:

Uma vez que igreja deriva do grego *ecclesia*, assembleia, não há razão para que alguns membros fiquem excluídos da assembleia. Os construtores relacionaram como os modernos arquitetos quando têm de projetar um estádio de futebol: toda a torcida deve poder entrar.<sup>25</sup>

Entretanto, vale lembrar que no início deste mesmo século a Igreja se considerava alvo de ofensas vindas das variantes do liberalismo, por isso ficava na defensiva e revidava juntamente com o clero ultramontano, reafirmando a tradição europeia (romanização), porém esta tradição não existia no Brasil. Então indagamos sobre quais princípios a ação exercida pela Congregação da Missão, que veio para o Brasil com o intuito de recristianizar seus fiéis, para resgatá-los da corrupção deixada pelo ouro.

## Conclusão

Exatamente por não existir esta tradição europeia em Minas Gerais, que Clavelin poderia ter pensado numa “nova”, porém antiga e tradicional maneira católica de pensar seus princípios religiosos, usando o Gótico para cristianizar este povo, uma vez que o objetivo da Igreja era reafirmar seus valores e constantemente romanizar. Pois, com a consolidação do liberalismo, os fiéis que neste momento formam a massa, tornando-se alvo de uma disputa, se é que podemos chamar assim, entre a Razão e o Liberalismo, representados pelo Estado e a Igreja, que “separam” seus papéis na condução da estabelecida população mineira.

---

<sup>25</sup> MARCHI. *Grandes pecadores, grandes catedrais*, p. 34.



Estas conjecturas nos levam a pensar que Clavelin poderia usar de tudo isso para justificar a construção de uma igreja neogótica, nesta situação e neste local, ou seja, um projeto inegavelmente ousado e que, por conseguinte precisou ser aprovado por instancias superiores do clero. Fazendo do Santuário do Caraça um ponto de referência no sentido de experienciar o que era para aquele momento, uma nova e tradicional forma de alcançar a Deus por intermédio desta igreja que mostra a realidade corrompida do homem diante do poder de Deus.

# A paisagem religiosa na gênese das cidades na Zona da Mata Mineira oitocentista

**Flávio Augusto de Freitas Teixeira**

Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

Email: [flavioafteixeira@gmail.com](mailto:flavioafteixeira@gmail.com)

**RESUMO:** Nesta comunicação apresentamos algumas considerações de nossa pesquisa sobre o processo de formação e povoamento da mesorregião da Zona da Mata Mineira durante o século XIX. O diálogo interdisciplinar proposto pela chamada Geo-História nos fornece instrumental teórico e metodológico neste trabalho que congrega o olhar sobre a história e a geografia do religioso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem religiosa; Zona da Mata Mineira; Cidade.

## A paisagem religiosa como objeto de estudo

A proposta desta comunicação é apresentar pesquisa para a dissertação de mestrado, cujo objeto de análise é o processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata Mineira, tratando em específico a criação do Arraial de São Sebastião de Pedra do Anta, hoje o pequeno município de Pedra do Anta<sup>26</sup>. A partir da reconstituição da paisagem e da análise da função religiosa do então Arraial, busco demonstrar que embora uma historiografia tenha dado atenção nas últimas décadas às especificidades históricas e geográficas das regiões que compõem hoje Minas Gerais, há ainda muito para se conhecer da importância dos fatores de ordem cultural sobre a formação deste estado.

Na tentativa de reconstituir os aspectos históricos e geográficos do que é hoje o município de Pedra do Anta, nossa pesquisa não tem como pretensão, em hipótese alguma, de esgotar o assunto, havendo de se realizar ainda inúmeras e permanentes pesquisas sobre os temas abordados.

Partimos, então, de uma primeira constatação: a religião deixa sua marca no espaço. O Catolicismo, por exemplo, domina uma série de paisagens mineiras. Basta observarmos a economia do turismo nas chamadas “cidades históricas mineiras”, tal como Ouro Preto,

---

<sup>26</sup> O atual município de Pedra do Anta está localizado no interior de Minas Gerais, na Microrregião de Viçosa/ Zona da Mata Mineira, fazendo fronteira com os municípios de Teixeiras, São Miguel do Anta, Jequeri, Amparo da Serra e Canaã. Segundo dados do IBGE, sua população estimada em 2010 era de 3.365 habitantes.

Tiradentes, São João Del Rei e, claro, a cidade episcopal de Mariana. A presença do religioso também está presente nas Artes, como em trabalhos do pintor Alberto da Veiga Guignard e sua série de obras intituladas “paisagens imaginantes”, produzidas entre as décadas de 1940 e 1960, dentre muitos outros.

A partir desta primeira constatação, podemos realizar as seguintes indagações: O que pode explicar esta presença do religioso nas paisagens mineiras? Porque há um número considerável de pessoas dispostas a visitar as Minas Gerais em busca destes espaços impregnados de uma atmosfera religiosa, a ponto de impactar a economia e o ambiente de determinados lugares? Qual foi e qual é o papel da religião nestes municípios?

A cidade é um objeto de estudo interdisciplinar nas ciências humanas e uma ampla literatura foi produzida sobre ela. Suas formas e funções específicas ao longo do tempo podem ser lidas e reescritas de forma contínua, local onde indivíduos criam ligações e relações com o meio enquanto ser social. Imprimimos conscientemente e inconscientemente nossa marca no espaço, e seria difícil para o cientista do social compreender determinado grupo afastando dele toda a imagem espacial. Ao espaço construído se associa ao espaço vivido. Ruas, praças, edifícios e rios pelos quais passamos se tornam parte de nossa vida cotidiana, de nossa identidade, de nossa memória.

A interação do homem com o ambiente é um tema caro aos estudos que tratam a apropriação e ressignificação de determinada cultura impressa na paisagem, tal como ocorre com o Catolicismo. Entre aqueles que escreveram uma geografia da religião no Brasil, a relação entre espaço e religião parece ter despertado um maior interesse do que entre historiadores, mais preocupados em compreender os sujeitos do que propriamente a interação destes com o espaço. Mas aqui devemos fazer uma ressalva: embora nossa historiografia seja ainda fortemente influenciada pelos *Annalles*, nos distanciamos das propostas de seus fundadores, que escreviam também uma geografia a qual podemos chamar de Geo-História ou ainda Geografia Histórica.

No Brasil, de forma mais notória, desde a década de 1990, uma perspectiva cultural vem influenciando as pesquisas em Religiões e Religiosidades. Dentre os diversos temas, o estudo da manifestação do sagrado no espaço vem sendo compreendido a partir do binarismo “sagrado e profano”, tal como podemos notar em diversos trabalhos como o da

Profa. Zeny Rozendahl, do Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).<sup>27</sup>

O debate sobre o conceito de paisagem é um dos temas clássicos em Geografia e que foi, pouco a pouco, perdendo espaço entre os historiadores. Mas o seu uso em outras áreas do conhecimento humano e mesmo na vida cotidiana denota que na atualidade o interesse pelo tema vem ampliando. Basta ai identificarmos o uso do conceito em diversos qualificativos, tais como paisagem sonora, paisagem rural, paisagem urbana e o de paisagem religiosa, empregado no título desta comunicação.

Para fins de elucidação o conceito de paisagem religiosa está sendo empregado para designar o conjunto de projeções e representações de um determinado ambiente em que são impressos e que também imprimem signos da atividade religiosa, tais como as identidades territoriais.

As identidades territoriais são construídas por intermédio da relação do homem com o ambiente ao longo do tempo, e a organização de núcleos de povoamento desempenha um papel relevante para a análise desta apropriação. No ritual de tomada de posse do território há uma lógica simbólica e utilitária da vida em grupo, característica da conformação das cidades. Tomemos como exemplo a tradição mineradora nas Minas Gerais nos setecentos e oitocentos. Quando os mineradores encontravam as riquezas procuradas no solo, erguia-se no local um altar para o santo de devoção e a partir dali fixava-se uma morada provisória. Com o tempo, o rústico altar ganhava uma capela, depois uma igreja ou santuário, que passavam a participar de um espaço diferente de todo outro, tanto no plano mental quanto no físico, isto porque, para o homem religioso, é necessária a vivência em um lugar impregnado do sagrado, mesmo que, para isso, seja necessária a sua construção.

A importância das religiões na criação de espaços urbanos, um dos temas caro à Geografia da Religião, foi estudado mais recentemente pelo historiador Sérgio da Mata.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Dentre estes trabalhos, destaco um de esforço de síntese: ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002. É importante salientar que a análise do espaço religioso através do binarismo sagrado e profano foi tratado pelo fenomenologista romeno Mircea Eliade, e apropriado em diversos trabalhos das ciências sociais. Ver: ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Trad. de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>28</sup> MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

Guardados os seus objetivos e referenciais de análise, este autor nos traz um importante balanço bibliográfico sobre o tema. Dentre os vários autores tratados por Sérgio da Mata, destacamos a geógrafa Marília Cecília França. A tese de doutorado<sup>29</sup> de França, publicada em 1972, foi no Brasil a pioneira ao tratar o impacto da religião sobre a paisagem através da análise da função de pequenas cidades paulistas que eram, à época, centros de peregrinação católica. Vale destacar que o estudo de Marília França influenciou o trabalho de outros geógrafos, como o da já citada Zeny Rosendahl.

Outra referência importante aos estudos da geografia da religião, citada por Sérgio da Mata, é o francês Pierre Deffontaines. Professor já renomado no cenário europeu, Deffontaines foi, ao lado de outros professores franceses, o responsável pela institucionalização da Geografia brasileira, com a criação deste Curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e com a criação da Universidade do Distrito Federal em 1935 (hoje, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)). Além destes dois institutos, Deffontaines foi também responsável pela organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado no ano de 1937.

Em artigo publicado em 1944 no Boletim Geográfico do IBGE<sup>30</sup>, Deffontaines afirmava que seria possível encontramos em todo o território brasileiro cidades cuja formação e organização urbana se deram nos chamados patrimônios de terra, cuja finalidade era de sustentar financeiramente o processo de edificação das igrejas e sua posterior manutenção. Ou seja, em um primeiro momento, o desenvolvimento urbano destas cidades só foi possível graças a uma função religiosa do que é chamado na historiografia brasileira como “arraial”.

A palavra arraial é empregada sem uma definição muito específica, mas sempre presente na documentação do século XVIII e XIX e na historiografia que tratou a História de Minas Gerais. É notório que há ainda, nos estudos sobre Minas, o destaque ao processo de conquista do território somente a partir da entrada das bandeiras e a criação das chamadas “vilas do ouro”, tratando de forma mais abrangente os traços gerais de

---

<sup>29</sup> FRANÇA, Marília Cecília. *Pequenos centros Paulistas de Função Religiosa*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo, 1972.

<sup>30</sup> DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: *Boletim Geográfico do IBGE*, V.2, nº 14 e 15, maio e junho de 1944.

povoamento de regiões outras, tal como a Zona da Mata Mineira. Como já mencionamos, nos últimos anos, estudos em escala regional vêm ganhando um maior fôlego, superando pouco a pouco uma inadequada interpretação realizada por uma historiografia cujo enfoque é o econômico e também por práticas de patrimonialização de órgãos como o antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

É neste movimento de revisão sobre o processo de ocupação e povoamento das Minas Gerais que alguns estudos atuais sobre a Zona da Mata Mineira se inserem. A ideia de que tal processo tenha sido reflexo da decadência do ouro e pela necessidade de produção de mantimentos, ou seja, por questões econômicas, demonstra já não dar conta das especificidades históricas das “Zonas” da Mata.

Minas Gerais inegavelmente foi e é um espaço de emergência do monumento religioso seja na forma de templo, seja no sistema de crenças. No entanto, cidades que não participam de circuitos turísticos e que não são ainda protegidas por ações de patrimonialização, em todos os níveis, eram no esquecimento e seus templos embora mantenham os sinais de uma época, carecem de maior identificação, estudo e divulgação. Neste sentido, nossa pesquisa se propõe, para além de um debate acadêmico sobre o uso da paisagem enquanto fonte de pesquisa para a produção de uma História Local e Regional, a publicização deste conhecimento em ações extensionistas, tal como é proposto no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

### **Considerações preliminares**

A ordenação territorial, a trama funcional e de produção, a representação e a expressão das relações sociais e sua capacidade em evocar memórias são dimensões da cidade ainda pouco tratadas na historiografia brasileira. Talvez este fato se tenha dado por um entendimento equivocado de que o espaço é apenas um “palco” onde se descortina a história, protagonizada por grupos ou indivíduos sociais?

A ocupação de um espaço pode ser regida por fatores políticos, militares, econômicos e também culturais. Um exemplo é quando analisamos os fatores de ordem

econômica, onde notamos que a ocupação demográfica incentivada pela atividade agrícola e pecuária é mais dispersa quando comparada a mineradora. No que se refere ao fator religioso, haviam também um repertório que, *a priori*, deveria normatizar a construção de templos da Igreja Católica e que, conseqüentemente também tentavam dar conta de organizar o espaço urbano, tal como as diretrizes do Concílio de Trento e sua apropriação no Brasil com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ainda no início do século XVIII.

A função religiosa das cidades, quando comparadas as de ordem econômica e política, é ainda tratada de forma muito superficial.<sup>31</sup> O papel comercial e de centro de irradiação do poder político de núcleos de povoamento como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, citando apenas aqueles localizados no litoral, além daqueles estimulados pela mineração no interior do território brasileiro, foram os mais ressaltados até então por nossa historiografia. Não estou negando que há necessidade de considerar tais funções, todavia acredito ser um equívoco compreender as cidades em sua relação de oposição com o mundo rural e sua lógica econômica tanto no período colonial quanto imperial brasileiro.

Os espaços onde foram construídos os templos da Igreja Católica são, para além de sua função religiosa, documentos tridimensionais que permitem ao estudioso da geohistória das religiões e das religiosidades compreender vários elementos da vida cotidiana. Tomemos como exemplo o estudo de caso sobre a gênese da cidade de Pedra do Anta.

Segundo o único relato de memória publicado<sup>32</sup> sobre Pedra do Anta, o vestígio mais antigo dos primórdios da cidade é o terreno onde foi construída uma primeira capela, cujo orago foi São Sebastião. A edificação desta capela parece ter sido iniciada no final da década de 1820, graças à doação de um patrimônio de terras realizada por dois fazendeiros da região a um padre vindo da então Diocese de Mariana. Hoje, esta primeira capela não existe mais, e no mesmo terreno, próximo ao local onde ela foi erigida, está a Igreja Matriz de Pedra do Anta, cujo padroeiro continua sendo São Sebastião.

---

<sup>31</sup> Digo que foi de forma superficial uma vez que tais análises sobre o período colonial e imperial brasileiro deixaram de considerar, como sugerimos neste trabalho, a função religiosa a partir de elementos presentes no espaço, tais como mosteiros, conventos e igrejas, além das práticas religiosas como as festas religiosas e celebrações que dominavam a paisagem local impregnada da religiosidade ali desenvolvida.

<sup>32</sup> Refiro-me ao livreto publicado pelo já falecido Sr. José Pedro de Alcântara. Ver: ALCANTARA, José Pedro de. *História de Pedra do Anta: coletânea de informações, fatos e fotos históricos*. 1ª. Edição. Viçosa: Typográfica, 2004.



A documentação sobre a fundação dos municípios da Zona da Mata Mineira, tal como Pedra do Anta, é extremamente escassa e de difícil reunião, uma vez que boa parte destas cidades pertenceu a outros municípios na categoria de distritos até sua emancipação.<sup>33</sup> Ainda são poucos os esforços de organização e sistematização de informações que poderiam corroborar com a compreensão do processo de formação das cidades a partir do que Pierre Deffontaines analisou como a fundação de “cidades-patrimônio”. No próprio município de Pedra do Anta, documentos como os primeiros Livros de Tombo e do Fabriqueiro da Igreja, por exemplo, ainda não foram encontrados. No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, estou valendo-me de documentos como os Pedidos de Provisão<sup>34</sup> na tentativa de identificar quais eram os limites e referências geográficas (rios, afloramentos rochosos, etc.) utilizadas pelos moradores do então arraial, que solicitavam a Diocese a elevação da capela à condição de Paróquia, isto já nos anos de 1830-1840. Do Arquivo Público Mineiro (APM), documentos como Leis e Decretos Provinciais, bem como o Livro de Registro de Terras da Paróquia de São Sebastião, da década de 1850, estão sendo importantes para a identificação dos possíveis moradores pioneiros do arraial e os limites da Freguesia do Anta já na metade do século XIX.

Devido à escassez de informações organizadas e sistematizadas sobre Pedra do Anta, a pesquisa aqui apresentada pretende fornecer subsídios para o ensino de História e Geografia para alunos do Ensino Fundamental do Município, como também para a tomada de ações futuras relativas ao planejamento e gerenciamento urbano pelos órgãos competentes. Desta forma, objetivamos criar dois produtos, além é claro da dissertação para a obtenção do título de Mestre: um paradidático sobre a gênese da cidade de Pedra do Anta, a ser disponibilizado aos alunos do Ensino Fundamental do município e uma

---

<sup>33</sup> Pedra do Anta, por exemplo, antes de se tornar município em 1962, pertenceu as cidades de Mariana e Ponte Nova, no século XIX, e Viçosa e Teixeira já no século XX. Ou seja, a documentação desta cidade poderá está dispersa em outros arquivos municipais, isto quando estas foram preservadas. No estágio atual de nossa pesquisa, até então não encontramos documentos específicos sobre o arraial do Anta nos arquivos de Pedra do Anta, Teixeira e de Ponte Nova. Os arquivos da Câmara Municipal e de fóruns da cidade de Mariana ainda estão sendo levantados.

<sup>34</sup> Os pedidos de ereção de capelas e ermidas domésticas feitas aos bispos traziam quase sempre um relato do isolamento geográfico à qual determinado grupo humano estava submetido, assim como as dificuldades enfrentadas nas viagens até as paróquias mais próximas.

representação cartográfica da Freguesia de São Sebastião de Pedra do Anta com o uso do Geoprocessamento<sup>35</sup> e da metodologia conhecida como Cartografia Histórica<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> O Geoprocessamento é um conjunto de tecnologias que coleta e trata informações que permitem o desenvolvimento de aplicações em representações da Terra. Entre estas tecnologias presentes em nosso dia a dia, podemos citar como exemplo, o Sistema de Posicionamento Global (GPS), que utiliza satélites para a determinação da posição de um receptor na Terra. Junto a estas tecnologias, que podem e são usualmente empregadas em conjunto, são também usadas metodologias específicas para cada objetivo de pesquisa.

<sup>36</sup> A Cartografia Histórica pode ser entendida como uma metodologia interdisciplinar que possibilita a reconstituição e o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço que, por vezes, não são contemplados em outros tipos de fontes de pesquisa. O método consiste basicamente no cruzamento de dados levantados em documentos de natureza descritiva sobre determinado espaço a ser representado em um mapa que utiliza dados usados pela cartografia atual. Dai a importância do uso da tecnologia em Geoprocessamento. Geralmente são empregados em interface mapas produzidos no período em questão, como também descrições de viajantes em relatos de memória, e documentos como cartas de sesmaria e livros de registro de terras.

# **Sociabilização, distinção e fé: irmandades leigas e família parental na organização dos ritos fúnebres em Mariana (1748-1848)**

**Karina Aparecida de Lourdes Ferreira**

Graduanda em História

Universidade Federal de Viçosa – UFV

[Karina.ferreira@ufv.br](mailto:Karina.ferreira@ufv.br)

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre atitudes perante a morte entre a população testamentária marianense de meados do setecentos a meados do oitocentos. Analisamos as atribuições das comunidades religiosa e familiar no que se refere ao conjunto de cuidados entendidos como capazes de conduzir à salvação da alma. Nossa abordagem parte da consideração de que um dos pilares a mobilizar a redação dos testamentos era a preocupação em garantir o melhor destino para a alma frente à certeza da morte. Além disso, o sucesso na empreitada da salvação dependia não só da postura do testador, mas da atuação de terceiros. Dessa forma, o documento se torna espaço para a emergência de expressões demonstrativas de uma cultura religiosa, indicativas de laços de sociabilidade, envolvimento e confiança, o que buscamos investigar na análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Testamento; Ritos fúnebres; Bem morrer; Mariana.

## **Introdução**

Os estudos a respeito da morte e das questões a ela relacionadas constituem uma discussão sempre atual por se tratar de um assunto que atravessa a história e as diversas culturas. Como se sabe, o processo de envelhecimento e morte ultrapassa o viés biológico, assumindo um caráter simbólico. Por esse motivo, constitui-se como um fenômeno imbuído de valores e significados cambiantes de acordo com o contexto cultural e histórico em que está inserido. Por esta razão, a morte e o morrer seduzem estudiosos de campos de conhecimento variados, empenhados em analisar o conjunto de práticas e representações situadas em torno dela.

Nossa proposta de trabalho dialoga com a chamada história das “atitudes perante a morte”, relacionando-se com a história cultural e social. Nossa pesquisa procura mostrar como se

apresentava, da segunda metade do século XVIII a meados da centúria seguinte, em Mariana, o discurso e as práticas em torno do morrer em diálogo com os princípios católicos.

O conjunto documental que oferece subsídios a essa discussão são 155 testamentos do Cartório do 1º. Ofício de Mariana. Esses registros foram selecionados devido à sua riqueza e acessibilidade. Eles fazem parte de uma documentação que vem sendo tratada pelo Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH)<sup>37</sup>, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nos registros testamentais os indivíduos declaravam solenemente o que gostariam que fosse feito com tudo o que dizia respeito à sua pessoa após sua morte. O documento assumia uma dupla finalidade: jurídica e religiosa; configurava-se como instrumento de sucessão e herança assim como veículo privilegiado para a expressão de cuidados direcionados à salvação da alma.

#### **“E professo viver e morrer na santa fé católica”**

A preparação para a morte era concebida dentro de um conjunto de códigos fornecidos institucionalmente pelo catolicismo, considerando que “pelo menos até a segunda metade do século XIX, em todos os meios sociais e culturais, a Igreja detinha os meios de salvação após a morte.”<sup>38</sup> Em decorrência disso, faz-se necessário ter em vista o que o discurso da Igreja Católica veiculava sobre a ideia de bem morrer e das questões a ela relacionadas, identificando as conexões entre os ensinamentos católicos e os testamentos.

A representação da morte mobilizava um conjunto de elementos rituais, entendidos se tivermos em vista que para o homem religioso a morte não é apenas um “fenômeno natural”, trata-se também, e sobretudo, de “uma mudança de regime ao mesmo tempo ontológico e social: o defunto deve enfrentar certas provas que dizem respeito ao seu próprio destino *post mortem*, mas deve também ser reconhecido pela comunidade dos mortos e aceito entre eles.”<sup>39</sup> Desse modo, os ritos que envolviam os momentos anteriores e posteriores à morte se sustentaram pela necessidade de se precaver contra os perigos do *post mortem*. As práticas religiosas se organizavam como resposta ao imperativo individual e coletivo compartilhado dentro do aparato desenvolvido nos meios católicos.

A morte e seus ritos são fenômenos culturais, historicamente produzidos, e que oferecem alguns subsídios para se pensar a cultura religiosa de Mariana. Nos testamentos consultados

---

<sup>37</sup> O LAMPEH pode ser acessado no endereço <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>.

<sup>38</sup> SILVA, Eliane Moura da. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 1993. p. 154.

<sup>39</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 151.

emergem as práticas como o pedido de intercessão a criaturas celestes; o ato de acompanhar o corpo até a sepultura; a escolha do local onde o corpo deveria ser sepultado; a disposição de missas e orações a serem feitas em intenção da própria alma, assim como pela alma de familiares, conhecidos, ou pelas que estavam no purgatório.

Observa-se que a construção cultural do bem morrer estava inscrita em um universo que engloba “práticas” e “representações”<sup>40</sup>. As representações se estabelecem no ambiente de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade. As representações relativas à morte geram práticas – comportamentos, costumes e formas de convivência – e suas práticas criam representações, em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão as origens – se em certas práticas, ou em outras representações.

A partir dessas considerações, cabe o questionamento a respeito dos significados simbólicos das cláusulas espirituais testamentárias e do aparato ritual fúnebre. A estrutura discursiva da documentação vem confirmar o arranjo no campo do sagrado da religião católica. Conforme apontado por Eliane Moura, as religiões compartilham de uma estrutura no plano místico onde é visível um ordenamento das personagens no âmbito do sagrado. No que se refere ao catolicismo, em primeiro plano tem-se a figura de Deus, personagem incognoscível e o Ser supremo do qual se espera a salvação – ou a condenação. Em segundo lugar aparecem os anjos e santos, são seres ativos, intercessores junto a Deus.<sup>41</sup>

A veneração dos santos é reafirmada pelo Concílio de Trento, o documento formulado nessa ocasião orienta aos sacerdotes que incitem nos fiéis as orações aos santos, pois eles as encaminham a Deus e agem no auxílio daqueles que os invocam.<sup>42</sup> De igual forma as *Constituições Primeiras* defendem a adoração a Maria por “conter em si todas as virtudes” e aos santos e anjos por sua superioridade, reinando junto a Deus e intercedendo pelos vivos.<sup>43</sup>

Maria assume nos testamentos a função nítida de intercessora, é a primeira entidade na qual é depositada a confiança na mediação entre o humano e o sagrado, nos testamentos os direcionamentos à Virgem são comumente acompanhados de expressões como “protetora”,

---

<sup>40</sup> Ver essas noções em CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, s/d.

<sup>41</sup> SILVA. *Vida e morte*. p. 15.

<sup>42</sup> *O sacrosanto, e ecumenico Concílio de Trento em latim, e portuguez*: dedica, e consagra aos excell., e rev. senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend. Lisboa: na officina de Francisco Luiz Ameno, 1781. Tomo II. Sessão XXV p. 347-349.

<sup>43</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: Propostas e Aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Impressas em Lisboa no anno de 1719, e em Coimbra em 1720 com todas as Licenças necessárias, e ora reimpressas nesta capital. Na Typografia de Antônio Louzada Antunes. São Paulo, 1853. p. 09.

“gloriosa”, “intercessora”, “senhora nossa”, “advogada”. Maria Ferreira Filgueiras dirige sua prece à Maria do seguinte modo “(...) pesso a Deos Nosso Senhor, me perdoe meos pecados, pellos merecimentos de Nosso Senhor Jezus Christo e de Maria Santissima minha Senhora a quem torno por minha Advogada, agora e na hora de minha morte.”<sup>44</sup> Nas palavras da testadora pode-se perceber que o papel de árbitro a quem cabe o perdão dos pecados ou a condenação eterna não é deslocado da figura de Deus, Maria aparece então não como salvadora, mas como a mãe piedosa que roga a seu filho pelos pecadores arrependidos.

Num terceiro plano está a imagem do sacerdote, ele é o representante da Igreja enquanto instituição, atuando como intermediário entre seus membros e as manifestações divinas.<sup>45</sup> Os sacerdotes aparecem nos testamentos como figuras centrais no cerimonial fúnebre, devem acompanhar o féretro no momento de sepultamento e celebrar missas em memória dos defuntos.<sup>46</sup>

Por ultimo, mas não em ultimo lugar, o crente. Aquele que dá sustento material e “espiritual” às religiões.<sup>47</sup> É ele quem redige os testamentos, encomenda missas, busca o intermédio do sacerdote e a interseção dos santos. O fiel é quem garante o funcionamento das associações leigas, faz doações materiais para a manutenção das igrejas, conserva as práticas da religiosidade cotidiana, é quem se empenha em garantir a salvação e a vida eterna.

Essa estrutura funciona como um mecanismo de controle sobre os anseios e temores humanos, sobretudo diante das incertezas que rondam o destino ultimo do homem, a finitude da vida, o grande desconhecido. O sucesso das religiões se deveu à capacidade de lidar com o desconhecido, de atuar no campo das sensibilidades, combinando medo e esperança.<sup>48</sup>

Esse arranjo é perceptível na documentação, se por um lado o que motiva os indivíduos a testar é o medo da condenação, o que está embutido nisso é a perspectiva de poder ser salvo. O texto, em sua abertura, deixa tal combinação evidenciada, com algumas variações lê-se: “temendo me da morte que a todos He infalível desejando por por a minha alma no caminho da salvação por não saber quando Deos será servido de me levar para si faço este meu testamento na forma

---

<sup>44</sup> ACSM. Inventário com testamento de FILGUEIRAS, Maria Ferreira. Códice 113, auto 2348. Ano 1830. Mariana.

<sup>45</sup> SILVA. *Vida e morte*. p. 16.

<sup>46</sup> Conforme solicitado por Anacleto Gonçalves da Cunha: “acompanharão os sacerdotes que os meus testamenteiros quiserem e diram Missa de corpo presente de esmolla de mil e dusesentos cada huma” ACSM. Inventário com testamento de CUNHA, Anacleto Gonçalves da. Códice 323. Ano 1837. Mariana.

<sup>47</sup> SILVA. *Vida e morte*. p. 16.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *Vida e morte*. p. 16-17.

seguinte.”<sup>49</sup> A morte é certa e está envolta em uma aura de medo, mas o medo não exclui o desejo de ser salvo, por isso é preciso se prevenir, ter um plano que faça do temor algo suportável.

### **As práticas do bem morrer: um apelo à memória**

O espaço destinado às práticas cerimoniais fúnebres é o mais propício à expressão dos vínculos parentais e religiosos. As fontes estudadas apontaram para a atribuição de responsabilidades às comunidades religiosa e familiar no que se refere ao conjunto de cuidados entendidos como capazes de conduzir à salvação da alma. Não era desejado que todo o processo que compreendia a morte fosse vivido na solidão, por isso esses laços assumiam particular importância. Não só no que se refere ao conforto do agonizante e de sua família, a assistência se dirigia ao preparo do funeral e à intercessão por meio de orações pela alma do morto.

A agremiação em irmandades assegurava benefícios temporais e espirituais aos devotos. Cabia às irmandades a organização dos ritos de despedida desde a assistência na doença até a realização de orações em intenção dos falecidos, o que envolvia, além disso, a concessão de mortalhas, a disponibilização das sepulturas e o acompanhamento do féretro. A importância dessas garantias é confirmada pela presença constante de pedidos pelo comparecimento das associações leigas nas cerimônias fúnebres.

As menções aos laços de parentesco podem ser vistos mais explicitamente no espaço destinado à herança e à escolha do testamenteiro. A indicação do testamenteiro pressupunha confiança, uma vez que esse era encarregado de todas as questões pendentes após a morte do testador. Eram nomeados “procuradores, administradores e bem feitores” dos bens do falecido, autorizados a realizar todas as transações financeiras necessárias. Deveriam cumprir as disposições incluídas no testamento, onde, às vezes se antevia até o mais ínfimo procedimento, mas também frequentes eram as disposições que deixavam a preparação dos ritos fúnebres parcialmente ou até mesmo totalmente a cargo dos testamenteiros. No decorrer do recorte cronológico os testadores foram se restringindo cada vez mais ao núcleo dos familiares mais próximos e a eles coube uma crescente responsabilidade para com os cuidados fúnebres.

Nos testamentos estudados, a cerimônia de sepultamento incluía basicamente quatro aspectos: a escolha do local da sepultura, as vestes fúnebres, o pedido de acompanhamento do féretro, e a solicitação de sufrágios. A escolha pelo enterramento em igrejas ou capelas é associada à

---

<sup>49</sup> ACSM. Inventário com testamento de SILVA, Antônia Leme da. Códice 018, Auto 0525. Ano 1810. Mariana.



noção de “sacralidade do solo” onde os mortos fariam sua morada até o Juízo Final.<sup>50</sup> Nas *Constituições Primeiras* recomendava-se o enterramento em lugares sagrados para que se evitasse o esquecimento do finado. Nas igrejas o ausente se fazia de certa forma presente, perpetuando sua memória como garantia de orações em benefício da alma e, por conseguinte o alívio das penas do Purgatório.<sup>51</sup> Garantir a sepultura eclesiástica era uma preocupação constante entre todos os testadores. As *Constituições* salientavam a importância de conceder enterramentos em locais sagrados, mas faziam restrições destes para, dentre outros, hereges, judeus, excomungados e pagãos “que nunca receberão, nem pedirão o Sacramento do Batismo”<sup>52</sup>, e a seguir, após recomendar o exame cuidadoso dos casos em que não poderá ser concedido o sepultamento, concluía-se “e pelo defunto que for enterrado fóra do sagrado, se não dirá Missa, nem farão Offícios, nem por elle se receberá benefício algum, nem orará, nem rezará publicamente.”<sup>53</sup>

A escolha do local da sepultura poderia obedecer também à ideia de pertencimento a uma comunidade, de estar num ambiente familiar, próximo de onde se residia e daqueles com os quais foram estabelecidas relações ao longo da vida. A preferência manifestada nos testamentos pelos espaços sagrados próximos da residência ou do local de nascimento é interpretada por João José Reis como demonstração de um “espírito de comunidade” que se prolonga mesmo após a morte. “Nascimento e morte, começo e fim, convergiam para o mesmo lugar, marcando o fechamento do círculo do tempo com uma promessa de reinício.”<sup>54</sup>

O alferes Antônio Dias dos Anjos em julho de 1785 redige seu testamento através do qual ele declara querer ser enterrado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga onde ele vivia. O testador afirma ser irmão das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Conceição e de São Miguel e Almas, e deseja ser sepultado em cova de qualquer uma dessas irmandades, como lhe é de direito. Como se pode ver, Antônio dos Anjos conjugou as duas preferências que influenciam a decisão pelo local da sepultura, a saber, o espaço sagrado e o “espírito de comunidade”. Mais adiante o testador faz uma interessante solicitação “pesso pello amor de Deos e pellas Rogas de Jesus Christo a todos os meus filhos e filhas Se lembre de minha alma com hum padre nosso e huã ave Maria aos menos cada vez que forem a Igreja donde eu fallecer digo eu for Sepultado”<sup>55</sup>. Nesse trecho se percebe a conexão entre a importância da

---

<sup>50</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. p. 234.

<sup>51</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p.295.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_, p. 301.

<sup>53</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p. 303.

<sup>54</sup> REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p. 186.

<sup>55</sup> ACSM. Inventário com testamento de ANJOS, Antônio Dias dos. Códice 013, Auto 0427. Ano 1787. Mariana.

intercessão dos vivos pelos mortos, a necessidade de se fazer lembrar, e o papel do local da sepultura, que, nesse caso, não só era um espaço sagrado como também um local frequentado pela família.

Em se tratando das vestes mortuárias, embora sua escolha fosse bastante flexível<sup>56</sup>, podendo variar bastante conforme a vontade do testador, em nosso corpo documental há uma clara preferência pelos hábitos franciscano, carmelita e, no caso dos clérigos, vestes sacerdotais. Para Ana Cristina Araújo o uso de hábitos religiosos estava relacionado à crença de que as vestes atraíam benefícios espirituais.<sup>57</sup> Também devemos acrescentar a grande popularidade das ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis em Mariana, se destacando pela disposição de recursos materiais, demonstrado pela edificação de seus templos. Possivelmente elas eram responsáveis pelos enterramentos mais ricos em detalhes e pelos maiores cuidados com os rituais *post mortem*.

O pedido de acompanhamento direcionado aos sacerdotes reforça o papel dos clérigos como representantes da Igreja enquanto instituição, atuando como intermediários entre os fiéis e as manifestações divinas. Os sacerdotes aparecem nos testamentos como figuras centrais no cerimonial fúnebre, devem acompanhar o féretro no momento de sepultamento e celebrar missas em memória dos defuntos.

A preocupação com os sufrágios é uma constante na documentação, até o final de nosso recorte cronológico não é comum encontrar testamentos que não contenham nenhum pedido de missa. As solicitações de missas eram feitas em memória da alma do defunto, bem como das almas de seus familiares, e ainda das que estavam no purgatório.

O Purgatório aparece como um local ou uma temporalidade intermediária entre a salvação e a condenação eternas. As almas que habitam o Purgatório ali estão provisoriamente, até purgarem seus pecados para serem conduzidas a outra dimensão. Como se pode ver no relato de Antônio Matos: “ordeno que mandem dizer outras duzentas missas pellas mais nessesitadas almas que estão no purgatorio para que brevemente sayão dellas”<sup>58</sup>. Além de seu caráter provisório, se depreende das considerações de Antônio Matos a noção de intercessão dos vivos pelos mortos, o tempo de estadia no “terceiro local” poderia ser reduzido pela intervenção da comunidade religiosa. Eliana Moura sintetiza a concepção do Purgatório ao explicar que

---

<sup>56</sup> REIS. *A Morte é uma Festa*. p. 119.

<sup>57</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Notícias editorial, 1997. p. 234.

<sup>58</sup> ACSM. Inventário com testamento de MATOS, Antônio Lopes. Códice 040, Auto 0922. Ano 1769. Mariana.

O Purgatório como um lugar intermediário onde as almas pudessem aplacar, penitencialmente, seus erros menores e preparar-se para a oportunidade de remissão dos pecados e a salvação eterna, abrandou os castigos infernais. Aumentou as perspectivas salvacionais da religião cristã, assim como definiu uma nova relação entre mortos e vivos.<sup>59</sup>

Desse modo, o terceiro local se afigura como uma espécie de válvula de escape, uma solução para a desesperança diante das ameaças e do risco quase certo da condenação. Além disso, como assinalado, as relações entre vivos e mortos assumem uma nova configuração, formam-se teias de solidariedade onde os vivos oram pelas e para almas dos falecidos, para que elas sejam salvas e também para que intercedam por eles.

O testamento do capitão Antônio Brandão Lisboa é demonstrativo da atuação dos vivos em benefício dos mortos:

Item nesta cidade Marianna sincoenta Missas pellas almas do purgatorio [...] = Item no Ryo de Janeiro deixo se mandem dizer vinte missas ao Senhor Sam José oferessidas ao Padre eterno em honrra das tres horas em que Nosso Senhor Jesus Christo esteve agonizante sobre o sagrado pinho da crus em sufragio das almas do Purgatorio em sastisfação das minhas penitencias mal compridas = Item deixo se me digam no Ryo de Janeiro trinta e quatro Missas no Altar do Senhor dos pasos em honrra e louvor dos trinta e quatro annos que o senhor andou no Mundo por minha tenção applicadas pellas almas<sup>60</sup>

Jacques Le Goff observa esta “confiança dos cristãos na eficácia dos sufrágios”, e acrescenta que

Os sufrágios pelos mortos supõem a formação de longas solidariedades de um lado e de outro da morte, relações estreitas entre vivos e defuntos, a existência, entre uns e outros, de instituições de ligação que pagam os sufrágios – como os testamentos – ou fazem deles prática obrigatória – como as confrarias.<sup>61</sup>

Conforme apontado, o sucesso da entrada no reino de Deus dependia não somente da conduta do testador em vida, continuava ainda a depender do mundo terreno pelos sufrágios que se faziam. Dentro dessa lógica se inserem a própria escolha do local de

---

<sup>59</sup> SILVA. *Vida e morte*. p. 129.

<sup>60</sup> ACSM. Inventário com testamento de LISBOA, Antônio Brandão. Códice 043, Auto 0984. Ano 1769. Mariana.

<sup>61</sup> LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. 2.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 25.

sepultamento e a solicitação de missas a serem celebradas em memória da alma do defunto, bem como das almas de seus familiares, e ainda das que estavam no purgatório.

É interessante notar, além disso, no posicionamento da Igreja e na leitura dos testamentos, a luta travada contra o esquecimento. O traço que emerge a partir de todas essas considerações é o papel ocupado pela memória na religião cristã. Se fazer lembrar era necessidade premente, era o fundamento de todas as cláusulas e práticas fúnebres.

Le Goff destaca que o cristianismo, assim como o judaísmo, são “religiões da recordação”.<sup>62</sup> Porque o aspecto da fé e do culto foi edificado sobre atos divinos do passado, mas também porque os preceitos dessas religiões insistem fundamentalmente na necessidade da lembrança. Nesse sentido está a celebração eucarística como memória cotidiana do sacrifício de Jesus Cristo; os registros de óbitos onde se perpetuam os nomes dos fiéis defuntos; a instituição, no século IX, do dia de finados a ser celebrado a 02 de novembro em nome da memória dos mortos; a introdução da oração pelos falecidos no cânon da missa.<sup>63</sup>

No Brasil, nas legislações eclesiásticas publicadas em 1707, a condenação do pecado e o incentivo da preparação para uma boa morte aparecem em vários momentos. Num trecho que trata dos sinais que devem ser feitos pelos defuntos nos é apresentado a seguinte orientação:

Justamente se introduzio na Igreja Catholica o uso, e signaes pelos defuntos; assim para que os fieis se lembrem de encomendar suas almas a Deos nosso Senhor, como para que se incite, e avive nelles a memoria da morte, com a qual nos reprimimos, e abstemos dos pecados.<sup>64</sup>

Como se vê, a “memória da morte” torna-se importante instrumento para a fixação de preceitos católicos. Ela mobilizava as sensibilidades humanas para que se prevenisse contra as penas eternas do Inferno.

### **À guisa de conclusão**

A partir de tudo que foi apresentado, ficou claro que o falecimento não significava pura e simplesmente deixar de existir no mundo dos vivos. Para além disso, a morte e o morrer tratavam-

---

<sup>62</sup> LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, vol.1, p. 24.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. *Enciclopédia Einaudi*. p. 26-28.

<sup>64</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p. 291.

se de construções sociais e culturais, e assumiam papel de destaque na própria existência do indivíduo e da comunidade, mesmo que pareça contraditório. Como estabelecido pela igreja católica, era preciso pensar na morte para bem viver. A dimensão exterior das práticas e dos costumes cerimoniais que envolviam a morte esteve sustentada por outra interior e dotada de significados. A reunião de todo aquele componente simbólico atuava como meio para conseguir a salvação cristã.

A morte vista enquanto momento a partir do qual o indivíduo perde a capacidade de fazer valer suas escolhas pessoais explica a função do testamento: o documento que consegue postergar para além do falecimento as decisões do indivíduo. Mas, por outro lado, fica evidente na documentação o poder atribuído a outras instâncias: família, comunidade religiosa e ao próprio testamenteiro.

Podemos concluir, a partir do que foi exposto, que as recomendações de cerimônias e orações indicam a relevância das celebrações e a assistência da coletividade para que se conquistasse uma morte cristã. Conservar para após a morte uma determinada memória no mundo dos vivos constituía em necessidade básica para a manutenção de solidariedades entre vivos e mortos, tornando o morrer não mais uma experiência solitária.

# A Representação da Mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento

**Miriã Noeliza Vieira**

Especialista em História, Arte e Cultura – UEPG  
miriavieira@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo se propõe a analisar a representação da mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento. Partiu-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar as representações que associam a mulher. Para isso selecionamos três mulheres, Joquebede, Ana e Ester no qual demonstram características peculiares entre si, mas ao mesmo tempo o ser mulher aparece em destaque entre elas. 98 A partir das reflexões de conceito de gênero abordadas por Joan Scott (1995), Maria Izilda Santos de Mattos (1997), Rachel Soihet (1997), Margareth Rago (2003), Joana Maria Pedro (2005). Que definem gênero como uma categoria multidisciplinar de reconstruir as experiências das excluídas da história tradicional. Outro conceito que dá a base teórica para análise neste artigo é a da Representação Social de Serge Moscovici (2003), Celso Pereira de Sá (1995), segundo os quais, a representação social possibilita a compreensão das relações dos mundos sociais e individuais numa sociedade em constante transformação. Por fim trouxemos algumas considerações finais sobre a análise realizada sobre estas três mulheres na Sagrada Escritura e quais a representatividade delas como mulher, uma vez que cada uma delas se destaca em papéis específicos na sociedade na qual estavam inseridas.

**PALAVRAS – CHAVE:** Representação; Mulher; Sagrada Escritura; Antigo Testamento.

## Introdução

O presente artigo o tem por objetivo analisar a representação da mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento. Partiu-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar as representações que associam a mulher. Para isso selecionamos três mulheres, Joquebede, Ana e Ester no qual demonstram características peculiares entre si, mas ao mesmo tempo o ser mulher aparece em destaque entre elas.

Neste caso, a Bíblia é pensada e analisada como um documento histórico, passível de múltiplas leituras, como destaca Chartier<sup>65</sup>:

Por um lado, a leitura é a prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.

Como uma leitura sistemática, a bíblia possui uma conjectura de ideologias e valores, que permite analisar o papel da mulher em uma determinada época. Desta maneira este artigo tem como ponto inicial um breve apontamento da teoria da representação social e gênero, e pôr fim a análise do que foi proposto.

### **Representação Social e Gênero**

O conceito de Representação Social é utilizado neste artigo porque ele possibilita a compreensão das relações dos mundos social e individual numa sociedade em constante transformação. Como destaca Jodelet (JODELET, 1989 apud, SÁ, 1995 p.32) “representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”<sup>66</sup>.

Segundo Arruda<sup>67</sup> “À Teoria das Representações Sociais – TRS – operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”, ou seja, existem duas formas de pensamento: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo, porque tem finalidades diferentes.

O universo consensual é aquele que se dá no campo do senso comum, na vida cotidiana, neste não há distinções entre as pessoas, todas são iguais e livres, todas podem

---

65 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representação*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p.123.

66 SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.p. 19-45, p. 32.

67 ARRUDA, Angela. *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, n.º 117, novembro/2002. p.127-147, p.129.



falar com a mesma autoridade. Já o universo reificado é aquele que se dá no campo científico, composto por diferentes papéis e classes, cujas pessoas são desiguais, é um campo completamente hierarquizado. Neste universo a competência adquirida determina o grau de participação, é o campo dos especialistas.

O contraste entre esses dois universos é que de um lado estão as pessoas comuns, e do outro os cientistas com seus papéis bem definidos. Dentro desses universos a ciência compreende o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam do universo consensual.<sup>68</sup> Todavia apesar de terem intenções diferentes são eficazes e imprescindíveis para o ser humano.

Na Teoria das Representações Sociais há dois processos importantes que esclarecem como se dá a representação dos novos objetos de conhecimento pelos indivíduos, uma denominada objetivação e outra ancoragem, que Cardoso<sup>69</sup> explica da seguinte forma:

O da objetivação (que compreende a três fases da construção seletiva da esquematização estruturante e da naturalização), através do qual se provê um contorno (imagem, figura) a determinadas ideias ou noções; e o da ancoragem, que assegura a vinculação social da representação, tanto em relação aos valores cognitivos de sentido e saber com que deve ser coerente no grupo social que se vê surgir quanto pela atribuição de um valor funcional a seu contexto específico.

A objetivação é o processo de unir a ideia do não familiar com o da sua própria realidade. Já o processo de ancoragem é realizado sob dois aspectos: o da classificação e da nomeação é quando o indivíduo classifica e dá nome a alguma coisa, ou seja, reduz o novo objeto de conhecimento a categorias e a imagens conhecidas, e as coloca num conjunto familiar. Para Moscovici, tanto a “ancoragem e a objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória.”<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> FERREIRA, Angela Ribeiro. *Representações Sociais e Ensino de História*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005. p.77-78.

<sup>69</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Orgs) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.p. 9-10.

<sup>70</sup> MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigação em psicologia social*. 2a. edição. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.78.

No campo da educação o conceito de Representação Social aparece como muita frequência que segundo Gilly<sup>71</sup>.

O interesse essencial da noção de representação social para a compreensão de fatos da educação é que ela orienta a atenção sobre o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo. Ela oferece uma nova via para a explicação de mecanismo pelos quais os fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam os resultados deles.

Dessa maneira a Teoria das Representações Sociais pode contribuir para analisar os caminhos suaves das mulheres, no material didático. Este que é um elemento importante no processo educativo escolar no Brasil. Sendo que

O campo educativo aparece como um campo privilegiado para ver como se constroem, evoluem e se transformam as representações sociais no seio de grupos sociais e nos esclarecer sobre o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua<sup>72</sup>.

Segundo Joana Pedro, “entrar para história tem sido um valor disputado”<sup>73</sup>, principalmente para as mulheres, já que a historiografia tradicional dava destaque aos grandes acontecimentos, fatos e heróis que em sua maioria eram masculinos. Mas isto mudou com a renovação que a Escola dos Annales trouxe para a historiografia, quando introduziram a utilização de novas fontes, novos personagens, novas perspectivas de análise, dando especial atenção os esquecidos, propondo uma “história vista de baixo”<sup>74</sup>. Como destaca Matos<sup>75</sup>, “essa crise de identidade da história levou à procura de “outras histórias”, o que levou a ampliação do saber histórico e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero”.

---

<sup>71</sup> GILLY, Michael. As representações sociais no campo educativo. *Educar*, nº19. Curitiba, 2002.p.231-252, p.232.

<sup>72</sup> GILLY, Michael. As representações sociais no campo educativo, p.232.

<sup>73</sup> PEDRO, Joana M.. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. nº 2. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1994, p.83.

<sup>74</sup> SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p.62.

<sup>75</sup> MATOS, Izilda S de. *Por uma História da Mulher*. Coleção Essência. Bauru, SP: EDUSC, 2000.p. 6-231, p.86.

Nesse sentido, o livro didático tem sido um elemento de apoio de análise no campo educacional para compreender as representações de gênero, raças, etnias, classes sociais. Já que:

Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades "características" de homens e atividades de mulheres. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados.<sup>76</sup>

A utilização desta teoria no trabalho parte da explicação dada pelo seu principal representante, Serge Moscovici, (2003, p.233) que diz que o indivíduo só existe dentro da rede social e toda sociedade é resultado da interação de milhares de indivíduos. Sendo assim, mesmo as cartilhas não sendo do campo específico da História, elas podem apresentar representações comuns da sociedade em que foram produzidas, pode absorver discussões públicas, do universo consensual, daquele momento histórico, em que o papel das mulheres na sociedade era tão debatido.

### **Joquebede, Ana e Ester: o ser mulher**

Nossa ênfase será dada, em Joquebede, Ana e Ester mulheres estas que representam o ser mulher na escritura sagrada, evidenciando o perfil da mulher, que seria casada, mãe, dona de casa, professora de seus filhos e como plano de fundo o universo do lar como cenas das experiências femininas. As representações da mulher e do homem na bíblia foram construídas destacando o papel social de cada um deles na sociedade, enfatizando quais eram as responsabilidades e as obrigações das mulheres no período.

Essas mulheres trazem consigo uma personalidade muito marcante:

Joquebede foi a mãe de Moisés, contudo passou por alguns percalços para conseguir que seu bebê sobrevivesse da morte destinada para os recém-nascidos meninos hebreus.

---

<sup>76</sup> LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008, p.70.

Ana era casada por alguns anos e ainda não era mãe, e naquela época uma mulher não ser mãe era uma vergonha, orou intensamente para Deus no templo, que o profeta Eli pensou que ela está embriagada, passados algum tempo ela se tornou mãe de um menino: Samuel que foi dedicado ao Senhor, no qual com pequena idade foi morar no templo.

Já Ester, ou Havassa, era uma mulher linda, que foi escolhida para casar com o rei Assuero, porém a sua luta, não foi para salvar seu filho, para ter um filho, sua luta foi para livrar o povo judeu da morte, ela e o povo jejuaram por três dias, e mesmo sabendo que se entrasse na sala do rei sem permissão era condenada à morte. Mas ela não pensou em sua vida mais em como salvaria o seu povo.

### **Considerações Finais**

Ao analisarmos a vida destas três mulheres percebemos semelhanças e diferenças entre si, porém a força e o ser mulher é destacado, Joquebede de salvar a vida de seu filho, Ana de ser mãe e Ester de salvar seu povo. Contudo o ser mãe fica mais em evidencia, retratando que a mulher tinha o dever de ser mãe, independentemente do tempo. Já Ester percebemos uma mulher lutadora que não pensava em si mais em seu próximo.

Desta maneira independente do tempo, século e ano, a mulher sempre será questionada no seu lado mãe, do lar.

# O abraço sagrado da Senhora das Batalhas: representações da deusa Inanna na Antiga Mesopotâmia.

Simone Aparecida Dupla

Mestranda em História (Bolsista CAPES/Araucária)

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

[cathain\\_celta@hotmail.com](mailto:cathain_celta@hotmail.com)

**RESUMO:** Entre as diversas divindades presentes na sociedade mesopotâmica, a deusa Inanna parece ser uma das mais complexas. Tanto que seu status dentro do panteão tem sido nas últimas décadas revisitado. Este trabalho analisou as representações acerca da sexualidade divina presentes no culto a Inanna. Para tal utilizamos textos datados do final do terceiro milênio e do período babilônico antigo que fazem menção a essa deusa. Por meio da noção de representação de Chartier (1990) e de sagrado de Eliade (1992) buscou-se salientar as características do culto à Inanna e sua intervenção nas relações sociais. Percebe-se que as relações sexuais, o amor e o erotismo seriam formas de contato e expressão do sagrado na Mesopotâmia, modelos de conduta a ser seguidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade divina; Inanna; Mesopotâmia.

## Introdução.

*Uruk*, a cidade tutelar da deusa *Inanna*, ficava na região que corresponde a atual Warka, a uns três quilômetros da atual Bagdá. Esteve habitada desde o quarto milênio a.C. O *Eanna* era o santuário consagrado à deusa *Inanna*, as referências a essa deusa aparecem nesse complexo templário desde o final do período de *Uruk* Antigo (3800-3200 a.C.), como atestam os trabalhos da arqueóloga Krystyna Szarzynka.<sup>77</sup> Já nesse período encontram-se inscrições de oferendas a três personificações dessa divindade: *Inanna* do Amanhecer, *Inanna* do Entardecer e *Inanna* Princesca, sendo que os dois primeiros fazem menção a uma das representações da divindade como o planeta Vênus.

A ligação de *Inanna* com a cidade de *Uruk* pode ser atestada pelo mitema *A árvore de Hullupu*<sup>78</sup>, que apresenta a divindade como a jovem senhora que passeando pelas margens do Eufrates encontra uma árvore de *Hullupu* sendo levada por suas correntezas. Ao tirar a

<sup>77</sup> SZARZYNSKA, Krystyna. *Offerings for the Goddess Inanna in Archaic Uruk*. Revue d'Assyriologie. Paris: Gabala, 87, 1993, p. 7-29.

<sup>78</sup> WOLKSTEIN, Diane; KRAMER, S.N. *Inanna queen of heaven and earth: her stories and hymns from Sumer*. New York: Harper & Row, 1988, p. 4-9.

pequena muda das águas e plantá-la em seu Jardim Sagrado, a divindade metaforicamente acolhe os sumérios que pela via fluvial haviam ancorado nessas paragens.

Essa narrativa diz ainda que *Inanna* cuidou do broto com suas mãos e esperou até que este crescesse para que se tornasse sua cama e seu trono, o que ocorreu após alguns percalços e com o auxílio do mais famoso herói e rei de *Uruk*, Gilgamesh. A construção do espaço sagrado, a domesticação ou simbiose com os habitantes autóctones são indícios de que a divindade já tinha seu culto bem raigado quando da chegada dos sumérios<sup>79</sup> por volta de 3500 a. C.

Os mitos mesopotâmicos fazem referência ao ato sexual em diversas narrativas. As representações mitológicas no universo mesopotâmico foram criadas, sentidas e perpetuadas por mecanismos diversos, os quais vão de encontro ao conceito de representação do historiador Roger Chartier. Para o autor, os discursos sobre a realidade produzida por determinado grupo, embora tendam a universalidade, seria sempre o reflexo dos grupos que as constituíram<sup>80</sup>.

Dessa forma, essas representações também demarcavam lugares sociais, formatavam maneiras de ser de indivíduos e do grupo. Elas produziam identidades, normas comportamentais ideologicamente aceitas e adaptadas a contextos distintos. O mito era uma produção cultural, fruto da atividade humana, ligado a sua realidade sociocultural e temporal.

A literatura, os mitos e os hinos onde essa deidade era a protagonista trazem inúmeras referências às práticas sexuais, como forma de externar regras de cortejo e práticas sociais. As formas de prazer presentes no *hierogamos* da divindade apontam para aspectos e formas aceitáveis do ato sexual, para normas de cortejo e de relacionamentos a que a os jovens solteiros estavam sujeitos. Nas falas de *Inanna* percebe-se o desejo de setores distintos. As narrativas dessa divindade aproximavam elementos divinos e mundanos.

---

<sup>79</sup> Embora esta interpretação seja meramente especulativa, pois o texto que trata desse mitema é de período posterior, essa hipótese não pode ser descartada, uma vez que a documentação escrita descende da tradição oral com a qual conviveu durante toda a história desses povos.

<sup>80</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

*Inanna* era apresentada nas narrativas sempre como a jovem mulher, ao falar sobre o casamento teve uma discussão acalorada com o irmão, o deus sol *Utu*. *Inanna* questionava *Utu* sobre aquele que dividiria o leito nupcial com ela, quem iria para cama com ela. O irmão informou que o casamento já estava acertado com o pastor Dumuzi, o que não a agradou<sup>81</sup>.

A deusa apresenta sua vontade, preocupação e justificativas para recusar o futuro marido. No discurso aspectos materiais, a satisfação sexual, o prazer e a paixão aparecem como elementos importantes para as núbeis mesopotâmicas. Por isso, embora o pastor não a agradasse como pretendente, os seus presentes e a segurança material que ele oferecia tanto para ela quanto para o grupo fazem com que a *Inanna* repense sua posição, sem, no entanto abrir mão de satisfazer-se enquanto mulher.

A divindade então arruma-se para as núpcias, o ritual inclui uma espécie de “dia da noiva”, em que ela usa de artifícios e artefatos para seduzir. A cerimônia inicia-se com a preparação de *Inanna* para encontrar o futuro esposo e deixar-se levar até o leito nupcial. Ela banha seu corpo e besunta com óleo perfumado, coloca o vestido real, provavelmente uma roupa utilizada especificamente para este fim, deixa seu dote pronto, coloca o colar de lápis-lazúli, pega seu selo e espera ansiosa pelo pretendente<sup>82</sup>.

Este chega com um cortejo, fica encantado com a visão de *Inanna*, o texto diz que esta encontra-se tão bela quanto à luz da lua. Então ele a abraça, roçando seu pescoço no dela e a beija. A ideia do contato físico intenso transparece nessa passagem, pois de que forma os pescoços podem roçar um no outro senão pelo enlaçar dos corpos? A divindade então profere uma espécie de juramento, que deve ser lembrado por todos, passados da boca ao ouvido, contato pelo ancião ao jovem, ou seja, perpetuado pela tradição.

Formula novamente a pergunta sobre o ato sexual, usando metáforas para o sexo, questiona sobre quem irá arar sua cornucópia que encontra-se cheia de expectativas como a lua nova, compara sua genitália ao barco do céu, ao campo alto e ao chão molhado que espera que a enxada venha arar. Dumuzi então responde ao juramento, dizendo que ele irá

---

<sup>81</sup> WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 30-49.

<sup>82</sup> WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 30-49.



satisfazê-la, irá arar sua terra fértil. *Inanna* o chama para o leito e lhe pede para que are sua vulva.<sup>83</sup>

O rei excita-se, seu órgão sexual era comparado ao cetro erguido. Ao vê-lo excitado, *Inanna* pronunciava uma canção de felicidade, que parece indicar os preliminares do ato sexual, pois sugere *Dumuzi* como sendo um homem voluptuoso e ousado, pois acariciou a área abaixo do umbigo da divindade, passando suas mãos por entre as coxas, o texto se refere a *Dumuzi* como aquele que os quadris da divindade amam<sup>84</sup>, ou seja, que a satisfazia.

Mas *Dumuzi* também devia cantar a ela, as metáforas comparam o corpo da deusa a natureza, seus seios eram comparados aos campos. Dumuzi a convida para ir até o jardim, o que possivelmente era uma referência ao leito nupcial, onde ele diz que gostaria de plantar a doce semente coberta de mel, ou seja, consumir o casamento. Então eles seguem para o leito nupcial onde passam a noite entre o sexo e carícias, até que adormecem abraçados e de mãos dadas.

A narrativa segue ainda com a fala da deusa, que deve atestar ou relembrar o que ocorreu na ocasião anterior, uma espécie de retrospectiva da consumação:

Eu me banhei para o touro selvagem  
Eu me banhei para o pastor Dumuzi,  
Eu perfumei minha pele com óleo,  
Eu molhei os lábios com o doce perfume de âmbar  
Eu pintei os olhos com Khol.  
Ele esculpiu meus quadris com suas doces mãos,  
O pastor Dumuzi, encheu meu colo com creme e leite,  
Ele acariciou meus pelos púbicos,  
Ele agitou meu útero.  
Ele tocou com suas mãos a minha sagrada vulva.  
Ele tocou minha nau estreita com seu leite  
Ele acariciou-me no leito.  
Então eu acariciei o alto sacerdote no leito  
Eu acariciei o fiel pastor Dumuzi,  
Eu acariciei seus quadris, a força do pastoreio da terra.  
Eu decretei um doce destino para ele.<sup>85</sup>

Esse testemunho da divindade pode ter sido utilizado para atestar que *Dumuzi* cumpriu fielmente com sua função marital, proporcionado prazer a *Inanna*. A deusa o

<sup>83</sup> \_\_\_\_\_ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 37.

<sup>84</sup> \_\_\_\_\_ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 37

<sup>85</sup> WOLKSTEIN; KRAMER. *Inanna queen of heaven and earth*, p. 44.

recompensaria oficializando-o no trono e distribuindo prosperidade, sabedoria e proteção, como demonstra o final da narrativa que conclui com as palavras de Ninshubur, provavelmente uma alta sacerdotisa, que bendiz o reinado de *Dumuzi* enquanto este satisfaça a deusa<sup>86</sup>.

Os ritos desse casamento podem ter sido uma cerimônia reproduzida por todo jovem casal nessa sociedade, pois o espaço sagrado era reconfigurado e reencenado em escala microscópica. Segundo Eliade o homem das sociedades tradicionais reproduzia o macrocosmo no seu lar, a casa era uma espécie de microcosmo sacralizado<sup>87</sup>, o que nos leva a crer que as práticas sexuais dos deuses eram seguidas pelos homens.

É importante notar que o rito previa carícias preliminares entre os amantes e a satisfação da divindade, o cuidado no toque e nas palavras de sedução. *Inanna*, ao demonstrar desejos, vontades e expectativas em relação ao ato sexual, representava a ideologia feminina sobre o matrimônio e suas práticas.

Outro texto intitulado “Um tigi para Inana e Dumuzi<sup>88</sup>” mostra a divindade como alguém que encontra o amante as escondidas, vivendo um romance que se não era proibido, não era adequado as jovens agir de tal forma. Nesse poema, *Inanna* se preocupa por ter ficado muito tempo na companhia de Dumuzi e não saber o que dizer a mãe por ter tardado tanto fora de casa. O amante a orienta a mentir que estaria com suas amigas dançando e ouvindo música, assim esquecer-se das horas.

Essas canções ou hinos atestam uma relação de forças onde diversos grupos femininos buscavam legitimar suas práticas por meio das ações da deidade e manter um mínimo de liberdade para suas práticas sexuais. Este hino, da época de Iddin-Dagan<sup>89</sup>, por exemplo, sugere a continuidade dos votos e rituais relacionados à *Inanna*, durante o Akitu:

No ano novo, no dia da celebração dos ritos,  
Preparam o tálamo para minha Senhora,  
Ela se purifica com óleos perfumados e perfumes de resina de cedro.  
Para minha Senhora se estende um leito,  
Estende-se sobre ele uma bela coberta,  
Para que nesta coberta (lençol) “alegria do coração”  
Esteja confortável.

<sup>86</sup> \_\_\_\_\_ . *Inanna queen of heaven and earth*, p. 49.

<sup>87</sup> ELIADE, Micea. *Aspectos do mito*. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem/edição 70, 1967.

<sup>88</sup> ETCSL: t.4.08.08. *Um Tigi para Inana (Dumuzid-Inana H)*. Disponível em: <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/cgi-bin/etcsl.cgi?text=t.4.08.08#>.

<sup>89</sup> Terceiro rei da dinastia de Isin (1974-1954).

Minha senhora realiza abluções rituais para o abraço sagrado,  
Ela se lava para o encontro com o rei.  
Ella se lava para o abraço com Iddin-Dagan,  
A pura *Inanna* se lava com sabão,  
Acaricia o colo com óleo perfumado de cedro.  
O rei com (a frente alta) excitado acode ao abraço sagrado,  
Ao abraço de *Inanna* acode com majestade.  
Ama-ushumgal-anna encontra-se ao seu lado,  
Regozija-se como abraço sagrado.  
A pura *Inanna* depois de ter se regozijado no leito com o abraço ritual,  
A Senhora, satisfeita como abraço ritual,  
Distrai-se com ele no leito.<sup>90</sup>

Em um hino da época do rei Shusin<sup>91</sup>, denominado um *Balbale para Inanna*, esta aparece como a amante do rei, o hino mostra o desejo sexual da divindade, que entre ardores e fremidos pede para tocar e ser tocada:

Oh meu amante, querido de meu coração,  
O prazer que me dás é doce como o mel,  
Oh meu leão, querido de meu coração,  
O prazer que me dás é doce como o mel  
Você me conquistou: eis-me aqui tremula diante de ti; [...]   
[...] Desejo, meu amante, que me conduzas ao teu leito.  
Meu amante permita-me que te acaricie;  
Meu doce amor quero estar plena de teu mell!  
No leito, delicadamente,  
Deixa que gozemos de tua radiante formosura;  
Meu leão deixa-me acariciar-te  
[...] Me dá, suplico-te, suas carícias.<sup>92</sup>

Prazer e carícias faziam parte do ritual a *Inanna*, por isso o desejo de obter essas benesses aparece em diversos ex-votos dedicados a ela. Esses ex-votos eram pequenas esculturas em argila, onde um leito estilizado traz um casal nu trocando carícias. A divindade acendia a chama do prazer, recuperava ou tirava a virilidade dos homens e os travestia em mulheres em ocasiões diversas, demonstrando seu poder como patrona da sexualidade.

### **Considerações finais:**

Protetora das práticas sexuais, a divindade estendia seus parâmetros de relacionamento às mulheres daquela temporalidade. Permitia por meio de suas narrativas

---

<sup>90</sup> PEINADO, Federico Lara. *Himnos sumerios*. Madrid: Molina, 1988, p. 43-4.

<sup>91</sup> Quarto rei da dinastia de Ur (2093-2284).

<sup>92</sup> PEINADO. *Himnos sumerios*, p. 57-8.

que estas usassem estratégias para assegurar alguns comportamentos. As práticas sexuais na Mesopotâmia possuíam uma estreita ligação com mundo divino, o culto a essa divindade ditou normas comportamentais ao mesmo tempo em que permitia estratégias e desvios às diversas formas de sexualidade presentes nessa sociedade.

Nas formas de prazer percebe-se o jogo de diferenciações sexuais, a construção de identidades de gênero, o paradigma, a moldura, os gestos e as condutas aceitáveis. Mas também demonstram a ruptura de modelos estabelecidos protegidos sob o véu da sacralidade, que legitimava e justificava sua existência e persistência nessa cultura.

# A Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e o processo de reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentistas

**Thales Contin Fernandes**

Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Bolsista FAPEMIG.

Email: [thales.fernandes@ufv.br](mailto:thales.fernandes@ufv.br)

**Flávio Augusto de Freitas Teixeira**

Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela UFV.

Email: [flavioafteixeira@gmail.com](mailto:flavioafteixeira@gmail.com)

**RESUMO:** A presente comunicação é um dos frutos de pesquisa em desenvolvimento sobre os padres lazaristas na Diocese de Mariana oitocentista (1820-1975), analisando suas influências no processo de reforma da Igreja Católica a partir de sua atuação em Minas Gerais. Fundada em 1625 por Vicente de Paulo, a Congregação da Missão destacou-se em todo o globo por suas atividades missionárias e pela formação do clero. Em 1820, dois padres da Congregação chegaram ao Brasil, vindos de Portugal, e estabeleceram na Serra do Caraça, próximo ao que é hoje a cidade mineira de Catas Altas, um colégio que figurou como centro de educação e missão evangelizadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica, Congregação da Missão, Reforma.

Esta comunicação traz algumas considerações de nossa pesquisa sobre a atuação dos padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo na Diocese de Mariana no século XIX. Nosso objetivo aqui é o divulgar os estudos que realizamos a reforma da Igreja Católica brasileira que, guardadas as suas contribuições, elegeram a figura do sétimo Bispo da Diocese de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso (1820-1875) como sendo o precursor deste movimento, das Minas Gerais para o Brasil.

Entre alguns pesquisadores do tema da História da Igreja Católica brasileira, sobretudo aos ligados ou influenciados pela CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja Católica na América Latina), é um ponto em comum a afirmação de que foi apenas durante o século XIX que a Igreja Católica brasileira buscou conciliar suas diretrizes àquelas estabelecidas pelo Concílio de Trento. Segundo tais estudos, tal movimento se

intensificou com o Concílio Vaticano I (1869-1870) que buscava estabelecer entre os eclesiásticos uma maior relação de fidelidade com as diretrizes de Roma. Riolando Azzi, como exemplo, afirma que aliada a esta preocupação, estava a de frear os movimentos contrários aos princípios da Igreja Católica, a saber, ideais ligados ao pensamento das ditas “religiões modernas”<sup>93</sup>. Para tais autores, seria D. Viçoso o precursor desse movimento reformista que teria partido das Minas Gerais para o Brasil<sup>94</sup>.

A vida de D. Viçoso é conhecida em grande parte por suas biografias e também pelos trabalhos acadêmicos que tratam a reforma na Diocese de Mariana e o embate entre a Igreja e o Estado brasileiro no século XIX.<sup>95</sup> Contudo, acreditamos que apesar da importância de tais estudos, muitos parecem dar menor importância a atuação dos padres lazaristas<sup>96</sup> a frente dos seminários e na pregação das missões antes e durante o bispado de D. Viçoso.

Através de projetos de iniciação científica e extensão acadêmica, realizados desde 2011 por discentes do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, foi possível ter acesso a uma documentação produzida por estes padres, disponível tanto no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, como no Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, este último organizado e sob a guarda da Província Brasileira da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo.

No Arquivo do Caraça foi possível levantar alguns documentos que nos permitiu compreender a espiritualidade e os valores que regiam a Congregação da Missão, valores estes que influenciaram as ações de D. Viçoso enquanto missionário lazarista e bispo. Dentre tais documentos, destacamos as *Regras ou Constituições Comuns da Congregação da Missão*, formuladas por Vicente de Paulo e compiladas pelo então Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão, Pe. Viçoso. Nas *Regras*, Vicente de Paulo buscava transmitir, de forma clara, as instruções de como deveriam se comportar os padres em missões e sob quais normas e costumes a Congregação deveria administrar suas casas. Esse documento demonstra ter grande importância dado ao fato de ser a única obra publicada pelo fundador da Congregação. Mas além das *Regras*, outros regulamentos foram levantados para pesquisa, tais como os regulamentos do colégio, do

---

<sup>93</sup>AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1992, p 8.

<sup>94</sup>\_\_\_\_\_. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*, p.31.

<sup>95</sup> Talvez uma de suas mais famosas biografias tenha sido aquela escrita por um de seus ex-alunos e futuro bispo de Mariana, Silvério Gomes Pimenta. Nela o autor trás uma série de documentos produzidos por D. Viçoso, antes e depois de iniciar seu ministério no Brasil. In: PIMENTA, Padre Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*. 3ªed. Mariana, Tipografia Arquiepiscopal, 1920

<sup>96</sup>Vicentinos ou lazaristas é outra forma pelo qual se denominam os padres da Congregação da Missão, essa última se deve ao fato de que foi o priorado de São Lázaro a primeira casa desses padres em Paris.

seminário, dos Superiores (diretores das casas), bem como decretos das assembléias realizadas pela Congregação, antes e depois da morte de Vicente de Paulo<sup>97</sup>.

Outro documento importante para compreender a normatização da atuação destes padres são os *Livros de Sermões* escritos por Pe. Viçoso enquanto Superior da Província Brasileira, em 1841. Maurílio Camello, um dos principais estudiosos sobre os lazaristas no Brasil, faz a seguinte observação sobre os *Livros de Sermões*:

Pode-se dizer, a partir desses *Sermões* de Dom Viçoso, que os grandes temas paulinos são conservados em penumbra, deixando lugar a “uma espiritualidade do pecado”, cuja força se ressalta bem mais que a força da graça, chamando-se mais a atenção para a corrupção total da natureza humana que de si mesma só é capaz do mal. No fundo é a milenar tensão da teologia cristã, sobretudo ocidental, em compor graça e livre-arbítrio, o natural, e o sobrenatural. A preocupação com essa natureza decaída foi levada quase à psicose em pensadores e reformadores, como Baio, Jansênio, Calvino, sem deixar de estar presente (como não podia deixar de estar, porque tem também raízes evangélicas) em santos, como São Vicente de Paulo, fundador da Congregação da Missão, e cuja ligação com o pensamento jansenista é hoje julgada maior do que se pensara até pouco tempo.<sup>98</sup>

De acordo com a observação de Camello, também somos levados a acreditar que a pregação lazarista tinha uma forte denotação moralizante, enfatizando os temas evangélicos nos quais a perfeição cristã era o alvo a ser atingido pelos fiéis ouvintes. Nas *Regras* da Congregação, bem como em outros documentos, tais como cartas e bilhetes endereçados aos Congregados<sup>99</sup>, Vicente de Paulo transparece sua admiração e preferência pelos textos evangélicos quando esses se referiam aos temas moralizantes, tal como podemos observar em um trecho das *Regras*, em que Vicente admoesta que os Congregados deveriam

---

<sup>97</sup>Vale a pena ressaltar aqui a importância que esses documentos tiveram na normatização das ações lazaristas no Brasil. Enquanto era Superior da Congregação, Dom Viçoso em uma carta enviada ao Superior Geral em Paris pede para que esse lhe envie a cópia de tais documentos a fim de regular suas atividades conforme as diretrizes estabelecidas pela Congregação da Missão a nível internacional. Esse documento também é importante já que nele Viçoso destaca a importância das Cartas e das biografias de São Vicente para a Congregação: “Faltam-nos as Regras dos Ofícios, mesmo do Superior, Visitador, do Diretor do Seminário Interno; são aqueles cujos título remeto. Peço-vos, pois, Senhor, que nos envie todas, nenhuma excetuada, tal carência sendo-nos tão prejudicial. Tende pena de nós. Se nos mandais a Vida do S. Fundador, suas Cartas, os decretos das Assembléias Gerais, privilégios e faculdades da Congregação, muito nos ajudarão” In: “Biografia Documentada do Servo de Deus D. Antônio Ferreira Viçoso”. Primeira parte do *Positio Super Virtutibus et fama sanctitatis servi dei Antoni Ferreira Viçoso*, Roma: Vaticano, 2001, p. 47”.

<sup>98</sup>CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Caraca, centro mineiro de educação e missão (1820-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.p. 63.

<sup>99</sup>Recentemente a editora *O Lutador* iniciou o processo de tradução das obras escritas por Vicente de Paulo para o Português. Tais obras já foram traduzidas para o francês e o espanhol. Até o dia da escrita dessa comunicação já haviam sido publicados os três primeiros tomos. Mais informações ver In: *Obras Completas São Vicente de Paulo: correspondências, colóquios, documentos*, tomo I. Org. Pierre Coste; tradução de Getúlio Mota Grossi. Belo Horizonte: Editora *O Lutador*, 2012.



[...] ter cada um cuidado em que se não passe dia algum no qual se não leia alguma coisa de algum livro espiritual, segundo a necessidade da sua alma, pelo tempo assinalado pelo Superior ou Diretor. Além disso, o Sacerdote, e todos os Clérigos lerão um capítulo do Novo Testamento e terão veneração a este livro, como regra da perfeição Cristã.<sup>100</sup>

Para Vicente de Paulo, os missionários deveriam se dedicar a conhecer os textos do Novo Testamento e aplicá-los a perfeição moral. Contudo, conforme nos lembra Camello, esse tipo de pregação encontrou lugar comum entre teólogos, protestantes e católicos contemporâneos do santo. Desta forma, somos levados a pensar que durante alguns séculos a Igreja valeu-se do tema da “tensão entre a graça e o livre arbítrio” para promover a reforma moral entre seus membros. Aqui nos valem também das leituras de Jean Delumeau, em *O pecado e o Medo no Ocidente*, que nos lembra que foi entre os séculos XV e XVII (momento da criação da Congregação da Missão e do estabelecimento de suas normas), que ocorreu o auge dessa pregação culpabilizadora e moralizante na Igreja Católica Apostólica Romana<sup>101</sup>. Portanto, é compreensível que o tema da moralização e da perfeição cristã ocupe um lugar de destaque na pregação da Congregação da Missão, uma vez que o primeiro dos três de seus objetivos é o de “aplicar-se a própria perfeição; esforçando-se segundo suas forças a exercitar as virtudes, que aquele o Grande Mestre se dignou ensinar-nos com palavras e exemplos”.<sup>102</sup> Estamos tomando como hipótese a idéia de que a própria pregação evangélica desejada por Vicente de Paulo na fundação da Congregação tenha encontrado um lugar comum para a Igreja Católica no século XVII.

De acordo com André Vauchez, durante a Idade Média a Igreja passou por uma enorme mudança em sua concepção de mundo e de dever cristão. Segundo o autor, durante a alta Idade Média o cristianismo ocidental passou por um momento de retração, em que prevaleceu o estilo de vida monacal.<sup>103</sup> A visão de que o mundo era um local de perdição e que a vida ascética e austera dos claustros era o ideal de perfeição cristã foi potencializada ao ponto de os eclesiásticos acreditarem não ser possível a salvação fora desse meio<sup>104</sup>, sendo que durante este período floresceram os grandes mosteiros, a exemplo de Cluny, na França. A espiritualidade monacal não era pautada na atividade missionária, mas sim na contemplação e no auto-aperfeiçoamento, sendo os textos do Antigo Testamento os favoritos da maioria dos eclesiásticos, uma vez que esses acreditavam ser o novo Israel que aguardava a vinda do Messias<sup>105</sup>. Contudo, já na baixa Idade Média, Vauchez argumenta que a cristandade passou por uma mudança de paradigmas, quando

---

<sup>100</sup>Regras ou Constituições Comuns da Congregação da Missão, [manuscritos compilados por Pe. Antônio Ferreira Viçoso, Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão em dezembro de 1839]. Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, “Armário D. Viçoso”, p. 30.

<sup>101</sup>DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo - a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Tradução Álvaro Lorencini Bauru: EDUSC, 2003. 2 v.. v.1-623 p. 468.

<sup>102</sup>Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão, [manuscritos compilados por Pe. Antônio Ferreira Viçoso, Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão em dezembro de 1839]. Arquivo Histórico do Santuário do Caraça, “Armário D. Viçoso”, p. 3.

<sup>103</sup>VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 32-33.

<sup>104</sup>\_\_\_\_\_. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 41.

<sup>105</sup>\_\_\_\_\_. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 39-40.

influenciados pelas Reformas Gregorianas, o estilo de vida monacal começou a entrar em falência, dando lugar a uma Igreja mais ativa e participativa, não sendo agora mais preciso fugir do mundo e sim “tomar-lhe a frente”.<sup>106</sup> Os temas neo-testamentários passam a tomar o seu lugar no repertório cristão e as obras missionárias e caritativas passam a ser vistas agora como prioridade e regra de fé.

São Vicente de Paulo parece tomar estes temas caros a Igreja daquele período, em especial naquilo que tange a caridade e especialmente às missões, atividade essa que dá o título a sua congregação. Porém, analisando os regulamentos encontrados no Caraça e em algumas cartas escritas por Vicente de Paulo, podemos perceber que a retórica ascética e o rigor moral caros aos padres monacais ainda estão presentes e deveriam reger as casas lazaristas.

Em uma de suas cartas, São Vicente de Paulo, demonstra à sua congregação a importância do rigor com os horários, especialmente no que tange a oração. De acordo com ele era, “importante que toda a Companhia se levantasse, exatamente, às quatro horas da manhã, já que a oração retira seu valor desta primeira ação, e que as outras ações só valerão o que a oração as fizer valer”.<sup>107</sup>

O rigor exigido dos congregados não ficava restrito apenas aos horários. Nas casas lazaristas, os padres deveriam ter cuidado até mesmo com os pensamentos e sentidos. Contra isso alertava Vicente em suas *Regras*:

Sobretudo se absterão da desordenada divagação dos olhos, principalmente na Igreja, na mesa, nas ações públicas, farão que nada haja de pueril, ou leve no gesto, e nada de afetado ou mundano no andar.<sup>108</sup>

Esse ambiente religioso que, ao nosso entendimento era rígido em relação aos sentidos, obviamente estava presente nas instituições lazaristas brasileiras, especialmente no Caraça. Ao julgar pelo seu isolamento, o Colégio localizado na serra do município de Catas Altas fornecia o ambiente ideal para se educar o clero e a mocidade de forma isolada do mundo, como em um mosteiro. Entretanto, nesse ponto muitos poderiam objetar, dizendo que a contenção, a auto vigilância e a moralização são temas comuns a religião cristã, e que tal pregação lazarista era uma norma para toda a cristandade. Contudo, se admitirmos tal afirmação, estaremos ignorando a existência de padres liberais que pregavam justamente o contrário, como foi o caso de Diogo Antônio Feijó<sup>109</sup>, além de muitos outros padres que viviam, conscientemente, em estado de concubinato abrindo

<sup>106</sup> \_\_\_\_\_. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)*, p. 59.

<sup>107</sup> *Obras Completas São Vicente de Paulo: correspondências, colóquios, documentos*, tomo III. Org. Pierre Coste; tradução de Getúlio Mota Grossi. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2014, p. 645-646.

<sup>108</sup> *Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão*, p. 20.

<sup>109</sup> Segundo João Camilo de Oliveira Torres o padre tinha uma concepção muito contrária da contenção, no que dizia respeito ao celibato: “Para Feijó, devia ser abolido o celibato, que ninguém levava a sério no Brasil – os fatos são bem conhecidos. Como achava impossível regenerar o clero e fazer viável a disciplina da Igreja, o caso era abolir-se o celibato. Sente-se, aí, o seu sóbrio pessimismo: a reforma no sentido do reforço da austeridade era impossível, que se adaptasse a lei aos costumes”. In: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo: 1968, p. 123.

posteriormente uma oposição consciente às pregações reformistas de D. Viçoso<sup>110</sup>. Dessa forma podemos entender que essa teologia reformista pregada pelos padres vicentinos estava longe de ser um consenso nas Minas Gerais do século XIX.

Outro elemento marcante dessa introspecção religiosa eram as regras de silêncio. São Vicente já alertava em suas cartas sobre os momentos mais apropriados para se falar e a valorização e primazia do silêncio. Em uma carta enviada ao pároco de Saint-Laurent, Vicente de Paulo descreve a rotina em suas casas

Quanto a moradia, temo que aconteça alguns percalços com o tempo, se viéssemos a ficar juntos no dormitório. Isto, porque nós observamos o silêncio, à noite, após a oração, até o dia seguinte, depois do almoço, quando temos uma hora de recreação; continuamos em silêncio depois da recreação até após a janta, quando, novamente, temos ainda uma hora de recreação, voltamos a observar o silêncio, durante o qual só falamos o necessário e em voz baixa. Ora, quem suprime isso de uma comunidade introduz nela uma desordem e uma confusão inexprimível, o que levou um santo personagem a afirmar com segurança, ao ver uma comunidade na observância exata do silêncio, que ela era regular em tudo mais. Ao contrário, vendo uma outra onde o silêncio não era observado, dizia ser impossível a observância dos demais pontos da regularidade<sup>111</sup>

O silêncio deveria ser guardado durante todo o dia, exceto nas horas reservadas a recreação, tomadas como o momento ideal para se “conversar”. Esse mesmo rigor é passado, como já dissemos, para as demais casas lazaristas. No regulamento que regia o seminário da Serra do Caraça, encontramos uma disposição idêntica, de acordo com o regulamento os seminaristas:

Saindo da Igreja não se fala até quando se esteja no lugar assinalado para a recreação a qual não se faz em nenhum outro lugar de modo que se alguém se achar ocupado em algum exercício fora do lugar destinado para a recreação há de observar silêncio, especialmente se está no Seminário<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup>Ao observar a vida de alguns clérigos que atuaram na Diocese de Mariana no período que compreendeu a ação do lazarista D. Viçoso, Gustavo Souza de Oliveira constata que muitos dos padres, rebeldes às diretrizes colocadas pelo bispo, possuíam boa instrução, contudo viviam amancebados ou envolvidos em política. Isso nos mostra que as resistências aos projetos reformadores e moralizantes desenvolvidos por Viçoso e baseados nos dogmas da Congregação, era em muitos casos uma oposição religiosa consciente, sendo assim não havia unanimidade, entre os padres daquele período, sobre qual norma e padrão moral eram mais adequados a vida eclesiástica. Com relação aos tais eclesiásticos ver In: OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. 3387 f. Tese (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, programa de pós-graduação em História, Campinas, 2010. p. 69 a 80.

<sup>111</sup>*Obras Completas São Vicente de Paulo* Tomo II, p. 155.

<sup>112</sup>*Regras do Seminário ou Noviciado da Congregação da Missão 1837*. BR. PBCM.CAR. F. 2.1, p. 15.

Como podemos perceber esse legado vicentino esteve presente na educação tanto de religiosos quanto de seculares. Sendo assim, os seminários dirigidos pelos lazaristas, e utilizados na reforma do clero por D. Viçoso, passavam para seus demais alunos esses mesmos valores morais legados a Congregação da Missão e que foram implantados também no seminário diocesano de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Mariana<sup>113</sup>.

Contudo, devemos lembrar que diferentemente das ordens religiosas monásticas da alta Idade Média, as atividades dos lazaristas não estavam restritas apenas ao ambiente de suas casas. O legado deixado pela Congregação não ficou confinado apenas a formação de eclesiásticos e de leigos em instituições educacionais. Outra atividade desempenhada por esses padres era aquela que lhes legou o nome e a fama, tanto na França quanto em outras partes do mundo: as missões. Segundo um dos biógrafos de D. Viçoso, D. Belchior J. da Silva Neto, o primeiro feito dos dois padres vicentinos ao chegarem ao seu destino na Serra do Caraça foi justamente a pregação de missões, um vez que era para esse fim que originalmente os missionários foram destinados ao Brasil.<sup>114</sup>

Ao longo de sua formação a Congregação da Missão dedicou-se na realização das missões, especialmente para aos pobres do campo, conforme consta nas *Regras Comuns* da Congregação<sup>115</sup>. Para Vicente de Paulo a melhor maneira de se preparar para o dia do juízo final era através do trabalho missionário, e não da vida contemplativa tão pregada nos mosteiros como vimos anteriormente. Em uma carta enviada a uma freira, o então superior dos lazaristas exorta a religiosa sobre a importância do missionarismo e do serviço para Deus

O que me faz moderar a afeição por demais sensível que teria com vosso retorno foi a nossa leitura do refeitório, esses dias passados. Narrava que um padre jesuíta espanhol, que envelhecera em numerosos e assinalados serviços prestados a Deus nas Índias, insistiu com seus superiores que lhe fosse permitido voltar, para morrer em seu país, e ali não fazer nada mais a não ser preparar-se para bem morrer. Foi-lhe dada a permissão e ele voltou ao país. Estando um dia em oração aos pés do crucifixo, ouvia interiormente uma censura tão severa que tinha feito mal em abandonar a nova Igreja, cuja função ele viera ajudar, que não teve mais paz, enquanto seus superiores, não o mandaram de volta. Lá chegando, recomeçou a trabalhar com todo ardor permitido por sua avançada idade, e morreu enfim como vivera, em odor de santidade<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup>Sobre a irradiação do modelo educacional dos padres lazaristas na diocese de Mariana ver In: TEIXEIRA, F. A. F. *O processo de reforma da Igreja Católica em Minas Gerais e a irradiação do modelo educacional caracense no século XIX*. In: VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2013, Mariana. *Anais...* Mariana: UFOP, 2013.

<sup>114</sup>SILVA NETO, Belchior J, da. *Dom Viçoso, Apóstolo de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1965, p. 55-54.

<sup>115</sup>Se o primeiro dever de um lazarista era dedicar-se ao auto aperfeiçoamento, como vimos anteriormente, o segundo era a pregar o evangelho aos pobres do campo conforme se vê: “2º Pregador o Evangelho aos Pobres, especialmente os do campo” In: *Regras ou constituições comuns da Congregação da Missão*, p. 3.

<sup>116</sup>*Obras Completas São Vicente de Paulo*, Tomo II, p. 274.

Ao invés de retirar-se e preparar para o “bem morrer”, os padres eram estimulados a continuar os trabalhos em prol da evangelização, com o risco de que se não fizessem, poderiam estar desagradando a Deus.

Já como Bispo de Mariana, D. Viçoso nos pareceu ter a mesma preocupação com relação às Missões. Em 1866, após enviar várias cartas ao Superior Geral dos lazaristas na França, D. Viçoso finalmente consegue instituir na Diocese de Mariana as chamadas Missões Perpétuas. Sustentados por apólices da dívida pública, oferecidas por ele próprio e com a doação de fiéis, D. Viçoso conseguiu estabelecer alguns missionários, que daquele momento em diante deveriam dedicar-se exclusivamente as missões na jurisdição episcopal de Mariana.<sup>117</sup> Em uma carta pastoral lançada em 1862, ao falar da precariedade das missões que até então haviam sido instituídas, o Bispo de Mariana faz uma alusão aos valores missionários do fundador de sua Congregação

Há quarenta e dois anos, que se começaram a ouvir neste Bispado as Missões feitas com toda a regularidade, com que as instituiu S. Vicente de Paulo, à custa dos mesmos Missionários, e sem incomodar os Fiéis. Destes Missionários poucos existem hoje, a mocidade que afluíu a educar-se no Caraça e em Mariana os ocupa, sem lhes dar tempo a empregar-se em tão santo exercício das Missões<sup>118</sup>

Como podemos perceber D. Viçoso começa a contar desde a sua chegada o tempo em que as missões passaram a ser pregadas “com toda a regularidade com que as instituiu S. Vicente”. Essa preocupação missionária, aliada a uma formação rígida nas instituições lazaristas são legados que não ficaram restritos ao Colégio do Caraça ou as demais casas desses padres, elas influenciaram as ações de D. Viçoso a frente de sua Diocese, valorizando os aspectos que talvez sejam as maiores marcas da Congregação da Missão, a rigidez com os preceitos morais dignas de uma ordem monacal, mas ao mesmo tempo a preocupação com a evangelização e a caridade, dignas de um franciscano. Com respeito a esse dualismo na forma de se enfrentar as atividades religiosas, vale ressaltar uma frase utilizadas por São Vicente e repetida por D. Viçoso

Estes sentimentos e doutrinas, com que nos criaram, agora mais que nunca, se nos fazem necessários e devem ser indelévels da nossa memória. ‘*Cartuxos em casa, apóstolos nas aldeias*’ e parece que, em grandes letras, o deveríamos ter escrito em nossos cubículos [grifo nosso].<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup>PASQUIER, Eugênio. *Os Primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1819-1849)*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, sem data, p 339-348.

<sup>118</sup>PIMENTA, Padre Silvério Gomes. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*. 3ªed. Mariana, Tipografia Arquiepiscopal, 1920, p. 240.

<sup>119</sup>In: “Biografia Documentada do Servo de Deus D. Antônio Ferreira Viçoso”. Primeira parte do *Positio Super Virtutibus et fama sanctitatis servi dei Antoni Ferreira Viçoso*, Roma: Vaticano, 2001, p. 45.

A noção de que em suas casas religiosas os padres lazaristas deveriam dedicar-se ao auto-aperfeiçoamento, a contente vigilância e aos exercícios espirituais sem, contudo, perder o foco missionário, parecem sintetizar bem o trabalho e o legado das personagens no processo de reforma da Igreja em Minas Gerais. Vale ressaltar nesse momento que em termos de inovação teológica, São Vicente e os membros de sua Congregação não instituíram nada de novo, e nem o queriam fazer, uma vez que entre esses padres era prezada a simplicidade e o não aprofundamento em temas complexos<sup>120</sup>. Já o fato de outros bispos reformadores possivelmente terem utilizado os temas evangélicos em seus sermões moralizantes, reforça nossa hipótese de que desde os seus primórdios a Congregação da Missão tinha uma predica reformista. Com isso queremos dizer que apesar desse tipo de religiosidade ter achado um lugar comum em outras ordens religiosas, nas Minas Gerais do século XIX tais diretrizes significaram a efetivação da reforma do clero.

Com relação aos demais estudos que enfatizam exclusivamente a figura de D. Viçoso como o agente pioneiro da reforma católica em Minas, ignorando assim a atuação dos padres lazaristas que atuaram nos bastidores desse processo, além da formação vicentina de Viçoso, devemos lembrar que o próprio bispo nunca pretendeu se desvincular das práticas e ensinamentos herdados de seus pares. Em uma carta enviada ao co-irmão Luís Antônio dos Santos por conta de sua indicação ao bispado, Viçoso exclama

há de ser assim infalivelmente; havemos de viver como congregados, nossa oração, nossa lição, nosso estudo; nossa leitura no refeitório, nossas visitas muito cheias de sermões e confissões, e catecismos, e mais nada, até morrermos suados e cansados de servir a Deus<sup>121</sup>

Podemos perceber claramente que os temas caros a D. Viçoso já como bispo eram valorizados por sua congregação natal. Dessa forma, cremos que um estudo detido sobre a Congregação da Missão, seus valores, seus personagens e suas ações concretas no bispado de Mariana ainda estão por se fazer. Negligenciar a importância e a atuação desses padres é descon siderar uma importante parte da história da Igreja, não só em Minas Gerais, mas também em todo o Brasil.

---

<sup>120</sup>Juntamente com as *Regras e Constituições Comuns da Congregação da Missão*, foram encontrados nos arquivos do Caraça vários decretos das assembleias gerais realizadas após a morte de Vicente de Paulo. Em uma seção intitulada *Outros avisos para os diretores de Seminário*, promulgado em 1673, vemos a seguinte instrução: “É perder o tempo precisos e fazer o mal serviço aos seminaristas o entretê-los com questões puramente metafísicas que não ensinam nada nem são de alguma utilidade e talvez é ainda maior mal o inspirar-lhes e dar-lhes gosto para todos aqueles sistemas relativos ao tratado da graça [ilegível]. Um bom espírito não toma partido naquelas questões, em que é impossível chegar ao resultado; pelo contrario, passa rapidamente por estas questões, e opiniões da escola, para se apegar e unir com Deus. *Coleção encadernada contendo os decretos das Assembleias Gerais e demais documentos*. Arquivo Histórico do Colégio do Caraça no “Armário D. Viçoso”, localizado na Pinacoteca da RRPN-Santuário do Caraça, p. 146.

<sup>121</sup>PIMENTA. *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde de Conceição*, p 96-97.



# Festa e religiosidade: as celebrações em honra ao Divino em Ponta Grossa/PR<sup>122</sup>

Vanderley de Paula Rocha

Mestrando em História, Cultura e Identidades

PPGH/UEPG

[vanderleypr05@yahoo.com.br](mailto:vanderleypr05@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar as relações que as pessoas estabeleceram com o sagrado por meio das práticas dedicadas ao Divino Espírito Santo, com foco as que ocorreram na cidade de Ponta Grossa, Paraná. As celebrações em honra ao Divino, que ocorrem em diversas cidades do Brasil, assim como em outros países, como Portugal, se caracterizam como uma das inúmeras devoções de religiosidade católica. No Brasil, para muitos dos autores que se dedicam a estudar essa devoção, trata-se de prática realizada desde o período da colonização. Em Ponta Grossa, cidade do interior do Paraná a devoção ao Divino Espírito Santo teve início em 1882, quando, segundo a tradição, foi encontrada uma imagem sua, representada por uma pomba de asas abertas, gravada em madeira. A partir desse momento iniciou-se na cidade celebrações em honra ao Terceiro Elemento da Santíssima Trindade. O ponto principal de abordagem desse artigo liga-se às celebrações festivas em honra ao Divino Espírito Santo, analisando-as enquanto um momento de afirmação da comunidade religiosa, um espaço de sociabilidade e um momento de construção de identidade, seja essa coletiva ou individual. Para tanto, utilizou-se como principal fonte entrevistas com os fiéis, procurando identificar a relação que, os diferentes indivíduos que compõe o corpo de devotos do divino, estabeleceram com o sagrado através de suas narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Festa religiosa; devoção; Divino; memória; Ponta Grossa.

## Introdução

O objetivo desse texto é analisar as relações que as pessoas estabeleceram com as festividades em honra ao Divino Espírito Santo, buscando identificar nos discursos dos

---

<sup>122</sup> Esta pesquisa tem orientação da Professora Doutora Maura Regina Petruski – Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa e possui financiamento da CAPES/Fundação Araucária.



entrevistados<sup>123</sup> elementos que contribuíram na manutenção da memória, seja essa coletiva ou individual. Para tanto focamos nas práticas ocorridas na cidade de Ponta Grossa.

A origem das práticas em honra ao Divino Espírito Santo gera inúmeros debates, isso se deve a escassez de documentação referente ao processo inicial desta devoção. Para Luís da Câmara Cascudo esta, está ligada ao pagamento de promessa, de acordo com o autor a Rainha Isabel de Aragão, no século XIII, havia oferecido o cetro e a coroa real ao Espírito Santo diante de uma crise, que Portugal estava vivendo. Dessa forma, o Espírito Santo tornava-se Imperador de Portugal. Finalizada a crise, em agradecimento ao Espírito Santo, a Rainha teria promovido uma festa em sua homenagem, que se repetiria a cada ano.<sup>124</sup> É importante ressaltar que, neste texto, optamos por esse posicionamento, haja visto o espaço que temos para a discussão, no entanto, sabemos o quanto complexo é esse debate, entorno da “origem” desses festejos.

No Brasil a devoção ao Divino Espírito Santo também gera inúmeros debates, isso ocorre porque não se sabe ao certo a data de início dessa. A dificuldade em obter uma data precisa se deve ao fato dessa ser uma festa popular, não havendo, portanto, preocupação em registra - lá, como ocorria com as festas oficiais. O que se sabe e que no Brasil teve suas características reformuladas e adaptadas as realidades locais<sup>125</sup>.

De acordo com a tradição, a origem da devoção ao Divino em Ponta Grossa, está ligada a D. Maria Julio Cesarino Xavier, que ao encontrar a imagem da representação do Divino Espírito Santo, uma pomba de asas abertas, gravada em um pedaço de madeira, teria iniciado as práticas em honra ao Divino na cidade. Três gerações de familiares de D. Maria deram continuidade as inúmeras práticas de homenagens ao Divino, fazendo desta devoção uma tradição na cidade, fator que possibilitou 133 anos de religiosidade e memórias.

Entre o universo que compõe esta devoção, situa-se a festa, no decorrer desta encontram-se momentos privilegiados de reatualização da memória sociocultural de um grupo, mas também pode ser um momento de lembrar ou buscar uma memória individual, pessoal e íntima e é sobre isso que discorreremos a seguir.

## A Festa

As festas sempre estiveram presentes em todas as sociedades. Tornando-se momento privilegiado de construção de sociabilidades. Assim a festa nos permite ler uma

---

<sup>123</sup> Foram selecionadas 5 pessoas para serem entrevistadas: 3 mulheres e 2 homens. As entrevistas foram realizadas na “Casa do Divino”, espaço que abriga a imagem que deu origem a devoção em Ponta Grossa. Os nomes dos entrevistados são fictícios, com exceção de Lídia Hoffmann, a atual responsável pelos festejos, isso ocorreu para preservar a identidade dos mesmos.

<sup>124</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11º ed. São Paulo: Global, 2001. p. 76.

<sup>125</sup> ABREU, Marta Campos. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

determinada sociedade e a representação que ela faz de si mesma<sup>126</sup>. Martha Campos Abreu afirma que: “[...] a festa seja religiosa, cívica, ou carnavalesca emerge como um atraente caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, do imaginário, dos comportamentos e gestos presentes em suas celebrações”.<sup>127</sup> Neste sentido, a festa religiosa explicita elementos de organização social, tensões entre os sistemas envolvidos, interesses econômicos, políticos e sociais, traz à tona expressões estéticas, ritmos e emoções. Por outro lado, o momento festivo também é um momento onde as diferenças são quebradas, as tensões são diminuídas, ainda que momentaneamente, numa sincronização que se opõe a dispersão e a diversidade do cotidiano. Através dela é possível perceber e analisar o povo e sua inserção no coletivo. A festa além de revelar a visão de mundo de seus participantes, é também a celebração de sua memória coletiva, pois segundo Maurice Halbwachs toda memória individual que não esteja em contínua relação com a memória de um determinado grupo é esquecida. Demonstrando assim a importância da pertença a uma *comunidade afetiva*<sup>128</sup>.

Isso ocorre com as pessoas em Ponta Grossa quando participam das festividades em honra ao Divino. Tornam-se, portanto, o lugar onde a reconstrução desta “comunidade afetiva” se torna possível, pois nelas uma multiplicidade de relações são acionadas de maneira simultânea, proporcionando a cada participante experiências diferenciadas sobre esse mesmo evento festivo. E é através dessa comunidade, onde esse grupo de fiéis está inserido, que a memória individual é preservada a partir do momento que os entrevistados relacionam sua memória coletiva com a individual. Isso é evidente nas falas dos devotos que veremos no decorrer do texto.

As festas do Divino em Ponta Grossa ocorreram em dois momentos, entre os anos de 1882 a 1910, teve sua reedição em 2003 e acontece até os dias atuais. Questionada sobre como eram os festejos em seu início e como ela teve essas informações, Lídia Hoffmann, a atual responsável pela festa, assim se expressou:

Quando os festejos eram realizados pela dona Nhá Maria contavam com a colaboração apenas dos devotos, eram eles que doavam esmolas para que a festa fosse realizada e ajudavam na organização, mas principalmente no dia da festa. Faziam isso porque era uma forma de agradecer ao Divino por uma graça alcançada ou porque pediam ao Divino proteção. Eram momentos de muita alegria e confraternização, mobilizava toda a comunidade local e outras comunidades vizinhas também, pois tinha muita gente de outros lugares que vinham para festejar o Espírito Santo. A festa era esperada por todos, pelos familiares, pelos amigos e por outras pessoas que vinham participar. As bandeiras e flores enfeitavam a casa. As procissões e as cavalhadas aconteciam em frente à casa e percorriam as casas dos devotos que moravam perto da casa

---

<sup>126</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*. Abr.1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

<sup>127</sup> ABREU. *O império do Divino*. p. 14.

<sup>128</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1993.

do Divino. Sei disso tudo porque ouvimos essas histórias em nossa família desde sempre<sup>129</sup>.

Na transcrição acima, temos contato com uma “memória herdada”<sup>130</sup>, ou seja, existe uma identificação com um fato do passado que foi socializado historicamente, transmitido de geração em geração, ao ponto de fatos ocorridos no final do século XIX estar presente na memória de contemporâneos. É evidente isso quando Lídia afirma que sabe “disso tudo porque ouvimos essas histórias em nossa família desde sempre”. Outra questão possível de identificar nesta frase é que ela se coloca em uma coletividade, quando usa a palavra “ouvi” no plural “ouvimos”. Isso nos remete a uma memória coletiva, entendendo como elemento constitutivo da memória acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente a pertencer<sup>131</sup>.

No relato de Lídia temos contato com o universo da festa no passado. Analisando como está se desenvolvia percebemos que além de ser um momento de religiosidade, ou seja, um instante de comunhão com o sagrado, também era o momento de encontrar os amigos, compartilhar informações se divertir, enfim era um momento de se sociabilizar. Confirmando assim, o que Émile Durkheim afirma sobre as festividades, para esse autor, a festa proporciona ao indivíduo momentos de socialização, aproximação social dos diferentes grupos. A festa quebra as diferenças e o indivíduo desenvolve um sentimento de pertencimento ao todo social<sup>132</sup>.

Desde que assumiu a casa em 1996, Lídia teve vontade de retomar os festejos do Divino, mas por inúmeros motivos adiou até 2003, quando a festa foi retomada. Um dos periódicos locais noticiou o fato: “Município resgata a Festa do Divino. Acontece no próximo domingo, dia de Pentecostes a primeira reedição da festa do Divino. A iniciativa tem como objetivo resgatar as antigas comemorações, realizadas entre os anos de 1882 a 1910 em Ponta Grossa”.<sup>133</sup> Ao indagar Lídia, sobre as diferenças entre as festas realizadas por dona Maria e as atuais coordenadas por ela, assim respondeu:

Não vejo diferença na fé dos devotos. No entanto, há algumas diferenças nos elementos da festa, por exemplo, naquela época os patrocinadores das festas eram os devotos, hoje os devotos continuam a colaborar, mas algumas empresas passaram a patrocinar a festa, a prefeitura também colabora bastante, emprestando palco, som, a tenda. Ainda não conseguimos resgatar alguns elementos das antigas tradições como o foguetório que iniciava e terminava a festa. Não dá para soltar fogos hoje em dia, porque faz muito barulho e estamos

---

<sup>129</sup> Entrevista realizada com Lídia Hoffmann, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

<sup>130</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. V. 5. n.10. 1992, p. 200-212.

<sup>131</sup> POLLAK. *Memória e identidade social*. p. 201.

<sup>132</sup> DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

<sup>133</sup> MEZZON, Graciela. Município resgata Festa do Divino. *Jornal Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 de junho de 2003.

bem no centro [da cidade]. Também não conseguimos resgatar a cavallhada, pois dá muito trabalho, mas em breve vamos fazer um teste<sup>134</sup>.

Por meio da fala de Lídia percebemos alguns elementos das festas de antigamente em comparação com as realizadas a partir de 2003, é evidente um processo de modernização não só dos festejos, mas da sociedade onde esta festa estava inserida. Quando Lídia afirma que atualmente a festa é patrocinada por doações de fiéis, por empresas e com apoio da prefeitura nos mostra as múltiplas relações que compõe esses festejos na contemporaneidade e o jogo dessas relações sendo construído, assim evidenciamos uma disputa de poder e de notoriedade, uma vez que as festas atuais atraem um número expressivo de pessoas. Portanto, para as empresas patrocinar a festa passa a ser um bom negócio.

Outro elemento apontado na narrativa de Lídia está relacionado ao fato das mudanças ocorridas em torno do espaço onde ocorrem as celebrações em honra ao Divino. Não nos referimos apenas ao processo de urbanização desse espaço, mas também a ocupação desse. Se antigamente a população ponta-grossense era em sua maioria de católicos e tais práticas, a do foguetório e a cavallhada, não “incomodavam” a população que morava próximo à casa, na contemporaneidade encontramos um templo evangélico e um centro espírita na mesma rua onde está localizada a “Casa do Divino”, ou seja, com a instalação de templos de outras religiões na cidade, o espaço ganhou outras configurações, se moldou para adaptar-se à nova realidade. Por isso a dificuldade em realizar alguns elementos que compunham as celebrações no passado, agora no presente, o foguetório é um exemplo, pois no dia que ocorre a festa, “o domingo do Divino”, também ocorre os cultos no templo evangélico. E o espaço deve ser respeitado e compartilhado.

Se no passado as festas ocorriam apenas em frente a “Casa do Divino”, com sua reedição em 2003, essa passou a se alternar entre dois espaços, em frente a “Casa do Divino”, na rua Santos Dumont 524 e na Praça Marechal Floriano Peixoto, a praça da Matriz. Isso ocorreu por dois motivos, durante alguns anos a “Casa do Divino” passou por um processo de restauro, portanto estava interdita e precisou de outro espaço para realizar os festejos, e em 2005 a festa foi realizada em conjunto com o Cenáculo Diocesano e por esse motivo aconteceu na praça em frente à Igreja Matriz<sup>135</sup>.

Essas informações nos revelam relações construídas e reconstruídas ao longo dos anos, nos revelam a relação que a Igreja Católica, enquanto instituição, estabeleceu com as festividades religiosas de cunho popular. Se os festejos realizados por D. Maria eram genuinamente populares, ou seja, uma festa realizada por leigos e para leigos apesar do caráter religioso, e no discurso clerical da época eram combatidas, com sua reedição no início do século XXI passa a contar com o apoio eclesiástico local.

---

<sup>134</sup> Entrevista realizada com Lídia Hoffmann, realizada em 2014.

<sup>135</sup> Informações obtidas em entrevista realizada com Lídia Hoffmann, em dezembro de 2014

É preciso discutir essas relações e contextualizar esses períodos. No final do século XIX, a Igreja Católica colocava em prática o Projeto de Romanização, cujo fim era implantar no mundo todo um catolicismo baseado nos sacramentos, e os clérigos como condutores dos leigos<sup>136</sup>. Assim, as práticas de cunho popular foram reformuladas, readaptadas e até combatidas pelas autoridades eclesiásticas desse período. Esse posicionamento da instituição só foi revisto a partir da década de 1960 com as discussões proporcionadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que “[...] procurou adequar a Igreja católica ao mundo moderno, à necessidade de conhecer o homem que vive nesse mundo, bem como suas manifestações, suas atitudes perante o sagrado e perante a própria Igreja”.<sup>137</sup>

É nesse sentido que a fala de Lídia nos demonstra elementos dessas relações a partir da utilização de espaços específicos e até simbólicos na realização da festa do Divino. Se no passado era realizada na rua, na contemporaneidade também é realizada na praça em frente à Igreja Matriz, ou seja, em um espaço que representa o catolicismo institucionalizado. Assim, percebemos mudanças significativas nas relações estabelecidas entre o clero e os leigos.

Além de percebemos essas relações por meio da festividade, outras são expostas nas falas dos devotos ao serem questionados o porquê de participarem da festa. D. Maria, de 66 anos, viúva e mãe de 4 filhos assim respondeu:

Eu gosto muito de participar da festa do Divino, venho aqui [na Casa do Divino] sempre, participo da oração, acendo minhas velas para o Divino e no dia da festa chego bem cedo. Antes da Lídia ter começado a fazer a festa de novo eu sempre falava para ela que tinha que ser retomada a festa, que o Divino merecia essa homenagem. A festa é tão bonita, sempre tem bastante gente. Se reunimos todos juntos, cada um traz alguma coisa, juntamos tudo para que a festa seja boa. Gosto muito de rezar, cantar para o Divino no dia dele, mas também gosto de conversar com meus amigos (risos), nós sempre nos encontramos aqui na novena, e no dia da festa ficamos ainda mais animados, até dançamos<sup>138</sup>.

No trecho acima, percebemos a relação que uma das devotas, D. Maria, estabeleceu com o sagrado, não apenas através de sua fala, mas por meio de seus gestos, pois as informações transmitidas pelos entrevistados vão além das palavras faladas, tal como nos alerta a historiadora Roseli Boschilia “[...] se constituirão também em elementos de análise por parte do pesquisador: movimentos do corpo, das mãos em particular; expressão facial, gestos, olhares, emoção e silêncios podem trazer informações esclarecedoras para a análise do discurso”<sup>139</sup>. Neste sentido, percebemos que toda vez que D. Maria falava do Divino ela

<sup>136</sup> WERNET, Aljunstin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. *Revista da SBPH*. Curitiba, (6): 43, 1991.

<sup>137</sup> ANDRADE, Solange Ramos de. A religiosidade católica no Brasil a partir da Revista Eclesiástica Brasileira. *Revista Brasileira de História das Religiões* – Ano I, no. 2. Maringá: Anpuh, 2008, p. 80.

<sup>138</sup> Entrevista realizada com Maria, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

<sup>139</sup> BOSCHILIA, Roseli T. *Modelando condutas a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)*. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002, p. 6.

olhava para a sua imagem que fica exposta na casa e esse olhar era sempre de respeito, apesar da conversa fluir de forma extrovertida.

Percebemos que uma relação de respeito, mas ao mesmo tempo íntima é criada com o sagrado na representação do Divino Espírito Santo. Questionada o porquê de ela dizer que o Divino merece a festa, ela responde de forma simples e direta: “Porque ele é bom com todos nós”. Assim, ao dizer que o Divino merece a festa porque ele é bom, D. Maria nos revela um “contrato” estabelecido entre os devotos e o Divino, é preciso homenageá-lo porque Ele nos deu algo em troca, “é bom com todos nós”. O Divino atende nossos pedidos e devemos realizar a festa em sua homenagem, pois o contrato foi firmado e precisamos respeitá-lo. Este é o sentimento de dona Maria que passa a ser representado pela promessa, que passa a ser representada pela “troca” realizada entre o devoto e o Divino.

Essas trocas são evidentes nos dias festivos, são nesses, que evidenciamos a maior participação dos devotos, seja através do auxílio na realização das novenas (em preparação para a festa), cuidando da ornamentação do espaço, da limpeza, das barraquinhas da quermesse, ou como espectador anônimo. Na fala de D. Maria, encontramos o elemento da coesão social, quando ela afirma “Se reunimos todos juntos, cada um traz alguma coisa, juntamos tudo para que a festa seja boa”. Nesse momento festivo, os devotos se reúnem, contribuem para que a homenagem ao Divino – a festa – seja realizada com sucesso, portanto seja “boa”.

Outra característica presente na fala de D. Maria é o caráter divertido da festa, presente neste momento de religiosidade, o sagrado e o profano compartilhando um mesmo evento. A festa religiosa também é um momento de se divertir, muitas pessoas estão ali, não somente para rezar, mas também para se descontraírem, assim a festa pode ser entendida como “Momento recreativo do ritual religioso”.<sup>140</sup> Ao questionar seu Antônio de 72 anos, aposentado, sobre os momentos de descontração presente na festa do Divino, assim ele se colocou:

Venho na festa do Divino sempre, só uma vez que eu não pude vir, porque estava viajando na casa do meu irmão que não estava bem, estava com um problema de saúde, ele mora em Guarapuava. Eu gosto de participar da festa, venho sozinho nas novenas e na festa, participo da procissão, da missa na igreja e depois almoço aqui, fico um pouco mais na festa para ver os cânticos, mas quando começa muito barulho das músicas altas e não gosto muito, entro [na ‘Casa do Divino’] faço minha oração e vou embora. Eu não gosto de bagunça, acho assim que não é hora, por isso só fico até um momento<sup>141</sup>.

Na transcrição acima nos deparamos com uma memória individual<sup>142</sup>, ou seja, formada a partir de acontecimentos vividos pessoalmente, pois seu Antônio se coloca na

---

<sup>140</sup> DURKHEIM. *As formas elementares da Vida religiosa*. p. 413.

<sup>141</sup> Entrevista realizada com Antônio, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

<sup>142</sup> POLLAK. Michael. *Memória e identidade social*. p. 201.



fala de forma individual, em nenhum momento ele usa palavras no plural, diferente, por exemplo de dona Maria que a todo momento se coloca no coletivo. É possível encontrar outros elementos na fala de seu Antônio, por exemplo, quando ele afirma que “eu não gosto de bagunça, acho assim que não é hora”, para o Sn. Antônio a festa do Divino é um momento de religiosidade, de respeito e alguns elementos que compõe os festejos não condizem com isso, a música alta, o barulho, vistos por ele como bagunça e por isso ele prefere se retirar, ir embora.

É uma relação diferente que este devoto estabelece com o sagrado, mais íntima, algo entre ele e o Divino. Um momento de comunhão com o sagrado, instante de refletir sobre suas experiências existenciais, no campo terreno e no campo transcendente. Diferente de D. Maria que gosta dos momentos de descontração ao ponto de afirmar que “até dançamos” em dia de festa. Diferente de Sn. Antônio, D. Maria vê nestes instantes de diversão uma forma de ligar-se com o sagrado, para ela tanto no momento “sagrado” quanto no “profano” é hora de homenagear o Divino.

Nas diferenças encontradas nas falas desses dois entrevistados percebemos a construção de um elemento comum, pois ambos são devotos do Divino e compartilham de uma mesma identidade, a de crente. No entanto, também se apresenta nas falas desses entrevistados a identidade individual, de cada um deles, e essa identidade é percebida a partir da diferença. O que D. Maria gosta não é o mesmo que Sn. Antônio. A identidade está em constante construção, ou seja, a identidade de cada indivíduo, está em constante desenvolvimento, ela não está pronta e acabada. Portanto, não é definida biologicamente, mas sim historicamente, e construída a partir do meio cultural e social a qual o indivíduo está inserido<sup>143</sup>, neste caso o espaço religioso.

Assim podemos afirmar que a partir das relações religiosas, os indivíduos constroem sua identidade, podendo essa ser coletiva ou individual, individual quando remete ao íntimo do indivíduo, com aquilo que ele se identifica ou se difere dos demais; coletiva quando ela está associada ao todo social. Para Pierre Sanchis, as identidades, sobretudo as religiosas, são vistas como sentido de noção e pertencimento, ou seja, o indivíduo participa de determinada prática religiosa para pertencer e ser reconhecido por um determinado grupo<sup>144</sup>. Por outro lado, a partir da fala de Sn. Antônio percebemos que sua identidade religiosa é muito mais individual do que coletiva.

Entrevistando um casal procuramos entender melhor esse “jogo das identidades”. Sueli, de 50 anos, dona de casa, é casada com Raimundo de 58 anos, funcionário público, casados há 26 anos, sempre frequentaram a “Casa do Divino”. Percebemos no relato desse casal que a relação que cada um estabelece com o Divino é diferente.

---

<sup>143</sup> HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós – Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

<sup>144</sup> SANCHIS, Pierre. *Tramas sincréticas da história: Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs.p.p.123-138 n. 28, 1995.



Sempre frequentei a 'Casa do Divino', desde pequena, eu vinha com minha mãe, com as minhas irmãs e com minha tia. Quando eu cansei continuei vindo e sempre convidei o Raimundo para vir junto né? [nesse momento dona Sueli olha para seu esposo que estava ao seu lado, que ao mexer com a cabeça concorda com a afirmação], mas era difícil ele vir, porque na hora que eu vinha, na novena era hora que ele tinha que trabalhar, mas quando dá certo ele vem. A gente sempre vem na festa, porque é domingo. Eu gosto bastante de vir a festa, gosto da procissão, acho muito bonito os cânticos, as orações é um momento muito emocionante, as vezes eu até choro, sabe? É porque eu sinto Deus e nossa Senhora perto de mim, e sempre agradeço pela minha vida, pelos meus filhos, pelo meu marido e peço ao Divino muita saúde para todos nós<sup>145</sup>.

Para D. Sueli participar das celebrações em honra ao Divino é muito importante, ela percebe nessas celebrações, em especial segundo seu relato na procissão, a presença do sagrado em sua vida, seja através de Deus ou de Nossa Senhora. Ao mesmo tempo que D. Sueli agradece pela vida ela pede ao Divino que dê saúde a ela e a todos ao seu redor, portanto, para essa devota, uma relação íntima com o sagrado é estabelecida, ao ponto de se emocionar ao percorrer o trajeto da procissão, e que a questão religiosa está muito presente nas celebrações que participa, estabelece nesses instantes a ligação do seu mundo, o terreno, com o sagrado, o transcendente. Já para o seu Raimundo, participar das celebrações em honra ao Divino tem outro significado, questionado se sempre participa das novenas e da festa, assim respondeu:

Sempre que dá eu venho aqui [na 'Casa do Divino'] não é sempre que dá porque eu trabalho, a Sueli vem mais que eu, mas é porque ela não trabalha, ela fica mais em casa. Agora na festa eu sempre participo, porque ela [Sueli, sua esposa] sempre me convida daí eu venho. E até gosto de vim na festa, o ano passado eu ganhei um 'kit churrasco' no bingo [risos] foi bem legal. A gente participa da missa, tudo, é bem bom<sup>146</sup>.

No relato do seu Raimundo percebemos que a relação que ele estabelece com a festividade em honra ao Divino não está muito ligada ao caráter religioso, aparece apenas quando ele diz: "A gente participa da missa, tudo, é bem bom". Com base nesta observação podemos dizer que, sua participação na festa está muito mais associada ao divertimento do que a questão religiosa. E que isso está muito ligado a sua identidade de gênero.

Pois foi possível perceber que para o casal Oliveira existe papéis de gênero definidos. Podemos observar que a mulher é associada, na narrativa do Sn. Raimundo, ao ambiente familiar, ao privado, ao lar, em consequência as questões religiosas estão mais presentes em sua vida. Enquanto que o homem está associado ao trabalho, ao sustento da família, ao ambiente externo e não tem muito tempo para se dedicar as práticas religiosas. Pode ser por isso que, a festa seja percebida por Sn. Raimundo como um momento de descontração, de se divertir, uma vez que ela acontece no domingo, dia em que seu Raimundo descansa da rotina de trabalho.

Assim, se por um lado, a festa propicia uma unidade em torno de uma identificação, pois muitas pessoas estão participando da festa para homenagear o Divino,

<sup>145</sup> Entrevista realizada com Sueli, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

<sup>146</sup> Entrevista realizada com Raimundo, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014, por Vanderley de Paula Rocha.

por outro ela explicita as diferenças, outros indivíduos estão ali com outros propósitos o de se divertir por exemplo. Em outro trecho da fala de Sn. Raimundo pudemos perceber melhor essa diferença, quando ele explicita o papel dele e de sua esposa na festa:

Eu venho mais para participa da festa, a Sueli ajuda mais na festa, ela ajuda com as comidas, prepara as coisas, ajuda na hora de vender os cartões eu fico mais conversando com o pessoal, comendo um pastel. Ela [Sueli] gosta de estar ajudando e ela conhece todo mundo que organiza as coisas, porque eles sempre estão juntos na novena e vão falando como eles vão trabalha no dia da festa, as coisas que cada um vai fazer<sup>147</sup>.

Na transcrição acima observamos com mais ênfase a diferença na relação estabelecida com a festividade. Se a D. Sueli aparece como uma das festeiras, mulheres que trabalham na organização e no desenvolvimento da festa, seu Raimundo participa como espectador, está ali para se divertir. Este fato demonstra a relação que cada um estabelece com a festividade religiosa, mesmo os dois fazendo parte do corpo de devotos do Divino, pois ambos sabem que se trata de uma festa religiosa, mas cada um atribui um significado para o evento, D. Sueli vê na festa um momento de homenagear o Divino, enquanto Sn. Raimundo percebe a festa como um instante de descontração.

Os cinco relatos, aqui apresentados, possibilitaram entendermos que uma relação é construída com a festividade religiosa, independente de qual significado a ela seja atribuído. Que a festa religiosa está presente na vida desses devotos e contribui na manutenção de suas memórias. Quando os entrevistados relembram a festa, trazem à tona suas memórias, recordam de familiares, de seus trabalhos e de elementos do seu cotidiano. Portanto, entre os muitos significados atribuído a festa do Divino podemos atribuir mais um, o de momento de manutenção memorial.

A partir da fala dos devotos entrevistados compreendemos que é, através das rezas, das novenas, das procissões e das festas que esses estabeleceram ligação com o mundo sagrado. Porque entendemos que esse devoto não vive sua fé apenas no campo espiritual, ou seja, os fiéis sentem necessidade de realizar ações, que passam a representar sua fé. É essa a construção do mundo sagrado feita pelos fiéis onde as práticas são elementos fundamentais. E foi através do relato dos devotos entrevistados que constatamos que mais que um momento de homenagear o Divino, a festa é um dos instantes em que a unidade da comunidade é assegurada, mesmo que momentaneamente, numa sincronização que se opõe a dispersão e a diversidade do cotidiano. Assim, a festa dedicada ao Divino em Ponta Grossa, tem função de solidificar essa devoção, pois neste instante é hora de tecer redes de sociabilidade, se envolver e compartilhar regras e valores que são socialmente construídos e reafirmados no momento de festar.

---

<sup>147</sup> Entrevista realizada com Raimundo, em Ponta Grossa, em dezembro de 2014.

# A construção do movimento jeovense enquanto movimento messiânico

**Victor Augusto Lage Pena**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

victoraugustopena@hotmail.com

**RESUMO:** O movimento jeovense consiste em um movimento agrário ocorrido em uma região litigiosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo o foco na vila de Cotaxé, hoje distrito de Ecoporanga – ES. O movimento ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 e tinha como objetivo criar um novo estado da federação, o Estado de União de Jeovah. O movimento, liderado por Udelino Alves de Matos, se aproximava das lutas de reforma agrária, pois buscavam uma distribuição igualitária das terras entre os que ali viviam e utilizavam dela para seu sustento, através de uma agricultura majoritariamente de subsistência. Vale ressaltar que o movimento não utilizava o termo “reforma agrária” para tratar de seus objetivos, pois não havia uma ligação direta com os outros movimentos agrários no Brasil. Sobre o movimento jeovense, é comum encontrar na bibliografia existente sua representação como um movimento messiânico, colocando Udelino como um líder político e religioso. Este trabalho busca compreender o processo de construção dessa representação, além de compará-los com outras representações existentes. Para compreender o que seria um movimento messiânico, utilizamos, inicialmente as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz, para assim traçarmos um conceito base de movimento messiânico e de líder messiânico, comparando com as representações do Estado de União de Jeovah e do seu líder Udelino. Para fazer tal análise utilizamos como fontes, documentos do governo estadual e da Assembleia Legislativa, ambos do Espírito Santo, além da memória oral dos moradores de Cotaxé e região. A análise destes documentos foi comparada com a bibliografia sobre o movimento, em especial o romance *Cotaxé*, de Adilson Vilaça, sendo a obra de maior circulação no Espírito Santo sobre o movimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Messianismo; representação; movimento agrário; Estado de União de Jeovah; Cotaxé.

## Um problema recorrente

Quando nos deparamos com movimentos sociais agrários, é comum tentarmos simplificá-los e enquadrá-los em uma lógica já existente. Muitos movimentos agrários no Brasil acabam sendo comparados e encaixados, sendo considerados messiânicos, uma forma simplória rotulá-los, sem compreender suas diversidades e complexidades. Porém, muitos historiadores questionam esses rótulos messiânicos, achando que esse enquadramento não dá conta de explicar a complexidade dos movimentos. Marco Antonio Villa é um exemplo deste movimento, pois ele questiona esse caráter messiânico do próprio Antonio Conselheiro e do movimento de Caudos:

Antonio Conselheiro foi considerado um Messias por seus seguidores? Foi um líder de um movimento messiânico, isto é, desta crença milenarista na qual o líder carismático revela aos homens o caminho da salvação, organiza os fiéis em uma comunidade de eleitos e começa a instituir uma sociedade perfeita segundo a mensagem de Deus? Todos os relatos da época de peregrino, as notícias de jornais e os documentos oficiais não fazem referência messiânica de Antonio Conselheiro.<sup>148</sup>

Villa, ao pesquisar Canudos, nota que as fontes não revelam o movimento de Canudos como um movimento messiânico. Não há indícios de que o líder Antonio Conselheiro se caracterizaria em um líder político-religioso, reconhecido como milagreiro, como por diversas vezes é representado. Villa cita uma entrevista realizada por Euclides da Cunha em que ele escreve:

Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres de Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria – negou ainda. – Mas o que promete afinal ele aos que morrem? A resposta foi absolutamente inesperada: - Salvar a alma. <sup>149</sup>

Não estamos questionando aqui a realização do milagre ou não, mas o reconhecimento desses milagres entre os seguidores de Conselheiro. Como Villa mostra, não há reconhecimento de Antonio Conselheiro como um milagreiro ou curandeiro, como algumas representações de Canudos apontam. Porém, mesmo não sendo um movimento messiânico, não podemos cair no outro extremismo de negar o caráter religioso desses movimentos sertanejos, nesse caso exemplificado por Canudos. “Há uma insistência deliberada em retirar o componente religioso, como se a presença da religião colocasse o movimento em um patamar inferior frente aos movimentos laicos”.<sup>150</sup> Todos os movimentos sociais, laicos ou religiosos, não devem ser colocados em balanças de valores, apenas compreendidos com suas particularidades.

No caso de Canudos, do movimento jeovense, que será apresentado adiante, e da maioria dos movimentos agrários do sertão brasileiro, é impossível negar o caráter também religioso do movimento. Afinal, a cultura sertaneja é permeada de religiosidade, em sua maioria católica com alguns sincretismos religiosos regionais. Portanto, a religião como pertencente da cultura, também fará parte dos movimentos sociais ali instaurados.

Extremismos de representação ocorrem em ambos os lados. Da mesma forma que alguns autores negam todo e qualquer relação do movimento com a religião, sendo apenas um movimento político, existem autores que chegam a afirmar que são seitas religiosas e surtos coletivos, como se

<sup>148</sup> VILLA, Marco Antonio. *Canudos: O povo da terra*. São Paulo: Ática, 1997, p. 240

<sup>149</sup> CUNHA apud VILLA, *Canudos: O povo da terra*. p. 240

<sup>150</sup> VILLA, *Canudos: O povo da terra*, p. 09

os movimentos tivessem tido apenas motivações religiosas e fantasiosas. Portanto é necessário esclarecer que: nem todo movimento social sertanejo é messiânico; e movimentos messiânicos são movimentos sócio-religiosos, tem motivações políticas e religiosas, completamente diferente de uma loucura. Um dos exemplos de patologização dos movimentos sertanejos, está no clássico *Os Sertões* de Euclides da Cunha:

Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranoia, de Tanzi e Riva. Em seu desvio ideativo, vibrou sempre a bem dizer exclusiva, a nota ética. Foi um documento raro de atavismo. A constituição mórbida, levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz fundamentalmente, como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.<sup>151</sup>

É nítida nessa passagem de Euclides da Cunha a forma em que o autor representa Antonio Conselheiro. É nitidamente aplicada uma patologia mental ao personagem, e logo em seguida há uma comparação da inteligência dele a inteligência de ancestrais humanos, ou seja, com capacidades cognitivas inferiores aos seres humanos.

Tais problemas representativos são muito comuns nos movimentos sociais do campo. E mesmo quando se reconhece a importância dos movimentos, é comum encará-lo como um movimento messiânico. Mas afinal, o que é um movimento messiânico?

Inicialmente é importante compreender o conceito apresentado por Maria Isaura Queiroz, para quem o messianismo consiste em uma doutrina, podendo ser cristã ou qualquer outra forma de religiosidade. Essa doutrina obrigatoriamente gera um movimento social/religioso, onde é respeitada toda a sua lógica interna que varia conforme cada doutrina. O movimento messiânico necessita de um líder, no caso o messias, ou o profeta, personagem que deve ser carismático, tendo características de um líder religioso, sendo considerado um filho de Deus, ou um enviado divino, responsável pela melhora na sociedade em que vivem seus seguidores.<sup>152</sup>

A principal diferença entre a religião tradicional e o messianismo consiste na relação da atividade efetiva dos adeptos. Enquanto a religião tradicional se fixa apenas em uma celebração divina em conformidade com a realidade, os movimentos messiânicos lutam, não importando como, para que a justiça seja instaurada na terra:

O messianismo se afirma, pois, como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo: diante do

---

<sup>151</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1923, p. 151

<sup>152</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo: no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora/Edusp, 1965.

espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, pois sua é a responsabilidade pelas condições do mundo.<sup>153</sup>

Percebe-se então que um movimento messiânico precisa de uma crença, somada a uma luta política, uma ação transformista, regida e incentivada pela crença em questão. Complementando a compreensão do conceito de messianismo, é relevante citar Maurício Vinhas de Queiroz, que compara um movimento messiânico a um movimento social laico:

O messianismo significa algo mais que um simples “desgosto” pelo mundo, ou uma não-aceitação da vida social como esta se revela. Nos movimentos revolucionários laicos, há também uma recusa às condições de existência, porém os revolucionários procuraram atuar dentro da realidade, a fim de transformá-la. Já o messianismo leva sempre a um alheamento, a um desligamento do corpo social, e à instauração, fora dele e oposta a ele, de uma nova comunidade que confia na transfiguração supranaturista do mundo. [...] O messianismo é uma revolta alienada.<sup>154</sup>

Além de uma fé, é necessário a ação dos indivíduos envolvidos, o que gera um movimento de motivação política e religiosa. Entendemos então que para considerarmos um movimento político enquanto messiânico, a luta política caminha lado a lado de uma fé religiosa, uma crença espiritual no líder do movimento, onde, por ser um enviado de Deus, teria o poder da verdade e a capacidade de liderar o movimento. Porém, quando Vinhas de Queiroz afirma que é uma revolta alienada, devemos entender com cautela, pois “o apelo a valores religiosos não seria uma atitude alienada, mas a expressão da revolta por meio do único canal possível no contexto cultural tradicional”.<sup>155</sup>

É muito comum que a luta política sertaneja seja construída com embasamentos religiosos, pois a religião, na maioria das vezes um catolicismo popular repleto de sincretismos, é muito presente na cultura popular do sertão brasileiro. Não podemos ignorar tais características culturais desses grupos. Quando Vinhas de Queiroz afirma uma alienação no movimento messiânico, ele se refere ao pouco conhecimento político dos envolvidos. Porém, como salienta Lísias Nogueira Negrão, não se trata de uma alienação e sim uma busca política através do viés mais acessível a eles, no caso o viés religioso.

### **O movimento jeovense**

---

<sup>153</sup> QUEIROZ. *O messianismo: no Brasil e no mundo*, p. 07

<sup>154</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado: 1921-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 252/253

<sup>155</sup> NEGRÃO, Lísia Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. – Vol. 16, nº 46, 2001, p.122

Explicada toda o problema comum e o conceito de movimento messiânico, chegamos enfim, ao objeto de pesquisa proposto: o movimento jeovense, este que seria o movimento de criação do Estado União de Jeovah, liderado por Udelino Alves de Matos.

Não é possível apresentar uma biografia concisa de Udelino Alves de Matos, pois não foram encontradas documentações necessárias para tal construção. Sabe-se pouco de Udelino. Nada se sabe de antes do movimento jeovense e só há suposições sobre o que ocorreu após o movimento.

Vindo do sul da Bahia, Udelino chega a região da Serra dos Aimorés na década de 1940, época em que havia um conflito litigioso entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais pelo território da região. Sendo uma terra pouco habitada, havia até aquele momento apenas alguns posseiros que ocuparam a região, se apropriando de terras devolutas<sup>156</sup>, utilizando-as para a agricultura, majoritariamente de subsistência. Udelino como sabia ler e escrever, logo começa a dar aulas e alfabetizar pessoas da região, sendo, portanto, considerado um homem inteligente e admirado pelos posseiros. Tal visão sobre Udelino facilitou que ele articulasse e comandasse o movimento de União de Jeovah.

Como se trata de uma região litigiosa, sem definição estadual, e com problemas de distribuição de terras, o objetivo de Udelino Alves de Matos era criar um novo estado, o Estado de União de Jeovah, e fazer uma distribuição justa das terras entre os que ali estavam produzindo e sobrevivendo da terra.

Posteriormente a instalação dos posseiros chegam na região alguns fazendeiros com supostas documentações das terras, e tinham como objetivo desapropriar os posseiros para apropriarem-se das terras. Concomitantemente houve um movimento da Polícia Militar na região, mais efetivo do estado do Espírito Santo, em defesa do direito dos fazendeiros. Tal intervenção gera um conflito armado entre fazendeiros e posseiros, entre militares e o movimento jeovense.

Apesar de ter a adesão da maior parte dos posseiros, o movimento não tinha força bélica, muito menos treinamento para enfrentar, num caráter de guerra, a Polícia Militar do Espírito Santo. Sendo assim, o movimento acaba em 1954, quando a Polícia Militar faz um cerco na Casa de Tábua, sede administrativa do Estado de União de Jeovah, e destroem a casa queimando tudo que havia dentro. Muitos dos jeovenses morreram nesta ação policial, porém alguns deles conseguiram escapar. Não há documentação que comprove a morte de Udelino nessa emboscada, porém também não há nada que garanta a sua sobrevivência. Sabemos apenas que Udelino desaparece após o ataque, o que facilita a criação de sua imagem como um mito na região.

---

<sup>156</sup> Terras indígenas que se tornaram desabitadas após massacre dos indígenas que viviam na região.



Tantas informações imprecisas geraram um imaginário sobre o personagem, criando diferentes representações sobre Udelino. Estas representações estão tanto na memória coletiva dos moradores da vila de Cotaxé, vila central do movimento, como em publicações literárias, jornalísticas e didáticas. E são exatamente essas memórias que são apresentadas e analisadas neste artigo.

### **A construção da representação messiânica do movimento jeovense**

As poucas informações sobre a tentativa de construção do Estado União de Jeovah geraram várias possíveis interpretações sobre o movimento, sendo uma representação dominante a representação messiânica do movimento. Neste artigo, nos limitamos a apenas compreender como se deu esse processo de construção desta representação.

O documento mais antigo que retrata o movimento jeovense como movimento messiânico, encontrado até o momento nesta pesquisa, se trata de uma carta do interventor do Estado do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, encaminhado ao Ministro de Justiça e negócios Interiores, do governo federal. Esta carta é uma explicação do governo do Espírito Santo ao governo federal sobre a repressão violenta realizada contra o movimento jeovense, liderado pelo Major Djalma Borges:

O relatório firmado pela autoridade que presidiu o inquérito, o brioso oficial major Djalma Borges, é testemunho eloquente da grave anormalidade reinante na região que, não fossem as prontas e enérgicas providências repressivas adotadas pela Polícia do nosso Estado, bem se poderia transformar em um novo Canudos, eis que, para tal, até a exploração mística da ingenuidade da nossa massa rural se fazia presente, nos propósitos de um aventureiro que ali criara a “República União de Jeovah”.<sup>157</sup>

Nesta carta podemos perceber que, para justificar tal ataque, Jones dos Santos Neves compara o movimento jeovense ao movimento de Canudos, principalmente no que tange ao misticismo existente sobre a memória de Canudos. No documento citado acima, o movimento do Estado União de Jeovah é caracterizado como um movimento místico e separatista, sendo um possibilitando futuras interpretações dele enquanto um movimento messiânico.

E ocorre exatamente isso. O livro de maior circulação no Espírito Santo sobre o movimento é o romance *Cotaxé*, de Adilson Vilaça. Este livro consiste em um romance histórico que fala do envolvimento de Udelino Alves de Matos, que era um jovem com pouco mais de vinte

---

<sup>157</sup> NEVES, Jones dos Santos. Ofício N. G/1 471 [para] Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Francisco Negrão de Lima – Rio de Janeiro – DF. Vitória – ES, 09 de abril de 1953.

anos, com uma moça da região, além do seu envolvimento com os movimentos de luta por terra, no caso, liderando o movimento de União de Jeovah.

Em inúmeras cenas do livro *Cotaxé* é possível ver Udelino evocando o nome de Deus, fazendo rezas e outras atividades religiosas, como: “Udelino pregava que o território era réplica do paraíso.”<sup>158</sup>, ou uma fala do personagem no livro que dizia: “Meus colegas lavradores, amados filhos de Deus. O bom Pai nos agraciou com a oferta do paraíso.”<sup>159</sup> Nessas frases, como em tantas outras espalhadas ao longo do livro, é possível notar explicitamente que Vilaça representa Udelino como um líder religioso, como alguém que evoca Deus em seus discursos políticos, sendo assim, caracterizando o movimento como um movimento messiânico.

Salva as devidas proporções de repercussão, o mesmo impacto no imaginário gerado por *Os Sertões*, de Euclides da Cunha a respeito de Canudos, acontece com o Movimento de União de Jeovah, gerado por *Cotaxé*, de Adilson Vilaça. Essa imagem de Udelino como um líder religioso é a imagem que chega nos meios midiáticos e nos materiais didáticos.

Em 2010 saiu uma reportagem em um jornal de grande circulação no Espírito Santo, *A Tribuna*, em que é possível constatar tal representação de Udelino: “Magro, alto e sempre usando terno preto, Udelino, que não gostava de fotografias, recorria à Bíblia para unir os camponeses.”<sup>160</sup> Percebemos nesta reportagem, uma representação até caricata de um líder religioso ao se tratar do líder jeovense. O mesmo ocorreu em uma reportagem de 1997, no jornal *A Gazeta*, também de grande circulação no Espírito Santo, onde, em uma entrevista com Adilson Vilaça, reforçam a ideia de que “este estado seria baseado em uma religiosidade muito forte. Ele prometia um paraíso em terra, e com esta promessa encantava as pessoas.”<sup>161</sup> Vale frisar que a reportagem em questão foi publicada devido ao lançamento do romance histórico *Cotaxé*, portanto já era de se esperar que representasse o movimento da mesma maneira.

Fato semelhante também pode ser encontrado no material paradidático de maior circulação sobre o Espírito Santo. No livro *História e Geografia do Espírito Santo* de Thais Moreira e Adriano Perrone, é possível encontrar mais uma vez a representação messiânica: “Foi criado pelo movimento o Estado de União de Jeová, num misto de questão fundiária e pregação religiosa.”<sup>162</sup> Por se tratar de um material didático, é provável que para sua escrita foram pesquisados materiais de referência sobre o tema, sendo Adilson Vilaça reconhecido como o maior pesquisador desta temática, perpetuando sua interpretação.

---

<sup>158</sup> VILAÇA, Adilson. *Cotaxé*. Vitória: Textus, 4ª ed. 2007, p. 15

<sup>159</sup> \_\_\_\_\_, *Cotaxé*. p. 63

<sup>160</sup> SEGATTINI, Fábio. Um estado diferente do Norte. *A Tribuna*. 25 de abril de 2010, pág. 18

<sup>161</sup> CURRY, Andréia. Udelino prometia um paraíso na terra. *A Gazeta*. 10 de agosto de 1997, p. 3

<sup>162</sup> MOREIRA, Thais Helena L; PERRONE, Adriano. *História e Geografia do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 2007, p. 126

Porém, ao analisar a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, feita na época para avaliar a extrema violência dos policiais militares na região, onde constam alguns depoimentos, perceberemos que há uma representação um tanto divergente da apresentada por Vilaça. Esta CPI, de abril de 1953, traz algumas denúncias em material escrito, a maioria feita por lavradores da região, e dois depoimentos orais, alegando que a polícia agia de forma extremamente agressiva com os posseiros. Um do Deputado Federal Wilson Cunha, quem fez a denúncia, e outro do Major Djalma Borges, principal responsável pela ação militar na região. Nestes depoimentos encontramos alguns trechos que tratam de Udelino Alves de Matos e do movimento de União de Jeovah.

O primeiro a testemunhar no processo foi o Wilson Cunha, e ao descrever o líder do movimento jeovense ele faz a seguinte afirmação:

Ele não era um homem equilibrado, era um homem de espírito muito rude, mas de muita inteligência, não recebeu instrução mas tinha inteligência, e achou que era o líder daquele movimento, deste movimento que não era outro senão para reclamar justiça, desejando ver concretizada uma punição para aquela Polícia que vinha desabridamente matando, espancando, roubando.<sup>163</sup>

É notável que Cunha, ao se referir a Udelino, destaca suas características como líder político de um movimento, falando de sua inteligência e de como buscava a justiça na região. Em nenhum momento é relatado o envolvimento de Udelino com uma fé religiosa, ou em ritos religiosos. Ainda em seu depoimento, Wilson Cunha é perguntado mais detalhadamente sobre Udelino<sup>164</sup>:

O Sr. Oswaldo Zanello – Nobre deputado Wilson Cunha, pelo que vemos, através da leitura do noticiário da imprensa da Capital do Espírito Santo, há uma afirmativa, embora V. Exa. tenha abordado por alto este assunto, de que estariam se processando na zona da Mata, Município de Barra de São Francisco, uma verdadeira revolução de índole comunista, sendo chefiada pelo Sr. Umbelino [sic] que, segundo denúncias formuladas, é comunista fichado, vindo da Bahia. Poderia V. Exa. informar-nos algo a respeito?

O Sr. Wilson Cunha – [...] Não sei se esse Sr. Umbelino [sic] é comunista, se é baiano, se foi fichado. [...] Sei que ele é na região uma espécie de líder. Mas é, sem dúvida, um homem um tanto revolucionário, pela sua própria natureza. Mas a sua revolução era essa de protesto contra os espancamentos, pelo menos quando me procurou no Rio de

---

<sup>163</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa. *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. 16 de abril de 1953, p. 58

<sup>164</sup> Nota-se que durante o processo referem-se a Udelino com o nome de “Umbelino”. Não se sabe se ocorreu um erro de digitação do escrivão, ou um desconhecimento dos membros da CPI e do entrevistado sobre a forma correta do nome de Udelino.

Janeiro com um memorial o que ele dizia e o que constava no memorial é que queria que se fizesse um inquérito para apurarem-se essas responsabilidades da política. Desejava, também, que o Ministério da Agricultura criasse uma escola naquela região e que o Governo Federal interviesse lá no sentido de distribuir as terras com esses homens que delas estavam apossados. Não sei se há comunismo nisso...<sup>165</sup>

Nota-se que havia, naquele momento, uma imagem de Udelino enquanto comunista, afinal, suas ideias de repartição de terras muito se assemelham as lutas dos movimentos agrários de cunho comunista. Ao responder esta pergunta, apesar de não afirmar, Cunha também não nega a possibilidade de Udelino ser comunista. Ele volta a frisar que ele seria “uma espécie de líder”, ressaltando seu caráter “revolucionário”, mas em nenhum momento é citado qualquer envolvimento de Udelino com religião, ou utilização da religião para alcançar seus objetivos. O que está relatado são estratégias políticas, assim como qualquer movimento social.

Na mesma CPI, consta o depoimento do acusado, Major Djalma Borges, onde é acusado de ser mandante dos atos violento da Polícia Militar no local. Em seu depoimento, Borges também cita Udelino em um dado momento: “denunciavam que um bando de 228 homens armados, sob a chefia [...] de Udelino Alves de Matos, estava tomando as propriedades e matando os respectivos proprietários.”<sup>166</sup> É notável que neste depoimento, Borges ao tentar justificar a sua violência, reafirma o caráter violento de Udelino. Novamente, não foi encontrado nenhuma referência do líder jeovense como líder também religioso.

Posteriormente, perguntado mais a fundo sobre o movimento de União de Jeovah, Borges chega a afirmar que “as ideias de Udelino são comunistas, mas que não pode afirmar que ele seja comunista.”<sup>167</sup> Percebemos então, que era inegável à quem presenciou o movimento jeovense, que suas ideias muito se assemelhavam as ideias de reforma agrária do partido comunista. Apesar de nunca terem certeza de sua filiação ou envolvimento direto ao partido, sempre havia uma dúvida em relação a tal ponto.

Apesar de ser possível encontrar outras representações sobre o movimento, como na CPI trabalhada acima e na memória oral dos moradores da vila de Cotaxé<sup>168</sup>, podemos entender que a representação messiânica foi uma representação dominante. Utilizando das palavras de Roger Chartier: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do

---

<sup>165</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 73,74

<sup>166</sup> \_\_\_\_\_, *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 109

<sup>167</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado), *Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 71/53*. p. 112

<sup>168</sup> Essas entrevistas poderão ser encontradas no texto final da minha dissertação de mestrado. Pretende-se neste artigo trabalhar apenas uma etapa da pesquisa ainda em andamento.

mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. ”<sup>169</sup> É notável no caso de Cotaxé a existência dessas lutas de representação, e uma representação que supostamente nasce dos repressores do movimento jeovense, por motivos ainda não esclarecidos na pesquisa, são perpetuados, chegando a mídia e aos materiais didáticos.

---

<sup>169</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990, p. 17

## **ST 12: Dinâmicas da conquista: identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos**

**Adriano Toledo**

Doutor em História Social da Cultura  
(UFMG)/adrianohis@yahoo.com.br

**Juliana Sabino Simonato**

Doutoranda em História Social da Cultura  
(UFMG)/jsimonato@yahoo.com.br

# Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)

**André Onofre Limírio Chaves<sup>170</sup>**

Graduando em História/FaFiCH

Universidade Federal de Minas Gerais

andreonofrelimírio@gmail.com

**RESUMO:** O presente estudo tem aborça a possibilidade de uso dos inventários de bens móveis, produzidos na Amsterdam do século XVII, como fontes para o estudo da História das Coleções. O estudo analisa a constituição de uma coleção privada que continha objetos brasílicos, registrada nos inventários do comerciante e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Mathijs van Ceulen. Além das mudanças na composição da coleção, ao longo do tempo, são estudadas as formas de resignificação que a coleção sofreu ao ser integrada no ambiente residencial.

**PALAVRAS-CHAVES:** Coleccionismo, história das coleções, Mathijs van Ceulen, Brasil holandês.

## Introdução

Em 4 de maio de 1644, era registrado, pelo notário Willem Hasen, o inventário de bens móveis provenientes da residência do recém-falecido comerciante Mathijs van Ceulen. Dentre os itens arrolados, considerados valiosos para o mercado de arte de Amsterdam, se encontravam diversos objetos provenientes do Brasil. Pinturas, mapas e gravuras com

---

<sup>170</sup>Esse trabalho foi o resultado da pesquisa “Raridades em Contexto: incorporação e resignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)” sobre a orientação do professor de Museologia da Escola da Ciência da Informação, René Lommez Gomes. Além disso, esse estudo obteve apoio do Grupo da História das Coleções e Museus recebendo o apoio da PROGRAD/UFMG, PRQP/UFMG e FAPEMIG e do Grupo de Pensamento Político e Práticas Culturais no Mundo Luso-Holandês (séc. XVII), sendo esse apoiado pelo Espaço do Conhecimento UFMG para a realização dos encontros semanais.



temática brasílica e outros itens da coleção foram inventariados e valorados visando sua liquidação em um leilão.

A presença de itens de origem brasileira nessa coleção teve, como ponto de origem, a participação do comerciante na administração da ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro, entre 1634 e 1640. Com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, o anseio por conseguir o controle do comércio de produtos do Novo Mundo fez com que, em 1630, essa região da América Ibérica fosse tomada e ocupada. Com a ocupação, diversos homens migraram para o Brasil com o objetivo de atuar no comércio e na administração, dentre eles, um Diretor da W.I.C., Mathijs van Ceulen.

Responsável por controlar a investida holandesa em terras brasileiras, além de cumprir para com as obrigações de seu cargo, van Ceulen interessou-se pelo novo ambiente. Atentou-se para objetos antes pouco vistos no Velho Mundo. E, ao retornar para sua pátria, além da experiência vivida no Novo Mundo, ele levou consigo objetos que pudessem compor a decoração de sua casa. Esses objetos, como será apresentado, não consistiam em quaisquer curiosidades sobre o Brasil. Ao contrário, de algum modo, fariam com que as pessoas de seu entorno vissem e admirassem aspectos de sua vida naquele mundo o desconhecido.

A prática colecionista foi comum entre sujeitos de posses que vieram para o Brasil, durante a ocupação neerlandesa, ou de pessoas habitantes de Amsterdam envolvidos com os negócios do Brasil. Dentre os inventários, hoje conservados no no arquivo da cidade de Amsterdam, estão o de Mathijs van Ceulen, Pieter Seulin, Marcus van Valckenburg e do Capitão Marten Pietersz. Daij. Através desses inventários é possível perceber como a realidade americana se produziu objetos de admiração e auto representação. Portanto, esse trabalho pretende abordar o inventario de Mathijs van Ceulen, apresentando as possibilidades de interpretação do processo de autorepresentação de um sujeito através da constituição de uma coleção de material brasílico, refletindo os interesses e história de vida de um indivíduo.

### **Os inventários da Orphan Chamber de Amsterdã, no século XVII**

Os inventários que foram utilizados nessa pesquisa são provenientes de um órgão administrativo importante que surgiu no século XV, em Amsterdam: a Câmara dos

Órfãos.<sup>171</sup> Criada por volta de 1500, essa instituição era composta por três ex-vereadores e membros do Conselho de Amsterdã, que possuíam a função de garantir recursos para crianças órfãs de pais. Pois, desamparadas do apoio paternal, esses indivíduos, caso fossem menores de idades, deveriam ser assistidos pela Prefeitura de Amsterdã até completarem vinte e cinco anos de idade, enquanto se encontrassem no estado civil solteiro.<sup>172</sup> Por isso, a necessidade de criação da Câmara dos Órfãos como o órgão que fosse capaz de garantir a sobrevivência dos órfãos menores de idade.

A criação da Câmara dos Órfãos de Amsterdam representa a necessidade e a preocupação que a sociedade neerlandesa possuía em garantir a sobrevivência de indivíduos desamparados tanto economicamente quanto socialmente. Garantir fundos para que o tutor das crianças e dos jovens órfãos ultrapassava a esfera familiar, ao ponto de um órgão público ser envolvido, como forma de legalizar a assistência econômica ao cidadão de menor idade<sup>173</sup>.

Para compreender a figura de Mathijs van Ceulen e os seus inventários, precisamos estar cientes dessas informações a respeito da Câmara dos Órfãos. Pois, em 11 de outubro de 1631, o notário J. Bosch provavelmente entrou na casa de van Ceulen e começou a registrar os bens móveis, sobretudo itens artísticos, que tivessem boa aceitação no mercado de arte holandês. Até o momento, não se sabe o motivo que levou esse notário a registrar os itens de van Ceulen. Mas, as informações disponíveis sugerem duas possibilidades. Na primeira, Mathijs van Ceulen pode ter se tornado viúvo nesse ano e, conseqüentemente, o nome de sua falecida mulher teria sido informado aos membros da Câmara dos Órfãos, pois segundo John Montias “each week, the gravemakers of the churches e cemeteries of Amsterdam were obligated to hand over to the Orphan Chamber the names and addresses of men or women who had died leaving heirs of minor age”.<sup>174</sup> Van

---

<sup>171</sup> MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p.16.

<sup>172</sup> MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p. 17

<sup>173</sup> MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002. p.17

<sup>174</sup> “semanalmente, os coveiros das igrejas e cemitérios de Amsterdam eram obrigados a entregar para a Câmara dos Órfãos, os nomes e endereços de homens e mulheres que morreram deixando menores de idade”

Ceulen e sua esposa Margaret Heucheulaen possuíam quatro crianças<sup>175</sup>, sendo Maria a mais velha, com apenas oito anos. Por isso, justificava-se a necessidade dessas crianças serem registradas na Câmara dos Órfãos, após a morte de sua mãe, pois, então restava-lhes somente o pai como tutor.

Outra teoria, que provavelmente pode completar a primeira, é a de que Mathijs van Ceulen fora escalado para viajar para a ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro, que estava ocorrendo naquele momento. Pois, em dezembro de 1632 encontramos os primeiros registros de sua chegada ao Brasil<sup>176</sup>, assumindo o cargo de Diretor Delegado<sup>177</sup> da Companhia das Índias Ocidentais. Além da arriscada travessia do Atlântico que viria a enfrentar, os conflitos entre os neerlandeses e portugueses em terras brasileiras poderiam ocasionar o óbito do comerciante. Assim, como forma de garantir a futura assistência de seus filhos, van Ceulen poderia ter recorrido à estratégia de registrar seus bens na Câmara dos Órfãos e nomear um tutor responsável pelas crianças em sua ausência.

De qualquer modo, os inventários dos bens móveis produzidos pela Câmara dos Órfãos de Amsterdã, constituem-se em excelentes fontes para o estudo e compreensão das coleções artísticas do século XVII. Nesses inventários, além da relação dos objetos que o indivíduo possuía, há outras informações preciosas para o ramo da História da Arte, como a atribuição dos valores que os objetos alcançariam em leilões e sua disposição original na casa de seu proprietário, permitindo um registro privilegiado da lógica da organização espacial das peças em um ambiente doméstico seiscentista. Considerando que as casas das classes abastadas, na Amsterdam desse período, possuíam ambientes “públicos” e ambientes reservados aos familiares, esses dados revelam, ainda, as maneiras como os sujeitos podiam se apresentar (e representar) socialmente.

---

(tradução do autor). MONTIAS, John Michael. *Art at auction in 17th Century Amsterdam*. Amsterdam: Press University. 2002. p. 17

<sup>175</sup> Informações recolhidas no site: <http://research.frick.org/montias/home.php> (último acesso: 30/06/2015). Pesquisar por Mathijs van Ceulen.

<sup>176</sup> WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo da história do século XVII*. Companhia Editora Nacional, 1938.

<sup>177</sup> HEIJER, Henk Den. *Diretores, Stadhouders e conselhos de administração*. In: WIESEBRON, Marianne L. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)*. Leiden: Mauritiana. 2005

Entre os diversos inventários de coleções privadas de holandeses que estiveram no Brasil, durante o período da ocupação (1630-1654), o caso de Ceulen é único, por apresentar dois inventários: o primeiro, realizado antes da sua vinda ao Brasil (1631); e, o segundo, um inventário *post mortem* realizado após seu último retorno à Amsterdã (1644). Esse caso, permitiu a análise da evolução da composição de sua coleção, ao longo do período em que o comerciante viveu no Brasil, revelando aquisições e mudanças de gosto ou de formas de autorepresentação..

### **A presença de objetos de origem brasileira na coleção artística de van Ceulen**

A análise dos dois inventários de van Ceulen possibilitou o estudo do crescimento de sua coleção. Caso raro, uma vez que não há, até o momento, a identificação de outro sujeito da cidade de Amsterdã que, tendo estado no Brasil, tivesse feito o registro de dois inventários. No primeiro inventário (1631<sup>178</sup>), van Ceulen possuía uma coleção artística bem singela, com poucas pinturas e alguns mapas de baixo valor; somando o número de bens inventariados o total de dezesseis objetos. O item mais caro é uma pintura de paisagem do artista holandês Den Bock, no valor de 36 florins. Ao final da inventariação, a coleção artística de van Ceulen estava estipulada no valor de 64 florins.

O segundo inventário<sup>179</sup>, registrado pelo notório Willen Hansen em 4 de maio de 1644, nos surpreende por mostrar uma evolução relativamente grande da coleção artística de van Ceulen. Entre os 13 anos que separam os dois inventários, o número de itens artísticos que decoravam a residência de van Ceulen passou de dezesseis objetos para oitenta e nove itens. O valor total dos itens, no inventário, alcançou a cifra de 4827 florins. Esse aumento é bem significativo, sobretudo em uma sociedade que enxergava a acumulação de obras de arte como uma forma de investimento<sup>180</sup>. Esse aumento do

---

<sup>178</sup> Inventário de Mathijs van Ceulen, datado do ano de 1631, disponível pelo endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=2460> (último acesso:23/06/2015)

<sup>179</sup> Inventário de Mathijs van Ceullen, datado do ano de 1644, disponível no endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?action=browse&-recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).

<sup>180</sup> SCHAMA, Simon. O desconforto da riqueza. In: O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, Uma interpretação. (trad.) Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 289 - 368.

número objetos indica que a riqueza de Mathijs van Ceulen aumentou de forma rápida, promovendo a ampliação e diversificação de sua coleção, que passou a se constituir de itens de mais alto valor.

Para compreendermos o quê motivou a elevação da riqueza de van Ceulen, a pesquisa partiu para a constituição de uma biografia desse sujeito, pois assim, compreenderíamos tanto a evolução, quanto as mudanças na constituição da coleção.

Mathijs van Ceulen era um comerciante e um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Sua relação com o Brasil começa em 1632, quando ele é designado para o cargo de Diretor Delegado<sup>181</sup> da W.I.C. em terras brasileiras. Van Ceulen ao chegar na conquista neerlandesa, se deparou com uma colônia arrasada pelas constantes batalhas entre portugueses e neerlandeses. Além disso, o Conselho Político, órgão responsável pelas demandas administrativas da colônia, enfrentava embates ocasionados pelas diferentes posturas e orientações propostas por cada conselheiro político para a organização da ocupação, agravados pelas divergências entre o Conselho e o governador Waenderbuch<sup>182</sup>.

Com a premissa de resolver os embates entre políticos e administrativos<sup>183</sup>, van Ceulen também foi responsável pela expansão da colônia neerlandesa. Ele garantiu a vitória das tropas neerlandesas na capitania do Rio Grande, lugar de importância colonial, uma vez que havia grande quantidade de gado bovino nessa região. Além disso, dirigiu campanhas militares, entre elas aquela em que ocasionou a tomada do Forte dos Três Reis Magos<sup>184</sup>, que foi rebatizado e passou a ter o nome do diretor delegado, chamando-se Forte Ceulen.

Van Ceulen retornaria para a sua pátria em 1634. Depois, em 1637, regressaria ao Brasil integrando a comitiva do Conde Maurício de Nassau, recém nomeado governador da conquista. Atuou como conselheiro do Alto Conselho Secreto que dava

---

<sup>181</sup> BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

<sup>182</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. Os Holandeses no Brasil. Companhias da Índias Ocidentais In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses – 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

<sup>183</sup> LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e Escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>184</sup> TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trindade. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora IFRN, 2010

apoio ao Conde Nassau, garantindo assistências nas decisões de cunho político, militar e econômico.

Uma vez entendida a participação de Mathijs van Ceulen, mesmo sendo de maneira rápida e enxuta, podemos começar a entender como os itens brasílicos foram incorporados na sua coleção artística. Dentre os objetos listados em seu inventário, temos a referência exata da procedência dos seguintes itens: uma pintura de gênero de natureza morta com frutas das Índias Ocidentais, no valor de 25 guldens, e um mapa do Brasil, um do Recife e um da capitania do Rio Grande.

Incorporados na coleção, esses itens estão relacionados com o ofício de van Ceulen, durante o tempo em que esteve no Brasil. O interessante é notar a presença do mapa do Rio Grande, capitania conquistada sob o comando de van Ceulen, em 1633. Provavelmente, esses mapas foram adquiridos no momento de partida de Ceulen da Europa para o Novo Mundo ou quando estava no Brasil. De todo modo, eles parecem apontar para a constituição de traços autobiográficos na formação da coleção, melhor percebidos em objetos de natureza especificamente artística, que não tinham relação direta com o exercício de seu ofício.

### **‘Voorhuis’, a porta de entrada para o brasílico**

Os inventários neerlandeses favorecem a pesquisa em História da Arte e das Coleções, por registrarem informações importantes sobre práticas do colecionismo privado, principalmente na Holanda do século XVII. O inventário informa não apenas o nome da peça inventariada. Outras informações de grande importância, como a disposição dos objetos nos cômodos das casas, o valor da peça no mercado, sua autoria e principais características também são registrados no momento de confecção do documento<sup>185</sup>.

Em 1644, o nome de van Ceulen aparece nos registros da Câmara dos Órfãos de Amsterdam que, desta vez, registrava seu falecimento. Diferente do primeiro momento em que ocorreu a catalogação, 1631, Hasen, ao entrar na residência de van Ceulen, encontrou cômodos consideravelmente bem decorados, com obras de artes de variadas temáticas, indo de motivos religiosos a naturezas mortas. Uma das pinturas de destaque da coleção,

---

<sup>185</sup> MONTIAS, John Michael. Art at auction in 17th Century Amsterdam. Amsterdam: Press University. 2002.

por seu valor, era uma natureza-morta. Mas, essa pintura era diferentes das outras do mesmo gênero: ela apresentava ao cidadão neerlandês um aspecto do novo mundo. Frutas exóticas e diferentes apresentava a qualquer convidado que entrava na residência de van Ceulen, frutos e flores da colônia brasileira que estava sobre o controle dos neerlandeses.

Essa pintura, descrita no inventário como “frutas das Índias Ocidentais<sup>186</sup>”, transmitia a quem passava pelo hall de entrada (*voorhuis*) da casa de van Ceulen, não apenas o exótico e o novo. Por estar em um cômodo de entrada, nobre e “público”, acessível a qualquer visitante da casa, a pintura se resignificava como uma forma de apresentação do proprietário da casa e de sua atuação como um Diretor da Companhia das Índias Ocidentais no Novo Mundo.

O *voorhuis* era o cômodo da casa holandesa que possuía a função de apresentar o modo como o seu morador gostaria de ser visto pela sociedade. As melhores pinturas geralmente eram colocadas nesse ambiente e em outros que garantiam a maior visibilidade ao visitante. Segundo Jonh Montias “*Certain rooms, such as the voorhuis [...] contained more valuable paintings, were more likely to be described by subject and to be attributed, and featured more landscapes than the other rooms*”.<sup>187</sup> Ou seja, o *voorhuis* garantia a visibilidade das melhores obras que o colecionador possuía, de modo que isso pudesse garantir status a quem possuísse esse cômodo muito bem decorado.

A arte no universo holandês não possuía somente a função decorativa, mas também, o modo de representar o lado íntimo do sujeito. Pinturas com temática religiosa transmitia a religiosidade do morador, mas, como a religião era olhada por um âmbito privado, esses quadros se localizavam em cômodos mais exclusivo e de pouco trânsito. “It is not surprising that the more ‘public’ rooms should have a surplus of attributions and the more ‘private’ rooms a deficit”<sup>188</sup>. Os cômodos mais privados denotavam carência de

---

<sup>186</sup> Inventário de Mathijs van Ceullen, datado do ano de 1644, disponível no endereço: <http://research.frick.org/montias/browserecord.php?-action=browse&-recid=1363> (último acesso: 23/06/2015).

<sup>187</sup> LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Works of art in Amsterdam Inventories, 1600-1679*. In: Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses. Zwolle, Waanders Printers. 2000. p.69

<sup>188</sup> LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Works of art in Amsterdam Inventories, 1600-1679*. In: Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses. Zwolle, Waanders Printers. 2000. p.64..



objetos artísticos, não havia muito, a necessidade de por as melhores pinturas nesses cômodos, uma vez que não seriam admiradas pelo público externo.

Graças à existência dos dois inventários de van Ceulen, produzidos em épocas distintas, podemos analisar a evolução da coleção artística disposta no *voorhuis* da sua residência. No inventário de 1631, a decoração do *voorhuis* era singela e discreta. Encontramos expostos nas paredes cinco mapas baratos e uma pintura religiosa; conotando o pequeno interesse do comerciante pelo colecionamento. A presença de mapas nas paredes reforçava a mensagem de que o morador da casa era um comerciante, envolvido com o comércio marítimo. No caso de van Ceulen, a hipótese é reforçada pelo fato de que ele possuía ações na Companhia das Índias Ocidentais, se ocupando de um comércio que lidava com as grandes distâncias territoriais.

Junto aos mapas, consta no inventário a existência de uma pintura de cunho religioso no *voorhuis*. Segundo as estatísticas apresentadas nos trabalhos de Montias, esse fato representa uma situação rara, mas que poderia refletir o interesse de van Ceulen em expor sua religiosidade àqueles que o visitassem. Nesse momento, não há qualquer objeto que fizesse referência ao Brasil.

No inventário de 1644, notamos o enriquecimento consideravelmente grande na decoração do *voorhuis* da casa de Mathijs van Ceulen. O número de peças dobra e apresenta uma maior riqueza temática. Do mesmo modo, aumentam os seus valores atribuídos a esses itens.

Dentre os objetos expostos nesse cômodo, destacam-se os de origem brasileira. Uma natureza morta com frutos das Índias Ocidentais, no valor de 25 florins, é o primeiro item a ser inventariado. Logo depois, aparecem os mapas brasileiros, sendo eles: uma carta de Recife e uma do Brasil, cada uma avaliada em 1,5 florim. Em média, os valores de mapas são baratos, mas no caso, esses de temática brasileira possuem valores acima da média<sup>189</sup>.

Além dos mapas apresentarem ser das terras brasileiras, estando no primeiro cômodo da residência, eles se resignificavam. Van Ceulen possuía suas memórias de

---

<sup>189</sup> SUTTON, Elizabeth A. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago: University of Chicago Press, 2015. 192 p.

estadia no Brasil representadas no *voorhuis*, através dos mapas, pinturas e objetos que remetiam a sua presença no Novo Mundo. Os mapas do Brasil e de Recife, além de estarem remetendo a participação de van Ceulen na empreitada neerlandesa, também atuava na função de promovê-la. Isso, era comum durante o século XVII, na Holanda. Geralmente, mapas de lugares que estavam sendo conquistados e colonizados eram colocados em locais públicos para que despertassem o interesse de quem os vissem<sup>190</sup>, almejando atraírem investidores.

Além dos mapas do Brasil, as paredes do *voorhuis* da casa de van Ceulen possuía quadros de conteúdo político. Os retratos políticos eram peças muito comuns de serem exibidas nos cômodos “públicos” das casas de Amsterdam, posto que uma de suas funções era o de representar os laços e redes sociais em que se inseriam os moradores da casa, reforçando a imagem de sua conexão com pessoas de destaque na sociedade local.

Na casa de van Ceulen, uma efígie do rei espanhol Felipe IV era um dos retratos políticos que eram exibidos no *voorhuis*. Não se sabe sua origem, mas pode-se supor que essa pintura do chefe da maior nação inimiga da República neerlandesa fora obtida como presente diplomático ou espólio de guerra em algum momento da invasão neerlandesa do nordeste brasileiro, uma vez que o Império Português se encontrava sob o comando do rei espanhol. Essa pintura, portanto, poderia ter a função de marcar a posição política do comerciante na ocupação do Brasil ou lembrar seu papel no fim do controle espanhol sobre as terras conquistadas.

Outro retrato político que figurava entre as obras que estavam no *voorhuis* era o retrato do Conde Maurício de Nassau. Provavelmente, essa pintura foi colocada juntamente com os mapas que representava o território brasílico para estabelecer a relação da atuação de van Ceulen com o Conde Nassau, no domínio das terras brasileiras. De algum forma, seria honroso para Ceulen ter sua imagem ligada à de Nassau, uma vez que o último era uma figura de destaque na aristocracia neerlandesa daquele período. O mais interessante do *voorhuis* da casa de van Ceulen possuir retratos de figuras políticas é o fato de que, normalmente, no *voorhuis* não havia retratos. Estes, principalmente os que representavam membros das famílias e os retratos políticos, eram colocados em cômodos

---

<sup>190</sup> SUTTON, Elizabeth A. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago: University of Chicago Press, 2015. 192 p.

fechados, ainda que públicos, como as grandes salas, onde as visitas eram recebidas. Mas, por se tratarem de personalidades públicas, e além disso, estarem ligadas com a vida do colecionador, estes quadros possuíam justificativas para estarem nessa parte da residência.

Portanto, o *voorhuis* não possuía somente a função de ser a entrada de uma casa holandesa do século XVII. Mas, além disso, ser o anteparo que expusesse ao visitante as características e posição da pessoa que morava na residência. Através de pinturas, mapas, esculturas, globos; a biografia do morador poderia ser relatada a através da arte, principalmente, quando um objeto vindo de terras distantes representava a circulação e ressignificação que sofriam ao estarem dispostos em uma sociedade que, além de admirar a arte, a utilizava como autorepresentação.

### **Conclusão**

A partir da análise dos inventários, podemos fazer leituras das coleções do século XVII neerlandês que permitem perceber os laços existentes entre o impulso de colecionar e formas de autorrepresentação do colecionador. Os inventários informam uma grande quantidade de dados que indicam a qualidade e variedade da composição de uma coleção particular, mostrando que ela não se resumia a um acúmulo de curiosidades, mas previa a composição de um ambiente que refletia a personalidade do colecionador. Desse modo, os dados sobre as coleções presentes nesses documentos revelam as maneiras como um sujeito gostaria de ser visto, quando algum visitante adentrasse em sua residência. No caso estudado percebe-se que van Ceulen, no momento de sua morte, sublinhava com sua coleção uma imagem que valorizava sua profissão de comerciante e sua posição de diretor da W.I.C.. Esse interesse de colecionamento e autorepresentação diferia do ano de 1631, em que ele demonstrava uma preferência por pinturas de temática religiosa.

Além disso, os inventários neerlandeses proporcionam possibilidades de compreender a coleção artística de um sujeito através da sua disposição na casa. O *voorhuis* não tinha apenas a funcionalidade de ser o hall de entrada da casa, mas conciliar obras de artes com a vida de seu morador, principalmente ao se tratar da sociedade seiscentista, em que o simbolismo residia nas pequenas coisas. Dispor um retrato de uma personalidade política envolvida na conquista neerlandesa do nordeste brasileiro juntamente com um mapa do Brasil promovia uma nova representação, principalmente quando o proprietário da residência informasse que esteve conectado com essa

empreitada. Mathijs van Ceulen foi cauteloso ao garantir a sobrevivência dos filhos através da Orphan Chamber, mas, além disso, sua ação, mesmo após trezentos anos continua importante para a compreensão das coleções particulares do século XVII.

# Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen<sup>191</sup>

Carolina Vaz de Carvalho

Bacharel em Ciências Sociais e graduanda em Museologia

Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais

carolcarvalho@ufmg.br

**RESUMO:** Os objetos materiais têm papéis culturais que ultrapassam o que a categoria ‘objeto’ pode sugerir. Longe de meros suportes ou auxiliares da ação de sujeitos, os objetos participam da construção e desconstrução social das pessoas e suas identidades, bem como do estabelecimento, definição e reconfiguração de relações entre elas. Pensando no universo da colonização das Américas, palco de encontro de sujeitos nas fronteiras entre o que poderíamos chamar de ‘grandes blocos’ culturais, em várias situações podemos identificar a atuação de objetos materiais como agentes mediadores de identidades, imaginários e relações. Tomo como caso de análise uma circulação especial de objetos em torno da figura do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, que governou as conquistas brasileiras da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais entre 1636 e 1644. No Brasil, Nassau formou uma vultosa coleção de espécimes animais e vegetais, artefatos de povos diversos e obras artísticas e científicas relacionadas ao Brasil e à África, grande parte da qual foi levada para a Europa em seu retorno. Elementos significativos dessa coleção chegaram ao conde por meio de presentes e trocas diplomáticas com sujeitos das Américas e da África e, uma vez na Europa, muitos dos itens colecionados foram dispersos através de doações e presentes com caráter diplomático. Proponho uma reflexão sobre a formação e dispersão da coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen em sua relação com as dinâmicas coloniais de circulação de pessoas, objetos, saberes e práticas culturais, nos contextos brasileiro e europeu. Argumento que essas ações de colecionamento de objetos e de trocas de presentes podem ser percebidas como momentos de

---

<sup>191</sup> As reflexões aqui apresentadas estão ancoradas em estudos desenvolvidos desde 2013 no projeto “Raridades em Contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-européias (séc. XVII)”, com apoio da FAPEMIG. Esse projeto, coordenado pelo prof. René Lommez Gomes da Escola de Ciência da Informação da UFMG, propõe a investigação de processos de recontextualização e mudança de significado de objetos originários das Américas e África ao serem incorporados às coleções norte-européias do período moderno. O presente trabalho de pesquisa se beneficia, também, da participação no Grupo de Estudo em História das Coleções e dos Museus, sob coordenação do Prof. Lommez Gomes e da Professora Verona Segantini da Escola de Belas Artes da UFMG, e no Grupo de Pesquisa Pensamento Político e Práticas Culturais no Mundo Luso-holandês (séc. XVII), igualmente coordenado pelo Prof. Lommez Gomes, que se reúne no Espaço do Conhecimento UFMG. Por fim, a abordagem dos objetos da coleção como agente mediadores é devedora das discussões suscitadas nas aulas da disciplina “Antropologia dos Objetos”, ministrada por Prof. Dr. Eduardo Viana Vargas e Ms. Levindo da Costa Pereira na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais no primeiro semestre de 2015.

encontro, mediação e produção de significados e sujeitos, em que os objetos aparecem como agentes mediadores.

**PALAVRAS-CHAVES:** Brasil holandês, Dádiva, História das coleções, História colonial, Mediadores.

O período moderno destaca-se dentro do campo de estudos da História das coleções como um momento de emergência de parâmetros diversos de criação e ordenação de coleções, que correspondiam a interesses sociais distintos. O projeto de pesquisa “Raridades em contexto: incorporação e ressignificação de objetos e imagens das Índias Ocidentais nas coleções norte-europeias (século XVII)” propõe atentar para os diferentes usos, formas de percepção, apreciação e valorização dos objetos e coleções por diferentes sujeitos, em diferentes espaços e situações desse momento. Dentro de tal projeto, me dedico ao estudo da coleção do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, conhecido no Brasil como Maurício de Nassau. A atividade colecionista de Nassau engloba uma multiplicidade de ações e relações, sujeitos e espaços, que aparecem eclipsados na imagem tradicional do colecionismo moderno dos Gabinetes de Curiosidades.

O presente trabalho é um desenvolvimento do tema das ações e relações entre sujeitos embutidas na coleção de Nassau, em diálogo com as questões colocadas pela situação do encontro nas fronteiras do que poderíamos chamar de ‘grandes blocos’ culturais - ameríndio, africano e ibérico -, dentro do universo colonial. Centro-me na noção de ‘troca’, presente tanto na formação, quanto na dispersão da coleção do conde, estabelecendo um diálogo com teorias antropológicas da dádiva e com a abordagem sociológica da teoria-ator-rede. Procuo, a partir desses referenciais, desenvolver algumas ideias sugeridas por outros autores que se debruçaram sobre a coleção de Maurício de Nassau. Iniciarei minha exposição trazendo alguns elementos teóricos para, então, abordar o caso de estudo.

### **Sobre as coisas**

Vivemos rodeados de objetos, de coisas, e nossos modos de vida estão de tal forma imbricados dessa materialidade que é possível conceber uma ciência inteiramente dedicada ao estudo das sociedades a partir de seus vestígios materiais - a arqueologia. Ao mesmo tempo, nossa sociedade distingue rigidamente pessoas e coisas, ‘sujeitos’ agentes e ‘objetos’ pacientes. Contudo, as coisas têm papéis culturais que ultrapassam o que a categoria ‘objeto’ pode sugerir. Longe de meros suportes ou auxiliares da ação de sujeitos, os objetos atuam socialmente de diversas formas, participando da construção e desconstrução social das pessoas e suas identidades, bem como do

estabelecimento, definição e reconfiguração de relações entre elas. Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, em um artigo publicado em 1978, *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*,<sup>192</sup> já apontavam para a centralidade da questão da construção da pessoa e fabricação dos corpos, com participação de objetos, como idioma simbólico nas sociedades do continente americano. Se em outras sociedades a construção da pessoa e fabricação dos corpos não ganha a mesma dimensão ontológica central, ainda assim podemos falar da construção simbólica das pessoas por meios imateriais e materiais como um aspecto marcante da vida social - ser pessoa, não é simplesmente ser *homo sapiens*, mas é ser alguém de um lugar e um tempo específicos, o que aparece nas crenças, conhecimentos, relações de parentesco, forma de falar, hábitos de higiene, hábitos alimentares, vestuário, expressões artísticas, contexto econômico, situação política, e assim por diante. Como afirma José Reginaldo Santos Gonçalves no artigo *Teorias Antropológicas e Objetos Materiais*:

os objetos não apenas demarcam ou expressam [...] posições e identidades, mas [...], enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.<sup>193</sup>

Marshall Sahlins, em uma análise dos pressupostos culturais do sistema capitalista de produção,<sup>194</sup> ressalta os valores simbólicos que permeiam a produção, a troca e o consumo de objetos mesmo em um contexto que declara o racionalismo econômico como um dos pilares de sua organização social: “Os homens produzem objetos para sujeitos *sociais* específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*”<sup>195</sup>, o que seria “um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos”<sup>196</sup>.

A troca de objetos foi tema de intenso interesse antropológico e talvez um dos trabalhos seminais nessa perspectiva seja o *Ensaio sobre a dádiva*<sup>197</sup>, de Marcel Mauss, publicado na década de

---

<sup>192</sup> SEEGER, Anthony; MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. In: OLIVEIRA Filho, João Pacheco (org). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987, p. 11-29.

<sup>193</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Teorias Antropológicas e Objetos Materiais*. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2007, p. 21.

<sup>194</sup> SAHLINS, Marchal. *La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura*. In: *Cultura e Razão Prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 166-203.

<sup>195</sup> \_\_\_\_\_. *La Pensée Bourgeoise*, p. 168 (ênfases do original).

<sup>196</sup> \_\_\_\_\_. *La Pensée Bourgeoise*, p. 169.

<sup>197</sup> MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.



1920. O regime de troca de dádiva é apresentado por Mauss como ‘fato social total’. A dádiva assumiria a forma do presente generoso e desinteressado ao mesmo tempo que envolveria caracteristicamente as *obrigações* de dar, receber e retribuir. Nas palavras do autor, “Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão”<sup>198</sup>. Para Claude Lévi-Strauss<sup>199</sup>, que desenvolve as ideias de Mauss dentro do tema do parentesco, o papel primordial da cultura estaria em garantir a existência dos grupos sociais como grupos, e as trocas, sejam de objetos ou de pessoas, criariam alianças por meio da reciprocidade. Lévi-Strauss afirma: “O jogo sábio das trocas [...] consiste em um conjunto complexo de manobras conscientes ou inconscientes, para adquirir garantias e prevenir-se contra riscos no duplo terreno das alianças e das rivalidades”<sup>200</sup>. E sintetiza: “As trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transações infelizes”<sup>201</sup>.

O antropólogo da economia Chris Gregory dedicou algum esforço a traçar distinções entre dádivas e mercadorias como categorias lógicas, baseando-se tanto em teorias da Economia Política quanto da Antropologia.<sup>202</sup> Para o autor, a troca de mercadorias estabeleceria relações entre os objetos trocados, enquanto a troca de dádivas estabeleceria relações entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva*, expõe que, no regime da dádiva, a troca de presentes é apenas uma parte de um ‘contrato’ mais geral, envolvendo pessoas, valores e coisas, e afirma: “Se as coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem ‘respeitos’ - poderíamos dizer igualmente ‘cortêsias’. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* ‘devem’ - elas e seus bens - aos outros”<sup>203</sup>. É mister ressaltar que Gregory não trata os conceitos de ‘dádiva’ e ‘mercadoria’ como categorias classificatórias ou mutuamente excludentes, defendendo a possibilidade apontada por Sahlins de um *continuum* entre esses dois polos.<sup>204</sup> Mauss, por sua vez, encontra elementos característicos do regime da dádiva nas mais diversas sociedades, inclusive na sociedade europeia da década de 1920, para a qual pode afirmar: “A dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceita, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade. [...] O convite deve ser retribuído, assim como a ‘cortesia’ ”<sup>205</sup>.

---

<sup>198</sup> \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 201-202.

<sup>199</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982, 540p.

<sup>200</sup> LÉVI-STRAUSS. *As estruturas elementares do parentesco*, p. 94.

<sup>201</sup> \_\_\_\_\_. *As estruturas elementares do parentesco*, p. 107.

<sup>202</sup> GREGORY, Chris A. The competing theories. In: *Gifts and Commodities*. London: Academic Press, 1982, p. 10-28.

GREGORY, C. A. Beyond Gifts and Commodities. In: *Savage Money: the anthropology and politics of commodity exchange*. Amsterdam: Hardwood Academic Publishers; Taylor & Francis, 2005, p. 43-74.

<sup>203</sup> MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 263 (ênfases do original).

<sup>204</sup> \_\_\_\_\_. *The competing theories*, p. 22.

<sup>205</sup> \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 294.

Qual impacto?

### **Sobre agentes mediadores**

Serge Gruzinski em *O pensamento mestiço*<sup>206</sup>, ao tratar a questão da mestiçagem - provocada pela expansão ocidental, desde o Renascimento, nos quatro cantos do mundo -, chama de intermediários ou passadores os indivíduos ou grupos que transitam entre as fronteiras dos 'mundos culturais', esses 'espaços de mediação'. Para o sociólogo Bruno Latour<sup>207</sup> é importante diferenciar 'intermediários' de 'mediadores'. 'Intermediário' seria o que transporta significados ou forças sem qualquer transformação. 'Mediadores', em contraste, nas palavras do próprio Latour, "transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou o elemento que supostamente carregam"<sup>208</sup>.

Latour defende que toda ação é 'alter-ação' - é ação o que causa diferença, e uma ação é sempre a ação de outros, articulados na figura do 'ator'. Como defende Latour, uma das ideias mais poderosas das ciências sociais seria a noção de que outras agências além do nosso controle nos 'fariam fazer' coisas, em uma concepção de ação distribuída. Em consequência dessas premissas, qualquer coisa que modifica a situação, criando uma diferença, pode ser um ator. Os mediadores, nessa perspectiva, se diferenciariam dos intermediários por terem agência, por criarem diferença. É de mediação e de mediadores no sentido latouriano, portanto, de que fala Gruzinski, pois nessas zonas de contato algo de novo surgiria, diferente dos termos postos em relação.

Partindo dessas definições de atores e agências, é possível incluir um grande espectro de agentes nas análises sociológicas, inclusive um grande espectro de agentes não-humanos, que ordinariamente chamaríamos de objetos. Considerar os objetos como agentes não significa considerá-los como determinantes da ação nem como meros panos de fundo para os atores humanos. Tampouco significa tomá-los apenas como expressão, símbolo, reforço, ou objetificações de outras coisas, postura que os reduziria à posição de intermediários. É, sim, admitir que as coisas podem, como coloca Latour, "autorizar, consentir, dar condições, encorajar, permitir, sugerir, influenciar, impedir, tornar possível, proibir, e assim por diante"<sup>209</sup>. Portanto, em situações específicas, objetos podem aparecer como agente mediadores, na medida em que causam diferença

---

<sup>206</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 398p.

<sup>207</sup> LATOUR, Bruno. Part I - How to deploy controversies about the social world. In: *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 19-156.

<sup>208</sup> \_\_\_\_\_. *Part I - How to deploy controversies about the social world*, p. 39 (tradução da autora).

<sup>209</sup> \_\_\_\_\_. *Part I - How to deploy controversies about the social world*, p. 72 (tradução da autora).

e fazem outros fazerem coisas. Retomando a ideia da dádiva, lembremos que Mauss indica: “Se o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte”<sup>210</sup>.

### **Sobre os objetos de Nassau**

Maurício de Nassau, após destacada atuação no exército dos Estados Gerais da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, foi apontado em 1636 para o cargo de ‘Governador, Almirante e Capitão-General dos domínios conquistados e por conquistar’ da Companhia das Índias Ocidentais - WIC - no Brasil, posto que ocupou até seu retorno a Haia em 1644. Era uma função ao mesmo tempo política, administrativa e militar. Ele deveria proteger e expandir os territórios sob domínio da WIC, e garantir um ambiente de paz e ordem que permitisse o desenvolvimento de atividades econômicas na região.

Pierre Moreau, um francês a serviço da WIC, nos informa em sua crônica<sup>211</sup> que os Estados Gerais esperavam ter nos nativos aliados na conquista de territórios nas Índias Ocidentais e Orientais. Como argumenta o historiador Benjamin Schmidt<sup>212</sup>, em um estudo sobre a América no imaginário neerlandês no período de 1570 a 1670, os indígenas eram vistos, em um primeiro momento, como vítimas seja da violência, seja da ganância, dos espanhóis e, em todo caso, potenciais beneficiários de uma aliança com os neerlandeses, prontos a pegarem em armas contra o jugo hispânico à primeira fagulha - o que se provou uma imagem equivocada. No território agora sob comando de Nassau, a campanha luso-espanhola de guerrilha, empreendida em resistência ao novo governo, mobilizava a maior parte dos esforços neerlandeses e impedia o desenvolvimento da indústria açucareira. A aliança com grupos indígenas, mais ‘custosa’ do que o imaginado, se fazia necessária em ambos os lados da guerra.

Uma diversidade de grupos indígenas estavam envolvidos nessas relações de aliança e hostilidade, em geral abarcada em etnônimos como ‘Tupis’ e ‘Tapuias’, adotados pelos europeus. Longe de descreverem categorias étnicas e sociais nativas, essas denominações serviam como instrumentos de dominação e parâmetros que balizaram estratégias políticas dos diversos lados<sup>213</sup>. Gaspar Barléu, cronista do governo de Johan Maurits no Brasil, relata um encontro entre Nassau e indígenas chamados de Tapuias, no Rio Grande, durante uma expedição militar em 1638:

---

<sup>210</sup> MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 198.

<sup>211</sup> MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Trad. Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 128 p.

<sup>212</sup> SCHMIDT, Benjamin. Chapter 3 - Innocence and Commerce Abroad, Chapter 4 - A Loss of Innocence. In: *Innocence Abroad: the Dutch imagination and the New World, 1570-1670*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 123-184; 185-243.

<sup>213</sup> MONTEIRO, John. Entre o Etnocídio e a Etnogênese - Identidades Indígenas Coloniais. In: *Tupis, Tapuias e Historiadores - Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Concurso de Livre Docência em Etnologia) - Unicamp, Campinas, 2001, p. 53-78.

Demorando-se Nassau às margens do São Francisco, vieram ter com ele emissários do rei dos tapuias, com presentes, arcos, flechas, lindíssimas penas de ema com as quais se enfeitavam indo para a guerra. Com a devida cortesia, aceitou-os como dádivas de paz e de um começo de concórdia e penhores de benquerença, e, tratando digna e magnificamente aos embaixadores, retribuiu os mimos, mandando-lhe vestimentas de linho, camisas de mulher, facas, chocalhos, miçangas, corais, anzóis, pregos, objetos para eles desconhecidos ou pelo menos raro. Sobremodo contentes com isso, retiraram-se, prometendo persuadir seu rei de aproximar-se do Conde e vir saudá-lo.<sup>214</sup>

Firmava-se aí a relação entre os indígenas reunidos sob o chefe Janduí e os neerlandeses. Nos relatos neerlandeses, esses tapuias aparecem ora como bravos guerreiros, ora como selvagens inconstantes, cuja lealdade não estava garantida. Nesse sentido, escreve Jorge Marcgrave, naturalista que veio com Maurício de Nassau para o Brasil:

O *Ianduy*, que conta mais de cem anos de idade, é o régulo, que mantém a paz com os nossos e algumas vezes nos presta auxílio, em virtude de aliança, ou então envia contra os portugueses, dos quais é figadal inimigo, seu filho ou algum afim, com tropas. Mas não é conveniente usar o auxílio destes indígenas, a não ser em caso extremo, pois são tão deshumanos que matam animais, homens e causam grandes devastações<sup>215</sup>.

Roulox Baro, intérprete e embaixador ordinário da WIC no Brasil, descreve uma viagem ao 'país dos tapuias' em 1647, com intenção de encontrar Janduí.<sup>216</sup> O breve relato de Baro traz vários indícios da tradição indígena de troca de presentes e alimentos, na qual os neerlandeses, sem conhecer, se inseriam. Mais ainda, o relato de Baro está repleto de desencontros de sentido e momentos de tensão. Pensando a troca em contextos de ambiguidade, Gregory pontua que, em situações de coexistência de diferentes sistemas de valor, emerge a possibilidade de compreensões assimétricas das transações quando essas se dão entre pessoas que não compartilham dos mesmos

---

<sup>214</sup> BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940, p. 76.

<sup>215</sup> MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. Trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942, p. 269.

<sup>216</sup> MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Trad. Lêda Boechat. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 128 p.

pressupostos culturais.<sup>217</sup> Assim, o que para um seria uma transação de ‘dádivas’, para o outro pode ser compreendido como uma troca de ‘mercadorias’, ou qualquer coisa entre os dois polos. Sobre essas situações, diria Gruzinski: “a partir de um mal-entendido, ocorre o enfrentamento de duas culturas em que cada uma está totalmente segura de haver entendido a outra”<sup>218</sup>.

Janduí, nessa ocasião, reclama dos presentes que Baro lhe trazia, comparando-os tanto com os recentemente ofertados pelos portugueses (“Veja estes machados, estas machadinhas, estas foices, estes facões e outros instrumentos de ferro; a menor peça vale mais que tudo aquilo que os vossos Senhores holandeses jamais me enviaram”<sup>219</sup>), inimigo que buscava aliciá-lo, como com aqueles que recebera dos holandeses no passado, os quais descreve como “belas trombetas, grandes alabardas, belos espelhos, lindos copos e belas taças bem trabalhadas, que guardo em minha taba para mostrá-los aos outros tapuias que me vêm visitar, dizendo-lhes: um certo senhor holandês me enviou isto, outro aquilo”<sup>220</sup>. São presentes bem diferentes das “facas, chocalhos, miçangas, anzóis, pregos” do encontro de 1638. Teriam ‘anzóis e pregos’ a mesma capacidade de mobilizar Janduí e seus companheiros que as ‘belas trombetas e taças bem trabalhadas’?

Mas Janduí, como relata Baro, “Não deixava de aceitar o que os Nobres Poderosos meus senhores lhe enviavam, na esperança que, no futuro, lhe seriam enviados objetos mais belos e melhores”<sup>221</sup>. Confiava, portanto, na relação de reciprocidade que as dádivas passadas instauravam. Alguns dias depois, Janduí recebe em sua aldeia a visita de Wariju, líder de outro grupo tapuia, a quem Janduí dá parte dos presentes recebidos de Baro, sob a promessa de aliança. E explica a Baro: “Vês, meu filho, como é necessário que eu dê aos tapuias parte do que me oferecete? Pois, de outro modo, eu ficaria só”<sup>222</sup>.

Os presentes trocados com os Tapuias são diferentes daqueles trocados em 1641, com o rei do Congo e conde do Sonho, que buscam Nassau como aliado na resolução de uma disputa política. Barléu<sup>223</sup> relata que o rei do Congo enviara ao Brasil uma carta, 200 negros, um colar e uma

---

<sup>217</sup> GREGORY. *Beyond gifts and commodities*, p. 68.

<sup>218</sup> GRUZINSKI, Serge. Do barroco ao neobarroco - fontes coloniais dos tempos pós-modernos - O caso mexicano. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). *Literatura e História na América Latina*. Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 98.

<sup>219</sup> MOREAU; BARO. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 98.

<sup>220</sup> \_\_\_\_\_. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 98.

<sup>221</sup> \_\_\_\_\_. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 99.

<sup>222</sup> \_\_\_\_\_. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, p. 101.

<sup>223</sup> BARLÉU. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*, p.254.

‘bacia de ouro’, em troca do que envia de volta Nassau uma carta, um manto de seda com fímbrias de ouro e prata, uma banda, um gibão de cetim, um chapéu de pele de castor, um cordão de ouro e prata, um alfanje incrustado de prata e respectivo talim. O conde de Sonho, por sua vez, enviara 3 embaixadores, um dos quais seguia para a Holanda. Nassau responde enviando-lhe uma cadeira estofada de cetim vermelho com franjas de ouro e prata, um manto de cetim, uma túnica de veludo e um chapéu de pele de castor. Johan Maurits não toma partido de nenhum dos lados, esperando que seus generosos presentes ajudem-no a manter as relações das quais dependia, entre outras coisas, o suprimento de escravos à empresa açucareira.

Em meio às empreitadas militares e administrativas, Johan Maurits se dedicou à arquitetura, às artes e à ciência, de uma forma incomum entre os governantes de colônias do século XVII. O conde chegou ao Brasil acompanhado por uma comitiva de aspecto cortês, que incluía os pintores Albert Eckhout e Frans Post, o naturalista e astrônomo Georg Marcgraf e o fisiologista Willem Piso. Na ilha de Antônio Vaz, em Recife, o conde construiu sua residência oficial, o Palácio de Friburgo, e uma residência de descanso, o Palácio da Boa Vista. Barléu relata:

Nesta Ilha de Antônio Vaz existia não só o palácio, mas também o Museu do Conde, para o qual traziam as naus vindas da Índia Oriental ou da Ocidental, da África e de outras regiões, animais exóticos, plantas, alfaias dos bárbaros, trajes e armas, para espectáculo mais deleitoso e raro proporcionado ao Conde<sup>224</sup>.

Uma das características marcantes de Friburgo era o grandioso jardim, com a presença de animais variados e plantas brasileiras, africanas e europeias. Frei Manuel Calado, português que residiu no território holandês por um tempo a convite de Johan Maurits, afirma em seu relato que grande parte desses animais eram trazidos como presente pelos habitantes da região, com intenção de conquistar a simpatia do conde.<sup>225</sup>

Os espécimes animais, vegetais e minerais, os objetos e adereços de outros povos, e mesmo pessoas representantes dessa alteridade, eram considerados itens dignos de coleção, e esse colecionamento poderia ser feito de diversas formas: com exemplares vivos nos jardins, *ménageries* e com a presença dos próprios indígenas; através de objetos, plantas e animais conservados e exibidos em ambientes fechados; e ainda em descrições, imagens e cópias, meios de colecionar itens perecíveis ou de difícil acesso. As coleções nesse período respondiam a uma miríade de intensões,

---

<sup>224</sup> BARLÉU. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc., (...)*, p. 158.

<sup>225</sup> CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade: primeira parte*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648. 356 p.



podendo assumir funções políticas, econômicas, científicas, médicas, esotéricas e filosóficas, dentre outras<sup>226</sup>. A coleção do conde de Nassau no Brasil abarcaria animais e plantas, vivos em seus jardins ou preservados, bem como objetos exóticos e curiosos, itens que Nassau ganhava de presente ou fazia recolher em expedições pelo território. As numerosas imagens e relatos produzidos pelos artistas e naturalistas da comitiva de Johan Maurits, que incorporavam e traduziam plantas, animais, lugares, coisas e pessoas em outra linguagem, seriam parte importante dessa coleção, especialmente no retorno do conde à Europa.

O trânsito dos objetos colecionados por Nassau para o continente europeu é acompanhado de um deslocamento de sentido. Não mais narradores do sucesso da empresa colonial e comercial da WIC e do papel de Nassau como governador-geral do território brasileiro, essas coisas agora aproximam terras e povos distantes e de difícil acesso. Para Mariana Françaço<sup>227</sup>, que dedicou seu doutorado ao estudo da coleção de Nassau, as trocas de presentes no contexto europeu adquiririam, igualmente, outras dimensões - se, no contexto americano, buscariam estabelecer alianças militares e comerciais entre os grupos “tapuia”, africanos e neerlandeses, agora as relações que as dádivas de Johan Maurits constroem seriam de caráter pessoal, acrescentando valor a seu nome, seu capital social. Lembremos, contudo, que mesmo durante sua estadia nas Américas, Maurício de Nassau se envolveu em trocas de caráter pessoal, a exemplo dos animais recebidos de presente dos habitantes da região, mencionados por Calado, e das remessas de espécimes animais e vegetais que o conde envia à Universidade de Leiden<sup>228</sup>.

Após 1644, há registros de importantes presentes diplomáticos envolvendo a coleção *brasiliiana*, inseridos em relações amistosas de trocas de favores e ‘dádivas’ entre Nassau e outros nobres, que se reverteram em títulos, terras, honrarias e cargos políticos. Em 1652, Nassau dá um conjunto de 29 objetos, entre móveis de luxo feitos no Brasil, marfins, séries de pinturas e desenhos para o eleitor de Brandenburg, Friedrik Wilhelm I. Em 1654, 26 pinturas de Eckhout e três retratos de enviados do rei do Congo são presenteadas ao rei da Dinamarca, Frederik III. Finalmente, uma coleção de 42 pinturas com temas brasileiros foi enviada como presente ao rei Louis XIV, da

---

<sup>226</sup> HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the Shaping of Knowledge*. London & New York: Routledge, 1992. 232 p.

KAUFMANN, Thomas DaCosta. From Treasury to Museum: the collection of the Austrian Habsburgs. In: ELSNER; CARDINAL (eds.). *The Cultures of Collecting*. London: Reaktion Books, 1994, p. 137-154.

SWAN, Claudia. Collecting Naturalia in the Shadow of Early Modern Dutch Trade. In: SWAN; SCHIEBINGER (eds.). *Colonial Botany: Science, Commerce and Politics in Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007, p. 223-236.

<sup>227</sup> FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Holanda: O gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 287 p.

<sup>228</sup> SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota. Collecting and framing the wilderness: the garden of Johan Maurits (1604-79) in North-East Brazil. *Garden History*, v. 30, n. 2, Dutch Influences. Winter, 2002, p. 153-176.



França, em 1679. Rebeca Parker Brienen, em seu estudo sobre Albert Eckhout na corte brasileira de Nassau, ressalta que os estudos a óleo e as pinturas ‘etnográficas’ de Eckhout, valorizados na Europa como imagens exóticas do Novo Mundo altamente desejadas por terem sido pintadas ‘ao vivo’, não foram distribuídas entre colecionadores holandeses, mas enviadas para cortes poderosas na Europa do Norte nas trocas acima mencionadas.<sup>229</sup> Essa decisão pode ser interpretada como uma forma de estender a rede de relações de Johan Maurits, mas não menos importante é a percepção de que tais objetos, no contexto neerlandês, sugeririam lembranças do empreendimento colonial falido dos Países Baixos. Esses objetos especiais da coleção do conde permitiriam o estabelecimento de relações entre Maurício de Nassau e determinados sujeitos, mas não outros.

Françoço pondera:

Durante todo o período moderno, colecionadores, estudiosos, monarcas e governantes coloniais estavam inseridos em amplas redes de contato em que a oferta de produtos vindos das colônias tinha papel primordial no estabelecimento das relações de amizade e aliança. Assim, não se pode interpretar a formação e a dispersão da coleção de Nassau apenas na chave do cálculo racional e das vantagens econômicas e políticas que as ofertas de presentes eventualmente lhe trouxeram.<sup>230</sup>

De fato, vários significados e várias agências se cruzavam e se emaranhavam nas redes por que circulavam esses e outros objetos. A capacidade de ação desses objetos como mediadores nas diversas situações de troca depende das associações estabelecidas com os outros sujeitos envolvidos, no encontro de objetivos e horizontes de expectativas capazes de gerar resultados ligeiramente surpreendentes<sup>231</sup>. À guisa de um encerramento, ciente da necessidade de aprofundamento posterior das reflexões ora apresentadas, fiquemos com as palavras de Mauss: “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca”<sup>232</sup>.

---

<sup>229</sup> BRIENEN, Rebeca Parker. *Visions of a savage paradise: Albert Eckhout, court painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 288p.

<sup>230</sup> FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Olanda*, p. 40.

<sup>231</sup> LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001. 372 p.

<sup>232</sup> MAUSS. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 212.

# Acervos em marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

**Vanicléia Silva Santos**

Doutora em História

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em  
História da UFMG

[vanijacobina@gmail.com](mailto:vanijacobina@gmail.com)

**Mariana Rabêlo de Farias**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Bolsista de Iniciação Científica  
PIBIC/CNPq.

[mariana.rabelofarias@gmail.com](mailto:mariana.rabelofarias@gmail.com)

**RESUMO:** Neste paper serão apresentados dados do levantamento de acervos em marfim e sua documentação em algumas instituições mineiras. Os levantamentos foram realizados em fundos arquivísticos correspondentes a órgãos governamentais destinados a preservação do patrimônio cultural, bem como de arquivos eclesiásticos. Os objetivos dessa parte do trabalho se concentraram no levantamento da historiografia brasileira sobre marfim e catalogação de acervos em marfim de Minas Gerais. A partir desse trabalho preliminar de catalogação descreveu-se a tipologia, bem como foram identificadas a localização das peças e a atual posse das peças no Estado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Comércio Atlântico, Acervos em Marfim, Minas Gerais.

## Apresentação

O comércio atlântico português na era mercantil produziu uma vasta cultura material a partir do contato entre distintas culturas. O resultado de um processo de longa duração de intercâmbio de mercadorias, tecnologias e mentalidades pode ser percebido por meio da construção de uma cultura multifacetada, originada dessa malha de relações. Os acervos em marfim no Brasil, com recorte em Minas Gerais, pouco estudados e com escassa documentação de procedência ou origem, é o objeto da pesquisa apresentada, a qual faz parte do projeto *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.<sup>233</sup> Essa produção, independente de se tratar de artefatos de teor ritual ou laico, é abordada por meio de seus aspectos materiais e documentais.

---

<sup>233</sup> Projeto coordenado pelos professores Peter Mark (Universidade de Lisboa and Wesleyen University) e Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais). Também integra esse amplo projeto, uma proposta de convênio internacional “A produção, circulação e utilização de marfins africanos no espaço Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

O projeto geral visa alcançar três objetivos: 1) levantamento dos acervos em marfim e sua documentação nas instituições mineiras; 2) análise nos inventários e testamentos de Minas Gerais sobre a cultura material em marfim, considerando a circulação de objetos, usos, constituição de gostos e de gestos que lhes atribuíram valores e justificaram sua procura, seu comércio e sua ostentação; e 3) o estudo material, por meio da História da Arte Técnica, voltado à tecnologia de construção dos artefatos. Na primeira fase da nossa investigação, foi dedicada atenção especial ao levantamento dos acervos em Minas e análise preliminar desta documentação, no que se refere à localização e posse das peças.

### **Levantamento da produção historiográfica sobre marfins no Brasil**

A circulação do marfim era parte do sistema-mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental, ocorrendo em momentos diferentes no Brasil e em Portugal. A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV. A circulação do marfim no Reino estava diretamente ligada à expansão do mundo atlântico e pautada na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa: Mais tarde chegaram também a Portugal marfins produzidos no oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala.<sup>234</sup>

Jose Horta e Luis Urbano estudaram a entrada de peças de marfim em Lisboa, por meio dos “poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 150, (onde) encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos”.<sup>235</sup> Os referidos autores assinalam que o marfim africano esculpido se apresentou de diversas maneiras, tais como em colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça com fauna claramente de raiz europeia, “sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajaezados

---

Atlântico entre os séculos XV e XIX”, desenvolvida entre a UFMG e a Universidade de Lisboa, tendo como coordenadores respectivos Vanicléia Silva Santos e José da Silva Horta

<sup>234</sup> AFONSO, Luís U; HORTA, José da Silva. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Portugal, n. 1, p. 20, 2013, p. 21.

<sup>235</sup> \_\_\_\_\_. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

que apóiam os caçadores”.<sup>236</sup> Ou seja, havia uma produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, as quais eram confeccionadas provavelmente sob encomenda aos mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa que circulavam no continente africano.

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada a produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa, como afirma Rafael Moreira: “nesta terra se fazem as mais sotas colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhuma outra parte”.<sup>237</sup> levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças.

Embora as pesquisas acerca dos marfins africanos já estejam em patamares mais elevados em Portugal, é importante ressaltar que no Brasil, esses trabalhos estão sendo apenas iniciados. Não se sabe quando começaram a ser importadas peças em marfim para o Brasil, qual o público interessado, quem intermediava esse tipo de comércio e etc. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Jorge Lúcio Matos Silva é o único trabalho acadêmico que aborda a história do marfim no Brasil. O autor pesquisou os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, e direcionou a análise para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para “a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente”.<sup>238</sup>

Com exceção da referida monografia, os demais trabalhos são catálogos de exposições artísticas, realizadas a partir de importantes acervos museológicos de três cidades do Brasil - Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>239</sup> As coleções de imaginária em

---

<sup>236</sup> \_\_\_\_\_ Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521, p. 21.

<sup>237</sup> MOREIRA, Rafael. *Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), dois cartógrafos negros na corte de d. Manuel de Portugal (1495-1521)*. Lisboa: 2010. Disponível em: < <http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf> >. Acesso em: 01 maio 2015.

<sup>238</sup> SILVA, Jorge Lúcio Matos. *Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, p. 12.

<sup>239</sup> Nesse sentido ver os trabalhos de MALTA, Marize; NETO, Maria João. *Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil*. SANTOS, Lucila. *A sacração do Marfim*. Museu Histórico Nacional – Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

marfim no Brasil, em sua grande maioria estão sob posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou até mesmo em coleções particulares. A Coleção Souza Lima, por exemplo, conta com cerca de 572 esculturas, foi adquirida entre 1919 e 1930, pelo empresário José Luiz de Souza Lima. Nos anos 1940 as peças do colecionador foram compradas pelo governo federal e integradas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.<sup>240</sup>

Nesse sentido, Yacy-Ara Froner analisou a Coleção de Mário de Andrade, composta por marfins de arte luso-afro-oriental. A historiografia brasileira referente à presença dos marfins nas artes sacras coloniais aponta para a convergência de um ponto comum. A maioria dos pesquisadores afirma que as peças que compõem essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China, respectivamente, Goa e Macau. No Maranhão, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídas ao oriente. Mas não há, ainda, um estudo sistematizado das peças existentes nas coleções privadas, bem com das igrejas e dos museus.

#### **Análise do material coletado**

Apresentaremos algumas considerações preliminares acerca do material catalogado nos arquivos/acervos pesquisados, no que se refere à localização e posse das peças.

#### **Os acervos de Minas Gerais**

Com o intuito de realizar a localização de peças em marfim e a posse atual de tais artefatos, iniciamos a pesquisa com os dados disponibilizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) e pela Gerência de Identificação (GID). O banco de dados que acessamos foi o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), disponível para consulta local, na sede do IPEHA/MG.<sup>241</sup> O IPAC<sup>242</sup> é uma ferramenta

---

IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. FERREIRA, Reinaldo. *O marfim e a imaginária*. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB, 1993. FARIA, Patrícia Souza de. *A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. BATISTA, Marta Rossetti. *Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano* -série "Uspiana Brasil 500 anos". São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004.

<sup>240</sup> FRONER, Yacy-Ara. Acervos em marfim: trânsitos, cultura, estética e materialidade. In: *Formas Imagens Sons: O universo cultural da obra de arte*. MELLO, Magno Moraes (org.). Disponível em <<http://heema.org/wp-content/uploads/2014/12/SEMIN%C3%81RIO-ARTE-BELO-HORIZONTE>> Acesso em: 30 abr. 2015, p. 129.

<sup>241</sup> Localizado na Rua dos Aimorés, 1697 - Lourdes, Belo Horizonte – MG.

focada na identificação dos acervos culturais no nível estadual, abrangendo todos os oitocentos e cinquenta e três municípios de Minas Gerais.<sup>243</sup> As bases de informação estão divididas em eixos temáticos, relacionados com município e com a categoria do bem cultural (materiais e imateriais).<sup>244</sup>

O acervo dos bens analisados inventariados pelo IPAC corresponde a apenas sessenta e três municípios de Minas Gerais.<sup>245</sup> Os dados estão divididos em três tipos de bens: integrados, estruturas arquitetônicas urbanísticas e móveis, sendo os marfins parte desse tipo. Como a maioria dos acervos pesquisados na base de dados IPAC/ IEPHA é de natureza eclesiástica, os descritores utilizados na pesquisa foram: marfim, osso, oratório, piano, harmônio,<sup>246</sup> teclado, crucifixo, denticão, retábulo e instrumento musical.

A segunda etapa da investigação foi realizada nos acervos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Regional Minas Gerais), por meio do Centro de Documentação e Informação. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do IPHAN/ MG.<sup>247</sup> Os inventários consultados correspondem a vinte e nove municípios de Minas Gerais,<sup>248</sup> sendo que a pesquisa foi realizada primordialmente em livros de inventários de acervos móveis e integrados de igrejas e capelas, contando com apenas um

---

<sup>242</sup> IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. *Plano Estadual de Inventário de Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/noticias/2009/ipac.pdf> > Acesso em: 30 abr. 2015.

<sup>243</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Minas Gerais possui 853 municípios. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Minas Gerais*. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang&coduf=31&search=minas-gerais> >. Acesso em: 30 jun. 2015.

<sup>244</sup> Bem Cultural de natureza material (tangível) - sítios urbanos, estruturas arquitetônicas e urbanísticas, bens integrados, bens móveis, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais. Bem Cultural de natureza imaterial (intangíveis) – festas, danças, celebrações, modos de fazer, saberes e ofícios.

<sup>245</sup> Alvorada de Minas, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Bocaiuva, Caeté, Campanha, Carangola, Catas Altas, Caxambu, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Contagem, Couto de Magalhães, Diamantina/ Biribiri, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Itacambira, Itacarambi, Itanhandu, Januária, Jequitibá, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Minas Novas, Moema, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Branco/ Itatiaia, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Piranga, Pitangui, Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João das Missões, São Francisco, São Tomé das Letras, Serro, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano.

<sup>246</sup> Harmônio é um instrumento musical dotado de tecla, fole e palhetas. Assemelha-se ao órgão e ao piano.

<sup>247</sup> Rua Januária, 130 – Floresta, Belo Horizonte – MG.

<sup>248</sup> Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabará, Santa Bárbara, Serro, São João del Rei, Paracatu, Tiradentes, Uberaba.



sobrado em Barbacena e o Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte.<sup>249</sup> Para a pesquisa nesse acervo, foram utilizados os mesmos descritores da pesquisa no banco de dados do IPAC/ IEPHA.

Ainda na fase de levantamento de acervos foram pesquisados o Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR) e a reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV), por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa.

Nessa etapa de identificação e catalogação dos acervos institucionais, foram localizadas sessenta e oito peças em marfim. No acervo do IPAC/ IEPHA, foram identificados dezessete objetos.<sup>250</sup> Nos inventários do IPHAN/ MG, foram identificadas dezoito peças.<sup>251</sup> Já no acervo do MRSJDR foram localizados quatro crucifixos,<sup>252</sup> e por fim, vinte e nove artefatos na SUMAV, todos em marfim. De todas as peças identificadas, foi possível identificar a localização de trinta e seis, sendo vinte e quatro peças na região Central do Estado, oito na região do Vale do Jequitinhonha, três na Zona da Mata e uma no Norte de Minas. As peças de procedência desconhecida são do acervo da SUMAV.

### **Localização e posse das peças em marfim**

A parte relativa à análise da localização e posse das peças identificadas foi realizada a partir da análise geográfica/ espacial dessas cidades. Como apontado, a maioria considerável do acervo catalogado foi identificado em antigas zonas de mineração, erigidas no período colonial. Mariana, Diamantina e São João del Rei, por exemplo, estão localizadas na Região Central do estado, local onde as principais minas de ouro e diamante estavam inseridas. Contudo, os municípios de Chapada do Norte, Itacambira e Minas Novas, estão na Região do Vale do Jequitinhonha, locais onde a atividade de mineração aurífera foi relevante durante o período colonial.

---

<sup>249</sup> No Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, foram pesquisadas um total de setenta e uma igrejas nos vinte e nove municípios trabalhados.

<sup>250</sup> Nos acervos do IPAC/ IEPHA, foram identificadas peças em marfim nos seguintes municípios de Minas Gerais: Belmiro Braga, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Itacambira, Minas Novas, Pedro Leopoldo, Santo Antônio do Norte, Distrito de Conceição do Mato Dentro.

<sup>251</sup> Os municípios com peças em marfim identificados nos levantamentos do IPHAN/ MG são: Barbacena, Catas Altas, Diamantina, Mariana, Mariana/ Santa Rita Durão, Sabará, Santa Bárbara / Brumal, Santa Bárbara / Catas Altas e São João del Rei.

<sup>252</sup> Dos quatro crucifixos identificados no MRSJDR, dois são de procedência desconhecida, e os outros dois são provenientes de Piranga e Minas Novas do Fanado.



Ainda referente às cidades do Vale do Jequitinhonha com peças em marfim, é importante ressaltarmos a questão da localização “privilegiada” em relação ao nordeste da Colônia. Regiões fronteiriças como é o caso desta localidade em questão, eram utilizadas como local de intercâmbio entre pessoas e mercadorias, exercendo a função de entreposto comercial. Neste caso, destaca-se a proximidade com a Bahia, que a época abrigava um dos mais importantes portos da Colônia. Estes fatores reforçam a nossa hipótese de que a circulação de peça em marfim estava diretamente ligada aos pólos urbanos com alta movimentação de pessoas e capital da capitania.

É importante ressaltar que esses itens embora inventariados ou até mesmo tombados junto com a estrutura arquitetônica onde estão inseridas, continuam sob a guarda das igrejas ou da arquidiocese que administram as respectivas paróquias.<sup>253</sup> Sendo, que trinta e três peças estão em acervos de igrejas; duas em um sobrado na cidade de Barbacena, quatro no Museu Regional de São João Del Rei, e vinte e nove na reserva técnica da SUMAV.

### **Tipologia**

Foram localizadas sessenta e oito peças, sendo que as imaginárias religiosas predominam na classificação das tipologias das peças localizadas. Foram identificadas as seguintes peças nos acervos pesquisados: adaga, bases, caçador de borboletas, cachimbo, calvário, cristo da agonia, crucifixo, espátula, harmônio, híssope, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Pé da Cruz, Nossa Senhora do Rosário, pena (escrita), revólver, Sagrado Coração de Jesus, Santana Mestra, Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista, São Luis Rei da França, Senhor do Bonfim, sinete, terço de Nossa Senhora do Rosário e umbela.

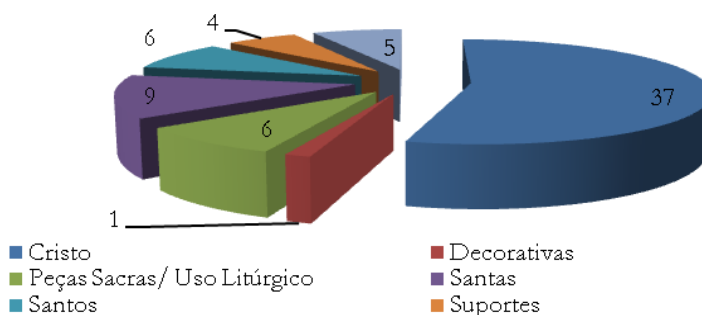
A partir da localização das peças descritas, classificamos em duas categorias – sacras e utensílios. As peças sacras foram subcategorizadas em duas partes: uso litúrgico e devocional. Há um total de sessenta e um itens sacros e oito categorizadas como utensílios.

---

<sup>253</sup> Nota-se que, em muitos dos inventários pesquisados, há descrição sobre as condições de conservação e segurança das peças, porém é sabido que com o passar dos anos, a ausência de ações preventivas contra a infestação de pragas ou até mesmo em decorrência de sujidades causadas pela ação do tempo, colocam a preservação dessas imaginárias em risco.

Dentro do subgrupo de peças sacras, há predominância da imaginária devocional, principalmente referente à Cristo ou relativos à sua morte, totalizando assim, trinta e sete peças, sendo distribuídos da seguinte forma: um Cristo da Agonia; vinte e nove Crucifixos; cinco Senhores do Bonfim; um Calvário e um Sagrado Coração de Jesus. As imagens marianas são referentes à: Nossa Senhora da Conceição (foram identificadas três imagens), Nossa Senhora da Purificação, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Pé da Cruz e de Santana Mestre; e quatro santos: Santo Antônio de Pádua, São Domingos, São João Evangelista e São Luis Rei da França.

As peças não-sacras foram organizadas em dois subgrupos: utensílios e decorativos. Os utensílios predominaram em adaga, revólver, pena de escrita, cachimbo e espátula (utilizado principalmente para abertura de cartas).<sup>254</sup> Apenas uma peça de uso decorativo: um caçador de borboleta. Pode-se seguramente inferir que as peças eram de propriedade de homens brancos, pois os negros não podiam usar arma branca ou de fogo e em geral, não sabiam ler para usar pena de escrita nem recebiam tantas cartas que precisavam de uma espátula especial para abri-las. O gráfico 1 ilustra a classificação tipológica realizada.



**Gráfico 1** - Sub-categoria das peças localizadas nas instituições pesquisadas. **Fonte:** Gráfico elaborado a partir do levantamento realizado nos institutos de patrimônio.

### Considerações preliminares

A partir do trabalho de levantamento e catalogação das peças em marfim em Minas Gerais, foi feita a descrição da tipologia, da localização e da atual posse das peças. A partir

<sup>254</sup> Conforme descrição da ficha de inventário do IPHAN: espátula de marfim com extremidades arredondadas. Parte superior mais estreita com pintura rocalha, fundo em guilochê. Parte inferior com pintura retratando a cena de casal vestido a moda do século XVIII, no topo de uma escadaria decorada por rocalhas e elementos fitomorfos e encimada por coluna com vaso de flores e ramos.

desse trabalho preliminar, pretende-se analisar a origem/produção, tipologia, circulação e posse do marfim ou das peças no século XVIII.

As indicações de origem/produção e datação das peças realizadas nos institutos de proteção patrimonial não podem ser tomadas sem fazer uma investigação sobre cada peça. Por meio, da História da Arte Técnica, especificamente, da identificação da matéria-prima, pode-se aventar que há predominância de peças feita com marfim branco e uma minoria em marfim avermelhado, de origem asiática e africana, respectivamente.

Os próximos passos da pesquisa será realizar pesquisas em livros de Tombo, Receitas e Despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças, com o intuito de apreender como os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens terceiras que tinham espaço nas referidas casas religiosas. E por fim, pesquisar nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem*. Essa documentação possibilitará alcançar as seguintes questões: quais as origens dos marfins encontrados nos acervos de Minas Gerais? Como os marfins chegaram a Minas Gerais? Como foram adquiridos, pelas ordens terceiras os objetos sacros em marfim? As peças eram importadas prontas ou o marfim era adquirido in natura e as peças esculpidas pelos artífices locais?

# O mundo em conexão: a experiência colonial portuguesa em Goa e sua relação com demais domínios ultramarinos

Ana Paula Sena Gomide

Mestra em História Social / UERJ

Doutoranda em História pela UFMG

[ape.gomide@gmail.com](mailto:ape.gomide@gmail.com)

**RESUMO:** A presente comunicação tem como objetivo central analisar a presença portuguesa na Índia, e em especial a religiosa, tendo a Companhia de Jesus como eixo de investigação, na formação do denominado império português no Oriente. A partir das noções de mundialização e dimensões planetárias discutidas por Serge Gruzinski, iremos tomar a cidade de Goa, centro da presença política e religiosa de Portugal na Índia, como espaço privilegiado de análise para compreender a existência de processos de afrontamentos, negociações e mestiçagens biológicas e culturais, sobretudo através das ações de evangelização de missionários jesuítas diante das diversidades culturais e religiosas das populações que ali conviviam. Assim, pretendemos inserir a realidade do domínio português em Goa, e no Oriente como um todo, no contexto da expansão ibérica ultramarina, identificando como as diversas realidades coloniais estavam em constante diálogo, seja através da instalação de instituições administrativas, político e religiosas bem como de práticas de conversão e evangelização.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mestiçagem; Oriente português; Goa; Companhia de Jesus; Império Ultramarino.

A cristianização de Goa ocorrida entre os séculos XVI e XVII, especialmente através da ação dos missionários da Companhia de Jesus, é um bom exemplo para se pensar no que Sanjay Subrahmanay<sup>255</sup> e posteriormente Serge Gruzinski<sup>256</sup> denominaram de histórias conectadas.

Para Serge Gruzinski, as Monarquias Católicas ibéricas e os seus domínios no ultramar originaram inúmeras interações entre o cristianismo, o islã e as “idolatrias” na África, Ásia e América, sustentando pela primeira vez, o processo de cristianização em

---

<sup>255</sup> SUBRAHMANY, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. In:

*Modern Asian Studies*, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. Cambridge University Press, 1997. p. 735-762.

<sup>256</sup> GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003, p.321- 342.

escala planetária<sup>257</sup>. No demais, houve um profundo contato entre esses povos, produzindo realidades múltiplas, envolvidas num processo intenso de mestiçagem, que ultrapassou o seu sentido biológico, integrando também formas de convívio e intercâmbio social. Segundo Grunzinski, o historiador deve ser capaz de estabelecer as diversas conexões geradas a partir desses encontros<sup>258</sup>.

Assim, como no México colonial, a cidade de Goa, centro da presença religiosa e política portuguesa no Oriente, é um bom indicador para se observar a coexistência de afrontamentos e mestiçagens. Para isso, tomaremos de início a análise dos chamados *casados* para o estabelecimento da presença portuguesa neste espaço. Trata-se de considerações ainda no seu caráter inicial, mas que indicam a formação de uma sociedade mestiça e diversificada tal como aquelas presenciadas nas Américas.

Antes de identificar a questão dos casados da Índia, é importante mencionar que anterior a chegada dos portugueses, a sociedade indiana sempre lidou com diversas populações com atitudes inclusivas. De acordo com João Teles e Cunha, o litoral indiano estava habituado a lidar com comunidades estrangeiras que se fixavam de forma sazonal ou permanente, desde a época helenística. Algumas comunidades como a judaica estabeleceram-se desde os primeiros séculos da era cristã e criaram laços locais, enquanto mantinha relações comerciais em outras regiões, o que indica, segundo o autor, que a agregação não era uma novidade na sociedade indiana<sup>259</sup>.

De modo geral, a origem do termo *casados* foi associada à conquista de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510, apesar de não se tratar de uma inovação, pois em Marrocos existia uma instituição muito similar, os chamados “fronteiros”. De acordo com Andrea Doré, esse governador passou a incentivar a política de casamentos entre portugueses e mulheres nativas, como um dos meios principais de fixar os portugueses e seus descendentes em Goa. Assim, para contornar e sustentar as necessidades militares e político-administrativas portuguesas – como estabelecer colônias de conquista que serviram

---

<sup>257</sup> \_\_\_\_\_ . O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio, p. 325.

<sup>258</sup> SERGE. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio, p. 323.

<sup>259</sup> CUNHA, João Teles e. De puro sangue a fraco rocim: A miscigenação na Índia portuguesa entre a realidade social e as suas representações (1500-1700). In: LOBATO, Manuel; MANSO, Maria de Deus Beites. *Mestiçagens e Identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. NICPRI, Braga, 2013, p.71.

como base de avanços territoriais - Albuquerque propôs ao rei português que seus soldados se casassem com as mulheres locais<sup>260</sup>.

É interessante notar, que o pragmatismo de Albuquerque em relação aos casamentos mistos tinha seus limites e recomendações. Em carta de 4 de novembro de 1514 endereçada ao monarca português, Albuquerque escreve que:

eu nunca tive intenção de casar homens com estas mulheres malvares, porque são negras e corruptas em seu viver por seus costumes; e as mulheres que foram mouras são alvas e castas e retraídas em suas casas e no modo do seu viver, como os mouros desta terra tem por seus costumes, e as mulheres de brâmanes e filhas deles também são castas melhores e de bom viver e são alvas e de boa presença<sup>261</sup>.

Por sua vez, Sanjay Subrahmanay definiu a categoria dos casados como uma categoria jurídica, relacionada ao colono que estabelecesse casamento com uma indiana e se fixasse no Estado da Índia. Por sua vez, os descendentes de portugueses nascidos na Índia, são definidos pelo autor como *castiços*<sup>262</sup>.

Ainda de acordo com o autor, estes casados, cujo status era juridicamente relativo à categoria de homens-bons da sociedade urbana portuguesa, representavam a atividade privada mercantil da região de Goa. Assim, para Sanjay Subrahmanay, os casados podem ser compreendidos de modo geral, ao burguês, de mentalidade urbana e mercantil<sup>263</sup>.

Andrea Doré aponta que era o comércio o espaço de atuação desses casados, especialmente no que tocava o tráfico interasiático ou na Rota do Cabo. Segundo a autora, os casados de Goa, atuavam no comércio costeiro com a região do Guzerate e também no comércio com o Kanara, principal fonte de pimenta para a Carreira da Índia e do Malabar<sup>264</sup>.

A autora também indica que os casados se envolveram ainda com o comércio de longa distância, sendo que a partir de 1570, a grande parte dessas atividades a nível

---

<sup>260</sup> DORÉ, Andrea. Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis. In: In: FLORES, Jorge; MONTEIRO, Rodrigo, CALAINHO, Daniela, FEITLER, Bruno.(ORG). *Raízes do Privilegio: Mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*. Civilização Brasileira, 2011, P.509-510.

<sup>261</sup> Carta de Afonso de Albuquerque ao rei. Goa, 4.11.1514. PATO. Raymundo Antonio de Bulhão. *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real de Sciencias, 1884 e 1903.

<sup>262</sup> SUBRAHMANY, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Wiley- Balck well, 2012, p.231.

<sup>263</sup> \_\_\_\_\_ . *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700*. p.231.

<sup>264</sup> DORÉ. Os casados na Índia portuguesa, p.512.

oceânico era feito por meio de contratos de concessões, chamadas de viagens. O direito a estas viagens era concedido aos casados de Goa, Cochim e Malaca<sup>265</sup>.

De acordo com Ângela Xavier, “já na segunda década do século XVI, havia já algumas centenas de casais mistos e de crianças mestiças que eram súbditos de pleno direito do rei de Portugal em matérias de direito público e privado”<sup>266</sup>. Contudo, a autora ressaltou que a coroa portuguesa exercia domínio direto sobre um número muito pequeno das milhares de pessoas que habitavam aqueles territórios, o que denotava a natureza superficial da denominação de “império” português.

Outro importante aspecto a ser destacado em relação a estes casamentos mistos diz respeito a ocupação destes em cargos administrativos. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, em 1542, uma ordem régia colocava que os representantes dos mesteres no Senado de Goa deveriam ser casados e residentes- ou seja, portugueses por nascimento e origem- e que não fossem aceitas pessoas de outra nação ou qualidade. Ainda segundo a autora, apesar da legislação pombalina ter abolido as diferenças legais entre brancos, euroasiáticos e indianos cristãos, o Senado de Goa, notificou em 1782, que brancos, ou seja, portugueses, tinham preferências na ocupação dos cargos da governança da terra<sup>267</sup>.

Em Macau, por exemplo, o cargo de vereador desde o final do século XVII era ocupado exclusivamente por cristãos velhos, portugueses de nação e geração, comenta Bicalho<sup>268</sup>. Assim, tanto em Goa quanto Macau, cidades importantes do vasto “império” português, tinham em seus oficiais de câmeras formados majoritariamente por reinóis.

Os filhos desses casamentos, os denominados *castiços* se depararam com diferentes cenas de exclusão, conforme salientou Doré. Não eram confiáveis como soldados, considerados “demasiados brandos e efeminados”, chegando até mesmo serem proibidos de se alistar por determinação da coroa em 1545 e em 1561<sup>269</sup>. O que se via na prática,

---

<sup>265</sup> \_\_\_\_\_. Os casados na Índia portuguesa, p.513.

<sup>266</sup> XAVIER, Ângela Barreto. Dissolver a diferença: Mestiçagem e Conversão no Império Português. In Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds.), Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. p. 711.

<sup>267</sup> BICALHO, Maria Fernanda Batista. Mediação, Pureza de sangue e ofícios mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do império português. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX* Belo Horizonte, ANNABLUME, 2002, p.309.

<sup>268</sup> \_\_\_\_\_. Mediação, Pureza de sangue e ofícios mecânicos. p.309.

<sup>269</sup> DORÉ. Os casados na Índia portuguesa. p.520.



portanto, era que os favorecidos eram os portugueses “limpos de sangue”, nascidos na metrópole, condição esta que muitos os mestiços já não compartilhavam.

É importante lembrar, conforme salientou António Manuel Hespanha, que para esse período, a ato de nomear, classificar e estabelecer categorias era algo expressamente concreto. Ainda segundo Hespanha, a prática de classificar alguém era fruto do interesse em demarcar sua posição jurídica e política, e que a mobilidade de estatuto deve ser compreendida para além de uma mobilidade social; era, sobretudo uma mobilidade onomástica ou taxinômica<sup>270</sup>.

Dessa forma, é possível perceber também esse contexto de limitação no âmbito da Companhia de Jesus em relação aos mestiços e castiços e da inserção destes no quadro religioso. Em 1541, foi fundado um seminário em Goa (da Santa Fé ou da Conversão da Fé), que tinha por objetivo principal, para além da eliminação da idolatria e o cuidado dos cristãos, a preocupação em formar um clero nativo. Após a transferência do seminário para a administração dos jesuítas, a admissão de nascidos na Índia, filhos exclusivamente de europeus ou mestiços, alimentou muitas controvérsias entre os inicianos.

Neste sentido, destacamos que Alexandre Valignano, visitador das missões jesuítas na Ásia entre os anos de 1573 e 1596, se preocupou diretamente em realizar uma hierarquização dos povos nascidos em diversas regiões do Oriente. Em um documento datado de 1580, no qual procurou descrever as qualidades e costumes dos povos orientais, o jesuíta indicou que os japoneses e chineses eram superiores aos demais asiáticos:

Toda a gente dessas partes (exceto a China e o Japão, que tais quais trataremos em seu lugar, porque delas não falo agora) simbolizam as seguintes coisas, convém, a saber, a que todos são de cor baça, embora uma é mais negra que a outra conforme o calor dos lugares em que vivem, e conforme a qualidade de seus progenitores e dos exercícios que fazem. E conforme a isto, embora uns sejam de mais ou menos primor e capacidade que outros, todavia universalmente falando é comum a toda gente ser de pouco primor e de pouca capacidade: e parece como disse Aristóteles, de sua natureza nascida para servir, embora muitos entre eles sabem mais e tem sutil entendimento, especialmente das coisas que tocam seu interesse<sup>271</sup>.

---

<sup>270</sup> HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010, p.18.

<sup>271</sup> WICKI, José. *Documenta Indica*. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 13, p.144.

É importante ressaltar a referência que o jesuíta faz a Aristóteles ao descrever as qualidades dos povos asiáticos, pois nos dá um indicativo de que as tipologias dos indivíduos e sua hierarquização estão presentes desde o mundo clássico, não se restringindo apenas a época moderna.

Outro aspecto interessante é observar a formação de um novo léxico com base na origem geográfica associada ao sangue e a idéia de pureza, que tem em Valignano o primeiro definidor desse novo vocabulário no universo asiático. Assim, o jesuíta italiano, em 1579 referiu-se as seguintes categorias sociais:

Os nascidos na Índia são de quatro sortes os naturais da terra, os mestiços que são filhos de portugueses e de natural, os castiços que são filhos de portugueses e mestiça, os portugueses porque nasceram de pai e mãe portuguesas<sup>272</sup>.

Já em 1588, Valignano resumiu no documento intitulado “Sumario das regras para o provincial da Índia” uma orientação geral do governo da Índia na qual não se recomendava o recrutamento de nativos e mestiços no interior da Companhia de Jesus.

Os cristãos naturais da terra de qualquer nação que sejam, exceto os japoneses, não se admitam na Companhia [...] não somente os naturais da terra, mas também os mestiços e castiços parece que será mais seguro não receber nenhum ordinário [...] e quando aos castiços portugueses nascidos na Índia não se devem receber senão muito raramente<sup>273</sup>.

É possível perceber assim, uma clara postura do jesuíta em classificar e hierarquizar os indivíduos, desqualificando os filhos de portugueses e de portuguesas nascidos na Índia, considerados por ele, frutos de uma má qualidade da terra asiática.

Segundo Charles Boxer, Valignano dividiu a população da Índia portuguesa da seguinte forma: Em primeiro lugar estariam os portugueses nascidos no Velho Mundo. Em segundo lugar, os filhos de progenitores europeus, mas que nasceram na Índia. A terceira categoria seria dos *castiços*. Por fim, estariam os mestiços e chamados os indígenas “puros” ou aqueles que “tinham uma gota de sangue europeu em suas veias”<sup>274</sup>.

---

<sup>272</sup> WICKI, José. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 13, p.144.

<sup>273</sup> WICKI, José. Documenta Indica. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesus. 1948-1988, vol 14, p. 834.

<sup>274</sup> BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português*. 1415-1825. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p.96-97.

Neste sentido, Serge Gruzinski, nos contextos dos séculos XVII e XVIII, indica que a ideia de mistura, ou mesmo de mestiçagem, pressupõe a existência de grupos humanos puros, formados por elementos homogêneos. A circulação e o intercâmbio entre diferentes povos, a passagem do homogêneo para o heterogêneo levaria a um processo de contaminação, de perda da pureza original e, portanto, de degeneração<sup>275</sup>.

Vale lembrar assim, que durante a V congregação Geral da Companhia de Jesus se aprovou em 23 de dezembro de 1593 os estatutos de limpeza de sangue, que proibiram a admissão de cristãos-novos a ingressar na ordem jesuítica. Em 18 de junho de 1608, logo após o VI Congregação General (Roma, 21 de febrero – 29 de marzo de 1608), a ordem confirmou o decreto 52 de 1593 mediante ao decreto 28, que certificava a exclusão dos mouriscos espanhóis e de todos de origem judia e muçulmana, exigindo que a comprovação da descendência de família nobre e respeitada e que demonstravam sua pureza de sangue até a quinta geração. Para preservar a Companhia de Jesus de gente de estatuto baixo e sem linhagem, os provinciais aplicaram os estatutos de limpeza de sangue na seleção de seus estudantes<sup>276</sup>.

Se olharmos para a América espanhola, identificaremos que em meados de 1570 os provinciais peruanos limitaram, por exemplo, a entrada de mestiços na ordem jesuítica. O padre Joseph Tiruel, reitor de Cuzco, escreveu a Felipe II em 1585 uma carta que ressaltava os vícios e maus costumes dos mestiços. Assim como em Potosí, escreveu no mesmo ano, o padre Juan Sebastian de la Parra ao geral da Companhia Claudio Acquiva reclamando das más condutas dos mestiços. Desde 1596, os provinciais e reitores jesuítas das grandes cidades da América espanhola, como Lima e Cuzco passaram assim, a aplicar o estatuto de limpeza de sangue, exigindo a todos que quisessem exercer o sacerdócio ou estudar na Companhia de Jesus informações sobre a pureza de sangue<sup>277</sup>.

Contudo, cabe ressaltar que se havia uma clara recomendação da não entrada de nativos e mestiços no interior da ordem, o que se observa na prática é a formação de um grande número de clérigos seculares de origem indiana, que conforme indica Célia Tavares,

---

<sup>275</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 42.

<sup>276</sup> ROSA, Alexandre Coelho de La. El Estatuto de Limpieza de Sangre de la Compañía de Jesús (1593) y su influencia en el Perú Colonial. p.46-48. Captado em: [http://www.upf.edu/huma/\\_pdf/ATT00248.pdf](http://www.upf.edu/huma/_pdf/ATT00248.pdf) Acesso em: 01. Maio. 2015.

<sup>277</sup> \_\_\_\_\_ .El Estatuto de Limpieza de Sangre de la Compañía de Jesús (1593) y su influencia en el Perú Colonial, p.56.

apesar de existirem a possibilidade de indianos criarem uma carreira secular, os postos mais altos da hierarquia estavam interditados<sup>278</sup>.

É importante destacar também que o cuidado que se tinha em não receber mestiços no interior da ordem religiosa não foi algo exclusivo dos jesuítas. Segundo Patrícia Souza de Faria, que analisou a prática de recrutamento de nascidos no Oriente pelos franciscanos, observou que estes também postularam formas de distinção dos grupos nativos por meio da desqualificação de alguns segmentos populacionais<sup>279</sup>.

De modo geral, o panorama que se observa, portanto, era que apesar da escassez de religiosos vindo do reino e posteriormente o ingresso de mestiços e nativos nas ordens religiosas, a exclusão desses *casados* e de seus descendentes, tanto na esfera política, social e religiosa era uma realidade vivida na Índia.

Entretanto, o inverso também pôde ser sentido, conforme salientou Ângela Xavier que “as mulheres brâmanes e chardos se recusavam a casar com filhos de “casados”, aceitando, em vez disso, desposar fidalgos provenientes do reino, a quem reconheciam uma dignidade semelhante à sua<sup>280</sup>. É possível observar assim, que a própria elite local procurou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa- na intenção de indicar uma pureza de sangue e de afastar da macula da mestiçagem.

Segundo Charles Boxer os brâmanes e chardos convertidos ao cristianismo mantinham seu orgulho de casta e não desejavam que suas filhas se casassem com homens europeus e mestiços. Por outro lado, as autoridades portuguesas também não encorajavam o casamento dos portugueses com mulheres de castas mais baixas, sudras e curumbin, mas que se deparavam com a pouca receptividade dos brâmanes, estes conscientes de sua casta. Assim, conclui Boxer, tanto os reinóis quanto os brâmanes cristãos costumavam desprezar os mestiços, ou os indo-portugueses de sangue misturado<sup>281</sup>.

---

<sup>278</sup> TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Roma Editora, 2004, p.112.

<sup>279</sup> FARIA, Patrícia Souza de. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português: classificação e hierarquias nas controvérsias em torno do clero nativo (Goa, séc. XVI-XVIII).. In: Faria, Angelo Assis; Manso, Maria de Deus B; Levi, Abraham. (Org.). *Quando o mundo era português: da conquista de Ceuta (1415) à atribuição da soberania de Timor-Leste (2002)*.. 1ed. Évora; Viçosa; Washington: NICPRI/ CCH-UFV, 2014, v. 1, p. 82-106.

<sup>280</sup> XAVIER. Dissolver a diferença, p.715.

<sup>281</sup> BOXER. Relações raciais no império colonial português. p. 99.

Conforme indica Patrícia Faria, nas colônias os reinóis possuíam mais prestígio do que os nascidos na Ásia, mesmo que ambos tivessem pais portugueses, em virtude de o nascimento no ultramar ter sido associado a conotações negativas, por supostamente favorecer a debilidade física e moral de povos indígenas<sup>282</sup>.

De toda forma, o que se nota é que os critérios de “pureza de sangue” já estavam inseridos em toda lógica da sociedade portuguesa desde as colocações nos cargos de administração do rei até nos assuntos do Tribunal do Santo Ofício, salientou Célia Cristina da Silva Tavares<sup>283</sup>.

Trata-se, assim, de uma sociedade mestiça, indo-portuguesa ou luso-asiática, fruto do encontro entre portugueses e das populações da Ásia, no qual gerou uma hierarquização dos indivíduos, semelhantes como àquela vivida no Reino e em seus outros espaços coloniais. Hierarquização esta, que conforme salientou Doré, não foi criada com a expansão marítima, mas que aguçou as diferenças já existentes e incorporaram outras, como a categoria dos *casados* e dos *castiços*<sup>284</sup>. Ideia esta também compartilhada na análise de Eduardo França Paiva sobre as dinâmicas de mestiçagem nas sociedades ibero-americanas. Segundo o autor todas as diversas trocas sociais e culturais produziram novas demandas e entre elas, novas formas de distinção e de hierarquização entre grupos sociais, “qualidades” e “condições”<sup>285</sup>.

---

<sup>282</sup> FARIA. Percepções sobre os nascidos no Oriente Português, p. 91.

<sup>283</sup> TAVARES. Jesuítas e Inquisidores em Goa, p.264.

<sup>284</sup> DORÉ, Andrea. Os casados na Índia portuguesa. p. 532-533.

<sup>285</sup> PAIVA. Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 304 p.

## **ST 13: Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX**

**André Mascarenhas Pereira**

Doutorando (UFMG) /andremasper@gmail.com

**Carolina Paulino Alcântara**

Mestranda (UFMG) /carolinapalcantara@hotmail.com

**Raphael Coelho Neto**

Mestrando (UFMG) /raphaelcneto@yahoo.com.br

**Thiago Henrique Oliveira Prates**

Mestrando (UFMG) /thoprates@gmail.com

**Wanessa Pires Lott**

Doutoranda (UFMG) /wanessalott@hotmail.com

**Warley Alves Gomes**

Doutorando (UFMG) /warleyalvesgomes@yahoo.com.br

# Bahia cinematográfica: entre o moderno e a tradição

Ana Luisa de Castro Coimbra

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes

Universidade Federal de Minas Gerais

[luisacoimbra@hotmail.com](mailto:luisacoimbra@hotmail.com)

**RESUMO:** Na primeira metade do século XX houve uma produção substancial de filmes documentais produzidos na Bahia e que pouco é explorado. Embora, muitas vezes, rudimentares em sua feitura, os filmes revelam através das imagens não só o desenvolvimento do cinema no estado, como também os aspectos sociais, históricos e culturais da época em que foram concebidos. Desse período, destaca-se a figura de Alexandre Robatto Filho que por mais de três décadas se dedicou ao cinema da Bahia imprimindo na película imagens do estado ainda fortemente marcado por traços coloniais. É importante ressaltar que o período correlato às obras de Robatto Filho foram anos cruciais para as discussões que tinham a Bahia como palco central de ações governamentais, principalmente pelos aspectos da estagnação econômica e populacional e pela fraca industrialização do período. Nessa perspectiva pretendemos analisar o acervo documental robattiano tomando como campo de observação o contexto no qual os seus filmes foram produzidos percebendo de que modo revelam uma memória documental significativa sobre uma Bahia imbricada em uma teia de relações dinâmicas entre a tradição e o moderno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema; história; Bahia.

O desenrolar dos primeiros passos do cinema em solo baiano é contado pelos jornais ainda preservados da época e por escritores que se lançaram pioneiramente no ofício do registro de um acontecimento histórico para a Bahia, acreditando que, mais que entreter, o cinema era parte de um processo de modernização. Dos primeiros registros feitos no estado baiano, datados de 1910, até o efervescente movimento do Cinema Novo, na década de 1950, tendo como grande referência a figura de Glauber Rocha, houve uma produção de filmes documentais que por um longo período sustentaram o fazer cinematográfico local e que pouco é explorado, seja por potencial artístico, ou por sua importância como registros históricos. Embora, muitas vezes, rudimentares em sua feitura, os filmes revelam através das imagens não só o desenvolvimento de uma arte cinematográfica no estado, como também os aspectos sociais, históricos e culturais da época em que foram concebidos.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)



Desse período correspondente à primeira metade do século XX, destaca-se a figura de Alexandre Robatto Filho que por mais de três décadas se dedicou ao desenvolvimento das atividades cinematográficas na Bahia. Com registros documentais, imprimiu na película não apenas imagens de uma Bahia ainda fortemente marcada por traços coloniais, como também tornaram evidentes as forças econômicas que se convergiam para tornar possível a produção dos filmes.

As primeiras projeções de um cinematógrafo tinham acontecido em Salvador ainda no final do século XIX, mas tudo indica que somente uma década depois é que começaram a ser realizados os primeiros filmes na província. O mérito de serem os primeiros realizadores cinematográficos cabe a Diomedes Gramacho e José Dias da Costa. Em 1910, foram exibidos *Segunda-feira do Bonfim* e *Regatas da Bahia*, filmes realizados por esses precursores, que tinham aprendido a técnica com o alemão Lindemann, dono da Photo Lindemann, um ateliê para confeccionar filmes nacionais. Anos depois, os dois cineastas baianos tornam-se proprietários da empresa.

Os aspectos da fisionomia da cidade e os costumes baianos, a tradição das festas populares e a transformação do urbanismo não foram salvaguardados pelo registro da película. Silveira (1978)<sup>286</sup> salienta uma entrevista do próprio Gramacho em que conta o destino das obras: a Photo Lindemann perdera os arquivos em consequência de uma penhora, e os filmes ele jogara ao mar em 1920, reflexo da preocupação por conta de um incêndio ocorrido no ateliê devido ao material inflamável de que eram feitas as películas.

Com o descarte das obras realizadas por Gramacho e Dias da Costa, o título de pioneiro do cinema baiano coube a Alexandre Robatto Filho tendo produzido, por mais de quatro décadas, registros videográficos de festejos, eventos políticos e sociais importantes.

Nascido em Salvador, no ano de 1908, Robatto Filho ficou conhecido como “um homem de muitos instrumentos” já que desenvolvia as atividades de dentista, professor de Odontologia da Universidade Federal da Bahia, rádio-amador, fundador do *Itch* Clube da Bahia, produtor de discos fonográficos, escritor, desenhista, pintor e documentarista. Em 1930 começa a produzir curta-metragem retratando aspectos da Bahia ainda marcada por forte traço colonial.

Preocupava-se em registrar a cultura baiana não só através dos filmes que fazia; por isso, junto com o pintor argentino Caybé, lança uma série de discos intitulados *Documentários da Bahia*, registrando toques de capoeira angola e sambas de roda. Participou ativamente da vida política e cultural do estado, desempenhando tarefas junto ao Departamento de Educação Superior da Cultura, no tempo do secretário Navarro de Brito, e também no Instituto da Pecuária da Bahia.

---

<sup>286</sup> SILVEIRA, Walter da. *A história do cinema vista da província*. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

Participou ativamente da vida política e cultural do estado, desempenhando tarefas junto ao Departamento de Educação Superior da Cultura, no tempo do secretário Navarro de Brito, e também no Instituto da Pecuária da Bahia. Afirmar Robatto Filho (*apud* SETARO):

o grosso de meu trabalho, a rigor, foi todo concentrado na bitola de 35mm e muito devo, neste sentido, à Cooperativa de Pecuária da Bahia. O filme técnico sempre me fascinou. Por exemplo: fiz um documentário sobre a plantação de fumo, desde a semente até o charuto, o produto final. Levava, mais ou menos, dois anos até a conclusão do filme. Entre os muitos que fiz, destaco o da eletrificação da Rede Ferroviária da Leste Brasileira. Também aqui há o registro de todo o processo: da primeira estação até o trem inaugural. Lauro de Freitas me acompanhava e me deu muito apoio.<sup>287</sup>

Além disso, o cineasta, que mantinha uma sala de projeção permanente montada próximo à sua casa, conviveu de perto com artistas responsáveis pelas agitações modernas em torno das artes na Bahia, como o artista plástico Mário Cravo, o pintor Carybé e Jorge Amado, que escreveu um personagem em sua homenagem, no romance *Dona Flor e seus Dois Maridos*<sup>288</sup>.

É importante ressaltar que o período correlato às obras de Robatto Filho foram anos de importância para as discussões que tinham a Bahia como palco central de ações governamentais. Afirmam alguns estudiosos que a crescente onda de industrialização que alavancou a produção e os investimentos econômicos, principalmente no sudeste e sul do país, não foi acompanhada pelos baianos. O estado apresentava, então, uma estagnação tanto no crescimento populacional como no setor econômico. Nessa perspectiva pretendemos analisar o acervo documental robattiano tomando como campo de observação o contexto no qual os seus filmes foram produzidos observando que eles revelam uma memória documental significativa sobre uma Bahia imbricada em uma teia de relações dinâmicas entre a tradição e o moderno, bem como evidenciam a atuação da visão de mundo do cineasta, que, por vezes, é dependente das condições de financiamento.

### Conjuntura Baiana

---

<sup>287</sup> ROBATTO FILHO, Alexandre. In: SETARO, André. *Panorama do cinema baiano*. Salvador, FUNCEB, 1976, p. 9.

<sup>288</sup> SETARO, André; UMBERTO, José. *Alexandre Robatto Filho: pioneiro do cinema baiano*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1992.

O que chamamos hoje de cultura baiana, afirma Risério (1995), é um complexo cultural historicamente datável que desde o século XIX vem se desdobrando quando a Bahia ingressa num período de declínio. Desde a mudança da capital para o Rio de Janeiro, bem como a instalação posterior da sede da monarquia em solo carioca, atestam o papel secundário que a Bahia vinha desempenhando no cenário nacional. Nas palavras do autor:

A Bahia vai mergulhar, por bem mais de cem anos, num período de relativo isolamento e solidão, antes que aconteça sua inserção periférica na expansão nordestina do capitalismo brasileiro. E foi justamente na maturação desse mais de cem anos insulares, de quase assombroso ensimesmamento, que se desenvolveu a trama psicossocial de uma nova conjuntura organicamente nascida, sobretudo, das experiências da gente lusa, da gente banto e da gente iorubana.<sup>289</sup>

E foi em meio ao que o referido autor chama de “mormaço econômico” e ao crescente prestígio político que se deu a articulação das práticas culturais no sentido da individuação da Bahia no conjunto brasileiro de civilização, movimento que ocorreu entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Durante os primeiros cinquenta anos do século XX, a Bahia praticamente não aderiu ao alcance dos fluxos econômicos, tecnológicos e simbólicos da modernização que assolava o país. A vida no estado baiano nesse período permaneceu distante dos fenômenos da industrialização, urbanização acelerada, emergência de um proletariado industrial e de classes médias urbanas.

O século XX baiano parece partido ao meio. Até a década de 1950, a Cidade da Bahia e o seu Recôncavo permanecem compondo um espaço coeso, essencialmente tradicional. Ainda é a Bahia do saveiro, do terno branco, da vegetação exuberante, das ruas que se espreguiçam sob o sol.<sup>290</sup>

No início do século XX, Salvador se configura como uma cidade quase paralisada, uma vez que será a capital brasileira que apresentará as menores taxas de crescimento populacional e essa paralisia não se resumia exclusivamente aos aspectos demográficos. Com o reinado do café no centro-sul do país, se afirmando como principal produto de exportação do Brasil, aprofunda-se no estado baiano o declínio da economia primário-exportadora pautada principalmente na indústria

---

<sup>289</sup> RISERIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995, p. 158.

<sup>290</sup> RISERIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 455.

açucareira. O deslocamento do espaço produtor de cana de açúcar para as Antilhas e Cuba, alcançando a preferência do mercado internacional, fez a Bahia perder o posto de destaque na exportação do produto.

No entanto, neste mesmo período emerge uma nova fronteira agrícola para Bahia com as plantações de cacau no sul do estado. Se Ilhéus antes era um pequeno povoado fundado por jesuítas, com a chegada dos cacauais a cidade deu um salto de crescimento se transformando em um centro gerador de riquezas.

Embora a Bahia não conseguisse acompanhar o ritmo de crescimento industrial da região sudeste do país vale lembrar que nem sempre essa configuração foi a mesma. A agroindústria açucareira dispunha dos aparatos tecnológicos mais avançados da época tecnológicas. É assim que em meados do século XIX, a Bahia apresenta um potencial notável no setor industrial, mas o fato da perda da primazia no comércio exterior da cana de açúcar produzida no Brasil, bem como a não consolidação de um outro tipo de atividade extra-açucareira, foram fatores que contribuíram para a estagnação que se estabeleceu no estado.

As atividades industriais iam se enfraquecendo, sobretudo porque continuavam atreladas aos ramos tradicionais da economia. Para Risério (2004)<sup>291</sup>, a queda na demanda externa do açúcar, implicava a queda na demanda interna dos produtos da indústria, assim a decadência da exportação conduzia ao desmantelamento progressivo do parque industrial nascente. Dessa forma, do século XIX até meados do século XX, a Bahia possuía indústrias, mas não chegaria a vivenciar uma verdadeira industrialização, na acepção processual do termo. Mas é necessário atentar para outros fatores que concorreram para o esse quadro econômico: os dirigentes políticos estaduais foram contrários à movimentação que levou Getúlio Vargas a assumir o poder no episódio conhecido como Revolução de 1930; outro ponto é que o próprio governo federal pós revolução não trazia uma política sistematizada para expansão do setor comercial.

Só por volta dos anos 1950 a Bahia vai ser alcançada por transformações que a empurrarão na direção de uma sociedade com características normalmente associadas ao espírito dos tempos modernos inaugurados pelo novecentos.

Otávio Mangabeira, em 1947, assume o governo da Bahia que ainda era dependente da exportação agrícola, principalmente do cacau. O mérito do governo de Mangabeira, foi saber aliar ao espírito liberal uma firme liderança econômica e moral sem deixar de lado o espírito da reconstrução.

---

<sup>291</sup> RISERIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

A questão de uma Bahia que não se industrializava, tendo como consequências a estagnação e uma perda de posição na economia do país permeava a mente de políticos da época o que fez com que essa realidade da primeira metade do século fosse batizada por Otávio Mangabeira, como “enigma baiano”, que assim o definiu:

Intrigava-me, desde muito, o que chamei o enigma baiano: por que razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía? [...] Reinava de modo geral, uma atmosfera de desanimo e – o que era talvez pior – de conformação com o abandono, para não dizer com a decadência, uma grande, profunda descrença na ação do poder público.<sup>292</sup>

Estudar a Bahia nos seus diferentes aspectos parece ter sido o ponto de partida para o desenvolvimento de propostas de governo pensadas por Otávio Mangabeira, pois cumpria conhecer a realidade da Bahia como passo importante para entender-se possibilidade de mudança<sup>293</sup>. Ao defender que o estudo das ciências básicas seria capaz de uma transformação da mentalidade dos baianos, o então governador celebra um convênio com o Programa de Pesquisas Sociais – *Columbia University* para pesquisas no território baiano, é a versão baiana do Projeto Unesco desenvolvido no Brasil. Segundo Farias (2007)<sup>294</sup> a proposta teve suas linhas gerais básicas traçadas em 1949, envolvendo intelectuais como Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luiz Aguiar Costa Pinto e tinha como propósito tanto estimular abordagens sócio-antropológicas quanto realizar um mapeamento das áreas rurais e urbanas considerando fundamentalmente o tema da dinâmica de mudanças socioculturais na elaboração de um projeto de implementação de um novo sistema de ensino no estado.

O cenário de estagnação baiana começaria a mudar no final dos anos quarenta, com a chegada da energia elétrica produzida pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco instalada em Paulo Afonso, e das ações empreendidas pelo Ministério da Agricultura e do Conselho Nacional de Petróleo.

---

<sup>292</sup> MANGABEIRA, Otávio. *Jornal A Tarde*, Salvador, 03 de jan. 1951.

<sup>293</sup> MEDEIROS, Ruy. *O programa de pesquisas sociais estado da Bahia – Universidade de Colúmbia: o seu contexto*. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 11, n. 1, p. 89-110, maio 2009, p. 97.

<sup>294</sup> FARIAS, Edson. *Quando inovar é apelar à tradição - a condição baiana frente à modernização turística*. Caderno CRH, Brasília, DF, vol. 21, n. 54, 2007. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=595>>

Imbuído no princípio desenvolvimentista das políticas governamentais de Otávio Mangabeira, Anísio Teixeira assume no final da década de 1947 a Secretaria de Educação e Saúde. Na sua gestão, viu-se a implantação de escolas diferenciadas dos modelos tradicionais e criação da Superintendência de Difusão Cultural que em pouco tempo se tornaria um centro de apoio para as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana.

Risério (1995) aponta que a partir do final da década de 1940 se criou um “ecossistema” propício ao aparecimento, à formação e ao desenvolvimento de uma personalidade cultural criativa que se encarnou em artistas-pensadores. A história da produção estético-intelectual brasileira no século XX, tomando como base os escritos críticos, não deixa de mencionar a conjuntura de efervescência renovadora.

Derrotar a província na própria província parece ter sido, de fato, a palavra-de-ordem geral, atravessando gerações e as inevitáveis diferenças e singularidades dos agentes transformadores. Numa fórmula concisa, a província se pensou planetária: informações de – e para – todos os lugares.<sup>295</sup>

A modernização da Bahia, agora aparecia como uma meta, um ideal para que o Estado acompanhasse a primeira investida industrialista, modernizadora. A estrutura econômica da província permaneceu essencialmente agromercantil, apesar da virada reformista que mobilizou o centro sul do país. Edgar Santos, reitor-fundador da Universidade da Bahia entre os anos de 1946 a 1961, figura importante desse período, defendia que o poder econômico e o poder cultural convergissem para a superação do atraso e no âmago desse poder cultural deveria estar a universidade, se fazendo centro da agitação cultural, numa época de múltiplas iniciativas no campo da produção estético-intelectual.

A descrição das práticas culturais e um modo de sentir e pensar tradicionais foram opções adotadas pelo discurso da baianidade, é o que afirma Mariano (2009), que nomeia tradição como tudo o que remete à continuidade, manutenção, sobrevivência. A tradição pode ser citada como um motivo para se optar pelo modo baiano de viver e pelas vantagens que traria – proteção e primazia –, como também pode aparecer como um resultado da repetição de antigos costumes. Nas variáveis formas de se convocar a manutenção dessas práticas tradicionais, a simples referência a elas, já representaria uma forma de mantê-las vivas, mesmo que na memória, uma vez que merecer ser tematizada já é atestado claro de importância. Segundo a autora:

---

<sup>295</sup> RISERIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995, p. 15.

[...] uma tensão presente nessas ideias associadas a uma “habilidade baiana de perpetuar” é que elas remetem ora a uma capacidade de adaptação – convívio/coexistência, mistura/fusão – ora a uma dimensão conservadora – hereditariedade, pioneirismo, obrigatoriedade.<sup>296</sup>

Importante perceber que as discussões em torno do tradicionalismo não se restringiam à Bahia. A própria concepção de nordeste se calcou nas premissas da saudade e da tradição, afirma Albuquerque Júnior (1999)<sup>297</sup>, ressaltando, ainda, que a região tem um ponto de partida, que não estaria dado desde sempre, e se configura como uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. Seria, pois, o nordeste, dito “tradicional”, um produto da modernidade.

### **Filmes da Bahia: o legado de Alexandre Robatto Filho**

Observando o desenrolar das primeiras décadas do século XX na Bahia, é possível notar, como escreveu Jorge Amado (1966) que “desponta-se um cultuar o passado, sonhando com o futuro”, alertando ainda que “o conservador e o revolucionário coexistem no espírito da cidade [Salvador], chocam-se, fundem-se por vezes, são quase palpáveis no seu contraste”.<sup>298</sup>

Das cantigas de Caymmi para a literatura de Jorge Amado, das imagens fixas de Pierre Verger para os fotogramas animados de Alexandre Robatto Filho, o cinema também corroborou com o leque imagético que deu corpo aos discursos tendo como temática principal a Bahia em seus aspectos peculiares. Analisando o legado fílmico produzido por Alexandre Robatto Filho nota-se as faces da transição pela qual passava o Estado: de um lado uma Bahia ainda marcada fortemente por traços provincianos; do outro, o processo industrial que emergia no novo panorama local. Além disso, aspectos de uma dita baianidade, sobretudo ancorada no tripé antiguidade histórica, originalidade cultural e a beleza natural e urbana são temas recorrentes na filmografia desse cineasta.

*Entre o Mar e o Tendamal* (1953) e *Xaréu* (1954), são duas obras de destaque dentro da filmografia robattiana e ambas registram a pesca artesanal da população ribeirinha e descendente de escravos na cidade de Salvador ressaltando a importância da puxada de rede como instrumento de sobrevivência e como mantenedora de uma tradição ainda à maneira dos africanos que aqui chegaram.

---

<sup>296</sup> MARIANO, Agnes. *A invenção da baianidade*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 144.

<sup>297</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

<sup>298</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Editora: Martins. 18º ed. 1966, p. 24.



Nota-se em *Xaréu* um tom saudosista de uma atividade em vias de desaparecer do litoral baiano. Nas palavras do próprio Robatto Filho, que narra todo documentário fica evidente os novos tempos que assolavam a capital: “o progresso virá, virão fatalmente os métodos modernos e as velhas canções se perderão no ronco dos motores. Ficará, porém naquelas praias a lembrança de uma gente alegre que trabalhava cantando”.

Além dos dois filmes já citados, outro que desponta no escopo das obras que exaltavam imagens da Bahia nos seus diferentes contextos tradicionais é *Vadiação* (1954), película dedicada à arte da capoeira praticada como os antepassados no tempo da escravidão. Nesta obra é possível observar os enquadramentos elaborados, um jogo de imagem e sombra e, para além da técnica, a ausência da mulher na prática da capoeira, cabendo a esta apenas observar de longe e acompanhar com aplausos.

Em contrapartida à narrativa marcada por aspectos saudosistas e tradicionais, o cineasta desenvolve filmes que evidenciam traços de industrialização e modernidade. *Um milhão de KWA* (1949) pode ser considerado precursor dos muitos documentários que se fariam nos anos cinquenta e sessenta sobre a construção de hidrelétricas. Neste, ele registra o desenvolvimento da cidade de Paulo Afonso e o projeto de construção da hidrelétrica, no qual também se pode notar um certo entusiasmo pelo progresso da Bahia. *S/A Wildberger: exportação - importação e representações* (1955) mostra a história dos dois irmãos suíços donos da empresa S/A Wildberger que tinham como principais atividades do grupo fazendas de cacau e cana de açúcar. *Organizações Suerdick - lavoura, comércio e indústria* (1955) é o registro de uma organização industrial do fumo, evidenciando desde a plantação até a comercialização do produto. Um mosaico de imagens de grande relevância para a história da Bahia dá corpo ao legado deixado por Robatto Filho. Por suas lentes não passou ileso o regresso da vice *Miss Universo* Marta Rocha ao Estado, que curiosamente é retratada numa visita às instalações da Fratelli Vita, uma fábrica de refrigerantes e cristais, que aparece como patrocinadora do filme.

Registrou também o enterro do jurista Ruy Barbosa; o desfile em comemoração ao quarto centenário da capital baiana; as peculiaridades de cidades do interior como a feira de Caxixi, em Nazaré das Farinhas, a Marcha das Boiadas, em Ruy Barbosa, e a festa de Nossa Senhora da Purificação, em Santo Amaro; documentou o cultivo do fumo em Cruz das Almas, Cachoeira e Maragogipe; a vida dos vaqueiros no interior da Bahia; a urbanização do centro de Salvador; o desenvolvimento das pesquisas da vacina BCG; as festas em clubes da elite baiana e as grandes festas religiosas da Bahia, como a procissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a festa do Senhor do Bonfim.

O velho e o novo coexistem na obra de Robatto Filho, transitando entre uma visão otimista do desenvolvimento, observada na inauguração de uma usina hidrelétrica importante para a geração de energia do Nordeste, a construção de bacias e barragens e de obras de saneamento básico que proporcionaram uma melhor qualidade de vida, ao passo que abordava a temática, também, sob uma ótica do pesar, evidenciando que o progresso, com seus modernos métodos e com o ronco dos motores, emudeceria os cânticos poéticos dos descendentes de escravos que ainda realizavam a pesca de xaréu como seus antepassados. Era a Bahia dos cristais Fratelli Vita, de figuras públicas notórias, como Ruy Barbosa e Marta Rocha, mas era também a dos fazendeiros, dos vaqueiros e boiadeiros.

O documentarista não escondia sua vontade de que sua obra perpetuasse a ponto de verbalizar a recusa em ver seus filmes se perderem em gavetas; queria que os mesmos chegassem às mãos de estudiosos por entender que os fragmentos capturados por ele se constituíam em um importante documento imagético-sonoro sobre a Bahia. Assistir seus filmes é perceber que estava ali registrada a memória do autor, Robatto Filho, mas imbuído da memória de uma Bahia em seus aspectos singulares e pitorescos. Desse modo, não podemos considerar que o autor vive isolado; é ele na conjuntura de uma época. Robatto Filho partilhava de uma memória da Bahia e usa o recurso fílmico para guardar, fazer perdurar os acontecimentos e as peculiaridades que envolviam o estado baiano.

# A Inconfidência Mineira no governo Vargas: batalhas de memória e construção de representações

**André Barbosa Fraga**

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

[andrebraga@yahoo.com.br](mailto:andrebraga@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Ao longo do governo Vargas (1930-1945), houve um investimento no fortalecimento de um nacionalismo, que chegou ao ápice durante o Estado Novo. Com base nisso, procuramos analisar as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde para valorizar a Inconfidência Mineira e heroificar os envolvidos nesse movimento. No entanto, apesar de tal valorização, o período é marcado por versões distintas sobre a Inconfidência, que rivalizavam com a que estava sendo construída pelo governo Vargas, possibilitando o aparecimento de batalhas de memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inconfidência Mineira; Governo Vargas; Memória.

## **O governo Vargas e os heróis da luta pela liberdade do Brasil**

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), houve um investimento no fortalecimento de um nacionalismo de teor cívico-patriótico, que chegou ao ápice durante o Estado Novo. Isso ocorreu principalmente por causa da chamada Intentona Comunista. Para estimular na população o amor pelo Brasil era preciso fazê-la conhecer o país, seu passado histórico e os “grandes homens” que o habitaram. Dentro desse projeto, que foi gestado principalmente por Gustavo Capanema, a Inconfidência Mineira ganhou papel de destaque.

Uma das primeiras medidas de valorização da Inconfidência ocorreu em 1936, com a iniciativa de repatriar os despojos dos inconfidentes mineiros<sup>299</sup>. Tal iniciativa partiu do escritor Augusto de Lima Júnior<sup>300</sup>, sendo recebida com entusiasmo pelo ministro da Educação e Saúde

---

<sup>299</sup> As informações aqui presentes foram colhidas da leitura das seguintes matérias do *Jornal do Brasil* de 1936: “O repatriamento das cinzas dos inconfidentes” (pag. 10) e “As cinzas dos inconfidentes” (pag. 14), quinta-feira, 24 de dezembro; “As cinzas dos Inconfidentes” (pag. 3) e “A chegada das cinzas dos Inconfidentes” (pag. 35), sexta-feira, 25 de dezembro; “Em homenagem à memória dos Inconfidentes mineiros” (pag. 6), domingo, 27 de dezembro; e “De volta ao solo pátrio” (pag. 8), terça-feira, 29 de dezembro.

<sup>300</sup> Antônio Augusto de Lima Júnior (1889-1970), filho primogênito do conhecido político mineiro Antônio Augusto de Lima, foi advogado, poeta, magistrado, jornalista e historiador, além de membro do Instituto

Pública, Gustavo Capanema. Por causa disso, Getúlio Vargas assinou, em 21 de abril de 1936, o Decreto n.º. 756 A, que autorizou a exumação dos restos mortais e a transladação para o Brasil das cinzas dos inconfidentes, que estavam na África, concedendo àqueles heróis, mortos no exílio, o louvor de repousarem em terras brasileiras.

Ainda segundo o decreto, ficava sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, em associação a dois outros, o das Relações Exteriores e o da Marinha, providenciar o que fosse necessário. Além disso, os artigos 2º e 3º informavam, respectivamente, que caberia à cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, guardar os despojos que seriam depositados em monumento a ser construído, e que o Ministério da Educação e Saúde Pública comprometia-se a fazer a publicação dos autos do processo da Inconfidência Mineira.

Coube a Augusto de Lima Júnior ficar encarregado dessa missão. Ele dirigiu-se, assim, a Portugal, uma vez que as ossadas e as cinzas dos inconfidentes jaziam em terras coloniais daquele país, e passou a acompanhar as autoridades portuguesas na exumação dos restos mortais dos inconfidentes, certificando-se da absoluta veracidade do processo. Ou seja, a dimensão simbólica de autênticas relíquias, de objetos capazes de ligar o visível ao invisível – no caso à própria ideia de luta pela liberdade do povo brasileiro – foi um cuidado constante e nada ingênuo.

Finalizando os trabalhos, em novembro de 1936, o balanço era animador. Como podemos acompanhar por meio do termo de entrega dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos inconfidentes<sup>301</sup>, produzido pelo governo português e oferecido, no dia 26 daquele mês e ano, ao Delegado do governo brasileiro, foram encontrados doze restos mortais. Em dezembro do mesmo ano, disponibilizaram-se, ainda, o auto de exumação e a urna que abrigava as cinzas de mais um inconfidente identificado, totalizando treze. Todos os despojos haviam sido localizados em igrejas situadas nas colônias de Angola e Moçambique<sup>302</sup>.

Terminado o processo de buscas, era preciso iniciar os preparativos para o retorno triunfal ao Brasil. Optou-se por desembarcar as ossadas e as cinzas na capital, o Rio de Janeiro, e só depois decidir como elas seriam levadas para Ouro Preto. Em 24 de dezembro de 1936, chegou ao Rio de Janeiro o navio brasileiro *Bagé*, que trazia os restos mortais daqueles heróis. Dois dias depois, representantes do estado de Minas Gerais dirigiram-se à embarcação para depositar sobre as urnas funerárias a bandeira mineira, ocorrendo vários discursos, entre os quais o de Augusto de Lima Júnior, que agradeceu o apoio recebido do governo português. Coincidindo com esse cerimonial, o Ministério da Educação e Saúde Pública distribuiu nas livrarias os três primeiros volumes do livro *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, produzidos em associação com a Biblioteca Nacional, reunindo a documentação relacionada ao processo, conforme se havia comprometido. Em julho de 1937, dando prosseguimento à iniciativa de editar esse conjunto de documentos históricos, o agora

---

Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras. Ao longo de sua vida, colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro, como *A Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*. Em Belo Horizonte, fundou o *Diário da Manhã* e a *Revista de História e Artes*.

<sup>301</sup> O documento original, intitulado “Termo de entrega ao Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto de Lima Júnior, Delegado do Governo Brasileiro, dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos conspiradores da ‘Inconfidência Mineira’”, pode ser consultado em: Arquivo Cristiano Machado, CM c 1936.11.26. FGV/CPDOC.

<sup>302</sup> Os inconfidentes eram: Domingos de Abreu Vieira, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luiz Vaz de Toledo Piza, Antônio de Oliveira Lopes, João da Costa Rodrigues, José Aires Gomes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, Vitoriano Gonçalves Veloso e Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

denominado Ministério da Educação e Saúde<sup>303</sup> lançou o seu 5º volume<sup>304</sup>. Os inconfidentes voltavam, e a história deles, com tais publicações, poderia estar ao alcance de todos, estudiosos e cidadãos em geral.

No dia do desembarque das ossadas e cinzas, 27 de dezembro, o próprio presidente compareceu ao Armazém n.º 4, no cais do Porto. Uma banda de música da Polícia Militar executou o Hino Nacional. Os despojos foram solenemente entregues ao chefe de Estado, que prometeu que o Brasil guardaria com orgulho o “corpo” dos inconfidentes. Dando prosseguimento ao evento, as urnas foram desembarcadas e transportadas pela oficialidade do *Bagé* aos carros que fariam o traslado. Em seguida, o cortejo saiu da Praça Mauá com destino à Catedral Metropolitana, onde as cinzas ficariam depositadas em exposição pública. Ao longo de todo o percurso, segundo os jornais de época, reuniram-se centenas de pessoas.

O retorno triunfal dos restos mortais dos inconfidentes estava sendo considerado um acontecimento de importância nacional e, portanto, era não só preferível, mas necessário que pudesse ser visto por todos os brasileiros, e não apenas por uma parte da população do Rio de Janeiro. A estratégia utilizada pelo governo, para tornar esse momento visível a todo o país, foi a de “eternizá-lo” por meio da produção de um filme, que poderia ser distribuído a diversas salas de cinema do Brasil. O documentário, em Curta-metragem, *Os Inconfidentes*, de dezembro de 1936, elaborado pelo INCE<sup>305</sup>, foi rodado em 35 mm e teve a direção de Humberto Mauro<sup>306</sup>.

Na Catedral, as urnas foram colocadas na nave central. Porém, até esse momento, os inconfidentes haviam cumprido apenas uma parte de sua peregrinação, restando chegar ao destino final: Ouro Preto. O *Jornal do Brasil* anunciou que em poucos dias os restos mortais seriam levados a Minas Gerais<sup>307</sup>. No entanto, o tempo de transferência foi bem maior do que se esperava. Apenas no dia 15 de julho de 1938, um ano e meio após o ritual de chegada ao Brasil, Ouro Preto receberia seus filhos ilustres.

A solenidade se inicia com as urnas sendo transportadas em trem especial do Rio de Janeiro para Ouro Preto e depositadas na Igreja Matriz de Antonio Dias. Cristiano Machado aproveitou a ocasião para proferir um discurso, do qual reproduzimos um trecho:

Imortalizaram-se. São, pois, os nossos símbolos. Não os discutamos. Cultuemos a sua memória na memória eterna de seus feitos. Infelizes dos povos que os não tenham e vivam apenas no túmulo material da existência, sem atentar nas lições que os fatos históricos despertam à contemplação das gerações futuras. E o episódio histórico, marcante por excelência em nossa vida coletiva é a Inconfidência, porque todo ele, desde a ideia nascente até o holocausto heróico que culminou na Praça

<sup>303</sup> Com a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a chamar-se apenas Ministério da Educação e Saúde.

<sup>304</sup> “O Ministério da Educação promove a publicação de documentos históricos”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 2 de julho de 1937. P. 6.

<sup>305</sup> O Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi criado em 1936 por Gustavo Capanema e dirigido pelo antropólogo Edgard Roquete Pinto, tendo como objetivo fazer do cinema um instrumento de educação, ao produzir e divulgar filmes de cunho educativo.

<sup>306</sup> Para uma análise desse filme, ver: SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 248.

<sup>307</sup> “De volta ao solo pátrio”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 29 de dezembro de 1936. P. 8.

da Lampadosa, e o degredo de que estamos fazendo, com estas cinzas, a hora nacional de exaltação cívica, tem o sentido da Nação Brasileira<sup>308</sup>.

Mais uma etapa cumprida, pois os restos mortais permaneceram naquela igreja até o dia 21 de abril de 1942, quando enfim foi inaugurado o Museu da Inconfidência<sup>309</sup> e nele instalado o panteão dos inconfidentes. No local havia 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelas ossadas e cinzas trazidas da África; e uma, mantida vazia, para representar os integrantes do movimento cujos corpos não foram encontrados.

A tentativa de aproximar os dois corpos do herói nacional, por meio de várias ações promovidas pelo governo, visou a despertar nos brasileiros o apego à nacionalidade e à própria Pátria. Enfim, o governo Vargas, principalmente através do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em seu projeto de valorização de personagens históricos ligados à Inconfidência e de reforço à construção da memória da Inconfidência, empregou, principalmente a partir de 1936, as seguintes medidas:

- O repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes
- A publicação dos Autos da Devassa, contendo parte dos documentos reunidos em torno do processo judicial elaborado contra os inconfidentes.
- Construção do Museu da Inconfidência.
- Informações a respeito da vida dos inconfidentes foram buscadas e cuidadosamente averiguadas<sup>310</sup>
- As atividades em torno das comemorações do 21 de abril expandiram-se e diversificaram-se sob o controle atento do governo.

### **Tiradentes para além dos inconfidentes**

No entanto, embora existisse o interesse de se valorizar, de um modo geral, todos os envolvidos na Inconfidência Mineira, havia um personagem, em particular, cujos esforços de glorificação se sobrepujam aos demais: o Tiradentes. O governo Vargas deu continuidade a um projeto de culto iniciado pelos propagandistas do regime republicano, ainda durante o 2º Império, quando, por exemplo, inúmeros Centros Republicanos chamavam-se Tiradentes. Esse culto foi intensificado após a Proclamação da República, que o elegeu como o mártir e a principal figura inspiradora do movimento sedicioso. Sua imagem era continuamente cultivada nas escolas, e o dia 21 de abril comemorado como uma das maiores datas cívicas da nação, sendo Tiradentes o grande herói da Pátria, na medida em que se confundia/era com/como a bandeira ou o Hino Nacional, uma representação simbólica da própria República.

<sup>308</sup> Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 1. FGV/CPDOC.

<sup>309</sup> O Museu da Inconfidência está situado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais.

<sup>310</sup> Por exemplo, Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, em carta endereçada no dia 11 de janeiro de 1943 a Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, respondia ao memorando que havia sido enviado a ele a pedido de Gustavo Capanema, no qual este requeria informações, oriundas de pesquisas realizadas em documentos originais pertencentes ao arquivo da Biblioteca Nacional, relativas à naturalidade de Tomas Antônio Gonzaga, um dos personagens que atuaram na Inconfidência Mineira. Arquivo Luiz Vergara, LV c 1943.01.11. FGV/CPDOC.



Tendo em vista colocar em prática esse projeto de promoção da memória de Tiradentes, o Ministério da Educação e Saúde empregou uma série de políticas culturais que mobilizavam e abrangiam diversas áreas e órgãos subordinados a ele. Um exemplo desse tipo de investimento encontra-se na dramaturgia. Peças de teatro de caráter pedagógico, explorando temas históricos, foram uma grande novidade do final da década de 1930, das quais *Tiradentes. Comédia histórica em três atos e sete quadros*, de Viriato Corrêa<sup>311</sup>, é um dos melhores representantes<sup>312</sup>. Sob o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Saúde, foi encenada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 16 de novembro de 1939, como parte do programa das Comemorações do quinquagésimo aniversário da República. Nessa peça, que foi um entre os vários instrumentos utilizados para a maior divulgação da história de Joaquim José da Silva Xavier, o caráter de cada personagem é apresentado de maneira específica: Tiradentes era o mais entusiasmado com o movimento sedicioso, aparecendo como destemido, sincero, ativo, sonhador, revolucionário e disposto a morrer pela liberdade, mantendo a proximidade com a imagem de Jesus Cristo; Joaquim Silvério dos Reis era o interesseiro, o traidor, sendo comparado a Judas; e os outros inconfidentes foram construídos como pessoas fracas e desprovidas da capacidade de lutar até o fim, no que diferiam e se inferiorizavam a Tiradentes<sup>313</sup>.

É importante notar que Gustavo Capanema, para além das medidas oficiais empregadas, estava atento ao efeito multiplicador que elas poderiam desencadear, ao incentivar outras iniciativas que, mesmo sem seu patrocínio, seguíam a direção propagada pelo Ministério da Educação e Saúde, no que se referia às formas de caracterização da figura desse herói maior. Capanema fazia questão de reconhecer e estimular todos os tipos de ações que fortalecessem e expandissem o culto a um determinado herói, em especial Tiradentes. O ministro, por exemplo, chega a enviar um telegrama de felicitação a Antonio dos Santos, parabenizando-o por sua iniciativa em propor a seus colegas bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais o nome de Tiradentes como figura homenageada para paraninfo da turma de formatura no ano de 1943, ideia que, aliás, tinha sido unanimemente aceita<sup>314</sup>.

---

<sup>311</sup> Viriato Correa (1884-1967), além de teatrólogo, foi político, jornalista, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua produção de maior repercussão esteve voltada para o público infante-juvenil, para quem produziu inúmeros títulos, sendo *Cazuza* (1938) o mais conhecido deles. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2009, p. 126.

<sup>312</sup> Além de *Tiradentes*, as principais peças históricas realizadas no período foram: *Marquesa de Santos*, de Viriato Correa, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 30 de março de 1938; *Iaiá Boneca*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 4 de novembro de 1938; *Carlota Joaquina*, de Raimundo Magalhães Júnior, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 26 de maio de 1939; *Mauá*, de Castello Branco de Almeida, encenada pela Cia. Delorges Caminha e estreada em 25 de agosto de 1939; *Caxias*, de Carlos Cavaco, encenada pela Cia. Comédia Brasileira e estreada em 10 de agosto de 1940; *Simbá Moça Chorou!*, de Ernani Fornari, encenada pela Cia. Dulcina-Odilon e estreada em 4 de outubro de 1940; e *O Chalaça*, de Raul Pedrosa, encenada pela Cia. Jayme Costa e estreada em 10 de outubro de 1940. Ver: FERREIRA, Adriano de Assis. *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. São Paulo: USP, 2010, p. 198 e 199.

<sup>313</sup> \_\_\_\_\_ . *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*, p. 198 e 199, p.213-26. Nessa tese, é possível encontrar também uma análise do teatro brasileiro na década de 1930. A peça *Tiradentes* foi publicada em 1941, no Rio de Janeiro, com o selo do Ministério da Educação e Saúde, pela editora Guarany. Uma cópia datilografada da peça, datada do mesmo ano em que esta foi produzida pela primeira vez, 1939, encontra-se em: Arquivo Luiz Vergara, LV pi Correa, V. 1939.00.00. FGV/CPDOC.

<sup>314</sup> Os dados descritos encontram-se em “Relatório de minhas atividades cívicas”, enviado a Gustavo Capanema por Antonio dos Santos. Sobre a escolha de Tiradentes como homenageado de honra da formatura, ver: fot. 676/3 a 679/2 ou páginas 3 a 11. Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Santos, A. 1944.06.17. Microfilme rolo 10 fot. 674 a 687. FGV/CPDOC.



Na verdade, uma das poucas iniciativas de celebração da imagem de Tiradentes realizadas no Estado Novo sem o envolvimento de Gustavo Capanema foi a publicação pelo DIP do livro *Tiradentes*<sup>315</sup>, de Luciano Lopes, que integrava a coleção “Vultos. Datas. Realizações”, produzida em 1944 e 1945.

Dessa maneira, o uso constante da figura de Tiradentes pelo Estado Novo pode ser explicado pelo fato de que foi possível reunir em torno desse personagem muitos dos valores destacados pelo regime, como o desapego aos interesses individuais e a doação aos ideais coletivos, entregando a própria vida para salvar seu projeto e o dos demais companheiros. Tiradentes aparece, assim, também como um representante da índole pacífica e do espírito grandioso do brasileiro, ao aceitar a morte em razão da Pátria.

Além disso, Tiradentes passou a ser de extrema importância após o surgimento da 2ª Guerra Mundial e, principalmente, com a entrada do Brasil neste conflito. Novamente, a preocupação era com a defesa nacional, estimulando-se a busca por precursores desses valores, o que trazia a luta de Tiradentes por liberdade, no século XVIII, para a ordem do dia. Ele seria o melhor exemplo de amor patriótico, mesmo que, em sua época, o Brasil ainda estivesse longe de se constituir enquanto nação. Sua inabalável virtude cívica seria, em tempos de guerra, um símbolo e uma inspiração, a fortalecer o espírito dos brasileiros frente ao conflito mundial.

Por fim, essa figura é lembrada como um dos personagens históricos que mais contribuíram para a defesa nacional, ao ousar libertar o Brasil da metrópole portuguesa. Com a entrada do país na Segunda Guerra, em agosto de 1942, a proteção à liberdade torna-se a grande bandeira contra o fascismo, e Tiradentes é reverenciado como um dos primeiros a lutar e morrer por ela, servindo como forte elo de ligação entre o passado e o presente. Em meio a uma luta decisiva para a preservação da liberdade e dos direitos do homem no mundo, a memória de Joaquim José da Silva Xavier alcançava os corações de todos os patriotas, fazendo brotar neles os mais fortes sentimentos de brasilidade.

### **Batalhas de memória em torno da Inconfidência e de Tiradentes**

Embora o governo procurasse valorizar a Inconfidência e o Tiradentes, outras versões coexistiram a essas:

- A Inconfidência não teria sido um movimento importante para a história do Brasil. Capistrano de Abreu nega a importância de tal movimento. Para ele, como a tratou-se de um movimento que não chegou a se efetivar, que não passou de simples confabulações, a Inconfidência seria inexpressiva do ponto de vista histórico<sup>316</sup>.
- Tiradentes não foi uma figura importante. A historiografia da época já ressaltava a importância de outros inconfidentes e a posição secundária do alferes no decurso da conspiração.

<sup>315</sup> LOPES, Luciano. *Tiradentes*. Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro: DIP, 1944.

<sup>316</sup> “A Inconfidência Mineira”. Revista *Cultura Política*. Vol. 2; num. 16; jun. 1942. P. 271.

Dessa maneira, a valorização dessa figura histórica também encontrou alguns obstáculos e oposições. Nesse sentido, as discussões envolvendo o projeto de criação e organização da Juventude Brasileira<sup>317</sup> são um campo fértil para acompanharmos uma batalha de memória ocorrida durante o Estado Novo em torno da figura de Tiradentes, ao permitir o acesso a visões distintas sobre seu papel e importância no episódio da Inconfidência.

No final de 1939, após o projeto original de criação da Organização Nacional da Juventude, elaborado por Francisco Campos, ter passado por reformulações, inclusive com a entrada de Capanema nas discussões, o ministro da Educação e Saúde submeteu à apreciação de Vargas a versão mais recente desse projeto. Ao atentarmos para o conteúdo do documento, vemos como Capanema aproveitou essa oportunidade para investir no culto a Tiradentes, estabelecendo, no artigo 4 do capítulo I, que a Juventude Brasileira adotaria como data oficial de sua festa o dia 21 de abril, “em que se recorda a figura de Tiradentes, paradigma de grandeza humana, no propósito, na ação e no sacrifício”; e, no artigo 37 do capítulo VI, que a Juventude Brasileira faria, a cada ano, duas formaturas gerais, realizadas por ocasião das grandes festas nacionais, “a) no dia 21 de abril, em comemoração do sacrifício de Tiradentes; b) no primeiro sábado ou no primeiro domingo de setembro, em comemoração da independência do Brasil”<sup>318</sup>.

O ministro da Educação e Saúde recebeu de várias personalidades, como Gustavo Barroso, padre Leonel Franca e Osvaldo Cordeiro de Farias, pareceres críticos sobre o seu projeto, sugerindo a modificação de alguns pontos. O interesse aqui, em meio a tantos registros encontrados no arquivo Capanema, reside em um comentário, sem identificação, escrito nos primeiros dias de janeiro de 1940, que sugere, entre outras, a seguinte alteração:

O art. 4º não me parece defensável. Esse 21 de Abril é uma data sem significação, e o Tiradentes um herói muito pouco imponente e de pouca exemplaridade. Creio que seria de bom aviso procurar um herói jovem,

---

<sup>317</sup> A ideia de se criar uma instituição oficial de mobilização da juventude brasileira partiu de Francisco Campos, então ministro da Justiça. O projeto original de elaboração da Organização Nacional da Juventude, sugerido por ele, datado de março de 1938, encontra-se no arquivo Getúlio Vargas e era caracterizado pela proposta de mobilização político-miliciana da juventude e pela intenção de instituir uma organização paramilitar nos moldes fascistas, estando prevista a sua direção pelo presidente da República e pelos ministros da Guerra, da Justiça e da Marinha, ficando de fora o Ministério da Educação e Saúde, ainda que o projeto também possuísse um caráter educativo. No entanto, houve muitas críticas e oposições ao projeto, principalmente por parte do Exército e do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, o que o levou a constantes alterações, propostas inclusive por Gustavo Capanema. Finalmente criada, em 8 de março de 1940, pelo Decreto-Lei nº. 2.072, após inúmeras mudanças, a função da Juventude Brasileira se mostrou completamente distinta da apresentada no projeto original, resultando apenas em um movimento cívico-educativo formado pela juventude escolar de todo o país, mobilizada em torno do culto às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais. Para uma análise aprofundada do processo de constituição da Juventude Brasileira, ver: STEIN, Cristiane Antunes. *“Por Deus e pelo Brasil”: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)*. Dissertação de mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. “Contenção das mulheres, mobilização dos jovens”. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. Pp. 107-140; e HORTA, José Silvério Baia. “A Juventude Brasileira: da mobilização ao civismo”. In: *O bino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 205-287.

<sup>318</sup> Essa versão do projeto de decreto-lei redigida por Capanema situa-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 81 a 85. Pasta II. FGV/CPDOC. As duas citações, mais precisamente, encontram-se, respectivamente, no fot. 81/1 e 84/2.

pouco conhecido, mas acerca de quem se pudesse criar uma lenda verdadeiramente interessante<sup>319</sup>.

Em função da crítica, Capanema informa ao presidente, em 15 de janeiro de 1940, até aceitar suprimir o artigo em questão, deixando a Juventude Brasileira de ter uma data própria para a sua festa, ainda que não concordasse com os argumentos utilizados, pois em sua opinião:

[...] o 21 de abril não é uma data sem significação. É uma data gloriosa, cheia de beleza e de força, e que marca na história do Brasil o real início da independência e da República. É também injustificável dizer que Tiradentes é um herói pouco imponente e de pouca exemplaridade. Tiradentes é ao contrário uma das mais impressionantes e exemplares figuras não só de nossa história, mas de toda a história humana, pelo seu critério, pela sua clarividência, pela sua capacidade de atuar e dirigir, pela sua coragem, pela sua resistência física e moral, pelo seu espírito de sacrifício e enfim pela sua bravura na tragédia que envolveu e ensangüentou a sua vida.

[...] Se acrescentarmos que Tiradentes era um homem jovem, de cerca de quarenta anos, chegaremos à conclusão de que nenhum herói de nossa história é mais próprio do que ele para figurar como guia e inspiração da Juventude<sup>320</sup>.

Contudo, essa defesa que Capanema fez de seu projeto e da figura de Tiradentes não ficou sem resposta de seu crítico. Este enviou a Vargas uma contra-argumentação, julgando as considerações do ministro insuficientes para rebater suas críticas. Nesse texto, acrescenta que, na maior parte do Brasil, a figura de Tiradentes nada significa e que a adjetivação do ministro nada demonstra, uma vez que os heróis são feitos pelas suas grandes ações e era preferível desenterrar um pioneiro como Pedro Teixeira, Antonio Raposo, Domingos Jorge Velho, Santos Dumont, Plácido de Castro ou ainda um homem do povo, um soldado, um marinheiro e criar-lhe uma aureola de santo nacional a adotar a figura de Tiradentes, já que:

Não se pode, nem deve, pois, dar à juventude brasileira um herói comportando discussões. O herói deve ser ou um produto acabado e completo ou uma criação nova. De modo algum uma simples figura histórica, que comporte discussões, dúvidas, negações [...]

Como generalização nota-se que, num país novo, por cultivar, o herói deve ser um desbravador, um homem puro e de grande ação, um criador de força nacional e não um ideólogo político. A exemplaridade que se deve apresentar aos jovens em vez de aureola de mártir deve carregar a coroa do triunfo. O herói dos jovens é um vitorioso e não um vencido. Não pretendemos uma discussão sem finalidade. Não concordamos, porém, em que Tiradentes, apesar do Palácio e da estátua, seja maior que qualquer outro herói regional [...]

---

<sup>319</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 209. Pasta III. FGV/CPDOC.

<sup>320</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 212/1 e 212/2. Pasta III. FGV/CPDOC.

Tome-se portanto um herói verdadeiramente nacional – do Brasil todo – , e quanto mais anônimo melhor, porque a sua lenda poderá ser enriquecida à vontade<sup>321</sup>.

Essa troca de correspondência, sempre endereçada a Vargas, é bom observar, diz muito a respeito das disputas pela construção da figura do herói nacional, através do debate em torno da caracterização de Tiradentes, uma figura, como se vê, sobre a qual havia, apenas aparentemente, um consenso máximo entre lideranças políticas e intelectuais. O que se verifica é sua apresentação como um herói “regional” (mineiro), desconhecido na maior parte do país e, bem pior, um herói vencido, que, se contribuía com a Pátria, o fizera com ideias e não com ações, situadas como um contributo superior.

Após diversas mudanças no texto, motivadas pelas críticas de inúmeros atores, finalmente é criado o movimento da Juventude Brasileira, pelo Decreto-Lei nº. 2.072, de 8 de março de 1940, sem qualquer menção a uma data própria de comemoração e a um patrono. Além disso, no lugar de duas formaturas, como previa o projeto de Capanema, o decreto estabeleceu apenas uma, na data da comemoração à independência do Brasil, que se realizaria no primeiro fim de semana do mês de setembro, devendo ser marcada por grandes paradas realizadas na “Semana da Pátria”. Ou seja, o dia 21 de abril foi abandonado, bem como qualquer referência a Joaquim José da Silva Xavier. Enfim, dentro de um projeto de culto à figura de Tiradentes, a ação em torno da Juventude Brasileira não tinha alcançado os resultados esperados.

Esse episódio, denso de significados, ajuda-nos a compreender como, apesar de um forte imaginário sobre Tiradentes já estar internalizado na população, havia discussões sobre tal figura e a possibilidade de alteração de uma hierarquização de sua grandeza, indiscutivelmente, desde a proclamação, como a do herói magno da República. Tal concepção que se mantinha, mas também estava em aberto, havendo claras investidas para sua redefinição, deixa nítido, mais uma vez, que é o presente que constrói o passado e, nele, seleciona e desenha o perfil de seus heróis, quer por via da história, quer da memória, quer por ambas, convergindo ou divergindo.

No caso de Tiradentes, não existia uma unanimidade entre os grupos que integravam o governo. O que se verifica são disputas em torno da memória de determinados personagens históricos, quer dizer, do lugar hierárquico que deveriam ocupar no panteão nacional, e em torno da quantidade de investimentos, materiais e simbólicos, para a realização de celebrações. Capanema procurou empregar seus esforços na promoção da figura de Tiradentes, utilizando toda a estrutura do Ministério da Educação e Saúde, conseguindo, como resultado, manter forte o culto a esse personagem, apesar de fracassar no que se referiu à Juventude Brasileira.

---

<sup>321</sup> Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 233/1 e 233/2. Pasta III. FGV/CPDOC.

# O regime Stroessner e os movimentos de resistência

**Bruna Reis Afonso**

Mestranda em História

UFMG

[reisafonsob@yahoo.com](mailto:reisafonsob@yahoo.com)

**RESUMO:** Este trabalho pretende apresentar os mecanismos de repressão desenvolvidos pelo regime Stroessner, bem como as estratégias criadas pelos grupos de oposição, utilizando como aporte bibliográfico os estudos produzidos por pesquisadores paraguaios, argentinos e brasileiros. Tendo como objetivo fomentar o debate sobre esse regime autoritário que ainda é pouco estudado no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime Stroessner; Repressão; Movimentos de oposição.

Em maio de 1954, o presidente Frederico Chaves foi destituído do poder através de um golpe liderado pelo General Alfredo Stroessner e apoiado pelo Partido Colorado. Entretanto, Stroessner não assumiu a presidência imediatamente, o partido Colorado designou Tomás Romero Pereira como presidente provisório, o qual convocou eleições para julho do mesmo ano. Stroessner assumiu interinamente a Presidência da República em agosto de 1954, após vencer as eleições em que somente ele era candidato, dando início a uma das mais longas e autoritárias ditaduras da América Latina.

A longevidade do regime não pode ser explicada apenas pelo uso da violência e da repressão. O apoio de setores da sociedade civil foi imprescindível para a manutenção do regime, bem como a conjuntura internacional favorável. A articulação com o partido Colorado foi crucial para a consolidação do regime, Lorena Soler<sup>322</sup> destaca que o partido Colorado garantiu a Stroessner uma base de identificação nacional da qual carecia o próprio Estado Nação. Durante os quase 35

---

322SOLER, Lorena. Dominación política y legitimidad: el stronismo en el contexto de America Latina. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 4, p. 83-104. Abril-Outubro, 2009.

anos de governo Stroessner, a sociedade paraguaia passou por um processo denominado de “coloradização”:

Leales correligionarios colorados copaban a esta altura [década de 1970] los cargos directivos de la casi totalidad de centros estudiantiles universitarios, de sindicatos obreros, de organizaciones civiles. Se crean organizaciones profesionales colorados (Economistas colorados, Ingenieros colorados) los organismos auxiliares juveniles de la Junta de Gobierno [...] organizan cursillos de ingreso a la Universidad, regencian residencias para estudiantes, ortogan becas de organismos públicos, consiguen empleos para sus afiliados.

En todos los pueblos del interior el presidente de la soccional colorada adquiere la investidura de autoridad institucional, tal como el Intendente, el Juez de Paz o el Comisario del lugar.<sup>323</sup>

Stroessner apoiava-se também em um discurso centrado na defesa da paz e do progresso, no nacionalismo, no patriotismo e no anticomunismo, buscando associar sua figura a dos grandes próceres da pátria.

É importante não perder de vista que a vida política paraguaia após 1870 foi marcada pela instabilidade política e por disputas violentas pelo poder. A ascensão de Stroessner, portanto, não representou uma ruptura em um processo democrático estável, ao contrário “importantes segmentos del país aceptaron como un mal menor el advenimiento de una mano militar que pusiera fin al desorden político y pacificara la República.”<sup>324</sup>

Uma das primeiras medidas tomadas por Stroessner ao assumir a presidência foi realizar purgas tanto nas forças armadas, como no partido Colorado, eliminando qualquer liderança dissidente. Vale ressaltar que desde 1947, quando Morínigo decretou o Estado de Sítio, todos os outros partidos estavam proscritos; assim, as purgas no partido colorado visavam eliminar qualquer tipo de oposição legal.

Boccia Paz ressalta que nos primeiros anos do regime stronista houve uma modernização do aparato de controle e informação, cuja instituição principal era a polícia. Sob o comando de Edgar Insfrán – Ministro do Interior – criou-se um sistema de vigilância domiciliar de pessoas consideradas perigosas. Insfrán também deu grande importância as informações de fontes extrapoliciais, afinal a delação era uma prática constante, estas informações eram cuidadosamente arquivadas e constituem, atualmente, parte do acervo do Arquivo do Terror, situado em Lambaré (cidade próxima a Assunção) no Paraguai.

---

323BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. *Es mi informe* – los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Servilibro. 2006, p. 149

324BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. *Es mi informe*, p.53  
Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Uma das características marcantes do regime foi a construção de uma faixa de legalidade e democracia. Assim, as medidas repressivas eram legitimadas por meio do amparo legal e ideológico na luta contra o comunismo. De acordo com a Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai (CVJ-Py), o estado de sítio foi um dos principais instrumentos jurídicos do stronismo que permitiu ao executivo concentrar poderes absolutos e desconsiderar direitos legais e garantias constitucionais.<sup>325</sup>

O stronismo também criou leis específicas para crimes políticos. A Lei N° 294/ 1955 de Defesa da Democracia pune àqueles que “alzaren con mano armada contra los poderes constituidos para suplantar total o parcialmente la organización democrática republicana de la nación, por el sistema comunista o cualquier otro régimen totalitario.”<sup>326</sup>

E prevê

seis meses a cinco años de penitenciaría: 1) los que difundieren la doctrina comunista o cualesquiera otras doctrinas o sistemas que se propongan destruir o cambiar por la violencia la organización democrática republicana de la Nación. 2) Los que organizaren, constituyeren o dirigieren asociaciones o entidades que tengan por objeto visible u oculto cometer el delito previsto en el inciso precedente.<sup>327</sup>

Outra lei importante é a 209/ 1970 de Defesa da ordem pública e liberdade das pessoas. Que prevê penas para aqueles que defendessem publicamente o ódio entre os paraguaios ou a destruição das classes sociais. Esta lei definia uma ampla gama de condutas que violavam a paz pública, como formação de grupo armado para fins ilegais, pertencimento a organizações ou partidos comunistas, difamação de um ministro, legislador ou membro da Corte Suprema. Essas leis aliadas ao Estado de Sítio permitiam prender pessoas sob acusações vagas. De acordo com a CVJ<sup>328</sup>, a cada onda repressiva o governo acusava os detidos de infringirem uma dessas leis, sem, contudo, definir o delito do qual eram acusados.

Ainda que, como afirmam Roberto Céspedes e Roberto Paredes<sup>329</sup>, a repressão do regime fosse exemplar e perversamente pedagógica em mostrar a crueldade e a impunidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, ao longo de toda a ditadura existiram grupos de resistência e oposição. Os mais conhecidos são o Partido Comunista Paraguaio (PCP), o Movimento Popular Colorado (MOPOCO), Movimiento 14 de Mayo (M-14), a Frente Unido de Liberación Nacional

---

325 Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay (CVJ). Informe Final – Síntesis y caracterización del régimen. (Tomo I). Asunción, 2008, p. 158

326 Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay (CVJ). Informe final. p.163

327 \_\_\_\_\_. Informe final. p. 163.

328 \_\_\_\_\_. Informe final. p. 164

329 CÉSPEDES, Roberto; PAREDES, Roberto. La resistencia armada al stronismo: panorama geral. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 04-25. Agosto, 2004.



(FULNA), a Organización Político Militar (OPM), e o Exército Popular Revolucionário (EPR). O exílio foi a alternativa encontrada para integrantes do Partido Colorado que pudessem apresentar perigo a liderança de Stroessner, como também dos integrantes dos partidos proscritos, partido Liberal, Febrerista e Comunista que sofreram violenta perseguição política. A Argentina foi o principal destino dos exilados paraguaios e em seu território a oposição a ditadura articulou-se. Evelin Wellbach<sup>330</sup> destaca que houve, a partir da queda de Perón, em 1955, uma tolerância do governo argentino com os grupos opositores ao governo Stroessner, o que possibilitou as práticas de resistência dos exilados até o Golpe de Estado de março 1976.

A partir de 1959, a luta armada, inspirada na vitoriosa guerrilha cubana, transforma-se na principal ferramenta política dos movimentos radicais que questionaram o sistema vigente. É nessa conjuntura que surge o Movimento 14 de Mayo, o M-14, foi formado por membros dos Partidos Liberal, Partido Revolucionário Febrerista e Colorados dissidentes em exílio na Argentina. Em 12 de dezembro de 1959, o M-14 iniciou o que chamaram de “A grande Invasão”, com a entrada de colunas de homens armados que atravessaram diversos pontos da fronteira paraguaia, com objetivo de desmobilizar o exército regular. O movimento dispunha de uma rádio clandestina para articular a ação das colunas e difundir seus proclamas para a população. Diana Arellano destaca que a imprensa argentina atuou como amplificadora da rádio clandestina ZPX. Os jornais La Razón, La Nación, Clarín reproduziram vários comunicados do movimento que haviam sido difundidos por rádio.<sup>331</sup>

A coluna “Libertad” entrou em solo paraguaio a partir de Posadas, a coluna “Mainumby” partiu de Puerto Rico, já a coluna “Patriay Libertad” partiu de Puerto Iguazú, e ainda outra coluna saiu da região de Ponta Porã. A primeira a cair foi a Mainumby, segundo relatório da CVJ o que restou dessa coluna foram “cadáveres con evidências de mutilación y degüello de mano de fuerzas represivas [...] y que fueron tirados ex profeso al río Paraná, fueron arrastrados por la corriente del río hacia la ribera argentina”<sup>332</sup>. A primeira incursão do M-14 foi desarticulada em aproximadamente de 15 dias, de acordo com Arellano.

A segunda incursão ocorreu em 1960, com a coluna “Libertad”, que no momento contava com 120 homens, que se dividiram em 6 grupos, que foram derrotados dias após o início de suas

---

330WELLBACH, Evelin. El Paraguay Exiliado: Memorias de la Resistencia 1970-1989. In: JORNADAS DE TRABAJO EXILIOS POLITICOS DEL CONO SUR EN EL SIGLO XX. 2012, La Plata. *Anais*. La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad Nacional de La Plata 2012, p. 1-20

331ARELLANO, Diana. Regreso en Armas: Movimiento 14 de Mayo para la Liberación del Paraguay. *Nova pòlis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 42-60. Agosto, 2004.

332Comisión de verdad y justicia. Informe final. Las principales de los derechos humanos (Tomo II). Asunción, 2008 p.166-167.

ações. Arellano afirma que após a prisão dos membros do M-14 Stroessner inaugura uma máquina repressiva baseada na tortura e na execução sumária. A assertiva coaduna com as informações fornecidas pela CVJ-PY : “Muchos prisioneros tomados el 6 de mayo habrían sido arrojados con vida desde aviones en vuelo por orden del entonces general Patricio Colmán, en tanto la mayoría de los combatientes fueron ejecutados por medio de torturas, culatazos de fusil o hachazos en improvisados campamentos militares”<sup>333</sup>

A Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA) foi formada em 1959, pelo Partido Comunista Paraguaio junto a setores da oposição. Victor Duré e Agripino Silva<sup>334</sup> definem a FULNA como um movimento de esquerda que abarcava vários setores sociais e políticos. A FULNA definiu a guerra de guerrilhas como parte da revolução paraguaia, um método de luta do povo para derrotar o regime ditatorial e impor a formação de um Governo Provisório Democrático. A FULNA dividia-se em três frentes: a Frente Campesina abarcava grandes áreas de influência no interior do país, como o Departamento de Cordillera, Guairá, Paraguarí e San Pedro. (região centro-sul). A Frente Operária tinha grande influência nos sindicatos do “Ferrocaril”, ANDE, Gráficos, Operários da construção civil, padeiros, sapateiros e outros. A Frente Juvenil-Estudantil era constituída por estudantes secundaristas e do ensino superior. Ao longo de seus cinco anos de existência a FULNA fez diversas incursões armadas em território paraguaio, contando principalmente com o campesinato, além de propagandear seu manifesto em Assunção, tarefa da frente estudantil.

A FULNA fez sua primeira incursão armada em 13 de junio de 1960, com a coluna Ytororó. A resposta do aparato militar de Stroessner foi contundente, restando apenas dois sobreviventes dessa coluna. Duré e Silva chamam atenção para o fato de que ao mesmo tempo que a FULNA expandia suas ações no país, também o aparato repressivo se articulava como uma rede, acumulando informações extraídas de documentos apreendidos, mediante torturas e cooptação de membros dos partidos Liberal e Febrerista. A ofensiva repressiva se deu em 1965, conseguindo desmobilizar completamente o movimento. A repressão recaiu também sobre a população na forma de vigilância policial que abordava de forma violenta pessoas consideradas suspeitas. Ceres Moraes e Evaristo Colmán<sup>335</sup> ressaltam que, além de combater a oposição, a repressão tinha o objetivo de amedrontar a população, pois poderia atingir a qualquer indivíduo, independente de sua

---

333 \_\_\_\_\_. Informe final. p.167

334DURÉ, Victor. SILVA, Agripino. Frente Unido de Liberación Nacional (1959-1965), guerra de guerrillas como guerra del pueblo. *Nova pólis Revista de estudios políticos contemporáneos*. Paraguay. n. 8, p. 61-90. Agosto, 2004

335MORAES, Ceres; COLMAN DUARTE E.E. A guerrilha da FULNA: considerações preliminares. In: IX Encuentro del Corredor de las Ideas del Conosur, 2008, Assunção.... *Anais IX ENCUESTRO DEL CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONOSUR*. Assunção: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2008.

participação em alguma organização ou movimento de protesto. O medo generalizado dificultava a ação da oposição, pois favorecia a delação.

A década de 1960 foi considerada como a de maior violência durante todo o stronismo. Foi nesse contexto que se articulou uma poderosa rede de informações sobre os paraguaios em exílio, que se estruturou através dos consulados. De acordo com Boccia Paz, já na década de 1960 as delações permitiram que a polícia obtivesse informações sobre as ações dos guerrilheiros, o que eliminava qualquer possibilidade de fator surpresa<sup>336</sup>.

### Considerações finais

A Repressão a ambos os movimentos foi brutal, de acordo com relatório da Comissão de Verdade e Justiça os anos em que há mais casos de desaparecimento forçado/ execuções extrajudiciais correspondem aos anos de repressão ao M-14 e a FULNA, totalizando 106 pessoas desaparecidas. Novos agrupamentos armados de esquerda formaram-se na década de 1970, caso da OPM, que foi desarticulada em 1976, momento em que novamente a polícia aproveitou para atingir pessoas que não estavam ligadas à organização, mas eram hostis ao regime.

As execuções, de acordo com a CVJ-Py, foram realizadas na presença dos moradores das comunidades rurais e constituíram-se como mensagens clara e objetivamente intimidatórias, além disso estigmatizaram os detidos e aqueles que por ventura houvessem prestado ajuda aos mesmos, como comunistas ou subversivos. Não só a troca de favores, mas também o terror converteu-se em um elemento de incentivo a delação.

---

336BOCCIA PAZ, Alfredo. GONZÁLES, Myrian. PALAU AGUILAR, Rosa. Es mi informe – los archivos secretos de la policía de Stroessner. Asunción: Servilibro. 2006.

# Percursos da repressão criminal urbana no Brasil (1880 – 1940)

**Camila Similhana Oliveira de Sousa**  
Doutoranda em História UFMG  
[similhana@yahoo.com.br](mailto:similhana@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo se dedica a analisar o Higienismo como política de intervenção social nos centros urbanos brasileiros junto ao contexto da Primeira República. Para tanto, será feita uma breve incursão histórica com o objetivo de delimitar as transformações do espaço citadino brasileiro em fins do século XIX e início do século XX para em seguida confrontar as transformações sociais, as alterações da legislação penal e a preocupação por parte das elites urbanas em manter a ordem segundo preceitos autoritários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminalidade; Cidades; Primeira República.

## *Higienismo brasileiro e conservadorismo agrário-burguês*

O Higienismo no Brasil foi resultado de uma estratégia de controle que nasceu junto com a emergência da Primeira República. Assim sendo, foi reapropriado dos círculos de discussão urbanos europeus visando à articulação das estratégias de controle das grandes cidades, uma preocupação das classes políticas e econômicas que compunham o governo republicano. Tratava-se de um cenário permeado por classes sociais interessadas em arregimentar o espaço urbano como motor de crescimento para interesses econômicos e políticos, sem, contudo, permitir que a mão de obra explorada pudesse estar inserida nesse processo e menos ainda se opor a tal contexto.

É preciso, contudo, conceder nome e voz aos atores sociais descritos. Em meio às classes dominantes urbanas da Primeira República estavam de um lado a tradicional camada senhorial – em queda – e de outro os cafeicultores do Vale do Paraíba e os traficantes de escravos – em ascensão –. A primeira classe (senhorio agrário) atravessou a segunda metade do século XIX com reduzida competitividade em relação aos seus concorrentes no mercado internacional, resultando na queda de lucros da engrenagem produtiva de cultivos agrícolas – exceto aqueles que se dedicavam ao café –. A segunda classe, por sua vez, estavam diretamente ou indiretamente relacionados ao enriquecimento

de ex-trafficantes de escravos que passaram a buscar novos tipos de investimento depois que o tráfico de mão de obra escrava foi proibido.

As tradicionais camadas senhoriais agrícolas mantinham seu poder político, mas procuravam um meio de estancar a sangria econômica que as atingia, percebendo, assim, a urgência de traçar alternativas para o decrescente poder colonial brasileiro, em franco processo de decadência. Essas últimas articularam-se então de forma a permitir a transformação de seu poder sem grandes rupturas, fundindo-se ao grupo dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que se destacavam economicamente naquele contexto. Tratava-se, portanto, da necessidade de uma nova roupagem para a velha aristocracia agrária, que precisava se renovar para continuar no poder. De outro lado, estavam os cafeicultores, que buscavam a abertura de caminhos junto aos mandatários políticos para perpetuar investimentos que pudessem absorver os lucros de cafeicultores e ex-trafficantes de escravos.

Em comum, a antiga aristocracia agrária e os cafeicultores tinham um interesse cada vez maior em investir nos centros urbanos, a melhor possibilidade então de perpetuar seus lucros. A aliança entre esses grupos ao longo prazo originou a burguesia industrial urbana brasileira, que percebia o reduto urbano como uma fonte promissora de negócios. De outro lado, os centros urbanos da Primeira República eram vistos por tais camadas sociais como mas um setor acometido por graves obstáculos: exemplo disso era a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, já que os ex-escravos eram rotulados como pessoas incapazes de atuar nos investimentos urbanos que estavam sendo gestados. Essa visão se devia ao preceito em voga na época, de que as camadas populares seriam perigosas, mal educadas e inapropriadas para integrarem o desenvolvimento urbano concebido pelas classes dirigentes urbanas. Seria arriscado, aos olhos do período, colocar nas mãos dessa mão de obra – vista como inaptas ao progresso oitocentista – a perspectiva de ampliar os horizontes econômicos.

A emergente burguesia urbana e industrial valia-se das bases desiguais tecidas pelo antigo senhorio agrário para se consolidar, à medida que herdava e mantinha os privilégios sócioeconômicos, aspectos esses que garantiam de um lado a submissão necessária para a exploração da mão de obra popular e de outro a restrição suficiente para excluí-los dos frutos do processo de expansão urbana em toda a sua extensão. Frente a esse contexto,

[ocorre uma simbiose, uma unidade de contrários, em que o moderno cresce e se alimenta do atrasado [...], na introdução de relações novas no ‘arcaico’ e na reprodução de relações ‘arcaicas’ no ‘novo.’<sup>337</sup>

Com base na articulação de tais engrenagens, Armando de Mello Lisboa (1988) definiu a emergente burguesia urbano-industrial brasileira como detentora de um moderado espírito transformador, o que a teria levado a não atuar como instrumento efetivo de modernização, tal como se dava nos moldes europeus ocidentais. Não se pode, portanto, compará-la à ideia clássica da burguesia europeia, já que não disputou poder com a aristocracia nem procurou revolucionar as articulações sociais em nome de seus interesses<sup>338</sup>.

A burguesia industrial brasileira, portanto, não nasce tomada pelo ímpeto modernizador como a sua antecessora europeia, mas perpetrada por profundo conservadorismo, já que apresenta raízes profundas nos antigos tentáculos senhoriais. Assim, é produto das fusões articuladas pelas oligarquias agrárias, que em lugar de se dissolverem frente à crise que as atingia, encontraram condições de fundir-se ao poder burguês sem grandes rupturas. Há, dessa forma, grandes limitações para a atuação da modernidade, materializadas na manutenção do abismo político, econômico e cultural entre os atores sociais incluídos e excluídos dessa lógica de poder. A busca pela integração à modernidade no Brasil perpetua, dessa maneira, as disparidades sociais, elos do desacordo entre uma cultura de fachada e as práticas efetivas, a coexistência da ideologia liberal com um comportamento oligárquico – tradicional<sup>339</sup>.

Entre a modernização pretendida pela burguesia industrial brasileira e a manutenção das bases que conservavam os privilégios das camadas dirigentes, havia uma aliança política e econômica que pretendia avançar, mas que não via o cenário urbano capaz de concretizar tal possibilidade. Esse hiato foi preenchido por meio das teorias em voga na Europa oitocentista, que então se mostravam adequadas para embasar o processo

---

<sup>337</sup> LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2, p. 123.

<sup>338</sup> LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2.

<sup>339</sup> LISBOA, Armando de Mello. *A mediação entre a economia e apolítica na produção teórica sobre o Estado contemporâneo latino-americano: um balanço*. In.: Textos de Economia, 2, p. 141. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

de modernização conservadora pretendida no Brasil, que de um lado atendia a necessidade de modernizar os centros urbanos pelas classes dirigentes e, de outro, mantinha esse processo o mais restrito possível frente à incorporação das camadas populares. Diante dessa constatação, indaga-se: mas qual era a relação entre cidades, progresso e restrição aos populares? Julgava-se que o progresso apenas se concretizaria caso os indivíduos estivessem em harmonia com o coletivo e para que essa harmonia fosse conquistada, seria necessária boa saúde, realidade essa que nos oitocentos supunha-se que estivesse muito distante das camadas populares, daí a necessidade de restringi-los e ao mesmo tempo abrir caminhos para a pesquisa das moléstias decorrentes da modernidade, dedicando-se especialmente àquelas que se julgava ser o elo entre patologias e mazelas sociais.

Com base nas premissas expostas, percebeu-se a necessidade de criar políticas de intervenção higienistas, vistos então como os meios mais eficazes para promover o que era visto pelas elites como desinfecção dos centros urbanos, então vistos como essenciais para a promoção da harmonia capaz de abrir caminho para o progresso. Tal contexto atendia à constatação vigente na época de que não só as classes populares eram perigosas, mas também a cidade era um perigo. Ambas, por sua vez, poderiam ter suas mazelas salvas por meio do conhecimento legado pela Medicina, que com o respaldo do Estado passou a constituir um elemento de controle do âmbito individual e coletivo, visando à conquista dos ideais civilizatórios preconizados pelas camadas dominantes<sup>340</sup>. Para tanto, estreitaram-se as relações entre Medicina e Estado, sendo a primeira auxiliada pelo segundo, na medida em que a necessidade de vigilância constante era assegurada pela manutenção da ordem pública. Assim sendo, o Estado se organizaria para garantir a difusão das práticas higiênicas por todo o tecido social. A Medicina, por sua vez, também ajudava o Estado, apresentando conhecimentos específicos capazes de compreender as doenças, as condições em que essas se produziam – e se disseminavam no meio ambiente – e qual a relação das moléstias com a manutenção da ordem, por meio da documentação e do registro de moléstias, o que fez com que o espaço urbano fosse examinado e categorizado, indicando os espaços vistos como perigo de desordem. Por meio desse discurso, se

---

<sup>340</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.



procurava demonstrar a urgência em impor uma nova lógica urbana, calcada pela relação entre ordem, moral e saúde<sup>341</sup>.

A partir do enlace entre Medicina e Estado, foi apresentado um amplo programa que se estendia da higiene à medicina legal, o que incluía educação física das crianças, normas para os enterros, denúncia da carência de hospitais, estabelecimento dos regulamentos para as farmácias, medidas para melhorar a assistência aos doentes mentais, denúncia das casas insalubres e disseminação das normas sanitárias<sup>342</sup>. Os médicos do século XIX impuseram, assim, um novo estilo de medicina marcado pela promoção da defesa e do controle de tudo o que dizia respeito direta ou indiretamente à saúde da cidade e da população<sup>343</sup>. Procurava-se fabricar uma nova sociedade, guiada pelos princípios apregoados pela burguesia urbana e industrial brasileira com base nos moldes civilizatórios e progressistas europeus, que pudesse fazer jus à noção de que a república seria uma grande inovação frente à monarquia. Deslocou-se, dessa forma, o objeto da medicina da supressão da doença para a manutenção da saúde em prol da manutenção da ordem. Diante disso, era essencial tratar não só o doente, mas supervisionar a saúde da população em nome do bem-estar e da prosperidade das elites<sup>344</sup>. A Medicina Higienista no Brasil refletia, dessa forma, uma nova proposta de organização social, levando em consideração os preceitos sociais elitistas impregnados por temores e estereótipos.

Ao longo do desenvolvimento do processo descrito, emergia um conflito entre o projeto urbano das camadas dirigentes e a desconfiança em relação às camadas populares. Esse dado permite observar uma contradição: se a burguesia historicamente se destacou como classe social inovadora, sedenta de transformações, por que, no Brasil, ela se apresentou tão receosa de quebrar paradigmas? A burguesia herdou estereótipos tecidos ao longo de séculos de mão de obra escrava devido ao fato de ter sido um produto da aliança política com a aristocracia rural em queda. Concatenados à persistência de tais

---

<sup>341</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

<sup>342</sup> NUNES, Everardo Duarte. *Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto*. In.: Tratado de saúde coletiva. Hucitec: São Paulo, 2006, p. 295 – 315.

<sup>343</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

<sup>344</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

estereótipos, o povo brasileiro continuou sendo para as elites, mesmo com a mudança de regime monárquico para regime republicano, em tese, uma forma de poder mais democrática – profundamente ameaçador. Na ausência, portanto, de instrumentos de controle que se mostrassem efetivos para a sociedade de ex-escravos e imigrantes que se diversificava, era necessário desenhar um novo projeto de exclusão.

Pairava ainda um forte receio quanto à intensa proximidade entre tantos comportamentos desviantes e tantas culturas diferentes dentro dos limites do espaço urbano, que, por sua vez, era permeado por graves problemas como moradia, atendimento hospitalar, proteção social e outros aspectos claramente deficientes. Alastrava-se o temor de que a fusão entre condições urbanas precárias e criminalidade resultasse não apenas em convulsões sociais, mas também no alastramento das doenças associadas até então aos marginalizados (tuberculose, sífilis, alcoolismo, transtornos mentais, entre outras), desencadeando o que na época era tido como degeneração social, isto é, um suposto quadro de multiplicação dos marginalizados, que levaria à ampla decadência social. Para evitar a concretização de tais temores, os centros urbanos deveriam ser submetidos à ordem, o que incluía criar meios de expulsar, mediante o uso da violência, os grupos considerados indesejados para que a esfera de poder republicana emergente calcada na aliança entre a velha aristocracia agrária, os cafeicultores paulistas e a burguesia industrial nascente prosperasse. Para tanto, buscava-se justificativas respaldadas por argumentações relevantes, que, na época, eram delimitadas por preceitos médicos, empregados por sua vez para explicar os males que as diferenças sociais representavam para o progresso. O progresso visto então como a tônica do conhecimento e da ciência nos oitocentos, não era compreendido como algo democrático. Assim sendo, o aprimoramento tecnológico, científico e cultural oitocentista era defendido como um privilégio destinado a poucos. Aqueles que não integrassem o seletivo grupo descrito seriam direcionados para os meandros da marginalização sob o ponto de vista espacial, econômico e social.

Para articular a exclusão popular dos centros urbanos brasileiros, as elites republicanas buscaram inspiração na França, mais precisamente na Medicina Social Francesa, que concedeu as bases necessárias para que as camadas dominantes interferissem nas cidades brasileiras esperando, com isso, alcançar o padrão civilizatório europeu. Seguindo os ditames da Medicina Social Francesa, buscava-se medicar o povo – visto então como infecto –, o que no Brasil foi colocado em prática por meio da sanitização,

da expulsão e da repressão. Acreditava-se, assim, que os distintos padrões socioculturais não só afetavam drasticamente o comportamento dos indivíduos como se estendiam ao longo de gerações por meio da hereditariedade. Com base nessas perspectivas, os grupos tidos como rejeitados eram vistos como anomalias ameaçadoras, as quais deveriam ser afastadas do sistema social.

A Medicina Higienista no Brasil refletia, dessa forma, uma nova proposta de organização social, levando em consideração os conceitos civilizatórios europeus dos oitocentos, as leis sociais vigentes, mas também os estereótipos<sup>345</sup>, fatores que, indiretamente, colaboraram para desenhar a organização de forças responsável pelos mecanismos de repressão dos grupos ciganos no estado de Minas Gerais em fins dos oitocentos. Ecoava, portanto, para outros estados a articulação de um novo palco para o teatro da dominação social urbana e burguesa, cujo ponto de partida foi o centro político e econômico da recém-instaurada república brasileira. Por meio dos saberes médicos e científicos, justificou-se a violenta expulsão dos tipos considerados desviantes, a exemplo dos mestiços, capoeiras, criminosos, vadios e ciganos nômades. Para tanto, não apenas a polícia foi fortalecida como instituição repressora dos marginalizados urbanos, como um novo código penal foi promulgado para amparar os novos trâmites de manutenção da ordem pública.

De posse das diferenças descritas, observa-se a existência de um abismo entre dominantes e dominados, espaço preenchido por um projeto autoritário de intervenção, repressão e expulsão calcado na Medicina Social. Em meio ao cenário relatado, a Medicina Social converteu-se em um movimento que integrou um conjunto de propostas guiado pela ideia de que os diferentes grupos humanos tinham valores variáveis, rotulando certas parcelas do corpo social como elementos a serem corrigidos.

### **A formação da jovem república brasileira e as bases para forjar uma nova sociedade**

---

<sup>345</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379. PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Incultura e criminalidade: estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX*. História, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p.227-246.

Tomando por base o ideário exposto, a república recém-proclamada compreendia que era necessário que as cidades continuassem a abrir espaço para investimentos econômicos, mas era necessário em garantir segurança por meio do rigor na manutenção da ordem para que o objetivo descrito se concretizasse. Para tanto, articulou-se a aliança entre a velha aristocracia agrária, os cafeicultores e a nascente burguesia industrial, visando ao controle das camadas populares. Uma das estratégias era continuar a restringir o caráter democrático, ainda que se estivesse sob a forma republicana. A efetivação de tais propósitos se deu por meio de um projeto de modernização urbana de caráter excludente, o que permitiria demonstrar a capacidade da república em ampliar o triunfo das elites e manter as camadas populares sob rigorosas limitações. Por meio de tais ações, o poder republicano procurava cumprir as promessas de modernização política, econômica e urbana que o auxiliaram na derrubada do poder monárquico sem, contudo, abrir espaço para convulsões populares.

Vigorava, assim, uma contradição: embora o governo brasileiro tivesse roupagem de república, continuava autoritário e excludente. As elites, com isso, procuravam evitar possíveis revoltas populares nos centros urbanos, garantindo que a república fosse um instrumento de poder para atender estritamente às demandas das classes dirigentes e não à expressão das vontades populares. José Murilo de Carvalho (1990) explicita que a República buscava instaurar uma nação moderna segundo os princípios mais avançados da época, mas sem sanar as mazelas que atingiam o povo. Pairava, contudo, uma incógnita: como desenvolver o progresso e ao mesmo tempo reforçar a exclusão sem permitir que ocorressem convulsões sociais? A resposta encontrada foi submeter à cidade a lógica higienista: urbanização para poucos; sanitização repressora e criminalização moral àqueles que fossem considerados agentes da desordem. Por conta disso, as camadas dirigentes concebiam que a população em geral fosse incapaz de compreender o projeto modernizador em voga, devendo restringir-lhes o trânsito urbano e submeter-lhes as intervenções médicas de cunho autoritário.

As políticas higienistas brasileiras compreendiam, de forma análoga às suas antecessoras europeias, que para a preservação da saúde pública deveria haver a

normalização dos espaços e da vida social urbana<sup>346</sup> por meio de orientações específicas para homens, mulheres e famílias com base nas orientações do saber médico-científico vigente. Apenas seriam admitidos, portanto, valores e crenças fundamentados na razão e na ciência, o que tornava os costumes populares profundamente nefastos<sup>347</sup>. Os setores populares, de outro lado, resistiam à imposição desses ideais, realizados sem a devida conscientização. As políticas higienistas refletiam a resposta autoritária, moralista e preconceituosa em relação ao medo das insurreições populares<sup>348</sup>, temor esse existente desde o período escravocrata, mas que se transformava à medida que expandia o trabalho livre, fosse ex-escravo ou imigrante. Era o discurso empreendido para retirar de cena atores sociais vistos como incômodos, sob o pretexto de que ameaçavam a moralidade familiar, corroborando uma modernidade excludente. Para a tríade elites-Estado-Medicina, o povo não dispunha da capacidade necessária para compreender os objetivos e as ações relacionadas ao projeto sanitário pensado para os centros urbanos. Justificava-se, assim, o uso de tipos diversos de violência. Desencadeou-se então um confronto entre as classes dirigentes de tendências higienistas, que atuavam de forma profundamente autoritária, e as camadas populares, que não compreendiam o combate aos seus modos de vida.

O resultado foi um conflito desigual, que fez uso da polícia como elemento de legitimação naquela que era considerada uma limpeza física e moral do espaço urbano. Diante desse contexto, a polícia figurava, assim, como um eficiente instrumento disciplinador, tornando-se responsável por vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão àqueles que se opunham à nova lógica sanitária. Dados apurados por Maria Helena Souza Patto<sup>349</sup> demonstram essa afirmação mediante a constatação de que os gastos com a polícia em fins do século XIX eram duas vezes maiores do que os gastos direcionados para a saúde pública. Observa-se, assim, que as novas diretrizes da saúde pública apenas puderam seguir adiante sustentadas pela repressão

---

<sup>346</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Biblioteca de Estudos humanos: Série Saber e Sociedade; v. n, p. 195-379.

<sup>347</sup> HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte (1907-1908)*. *Cadernos de História, Puc Minas, Vol. 2, No 3 (1997)*.

<sup>348</sup> PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198.

<sup>349</sup> PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198.

policial que se tornou ferramenta de fiscalização do decoro e da salubridade; da limpeza e da vigilância sobre vagabundos, mendigos e ladrões: Havia, portanto, íntima relação entre as práticas higienistas e a ação policial.

Procurava-se tornar os centros urbanos lugares mais apropriados para absorver a civilidade europeia não apenas sob o ponto de vista arquitetônico e sanitário, mas sob o ponto de vista social. O urbano deveria refletir o foco irradiador do progresso, por isso havia se tornado espaço para poucos. Era a vitrine das elites republicanas, do seu vigor progressista. Tratava-se do espelho de uma nova articulação de poder econômico, social e cultural, que se embebia da indústria e da modernidade europeia. Para a materialização dessa lógica, era preciso que os centros urbanos deixassem de ser o ambiente desordeiro onde a autoridade do senhorio agrário parecia não chegar. Era necessário desagregar a ideia de que o tecido urbano fosse o local da mistura de cheiros e culturas, para se tornar o teatro do triunfo da nascente burguesia. Diante desse contexto, a polícia se tornou o símbolo mais forte da estrutura formal de repressão e controle social, legitimada pelos interesses das classes dominantes e respaldada por leis penais que refletiam o forte viés autoritário presente na sociedade, na política e na legislação da Primeira República.

### **Codificações penais brasileiras oitocentistas confrontadas à lógica higienista**

Diante dos fatos expostos, o Código Criminal do Império de 1830, aprovado pouco antes da renúncia de Dom Pedro I, era visto com certa desconfiança pelas elites, que influenciadas pelos vieses dos modelos de enquadramento criminal de origem lombrosiana<sup>350</sup>, o Código de 1830 era tido como incapaz de classificar os “tipos

---

<sup>350</sup> Cesare Lombroso, que se destacou ao buscar inserir na Criminologia os mesmos métodos das Ciências Naturais, procurando legar-lhe o prestígio daquelas. Para tanto, Lombroso realizou investigações anatômicas em prisões, a partir das quais julgou ter encontrado o que denominou ser criminoso nato, isto é, o indivíduo cujas características apresentavam especificidades físicas e psíquicas concebidas como típicas de alguém que estava fadado ao cometimento de delitos. Lombroso considerava o “criminoso nato” incorrigível e, por isso, condenado à reincidência, pois era visto como uma anomalia psíquica devassada por constante delinquência. A natureza do crime, desse modo, ficou em segundo plano, despertando mais atenção para a natureza do comportamento criminoso, que tinha questionado o seu grau de humanidade, visto que feria princípios e valores básicos da natureza humana. De tais fronteiras emergiu o conceito de periculosidade, que Lombroso entendia como produto de possíveis estigmas anatômicos e biológicos próprios dos indivíduos criminosos. Esses sinais eram vistos como elementos que denunciariam a suposta condição de inferioridade do tipo criminoso. OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. *Penas especiais para homens especiais: as teorias biodeterministas*

criminosos” aos olhos do que se supunha ser a corrente penal mais avançada do período. Para os penalistas favoráveis à redação de um novo código criminal, adotar leis segundo modelos lombrosianos permitiria que a repressão policial se mostrasse mais eficaz, já que haveria orientação mais clara acerca dos criminosos a serem autuados e detidos. Julgavam ainda que sob o viés lombrosiano fosse possível calcular de forma mais racional a relação entre os atos ilícitos e a punição. Como parte desse esforço, investiu-se na compreensão científica dos atos criminosos por meio de estudos criminológicos. Para o Estado republicano, aprovar um novo código de leis criminais de inspiração lombrosiana favoreceria a imagem de modernidade que o regime republicano procurava refletir, dando a impressão de que leis mais adequadas ao espírito do progresso dos oitocentos estavam sendo aprovadas para garantir a segurança e a ordem. Julgava-se também que a legislação penal de orientações lombrosianas configurava um dos instrumentos relevantes para diferenciar aqueles que seriam considerados normais e os que seriam vistos como excluídos. Aqueles que não se submetessem a tais determinações, obrigatoriamente teriam de se curvar, cedo ou tarde, à desconfiança das autoridades locais, absorvendo a figura daquele mantém os demais em eminente perigo e que por isso deve ser evitado, de forma análoga a uma doença cujo contágio devesse ser impedido. Tendo em vista as discussões acerca de uma nova codificação de natureza criminal que atendessem às lacunas apontadas pelos especialistas em relação ao Código Criminal de 1830, foi então promulgado um novo conjunto de leis – o Código Penal de 1890 – que aos olhos daqueles que ocupavam o poder, estaria à altura do nascimento do republicanismo brasileiro. Diante desse cenário, a introdução da Criminologia no país representava a implementação das estratégias específicas de controle social e a adoção de formas diferenciadas de tratamento jurídico-penal para determinados segmentos da população<sup>351</sup>.

Com base nos motivos expostos, deveriam ser severamente combatidos aqueles que se mostrassem distantes de se inserirem na lógica de progresso das elites republicanas. Via-se com urgência a necessidade de amparar a repressão policial por meio de um código

---

na Criminologia Brasileira na década de 1940. 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

<sup>351</sup> ALVAREZ, Marcos César. *O homem delinqüente e o social naturalizado apontamentos para uma história da criminologia no Brasil*. Teoria e Pesquisa, n.47, jul-dez/2005, p.71 – 92. TERRA, Livia Maria. *Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo.



de leis penais que regulamentasse, entre outros aspectos, os elementos sociais cuja coerção seria enfatizada em nome dos projetos reformistas e excludentes das elites republicanas. Nesse ínterim, a legislação penal, seguindo as orientações lombrosianas, tornava-se um dos instrumentos relevantes para diferenciar aqueles que seriam considerados normais e os que seriam vistos como excluídos. Estado, Medicina e legislação penal se dedicavam continuamente à conveniência, à vontade e à posição de poder vigentes<sup>352</sup>, articulando-os na mesma direção dos jogos de poder das camadas dominantes. Levando em consideração esse viés, foram erigidos os modelos criminológicos do código penal brasileiro de 1890, aspecto esse que norteou os referenciais de delinquência da época. Por meio dessa repressão, esperava ser possível abrandar a ocorrência dos gêneros de vida tidos na época como ameaçadores. O discurso criminológico agia, portanto, como reflexo de um poder que atuava do centro para a periferia, delimitando, dessa forma, o perfil criminal a partir do que as camadas dominantes entendiam como sendo ameaçador.

---

<sup>352</sup> BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 192.

## Exílio e literatura em *Mariel*: uma análise de *Final de un cuento*, de Reinaldo Arenas

Caroline Maria Ferreira Drummond  
Mestranda em História e Culturas Políticas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[caroldrummond@gmail.com](mailto:caroldrummond@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho investiga os discursos construídos acerca da experiência do exílio nas narrativas literárias do escritor cubano exilado Reinaldo Arenas na revista *Mariel*. Trata-se de uma publicação fundada por intelectuais exilados da Geração de *Mariel*, da qual o autor fazia parte, e circulou de 1983 a 1985 em Miami e Nova Iorque. A revista possuía claro posicionamento político contra o regime castrista e tinha como objetivo divulgar a literatura e a arte cubana – principalmente a produzida por *marielitos*, se colocando como elo identitário entre os intelectuais exilados dessa geração e conformando um ambiente de sociabilidade intelectual. O exílio se tornou uma condição da cultura cubana, principalmente após a revolução de 1959, e a produção literária dos exilados se constituiu como forma contundente de oposição política e de reflexão sobre a experiência do desterro. Além disso, aqueles que saíram da ilha durante o Exílio de *Mariel*, no ano de 1980, foram marginalizados e estigmatizados tanto na sociedade cubana, como na estadunidense. Dessa forma, entendemos que é pertinente compreender quais debates e reflexões essa experiência suscitou em Arenas e como ela se manifestou em suas produções literárias na revista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Exílio; Literatura; Cuba; Reinaldo Arenas

Esta comunicação investiga os discursos construídos sobre a experiência do exílio nas narrativas literárias do escritor cubano exilado Reinaldo Arenas na revista *Mariel*. Além dos aspectos referentes à estrutura interna do exílio, nos interessa também perceber como a produção do escritor no desterro se constitui como espaço de crítica e oposição política ao regime revolucionário cubano e os motivos e objetivos que a perpassam. Nos deteremos na análise do conto *Final de un cuento*, publicado no primeiro número do periódico, em 1983. Tentamos ainda observar como o conto de Arenas dialoga com a proposta de *Mariel* e com a rede de sociabilidade intelectual conformada pela Geração de *Mariel*, da qual o autor fazia parte e sobre a qual falaremos mais adiante.

Reinaldo Arenas (1943–1990) foi um escritor de poesias, novelas e teatro e é considerado por muitos como um dos maiores ícones de sua geração. Em meados da

década de 1960, vivia em Havana e trabalhava na Biblioteca Nacional José Martí, onde convivia com vários outros escritores, como Eliseo Diego, Cintio Vitier e Fina García Marruz. Tornou-se um escritor conhecido no meio literário, mas não entre a maioria da população cubana. Em 1965, chegou a ganhar o segundo lugar no concurso da Unión Nacional de Escritores y Artistas Cubanos (Uneac), com seu romance *Celestino antes del alba*, publicado em 1967. Apesar de inicialmente ter apoiado a Revolução Cubana, tornou-se dissidente e grande crítico do regime castrista, principalmente a partir de fins da década de 1960.

Na época, conseguiu contrabandear alguns de seus manuscritos para fora do país, como *El Mundo Alucinante*, publicado no México em 1968. A obra, censurada e não publicada na ilha por suas passagens homoeróticas, teve grande repercussão internacional. Na França, recebeu o prêmio *Médicis* de melhor livro estrangeiro em 1968. O reconhecimento internacional, porém, fez com que Arenas fosse ainda mais perseguido pela polícia cubana, que tentava descobrir como suas obras eram enviadas para o exterior. Recebeu vários convites da Europa e dos Estados Unidos para dar palestras sobre sua obra, mas o governo nunca autorizou a sua saída. Sofreu perseguições pelo governo cubano também por ser homossexual assumido. Em 1974, foi preso, acusado de “escândalo público” e comportamento imoral. Vários de seus manuscritos foram confiscados pelo governo. Ao sair da prisão, em 1976, não tinha onde morar nem onde trabalhar e dependeu da ajuda de amigos.<sup>353</sup>

Em 1980, Arenas fez parte do contingente de 125 000 cidadãos cubanos que deixaram a ilha através do porto de Mariel, rumo aos Estados Unidos, em exílio em massa autorizado pelo governo após a invasão da embaixada peruana por 10 000 cubanos que pediam asilo político. Os que desejavam deixar a ilha nessa época e se colocavam na condição de dissidentes políticos, como Arenas, eram, majoritariamente, jovens que haviam formado sua consciência social e política durante a revolução, e pertenciam, quase todos, às camadas populares, ou seja, constituíam o grupo social que havia sido definido como o principal alvo da revolução de 1959.<sup>354</sup> Esse exílio foi constituído também por indesejados pelo regime castrista, como homossexuais, presidiários, prostitutas e pacientes

---

<sup>353</sup> Cf. MISKULIN, Silvia. Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista *Vuelta*. *Revista Brasileira do Caribe*, Brasília, Vol. X, nº19. Jul-Dez 2009, p. 191-208.

<sup>354</sup> Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 142.

psiquiátricos. O porto de mariel, assim, funcionou como forma de “válvula de escape” para os conflitos internos do regime.

O governo cubano, através dos discursos públicos e da imprensa, construiu uma imagem negativa daqueles que emigravam para os Estados Unidos naquele momento, referindo-se a eles como “*gusanos*” (vermes), “*delincuentes*”, “*afeminados*”, “*escória*”, entre outros, estigmatizando-os socialmente e categorizando-os como indivíduos “anti-sociais”. O governo contou com apoio expressivo da sociedade cubana no rechaço aos dissidentes, como mostram a Marcha del Pueblo Combatiente em Havana, os protestos por toda cidade e os atos de repúdio no porto. Na ilha, estes dissidentes foram majoritariamente vistos como indivíduos desprovidos de compromissos sociais com a sua pátria e com a defesa da revolução cubana. Jornais estadunidenses também deram eco à representação dos marielitos como marginais, criminosos e delinquentes.

Esse exílio se difere radicalmente do que o antecedeu, o exílio de Camarioca, em 1965, quando os emigrantes eram, em sua maioria, a classe média liberal cubana. A geração de emigrantes de 1980, diferentemente da anterior, não foi bem recebida na sociedade norte-americana. Em Miami, passaram a serem vistos com desconfiança por grande parte da comunidade cubana estabelecida. Além de não se enquadrarem nos ditames do regime revolucionário, também não se encaixavam nos padrões dos exilados anteriores e já estabelecidos em Miami, oriundos das altas e médias classes conservadoras. Dessa maneira, foram marginalizados e estigmatizados tanto na sociedade cubana, como na estadunidense.

Além de Arenas, vários outros escritores e artistas se exilaram em 1980 através do porto de Mariel, como Carlos Victoria, Juan Abreu, Reinaldo García Ramos, René Cifuentes, Luis de la Paz, Jesús Barquet e Roberto Valero. Nos Estados Unidos, esses intelectuais se autodenominaram como Geração de Mariel. Sua maior visibilidade como grupo ocorreu com a criação, em 1983, da revista de literatura e arte *Mariel*, que circulou em Miami e Nova Iorque até 1985. Arenas fazia parte do Conselho de Direção e do Conselho de Editores da publicação. A revista possuía claro posicionamento político contra o regime castrista e tinha como objetivo divulgar a literatura e a arte cubana – principalmente a produzida por marielitos, se colocando como elo identitário entre os intelectuais exilados dessa geração e conformando um ambiente de sociabilidade intelectual. Além disso, como afirma Rickley Marques Leandro, o periódico funcionou como uma espécie de “front de

batalha” criado pelo grupo para alcançar seus objetivos. A geração mariel pretendia lutar contra sua condição marginal através de suas narrativas.<sup>355</sup>

Dessa forma, o grupo forjou sua identidade a partir do estigma de marielitos para se diferenciar dos demais cubanos, sejam os que davam suporte ao governo revolucionário na ilha ou a classe média e alta conservadora-liberal estabelecida em Miami. A busca pela diferenciação frente a esses dois pólos antagônicos da cultura política cubana é o principal elemento formador do grupo. Suas produções giravam em torno da construção de uma memória e de uma identidade diferentes daquelas propagadas pelo discurso oficial do governo cubano, em um processo de luta pelo próprio reconhecimento social dentro e fora da ilha. Em seu projeto estava a disputa pela memória de suas juventudes em Cuba, confrontando suas memórias individuais com a versão oficial do governo cubano, em uma disputa pela memória coletiva.<sup>356</sup>

Os discursos construídos por Arenas sobre e no exílio dialogam com os propósitos do projeto identitário da Geração de Mariel. Além disso, são discursos fortemente marcados pelas experiências vividas pelo escritor em Cuba e no exílio em Miami e Nova Iorque. As perseguições que sofreu por parte do governo revolucionário, devido ao não alinhamento de suas produções à política cultural estabelecida, à divergências ideológicas, por ser homossexual e por não se adequar às regras de conduta e comportamento impostas aos jovens cubanos, impactaram profundamente suas produções, assim como a rejeição enfrentada no exílio. Dessa maneira, a denúncia das perseguições e restrições às liberdades individuais vivenciadas em Cuba, as dificuldades de adaptação no novo país e a construção de críticas à sociedade capitalista estadunidense perpassam a narrativa de *Final de un Cuento*, como veremos a seguir.

*Final de un cuento* foi escrito em 1982, somente dois anos após a chegada do escritor aos Estados Unidos. Esse conto, como grande parte da obra de Arenas, possui forte carga autobiográfica, ainda que seja um texto ficcional, e pode-se considerar que o próprio autor se expressa através de seu protagonista. De acordo com Arenas, em entrevista a Jesús J. Barquet, em 1983: “Hasta ahora he escrito fundamentalmente sobre las calamidades

---

<sup>355</sup>MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 207.

<sup>356</sup> Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 188.

que conocí en Cuba, pero ya estoy viviendo nuevas calamidades que poco a poco reflejaré. Hace poco escribí el cuento *Final de un cuento* que refleja mi reciente experiencia en el exilio<sup>357</sup>. Os paralelismos entre o autor e personagem são claros: o narrador é um cubano homossexual exilado, que vive em Nova Iorque e que saiu da ilha porque não podia mais suportar a perseguição à qual estava submetido em seu país natal.

Nesse conto, Arenas nos apresenta inicialmente a dois amigos cubanos exilados que conversam sobre suas vidas nos Estados Unidos. A técnica de narração envolve o leitor, de modo que somente nas últimas páginas do conto é possível compreender que o amigo interlocutor da conversa, na verdade, está morto. Ainda que o texto seja apresentado como um diálogo entre dois personagens, se trata, na realidade, de um monólogo interior, já que o amigo nunca chega a intervir na conversa. O narrador havia viajado para Cayo Hueso, o ponto mais ao sul dos Estados Unidos, para jogar ao mar as cinzas de seu amigo, que cometeu suicídio por não poder suportar a experiência do exílio, marcada pela nostalgia, inadaptação, crises de identidade e tristeza.

Inicialmente, a narração construída por Arenas se embasa no que Gladys Zaldívar chegou a chamar de uma oposição entre o narrador-sobrevivente e o narratório-vencido.<sup>358</sup> Cada um dos amigos padeceria da nostalgia provocada pelo exílio de maneiras fundamentalmente distintas. O narrador personagem entenderia a sobrevivência no exílio como uma vingança pessoal ao regime castrista, exaltando as vantagens da vida na sociedade estadunidense e, principalmente, a importância do ódio às circunstâncias que levaram ao desterro na superação da nostalgia e da vontade de regressar à ilha. Assim, o protagonista diz a seu amigo que jamais voltará a Cuba:

Nunca! ¿Me oyes? Pero tú eres diferente. No sabes, sobrevivir, no sabes odiar, no sabes olvidar [...] Oye: la nostalgia también puede ser una especie de consuelo, un dolor dulce, una forma de ver las cosas y hasta disfrutarlas. Nuestro triunfo está en resistir. Nuestra venganza está en sobrevivirnos. [...] Oyelo bien: yo soy quien he triunfado, porque he sobrevivido y sobreviviré. Porque mi odio es mayor que mi nostalgia. Mucho mayor, mucho mayor. Y cada día se agranda más. [...] Pero, ¿qué

---

<sup>357</sup> Entrevista concedida a Jesús J. Barquet. *Del gato Félix al sentimiento trágico de la vida*. Nueva Orleans, 1983, p. 74.

<sup>358</sup> Citado por PANICHELLI-BATALLA, Stéphanie. La nostalgia y el exilio: comparación entre “Final de un cuento” de Reinaldo Arenas y “Paso a nivel” de Manuel Díaz Martínez. In: PINEY, Grace; PANCAZIO, James (org.). *Cuba: Arte y literatura en exilio*. Valencia: Legua Editorial, 2011, p. 47.

argumentos se pueden esgrimir para consolar a alguien que aún no está provisto de un odio inconmesurable? <sup>359</sup>

A nostalgia seria sentimento constante no sujeito desterrado. Superá-la significaria sobreviver no exílio, e isso só poderia ser feito através do ódio ou do esquecimento. O seu interlocutor, no entanto, sofria com o desenraizamento do universo de referências familiares provocado pelo desterro. Apesar de também ter sofrido com perseguições na ilha, padecia com a nostalgia e sentia urgente necessidade de voltar a sua terra natal, único local no qual se reconhecia:

Pero no estás vestido como estás, no te tomas ese frescos que allá abajo nunca te pudiste tomar, no oyes esa grabadora que ahora suena, porque no existes, quienes te rodean no dan prueba de tu existencia, no te identifican ni saben quién eres, ni les interesa saberlo; tu no formas parte de todo esto y da lo mismo que salgas vestido con esos andariveles o envuelto en un saco de yute. Bastaba verte los ojos para saber que así pensabas . . . y no podía decirte que también yo pensaba así, que yo también me sentía así; así no, mucho peor; al menos tú tenías a alguien, a mí, que intentaba consolarte (...) ¿Cómo va a sobrevivir una persona cuando el sitio donde más sufrió y ya no existe es el único que aún lo sostiene? <sup>360</sup>

O exilado, assim, é retratado como um indivíduo marcado pela inadaptação. Como afirma Denise Rollemberg, o estranhamento em relação a outros países e culturas, as dificuldades de adaptação às novas sociedades e o não-reconhecimento nos novos papéis disponíveis alteram a imagem que o exilado tem de si mesmo, podendo desencadear crises de identidade <sup>361</sup>. Em sua narrativa, Arenas chega a representar essa crise de identidade como suspensão da própria existência do indivíduo, como uma forma de morte.

Como todo o conto consiste no fluxo de consciência de um único personagem, entendemos aqui que tudo o que o narrador fala é dirigido a si mesmo. Dessa maneira, os discursos construídos por Arenas sobre a experiência exílica nesse conto a retratam como fundamentalmente conflituosa para o sujeito desterrado, dividido entre extremos como o amor e o ódio à terra natal, as vantagens e as desvantagens do exílio, sobreviver e padecer, vencer e perder. Como observamos anteriormente, os males da ausência <sup>362</sup> também são centrais na narrativa do marielito.

---

<sup>359</sup> ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

<sup>360</sup> ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

<sup>361</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 132.

<sup>362</sup> Ver QUEIROZ, Maria José de. *Os males da ausência, ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro, 1998.



Alguns outros aspectos se destacam no conto de Arenas, como a questão das liberdades individuais, com foco na liberdade de expressão e na liberdade sexual. O regime castrista é representado por Arenas, em uma perspectiva dissidente radical, como fundamentalmente autoritário, marcado pela repressão, controle e vigilância do Estado sobre o indivíduo. Cuba seria um país de “terror contido”, “queixas sussurradas”, “maldições somente pensadas”, “cárceres que se reproduzem”, “banheiros públicos interditados”, “praias proibidas”, com “leis que transformam a vida em crime” e “mil olhos que te vigiam”.

Dessa forma, as restrições às liberdades individuais aparecem como fator principal que teria tornado a vida em Cuba insustentável e forçado o escritor ao exílio. Uma das vantagens do desterro residiria justamente na maior liberdade de expressão para o exercício da crítica, para denunciar as perseguições sofridas e se opor à forma como a sociedade e a política cubanas eram organizadas. O narrador personagem aponta essa vantagem ao longo da narrativa do conto, que é marcada pelo ódio, ressentimento e exaltação:

Soledad, nostalgia, recuerdo - llámalo como quieras -, todo eso lo siento, lo padezco, pero a la vez lo disfruto. Sí, lo disfruto. Y por encima de todo, lo que me hace venir hasta aquí es la sensación, la certeza, de experimentar un sentimiento de triunfo ... Mirar hacia el sur, mirar ese cielo, que tanto aborrezco y amo, y abofetearlo; alzar los brazos y reírme a carcajadas, percibiendo casi, de allá abajo, del otro lado del mar, los gritos desesperados y *mudos* de todos los que quisieran estar como estoy yo aquí: *maldiciendo, gritando, odiando* y solo de verdad; no como allá, donde hasta la misma soledad se persigue y te puede llevar a la cárcel por ‘antisocial’.<sup>363</sup>

Nessa perspectiva, o exílio permitiria que o intelectual se expressasse livremente. No editorial do primeiro volume de Mariel, escrito por Reinaldo García Ramos, compartilha-se dessa visão e afirma-se que os escritores marielitos “tienen ahora el privilegio de hallarse en Estados Unidos, un país que les permite expresarse y luchar”. Ressalta-se ainda que “no hemos venido al exilio con esquemas de bienestar, [...] hemos venido a realizar nuestra obra”. A realização de suas obras literárias no exílio, por sua vez, é apontada como uma das “cosas esenciales que nos salvarán de la desesperanza y del silencio”.

A liberdade sexual também é aspecto central em *Final de un Cuento*. A perseguição a homossexuais durante parte do governo revolucionário é denunciada na narrativa de

<sup>363</sup> ARENAS, Reinaldo. *Final de un cuento*. *Mariel*, 1983, p. 3.

Arenas e a orientação sexual do narrador é abordada e escancarada diversas vezes ao longo do conto:

Aquí [Cayo Hueso] la gente mira de verdad. Si uno le interesa, claro. No es [...] como allá abajo, donde [mirar] es un delito... “Aquél que mirare a otro sujeto de su mismo sexo será condenado a...” ¡Vaya! Ese otro también me acaba de mirar [...] Los carros hasta se detienen y pitán; jóvenes bronceados sacan la cabeza por la ventanilla. Where? Where? Pero a cualquier lugar que indiques te montan. [...] Quise traerte aquí, para que vieras cómo aún los muchachos me miran [...] para que sepas que aquí también tengo mi público igual que lo tenía allá abajo [...]<sup>364</sup>

Concordamos com Domenico Cusato quando afirma que a homossexualidade aparece na obra de Arenas como um “hino à liberdade”.<sup>365</sup> Além disso, entendemos que a homossexualidade é elemento fundamental no contradiscurso construído por Arenas no exílio, sendo amplamente utilizada como forma de oposição e contestação ao governo da ilha. Além da mobilização do tema para denunciar as violações de liberdades individuais e direitos humanos ocorridas em Cuba, a própria presença de homoerotismo e personagens homossexuais em suas narrativas constitui uma afronta a retóricas caras ao governo revolucionário. A homossexualidade, afinal, chocava-se com as representações sociais de gênero instituídas para homens e mulheres na sociedade socialista.<sup>366</sup> Sobretudo, a homossexualidade masculina era considerada incompatível com o ideal do “homem novo” viril e guerrilheiro, considerado no discurso oficial como um dos pilares para a perpetuação da Revolução de 1959

A forte presença desse tema nas produções de exílio de Arenas se relaciona intimamente com o contexto político vivido pelo autor na ilha. Julgamos relevante ressaltar que a homossexualidade era considerada pelo governo revolucionário como uma “patologia”, se tratava de “conducta impropia” e atividade de caráter “anti-social”. A política de perseguição homofóbica teve início ainda em meados da década de 1960, quando homossexuais eram internados nas Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP's). As UMAP's existiram entre 1965 e 1968 e funcionavam como campos de trabalho forçado para reeducação de “desviados” ideológicos e sexuais. No Primeiro

<sup>364</sup> ARENAS, Reinaldo. Final de un cuento. *Mariel*, 1983, p. 3.

<sup>365</sup> Ver CUSATO, Domenico. El cuento se acabó (a propósito de Final de un cuento de Reinaldo Arenas). In: Rafael Di Prisco e Antonio Scocozza (eds.). *Actas del Congreso internacional “Literatura y política en América Latina”*. Salerno 6/8 de mayo de 1993, Caracas, Ediciones La Casa de Bello, 1995, pp. 341-363.

<sup>366</sup> Cf. SANTOS, Giselle. A revolução cubana e as representações sociais de gênero. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 265-286, jan./jun. 2013.

Congresso Nacional de Educação e Cultura em 1971, porém, ocorreu, de fato, a institucionalização da homofobia na ilha. Declarou-se nas resoluções finais do Congresso, que:

[...] não se pode permitir que por seus “méritos artísticos”, reconhecidos homossexuais influenciem a formação de nossa juventude. Como conseqüência, é necessário analisar como se deverá encarar a presença de homossexuais nos diversos organismos da frente cultural. Sugeriu-se o estudo de medidas que permitam o encaminhamento para outros organismos daqueles que, sendo homossexuais, não devam ter participação direta na formação de nossa juventude a partir de atividades artísticas ou culturais.<sup>367</sup>

Entendia-se, assim, que a influência de indivíduos homossexuais seria prejudicial à sociedade, instituindo-se uma política oficial de perseguição e acentuando-se o controle da vida privada de intelectuais. Posteriormente, em 1973, ainda sancionou-se a Lei 1249, que, entre outros, criminalizava a “ostentação pública” da homossexualidade, com pena de três meses a um ano. Além de Arenas, preso entre 1974 e 1976 por “escândalo público”, vários integrantes da Geração de Mariel também eram homossexuais e estiveram em presídios comuns ou nas UMAP's.<sup>368</sup> O número 5 de *Mariel*, publicado em 1984, contou com uma seção especial intitulada *Los cubanos y el homosexualismo* para abordar o tema a partir de uma perspectiva distinta da defendida pelo governo da ilha.

Por fim, é importante ressaltar que o discurso sobre o exílio em *Final de un cuento* é marcado pela representação da sociedade capitalista estadunidense como profundamente utilitarista, marcada por relações pessoais frias, e regida pela lógica do mercado e pela busca incansável de lucro e bens materiais: “nada es difícil de obtener en un mundo controlado por cerdos castrados e idiotizados, sólo tienes que encontrarle la ranura y echarle la quarter”<sup>369</sup>. Tais críticas à sociedade capitalista norte-americana, além de expressarem as percepções do escritor durante o exílio, o diferenciam em relação à comunidade de cubanos exilados que se estabeleceu em Miami anteriormente a 1980 e que havia aderido ao “american way of life”.

Essa visão negativa do capitalismo norte-americano está presente em outras obras de Arenas produzidas no exílio, como em sua autobiografia *Antes que Anochezca*, na novela

---

<sup>367</sup> RESOLUÇÕES do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura de Cuba. São Paulo: Livramento, 1980, p. 29.

<sup>368</sup> Cf. MARQUES, Rickley. *A Condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, 2009, p. 199.

<sup>369</sup> ARENAS, Reinaldo. *Final de un cuento*. *Mariel*, 1983, p. 5.

*El Portero* e nos ensaios reunidos em *Necesidad de libertad*. Nessas, o escritor descreveu a sociedade estadunidense como “sórdida e mercantilista”, “mecanizada e idiotizada”, entre outros. O olhar crítico ao capitalismo perpassa também as páginas de *Mariel* e se faz perceptível inclusive no editorial do primeiro número da publicação, que apresentava a proposta da revista e a Geração de Mariel aos leitores. Os editores afirmavam que o mercantilismo da criação literária no ocidente era uma das maiores ameaças à verdadeira obra de arte, juntamente ao burocratismo da cultura nos países comunistas: “bajo el capitalismo muchos escritores caen en la trampa, o en la tentación, de convertir su obra en una mercancía que les permita vivir holgadamente. De creadores pasan al plano de productores. [...] No existe un arte mercantil, como no hay un arte doctrinario”<sup>370</sup>. Vários escritores marielitos compartilhavam dessas ideias críticas ao capitalismo e as expressaram em suas produções do exílio, como Carlos Victoria e Guillermo Rosales.

Como mencionado, a crítica ao “american way of life” e ao sistema capitalista diferencia a “Geração de Mariel” em relação à comunidade de cubanos estabelecida anteriormente nos Estados Unidos, remetendo ao projeto identitário do grupo. Além disso, a rejeição enfrentada pelos marielitos no exílio e as dificuldades de adaptação muitas vezes estão imbricadas nos discursos críticos à sociedade norte-americana. É possível pensar ainda no entre-lugar do exílio: o exilado manteria um contato permanente com seu lugar de origem e viveria num estado intermediário, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, não se adaptando a nenhuma das duas sociedades.

Assim, percebemos que a produção literária de exílio de Arenas funciona como local para se discutir e denunciar a experiência de ter vivido sob o regime castrista, para articular e manter a memória, dialogando muitas vezes com outros intelectuais da Geração de Mariel. No caso de Arenas, o espaço de fala do exílio se constitui como fundamentalmente crítico e como um canto de liberdade.

---

<sup>370</sup> GARCÍA RAMOS, Reinaldo. Editorial. *Mariel*, 1983, p.2.



## Paul Groussac e a literatura de viagem: considerações acerca de *Del Plata al Niágara*

**Daiana Pereira Neto**  
Doutoranda em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
[daianapneto@hotmail.com](mailto:daianapneto@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo principal realizar uma breve análise da obra *Del Plata al Niágara*, escrita pelo intelectual franco-argentino Paul Groussac, tendo como pano de fundo a questão da literatura de viagem como um importante gênero literário na América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura de viagem; Paul Groussac; *Del Plata al Niágara*.

### Introdução:

A literatura de viagem, desde os descobrimentos, vem se mostrando um importante gênero literário na América Latina. Consequentemente, este também é um gênero importante entre os historiadores, uma vez que constituem valiosas fontes para se compreender um autor, uma época, uma ideia.

Neste trabalho analisarei brevemente a obra de Paul Groussac, um intelectual de destaque na Argentina em finais do século XIX. Me deterei principalmente em um de seus livros de viagem, *Del Plata al Niágara*, fruto de uma viagem aos Estados Unidos, em 1893. O livro foi publicado em 1897, ganhando especial destaque no contexto de guerra entre Estados Unidos e Espanha, quando do conflito pela independência de Cuba, Filipinas e Costa Rica.<sup>371</sup>

Groussac, autor franco-argentino, é pouco conhecido entre nós brasileiros, sua obra embora volumosa e respeitável, sobretudo pela erudição do autor, permanece pouco trabalhada. Todavia, na Argentina alguns pesquisadores começam a se ocupar desse grande intelectual.<sup>372</sup> Minha atenção neste trabalho se deterá, em uma pequena parte de sua produção provinda de experiências de viagens, tendo em vista a análise das percepções do

---

<sup>371</sup> Para mais informações sobre o conflito ver: ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario. *1898 ¿Desastre o Reconciliación?*. Instituto Panamericano de Geografía e Historia: México DF, 2000.

<sup>372</sup> BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

autor sobre os Estados Unidos e alguns dos países latino-americanos, pelos quais esteve de passagem, durante o traslado para terras norte-americanas.

### **O autor**

Paul Groussac nasceu em Toulouse, França, em 15 de fevereiro de 1848. Findados os estudos, aos 17 anos embarcou em uma viagem que deveria levá-lo ao redor do mundo. Todavia, ficou sem recursos já em Paris, tendo de escolher entre voltar para a casa, ou mudar de estratégia. Foi nesse momento que adquiriu a passagem de navio com destino a Buenos Aires.<sup>373</sup>

Desembarcou em solo argentino em fevereiro de 1866, aos 18 anos. Seu primeiro trabalho foi como cuidador de gado. Somente em 1867, atendendo ao pedido do pai, deslocou-se para a cidade, tendo por finalidade aprender adequadamente o castelhano e também sobre a região do Rio da Prata. No mesmo ano, conseguiu o cargo de professor no Colégio Modelo Del Sur, ao qual renunciou rapidamente por não se adaptar ao trabalho letivo exigido pela instituição. Até 1870 pouco se sabe de sua trajetória, além do fato de trabalhar como professor particular.

No entanto, sabe-se que frequentou espaços intelectuais, assistindo palestras de várias personalidades importantes no cenário argentino do período. Em 1871 publicou seu primeiro artigo de destaque, que chegou às mãos do secretário de instrução pública Domingo F. Sarmiento e de Nicolás Avellaneda. Este último ficou muito impressionado com o texto e ofereceu-lhe duas cátedras do Colégio Nacional. Mais tarde, foi nomeado inspetor nacional de educação, cargo que lhe permitiu viajar por várias províncias da Argentina.<sup>374</sup>

Em 1885 ocupou o cargo que lhe pertenceu até sua morte, em 1929: o de diretor da Biblioteca Nacional. Ocupar tal cargo deu a Groussac um maior destaque dentre os círculos intelectuais argentinos, além de poder dedicar-se exclusivamente as suas atividades intelectuais. Groussac tinha acesso as novidades provindas do exterior antes de seus pares, ou poderia enviar copistas para as obras que lhe interessavam para suas pesquisas. Atividades de destaque do autor, além da modernização, aquisição de obras e catalogação

<sup>373</sup> BRUNO. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*, 2005.

<sup>374</sup> \_\_\_\_\_. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*, 2005.



do acervo, foi a publicação de dois periódicos *La Biblioteca* e *Annales de la Biblioteca*. Tais publicações foram palcos para várias de suas polêmicas.

Viajar foi uma atividade constante na vida do autor, expedições que relata principalmente em *Del Plata al Niágara* e em *El Viaje Intelectual*. Seus destinos foram variados, dentre eles Argentina, Chile, países da América Central, Estados Unidos e Europa, expressando suas opiniões (nem sempre elogiosas) sobre os lugares e as pessoas, o que lhe garantiu o reconhecimento de “mestre na arte de injuriar”, assinalado por Jorge Luis Borges.<sup>375</sup>

### Viajando “del Plata al Niágara”

Publicado em 1897 *Del Plata al Niágara*, ganhou muita notoriedade no contexto da Guerra Hispano-americana. A conjuntura do período nos permite visualizar melhor fatores que contribuíram para tal reconhecimento. Em 1898 eclodiu o conflito entre Espanha e Estados Unidos. A crescente intervenção norte-americana no continente fez com que surgisse na América Latina, um sentimento pró-Espanha e uma maior negação aos valores provindos do norte.<sup>376</sup> Houve então, uma grande crítica, sobretudo por parte dos intelectuais, a massificação cultural e ao intervencionismo norte-americano no continente.<sup>377</sup> Embora, tenham sido as referências aos Estados Unidos as responsáveis pela notoriedade do livro no final do século XIX, há outras questões e temáticas presentes em suas páginas.

Já no início do texto o autor afirma: “En estas páginas, por consiguiente, no encontrará el lector la naturaleza y las gentes americanas, sino tal cual se han revelado al observador, al través de su idiosincracia y su humor variable. Cualquier otro observador, igualmente sincero, haría un cuadro muy distinto”.<sup>378</sup> Ou seja, as percepções presentes no livro são exclusivamente dele, percepções que por vezes podem mostrar-se contraditórias no decorrer das páginas. Outro alerta é a questão de muitas de suas percepções serem

---

<sup>375</sup> BORGES, Jorge Luis. Obras completas. Buenos Aires: Emece Argentina, 2007.

<sup>376</sup> A bibliografia sofre isso é considerável.

<sup>377</sup> NETO, Daiana Pereira. (2013). *De Paul Groussac a Richard Morse: Apropriações e releituras de A Tempestade de Shakespeare*. Dissertação de mestrado (129 p.). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>378</sup> GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 16.

opostas a autores clássicos, ao tomar essa posição, embora sem referências precisas, o autor pode estar se referindo a um de seus predecessores viajantes argentinos aos EUA, Domingo F. Sarmiento, já que apresenta uma visão bem dissonante deste. Outra questão importante é que ao escrever suas linhas ele não tem em mente sua terra natal, mas sua pátria adotiva, e é a Argentina o alvo de suas palavras, afirmando que se estivesse escrevendo para leitores europeus seus métodos<sup>379</sup> seriam outros.<sup>380</sup>

A primeira parte da obra se dedica a sua primeira parada, o Chile. País que, assim como a Argentina, teria no clima um fator de favorecimento ao desenvolvimento intelectual, segundo Groussac. Durante sua breve estadia, o autor fez algumas considerações de destaque: primeiramente, ao falar do espaço chileno e da condição humana perante esta vastidão, compreende que os países devem organizar-se nacionalmente, o que explica,

Ahora bien, en el sentido americano, lo que significa la expresión organizarse nacionalmente, es, ocupar realmente el suelo bajo el triple aspecto demográfico, político y económico : abreviando las distancias despobladas y reduciendo los desiertos baldíos, multiplicando, por fin, las agrupaciones urbanas, ganglios sociológicos depositarios de la riqueza y transmisores de la civilización.<sup>381</sup>

Assim, não haveria tanta diferença à noção de civilização oferecida por Sarmiento quase cinquenta anos antes, em *Facundo*<sup>382</sup>, ou seja, a necessidade de ocupação do território, na qual a cidade se torna um meio de transmissão da civilização. Em segundo lugar, outro fator que o conecta a Sarmiento é a questão da imigração europeia:

Durante el solo año de 1884, por ejemplo, la Argentina se anexaba por la pacífica inmigración un número de agricultores europeos mayor que el de los peruanos y bolivianos amarrados á Chile por los resultados de la guerra. Admitiendo que ambos grupos anexos se hayan reproducido en proporción igual : ved ahí, por una parte, un contingente de chileno-peruanos, y por otra, un grupo igual de argentino-europeos, agregados al núcleo nacional respectivo : la consecuencia no ha de ser idéntica.<sup>383</sup>

---

<sup>379</sup> O autor não detalha quais seriam essas modificações.

<sup>380</sup> Idem.

<sup>381</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 41.

<sup>382</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

<sup>383</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 43.

Assim, a imigração europeia faria com que o país que a recebesse prosperasse, no caso mencionado por Groussac, a Argentina. Sendo assim, o franco-argentino convidava os jovens intelectuais argentinos, a realizarem um estudo comparativo entre Chile e Argentina, compreendendo este estudo como algo de considerável importância para se compreender o desenvolvimento de ambos os países. Em outros momentos do texto Groussac mostra-se preocupado com os avanços da próxima geração de intelectuais argentinos, sendo assim, em diferentes passagens existem motivações para esses jovens escritores.

Ainda no Chile, Groussac apresenta críticas à cidade de Valparaíso: “El ‘paraíso’ de Chile está en otra parte : en el rico valle de Aconcagua, ó, hacia el sud, en las encantadoras florestas de Coacepción y Arauco.” Não escapa ao autor comparações com a Europa, sua terra natal, como no momento que compara a inferioridade das paisagens americanas às europeias:

En general, la inferioridad de los paisajes americanos, comparados con los europeos, proviene de estar desnudos de esas huellas humanas, que orientan y llaman hacia lo pasado nuestra imaginación. Aquí la historia es de ayer, pero tan patética, que no requiere perspectiva para ostentar grandeza.<sup>384</sup>

Essas declarações induzem o pensamento de que ainda era necessária a ocupação dos territórios e a consequente fundação de cidades. Ideia que se complementa com sua passagem por Lima, a cidade nobre, que em suas palavras, é caso único na América:

Las capitales seculares que alcanzan originalidad son las que condensan los rasgos dispersos de su pueblo. Entonces, esos montones de piedras y ladrillos se impregnan de humanidad, hasta el grado de ser casi personas : y lo son para mí, simbólica á par que sociológicamente. París, en verdad, es un artista; Berlín, un soldado; Liverpool, un marino; Genova, un mercader. Y esto, sin calcular ó pesar al pronto la importancia positiva del íntimo carácter : Genova, por ejemplo, tiene menos comercio que París. — Lima es la ciudadmujer. (Oh ! por favor : reprimid esa sonrisa intempestiva!) — Es una mujer, en su porte exterior, en sus primores y achaques arquitectónicos, en su índole toda política y social, en su alma, por fin, ó sea en su historia entera, femenina y felina, infantil y cruel.<sup>385</sup>

---

<sup>384</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 74.

<sup>385</sup> \_\_\_\_\_. *Del Plata al Niágara*. p. 81.

Porém, não só com elogios ele descreve Lima. Assim como grande parte da América, a cidade “mulher” sofria com a decadência, resultante da entrada de diversas raças julgadas por ele inferiores, como o caso da incursão chinesa. Como sabemos, as publicações dos trabalhos científicos de Spencer e Darwin influenciaram, em grande medida as percepções destes autores de fim do século XIX. Para Groussac, aqueles costumes e pessoas eram exageradamente exóticos e destruidores de costumes. Em uma de suas passagens, ao afirmar que as mulheres naturais da terra não se importavam e se casavam com os asiáticos, sua estupefação é a de que os filhos decorrentes dessas uniões se mostravam mais inteligentes que as crianças “puras”, fruto da união de naturais do país.

No decorrer do texto, a mulher não é uma personagem de destaque, poucas despertaram a atenção do autor, como o caso de duas irmãs que durante a passagem do México para os EUA oferecem-no aulas de inglês e mostram-se boas companheiras de viagem, embora “não fossem belas”. No Peru, especialmente, um fator que o incomoda é a superioridade da mulher em relação a seus companheiros. A percepção clara de que as mulheres governam a casa e a maioria dos costumes, implicava na percepção do autor, na diminuição da virilidade do homem e, conseqüentemente do seu papel perante a sociedade. Ou seja, esses textos de viagem permitem-nos, entre outras coisas, questionar o papel das mulheres nas localidades visitadas, levando ao questionamento do porquê da ausência de grandes discussões ao que se refere ao papel feminino na sociedade.<sup>386</sup>

No Panamá, outra temática se intensifica em seu discurso: a política e a conseqüente influência norte-americana na região. Não que o autor não tenha feito análises políticas dos destinos anteriores, mas aqui eles se tornam mais incisivos. Groussac julga a participação francesa na construção do Canal do Panamá perdida<sup>387</sup>, uma vez que tudo que se lê ou se ouve está em inglês. Em conversa com engenheiros que afirmam que a obra se concretizará, ele duvida:

En cuatro ó cinco horas, he recorrido la parte del canal definitivamente cavada; agregad un trecho doble ó triple por la vertiente atlántica, y tendréis concluida una tercera parte del trayecto en longitud, entrando en

---

<sup>386</sup> Após deixar o Peru, o autor afirma estar mesmo começando sua viagem, uma vez que deixa as casas amigas e seus contatos. Tanto no Chile, quanto no Peru, Groussac se hospedou entre amigos, em sua grande parte homens representantes da Argentina.

<sup>387</sup> O Canal do Panamá começou a ser construído, em 1881, por empreiteiros franceses, porém o empreendimento foi abandonado por problemas de engenharia e grande número de mortes, entre os trabalhadores.

la cuenta las bocas naturales utilizadas; pero en absoluto y como proporción de la obra por realizar, apenas una fracción centesimal. Todo lo difícil y problemático queda en pie, sin haberse decentado más que de trecho en trecho y por vía de ensayo. El ingeniero en jefe que me acompaña no cree, naturalmente, que la partida esté perdida. Está en su papel profesional.<sup>388</sup>

No México, a questão política reacende ao criticar a ditadura de Porfírio Díaz. Para Groussac, naquela terra reinava o silêncio dos sepulcros, não havia uma oposição viva ao regime, como demonstra na seguinte passagem: “El gobierno de Porfirio Díaz es azteca como el de Rosas fuera americano y criollo”.<sup>389</sup> Porém, a diferença é que durante o período rosista a oposição manteve-se viva, mesmo que fora da Argentina, como foi o caso da chamada geração de 1837, no Chile. Para o autor haveria no México um momento no qual ocorreria uma ruptura do regime de forma brusca e violenta, o que de fato aconteceu na Revolução de 1910. Evitando incorrer em anacronismo, tal referência representou naquele momento a percepção do estrangeiro frente ao pesado clima político que se estabelecia no México, fato que o fez conjecturar naquele instante sobre a possibilidade de um conflito futuro, o que de fato ocorreu vinte anos depois. Cabe também salientar a grande preocupação comparativa que o acompanha a todo momento ao escrever tendo em mente a Argentina, é a ela que recorre para tornar suas observações mais inteligíveis ao leitor.

Suas percepções sobre os Estados Unidos, são as mais famosas dentre seus estudiosos, especialmente por conta do impacto que produziram em 1898. Lá ele viajou por diversas cidades, dedicando especial atenção a Chicago (destino principal, devido a feira de 1893, na qual representou a Argentina), Whashington, Nova York, Salt Lake City e as Cataratas do Niágara.

Em geral, Groussac não se adaptou àquele ambiente, fornecendo suas opiniões sobre vários aspectos como: a economia, a política, a educação, a arquitetura e os costumes. Um exemplo dessas passagens, que reflete até mesmo uma comicidade diante de sua aflição, é o seguinte:

No por eso pretendo que sea todo malo en la reserva europea, ni todo bueno en la ‘francachela’ americana. Cuando, por ejemplo, el sirviente negro bebe en nuestros vasos, se zabelle en nuestro lavabo y concluye su horripilante *toilette* á nuestra vista y paciencia, siento en mi epidermis el

<sup>388</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*. p. 43.

<sup>389</sup> \_\_\_\_\_. *Del Plata al Niágara*. p. 183.

roce brutal de tanta democracia. [...] Al lado mío, en el fumadero, se sienta el coronel L.; enfrente, el señor W., senador de California; por fin, Mr. Ch., un millonario, superintendente de las dos grandes compañías mineras del Utah, y chiquear infatigable. Sin abandonar su cigarro, el coronel se saca los botines, estira sus medias grises y alarga delicadamente sus extremidades en el asiento opuesto, entre el millonario y el senador, quienes siguen mascando, fumando y conversando con serenidad.<sup>390</sup>

Nesse sentido, Paula Bruno afirma que grande parte dessa aversão devia-se principalmente ao fato de não localizar dentre os grupos intelectuais pelos quais circulou uma aristocracia, pessoas capazes de reger os hábitos de uma sociedade refinada, indivíduos que pudessem transmitir os valores necessários ao desenvolvimento de uma verdadeira intelectualidade.<sup>391</sup> Concebendo que, na verdade, essa democracia tão falada e defendida gerava uma ditadura da maioria, a qual o autor encarava com obstinada resistência. Sendo assim, quando essa democracia alcançava a esfera da educação pública, mesmo que ensinasse as pessoas a ler e a escrever, não favorecia o surgimento de gênios, uma vez que massificava as pessoas e os condenava a mediocridade.

Um ponto que ilustra bem essa aversão pode ser lido quando visitou a Universidade de Harvard, onde assistiu às aulas durante uma semana. Sobre essa experiência escreveu:

Faltando la fuerte disciplina secundaria, la enseñanza superior se desploma en el vacío: no pasa de conferencias y programas extraordinariamente variados, que los estudiantes «curiosean» entre una función teatral y una larga sesión en el gimnasio.— «No hay (escribía J. de Maistre) métodos fáciles para aprender cosas difíciles» ...

Aun en el apogeo déla «Academia» bostoniense, la característica del pensamiento americano ha sido siempre la ausencia de originalidad.<sup>392</sup>

Entretanto, reconheceu em Benjamin Franklin um filósofo original e afirmou que da sua filosofia fluiu toda a civilização norte-americana, sendo esta filosofia resumida pela seguinte sentença: “O homem é um animal que produz ferramentas”. E é somente a criação de bens utilitários que a humanidade lhes deve, nada mais, a grandeza que assombra o visitante é apenas a material, as construções gigantescas, as cidades desenvolvidas. Para

---

<sup>390</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 251.

<sup>391</sup> BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

<sup>392</sup> GROUSSAC. *Del Plata al Niágara*, p. 419.

Groussac, a influência norte-americana acabou por vulgarizar as esferas sociais sob sua ingerência.

### **Considerações finais**

Muitos dos tópicos abordados por Groussac, os quais tentei abarcar brevemente por temáticas, são recorrentes no final do século XIX. Inclusive a preocupação em relação a maior presença norte-americana no continente a partir da década de 1880, a política, a economia, as artes. Mesmo que sua maior preocupação tenha sido transmitir suas próprias percepções, como homem de seu tempo deixou transparecer em seus escritos: ideias, influências e questões típicas da conjuntura na qual as produziu.

*Del Plata al Niágara*, tornou-se uma fonte valiosa para se compreender o período no qual foi produzido, discutindo política, economia, educação e arte. Mais que pensar os Estados Unidos, podemos pensar as condições da América Latina, a partir do olhar peculiar de um estrangeiro, um francês, que adotou a Argentina como pátria e ao mesmo tempo não abriu mão da aura e facilidades que sua condição de europeu lhe oferecia. Por isso é tão difícil categorizar o autor.

A obra de Groussac permite-nos ainda traçar comparações com seus predecessores argentinos, aqui destaco Domingo Faustino Sarmiento, que nas palavras de Paula Bruno, em “El libro *Viajes*, [...] inauguró en la cultura argentina una tradición en la narración de travesías”.<sup>393</sup> Ao contrário deste, o franco-argentino não encontrou modelos a serem seguidos pela Argentina, muito menos no que se refere aos Estados Unidos, que na percepção do autor não consistia em modelo nenhum para o avanço latino-americano, muito pelo contrário, representava uma ameaça. Ao mesmo tempo, ao criticar tantos aspectos dos países latinos pelos quais passou, sobretudo, os sul-americanos, muitas de suas percepções se assemelham as do argentino, que cinquenta anos antes descrevia aquelas paragens.

Por fim, gostaria de salientar que essas breves páginas não esgotam e nem mesmo tiveram a pretensão de abarcar toda a grandeza de *Del Plata al Niágara*, mas de apontar

---

<sup>393</sup> BRUNO, Paula. Estados Unidos como caleidoscopio. Ensayo sobre las observaciones de viajeros diplomáticos argentinos del fin de siglo. In: *Revista Complutense de Historia de América*. 2013, vol. 39, p. 23-38.



questões levantadas pelo autor, podendo de alguma forma contribuir para um diálogo e um enriquecimento acerca da literatura de viagem produzida na América Latina no século XIX.

# Batalhas de representações nos periódicos chilenos *La Nación* e *El Mercurio*: desinstitucionalização e legitimidade democrática no governo da Unidade Popular

**Emmanuel dos Santos**

Graduando em História pela UFMG

[scoopbh@gmail.com](mailto:scoopbh@gmail.com)

**RESUMO:** Neste trabalho, analisaremos de forma comparativa as representações e as discussões levadas a cabo em dois dos principais veículos da grande imprensa chilena durante os últimos meses do governo presidido por Salvador Allende. Nesse período, a Unidade Popular (1970-1973) – caracterizada por seu projeto de via pacífica, institucionalizada e democrática ao socialismo – enfrentava uma conjuntura de forte crise e polarização social. Para tal análise, as questões relacionadas à legitimidade democrática, à desinstitucionalização da experiência chilena e à ruptura do consenso democrático constituem o eixo central do estudo; tendo como foco o alegado apoliticismo das Forças Armadas e a disputa de significados em torno dos espaços não institucionalizados de sociabilidade política, como os cordões industriais. Utilizamos como fontes os periódicos *La Nación*, órgão estatal que expressava a pluralidade de opiniões da Unidade Popular, assim como suas tensões políticas internas; e o jornal *El Mercurio*, abertamente opositorista e que teve nítida influência na articulação e criação de um ambiente político propício ao golpe pinochetista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Chile; Allende; Pinochet; *La Nación*; *El Mercurio*

## Introdução

Os três primeiros anos da década de 1970, no Chile, foram marcados pelo intenso debate político que mobilizou e polarizou a sociedade em torno da *tentativa* de realizar a perspectiva anunciada pela Unidade Popular (UP) de institucionalizar “a via chilena ao socialismo”. Projeto que pretendia revolucionar as estruturas político-sociais dentro dos marcos de respeito à institucionalidade democrática, buscando compatibilizar socialismo e democracia por meio de um sistema pluripartidário com plena liberdade de imprensa. *Tentativa* que ficou conhecida como a *experiência chilena*<sup>394</sup>. Nesse conflituoso processo, a

---

<sup>394</sup> AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo. A experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

grande imprensa desempenhou significativo papel, ao se tornar *locus* privilegiado das disputas políticas.

Nas eleições parlamentares de 4 de março de 1973, a oposição esperava sair vitoriosa ao conquistar dois terços dos votos, quantia necessária para conseguir a destituição de Allende no parlamento. A UP, no entanto, aumentou sua votação em relação à eleição anterior, conseguindo 43,39% dos votos, suficientes para manter Allende como Chefe do Executivo, mas longe de conquistar a maioria na Câmara, mantendo, assim, os impasses da construção da “via democrática ao socialismo”. Essa eleição foi momento chave na experiência chilena. Após ver inviabilizada suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia do golpe militar tornou-se a opção privilegiada de amplos setores da direita.

Neste trabalho, analisaremos como o diário *El Mercurio* contribuiu para o desenvolvimento desse ambiente político e ideológico propício ao golpe pinochetista; ao utilizar, sobretudo, representações que associavam o governo da UP a aspectos relacionados ao processo de desinstitucionalização da experiência chilena e o questionamento da legitimidade democrática do governo. Por sua vez, analisaremos como *La Nación* expressava em suas páginas ambiguidades e contradições que indicavam as insuficiências teóricas e estratégicas da UP, contribuindo para que os projetos de “via democrática” e “via revolucionária” se confundissem, recorrentemente, nas páginas do jornal, influenciando, assim, os debates e representações da institucionalização do projeto socialista e de sua compatibilização com o regime democrático.

### **Os jornais *El Mercurio* e *La Nación***

Fundado em 1827, em Valparaíso, o jornal *El Mercurio* passou a ser publicado em Santiago a partir de 1º de junho de 1900. Era parte do grupo empresarial de Agustín Edwards, controlador de um conglomerado que atuava em 61 empresas dos mais variados ramos, como na área financeira, no setor produtivo e de comércio, correspondendo a 20,8% do capital social do país no final dos anos 60. *El Mercurio* era o periódico com maior influência política no país, sua circulação chegava a 100 mil exemplares durante o governo

da Unidade Popular<sup>395</sup>. Tinha uma linha editorial liberal e conservadora, profundamente anticomunista. Ademais, expressava constantemente uma linha editorial de clara oposição ao governo Allende e consagrava não poucos esforços à defesa de ideias nacionalistas.

Em 19 de setembro de 2000 foi desclassificado e tornado público pelo governo dos EUA o documento *Covert Action In Chile, 1963-1973*, parte integrante do relatório *Church*, elaborado em 1975 pela Comissão de Inquérito do Senado norte-americano, que investigou as ilegalidades e ações realizadas pela CIA e outras agências governamentais ao atuarem na política interna de outros países. Entre outros mecanismos da CIA levados a cabo para articular a desestabilização do governo de Allende e contribuir para a preparação de uma alternativa golpista, o documento aponta o financiamento de setores da imprensa oposicionista; sobretudo *El Mercurio*, cujo proprietário, Agustín Edwards, desde antes da chegada da UP ao poder, já mantinha relações diretas com a presidência dos EUA. Edwards participou de várias reuniões na Casa Branca com altos funcionários do governo, sob a ordem direta do presidente Richard Nixon, que considerava *El Mercurio* peça-chave na política de oposição a Allende<sup>396</sup>. Segundo o relatório da Comissão *Church*, *El Mercurio* recebeu grande quantia de recursos financeiros da CIA:

[...] A CIA gastou \$1,5 milhão em apoio ao *El Mercurio*, o maior jornal do país e o mais importante canal de propaganda anti-Allende. De acordo com os documentos da CIA, esses recursos desempenharam um significativo papel na preparação do terreno para o golpe militar de 11 de setembro de 1973.<sup>397</sup>

O documento revela ainda que o financiamento de *El Mercurio* tinha como objetivo específico contribuir para que Allende fosse impedido de tomar posse em 1970 e, depois, de auxiliar no enfrentamento contínuo ao governo. Para isso, remuneravam repórteres e editores para que produzissem diariamente material crítico a UP.

Como demonstraremos, a partir de março de 1973, *El Mercurio* intensificou em suas representações o clima de terror e caos social vivenciado na sociedade chilena. O diário enfatizava, além da grave crise econômica, a onda de atentados terroristas, a incapacidade do governo de controlar os setores mais radicais da esquerda, a infiltração comunista nas

---

<sup>395</sup> MONCKEBERG, Maria Olivia. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

<sup>396</sup> MONCKEBERG. *Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile*.

<sup>397</sup> *Covert Action In Chile, 1963-1973*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<http://www.intelligence.senate.gov/pdfs94th/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2015. T.N.

Forças Armadas, o fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Ademais, começam a surgir editoriais e matérias, do próprio jornal ou veiculadas como comunicados de partidos da direita, sugerindo ora implicitamente, ora abertamente a necessidade de uma saída militar para a resolução da crise chilena.

O jornal *La Nación*, por sua vez, foi fundado em 1917 e estatizado pelo General Ibáñez durante a ditadura de 1927. Nos anos de governo da UP, apresentava uma circulação diária de aproximadamente 21 mil exemplares, e seu diretor, nomeado pessoalmente pelo Presidente Allende, era Oscar Weiss.<sup>398</sup> Intelectual, que, após o golpe, foi preso e posteriormente obrigado a se exilar na Alemanha Oriental. Em seus editoriais, o jornal, como esperado, alinhava-se às posições políticas da UP. Após observar suas páginas, entretanto, impõe-se a hipótese que *La Nación*, muito além de servir como mero porta-voz do governo, constituiu-se como importante espaço de sociabilidade político-intelectual no qual várias setores da coalização governamental debateram - inclusive com críticas às posições de Allende - aspectos teóricos, táticos e estratégicos da condução política do governo. Expressando, assim, as tensões e disputas políticas internas da UP.

*La Nación* pode ser considerado, portanto, importante espaço socializador e massificador dos debates que ocorriam entre partidos e intelectuais do campo socialista, ao permitir que seus leitores tivessem acesso a pluralidade de posições políticas da UP. Inicialmente, identificamos, em suas colunas e editoriais assinados, intelectuais, jornalistas e dirigentes partidários vinculados aos partidos Socialista e Comunista, à *Izquierda Cristiana* e ao *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU).

### **Da crise ao golpe, drama e derrota da *experiência chilena***

Um dos aspectos centrais da estratégia narrativa do *El Mercurio* neste período foi a construção da ideia de que o projeto da UP era a expressão de uma ditadura comunista totalitária - ou de uma “ditadura total”-, o termo mais usado em suas páginas. Para isso, utilizava-se de vários recursos, sobretudo, o de associar o governo da UP aos regimes

---

<sup>398</sup> WEITZEL, Ruby. Cuando La Nación dejó de existir. In: *200 años de la prensa en Chile*. Santiago: Editorial USACH, 2011.

comunistas existentes, principalmente a URSS e a Cuba. Ao mesmo tempo em que dedicava extensas matérias para discutir o caráter totalitário desses regimes.

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lidava com a aparente contradição entre o projeto da UP, compreendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, Allende, apesar de pretensamente respeitar a institucionalidade, era refém do projeto totalizante da UP, não sendo capaz de controlar e de se sobrepor aos comunistas totalitários. As disputas em torno da greve dos mineiros de *El Teniente* – amplamente apoiada pelo jornal – ilustravam essa questão. Após receber uma comissão dos grevistas, Allende foi duramente criticado pelo PC e pelo PS, que diziam que era uma greve sediciosa. Em editorial, *El Mercurio* comentou a contenda e declarou:

Si bién la intervención presidencial no agregó nada positivo para dar solución a una huelga que irroga más de cincuenta millones de dólares de pérdida al país [...] ha tenido la virtud de poner a la vista de todos os chilenos uno de los peligros del régimen marxista que se había olvidado: la dictadura colectiva por sobre las apariencias de una autoridad nominal. [...] Como marxista de línea, el señor Allende no debe ignorar que en un régimen como el que propicia para Chile no se concibe a un Presidente con “prerrogativas”, sino a un gobernante que se someta a las decisiones de un Ejecutivo colegiado.<sup>399</sup>

A partir da crise de outubro de 1972, um acontecimento importante para a criação do clima de terror psicológico propício à preparação do terreno para o golpe foi a onda de atentados terroristas que, em centenas de ações, mandou pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências; gerando um clima de medo e insegurança. Moniz Bandeira demonstrou como tais ataques foram levados a cabo pelos extremistas de direita reunidos em torno do movimento Pátria e Liberdade, sob instrução e supervisão direta de militares chilenos.<sup>400</sup> *El Mercurio* desempenhou importante papel ao noticiar com destaque e relevo diariamente essas ações. Ao selecionar e destacar notícias sobre os atentados terroristas efetuados por Pátria e Liberdade, *El Mercurio* frequentemente as estampava ao lado de matérias relacionadas ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Dessa forma, a publicação não só atuava como fomentador do clima de medo e terror que em si geravam esses ataques, mas também conseguia que fossem associados ao extremismo da esquerda.

<sup>399</sup> Gobierno marxista al descubierto. *El Mercurio*, Santiago, 18 de jun.1973. Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

<sup>400</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formula para o caos. A derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Por outro lado, *La Nación* procurava construir e desenvolver a imagem que uma ameaça fascista pairava sobre o Chile. Dando destaque em suas páginas aos atentados terroristas e reproduzindo constantes matérias sobre Pátria e Liberdade, atribuindo a esse movimento um protagonismo na organização dos atos que geravam um clima de insegurança e medo no Chile.

A nítida influência política da imprensa no desenvolvimento dos conflitos e na crise final do governo Allende, ilustra com propriedade o que observa Marialva Barbosa sobre a relação dialética entre a representação da realidade feita pelos meios de comunicação e a própria influência desses veículos no desenrolar dos acontecimentos:

Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos.<sup>401</sup>

Desde a década de 1930, o Chile viveu ininterruptamente uma sucessão democrática de governos de distintos matizes políticos. Tal dinâmica histórica era um dos aspectos que fundamentavam as análises políticas e teóricas da UP em sua afirmação da viabilidade da via democrática ao socialismo no Chile. No governo, confiava-se que as Forças Armadas iriam, ao longo do processo, garantir a ordem legal e respeitar as decisões institucionais. A longa tradição democrática chilena desempenhou importante papel de fortalecer as convicções políticas em torno de uma excepcionalidade profissional de suas Forças Armadas.

Em junho de 1973, as articulações golpistas desenvolviam-se nas Forças Armadas, quando um setor de militares e membros do movimento Pátria e Liberdade realizaram uma tentativa frustrada de golpe em 29 de junho, intentona que ficou conhecida como *tanquetazo*. No dia seguinte à tentativa do golpe, *El Mercurio* publicou o editorial *Dos naciones en un solo país*, no qual é possível observar a estratégia da evocação da tradição constitucionalista do Chile:

La fuerza de nuestra democracia radicaba, precisamente, en la estructura real de nuestra institucionalidad y en la tradición, nunca antes atropellada, de respetarla, aun cuando algunos pensaran que era bueno alterar su diseño. Este sentido institucional del chileno nos es una mera casualidad. Es la herencia del Consejo de Indias, de la administración

---

<sup>401</sup> BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: INTERCOM - *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, vol. XVIII, N. 2, julho/dezembro de 1995.



ordenada de un país, cuya población, étnicamente, es uniforme y que se dio a sí misma una estructura Republicana [...] <sup>402</sup>.

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* responsabilizava o governo pelo surgimento das ameaças que colocavam em risco a ordem institucional, por meio da criação de órgãos de poder paralelo, que poderiam levar à ditadura totalizante comunista:

La porfía, tozudez y negativa total de la U.P., de reconocer, o tan siquiera escuchar las voces de las mayorías nacionales, los han ido impulsando a crear toda suerte de organizaciones extralegales e de hecho, paralelas a que constituyen la estructura institucional chilena. [...] Su objetivo es claro: cuando las fuerzas democráticas mayoritarias nos les permiten imponer su criterio minoritario, recurren a inmovilizar la acción de estas mayorías, creando estructuras paralelas incondicionales a sus intenciones. Así avanzan hacia su meta: alcanzar el PODER TOTAL. <sup>403</sup>

Esse enquadramento da situação chilena mostra como *El Mercurio*, desde então, recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pelo governo e pelos partidos da UP. Nessa perspectiva, segundo o periódico, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar uma ditadura comunista, ao caos e à guerra civil.

As *olas de tomas*, processo no qual os trabalhadores ocupavam e passavam a controlar as fábricas que não haviam sido incluídas na Área de Propriedade Social, foi outro aspecto de ruptura institucional bastante explorado por *El Mercurio*. Após o *tanquetazo*, os setores populares ligados ao MIR e às alas mais radicais do PS ocuparam várias empresas da capital, integrando-as aos Cordões Industriais. Enquanto a imprensa ligada ao governo estampava nas primeiras páginas matérias sobre o golpe e exigiam a identificação dos responsáveis, *El Mercurio*, por sua vez, dava amplo destaque a onda de ocupações realizadas como resposta imediata à tentativa golpista. Seguiram-se dezenas de reportagens sobre o perigo do poder popular e da desagregação nacional promovida pela UP.

Um dos grandes debates no campo governista era sobre como desenvolver espaços democráticos de participação popular, ampliando as formas em que trabalhadores e setores populares pudessem participar institucionalmente do governo da UP. Nesse sentido, enquanto *El Mercurio* projetava na UP um radicalismo que via nos cordões industriais e nas

<sup>402</sup> Dos naciones en un solo país. *El Mercurio*, Santiago, 30 de jun. 1973. Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

<sup>403</sup> Dos naciones en un solo país, p. 3.

fábricas estatizadas uma expressão de uma ditadura comunista, *La Nación* apontava nesses espaços de sociabilidade política uma possível ampliação dos espaços de sociabilidade política institucional. Em muitas reportagens, os cordões industriais eram representados por *La Nación* como importantes polos organizativos da resistência a um eventual golpe e base de apoio à Allende.

Era recorrente a utilização, pelo próprio governo, dessa imagem de neutralidade das Forças Armadas em suas declarações públicas. Assim mesmo, após a tentativa de golpe de 29 de junho, *La Nación* expressava o papel das Forças Armadas como aspecto central na manutenção da ordem democrática. Em sua manchete de capa, de 5 de julho, afirmava em caixa-alta: “FF. AA. EXPRESSAN INVARIABLE RESPALDO AL REGIMEN LEGAL”<sup>404</sup>.

Pouco menos de um mês antes do golpe, buscando legitimar o novo gabinete civil-militar, o jornal continuamente publicava declarações em defesa das Forças Armadas, e desenvolvia a imagem que os interesses dos setores populares e dos militares combinavam-se na defesa da democracia. Em 17 de agosto, *La Nación* publicou em meia página anúncio da UP que sintetiza a crença que a tradição democrática chilena salvaria o país de um “golpe fascista”. No cartaz, memória enquadrada e ideologia se articulam para expressar a ideia quase mítica da excepcionalidade profissional dos militares chilenos. Acima de uma foto em que Allende mira os olhos do constitucionalista General Prats, observados pelo futuro golpista Pinochet, havia os dizeres: “y aunque desesperen los fascistas... Nos seguiremos apoyando en nuestra tradición democrática!”<sup>405</sup>.

Com o agravamento das tensões, a renúncia do General Carlos Prats em 24 de agosto, cujo sucessor no comando das Forças Armadas era Augusto Pinochet, abriu outro momento crucial na crise da *experiencia chilena*. Durante o *tanquetazo*, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago. Tanto para o imaginário popular quanto para a cúpula do governo, Prats era o símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas conseguiam remover o último obstáculo ao golpe. Em editoriais e reportagens, *El Mercurio* reforçava a ideia das Forças Armadas como guardião do Estado de Direito, para isso

<sup>404</sup> *La Nación*, Santiago, 05 de jul. 1973, Primeiro caderno, p. 1.

<sup>405</sup> *La Nación*, Santiago, 17 de ago. 1973, Primeiro caderno, p. 16.

construía a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno.

*La Nación*, ao analisar a renúncia do Comandante do Exército, Carlos Prats, em editorial intitulado “*Grandeza del General Prats*”, afirmava que a conduta exemplar de Prats não era apenas uma questão de cunho pessoal ou ideológico, senão a expressão da definição patriótica e característica inerente das Forças Armadas, ressaltava o periódico:

De acuerdo con esta posición de las Fuerzas Armadas, cuyo origen arranca de la Constitución Política del Estado y que entronca con las mejores tradiciones de esos Institutos castrenses, los uniformados chilenos no pueden estar al servicio de intereses particulares [...] Puede-se esperar-se tal conducta, precisamente, porque la doctrina Scheineider-Prats no es fruto de un personalismo o de una inspiración repentina, sino el reflejo de la naturaleza misma de nuestras Fuerzas Armadas [...] que saben diferenciar a los militares chilenos de otros que, en sus respectivos países, han solido poner la espada al servicio de los que niegan y estrangulan la libertad por lo cual lucharon los que nos dieron independencia y nos aseguraron soberanía.<sup>406</sup>

Sobre esse tema, a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate escreveu:

Este alejamiento del conflicto político contribuyó al mito de la excepcionalidad de los militares y de la democracia chilena, en oposición a lo que ocurría en el resto de América Latina; mito internalizado en especial por los partidos y los políticos.<sup>407</sup>

É possível argumentar que este discurso expresso por *La Nación* seria parte de uma estratégia para neutralizar ou enfraquecer os militares ligados à oposição e defensores do golpismo. Entretanto, essa estratégia de ressaltar o caráter patriótico, nacionalista, constitucionalista e apolítico dos institutos castrenses, pouco contribuiu, ou mesmo atuou no sentido inverso, de conseguir estabelecer uma política para as Forças Armadas que enfraquecesse a sedição e as articulações golpistas. Como demonstrou Arturo Valenzuela, a grande maioria da oficialidade enxergava nas Forças Armadas o guardião legítimo da constitucionalidade, no entanto, a “no intervención estaba condicionada al desempeño de los dirigentes civiles, pero no a un principio definido de lealtad a la autoridad civil”.<sup>408</sup> Ou seja, o que ambos os lados faziam, oposição e governo, era reforçar e se apoiar no mito da

<sup>406</sup> Grandeza del General Prats. *La Nación*, Santiago, 25 de ago. 1973, Primeiro caderno, Editorial, p. 3.

<sup>407</sup> ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica V. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio Pinto (Org.). *Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2004, p. 195.

<sup>408</sup> VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 55.

neutralidade constitucional em seu aspecto abstrato, cuja base real era a tradição democrática das décadas anteriores.

Todavia, enquanto Allende respeitava o jogo constitucional, a oposição utilizava-se de todos os métodos, legais e extralegais - apoiando-se em várias frentes de atuação, inclusive o financiamento da CIA-, para criar um clima de caos e terror psicológico propício ao golpe. Além de, nos meses finais do governo da UP, abertamente articular uma saída golpista para a crise. Dessa forma, a mitificação da neutralidade dos militares não cumpria o papel de fortalecer os setores constitucionalistas das Forças Armadas, funcionava mais como uma cortina de fumaça que encobria os movimentos e ações levadas a cabo pelos golpistas e acentuava as insuficiências do projeto militar da UP para enfrentar o golpismo. Problema esse que consistia, por um lado, no avanço da sedição direitista na armada, e de outro, a falta de preparação do governo para enfrentar o iminente golpe, demonstrando a insuficiência de uma estratégia baseada somente na perspectiva de derrotar os militares sediciosos apenas pelos meios garantidos pela institucionalidade democrática.

Já a mídia oposicionista, em geral, usava uma estratégia narrativa de transferir para as Forças Armadas o papel de guardião da democracia e de preservação de suas instituições, para isso produzindo a imagem de que a UP colocava em risco a sobrevivência do Chile unido, da Nação e do Estado chileno. Além de amplificar o perigo de uma infiltração comunista nas instituições militares. Se é verdade que o MIR tinha uma política de se inserir e ganhar para suas fileiras soldados e integrantes da baixa oficialidade, esse processo ganhou um destaque exagerado nas páginas do *El Mercurio*, aspecto que contribuiu para que o alto comando militar aderisse ao golpismo, temendo a infiltração comunista.

Evidentemente, é impossível precisar até que ponto essa mitificação do profissionalismo da armada chilena influenciou nas políticas concretas e nas escolhas feitas pelos distintos atores político da UP; entretanto, é parte daquilo que Alberto Aggio chamou de “enigma da experiência chilena”: a enorme dificuldade enfrentada pela UP em dar origem ao *novíssimo*, uma experiência histórico-concreta que superasse, em seu “como fazer”, as fórmulas e limitações teóricas que lidavam com o ineditismo do projeto da “via democrática”.

Essas ambiguidades percebidas nas páginas do *La Nación* podem ser entendidas a partir dos problemas e desafios enfrentados pela UP em sua estratégia de construção do socialismo pela via democrática. Uma vez que era necessário, segundo Alberto Aggio, construir práticas e discursos, a partir do Estado, que legitimassem o projeto socialista perante todos os setores da sociedade chilena. Dessa forma, a compatibilização entre socialismo e democracia constituía-se em problema fundamental para garantir tal legitimidade: “a democracia não poderia mais ser trabalhada como se a Unidade Popular fosse um ator externo à ordem política e institucional”<sup>409</sup>.

---

<sup>409</sup> AGGIO. Democracia e socialismo, p. 158.

# Historiografia, usos políticos do passado e Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

Licenciado em História pela UFMG

Bacharelado em História pela UFMG

[goulart.historia@gmail.com](mailto:goulart.historia@gmail.com)

**RESUMO:** O século XX estadunidense construiu e desconstruiu, a partir das lutas de resistência de sua população negra à violência e segregação racial institucionalizadas, significados, símbolos, eventos e personagens em um processo de constante elaboração da memória. Ao longo do tempo, a questão da narrativa acerca do passado de luta negra estadunidense revelou-se – tanto nas celebrações nacionais e populares quanto na historiografia que aborda o tema – uma complexa arena de disputas de grande relevância simbólica. Neste sentido, e a partir destes embates, o presente trabalho tem como objetivo traçar um breve esboço da pluralidade interpretativa que caracteriza as correntes historiográficas do que se convencionou chamar de “Movimento pelos Direitos Civis”. Em um segundo momento, buscar-se-á compreender – na esteira de algumas produções mais recentes acerca do Movimento – as maneiras pelas quais os usos políticos deste passado contribuíram para a cristalização de uma narrativa dominante acerca deste período a partir da década de 1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Civis; Estados Unidos; Historiografia.

## As “ondas” historiográficas

O importante historiador Steven F. Lawson dividiu a produção norte-americana acerca do Movimento pelos Direitos Civis em três gerações (ou ondas) de estudiosos que pautaram os debates entre os anos 1960 e 1990<sup>410</sup>. Em um primeiro momento, historiadores de finais dos anos 1960 e início da década de 1970 focaram na atuação de

---

<sup>410</sup> LAWSON, Steven F. Freedom Then, Freedom Now: The Historiography of the Civil Rights Movement. *The American Historical Review*, v. 96, n. 2, p. 456-471, apr. 1991, p. 456-457.

determinados líderes (liderança formal) das organizações e nos impactos de eventos de proeminência nacional. Para eles, o movimento teria sido concebido primordialmente como uma luta política de alcance nacional que objetivaria promover e assegurar à população negra norte-americana – até então legal e institucionalmente privada do acesso à cidadania completa – vitórias no âmbito da justiça e da legislação. Segundo destacam os historiadores Sundiata Keita Cha-Jua e Clarence Lang:

Trabalhos escritos por este viés tendiam a ser narrativas 'top-down' que enfatizavam as questões nacionais. Seguindo, muitas vezes implicitamente, um quadro de análise que priorizava a mobilização de recursos, eles creditaram o sucesso do Movimento ao carisma do Dr. Martin Luther King, aos políticos liberais brancos, ao patronato branco do norte, à aliança liberal-sindical e/ou à exposição televisiva da violência racial sulista realizada pela mídia.<sup>411</sup>

A partir deste duplo enfoque – lideranças formais e eventos de alcance nacional – a primeira geração elegeu os anos 1954-1955 como marco inaugural do período dos Direitos Civis em referência à decisão da Suprema Corte de abolir segregação racial nas escolas públicas (*Brown x Board of Education of Topeka*) e ao início das manifestações de boicote aos ônibus em Montgomery (Alabama), evento este que teria projetado nacionalmente o “heroísmo individual” da ativista Rosa Parks<sup>412</sup>. Apontaram, por outro lado, as decisões da Suprema Corte de por fim à segregação e discriminação racial no país (*Civil Rights Act* de 1964) e a Lei do Direito de Voto de 1965 como marcos finais responsáveis por cumprir as demandas políticas do movimento.<sup>413</sup>

Posteriormente, uma segunda onda historiográfica, originada em finais dos anos 1970 e no decorrer da década de 1980, iniciou um esforço de crítica aos seus predecessores, apontando as dificuldades de compreender o movimento como produto de uma aliança de

---

<sup>411</sup> “Works written in this vein tended to be ‘top-down’ accounts that emphasized national issues. Often implicitly following a resource mobilization framework, they credited the movement’s success to Dr. Martin Luther King’s charisma, white liberal politicians, northern white patronage, the labor-liberal alliance, and/or the media’s televised exposure of Southern racial violence”. In: CHA-JUA, Sundiata Keita; LANG, Clarence. The “Long Movement” as vampire: temporal and spatial fallacies in recent Black Freedom Studies. *The Journal of African American History*, v. 92, n. 2, p. 265-288, spring 2007, p. 266. Com o intuito de preservar ao máximo os sentidos originais das citações, optamos por transcrever, nas notas de rodapé, os trechos originais em inglês traduzidos no corpo do texto.

<sup>412</sup> \_\_\_\_\_ . *The “Long Movement as Vampire”*, p. 266.

<sup>413</sup> HALL, Jacquelyn Dowd. The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past. *The Journal of American History*, v. 91, p. 1233-1263, mar. 2005, p. 1234.



lideranças formais. Criticavam, como evidenciado na citação de Cha-Jua, os problemas resultantes de enxergá-lo prioritariamente através da perspectiva *top-down*. Contudo, embora pregassem uma mudança de foco do âmbito nacional para as mobilizações de participantes a nível local – perspectiva *bottom-up* – as lideranças formais não saíam, ainda, de vista das preocupações e análises desta geração. Assim, seu maior trunfo provavelmente daria respeito ao deslocamento dos sujeitos históricos dando lugar à atuação, nas comunidades e redes locais, de homens e mulheres anônimos(as) que se arriscavam em manifestações por cidades ao sul do país.<sup>414</sup>

Ampliando ainda mais o escopo de suas análises, uma terceira geração de historiadores abordaria um pouco mais detidamente, ao longo dos anos 1990, a questão das relações de gênero no interior do Movimento pelos Direitos Civis. Além disso, preocupada com as origens ideológicas e com o legado político dos Direitos Civis, esta historiografia dedicar-se-ia, também, ao estudo das diferentes matrizes políticas congregadas pelos líderes e organizações negras dos anos 1930 e 1940. Neste contexto, buscaram compreender as relações raciais nos Estados Unidos a partir das interrelações entre as políticas interna e externa do país em contexto de Guerra Fria, atentando, também, para as particularidades do desenvolvimento da economia americana e seu impacto na população negra a nível local.

Tudo isto resultara, segundo Lawson, em uma abordagem historiográfica mais dialógica que estabelecia conexões entre o nacional e o local, entre a história política tradicional e a história social<sup>415</sup>. Seria a partir desta ampliação de objetos e enfoques que uma quarta e última onda historiográfica discutiria, nos anos 2000, um enfoque interpretativo completamente outro do movimento ao propor, dentre outros pontos, uma alteração naquilo que até então havia sido relativamente comum às gerações anteriores: a periodização.

### ***Long Movement* e os usos políticos do passado**

---

<sup>414</sup> Tal reconfiguração – mudança de enfoque *top-down* para *bottom-up* – implicou na resignificação do que se entendia por Movimento pelos Direitos Civis (*Civil Rights Movement*). Desta forma, o historiador Clayborne Carson passou a defender o termo Black Freedom Struggle, desvinculando-o claramente de uma acepção do movimento baseada na obtenção de vitórias legais e judiciais como era o caso da primeira geração historiográfica. Ver CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement” as Vampire*, p. 267.

<sup>415</sup> LAWSON. *Freedom Then, Freedom Now*, p. 457.

A partir de 2003, com o lançamento do livro *Freedom North: Black Freedom Struggles outside the South, 1940-1980* surge uma nova vertente historiográfica do Movimento pelos Direitos Civis defensora do que denominaram de “O Longo Movimento pelos Direitos Civis”. Segundo Cha-Jua e Lang, esta corrente tem estabelecido um novo paradigma interpretativo na medida em que vem articulando críticas fundamentais às gerações anteriores com base em quatro eixos principais: 1) ampliação do recorte temporal do Movimento; 2) recusa de uma ideia da excepcionalidade do Sul como o reduto primordial do racismo no país; 3) defesa de uma continuidade entre o Movimento pelos Direitos Civis e Black Power; 4) recusa de uma dicotomização Norte-Sul e nacional-local, pois estas instâncias se complementarizam na configuração dos movimentos de resistência.<sup>416</sup>

Neste sentido, historiadores e estudiosos como Jeanne Theoharis, Komozi Woodard, Jacquelyn Dowd Hall, Matthew Countryman, Robert O. Self e Nikhil Pal Singh, dentre outros, têm proposto uma reestruturação acerca do entendimento do movimento de resistência e luta negra. Partindo de uma ampliação do recorte temporal do movimento – 1940 a 1980 – até então tradicionalmente associado, pelas gerações anteriores, à periodização ou “fase clássica” do período dos Direitos Civis (1954/55-1964/65), eles têm como intuito promover uma ampliação do poder explicativo e do potencial político de seu objeto de estudo<sup>417</sup>. Isto demandaria, primeiramente, desconstruir a chamada “fase clássica” ou, como denominado por Hall, a “narrativa dominante”; isto é, a(s) memória(s) fortemente enraizada(s) e oficializadas pelas narrativas populares – e, em grande medida, pelas acadêmicas também – acerca do movimento. Segundo a autora, tradicionalmente, tais narrativas têm como núcleo de origem um curto período marcado pelos “grandes” acontecimentos e representações dos Direitos Civis norte-americanos – o boicote aos ônibus, as batalhas judiciais que alcançam a Suprema Corte, a Marcha Sobre Washington de 1963, a liderança masculina carismática, dentre outros – seguidos de uma narrativa do

---

<sup>416</sup> CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement” as Vampire*, p. 265. Para os propósitos e limites deste texto – tratar de uma historiografia mais recente do Movimento pelos Direitos Civis e de sua crítica ao usos políticos deste passado histórico – restringiremos a nossa análise aos itens de número 1 e 3 citados por Cha-Jua e Lang. Desta forma, além de não desenvolvermos os desdobramentos historiográficos dos demais itens, não comentaremos o trabalho destes autores que, por sua vez, apresentam importantes críticas ao revisionismo proposto na vertente do *Long Movement*.

<sup>417</sup> CHA-JUA; LANG. *The “Long Movement as Vampire”*, p. 267.

“declínio” desta mobilização associado à Guerra do Vietnã, à ascensão das revoltas estudantis e urbanas e ao movimento Black Power.<sup>418</sup>

A partir deste momento, uma reação de grupos conservadores brancos tomaria as rédeas da política americana, operando uma mudança de discurso com o intuito de desmobilizar as características mais críticas – e até radicais – da(s) agenda(s) do Movimento pelos Direitos Civis. Iniciada pela mídia norte-americana – que, se em um primeiro momento cobriu ostensivamente as campanhas no Sul, dedicar-se-ia, em seguida, à criminalização dos levantes urbanos de negros ao Norte do país associados ao Black Power – a narrativa dominante seria consolidada, a partir dos anos 1970, quando da reformulação da Antiga Direita norte-americana.<sup>419</sup>

Dadas as vitórias incontestáveis do Movimento em meados da década de 1960, este setor conservador que, em larga escala, tinha se colocado contrário aos objetivos mais gerais de inclusão política do Movimento, viu-se compelido a reestruturar seu discurso racial frente à força das circunstâncias:

Reformulando aquela narrativa segundo seus propósitos, estes novos “conservadores *colorblind*” ignoraram a complexidade e o dinamismo do movimento, seu foco crescente na desigualdade estrutural e os seus objetivos de ‘reconstrução radical’. Em vez disso, eles insistiram que a *colorblindness* - definida como a eliminação das classificações raciais e o estabelecimento da igualdade formal perante a lei - representava o objetivo singular do movimento, o princípio sobre o qual King e a decisão de *Brown*, em especial, estavam estruturados.<sup>420</sup>

Surgido no âmago da Nova Direita (New Right), o discurso *color-blind* – “daltônico”, isto é, que se diz incapaz de julgar e classificar racialmente, alegando prezar a igualdade formal dos cidadãos perante a lei – foi o centro de uma campanha de “guerra pelas ideias” que se iniciou em finais dos anos 1960 com o presidente Richard Nixon. Posteriormente, ele se infiltraria em definitivo na política norte-americana na década de

---

<sup>418</sup> HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1234.

<sup>419</sup> \_\_\_\_\_. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1234-1239.

<sup>420</sup> “Reworking that narrative for their own purposes, these new ‘color-blind conservatives’ ignored the complexity and dynamism of the movement, its growing focus on structural inequality, and its ‘radical reconstruction’ goals. Instead, they insisted that color blindness – defined as the elimination of racial classifications and the establishment of formal equality before the law – was the movement’s singular objective, the principle for which King and the *Brown* decision, in particular, stood”. In: HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1237.

1980 com o governo de Ronald Reagan e a partir de suas políticas de corte de programas assistencialistas e de Guerra às Drogas.

Nota-se, desta forma, que o discurso conservador – antes abertamente racista e segregacionista – assume um aspecto mais sutil e codificado com a Nova Direita no que tange às questões raciais e à inclusão efetiva do negro na sociedade americana. Partindo desta narrativa, advogava-se que, graças às conquistas do movimento e uma vez proibido legalmente o racismo nas instituições norte-americanas, a população negra encontraria condições formais de igualdade e de oportunidade para a vida em sociedade. A questionável conclusão dos adeptos da *colorblindness* seria, portanto, a de que, possibilitado o acesso do negro ao livre-mercado, caberia responsabilizá-lo pelo seu próprio desempenho e julgá-lo por eventuais insucessos caso permanecesse em desigualdade de condições em relação ao branco.<sup>421</sup>

É, portanto, dentro deste contexto de exclusão sistêmica e racialmente velada que se deve procurar compreender do *establishment* político norte-americano de então aos programas assistencialistas, os preconceitos direcionados aos seus beneficiários, além da progressiva construção de um sistema de encarceramento em massa – partindo de uma política de guerra às drogas – cujos alvos majoritários constituíram e ainda constituem minorias étnicas como grupos negros e latinos<sup>422</sup>. Neste sentido, parte integrante e subjacente desse processo de apropriação política do Movimento pelos Direitos Civis, o surgimento do discurso *color-blind* da Nova Direita insere-se em um processo mais amplo de consolidação de uma ideologia conservadora alinhada aos interesses e valores de grande parte da classe média branca norte-americana de então<sup>423</sup>. Entrincheirada, conforme mencionado aqui, sob a forma de política pública, esta linguagem codificada muito informa, ainda, o tom do debate político nos Estados Unidos contemporâneos.

Se por um lado, movido por um posicionamento político de crítica à “narrativa dominante” e de suas implicações para a memória do Movimento pelos Direitos Civis, a quarta geração historiográfica estendeu o seu recorte temporal dos anos 1960 à década de 1980, por outro ela fará o mesmo ao antecipar seus marcos iniciais dos anos 1950 para as

---

<sup>421</sup> \_\_\_\_\_ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1237.

<sup>422</sup> ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New York: The New Press, 2012, p. 1-19.

<sup>423</sup> HALL. *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1238.

décadas de 1930 e 1940. Enquanto no primeiro caso a crítica à periodização incidia na recusa de uma ideia do declínio do movimento negro a partir do Black Power – criminalizado pela mídia e pelo governo, atacado pela Nova Direita, pelas presidências de Nixon e Reagan – no segundo o intuito é o de recuperar as raízes e tradições de resistência – muitas delas sindicais – que informavam grupos negros antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, para estes historiadores, as reivindicações por práticas contratuais e condições igualitárias no ambiente de trabalho muito revelariam acerca dos aspectos mais críticos e estruturalmente transformadores presentes no Movimento e ignorados por outras narrativas, dentre elas a dita dominante.<sup>424</sup>

Compreende-se, por fim, o posicionamento político e intelectual que subjaz a defesa de Hall, Theoharis, Woodard e outros integrantes da quarta geração historiográfica do *Long Civil Rights Movement*: a desconstrução da narrativa dominante e de seu recorte (fase) clássico(a) implica recusar as apropriações e usos políticos posteriores deste passado pela Nova Direita, possibilitados pelo emprego de uma ideologia *color-blind*. Significa, nas palavras de Hall, tornar os Direitos Civis mais difíceis. Isto é, mais difíceis de serem celebrados como uma progressão natural dos valores norte-americanos, mais difíceis de representarem uma simples fábula moral – tendo, com isso, suas implicações mais radicais e transformadoras abafadas – e, por fim, mais difíceis de simplificar, apropriar e conter.<sup>425</sup>

---

<sup>424</sup> \_\_\_\_\_ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1239-1241.

<sup>425</sup> \_\_\_\_\_ . *The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past*, p. 1235.

## Epistolários indígenas: a (des)construção da memória

**Bruna Neto Soares**

Graduanda – História PUC – Minas

[brunanetosoares22@hotmail.com](mailto:brunanetosoares22@hotmail.com)

**Ian Anderson**

Graduando – História PUC – Minas

[iananderson14@hotmail.com](mailto:iananderson14@hotmail.com)

**Wellerson Barbosa**

Graduando – PUC – Minas

[wellerson06@hotmail.com](mailto:wellerson06@hotmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é a desconstrução da memória edificada pelo general Simón Bolívar em relação aos indígenas durante os processos de independência da América Espanhola, de sujeitos “dóceis” avessos à história. Para tanto, resgatamos a agência dos indígenas através de cartas produzidas desde o final do século XVIII e largamente utilizadas durante todo o século XIX. O foco central é analisar como os indígenas se apropriam de um suporte da comunicação largamente utilizado no século XIX como meio de agência, isto é, a capacidade desses atores históricos de apreender e diagnosticar sobre condições sociais, culturais e políticas no cenário em que elas se movem.

**PALAVRAS CHAVES:** Memória – Bolívar – Indígenas – Cartas – Agência

### “Suportes da comunicação”: a escrita epistolar

Desde a invenção da imprensa móvel de *Gutenberg* que os historiadores vêm estudando a repercussão daquilo que se convencionou chamar de revolução dos meios de comunicação impressa, a circulação e a transmissão das ideias por meio da escrita, o papel desempenhado pelos “suportes de comunicação” – jornais, periódicos, livros, almanaques, cartazes, cartas. Alguns estudiosos concentraram-se na difusão da Reforma Protestante através dos impressos outros voltaram suas análises para atividade da imprensa na França revolucionária, focando suas análises na difusão da palavra – através de jornais, livros e panfletos.

O historiador Robert Darnton (1966), analisa a contribuição dos meios impressos na França do século XVIII, principalmente no contexto da Revolução Francesa. Os usos sociais e políticos “dos suportes de comunicação”; os livros, jornais e panfletos se

transformaram na conjuntura do movimento em difusores da palavra, dos ideais da revolução; articuladores políticos, “os jornais se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou”.<sup>426</sup>

Esses suportes de comunicação conviveriam no século XVIII com um forte sistema de censura, muitos dos livros impressos circulavam secretamente através dos canais do comércio clandestino de livros.

Na primeira metade do século XIX essa censura em torno dos suportes da comunicação começa a se arrefecer com o início do processo de industrialização e as transformações tecnológicas que possibilitaram a introdução do papel feito a máquina, desvelava-se um mundo em aberto, que proporcionaria uma explosão na produção impressa, isto é, os “suportes de comunicação” se massificam no século XIX.

Essa explosão na utilização dos até aqui chamados “suportes da comunicação” atinge os processos de independência da América hispânica. No final do século XVIII e início do XIX ocorre um aumento na atividade da imprensa nos processos de independência na América do Sul de colonização espanhola, com a publicação de jornais e periódicos.

Os impressos que chegavam durante o século XVI e XVII na América hispânica estavam controlados pela censura colonial, “a circulação de ideias, imagens e decretos políticos estava restrita a institutos religiosos ou estatais”.<sup>427</sup> Essa incipiente imprensa que começa a surgir no final do século XVIII foi controlada pela censura espanhola até 1810, foi só com a reunião das *Cortes de Cádiz*, em 1812, que uma possível circulação dos periódicos é aventada na Nova Espanha. Começa a ser introduzido um grande número de publicações. *Carlos María Bustamante*, um profícuo periodista mexicano publica diversos jornais: *Diario de Mexico*, *El juguelltito*, *Correo Americano del Sur*. Muitas dessas publicações foram censuradas, por serem consideradas subversivas.

Dentre esses periódicos que circulavam na Nova Espanha se destacam, os jornais insurgentes. A historiadora Laís Olivato (2012), analisa os jornais periódicos de uma imprensa insurgente – *El Despertador Americano*, *El Telégrafo de Guadalajara*, *Ilustrador*

---

<sup>426</sup> DARNTON, Robert et al Daniel, ROCHE. *Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*, Trad. Marcos Mafferi Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996, p.199.

<sup>427</sup> OLIVATO, Laís. *Insurgência impressa: Uma análise do periodismo no primeiro movimento de independência mexicano (1810-1814)*. 121 f. Tese (Dissertação de mestrado) – USP, História Social, São Paulo, 2012, p.53.



*Nacional, Semanario Patriotico Americano, El Correo Americano del Sur, Gazila del Gobierno Americano, en el Departamento del Norte* –, que começam a surgir na Nova Espanha, encomendados por *Miguel Hidalgo e Morelos*, que marcaram uma ruptura com a imprensa oficial no início do século XIX.

“A luta armada de *Hidalgo e Morelos* marcou uma ruptura com esta imprensa oficial. Ao levantar os problemas sociais do país e estratégias para combatê-los, a imprensa insurgente configurou um novo espaço de debate político na Nova Espanha”.<sup>428</sup>

A palavra escrita nesse cenário se transforma em meio de agência política, isto é, em meio de interpretar e agir sobre as condições sociais, culturais e políticas no palco em que elas se movem. Os suportes de comunicação se metamorfoseiam em instrumentos políticos. A escrita se torna eixo de compreensão do século XIX. A utilização da escritura de cartas além de suporte por excelência da comunicação se converte nessa conjuntura em instrumento de intervenção política e social.

*Morelos* utilizava da escrita de cartas para incitar os seus soldados a lutar pela “pátria americana”. *Simón Bolívar* era um assíduo missivista, produziu mais de 10.000 cartas, utilizou seu epistolário de forma a edificar uma memória de grande líder da independência americana.

Utilizadas desde tempos imemoriais como meio de comunicação entre pessoas de lugares distantes e como meio de circulação de ideias. A famosa carta de *Pero Vaz de Caminha* sobre “O novo Mundo”, as cartas de viagens de *Américo Vespúcio*. As constantes trocas de cartas entre *Erasmus de Roterdã e Lutero* sobre o livre-arbítrio e o servo-arbítrio. *Voltaire* e suas missivas, correspondeu-se compulsivamente com uma ampla e variada rede de pessoas. Deixou cerca de 17 mil cartas, muitas delas trocadas entre os pensadores iluministas – *D’Alembert, Diderot, Rousseau*. Perscrutá-las é uma forma de se acompanhar o desenvolvimento do pensamento iluminista. As cartas de românticas do século XIX. Os exemplos se multiplicam. Mas é a partir do século XIX que surge propriamente uma cultura epistolar.

Manuais de como se escrever cartas circulam durante todo o século XIX, ensinam como se comunicar por cartas, todo um zelo na maneira de começar e encerrar uma carta.

---

<sup>428</sup> OLIVATO. Insurgência impressa. p.64.

Devido à grande quantidade de cartas que não chegavam aos destinatários, os remetentes sempre colocavam um resumo da carta anterior na próxima, caso a carta não tiver chegado ao destinatário ele esteja por dentro das notícias.

“É no século XIX que as novas formas da cultura escrita se impõem e as relações epistolares acabam por matizar toda a vida social”. (GASTAUD, 2011:1).

É o momento em que todos, em alguma ocasião, necessitaram da escritura de cartas, acessar a cultura epistolar, “daí o significativo sucesso dos manuais de escrita epistolar do século XIX”.<sup>429</sup>

Toda uma norma em relação ao melhor papel a ser utilizado, ao assunto e a escrita a ser utilizada nos diversos relacionamentos – familiar, afetivo, social, intelectual, político –, escritores profissionais, surge uma “etiqueta epistolar” através dos manuais. Mas nosso foco neste trabalho exíguo é a apropriação pelas comunidades indígenas desse suporte de comunicação escrita largamente utilizado no século XIX, como meio de agência, isto é, a capacidade desses atores históricos de apreender, diagnosticar e operar sobre condições sociais, culturais e políticas no cenário em que elas se movimentam. E a partir daí tomar decisões que possuem racionalidade, como na produção de um *corpus* epistolar indígena, ou seja, na escritura de cartas como forma de ação política: instâncias de organização, negociação e resistência social.

Para tanto, iremos ressaltar contextualizar a escrita indígena e a produção de cartas. Desconstruindo uma memória edificada por *Simon Bolívar* durante as Guerras de independência, de sujeitos ‘dóceis’ e manipulados incapazes de apreenderem os jogos de poder.

### **Contextualização: Escrita indígena**

Os usos da escrita nas comunidades indígenas variaram conforme o contexto, portanto, inseridas nas práticas culturais específicas de cada grupo. A relação das populações indígenas com a escrita remonta a práticas culturais restritas aos grupos geralmente ligadas a determinados ritos e tradições.

---

<sup>429</sup> GASTAUD, C. R. Escrever cartas: as materialidades das correspondências. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh, 2011. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p.1.

São práticas culturais próprias, socialmente estáveis e de certo refinamento, que segundo Lienhard (1992), poderíamos qualificar de “literatura” – mais por sua função, relativamente análoga à literatura nas sociedades ocidentais, que por sua aparência.

Os “textos verbais” produzidos pelos ameríndios, nem sempre independentes, são inseridos com frequência dentro de discursos complexos que combinam os mais variados meios de comunicação e códigos semióticos: meios propriamente verbais (linguagem, recursos narrativos e poéticos), musicais (música, ritmo, entonação) e gestuais (vestimenta, pintura corporal).<sup>430</sup>

No México pré-hispânico, era comum a utilização dos *pictoglfos*, produzidos através de mais de dois mil anos. Embora muitas populações ameríndias possuíssem como na Mesoamérica “escrituras” ou sistemas de notação, a existência de textos escritos como os códices *glíficos Mayas* eram restritas as populações indígenas, não se deve levantar a ideia de uma prática escrita autossuficiente, comparada à cultura ocidental destinadas à leitura individual e sua disseminação para além dos limites da comunidade. Os textos pré-hispânicos “escritos” requerem, para alcançar toda a população, sua reprodução oral. A expressão escrita das comunidades indígenas foi essencialmente oral e interna. Neste momento e durante o processo de colonização o sistema de escrita indígena está totalmente imbricado a oralidade. Esses sistemas de comunicação contribuem, como medida importante, para reforçar e demonstrar a sua coesão sociocultural.

Com a colonização espanhola os indígenas entraram em contato com o universo letrado trazido pelos colonizados. Dada à necessidade de se comunicar com os seus interlocutores peninsulares e criollos, as comunidades indígenas tiveram que criar um discurso distinto, capaz de atingir *los extraños*: autoridades coloniais e metropolitanas, em seguida: criollos, chefes militares, etc. Eles desenvolveram um discurso para “mover-se no universo da escritura em estilo europeu: ou como testemunhas orais, mas conscientes dos mecanismos de comunicação das escrituras, seja como autores ou “*dicta-dores*” de cartas, manifestos e outros textos análogos”.<sup>431</sup> Em suma, com o processo de colonização a escrita

---

<sup>430</sup> LIENHARD, Martín. Testimonios, cartas y manifiestos indígenas (desde la conquista hasta comienzos del siglo XX). Selección, prólogo, notas, glosario y bibliografía de Martín Lienhard. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p.14. (Disponível em <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve>).

<sup>431</sup> LIENHARD, Martín. Testimonios, cartas y manifiestos indígenas. p.15-16.

indígena adquire outro sentido, se antes a escrita estava ligada aos ritos e a tradição indígena, diante desse novo contexto ela abre-se para atender às necessidades impostas pela situação colonial.

Durante o processo de colonização, *Serge Gruzinski* (2001), analisando o processo de mestiçagens, o historiador chama atenção para uma série de instrumentos introduzidos na América hispânica que visavam criar um processo de ocidentalização, ou seja, a transplantação da mentalidade ibérica para a América. Para reproduzir as linhagens ibéricas era necessário instalar suas técnicas. A utilização da escrita foi largamente utilizada pelas ordens religiosas através do sistema de cópia. Os ameríndios se apropriaram rapidamente da escrita europeia, em alguns casos era quase imperceptível a diferença entre a cópia e o original.<sup>432</sup>

O uso da escrita indígena era frequente desde o início da colonização espanhola, conforme a historiadora Gabriela Pellegrino Soares (2010), no início do século XVI, os vice-reis da Nova Espanha fomentaram a utilização da escrita pelas comunidades indígenas para defenderem seus direitos perante as instituições políticas.

Desde o início da colonização, o ensino das primeiras letras foi oferecido especialmente pelos chamados *maestros*, ligados ao clero regular, que mesmo que de forma rudimentar criaram uma ferramenta importante para que as populações indígenas desenvolvessem uma forma de participação política. “A familiaridade com as letras visava responder a necessidades prementes de participação, com maior possibilidade de controle sobre os mediadores, em um jogo institucional que essas populações já conheciam e que lhes permitia afirmar certa margem de autonomia”.<sup>433</sup>

Mas ao mesmo tempo em que as populações indígenas se apropriam da escrita, elas produzem um instrumento político de reivindicação, tendo em vista que toda tradução é um novo texto, ou seja, a escrita produzida pelos ameríndios é uma escrita nova na medida em que incorpora elementos da escrita europeia ao universo *autóctone*. Como no *corpus* de cartas produzidas pela etnia indígena *Mapuche*, que mescla missivas escritas em espanhol e no idioma *Mapuche*.

---

<sup>432</sup> GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. Trad. Rosa Freire de D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.93-109.

<sup>433</sup> SOARES, Gabriela Pellegrino Soares. Letramento e mediações culturais em pueblos indígenas do centro sul do México no século XIX. *História Revista* (UFG), v. 15, 2010, p. 9.

Os *Mapuches* são *pueblos* indígenas que habitam a região do sul do Chile e do sudoeste da Argentina, mais conhecidos como *araucanos* pelos espanhóis. Desde o início do século XVI a etnia *Mapuche* ofereceu resistências ao processo de colonização espanhola, é conhecida a insurgência de *Lautaro*, índio da etnia *Mapuche* que foi capturado pelos espanhóis, mas que conseguiu fugir e liderar os índios *araucanos* na *Guerra de Arauco*, seus feitos foram retratados no poema *La araucana* de *Alonso de Ercilla*.

Diante a imposição da situação colonial os *pueblos Mapuche* desenvolveram um sistema de comunicação, a escritura de cartas. Ao longo do século XIX, a etnia *Mapuche* do Chile e da Argentina recorreu largamente à escrita de cartas para negociar com as elites, negociar tratados de paz, territórios.

Os *pueblos Mapuches* produziram uma cultura epistolar muito parecida com a utilizada por *Bolívar*, havia toda uma organização no envio das correspondências. Antes do envio final essas teriam que passar pela mão do cacique, ou seja, era preciso que o chefe indígena assinasse as cartas. Esses caciques possuíam secretários particulares os chamados *amanuenses*, esses copistas escreviam as cartas ditadas pelos caciques depois recitavam novamente para o cacique aquilo que havia ditado, uma forma de manter a originalidade e veracidade das suas cartas. Todos os habitantes dos *pueblos* poderiam ditar cartas, mas geralmente o cacique representava seu *pueblo*.

Essas cartas foram compiladas ao longo de mais de seis anos pelo historiador chileno *Jorge Pavez Ojeda*, reunindo um *corpus* de cartas *Mapuche* produzidas ao longo do século XIX (1803-1898), retiradas dos arquivos nacionais do Chile e da Argentina, e outras que provém de publicações retiradas de jornais, livros e revistas da época. Que busca tornar público “o vasto leque da escrita de cartas Mapuche e os seus usos políticos, econômicos e familiares, sugerindo que este *corpus* de cartas é apenas a ponta do iceberg de correspondências que circulavam no século XIX”.<sup>434</sup>

A produção das cartas abarca grande parte do período histórico vivido pelo *pueblo Mapuche* desde antes das guerras de independência do Chile e Argentina, passando pela constituição dos Estados Nacionais, até o processo de redução dos *pueblos indígenas* em finais do século XIX (1880-1885). O número de cartas e a distribuição dos autores já indica

---

<sup>434</sup> PAVEZ OJEDA, Jorge (comp.) *Las Cartas del Wallmapu*. In: *Cartas mapuche, siglo XIX*, CoLibris/Ocho Libros, Fondo de Publicaciones Americanistas, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2008.p.9-12.

esse intenso processo de mobilização, são mais de 383 cartas com mais de 139 autores, encaminhadas pelas agências políticas da escritura *Mapuche*.

Utilizava-se toda uma forma de se escrever e de se iniciar as cartas que seriam enviadas aos destinatários. Todo um respeito em relação às autoridades centrais, o índio *Kallfunguru* em carta ao governador de *Valdivia*, *Juan Clark*, expressa; “*Meu senhor, meu: Dou a vossa senhoria muitas graças*”, o índio *kayumañke* também se expressa ao governador; “*Meu venerado presidente*”.<sup>435</sup> Era preciso se apresentar com respeito, entrar no universo da comunicação criolla, para que suas reivindicações, petições e reclamações fossem consideradas e analisadas.

A apropriação das populações indígenas do universo da escrita europeia e o uso da escrita de cartas constituem-se no cenário da colonização e das independências em ferramenta de interação com as instâncias de poder, por meio das correspondências os indígenas negociam terras, negociam com os chefes militares, negociam professores que ensinem as primeiras letras e, mormente, resistências ao processo de redução dos *pueblos*.

### Memórias: Bolívar e os índios

Não me parece direito que o Senhor tenha aberto as minhas cartas a Santander e Peñalver. As cartas confidenciais são sagradas para todos, porque contam segredos de outros que não se deve confiar. Assim, espero que de hoje em diante o Senhor não abra nada além das comunicações oficiais, que cuidam das questões do Chile, do Ministro da Guerra, do Panamá, de Castillo e Salom, as demais devem vir fechadas para mim. (Carta de Bolívar para Tomás de Heres).<sup>436</sup>

A epígrafe transcrita acima constitui-se de um trecho da carta de Bolívar ao militar e político venezuelano Tomás de Heres. Essa missiva em particular atenta para o cuidado de Bolívar com suas correspondências, na forma do conteúdo da carta que se difere das correspondências oficiais, as cartas confidenciais trocadas entre os generais da independência eram sagradas, o general possuía uma sólida urdidura com uma cultura

---

<sup>435</sup> Carta al Gobernador de Valdivia, Juan Clarke (Kallfunguru), Carta al Gobernador de Valdivia, Juan Clark (kayumañke); retirado de: PAVEZ OJEDA, Jorge (comp.) Cartas. In: Cartas mapuche, siglo XIX, CoLibris/Ocho Libros, Fondo de Publicaciones Americanistas, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2008.p.119-120.

<sup>436</sup> Retirado de: FREDRIGO, Fabiana de Souza. As cartas, a história e a memória. In: Guerras e escrita: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo, Editora da UNESP, 2010, p. 52-53.

epistolar produzida no século XIX. O número de cartas, 2.815, como já dito, demonstra esse zelo de Bolívar na escritura de suas cartas.

O envolvimento constante de Bolívar nas guerras de independência e a necessidade de comunicação com seus generais podem explicar o grande número de missivas escritas pelo líder, mas não é suficiente. Com o findar da luta pela independência, as correspondências sofreriam um decréscimo natural, o que não ocorre. Bolívar utilizou a escrita de cartas até o final de sua vida. Quando o general já não conseguia escrever as cartas de próprio punho contratavam-se os *amanuenses*, isto é, os copistas-secretários-particulares muito comuns no século XIX, que copiavam as cartas ditadas pelo general.

Todo esse apreço de Simon Bolívar por seu epistolário fez com que a historiadora Fabiana de Souza Fredrigo (2012) buscasse demonstrar por meio da análise do seu epistolário, como o general buscou através da escrita de cartas edificar um projeto de memória, legar à posteridade a imagem do líder irretocável, avesso a vida privada.

Para concretização de seu projeto de memória Bolívar teria que se legitimar entre seus pares construindo uma memória no presente. Nas 2.815 cartas escritas por Bolívar os seus remetentes na maioria são os generais envolvidos no processo de independência. São constantes as cartas enviadas aos generais: *Páez, Santander e Sucre*.

Daí que Bolívar procura a todo o momento edificar um projeto de memória no presente, reconhecendo que os generais ao seu redor eram competentes quanto ele e que poderiam substituí-lo a qualquer momento, Bolívar se reconhece como um homem dispensável quanto qualquer outro. “Exatamente por se saber ‘dispensável’, era preciso efetivar a ‘memória da indispensabilidade’”.<sup>437</sup> Em resumo, Bolívar patrocinou um projeto de memória que visava à legitimação de sua pessoa entre seus pares, fabricando a ideia da “indispensabilidade”.

Após difundir sua indispensabilidade aos seus pares o general teria agora outra empreitada pela frente, difundir *a priori* sua indispensabilidade pelos indígenas. Em relação aos *autóctones*; no processo de independência, Bolívar expressa que esses índios foram acostumados à docilidade, a subserviência, em carta ao editor da Gazeta Real Jamaica, escreve:

---

<sup>437</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. Guerras e escrita. p.69.



O índio é de caráter tão dócil que unicamente deseja o repouso e a solidão: não aspira sequer a acaudilhar sua tribo, muito menos a dominar as estranhas. Felizmente esta espécie de homens é a que menos reclama a preponderância, ainda que seu número exceda à soma de outros habitantes. Esta parte da população americana é uma espécie de barreira a conter os demais partidos: ele não pretende a autoridade, porque não a ambiciona nem se crê com aptidões para exercê-la, contentando-se com sua paz, sua terra e sua família. O índio é o amigo de todos porque as leis não estabeleceram a desigualdade entre eles e porque, para obter todas as mesmas dignidades de fortuna e honra que concedem os governos, não há necessidade de recorrer a outros meios que o trabalho e o saber, aspirações que eles odeiam mais do que podem desejar as graças. Assim, pois, parece que devemos contar com a docilidade de muito mais que a metade da população, posto que os índios e os brancos compõem três quintos da população total; se acrescentarmos os mestiços, que participam do sangue de ambos, o aumento torna-se mais sensível e o temor das cores, conseqüentemente, diminui.<sup>438</sup>

Essa visão de sujeitos manipulados, alheios à história, e devedora de um projeto de memória cultivado por Simón Bolívar. Essa carta de Bolívar demonstra a memória que o general atribui aos indígenas. Bolívar constrói a imagem de sujeitos manipulados, avessos à história, incapazes de apreender os jogos de poder no cenário das independências, mais da metade da população da América foi condicionada a “docilidade”.

Mas ao mesmo tempo o general demonstra ser o único apto – indispensável – a promover uma ruptura com a mentalidade dócil do indígena. Bolívar expressa implicitamente através do trecho transcrito acima, ser o arauto capaz de “guiar” os índios na luta pela independência, incitando-lhes a participação política, à “liberdade tutelada”. Eles não podem se representar precisam ser representados, Bolívar fala em nome dos indígenas, se auto elege seu líder, e, concomitantemente adquire *a priori* legitimidade.

O mesmo documento demonstra como Bolívar e seus generais líderes legitimados *a priori* estavam cientes da importância dos indígenas para os movimentos de independência, salientando, por exemplo, a quantidade de indígenas que estavam presentes neste contexto, mais da metade da população estava em um estado de torpor, era preciso “acordá-los”. Buscando com isso angariar novos reforços para consolidar o processo emancipatório.

Através de seu epistolário Bolívar buscou tecer uma rede de informações que viria mais tarde consolidar-se em memória, que foram instrumentalizadas por ele, a fim de

---

<sup>438</sup> Trecho da “Carta ao editor da Gazeta Real Jamaica” – Kingston, 09/1815; BOLÍVAR, Simón. Carta ao editor da Gazeta Real Jamaica. In: Escritos políticos. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1992.p.66-67.

edificar uma memória de grande líder e concomitantemente ‘controlar’ qualquer revolta ou resistência indígena latente.

Muitos dos grupos indígenas envolvidos nas causas políticas se utilizaram de mecanismos racionais para defesa de seus direitos. A rebelião indígena de *Totonacapan* (Guatemala em 1821) representou uma grande vitória política dos indígenas quando da constituição de 1812 que figurava em efeito a abolição do tributo indígena até a sua revogação em 1814, causando uma série de resistências na Guatemala. Neste embate vários líderes indígenas foram presos, e em suas celas conscientes de que na próxima constituição seriam considerados cidadãos, portanto deveriam se subordinar as mesmas leis de seus concidadãos, ditam uma carta, dizem:

No nos hacemos inocentes de aquellos excesos. Pero tampoco tendrán a los ojos de la ley todas las malicias que ésta pide para que se nos impusiera un castigo del mismo modo que si poseyéramos una educación capaz de hacernos discernir con juicio. Por el contrario, señor Alcalde Mayor, nascidos en los montes y criados, sólo acostumbrados a un grosero ejercicio y a tratar con nuestros padre e compadres, habituados también como nosotros a complacerse con las bestias, no es posible con tales principios que distingamos lo bueno de lo malo, ni que por lo mismo suframos la pena de la suerte que debiera un hombre civilizado y creado outra empresa. Nuestras leyes siempre han visto con equidade a los de nuestra classe y están llenos los códigos de recomendaciones para que se nos vea con aquella compasión que exige nuestra barbarie.<sup>439</sup>

Os indígenas utilizam de um estratagema para não serem julgados como cidadãos, sendo eles considerados “bárbaros” não devem receber o mesmo julgamento dos homens civilizados, em tom irônico os indígenas dizem que não são capazes de distinguir o bem do mal. É possível observar através dessa carta a apreensão por parte dos indígenas dos símbolos sociais, eles utilizavam o “espelho criollo” para não serem julgados, isto é, eles apreendem a construção da “barbárie” e a utilizam de forma política.

Concluindo, percebemos durante o texto como usos da escrita de missivas no século XIX permitem perscrutar a maneira como os atores históricos apreendem e agem sobre o espaço social. A relação dos missivistas, ou seja, dos produtores de cartas com o

---

<sup>439</sup> Retirado de: LIENHARD, Martin. Doc.35: Carta dictada por algunos indios de Totonacapan, enero de 1821. *Testimonios, cartas y manifestos indígenas* (desde la conquista hasta comienzos del siglo XX). Selección, prólogo, notas, glosario y bibliografía de Martin Lienhard. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p.112.

espaço social em que as cartas circulavam, o contexto. Analisar como atores históricos se relacionavam com interlocutores polissêmicos, como se moviam no processo de emancipação e constituição dos Estados Nacionais, período extremamente nuançado, em que os ameríndios edificaram um projeto de memória através de um conjunto de cartas mestiças.

Para se repensar a resistência/ação dos pueblos e comunidades indígenas em geral, faz-se necessária uma reinterpretação abrangente dos processos históricos que envolviam essas populações. Mais do que isso, devemos também reavaliar como os diferentes atores nativos criaram e construíram um espaço político guiado na rearticulação de identidades.

## Sandinismo: história, teoria e prática.

Igor Santos Garcia

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

[igorsangarcia@gmail.com](mailto:igorsangarcia@gmail.com)

**RESUMO:** O Sandinismo foi uma ideologia revolucionária e paralelamente um projeto de nação que estruturou a organização revolucionária dirigente da Revolução Nicaraguense em 1979, ou seja, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Identificar este projeto de nação requer, portanto, uma análise do pensamento sandinista. A partir das ideias de Augusto C. Sandino, e das bases do programa sandinista, inicialmente moldado por Carlos Fonseca, é possível compreender a ideologia sandinista como um projeto político nitidamente revolucionário e com fortes tendências socialistas, de modo que a nação historicamente defendida pela FSLN tinha como ideal o socialismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sandinismo; Nacionalismo; FSLN.

### Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em fase ainda muito inicial. Por motivos óbvios não oferece nenhuma conclusão, de maneira que trata-se de um trabalho que tem como objetivo levantar algumas reflexões ainda sem respostas claras. Aqui o leitor encontrará muito mais problematizações do que propriamente afirmações categóricas acerca do Sandinismo e de suas contradições.

Em uma pesquisa anterior<sup>440</sup>, apresentada em uma edição anterior deste mesmo evento, analisamos a participação de uma brigada de combatentes voluntários na Revolução Sandinista. Além da própria participação, foi também abordada a crítica feita pelos dirigentes da brigada, militantes de um partido trotskista, à FSLN. A crítica que tivemos acesso abriu caminho para uma nova reflexão sobre o sandinismo: a contradição entre sua estrutura partidária e militar e suas ações como detentor do poder político após a revolução. Contradição que pode ser resumida na mudança do programa histórico da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) pouco antes da vitória final contra a ditadura de Anastasio Somoza Debayle.

A reta final da luta contra a ditadura na Nicarágua foi marcada por uma mudança nas diretrizes estratégicas, e esta mudança foi, em nossa opinião, um indicativo de que o

---

<sup>440</sup> A Brigada Simón Bolívar e sua participação na Revolução Nicaraguense (1979), apresentada no III Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

projeto de nação sandinista pautado na luta pelo socialismo foi em certa medida deixado de lado em prol da vitória total contra o regime somocista.

### **A ideologia sandinista**

O estudo da ideologia sandinista deve pautar-se, principalmente, em duas figuras, Augusto César Sandino e Carlos Fonseca Amador. O primeiro, referência histórica do sandinismo, lutou contra a intervenção norte-americana na Nicarágua nas décadas de 20 e 30 do século XX; e o segundo, principal dirigente e fundador da FSLN, militou politicamente e lutou entre as décadas de 50 e 70, até sua morte em 1976.

Sandino nasceu em 1895 na cidade de Niquinhomo e durante a juventude trabalhou na propriedade de seu pai, até se envolver em um conflito pessoal em sua cidade e sair da Nicarágua. Durante o exílio trabalhou em Honduras e México, e sua estadia neste último país é de grande importância para sua formação política. Em suas biografias, atribui-se parte de suas posições políticas ao contato que o mesmo teve com o anarquismo e até mesmo a maçonaria no México. Sua identidade patriótica aflora perceptivelmente no exílio, quando resolve voltar para sua terra natal após tomar conhecimento da intervenção estadunidense na Nicarágua.<sup>441</sup>

Em território nicaraguense, Sandino organizou uma pequena guerrilha campesina que lutou a favor da causa liberal, sob o comando do General Moncada. Após o armistício entre liberais e os EUA em 1927, resolve não entregar suas armas e continua lutando com sua guerrilha campesina contra as tropas norte-americanas.

Sandino, ou General de homens livres, como se intitulava, se considerava “comunista racionalista”. Ao que parece, este termo é oriundo de duas grandes influências em sua vida, a primeira, o anarco-sindicalismo, e a segunda, sua predisposição à chamada “teosofia”, uma mistura de crença espiritual com a racionalidade científica, muito comum, por exemplo, no espiritismo. A influência espiritual no pensamento de Sandino é muito forte e o mesmo chega em um momento a descrever a revolução como uma purificação espiritual. No entanto, o que nos interessa é sua análise materialista da sociedade. Inegavelmente Sandino era avesso à propriedade, e acreditava na propriedade coletiva (cooperativas) e na autogestão campesina e operária.

---

<sup>441</sup> SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira (1926-1934)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Este movimiento es nacional y anti-imperialista [...] es popular y preconizamos un sentido de avance en las aspiraciones sociales [...] Yo no tendré nunca propiedades [...] Yo soy partidario más bien de que la tierra sea del Estado. En este caso particular de nuestra colonización en El Coco, me inclino por un régimen de cooperativas.<sup>442</sup>

A guerrilha sandinista desenvolveu em suas áreas de influência cooperativas campesinas, além de promover expropriações de propriedades, como minas de ouro, para socialização dos bens. Apesar de sua concepção notoriamente espiritualista, Sandino se mostrou sempre a favor de um movimento com bases populares e contra a propriedade privada capitalista. Pouco nos interessa o fato de que Sandino se intitulasse “não marxista”, suas ações práticas sempre se mostraram contra o capital e a favor da organização autônoma dos trabalhadores. Esta marca do pensamento sandinista se encontra em várias passagens que o mesmo escreveu e em suas biografias, mas por motivos de espaço não serão trabalhadas aqui com a merecida atenção.<sup>443</sup>

O outro colaborador histórico do pensamento sandinista foi Carlos Fonseca Amador. Nasceu em Matagalpa em 1936, e, junto com outros companheiros, fundou a Frente Sandinista de Libertação Nacional. É considerado o chefe da revolução e foi o responsável por adaptar o pensamento de Augusto C. Sandino à nova etapa de luta revolucionária nicaraguense. Em sua juventude se afastou da estrutura rígida do Partido Socialista Nicaraguense e viu no pensamento sandinista a verdadeira ideologia condizente à situação histórica da luta do proletariado nicaraguense. Era marxista e teve como grande inspiração revolucionária a Revolução Cubana de 1959.<sup>444</sup>

Dedicou parte de sua produção intelectual à questão da identidade do sandinismo, que deveria pautar-se na identidade radicalmente revolucionária e socialista, conforme o próprio pensamento de Sandino e a organização da FSLN como vanguarda de classe.

Nosotros, al trazarnos seguir la lucha revolucionaria, nos guiamos por los principios más avanzados, por la ideologia marxista, por el comandante Ernesto Che Guevara, por Augusto César Sandino. [...] En el momento

<sup>442</sup> SANDINO, Augusto C. *El Pensamiento Vivo* (recompilación de Sergio Ramírez). t. I, p. 267. Editorial Nueva Nicaragua, Managua, 1984. *apud* FONSECA TERÁN, Carlos. *La perpendicular histórica: el sandinismo como corriente alternativa y el derrumbe de las paralelas históricas em Nicaragua*. Managua: Hispamer, 2011.

<sup>443</sup> FONSECA TERÁN, Carlos. *La perpendicular histórica*. SELSER, Gregorio. *Sandinino, General de Homens Livres*. São Paulo: Global Editora, 1979.

<sup>444</sup> ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*. Trad. Maria Silva Mourão Netto. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

actual se hace necesario que planteemos con gran énfasis que nuestro magno objetivo es la revolución socialista. [...] No se necesita mucha perspicacia para adivinar que el enemigo tratará de penetrar la organización, nuestras filas mismas, a través de personas que pueden hacerse pasar por sandinistas, para más adelante provocar escisiones mediante grupos de sandinistas “democráticos.”<sup>445</sup>

A citação acima condensa de maneira satisfatória o posicionamento de Carlos Fonseca. Por um lado estabelece o socialismo como objetivo principal da FSLN, e por outro, alerta para uma possível deturpação do pensamento sandinista, onde “falsos sandinistas” se mesclariam à base do partido e provocariam cisões a partir da reivindicação democrática.

O sandinismo, para efeitos de conclusão, desde Sandino até Carlos Fonseca, se resume a um pensamento radicalmente revolucionário e popular. Como visto acima, sua estrutura é composta pelo anti-imperialismo, a luta contra a propriedade capitalista e a construção do socialismo. O que vimos, afinal, foi que estas ideias se apresentam de maneira menos clara e direta na obra de Augusto César Sandino.

### **Sandinismo e nacionalismo**

É comum na América Latina que o discurso nacionalista se misture com a ação revolucionária socialista. A revolução sempre teve aqui o grande papel de impulsionar o rompimento com o imperialismo, sobretudo aquele empreendido pelos Estados Unidos. A luta pela independência política e econômica sempre encontrou no sentimento nacionalista uma importante base ideológica. Não me refiro, obviamente, ao nacionalismo típico da Europa do período entre guerras, que motivou a ascensão de sentimentos radicalmente xenófobos, racistas e imperialistas, como bem se sabe. O nacionalismo latino-americano é diferente, me parece muito mais propenso a coincidir-se com as ideias da esquerda e, apesar da aparente contradição, tem uma profunda conotação internacionalista, uma vez que se confunde com a aspiração de uma América Latina unida.

O sentimento nacionalista, porém, quando faz parte de uma luta revolucionária, torna-se concreto, ou pelo menos tem esta pretensão. O sentimento torna-se, portanto, um projeto, mais especificamente um projeto de nação. A revolução, na medida em que pretende tomar o poder político, já de antemão está munida de um projeto do que virá a

---

<sup>445</sup> FONSECA, Carlos. *Bajo la bandera del sandinismo*, p. 167. Editorial Nueva Nicaragua, Managua, 1985. *apud* FONSECA TERÁN. *La perpendicular histórica*.



ser o futuro Estado Nacional. Toda a ação revolucionária, conseqüentemente, deve, ou pelo menos deveria, estar em harmonia com o projeto de nação defendido pelos revolucionários.

O nacionalismo clássico, ou o próprio Estado Nacional, que teve sua origem na Europa do antigo regime, foi um empreendimento burguês. Ora, a nação é um projeto de conformação de identidades de classes e culturas em prol da formação de um mercado interno. Nesse caso, conclui-se que o Estado Nacional é o projeto de uma classe que assume então um caráter universal. Por outro lado, segundo a teoria marxista, a classe operária é profundamente internacionalista. Assim é porque pensa em termos transnacionais, na medida em que seu inimigo é o capital.<sup>446</sup>

O que podemos chamar de “nacionalismo de esquerda”, muito comum na América Latina, carrega aparentemente uma contradição a ser discutida, entretanto, não nos ateremos a essa questão por se tratar de uma discussão extensa e delicada. Queremos chegar com esta breve análise do nacionalismo à seguinte conclusão: o projeto de nação é o projeto de uma classe (um segmento da sociedade), seja ela qual for, e, apesar de ter sua origem em um certo tipo de imaginação, pois é um projeto, está intimamente ligada à uma ideologia que pretende organizar um Estado Nacional a partir de um determinado molde.

Ao longo da história da Nicarágua basicamente dois projetos de nação se desenvolveram, vindo mais tarde o sandinismo se estabelecer como uma opção alternativa. “Por una parte liberales y conservadores – las dos corrientes políticas que conformaron las paralelas históricas – y por otra parte el sandinismo – la corriente que irrumpió como una perpendicular rompiendo dicho esquema”<sup>447</sup>.

Os dois primeiros projetos de nação, as paralelas históricas, se resumiam aos projetos da elite nacional e se digladiavam em uma disputa carente de conteúdo político muito profundo, uma vez que ambas eram muito parecidas. A disputa das paralelas históricas dividia a tímida burguesia nacional em modernizantes e retrógrados, e de certa forma servia como válvula de escape para a rebeldia popular. Na prática, ser liberal era quase o mesmo que ser “anti-conservador”, por outro lado ser conservador era na prática ser “anti-liberal”. O conflito envolvia disputas familiares e rivalidades regionais muito mais do que uma verdadeira oposição ideológica. O sandinismo, em contrapartida, surgiu como

---

<sup>446</sup> TORRES-RIVAS, Edelberto. *Centroamérica: entre revoluciones y democracia*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO, 2008.

<sup>447</sup> FONSECA TERÁN. *La perpendicular histórica*, p. 29.

uma alternativa totalmente nova, com um projeto de nação baseado em uma ideologia que pregava o poder popular e a libertação nacional, trazendo consigo o ideal da libertação social.<sup>448</sup>

O projeto de nação defendido pelos sandinistas foi, como já dito anteriormente, a própria proposição ideológica do movimento. Entender o projeto de nação defendido pela FSLN requer a compreensão da ideologia sandinista, que como já defendemos aqui, é profundamente revolucionária e socialista. Daí o motivo pelo qual Terán caracteriza o projeto de nação sandinista como uma perpendicular histórica, pois emerge de uma ideologia que rompe radicalmente com as paralelas históricas dos liberais e conservadores. Romper com projetos capitalistas requer um projeto anticapitalista, de maneira que no momento em que a FSLN se intitulou um projeto radicalmente diferente dos demais projetos de nação, e também no momento em que opta pela luta armada, a imaginação do futuro Estado Nacional nicaraguense foi erigido pelas ideias socialistas.

### **A transformação do projeto sandinista**

Após a morte de Carlos Fonseca, em 1976, divergências ideológicas se acentuaram no interior da FSLN. Conformaram-se três tendências internas, sendo elas a *Proletaria*, a *Guerra Popular Prolongada* e a *Terceirista*. Apesar da não ocorrência de uma cisão na Frente Sandinista, percebeu-se uma maior divergência quanto à tática de luta contra a ditadura somocista.

Em um relato de cunho jornalístico, mas de grande utilidade na análise histórica, Shirley Christian<sup>449</sup> narra os bastidores dos momentos decisivos da Revolução Sandinista. Segundo a autora, em um extremo oposto à luta dos revolucionários contra a Guarda Nacional, se desenrolava uma grande operação do governo norte-americano para que houvesse uma transição pacífica entre o fim da ditadura de Somoza e um governo provisório. A transição pacífica nada mais era do que uma tentativa de solução que impedisse que a FSLN tomasse o poder a partir de uma vitória incontestável. A vitória final dos revolucionários tornou-se, naturalmente, mais urgente. A tendência *Terceirista* se transformou em hegemônica quanto à tática de luta. Defendeu uma ampla insurreição em âmbito nacional e apoiou alianças com setores não revolucionários para que a ofensiva final

---

<sup>448</sup> \_\_\_\_\_ . *La perpendicular histórica*.

<sup>449</sup> CHRISTIAN, Shirley. *Nicarágua: revolução em família*. trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Editora Record, 1985.

fosse de fato avassaladora. Após a fuga da família Somoza e de seus partidários, o poder não foi ocupado unicamente pela FSLN, na verdade a chamada Junta de Reconstrução Nacional era composta por vários setores da política nicaraguense, apesar de uma nítida maioria sandinista. A atitude encorajada pelos “terceristas”, que pode ser identificada na Plataforma Político-Militar de Maio de 1977, fez com que a vitória de 1979 não trouxesse consigo a força necessária para que os sandinistas implementassem o projeto de nação historicamente defendido pela FSLN.

A política de alianças adotada pela FSLN na reta final da luta contra a ditadura tornou real a perda de identidade da ideologia sandinista alertada por Carlos Fonseca anos antes. Em benefício de uma estratégia que acelerou, sem dúvidas, a derrota da Guarda Nacional somocista, a FSLN abriu mão de uma identidade historicamente produzida e, conseqüentemente, da possibilidade de implementação de um projeto de nação condizente com esta identidade.

Não se trata aqui de concluir que a ideologia sandinista se converteu em algo diferente após a revolução, nem tampouco de dizer que o sandinismo pós-revolução simplesmente abandonou seus projetos primeiros. No entanto, a situação acima descrita estabeleceu uma série de compromissos que serviram para frear certos elementos do programa revolucionário que moldou a própria formação da FSLN. A aparente perda da identidade original do sandinismo serviu para abalar a própria estrutura da vanguarda revolucionária, que mais tarde se converteu em partido político eleitoral, pois em última instância simboliza contradições entre o projeto de nação e as ações políticas dos sandinistas. Tratamos, afinal, de uma falta de coerência entre história, teoria e prática.

## Vídeo-arte e literatura de testemunho no Chile: um estudo da obra *El padre mío*

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua  
Graduanda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[isadora.vivacqua@yahoo.com.br](mailto:isadora.vivacqua@yahoo.com.br)

**RESUMO:** este artigo analisa o vídeo-arte (1985) e a obra literária (1989) que compõe o trabalho *El padre mío*, elaborado pelas artistas Diamela Eltit (1949 -) e Lotty Rosenfeld (1943 -), entre os anos de 1983 e 1989, no Chile. Objetivamos demonstrar como tais produções serviram como denúncia e resistência ao governo ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990), e podem auxiliar na construção de uma memória crítica sobre o período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vídeo-arte; Literatura de testemunho; Resistência política; Memória; Chile.

### Introdução: o aparato coercitivo da ditadura chilena

Em 11 de setembro de 1973, ocorreu um golpe de Estado no Chile sob o comando do general Augusto Pinochet, que pôs fim ao governo democrático de Salvador Allende e ao seu projeto de instaurar o socialismo no país pelas vias constitucionais e democráticas. Após o golpe, os membros da Junta Militar começaram a estabelecer um novo sistema de governo, claramente autoritário, em que partidos políticos e organizações representativas contrárias ao regime foram proibidas de atuar. O cientista político Heraldo Muñoz, destaca que a Junta estipulou vários *decretos-lei*: “normas jurídicas impostas por um regime *de facto*, tendo a força de uma lei decretada pelo Legislativo”<sup>450</sup>, sendo que o primeiro, criado no dia do golpe, garantia à Pinochet a presidência da própria Junta de Governo, cargo que inicialmente seria rotativo. Em 17 de Junho de 1974, através do decreto-lei 527, o general assumiu o posto de “Chefe Supremo da Nação” (detentor exclusivo do Poder Executivo, reduzindo a Junta a um setor legislativo do governo), cargo que posteriormente seria substituído pelo de Presidente da República, em dezembro de 1974.<sup>451</sup>

Após o golpe, o ditador ainda deu início a elaboração de um sistema de segurança responsável por auxiliar na manutenção do seu regime. A pesquisadora Priscila Antunes

---

<sup>450</sup> MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: Memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução: AGUIAR, Renato, p. 79.

<sup>451</sup> \_\_\_\_\_. *A sombra do ditador: Memórias políticas do Chile sob Pinochet*, p. 81.

ressalta a criação da *Secretaria Nacional de Detenidos/SENDET*, que possuía um Departamento de Inteligência responsável por produzir as normas de interrogatórios das “pessoas suspeitas”, determinar seu “grau de perigo”, manter uma associação com os serviços de inteligência das Forças Armadas e intercambiar informações. Contudo, por não considerar este órgão totalmente eficiente, Pinochet propôs a sua transformação em outro mais independente, que apenas seria subordinado ao governo e este seria o responsável por coordenar o aparato repressivo no país. Assim, o *Departamento de Inteligência* transforma-se na *DINA – Dirección de Inteligencia Nacional*, e através do decreto-lei 521 torna-se responsável por recolher informações que ajudassem a manter a “segurança nacional”.<sup>452</sup>

Os serviços de inteligência latino-americanos tiveram seu auge com a criação do grupo *Condor*, uma “formação multinacional dedicada a operar nos países limítrofes, nos quais assassinavam ou detinham dissidentes que fugiam da repressão em seus países de origem”.<sup>453</sup> *Condor* pode ser compreendida como uma unidade concreta do Departamento Exterior da *DINA*.<sup>454</sup> Percebe-se assim, que Pinochet coordenou um intenso aparato coercitivo no Chile, visando atingir tanto àqueles que permaneciam no país quanto os que foram para o exílio. Diversas pessoas foram perseguidas, torturadas e assassinadas, por serem consideradas ameaças ao governo.

No campo econômico, o general implementou o modelo de liberalismo proposto por Milton Friedman e, contando com o auxílio de jovens economistas formados na Universidade de Chicago (os “*Chicago boys*”), começou um “tratamento de choque” para mudar a economia do país: implantou medidas de “enxugamento” do Estado, privatizações em massa e fim de políticas assistencialistas. Essas medidas alavancaram a economia chilena, mas trouxeram diversos prejuízos sociais, tornando direitos fundamentais (como acesso à educação, a bens básicos de alimentação) restritos principalmente à parcela da população que possuía melhores condições financeiras.

A historiadora Êça Pereira da Silva ressalta que tal modelo econômico também impactou a situação das artes do país. Com o fim do mecenato estatal para as atividades culturais, característico do governo de Salvador Allende, e o clima de repressão instaurado

---

<sup>452</sup> ANTUNES, Priscila. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007, p. 399-417.

<sup>453</sup> \_\_\_\_\_. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*, p. 406.

<sup>454</sup> \_\_\_\_\_. *O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet*, p. 406.

a partir de 1973, teve início o período conhecido como “apagão cultural” que durou mais intensamente até 1976, quando alguns artistas articulariam novas maneiras de produzir e divulgar as suas obras,<sup>455</sup> sendo muitas delas elaboradas para denunciar os crimes do Estado. A escritora Diamela Eltit e a artista plástica Lotty Rosenfeld foram intelectuais<sup>456</sup> que utilizaram a arte como instrumento de resistência política. A seguir, nos dedicaremos a analisar um de seus trabalhos intitulado *El Padre Mío*, que foi desenvolvido na década de 1980 em Santiago do Chile, ajudando a questionar tanto o contexto ditatorial quanto outras formas de violência que já haviam sido naturalizadas pela sociedade chilena.

### **O trabalho *El padre mío* e o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)***

Em 1979, Diamela Eltit e Lotty Rosenfeld ajudaram a fundar o *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*. Este grupo foi criado com o objetivo de denunciar a ditadura pinochetista a partir da realização de intervenções artísticas pelas ruas das cidades; ansiavam também, por romper com as concepções mais tradicionais de arte que eram associadas à divulgação de obras apenas em espaços fechados e não acessíveis à parcela da população. A proposta do coletivo era a de perceber toda a cidade enquanto um museu que deveria ser ocupada artisticamente pelos cidadãos. As artistas procuravam conhecer as diversas regiões de Santiago, inclusive as áreas mais periféricas, enxergando nelas espaços para suas intervenções urbanas e percebendo a arte como uma ferramenta para desenvolver uma nova forma de vida, mais coletiva e democrática.

Eltit e Rosenfeld desenvolveram muitos projetos em conjunto enquanto integravam o grupo *CADA*. Um destes foi intitulado *El padre mío* e partiu do encontro das artistas com um sujeito que habitava um terreno baldio e aparentava possuir algum problema psiquiátrico. Elas encontraram com este homem entre os anos de 1983 e 1985, realizando gravações dos seus depoimentos. Sob o “prisma da loucura” ele narrou o contexto ditatorial chileno e, embora para muitos a sua fala pudesse ser desconsiderada por não ter a

---

<sup>455</sup> SILVA, Êça Pereira da. *Araucaria de Chile: uma revista de resistência cultural*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.10, p. 83-125, jan./jun. 2011, p. 83-85.

<sup>456</sup> Por “Intelectual” pode-se compreender, segundo Carlos Altamirano: “actores del debate público, el intelectual como ser cívico – ‘conciencia’ de su tiempo, intérprete de la nación o voz de su pueblo”; disponível em: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz, 2010. p. 09-28. A função do intelectual seria “producir y transmitir mensajes relativos a lo verdadero (si se prefiere: a lo que ellos creen verdadero), se trate de los valores centrales de la sociedad o del significado de su historia, de la legitimidad o la injusticia del orden político”; disponível em: ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina I: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Kart Editores, 2008, p. 09-14. Os intelectuais dialogariam com seus “pares” e com a sociedade em geral, necessitando do reconhecimento de ambos os públicos.

mesma estrutura narrativa que a de uma pessoa considerada “normal”, elas optaram por escutá-la e divulgá-la, defendendo que seu discurso poderia ajudar a questionar o quadro político de seu país, e não assim devendo cair no esquecimento. A divulgação do testemunho foi realizada a partir da criação de duas obras: uma produção literária (1989) à cargo de Eltit e um vídeo-arte (1985) elaborado pelas duas artistas e que foi listado como um dos trabalhos do *Colectivo Acciones de Arte*.<sup>457</sup>

Ao conversar com este morador da periferia, Eltit conta que não descobriu seu verdadeiro nome, contudo, ao se apresentar, ele se descreveu como alguém que pertenceu a cargos altos do governo, que possuía importantes informações sobre pessoas da administração ligadas a *El Padre Mío* (que analisando suas falas podemos associar à figura de Pinochet), mas que por não compactuar com determinadas ações deste grupo foi perseguido, colocado em um hospital psiquiátrico e teve seus bens confiscados. Em seu discurso, destaca-se constantemente a necessidade de falar sobre o que ocorreu para que “os atuais eventos”, conforme diz, possam ser questionados.<sup>458</sup>

Embora não se possa afirmar sobre o que seria fruto da doença e o que corresponderia a situações reais, podemos ver neste sujeito um exemplo de alguém que contraria o discurso oficial das Forças Armadas, de um Chile supostamente democrático e inclusivo. Trata-se de uma pessoa marginalizada tanto pela sua condição econômica quanto psicológica que nos relembra das variadas maneiras de repressão que estavam sendo impostas. Estas envolviam não apenas agressões físicas, mas também a construção de imagens negativas sobre determinados grupos sociais, visando excluí-los ou transformá-los em sujeitos cujas falas e identidades deveriam ser ignoradas, evitando que seus discursos se propagassem e questionassem a ordem vigente. A partir das imagens gravadas deste homem, e contando com o auxílio do cinegrafista Juan Forch, Eltit e Rosenfeld produzem então, um vídeo-arte chamado *El Padre Mío* (1985)<sup>459</sup> objetivando transmitir esse discurso das margens para a população.

### ***El padre mío e o vídeo-arte no Chile***

---

<sup>457</sup> El padre mío. *Memória Chilena*. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-93257.html>.

<sup>458</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 22-70.

<sup>459</sup> O vídeo encontra-se disponível em: <http://www.umatic.cl/video15.html>.



Uma das principais características que configuram um vídeo-arte é o seu caráter de experimentação com a imagem eletrônica. Esses vídeos geralmente não contam com os mesmos equipamentos que os grandes cinemas, mas buscam apresentar as imagens de uma maneira nova e proporcionar algum tipo de reflexão crítica. Conforme já supracitado, durante o governo de Pinochet foram cortados os incentivos à produção cultural, além do estabelecimento da censura às obras contrárias ao regime militar. Procurando incentivar a volta da produção artística no país e as trocas culturais com intelectuais de outras regiões, membros da embaixada francesa ajudaram a criar, nos anos 1980, os chamados “*Encuentros Franco-Chilenos de Video Arte en Chile*”, promovendo um espaço que permitia aos artistas se expressarem mais livremente, visto que se sentiam resguardados diante da proteção oferecida por membros da embaixada de tal país.<sup>460</sup> A obra *El Padre Mio* foi exibida nestes encontros e considerada como um dos importantes trabalhos feitos por Eltit e Rosenfeld.<sup>461</sup>

Tal vídeo-arte possui aproximadamente dez minutos de duração e inicia apresentando uma movimentação popular e alguns protestos no Chile. Depois, esta cena começa a se desfazer e aparece junto a ela a imagem de Pinochet, com um uniforme branco, de gala. Contudo, mesmo quando a imagem dos protestos começa a sumir e a do general a ter maior destaque, não se ouve a voz do ditador, mas as vozes das ruas, dos sujeitos que se rebelavam. Michel J. Lazzara destaca que por meio dessa justaposição de imagens as artistas apresentam uma crítica a ideia de nação que estava sendo construída pela ditadura: elas unem uma imagem divulgada pelo regime, de Pinochet portando seu uniforme que continha o desenho da bandeira do país, às vozes clandestinas, vindas de sujeitos moradores de regiões periféricas, que não são incluídos nesta nova nação, tendo os seus gestos e discursos reprimidos pelas forças armadas.<sup>462</sup>

Em seguida, aparece no vídeo a imagem de uma menina usando um uniforme escolar; a criança se apresenta como Marisol Díaz, de oito anos, e começa a ler uma redação. Díaz trás um impactante relato sobre a sua família, dizendo que seu pai e seu irmão são abusadores e que a sua mãe, diante destes ataques, tentou fugir e abandoná-la.

---

<sup>460</sup>HERESI, Constanza Jensen. *Aproximaciones hacia el videoarte: análisis sobre su génesis, desarrollo y consolidación en Chile (1973-1989)*. Universidade do Chile. Santiago, Abril, 2013, p. 40-41.

<sup>461</sup> Encuentros Franco-Chileno de video-arte. Centro Cultural La Moneda. Disponível em: <http://www.ccplm.cl/sitio/2014/encuentros-franco-chileno-de-video-arte/>.

<sup>462</sup> LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 104-105.

Este caso pode representar a situação de muitas mulheres em uma sociedade onde impera o patriarcalismo e procura-se naturalizar situações de violência, tratando-as como necessárias para a correção de comportamentos ditos “inadequados”. No plano “macro”, ou na esfera nacional, pode-se perceber isso nos diversos tipos de tortura realizados pelos militares, destinadas principalmente às mulheres, como o estupro. Elas eram muitas vezes vistas como criminosas e portadoras de um comportamento subversivo não apenas por se posicionarem contrárias ao golpe, mas também por estarem contrariando os estereótipos de gêneros que foram (e são), durante anos, construídos e reforçados, saindo de suas casas e ocupando diversas frentes de luta, inclusive a luta armada.

Em um plano “micro”, ou relacionado aos ambientes privados, pode-se usar o caso de Díaz para refletir sobre os tipos de abuso que algumas mulheres sofrem em suas residências e que não são realizadas apenas por agentes militares, mas também por membros de suas próprias famílias que consideram normal o ataque e o controle ao corpo feminino. Seria, conforme ressaltou Lazzara: “un tipo de violencia doméstica que reproduce en ámbito privado una versión-reflejo de la violencia patriarcal (dictatorial) que caracteriza la esfera pública”<sup>463</sup>. Por meio da inserção da imagem e da fala desta criança, percebe-se que Eltit e Rosenfeld realizaram uma forte crítica a uma estrutura social machista e repressiva e, embora este tipo de sociedade não tenha surgido com a ditadura militar, ela foi reforçada neste contexto. Durante o governo de Augusto Pinochet direitos básicos que as mulheres haviam conquistado no Chile foram excluídos, estipularam-se normas de conduta e vestimentas, além da proibição, em 1989, do aborto em qualquer circunstância (lei que ainda permanece em vigência no país).<sup>464</sup>

Após a cena da menina Marisol Díaz, o filme apresenta outra mistura de sons e rostos, e retoma imagens do general discursando para a população. Outra vez não se houve a voz de Pinochet, mas de mulheres e homens de regiões marginais de Santiago, sujeitos muito pobres narrando a sua luta para sobreviver. Deste modo, as artistas questionam novamente os discursos do ditador ao mostrar que a modernização de caráter autoritário que ele promovia não solucionava os problemas do país, mas ao contrário, ampliava os índices de desigualdades sociais. Esta situação também não é específica do contexto

---

<sup>463</sup> \_\_\_\_\_. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*, p. 105.

<sup>464</sup> As leis que proíbem o aborto no estão no Código Penal do Chile, sob o título de "Crimes e Delitos contra a Ordem da Família, a Moralidade Pública e a Integridade Sexual", artigos 342 e 345, datadas de 1989.

ditatorial, mas foi agravado neste período devido, por exemplo, ao combate realizado aos projetos sociais da Unidade Popular<sup>465</sup>, como: reforma agrária, ampliação dos direitos trabalhistas, política de redistribuição de alimentos para moradores de regiões carentes e o controle de preços de itens básicos à sobrevivência. Durante o governo pinochetista tais medidas foram rechaçadas em prol de políticas típicas do “Estado-mínimo”.

O vídeo-arte prossegue com novas mistura de vozes, contudo, uma delas passa a se destacar em relação às outras - a do sujeito esquizofrênico que Eltit e Rosenfeld encontraram habitando um terreno baldio. Embora a câmera ainda foque no rosto do ditador, a voz que escutamos continua sendo das margens da cidade, mais especificamente de alguém considerado como um sujeito louco. Assim, as artistas transmitem a ideia de que a fala do morador de rua estava sendo dita por Pinochet e seria este então o discurso que gostariam que fosse divulgado. Tal montagem também poderia indicar, segundo Lazzara, que as falas do ditador contrapostas às imagens da realidade chilena apresentadas, devem ser vistas como loucura, como um discurso doentio.<sup>466</sup>

Ao fim do filme, as gravações realizadas nos encontros com o morador da periferia tornam-se mais nítidas e a câmera passa a focar apenas em tal sujeito, destacando a sua aparência. Somos obrigados a visualizar com detalhes o modo como ele se encontrava, usando roupas velhas, possuindo feição triste, dentes quebrados e pele machucada. Suas falas e gestos transmitem intensa angústia e nos apresentam a versão deste sujeito sobre o contexto político chileno. Deste modo, o vídeo-arte encerra cumprindo seu propósito de destacar imagens e vozes diferentes das apresentadas nos discursos do governo, criticando a construção de uma história dita “oficial”, inquestionável.

### ***El padre mío e a literatura de testemunho***

Além da elaboração do vídeo-arte, Diamela Eltit dedicou-se a produção de uma obra literária também intitulada *El padre mío* (1989). Um dos objetivos da obra era novamente servir como um canal de comunicação para tal habitante da periferia que provavelmente não teria as suas falas conhecidas pelo resto da população. No livro, nos

---

<sup>465</sup> Coalização de partidos políticos e movimentos de esquerda que apoiaram a candidatura de Salvador Allende à presidência do Chile.

<sup>466</sup> LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 105-106.

deparamos inicialmente com uma apresentação em que a escritora familiariza o leitor com a história do seu encontro com este sujeito: ela narra que o conheceu em 1983, quando realizava uma investigação sobre a cidade e as suas margens, acompanhada de Lotty Rosenfeld, responsável pela documentação em vídeo das pesquisas. Eltit ressalta que os termos “investigação” ou “pesquisa” não indicam que elas possuíam um programa estruturado que delimitaria por onde circulariam e o que deveriam registrar, mas servem para indicar o propósito de “captar y capturar una estética generadora de significaciones culturales”.<sup>467</sup>

A artista descreve ironicamente os corpos dos habitantes destas zonas periféricas como “Esculturas”, destacando que eram muitas vezes considerados como meros objetos pertencentes a estrutura arquitetônica da cidade. Seria necessário enxergar todas as pessoas enquanto “Es-culturas”, em um processo de alteridade, de percepção e valorização de diferentes formações culturais, organizações sociais, etc.<sup>468</sup>. A escritora narra que em suas caminhadas encontrou com o sujeito que chamou de *El padre mío* vivendo em um terreno baldio na Comuna de Conchalí, uma região pobre de Santiago. Observando o espaço notou que ele provavelmente morava no local há bastante tempo: possuía roupas penduradas em arbustos, jornais antigos, objetos para fazer uma fogueira e frascos com água; era muito magro e tinha a pele machucada. Eltit encontrou com este homem três vezes, nos anos de 1983, 1984 e 1985, realizando gravações e filmagens dos seus depoimentos, e, depois, a transcrição fidedigna de suas falas.<sup>469</sup>

Em tais encontros *El Padre mío* estava em total estado de delírio, fruto de algum problema psiquiátrico, possivelmente esquizofrenia. A escritora deparou-se então, com a dúvida sobre qual seria a maneira mais adequada de lidar com estes relatos já que afirma não possuir conhecimento profundo de psiquiatria para realizar algum tipo de estudo clínico. Ela propõe a análise sob o prisma da literatura, área com a qual estava mais familiarizada e que acreditava poder oferecer outra forma importante de estudo das falas:

Visto desde la literatura, este relato del relato, torna gesticulantes las palabras hasta paralizarlas, mostrando su evidencia monologante, al llevar hasta el límite - trágico o burlesco - el nombre, los nombres del poder.<sup>470</sup>

---

<sup>467</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 11.

<sup>468</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 13.

<sup>469</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 15-16.

<sup>470</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 16.

Analisando de modo mais específico, podemos considerar a obra de Eltit como integrante da literatura de testemunho, gênero literário que se desenvolveu a partir da necessidade de narrar situações traumáticas, e que no caso da América Latina está bastante associado à violência empregada pelo Estado durante as ditaduras militares que assolaram tal região na segunda metade do século XX. O fio-condutor de todas as falas transcritas pela artista refere-se justamente ao contexto ditatorial chileno e ao modo como este homem se descreve neste período. Com esta obra a escritora atuou como mediadora para que ele pudesse contar os seus traumas e ter o seu testemunho divulgado, compartilhando outra visão sobre o Chile, diferente das propagadas nas “grandes-mídias”. O pesquisador Juan Armando Epple enfatiza que uma das funções da literatura de testemunho seria justamente a de “democratizar el discurso y postular la verdade de una experiência alternativa a la que trata de modelar ideológicamente el sistema dominante”.<sup>471</sup>

Embora muitos destaquem que é impossível narrar completamente o horror vivenciado em situações de grandes traumas, os testemunhos ajudariam na luta contra o esquecimento destes eventos e contribuiriam para a construção de uma *cultura de memória*, relembrando criticamente tais situações e buscando impedir que elas se repitam. Conforme ressaltou Nora Strejilevich “el horror pretende borrar las huellas del enemigo para que la historia pueda asegurar que ese outro jamás existió; el testimonio, en cambio, expone las marcas, desafiando la aniquilación y admitiendo sus efectos”.<sup>472</sup> A recuperação da memória pode ser vista, assim, como um ato de resistência política. Ainda na introdução de seu livro, Eltit demonstra tal preocupação em impedir que as memórias deste sujeito caíssem no esquecimento. A escritora narra que após o terceiro encontro com o morador de Conchalí (em 1985), retornou no ano seguinte ao terreno baldio onde ele vivia, todavia, não conseguiu mais encontra-lo. Com a publicação do livro afirma que deseja divulgar os depoimentos deste homem, tentar impedir que eles sejam apagados e, especialmente, diluir o peso de sua ausência.<sup>473</sup>

Após a apresentação do livro, segue-se a transcrição das três falas de *El padre mío*, separadas pelo ano em que foram gravadas. Em um primeiro contato, os testemunhos

---

<sup>471</sup> EPPLÉ, Juan Armando. *Acercamiento a la literatura testimonial em Chile*. Revista Iberoamericana: Pittsburgh, Vol. LX, 1994, p. 1149.

<sup>472</sup> STEJILEVICH, Nora. *El arte de no olvidar. Literatura testimonial en Chile, Argentina y Uruguay entre los 80 y 90*. Buenos Aires: Catálogos, 2006, p. 17.

<sup>473</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 18.

podem parecer desprovidos de lógica, vindos de uma pessoa em estado de alucinação e que, portanto, não seria possível estabelecer algum vínculo entre eles e a realidade chilena. Todavia, analisando as falas pode-se perceber claramente o clima de opressão e violência instituído durante a ditadura militar e o modo como a figura de Pinochet foi associada, para muitos, à de uma autoridade que deveria ser respeitada indiscriminadamente. Lazzara ressalta que o sujeito esquizofrênico refere-se constantemente ao ditador como o seu pai, entretanto, um pai autoritário, que oprime e não acolhe. Rejeitando este pai, Eltit escolhe o homem marginal que encontrou na periferia de Santiago para ocupar este papel, passando a se referir a ele como *El padre mío*, negando assim, a autoridade que Pinochet tentava impor.<sup>474</sup>

Em sua primeira fala o sujeito afirma: “El padre mío les da órdenes a todos ustedes, ilegal”<sup>475</sup>, descreve-o como integrante das forças armadas e como alguém que conta com pessoas influentes para cuidar de seus documentos. Assim como El padre mío, ele também teria integrado a Administração do país e deveria ocupar determinados cargos do governo, contudo, estes lhe foram negados e afirma o terem perseguido: “A mí me plantearon por asesinato y enfermo mental. Se pagó un dinero importante por lo mío”.<sup>476</sup> O motivo destas perseguições é apresentado de modo sistemático nas suas três falas, repetindo que não concordou e não foi cúmplice de determinadas pessoas que tinham como meta exterminar outras; contudo, como possuía importantes informações sobre elas, sabendo inclusive o endereço pessoal, teria sido vítima de repressão.<sup>477</sup>

Conforme ressaltado, embora o depoimento fosse dado por uma pessoa em estado de delírio, pode-se tentar compreender a maneira pela qual este homem se percebe no contexto opressor da ditadura e qual o efeito do *trauma* em seu discurso. Um elemento sobre o qual ele se preocupa é o que denomina de “poder da eletricidade”, dizendo que serviu para enfraquecê-lo, além de tornar a sua mente confusa.<sup>478</sup> Sabe-se que os choques elétricos foram um dos instrumentos de tortura empregados neste contexto, e que foram muitas as vítimas deste procedimento. Se este homem realmente foi uma destas vítimas não

---

<sup>474</sup> LAZZARA, Michael J. *Prismas de la memoria: narración y trauma en la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2007, p. 103.

<sup>475</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 23.

<sup>476</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 23.

<sup>477</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 40.

<sup>478</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 40.

é possível afirmar, mas seu relato pode ser visto como um testemunho de um contexto em que esta e outras formas de violência foram tratadas como normais ou necessárias.

Nos discursos deste sujeito, outro traço que também aparece é a sua busca pela definição de uma identidade e um dos elementos que usa para descrevê-la é a sua opção política em contraste com a de *El padre mío*, ressaltando assim, as suas diferenças em relação ao ditador: “pero el Padre Mío no es comunista, sino que es un oportunista, por lo que le estoy conversando yo. Pero yo sí que soy comunista y socialista”.<sup>479</sup> Ele também afirma que gostaria que as suas memórias não fossem ignoradas e pudessem ser tratadas como testemunhos do contexto político que seu país vivenciava. Diamela Eltit afirma que a sua fala exerce

una provocación y una demanda a habitar como testimonio, aunque en rigor su testimonio está desprovisto de toda información biográfica explícita. El mismo lo dice en una de sus partes: ‘Pero debería de servir de testimonio yo. Hospitalario no puede servir, porque ahí tienen empleada la táctica de la complicidad’. (De su Tercera Habla).<sup>480</sup>

Por meio do livro *El padre mío*, a escritora se propõe a tratar as falas deste sujeito do modo como ele sugeriu, produzindo uma importante obra para divulgar de modo fidedigno os seus depoimentos. Apesar de o último encontro ter ocorrido em 1985, Eltit apenas conseguiu publicar as falas quase quatro anos depois. Nos agradecimentos da obra a escritora afirma que esta publicação só foi possível com o auxílio do seu amigo e editor Francisco Zegers, “quien ha compartido la opción por espacios y voces alternativas y, particularmente, por esta habla encontrada en la ciudad”<sup>481</sup>. Ao publicá-la, a escritora busca conferir autenticidade a um discurso marginal ou, oferecer um contra-discurso às falas de Pinochet, destacando como em todas as partes das cidades encontram-se sujeitos atingidos pela ditadura e que tem algo a dizer sobre esta situação.

### Considerações finais

Por meio do estudo do vídeo-arte (1985) e da obra literária (1989) que compõe o trabalho *El padre mío*, pode-se perceber a preocupação de Diamela Eltit e Lotty Rosenfeld em desenvolver projetos artísticos capazes de dialogar com o contexto político pelo qual o

---

<sup>479</sup> ELTIT, Diamela. *El padre mío*. Francisco Zegers Editor, Santiago, Chile, 1989, p. 46.

<sup>480</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 17-18.

<sup>481</sup> \_\_\_\_\_. *El padre mío*, p. 09.



Chile vivenciava em fins do século XX: regime ditatorial, censura, repressão política, etc. Em suas produções realizam muitas críticas ao governo de Augusto Pinochet e destacam as consequências sociais da implementação de um sistema econômico neoliberal no país. As artistas dedicaram-se também a estudar os diversos mecanismos de poder que existem nas cidades e que não são tão claros como a imposição de um novo governo. Para isso, investigaram variadas regiões de Santiago, procurando destacar sujeitos e espaços periféricos, percebendo em suas falas um contra-discurso vindo das margens da cidade às informações divulgadas pela “grande mídia”. Assim, realizaram um combate à formação de uma imagem única sobre a história chilena. Hoje, 25 anos após o fim da ditadura, o trabalho *El padre mío* continua ocupando um papel fundamental na construção de uma memória crítica, mantendo vivas falas e histórias que alguns desejam esquecer ou apagar.



# Sem rosto, mas não sem voz: identidade e discurso no Exército Zapatista de Libertação Nacional

Júlia Melo Azevedo Cruz

Mestranda em História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais

[juliameloac@gmail.com](mailto:juliameloac@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de analisar alguns dos principais componentes do discurso político e da identidade do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena que surgiu no estado de Chiapas, no México, na década de 1980 e que luta, principalmente, pelos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. A princípio, surgiu como uma insurreição local na região do sudeste mexicano e, posteriormente, expandiu suas demandas, suas estratégias de ação e seu alcance político para o âmbito nacional e até mesmo internacional. Em meados dos anos 2000, já era um movimento bastante diferente daquele que havia feito sua primeira aparição pública em 1994 e contava com comunidades zapatistas espalhadas por diversos países do mundo. Com foco nas transformações pelas quais passou o repertório de ação política do grupo – que deixou a luta armada e passou a adotar uma estratégia de ação civil e pacífica – procuramos traçar algumas das características do discurso político e da identidade zapatistas. Apesar de ser um movimento majoritariamente indígena, os integrantes do EZLN utilizam uma máscara para cobrir o rosto (o *pasamontañas*) e defendem a ideia de que todo e qualquer um pode ser zapatista. Não têm rosto, mas têm voz: com um discurso quase poético que dialoga com diversos interlocutores (as comunidades indígenas, a sociedade civil nacional e internacional, o governo, os intelectuais mexicanos, as minorias, dentre outros), o Exército Zapatista de Libertação Nacional encontrou sua maior força nas palavras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Zapatistas; México; Discurso político; Identidade.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena que surgiu no estado de Chiapas, no México, na década de 1980 e que luta, principalmente, pelos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal, atua em um contexto em que o caráter multicultural, o pluralismo ideológico e identitário e a transnacionalidade

estão em evidência nos novos movimentos sociais. Ao utilizarem o *pasamontañas* (máscara que cobre o rosto dos insurgentes), declararem que todo e qualquer um pode se tornar zapatista, e possuírem um discurso direcionado para diversos estratos da sociedade mexicana e internacional, o grupo zapatista alarga o espectro identitário do movimento e conquista, assim, apoio de diferentes grupos e alcance político impressionante no cenário mundial. Por outro lado, os zapatistas enfatizam a dimensão indígena do movimento e não perdem de vista suas especificidades, sendo capazes de integrar o particular e o geral. Essa habilidade é expressada no discurso político do movimento, cuja força ultrapassou a força das armas. No presente trabalho, buscamos analisar alguns dos principais componentes do discurso e da identidade do EZLN e traçar algumas das mudanças pelas quais eles passaram.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional fez sua primeira aparição armada em 1º de janeiro de 1994, dia em que entrava em vigor o North American Free Trade Agreement (NAFTA)<sup>482</sup>, acordo assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. O grupo zapatista desceu armado da Selva Lacandona – sede do movimento localizada no estado de Chiapas – e tomou as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país. A assinatura do NAFTA firmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo e representava para os povos indígenas e camponeses mais prejuízo, exclusão, ameaça de perda de terra e trabalho. O estado de Chiapas já se encontrava em uma situação desfavorável para essas comunidades, caracterizada por altos níveis de pobreza e desigualdade, e por um sistema político oligárquico e clientelar.<sup>483</sup> Como coloca Werner Altmann, este estado ficou à margem do processo revolucionário no início do século XX, e as reformas agrárias promovidas pelo presidente Lázaro Cárdenas, na década de 1930, pouco atingiram a região.<sup>484</sup> Além do descontentamento com o NAFTA, a reforma do Artigo 27 da Constituição em 1992 pelo então presidente Carlos Salinas de Gortari acabou com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra, com a criação de condições para o desmantelamento dos *ejidos*, as comunidades agrárias provenientes da Revolução Mexicana.

---

<sup>482</sup> Também conhecido como TLC: Tratado de Livre Comércio.

<sup>483</sup> MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos. *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006, p. 4.

<sup>484</sup> ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás. (org.). *América Latina: história, ideias e revolução*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 185.

Em resposta a todos esses fatores – que dizem respeito tanto às condições locais do estado de Chiapas quanto a um contexto global do capitalismo – o EZLN, que já estava em processo de conformação desde a década anterior, travou em 1994 uma luta contra o governo mexicano para que ele atendesse suas demandas por terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz.

O EZLN surgiu em 1983, quando um grupo urbano de inspiração marxista-leninista, próximo das concepções guerrilheiras latino-americanas da época, se instalou na Selva Lacandona e começou, a partir da segunda metade dessa década, a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região que já se organizavam em sentido à luta. Esse grupo fundador, à medida que foi convivendo e aprendendo com os locais durante a década de 1980, se deparou com as especificidades da cultura indígena e perdeu gradativamente sua influência no seio do movimento. Houve um distanciamento da experiência de luta revolucionária da América Latina e “o modelo insurrecional à mexicana e a influência comunitária índia prevaleceram sobre o vanguardismo leninista ou guevarista.”<sup>485</sup> O movimento chiapaneco se manteve em silêncio por 11 anos enquanto se preparava para a luta armada e, quando fez sua primeira aparição pública em 1994, o elemento indígena já era dominante. Entretanto, nesse período, o EZLN ainda guardava traços dessa fusão de influências diversas, composta por uma cultura indígena, por ideais dos movimentos de libertação nacional e das guerrilhas latino-americanas, por valores patrióticos e herdeiros da esquerda mexicana. Nos primeiros comunicados veiculados pelo grupo insurgente, como a Primeira Declaração da Selva Lacandona, nota-se um discurso mais clássico e permeado pela síntese desses pensamentos distintos.

Os combates declarados com o exército federal começaram em 1º de janeiro de 1994 e duraram doze dias. Após episódios de grande violência e muitas mortes causadas pelo confronto direto, parte da sociedade mexicana que apoiava o Exército Zapatista mostrou desacordo com a via armada e o movimento acabou por optar por uma estratégia civil e pacífica.<sup>486</sup> O movimento, que até então só havia se preparado para a luta

---

<sup>485</sup> LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa: Edições ASA, 1997, p. 50.

<sup>486</sup> Através da Primeira Declaração da Selva Lacandona, o EZLN declara guerra ao governo federal e ao seu exército. Após 12 dias de combate, estimam-se mortes que variam entre 145 e 1.000 pessoas. No dia 12 de janeiro, o governo decreta cessar-fogo unilateral e há uma grande manifestação pela paz na Cidade do México. O movimento mantém o cessar-fogo e inicia um diálogo com o governo, reivindicando democracia, liberdade, justiça, direitos indígenas, dentre outros. Os confrontos diretos deste conflito terminam, mas

por meio das armas, foi confrontado com a necessidade de se reinventar. As ações políticas do movimento se diversificaram e outros métodos passaram a ser empregados, tais como mesas de diálogo com representantes do governo, convenções com a participação da sociedade civil, encontros intercontinentais, formação de comunidades autônomas e a divulgação de pronunciamentos nos meios de comunicação. É importante destacar, entretanto, que o abandono da ação militar não significou que o EZLN depôs as armas, mas apenas colocou fim ao fogo ofensivo. Por uma questão de segurança interna, a fim de proteger as fronteiras da Selva Lacandona e como uma estratégia de pressionar o governo para atender suas demandas e dialogar com o grupo insurgente, os zapatistas continuaram armados dominando parte do estado de Chiapas<sup>487</sup>, fazendo frente ao governo e mantendo este importante aspecto de sua identidade. Não houve rendição e, em caso de ataque do inimigo, as tropas zapatistas eram instruídas a responder. O cessar-fogo teve o objetivo de aliviar a situação da população civil nas zonas de combate e abrir canais de diálogo com o governo.

A mobilização de milhares de pessoas que pediam o fim da guerra e o diálogo com o governo federal abalou as ideias sobre a maneira de fazer política do EZLN e fez com que ele se redefinissem, em termos de estratégias de ação, de discurso e de identidade. A partir de 1994, segundo o Subcomandante Marcos e porta-voz oficial do movimento até 2014, surgem vários zapatismos: o EZLN propriamente dito composto por combatentes e comunidades indígenas; o zapatismo civil, que surge com os diálogos e as convenções e evolui para uma organização política, a Frente Zapatista de Libertação Nacional; o zapatismo social, que abarca as pessoas que simpatizam com o movimento e o apoiam, mas que não se organizam; e finalmente o zapatismo internacional, que engloba as redes de solidariedade ao movimento espalhadas pelo mundo<sup>488</sup>.

Tendo em vista esses vários zapatismos, é possível afirmar que a identidade do EZLN pode ser considerada híbrida e elástica, considerando também o contexto

---

ofensivas militares por parte do governo continuam a ocorrer ao longo dos anos no interior do estado de Chiapas.

<sup>487</sup> O EZLN criou ainda em 1994 os chamados Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), pequenos territórios sobre o controle das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas. Os MAREZ podem ser vistos como base social do movimento zapatista e como projeto alternativo de sociedade. Estes locais são governados por Juntas de Bom Governo, que buscam formar um governo participativo por meio da coordenação dos representantes das comunidades.

<sup>488</sup> LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 149.

histórico em que o movimento atua. De acordo com Stuart Hall, as paisagens em constante mudança do mundo moderno e a nova base política definida pelos novos movimentos sociais tornaram possíveis identidades não fixas, essenciais ou permanentes. Os sujeitos – e os movimentos sociais – puderam assumir identidades diferentes em diferentes momentos.<sup>489</sup> Segundo Marco Bridge e Massimo di Felice, a lógica zapatista “não está baseada em uma identidade, mas em 'devires' pós-identitários. É indígena, mestiça, eletrônica, mexicana, 'glocal', mundial, plural, híbrida e dinâmica.”<sup>490</sup> O zapatismo procura combinar múltiplas identidades, enfatizar o caráter multicultural da nação mexicana e reforçar a identidade coletiva ao mesmo tempo que as identidades individuais. Um exemplo disso é a mescla que o movimento faz entre a identidade étnica e a identidade nacional, a indianidade e a mexicanidade. Há um intercâmbio entre elementos culturais, símbolos e visões das comunidades indígenas e a cultura urbana e mexicana em geral; uma integração entre o geral e o particular que não apaga, contudo, as particularidades.<sup>491</sup> Neste sentido, o porta-voz oficial do movimento Subcomandante Marcos teve papel fundamental, ao ser capaz de exprimir esse intercâmbio nos pronunciamentos do grupo zapatista, de “combinar sem confundir”.<sup>492</sup> Ampliar a identidade e o discurso zapatista para além das questões indígenas foi de suma importância para um maior alcance efetivo das propostas dos movimentos. O grupo propôs um amplo projeto para o México, associando a luta de Chiapas com reivindicações nacionais e internacionais, evitando vincular as estratégias do grupo à esfera local.

Segundo Yvon Le Bot, para o EZLN, a identidade é tão importante quanto à igualdade. Os integrantes do movimento, em sua grande maioria indígenas, demandam ser tratados como cidadãos tendo em vista as suas diferenças; o reconhecimento e o respeito da identidade étnica são essenciais. Essa demanda não diz respeito somente a questões de cidadania, de direitos cívicos, do âmbito político, mas vai além disso: abarca o

---

<sup>489</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>490</sup> BRIDGE, Marco. FELICE, Massimo Di. *Votán-Zapata: a marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã Editora, 2002, p. 31.

<sup>491</sup> NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. *Nunca más un México sin nosotros!: um estudo sobre as novas representações do indígena construídas pelo movimento zapatista mexicano (1994-1996)*. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2009, p. 92.

<sup>492</sup> LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 62.



respeito à afirmação do sujeito, pessoal e coletivo, e da cultura de cada grupo.<sup>493</sup> A luta a favor da terra comunitária, nesse sentido, tem um objetivo também de preservar uma identidade e um universo cultural.<sup>494</sup>

O discurso zapatista, assim como sua identidade, também tem caráter plural. Representa a fusão das distintas identidades abarcadas pelo grupo, é composto por diferentes vozes e se dirige a diversos interlocutores. Nos comunicados direcionados aos povos indígenas, há uma mobilização de elementos relacionados ao seu imaginário coletivo; nos escritos dirigidos à sociedade mexicana, há um maior resgate de ícones nacionais e fatos da história do país; nas declarações veiculadas para a sociedade civil internacional e movimentos de outros países, os insurgentes ampliam as possibilidades da luta zapatista e enfatizam suas múltiplas identidades. Conforme nos apontam Marco Bridge e Massimo di Felice, “a linguagem e a representação lógica do mundo dos zapatistas busca a hibridação polissêmica e uma linguagem em que *caibam todos os mundos*.”<sup>495</sup>

Entende-se aqui por discurso, segundo as considerações de Michel Foucault, um conjunto de enunciados ou de relações portadores de significados; mais do que uma simples fala, ele é uma prática social. O discurso, objeto de luta política, é constituído em um processo histórico, sendo assim importante estudá-lo dentro de contexto de formação e de circulação.<sup>496</sup> O discurso zapatista tem uma clara função: a de falar para a sociedade civil como meio de explicar a ela quem eram e o que queriam os zapatistas, tendo como objetivo seu apoio ao movimento. Além disso, segundo Sarah Nigri, o discurso tem caráter performativo, na medida em que “pretende 'fazer acontecer' aquilo que enunciam”.<sup>497</sup> É uma estratégia de ação política muito bem articulada e funciona na medida em que – frente à falta de força militar do exército zapatista – é intocável pelos aparelhos do poder.<sup>498</sup> Por meio da força das palavras, um movimento indígena local da selva de Chiapas logrou um

---

<sup>493</sup> LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 64.

<sup>494</sup> DE JESUS, Graziela Menezes. “*Para todos, tudo! Para nós, nada!*” *O poder nos discursos do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 151 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação História, Vitória, 2007, p. 11-14.

<sup>495</sup> BRIDGE e FELICE. *Votán-Zapata*, p. 37.

<sup>496</sup> SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

<sup>497</sup> NIGRI. *Nunca más un México sin nosotros*, p. 104.

<sup>498</sup> LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 15.

alcance nacional e internacional que extrapolou a dimensão indígena e ocupou espaço universal em um contexto de lutas antineoliberais e em favor das minorias oprimidas.

Nesse contexto, a internet ocupou papel fundamental na divulgação da palavra zapatista. Com a ajuda de internautas simpatizantes do EZLN, os pronunciamentos escritos pelos integrantes foram parar na mídia eletrônica e as demandas dos insurgentes e a realidade das populações indígenas no México começaram a circular em escala global, chamando atenção não somente da sociedade mexicana, mas também de parte da população mundial. Por meio dela, os zapatistas lograram projeção nacional e internacional, e estabeleceram uma intensa rede de comunicação e de solidariedade com ativistas de outras lutas e com pessoas que apoiavam suas causas. Comunidades zapatistas e coletivos solidários à resistência do movimento se espalharam pelo mundo, em países como França, Itália e Espanha.<sup>499</sup> Essas comunidades e coletivos, bem como os ativistas conectados à Internet, fortaleceram o movimento e ajudaram, em alguma medida, a conter a repressão do governo mexicano. Eles realizaram demonstrações de apoio à luta do EZLN, pediram ao governo mexicano que dialogasse com o movimento e formaram uma verdadeira vigília *online*.<sup>500</sup>

Uma das principais características – e trunfos – do discurso zapatista é combinação de elementos da cultura indígena e da cultura nacional, a capacidade de traduzir e adaptar os símbolos e a cosmovisão indígena nos comunicados direcionados à sociedade civil. Para tal, o EZLN enraíza seu discurso político em um regresso ao passado, combinando elementos novos a antigos. Um exemplo disso é a associação feita entre Emiliano Zapata e Votán, um personagem que remonta as lendas indígenas. A partir daí foi criado uma nova figura: Votán-Zapata, que mesclava dois defensores das terras das comunidades. O discurso zapatista, nesse caso, se aproxima do universo simbólico e do imaginário coletivo das comunidades indígenas.<sup>501</sup> Segundo o Subcomandante Marcos:

---

<sup>499</sup> Como a *Comité de Solidarité avec les Peuples du Chiapas en Lutte (CSPCL)* e *Espoir Chiapas*, ambos coletivos solidários da França.

<sup>500</sup> Nos primeiros meses de 1995, por exemplo, as comunidades autônomas zapatistas sofreram tentativas de invasão militar por parte do governo mexicano. O EZLN respondeu não com uma ação militar, mas com uma difusão de comunicados à sociedade civil internacional que formava uma rede virtual de comunicação e solidariedade. Abaixo-assinados, protestos eletrônicos e passeatas ocorreram em vários países e junto às embaixadas mexicanas no mundo, fazendo com que as autoridades mexicanas recuassem.

<sup>501</sup> BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. 114 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, 2012.

Não se tratava de inventar uma linguagem nova, mas de dar um sentido novo à palavra e especialmente à história na política. Para avançarmos com essa renovação, tivemos de voltar atrás, de beber na tradição cultural índia para encontrar ideias e personagens antigos, confrontá-las com os modernos e construir essa nova linguagem zapatista. Essa linguagem pós-moderna, se quisieres, alimenta-se paradoxalmente da pré-modernidade histórica. Procura os seus próprios terrenos de luta, a imprensa, os símbolos, ocupa os espaços que vão aparecendo.<sup>502</sup>

Essa nova linguagem zapatista foi construída após o confronto com a sociedade civil em 1994, quando o grupo começa de fato a utilizar a palavra como força principal dos insurgentes. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, por exemplo, eles evitaram declarar que sua guerra era indígena, local ou étnica, pois queriam o apoio de todos os mexicanos. Segundo o Subcomandante Marcos, havia uma grande preocupação para que a população do país não visse o movimento de fora, mas de dentro.<sup>503</sup> Nesse sentido, havia no discurso zapatista muitos elementos referentes a uma mexicanidade. Os escritos do movimento chiapaneco retomam a Revolução Mexicana de 1910 e o símbolo de Emiliano Zapata como cerne da mobilização chiapaneca. A luta por terra, o papel heroico de Zapata e as demandas e conquistas do movimento revolucionário do início do século XX são mobilizados no discurso e na identidade do EZLN, como pode ser percebido inclusive na denominação deste. A organização armada, ao trazer o nome de Emiliano Zapata, resgata elementos simbólicos e históricos da Revolução Mexicana e produz sentido para experiências passadas, tendo em vista a construção de um novo presente e futuro. Para o movimento, Zapata foi a essência da Revolução Mexicana de 1910 e sua figura é tratada como heroica, como um mito, quase imortal. Esse elemento mítico garante em grande parte a identidade do grupo. Os insurgentes postulam uma continuidade com os ideais zapatistas e revolucionários do início do século XX, principalmente no que diz respeito à luta pela terra.

Outros símbolos da história mexicana também aparecem no discurso do movimento, tais como Pancho Villa, Hidalgo e Morelos. Essas figuras, juntamente com Emiliano Zapata, são inseridas no panteão de heróis nacionais do México que lutaram na Guerra de Independência do país iniciada em 1810, como Hidalgo e Morelos, e na

---

<sup>502</sup> LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 194.

<sup>503</sup> \_\_\_\_\_. *O sonho zapatista*, p. 121.

Revolução Mexicana de cem anos depois, como Emiliano Zapata e Pancho Villa. O EZLN buscou estreita relação com os valores desses quatro “heróis”, que são vistos como símbolos da resistência nacional pelo movimento e que lutam por uma vida melhor, liberdade, patriotismo, dentre outros. Essa filiação com personagens do passado e com ícones nacionais buscava legitimidade para o grupo, justificava as demandas do presente e as ações políticas zapatistas.

Vale ainda destacar o discurso zapatista direcionado à comunidade internacional: ao utilizarem uma máscara para cobrir o rosto<sup>504</sup> – um dos ícones de grande popularidade dos zapatistas –, os atores sociais deste grupo afirmam que não possuem uma identidade específica e que toda e qualquer pessoa pode tornar-se um zapatista; a luta deles é uma luta mundial. Segundo o ex-porta-voz oficial do movimento, Subcomandante Marcos,

“Marcos es gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, asiático en Europa, chicano en San Isidro, anarquista en España, palestino en Israel, indígena en las calles de San Cristóbal, chavo banda en Neza, rockero en cu, judío en Alemania, ombudsmán en la Sedena, feminista en los partidos políticos, comunista en la post guerra fría, preso en Cintalapa, pacifista en Bosnia, mapuche en los Andes, maestro en la CNTE, artista sin galería ni portafolios, ama de casa un sábado por la noche en cualquier colonia de cualquier ciudad de cualquier México, guerrillero en el México de fin del siglo XX, huelguista en la CTM, reportero de nota de relleno en interiores, machista en el movimiento feminista, mujer sola en el metro a las 10 p.m., jubilado en plantón en el Zócalo, campesino sin tierra, editor marginal, obrero desempleado, médico sin plaza, estudiante inconforme, disidente en el neoliberalismo, escritor sin libros ni lectores, y, es seguro, zapatista en el sureste mexicano. En fin, Marcos es un ser humano, cualquiera, en este mundo. Marcos es todas las minorías intoleradas, oprimidas, resistiendo, explotando, diciendo “¡Ya basta!”. Todas las minorías a la hora de hablar y mayorías a la hora de callar y aguantar. Todos los intolerados buscando una palabra, su palabra, lo que devuelva la mayoría a los eternos fragmentados, nosotros. Todo lo que incomoda al poder y a las buenas conciencias, eso es Marcos.”<sup>505</sup>

---

<sup>504</sup> A máscara utilizada pelos zapatistas, também conhecida como *pasamontañas*, pode ser considerada um componente do discurso do EZLN, uma vez que analisamos o discurso como um conjunto de manifestações verbais e *não-verbais*, portador de sentidos múltiplos.

<sup>505</sup> Trecho de um comunicado veiculado na imprensa em 28 de maio de 1994, chamado “*El Viejo Antonio: ‘En la montaña nace la fuerza, pero no se ve hasta que llega abajo’*”. Captado em: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994\\_05\\_28.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_05_28.htm) Acesso em: 15 maio 2015.

Esse trecho exemplifica a ideia de elasticidade da identidade zapatista, como já foi apontado anteriormente. A multiplicidade de identidades do movimento, que passou a ser reforçada no discurso zapatista, teve grande importância na sobrevivência e expansão do EZLN para o plano internacional. De acordo com Ilse Scherer Warren, os novos movimentos sociais na década de 1990 buscaram a formação de identidades coletivas, baseadas em um pluralismo ideológico e em valores e princípios éticos universais, sem a eliminação das particularidades regionais ou comunitárias.<sup>506</sup> No caso do EZLN, por exemplo, por ser um movimento baseado em valores como liberdade, justiça, democracia e nação, seu discurso consegue atingir estratos muito diversos da sociedade e muitos grupos distintos conseguem se reconhecer no movimento.

A ampliação das propostas e do alcance do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o hibridismo de suas identidades, a articulação do passado mobilizada na fala zapatista e a elasticidade do discurso dos insurgentes produziram efeitos na sociedade civil, nacional e internacional. Através, principalmente, das manifestações pela internet, o EZLN conseguiu divulgar sua mensagem “polifônica, polissêmica, híbrida e contaminada por mitos, literaturas e ideologias múltiplas...”<sup>507</sup>.

---

<sup>506</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 118.

<sup>507</sup> BRIDGE e FELICE. *Votán-Zapata*, p. 38.

## Os clubes juvenis rurais no Brasil, Argentina e Costa Rica e seus diálogos com os 4-H norte-americanos - Décadas de 1950 a 1970

Leonardo Ribeiro Gomes  
Doutorando  
FAE/ UFMG  
[leorigomes@hotmail.com](mailto:leorigomes@hotmail.com)

**Resumo:** Proponho uma apresentação da pesquisa em fase inicial na qual busco investigar as relações de complementaridade e possíveis tensões entre os clubes agrícolas de jovens rurais do Brasil (Clubes 4-S), Argentina (Clubes 4-A) e Costa Rica (Clubes 4-S), com os clubes 4-H dos Estados Unidos. Tais clubes fizeram parte de iniciativas educacionais e formativas promovidas por agências de desenvolvimento como a *American International Association* – AIA, para a juventude rural latino-americana a partir de fins da década de 1940. Partimos do pressuposto que a organização desses clubes estava ancorada em um espectro de ações que envolvia interesses econômicos e culturais norte-americanos em relação à América Latina. Assim, objetivos como a formação e qualificação da mão-de-obra rural, o aumento da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida da população do campo, ligavam-se aos arranjos e definições políticas e econômicas do pós Segunda Guerra no tocante aos papéis que caberiam à agricultura na América Latina. Pretendemos investigar até que ponto as trocas culturais entre os sócios dos clubes 4-H e os demais clubes congêneres na América Latina foram marcadas por continuidades, descontinuidades, rupturas e tensões. Defendemos a hipótese que nos países estudados os clubes de jovens rurais foram carregados de forte cunho moral e cívico buscando assim configurar sensibilidades que conformassem o público-alvo em uma visão de mundo considerado moderna pelos seus defensores. Nesse primeiro momento contamos com a análise de fundos documentais acerca da Extensão Rural e principalmente do trabalho com os clubes de jovens rurais localizados em Bibliotecas e Centros de Documentação em Belo Horizonte e da revista Turrialba, editada pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA que se encontra digitalizada na sua totalidade desde o ano de 1950 a 1995, acrescidas das informações acerca da história dos 4-H a partir do portal da Fundação Nacional 4-H.

**Palavras-chave** Juventude Rural; 4-H Club; Clubes 4-S; História da Educação Social; América Latina.

O pós Segunda Guerra Mundial representou um momento de estreitamento das relações econômicas, culturais e educacionais entre os Estados Unidos e a América Latina.

ARAPIRACA (1982), TOTA (2000) e DAROS (2012) foram alguns dos autores<sup>508</sup> que contribuíram com esse debate e também demonstraram como entidades e organismos internacionais estiveram presentes na constituição de propostas aos países chamados de subdesenvolvidos para que trilhassem caminho rumo à superação do atraso econômico e educacional. Nesse contexto vários países latino-americanos passaram a contar com programas que visavam o desenvolvimento agrário de suas regiões interioranas. No Brasil, por exemplo, a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR-MG por meio do convênio assinado em 1948 pelo Governo do Estado e a AIA, representou a oficialização do Serviço de Extensão Rural no país. Mesmo não sendo citada em referências aos projetos educacionais postos em jogo no período, tanto para o meio urbano, quanto para o meio rural, a criação da ACAR-MG e as suas iniciativas formativas para a população rural tinham estreita relação com eles. Uma das principais ações da ACAR-MG foi o trabalho com os jovens rurais. No dia 15 de julho de 1952 foi fundado o primeiro Clube 4-S do Brasil em Rio Pomba, no município da zona da mata de Minas Gerais. Começava a partir daquela experiência mineira a ganhar forma o trabalho com a juventude quatroessista no país. Na nossa dissertação<sup>509</sup> de mestrado discutimos o surgimento e as principais características dos Clubes 4-S no estado de Minas Gerais entre 1952 e 1974. Esse trabalho sinalizou para ligações existentes entre os clubes mineiros e aqueles que se desenvolveram posteriormente no Brasil. O estudo também citou os programas de intercâmbio que havia entre os jovens sócios de Clubes 4-S no Brasil com outras experiências latino-americanas e destes com os jovens dos 4-H nos Estados Unidos. Movimento de mão dupla, mas que implicava a constituição de valores compartilhados pelas agências financiadoras e incentivadoras do trabalho com a juventude rural. A dissertação se baseou na análise de um leque de documentos da ACAR-MG e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR que envolveu folhetos técnicos, jornais, revistas, relatórios, programas, fotografias.

---

<sup>508</sup> ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982; TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; DAROS, Maria das Dores. Desenvolvementismo e políticas educativas no Brasil dos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. IN: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

<sup>509</sup> GOMES, Leonardo Ribeiro. “Progredir sempre”. Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) – (1952 – 1974). 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2013.



Na dissertação, mesmo com a ênfase aos Clubes 4-S em Minas Gerais, observamos que o trabalho com clubes agrícolas não era novidade no Brasil naquele período e tinha ligações com outras experiências no continente. A partir de MENDONÇA<sup>510</sup>, observamos que se por um lado a existência de clubes agrícolas no país se insere nos debates sobre educação rural da década de 1920, foi a partir de 1940 que se iniciou uma campanha para que estes se multiplicassem. Esta campanha teria sido motivada pelo retorno dos Estados Unidos de técnicos do Ministério da Agricultura. No Brasil, as iniciativas de organização de clubes agrícolas foram intrinsecamente ligadas à vida escolar, apesar das “disputas” de competências no tocante à formação do homem rural que caberiam ao Ministério da Agricultura ou ao Ministério da Educação. Em documento do Ministério da Agricultura<sup>511</sup> destaca que foi dado ênfase ao trabalho com os clubes agrícolas:

Junto às escolas públicas e particulares, especialmente no interior, os clubes agrícolas constituem complemento necessário e imprescindível. Se educar é preparar para a vida, a alfabetização por si só não satisfaz: é preciso, também, despertar nos cidadãos de amanhã o gosto pelas atividades produtivas, orientando-os para os trabalhos agrícolas, de modo a criar nos jovens, desde a infância, a consciência do seu valor como fatores positivos na sociedade.

No tocante à América Latina encontramos referências aos clubes juvenis rurais desde a segunda década do século 20. Nesse período já existiam os denominados clubes agrícolas. Mas foi só ao final da década de 1940 e durante a de 1950 que houve um aumento do número de clubes de juventude rural no continente americano<sup>512</sup>. Esses clubes se diferenciavam daqueles fundados no início do século 20. Os clubes juvenis rurais visavam o incremento de técnicas agrícolas ditas modernas e o desenvolvimento da formação cidadã dos seus sócios, por meio de um processo informal de educação. Esses clubes tiveram como modelo ou foram inspirados nos *4-H Clubs (Head, Heart, Hands, Health)* que atuam nos Estados Unidos desde o início do século 20 reunindo jovens de

---

<sup>510</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960)*. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2006, vol. 14 n.º 1, p. 99.

<sup>511</sup> LIMA, J.P.; BUHR, C.; LAVOR, G.C. *Clubes Agrícolas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1949.

<sup>512</sup> Na América do Sul ocorreu, por exemplo, em 1948 a fundação no Chile do Clube da Juventude Agrícola 4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação). O Brasil teve em 1952 a formação dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). No ano seguinte foi a vez do Paraguai, onde os clubes ficaram conhecidos como 4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação). Em 1954 foi organizado no Uruguai o Movimento da Juventude Agrária – MJA que tinha como lema: Trabalho, Saúde e Alegria. Em 1956 foram criados na Argentina os Clubes 4-A (Ação, Adestramento, Ajuda, Amizade). Desde 1949 já existiam na Costa Rica os também denominados Clubes 4-S sendo, por sua vez, nesse país centro-americano o significado dos 4-S (Saúde, Saber, Sentimento, Serviço). (FUNDAÇÃO FORD. *Juventude Rural das Américas. Volume II*. Deaborn, Michigan: Ford Motor Company, 1962).

ambos os sexos, entre 10 a 20 anos com o intuito de desenvolver o sentimento de grupo, aprimorar técnicas científicas de produção e melhorar as condições de trabalho e moradia. Mas, enquanto os clubes agrícolas estavam intrinsecamente ligados ao meio escolar, os clubes de jovens rurais como os 4-S no Brasil ou na Costa Rica ou os 4-A na Argentina, existiram independentemente dos sistemas escolares desses países. Julgamos, todavia que precisamos aprofundar mais nas diferenças entre os já existentes clubes agrícolas em cada um dos países, com aqueles que foram fundados a partir de fins da década de 1940. No caso da Argentina temos a impressão que, mais do que no Brasil, por exemplo, os Clubes 4-A deram continuidade a uma tradição de clubes de jovens do meio rural inspirados no modelo estadunidense, já presentes desde a década de 1920. Sendo assim, mesmo com a criação dos 4-A em 1956 continuaram a existir outras iniciativas de trabalho com a juventude rural na Argentina. Tal fato nos motiva a investigar o que teria de peculiar os 4-A naquele país perante aos outros movimentos juvenis rurais e nesse sentido se existiram disputas ou complementos entre eles. Teriam sido apenas as entidades promotoras ou outros objetivos, bem como públicos-alvo distintos que colaboraram para a ocorrência dos movimentos juvenis rurais naquele país? Parece-nos, entretanto, que não obstante às entidades promotoras ou público-alvo, tanto as experiências das décadas de 1920, quanto às iniciadas a partir de meados da década de 1950 sinalizavam para a incapacidade da escola no meio escolar em formar meninos e meninas aptos para a vida em sociedade.

Os clubes agrícolas, desde nesse sentido, seriam uma espécie de complemento à educação escolar. Essa concepção aparece, por exemplo, no “Plano de orientação agrícola para a escola primária” aprovado em 1919 por Antonio Iriart, diretor geral das escolas da província de Buenos Aires. Segundo GUTIÉRREZ<sup>513</sup>, Iriart teria se inspirado na tese do engenheiro agrônomo Joaquín Barneda da Universidad de La Plata, para o qual a escola rural devia educar para uma finalidade social.

En el concepto de Barneda la escuela rural de su época no educaba a los niños para la vida en dicho medio, y era necesario colocarlos en ambientes que reflejaran los principios de la vida en sociedad. El ideal era el de la granja “donde ejercita el hombre sus fuerzas sobre la naturaleza”. El trabajo de la tierra era considerado por el autor como “cuna de la

---

<sup>513</sup> GUTIÉRREZ, Talía Violeta. *Educación, agro y sociedad*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes editora, 2007, p.123.

libertad, amparo del orden, cimienta de las nacionalidades”.<sup>514</sup> En 1919 se crearon los “clubes agrícolas de niños” (con 1400) socios), desde los cuales se difundían estas actividades, con una ideología nacionalista y más ligada al control social que al interés por enriquecer la cultura y actividades escolares de los niños.

Los clubes, así como los huertos escolares, tenían el objetivo declarado de inculcar el amor por la naturaleza y atraer a los jóvenes hacia los trabajos agrícolas. Se trataba de actividades que se desarrollaban durante la tarde y los días de vacaciones.

Cabe destacar que esse estudo da professora Talia Gutiérrez juntamente com outro publicado em 2009<sup>515</sup> tem sido até agora a nossa principal interlocução acerca dos movimentos juvenis agrários na Argentina. Seus trabalhos sinalizam para a existência de atividades com jovens rurais que concorriam para o objetivo de modernizar as práticas agrícolas e assim aumentar a produtividade da pequena e média propriedade rural. Mesmo não sendo o objeto de seus estudos os 4-A em si, estes foram reiteradamente citados em suas pesquisas.

Entretanto, se eram semelhantes em vários aspectos, por outro lado os clubes de jovens inspirados nos 4-H dos Estados Unidos, diferenciavam-se dos clubes agrícolas, em relação à organização, dinâmicas internas e contextos políticos nos quais foram implantados. Além disso, os clubes de jovens rurais não eram a princípio ligados à escola, ou seja, a sua existência era independente da existência da instituição escolar nas regiões atendidas por esse trabalho. Não pode ser deixado de lado também que os clubes juvenis rurais como os 4-S ou 4-A, estavam amparados na experiência estadunidense dos 4-H *Clubs* e em certa medida, buscavam introduzir valores sociais e técnicas de produção e hábitos de consumo daquele país na América Latina. Por fim é fundamental citar que os clubes de jovens rurais contaram com a colaboração e incentivo de agências de desenvolvimento norte-americanas como a *American International Association for Economic and Social Development* - AIA e outras que capitanearam recursos para o investimento nos programas de treinamento e formação da juventude rural nas Américas. Tais organismos internacionais, em cada um dos países analisados, tiveram apoios de empresários e políticos na

---

<sup>514</sup> Barneda, Joaquín. *Iniciativas y experiencias dentro de la escuela primaria. Manualidades y orientación agrícola*, La Plata, Dirección General de Escuelas, 1919. Barneda, Joaquín, *La agricultura en la escuela primaria*, La Plata, 1936, p.11-12, 197.

<sup>515</sup> GUTIERREZ, Talía Violeta. *Agro pampeano y roles familiares en la década de 1960*. In: Muzlera, José y De Arce, Alejandra (coord. de dossier) *El lugar de la familia en la producción agropecuaria argentina (1960-2008) dossier*, Revista Mundo Agrario N° 19, segundo sem. 2009. ([www.mundoagrario.unlp.edu.ar](http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar)).

constituição de órgãos locais de incentivo ao desenvolvimento aos clubes juvenis rurais, como foi o caso do Brasil com a formação do Comitê Nacional de Clubes 4-S ou na Argentina com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária. A presença de técnicos da AIA nesses países foi expressiva e sinaliza para introdução de um modelo modernizador das relações no campo. Entretanto, como tentaremos demonstrar, não teriam ocorrido sem alterações, tensões e influências mútuas.

Na pesquisa do Doutorado pretendemos analisar três casos: Brasil, Argentina e Costa Rica e demonstrar quais as conexões entre os clubes nestes países desenvolvidos, com o modelo *4-H* estadunidense. A escolha dos três países justifica-se pela importância dos trabalhos com a juventude rural observados em cada um deles. Brasil e Argentina, por exemplo, sempre desempenharam papel de protagonistas no cone sul do continente americano. O Anuário Ford<sup>516</sup> (1962) citou que para o período 1960-1961, das 13 nações que apresentaram crescimento do número de sócios inscritos em Clubes de Juventude Rural, o Brasil teve 55% de crescimento e a Argentina 35%. As aproximações e dissensos entre estas duas experiências será, a princípio um capítulo da tese a ser escrita. Por sua vez, a Costa Rica surge nesse projeto de tese, como o país responsável por fazer a ponte entre EUA e o sul do continente. Foi justamente nesse país centro-americano que em 1942 foi fundado o Instituto Interamericano de Ciências Agrárias – IICA<sup>517</sup> com sede em Turrialba.

Com la creación de la OEA en 1948, el IICA se convirtió en el organismo especializado en agricultura del Sistema Interamericano y consolidó su labor al proyectar su acción en todos y cada uno de los países del hemisferio (esto se lograría en la década de los noventa, con el ingreso de Bahamas).

Responsável, dentre outras funções, por formar quadros extensionistas para a América Latina, do IICA nasceu o *Programa Interamericano para la Juventud Rural* (PIJR) ou *Inter-American Rural Youth Program* que pautou suas ações em tentar angariar recursos e iniciativas que promovessem o trabalho com a juventude rural americano por meio de intercâmbios, competições, encontros, convenções e outros. Os jovens ao participarem desses eventos, principalmente daqueles internacionais, deveriam desenvolver o “espírito

---

<sup>516</sup> FUNDAÇÃO FORD. *Juventude Rural das Américas. Volume II*. Deaborn, Michigan: Ford Motor Company, 1962, p.5-7.

<sup>517</sup> Desde 1979 o IICA foi renomeado para Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. Breve historia del IICA. In: <http://www.iica.int/Esp/infainstitucional/Documents/Breve%20historia.pdf>. Acesso em 07/08/2014.

de liderança”, para que em suas comunidades e regiões de origens aplicassem a experiência recebida visando à modernização das práticas agropecuárias e do estilo de vida das populações locais.

Segundo Gabriel N. Rosenberg (Professor visitante-assistente do Departamento de História da Duke University, da Carolina do Norte), sobre a criação e importância do PIJR no tocante a troca de experiências entre os jovens e o crescimento do trabalho de formação de lideranças jovens para o meio rural disse

with AIA support, Law<sup>518</sup> scaled upward from Venezuela. In 1960, Law received funding from the AIA and the Inter-American Institute of Agricultural Sciences to create an umbrella organization for Latin American 4-H clubs. Based in the Costa Rican offices of the Institute, the PIJR soon opened additional regional offices in Brazil and Venezuela run by extension specialists Santiago Apodaca and Edgar Matta. From those offices, the PIJR sought to knit the inchoate and underfunded Latin American rural youth clubs into an efficient, well-funded, transnational movement. To accomplish this goal, the PIJR launched a series of initiatives. First, in each nation, the PIJR lobbied for legislation and gathered supporters for a private foundation that could raise funds and supplement the activities of the Ministries of Agriculture. Second, the PIJR also raised funds for member organizations directly and assisted with grant applications. Third, the PIJR ran training workshops for extension staff and volunteer youth club leaders. Lastly, the PIJR organized international 4-H competitions and exchanges designed to award outstanding club work and to garner positive attention for the member organizations. The sum of 5 these activities paid rapid dividends. Club work in South and Central America grew from fewer than 50,000 members in 1960 to more than 250,000 by 1967<sup>519</sup>.

MARÍN<sup>520</sup> em artigo que relaciona a invenção da juventude rural latino-americana aos processos de modernização da agricultura na América Latina no contexto da Guerra Fria, destaca que os técnicos extensionistas seriam uma espécie de mediadores entre a cultura tradicional e as sociedades industriais que visavam encontrar no campo as garantias

---

<sup>518</sup> Segundo Rosenberg, Howard Law foi um técnico americano de desenvolvimento internacional que trabalhou na Venezuela e teve relação estreita com os Clubes 5-V (Valor, Vigor, Verdade, Vergonha, Venezuela) daquele país.

<sup>519</sup> ROSENBERG, Gabriel N. *The Programa Interamericano para la Juventud Rural (Inter-American Rural Youth Program) and Rural Modernization in Cold War Latin America*. In: <http://www.rockarch.org/publications/resrep/rosenberg.pdf>, 2011, p. 4. Acesso em 04 de agosto de 2014.

<sup>520</sup> MARIN, J. O. B. A construção social da juventude rural latino-americana. In: *VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*, 2010, Porto de Galinhas - Pernambuco. Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural - América Latina: realinhamentos políticos y proyectos en disputa. Recife: ALASRU, 2010. V. 1. p.4.

de fornecimento de mão-de-obra bem como de matéria-prima e alimentos às populações urbanas e industriais. Sobre isso escreveu:

Para acompanhar as transformações tecnológicas, desencadeadas no contexto do período da Guerra Fria, as populações rurais latino-americanas foram preparadas para se integrar na lógica da sociedade industrial, com ênfase nas populações rurais juvenis. As escolas rurais e órgãos de extensão rural emergiram como instituições responsáveis pela preparação dos jovens, com o propósito de integrá-los à sociedade industrial. Nestes termos, os professores e os técnicos extensionistas tornaram-se importantes agentes de mediação entre as sociedades camponesas e a sociedade industrial.

Pretendemos, porém, investigar até que ponto e sobre quais condições e formas os jovens rurais desses três países citados teriam contribuído também como elementos de mediação entre a cultura local e interamericana e o universo intelectual estadunidense. Julgamos a priori, que sejam do ponto de vista das técnicas agropecuárias, mas principalmente em relação aos valores culturais difundidos pelos jovens que circularam pelas universidades, escolas e fazendas estadunidenses, e também nos encontros e/eventos interamericanos, teria havido trocas, adaptações, assimilações entre os envolvidos que fugiram às expectativas iniciais. Nossa hipótese primeira é que eventos como, por exemplo, as Convenções Nacionais que aconteceram no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro em 1965 e a de 1966 onde teria também ocorrido o Primeiro Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais e também a Conferência Interamericana de Líderes da Juventude Rural, são indícios de trocas culturais envolvendo os jovens rurais latino-americanos.

Partimos de algumas noções para o desenvolvimento dessa pesquisa. Educação Social, trocas culturais e modernização econômica são algumas delas. Por Educação Social estamos entendendo um conjunto de práticas, ações, desenvolvimento de valores e sentimentos, que são observados em todos os contextos das relações humanas. BERRIO<sup>521</sup> afirmou que “à medida que foi avançando o mundo em melhorias econômicas e modernizações políticas, à medida que se fizeram mais complexas as estruturas sociais, aumentou a necessidade de uma educação social”. Julgamos, porém, que apesar da centralidade dada por este autor aos processos de superação de marginalização e exclusão especialmente das crianças e dos jovens, possamos adotar também essa noção mais

---

<sup>521</sup> BERRIO, Julio Ruiz. Introducción a la historia de la Educación Social en Espana. In: *Historia de la Educación*. Revista Interuniversitaria, nº18, 1999, p.6-7.



próximo daquilo que definiu RODRIGO<sup>522</sup> acerca dos objetos da Educação Social. Para esse autor a Educação Social trataria de todos os espaços e tempos não formalizados de ensino, ou seja, que se produziram fora do sistema escolar formal. Ao listar, por exemplo, alguns objetos de estudo da Educação Social aponta para um programa da Disciplina História da Educação Social que comportaria os seguintes tópicos:

Políticas de Educação ambiental, do ócio e tempo livre;

As instituições para-escolares: cantinas, colônias, mutualidades etc e a higiene escolar e a ação protetora;

A atenção ao adulto: educação e cultura popular (animação sócio-cultural: extensão cultural – casas do povo, missões pedagógicas, bibliotecas etc. – Alfabetização e educação de adultos e formação para o trabalho: capacitação agrária e industrial).

Já MARDOMINGO<sup>523</sup> afirma que o nascimento da educação social aparece vinculado ao conceito de cidadania. Nesse sentido, considera que os jovens, por meio de movimentos juvenis, tiveram papel de destaque naquilo que se convencionou chamar de educação social. Para essa autora

As associações juvenis têm “somado” estratégias à educação social no todo o referente à educação ambiental e a educação para a saúde. (...) Os movimentos juvenis buscam a implicação social dos jovens em distintas causas sociais: a cooperação ao desenvolvimento, a ecologia, a cultura ou a política. Desta forma, o associativismo se converte em uma ferramenta de educação para a participação cidadã.

Consideramos desta maneira, que o trabalho desenvolvido junto aos clubes juvenis rurais nas três realidades citadas comporta elementos de uma Educação Social. Formar os jovens em uma mentalidade considerada moderna diria respeito, mais do que aumento da produtividade, na constituição de valores e normas sociais a serem transformadas.

Relacionado a essa noção, julgamos também que as noções acerca de trocas culturais e as suas derivações como hibridismo e mediadores culturais, envolvendo os clubes juvenis rurais nos países que pretendemos estudar, possam colaborar com essa tese.

---

<sup>522</sup> RODRIGO, Cándido Ruiz. Marginación infantil y educación protectora en la historia de la Educación Social. In: *Historia de la Educación Social y su Enseñanza. Cuadernos de Historia de la Educación*. N°4, 2008, p.50-51.

<sup>523</sup> MARDOMINGO, María Tejedor. Os movimentos juvenis na História da Educação Social. In: *Historia de la Educación Social y su Enseñanza. Cuadernos de Historia de la Educación*. N°4, 2008, p.86.



Aqui nos valeremos das contribuições do trabalho do historiador francês Serge GRUZINSKI<sup>524</sup>.

Buscaremos analisar até que ponto os sujeitos, tanto extensionistas, quanto principalmente os jovens que participaram de programas de intercâmbio a partir dos seus clubes, foram elementos de mediação nas trocas culturais envolvendo as experiências múltiplas de cada um dos países e seus programas de juventude rural. A princípio julgamos que temos dois níveis de mediação. Uma que teria ocorrido entre as instituições e os países envolvidos. Essa se daria a partir dos Estados Unidos com os seus 4-H em relação à Costa Rica e as instituições aí criadas como o IICA e o PIJR. A partir destas instituições teria ocorrido, por exemplo, as mediações com os Clubes 4-S no Brasil e 4-A na Argentina e as associações nacionais responsáveis pela formatação do trabalho com os jovens. Outra dimensão da mediação cultural teria ocorrido entre os jovens que circularam pelo universo juvenil estranho a sua cultura de origem. Os jovens que ganharam bolsas de estudo ou que participaram de eventos de intercâmbio ou congressos, encontros, seminários internacionais, seriam nosso ponto inicial de pesquisa. Julgamos assim que podemos trabalhar com a noção de histórias conectadas que principalmente autores como Gruzinski<sup>525</sup> (2001), vêm aprofundando em seus estudos. Mais do que comparar as realidades dos jovens rurais a partir da experiência dos 4-H com os clubes 4-S na Costa Rica e Brasil e os 4-A na Argentina, buscaremos sinalizar para os pontos em comum, as conexões entre eles. Também tentar sinalizar para a partir dos contatos entre os jovens rurais, quais foram os impactos em ambas as realidades estudadas.

Por fim, também analisaremos as definições sobre modernização. Consideramos que não seja possível pensarmos os projetos de formação da juventude rural latino-americana a partir do modelo 4-H sem termos claro que tais projetos se inseriram em um determinado contexto no qual o debate sobre modernização econômica era central. A introdução de novas técnicas de produção, ou a substituição daquelas que foram consideradas arcaicas, obsoletas ou ultrapassadas, preparando os cidadãos para viver uma

---

<sup>524</sup> GRUZINSKI, Serge. *Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres "connected histories"*. Annales. Histoire, sciences sociales, 56ème année, n. 1, jan/fev 2001, p. 85-117.

nova era que se anunciava no pós-guerra, esteve também no cerne dos trabalhos que envolveram os jovens rurais. Compartilhamos do argumento de DAROS<sup>526</sup> que

A difusão do discurso da modernização se valeu de uma gama de organismos internacionais que se converteram em espaços de produção e circulação de discursos e intervenções no âmbito da educação, baseados em conhecimentos gerados pelos próprios organismos internacionais como a UNESCO, criada com a finalidade de levar a cabo políticas específicas no campo da educação.

Iniciativas educacionais do período para o meio rural, relacionadas aos programas como o dos Voluntários da Paz ligados à Aliança para o Progresso do Presidente J.F. Kennedy, bem como de outras iniciativas da Organização dos Estados Americanos – OEA serão assim objetos da nossa pesquisa também. Assim pretendemos contribuir com o debate acerca da história da educação rural estabelecendo os pontos de contatos e distanciamentos entre o modelo *4-H* e as três realidades latino-americanas aqui citadas de programas de modernização das práticas agrícolas e de comportamento social envolvendo a juventude.

---

<sup>526</sup> DAROS, Maria das Dores. Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil dos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. IN: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 192.

## A revista *Chiapas* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional: o debate sobre a questão agrária no sul do México

**Mahira Caixeta Pereira da Luz**  
Graduada em História pela UFMG  
[mahira.caixeta@gmail.com](mailto:mahira.caixeta@gmail.com)

**RESUMO:** Esse trabalho investiga de que forma a questão agrária mexicana é debatida por intelectuais na revista *Chiapas*, criada em 1995 na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). A revista, com caráter multidisciplinar, tem como objetivo compreender a realidade do estado de Chiapas, que foi palco do levante indígena promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1994. O levante atraiu a atenção da mídia e de intelectuais no plano nacional e internacional, sendo a questão agrária um dos muitos elementos que foram longamente debatidos nessa publicação. Pretendemos, então, analisar o primeiro volume da revista para melhor compreendermos as interpretações que os intelectuais que colaboram com a publicação deram para a questão da terra e sua relação com o EZLN.

**PALAVRAS CHAVE:** EZLN; Questão agrária; Revista; Intelectuais

O objetivo deste artigo é analisar como a questão agrária é tratada pela revista *Chiapas*, criada em 1995 por intelectuais mexicanos. Pretendemos examinar de que forma os autores conectam a problemática da terra com o surgimento do levante armado promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado de Chiapas. Com base na história contemporânea do México, buscaremos problematizar como o EZLN dialoga com as questões indígenas, levando em consideração a longa trajetória de luta dos diferentes povos que residem no sul do México. Além disso, analisaremos o impacto da entrada do México no Tratado de Livre Comércio (TLC), sobretudo no movimento em questão. Investigaremos aqui somente o primeiro volume da revista, devido ao grande número de textos que mobilizam a temática da terra.

A Revista *Chiapas* foi uma coedição produzida pelo *Instituto de Investigaciones Económicas* (IIEC), da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) em parceria com as Ediciones Era. Circulou de forma impressa e digital<sup>527</sup>, durante os anos de 1995 e 2004, sendo publicada ora semestralmente, ora anualmente, totalizando 16 volumes. De acordo com Ana Esther Ceceña, diretora da publicação, a mesma nasceu com a finalidade de

---

<sup>527</sup> Os volumes estão disponíveis em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>.

“contribuir a desentrañar las raíces más profundas del conflicto chiapaneco.”<sup>528</sup> O primeiro volume conta com duas seções, uma principal não intitulada, iniciada por uma apresentação, seguida por quatro artigos; e outra, intitulada “Para el archivo”, na qual encontramos documentos relacionados a realidade indígena e ao ELZN, além de contar com uma cronologia do primeiro ano de atuação do movimento.

Na apresentação do primeiro volume, o estado de Chiapas é descrito como uma das regiões em que se concentra a maior pobreza e riqueza do México, onde convivem métodos de exploração modernos e arcaicos, e onde estão presentes várias outras contradições, fazendo dele a síntese da realidade nacional. Os autores buscam a problematização e análise da realidade chiapaneca através de diferentes campos do conhecimento, o que levaria a uma melhor compreensão do México como um todo: “Estamos convencidos de que entender ahora a Chiapas en toda su profundidad y riqueza nos da la clave para entender a México, sus posibilidades y sus límites.”<sup>529</sup> Desse modo, é importante ressaltar que o fato da revista ter começado a ser publicada um ano após o levante armado promovido pelo Exército Zapatista, em 1994, é sinal que esses autores almejavam entender o EZLN e como esse afetaria a realidade do estado chiapaneco e da nação mexicana.

Acreditamos que os autores que escrevem em *Chiapas* podem ser entendidos como intelectuais e, para isso, tomamos por base a acepção construída por Edward Said. Definimos o intelectual como um indivíduo que possui um papel público na sociedade, sendo essencial sua ação como figura representativa, fazendo com que caiba a esse sujeito “dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”<sup>530</sup>. Os colaboradores da revista em questão dão visibilidade e voz para uma série de sujeitos que há anos são oprimidos e excluídos na sociedade mexicana: os diferentes povos indígenas, os camponeses, dentre outros grupos vistos como marginalizados, trazendo à tona a realidade e os diversos problemas que esses enfrentam. Vale ressaltar que o “dar voz” não se limita à análise da realidade vivida por

---

<sup>528</sup> Entrevista com Ana Esther Cecenã. “Hay una lucha contracultural que cuestiona la apropiación tecnológica de la naturaleza”. Revista *Teina*. Espanha, Valencia: n.10; nov-dic-ene, 2005/06. Captado em <http://www.revistateina.es/teina/web/teina10/dos5.htm>. Acesso em 20. Abril. 2015.

<sup>529</sup> Presentación. *Chiapas*, volume 1, 1995, p. 5.

<sup>530</sup> SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

esses sujeitos, a revista também publica entrevistas e documentos produzidos por esses grupos, bem como pelo EZLN.

Como afirmado anteriormente, os intelectuais que colaboram com a publicação possuem uma formação diversa, o que claramente afeta a visão e o enfoque dado nas análises da realidade chiapaneca. É curioso perceber que nenhum artigo no primeiro volume se propõe a uma análise sistematizada do movimento social. Contudo, percebemos que os autores buscam compreender historicamente os diferentes problemas encontrados no estado de Chiapas, os quais teriam influenciado o surgimento do EZLN. Ainda assim, é possível afirmar que a questão agrária é mobilizada em quase todos os textos da revista, o que justifica o enfoque deste artigo.

O artigo *Chiapas y sus recursos estratégicos* tem autoria de Ana Esther Ceceña, economista e a diretora da revista, e Andrés Barreda, professor da *Facultad de Economía* (UNAM), além de contar com a colaboração de Ana Alicia Peña, Nashley Ocampo e a Equipe *Chiapas*. Os autores optam por abordar as condições econômicas do Estado e, ao fazerem um balanço detalhado da riqueza material da região, conseguem expor como essa é um espaço de cruzamento entre os processos de acumulação internacional e regional do capital. Assim, apesar de não abordar a fundo a questão da terra, o texto expõe bem a contradição entre grande riqueza natural x miséria da população no Estado, bem como questiona a proposta de modernização prometida pelo TLC.

A análise do estado chiapaneco começa pela sua territorialidade de fato: além de possuir tamanho comparável a um país centroamericano, possui localização estratégica de fronteira com outros países e regiões. Dentre os recursos naturais, destaca-se, primeiramente, o petróleo, uma vez que a produção de Chiapas está voltada quase exclusivamente para a exportação: “81.2 % de nuestras exportaciones de crudo, el 68.6 % de nuestras exportaciones de derivados del petróleo [...] y el 90.6 % de la petroquímica”<sup>531</sup>, o que o promove a um lugar de destaque. Em segundo lugar, estão suas águas: além de possuir a maior riqueza aquífera do México, a sua topografia irregular faz com que Chiapas tenha grande potencial hidrelétrico. A grande disponibilidade de águas, bem como a

---

<sup>531</sup> CECENA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. Chiapas y sus recursos estratégicos. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 65.

diferença de topografia, o torna um Estado de variados ambientes e microambientes, fazendo com que a riqueza biótica dele seja enorme.

Os autores ressaltam que a irrupção do capitalismo na região quebrou com o equilíbrio que era ali encontrado, através do deslocamento das populações indígenas, uso irracional de madeira, venda ilegal de animais e desmatamento da vegetação para a criação de pastos para gado. Esse ataque à riqueza biótica está diretamente relacionado ao processo de modernização que o México vivia desde a década de 1980, que pretendia produzir cifras positivas para a economia e incluir a nação no rol dos países desenvolvidos da América do Norte.

Tal processo de modernização se insere no contexto econômico que o país vivia, uma vez que a realidade mexicana foi marcada por uma grave crise desde os princípios dos anos 1980, em que imperavam estagnação, um alto nível de desemprego e inflação.<sup>532</sup> Durante décadas, a base da economia mexicana era a produção para um mercado interno e a proteção alfandegária, projeto que foi se alterando já no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), que favoreceu mudanças que visavam a demanda do mercado mundial e o intercâmbio comercial.<sup>533</sup> Essa guinada neoliberal promoveu uma grande aproximação com os Estados Unidos, que se tornou ainda mais sólida com a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Salinas mostrou uma subordinação à política externa estadunidense durante todo seu mandato e institucionalizou a política neoliberal com a assinatura do TLC.

Neil Harvey aponta que a transição ao livre mercado no México rural foi governada por organismos macroeconômicos, os quais não tiveram grandes preocupações com a realidade dos camponeses.<sup>534</sup> Os autores do artigo em questão, bem como Armando Bartra<sup>535</sup>, concordam com essa visão ao mostrar que os baixos níveis de desenvolvimento da população local tendiam a piorar com esse processo de modernização. Os indígenas, por sua vez, vítimas não só da exploração capitalista, mas também do racismo, seriam os mais

---

<sup>532</sup> ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

<sup>533</sup> AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 318.

<sup>534</sup> HARVEY, Neil. Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle. *Third World Quarterly*, Vol.16, No.1 (Mar, 1995), p. 45.

<sup>535</sup> Armando Bartra, director do Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural Maya, também colabora com o primeiro volume de *Chiapas*, autor do artigo intitulado *Origen y claves del sistema finquero del Soconusco*, no qual faz uma análise histórica do sistema econômico da região e seu impacto sobre a população indígena.

afetados, como afirmam: “La población trabajadora de Chiapas, y especialmente la indígena, está en punto de optar entre diferentes tipos de muerte segura: hambre, enfermedades o guerra”.<sup>536</sup> Fica evidente, então, que mesmo não abordando detalhadamente a insurreição do EZLN, os autores conseguiram traçar motivos que o teriam impulsionado.

Catherine Héau-Lambert, socióloga e professora da *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (ENAH), e Enrique Rajchenberg, professor da *Facultad de Economía e da Facultad de Filosofía y Letras* (UNAM), também colaboram com esse primeiro volume, autores do artigo intitulado *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*. Como o título sugere, os autores comparam a Soberana Convenção Revolucionária de 1914-1916 com a Convenção Nacional Democrática (CND) de 1994<sup>537</sup>, convocada pelo Exército Zapatista. Apesar de não abordarem em detalhes a de 1994, mostram que ambas têm grandes similaridades, principalmente a ideia do povo mexicano reunido pautando mudanças para a nação.

Os autores têm preocupação em narrar os acontecimentos da Convenção de 1914, justificando que a mesma é muito pouco frequentada pela historiografia e pela consciência nacional, uma vez que representa um projeto que foi perdedor no decorrer da Revolução Mexicana: “La derrota no es sólo entrega de armas y rendición ante el enemigo, sino también silencio histórico.”<sup>538</sup> Em 1994, quando o subcomandante Marcos propôs a CND, que ocorreria em um lugar que receberia o nome de Aguascalientes, é a esse evento que estaria buscando rememorar ao povo mexicano, tornando pertinente a proposta de comparação dos dois eventos.

Héau-Lambert e Rajchenberg criticam a historiografia corrente que simplifica a Convenção como um cenário de conflito pessoal entre Villa e Carranza ou como uma “junta vocinglera de jefes revolucionarios escandalosos”<sup>539</sup>, e afirmam que a importância da mesma estava no fato de ter sido um lugar de elaboração das reformas da Revolução. Além disso, os autores também criticam a visão da antropologia dos anos 1940 e da sociologia dos 1950, que se focavam no embate tradição-

<sup>536</sup> CECEÑA, Ana Esther; BARREDA, Andrés. *Chiapas y sus recursos estratégicos*, p. 97.

<sup>537</sup> A Soberana Convenção Revolucionária (1914-16) foi o evento da Revolução Mexicana em que estiverem reunidos, em assembleia, os diferentes grupos revolucionários para discutir propostas políticas e sociais do processo revolucionário. A primeira reunião ocorreu na Cidade do México, enquanto a segunda deu-se em Aguascalientes. A Convenção Nacional Democrática (1994), por sua vez, foi convocada em 1994 pelo EZLN e tinha por objetivo mobilizar a sociedade civil para a elaboração de um programa de democratização política, que rompesse com o partido de Estado e com a política neoliberal excludente.

<sup>538</sup> HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México. *Chiapas*, vol. 1. p. 7.

<sup>539</sup> AMAYA, Luis. *La Soberana Convención Revolucionaria. 1914-1916*, p.5. *Apud* HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: *Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p. 12.



modernidade para explicar o surgimento de movimentos sociais. A historiografia, afirmam, muitas vezes ainda recorre a essa fórmula, na qual a tradição seria o universo do estático e imóvel, enquanto a modernidade representaria o movimento e o abandono das velhas ataduras. Aplicando esse esquema às forças político-sociais da Convenção, Zapata era visto como o tradicional, enquanto Carranza o moderno, o que justificaria a derrota dos zapatistas. A crítica a essa visão diz muito sobre o contexto em que o artigo estava sendo escrito, uma vez que novamente um projeto “modernizador” estava sendo implementado no México. A crítica a esse projeto modernizador é, aliás, uma constante em todos os textos desse primeiro volume.

Dentre os problemas que a Convenção buscava solucionar, o da terra é abordado com um maior cuidado, devido à sua relevância, o que fica claro na afirmação dos autores: “La historia de México en la larga duración es la historia de la lucha de su gente por la tierra”<sup>540</sup>. Que a terra deveria ser dada para quem a trabalha era consenso entre os convencionistas; o embate, no entanto, estava centrado no aspecto jurídico: para os sulistas as terras são herança indígena e deveriam ser propriedades coletivas sob a forma de ejidos, enquanto que para os nortistas as terras dizem mais sobre liberdade individual, devendo ser divididas em pequenas propriedades. O Proyecto de Programa de Reformas Político-Sociales (1915) contempla as duas formas de propriedade de terra, mas a Constituição de 1917, por sua vez, retoma a repartição agrária sob a forma de ejido. Contudo, o documento de 1917 se esquece do Artigo 3º da Convenção, que exigia bancos e vias de comunicação para poder aproveitar ao máximo a terra e apoiar os pequenos agricultores<sup>541</sup>, ou seja, na realidade o campo ficou desamparado.

O Programa da Convenção (1915), aliás, vai justamente contra a máxima que tradição significa imobilidade: é nesse evento, que reuniu diferentes forças políticas<sup>542</sup>, que é possível perceber um projeto transformador e inovador, não somente no que diz respeito ao uso da terra, mas também no que se refere aos direitos políticos e sociais. Se os convencionistas trataram por igual o problema do campesino e do operário, o mesmo não ocorreu posteriormente na política mexicana, uma vez que a indústria foi privilegiada em detrimento da agricultura. Por muitas vezes, o modelo ejidatario foi criticado, devido à miséria que prevalece no meio rural. Tal crítica, contudo,

---

<sup>540</sup> HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p. 19.

<sup>541</sup> “Artículo 3º. Fomentar la agricultura, fundando bancos agrícolas que provean de fondos a los agricultores en pequeño e invirtiendo en trabajos de irrigación, plantíos de bosques, vías de comunicación y en general en las obras de mejoramiento agrícola, todas las que sean necesarias, a fin de que nuestro suelo produzca las riquezas que es capaz”. *Apud* HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*, p.22.

<sup>542</sup> GARCIADIEGO, Javier. Aproximación sociológica a la historia de la Revolución Mexicana. In: \_\_. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010, p. LXIV.

carece de problematização da realidade ali encontrada, já que não leva em conta os recursos federais dispendidos para a proteção e apoio a essa forma de utilização da terra.

Finalmente, ao remeter a essa Convenção, o ELZN em 1994 colocava em pauta a ideia dos cidadãos mexicanos reunidos para debater a situação política e social do país. Defendia, assim, a necessidade de lutar por um governo de transição que se comprometesse a abrir todos os espaços de participação política legal, que elaborasse um programa de democratização política do país e que rompesse com o partido de Estado. O Exército Zapatista, desse modo, dava oportunidade à CND de exercer uma pressão política pacífica, o que fica claro na declaração do Subcomandante Marcos em outubro de 94: “Somos un ejército rebelde porque no creemos en las elecciones, pero la diferencia con los otros grupos armados es que estamos dispuestos a dejarnos convencer de que la lucha armada no es necesaria. Así llegamos a la CND”.<sup>543</sup>

Outro artigo que merece destaque é o de Juan González Esponda, professor da *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad Autónoma de Chiapas*, e Elizabeth Pólito Barrios, pesquisadora do *Centro de Información y Análisis de Chiapas (CIACH)*, intitulado *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*. Os autores explicitam as razões que desencadearam a insurreição zapatista, afirmando que a mesma foi resultado da combinação de vários processos, em concordância com a historiografia: “el problema agrario, la modernización de la economía chiapaneca, el desarrollo político-ideológico de un amplio movimiento campesino y popular, la violencia gubernamental y la falta de democracia”<sup>544</sup>, e conseguem analisar esses problemas de forma interligada.

Dentre todos os artigos é nesse em que aparecem maiores reflexões sobre o ELZN. Defendem, primeiramente, que apesar de ser um movimento de forte presença indígena, esse não deve ser visto como um movimento somente étnico: suas bandeiras não dizem sobre a instalação de uma sociedade puramente indígena, mas fazem parte da lógica de uma sociedade moderna – democracia, liberdade e justiça. Com isso, os autores vão contra a ideia difundida pelos jornais e pelo governo de que o levante era fruto da marginalização dos povos indígenas, afirmando, na realidade, que a economia excludente atinge a maior parte da população, que além disso é despojada de uma efetiva participação na vida política da nação, como se percebe em:

---

<sup>543</sup> CECENÑA, Ana Esther; ZARAGOZA, José; Equipo Chiapas. Cronología del conflicto. *Chiapas*, vol. 1, p. 175.

<sup>544</sup> GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 102.

Los pobres de México no son sólo los pueblos indios, son la inmensa mayoría de la población condenada por una política económica excluyente, neoliberal, que ha sumido en la pobreza y la miseria a alrededor de cuarenta millones de mexicanos y los ha marginado de los órganos de decisión y de gobierno.<sup>545</sup>

Os jornais da época tentavam passar a imagem que o levante zapatista era fruto de uma articulação externa, Esponda e Pólito discordam dessa ideia, expondo que o aparecimento do movimento em Chiapas deve-se ao fato que ali encontram-se problemas estruturais e conjunturais históricos, que se combinaram com uma tradição de luta e organização dos povos indígenas, além de ser uma região em que o desenvolvimento baseado em um processo modernizador causou grandes impactos. Para uma análise sistematizada, os autores retomam toda a história chiapaneca, desde sua incorporação ao México, no ano de 1824<sup>546</sup>. É interessante notar que eles apontam que a concentração de terras se inicia já em 1824, quando a oligarquia se apropria das terras do clero e das comunidades indígenas, fato que se intensifica durante o governo de Porfírio Díaz, quando investidores estrangeiros compram grandes porções de terra. A população indígena, por sua vez, servia de mão de obra para as plantações, em um sistema que se assemelhava à escravidão, situação que perdura até os anos sessenta, quando esses povos começaram a se organizar por melhores condições de trabalho.

A Revolução Mexicana não produziu grande impacto na questão agrária da região, uma vez que o governo do Estado protegeu os latifundiários ao promulgar uma lei que determinava que os latifúndios fossem aquelas terras maiores que oito mil hectares, sendo que as terras que excediam essa medida poderiam ser fracionadas e repassadas, de modo que grandes porções de terra permaneceram nas mãos de grupos familiares.<sup>547</sup> Mudanças significativas ocorreram somente durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), quando beneficiários receberam terras de baixa produtividade, ou seja, o setor privado continuou a deter as maiores e melhores porções de terra. Podemos afirmar, então, que a

<sup>545</sup> \_\_\_\_\_. *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*, p. 103.

<sup>546</sup> Em 1824, através de um plebiscito, os chiapanecos decidiram se incorporar a República mexicana. Durante os três séculos anteriores, Chiapas tinha sido uma província da Capitania General da Guatemala.

<sup>547</sup> Os autores citam os artigos da Ley Agraria del Estado aos quais fazem referência: Artículo 1º: “Por latifundio se entiende toda extensión de terreno que exceda de ocho mil hectáreas, poseída en propiedad por una persona o sociedad que tenga la capacidad legal para adquirir el dominio”. Artículo 2º: “Lo que exceda de la superficie señalada com el artículo anterior quedará sujeto a fraccionamiento y expropiación en los términos de esta ley”; e ainda “el ‘que posea más de ocho mil hectáreas, deberá fraccionar el excedente en el término de seis meses cumpliendo con lo dispuesto en el artículo 10; en caso contrario el fraccionamiento será hecho por el Gobierno previa expropiación”.

reforma agrária em Chiapas não seguiu um modelo de redistribuição de terras privadas, mas sim de colonização de terras não utilizadas, principalmente na região da Selva Lacandona, de modo que a estrutura agrária de latifúndios permaneceu quase que intacta.

548

Além de abordar o processo histórico da concentração de terra nas mãos de poucos e da consolidação de uma economia modernizadora, González Esponda e Pólito Barrios também analisam o desenvolvimento do movimento campesino no estado de Chiapas, periodizando-o em quatro momentos. O primeiro período compreende de 1974 a 1977, tendo como marco inicial o Congresso Indígena, realizado a pedido do estado de Chiapas, e sob organização da Diocese de San Cristóbal, com o objetivo de comemorar os quinhentos anos da morte de Frei Bartolomé de las Casas. Funcionou como um instrumento para dar coesão ao sofrimento e descontentamento dos povos tzotziles, choles, tazeltales y tojobales, os quais elaboraram demandas e propostas sobre terra, comércio, saúde, educação.<sup>549</sup> Além disso, a Igreja também convidou estudantes e professores para promover cursos sobre lei agrária, economia, história mexicana e agronomia. Desse processo, uma nova geração de líderes indígenas emergiu, com uma percepção diferenciada a respeito da pobreza e injustiça que sofriam. Além de ser abordado nesse artigo, a problematização do evento volta a aparecer na seção de documentos, onde Antonio García de León<sup>550</sup> reproduz as demandas elaboradas pelos povos que estavam ali reunidos. García de León aponta que a realidade indígena se alterou minimamente nesse espaço de vinte anos, de modo que os problemas e demandas elaboradas no Congresso são muito similares a aqueles apresentados pelo EZLN.

O segundo período demarcado compreende os anos de 1978 e 1979 e se define pela chegada à Chiapas das primeiras organizações políticas de esquerda, que influenciaram o movimento campesino, e pela extensão do movimento, tanto espacialmente quanto nas reivindicações elaboradas. Nesse período, as organizações se orientaram para uma produção autônoma e para a criação de instâncias políticas e econômicas dos campesinos. A luta em Chiapas começou a romper com seu isolamento e espontaneidade, marca dos primeiros anos, para se incorporar a estruturas organizativas, as

<sup>548</sup> HARVEY, Neil. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p.50.

<sup>549</sup> \_\_\_\_\_. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p. 57.

<sup>550</sup> GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *La vuelta del Katún (Chiapas: a veinte años del Primer Congreso Indígena)*. *Chiapas*, vol. 1, 1995, p. 127-47.

quais foram vítimas de ações da polícia oficial e de particulares, que tentaram deslegitimar e desmembrar o movimento através de suborno, ameaça e repressão.

De 1980 até 1984, configura-se o terceiro momento, em que as lutas se consolidam na forma de organizações sociais diversas, que possuíam táticas e métodos de ação diferenciadas, mas que tinham a mesma origem e objetivo: “buscar la solución de las demandas agrarias, conseguir espacios de participación política e mejorar las condiciones de vida de sus agremiados”<sup>551</sup>. O período é marcado por uma diversidade de formas de lutas empregadas, destacando-se greves de fome, bloqueio de rodovias, a realização de marchas, além das invasões de terras, denúncias em foros e encontros.

Após dez anos de ações e de enfrentamento à repressão, crise econômica e na agricultura, as organizações e o movimento popular estavam minados, o que marca o início de um novo momento na luta agrária em 1985. A demanda da luta pela terra se soma àquelas vinculadas à produção, os espaços de participação política se fecham cada vez mais e os setores empresariais são, mais uma vez, favorecidos. A luta e a organização tomam novo caráter: além de demandas no âmbito agrário, o discurso passa a reivindicar liberdade política, democracia e o reconhecimento da dignidade indígena.

As mudanças constitucionais em 1992, condição para a entrada do México no TLC, eram vistas pelo governo como uma forma de atrair investimentos externos para agricultura e produção, sob a lógica de modernização. O impacto maior é diretamente sobre as comunidades indígenas, uma vez que foi alterado o Artigo 27, um dos maiores legados da Revolução. Com isso estava anunciado o fim da reforma agrária; a venda, compra e aluguel dos ejidos, além da associação entre ejidatarios com empresários, passaram a ser legais. Se a realidade agrária já era vista como inadequada para a grande maioria da população chiapaneca, essas mudanças tornam ainda mais real a ameaça às terras comunais, criando um temor quanto à reconcentração de terras. Como apontado durante todo esse breve artigo, os habitantes do estado de Chiapas nunca foram realmente beneficiados pela repartição agrária, e, quando muito, receberam terras de baixa produtividade. No entanto, a promoção de mudanças na Lei Agrária tem um enorme peso simbólico: além de ser uma ruptura com o passado e os ideais revolucionários, representou

---

<sup>551</sup> GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*, p.119.

também uma quebra de expectativas quanto a mudanças futuras eficientes.<sup>552</sup> A aparição do EZLN em 1994, desse modo, marcou o início de um novo processo na luta pela terra.

Fica claro que o aparecimento do Exército Zapatista se deve a uma série de elementos, preocupação que os intelectuais que colaboram com *Chiapas* buscam explicitar por todo o primeiro volume. Podemos afirmar que eles privilegiam uma leitura marxista do movimento, de modo que defendem que o condicionamento político-econômico foi central para o surgimento desse, porém não foi possível perceber uma reflexão mais detida da importância do componente étnico para o movimento. A luta agrária e a política econômica tiveram grande influência no surgimento do EZLN, contudo, o discurso zapatista reivindica mudanças que dizem a respeito à realidade indígena em particular, e à nação mexicana como um todo, uma vez que a economia neoliberal, adotada paulatinamente no México, foi capaz de aproximar diferentes grupos sociais através de um processo de exclusão. O projeto político do movimento é muito semelhante aos de diferentes movimentos sociais de base indígena, uma vez que busca “transformar a un Estado excluyente, autoritario, violento, en un Estado pluralista, tolerante, participativo, democrático en sus procedimientos y en sus instituciones”<sup>553</sup>, como aponta Pablo Dávalos. Uma análise mais profunda do movimento se faz necessária, para podermos avaliar qual foi o impacto que esse provocou na sociedade mexicana e em que medida a luta pela terra permaneceu em sua pauta.

---

<sup>552</sup> HARVEY, Neil. *Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle*, p. 53-55.

<sup>553</sup> DÁVALOS, Pablo. Movimientos Indígenas en América Latina: El derecho a la palabra. In: DÁVALOS, Pablo. *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLASCO, 2005, p.29.

## A revista *La Quinta Rueda* e o debate sobre política cultural na “via chilena para socialismo”

**Maíra Máximo Nascimento**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[mairamnascimento@gmail.com](mailto:mairamnascimento@gmail.com)

**RESUMO:** Em outubro de 1972, sob o selo da Editora Nacional Quimantú, nasce a revista chilena *La Quinta Rueda*. Dedicada a debater temas tangentes à cultura, em um sentido bastante amplo, o periódico reflete sobre os variados aspectos da realidade cultural e social chilena. Composto por intelectuais com trajetórias consolidadas, seu Conselho Editorial posiciona-se de maneira crítica ao tratamento dado à cultura pelo o governo de Salvador Allende (1970-1973). O ponto central dos discursos veiculados pela revista é a ausência de uma política cultural sistematizada pela Unidade Popular. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar o que os membros do Conselho Editorial e os colaboradores esporádicos de *La Quinta Rueda* compreendiam, então, por política cultural. Por meio dos editoriais, artigos e entrevistas da revista, buscaremos compreender qual o papel conferido à cultura no momento peculiar que foi a experiência da Unidade Popular e qual o lugar de uma política cultural na chamada “via chilena para socialismo”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura; política cultural; Unidade Popular; Chile; *La Quinta Rueda*.

Em setembro de 1970, a Unidade Popular<sup>554</sup> chega ao cargo máximo do Poder Executivo chileno quando Salvador Allende assume a presidência do país e, a partir daí, dá-se início à transição ao socialismo através da via institucional e democrática, proposta no programa político da UP. Formado a partir da realidade política e social chilena da década de 1960 e início dos anos de 1970, o programa de governo da UP dialogava com vários setores de esquerda da América Latina, influenciados direta e indiretamente pelo pós-Segunda Guerra, pela Guerra Fria, a Revolução Cubana e os movimentos contestatórios e de contracultura que tiveram o seu marco no ano de 1968.<sup>555</sup>

---

<sup>554</sup> Coalizão política conformada pelos partidos Socialista e Comunista, pelo Partido Radical, Partido Social Democrata, Ação Popular Independente e Movimento de Ação Popular Unificado. Na segunda metade de 1971, incorporam-se também o Partido de Izquierda Radical e o Movimiento de Izquierda Cristiana; cf. A. Aggio, *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, São Paulo: Annablume, 2002, p.15.

<sup>555</sup> Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular – Candidatura presidencial Salvador Allende. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-7738.html>, acesso em 11/05/2015.



A Unidade Popular concebia o socialismo como o único caminho para a superação dos entraves ao desenvolvimento chileno<sup>556</sup> e assumia a via democrática e institucional, dada as condições políticas consolidadas no país, como o meio possível e ideal para a transformação do Chile em um país socialista. Assim, rechaçava a via armada, a qual, após a Revolução Cubana, tornou-se um paradigma para boa parte das esquerdas latino-americanas. Deste modo, o governo de Salvador Allende e os partidos que conformavam a sua coalizão, tinham diante de si a missão de construir um caminho novo, para uma experiência inédita.

Em fevereiro de 1971, o governo compra as ações da editora Zig-Zag, que passa a se chamar Editora Nacional Quimantú. Segundo as palavras do próprio Allende, a nova editora “constituirá a base de uma indústria gráfica e editorial que satisfaça as necessidades culturais do Chile”.<sup>557</sup> Em 1972, sob o selo da editora Quimantú, nasce a revista mensal *La Quinta Rueda*, a qual objetivava discutir as “necessidades culturais do Chile” e criticar a ausência de uma sistemática política cultural nacional promovida pela UP. Tomando o conceito de cultura de forma bastante ampla, os conteúdos desse periódico passariam por temas como educação, literatura, teatro, artes plásticas, cinema, patrimônio, esportes e sexo. É por meio dessa perspectiva cultural que os seus editores e seus colaboradores esporádicos discutem e refletem sobre a realidade chilena. A revista propunha-se a discutir a produção cultural chilena, apontando para a necessidade de que fosse construída uma política cultural para o país. Tal política era entendida, pelos intelectuais que lá publicam como de fundamental importância dentro processo pelo qual o país passava. Neste trabalho, buscamos compreender as discussões travadas em *La Quinta Rueda* sobre a política cultural que deveria ser empreendida no governo da Unidade Popular, destacando os atores sociais que estariam envolvidos nessa construção, as razões para a necessidade de uma política institucionalizada para a produção cultural e os objetivos a serem atingidos com a estruturação de tal política. Trabalhamos aqui com os conceitos utilizados na própria revista pelos seus articulistas esporádicos, bem como pelo conselho editorial, o qual era composto por Hans Ehrmann, jornalista e crítico de cinema; Carlos Maldonado, crítico de teatro membro do Partido Comunista; Antonio Skármeta, diretor de teatro, escritor e membro do MAPU e Mario Salazar, produtor musical e teatral, cantor, sociólogo e

<sup>556</sup> AGGIO, A. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, p.18.

<sup>557</sup> ALLENDE, F. *A via chilena para o socialismo*. Mensagem ao Congresso em 21 de maio de 1971, Buenos Aires: Eudeba, 2014, p. 128.

membro do Partido Socialista, o qual, após algumas edições, é substituído por Alfonso Calderón, escritor e crítico literário, também filiado ao Partido Socialista, todos eles intelectuais com trajetórias já consolidadas e reconhecidas.<sup>558</sup>

*La Quinta Rueda* propunha-se como espaço livre e diverso de debate e de construção coletiva sobre os temas culturais,<sup>559</sup> especialmente no que se referia aos ideais de uma política cultural inserida no processo pelo qual passava o Chile, como consta em seu segundo número, de novembro de 1972: “No queremos erigirnos, como tantas veces sucede con revistas de esto índole, en voceros de una capilla o grupo, sino en un órgano de discusión amplia al que tengan acceso quienes tengan algo que aportar al diagnóstico y desarrollo de nuestra realidad cultural”.<sup>560</sup> Concordamos aqui com a proposição de Regina Crespo quando defende que:

Una revista o suplemento representa el punto de vista de un grupo, su intervención político-ideológica, su lugar y herramientas en la arena cultural. Si son resultado de un proyecto colectivo, las revistas y suplementos reflejan la estructura misma del proyecto que les dio origen y los cambios que éste va sufriendo a lo largo del tiempo.<sup>561</sup>

De maneira geral, existe uma orientação ideológica em *La Quinta Rueda*, a começar pelo seu conselho editorial, o qual, com exceção de Ehrmann, é formado por membros de partidos que compõem a UP. Ainda que críticos à maneira como o governo procedia em relação à cultura, em nenhum dos artigos ou entrevistas publicados a “via chilena” era posta em questão. Aliás, as críticas feitas na revista apontam justamente para a necessidade de aprofundar o processo de transição ao socialismo.

<sup>558</sup> SCHMIEDECKE, N. A. *O movimento da Nova Canção Chilena no debate sobre a “questão cultural” travado na revista La Quinta Rueda (1972-1973)*, Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC, Niterói: 2014, p. 4.

<sup>559</sup> Ver mais em BIANCHI, Soledad. “*La quinta rueda y PEC: dos miradas a la cultura. Chile, años ’60*”. In: SOSNOWSKI, Saúl (ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999, p.477. Neste artigo, a autora afirma que *La Quinta Rueda* seria sectária e ideológica. Essa crítica poderia ser refutada se considerarmos que havia um espaço dedicado ao leitor, onde se publicava elogios, comentários, sugestões e inclusive críticas à revista, além de publicação de entrevistas a elementos que chegaram a dizer que não compravam *La Quinta Rueda*, por conta do seu caráter panfletário, entre outros termos pejorativos. Contudo, nota-se que ao longo dessas entrevistas, tais críticas acabavam por ser silenciadas e/ou ridicularizadas pelo corpo editorial.

<sup>560</sup> “No queremos nos erigir, como tantas veces sucede con revistas de esta índole, en porta-vozes de una capela ou grupo, mas sim em um órgão de discussão ampla ao que tenha acesso quem tenha algo que contribuir ao diagnóstico e desenvolvimento de nossa realidade cultural”. Tradução livre. Planteamientos. *La Quinta Rueda*, n 2, nov. 1972, p. 8.

<sup>561</sup> CRESPO, R. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*, Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima: Universidad de Colima, 2010, p. 3.

O estudo de fontes como as revistas implica em compreender que as mídias impressas têm um compromisso com as conjunturas nas quais são produzidas e, de certo modo, tem a possibilidade de atuar sobre elas (CRESPO, 2010) <sup>562</sup>. A consciência sobre isso por parte dos que publicam nesses periódicos transparece de modo mais ou menos claro de acordo com valores, ideologias e intenções dos publicadores. Em *La Quinta Rueda* a consciência do seu poder de interferência não é apenas presente como também é razão de sua existência. O próprio nome da revista já revela o seu tom crítico. O corpo editorial entendia que, até então, o governo da Unidade Popular não considerava a cultura como algo de primeira importância, tratando-a como “la quinta rueda del coche”<sup>563</sup> – o estepe do carro. Seu foco principal seria, assim, discutir sobre as possibilidades de construção de uma política para a cultura, envolvendo os/as agentes da produção cultural chilena e chamando a atenção para as responsabilidades do poder institucionalizado.

Estava previsto no programa de governo da Unidade Popular, constituído em 1969, a criação do Instituto Nacional de Arte e Cultura (INAC), órgão oficial que se responsabilizaria pelos assuntos concernentes à cultura. Até o momento da inauguração da revista, o que havia em relação ao INAC eram discussões sobre o edifício mais apropriado para a sua instalação. O instituto jamais foi criado, visto que até o golpe de 1973, as ações oficiais não passaram muito disso. Concretamente, houve incentivos oficiais, principalmente por meio de universidades estatais, à produção musical nacional, especificamente aos/às envolvidos/as com o movimento da *Nueva Canción Chilena*; a organização dos *Trens de la cultura*, caravanas de artistas levados a apresentar-se em regiões mais distantes de Santiago, na tentativa de descentralização de parte do que estava sendo produzido; além da criação de alguns Centros de Cultura Popular, unidades dotadas de bibliotecas populares e espaços para a produção cultural da mais diversificada.<sup>564</sup> Dentre as medidas oficiais, destacamos aqui como mais significativa a estatização da editora Zig-Zag, que se transformou na Editora Quimantú. Além das diversas revistas fundadas para vários tipos de público, em um ano e três meses de existência, a editora nacional havia editado e vendido mais de 5 milhões de livros, expressão que chegava a ser vinte vezes maior do que

---

<sup>562</sup> Ibidem, p 2.

<sup>563</sup> Dónde está la política cultural?. *La Quinta Rueda*, n1, out. 1972, Santiago: Quimantú.

<sup>564</sup> ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: VALLEJOS, Julio Pinto (coordinador-editor). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

havia sido alcançado pela Zig-Zag na mesma fração de tempo.<sup>565</sup> Dentre os títulos publicados estavam coleções dedicadas à história nacional, clássicos da literatura mundial (principalmente latino-americana) e importantes obras de teóricos marxistas. Praticamente todas as edições contavam com um prólogo que cumpria o papel da “doutrinação”.<sup>566</sup>

Encontramos, em diversos artigos de *La Quinta Rueda*, o destaque para o momento de ebulição cultural que vivia o Chile, inclusive não eram poucos os que afirmavam que nunca houvera tanta movimentação popular em torno da produção cultural naquele país. A falta de atenção e organização dessa produção era o ponto central das críticas veiculadas na revista. Além disso, criticava-se muito a burocracia com a qual o governo lidava as questões culturais. Devemos acrescentar que muitos intelectuais e artistas se engajaram na campanha presidencial de 1970, inclusive participando da construção das propostas da UP. A atuação desses e dessas agentes foi, sem dúvida, de extrema importância para a vitória de Salvador Allende. O que aparecia em algumas críticas de *La Quinta Rueda*, por vezes em tom de cobrança e, por outras, em tom de decepção, como assinalado na entrevista concedida por José Balmes:

De allí [do comando de intelectuais e artistas organizado durante a campanha eleitoral, em 1970] partieron muchas ideas que luego se incorporaran al programa de la Unidad Popular. Después del triunfo hubo mucha ebullición. [...] Pero se produjo cierta desmovilización, producto en algún sentido de que el Gobierno no respondió a lo que de él esperaban los trabajadores de éste campo.<sup>567</sup>

Era frequente, ademais, a ideia de que no governo de Salvador Allende, em relação aos governos anteriores, pouco ou quase nada havia mudado de fato no tratamento das questões culturais.

*La Quinta Rueda*, mais que um veículo de críticas, propunha-se como espaço de discussão entre os/as interessados/as em contribuir com a construção de uma política cultural para o Chile naquele momento de transformação pelo qual o país passava. Para analisar essas discussões, consideramos imprescindível compreender como as/os

<sup>565</sup> TEITELBOIM, Valodia. 5.000.000 de libros. *La Quinta Rueda*, n3, jan-fev 1973, Santiago: Quimantú.

<sup>566</sup> ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente, p. 154.

<sup>567</sup> “Dali partiram muitas ideias que logo se incorporaram ao programa da Unidad Popular. Depois do triunfo houve muita ebulição. [...] Mas se produziu certa desmobilização, produto em algum sentido de que o Governo não respondeu ao que dele esperavam os trabalhadores deste campo”. Tradução livre. BALMES, José. Política Cultural: Lo que hay y lo que falta. *La Quinta Rueda*, n°. 6, mai. 1973, p. 3.

envolvidas/os nesse debate concebiam o conceito de cultura. Nota-se que em *La Quinta Rueda* a cultura é percebida de maneira bastante ampla, o que se reflete na variedade de temas que a revista, definida como cultural, abrange em suas nove edições. Como supracitado, o periódico tratava desde artes plásticas a esportes. De acordo com os editores, já não se poderia “[...] sostener la tradicional ecuación de “cultura = artes”, como una dádiva que los intelectuales y artistas reparten con mayor y menor generosidad”.<sup>568</sup> Rompia-se com uma ideia tradicional que associava cultura a uma área exclusiva do conhecimento humano e com a ideia que vinculava a produção cultural à erudição. Nesse sentido, a cultura deveria ser então, acessível e de propriedade de todos os setores da sociedade. Além disso, ideia geral que se encontra no periódico é de que a cultura de modo algum seria algo à parte das outras atividades humanas, muito pelo contrário, como afirma Carlos Maldonado:

La cultura no es un adorno ni un mero pasatiempo para ociosos. Cultura es la capacidad de un pueblo para construir su futuro de acuerdo con las particularidades de su medio, de su propio pensar, sentir y hacer. Esta comprende desde sus formas de organización, pasando por objetivos políticos, económicos y sociales, sus conceptos morales, etc., hasta sus auténticas expresiones musicales, literarias o teatrales.<sup>569</sup>

Enrique Rivera alarga ainda mais a concepção sobre o que seria a cultura. Para o escritor,

La cultura, en oposición al concepto de naturaleza, comprende el producto total de la actividad humana históricamente considerada. Se manifiesta como un sedimento material y espiritual que la humanidad acumula para su propio progreso y que las sociedades divididas en clases usufructúan en beneficio del desarrollo y consolidación de sus sectores dominantes. Todo bien material o espiritual producido por la humanidad es un bien cultural si está asociado al sentido de progreso y perfeccionamiento social que preside la mayoría de los actos humanos. Y la producción de bienes culturales es consecuencia de las aptitudes laborales y creadoras y de la capacidad de organización social de la humanidad. Son bienes culturales las ideas filosóficas, las organizaciones

---

<sup>568</sup> “[Já não se pode] sustentar a tradicional equação de “cultura = artes”, como uma dádiva que os intelectuais e artistas repartem com maior e menor generosidade”. Tradução livre. “Dónde está la política cultural”, n1, p.12.

<sup>569</sup> “A cultura não é um adorno ou mero passatempo para ociosos. Cultura é a capacidade de um povo para construir seu futuro de acordo com as particularidades de seu meio, de seu próprio pensar, sentir e fazer. Essa compreende desde suas formas de organização, passando por objetivos políticos, econômicos e sociais, seus conceitos morais, etc., até suas autênticas expressões musicais, literárias ou teatrais”. Tradução livre. MALDONADO, C. Dónde está la política cultural?, n. 1, p.12.

políticas, las creencias religiosas, las obras de artes, los descubrimientos de la ciencia, los instrumentos que produce la tecnología para transformar la naturaleza, las conductas morales, los mitos, las leyendas, las costumbres.<sup>570</sup>

A posição de Rivera condensa a percepção geral encontrada em *La Quinta Rueda* sobre o que significaria cultura, principalmente no que diz respeito ao poder de transformação e desenvolvimento que compreende a detenção dos chamados “bens culturais”. De acordo com Rivera e Maldonado – bem como vários outros e outras autores e autoras que publicaram na revista -, ao longo da história do Chile a posse dos bens culturais, que implicaria no progresso e aperfeiçoamento social, havia sido privilégio das classes dominantes e, sendo assim, a dominação de uma classe sobre outra era perpetuada. Deste modo, tornar os “bens culturais” propriedade dos/das trabalhadores/as chilenos/as implicaria na quebra dessa dominação, ou seja, na emancipação das massas em detrimento das elites.

A esse entendimento da cultura como ferramenta de dominação e, por outro lado, de emancipação, está intimamente associada a ideia de dependência cultural. Como afirmado no primeiro artigo editorial de *La Quinta Rueda*,

Lo que debe caducar es la “cultura” como privilegio de una clase determinada; en el fondo le ayuda a mantener su dominación que, a su vez, está estrechamente entrelazada con los intereses del imperialismo.<sup>571</sup>

Desse modo, a política cultural idealizada em *La Quinta Rueda* deveria se dar no sentido de combater e destruir a dominação das elites sobre as massas chilenas, bem como de tornar o país livre da dependência imperialista. Para tanto, tal política teria de ser, antes de tudo, original, gerada a partir da realidade chilena e jamais ser uma cópia, ou uma aplicação de

---

<sup>570</sup> “A cultura, em oposição ao conceito de natureza, compreende o produto total da atividade humana historicamente considerada. Se manifesta como um sedimento material e espiritual que humanidade acumula para seu próprio progresso e que as sociedades divididas em classes usufruem em benefício do desenvolvimento e consolidação de seus setores dominantes. Todo bem material ou espiritual produzido pela humanidade é um bem cultural se está associado ao sentido de progresso e aperfeiçoamento social que preside a maioria dos atos humanos. E a produção de bens culturais é consequência das aptidões laborais e criadoras e da capacidade de organização social da humanidade. São bens culturais as ideias filosóficas, as organizações políticas, as crenças religiosas, as obras de arte, os descobrimentos da ciência, os instrumentos que produz a tecnologia para transformar a natureza, as condutas morais, os mitos, as lendas, os costumes”. Tradução livre. RIVERA, Enrique. Política cultural. Para comenzar a hablar, n2, nov. 1972, pp. 8-9.

<sup>571</sup> “O que deve caducar é a “cultura” como privilégio de uma classe determinada; no fundo a ajuda a manter sua dominação que, por sua vez, está estreitamente entrelaçada com os interesses do imperialismo”. Tradução livre. Dónde está la política cultural? n1, out 1972, p.12.



modelos de governos socialistas e, muito menos, dos ditos países imperialistas. A política cultural idealizada no periódico deveria “nacer con lo nuestro”<sup>572</sup>, como colocam os editores, no segundo número do periódico:

Para nosotros, la cultura no comienza en Londres, Paris o Nueva York. Debemos reflejar en primer término la realidad chilena, luego latinoamericana y solo después de las grandes metrópolis. Pretender el orden inverso no es ni más ni menos que subordinarse una vez más a los mecanismos de la dependencia cultural.<sup>573</sup>

Ou ainda:

No hay modelos cuya calca nos puede aportar soluciones. Hasta ahora tenemos vivido un constante fenómeno de dependencia cultural y no se trata tampoco de imitar modelos de los países de la Europa Socialista, Cuba o China. Hay que hallar los caminos que corresponden a nuestra realidad.<sup>574</sup>

Basicamente, entendia-se por política cultural, na revista, a sistematização de um conjunto de medidas oficiais que incentivassem, organizassem, desenvolvessem e coordenassem o processo cultural do país. Especialmente naquele momento de grande ebulição da atividade cultural, o estabelecimento de diretrizes oficiais e organização de ações voltadas para a cultura evitaria perdas de tempo, dinheiro e pessoal. Entretanto, não se trataria de cair em um “dirigismo estreito ou em um caos sem bússola”<sup>575</sup>. Para o corpo editorial, bem como para os outros colaboradores da revista, corresponderia às ações da política cultural a gestão de organizações que dessem base e condições para a expressão de todos e a participação integral da sociedade. E isso não se daria com base em decretos – como assinalado, inclusive, pela Unidade Popular em seu programa. Pelo contrário, as ações deveriam ser pensadas e gestadas coletivamente, caminhando juntamente ao seu próprio desenvolvimento e ao desenvolvimento social em geral. Como assinala Rivera, a criação de uma política cultural:

---

<sup>572</sup> “Nacer con lo nuestro”. Tradução livre. “Planteamientos”, n2, nov 1972, p.8.

<sup>573</sup> “Para nós, a cultura não começa em Londres, Paris ou Nova Iorque. Devemos refletir em primeiro termo a realidade chilena, logo a latino-americana e só depois a das grandes metrópoles. Pretender a ordem inversa não é mais nem menos que subordinar-se uma vez mais aos mecanismos da dependência cultural”. Tradução livre. “Planteamientos”, n2, nov 1972, p.8.

<sup>574</sup> “Não existem modelos cuja base nos pode aportar soluções. Até agora temos vivido um fenômeno de dependência cultural e não se trata tampouco de imitar modelos dos países da Europa Socialista, Cuba ou China. Há que encontrar os caminhos que correspondem à nossa realidade”. Tradução livre. “Dónde está la política cultural?”, n1, out 1972, p.12.

<sup>575</sup> “No puede caerse en un dirigismo estrecho ni tampoco en un caotismo sin brújula”. “Dónde está la política cultural?”, n1, out 1972, p. 12.



Es una tarea que está más allá de las posibilidades de acción y responsabilidades específicas del aparato gubernamental, pues involucra al conjunto de la sociedad y sus organizaciones y, particularmente, supone el aporte creador de sus intelectuales y la presencia viva de las masas. Es una tarea colectiva, gigantesca y inaplazable, que no puede acometerse por decreto, como bien lo señala el Programa Básico de la Unidad Popular, no obstante la misión directiva, orientadora, coordinadora y centralizadora de recursos que le está reservada al Gobierno.<sup>576</sup>

Para além das responsabilidades executivas do governo, discutia-se muito o papel das e dos intelectuais na construção da política cultural para aquele momento de transição ao socialismo. Na maioria dos artigos, a figura do intelectual aparecia como elemento criador por excelência e, para vários autores, as e os intelectuais representariam a vanguarda no processo de elaboração dessa política – assim como no processo de transformação do Chile em socialista. O/a intelectual aparece em *La Quinta Rueda*, principalmente, como detentor/a da capacidade técnica para dar suporte a reflexões e ações concretas em relação à produção cultural, além de serem responsáveis pela elaboração teórica das diretrizes no campo da cultura. Nota-se que em alguns posicionamentos ainda permanece, em certa medida, a concepção da categoria “intelectual” como setor privilegiado, no sentido de concentrar maiores virtudes em relação aos processos criativos. Contudo, não é infrequente a ênfase na imprescindibilidade, frente às novas realidades, de repensar a atividade intelectual como um todo, apontando para a necessidade das transformações das relações de trabalho que envolviam as/os intelectuais. Falava-se, então, na “proletarização” do intelectual, isto é, que a atividade criadora fosse tomada como uma atividade não desvinculada à produção do país de um modo geral e que as relações de trabalho envolvidas se dessem de maneira semelhante às das outras categorias profissionais.

Não restam dúvidas de que o usufruto dos bens culturais pelas massas era a bandeira mais defendida nas páginas de *La Quinta Rueda*. Mais do que isso, encontra-se na grande maioria dos artigos o entendimento de que o proletariado teria essencialmente o dever de participar da gestação da política cultural desejada para aquele período. Assumia-se como meta a participação popular no processo cultural. De acordo com Carlos

---

<sup>576</sup> “É uma tarefa que está mais além das possibilidades de ação e responsabilidades específicas do aparato governamental, pois envolve o conjunto da sociedade e suas organizações e, particularmente, supõe o aporte criador dos seus intelectuais e a presença viva das massas. É uma tarefa coletiva, gigantesca e inadiável, que não pode acometer-se por decreto, como bem assinala o Programa Básico da Unidad Popular, não obstante a missão directiva, orientadora, coordenadora e centralizadora de recursos que está reservada ao governo”. Tradução livre. “Para comenzar a hablar”, n2, nov 1972, p. 9.

Maldonado, um dos editores do periódico, a manutenção do caráter revolucionário do processo<sup>577</sup> dependia da participação maciça dos/das operários/as e camponeses/as chilenos/a. Para Maldonado, deveria ser das massas todo o protagonismo no processo chileno, em todos os seus setores.<sup>578</sup> O autor apresenta, nesse sentido, uma proposta de ação prática para efetivação da participação popular:

[...] dentro o junto a cada organización del pueblo debe funcionar un Centro de Cultura Popular (CCP), o sea, la organización de masas que preocupa en atender, planificar e impulsar las necesidades culturales en un sindicato, en una Junta de Vecinos, en un Asentamiento Campesino o Centro de Reforma Agraria, en una Asociación de Empleados, en un colegio, en un barrio o en un villorrio”.<sup>579</sup>

De modo geral, a visão encontrada na revista era de que a política cultural deveria ter como objetivo o empoderamento das massas e a libertação do povo chileno do jugo das classes dominantes. Para tanto, a participação dos proletários e camponeses na produção cultural era essencial. Para alguns autores, tal participação deveria ser de algum modo guiada pelos/as intelectuais. Para outros, as massas deveriam gerar organicamente seus próprios quadros, que dariam conta dessa tarefa de construção na área cultural.

Nesse sentido, as ações institucionais deveriam constituir, sobretudo, incentivos à produção de cultura nacional popular, isto é, às expressões culturais que representassem o que os/as intelectuais que publicaram no periódico consideravam como advindas das raízes culturais da nação chilena.<sup>580</sup> Não é por acaso que a figura do/da folclorista aparece diversas vezes no periódico como categoria profissional de extrema importância no chamado processo cultural. Em diversos números, por exemplo, Violeta Parra tem seu trabalho citado e elogiado. Há, inclusive, um número exclusivamente dedicado a

---

<sup>577</sup> Em La Quinta Rueda, é frequente a afirmação de que o Chile vivia um processo revolucionário. Aliás, esta ideia aparece na grande maioria de seus artigos. Não nos cabe aqui discutir se a via chilena para o socialismo caracterizou propriamente uma revolução. Para aprofundamentos no tema, ver capítulo IV de AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*.

<sup>578</sup> MALDONADO, Carlos. “Dónde está la política cultura?”, n.º. 1, out 1972, p.13.

<sup>579</sup> “[...] dentro ou junto de cada organização do povo deve funcionar um Centro de Cultura Popular (CCP), ou seja, a organização de massas que preocupa em atender, planificar e impulsionar as necessidades culturais em um sindicato, em uma Junta de Vizinhos, em um Assentamento Camponês ou Centro de Reforma Agrária, em uma Associação de Empregados, em um colégio, em um bairro ou em um vilarejo”. “Dónde está la política cultura?”, n1, out 1972, p.13.

<sup>580</sup> Na revista, não encontramos delimitações para o que representariam as raízes culturais chilenas. O que existe são exemplos de expressões culturais que deveriam ser valorizadas em detrimento de outras, como o movimento da Nueva Canción Chilena, em oposição à música popular influenciada por ritmos e temas estrangeiros; ou a valorização do teatro operário, em oposição ao teatro não engajado.

homenagear a cantora, compositora e estudiosa do folclore chileno.<sup>581</sup> António Skármeta afirma que:

Ordenar, coordinar, incentivar, sugerir trabajos conjuntos en el campo cultural puede ser una significativa manera de que Chile gane la batalla contra el imperialismo y sus aliados antipatriotas dentro de casa, al acercar más a los chilenos a su propio rostro, a la expresión de lo que verdaderamente somos.<sup>582</sup>

A política cultural idealizada pela revista seria aquela que sistematizaria e incentivaria a produção cultural nacional popular e que, portanto, seria responsável por fomentar o autóctone contra o imperialista e o popular contra o elitista.

De maneira geral, podemos concluir que *La Quinta Rueda* foi palco de importantes debates acerca da produção cultural, em uma perspectiva bastante abrangente, durante os anos de governo da Unidade Popular. Ainda que não nos tenha sido possível qualificar a sua recepção, é fato que o periódico teve um impacto a ser considerado, uma vez que mobilizou intelectuais de destaque, chilenos – principalmente – e de outras partes da América Latina, e teve repercussão direta no governo, visto que representantes de órgãos governamentais tiveram espaço para se pronunciar nas páginas da revista, além de artigos publicados e entrevistas com figuras como o senador Valodia Teitelboim.

Ainda que críticos à postura do governo em relação à cultura, a via pacífica, democrática e institucional para o socialismo que estava sendo construída pela Unidade Popular jamais foi criticada na revista. Pelo contrário, as críticas se davam justamente no sentido de aprofundar o processo chileno, isto é, defendia-se no periódico, acima de tudo, que através da cultura – e, portanto, a sua organização e incentivo – seria possível construir o “homem novo”<sup>583</sup>, o sujeito que construiria uma nova sociedade.

Percebemos que a política cultural idealizada na revista está bastante próxima à própria proposta da Unidade Popular, uma vez que em todo momento é apontada a

---

<sup>581</sup> Número 4 de *La Quinta Rueda*, de janeiro-fevereiro de 1973.

<sup>582</sup> “Organizar, coordinar, incentivar, sugerir trabalhos conjuntos no campo cultural pode ser uma significativa maneira de que Chile ganhe a batalha contra o imperialismo e seus aliados antipatriotas dentro de casa, ao acercar mais aos chilenos a seu próprio rosto, à expressão do que verdadeiramente somos”. Tradução livre. SKÁRMETA, Antonio. “Qué cantar?”, n1, out. 1972, p.11.

<sup>583</sup> A expressão “hombre nuevo” define o tipo ideal de revolucionário e sujeito de uma sociedade socialista. Tal expressão torna-se popular na América Latina a partir da Revolução Cubana. A flexão de gênero do termo dentro das esquerdas latino-americanas quase nunca é utilizada. É muito raro encontrar-se a expressão “mujer nueva”, ou qualquer associação com a figura feminina. O que deixa entrever o machismo e, por vezes, a misoginia, presentes nas revoluções e movimentos de esquerda na América Latina. Em *La Quinta Rueda* essa expressão é utilizada no artigo “A mi me concientizó Dios”, de Maria Elena Claro, no segundo número da revista. Além de Claro, vários outros autores mencionam o termo ou fazem alusão a ele.

necessidade da sua sistematização institucional, além da defesa da democracia e da participação integral da população na sua constituição. Ademais, os debates travados nas páginas de *La Quinta Rueda* deixam entrever reflexos das discussões que estavam sendo feitas no próprio seio da Unidade Popular, certamente devido ao fato de que os seus editores eram membros de partidos que compunham a coalizão, mas também porque tais debates estavam instalados nos mais diversos âmbitos da sociedade chilena daquele então. Em geral, há muito mais divergências e polêmicas do que consensos, por vezes apresentado pelos próprios articulistas como a falta de coesão teórica que permeou os três anos do governo de Salvador Allende<sup>584</sup>, perspectiva que, após o golpe militar de 1973, aparece em diversas análises como um dos fatores responsáveis pelo fracasso da Unidade Popular, que não foi capaz de construir a nova sociedade desejada.

---

<sup>584</sup> Tal percepção está bem sintetizada no artigo “El trabajo teórico”, de Osvaldo Fernández, n.º. 7, jun. 1973, p.11.

## O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: *Hasta cierto punto* (1983) e *Retrato de Teresa* (1979)

Natália Iglésias da Silva Scheid

Graduada em História

UFMG

[iglesias.nat@gmail.com](mailto:iglesias.nat@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho busca entender quais foram as consequências da promulgação do Código da Família na representação da mulher pelo cinema cubano, busca também mostrar que esta representação foi resultante da apropriação, por parte do Estado, do cinema como ferramenta para contribuir na alteração do papel ocupado pelas cubanas dentro da nova sociedade. Para demonstrar o que desejamos optamos por analisar dois filmes: *Hasta cierto punto* e *Retrato de Teresa*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cuba; revolução; cinema; mulheres.

Logo após o Triunfo da Revolução o governo revolucionário cubano demonstrou perceber claramente o potencial formador e transformador que a cultura poderia ter e imediatamente passou a utilizá-la na construção da nova sociedade cubana. A arte foi encarada pelos novos dirigentes não só como uma maneira de levar entretenimento ao povo, mas também como uma ferramenta para auxiliar na formação da nova sociedade cubana. Acreditava-se que ela deveria atuar ativamente nas mudanças de pensamento, na legitimação e propagação da Revolução. Em outras palavras, a arte deveria propagar a ideologia do Estado e ajudá-lo a alcançar seus objetivos.

O cinema foi, desde o início, enormemente valorizado, isso por seu caráter de comunicação de massa. Acreditava-se que ele poderia fazer a ideologia revolucionária chegar a todas as regiões e pessoas do país, de uma maneira que nenhuma outra arte

conseguiria.<sup>585</sup> Foi neste contexto cultural que se criou o *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, o *ICAIC*.<sup>586</sup> Sua criação foi a primeira ação tomada pelo governo revolucionário em relação à política cultural.<sup>587</sup>

Apesar de ser um órgão oficial do governo cubano criado com a finalidade de produzir e disseminar propagandas da Revolução, o *ICAIC* lutou para ser muito mais que apenas isso. Utilizando-se de negociações e barganhas com o governo, mediou a relação deste com os cineastas, e conseguiu produzir, em diversos momentos, um cinema de qualidade e não apenas pedagógico.<sup>588</sup> O fato de o *ICAIC* conseguir produzir e lançar obras cinematográficas que possuíam uma mensagem crítica e de enfrentamento em relação ao governo cubano e que desafiavam a ordem dominante se deve ao fato de ser uma instituição privilegiada<sup>589</sup> dentro da sociedade cubana, ou seja, mesmo atrelado ao Estado cubano, o *ICAIC* desempenhava sua função com relativa autonomia o que “favorece a postura de enfrentamento ou questionamento do *status quo*”.<sup>590</sup>

Mesmo possuindo considerável autonomia em relação ao Estado, o *ICAIC* ainda estava a ele subjugado, o que em diversos momentos fez com que os temas tratados em

---

<sup>585</sup> SOALHEIRO. *Cine sobre ruedas: expressões da cultura política comunista nos discursos cinematográficos e na organização do Cine-Móvil cubano (1961-1971)*, p. 21.

<sup>586</sup> VILLAÇA. *O Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 440.

<sup>587</sup> Entendemos por política cultural a definição segundo a qual política cultural é a mobilização da cultura levada a cabo por distintos tipos de agentes – Estado, os movimentos sociais, as indústrias culturais, instituições tais como museus, organizações turísticas, associações de artistas e outras – com a finalidade de gerar transformações estéticas, organizacionais, políticas, econômicas e/ou sociais.

OCHOA GAUTIER. *Entre los deseos y los derechos*. Un ensayo crítico sobre políticas culturales, p. 26.

VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 22-25, 32-33, 51-59.

<sup>588</sup> VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 27-29.

<sup>589</sup> Consideramos como privilegiadas as organizações que, apesar de aparelhadas ao Estado, conseguiam ter relativa autonomia para desempenhar suas funções. Cf. MISKULIN. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961- 1975)*, p. 21.

<sup>590</sup> VILLAÇA. *O Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica – ICAIC e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 25.

seus filmes partissem de demandas do Estado. Entre as temáticas tratadas pelos filmes está a da mulher cubana.

Com a vitória dos revolucionários, uma das necessidades que se fez evidente foi a de ter as mulheres atuando e militando politicamente. As cubanas passaram a ser vistas como grandes mobilizadoras, possuidoras de grande força política. A família enquanto instituição continuou a ter papel decisivo dentro da sociedade cubana. O governo via a adesão da família ao projeto revolucionário como fundamental para seu sucesso. A influência que as mulheres possuíam dentro dos lares passou a ser desejada, já que ao se posicionarem do lado da Revolução e de seus dirigentes, influenciavam de maneira inegável e decisiva o posicionamento dos outros membros do círculo familiar, em especial das crianças. Era do interesse do governo que as novas gerações fossem educadas dentro do ideal revolucionário e que crescessem para se tornarem colaboradores e seguidores, não opositores.

Outra grande necessidade foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, já que apenas a mão de obra masculina não era suficiente para que o país crescesse no ritmo desejado.<sup>591</sup> Para ter as mulheres atuando na economia formal era necessário que homens e mulheres entendessem que elas agora atuavam politicamente e trabalhavam nas mais diversas atividades produtivas, e que se conscientizassem das necessidades das tarefas domésticas e cuidados com os filhos serem de responsabilidade de ambos.

Foi tendo em vista essas necessidades do Estado que se deu a promulgação do Código da Família, em 1975. Acreditamos que tal acontecimento influenciou de maneira inegável a produção fílmica cubana. Nos primeiros anos da Revolução a representação feminina presente no cinema era prioritariamente a da heroína revolucionária<sup>592</sup>, uma mulher disposta a todos os sacrifícios pelo triunfo da Revolução. Neste primeiro momento não havia nenhum tipo de problematização sobre os medos, problemas, sexualidade, sonhos e outras questões próprias do ser mulher. Já nas décadas de 70 e 80, com a promulgação do Código da Família, essa representação muda. A mulher cubana passa a ser representada enquanto sujeito portador de características e vivências próprias. Estas

---

<sup>591</sup> MACÍAS. *Revolución Cubana: mujer, género y sociedad civil*, p. 13.

<sup>592</sup> Cf. MEJÍA, Glenda; MARTÍNEZ-EXPÓSITO, Alfredo. Women's Representation: Two Epochs of the Revolutionary Cuban Cinema. *Revista Brasileira do Caribe*, Maranhão, v. VI, n. 11, jul.–dez., 2005.



questões passam a ser problematizadas nos filmes, assim como o questionamento sobre as relações de poder entre homens e mulheres.

### **O Código da Família**

Promulgado em 1975, o Código da Família<sup>593</sup> foi uma grande vitória para as mulheres cubanas. Formulado a partir dos preceitos de igualdade socialista, o Código da Família defendia a total igualdade legal entre homens e mulheres, seja no âmbito familiar, social ou político. No Código se discriminou de maneira clara os direitos e deveres de todos os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, reforçando a todo momento a equidade entre os cônjuges.

Outro ponto importante diz respeito ao regime econômico do casal: o que é considerado bem próprio está sob total controle da parte à qual compete, o que é considerado bem comum do casal depende de decisões tomadas de maneira conjunta. A regulamentação das finanças da família é extremamente importante para a mulher cubana, que passa a ter igual controle e poder de decisão, não sendo mais representada pelo marido, sem direito a voz.<sup>594</sup>

O cuidado com os filhos pelo Código também passa a ser de responsabilidade dos dois progenitores, sem distinção alguma entre mãe e pai. Os pais estão obrigados a cuidar da família que formaram e cooperar um com o outro no que diz respeito à educação e formação dos filhos, conforme os princípios da moral socialista. Dentro das possibilidades de cada um, os dois têm a obrigação de participar dos cuidados do lar e contribuir economicamente para manter a casa e os filhos.<sup>595</sup>

O Código também funcionou como ferramenta do Estado para ajudar na inclusão das cubanas no mercado de trabalho formal e remunerado. Ele afirma que ambos os cônjuges possuem o direito a exercer suas profissões ou ofícios, e possuem o dever de prestar reciprocamente cooperação e ajuda nisso, assim como o dever de apoiar o outro

---

<sup>593</sup> Cf. VASSI, Cássia. *A família cubana segundo o Código de 1975: novos homens, mulheres e crianças*. Monografia (Curso de História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

<sup>594</sup> CUBA. *Código de Família de 1975*, art. 36.

<sup>595</sup> \_\_\_\_\_. *Código de Família de 1975*, art. 26 e 27.

quando é seu desejo estudar e aperfeiçoar seus conhecimentos.<sup>596</sup>

Para o Estado cubano era necessário regular juridicamente a família, trazendo as mulheres para dentro da Revolução, conquistando-as para essa nova sociedade. Uma legislação que garantisse direitos iguais entre homens e mulheres era uma maneira eficaz de atingir esse objetivo.

### **Hasta cierto punto**

Lançado em 1983 o filme *Hasta cierto punto*, dirigido por Tomás Gutiérrez Alea, abre com a exibição de um depoimento real dado por um trabalhador cubano, no qual ele diz que apesar de ter vivido muito tempo em uma sociedade diferente, ele já havia mudado muitas de suas atitudes em relação às mulheres, já havia mudado uns 80% e talvez chegasse a 87%, mas nunca alcançaria os 100%, porque a igualdade entre homens e mulheres é justa, mas só até certo ponto.<sup>597</sup>

O filme se inicia com dois dos personagens principais, Arturo e Oscar. Arturo é um diretor de cinema do *ICAIC* que convida o roteirista e escritor de peças de teatro Oscar para fazer o roteiro de um filme de ficção e juntos criarem uma obra que trate do tema do machismo em Cuba. O objetivo desta obra é o de confrontar os homens cubanos e fazer com que se conscientizem do próprio machismo.

A preparação para o filme se dá no porto de Havana, segundo eles o ambiente mais machista que se pode encontrar, onde efetuam entrevistas com os trabalhadores. É no porto que eles conhecem a terceira personagem principal, Lina (apelido de Laudelina). A cena na qual Lina é apresentada ao espectador ocorre durante uma reunião dos trabalhadores, na qual ela pede a palavra e, com extrema segurança e desenvoltura, reclama das péssimas condições dos prédios nos quais eles trabalham e exige melhorias. Em meio aos trabalhadores se encontra Oscar, obviamente encantado com ela.

Em uma das primeiras interações entre Oscar e Lina, ele e o espectador descobrem que ela é uma trabalhadora portuária, mãe de um garoto de 11 anos e que, apesar de ter

---

<sup>596</sup> CUBA. *Código de Família de 1975*, art. 28.

<sup>597</sup> É importante ressaltar que as todas as entrevistas e depoimentos que aparecem no filme como se fossem gravadas por Arturo e Oscar são reais. VILLAÇA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta Cierta Punto*, p. 228.

tido um filho aos 17 anos, nunca se casou. Somos informados que a gravidez em uma idade tão precoce e antes do matrimônio foi ainda mais chocante para a família de Lina pelo fato de seu namorado de então, e pai do filho que esperava, ser mulato. O que expõe não só o machismo cubano, mas também o preconceito racial. Outra coisa que fica clara pela interação das personagens é que Oscar, apesar de tentar disfarçar e se recuperar rapidamente, fica visivelmente chocado e incomodado com tais informações.

Mesmo tendo que lidar com todo o preconceito recorrente de ser mãe solteira, Lina se mostra uma mulher forte e decidida. Além de trabalhar nesse ambiente predominantemente masculino ela também estuda administração portuária para depois de formada conseguir um emprego melhor remunerado em Santiago, sua cidade de origem. Sua força é também explicitada por ela não demonstrar em nenhum momento problema algum para se impor perante seus colegas.

A relação de Lina e Oscar se aprofunda, e por Lina personificar o ideal revolucionário ao ser trabalhadora, inteligente e desenvolta<sup>598</sup>, o personagem principal que ele está escrevendo para o filme passa a ser completamente inspirado nela. Ela se torna sua musa e eles se envolvem romanticamente. Em realidade, a relação de Oscar e Lina compõe um triângulo amoroso, já que ele é casado com Marian, a atriz convidada a interpretar o personagem baseado em Lina.

O envolvimento de Oscar e Lina chega ao conhecimento de sua esposa, criando tensão entre o casal. Apesar de enamorado por Lina, Oscar é incapaz de se divorciar de uma atriz reconhecida para assumir publicamente uma relação com uma mulher que, além de portuária, é mãe solteira. Decisão que revela não só seu machismo, mas também seu preconceito de classe. Esta situação segue até Lina exigir que ele só a procure quando decidir o que quer.

Eventualmente é o machismo dele que leva ao fim do relacionamento dos dois. Ele vai procurá-la em sua casa e vê saindo um antigo namorado; nervoso a questiona de maneira agressiva sobre a presença do ex, aos prantos ela não responde, e ele parte. Seu machismo e intolerância o impedem de ver que o estado de Lina se deve ao fato de que ela havia acabado de ser vítima de violência sexual.

---

<sup>598</sup> VILLAÇA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta Cierta Punto*, p. 230.

Algo muito importante no filme é que, utilizando as personagens de Oscar e Arturo, Alea mostra que o machismo não é uma exclusividade das classes mais pobres, que está presente em todos os meios sociais. Oscar não demonstra seu machismo apenas em sua relação com Lina, mas também com sua mulher, Marian. Ao ser confrontado por sua traição, Oscar age como se esperasse que ela seguisse a vida como se nada houvesse acontecido. Também não responde quando Marian o questiona sobre o que ele faria se fosse ela que tivesse passado a noite fora com um operário. Seu silêncio evidencia que em Cuba existem dois pesos e duas medidas quando se trata de relações extraconjugais. Ao homem é aceito trair, à mulher não. Já Arturo, o intelectual que decide fazer o filme para expor e combater o machismo, não consegue ver em si mesmo todo o preconceito de gênero que carrega, trai sua esposa Flora com outras mulheres e a trata de maneira despótica e grosseira, inclusive perante outras pessoas.

As próprias mulheres são retratadas reproduzindo pensamentos e atitudes machistas. Marian, ao desabafar com Flora, a respeito de seu casamento, escuta que todos os homens traem, inclusive Arturo, e diz que é algo natural e que não se pode deixar ofender ou magoar por essas ações. Ao final, ainda a aconselha a silenciar-se e fingir desconhecimento da traição.

Ao final, Lina é, entre todos, a menos contaminada pelo machismo. Apesar de não pertencer à elite intelectual como Oscar, Marian, Arturo e Flora, é a que faz mais questionamentos a respeito da situação da mulher e a que tem mais atitudes que vão contra a cultura machista dominante. É a única que questiona o fato de que, na equipe de um filme que tem por tema o machismo, não trabalha nenhum mulher. Ao vocalizar essa ausência que deveria ser óbvia, ela surpreende Oscar, deixando claro que tal questão não havia passado por sua cabeça.

Lina vocalizar a ausência de mulheres na equipe de produção foi a maneira encontrada por Alea de trazer ao público o fato de que eram poucas as mulheres que trabalhavam dentro do ICAIC, especialmente na posição de diretoras. Atribuímos esse questionamento de Alea em relação à pouca presença de mulheres no meio cinematográfico cubano, entre outros motivos, à sua relação com a diretora Sara Gómez.<sup>599</sup>

*Hasta cierto punto* foi dedicado a Sara Gómez, que nos anos sessenta havia trabalhado

---

<sup>599</sup> VILLAÇA. *Crítica e engajamento político no cinema cubano: ousadias e limites de Hasta cierto punto*, p. 253.

como assistente de direção de Alea e se tornou sua amiga. Sara foi uma das poucas cineastas do sexo feminino (e negra) do ICAIC. Seus filmes, no geral, tinham um forte caráter autobiográfico e possuíam enfoque de estudos de gênero e raça. Sara era considerada polêmica devido às suspeitas de seu homossexualismo, por ter participado da tentativa de organização de um movimento negro de intelectuais cubanos e em função da abordagem, em seus filmes, de problemas sociais relacionados ao racismo e ao machismo, ambos considerados fenômenos solucionados – ou em vias de – na fase pós-revolucionária, pelo governo cubano. Aos 31 anos, Sara suicida. “Após a morte de Sara, passou a haver uma maior disposição em contratar mulheres e negros para ingressarem no ICAIC, uma vez que seus filmes e sua ausência contribuíram para evidenciar esse desequilíbrio.”<sup>600</sup>

Alea fez um filme importante para se pensar a situação da mulher em Cuba. Pode não ser o filme cubano que melhor retrata o machismo e suas implicações na vida das pessoas, mas mostra como o machismo foi internalizado e é reproduzido e propagado por pessoas de todos os estratos sociais e dos dois gêneros. Uma análise de extrema importância, já que destrói a crença de que o machismo é de exclusividade de homens e especialmente dos homens pobres.

### ***Retrato de Teresa***

Na década de 70, preocupados com o fato de que poucas mulheres eram nominadas e elegidas para cargos nas estruturas do Poder Popular, o Partido Comunista de Cuba (PCC) fez estudos que mostravam a diferença de tempo que homens e mulheres dedicavam às tarefas domésticas. O filme *Retrato de Teresa*, dirigido por Pastor Vega, é baseado em um desses estudos promovidos pelo PCC.<sup>601</sup> Ele tem como personagem principal Teresa, casada com Ramon, mãe de três meninos pequenos e operária da indústria têxtil. Ao acompanharmos o dia de Teresa, vemos que ele começa muito cedo. Antes mesmo de amanhecer ela já se pôs de pé para preparar o café da manhã do restante da família, lavar a roupa, aprontar os filhos para a escola.

No trabalho, Teresa se preocupa não só em cumprir as metas de produção, mas também com a função que ocupa dentro do sindicato, responsável pela cultura. Juntamente

---

<sup>600</sup> \_\_\_\_\_. *Critica e engajamento*. p. 253.

<sup>601</sup> LÓPEZ. *Cubanas: traços para un perfil, voces para una historia*, p. 7.

com o colega Tomas, dirige um grupo de dança composto por outros funcionários da fábrica. Essa atividade exige muito do seu tempo, já que os ensaios são no turno da noite, depois do expediente, e o grupo participa de competições.

A dedicação de Teresa ao trabalho e ao grupo de dança desperta os ciúmes de seu marido, um homem machista que ressenete por sua mulher não se dedicar exclusivamente à casa e à família. A tensão entre os dois parece ter data para acabar, já que os ensaios do grupo em breve terminariam, mas a qualidade que demonstraram faz com que sejam convidados a participar de uma grande competição. Apesar de feliz e orgulhosa com o reconhecimento de seu esforço, Teresa recusa o convite para continuar na direção do grupo, já que ele consome muito do seu tempo e ela tem casa, marido e filhos para cuidar.

Teresa recusa o convite durante uma assembleia na qual os trabalhadores levantam questões problemáticas. Um homem toma a palavra e diz que se pague melhor para manter as mulheres em seus trabalhos, já que, em suas palavras, são três as fases do ciclo de vida das mulheres que trabalham na fábrica: *se enamoran, se casan y se ponen a parir*. Teresa então esclarece que a remuneração não é o grande problema nem seu aumento é a solução. Ela discursa sobre a importância da construção de locais onde as mães possam deixar os filhos para trabalhar com tranquilidade, não sendo assim obrigadas a faltar (o famoso *ausentismo*) ou abandonar o trabalho. O responsável afirma reconhecer a necessidade destas instituições, diz ainda que serão enviadas pessoas à casa de todas as operárias ausentes para conversar sobre seus problemas e ver o que pode ser feito para resolvê-los. Ao que Teresa diz que também conversem com os maridos, já que muitos homens não evoluíram e seguíam sem ajudar suas mulheres.

Um companheiro da fábrica intervém junto a Ramon pela participação de Teresa no grupo e consegue sua anuência para que ela dê continuidade ao projeto, o que não impede que as brigas entre o casal sigam. Diversas vezes durante as discussões, Ramon a agride fisicamente. Ele agarra Teresa pelo braço, a puxa, a sacode, a empurra e a estapeia. Em um desses momentos ela também reage com violência e lhe dá tapas, mas no geral as agressões partem dele.

Durante uma das brigas, Ramon a acusa de se ocupar de tudo, menos da casa e dos filhos. Teresa se defende dizendo que trabalha como uma mula para que a casa esteja sempre limpa e os meninos sempre bem cuidados, e que ninguém pode acusá-la do

contrário. Ela questiona sobre o que há de mal nela querer participar, ser útil e sair da rotina. Diz que a vida não pode ser só lavar, passar e cozinhar, que ela quer ser ela mesma, e não uma escrava como sua mãe e sogra. Ele a ameaça dizendo que se ela quer seguir com ele e seus filhos, que diga antes que ele saia pela porta. Só ao ter seu direito a maternidade ameaçado é que ela reage com firmeza, afirma que os filhos são dela e nem ele nem ninguém pode tirá-los.

Os conflitos na relação do casal levam Teresa a pedir licença do trabalho para que possa se dedicar exclusivamente à família. Durante esse período vemos que, apesar de se divertir ao lado do marido e dos filhos, ela está melancólica e evidentemente sentindo falta das outras áreas de sua vida. Completamente cego e insensível a isso, em uma cena Ramon diz que em seu trabalho sabem que ele está estudando e que surgiu a possibilidade de que lhe ofereçam um emprego melhor em Santiago. Ele fala que é sempre bom ter o que se faz reconhecido, que é um estímulo e faz com que a pessoa se sinta bem. Isto demonstra que o seu crescimento profissional e a satisfação dele proveniente é algo importante e a ser valorizado, entretanto o mesmo não se aplica a Teresa.

A recusa de Teresa em abrir mão de sua autonomia para se tornar a mulher submissa que Ramon deseja leva a uma briga entre eles, ao final da qual ele sai de casa. Separados, ele se envolve com outra mulher e assume uma vida de solteiro, enquanto ela continua com a rotina de cuidados com a casa e filhos, trabalho e grupo. Durante esse período afastados, vemos que Tomas, colega de Teresa, nutre sentimentos por ela, e que ela também tem grande consideração e carinho por ele. O filme não chega a esclarecer isso, mas abre a possibilidade de que os dois tenham se envolvido durante o tempo que Ramon e Teresa estiveram separados.

Eventualmente Ramon termina seu envolvimento amoroso e procura Teresa com o intuito de reatar. Eles se encontram e Teresa o questiona sobre o envolvimento que teve com outra mulher, ao que ele afirma que são fofocas, momento Teresa interrompe suas mentiras. Ele tenta se defender afirmando que é homem e que se sentiu solitário, ao que Teresa replica que também se sentiu solitária e pergunta “¿Y si yo hubiera hecho lo mismo?”

Para Ramon, a possibilidade de Teresa ter tido um envolvimento amoroso é tão impensável, absurda e ridícula que ele nem mesmo leva a sério a pergunta feita por ela.



Teresa tem que repetir a pergunta diversas vezes até obter como resposta que ele é homem e por isso não é a mesma coisa, que as situações nunca serão iguais. Sem pronunciar uma palavra, ela se levanta e sai. Ramon a segue pela rua e, perceptivelmente nervoso e desestabilizado com a possibilidade de sua mulher também ter tido um outro relacionamento, a segura pelo braço e questiona o que ela está escondendo, exige a verdade e a interroga sobre o que ela fez. Ela pergunta que verdade, já que nunca é o mesmo. O filme termina com Teresa se desvencilhando dele e andando em meio ao povo, sem olhar para trás.

*Retrato de Teresa* foi feito com o claro intuito de discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como outros temas abordados no Código da Família. A relação familiar retratada na tela pode ser entendida como uma representação da grande maioria de famílias cubanas e os problemas por elas enfrentados com a mudança dos valores vigentes.

Pelo filme, percebemos uma grande distância entre o que prega a lei e a realidade existente dentro dos lares cubanos. Apesar de o Código afirmar que as tarefas domésticas são de responsabilidade tanto do homem quanto da mulher, vemos que na grande maioria dos lares as mulheres seguiram sendo, se não as únicas, ao menos as principais responsáveis por elas. As cubanas tinham então uma tripla jornada de trabalho, já que somaram ao já pesado trabalho de casa o trabalho assalariado e o trabalho voluntário, uma cobrança comum a países socialistas. O peso das tarefas domésticas, do cuidado aos filhos e aos maridos, somados às exigências do mercado formal de trabalho, se mostra demais para algumas mulheres, que, sem ajuda, se veem forçadas a fazer escolhas, o que leva muitas a abandonarem seus trabalhos.

O cuidado com os filhos também é tema importante no filme. A relação familiar retratada mostra que é ainda a mãe a cuidadora principal dos filhos. Que é ela que os atende em suas necessidades do dia a dia e também ela que, na maioria das vezes, em caso de divórcio, continua a principal base de apoio emocional e financeiro da família. Isso é agravado por, como vimos, uma parcela dos pais, ao terminar um casamento, se eximir das responsabilidades para com o sustento e criação dos filhos. Ao homem é muito mais fácil e socialmente aceito recomeçar a vida como se a antiga família nunca houvessem existido.

### **Considerações finais**

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

É inegável que após a Revolução o Estado promoveu em Cuba medidas designadas ao segmento feminino, e que grandes avanços foram alcançados no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres. Perante a lei, pessoas de ambos os gêneros passaram a possuir os mesmo direitos, e a atuação das mulheres no meio social e político alcançou níveis nunca antes vivenciados pelo país.

Com a promulgação do Código da Família, cresceu na sociedade cubana a discussão sobre a situação das mulheres, o que fez com que, nas décadas de 1970 e 1980, o cinema cubano mudasse a maneira como retratava as mulheres e passasse a abordar em seus filmes questionamentos, conflitos e temáticas específicas deste grupo. O machismo, a falta de ajuda por parte dos maridos e a pesada jornada de trabalho foram alguns dos temas que apareceram nas telas. Acreditamos que ao confrontar a população com seu próprio machismo e com a difícil situação vivida pelas mulheres, o cinema tentou auxiliar na busca por igualdade entre os gêneros. Ao mesmo tempo, acreditamos que ajudou a reforçar e propagar muitos dos estereótipos existentes, como, por exemplo, a associação mulher-mãe.

Acreditamos também que o empenho por parte do Estado na luta pela igualdade entre cubanos e cubanas não se deu somente pela conscientização de que homens e mulheres têm as mesmas capacidades e, conseqüentemente, devem ter garantidos os mesmos direitos e deveres. Defendemos que as principais motivações do governo foram econômicas e políticas, sendo a principal delas a necessidade da mão de obra feminina.<sup>602</sup>

Vemos também – algo muito bem exemplificado pelos filmes escolhidos – que na prática muitas das questões legisladas pelo Código não foram incorporadas à vida diária das pessoas. Que as mulheres continuaram a ser vistas como as principais, se não as únicas, responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos; que apesar de garantido por lei, para muitos o divórcio seguiu tendo um estigma muito negativo, e a mulher divorciada continuou sendo alvo de preconceito; que a adesão da mulher ao trabalho formal continuou a ser difícil, já que muitos maridos e outros familiares, além de não ajudarem essas mulheres nas atividades domésticas, ainda se interpunham e criavam empecilhos para que elas trabalhassem fora de casa.

---

<sup>602</sup> Cf. DOS ANJOS SANTOS, Giselle Cristina. *Mulher e Revolução em Cuba. Histórica* - Revista on line do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, n. 38, p. 1-13, 2009.

# Trajетórias literárias na Cuba revolucionária: os casos de Alejo Carpentier e Severo Sarduy.

**Pedro Henrique Leite**

Doutorando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[pedrohenriqueleite@mail.com](mailto:pedrohenriqueleite@mail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo refletir sobre as distintas trajetórias dos escritores Alejo Carpentier e Severo Sarduy no contexto da Revolução Cubana (1959), estabelecendo uma possível relação com a produção literária do período. Tomo por base as novelas *Os Passos Perdidos* (1953), de Carpentier, e *Cobra* (1972), de Sarduy, tentando estabelecer uma relação entre a produção cultural e o contexto vivido por ambos os autores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alejo Carpentier; Severo Sarduy; novelas; identidade.

## Introdução

Em uma apresentação para a *Americas Society/Council of the Americas*, realizada em março de 2011, o cubano Roberto González Echevarría (professor de Literatura hispânica e Literatura comparada da universidade de Yale – EUA) traçava as similaridades entre a cultura cubana e o jogo de basebol.<sup>603</sup> Para Echevarría, o basebol consiste na melhor metáfora para pensarmos a cultura cubana, uma vez que ambos partilham de códigos/regras complexas, e carregam em si uma forte noção de circularidade. Ao contrário dos esportes em geral (os quais chamou de esportes “vai e volta”, como o futebol por exemplo), que trazem em sua essência uma alusão à guerra, uma partida de basebol não tem por finalidade a simulação de uma batalha, mas sim a ideia de movimentos cíclicos em busca de um retorno para o lar (*home run*). De modo análogo, a cultura cubana teria a mesma orientação circular do basebol, garantindo-lhe uma identidade específica, com regras próprias, dilemas, modos de pensar e agir, etc.

Seguindo essa perspectiva, a alusão ao jogo pode ser ainda mais interessante quando extrapolada para o contexto histórico da Revolução Cubana, em 1959. Comparar o evento

---

<sup>603</sup> A apresentação mencionada pode ser encontrada no canal da *Americas Society/Council of the Americas*, no YouTube, sob o título de: “Roberto Gonzalez Echevarria speaks about Cuba”.

Captado em: <https://www.youtube.com/watch?v=FUpgd15Mr64>. Acesso em: 08 mai. 2015.

a um jogo complexo significa perceber a existência de um conjunto de regras e de estratégias, compartilhadas e utilizadas por seus atores (jogadores) naquele momento. Ao aproximar a lente sobre esses personagens é possível detectar não só como funcionaram tais estratégias, mas também como, em determinados casos, algumas dessas figuras subverteram as regras do próprio jogo em nome da sobrevivência.

Assim, o presente texto realiza um esforço duplo, em primeiro lugar, de realizar um exercício breve de apresentação e comparação das trajetórias de Alejo Carpentier (1904-1980) e Severo Sarduy (1937-1993), intelectuais cubanos que pensaram a questão identitária latino-americana ao longo da segunda metade do século XX; para em seguida, refletir em que medida tais trajetórias, opções e estratégias foram importantes para a concepção de algumas de suas principais obras.

É importante destacar desde já que, para esses autores, refletir sobre a identidade do continente no período significava demarcar uma posição da América Latina, e conseqüentemente de Cuba, frente ao domínio político estadunidense, rompendo ao mesmo tempo com o eurocentrismo vigente. Foram intelectuais preocupados com os rumos do continente ainda que tenham seguido por caminhos distintos a partir do sucesso da Revolução.

### **Alejo Carpentier, um intelectual comprometido com a causa revolucionária.**

Alejo Carpentier y Valmont (1904-1980) tentou ilustrar ao longo de sua carreira sua visão particular da América Latina, e conseqüentemente de Cuba. Para isso lançou mão de uma produção prolífica que incluiu uma gama variada de romances e discursos que abordaram temas variados, mas sempre conectados com sua leitura da América. Agente histórico de seu tempo, ele conseguiu aliar sua atividade como intelectual com a carreira política dentro do governo revolucionário.

Filho de Jorge Julián Carpentier, um arquiteto francês, e Lina Valmont, uma professora de línguas russa, Alejo cresceu em Cuba onde obteve educação bilíngue.<sup>604</sup> Em 1912 viajou com a família à Paris, dando continuidade à sua formação infanto-juvenil,

---

<sup>604</sup> Dados biográficos de Alejo Carpentier captados em: <http://www.fundacioncarpentier.cult.cu> Acesso em 08 mai. 2015.

retornando a Cuba apenas em 1921, onde ingressou no mesmo ano na Escola de Arquitetura da Universidade de Havana, mas não completou seus estudos. Nesse mesmo período iniciou sua carreira como jornalista cultural escrevendo sobre temas variados, com destaque para a música, um de seus assuntos favoritos.

No campo político, posicionou-se contra o regime de Gerardo Machado y Morales (e posteriormente também o de Fulgêncio Batista), e foi inclusive preso por escrever e publicar um manifesto contra Morales em 1927, o que fez com que partisse no ano seguinte em fuga para a França. Em Paris, entrou em contato com o movimento surrealista, de onde retirou as bases para a concepção daquilo que veio a ser chamado de Real Maravilhoso Americano, expresso publicamente no prólogo de sua novela: *O Reino Deste Mundo* (1949), cujo argumento tinha por base a revolução no Haiti.

Aliás, influenciado pelo contexto político de fortalecimento dos ideais revolucionários, Carpentier abordou o tema em muitos de seus romances. Exemplos nesse sentido podem ser encontrados no supramencionado *O Reino deste Mundo* (1949), ou ainda em *Os Passos Perdidos* (1953), *O Século das Luzes* (1962) e *A Sagração da Primavera* (1978). Certamente o sucesso da Revolução Cubana, em 1959, contribuiu em grande medida para que Carpentier mantivesse viva a chama revolucionária em seus romances.

No campo político, a partir do estabelecimento do governo de Fidel Castro em Cuba e, conseqüentemente, com o endurecimento do regime, Carpentier exerceu uma série de funções em pastas governamentais, fato que o levou a ser bastante criticado, principalmente por intelectuais dissidentes. Dentre eles, Guillermo Cabrera Infante, que certa vez destilara com aspereza: “Alejo foi obediente, e mesmo submisso, no Conselho Nacional de Cultura, na União de Escritores (da qual era vice-presidente vitalício), na Imprensa Nacional e, por último dos últimos, na embaixada de Cuba em Paris. Antes ele foi um correio do czar [Fidel Castro].”<sup>605</sup> A postura de Carpentier em relação às críticas, em que pese a escassez de fontes a respeito, foi de certo modo combativa. Questionado certa vez, em entrevista a Alexis Márquez Rodríguez, sobre um possível prejuízo artístico em função de seu compromisso político, ele rebateu:

É preciso lembrar que o quadro mais famoso deste século é o Guernica, de Picasso, e que o quadro mais famoso do Romantismo francês é A

---

<sup>605</sup> INFANTE, Guillermo C. *Mea Cuba*. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 379.

Marselhesa, de Delacroix, que é pintura “de barricadas”. Os exemplos poderiam multiplicar-se na pintura, na música, na literatura... É totalmente falso que o artista que se compromete politicamente na obra perde qualidade!<sup>606</sup>

Apesar das críticas direcionadas ao seu papel dentro do governo, o fato é que Carpentier exerceu diferentes funções entre 1960 e 1980, ano de seu falecimento. Entre os cargos mais significativos esteve à frente da direção executiva do Editorial Nacional, órgão máximo de regulamentação das normas para publicações na ilha, além de dirigir um programa cultural para o *Radio Habana* em 1964. Em seguida foi eleito deputado na Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, cargo em que também recebeu duras críticas, especialmente pelo fato de passar a maior parte do tempo em viagens no exterior, o que não estaria de acordo com as necessidades impostas pelo ofício. Por fim, foi nomeado Ministro Conselheiro da Embaixada de Cuba em Paris, função que ocupou até 1980.

#### **Severo Sarduy, colaboração, dissidência e morte.**

Severo Felipe Sarduy Aguilar (1937-1993), ou simplesmente Severo Sarduy, teve uma trajetória tão cosmopolita quanto a de Carpentier. Nascido em Camagüey em 1937, passou a infância e a adolescência na mesma cidade, onde adquiriu educação formal, concluindo, em 1955, o bacharelado de Ciências e Letras. Em 1956, durante a ditadura de Fulgêncio Batista, mudou-se para Havana objetivando estudar Medicina, mas não pode concluir os estudos devido ao fechamento da Universidade, no ano seguinte, em resposta a uma greve realizada contra o regime. Assim como muitos intelectuais de seu tempo, Sarduy se opôs ao governo de Batista, engrossando o coro de descontentes, e lutou em prol da causa revolucionária.

Em 1959, com o triunfo da Revolução, ele atuou brevemente como colaborador do *Diario Libre* e do semanário *Lunes de Revolución* para, no ano seguinte, ser contemplado com uma bolsa de estudos no exterior. Seguiu então para a Europa com a intenção de tornar-se crítico de arte.

---

<sup>606</sup> CARPENTIER, Alejo. *Entrevistas: Alejo Carpentier*. Havana: Editorial Letras Cubanas, 1985. Captado em: <http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/AlejoCarpentier>. Acesso em: 08 mai. 2015.

A jornada em solo europeu iniciou-se com alguns percalços – um incidente político entre Cuba e Espanha, em 1961, abreviou sua passagem pela península ibérica forçando-o a seguir para Paris, onde residiu por algum tempo na Casa Cuba da Cidade Universitária. Durante aquele mesmo ano, os bolsistas cubanos foram convocados pelo governo para o retorno à ilha; Sarduy, por sua vez, contrariando o chamado, decidiu permanecer em Paris, pedindo prorrogação da bolsa para que concluísse os estudos. O resultado foi pior do que imaginara: além de não obter resposta das autoridades cubanas, passou à lista dos “traidores contrarrevolucionários”. Permaneceu então exilado em Paris, mas, inquieto, realizou uma série de viagens posteriores por diversos países – Alemanha, Suécia, Inglaterra, Itália, Grécia, Indonésia, Ceilão (atual Sri Lanka), fizeram parte de seu roteiro, mas foi a estada na Índia que lhe causou particular transformação, servindo de inspiração para seus futuros romances *Cobra* (1972) e *Maitreya* (1978). Sobre suas primeiras impressões na Índia ele escrevia aos familiares:

Todo es fabuloso, desde el paisaje y la gente hasta los dioses. Todo es bello, literario. Los colores tienen un brillo único, los perfumes, las flores y los pájaros son magníficos. Estoy escribiendo un diario que publicaré al final de *Cobra*, el ‘diario indio’, de modo que ya verán los detalles.<sup>607</sup>

O fascínio de Sarduy pela cultura oriental aos poucos converteu-se em filosofia de vida, os flertes com as crenças orientais somados a uma base cubana pré-existente resultaram numa experiência religiosa múltipla e totalmente sincrética. Como bem demarcou Jacobo Machover<sup>608</sup>, a Sarduy interessava o aspecto minoritário, periférico, da cultura oriental, em consonância com a igual marginalidade da cultura cubana. A ele interessava acessar e conectar esses dois universos através do mágico, da música, “misteriosas reminiscências de ese Chinatown cubano que era el Barrio chino de La Habana.”<sup>609</sup>

Outro aspecto significativo em sua trajetória esteve relacionado à sua sexualidade. A perseguição aos homossexuais em Cuba, no período subsequente à Revolução, é bem conhecida e foi tema de denúncia especialmente por parte daqueles que deixaram a ilha em exílio. Nesse sentido, personalidades assumidamente homossexuais como Reinaldo Arenas

<sup>607</sup> Trecho de carta datada de fevereiro de 1971, direcionada a sua família, presente na página da *Severo Sarduy Cultural Foundation*. Captado em: <http://www.severo-sarduy-foundation.com/vida>. Acesso em: 08 mai. 2015.

<sup>608</sup> MACHOVER, Jacobo. *La Memoria frente al poder. Escritores cubano del exilio: Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy, Reinaldo Arenas*. Universidad de Valencia, 2001.

<sup>609</sup> \_\_\_\_\_. *La Memoria frente al poder*. p. 80.



e o próprio Sarduy foram vozes ativas, denunciando a repressão existente no seio do regime castrista e condenando a estrutura machista sob a qual o governo se estabelecia:

El estalido de la revolución instauró una imagen moralizante y seminal del macho; el héroe reproductor, el fecundador mítico, blandiendo un código de prohibiciones y de permisividades —muy pocas— que eran, apenas traspuesto, el del cristianismo más rancio.<sup>610</sup>

Sarduy lançou mão inclusive de seus romances para denunciar o preconceito existente. Como bem assinala Antonio Francisco de Andrade Júnior<sup>611</sup>, é possível perceber em trechos de obras como *Colibrí* (1983), ou mesmo a já mencionada *Cobra*, uma crítica direta ou irônica em relação ao tema dentro do regime: “Sarduy concentra sua atenção no fato de a homossexualidade [...] ser considerada em Cuba a variante ‘mais perversa’ da dissidência ideológica.”<sup>612</sup>

Os resultados desse embate foram muito claros: ainda que gozasse de prestígio e apoio da imprensa internacional, em Cuba seus livros não tiveram a mesma aceitação por parte da imprensa oficial. Ao não compactuar com o regime, Sarduy assinalava um caminho sem volta, à ele foi alijado o direito de retorno à terra natal, o que o fez abrir as portas para um cosmopolitismo tanto real quanto literário, mas “el cosmopolitismo proclamado es a veces sólo una fachada para ocultar el exilio, sufrido bajo cualquier latitud.”<sup>613</sup>

Faleceu em oito de junho de 1980, uma terça-feira.

### **Caminhos e desdobramentos culturais.**

Ao entrar em contato com a trajetória dos dois intelectuais seria simples supor que, por conta da atitude de cada um em relação ao contexto político (aproximação e afastamento do regime de Fidel Castro), eles também estivessem distantes entre si intelectualmente. Todavia, como adiantado no início do texto, o fato de terem seguido por vias políticas distintas após a Revolução não impediu que ambos estivessem, de certa forma, conectados pela necessidade em demarcar uma identidade, ou identidades, na América Latina. A preocupação com um contexto mais amplo, expresso no debate/embate

---

<sup>610</sup> \_\_\_\_\_. *La Memoria frente al poder*. p. 16.

<sup>611</sup> ANDRADE, Antonio. *Por uma Comunidade Desejante: Um estudo sobre Néstor Perlongher e Severo Sarduy*. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Letras, Niterói, 2011.

<sup>612</sup> \_\_\_\_\_. *Por uma Comunidade Desejante*. p. 138.

<sup>613</sup> MACHOVER, Jacobo. *La Memoria frente al poder*. p.63.

entre o centro *versus* a periferia, permitiu que ambos pudessem dar sua contribuição em nome de uma periferia desejosa em se fazer centro.

Tanto Carpentier quanto Sarduy estiveram imersos no contexto do chamado “neobarroco americano”, uma empreitada de reapropriação do barroco tomada entre as décadas de 1950 e 1970, para a construção de uma chave interpretativa da América Latina e, conseqüentemente, do Caribe. Em termos gerais, pensar a América como um continente barroco naquele momento, representava uma tentativa de dar um novo sentido identitário ao Novo Mundo, ressignificando o traumático passado colonial e conectando-o ao presente de um continente plural e diverso. O barroco, ou neobarroco como preferia Sarduy, tornou-se a legitimação estética de uma sociedade plural e heterogênea que buscava seu espaço no palco do grande teatro do mundo.

No universo específico da sociedade cubana, a retomada do barroco implementada por Carpentier representou a associação dessa estética à ideia de inovação e mudança no campo social. Como resume Irlemar Chiampi: “o barroco é dissociado daquelas interpretações negativas que ainda prevaleciam nos circuitos intelectuais contemporâneos e, certamente, nos setores ortodoxos da Cuba socialista.”<sup>614</sup>

Já para Sarduy, o neobarroco possibilitou uma maior experimentação em sua narrativa. Ao estabelecer o contato com o oriente, sua prosa incorporou elementos de outras culturas periféricas favorecendo a ideia de múltiplos centros capazes de estabelecer contato entre si. Em certa medida, serviu para que pudesse conectar o mundo que tivera de deixar pra trás, por razões políticas, com os novos espaços que agora frequentava no exílio. Em suma, significou não só pensar em identidades culturais, mas refletir inclusive sobre sua própria identidade.

No campo estético, ambos tentaram inovar. A eles não bastava o simples ato de pensar a América como um continente barroco, era necessário, acima de tudo, representá-la como tal. Dessa maneira, através de ensaios e discursos sobre o tema<sup>615</sup>, eles teorizaram sobre as possibilidades de se criar ferramentas para expressar esse barroco principalmente na literatura.

---

<sup>614</sup> CHIAMPI, Irlemar. *Barroco e modernidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998. p. 11.

<sup>615</sup> Sobre a variedade de ensaios e discursos sobre o barroco, destaco duas obras, a título de exemplo, que trazem ideias importantes sobre o tema: CARPENTIER, Alejo. *A Literatura do Maravilhoso*. São Paulo: Edições Vértice, 1987. & SARDUY, Severo. *El Barroco y el neobarroco*. 1ªed. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011.

Um fato importante é que tanto a concepção barroca de Carpentier quanto a de Sarduy apoiava-se numa base gongórica de escrita, adotando as noções de proliferação da descrição (descrever um objeto utilizando uma cadeia de significantes sem mencionar o significante principal, como por exemplo, o uso que Góngora faz da expressão ‘raudos torbellinos de Noruega’, aludindo aos falcões.), de substituição (de um significante por outro afastado semanticamente), ou ainda de condensação (fusão de dois termos de uma cadeia significativa, produzindo um terceiro que os resume).<sup>616</sup> Também levavam em consideração o espaço para a polifonia, para a carnavalização e para a intertextualidade.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que, embora partilhassem de bases comuns, tais leituras do barroco não necessariamente convergiam entre si. Existem diferenças que valem ser destacadas. Severo Sarduy, por exemplo, ressalta o valor estético do barroco, dando prioridade à forma sobre o conteúdo. Em seus romances é possível enxergar o predomínio de uma narrativa experimental que não deseja outra coisa senão expandir as possibilidades da escrita. Como afirma Haroldo de Campos, Sarduy empenha-se radicalmente “em assumir a literatura como teatro barroco do significante, como plástica metamórfica do signo em sua materialidade”.<sup>617</sup> As palavras proliferam-se até que percam seu sentido.

Em *Cobra* (1972) esses elementos são bem claros, a narrativa não segue uma linearidade natural, apelando para uma multiplicidade de signos e palavras interpostas que, ao mesmo tempo, significam tudo e nada. Gerardo de Mello Mourão adverte sobre o romance:

O itinerário não é fluido e seus elementos significantes se escondem entre arcaísmos, gírias argentinas, e afro-cubanas, alegorias sinuosas e verdadeiros enigmas. A começar pela palavra *Cobra*, sigla de Copenhague, Bruxelas e Amsterdã, ou alusão à sacralidade da serpente, ou ao barroco, ou a uma seita. O tema não importa. Ele surge da imobilidade formal do autor, onde se mistura um fundo amargo de tragédia, um vento fresco do melhor humor e a apresentação de uma aporia implacável: a de ser excessivamente, deixando de ser.<sup>618</sup>

Sarduy testa os limites de cada palavra apelando para os sentidos. Abarca o tátil, o visual, o sonoro, o odorífero, etc. de forma que o leitor é convidado a sentir a tensão, a participar da cena:

---

<sup>616</sup> CHIAMPI, Irleamar. *Barroco e modernidade*, p.27.

<sup>617</sup> SARDUY, Severo. *Escrito sobre um corpo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979, p.8.

<sup>618</sup> SARDUY, Severo. *Cobra*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1975. s/p.

Uma mendicante suja, farrapos entretecidos de quinquilharias, se aproxima por trás, na ponta dos pés, um grito, rasga-lhe a capa. Arrancam-lhe o chapéu. As gargalhadas retumbam na abóboda, interrompendo a cantilena dos cegos, interrompidas pelas batidas sucessivas das portas do metrô.

Desaparece entre mapas mudos,  
luminosos fundidos,  
portas giratórias emperradas,  
setas invertidas,  
rampas que caem,  
passagens sem saída,  
mictórios encharcados,  
distribuidores de pastéis rançosos,  
vendedores de jornais roídos,  
lojas de flores carnívoras,  
elevadores sem cabo,  
telefones sem linha,  
policiais drogados,  
engraxates loucos.<sup>619</sup>

Em *Cobra*, a palavra e o relato sofrem transformações com base na “sobrecodificação” da língua e da imagem, recuperam a ideia barroca de um texto como palco do policentrismo e do artifício. Como brilhantemente definiu Irleamar Chiampi, é uma espécie de “arquitextura” em que o ornamento devora o Sentido, “como numa igreja barroca onde o ornamento esconde Deus.”<sup>620</sup>

Carpentier, por sua vez, busca nos valores estéticos do barroco não a exaltação da forma sobre o conteúdo, mas da forma para o conteúdo. O barroco para ele atravessa o caminho de “uma legibilidade estética para uma legitimação na natureza e na história.”<sup>621</sup> Em suma, sua escrita barroca (o barroquismo, como ele definiu) caracteriza-se por uma proliferação descritiva que objetiva através da multiplicação de adjetivos acessar o indizível. Ou ainda, através do artifício, da imitação, ele acredita ser possível acessar um certo tipo de realidade, uma realidade americana sumariamente barroca.

No romance *Os Passos Perdidos* (1953), como observou Lois Parkinson Zamora<sup>622</sup>, Carpentier ‘territorializa’ o barroco com descrições de suntuosas topografias americanas. A flora e a fauna são exóticas, mas sua vegetação é de ferro forjado. O artifício sobrepõe a

---

<sup>619</sup> \_\_\_\_\_. *Cobra*, pp. 69-70.

<sup>620</sup> CHIAMPI, Irleamar. *Barroco e modernidade*, p. 12.

<sup>621</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco e modernidade*, p. 10.

<sup>622</sup> PARKINSON ZAMORA, Lois. *Mirada Exuberante. Barroco Novomundista y Literatura Latinoamericana. Iberoamericana/Vervuet. Madrid/Frankfurt. 1ª Ed. 2011.p. 176.*

natureza, mas mais do que isso o artifício é a natureza. Para ele, o universo do indizível americano só é capaz de ser inteligível a partir de uma operação de mimese:

O que mais me assombrava era o interminável mimetismo da natureza virgem. Aqui tudo parecia outra coisa, criando-se um mundo de aparências que ocultava a realidade, pondo muitas verdades em interdição. Os jacarés que espreitavam nos baixos fundos da selva alagada, imóveis, com as goelas à espera, pareciam troncos podres, vestidos de caramujos; os cipós pareciam répteis e as serpentes pareciam lianas, quando suas peles não tinham nervuras de madeiras preciosas, olhos de asa de falena, escamas de ananás ou anéis de coral [...].<sup>623</sup>

A imitação barroca de Carpentier através da proliferação descritiva constitui uma das diversas ferramentas utilizadas pelo autor para dar conta desse universo barroco. Outros aspectos igualmente importantes estão ligados a características diversas, o autor de *Os Passos Perdidos* incorpora em sua narrativa aspectos tanto musicais, quanto arquitetônicos, ou até mesmo artísticos, buscando romper com os limites da palavra escrita. É muito comum perceber ao longo de suas novelas barroquizadas o apelo ao som das palavras, uma interação que rompe com a simples escrita e convida o leitor a participar da narrativa, numa operação interativa, que remete às obras de arte sacras em igrejas barrocas.

Por fim, e diretamente conectado a esse último tópico, uma característica comum tanto a Carpentier, quanto a Sarduy, foi o constante uso da polifonia. Em suas obras é possível perceber a multiplicidade de vozes que partem das periferias do mundo para assumirem o protagonismo de histórias que se relacionam diretamente com o universo complexo e heterogêneo de seus autores. Tais vozes atestam não só a capacidade inventiva de ambos, mas reproduzem ambientes, modos de pensar e agir, costumes e estratégias variadas. Ao dar voz a esses personagens, revelando as tensões existentes no jogo, cada um expressou, ao seu modo, um olhar distinto sobre a sociedade, carregados de suas respectivas visões de mundo.

### **Conclusão:**

Ao apresentar a relação entre as trajetórias de Alejo Carpentier e Severo Sarduy, destacando o contexto vivido por esses autores (ou contextos, no plural, como demarcou

---

<sup>623</sup> CARPENTIER, Alejo. *Os Passos Perdidos*. Tradução Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 179.

Dominick LaCapra),<sup>624</sup> suas estratégias, modos de pensar e agir; e ao estabelecer ao mesmo tempo uma relação com a produção cultural de ambos, espero ter lançado uma luz inicial ao problema. Longe de esgotar as possibilidades, prefiro entendê-lo como um ponto de partida, cujo mérito reside em reconhecer e apresentar a complexidade que o tema carrega consigo.

---

<sup>624</sup> LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d.

## Um fator de degeneração racial: a sífilis sob a perspectiva médica-eugenista

**Priscila Bermudes Peixoto**

Mestranda em História e Cultura Social

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP

[priscilabermudes1@gmail.com](mailto:priscilabermudes1@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho foi elaborado como parte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida sob o título de: “O exame médico pré-nupcial como proposta eugênica. Rio de Janeiro (1910-1945)”. Perseguindo o objetivo de compreender o desenvolvimento da eugenia no Brasil e sua relação com a medicina, observamos que esta teoria vinculou-se a outros discursos em voga no período como o sanitarismo e o higienismo. Nota-se que no Brasil esta ciência foi interpretada de forma peculiar e adaptada de sua versão original. Assim, a eugenia brasileira era bastante singular e relacionou a noção de raça à de saúde, cultura e educação. Por este motivo considerava doenças como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo como fatores degenerativos que comprometiam não apenas os enfermos, mas também toda a sua descendência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sífilis; Eugenia; Medicina.

Em finais do século XIX o Brasil vivia um momento de incertezas e transformações, marcado pelo fim do regime escravista e a proclamação da República, este período, por sua vez, coincide com a emergência de uma reflexão acerca questão racial no país, que tomou por base teorias do racismo científico europeu, além do evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social que serviam como fundamento para determinar inferioridades, reconhecer e naturalizar diferenças. No entanto, segundo a autora Lilia Schwarz as interpretações brasileiras destas teorias seriam bastante peculiares, não sendo, portanto, mera cópia daquilo que era originalmente propagado, sobretudo na Europa.<sup>625</sup> Era frequente nas teorizações de diversos intelectuais estrangeiros a ideia de que o negro era racialmente e intelectualmente inferior ao branco. Nesse sentido, de acordo com Andrews, tais ciências tendiam a encarar a miscigenação como algo negativo, além de um processo que travancava o progresso e evolução humana. Para tanto, alguns intelectuais brasileiros, como por exemplo, João Baptista Lacerda e Oliveira Viana, esforçaram-se em formular “respostas criativas” diante deste prognóstico desanimador ao país. Defenderam que os genes do branco tendiam a ser dominantes na mistura com o não-branco. Sendo

---

<sup>625</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 28.



assim, a “teoria do branqueamento” seria uma colocada como uma possível solução ao problema racial do país.<sup>626</sup>

Pouco mais tarde, no início do século XX, passavam a ser difundidas no Brasil ideias de cunho eugênico. A eugenia surgida com Francis Galton em 1883 pode ser definida como “um conjunto de ideias ou práticas”<sup>627</sup> que tinham como princípio a obtenção de gerações sadias através do aprimoramento da raça. O próprio termo, de origem grega, já justifica a ideia: **eu** (boa); **genus** (geração).<sup>628</sup> Trata-se, portanto de uma seleção consciente para o progresso físico e moral, ideias estas fundamentadas em Darwin, que por sua vez levariam ao engrandecimento da nação. Esta ciência, segundo Boarini, estimulava os nascimentos desejáveis e condenava a união e procriação dos supostamente tarados e degenerados que seriam, nesta concepção, nocivos à sociedade.

A eugenia brasileira se aproximaria da corrente higienista e do lamarckismo, em síntese essa teoria acreditava que o ambiente e comportamento poderiam influenciar na hereditariedade e na descendência.<sup>629</sup> Pensavam, portanto, que a degeneração era adquirida, hábitos imorais, falta de saneamento, de educação e a saúde, do ponto de vista eugenista poderiam comprometer racialmente a população e conseqüentemente o progresso do país. Segundo o autor Jérry Dávila: “Embora o Brasil tivesse chegado ao século XX sob o peso do racismo científico e o estigma que ele aplicava à nação racialmente mista, essa corrente logo deu lugar ao enfoque ambiental e cultural da degeneração.”<sup>630</sup>

No Brasil muitos médicos aderiam a corrente eugenista, que se ocupou inicialmente em refletir e propor medidas preventivas em relação a doenças como a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo, entre outras. Essas doenças do ponto de vista eugênico constituiriam fatores degenerativos da raça, além de enfraquecerem fisicamente a população poderiam levar os enfermos à loucura. Os médicos eugenistas acreditavam que muitas dessas doenças eram hereditárias, sendo assim, por seu caráter disgênico comprometiam a prole e a descendência. Conforme atesta o Dr. Paulo de Godoy:

---

<sup>626</sup> ANDREWS, 1998, p. 18 *apud* HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 20.

<sup>627</sup> MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, v. 7, n. 11, 1999. p. 121.

<sup>628</sup> BOARINI, Maria Lucia. *Higiene e Raça como projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003. p. 28.

<sup>629</sup> DIWAN, Pietra. *Raça Pura; uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 31.

<sup>630</sup> DÁVILA, Jérry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006. p. 58.

Quando um homem se alcooliza, fuma ópio, se embreda com ether, se intoxica pela cocaína, quando se expõe voluntariamente á syphilis, não commette apenas um attentado contra a sua própria pessoa, contra a sua vida; mas prepara um a hereditariedade lamentável de degneerados[sic], de desequilibrados, de tarados, de criminosos.<sup>631</sup>

Os primeiros passos da eugenia no Brasil ocorrem por volta da década de 1910, com publicações de artigos no Rio de Janeiro e em São Paulo, e também as primeiras teses de medicina sobre o assunto. Ainda de acordo com de Godoy: “[...] modernamente temos a Eugenia, a béla ciencia de Galton [...] Sociolójjicamente[sic] é a Eugenia a coluna mestra do grande edifício da nacionalidade. Dela depende a formação do Brazil novo. Forte. Sadio. Educado”<sup>632</sup>.

A sífilis, segundo Sérgio Carrara, era encarada como fruto de “um exercício sexual imoderado”<sup>633</sup> simbolizava aquilo que os maus hábitos de conduta ocasionavam, sendo assim os médicos, tanto do movimento eugenista como do higienista, irão refletir sobre de tratamento e cura desta enfermidade, mas também em medidas profiláticas e saneadoras da doença. Acreditava-se que a sífilis, devido à multiplicidade de lesões que provocava, acarretava uma série de outros problemas à saúde que muitas vezes levavam a morte, como por exemplo, angina de peito e afecções das artérias, tuberculose, câncer da cavidade bucal,<sup>634</sup> por estes e tantos outros motivos a sífilis era um fator de grande preocupação nesse período para os médicos,<sup>635</sup> pois além de um problema propriamente de saúde pública, ainda do ponto de vista eugênico, gerava preocupações futuras em relação à raça e ao progresso da nação. Logo, era amplamente debatida e as propagandas de prevenção e alerta de perigo sobre a doença eram frequentes nos periódicos, além das diversas propagandas de medicamentos que prometiam sua cura.

---

<sup>631</sup> GODOY, Paulo de. O exame medico pre-nupcial. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 12, n. 49, p. 518-528, 1927. p. 518.

<sup>632</sup> GODOY, Paulo de. Pontos de Vista. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 008, n. 040, 1926. p. 3.

<sup>633</sup> CARRARA, Sérgio. *Tributo a vénus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. p. 32.

<sup>634</sup> \_\_\_\_\_. *Tributo a vénus*, p. 39-40.

<sup>635</sup> A sífilis se tornava um fator ainda maior de preocupação aos médicos pois acreditava-se que ela ocasionava outras enfermidades: “[...] verdadeira caixa de Pandora, a sífilis podia produzir quase todas as doenças e, ao atacar o sistema nervoso, dar origem à loucura, às perversões sexuais, ao crime e à imoralidade” (CARRARA, 1996, p. 42)

A sífilis pensada então como uma enfermidade própria do desregramento sexual e da imoralidade, “intensificou o terror que envolvia as atividades sexuais”<sup>636</sup>. Diante deste cenário, o movimento eugenista passou em seus discursos a defender também a castidade antes do casamento e fidelidade conjugal como medidas saneadoras e eugênicas à sociedade. Contudo, muitos médicos também defendiam que deveriam ser divulgadas noções educação sexual inclusive aos jovens, homens e mulheres, como uma medida preventiva destes males venéreos.<sup>637</sup> Segundo o médico Prof. Dr. Celestino Bourroul<sup>638</sup>:

O problema é deveras acabrunhador, pois a sua solução é desesperadora para todos. Meios não vemos senão um ensaio de prophixia [sic] pela educação sexual, na família, nas escolas, educação moral animada pela religião. Os educadores, diante do medo de provocar curiosidades malsãs, fogem do problema, que deve ser encarado de face e não contornado assim. O resultado é que os jovens, solicitados pelas razões da idade, atiram-se ao vício, na mais completa ignorância, contrahindo bem cedo muitas moléstias.<sup>639</sup>

A educação sexual, do ponto de vista de muitos médicos higienistas, seria então uma medida profilática para a questão das doenças venéreas. Conforme nota-se na fala do Dr. Celestino Bourroul ainda havia controvérsias, sobretudo entre os religiosos ou aqueles mais conservadores, por acreditarem que a educação sexual poderia estimular os jovens a se tornarem ainda mais precocemente sexualmente ativos. Mas do ponto de vista médico, o conhecimento sobre o próprio corpo e sobre o perigo das doenças venéreas iria de fato conscientizar a população de seus riscos. Na verdade, fazia parte de um discurso que reafirmava a importância da castidade, objetivava intensificar o medo e oprimir a liberdade sexual.

Ao contrário de muitos males, doenças ou vícios que neste período eram considerados mais propícios a povos e raças específicas tidas como inferiores, a sífilis era considerada uma enfermidade universal, que afetava todos os países e todas as raças, além disso, ela atingia as diversas camadas sociais. No entanto, acreditava-se que a sífilis poderia ser hereditária, nesse sentido a doença poderia comprometer uma série de descendentes.

---

<sup>636</sup> DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 700-728, 2010. p. 518.

<sup>637</sup> Em 5 de julho de 1933 ocorreu a fundação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) no Rio de Janeiro, com o intuito de estudar e divulgar questões ligadas à educação sexual.

<sup>638</sup> Catedrático da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

<sup>639</sup> BOURROUL, Celestino. Tratamento da Syphilis. *Revista de Medicina*, São Paulo, Junho-Julho 1918, Vol. II, num. 8. p. 12-3.

Por este motivo, sobretudo a partir do final do século XIX,<sup>640</sup> a sífilis foi encarada como um fator de degeneração racial uma vez que impactava em toda a prole e consequentemente do ponto de vista eugenico afetava inclusive o progresso nacional: uma geração fraca e doente representava um retrocesso para o aprimoramento racial e para o avanço da nação.<sup>641</sup> Sobre a sífilis, afirma o Dr. Celestino Bourroul: “este terrível mal todas as feições, mascara muitas moléstias, insinua-se pelo seu contágio fácil em todos os meios, estigmatiza gerações e gerações, lesa todos os órgãos, degenera raças, enfim é a grande avaria.”<sup>642</sup>

Além disso, a sífilis era responsabilizada pela maioria dos casos de abortos, boa parte dos casos de mortalidade e por 80% dos casos de debilidade congênita.<sup>643</sup> Conforme afirma o médico Luciano de Mello Baptista em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em novembro de 1926: “A grande quantidade de abortos, de nati-mortos, inviabilidade do produto de concepção, crianças disformes, idiotas, paralyticas, cegas, correm, em grande parte por conta da syphilis.”<sup>644</sup>

Nesse sentido, as uniões matrimoniais e a sexualidade se tornam um ponto importante a ser pensado e discutido no campo da medicina eugenista. Uma vez que estas uniões, na visão eugênica, fossem mal concebidas gerariam uma prole doente e inútil. Ou seja, casamentos entre sífilíticos ou tuberculosos, por exemplo, eram condenáveis do ponto de vista eugênico. Ainda em sua tese Luciano de Mello Baptista afirma: “[...] a syphilis, a tuberculose, a lepra, o alcool, o fumo, e todos os vícios, transmitem-se á prole, estigmatizando-a.”<sup>645</sup>. Deste modo, pelo fato do casamento poder ser um fator de risco à saúde da população, os médicos acreditavam que poderiam intervir também nesta instituição.

Deste modo, neste trabalho inicial procuramos demonstrar que, sobretudo a partir do final do século XIX, conforme atesta Carrara (1996), a sífilis adquiri uma nova percepção médica, pois em consonância aos demais discursos da época – darwinismo,

<sup>640</sup> CARRARA. *Tributo a vénus*, p. 52.

<sup>641</sup> Segundo Carrara o conceito de “degeneração” foi formulado pelo psiquiatra francês Benedict Morel em 1857: “[...] a degeneração foi definida por Morel como conjunto de “desvios doentios do tipo normal da humanidade que, transmissíveis hereditariamente, evoluem progressivamente em direção à decadência” (apud Genil-Perrin, 1913:54).” (CARRARA, 1996, p. 54).

<sup>642</sup> BOURROUL. *Tratamento da Syphilis*, p. 12-13.

<sup>643</sup> CARRARA, *Tributo a vénus*, p. 43.

<sup>644</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. *Do exame pre-nupcial como factor eugênico*. Rio de Janeiro, 1926. p. 63.

<sup>645</sup> \_\_\_\_\_. *Do exame pre-nupcial como factor eugênico*, p. 43.

evolucionismo, eugenia, entre outros – representava uma preocupação à saúde pública, mas também um entrave no aprimoramento da raça e no progresso da nação. Estabelecia-se assim uma relação entre a sífilis e a degeneração racial. Além de ser considerada uma consequência de um comportamento imoral, a sífilis, pensada como uma doença hereditária, do ponto de vista eugênico, comprometia não apenas o indivíduo enfermo, mas também toda sua prole e conseqüentemente a descendência. Podemos notar, portanto, que a eugenia brasileira entendeu a sífilis como um fator de degeneração racial, logo, segundo os adeptos desta ciência, era preciso não apenas tratar os enfermos, considerados passíveis de regeneração, mas pensar em medidas profiláticas – que muitas vezes voltam-se para uma expressiva intervenção social – no combate desta e outras enfermidades que supostamente atravancavam o aprimoramento racial.

## **ST 14: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino**

**Elisgardênia de Oliveira Chaves**

Doutorando História (UFMG)/ [elis\\_gardenia@yahoo.com.br](mailto:elis_gardenia@yahoo.com.br)

**Fabício Vinhas Manini Angelo**

Doutorando em Educação pela UFMG/ [fabriciovinhas@gmail.com](mailto:fabriciovinhas@gmail.com)

**Leidimar Rodrigues de Sousa Lima**

Profa. Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA

Doutorando História (UFMG)/ [cleidimary@hotmail.com](mailto:cleidimary@hotmail.com)

# Conceitos, métodos e fontes para uma pesquisa histórica de reconstituição de trajetórias de professores do sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais

**Bruno Duarte Guimarães Silva**  
Mestrando em História  
PPGHIS-UFMG  
brunodgs@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo dessa comunicação é apresentar as noções conceituais e as propostas metodológicas orientadoras da pesquisa de mestrado em andamento que pretende reconstituir a trajetória de professores que atuaram em aldeamentos indígenas dos sertões da região leste da Capitania de Minas Gerais. Tem-se como princípio a concepção de que as sociedades estão em constante processo de conformação mobilizado pelas articulações entre os sistemas normativos e os indivíduos, ou seja, pelas diversas e assimétricas relações estabelecidas entre as pessoas e os diferentes contextos sociais, econômicos e culturais aos quais estão inseridos. Utiliza-se a microescala de análise social para que seja possível visualizar o comportamento humano diante dos sistemas normativos que o constroem, ao mesmo tempo em que apresentam brechas e espaços de ação autônoma. Diferentes tipos de documentos históricos possibilitam traçar os caminhos percorridos e reconstituir as relações sociais estabelecidas pelos professores: das folhas de pagamento têm-se o registro dos valores dos ordenados, dos períodos e locais de atuação; dos testamentos obtêm-se dados acerca das localidades de nascimento, dos bens e posses, dos familiares e dos status sociais conferidos e alcançados por esses indivíduos; outros textos permitem interpretar as estratégias discursivas elaboradas pelos professores em suas petições diante dos setores da administração colonial dos estudos menores, da igreja e dos aldeamentos indígenas. A pesquisa documental segue o método onomástico em que o nome próprio dos professores é usado como elemento de orientação da busca em diversos arquivos e tipos documentais de indícios que permitam traçar as relações desses sujeitos em diferentes contextos sociais. Como hipótese de pesquisa, acredita-se que a atuação desses professores estaria relacionada a, pelo menos, dois processos macrossociais: a expansão da fronteira colonial e a implantação da reforma educacional pombalina na Capitania. Compreender como a ação desses sujeitos conformou, diacrônica ou sincronicamente, tais processos é o objetivo da pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVES:** Método onomástico, Trajetórias, Professor, Sertão, Capitania de Minas Gerais.

A comunicação apresentada no Simpósio Temático História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino teve como objetivo abordar as noções conceituais, as propostas metodológicas e as fontes orientadoras da pesquisa de



mestrado em andamento de reconstituição da trajetória de professores que atuaram em aldeamentos indígenas no sertão do rio Doce na Capitania de Minas Gerais. O recorte temporal é o período entre os anos de 1772 e 1808, entre a instituição do imposto do Subsídio Literário pela Coroa portuguesa, que custeava os gastos com as Aulas Régias, e a declaração de guerra total contra os botocudos feita pelo rei D. João VI, no mesmo ano em que sua corte era transferida para a América portuguesa. Porém, tal recorte pode ser expandido à medida que os rastros documentais acerca da origem, da formação e outros indícios da trajetória anterior e posterior dos professores ao período delimitado possam ser encontrados. Pretende-se traçar essas trajetórias para que seja possível identificar as possibilidades de formação e aprendizagem pelas quais os professores desenvolveram as habilidades de leitura e escrita, construir hipóteses acerca das intenções e das estratégias pessoais que os incentivaram à travessia dos sertões, interpretar os significados culturais atribuídos a essa ação e analisar as relações que esses professores estabeleceram com diferentes setores da administração colonial, com o espaço e os índios do sertão. Acredita-se que assim possa ser possível chegar ao objetivo de identificar as articulações entre o trabalho dos professores naqueles aldeamentos e o processo de conquista do sertão e dos povos indígenas que ali viviam.

Como referência metodológica e prática, utiliza-se a microescala de análise que propicia um tipo particular de visualização dos processos sociais. Nas palavras do historiador francês Jacques Revel, adepto da micro-história, as **escalas de observação** produzem “efeitos de conhecimento” que lhe são particulares e devem ser postas pelos historiadores de acordo com suas “estratégias de conhecimento”<sup>646</sup>. O conhecimento que se procura produzir com essa pesquisa relaciona-se com os seguintes sujeitos: os professores que saíram das vilas para atuar em aldeamentos indígenas. Concomitante, muitas vezes até mesmo combinados, com uma grande variedade de ações de outros indivíduos (alguns membros de suas famílias, os índios, os militares e as autoridades civis e eclesiásticas dos aldeamentos e outros setores da administração colonial), os comportamentos desses professores conformaram o processo de conquista do sertão.

---

<sup>646</sup> REVEL, Jacques. Micro-história e construção do social. In: Jacques Revel (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.20.

Sendo assim, o efeito de conhecimento pretendido pelo uso da microescala é a construção de uma “modulação particular”<sup>647</sup> desse processo social, focada nas ações dos professores.

No entanto, seria inadequado imaginar que essas ações foram orientadas apenas pela vontade livre dos próprios sujeitos, que não haveria nenhuma força externa ao indivíduo que limitasse suas possibilidades ou impusesse certos padrões de comportamento. Buscou-se na historiografia, outros estudos que centraram o foco na ação do indivíduo, contudo, sem omitir a força dos contextos socioculturais aos quais o sujeito se insere.

Os trabalhos do historiador italiano adepto da micro-história Giovanni Levi podem ser tidos como modelo para se “descrever de forma mais realista o **comportamento humano**”<sup>648</sup>. Parte-se do pressuposto de que as sociedades são ordenadas por “**sistemas normativos e prescritivos**” que apresentam brechas, espaços nos quais os homens podem atuar com relativa autonomia. Por isso, tais sistemas seriam indicadores de que o indivíduo não goza de uma liberdade absoluta em relação à sociedade, entretanto os mesmos sistemas também não podem ser considerados como forças determinadoras das ações humanas. Trata-se de

um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.<sup>649</sup>

Seguindo as concepções de Giovanni Levi, tem-se como princípio a noção de que as sociedades estão em constante processo de conformação mobilizado pelas articulações entre os sistemas normativos e os indivíduos. Utilizo a microescala de análise social para que seja possível visualizar o comportamento humano diante desses sistemas que o constrengem, ao mesmo tempo em que apresentam brechas e espaços de ação autônoma. No entanto, como visualizar o indivíduo em meio à massa documental dos arquivos? Outros dois historiadores italianos adeptos da micro-história fornecem o aporte para essa prática.

---

<sup>647</sup> \_\_\_\_\_. Micro-história e construção do social, p.28.

<sup>648</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história – Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.137.

<sup>649</sup> \_\_\_\_\_. Sobre a micro-história, p.137.

Em artigo originalmente publicado em 1979, chamado *O nome e o como*<sup>650</sup>, Carlo Ginzburg e Carlo Poni defendem uma aproximação de práticas da pesquisa histórica com alguns métodos da Antropologia. Assim, como alguns antropólogos se inserem em uma comunidade circunscrita para tentar compreender os diferentes tipos de relações interpessoais estabelecidas pelos indivíduos ou grupos sociais, esses historiadores argumentam que diferentes tipologias e séries documentais podem se sobrepor, de modo a permitir que um mesmo indivíduo ou grupo social seja encontrado em diferentes contextos socioculturais. A partir daí propõem o **método onomástico**, caracterizado pela busca do mesmo nome (o elemento de distinção da individualidade) em diversos tipos de arquivos e documentos, pois “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social que o indivíduo está inserido”.<sup>651</sup>

A partir desses pressupostos, nessa pesquisa, experimenta-se o método onomástico. Primeiramente, foram buscados os nomes de dois professores régios, João Pedro de Almeida e Manoel de Araújo Novaes, dos quais existiam notícias da atuação em aldeamentos indígenas situados na região atualmente conhecida como vale do rio Doce. O primeiro tipo de documentação acessado foi o do fundo Casa dos Contos, no Arquivo Público Mineiro (APM), que guarda documentos de tipo fazendário, produzidos ao longo do período colonial e imperial de Minas Gerais (receitas e despesas de repartições do governo, tabelas dos rendimentos reais, registros da arrecadação de impostos, das arrematações de cargos e postos, despesas com os oficiais etc.). Neste fundo estão as **Folhas de Pagamentos de Professores**, códices que naquele período eram produzidos anualmente pela Real Fazenda da Capitania, onde estão registradas as “ordens de pagamento” e os recibos dos ordenados dos professores. Trata-se de um tipo documental de caráter serial, através do qual é possível acompanhar as mudanças no local de trabalho, no valor do ordenado, além dos recibos e atrasos no pagamento dos professores.

Tais documentos indicam que o Clérigo *in minoribus* João Pedro de Almeida recebeu a provisão por ordem da Real Mesa Censória para atuar como Mestre de Ler, Escrever e Contar, no ano de 1780 e teria permanecido no cargo até 1801, ano em que faleceu.

---

<sup>650</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo; *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa-Rio de Janeiro: DIFEL-Editora Bertrand Brasil, p.169-178, 1989.

<sup>651</sup> \_\_\_\_\_. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico, p.175.

Durante esse tempo, foi transferido do aldeamento do Cuieté para o do Peçanha, localidade na qual, no ano de 1803, Manoel de Araújo Novais tomou posse do ofício de Professor de Primeiras Letras.<sup>652</sup>

A série desse tipo documental é incompleta, do intervalo de 22 anos, entre 1781 a 1803, o APM guarda apenas 9 Folhas de Pagamento de Professores.<sup>653</sup> Nesse período, o ordenado dos Professores de Ler, Escrever e Contar, também chamados de Professores de Primeiras Letras, subiu de 90\$000 para 150\$000 anuais, pagos em quartéis, isto é, de três em três meses, ou seja, quatro vezes ao ano. Ainda que não se encontre todas as folhas desse período, é possível afirmar, com certa segurança, que João Pedro de Almeida teve seu ordenado atrasado, retido durante 7 anos consecutivos até a data de sua morte, isso porque as folhas de 1795 e dos anos posteriores registram, ao invés dos recibos, a informação de que o ordenado estava pago somente até o segundo quartel do ano de 1794.

O atraso pode ser confirmado por meio do cruzamento das informações dessas Folhas de Professores com outros dois documentos avulsos encontrados também na Casa dos Contos. Trata-se da “Relação dos professores que findaram” e da “Relação dos professores régios existentes”, duas listas onde constam nomes dos professores, divididos pelas comarcas da Capitania, as cadeiras de aula que ocupam ou ocuparam e a data do último pagamento do ordenado realizado.<sup>654</sup> Não se sabe a data exata de escrita desse documento, porém pode-se inferir que o término de sua elaboração se deu após o mês de junho de 1808, data mais recente do registro de pagamento realizado a um professor da cadeira de gramática da comarca de Vila Rica. O nome de João Pedro de Almeida consta na lista dos “professores que findaram”, ou seja, professores que, por algum motivo, não estariam mais atuando, seguido do registro de que seu último ordenado pago teria sido no mês de junho de 1794. O nome de Manoel de Araújo Novais também consta na lista dos

---

<sup>652</sup> Estudiosos do processo de implantação das Aulas Régias no reino e nos domínios ultramarinos não construíram um consenso acerca da existência de possíveis distinções entre os títulos de “Mestre” e “Professor”. Sobre a discussão, cf. FONSECA, Thais Nívia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.21-22. As pesquisas dessa autora indicam que na Capitania de Minas Gerais a atribuição desses títulos não parece ter representado distinções no tipo de atuação ou de status social, por isso utilizaremos ao longo do texto apenas o termo professor.

Dar-se-á maior atenção aos dados sobre a trajetória de João Pedro de Almeida, posto que, até o momento da escrita do artigo, foi encontrada apenas uma única Folha de Pagamento de Manoel de Araújo Novais.

<sup>653</sup> Trata-se dos anos de 1781, 1783, 1789, 1795, 1796, 1797, 1798, 1801 e 1803.

<sup>654</sup> Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-Cx.78-Pl.20091.

“professores régios existentes” seguido da informação de que último pagamento teria sido efetuado em março de 1803.

A historiadora Thais Nivia de Lima e Fonseca, autora de dois livros que abordam, entre outros assuntos, o processo de implantação das Aulas Régias na Capitania de Minas Gerais, aponta que o pagamento dos ordenados dos professores é um dos temas de maior relevo na historiografia acerca do assunto.<sup>655</sup> Comumente, as aulas eram atestadas pelas Câmaras ou autoridades eclesiásticas mais próximas para que a Real Fazenda efetivasse o pagamento do ordenado dos professores e, no ano de 1792, D. Maria I enviou ordens ao governador da Capitania condicionando o pagamento à apresentação dessas atestações.<sup>656</sup> No caso dos professores atuantes nos sertões, há que se investigar se seus **atestados** teriam sido elaborados pelas autoridades seculares e/ou eclesiásticas dos aldeamentos, ou ainda pelas Câmaras das Vilas às quais essas localidades estavam vinculadas.<sup>657</sup> A busca pelo nome de João Pedro de Almeida e de Manoel de Araújo Novais nesses documentos pode fornecer dados que completam as lacunas deixadas pelas Folhas de Pagamento, mas também permitirá visualizar indícios das relações que os professores estabeleceram com algumas autoridades coloniais e as formas como estas construíram representações acerca do trabalho e do comportamento daqueles. Isso porque

esses documentos, além de indicarem, também, os períodos de atividade, atestavam a residência permanente do professor na localidade onde ensinava e serviam como confirmações de respeitabilidade sobre a pessoa do professor, pois raro traziam observações sobre seu caráter e sua conduta.<sup>658</sup>

No entanto, ainda que a cobrança dos atestados fosse uma ação de normatização para garantir o pagamento dos professores, casos de atraso prolongados foram recorrentes. Esse foi o caso de João Pedro de Almeida que, 9 anos antes de seu falecimento, instituiu como testamenteiro seu irmão, o Capitão Caetano José de Almeida.<sup>659</sup> Como já sabido, o professor faleceu no ano de 1801 e os valores em atraso teriam que ser incluídos na herança a ser dividida entre os seus herdeiros, nesse caso seus três irmãos. A pesquisa

<sup>655</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.50.

Cf. FONSECA, Thais Nivia de Lima. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

<sup>656</sup> Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-Cx.10-Pl.10219

<sup>657</sup> O aldeamento do Cuieté se localizava no termo de Vila Rica, já o aldeamento do Peçanha no termo da Vila do Príncipe.

<sup>658</sup> \_\_\_\_\_. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.59.

<sup>659</sup> Cf. no APM documento com a seguinte notação: SG-Cx.22-Doc.21.

precisa avançar na busca de mais informações deixadas pelos rastros documentais de Caetano José de Almeida para que seja possível identificar as estratégias que teria utilizado para cobrar os créditos herdados de seu irmão, no entanto, já é possível inferir que também não foi em vida que o testamenteiro conseguiu reaver todo o valor do ordenado atrasado. Na Folha de Professores do ano de 1819 há registro de que os ordenados do período entre 1794 a 1798 já teriam sido pagos e consta o recibo de pagamento de parcela do ordenado de 1799, assinado pelo Tenente Francisco Peixoto de Sá, na época testamenteiro do próprio Capitão Caetano José de Almeida, que já teria, então, falecido.<sup>660</sup>

O nome do irmão de João Pedro de Almeida aparece em alguns recibos assinados nas Folhas de Pagamento do professor. Nesses casos, Caetano José de Almeida é apresentado como procurador do irmão, a quem foram pagas algumas parcelas dos ordenados. As relações entre os professores régios e seus procuradores é outro ponto de interesse acerca das dinâmicas que envolviam o pagamento dos ordenados. Era em Vila Rica, na Junta da Real Fazenda da Capitania, que os professores régios recebiam e, por diferentes motivos, nem sempre poderiam pessoalmente buscar o ordenado. A maior parte dos professores que viviam e trabalhavam fora de Vila Rica instituíam outras pessoas como procuradores, algumas vezes outros professores que recebiam seus próprios ordenados junto com os de algum outro conhecido.<sup>661</sup>

Foi Caetano José de Almeida quem também reconheceu as assinaturas do Diretor dos Índios e do Vigário da Freguesia do Cuieté, que atestam as alegações que João Pedro de Almeida apresentou em sua **petição** para ser provido como professor dos índios daquele aldeamento.<sup>662</sup> Não são poucos os rastros documentais do professor que indicam a importância das relações estabelecidas entre os dois irmãos, tais indícios documentais motivam algumas indagações acerca do papel e das dinâmicas das relações familiares dos professores em suas trajetórias: A provisão de professor pode ser considerada como uma estratégia social ou econômica da família? Os ordenados recebidos por Caetano José de Almeida eram enviados ao irmão no aldeamento? Como se dava a comunicação entre o professor no sertão e o irmão em Vila Rica?

---

<sup>660</sup> Cf. no APM documento com a seguinte notação: CC-1758, rolo 122, f.41.

<sup>661</sup> FONSECA, Thais Nivia de Lima. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*, p.55.

<sup>662</sup> Cf. no acervo digital do Projeto Resgate disponibilizado pelo APM documento com a seguinte notação: AHU-MG-Cx:112, Doc: 67

No Fundo do Conselho Ultramarino do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, catalogados pela mesma notação e intitulados como *Requerimento de João Pedro de Almeida, pedindo o emprego de mestre dos índios do Suaçuí Pequeno, assim como a construção de uma capela para o batismo dos mesmos*, estão a cópia da petição e outros documentos que indicam a forma e o trânsito administrativo por que tramitou o pedido de João Pedro de Almeida, na Capitania de Minas Gerais e no Reino. Não se sabe a data exata da escrita da petição, porém as atestações assinadas por Paulo Mendes Ferreira Campelo, Diretor dos Índios da Conquista do Cuieté, e Domingos da Silva Xavier, Vigário da Freguesia da mesma localidade, são datadas de 1775, três anos antes de ser copiada em Lisboa por um Tabelião da Coroa. Os outros documentos devem ter sido escritos por conselheiros que acatam vários dos argumentos de João Pedro como sendo favoráveis ao atendimento de sua solicitação. Segundo esses textos, havia cerca de 4 anos antes, que o professor atuava na aldeia, ensinando os índios a ler e escrever com o objetivo de ensiná-los a doutrina cristã e já havia requerido, ao Tribunal da Junta de Vila Rica, o ordenado de Mestre de Índios, alegando ser pago também ao professor do aldeamento do rio Pomba, bem como aos de outras localidades, tudo às custas do Subsídio Literário. Os documentos também indicam que João Pedro de Almeida esteve no Reino para angariar apoio e demonstrar o grande interesse que tinha pelo deferimento de sua petição. Em um deles, afirma-se que “a diligência do Suplicante é uma prova do seu zelo: que só por adiantar a utilidade espiritual dos índios, se sujeitou pela sua pobreza, a vir de obrigação no Galeão Nossa Senhora da Glória e Santana, e a viver nesta corte da Divina Providência”.<sup>663</sup> Essa afirmação sugere o grau de abnegação e desprendimento do Professor que, a despeito de estar requerendo o pagamento de salário, via o seu magistério junto aos índios enquanto uma missão, de caráter quase religioso, que permitia a transmissão da palavra de Deus. É dessa forma que João Pedro de Almeida construía a imagem sobre si mesmo junto às autoridades responsáveis por sua nomeação.

Tal requerimento também fornece indícios acerca das relações que João Pedro de Almeida estabeleceu com as estruturas da administração portuguesa civil e eclesiástica no reino e na colônia. As autoridades do aldeamento, do Tribunal da Junta em Vila Rica e dos Conselhos da Coroa em Portugal são representantes dos sistemas normativos e prescritivos da administração do Império português, nesse sentido, a investigação sobre as relações que

---

<sup>663</sup> AHU-MG-Cx:112, Doc: 67, fl.3-3v.



João Pedro de Almeida estabeleceu com essas pessoas permitirá uma maior compreensão acerca de seu comportamento. Os textos legais, do período estudado, relacionados às Aulas Régias e ao cotidiano dos aldeamentos (**Diretório pombalino, de 1758 e as leis da reforma educacional, de 1759 e 1772**) devem ser analisados como projetos da Coroa visando a regulação das práticas de seus súditos, a ordenação do Império, destarte não podem ser tidos como máquinas de determinação das ações dos indivíduos aos quais se dirigem. Da legislação portuguesa, pode-se interpretar os princípios que estiveram envolvidos nas ações promovidas, ou ao menos planejadas, pela Coroa em relação à implantação das Aulas Régias e à conquista dos índios da América. Mas, para se visualizar o comportamento dos sujeitos diante dessas realidades normativas é preciso interpretar os diferentes significados que os mesmos atribuíram às normas e as brechas de autonomia permitidas ou construídas. A regulação acerca da criação de cadeiras de aulas e da provisão de professores precisa ser analisada para que possa ser possível compreender as estratégias utilizadas por João Pedro de Almeida para o atendimento de sua petição.

Tal objetivo impõe a necessidade de se expandir o recorte temporal da pesquisa, pois a trajetória do professor não se inicia com sua provisão, inclusive essa concessão está relacionada, entre outros motivos, às habilidades de leitura e escrita que João Pedro de Almeida desenvolveu em momentos anteriores. Pelas Folhas de Pagamento, sabemos que o professor também era um Clérigo *in minoribus*, um estado inferior na hierarquia eclesiástica. A etapa seguinte da pesquisa documental é verificar as fontes relativas aos estudantes do Seminário da Boa Morte e aos processos de *Genere, vitae et moribus*, sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em busca de pistas que indicam como se deu o processo de ordenação de João Pedro e as possibilidades que o mesmo teve de desenvolvimento de suas habilidades.

Sabe-se também que a trajetória desse padre e professor é de um sujeito em trânsito. Seu testamento<sup>664</sup> indica que nasceu em Vila Rica, embora a escrita de tal documento tenha sido realizada na Freguesia de Congonhas. Outras fontes revelam viagens ao Reino (são, ao menos, duas viagens: a primeira, já mencionada, foi apresentada em sua petição e a segunda é indicada nas Folhas de Pagamento referentes à atuação no aldeamento do Peçanha). O padre-professor não esteve apenas nos centros urbanos do

---

<sup>664</sup> Cf. documento no APM documento com a seguinte notação: SG-Cx.22-Doc.21

Império português, esteve também nos sertões, no período em que se registra um movimento de expansão da fronteira colonial para além das localidades mineradoras, em direção à região tida como incivilizada e dominada pelos bravios índios botocudos. Para o historiador norte-americano, Hal Langfur, autor de importantes trabalhos sobre o processo de expansão da colonização para a região que definiu como Sertão Leste da Capitania de Minas Gerais, a fronteira colonial foi um espaço de interação cultural, que teria motivado uma dinâmica brutal, pois “(...) ambos os lados [indígena e colonial] inventavam estratégias calculadas para causar medo em seus respectivos inimigos, segundo pressupostos sobre a cultura, a economia e as hierarquias sociais do outro.”<sup>665</sup> Ao relatar as estratégias de ataque e defesa dos índios e dos colonos, o historiador analisa como elas foram elaboradas, conforme o conhecimento que cada lado (re)produzia do outro. A identificação de um processo violento de conquista dos índios no espaço externo às aldeias impõe a necessidade de questionar as relações estabelecidas entre os professores, as forças militares e os grupos indígenas não aldeados.

Pretendeu-se com esse artigo apresentar a forma como a trajetória de João Pedro de Almeida e Manoel de Araújo Novaes pode ser reconstituída pelo método onomástico de pesquisa documental. Apropria-se da reflexão do sociólogo Pierre Bourdieu, acerca da funcionalidade do nome próprio como mecanismo social de criação de uma constância nominal do indivíduo, independente dos contextos socioculturais onde atua.<sup>666</sup> É importante apontar que a pesquisa aproveita justamente desse efeito de constância para encontrar, por meio dos nomes desses professores, rastros documentais que fornecem indícios das relações, posições e ações desses sujeitos ao longo de suas trajetórias. A diversidade de arquivos e de tipologias das fontes a serem utilizadas evidenciam a tentativa de se apreender parte possível da diversidade que compõe a identidade desses sujeitos que a constância nominal tende a omitir. João Pedro de Almeida não foi apenas um professor régio, era um professor que atuava em aldeamentos, tinha título de clérigo *in minoribus*, possuía um irmão militar e passagens pelo Reino e todos esses dados extraídos da

---

<sup>665</sup> LANGFUR, H., 2011. Áreas proibidas e hierarquias contestadas: resistência indígena à incorporação colonial na mata atlântica setecentista. In: *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.594.

<sup>666</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

documentação compõem “(...) um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”.<sup>667</sup>

O alerta dado pelo sociólogo acerca dos riscos da “ilusão retórica” da biografia, que tende a ordenar os acontecimentos da vida dos biografados em uma sequência linear e dirigida por uma finalidade única, deve servir de orientação permanente durante a pesquisa e a escrita da dissertação final. Os indícios da trajetória em trânsito de João Pedro de Almeida evidenciam a sua condição de um agente sujeito a incessantes transformações (não se pode negar que suas experiências durante a formação eclesial e a atuação em meio aos índios promoveram mudanças em sua própria identidade) e reformulações em suas intenções e estratégias. Destarte, o padre e professor é “(...) um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio”.<sup>668</sup>

---

<sup>667</sup> \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica, p.190.

<sup>668</sup> \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica, p.189.

# Introduzindo documentação manuscrita nas aulas de História – Ensino básico

**Gabriel Afonso Vieira Chagas**

Ensino superior completo em História (Licenciatura)

Universidade Federal de Minas Gerais

[gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com](mailto:gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com)

**Luíza Rabelo Parreira**

Ensino superior incompleto em História (Bacharelado)

Universidade Federal de Minas Gerais

[luizarabeloparreira@hotmail.com](mailto:luizarabeloparreira@hotmail.com)

**RESUMO:** A *Oficina de Paleografia* - UFMG é uma iniciativa discente e voluntária, que congrega aluno(a)s da Graduação, Pós-Graduação e Egressos do Departamento de História. O principal objetivo da Oficina é sanar uma lacuna no curso de História: a falta de disciplinas que discutam o suporte documental e a sua transcrição. Para tanto, a Oficina promove treinamento na leitura de fontes manuscritas pertinentes à história luso-brasileira. Após três anos de experiência com o ensino superior, iniciamos o projeto “A Oficina vai à escola”, propondo colocar alunos do Ensino Básico em contato com documentos manuscritos e com noções básicas de paleografia, visando discutir as várias facetas do fazer histórico e questionar a visão tradicional de uma história factual, revelando a história como uma construção discursiva própria do presente do historiador. Neste texto, discutimos os desafios e possibilidades do projeto, à luz da experiência realizada com estudantes do Ensino Médio do Colégio Dom Pedro II em Belo Horizonte. Pretendemos colocar em questão novas formas de didática para docentes em História, considerando a necessidade de atrair a atenção e o gosto dos discentes pela disciplina.

**PALAVRAS-CHAVES:** História, paleografia, manuscritos, ensino básico, didática.

O projeto “Oficina vai à Escola” era um desejo muito anterior ao segundo semestre de 2014, quando de fato teve início. A atividade se concretizou graças à parceria do Colégio *Dom Pedro II* com o coordenador da Oficina, Gabriel Chagas, que na ocasião fazia estágio docente supervisionado na instituição. Gabriel viu no professor de História, Fernando Rosa, ex-aluno da FAFICH - UFMG, um parceiro em potencial para que a *Oficina de Paleografia – UFMG* saísse do espaço puramente acadêmico da Universidade, disseminando a técnica de leitura de manuscritos dos séculos XVIII e XIX entre alunos e alunas do Ensino Médio.

O professor Fernando providenciou o espaço na escola (auditório nobre) e equipamentos (projektor multimídia, microfone, computador) junto ao diretor da Escola,

Tiago de Oliveira Dias, que também se mostrou receptivo ao projeto extracurricular. Por sua natureza facultativa, a atividade foi dirigida apenas aos alunos interessados. O professor e o estagiário divulgaram a ideia durante as aulas de História. Fernando também se dispôs a pensar o minicurso junto aos coordenadores da *Oficina de Paleografia – UFMG*, participando inclusive de reunião na FAFICH, ocasião em que esclareceu o perfil da escola (considerada umas das melhores da Rede Estadual de ensino de Minas Gerais) e dos (as) alunos (as) - sempre interessados em atividades complementares e muito atentos. A *Oficina* iria integrar o contra turno, uma vez que os discentes teriam aulas matutinas e atividades extras vespertinas.

O minicurso foi desenvolvido ao longo de três dias, com duração total de 6h/aulas distribuídas igualmente: dias 7, 8 e 9 de outubro de 2014, sempre das 13h às 15h. O professor e o estagiário fizeram a divulgação do projeto e uma lista de inscrição, que ultrapassou oitenta inscritos. Os coordenadores separaram a documentação a ser trabalhada, tendo em vista a introdução gradativa de caligrafia, da mais simples à mais complexa. O conteúdo dos documentos também foi considerado; priorizou-se documentação referentes às Minas colonial, abordando o cotidiano e a escravidão. Esta foi uma estratégia para manter o conteúdo trabalhado durante o minicurso em paralelo àquele visto em sala de aula anteriormente pelos alunos juntamente ao professor. Parte dos documentos utilizados fora já publicada na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, na seção “Decifre se for capaz”.

No primeiro dia, cerca de cinquenta alunos estiveram presentes. O diretor e dois professores de História que trabalham na instituição também. Inicialmente, o professor Fernando fez uma apresentação destacando a importância do saber histórico, principalmente em anos de eleição. Após a fala do professor, a equipe formada pelos coordenadores Gabriel Chagas, Leandro Rezende, Luíza Parreira e Maria Clara Caldas S. Ferreira explorou as características do suporte dos manuscritos: papel de trapo, tinta ferrogálica e demais produtos utilizados em documentos ornados, como no caso dos Compromissos e Estatutos de agremiações religiosas do século XVIII, produzidos com lápis de cor, tinta ferrogálica (vermelha) e metais (ouro e prata), bem como tecido fino (veludo de várias cores) e couro nas capas. Os Livros de Compromissos foram abordados em suas características textuais e visuais, mostrando que houve a construção de uma tradição pictórica, tanto em suas permanências quanto nas transformações. Os

coordenadores ressaltaram também a característica do envelhecimento da tinta, que tende a oxidar com o passar dos anos, causando perda do suporte e, conseqüentemente, dificultando a leitura. Apresentaram ainda o contexto da escrita no período, destacando que saber ler e escrever era um sinal de distinção social. Demonstraram que o saber do calígrafo era bastante específico, introduzindo a obra *Das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos do séculos XVIII*, da professora Dr<sup>a</sup>. Márcia Almada, destacando um estudo interdisciplinar, que envolveu diversas áreas do conhecimento, como História da Arte, História Cultural, História Social da Escrita e também do Livro e da Leitura. Além disso, o estudo apresenta saberes do campo da conservação e do restauro de documentos, que foram trabalhados durante o minicurso. Este livro nos ajuda a entender a formação da cultura visual dos calígrafos no início do século XVIII e o significado dos livros adornados na sociedade na qual estavam inseridos.

Como os (as) alunos (as) ficaram entusiasmados (as), a equipe viu a necessidade de, já nesse dia, iniciar a leitura de documento, deixando a atividade mais atrativa. Isso havia sido proposto no plano de aula, mas não com a duração longa que teve. Esta foi uma demanda decorrente do interesse dos estudantes durante a aula, o que foi uma surpresa para todos os coordenadores presentes. Partes do *Compromisso da Irmandade de São Miguel de Prados* foram lidas em conjunto, quando projetado na parede. No decorrer da leitura, os coordenadores explicaram que a gramática atual não se aplicava ao contexto de produção do documento, pois os alunos estranharam alguns termos como “calidade” (qualidade). Explicaram também que muitas palavras apareciam grafadas juntas, porque o instrumento da escrita (pena) não permitia a retirada constante do mesmo do papel, pois poderia manchar a página. Também destacaram que na época não havia normatização no que se refere à gramática e ortografia. Ao término de cada parágrafo, um dos coordenadores lia o texto em voz alta e arguia a turma acerca do conteúdo, sempre o explicando. Os alunos ficaram bastante curiosos e fizeram várias perguntas.

Para encerrar a dinâmica do primeiro dia, os coordenadores apresentaram documentos originais do ano 1812. Neste momento, chamaram a atenção para a marca e linha d’água do papel, para o desgaste da tinta (oxidada, migrada para outra folha e, em alguns casos, provocando perda de suporte) e para a ação dos insetos xilófagos no papel. Os (as) alunos (as) foram capazes de ler um pequeno recibo, se atendo às abreviaturas e curiosos pelo significado de “Fran<sup>co</sup>.” (Francisco). Então, destacou-se a importância do

dicionário de abreviaturas, indicando a obra organizada por Maria Helena Ochi Flexor, *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*.

O segundo dia foi marcado pela apresentação de um *Prezzi* feito pelos coordenadores Gabriel Chagas e Ludmila Torres, retomando a explicação do processo de modificações sofridas pela caligrafia portuguesa desde os finais do primeiro milênio até a escrita humanística no século XVIII. Tratava-se de uma adaptação do *Curso Introdutório de Paleografia Portuguesa Moderna*, que é realizado na *Oficina* nos encontros iniciais do semestre. Houve uma adaptação da linguagem, especialmente em relação aos termos técnicos, para possibilitar a apreensão do conteúdo pelos (as) discentes do Ensino Básico. Este processo foi extremamente facilitado pelo prévio contato do coordenador Gabriel com os alunos, devido ao seu estágio docente. Ao fim do encontro, projetou-se um documento para ser lido oralmente pelos (as) alunos (as), seguindo o mesmo formato dos encontros de leitura da *Oficina*.

Por sua vez, o terceiro e último encontro foi marcado pela dinâmica de grupo referente às dez atividades previamente selecionada da sessão “Decifre se for capaz” da *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Os textos tratavam de temas variados e foram produzidos entre o século XVI e XX. Para nossa grata surpresa, havia, nesses dois últimos dias, cerca de cinquenta estudantes, tal como no primeiro encontro, significando para os organizadores da atividade uma excelente maneira de mostrar como os ouvintes ficaram interessados no minicurso. A dinâmica citada contou com a divisão da turma em dez grupos de cinco alunos (as), tendo sido realizada em uma sala de aula convencional, proporcionando a organização necessária para o formato da atividade proposta. A leitura e a transcrição dos documentos pelos alunos em seus grupos foram feitas a partir de fotocópias distribuídas no início da aula do dia.

A equipe da *Oficina* auxiliou os diversos grupos, sanando possíveis dúvidas, que, na sua maioria diziam respeito à ortografia das palavras. No entanto, houve casos de dúvidas na leitura de abreviaturas, assinaturas, bem como acerca do uso das normas para transcrição. Ao término da atividade, foram entregues os gabaritos com as transcrições completas, feitas previamente pelos coordenadores da *Oficina*, o que permitiu o exercício de comparação com a transcrição realizada pelos discentes. Durante a dinâmica eles (as) se comportaram com considerável seriedade, além de ficarem interessados (as) pelos



documentos trabalhados, perguntando sobre o contexto histórico de cada documento e sobre os atores neles envolvidos.

O *feedback* de quem participou do empreendimento foi o melhor possível. Os (as) alunos (as) queriam saber, por exemplo, quando teria outro evento para que quem não pôde participar, o fizesse. O “Oficina vai à Escola” revelou o processo do fazer histórico aos discentes sob uma nova luz, qual seja, a de que a história, feita também por meio da leitura e transcrição paleográficas, implica a construção de um discurso que, embora se pretenda verdadeiro, e seja assim apresentado em sala de aula, diz respeito às questões particulares do presente daquele que o fabrica – o historiador.

Ao lidar com os documentos, os (as) alunos (as) percebem que cada leitor pode - dentro de certos limites oferecidos pelo texto e pelos padrões de aceitabilidade do discurso produzido pela comunidade dos historiadores - interpretar a sua maneira aquilo que lê. Percebe-se que as categorias de pensamento são variáveis de acordo com a experiência e intencionalidade do leitor; o modo deste lidar com o documento ou a habilidade de ler corretamente as palavras escritas no suporte. Todas estas considerações permitiram que os alunos percebessem como a história parte de interpretações que variam de historiador para historiador, e que não se pode compreender a disciplina como uma sequência de fatos que são fixos e devam ser assim estudados.

### **Considerações finais**

O projeto “Oficina vai à Escola” é uma iniciativa da *Oficina de Paleografia - UFMG* que visa aproximar os trabalhos do grupo, tradicionalmente ligados à modalidade bacharelado (pois a habilidade paleográfica é cara ao historiador de arquivo), à modalidade licenciatura. Similarmente, o projeto é uma tentativa de tornar os estudantes do Ensino Básico mais familiarizados com o fazer historiográfico e com documentos manuscritos de outros tempos. Trata-se de uma iniciativa que logrou sucesso considerável nesta primeira experiência aqui relatada e que pretendemos levar a outras instituições de ensino. Seria louvável que outras *Oficinas de Paleografia* implantassem essa experiência em suas cidades.

## **Formação profissional para a indústria: a primeira Escola SENAI em Minas Gerais**

**Gizele Maria dos Santos**

Bacharel em Biblioteconomia – UFMG

Serviço Social da Indústria – Sistema FIEMG

[gisa@fiemg.com.br](mailto:gisa@fiemg.com.br)

**Maria Clara Caldas Soares Ferreira**

Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG

Serviço Social da Indústria – Sistema FIEMG

[maria.clara@fiemg.com.br](mailto:maria.clara@fiemg.com.br)

**RESUMO:** O problema da formação de mão de obra qualificada para atuar nas indústrias tornou-se latente no início do século XX. Na tentativa de sanar esta carência, o governo brasileiro ofereceu mecanismos para que a iniciativa privada, representada pela CNI, se responsabilizasse pela qualificação de seu operariado. As Federações de Indústrias, cada uma em seu estado, ficaram responsáveis pela implantação do SENAI, instituído oficialmente no ano 1942. Ao então denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários competia instalar e administrar em todo o país escolas de aprendizagem para os industriários. É nesse contexto que surge a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. Os dois primeiros cursos noturnos, “Leitura e Interpretação de Desenho” e “Tornearia”, começaram a ser ministrados em abril de 1943, na Escola de Engenharia da UFMG. As aulas práticas eram realizadas nas oficinas Cristiano Ottoni. Em novembro de 1944, a primeira Unidade própria do SENAI em Minas Gerais é inaugurada, oferecendo os cursos de: Torneiro Mecânico, Ajustador, Carpinteiro e Marceneiro. Esta primeira Escola, denominada atualmente como Centro de Formação Profissional – Américo René Giannetti, serviu de incubadora para inúmeros cursos que, aos poucos, foram sendo transferidos para novas Unidades, como as Escolas instaladas em Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará no ano 1945. A presente comunicação investiga a contribuição das primeiras Escolas SENAI para o desenvolvimento industrial, através da capacitação da mão de obra do operariado. Enseja ainda divulgar o acervo histórico (material didático, relatórios, fotografias, bibliografia especializada) preservado no Centro de Memória do Sistema FIEMG, relevante para pesquisas acerca da educação profissional no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte, Formação de mão de obra, SENAI MG.

Com o avanço do desenvolvimento industrial no Brasil, a educação profissional assumiu importância primordial. O problema da formação de mão de obra qualificada para atuar nas indústrias tornou-se latente já nos anos 1930.<sup>69</sup> Para tentar sanar esta carência, o governo brasileiro ofereceu mecanismos para que a iniciativa privada, representada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), criada em 1935, se responsabilizasse pela formação e qualificação de seu operariado. As Federações de Indústrias, cada uma em seu estado, ficaram responsáveis pela implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no seu primórdio denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

Instituído oficialmente no governo do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei N° 4.048, de 22 de janeiro de 1942, ao SENAI competia instalar e administrar em todo o país escolas de aprendizagem destinada aos industriários, capacitando-os para o mercado de trabalho em expansão. Dentre as demais atividades estabelecidas por esta diretriz, destacam-se: a) seu custeio através da contribuição mensal obtida nas indústrias com base no cálculo do número de empregados; b) aplicação do montante arrecadado na mesma região de recolhimento; c) isenção de impostos federais para os estabelecimentos dirigidos pelo SENAI.

No mesmo ano, dois outros decretos surgiram com o intuito de ajustar os moldes da nova entidade. Datado de 16 de julho, o Decreto-Lei N° 4.481 fixou em 5% o número mínimo de aprendizes para cada estabelecimento industrial; determinou também que o número de trabalhadores menores não poderia ultrapassar 3% do total de operários; priorizou filhos e irmãos de empregados das indústrias como aprendizes. O Decreto-Lei N° 4.936, de 7 novembro, trouxe a denominação definitiva de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o que ampliou sua ação aos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.

Em 12 de outubro de 1946, o Decreto-Lei N° 9.576 acertou os deveres entre empregadores e aprendizes, estabelecendo, por exemplo, que o trabalho do jovem matriculado deveria ser remunerado pelo empregador. Ainda nesse sentido, determinou a obrigatoriedade do aprendiz em cumprir o horário do SENAI, que por sua vez se responsabilizaria em acompanhar à frequência e encaminhar o aprendiz para as empresas. O documento estabeleceu também a duração dos cursos, fixando-os conforme necessidade da indústria.

---

<sup>69</sup> Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofício nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

Disposições sobre o sistema de cobrança das taxas pagas pelos estabelecimentos contribuintes foram publicadas no Decreto-Lei Nº 6.246, em 5 de fevereiro de 1944, e também na Lei 5.461 de 25 de junho de 1968. Legislações posteriores vigoraram a fim de acompanhar o desenvolvimento do ensino do SENAI, que sempre procurou ajustar a oferta e ementa dos cursos às novas demandas da indústria.<sup>670</sup>

Em Minas Gerais, a organização do SENAI se deu a passos largos. A Federação das Indústrias, presidida por Américo Renê Giannetti<sup>671</sup>, em setembro de 1942, ano do primeiro Decreto-Lei, nomeou como Diretor Regional do SENAI o jovem engenheiro, Roberto Hermeto Corrêa da Costa. No ano de 1943, o trabalho foi intenso e marcado pelo entusiasmo de pessoas como o prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que em correspondência se coloca à disposição da nova instituição.

É nesse contexto que surge a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. A parceria do SENAI MG com a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) viabilizou a criação dos dois primeiros cursos noturnos, chamados de Cursos Rápidos: “Leitura e Interpretação de Desenho” e “Tornearia Mecânica”, que funcionaram nas oficinas Cristiano Ottoni, a partir de abril de 1943.

Entre 112 candidatos dos 137 inscritos, 79 foram considerados aptos para iniciar o curso de “Leitura e Interpretação de Desenho”. Deste total, 49 aprendizes recebem certificados de conclusão de curso das mãos de Américo Renê Giannetti, que na ocasião, em seu discurso, revisou aspectos da criação do SENAI e de sua atuação em Minas Gerais até aquele momento, dezembro de 1943. Sobre a missão da instituição, destacou:

[O Governo Federal] traçou normas e definiu atribuições para que a própria indústria, por intermédio de suas entidades de classe sindicalizadas e desse grande instituto que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, possa vencer essa tarefa ingente, difícil e penosa de dotar o Brasil de um exército de centenas de milhares, a

---

<sup>670</sup> Para especificação desses e de outros decretos acerca do SENAI, Cf.: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS. *Centro de Formação Profissional Américo Renê Giannetti: sua vida*. Belo Horizonte: SENAI, 1978.

<sup>671</sup> Américo Renê Giannetti nasceu no município de Rosário, Rio Grande do Sul, no dia 20 de abril de 1896. Faleceu em Belo Horizonte, dia 6 de setembro de 1954. Graduou-se em engenharia, colaborando com a elaboração do Plano Rodoviário de Minas Gerais. No meio empresarial, atuou na Usina de Rio Acima, criada por seu pai. Organizou as empresas: Fábrica de Papel Cruzeiro S.A., Cerâmica Santo Antônio, Eletro-Química Brasileira S.A., Imobiliária Mineira e a Cia. Mineira de Estradas e Construções. Destacou-se no ramo industrial pela implantação da indústria do alumínio no Brasil. A fábrica de alumínio metálico instalada em Saramenha, município de Ouro Preto, no início da década de 40, foi a primeira do gênero em toda América Latina. Presidiu da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, no período de 1939-1947. Como Secretário da CNI – Confederação Nacional da Indústria, participou efetivamente da criação do SENAI (1942) e do SESI (1946). Sob seu comando foi instalado o SENAI em Minas Gerais e a primeira Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. Ocupou cargos de vereador (Nova Lima e Belo Horizonte), secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho no Governo Milton Campos (1941-1951), e se elegeu prefeito de Belo Horizonte (1951-1954).

princípio, e mais tarde de milhões de indivíduos aptos a desempenhar as suas funções de grandes obreiros da nacionalidade.<sup>672</sup>

Em mensagem direcionada aos formandos, Américo Renê Giannetti adotou a tônica de felicitação e engajamento, apontando-os como exemplo a serem seguidos:

A nossa intenção principal é a de trazer uma palavra de aplausos, de conforto e de encorajamento aos operários-alunos que ultimaram o curso de Leitura e Interpretação de Desenho; é de significar-lhes o nosso apreço pela dedicação e o aproveitamento demonstrados durante o período de aulas, quando a maioria revelou qualidades excepcionais de aptidão, inteligência e operosidade. Desejamos também apontá-los como exemplos a serem seguidos pelos que hão de vir a frequentar os cursos de aprendizagem técnica e profissional do SENAI.<sup>673</sup>

A construção da sede própria da “Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte” estava parcialmente concluída quando foi inaugurada em 16 de novembro de 1944. Este mesmo prédio, construído em local privilegiado naquela época – bairro Lagoinha – foi também a primeira sede do Departamento Regional do SENAI de Minas Gerais. Além dos espaços administrativos, das salas de aulas teóricas e das oficinas, o prédio possuía ainda quadra poliesportiva, onde os aprendizes se exercitavam nas aulas de educação física, e também refeitório, onde se alimentavam gratuitamente.

O parque industrial da cidade, na década de 1940, estava em plena expansão. Os ofícios ligados à indústria mecânica e da madeira foram identificados como os de maior necessidade de formação e especialização. Os primeiros Cursos de Aprendizagem instalados foram o de “Torneiro Mecânico”, “Ajustadores”, “Carpinteiros” e “Marceneiros”.

As dificuldades para aquisição rápida de equipamentos para as oficinas apresentaram-se como uma realidade. Mas o empenho de todos os envolvidos foi demonstrado, de modo particular, pelo presidente da FIEMG, Américo Renê Giannetti, que doou um *cubilot* para a Oficina de Fundição. Seguiram-se a instalação das oficinas de Construção Civil, Artes Gráficas, Alfaiataria, Oficina de Fiação e Mecânica de Autos.

A Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte tornou-se incubadora de tantos outros cursos oferecidos pelo SENAI, como é o caso das Unidades instaladas em Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará no ano 1945.<sup>674</sup> Com o crescimento da instituição, os cursos

---

<sup>672</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DO SISTEMA FIEMG. SENAI. Discurso proferido na cerimônia de formatura da primeira turma do SENAI em Minas Gerais. Pasta Educação/Formatura. fl. 2. Datilografado.

<sup>673</sup> CENTRO DE MEMÓRIA DO SISTEMA FIEMG. SENAI. Discurso proferido na cerimônia de formatura da primeira turma do SENAI em Minas Gerais. Pasta Educação/Formatura. fl. 3. Datilografado.

<sup>674</sup> Reconhecidas atualmente como: Centro de Formação Profissional – José Fagundes Netto (Juiz de Fora); Centro de Formação Profissional – Afonso Greco (Nova Lima); Centro de Formação Profissional – Michel Michels (Sabará).

foram sendo direcionados às novas Unidades instaladas nas comunidades de maior concentração operária.

O pioneirismo no SENAI também se deu com a adoção de inovações nos métodos de ensino.<sup>675</sup> As “Séries Metódicas” revolucionaram o ensino profissional, tornando-o dinâmico e eficiente e os Cursos Vocacionais, criados por determinação de Euvaldo Lodi<sup>676</sup>, preparavam os jovens para a escolha de um ofício. A educação física e os jogos esportivos integravam a educação profissional no intuito de promover o desenvolvimento integral do aluno.

Em 1958, como homenagem ao empresário que teve a sua vida intimamente ligada à criação e instalação do SENAI em Minas Gerais, a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte passou a se chamar Escola SENAI Américo Renê Giannetti. Na década de 1970, recebeu o nome Centro de Formação Profissional – Américo Renê Giannetti.

Há 70 anos, esta Unidade capacita mão de obra para indústria mineira. Para comemorar o aniversário da primeira Escola SENAI do estado de Minas Gerais, reconhecidamente uma das primeiras em todo o Brasil, o Centro de Memória do Sistema FIEMG realizou, em seu acervo, pesquisa histórica para elaboração da exposição “Aqui nasceu o SENAI de Minas Gerais: um olhar histórico”, produzida em parceria com Galeria de Arte SESIMINAS no segundo semestre de 2014.

A exposição apresenta as primeiras ações do SENAI em Minas Gerais através de documentos oficiais e fotografias da época. A mostra foi realizada em decorrência das solenidades de comemoração dos 70 anos da Escola de Aprendizagem em Belo Horizonte. Na ocasião, recebeu a visita da atual diretoria do Sistema FIEMG e, em especial, dos membros do Conselho Regional do SENAI, alunos e funcionários da Unidade. Atualmente, segue para outros públicos, uma vez que a mesma conta com um calendário anual de itinerância. No primeiro semestre de 2015, já foi montada em quatro lugares distintos, a saber: na sede do Sistema FIEMG, localizada na Avenida Contorno em Belo Horizonte; no Centro de Excelência em Tecnologia e Manufatura – Maria Madalena

---

<sup>675</sup> Cf. KALIL, Nagib L. *O SENAI e sua metodologia de ensino*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DRH, 1977.

<sup>676</sup> Nasceu em Ouro Preto, no dia 9 de março de 1896. Filho de imigrantes italianos que em 1898 fixariam moradia em Belo Horizonte, formou-se engenheiro civil e de minas na Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto. Dedicou-se a construção de estradas e serviços de exploração de minas de ferro e de carvão. Instalou altos-fornos e dirigiu a Cia. Ferro Brasileiro e a Cia. Industrial de Ferro. Presidiu a Cia. Carbonífera Metropolitana, a Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena e a Rheem Metalúrgica. Na sua vida pública participou intensamente da organização de entidades sindicais representantes do patronato industrial. Elegeu-se deputado Constituinte (1933-34), se evidenciando como o relator das questões de ordem econômica e social. Suas atividades políticas se sucederam até seu falecimento, em 1956. Foi, entretanto, como presidente da Confederação Nacional da Indústria (1935-54) que pode influir, decisivamente, nos rumos da produção nacional, visando sempre à prosperidade do Brasil. Fundador do SENAI (1942) e do SESI (1946), Euvaldo Lodi sempre debatia “a necessidade de uma ampla cruzada em fazer o bem em favor das classes trabalhadoras”. A sua liderança no setor industrial foi homenageada com a indicação do seu nome para patrono da entidade criada pela Confederação Nacional da Indústria em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), destinado a promover a integração da indústria com a universidade.



Nogueira, escola SENAI em Betim; na Galeria de Arte SESIMINAS, localizada no Centro de Cultura Nansen Araujo, na ocasião da 13ª Semana Nacional de Museus; novamente na própria Unidade do bairro Lagoinha, em decorrência do 1º Encontro de Bibliotecários SESI/SENAI.

Resgatar e preservar a história institucional das entidades que compõem o Sistema FIEMG está dentre as atribuições do Centro de Memória do Sistema FIEMG. Inaugurado em 1995, esse braço da Gerência de Cultura do SESI conserva e disponibiliza acervo documental, iconográfico, audiovisual e objetos. O espaço valoriza o maior patrimônio do Sistema FIEMG: a história institucional da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Instituto Estrada Real (IER) e dos Sindicatos Patronais – que buscam através de suas ações o desenvolvimento do setor industrial mineiro.

No caso do SENAI, dentre os documentos preservados destacam-se: relatórios anuais, material didático, fotografias, audiovisual, bibliografia especializada. O fundo também é composto por equipamentos, mobiliário e objetos comemorativos como: troféu, placas e medalhas. Aberto de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 17h30min, o Centro de Memória do Sistema FIEMG está disponível para pesquisa ao público interessado, dentre outros assuntos, no pioneirismo do SENAI na formação de mão de obra para o setor industrial e sua pedagogia de ensino.<sup>677</sup>

O SENAI atua em âmbito nacional através das Federações das Indústrias de cada estado. Com mais de setenta anos de tradição, o SENAI é reconhecido internacionalmente como o maior complexo de educação profissional da América Latina. Trata-se de polo de geração e disseminação de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento da indústria do Brasil. Minas Gerais possui 94 escolas SENAI de ensino profissional e várias unidades móveis de treinamento. A atuação pode ser definida nos setores: 1) Educação Profissional, cujo objetivo é a formação de cidadãos qualificados para atuar de maneira autônoma, crítica, consciente e participativa, tanto no trabalho quanto na vida cotidiana. Seus cursos possibilitam ao aluno a construção personalizada de seu projeto educativo. Para isso, estrutura currículos com base em perfis profissionais que retratam as competências requeridas pelo mundo do trabalho e necessárias à eficácia dos processos produtivos na indústria. 2) Serviços Técnicos Tecnológicos, pois possui competência e estrutura para atender a todos os setores industriais de Minas Gerais. O SENAI possui unidades operacionais estrategicamente distribuídas no Estado que oferece serviços que visam solucionar problemas tecnológicos de forma a fortalecer a competitividade da indústria mineira. A multidisciplinaridade, a estrutura e a qualidade dos atendimentos são os diferenciais de mercado do SENAI no que se refere à prestação de serviço para indústria.

---

<sup>677</sup> O Centro de Memória do Sistema FIEMG integra as dependências do Centro de Cultura Nansen Araujo. Fica localizado no seguinte endereço: Rua Álvares Maciel, número 59, bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte, MG. Telefone de contato: (31) 3241-7137.



# O futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos

**Laura Jamal Caixeta**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[laurajamalc@gmail.com](mailto:laurajamalc@gmail.com)

**Gabryel Augusto Teófilo Batista Real**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[gabryelreal@gmail.com](mailto:gabryelreal@gmail.com)

**Adair Rodrigues Amaral Junior**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[adair.ajr@hotmail.com](mailto:adair.ajr@hotmail.com)

**Meiriele Cruz**

Licenciada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[meiriele.cruz@hotmail.com](mailto:meiriele.cruz@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo abordar o futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos a partir da contextualização e da problematização da trajetória desta prática esportiva no Brasil. As reflexões são orientadas pela relação estabelecida entre o futebol e os conceitos de identidade, trabalho e lazer, buscando favorecer a aproximação entre os contextos de popularização desse esporte no Brasil e a realidade dos alunos do Projeto de Ensino Fundamental – 2º Segmento do Centro Pedagógico da UFMG (PROEF2 – CP/UFMG). A escolha do futebol como tema

norteador de questões históricas mais amplas se deve ao fato dessa prática esportiva ser amplamente difundida no Brasil – visto que o futebol se tornou um elemento valorizado da cultura brasileira – e permitir a discussão de conteúdos próprios da História através de um tema que faz parte do cotidiano da maioria dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVES:** História do Futebol, História temática, EJA.

### Introdução

Este texto objetiva relatar a experiência pedagógica de estudo do tema “Futebol” para educandos da Educação de Jovens e Adultos por meio de um projeto de ensino envolvendo professores de História. Os estudantes envolvidos foram os educandos do Projeto de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos – 2º segmento (PROEF-2). Tal projeto, que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, funciona no turno noturno do Centro Pedagógico da UFMG e integra o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da mesma universidade.

O Projeto de estudo o Futebol como tema histórico foi planejado e desenvolvido por 4 monitores de graduação em História pela UFMG que atuam como professores no PROEF-2, sendo orientados pela professora do Centro Pedagógico que coordena a área de História do PROEF-2.

Esse projeto se iniciou em junho de 2014 e foi concluído em dezembro do mesmo ano. Seu desenvolvimento possibilitou a problematização do tema Futebol sob diferentes perspectivas, objetivando desnaturalizar a disseminação dessa prática esportiva no Brasil.

Na organização curricular do PROEF-2 está previsto que cada ano do curso do 2º segmento do Ensino Fundamental desenvolva projetos de ensino relacionados a determinadas temáticas: as turmas iniciantes trabalham com o tema “Identidade”, as de continuidade trabalham com o tema “Sociedade e consumo” e as turmas concluintes trabalham com o tema “Vidas Urbanas”. Buscando atender a esses temas gerais, a equipe de História optou por trabalhar o tema Futebol relacionando-o com esses temas mais gerais.<sup>678</sup>

Partindo do princípio que a trajetória do futebol no Brasil constitui um patrimônio coletivo dos brasileiros ao longo dos anos, o futebol deixou de ser uma prática esportiva destinada ao entretenimento, ao lazer, e transformou-se em algo que identifica o país, que incentiva a coesão nacional, o nacionalismo. Embora não seja uma invenção brasileira, tal prática esportiva encontrou em solo tupiniquim um ambiente frutífero para desenvolver-se.

---

<sup>678</sup> As turmas Iniciantes se referem ao 6º ano do ensino fundamental, as turmas de Continuidade ao 7º ano e as turmas Concluintes ao 8º e 9º ano do Ensino fundamental.

Disseminou-se pelas cidades, seduziu e seduz milhares de jovens e adultos ao ponto de nosso país ter recebido a alcunha de “o país do futebol”, a casa de tal esporte.<sup>679</sup>

Um dos brinquedos favoritos dos brasileiros é a bola. Os campos de futebol estão espalhados pelo país. Esse esporte tornou-se tanto um dos passatempos mais difundidos no cotidiano dos brasileiros como também um meio de ascensão social, um campo profissional valorizado social e economicamente.<sup>680</sup>

Entretanto, o processo de difusão dessa prática esportiva no país foi apropriado e incentivado por diversos grupos sociais e principalmente por grupos políticos. Tais grupos perceberam que o futebol e o apelo que essa prática tinha com os brasileiros poderiam ser utilizados como meio de difusão de ideais para a sociedade. Melhor dizendo, a difusão do futebol não foi uma prática espontânea, neutra. O Brasil se tornou o país do futebol por meio da ação de grupos políticos que utilizaram essa prática esportiva como projeto político. Esses propósitos políticos e econômicos embutidos no esporte nem sempre são percebidos pela sociedade brasileira.

Por tudo o exposto, a ligação entre futebol e História vai muito além de se estudar apenas a trajetória da adoção desse esporte no país. Ao utilizar essa prática esportiva e sua trajetória como tema histórico, poder-se-ia compreender os contextos nos quais ocorreram a difusão desse esporte e também os interesses que motivaram e motivam a valorização do futebol, sem perder de vista as transformações que ocorreram na sociedade ao longo desse período e que influíram nessa prática esportiva.

Portanto, esse projeto teve por objetivo utilizar o futebol e sua trajetória como temas da História. Para tanto, investigou-se a trajetória do futebol através da comparação e relação da mesma com três conceitos, os quais são: Identidade, trabalho e lazer. Por entendermos que o Futebol além de integrar a cultura brasileira é uma opção de lazer, de trabalho e um elemento de coesão nacional.

Nosso principal referencial teórico foram as obras de Eric Hobsbawm dentre as quais destacamos: *A invenção das Tradições*, 1984<sup>681</sup>, escrita em colaboração com Terence Ranger; *A Era dos Extremos*; e *Nações e nacionalismo*. No decorrer de tais textos, Hobsbawm identificou o futebol como uma entre muitas formas de expressão e símbolo da

---

<sup>679</sup> A referência central para a discussão da popularização do Futebol no Brasil foi FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&M Editora, 2003.

<sup>680</sup> Para discutir o processo de popularização e difusão do futebol no Brasil e em Belo Horizonte utilizamos: RIBEIRO, Raphael Rajão. *A Bola em Meio a Ruas Alinhadas e uma Poeira Infernal: Os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007 (Dissertação, Mestrado em História); SILVA, Eliazar João da. *De esporte das Elites ao esporte popular: a trajetória do Futebol no Brasil*.

<sup>681</sup> HOBBSAWM, Eric. Introdução. In.: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro, PAZ e Terra, 1984, p-23.

nacionalidade, e também um modo de coesão necessário à nação moderna. Hobsbawm analisou o surgimento dos Esportes Modernos (dentre os quais o futebol) na segunda metade do século XIX em sintonia à consolidação do Estado-Nação da era moderna. Esse processo aconteceu também na sociedade brasileira, dentro da qual o futebol foi incentivado e valorizado em função do seu potencial agregador e patriótico, ou seja, foi incorporado a cultura popular brasileira em nome da integração social.

Utilizamos também a proposta de Bezerra (2004)<sup>682</sup> de se trabalhar o futebol em sala de aula, principalmente nas aulas de História, com conceitos básicos, mas sempre os contextualizando e buscando aproximá-los da realidade dos alunos. Seguindo tal proposta utilizamos os conceitos de identidade, trabalho e lazer para discutir o processo de “tradicionalização” do futebol na sociedade brasileira.

A partir dessa premissa, ao debatermos com os alunos as relações estabelecidas entre o futebol e identidade nacional, procuramos refletir que no Brasil o futebol se tornou esporte nacional não apenas por ser o mais praticado, mas principalmente porque durante as Copas do Mundo um conjunto de representações sobre a nação e o povo brasileiro se legitimam a partir do futebol. O futebol foi apropriado por diferentes governos como o intuito de se construir a identidade nacional, com a intenção de estreitar as relações entre elite e massa da população. Para isso, cria-se e se organiza uma cultura popular para promover a tão sonhada integração social. O futebol foi uma grande ferramenta para a promoção dessa interação.

Para o conceito de trabalho utilizamos a definição adotada por Hegel na filosofia do Direito, segundo o qual o trabalho além do componente econômico, também é formador da consciência, pois media as relações entre os indivíduos membros da sociedade civil, uma vez que, a fim de satisfazer as carências, cada indivíduo precisa se relacionar com outros indivíduos, seja comprando algum produto, seja pagando por um serviço, ou ainda recebendo por serviços prestados ou produtos feitos por ele. Para tanto, o trabalho, pertencente à esfera da sociedade civil, além de satisfazer as carências de cada indivíduo, o prepara para o Estado, na medida em que o faz pensar a sua relação com os outros na sociedade de forma universal.

E para o conceito de lazer utilizamos a definição adotada por Gomes (2014)<sup>683</sup>, segundo a qual o lazer é uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas e que nas sociedades contemporâneas deve ser entendido como atividades necessárias para a sobrevivência do homem. No Brasil, é um direito constitucional e não se limita, portanto, ao descanso da jornada de trabalho.

---

<sup>682</sup> BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In.: KARNAL, Leonardo (org), História na sala de aula: práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>683</sup> GOMES, Christianne Luce. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. In.: Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, jan/ abr.2014.

A partir da definição de tais conceitos elencamos os conteúdos que seriam trabalhados em cada nível de ensino, os quais foram:

As turmas de iniciantes – 6º ano do ensino fundamental – Futebol e Identidade

- O incentivo dado ao futebol durante o Governo Vargas – processo de massificação do esporte

- O Estado Novo e o Ideal de construção do Homem Novo.

- Futebol como veículo de promoção da integração social.

Nas turmas de continuidade – 7º ano do ensino fundamental – Futebol Trabalho e Consumo

- Futebol amador X profissionalização do esporte – ressaltando o contexto de regulamentação da profissão de jogador de futebol e da CLT.

Com as turmas de concluintes – (8º e o 9º ano do ensino fundamental) – Futebol e lazer

- O processo de inserção e popularização do futebol no Brasil

- Os diversos praticantes e os espaços destinados ao esporte na cidade de Belo Horizonte.

### **Resultados: A produção do Almanaque sobre a história do futebol**

A escolha pela confecção do Almanaque surgiu de demandas pedagógicas de naturezas distintas. O Almanaque serviu para materializar, a partir da produção dos alunos, os conceitos trabalhados e coletivamente construídos em sala de aula sobre os temas "Identidade"; "Sociedade, Trabalho e Consumo", e "Lazer". Por se tratar de um objeto múltiplo, foi possível também trabalhar com os alunos diferentes gêneros textuais, auxiliando ainda os alunos no desenvolvimento de seu letramento, objetivo tão caro ao público EJA. Ainda enumerando as vantagens da construção do Almanaque, são notórios ainda os benefícios de o aluno olhar para o Almanaque, o produto final, e enxergar uma realização intelectual, dentro da lógica da autoria. A quase totalidade do Almanaque foi escrita pelos alunos e alunas, cabendo aos professores e professoras a seleção, revisão, compilação e edição dos itens produzidos.

O Almanaque organizado da seguinte forma:

#### **Almanaque Histórico do Futebol**

- 1 - Texto introdutório - Apresentação - Sumário.
- 2 - História do Futebol no Brasil.

Dividida em 3 partes compostas por seções.

As partes foram:

- 1 - Futebol e Identidade

2- Futebol trabalho e consumo

3- Futebol e Lazer

Para cada parte, foram elaboradas seis seções intituladas:

- 1) Baú do Futebol - parte histórica
- 2) Você Sabia - Curiosidades
- 4) Advinha quem é - Biografias (Craques brasileiros do passado e do presente).
- 5) Jogos
- 6) Opinião

Os professores do PROEF- II do Centro Pedagógico da UFMG cumprem, para o acompanhamento de seu trabalho, a realização de um caderno de turma, onde é relatado o andamento das aulas. Estes relatórios são um importante documento para reflexão quando à nossa prática docente e para compartilhar experiências entre os professores. Aqui, seguem trechos dos cadernos de turma que ilustram a nossa prática dentro do projeto do futebol como tema histórico. Os trechos a seguir correspondem a duas aulas de uma turma de “Iniciantes”:

Aula 44ª aula – 29/10/2014

Conteúdo: almanaque do futebol e opinião

Tema: almanaque do futebol

Objetivo: explicar aos alunos o que é um almanaque, do que ele é constituído e qual o seu objetivo. Explicar como faríamos o nosso almanaque e quais as seções com as quais contaria. Posteriormente demos início a uma das seções.

Procedimentos e materiais: levei alguns almanaques para mostrar aos alunos.

Resultado obtido: ao início da aula expliquei aos alunos o que era um almanaque, o que podemos encontrar nele e qual era a sua função. Depois expliquei como seria o almanaque do futebol a ser produzido por nós. Anotei no quadro as seções com as quais ele contaria. Sendo elas: “Baú do Futebol”; “Advinha quem é”; “Você sabia?”; “Jogos”; “Opinião”. Posteriormente solicitei aos alunos que fizessem a última seção, “Opinião”, escrevendo um texto com no mínimo cinco linhas retratando quais eram as suas opiniões a respeito do futebol, podendo também narrar uma experiência pessoal com o esporte. Este momento foi interessante, pois os alunos compartilharam suas experiências e opiniões antes de coloca-las no papel. Apesar dos contrastes eles souberam respeitar a opinião do outro”

45ª aula – 03/11/2014

Conteúdo: Baú do Futebol

Tema: almanaque do futebol

Objetivo: trabalhar a composição das seleções de 1930 e 1938 para compreender a mudanças ocorridas socialmente a partir do início do governo de Getúlio Vargas. Entender como a profissionalização do esporte permitiu uma maior inclusão. Pensar na trajetória do futebol e na sua popularização ao longo dos anos.

Procedimentos e materiais: foi utilizado o “data show” para a exibição (anexo 13) da lista de convocados para compor a seleção das copas de 1930 e 1938; de imagens das equipes; e de um carômetro dos jogadores. Além disso, foram entregues duas folhas (anexo 14) com pequenos textos falando a respeito das copas em questão e da composição do selecionado brasileiro.

Resultado obtido: primeiramente os alunos observaram uma foto da seleção de 1930 e concluíram que ela tinha um caráter elitista e branco. Depois partimos para a leitura do quadro com a relação dos jogadores. Os alunos constataram, com certa estranheza, uma tendência, todos os jogadores eram cariocas. Para clarear as observações e conclusões expliquei o porquê da totalidade de jogadores cariocas e posteriormente lemos dois textos a respeito da seleção de 1930. Ao longo da aula foram realizadas anotações no quadro. (Caderno das turmas 78 e 79).<sup>684</sup>

## Conclusões

Por tudo o exposto, O futebol, assim como outros esportes, está entre algumas das principais atividades de lazer do brasileiro, se não como prática, ou trabalho, ao menos como consumo dos seus espetáculos.

Entretanto, ao considerar o futebol como elemento da cultura brasileira, não podemos esquecer do processo histórico e social de inserção e difusão dessa prática esportiva em nossa cultura. Devemos também considerar que nem sempre o futebol fez parte da vida dos brasileiros e que no processo de valorização e de legitimação dessa prática esportiva como elemento da nossa cultura, foi travada uma intensa luta simbólica que culminou na valorização social do futebol.

A experiência adquirida no desenvolvimento do projeto permitiu que o processo de formação do educando, principalmente se considerarmos o avanço de novas perspectivas educacionais, requer muito mais do que a abordagem disciplinar de conteúdos escolares. Formar, ao contrário do sentido que a própria palavra poderia induzir, é libertar a pessoa que está sendo educada para que ela consiga, de forma autônoma. Aprender. Aprender ultrapassa a sala de aula, assim é imprescindível que o aluno saiba interpretar criticamente o mundo.

---

<sup>684</sup> Trechos registrados nos cadernos das turmas 78 e 79. Nos cadernos de turma foram registradas todas as ações desenvolvidas pelo projeto.



# O processo de escolha do livro didático de História: o ponto de vista dos professores<sup>685</sup>

**Paula Ricelle de Oliveira**

Mestranda em Estudos de Linguagens  
CEFET/MG  
pesquisaldcefet@gmail.com

**RESUMO:** Esta pesquisa consiste na apresentação dos resultados preliminares da pesquisa “Processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva” no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG. Assim sendo, buscamos descrever, discutir e refletir sobre o processo de escolha dos livros didáticos de História nas escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, a partir do ponto de vista dos professores, e organizado e desenvolvido no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio). Para tanto, utilizamos questionários disponibilizados on-line – elaborados e distribuídos pela ferramenta “formulários” do Google Docs – para a realização da coleta de dados. Os resultados apontam que os processos de escolha dos livros estão sendo impulsionados muito mais por ações desenvolvidas pelas editoras do que pela própria escola. É recorrente a insatisfação, dos professores, quanto à distribuição dos livros não obedecer à prioridade da sua escolha, recebendo obras que não consta nem na sua segunda opção.

**PALAVRAS-CHAVES:** livro didático, Processo de escolha do livro didático, Professor de História.

## Introdução

O livro didático hoje representa um importante objeto de trabalho e estudo de muitos pesquisadores, professores e alunos, sendo um dos motivos o fácil acesso há esse material, viabilizado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro didático). Também representa a principal fonte de lucro de muitas editoras (SILVA, 2014)<sup>686</sup>. Chartie e Roche (1995)<sup>687</sup> afirmam: “Objeto de inesgotável riqueza, o livro exerce há muito sua fascinação” (p. 111).

A escolha pelo livro didático como objeto dessa pesquisa se dá pela proporção que ocupa esse material na educação escolar, em muitos casos, o único livro que o aluno vai ter

---

<sup>685</sup>A pesquisa que deu origem a este artigo recebe financiamento da CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Renato Caixeta da Silva, e encontra-se vinculado ao Grupo de Pesquisa em Materiais e Recursos Didáticos do CEFET/MG.

<sup>686</sup>SILVA, Isaíde Bandeira da. *O livro didático de História no cotidiano escolar*. Curitiba: Appris, 2014.

<sup>687</sup>CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspective. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.) *Fazer História: novos objetos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

contato em toda sua vida (CASSIANO, 2013)<sup>688</sup>, ou, é o único livro de leitura obrigatória em nossa cultura (DIJK, 2012)<sup>689</sup>. Também é o principal material de trabalho utilizado pelos professores e alunos no processo educativo (COSTA, 1999)<sup>690</sup>. Sendo assim, destaco o fato de que esse material se insere no conjunto das práticas escolares mediado pelas opções feitas pelo professor.

Pensando na importância que o livro didático ocupa na educação e, sendo direito do professor a escolha desse material que será utilizado em suas práticas docentes (BRASIL, 2008), esse trabalho busca descrever e refletir sobre os primeiros dados levantados relativos ao processo de escolha dos livros didáticos nas escolas públicas a partir do ponto de vista dos docentes, e organizado e desenvolvido no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio).

Este artigo expõe reflexões preliminares da primeira fase da pesquisa “Processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva” no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG, que busca compreender o discurso do docente de História de modo a entender o processo de seleção dos livros didáticos desta disciplina.

A preocupação com o livro didático dentro das políticas públicas do Estado Brasileiro, foi instituída no Estado Novo, pelo Ministério da Educação em 1938 com a criação do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 dezembro, por meio do qual foi criado a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Os membros da comissão eram designados diretamente pelo Presidente da República e tinham por objetivo dispor sobre as condições de produção, importação e utilização do livro, sendo assim, os docentes realizavam as escolhas dos livros didáticos a partir de uma lista pré-determinada pela CNLD.

Segundo Freitag, Costa e Motta (1989)<sup>691</sup> as escolhas dos livros didáticos eram predeterminadas, sobrando pouco espaço para o professor, visto que, quem realmente determinava o livro a ser circulado nas escolas era o Estado, objetivando assegurar seus

---

<sup>688</sup>CASSIANO, Célia Cristina de Figueredo. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Unesp, 2013.

<sup>689</sup>DIJK, Teun A. van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>690</sup>COSTA, Ângela Maria Soares da. *Prática Pedagógica: O Uso do Livro Didático no Ensino de História*. III Encontro – Perspectivas do Ensino de História – *Aos Quatro Ventos*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

<sup>691</sup>FREITAG, Bárbara *et al.* *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez; 1989.

interesses próprios e controlar os saberes a serem difundidos nas escolas brasileiras. A regulamentação da seleção do livro didático a ser feita diretamente pelo professor, acrescentam os autores, era vista como uma “democracia falsa”, que considerava o professor um profissional “despreparado, sobrecarregado, desmotivado, e coagido pelos vendedores das editoras” (FREITAG, COSTA e MOTTA, 1989 p, 49).

Com a criação do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), em 1985, por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto, instituiu que a escolha do livro didático passaria a ser feita diretamente pelo professor. Contudo, esse ponto continuou a ser uma questão de estrangulamento do PNLD. Só após 1995 a escolha feita pelo professor passou a ter mais atenção, pois foram implantadas políticas públicas para gerir os livros solicitados e recebidos pelas escolas (CASSIANO, 2013).

Também foram criadas medidas para orientar as seleções feitas pelos professores, o que não garante que o livro escolhido pelo docente seja o mesmo enviado pelo governo, tendo em vista que esse problema tem uma série de variáveis, dentre elas a dinâmica das diferentes gestões escolares e a grande rotatividade dos docentes nas redes públicas brasileiras em virtude do elevadíssimo número de contratos precários de trabalho, entre outras variáveis (CASSIANO, 2013).

As formas de seleção dos livros didáticos passaram por transformações ao longo dos últimos anos, na tentativa de dar ao professor maior autonomia na escolha do material a ser usado em suas práticas docentes (TAGLIANI, 2009)<sup>692</sup>. É um processo longo e lento, confrontando interesses divergentes, editoras interessadas nas cifras estratosféricas despendidas pelo governo e, por outro lado, professores, muitas das vezes, com formação limitada para participar do processo de seleção, tarefa essa que exige do professor determinados saberes, competências e habilidades que poucos têm recebido da esfera governamental<sup>693</sup>.

O PNLD visa prover materiais didáticos de qualidade, disponíveis para subsidiar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas, e estes são desenvolvidos com o intuito de garantir um direito do cidadão presente a partir da

---

<sup>692</sup>TAGLIANI, Dulce Cassol. O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 303-320, maio/ago. 2009.

<sup>693</sup>De acordo com [Portaria Normativa MEC nº 7, de 5 de abril de 2007](#) constituem-se obrigações do MEC e do FNDE promover e apoiar ações voltadas para a formação docente com vistas à escolha e ao uso do livro nas escolas.

Constituição de 1988, a saber: “VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Art. 208) <sup>694</sup>.

Dentre os aspectos que eleva a importância dos estudos sobre o PNLD, consideramos pertinente apontar a dimensão que assume esse Programa no cenário nacional, tornando o governo brasileiro, o maior consumidor de livros do país (EARP e KORNIS, 2005) <sup>695</sup>. O PNLD é uma política pública que centraliza, no governo federal, o planejamento, a avaliação, a compra e a distribuição gratuita dos livros para os educandos da rede pública de ensino (CASSIANO, 2007).

É de fundamental importância entender o processo de escolha dos livros didáticos por vários motivos, principalmente pelas cifras estratosféricas despendidas pelo PNLD. Em 2014, o governo federal investiu R\$1.212.945.073.00 na aquisição e distribuição integral de livros aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), na complementação do PNLD/2013 para estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e para os discentes do Ensino Médio. Ao todo, foram adquiridos 137.858.058 livros para atender a 116.824 alunos <sup>696</sup>.

É nesse universo amplo de preocupações sobre os dispêndios com o PNLD que esse trabalho se insere. O recorte que privilegiei para a investigação é descrever como os professores de História realizam suas ações no momento em que escolhem o livro didático, que será adquirido com verbas públicas e utilizado no interstício de três anos em suas práticas educacionais.

Dentre as pesquisas que investigam o assunto Belmar, Lima e Perrelli (2013) <sup>697</sup> publicaram um artigo referente às pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil a respeito da

---

<sup>694</sup>BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998

<sup>695</sup>A pesquisa de Earp e Kornis (2005) considera o governo brasileiro como o terceiro maior comprador do mundo, sendo a China e Estados Unidos os primeiros em relação à compra institucional. De acordo com o ano analisado, o Brasil pode ser o maior comprador quando se pensa em distribuição. Contudo os autores reconhecem que sua pesquisa não considerou grandes mercados como a Índia e a Indonésia. EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva de livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

<sup>696</sup>Captado em < <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos/> > Acesso em 10 dez. 2014.

<sup>697</sup>BELMAR, CÉSAR Cristiano; PERRELLI, Maria Aparecida de Souza; LIMA, Adriana Araújo de. A escolha e o uso do livro didático pelos professores das áreas de Ciências Naturais e Matemática: as pesquisas que abordam essa temática. *Série-Estudos* - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 35, p. 241-261, jan./jun. 2013.

seleção e do uso do livro didático pelos professores das áreas de Ciências Naturais (Ciências, Biologia, Física e Química) e Matemática. Dos 20 trabalhos levantados pelos autores, 08 abordam a seleção do livro didático por professores, sendo 01 de biologia (MIRANDA, 2009); 02 de ciências (SGNAULIN, 2012; TOLENTINO-NETO, 2003), 02 de Física (SANTOS, 2006; ZAMBON, 2012) e 03 de matemática (SILVA-JUNIOR, 2005; FREITAS, 2010; BIEHL, 2010).

Ao realizar um levantamento bibliográfico, em 2015, quanto à disciplina de História, um dos poucos estudos, aqui identificado, destaca-se a publicação de Isaíde Bandeira da Silva (2014) *O livro didático de História no cotidiano escolar*. Seu objetivo foi identificar e analisar o processo de escolha do livro didático no Estado do Ceará, no município de Fortaleza e Quixadá, relacionando-o com seu uso no cotidiano escolar. Como campo de pesquisa, Silva (2014) analisou 4 escolas públicas e em cada uma delas, uma turma de 6º ano. Como parte do procedimento metodológico, realizou entrevistas, aplicou questionários e observou as aulas de História durante todo ano letivo de 2008 e finalizou esse trabalho com uma “roda de conversa” com os alunos.

A pesquisadora mostra que as escolhas dos livros didáticos nas escolas públicas do município de Quixadá são unificadas, isso acontece tanto por uma necessidade de favorecer a distribuição a todos os alunos da rede municipal, já que os livros vêm de acordo o censo escolar do ano anterior, como também, para garantir a vinda da primeira opção da coleção didática que foi feita, além do “respeito” a tradição no município com relação à escolha do livro didático.

Silva (2014) aponta também, que os guias não chegam a tempo hábil nas escolas; alguns professores entendem que a garantia de acesso ao livro didático nas escolas públicas é um “favor” do governo para com os alunos; alguns gestores públicos e alguns professores desconheciam o processo de escolha do livro didático; nem todas as escolas tiveram suas demandas atendidas; a escolha unificada do livro didático traz problemas da adequação à realidade educacional de cada escola.

Discutir o processo de escolha do livro didático se torna pertinente na medida em que se insere em um contexto educacional de política de promoção e distribuição gratuita desses materiais pelo governo e por políticas que visam prover a democratização do acesso e permanência das classes populares nas escolas. Ao escolher um livro didático, o professor

deve considerar as propostas definidas pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola e certificar-se que sua escolha atenda à demanda da sua ação pedagógica, da comunidade escolar e do seu público. Não é objetivo deste trabalho homogeneizar e/ou julgar o discurso do professor no processo de escolha do livro didático, mas sim buscar entendê-lo dentro do contexto específico.

### **O mosaico da pesquisa**

Estarão em foco à discussão de dados a respeito do processo de escolha do livro didático de História no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015 do ponto de vista dos professores. Como esses profissionais realizam suas ações para a escolha desse material.

Para debater essa questão, utilizaremos como fonte de informação *sujeitos*, professores de História, que lecionam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que atuam dentro do território de Belo Horizonte e Região Metropolitana, abrangendo as redes públicas de ensino Municipal, Estadual e Federal. Como instrumento para coleta de informações desses sujeitos, foram utilizados questionários. Para consecução desse trabalho foi desenvolvido um questionário a partir da ferramenta “Formulários” disponível no *Google Docs*. Esse instrumento, disponível no domínio google.com permite a elaboração, distribuição, coleta e registro das respostas, de maneira descritiva e em gráficos <sup>698</sup>. O questionário foi estruturado em duas partes: a primeira contempla a caracterização do docente, com questões sobre formação e atuação dos professores; a segunda parte, composta de questões abertas, com foco no processo de seleção do livro didático.

Como já foi dito, esse artigo faz parte dos primeiros resultados parciais oriundos da pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora. Assim sendo, os questionários analisados fazem parte do teste piloto, aplicados e coletados nos meses de novembro e dezembro de 2014. Foram coletados e consolidados dados de 10 professores respondentes, dentro de um universo de 10 questionários distribuídos.

---

<sup>698</sup>Sobre o uso de questionário online como recurso na construção e utilização de instrumentos de coletas de dados em pesquisas acadêmicas recomendo a pesquisa de CESAR, Deborah Adriana Tonini Martin. O uso dos questionários online como apoio para as pesquisas acadêmicas discentes no Ensino Superior. Captado em: <<http://pt.scribd.com/doc/106186074/O-uso-dos-questionarios-online-como-apoio-para-as-pesquisas-academicas-discentes-no-Ensino-Superior-Deborah-A-T-Martini-Cesar>>. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

A análise dos dados coletados se pautará sob a técnica da *Categorização Temática* (GIBBS, 2009) <sup>699</sup> que busca examinar as várias abordagens e as questões práticas relacionadas ao entendimento dos dados qualitativos.

De acordo com o autor, a codificação/categorização é uma forma de indexar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação ao conteúdo estudado. Dessa forma, o processo de codificação envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens do texto que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e/ou descritiva. Nesse sentido, a todo recorte de texto que se refere a um conteúdo semelhante ou exemplifica algo de igual sentido é atribuído o mesmo código.

### **O olhar do professor: algumas aproximações**

Primeiramente, busco compreender como iniciou a mobilização nas escolas para a escolha do livro didático no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015. Após a elaboração da coleta de dados, percebemos que o fator que impulsiona o processo de escolha é o envio de obras didáticas por parte das editoras. Isso pode ser constatado no início do depoimento de alguns professores. Segue algumas das ocorrências: “Os livros chegaram na escola, de forma não muito organizada”. (Prof. 01); “Foi feita pelos professores uma análise dos livros enviados pelas editoras...” (Prof. 02); “Geralmente a escola avisa para os professores que os livros estão a disposição para serem analisados. [...]” (Prof. 06); “Chegaram vários livros de várias editoras ao mesmo tempo e em cima da hora da escolha”. (Prof. 08).

O envio de obras para os professores consiste em uma prática comum, os editores se apóiam no fato de que os docentes baseiam suas escolhas na análise das obras disponíveis nas escolas, por isso investem recursos expressivos num montante de livros gratuitos enviados aos docentes. Estima-se que mais de 10% dos livros didáticos publicados são doados a professores enquanto divulgação (EARP, 2005).

Não custa lembrar que essa ação é legalizada pela publicação da Portaria Normativa nº 7, de 2007, que dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro, o envio de obras para análise dos professores, catálogos, folders e outros materiais, exclusivamente por remessa postal, é liberada.

---

<sup>699</sup>GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.



Contudo, essa mesma Portaria proibiu a divulgação dos livros diretamente nas escolas, assim como eventos ou palestras dentro destes locais públicos e/ou o oferecimento de brindes durante o processo de escolha do livro didático <sup>700</sup>. Contudo, essa prática é realizada nas escolas, conforme evidencia a afirmação do prof. 03: “Um mês antes do dia específico da escolha do livro, os professores receberam, na escola, a visita de representantes de algumas editoras, e uma lista de sites para que pudéssemos avaliar o material a ser escolhido”. Prof. 03

Os altos investimentos das editoras na divulgação de exemplares influenciam diretamente na escolha do professor. Soares (2007) <sup>701</sup> discutiu sobre a eficiência do governo na compra de livros didáticos e observou que: “[...] a concentração das compras não é uma consequência da concentração da oferta, tampouco da melhor qualidade de algumas obras, e sugere que a concentração das compras decorre dos gastos elevados das editoras com divulgação”. (SOARES, 2007 p. 32).

Corroborando com essa idéia, essa pesquisa constata essa afirmação com a fala emblemática do Prof. 04: “[a escolha do livro didático] Prestigiando quase sempre as editoras maiores e com histórico de fornecimento de livros para escola.” (Prof. 04).

Após essa percepção, busco entender como os professores de História desenvolvem ações para a escolha do livro, em geral os professores organizam pelo menos um encontro para discutir a escolha do livro, seja com todo corpo docente ou separado por disciplina. Contudo, podemos depreender que os dados preliminares da pesquisa, apontam que nem sempre os professores tiveram voz ativa. Houve casos em que coube a Secretaria da Educação a determinação do livro a ser adotado. Em outro momento, o professor participa do processo com livros pré-estabelecidos. Como nos exemplos a seguir retirados dos questionários respondidos: “Pelo que foi nos três últimos anos, a opinião do professor não teve nenhuma relevância. Por questões contratuais, o livro já estava escolhido”. (Prof. 02).

---

<sup>700</sup>Cabe aos dirigentes e professores denunciar essas violações pelo número 0800616161 ou pelo portal no espaço reservado ao processo de escolha. Também não é permitido às escolas aceitar vantagens oferecidas pelos editores e seus representantes (BRASIL, 2014).

<sup>701</sup>SOARES, Ricardo Pereira. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo*. Brasília. IPEA, 2007. Captado em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4546](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4546)>. Acesso em nov. 2014.

[...] todos os professores da rede foram convocados a participarem da escolha do livro, em um local escolhido pela secretaria de educação. Lá fomos divididos por área de conhecimento. **Os livros a serem escolhidos estavam disponíveis para uma possível análise.** (Prof 03. Grifo nosso).

Veem-se ainda outro exemplo de professores que foram silenciados pela sua situação funcional, pois: “Como designado, não tive uma voz muito ativa, pois, os outros professores como efetivos e efetivados tiveram prioridade diante da execução no próximo ano, já que o contrato se encerraria no final do ano letivo”. (Prof. 01).

Outra inquietação presente nos dizeres dos professores é em relação ao tempo disponível para a realização da análise e escolha do material, seja pelo próprio período estabelecido pelo PNLD ou mesmo por falta de planejamento da escola. Com o tempo ínfimo a escolha do livro ocorre com atropelos.

Também é recorrente nos dizeres dos docentes a insatisfação quanto à distribuição dos livros não obedecer à prioridade da sua escolha, recebendo obras que não consta nem na sua segunda opção. Resultando em uma insatisfação por parte desses profissionais quanto ao processo de escolha dos livros didáticos e conseqüentemente na desmotivação dos professores. Segue a ocorrência: “[...] não é decisiva a participação dos professores, Já que nenhum dos livros selecionados foram enviados pelo Estado. **Os professores se sentiram enganados pelo processo**”. (Prof. 09. Grifo nosso)

O PNLD insere o professor no seu processo da democratização na distribuição gratuita de livros didáticos. Esse reconhecimento à capacidade de participação na avaliação do livro didático de História a ser adotado no ensino público brasileiro pelo corpo docente se apresenta como um marco de respeito à autonomia intelectual e pedagógica desses profissionais. Como garante a Resolução nº 3, de 11 de janeiro de 2008: “CONSIDERANDO ser o livro didático um direito constitucional do educando, e ainda a importância da participação do professor no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade do aluno e da escola”. (Brasil, 2008).

Contudo, se o a escolha do professor é escamoteada, na prática o que esta acontecendo é um silenciamento da ação docente. Entretanto é oportuno destacar que o processo de escolha do livro didático sofre uma série de variáveis, entre elas a negociação do governo com as editoras, problema previsto em lei que garante ao Estado, em caso de

não acordo entre as partes em relação ao preço, deixar de adquirir a primeira opção feita pelo professorado, ou mesmo adotar a opção mais escolhida em atenção ao princípio da economicidade (BRASIL, 2012).

Dessa forma os professores, nesse contexto, precisam utilizar o livro didático recebido de forma a reinventá-lo criativamente, ou exercer o seu direito de simplesmente recusar a utilizá-los, como mostra a pesquisa de Cassiano (2013).

Fato é que ao fazer sua escolha, o docente tem que ter uma visão crítica do contexto sócio-cultural em que insere seu público alvo, e a clareza de como e para quê este livro foi adotado. Não permitir que um material defina suas estratégias educacionais, e sim formular meios para superar possíveis limitações do livro didático.

Por último, é possível perceber que mesmo diante das adversidades vivenciadas nesse momento, sobretudo aquelas advindas da realidade desses profissionais, muitos professores reconhecem a importância do processo de escolha desse material que será utilizado no horizonte de três anos, bem como o reconhecimento cabível a sua prática docente:

É importante a participação do professor. Ele é a linha de frente, o contato com o aluno. Portanto, ele é quem pode saber sobre a realidade do público que vai usar determinado livro e, assim, tentar aproximar um pouco a situação do aluno com os conteúdos do livro a ser adotado. (Prof. 02).

Eu, enquanto profissional, compreendendo a importância do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, avaliei da melhor forma possível a estrutura do livro, a linha de trabalho, os conteúdos, as atividades, o trato com as imagens, o diálogo com o tempo presente etc... (Prof. 03).

### **Algumas conclusões**

A proposta inicial desse trabalho de descrever e problematizar os primeiros dados relativos ao processo de escolha dos livros didáticos nas escolas públicas, a partir do ponto de vista dos docentes no âmbito do PNLD/2014 e/ou PNLD/2015, parece configura-se como sustentada, pelo menos nesse primeiro momento da pesquisa.

De acordo com o disposto nesse trabalho podemos depreender o peso que as editoras tiveram no processo de escolha do livro no contexto investigado, ao limite das editoras atuarem de forma ilícita na escolha do professor.

Ressalto que não basta apenas proibir a divulgação de obras nas escolas, pois algumas editoras já se adequaram e mudaram a estratégia de *marketing*, fazendo a divulgação do livro fora da escola e até mesmo na casa dos professores (VALOR ECONÔMICO, 2006a) <sup>702</sup>.

Se há a necessidade do professor de consultar o livro didático para melhor analisá-lo, Fernandes (2013) <sup>703</sup> ao pesquisar o acesso ao livro didático de História no PNLD, dos anos finais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008, constatou que os professores não tem condição de fazê-lo a partir das resenhas do guia e propõe que o governo disponibiliza na íntegra, pela internet, todas as obras por meio de sistema de senha individualizada, assim como é feito o processo de escolha do livro. A autora acrescenta:

Se o PNLD disponibilizasse esse material pela internet, o quantitativo de professores participantes poderia proporcionar uma ampla discussão tornando o processo de seleção e escolha mais viável e democrático, posto que o Guia não atende às necessidades de uma avaliação das obras. (FERNANDES, 2013, p. 15).

Quanto ao professor, que prepara todo um momento para a efetiva seleção do livro considerado adequado a realidade do seu aluno e não recebe a obra prevista, isso caracteriza-se, podemos assim concluir, como um estreitamento do PNLD. Se o problema esta na negociação do governo com as editoras, esse entrave já deveria ser previsto na abertura do edital para a inscrição das coleções das obras, estabelecendo quantidades mínimas e máximas que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pode pagar por obra, bem como as quantidades mínimas de exemplares a serem produzidos por cada editora.

Enquanto isso o professor precisa se adequar a essa realidade, reformulando e explorando as possibilidades do ensino com o livro didático de História, recurso didático mais acessível a todos os alunos das escolas públicas. Concordamos com Munakata (2002)

---

<sup>702</sup> VALOR ECONÔMICO. Editoras menores vendem mais ao governo federal. *Jornal Valor Econômico*, p. B5, 17 out. 2006a.

<sup>703</sup> FERNANDES, Magda Carvalho. O acesso ao livro didático de História no Programa Nacional do Livro Didático, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2008. in: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013. v. 1. p. 1.

<sup>704</sup> quando advoga que: “No limite, não é impossível que a partir de um livro considerado ruim o professor consiga desenvolver uma excelente aula” (MUNAKATA, 2002 p. 92).

Em suma, o processo de escolha do livro didático de História merece ser melhor analisado, acima de tudo porque nos remete a contextos específicos diferenciados e com pluralidade da realidade das práticas do exercício profissional. Essas análises preliminares nortearão o próximo passo da pesquisa de mestrado, na tentativa de uma análise mais aprofundada como merece a questão.

---

<sup>704</sup> MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação de professor são compatíveis: In: MARFAN, Marilda Almeida (Org.) *Anais do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores*: Brasília: MEC, SEF, 2002.

# **Imprensa operária e educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)**

**Renata Garcia Campos Duarte**

Doutoranda em História da Educação (Fae-UFMG)

[renatagcd@yahoo.com.br](mailto:renatagcd@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O texto é proveniente de pesquisa inicial de doutorado em História da Educação. Apresenta como objetivo central compreender os debates sobre educação a partir de análise da imprensa produzida por associações operárias de Belo Horizonte, desde a inauguração da nova capital de Minas Gerais em 1897 até o ano de 1930, a fim de compreender como a imprensa operária contribuiu para o debate acerca do educar-se dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; imprensa; movimento operário; Belo Horizonte; Primeira República.

O presente texto objetiva apresentar o projeto de pesquisa de doutorado “Imprensa Operária e Educação: um estudo sobre educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)”, ainda em fase inicial, cuja proposta fundamental é investigar os debates sobre educação operária, compreendidos nos impressos, em Belo Horizonte, desde a inauguração da nova capital, em 1897, até o ano 1930, momento em que chegou ao fim a Primeira República e se iniciou um novo período político no Brasil.

A pesquisa, além de depreender de modo geral o movimento operário em Belo Horizonte, apresenta como problema central perceber a partir da imprensa operária – jornais *O Labor*, *O Confederal*, *O Operário*, e revistas da Associação Beneficente Tipográfica – quais eram os debates e as tensões concernentes a educação de trabalhadores, compreendendo educação não somente no sentido estrito escolar, mas de que modo ela ocorria fora dos muros das escolas.

Parte-se do pressuposto que a escola não é o único espaço privilegiado para estabelecer práticas educativas. Desse modo, a partir de práticas sociais e nas relações entre os pares, havia possibilidade de ocorrência de processos educativos. Nesse sentido, Faria Filho assevera que educação não ocorre exclusivamente em determinados espaços escolares, como em escolas, e acrescenta:

A respeito dos *espaços escolares*, uma primeira dimensão que temos observado é que o espaço educa. Não apenas acontece educação dentro de um espaço determinado, o escolar, mas também este, em sua projeção física e simbólica, cumpre uma função educativa fundamental.<sup>705</sup>

Conforme Pallares-Burke, não compete a escola o monopólio da educação, apesar de frequente entendimento de escola e educação enquanto termos sinônimos. Outras agências diversificadas e informais, como jornais e revistas, participaram (e participam) do processo educacional e “podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas”.<sup>706</sup>

Para a realização da pesquisa foram selecionadas quatro associações operárias que conseguiram efetivamente levar a cabo o propósito de manutenção de periódicos para os seus sócios, as quais: Associação Beneficente Tipográfica (revistas da Associação Beneficente Tipográfica), Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas (jornal *O Confederal*), Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas (jornal *O Labor*), e Confederação Católica do Trabalho (jornal *O Operário*).

O período histórico da pesquisa é marcado pelo processo de construção da nova capital de Minas Gerais. Em 1893, o Congresso Mineiro, reunido em Sabará, decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais, que até esse momento se localizava na cidade de Ouro Preto. Os argumentos para essa alteração foram os mais distintos: desde a inadequação geográfica da antiga capital, até a necessidade de ajustamento ao novo regime político nacional, visto que Ouro Preto era símbolo do “escravismo, [d]o antigo Império, [...] uma

---

705 FARIA FILHO, Luciano M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thais. (Orgs.) *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 86.

706 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998. p. 145.



cidade do atraso [...]”.<sup>707</sup> Várias cidades foram indicadas, e após intensos debates e acirradas disputas, o Congresso Mineiro optou pelo Curral del-Rei, futura Belo Horizonte.

Em fevereiro de 1894 foi instituída a Comissão Construtora da Nova Capital, que imediatamente, no mês seguinte à sua criação, deu início as obras da nova capital. E em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas. Somente com a Lei 302, de 11 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Foi necessário para a construção dessa nova cidade mão de obra hábil e suficiente, donde percebemos a importância dos operários, muitos dos quais, migrantes de outras regiões de Minas Gerais, do país e de demais nações. A crise cafeeira foi responsável por disponibilizar um contingente de mão de obra que migrou de áreas em decadência econômica para locais mais promissores, em desenvolvimento, como era o caso de Belo Horizonte.

Os imigrantes europeus foram importantes elementos para o povoamento da nova capital, que residiam em núcleos coloniais agrícolas (próximos da área urbana), abastecendo a cidade de mercadorias e mão de obra. Veriano menciona que:

[...] o Estado de Minas, procurando intensificar o povoamento da nova capital, começou a criar o sistema de núcleos coloniais agrícolas, urbanos e rurais, dando origem inclusive aos primeiros bairros da *Cidade de Minas*.<sup>708</sup>

Para melhor compreensão do sistema de criação dos núcleos, cabe dizer do planejamento da cidade, que tinha a Avenida do Contorno como limite urbano e sanitário, a qual separava o centro da periferia, a elite das classes trabalhadoras, sendo o trabalhador um morador/ocupante: residia além do perímetro urbano, todavia era a mão de obra empregada nas obras da capital. Veriano afirma que “o trabalhador de Belo Horizonte é, ao mesmo tempo, seu construtor e morador/ocupante, portanto um segmento temporário no decorrer do desenvolvimento da cidade, na visão do poder público”.<sup>709</sup> Na mesma

---

707 VERIANO, Carlos. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2001, p. 58.

708 VERIANO. *Belo Horizonte*, p. 63.

709 VERIANO. *Belo Horizonte*, p. 74.

perspectiva, Eliana Dutra descreve que à população trabalhadora de Belo Horizonte não era possível a fixação dentro da área urbana da cidade:

A população trabalhadora de Belo Horizonte [...] não podia se fixar na zona urbana da cidade uma vez que o planejamento da cidade tornava esse fato impossível. Além do preço dos lotes ser bastante elevado, as exigências feitas aos que os adquirissem oneravam ainda mais o comprador que deveria ter boas condições financeiras para fazê-lo, o que não possuíam, é claro, os imigrantes e migrantes aqui chegados.<sup>710</sup>

É a partir da lógica da construção da nova cidade e da necessidade de mão de obra que entendo a organização do operariado em associações com as mais diversas finalidades: socorro mútuo, cooperativas, sindicatos, associações de classe etc. Destaco no interior desse movimento operário, quatro representativas organizações: a Associação Beneficente Tipográfica, fundada pelos tipógrafos da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 1900; a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, criada em 1905; o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas, que surgiu como resolução do Primeiro Congresso Operário Mineiro, no ano de 1907; e a Confederação Católica do Trabalho, criada em 1919 e fundamentada na doutrina social da Igreja. Essas associações, com suas publicações, contribuíram para formar e informar os operários de Belo Horizonte.

Durante a pesquisa de mestrado, ao estudar a Associação Beneficente Tipográfica, entrei em contato com vários periódicos da imprensa operária belo-horizontina. Instiguei-me a quantidade de textos sobre profissões, novas técnicas, instrução operária, e demais artigos que extrapolavam o simples conhecimento de acontecimentos cotidianos. Observei, a partir disso, que com essas publicações a imprensa ia além, pretendia constituir um operário mais esclarecido, possivelmente vislumbrando a melhoria das condições materiais daqueles e, quem sabe, a transformação de certas questões sociais.

Interessei-me em perceber como se davam as tensões explicitadas naqueles impressos, as experiências dos trabalhadores, o modo como a imprensa atuava enquanto força ativa – já que ao mesmo tempo em que informava era agente dos acontecimentos que relatava, ou seja, os impressos interferiam nos acontecimentos que narravam.

---

710 DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988, p. 56-57.

A partir de levantamento bibliográfico, percebi a escassez de estudos sobre o movimento operário de Belo Horizonte na Primeira República. São ainda mais raros os que relacionam trabalho, imprensa e educação, tal como proponho na pesquisa de doutorado.

A imprensa era uma forma simples e acessível a todos os trabalhadores. Ao lerem artigos sobre a política nacional ou internacional, as experiências de operários em outros locais, novas tecnologias e aperfeiçoamento das profissões, a criação de escolas noturnas, legislações e outros conhecimentos práticos do cotidiano do trabalhador, só para citar alguns dos assuntos dispersos nas páginas dos jornais das associações, os operários apropriavam-se de uma infinidade de questões.

Jornais operários começaram a aparecer em Belo Horizonte no ano de 1900. Os operários, com a elaboração de jornais, folhetos e revistas adquiriram voz e ao mesmo tempo se infiltraram e passaram a compor e a enriquecer a cultura letrada de Belo Horizonte. Com esses periódicos era possível que as suas reivindicações fossem ouvidas e que se informassem e participassem de acontecimentos, reuniões, acordos, manifestações, festas.

Maciel acrescenta que a imprensa operária, em geral, é utilizada em estudos com a intenção de reconstruir as condições de vida e de trabalho dos operários, bem como os valores e as culturas operárias, a análise de formas de militância política, e a mobilização da classe. Mas a imprensa deve ser compreendida como uma “esfera significativa da luta social”, uma vez que “o domínio da palavra escrita e a possibilidade de divulgá-la por meio de periódicos significavam, para os populares, a conquista de um recurso até então monopolizado por poucos, comprometidos com a manutenção ou recriação do *status quo*”.<sup>711</sup>

O fazer imprensa para os trabalhadores era a possibilidade de mostrarem suas versões e experiências, que eram alternativas às versões hegemônicas. Essa imprensa afirmava sujeitos sociais marginalizados pelo discurso dominante da grande imprensa.

Para Maciel são vários os sentidos de se atuar através da imprensa enquanto prática social importante para os trabalhadores das cidades, tais como “elaborar sentidos para as

---

711 MACIEL, Laura. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. p. 01.

próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público”.<sup>712</sup>

Apreende-se, para além de seu papel informativo, a publicação enquanto constitutiva, agente dos acontecimentos; evidencia alianças, disputas, conflitos, pressões e limites experimentados pelos trabalhadores – e outros grupos – nas relações sociais. Compete ao historiador, no que se refere à imprensa, indagá-la não somente como produto de homens em determinado tempo, mas também como agente do processo social, rica em significados e representações, e considerar o não-dito, o que e por que foi silenciado, o modo como sujeitos compreendiam a sociedade, buscavam espaços e apresentavam projetos alternativos (como os relacionados à educação).

Diante deste quadro sobre a imprensa operária, apesar de constituir um meio de comunicação classificado como de fácil acesso aos trabalhadores, é preciso considerarmos as relações existentes entre alfabetismo/analfabetismo e técnicas de leitura. Naquele tempo, grande parcela dos operários não sabia ler, todavia pressupõe-se que as informações os alcançavam através de rodas de conversas ou da prática de leitura em voz alta.

Chartier, ao apontar a existência de múltiplas técnicas de leituras que ordenam práticas sociais partilhadas por comunidades, nos possibilita explorar territórios alternativos de leituras, como as leituras que ocorriam em voz alta.<sup>713</sup>

O elevado número de analfabetos no Brasil até meados do século XX possibilitou a prática de leitura em voz alta no âmbito público e doméstico. Pallares-Burke menciona que, devido a grande taxa de analfabetismo no século XIX, a prática de leitura em voz alta:

[...] era nessa época muito difundida e valorizada. Vista como manifestação de sociabilidade e atributo de pessoa culta e refinada, como atestam os vários manuais da arte da leitura da época, essa prática favorecia também os que anteriormente haviam ficado à margem do universo da escrita. Na qualidade de ouvintes podiam, pois, participar do mundo das letras e do que era veiculado pela palavra impressa.<sup>714</sup>

Galvão objetivando “(re)construir o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel” nas décadas de 1930 e 1940, em Pernambuco, afirma que “pelo menos

---

712 MACIEL. *O popular na imprensa*, p. 04.

713 CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

714 PALLARES-BURKE. *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*, p. 150.

até as primeiras décadas do século XX, as taxas de analfabetismo chegavam a quase 70% da população com mais de 15 anos do país e eram muito baixos os índices de escolarização”.<sup>715</sup>

Os folhetos de cordel eram, por isso, normalmente lidos em voz alta e ouvidos por toda uma coletividade. Isso permitia maior aproximação de pessoas pouco ou não alfabetizadas com o mundo da escrita, sendo a oralidade uma prática importante e que, às vezes, contribuía inclusive para que alguns envolvidos pudessem aprender a ler.

[...] o fato de os folhetos serem lidos predominantemente de maneira coletiva e estarem, direta ou indiretamente, inseridos em uma rede de tradição oral – representada pelos contos populares e pelas cantorias – tornava-os mais próximos daqueles que apresentavam pouca intimidade com o mundo da escrita.<sup>716</sup>

Mesmo entre sujeitos pouco escolarizados e com recorrência de práticas de oralidade, “práticas de letramento eram vivenciadas, independentemente da escola, dos intelectuais, dos movimentos sociais organizados”.<sup>717</sup>

A educação do modo tradicional, governamental e aliada aos interesses dominantes das elites nacionais, era alienante porque pretendia formar um trabalhador eficiente e disciplinado, e ao mesmo tempo, um cidadão acrítico, passivo. Por outro lado, consoante Faria Filho, o alfabetismo era afirmado como meio de distinção em sociedade, o que trouxe como consequência o entendimento da existência de sujeitos (sem acesso à escolarização) julgados como ignorantes pelo analfabetismo.<sup>718</sup>

Alguns grupos de trabalhadores, insatisfeitos com essa educação considerada tradicional, foram responsáveis por introduzir alternativas, “modelos escolares não institucionalizados, como as propostas pedagógicas socialistas e anarquistas, as escolas

---

715 GALVÃO, Ana Maria. Oralidade, memória e a mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização – o caso do cordel (1930-1950). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 115-142, dez. 2002. p. 116-117.

716 GALVÃO. *Oralidade, memória e a mediação do outro*, p. 123.

717 GALVÃO. *Oralidade, memória e a mediação do outro*, p. 137.

718 FARIA FILHO, Luciano M. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: GALVÃO, Ana Maria; BATISTA, Antônio Augusto. (Orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 143-164.

racionais, livres, que pretendiam oferecer aos filhos dos trabalhadores uma educação liberta das influências religiosas e burguesas”.<sup>719</sup>

Leonardi relata que foram várias as experiências e iniciativas de dirigências operárias voltadas à educação, vinculadas, principalmente, à política cultural defendida pelos anarquistas.

Numa época em que o Estado e a burguesia eram negligentes em relação à questão do ensino e da educação de um país iletrado como o Brasil, o movimento anarquista acreditava ser possível, no interior da sociedade capitalista, a criação de núcleos imunes a ideologia dominante.<sup>720</sup>

Predominava nos meios libertários a concepção e luta por “escolas livres”, com a defesa de um ensino eminentemente laico. Essas propostas, no entanto, teriam fracassado “prezas à crença na possibilidade de uma emancipação cultural e ideológica no interior da sociedade burguesa”.<sup>721</sup>

As tensões e debates sobre educação que apareceram nos periódicos operários belo-horizontinos serão analisadas à luz de ideias e pensamentos advindos da História Social e, principalmente, a partir das contribuições de Thompson para esse campo de conhecimento.

Fundamentado em seu conceito de “experiência” – experiências que são comuns, herdadas ou partilhadas por um grupo em oposição a outro grupo com interesses adversos – Thompson explora o conceito de “classe trabalhadora” – não como categoria ou estrutura, mas como um fenômeno histórico determinado que acontece nas relações humanas – e “consciência de classe”, este não determinado porque desponta de forma distinta em diferentes tempos e lugares.<sup>722</sup>

Thompson, apoiado na sua experiência enquanto professor de turma de adultos – e a essencial experiência que esses estudantes trazem para a relação de ensino-aprendizagem, capaz até de alterar o processo educacional – empenha-se na relação dialética existente

---

719 FERREIRA, Valdelice. *Movimento Operário e a Educação na Imprensa Sorocabana na Primeira República*. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2009, p. 46.

720 LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, p. 258.

721 LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, p. 259.

722 THOMPSON, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1.

entre cultura erudita e cultura popular ou, em outros termos, entre educação e experiência, analisando-a desde o século XVIII, primordialmente na Inglaterra.

A elaboração de seu pensamento concentra-se na existência de um profundo distanciamento entre a cultura erudita (refinada ou letrada) e a cultura popular.

Considera o paternalismo realista como grande arcabouço cultural inglês do século XVIII, o qual atrelava cultura às classes sociais e:

[...] presumia uma diferença qualitativa essencial entre a validade da experiência educada – cultura refinada – e a cultura dos pobres. A cultura de um homem, exatamente como seu prestígio social, era calculada de acordo com a hierarquia de sua classe.<sup>723</sup>

Sob influência da Revolução Francesa e das reivindicações de “igualdade”, a partir da década de 1790, verificou-se, na Inglaterra, o que Thompson denomina “subordinação cultural”, que era o domínio da cultura refinada em relação a cultura dos pobres. Destacam-se, nesse contexto, Thelwall e Wordsworth, intelectuais que passaram a se relacionar de modo diferenciado com a classe trabalhadora. Apesar de pertencerem a uma elite cultural, esses sujeitos se aproximaram da cultura popular, valorizando, no caso de Wordsworth, “o sentimento real e a consciência justa”, condenando a frivolidade e a vulgaridade dos educados”.<sup>724</sup> Segundo Thompson, Wordsworth fechou “[...] a distância entre ele próprio e o homem comum, alinhou-se *com* o homem comum em sensibilidade e abriu uma distância entre eles dois e a cultura refinada”.<sup>725</sup>

A igualdade do valor do homem comum, que Wordsworth afirma, repousa em atributos morais e espirituais, desenvolvidos através de experiências no trabalho, no sofrimento e de relações humanas básicas. Baseia-se muito menos em atributos racionais e ele confia muito pouco na educação formal que poderia inibir ou desviar o crescimento calcado na experiência.<sup>726</sup>

A despeito de Wordsworth e seus pensamentos, essa não era a ideia que representava as classes abastadas do período “[...] pois o outro grande impulso que se

---

723 THOMPSON, Edward. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 17.

724 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 21.

725 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 24.

726 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 25.



origina nessa época e que se prolonga até o século XX vai ser encontrado naquele conjunto de reações provocadas pelo medo potencial revolucionário da gente comum”.<sup>727</sup>

Essa “cultura subordinada” que percebia os populares como potencial ameaça revolucionária, apresentava postura educacional “manipulativa empobrecida, malévola e angustiada”.<sup>728</sup> Todavia, de acordo com Thompson, “essa histeria cedeu conforme morria a ameaça de invasão francesa, mas reações mais gerais permaneceram”.<sup>729</sup>

Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo anda hoje.<sup>730</sup>

Isto posto, a tese fundamental de Thompson é a de que educação (associada a cultura erudita) e experiência (associada a cultura popular, herdada e partilhada socialmente) caminhavam em direções opostas.

As atitudes em relação à classe social, à cultura popular e à educação tornaram-se “estabelecidas” no período que se seguiu à Revolução Francesa. Durante um século ou mais, a maior parte dos educadores da classe média não conseguia distinguir o trabalho educacional do controle social, e isso impunha com demasiada frequência uma repressão à validade da experiência da vida dos alunos ou sua própria negação, tal como a que se expressava em dialetos incultos ou nas formas culturais tradicionais. O resultado foi que a educação e a experiência herdadas se opunham uma à outra.<sup>731</sup>

Nesse sentido, Bertucci, Faria Filho e Taborda, em livro que dimensiona a importância do pensamento de Thompson para os estudos em História da Educação no Brasil, reforçam a sua tese principal: para as elites letradas “as culturas dos pobres e do aprendizado *na e pela* experiência deveriam ser abandonadas a favor das racionalizadas e

---

727 \_\_\_\_\_. *Os Românticos*, p. 25

728 \_\_\_\_\_. *Os Românticos*, p. 25.

729 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 28.

730 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 31.

731 THOMPSON. *Os Românticos*, p. 36

racionalizadoras culturas escolares”.<sup>732</sup> As instituições escolares enquanto lugares disciplinadores são superestimadas em detrimento de uma cultura popular concatenada à experiência, reputadas pela elite letrada como experiências subalternas, muitas vezes presas a vícios e desordens diversas. Na contramão desse distanciamento entre cultura e experiência, os autores afirmam que ocorre formação em espaços além da escola:

[...] ao alargar a possibilidade de pensar a formação além dos estreitos limites da escola, sem, no entanto, desconsiderar a importância desta, sobretudo nos dois últimos séculos, Thompson nos inspira a retomar uma tradição muito cara ao pensamento social crítico moderno: os sujeitos se constituem, ou seja, se *formam*, se educam, nas mais diversas circunstâncias em que vivem, seja no mundo do trabalho, da família, da comunidade de pares, do lazer, entre muitos outros.<sup>733</sup>

Bertucci, Faria Filho e Taborda evidenciam as tensões entre escolarização (cultura letrada) e tradições e experiências do povo (cultura popular) no contexto brasileiro:

[...] uma história da educação que negligencie a história das tradições e dos costumes que conformam as práticas formativas que tensionam com as práticas escolares estará deixando de lado uma dimensão que diz respeito ao núcleo do processo de escolarização. Se, por um lado, tal história não pode, nostalgicamente, reafirmar a existência de um certo modo, mais puro e autêntico de vida das camadas populares no Brasil, o qual teria sido abandonado ou negligenciado pela escolarização, por outro, não pode deixar de ser uma denúncia contundente do desprezo e do desdém com que a cultura das camadas mais pobres foi, via de regra, tratada por nossas elites, defensoras da escolarização. A irrupção cotidiana das culturas dos pobres no interior da escola demonstra, por outro lado, a incapacidade dos imperativos escolares em silenciar a ação dos sujeitos a quem eles pretendem conformar.<sup>734</sup>

Contrariando uma história de feição sociologizante, estrutural, marcada pela ênfase nos sindicatos e partidos como únicos espaços de luta dos trabalhadores (ortodoxia marxista), Thompson contribuiu por instaurar na historiografia brasileira uma “história vista de baixo”, que busca “interpretar as experiências dos subalternos a partir de suas

---

732 BERTUCCI, Liane; FARIA FILHO, Luciano; TABORDA, Marcus. *Edward P. Thompson: História e formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 47.

733 BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA. *Edward P. Thompson*, p. 11-12.

734 BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA. *Edward P. Thompson*, p. 53-54.

próprias especificidades constituintes”.<sup>735</sup> Ainda assim, conforme Bertucci, Faria Filho e Taborda (2010), apesar de sua atestada contribuição, os conceitos e obras desse historiador social inglês foram e são pouco utilizadas no âmbito da História da Educação.

É desse modo que pretendo reinserir os sujeitos na História, os operários da cidade de Belo Horizonte na pesquisa, percebendo-os em suas práticas, culturas, experiências, necessidades, interesses e valores no seu *fazer-se* enquanto operários que eram, utilizando-se para isso de conceitos propostos por Thompson em sua lógica histórica, que consiste no processo social dinâmico no qual o historiador propõe questões, promove um diálogo entre conceitos e evidências.

Reconstituir, explicar, compreender, investigar, narrar: são essas as tarefas do historiador e os objetivos da História citados por Thompson. Encargos nada fáceis, mas intrínsecos à construção da História, o seu ir e vir no movimento, muitas vezes necessário, de retrospecto e prospecção.

Assim sendo, buscarei a partir da leitura e análise dos periódicos das citadas associações compreender não somente o movimento operário, mas, principalmente, como a imprensa operária favoreceu debates a respeito de formas e alternativas educacionais que abrangiam operários ao longo da Primeira República em Belo Horizonte. E, é claro, contribuir com mais um estudo sobre os operários, suas experiências e representações.

---

735 SCHUELLER, Alessandra; MAC CORD, Marcelo. História Social e História da Educação – As contribuições de Edward Thompson. In: MESQUITA, Ilka; CARVALHO, Rosana; FARIA FILHO, Luciano (Orgs.) *Nas dobras de Clío: História Social e História da Educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 68.

# História, cinema e ensino: uma abordagem para a Educação Básica

**Luciana Lourenço de Souza**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

[luciana\\_loureno@yahoo.com.br](mailto:luciana_loureno@yahoo.com.br)

**Rúbia Carla dos Santos Dias**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

[rubia.carlasd@gmail.com](mailto:rubia.carlasd@gmail.com)

**RESUMO:** O objetivo da nossa apresentação é compartilhar as experiências docentes realizadas na Escola Estadual Pedro II durante o último semestre de 2014. As aulas foram ministradas para alunos do 6º ano do ensino fundamental com o auxílio e orientação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Tendo como base o projeto político-pedagógico da escola e os métodos pedagógicos utilizados pelo professor Fernando Rosa, desenvolvemos um programa intitulado “História e Cinema”. O projeto tem como objetivo, inicialmente, introduzir de forma lenta e gradual uma nova concepção do que é cinema e sua relação com a História. Os alunos devem entender o cinema como um documento a ser analisado que possui todo um contexto histórico dotado de intencionalidade no interior de sua produção.

**PALAVRAS-CHAVES:** História, cinema, educação.

## Introdução

O presente artigo se baseia no trabalho desenvolvido na Escola Estadual Pedro II em parceria com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A experiência foi realizada com duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental durante o segundo semestre do ano de 2014. Vale salientar que a realização do projeto somente foi possível mediante as especificidades da escola que permitiram a larga atuação das bolsistas.

## Infraestrutura

A Escola Estadual Pedro II foi fechada em 2007 e reaberta no ano de 2010 completamente reformada. O imóvel, inaugurado em 1926 e tombado pelo patrimônio histórico estadual e municipal obteve novos telhados, paredes, pisos, banheiros e mobiliário, além de adquirir elevadores e rampas de acesso adaptadas para portadores de necessidades especiais, num investimento total de R\$ 3,85 milhões. Todas as salas de aula possuem uma televisão de LCD, um cabo HDMI, além de excelentes carteiras. A escola

conta ainda com uma biblioteca, um refeitório, uma sala de música, um salão nobre, uma sala de estudos reservada aos professores, um salão amplo onde são feitas as atividades esportivas e por fim, um pátio exclusivo para a socialização dos alunos e funcionários da escola. Logo, a instituição de ensino funciona como “A Escola Vitrine” do governo do Estado de Minas Gerais na qual, os altos investimentos foram feitos tanto no que se refere aos projetos educacionais quanto à infraestrutura. Atualmente, a Escola Pedro II é considerada uma das melhores escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Estado. Em contraposição, algumas instituições escolares carecem de reparos básicos na estrutura dos prédios e outras não possuem sequer bibliotecas e recursos audiovisuais. Esta situação revela um total descaso e abandono por parte do poder público estadual.

### **Projeto político pedagógico**

A escola norteia suas atividades nos princípios e fins da educação, estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitando a legislação vigente, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. A partir da compreensão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos humanos, civis e sociais, a escola propõe-se a ser um espaço de vida, onde o aluno passa a desenvolver-se plenamente tendo por princípios essenciais o humanismo; o respeito às diferenças e a liberdade de expressão para a formação do pensamento crítico. Portanto, a instituição possui como base, uma formação humanística e continuada, fazendo com que o aluno perceba o mundo ao seu redor, não privilegiando apenas o acúmulo sistemático de informações.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais. Por isso, a escola promove uma série de projetos que visam ao reconhecimento das diversidades culturais, das diversidades de gênero e respeito ao outro. A direção pedagógica promove uma Ação Educativa em parceria com a comunidade escolar e os pais e responsáveis dos alunos. Durante o ano são feitas reuniões mensais voltadas para discussões acerca do rendimento dos alunos. Por fim, a escola desenvolve políticas de valorização da capacitação do Pessoal Docente e Administrativo por meio de cursos, oficinas pedagógicas, grupos de estudo, reuniões, debates e palestras. Contudo, é

importante ressaltar que todas as atividades são realizadas dentro da carga horária específica para a formação continuada.

### **Perfil do professor**

Recém-formado na modalidade licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, o professor Fernando Rosa estabelece uma linha-didática calcada na utilização dos diversos recursos audiovisuais como músicas, filmes, vídeos, imagens e mapas, estimulando a análise de outras fontes históricas diferentes dos documentos textuais. Através da construção de métodos didáticos inovadores, os objetivos consistem em trabalhar os conceitos primordiais do conhecimento histórico a partir da experiência da realidade vivida. Dentro dos temas estudados, o professor dialoga com alunos e promove debates como “a importância dos movimentos sociais para a conquista de direitos” e questões relacionadas ao feminismo e a homofobia. Essa relação com o estudante é extremamente importante porque constitui um espaço aberto para discussões sobre a realidade e a troca de opiniões. Quanto mais se estabelece uma relação com o cotidiano vivenciado pelos alunos, maior é a facilidade de aprendizagem uma vez que eles conseguem enxergar algum sentido para o estudo daquilo que está sendo proposto.

### **Precursos teóricos**

Atualmente o uso do cinema dentro da sala de aula é recorrente no ensino de história, contudo essa atividade não tem nada de novo na realidade da educação brasileira, muito pelo contrário, os primeiros usos dos recursos cinematográficos remontam as décadas de 1920 e 1930. Usualmente a linguagem cinematográfica, sempre relacionada a ilustração de algum lugar ou paisagem, era sujeita a uma variedade de inapropriações e exceções, para os educadores da época os filmes “além de não servirem, pela grande metragem, a utilização propriamente escolar, são quase sempre inçados de anacronismos, de suposições infundadas, quando não de erros”<sup>736</sup>. Contudo uma virada nessa perspectiva ocorrerá a partir da década de setenta, momento o qual o cinema será considerado um objeto da nova história e passível de novas abordagens e problematizações. No que se refere à relação entre História e Cinema, destacamos essencialmente a obra intitulada “Cinema e História”<sup>737</sup> do historiador francês Marc Ferro, responsável por revolucionar a historiografia acerca dos estudos cinematográficos do século XX. Desta forma, o livro

<sup>736</sup> SERRANO, Jonathas. *Como se ensina História*. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

<sup>737</sup> FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

constitui-se como leitura obrigatória para qualquer pesquisador que trate do assunto. Ferro analisa os filmes enquanto fonte e agente da História, contribuindo para a incorporação do cinema como “novo objeto” do fazer histórico característico da Nova História. Inicialmente, o historiador discorre sobre o cinema enquanto agente efetivo da História. Com os avanços tecnológicos decorrentes da Segunda Revolução Industrial e da eclosão da Primeira Guerra Mundial, o cinema foi potencialmente utilizado como arma de propaganda política, em torno de uma tomada de consciência social manipulada por diferentes instituições. Segundo Ferro as produções cinematográficas devem ser entendidas dentro do contexto histórico de produção, do regime político vigente e da sociedade em questão, analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo.

No Brasil essas mudanças vão ser institucionalizadas a partir da constituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, que apesar de ainda estarem ligados a proposta tradicional do uso de tal linguagem - quando propõem que o professor analise se os cenários, figurinos e diálogos são verídicos - estão muito mais ligados as propostas de análises provenientes de Marc Ferro na medida que defendem que “o esforço do professor pode ser no sentido de mostrar que, à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentido e verdades plurais”<sup>738</sup>.

### **Sequência didática e do uso de fontes**

O trabalho realizado na Escola Estadual Pedro II visava formar sujeitos com visões críticas acerca das produções cinematográficas que se dizem históricas. Não é uma questão de desconstruir a narrativa dos filmes, mostrar como todas essas produções são falsas, ou anacrônicas, e não procedem se analisadas de forma rígida e sistemática. Muito mais do que isso, nosso ideal era que os alunos entendessem que o filme é também uma reconstrução, sempre marcado por intenções de quem os produziu, pela necessidade de se inserir no mercado e conseguir uma boa bilheteria. Além disso nos esforçamos em ser justas com o caráter ilustrativo dos filmes, buscamos mostrar que as reconstruções dos cenários, os figurinos e alguns problemas levantados durante a narrativa podem ilustrar, sem dúvida, fragmentos de um cotidiano a qual não temos mais acesso.

---

<sup>738</sup> BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. (5º a 8º séries). História. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf)>. Acesso em: 26mar. 2014.



Para alcançarmos tais objetivos não optamos por fazer uma aula sobre a relação entre história e cinema e suas várias problemáticas, mas preferimos construir uma sequência didática (SD) de dois meses, na qual os assuntos seriam abordados gradativamente. Atualmente as sequências didáticas são amplamente usadas para a alfabetização de crianças, contudo se pensarmos que a SD é um conjunto sequencial de atividades que “visa trabalhar um conteúdo específico, um tema ou um gênero textual da exploração inicial até a formação de um conceito, uma ideia, uma elaboração prática, uma produção escrita”<sup>739</sup> podemos aplicá-la para qualquer área de conhecimento. Antes de mais nada vale ressaltar que foi nos dado espaço de atuação suficiente pelo professor efetivo das turmas, ele permitiu que um cronograma de temas e atividades fosse elaborado em conjunto e não apenas disponibilizou uma quantidade de aulas para nosso projeto. A partir do assentimento do Professor Fernando Rosa nos preocupamos em elaborar uma cronologia de atividades e conteúdo que fosse atrativa para a faixa etária dos alunos, entre 10 e 12 anos de idade. Procuramos fazer uma mescla entre aulas expositivas, filmes e atividades lúdicas e debates, sempre valorizando a dinâmica e a interação nas aulas.

Uma vez que o conteúdo pragmático era Roma Antiga, fizemos uma repartição geral do tema pautada na própria divisão política da história romana: Realeza Romana, República Romana e Império Romano. Isso não significa que as aulas se resumiram ao conteúdo político, por outro lado dentro de cada tópico geral foi destacada aspectos como sociedade, cultura e lazer e muitas vezes as relações de permanência entre os grandes cortes temáticos foram mais acentuadas do que as mudanças. Os filmes foram sendo expostos desde as primeiras aulas, começando com o filme **Rômulo e Remo**<sup>740</sup> durante as aulas sobre as possíveis origens de Roma, no qual a origem mitológica da cidade foi contrastada com uma versão científica e apenas depois o filme foi exposto. Após o término do filme procuramos saber se os alunos tinham notado alguma diferença entre a história que havíamos lhes contado e a apresentada no filme. O objetivo dessa simples indagação era mostrar que as histórias podem ser variadas, que nem o filme, nem a história oficial ou a

---

<sup>739</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : alfabetização em foco : projetos didáticos e sequências didáticas em diálogo com os diferentes componentes curriculares : ano 03, unidade 06 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.

<sup>740</sup> RÔMULO E REMO. Direção: Sergio Corbucci. Roteiro: Sergio Corbucci, Adriano Bolzoni, Ennio de Concini, Sergio Leone, Luciano Martino, Duccio Tessari, Sergio Prosperi e Franco Rossetti. Itália, 1961. 108 min. Legenda, cor.

que contamos para eles são completamente verídicas, que faltam dados e documentos para que os historiadores possam saber qual foi a origem da cidade e além do mais, mesmo que existisse muitos documentos ninguém teria certeza dos fatos, uma vez que não temos mais acesso ao passado, mas apenas podemos interpreta-lo a partir dos vestígios deixados pelas pessoas.

Em conjunto com os filmes utilizamos fontes como mapas, desenhos, maquetes digitais, gráficos, pinturas e fotografias. A ideia era relacionar várias fontes com as aulas para que ao final os alunos tivessem experimentando um aprendizado mais global. Foi preciso mostrar no mapa onde se situa Roma e como no começo era apenas uma pequena cidade, um pontinho no mapa, e com alguns séculos de história ela passou a ocupar um vasto território, para depois estudar a fundação e a expansão dela. A relação mais direta entre o uso das diversas fontes ficará mais clara a partir dos exemplos de aulas que extraímos de nossa experiência. O mais importante para essa parte é entender que não foi ministrada uma aula de problematização dos usos do cinema e sua relação com a disciplina história, mas sim, como no caso exemplificado do filme Rômulo e Remo, através de uma aula diversificada fazer com que os alunos desenvolvam um senso crítico acerca do que veem, escutam e leem.

### **Aníbal, O Conquistador/ Aníbal, O Pior Pesadelo de Roma**

A partir da temática das Guerras Púnicas, buscamos trabalhar com os alunos trechos de dois filmes que representavam a ascensão e as estratégias de guerra do líder militar cartaginense Aníbal. O objetivo desta abordagem era trazer para a realidade dos alunos dois filmes que representam de forma diferente um mesmo evento histórico. Dessa forma, pensar o cinema como documento, portador de intencionalidades e objetivos que busca construir um discurso sobre determinado momento da história.

**Aníbal, O Conquistador**<sup>741</sup> é um filme italiano produzido em 1959 dentro do movimento de vanguarda neorealista que surgiu após o fim da Segunda Grande Guerra. A proposta do neorealismo italiano é mostrar cenas reais a partir de imagens do cotidiano, com filmes de baixo orçamento, sem utilizar efeitos especiais e sem atores profissionais. O General Aníbal neste filme é representado mais próximo de um homem comum. Por outro

---

<sup>741</sup> Aníbal, O Conquistador. Direção: Edgar G. Ulmer, Carlo Ludovico Bragaglia. Itália, 1959. 103 min. Legenda, cor.

lado, em **Aníbal, O pior pesadelo de Roma**<sup>742</sup>, documentário da BBC produzido em 2006, as cenas trazem grandes batalhas, efeitos especiais e exaltam exageradamente o ódio de Aníbal contra os romanos. A partir de uma produção de alto custo, o documentário trata o mesmo evento histórico representando a figura do Aníbal como um homem poderoso. Dentro do objetivo, outra questão trabalhada foi a problematização da noção do gênero documentário enquanto retrato da realidade.

### **Gladiador, 2000**

Outro filme escolhido para compor o repertório de nosso projeto foi o **Gladiador**<sup>743</sup>, dirigido por Ridley Scott. O longa com quase três horas de duração conta a história de um general romano, o qual se torna escravo e posteriormente um gladiador devido a uma conspiração que envolvia o cargo de imperador. O filme é considerado por muitos como extremamente anacrônico e sem contribuição efetiva para a sala de aula. Um ponto que tais críticas deixam passar despercebido é que muitos dos ditos anacronismos são intencionais, por exemplo, na época retratada pelo filme o Coliseu era chamado de Anfiteatro Flaviano, apesar disso o diretor opta por deixar o nome que a maioria das pessoas já estão habituadas, invocar tal o nome pode ser entendido como uma maneira de situar melhor o espectador e não de aliená-lo. Os alunos sabiam muito bem o que era o Coliseu, mas falar em Anfiteatro Flaviano seria minimamente estranho para eles. Isso significa que os anacronismos contidos nos filmes nem sempre são prejudiciais e em não raras vezes são um ótimo ponto de partida para debates amplos. Todavia não é esse o ponto principal de nosso trabalho, o que tentamos abordar com a produção de Scott é a maneira como os gladiadores eram retratados e como a distribuição do pão durante uma das lutas abre portas para um debate acerca do alcance da famosa política do Pão e Circo.

Devido à grande duração do longa-metragem foi necessário que o filme fosse editado e perdesse parte de sua narrativa original. O recurso de edição, apesar de ser destrutivo por um lado, é bastante benéfico na medida em que direciona o olhar dos alunos para os pontos que o professor pretende trabalhar. Priorizar os pontos-chaves do filme em detrimento de partes dispensáveis significa colocar a narrativa do professor sobreposta à do diretor, criar mais uma temporalidade a história projetada. Ao editar o **Gladiador** demos

---

<sup>742</sup> Aníbal, O pior pesadelo de Roma. Direção: BBC de Londres. Inglaterra, 2006. 90 min. Legenda, cor.

<sup>743</sup> GLADIADOR. Direção: Ridley Scott. Produção: Douglas Wick, David Franzoni e Branko Lustig. Estados Unidos e Reino Unido, 2000. 155 min. Dublado, cor. Distribuição DreamWorks e Universal Studios.

destaques aos momentos em que os gladiadores apareciam como objetos sociais pertencentes a um jogo de interesses muito mais amplo que a própria arena, por outro lado, as cenas de reflexão pessoal e flashbacks dos personagens foram deixadas para outra oportunidade de apreciação e entretenimento.

Uma vez que o filme foi reduzido a uma duração condizente com a realidade escolar de cinquenta minutos por aula, os próximos passos foram a execução da aula; do filme e por último da atividade reflexiva. Começamos por uma aula expositiva e interativa acerca de como eram os gladiadores e quais eram os papéis desses na sociedade romana. É importante salientar que dialogar a respeito deste tema significa entender alguns importantes aspectos do sistema escravocrata romano, a relação do esporte com a política e também voltar às origens de Roma, quando o gosto pelos gladiadores foi herdado da cultura etrusca destacando uma das muitas continuidades na história romana. Esses pontos em conexão com o treinamento, a alimentação e a fisionomia dos lutadores foram explorados durante a aula juntamente com o uso de desenhos da época e imagens ilustrativas. Após a inserção dos alunos no tema e a colocação de algumas questões a serem pensadas durante o longa-metragem foi dado início a exibição deste. No mais a experiência dos alunos não foi interrompida.

Após o término do filme uma atividade foi proposta. O primeiro ponto ressaltado era a diferença entre os gladiadores do cinema e aqueles desenhados em murais na época. Com uma série de perguntas e duas imagens, um frame do filme e um dos desenhos dos gladiadores original da época, foi proposto que os estudantes identificassem a intenção dos produtores em priorizar que os principais lutadores fossem belos atores. A segunda questão relacionava um pequeno texto com o filme e as últimas aulas a respeito da política Pão e Circo. No trecho do texto o autor debatia até que ponto essa política pode ser entendida como realmente efetiva, uma vez que não eram todos os habitantes da capital do império que participavam dela. Em diálogo com essa teoria algumas cenas do filme mostravam uma distribuição de pão dentro do Coliseu, ficava claro nesse momento que apenas algumas pessoas conseguiam pegar a comida. Além dessas duas abordagens os alunos tiveram algumas aulas sobre o tema, o que possibilitou uma maior capacidade de absorção da proposta e desenvolvimento das questões.

### **Asterix e Obelix Contra César, 1999**

A última análise cinematográfica realizada em sala de aula foi referente ao filme **Asterix e Obelix Contra César**<sup>744</sup>, dirigido por Claude Zidi. Em relação aos demais filmes trabalhados, esse possui uma característica que o diferencia: o gênero comédia. Usar um filme cômico na educação é vantajoso na medida em que a aula e as atividades se tornam mais descontraídas. Além do mais os exageros típicos desse gênero acentuam pontos a serem trabalhados que poderiam passar despercebidos. Contudo é importante que os alunos identifiquem que esse tipo de filme tem uma proposta específica, visa causar risos, ser engraçado e usar recursos como a fantasia para melhor entreter.

O trabalho com Asterix e Obelix teve início com um levantamento de conhecimentos prévios sobre o que eles achavam que eram os bárbaros que habitavam ao redor do Império Romano e depois foram os ditos culpados pela queda deste. As respostas seguiram o mesmo padrão: são pessoas selvagens que rugem, violentos, só comem carne, entre outras. A partir de então começamos um diálogo a respeito de quem eram esses povos, quais nomes eram dados a eles, falamos também que na concepção dos romanos todos que não habitam o império eram tidos como tais, o que envolvia civilizações milenares como a China. Tentamos falar que essa visão negativa dos povos que habitavam os arredores de Roma foi acentuada pelo trabalho tanto de alguns historiadores como de muitos cineastas que exploram apenas essas características rudimentares ao tratarem dessas pessoas.

Após uma pequena introdução ao tema exibimos o longa-metragem de Zidi. Antes da exibição pedimos que os alunos observassem duas coisas: como os gauleses, representando os bárbaros, eram retratados em contraste com os romanos e qual seria uma característica positiva em relação a aldeia de Asterix e Obelix que eles poderiam notar. Como as questões trabalhadas eram relacionadas a representação o filme não foi exposto até o final. Uma vez terminado de ver uma longa parte da história, os alunos receberam uma atividade, a ser feita em casa, que pedia exatamente as relações destacadas acima. A aula parece ser bem simples e é esse o objetivo, nem sempre é necessário elaborar um conjunto complexo de atividades e diálogos para trabalhar um tema em específico. Uma simples conversa e uma ilustração do ponto que estava sendo criticado ajudou os alunos a compreender que as sociedades ditas barbas são tidas dessa forma por causa do empenho

---

<sup>744</sup> ASTERIX E OBELIX CONTRA CÉSAR. Direção: Claude Zidi. Produção: Claude Berri. França e Dinamarca, 1999. 106 min. Dublado, cor.

de outras pessoas em construir uma identidade negativa delas. Entretanto não podemos negligenciar que o filme atentou para um fator positivo e importante: os gauleses não desistiram de sua liberdade, eles lutaram contra os romanos, o que remonta à resistência a dominação de Roma.

## Enunciados históricos sobre a Conjura Mineira na história e no ensino de história (1843-1897)

Geisiane Anatólia Gomes  
Graduanda em História  
UFOP/ICHS

[geisiane\\_gomes@hotmail.com](mailto:geisiane_gomes@hotmail.com)

Helenice Afonso de Oliveira  
Graduanda em História  
UFOP/ICHS

[heleniceoliv@yahoo.com.br](mailto:heleniceoliv@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Esse texto se propõe a revelar múltiplas narrativas históricas acerca da figura de Tiradentes como herói, as quais se constituíram antes daquela que se tornou a mais tradicional especialmente no ensino de história, com isto perceberemos que esta imagem já fora constituída antes da proclamação da República, diferentemente do que a história da historiografia, inclusive sobre o ensino de história, explicita. Partiremos da leitura de “Lições de Ensino de História”, de Joaquim Manuel de Macedo, da “História Geral do Brasil”, de Francisco de Adolpho Varnhagen e das “Efemérides Mineiras”, de José Pedro Xavier da Veiga, acompanhando e descrevendo, ainda, as suas posições em relação à ligação entre a Conjuração Mineira e a Independência do Brasil (1822). A partir da história dos conceitos tematizaremos conceitos como “Portugal”, “portugueses”, “colonização”, buscando, ao fim, investigar o problema da “distância histórica”.

**PALAVRAS-CHAVES:** Historiografia Brasileira, História do Brasil, Ensino de História, Conjuração Mineira, Distância Histórica.

Antes de nos debruçarmos sobre as narrativas oitocentistas e em parte da historiografia existente acerca da Conjura Mineira, não podemos prescindir de discutir a nomenclatura dada ao movimento, de expectativas de reorganização política e de tomada de poder, ocorrido no último quarto do século XVIII, na atual Minas Gerais, comumente tratado pela denominação de Inconfidência Mineira. O termo *inconfidência*, utilizado majoritariamente, se apresenta reproduzido, acreditamos a partir dos documentos oficiais da Coroa Portuguesa, nos Autos da Devassa, onde o termo é inserido pelo advogado<sup>745</sup> dos réus no intuito de minorar o crime pelo qual estava sendo acusados o alferes Joaquim José da Silva Xavier e os demais conjurados.

---

<sup>745</sup>FOCAS, Júnia. Discurso e Sentido na Inconfidência Mineira. *Conexão Letras*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 2, pp. 104-119. 2006. p. 110.



Preferimos, ao longo de nosso texto, tratar o episódio ocorrido em 1789 como Conjura Mineira, justificando-nos a partir da leitura do vocabulário acrescido aos Autos, quando publicado pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte, em 1976, e principalmente do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1789, de Antonio Moraes e Silva, onde consultamos o significado à época dos verbetes “conjuração”, “conjura”, “inconfidência” e “sublevação”, onde o termo mais próximo de nossa compreensão do ocorrido, “conjura”, significa “movimento que não chegou ao seu fim esperado, não passado da concatenação promissória de um grupo de homens políticos”<sup>746</sup>. É visível que o significado encontrado em Moraes e Silva se apresenta como um contorno natural, quase feito sob medida, do que nos propomos a discutir aqui.

É possível prosseguir com a discussão conceitual abrangendo ainda os termos “levante”, “motim”, “sedição”, “rebelião” e “revolução”, nos livros *A Devasa das Devasas* do historiador britânico Kenneth Maxwell e também no *Manto de Penélope – História, mito e memória da Inconfidência Mineira, 1788-9*, do historiador João Pinto Furtado, que como é perceptível pelo título dado a sua obra, é um dos exemplos do uso do termo inconfidência, juntamente com a maioria dos historiadores que lançamos mãos para o embasamento de nossa pesquisa.

A historiografia sobre a Conjura Mineira dentro do ensino de história, não conta com grande volume, mas tem sua importância e discussão em autores como Thaís Nívea de Lima e Fonseca e de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, além, de forma indireta, focando no conteúdo do ensino de história como um todo, com a autora Selma Rinaldi de Mattos.

A pesquisa em questão foi motivada muito a partir da leitura do terceiro capítulo de *História & Ensino de História*, 2003, *Exaltar a Pátria ou formar o cidadão*, de Thaís Fonseca, onde ela afirma que “até a instalação da República, em 1889, ela [a Conjura Mineira] não aparecia com destaque nos manuais escolares, que ou ignoravam ou minimizavam sua importância”<sup>747</sup>.

---

<sup>746</sup> SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Acesso em junho de 2014. p 448.

<sup>747</sup>FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Exaltar a pátria ou formar o cidadão. In: História & Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Pp. 37-90. p. 74.

Nossa hipótese é, que contrariamente a essa afirmação de Fonseca, existiria sim, antes de 1889, a presença da Conjura Mineira e também da imagem de Tiradentes como mártir, como conteúdo destacado dentro dos materiais didáticos, incluindo aqui, narrativas de referência da história pátria, assim como em manuais específicos para o ensino, pondo em xeque a afirmação de Fonseca. A partir das leituras do “Compêndio de História do Brasil”, 1843, de José Inácio de Abreu e Lima, da “História Geral do Brasil”, de Francisco Adolfo de Varnhagen, nas duas edições, em 1854 e 1876, do manual didático “Lições de História do Brasil”, 1861-3, de Joaquim Manuel de Macedo, e das “Efemérides Mineiras”, 1897, de José Pedro Xavier da Veiga, essa última, como um paralelo entre a representação da Conjura, no período monárquico e no início do período republicano.

Após a leitura inicial das obras anteriores a proclamação da república, foi possível de início perceber que a Conjura Mineira fora sim tratada com destaque, nas obras de Varnhagen e principalmente no texto didático de Manuel de Macedo. Acreditamos que a existência dessa crença de inferioridade do movimento na história nacional no ensino, constatada por Fonseca, tenha se formado a partir apenas da leitura da obra de Abreu e Lima, este sim, tratando com pouco interesse o fato histórico, como nos informa Bandeira de Melo, ao dizer que “o assunto Inconfidência também não deixou de ser considerado no livro didático de J. Inácio de Abreu e Lima, porém nesse autor a matéria mereceu mais do que poucas referências, pois Abreu e Lima entendeu que o mesmo se tratava de ‘quimérico intento’”<sup>748</sup>.

Talvez a ligação de Macedo, com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e da aproximação da sua obra com a de Varnhagen, admitida no prefácio das Lições, tenha feito com que o manual deste tenha sofrido certo repúdio da historiografia do ensino de história, muito ligado a ideia construída por Mattos, onde as edições das Lições são consideradas “em larga medida, as divulgadoras dos princípios e conteúdos fixados por Francisco Adolfo de Varnhagen e sua História Geral do Brasil, publicada em 1854”<sup>749</sup>. Será possível perceber no decorrer de nosso texto que isso se configura em um equívoco. O Compêndio de Abreu e Lima foi utilizado entre 1850 e 1861 no *Imperial Colégio Pedro II*, instituição de

---

<sup>748</sup> MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. A Inconfidência Mineira. In: Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2008. Pp. 139-170. Pp. 140.

<sup>749</sup> MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo. Uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). A História do Ensino de História. Rio de Janeiro: Access, 1998. Pp. 31-41. P.

referência no ensino durante o século XIX, com as Lições de Macedo o sucedendo. Obra essa, reeditada até o início do século XX, caracterizando-se como um conteúdo de referência no ensino não só dentro do Colégio Pedro II, mas como nas escolas de ensino primário.

Joaquim Manuel de Macedo, trata na Lição XVII, em seu texto das Lições de História do Brasil, para os alunos do 7º ano do Imperial Colégio Pedro II, da fracassada sublevação ocorrida nas Minas Gerais, em Vila Rica, hoje Ouro Preto, no ano de 1789. Ele retrocede temporalmente ao ano de 1786 para explicitar as motivações e ações dos participantes da Conjura e chega a 1792, ao fim do processo de Devassa. Cuidando do assunto entre as páginas 215 e 227 do manual. Diferentemente de Macedo, Abreu e Lima, trata do assunto em pouco menos de duas laudas.

Pelo título *Primeiras ideias de Independência do Brasil: Conspiração malograda em Minas Gerais – O Tiradentes (1786-1792)*, Macedo trata a Conjura Mineira sob a égide das movimentações brasileiras, anteriores a 1822, que já demonstravam, mesmo que de forma prematura, ideais independentistas, localizando os envolvidos dentre os homens de vulto do passado do Império do Brasil. Macedo ao fim de sua elaboração, debaixo do julgo monárquico em que se encontrava não deixou de louvar a carta régia de D. Maria I, avó de D. Pedro I, que libertara da pena de morte no patíbulo, pouco antes da sentença ser divulgada, comutando a pena dos acusados. Excluiu-se desse fim imediatamente menos fatal, o desterro, apenas o alferes Silva Xavier, que serviria de exemplo, sendo enforcado, esquartejado e tendo sua cabeça posta em alto poste em Vila Rica até que o fim natural da carne chegasse.

Estendendo como um todo a segunda edição da *História Geral do Brasil*, 1876, Varnhagen trata da Conjura Mineira em vinte e uma páginas, quase o dobro do espaço dado para a discussão da mesma na edição de 1854. Percebe-se entre as edições uma organização que em pouco, mas visivelmente, se distingue pela apresentação de documentos no decorrer do texto. No caso das movimentações de 1789, maior minúcia é dada e os pontos levantados são mais identificados, se tornando singulares dentro do coletivo do episódio. De *Primeira Conjuração em favor da Independência do Brasil* o título da seção passa a ser *Ideias e conluio em favor da Independência em Minas*, o que acreditamos denota uma diminuição, aos olhos de Varnhagen, da importância da mal fadada conjuração para a

constituição do processo de emancipação que teria lugar em 1822, entretanto não diminuindo a importância do fato para o passado da jovem nação.

Macedo e Varnhagen eram como já dissemos sócios efetivos e também ativos do IHGB, próximos de certa forma a Família Real, sendo Macedo, por exemplo, tutor dos netos de D. Pedro II e também professor, nomeado pelo Imperador, da cátedra de História do Brasil, no Imperial Colégio. Historiadores por ofício; sendo Varnhagen, militar e diplomata, e Macedo formado em medicina, eram eles dois daqueles que construiriam através de suas pesquisas e narrativas o passado da nação, recém-emancipada de Portugal. Essas narrativas se impunham a partir da necessidade de um passado comum a toda a pátria, o que legitimaria não só o poder do Imperador perante a população, mas também tornaria o Império Brasileiro distinto de Portugal e, portanto uma nação soberana. Esse papel comum, não deixaria, entretanto de ter nuances distintas.

Saindo dos títulos distintos utilizados por Varnhagen e aprofundando no texto de ambas as edições, a predileção pelo português em relação ao brasileiro está presente, tanto como prova do “patriotismo parcial”<sup>750</sup> de Varnhagen, explicitado por José Carlos Reis, tanto como exemplo explícito do que Thamara de Oliveira Rodrigues, a partir da interlocução feita com Mark Salber Philips e de Reinhard Koselleck caracteriza como “distância histórica”, referindo-se a algo que “não se refere propriamente à preocupação dos relatos estudados com o afastamento (ou aproximação) temporal dos fatos que eles abordam”, mas como o “posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima”<sup>751</sup>. Herança essa, no caso de Varnhagen, ligada a Portugal, muito mais fortemente do que no caso de Macedo. O que veremos a seguir, efetivado em texto, utilizando-nos das representações das imagens de Gonzaga e de Silva Xavier, o Tiradentes, tanto na História Geral de Varnhagen, quanto nas Lições de Macedo.

Na primeira edição da História Geral do Brasil, Varnhagen faz uso de um pequeno espaço em seu texto para por luz sobre Thomas Antonio Gonzaga; espaço superior aos dos

---

<sup>750</sup> REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7): O elogio da colonização portuguesa. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 17, março/1997. Pp. 106-131. P. 115.

<sup>751</sup> RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em História, 2014. P.93.*

outros envolvidos, excetuando claro ao espaço dado a Tiradentes, dizendo que o desembargador Gonzaga era conhecedor dos caminhos da Conjura, amigo íntimo daqueles que partilhavam dos ideais libertários e ainda cita a ação deste, onde ele se dirige a Fazenda de Cachoeira, onde se encontrava o governador, o Visconde de Barbacena, assim que a derrama fora suspensa, cheio de elogios e de boa lábria a espera que algo fosse dito sobre o conhecimento ou não das expectativas dos conjurados, a qual se incluía de dar continuidade. Entretanto na segunda edição, Varnhagen se reposiciona ao apresentar Gonzaga, antes um conhecedor e aliado da Conjura, em grande e honrado homem, um português, nascido no Porto, zeloso das riquezas da Cora e de seu papel burocrático ligado a ela, que da Conjura nada tinha parte. Inocente em todos os níveis.

Varnhagen, como nos apresenta José Carlos Reis, repreenderia aqueles que por ventura comprometeram um futuro ligado a Portugal e isso chega a fazer com Gonzaga, desconsiderando sua origem lusa em preferência a seu “passo em falso” em relação as suas obrigações. Porém o “patriotismo parcial” de Varnhagen, que atingiria até a Família Real, se não fosse o Imperador descendente da linhagem de Bragança, e da necessidade aparente de uma análise em paralelo entre um colono português e um brasileiro, reconsidera a postura do poeta árcade, asseverando a imagem negativa que fizera de Silva Xavier, nascido em São José Del Rei, atual Tiradentes.

Macedo por sua vez, em suas lições, no volume publicado em 1863, diz que Gonzaga não havia pretendido fazer parte da Conjura, ao mesmo tempo em que se inclina a duvidar disso, pelas relações mantidas entre ele e os demais conjurados:

Pretendeu não ter entrado nela o desembargador Gonzaga, e isso mesmo sustentou em face dos juízes o mal-aventurado Xavier, apesar de ser inimigo pessoal desse magistrado, como declarou, entendem, porém alguns, talvez com fundamento, que ele tinha perfeito conhecimento dos planos dos conjurados, muitos dos quais pensavam em fazê-lo chefe do governo que havia de se estabelecer e não é improvável que o ilustre desembargador e poeta, amigo dedicado de não poucos dos conspiradores, extremamente apaixonado de uma jovem e bela mineira, com que esperava casar, apoiasse com os seus conselhos, embora cautelosos, a causa da pátria, que devia adotar<sup>752</sup>.

---

<sup>752</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. Lição XVII. Lições de História do Brasil para os alunos do 7º ano do Imperial Colégio Pedro II., 1863. p. 215-227.

Sobre Tiradentes, Varnhagen, em ambas as edições, como já havíamos sublinhado, apresenta-o como homem ambicioso, “pobre, sem respeito e louco”<sup>753</sup>, utilizando de uma caracterização feita por Gonzaga sobre o alferes, descrevendo ainda suas muitas tentativas de galgar com espaço na sociedade e riquezas, na tentativa de depreciar Tiradentes a partir de atribuições não menos comuns àqueles que viviam nas Minas setecentistas. Dizendo ainda de sua morte no patíbulo o que conferira a este a imagem de mártir.

Macedo trata Tiradentes como um “conspirador menos importante”<sup>754</sup>, que foi tornado mártir (e herói?) através da sua qualificação como o mais “terrível e atroz dos criminosos”<sup>755</sup> que teve como consequência sua pena distinta dos conjurados, culpados como ele, quando os juízes o impuseram o patíbulo; ele, Tiradentes que se portara com nobreza e não buscara subterfúgios para tornar mais leve a sua culpa, se elevando “acima de todos os seus companheiros com o fulgor da coroa do martírio”<sup>756</sup>.

Só a morte do infeliz Tiradentes é que pode provocar severa censura aos juízes que não souberam apreciar a nobreza desse homem, que nunca trepidou diante deles, nem recorreu a subterfúgios para tornar mais leve a culpa, de que o acusavam, culpa que não era mais grave do que a dos seus companheiros, a quem se trocou a morte por desterro. A alçada lavrando a sua tremenda sentença foi simples órgão das leis que vigoravam; foi, porém iníqua mandando Tiradentes subir ao patíbulo<sup>757</sup>.

Macedo, seguindo caminho distinto do escolhido por Varnhagen, não deprecia a imagem de Tiradentes em contraposição a de Gonzaga, indicando, entre outras coisas uma desconsideração ou até mesmo um aumento da distância entre Portugal e Brasil em relação ao passado revoltoso da nação, nos limites claro, dos laços fraternos mantidos mesmo após 1822 entre as duas nações. Indicando, ainda com isso, um Macedo que não apenas reverbera as conclusões chegadas por Varnhagen em seu manual como acredita Mattos, mas que se impõe não só metodicamente no manual didático que se propõe escrever, mas também de forma crítica e política.

É possível perceber que a imagem heroica do alferes Silva Xavier não estava, antes da Proclamação da República, no ápice de sua relação com o sucesso da nação, pelo menos

---

<sup>753</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. 1854. *Seções VIII e XLVII*. 1ª Edição. 1854. Pp.80-97; 269-282.

<sup>754</sup> MACEDO. Lição XVII. P. 225.

<sup>755</sup> \_\_\_\_\_. Lição XVII. P.225

<sup>756</sup> \_\_\_\_\_. Lição XVII. P.225

<sup>757</sup> \_\_\_\_\_. Lição XVII. P.

nas obras pesquisadas, sendo o “menos importante” entre os conjurados que teve sua imagem estigmatizada quando foi levado a suplício no patíbulo, para dar exemplo ao povo das consequências daqueles que incorriam contra a Coroa Portuguesa. Para Varnhagen o insucesso da Conjura, antes mesmo de vir a se concretizar, foi apenas um ensaio, que a Providência não deixara por fim ao futuro da Nação, Macedo encontra nesse mesmo momento as origens das ideias de independência sem esquecer-se de criticar a possibilidade da implementação de uma suposta república caso fosse vitoriosa as especulações da Conjura Mineira. Mas ambos dão espaço suficiente em suas obras ao ocorrido pelo papel importante que tiveram na construção da pátria que fazia pouco se distinguira de Portugal, isso é inegável.

O “herói nacional” só precisava ser assim nomeado, sua persona distinta já havia sido construída no século XIX, e disso se aproveitaria a República. A proclamação de uma nova forma de governo precisava, tanto quanto o Imperador precisara pós 1822 de legitimação, não deixando de utilizar do passado e dos historiadores para isso e assim foi feita a relação de Tiradentes com a o republicanismo antes mesmo de 1889.

José Pedro Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, publicada em 1897, dá grande importância ao ocorrido em 1789 e se apresenta aqui a partir da argumentação de Ivana Denise Parrela que reconhece em boa medida que o autor dá a obra um caráter didático<sup>758</sup>, onde, já no prefácio o autor apresenta seu laborioso intento de reunir o maior número possível de fontes quer sejam elas encontradas em manuscritos inéditos até informações já copiladas por institutos a respeito da história de Minas Gérias, enfatizando o caráter patriótico de seu trabalho.

O suplício de Tiradentes é tratado no início da obra, onde Xavier da Veiga usa de vários adjetivos elogiosos, tais como: “percursor da liberdade, herói e mártir”<sup>759</sup> para representar seu lugar de líder conjurado, retomando no martírio a ele imposto, ponto importante na distinção entre Tiradentes e os outros conjurados, já explicitada em

---

<sup>758</sup> PARRELA, Ivana Denise.

<sup>759</sup> VEIGA, José Xavier da Silva. *Efemérides Mineiras*/ J. Pedro Xavier da Veiga; introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.



Varnhagen e Macedo, como ponto crucial para a construção de sua imagem. Apesar dessa figura de mártir não ser constituída pelos republicanos, justifica-se a sua tomada de forma positivada à construção de uma nova identidade nacional, onde o ideário republicano deve prevalecer, cabendo então ao “herói” brasileiro, que incitara ideias republicanas durante o período monárquico, tornar a aproximação e identificação do novo governo mais fácil em um total distanciamento do passado luso e monarquista.

\*

Depois dessas reflexões é possível concluir que a construção da uma história da nação brasileira apresenta dois estágios pontuais, em um primeiro momento, com a sua constituição independente do Reino de Portugal e num segundo com a mudança do regime monárquico para o republicano. Para formação do cidadão era necessário que se constituíssem interações e empatia, entre Brasil e brasileiros, neste sentido a história escrita, principalmente em seu viés pedagógico, no sentido de dar aos cidadãos uma noção de pertencimento, de singularidade, partindo dos exemplos de homens singulares, heróis vindos do povo, próximos tanto do Estado quanto da sociedade civil. A Conjura Mineira e seus personagens são um bom exemplo de como estes elementos foram utilizados para esta aproximação ao Brasil, nova nação, para o distanciamento de Portugal, antiga metrópole e para o distanciamento entre formas distintas de governo.

# A configuração histórica do bairro Santo Antônio e seus reflexos na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. Um estudo interdisciplinar sobre a precarização do ensino básico público e a marginalização do espaço na cidade de Mariana - Minas Gerais

**Pedro Henrique Montebello Pereira Martins**

Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

Licenciando em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto

[pedrodragonforce@yahoo.com.br](mailto:pedrodragonforce@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo explicar as possíveis causas do sucateamento do ensino na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. Esta escola, situada em Mariana, interior de Minas Gerais, sofre as consequências de péssimas gestões e desestruturação há anos. Com base na experiência de estágio vivenciada nesta instituição escolar e na pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro em que a mesma se encontra (bairro *Santo Antônio*), tentaremos explicar os diversos fatores que contribuíram para a marginalização da escola e da comunidade em que está inserida. Neste presente trabalho, tentarei esmiuçar os caminhos da pesquisa juntamente com os desafios encontrados. Apresentarei as conclusões encontradas neste estudo. Esta pesquisa, em síntese, tenta a partir de várias áreas do conhecimento interpretar o espaço que é estudado. É um trabalho que a partir de uma problemática do presente, recua com o auxílio da história para o passado e tenta investigar as possíveis causas da marginalização daqueles locais: Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* e o bairro *Santo Antônio* (ou favela da *Prainha*).

**PALAVRAS-CHAVE:** Marginalização do espaço; Desestruturação do ensino; Interdisciplinaridade.

## Introdução

Mariana, Minas Gerais, se caracteriza por ser uma cidade distinta. Sua história, que remonta às primeiras explorações auríferas da então província mineira, no século XVII, é percebida no cotidiano da cidade, seja nas suas construções históricas, seja nos seus habitantes. A extração do minério está diretamente ligada à história da ocupação da cidade, na medida em que o ouro foi o primeiro responsável pela ocupação deste perímetro e, em seguida, com sua escassez, a população procura a zonal rural em busca de melhores condições de vida. Na segunda metade do século XX, com a volta da exploração mineral –

agora, a exploração industrial do ferro –, Mariana volta a ser ocupada nas imediações do centro e passa por uma grande transformação do seu espaço. Com essa nova onda de progresso trazida pelas grandes mineradoras, seu perímetro urbano se estende de maneira descontrolada, ocasionando, neste contexto, a criação de bairros não planejados e a favelização de certas comunidades.

É a partir deste contexto de crescimento desordenado do espaço urbano, na segunda metade do século XX, entre os anos de 1970, que surge o bairro Santo Antônio. Este bairro se caracteriza por uma situação de extrema pobreza de seus habitantes e sofre com muitos problemas. A presença mínima dos serviços prestados pelo Estado é uma realidade naquele local e problemas – tráfico de drogas, ausência de saneamento básico, falta de abastecimento de água, ausência da polícia, assistência médica nula e, principalmente, educação desestruturada – são diagnosticados naquela comunidade.

A partir deste contexto de abandono dos poderes públicos para com o bairro Santo Antônio, surge a necessidade do estudo da principal esfera transformadora que, naquele espaço, é negligenciada: a educação.

Com base na bibliografia sobre a precarização do ensino público básico após a década de 1990 e na experiência de estágio vivida entre o final de 2012 e o início de 2013, na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, um estudo será traçado aliando pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro e as causas da marginalização do espaço escolar naquela comunidade.

Este estudo pretende, a partir da análise de vários fatores, tentar entender as causas da desestruturação do Ensino Básico naquele contexto. Aqui, tentaremos verificar o que, no âmbito político nacional, influenciou no sucateamento da escola, e o que, no âmbito político local, contribuiu para a marginalização do bairro Santo Antônio e, conseqüentemente, para a situação complicada da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*.

### **Introdução à configuração histórica do bairro Santo Antônio**

O bairro Santo Antônio – ou Prainha, como é conhecido na cidade de Mariana – se caracteriza por uma formação histórica distinta. Diferentemente dos outros bairros que o circundam, como Rosário, São Gonçalo e Centro, o bairro Santo Antônio não possui

características da arquitetura típica do século XVIII em suas casas e sua configuração urbana difere totalmente das construções barrocas encontradas no centro da cidade.

Entretanto, mesmo sem as características do Centro Histórico, o bairro Santo Antônio mantém ligações com a história de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, principalmente no que tange à questão da extração do ouro. Seria um engano, contudo, acreditar que as características do bairro, como se encontram nos dias atuais, têm relações diretas com a exploração do ouro, que ocorreu no século XVIII.

Constata-se que esta relação existe, porém esta não se dá de forma automática, conforme imaginamos ao primeiro contato. Com base nas pesquisas de campo, na bibliografia e na leitura documental, afirmamos que o processo de ocupação daquela comunidade se relaciona muito mais com a atividade mineradora do ferro<sup>760</sup> – que teve a exploração de caráter industrial iniciada por volta da segunda metade do século XX – do que com a atividade mineradora do ouro, iniciada no início do século XVIII.

Coloca-se esta desconstrução, logo de início, devido ao fato de aquela região abrigar uma das primeiras construções religiosas de Minas Gerais, a Capela de Santo Antônio, cuja fundação data, aproximadamente, do final do século XVII, além de, equivocadamente, relações serem estabelecidas entre a comunidade que ali vive nos dias atuais e a Capela<sup>761</sup>.

Esta desconstrução se faz necessária, pois a falta de pesquisa e os ‘achismos’ que circundam nos falares dos guias turísticos em Mariana, muitas vezes, apontam para uma relação ‘direta’ entre aquela comunidade e o que foi a extração do ouro no século XVIII. Afirma-se que a relação existe, mas não é automática como imaginamos à primeira vista, ou seja, essa relação não se caracteriza como uma herança direta. Imaginar aquela comunidade, ali instalada, como fruto dos primeiros ocupantes daquele espaço no século XVIII é um equívoco, pois estaríamos esquecendo os mais de 300 anos de transformação do espaço e

---

<sup>760</sup>FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais/UFMG. 1993.

<sup>761</sup>TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. SENA, Tatiana da Costa. *Capela Santo Antônio: Diálogos entre História e Arqueologia (Relatório de Pesquisa)*. I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto. 2006.

dos movimentos migracionais nesta região. Observemos como Souza Júnior<sup>762</sup> expõe esse processo:

Quase tão rápida quanto a ocupação do centro urbano da cidade, foi sua desocupação. A crise do ouro leva parte da população da cidade a trocar a vida urbana pela vida rural. Inúmeros donos de lavras de ouro vão buscar outras searas para investirem o acumulado com a extração do metal.

Dessa forma, pensar de maneira imediata é altamente precipitado, pois, adotando-se essa chave de leitura do referido espaço, estamos abandonando séculos e séculos de transformações.

A relação existente entre o bairro Santo Antônio e a atividade do ouro se configura de maneira não linear, diacrônica. Esta diacronia existe pelo fato de as pessoas que ali residem, em sua maioria, terem começado a ocupar aquele espaço expressivamente no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, além de serem naturais de outras localidades. E atentemos: quando falamos em ‘localidades’, muito cuidado deve-se tomar, principalmente pelo fato de aquele bairro abrigar, atualmente, pessoas provenientes de outras áreas de Mariana, como os distritos longínquos do Centro Histórico, e de outras cidades do Brasil e de Minas Gerais. Souza Júnior (2003, p. 68)<sup>763</sup> explica, em sua Dissertação, o perfil migracional dos moradores de bairro das periferias de Mariana:

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada "cidade nova" e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “prainhas”. Esses bairros, bastante insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelísticas muito comuns na região. De acordo com pesquisa anterior (Souza Júnior, 2000), constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (Prainha), têm sua população formada quase que em sua maioria por pessoas vindas da zona rural ou de pequenos municípios da região, 59 e 60%, respectivamente. Nesses bairros, os números quanto a renda, violência e escolaridade também não são favoráveis.

Reafirmando: acreditar que aquela comunidade, ali instalada, tenha relação direta com as primeiras lavras auríferas do século XVIII é um equívoco. Acredita-se que, para melhor análise do bairro, duas vertentes de interpretação devem ser tomadas. A primeira

---

<sup>762</sup>SOUZA JÚNIOR. Paulo Gracino de. “Barracões Barrocos”: memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG. Rio de Janeiro: Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO. 2003. p. 57.

<sup>763</sup>SOUZA JÚNIOR. “Barracões Barrocos”: memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG, p. 68.

vertente, com base na análise do lugar, configura-se como recorte espacial; a outra vertente tem um viés sociológico, na medida em que se baseia no ciclo migratório dos moradores presentes naquele espaço.

### **A Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* dentro do contexto do bairro Santo Antônio**

Acreditamos que a dinâmica do cotidiano da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* é diretamente relacionada com a situação de marginalidade encontrada no bairro Santo Antônio.

Vale ressaltar que o conceito de ‘marginalidade’ empregado neste trabalho se refere ao contexto de abandono em que o bairro se encontra. Marginalidade se refere a estar à margem de algo. E, neste contexto, o bairro Santo Antônio e a EMWPF estariam à margem da sociedade marianense, por causa da sua realidade e da situação de precariedade dos serviços básicos públicos ali encontrados. Assim, se configura um contexto de ‘abandono’ por parte dos poderes públicos.

O enfoque girará em torno de três temáticas, que se confundem e se complementam. São temáticas que, *a priori*, não poderiam ser analisadas separadamente, mas aqui trabalharemos para que cada temática tenha um entendimento individual, de modo que, ao final, possam ser relacionadas entre si. É sabido que violência não se discute sem se falar de preconceito e problemas estruturais, pois estes são aspectos que contribuem para que estigmas e ‘violências’ se perpetuem.

Primeiramente, trataremos do ‘estigma’ que o bairro Santo Antônio sofre perante a sociedade marianense. Como tratado anteriormente, a história da ocupação daquele bairro está diretamente ligada a um contexto de barganhas políticas eleitoreiras, assim como ocorre com outros bairros periféricos de Mariana; tais barganhas nunca foram compreendidas – ou aceitas – pela população do Centro Histórico, já estabelecida na região (Souza Júnior, 2003). É chave a compreensão deste sentimento que envolve a comunidade marianense, para compreendermos como esse estigma de preconceito prejudica a autoestima e a identidade dos moradores do bairro Santo Antônio.

O segundo aspecto de que será tratado é a questão da violência e das suas múltiplas manifestações. A violência, que está inserida no contexto do bairro e da escola, se

manifesta de maneira multifacetada. Neste caso, teremos que compreender violência como algo muito além do que imaginamos, como agressão física ou violência verbal. Será necessária uma chave de leitura diferenciada do conceito, para compreendermos como estas múltiplas violências se manifestam naquele contexto que iremos analisar. A Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* está inserida em um bairro com altos índices de criminalidade e, para compreendermos a situação da escola, é preciso compreender a situação do bairro e vice-versa.

O terceiro aspecto que será tratado toca na questão dos problemas estruturais encontrados na escola, durante a experiência de estágio entre o final do ano de 2012 e o início de 2013. Durante esta vivência, foram constatados inúmeros problemas de ordem estrutural e política na escola. Esta experiência nos auxiliará a entendermos como o sentimento de estigma para com o bairro prejudica o funcionamento da escola e nos ajudará a constatar as múltiplas violências encontradas ali naquele meio escolar.

### **A experiência de estágio na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira**

A experiência de estágio desenvolvida na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, entre o final de 2012 e o início de 2013, se deu de forma incomum. Digo ‘de forma incomum’, porque não tivemos contato em momento algum com alunos. A universidade estava recém-saída de uma greve e as atividades de estágio foram retomadas no período em que os alunos estavam de férias na escola. Nossa turma, que foi coordenada pela Professora Virgínia Buarque Albuquerque, desenvolveu, em parceria com a escola Wilson Pimenta Ferreira, oficinas que tinham por objetivo trabalhar os espaços mais carentes de atenção da escola. O meu grupo ficou responsável pela organização da sala de recursos, espaço em que deveriam funcionar os computadores equipados com *internet*.

Tivemos muitos percalços durante nossa atuação na escola. Como ficamos responsáveis pela organização da sala de recursos, em todo momento nossa atuação ficava limitada, por conta da dependência de suporte para efetuar as atividades. Desenvolvemos atividades que foram muito além do esperado e do que tínhamos planejado.

Na primeira vez que adentramos a escola, evidenciamos o tamanho descaso do poder público para com aquele espaço. Uma realidade de abandono evidente. Presenciamos a ocupação de uma família que estava ‘morando’ dentro da escola por conta da irresponsabilidade da prefeitura para com as famílias desabrigadas pelas fortes chuvas que



castigaram Mariana, naquele período. Este choque, logo de início, provava que as atividades a serem desenvolvidas por lá seriam um desafio. Em uma escola situada no centro de um bairro carente, uma família residir por conta da irresponsabilidade dos poderes públicos é a prova da marginalização daquele espaço. É a confirmação de que a escola não está ali para seu papel principal, que é educar e promover a transformação. Logo após o choque pela presença da família que estava residindo na escola, começamos a pôr em prática nosso trabalho.

Ao averiguar a sala que deveria ser, *a priori*, responsável pela inclusão digital dos alunos, outra surpresa foi encontrada. Pilhas e pilhas de material, que não condiziam com a proposta daquele ambiente, se amontoavam de maneira caótica. Além dos computadores que estavam encaixotados, diversos materiais de múltiplas naturezas foram encontrados naquele espaço. Coisas que nada tinham a ver com a proposta do espaço, que era destinado ao ensino de informática e à inclusão digital. Instrumentos musicais de fanfarra, brinquedos, livros, carteiras, uniformes e computadores se apresentavam naquele meio de maneira caótica e desorganizada. O que se constatou de início, ao primeiro contato com o local, é que aquele espaço não estava servindo para o seu papel, aquele espaço estava servindo de depósito de materiais da escola. Tudo em meio à sujeira e à desorganização.

Depois de averiguado o espaço que seria trabalhado, nosso grupo decidiu qual atitude deveríamos tomar quanto àquele espaço que estava praticamente ‘esquecido’ pela escola. A sala que estava se configurando como um verdadeiro caos precisava urgentemente de uma breve organização, pois nem o mínimo dava para se fazer em meio àquela situação. Primeiramente, realocamos todos os itens que estavam fora de seu contexto, que não tinham relação com informática, para outro espaço. Em seguida, fizemos a faxina do local, pois, com a inutilização daquele espaço, muita sujeira e poeira acumularam-se. Depois da limpeza e da realocação dos materiais, começamos a desenvolver as atividades que, aos poucos, iam trazendo de volta o sentido inicial daquele espaço, que era um lugar de conhecimento. Ou seja, um laboratório de informática.

Ao longo das atividades na escola, instalamos os computadores de maneira eficiente no local. Ligamos os computadores de maneira sequencial, para que o espaço fosse mais bem aproveitado. Depois, instalamos os *softwares* para que a sala de informática ficasse adequada ao uso da comunidade escolar.

Durante o tempo de realização das atividades na escola, constatamos os inúmeros desafios de se trabalhar na escola Wilson Pimenta. A rotação dos funcionários da administração da escola foi um dos fatores que mais complicaram o desenvolver dos trabalhos. A instabilidade política municipal da cidade é evidente em muitos setores e o setor educacional não seria diferente. A falta de continuidade nas atividades que começam em gestões anteriores somada aos fatores de negligência política, trancafiou o caminhar da educação e das escolas na cidade. Esta atividade que relatei, que teve lugar entre final de 2012 e início de 2013, já foi desfeita. Em uma das idas até a escola, à procura de documentação para a confecção desta monografia (segundo semestre de 2014), perguntei sobre a situação da sala de recursos (sala de informática) e uma das funcionárias relatou que a situação está caótica novamente. Ela ainda se recusou a abrir as portas da sala devido à sujeira e à desorganização que tinham voltado a imperar.

Vemos que a situação de caos e desordem na educação básica municipal de Mariana é latente. Mesmo com a ajuda da Universidade Federal de Ouro Preto em diversos convênios com os cursos de licenciatura, os danos causados pela desestruturação da escola de anos e anos não foram amortizados.

### **Conclusão**

No estudo realizado sobre o sucateamento da Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*, foi constatado que são inúmeros os fatores que influenciam na desestruturação do Ensino Básico público.

Tais fatores podem ser de origem da política nacional, da política regional recente e, sobretudo, de fatores sócio-históricos do local em que está inserida a escola. No nosso estudo, evidenciamos que o estigma carregado pelo bairro Santo Antônio é um dos principais fatores que corroboram para que a escola dentro daquela comunidade continue sucateada. Mesmo que recorramos aos anos de origem do sucateamento do ensino público, que foram os anos 1990, para explicar o que se encontrou na escola estudada, o peso de sua configuração histórica se mostra mais significativo para uma possível explicação sobre sua situação.

É claro que as medidas neoliberais implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 até 2003) tiveram peso de extrema importância para o sucateamento da educação brasileira, mas pensando em um aspecto mais específico de

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

análise e evidenciando os fatores locais com maior ênfase, a condição sócio-histórica do bairro Santo Antônio teve maior influência na situação averiguada na escola. É impossível traçar um estudo sobre determinada instituição escolar sem levar em conta o contexto em que esta instituição está inserida.

Tentando sistematizar uma linha de raciocínio para uma possível conclusão, vemos que a escola reflete o preconceito que o bairro carrega sobre a cidade. Com base na bibliografia sobre a história recente de Mariana, vemos que o bairro Santo Antônio (ou Prainha, como é chamado pejorativamente), desde seu início, nos anos 1970, nunca foi aceito pela população já estabelecida no centro histórico (elite sociopolítica). Seu contexto de criação, que é diretamente ligado a barganhas políticas do passado, carrega um estigma que lhe traz um título de bairro ‘indesejado’ por grande parte dos setores da elite marianense, lembrando que é esta elite que tem se perpetuado no poder por muitos anos. Sua situação de precariedade, em todos os aspectos evidenciados na pesquisa, reflete um projeto de perpetuação da pobreza naquele local. Consequentemente, a Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira* dificilmente sairá da situação de sucateamento, já que a escola se configura como um dos mecanismos de mobilidade social nos dias atuais, o que não parece interessar aos que preferem a manutenção desse estado geral das coisas, mesmo que extremamente discrepante.

# Carlo Ginzburg e a microhistória em sequências didáticas para o ensino de História

Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira

Mestranda em Educação

Faculdade de Educação – UFMG

[renataufmg@yahoo.com.br](mailto:renataufmg@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo apresenta a pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Mestrado Profissional da FAE – UFMG, tem como finalidade romper com os paradigmas tradicionais que ainda permeiam o ensino de História trazendo para a sala de aula uma abordagem teórico-metodológica: a microhistória. A microhistória, movimento historiográfico iniciado na Itália, ganha cada vez mais força no Brasil e na América Latina. Dentro desse aporte teórico, tem-se como foco o trabalho com dois conceitos do historiador Carlo Ginzburg: a *redução da escala de observação* e a *circularidade da cultura*. Tem-se como objetivo a construção de sequências didáticas baseadas na análise de trajetórias individuais publicadas em artigos da Revista de História da Biblioteca Nacional. Esse trabalho investigativo parte da compreensão das vivências e representações sociais e culturais de indivíduos para o entendimento de um contexto mais amplo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carlo Ginzburg; Ensino de História, Microhistória, Revista de História da Biblioteca Nacional, Sequências Didáticas.

## Apresentação

A presente pesquisa fundamenta-se na necessidade do uso de diferentes linguagens e recursos didáticos no ensino de História e acompanha as propostas de inovações para a Educação Básica que vem sendo discutidas no Brasil. O professor de História vive em constante desafio no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes e inovadoras, capazes de atrair o interesse pelo aprendizado histórico.

Dessa forma, a introdução de novos objetos de aprendizagem e de níveis metodológicos de ensino não permite mais organizar o trabalho em sala de aula em torno de uma sucessão rígida de lições e exercícios e sim, instigam os professores a reinventar permanentemente arranjos didáticos e situações de aprendizagem que respondam melhor a heterogeneidade e às necessidades dos alunos.

Os questionamentos sobre currículo formal e em ação tornam-se fundamentais no momento em que ao (re) pensar aspectos pertinentes ao mesmo, podemos reconstruir novas estratégias de (re) significação do real. Partindo desse pressuposto, como tentativa de reestruturação da metodologia e dos conteúdos abordados nas aulas de História, propõe-se a conexão de paradigmas de dois grandes campos do saber: a História e a Educação.

As novas tendências historiográficas apontam caminhos para a construção do conhecimento histórico, influenciando não apenas a produção acadêmica nesse campo, como também a História como disciplina escolar.

Especialmente nas últimas décadas, novos eixos temáticos e metodológicos passaram a fazer parte da investigação e da prática historiográfica. Dentre eles, apresenta-se a microhistória, uma modalidade de pesquisa que nasceu da renovação epistemológica e metodológica de um grupo de historiadores italianos, como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, que descreveram e interpretaram casos “minúsculos” e periféricos à luz de uma história mais geral, buscando registrar uma série de fatos significativos que seriam imperceptíveis e que, no entanto, foram interpretados por sua inserção em contextos mais amplos e relacionáveis.

Esse trabalho pretende dialogar sobre o uso de fontes documentais escritas e não escritas no ensino de História, tomando como base os indícios, os vestígios, os sinais pouco perceptíveis aos olhos do pesquisador, mas que podem revelar áreas da produção cultural de agentes e sujeitos históricos, antes esquecidos pela História tradicional.

Dentro desse aporte teórico, tem-se como foco o trabalho com dois conceitos do historiador Carlo Ginzburg: a *redução da escala de observação* e a *circularidade da cultura*. Tem-se como objetivo a construção de sequências didáticas baseadas na análise de trajetórias individuais, de abordagem microanalítica, publicadas em artigos da Revista de História da Biblioteca Nacional. Esse trabalho investigativo parte da compreensão das vivências e representações sociais e culturais de indivíduos para o entendimento de um contexto mais amplo.

## **1 – Ensino de História e Escrita da História: possibilidades de aproximação**

### **1.1 História Escolar e História Acadêmica**

Na atualidade os debates sobre o ensino de História apresentam certa intersubjetividade em relação à necessidade de se considerarem o desenvolvimento cognitivo e as condições de apreensão dos conceitos históricos por parte dos alunos.<sup>764</sup>

As múltiplas formas de lidar com a temporalidade que constituem a *cultura histórica*<sup>765</sup> permeiam os horizontes desses debates. Assim, as formas de conhecimento do passado e as

---

<sup>764</sup>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 57.

<sup>765</sup>Para compreender a cultura histórica é importante investigar os usos do passado entre os quais está a história como disciplina escolar.

narrativas acerca dele tornam importante a análise do diálogo constante entre a história acadêmica, a história escolar e a história de circulação massiva.

A história de viés acadêmico, forma específica de produção do conhecimento sobre o passado através de uma narrativa metodologicamente controlada, é regulada por regras e práticas específicas e orienta-se pelas regras da análise crítica das fontes e pelo exercício da narrativa escrita.

Assim, com seus procedimentos, objetivos e finalidades próprias, a Historiografia sentiu a urgência de uma retomada da reflexão sobre a profissão do historiador a partir da década de 60. A aceleração das mudanças nos últimos anos levou certos historiadores a falar de crises e incertezas não apenas na França.<sup>766</sup>

Dentro dessa perspectiva, esses questionamentos foram resultado de uma trêz de fenômenos: as rápidas mudanças atravessadas pelo ensino secundário que teriam retirado da História o seu cunho mais cientificista dando maior ênfase às ciências exatas, consideradas mais úteis; a separação entre história acadêmica e “história vulgar”, praticada por amadores sob a qual tenta-se ocupar o vazio entre o jornalismo histórico e as teses de difícil acesso ao público leigo; o desafio de transformação dos grandes modelos de inteligibilidade impostos por outras disciplinas à história<sup>767</sup>.

Os grandes paradigmas deram lugar então a um arsenal diversificado de instrumentos e de abordagens teóricas tomados de empréstimo das outras ciências sociais. As ambições totalizantes de escolas históricas anteriores tais como o Historicismo, a escola marxista ou a história positivista do século XIX bem como a historiografia francesa e os Annales são colocadas em segundo plano. Uma tendência merece destaque nesse momento. A micro-história italiana, representada principalmente por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, que busca um deslocamento de foco, considerando condutas pessoais e destinos familiares, compreendendo as racionalidades específicas que informam comportamentos de determinadas categorias sociais.

Como disciplina, a História não parou de reformular seus próprios problemas pois, a percepção das realidades humanas que nos cercam também não param de se modificar. O presente não deixa de interrogar o passado, obrigando o historiador a retomar suas pesquisas, reformular questões, e mudar métodos.

Sensível às demandas do presente, a história de circulação massiva também encontra-se como parte da *cultura histórica*. Configura-se como a história de grande circulação que satisfaz às demandas do presente e liga-se a ele atendendo às crenças de seu público. Como princípio norteador, essa história busca explicações simples, reduzindo o

---

<sup>766</sup>BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ e Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103.

<sup>767</sup>Em sua obra “Passados Recompostos: campos e canteiros da História” Dominique Juliá e Jean Bourtier ressaltam uma mudança no próprio estatuto da disciplina diante da qual os historiadores vão se apegar ao método, às operações técnicas e aos procedimentos para legitimar seu ofício.

campo de hipóteses de modo a compor grandes esquemas explicativos para a construção de um passado que possa ser amplamente compartilhado.

Sob essa ótica e considerando pontos relativos ao método, a história escolar aproxima-se da história acadêmica, apesar de terem objetivos distintos. A história escolar é destinada à escola e construída nela. Tem como objetivo ensinar e aprender a pensar historicamente, rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativas.

As análises que buscam relacionar a produção historiográfica ao ensino de História, seja via programas curriculares, seja via livros didáticos, têm se concentrado especialmente no momento em que a historiografia brasileira se constituía, no âmbito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o que também ocorria com a disciplina escolar História.

Obviamente deve-se salientar que ao colocar distinções entre a história acadêmica, de circulação massiva e escolar, não tem-se como objetivo hierarquizar o passado e de práticas de memória<sup>768</sup> em uma dada temporalidade.

Podemos inferir que é parte da produção do conhecimento histórico pensar o ensino e a escrita não deixando de explicitar suas diferenças. Apesar dos procedimentos, regras, objetivos e finalidades não serem os mesmos, esses campos podem ser considerados como interdependentes e a suposta hierarquia entre eles passa então a não existir mais.

De acordo com a visão aqui defendida, os espaços de silêncio e desconfiança entre escola e universidade devem ser diminuídos. Cabe ressaltar que pensar uma teoria da história é parte indissociável da própria pesquisa e da reflexão sobre o seu ensino.

## **1.2 Carlo Ginzburg e a microhistória: conceitos e metodologias**

Esta pesquisa baseia-se na importância da microhistória e dos conceitos trabalhados por Carlo Ginzburg para o campo da historiografia. Tem-se como objetivo discutir alguns dos conceitos desse autor e testar suas potencialidades para o ensino de História.

A microhistória, como já citado anteriormente, constitui-se em um gênero textual marcado por particularidades no tratamento do conhecimento histórico. Três historiadores destacaram-se no nascimento dessa tradição historiográfica: Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, especialmente com suas publicações, pela editora Einaudi, entre 1980 e 1988.

Essa corrente vem sendo praticada principalmente por historiadores italianos, franceses, ingleses e estadunidenses, com ênfase no papel desempenhado pelos primeiros microhistoriadores, na importância da revista *Quaderni Storici* e no sucesso da coleção italiana *Microstorie*.

A revista *Quaderni Storici* talvez tenha sido o empreendimento coletivo mais evidente dos micro historiadores e a fonte mais sólida para a pesquisa da sua produção historiográfica. Os trabalhos aí publicados na coleção *Microstorie* também queriam dar conta

---

<sup>768</sup>Entende-se aqui como memória o saber sobre o passado que todo indivíduo possui enquanto membro de um grupo social.



das heterogeneidades, descontinuidades da realidade histórica e do conhecimento que o trabalho do historiador produz sobre elas.

Queriam uma mudança radical na escala de observação propondo uma escala microanalítica para a reconstrução do vivido e das relações interpessoais de indivíduos de uma época. Visavam reconstruir conflitos, dispositivos locais e deslocamentos opondo-se à visão etnocêntrica<sup>769</sup>.

A microhistória representou uma renovação dos procedimentos analíticos proporcionada pelo interesse pelas transformações, expressividade e representações. Era assim feita a escolha essencial de uma escala de observação baseada na convicção central de que ela oferecia a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental.

Dessa proposta também faz parte uma reflexão constante, politicamente motivada por um interesse genuíno e teoricamente articulado pelo problema da transformação social, das oportunidades do protagonismo social, e da própria definição mais concreta dos “sujeitos” da história.

Nas últimas décadas podemos destacar que a historiografia encontrou-se em um momento de incerteza, momento esse marcado por dúvidas e interrogações. Grandes tradições historiográficas se fragmentaram em uma multiplicidade de correntes e métodos.

A perda das certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos dos objetos de pesquisa histórica, os questionamentos acerca das noções de “mentalidades” ou de “cultura popular”, das categorias como “classes sociais” ou “socioprofissionais” e dos modelos de interpretação ( “marxista”, “estruturalista”, etc) são algumas dos sinais dos novos desafios que a história enfrentava<sup>770</sup>.

Alguns problemas se tornaram evidentes: a subjetividade do historiador; as categorias utilizadas na análise (que tem elas próprias uma história) e as categorias usadas pelos atores; as hierarquizações e concepções fixas não davam mais conta da especificidade das relações e trajetórias que definem as identidades.<sup>771</sup>

Esse abandono já se mostrou necessário sob a abordagem da Escola dos Annales, na qual estudiosos como Braudel e Foucault apontaram para uma antropologia histórica que trabalhasse o conceito de estrutura tentando pensar a história de ritos, mitos, etc.

---

<sup>769</sup>Ao romper com essa visão etnocêntrica, buscaram uma aproximação com a Antropologia através do uso de referências teóricas de Clifford Geertz e Fredrik Barth.

<sup>770</sup>Chartier trata deste assunto, logo nas primeiras linhas de sua obra *À Beira da Falésia*. O sugestivo título já insinua metaforicamente, os caminhos imprecisos percorridos pelos profissionais da história atual. Ora, marchar sobre rochas altas e íngremes, à beira-mar, demonstra expressar, simbolicamente, a dúvida, acompanhado do temor que toma conta das operações historiográficas.

<sup>771</sup>CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Os primeiros Annales Lucien Febvre e Marc Bloch, em meados dos anos 30, tentaram romper com a dedução de que alguns pensamentos voluntaristas explicariam a totalidade dos processos de transformação social. Caminhos a seguir para uma análise histórica que teria como modelo as descrições dos fatos de mentalidade. Fizeram uma crítica intelectual do tempo em que as ideias eram vistas de forma isolada dos acontecimentos.

Surge a proposta da existência de estruturas de pensamento e do conceito de “aparelhagem mental” (materiais de ideias sobre os quais os eruditos empregarão mais palavras e conceitos que os menos favorecidos).

O tempo longo de permanência das mentalidades, pouco plásticas e móveis, que utiliza conjuntos documentais maciços e uma coleta de dados ampla traça a sua consideração global do sistema ideológico da época analisada.

Nos anos 60, especialmente na Inglaterra a “história a partir de baixo” ganha espaço entre os historiadores, discussões sociológicas que se misturavam ao ofício do historiador.

Como desafio à “nova história das sociedades” que surgia e da qual a microhistória fez parte, estava a necessária articulação entre a descrição das percepções, representações e racionalidades dos atores e também a identificação das interdependências desconhecidas que, juntas, delimitam suas estratégias.

Nesse momento da historiografia, os documentos deixam de ser considerados apenas pelas informações que eles trazem. Passam também a ser estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção e utilizações estratégicas.<sup>772</sup>

Métodos de análise baseados em pares de oposição (erudito-popular, criação-consumo, realidade-ficção, etc) eram insuficientes para dar conta das especificidades das trajetórias e estratégias dos indivíduos e foram elas mesmas objetos de questionamentos. É importante identificar como as práticas, representações ou produções cruzam-se e relacionam-se em diferentes figuras culturais.

Então, a partir das décadas de 70 e 80, incertezas e o apagamento das técnicas de tratamento que davam unidade a seus procedimentos permeavam a historiografia. A ênfase dada às estruturas estava mal assegurada em relação às novas exigências teóricas. Cada série de discursos deveria ser então compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade, relacionada aos

---

<sup>772</sup>De acordo com Roger Chartier, o tempo das certezas da objetividade e da epistemologia da coincidência entre o real e o se conhecimento, marcado por escolas historiográficas anteriores, protegia a história de inquietudes.

princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade.<sup>773</sup>

Como novo campo metodológico, a microhistória surge com a pretensão de reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que as opõem. O objeto da história para a ser as racionalidades e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos.<sup>774</sup>

De acordo com Ginzburg, é importante verificar como um indivíduo das camadas populares apropria-se e transforma elementos intelectuais que vem da cultura letrada. Segundo ele, o que os leitores fazem de suas leituras é uma questão decisiva diante da qual tanto as análises temáticas da produção impressa quanto aquelas da difusão social das diferentes categorias de obras permanecem impotentes. Os modos como os indivíduos se apropriam de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que as distribuições estatísticas desse motivo.

Como tendência historiográfica, a microhistória aproximou-se de outras ciências sociais. As interrogações acerca da cultura, traziam questionamentos que somente no diálogo com outros campos de análise poderiam ser respondidos.

Assim, a microhistória ligou-se a Thompson e demonstra seu interesse pelas relações sociais e significados culturais, aproximando a História cada vez mais da Antropologia. Nela se encontravam discussões sobre organização social e formas de articulação e integração dos grupos sociais, as inter-relações entre eles e transformações sociais, etc.

Neste mesmo momento a Antropologia também passava por questionamentos e crise de modelos tradicionais que consideravam a comunidade como uma “variação estrutural coerente” dentro de uma sociedade mais ampla. Antropólogos como Fredrik Barth já tentava romper com essa visão criticando o etnocentrismo e defendendo a ideia de que “aquilo que costumamos chamar de sociedades são sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento”.<sup>775</sup>

Trabalhos como os de Peter Burke, Jacques Revel, Edoardo Grendi, Gionanni Levi e Carlo Ginzburg são fundamentais para a definição dos procedimentos microanalíticos.

Ao definir uma escala de observação, este tipo de narrativa fez frente aos historiadores estruturais por apresentar melhor sentido do fluxo do tempo. Além disso, esta corrente tende a envolver-se cada vez mais com o privado, o pessoal, o vivido.

---

<sup>773</sup>BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>774</sup>LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>775</sup>BARTH, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

Assim, fenômenos previamente considerados compreendidos, ganham nova significação quando observados sob outra escala de observação. A microhistória também se volta para compreender, através de uma análise detalhada e minuciosa das fontes, “a variedade de referências, diálogos, interesses, que transbordam da trajetória intelectual de cada historiador”.<sup>776</sup>

A microhistória pretende, então, reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. Os objetos da história passam a ser as racionalidades, representações e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias e indivíduos.

Partindo das concepções teóricas da microhistória, tem-se como objetivo trazer o foco da pesquisa para os conceitos e instrumentos de Carlo Ginzburg. Já citado acima por suas contribuições no campo microanalítico e na sua constituição como metodologia de pesquisa, Ginzburg, em seu percurso de pesquisa dos mais originais e criativos, pode representar também grandes potencialidades para o ensino de História na Educação Básica.

Nessa pesquisa dois desses paradigmas serão então discutidos e terão suas possibilidades didáticas na Educação Básica testadas: *a circularidade da cultura* e *a redução da escala de observação*<sup>777</sup>.

Os debates propostos pela microhistória motivaram aqui as reflexões sobre as práticas escolares e a cultura escolar. Elas também fomentaram a premissa de interligação entre o ensino e a escrita da História bem como as interrogações sobre a constituição e os sentidos da História como disciplina escolar.

Assim, compreender a constituição da História como disciplina, bem como os paradigmas que envolveram sua consolidação, seus métodos e procedimentos tornou-se extremamente importante para essa pesquisa. Além disso, as reflexões sobre o currículo e sobre a conformação e dinâmicas das disciplinas escolares tornaram-se também necessárias.

Após um esclarecimento sobre a corrente metodológica da microhistória, suas implicações e conceituações, bem como sobre os paradigmas que envolveram os trabalhos dos micro historiadores, especialmente de Carlo Ginzburg, segue-se a etapa de reflexão sobre as sequências didáticas e o papel do professor pesquisador na confecção e tratamento em sala de aula dessas sequências.

### **3 – A construção de sequências didáticas baseadas em artigos com abordagem microanalítica da Revista de História da Biblioteca Nacional**

#### **3.1 A construção de sequências didáticas**

---

<sup>776</sup>GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169.

<sup>777</sup>A escolha desses dois conceitos deve-se à sua importância dentro da própria microhistória bem como pela importância deles para o trabalho didático da História na Educação Básica. Busca-se instigar os alunos à compreensão do conceito de cultura e cultura popular através da redução da escala de observação que coloca em relevo problemas que não seriam observáveis de outro modo.

As sequências didáticas são um conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa. Organizadas de acordo com os objetivos que o professor quer alcançar para a aprendizagem de seus alunos, elas envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação. Podem e devem ser usadas em qualquer disciplina ou conteúdo, pois auxiliam o professor a organizar o trabalho na sala de aula de forma gradual, partindo de níveis de conhecimento que os alunos já dominam para chegar aos níveis que eles precisam dominar.

Os textos escritos ou orais que produzimos diferenciam-se uns dos outros pois são produzidos em condições diferentes. Porém, podemos perceber certas regularidades em um conjunto de textos com características semelhantes, o que chamamos de gêneros de textos. Os gêneros, de acordo com Bakhtin (2003, p.262), são infinitos porque “são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”. Sob essa abordagem, podemos inferir que os artigos publicados pela Revista de História da Biblioteca Nacional constituem um gênero textual, já que possuem características e finalidades próprias.

Nas sequências que estão sendo produzidas, os temas que suscitarão o debate estarão ligados à microhistória e as possibilidades de sua abordagem; a Revista de História da Biblioteca Nacional e às visões acerca do artigo escolhido para o trabalho; à presença nos artigos analisados dos dois conceitos presentes nas obras de Carlo Ginzburg e escolhidos aqui para a abordagem microanalítica - *redução de escala e circularidade cultural* -;

Publicada pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN), com apoio do Ministério da Cultura e patrocínio da Petrobras e outras grandes empresas, sob o amparo da Lei Rouanet, a Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN) tem-se destacado pela divulgação da moderna e atualizada historiografia brasileira, revelando tendências e perspectivas teóricas e metodológicas da área. Os artigos publicados em suas páginas são selecionados por reconhecidos especialistas da área e, acredito, a Revista tem alcançado largo reconhecimento entre os historiadores. Deste modo, é possível encontrar nas páginas da RHBN material histórico e historiográfico produzido e/ou selecionado - sejam imagens, textos, documentos e indicações bibliográficas - de alta qualidade, o que motivou sua utilização nessa pesquisa.

# **Psicologia científica em benefício às boas práticas educacionais: difusão dos saberes científicos na educação mineira – 1925 a 1940**

**Luã A. S. Lança**

Mestrando em Educação

FaE UFMG

lua\_lanca@yahoo.com.br

**RESUMO:** Parte da pesquisa de Mestrado (que se encontra em fase inicial) realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, este artigo, apresentando em simpósio temático, aborda alguns dos conceitos e autores importantes como Peter Burke, Roger Chartier entre outros com os quais a pesquisa trabalhará. A pesquisa tem por objetivo compreender o processo de circulação e difusão dos livros de Psicologia na educação em Minas Gerais, voltados para a formação de professores. No contexto de Belo Horizonte no período de 1925 a 1940; o presente texto apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre a temática em que se insere a pesquisa: da História do conhecimento, imprensa e educação em interface com a psicologia.

**PALAVRAS-CHAVES:** História da Psicologia, História da Educação, Circulação de Saberes, Cultura Impressa.

## **Introdução**

Com o propósito de analisar a difusão dos saberes da psicologia via cultura impressa na educação em Minas Gerais, o presente artigo constrói uma exposição acerca das temáticas que permeiam esta análise: História social do conhecimento, da cultura impressa e da Psicologia no Brasil em interface com a Educação.

Porém, consideramos os seguintes pontos: não é de nossa pretensão adentrar de maneira minuciosa aos debates presentes dentro das temáticas mencionadas acima. Realizaremos breve exposição acerca dos pontos que presentes dentro destas temáticas, que se fazem interessantes para a pesquisa de mestrado que está sendo realizada. Apresentando alguns autores e conceitos que se pretende utilizar no processo de análise documental da pesquisa e de escrita da dissertação.

## **Da elaboração à circulação do conhecimento**



O primeiro ponto abordado é sobre a classificação do conhecimento. E para tal, um referencial de grande importância para a presente pesquisa e o de Peter Burke<sup>778</sup>. O autor aborda em suas obras os mecanismos de classificação, apropriação e circulação do conhecimento na sociedade. Que para presente pesquisa se faz muito pertinente, pois, auxiliará no decorrer da análise levando a perceber as maneiras como eram construídas e se davam a difusão da cultura impressa sobre psicologia na educação mineira.

Burke<sup>779</sup> trabalha com os conceitos de disseminação<sup>780</sup>, meios de comunicação<sup>781</sup>, conhecimento disperso<sup>782</sup> e casulo de informação<sup>783</sup>, para dar ao leitor uma ideia de como o conhecimento desde sua elaboração até sua difusão, possui um longo trajeto. Cogitando dentro deste sistema de comunicação, filtros no processo de disseminação, circulação e difusão. Onde segundo o autor, existe uma negociação de informações, uma corretagem<sup>784</sup> epistêmica entre o público geral<sup>785</sup> e o de especialistas<sup>786</sup>. De modo a que a informação pode se dar de maneira fluida ou viciosa<sup>787</sup>.

E de acordo com o autor, no movimento de intermediação destas informações, identificam-se que novas propostas científicas podem ser descartadas, e velhos conhecimentos, passados por uma bricolagem. Tudo a partir do interesse desses intermediários (que aqui consideramos sendo as pessoas em suas instituições e veículos comunicativos da cultura impressa).

Assim, analisar esta perspectiva será de grande importância para a presente pesquisa. Pois, a questão a ser pensada é a de que: quando se busca comunicar algo, para quem é esta comunicação? E esta pergunta envolve todo o processo citado anteriormente pelo autor. Buscando identificar onde e como circulavam, e por quem eram difundidos os saberes impressos da Psicologia na educação mineira e belo-horizontina.

---

<sup>778</sup> BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; BURKE, P. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006; BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II: da enciclopédia e Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

<sup>779</sup> BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II: da enciclopédia e Wikipédia*, p.112-113.

<sup>780</sup> O conceito de disseminação seria a solução para o problema do conhecimento disperso, fora do alcance de muitas pessoas que precisam dele, oferecendo uma saída para aqueles que apenas ouvem o que outros acham que querem ouvir.

<sup>781</sup> Seria os diversos veículos comunicativos pelos quais se pode realizar uma disseminação ampla de informação, tais como: oral, pictórico, escrito, impresso e eletrônico.

<sup>782</sup> Este seria um conhecimento como citado na primeira nota, aquele que fica fora do alcance de muitas pessoas que precisam dele, mesmo dentro de uma instituição.

<sup>783</sup> É aquele grupo de pessoas que transmitem apenas uma verdade, acreditando que é esta que os que o cercam desejam escutar.

<sup>784</sup> São os intermediários entre emissor e receptor no processo de difusão e disseminação do conhecimento, guardiões do saber ou responsáveis por filtrá-los.

<sup>785</sup> É o público composto pelos leigos e laicos na ciência, que fazem oposição ao dos especialistas.

<sup>786</sup> É o público composto por experts dentro de um campo científico; são aqueles que detêm e vivem da produção destes saberes acadêmicos da ciência.

<sup>787</sup> Informações fluidas e viciosas seriam aquelas que, dentro do processo de popularização e difusão do conhecimento correm ou com mais facilidade ou não para a compreensão do público geral.



E a fim de complementar a pesquisa e o referencial citado acima, pretende-se estabelecer um diálogo com a teoria de Ludwik Fleck<sup>788</sup>. Este autor trabalha em seu livro com a ideia dos círculos de conhecimento. Onde entre campos diferentes do saber haveria sempre uma circulação intercoletiva. Formando o coletivo de pensamento<sup>789</sup>, dividido entre esotérico<sup>790</sup> e exotérico<sup>791</sup>.

Um debate que se completa (em nosso olhar) ao de Peter Burke<sup>792</sup> na direção de que, por meio da compreensão da existência destes círculos de conhecimento de Fleck<sup>793</sup>, é possível identificar os grupos suas práticas e ações no ato de difundir e fazer circular o conhecimento. Buscando assim complementar a identificação da proposta feita acima, sobre o para quem se direciona a comunicação do conhecimento; onde e como circulavam e mais ainda, os intermediários envolvidos neste procedimento.

### **A ordem do livro e a cultura imprensa no Brasil**

Outro ponto importante para a pesquisa é a análise sobre a ordem do livro. Uma análise que consideramos ser complementar a primeira. Compreendendo que após a produção do conhecimento, sua organização e compilação ordenam-se nos livros.

Neste aspecto de análise, um dos autores que citamos é Roger Chartier<sup>794</sup>. Mostrando em suas obras que o livro sempre buscou certa ordenação social; seja uma ordem a ser decifrada, ou mesmo a ser desejada por uma autoridade que encomendou e permitiu sua publicação. Sendo assim, reconhecer a ordem dos livros é reconhecer as identidades de leitores e sua arte de ler. Sendo possível identificar o mundo e sentindo que ali se encontram impressos<sup>795</sup>.

E dentro da historiografia brasileira, temos nomes como os de Tania Regina de Luca<sup>796</sup> e Nelson Werneck Sodré<sup>797</sup>, que trabalham a história da cultura impressa; mostrando a articulação realizada para encomendar a produção do livro. Expondo análises sobre as fases da imprensa desde o período colonial até a denominada crise da imprensa no

---

<sup>788</sup> FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madri: Alianza, 1986. - *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad., Georg Otte, Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum. 1. ed., 1935. 2010.

<sup>789</sup> São grupos formados por pensadores e especialistas de um dado campo científico, representantes de seu conhecimento e agentes da divulgação destes.

<sup>790</sup> É onde se encontram especialistas formados para interpretar e que dominam determinados códigos de um grupo.

<sup>791</sup> É onde se encontram os “leigos instruídos”, pessoas que não são necessariamente cientistas, mas possuem relação com o saber produzido pelo primeiro círculo.

<sup>792</sup> BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento II*: da enciclopédia e Wikipédia.

<sup>793</sup> FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madri: Alianza, 1986. - *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*.

<sup>794</sup> CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre o séculos XIV e XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

<sup>795</sup> Aqui abro um leve parêntese e menciono para materializar essa ordem do livro, o filme *Em Nome da Rosa*. Que trata não apenas da ordem do livro, mais também, da filtragem do conhecimento.

<sup>796</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

<sup>797</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

século XX. Da passagem da imprensa artesanal a industrial; da pequena à grande imprensa. Marcando as principais alterações institucionais importantes – fim do escravismo e advento da República -, que corresponde ao avanço das relações capitalistas no país.

Estes autores por sua vez, forneceram elementos para dar a pesquisa uma formação sólida no processo de justificar a fontes documentais e o objeto a ser pesquisado (cultura impressa). Afinal, a escolha do objeto e das fontes não se faz de maneira aleatória. Todo um arcabouço da literatura específica é consultado para que a pesquisa possa complementar e não repetir o que já se produziu.

### **Imprensa, educação e psicologia**

Tendo construído e selecionado o conhecimento a ser difundido; inserindo ele na cultura impressa e tendo encaixado dentro da ordem dos livros, agora se faz pertinente mencionar que, o mesmo processo (o que para a presente pesquisa é uma das hipóteses) ocorreu no campo da educação, da cultura impressa educacional, dentro de seus livros e revistas, após o processo de escolha do que deveria de fato ser publicado e circulado. Assim, mencionemos os pontos a respeito da imprensa educacional em interface com a Psicologia nos interessa como terceiro ponto a ser apresentado.

A historiografia da educação e a imprensa como fonte de análise possuem longa tradição em países da Europa, tendo por objetivo a sistematização sobre a História da formação continuada de professores<sup>798</sup>; e no Brasil também se observa trabalhos nesta direção<sup>799</sup>. Essas pesquisas possibilitam levantar a importância da imprensa como um objeto de pesquisa para a História da Educação. Havendo muito outros trabalhos que também se utilizam do periódico para diversas<sup>800</sup> análises.

---

<sup>798</sup> Ideia encontrada em BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

<sup>799</sup> SCHELBAUER, Analeté Regina. ARAÚJO, José Carlos S. *História da Educação pela Imprensa*. Campinas, SP. Alínea, 2007. - CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.), 1997; Apêndice- “A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944”. In: *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. - PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *A Reforma Educacional Francisco Campos – Minas Gerais, Governo Presidente Antônio Carlos*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, 1981. (Dissertação Mestrado). - DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. *O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 1988 (Dissertação de Mestrado). - PRATES, Maria Helena. *A introdução oficial do movimento de escola nova no ensino público de Minas Gerais: a escola de aperfeiçoamento*. Belo Horizonte Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 1989. (Dissertação de Mestrado). - SOUZA, Rita de Cássia. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930)*. Belo Horizonte Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. (Dissertação de Mestrado). - BORGES, V.L.A. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1929)*. Campinas, Faculdade de Educação da Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado).

<sup>800</sup> FARIA, Miguel Fabiano. Educação Física Na “Revista Do Ensino” De Minas Gerais (1925-1940). Universidade Federal De Minas Gerais – BICCAS, Maurilane De Souza. “Nossos Concursos” E “A Voz Da Prática”: A Revista Do Ensino Como Estratégias De Formação De Professores Em Minas Gerais (1925-1930) Cadernos De História Da Educação - N.º. 4 - Jan./Dez. 2005.

Mas onde estaria a Psicologia dentro da imprensa educacional? Encontramos a resposta no texto de Virginia Sales Gebrim, que ao falar do legado da Psicologia na Pedagogia brasileira, “o processo de autonomização da Psicologia, isto é, seu reconhecimento como área específica de conhecimento, no Brasil, foi construído, sobretudo, em sua relação com a educação, especialmente a chamada Escola Nova”<sup>801</sup>.

E como bem observa Rodrigues e Araújo:

A problematização da história da psicologia no Brasil evidencia a existência de um vínculo histórico entre a educação e a psicologia na constituição dessas duas áreas. Os conhecimentos a respeito dos aspectos psicológicos produzidos no interior do espaço educacional foram fundamentais para o desenvolvimento da psicologia como campo de saber no Brasil<sup>802</sup>.

Considerando também que:

O campo educacional colaborou para sistematização e institucionalização dos conhecimentos psicológicos, especialmente através de cursos de formação de professores sediados nas Escolas Normais, as quais se tornaram elementos de produção e divulgação dos conhecimentos da psicologia<sup>803</sup>.

Assim, a literatura científica sobre a Psicologia presente nas Escolas Normais voltados para a formação de professores ganhava espaço e importância no processo de circulação e difusão no meio educacional. E as reformas educacionais promovidas por Francisco Campos estimularam ainda mais a circulação dos do conhecimento da Psicologia voltada para a educação por meio da cultura impressa<sup>804</sup>. Sendo que é por meio da imprensa educacional, que pretendemos chegar até a cultura impressa sobre a Psicologia que dentro da educação se fazia presente.

### Conclusão

Concluindo então esta apresentação, para a presente pesquisa toda essa proposta se faz pertinente, pois, reconhecendo a materialidade dos livros e impressos, podem-se compreender especificidades contextuais da sociedade e dos produtores deste conhecimento ali presente; assim como também dos interesses por trás deste conhecimento ali selecionado, publicado e difundido. O que fornece os elementos para

---

<sup>801</sup> GEBRIM, Virginia Sales. O Legado da psicologia na conformação da criança na pedagogia nova no Brasil. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, R. M; CAMPOS, R. H. F. (Org). *História da Psicologia e Contexto Sociocultural*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2012, p.263.

<sup>802</sup> RODRIGUES, Anderson de B. ARAUJO, Jaqueline V. B. de. História da psicologia escolanovista em Goiás sob o prisma da relação psicologia educação. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, R. M; CAMPOS, R. H. F. (Org.). *História da Psicologia e Contexto Sociocultural*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, p.291.

<sup>803</sup> \_\_\_\_\_. de. História da psicologia escolanovista em Goiás sob o prisma da relação psicologia educação, p.291.

<sup>804</sup> BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

verificar os agentes, instituições e grupos envolvidos no processo de seleção, elaboração, publicação, e com isto, circulação e disseminação dos saberes via cultura impressa de uma determinada ciência dentro de outro campo científico (na presente pesquisa, da Psicologia em interface com a educação). Dando assim a visibilidade sobre a sociedade do período e dos interesses de sua cultura científica e educacional.

Considerando para todo este debate a seguinte análise de Figueiredo que relata que dentro deste movimento que pretendemos analisar, deve-se pressupor o envolvimento de:

[...] técnicos governamentais de diversas áreas (educação, tecnologia e cultura), escolas públicas e privadas em diversos níveis, imprensa, sociedades científicas, entre outras associações que desejam, de forma deliberada, divulgar os conhecimentos da ciência para a população em geral [...] <sup>805</sup>.

---

<sup>805</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005. Editora UFPR, p.61.

## **ST 15: História da África e ensino no Brasil III**

**Raissa Brescia dos Reis**

Doutorando (UFMG)/ rah.brescia@gmail.com

**Thiago Henrique Mota**

Doutorando (UFMG) /thiago.mota@ymail.com

# Estruturas de poder em Angola entre os séculos XVII-XVIII

**Edgleice Santos da Silva**

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

edgleice@ig.com.br

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é demonstrar em linhas gerais como se deu a ocupação dos portugueses entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. E como se deram as relações entre as três diferentes frentes de poder que estiveram presentes no Reino do Ndongo - atual Angola; os representantes da Igreja Católica procedentes de várias partes da Europa, representantes da Coroa Portuguesa e as autoridades locais, representado pelo Ngola e seus emissários os sobas. A estrutura política, religiosa e econômica colonial colidiu com as já existentes em Angola e alterou o modo de vida dos Mbundus. Os regimentos portugueses tentaram moldar os hábitos na colônia criando diversos mecanismos de controle. Podemos visualizar isso, através da bibliografia especializada que faz uso dos documentos produzidos entre o século XVII e XVIII, principalmente pelos missionários que mostram como se deram tais transformações. Obviamente não podemos acreditar na fidedignidade absoluta desses relatos, pois era uma escrita estavam dispostas a vangloriar os feitos dos colonizadores.

**Palavras-chave:** Angola; administração; poder; África; missionários.

Apesar do significativo avanço do estudo de história da África no Brasil, ainda existem várias limitações nesse campo que dificultam seu desenvolvimento, principalmente no que se refere a determinados recortes espaciais e temporais. Inicialmente, o recorte utilizado nesta pesquisa delimitava a Angola da segunda metade do século XVIII. No entanto, com o decorrer da investigação nos deparamos com a necessidade de recuar temporalmente para o século XVII com o intuito de entender melhor a integração entre portugueses e angolanos; especialmente, como foi se constituindo as relações político-sociais entre duas estruturas de poder tão distintas.

As missões de evangelização foram uma das portas de entrada mais eficientes para os europeus no continente africano. O Congo e a conversão do Manicongo são

amplamente mencionados no rol de documentos disponíveis, que servem de base para vários estudos sobre a presença da Igreja Católica em África. Os missionários tinham a plena convicção de que somente a fé cristã era a verdadeira e que os povos africanos não só precisavam ser civilizados através do conhecimento das escrituras sagradas, como também reconhecer “que todos os outros credos eram fundamentalmente falsos ou lamentavelmente deformados”<sup>806</sup>. Daí a urgência de evangelização das almas que desconheciam a verdadeira religião.

Através da bibliografia que trata principalmente dos séculos XVI e XVII em Angola, é possível visualizar parcialmente como se dava a relação dos religiosos com os nascidos na terra e com as autoridades portuguesas. O que transparece na documentação oficial e em parte significativa da bibliografia é que a principal preocupação dos missionários era a conversão religiosa, porém, essa não era uma tarefa simples, já que mesmo com a conversão os nativos não abandonavam suas práticas e rituais. Os religiosos tinham em mente que careciam da ajuda da Coroa para garantir a submissão dos angolanos. E a Coroa, por sua vez, tinha grande interesse no trabalho de conversão, pois ele facilitava a entrada no interior de Angola.

Anterior à chegada dos portugueses, já existia no Reino Ndongo organizações políticas dos Mbundus – principal grupo etnolinguístico de Angola- e era formada basicamente por sobas, uma espécie de ministros do rei, o Ngola, cujo governo era descentralizado. A descentralização do poder em Angola foi um dos principais fatores para a dificuldade que a Coroa encontrou em submeter os angolanos e para a conversão real ao cristianismo. Isso se dava porque cada sobado era comandado por um soba responsável por recolher tributos tanto para o Ngola como para os administradores portugueses. Diferente do vizinho Reino do Congo, onde a estrutura política era centralizada e a influência da Igreja e da Coroa Portuguesa na vida dos congoleses foi mais eficiente.

De acordo com Brasil Davidson, na África era comum não haver uma estrutura unificada de organização social, mesmo em comunidades próximas geograficamente, pois os modos de vida dos diferentes grupos dependiam da sua cosmogonia.<sup>807</sup> Assim, ao

---

806 BOXER, Charles. *A Igreja e a expansão Ibérica, 1440- 1770*. Trad. Maria de Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70, 1978, p.46.

807 DAVIDSON, Basil. *Os Africanos: uma introdução à sua história cultural*. Trad. Fernanda Maria Tomé da Silva. Lisboa: Edições 70, 1969, p.89.



analisarmos as organizações políticas do território angolano da segunda metade do século XVII até o último quartel do século XVIII, é necessário entender que suas estruturas eram bastante específicas e diversificadas. De forma geral, o que os historiadores modernos fazem é estabelecer equivalências artificiais entre cargos e posições Mbundus com os existentes nas estruturas políticas europeias, usando conceitos como Estado, rei, ministros, entre outros, para designar as posições hierárquicas no Ndongo. Joseph Miller define de forma muito coesa a amplitude do conceito de organização política para os Mbundus, que transcende o modelo europeu:

Podemos começar por designar como política todas as associações de caçadores, campos de circuncisão, cultos de cura e outras organizações que relacionam as pessoas uma as outras para além dos laços de parentesco, já que os Mbundus as reconheciam como ‘políticas’ no sentido que existiam fora da esfera das relações puramente ‘sociais’ tal como elas se definiam pela estrutura dos grupos de filiação.<sup>808</sup>

O que é consenso na historiografia sobre Angola é que já havia, antes da chegada dos portugueses, divisões bem demarcadas, todos os habitantes do território conhecendo suas funções na organização política, social e religiosa. Nesse sentido Virgílio Coelho destaca: *Ao que parece, a ocupação africana do solo angolano dividia-se em sistemas ou esquemas de linbagens muito complexos, com inter-relações hierárquicas, fixas e imutáveis, criadas em tempos mais ou menos remotos.*<sup>809</sup> Os títulos eram definidos por relações de parentesco. Relações tais como pai-filho, irmão-irmão, avô-neto, tio-sobrinho, que não eram necessariamente consanguíneas, determinavam as posições de cada um na instituição política. Para Coelho, antes da chegada dos portugueses as estruturas de poder já eram bem definidas entre os habitantes do Ndongo. Apesar de utilizar terminologia europeia, o autor destaca a existência de diferentes noções ou instâncias:

- 1.º - a noção de espaço territorial, de região ou de país, Reino ou Estado;
- 2.º - a ideia de corte, lugar onde reside o soberano, a capital do Estado;
- 3.º - a noção de sacerdote, de lugar de culto, e, sobretudo, o lugar onde se recebem as graças especiais dadas pelo grande sacerdote;

---

808 MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola*. Trad. Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.p.261.

809 COELHO, Virgílio. *Em busca de Kábàsà: estudos e reflexões sobre o Reino do Ndongo*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2010. p.314, nota de rodapé 5.

4.º o lugar onde os altos dignitários do Estado se reúnem para tomar grandes decisões.<sup>810</sup>

Os Mbundus foram os principais grupos com os quais os portugueses tiveram contato, sendo, portanto, o melhor caminho para se entender essa relação. É importante salientar que os Mbundus não constituíam uma unidade. Havia vários grupos distintos, cujas especificidades não são descritas nos documentos portugueses. Por falta de conhecimento ou interesse, os autores acabavam por homogeneizá-los, criando, assim, muitas generalizações.<sup>811</sup> Segundo Joseph Miller, na análise da história de Angola é problemático falar em sociedade “com Estado” e “sem Estado”. Para o autor, tais conceitos são dicotômicos e de certo modo hierarquizantes. Miller faz uma crítica aos historiadores que usaram esses conceitos de forma universal, pois as sociedades africanas não se encaixariam nesse modelo.<sup>812</sup> Entretanto, há muita dificuldade em nomear organizações políticas sem que sejam utilizados o conceito de Estado e seus congêneres. O próprio Miller faz uso de termos com rei, por exemplo.

O interesse inicial dos portugueses pelo continente africano se dá em razão dos vastos recursos naturais. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, “as primeiras expedições na África têm o intuito de procurar jazidas e feiras nativas onde se perpetuavam metais preciosos”<sup>813</sup>. Antes da efetiva ocupação dos portugueses no território, em meados do século XVI, os missionários que se encontravam na região de Angola semearam, através de suas cartas às autoridades ibéricas, o mito de que havia naquelas terras jazidas de ouro e principalmente prata. Foi despertada, assim, a ambição da Coroa, que incentivou verdadeiras expedições em busca de minérios. De acordo com Birmingham, foram principalmente os jesuítas que forneceram todas as coordenadas territoriais da região, bem como os detalhes sobre as organizações político-militares dos povos que ali habitavam.<sup>814</sup>

---

810 \_\_\_\_\_ “Em busca de Kábàsà”, p.78-79.

811 MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco*, p.40.

812 \_\_\_\_\_ *Poder político e parentesco*, p.1-2

813 ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O tratado dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 30.

814 BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Trad. Arlindo Barbeitos. Lisboa: Documenta Histórica/Vega, 2003, p.87.

Apesar de nunca terem encontrado ouro ou prata em Angola, a documentação mostra que ainda no século XVIII os portugueses acreditavam no mito e, por conta disso, travaram vários conflitos com os dirigentes locais. No entanto, foi o comércio de escravos que serviu como meio de enriquecimento tanto para os colonos, como para a Igreja. A esse respeito, Boxer afirma:

A própria Igreja era, e continua a ser nos impérios coloniais ibéricos, uma instituição em escala maciça de capital de escravo. Não só isso como, durante séculos, os rendimentos do bispo e da instituição eclesiástica de Angola eram financiados pelos lucros do comércio escravo<sup>815</sup>.

Com o estabelecimento de feitorias na Costa Ocidental, os lusitanos veem no comércio de pessoas - já existente entre os africanos, mas em menor escala e baseado numa lógica interna diferente - a possibilidade de uma nova fonte de lucro para Portugal. Assim como a América Portuguesa, Angola passou pelo sistema de feitorias, de capitánias hereditárias, até que em 1652 foi implantado o sistema de governo-geral. Juizes de Fora eram nomeados em Portugal para defender os interesses do país, no entanto, ao se infiltrar em Luanda conduziam seus cargos em benefício próprio. As primeiras fortalezas construídas no litoral são datadas do início do século XVII. A ocupação dos portugueses em território angolano não foi uma empreitada fácil e sim marcada por guerras, onde acordos e negociações eram desfeitos a depender dos interesses de ambos os lados. Da parte dos portugueses a guerra servia como desculpa para a captação de escravos, e para isso fazia alianças com determinados sobas que também tinham interesse em lucrar com o comércio de escravos. As alianças eram feitas através de contratos chamados de avassalamentos. Os termos de avassalamentos eram assinados pelos sobas, mesmo não sabendo ler as cláusulas dos contratos eram traduzidos e a partir daí os sobados se comprometiam em fornecer apoio militar, ajudar na captação de escravos e se converter ao cristianismo, além de pagar tributos aos portugueses. Ambas as partes faziam acordos em troca de proteção mútua, se resguardando das ameaças africanas e europeias.

Os avassalamentos eram documentos escritos pelos funcionários da Coroa e assinados pelos sobas com o sinal da cruz, isso demonstra que os mesmos não sabiam ler. Ou seja, provavelmente o valor desses acordos para os sobas estava baseado na oralidade,

---

815BOXER. *A Igreja e a expansão Ibérica*, p.46.

que é uma das principais características dos povos da África Centro Ocidental. Ao que parece os acordos assinados não tinha muita relevância na prática já que as quebras dos avassalamentos foram constantes durante todo o período colonial. As alianças ocorriam principalmente devido a autonomia que os sobas tinham para governar, posto que o Ngola vivia afastado da costa e suas atividades eram de caráter místicos.

O poderio bélico de que dispunha os portugueses eram frequentemente utilizados na tentativa de subjugar os sobados que não se avassalasse. Um exemplo mais conhecido foi os sobados da região do Quissama, que não facilitavam a interiorização dos portugueses no território em busca de escravos e minérios. As autoridades de Quissama ficaram conhecidas como aquelas que mais resistiram às investidas de colonização. As guerras resultavam em bons interesses comerciais, pois os capturados se tornavam mercadoria do comércio atlântico de escravos. O uso da violência era legitimado, apesar das várias leis que eram criadas para suavizar a tensa convivência, muitas não saíam do papel. A violência legitimada pelo governo português e pela Igreja defendia a salvação da alma e a venda do corpo.

A estrutura política, religiosa e econômica colonial colidiu com as já existentes em Angola e alterou o modo de vida dos Mbundus. Os regimentos portugueses tentaram moldar os hábitos na colônia criando diversos mecanismos de controle. Podemos visualizar isso, através da bibliografia especializada que faz uso dos documentos produzidos entre o século XVII e XVIII, principalmente pelos missionários que mostram como se deram tais transformações. Obviamente não podemos acreditar na fidedignidade absoluta desses relatos, pois era uma escrita estavam dispostas a vangloriar os feitos dos colonizadores.

# As práticas religiosas e suas conexões com os aspectos sociais, políticos e jurídicos na Guiné

**Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Greitas**

Mestranda em História Social da Cultura

Universidade Federal de Minas Gerais

[jeocasta@hotmail.com](mailto:jeocasta@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho buscou compreender as práticas religiosas dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Papéis, alguns dos muitos povos que viviam na região da Guiné. A intenção é compreender como os aspectos religiosos estavam conectados as questões sociais, políticas e jurídicas na Guiné. Afinal, não existiam separações entre estas esferas. Além disso, pretende-se analisar a importância dos relatos de viagem como fontes históricas, demonstrando como são uma valiosa fonte documental.

**PALAVRAS CHAVES:** Relatos de viagem; práticas religiosas; Guiné.

Esta apresentação tem como foco de estudo a compreensão e análise de narrativas e representações a respeito das práticas religiosas dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Papéis, na região da Guiné (do Rio Senegal até a região de Serra Leoa), a partir da literatura de viagem produzida sobre a região, no século XVI e início do XVII. Para tanto, foram selecionados os relatos de três autores principais para a investigação: André Alvares Almada (1594), Padre Baltasar Barreira (1604-1612) e André Donelha (1625).

As fontes utilizadas neste trabalho são riquíssimas em variados tipos de informação. Os relatos de Almada e Donelha e as cartas do Padre Baltasar Barreira trazem informações sobre o espaço geográfico, as relações comerciais, os principais produtos da região e também sobre os produtos de interesse dos povos africanos. Estas obras abordam também aspectos culturais dos moradores da região da Guiné, os costumes, a vestimenta, as armas, os juramentos e as práticas religiosas. Estas fontes são, portanto, importantes para vários historiadores interessados em distintos temas de pesquisa sobre a Guiné.

Mas vale ressaltar que enquanto alguns aspectos são extremamente valorizados nestas descrições, outros raramente aparecem. Por exemplo, a cor da pele ou outros aspectos somáticos são escassamente usados pelos autores para caracterizar os povos da Guiné. Uma vez que, todos estes autores estavam mais interessados nas características culturais, estas sim, eram muito relevantes para a distinção dos povos. José da Silva Horta afirma que para estes autores “o corpo cultural era bem mais importante que o corpo

somático.”<sup>816</sup> O mesmo autor afirma ainda que muitas vezes as relações afro-portuguesas do século XVI e XVII foram incorretamente referidas como relações “raciais”, ou de “raça”.<sup>817</sup> Contudo, isto é um grande equívoco, porque trata-se de trazer para o século XVI e XVII uma característica das relações afro-portuguesas do final do século XVIII e início do século XIX, período no qual as relações eram extremamente marcadas pelo discurso racial, isto é, os aspectos somáticos.

Mas se as características somáticas não eram tão relevantes como marcadores identitários dos diferentes povos da Guiné, isto não significa que não existissem outras características que influenciavam o olhar de julgamento sobre o outro. Durante os séculos XVI e XVII, os aspectos culturais exerceram este papel, mas principalmente o aspecto religioso:

[...] a cor da pele e outros caracteres somáticos do indivíduo são menos relevantes que a sua filiação religiosa efetiva. Era sobretudo a religião, e as expectativas que a ela estavam associadas, que marcava mais profundamente as representações dos africanos no início dos contatos e nos séculos seguintes.<sup>818</sup>

A preocupação com os aspectos religiosos fica muito evidente nos relatos de Almada e Donelha e nas cartas do missionário Baltasar Barreira, na medida em que percebemos uma preocupação dos autores em demonstrar que a Guiné estava dividida entre as nações islamizadas (caracterizada nas fontes, como: “mouros”, “da lei”, “seguem a seita de Mafoma”, “Mafometanos”) e os “Gentios/Idólatras” (categoria utilizada pelos “portugueses” para identificar os povos que eram adeptos de práticas religiosas africanas). Logo, ao descrever os povos da Guiné, o principal corte operatório que eles estabelecem é o dos povos já islamizados, sobretudo dos que se situavam ao norte do Rio Gâmbia, sob a influência dos Mandingas. E os povos que viviam ao sul daquele rio, os “gentios”, que teriam sofrido uma influência menor do islamismo, por isto eram observados sob uma ótica menos negativa do que os islamizados.

### **O que significava ser um “Gentio/ Idólatra”?**

<sup>816</sup> HORTA, José da Silva. “Nações”, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem - Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *Varia História*, Belo Horizonte, vol.29, nº51, p.649-675, set/dez 2013, p.659.

<sup>817</sup> HORTA. “Nações”, p.658.

<sup>818</sup> \_\_\_\_\_. Perspectiva para o estudo da evolução das representações dos africanos nas escritas portuguesas de viagem: o caso da Guiné do Cabo Verde (Séculos XV-XVII). In: RODRIGUES, José Damiano. RODRIGUES, Casimiro. *Representações de África e dos Africanos na História e na Cultura – Séculos XV-XXI*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, 2011, p.415.

Entre os séculos XV e XVIII, algumas noções como “gentio” e “idólatra” estiveram presentes nas descrições que os viajantes fizeram das práticas religiosas que existiam na costa da África Ocidental.

O nobre veneziano, Luís de Cadamosto, realizou duas viagens a serviço do Infante D. Henrique, uma em 1455 e outra em 1456, na região entre o Rio Gâmbia e o Rio Grande (Geba). Ao descrever os povos que viviam nesta região ele utilizava o termo “gentio” e afirmava: “Não têm fé nem conhecem a Deus, mas adoram uns o Sol, e outros a Lua, e outros, ainda, os planetas; e tem novas ideias de idolatria.”<sup>819</sup> Duarte Pacheco Pereira que também esteve nesta região por volta de 1506, afirmava que estes povos: “São idolatras porque são gentios.”<sup>820</sup>

Já o comerciante cabo-verdiano Almada, em 1594, ao se referir aos Barbacins, povo que vivia próximo ao rio Sine, entre o Rio Senegal e o Gâmbia, afirmava: “Estes gentios Barbacins não deixam de terem muitos ritos.”<sup>821</sup>, sobre os Casangas ele disse: “Os seus ídolos, são uns paus fincados no chão[.]”<sup>822</sup>

O Padre Baltasar Barreira, já em uma das suas primeiras cartas, escritas em 1604, quando chega a Cabo Verde e aguarda alguns dias até se dirigir a costa da Guiné, afirmava: “[...] e de lá [Guiné] espero mandar tão boas informações da disposição daqueles Reys e gentilidade para receber nossa santa fé católica, que se tome assento sobre nossa ficada e perpetuação nestas partes.”<sup>823</sup>

Em 1625, ao escrever o seu relato, o comerciante cabo-verdiano Donelha, afirmou: “Estes Jalofos eram gentios, há menos de oitenta anos que tomaram a lei de Mafamede.”<sup>824</sup>

Percebe-se, portanto, que estes termos são recorrentes nas fontes que se referem a região da Guiné, desde o século XV. Cabe agora compreender o que eles significavam e quais os objetivos dos viajantes ao utilizá-los.

---

<sup>819</sup> CADAMOSTO, Luís de e SINTRA, Pedro de. *Viagens*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, p.98.

<sup>820</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3ª edição. Lisboa, 1954, p. 134.

<sup>821</sup> ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde* (1594). Leitura, introdução, modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.258.

<sup>822</sup> \_\_\_\_\_. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, 1994, p.296.

<sup>823</sup> “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 22/07/1604, *Monumenta Missionária Africana*, v. IV, p.46.

<sup>824</sup> DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde* (1625). Edição, introdução, notas e apêndices: Avelino. T. da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, p. 128.



José da Silva Horta afirma que estes termos tinham como objetivo caracterizar as crenças dos povos africanos como um erro que importava superar, já que a descrição dos viajantes era organizada de acordo com o sistema de categorias disponíveis no código referencial ibero-cristão<sup>825</sup>.

A gentilidade foi, durante muito tempo, associada a ausência de lei, aqueles situados fora do Cristianismo, Judaísmo ou Islamismo eram integrados a categoria de gentios. Os viajantes estabeleciam uma diferença significativa em relação aos “gentios” e aos “mouros”. Os “mouros” eram associados ao eterno pecado, por terem acreditado na “falsa fé de Maomé”. Em contrapartida, os “gentios” eram capazes de conhecer o caminho da salvação, desde que se convertessem ao cristianismo<sup>826</sup>. Além disso, os “gentios”, por serem considerados povos sem fé e sem lei, foram caracterizados como povos que poderiam ser facilmente convertidos.

Um exemplo deste discurso, “gentios” versus “mouros”, está presente nas cartas do Padre Baltasar Barreira. Quando é indicado como superior da missão para a Guiné, já demonstra que tem conhecimento sobre a presença do islamismo naquela região<sup>827</sup>. Uma vez que, ao aceitar a missão afirma que é necessário salvar as almas de muitos que estão sendo contaminados pela “maldita seita de Mafamede”.<sup>828</sup> Percebe-se, portanto, que o seu discurso será influenciado pelo contexto das cruzadas contra os muçulmanos. Logo, sua perspectiva sobre os povos africanos influenciados pelo Islã será extremamente pejorativa.

---

<sup>825</sup> HORTA. O africano: produção textual e representações (séculos XV-XVIII). In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Lisboa: Cosmos, 1999, p.256.

<sup>826</sup> DESTRO, L. C. F. . Cristãos, mouros e gentios: os africanos subsaarianos nos relatos de viagem dos séculos XV e XVI. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 2013, Natal. Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013, p.1.

<sup>827</sup> De acordo com Alberto da Costa e Silva, após a morte de Maomé, em 632, os árabes unificados por Maomé, abalaram o poder do Império Bizantino e conquistaram o Iraque, a Síria, a Palestina, a Pérsia, a Armênia, a Ásia Menor, o Egito e os litorais da África do Norte até a Tunísia. Acrescentaram a seus domínios, no final do século VII, o Afeganistão, a Índia e quase todo o norte da África. Os árabes islamizados acreditavam que era obrigação do crente, ampliar os territórios sob o governo dos fiéis, para isto realizavam a guerra santa (jihad). Vale ressaltar que a expansão do islamismo esteve intimamente ligada a expansão das rotas comerciais transaarianas. Isto não significa, contudo, que os árabes controlavam todo o comércio transaariano, já que grande parte deste comércio continuava na mão dos berberes islamizados. Estes berberes islamizados tiveram papel importante na difusão do islamismo na África. Uma vez que, eram eles que chegavam a diferentes espaços no território africano em busca de mercadoria e com a intenção de estabelecer comércio. Através deste contato difundiam também o islamismo. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Nas terras do Islame*. In: *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

<sup>828</sup> “Carta do Padre Baltazar Barreira ao Padre Antonio Mascarenhas”, 16/3/1604. In: MMA. 1965, v. IV, p.35.

Além de representar os povos islamizados como falsos e traiçoeiros, o seu discurso tende a distinguir os islamizados dos “gentios”, reforçando a perspectiva de que os “gentios” são mais facilmente convertidos que os islamizados:

A disposição para se fazer fruto nesta gentilidade em uns é grande e em outros não; daqueles que já receberam a seita de Mafoma não parece que há que tratar, os outros que somente a cheirarão e ainda tem ídolos que adoram pode haver mais esperança, e já um Rei destes me deu palavra que se faria cristão e escreveu sobre isso a Sua Majestade, mas os que estão mais dispostos para receber a nossa Santa Fé, são estes reinos da Serra Leoa e outros vizinhos a eles, por não terem notícia de Mafoma e de sua lei.<sup>829</sup>

Este ponto de vista está ligado ao fervor empenhado na cruzada contra os muçulmanos. Após longos anos de peleja dos cristãos na “reconquista e reintegração” da Península Ibérica, este processo ficou marcado na memória e no discurso de muitos homens ganhando muitos partidários ao longo dos séculos<sup>830</sup>. Durante a reconquista estes muçulmanos foram vistos como inimigos. Isto explica a preocupação de viajantes portugueses, cabo-verdianos e missionários em descrever de forma negativa a influência do islamismo na Guiné. Isto também explica o fato destes personagens descreverem os Jalofos e os Mandingas como povos de difícil conversão. Uma vez que, os portugueses já tinham um conhecimento sobre a religião islâmica e já haviam lutado, durante vários anos, contra os muçulmanos.

Entretanto, isto não significa, que o discurso produzido pelos missionários, comerciantes e viajantes, de que os “gentios” seriam facilmente convertidos seja verdadeiro. Já que, “os poucos anos de missão iriam revelar que os povos da costa ocidental africana possuíam manifestações culturais e hábitos ancestrais bem enraizados, como a poligamia, cultos, rituais e algumas cerimônias fúnebres, de que não abdicavam facilmente”.<sup>831</sup> A visão inicial de que os “gentios” seriam facilmente convertidos, tem relação com uma interpretação otimista dos viajantes e algumas primeiras conclusões precipitadas ao chegarem à região.

---

<sup>829</sup> “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares”, 01/8/1606. In: *MMA*. 1965, IV, p.172.

<sup>830</sup> PAIVA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro. *As descrições da cidade de Lisboa: escrita, poder e sociedade no Portugal dos Felizes*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 2013, 112f.

<sup>831</sup> RECHEADO, Carlene. *As missões franciscanas na Guiné (SéculoXVII)*. 118f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2010, p.18..26.

A associação de alguns povos da Guiné com o termo “gentio” não é ingênua, caracterizar alguns povos da costa com este termo, significava recorrer a um imaginário religioso cristão dos séculos XIII ao XV, e a interpretação crítica da figura dos gentios no Novo Testamento, que eram representados como um povo desejoso de se aproximar da fé de Cristo e por ele chamado a formar a sua Igreja<sup>832</sup>. Já o termo “idólatra/idolatria”, remetia a uma referência bíblica, reenviava a Isaías 37:19, segundo o qual os deuses das nações dos Gentios não eram deuses mas “obras de mãos de homens, madeira e pedra.”<sup>833</sup> A Idolatria aparece associada a ideia de artes mágicas, adoração de ídolos, prática de encantamentos, feitiços e sortilégios. Ser idólatra significava prestar a falsas divindades o culto reservado ao “verdadeiro” Deus.

Cabe ressaltar que a caracterização realizada pelos viajantes, dos povos que viviam entre o Rio Gâmbia e a Serra Leoa, como “gentios/ idólatras” não nos ajuda a compreender as práticas religiosas destes. Ao contrário, se o historiador não for cauteloso corre o risco de utilizar estes termos e dificultar o entendimento sobre as características religiosas presentes na região.

Horta, por exemplo, chama atenção para o fato de que o peso concedido pelos viajantes a noção de idolatria, não permitiu que eles compreendessem o caráter de mero suporte ritual e não de verdadeiro destinatário do culto dos “ídolos”. Os chamados “ídolos” eram objetos de culto através dos quais se aproximava dos espíritos. Portanto, “não são deuses ou mesmo espíritos, mas apenas o suporte para a propiciação dos espíritos.”<sup>834</sup> Diante disso, pretende-se agora explicar o que eram e o significavam aqueles objetos que os viajantes denominavam como “ídolos” e os povos locais chamavam de “Chinã”.

### O culto as Chinas (Tchinas)<sup>835</sup>

---

<sup>832</sup> HORTA, O africano: produção textual e representações, p.262.

<sup>833</sup> HORTA, José da Silva e MARK, Peter. Judeus e Muçulmanos na Petite Côte senegalesa no início do século XVII: Iconoclastia anti-católica, aproximação religiosa, parceria comercial”. *Cadernos de Estudo Sefardista*, nº 5, 2005, p.36.

<sup>834</sup> HORTA, O africano: produção textual e representações, 1999, p.280.

<sup>835</sup> Antônio Carreira afirma que o termo China tem a sua raiz em língua nativa, mas que deve ter sofrido adaptação à fonética crioula. Por isso, em vez de China melhor seria dizer Tchina, uma vez que em nenhuma língua nativa existe o ch com o som equivalente ao nosso, mas sim o teacher, no inglês. Optamos aqui por utilizar o termo como aparece na fonte, mas é importante considerar que a pronuncia é diferenciada. CARREIRA, Antônio. “Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichista na Guiné Portuguesa”. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº63, ano XVI (1961), p. 508.

O viajante-comerciante cabo-verdiano André Álvares Almada, que foi um mercador conhecido na Costa da Guiné desde antes de 1570, descreve a adoração dos Barbacins, desta forma:

Estes Gentios Barbacins não deixam de terem muitos ritos; fazem reverência a Lua quando é nova; têm umas árvores grandes, que eles têm por templo, e os caíam com farinha de arroz e com sangue dos animais que matam e sacrificam a estas árvores, ou [a] alguns paus que eles fíncam no chão, alevantados para cima para esse efeito.<sup>836</sup>

Mais tarde ao tratar do culto dos Casangas e dos Banhuns, Almada afirmou que:

Os seus ídolos, a que reverenciam, são uns paus fíncados no chão, debaixo de alguma árvore grande e sombria, com as cabeças tortas ao modo de cajados, juntas estes em feixe, amarrados, postos no chão com as cabeças todas para cima. E o seu ídolo a que eles chamam Chinas, e reverenciam, oferecendo-lhes vinhos da sura, que é o da palma, e o de milho, que é como cerveja.<sup>837</sup>

Já o Padre Fernão Guerreiro, importante missionário jesuíta, ao escrever, em 1606, sobre os povos que viviam na Guiné afirmou:

[...] se há-de saber que o vocábulo por onde esta gentilidade significa o culto e veneração que tem de sua idolatria, é por este nome China; de modo que assim como nós chamamos a nosso deus, Deus, assim eles ao que têm e adoram por Deus chamam China; donde, quando vêem nossas imagens de Cristo ou de Nossa Senhora lhe chamam China do branco, ou China do Cristão, querem dizer Deus do cristão, ou coisa a que quer ou que ama muito.<sup>838</sup>

Continuando a descrição impregnada de juízo de valor, o Padre afirmava:

E o que mais é para espantar e que se pode ver a brutalidade desta cega gente, é a forma e figura desta sua negra china ou deus que veneram, a qual é esta: Tomam muitos paus, cada um de palmo e meio, todos muito pretos em razão da variedade de licores que lançam em umas vasilhas, que é sangue de diversos animais; com que tingem estes paus; [...]; destes paus fazem um feixe, que fica parecendo um cepo de talhar carne, de altura de palmo e meio, do qual estão dependurados por umas cordinhas delgadas duas ou três caveiras de cachorros. E eis aqui o Deus que esta cega e brutal gentilidade adora e mete no coração e isto é que chamam China.<sup>839</sup>

Baltasar Barreira também se referiu ao termo China ao tratar das práticas religiosas dos povos da Guiné. Em 1607, em uma carta destinada ao provincial de Portugal, o Padre

---

<sup>836</sup> ALMADA. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p. 258-259.

<sup>837</sup> \_\_\_\_\_. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p.296-297.

<sup>838</sup> “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p.204.

<sup>839</sup> “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p.204.

afirmou que alguns homens que haviam sido convertidos ao catolicismo, quando retornavam a Guiné, voltavam a adorar suas Chinas:

Alguns negros cristãos naturais desta terra [Guiné], que tornarão a ela da Ilha do Cabo Verde, onde forão batizados, cõ o trato dos gentios vierão a tanto esquecimento das obrigações de nossa santa fé, que tinham chinás, ou consentião que a tivessem seus escravos, e tratavão com ellas e lhe encomendavão suas cousas, como fazem os gentios...<sup>840</sup>

Percebe-se, portanto, através destes trechos que os missionários e comerciantes conseguiram identificar alguns objetos de culto dos povos da Guiné. Contudo, fica claro que só identificaram os aspectos materiais deste culto, tendo dificuldades em interpretar os seus significados.

China era o termo utilizado pelos Banhuns, Cassangas e Papeis para indicar a representação simbólica da residência dos espíritos. A existência da China poderia ser simbolizada através de vários objetos (esculturas de madeira) ou seres (árvore). Mas as representações que aparecem de forma mais repetitiva nas fontes são as esculpidas em madeira.

Os missionários e comerciantes que estiveram na região descreveram o culto as Chinas como se fossem um culto direto ao objeto. Eles tinham dificuldades de compreender a ligação que existia entre o visível e o invisível, o natural e o sobrenatural, para os povos da Guiné. Muitos não perceberam que o culto não era ao objeto, o objeto (as esculturas de madeira) eram um meio de consulta à forças sobrenaturais que possibilitavam o contato com o sagrado. A maioria dos povos da Guiné que seguiam as práticas religiosas locais acreditavam e acreditam na existência de uma entidade suprema, onipotente e criadora. Contudo, este ser superior não estava envolvido em negócios da vida cotidiana. Mais intimamente relacionados com os assuntos humanos estavam uma multidão de espíritos, que poderiam ser os espíritos dos antepassados ou forças naturais, estes sim estavam ligados aos aspectos do dia-a-dia<sup>841</sup>.

Portanto, como o ser supremo estava muito longe dos mortais, era necessário uma intermediação, e as forças espirituais que exercem essa ponte entre o divino e o humano eram as Chinas. Por isso, as Chinas eram consultadas nas mais diversas circunstâncias, em

---

<sup>840</sup> “Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal”, 09/03/1607. MMA, v. IV, p. 238.

<sup>841</sup> AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 93.

tempos de paz ou guerra, em momentos de felicidade e dor, de saúde ou enfermidade, para resolver dúvidas ou algum problema, na procura de alianças ou por desavenças políticas. Percebe-se que as forças espirituais acessadas através dos objetos sagrados tinham um poder de interferir diretamente no mundo dos vivos. Por isso, assuntos de qualquer natureza eram sempre tratados levando-se em conta o componente espiritual.

### **A ligação com as práticas jurídicas, políticas e sociais**

Embora tenhamos classificado uma série de práticas sociais dos povos da Guiné, já citados, como “práticas religiosas”, é legítimo destacar que esta classificação é externa. As sociedades estudadas não utilizavam este termo e não concebiam as práticas que classifico como religiosas como uma esfera da vida social diferenciada. Ao contrário, tais práticas conectavam-se com uma multiplicidade de relações sociais, relações de poder, de parentesco, de justiça, etc.

Isto fica nítido quando observamos as situações, presentes nas fontes, que demonstram em que ocasiões e com quais objetivos os povos da Guiné recorriam aos símbolos, reconhecidos como Chinas. O Padre Fernão Guerreiro escreveu em 1606 sobre a utilização das Chinas:

Donde o que eles têm por sua China e por seu Deus veneram com muito grande respeito, nem fazem coisa sem seu conselho; e para mais o diabo os enganar, lhes fala nela quando a trazem a público para treinarem alguma coisa em juízo, ou fazerem algum juramento, ou querem saber alguma coisa do que há de haver ou suceder no reino.<sup>842</sup>

Desconsiderando a visão do Padre baseada em uma divisão entre o sagrado e o diabólico, visão comum na descrição de religiosos neste período, que tendiam a caracterizar as práticas religiosas dos povos com quem acabavam de entrar em contato como práticas diabólicas. Afinal, para eles o demônio se manifestava naqueles povos e era preciso intervir para salvar várias almas<sup>843</sup>. O religioso fornece informações importantes, como a de que as Chinas eram consultadas em várias situações e que a resposta concedida através desta consulta era relevante para as decisões finais: decisões jurídicas, políticas e sociais.

---

<sup>842</sup> “Das coisas do Cabo Verde e Costa da Guiné”, 1606. MMA, v. IV, p. 204.

<sup>843</sup> SOUZA, Laura de Mello. *América Diabólica: demonologia e imaginário do descobrimento à colonização*. Ver. TB, Rio de Janeiro, 110: 85/100, jul-set, 1992.

Um exemplo de decisão política tomada através da consulta a China, está presente no relato de Almada, quando aborda o fato dos Barbacins realizarem uma consulta, no mato sagrado, sobre se farão ou não guerra:

[...] a norte deste Rio vai correndo o Reino deste Rei de que se trata, que é um reino pequeno, de poucas terras, mas tão belicoso em guerras que é tido entre os outros por um dos da fama. Causa isto, além dele ser muito bom capitão e animoso, tem as suas terras muito cobertas de mato e bosque serrado, no qual se mete e dele ofende aos inimigos; o seu conselho de guerra jamais se descobre; nem se sabe; porque quando a determina fazer, toma primeiro conselho para isto com os seus deputados, e se mete com eles no bosque que está apegado aos seus paços, e ali fazem uma cova de altura de três palmos, redonda e todos os do conselho se põem à roda dela com as cabeças baixas olhando nela; ali praticam todos se farão guerra ou não. E depois de tudo bem examinado, e a determinação do que hão-de fazer tomada, tornam a cobrir a cova. E diz o Rei: “a terra não há de descobrir isto, porque fica enterrado nela”; hão os do conselho tamanho medo de descobrirem o que ali passam, que jamais se sabe.<sup>844</sup>

Esta passagem do texto de Almada informa que antes de decidir se entrariam ou não em guerra, o chefe dos Barbacins se reunia com seu conselho de guerra, provavelmente formado pelos homens mais experientes e sábios da tabanka (aldeia), os anciões. Eles se reuniam no bosque, sabemos da existência de bosques sagrados, onde se localizavam as Chinas. Portanto, antes de tomar uma decisão importante, estes homens se reuniram, em um espaço sagrado, para consultar os espíritos dos seus ancestrais através da China, e tomar a decisão mais adequada. Percebe-se a ligação entre o espiritual e as decisões estratégicas e políticas dos Barbacins.

Além dos exemplos ligados aos aspectos políticos, temos também elementos que demonstram como os aspectos jurídicos estavam entrelaçados as questões religiosas. Valentim Fernandes, no seu Manuscrito, referindo-se aos juramentos dos Banhuns, escreve:

E quando alguu faz alguma cousa que lhe quere dar juramento levãno ao dito pao [China] onde há de jurar e bem se guarda de jurar falso porque cuyda que logo ham de ser matados e jura assim por sua linhagem e china: A china me mate descendo daquela palmeyra e isto porque todos sobem a palmeira para tirarem vinho e assim juram também de outra maneiradizendo cobra me mate ou lagarto etc.<sup>845</sup>

<sup>844</sup> ALMADA. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p 257.

<sup>845</sup> FERNANDES, Valentim. *Manuscrito de Lisboa*, 1940, p. 84-86.



Almada ao se referir aos juramentos praticados pelos Barbacins, escreve:

Entre estes desta nação, como os mais de que tratamos, há juízes, os quais são determinados pelos reis com os velhos, que são como desembargadores, ou pelos governadores dos lugares, assistindo sempre com eles os homens antigos e velhos. Põem as partes suas ações, os outros as contrariam; dão logo as provas, e se determinam entre eles. Quando o caso é duvidoso e não há testemunhas, usam de dois juramentos horrendos, e tomam o autor e réu, a um chamam o do ferro e o outro o da água. Tenho-os ambos por mui dificultosos. O do ferro toma-se por esta maneira: trazem ali um ferreiro ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo, [...] até que se faça o ferro tão vermelho como uma braza. Diz a parte que há de tomar o juramento: “Deus sabe a verdade; se eu fiz tal cousa ou tal, que seme impõe, este ferro me queime, e a minha língua de maneira que jamais fale.”<sup>846</sup>

Percebe-se que os dois trechos enfatizam o aspecto de um cumprimento ritual relacionada aos juramentos as Chinas como práticas para averiguação de acusações graves em que a suspeita não foi facilmente comprovada, através de testemunhos ou evidências. Nestes casos as pessoas eram submetidas a necessidade de realizarem um juramento, no qual era necessário invocar a China. Pelas fontes observamos que estes juramentos eram valiosos, já que as pessoas tinham muito medo das consequências, pois mentir em nome da China, teria como resultado uma severa punição.

No trecho escrito por Almada, verificamos ainda a existência de uma tradução religiosa, ao se referir aos Barbacins, ele afirma que estes juravam em nome de Deus, mas sabemos que o termo utilizado por eles não era este. Almada tentou traduzir o que observava de acordo com o referencial cristão. De qualquer forma seu relato foi importantíssimo, porque em inúmeras passagens demonstra que o ritual de atestar honestidade a uma declaração estava intimamente ligado aos aspectos espirituais.

Além dos exemplos acima, percebemos através dos relatos e cartas missionárias que as Chinas estão presentes nas mais diversas situações entre os povos da Costa da Guiné, como exemplo, citamos: na escolha e empossamento de régulo, chefes de povoado e ritualistas (djanbacoses), no fanado (circuncisão), nos ritos de passagem das “classes sociais”, durante a gravidez; na solução de litígios e para juramentos em casos graves, em certos rituais funerários, próximos as sementeiras, quando da necessidade de chamar chuva, para proteger a tabanka (povoado) contra os “comedores de almas”, contra a mortalidade

---

<sup>846</sup> \_\_\_\_\_. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, p. 262.

de gado e a pragas de insetos e outros. Estas situações demonstram a ligação entre as questões religiosas e os aspectos sociais, políticos e jurídicos.

# A província de Moçambique e o trabalho forçado

**Lorena Dias Martins**

Graduanda em História

UFMG

lorenadiasmartins@gmail.com

**Resumo:** O estudo aqui proposto pretende realizar uma análise do uso do trabalho forçado dos nativos nos territórios da província de Moçambique entre finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX. A compulsividade do trabalho foi um modo largamente empregado de exploração de mão de obra e contribuía para o desarranjo tanto social, quanto político e econômico dessas sociedades nativas. Nesse sentido, procuro apreender as circunstâncias do prolongamento de práticas que podem ser consideradas por muitos como vestígio do escravismo, através de uma legislação aberta à execução de trabalhos forçados.

**Palavras-chave:** Moçambique; Trabalho forçado; Mão de obra.

Até finais do século XIX o território da colônia de Moçambique não conheceu fronteiras definidas e por isso a área sofria grande influência de outros países colonizadores. A consolidação e o desenvolvimento das possessões ultramarinas portuguesas deparavam-se com uma administração inábil, com insuficientes meios, sejam eles políticos, econômicos e militares, para mantê-las.<sup>847</sup> Após a Conferência de Berlim (1884-1885), perante a manifestação de interesses relativos aos territórios portugueses em África revelados pelas principais potências europeias, definiu-se a necessidade de uma ocupação efetiva e real para que se pudesse reconhecer a soberania de uma nação sobre territórios africanos reivindicados. “Princípios de direito colonial internacional eclodem subitamente com valor vinculativo e derrogam situações de longa tradição, negando a estas o valor que o tácito consenso das nações até então lhes atribuíra”.<sup>848</sup> As pressões por uma ocupação real expuseram as deficiências governamentais de Portugal que até o final do século XIX limitava sua soberania à costa com uma fraca penetração para o interior. A dominação do território tornou-se uma necessidade, a priori, mais política do que econômica.<sup>849</sup>

João de Azevedo Coutinho destaca o despertar português diante da indiferença antes disposta à colônia de Moçambique e da necessidade de desenvolvê-la para se obter os recursos que ela poderia oferecer. Para isso, propõe uma organização onde os europeus

---

<sup>847</sup> CARRILHO, Maria. As campanhas coloniais: reflexos a nível político e militar. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 235-247.

<sup>848</sup> MATOS, Leonor Correia de. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 100.

<sup>849</sup> TAVEIRA, Maria Armanda Ramos. O imperialismo britânico e alemão durante a segunda metade do século XIX. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 116-131.

ocupariam somente cargos administrativos e o trabalho ficaria a cargo da população nativa. Desde o relatório de João D'A Coutinho (1893), há a defesa do uso da força na implantação da civilização em Moçambique. A exploração das riquezas da terra deveria ser realizada pelos nativos porque estes seriam capazes de cumprir com os trabalhos, mesmo perante as dificuldades físicas, climáticas e patogênicas de África, por um preço menor.<sup>850</sup> Antônio Enes também expressa o princípio de que somente o trabalho poderia civilizar o indígena. O Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899 normatizava a prestação do trabalho obrigatório, tendo o indígena a liberdade de escolha referente à maneira de cumpri-lo, mas se não o fizessem de maneira nenhuma, podia ser-lhe imposto o seu exercício. Tal regulamento permitia a compulsão do trabalho para servir tanto a instituições públicas, como a particulares.<sup>851</sup> Para Armando de Castro, o trabalho obrigatório institucionalizado por esse regulamento revelava-se como uma forma disfarçada de escravagismo, que já havia sido teoricamente abolido em toda monarquia portuguesa.<sup>852</sup> Segundo Isabel Castro Henriques

[...] quando na África dita portuguesa a escravatura parece enfim abolida, verifica-se a invenção de um vasto quadro jurídico que multiplica as regras que permitem que os senhores obriguem os antigos escravos a continuar a trabalhar gratuitamente. [...] Os juristas “evitaram” a violência do trabalho forçado, termo que circula em todas as colônias e em Portugal, mas que no quadro estritamente jurídico só aparece como “trabalho compelido”. Esta mínima diferença mostrou-se deveras útil no plano internacional: acusados de recorrer ao trabalho forçado, os portugueses respondem com o seu aparelho jurídico mostrando que os sistemas de trabalho adoptados nas colônias portuguesas constituem um “acto civilizador”, pois são a única maneira de liquidar a preguiça congénita dos africanos.<sup>853</sup>

As críticas à escravidão foi uma pauta crescente no colonialismo de finais do século XIX e a demanda pela utilização de mão de obra livre ganhou espaço neste contexto, apesar de realizar-se sob formas de dominação que não excluía abusos e excessos.<sup>854</sup> Era preciso criar uma força de trabalho subjugada e barata.<sup>855</sup>

<sup>850</sup> COUTINHO, João Azevedo. *Do Nyassa a Pemba: os territórios da Companhia do Nyassa: o futuro porto comercial da região dos lagos*. Lisboa: Typ. De Companhia Nacional, 1893. 247 p.

<sup>851</sup> MATOS, Leonor Correia de. O problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 260-269.

<sup>852</sup> CASTRO, Armando. A vida econômica das colônias portuguesas em África de 1850 até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, p. 146-156, 1989.

<sup>853</sup> HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 29.

<sup>854</sup> THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 50, n° 50, p. 313-330, 2012.

<sup>855</sup> MENESES, MARIA PAULA G.O "indígena" africano e o colono "europeu" - a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos CES*, 7, 2010, 68-93. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693\\_04%2520%2520Paula%2520Meneses%252023\\_06.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf). > Acesso em: 01/06/2014.

Para que se efetivasse a colonização, lançou-se mão de uma maior exploração dos recursos ampliando a cobrança de impostos e coagindo o indígena ao trabalho. Através de ideais segregadores baseados na desigualdade racial, começou-se a justificar o uso de meios coercivos para a obtenção de mão de obra.<sup>856</sup> Segundo Cunha (1960), citado por Cabaço<sup>857</sup>, a definição de indígena utilizada por Antonio Enes no regulamento de 1899 “[...] que os definia como aqueles que, nascidos nas colônias de pai e mãe indígena, não se distinguiram pela sua instrução e costumes do comum da sua raça”, colaborou com o surgimento de um sistema ideológico de exclusão. Tornou-se necessário criar uma identidade específica para a população colonizada para se desempenhar a conquista nas formas da lei. Destituir o indígena de cidadania para poder forçar o seu trabalho.<sup>858</sup> Nesse sentido, a exploração se sustentou no discurso da obrigação moral do trabalho.

A inferiorização dos indígenas baseada na diferenciação de raças pressupunha a aplicabilidade do trabalho como pagamento de penas prisionais e também do próprio imposto de palhota, que passou a ser cobrado em forma de trabalho a partir de 1903.<sup>859</sup> Anteriormente, os indivíduos que se recusassem ao pagamento, eram obrigados a trabalhar.<sup>860</sup> O trabalho forçado era empregado em várias áreas como na abertura de estradas, obras públicas e *machambas* dos colonos.<sup>861</sup> É importante salientar que o *shibalo*<sup>862</sup> já contava com a aplicação de trabalho correcional aos prisioneiros condenados por “vadiação”.<sup>863</sup> Há, neste sentido, a emersão de um discurso que justificaria a exploração na incapacidade do indígena de ter o trabalho como um hábito, e sim como algo específico e instintivo.<sup>864</sup>

Para Maria Paula Meneses,

Uma situação de trabalho forçado é determinada pela natureza da relação entre um trabalhador e um ‘empregador’, e não pela atividade exercida em si; por isso o trabalho forçado inclui sempre dois elementos básicos:

---

<sup>856</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 f. Tese de doutorado – Antropologia social, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

<sup>857</sup> \_\_\_\_\_. *Moçambique*, p.108.

<sup>858</sup> ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro*. Colonialismo e racismo em Moçambique. 1ª ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007. 338 p.

<sup>859</sup> THOMAZ, Fernanda Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 50, nº 50, 2012, p. 313-330.

<sup>860</sup> MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa- o caso de Moçambique (1899-1926)*. 2008. 331 f. Dissertação (Mestrado em História da África) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

<sup>861</sup> MEDEIROS, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa (C. 1836-1929)*. Maputo: S.N, 1997, 252p.

<sup>862</sup> “O princípio legal que os Africanos que não estavam a trabalhar como assalariados por um período fixo em cada ano [...], seriam considerados vadios e assim vulneráveis ao shibalo, era o fundamento técnico do sistema. Os Africanos que recusavam o shibalo ou que quebravam os seus contratos estavam sujeitos a trabalho correcional como prisioneiros, sendo o shibalo, deste modo, reforçado pelo sistema penal.” (PENVENNE, Jeanne. *O shibalo como um fator na migração de trabalhadores do sul de Save 1900-1930* - s.d.)

<sup>863</sup> \_\_\_\_\_. *O shibalo como um fator na migração de trabalhadores do sul de Save*, s.d.

<sup>864</sup> ZAMPARONI, Valdemir. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. In: *Africana Studia*, Porto, nº 7, 2004, p. 299-325.

o trabalho ou serviço é imposto sobre ameaça de alguma sanção e é realizado involuntariamente.<sup>865</sup>

Existiam três condições em que o indígena era obrigado a trabalhar: o trabalho voluntário, onde os indígenas se ofereciam para trabalhar; o trabalho compelido, onde a autoridade indicava o trabalho a ser realizado, e o trabalho correcional, que era aquele imposto ao indígena sentencialmente. De todo o modo havia a obrigatoriedade do trabalho e a sua recusa transformava o indígena em criminoso uma vez que tal obrigação assentava-se na lei.<sup>866</sup> Esmeralda Simões Martinez afirma que o ideal de civilizar através do trabalho não era uma novidade portuguesa, contudo, “O ineditismo de Portugal é exatamente a criação deste novo direito do Estado de exigir, compelir o individuo a trabalhar, porque este tinha o dever moral de fazê-lo e sem direito de recusa.”<sup>867</sup>

Se antes pautada em uma direção assimiladora<sup>868</sup>, com uma jurisdição que pressupunha aplicabilidade a todos os territórios portugueses, incluindo as colônias<sup>869</sup>, a política portuguesa passa a conceber o “outro” como legalmente diferente.<sup>870</sup> Esse outro que é sempre desprovido de civilização, de afeição pelo trabalho, e por isso devia ser educado por meio desse, é também colocado em uma categoria generalizante. “[...] a implantação da moderna colonização insistiu e apoiou-se numa hierarquização cultural, a partir do qual emerge, com grande nitidez, a ruptura entre o ‘europeu’ e o ‘indígena’, dando azo à emergência de vários estereótipos que doravante configurariam a representação dos colonizados.”<sup>871</sup> As críticas à centralização partia de nomes como Antonio Enes, que era defensor de uma política descentralizadora que dava maior autonomia às administrações das colônias e rejeitava uma constituição única que abrangeria todos os territórios portugueses.<sup>872</sup> Era preciso afirmar a relação de dominação entre colonizador-colonizado e uma constituição única que presumiria os mesmo direitos e deveres a todos, ia contra qualquer tentativa de diferenciação. Neste sentido “A distinção entre *não indígenas* e *indígenas* – que em Moçambique ganha força jurídica a partir da publicação de uma portaria do Governo da colônia em 1917 – é um instrumento decisivo no processo de institucionalização da segregação laboral”.<sup>873</sup>

Após a Primeira Guerra Mundial tem-se a criação da Organização Internacional do Trabalho com o objetivo de fiscalizar e garantir condições de trabalhos igualitárias e

<sup>865</sup> MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.83.

<sup>866</sup> MOUTINHO, Mário. O indígena no pensamento colonial português. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

<sup>867</sup> MARTINEZ. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa*, p.101.

<sup>868</sup> JOÃO, Maria Isabel. Ideologias e políticas coloniais na segunda metade do século XIX. In: *Portugal no mundo: tentativas para uma ocupação efetiva em África no século XIX*. Lisboa: Alfa, v.6, 1989, p. 198-209.

<sup>869</sup> MATOS. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa, 1989.

<sup>870</sup> THOMAZ. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho, 2012.

<sup>871</sup> MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.78.

<sup>872</sup> MATOS. O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa, 1989.

<sup>873</sup> CABAÇO. Moçambique, p.108, grifo do autor.

humanas.<sup>874</sup> E é nesse cenário de regularização laboral que a *Sociedade das Nações*<sup>875</sup> acusa Portugal de manter práticas escravistas nas colônias.<sup>876</sup> Também Fernanda do Nascimento Thomaz aponta para o uso de castigos físicos como forma de reprimenda e intimidação. Mas as punições não se limitavam aí: “As ameaças assumiram formas extremas, como a violência física, mas também formatos mais subtis, como a retenção de documentos de identidade ou a ameaça de denúncia às autoridades, em casos de migração ilegal, para adquirir uma vantagem injusta sobre os trabalhadores.”<sup>877</sup> Com a oposição em relação à escravidão em pauta nas políticas europeias em finais da terceira década do século XX, a *Liga das Nações* e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) conferiram ao trabalho forçado um caráter proporcional à escravidão.<sup>878</sup> Em reação às pressões internacionais, em 1929 o Código do Trabalho Indígena nas colônias Portuguesas de África, proibiu a prática do trabalho obrigatório.<sup>879</sup>

O presente trabalho apoia-se na compreensão das circunstâncias em que se deu o prolongamento de práticas que podem ser consideradas por alguns autores como vestígios do escravismo, através de uma legislação aberta à execução de trabalhos forçados. Assim, também procuro apreender as consequências, para as sociedades nativas, na condução e implantação desse tipo de trabalho. A exploração ineficiente da região foi incapaz de realizar uma colonização efetiva do território, que pudesse ter algum ganho em curto prazo.

Assim, o recurso utilizado pelos colonizadores foi o de explorar a força de trabalho disponível para servir ao mercado tanto interno, como externo. A exploração da mão de obra baseou-se na inferiorização da população local e, tanto uma como a outra, foram justificadas juridicamente e ideologicamente. Deste modo, políticas coloniais baseadas no racismo foram importantes instrumentos de exploração em Moçambique.

---

<sup>874</sup> MATOS. O problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho, 1989.

<sup>875</sup> “As relações internacionais, [...] tentavam agora construir-se sob uma nova ideia de relações democráticas, tuteladas por uma sociedade livremente consentida e aceita [...]”. (AFONSO, 2008, p.110).

<sup>876</sup> ZAMPARONI. Da escravatura ao trabalho forçado, 2004.

<sup>877</sup> MENESES. O “indígena” africano e o colono “europeu”, p.83.

<sup>878</sup> THOMAZ. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho, 2012.

<sup>879</sup> ZAMPARONI. De escravo a cozinheiro, 2007.



# A Etiópia para além das utopias: um estudo do vocabulário de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, enquanto suporte ideológico do Império Português.

**Thays Alves Rodrigues**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa

Thays.alves@ufv.br

**Resumo:** O presente artigo parte da análise de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia* (1540), um escrito do clérigo Francisco Álvares (1465-1536/1541). Tal obra, de caráter etnográfico, se insere no âmbito das narrativas produzidas no contexto da expansão portuguesa do século XVI, onde a descrição dos diversos povos e paragens contribuíram para a constituição daquilo que se configurou como a “consciência” do Império português. No caso de *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, Álvares retrata suas experiências e observações colhidas no decorrer de sua participação como capelão da conturbada embaixada (1520 e 1526) enviada ao reino do lendário Preste João, localizado na Etiópia. Reino este que, desde o século XII, figura como horizonte na imaginação europeia, principalmente na mentalidade portuguesa que manteve a mítica em torno da Etiópia até meados do século XVI. Esta constatação nos permite afirmar que o suporte ideológico do império ganha novos elementos ou é mesmo substituído por outros ao longo da afirmação de sua hegemonia, tendo em vista o fato da Etiópia passar da condição de reino aliado à terra de missão. Com efeito, nosso objetivo será analisar o vocabulário do padre Francisco Álvares - que se assenta no plano religioso, mas que em última instância visa garantir a expansão e conservação do reino português, tendo como base a comprovação de um poderoso mito- buscando articulá-lo aos contextos em que se procedeu a transição do governo de Dom Manuel I para o de Dom João III.

**Palavras-chave:** Império; *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*; Etiópia; Preste João.

## Introdução

A tradição de debate sobre a justificação do império português é longa, ela remonta ao momento de sua formação, quando cronistas como Rui de Pina, Damião de Góis, Serafim de Freitas, Antônio Vieira, João de Castro, Luís da Cunha, entre outros, começaram a exprimir em seus escritos concepções idealizadas e conscientes do Império, de acordo com o espaço de atuação e a conjuntura histórica em que viveram.

Desse modo, o suporte ideológico do império, ganha novos elementos, ou mesmo é substituído por outros ao longo da afirmação de sua hegemonia, como nos demonstra Giuseppe Marocci na obra, *A consciência de um império*. Este autor - assim como Carlos

Alberto de Moura Ribeiro Zeron e Andréa Doré - procura salientar que os elementos econômicos e jurídicos não são duas forças em contraste com os argumentos religiosos, como acredita uma parcela dos historiadores do império.<sup>880</sup> O fundamento religioso estaria presente em todas as fases do projeto colonial, e em perfeita sintonia com as práticas de conquistadores, comerciantes e missionários.<sup>881</sup>

Entre os elementos citados não podemos deixar de reconhecer a relevância do “mito” na busca por outros povos e paragens. De acordo com Gregory Claeys, Thomas Morus teria inaugurado a era da Utopia, com a publicação de sua obra *Utopia*, em 1516. Nesta era- em oposição às eras de mitos e religiões, onde os deuses e as forças da natureza mantinham o controle da sociedade -, a humanidade teria se apoderado do seu próprio destino, reconhecendo suas deficiências. Este reconhecimento levaria à busca pela sociedade ideal, o que envolveria a exploração de uma variedade ampla e desconcertante de terrenos extraordinários.<sup>882</sup> A Etiópia, portanto, figuraria como um deles, pois oferecia um modelo de valor e de perspectiva que permitia uma classificação da realidade.<sup>883</sup>

Claeys ainda salienta que o período das primeiras explorações sucede a viagem mítica e precede a era da viagem moderna. Esta última fez com que o antropológico e o etnográfico assumissem a frente em detrimento do imaginário. Segundo Domenico Taranto, na modernidade temos um utopismo menos radical que se manifestará na maior sensibilidade no que concerne a forma dos regimes. Esta preocupação possibilitou a constituição dos Estados Modernos.<sup>884</sup>

Seguindo nosso objetivo inicial, devemos agora compreender as variações que o mito do Preste João assumiu na Europa. O mítico soberano esteve associado a múltiplas

---

<sup>880</sup> Podemos citar Luís Filipe Thomaz, Antônio Vasconcelos de Saldanha e Pedro Cardim, e suas respectivas obras: THOMAZ, L. F. A idéia imperial manuelina. In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S. & SILVA, L. G. *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008, pp. 39-104; SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. *Iustum imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente; estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa: Fundação Oriente, 1997; CARDIM, P. *O Poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

<sup>881</sup> DORÉ, Andréa. “Relações entre Oriente e Ocidente (SÉC. XIII-XVII): mercadores, missionários e homens de armas”. *Biblos*, Rio Grande, 21: 105-124, 2007.

<sup>882</sup> CLAEYS, Gregory. *Utopia – A história de uma ideia*. Edições SESCSP. PP.7-111.

<sup>883</sup> VAUCHEZ, André. Santidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. V.12 Mythos/logos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. P. 95/96.

<sup>884</sup> CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel. Tomás Morus (1478-1535), Tomas Campanella (1569-1639): O Eudemonismo Utopico. In: *História argumentada da filosofia moral e política – A felicidade e o útil*. Editora Unisinos: São Leopoldo. PP. 253- 261.

figuras e seu reino confundido com as diversas tribos mongóis.<sup>885</sup> Segundo Jean Richard a assimilação do Preste João com o Rei Davi da *Relatio*,<sup>886</sup> e, conseqüentemente, com Khan dos mongóis não foi permanente. Pois, a partir do momento em que os viajantes ganharam o norte da China, residência do Grande Khan, como também a rota marítima que levava através do Golfo Pérsico para a Índia e para o Oceano Índico, a imensidão do fabuloso império do Preste João, pareceu grande demais para ser aceita.<sup>887</sup>

Foi desde o século XIII - com o conhecimento mais preciso da parte oriental da África - que os europeus passaram a procurar de forma mais efetiva o mítico reino do Preste João.<sup>888</sup> Este intento foi mantido no imaginário português até o momento de expansão do império. É por esta razão, que na documentação coeva sempre observamos os Infantes D. Henrique, D. Pedro, D. João II, D. Manuel e D. João III se referirem e se dedicarem à busca do mítico reino da Etiópia; somente D. Sebastião se dedicou a outros sonhos.<sup>889</sup>

Assim, num primeiro momento pensemos na Etiópia como um aliado, um mito e esperança, já que Portugal não possuía muitas vantagens que o possibilitasse dominar a maior parte das regiões por onde seus representantes passaram. Mas não percamos de vista o fato de que, com o passar do tempo- e com a mudança de expectativa por parte dos portugueses – o lendário Reino termina por ser isolado. Talvez porque o mito não tenha tomado a forma esperada, como pode ser notado nos relatos de Francisco Álvares (povo nômade e sem leis). Ou talvez seja pelo simples fato da beleza de um mito ser sempre mais

---

<sup>885</sup> Era o caso das cerimônias que contavam com o uso de incenso, sinos e canções nas horas canônicas. Viajantes do século XIII como William Rubruck muitas vezes relatam estas evidências. É desta vaga imagem de um Cathay cristã, que virá a lenda do Preste João. O texto a citar pela primeira vez este personagem está atribuído à Oto de Freising, que faz um resumo do relato que havia recebido em 1145 de um bispo da Síria franca, Hugo de Gabala. Segundo este, quatro anos antes certo João, rei-sacerdote, cristão do reino nestoriano, residente além-Pérsia, vencera o sultão muçulmano persa Sanjar e conquistara a cidade imperial de Ecbátana, estando prestes a caminhar para Jerusalém, teria sido impedido pelo rio Tigre, pois não teria barcos. Ver: RICHARD, Jean. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David et Prêtre Jean*. In: MITSUURA, Koishiro. Les civilisations au regard de l'autre (Actes du colloque international de Paris, 13 et 14 décembre 2001). Paris: UNESCO, 2001. P. 117.118.

<sup>886</sup> O *Relatio de Davide* narra as vitórias do Rei Davi, filho do rei de Israel no país Musul Manp, ele próprio filho de um Serge, filho de João. Estes governantes foram apresentados como nestorianos. Contudo as versões que corriam no Ocidente não falavam de um David filho do Preste João; o nome de David fora substituído pelo de Preste João. Ver: RICHARD, Jean.

<sup>887</sup> RICHARD, Jean. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David et Prêtre Jean*, p. 236, 237

<sup>888</sup> A Núbia passou a ser incluída na lista de nações que o Papa enviava emissários da ordem Dominicana e os missionários franciscanos; entre 1305 e 1314, o dominicano William Adam teria conhecido a Etiópia. Ver: RICHARD. *L'Extrême-Orient légendaire au Moyen Âge*, p. 237

<sup>889</sup> MATTOSO, José. Os régios protagonistas. In: História de Portugal. Editorial Estampa. Vol: III. PP.437-460.

significante que sua realidade. Para nos, a relevância em se considerar as variações que o mito do Preste João apresentou no imaginário Europeu, consiste na possibilidade de historicizar os empreendimentos marítimos dos reis portugueses na busca de um reino cristão envolto por muçulmanos. Como é o caso da conturbada embaixada do Padre Francisco Álvares, enviada à Etiópia por D. Manuel em 1526.

Pouco se sabe sobre a origem de Álvares; apenas que nasceu em 1465, em Coimbra, sendo incerta a data de sua morte (1536 ou 1541). Além disso, foi clérigo secular da Igreja de Santa Justa de Coimbra e exerceu a função de capelão da já referida embaixada; fato que denota proximidade com os círculos cortesãos. A sua relação das terras do Preste João, *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia*, foi publicada em 1540. Nela demonstra preocupações que vão desde a situação geográfica e natural da Etiópia, perpassando pelos costumes e práticas religiosas, até a arquitetura de suas cidades, organização social e econômica. Tudo inserido no âmbito das ações evangelizadoras.

Uma leitura atenta destes escritos nos permite identificar certas categorias, quais sejam: justiça, honra, engenho (no sentido de capacidade inventiva) conversão e natureza. Por hora, optamos por nos esforçar em definir as três primeiras categorias citadas; sendo “justiça”, a primeira delas.

### **Honra e justiça**

Notemos que D. João II inicia em seu reinado uma reforma jurídica, criando uma verdadeira burocracia régia. Esta reforma é lavada adiante por D. Manuel I, que avançara com a preocupação sistemática de arrumar a legislação, as práticas legislativas e judiciais do reino; acrescentando à autoridade do rei já estabelecida por D. João II, instrumentos legais que permitiram a essa autoridade, manifestar-se com eficácia. Assim impõe-se a uniformização dos revistos forais, uma nova formação jurídica fortemente romanista e influenciada pelo humanismo italiano, bem como, uma reforma dos pesos e medidas; tudo isso muito bem documentado.<sup>890</sup>

Em paralelo a este contexto, a primeira observação que podemos fazer em relação à sociedade Abexim de acordo com os relatos de Álvares, é que esta parecia não ter justiça, já

---

<sup>890</sup> MATTOSO. *Os régios protagonistas*, 438-449. Por esta razão, No plano dos livros impressos entre os séculos XV a XVIII, as matérias jurídicas (do direito civil ou do direito canônico, de direito comum ou de direitos pátrios, tratadística ou na paxística) cobriam uma elevada percentagem de edições.

que suas leis não eram escritas, e os seus julgamentos subjetivos. Isto pode ser comprovado no requerimento de justiça que D. Luís faz ao Preste João, por ocasião da morte de seus homens no lugar de Arquico:

E requerendo nós esta justiça por muitas, houvermos resposta que muito lhe pesava, porque o capitão-mor D. Luís não tomara vingança [...] e, pois ele não quisera por si tomar vingança, que ele mandaria fazer justiça [...] mandou dizer pelo cabeta, que ele fosse conosco ao mar e que prendesse a todos os mouros, turcos e rumes cristãos [...] e que os entregasse a qualquer capitão-mor que viesse de Portugal e que ele matasse e fizesse justiça como lhe aprouvesse [...] <sup>891</sup>

Ou ainda no julgamento que Zagazabo (embaixador do Preste), havia solicitado por Abdenago (Capitão dos pajens) ter lhe tomado uma de suas senhorias:

E os juízes desta causa foram o ajaze de Aragote e o Ajazeceite [...]. E de uma e outra parte altercaram e alegaram tanto, que foi concluso verbalmente, porque cá não há escrever, as audiências e tudo é verbal e a sentença verbalmente se dá. <sup>892</sup>

É interessante salientar que, os portugueses tomam como modelo de sociedade desenvolvida, sua própria estrutura de organização social. Assim a ausência de leis escritas na Etiópia, era praticamente o indicativo de ausência de justiça. Indiretamente (ou não) estaria relegada a pré-história da civilização, já que sua sociedade ainda valia-se do "olho por olho e dente por dente".

[...] mas mandou o feitor e língua que fosse dizer ao Betudete de sua parte porque mandava deitar ferros aos portugueses e os faziam tratar tão mal aos escravos capados. Respondeu o Betudete dizendo que quem nos mandava cá vir, que Matheus não fora a Portugal por mandado do Preste João nem da rainha Elena; e que se o escravo lançara ferros aos portugueses, que os portugueses os tornassem lançar ao escravo, e que esta era a justiça da terra. <sup>893</sup>

Trazendo estas constatações para o espaço de atuação de Álvares, podemos acrescentar às noções jurídicas de justiça aquelas virtudes correlatas a própria categoria: como a religião, a piedade, a reverência, a gratidão, a verdade, a amizade, a liberdade e a equidade. Em todas estas virtudes haviam alteridade, deveres a cumprir para com outrem; ou para com Deus, ou ainda para com seus superiores.

---

<sup>891</sup> ÁLVARES, P. Francisco. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia* (I). Transcrição em português atual: Maria da Graça Pericão. Publicações Alfa, S.A., Lisboa, 1989, p. 79.

<sup>892</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 81.

<sup>893</sup> ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 82. O que o embaixador português mandou pedir esclarecimento ao Betudete, pelo fato dos português terem sido presos.

Neste campo a justiça acaba dizendo respeito ao outrem, sendo todas suas virtudes conexas com a justiça. Assim, justo era aquele que pretendia a justiça, não apenas a justiça do direito, mas também o respeito, a reverência social, a gratidão pelas mercês, etc. É neste sentido, que a “honra”, nossa segunda categoria encontra-se diretamente atrelada à justiça. Observa-se que na sociedade etíope, que não possuía leis escritas, a justiça era exercida por pessoas tidas como "honradas".

Pousamos em uma ribeira corrente de muito boa água [...] e nos fomos ao dito lugar a ver um muito honrado fidalgo capitão do lugar. [...] E fez-nos grande gasalhado dando-nos muitas galinhas cozidas em manteiga e muito vinho de mel [...] <sup>894</sup>  
[...] veio a nos um frade honrado que é o segundo do Peste João, e é cabeça e capitão sobre os escrivães do Preste João [...] <sup>895</sup>

As pessoas honradas também se distinguiam pela vestimenta:

Todos os homens honrados trazem peles de carneiros ao pescoço ou ombros, e o que traz pele de leão, tigre ou onça é mais honrado, quando chegam perto do senhor tiram a pele como nos tiramos o barrete. <sup>896</sup>

O conceito de honra, de acordo com o pesquisador Jackson Ferguson Costa de Farias, foi se modificando com o passar dos séculos. Na sociedade medieval, o termo honra estava associado a um pedaço de terra que a pessoa recebia diretamente do rei em pagamento por serviços prestados. Eram as chamadas ‘terras honradas’ destinadas, principalmente, aos nobres de origem militar, afirma Farias. Já na transição da Idade Média para a Moderna, a honra passou a ser associada a valores como reputação, virtude, castidade, respeito, estima e consideração, e começou a ser encarada como um atributo de distinção social. Desse modo, podemos inferir que, na sociedade etíope, a proximidade de sua prática religiosa com a prática religiosa dos portugueses era indicativo de honra. <sup>897</sup>

Este conceito de honra poderia também está atrelado ao respeito demonstrado pelo soberano e povo Abexim às coisas do rei de Portugal, pois como temia ao mesmo Deus, todo favor prestado aos homens do rei, caminharia no sentido do restabelecimento da comunidade cristã universal. Coisa que não poderia deixar de ser muito honrada.

---

<sup>894</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 18. Lugar de Calote.

<sup>895</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 101.

<sup>896</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*, p. 30.

<sup>897</sup> FARIAS, Jackson Ferguson Costa de. *Honra e escravidão: um estudo de suas relações na América Portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Dissertação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.



Quis Deus que veio ter comigo hum homem honrado: perguntou-me quem era, eu disse-lhe que era um gaxiagenuz, um estrangeiro do Rei. Este homem era muito grande e digo honrado porque me fez bem: e tomou-me a cabeça debaixo de um braço que eu não lhe chegava mais, e assim me levava como fole de gaiteiro [...]. E me levou com a mula e escravo até me meter em uma orta com que tinha cercada sua casa [...] <sup>898</sup>

## Engenho

Ainda a respeito dos quadros legais que procuravam justificar a política imperial de Portugal, observarmos em *Verdadeiras informações das terras do Preste João da Índia* a categoria engenho. Devido a dificuldade de defini-la a partir de fontes coevas, me arrisco a compreendê-la a partir da análise do discurso literário.

Desde o século XV com a recuperação dos clássicos pelos humanistas, que a normalização da língua portuguesa passa a figurar como uma das preocupações do império. A centralidade da língua e conseqüentemente da retórica se estendem para os séculos subsequentes (XVI e XVII), quando a nova fase da expansão (exploratória) passa a exigir o que muitos autores chamam de “retórica engenhosa”.

Sobre isso nos fala António José Saraiva em sua obra *O discurso engenboso*. Para o autor, um dos representantes deste discurso engenboso seria o Padre Antonio Vieira, devido à forma desembaraçada com que escrevia os seus sermões. Esta forma o colocava numa situação de domínio em relação ao receptor destes sermões (os índios), já que este último não possuía o mesmo desembaraço em relação ao uso da língua. Nesta mesma passagem a respeito de Antonio Vieira, Saraiva demonstra sua compreensão de engenbosidade. Segundo o autor todo processo engenboso implica numa “agudeza”, no sentido de perspicácia, e intencionalidade. A retórica engenbosa de Vieira era, portanto resultado de sua alta consciência. <sup>899</sup>

Esta definição - apesar de reduzida - corresponde ao uso que Álvares faz da categoria, já que em seus escritos a expressão aparece sempre associada à falta de capacidade inventiva dos Etíopes para extraírem suas próprias riquezas vegetais e minerais, por exemplo:

---

<sup>898</sup> ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 67.

<sup>899</sup> SARAIVA, Antonio J. *O discurso engenboso: estudos sobre Vieira e outros autores barrocos*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 8



Digo que ninguém caça nem pesca, nem tem engenho, nem maneira, nem vontade para o fazer: por isso é a caça muito boa de matar, porque não é corrida da gente [...] <sup>900</sup>

Para a parte do poente que á contra o Nilo: dizem haver grandes minas de prata, e que a não sabem tirar, nem aproveitar, por falta de engenho. <sup>901</sup>

Na terra há ouro e prata, cobre, estanho, e não o sabem tirar das minas. <sup>902</sup>

### Considerações finais

Podemos previamente concluir que as categorias apresentadas parecem projetar a Etiópia numa cultura ainda primitiva; apesar da tentativa de assimilação por meio da religião. Como clérigo secular e beneditino da Igreja de Santa Justa de Coimbra, Álvares não podia deixar de apresentar certo estranhamento a algumas das celebrações coptas-monofisistas. Ao longo das conversas com o Negus acerca dos fundamentos e costumes litúrgicos do cristianismo na Europa, Álvares deixa transparecer algumas discrepâncias no que respeita a circuncisão, ao sacramento do batismo, da comunhão ou ainda, por exemplo, na vivência da Páscoa, diferenças estas que o autor descreve sem qualquer comentário depreciativo.

Depois de passado grande número de batizados, me mandou chamar para estar junto dele [...] e me perguntou que me parecia aquele ofício. Eu lhe respondi que as coisas de Deus que eram feitas a boa fé sem mau engano, e sem seu louvor que eram boas, mas que tal ofício como aquele não o havia em nossa igreja [...] <sup>903</sup>

E nisso chega um seu clérigo homem branco filho de Libete [...] dizendo este porque não éramos nos circuncidados pois o Cristo o fora. Eu lhe respondi que verdade era que o Cristo fora circuncidado, e que ele o quisera por cumprir a lei que neste tempo se usava, e para não ser acusado de quebrantador da lei, e logo mandara cessar a circuncisão. <sup>904</sup>

Estas diferenças notadas na prática religiosa contribuíram para que se criassem a necessidade do envio de novas embaixadas; agora não mais na busca de aliados, mas como missionários. O estreito contacto com as terras do Preste João tinha destruído a antiga lenda do rei cristão. As maneiras díspares de viver o cristianismo - num cenário português marcado pelo estabelecimento da Mesa da Consciência e Ordens bem como o Tribunal da

---

<sup>900</sup> ÁLVARES. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 24.

<sup>901</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 48. Lugar de Corcora.

<sup>902</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 194.

<sup>903</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 16.

<sup>904</sup> \_\_\_\_\_. *Verdadeira Informação sobre a Terras do Preste João das Índia*, p. 118. Refere-se ao Clérigo de Abima Marcos.

inquisição (1547) - alertavam para a necessidade de reconduzir os etíopes às leis de Roma. Assim, a partir de 1555 seriam enviados à Etiópia vários missionários, especialmente jesuítas, que deveriam pregar e dar a conhecer a verdadeira palavra cristã.<sup>905</sup>

Neste cenário, o espaço de realização da Etiópia, enquanto utopia, havia se desintegrado. Ou então teria sido intencionalmente destituído de sua mítica pelas novas necessidades que D. João III se viu confrontado na viragem para a segunda metade do século XVI. Crises como a da igreja que se tornara incapaz de manter a unidade religiosa, depois de Lutero; além da dificuldade em vencer os castelhanos na luta pelas ilhas de Maluco; bem como as despesas exigidas para fazer frente aos ataques dos mouros às praças de África, que acaba levando ao abandono de algumas; teriam intensificado o desejo de destruição do Islã e da busca de terras exploráveis.

---

<sup>905</sup> Estes missionários também teriam compilado obras de um valor inestimável para o efetivo conhecimento desta parte de África. Jerónimo Lobo, um destes padres jesuítas, seria um dos primeiros viajantes do século XVII a escrever sobre este país. Ver: LOBO, Pe. Jerónimo. *Itinerário e outros escritos inéditos*. Barcelos: Livraria Civilização, 1971. Ed. crítica pelo Pe. M. Gonçalves da Costa. (Biblioteca Histórica - Série Ultramarina). O manuscrito original é de 1640.

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

**Simpósios Temáticos 16 a 20**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG  
Belo Horizonte  
2015**

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

**Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo

Valdeci da Silva Cunha

## **ST 16: Família livre, família escrava: múltiplas perspectivas e múltiplos olhares**

**Mateus Rezende de Andrade**

Doutorando (UFMG)/ mateus.rezende@gmail.com

**Fabício Vinhas Manini Angelo**

Doutorando (UFMG)/ fabriciovinhas@gmail.com



## Sumário

### **ST 16: Família livre, família escrava: múltiplas perspectivas e múltiplos olhares**

Movimentos de expropriação territorial: história, etnografia e circulação de famílias de ex-escravos no sertão norte mineiro

Pedro Henrique Mourthé

**1059**

Os casamentos endogâmicos na Família Ferreira da Fonseca

Gabriel Afonso Vieira Chagas

**1069**

O cotidiano da família escrava no Brasil do século XIX, através da poesia “tragédia no lar” de Castro Alves

Rodrigo Ferreira da Silva

**1078**

Vidas femininas na reconstituição das relações familiares e sociais em Minas Gerais, século XVIII-XIX

Lucilene Macedo da Costa

**1089**

### **ST 17: O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)**

Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX)

Marcony Lopes Alves

**1101**

A Fisicatura-Mor nas Minas oitocentistas: políticas, funcionários e atuações

Lucas Samuel Quadros

**1112**

Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*

Nathália Tomagnini Carvalho

**1120**

Entre a "pátria" e o Império: dinâmica política regional do Maranhão e sua importância para a construção da nação (1825-1831)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

**1127**

À busca de liberdade: fugas de escravos em São Paulo, Zona da Mata e Centro de Minas Gerais (1871-1888)

Adriano Soares Rodrigues

**1136**

Versos no Sete d'Abril: Liberalismo ao Regresso (1833-1836)

Caio César Cardoso

**1147**

A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem

Rute Guimarães Torres

**1158**

Os tratados de 1810 nos debates da imprensa periódica da emigração em Londres

Wélington Rodrigues e Silva

**1169**

## **ST 18: Relações de Poder: Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX**

Uma breve introdução sobre as Brigadas Internacionais e a Guerra Civil Espanhola

Guilherme Alonso Alves

**1177**

As propostas de Glauber Rocha para o cinema novo

Ítalo Nelli Borges

**1185**

A política de esportes varguista (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?)

Marcus Vinícius Costa Lage

**1191**

Vargas e o jornal Correio da Manhã na campanha eleitoral de 1950

Renan Vinicius Magalhães

**1199**

As abordagens da ditadura militar (1964- 1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

**1208**

**ST 19: Ditadura e Transição Política no Brasil: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)**

“Sou um menino de mentalidade mediana”: MPB, ufanismo e negritude (1960-1970)

Alexandre Reis

**1215**

Memórias Resgatadas, Infâncias Violadas

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto

**1225**

Oficina Músicas de Protesto: Enfoque sobre o cantor Zé Ramalho

Beatriz Küller Negri

**1235**

A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: a legitimação do governo militar nas páginas do jornal *O Globo*

Camila Barbosa Monção

**1243**

Onde estão os comunistas? Um estudo sobre a vigilância ao PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1945-1964)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo

**1253**

As relações entre história e memória no contexto da Ditadura Militar brasileira

Gisele Gonçalves Dias Pinto; Marcos Vinícios Corrêa

**1262**

Comentando o golpe militar: os editoriais do Estado de Minas em 1964

Guilherme Alonso Alves

**1272**

Abertura Política e Música Popular Brasileira: um estudo sobre três canções do *Clube da Esquina*

Hudson Leonardo Lima Públio

**1282**

Dramaturgia brasileira nos anos 1970: reorganização e resistência

Mariana Rosell

**1292**

Estado de exceção e necessidade poética: o “Jornal da Poesia” no *JB* de 1973

Moniquele Silva de Araújo

**1300**

Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade durante o Regime Militar em Belo Horizonte

Philippe Urvoy

**1307**

Ação Democrática Mato-Grossense: prelúdios do golpe civil-militar de 1964 em Campo Grande (MT)

Thaís Fleck Olegário

**1316**

O *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais* e a ditadura militar

Valdeci da Silva Cunha

**1338**

## **ST 20: Cultura Intelectual Brasileira**

Cultura pontagrossense nos Cine-Teatros

Beatriz Küller Negri

**1331**

“Le théâtre brésilien”: (auto)representações do teatro brasileiro

Henrique Brener Vertchenko

**1327**

# Movimentos de expropriação territorial: história, etnografia e circulação de famílias de ex-escravos no sertão norte mineiro

**Pedro Henrique Mourthé**

Mestrando em Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
pedrohmourthe@yahoo.com.br

**RESUMO:** Neste trabalho, proponho refletir sobre a "história fundiária" da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória deste coletivo. A partir de uma descrição etnográfica, procuro destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos seus moradores e também suas conexões com outras comunidades no Sertão dos Gerais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Famílias, Movimentações, Território.

## Introdução

Vítimas de um violento processo de expropriação territorial desde meados de 1930, os quilombolas de Brejo dos Crioulos seguem na *luta* pelo seu território. Reconhecida como “remanescente de quilombo” em 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade localiza-se no Sertão dos Gerais, na divisa de três municípios – São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Neste trabalho, proponho abordar a "história fundiária" desta comunidade a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória deste coletivo. A partir de uma descrição etnográfica, procuro destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos seus moradores e também suas conexões com outras comunidades do "Território Negro da Jahyba"<sup>1</sup>. Como fio condutor deste texto, descrevo o trânsito das famílias de ex-escravos pela *mata da Jaíba*. Em suas movimentações, essas "redes de irmandade"<sup>2</sup>, como observou Costa<sup>3</sup>, procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com

<sup>1</sup> COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Cultural, Brasília, 1999.

<sup>2</sup> PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos A. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*. 477 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília, 2010.

<sup>3</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

COSTA, João Batista de A. Brejo dos Crioulos e Sociedade Negra da Jaíba. Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira. *Pós – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*: Ano V, pp. 99-122, 2001.

a sociedade escravocrata sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão, o que possibilitou que essas famílias se fixassem principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. Com a fixação nas terras inicia-se a ocupação da área. O período é designado pelos meus interlocutores como *tempo da fartura*. Além de discorrer sobre este período, em conexão com o tema das famílias, procuro refletir sobre os períodos posteriores que se desdobram na chegada dos fazendeiros e na fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras por estes. As categorias nativas que são acionadas para lembrar este período são o *tempo da divisão* e o *tempo dos fazendeiros*.

### O território negro da Jahyba

(Aqui era um quilombo. Veio preto da Bahia, de Espinosa, dessas cidades antigas, baianas, da Vila do Urubu, de Grão Mogol. Vieram. Ninguém sabe. Fugiam de casa e iam para aqueles quilombos de pretos, esses lugares onde tinha epidemia e que ninguém queria morar. Nesses desertos. Eles chegavam e ocupavam. Assim é que eles chegaram aqui, como chegaram nos lugares por aí afora, no meio da *mata da Jaíba*. Meu pai veio do Gurutuba por volta de 1890, mas já estava aqui um bocado de crioulos. Ele veio porque já tinha um *irmão* vindo anteriormente. Meu pai era livre, não era um escravo. O meu pai. Escravo era a minha avó, mãe dele, Severina Batista de Oliveira. Escrava lá no Gurutuba. Da Bahia vieram uns crioulos que habitaram aqui. Porque tinha uma tradição aí, desse povo da Bahia, de Espinosa, de Monte Alto, Monte Azul, de Malhada, pro centro da Bahia, desses filhos da Bahia. Já tinha alguns aqui. Um tal de Paulo Antunes, que matou o senhor...e embrenhou na mata, fugiu e veio parar aqui. Tinha uns do Jacaré Grande, um lugar que tinha um festa muito antiga para Santos Reis, que fica perto do Gurutuba.)<sup>4</sup>

(Meus bisavôs, num tempo de muita fome, eles *vieram fugindo* para cá. Vieram do Gurutuba. Aí eles se *esparramaram* pela beira do ribeirão, ficou um aqui, outro acolá. Eles produziram as famílias deles por aqui. Meu pai mesmo, ele ficou ali, mais para cima do ribeirão. Foi ali que ele produziu a família dele.)<sup>5</sup>

(Quando os primeiros, inclusive meus tataravós que eram o Manuel Modesto, que criou aquele Furado ali por Modesto [Furado Modesto] ele veio primeiro corrido e moitou. Primeiro no lugar que trata de Gurutuba<sup>6</sup>. Mas esse Gurutuba, lá criaram Gurutuba o nome por isso, porque lá não dava outra coisa que o feijão que nós tratamos de feijão catador. Mas hoje lá ta uma fortuna. Eles ficaram lá com a família e depois ele decidiu arrumar lugar que dá para

---

COSTA, João Batista de A. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste". *Argumentos*, v. 7, p. 193-244, 2012.

<sup>4</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 19-20. (grifos do autor, depoimento de Clemente Batista, Cabaceiros)

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 42. (grifos do autor, depoimento de João Guerre)

<sup>6</sup> Gurutuba é o nome de outro quilombo do Norte de Minas, localizado no município de Janaúba, ver Costa Filho (2008).

plantar milho, fava, feijão, essas coisas. Aí eles pegaram e chegaram primeiro nessa *brenha de mato* que eu falo, nessa escuridão tudo, sem moradia, que era esse Furado Modesto. Inclusive a onça, a casa deles era casa de enchimento que a gente fala, de pau. A onça comeu metade da perna dele, aí com um espaço de tempo, quando ele faleceu, ficaram os filhos.)<sup>7</sup>

Os depoimentos dos moradores trazem elementos importantes relacionados à história local. O trânsito das famílias pela da *mata da Jaíba*, seja fugindo da escravidão ou da fome que assolava o Gurutuba, evidencia as conexões entre várias comunidades que, segundo Costa<sup>8</sup>, mantinham relações de parentesco, compadrio, alianças matrimoniais, comerciais e políticas. Brejo dos Crioulos é uma das várias comunidades negras rurais que compõem o chamado “campo negro da Jahyba”. Segundo este autor, a região localiza-se em uma área que se estende por mil e seiscentos quilômetros desde o Vale do Rio Verde Grande até as proximidades de Bom Jesus da Lapa (BA), integrando o sertão nortemineiro e o sertão sudoeste baiano

O autor também sugere que a historiografia paulista e baiana nos possibilita compreender a “história raiz” do Norte de Minas. Estas historiografias informam a presença de pequenos grupos de africanos e seus descendentes que, fugidos da escravidão, deram origem a quilombos. Além dos indígenas, essa seria outra característica societária existente no interior da bacia do médio São Francisco. As populações negras se localizaram, principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. A teorização proposta por este autor encontra ressonâncias nas formulações nativas. A ênfase na circulação das famílias e grupos de ex-escravos é um tema sempre presente nas conversas e histórias contadas pelos moradores de Brejo dos Crioulos e das comunidades vizinhas, importante para a compreensão da “história fundiária” da região<sup>9</sup>. O processo de ocupação das terras sempre é mencionado a partir de associações e conexões com essas temáticas.

---

<sup>7</sup> Depoimento Pessoal, Seu Adelino, Orion, 2014. (grifos meus)

<sup>8</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

<sup>9</sup> Digo isso pelo fato de ter participado, quando era estudante de Ciências Sociais, do projeto de pesquisa e extensão “Negros do Norte de Minas: Relações Inter-Comunitárias e Processos Sociais em Comunidades Quilombolas”, financiado pela FAPEMIG, durante os anos de 2010 e 2011, sob orientação do prof. João Batista de Almeida Costa e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais e Sertão, do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. Na época, desenvolvi um trabalho de campo com duração de um mês na comunidade rural de Jacaré, também localizada no município de São João da Ponte, a cerca de 20km de Brejo dos Crioulos. Várias similaridades foram encontradas em relação aos dados etnográficos coletados por mim e pelos outros pesquisadores envolvidos no projeto, que desenvolveram estudos em diferentes comunidades da região. O mesmo ocorreu com outros estudantes que participaram como bolsistas de iniciação científica das etapas anteriores do projeto, realizado dentre os anos de 2006 até 2011.



Neste sentido, sugiro que as movimentações destes coletivos negros por meio da *mata da jaíba* aproximem-se daquilo que Plínio dos Santos<sup>10</sup> chamou de "redes de irmandade". Em sua pesquisa junto a comunidades negras rurais do Mato Grosso do Sul, este autor propõe pensar as relações de cooperação entre famílias, seus laços de parentesco e compadrio, por meio da articulação da categoria nativa "irmandade". De modo semelhante ao meu contexto etnográfico, o termo referia aos coletivos negros que "compartilhavam uma realidade comum, o cativo", que consistia no "ponto de ancoragem da rede social, que possibilitava vincular simbolicamente os ex-cativos e suas famílias a outras".<sup>11</sup>

Em suas movimentações pela *mata da jaíba* essas "redes de irmandade", como observou Costa<sup>12</sup>, procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com a sociedade escravocrata, sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão. De forma semelhante, Plínio dos Santos (2010) argumenta que o processo de ocupação de terras por grupos de ex-escravos, motivado pelo "projeto camponês", fez com que estes priorizassem,

(terras comunais, locais de mata (área imbricadas entre a planície e o planalto ou nas furnas) para suas lavouras e pequenas criações. Essas terras, geralmente inexploradas, eram espaços potenciais para que os ex-escravos camponeses pudessem ocupá-las de maneira autônoma)<sup>13</sup>

Do ponto de vista geográfico, a *mata da Jaíba* é caracterizada pela sua densa floresta e pela abundância de lagos<sup>14</sup>. A existência de "dolinas", formadas a partir do desabamento de dutos de cavernas calcárias no subsolo, conhecida popularmente pelos moradores do quilombo como *furados*, é uma das características dos solos eutróficos, áreas que segundo Matos, "são receptoras de água e sedimentos, cercadas pelo amplo domínio do *carrasco*. No período chuvoso, tem-se o

---

<sup>10</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*.

<sup>11</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*, p. 357.

<sup>12</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

COSTA. Brejo dos Crioulos e Sociedade Negra da Jaíba.

COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>13</sup> PLÍNIO DOS SANTOS. *Fiéis Descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses*, p. 336.

<sup>14</sup> Segundo Costa Filho (Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f, Tese [Doutorado em Antropologia] – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2005), o termo *Jahyba* é de origem tupi – *y, ahy, ba*: "águas más, águas ruins ou *ya, ahy, ba* : fruta ruim, aquela que é ruim; ou ainda *y, aiba*: água ruim ou brenhas do mato.

acúmulo e estagnação de água, propiciando a gleização, formando assim, o ambiente reconhecido localmente como *brejo de furado*<sup>15</sup>,<sup>16</sup> Paisagem que segundo Costa, propiciou que

(muitos negros que se aquilombavam passaram a se fixar e constituir pequenos agrupamentos de ex-escravos fugidos, além de desenvolverem o cultivo agrícola que deu origem à *agricultura de furado*, conforme discutido por Costa Filho (2004) em estudo desenvolvido sobre a comunidade quilombola d' os Gurutubanos.)<sup>17</sup>

Devido ao acúmulo de água, os *furados* acabaram sendo um ambiente ideal para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças tropicais como a conhecida *maleita* ou *seção*<sup>18</sup>. Como os negros eram resistentes à malária, o que não ocorria com os índios e os brancos, essa área foi sendo aos poucos ocupada pela população negra que se instalou nas margens do rio. O tema da relação entre esta doença e a ocupação da região está sempre presente nas narrativas e nas histórias contadas pelos moradores mais antigos da comunidade. Com a ocupação e fixação da população negra nas margens do rio Arapuim, ocorre a transformação da *terra solta* em seu patrimônio. Os moradores relatam que não existiam cercas, a delimitação da área que seria ocupada era feita respeitando a frente e os fundos das terras de cada família (SANTOS, 2004).<sup>19</sup> As atividades nas *roças* – guiadas pelos períodos das águas e o rebaixamento delas – eram o plantio de arroz, milho, feijão, cana, mandioca e algodão. Havia a criação extensiva de animais – gado, porcos e galinhas – da pesca em lagoas e ribeirões, da caça nas matas e a produção de rapadura, cachaça, farinha de milho, mandioca e tecidos. O período é lembrado pelos quilombolas como um *tempo de fartura*, um tempo de liberdade. No entanto, a época dá lugar ao *tempo da divisão* e se desdobra na chegada dos fazendeiros. É nesse período que ocorre a fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras pelos fazendeiros.

### **O tempo da divisão e a chegada dos fazendeiros**

(Segundo o relato dos quilombolas, entre 1927 e 1930 os agrimensores Augusto de Andrade e Juca Miro (ou Juca Milo) iniciaram – supostamente a mando do

---

<sup>15</sup> Vale mencionar que o nome de duas localidades do quilombo – Furado Modesto e Furado Seco – estão relacionados a esta característica pedológica. *Carrasco* é o nome dado pelos quilombolas a uma das cinco unidades da paisagem. Além desta existem: *cultura vermelha*, a *vazante*, o *brejo* e o *furado*. “Cada ambiente identificado pelos quilombolas abrange determinadas classes de solo e de acordo com as condições de cada local, estas podem ocorrer em pequenas franjas ou se reproduzirem em grandes extensões ao longo do território” (Plano de Etnodesenvolvimento, 2012, p.79). Para um aprofundamento nestas questões, ver Matos (2008).

<sup>16</sup> MATOS, L. V. Conhecimentos na análise de ambientes: a pedologia e o saber local em comunidade quilombola do Norte de Minas Gerais. Viçosa, MG, 2008, p. 8.

<sup>17</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 6.

<sup>18</sup> Ambos são termos nativos para se referirem à Malária.

<sup>19</sup> SANTOS, E. RTID/LA. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos. Fundação Cultural Palmares. Rio de Janeiro, 2004.

Estado – a (demarcação das fazendas Morro Preto (no lado de São João da Ponte) e Arapuá (em Varzelândia, nesta época ainda distrito de São João da Ponte), respectivamente. Estas fazendas eram antigas sesmarias que não foram registradas segundo a Lei de Terras de 1850 e por isto tornam-se terras devolutas. No entanto, a divisão não se restringiu às fazendas Arapuá e Morro Preto, mas atingiu toda a sociedade negra da Jaíba; por isto nas comunidades remanescentes dos quilombolas vizinhas à Brejo dos Crioulos estas também são categorias importantes para marcar o início da perda da autonomia destas comunidades).<sup>20</sup>

Foi no *tempo da divisão* que os documentos começam a ter importância para alguns dos moradores de Brejo dos Crioulos. Ainda que apresentada para os quilombolas como uma ordem partida do Estado (SANTOS, 2004), tanto a forma de pagamento prestado ao serviço de demarcação – cabeças de gado, sacas de arroz e milho, etc – quanto o fato de que apenas alguns quilombolas puderam *acompanhar* o processo, demonstram que os agrimensores demarcavam apenas as terras daqueles que podiam pagar<sup>21</sup>. Durante a *divisão*, ocorre um circuito de trocas entre os moradores, os agrimensores e os fazendeiros. Ao registrarem as glebas das fazendas onde atuavam como *terras de ausentes*, os agrimensores adjudicavam em seus nomes e depois vendiam para os fazendeiros. Se através da ocupação pacífica das *terras soltas da mata da Jaíba* pela população negra estas são transformadas em seu patrimônio, a *divisão* propicia outro movimento, a venda das terras para os fazendeiros resulta na transformação da *terra solta*, terra livre, em terra de negócio. Aqueles sistemas que antes eram caracterizados pela ocupação das terras como “sistemas de posse comunal”<sup>22</sup>, agora se tornaram fonte de especulação nas mãos de fazendeiros e empresários rurais não só do Norte de Minas Gerais, mas de outras cidades e estados.

(Nos anos quarenta, capitaneados por Simão da Costa Campos, Padre Joaquim Gangana, Geovani Fagundes, Romão Ferreira e outros, numa aliança entre as principais famílias do povoado da Ponte, do povoado de Santo Antonio da Boa Vista, de Condado do Norte, de Campo Redondo e Ibiracatu, conseguem sua emancipação política. São João da Ponte torna-se sede do município que se separou de Contendas, atual Brasília de Minas.)<sup>23</sup>

<sup>20</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos.

<sup>21</sup> (O verbo *acompanhar* é uma categoria importante para a compreensão do que foi a *divisão* para os moradores de Brejo dos Crioulos. Diferentemente dos verbos comprar ou apossar, que os moradores utilizam para se remeter ao processo pelo qual a terra foi adquirida por negociação de compra e venda ou pelo usucapião, “acompanhar a divisão toma o sentido de acato a uma decisão sobre a qual os quilombolas não foram consultados, só restando acordar, concordar, acompanhar.) (SANTOS, 2004, p.81).

<sup>22</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índios: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; HÉBETE, Jean. (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, pp.163-196, 1989.

<sup>23</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 36.

Com a institucionalização do município de São João da Ponte, os membros da família Campos vão ocupando os principais cargos inerentes ao novo município como: prefeitura, delegacia de polícia, oficial de justiça, dentre outros: “O terror político era costumeiro, pessoas eram encontradas mortas nas estradas, nos quintais das casas, nas ruas, nas vendas, em qualquer lugar do município”.<sup>24</sup> Protegida por um bando de jagunços, a família Campos estabeleceu alianças com membros das elites locais e de outros municípios, principalmente com profissionais liberais de Montes Claros, cidade que emergia como pólo da região.<sup>25</sup>

(Jagunços com livros do cartório local sob o domínio da mesma família com transmissão de direitos sobre a terra já transcrita e com ameaças violentas, requeriam que pais de famílias e viúvas colocassem a impressão digital nos referidos livros, realizando a transferência das terras de famílias negras para membros da elite regional apoiados pelo grupo mandonista local.)<sup>26</sup>

Outro movimento relacionado à expropriação territorial se deu com a construção dos trilhos da ferrovia que interligava o Sul ao Nordeste pelo interior de Minas Gerais e da Bahia, que de acordo com Costa<sup>27</sup>, estavam paralisados desde 1926 em Montes Claros e começam a avançar pelo vale do rio Verde Grande. No período de 1940 e 1948, é reiniciada a construção da ferrovia. Como consequência, este autor informa que a *mata da Jaíba* começa a ser derrubada para o fornecimento de dormentes para implantação dos trilhos para o funcionamento das mariefumaças, e para o comércio de madeira de lei que abastecia principalmente Montes Claros e Belo Horizonte.

No início dos anos cinquenta, durante o governo do presidente Dutra, há o processo de *desinsetização da mata da Jaíba*, o que propicia a penetração da população branca no interior da floresta de caatinga arbórea. E nos anos sessenta, com a anexação da região à área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), são realizados investimentos para a modernização da atividade agropecuária regional<sup>28</sup>. Com financiamentos e

<sup>24</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*, p. 57.

<sup>25</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 3.

<sup>27</sup> COSTA. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos*.

<sup>28</sup> Luz (*Voos da espera e da esperança: O Bairro Sagrada Família e as estratégias de permanência no Sertão Norte Mineiro*. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2015.) destaca que a SUDENE foi idealizada por Celso Furtado e instituída no ano de 1959 no governo de Juscelino Kubitschek. Sua finalidade era atrair investimentos do setor privado para as regiões atingidas pela seca. O Norte de Minas se tornou uma região de dupla investida, por fazer parte da Região Mineira do Nordeste canalizando investimentos da SUDENE, e pelas suas áreas

apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (EMATER-MG), ou de empresas particulares que surgiam, ou até mesmo de empréstimos bancários realizados no Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, os fazendeiros melhoravam a estrutura das suas fazendas, modernizando-as. O governo federal financia a transformação das fazendas em empresas rurais. Há também a distribuição de remédios para a população branca que vivia nos arredores.

Apesar do crescimento momentâneo da economia e da melhoria da infraestrutura de algumas cidades, os investimentos infringiram conseqüências drásticas à população negra. A privatização das terras e o direcionamento da produção exclusivamente para a pecuária extensiva modernizada, ambos associados à exploração indiscriminada dos recursos naturais, deixaram os quilombolas sem alternativas para o cultivo. O processo de expansão das relações capitalistas de produção era apoiado por ações governamentais que propiciaram a mercantilização da terra. Os beneficiados pelos investimentos da SUDENE realizaram processos de expropriação territorial e apoderam-se do gado das populações que ali viviam e o criavam solto. É nesse contexto de mudanças que se inauguram os conflitos entre a população regional em processos de *afazendamento* e as comunidades negras rurais.

(Aí quando chega essa expansão de agronegócio o governo começou a investir nos fazendeiros a respeito da criação de bois de corte e outros tipos de exploração. Começou os fazendeiros demandarem essas terras aqui. Fazendeiros de São João da Ponte mesmo, pessoas que compravam arroz aqui, já queria tomar o Brejo, não queria comprar mais. Queriam o Brejo para plantar e eles mesmo colherem. Aí houve esse interesse dos fazendeiros de fora também, que já demandarem essa terra aqui. Aí quando chega em 1930 no *tempo da divisão* e depois no *tempo dos fazendeiros*, quando eles começaram a vir para a região, começou a perda do território. E o pessoal ficou vivendo em pequenas faixas terras, sendo *encurralado* dentro do seu próprio território. Aí foi gerando um inchaço dentro dessas pequenas faixas de terra que chegou um ponto que não tinha como nem plantar mais nada.)<sup>29</sup>

Neste período, vários conflitos agrários ocorreram no sertão do Norte de Minas<sup>30</sup>. No entanto, um deles, famoso por ser um dos mais violentos da região, aconteceu em Cachoeirinha, localizada no município de Verdelândia a cerca de 30km de Brejo dos Crioulos. Seus efeitos são

---

de cerrado "promissoras". Para um aprofundamento dos efeitos deste processo, ver Luz (2015) e Ribeiro (*História dos Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.).

<sup>29</sup> Depoimento pessoal, Ticão, Araruba, 2014.

<sup>30</sup> Ver, Carneiro e Cioccarri (Retrato da Repressão Política no Campo - Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. v. 1. 360p.)

narrados pelos quilombolas até os dias atuais. Segue o relato de João Batista sobre o conflito, importante para compreender como este acontecimento refletiu-se na comunidade:

(Nos anos 1960, um médico (amigo de Darcy Ribeiro) e um Capitão da polícia militar adquiriram glebas de terra na região de Cachoeirinha. No tempo da divisão, os agrimensores definiram diversas glebas como “terra de ausente” e posteriormente adjudicaram em seus nomes. Quando venderam para outras pessoas. Estes adquirentes chegavam à localidade (em Brejo houve disto, o caso de Nozinho Figueiredo) e passavam a exigir a retirada das pessoas da terra comprada. Sempre utilizando de muita violência. Em Brejo, algumas famílias saíram da terra e migraram, ficando alguns parentes na terra de santo, formando, em torno da igrejinha, o povoado de Araruba. Em Cachoeirinha, o pessoal resistiu e o Capitão, utilizando de sua influência, acusou o grupo de estar assessorado pelo partido comunista e obteve do comando da PMEMG o apoio para expulsão dos “subversivos” da área. Foi um processo mais sangrento que nas outras comunidades. E, a partir daí, muitos preferiram sair da terra a sofrer o que as pessoas sofreram em Cachoeirinha. Pois foi um processo violento demais.)<sup>31</sup>

As ameaças de expropriação da terra e as notícias de episódios semelhantes ao descrito acima em outras regiões do Vale do Rio Verde Grande, bem como a proliferação de narrativas em torno da violência, circulavam rapidamente e chegaram até Brejo dos Crioulos. As agressões físicas e as expulsões violentas transformaram-se em situações sofridas pelos quilombolas cotidianamente. Um destes casos, mencionado pelos moradores mais antigos do quilombo, foi vivenciado pela moradora Dona Elizarda. Segue o relato de SANTOS (2004):

(Um dos seus irmãos – Levino Pinheiro de Abreu – morreu envenenado após tomar um suposto remédio oferecido por jagunços dos fazendeiros. Diversas de suas cabeças de gado foram apanhadas mortas e dois cachorros de estimação morreram baleados por jagunços que atiravam na direção da porta de sua casa. Seu marido foi ameaçado de morte e no dia em que seria assassinado na própria casa, conseguiu se salvar, escondendo-se debaixo da cama, enquanto sua esposa dizia ao jagunço que ele estava viajando. Na noite deste dia, o marido de Dona Elizarda fugiu enquanto ela e sua família foram para São João da Ponte acionar a polícia, que nada fez. Ao retornarem ainda puderam ver sua casa em chamas, ateadas pelos jagunços para que ela não mais retornasse (esta a última a ser construída por Dona Elizarda, que na medida em que os fazendeiros destruíam suas casas e levantavam uma cerca, ela refazia outra adiante). Depois de ter a casa incendiada, Dona Elizarda morou em São João da Ponte, mas voltou para Araruba a tempo de ver Zé Afonso – um dos fazendeiros que a expulsou de suas terras – ser assassinado diante da Igrejinha de Bom Jesus da Lapa e Santo Reis – que ele pretendia transformar num malhador de gado.)<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos. (depoimento de João Batista).

<sup>32</sup> SANTOS. Relatório técnico de identificação/laudo antropológico da comunidade remanescente do quilombo de Brejo dos Crioulos, p. 88.



Outros casos parecidos com o depoimento acima foram contados pelos moradores durante o meu trabalho de campo. Como efeito dos conflitos decorrentes nas várias comunidades da *mata da Jaíba* e em Brejo dos Crioulos, foram construídas imagens negativas sobre os quilombolas que passaram a ser considerados como “bandidos” e “violentos” pelos moradores dos municípios circundantes do seu território e de outras comunidades. Durante a realização do seu trabalho de campo, Costa<sup>33</sup> informa que os membros da comunidade narravam que qualquer roubo ou ação ilegal que ocorresse na cidade de São João da Ponte ou nas comunidades rurais das proximidades de Brejo dos Crioulos e que não se visse o autor do fato, imediatamente se afirmava “isso é coisa dos pretos de Araruba”.

(Em decorrência da vinculação das ações criminosas perpetrada por qualquer munícipe aos membros da comunidade e pela imagem construída de que eram “bandidos” a polícia percorria os grupos locais que formam a coletividade quilombola, principalmente, o povoado de Araruba à procura dos autores das ações criminais.)<sup>34</sup>

Inicia-se, o processo de criminalização, vivenciado até os dias atuais pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos, onde a violência é parte constitutiva. Como resultado da expropriação territorial, os quilombolas passaram a viver *encurralados* pelas fazendas, com acesso restrito ao território e aos recursos naturais. Muitos moradores lembram deste período relacionando-o aos tempos em que *plantavam de meia*. Uma forma de plantio associada aos fazendeiros. Na alternativa encontrada, os moradores plantavam suas *roças* nos *terrenos* dos fazendeiros e após a colheita, tinham que dividir o que conseguiram com estes. Aqueles foram tempos difíceis, muitos moradores lembram do *tempo onde começaram a perder sua liberdade*.

Conforme dados da CPT, dos 17.302,61 hectares correspondente ao território quilombola de Brejo dos Crioulos, 13.920 hectares, o equivalente a 77% do total da área, estavam concentrados nas mãos de nove fazendeiros. A partir do ano de 1999 os quilombolas começam a realizar suas mobilizações na *luta pela retomada do seu território*, dando início *enfrentamentos* dentro e fora de Brejo dos Crioulos com vistas ao processo de titulação.

---

<sup>33</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste.

<sup>34</sup> COSTA. Processos de Territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste, p. 4.



# Os casamentos endogâmicos na Família Ferreira da Fonseca

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Licenciado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com](mailto:gabriel.afonso.v.chagas@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho dedica-se a acompanhar e analisar as escolhas matrimoniais realizadas por uma família específica, de sobrenome Ferreira da Fonseca, realizados nas Minas entre 1750 e 1890. A família em questão se estabelece através do casal João Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição antes de 1730, mas se expande e ganha notoriedade na Região da Capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'água, Freguesia de Prados, já em meados de 1750 e ali acumula considerável fortuna que é transmitida pelas gerações tendo-se como estratégia principal, os casamentos endogâmicos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Endogamia, Ferreira da Fonseca, Comarca do Rio das Mortes, História Familiar.

O estudo sobre a família tem sido privilegiado por vários autores e vertentes, e cada obra já publicada possibilita novos conhecimentos e perspectivas de análise comparada. A pesquisa aqui apresentada visa contribuir com os estudos sobre o que Miriam Lott denomina de rico mosaico cultural que se formou na Capitania das Minas<sup>35</sup>.

Historiadores reconhecidos têm aberto novas reflexões sobre a vida privada, principalmente a brasileira, e através disso desvendado o funcionamento de inúmeras estruturas que fogem do âmbito da microhistória. Uma dessas obras que podem ser citadas aqui é *Homens de*

---

<sup>35</sup> Essa ideia de mosaico cultural a ser desvendado pelas inúmeras pesquisas parciais se encontra em LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano*. Casamento e Família. Vila Rica (1804-1839). Onde a autora afirma *Consideramos que quanto mais estudos parciais tivermos melhor será para compormos esse rico mosaico que é a Capitania de Minas Gerais*. Pg.18

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

*Negócio: a interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*<sup>36</sup> de Júnia Ferreira Furtado, na qual a historiadora estuda os comerciantes nas Minas do século XVIII tendo por fio condutor a vida particular de Francisco Pinheiro, importante comerciante português. Através de suas relações, o livro discute a sociedade e o comércio no princípio da povoação das Minas.

Antes, porém, de se adentrar no tema proposto a este artigo, qual seja discutir o alto índice de endogamia encontrado para os casamentos realizados pela família Ferreira da Fonseca, é necessário que se defina com qual significado do termo endogamia irei trabalhar. O conceito de endogamia pode ser bastante amplo se considerarmos sua definição como propõe o dicionário Priberam da língua portuguesa

en·do·ga·mi·a (endo- + -gamia) substantivo feminino

1. [Antropologia] Enlace matrimonial entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo familiar, social, étnico, religioso.<sup>37</sup>

Desta forma poderíamos considerar como endógamos, casamentos realizados entre pessoas de uma mesma classe social, estendendo então essa tipologia de união à maior parte dos matrimônios realizados na colônia. Outro exemplo de utilização do termo é o trabalho de Márcio de Souza Soares<sup>38</sup>, que trabalha com a região de Campos dos Goitacazes na Capitania Rio de Janeiro, onde o autor utiliza o conceito de endogamia para trabalhar com os escravos que constituíam uniões com cônjuges oriundos da mesma região no continente africano.

Neste artigo, porém, o termo endogamia será utilizado apenas para os casamentos realizados por membros de uma mesma família, ou seja, personagens que tenham ascendentes diretos em comum. Outro fator preponderante para se considerar antes de adentrarmos a esse trabalho é o período temporal que este abarca: um século e meio 1750-1890, onde é fundamental frisar que os dilemas e formatações do matrimônio nas Minas de meados do Século XVIII são bastante díspares em relação à mesma região na segunda metade do Século XIX.

Para este trabalho, a escolha da família Ferreira da Fonseca se justifica pelo alto índice de dispensas de consanguinidade encontradas nos acentos de matrimônio dos membros desta e o

---

<sup>36</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 1ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

<sup>37</sup> "Endogamia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/Endogamia> [consultado em 17-03-2015].

<sup>38</sup> SOARES, Márcio de Souza. Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

excessivo número de dispensas tendo como comparação a própria região em que se encontravam. Para a quarta geração da família, cerca de 1840 a 1870, 69,04% dos matrimônios eram consanguíneos, ao passo de que para a vila mais próxima, Lagoa Dourada, temos 43,86% no período 1856 a 1881. Todos esses dados serão melhores trabalhados a seu momento neste texto onde também serão apresentados as referências que conduziram a esses números.

### **A família Ferreira da Fonseca**

O ramo familiar trabalhado chega às Minas antes de 1730, através de João Ferreira da Fonseca, natural da Freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras na Ilha Terceira dos Açores. João fixa residência na Itaverava das Minas se une em matrimônio em data anterior a 1732 com uma prima de terceiro grau, Maria da Conceição. Ambos tinham em comum o bisavô, Bento Gonçalves Falieiro e eram de origem açoriana. Acredita-se que o sogro de João, Antônio Coelho Valadão tenha vindo junto a este para as Minas, entretanto não conseguimos encontrar embasamento para tal afirmação. Sobre a união de João e Maria da Conceição, encontramos o registro de banhos<sup>39</sup> do casal no Processo *De Genere* de seu neto Padre Francisco Barbosa da Cunha

[Fl.131]

<sup>1</sup>Certidão de banhos referente ao casamento

<sup>2</sup>dos Avós Maternos do habilitando

<sup>3</sup>Aos que a presente certidão de ba-

<sup>4</sup>nhos em forma virem faço saber que nas Paróquias das

<sup>5</sup>Igrejas de Santa Bárbara do lugar das

<sup>6</sup>nove Ribeiras desta Ilha terceira e de Nos

<sup>7</sup>as Senhora da Pena do lugar de Fontinhas

<sup>8</sup>desta mesma Ilha e Bispado de Angra

<sup>9</sup>foi denunciado em três dias festivos

<sup>10</sup>em como estava casado debaixo

<sup>11</sup>de fiança o Capitão João Ferreira Fon

<sup>12</sup>ceca filho legítimo que diz ser de João Fer

<sup>13</sup>reira Bellerique e Catharina Dias da

<sup>14</sup>Fonseca, e ele contraente natural

<sup>15</sup>e batizado na sobredita Igreja de San

<sup>16</sup>ta Barbara deste dito Bispado com Ma

<sup>17</sup>ria da Conceição filha legítima que diz

<sup>18</sup>ser de Antonio Coelho Valadão e Marga

<sup>19</sup>rida de São João já defunta natural

<sup>20</sup>e batizada na sobredita Igreja de Nos

---

<sup>39</sup> Trata-se dos proclamas de casamento preconizados pelo Concílio de Trento (1545-1564) que deveriam de ser realizados em três dias de preceito nas freguesias de origem dos nubentes.

<sup>21</sup>as Senhora da Pena do lugar da Fon  
<sup>22</sup>tinhas e ambos eles contraentes mora  
<sup>23</sup>dores na Itaverava das Minas<sup>40</sup>

O casal teve quatro filhos: Úrsula da Conceição que se casou com Antônio Lopes Cançado e foi residir no Arraial do Onça, hoje Pitangui; Felícia da Assunção do Senhor que contraiu núpcias com Bento Gonçalves Pacheco e permaneceu residindo na Freguesia de Santo Antônio da Itaverava; Ana Josepha do Sacramento e João Ferreira da Fonseca que foram residir no entorno da Capelinha de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Prados.

Ana Josepha do Sacramento se une em matrimônio em 05 de Maio de 1760 com José da Cunha Barbosa e terão apenas dois filhos, Manoel, nascido em 22 de Janeiro de 1765 mas que não chega a idade adulta e o referido Padre Francisco Barbosa da Cunha cujo Processo *De Genere* citamos acima.

Entretanto, o que mais nos interessa nessa pesquisa é o que acontece com a descendência de João Ferreira da Fonseca que se casou em 01 de Outubro de 1759 com Anna Jacinta da Conceição. O casal edifica a Fazenda dos Olhos d'Água e até a quarta geração de seus descendentes, esta permanecerá entre os membros da família com uma extensão considerável. João e Ana tiveram 10 filhos que se unirão em matrimônio com apenas três famílias.

Felícia Jacinta da Conceição, Francisco Ferreira da Fonseca e Maria Magdalena de Jesus, os três mais velhos nesta exata ordem, se casaram com os irmãos Manoel da Costa Ribeiro, Ana Bernardes e José Joaquim da Costa, filhos de Pedro da Costa e Bernarda Josepha da Estrela, casal oriundo da Ilha de Santa Maria no Arquipélago dos Açores. Os dois próximos filhos mantendo-se a ordem de nascimento, Felisberto Ferreira da Fonseca e João Ferreira da Fonseca se mudam para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Curral Novo, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, onde contraem matrimônio com as irmãs Joana Maria da Conceição e Josepha Maria da Assumpção da família Ferreira Armond que viria a se tornar uma

---

<sup>40</sup> AEAM – Referência: R:0516 / A:03 / P:0516. *De Genere* de Francisco Barbosa da Cunha. Data: 1796.

das mais influentes famílias da Comarca do Paraibuna segundo a tese de Doutorado de Antônio Henrique Duarte Lacerda<sup>41</sup>.

O sétimo filho Eduardo Ferreira da Fonseca se casou com Antônia Rita de Jesus Xavier da família Ferreira de Souza. Já Damaso Ferreira da Fonseca, o sexto filho, nascido em 18 de Janeiro de 1773, herdeiro da Fazenda dos Olhos d'Água, se une em Matrimônio em 1822 com uma sobrinha, vinte e três anos mais nova, Josepha Joaquina da Conceição filha de Felícia Jacinta sua irmã mais velha.

Os três filhos que permaneceram solteiros foram: Bernardina da Conceição companheira da mãe até o falecimento de Ana Jacinta em 1837 e residente na Fazenda dos Olhos D'Água até sua própria morte em 1865, uma menina de nome Maria da qual não temos mais informações e o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca figura das mais importantes para a organização da família.

Com o falecimento de Damaso em 1833 quando seu primogênito contava com apenas 8 anos de idade, a fazenda dos Olhos D'Água passaria então para as mãos de sua esposa e sobrinha Josepha, e o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca se tornaria o tutor dos órfãos.

A geração dos netos e dos bisnetos de João Ferreira da Fonseca e Ana Jacinta da Conceição é que nos chama a atenção nesta pesquisa. São ao todo 55 netos, dos quais 42 contraíram matrimônio. Destes 29 dentro da família e 13 com não-parentes. Isso significa que 69,04% dos membros da quarta geração da família que se casaram o fizeram de forma endogâmica. Aprofundando mais neste número percebemos que desses 29, 18 se casaram com primos de 1º grau, 5 com tios ou sobrinhas, 4 com primos irmão – aqueles que possuem os quatro avós em comum – e apenas 2 com primos de 2º grau. É importante frisar que esses matrimônios ocorreram em sua totalidade mais de trinta anos após a Bula *Magnan Profecta Cura* do Papa Pio VI em que autoriza-se a dispensa matrimonial entre parentes no Brasil, porém mantém a proibição para primos de 1º grau, primos-irmãos e tio-sobrinha.

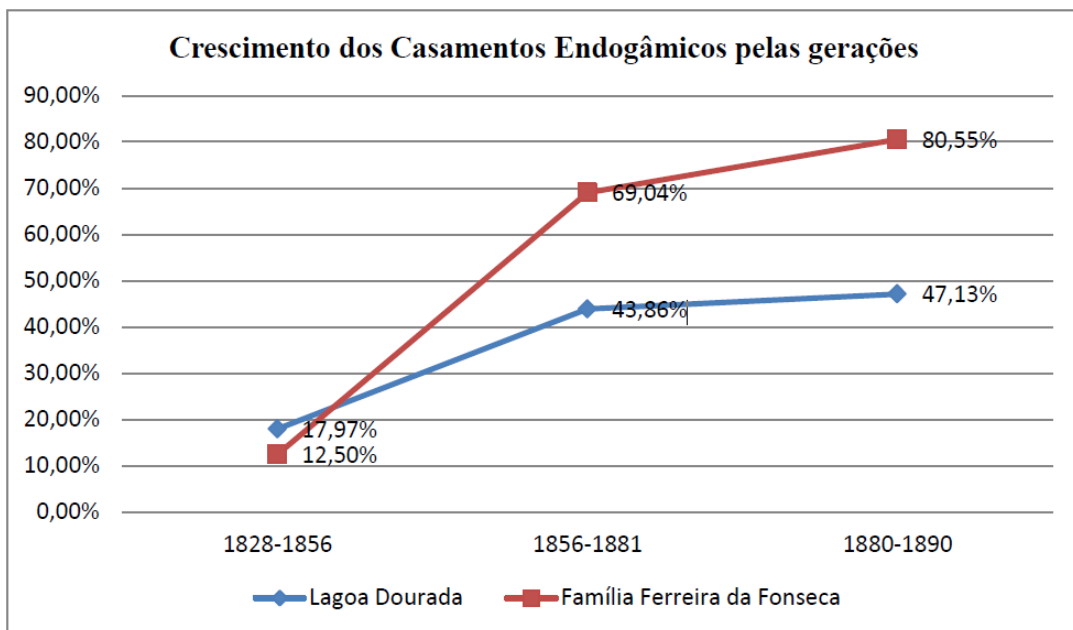
A quinta geração desta família apresenta dados ainda mais impressionantes de endogamia que a quarta. Nela possuímos o índice de 80,55% dos membros que se casaram, o realizando com parentes próximos em uma época em que a vila mais próxima, Lagoa Dourada Contava com o índice de 47,13% de endogamia. Importante apontar que aqui se considera apenas aqueles

---

<sup>41</sup> LACERDA, A. H. D. Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751/1850). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Tese (Doutorado).

membros que permaneceram na região da Fazenda dos Olhos D'Água, devido a questões de viabilidade da pesquisa. Nessa geração foram contabilizados 48 membros, dos quais 42 contraíram matrimônio e destes só 7 com cônjuges de fora da família.

O gráfico abaixo apresenta as transformações na quantidade de casamentos endogâmicos tanto para a família Ferreira da Fonseca como para a Freguesia de Santo Antônio da Lagoa Dourada, realizando uma comparação entre eles.



**Gráfico 1** - Crescimento dos Casamentos Endogâmicos pelas gerações.

### O que motivou esse alto índice de endogamia?

A resposta encontrada até o momento é a manutenção da Fazenda dos Olhos D'Água com uma estrutura semelhante à construída por João Ferreira da Fonseca em meados do Século XVIII. Podemos considerar que o intento foi logrado com êxito, pois pela descrição das posses da Fazenda em 1833 quando do Inventário de Damaso Ferreira da Fonseca e pelo registro feito pelo Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca devido à lei de Terras de 1850, percebemos que a Fazenda possuía a mesma extensão e mesmas posses.

Pela lei de Terras de 1850<sup>42</sup> que pretendia organizar a posse das propriedades rurais no Brasil Imperial cada proprietário deveria inscrever suas propriedades rurais em um livro de registro de Terras Paroquiais. Analisando o Livro referente à Brumado pode-se perceber a inscrição de 291 terras, das quais nenhuma se aproxima da extensão territorial apresentada pelo Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca – cerca de mil alqueires de terras de culturas – para a Fazenda dos Olhos D’Água.

Ilustrando a afirmativa de que a manutenção da terra se deu por casamentos entre primos que eram coerdeiros da fazenda, cito o caso das irmãs Rita Ilydia de Cassia e Maria Romana da Conceição que foram herdeiras pelo testamento do tio Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca em 1857, do pai Damaso Ferreira da Fonseca falecido em 1833, da mãe Josepha Joaquina da Conceição falecida em 1864, esta filha de Felícia irmã de Damaso. Se não bastasse por aí, as irmãs se casaram com seus primos-irmãos, Manoel Ferreira da Fonseca e João Ferreira da Fonseca, filhos de Felisberto Ferreira da Fonseca, irmão de Damaso e Felícia e também herdeiros de partes da fazenda.

Os dois casais citados acima assistem se formarem dois Matrimônios entre filhos seus: Ilydio Ferreira da Fonseca, nascido em 1847, segundo filho de João e Rita contrai núpcias em 15 de junho de 1869 com Maria Lya da Assumpção, nascida em 1851, e quarta filha de Manoel e Maria Romana. Dessa união nasceram 10 filhos. Por sua vez Marcolina Elidia de Cássia, oitava irmã de Ilydio, se une em Matrimônio com Camillo Ferreira da Fonseca, sétimo irmão de Maria Lya e têm com ele 4 filhos.

### **A Fazenda dos Olhos D’Água como herança**

Já ilustrado no tópico anterior, a manutenção da Fazenda dos Olhos D’Água foi um grande motivador das escolhas da família Ferreira da Fonseca em se valer dos casamentos endogâmicos. Após o falecimento de João Ferreira da Fonseca em 1790, a Fazenda foi dividida entre os herdeiros, ficando a maior parte, para a viúva Anna Jacintha e a Cede para o filho Damaso.

Em menos de setenta anos os arranjos matrimoniais empreendidos pelo clã familiar lhe proporcionaram reconstituir a fazenda com a mesma dimensão de outrora. Os filhos do Casal Ilydio Ferreira da Fonseca e Maria Lya da Assumpção iriam, praticamente sozinhos, se tornarem

---

<sup>42</sup> APM – Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Grotas do Queluz)



os proprietários de toda extensão de terras. Terras essas que sempre permaneceram unidas como percebemos pela descrição que faz o Padre Gonçalo Ferreira da Fonseca no Livro de Registros de Terras de 1850 da Freguesia do Brumado do Suassuí<sup>43</sup>, onde declara possuir as terras em comunhão com alguns herdeiros do pai. Entretanto, a extensão descrita no dito registro se refere à Fazenda como um todo, cerca de mil alqueires.

Considerando tudo que foi exposto, não há como negar que por mais que encontremos mais justificativas para esse modelo de união matrimonial empreendido pela família Ferreira da Fonseca a permanência da posse e da extensão da Fazenda dos Olhos D'Água era uma justificativa completamente coerente e que norteou as escolhas desse grupo familiar.



**Figura 1 - A Fazenda dos Olhos D'Água como herança.**

## Conclusão

É importante apontar, que ao se tratar de um período temporal considerável como o proposto para essa pesquisa corre-se o risco de incorrer em erros. O primeiro grande risco é não percebermos que a visão de matrimônio e endogamia para aqueles membros da família do Século XVIII são completamente diferentes daquela do Século XIX. Isso por vários motivos, a *Bula Magnam Profectam Cura* de 1790, a Independência do Brasil e com isso o início de uma organização

<sup>43</sup> APM – Livro de Registro de Terras Paroquial. – Códice 028 – Registro 2446 – Brumado de Suassuhy (Nossa Senhora das Grotas do Queluz).

política em dois partidos Conservadores e Liberais, as leis que regiam a sociedade, e a própria transição da economia da Capitania das Minas para o que viria a movimentar a Província de Minas Gerais.

Porém, em ambos os séculos, por motivos diferentes, a posse da terra sempre foi e será algo fundamental para a vida agrária. Os arranjos para a manutenção da Fazenda dos Olhos D'Água com sua considerável extensão começam efetivamente a se intensificar no século XIX, quando a região de São João Del Rei passa a ter a incumbência de abastecer em grande parte a Capital Imperial com produtos da terra.

O comércio da Fazenda dos Olhos D'Água que produzia milho e principalmente cana, com a Cidade de São João Del Rei tornou a terra algo muito precioso e que deveria ser preservado pelas gerações vindouras.

# O cotidiano da família escrava no Brasil do século XIX, através da poesia “tragédia no lar” de Castro Alves

Rodrigo Ferreira da Silva

Mestrando em História

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

rodrigoigo5@hotmail.com

**RESUMO:** A Historiografia brasileira está repleta de discussões a cerca da escravidão e principalmente quando nos referimos aos clássicos da historiografia, temos uma visão paternalista de família e escravidão no Brasil do século XIX. Diante das várias análises a que se propõe a história em estudar a escravidão, neste presente estudo tem por finalidade perceber analisar as leituras feitas pelo poeta Castro Alves sobre o cotidiano da família escravizada no Brasil Imperial do século XIX, tomando por base a poesia "Tragédia no Lar" escrita em junho de 1865. Metodologicamente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática da relação entre a história e a literatura concernente as suas relações de sentidos e possibilidades quanto ao uso das poesias literárias como fontes documentais para a História, bem como, a influência que o poeta teve no Romantismo da terceira geração, tida como a geração condoreira e as reais leituras e intencionalidades do poeta para com a causa da família escravizada em sua poesia escrita para a classe dominante e letrada do país. Cada vez mais, a literatura vem recebendo um forte acolhimento entre os historiadores e as suas releituras através das artes vem possibilitando novos olhares e novas perspectivas a cerca da escravidão por exemplo. Diante deste contexto, destacar a literatura de cunho social a que se propôs Castro Alves é também dar visibilidades aqueles que através dos folhetins jornalísticos do século XIX, puderam provocar ao debate uma sociedade escravagista e tradicional que era a brasileira no Oitocentos. Neste cenário, não pode-se limitar os olhares ou deixar a cargo dos livros tradicionais suas visões e percepções sobre o processo de escravidão vivenciado no Brasil, mas também, não pode-se assumir como verdade as escritas em que os poetas e romancistas fizeram, mas sim, fazer uma análise de suas contribuições e de certas apropriações a cerca da temática, notando assim, a história em suas redações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cotidiano, Escravidão, Literatura, Castro Alves.

## O Contexto político-econômico-social da escravidão negra no Brasil no século XIX

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e só o fez devido às pressões impostas pela Inglaterra ao governo, variando de acordo ao tratado que visava o combate ao tráfico de africanos. Essas pressões foram iniciadas em 1817 e se estenderam até 1840<sup>44</sup>. Porém, não foram suficientemente efetivas para frear o tráfico ilegal de cativos para o Brasil. O fim de fato só aconteceu com o combate direto de embarcações britânicas aos chamados navios negreiros nos portos e enseadas brasileiras. Mesmo após o fim do tráfico em 1851, a escravidão continuaria ainda por mais 40 anos, apesar dos movimentos anti-escravistas, ou seja, do movimento abolicionista a partir dos anos de 1870.

A justificativa para a permanência do tráfico no país por tanto tempo pode ser esboçada através da leitura da estrutura econômica agrária imposta desde o século XIV, que usava a mão-de-obra escrava em suas plantações de cana-de-açúcar, permanecendo esta estrutura ainda no século XVII, além de ser utilizada nas zonas mineradoras do séc. XVIII. No século XIX, a grande concentração de escravos acontecia nas fazendas de cafés, cabendo destaque para a região agro exportadora do vale do Paraíba segundo Emilia Viotti da Costa, e acrescenta que devido ao solo fértil que impulsionou a atividade proliferando para a província de São Paulo durante a segunda metade do século. Devido a impossibilidade do tráfico intercontinental, pelo menos na época oficial, um recurso bastante utilizado pelos aristocratas fora o comércio provincial, principalmente com as fazendas escravocratas do norte, que se encontravam em decadência.

O II império brasileiro fora envolvido por uma série de desgastes político-sociais, principalmente a partir de 1850 e como exemplo pode-se citar: a questão militar, questão servil, questão religiosa, que contribuíram decisivamente para o declínio Imperial <sup>45</sup> e há ainda a formação de uma classe de cafeicultores paulistas, estruturada politicamente em torno de um partido: O Republicano Paulista (PRP), esta classe também era economicamente forte e almejava espaço na corte imperial, ostentação que não gozava.

A guerra do Paraguai fora também um fator de declínio para a monarquia no Brasil, uma vez que as finanças imperiais estavam comprometidas, colaborada pelos altos gastos que a corte condicionava aos cofres públicos brasileiros. Diante deste cenário e ao conjunto de fatores citados, além de manifestação nos jornais e folhetins da época, veio se desgastando cada vez mais o “prestígio” da Corte brasileira.

Aliado a estes fatores do declínio da monarquia, havia um anseio pela república. Apesar dos republicanos, terem abafado a voz dos monarquistas, eles teciam pesadas críticas a visão republicana. Para os monarquistas a república representaria um levante militar fruto da indisciplina das classes armadas. Defendiam o Império expondo que trouxera tranquilidade, conservação, progresso, integridade e união.

---

<sup>44</sup> BROOHSWAW, David. **Raça e Cor na Literatura Brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

<sup>45</sup> LOPEZ, L. R. **História do Brasil Imperial**. 7ª ed. Porto Alegre: mercado Aberto, 1999.

Esta visão que preconizava os monarquistas do Império mais parecia “um país das maravilhas”<sup>46</sup> que de fato, o Brasil do século XIX. Os monarquistas pregavam a emancipação da escravidão e não a abolição total como queriam os republicanos. A paz interna estava abalada por várias revoltas ou levantes como a revolta dos Nucker e do Quebra-Quilos, além da própria Guerra do Paraguai entre outras que perderam e mostraram a insatisfação que tinham com a condição a que estava submetido durante o II Império.

Ainda, na versão dos republicanos, a monarquia era considerada como uma anomalia da América, e enunciada já nos manifestos republicanos de 1870, sendo críticos ferrenhos do poder Moderador que segundo os republicanos subjugava os demais poderes; criticavam também a vitaliciedade do Senado, fraudes eleitorais, a centralização excessiva do governo monárquico e estes problemas só seriam resolvidos com a proclamação da República. Os republicanos lutavam pela abolição da escravidão e sem indenização dos proprietários de escravos, divergindo dos monarquistas que pregavam uma emancipação escravista, caso não, a abolição seria feita através de indenização aos fazendeiros e pessoas proprietários de escravos no Brasil. Diante deste cenário Castro Alves com suas poesias procurava sensibilizar alguns aristocratas para com a condição do negro na sociedade brasileira, procurando destacar a humanidade dos negros e escravos.

Daí percebermos a convergência das campanhas abolicionistas com o movimento republicano, que junto culminaria na luta pela liberdade dos cativos e da liberdade política. Afinal, a monarquia era detentora da escravidão e para abolir a escravidão era necessário a execração da monarquia. Apesar de Castro Alves nunca apresentar-se oficialmente como um republicano ele almejava, e isto está muito presente na sua obra, uma sociedade livre da escravidão, tanto que escreve poesias em vários estados como Pernambuco, Bahia e São Paulo.

Se no campo político acontecia todas essas discussões e quanto a economia? Certamente se encontrava em condições extremamente precárias, porque além de não gozar de um amplo apoio político, as arrecadações fiscais estavam sendo inferiores aos gastos da corte. A falta de uma política de incentivo à industrialização e mesmo a capacitação dos principais portos brasileiros contribuíram muito na perda das exportações dos produtos primários, elevando a importação e reduzindo a exportação. Isto enfraquecera o governo, tanto que o Império não podia pagar as indenizações aos fazendeiros para a libertação dos escravos, como anteceder a proposta dos monarquistas no Parlamento, libertação esta tão questionada pelo poeta em seus discursos nas academias de Direito do Recife e de São Paulo.

Naquele momento de acirradas discussões, que anunciavam o fim do império de escravidão, a corte político-econômica, que estava em declínio, ainda encontrava-se dividida. Por outro lado, os fazendeiros paulistas, fluminenses e mineiros encontravam-se economicamente forte e com uma classe de

---

<sup>46</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

grande representação no cenário imperial, já que o café estava em alta no período e era num dos principais produtos exportados e São Paulo seu maior expoente.

A Guerra do Paraguai, serviu para desviar o interesse do público em relação a escravidão, para com a causa patriótica que era a guerra, estando “acima de oposições e controvérsias”. Mas, também fora a guerra quem trouxera outros questionamentos com os militares e os “escravos-militares” que representavam o país na disputa. O governo ficou temeroso em armar os cativos para combater os paraguaios, pois com a posse da arma poderiam organizar levantes e, assim, lutar por sua liberdade. A presença dos escravos deixava os militares numa posição incômoda, uma vez que outrora, caçavam os cativos e durante a guerra lutavam, viveram e morreram juntos. No lado Paraguaio não havia escravidão, pois já fora abolida e com o contato com essa experiência de homens negros libertos, os militares, poderiam até perguntar-se: “porque nossos negros homens estão escravos?”

As modernas bibliografias apontam que o Imperador possuía pretensões de acordo com o planejamento proposto pelos emancipacionistas e desejava fazer referências no trono sobre a questão escravocrata. Mas Itaboraí, que no período era chefe de gabinete da monarquia, não achou prudente ao Imperador algum pronunciamento, até para não animar os ânimos públicos sobre a questão. Acrescenta que fora D. Pedro II quem incitou o projeto emancipacionista de S. Vicente, o próprio Nabuco<sup>47</sup> reconhece esta intenção e expõe que é notório a ação do Imperador na questão da suspensão do tráfico de escravos, notadamente de 1845 a 1850 e de 1856 até 1871, para com a emancipação dos filhos nascidos de mães escravizadas. Diante deste contexto é que foram aprovadas as leis de Eusébio de Queiroz (1850) e a de Rio Branco (1871) que é a Lei do Ventre Livre. Eram essas demoras na ação política do Império que a sociedade civil organizada não aceitava, a própria literatura reflete este inconformismo ao denunciar as condições de miserabilidade que os negros estavam nas senzalas.

Poetas, como Castro Alves, clamavam medidas eficazes dessas leis, tanto que escreveu “Navio negro” em 1868, ou seja, 18 anos após o fim do tráfico de escravos. Então, neste caso do tráfico, percebemos como eram ineficientes algumas autoridades que mesmo com a proibição ainda traficavam seres humanos, como “narra” o poeta dos escravos.

O projeto da Lei do Ventre livre chegou à Câmara em 12 de maio de 1871 e encontrou forte oposição principalmente de José de Alencar, Ferreira Viana e Paulinho, e divergindo dos deputados citados anteriormente, estavam Saião Lobato, João Alfredo, etc. Já no Senado, os liberais se encontravam

---

<sup>47</sup> VIANNA, Francisco José de Oliveira. **O ocaso do Império**. 4ªed. Recife: Ed. Massangana, 1990.

representados por Joaquim Nabuco, Paranaguá, Otávio que defenderam o projeto, já que não havia integrantes do partido liberal na Câmara.<sup>48</sup>

Este era um momento de conturbação social devido às questões abolicionistas; há relatórios dos chefes policiais da província fluminense que grupos encapuzados agiram como um verdadeiro KU-KLUX-KLAN tupiniquim, com ações de torturas a negros acusados de crimes, além de fazendeiros solicitarem ao governo a formação de uma milícia organizada pelos próprios, afim de defender sua integridade territorial, que encontrava-se ameaçadas, pois as invasões eram libertárias dos cativos ali aprisionados e os instrumentos torturantes aos escravos eram expostos ao público em plena praça, o autor ainda informa que instalara-se o pânico nas zonas escravizadoras.

Apesar de alguns lugares estarem numa situação periclitante como podemos observar anteriormente, mas há um início do poder executivo, principalmente no que tange o Gabinete de Itaboraí, para com a questão servil<sup>49</sup>. É a Câmara quem tomou a iniciativa de formar uma Comissão para dar seu parecer sobre a escravidão no Império. Salientou que para obter a aprovação da lei do Ventre Livre, teve que pedir apoio as classes dominantes para aprovar, pois a trabalho escravo não era essencial. Durante a aprovação do projeto, dos 42 (quarenta e dois) deputados da região Centro Sul, 30 (trinta) se opuseram a proposta. No Senado um terço dos Centro-Sulinos votaram contra a projeto. Efetivamente, o autor salienta que “todos os senhores mantiveram o escravo até a idade de 21 anos, ficando sua libertação transposta para 1892”<sup>50</sup>.

No entanto esta discussão não era nova, pelo menos no senado Imperial, pois foram apresentadas propostas anteriores para a libertação dos nascidos, tanto que em 17 de maio de 1865 foram apresentados três projetos de lei referente a esta temática.

### **A leitura da escravidão através da poesia “Tragédia no Lar”**

Neste contexto, a literatura pode ser tomada como fonte de produção de significados de uma época e neste caso, a literatura pode ser tomada como um relato, como um desenho do quadro “Abolição/ Escravidão” que de certa forma, projeta o futuro, e estas literaturas tem sido definidas por diferentes historiadores da literatura, como romântica ou realista.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>49</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição**. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_ *Abolição*, p. 36.

<sup>51</sup> JORGE, Elaine Cristina da Silva (et al). *História, Literatura e Pintura: O Cotidiano dos Escravos*. In: LINS, Juarez Nogueira. *Literatura, Leitura e Ensino*. Guarabira: UEPB, 2006.



Nas discussões acerca da escravidão, uma das formas muito usufruída pelos anti-escravistas, certamente fora a literatura, principalmente a publicada em folhetins.

Apesar de Castro Alves não ter vivido no auge do abolicionismo, suas poesias nos remetem ao pensamento abolicionista, devido sua luta travada contra a aristocracia escravista brasileira. Certamente, Castro Alves fora um dos precursores deste movimento. Na sua concepção de liberdade, pregava a abolição da escravidão.

Suas poesias percorreram o Brasil. Desta forma é que foi atribuído o título de Poeta dos Escravos. Diante desse contexto, dentre suas poesias analisaremos duas: 'Tragédia no lar' (julho de 1865), enfocando o cotidiano dos escravos, para compreendermos e mesmo, percebemos aos olhos de Alves e da História a representação deste cotidiano, versando diálogos, diluindo fronteiras. O texto trás à tona também uma nova discussão do que vem a ser tragédia do cotidiano negro(a).

A literatura brasileira teve uma forte participação no movimento, uma vez que a produção histórica do século XIX, não priorizava o cotidiano dos negros nas senzalas e no tráfico, dedicando-se mais a "narrar" em linhas gerais estas situações, diferindo das poesias de Castro Alves que trazia consigo esses olhares. Porém, apenas no século XX é que foram levados em consideração pelos autores, onde foi possível relacionar o que Castro Alves escreveu com as pesquisas realizadas na atualidade, algo constatado pelo poeta já no séc. XIX.

#### **Comércio, lutas e cotidiano nas senzalas brasileiras através da poesia *Tragédia no lar***

Na poesia: "Tragédia no lar", o autor enfoca o cotidiano dos escravos, numa senzala sobre uma família. Relata a situação periclitante em que estão condicionados e observa a relação da mãe para com o filho e seu senhor. Faz um convite aos "cidadãos" (homens e mulheres) para que entrem na senzala, de forma enfática e eloquente:

Leitor, se não tens desprezo  
de vir descer às senzalas,  
Trocar tapetes e solas  
Por um alouce cruel  
Vem comigo, mas... cuidado...  
Que o teu rustido bordado

Não fique no chão manchado,  
No chão do imundo bordel..  
(...)  
Não venham esses que negam  
A esmola do leproso, ao pobre.  
A luva branca do nobre  
Oh! senhores, não mancheis...  
os pés lá pisam em lama,  
Porém as fronteiras são puras  
Mas vós nas faces impuras  
Tendes lodo, e pres nos pés.”<sup>52</sup>

Percebe-se nesta poesia que o autor tece críticas também a sociedade por compactuar com essa anomalia social e que os “cidadãos” percebam o absurdo na utilização da mão-de-obra cativa, não se importando com as condições insalubres onde, geralmente, estavam todos os cativos, que era a senzala, sem comodidade e com muitos seres humanos vivendo no mesmo ambiente. Notamos também como o autor descreve as vestimentas dos nobres, seus símbolos aristocratas: o vestido longo e as luvas brancas.

Na senzala acontece atrocidades e é isto que Castro Alves quer mostrar à sociedade, tocando no seio maternal, escreve uma transação comercial de uma criança afim de instigar debates sobre a utilização da mão-de-obra infantil. Em “Tragédia no lar” poesia escrita em 1865, o poeta dramaticamente, descreve este ato:

- Escrava, dá-me teu filho!

Senhores, ide-lo ver:

É forte, de uma raça bem provada

Havemos tudo fazer

Assim dizia o fazendeiro, rindo,

E agitava o chicote...

---

<sup>52</sup> ALVES, Castro. **Os Escravos**. Coleção clássicos da literatura: obra completa. Rio de Janeiro, 2004, p 38-39. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)**

[...]

- Dá-me teu filho! repetiu bremente

O Senhor, de sobr'olho carregado.

- Impossível!...

- Que dizeis, miserável?!

- Perdão, senhor! perdão! meu filho dorme...

Inda há pouco o embalei, pobre inocente

Que nem sequer presente

Que ides...

- Sim, que o vou vender!

- Vender?!... Vender meu filho?!

Senhor, por piedade, não...

Vós sois bom... antes do peito

Me arranqueis o coração!

Por piedade, matai-me! Oh! é impossível

Que me roubem da vida o único bem!

Apenas sabe ri... é tão pequeno!

Inda não sabe me chamar?... Também

Senhor, vós tendes filhos ... quem não tem?

[...]

Deixai meu filho... arrancai-me

Antes a alma e o coração

- Cala-te miserável! Meus senhores,

O escravo podeis ver...

E a mãe em pranto aos pés dos mercadores

Atirou-se a gemer<sup>53</sup>.

Mesmo com a extinção do tráfico do continente africano a partir de 1850, ocorria o tráfico interprovincial, principalmente da região Norte. Os cafeicultores dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro importaram muitos cativos do nordeste, para suprir suas necessidades nos Estados, já que não era permitido o tráfico internacional. O preço dos cativos estava em alta no mercado até pela escassez. De repente, até esta poesia certamente “influenciou parlamentares” a aprovarem a lei do ventre livre após a morte do poeta, em sua homenagem<sup>54</sup>.

O negro vivia no Brasil como se fosse animal, não possuía direito, podia ser trocado, castigado, vendido, mutilado e morto, até por ser tido como uma propriedade privada igual a qualquer outro animal como porco ou cavalo.

A presença do chicote na segunda estrofe, aponta para esta condição atribuída a escrava, tanto que “agitava o chicote”; juntamente para mostrar a cativa, que caso não obedecesse, seria certamente chicoteada. A condição de objeto material e amparado na constituição nacional, dava plenos poderes aos senhores escravocratas realizarem tais atitudes, perversas aos olhos humanos e é neste contexto social, que Castro Alves enfoca na sua poesia esta ação condenatória. Mesmo que seja pela luz do Romantismo.

No entanto, nem sempre a venda era feita de forma aceitável pelos membros da comunidade negra, instalados nas senzalas; tanto que na própria poesia em questão, ocorre uma espécie de tentativa de um levante para combater o senhor e o comerciante que deseja efetuar a compra, onde Castro Alves torna-se voz de alguns cativos no seu enredo:

- Nem mais um passo, cobardes!  
Nem mais um passo! ladrões!  
Se os outros roubam as bolsas, vós roubais os corações!...  
Entram três negros possantes,  
Brilham punhais traiçoeiros...  
Rolam por terra os primeiros

<sup>53</sup> ALVES, *Os Escravos*, p 40-41.

<sup>54</sup> MOURA, Clovis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo, 1992.

Da morte nas contorções.<sup>55</sup>

Apesar do autor ser “sutil”, ao esboçar um descontentamento dos negros, não consegue e a comercialização é efetuada. Pelas estrofes percebemos que houve uma luta, mas que infelizmente, os objetivos a que destinaram os cativos não se concretizaram ou menos o autor não o quis concretizar. Talvez esteja ludibriado pela possibilidade de persuadir o público, com sua poesia voltada para a construção de uma imagem de escravo fraco perante seus donos de cor branca, pois assim com esta e todas as demais poesias, Alves irá apresentar desta forma o elemento negro da sociedade brasileira.

No entanto, nem sempre os levantes feitos contra os donos dos escravos foram “controlados”. Os africanos e descendentes lutaram como puderam. Pertinente a esse pensamento, há três formas de caracterizar as resistências dos escravos brasileiros: revolta organizada, caracterizada pela tomada do poder; insurreição armada e a fuga para o mato que resultava em quilombos. Referindo-se a fuga como forma de resistência<sup>56</sup>, destaca-se quando os cativos eram recapturados eram ferrados com a letra F, num local visível para indicar que era fujão, além de outros suplícios.

Diante deste cenário, mesmo tendo um cativo com a resistência a escravidão terá a perseguição dos senhores, e o pior, amparados na lei até por que quando ocorria um levante contra seu “dono”, o escravo poderia vir a ser punido com chicote. Como no caso, aconteceu nesta poesia. Porém, muito antes de serem efetivamente cadáveres, são torturados, e quanto a seus corpos, para onde vão? Nas regiões litorâneas, muitos cativos foram sepultados em covas rasas na beira da maré<sup>57</sup>, e que não era difícil encontrar os cachorros desenterrando e comendo braços e mãos, o mesmo com os urubus. O autor ainda enfoca que fora cortado em pedaços um corpo de um cativo por ter assassinado um dos religiosos da Ordem do Carmo.

Percebe-se então, que nem sempre os escravos aceitavam pacificamente as atitudes dos senhores de engenho, barões do café, das minas, entre outros, mesmo sabendo das consequências

---

<sup>55</sup> ALVES, *Os Escravos*, p. 43.

<sup>56</sup> LUNA, Luiz. **O Negro na Luta Contra a Escravidão**. 2ª ed.rev. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília, INL, 1976.

<sup>57</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 2ªed. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olímpio editora/ INL-MEC, 1980.

caso não surtiram o efeito esperado. A decapitação do corpo como enfocou Gilberto Freyre anteriormente, é a demonstração do medo que a “sociedade” possuía para com outras atitudes parecidas ou iguais ao que aconteceu com o Religioso da Ordem do Carmo. Esta ação de decapitação era justamente para amedrontar os cativos servindo de exemplo para os demais. Mas, nem esse tipo de amedrontação destemia alguns cativos<sup>58</sup>, pois há o caso dos fazendeiros José Martins Portela (Rio Bonito- RJ) e Miguel Teixeira de Mendonça (Barra Mansa – RJ) que foi morto por seus escravos e sofreram tentativas de assassinato, respectivamente.

Mesmo que muitas famílias não puderam ser família no Brasil, os laços permanecem assim como a cultura nas relações pessoais e sociais entre a Casa Grande e a Senzala, pois com a imposição da cultura branca europeizada o modelo de “família” teve que se adequar ao sistema escravista que via nos negros uma fonte comercial e de trabalho e não como seres humanos.

Castro Alves em sua poesia, ao seu modo, em *Tragédia no Lar*, quis de certo expor estas mazelas sociais e que entre a escravidão negra no país, há seres humanos perdidos num país do Atlântico que foram seres sequestrados de seus lares, agora reconstruem os valores familiares como podem, dentro das senzalas, dentro do que foi dado como digno aos objetos comerciais que são os negros no Brasil neste período imperial.

---

<sup>58</sup> ARINOS, Afonso de Melo Franco “Agitação do escravo no Rio de Janeiro” IN: CARNEIRO, Edson. (Org) *Antologia do negro brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1950.

# Vidas femininas na reconstituição das relações familiares e sociais em Minas Gerais, século XVIII-XIX

**Lucilene Macedo da Costa**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

lu\_macedocosta@yahoo.com.br

**RESUMO:** Através dos métodos da Demografia Histórica, da História da Família e tomando gênero como uma categoria de análise, o principal objetivo desse trabalho é o estudo das relações sociais em Minas Gerais, mais precisamente na região de Guarapiranga, em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Os Inventários post-mortem, Testamentos, Listas Nominativas, Registros de Batismo e Processos Matrimoniais constituem-se na base primária dessa pesquisa. As análises quantitativas nos permitem uma reconstituição de um contexto social, enquanto as análises qualitativas nos proporcionam o estudo dos laços familiares, conjugais e de gênero, fazendo com que os dados estatísticos ganhem novo sentido através das relações constituídas pelos sujeitos históricos. Tomando a família como estrutura básica para a vivência social no período analisado, nos propomos a demonstrar como a atuação dos sujeitos históricos demarca os diversos tipos de organização familiar.

**PALAVRAS-CHAVES:** História da família; Trajetória de mulheres; Rede social.

## Introdução

O presente artigo se propõe a apresentar parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de Mestrado, orientada pela Professora Doutora Andréa Lisly Gonçalves, na *Universidade Federal de Ouro Preto*.

Nosso objeto de pesquisa é constituído pela análise da trajetória de duas mulheres que viveram na freguesia de Guarapiranga entre os séculos XVIII e XIX. O recorte temporal engloba os anos de 1773 a 1865, que demarcam nascimento e morte das personagens. O principal objetivo de nosso trabalho está em analisar as relações de gênero e sociais estabelecidas por elas.

Para a reconstituição da história de vida das duas mulheres, foi necessária a reunião de informações, coletadas em diversos tipos de fontes históricas, analisadas e cruzadas a fim de dar sentido às vivências dos indivíduos que compuseram a rede de relações dessas personagens. Portanto, os métodos da Demografia Histórica foram essenciais no momento de construção de base de dados e cruzamento das informações para identificação de cada indivíduo. No Brasil, a diversificação de fontes e a utilização de manuscritos na pesquisa histórica tiveram o seu avanço

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

[www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)



juntamente ao desenvolvimento da Demografia Histórica, que tem o seu início na década de 1960 e seu desenvolvimento efetivo a partir de 1980, quando Maria Luiza Marcílio utiliza a técnica de reconstituição de famílias de Louis Henry.

Para acompanhar a trajetória dessas mulheres também foi essencial um entendimento dos “laços fortes”, para depois entendermos como elas se posicionaram no meio social e como construíram os “laços fracos”<sup>59</sup>. Nesse artigo, nos deteremos aos “laços fortes” das personagens, portanto, a História da Família será uma grande aliada na compreensão das histórias de vida.

Os estudos sobre a família foram retomados na década de 1970. As abordagens sobre essa temática ultrapassaram os limites de consanguinidade, abarcando todos os modelos de família em seus aspectos cotidianos, públicos e privados<sup>60</sup>. O desenvolvimento da demografia histórica influenciou historiadores brasileiros na definição de novas variáveis para suas análises: taxas de mortalidade, natalidade/fecundidade, migração e nupcialidade<sup>61</sup>.

A seguir apresentamos brevemente o contexto social da freguesia de Guarapiranga, espaço habitado por nossas personagens e pelos indivíduos das redes sociais das quais faziam parte. Ao apresentarmos o cruzamento de dados que nos informam sobre a trajetória de cada uma dessas mulheres perceberemos que possuíam trajetórias distintas, mas que em ambas as histórias o acompanhamento dos laços de parentesco e matrimoniais foram imprescindíveis para a visualização dos indivíduos na rede de relações.

### **Freguesia de Guarapiranga**

---

<sup>59</sup>Utilizamos aqui os conceitos de Mark Granovetter que criou a tese da função das relações sociais. De acordo com as teorias desse autor “indivíduos que compartilham ‘Laços Fortes’ comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de ‘Laços Fracos’ são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de ‘ilhas isoladas’ dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social. Nesse sentido, as relações baseadas em ‘Laços Fortes’ levam a uma topologia da rede, isto é, definem a configuração dos nós da rede de conexões entre os indivíduos no ciberespaço, no qual as relações de ‘Laços Fracos’ funcionam como *bridges* desses *clusters*. Quanto menos relações de ‘Laços Fracos’, menos *bridges* e menos inovação.” In: KAUFMAN, Dora. A força dos “Laços Fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galaxia*. São Paulo, n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

<sup>60</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 432 p.

<sup>61</sup>BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambú, *Anais...*, Caxambú, ABEP, 20-24 de Setembro de 2004.

A freguesia de Guarapiranga localizava-se entre a região Mineradora Central e a Zona da Mata<sup>62</sup>, ao sul da cidade de Mariana e oeste da antiga Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), banhada pelo rio Piranga, fazia parte do Termo da Cidade de Mariana. “Teve grande importância econômica, figurando entre os principais núcleos auríferos fiscalizados pela Câmara de Mariana. Esta proeminência lhe conferiu a elevação à condição de freguesia e vigaria com título colativo, conforme consta em carta régia de 1724”<sup>63</sup>.

Entre 1750 e 1808, a freguesia tinha os seguintes arraiais e povoados subordinados à sua jurisdição: Guarapiranga (atual cidade de Piranga), Barra do Bacalhau (Guaraciaba), São Caetano do Xopotó (Cipotânea), Pirapetinga, Pinheiro, Manja Léguas, Calambau (Presidente Bernardes), Brás Pires (ou Senhora do Rosário) e Tapera (Porto Firme)<sup>64</sup>. Ao lado de Furquim, Guarapiranga correspondia à maior freguesia do Termo de Mariana em extensão territorial<sup>65</sup>.

Os limites da freguesia foram definidos principalmente em relação à mineração, mas algumas porções do território apresentavam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, visto que “estas áreas respondiam pelo abastecimento do centro da região e representavam a transição para as regiões vizinhas, onde o cultivo e a criação eram atividades centrais”<sup>66</sup>.

Através de análise de inventários no período de 1749 a 1820, Patrício Carneiro e Ralfo Matos destacam o cultivo de milho e feijão, a criação de porcos e bois para consumo doméstico, animais para carregamento de cargas. “Os gêneros cultivados, conjugados à pecuária suína, apontam para uma estreita ligação entre atividade agrícola roceira e produção voltada, principalmente, para o autoconsumo.”<sup>67</sup> Os autores também identificaram duas atividades

---

<sup>62</sup>PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun, 2010.

<sup>63</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014, p. 34.

<sup>64</sup> CHAVES, Cláudia Maria da Graça, PIRES, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

<sup>65</sup> LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Inquisição e Dinâmica dos Poderes Locais no Sertão das Minas Setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

<sup>66</sup> CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Secretaria da ABPHE, 2003. p. 25.

<sup>67</sup> CARNEIRO, Patrício A.S., MATOS, Ralfo E. S. A formação do espaço agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais: vales dos rios Piranga e Paraibuna (1694-1835). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, XIII, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2008. p. 7.

econômicas de caráter mercantil: a produção do fumo no vale do rio Xopotó; engenhos de açúcar, aguardente e rapaduras, com destaque para o distrito de Santo Antônio do Calambau.

Com o declínio da extração aurífera, a economia mineira passou por um processo de rearticulação, iniciando-se a "acomodação evolutiva"<sup>68</sup>, no qual o setor agrícola teve maior destaque – o conhecido processo de “ruralização” da economia<sup>69</sup>. Assim, a freguesia de Guarapiranga é representativa para o entendimento desse processo, pois “caracterizou-se como um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável”<sup>70</sup>.

Nesse período de reorganização da economia mineira, a agricultura assume uma posição de destaque na economia de Guarapiranga, atraindo um forte contingente populacional e ocasionando um surto demográfico. Além das unidades agrárias, havia a coexistência de atividades agropastoris, de extração mineral, proto-industriais (sendo mais comum a tecelagem). A região mantinha atividades complexas e diversificadas, apontando para a existência de uma economia mercantil com função de abastecimento de regiões limítrofes<sup>71</sup>.

No processo de formação e desenvolvimento da sociedade piranguense a família assumiu uma posição central, pois além de unidade básica majoritária da vida social, era a unidade primária da vida econômica. Desempenhava uma função vital na reprodução da economia local, a partir de sua própria dinâmica reprodutiva.<sup>72</sup>

A partir da Lista Nominativa de 1831-32<sup>73</sup>, foram contabilizados 7.442 indivíduos livres e libertos e 2.176 escravos para a freguesia. A porcentagem da população piranguense livre (67,87%) se aproximava do valor encontrado para Minas Gerais (66,06%). A maior parte desse

---

<sup>68</sup> LIBBY Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>69</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

<sup>70</sup> ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 35.

<sup>71</sup> LEMOS, Gusthavo, LOPES, Luiz Fernando Rodrigues. Distinguir & enraizar nas Minas Gerais: estratégias sociais da elite local da freguesia de Guarapiranga (1750-1850). In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 2º, 2008, Juiz de Fora. *Anais...*, Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

<sup>72</sup> LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola – Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2014.

<sup>73</sup> Essa fonte foi digitalizada e disponibilizada pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR através do programa de População nas Listas Nominativas de Minas Gerais na década de 1830 – Poplin-Minas -1830 (Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/>>, acesso 05 ago 2015).

seguimento populacional compunha-se por pardos (50,38%), enquanto os crioulos e africanos correspondiam a 12,83% e 2,78%, respectivamente.<sup>74</sup>

Entre os cativos foi possível listar quatro categorias étnicas: crioulos (49,17%), africanos (37,57%), pardos (12,60%) e cabras (0,66%). Ao se comparar as proporções entre os sexos dos cativos, vê-se a grande maioria de africanos entre os homens e de crioulos entre as mulheres. Essas informações podem confirmar o envolvimento da região no tráfico interprovincial.

A partir das análises da Lista Nominativa de 1831-32, Mateus Andrade sugere uma microrregionalização da freguesia de Guarapiranga e através dessa perspectiva realiza a reconstituição da dinamicidade demográfica e econômica de cada parte da região:

a microrregião norte caracteriza-se pela grande presença de pessoas livres de cor, provavelmente egressos do cativo em uma região primária de colonização, que no século XIX estava estancada economicamente – reflexo do esgotamento das lavras auríferas e da não solidificação de uma indústria canaveira agroexportadora. Já a microrregião central é definida pelo expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola [...] A microrregião sul possui características demográficas semelhantes às das localidades setentrionais e centrais, contudo, é onde se encontra o maior percentual de indivíduos recenseados como brancos nas listas nominativas.<sup>75</sup>

A partir dessa perspectiva, é possível perceber os percentuais étnicos de cada microrregião e onde se concentrava o maior número de pessoas livres de cor. “Na microrregião norte, correspondiam a 82,73% da população livre, na central a 61,26% e na porção sul a 58,73%, configurando um quadro disperso da significância desta população entre as microrregiões”<sup>76</sup>.

Assim, podemos dizer que a freguesia de Guarapiranga era populosa e soube se adequar às mudanças ocorridas no decorrer dos séculos XVIII e XIX em sua estrutura econômica e demográfica.

### **A trajetória de Clara Maria Violante**

Nossa primeira personagem viveu no distrito de Manja Léguas, ao norte da Freguesia de Guarapiranga. Era composto por 66 domicílios, 360 habitantes, sendo 177 homens e 183 mulheres. Os escravos correspondiam a 63,88% da população masculina e 38,63% da feminina. A composição étnica da população se dava pela maior porcentagem de pardos entre os livres e de crioulos entre os escravos, o que indica uma forte tendência à mobilidade social entre os cativos.

<sup>74</sup>ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*.

<sup>75</sup>ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 56.

<sup>76</sup>\_\_\_\_\_. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola*, p. 60.

Clara Maria Violante nasceu no ano de 1773, era filha legítima de Caetano José Machado e Clara Dias Cunha.<sup>77</sup> Por parte materna Clara possuía ascendência africana, enquanto pela parte paterna a herança do sangue era portuguesa.

A mãe e a avó de Clara teceram relações com homens que ocupavam outro patamar da escala social, pelo menos, no quesito cor. Teresa Dias (avó) teve uma relação ilegítima com seu senhor, Antonio Dias Cunha, da qual nascera Clara Dias Cunha (mãe), que foi batizada como liberta a mando de seu pai<sup>78</sup>, o que a possibilitou tecer relações sociais em um mundo livre e casar-se com um homem de origem portuguesa, Caetano José Machado.

Ao analisar o Inventário de Caetano José Machado, que morre precocemente no ano de 1798, percebemos que ele deixou a cada um de seus cinco filhos uma quantia de 113\$579 (cento e treze mil quinhentos e setenta e nove réis). Em um grupo de 6 filhos, Clara e seu irmão eram os únicos solteiros. Por isso, Caetano teve a preocupação de deixar em Testamento a quantia referente ao dote de Clara, a escrava Rita de oito anos, no valor de 70\$000 (setenta mil réis).<sup>79</sup>

Em 1815, foram feitas as proclamas do enlace matrimonial de Antonio de Souza Lobo e Clara Maria Violante. O noivo estava em sua segunda núpcia e através do Processo Matrimonial de seu primeiro casamento localizamos a cópia de seu Registro de Batismo datado de 1756<sup>80</sup>. Antonio foi registrado como filho de pais incógnitos, exposto em casa de alguém, o que demonstra uma diferença de, pelo menos, 17 anos entre Clara e seu pretendente.

O casal teve que solicitar dispensa matrimonial, pois além de serem acusados de manter, por muitos anos, uma relação ilegítima, Antonio também foi acusado de cópula com a irmã da contraente. Após depoimentos dos nubentes e das testemunhas, a licença matrimonial foi concedida ao casal e em fevereiro do ano seguinte foi habilitado para receber o sacramento, ele com, pelo menos, 59 anos e ela com 42 anos. Nesse caso, talvez o casamento foi o meio de legitimar os laços, a fim de defender o patrimônio construído e garantir a posse para o que ficasse viúvo primeiro, já que o casal não chegou a ter filhos.

---

<sup>77</sup>Cópia do Registro de Batismo de Clara Maria Violante. In: ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. *Processo Matrimonial Antonio de Souza Lobo e Clara Maria*, 33-8162, 081620.

<sup>78</sup>Cópia do Registro de Batismo de Clara Dias Cunha. In: AEAM. *Processo Matrimonial Caetano José Machado e Clara Dias da Cunha*. 02-151, 001501.

<sup>79</sup>Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. *Inventário de Caetano José Machado*. 1º Ofício, Códice 35, Auto: 821.

<sup>80</sup>AEAM. *Processo Matrimonial Antonio de Souza Lobo e Inácia Maria do Sacramento*. 01-124, reg. 001236.

Pouco tempo após esse casamento, Clara Dias Cunha morre no ano de 1818.<sup>81</sup> Sua herança de 538\$425 (quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco réis) foi dividida entre suas filhas e genros. Cada herdeira recebeu a quantia de 94\$270 (noventa quatro mil e duzentos e setenta réis). Somando a legítima paterna e materna, Clara Maria Violante já possuía uma quantia equivalente a 207\$849 (duzentos e sete mil oitocentos e quarenta e nove réis).

Nas duas Listas Nominativas (1831-32 e 1838-39) que tivemos acesso a informações do distrito de Manja Léguas, Clara Maria Violante aparece acompanhada de seu marido<sup>82</sup>. Além do casal o domicílio abrigava uma neta (Maria) e o marido (Felipe), um agregado e seis cativos. Ainda é possível saber os ofícios dos membros desse núcleo familiar: Antonio e Felipe foram classificados como lavradores, Clara como fiadeira e sua neta Maria como costureira.<sup>83</sup>

A Lista Nominativa de 1831-32 demonstra que no distrito de Manja Léguas a maioria dos domicílios estava sob chefia masculina (45), sendo quatro solteiros, 1 viúvo e 40 casados. Os outros 21 fogos estavam sob os comandados de mulheres, sendo 15 solteiras, cinco viúvas e uma casada, sem a presença do marido. Os ofícios mais exercidos pelos homens era o de lavrador (19), comerciante (11) e jornaleiro (8), enquanto as mulheres chefes exerciam com mais frequência atividades de fiação (8), lavradora (8) e tecelagem (3). Assim, podemos dizer que Clara e seus familiares ajudaram a compor os dados demográficos mais relevantes do distrito.

Em 1854, Clara deixou todas suas vontades registradas em Testamento. Nesse documento, ela confirma que fora casada com Antonio de Souza Lobo por contrato de arras<sup>84</sup> e que não tiveram filhos desse matrimônio. Assim, ela reconhece os seus filhos, João de Souza e Lúcio José Dias, como naturais e os institui por seus herdeiros. Na ocasião, os filhos já haviam falecido e ficou determinado que fossem representados por seus respectivos filhos legítimos e naturais.

No ano de 1856 foi feito o Inventário de Clara Maria Violante<sup>85</sup>, que nos informa um pouco mais de sua vida econômica, sendo possível, através do arrolamento de bens, contabilizar

---

<sup>81</sup>AHCSM. *Inventário de Clara Dias da Cunha*. 1º Ofício, Códice 74, Auto: 1562.

<sup>82</sup>Não tivemos acesso ao Inventário de Antonio de Souza Lobo e não sabemos o ano de seu falecimento, só que foi entre 1838 e 1854.

<sup>83</sup>Lista Nominativa de 1838-39. Disponível em: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/>>, acesso em 30 jun. 2015.

<sup>84</sup>Esse tipo de contrato, estabelecido no momento do sacramento matrimonial, consistia na promessa que o marido fazia à mulher de lhe deixar certa quantia pra o seu sustento e tratamento caso ele morresse antes. Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino: anlico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

<sup>85</sup>ARQUIVO do Fórum de Piranga. *Inventário de Clara Maria Violante*. Códice A208, Auto 584.



o monte-mor acumulado por essa mulher. Entre escravos, bens de raiz, mobiliário, roupas e peças domiciliares, Clara conseguiu somar um monte-mor de 2:445\$800 (dois contos quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos réis).

### **A trajetória de Francisca Januário Carneiro**

Nossa segunda personagem vivia na porção central da freguesia, no distrito de Piranga. Composto por 373 domicílios, divididos em 15 quarteirões, somando um total de 2.001 habitantes. Entre os homens contava-se 1.031 indivíduos, sendo 637 (61,78%) livres e 394 (38,21%) escravos, enquanto entre as mulheres 970, sendo 738 (76,08%) livres e 232 (23,91%) cativas. A população compunha-se etnicamente pela maioria de pardos entre os livres, de africanos entre os homens cativos e crioulas entre as mulheres escravas.

Em 1781, nasceu nossa segunda personagem, que foi batizada como Francisca de Paula Magalhães (e permanece com esse nome até o seu segundo casamento), filha legítima do Licenciado Francisco de Magalhães Canavazes e de Tomazia Rosa dos Santos<sup>86</sup>.

Seu pai era um homem de origem portuguesa, nascido e batizado na Freguesia de Santa Maria de Furnas do Bispado do Porto, filho legítimo de Manoel Moreira Pinto e de Maria de Souza Magalhães. Francisco faleceu precocemente em 1791, deixando seus filhos menores de idade sob a responsabilidade de Tomazia Rosa dos Santos.<sup>87</sup>

Através do Inventário de Francisco percebemos que a família Canavazes era modesta, mas possuidora de alguns bens, sendo a botica a maior riqueza e fonte de recursos para a família. No entanto, ele acumulou muitas dívidas e boa parte de seu patrimônio foi usado para o pagamento de tais. Em contrapartida, também era um homem que possuía crédito, provavelmente de pessoas que adquiriam mercadorias fiadas em sua botica. Contudo, seus débitos não impediram o acúmulo de uma quantia de 2:206\$116 (dois contos, duzentos e seis mil e cento e dezesseis réis), sendo que após todas as divisões e retirada da terça e do meio dote, cada filho recebeu a quantia de 137\$839 réis (cento e trinta e sete mil e oitocentos e trinta e nove réis).

---

<sup>86</sup>Informações disponíveis na cópia do Registro de Batismo. In: AEAM. *Processo Matrimonial José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães*. 05-57, 05731.

<sup>87</sup>AHCSM. *Inventário de Francisco de Magalhães Canavazes*. 1º Ofício, Códice 74 Auto 1572.



Pouco tempo depois, em janeiro de 1798 inicia-se o Processo Matrimonial do primeiro casamento de Francisca de Paula Magalhães<sup>88</sup>. O noivo, José Tomaz Ferreira, nasceu e foi batizado na Catedral da Cidade do Porto.

Após os proclamas o casal foi impedido de casar-se, pois José foi acusado de ter cópula ilícita com tias da contraente. A fim de conseguir a dispensa para o casamento, ele declarou que havia inventado os envoltimentos para se gabar no meio da rapaziada. As tias da noiva também negaram qualquer tipo de relação com o pretendente da sobrinha. Após o recebimento da cópia do Registro de Batismo do noivo, o casal recebeu a dispensa e uniram-se em matrimônio.

Após o casamento, José tornou-se um Soldado do Exército, falecendo com poucos anos de casado, em 1810. Não tivemos acesso a esse Inventário, mas através das idades dos filhos de Francisca é possível perceber que ela ficou acompanhada de quatro filhos. No entanto, ao encontrarmos uma Escritura de Perfilhamento feita pelo Capitão Antonio Januário Carneiro em 1821<sup>89</sup>, descobrimos que o único filho legítimo que Francisca teve com o Soldado foi Luiz. Clementina, Teresa e Francisco foram declarados como filhos espúrios pelo Capitão. E após a morte do primeiro esposo houve ainda mais cinco filhos naturais dessa união ilegítima.

O referido Capitão também havia nascido em Piranga, um pouco antes de Francisca, em 1779. Era filho legítimo do Capitão-mor Antonio Januário Carneiro (homem natural da Freguesia de São João Batista da Vila do Conde, Arcebispado de Braga) e de Dona Tereza Maria de Jesus.

Somente em 1823, Antonio Januário Carneiro e Francisca<sup>90</sup> casaram-se por Dispensa de Honra e solicitaram um reconhecimento público do laço sacramentado. O adultério era uma das justificativas comuns para o alongamento de uma relação de concubinato e as características culturais arraigadas na sociedade do século XIX serviram de justificativa nos momentos dos pedidos de dispensa. Razões morais e religiosas tinham um grande peso na decisão de se casarem mesmo após tantos anos vivendo juntos, assim como, a preocupação com os interesses dos filhos e uma afirmação da condição ou ascensão social.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup>AEAM. *Processo Matrimonial José Tomaz Ferreira e Francisca de Paula Magalhães*. 05-57, 05731.

<sup>89</sup>AHCSM, Escritura de Perfilhamento que faz o Capitão Mor Antonio Januario Carneiro aos seus filhos nela declarados. In: *Livro de Notas*, nº 111, p. 28v-29.

<sup>90</sup>AEAM. *Processo Matrimonial Antonio Januario Carneiro e Francisca Paula Magalhães*. 32-7795, 077950.

<sup>91</sup>SILVEIRA, Alessandra da Silva. Casando em Segredo: um estudo sobre os Casamentos de Consciência, Bispado do Rio de Janeiro, Século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, *Anais...*, Caxambú: ABEP, 20-24 de setembro de 2004.

Para garantir a transmissão de sua herança, em 1827, o Capitão Antonio Januário Carneiro realiza o Testamento<sup>92</sup>, no qual solicita mais uma vez o reconhecimento dos filhos espúrios e naturais, elege a esposa como tutora dos seus filhos menores e os filhos maiores (Francisco Januário Carneiro, Dona Clementina Candida e Dona Teresa Januário) como seus primeiros testamenteiros. Sabemos que Antonio Januário Carneiro morreu em algum momento do ano de 1828, mas não dispomos do seu inventário.

Nas duas Listas Nominativas analisadas (1831-32 e 1838-39) para o distrito de Piranga, Francisca Januário Carneiro aparece como chefe de seu domicílio. Uma mulher viúva acompanhada de seus filhos, escravos e agregados. Fora classificada como comerciante em 1832 e como mercadora em 1838, sendo que nesse segundo momento, um dos filhos lhe acompanhava com o ofício de negociante. Interessante ressaltar que entre os cativos dessa mulher também foram encontradas declarações das ocupações, sendo três classificados como tropeiros.

Ao analisar a chefia dos domicílios do distrito de Piranga, percebemos que os homens casados (146) e as mulheres solteiras (109) compunham a maioria dos chefes. Entre os viúvos, conta-se mais fogos femininos (54) que masculinos (16). As casadas comandavam um número mínimo (7) de lares e os solteiros eram responsáveis por 41 conjuntos familiares. As ocupações mais declaradas por esses chefes de domicílios eram de fiadeiras (90), tecedeiras (19) e lavradoras (13) para mulheres e lavradores (53), jornaleiros (51) e negociantes (23) para homens.

Observando esses dados fica visível que Francisca compunha o segundo maior grupo de chefes de domicílio femininos. Mas a sua ocupação e ofício estavam em desacordo com a maioria das mulheres chefes de domicílio deste distrito, ela fora classificada como negociante e comerciante, ocupação que a posiciona em universo considerado masculino. Analisando a posse de animais de transporte, o ofício de alguns escravos (tropeiros) e a sua ocupação, podemos até deduzir que essa mulher era uma das responsáveis por abastecer localidades limítrofes.

Em 1865, o Inventário de Francisca<sup>93</sup> além de nos permitir uma reconstrução da dinâmica familiar, também nos informa sobre o universo econômico desse núcleo familiar. Seus filhos eram em sua maioria casados. Quatro deles foram representados por seus descendentes, pois haviam falecido antes da mãe. Todos possuíam títulos que os distinguiam socialmente.

---

<sup>92</sup>AHCSM, Testamento de Antonio Januario Carneiro. In: *Livro de Registros de Testamentos*. n° 20, p. 167-160.

<sup>93</sup> AFP. Inventário de Francisca Januaria Carneiro. Códice A037, Auto 469.

Após a soma de todos os bens, Francisca alcança um vultoso monte-mor de 143:385\$211 (cento e quarenta e três contos, trezentos e oitenta e cinco mil e duzentos e onze réis). No entanto, o erro cometido pelo pai se repete, ela deixou muitas dívidas a serem pagas: 23:537\$377 (vinte três contos, quinhentos e trinta e sete mil e trezentos e setenta e sete réis). Além de seus débitos, também foram descontados os dos herdeiros, que somavam 32:184\$018 (trinta e dois contos, cento e oitenta e quatro mil e dezoito réis) e os que ela tinha em sociedade com o filho Camilo 27:651\$680 (vinte sete contos, seis centos e cinquenta e um mil e seiscentos e oitenta réis). Após todas as divisões necessárias, sobrou a cada um dos dez filhos de Francisca 7:715\$568 (sete contos, setecentos e quinze mil e quinhentos e sessenta e oito réis).

### **Considerações finais**

Contudo, é possível perceber que, ao propormos um estudo de trajetórias de vida, escolhemos também desvelar todo um contexto histórico onde esteve aquele indivíduo. Assim, ao reconstituir a trajetória de vida de Clara e Francisca não contamos apenas a história de duas mulheres, mas também a de uma época, de um local e de famílias que se interligam e formam várias redes sociais.

Sobretudo, a descrição da trajetória dessas mulheres apoiada na perspectiva de gênero nos revela a possibilidade de mulheres do século XVIII e XIX constituírem laços afetivos que lhes garantisse a possibilidade de uma ascensão na escala da estratificação social, tornando-se possuidoras de bens e chefes de domicílios.

Para além dos laços afetivos, podemos dizer que essas mulheres conseguiram construir modelos familiares que fugiam dos padrões de uma família tradicional ou patriarcal e ajudaram a compor os dados demográficos que diferenciaram a população feminina das localidades em que habitaram.

## **ST 17: O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)**

**Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa**

Mestrando (UFMG) /rodrigopaulinelli16@gmail.com

**Ana Tereza Landolfi Toledo**

Mestranda (UFMG)

**Marcella de Sá Brandão**

Mestranda (UFMG) /marcellasabrandao@gmail.com

**Lucas Samuel Quadros**

Mestrando (UFOP) /lucassquadros@yahoo.com.br

**Wélington Rodrigues e Silva**

Mestrando (UFOP)

**Adriano Soares Rodrigues**

Mestrando (UFOP)

## Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX).

**Marcony Lopes Alves**  
Graduando em Antropologia  
Universidade Federal de Minas Gerais  
marcony.alves@yahoo.com.br

**Resumo:** Este texto discute a partir e apesar da associação direta feita na Arqueologia brasileira entre cachimbos de barro e sua utilização por escravos, quando os artefatos são datados do século XVIII ou XIX. A fonte da argumentação são tanto os elementos materiais, cachimbos depositados em coleções de museus, e análises presentes na bibliografia, quanto à iconografia produzida por cronistas e viajantes do período em questão. À guisa de uma conclusão, são apresentadas algumas relações possíveis entre o uso de cachimbos e o interesse dos escravos por estes artefatos, ao mesmo tempo em que se critica o reducionismo da ideia de “cachimbo de escravo”.

**Palavras chave:** Cachimbos de barro; Arqueologia histórica; Diáspora africana; Arte; Fumo.

Antes de tudo, é preciso dizer o que estou chamando de “cachimbo de barro”. Os cachimbos de barro são artefatos de produção colonial e pós-colonial<sup>94</sup>, feitos a partir de argilas vermelhas, geralmente de morfologia angular, e cuja haste é, em geral, destacável e de origem vegetal. Estes artefatos opõem-se aqueles de produção europeia, feitos a partir de argila branca (caulim) e inseridos numa rede global de comércio. Opto pela expressão “cachimbo de barro” por ela ser mais específica que “cachimbo cerâmico” e também por saber sobre seu uso corrente nas lojas de artigos de religiões afro-brasileiras – os únicos lugares onde ainda se encontra dessas peças. Muitas vezes, fala-se na Arqueologia brasileira que os cachimbos de barro, datados do período colonial e imperial, eram “cachimbos de escravo”, ou mesmo “cachimbos africanos”<sup>95</sup>. Este lugar comum mostra grande essencialismo na relação entre pessoas e coisas e, por isso, obscurece as possibilidades de entendimento sobre sua decoração e seus diferentes contextos de uso. Todavia, é possível tirar conclusões positivas a partir da apressada ligação entre cachimbos de barro e a população escrava negra do Brasil.

---

<sup>94</sup> Prefiro reservar a expressão cachimbo de barro para contextos de influência europeia. Assim, a expressão não abarca produções ameríndias – estas sim, datadas de milênios antes da invasão ibérica do continente americano.

<sup>95</sup> Tal associação pode, por exemplo, ser encontrada em: AGOSTINI, Camilla. *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNESA, 1997: Monografia (Graduação) Curso de Arqueologia, Rio de Janeiro: UNESA, 1997. GASPAR, Maria Dulce. “Arqueologia, cultura material e patrimônio. Sambaquis e cachimbos. In GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio. F (Org). *Cultura material e patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.374p., 1 CD ROM. pp. 39-52. PAIVA, Zafenathy; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joina. “Uma baforada sim sinhô’:cachimbos de escravos para se entender a dinâmica sociocultural da Diamantina oitocentista”. *Revista Tarairi*. Campina Grande, vol.IV, nº 1, p.165-186, 2015.



**Figura 1.** Exemplo de cachimbo de barro com piteira vegetal (Padrão “duas caras”) Museu Histórico de Sete Lagoas. Foto: Marta Lucena.

O presente trabalho não tem a pretensão de trazer qualquer resultado conclusivo sobre um tema tão abrangente como os cachimbos de barro e tão pouco estudado no Brasil tanto pela Arqueologia quanto por áreas afins. Não possuo dados para tal tarefa, nem datações seguras para os artefatos, mas pretendo fazer algumas sugestões para pesquisas futuras e sintetizar algumas ideias. A pesquisa basal para este texto foi realizada em 2013, no âmbito de um trabalho final da disciplina de Métodos e Técnicas em Arqueologia do curso de graduação em Antropologia da UFMG. Este versou sobre coleções de cachimbos depositadas em museus de Belo Horizonte e Sete Lagoas, MG. No mesmo ano, realizei uma expansão dos meus conhecimentos, com materiais escavados pela Scientia Consultoria<sup>96</sup> em sítios da primeira metade do século XIX<sup>97</sup>, no município de Conceição do Mato Dentro, MG. Em 2014 fiz uma visita ao Museu da Lapinha (Lagoa Santa, MG), onde pude observar e fotografar uma coleção através da vitrine. Não me limito, nesta apresentação, aos dados coletados nessas análises para Minas Gerais e me valho de fontes históricas, icnográficas e análises de outros pesquisadores da arqueologia sobre cachimbos para construir a argumentação que presume um escopo mais amplo.

---

<sup>96</sup> Realizei todas as minhas pesquisas como pesquisador independente. Não fui remunerado e não tive nenhuma vinculação direta com o empreendimento realizado em Conceição do Mato Dentro.

<sup>97</sup> O método de datação foi o cálculo do período médio de produção da faiança encontrada nos sítios. Não disponho dos dados que permitiram a datação, nem seus resultados finais. Ainda aguardo o repasse que a empresa me prometeu.

### Tecnologia e decoração

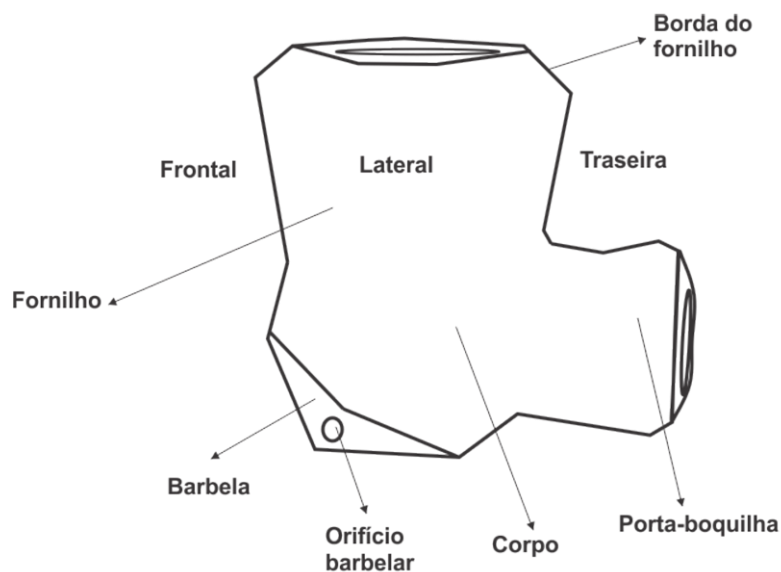
Os cachimbos são parte de uma complexa rede de comércio e intercâmbio cultural ligada à produção e ao consumo de tabaco, que se iniciou no século XVI e conectou Europa, América e África. Em uma sequência de trocas, idas e vindas, o tabaco e os cachimbos difundiram-se como parte da expansão do capitalismo. Em uma rede de comércio e influência transatlântica, os cachimbos foram levados da América, ainda nos primeiros anos de colonização, para o continente europeu. Paralelamente, o tabaco produzido nas colônias americanas e os cachimbos europeus foram usados como moeda de troca para a obtenção de escravos. Na África, como a Europa, o gosto pelo tabaco expandiu-se com uma velocidade impressionante. Além disso, no caso dos cativos, o interesse pelo tabaco foi incitado nos navios negreiros, onde eram distribuídos cachimbos e tabaco.<sup>98</sup>

Os cachimbos de barro, ao contrário dos de caulim, estiveram limitados a produção e comércio locais na África Subsaariana, Estudos Unidos e Brasil. As técnicas empregadas em sua manufatura foram a moldagem e a modelagem. A primeira consiste no emprego de uma forma de duas partes na produção das peças (da mesma forma que se faziam os de caulim), enquanto a outra se vale predominantemente das próprias mãos do artesão. No caso do Brasil, os cachimbos de barro encontrados em coleções e nas escavações arqueológicas são majoritariamente feitos a partir de moldes. Nas coleções analisadas de cachimbos de Minas Gerais a grande maioria dos artefatos inteiros e fragmentos tinham sido produzidos por moldagem (ver Tabela 1).

---

<sup>98</sup> HANDLER, Jerome. "The Middle Passage and the Material Culture of Captive Africans". *Slavery and Abolition*. Vol. 30, n. 1., p. 1–26, 2009.





**Figura 2.** Terminologia das partes do forninho.<sup>1</sup> Desenho: Marcony Lopes Alves.

O processo produtivo dos cachimbos de barro no Brasil não foi alvo de nenhum relato de cronista ou historiador até meados do século XX. O único relato conhecido é o que foi publicado nos anais da Anpuh por uma historiadora, que descreve a produção de cachimbos de barro moldados por uma indústria familiar criada pelo imigrante italiano Maximiliano Viviani, no ano de 1895, em Osasco, SP<sup>99</sup>. Esse texto, no entanto, descreve o processo produtivo de peças de um período posterior à maioria das peças depositadas em coleções museológicas ou encontradas em sítios arqueológicos<sup>100</sup>. Além disso, o dono da fábrica veio da Itália trazendo as ferramentas de trabalho e o conhecimento do processo produtivo. Os cachimbos de Osasco apresentam diferenças evidentes na decoração daqueles geralmente disponíveis para os arqueólogos. A descrição, mesmo com suas limitações, pode oferecer algumas pistas sobre as técnicas e procedimentos empregados na produção de cachimbos de barro. As ferramentas<sup>101</sup> utilizadas para o acabamento das peças na fábrica de Viviani podem ser muito semelhantes àquelas empregadas na produção das peças arqueológicas. A *lancheta*, instrumento metálico semelhante a uma pazinha, tinha seu cabo usado para realizar o orifício cilíndrico do porta-boquilha e para tirar a rebarba do

<sup>99</sup> WERNER, Helena. “O artesanato no município de Osasco em fins do século XIX”. *Anais do Simpósio de Professores Universitários de História*. Franca, p. 251-271 1966.

<sup>100</sup> Isso fica evidente por causa das diferenças morfológicas e decorativas das peças da fábrica de Viviani e as peças analisadas ou descritas na bibliografia arqueológica.

<sup>101</sup> Os nomes conhecidos para essas ferramentas eram apenas em italiano.

molde nas peças. Outra ferramenta metálica, a *espina*, com uma ponta cônica e cabo de madeira, era usada para fazer o orifício do forninho. A morfologia e estrias no interior dos forninhos analisados indicam o uso de peças como a *espina* para sua manufatura, sendo que o mesmo pode ser dito dos orifícios de porta-boquilha. No entanto, o emprego de chumbo, como ocorre em Osasco, para a produção dos moldes parece menos plausível, no caso de peças do século XVIII e início do XIX no Brasil. Talvez, tenham sido empregados moldes de argila, como na fase inicial da produção de moldes de chumbo. A análise dos cachimbos, principalmente os fragmentos da Coleção de Conceição do Mato Dentro, permitiu identificar “erros” no processo de produção, como duplo orifício do porta-boquilha ou emprego de segunda camada de argila para reformar o forninho, além da utilização de cachimbos com partes que não foram completamente moldadas. Outra informação de nível tecnológico foi a abertura do orifício do forninho antes do orifício do porta-boquilha.

Coleção	Município	Peças inteiras	Fragmentos	Porcentagem de modelado
Museu de Artes e Ofícios (MAO)*	Belo Horizonte	17	1	94,4%
Setor de Museologia (MHNJB- UFMG)	Belo Horizonte	1	2	100%
Setor de Arqueologia (MHNJB-UFMG)	Belo Horizonte	4	2	100%
Coleção “Raul Tassini” (MHNJB-UFMG)	Belo Horizonte	6	0	100%
Museu Histórico	Sete Lagoas	20	3	100%
Museu da Lapinha*	Lagoa Santa	26	0	76,9%
Scientia Consultoria	Conceição do Mato Dentro	12	147	95,0%

**Tabela 1.** Coleções analisadas, a integridade das peças e a porcentagem de peças feitas por modelagem. Os asteriscos em nomes das coleções indicam que as peças só puderam ser fotografadas e não foi possível manuseá-las. Os sítios escavados pela Scientia Consultoria com cachimbos analisados foram: Passa Sete III, Passa Sete VIII, Passa Sete XI, Jabuticabeiras I, Jabuticabeiras II e Dique 71.

A decoração dos cachimbos de barro recebeu mais atenção da Arqueologia – em especial daquela preocupada com a Diáspora Africana. O motivo disso é a possibilidade de encontrar ligações entre elementos de origem africana, como escarificações. Minha análise com as peças de Minas Gerais não apontou nenhum elemento decorativo que poderia ser relacionado necessariamente aos escravos. Tal tentativa de associação direta a partir da presunção essencialista dos cachimbos de barro como “cachimbos de escravo” dá poucos frutos também na bibliografia

arqueológica de Minas Gerais e outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará. Apenas no pelourinho de Salvador (BA) parece ter sido possível estabelecer uma relação entre decoração semelhante às escarificações de uma origem específica de escravos, com uma proporção superior a um décimo da coleção<sup>102</sup>.

Um dos problemas da pressuposta associação entre escravos e cachimbos é a dificuldade de aproximar uma decoração “barroca” a influências de mundos africanos. Como resultado disso, algumas sugestões interpretativas têm tomado certas decorações, que poderiam ser interpretadas de maneira mais econômica pela sua relação com a importância do Barroco no Brasil, e as resumido a influências africanas. Um exemplo disso é a tentativa pouco fundamentada de associar o motivo “estrela” ou “sol” presente em um cachimbo com uma figura de funeral de negro feita por Chamberlain<sup>103</sup>. A mesma autora tenta associar um motivo “fitomorfo” e uma escarificação do povo Dinka. Outros autores tentaram identificar um “rosário” em um padrão decorativo muito recorrente em Minas Gerais<sup>104</sup> – eu o denomino “duas caras”, sendo ele o mesmo do “tipo antropomorfo 2” de Agostini. Essas tentativas não foram muito bem sucedidas, bem como a empreitada de Agostini em sua monografia, porque tomavam como dada a relação entre escravos e cachimbos.

Caso o ponto de partida seja outro, como as próprias peças, acredito que seja possível explicar mais elementos de sua decoração. Assim, por exemplo, é preciso assumir que a maior parte das peças possui uma decoração com volutas e figuras antropomorfas semelhantes às encontradas na arquitetura barroca, como, Frederico Barata<sup>105</sup> apontou para Santarém (PA), Brancante<sup>106</sup> para o Sudeste do Brasil e Marcos Torres de Souza<sup>107</sup> para Goiás. Há uma grande diversidade de padrões com volutas, cornucópias, semiesferas e cordas nos cachimbos

---

<sup>102</sup> SOUZA, Marcos André Torres de & AGOSTINI, Camila. “Body Marks, Pots, and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth- and Nineteenth-Century Brazil”. *Historical Archaeology*, N. 46(3). pp. 102–123, 2012.

<sup>103</sup> AGOSTINI, Camilla. *Mundo Atlântico e Clandestinidade: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, p. 110-111, 2011.

<sup>104</sup> PAIVA, Zafenathy; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joana. “Uma baforada sim sinhô: cachimbos de escravos para se entender a dinâmica sociocultural da Diamantina oitocentista”. *Revista Tarairú*. Campina Grande, vol.IV, nº 1, p.165-186, 2015.

<sup>105</sup> BARATA, Frederico. *Arqueologia*. Coleção “As artes plásticas no Brasil”. Tecnoprint gráfica, Rio de Janeiro, 1952.

<sup>106</sup> BRANCANTE, E. F. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo, ano MCMLXXXI. São Paulo: Cia. Lithográfica Ypiranga, 1981.

<sup>107</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. *Ouro Fino. Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII, em Goiás*. Goiânia: Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

modelados. As duas figuras antropomorfas presentes no padrão variado “duas caras”<sup>108</sup> (ver Figura 1) e suas volutas poderiam ser interpretadas como uma forma presente em retábulos barrocos ou mesmo como variantes (negações?) de anjos e seres “fantásticos”. Os cachimbos com esse padrão apresentam no forninho uma figura de rosto grande e, na maioria das vezes, um corpo em forma de pétala, sem pés, com seios e umbigo. Os braços da figura “feminina” costumam a se assemelhar asas de anjo. No porta-boquilha, há uma figura diferente, com um corpo em pétala também. As duas caras poderiam ser uma das “formas exóticas combinando o humano e o animal, meias-figuras, cujos membros inferiores e\ou superiores são retorcidos terminando em volutas, em cornucópia, em bulbo, em franjas ou em folhagens de acanto”<sup>109</sup> encontradas em partes de igrejas do Barroco português. Se pensarmos em formas que misturam o humano e o animal, podemos associar a presença de braços que se assemelham ou são asas. Em todo o caso, ainda não consegui identificar exatamente o que seriam as “duas caras” presentes nos cachimbos. Minhas colocações sobre este e outros padrões devem ser tomadas como sugestões, mas que parecem conseguir explicar mais elementos decorativos.



**Figura 3.** Cachimbo com forninho do tipo “cabeça de turco”. Sítio São Francisco (SP). Imagem obtida em: <<http://www.sitiosaofrancisco.org.br/>> Acesso em 29 de junho de 2015.

<sup>108</sup> Identifiquei em minhas análises mais de uma dezena de variantes deste padrão.

<sup>109</sup> CAMPOS, Adalgisa. *Introdução ao Barroco Mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, p. 40, 2006.

As marcas barrocas nos cachimbos não são o único elemento que aproxima a decoração dos cachimbos de elementos europeus. O uso dos mesmos padrões dos cachimbos de caulim mostra que a decoração dos cachimbos não pode ser assumidamente relacionada com os escravos. Um tipo de cachimbo de caulim muito comum é o “cabeça de turco”, que apresenta um rosto de homem usando um turbante. Esse mesmo cachimbo pode ser encontrado feito de barro no Brasil. Os cachimbos com esse padrão podem ter sido importados, como sugerem Sudbury e Hunt<sup>110</sup> para os Estados Unidos. O padrão “Jonas e a baleia” também ocorre tanto em cachimbos europeus de caulim quanto em cachimbos de barro encontrados no Brasil. Ainda não é possível dizer quais são as reais consequências desse compartilhamento de padrões, nem das influências barrocas. É possível que os cachimbos de barro moldados tenham sido importados prontos, como os de caulim, ou na forma de moldes. A inexistência de referências dessas peças na Europa pode indicar uma produção destinada a mercados periféricos, como os do Brasil e da África Subsaariana. Além disso, é preciso abandonar a enganosa pressuposição do “cachimbo de escravo”, bem como considerar as consequências do uso pelos escravos de cachimbos com padrões europeus, como coloca Torres de Souza<sup>111</sup>.

### **Iconografia e relatos de viajante**

Dizer que muitos cachimbos de barro, talvez a maioria deles, não apresenta elementos “característicos” de mundos africanos diaspóricos; não explica a existência do lugar comum “cachimbo de escravo”, apenas amplia a complexidade do estudo dos artefatos. A existência de um lugar comum, seja qual for sua capacidade de explicação, merece atenção e é preciso explicá-la. Foi nesse intuito que me dediquei a uma pequena revisão da iconografia produzida por viajantes no final do século XVIII e ao longo do século XIX. Além disso, busquei ler alguns relatos que poderiam ajudar nesse sentido. A revisão mostrou que a forte associação dos cachimbos com “os escravos” é importante para pensar os artefatos depositados em coleções museológicas ou coletados em escavações arqueológicas. Todavia, novas questões também devem ser tomadas em conta.

---

<sup>110</sup> SUNDBURY, Byron & HUNT Jr., William. “Politics of the Fur Trade: Clay Tobacco Pipes at Fort Union, North Dakota”. Captado em: <<http://www.nps.gov/archeology/sites/npsites/fortUnion.htm>> Acesso em 29 de junho de 2015.

<sup>111</sup> SOUZA, Marcos André Torres de. *Ouro Fino. Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII, em Goiás*. Goiânia: Dissertação (Mestrado) Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

A revisão contou com a consulta a compilações de imagens produzidas por cronistas que estiveram no Brasil em *A travessia da Calunga Grande*<sup>112</sup>, Enciclopédia Itaú Cultural<sup>113</sup>, The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record<sup>114</sup>, Biblioteca Nacional: Acervo digital<sup>115</sup>. A pesquisa também contou com uma visita à Pinacoteca do Estado de São Paulo. Além disso, revisitei a *Viagem Pitoresca ao Brasil* de Debret<sup>116</sup> e a *Viagem Pitoresca através do Brasil* de Rugendas<sup>117</sup>. Foram identificadas 25<sup>118</sup> imagens de escravas e escravos usando cachimbos em aquarelas, pinturas e uma fotografia, dois homens brancos fumando em cachimbos, além de duas imagens de mulheres “caipiras” fumando cachimbos de Almeida Júnior (“Nhá Chica” e; no fundo de “Apertando o estribilho”). A maioria dessas imagens é de cenas da capital fluminense, à época capital do Brasil. Esse recorte é muito específico, sendo amenizado apenas pelos relatos escritos dos viajantes (ver abaixo). A análise da iconografia mostrou uma predominância da figuração de mulheres pitando em cachimbos: treze escravas, além das duas mulheres livres do final do século XIX em Almeida Júnior. O contexto mais comum é o do ganho nas ruas do Rio de Janeiro, como em “Vendedoras ambulantes” de Carlos Julião ou em “Negros vendedores de carvão”. Em “Interior de uma casa do baixo povo”, uma figuração de uma cena de descanso, é possível ver um homem e uma mulher negros deitados em redes fumando em cachimbos e uma mulher negra de pé com um cachimbo na mão. Em “Tropeiros pobres de Minas” é possível ver o que parece ser um local de pouso e venda de artefatos. Há na cena uma gamela cheia de cachimbos de barro, que parecem estar à venda. Esta é a única cena em que os cachimbos não estão sendo usados.

A consulta ao livro com uma grande coleção de referência a artefatos, o *Equipamentos usos e costumes da casa brasileira: Objetos*<sup>119</sup>, mostrou que nos textos os cronistas, como Bates, Freyre, Castelnau, Saint-Hilaire e Martius e Spix notaram o consumo de tabaco em cachimbos destacado

<sup>112</sup> MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil. (1637-1899)*, São Paulo, Edusp, 2000.

<sup>113</sup> ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Captado em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>114</sup> HANDLER, Jerome & TUIE Jr., Michael. The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record. Captado em: <<http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/index.php>> Acesso em 15 de abril de 2015.

<sup>115</sup> BIBLIOTECA NACIONAL Acervo Digital: <<http://bdigital.bn.br/acervodigital>> Acesso em 20 de abril de 2015.

<sup>116</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins & Edusp, 1972.

<sup>117</sup> RUGENDAS, Johann Mortz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução Sérgio Millet. 5. ed. São Paulo: Martins, 1954

<sup>118</sup> Desconsidereei uma imagem de Maria Graham, duas de Chamberlain e uma de Debret, que eram adaptações de figuras feitas por outros.

<sup>119</sup> GUERRA, José Wilton & SIMÕES, Renata da Silva (org.). *Equipamentos usos e costumes da casa brasileira: Objetos*. V. 4. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. (ver verbete “Cachimbo”)



entre as mulheres, em diversas partes do Brasil. Debret não poderia ter sido mais enfático quanto a esta questão no Rio de Janeiro:

Todas as negras fumam cachimbo, mas os negros preferem os cigarros de fumo picado. Muitas vezes fabricam êsses cigarros com rapé enrolado em pequeno tubo de papel, distração que não prejudica em nada a de mascar durante o resto do dia.<sup>120</sup>

Outros elementos puderam ser apreendidos também: 14 dos cachimbos presentes na iconografia são de barro, enquanto 9 eram de caulim e não foi possível precisar no caso de 5 peças. Também foi possível observar a predominância de cachimbos com haste vegetal curta, ao mesmo tempo, em que aprecem em menor proporção as hastes longas - de um metro, como relata Freyre em *Tocantins*. O príncipe Maximiliano chega a mencionar uma espécie de samambaia usada como fonte de hastes para os cachimbos, a *Mertensia dichotoma*. Camilla Agostini identificou uma misteriosa importação de 300 canudos de pito da África por uma loja de secos e molhados do Rio de Janeiro<sup>121</sup>. É digno de nota também que o Arraial de Canudos recebeu esse nome devido a grande presença de uma planta chamada “canudo de pito”.

O príncipe Maximiliano, num relato detalhado de uma cena em Lagoa Feia e uma reflexão sobre o uso de cachimbo no Brasil, deixa claro que a utilização de cachimbos de barro estava tanto associada aos escravos quanto aos pobres:

A dona da cabana em que me alojei era uma mulher loquaz e jovial, de tez descorada, vestida muito ligeiramente e trazendo à boca um cachimbo, como a maioria das mulheres das classes baixas do Brasil. Os brasileiros fumam, de preferência, cigarros feitos de papel, colocando-os atrás da orelha. Essa maneira de fumar não foi levada ao Brasil pelos europeus, mas veio dos Tupinambás e de outras tribos do litoral. Costumavam estes enrolar certas folhas aromáticas numa folha maior, acendendo-as na ponta. Os cachimbos usados pelos pescadores, como em todo o Brasil, particularmente pelos negros e outras pessoas das classes mais humildes, constam de um pequeno recipiente de barro cozido escuro e de um tubo fino e liso, feito da haste de uma espécie de feto, que cresce a considerável altura, (“samambaia”), a *Mertensia dichotoma*. Entretanto, prefere-se geralmente, entre todas as classes do povo brasileiro, tomar rapé a fumar<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins & Edusp, p. 205, 1972.

<sup>121</sup> AGOSTINI, Camilla. “Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens”. *Topoi*, v. 10, n. 18, Rio de Janeiro, 2009

<sup>122</sup> WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Tradutores Edgard Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1ª Ed., p.94, 1942.



Na análise de um processo-crime aberto por um escravo contra outro no Vale do Paraíba imperial, Camilla Agostini<sup>123</sup> identificou a única informação sobre preço de cachimbo de barro no Brasil. A peça valia 10 tostões, preço muito baixo e acessível a escravos e homens livres pobres, o que explica seu uso disseminado. Também é preciso considerar que os cachimbos poderiam ser modelados em pequena escala para atender necessidades pessoais. Seria interessante obter mais dados sobre o preço dos cachimbos de barro e também dos cachimbos de caulim, para que se façam comparações.

### **Considerações Finais**

Este texto como uma reunião de “notas” buscou apresentar alguns problemas com a presunção direta da associação entre escravos e cachimbos de barro. A predominância de decorações de influências europeias nos cachimbos de barro que podem ter sido usados por mulheres escravas parece ser uma questão interessante para análise, havendo elementos empíricos para a discussão. As colocações desses cronistas, a iconografia e outras informações mostram ao mesmo tempo que a ideia de “cachimbo de escravo” não é nem uma invenção sem base empírica nem uma realidade dada e simples. Para a análise de material arqueológico coletado em escavações controladas essa questão pode ser vista a partir do contexto, embora eles não sejam sempre claros. Muito é preciso ser feito sobre o uso de cachimbos no Brasil dos setecentos e oitocentos. A imagem do “caipira” pintado por Almeida Júnior em São Paulo e presente na imagem do Jeca Tatu interpretado por Mazaropi deve ser uma consequência dos processos dos dois séculos anteriores. As possibilidades de conexões devem ser traçadas.

### **Agradecimentos**

Agradeço ao professor Marcos Torres pelos comentários e contribuições a minha apresentação e o apoio que sempre me deu nessa pesquisa. Tenho também muito a agradecer ao Gustavo Jardel por revisar o texto final.

---

<sup>123</sup> AGOSTINI, Camilla. “Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens”. *Topoi*, v. 10, n. 18, Rio de Janeiro. 2009

## **A Fisicatura-Mor nas Minas oitocentistas: políticas, funcionários e atuações**

**Lucas Samuel Quadros**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto/CAPES

lucassquadros@yahoo.com.br

**RESUMO:** O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais durante o período que perdurou a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, a saber: entre os anos de 1810 e 1828. O período privilegiado se configura como essencial para a compreensão das empreitadas de legitimação da medicina aos moldes científicos do Iluminismo nas vastidões territoriais do Brasil do início dos oitocentos. Para tanto, toma-se as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania/Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal das Minas nos fins do período colonial e início do Império. Entende-se que a Fisicatura-Mor é a última instituição de regulação das práticas medicinais no Brasil ainda gestada no Império Português, o trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências da Ilustração Lusitana nas práticas de medicina nos domínios brasileiros, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas no século XIX, conjugando o esforço do governo das Minas em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração em seus domínios e explorando como realmente as práticas, leituras e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da medicina; História de Minas Gerais; Fisicatura-Mor.

O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais durante o período que perdurou a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, a saber: entre os anos de 1810 e 1828. Para tanto, toma-se as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania/Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal das Minas nos fins do período colonial e início do Império.

Entendo-se que a Fisicatura-Mor é a última instituição de regulação das práticas medicinais no Brasil ainda gestada no Império Português, o trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências da Ilustração Lusitana nas práticas de medicina nos domínios brasileiros, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas no século XIX, conjugando o esforço do governo das Minas em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração em seus domínios e explorando como realmente as práticas e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

Estima-se que na capitania/província de Minas Gerais, nos 20 anos em que durou desde a sua reinstauração em solo brasileiro, em 1808, a Fisicatura-Mor tivera 80 oficiais no seu corpo efetivo. E esses funcionários, todos formados em Coimbra, tinham como principais encargos os exames de ofício – de cirurgião, boticários, parteira, etc. –, bem como o controle das atuações e zelar para que não houvesse irregularidades nos preços, aferições e receitas dos remédios vendidos nas boticas. Para tanto, contavam também com o auxílio de médicos cirurgiões e boticários licenciados nos exames e nas visitas examinadoras das boticas.<sup>124</sup>

O Regimento da Fisicatura-Mor de 1810 foi o primeiro elaborado posteriormente às Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772. Mantiveram-se as mesmas regulamentações do regimento de 1744, e expandiu-se a atenção no que diz respeito à rigidez dos exames de ofício, o maior detalhamento do procedimento a ser tomado quanto aos navios e portos e a eficiência das medidas de punição aos infratores. Contudo, o que se destaca no conteúdo do novo regimento, são as claras influências dos estatutos renovados de Coimbra, principalmente no que diz respeito à valorização da posse de livros e testes de conhecimento literário nos exames dos diversos tipos de terapeutas. Tais renovações remetem a processos políticos portugueses anteriores e com a própria evolução do aparato regulador português em solo americano.

O caráter multifacetado e o conhecimento literário da formação dos egressos de Coimbra pós 1772, bem como a sobredita política de cooptação das elites periféricas permitiria que houvesse capital humano suficiente e qualificado para que a rigidez das legislações medicinais se efetivasse. Se os regimentos da década de 1740 são pouco claros quanto às práticas e procedimentos ditos ideais e/ou inaceitáveis, bem como da aplicação das medidas punitivas, o Regimento de 1810, com claras influências dos Estatutos de 1772, se mostra deveras preocupado em detalhar as formas de realização dos exames e das medidas disciplinares – tanto aos praticantes quanto para os fiscalizadores.

Tão importante quanto governar e fiscalizar a saúde dos povos seriam os critérios e formalidades que envolveriam os processos. O aparato judiciário, em discurso e aplicação, seria a

---

<sup>124</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 1997, p.11-44.

grande aliada da Fisicatura-Mor no Brasil posteriormente o estabelecimento do Regimento de 1810, no qual a bilateralidade da norma figuraria como sua principal característica.

Se os procedimentos ideais e punitivos são melhores especificados, conseqüentemente, as medidas disciplinares às ações abusivas da fiscalização tornaram-se, pelo menos a intento, taxativas. Estabelecia-se que a comitivas visitadoras tinham de observar se os boticários e lojas de drogas tinham

o regimento para o preço dos medicamentos, se tem os pesos e balanças aferidas, se as balanças são iguais, se os medicamentos estão feitos com a perfeição e bondade que manda a Arte Farmacêutica, e se neles existe aquele vigor e eficácia para que possa produzir efeito para que foram compostos e são aplicados. Se os utensílios estão com asseio e limpeza que se requer, se os vasos em que estão os medicamentos tem os seus respectivos letreros a vista para não haver engano no tirar de algum; se as receitas que guardam estão somadas pelo Regimento<sup>125</sup>

O rol de visitantes poderia, inclusive, mandar fechar a botica e incinerar os medicamentos considerados inaplicáveis e ineficazes. Porsua vez, os boticários e droguistas também poderiam apelar ou negar os efeitos da visitação se julgassem “por suspeito algum examinador, o que será antes da visita e o juiz achar que é legítima a suspeição, mandará retirar o suspeito e chamar outro boticário aprovado, podendo o compelir até fazendo vir ao debaixo de prisão.”<sup>126</sup>

Confere-se também que o método avaliativo também se tornou mais judicioso, facilitando réplicas e tréplicas tanto dos fiscais quanto dos fiscalizados. Acabadas as visitas, os boticários recebiam uma declaração assinada pelo juiz comissário conceituando o estabelecimento como “B.L.R. Iniciais das palavras ‘boa’, ‘suficiente’ e ‘reprovada’”<sup>127</sup>. Outra via da declaração era endereçada diretamente ao Físico Mor do Reino e a validade da licença era exatamente dos três anos até a realização da próxima visita.

Mesmo com o salvo guardo de três anos concedido pelas avaliações periódicas, havia outros métodos de fiscalização no intervalo de uma visita e outra. Se houvesse inadimplência ou falta com os critérios de normatização, o transgressor era passivo de sofrer ação de devassa civil que era aberta regularmente todos os anos. Deveria se observar as denúncias e notificações de que

---

<sup>125</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl4v.

<sup>126</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl4v.

<sup>127</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e conseqüentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl5.

se alguma pessoa que não for médico ou não tiver licença para substituir a falta de médicos, aplica remédio as necessidade internas, necessitando, ou por qualquer outro modo; lentes que assim virão, exigem dos enfermos pagamentos das suas visitas e curas; [...]; Se algum boticário leva pelos medicamentos mais do conteúdo no seu regimento, ou faz rebate de alguma parte da sua legítima importância; Se algum boticário vende remédios ativos, suspeitosos, perigosos, ou venenosos sem receitas de pessoa autorizada: como vomitórios, purgantes, cantáridas, preparações mercuriais, ópio e suas composições e outros semelhantes; Se substituem uns remédios por outros sem autoridade de quem os receitou; Se aviam receitas de medicina passadas por pessoas ilegítimas; Se vendem remédios de segredo sem licença e taxa do Físico Mor do Reino; Se tem parceria com algum médico ou cirurgião; Se são prontos no aviamento das receitas a qualquer hora; Se costumam deixar parar a botica, deixando nelas aprendizes ou escravos que vendam remédios; Se intrometem a curar ainda que seja pelas receitas que vão a sua botica; Se algum médico, ou cirurgião que substituiu na falta de médico, receita em latim, ou com breves; Se obrigam a enviarem os enfermos suas receitas em boticas determinadas, Se receitam medicamentos e composições com nomes desconhecidos para serem entendidos somente por algum boticário; Se alguém venda ou faça remédios em sua casa sem título legítimo; Se os sangradores sangram em febres e outras enfermidades médicas sem ordem de pessoa legítima; E se as parteiras curam e aplicam medicamentos a moléstias de mulheres.<sup>128</sup>

Todos os tópicos elencados que deveriam ser observados eram previamente fixados em locais públicos das vilas pelos meirinhos das câmaras. Tudo isto feito na forma de edital que eram devidamente anexados às devassas e assim como no caso das visitas periódicas, todo conteúdo dos processos era remetido ao Físico Mor do Reino.<sup>129</sup> Se os segredos nos métodos de cura no período já eram altamente rechaçados<sup>130</sup>, a mesma regra deveria valer para os procedimentos de fiscalização da medicina, inclusive no que diz respeito aos critérios empregados para se apurar se um indivíduo era apto ou não para exercer de seu respectivo ofício.

Aos candidatos boticários, como exemplo, era estabelecido que se sorteasse e se fizesse seis composições da *Farmacopeia do Reino* que seriam indagadas e avaliadas pelos dois boticários examinadores – não podendo estes ter sido mestre de ofício do examinado. Se fossem bem feitas, era concedida a sobredita licença, e os compostos farmacêuticos do teste poderiam ser

---

<sup>128</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7-7v.

<sup>129</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7-7v.

<sup>130</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência os trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. 150 p.

normalmente comercializados e aplicados. E da mesma forma, se mal feitos, o comércio/uso era desautorizado e o prejuízo era do boticário avaliado – além é claro, da reprovação.<sup>131</sup>

O parecer do exame era dado em forma de voto fechado de cada um dos membros da comitiva. Para ser considerado aprovado era necessária unanimidade. Se houvesse minoria desfavorável das apreciações, o boticário era tido como reprovado tendo, contudo, a oportunidade de reexame seis meses depois. Em caso de maioria desaprovadora, o prazo para nova averiguação era de um ano e meio.<sup>132</sup>

Ainda no que diz respeito às boticas, o acentuado trânsito marítimo do início do século XIX ganha atenção do Regimento de 1810. Antes dos aportar ou partir, tantos os navios com “todas as boticas e drogas que chegassem de fora, assim como as boticas dos navios que estiverem para fazer viagem”<sup>133</sup> deveriam ser examinados com a mesma rigidez dos estabelecimentos de terra firme, sendo o despacho da Fisicatura-Mor, essencial para que as embarcações seguissem viagem.

Assim como os regimentos da década de 1740, as boticas, boticários e lojas que faziam comércio de drogas medicinais continuam contando com atenção maior do aparato legislador. Contudo, no Regimento de 1810 também se confere um melhor detalhamento dos procedimentos de exame e estabelecimento dos limites de atuação dos demais ofícios do sangue.

Através do realçado zelo que se tem com a questão das boticas e boticários pode se ter nota que na segunda metade do XVIII o comércio de drogas era considerável nas vilas e portos da América. Da mesma forma, não são mencionados nos regimentos que ocasionais escassezes de sujeitos dotados da habilidade farmacêutica, assim como a venda e acesso às substâncias são preocupações da Coroa para com os povos – o que ocorria diferentemente com os médicos, cirurgiões e outros oficiais de cura, em que a falta de indivíduos atuantes é apresentada nas próprias legislações como via de regra.

Nesse sentido, o Regimento de 1810 considera a sobredita carestia de oficiais que causavam prejuízo aos súditos com a necessidade de imposições padrões científicos acordantes aos interesses da Coroa. Entendia-se, ou pelo menos, presumia-se que

nas cidades e vilas populosas haverá número certo de cirurgião aprovado, que tratem daqueles enfermos de enfermidades internas, a quem os médicos, por poucos, não podem assistir, e serão aprovados pelo Físico Mor do Reino pelos

---

<sup>131</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.

<sup>132</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.

<sup>133</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl7v.



exames de oposição que fizeram segundo o seu merecimento. Estes exames serão feitos por 2 médicos e o juiz comissário presidente, e a cada um perguntará  $\frac{3}{4}$  de hora, e consultado o merecimento terá a distinção de aprovados símplice, dúplice, tríplice, com laudo ou aprovado de que repassarão certidões assinada pelo juiz comissário presidente e médicos examinadores, para com ela requererem o Físico Mor. [...] Estes exames ouvirão sobre o conhecimentos e curas das enfermidades agudas e crônicas, o prognóstico e medicamentos indicados assim como sobre o modo de fazer uma consulta a qualquer médico e de inquirir um enfermo atendendo-se sempre nas perguntas aos poucos conhecimentos que os cirurgiões podem ter. O mesmo exame farão os cirurgiões que forem curar em lugares onde não há médico algum.<sup>134</sup>

O controle e conhecimento numérico dos indivíduos que procuraram legalização obtido posteriormente aos regimentos da década de 1740 – assim como o período de atuação da Junta do Protomedicato – possivelmente foi preponderante para o aperfeiçoamento do aparato legislativo conferido no Regimento de 1810. Consequentemente, o intento legislador se modernizou no que diz respeito ao elemento estatístico. Se outrora, de acordo com o que aqui já foi discutido, tão somente se intentava saber quem, quantos e onde estavam atuando os curadores, de 1810 em diante interessava-se também nos pacientes.

De seis em seis meses os cirurgiões licenciados deveriam “remeter ao juiz comissário, uma relação fiel dos enfermos de que tem tratado, dos medicamentos que lhes aplicaram, o seu resultado, e ele enviarão a sua correção ou louvor, segundo o seu merecimento”<sup>135</sup>. Em caso de erros consecutivos prejudiciais “a vida dos povos, responderia a eles logo, e não admitiria mais exame sem passar um ano”<sup>136</sup>.

Passava-se claramente a se arrolar os requisitos básicos de regulamentação, as obrigações de um licenciado para com a sociedade e o órgão administrativo, e as consequências do descumprimento das resoluções e da infração da lei. Realça-se nesse sentido, que, à medida que os modelos ideais e os procedimentos de fiscalização eram melhores apresentados, e, que o capital humano qualificado para as examinações aumentava, consequentemente, a exemplaridade punitiva aos transgressores também se acentuava. Condenava-se que

os que curam sem título legítimo paguem 20\$000 pela primeira vez, o dobro pela segunda e assim pelas mais. Segundo; que os que vendem e fazem medicamento, sejam condenado em 8\$000 pela primeira vez, dobrando-se pelas reincidências. Terceiro; que pelas culpas averiguadas nas vizitas das boticas, sejam condenados os boticários em 4\$000 pela primeira vez, no dobro pela

---

<sup>134</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl8v.

<sup>135</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9.

<sup>136</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9.



segunda, e na terceira o juiz comissário lhe mande fechar a botica, que não poderá abrir sem mercê do Físico Mor do Reino. Quarto; que a pena de desobediência seja de 1\$000; a de injúria feita ao juiz comissário e seus oficiais, se arbitre segundo a qualidade dela; a de falsificar pesos e medidas seja 20\$000 pela primeira vez, e se dobre pelas mais vezes até a quarta, em que os réus deste delito serão constrangidos a fecharem as boticas ou lojas de drogas; pela falta de aferição paguem 4\$000, dobrando até a terceira vez e na quarta incorrerão na mesma pena de não poderem ter mais boticas ou lojas abertas. Quinto; que nestas mesmas penas sejam condenados os que reincidirem em ter medicamentos incapazes. Sexto; Que todas estas multas paguem além das custas.<sup>137</sup>

Nenhum outro funcionário reinol, por mais hierarquicamente proeminente fosse, tinha poderes para “embargar ou suspender ato ou diligência alguma dos juizes delegados do Físico-Mor do Reino”<sup>138</sup>. A instituição gozava de plena autonomia de atuação nas diversas localidades do Reino. Porém, em caso de alguma autoridade de outra instância administrativa desconfiasse de excessos de um ou outro delegado da Fisicatura, deveria dar diretamente “conta ao Físico-Mor do Reino ou nos farão saber pela Secretaria de Estado competente, sem, contudo, lhe embaraçar o exercício de que estão encarregados”<sup>139</sup>.

Por mais que se acentuasse a burocratização de todas as instâncias dos processos de regulamentação e fiscalização dos curadores e seus estabelecimentos, a fluidez do governo da medicina é percebida como o grande intento das reorientações legislativas. Mais do que isso, a diferenciação principal das mudanças do aparato regulador entre a década de 1740 até o Regimento 1810 é justamente a intenção de equilíbrio entre o que pode ser eficientemente administrável e o que deve ser satisfatoriamente benéfico à saúde do público.

A preconcebida carestia de determinados ofícios deveriam significar afrouxo em alguns pré-requisitos, como por exemplo, a formação e o modo de obtenção do conhecimento de alguns dos ofícios. Contudo, também não se deixava de ter arrocho com o que dizia respeito a questões caras a administração do Reino do Brasil, percebido na preocupação que se tinha com a correta observância do Regimento, assim como com o corpo efetivo que deveria conduzi-lo.

Destaca-se que no período que durou a Fisicatura-Mor – em concordância com todas as iniciativas realizadas desde 1772 que aqui foram citadas –, o mote era de tentar impor certos padrões e limites no exercício da medicina, porém sem concentrar as práticas curativas a

---

<sup>137</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl9v.

<sup>138</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl10.

<sup>139</sup> Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos. Coleção Casa dos Contos – 1-27, 22, 006. Provisão de Luis José de Godói Torres determinando que o juiz delegado João Rodrigues da Cruz execute o aviso régio de 01/02/1815, para coibir a prática ilegal de medicina e consequentemente no abuso nos pedidos de exame e nas aplicações de remédios. 19/05/1815, fl10.

determinado seguimento social e profissional dominante.<sup>140</sup> Por mais que os médicos acadêmicos já estivessem em monopólio nos cargos de admissão e fiscalização dos exercícios de cura no Reino, não se conferem nas legislações estratégias claras de proibição de outros oficiais em benefício da classe médica formada.

Em concordância com o que aqui foi apresentado, entende-se que a renovação da praxe da medicina no Reino<sup>141</sup> estabelecida nos Estatutos de 1772 iniciaria um processo de reorientação da formação dos médicos em benefício da saúde pública, contudo tentando agregar os saberes populares a uma medicina dita oficializada. Não se desconsidera, que no extrapolar do texto lei, estratégias de beneficiamento do seguimento médico acadêmico tenham se dado – o que inclusive, é o objetivo central de análise e discussão deste estudo. Contudo, é necessário realçar que nas suas instâncias de elaboração e afixação, a lei se fazia clara e objetiva quanto à preocupação com a saúde dos povos.

Há de se considerar o fator do artifício retórico, e ao mesmo passo, que há de se levar em conta que a própria necessidade da dissimulação evidencia que o equilíbrio entre forças de poder era entendidamente necessário entre todas as partes. Governo, instituições, funcionários e população passavam a calcular e proceder a boa ordem supostamente a partir do que era benéfico ao público como um todo.<sup>142</sup>

A reorientação educacional de Coimbra pós 1772 foi capaz de embeber a mentalidade dos egressos de ideais estadistas, abandonando, assim, o modo providente de se pensar o exercício e o governo da medicina no Império Luso-Brasileira. A percepção de perfeição estática de modo de vida, de ação do Estado e de soberania monárquica é substituída pela indagação e tentativa de cálculo do que poderia acontecer “num futuro não exatamente não controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável”<sup>143</sup>.

Concluindo, pretendeu-se demonstrar neste texto que a legislação de 1810 já vem impregnada com a noção de bem público, sendo muitos aspectos dessa consciência também explícitos nos Estatutos de 1772. Depois das reformulações pedagógicas de Coimbra, não apenas preparavam-se médicos dotados de modernas habilidades técnicas e científicas, mas, sobretudo, formavam-se indivíduos capazes de analisar, questionar e propor projetos políticos concernentes ao governar e exercer da cura.

---

<sup>140</sup> PIMENTA. *Artes de curar*, p.11-22.

<sup>141</sup> *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*(Livro III) – *Curso das Ciências Naturais e Filosóficas*. Coimbra: Por ordem de Sua Majestade, 1772, p.16.

<sup>142</sup> SENELLART, Michel. *As Artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Editora 34, 2006. 302p.

<sup>143</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France*(1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.26.

## **Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)***

**Nathália Tomagnini Carvalho**  
Mestranda em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
nathaliatomagnini@gmail.com

**RESUMO:** Pretende-se apresentar tema de projeto de mestrado iniciado no ano de 2015 no programa de pós-graduação em História da UFMG, na linha de Ciência e Cultura na História. Objetiva-se realizar uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, escrita pelo viajante naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius – que esteve no Brasil entre 1817 e 1820 – e publicada na cidade de Munique no ano de 1844. No livro, Martius descreve, a partir de pressupostos da ciência do século XIX, as características físicas dos povos indígenas brasileiros, as doenças que mais os acometiam e suas implicações e formas de tratamento. Além disso, dedica-se ao estudo dos principais remédios utilizados e das práticas e rituais curativos. Pretende-se, na dissertação, dar enfoque especial às representações de “doença” e “cura” construídas tanto pelos povos indígenas descritos pelo autor, como pela comunidade de cientistas e viajantes da qual fazia parte. Também espera-se conseguir compreender a construção histórica de um discurso científico a respeito de uma cultura diferente da europeia do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da saúde, Práticas curativas, Viajantes naturalistas, Medicina indígena.

### **Introdução**

Neste artigo será apresentado tema de projeto de mestrado iniciado no ano de 2015. Objetiva-se, por tanto, expor a proposta de trabalho elaborada. A pesquisa encontra-se ainda em estágio inicial, por isso não será possível apresentar os resultados obtidos.

### **Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)***

Ao longo do tempo as sociedades construíram diferentes representações para o conceito de “doença”. A forma como cada cultura entende e lida com o corpo doente está intimamente

relacionada às suas concepções de vida e morte, ou seja, ao modo como compreendem a existência humana no mundo. Para além de sua materialidade, a doença “sentida na pele” despertou nos homens várias maneiras de senti-la.

Atualmente, assistimos a uma predominância das ideias científicas a respeito da doença e dos métodos curativos. O saber médico-científico encontra-se amplamente difundido em nossa sociedade. No entanto, se a doença é tida como construção histórica, os saberes e práticas que foram criados com a finalidade de tratar o doente também são historicamente construídos.

A análise do caráter social e cultural da ciência foi um dos temas de reflexão de Ludwik Fleck. Em *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, ele explica que “O processo de conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência”<sup>144</sup>.

Se hoje, religiões, rituais e crenças são tidos, no senso comum, como o oposto de tudo que faz parte do universo científico, o mesmo não ocorria no oitocentos. Segundo Betânia Figueiredo, “O espaço da fé, da crença, da simpatia não se contrapõe, na prática das pessoas do século XIX, ao espaço da razão e da chamada ciência médica”<sup>145</sup>.

A preponderância de determinado modelo científico seria então o resultado de um processo marcado por embates com outros saberes, ditos “populares”, e mesmo entre diferentes vertentes da própria ciência.

Em meu projeto de mestrado, proponho um estudo acerca do embate entre a medicina-científica europeia, que se afirmava no decorrer do século XIX, e um tipo específico de “saber popular” sobre a doença: a medicina indígena brasileira.

Pretendo fazê-lo por meio da análise histórica da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* escrita por Carl Friedrich Phillip von Martius. Com o título original de *Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens München*, o livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1844, na cidade de Munique.

Os escritos de Martius foram elaborados com base em sua viagem ao Brasil entre 1817 e 1820. Médico e botânico bávaro, o autor de *Natureza*, dedicou-se ao estudo das plantas brasileiras

---

<sup>144</sup> FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. 1. ed. Trad. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. p. 85

<sup>145</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Brasília: CAPES, Belo Horizonte: Argymentvm, 2008. p. 31.

e das práticas curativas dos povos indígenas. Dentre suas obras mais famosas estão *Viagem pelo Brasil* (1838), escrita em conjunto com Johann Baptist von Spix e *Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium* (1823-1831).

Logo na introdução de *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* o autor alerta para o fato de que intenta fazer uma “ampla observação sem preconceitos” sobre os indígenas. Pretende, desta forma, opor-se às “visões preconceituosas” dos primeiros cronistas e historiadores da América<sup>146</sup>.

Pairava no espírito da época, e interessava ao descobridor de então, descrever muita coisa referente à constituição física dos habitantes do continente descoberto, como extravagante, maravilhosa e destoando dos tipos da organização humana, conhecidos naquele tempo. Acresce, também, que os primeiros historiadores da América, na maioria espanhóis e portugueses, escreveram dominados pelos preconceitos e opiniões reinantes em sua pátria e sem ter como base, conceitos isentos das influências antropológicas e sociais, da sua raça.<sup>147</sup>

A escrita de Martius revela que as motivações dos viajantes da época dos descobrimentos e dos séculos XVIII e XIX eram bem distintas. Segundo Aguiar e Costa, esperava-se destes últimos “muito mais do que um conjunto de impressões, mas escritos com base em algum “método científico”, algo necessário mediante os objetivos que moviam estas viagens de prospecção”<sup>148</sup>. A chegada da corte portuguesa ao Brasil foi um fator decisivo para a atuação dos naturalistas estrangeiros europeus em terras brasileiras. Somente a partir de então foram criados aqui “uma gráfica, uma biblioteca, uma escola de medicina, um laboratório de análises químicas, cujas funções incluíam engenharia civil e mineração”<sup>149</sup>. Além disso, também foram inaugurados o Jardim Botânico e o Museu de História Natural, considerados “a origem da moderna rede de ciências naturais do Brasil”<sup>150</sup>.

A vinda dos naturalistas austríacos e alemães ao país foi beneficiada pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre casas reais. Dom Pedro I casa-se com a arquiduquesa da Áustria,

---

<sup>146</sup> AGUIAR, José Otávio; COSTA, Raíssa Barbosa. Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius: um estudo da obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, publicada em 1844. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13º, 2012, São Paulo. Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. p. 5.

<sup>147</sup> MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*. 1. ed. Trad. Manuel Augusto Pirajá da Silva. São Paulo; Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 01.

<sup>148</sup> AGUIAR; COSTA. *Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius*. p. 05.

<sup>149</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 4ª Reimpressão. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 140.

<sup>150</sup> \_\_\_\_\_ . *A ferro e fogo*, p. 140.

Maria Leopoldina, que chega ao Brasil “acompanhada por um séquito brilhante de cientistas naturais austríacos e alemães, que incluía Johann Emanuel Pohl, Karl Friedrich Phillip von Martius, e Johann Baptist von Spix. O estabelecimento da corte portuguesa tornava, por fim, acessível aos cientistas europeus o até então proibido Brasil”<sup>151</sup>.

A obra de Martius é um trabalho que se propõe ser “científico”. É produzido em um contexto no qual a comunidade dos cientistas ocidentais buscava conhecer e catalogar o mundo natural. Assim sendo, é imprescindível entender o livro *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* como uma construção mediada por determinado “coletivo de pensamento”<sup>152</sup>: o dos cientistas europeus da primeira metade do século XIX.

O livro apresenta uma grande variedade de temas. Dividido em capítulos didaticamente organizados, nos quais Martius descreve as características físicas dos povos indígenas brasileiros saudáveis e as doenças que mais os acometiam, bem como suas implicações e formas de tratamento. Também se dedica ao estudo dos principais remédios utilizados e das práticas e rituais curativos dos índios. É importante ressaltar que o discurso de Martius é composto por diversas comparações. Não é raro, por exemplo, encontrar confrontações entre o modo de vida e os aspectos físicos de índios e europeus ou índios e africanos.

Além disso, ele realiza certa hierarquização entre culturas, utilizando-se por vezes da ideia da civilização *versus* a barbárie.

Assim, este trecho final da nossa descrição caracteriza o alto grau de depravação e a grosseira barbaria, que apresenta a vida na raça vermelha, em todos os seus estados de desenvolvimento e progresso.<sup>153</sup>

Não é possível deixar de notar o estranhamento de Martius frente a um modo de compreender o mundo completamente diferente do seu. As concepções de doença e cura dos indígenas perpassavam pelo entendimento do mundo natural como um lugar composto por antagonismos, sendo que para cada força do bem existiria uma correspondente do mal. A doença era vista como a ação do sobrenatural e do maligno no corpo do doente. Segundo Flávio Edler:

Doenças comuns eram tratadas de um modo puramente naturalístico. Doenças raras e de maior gravidade eram percebidas como grave ameaça à coesão social. Por isso, requeriam maiores e mais espetaculares esforços, envolvendo a

<sup>151</sup> \_\_\_\_\_ . *A ferro e fogo*, p. 141.

<sup>152</sup> Conceito utilizado por Ludwik Fleck, definido como “a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos”. FLECK. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. p. 82.

<sup>153</sup> MARTIUS. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 286.



manipulação de um domínio entendido como sobrenatural, voltado à identificação da entidade ou espírito maligno que penetrara no corpo e devia ser expulso. Um reino geralmente invisível de forças e poderes era concebido para explicar certas enfermidades e aflições. Essas práticas ancestrais de cura eram sempre sagradas e holísticas, reunindo tratamentos que envolviam os indivíduos afetados e o grupo tribal ou parental ao qual pertenciam.<sup>154</sup>

Ao descrever e refletir sobre a forma como os índios entendiam a doença e como agiam para tratá-la, Martius classifica a “arte médica indígena” como pura “magia ou feitiçaria”. No entanto, em um trecho surpreendente, referindo-se aos cientistas europeus, ele diz:

Nós também exercitamos a magia, somos feiticeros e necromantes no manejo de inúmeras forças naturais, que nos envolvem completamente. O físico que, de uma solução de sulfato de cobre, precipita nova placa de cobre sobre o modelo prateado, ou, delineia, rapidamente, um retrato daguerreotipo, ou, pelo vapor elevado à mais alta tensão, desenvolve força motriz prodigiosa, é mágico ao nosso modo de pensar acima exposto; isola e domina uma força natural desconhecida, num estreito círculo mágico de finalidades concretas.<sup>155</sup>

Nos trechos seguintes Martius explica que, apesar desta semelhança, a ciência moderna estaria em um “estado de adiantamento” muito superior quando comparada às artes de curar dos índios. Sendo para ele incompreensível o fato dos indígenas se encontrarem em um estágio evolutivo tão “inferior”.

Devemos confessar que o nosso tentame de seguir o fio do mais alto espírito científico, por entre fatos isolados, nebulosos, e as tradições que constituem a arte médica dos índios, não pôde surtir efeito. Encontramo-nos, aqui, na mesma situação em que nos achamos perante a História, a Linguística, a Mitologia e a Etnografia dessa raça vermelha, sempre numa esfera muito obscura; e enquanto, com profundo sentimento e pesar, fazemos perpassar diante de nós esse quadro de tão intensa corrupção e degeneração, surge e ressurge com o nosso pasmo, a pergunta: que extraordinária catástrofe deve ter sofrido esta raça? Em que pavorosos desvios e rodeios terá ela errado durante milênios, para chegar à atual situação, tão lamentável quanto enigmática?<sup>156</sup>

Por tudo acima exposto, concluo que, além de apresentar uma forma narrativa fascinante, o livro *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* guarda um discurso mais complexo do que uma rápida leitura nos faria supor. Martius dialoga com os conceitos de “ciência” e “cultura” que estavam sendo construídos no século XIX por uma ampla comunidade de

---

<sup>154</sup> EDELER, Flávio Coelho. A mata é a botica dos índios. In: *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006. p. 24 e 25.

<sup>155</sup> MARTIUS. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 201-202.

<sup>156</sup> \_\_\_\_\_. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844)*, p. 286.



cientistas. Conforme afirmam Aguiar e Costa, este livro encontra-se ainda pouco explorado pela historiografia, sendo que os trabalhos existentes “não se estendem às breves citações”<sup>157</sup>.

### **Conclusão**

Para finalizar, a obra *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios* é uma fonte muito rica e apresenta inúmeras possibilidades analíticas. No projeto de mestrado em desenvolvimento pretende-se fazer uma análise histórica deste documento a partir da perspectiva da História da Ciência e da História da Saúde.

---

<sup>157</sup> AGUIAR; COSTA. *Fisiologia e Naturezas humanas na obra de Von Martius*, p. 4.

# Entre a “pátria” e o Império: dinâmica política regional do Maranhão e sua importância para a construção da nação (1825-1831)

**Raissa Gabrielle Vieira Cirino**  
Doutoranda em História  
UFJF  
[raissa\\_gabrielle@yahoo.com.br](mailto:raissa_gabrielle@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O processo de construção do Estado imperial brasileiro tem sido bastante revisado, especialmente a partir do enfoque nas dinâmicas sociopolíticas das províncias, os novos espaços de poder estruturados por meio da adaptação e acomodação de novas e velhas instituições, dentre elas os Conselhos provinciais (de Presidência e Geral). Destarte, analisaremos de que forma esses órgãos contribuíram para acomodar o Maranhão no imenso mosaico imperial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dinâmica política regional; Conselhos provinciais; Maranhão; Brasil Império.

## Introdução

Impulsionados por estudos que vêm destacando a complexificação das dinâmicas sociopolíticas ocorridas nas províncias, que ocorreram desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil (1808), passando pela movimentação ocasionada pela Revolução do Porto (1820) e o processo de Independência, vários pesquisadores estão se debruçando sobre as singularidades dos processos de adaptação, acomodação e transformação das novas e velhas instâncias administrativas nas outrora “pátrias” locais<sup>158</sup>, que se firmariam ao longo do Império como novos espaços de poder e representatividade.

Nessa perspectiva, análises que tratam das instâncias judiciárias, políticas e sociais estão relativizando a antiga premissa de centralização e autoritarismo que teriam sido impostos pelo novo poder central desde o Primeiro Reinado ou pelas inovações burocráticas, destacando que as

---

<sup>158</sup> Marco Morel (2007) e Marco A. Pamplona (2009) trabalharam a trajetória polissêmica do vocábulo “pátria” no início do século XIX e como seus diversos sentidos correlacionavam-se com o contexto de transformações sociopolíticas pós-revolucionárias. O sentido mais comum era relacionado à área de nascimento ou de estabelecimento do indivíduo. Para mais informações, ver MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 14-40; PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 161-180.

mudanças ocorridas nesse período foram marcadas pelo convívio de tentativas de descentralização política e de práticas localistas aliadas a uma busca de concentração de poderes, demonstração evidente que a Corte recorreu constantemente a diferentes estratégias para consolidar e legitimar sua autoridade no extenso território imperial<sup>159</sup>. *Pari passu*, também é nítida a coexistência de reminiscências do Antigo Regime com práticas inspiradas no novo ideário liberal europeu, mais um subterfúgio que denota as manobras de negociação e conciliação da Corte para garantir o apoio das elites locais/regionais ao novo projeto estatal<sup>160</sup>.

Assim, estudos como os de Miriam Dolhnikoff<sup>161</sup>, Maria de Fátima Silva Gouvêa<sup>162</sup> e de Marisa Saenz Leme<sup>163</sup> articularam as conjecturas políticas provinciais às relações mantidas com a nova sede de governo, destacando a importância das tramas que marcaram a organização político-administrativa e seus atores, que articularam, de uma forma ou de outra, as bases para a consolidação do Império do Brasil. Nesse rol, várias instituições e instâncias foram destacados, como as Câmaras Municipais, antigos e poderosos potentados locais; a presidência de província, cargo executivo escolhido diretamente pelo Imperador; e os Conselhos Gerais, instituições que, mais tarde, originaram as assembleias provinciais. Todavia, uma chama a atenção por seu caráter executivo, deliberativo e consultivo: o Conselho de Presidência, também chamado Conselho de Governo e Conselho Administrativo. No Maranhão, o Conselho de Presidência foi chamado recorrentemente de Conselho Presidencial, provável referência ao seu principal chefe, o presidente de província. Mas vale destacar que esse termo também foi usado no projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Constituinte<sup>164</sup>.

Os Conselhos de Presidência foram instituídos pela Carta de 20 de Outubro de 1823, durante a reunião da Assembleia Constituinte (1823), com o objetivo de atender a questões de

---

<sup>159</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Das racionalidades da História: o Império do Brasil em perspectiva. *Almanack Brasileiro*. Guarulhos, n.04, p.53-61, 2012, p. 60.

<sup>160</sup> \_\_\_\_\_. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>161</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>162</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>163</sup> LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n. 55, jun. 2008, p. 197-215.

<sup>164</sup> \_\_\_\_\_. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 61.

“exame e juízo administrativo”<sup>165</sup>, destituindo, assim, as antigas Juntas de Governo criadas pelas Cortes lisboetas. Além disso, seria composto por seis conselheiros<sup>166</sup> escolhidos dentre os políticos do âmbito regional, premissa que, em tese, buscava assegurar algum conhecimento dos conselheiros acerca da situação da província e proporcionar adequado suporte consultivo ao presidente, chefe do Executivo provincial, na resolução de problemas e carências locais/provinciais.

Ademais, o Conselho tinha poder deliberativo sobre questões referentes: a) ao desenvolvimento econômico da província, com o incentivo da agricultura, comércio e indústria, bem como a conservação de uma boa infra-estrutura, com a conservação e abertura de estradas e pontes; b) à segurança, com a vigilância sobre prisões, casas de correção e de caridade; c) ao conhecimento sobre a província, com a organização de censos e estatísticas; d) à “educação da mocidade” e à catequização de indígenas; e) à fiscalização de possíveis abusos na arrecadação de impostos, das contas das Câmaras Municipais, das receitas do próprio Conselho e as da presidência; f) às reclamações contra funcionários públicos e ao trato de conflitos de jurisdição entre autoridades, com a possibilidade de suspensão de magistrados; g) à proposição de medidas para garantir bons tratos aos escravos e sua gradativa emancipação; e, h) à determinação de despesas extraordinárias, sendo que o presidente só poderia executar medidas sobre esse assunto com a prévia aprovação imperial<sup>167</sup>.

Por muito tempo, os Conselhos de Presidência foram confundidos com seus congêneres, os Conselhos Gerais, ou simplesmente ignorados pela historiografia. Os Conselhos Gerais foram órgãos instituídos pelo artigo 72 da Constituição de 1824 e tinham natureza representativa e propositiva, evidenciada pela eleição de seus vinte e um ou treze membros<sup>168</sup> que deveriam discutir e elaborar projetos de lei que interessassem à província. Porém, os Conselhos Gerais foram instalados apenas a partir de dezembro de 1829, após a criação do seu regimento oficial

---

<sup>165</sup> Essa expressão foi sugerida por Andrada Machado para enfatizar que o órgão tinha somente caráter executivo, e não legislativo. Conferir: FERNANDES, Renata Silva. *O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província “na letra da lei” (1823-1828)*. 89 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de História Bacharelado, Juiz de Fora, 2012, p. 32-33.

<sup>166</sup> Os candidatos ao Conselho de Presidência deveriam ser maiores de trinta e cinco anos e residir na província há, no mínimo, cinco, exigências que buscavam asseverar o conhecimento dos conselheiros acerca do seu âmbito regional.

<sup>167</sup> BRASIL, Decreto de 20 de Outubro de 1823, art. 24, p. 12-13.

<sup>168</sup> A quantidade de membros dependia da população da província. Foram definidos alguns critérios para os candidatos: idade mínima de vinte e cinco anos, probidade e decente subsistência. Era vetada a eleição ao presidente de província, seu secretário e os comandantes das armas, condição que, de certa forma, limitava o poder das principais autoridades provinciais que eram nomeadas pelo poder central.

pela Assembleia Geral, a Lei de 27 de Agosto de 1828<sup>169</sup>. Ou seja, os Conselhos de Presidência passaram boa parte do Primeiro Reinado atuando de forma isolada no âmbito regional. No Maranhão, não foi diferente.

Desta feita, o peso das deliberações do Conselho Presidencial, a participação de figuras de destaque das províncias ao lado do “delegado imperial” e a sua atuação pioneira no espaço de poder regional vêm auxiliando a retirar do limbo essa instituição e seus atores. Por outro lado, com a instalação do Conselho Geral do Maranhão, houve uma adaptação e adequação de prioridades para evitar sobreposições de poderes. No entanto, é inegável que as duas instituições contribuíram sobremaneira para a fortificação do espaço de poder regional e sua representação frente o poder central. Assim, buscaremos mostrar através de uma análise qualitativa e indiciária das atas do Conselho Presidencial e dos ofícios do Conselho Geral, de que forma os trabalhos dessas duas instituições pautaram o processo de estabelecimento do Estado imperial na distante província maranhense.

### **No caminho das “luzes”**

A partir do processo reconhecido genericamente como modernização política<sup>170</sup>, o velho regime (Absolutismo) passou a ser associado ao passado, período de “trevas” marcado por atos despóticos e abusos de poder, situação na qual os súditos estavam à mercê das vontades do rei e de seus correligionários. Em contrapartida, propôs-se uma reordenação política firmada por um novo pacto social entre sociedade e rei. A Constituição escrita fundamentaria esse novo contrato, limitando o poder monárquico e garantindo as prerrogativas dos sujeitos, doravante cidadãos. O uso da razão propiciou as “luzes” para enxergar à frente da “escuridão” despótica. Assim, embasados na crença coeva de que a implementação e a reforma de um arranjo político-institucional para a máquina pública garantiriam a legitimidade necessária para manter a nova unidade “nacional”, as primeiras instituições executivas instaladas nas províncias (presidência de

---

<sup>169</sup> Para mais informações sobre o impasse na elaboração do regimento dos Conselhos Gerais, ver CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). 169 p. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em História, São Luís, 2015.

<sup>170</sup> Segundo Gianfranco Pasquino (2008, p. 768) a modernização política iniciou-se com as transformações sociais e econômicas decorrentes das Revoluções Industrial e Francesa, ocorridas no final do século XVIII, e teve impactos em todos os âmbitos da sociedade, com o objetivo principal de superar as características feudais do Antigo Regime. Conferir PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto (org) *et al. Dicionário de política*. Vol. 1. Brasília: Editora Unb, 1998, p. 768-776.

província e seu Conselho) foram encarregadas de auxiliar diretamente na organização das bases do novo sistema administrativo. No Maranhão, tais incumbências foram pauta constante do Conselho Presidial, especialmente a partir de 1828, momento em que a iminência de um novo escrutínio modificou a escala de poder na província ao articular adaptações para a municipalidade com a instalação de novas instituições, tudo conforme os ditames do Poder Legislativo.

Conquanto editos mais antigos ainda estivessem em vigor, o período foi marcado pela execução de novas diretrizes eleitorais<sup>171</sup>, entre os quais se destaca o Decreto de 1º de Outubro de 1828, mais conhecido como Lei Orgânica dos Municípios, cujas determinações atualizaram as eleições municipais, que ainda continuavam seguindo as orientações das chamadas Ordenações do Reino, legislação que vigorava no Brasil desde o período colonial<sup>172</sup>.

O principal foco da Lei Orgânica foi a definição de um regimento específico para as edilidades, delimitando os temas que poderiam ser discutidos e sobre os quais fiscalizariam. Essa reorganização estava diretamente relacionada com as pretensões para a estruturação da nova burocracia, que deveria anular as práticas dos potentados locais relacionadas ao Antigo Regime, para fortalecer e centralizar o Estado. A partir desse momento, as Câmaras passaram a ser “corporações meramente administrativas”, e foram impedidas de exercer qualquer tipo de jurisdição contenciosa<sup>173</sup>. Além disso, eram obrigadas a enviar suas atas eleitorais e ter suas posturas e contas fiscalizadas pelos Conselhos Gerais. Enquanto estes não fossem instalados, os órgãos municipais estavam sob a jurisdição dos Conselhos de Presidência.

No Maranhão, o Conselho Presidial buscou garantir a execução dessa lei e a adaptação das Câmaras Municipais, retirando as dúvidas acerca da aplicação dos decretos e fiscalizando suas contas e posturas, exercendo, assim, forte pressão sobre as municipalidades. As rendas municipais, por exemplo, foram inspecionadas pormenorizadamente ao longo de 1829, tarefa que apontou a persistência da circulação de “cobre falso” nas instâncias administrativas, moeda falsificada que estava causando problemas na vida socioeconômica da província<sup>174</sup>, e possíveis casos de prevaricação dos funcionários municipais, com a desorganização e a falta de

---

<sup>171</sup> O principal edito foi a Lei de 26 de Março de 1824, mais conhecida como Instruções Eleitorais, que firmaram o processo eleitoral em dois graus (eleitores de paróquia e de província), sendo que não havia nenhum alistamento ou registro provisório dos eleitores no primeiro grau, apenas a publicização de um censo feito pelo pároco responsável dos “fogos” (núcleo familiar ou morada) da freguesia. Essa lacuna na lei permitia que a mesa eleitoral julgasse arbitrariamente a qualidade dos votantes, negando-lhes o direito de voto, caso desejasse, ver FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2ª Ed. rev. Brasília: TSE/SDI, 2005, p. 122.

<sup>172</sup> \_\_\_\_\_. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*, p. 114.

<sup>173</sup> BRASIL, Decreto de 1º de Outubro de 1828, art. 24.

<sup>174</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidial*. Livro de Atas. Sessão de 6 de junho de 1829, fl. 78. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

comprometimento da entrega da documentação exigida<sup>175</sup>. Havia também um outro interesse em gerir de perto as contas municipais: o presidente de província e seu Conselho ficavam cientes das rendas e despesas que eram usadas como base para o cálculo do faturamento provincial. Pela Carta de 1823, a oitava parte das sobras desse valor era destinada ao Conselho Presidencial, que o usava para, por exemplo, custear os estudos de alunos no exterior ou na Corte e patrocinar campanhas para “civilizar” indígenas.

Por sua vez, as posturas municipais foram supervisionadas por sua importância jurídica local: ao enquadrar e disciplinar as condutas cotidianas, garantindo “o bom regimento da terra” ao mesmo tempo em que normatizavam o poder das Câmaras sobre as comunidades<sup>176</sup>, tornaram-se a principal expressão da soberania das edilidades. Portanto, fiscalizá-las e delimitá-las apenas para assuntos relacionados a questões administrativas e policiais das vilas<sup>177</sup> contribuiu para enfraquecer de forma relevante a esfera de poder municipal. Em 27 de maio de 1829, por exemplo, a Câmara Municipal de Paço do Lumiar expôs ao Conselho uma postura para evitar os danos feitos pelo gado às plantações de mandioca. O Conselho desaprovou-a, pois considerou que as determinações feriam o direito de propriedade dos “lavradores”<sup>178</sup> ao tentar obrigá-los a cercar seus terrenos e impor-lhes pesadas multas. Além disso, o colegiado foi orientado a, posteriormente, informar qualquer alteração ou revogação em suas posturas<sup>179</sup>.

Destarte, observamos que a fiscalização das receitas financeiras e das posturas dos colegiados municipais pode ser considerada como principal mecanismo para manter esses órgãos sob a jurisdição da esfera regional. Por isso, a Lei Orgânica foi de extrema importância, pois, pelo viés estrutural, a normatização desses antigos potentados foi ponto nevrálgico para garantir a construção de um Estado nacional viável que estivesse em acordo com os ideais dos “novos tempos”<sup>180</sup>.

Todavia, também devemos frisar que apesar das edilidades terem passado por esse esvaziamento de poder, ainda mantiveram parte de sua influência nas localidades, pois continuaram a zelar sobre a harmonia e o sossego da população, com autonomia para deliberar sobre assuntos exclusivamente locais. Ademais, parte da antiga força das Câmaras Municipais se

<sup>175</sup> \_\_\_\_\_, *Conselho Presidencial*. Sessão de 30 de maio de 1829, fl. 77.

<sup>176</sup> PORTUGAL. Ordenações Filipinas, Livro I, título LXVI, parágrafo 28, p. 149.

<sup>177</sup> A Lei Orgânica determinou que as posturas deveriam tratar apenas da limpeza e iluminação de ruas e cemitérios; da construção de estradas e matadouros; da fiscalização da salubridade, de espetáculos públicos e de casas de caridade e da inspeção das escolas, da segurança e da saúde públicas.

<sup>178</sup> Termo da época que referenciava os proprietários rurais.

<sup>179</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidencial*. Sessão de 27 de maio de 1829, fl. 76.

<sup>180</sup> DOLHNIKOFF. *O pacto imperial*, p. 64.



fundiu ao Legislativo das províncias, espaço fortalecido com a criação e instalação dos Conselhos Gerais.

Por ter como premissa garantir o direito dos cidadãos em intervir nos negócios de sua província, relativos aos seus interesses; por possuir um número maior de conselheiros, que não tinham a obrigatoriedade de residir na província como os do Conselho da Presidência; por não exigir a presença e acompanhamento constantes do “delegado imperial”; e por ter sessões de “portas abertas”, os Conselhos Gerais tiveram certa notoriedade no âmbito de poder regional. No Maranhão, essas distinções foram muito importantes para a instituição alçar-se como novo *locus* de poder. Entretanto, antes disso também contou com o auxílio do Conselho Presidial que, a partir de suas deliberações e fiscalização sobre os novos editos eleitorais e o Regimento dos Conselhos Gerais, viabilizou sua devida instalação. Interessante destacar também as negociações feitas com o então com o Governador do Bispado, José Constantino Gomes de Castro, sobre a concessão de um espaço para as sessões do Conselho Geral. O local pretendido era a sala de conferências do religioso, a qual necessitava de alguns reparos. Dando provas de seu “patriotismo”, Gomes atendeu a solicitação do presidente e arcou com os gastos adicionais exigidos, destacando ainda que “a sua espontânea prestação não [era] taxativa de tempo”<sup>181</sup>, ou seja, o órgão poderia usar o espaço enquanto não encontrasse outro mais adequado.

Com a iminência da abertura do Conselho Geral, o Presidial passou a reorganizar seus deveres a fim de evitar uma justaposição de poderes dentro do âmbito administrativo da província. Desde o segundo semestre de 1829, as contas e posturas municipais, que até então estavam sendo fiscalizadas pelo presidente de província e seus conselheiros, passaram a ser encaminhadas ao Conselho Geral. Em contrapartida, este dependia das informações cedidas pelo Conselho Presidial acerca do estado dos “negócios públicos” e das providências mais urgentes para formular seus projetos de lei.

Após a instalação do Conselho Geral do Maranhão, este e o Conselho Presidial estiveram em constante diálogo, que envolvia, sobretudo, envios de documentos, pedidos de informações e esclarecimentos. Em janeiro de 1830, por exemplo, o Conselho Geral solicitou ao Conselho Presidial a cópia da ata de uma sessão de 1828, na qual o ex-presidente de província Manoel da

---

<sup>181</sup> MARANHÃO. *Conselho Presidial*. Sessão de 27 de junho de 1829, fl 82v; Sessão de 8 de julho de 1829, fl. 87.

Costa Pinto tratara dos impostos que mais prejudicavam a província e outra do ofício sobre o mesmo assunto encaminhado por ele ao Ministério<sup>182</sup>.

Assim como o Conselho Presidial, o Conselho Geral se constituiu como um espaço de intermediação entre as instâncias de poder por dialogar com a municipalidade e a Corte, o que confundia os limites de suas alçadas. Em meados de dezembro do mesmo ano, por exemplo, José Joaquim Rodrigues Lopes, secretário do Conselho Geral, reenviou à Secretaria da presidência os documentos das Câmaras de Icatu, Tutóia e Vinhais remetidos pelo então presidente de província Cândido José de Araújo Viana. Os ofícios dessas edilidades solicitavam auxílio para a edificação de igrejas, cadeias e uma casa de reunião para os vereadores. Segundo Lopes, o Conselho Geral considerou que o chefe do Executivo provincial era o responsável por deferir sobre esses assuntos<sup>183</sup>.

Outras vezes, as atuações dos dois órgãos regionais se complementavam, especialmente quando se tratava da área de ensino público. No início de maio de 1831, a Câmara de Icatu respondeu ao Conselho Presidial que o povoado da Manga era o melhor lugar para estabelecer a cadeira de Primeiras Letras, que fora criada pelo Conselho Geral. O presidente de província e seus conselheiros aprovaram a proposta do colegiado municipal<sup>184</sup>.

Conquanto tenha enfrentado dificuldades em cumprir seu período de reuniões regulares devido à constante falta do número mínimo de membros, o Conselho Geral enviou vários projetos de lei para a Assembleia Geral. De forma geral, observamos que as propostas visaram uma sistematização da vida socioeconômica da província a partir da organização de um regimento para a navegação no interior do Maranhão; a proposição do aumento dos braços escravos na lavoura, da organização do ato de sua penhora, da padronização do sistema de pesos e medidas e da criação de um Jardim Botânico e de igualdade de prerrogativas para os mestres de Latim e os de Primeiras Letras. A segurança pública foi uma das principais temáticas, envolvendo projetos como o de coibir a movimentação dos indivíduos considerados vadios pela província e ganhar o aval para estabelecer mais juizados (de fora, do crime, civil e de órfãos), além da criação de corpos de polícia rural<sup>185</sup> em todas as freguesias da província<sup>186</sup>.

---

<sup>182</sup> \_\_\_\_\_. *Conselho Geral*. Ofícios do secretário ao presidente da província (1830). Secretaria do Governo. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

<sup>183</sup> \_\_\_\_\_. *Conselho Geral*.

<sup>184</sup> MARANHÃO. *Conselho Predial*. Sessão de 6 de maio de 1831, fl. 115.

<sup>185</sup> O principal objetivo dessa força era capturar escravos fugidos e combater os quilombos, dois problemas endêmicos para o Maranhão, que se destacava no período por seu elevado percentual de escravos na composição da população. FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 -

Outro papel dessa instituição, fortalecido ao longo de seu mandato, foi o de representante do Maranhão frente ao poder central. Logo que soube da convocação extraordinária da Assembleia Geral, o Conselho Geral resolveu enviar uma representação para congratular o Imperador e informá-lo sobre o sossego da província, reafirmando a fidelidade de seus súditos e a tranquilidade pública por estarem nas mãos de um enérgico presidente de província, cujas ações garantiram a prosperidade com o exercício de todas as instituições liberais determinadas por lei<sup>187</sup>. Deste modo, observamos que, assim como o Conselho Geral de São Paulo, o Conselho Geral do Maranhão buscou despontar como uma força política que poderia interferir, de forma mais incisiva, nas decisões e impressões da alta burocracia nacional<sup>188</sup>.

### **Considerações finais**

Enfim, a relação estabelecida entre os Conselhos provinciais (Presidial e Geral) do Maranhão e seu grau de influência mútua são questões bastante complexas. Decerto, houve uma convergência de práticas no gerenciamento da máquina pública. O Conselho Presidial deu grande auxílio ao segundo por inserir a municipalidade nas novas normas vigentes, preparar sua instalação e repassar-lhe as informações necessárias para a elaboração dos projetos de lei. Por sua vez, o Conselho Geral ampliou o poder administrativo ao buscar sistematizar a vida socioeconômica provincial. Tais aspectos evidenciam que, apesar das indefinições legais e das dissidências sociopolíticas que marcaram o período, a atuação dessas instituições tinha um fim comum e muito relevante naquele momento de estabelecimento e delimitação dos contornos do Estado: ampliar a autonomia da esfera provincial frente ao poder central.

Além disso, essas instituições mantiveram uma via de comunicação com a Corte, objetivando assegurar a “ordem” e evitar a “anarquia”, constituindo-se, assim, como canais de representação para os cidadãos, prerrogativas das novas orientações do Estado Moderno. Tal aspecto foi essencial para asseverar a colaboração das elites políticas regionais, responsáveis pela direção das províncias a partir das capitais, no processo de estabelecimento do Império. Nesse

---

luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História). 255 f. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2007, p. 164-166.

<sup>186</sup> CIRINO, *Pelo bem da pátria e pelo Imperador*, p. 104-105.

<sup>187</sup> *O Farol Maranhense*, 28 dez. 1830.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. Dissertação (Mestrado em História). 387 f. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2009, p. 214.

sentido, Xavier Pujol<sup>189</sup> defende que o fortalecimento do Estado Moderno muitas vezes não ocorreu somente devido a definição de progressos institucionais, por melhorias administrativas ou pela aplicação da força, mas também em resposta aos interesses dos dirigentes locais. No Brasil, observamos que as novas instituições instaladas nas províncias tiveram um papel nevrálgico nas relações entre a Corte e as localidades e, por conseguinte, no processo de construção do governo.

Destarte, a ação dos Conselhos de Presidência e Gerais evidenciou o gradativo reconhecimento da província como *locus* de poder pertencente à emergente estrutura estatal, com a principal responsabilidade de controlar e adequar a municipalidade às novas práticas e determinações, bem como de intermediar as negociações com o governo central. Não foi à toa que, depois da definição da Carta de 1823, da Constituição de 1824, do Regimento dos Conselhos Gerais (Lei de 27 de Agosto de 1828) e da Lei Orgânica dos Municípios (Lei de 1 de Outubro de 1828), o âmbito provincial pode ser cada vez mais sedimentado para atender às necessidades do nascente Estado e aos anseios das elites políticas regionais. Assim sendo, inferimos que, apesar dos esparsos relatos dos manuais históricos e historiográficos sobre o Primeiro Reinado, os trabalhos dos Conselhos Presidencial e Geral nos primeiros anos do Império sinalizam que houve um progressivo processo de valorização pelos coevos das instâncias político-administrativas provinciais e do âmbito de poder regional, processo que foi consolidado no Segundo Reinado (1840-1889).

---

<sup>189</sup> PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, n. 6, p. 119-144, 1991, p. 127.

# À busca de liberdade: fugas de escravos em São Paulo, Zona da Mata e Centro de Minas Gerais (1871-1888)

Adriano Soares Rodrigues<sup>190</sup>

Mestrando em História

PPGH-UFOP

[adrianosrodrigues@yahoo.com.br](mailto:adrianosrodrigues@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Neste trabalho apresentaremos algumas conclusões parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do mestrado. O objetivo geral da nossa pesquisa é identificar e comparar os padrões de fugas e perfis sócio-demográficos dos escravos fugitivos em três localidades distintas: Oeste da província paulista, Zona da Mata e Centro da província de Minas Gerais, entre os anos de 1871 e 1888. Porém, nesta comunicação, deteremos nossa análise sobre um aspecto específico do padrão de fugas, as motivações. Alguns anúncios de fugas nos fornecem indícios que possibilitam a visualização sobre os possíveis fatores que levaram o escravo a buscar a fuga como meio de liberdade. A indicação de fatores, tais como, o uso da violência física, a ruptura de conquistas geradas pela venda dos escravos para outro senhor e região, as tentativas de retorno ao local de procedência, terra natal ou pela permanência de laços familiares, além da busca pela inserção no mercado de trabalho livre eram recorrentes nos anúncios. Estas séries de informações quantificadas nos dão uma dimensão de como os fugitivos organizaram suas vidas na tentativa de experienciar a liberdade clandestina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão; Fugas de escravos; Demografia;

## Fugas de escravos: apontamentos acerca das motivações ao abandono do cativeiro

Este artigo integra uma pesquisa maior, cujos objetivos principais são identificar e comparar os perfis sócio demográficos dos escravos fugitivos, bem como, identificar o padrão da fuga de escravos publicadas em jornais das cidades de São Paulo, Ouro Preto e Juiz de Fora, no período compreendido entre a Lei do Ventre Livre (1871) e a Abolição (1888). Compõem esse perfil as variáveis consideradas sócio demográficas apresentadas sobre os fugitivos nos anúncios de fugas, publicados em jornais<sup>191</sup> dessas cidades, tais como, idade, cor, naturalidade, sexo, procedência (localidades de origem ou de compra), qualificação de ofícios/especialidades,

---

<sup>190</sup>Bolsista PROPP-UFOP.

<sup>191</sup>Analizamos anúncios e artigos de seis periódicos, sendo que quatro eram publicados em Ouro Preto, região central da província de Minas Gerais (*Diário de Minas* 1873-1878, *A Província de Minas* 1878-1888, *A Actualidade* 1878-1881 e *Liberal Mineiro* 1882-1888), um em Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira (*O Pharol* 1876-1884) e um na cidade de São Paulo (*A Província de São Paulo* 1875-1888).

habilidades, valor oferecido pela captura, dentre outros. Já o padrão da fuga, é composto pelos estágios do ato de fugir, os quais foram separados em quatro momentos para facilitar as análises. São eles: primeiro estágio, a “motivação”, como veremos adiante pode estar relacionada ao retorno à procedência ou antigo senhor, à busca por laços familiares ou à possibilidade de ocupar um lugar no mercado de trabalho livre; segundo estágio, o “planejamento”, são os indícios apresentados que nos possibilitam perceber quais passos o escravo tomou antes de se tornar um foragido como, por exemplo, quais objetos levou na fuga; terceiro estágio, a “execução”, a fuga em si, onde identificamos se houve ou não ajuda na fuga (de livres ou de escravos), sua relação com a sociedade livre ou escrava, se foi uma empreitada individual ou coletiva, bem como, a direção tomada pelo cativo; e, por último, as “estratégias de permanências”, ou seja, as maneiras pelas quais os cativos procuravam se manter em fuga como, se passar por livre, infiltrar-se no mercado de trabalho, mudar de nome ou portar documento/carta de liberdade falsos.

Porém, neste artigo, nos deteremos a um aspecto do padrão de fuga: possíveis motivações e sua relação com outro aspecto, as estratégias de permanência. Esta série de informações quantificadas nos dará uma dimensão de como os fugitivos organizaram suas vidas na tentativa de experimentar a liberdade clandestina.

Na maioria dos casos das fugas anunciadas em periódicos, os autores informaram as condições físicas e características comportamentais dos fugitivos. Devido à escassez de informações mais precisas é difícil compreender as motivações que levaram um escravo ao abandono do cativo. No entanto, em alguns anúncios esse tipo de informação era publicada claramente. Como no caso de Adelino, que fugiu cinco vezes e “em todas ellas tem procurado o centro da provincia de Minas, para chegar à Bahia e dalli ao Ceará, donde é filho”<sup>192</sup>. Adelino estava na sua quinta tentativa de seguir em direção ao Ceará, sua terra natal. Em casos como este, onde foi indicado precisamente que o escravo tentara retornar ao seu local de origem, categorizamos a motivação como um “retorno ao local de procedência”.

Para Hebe M. M. de Castro,

Os escravos negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativo, como também,

---

<sup>192</sup> *A Actualidade*, Ouro Preto, 10 de Dez. 1881, n. 150, p. 4.

perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista.<sup>193</sup>

Acreditamos que a ruptura de conquistas gerada pela venda dos escravos para outro senhor e região foram uma das motivações mais frequentes das fugas nas áreas estudadas. Como veremos abaixo, o número de evasões que tinham como objetivo o retorno ao local de procedência (antigos senhores ou terra natal) foi de 5,4% em São Paulo, 13% em Ouro Preto e 3,4% em Juiz de Fora. Pode parecer um percentual pequeno, no entanto, quando consideramos que a quantidade de anúncios que trazia essa categoria de informação era de 24,4%, 33,6% e 30% - em São Paulo, Ouro Preto e Juiz de Fora, respectivamente - esse índice se torna expressivo. E, nos alerta para uma diferença substancial, de mais de 100% dos índices de São Paulo de Juiz de Fora em comparação com Ouro Preto.

Essa questão se torna mais discrepante quando consideramos que, na cidade da Zona da Mata, a indicação de que o fugitivo havia sido comprado recentemente foi mais alta que nas outras localidades. Isto pode significar que por terem poucas informações sobre os escravos, uma vez que, o contato com os fugitivos em casos de compra recente era menor em relação aos outros, os anunciantes de Juiz de Fora não teriam informações suficientes para indicar uma motivação como o retorno do cativo ao seu local de procedência. Como no caso do escravo Theodoro, de 20 anos, que fugiu da Serraria, Termo de Juiz de Fora. O autor do anúncio indicou que ele “levou [ilegível] dous chapeos um de palha [outro que] trouxe do Norte, e outro [...] claro de aba grande. Este rapaz *chegou a pouco* do Norte e ainda não está a [costumado com os] *hábitos* daqui.”<sup>194</sup> As motivações apresentadas nos anúncios eram diversas. Até o momento, foram categorizadas quinze formas diferentes<sup>195</sup>. Como podemos perceber na tabela abaixo. Foram inseridos somente os casos em que elas eram citadas diretamente.

**Tabela 1:** Motivação da fuga.

MOTIVAÇÃO	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
VOLTA AO LOCAL DE CAPTURA	6	4,1	1	0,7	4	2,7
RETORNO À PROCEDÊNCIA	8	5,4	18	13	5	3,4
COMPRA RECENTE	3	2,0	2	1,4	10	6,8
MERCADO DE TRABALHO LIVRE	13	8,8	11	7,9	4	2,7

<sup>193</sup>CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luíz Felipe. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade*. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 356-357.

<sup>194</sup>O *Pharol*. Juiz de Fora, 10 de Fev. 1876, n. 12, p. 2. *Grifos nossos*.

<sup>195</sup>Somente em três casos, houve a indicação de duas ou mais motivações para o mesmo fugitivo. Por ser um número reduzido de casos, estas informações não foram desmembradas. E, também, por acreditarmos que as motivações “retorno ao local de captura” e “compra recente” poderiam perder sua correlação caso fossem tratadas isoladamente.



VEIO PRA SER VENDIDO	4	2,7	1	0,7	-	-
PROCURAR SENHOR	1	0,7	-	-	-	-
ASSENTAR PRAÇA	-	-	2	1,4	-	-
FAMÍLIA ESPÓLIO	-	-	-	-	1	,7
FAMÍLIA	-	-	6	4,3	2	1,4
ALICIAMENTO	-	-	5	3,5	-	-
ASSASSINATO	1	0,7	-	-	6	4,1
ALUGADO	-	-	-	-	7	4,7
ASS. FG. ESC*	-	-	-	-	1	,7
PECÚLIO	-	-	1	0,7	-	-
FG. TAREFA	-	-	-	-	1	,7
FG. ESCOLTA	-	-	-	-	2	1,4
R.L.C./C.R. **	-	-	-	-	1	,7
NÃO CONSTA	112	75,6	91	66,4	104	70,0
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	148	100,0

**Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

\*Assassinato e fugiu de escolta.

\*\*Retorno ao local de captura e compra recente.

De acordo com a tabela, os casos em que houve indicação direta de que o fugitivo pretendia vender sua força de trabalho (mercado de trabalho livre) foram ligeiramente próximos entre São Paulo e Ouro Preto, mas superiores em comparação com os dados de Juiz de Fora. Nesta categoria, entraram casos como do escravo Manoel, “dado à embraguez, bom pagem e optimo copeiro”, que já havia fugido outras vezes e fora preso trabalhando na construção da estrada de ferro de Rio Verde, onde usava o nome Antônio. No entanto, o que categoriza a motivação de Manoel como a busca pelo mercado de trabalho livre não é sua experiência passada, mas a indicação do autor ao publicar que “consta que [...] seguio para a linha ferrea de Pedro II *afim de trabalhar alli*, e levou a roupa em um mallote de viagem que furtou na via ferrea do Rio Verde [...]”<sup>196</sup> Portanto, houve uma menção direta ao fato de que Manoel fugiu do cativeiro para trabalhar como homem livre na construção da ferrovia.

Outro aspecto motivador das fugas era a reconstituição de laços familiares. Como no caso de Martinho, de 17 anos, em cujo anúncio o autor disse que “desconfia-se que se esteja entre Juiz de Fora e Rio Novo, na ‘Chacara’ nos imediações da casa de José Venancio, *onde tem pai*”.<sup>197</sup> Ou no de Joaquim, de 30 anos, sobre o qual o anunciante afirmou que “gosta de montar animal bravo é bom tocador de tropa, arreia e ferra; desconfio que está para as parte de S. Amaro onde *tem a sua mãe e irmãos*”<sup>198</sup>

<sup>196</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 01 de Fev. 1883, n. 137, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>197</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 04 de Dez. 1877, n. 77. p. 2. *Grifos nossos*.

<sup>198</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 22 de Mar. 1883, n. 144, p. 4. *Grifos nossos*.

Os índices ligados às questões de laços familiares representavam 4,3% dos casos publicados em Ouro Preto e 2,1% em Juiz de Fora<sup>199</sup>. No entanto, essa informação não foi citada em nenhum caso de São Paulo. Essa ausência pode estar relacionada à falta de informações dos autores paulistas sobre as motivações e direções dos fugitivos. Mas, apesar dos índices serem pequenos, eles nos possibilita fazer duas suposições: os senhores de São Paulo conheciam pouco seu plantel, ou, a reconstituição de laços familiares não foi motivação para os escravos dessa localidade abandonarem o cativeiro.

Durante um bom tempo, a historiografia sobre escravidão no Brasil olhou para os anúncios de fugas à procura das marcas de castigos, das cicatrizes e dos fugitivos que levavam presos ao corpo os objetos do açoite. Apesar de não termos encontrado muitos casos em que os escravos fugiram com objetos de castigos, um anúncio em particular, publicado em São Paulo, chama a atenção. Segue abaixo.

Fugiram na noite de 24 de Outubro de 1875, da fazenda Ventania, pertencente ao abaixo assignado, os tres escravos seguintes: 1.º João Manoel, pardo claro, cara tristonha e magra, cabellos soltos, idade 35 annos, pernas e braços grossos, signal de pancada na testa, e signal de castigo nas nadegas, bons dentes, é pedreiro; *fugiu com gancho no pescoço*. Altura regular. 2.º João Pernambuco, olhos muito vivos, cabeça chata, preto, altura mais que regular, gordo, levou *gancho no pescoço, e péga no pé*, idade 23 annos, pernas finas. 3.º Faustino, bem gordo, idade 30 annos, signal de castigos nas nadegas, fugiu com ferro no pescoço. Este tem um sacco de couro de carneiro. Todos deviam ter levado roupa grossa de algodão e alguma fina. Quem os capturar e entregar n'esta fazenda será gratificado com cem mil réis, por cada um. Amparo, 24 de Outubro, de 1875.

Francisco Buena de Miranda

P. S. Em São Paulo poderão entregar ao sr. Thomas Luiz Alvares, em Ytú ao sr. Francisco Cleestino de Miranda Russo, em Santos aos srs. Dias & Nuno Motta, e no Rio aos srs. Joaquim Bueno Miranda & Campanhia.

Estes escravos *foram presos* no Rio ha pouco tempo, e suppões-se que *tomassem o mesmo destino desta vez*.<sup>200</sup>

Nesse caso, nos pareceu mais adequado categorizar a motivação da fuga como uma maneira de reconstruir a experiência de liberdade, que eles vivenciaram numa fuga anterior, no lugar da fuga motivada exclusivamente pelos castigos. A fonte tem seus limites, mas, nos parece

---

<sup>199</sup>Houve um caso que apresentou dois elementos motivadores: a morte do senhor (no ato da fuga ele pertencia ao seu espólio) e a reconstituição de laços familiares, por isso, ele está separado dos demais fugitivos vinculados apenas à questão da família.

<sup>200</sup>*A Província de São Paulo*. São Paulo, 28 de Out. 1875, n. 235, p. 3. *Grifos nossos*.

ser mais adequado pensar nesse caso como “um retorno ao local de captura”, ou seja, vivenciar a liberdade em um local já conhecido por eles<sup>201</sup>.

Sabemos que estamos lidando com uma fonte produzida pela classe senhorial e que é muito complicado deduzir as ambições do fugitivo, a partir, de um texto escrito por aquele que quer captura-lo. No entanto, a fuga em si, era um ato de descontentamento com o cativo, com a ordem escravista. Acreditamos que tomamos os cuidados metodológicos necessários que nos permitem perceber que a possibilidade de se passar por um trabalhador livre (se direcionando para o mercado de trabalho), a tentativa de reconstituir laços familiares, reestabelecer experiências mais benéficas foram alguns dos motivadores dos escravos nas suas tentativas de vivenciar a liberdade, nas três localidades estudadas, mesmo que em níveis específicos a cada região. A partir do exposto, acreditamos que através da análise dos padrões de fugas, que iniciamos com questão das motivações, estamos tratando dos universos sociais da escravidão.

Em alguns anúncios, aparece também o local de destino da fuga, como no caso citado do fugitivo Adelino, que procurou na fuga um meio de voltar pro seu local de origem, o Ceará, e no caso dos escravos João Manoel, João Pernambuco e Faustino, citados acima, que fugiram em direção ao Rio de Janeiro.

Tais anúncios nos possibilitam ter uma noção da mobilidade física e dos destinos dos fugitivos. Com base neste tipo de informação, criamos a tabela a seguir, onde foram computados anúncios em que a informação de destino está claramente citada, como nos casos citados anteriormente. Segue tabela:

**Tabela 2: Destino da fuga.**

DESTINO DA FUGA	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
PRÓPRIA PROVÍNCIA	21	14,2	36	26,1	21	14,2
PROVÍNCIAS LIMÍTROFES	5	3,4	20	14,5	8	5,4
PROVÍNCIAS LONGÍNQUAS	-	-	1	,7	-	-
NÃO CONSTA	122	82,4	81	58,7	119	80,4
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

<sup>201</sup>A questão do castigo físico não foi inserida no banco de dados como um motivador da fuga porque ele não era expresso de uma maneira que pudéssemos categoriza-lo como tal. Mas, criamos uma categoria só para os casos em que o açoite era citado. Foram contabilizados 5 casos (3,4%) em São Paulo e 2 (1,4%) em Juiz de Fora de fugitivos que tinham objetos de castigo junto ao corpo. Além disso, existem casos em que eram mencionados sinais de castigos recentes ou cicatrizes antigas.

Como podemos perceber, os senhores de escravos de Ouro Preto tinham mais conhecimento sobre o destino dos fugitivos em comparação com os demais. No entanto, o índice em que esta informação aparece é baixo: 41,3% em Minas Gerais e 21,6% em São Paulo e 19,6% em Juiz de Fora.

Mesmo com este baixo nível de incidência, podemos perceber que nos casos em que o destino da fuga foi citado, a maioria dos casos foi de fugas que se destinaram para localidades internas à própria província em comparação com os casos em que o destino eram províncias limítrofes. Além disso, há ainda um caso em Ouro Preto de um fugitivo cujo destino foi uma província longínqua, ou seja, que não faz fronteira. Outros dois fatores que nos possibilitam ter uma noção da dimensão da mobilidade dos fugitivos são os casos de reincidência e os que possuem o local de captura do escravo reincidente. Vejamos as tabelas abaixo:

**Tabela 3:** Reincidências.

REINCIDÊNCIAS	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
FUGIU UMA VEZ	3	2,0	5	3,6	10	6,8
FUGIU DUAS VEZES	3	2,0	-	-		
FUGIU MAIS DE TRÊS VEZES	-	-	4	2,9	1	,7
FOI PRESO E FUGIU DE NOVO	-	-	3	2,2	3	2,0
NÃO CONSTA	142	95,9	126	91,3	134	90,5
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

Nestes casos, os anúncios informam quantas vezes o escravo havia fugido antes, alguns também citam o local de captura, como podemos ver abaixo:

**Tabela 4:** Local de captura.

LOCAL DE CAPTURA	SÃO PAULO		OURO PRETO		JUIZ DE FORA	
	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
PRÓPRIA PROVÍNCIA	3	2,0	8	5,8	7	4,7
PROVÍNCIAS LIMÍTROFES	3	2,0	1	0,7	3	2,0
NÃO CONSTA	142	95,9	129	93,5	138	93,2
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>148</b>	<b>100,0</b>

\* **Fontes:** *A Província de São Paulo*, 1875-1884; *Diário de Minas*, 1873-1878; *A Actualidade*, 1878-1881; *A Província de Minas*, 1882-1887; *O Pharol*, 1876-1888;

Como podemos perceber na Tabela 3 e 4, comparando entre as duas províncias, o percentual em que as informações sobre a reincidência de fugitivos e sobre o local de captura são citadas é bem próximo.

Se nos basearmos apenas na Tabela 4, notaremos que reside uma diferença sobre o local específico de captura. No caso de São Paulo, a incidência de casos de captura na própria província e em províncias limítrofes é o mesmo, 3 casos em cada. Já em ambos os casos de Minas Gerais, as capturas ocorreram majoritariamente dentro da própria província. No entanto, se observarmos as informações contidas na Tabela 2, podemos dizer que a maior parte dos fugitivos se movimentava dentro da própria província.

O que podemos afirmar com estas três tabelas é que quando observados os casos em que há a informação sobre o destino, em ambas as localidades, a maioria dos fugitivos se movimentavam dentro dos limites da província. Nos casos em que foi citado que os fugitivos iriam ultrapassar os limites, o índice de mobilidade em Minas Gerais é superior ao de São Paulo. Porém, nos casos de reincidência que citam o local de captura, os fugitivos de São Paulo e Juiz de Fora tinham uma mobilidade externa um pouco maior que a dos de Ouro Preto.

Assim como no caso das motivações e das indicações das direções tomadas pelos fugitivos, em certos anúncios as estratégias adotadas por eles após a fuga, também eram descritas. Em alguns casos era explícito que os fugitivos tinham planos de trabalhar livremente, às vezes porque levavam suas ferramentas de trabalho e, em outras, porque os anunciantes indicavam que eles iriam trabalhar em algum lugar. Vendendo sua mão-de-obra, os fugitivos teriam mais chances de continuarem em fuga. O desenvolvimento econômico e urbano, nas três áreas analisadas, possibilitou que eles interagissem com este mercado e com a comunidade, assemelhando-se a um homem livre ou liberto. Trocar de nome e se passar por forro, em alguns casos, inclusive com porte de documentos supostamente falsos, foram outras maneiras a que recorreram para não serem descobertos.

A incorporação ao mercado de trabalho fica nítida em alguns casos anunciados, onde o anunciante supõe até em que tipo de “estabelecimento” o escravo provavelmente iria oferecer seu trabalho: “É provável que [o fugitivo] procure *sentar praça em alguma cidade* do interior, ou que se ajuste em *algum hotel*, por ser perfeito cozinheiro.”<sup>202</sup>

No caso deste escravo, chamado Vidal, o anunciante atenta para seu trajeto e histórico de fugas. Ele era natural do Rio de Janeiro. Quando morou nesta cidade, fugiu e tentou “sentar praça na marinha.” Depois de capturado, foi vendido ao anunciante, que era da cidade de

---

<sup>202</sup>A *Província de Minas*, Ouro Preto, 11 de Jun. 1882, n. 104, p. 4. *Grifos nossos*.

Pitanguy (oeste mineiro). Posteriormente, fugiu para Ouro Preto, onde fora preso e, mais uma vez, evadiu.

Não só neste caso, mas em tantos outros noticiados, fica claro que os fugitivos tinham mobilidade e usavam de “artimanhas” para não serem capturados. Como o controle social era rígido e era fácil identificar um fugitivo, os escravos usavam alguns recursos para não serem pegos. Por exemplo, em Pitanguy, Vidal dizia ser livre e que iria sentar praça.

Em outros casos, os anunciantes afirmam que os fugitivos se declaram forros, mudam de nome ou apresentam cartas e documentos falsos. Foi o que teria ocorrido com o escravo Candido, que fugira “da fazenda da Cachoeira Alta, da Freguezia de S. Caetano do Chapotó, termo da cidade de Piranga [Minas Gerais], há 8 anos, (...) [tem ofício de] pedreiro, consta que está pelos lados de Sidrão e Mainarte, e que tem carta ou documentos falsos”.<sup>203</sup> E, também do escravo Zacharias, evadido da cidade de Itabira do Mato Dentro, “toma tabaco, serviço de roça, trato acanhado (...) *muda de nome quando foge* e veste-se mal, e sempre apresenta passaporte falso.”<sup>204</sup> Ambas, são maneiras que os escravos encontraram para não serem identificados como fugitivos e, conseqüentemente, capturados.

No entanto, por mais que no final do século XIX já houvesse outros elementos na sociedade além dos livres e escravos, como os pretos livres, não seria muito difícil identificar um fugitivo. Um estranho perambulando pelas cidades ou estradas sem carta de alforria ou papel de assinado pelo senhor já poderia ser encaminhado para a delegacia de polícia como suspeito de prófugo.

Algumas estratégias recorrentes foram as de andar com carta de liberdade falsa e a de se acoitar-se com alguém. Ambas, podem ser utilizadas como exemplos das relações que escravos teriam com a sociedade livre. Uma vez que para obter um documento falso, como o de liberdade, ele teria que se relacionar com alguém livre. O mesmo ocorre no caso do acoitamento. Como nos casos dos escravos abaixo,

[...]Salvador, idade 40 annos mais ou menos, natural de Santo Antonio da Caixoeira, solteiro côr preta, altura regular, barbado, tem falta de dentes do lado de cima. Este escravo fugio de Jaguary, provincia de Minas em 17 de Setembro de 1871 e pertence ao abaixo assignado o *suppõe-se estar acoutado* nesta cidade [São Paulo].<sup>205</sup>

<sup>203</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 19 de Abr. 1883, n. 148, p. 4.

<sup>204</sup> *A Província de Minas*, Ouro Preto, 06 de Abr. 1883, n. 150, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>205</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 20 de Dez. 1986, n. 568, p. 4. *Grifos nossos*.

[...] o moleque Seraphin, idade 20 annos, [...]. Falla muito bem, é muito cigano; costuma trazer o chapéu ao lado. Desconfia-se ter *acompanhado uns mascates* italianos, como camarada. Entende de padaria e é de presumir que tenha *procurado emprego* de vendedor ou trabalhador de padarias. [...] <sup>206</sup>

[...] José, de nação, cor preta [...] entende alguma cousa do officio de carpinteiro, trabalha bem em obras de taquaras, expressa-se bem e parece ser crioulo, em consequência de ter vindo para o Brasil de tenra idade, este escravo pertenceo a Manoel Pereira de Barros, morador no município de Valença, província do Rio de Janeiro, e hoje pertence ao abaixo assignado; este escravo, tratando obter liberdade por meio de um pequeno pecúlio, e não apresentando a quantia pela qual foi arbitrado, desapareceu do poder do depositório, desconfia-se que *se intitule liberto* e que se ache na província do Rio ou Minas. [...] <sup>207</sup>

[...] Gratifica-se com a quantia supra á quem apprehender e levar ao abaixo assignado, em Tatuhy, o escravo Jorge, cujos signaes são: alto, magro, nariz grande, assignado com bexigas, boa dentadura, pouca barba, testa alta, pescoço fino e comprido; tem andar descançado, e toca samphona com perfeição. *Consta que anda com carta de liberdade.*

Tatuhy, 22 de Fevereiro de 1876. Joaquim Antonio de Carvalho Araujo. <sup>208</sup>

Nos dois primeiros anúncios há a informação de que os senhores supõem que os fugitivos foram acoitados por pessoas livres. Neste caso, fica nítida a interação do escravo com a sociedade livre. Nos segundo e terceiro casos, os senhores demonstram que provavelmente os fugitivos procuraram no mercado de trabalho uma maneira de se manterem camuflados, ou seja, havia um mercado onde eles pudessem vender a sua força de trabalho.

Ainda sobre a relação dos escravos com a sociedade livre, o segundo anúncio toca num ponto interessante, que denominamos de “companhia na fuga”. Ela é importante para sabermos se o escravo teve ou não ajuda, se foi ajudado por escravos ou pessoas livres e se recebeu apoio durante ou após a fuga. No caso de Seraphin (do segundo anúncio), podemos dizer que ele teve apoio de pessoas livres durante a sua fuga e que depois foi procurar trabalho. Já no último caso, o fugitivo recorre ainda ao uso de carta de liberdade falsa, que provavelmente seria obtida com ajuda da sociedade livre.

No terceiro anúncio, o do escravo José, o senhor descreve que ao perceber que não conseguiria pagar pela própria liberdade, por via de pecúlio, ele foge e, então, seria provável que se autodesignasse forro. Ao sentir que o cativo se aproximava novamente, se autodenomina liberto, não só para escapar, mas para vivenciar a liberdade.

<sup>206</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto, 13 de Mar. 1978, n. 12, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>207</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto. 18 de Set. 1878, n. 87, p. 4. *Grifos nossos*.

<sup>208</sup> *A Província de São Paulo*. 07 de Mar. 1876, n. 337, p. 3. *Grifos nossos*.



Fazer-se acompanhar de um ou mais parceiros no processo de fuga sugere, além de certo planejamento e maior garantia de exequibilidade do ato em si, a adoção de uma estratégia. Se relacionar com a população livre, escrava ou “fugitiva”, durante ou após a fuga, indica uma maneira de diluir a presença.

Sobre a relação do fugitivo com a sociedade livre durante a fuga, a incidência de casos em Ouro Preto é de quatro casos, enquanto nas demais não houve registros. Porém, a relação dos fugitivos com a sociedade livre, após a fuga, é proporcionalmente igual entre o centro-mineiro e São Paulo, mas ausente na Zona da Mata. Com base nestes dados, podemos dizer que as fugas em conjunto foram mais frequentes nas zonas cafeeiras, que em Ouro Preto, e, que nesta última região houve uma maior proximidade dos escravos com elementos livres durante a fuga.

Destacamos ainda que o índice de escravos que fugiram especificamente para vender sua mão-de-obra foi ligeiramente superior em São Paulo, em relação a Ouro Preto, enquanto Juiz de Fora apresentou a menor quantidade. As motivações ligadas a volta ao local de procedência ou origem foram encontradas em maior número em Ouro Preto e São Paulo. E, apesar, de em Juiz de Fora termos encontrado uma relativa quantidade de casos onde a compra recente seria o motivador, a quantidade de fugas relacionada ao retorno a localidades de origem ou procedência foi pequena.

Apesar de termos identificado que a autodenominação da condição de livre era (em ambas as localidades) o recurso mais usual de estratégia para permanecer em fuga, devemos ressaltar o expressivo número de casos em que o mercado de trabalho foi, também, uma alternativa da liberdade. Portanto, podemos concluir que uma boa parcela dos fugitivos foi “absorvida” por ele, suprindo, mesmo que minimamente, a demanda por braços no período. Desta maneira, ela representou ao mesmo tempo a motivação do indivíduo ter abandonado o cativeiro, bem como, a maneira que ele encontrou de permanecer na condição de livre.

## Versos no Sete d’Abril: Liberalismo ao Regresso (1833-1836)

**Caio César Cardoso**

Mestrando

Universidade Federal de São João del-Rei

[hist.cardoso@hotmail.com](mailto:hist.cardoso@hotmail.com)

**RESUMO:** O Período Regencial (1831-1840) ficou marcado como a fase conturbada da História do País e de embates de projetos políticos. Naqueles embates teve importante papel a imprensa periódica. Neste trabalho mostramos o uso de versos na luta política, na mudança de perspectiva do periódico *Sete d’Abril*, de uma posição Liberal para a Regressista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Império; Período regencial; Imprensa; Liberalismo; Regresso.

### Introdução

O período Regencial, iniciado após a Abdicação de Dom Pedro I, no dia 7 de abril, caracterizou-se como um período de incertezas de um país recém-independente, desde a identificação do Brasil como um corpo político autônomo, como uma nação e/ou pátria, a questões como: Qual Brasil seria formado pós-independência? Como seria o novo Estado? Como seria essa nova nação? Quais seriam seus cidadãos e seus representantes? Seria o Brasil uma República ou um Império, adotaria como modelo a Federação, a Confederação ou a República? Um período de grandes disputas, embates, num verdadeiro “laboratório da nação”.<sup>209</sup>

Tais embates passaram pelos mais variados campos: imprensa, Parlamento e as ruas e vilas<sup>210</sup>. Como observa Marcello Basile, “mais do que produto de um simples arranjo das elites, a sintomaticamente chamada Revolução de 7 de abril foi resultado não só das tramas urdidas da imprensa, no Parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, mas também de forte participação popular”.<sup>211</sup> A efervescência nas ruas ocorreu na Corte e nas províncias, com uma série de motins e revoltas em todo o país. Destacaram-se, sobretudo, a Cabanagem (1835 a 1840),

<sup>209</sup>BASILE, Marcello. O laboratório da nação a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>210</sup>Ver SLEMIAN, Andrea. Um Império entre Repúblicas? Independência e Construção de uma Legitimidade para a Monarquia Constitucional no Brasil (1822-1834). In: Oliveira, Cecília Helena de S. et al. (orgs.). *Soberania e Conflito: Configurações do Estado Nacional no Brasil do Séc. XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010, capítulo 4, e BASILE, Marcello. O laboratório da nação a era regencial (1831 – 1840) In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II – 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>211</sup>Ver BASILE, *O laboratório da nação*, 2009, p. 59. Para um quadro geral dos motins e revoltas, ver FAZOLI Filho, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Ática, 1990.

no Grão-Pará; a Balaiada (1838 – 1841), no Maranhão; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; e a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), no Rio Grande do Sul, além de outras revoltas menores<sup>212</sup>.

Embora existam trabalhos, nos mais variados campos – biografias, linguagem política, rebeliões e festividades –, como aponta Basile, “ainda há muito o que pesquisar sobre o período regencial [...] há amplo espaço aberto para novos estudos”. Em especial em sua segunda metade dos anos de 1830, Aliás, o próprio texto de síntese de Marcello Basile, conquanto se proponha a abarcar até 1837, pouco trata do período do Regresso<sup>213</sup>.

### O periódico *Sete d’Abril* e sua linguagem

Aproveitando esse “amplo espaço”, para novos estudos, buscamos, no presente trabalho comparar a posição política do periódico *Sete d’Abril* da Corte do Rio de Janeiro e sua mudança política de Liberal para Conservador por meio de versos publicados por aquele periódico. O *Sete d’Abril* (1833-1939) foi um dos jornais de maior longevidade no período<sup>214</sup>. Segundo o historiador Marcello Basile, ele se caracterizou pela sua solidez, pelo número de exemplares e pela sua regularidade, denotando sua popularidade e influência política<sup>215</sup>. Sua persistência no campo dos embates políticos revela a contundência do *Sete d’Abril*. A isto se soma a sua trajetória mutante, em grande parte associada pela historiografia à de Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>216</sup>, configurando uma transição do Liberalismo ao Regresso Conservador.

Uma característica do *Sete d’Abril*, destacada pela historiografia, tange à linguagem do periódico, marcada pela agressividade, virulência, sagacidade e ironia. O Jornal foi por várias vezes ameaçado de fechamento e respondeu a vários processos, sendo, inclusive, vítima de apedrejamento. Um marco do seu tom polêmico foi o artigo “Senso Comum”, no número 174, de 26 de agosto de 1834, atribuído por outras folhas a Bernardo Pereira de Vasconcelos.

---

<sup>212</sup>BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O laboratório da nação*, 2009, p. 59.

<sup>213</sup>\_\_\_\_\_. *O laboratório da nação*, 2009, p. 59.

<sup>214</sup>*Sete d’Abril* surgiu na Corte do Rio de Janeiro em 1833 e se extinguiu em 1839. Era Impresso na tipografia Americana, de propriedade de Ignácio Pereira da Costa, na rua detrás do Hospício, número 160, inicialmente distribuído às terças-feiras e aos sábados, havia números extraordinários, geralmente, distribuídos às quintas-feiras, por inicialmente, 40\$ (réis). Contudo, a partir da edição 293 o *Sete d’Abril* muda de data e passa a ser distribuído nas quartas-feiras e sábados.

<sup>215</sup>BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - U.F.R.J., 2004, pp. 36-37.

<sup>216</sup>A figura de Vasconcelos é importantíssima no Jornal. Serão atribuídos a Vasconcelos, sobretudo pela Aurora Fluminense, inúmeros artigos que teria autoria daquele, contudo, o *Sete d’Abril* sempre irá negar qualquer envolvimento com Vasconcelos.

Em sua fase Liberal, o *Sete d' Abril* procurou defender Dom Pedro II tendo em vista a liberdade da Nação. Para isso, era necessário o cumprimento da Constituição. Além disso, o *Sete* criticava Dom Pedro I, visto como tirano que não contribuía para a liberdade do país. Desse modo, comemorava-se a “Revolução de 7 de abril”. Outra característica desta fase fora a defesa da separação do Estado da Igreja como necessária para um Brasil independente, inclusive, de Roma. O *Sete d'Abрил* julgava essas “bandeiras” como patriotas. Patriotismo esse, que, como vimos não descartava uma luta armada contra os Restauradores, enfatizando, sobretudo, as críticas aos Restauradores por manterem o país sob o julgo de Portugal.

Em sua fase Regressista, o *Sete d'Abрил* continuava por defender a Pátria, porém, com um modelo conservador, tendo como suas bandeiras a continuação de um Governo Monárquico, mas, constitucional, pois, dessa forma, no entender do *Sete d' Abрил*, o país não voltaria aos tempos do despotismo de Dom Pedro I, mas, avançaria rumo à liberdade. Liberdade essa que fora pensada, em um primeiro momento, com o clamor pela Regência da princesa Januária. Outra característica desta fase foram as críticas a Evaristo Veiga, pois, este era visto como progressista. No entender do *Sete d' Abрил* o Progresso levaria à desordem, ao aumento de revoltas ou anarquia. Marco também de sua fase Regressista foram suas críticas às Reformas, que antes eram vistas com bons olhos, agora vistas como exageradas e desmedidas.

Aqui optamos pelo uso dos versos no Periódico *Sete d'Abрил*, sobretudo, em sua mudança no campo político de Liberal para Conservador. Lembramos que, aqueles versos eram usados, das mais diferentes formas, por exemplo: para difamar, cantar hinos de louvores, ser voz do público, para exortar os brasileiros, passando ainda por versos de zombaria, ironia, que traziam consigo fatos variados, lamentações, textos bíblicos, etc.

### **Aportes teóricos**

Esta abordagem remete, de certa forma, à micro-história, no que se refere à busca de novos atores sociais, de novos objetos, de novas fontes, na tentativa de enriquecer o real, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social. Nesse sentido, a escolha de um modelo narrativo “decorre da experimentação histórica tanto quanto os próprios procedimentos da pesquisa. Os dois aspectos não podem ser dissociados”. Nesta perspectiva, o

elemento literário convida o leitor para participar da construção do objeto de pesquisa e elaborar uma interpretação dos dados coletados<sup>217</sup>.

Outra contribuição é de E.P Thompson, pela necessidade fazer novas perguntas, buscar novos objetos e os atores sociais esquecidos, inclusive, os rituais atípicos, como valiosas portas para o conhecimento histórico, imersas na disciplina do processo e do contexto<sup>218</sup>. Além da contribuição da Nova História Política, considerando uma relativa autonomia do político, recusando uma definição restritiva, e buscando integrar todos os autores sociais e não se restringindo aos notáveis. Interessa-nos aqui, em especial, o diálogo da política com a cultura<sup>219</sup>.

Segundo Robert Darton<sup>220</sup>, um poema possui várias características, podendo ser usados para difamar, sediciosos, reflexivos, satíricos, exortativos, além disso, podem ser usados como memória, para (re)lembrar fatos até então esquecidos. Além disso, os poemas podem servir como forma de protestos, ou ainda para fazer piadas, zombar, funcionado, inclusive, como voz pública. Por todas essas múltiplas formas, a análise do poema se torna complexa, pois, segundo Darton “aos olhos de nossa época, alguns dos poemas parecem estranhos.”<sup>221</sup> Dito isso, em um primeiro momento, passaremos agora para análise e discussão sobre os versos no *Sete d’Abril*.

### **Poemas Liberais, um *Sete d’Abril* revolucionário.**

Como dissemos o Sete d’Abril migrou de uma posição Liberal para Regressista Conservador. Isso deu-se nos mais variados campos: religioso, político, etc. Assim, começamos a nossa discussão destacando a edição de número 18, de 28 de fevereiro de 1833. Naquela edição - *Extraordinária*. Dizia o Sete:

Defender Pedro Segundo,  
Conservar livre a Nação,  
Respeitar as leis do Império  
Deve ser nosso brasão  
Coragem bons BRASILEIROS.  
União, mais união  
Contra os vis Caramurus,  
Cada um seja um  
A Regência Permanente,

<sup>217</sup>REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp 11 e 36.

<sup>218</sup>THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>219</sup>Ver RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996 e BERSTEIN, Serge. A Cultura política. In: RIOUX, Jean-Piere & SIRINELLI, Jean- François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>220</sup>DARTON, Robert. *Poesia e Política*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 61.

<sup>221</sup>\_\_\_\_\_. *Poesia e Política*, p. 61.

Marchando com a lei na mão  
Seja por nós sustentada  
Contra a fúria do Dragão  
Coragem bons brasileiros  
Para afoito defendermos  
A nossa CONSTITUIÇÃO,  
Basta sermos brasileiros,  
Termos as armas nas mãos.  
Coragem bons Brasileiros

Estes versos trazem as “bandeiras” do *Sete d' Abril* até então, a saber: a defesa de Dom Pedro II, a liberdade da Nação, do Império, ênfase ao respeito às leis e da Constituição e a oposição declarada aos Caramurus, alvos de constantes ataques do *Sete d' Abril* e talvez, aquilo que seja mais importante, ou seja, a preferência, por hora, de uma Regência Permanente. Criticava-se o governo de Dom Pedro I, por demonstrar que o poder do Rei não vinha de Deus, inclusive, no campo religioso, por pedir a separação da Igreja do Estado Brasileiro. Contudo, todas essas críticas levantadas pelo *Sete d' Abril* tinha como fim a Pátria Brasileira, ou melhor, o aperfeiçoamento da mesma. Desse modo, o *Sete* se posicionava contra o Despotismo, enfatizava a importância da união dos brasileiros e os chamava a lutar pela Pátria. Nesse sentido, destacamos a edição de número 55, de 6 de junho de 1833. Ali o *Sete d' Abril* deixava clara sua insatisfação com o passado Governo e “convocava os brasileiros”. Nota-se, porém, que os “vis escravos”, ou seja, os submissos ao despotismo, ficavam fora dos considerados brasileiros:

Nunca mais do Despotismo  
Ferros, algemas, grilhões,  
Pisarão, como algum dia,  
Brasileiros Corações.  
Se contra a Pátria assanharam  
[...]  
Vis escravos não têm forças,  
Não tem brio, nem ações,  
Bastantes para dobrarem  
[...]

Arcabuzes, e canhões,  
Antes querem morrer livres  
Brasileiros Corações  
Nunca mais do despotismo  
[...]  
Liberdade, Honra e Glória,  
São do Céu emanações  
Pela Pátria eis os que votam  
Brasileiros corações  
Nunca mais do Despotismo

Outro poema importante da fase liberal do *Sete d' Abril* fora o da edição de número 56, de 9 de julho de 1833. Naquela edição, na sessão “Variedades”, o *Sete d' Abril* trazia sua insatisfação com os restauradores. Insatisfação aquela que ficava clara no próprio título da poesia “Aviso aos restauradores por um soldado do dia SETE DE ABRIL”. Nesta edição, eram mais uma vez: a pátria, a religião, a liberdade e o clamor contra a Restauração, pois, o que o *Sete d' Abril* queria

era um Brasil livre. Uma luta armada, contra os “despostas”, não era descartada. Segue o poema do “Patriota e Liberal” Sete d’ Abril:

<p>Aviso aos restauradores por um Soldado Do dia SETE DE ABRIL Viva a Pátria, a Liberdade, E a Santa Religião O peito que é Brasileiro, Detesta a Restauração (grifo meu) Embora ímpios, tiranos, Tentem manchar nossa Glória De tão negra vil escória Não nos aterram seus planos Mas, se audazes, inda ufanos, Empregarem sua maldade; Do Brasil o filho (sic) hade O seu sangue derramando, Bradar ainda espirando Viva a Pátria e a Liberdade Unindo as armas aos peitos De valor exemplos dando Vamos firmes sustentando Nossos sagrados direitos Brasileiros, nossos Feitos, Não mais ofuscados são Tenhamos, pois, por brasão</p>	<p>Pra mais segura existência Liberdade, Independência, E a Santa Religião (grifo meu) É de honra, brio e dever Do liberal Patriota (grifo meu) Não querer do monstro a volta, Que escravos nos quis fazer: E se acaso acontecer Chamarem Dom Pedro Primeiro, Do Brasil Povo Guerreiro Contra ele há de se armar (grifo meu) Sem nunca ferros beijar O peito que é brasileiro Foi no áureo e egrégio Dia No Sete d’Abril ditoso Que o povo mais corajoso Pós por terra a tirania (grifo meu) Raivoso o monstro bramia Por nos ver sem opressão E quem com armas na mão Se livrou do cativo Detesta Pedro Primeiro Detesta a Restauração</p>
--	---

O *Sete d’Abril* demonstrava insatisfação contra uma possível restauração, no número 63, de 3 de agosto de 1833. Na sessão “Lá vai verso”, de título “O Brasil não retrograda”, o *Sete d’Abril* deixava claro que o Brasil não iria retroceder, pelo contrário, iria avançar para superar a “bastarda escravidão” de outros tempos. Embora houvesse insatisfação com uma possível volta de Dom Pedro I, o mesmo não se dava com Pedro II.

<p>O Brasil não retrograda Enquanto houver brasileiro Digno deste honrado nome, Neste solo abençoado Não vegeta cativo Esse despotismo arteiro, Que nações tanto degrada, Que liberdade sagrada Persegue constantemente; Não seduz Brasília gente; O Brasil não retrograda [...] O Brasil jurou contente Nas Aras do Autor do Mundo, Sempre amar Pedro Segundo</p>	<p>Filho deste Império ingente, Jurou ser Independente Há de ser nem por força armada, Por tiranos combinada, Nem ouro, nem sedução, Seus destinos mudarão, O Brasil não retrograda Prestar culto a Liberdade, Repulsar duros grilhões, Dar exemplos às Nações De a ferro a legalidade, Sustentar com dignidade Constituição Reformada, Marchar na Senda trilhada, No GRANDE SETE DE ABRIL,</p>
--	---



Eis o voto do Brasil

O Brasil não retrograda

Mais um poema que destaca a fase Liberal do Sete d’Abril fora publicado na edição de número 67, de 17 de agosto de 1833. Ali se mostrava favorável ao “inocente Pedro”, enfatizava a Constituição, os brasileiros e mais uma vez não escondia crítica aos Caramurus. Segue abaixo o “Hino Patriótico”:

Ferro e fogo seja dado  
Aos vis caramurus,  
Esse traidores que pisam  
Na terra de Santa Cruz.  
Oh! Brasileiros  
Do coração,  
Nunca quereis  
Restauração  
Esses vis restauradores,  
De nefanda inclinação,  
Serão sempre detestados  
Da Brasileira Nação  
Oh! Brasileiros  
Viva o inocente Pedro

Viva a Constituição  
Viva a Lei que nos protege  
Sucumba a restauração  
Oh! Brasileiros  
Longe de nós a canalha  
Que grita sem tom, nem som,  
Esses demônios que querem  
A Pedro de Bourbon  
Oh! Brasileiros  
Correi, correi, brasileiros,  
Correi com armas na mão,  
Correi depressa a bater,  
Essa vil restauração.  
Oh! Brasileiros

Noutra poesia, em 29 de novembro de 1833, na edição de número 95, na sessão “Lá vai verso”, mais algumas características liberais. Nota-se que a ênfase agora eram: a liberdade, o amor a Pátria e a Independência. Abaixo seguem os versos da referida edição:

Mote.  
Quem ama julgo servil  
Que não preza a liberdade,  
Vá seus pulsos afetar,  
Onde habita a crueldade  
Glosa  
É infame, baixo e vil,  
Caramuru, refalsado,  
É imoral, é malvado,  
Quem ama julgo servil,  
Não merece o Brasil,  
Desfrutar a amenidade,  
É resumo de maldade,

É traidor, falso à Nação,  
Indigno de compaixão,  
Que não preza a liberdade  
Quem nunca soube estimar  
Fruições que a leia afiança  
Corra; ao Duque de Bragança  
Vá seus pulsos ofertar,  
De seu senhor beijar  
A mão curvo, de humildade,  
Mostrando a baixa vontade,  
Que impera em seu coração  
Vá folgar na escravidão,  
Onde habita a crueldade.

O *Sete d’Abril* começava o ano de 1834 como Liberal e ainda comemorava a Revolução do dia 7 com hinos de louvores a data. O 7 de abril para folha significava o dia do triunfo da

liberdade contra o Despotismo. Era o que demonstrava o Hino “Ao dia 7 de abril”, este escrito por J.M.A. Dizia aquele:

Salve, dia brasileiro,  
Presente da Divindade  
Tu fostes nas nossas (sic) plagas  
O Astro da Liberdade  
Enramai de novo a frente  
Brasileira Mocidade;  
Já doirou nosso horizonte,  
O Dia da Liberdade  
Salve  
Liberais do mundo inteiro,  
Que prezais tal qualidade,  
Exultai, também vos tocam  
Os troféus da Liberdade

Salve  
Enraivado o Despotismo  
Em cruel ansiedade,  
Com furor bradava – ferros!  
Respondeu – Liberdade!  
Salve  
Percorreu do Brasil todo  
Este brado a extensidade  
Retumbou de Sul ao Norte  
O eco da Liberdade  
Salve  
[...]

Por fim, um dos temas principais durante 1834 que ganhava as páginas do *Sete d’Abril*, bem como os debates na Câmara dos deputados, eram as Reformas. O *Sete*, nesse sentido, migrava de posição. De início entusiasta das Reformas, tornou-se grande crítico daquelas. Para demonstrar seus posicionamentos, mais uma vez a folha fazia uso de verso. O tom das Reformas era dado, inclusive, através de “Hino”, conforme demonstra a edição número 174, de 26 de agosto de 1834. Mais uma vez, destacamos o fato do *Sete d’Abril* se dizer sempre em prol da Pátria, como se, a vontade do Periódico não fosse só sua, mas, de algo maior.

A prol das Reformas,  
Juremos marchar,  
A sorte da Pátria,  
Nos cumpre firmar,  
Reformistas do Brasil  
Reuni vossa (sic) cobarte

Finalmente o brado forte  
Das reformas vai soar  
Celebrai com doces hinos  
as vitórias da Nação  
[...]

### **A virada Regressista em versos. Um Sete d’Abril Conservador.**

A fase Regressista/Conservadora do *Sete d’Abril* se intensificou no Governo do Padre Feijó, pois, este no início era visto com bons olhos pela a folha, a partir do momento que assume a Regência passa a ser duramente criticado. Dessa forma, mais uma vez o *Sete d’Abril* demonstrava sua mutabilidade. O ano de 1835 se caracterizou como o ano da mudança de posição do *Sete d’Abril* de Liberal para Conservador Regressista, com o aumento das críticas feitas a Evaristo da Veiga, visto como Progressista. O “Lá vai verso”, da edição de número 289, de 27 de outubro de 1835, deixava clara a insatisfação com o Progresso e com Evaristo Veiga. O

*Sete d' Abril* em tom de deboche e sarcasmo deixava algumas linhas ao “incorrupível, tenaz, eloquente, Eminentemente Progressivo, De La Veiga”, dizia o Sete:

Governei a meu grado o Brasil todo,  
O Trono solapei, supus traições,  
Pedi sangue, fingi Revoluções,  
Honrados cidadãos cobre de lodo  
Quem ousou arrostar-me, com denodo  
Sofreu de mim cruéis perseguições  
Fiz Regentes, dispus das Eleições,

Sem freio, sem pudor, sem maneira e modo  
Vi curvar-se a meus pés altivos colos  
E não posso dobrar um Badameco  
Que arder me faz cem vezes os miolos  
Impôs-me o nome vil de vil tareco!!!  
E a trapaça, a calúnia, a intriga, aos dolos,  
Só respondeu (oh, furor) – passa, marreco

O *Sete d' Abril*, que, em um primeiro momento foi a favor da Regência do Padre Feijó, posteriormente, se mostrou insatisfeito com aquele Governo. O Governo do Padre sofria desgaste, tanto pelo trato com a religião do país, como pelas Revoltas ocorridas, sobretudo, no Pará e Rio Grande do Sul. A insatisfação também ocorria, pois, segundo o *Sete d' Abril*, o Padre era menos que medíocre na arte de governar. Porém, uma questão estava aberta, se Feijó não mais governasse o país, quem assumiria o posto? O *Sete d' Abril* mais uma vez manifestou sua posição em versos. A escolhida fora Dona Januária, ela seria aquela que iria libertar o país da escravidão dos “inimigos do Regresso”, os que escravizavam o Brasil eram os Liberais. Enfim, a Princesa seria a sucessora natural de Pedro I e teria a “missão” de comandar o Brasil como alguém escolhida dos Céus, como se vê no número 327, de 11 de março de 1836.

Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Se ela a deu a um passarinho  
Por saber que a apreciava,  
Dos inimigos do Regresso,  
Liberta a Nação escrava  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Foram eles que tolheram  
O que o Pai começou!  
Salve a filha pressurosa  
A Nação que o Pai fundou!  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Lá nas Elisias Campinas  
Seus altos progenitores

Pedem ao Deus do Brasil  
Para ela os seus favores.  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
A Coroa e Espectro Augusto  
Assim não se há de quebrar  
Tendo o Brasil JANUÁRIA,  
A facção há de expirar  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor  
Deixai, queridas patricias,  
Hoje a domestica lida;  
Hinos entoai ao Dia  
Que ao triste Brasil traz vida  
Senhora, escuta  
As Brasileiras,  
Que prazenteiras,  
Rendem-te amor

Por fim, concluindo a fase Regressista do Sete d' Abril, nos remetemos aos versos de 2 de dezembro de 1836. Naquela edição, de número 406, o *Sete d' Abril* comemorava o aniversário de Dom Pedro II. Comemoração que era feita em forma de versos ao “Muito alto e poderoso Senhor Dom Pedro II, IMPERADOR CONSTITUCIONAL e defensor perpétuo do Brasil”. Abaixo se seguem os versos, em forma de “Hino”, do Monarquista Sete d' Abril:

O' Dia! És todo  
 Dos Monarquistas  
 De ti não gostam  
 Vis anarquistas.  
 Raiaste, ó Dois de Dezembro,  
 Salvador da Monarquia!  
 Beja o pó donde surgiras,  
 Fremente demagogia  
 O' Dia! És todo  
 Se convulsa treme a Pátria  
 De sangue quase se esvaída,  
 Cobra alento neste Dia  
 Que agora salva-lhe a vida  
 O' Dia! És todo  
 A dor dos gemidos, o pranto...  
 Os receios... tudo para  
 Ante o Astro luminoso  
 Que dia tão fausto aclara.  
 O' Dia! És todo  
 Mas quem obra tais prodígios  
 Quem tanto pode fazer?...  
 PEDRO SEGUNDO: o primeiro  
 Que entre nós vimos nascer  
 O' Dia! És todo  
 Há onze anos que ouvimos,  
 Entre as salvas de alegria,  
 Anunciar-se que o Céu  
 Um mimo ao Brasil fazia  
 O' Dia! És todo  
 O Herdeiro das Virtudes  
 Da Casa d'Austria e Bragança  
 É O NOSSO IMPERADOR  
 Penhor de nossa esperança  
 O' Dia! És todo  
 De seu espectro um leve aceno  
 Há de manter na UNIÃO  
 As províncias que tenderem  
 Do Centro a separação  
 O' Dia! És todo  
 Seu nome somente pode  
 Expelir do Sul ao Norte

As facções sanguisedentas  
 Que a Pátria intendem dar morte  
 O' Dia! És todo  
 Do Amazonas ao Prata  
 Prestarão obediência  
 Todas, ao Filho Herói  
 Que nos deu a Independência  
 O' Dia! És todo  
 Eis o dia, ó Brasileiros,  
 Por nós todos suspirado  
 Que há de salvar do naufrágio,  
 Alquebrada a (sic) Não do Estado  
 O' Dia! És todo  
 A Integridade do Império  
 A SANTA RELIGIÃO,  
 Serão os firmes esteios,  
 Da brasileira Nação,  
 O' Dia! És todo  
 As nossas vozes unindo,  
 Puro voto aos Céus ergamos  
 Pela vida do Monarca  
 De Quem nós tudo esperamos  
 O' Dia! És todo  
 Dos Monarquistas  
 De ti não gostam  
 Vis anarquistas.

Mais que a comemoração do décimo primeiro aniversário de Pedro II, traziam consigo o pedido de Monarquia Constitucional – sendo Pedro Segundo aquele que salvaria a Monarquia brasileira –, e o pedido pelo fim da anarquia, sobretudo, a vivida no Sul e no Norte do país, além disso, Pedro Segundo era visto como alguém escolhido dos céus para governar o país, para unir o país, enfim, era Pedro Segundo aquele que todos os brasileiros esperavam.

### **Conclusão**

Nosso trabalho buscou trabalhar com o uso dos versos no periódico *Sete d' Abril*, no período de 1833 – 1836. Justificamos a investigação a partir dos versos, pois, estes eram constantes na folha e traziam peculiaridades, sobretudo, na mudança da folha de Liberal para Regressista, nos termos acima explanados. Nesse sentido, julgamos que os versos sintetizaram aquela mudança, possuindo, de certo modo, um caráter pedagógico<sup>222</sup> para construção política no período regencial.

---

<sup>222</sup>CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia M. Bastos P. (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

# A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem

Rute Guimarães Torres

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[rutetorres@gmail.com](mailto:rutetorres@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho privilegia as conexões históricas entre algumas representações da paisagem e as críticas tanto ao sistema escravista como as orientações econômicas do Brasil Império. O objetivo é trazer para o centro do debate as críticas à degradação do ambiente e à escravidão e as propostas de uso das riquezas nacionais de acordo com os princípios das técnicas consideradas mais modernas. Para tanto, serão tomadas as observações feitas pelos naturalistas estrangeiros, políticos e literatos brasileiros, os relatórios técnicos sobre a agricultura e mineração. Esta apresentação dialoga diretamente com os temas explorados por José Augusto Pádua em sua obra original *Um Sopro de Destruição*, cuja tese coloca em questão as preocupações com a natureza e a crítica à escravidão no contexto socioeconômico analisado. Durante o século XIX, colocou-se em pauta uma ideologia do progresso, com auxílio do pensamento cientificista e a visão de que um país civilizado e moderno deveria conhecer sua natureza, defender seu território e ter controle sobre seus recursos naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem, Escravidão, Brasil Império.

Durante todo o século XIX, os viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil relataram seus estudos sobre a natureza e sobre as comunidades por onde passavam. Suas representações da paisagem estavam repletas de críticas à certas práticas de mineração e de agricultura por devastarem as matas e as encostas dos morros. Dentre os fatores apontados, que contribuíam para a visão de um ambiente degradado, estavam as técnicas de exploração dos recursos naturais, tidas como rudimentares, e o sistema de trabalho ainda vigente, a escravidão. Seus estudos e suas críticas à apropriação e uso dos solos foram feitos no momento em que diversos intelectuais e políticos brasileiros também construía seus discursos sobre as implicações do sistema escravista na economia nacional e traçavam propostas de reorganização do país<sup>223</sup>.

---

<sup>223</sup>PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Em 1822, o naturalista francês August de Saint-Hilaire empreendeu uma segunda viagem pelo caminho da Serra do Mar e da Mantiqueira e relatou a região de plantações por onde passou. Se, por um lado, descreveu que a grande extensão de montanhas e de “matos virgens” dificultava o caminho e o avanço da cultura, por outro representavam as grandes reservas naturais brasileiras que deveriam ser aproveitadas racionalmente. Para o conterrâneo de Saint-Hilaire que também percorreu a região fluminense, Charles Ribeyrolles, a região também deveria ser aproveitada para a agricultura, pois “toda a terra sem cultura é capital morto [...]” Ribeyrolles disse que “gostaria de ver os grandes pesquisadores” daquele tempo “entrarem na floresta e de ver nossos proletários ocupando os vales.”<sup>224</sup> Uma passagem do relato de viagem de J.B. von Spix e C.F.P. von Martius traduz uma certa luta entre a natureza e a civilização à luz do pensamento Ilustrado, ao dizer que “quando os habitantes deitarem abaixo as matas [...] e triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e a recompensarão plenamente”.<sup>225</sup>

A concepção de paisagem brasileira construída pelos viajantes estrangeiros trazia tanto os imperativos dos estudos das ciências naturais como a reivindicação oitocentista do mito do paraíso tropical, cuja natureza parecia oferecer espontaneamente suas riquezas em grandes extensões do território<sup>226</sup>. O imenso território percorrido foi visto como propício para desenvolvimento da cultura e da civilização, que dominariam as riquezas naturais e ocupariam as regiões. Assim, aliada a visão de paraíso, concretizava-se também a ideia de um país cuja “vocação econ mica” poderia se expandir.

Todavia, uma outra paisagem também se construía no olhar dos viajantes a medida que percorriam o território. Paralela a visão de grandiosas riquezas a serem aproveitadas, as paisagens foram representadas com base na imprevidade e na falta de planejamento da a o humana ao explorarem o mundo natural, realçando o carater predatório na apropria o das terras. O agrônomo holandês C. F. van Delden La rne, que passou pela mesma região que Saint-Hilaire sessenta anos depois, mostrou-se impressionado com o ritmo acelerado da destrui o das matas e do enfraquecimento dos solos causados pelo plantio alinhado vertical nos morros, que facilitava a perda da cobertura vegetal com as chuvas. Descreveu uma paisagem desanimadora no relato de sua viagem considerada “triste”, por se tratar de uma país tropical. Narrou que por longas horas o

---

<sup>224</sup>RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Vol. 3. Paris: Lemerrier, 1861, p. 81-85.

<sup>225</sup>SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 4. ed. Belo Horizonte[MG]: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981, p. 188.

<sup>226</sup>Pautados de um discurso cientificista e civilizador, esses estrangeiros tinham como motiva o principal o conhecimento da natureza associado ao desenvolvimento econômico. Eram avaliados os potenciais econ micos relacionados ao extrativismo mineral e vegetal,   agricultura,   disponibilidade de mão de obra e as suas qualifica es para o trabalho nos moldes modernos da técnica europeia.



trem avançava “pelos morros pelados, guarneçados por gigantescos vassourais cinzas, deploráveis relíquias de plantações de café outrora tão esplêndidas que, pode-se dizer, produziam ouro<sup>227</sup>. O mesmo Martius que desejava o controle da natureza pela cultura agrícola, fez uma das muitas críticas à paisagem resultante das “violentas queimadas” que “destruíram as matas virgens” para dar lugar ao plantio na sua obra *Flora Brasiliensis*<sup>228</sup>. Em comum, as narrativas descreviam como as riquezas naturais eram desperdiçadas e seus apontamentos seguiram por três principais eixos interligados de análise: a falta de conhecimento ou descaso no trabalho da terra; ausência de técnica e máquinas adequadas; e a escravidão.

O médico austríaco J. E. Pohl, ao visitar o Brasil entre 1817 e 1821, anotou que os proprietários de terras abandonavam todos os trabalhos nas mãos dos escravos e que a queima das florestas aniquilava as madeiras e a fertilidade dos solos para futuras plantações. Nas montanhas, ainda haviam verdadeiras riquezas que não foram tocadas por falta de habilidades e instrumentos essenciais para a mineração. Em seu relato, a região mineira conservava “os vestígios [...] da atividade dos homens que esburacam o solo” para a extração de metais, cujas “covas informes e montões de cascalhos desfiguram as serras [...]”. As lavras, antes ricas, estavam em ruínas, pois seus proprietários não tomaram “o cuidado de angariar mineiros práticos e experimentados para a empresa”, julgando atingir seus objetivos com escravos “tão preguiçosos quão inexperientes”. Considerou que seria necessário e urgente substituir o braço escravo por método de mineração adequado para enriquecer a produção e pelo trabalho livre, como feito na exploração do terreno aurífero de Córrego Soco por uma companhia inglesa<sup>229</sup>. Por sua vez, Spix e Martius, ao passarem pela região de Ouro Preto, destacaram a paisagem de abandono da exploração mineral, que deixou “muitos buracos cavados na montanha” nos ataques à talha “sem plano algum” ou no trabalho das minas “ora à ação da água, ora à perícia dos negros que, em vez de usarem a máquina [...] se servem de martelo”.<sup>230</sup> Para eles, a importância da ciência e da técnica para expansão da civilização era imperativa e a escravidão dos negros era apenas o resultado da própria degeneração da “raça etíope”.<sup>231</sup> Já Richard Burton, na sua viagem pelo Brasil na década de 1860, disse que a terra sofria “de duas pragas especiais”: o latifúndio e o sistema de lavoura

---

<sup>227</sup>LAËRNE, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report on Coffee-Culture in America, Asia and Africa*. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1855, p. 282-283 Apud MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 7, p. 138-152, maio 2008. p. 139.

<sup>228</sup>MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatius. *Flora brasiliensis: enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum quas suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas partim icone illustratas*. Monachii et Lipsiae [Munique e Leipzig]. R. Oldenbourg in comm., 1840-1906. 15 v. Disponível em : <http://florabrasiliensis.cria.org.br>. Acesso em: 05 maio 2015.

<sup>229</sup>POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, p. 369 e 409.

<sup>230</sup>SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*.

<sup>231</sup>LISBOA, Karen M. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. *Rev. Arquivo Nacional*, v. 22, n. 1, 2009, p. 190.

herdado dos “aborígenes ou da África Central” e perpetuado pelos métodos “desmazelados de cultura, inevitáveis em qualquer parte em que se empregue o trabalho escravo”.<sup>232</sup>

A constatação de que foi pelos braços escravos que as riquezas foram exploradas e também as matas derrubadas fez parte da percepção dos naturalistas sobre a paisagem resultante da atividade humana. No entanto, as opiniões se dividiram entre aqueles que atribuíram a degradação à figura do escravo e aqueles que atribuíram ao sistema da escravidão, que propiciava uma maior exploração dos recursos e afastava os proprietários das terras. Esta segunda posição foi a defendida pelo médico e capelão inglês Robert Walsh, alinhado ao pensamento antiescravagista, que defendeu o fim do tráfico de escravos e os maus tratos dos cativos<sup>233</sup>.

Os naturalistas também denunciavam os proprietários que, por terem mão-de-obra escrava disponível e grande extensão de terras ainda não cultivada a explorar, não viam a necessidade de proteger e recuperar o solo. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a imagem de uma fronteira sempre aberta e a facilidade em conseguir terras, associada as técnicas rudimentares e o braço escravo, contribuíram para o atraso econômico refletido no Império<sup>234</sup>. Para Caio Prado Jr., a estagnação e a decadência da produção agrícola e mineral estavam muito relacionadas ao fator ambiental, no qual “o acelerado esgotamento das reservas naturais foi feito por um sistema de exploração descuidado e extensivo”.<sup>235</sup> Desse modo, a destruição das matas e do solo era criticada por motivos utilitários e paisagísticos e a agricultura de queimada era descrita como a pior prática, por ser nômade e efêmera.

Ao longo do século XIX, desenvolveram-se então duas formas correlacionadas de criticar a situação econômica e o sistema de trabalho no Brasil relacionada à questão ambiental: a mentalidade imprevidente e descaso no trato da terra, com as técnicas rudimentares e falta de instrução; e a afirmação de que o sistema escravista era a causa da degradação da paisagem. Segundo José Augusto Pádua, o marco decisivo para uma crítica no Brasil ao uso das riquezas naturais foi o retorno dos estudantes na Europa no final do século XVIII, especialmente os ex-alunos de Vandelli na Universidade de Coimbra. Para o autor, Vandelli já associava, de forma

---

<sup>232</sup>BURTON, R. F. *Viagens aos planaltos do Brasil* - Tomo I: Do Rio de Janeiro a Morro Velho. Trad. [Américo Jacobina Lacombe](#). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1947, p. 92 e 426.

<sup>233</sup>A postura de Walsh foi duramente criticado por Burton, que o considerou um iludido pelas questões antiescravagistas que denunciavam o mau trato dos escravos. Para Burton, os escravos eram mais bem tratados que os trabalhadores na Europa e nunca presenciou “um caso de crueldade exercida sobre escravos”, e a ausência de correção fazia falta no caráter dos cativos. Em um episódio, conta que na comitiva estava um negro recentemente liberto, por ter sido fiel e bom aos seus senhores. Mas com a liberdade veio o “mal da sua raça” e se tornou indolente, preguiçoso, atrevido e briguento. Numa discussão, diz que foi preciso colocar o “escravo em seu lugar”. Cf. BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil* - Tomo III: O rio São Francisco. Trad. [Américo Jacobina Lacombe](#). 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, p. 146.

<sup>234</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>235</sup>PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*, p. 163 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 76.

moderada e cuidadosa, os males da economia brasileira ao domínio do escravismo<sup>236</sup>. Outra importante influência naquele período foi o naturalista Friedrich W. H. Alexander von Humboldt e sua teoria sobre a natureza americana, que deveria ser valorizada pela sua exuberância e diversidade. Do ponto de vista econômico, as teorias liberais e fisiocráticas, antipáticas ao sistema escravista em detrimento do trabalho livre e à ociosidade dos proprietários de terras, também se fizeram presentes dentre os críticos à estrutura socioeconômica baseada na escravidão<sup>237</sup>.

José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos ex-alunos de Vandelli e correspondente de alguns naturalistas estudados por Pádua em *Um sopro de destruição*. José Bonifácio viveu a maior parte da sua vida na Europa e, quando retornou ao Brasil, entrou para o cenário político. Desde cedo, Bonifácio afirmava que “enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra”. Em seu pensamento, a lavoura escravista era a fonte de sustentação da elite senhorial e máquina do Estado que praticava uma economia dotada de alto poder de inércia. O modelo ideal, para Bonifácio, passava por uma sociedade rural modernizada, com a introdução de máquinas, produtos químicos e profissionais instruídos<sup>238</sup>. Em suas palavras,

Se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos [...]. Nossas matas preciosas [...] não seriam destruídas pelo machado assassino do negro e pelas chamas devastadoras da ignorância. [...] se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas estas terras [...] e deste modo se conservarão, como herança sagrada para a nossa prosperidade, as antigas matas virgens que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país.<sup>239</sup>

Entretanto, suas críticas à estrutura econômica e ao sistema escravista ainda associavam a causa da devastação ao escravo, conforme exposto por Pádua. Em um discurso na Câmara dos Deputados, Bonifácio atacou a técnica africana “da Angola” de cortar e queimar a madeira para plantar milho e feijão. Igualmente, o poeta e pintor Manoel de Araújo Porto-Alegre, em seus cantos *A destruição das florestas*, de 1845, creditou ao escravo a culpa pela destruição por lançar o machado e as chamas sobre as matas. Antônio Veloso de Oliveira, por sua vez, escreveu em suas *Memórias sobre a agricultura no Brasil* que a economia precisava de transformações e que não seria possível desfrutar os bens do progresso enquanto o trabalho agrário fosse feito “pela mão dos

---

<sup>236</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 84.

<sup>237</sup>Para Adam Smith, “o orgulho do homem faz com que ele ame dominar. Onde quer que a lei o permita, ele prefere utilizar os serviços dos escravos que os dos homens livres”. SMITH, A. *A riqueza das nações*, Tomo III, p. 2 Apud BURTON, R. *Viagem aos planaltos do Brasil*. Tomo II: Minas e os mineiros. Trad. [Américo J. Lacombe](#). 2ªed. São Paulo: Ed. Nac.; Brasília: INL, Fund. Pró-Memória, 1983, p. 42.

<sup>238</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 17, 19 e 32.

<sup>239</sup>SILVA, J. B. A. *Obra política de José Bonifácio*, p. 95 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 150.

escravos degradados”, de “ignorantes e não educáveis” para a nova agricultura, pois não tinham apego ou interesse algum pela terra que cultivavam<sup>240</sup>.

Para o historiador Rafael Marquese, foi a forma de organização do trabalho no Brasil que transformou a paisagem agrícola com a introdução da população escravizada, não o escravo em si. No Vale do Paraíba, onde a presença de cativos era maciça, os cafezais foram plantados em alinhamento e decotados na altura média de um escravo, para facilitar a colheita de todos os grãos e para que o senhor pudesse vigiar o trabalho. O preparo do terreno antes do plantio se dava com a derrubada da mata nativa e sua queima. A prática da coivada, aprendida com os indígenas e ampliada pelos colonos, foi a responsável pela resultante física da paisagem retratada<sup>241</sup>.

A partir da década de 1870, a *Revista Agrícola* passou a publicar relatórios de pesquisas e apresentava novos instrumentos e técnicas para desenvolver a agricultura sem os desgastes denunciados. Muitos de seus artigos foram escritos por abolicionistas moderados, que apresentavam a escravidão como herança do passado que deveria ser abandonada e a monocultura como uma escolha econômica a ser superada. Um artigo do diretor da Fazenda Normal, N. Moreira, resume a opinião geral das publicações naquele momento:

Dizia-se que o Brazil era por excellencia agrícola [...]; proclamava-se que o Brazil era o café, e o café era o ouro, e eis a correria da população rural para a cultura de um único gênero agrícola em detrimento da canna de assucar, do algodoeiro, do fumo, do anil, do milho, etc. [...] Finalmente, o operário agrícola era o escravo, entidade embrutecida, sem intuição, sem o excitamento do proprio interesse e cujo suor cresta a terra em vez de fertiliza-la.<sup>242</sup>

No relatório sobre a Primeira Exposição Agrícola e Industrial em Juíz de Fora, em 1869, Dyonísio Gonçalves acreditava que a rotina de desvastação vinha desde o período colonial com a imprevidência da metrópole, a inércia dos possuidores do solo e as condições viciadas de exploração. Em suas palavras, “sem methodo nem regularidade dos tesouros acumulados pela ação dos séculos”, os lavradores primitivos” do Brasil contrariavam as leis da natureza, “reduzindo-a à pastagem de mesquinha vegetação”, esterilizando os campos e desvirtuando o trabalho<sup>243</sup>. Já o mineralogista francês Henri Gorceix, questionou o próprio “esforço intelectual” dos agricultores e mineradores, dizendo que era natural o abandono também pelo escravo, pois “que interesse tinham esses infelizes em aperfeiçoar um trabalho que seus senhores conheciam

<sup>240</sup> \_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição*, p. 121-122, 162-166.

<sup>241</sup>MARQUESE. *Díáspora africana, escravidão e a paisagem*.

<sup>242</sup>MOREIRA, N. J. Cultura do *Attacus aurota*. Parecer do diretor da Fazenda Normal. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1887, p. 184.

<sup>243</sup>MARTINS, D. G. Relatório sobre a 1ª Exposição Agrícola e Industrial no Juíz de Fora em 1869 (Província de Minas Geraes). *Rev. Agríc.*, n. 9, 1871, p. 3.

talvez [...] tão mal como elles?”. Assim, “desaparecendo esta causa”, com o trabalho livre os resultados seriam diferentes<sup>244</sup>. Mas o medo de que a mineração e a agricultura ruíssem sem braços cativos foi constantemente referenciada.

A questão da emancipação [...] deve ser pensada economicamente.[...] Se tivéssemos a industria inglesa em nossas cidades, ou o genio das empresas norte-americanas, poderíamos tentar de uma só vez o que resolveram aquelas sociedades, porque resultaria do golpe apenas um desequilíbrio passageiro, mas entre nós a força viva vem das explorações rurais e a iniciativa é tímida, irresoluta e sem perseverança, quando não atua sobre ela a ação oficial.<sup>245</sup>

O principal objetivo das publicações feitas na revista era mostrar a diferença entre “a desvatajosa enxada manobrada pelo infeliz escravizado” e o “arado do operário inteligente”, nos termos utilizados por N. Moreira.<sup>246</sup> Os autores acreditavam que a substituição gradual do trabalho escravo acabaria com a cultura rotineira e introduziria a cultura racional, com cultivadores preparados para manejar máquinas, químicos, administrar as plantações, etc.<sup>247</sup> Algumas publicações já mostravam como era possível a reorganização do trabalho com a substituição para o braço livre e que bons resultados já vinham sendo obtidos, contrariando as profecias de decadência. Um exemplo foi a citação de algumas plantações de algodão que obtiveram bons resultados baseados no trabalho livre, como observado pelo geólogo suíço Louis Agassiz, em 1865<sup>248</sup>. Atestava-se também os avanços do emprego de braços livres em fazendas de café, seja no serviço interno como no corte e na roçagem da capoeira. Mas nas ditas “limpas”, no preparo do solo, feitas ainda à enxada, o trabalho era penoso e a fadiga não compensava para os livres, que viam a função como dos escravos<sup>249</sup>. Dessa forma, o emprego das máquinas auxiliariam nessa transição ao amenizar os desgastes do trabalhador, exigindo menor quantidade de mão-de-obra que manipularia o solo de forma adequada.

A questão da substituição da mão-de-obra gerou diversas opiniões. Para os viajantes franceses Charles Ribeyrolles, Louis Couty e Adolphe Assier, “a população livre brasileira” era “incapaz de fornecer um trabalho regular ou de criar verdadeiras riquezas”, sendo a imigração a

---

<sup>244</sup>GORCEIX, H. O ferro e os mestres de forja na Província de Minas Geraes. *Rev. Bras.*, n. 5, 1880, p. 159-161.

<sup>245</sup>A SITUAÇÃO agrícola da província da Bahia (1870). *Rev. Agric.*, n. 8, 1871, p. 23.

<sup>246</sup>MOREIRA, N. J. *Mechanica agrícola. Influência maléfica da escravidão na economia rural.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1886, p. 59; NETTO, Ladislao. *Investigação sobre a cultura e a molestia da canna de assucar.* *Rev. Agric.* n. 3, 1870, p. 4.

<sup>247</sup>ENSINO Agrícola. *Escolas práticas de agricultura.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1885, p. 205.

<sup>248</sup>AGASSIZ, L. *A agricultura nacional. Julgada pelo Sr. Prof. L. Agassiz.* *Rev. Agric.*, n. 10, 1872, p. 38.

<sup>249</sup>Em vários artigos da *Revista*, o desinteresse de livres e proprietários de terras pelo trabalho do solo era entendido pela repugnância que a atividade causava, pois se associava ao mesmo trabalho feito por um escravo. Como exemplo, citamos o artigo: *INDUSTRIA Sacarina. Crise do assucar.* *Rev. Agric.*, n. 1, 1887, p. 132.

solução. Para outros, como Charles Expilly e Alfred Marc, a colonização do Brasil deveria ser realizada pelos próprios trabalhadores brasileiros, mesmo que também viessem imigrantes<sup>250</sup>.

Aliada à questão da imigração, entre em pauta também a necessidade de uma nova colonização do território brasileiro, tanto nas fronteiras que foram alargadas quanto nas terras infertilizadas pelos antigos proprietários, que iria ajudar a valorizar as riquezas naturais e assegurar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1850, o governo brasileiro já apoiava diversas iniciativas para atrair o imigrante europeu. Como descreveu Burton, iniciou-se “uma constante afluência ao país de homens práticos, trabalhadores e inteligentes, habituados ao emprego de maquinismos”. Mas também constatou que os benefícios com a imigração só iriam crescer a medida que decrescesse a escravidão, pois os dois sistemas não poderiam coexistir<sup>251</sup>. Alguns viajantes, ao se depararem com as condições de trabalho existentes, chegaram mesmo a desaconselhar a vinda de europeus. O geógrafo francês Elisée Reclus, por exemplo, publicou um artigo na França argumentando que o sistema de parceria estabelecido para os colonos imigrantes os condenariam às mesmas condições de um escravo e que as terras oferecidas pelo governo eram péssimas, pois as melhores estavam nas mãos dos grandes latifundiários.<sup>252</sup> A dificuldade para conseguir atrair os imigrantes estrangeiros foi debatida na imprensa e a própria *Revista Agrícola* expunha a questão, apontando a necessidade de “preparar o terreno” para receber o estrangeiro ao modificar a relação com o escravo. Num artigo, Pedro Gordilho disse que o Brasil poderia ter “tirado grande partido do braço escravo, se tivéssemos cogitado desta questão em tempo; o braço escravo seria o preparador do terreno para receber o homem livre”, através da emancipação, da educação e da integração na cultura agrícola<sup>253</sup>. Para ele, a redução do tamanho da propriedade, tirando as extensas porções das mãos de latifundiários imprevidentes, também era algo que contribuiria para o fim da escravidão e para a implantação da colônia familiar.

Para a reorganização da economia agrária, seria, ademais, preciso criar condições para que o proprietário de terras e o trabalhador soubessem administrar o solo e desenvolver a agricultura, bem como valorizar a sua atividade<sup>254</sup>. Formaria-se, assim, um grupo de agricultores instruídos

---

<sup>250</sup>SANTOS, C. A. Viajantes franceses e modelos de “Colonização para o Brasil” (1850-1990). *Rev. Mestr. Hist.*, Vassouras, v. 5, p. 41-54, 2003.

<sup>251</sup>BURTON. *Viagem aos planaltos do Brasil* – Tomo I, p. 28-30.

<sup>252</sup>SANTOS. *Viajantes franceses e modelos de “Colonização para o Brasil”*, p. 48.

<sup>253</sup>GORDILHO, P. Imigração e trabalho livre. Discurso pronunciado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1886, p. 38.

<sup>254</sup>A instrução técnica prepararia profissionais como lavradores, administradores e feitores, que seguiriam no princípio da ciência moderna. INAUGURAÇÃO da Escola Agrícola “União e Indústria” no Juiz de Fora (Província de Minas Geraes). *Rev. Agríc.*, n. 1, 1869, p. 49-51; ver também A REFORMA Agrícola. *Rev. Agríc.*, n. 1, 1869, p. 2.



nas Escolas Agrícolas, cuja ciência da Agronomia faria o elo entre a prática e a teoria<sup>255</sup>. Dessa maneira, seriam formados

exploradores do progresso, classe de reformadores, que plantariam a verdadeira agricultura, que produz sem destruir e eleva o algarismo das condições materiais do trabalho, levantando a dignidade do operário e consolidando sobre bases mais generosas o bem estar das famílias.<sup>256</sup>

A relação entre a vida socioeconômica e o escravismo como uma “questão nacional”<sup>257</sup>, como discutida pelos abolicionistas, foi retomada nos projetos reformistas de Joaquim Nabuco e de André Rebouças. Em ambos, ressoavam as várias críticas feitas à monocultura, aos latifúndios e ao trabalho servil, cujos eixos de análise irão resultar tanto na proposta de abolição dos escravos quanto na ideia de uma democracia do solo.

Desde cedo em sua carreira, Nabuco dava enfoque a obra da escravidão como um entrave ao surgimento de uma relação mais saudável com a natureza e combatia o domínio do latifúndio e da monocultura que esgotavam a terra<sup>258</sup>. Ao observar a lavoura do recôncavo baiano, mostrou como as grandes propriedades não cuidavam do meio natural nem das condições de produção, resultando numa “paisagem desoladora”.<sup>259</sup> Dizia não ter dúvidas de que “o trabalho livre é o mais econômico, mais inteligente, mais útil a terra, [...] mais própria para gerar indústrias, civilizar o país, e elevar o nível de todo o povo”.<sup>260</sup> Era preciso, para ele, que os proprietários voltassem os olhos para suas plantações e formassem, em parceria com o trabalhador livre, uma classe “mais rica, mais útil, mais poderosa e mais elevada”, implantado também os “maquinismos aperfeiçoados”.<sup>261</sup> Joaquim Nabuco também discursava que esse “operário livre” poderia ser tomado dentre o grande número de negros libertos que lotavam as cidades e estradas, inativos, tornando-os hábeis para os ofícios<sup>262</sup>.

---

<sup>255</sup>Em um relatório sobre a moléstia da cana de açúcar, Ladislau Netto falou da importância do preparo técnico e científico para lidar com o enfraquecimento vegetal e hipertrofia dos gomos, causados pela propagação de insetos. Sobre um empreendimento próximo a Belém, ele mostra que se obteve bons resultados com a contratação de um agrônomo, onde a máquina e o estreme foram seus auxiliares. NETTO. *Investigação sobre a cultura*, p. 4-7.

<sup>256</sup>A REFORMA Agrícola. *Rev. Agric.*, n. 1, 1869, p. 3.

<sup>257</sup>PADUA. *Um sopro de destruição*, p. 264.

<sup>258</sup>O seu conceito de escravidão abrangia a forma como o sistema se relacionava com o meio físico, a propriedade de terra, a indústria e o regime político. Cf. MELLO, E.C. O caráter orgânico da escravidão. *Folha de São Paulo*, 12 dez. 1999 Apud PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 273.

<sup>259</sup>PADUA. *Um sopro de destruição*, p. 274.

<sup>260</sup>Para tanto, usa a análise de Noah Webster sobre os efeitos da escravidão na moral e na indústria, ao afirmar que não havia “um proprietário de escravos na Europa e na América que não possa dobrar em poucos anos o valor do seu estabelecimento agrícola, alforriando os seus escravos e ajudando-os no manejo das suas culturas”. NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federa, 2003 [online], p. 185, nota 1.

<sup>261</sup>NABUCO. *O Abolicionismo*, p. 193; BRUSANTIN, B.; BARBOSA, V.; CAMPOS, E. André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição: algumas correspondências. In: *Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História “Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade”*. Recife, 16 a 19 de outubro de 2010, p. 56.

<sup>262</sup>NABUCO. *O Abolicionismo*, p. 59, nota 2.



De um outro ponto de vista, André Rebouças entendia que a desigualdade no campo era o grande problema nacional e a abolição uma medida necessária para a realização de uma democracia rural<sup>263</sup>. Engenheiro empreendedor e filho de uma liberta, Rebouças acreditava que, para que o país passasse para a modernidade e alcançasse o progresso técnico e institucional, era preciso acabar com a escravidão e o latifúndio que mantinham a inércia e apatia do “landorismo”.<sup>264</sup> Criticava também a predominância de certas culturas agrícolas e o descaso com as espécies brasileiras, que poderiam diversificar a economia e aumentar a produção nas fazendas. Como Nabuco, entendia que era preciso investir primeiro no próprio brasileiro “desocupado e mal aproveitado”, pois havia muitos “índios, mestiços e libertos a serem educados para o trabalho”. Defendeu a necessidade de facilitar a posse de terras pelo imigrante e pelo negro liberto, pois “sem terras tem a alternativa de ser artesão ou assalariado precário”.<sup>265</sup> Incentivou a criação de colônias agrícolas para dar-lhes instrução técnica<sup>266</sup>. Assim, o solo cansado se tornaria fértil nas mãos daqueles que regenerariam as terras e mudariam a paisagem com a tecnologia moderna, transformando a agricultura numa indústria “livre, fertilizadora e progressista”.<sup>267</sup> Em síntese, sua Democracia Rural propunha uma ampla reforma com a extinção dos latifúndios, da monocultura e da escravidão.

Se “o uso intensivo do trabalho escravo, a falta de pequenos proprietários estáveis e a disponibilidade aparentemente infinita de terras novas” foram os elementos que “conspiravam contra o uso prudente das extensas terras brasileiras”<sup>268</sup>, para aqueles intelectuais, naturalistas e abolicionistas, a devastação da paisagem e o desenvolvimento da economia se resolveriam com a extinção do escravismo, com a colonização e imigração. Nas esperanças de J. B. de Lacerda, o 13 de maio de 1888 tinha “conseguido expungir da face do nosso país a nódoa negra da escravidão, [...] que por longo tempo tolheu o desenvolvimento e a prosperidade do Brasil”, e a “substituição do trabalho servil pelo trabalho livre veio operar transformações radicais e completa”, exigindo um “melhor aproveitamento dos recursos naturais [...], muitos dos quais jaziam abandonados por

---

<sup>263</sup>Na sua passagem pelos Estados Unidos, Rebouças observou a relação dos pequenos proprietários com suas terras, principalmente através do *Homestead Act*, de 1862. BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 49-50.

<sup>264</sup>REBOUÇAS, A. *Agricultura nacional: estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. Ed. fac-similar. Recife, Fundaj, Ed. Massangana, 1988 Apud BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 54.

<sup>265</sup>A aquisição de terras se daria com incentivo do governo e no enfraquecimento do poder dos grandes fazendeiros, com impostos sobre a extensão da propriedade e de escravos. Foi responsável pela *Lei de Imposto sobre a Escravatura*, em 1867, procurando compelir os senhores a diminuir seus cativos. Já nas terras devolutas, propunha repensar a *Lei de Terras* e fazer loteamentos, colônias e transmissão de propriedades, como no modelo americano.

<sup>266</sup>REBOUÇAS. *A Agricultura nacional*, p. 118 e 269.

<sup>267</sup>JUCA, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 4-9 e 57-66.

<sup>268</sup>DRUMMOND, J. A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 63.

influência restrictiva do monopólio de certas culturas, em que se empregavam quase exclusivamente todos os braços e todos os capitais”.<sup>269</sup> Mas para Rebouças, após a Abolição, suas preocupações aumentaram com a iminente Proclamação da República oligárquica e plutocrática, que ele repudiava<sup>270</sup>.

De fato, diversos historiadores que se debruçaram sobre as relações da sociedade brasileira com a natureza ao longo do século XX apontaram que o fim da escravidão não significou um marco decisivo na história da devastação das riquezas nacionais. Ao contrário, denunciam que foi graças à introdução de máquinas e do alto valor de mercado dos produtos e minerais brasileiros que aumentou-se a exploração dos recursos, levando a visão de uma paisagem com maior destruição.<sup>271</sup> Mesmo para pensadores políticos do final do século XIX, na República, o problema do uso e da conservação das riquezas ainda chamava atenção para a exploração imprevidente e extensiva. O trabalho do imigrante, para Alberto Torres, por exemplo, só fazia aumentar o escoamento do capital para o estrangeiro e impediam os investimentos efetivos na valorização das terras. Caberia, portanto, ao Estado conservar as riquezas nacionais ainda inexplorados e defender as que estavam em produção<sup>272</sup>. Durante todo o século XX, foi imperiosa a crítica de que uma nação para ser verdadeiramente civilizada e moderna deveria proteger seu território, valorizar seu trabalhador e conservar sua natureza da irracionalidade.

---

<sup>269</sup>LACERDA, J. B. Sobre a peste de Manqueira, em Minas Geraes. *Rev. Agric.*, n. 1, 1889, p. 33.

<sup>270</sup>BRUSANTIN; BARBOSA; CAMPOS. *André Rebouças, Joaquim Nabuco e a abolição*, p. 54.

<sup>271</sup>PÁDUA. *Um sopro de destruição*, p. 117; DRUMMOND. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*.

<sup>272</sup>TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 31, 50 e 73.

# Os tratados de 1810 nos debates da imprensa periódica da emigração em Londres

Wélington Rodrigues e Silva

Graduado em História

Mestrando Universidade Federal de Ouro Preto

wrsdivmg@gmail.com

**RESUMO:** Com a vinda da família real portuguesa para o território brasileiro em 1808 e a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, as trocas comerciais envolvendo o império luso-brasileiro e as outras nações europeias se intensificam. É amplamente discutida pela historiografia sobre o tema a situação de serviência assumida pelo Estado português perante a Inglaterra, principalmente pela quase total dominação inglesa no comércio de produtos manufaturados. Este quadro se agrava com a assinatura, em 1810, dos “tratados de cooperação e amizade”. O conteúdo dos tratados de cooperação e amizade favoreciam, claramente, a nação inglesa frente às outras nações, tendo como um dos maiores pontos de discussão entre luso-brasileiros da época, a cobrança de alíquotas alfandegárias maiores para navios portugueses (16%) que para navios ingleses (15%). O objetivo desta comunicação é apresentar um recorte dessa discussão sobre os resultados dos tratados de 1810. Pretendemos compreender, a partir dos periódicos da chamada imprensa periódica da emigração em Londres, como os resultados dos tratados foram discutidos pelos periodistas àquele momento. Mais especificamente focaremos nossas análises nos primeiros anos que seguem da publicação dos tratados de 1810 nos periódicos *O Correio Braziliense*, que teve como editor Hipólito da Costa; *O Investigador Português em Inglaterra*, editores Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha e *O Português* redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro. Sobremaneira cada um dos redatores publicaram em seus periódicos críticas aos tratados de 1810 ligadas, basicamente, aos interesses que cada um deles defendiam neste debate. Por estarem publicando de Londres este periodistas compartilhavam de um clima privilegiado para compreendermos as distintas culturas políticas que se contrastam nesta discussão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império luso-brasileiro, Imprensa periódica de emigração, Tratados de 1810.

Trabalhamos em nossa pesquisa com parte da documentação presente no Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste conjunto documental, que abrange os anos de 1806 a 1811, percebemos um debate evoluindo, de um lado os membros da legação portuguesa em Londres, e de outro Hipólito José da Costa, fundador e editor do periódico *O Correio Braziliense*, editado em Londres de 1808 a 1823. A partir da elaboração do número 6 do *Correio Braziliense*, em 1810, o descontentamento dos embaixadores portugueses assumem tom pessoal, chegando a acusarem Hipólito da Costa de

estar ilegalmente estabelecido em Londres e pedindo ao Marquês de Wellesley a intervenção junto a coroa britânica para expulsão do editor do *Correio Braziliense* de Londres.

Em um ofício datado em 1811, D. Domingos António de Souza Coutinho trata da necessidade da criação de um jornal português à disposição do Rei de Portugal. Também, em 1811, é lançado em Londres *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, editado por Bernardo José Abrantes Castro e Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha. Sabemos que existiram exemplares do *Investigador Portuguez* que eram remetidos ilegalmente para o Brasil e aqui ele circulava dentro de um espaço público, que se consolidava a partir do início do século XIX. Buscamos, então, nessa comunicação apresentar brevemente um recorte dessa discussão sobre os resultados dos tratados de 1810. Pretendemos compreender, a partir dos periódicos da chamada imprensa periódica da emigração em Londres, como os resultados dos tratados foram discutidos pelos periodistas àquele momento. Mais especificamente focaremos nossas análises nos primeiros anos que seguem da publicação dos tratados de 1810 nos periódicos o *Correio Braziliense*, que teve como editor Hipólito da Costa; *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, dos editores Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha. Sobremaneira cada um dos redatores publicaram em seus periódicos críticas aos tratados de 1810 ligadas, basicamente, aos interesses que cada um deles defendiam neste debate. Por estarem publicando de Londres este periodistas compartilhavam de um clima privilegiado para compreendermos as distintas culturas políticas que se contrastam nesta discussão.

Esta comunicação terá, portanto, duas partes que são complementares. Na primeira, faremos uma apresentação da pesquisa e de como chegamos no recorte que trazemos para o diálogo neste Simpósio Temático. Na segunda parte traremos o debate de fato envolvendo os periódicos *Correio Braziliense* e *Investigador Portuguez* e permeado de forças política que estavam presentes em Londres naquele período.

Os estudos sobre o Império luso-brasileiro possuem uma dinâmica própria, constituindo um campo de grande importância para a historiografia deste momento de conexão entre Portugal e Brasil. Muito se tem investigado sobre vários temas que dizem respeito à historiografia brasileira (as peculiaridades da administração régia, formação do Estado nacional e nação, rupturas e continuidades com referência ao Antigo Regime, entre outros) resultando disso um grande avanço nas investigações da historiografia sobre o período, comportando sofisticadas teses<sup>273</sup>. Entretanto, os estudos sobre a atuação dos grupos políticos, nos domínios da administração e política internacional luso-brasileira, ainda é um campo incipiente.

---

<sup>273</sup> Podemos ressaltar aqui, dentre uma grande produção bibliográfica, algumas obras que ilustram de forma sistemática as configurações do Império luso-brasileiro. Para uma visão do momento de transição dos séculos XVIII para o XIX: ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993; para uma compreensão da continuidade do Império como proposta

Pensando, principalmente, através da ideia de vulnerabilidade Valentim Alexandre aponta quatro pontos cruciais para compreendermos a concepção tomada por estes grupos políticos para composição do Império Luso-brasileiro. A análise do espaço de convergência entre os interesses dos corpos mercantis de Lisboa e do Porto e as perspectivas políticas de uma importante facção das cortes constituintes é compreendido na dinâmica que estava presente no ascendente desligamento entre Portugal e Brasil um caráter essencialmente político<sup>274</sup>. Desta forma, o conceito de vulnerabilidade é utilizado para a descrição daquela conjuntura complexa e mutante vivenciada em Portugal.

O conceito de vulnerabilidade é desenvolvido de maneira mais sólida por Valentin Alexandre em *Os Sentidos do Império*. Para o autor quatro pontos são os vetores estratégicos de Portugal neste período, principalmente a partir do XVII. São eles: 1) defesa da metrópole Portugal perante a vontade expansionista da Espanha – Particularmente perigosa quando em aliança com a França, principalmente depois do tratado de Utrecht em 1713. 2) proteção dos tráficos coloniais – que eram parte essencial do comércio externo português. 3) fixação dos limites territoriais favoráveis ao Brasil – principalmente impedindo a entrada da França pela Guiana e preservando os domínios territoriais do sul no rio da prata e 4) preservação dos pontos da costa africana de onde provinha toda a mão de obra escrava, e que pode ser compreendido como o motor de todo o sistema. Desta maneira, por maior o empenho de cada parte deste vasto império seria inconcebível a satisfação de todas as necessidades da defesa do território por uma pequena potência – podemos arriscar até descredita, como Portugal sem o recurso a apoios externos: e a Grã Bretanha oferecia estes apoios a Portugal. Três pontos básicos desta ligação amarram a análise de Valentim Alexandre.

Uma primeira condição básica para a sobrevivência da aliança estava na permanência do interesse britânico pela conservação do sistema imperial português. Este interesse na primeira metade do XVIII é claro uma vez que o império luso-brasileiro constitui um mercado importante para a produção da Grã-Bretanha e para a indústria dos derivados da lã. Estas vantagens atenuam-se com a decaída drástica na extração do ouro, que era a contrapartida principal das exportações britânicas. Outro ponto, os tecidos em algodão, produto chave da primeira fase da revolução industrial inglesa, não detinham os privilégios que eram dados as lãs (lanifícios) no tratado de Methuen.

Um segundo ponto diz respeito ao cumprimento desta aliança para a parte portuguesa e da parte portuguesa a aliança cumpriria seu papel desde que proporcionasse a defesa eficaz do sistema imperial e da metrópole. Existia, porém, na análise de Valentim Alexandre, um limite no que poderia ser o preço a pagar por essa defesa (por esses acordos). Para Alexandre este limite varia por influência das alterações econômicas e sociais da sociedade portuguesa, estreitando-se

---

política de Reforma: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Portugal e Brasil: Bastidores da República 1798-1822, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994; e para a compreensão dos processos políticos que envolviam o Império luso-brasileiro e seus atores políticos os trabalhos de NEVES, Guilherme Pereira das. “Del imperio Lusobrasileño al Imperio del Brasil” (1789-1822). In: GUERRA, François-Xavier e ANINNO, Antonio (Orgs.). *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003., SHULTZ, Kirsten. *Versalles tropical: Império, monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 e SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>274</sup> Ver: PEDREIRA, Jorge Miguel. “Economia e política na explicação da Independência do Brasil”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

para finais do XVIII. Neste período já é notado uma burguesia mercantil e industrial com peso junto ao aparelho de Estado. Esta nova camada da população estaria empenhada em resguardar das pressões inglesas a parte que detinha do mercado brasileiro.

Em terceiro lugar o funcionamento desta aliança entre Portugal e Grã Bretanha estaria a mercê das condições políticas de ordem mais geral, ligadas a relação de forças na Europa. E aqui têm-se um dos pontos mais singulares das propostas de Alexandre, para ele a hegemonia inglesa, afirmada sobretudo em termo de poder naval, poderia fazer perigar a aliança, na medida em que desvalorizaria as posições portuguesa no contexto da estratégia global da Grã Bretanha, não sendo de excluir, num caso extremo, a possibilidade de uma ação inglesa visando o desmantelamento do império luso-brasileiro.

Desta forma, a complexidade do período é evidenciada de maneira sistemática e referencia um novo conjunto de fatores que apresentam este momento vivido como fragmentado, desprovido de sistemas definitivos de normas, aberto a mudanças e transformações. Para além de uma conjuntura favorável, mantinha-se, no entanto, a vulnerabilidade estrutural do império português; as perturbações do sistema internacional nos vinte anos, entre 1790 a 1810, irão amplamente demonstrá-lo.

Para o Brasil mais especificamente, a chegada da família real possibilita o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro ampliando, e muito, o universo populacional. Entre outras mudanças dava-se início a materialização das condições indispensáveis para a circulação de ideias de maneira mais ampla. O surgimento de um público leitor e a gênese de uma esfera pública ativa, também faz parte deste contexto. Todavia, apenas razões de natureza material não explicam o “atraso brasileiro” no campo da imprensa em relação às outras colônias da América Espanhola. Há de se acrescentar uma expectativa que ultrapasse as condições materiais, a compreensão da força política de uma ideia expressa na forma de escrita.

A compreensão desta condição para o desenvolvimento da imprensa se mostra favorável nos quadros do estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, criando formas de pensamento em público ampliado, favorecendo a circulação de periódicos, mesmo que neste início de maneira restrita. Apenas após o término da censura, em 1821, são criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro. A teia das notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que podem ter origem nas letras impressas, as quais são retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais<sup>275</sup>.

Sobre esta imprensa que se desenvolve no Rio de Janeiro destaca-se o periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro*. De fato a *Gazeta* foi o jornal oficial da corte portuguesa e era impressa aos cuidados da Imprensa Régia, a ela competia o monopólio da impressão de qualquer obra tipográfica em território brasileiro. Todavia, não impedia a inclusão de informações de interesse amplo ao público na *Gazeta*. O periódico estava diretamente vinculado a uma repartição pública real, ainda que a empresa, propriamente dita, se constituísse de sócios que dela usufruíam os eventuais lucros, na medida em que o jornal tinha certa garantia de assinaturas que o financiasse, criava-se assim um compromisso com o público leitor.

---

<sup>275</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.



A administração da Imprensa Régia competia a uma Junta Diretora que deveria, segundo as instruções do príncipe “examinar os papéis e livros que se mandassem publica e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. A afirmação presente no primeiro número da *Gazeta* denuncia que o governo não confiava tanto no grupo de editores. Ou também, pode ser compreendida como uma tentativa de parecer livre e isenta em suas informações. Seja como for, sabe-se que, na verdade, o próprio Dom João VI lia os originais, em português, francês ou inglês, e depois a junta administrativa ainda relia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo. Essa junta era formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa. Ainda assim, o fato de ser impresso sob as normas da Coroa portuguesa não fazia da *Gazeta* fonte menos importante para a compreensão do período.

Desta forma a imprensa que serve a administração colonial, deixa como vestígios do século XIX muito das formas de circulação das ideias no interior do Reino de Portugal, bem como entre este e o que se passava no resto do mundo.

Segundo Neves a criação da imprensa régia contribuiu para produção e circulação de livros e torna mais intenso o controle da censura da Coroa. Como exemplo o jornal *O Português*, periódico publicado a partir de Londres e que é conhecido pela historiografia por exportar ideias liberais tanto na política, como na economia, além de um defensor da liberdade de imprensa. *O Português* é “proibido de ser recebido, vendido ou retido pelos vassallos de D. João VI neste Reino e domínios ultramarinos”, em razão de seus discursos “sediciosos e incendiários”, com o principal objetivo de “perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e introduzir a anarquia”<sup>276</sup>.

A imprensa produzida no exílio apesar da censura tem grande recepção dentro da sociedade na América portuguesa. As publicações impressas em Londres, onde estavam livres da censura, eram transportadas clandestinamente até o Brasil e aqui circulavam no submundo das Letras. Publicações como *O Investigador Portuguez*, *O português*, e o mais conhecido deles *O Correio Braziliense* traziam informações vindas da Europa e também críticas à administração portuguesa. *O Correio Braziliense* foi amplamente referenciado nos estudos como um periódico que compunha um paradigma diferente do da *Gazeta do Rio de Janeiro*, criando, na bibliografia sobre o tema, um verdadeiro mito sobre a formação da imprensa brasileira. Hipólito da Costa, o seu idealizador e editor, é elevado à condição de verdadeiro jornalista. Aquele que, de maneira destemida, publica críticas ao sistema colonial, sendo responsável por um “jornalismo desassombrado e persistente”<sup>277</sup>.

No início de suas publicações, todavia, Hipólito da Costa chegou a ser apresentado como um “letrado do rei” por Manoel Luis da Veiga em um caso específico. O fato em questão é a apreensão de navios portugueses por ingleses no contexto da invasão francesa a Portugal. Este é um dos casos que merecem destaque por ser a primeira de grandes polêmicas que são debatidas a luz do público a partir de Londres. Nela estão envolvidos, além de Manoel Luis da Veiga e Hipólito da Costa, o governo português por meio do cônsul geral João Carlos Lucena e do ministro d. Domingos de Souza Coutinho. A apreensão destes navios traria grandes perdas para o

---

<sup>276</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Lisboa, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.

<sup>277</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal: história e técnica*. História da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Ática, 1990.



Império português e é isto que Manoel Luis da Veiga diz ser seu intuito ao apresentar sua versão do fato.

Veiga escreve sobre o fato em uma posição privilegiada, direto de Londres. Ele estava naquela cidade desde 1808, experienciando à distância todas as mudanças pelas quais passava o Império luso-brasileiro desde a partida da Família Real para a América. Em Londres ele cuidava de seus negócios e ali ele escreveu dois pequenos livros sobre a situação do governo português e dos problemas envolvendo os negociantes, eram eles o *Análise dos Fatos Praticados em Inglaterra, relativamente à Propriedades Portuguesas de Negociantes Residentes em Portugal e no Brasil* e o *Reflexões Políticas sobre o Estabelecimento de Comerciantes Ingleses no Brasil*. Segundo Slemian e Chaves<sup>278</sup> o primeiro tinha um tom provocativo e contundente, o que era reconhecido pelo próprio Veiga, que fora movido “pelo desejo da verdade”, ainda que isso lhe custasse o risco de fazer inimizades. Embora nem a *Análise* nem as *Reflexões* alcançassem a repercussão esperada por Veiga, Hipólito da Costa tratou de seus textos no *Correio Braziliense*.

A *Análise* é iniciada por um prefácio, no qual Manoel Luis da Veiga aponta sobre o que se tratará naquela obra. Diz Veiga que ela “não foi ordenada com outro fim senão de informar os meus compatriotas e colegas comerciantes do Brasil sobre o estado de seus negócios com a Inglaterra”. Sobre o risco de tocar em assuntos difíceis por ter que apontar erros na administração portuguesa em Londres, Veiga trata nas seguintes palavras “posso falar no nome d Ilmo. e Exmo. Sr. d. Domingos sem o escandalizar”. Por d. Domingos ser um homem de letras, Veiga acredita que ele não se ofenderia em ouvir as verdades que ele apresentaria em seus escritos. Aliás, Veiga acreditava que ele estaria enganado pelos interesses individuais e egoísmo dos comerciantes e ministros que cercavam d. Domingos.

Aos ministros Veiga não dispensaria tanto polimento no trato. A eles Veiga não importaria de acusar, principalmente pela “indiscrição de seu decreto”, não poupando também os comerciantes a quem se referia naquele texto. Ainda assim atenuava seu posicionamento lembrando-se da liberdade de imprensa que vigorava na Inglaterra, “um país onde se respeitam os direitos do homem, onde todos são sujeitos à análise dos seus fatos e crítica dos seus costumes (à exceção da sagrada pessoa D’el-Rei), onde finalmente todos sobem ao tribunal da censura pública”. Por fim o questionamento sobre as amizades que poderiam ser perdidas nesta empreitada, “perdem-se amigos, que amigos? Do seu interesse, destes não importa que se percam”.

A composição do texto de Veiga segue ao prefácio enumerando alguns argumentos em forma de tópicos, nos quais ele apresenta o fato ocorrido, os envolvidos e o grau de relação entre cada um dos citados com o aprisionamento dos navios portugueses nos portos Ingleses. No segundo desses tópicos ele trata de uma Comissão Geral composta de “respeitáveis comerciantes” como em tom irônico se dirige a eles, para solucionar a entrega de todas as propriedades portuguesas e darem aos seus donos ou quem fossem assumi-las por direito de guerra. Esta comissão deveria se pautar no decreto britânico de 06 de janeiro de 1808. Toda essa apresentação da *Análise* de Veiga é necessária pois neste ponto é que as acusações de Veiga de que Hipólito da Costa estaria aliado ao governo português, neste momento, são mais explícitas.

---

<sup>278</sup> VEIGA, Manoel Luís da, SLEMIAN, Andrea, CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Obras de Manoel Luis da Veiga*. 2012.



## **ST 18: Relações de Poder: Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX**

**Ary Albuquerque Cavalcanti Junior**

Mestrando (UNEB) / [ajunior.ufrb@hotmail.com](mailto:ajunior.ufrb@hotmail.com)

**Gabriel José Brandão de Souza**

Mestrando (UNEB) / [brandao.gabriel@live.com](mailto:brandao.gabriel@live.com)

**Rosana de Jesus Andrade**

Mestrando (UNEB) / [rosana\\_ufrb@yahoo.com.br](mailto:rosana_ufrb@yahoo.com.br)

# Uma breve introdução sobre as Brigadas Internacionais e a Guerra Civil Espanhola

**Guilherme Alonso Alves**

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

[Guilhermealonso77@gmail.com](mailto:Guilhermealonso77@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho é fruto de uma pesquisa incipiente, isto é, o trabalho proposto é pensando apenas a partir de uma pequena revisão bibliográfica sobre o tema. Sendo assim, é apenas uma introdução para uma temática complexa e muito rica em conteúdo. As Brigadas foram uma organização militar coordenada principalmente pelo Partido Comunista Francês em solidariedade à República Espanhola. Cidadãos de 53 nações se envolveram no conflito espanhol através das Brigadas Internacionais, para essas pessoas o conflito não era algo nacional, mas a oposição entre fascismo e os regimes parlamentares. Tal visão é muito plausível devido à participação de tropas dos Exércitos da Alemanha e Itália nos agrupamentos franquistas. De certa maneira, o conflito espanhol e toda sua complexidade internacional eram uma caixa de ressonância para o cenário político europeu, naquela guerra civil estavam colocados os elementos que posteriormente iriam implodir a Segunda Guerra Mundial.

**PALAVRA CHAVE:** Guerra Civil Espanhola; Partido Comunista; Internacionalismo.

Jovens de 53 nações se envolveram no conflito espanhol através das Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola. Para essas pessoas o conflito não era algo essencialmente nacional, mas a oposição entre fascismo e os regimes parlamentares. De saída, é necessário ter em mente que as Brigadas apenas institucionalizaram uma situação anterior de solidariedade internacional que já acontecia pelo menos desde 18 de junho de 1936<sup>279</sup>.

Antes de iniciar a discussão centrada na questão das brigadas se faz necessário um olhar para situação pré-guerra civil. Após vários anos de ditadura de Primo de Rivera, o autocrata renuncia ao seu cargo levando em seguida o Rei Afonso XIII a também tomar o mesmo caminho. Com a vacância de poder é então declarada a II República Espanhola e em 1931 são concludadas eleições da Corte. Com a vitória de uma maioria parlamentar de esquerda, sucedeu um processo de avanços sociais para o proletariado urbano, reforma agrária para o trabalhador do campo e maior autonomia para os estados catalão e basco<sup>280</sup>. Contudo, ainda vivendo as consequências da crise de 1929, esses processos sociais encontraram muitos obstáculos e problemas em sua manutenção. Nesse cenário de crise econômica e política o emergir de uma

---

<sup>279</sup> DÍAZ-BALART. Mirta Núñez. *La disciplina de la concencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel*. Barcelona. Flor del Vento, 2006 p.13

<sup>280</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo. Revista de sociologia e política. Brasília, Ministério das Relações Exteriores n.12, p. 35-66, jun.1999 p. 40.

série de greves, atentados e atitudes repressivas do Estado levou o governo a um processo de desmoralização. Entre novembro e dezembro de 1933 foram dissolvidas as Cortes e ocorreram reconvocação as eleições. À direita, reagrupada na *Confederação Espanhola de Direitas Autônomas*, conseguiu vencer as eleições. O novo governo iria progressivamente anular os direitos populares advindos da última gestão. Devido o fortalecimento das direitas espanholas somado ao processo de deterioração de direitos, a *UGT – União Geral dos Trabalhadores* - em 1934, liderada por Largo Caballero, iniciou uma greve geral que iria desembocar em levantes armados em Madrid, Astúrias e Barcelona. Em Barcelona, por falta de apoio da *CNT- Confederação Nacional do Trabalho* -, o levante foi logo desmontado, em Madrid a falta de armas levou a derrota dos socialistas ante ao exército, apenas nas Astúrias foi possível resistir às investidas das tropas mouras e da legião estrangeira comandada pelo General Francisco Franco. Esta resistência só foi possível devido à união entre o *PCE – comunista* -, *UGT – socialista* – e a *CNT – anarquista*. Com o resultado do fracassado levante a direita dominou a cena política entre 1934 e 1936. A mudança de postura do movimento comunista internacional, advinda do VII Congresso da III *Internacional Comunista*, – *Komitern* – é muito importante para o desenrolar da política espanhola. Abandonaram-se as diretrizes criadas no VI Congresso – “classe contra classe”, diretriz onde os comunistas se isolavam dos socialistas e sociais-democratas – e devido ao fortalecimento fascista, passaram a adotar a teoria da Frente Popular – união entre comunistas, socialistas e sociais-democratas – contra o fascismo.

Em 1936, novamente são dissolvidas as Cortes pelo presidente moderado Alcalá-Zamora e nas novas eleições são convocadas, chegando ao poder na Espanha, o governo de coalisão da Frente Popular – *PSOE - Partido Socialista Operário Espanhol* -, *PCE*, republicanos de esquerda, *União republicana*, *Partido Sindicalista*, *Federação das Juventudes Socialista Unificadas* e o *POUM.- Partido Obreiro de Unificação Marxista*. Manuel Azaña foi então empossado como o novo presidente da república<sup>281</sup>, iniciando mais uma vez as experiências de um governo de esquerda. Na vizinha França, uma coligação de mesmo nome e orientação também venceria as eleições. A coalisão de comunistas, socialistas e radicais-socialista levou à presidência francesa o socialista Leon Blum. Porém, do outro lado da fronteira a situação iria se agravar, na primeira quinzena do mês de Julho foram assassinados o policial Tenente Castillo, e o líder monarquista Calvo Sotelo. Pouco após os atentando, em 17 de julho ocorreu o levante no Marrocos e no dia seguinte, levantes

---

<sup>281</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 41

direitistas começaram em Madrid se espalharam por toda Espanha. Isso foi o início de uma querela que irá dividir o país até os dias de hoje<sup>282</sup>.

Com a ocorrência do levante militar no Marrocos e algumas regiões da Espanha, o então presidente solicitou a venda de armas aos camaradas franceses conforme um acordo firmado em dezembro de 1935. Blum se sentia pessoalmente disposto a ajudar, todavia, sofreu pesadas críticas da direita francesa e dos radicais socialistas que o acusavam de colocar em risco a paz europeia e de levar a França novamente à guerra. O governo Inglês se posicionou contra o pedido espanhol e expôs essa posição aos franceses por meio do Ministro de Relações Exteriores, Anthony Eden. A Inglaterra tinha a concepção que a dominação de Rhin e Abisinia havia satisfeito as vontades expansionistas de Hitler e Mussolini. Por pressão da direita e do centro, o *Conselho de Ministros* franceses declarou em 25 de julho que não iria intervir no conflito espanhol e que o governo Francês também não venderia armas a república. Como modo de assegurar certo equilíbrio no conflito a França propõe de saída um acordo de “Não Intervenção” entre várias nações. Em seis de agosto o acordo é firmado entre Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Itália e URSS. Todavia, os ítalo-germânicos viriam a descumprir abertamente o tratado ajudando na passagem de tropas do Marrocos pelo estreito de Gibraltar. Com o novo tratado, o governo republicano viu-se isolado das outras democracias e deu seu homônimo francês. Apenas o México deu aberto apoio em armas e mantimentos<sup>283</sup> e posteriormente, a URSS também iria romper o acordo devido a negligência dos governos Alemão e Italiano no cumprimento desse. A república espanhola denunciou várias vezes ante foros internacionais os descumprimentos do tratado por parte de Hitler e Mussolini, todavia, as democracias temerosas em abalar a paz do pós-guerra ignoravam as denúncias.

A URSS ajudou a Espanha enviando conselheiros militares para a reorganização do exército, vendendo armas e aviões. É necessário recordar que as relações diplomáticas convencionais entre URSS e Espanha haviam sido firmadas apenas durante a guerra, portanto se tratava de um aparato débil de relação. Hoje em dia não há dúvidas que a criação das Brigadas Internacionais foi obra do *Komitern*, dominado diretamente por Moscou, e que os partidos comunistas nacionais foram os principais promotores do recrutamento, sendo assim, a maioria

---

<sup>282</sup> \_\_\_\_\_, *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p.42

<sup>283</sup> DÍAZ-BALART, *La disciplina de la concencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 180 e 181.

dos voluntários eram comunistas.<sup>284</sup> Pela proximidade geográfica a França se converteu no principal ponto de coordenação e recrutamento e combatentes, tendo o *PCF* a sua frente.<sup>285</sup>

Para a oficialização das tropas em território espanhol uma comissão de dirigentes da *Internacional Comunista* se encontrou com o governo Espanhol para por as Brigadas em marcha oficialmente. Dentre eles se devem destacar alguns nomes: o francês André Marty, o polaco Stefan Wisniewski e o italiano Luigi Longo. Essa comissão seria o Comitê Militar que gerenciaria os primeiros passos das brigadas em território espanhol. Diego Martínez - presidente da Comissão de reorganização do Exército da República - foi o encarregado de estabelecer contatos com as autoridades militares e municipais espanholas com o intuito de cobrir as necessidades de abastecimento das Brigadas. A aprovação oficial das Brigadas Internacionais ocorreu em 22 de outubro de 1936. Albacete, uma pequena capital de província, pode ser identificada como a principal base da BI's, lá se encontrava uma espécie de Estado Maior que tinha o stalinista André Marty em seu comando.<sup>286</sup> A intervenção das Brigadas tirou a República Espanhola da solidão que as outras democracias a deixaram com o Tratado de Não Intervenção.

. A primeira aparição das Brigadas Internacionais se dá na defesa de Madrid atacada pelo General Mola durante o início de novembro com quatro colunas de tropas marroquinas comandadas por veteranos africanistas do exército realista. O exército republicano, comandado pelo General Kleber – Húngaro - formou dez brigadas de defesa para a cidade, a XI seria justamente a primeira Brigada Internacional, composta por alemães, inglês – batalhão Edgar André -, franco-belgas – batalhão Comuna de Paris – e por último, poloneses do batalhão Dombrowskii. A XII Brigada seria formada em treze de novembro contendo os batalhões André Marty – França -, Thaelmann – Alemanha- e Garibaldi – Itália.<sup>287</sup>

Para além de uma tropa militar as Brigadas também eram um grupo político e a bandeira da reforma agrária era de especial importância. As posturas em relação à reforma agrária mudaram no decorrer da guerra, desde uma exaltação a coletivização da terra até a defesa da pequena propriedade. Tanto o *PCE*, quando o *PSOE* e os partidos republicanos defendiam a coletivização da terra respeitando o pequeno e médio proprietário que trabalhava diretamente em suas terras.<sup>288</sup> A partir daí se iniciou um combate contra aqueles que defendiam o modelo de coletivização total das terras e meios de produção – anarquistas e trotskistas. Havia um embate

---

<sup>284</sup> \_\_\_\_\_ . *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.96

<sup>285</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.97.

<sup>286</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.80 e 81.

<sup>287</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 46.

<sup>288</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.164.



entre os defensores de uma revolução social e os que defendiam a democracia liberal e as reformas de esquerda. Curiosamente o *PCE* defendia em seu programa a coletivização total, todavia, com a adoção modelo de transição da Frente Popular passaram a defender também a pequena e média propriedade camponesa<sup>289</sup>. Nesse meio também se encontrava a discussão entre a estrutura de milícias frente à organização centralizada do Exército Popular regular.

Os embates entre stalinistas e trotskistas-anarquistas ocasionou um enfrentamento armado na retaguarda da luta – Barcelona. O conflito se iniciou quando forças policiais tentaram reaver o prédio da telefonia de Barcelona, desde 1936 controlado pela autogestão anarquista da *FAI- Federação Anarquista Ibérica*. As posições do *POUM* e dos anarquistas eram claramente contra a política frente-populista e os principais pontos de discordância eram: a estrutura hierárquica e centralizada do Exército Popular, a manutenção dos comitês de fábrica e a continuidade da coletivização mais ou menos forçada das terras. A partir dos conflitos em Barcelona os militantes do *POUM* começaram a ser classificados pela imprensa brigadista como agentes do fascismo. Luigi Longo, um dos idealizadores das BI's, recomendou a dissolução do *POUM* e a prisão de seus dirigentes<sup>290</sup>.

É de grande importância mencionar esses posicionamentos políticos para entender o principal ponto para os brigadistas: a unidade trabalhista em torno da luta legalista e governista, o que os colocavam em oposição direta aos trotskistas, ao *POUM* e anarquistas. A campanha pela unidade foi um marco central na política brigadista, esses mesmos a entendiam como uma Frente Popular mundial. O primeiro de maio passou a ser um dia especial na demonstração dessa união antifascista, para além de sua tradicional conotação trabalhista. Houve uma campanha de unidade governamental lançada pelo *PCE* junto com setores do *PSOE*. Todavia, setores mais conservadores do *PSOE*, que consideravam a propaganda da unidade como uma artimanha do *PCE* para dominar o jogo político, tomaram postura de desconfiança com os colegas comunistas gerando a instabilidade do governo. Aliado da teoria frente populista e da unidade obreira, o presidente Largo Caballero foi levado a abdicar de seu cargo devido a divergências dentro de seu partido, – *PSOE* – deixando a presidência em 1937. Com a vacância de poder o socialista conservador – também do *PSOE* - Juan Negrín é empossado presidente. Muitos consideravam Caballero com débil no enfrentamento aos espões e sabotadores simpatizantes de Franco. Dentre

---

<sup>289</sup> \_\_\_\_\_ . *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.165.

<sup>290</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 170 e 171.

esses inimigos internos o PCE incluía o POUM– partido comunista de orientação anti-stalinista – e em especialmente o seu levante de maio de 1937<sup>291</sup> em Barcelona, mencionado anteriormente.

Os esforços do Governo Espanhol junto a *Internacional Socialista, Federação Sindical Internacional* e as democracias ocidentais para que rompessem o acordo e ajudassem abertamente na guerra não renderam resultados. Porém, representantes das duas Internacionais se encontrariam entre 21 e 23 de junho de 1937. Os representantes da *Internacional Comunista* foram: Marcel Cachin, Bonte, Franz Dahlem, Checa e Luigi Longo (Gallo). Por parte da *IS*, foram seu presidente e seu secretário: Louis de Brouckére, Friedrich Adler<sup>292</sup>. Os socialistas estavam finalmente dispostos a fazer uma frente única de ação, todavia, por pressão do *Partido Trabalhista Inglês* os dois renunciaram a seus cargos e o acordo não foi selado, tendo os socialistas se limitado a expressar solidariedade de maneira formal à república.

A situação em 1938 era muito grave, as BI's usadas como tropas de choque pelo Exército Popular já contavam com muitas baixas depois de dois anos de guerra e pela impossibilidade de renovar seus quadros devido ao bloqueio de Não Intervenção na fronteira francesa. Além disso, os rebeldes já haviam tomado uma grande parte do território e os alemães já havia demonstrado sua superioridade técnica em Guernica e os italianos em Málaga, embora tivessem perdido em Guadalajara. A presença dos voluntários era um fator determinante na guerra, o presidente então tomou a decisão de desmobilizar o contingente da BI. A decisão do governo Negrín era difícil, mas de destreza no campo político. Era um modo de demonstrar o caráter nacional do conflito espanhol, retirar a ideia de luta internacional do comunismo e angariar a ajuda das democracias ocidentais.<sup>293</sup> As BI's se retiraram oficialmente do conflito espanhol em 21 de setembro 1938. Em Genebra o presidente Juan Negrín anuncia perante a *Sociedade das Nações* a retirada das forças internacionais do conflito. Essa era sua última jogada política frente ao Acordo de Não Intervenção. Todavia, a retirada das tropas internacionais – supervisionado por uma equipe da *Sociedade das Nações* – não mudou o status quo de isolamento da república. O governo de Negrín intentava com ação um último apelo às consciências democráticas para fazer possível uma guinada em favor da república<sup>294</sup>. Em 15 de novembro de 1938 os Brigadistas fizeram uma marcha de despedida em Barcelona onde foram saudados por Negrín, pela histórica dirigente do PCE “La Passonária” e aclamados pela população<sup>295</sup>.

<sup>291</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.167.

<sup>292</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 204.

<sup>293</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 114.

<sup>294</sup> \_\_\_\_\_. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p. 113.

<sup>295</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Española: Combatentes na luta contra o fascismo* p. 58 e 59.

Uma *Comissão Internacional para a Retirada dos Voluntários – CIRV* – foi criada pela *Sociedade das Nações*. A comissão contabilizou 7.102 soldados em exercício nas BPs, 1.946 portugueses e latinos americanos integrados no exército regular e 3160 feridos, resultando em um total de 12.208 estrangeiros em luta. Além disso, a *CIRV* averiguou que nunca houve mais de 25.000 combatentes estrangeiros nas Brigadas Internacionais. Ao final de tudo, contando com Levante e Catalunha, havia 12.673 estrangeiros em luta no momento de sua retirada. Todavia, mesmo depois de retirada oficialmente das tropas internacionais muito permaneciam na região da Catalunha a espera da evacuação<sup>296</sup>. A desmobilização das tropas internacionais ainda enfrentou alguns problemas de saída, pois muito combatentes não tinham como voltar a seus países, como por exemplo: italianos, alemães e checos. Em dezembro o governo mexicano permitiu a ida de 6.600 voluntários de diversas nacionalidades para o território mexicano. Os mexicanos alugaram mais de quatro vapores para fazer a condução, tendo saída na cidade de Bordéus. O governo republicano concedeu os vistos de saída para os combatentes que iniciaram sua lenta caminhada até o território francês, todavia, em seis de janeiro de 1939 não foi permitida a entrada dos Brigadistas na França.<sup>297</sup>. Em paralelo a desmobilização das Brigadas, Franco dá início a sua campanha na Catalunha, auxiliado por mais de oito divisões de blindados – em sua maioria italiana - conquistando a região em dois meses.<sup>298</sup>

Andre Marty, antigo Comandante Geral das Brigadas, convocou os voluntários disponíveis a luta para reorganizar a XV Brigada a fim de fazer missões de retardamentos no avanço fascista. Brigadistas brasileiros se apresentam como voluntários. Gay da Cunha foi então nomeado chefe do Estado-Maior da Brigada e nomeia Assis Brasil, Nelson Alves e David Capistrano como comandantes de pelotão. Na brigada se encontravam ainda outros diversos brasileiros. Em 09 de fevereiro de 1939 os brigadistas finalmente conseguem passar a fronteira da França.<sup>299</sup>

Assim se encerra o capítulo das Brigadas Internacionais no conflito espanhol. Podemos concluir que é salutar para o estudo da guerra civil uma perspectiva conectada, isto é, um ponto de vista multinacional que dê conta de compreender os fatores internacionais que estavam em disputa no território espanhol e como que a política de diversas nações e organizações estava envolvida nesse conflito. Assim sendo, concluímos que sem o auxílio soviético e das Brigadas Internacionais o governo espanhol não teria como ter resistido mais de três anos de guerra civil,

---

<sup>296</sup> DÍAZ-BALART. *La disciplina de la conciencia: las Brigadas Internacionales y su artillería de papel* p.116 e 117.

<sup>297</sup> ALMEIDA. *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.59

<sup>298</sup> \_\_\_\_\_ . *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.59

<sup>299</sup> \_\_\_\_\_ . *Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Combatentes na luta contra o fascismo*. p.60.

todavia a ajuda enviada por esses setores não podia ser comparada ao auxílio nazifascista recebido por Franco. Sendo assim, o Tratado de Não Intervenção e as posições de não beligerância do governo Francês e Inglês conseguiu adiar por quatro anos o confronto entre as democracias e o fascismo que veio a estourar na Segunda Guerra mundial, porém esse adiamento se deu ao custo da devastação da república espanhola e da conivência com o avanço do governo despótico de Francisco Franco.

# As propostas de Glauber Rocha para o cinema novo

**Ítalo Nelli Borges**

Mestrando em História Regional e Local

Universidade do Estado da Bahia

italo.nborges@gmail.com

**RESUMO:** O Cenário cinematográfico nacional e internacional foi marcado pela obra de Glauber Rocha. Seus filmes foram feitos entre 1960 e 1980. Filmar, conhecer e percorrer diversos ambientes é uma característica presente nos filmes e na vida de Glauber. Nos filmes, temos os sertões representados em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). O litoral candomblecista fica por conta de *Barravento* (1961). *Terra em Transe* (1967) contrasta província e capital de um país alegórico ao Brasil. É preciso também levar em consideração suas produções internacionais durante a década de 70. Em suma, sua obra fílmica nos proporciona um grande repertório de espaços históricos a serem, pela interpretação fílmica, desmistificados, postos em perspectivas. Esses filmes podem ser considerados integrantes de uma corrente cinematográfica chamada Cinema Novo, movimento que durou até o final dos anos 60. No final da década de 1950 vários cineastas estavam interessados em propor um novo cinema para o Brasil. Esse cinema seria desatrelado a estúdios e estaria comprometido com temáticas políticas e sociais utilizando influências de filmagens europeias. Glauber Rocha é reconhecido como o maior expoente desse movimento, para ele o Cinema Novo teria que ser revolucionário propondo mudanças sociais profundos. Esse trabalho pretende analisar em que medida o Cinema Novo foi percebido por Glauber em seus discursos verbais e fílmicos. O Cinema Novo, em grande medida, rompeu paradigmas de produções fílmicas no Brasil com obras que propunham uma nova consciência histórica para o povo brasileiro. Assim, compreender as noções de Glauber Rocha, ainda que ele tenha sido apenas um cineasta da corrente, se faz de considerável importância para o entendimento de boa parte do cinema brasileiro da década de 1960, uma vez que entre os cineastas cinemanovistas, ele foi o que mais atingiu diferentes públicos.

**PALAVRAS CHAVES:** Cinema; Cinema Novo; Glauber Rocha.

O valor que o Cinema Novo trás para a história fica evidente se analisarmos o contexto histórico da época em que as suas obras foram produzidas e se pensarmos que essas obras foram feitas sob uma realidade de repressão e censura exercida não só ao cinema, mas a representações artísticas, uma arte subversiva que consegue driblar elementos normalizadores de um Estado ditatorial certamente estará na memória histórica do país e de seu povo, ainda mais se somarmos isso tudo ao talento de nossos cineastas. Para além do contexto do momento de vigência do movimento, os filmes cinemanovistas sempre abordaram figuras e temas históricos, posso citar como exemplo a figura do cangaceiro e a questão da reforma agrária. Aliaram-se uma estética cinematográfica revolucionária a serviço da crítica aos problemas sociais brasileiros históricos como a fome, o coronelismo e a miséria no sertão.

Durante todo o século XX, o cinema passou por diversas fases, diversos modos de pôr a imagem em movimento na grande tela. São exemplos; o cinema expressionista alemão, a *Nouvelle Vague* francesa, o Neorrealismo italiano, entre outros. No Brasil, em meados da década de 50 surgiam alguns cineastas com uma nova proposta de fazer cinema, que é mais interessado no abandono do povo pelo Estado, na desigualdade social, tudo isso sem usar grandes orçamentos e firulas estéticas dos estúdios que produziam filmes no Brasil.

Laikui Lins, em sua dissertação de mestrado, fala mais acerca contexto histórico que o Brasil passava neste período:

O contexto sócio – político e cultural que dá passagem ao desenvolvimento do Cinema Novo é o cenário dos anos de 1950. Nesse momento, o Brasil parece vivenciar uma frenética corrida em busca da superação do estado de subdesenvolvimento em que se encontra o país em pleno século XX, herança deixada pelo colonialismo europeu. Desenvolvimento, progresso e modernização tornam-se, então, as palavras de ordem nos mais diversos contextos da sociedade brasileira.<sup>300</sup>

O discurso desenvolvimentista dessa época é encontrado nas falas e nas práticas políticas de Juscelino Kubitschek, presidente da República entre 1956 e 1960. O então presidente propunha um plano de metas com o famoso *slogan cinquenta anos em cinco* que visava o rápido desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, desse modo, o Brasil torna-se um mercado aberto, sobretudo para o capital estrangeiro, embora este aspecto tenha causado inquietações. Uma parte do governo era a favor da industrialização nacional através de recursos do Estado e do setor privado, porém, mesmo o setor privado deveria ser especificamente nacional. Em contrapartida, havia a parcela a favor dos recursos estrangeiros financiando a indústria no Brasil. A construção de Brasília era também uma das metas do plano, a ideia era transferir a capital federal para uma região mais ao interior do país, ao mesmo tempo essa medida diminuiria a concentração político – econômica do sudeste e traria mais investimentos ao centro – oeste do país e dessa forma diversificando a economia brasileira.

A expansão industrial no Brasil nesse período indubitavelmente causou fortes transformações na sociedade. Com o aumento de indústrias, conseqüentemente houve aumento da classe operária e da burguesia, proporcionando o crescimento da classe média, que vinha ocupando mais representatividade no cenário social brasileiro.

Estes acontecimentos são frutos do processo de modernização implantado por JK. Com o fortalecimento destes grupos sociais, as práticas de cotidiano da sociedade foram mudando. De

---

<sup>300</sup> LINS, Laikui Cardoso. *A Recepção de Terra em Transe: ontem e hoje*. Dissertação (Mestrado em Literatura) Programa de Pós Graduação em Literatura e Diversidade Cultural. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009, p. 53.

acordo com Lins a classe média produziu demandas inexistentes até o momento, entre elas, demandas no plano cultural. Uma vez que o Brasil estava se *modernizando*, o país precisava evidenciar os mesmos atrativos dos países desenvolvidos. Podemos admitir que tanto o cinema, quanto a produção cinematográfica faz parte das demandas do plano cultural que a autora afirma.<sup>301</sup>

A produção mais emblemática deste período foi *Rio, 40 Graus*, de 1955 e dirigido por Nelson Pereira dos Santos que posteriormente viria a ser um nome importante no Cinema Novo. O filme em questão, de acordo com Leite (2005), trata com alta dose de criticidade a sociedade carioca mostrando a cidade do Rio de Janeiro sob a ótica de meninos negros que vendiam amendoins nos famosos pontos turísticos da cidade, a crítica está justamente no tratamento de descaso e desprezo exercido pela burguesia aos pobres e no contraste social dos cartões postais e favelas da cidade.

A abordagem corajosa e crítica de Nelson Pereira dos Santos causou alguns problemas para o lançamento do filme como aponta o historiador Sidney Leite:

O impacto do filme – produzido no contexto da enorme comoção nacional provocada pelo suicídio de Getúlio Vargas – foi tão grande que a polícia e o Serviço de Censura tentaram vetar sua exibição. As justificativas para tal tentativa foram desde a frágil e inverossímil alegação de que os termômetros oficiais da cidade do Rio de Janeiro, mesmo no verão, não atingiam 40 graus até a truculenta afirmação de que o filme havia sido feitos por comunistas com o objetivo de denegrir a capital federal.<sup>302</sup>

É importantíssimo que se fale desta ao falarmos de Cinema Novo. Como aponta Leite, “Rio, 40 Graus foi uma das principais fontes de inspiração para o movimento cinemanovista que eclodiu no final da década de 1950”.<sup>303</sup> Os filmes independentes produzidos durante esta década abriram caminho para que no início da década de 1960 o Cinema Novo se consolidasse enquanto movimento reconhecido internacionalmente e lembrado até os dias atuais como momento ímpar na história do cinema brasileiro.

Glauber Rocha foi um dos principais, senão o principal, cineasta da geração do Cinema Novo. Baiano natural de Vitória da conquista mudou-se pra Salvador onde passou o final da infância e adolescência. Foi na capital baiana onde começou a ter os primeiros contatos com crítica e produção cinematográfica. A carreira de Glauber Rocha foi marcada por obras importantes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (1969). Todas elas vencedoras de prêmios internacionais causando

---

<sup>301</sup> LINS. *Recepção de Terra em Transe: ontem e hoje*, p. 54.

<sup>302</sup> LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema brasileiro: das origens a retomada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 95.

<sup>303</sup> LEITE. *Cinema brasileiro: das origens a retomada*, p. 56.



impacto na crítica europeia e brasileira. Durante a década de 1970 passou longos períodos fora do Brasil onde também produziu novas obras a exemplo de *O Leão de Sete Cabeças* e *Cabeças Cortadas*, ambas de 1970. Além de cineasta, Glauber também foi escritor, apresentador de TV. Dotado de uma personalidade forte, acumulou polêmicas, amizades e inimizades durante a vida. Faleceu em 1981, aos 41 anos, em decorrência de problemas respiratórios.

O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico que teve diversos integrantes, existiram vários cineastas com propostas fílmicas diferentes, mas que atendia aos anseios do movimento ao buscar uma nova forma de fazer cinema no Brasil e de propor uma arte que tinha a intenção de transformar a sociedade. Ainda que existisse essa coletividade e o Cinema Novo só existiu por causa dela, o integrante mais conhecido e, de certa forma o mais atuante foi Glauber Rocha. Carlos Diegues, cineasta e amigo de Glauber afirma esse ponto de vista; “O Cinema Novo era quando Glauber chegava ao Rio, pois Glauber tinha a capacidade de nos agitar, nos entusiasmar, nos estimular.”<sup>304</sup>. Ao pensar o Cinema Novo, consequentemente Glauber também estava pensando o cinema nacional.

A proposta que Glauber Rocha para o Cinema Novo era essencialmente conflitante com outras propostas em vários aspectos. Até a década de 1960 a indústria do cinema no Brasil era recente, assim como o processo de industrialização de outros setores. Aqui tínhamos basicamente dois estúdios de cinema; Atlântica e Vera Cruz, os dois, cada um a sua maneira, usava o cinema *hollywoodiano* como maior referência, seja na produção ou em âmbitos de linguagem e narrativa fílmica. A Atlântica, com menos recursos que a Vera Cruz, se preocupava com comédias que na opinião dos cinemanovista eram um deboche ao povo brasileiro, o cinema carnavalesco era desprovida de crítica social real. A Vera Cruz veio com muito mais garbo e dinheiro trouxe avanços técnicos na produção, porém, do ponto de vista artístico e político, uma experiência insuficiente para os integrantes do Cinema Novo, haja vista que os mesmos consideravam que apenas a influência de *Hollywood* não seria suficiente para garantir um cinema esteticamente eficaz, assim como no espectro político, a Vera Cruz nada mais fazia do que a disseminação de uma cultura imperialista. No limite, a percepção dos cinemanovista, que também é a de Glauber Rocha, era que o cinema praticado no Brasil naquele momento não pretendia ou mesmo sugeria denunciar as injustiças sociais nem propor uma consciência crítica no público acerca da realidade social do país.

---

<sup>304</sup> PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Tradução Eleonora Bottmann. Campinas. Papyrus. 1996 (Coleção Campo Imagético), p.216.

Temos então o desenho geral do cinema de conflito que Glauber Rocha defende através de sua percepção sobre o Cinema Novo. A materialização dessa ideia é um texto de 1965 do cineasta com o título de *Estética da Fome* apresentado em um evento italiano sobre cinema. Muitos estudiosos consideram o texto como uma espécie de manifesto do Cinema Novo, em algumas páginas Glauber conseguiu expressar as visões daquele movimento. No referido texto, Glauber expõe veementemente o combate do Cinema Novo com o cinema industrial brasileiro.

No texto, Glauber contrapõe a estética cinemanovista com a estética do *cinema digestivo* brasileiro. Os filmes do Cinema Novo tinham um jeito mais incisivo de representar os problemas sociais brasileiros, seja pela própria precariedade das condições de produção, que serviram para metaforizar a realidade brasileira. A câmera tremendo, o áudio ruim, uma edição rústica era a linguagem do terceiro mundo no cinema e esses elementos estavam a serviço da representação de um povo miserável, que passava fome, que podia morrer de fome e que até matava para comer. Para Glauber Rocha, esse cinema incomodava a pequena burguesia brasileira que gostava de ver “os filmes de gente rica, em casas bonitas, andando em automóveis de luxo; filmes alegres, cômicos, rápidos, sem mensagens, de objetivos puramente industriais”<sup>305</sup>. Para o autor, esses filmes são a oposição do Cinema Novo. Assim, podemos entender que Glauber Rocha enxerga os filmes dos maiores estúdios brasileiros como reacionários ao passo que o Cinema Novo é vanguardista e revolucionário. Sua proposta para o cinema nacional é um cinema que, de algum modo, transforme a sociedade sob a ótica da esquerda, o que se diferencia disso, não se qualifica como arte engajada e transformadora. Luiz Nazario<sup>306</sup> contrapõe essa visão glauberiana do cinema nacional que não é o Cinema Novo. Segundo o autor, o cinema brasileiro tinha condições de se consolidar, mas foi suprimido pelo Cinema Novo por questões ideológicas já que a postura dos cinemanovista com relação ao cinema industrial com forte influência norte-americana era muito dura.

Um cinema que nasce e vive pelo combate, que precisa lutar contra seus inimigos, que precisa assim transformar a sociedade e conscientizar seu povo. Essa em suma é a proposta de cinema nacional de Glauber Rocha principalmente no início de sua carreira. A estética da fome foi uma grande sacada do movimento que produziu filmes interessantíssimos quando nos dispomos a analisar a história do cinema brasileiro. O Cinema Novo agitou o Brasil, sobretudo na *elite* intelectual brasileira, seja ela conservadora ou transformadora.

---

<sup>305</sup> ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2004, p. 65.

<sup>306</sup> NAZARIO, Luiz. *O Cinema Errante*. São Paulo. Perspectiva. 2013, 245p.

No entanto, o movimento não conseguiu atingir o povo, não houve uma identificação imediata entre os dois como planejavam os cinemanovistas, os filmes iam de encontro a uma lógica de distribuição e exibição que não os favorecia, uma linguagem hermética feita a partir de outras referências surpreende negativamente um público que não é cinéfilo, tudo isso produziu um afastamento entre o grande público e as obras do Cinema Novo, que ficavam mais expostas entre críticos e intelectuais. Esse afastamento inclusive foi propositor de autocrítica dos cineastas no fim dos anos 60 o que posteriormente diversificou as maneiras de produzir arte. A proposta de cinema nacional de Glauber Rocha deu certo em vários aspectos, mas no mais importante, conquistar as massas e modificar uma realidade contraditória, isso não foi possível de se fazer. Entretanto, poucos lugares no mundo puderam ter o privilégio de ter movimentos de vanguarda cinematográfica com filmografias riquíssimas de pontos de vistas estéticos e temáticos, isso o Cinema Novo deu ao Brasil.

# A política de esportes varguista (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?)

Marcus Vinícius Costa Lage

Doutorando em História e Culturas Políticas

Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mvclage@gmail.com

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a pensar/problematizar, de maneira incipiente, as relações de poder na estruturação do futebol de espetáculo de Belo Horizonte/MG entre 1910 e 1950, objeto de estudo de tese de doutoramento do autor. O exercício é realizado através de uma análise dos processos patrimoniais do poder público municipal referentes aos Estádios dos clubes de futebol da cidade. Tais fontes documentais são ainda cotejadas pela discussão contextual sobre as políticas de esporte no país, destacando o pioneirismo do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), como também pelas interações estatais municipais e estaduais com os clubes belo-horizontinos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Vargas (1930-1945); Política de esportes; Clubes de futebol belo-horizontinos.

As análises sobre as interações entre futebol e política comumente apresentam o primeiro governo Vargas (1930-1945) como inaugurador de uma política oficial para os esportes no Brasil, entendida como sinônimo de educação física, cívica e eugênica.<sup>307</sup> Assim, o intervencionismo varguista sobre os esportes preocupou-se em educar os corpos pelo país, preparando-os para o trabalho e para servir a nação. Nacionalismo que também deveria ser fomentado por meio da censura, difusão e propaganda político-cultural sobre os satisfatórios desempenhos de atletas

---

<sup>307</sup> Cf. MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 27-87. Cf. BUENO, Luciano. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 314 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 105-132.

brasileiros em competições internacionais, com destaque para as representações nacionais de futebol, modalidade esportiva de maior popularidade em vários centros urbanos do país desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, a efetiva instrumentalização política dos esportes no Brasil começou a se delinear somente a partir do recrudescimento do autoritarismo com a instauração do Estado Novo (1937-1945) e, ao mesmo tempo, através da produção de um “consenso” no setor esportivo privado em relação à “oficialização dos esportes” pelo governo<sup>308</sup>, cujos principais marcos foram a participação brasileira na III Copa do Mundo de futebol da Federação Internacional de Futebol *Association* (Fifa), realizada na França em 1938, e a promulgação do Decreto-lei nº 3.199 de 1941, que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND).

Como nos assevera Meily Assbú Linhales, esse longo percurso de efetiva instrumentalização política e “oficialização dos esportes” no país durante o governo Vargas evidencia que, independente das características autoritárias com que se revestiu o Estado nesse período, a presença estatal no esporte não deve ser considerada como

[...] monolítica, unidirecional ou coerente. Ao se ocupar do esporte, o Estado incorpora, em sua atuação, as tensões e contradições que permeiam a instituição esportiva, além de se apresentar como um espaço no qual o esporte estabelece diferentes padrões de relacionamento com outras instâncias de poder, também organizadas no interior da esfera pública.<sup>309</sup>

Se no plano nacional a intervenção varguista nos esportes se concretizou após negociações e embates frente a interesses políticos e esportivos diversos, como tentarei demonstrar a seguir, as interações entre poder público municipal e estadual, e os clubes de futebol belo-horizontinos durante os anos de 1910 e 1950 são uma evidência empírica ainda mais contundente das considerações de Linhales sobre a relação entre Estado, esporte e política. Por um lado, estudos que recuperam a trajetória de institucionalização política dos esportes em Minas Gerais<sup>310</sup> demonstram que as políticas públicas adotadas no Estado durante o governo Vargas foram conduzidas pelos princípios pedagógicos físicos, cívicos e eugênicos impostos pelo regime. Por outro lado, tomando como fonte de pesquisa os processos patrimoniais públicos da

<sup>308</sup> Cf. SOUZA, Denaldo Alchorne. *O Brasil entra em ação!:* Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008, p. 27-79.

<sup>309</sup> LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, p. 40.

<sup>310</sup> Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira; COSTA, Luciana C. Lages Rodrigues; PERES, Fabiano Antônio Sena; OLIVEIRA, Rita Márcia de; VIANA, Juliana de Alencar; SILVEIRA, Amanda Carolina Costa; SILVA, Márcio Aparecido de Freitas; LOPES, Tarcila Bretas; XAVIER, Jean Lopes; LANA, Vivyan Louise; SAAD, Jane. Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In.: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). *Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006*. Contagem/MG: MJR Editora Gráfica, 2014, p. 29-46.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte referentes aos Estádios dos clubes de futebol da cidade durante os anos de 1930 e 1940, percebe-se a permanência de práticas políticas de concessão de privilégios em relação a algumas agremiações esportivas da cidade iniciada ainda nos anos de 1910, reforçando a já existente hierarquização dos clubes de futebol em relação a oferta do espetáculo futebolístico na capital mineira.

### **Os processos patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte e os clubes de futebol privilegiados**

O poder público e as agremiações esportivas de Minas Gerais, notadamente os clubes praticantes de futebol em Belo Horizonte, interagiram desde, ao menos, os anos de 1910<sup>311</sup>, quando a nova capital do Estado tinha pouco mais de uma década de existência. Por meio de uma política imobiliária, a Administração Municipal “concedeu” terrenos e/ou reconheceu/legitimou a ocupação de lotes vagos por campos de jogos na restritiva e excludente Zona Urbana da nova capital, com destaque para aqueles clubes com maior capilaridade social, dada a diversidade social e étnica de seus participantes – *i.e. Yale Athletic Club, 1911; Sport Club Luzitano e Societá Sportiva Palestra Itália, 1922* – e daqueles com influência política e social, em função da origem social e econômica elitista de seus participantes – *i.e. Club Atletico Mineiro, 1916 e America Futebol Clube, 1920*. Ao mesmo tempo, através de incentivos materiais, pecuniários e simbólicos, os poderes públicos municipal e estadual promoveram espetáculos esportivos na cidade, como, por exemplo: a) por meio da oferta de “Taças”, contribuindo com a estruturação regular de competições de futebol – *i.e. “Taça Bueno Brandão”*<sup>312</sup>, de 1914, considerada oficialmente a primeira competição de futebol da cidade aliás, dando origem à primeira agência controladora do esporte local, qual seja, a Liga Mineira de *Sports Athleticos*, em 1915; e b) subsidiando a construção de espaços físicos para a prática e assistência de futebol – *i.e. Prado Mineiro, 1905-6; e, sobretudo, os Stadium do America FC, de 1923 e 1929, e do C Atletico Mineiro, de 1929*.

O primeiro *Stadium* do *America FC*, inaugurado em 1923, teve 15% de seu orçamento subsidiado pelo Congresso Mineiro. Além disso, no evento inaugural, coube a Raul Soares, presidente do Estado e sócio do clube, a responsabilidade de dar o “pontapé inicial” do amistoso entre o “dono da casa” e o *América FC* do Rio de Janeiro. Em 1928 a Prefeitura requisitou o

---

<sup>311</sup> Para informações sobre o futebol belo-horizontino entre os anos de 1910 e 1930, consultar os artigos publicados em SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo de O.; SILVA, Tiago Felipe da. (Org.). *Histórias do futebol e do torcer em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 65-163.

<sup>312</sup> A “Taça Bueno Brandão” (1914) homenageou o presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão que, junto com o então Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Olinto Meireles, foram os patrocinadores do evento. Aliás, ambos os políticos eram sócios do *America FC*, um dos três participantes do evento junto com *Yale AC* e *C Atletico Mineiro*.

terreno do *Stadium americano* para a construção do atual Mercado Central, indenizando o clube, no ano seguinte (1929), com imóvel em área desmembrada do Parque Municipal, dotado de “[...] muros, archibancadas, para sócios e geraes, Campos de Foot Ball, de Tenis e de Basquet Ball, barracão para tomador de conta do campo [...]”<sup>313</sup>.

Ainda em 1929, o *C Atlético Mineiro* edificou sua praça de esportes também por meio de uma parceria com o Governo Estadual, à época presidido por Antônio Carlos, político aliás que deu nome ao *Stadium atleticano*. Assim, durante os anos de 1910 e 1920, a atuação estatal em relação aos clubes de futebol contribuiu para instituir, como também reforçou uma rivalidade hegemônica e emuladora de distinção social em Belo Horizonte entre *America FC* e *C Atlético Mineiro*, o que explica, dentre outros fatores, o monopólio desses clubes na disputa das catorze primeiras competições de futebol realizadas na cidade entre 1914 e 1927, com destaque para os dez campeonatos vencidos consecutivamente pelos *americanos* entre 1916 e 1925.

A rivalidade clubista, aliás, pode ser apontada como um dos principais fatores responsáveis pela ressignificação social dos praticantes e espectadores do futebol na capital mineira, ensejando sua popularização e espetacularização. Processo que se caracterizou, no final dos anos de 1920 e princípios de 1930, dentre outros aspectos, pela emergência de uma nova força futebolística na cidade, qual seja, a *SS Palestra Itália*, que paulatinamente, passou a rivalizar com o *C Atlético Mineiro* de forma mais contundente que o *America FC*<sup>314</sup>, tornando-se, a partir de então, uma agremiação esportiva também privilegiada pelas ações estatais.

Nesse mesmo contexto, a ascensão de Vargas ao poder a partir de outubro de 1930 iniciou a sistematização de uma política de esportes a nível nacional. O marco inaugural da política de esportes varguista em Minas Gerais<sup>315</sup> coincide com a instauração do Estado Novo em 1937, regime político que afastou a oposição do poder, interveio nos governos estaduais e municipais e extinguiu os partidos políticos e o Parlamento.

---

<sup>313</sup> FERRAZ, Francisco Casimiro Martins. Registro de Imóvel n. 16.533. – Data 18 janeiro 1928. [Cópia de 12 nov. 1959]. Belo Horizonte: 1º Ofício Registro de Imóveis, 1959, f. 1. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Terreno onde se encontra o America F.C.* Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, s/d.

<sup>314</sup> Segundo Marcelino Rodrigues da Silva, por mais que a *SS Palestra Itália* tenha rivalizado as conquistas futebolísticas regionais com o *C Atlético Mineiro* a partir de 1930, a sua consolidação como segunda força esportiva na cidade só ocorreu nos anos de 1960, quando, então, a agremiação já havia sido rebatizada de *Cruzeiro Sport Club* por ocasião da política de nacionalização dos esportes de Vargas nos anos de 1940. (Cf. SILVA, Marcelino Rodrigues da. Picadinho de raposa com sopa de galo. In.: *Quem desloca tem preferência: ensaios sobre futebol, jornalismo e literatura*. Belo Horizonte: Relicário, 2014, p. 101-125.

<sup>315</sup> Como assinalado anteriormente, as informações sobre a política de esportes varguista em Minas Gerais foram retiradas de RODRIGUES; ISAYAMA; COSTA; PERES; OLIVEIRA; VIANA; SILVEIRA; SILVA; LOPES; XAVIER; LANA; SAAD. *Maapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 29-46.



Assim, a promulgação do Decreto-lei estadual nº 150 de 1938 definiu as bases legais de difusão da “cultura física” no Estado por meio da construção e manutenção de Praças de Esportes em diversas cidades mineiras, dotadas predominantemente de um ginásio poliesportivo e uma piscina. A base orçamentária para a concretização dessa política foi estabelecida no ano seguinte (1939), por meio da criação da Loteria Mineira, cujos recursos também seriam destinados à construção da Universidade de Minas Gerais.

Com o Decreto-lei estadual nº 922 de 1943, que criou a Diretoria Geral das Praças de Esportes de Minas Gerais, definiu-se que essas Praças de Esportes deveriam ofertar “Cursos Populares” de educação física para alunos de grupos escolares do Estado e formar, por meio de parceria com a Polícia Militar, “[...] monitores para o ensino e treinamento de exercícios físicos e esportes em geral [...] capazes de inculcar nos jovens os valores cívicos e morais, inerentes à organização social que se pretendia legitimar.”<sup>316</sup> O “polo irradiador” e “espelho” dessa política seria o *Minas Tênis Clube*, “Construído pela Prefeitura de Belo Horizonte [entre 1935-1937], arrendado a um grupo da elite política e econômica da cidade [...]”<sup>317</sup> e que, a partir de 1938 foi transformado em entidade de utilidade pública sob a denominação de Praça de Esportes Minas Gerais. Seu presidente, nomeado pelo próprio governo do Estado, também tinha a função de dirigir, juntamente com dois outros membros, a Diretoria Geral das Praças de Esportes.

Essa instrumentalização política dos esportes em Minas Gerais, verificada, por exemplo, com a construção e “estatização” do *Minas Tênis Clube*, também se arvorou sobre os principais clubes praticantes de futebol de Belo Horizonte, à época, *America FC*, *C Atlético Mineiro* e *SS Palestra Itália* que, a partir de 1939 passaram a receber cotas da Loteria Mineira para difundir a “cultura física” estado-novista<sup>318</sup>. Entretanto, as fontes por ora encontradas não são suficientes para dizer se o repasse desses recursos alterou a organização desses clubes, obrigando-os a ofertar os “Cursos Populares” e a promover a formação de professores a partir dos princípios pedagógicos (físicos, cívicos e morais) e militaristas impostos pelo regime varguista. Por outro lado, os processos patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte evidenciam a ampliação dos privilégios políticos concedidos aos clubes de futebol supracitados.

---

<sup>316</sup> \_\_\_\_\_, *Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 38.

<sup>317</sup> \_\_\_\_\_, *Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)*, p. 35.

<sup>318</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. A Prefeitura... [documento manuscrito]. [Original de] 13 setembro 1943; [Anotações e subscrições em] 22 fevereiro 1954; 4 maio 1954. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs: Cruzeiro S.C. (Ex-Palestra) e Club Atlético Mineiro. Demonstração dos alugueis devidos e providencias tomadas sobre o assunto*. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, [data de entrada] 27 ago. 1943.

Exemplo nesse sentido pode ser encontrado nos documentos constantes do processo *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas* [...] <sup>319</sup>, registro da contratação, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, das dívidas do *C Atlético Mineiro* e da *SS Palestra Itália* em 1936, quando então o poder público local adquiriu, por meio de apólices municipais, os Estádios e demais instalações esportivas desses clubes, arrendando-as, em seguida, a custos anuais e por um prazo de 30 anos, a esses mesmos clubes. Mesmo diante dessa manobra patrimonial do poder público municipal e do financiamento do Governo do Estado por meio da Loteria Mineira, o *C Atlético Mineiro* e a *SS Palestra Itália* encontravam-se inadimplentes em 1943 com a Prefeitura de Belo Horizonte em relação a seus arrendamentos sob a justificativa de seus presidentes que alegavam “[...] precariedade da situação financeira de seus gremios.” <sup>320</sup>. Na ocasião, o *C Atlético Mineiro* havia pago apenas os dois primeiros anos, enquanto a *SS Palestra Itália* não havia pago sequer a primeira parcela prevista em contrato.

A solução encontrada para o impasse foi a retenção das cotas da Loteria Mineira desses clubes em 1943 e seu consequente repasse à Municipalidade <sup>321</sup>, evidenciando, portanto, o uso, mesmo que eventual, do recurso estatal destinado à difusão da “cultura física” para manter as finanças do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro Sport Club/SS Palestra Itália*. A ausência de documentação sobre o pagamento dos arrendamentos das praças de esportes *atleticana* e *cruzeirense/palestrina* não nos permite dizer se, após o confisco da Loteria Mineira em 1943, esses clubes mantiveram-se adimplentes com a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo em vista a vigência do contrato até o ano de 1965.

Em 1949, já com a redemocratização do sistema político brasileiro, a situação financeira do *C Atlético Mineiro* voltou a ser objeto de intervenção estatal, pois o clube havia vendido o *Stadium Antonio Carlos* a pessoas físicas e a Bancos da cidade sem, contudo, desocupá-lo <sup>322</sup>. Em Lei municipal nº 156, de 1950 <sup>323</sup>, a Prefeitura “isentou o clube dos ônus de urbanização” em projetos de desmembramento e loteamento urbano, permitindo que o mesmo adquirisse grande

---

<sup>319</sup> \_\_\_\_\_ . *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs*.

<sup>320</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. A situação foi regularizada? 27-8-43. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Arrendamento dos quarteirões 16, da 8ª e 13 da 9ª seções urbanas, respectivamente aos Clubs: Cruzeiro S.C. (Ex-Palestra) e Club Atlético Mineiro. Demonstração dos aluguéis devidos e providencias tomadas sobre o assunto*. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, [data de entrada] 27 ago. 1943, f. 1.

<sup>321</sup> \_\_\_\_\_ . *A situação foi regularizada?* f. 1.

<sup>322</sup> PAULA JUNIOR, José Francisco de Paula. *Clube Atlético Mineiro*. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Clube Atlético Mineiro: juntada de processo*. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 49 – Doc n. O, Processo n. 1534/53, 31 dez. 1952, f. 1-4.

<sup>323</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Lei 156, de 17 de julho de 1950. Isenta o Clube Atlético Mineiro do ônus de urbanização. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Clube Atlético Mineiro – “Quinta Elza” – Relatório de 14/12/1954 ou processado contendo o pedido de aprovação da planta e parcelamento de terreno feito pelo Club Atlético Mineiro*. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 49 – Doc n. J, 17 jul. 1950, f. 1.

área na região da Pampulha, denominada “Quinta Elza”, hipotecando os lotes aos seus credores. O extravio do processo em 1954 deixa ainda algumas lacunas a serem desvendadas em relação à prática política de concessão de privilégios aos principais clubes da cidade.

Curiosamente, as ações de emissão de apólices ou a isenção dos ônus de urbanização para assegurar as finanças do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália* não se estenderam ao outrora deca campeão da cidade, o *America FC*, o que não significa que o referido clube deixou de receber privilégios dos poderes públicos municipal e estadual. Segundo documentos do *Terreno onde se encontra o America F.C.*, o *Stadium americano* de 1929, doado ao clube em 1928, foi readquirido pela Prefeitura Municipal em 1939, sendo colocado à disposição do Estado de Minas Gerais para construção da Universidade de Minas Gerais. Como esse empreendimento nunca foi executado, o governo estadual adquiriu o imóvel junto à Prefeitura em 1946, doando-o, em seguida, novamente ao *America F.C.* conforme Decreto-lei estadual nº 1.627 de 1946<sup>324</sup>. Cabe ressaltar que a referida agremiação esportiva continuou utilizando sua praça de esportes mesmo entre os anos de 1939 e 1946, quando ela foi adquirida pela Prefeitura e colocada à disposição do Estado.

### **Considerações finais e questionamentos iniciais**

As fontes patrimoniais da Prefeitura de Belo Horizonte aqui discutidas tratam-se de uma primeira apreciação que faço sobre as relações de poder na estruturação do futebol de espetáculo de Belo Horizonte/MG entre 1910 e 1950, objeto de estudo de meu doutoramento. Assim, as considerações que ora passo a apresentar foram pensadas mais no sentido de indicar possíveis frentes de investigação do que, propriamente, como conclusões sobre as práticas políticas municipal e estadual em relação aos clubes de futebol da capital mineira.

Nesse sentido, me pergunto: às vésperas da instauração do Estado Novo, mais precisamente a partir dos anos de 1935-1936, o repasse de recursos e a amortização das dívidas do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália* por parte dos poderes públicos municipal e estadual impactaram na organização desses clubes que tiveram de implementar ações que endossavam os princípios políticos varguistas para os esportes? Ou, por outro lado, esses auxílios pecuniários estatais foram investidos por esses clubes, predominantemente, na modalidade esportiva do futebol, contribuindo, a um só tempo, para consolidar o espetáculo futebolístico e para tornar tais agremiações esportivas hegemônicas nas competições futebolísticas da cidade?

---

<sup>324</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Histórico. In.: SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. *Terreno onde se encontra o America F.C.*. Belo Horizonte: Divisão de Patrimônio, Pasta n. 48 – Doc n. 1, s/d.

Além disso, me questiono sobre a origem das dívidas e da “precariedade financeira” do *C Atlético Mineiro* e do *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália*: tal situação relacionava-se à perspectiva desses clubes, iniciada ainda no final dos anos de 1920, no sentido de montar equipes mais competitivas e, conseqüentemente, mais diversificadas socialmente, ofertando melhores espetáculos esportivos à sociedade, ensejando os caminhos do profissionalismo do futebol na cidade? Essa reorientação permitiu a ressignificação social desses dois clubes que, paulatinamente, passaram a representar dois modelos identitários populares distintos que se concretizaram apenas nos anos de 1960, pautados na identidade nacional populista, de elogio à mestiçagem, para o caso *atleticano*, e calcado na perspectiva capitalista do trabalho, da perseverança, astúcia e sucesso, para o caso *cruzeirense/palestrino*?<sup>325</sup> Ou ainda, seria justamente a conformação dessa identidade popular que justificou o financiamento estatal desses clubes que assumiam a dominância do setor esportivo, em detrimento do declínio *americano*, que continuou a ser beneficiado com doações imobiliárias?

De todo modo, as interações entre Estado e clubes de futebol, sobretudo os auxílios da Prefeitura de Belo Horizonte durante os anos de 1920 e, especialmente, 1930 e 1940, a *America FC*, *C Atlético Mineiro* e *Cruzeiro SC/SS Palestra Itália*, evidenciam a importância social obtida pelo futebol na cidade e, mais precisamente, o poder de mobilização e reivindicação política dessas agremiações esportivas no cenário esportivo local. Foi também através dessas intervenções circunstanciais e fortuitas, é verdade, que a Municipalidade e o governo estadual reforçaram o monopólio desses clubes na organização do futebol de espetáculo na cidade. Além disso, essa atuação estatal localista constitui-se em um indicativo do interesse do poder público em se atrelar simbolicamente a esses clubes e ao próprio futebol de espetáculo dado seu potencial de representação social.

---

<sup>325</sup> Questões discutidas nos artigos de SILVA, Marcelino Rodrigues da. Jogando em casa. In.: *Quem desloca tem a preferência*. ensaios sobre futebol, jornalismo e literature. Belo Horizonte: Relicário, 2014, p. 98-169.

# Vargas e o jornal Correio da Manhã na campanha eleitoral de 1950

**Renan Vinicius Magalhães**

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

renan4321@gmail.com

**RESUMO:** Com a chegada das eleições presidenciais no Brasil, marcadas para 3 de outubro de 1950, várias alianças partidárias já haviam sido estabelecidas e nesse momento vários nomes foram aventados para o pleito. No período de “pré-campanha eleitoral”, o nome de Getúlio Vargas foi cotado para a candidatura e o jornal carioca “Correio da Manhã” noticiou essa provável candidatura, tendo por finalidade a oposição ao “ex-ditador”, modo como o jornal se referia à Vargas. Nesse sentido, analisamos o modo como o jornal construiu sua oposição à Vargas na campanha eleitoral de 1950, destacando seus meios e recursos para isso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Getúlio Vargas; Correio da Manhã; eleição

Em abril de 1950 Vargas se manifestou, pela primeira vez, que aceitaria sair como candidato à presidência: “Em abril, Getúlio, lançado como candidato à Presidência da República por João Goulart, respondia que ‘estava disposto a se sacrificar pelos trabalhadores’ ”.<sup>326</sup> Contudo, a homologação de Vargas como candidato à presidência ocorreu em São Borja, sua cidade natal, no dia 16 de junho de 1950, em discurso irradiado para a convenção nacional do PTB no Rio de Janeiro, partido que Vargas estava filiado desde 1946 quando foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul. Nesse panorama, antes mesmo da homologação da candidatura, o Correio da Manhã se manifestara em crítica à candidatura de Vargas e nesse intuito vamos traçar aqui uma primeira análise sobre a oposição do jornal à Vargas no período pré-campanha eleitoral.

A intensa oposição do Correio da Manhã à Vargas se manifestou em quase todas as edições do jornal, durante o período aqui analisado, 1 de junho de 1950 à 16 de junho de 1950 (pré-campanha eleitoral), e o seu motivo de ser nos traz indício de como o jornal encarava a candidatura de Vargas: uma real como possibilidade de vitória, pois apesar do que diziam, não haver perigo que seja eleito, o periódico não estava convencido de seu próprio discurso, senão seria injustificado emplacar forte oposição a quem não ofereceria perigo eminente de ganhar o pleito.

---

<sup>326</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. Marco Zero: São Paulo. 1989. p.91-92

Em 1º de junho de 1950 o Correio da Manhã publicou uma matéria com o título: “O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas”.<sup>327</sup> Nesse texto o jornal traz a entrevista com o ministro da guerra, general Canrobert Pereira da Costa, em que, considerando uma possível candidatura de Vargas, o ministro declara ser “realmente desaconselhável” a candidatura. A escolha da fala do ministro da guerra não foi aleatória, antes ela nos mostra indícios de como o jornal constituiu sua oposição em relação à Vargas, e nesse caso fica claro que a estratégia se pautou em um respaldo de uma “voz” através da qual fosse possível dar credibilidade, ou seja, o jornal se apoiou numa figura pública, constituída de grande autoridade política: o ministro da guerra. Podemos perceber nessa matéria que o jornal teria por objetivo duas principais questões: a primeira seria fazer oposição à candidatura de Vargas, fato esse insistente durante toda a campanha eleitoral e como vimos nesse caso ela se deu antes mesmo da homologação de sua candidatura; a segunda é manifestar uma ideia da qual o jornal corrobora, mas através de outrem, nesse intuito, a opinião do general ganha grande importância e embora a matéria corrobore a posição do jornal, o Correio da Manhã deixa exposto que a declaração é do ministro, que, não é em *stricto sensu* a sua própria opinião, ou seja, uma forma sensata do jornal se preservar e se manter “imparcial” nesse jogo político, embora tomasse partido.

Nessa mesma seção o jornal também publicou o que seria uma “resposta” do Senador do PTB Ernesto Dorneles sobre a fala do ministro da guerra. Em suas declarações Dorneles afirmou ser impossível vetar a candidatura de Vargas dentro das regras constitucionais, isso só se faria por meio de um golpe. A publicação dessa nota, logo após a fala do ministro da guerra, é muito interessante para perceber como o Correio da Manhã construiu sua oposição. Essas duas notas, complementares, porém separadas, são colocadas no mesmo espaço do título, ou seja, os dois títulos, que dizem sobre duas notas diferentes, podem ser lidos como uma frase que remete a um só sentido: “O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas: dentro da ordem constitucional, isso não é possível – declarou Dorneles”. Essa opção de *layout* gera um impacto na leitura em que poderia criar o sentido: seria impossível a candidatura de Vargas dentro das regras constitucionais. A meu ver, a resposta de Dorneles também serviu para corroborar a imparcialidade que o jornal pretendia manifestar, embora pode-se perceber a manipulação como se demonstrou nos títulos, mesmo ao publicar a notícia dos “dois lados”. No decorrer das edições posteriores o jornal vai se declarando, de forma mais aberta, a favor da campanha do Brigadeiro e mostrando sua oposição ao “ex-ditador”.

Na edição do dia 2 de junho de 1950 o Correio da Manhã retoma a declaração que havia sido feita pelo ministro da guerra, para colocar em debate e criticar, novamente, a possível candidatura de Getúlio Vargas. Com o título bem sugestivo “Anomalia” o jornal usa esse termo para adjetivar essa candidatura como um fenômeno estranho, indesejado, que não encontraria respaldo da população brasileira, ou seja, um fenômeno anômalo, além de se manifestar como se a candidatura estivesse homologada, e não estava. Nessa matéria o Correio da Manhã acrescenta um elemento de suma importância no interesse democrático e eleitoral: os brasileiros; o periódico tenta criar e compartilhar um sentimento nacional antivargas e nesse sentido estende aos brasileiros, a declaração de reprovação à Vargas emitida pelo ministro da guerra. Segundo o jornal

---

<sup>327</sup> O ministro da Guerra acha desaconselhável a candidatura do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, ano XLIX, nº17548, 1 jun. 1950.



as declarações do general Canrobert Pereira da Costa não foram feitas como ministro da guerra, nem em nome do Exército, mas como um cidadão, e nesse sentido o sentimento do general representou a manifestação da opinião nacional: “(...) milhões de brasileiros julgam igualmente desaconselhável e inoportuna a candidatura do sr. Getúlio Vargas.”<sup>328 329</sup>

Essa matéria, bem como outras que seguirão em análise no decorrer do texto, nos indica a tentativa do Correio da Manhã de criar um sentimento antivargas na campanha eleitoral, intenção que passa pela declaração do ministro da guerra e é estendida aos “milhares de brasileiros”, e como se virá a seguir, atinge a questão partidária. Contudo, devemos avaliar até que ponto esse “sentimento antivargas”, idealizado pelo jornal, encontrou correspondência na sociedade, e também situá-lo dentro do jogo político e partidário das eleições que se seguiram.

Embora o jornal apresente a ideia de um antivarguismo como sentimento “dos brasileiros”, queremos colocar à prova a abrangência dessa oposição partindo de duas questões principais. A primeira é sobre a presença de grandes massas nos comícios de Vargas e Ademar de Barros, e o apoio que essas massas compostas por eleitores e não eleitores<sup>330</sup> davam ao candidato. A segunda é a própria vitória de Vargas na campanha eleitoral com 48,7%<sup>331</sup> dos votos. Ora, com grande presença de eleitores e não eleitores nos comícios, e o resultado de vitória, percebemos que esse sentimento antivargas não pode ser tomado como uma característica “dos brasileiros”, como intencionou o jornal, mas representa e manifesta o interesse do Correio da Manhã e dos partidários do Brigadeiro, que almejava a sua vitória e tinham Vargas como principal concorrente.

Partindo desses indícios podemos então construir mais uma hipótese sobre o Correio da Manhã e o antivarguismo. A veemente campanha do jornal em desqualificar o candidato petebista, mesmo antes da homologação de sua candidatura, revela, a meu ver, o “medo” do jornal sobre a possibilidade da volta de Getúlio, e ao mesmo tempo a percepção de que essa possibilidade era real e não estava distante. Embora o jornal coloque a candidatura de Vargas como uma impossível vitória, a própria razão de ser da oposição se justifica pela possibilidade do adversário ganhar o pleito, do contrário essa oposição não seria pauta, ou então não seria tão forte e aguerrida, afinal o jornal não era apenas participante, mas também constituinte dos interesses partidários.

A oposição que o Correio da Manhã fez à Vargas se deu dentro do limite das regras democráticas, pelo menos em tese, como coloca o próprio jornal, não era de interesse impedir a candidatura de Vargas, mas sua própria consciência lhe bastaria para se sensibilizar à opinião pública que consideraria sua candidatura uma “Anomalia”:

Ninguém cogita de impedir que essa candidatura seja lançada, nem se trata de impulsionar contra ela um movimento de força. Contudo a própria inteligência e o próprio bom senso do sr. Getúlio Vargas é que se devem tornar sensíveis às

<sup>328</sup> Anomalia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, ano XLIX, nº17549, 2 jun. 1950.

<sup>329</sup> Se aqui o Correio da Manhã tenta legitimar suas ideias a partir dos brasileiros, não será diferente com Vargas, que também ira na população brasileira reivindicar sua legitimidade política.

<sup>330</sup> Na constituição de 1946 os analfabetos não tinham direito ao voto, assim, nem todos os apoiadores de Vargas eram necessariamente votantes, afinal, em 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era 49,4% de alfabetizados e 50,6% de analfabetos. Disponível em: **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. IBGE: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>.

Acesso em 28 abr. 2015.

<sup>331</sup> DELGADO. *PTB*, p.93



correntes de opinião pública que consideram anômala e perturbadora a sua candidatura.<sup>332</sup>

Essa declaração do jornal é oportuna para que o impresso se legitime dentro das regras democráticas de oposição, ou seja, é importante, principalmente nesse período pós 1945 que o Correio da Manhã se posicione como um jornal democrático e não se disponha a fazer o que vão condenar em Vargas, um golpe contra a democracia.

O apelo do jornal para a valorização da democracia não foi casual, antes teve uma estratégia bem construída, pois, foi a condição de promoção da democracia enquanto um valor indiscutível, o substrato para contrapor esse valor à personalidade de Vargas. Assim o jornal faz uma de suas principais acusações:

No livre e correto jogo das instituições, o sr. Getúlio Vargas violou um dia as regras do jogo para liquidar os seus companheiros da vida política. E aí está exatamente o que torna anômala, como suscetível de tantas desconfianças, a sua candidatura: ele é um parceiro que não respeita as regras do jogo...<sup>333</sup>

Aqui, o jornal trás à tona o passado ditatorial de Vargas (1937-1945), a pecha de “ex-ditador” e em alguns casos “ditador”, será recorrente no Correio da Manhã desde então, e o periódico elege o passado político de Vargas como pauta de acusação, crítica e oposição, e é justamente esse passado ditatorial o pressuposto para sua candidatura ser uma “anomalia”.

Como já havíamos analisado a oposição do Correio da Manhã à candidatura de Vargas se deu primeiramente, através da figura do ministro da guerra. Posteriormente o periódico adicionou junto à opinião do ministro a população brasileira, e agora essa oposição se manifesta na questão partidária-ideológica, por meio dos comunistas. O periódico publicou uma nota intitulada “Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas”<sup>334</sup> e anuncia que o jornal comunista “A Classe Operária” havia dado início a uma intensa oposição contra a candidatura de Vargas. Essa campanha dos comunistas contra Vargas havia causado estranheza nos meios políticos, pois, na perspectiva do Correio da Manhã, trabalhistas e comunistas participariam de objetivos comuns. Assim, o jornal coloca duas ideias principais, a aproximação de Vargas com o comunismo: “(...) até bem pouco tempo havia certa analogia entre os objetivos dos trabalhistas e comunistas”<sup>335</sup> e a oposição, intensa, dos comunistas contra o Vargas.

O interesse do Correio da Manhã nessa nota pode ser interpretado como um ato antivarguista em tentativa de enfraquecer sua candidatura a ser homologada. A oposição do periódico se manifestou, nessa nota, na relação estabelecida entre Vargas e o comunismo, ideia que deve ser contestada e também entendida dentro do jogo político. O periódico aproxima Vargas do comunismo, o “inimigo nacional”, e ao mesmo tempo coloca este contra a candidatura de Vargas, assim passando a ideia de ser tão negativa essa candidatura que até os comunistas a rejeitou. Contudo, a associação que o jornal faz de Vargas com o comunismo pode ser questionada, a partir de duas questões: a repressão ao comunismo e o golpe de 1937; e o alinhamento de Vargas à ideologia do Estado de Bem-estar Social.

<sup>332</sup> Anomalia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, ano XLIX, n°17549, 2 jun. 1950.

<sup>333</sup> Correio da Manhã. *Anomalia*, p.4

<sup>334</sup> Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, n°17549, 2 jun. 1950.

<sup>335</sup> Correio da Manhã. *Violenta campanha dos comunistas contra o sr. Getúlio Vargas*, p.1.

Getúlio Vargas teve uma política anticomunista como característica de governo, acentuada em alguns períodos como de 1935-1937. Motta aponta que foi a “ameaça comunista” um argumento decisivo para justificar o golpe tanto em 1937 como em 1964.<sup>336</sup> Além disso, em 1936 Vargas manifestara em pronunciamento a “Necessidade e dever de repressão ao comunismo”.<sup>337</sup> Dessa forma, tendo em vista a repressão de Vargas ao comunismo, o fato do “perigo comunista” ter sido um argumento para a implantação da ditadura do Estado Novo, e bem como uma avaliação de suas pautas políticas na campanha de 1950, pode-se afirmar que associar Vargas aos comunistas foi uma calúnia significativa no período em questão. Essa aproximação a que o jornal recorreu foi também parte do interesse político do periódico em deslegitimar o candidato, e também reforçar a sua postura não democrática, lembrando que a maior experiência comunista do período, a União Soviética, se deu em regime autoritário. Em síntese, essa relação se explica dentro do jogo político, mas em termos objetivos, é uma relação não coerente.<sup>338</sup>

Como se tentou mostrar até aqui, o Correio da Manhã fez forte oposição à Vargas em 1950. Contudo, o contra ponto dessa oposição foi o apoio oferecido ao candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes: “Em conflito com Getúlio desde 1932, o periódico se posicionou contra o seu retorno ao Catete na eleição de 1950, fazendo campanha aberta pela candidatura de Eduardo Gomes (UDN)”.<sup>339</sup> O apoio e propaganda política do Correio da Manhã a favor do brigadeiro colocam em questão a imparcialidade do jornal, sendo praticamente unânime nos estudos históricos que utilizam como fontes revistas e jornais, que não há imparcialidade na imprensa. A posição do periódico em apoiar o candidato udenista também se deu através da comparação entre os candidatos, exaltando o brigadeiro e suas virtudes, ao contrário de Vargas, sempre referido como “ex-ditador” e às vezes “ditador”, incapaz de seguir regras democráticas.

Na edição do dia 7 de junho de 1950 o Correio da Manhã publicou uma matéria que é bem elucidativa sobre o apoio ao brigadeiro e oposição à Vargas. Tendo como título bem sugestivo, “Os dois polos: o Brigadeiro e o sr. Getúlio Vargas”, o jornal estabelece a relação antagonica entre Eduardo Gomes e Getúlio Vargas:

No fundo, essa simplificação representa um progresso. Torna-se, com efeito, mais fácil educar o povo, ensiná-lo a distinguir entre demagogia e popularidade, democracia e totalitarismo, líderes democráticos genuínos e messias ou “fuehrers”, quando num lado está um homem como Getúlio Vargas e no outro o brigadeiro Eduardo Gomes. Nessa polarização também os que ficam de permeio empalidecem aos olhos do eleitorado.<sup>340</sup>

---

<sup>336</sup> MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002. p. XXII-XXIV.

<sup>337</sup> VARGA, Getúlio. Necessidade e dever de repressão ao comunismo, resposta à manifestação popular recebida no Rio de Janeiro, a 10 de Maio de 1936. In. VARGAS, Getúlio. **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre, 2004, p. 67-69.

<sup>338</sup> O Correio da Manhã ressaltou essa objeção dos comunistas contra Vargas, será que o jornal comunista não se opôs a outros candidatos também? Será que a escolha do Correio da Manhã foi seletiva?

<sup>339</sup> MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Democrático, mas não muito: a percepção do jornal Correio da Manhã sobre a democracia brasileira no Segundo Governo Vargas. Anais da ANPUH – **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

<sup>340</sup> Os dois polos: o Brigadeiro e o sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, nº17553, 7 jun. 1950.

Ao colocar Eduardo Gomes e Getúlio Vargas em polos de oposição, o jornal usa o recurso da comparação para exaltar o candidato udenista e rebaixar o candidato petebista. Essa comparação é um recurso de grande impacto sobre os leitores e também é didático (exemplo e contraexemplo). Ao usar termos como “democracia e totalitarismo”, “líderes democráticos genuínos e messias ou fuehres”, contrapondo dois extremos, o jornal não só estima a qualidade de um, como também expõe a fraqueza do outro.

Outra comparação entre Vargas e Eduardo Gomes feita pelo Correio da Manhã, e que revela mais uma vez a posição política do jornal na campanha eleitoral, diz sobre a intenção dos candidatos e suas alianças políticas. Em edição do dia 8 de junho de 1950<sup>341</sup> o periódico publica a carta escrita por Vargas ao presidente do PTB, Salgado Filho, sobre a escolha de seu nome para a candidatura à presidência, e coloca em pauta, também, a candidatura do PSD e da UDN. Nesse intuito Vargas sugere um possível “reexame da situação”<sup>342</sup> que diz respeito as alianças políticas e as candidaturas, ou seja, Vargas tenta propor um rearranjo para as candidaturas, que já estavam definidas, embora não homologadas. Diante desse reexame proposto por Vargas seria previsível a reação do Correio da Manhã em se colocar mais uma vez contra o candidato petebista e usar as declarações de Vargas contra ele mesmo, e assim o fez.<sup>343</sup>

Sobre as variadas formas de críticas que o Correio da Manhã fez a Vargas vale destacar a atribuição de “ex-ditador” e “ditador”. Como é sabido, em 1937 o país passou a viver sob a ditadura do “Estado Novo”, em que Vargas fechou todas as instancias do legislativo federal, estadual e municipal, foi um tempo de suspensão dos direitos políticos.<sup>344</sup> Como aponta Queler, em 1950 Vargas procurou se auto-reabilitar para concorrer ao pleito eleitoral, e um dos principais desafios foi se livrar da pecha de ex-ditador.<sup>345</sup> Podemos, ainda, perceber como que essa auto-reabilitação veio como defesa das acusações que o Correio da Manhã, dentre outros jornais, fazia, rememorando e trazendo à tona o passado de Vargas. Com o fim do Estado Novo em 1945, pode-se considerar que as eleições presidenciais de 1950 ocorreram sob um passado viçoso e marcado pela ditadura e autoritarismo, a retomada da democracia no Brasil era recente, e por isso a acusação de ditador nesse contexto é demasiado forte e significativo na luta política.

Firme em sua atribuição de “ex-ditador”, o Correio da Manhã, em sua estratégia de criticar Vargas através de figuras eminentes da sociedade, publica uma matéria do político e diplomata José Thomaz Nabuco, membro de uma família importante de políticos, diplomatas e advogados brasileiros, do qual se destaca seu tio Joaquim Nabuco, grande mentor da campanha abolicionista, e por isso José Nabuco já trazia peso e credibilidade à sua publicação.<sup>346</sup> Tendo como título “A candidatura de Vargas” Nabuco questiona se Vargas teria compromisso de

<sup>341</sup> Pronunciamento do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, ano XLIX, nº17554, 8 jun. 1950.

<sup>342</sup> Correio da Manhã. *Pronunciamento do sr. Getúlio Vargas*, p.1.

<sup>343</sup> Simples manobra estratégica, a carta do sr. Getúlio Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, Ano XLIX, nº17555, 9 jun. 1950.

<sup>344</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Golpe do Estado Novo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em 20 abr. 2015.

<sup>345</sup> QUELER, Jefferson. Tramas e programas de um político: Getúlio Vargas e o reformismo social na campanha eleitoral de 1950. In: NAXARA, M.; SEIXAS, J.; CERASOLI, J.. (Org.). **Tramas do político: linguagens, formas, jogos**. Uberlândia: Edufu, 2012, p. 128.

<sup>346</sup> NABUCO, José Tomás. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

guardar a constituição de 1946, pois tendo faltado ao juramento prestado à constituição de 1934, poderia novamente prestar idêntico juramento? “Não, é a resposta que podemos dar sem hesitação”.<sup>347</sup> Nabuco retoma o golpe de 1937 e a partir dele reprova Vargas e sua candidatura afirmando que ele não teria credibilidade para guardar a constituição, nesse intuito, o que prevalece sobre Vargas e sua história política, na perspectiva do jornal, é seu passado ditatorial, aqui também corroborado por Nabuco, este passado foi o grande trunfo dos opositores.

Como já se viu o *Correio da Manhã* antecipou a oposição à Vargas antes mesmo dele e do PTB homologar a candidatura e dar início à campanha eleitoral, como sugestão de que a candidatura seria inevitável. Em 4 de junho de 1950 o jornal publica a matéria “O sr. Getúlio Vargas Candidato: seu nome será lançado em São Paulo pelo sr. Ademar de Barros”.<sup>348</sup> Nessa matéria o jornal confirma a candidatura de Vargas e a aliança firmada entre Vargas e Ademar de Barros, informação obtida através da fala de Danton Coelho, um dos principais articuladores da aliança PTB-PSP e que viria a ser presidente interino do PTB a partir de agosto de 1950.<sup>349</sup> A aliança firmada entre Vargas e Ademar de Barros (PTB e PSP) foi fundamental para as eleições de 1950, e também foi condição necessária para a vitória do PTB.

Ao abordar a temática das eleições presidenciais de 1950 e a aliança entre Vargas e Ademar de Barros, Delgado, em uma perspectiva também compartilhada por Maria Celina Soares D’araujo, mostra como os petebistas tinha entendimento que não seria possível sustentar uma vitória, na campanha presidencial, sem uma aliança política, pois embora o partido apresentasse uma tendência real de crescimento, sua dependência ao getulismo e as precárias bases regionais impediam uma consolidação partidária em curto prazo<sup>350</sup>. A escolha por Ademar de Barros na aliança foi estratégica para a inserção de Vargas no Estado de São Paulo, pois após as eleições para vice-governança do Estado de 1947, em que Vargas apoiou Cirillo Junior do PSD e foi derrotado, ele avaliou que sua influência no Estado não era suficiente e se antecipou na aliança com Ademar de Barros em 1948, o então governador de São Paulo.

Estava firmado o acordo entre PTB e PSP, Vargas como candidato à presidência e Café Filho, indicado por Ademar de Barros, candidato à vice-presidência, porém as alianças partidárias do PTB não se restringiu apenas ao PSP. Como Coloca Delgado havia o acordo formal e oficial (PTB-PSP) e o acordo velado (PTB-PSD), no acordo com o PSD Vargas apoiou algumas candidaturas estaduais de candidatos como Juscelino Kubtschek em Minas Gerais, e Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul<sup>351</sup>. Nessa articulação de Vargas foi incluído também até o principal opositor do PTB, a UDN; em Pernambuco, Vargas apoiou a candidatura de João Cleófas ao governo do estado, e após o pleito ele foi nomeado por Vargas como Ministro da Agricultura. As alianças do PTB com esses vários partidos se explica pelo fato de que o PTB não

<sup>347</sup> NABUCO, José Thomaz. A candidatura Vargas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano XLIX, nº17560, 15 jun. 1950. 1º Caderno, p.2.

<sup>348</sup> O sr. Getúlio Vargas Candidato: seu nome será lançado em São Paulo pelo sr. Ademar de Barros. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, Ano XLIX, nº17551, 4 jun. 1950.

<sup>349</sup> COELHO, Danton. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Coelho, Danton. [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

<sup>350</sup> DELGADO. *PTB*, p. 89-94; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951-1954**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982. p. 48-50.

<sup>351</sup> DELGADO, *PTB*, p. 92.

tinha fortes bases regionais, o PSP abrangia apenas São Paulo, e, além disso, o PTB tinha um grupo eleitoral bem específico: os trabalhadores urbanos, assim essas alianças eram necessárias para maior projeção do PTB e conseqüentemente arrecadação de mais votos.

Diante das intensas críticas à Vargas e aprovação ao brigadeiro Eduardo Gomes, o *Correio da Manhã* empreende a tentativa de se mostrar imparcial, justo e democrático, nesse intuito, o periódico publicou uma propagando política a favor de Vargas, porém de maneira muito peculiar e claro, desproporcional ao tamanho das críticas feitas a ele, e elogios tecidos ao brigadeiro Eduardo Gomes e candidatos da UDN para outros pleitos. Embora não imparcial, acreditamos que o jornal foi democrático, no sentido de se declarar contra um golpe, caso Vargas vencesse, postura diferente assumida por Carlos Lacerda que, como já vimos, se declarou a favor de um golpe para que Vargas não assumisse a presidência, caso fosse eleito. A propaganda em questão trata de um soneto que havia sido publicado no mesmo jornal em 1946, com o título “ÊLE” e autor desconhecido, o soneto elenca diversos políticos e a forma como o eleitor se relacionava a eles: “Com Castilho, eu fui positivista (...) Com Washington Luis, protecionista (...)”<sup>352</sup>. Ao fim do soneto o autor diz haver uma lista imensa de políticos, e por fim vem Getúlio Vargas, que sobrepõe toda adjetivação e sua política é personalizada e singular: “Não esgoteis, porem, tamanha lista. Não vos canseis, que, na expressão exata. Eu sou, no fundo, apenas getulista!”<sup>353</sup>.

No soneto publicado também há uma nota da redação em que foi escrito: “Reproduzindo-o agora, queremos (sim, também queremos) cooperar na propaganda política do terceiro candidato à presidência da República.”<sup>354</sup>. Ao analisar essa propaganda a favor de Vargas podemos perceber como que ela na verdade é mais um remendo à imparcialidade do jornal, uma tentativa de se manter idôneo no jogo político, do que realmente uma propaganda pró Vargas ou uma cooperação em sua campanha eleitoral. Isso pode ser verificado através da comparação entre as notícias do brigadeiro Eduardo Gomes e Getúlio Vargas. Em termos de dados, no período de campanha eleitoral aqui analisado, 1 de junho 1950 à 3 de outubro de 1950, esse soneto em questão foi a única propagando pró Vargas, enquanto referente ao brigadeiro houve várias, em quase todas as edições. E ao contrário, os ataques à candidatura de Vargas foram diários, em quase todas as edições, e ao brigadeiro, não houve nenhuma crítica.

Corroborando a ideia de que o soneto publicado a favor de Vargas foi apenas um remendo à imparcialidade do jornal, verificamos as capas dos jornais no dia seguinte à publicação do soneto. O jornal possuía em sua organização mais de uma capa que era organizada em diferentes modos de cada edição, podendo uma mesma edição ter uma capa ou mais. Na edição do dia 21 de jun. é estampada na 1ª capa do jornal a matéria “Após a Convenção, o caminho é um só: a vitória do brigadeiro”<sup>355</sup>. E outra capa, posterior a essa e na mesma edição foi escrita a seguinte matéria: “A candidatura Vargas é uma mentira lançada à nação”<sup>356</sup>. A capa do jornal foi

---

<sup>352</sup> ÊLE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, ano L, nº17564, 20 jun. 1950.

<sup>353</sup> \_\_\_\_\_. *ÊLE*, p.1.

<sup>354</sup> \_\_\_\_\_. *ÊLE*, p.1.

<sup>355</sup> Após a Convenção, o caminho é um só: a vitória do brigadeiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, Ano L, nº17565, 21 jun. 1950.

<sup>356</sup> A candidatura Vargas é uma mentira lançada à nação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, Ano L, nº17565, 21 jun. 1950.

estampada primeiramente o elogio a Eduardo Gomes e depois a crítica à Vargas. Como se pode ver nas imagens abaixo, a imparcialidade era retórica, no sentido pejorativo da palavra.

Em síntese tentamos mostrar aqui as principais formas pelas quais o “Correio da Manhã” fez oposição à candidatura de Vargas no período de pré-campanha eleitoral, revelando dessa forma a real possibilidade da vitória que o candidato possuía.



# As abordagens da ditadura militar (1964- 1985) no âmbito do regional e do local – uma breve abordagem

**Ary Albuquerque Cavalcanti Junior**<sup>357</sup>  
Mestrando em História Regional e Local  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
ajunior.ufrb@hotmail.com

**RESUMO:** Após algumas reflexões no trato da historiografia, pretende-se fazer uma breve abordagem em torno da relação história regional e local com a historiografia referente ao período militar brasileiro instaurado em 1964. Sendo assim, a problematização quanto a localização da história regional e local dentro das discussões sobre os anos de Chumbo no Brasil serão o ponto chave desta breve abordagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura; Relações de poder; Região

## Considerações iniciais

O século XX foi marcado por acontecimentos históricos que tiveram inúmeras consequências no avanço da sociedade contemporânea. A exemplo, podemos mencionar as revoluções Russa, Chinesa, e Cubana, além das grandes guerras, do embate ideológico entre capitalistas e comunistas, e das ditaduras que assolaram o mundo, principalmente a América do Sul. Logo, o século XX foi um período de acontecimentos importantes para a História, como atribuiu Hobsbawm (1994), a era dos extremos. Contudo, a historiografia também passou por uma série de mudanças, após a Escola positivista. Já na abordagem da Escola dos Annales, a história passou a ser vista como “problema”, onde os fatos e as verdades deveriam ser problematizadas pelo historiador (Barros, 2012)<sup>358</sup>. Nessa perspectiva, segundo Constantino

---

<sup>357</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES

<sup>358</sup> BARROS, José D' Assunção. *O lugar da história local na expansão dos campos históricos*. In: *História Regional e Local: discussões e práticas*. Org(s) OLIVEIRA, Ana Maria. REIS, Isabel Cristina. Conferência para o I encontro de História Local/ regional. UNEB. Novembro. 2009



(2004)<sup>359</sup> a Escola dos Annales passou a difundir após a primeira grande guerra uma “História que narrasse o seu próprio passado”. Ainda segundo este estudioso,

(...) o pensamento dos historiadores também dirigiu-se para o local, para o regional. Passaram a considerar elementos do cotidiano como indicadores de uma realidade histórica mais ampla. Encontraram uma rede de conhecimentos que não mais desprezaram; desejaram entender as aldeias, que ficaram sendo definidas como lugares ou espaços como significados<sup>360</sup>.

Sendo assim, o estudo do Regional e do Local merece grande atenção, principalmente dos historiadores, uma vez que esta classificação está estritamente ligada às relações de poder e conseqüentemente com o conhecimento geográfico. Como aponta Neves (2008)<sup>361</sup>, historiadora que vê a abordagem da história regional e local como um método, a construção de uma localidade envolve fatores sociais, culturais e articulações com o tempo, espaço etc. Ou seja, a nomenclatura de espaços como Norte e Nordeste, por exemplo, está ligada a fatores externos e às relações de poder intrínsecas à sua formação, resultado da ação humana. Logo, a delimitação de um espaço, regional ou local, pressupõe a “identidade dos poderes” (Neves, 2008).

Por conseguinte, galgando do pensamento de Barros (2009), “a história local é uma realidade no quadro geral de modalidades historiográficas contemporâneas”. Diferentemente de Neves (2008) como dito anteriormente que vê a abordagem regional e local como metodologia, Barros (2009) deixa claro sua postura, ao defender o regional e o local como um campo da História. Ao passo que o Regional seja um sistema onde ocorrem dinâmicas internas, ligadas a outras localidades, enquanto o Local se apresente como um recorte, a partir de um problema político, cultural, econômico etc.

### **O regional, o local e a micro- história**

Outro debate que chama atenção é a relação entre o regional- local e a micro história. Sendo a interdisciplinaridade e o avanço cronológico as virtudes da história regional e local, ao passo que esta dialoga com outras ciências humanas, desde a geografia à antropologia, bem como se relaciona ao tempo de sua construção (Pereira, 2012)<sup>362</sup>. Segundo Neves (2008), a História Regional e Local parte do recorte de um pequeno mundo de um grupo social historicamente construído num determinado lugar pela

---

<sup>359</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*. História UNISINOS. Vol. 8. n° 10. Julho/Dezembro. pp. 157-178

<sup>360</sup> CONSTANTINO. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*, p. 160

<sup>361</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança**, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008.

<sup>362</sup> Pereira, Conceição Meireles. *História local e regional - singularidades de uma história plural*. In: [História Regional e Local II: o plural e o singular em debate](#). EDUNEB. 2012

totalidade. Enquanto que a Micro história analisa fragmentos de ocorrências históricas na forma de recorte temático através de uma comunidade, sem recorrer ao espaço onde os fatos ocorreram.

Podemos compreender que enquanto a micro-história faz análises micro-espaciais a partir dos indícios e revela suas proximidades com uma macro-história, o campo da história regional-local, faz um estudo a partir de determinado recorte espacial que fora construído em determinado local. Segundo Neves,

A matriz metodológica da micro-história desenvolveu-se com os estudos de cultura, especificamente na interação entre o popular e o erudito nas ações cotidianas, reveladoras da dinâmica do saber, capaz de transpor a estratificação social. Além de se embasar na idéia de “paradigma indiciário”, fundamenta-se na concepção de “análise intensiva” dos detalhes e na de “redução de escala” do objeto de estudo.

(...) para a história regional e local importa a unidade observada, o espaço socializado, o cotidiano compartilhado, para a micro-história, a escala de observação numa análise intensiva dos indícios, dos detalhes, das ocorrências secundárias<sup>363</sup>.

Montenegro (2012)<sup>364</sup> em *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar* representa bem a aplicação do método da micro-história. Uma vez que remonta através da memória de Luiz Inocêncio a relação entre suas vivências em anos de ditadura e as representação que os agentes da repressão e da imprensa conservadora realizavam a partir de seus atos, considerados subversivos. Dessa forma, é possível perceber o trabalho com a micro-história e a relação constante com a macro realizada por Montenegro (2012).

Por conseguinte, na obra *A invenção do Nordeste* (2009)<sup>365</sup>, Albuquerque Jr, deixa bem claro, apesar do título, que não busca fazer uma aproximação com a história regional. Uma vez que para este autor, a história regional busca colocar a ideia de região em outro patamar, dando-lhe verdade. “Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar-se verdadeira”<sup>366</sup>. Além disso, problematiza a ideia de região, uma vez que para ele, definir região é pensá-la como um grupo de imagens, discursos, diferentes estudos e não pensa-la como algo homogêneo.

Segundo Constantino (2004),

---

<sup>363</sup> NEVES. *História e região: tópicos de história regional e local*. p. 32-34

<sup>364</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar*. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 228-249

<sup>365</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009

<sup>366</sup> \_\_\_\_\_ . **A invenção do Nordeste e outras artes**. p. 39

(...) a História Regional/ Local que se pretende, antes de ser uma história do microespaço regional, local, é uma história produzida em perspectiva diferente e em concepção dialética. (...) História Regional/ Local na perspectiva da micro- história significa revitalização nas formas de produção histórica com reconstrução do que aconteceu perto de nós, buscando respostas a problemas que se impõem no presente, em diferentes esferas e âmbitos<sup>367</sup>.

Ainda no âmbito do regional e do local, Albuquerque Jr (2009) é bem enfático quanto à invenção do Nordeste, ao passo que esta “região”, seria uma elaboração a partir de imagens e discursos de uma elite dominante. Algo que nos remete a ideia inicial de regional ligada às relações de poder. Além disso, Albuquerque Jr (2009) chama atenção que ao se definir uma região, é necessário pensá-la como um grupo de imagens, discursos etc e não algo homogêneo. Além disso, parte do pressuposto que a ideia de região não aglutina culturas semelhantes, mas sim as homogeneiza. Ou seja, ao analisarmos a região Nordestina, por exemplo, ou propriamente a figura do nordestino, surgem inúmeros fatores que não pertencem a determinados locais que atualmente são denominados de Nordeste, contudo, a classificação não leva esses fatores no processo de sua elaboração.

#### **A ditadura militar – um breve debate do regional e do local**

Quando pensamos na abordagem de temáticas como a ditadura militar brasileira, que no ano de 2014 completou 50 anos de sua instauração, pouco se problematiza sobre as implicações do Regional e do local nesta conjuntura. É importante pontuar que o período militar (1964 – 1985) ocorreu após a tomada do Estado pelas forças armadas do país, quando o então presidente João Goulart é deposto e torna vaga a presidência da república, após ser acusado de ter planos socialistas para o Brasil (Skidmore, 1988)<sup>368</sup>.

Com base nos estudos realizados sobre o período em questão, até então não me questionava sobre a existência de relações de poder a partir de uma abordagem do regional e do local. Contudo, passei a refletir sobre onde teriam se desenvolvido os cenários mais simbólicos da Ditadura e suas maiores representações. Quando me refiro a isto, exemplifico com a deposição de Jango, os desdobramentos no Estado do Rio de Janeiro, desde o incêndio da União Nacional dos Estudantes (UNE) à morte do estudante secundarista Edson Luís e o quanto, principalmente os dois últimos fatos, se tornaram símbolos na história nacional e referências para o período.

Após realizar a disciplina História Regional e Local no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia e que leva o mesmo nome da disciplina sob a supervisão da professora Dr<sup>a</sup>. Sara Farias. Comecei a refletir sobre a temática da ditadura militar e sua relação com o regional e local, bem como perceber as relações de poder voltadas à ditadura e o campo do regional- local.

---

<sup>367</sup> CONSTANTINO. *O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local?*. p. 177

<sup>368</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo á Tancredo*. Ed. Paz e terra. São Paulo, 1988

Com isso, fiz um breve levantamento sobre trabalhos que mostram o quanto a ditadura esteve presente em vários estados do país, e não só no eixo Sul-Sudeste.

Por conseguinte, foi possível perceber que existem muitos trabalhos que abordam a ditadura militar e suas mais variadas vertentes, sejam políticas, sociais e culturais em diferentes espaços geográficos. Nos últimos anos, por exemplo, surgiram trabalhos que abordam o período militar e seus desdobramentos em estados e municípios. Alguns exemplos encontrados são *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* organizado por Zachariadhes (2011<sup>369</sup>), e *O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus (1960-1983)*<sup>370</sup> Mota (2013). Estes estudos são apenas alguns que selecionei e que trazem uma abordagem do período em perspectivas regionais e locais. Ou seja, ao passo que ocorriam os decretos e atos militares no Sul, no Sudeste, o Norte e o Nordeste possuíam os mesmos desdobramentos.

Uma vez utilizando a método de análise de Albuquerque Jr (2009) ao qual menciona que os discursos se impõem pela repetição, bem como é difundido pelas imagens e discursos, nos é possível perceber o quanto as imagens voltadas à ditadura são extraídas do Sudeste. Além disso, uma das ferramentas mais utilizadas entre os professores da educação básica e média, o livro didático, são detentores de imagens e discursos que criam uma identidade da história recente do Brasil onde os acontecimentos ficam restritos à localidades. Não estariam as editoras construindo a partir de uma história regional e local, uma história nacional? Segundo problematiza Albuquerque Jr (2009), existe um problema de se pensar na divisão historiográfica em história nacional e história regional. Algo muitas vezes aceito pelos historiadores que trabalham com a história regional. Albuquerque Jr (2009) é bem taxativo quando usa a terminologia “imperialismo” paulista e da região sul na historiografia, ao qual fazem história nacional e as demais regiões história regional. Logo, é necessário problematizar a localização de nosso trabalho, indo muito mais além do Nacional e/ou do regional- Local, mas fazendo uma história sem tantas classificações e ou especializações.

### **Considerações “finais”**

Com base no levantamento realizado até então no projeto que venho desenvolvendo no Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, é possível perceber o quanto a Bahia tivera representatividade nos fatos e atos na resistência à ditadura militar. Além disso, perceber o quão há fontes inesgotáveis na relação entre a Ditadura militar e as implicações nos mais variados Estados Brasileiros. Por fim, ao relacionarmos os campos históricos, com

---

<sup>369</sup> ZACHARIADHES, GC., org. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009

<sup>370</sup> MOTA, Cristiane Lopes da. *O Golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus (1960-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de pós-graduação., Santo Antônio de Jesus, 2013

os mais variados temas, é possível compreender as inúmeras teias de ligação a que a história está embutida. Cabe ao historiador estar atento e aberto a novas perspectivas metodológicas e campos de abordagem, algo que permitirá ao mesmo obter estudos amplos dentro de sua própria temática, como é o caso da relação ditadura e história regional e local.

## **ST 19: Ditadura e Transição Política no Brasil: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)**

**Juliana Ventura de Souza Fernandes**

Doutorando (UFMG) /julianavsf@yahoo.com.br

**Gabriel Amato Bruno de Lima**

Mestrando (UFMG) /amatolgabriel@gmail.com

**Natália Batista**

Mestre (UFMG)/ nataliabarud@yahoo.com.br

## “Sou um menino de mentalidade mediana”: MPB, ufanismo e negritude (1960-1970)

**Alexandre Reis**

Mestre em História

SEEDUC/RJ e CULTNA/UFF

[reis.alexandre@gmail.com](mailto:reis.alexandre@gmail.com)

**RESUMO:** Há uma cultura histórica muito forte e uma memória construída que associa a Música Popular Brasileira com a resistência à Ditadura. Entretanto, pouco são lembradas as canções de adesão ao regime. Mais relegadas ainda ao esquecimento são outras demandas políticas da época como a luta pela igualdade racial e a afirmação de identidade negra positiva e orgulhosa presente nas canções do cantor Jorge Ben daquele período.

**PALAVRAS CHAVE:** Negritude; Música popular brasileira; Relações raciais; Ufanismo; Ditadura.

### Protesto Político e MPB

A partir de 1964, com o golpe de 31 de Março, o Brasil entra em período ditatorial que dura 21 anos. Um processo longo como esse foi eivado de avanços e recuos, de fases mais repressoras e outros um pouco menos. Em 1968, por exemplo, tem início uma fase das mais opressivas quando ocorre um “golpe dentro do golpe”. Encabeçado por setores militares da chamada linha-dura, tal processo desembocou na publicação do Ato Institucional nº 5. Tal ato dava ao regime o poder de cassar liberdades civis tais como o direito ao habeas corpus, suspender o congresso e limitar os poderes dos governadores – aumentando, desta forma, a centralização política e o poder de repressão do Estado.<sup>371</sup>

A classe artística, em seu esforço de oposição à Ditadura, radicaliza seu discurso. Parte dela busca articular uma estética mais agressiva a fim de “despertar” o público. O pesquisador Gustavo Alonso analisa como esta “estética da violência” foi recorrente entre os músicos caipiras e perpassou a obra de artistas de outros gêneros, como os da MPB.<sup>372</sup> Alonso aponta que Geraldo Vandré, por exemplo, produziu canções com temáticas agressivas: “O terreiro lá de casa/ Não se varre com vassoura/ Varre com ponta de sabre/ Bala de metralhadora”.<sup>373</sup>

Além da estética da violência, um tema que perpassava algumas canções brasileiras da época, sobretudo aquelas compostas pelos artistas de maior renome da MPB, era o da tristeza.

---

<sup>371</sup> Parte das ideias aqui debatidas estão presentes no primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado. Ver REIS, Alexandre. *Eu quero ver quando Zumbi chegar: negritude, política e relações raciais na obra de Jorge Ben (1963-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. pp. 22-39

<sup>372</sup> ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 99-110.

<sup>373</sup> \_\_\_\_\_, *Cowboys do asfalto*, p. 101.



Em meio à conjuntura repressora, alguns artistas tinham temáticas mais soturnas em suas canções. Chico Buarque, por exemplo, compôs *Roda Viva* (1968): “Tem dias que a gente se sente/Como quem partiu ou morreu”; *Deus lhe pague* (1971): “Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir/ Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir/ E pelo grito demente que nos ajuda a fugir/ Deus lhe pague”. Embora as canções alegres de certa forma espelhassem o Brasil do “Milagre econômico”, uma parcela dos artistas, músicos e dos jornalistas e críticos achavam que não era tempo pra se comemorar. Para estes, aquele era o Brasil dos “anos de chumbo” e as canções alegres eram uma forma de adesão a Ditadura.

O AI-5 se tornou um marco na memória de estudantes, militantes e membros da classe artística, sobretudo os identificados com a MPB. Foi o que demonstrou Paulo César Araújo ao descrever as reações de Chico Buarque e Geraldo Vandré quando da decretação do quinto Ato Institucional em 13 de dezembro de 1968. Araújo cita uma declaração de outro Geraldo, o Azevedo, que na época acompanhava Vandré, em uma turnê de shows pelo Brasil: “Foi uma loucura. Vandré ficou louco; e o medo dele ser preso nos fez cancelar o espetáculo programado”.<sup>374</sup> Mas o que o pesquisador buscou enfatizar em particular é a reação dos artistas ditos “cafons” ao fechamento político do regime, como a reação de Agnaldo Timóteo: “Aquilo não mudou absolutamente nada na minha vida. Em que ano foi mesmo? (...) Nem me lembro disso. (...) Eu não me envolvia com política e os políticos não se envolviam comigo.”<sup>375</sup> Este suposto alheamento, em maior ou menor grau, em relação ao AI-5, também teria sido postura de outros artistas da chamada música “brega”, como Cláudio Fontana, Dom e Ravel, Benito de Paula, Nelson Ned, entre outros. Segundo Araújo, o que há de comum a estes artistas é o lugar social que ocupam, sendo a maioria oriunda de classes populares.

Nesta conjuntura, ganharam muita visibilidade as canções ditas “de protesto”, como *Cálice* de Chico Buarque, que criticava a censura. Embora as canções contestadoras não fossem as únicas produzidas na época, o que se consolidou na memória social sobre o período foi uma visão construída de que a maioria da sociedade brasileira, direta ou indiretamente, resistiu ao regime, e que a chamada MPB foi uma protagonista muito atuante desta resistência. Uma perspectiva importante acerca desta visão é a do pesquisador Daniel Aarão Reis, segundo o qual esta memória cristalizada da resistência foi se construindo principalmente no período da abertura, pela dificuldade da sociedade brasileira, em sua maioria, de lidar com o fato de que esteve durante

---

<sup>374</sup> ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 38 – 50.

<sup>375</sup> \_\_\_\_\_, *Eu não sou cachorro, não*, 2004, p. 272.

bastante tempo, apática e consensualmente, sob um regime ditatorial.<sup>376</sup> Penso que esquemas analíticos que apostem no binômio resistência-cooptação tendem a empobrecer nossa compreensão do período. Defendo que devemos explorar mais em nossas investigações os que não estavam “nem aqui nem lá”, como Jorge Ben, para dar um grau de complexidade maior à análise da sociedade no período.

Outra perspectiva importante que tenta dar conta dos comportamentos políticos dos sujeitos no período, mais especificamente daqueles ligados ao campo musical, é a de Gustavo Alonso em sua pesquisa sobre Wilson Simonal.<sup>377</sup> Este pesquisador, ao analisar o período ditatorial, defende que a grande maioria da sociedade brasileira pertencia ao grupo dos indiferentes, que se situava na “zona cinzenta, entre a luta armada e o apoio à ditadura.”<sup>378</sup> A “zona cinzenta” a que Alonso se refere faz parte do aparato conceitual que o pensador francês Pierre Laborie utiliza para pensar a França durante a ocupação nazista. Se distanciando de maniqueísmos que busquem heróis ou traidores, Laborie defende o “pensar-duplo” que busca dar conta das nuances, contradições e ambivalências entre a resistência e a cooptação.<sup>379</sup> Desta forma, é possível dizer que embora grande parte da sociedade brasileira nunca tenha se oposto ao regime, também não é possível dizer que esta parcela o tenha apoiado diretamente. É possível classificar Jorge Ben dentro desta grade teórica da zona cinzenta criada por Pierre Laborie. Dentro deste “cinza” haveria uma infinidade de matizes, de atuações políticas, algumas conservadoras, outras mais libertárias, que os sujeitos lançavam mão de acordo com o contexto. A questão é que tal qual muitos artistas vistos como “resistentes”, Jorge também teve canções censuradas. Ao mesmo tempo em que igualmente aos artistas vistos como “adesistas” também lançou composições que estavam em consonância com o ideário do regime. Para exemplificar uma atuação mais e outra menos “engajada” é possível citar as canções *Mano Caetano* (1971) e *Brasil, eu fico* (1970).

Na primeira, Jorge homenageia Caetano Veloso, à época no exílio:

Lá vem o Lá vem o mano, meu mano Caetano  
Lá vem o mano, meu mano Caetano

---

<sup>376</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. 332 f.

<sup>377</sup> ALONSO, Gustavo Alves. *Quem não tem Swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007. 237 f.

<sup>378</sup> \_\_\_\_\_, *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*, 2007, pp. 45-85.

<sup>379</sup> Segundo Laborie, “muito longe dos comportamentos heroicos e das rejeições declaradas, o duplo pensar aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis (...), como a tentativa de ajustamento entre o desejo e o possível”. (LABORIE, Pierre. “1940-1944: Os franceses do pensar duplo”. In: ROLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, pp.11-27).

Ele vem sorrindo, ele vem cantando  
Ele vem feliz, pois ele vem voltando  
Lá vem o mano Caetano  
Menino adorado, menino encantado  
É o mano Caetano  
Lá vem o mano, meu mano Caetano (...)  
Lá vem o mano Caetano Vem numa linda estrada verde  
Cheia de sol e rosas amarelas Lá vem o menino de camisolas brancas  
Debaixo de um lindo céu azul  
Verde, amarelo, azul e branco  
Lá vem o mano, meu mano Caetano (...)<sup>380</sup>

Esta é uma canção com a mesma temática de *Debaixo dos caracóis dos seus cabelos* (1970) de Roberto Carlos: uma maneira de prestar solidariedade a Caetano Veloso, exilado na Inglaterra naquele período. A composição não foi lançada por Ben, mas pela irmã do homenageado, Maria Bethânia, em seu álbum de 1971. Em todo caso, Jorge fez um dueto com a cantora na gravação. Em uma entrevista do ano de 1995 à TV Cultura, o artista declarou ter tido alguns problemas com a censura por conta desta canção:

Aí também acharam que a gente estava preparando a volta do Caetano [risos]. Quem foi chamado aí foi o André Midani, que era o responsável pela gravadora. Ele foi chamado pra responder sobre isso.<sup>381</sup>

Esta não foi a única canção que fez Jorge ter problemas com a censura. Olha o balaio dela (1972), composição que elogiava os glúteos femininos, teve de ser alterada. A letra da música passa de “Olha o balaio dela como é grande/Ui ui ui” para “Olha a beleza dela como é cândida/ui ui ui” por conta da preocupação dos órgãos da Ditadura em preservar “a moral e os bons costumes”.<sup>382</sup> O cerceamento moral foi uma constante na época e atingia diversos gêneros musicais. Outras canções de Jorge que lhe causaram problemas com a Censura foram Charles Anjo 45 e País Tropical conforme a entrevista que concedeu nos anos 1990 ao programa Roda Viva:

**Cunha Jr [entrevistador]:** Agora, com relação a essa coisa de sempre ter um final feliz e essa tua alegria, você foi muito patrulhado, numa época, por você fazer esse tipo de música. Patrulhas ideológicas. E, ao mesmo tempo, isso é engraçado, é tragicômico, até: na mesma época que as patrulhas diziam que você não era politicamente correto, vamos dizer assim, a ditadura perseguia você [risos]. A ditadura perseguia você dizendo que Charles, anjo 45 seria uma citação a Lamarca e a não me lembro mais quem, e aquela música, País tropical, seria aquela... No patropi, seria um código [risos]. Então, ao mesmo tempo

<sup>380</sup> Do álbum *A tua presença* (Maria Bethânia). Philips. 1971

<sup>381</sup> Entrevista de Jorge Ben Jor no Programa Roda Viva (18/12/1995). TV Cultura

<sup>382</sup> “Já proibidas cem músicas este ano: Incluindo músicas com títulos estranhos (A Pureza da Borboleta Lambuzada de Amônia), a Censura Federal divulgou a lista das cem músicas já proibidas em 1972, por serem ‘contrárias a moral e os bons costumes’ e por conterem ‘implicações políticas religiosas’. (...) Eis algumas das músicas censuradas: (...) ‘Eu via a cobra’ (Bráulio Sacramento), ‘Olha o balaio dela’(Jorge Ben)”. Folha de S. Paulo. 19/09/1972, p. 37.

“você era perseguido pelas patrulhas e pela ditadura. Que paranoia. Deve ter sido duro”.

**Jorge:** Foi duro, foi duro. Mas, geralmente, quem sofreu mais na época... que eram mais politizados, porque eu sempre fui apolítico, mas eu me lembro que quem sofreu mais com Charles Anjo 45 foi Caetano, porque a gravação... Eu fui chamado [pelos militares] várias vezes, mas ninguém falava nada comigo. Eu ia lá e vinha embora [risos]. Mas eles, não, o Caetano, realmente, no Charles, anjo 45 [música gravada como um compacto, single, em 1969 por Caetano Veloso] ele teve problema.<sup>383</sup>

De acordo com a entrevista, os censores pensaram que Charles fosse uma referência a Carlos Lamarca, capitão do exército que desertou para fazer parte da luta armada contra o regime, vindo a se tornar um dos líderes do grupo guerrilheiro VPR. A canção na verdade seria uma homenagem que Jorge Ben fez a um amigo de infância, Charles Antônio Sodré, que quando adulto se tornou “malandro” e contraventor, conforme o artista declarou em outro ponto desta mesma entrevista. É importante assinalar que as declarações de Jorge da década de 1990, em que afirma não ter tido maiores problemas com a censura, estão em consonância com suas declarações dos anos 1970, quando dizia que não fazia canções “de protesto”.

Quanto às patrulhas ideológicas citadas mais acima, o entrevistador do programa Roda Viva está se referindo a uma expressão do cineasta Cacá Diegues que ganhou muito eco na época. Em 1978, Diegues declara em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que a criação artística no país sofria certo patrulhamento das esquerdas. Jornalistas e críticos de arte como José Ramos Tinhorão buscavam nas obras de cinema, música ou teatro críticas sociais ou ao regime militar e os artistas que não se enquadravam nestes padrões eram duramente criticados. Foi o que aconteceu com Wilson Simonal na época de lançamento de “País Tropical”, música composta por Jorge Ben.<sup>384</sup> Vejamos a letra: “Moro! Num País Tropical Abençoado por Deus/ E bonito por natureza (Mas que beleza!) /Em fevereiro (Em fevereiro!)/ Tem carnaval (Tem carnaval!) Tenho um fusca e um violão/ Sou Flamengo, tenho uma nega Chamada Tereza...” Esta é uma das canções mais conhecidas de Jorge Ben. Como se percebe, sua letra fala da alegria de ser brasileiro e de morar em um país com belas paisagens naturais e de outras alegrias cotidianas como ver o seu time ganhar um campeonato. Em outro trecho o artista diz: “Sou um menino/ De mentalidade mediana (Pois é!) /Mas assim mesmo feliz da vida/ Pois eu não devo nada a ninguém (Pois é!)/ Pois eu sou feliz Muito feliz, comigo mesmo”.

Nos anos 1970, além de Jorge, outros artistas cantaram a alegria de ser brasileiro evidenciando uma “febre” nacionalista, isto em um período em que a chamada “linha dura” dos

---

<sup>383</sup> Entrevista de Jorge Ben Jor no Programa Roda Viva (18/12/1995). TV Cultura.

<sup>384</sup> ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular caçona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 272.

setores militares atuou de maneira mais efetiva. País Tropical é uma dentre as muitas canções ufanistas do período tais como *Eu te amo, meu Brasil* da dupla Dom & Ravel, *Pra frente Brasil*, tema da seleção brasileira na Copa de 1970 e *Que cada um cumpra o seu dever*, de Wilson Simonal.

É preciso assinalar que enquanto Simonal foi enquadrado pela memória como adeso, a imagem de Jorge Ben ficou ilesa. Houve sim algumas críticas a Jorge, mas nada comparadas com as que sofreu Wilson Simonal. Diferentemente de Jorge Ben, Simonal cultivava uma imagem arrogante, do negro que “botava banca”, o que ajuda a explicar a rejeição a este artista e a aceitação de Jorge, em geral visto como um rapaz bem comportado. “O menino que não virou senhor” é uma das frases que são usadas para descrevê-lo na coleção História da MPB – grandes compositores (1982).<sup>385</sup> Contribuiu também o maior investimento que Simonal fez nas canções ufanistas, a acusação de delação e o preconceito racial. Para Gustavo Alonso, uma das explicações é que o intérprete foi eleito pela sociedade como um “bode expiatório”, para purgar a dificuldade em lidar com a memória da tácita colaboração ou apatia em relação ao regime.<sup>386</sup>

A canção de Jorge Ben, interpretada por Simonal, que talvez seja a mais explícita adesão ao regime é Brasil, Eu fico: “Este é o meu Brasil/ Cheio de riquezas mil/ Este é o meu Brasil/ Futuro e progresso do ano dois mil/ Quem não gostar e for do contra que prá ...”. O último verso é seguido de um *riff* de metais que emulam um xingamento. O próprio Jorge nunca gravou esta canção, mas já a cantou em seus shows, conforme matéria da revista Veja de 1970. O jornalista e crítico musical Tárík de Souza descreve genericamente um show de Jorge com o Trio Mocotó em uma boate e como o público vibra com a letra.<sup>387</sup> Mas não era só o público do show que vibrava; grandes parcelas da sociedade brasileira “vibravam” com o Brasil do Milagre econômico da década de 1970. O país na época tinha um crescimento econômico na faixa de 10% ao ano e o governo empreendia grandes obras de infraestrutura como a Ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica. É deste período também a implantação da zona franca de Manaus, uma iniciativa do governo que instituiu um regime tributário especial na região da Amazônia a fim de estimular a produção industrial e o desenvolvimento econômico naquela região.

Um dos lemas mais usados na época era o “ninguém segura este país”, que foi encampado por inúmeras peças publicitárias da iniciativa privada, como bancos de

---

<sup>385</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira*. Nº08. Abril Cultural. 1972.

<sup>386</sup> ALONSO, Gustavo Alves. Quem não tem Swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os Limites de uma memória tropical. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 36.

<sup>387</sup> O jornalista não identifica a boate. “O momento mágico de Jorge Ben”. Revista Veja nº 90. (27/05/1970), p. 70.

investimento.<sup>388</sup> O presidente-ditador Médici chegou a ser homenageado com uma placa por membros do Clube Rotary estampada com esta frase. Os rotarianos parabenizavam Médici pelo MOBREAL, iniciativa para acabar com o analfabetismo, e pelo Programa de Integração Nacional, um decreto-lei para concessão de terras em áreas desocupadas do interior brasileiro, principalmente as margens da rodovia transamazônica.<sup>389</sup>

O lema “ninguém segura este país” originou-se de uma frase do próprio Médici ao comentar o gol do jogador Jairzinho na final da copa de 1970 entre Brasil e Itália. A frase foi noticiada pela maioria dos órgãos de imprensa e a partir daí se popularizou. Já o lema “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi inspirado no “America, love or leave it”, adesivo de carro criado nos Estados Unidos para apoiar o presidente Richard Nixon. Esse lema representava o pensamento do homem médio estadunidense: contrário às agitações estudantis, incomodado com as mobilizações dos negros pelos direitos civis e a favor da ofensiva no Vietnã. A versão brasileira do adesivo foi criada por empresários paulistas em abril de 1970 e distribuída gratuitamente a bancos e instituições públicas. Pouco tempo depois, a campanha passou a se propagar espontaneamente e era grande a procura pelos adesivos, vendidos em bancas de jornal.<sup>390</sup>

No que tange à mobilização – ou a falta dela – em relação à Ditadura, penso que há aspectos em comum entre os posicionamentos políticos de Jorge Ben e dos “bregas”. Também há similitudes em relação a suas trajetórias. Assim como os “cafonas”, Ben também é oriundo das classes populares, sua carreira teve altos e baixos e, mesmo após fazer sucesso, não tinha ainda alcançado uma relativa estabilidade econômica. Por outro lado, há também alguns aspectos que o aproximam do grupo visto como mais intelectualizado da música brasileira: Jorge, ainda que por um período breve de alguns meses, teve acesso à universidade, assim como outros grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso e Chico Buarque.<sup>391</sup> Novamente, Jorge “não está aqui nem lá”. Não corresponde de maneira estrita nem ao estereótipo do artista resistente, nem ao do artista supostamente alienado.

Sobre o posicionamento político, quando questionado pelo jornalista Tárík de Souza, em 1970 em entrevista à revista *Veja*, por que não fazia canções de protesto, Ben responde: “Olha, às vezes eu penso, eu queria ser um super-homem, um inatingível, com muitos poderes. Aí eu ia acabar com muita sujeira que eu vejo aí. Mas se eu fosse um super-homem...”.<sup>392</sup> Tal declaração,

---

<sup>388</sup> “Enquanto você espera a hora de pagar, tire proveito do open Market do Banco Halles. Ninguém segura este País”. *Folha de S. Paulo*. 25/08/1970, p.03.

<sup>389</sup> *Folha de S. Paulo* 11/10/1970, p. 03.

<sup>390</sup> Revista *Veja* n°95. 01/07/1970, p.30.

<sup>391</sup> Revista *Compact Disc*. N° 06 (Set/1991). Editora Globo.

<sup>392</sup> “O momento mágico de Jorge Ben”. *Veja* n° 90 (27/05/1970), p. 76.



um tanto quanto vaga e esquiva, dificulta a tentativa de inferir o que o artista considera como sendo “sujeira”. Mas, como a pergunta é em relação às canções consideradas de protesto pela sociedade da época, que no geral contestavam o regime militar e denunciavam as desigualdades sociais, é plausível supor que a “sujeira” se refira também a estas questões. Assim, Jorge demonstra não estar “alheio” à situação política do país, mas pensa ser impotente em relação a esta conjuntura. Para resolver a situação, só tendo super poderes. O próprio Jorge declarou que não gosta de política em entrevista publicada no fascículo *História da Música Popular Brasileira* da Editora Abril, em 1976: “Não me meto em política e nem faço canção de protesto. Não gosto”.<sup>393</sup> A “política”, para o contexto da época, para os críticos, jornalistas, público consumidor e para uma significativa parcela de artistas era “feita” na denúncia da Censura ou na crítica ao regime. Entretanto, como veremos adiante, as canções de Jorge tinham um determinado conteúdo crítico e eram sim políticas.

Como já mencionado anteriormente, normalmente a imprensa traçava um perfil pueril do cantor. Nesta matéria de capa da revista *Veja* de 1970, Jorge é descrito por Tárík de Souza como apolítico e ingênuo: “suas palavras parecem saídas de um mundo encantado, colorido. (...) E se os tempos são duros, mesmo para os cantores, em sua simplicidade ele não se preocupa.” Na edição dedicada ao artista da coleção *História da MPB – Grandes compositores* (1982), o jornalista Maurício Kubrusly também classifica Jorge como infantil: “mas essa espontaneidade – a força da criança pulsa justamente aí. (...) É o que o aproxima da cantiga de roda”. No mesmo fascículo desta coleção, o também jornalista Matinas Suzuki lembra: “suas letras eram tachadas de infantis”. Em outro ponto desta mesma obra, em texto não assinado, Jorge é descrito como o “moleque que venceu na vida” e um “ingênuo menino grande”.<sup>394</sup> Creio que essa imagem infantilizada, alegre tenha contribuído para que Jorge não tivesse maiores problemas com a censura. Interessante notar que as canções do artista que tratam da desigualdade racial não são encaradas como “canções de protesto” como por exemplo a composição *Take easy my brother Charles*, do álbum *Ben* (1969), onde o artista diz: “depois que o primeiro homem maravilhosamente pisou na lua/Eu me senti com **direitos** e princípios e dignidade de me **libertar**”.<sup>395</sup> Não por acaso, na capa deste *Long Play* Jorge é retratado (figura 1) segurando um violão e com correntes quebradas em seus pulsos como se tivesse conquistado sua liberdade. No mesmo ano desta matéria, alguns meses depois, Ben lança no álbum *Força Bruta* a sua canção mais explícita no que tange à denúncia das desigualdades raciais: *Charles Junior*. Nesta composição, o desesperançado personagem suplica

<sup>393</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira* n° 08. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

<sup>394</sup> Coleção *História da Música Popular Brasileira – Grandes compositores*. . São Paulo: Abril Cultural, 1982.

<sup>395</sup> Grifos meus.



de forma pungente: “eu só quero viver em paz e ser tratado de igual pra igual”. Este clamor por igualdade e liberdade tem um viés extremamente político.

**Figura 1 - Capa do Álbum Jorge Ben – 1969** Fonte: [http://www.jorgebenjor.com.br/sec\\_discos.php](http://www.jorgebenjor.com.br/sec_discos.php)

Caetano Veloso, no documentário *Imbatível ao extremo*, de 2010, comenta o posicionamento político Jorge no que tange à ditadura e à questão racial:

É. Ele não gosta de política. É meio apolítico. E é assim que é o negócio dele. E, no entanto essas canções pelo movimento negro são explicitamente políticas. Mas eu acho que tem uma coisa mais profunda. Eu acho que ele representava os sentimentos enraizados na maioria da população brasileira. E que sem esses sentimentos nós não teríamos tido a Ditadura. É um negócio complicado, mas é assim. A Ditadura não caiu de mártir sobre o Brasil. A Ditadura foi criada pelos brasileiros. Pelo que o Brasil é, como ele se comporta, pelo que ele deseja e o Jorge Ben é um para raio, um termômetro, um instrumento de captação do sentimento profundo brasileiro (...). Quando você diz isso você está obviamente cortando de cara a possibilidade de você julgar uma dessas coisas pelo crivo político ideológico, com seus valores eleitos, com qualquer tipo de correção política. É impossível. É errado [julgar]. Isto não dá certo. E tem uma porção de coisa aí, de classe, de raça... Uma porção de coisa que tá se mexendo e que aparece em figuras como Jorge Ben.<sup>396</sup>

De fato, Jorge Ben teve canções ufanistas, duas pelo menos. Em uma cantava a alegria de ser brasileiro e na outra, cantada por Simonal, aderiu ao lema Ame-o ou deixe-o. Em parte, estava afinado com o pensamento e os sentimentos do brasileiro médio. Como o próprio artista diz “sou um menino de mentalidade mediana”. Entretanto, ao mesmo tempo em que louva o “patropi”, se solidariza com o exilado Caetano. Não está com os “dois pés” fincados nem no pólo da resistência nem no da cooptação, caracterizando assim uma postura própria da zona cinzenta, cheia de matizes. Vale ressaltar o modo pelo qual Caetano encara as canções em que Jorge expressa a sua negritude, classificando-as como “canções pelo movimento negro”. Embora não tenha sido filiado oficialmente a grupos militantes, as canções de Ben em que defende a causa

---

<sup>396</sup> *IMBATÍVEL ao extremo: assim é Jorge Ben Jor*. Produção: Paulo da Costa e Silva (Instituto Moreira Sales), 2012 (199 min). Disponível em <<http://ims.uol.com.br/Home-Radio-Batuta-Documentarios-Imbativel-ao-extremo-assim-e-Jorge-Ben-Jor/D1095>>. Consulta em 15 de março de 2013.

negra evidenciam um conteúdo crítico, e por isso é compreensível que o cantor baiano o classifique como pertencente ao “movimento”. É preciso demarcar que esta é uma visão construída a posteriori, uma vez que esta declaração é bastante recente. Por esta ótica, as canções de Jorge eram sim canções “de protesto”, embora não tenham sido encaradas desta forma no período, em que se considerava como canções “de protesto” aquelas contra o regime militar ou contra a censura. Embora visto como apolítico, Jorge tinha um engajamento político: pela igualdade racial. Isso pode ser percebido nas suas performances e em suas canções, onde chama atenção para as desigualdades entre brancos e negros, como na já citada canção *Charles Júnior*, onde aciona uma determinada memória da escravidão ao dizer não é o que foram seus irmãos (escravizados), pois “nasceu em um ventre livre no século XX”.

# Memórias Resgatadas, Infâncias Violadas

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto<sup>397</sup>

Pós-doutorado

Universidade Federal de Minas Gerais

[annaflav@prof.una.br](mailto:annaflav@prof.una.br)

**RESUMO:** Este artigo relata alguns casos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, familiares de desaparecidos políticos, registrados no Fundo Clamor, localizado no Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990, nos documentos da associação das Abuelas de Plaza de Mayo e nos Arquivos do Terror, do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai. Através da consulta e análise desses arquivos foram selecionados documentos cujas informações remetiam ao desaparecimento de crianças e à prisão e/ou sequestro de militantes grávidas. O argumento central deste artigo consiste na afirmação de que essa documentação contribui de forma significativa, para o resgate da memória histórica do período ditatorial e para a conquista da cidadania plena nesses países, sendo o Brasil protagonista da implantação da Doutrina de Segurança Nacional na América do Sul.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ditadura Cone Sul; Direitos Humanos; Fundo Clamor.

## Introdução

*Dos niños, (1) Anatole Boris Julien Grisona, nacido en El Uruguay el 22/09/72, y (2) Eva Lucía Julien Grisona, nacida en la Argentina el 07/05/75, secuestradas el 26/09/76 en Buenos Aires, em una operación conjunta de las fuerzas policiales uruguayas y argentinas, fueron encontradas en la ciudad de Valparaíso, Chile. Los niños están bien. Sus padres, Roger Julien Cáceres (uruguayo) y Victoria Grisona (argentina), secuestrados en esa misma operación, continúan desaparecidos. La familia entera fue secuestrada de su residencia em Partido de San Martín, Provincia de Buenos Aires<sup>398</sup>.*

O texto acima se refere a uma denúncia feita pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR<sup>399</sup>, em 1979, a respeito do desaparecimento das crianças uruguaias Anatole Boris Julien Grisona (4 anos) e Eva Lucía Victoria Julien Grisona (1 anos e 4 meses) que foram sequestradas no dia 26 de setembro de 1976 junto com seus pais na Argentina e deportadas ilegalmente para o Chile. Durante a operação de sequestro, os pais dessas crianças foram mortos e seus filhos foram levados para centros de interrogatórios.

---

<sup>397</sup> Pós-Doutora em História (FAFICH-UFMG), pesquisadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória / UFMG, Professora Adjunta do Centro Universitário UNA, email: [annaflav@prof.una.br](mailto:annaflav@prof.una.br).

<sup>398</sup> Boletín de Prensa del 31/07/1979. Fundo Clamor, pasta 1, plástico 60. Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP.

<sup>399</sup> Comitê em Defesa dos Direitos Humanos dos Refugiados dos Países do Cone Sul criado em 1977, apoiado pelo Arcebispo de São Paulo - Cardeal Paulo Evaristo Arns e vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados. Seu objetivo era prestar proteção e assistência aos refugiados dos países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Posteriormente foram abandonados numa praça, na cidade de Valparaíso (Chile) e entregues a um orfanato por uma assistente social que passava no local<sup>400</sup>.

A partir de setembro de 1976 os familiares de Anatole e Eva Lucía iniciaram uma busca desesperada para reencontrar as crianças. Segundo a historiadora Ananda Simões Fernandes, esta prática se trata de uma “modalidade de Terrorismo de Estado das ditaduras de Segurança Nacional”<sup>401</sup>, sobretudo na Argentina, que durante a vigência do regime militar (1976-1983) contou com o alarmante número de aproximadamente de 500 crianças sequestradas<sup>402</sup>.

Ações como essas eram utilizadas em técnicas de interrogatório para obtenção de informações consideradas essenciais para o Estado de Segurança Nacional vigente nos países do Cone Sul e no Brasil.

Nossa atenção se volta para os casos de crianças desaparecidas, sequestradas, presas e torturadas, filhas de militantes políticos e opositores das ditaduras do Cone Sul e do Brasil, registrados no Fundo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul<sup>403</sup> - Clamor, do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990<sup>404</sup>.

Esta pesquisa utilizou como fonte documental as fontes primárias retrospectivas presentes nos documentos do Fundo Clamor, localizado no Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP, entre os anos de 1970-1990, os documentos da associação das Abuelas de Plaza de Mayo e os Arquivos do Terror, do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai. O objetivo desse trabalho foi descrever os casos de sequestro, prisão e desaparecimento de crianças, filhas de militantes políticos, durante o período de vigência dos governos ditatoriais nos países do Cone Sul – Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai - e no Brasil e a atuação dos integrantes do grupo Clamor e da associação das Abuelas de Plaza de

---

<sup>400</sup> Sobre esse assunto consultar: LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

<sup>401</sup> FERNANDES, Ananda Simões. “*Esta guerra nos es contra los niños*”: o sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPES, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). *Memória, Verdade e Justiça: as marcas das ditaduras do Cone Sul*. Porto Alegre: ALRS, 2011. p. 48.

<sup>402</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

<sup>403</sup> O fundo Clamor encontra-se distribuído em 106 caixas arquivo, 28 pastas para periódicos e 1 pasta para arquiteto. Reúne documentos textuais, orais e iconográficos. Os documentos foram adquiridos através de doação do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), em 1993.

<sup>404</sup> Período de documentação dos arquivos do Fundo Clamor.

Mayo na apuração, localização e restituição às famílias originais das crianças e adolescentes presos e sequestrados.

### **Casos de violações de direitos humanos**

O avanço de denúncias de crianças desaparecidas e/ ou torturadas durante as ditaduras militares argentinas e uruguaias, apontou para a prática dessa modalidade de “terrorismo de estado” em outros países do Cone Sul. Dados do relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil apontam como saldos das ditaduras do Cone Sul os seguintes números:

no Brasil foram 50 mil pessoas presas, 20 mil torturados, 356 mortos e desaparecidos, 4 crianças provavelmente sequestradas. No Uruguai foram 166 desaparecidos, 131 mortos, 12 bebês sequestrados, 55 mil detidos. No Paraguai foram de 1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos, 1 milhão de exilados. No Chile foram 1.185 desaparecidos, 2.011 mortos (embora estatísticas extraoficiais falem em até 10 mil assassinados), 42.486 presos políticos apenas em 1976. Na Argentina foram 30 mil mortos e desaparecidos<sup>405</sup>.

No caso argentino, muitas crianças sequestradas tiveram suas identidades omitidas e foram posteriormente adotadas ilegalmente por famílias ligadas direta ou indiretamente à repressão. Várias crianças sequestradas junto com seus pais foram adotadas por oficiais da repressão. Exemplo dessa situação é o caso de Mariana Zaffaroni, sequestrada quando tinha dezoito meses de idade, junto com seus pais Jorge Roberto Zaffaroni Castilla e María Emilia Islas de Zaffaroni em Buenos Aires, no dia 27 de setembro de 1976, por forças da repressão argentina e uruguaia. A partir dessa data os familiares de Mariana iniciaram uma busca para encontrá-la. No dia 20 de maio de 1983 o jornal argentino “Clarín” de Buenos Aires publicou um apelo, com a foto da menina, solicitando a quem tivesse qualquer informação de Mariana, que entrasse em contato com as *Abuelas da Plaza de Mayo*<sup>406</sup> ou com o grupo Clamor em São Paulo. Vinte dias após o apelo chegou uma carta anônima da Argentina enviada ao grupo Clamor. A carta informava que Miguel Angel Furci, membro do Serviço de Inteligência do Estado (SIDE), estaria com Mariana em um subúrbio de Buenos Aires. A menina havia sido registrada como filha legítima do casal Furci, sendo registrada dois anos após o seu nascimento. Segundo Mariana Zaffaroni,

*Hasta los 17 años creí que me llamaba Daniela Furci. Después de recuperar mi identidad el proceso de adaptación fue bastante lento, yo no me quería hacer cargo de mi historia. Pero cuando nació mi*

---

<sup>405</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 101.

<sup>406</sup> Organização de direitos humanos argentina, fundada em 1977, que tem como finalidade localizar e restituir às suas famílias legítimas todos os filhos sequestrados e desaparecidos durante a última ditadura militar argentina (1976-1983).

*hija, todo empezó a fluir con mi familia. Ahora, al ver personas parecidas a mí, tengo la sensación de pertenecer. Esto yo no lo había sentido nunca a pesar de que tuve una infancia feliz.*<sup>407</sup>

Segundo Samantha Viz Quadrat<sup>408</sup>, a tortura de mulheres, militantes políticas, durante e após a gravidez e, posterior sequestro dos bebês, eram práticas comuns exercidas por membros da ditadura militar argentina. As militantes grávidas eram sequestradas e após a realização dos partos, geralmente em centros clandestinos, os bebês eram retirados das mães com a falsa informação de que seriam entregues aos avós. Após a separação, as mães, geralmente, eram executadas. Esta prática tinha como objetivo difundir o terror entre a população, quebrar o silêncio dos pais, educar as crianças com uma ideologia contrária a de seus pais biológicos. Para execução desse plano o exército argentino difundiu instruções de seis manuais específicos. O manual intitulado “*Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos*” (abril de 1977), ratifica a intenção dos militares de entregar para orfanatos ou famílias de militares crianças com até quatro anos. Acreditava-se que até essa idade, essas crianças estariam livres da influência política de seus pais.

*A raíz de un juicio contencioso-administrativo contra el Estado nacional (...), fue localizada en un organismo militar la prueba de que en su momento existió un documento titulado 'Instrucciones sobre procedimiento a seguir con menores de edad hijos de dirigentes políticos o gremiales cuando sus progenitores se encuentran detenidos o desaparecidos', proveniente del Ministerio del Interior (abril de 1977). El documento en sí no ha sido hallado, y presumiblemente fue destruido, pero sí se sabe que existió. Esto indica que la sustracción de niños al menos fue representada como probable. Ciertamente, no se sabe cuál era el contenido de tales instrucciones, pero no parece que haya sido el de instar a los ejecutores directos a devolver los niños a sus familias de origen.*<sup>409</sup>

Várias das crianças nascidas em cativeiro continuam desaparecidas. Segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos<sup>410</sup>, na Argentina, cerca de 500 crianças, filhas de militantes políticos, foram sequestradas durante o período da ditadura militar, sobretudo entre os anos de 1976 e 1983. Dessas crianças, somente 109<sup>411</sup> conseguiram recuperar sua identidade biológica, graças ao trabalho da *Abuelas de La Plaza de Mayo*<sup>412</sup>. Desde aquela época até a

<sup>407</sup> Disponível em: [http://plansistemático.blogspot.com.br/2011\\_11\\_01\\_archive.html](http://plansistemático.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html). Acesso em: 18 de abr. 2014.

<sup>408</sup> QUADRAT, Sandra Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *História (online)*. v. 22. n. 2. p. 167-181. 2003.

<sup>409</sup> SANCINETTI, Marcelo A. y FERRANTE, Marcelo. *El derecho penal en la protección de los derechos Humanos*. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1999. p. 169.

<sup>410</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos*. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 101

<sup>411</sup> Abuelas de la Plaza de Mayo. Testemonios de Netos. Disponível em: [http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=testimoniosNietos.php&der1=der1\\_mat.php&der2=der2\\_mat.php](http://www.abuelas.org.ar/areas.php?area=testimoniosNietos.php&der1=der1_mat.php&der2=der2_mat.php). Acesso em 19 de abr. 2014.

<sup>412</sup> Associação civil, criada em 1979, por avós de crianças desaparecidas que iniciaram uma luta pela defesa da vida e pelo direito de manter unidos os membros oriundos do mesmo sangue. Essas avós ficaram conhecidas no mundo inteiro como símbolo da luta contra a ditadura em defesa dos direitos humanos e do direito de voltar a ter o convívio com seus netos e netas.

atualidade as Abuelas mantêm um trabalho de busca de informações sobre as crianças desaparecidas durante o regime militar argentino.

A repressão argentina concentrou-se em Buenos Aires, responsável por quase metade dos desaparecimentos políticos. Contudo, outras cidades como Córdoba, La Plata e Mendoza tiveram intensa atuação das forças armadas argentinas nas práticas repressivas. Os principais alvos da repressão eram os sindicalistas, membros do partido peronista, intelectuais, estudantes e jornalistas. Além desses setores sociais, os advogados que defendiam prisioneiros políticos e juízes também eram alvos da repressão argentina. **Segundo Anthony W. Pereira, a ditadura argentina expressou uma “quebra radical com a legalidade anteriormente vigente e um ataque em grande medida extrajudicial aos oponentes do regime”<sup>413</sup>. A nova “constituição” proibia a atividade dos partidos políticos e cancelava quase todos os direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos, em função de um constante Estado de Sítio.**

No Paraguai, umas das principais estratégias utilizadas pelas forças repressivas para obtenção de informações consideradas relevantes a respeito das ações praticadas pelos “terroristas”<sup>414</sup> era a prisão e tortura de filhos de presos políticos durante a realização dos interrogatórios.

*Y unas de los golpes eran los que me marco que no se ni donde ni cuando me llevan a arriba con la niña en brazo y también me hacen preguntas, y la niña se pone mal porque me empiezan a pegar estando la niña en mis brazos. Entonces yo para calmarla a niña le doy el pecho. Es más me dolió porque para mí más le torturaron a la niña delante de mí.<sup>415</sup>*

O texto acima se refere ao depoimento de Maria Felicita Gimenez prestado à *Comision de Verdad y Justicia* do Paraguai, no dia 11 de novembro de 2006. Ela foi presa e torturada durante a ditadura militar do general Strossner, junto com sua filha em 1976, quando tinha 24 anos. Filha de paraguaios vivia em Formosa. Em viagem à Assunção por causa da enfermidade de seu sogro, foi detida e presa junto com sua filha Clarisa Carolina Carrillos, que na época tinha três meses. Seu marido Fausto atuava como advogado dos sindicatos dos empregados judiciais e foi sequestrado em Formosa no mesmo ano. Segundo Maria Felicita, em entrevista à *Comision de Verdad y Justicia*, ele não tinha envolvimento com partidos políticos. Ela e sua filha ficaram detidas durante oito meses para investigações.

---

<sup>413</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 44.

<sup>414</sup> Designação dada pelas militantes aos militantes políticos contrários ao governo de Alfredo Stroessner.

<sup>415</sup> Depoimento de Maria Felicita Gimenez prestado à Comision de Verdad y Justicia do Paraguai, no dia 11 de novembro de 2006. Dossiê da Comision de Verdad y Justicia do Paraguai.



Além dessas práticas, tortura psicológica e física era praticada com as crianças, filhas de militantes políticos, como mecanismo de obtenção de informações. A citação que segue subsidia essa informação:

*... Tenía 11 años, nos subieron llevándonos a todos en el chorro, luego nos llevaron ahí en donde el agua estaba medio estancada y ahí nos sumergieron la cabeza y luego sacaban de nuevo así sucesivamente y nos preguntaban otra vez: “¿en dónde está Victoriano Centurión?”, y le volvimos a decir de nuevo que no sabíamos nada y nos volvieron a meter en el agua, ahí casi me ahogué, al no decirle nada me soltaron y le trajo a otra persona, así sucesivamente a cada alumno le traían allí y les torturaban. (Marciana Cano, Costa Rosado, 1980)<sup>416</sup>.*

A situação dessas crianças estava determinada pelas condições em que se encontravam suas mães. Três situações são identificadas pela *Comisión da Verdad y Justicia* do Paraguai<sup>417</sup>: mulheres que tinham bebês e foram detidas junto com eles; mulheres que estavam grávidas durante sua detenção e que tiveram seus filhos na prisão; mulheres que tiveram que deixar seus filhos com outros familiares devido à situação de sua prisão, mantendo separadas dos mesmos durante anos.

Há ainda casos como de Maria Margarita Baez de Britez, presa em 17 de agosto de 1976, quando estava grávida de quatro meses. Devido às sucessivas torturas sofridas diariamente durante cerca de um mês teve um aborto e foi submetida a um procedimento cirúrgico para retirada do feto. Seu filho teve seu direito de nascer negado pelos agentes da repressão paraguaia. Em dezembro de 1976 Maria Magarita Baez de Britez foi libertada sem responder a processo. Na época não lhe foi entregue sua identidade e ela sofria ameaças de morte constantemente. Em 16 de fevereiro de 1982 foi novamente sequestrada sem conhecer os motivos da sua apreensão. Foi diariamente torturada durante cerca de oitenta dias. As consequências das torturas físicas e psicológicas que sofreu são inúmeras: alucinações visuais e auditivas, transtornos motores, fortes dores de cabeça e na coluna vertebral, adormecimento do corpo, taquicardia, problemas de pressão arterial e outros<sup>418</sup>.

Segundo dados da *Comisión da Verdad y Justicia* do Paraguai, dos 2059 testemunhos recolhidos, 15,7% correspondem a filhos e filhas de militantes políticos que sofreram violações de seus direitos humanos. Desses testemunhos 56% correspondem a homens e 44% a mulheres. Importante destacar a estigmatização dessas meninas, muitas delas vítimas de violência sexual, que até a idade adulta mantiveram um sentimento de culpa e vergonha pelo que passaram. O testemunho abaixo subsidia essa informação:

<sup>416</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo*. Tomo III. Asunción: CVJ, 2008. p. 91.

<sup>417</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. Tomo V. Asunción: CVJ, 2008.

<sup>418</sup> ARQUIVOS DO TERROR. *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* (CDyA. Corte Suprema de Justicia do Paraguai Relatório de Maria Margarita Baez de Britez.

*...Ya tenía 12 años cuando eso... después a las niñas que sacaron... una es mi prima, y que dicen que fue violada, yo no sabía cuando eso que le sucedió, pero vi que sangraba y vinieron a meterla otra vez con el grupo. C.F., Caaguazú, Costa Rosado, 1980<sup>419</sup>.*

Durante a ditadura paraguaia, foram detidas 577 crianças e adolescentes. Dessas 289 foram torturadas, 39 exiladas, 7 desaparecidas e 3 executadas<sup>420</sup>.

No caso brasileiro, as autoridades militares procuraram manter ações repressivas seletivas, preservando uma “aparente normalidade institucional com focos de ação violenta”<sup>421</sup>. Contudo, violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, filhas de militantes políticos fizeram parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras, amedrontadas pela tortura e do desaparecimento forçado de seus familiares. O caso de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, sequestrada no dia 13 de dezembro de 1968, junto com seus filhos André (3 anos) e a Priscila (2 anos) é um exemplo dessa prática. Seus filhos ficaram quatro meses detidos nas dependências militares e submetidos a situações degradantes e subumanas.

A menina tinha pouco mais de dois anos e o menino três, quando toda a família foi sequestrada em casa, no dia da promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, em Pariconha, no interior do estado de Alagoas. Junto com Maria Auxiliadora, passaram pelo DOPS de Maceió, pela Cadeia Pública, pela Escola de Aprendizes de Marinheiros e pelo Hospital da Polícia Militar, onde ficaram trancados em um quarto destinado aos portadores de doenças infectocontagiosas.<sup>422</sup>

Há ainda os casos de crianças e adolescentes que foram presos e, algumas vezes, torturados junto com seus pais, como é o caso do adolescente Ivan Seixas (16 anos) filho do operário paranaense Joaquim Alencar de Seixas. Ambos foram presos em 16 de abril de 1971 e levados para as dependências da 37ª Delegacia de Polícia e posteriormente para o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). Ambos militavam no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) quando foram presos. Pai e filho foram torturados juntos e após o assassinato de Joaquim Alencar de Seixas, sua residência foi invadida, sua mulher e filhas foram presas. Ivan passou seis anos preso sem responder a um julgamento.

Levados para a 37ª Delegacia de Polícia e depois para as dependências do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo – o DOI-CODI – pai e filho foram espancados a ponto de se romperem as algemas que os unia. Depois, os agentes os torturaram juntos. Apesar da dor, o cérebro de Ivan trabalhava sem trégua: “Não posso falar. O meu pai está ouvindo. O que ele

---

<sup>419</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. p. 93.

<sup>420</sup> COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe Final: La Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos, La Experiencia de las Víctimas*. p. 93.

<sup>421</sup> TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 8.

<sup>422</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p. 30.

*vai pensar de mim?”.* Ao mesmo tempo, seu corpo esgotava os limites. Assim, veio a idéia de mentir. “*Preciso falar, mas não a verdade*”, pensou. E forneceu a informação de um ponto falso.<sup>423</sup>

No dia 30 de setembro de 1969, Virgílio Gomes da Silva Filho foi preso junto com sua mãe e mais dois irmãos. No dia anterior seu pai Virgílio havia caído nas mãos dos agentes da repressão e foi assassinado. Sua mãe e irmãos foram presos quando estavam hospedados em uma casa praiana em São Sebastião / SP. Na época, seu irmão mais velho Vlademir tinha oito anos, Virgílio seis anos e Isabel, sua irmã mais nova tinha somente quatro meses. Todos foram detidos na sede da Operação Bandeirantes (OBAN). As três crianças foram arrancadas de sua mãe Ilda e levadas para o Juizado de Menores, onde permaneceram por dois meses. Antes disso passaram por vários interrogatórios.

“A noite era pior. Tinham umas luzes meio roxas lá para os lados do berçário onde estava a Isa. Meu irmão me levava na cozinha para a gente roubar leite e dar de mamar a ela”, recorda. O furto tinha um propósito: Isabel teve uma grave desidratação enquanto estava no Juizado. O instinto protetor impeliu os dois a dormir embaixo do berço do bebê, para impedir que fosse adotada. A adoção, aliás, pairava no ar. “Eles nos levavam para ver umas casas bonitas e perguntavam se gostaríamos de morar ali”, conta Virgílio. Nessas ocasiões, o menino permanecia mudo, protegido por uma teimosa indiferença.<sup>424</sup>

Ilda ficou presa até o ano de 1979, permanecendo incomunicável a maior parte do tempo. As crianças foram separadas e cada uma delas foi morar com um tio. Às vezes elas se reuniam e ficavam paradas em frente a um poste onde sua mãe, ainda presa, poderia avistá-los. Após ser libertada e reunir sua família, Ilda e seus filhos foram morar em Cuba onde permaneceram até concluírem o curso universitário<sup>425</sup>.

Em 19 de fevereiro de 2013 morreu em São Paulo Carlos Alexandre Azevedo, torturado quando tinha apenas um ano e oito meses de vida no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em 1974. Carlos era filho do jornalista Dermi Azevedo, militante e um dos fundadores do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MDNH). No dia 14 de janeiro de 1974, Carlos Alexandre e sua mãe foram levados à sede do Deops paulista, onde seu pai estava preso. Durante o interrogatório de Dermi, os policiais jogaram Carlos Alexandre no chão e machucaram sua cabeça. A tortura deixou sequelas em Carlos que viveu toda a sua vida

---

<sup>423</sup> \_\_\_\_\_, *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. p. 44.

<sup>424</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. p. 64.

<sup>425</sup> PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

submetido a tratamentos com antidepressivos e antipsicóticos. No dia 19 de fevereiro de 2013 Carlos Alexandre pôs fim à sua vida com uma overdose de medicamentos<sup>426</sup>.

Em junho de 1970 quatro crianças - Ernesto (2 anos e 3 meses), Zuleide (4 anos e 10 meses), Luis Carlos (6 anos e 7 meses) e Samuel (9 anos),- presas com a avó e os pais, foram enquadrados como subversivos e banidos do Brasil por decreto do então presidente Emílio Garrastazu Médici. Elas foram embarcadas em um voo rumo a Argel, capital da Argélia. Após presenciarem a tortura de seus pais e avó e de serem torturadas, foram banidas do Brasil com base no Ato Institucional Nº 13 que permitia “banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”<sup>427</sup>.

Nenhuma das crianças que tiveram os pais assassinados, clandestinos ou encarcerados teve o direito de desfrutar da convivência familiar, escolar ou comunitária. Seus relacionamentos eram marcados por restrições e segredos. Os finais de semana eram passados em cadeias, únicas ocasiões que podiam visitar seus pais.

Nossa experiência histórica nos mostra que é possível, apenas de forma figurativa, omitir o passado, evitar discuti-lo e investigá-lo. Todavia, a lembrança deste tempo é como um cheiro que nos acomete quando menos esperamos e que insiste em se fazer sentir, pois, segundo Beatriz Sarlo<sup>428</sup>, o presente é o único tempo apropriado para lembrar. A lembrança não se afirma pelo passado, mas sim pelos seus direitos: direito a justiça, a vida e a subjetividade de quem se recorda. Nesse sentido, o passado guarda um conflito entre a memória e a história, pois “nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”<sup>429</sup>.

## Considerações Finais

Um Estado ou um governo pode proibir o retrocesso ao passado, mas não pode nunca o eliminar, pois implicaria na eliminação de todos aqueles que se recordam dele. Historicamente, nem mesmo o Holocausto nazista ou a Inquisição medieval, ou os campos e centros clandestinos de detenção e tortura durante as ditaduras militares na América do Sul conseguiram tamanha

---

<sup>426</sup> Morre em São Paulo homem torturado pela ditadura quando tinha um ano. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/,ead367d062fec310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em 01 mar. 2013.

<sup>427</sup> VILLAMÉA, Luíza. Quando meninos são fichados como terroristas. *Brasileiros*. São Paulo. N. 68. Mar. 2013. p. 54-64.

<sup>428</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 10.

<sup>429</sup> \_\_\_\_\_. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. p. 9.

proeza. Ao contrário, ao tentar omitir o passado, seja através da alienação ideológica ou religiosa, seja através do desaparecimento forçado e genocídio de milhões de sujeitos históricos, as lembranças daqueles que o viveram insistem em se fazerem percebidas e vivas a partir das ações voluntárias e involuntárias do tempo presente.

Evitar conhecer e discutir este passado é deixar de perceber os valores que orientavam a sociedade civil e o Estado sobre o qual o regime se sustentava. É apagar lembranças, sentimentos, ações e inações que ainda se fazem presentes e que inviabilizam a conquista da nossa cidadania plena.

Abordar a memória de familiares de mortos, desaparecidos, torturados, presos e detidos políticos é desvendar silêncios e segredos emudecidos pela história oficial. O resgate destes fatos através de testemunhos e registros documentais possibilita a recuperação de histórias de violações de direitos humanos de cidadãos que vislumbravam um futuro mais democrático para seus países. Abordar a memória desses fatos, embora subjetivos e, aparentemente, similares traz à tona a recuperação de modos de ação e repressão das forças armadas que governavam os países do Cone Sul e o Brasil durante o período ditatorial. Retratar esses fatos é revelar as dificuldades enfrentadas pelos parentes e amigos de desaparecidos políticos e de seus filhos e filhas, sequestrados e torturados durante os regimes militares.

As memórias pessoais e testemunhos registrados nos arquivos pesquisados narram fatos históricos presentes ou não na memória coletiva desses países. Nesse sentido, o resgate das memórias pessoais, mesmo que subjetivas, são cruciais para percebermos a política de cooperação adotada entre os países do Cone Sul e o Brasil, bem como o protagonismo brasileiro nas ações de repressão, troca de prisioneiros e treinamento em áreas de inteligência e técnicas de interrogatórios. Segundo Marc Bloch “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete no presente sua própria ação”<sup>430</sup>.

---

<sup>430</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. P. 65.

# Oficina Músicas de Protesto: Enfoque sobre o cantor Zé Ramalho

**Beatriz Küller Negri**

Pós-Graduanda em Saúde para Professores

Universidade Federal do Paraná

[bia\\_kuller@hotmail.com](mailto:bia_kuller@hotmail.com)

**RESUMO:** O tema deste artigo é as músicas de protesto no Brasil a partir principalmente do movimento da MPB (Música Popular Brasileira), que se iniciou em 1960 no Brasil, passando por um cenário não só artístico, mas também por um ambiente estudantil e de grandes divergências políticas. Neste contexto, é importante analisar as críticas do cantor Zé Ramalho e o seu olhar sobre as crises do país utilizando duas de suas músicas lançadas em contextos sociais diferentes. A primeira música analisada é de sua autoria *Admirável Gado Novo*, de 1979, do LP *A Peleja do Diabo com o Dono do Céu*. Foi lançada, após a aprovação do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), no programa Fantástico. Teve uma aceitação do público, mas foi somente em 1996, quando foi utilizada como trilha sonora de um casal de sem terras na novela *Rei do Gado* que efetivamente ela teve seu valor reconhecido. A segunda música *O Meu País* de autoria de Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves, foi lançada em 2000, no CD *Nação Nordestina*. Neste momento, o país já não vivia a Ditadura Militar, mas a música foi alvo de críticas, e novamente o nome do cantor Zé Ramalho circulava no meio das músicas de protesto. Este trabalho se constitui de três momentos: primeiro uma retomada ao tema músicas de protesto como apresentado acima, o segundo é um relato das experiências da sala de aula e do desempenho dos alunos do Colégio Padre Arnaldo Jansen diante da oficina, muitos dos alunos nunca havia ouvido falar sobre músicas de protesto, durante todo o desenvolvimento da oficina eles conseguiram compreender o tema e fazer as associações das músicas de protesto durante a ditadura com as músicas de protesto atuais e o terceiro uma conclusão sobre a oficina com base nos questionários e na opinião expressa ao final da oficina pelos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música de protesto; ditadura militar; censura; Zé Ramalho.

## Introdução

As músicas de protesto no Brasil dominaram o cenário popular a partir de 1960, com a constituição da MPB e a sua filiação aos movimentos estudantis. Os cantores tomavam conta dos espaços públicos, participavam de festivais populares, programas de TV com auditório, circuitos universitários, peças de teatro e suas músicas viravam temas de cinema. Porém, neste momento, eles não tinham a liberdade de expressão como teriam após a Ditadura Militar, pois cada uma de suas músicas passavam pela censura do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Napolitano (2004, p.105)<sup>431</sup> fala que as táticas da produção da suspeita por parte dos censores eram maiores quando os cantores participavam da MPB, de movimentos estudantis, de entidades de oposição civil, apresentavam um histórico de envolvimento direto com atos subversivos e manifestações contrárias ao governo em entrevistas ou tinham seus nomes citados em depoimentos ou interrogatórios políticos.

---

<sup>431</sup>NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 105.

Devido ao alto índice de analfabetismo e a cultura oral estarem mais presentes na vida das pessoas nesse momento, segundo Ribeiro (2011, p. 181)<sup>432</sup> é graças a essa oralidade que “a canção popular mostrava-se como a obra cultural capaz para se alcançar o objetivo pretendido: fazer-se ouvir e ajudar nas causas sociais”. O povo analfabeto via na música um meio de se integrar a sociedade. Moraes (2000, p. 204)<sup>433</sup> cita um pensamento de Antonio Alcântara Machado que diz: “Toda a gente sabe: verso e música são as expressões de arte mais próximas dos analfabetos. Conjugados, assumem um poder de comunicação que fura a sensibilidade mais dura”. Isso explicaria os números de participantes nos festivais de música, pois a música atingia toda uma massa de classe média, que já vinha descontente com o governo e via na música uma forma de expressar esse descontentamento.

Os cantores expressavam seus descontentamentos e o sofrimento da população em suas canções, em um país em que não se podia expressar sua opinião livremente, sendo que esses questionamentos muitas vezes eram feitos através de metáforas. Raul Seixas falou abertamente sobre a censura da música *Rock das Aranhas* em um show (26 de fevereiro de 1983, São Paulo, Ginásio do Palmeiras) dizendo que todos os cantores recebiam um dicionário do censor de *A até Z* o que poderia ou não ser dito, a aranha não fazia parte do dicionário, mas como ela atentava a moral e os bons costumes agora passaria a fazer parte.

Todas as músicas antes de serem lançadas necessariamente deveriam passar pelo DOPS, a partir disso eram feitos os cortes necessários nas músicas e algumas não chegavam nem a ser lançadas. Os censores não faziam somente a leitura das músicas eles “assistiam posteriormente aos espetáculos para averiguar se os cortes, mudanças ou vetos estavam sendo respeitados” (BERG, 2002, p. 93)<sup>434</sup>. Em um Festival de Música no Maracanzinho (1968), o cantor Geraldo Vandré após as declarações dadas antes de cantar a música “Para não dizer que não falei das flores”, foi retirado do palco enquanto cantava e o povo respondeu continuando a cantar a sua música “somos todos iguais, braços dados ou não”.

Alguns nomes como o de Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré aparecem em muitos dos relatos de repressão da Ditadura Militar como filo-comunistas, com músicas ideológicas que atentavam a ordem pública. Napolitano (2004, p. 107)<sup>435</sup> diz que os agentes do DOPS sempre participavam de festivais em que se encontrava o nome deles vinculados aos

---

<sup>432</sup> RIBEIRO, Mariângela. Música em cena: A Canção popular como forma de resistência política ou sucesso de mercado? *Temáticas*, Campinas, 19(37/38): 179-200, jan./dez. 2011, p. 181.

<sup>433</sup> MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e Música: canção popular e conhecimento histórico*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 20, n° 39, 2000, p. 204.

<sup>434</sup> BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: UFSCar, 2002, p. 93.

<sup>435</sup> NAPOLITANO. A MPB sob suspeita, p. 107.



nomes de Edu Lobo, Nara Leão, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Marília Medalha, Vinícius de Moraes, Sidnei Muller, sendo que uma atenção especial era dada aos festivais em que havia a participação desses cantores, que com músicas jovens davam coragem ao público para lutar contra a dominação política e cultural.

É nesse contexto musical de protesto em que José Ramalho Neto (Zé Ramalho) se insere após abandonar a cidade de João Pessoa e sua faculdade de medicina, se dirigindo à cidade do Rio de Janeiro, no intuito de seguir a vida de cantor. Ele passa fome, vira um sem-teto, e aprende na pele o que significa lutar pela sobrevivência neste país. Com grande influência da Jovem Guarda Nordestina, da MPB e do Rock, Zé Ramalho começa suas composições, sendo a primeira *Avôbai* que seria gravada posteriormente pela cantora Vanusa (1977).

Em 1974 gravou seu primeiro LP *Paêbirú*. Em 1979, sendo um cantor mais influente dentro dos movimentos de protesto, ele gravou o disco *A Peleja do Diabo com o Dono do Céu*. Neste LP, se encontra a música *Admirável Gado Novo*, música questionadora em suas metáforas típicas para os cantores desta época, a qual foi lançada após a aprovação do DOPS. A letra colocava o “povo marcado, povo feliz”, como um povo que aceitava tudo o que o governo articulava, e que vivia uma vida sem se preocupar, que não almejava mudanças na sociedade, continuando suas vidas pacatas, sem mudanças como o andar do gado, que pagavam impostos caríssimos, “E dar muito mais, do que receber”, sem receber benefícios em troca.

Em seu vídeo no lançamento da música pelo programa Fantástico da Rede Globo em (onze de setembro de 1979), ele expõe uma cidade movimentada com pessoas que iam e que vinham, que viviam a vida rotineiramente e que com nada se importavam. Os questionamentos que Zé Ramalho faz nas entrelinhas para que a música fosse aprovada pela censura caiu nas graças do povo. Posteriormente, em 1996, a canção foi tema da novela *Rei do Gado*, e passou a ser ligada ao movimento sem-terra, voltando em um contexto diferente a questionar a sociedade que já não vive o Regime Militar, porém, continua seguindo a rotina como se ainda vivessem as repressões do passado.

Zé Ramalho lançou a música *O Meu País* durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000. A música nos traz questionamentos implícitos, sem uso de metáforas, uma música que certamente não seria lançada durante o regime militar. Coloca o Brasil numa política de pão e circo, um povo que se contenta com feriados, futebol, carnaval, que agora pode ver tudo o que acontece ao seu redor, mas prefere ficar calado, um país que não evolui do terceiro mundo, que não investe em educação, nem na saúde, país preconceituoso, que sepultou o português e a cultura passando a circular em um meio pornográfico, e Zé Ramalho dizia mais -

“aderindo a total vulgaridade”, “Pode ser o país de quem quiser, mas não é com certeza o meu país”.

Mediante o tema das músicas de protesto apresentado e da importância em trabalhá-lo em sala de aula com alunos carentes de temáticas inovadoras, foi desenvolvido um mini-curso com a finalidade de mostrar um dos muitos recursos que o professor pode adotar em sua sala de aula, a música.

Piana (2012, p. 933)<sup>436</sup> diz que devemos pensar a música muito além da sua estrutura percebendo os aspectos políticos e sociais que a envolvem e, nesse sentido trabalhar a realidade do aluno que está inserido dentro de uma sociedade, e como as produções culturais o influenciam no seu dia-a-dia, e constroem sua identidade.

A música se torna, assim, um atrativo ao aluno, que vê a sala de aula, muitas vezes, como um local monótono, onde o professor assume o papel de mero transmissor do conhecimento e o aluno de receptor. O uso da música objetiva atrair a atenção do aluno mesmo que ele não conheça a letra ou o que o autor quis transmitir com ela, porque ela vai ser um recurso com o qual o aluno, a princípio, não está acostumado a trabalhar na escola.

Esta oficina foi elaborada de forma a ser utilizada de diferentes maneiras. Por meio dela podem ser estudados o período da Ditadura Militar, a censura do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), a influência que a música de protesto teve nas formações culturais e sociais desse período ou como essas músicas influenciaram a construção da identidade do povo brasileiro, neste período.

### **Relato da Oficina**

A oficina didática foi realizada no período da manhã no 1º A, do Colégio Arnaldo Jansen, com vinte alunos no total, ministrada pelas acadêmicas Beatriz Küller Negri e Ana Rúbia Pedroso.

A oficina se iniciou com o questionário de sondagem (no qual abordamos questões como: o que é protesto? Músicas de protesto? Censura? Zé Ramalho? E Woodstock?) e por meio das respostas dadas constatamos que muitos dos alunos nunca haviam ouvido falar desses temas.

---

<sup>436</sup> PIANA, Marivone. “*Em cada vereda uma canção*”: a música como estratégia pedagógica na educação básica. São Leopoldo: EST, 2012, p. 933.

Posteriormente passamos a uma breve exposição sobre o tema “Músicas de Protesto” no seu âmbito geral, buscando demonstrar como elas se deram nos Estados Unidos e no Brasil, seus representantes, o que os artistas buscavam com esses movimentos, a importância do movimento *hippie* e seus próprios protestos, relacionando também as recentes manifestações ocorridas no Brasil e junho deste ano.

A Ana Rúbia iniciou sua exposição sobre o tema Festival do Woodstock, fez uma breve explanação sobre o tema, contextualizando a Guerra do Vietnã, e levantou questões bem pertinentes a esse período da história como, por exemplo: como aconteceu o movimento *hippie*, o uso de drogas, a motivação que muitos jovens tiveram para aderir ao movimento, e dos muitos transtornos que o movimento trouxe a população local, onde o festival foi realizado.

Quando se iniciaram as colocações sobre as músicas de protesto no Brasil, tomei o cuidado de expor aos alunos que também houve aqui no país algumas tentativas do movimento *hippie* de se implantar, porém não foram tentativas bem sucedidas.

Contextualizar os alunos sobre a situação política e econômica que o Brasil viveu a partir do Golpe Militar de 1964, foi sem dúvida uma das maiores bases que os alunos poderiam ter pra entender a força que o movimento das músicas de protesto possuiu dentro de todo o âmbito nacional. Deve-se destacar também que não só elas foram importantes, mas também os jornais, as revistas, o cinema e teatro desempenharam seu papel de conscientização da população, e lutaram igualmente pela liberdade de expressão neste momento.

O questionário de sondagem foi aplicado no início e ao término da oficina, sendo que as respostas antes de apresentarmos o tema foram bem diferentes. Dos vinte alunos: dezoito alunos expressaram o que entendiam por protesto; porém só quatorze alunos haviam ouvido falar sobre músicas de protesto; somente nove alunos sabiam o que queria dizer censura militar; treze alunos já haviam ouvido falar do cantor Zé Ramalho, mas nenhum havia escutado suas músicas; e por fim quatro alunos já haviam ouvido falar alguma coisa sobre o movimento *hippie* e o Woodstock.

Esses números nos revelam que o tema era desconhecido pela grande maioria. As respostas dadas por eles ao fim da oficina revelam que dos vinte alunos: dezenove alunos compreenderam o que é um protesto; dezessete alunos compreenderam o que foram e a importância na história das músicas de protesto; dezesseis alunos entenderam como se deu a censura militar; dezoito falaram sobre as novas percepções que adquiriram sobre o cantor Zé Ramalho; e dezesseis alunos viram sobre nova ótica sobre o movimento *hippie*.

Os alunos, em sua maioria, responderam os questionários com respostas curtas, mas deu para perceber que eles entenderam bem o mini-curso. Algumas das respostas que surgiram na primeira pergunta: “O que é protesto?”, foram: “uma maneira que a sociedade encontra para manifestar sua opinião”, “as pessoas se manifestam em favor dos seus direitos”, “luta por justiça”.

Na segunda questão que perguntava aos alunos “Você já ouviu falar sobre músicas de protesto?”, as respostas que foram sim falaram do “RAP” e alguns “já haviam escutado em outras aulas de história”.

Quanto a terceira pergunta “O que é censura militar?” as respostas falavam de “repressão”, “agressão”, “o que o governo fazia para proibir as músicas que poderiam mudar a visão do povo”, “abuso militar”, “polícia proíbe manifestações” e “abuso de poder”.

Na quarta questão, a qual perguntava “Ouvir falar sobre o cantor Zé Ramalho?”, as respostas a princípio foram somente “sim” e “não”, porém ao devolvermos os questionários as respostas foram satisfatórias, ao apontarem que “gostaram das músicas” e da “história de vida do cantor”, e sobre “uma nova percepção do trabalho de Zé Ramalho”.

Na última pergunta “O que você conhece sobre o movimento *hippie*? E o Woodstock?”, as respostas a princípio eram “não sei” e “nada”, depois da oficina ele começaram a falar do “movimento”, “das músicas”, do “estilo de roupa dos *hippies*” e muitos falaram que “queriam ter participado do festival”.

A atividade realizada por eles após o intervalo buscou levá-los a expressar seus sentimentos diante do que vivemos há pouco tempo com as manifestações que se deram em todo o país e aqui na nossa cidade também. Solicitava que dispusessem em palavras as reivindicações que o tema e as músicas escutadas durante a oficina lhes levaram a pensar.

Além do que foi escrito também fizemos uma mesa redonda onde muitos expuseram ao grupo sua opinião sobre os manifestos que ocorreram em Ponta Grossa e o tema do mini-curso. Também agradeceram pela oficina, falaram da importância de se usar outros recursos em sala de aula, e de como a música os levou a pensar em tantas coisas, falaram sobre suas interpretações sobre os protestos, ocorridos no Brasil, da importância do gigante acordar, de como contextualizar o período em que foi escrita as músicas foi importante para que eles se identificassem com elas.

## **Conclusão**

O tema aqui trabalhado, das Músicas de Protesto, passando pela constituição da MPB (Música Popular Brasileira), dos Movimentos Estudantis, da Ditadura Militar, até o pós-ditadura, pretendeu ajudar os alunos a perceberem as mudanças que esse movimento trouxe ao Brasil, a construção da identidade da população dessa época, além da percepção sobre a censura durante o período da ditadura.

Enquanto apresentávamos a oficina pudemos perceber como os alunos dos colégios públicos anseiam pelo conhecimento. Eles se sentem inferiores aos demais alunos de colégios particulares e falam que não tem capacidade para passar num vestibular. Porém, enquanto conversávamos, a todo o tempo pedindo que nos falassem o que pensavam, eles foram se soltando aos poucos, falando das suas próprias mazelas, do que pensavam sobre o ensino que eles recebiam, as melhorias que poderiam ser feitas no seu colégio e quais são suas motivações para estudar.

As dificuldades na aplicação do mini-curso se deram na entrada da sala de aula, porque encontramos uma sala fechada e uma porta sem fechadura e foi difícil abrir a porta. A sala não tinha TV- Pen drive o que dificultou a apresentação das músicas, o dia estava chuvoso e faltou metade da turma, mas apesar disso os alunos colaboraram muito com a oficina participaram e a todo o momento nos interrompiam para fazer pergunta e falar o que pensavam sobre o tema. Eles alcançaram nossas expectativas, tanto no quesito de participação da oficina como nas respostas sempre claras e expressando suas opiniões, uma turma muito boa de lecionar.

Lendo tudo o que eles escreveram podemos chegar a conclusão de como uma aula bem elaborada, preparada para se valer de todos os recursos midiáticos disponíveis permite que os alunos consigam chegar a uma compreensão muito maior sobre os conteúdos e de como esses interferem em suas vidas e principalmente lhes impulsionam a ir mais longe e não desistir dos sonhos.

Percebemos ainda que dentro do ensino de história as músicas podem ser amplamente estudadas para auxiliar o aluno na compreensão das mudanças da sociedade e como os cantores de cada período descrevem suas emoções percepções, as músicas transmitem a alma do povo. Com músicas simples conseguimos dar uma aula bem completa e com uma grande participação de todos os alunos.

Por fim, afirmo a relevância desse trabalho na minha experiência como acadêmica e futura educadora, ao me ensinar a busca por recursos didáticos para auxiliar os alunos na compreensão e no interesse pela disciplina e de como desenvolver em sala de aula esse material para alcançar os objetivos pretendidos.



# A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: a legitimação do governo militar nas páginas do jornal *O Globo*

**Camila Barbosa Monção**

Graduada em História (licenciatura)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[camilabmoncao@hotmail.com](mailto:camilabmoncao@hotmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho pretende discutir a relação entre a grande imprensa e a ditadura militar brasileira, especialmente a atuação do jornal *O Globo* durante o período. Para isso, foram analisados editoriais e algumas reportagens do periódico publicados nas décadas de 1960 e 1970. O trabalho busca, portanto, entender *O Globo* enquanto veículo de comunicação que divulga e dissemina valores de uma dada cultura política de acordo com o seu público leitor e com seus interesses particulares, sendo sempre o primeiro dependente do segundo e vice-versa. Ademais, esta análise buscará verificar se o posicionamento da grande imprensa, sobretudo d'*O Globo*, sobre a ditadura militar pode ou não estar relacionado ao apoio de parte da população civil ao golpe em 1964 e à permanência dos militares no poder por mais de 20 anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura militar brasileira; grande imprensa; *O Globo*.

## Introdução

O estudo da ditadura militar brasileira e das ditaduras do Cone Sul tem atraído a atenção dos historiadores com mais frequência nos últimos anos. Pode-se pensar na importância desses momentos políticos passados para a melhor compreensão de diversos elementos do presente dos países que viveram períodos de intensa repressão, autoritarismo e ausência de liberdade política e social.

A reflexão, pelos historiadores, acerca da ditadura militar brasileira pode ter variadas abordagens. Neste trabalho, serão apresentados e brevemente discutidos alguns pontos da relação d'*O Globo*, jornal carioca de grande circulação nacional, com a ditadura militar brasileira. Busca-se identificar o posicionamento do periódico com relação ao regime militar através da análise de seus editoriais e algumas reportagens publicados entre 1964 e 1979. Com isso, é possível perceber a qual cultura política o jornal pertence e, por isso, propaga.

Entende-se aqui como cultura política:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e



fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>437</sup>

Sendo o conceito de "representações" tido como: "[...]conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário, iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual [...]".<sup>438</sup> Os editoriais do jornal tecem representações acerca do período histórico estudado, buscando legitimar o golpe e a ditadura militar como "Revolução Democrática", algo que seria positivo e único na história brasileira.

### **A metodologia para o estudo da história por meio da imprensa**

O surgimento e a exploração pelos historiadores da chamada história das mentalidades, permite o uso de objetos que vão além da história intelectual literária e da história social e econômica como fontes históricas. Dessa maneira, passa-se a considerar o estudo da imprensa como parte da história das mentalidades, uma vez que se trabalha com representações, imaginário, desejos e a psicologia humana.<sup>439</sup>

O historiador Roger Chartier descreve a história das mentalidades, ou história cultural, como aquela que "(...) tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler"<sup>440</sup>. A imprensa seria, então, uma maneira de moldar essa realidade social, mas também de representá-la, sendo uma forma de percepção do real.<sup>441</sup>

A autora Tania Regina de Luca<sup>442</sup> pontua algumas sugestões para orientar a análise de periódicos: atenção à materialidade dos jornais e revistas (as mudanças de organização, aparência, apresentação, etc. ao longo do tempo), à forma como esses impressos chegavam aos leitores; seu conteúdo; sua relação com o mercado; a publicidade nele veiculada; o seu público leitor; o motivo do destaque dado a este ou aquele assunto; a formatação gráfica; a temática do jornal; a linguagem utilizada; o reconhecimento de seu lugar social e de sua organização interna. No estudo que se segue, houve a tentativa de seguir todas essas sugestões apontadas para a realização da análise.

---

<sup>437</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009, p.21

<sup>438</sup>MOTTA. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.

<sup>439</sup>CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.17.

<sup>440</sup>\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 16-17.

<sup>441</sup>Ao dizer "forma de percepção do real" compreende-se que o real é múltiplo. Sendo, portanto, um jornal como parte de um dado extrato social, ele é influenciado e influencia apenas uma parcela da sociedade.

<sup>442</sup>LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

Segundo a autora, até a década de 1970 ainda era raro o uso de jornais como fonte para o conhecimento da história do Brasil. Já havia a preocupação em escrever a história da imprensa, mas não por meio da imprensa. Pode-se dizer que uma das razões para a resistência em utilizar os periódicos como fonte estava ainda atrelada a ideia dominante de fins do século XIX e início do século XX, que propunha a busca pela verdade dos fatos. O historiador deveria se isentar de qualquer envolvimento com o objeto de estudo e também buscar fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Dessa forma, os jornais não seriam apropriados, uma vez que eram permeados de subjetividade e parcialidade, sendo, além disso, marcados pelas paixões do tempo presente.

Contudo, sabe-se atualmente que todos os documentos e até mesmo o historiador estão sujeitos às paixões do tempo presente. Tudo que existe é produto de seu tempo. Mesmo os documentos chamados "oficiais" são fruto de uma determinada demanda e de um lugar social próprios que influenciam diretamente em sua forma, conteúdo e modo de publicação. Visto isso, o historiador deve buscar uma representação da verdade, reconhecendo em sua pesquisa o peso das influências exercidas pelo presente em sua escrita e também a parcialidade existente em todo e qualquer documento. Essa nova percepção da história e do método histórico tem ligação direta com a emergência da chamada história das mentalidades, citada acima.

O estudo da história brasileira relativo ao período da Ditadura Militar, exige, ainda, um maior cuidado do historiador devido à linha tênue que divide a história e a memória sobre esse momento. Sendo assim, cuidados são necessários para que seja possível essa distinção na análise dos periódicos.

Visto isso, um jornal não se caracteriza apenas pelo texto que nele é publicado, mas também pelo seu público leitor, sua linha editorial, seus grupos de interesse econômicos e políticos, sua relação com o governo, entre outros aspectos que, inclusive, determinam e influenciam diretamente o texto publicado que é analisado, posteriormente, pelo historiador. Ao fazer uma história por meio dos periódicos, o historiador acaba fazendo também uma história do periódico em si e de seu papel na constituição política, social, cultural e econômica de alguma parcela da sociedade.

O conhecimento, mesmo que superficial, das categorias jornalísticas também pode ser de grande ajuda na compreensão e estudo do jornal. De acordo com José Marques de Melo<sup>443</sup>, são duas as categorias jornalísticas mais tradicionais: jornalismo opinativo e jornalismo informativo. Cabe questionar, segundo o autor, "(...)até que ponto o jornalismo informativo efetivamente

---

<sup>443</sup> MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

limita-se a informar e até que ponto o jornalismo opinativo circunscreve-se ao âmbito da opinião?".<sup>444</sup>

Tal questionamento serve também ao historiador ao analisar o texto jornalístico, uma vez que reportagens consideradas informativas podem também trazer traços opinativos, que não ficam restritos à editoriais e charges, por exemplo.

Ainda segundo o autor, a distinção entre categoria opinativa e informativa é um artifício profissional e político. Profissional porque significa o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar e o poder de opinar; político no sentido histórico: um dia o editor deve burlar a vigilância do Estado, no outro, desviar a vigilância do público leitor em relação às matérias tidas como informativas, mas que na prática possuem vieses ou conotações.

Ademais, o jornalismo é um processo social dotado de profundas implicações políticas e cada procedimento jornalístico possui sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado. Narrar os fatos (jornalismo informativo) e expressar ideias (jornalismo opinativo) não altera fundamentalmente o processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade (público leitor).

Melo ainda aponta para a possibilidade de ser o jornalismo um relato dos fatos como eles se apresentam no momento do registro, não um estudo definitivo de uma situação. Ainda assim, o registro não pode ser considerado em absoluto o relato dos fatos exatamente como eles foram apresentados. A subjetividade do narrador, do jornalista, a forma como ele narra, o que ele prioriza na construção da narrativa, etc. isso já compromete a imparcialidade da informação. Não há formas de ser imparcial, cada um lê e vê de acordo com concepções próprias predefinidas.

Portanto, ao analisar os editoriais d'*O Globo*, suas colunas de opinião ou mesmo as reportagens informativas publicadas, o historiador deve reconhecer o ponto de vista do jornal e compreendê-lo como parte da narrativa e do lugar social por ele ocupado. Neste caso, o posicionamento d'*O Globo* forma e, ao mesmo tempo, é formado pelo seu público leitor, majoritariamente carioca, conservador e, talvez, adepto do discurso desenvolvimentista.

### **A grande imprensa e a ditadura militar**

Os anos 1960 e 1970 vivenciaram um crescimento expressivo da grande imprensa tradicional no Brasil, assim como significaram a consolidação de grandes empresas de comunicação em detrimento da diversidade no meio jornalístico.

---

<sup>444</sup> MELO. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*, p. 15.

É possível verificar o apoio de praticamente toda a grande imprensa ao Golpe militar de 1964, exceto do jornal *Última Hora*<sup>445</sup>.

Entretanto, seu apoio [da grande mídia] não implicava concordância plena com a pauta política da ala extrema-direita do novo regime, que pretendia golpear duramente as instituições liberais em nome da segurança e da ordem [...]. Em sua maioria, os jornais perfilavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência a intervenções autoritárias para defesa do *status quo*.<sup>446</sup>

Interessante notar que o apoio da grande imprensa ao golpe militar se insere na discussão historiográfica inaugurada por Daniel Aarão Reis sobre a dimensão da participação civil na implantação e duração da ditadura. Para o autor<sup>447</sup>, a ocorrência do golpe e a extensão do regime militar não seria responsabilidade só dos militares, mas também da população civil, que não pode ser vista, para este autor, apenas como vítima ou parte da resistência.

Mesmo que esta tese seja, muitas vezes, duramente criticada<sup>448</sup>, ela encontra um modelo de apoio no estudo da grande imprensa, composta por civis que externaram seu apoio ao golpe e também ao governo militar. Contudo, diferente da grande maioria da imprensa tradicional que retira gradativamente seu apoio à ditadura na medida em que ela aumenta a restrição das liberdades individuais, *O Globo* mantém seu apoio, considerando decretos como a implantação do AI-5 como arriscados, mas se bem aplicadas poderão significar um avanço para o país:

O Brasil está diante de uma esquina histórica. O 13 de Dezembro poderá representar um passo de gigante – para frente – ou um funesto retrocesso. Tudo depende da condução do processo. Pergunta-se: estaria TODO o Govêrno em condições de carregar tanta responsabilidade sobre os ombros? Ou haveria áreas frágeis incapazes de ajudar a levantar o fardo? [...] não há lugar para gestos pequenos após o 13 de Dezembro. [...] O Govêrno está condenado a não errar. Perdeu esse direito. Um erro agora é como uma pena de morte sem o benefício do indulto. o Ato 5 foi a última instância. [...] Não se por afirmar ainda se foi um erro ou um acerto. Isso depende do uso que dele fizerem. Por isso é prematuro apoiá-lo ou condená-lo (embora algumas providências na órbita econômico-financeira hajam sido felizes). Poderá ser um bem para o Brasil como poderá representar um morte suprema.<sup>449</sup>

### ***O Globo e a ditadura militar***

---

<sup>445</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

<sup>446</sup>\_\_\_\_\_. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969, p. 64

<sup>447</sup>REIS FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

<sup>448</sup>Critica-se a nomenclatura “golpe civil-militar”, pois não há um consenso entre os civis sobre a ditadura, o que tornaria delicada a equivalência destes como protagonistas da mesma forma que os militares ao longo do processo. Contudo, não é possível afirmar, também, que existia dentro das Forças Armadas um total e irrestrito apoio à intervenção militar a ao golpe.

<sup>449</sup>Editorial do jornal *O Globo* do dia 04 de janeiro de 1969.

Como pode ser ilustrado pelo trecho do editorial acima transcrito, o estudo do jornal *O Globo* permitiu analisar a forma como esse veículo apreciou os rumos tomados pela nova ordem vigente após o que eles denominaram de “revolução democrática”. O jornal nunca tratou o início da ditadura militar como um golpe de Estado, mas sempre como uma revolução que tinha o objetivo de afastar o Brasil da crise política trazida pelo que diziam ser uma ameaça comunista, o governo de João Goulart.

Das poucas críticas verificadas nos editoriais voltadas ao governo militar, prevalecem as de caráter econômico, em relação ao intervencionismo estatal abusivo, e algumas sugestões para o aumento do investimento em educação e pesquisa. Contudo, não faltaram julgamentos contrários à oposição, seja democrática, o MDB, ou armada, o que eles denominavam de "terrorismo". A oposição democrática era duramente criticada por não apoiar o suficiente a "revolução", impedindo os "avanços" propostos pelo governo militar. Já a oposição armada ou não institucional era tida como expoente do "perigo vermelho" dentro do Brasil e, por isso, deveria ser combatida a todo custo.

Outro aspecto significativo diz respeito ao alinhamento do conteúdo dos editoriais com as demais reportagens, colunas de opinião, ilustrações, etc. publicados no jornal: em todos os que foram verificados prevalece a tradição anticomunista e a crença no regime militar como a melhor forma de preservar a democracia brasileira. O estudo dos trechos selecionados d'*O Globo* permitiram a percepção da propagação de um discurso que remete às culturas políticas conservadora e liberal e também à tradição anticomunista, que retoma a todo tempo o discurso construído, principalmente, após a Intentona Comunista de 1935, no qual a possibilidade de um governo de esquerda ou com características consideradas da esquerda, poderia ser classificado com todos os inúmeros adjetivos negativos: desorganização, atraso, corrupção, etc<sup>450</sup>.

Além disso, é necessário reconhecer a conjuntura do período altamente influenciada pela disputa ideológica da Guerra Fria. Para aqueles alinhados ao bloco capitalista, normalmente reconhecidos como liberais-conservadores, qualquer evento que pretendesse um avanço dos objetivos considerados socialistas, como diminuição da desigualdade social, intervenção estatal na economia, ameaça à propriedade privada, dentre outros, era visto de forma negativa, perturbadora.

Nesse sentido, talvez possa ser explicada a aversão d'*O Globo* à João Goulart, uma vez que expoentes da direita, como o veículo de comunicação tratado no trabalho, apoiaram atitudes

---

<sup>450</sup>MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

autoritárias não por estarem necessariamente alinhados a ausência de liberdade de expressão e à atitudes repressivas, mas por considerarem esse meio autoritário como o único que poderia suprimir a "ameaça comunista" naquele momento. Dessa forma, elementos da direita que, talvez, em outras circunstâncias não apoiassem atitudes extremistas e autoritárias, veem a eminência de um "perigo vermelho", expressado pelas Reformas de Base propostas por Jango, que só poderia ser combatido com esses regimes repressivos.

Outro aspecto que deve ser abortado neste trabalho e que retoma a discussão feita anteriormente sobre a dimensão da participação da população civil no golpe e no governo militar, é a presença d'*O Globo* e de seu diretor, Roberto Marinho, na lista de "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES".<sup>451</sup>

O complexo político-militar IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi detalhadamente pesquisado por René Armand Dreifuss em "1964: a conquista do Estado". Segundo o autor, o objetivo do complexo IPES/IBAD era agir contra o governo nacional-reformista de Jango e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração, representando principalmente a face política dos interesses empresariais. Assim, a homogeneidade, a consciência e a organização desse grupo teria possibilitado a formação de uma elite orgânica "[...] capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado".<sup>452</sup> Apesar das muitas críticas recentes ao trabalho de Dreifuss, acredito que o aspecto acima citado não deva ser ignorado.

O IPES foi fundado, oficialmente, em 29 de novembro de 1961. De acordo com Dreifuss, o jornal *O Globo* foi um dos que recebeu favoravelmente seu lançamento. Além disso, é possível perceber a atuação do jornal nos moldes do Grupo de Publicações/Editorial (GPE) do IPES. Esta unidade de trabalho tinha o objetivo de conduzir uma campanha, através de jornais, televisão, propagandas, panfletos, etc., que disseminasse a mensagem ideológica afinada aos interesses da elite orgânica (liberal e conservadora).

### **A importância da imprensa na construção da memória sobre o golpe e sobre o regime militar: o editorial *mea-culpa* d'*O Globo***

Os pontos abordados durante o trabalho tem o objetivo de compreender a grande imprensa, especialmente d'*O Globo*, como potenciais veículos que promoveram a legitimação do

---

<sup>451</sup>DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 504.

<sup>452</sup>\_\_\_\_\_. *1964: a conquista do Estado*, p. 161-162.

golpe e do governo militar, através de um discurso pertencente a uma cultura política liberal-conservadora e com fortes influências da tradição anticomunista.

Por fim, será debatido rapidamente a permanência da importância dos diversos meios de comunicação, inclusive da imprensa escrita, na disseminação de determinados discursos ligados ao golpe e a ditadura militar na atualidade.

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2014, falou-se muito dos 50 anos do golpe militar brasileiro. Tanto os meios de comunicação de massa, quanto os eventos e publicações acadêmicas, aproveitaram a ocasião para debater, lembrar e analisar esse período da história do Brasil que tem fortes sentidos para a atualidade. As heranças políticas, econômicas, culturais e sociais da ditadura permeiam o cotidiano de formas, muitas vezes, sequer percebidas.

Para efeito de mera exemplificação, basta checar a biografia dos últimos presidentes brasileiros, inclusive a atual presidente Dilma Rousseff: todos eles diretamente ligados, de diferentes formas, a movimentos de resistência à ditadura; ou verificar a denominação de construções públicas (praças, ruas, viadutos, etc.) que trazem o nome de governantes militares ou, agora, de indivíduos que se mostraram resistentes à eles; ou ler notícias e se deparar com as apurações de depoimentos da Comissão Nacional da Verdade... enfim, os poucos exemplos citados servem apenas para demonstrar a presença, cada vez maior, de debates acerca do golpe e da ditadura militar brasileira no presente.

Assim como foi notado por André Bonsanto Dias,<sup>453</sup> as reflexões relacionadas ao período ditatorial e, especialmente, às articulações do golpe de 1964, estão mais atuais agora do que estiveram há trinta anos. E, como também aponta o autor, a emergência de batalhas de memória nesse momento é uma demanda própria do presente, mais ligada à ele do que ao evento do passado em si. Dessa forma, há uma disputa nos meios acadêmicos e populares pela legitimação de recordações e esquecimentos que articula passado e presente.

Visto isso, a efeméride dos 50 anos do golpe militar intensificou disputas entre memórias individuais e coletivas que tentam recriar narrativas para esse acontecimento de acordo com cada lugar social e sentimento de pertencimento do grupo ou indivíduo. Há, por exemplo, por parte dos militares e setores da extrema direita, o desejo de reafirmar a necessidade e inevitabilidade do golpe de 1964 e o apoio popular à ele, uma vez que o país estaria ameaçado pelo "perigo

---

<sup>453</sup>DIAS, André Bonsanto. A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. In: *Anais eletrônicos do Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer*, UFMG, Belo Horizonte, 18 a 20 de março de 2014, p.36-47.



comunista"; por outro lado, grupos pertencentes ao espectro político de esquerda lutam para afirmar a repressão e inconstitucionalidade do golpe e do governo militar.

A publicação desse texto e o lançamento de seu acervo online, que conta também com artigos que narram a história do jornal pelo ponto de vista do próprio jornal, tem a clara finalidade, por parte das Organizações Globo, de tomar a rédea de sua própria história, escrevendo e reescrevendo-a da forma mais adequada ao presente, compondo assim as batalhas de memória na atualidade. A emergência de batalhas de memória nesse momento é uma demanda própria do presente, mais ligada à ele do que ao evento do passado em si.

Dessa forma, há uma disputa nos meios acadêmicos e populares pela legitimação de recordações e esquecimentos que articula passado e presente. Visto isso, a efeméride dos 50 anos do golpe militar intensificou disputas entre memórias individuais e coletivas que tentam recriar narrativas para esse acontecimento de acordo com cada lugar social e sentimento de pertencimento do grupo ou indivíduo.

Há, por exemplo, por parte dos militares e setores da extrema direita, o desejo de reafirmar a necessidade e inevitabilidade do golpe de 1964 e o apoio popular à ele, uma vez que o país estaria ameaçado pelo "perigo comunista"; por outro lado, grupos pertencentes ao espectro político de esquerda lutam para recriminar a repressão e afirmar inconstitucionalidade do golpe e do governo militar.

Nesse sentido, é fundamental pensar a imprensa como um dos meios que externam essas batalhas de memória e retomam as discussões acerca do regime militar para além dos limites acadêmicos. Por isso, é relevante acompanhar as diferentes abordagens de revistas e jornais durante publicadas no ano de 2014 e as outras que ainda virão em que está sendo lembrado o evento do golpe militar. Tendo em vista o objeto de pesquisa central do trabalho, vale a pena realçar a atitude do jornal *O Globo* frente a esta ocasião.

Em 31 de agosto de 2013, o periódico publicou um editorial se desculpando pelo apoio ao golpe de 1964.<sup>454</sup> Lembrando as denúncias em relação às Organizações Globo feitas pelos manifestantes nas passeatas de Junho de 2013, o editorial lamenta ser verdade o fato de que O Globo apoiou o golpe militar. Ademais, aproveita a ocasião de lançamento de seu acervo online para frisar que "Governo e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas".<sup>455</sup>

---

<sup>454</sup>O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro, 31 de agosto de 2013.

<sup>455</sup>O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro, 31 de agosto de 2013.

Para justificar seu apoio, o jornal se coloca em meio aos debates do período, como o temor aos resultados das mudanças propostas por João Goulart, o discurso anticomunista propagado em tempos de Guerra Fria, etc. Indo além, o editorial exalta o fato de que *O Globo* abrigou jornalistas de esquerda, sem contudo citar a censura interna que certamente ocorria dentro das Organizações para que nenhuma crítica ao governo fosse publicada.

Portanto, o editorial que expressa a mea-culpa do jornal carioca tem sim a intenção de responder a demanda das ruas, contudo, essa resposta não se mostra como um arrependimento, mas como uma explicação que visa absolver o apoio do periódico ao regime autoritário e repressor que perdurou por mais de vinte anos no Brasil.

A publicação desse texto e o lançamento de seu acervo online, que conta também com artigos que narram a história do jornal pelo ponto de vista do próprio jornal, tem a clara finalidade, por parte das Organizações Globo, de tomar as rédeas de sua própria história, escrevendo e reescrevendo-a da forma mais adequada ao presente, compondo assim as batalhas de memória na atualidade.

# Onde estão os comunistas? Um estudo sobre a vigilância ao PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1945-1964)

**Camila Gonçalves Silva Figueiredo**

Mestre e Doutoranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

[cgoncalvesfigueiredo@gmail.com](mailto:cgoncalvesfigueiredo@gmail.com)

**RESUMO:** Apresentaremos os resultados parciais das análises das correspondências provenientes do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais-DOPS, entre os anos de 1945 a 1964. Esta pesquisa permite identificar as estratégias aplicadas pelos agentes do DOPS no sentido de acompanhar o desenvolvimento das ações do PCB mineiro, suas demandas e objetivos, bem como o processo de monitoramento.

**PALAVRAS CHAVE:** Partido Comunista, Minas Gerais, monitoramento, DOPS.

A presente comunicação é parte integrante das pesquisas desenvolvidas para a tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em se tratando de estudos sobre o Partido Comunista Brasileiro/PCB e sobre a atuação das esquerdas no Brasil, a historiografia possui autores que são referência, dentre os quais o sociólogo Marco Aurélio Santana, os historiadores Carlos Fico, Daniel Araújo Reis Filho, Pedro Moraes e Maria Paula Nascimento Araújo<sup>456</sup>.

---

<sup>456</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. - REIS FILHO, Daniel Araújo; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. - REIS FILHO, Daniel Araújo; MORAES, Pedro de (Org.). *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. (Pensando o Brasil, v. 9). - REIS FILHO, Daniel Araújo. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990. - RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993. - RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil"<sup>457</sup>, Santana analisa a articulação e atuação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o autor contou com uma gama variada de fontes, dentre os quais: jornais, revistas, documentos relativos à atuação do PCB e do movimento sindical, e também, realizou entrevistas com integrantes do partido a partir da metodologia da História Oral.

No transcorrer do seu trabalho Santana afirma que teve dificuldades em relação ao referencial teórico utilizado na pesquisa, pois farta parcela dos estudos converge para análises focadas no desempenho político do PCB ao longo da sua trajetória e, sobretudo, as pesquisas tendem a relativizar ou a minimizar o papel do partido junto ao movimento sindical. A obra "O populismo na política brasileira", do historiador Francisco Weffort, é um significativo exemplo deste viés historiográfico. Neste trabalho, o autor considera o papel do movimento operário e do Partido Comunista Brasileiro, nas décadas de 1930 a 1950, como pouco relevante no cenário político nacional. Segundo o autor, estes segmentos não detinham autonomia nas decisões políticas. A atuação dos sindicatos é tida pelo autor apenas como função de intercessão entre o poder político e empresarial, não tendo, pois um papel forte na consolidação das reivindicações trabalhistas. Ainda conforme Weffort, a longa trajetória de ilegalidade do PCB consolidou a perda de projeção política e social. Para ele, é somente a partir da década de 1960, durante o período do Governo João Goulart, que a atuação das esquerdas emerge de maneira efetiva.<sup>458</sup>

Na contramão desta perspectiva, que podemos considerar como tradicional, a obra "Homens partidos" se destaca pela valorização do papel dos indivíduos e pelo exame da complexidade das interações sociais em um universo coletivo. Trata-se, pois, de um importante referencial para a nossa proposta de pesquisa, pois corroboramos da concepção de que para compreender a dinâmica interna do PCB mineiro junto ao movimento operário é prioritário deslocar o eixo analítico da estrutura para as relações. Deste modo, será possível avaliar a maneira pela qual eram construídas as ações e articulações contíguas à classe trabalhadora, mesmo em meio à ilegalidade política, para, assim, entender a multiplicidade de ações do partido no estado de Minas.

Para compreender como se davam as relações entre os membros do PCB junto a classe trabalhadora em Minas Gerais, temos no uso das correspondências fontes basilares no desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, nesta comunicação, apresentaremos alguns resultados das análises das correspondências provenientes do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais-DOPS, que está sob custódia do Arquivo Público Mineiro-APM, em Belo Horizonte, desde 1998. O DOPS foi instituído em Minas Gerais no ano de 1956, tendo como mote principal a repressão aos crimes político-sociais. Com esse intento, foi gerado um forte aparato policial coercitivo com sede em Belo Horizonte, e, articulado com as várias regiões do estado. Não obstante, o acervo agrega também o

---

<sup>457</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001.

<sup>458</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

material produzido pela Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social criada em 1927 na capital, que, assim como o DOPS, possuía como atribuição a manutenção da ordem pública. Para esta exposição incluímos também fontes disponíveis no acervo "Coleção Informante do Regime Militar" que estão sob custódia do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro.

O trabalho realizado pelos agentes do DOPS resultou numa vasta documentação, que apreende inúmeras correspondências enviadas e recebidas pela polícia. Dentre as tipologias de correspondências consultadas para este exame, estão cartas, telegramas, boletins e informes produzidos pelos militares, oficiais, investigadores e delegados. O intercâmbio destas correspondências apresentava como objetivo central a exposição de inúmeros relatos sobre o andamento das ações da polícia política referente a vigilância aos indivíduos integrantes do Partido Comunista nas distintas regiões do estado de Minas Gerais. A rotina dos comunistas, suas ações e dificuldades são comumente relatadas pelos oficiais designados ao trabalho de vigilância a paisana ou enquanto infiltrados na facção política. Ademais, também eram foco de monitoramento sujeitos que, devido ao envolvimento em ações de cunho político e social eram considerados pelos agentes do DOPS como subversivos. A documentação disponível no DOPS também é resultante da apreensão realizada em sedes e comitês do PCB em várias regiões do estado. Deste modo, as fontes compreendem tanto documentos de autoria do próprio PCB, quanto elaborados pela polícia política.

Nesta comunicação utilizamos das correspondências oficiais do DOPS que, apesar do seu caráter formal, confidenciam a rotina dos profissionais que eram designados às ações de vigilância e repressão ao PCB em Minas Gerais, entre os anos de 1950 a 1970. Trabalhamos com três tipologias documentais, as cartas e telegramas, os informes e boletins de monitoramento.

Esse corpus documental, de igual modo, apresenta os espaços de sociabilidade que os militares frequentavam, bem como a dinâmica do trabalho desenvolvido por eles. Por conseguinte, a realização desta pesquisa permite identificar as estratégias aplicadas pelo DOPS no sentido de acompanhar o desenvolvimento das ações do PCB mineiro, suas demandas e objetivos, o processo de monitoramento, a eficiência e as dificuldades impetradas pela realização deste labor.

Além de algumas conclusões e análises prévias da pesquisa ora em andamento, fazemos menção a alguns procedimentos que utilizamos para o exame das correspondências como fonte para pesquisa histórica. Dentre os procedimentos destacamos:

- A identificação da origem e objetivo,
- A identificação destino,
- A identificação sujeitos mencionados direta ou indiretamente,
- A localização do período e frequência do intercâmbio das correspondências,
- Os anexos.

Um dos motes iniciais do método empregado refere-se a identificação da origem e objetivo destas correspondências, ou seja, o motivo que impulsionou os indivíduos envolvidos a estabelecerem o intercâmbio de informações. A razão de ser das cartas, telegramas ou informes, por exemplo, são elementos definidores para o estabelecimento do tipo de análises que são desenvolvidas a partir das informações apresentadas. Os informes são documentos oficiais que podem conter objetivos como: definição de ordens, pareceres, instruções ou informações sobre as atividades desenvolvidas pelos sujeitos que atuam no processo de monitoramento. Nessa perspectiva, farta parcela dos informes consultados até o momento, referem-se a exposição dos objetivos alcançados no trabalho dos agentes de monitoramento, bem como das ordens determinadas pelos militares de patente superior que comandam as operações.

A partir da compreensão do objetivo que estimula a elaboração das correspondências, localizamos simultaneamente a origem. Em nossa pesquisa, a origem refere-se tanto ao remetente/destino, quanto da instituição que elabora a correspondência. Por utilizamos documentação resultante do trabalho de repressão, é possível identificar quais as instituições estão envolvidas através do uso de timbres oficiais e assinaturas e, por conseguinte, a maneira como desenvolvem o trabalho. Esta ação de igual modo permite localizar os sujeitos envolvidos diretamente, ou seja, os agentes que trabalharam na polícia política, os locais de atuação e o resultado do trabalho realizado. Em contrapartida, elencamos os sujeitos incluídos indiretamente, que são aqueles referenciados ao longo do texto e, conforme o assunto tratado. O uso de pronomes de tratamento e o uso de uma linguagem mais rebuscada ou não, também está relacionado a hierarquia militar. Quanto maior o nível, mais formal tende a ser a correspondência. Também é possível observar o grau de intimidade que os agentes detinham com seus superiores a partir da linguagem utilizada nas cartas.

Como um dos principais objetivos da polícia política consistia em realizar o monitoramento das organizações de esquerda, os boletins e informes apresentam com riqueza de detalhes informações sobre quem eram os membros do Partido Comunista em Minas Gerais, expõe a composição dos comitês e os elementos mais atuantes na organização. Este é o caso do comunista Elson Costa, membro da comissão de organização do Comitê Central do PCB em Belo Horizonte, entre os anos de 1946 e 1947. Elson é citado de modo recorrente tanto em informes, telegramas e nos boletins de monitoramento. Por ser mencionado como militante muito atuante na capital, incitou a pesquisas ulteriores em que foi possível identificar a existência de uma pasta contendo 196 laudas relativas à apreensão de material da organização do partido que estava em sua posse<sup>459</sup>. Além de informações sobre a organização do PCB em Minas Gerais, o acervo apreendido pessoal do comunista Elson Costa possui material de propaganda sobre o comunismo utilizado para divulgação no meio sindical, nos anos de 1950 a 1964.

De igual maneira, através das correspondências foi possível localizar a existência de agentes infiltrados como militantes do PCB que acompanharam de maneira contígua as ações. Estes agentes

---

<sup>459</sup> Pasta 0096. Material apreendido - Elson Costa. 1950 a março de 1964. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0096> > acesso em outubro de 2014.

forneceram através dos relatórios e informes o panorama da atuação do PCB, suas dificuldades operacionais, bem como a disposição organizacional dos membros da organização. Alguns agentes estabeleceram relações próximas com os comunistas, participando de reuniões em células e comitês e, inclusive alguns conseguiram frequentar suas residências. Em um dos informes utilizados em nossas análises o relato do agente, infiltrado como militante comunista, foi feita o relato da composição da estrutura organizacional do Comitê Central do PCB mineiro no ano de 1955, bem como a indicação de uma lista de nomes referente aos responsáveis por realizar a ligação entre as organizações de base e as regiões de Minas Gerais<sup>460</sup>.

Ademais, a importância das correspondências como fonte em nossa pesquisa, se dá, sobretudo, em razão da fragmentação da documentação do PCB em Minas Gerais, que, em função do monitoramento constante ao longo da sua trajetória histórica não possui um acervo unificado. A dispersão da documentação é atenuada em função das ricas descrições que são emitidas através do intercâmbio de correspondências efetuado pelos agentes dos órgãos de repressão. Além das correspondências, há vasto material do PCB que foi apreendido em suas operações.

A partir dos exemplos mencionados, os sujeitos mencionados direta ou indiretamente nas correspondências são fundamentais para que possamos compreender a atuação do PCB e a composição da estrutura orgânica em Minas Gerais. O intercâmbio permite entender a partir dos relatos a multiplicidade de ações e relações que os comunistas realizaram no estado de Minas Gerais. Sendo assim, corroboramos da concepção apresentada pelos pesquisadores Carlos Eduardo Bezerra e Telma Maciel da Silva, segundo o qual o exame de correspondência deve ser feito a partir da compreensão da sua função de partilha entre sujeitos:

É uma partilha não somente porque uma carta pertence a dois sujeitos, mas porque envolve sempre vários correspondentes indiretos, no momento mesmo de sua produção, tanto da produção da carta como do texto literário.<sup>461</sup>

Muito embora a mera identificação do nome dos atores envolvidos seja uma ação básica no que se refere a análise de qualquer fonte histórica, em nossa pesquisa, o nome ostenta o papel de fio condutor, ensejando a abertura de novas possibilidades de identificação de fontes ulteriores, como no exemplo do comunista Elson Costa.

---

<sup>460</sup>Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

<sup>461</sup>BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel. Jogo de cartas: a correspondência como fonte de pesquisas. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p.02- dez. 2009. ISSN – 1808–1967. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/163> >



Outros elementos que utilizamos para analisar as correspondências refere-se a percepção do período e da intensidade em que é realizado o intercâmbio das correspondências. Este aspecto é essencial em nossa investigação, haja vista que, o período tende a revelar a ampliação ou redução das ações de monitoramento. No tocante a presente pesquisa, identificamos que após o retorno a ilegalidade política no ano de 1947, ocorre o crescimento das ações repressivas ao PCB em Minas Gerais e, cresce na mesma medida as deliberações e determinações designadas através das correspondências em todo o estado a respeito do tipo de trabalho que deveria ser realizado pelos agentes da polícia política. Tal ampliação repercute na dinâmica interna da agremiação, sobretudo, na supressão e na coerção de muitas das suas ações.

Para desenvolvimento desta tese de doutorado utilizamos cerca de 300 pastas do acervo do DOPS de Minas Gerais, correspondente aos anos de 1950 a 1970. Em quase todas as pastas contém correspondências que nos fornecem informações sobre o trabalho realizado pelo PCB no interior do estado. A análise dessa documentação permite indicar ainda não apenas o crescimento do monitoramento das ações do PCB após o retorno ilegalidade política em 1947, mas também os meios utilizados para exercer a vigilância. Cresce o número de informes com relatos sobre a realização de apreensões em sedes de comitês do PCB e também de materiais de propagandas produzidos em tipografias. A apreensão era realizada tanto na capital como nos comitês de várias cidades em Minas Gerais. Como exemplo desta ação, podemos citar o Informe enviado pelo Delegado Geral de Juiz de Fora, em 06 de maio de 1952 relatando a apreensão de materiais ao Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte:

Senhor Delegado,

Comunico-vos que as solenidades do 1º de Maio do corrente ano se processaram na maior ordem.

Na véspera a turma da Ordem Política conseguiu apreender, em uma tipografia cerca de 500 boletins comunistas assinados por Lindolfo Hill, os quais assim não chegaram a ser distribuídos. Junto, remeto-vos alguns exemplares do aludido documento para vosso conhecimento.

Atenciosas saudações,

Delegado Geral.

Ao Exm. Sr. Dr. José Henrique Soares.

Delegado de Ordem Pública - Belo Horizonte.<sup>462</sup>

---

<sup>462</sup> Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Pasta 4706, imagem 17, Rolo 068. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706> >.

Lindolfo Hill era comunista ativo na cidade de Juiz de Fora, foi vereador da cidade até o período da cassação dos mandatos dos membros do PCB em 1948, um ano após o partido ser posto na ilegalidade. Além de verificar o tipo de ação repressiva realizada, identificamos que os comunistas pretendiam realizar na ocasião do 1º de maio de 1952 o trabalho de agitação e propaganda.

A localização de anexos nas correspondências identificadas ao longo da realização do trabalho de análise de fontes é igualmente um dos procedimentos utilizados por nós. Neste caso, podemos fazer menção ao intercâmbio de correspondências cujo conteúdo trata da apreensão de documentos pertencentes ao PCB. Embora muitos dos telegramas e informes que comunicam a realização deste tipo de trabalho feito pelos agentes não contenham como anexo a documentação coletada, em função da fragmentação do próprio acervo do DOPS, aquelas que possuem são capazes de fornecer dados sobre as ações desenvolvidas, o funcionamento e cotidiano do partido em várias cidades do estado. Podemos fazer menção as correspondências policiais contidas na pasta 4505, que abarcam documentação sobre a presença do comunismo na cidade de Barbacena, entre os anos de 1935 a 1956. As correspondências versam sobre a apreensão realizada no comitê do PCB em Barbacena e informam sobre as tipologias documentais que foram confiscadas, dentre os quais, localizamos material de propaganda, correspondências pessoais e questionários utilizados pelo PCB.

Durante a década de 1950, período que em Minas Gerais o PCB realizava constante trabalho de expansão das suas ações, o uso dos informes como fonte nos permite identificar as relações que fortaleceram o estabelecimento das ações do Partido no interior do estado. Este é o caso do informe enviado para o serviço de Polícia Política da capital, em dezembro de 1956 informando que um emissário comunista teria sido enviado para a cidade de Montes Claros com o objetivo de estreitar os laços com os dirigentes locais:

Segundo consta teria sido enviado por Prestes, a Montes Claros, um emissário com fim de entender-se com os dirigentes locais, no que respeita a sua ida àquela localidade mineira, onde pretende passar sua data natalícia.

Estão em francos preparativos para receber o líder vermelho indígena, ocasião em que lhe será ofertado um livro de ouro, contendo as assinaturas de todos os comunistas do Norte de Minas Gerais, contendo o histórico de sua vida e um voto de confiança.<sup>463</sup>

Os boletins de monitoramento conforme já salientamos, permitem conhecer as informações coletadas pelos integrantes do serviço estadual de informação. Este indivíduos acompanhavam de perto o trabalho desenvolvido pela agremiação e emitiam através dos boletins as principais informações coletadas. Muitos desses boletins não são assinados, mas permitem conhecer o trabalho de pesquisa que

---

<sup>463</sup> Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. Arquivo Público Mineiro. Pasta 3983, imagem 3, Rolo 050. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=3983> >

desenvolviam a respeito da rotina de trabalho e antecedentes dos comunistas. Como exemplo, podemos citar o boletim enviado no dia 30 de janeiro de 1957:

Belo Horizonte, 30/1/57

Pequenas informações:

Adão de Souza Ramos: Aos 28 do mês corrente, esteve na capital o marginado que aqui veio pedir garantia ao deputado Hernani Maia para o funcionamento do sindicato dos trabalhadores agrícolas em Mantena, da qual é presidente.

Segundo soubemos, o delegado foi à residência do Sr. Adão a fim de advertí-lo que não mais continuasse em atividades que pudesse colocá-lo em dificuldades, convidado-o a retirar-se da cidade.

Vida pregressa desse elemento:

É membro da Comissão de Campo do Comitê Regional do Vale do Rio Doce. Veio a esta capital por determinação do secretariado do Partido naquela região. Ainda: recebeu informação para que não guardasse em sua casa material que pudesse comprometer-lo como comunista. Isto aliás foi feito. Hospedou-se à Rua Sapucaí, 441. Pensão.<sup>464</sup>

Através deste boletim identificamos algumas informações relevantes. A primeira refere-se ao fato de que, durante o processo de reestruturação da linha política adotada pelo PCB na década de 1950, foram expressas claras orientações para ampliação do raio de atuação para além do segmento operário. A ampliação da esfera de trabalho para o perímetro rural, através da inserção do trabalhador camponês no partido era um dos objetivos. Este boletim permite identificar que este trabalho, apesar do monitoramento, vinha sendo realizado no interior de Minas. Apesar do foco da nossa pesquisa seja o entendimento das ações do PCB contíguas a classe operária, na documentação consultada, existem vários exemplos que apontam para o crescimento das ações do PCB no meio rural. O documento mencionado faz menção ao Deputado Hernani Maia. O referido deputado é citado em vários documentos do PCB como político com ligações com comunistas de várias regiões de Minas.

Após o retorno a ilegalidade política, o PCB estabeleceu relações com outros partidos, muitas vezes, introduzindo seus elementos em outras legendas partidárias. Esta estratégia também foi utilizada pelos deputados estaduais Oscar Dias Correia, Fabrício Soares, Edgard Godoi Mata Machado, Rodon Pacheco, através da legenda União Democrática Nacional na eleição de 1951. Além dos deputados federais Hidelbrando Brisália e Pedro Gomes de Oliveira pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

---

<sup>464</sup> Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX9ONESIACP1/8. p.01

### **Considerações Finais**

O objetivo da tese de doutorado consiste em compreender as estratégias e articulações do Partido Comunista em Minas Gerais nos anos de 1950 a 1970. Para isso, deslocamos o eixo comumente apreciado pela historiografia tradicional, que aborda a trajetória histórica do partido, para o estudo das estratégias. Ou seja, esta pesquisa propõe o enfoque das relações estabelecidas pelo partido com o segmento operário em Minas Gerais, em detrimento do enfoque que privilegia o exame apenas da estrutura. Nesse sentido, o uso das correspondências como fonte para desenvolvimento das nossas análises é basilar, haja vista que, as informações expressas abarcam dados relativos ao cotidiano e ações impetradas pelo PCB, aos espaços de sociabilidade e para as relações construídas pelo partido. A metodologia utilizada consiste na identificação e exame de elementos primários presentes em correspondências, ou seja, objetivos, frequência, elementos citados direta e indiretamente, anexos e período. O uso das correspondências do acervo do DOPS vem permitindo localizar fontes ulteriores viabilizando dessa forma o estudo das relações dos comunistas mineiras no recorte temporal delineado. Em função do PCB não possuir um acervo completo e unificado, este tipo de documentação contribuiu para a viabilidade da pesquisa.

# As relações entre história e memória no contexto da Ditadura Militar brasileira

**Gisele Gonçalves Dias Pinto**

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[giselediaspinto@gmail.com](mailto:giselediaspinto@gmail.com)

**Marcos Vinícios Corrêa**

Graduado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[marcos\\_vinicios\\_bm\\_ma@yahoo.com.br](mailto:marcos_vinicios_bm_ma@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Dentre as diversas temáticas discutidas pela historiografia está a questão da memória. As discussões sobre a mesma dificilmente produzem conclusões, sobretudo quando se busca a relação da memória com a história. No entanto, é importante compreender o papel que ela assume nos eventos históricos, como no caso da Ditadura Militar brasileira – evento este que deve ser tratado com muita cautela devido sua proximidade com nossa época e, por consequência, suas feridas ainda manterem-se abertas na sociedade. Buscar-se-á analisar a conturbada relação existente em discursos sobre a memória e a história (sobretudo o período supracitado) ressaltando a relação de proximidade que possuem e a importância da narrativa para o historiador, sendo essa tratada com muito cuidado, pois, por mais que seja tecida com base metodológica sólida, jamais consegue alcançar a verdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Memória; Historiografia; Ditadura Militar

Rememorar é um ato político. Nos fragmentos da memória encontramos atravessamentos históricos e culturais, fios e franjas que compõem o tecido social, o que nos permite ressignificar o trabalho com a memória como uma prática de resistência. (...) São nas ausências, vazios e silêncios, produzidos pelas múltiplas formas de dominação, que se produzem as múltiplas formas de resistência (...) que, fundadas no inconformismo e na indignação perante o que

existe, expressam as lutas dos diferentes agentes (pessoas e grupos) pela superação e transformação de suas condições de existência.<sup>465</sup>

## **Introdução**

Dentre os mais diversos assuntos no campo da história, a memória é um dos mais discutidos, sem, contudo, chegarmos a uma análise conclusiva acerca da relação entre elas. No entanto, é importante compreender o papel da memória sobre diversos acontecimentos dentro da história e da historiografia, como no caso da Ditadura Militar brasileira.

Buscar-se-á apontar qual a relação da história com a memória e qual a importância da preservação desta frente aos acontecimentos ocorridos de 1964 a 1985. Para isso, buscou-se analisar a relação, conturbada, existente em discursos sobre a memória e a história, ressaltando a relação de proximidade que possuem e a importância da narrativa para o historiador - que por mais que seja tecida com base metodológica sólida, jamais consegue alcançar a verdade.

Assim, entende-se que é preciso compreender este evento do passado que nos atingiu de forma violenta, e que a memória, por meio de relatos orais ou escritos, é de suma importância para tal. Ressalta-se sua importância posto que seja por meio dela que rememoramos o ocorrido, que perpetuamos a crítica a tal evento e que reforçamos a discurso de seu não retorno.

## **Memória e História**

A memória é um campo ainda conflituoso e delicado dentro da historiografia (tomada como objeto e como método). Por muito tempo a memória era entendida por alguns teóricos como algo artificial, como algo que se mostra repetitivo e que não possui uma origem clara, sendo coletiva e espontânea. Essa visão era partilhada por muitos, como no caso de Halbwachs – sociólogo do século XIX –, que também afirmava que a memória, por ser social, não era objeto do historiador, e sim do sociólogo, cabendo ao primeiro a história documentada, e não oral. Maurice Halbwachs, inserido na escola *dürkheimiana* de base Positivista, compreendia que a história deveria ser dissociada da memória, sendo que esta era cabível à sociologia, uma vez que os campos sociais são diversos, assim como as memórias são coletivas – que são vivas –, em oposição à história, que seria una e seu objeto sucumbido<sup>466</sup>.

---

<sup>465</sup> PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. *O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa*. In: Reunião Anual da Anped, 26, 2003, p.5.

<sup>466</sup> Ver: CATROGA, Fernando. A representificação do ausente: memória e historiografia. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. – N. 2 (jul. / dez; 2009). – Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

Essa concepção de memória como sendo oposta à história se modificou com a terceira geração da Escola dos Annales, quando Pierre Nora defendeu a ideia de que a história e a memória não eram opostas, e sim que era possível se valer de ambas para um produzir historiográfico. Além de Nora, Paul Ricoeur também defendeu tal visão, afirmando que ambas possuem uma relação, na qual a memória é a matriz da história, e que

la mémoire n'est pas seulement la visée d'un événement passé dans sa trace laissée en nous, ni recherche récompensée parfois et par bonheur par le petit miracle de la reconnaissance, elle est aussi auto-désignation de son propre sujet; nous disons en français que nous nous souvenons.<sup>467</sup>

Assim, lembrar pode ser considerado um ato histórico e coletivo, uma vez que nossa memória e nossa história estão entrelaçadas, fazendo-nos participantes singulares e ao mesmo tempo coletivos; é reconhecimento, auto-designação e coletividade em sincronismo. Nesse ponto, Ricoeur e Halbwachs se encontram, pois para este “a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”<sup>468</sup>.

Em meio às discussões sobre memória e história novos rumos foram sendo tomados e novas teorias em relação às duas foram sendo desenvolvidas, como a busca por um estreitamento de laços entre elas. Essa busca tomou direção mais delineada a partir da segunda metade do século XX, quando as teorias sobre a sacralização das recordações pela memória começaram a ser questionadas. Alguns teóricos como Lucien Febvre viam na memória esse aspecto, enquanto notavam na historiografia um fazer intelectual desmistificador de representações.

Teorias como essas começaram a ser questionadas e em seu lugar buscou-se compreender que memória e historiografia possuem características comuns, mas cada uma mantendo sua especificidade. A historiografia é considerada um instrumento importante pelo qual o ato de se “fazer a história” ganha narratividade, o que auxilia no não esquecimento dos fatos existentes na trajetória dos homens. Contudo, “memória e historiografia não são necessariamente convergentes”<sup>469</sup>, ao ponto de uma se igualar a outra.

---

<sup>467</sup> Tradução: “Memória não é apenas algo concernente a evento passado que deixou seu rastro em nós, nem a procura por vezes recompensado a felicidade através do pequeno milagre de reconhecimento, ela é também é auto-designação de seu próprio sujeito; nós dizemos em francês que nós nos lembramos.” RICOEUR, Paul. *La mémoire saisie par l'histoire*. In : *Rev. Let., São Paulo, v.46, n.1*, p.245-258, jan./jun. 2006, p.248.

<sup>468</sup> MAHFOUD, Miguel. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. *Halbwachs: memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, S. Paulo, 4(1/2), 1993, p.288.

<sup>469</sup> GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 178.



Por mais que a historiografia possa ser considerada “um gênero literário que tem, entre outras, a finalidade de registrar e conservar as notícias sobre os acontecimentos dignos da memória”<sup>470</sup>, ela baseia-se em fontes (sejam escritas ou orais), entendidas aqui como rastro. Walter Benjamin define rastro como “a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja daquilo que o deixou”<sup>471</sup>. Ele seria o fragmento de algo que existiu, algo que pertencente ao passado e que se exhibe no presente, devendo ser notado e analisado para que aquilo que ele carrega do evento passado não se apague.

É através do rastro que a escrita da história trabalha a rememoração e a transformação de presente<sup>472</sup>. O rastro é algo passível de compreensão, contudo, por ser fragmento, não possui o todo do que foi. Assim, a análise que dele pode-se fazer é uma interpretação, mas não a verdade sobre passado. Desta forma, o relato é um fragmento do evento, que deve ser analisado tendo em mente essa premissa, ou seja, não deve ser visto como a verdade. Assim deve ser nosso proceder ao trabalhar com a memória concernente à Ditadura Militar, tal como com qualquer outra fonte.

Com o rompimento da ideia de que a memória e historiografia são incomunicáveis, viu-se que esta está ligada à prática de recordação, é a responsável por preservar a memória e tornar perpétua a história. Por outro lado, há autores que criticam a produção de documentos, alegando que essa pode levar à diminuição do ato de narrar, na perda de transmissão cultural e compartilhamento de memória num meio social, uma vez que se diminui o hábito de se falar e ouvir.

No entanto, o ato de narrar não é tão facilmente perdido, pois a narrativa é imprescindível para que a escrita possa se concretizar, e ao narrar, transformam-se as experiências em algo sólido, há uma troca entre narrador e ouvinte, sendo que as experiências são compartilhadas e a forma artesanal de comunicação é estabelecida, por meio da narrativa<sup>473</sup>. Porém, tal comunicação “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’, da coisa narrada como uma informação ou um relatório”<sup>474</sup>, e sim fazer uma ligação entre a narrativa e o narrador, sendo que este marca-a com sua subjetividade.

O conflito imposto entre a memória e história também possui outros vieses: a confiabilidade – ou não – que a história tem da memória e na desconfiança que a memória possui em relação à história, que muitas vezes coloca de lado os direitos de lembrança. No entanto, é visível a necessidade que se tem acerca da memória social ou individual para presentificar determinados acontecimentos. A lembrança

---

<sup>470</sup> \_\_\_\_\_ . *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, p.179.

<sup>471</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.490.

<sup>472</sup> Ver: BUSSOLETTI, Denise. Representações da Memória: A Escrita da História para Além do Princípio do Prazer. In: História e-história, 10 de agosto de 2010. Captado em: [http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=121#\\_ftn1](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=121#_ftn1). Consultado em: 22/06/2015.

<sup>473</sup> Ver: BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986.

<sup>474</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986, p.205.

acaba por levar o indivíduo para o caminho da “perseguição, pois nunca está completa”<sup>475</sup>, e assim o passado se faz presente - que é o tempo próprio da lembrança.

As relações entre memória e história ainda são delicadas, sendo tal relação ainda discutida e reformulada por teóricos. Porém, é visível que a relação não está pautada mais na dissociação como se pensava em meados do século XX, mas sim na associação plena entre ambas, sendo discutidos os melhores meios de se apropriar da memória para um discurso histórico. Mas, o que se vê, é que recordar está ligado ao resgate de um passado, e logo é manter vivo um passado. Associado à memória temos a reminiscência, que é a “capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido”<sup>476</sup>, sendo ela uma seleção de imagens com referencial de tempo, que possibilita silogismos, esquadrinhando a lembrança no passado.

### **A Ditadura Militar no Brasil**

O Regime Militar instaurado no país, em 31 de março de 1964, e sucumbindo em 15 de março de 1985, marcou a história do país de forma drástica, sendo considerados os 21 anos de maior repressão do país, na qual os desaparecimentos e as torturas foram as características mais fortes do aparato repressivo. O golpe iniciou-se com a tomada de poder de João Goulart pelas Forças Armadas, apoiada por setores civis temerosos por um golpe de esquerda – temor este aventado devido às reformas propostas por João Goulart que propunham mudanças que incluíam: reforma agrária, fiscal e bancária, voltadas para a redistribuição das riquezas nacionais; direito de voto aos praças, sargentos e analfabetos; e lei de remessa de lucros para defender a economia nacional.

A chegada dos militares ao poder tinha, inicialmente, a proposta de devolverem o poder aos civis. No entanto, logo nos primeiros anos do governo de Castelo Branco os Atos Institucionais 1 e 2 foram criados, suspendendo direitos políticos de cidadãos, cassando mandatos parlamentares, dissolvendo partidos políticos, transformando as eleições em indiretas e estabelecendo sanções para às pessoas com os direitos políticos cassados e que se manifestassem contrários ao governo, iniciando assim, o sistema de censura. Tal sistema se mostrou configurado em 1968, ano que foi criado o AI-5, que, em resumo:

Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das

---

<sup>475</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.10. Captado em: <http://goo.gl/r9ij0p>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>476</sup> ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.15.

Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.<sup>477</sup>

O AI-5 foi a representação do endurecimento do governo militar, instaurado por Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, ano em que cem mil pessoas foram às ruas protestar contra as arbitrariedades do regime, sendo o AI-5 uma resposta às tais manifestações.

Nesse cenário, há a importante presença do Movimento Estudantil, que estava na luta por direitos antes da implantação dos Atos Institucionais, e que desde 1965 agia na clandestinidade, período em que “a UNE fica proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades”<sup>478</sup>. Mesmo em tais condições, os protestos estudantis não cessaram, e a luta contra a política educacional do governo e por subsídios para a reforma universitária foi retomada em 1967, sendo recebida pelo governo de forma repressiva e os estudantes passaram a ser tratados, no âmbito da segurança, como uma questão militar. Em março de 1968 a repressão policial atingiu seu apogeu com a repressão ao Movimento Estudantil, no Rio de Janeiro. O episódio marcou a história do Movimento, pois as consequências foram o claro aumento do aparato repressivo da polícia.

A perseguição aos contrários ao governo se tornou cada vez mais forte e embasada num discurso de legitimação do uso do aparato repressivo. Tal repressão

esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castelo Branco, quando somam-se 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici: registram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu à decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.<sup>479</sup>

A segunda fase do regime, de acordo com Dom Paulo Evaristo Arns, foi a mais violenta do período de 21 anos, uma vez que prisões arbitrárias, torturas e assassinatos ocorreram de forma sistêmica, sendo a tortura “umas das linhas mestras da repressão política”<sup>480</sup>. Entre os modos de repressão utilizados pelos militares compreende-se:

---

<sup>477</sup> Sítio Planalto: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>.

<sup>478</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 34.

<sup>479</sup> ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p.85.

<sup>480</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTE, Marcelo. *MOITA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.165.

a aplicação de sofrimento físico ou a ameaça de aplicá-lo imediatamente, com o propósito de se obterem, ou como decorrência de medidas adotadas para se obterem, informações secretas ou provas forenses de interesse militar, civil ou eclesiástico.<sup>481</sup>

Nesse período, os métodos de tortura para conseguir informações para minar grupos contrários ao regime eram diversos como: pau de arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira de dragão, geladeira, uso de insetos, animais, produtos químicos e agressões físicas. Geralmente, os que eram pressionados, buscavam se calar, pois os “que contam a verdade tiveram consciência dos riscos de sua atividade;”<sup>482</sup>, que no caso era colocar a vida de outros companheiros em risco, levando-os também a serem presos, torturados e alguns até mortos.

As torturas eram realizadas por militares das forças armadas, no entanto haviam também alguns civis que cumpriam as ordens emanadas por aqueles. Um dos torturadores mais conhecido foi Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS de São Paulo, que envolveu-se em diversos casos de perseguição aos opositores do governo. As torturas ocorriam em lugares distintos, em delegacias, colégios militares, casas e fazendas, mantendo os torturados sob cárcere privado, após sequestros.

As vítimas de tais métodos eram diversas: estudantes, militantes de esquerda, grupos de resistência no geral. Estas eram presas, interrogadas e torturadas, ficando na prisão por meses ou anos, sendo que muitos morreram durante tal processo ou desapareceram. Nesse cenário, qualquer tentativa de recriminar tais atitudes do governo era vetada por meio da censura - seja na música, na arte ou na mídia – pois, o regime se valia dela para manter sua posição e inibir quaisquer forma de expressão contrária a seus métodos de governar.

As implicações da tortura sobre as vítimas são diversas, deixando marcas físicas e psicológicas e implicações físicas ou mentais irreversíveis, sendo assim, uma violação dos direitos humanos que requer justiça.

A ditadura no Brasil encerrou-se por meio de uma anistia de mão dupla imposta pelos ditadores, que foi aceita por falta de opção e como uma forma de encerrar o ciclo de violência que estava instaurado naquele período.

### **A Memória, a História e a Ditadura**

---

<sup>481</sup> PETERS, Edward. *Tortura*. São Paulo: Ática, 1989, p.8.

<sup>482</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p.285.

O tema da memória e da história é um tema bastante complicado quando situado na esfera social, uma vez que age no cerne de questões materiais, imateriais, simbólicas, morais e de valores particulares, impactando diretamente nas três temporalidades: passado, presente e futuro. Assim, é preciso ter cautela ao trabalhá-la, sobretudo quando em relação a determinados acontecimentos, como no caso da Ditadura Militar no Brasil. Neste caso, o tema deve ser tratado no âmbito público, para que seja encarado como uma aprendizagem de cidadania e república, no intuito de formar opinião pública em favor de práticas sociais democráticas.

A memória e a reminiscência são um direito, e a articulação desses com a história é mais que plausível e conexa, é necessária, frente a determinados acontecimentos. A memória no cenário da Ditadura Militar brasileira é um dever, uma vez que por meio de testemunhos é possível uma condenação das atrocidades cometidas por este regime, além da possibilidade de compreensão ampla de um jogo de poder, pois esse também pode ser analisado através de relatos embasados na memória dos atores sociais. O debate acerca dela apresenta-se primordial, posto que pode se tornar uma disputa da qual a reconstrução do passado se mostra legítima ou não, de acordo com o grupo social que a descreve. Por isso a importância de tratá-la num cenário público, no qual o discurso de quem cometeu crimes e de quem os sofreu sejam colocados para que a sociedade compreenda a narrativa dos envolvidos, vislumbrando atos escondidos que marcaram a sociedade, como no caso das torturas, e condenado-os com base numa legislação democrática – oposta àquela vigente no período em que a Ditadura ocorreu.

A narração é fundamental para inscrever a experiência em uma temporalidade<sup>483</sup>, sendo o ato de narrar também o de atualizar, presentificando o passado, impedindo que seja levado ao esquecimento. Apesar de pensadores como Benjamim acreditarem que a experiência já foi perdida, que o relato do vivido não leva consigo o experimento, ele transmite o vivido para aqueles que não o viveram, e a memória é a principal reconstituidora do passado, ela também é um rastro.

A narrativa oral ou textual sobre o regime ditatorial brasileiro tem de fazer parte da historiografia, sobretudo a narrativa dos presos políticos torturados, uma vez que se não fossem os relatos destes, o conhecimento a respeito do aparato repressivo seria mínimo, e a justiça para com esses atingidos poderia nem existir. Nesse panorama se localiza a importância da Comissão Nacional da Verdade<sup>484</sup>, que visa investigar tais violações de Direitos Humanos e efetivar o direito à memória, contribuindo também para prestar assistência às vítimas do regime.

A memória, nesse caso, é fundamental para uma escrita da história que visa fazer justiça e reafirmar uma democracia, por este motivo tem de ser trabalhada e reafirmada, para que se possa surgir

---

<sup>483</sup> Beatriz Sarlo mostra que “a narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar” SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.25. Captado em: <http://goo.gl/r9ij0p>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>484</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei N° 12.528, de 18 de Novembro de 2011, pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

movimentos renovados de luta pela democracia e para que se possa, a cada geração, interpretar o ocorrido de forma clara, evitando-se, assim, o retorno das atrocidades vivenciadas pela sociedade brasileira durante a segunda metade do século XX.

### **Considerações Finais**

Pode-se compreender que os discursos acerca da memória são ainda bastante complexos, cabendo uma maior reflexão sobre a mesma, buscando sempre a conciliação entre a memória e a história. Aquela muitas vezes foi vista como matriz desta, no entanto é preciso cautela ao se trabalhar com a associação entre ambas, para não se correr o risco de fazer da memória uma verdade. Pois, por se tratar de narrativas orais ou escritas, a memória está contagiada por aquele que a relata e a vivenciou, assim, as emoções são reavivadas e a imparcialidade é de difícil alcance.

Sobre essa temática (memória e história) para o assunto referente à Ditadura Militar brasileira, é de extrema importância a discussão sobre os usos das mesmas, posto que a memória se torna um alibi na luta contra o regime. Os relatos, sobretudo dos que sofreram diretamente com tal governo, servem-nos para a divulgação das atrocidades cometidas contra os que lutavam por democracia, auxiliando-nos a não esconder esse período obscuro da história do país, e sendo um suporte para a luta para que tal período não retorne.

É tarefa do historiador, sobretudo, trabalhar com a memória, e em específico da Ditadura, buscando analisar narrativa dos que impuseram tal governo, e dos que sofreram com ele, entendendo-os em seu lugar devido, qual seja o da experiência subjetiva, encarando-os com discursos que são elementos de disputas de poder. Assim é preciso mostrar, especialmente, que a memória produzida pelo governo vigente no regime é importante, discutindo como seus relatos visavam corroborar suas atitudes, pois buscava a adesão dos governados ocultando as atrocidades cometidas.

Tal tarefa torna-se ainda mais relevante em períodos onde um conservadorismo forte tende a tentar construir uma história pública que aponta o regime militar como um período de paz, segurança e prosperidade, focando na história oficial do período, ou seja, do regime militar e descreditando os relatos daqueles que sofreram durante a ditadura.

Dessa forma, dentro das discussões sobre esse campo, é possível vislumbrar sua utilidade para a sociedade, relembrar para os que conhecem e mostrar aos que desconhecem os efeitos e consequências de um regime ditatorial militar, no qual a sociedade é fortemente atingida, mesmo que indiretamente. Assim, reafirma-se novamente a necessidade de se trabalhar com a memória na história, visando reafirmar a necessidade da democracia e a condenação das injustiças cometidas pelo regime militar. Vê-se assim, a importância da Comissão Nacional da Verdade, que com o intuito de condenar a violação dos direitos

humanos, acaba por mostrar à sociedade o que ocorreu durante os 21 anos de repressão no Brasil, acentuando a necessidade de se recordar o mal gerado e de não o comemorar.



# Comentando o golpe militar: os editoriais do Estado de Minas em 1964

**Guilherme Alonso Alves**

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

[Guilhermealonso77@gmail.com](mailto:Guilhermealonso77@gmail.com)

**RESUMO:** Esse trabalho tem por intuito analisar os editoriais do periódico *Estado de Minas* entre Abril e Dezembro de 1964. Tem-se como ponto de partida o entendimento que o “editorial” é o espaço por excelência do discurso político nos meios de comunicação. Assim sendo, a análise detalhada da argumentação dos editoriais pode nos dar um rico entendimento sobre as argumentações empregadas na ocasião do golpe e as posições políticas defendidas no momento de instauração da ditadura. Sem amenizar o papel das forças armadas no momento e na posterioridade do golpe, esse estudo visa a pluralidade explicativa para os atores desse episódio político, frisando o apoio de parte da sociedade civil por meio da abordagem do principal veículo de imprensa de Minas Gerais na época.

**PALAVRA CHAVE:** Golpe-militar; Imprensa; Ditadura.

Esse trabalho tem por intuito compreender a ação de grupos pró-golpistas como a mídia impressa, no sentido de pensar suas justificativas para o golpe e suas projeções de futuro. De maneira geral, parto da premissa que a mídia constrói sua informação a partir de um ponto de vista, isto é, seu lugar social de fala. Assim sendo, nossa intenção seria deslocar o estudo do campo da história dos meios de comunicação para o campo da história social. Pois a imprensa se configuraria como uma força social que trabalha na criação de uma hegemonia através de uma construção que articula as relações entre passado e presente visando um projeto para o futuro<sup>485</sup>.

O recorte documental foi escolhido tendo-se em vista compreender a opinião dos proprietários desses veículos de comunicação que para além de suas funções jornalísticas também eram empresários. O dia-a-dia de um jornal reflete constantemente a vida política de um país a partir de um ponto de vista, é claro<sup>486</sup>. Dito isso, entendemos que os editoriais são uma fonte importante para entender a posição da classe empresarial brasileira. Como colocado por Juremir Silva, os jornais no momento do golpe serviram como “intelectuais orgânicos” da classe empresarial<sup>487</sup>. Nas palavras de Gramsci o significado de intelectual orgânico é,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

1 CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 258 -259.

<sup>486</sup> JEANNENEY, Jean-Pierre. A mídia. In: REMOND, René (org). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 225.

<sup>487</sup>SILVA, Juremir Machado da. *1964: O Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre. Sulina, 2014 p. 10.

consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc e etc.<sup>488</sup>

Partindo desse princípio, podemos entender que os editoriais expressam opiniões próprias dos interesses da classe empresarial, como por exemplo: o combate ao comunismo, a defesa do livre mercado e da propriedade privada. Todavia, é necessário não se deter em uma visão estritamente economicista do processo social, isto é, a classe empresarial não funcionava de maneira monolítica, tendo suas segmentações e flexibilidades internas. Importante fazer esse contraponto reflexivo para que não detenhamos em uma análise engessada que não consegue dar conta da complexidade da realidade. No caso específico que será estudado aqui, as opiniões próprias do interesse empresarial são expressas em conjunto com outras tópicas argumentativas próprias do momento e da formação social individual tais como a exaltação aos militares, a defesa de posturas autoritárias perante os comportamentos políticos desviantes, a defesa de interesses estaduais e etc. Portanto, apesar do estudo editorial constituir uma ótima fonte para compreensão da posição empresarial, esse trabalho só poderá ser frutífero se for pensando de maneira densa atentando-se para uma formação de consciência que não se detêm apenas nos contornos classistas, existindo espaço para a junção de outros diversos interesses naquilo que pode ser entendido com uma opinião de classe.

É importante evidenciar que o papel de intelectual orgânico não necessariamente embutia ideologias da classe empresarial de uma maneira maniqueísta em outras classes sociais. O anticomunismo na década de 1960 já era algo há muito interiorizado no pensamento social brasileiro<sup>489</sup>. Os editoriais da linha golpista não estavam colocando pautas completamente novas no cenário político e não estavam controlando, como uma espécie de marionete, a opinião pública, embora sua influência existisse e fosse grande. O que estava sendo feito era um diálogo e uma reprodução de valores que estavam alastrados em determinados setores da sociedade civil desde os anos 1930<sup>490</sup>. É preciso se atentar para a complexidade desse evento, no sentido de haver uma relação em que os editoriais disseminam valores, mas também dialogam com conceitos já enraizados na sociedade, evidenciando que não se tratava de um movimento acima dessa. É condição essencial para o entendimento do complexo cenário que havia se articulado em 1964 compreender a contingência de fatores que se intercalam, se comunicam, mas não necessariamente se determinam. O que pode ser observado é uma relação dialética entre diversos fatores e grupos que compartilhavam, de maneira esparsa, de um núcleo de valores comum, em especial o anticomunismo.

Importante fazer a relação da fonte com sua historicidade e a relação com o seu meio social. É necessário pensar como aquele veículo de comunicação constrói sua identidade e quem

---

<sup>488</sup>GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 03.

<sup>489</sup>\_\_\_\_\_. *A formação dos intelectuais*. p. 03.

<sup>490</sup>\_\_\_\_\_. *A formação dos intelectuais*. p. 03.

são seus articuladores<sup>491</sup>. O *Estado de Minas* era propriedade do empresário do ramo midiático Assis Chateaubriand. O jornal foi comprado em 1929 de um grupo<sup>492</sup> que o fundou um ano antes e então passou a integrar o *Diários Associados*<sup>493</sup>, um conglomerado midiático que contava com vários jornais e rádios<sup>494</sup>.

Chateaubriand desde 1930 sempre foi categórico nas defesas da livre iniciativa, tendo em 1951 manifestando-se contra a Lei do Petróleo, que visava à criação da empresa estatal *Petrobras*<sup>495</sup>. Segundo Carrato, o proprietário do jornal era contrário ao nacionalismo econômico e era veemente na defesa da ação empresarial internacional. Segundo a autora, isso se explica pelo antigo vínculo empregatício de Chateaubriand. Assis havia trabalhado como advogado da *Light and Power* e essa empresa financiou a compra de seu primeiro veículo de mídia - *O Jornal*. A autora ainda coloca que esse mesmo grupo canadense estava por trás do financiamento de diversos empreendimentos dos *Diários Associados*. Essa posição o colocava em oposição aos getulistas, aos trabalhistas e outros defensores do nacionalismo econômico<sup>496</sup>. Sobre a boa relação que o jornal mantinha com a política liberal, é emblemático o caso de Milton Campos. O jornal apoiou a candidatura e o governo de Campos no estado de Minas Gerais em 1947, deixando clara a aproximação de Chateaubriand com os políticos da UDN<sup>497</sup>. O jornal iria volta a tomar uma posição de defesa de Milton Campos em 1964. Ainda sobre os contatos de Assis com empresários e políticos da UDN, podemos citar o financiamento concedido pelo banqueiro Benjamim Guimarães à Chateaubriand para a compra de um canal de televisão a ser colocado em Minas, na década de 1950 esse já era o terceiro canal do empresário. Nessa mesma década, o governador Juscelino Kubitschek – PSD facilitou a instalação em Minas Gerais de uma fábrica de equipamentos eletrônicos chamada RCS, os produtos dessa fábrica seriam importantes para a montagem da *Tv Itacolomi*<sup>498</sup>. O conglomerado midiático de Chateaubriand distanciava em muito de um jornal amador. Durante as décadas de 50 e 60 os *Associados* contavam, só em Minas, com as rádios *Guarani* e *Mineiras*, os canais de televisão *Itacolomi* e *Alterosa* e também os periódicos *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Portanto já estava encaminhada uma profissionalização empresarial dos meios de comunicação.<sup>499</sup> Werneck Sodré<sup>500</sup> defende que, de maneira geral, o

---

<sup>491</sup> CRUZ; PEIXOTO. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. p. 260.

<sup>492</sup> Pedro Aleixo, Juscelino Barbosa e Álvaro Mendes Pimentel.

<sup>493</sup> CARRATO, Ângela. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Brasília, 1996. p. 52

<sup>494</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 60.

<sup>495</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 64.

<sup>496</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 61

<sup>497</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 65

<sup>498</sup> \_\_\_\_\_. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 66

<sup>499</sup> CARRATO. A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60. p. 71

desenvolvimento dos jornais acompanha o desenvolvimento técnico do capitalismo, portanto à medida que avançava o capitalismo brasileiro a imprensa também se modernizava. Essa ligação mercadológica, a modernização do maquinário que possibilitava uma maior circulação dos jornais e a intrínseca ligação entre a profissionalização dos jornais e os fluxos financeiros geravam reflexos nas notícias e nas opiniões dos jornais. Essa opinião parece também ser compartilhada por Carrato.

As grandes agências de publicidade e propaganda do país também abrem ou expandem suas sucursais em Minas. É o caso da Denisson, Northon, Grant, Alcântara Machado, McCann Erickson, que passam a disputar clientela (...). A presença das agências de porte nacional em Minas servia, ainda, para trazer os principais veículos locais (Estado de Minas à frente) campanhas das grandes firmas nacionais e internacionais.

Não deixou de ser extremamente significativo, do ponto de vista do Estado de Minas ter como seu chefe de publicidade o representante regional da McCann Erickson, José de Oliveira Vaz, depois superintendente da Tv Itacolomi, Num período em que as decisões sobre onde veicular estavam longe de ser redigida por critérios técnicos, o que contava era ter a pessoa certa no local certo. Nisso, a competência dos Associados sempre foi indiscutível.<sup>501</sup>

Devido a essa ocorrência a opinião pública estava diretamente influenciada pelos ideários da elite. Importante dizer que existe a questão da recepção da informação. Como evidenciado por Motta<sup>502</sup>, uma matéria ou uma charge posicionada podem gerar reações de apoio ou de crítica por parte da população, sendo assim não é tão direta a determinação da opinião pública.

O *Estado de Minas* se orgulhava em figurar entre os “revolucionários de primeira hora”, e também adotavam uma peculiar posição de exaltação ao governador Magalhães Pinto, identificado nos editoriais como líder da revolução. Os elogios ao governador podem ser explicados pelo livre acesso que os diretores dos *Associados* tinham com o político, em especial Geraldo Teixeira Costa<sup>503</sup>, diretor dos *Diários Associados* em Minas Gerais e editorialista do *Estado de Minas* em 1964.<sup>504</sup>

Podemos observar que o jornal tomou um posicionamento de defesa do liberalismo – livre iniciativa e não intervencionismo estatal <sup>505</sup> – e também posições autoritárias como as cassações de líderes

---

<sup>500</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, 1911-1999. *História da imprensa no Brasil* – 4. ed. [atualizada]. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>501</sup> CARRATO. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60*. p. 73

<sup>502</sup> MOTTA, Rodrigo Patto. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006 p. 13

<sup>503</sup> CARRATO. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60* p. 91.

<sup>504</sup> \_\_\_\_\_. *A “amena” casa de Assis: papel e atuação do jornal o Estado de Minas na década 60* p. 87.

<sup>505</sup> Preservação dos Direitos humanos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 de abr.1964. Caderno 1 ,p. 04. Os “déficits” calamitosos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de abril. 1964. Caderno 1 ,p.04. O Custo da Vida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de mai. 1964. Caderno 1, p.04. Inútil resistência. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04. Chuva no mar.. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

políticos e sindicais devido à orientação política<sup>506</sup>. O periódico se posicionou politicamente apoiando o golpe, pois entendia que o Brasil estava passando por um processo de “bolchevização”<sup>507</sup>, expressão constantemente utilizada por eles para caracterizar a política do governo federal e seus aliados. Era supostamente necessária uma intervenção para salvar o Brasil do comunismo e restaurar a ordem democrática<sup>508</sup>. No vocabulário da época, era necessário uma “intervenção saneadora”<sup>509</sup>.

O *Estado de Minas* expressa as três principais matrizes anticomunistas apontadas por Motta, as matrizes nacionalista, católica e liberal<sup>510</sup>. Essa três matrizes aparecem algumas vezes de maneira imbricada, por exemplo: “[Minas] Partiu para a luta, certa de que teria o apoio de todos os democratas do Brasil, de todos os cristãos, de todos os verdadeiros patriotas, que não desejavam transformar-se em lacaios dos comunistas.”<sup>511</sup>. Todavia, o modo mais comum era uma junção entre as matrizes nacionalista e liberal. Nessa argumentação, a questão da soberania e da unidade nacional<sup>512</sup> também era frequentemente colocada junto à luta pela “democracia”, de modo que essas duas matrizes do anticomunismo – nacionalismo e liberalismo - fornecem a chave teórica para o entendimento da posição do jornal no que se refere à justificativa golpista.

De maneira geral, nos idos de 1964, o discurso democrático foi muito explorado pelos anticomunistas, que pretendiam criar uma contraposição entre democracia versus comunismo. Um bom exemplo de posicionamento democrático é a argumentação desenvolvida jornal no dia 25 de julho no editorial intitulado, “Coincidência, tese popular”<sup>513</sup>. O jornal demonstra o seu entendimento de como deveria ser o funcionamento democrático normal do país, afirmando ter sido um erro os pleitos de dois em dois anos instituídos na constituição de 1946, um verdadeiro crime contra a nação. Afirmavam que no Brasil os pleitos eram maléficos à administração pública, contudo ponderam que não se poderia suprimi-los por completo em vista da democracia. Como solução mediadora, fazem a proposição de espaça-los a fim de o inconveniente ser menos sensível. Interessante que o posicionamento democrático do jornal se torna muito fragilizado nesse tipo de discurso, se entende democracia como boa administração e estabilidade, e não como soberania popular.

---

<sup>506</sup> Governicho, não. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 de abr. 1964. Caderno 1, p.04. O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr.1964. Caderno 1, p.04 - Desarmamento e espírito?. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 07 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Assembleia admirável. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de abr. 1964. Caderno 1, p.04. O aviltamento dos sindicatos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 de abri.1964. Caderno 1, p. 04. O expurgo continuara. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 de jul. 1964. Caderno 1,p.04. Peça de Museu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 de julho 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>507</sup> Governicho, não. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04 Duas vezes insolente. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>508</sup> O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Campanha idiota. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 de mai, 1964. Caderno 1,p. 04

<sup>509</sup>O dever dos militares. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de abr. 1964. Caderno 1,p.04. Campanha idiota. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 06 de mai, 1964. Caderno 1,p.04. MOTTA, Rodrigo Patto. Revista Topoi, Rio de Janeiro. v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 70

<sup>510</sup> MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: editora perspectiva, FAPESP, 2002.

<sup>511</sup> Minas fiel a si mesma. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 de abr.1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>512</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 29

<sup>513</sup> Coincidência, tese popular. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

O adjetivo “democrático” era também uma manobra de alinhamento internacional visto que o Bloco Ocidental na Guerra Fria era identificado como os defensores dos valores democráticos e do mundo “livre, ocidental e cristão”<sup>514</sup>. Sobre essa visão global é interessante as posições adotadas pelo jornal sobre o combate a inflação. Os editoriais dos dias 26<sup>515</sup> e 28<sup>516</sup> de julho comentam sobre o alinhamento internacional, é recomendado ao Brasil que ativasse sua diplomacia junto aos países do bloco ocidental a fim de angariar um forte fluxo de investimento internacional para o Brasil, para que país pudesse combater o déficit financeiro do país.

Somada a argumentação de atrelamento internacional com o Bloco Ocidental, os comunistas eram colocados como traidores e antipatriotas, portanto o expurgo era justificado por não se tratar do interesse de um grupo ou classe, mas sim do bem-estar de toda a Nação. Inclusive, muitos jornais como o *Estado de Minas*, argumentaram durante a intentona de 1935 que não se tratava de uma subversão interna, mas um ataque de uma nação estrangeira ao Brasil visto que os comunistas eram vistos mais como cidadãos da URSS do que brasileiros<sup>517</sup>.

Embora as matrizes nacionalista e liberal sejam mais preponderantes, a matriz católica também encontra o seu lugar. Mas de maneira geral, o anticomunismo católico se expressa de maneira diminuta, às vezes se contendo apenas na utilização de expressões bíblicas, como por exemplo, a utilização de “fariseus”<sup>518</sup> para se referirem aos supostos traidores da pátria, também colocando o Brasil pós-golpe como uma espécie de terra prometida, uma nova “Canaã”<sup>519</sup> e com louvores a Deus<sup>520</sup> pela ação golpista das Forças Armadas.

A questão da corrupção também era muito abordada. Esse problema talvez fosse até um elemento paralelo em importância ao comunismo, se não é com certeza o segundo elemento da argumentação editorial. Em outro editorial, de 21 de abril de 1964, intitulado “A sombra de Tiradentes”<sup>521</sup>, o jornal faz um jogo de palavras interessante para exemplificar essa ligação que se imaginava entre corrupção e comunismo: “Batista corrupto gerou Castro comunista”.

A situação exposta até aqui se refere à argumentação que visava a disseminação do anticomunismo e dos valores liberais autoritários como uma justificativa para ação golpista e quebra da ordem constitucional. Porém, era necessário não só justificar o golpe, mas também debater como se daria a vida pública brasileira em diante. O conceito de intelectual orgânico da classe empresarial funciona como uma base para o entendimento da argumentação editorial no

---

<sup>514</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 41.

<sup>515</sup> Fretes e Desemprego. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>516</sup> Chuva no Mar. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de julho de 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>517</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 35.

<sup>518</sup> A que se reduz o “escândalo”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>519</sup> Peça de Museus. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>520</sup> Uma data de Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04. Um outro Brasil. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>521</sup> A sombra de Tiradentes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de abr. 1964. Caderno 1, p. 04.



tocando as justificativas do golpe. Isto é, como colocado por Juremir Machado, o papel da “intelectualidade orgânica” seria transformar o golpe em contragolpe e a ilegalidade em legalidade<sup>522</sup>. E sem dúvidas o jornal trabalha nesse sentido quanto aos comentários sobre o Golpe de Estado. Entretanto, quando falamos de proposições de projetos de futuro encontramos as subdivisões dentro da classe empresarial. O *Estado de Minas* tomou diversas posições sobre como deveria suceder a vida política brasileira, muitas vezes entrando em confronto com outros empresários da mídia, também liberais conservadores como o Governador da Guanabara Carlos Lacerda<sup>523</sup>, sobre como proceder depois do golpe. Nesse sentido, o periódico iria desenvolver argumentações próprias como uma espécie de “regionalismo”, a defesa da prorrogação de mandatos e não realização de eleições de 1965. Também entrariam em divergências com o governo militar no que tange a economia e algumas propostas de reformas, como o voto do analfabeto e a reforma agrária. Porém, por outras vezes iria defender econômica e politicamente o governo e seus representantes, podemos até mesmo adiantar que o jornal tinha um apoio-crítico ao governo, não tomando posições de aberta oposição e nem tão pouco contrariando seus interesses de classe, limitando suas críticas ao governo quando esse não favorecia a oligarquia empresarial brasileira.

Sobre os projetos políticos do jornal gostaríamos de destacar aquele que parece ser seu carro chefe, a posição de defesa de Minas como um grande protagonista na vida pública brasileira, tanto no que diz respeito ao seu povo de maneira abstrata quanto a seus políticos. Tomamos a liberdade de chamar essa posição como “regionalista” no sentido de fortalecimento político de uma unidade federativa frente às demais. Um interessante editorial sobre o governador mineiro é do dia 28 de julho. O texto que tem por título “Uma data de Minas”<sup>524</sup> é dedicado a comentar o aniversário do governador Magalhães Pinto e a exaltar a figura deste com um grande homem público detentor de altas virtudes cívicas. Além do elogio pessoal ao governador, se caracteriza Minas como estado que guia a nação. O político mineiro é descrito como articulador e catalizador do movimento que expulsou Jango. Colocam que o próprio Assis Chateaubriand conclamou que o governador “entrou de corpo inteiro na história”. Outras figuras da política mineira seriam muito elogiadas por diversas vezes no jornal, como é o caso de Milton Campos e Jose Maria Alkimim.

A questão do prolongamento dos mandatos e a realização ou não de eleições em 1965 também era um tema sensível ao jornal. Mais de uma vez o jornal sairia em defesa da tese da prorrogação, primeiro em defesa de Castelo Branco e depois de Magalhães Pinto. O editorial publicado no dia 12 de julho<sup>525</sup> foi

---

<sup>522</sup> SILVA. 1964: O Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre. p. 51.

<sup>523</sup> Juremir Silva no livro supracitado destaca na página vinte a utilização política do periódico de Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*.

<sup>524</sup> Uma data de Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28 de jul.1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>525</sup> Tese do bom senso. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.



dedicado a defender a tese de não existência de pleito direto em 1965 e a extensão do mandato de Castelo Branco por mais um ano. O jornal chega até mesmo afirmar que se fosse consultar o povo do interior, poderia se dar até cinco anos a Castelo Branco e que apensar de certa, essa prerrogativa poderia ferir a sensibilidade de políticos mais formalistas. Assim sendo, defendem a extensão do mandato do presidente por mais um ano, visto que eleições em 1965 ainda estariam contaminadas pelo espírito da subversão e sendo contraproducente para a “revolução”.

O jornal também ira tomar posições de defesa política do governo, no dia 18 de julho<sup>526</sup>. Afirmavam que a postura serena de Castelo Branco poderia incomodar alguns, todavia ressaltam que os “jacobinos” eram necessários na hora da demolição e não na hora da reconstrução. O editorial é dedicado à defesa da postura de Castelo Branco frente aqueles que acreditavam uma postura mais firme no combate ao comunismo.

O jornal também tomaria posições de apoio a algumas políticas econômicas do governo. No que tange a Minas Gerais, no dia 08 de julho<sup>527</sup> o editorial é dedicado a elogiar o Documento da extração mineral, redigido pelo Ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau. O documento basicamente fixava a diretriz de abrir a exploração do recurso mineral brasileiro ao capital privado e internacional, tendo como objetivo arrecadar moeda de troca para obtenção de bens tecnológicos ainda não produzidos no país. O editorial tem um forte tom de comemoração, pois três dias antes<sup>528</sup> haviam feito um editorial dedicado a comentar a lei de remessa de lucros, que segundo eles teria sido inadvertidamente votada pelo Congresso no Governo JK. Segundo o jornal a lei teria sido fruto da infiltração do comunismo no ISEB que disseminou por anos a “ideologia comunista”, portanto a aprovação do novo documento seria um contraponto importante às posições estatistas e nacionalista.

Apesar de forte apoiador, o jornal também divergia do governo e suas políticas, em especial no que se refere à reforma agrária e ao voto do analfabeto. Sobre a delicada questão da reforma agrária, o jornal agiu no sentido de dar destaque a proposta do Governador Magalhães Pinto para o projeto de reforma em mais um exemplo dessa busca por uma preponderância mineira no cenário nacional. Em ocasião do dia 01 de julho o periódico publicou o texto, “Um novo conceito de reforma agrária”, dedicado a comentar a sugestão de reforma agrária enviada por Magalhães Pinto ao presidente.

Ainda sobre os posicionamentos divergentes tomados pelo jornal frente ao governo militar podemos destacar o combate à inflação. No dia 19 de maio<sup>529</sup> o jornal publicou um editorial onde comentou sobre a necessidade de se estabilizar o custo de vida combatendo a inflação. Identificava como principal problema o desequilíbrio orçamentário do governo, como por exemplo, os encargos do transporte terrestre e marítimo que o governo tomou para si. Para solucionar esse déficit se propôs

---

<sup>526</sup> Não há motivos para decepção. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>527</sup> Um documento extraordinário. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>528</sup> Inútil resistência. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>529</sup> O Custo da Vida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 19 de mai. 1964. Caderno 1, p. 04.

recorrer a empréstimos externos se sugerindo nominalmente os Estados Unidos, mas deixaram em aberto a todas as nações amigas.

Apesar de não tomar um posicionamento de completa concordância com o governo, o jornal tende mais para o lado governista do que para a oposição. Podemos conjecturar que apesar das críticas o jornal enxergava no governo golpista uma forte oportunidade de moralização e reconstrução. A argumentação sobre a necessidade um renovação de valores era muito cara ao jornal. No dia 21 de julho<sup>530</sup> foi feito um elogio a Castelo e seus ministros, onde todos são tidos como os homens mais dignos do país. Diziam que por isso a principal reforma do país já estava pleno curso, isto é, a “reforma moral”.

O que se pode observar é que o jornal sustentava uma posição política de cunho liberal/conservador que tem como eixo central argumentativo o anticomunismo no tocando as justificativas do golpe. Em alguma medida, as três grandes matrizes anticomunistas são mobilizadas pelo jornal, todavia, as linhas liberal e nacionalista tem preponderância. A crítica à corrupção era feita de maneira interlaçada ao comunismo, os dois fatores são identificados como comprometidos. A luta contra o comunismo e a corrupção era o pano de fundo da argumentação editorial do periódico<sup>531</sup>. Junto à justificativa do golpe também eram esboçados projetos de futuro para o Brasil, como uma radical abertura ao capital externo, a manutenção do latifúndio, a construção de uma democracia menos participativa e a prorrogação da ditadura além do determinado no AI-1.

Sendo o jornal um dos poucos ramos do empresariado que tinha como objetivo a venda de notícia e a manipulação da opinião pública, esse tipo de empresa tinha uma condição especial na influência do cenário político e no diálogo com a opinião pública. A produção de uma linha liberal autoritária funcionou como uma espécie de “intelectual orgânico” que dava certa coesão e consciência à classe empresarial no momento do golpe de estado, mas não se detinha somente nisso. O jornal também cumpria um papel de propagador do ideário liberal conservador para outros círculos sociais além do empresariado. O jornal também era propositivo quanto ao futuro político do país, nesse sentido encontramos o espaço para junção de metas próprias desse jornal que não necessariamente eram compartilhadas por toda classe empresarial, mas sem nunca contrariar suas premissas básicas de interesse de sua classe. A ligação entre Chateaubriand e de seus assessores com o político Magalhaes Pinto contribuiu para que o jornal tomasse posições que divergiam de outros empresários-jornalistas, como por exemplo, Carlos Lacerda, e também podemos dizer que a formação empresarial de Assis o colocava em consonância com a abertura do país ao capital internacional. Dito isso, entendemos que a imprensa serviu como uma espécie de porta-voz da classe empresarial, expondo publicamente as posições desta classe quanto ao golpe de Estado e sendo uma ótima fonte para compreensão geral dos posicionamentos desta classe. Todavia, temos de nos manter atentos às singularidades e subjetividades de cada veículo comunicativo e dos seus empresários. Ressaltamos que cada veículo possuía margem de manobra para

---

<sup>530</sup> A prorrogação se impõe. . *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 de jul. 1964. Caderno 1, p. 04.

<sup>531</sup> MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 70.

acoplar interesses próprios, visando a construção de uma situação política em uma visão geral de classe, que pretendia defender uma visão estrutural da sociedade. Assim sendo, concluímos que a influência desse jornal sobre o senso comum foi utilizada para justificar o golpe e para a propagação dos valores do liberalismo econômico, do nacionalismo autoritário e do anticomunismo.

# Abertura Política e Música Popular Brasileira: um estudo sobre três canções do *Clube da Esquina*

Hudson Leonardo Lima Públio

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[hudsonpublico@hotmail.com](mailto:hudsonpublico@hotmail.com)

**RESUMO:** O Clube da Esquina como mediador dos anseios da população à época da Abertura Política no Brasil (1974-1985) através das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981) é o tema deste artigo. Dialogarei as letras e melodias das canções com o contexto que o país estava vivenciando à época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abertura Política; Canção; *Clube da Esquina*; Composição.

## **Apresentação: o *Clube da Esquina***

O *Clube da Esquina* é uma “Formação Cultural” surgida em Belo Horizonte na primeira metade da década de 1960, cujo termo foi cunhado por Raymond Willians para se referir às formas de organizações que fogem de padrões ou regras impostas por determinada instituição e que se aproximam das produções culturais<sup>532</sup>. Ao tratar das organizações internas de certa Formação, Willians as dividiu em três tipos<sup>533</sup>. O terceiro, que interessa pra estudar o Clube, está ligado a uma não formalidade entre os membros, que estariam juntos através de “associação consciente” ou “identificação grupal”<sup>534</sup>. Muitas vezes os trabalhos dentro das formações se limitam ao “trabalho conjunto e a relações de caráter mais geral”<sup>535</sup>.

Luiz Henrique Assis García utiliza deste conceito para se referir ao Clube da Esquina, pois o Clube seria uma reunião de amigos sem um compromisso com um manifesto ou delimitações de grupo.<sup>536</sup> O que une os participantes do Clube são mais laços familiares e de amizade que estão ligados à rua, bairro e cidade que residem.<sup>537</sup> Para García, o Clube apresenta “ausência de comprometimentos sistemáticos, de disposições de cunho institucional ou

---

<sup>532</sup> WILLIANS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 57-85.

<sup>533</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69.

<sup>534</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69.

<sup>535</sup> \_\_\_\_\_. *Cultura* p.68-69

<sup>536</sup> GARCÍA, Luiz Henrique Assis. “De novo na esquina os homens estão”: O Clube da Esquina como Formação Cultural na cidade de Belo Horizonte. In: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como Formação Cultural*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2000, p. 18-47.

<sup>537</sup> \_\_\_\_\_. “De novo na esquina os homens estão”. p. 26-27.

profissional e a independência em relação aos movimentos significativos de sua época, como a bossa nova e a canção de protesto”<sup>538</sup>. Como também ocorre no caso do Tropicalismo.

Surgido das reuniões entre Milton Nascimento e os irmãos Borges, o clube teve como participantes essenciais Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta e os letristas Márcio Borges, Fernando Brant e Ronaldo Bastos, entre outros. A esquina que se tornou célebre através do Clube se encontra no bairro Santa Tereza e é simplesmente uma calçada onde se cruzam as ruas Divinópolis e Paraisópolis. Esta informalidade através da rua caracterizava bastantes as reuniões do Clube. E o espaço, apesar de não estar disposto a propor nada, funciona como um ponto de encontro democrático. O Clube, apesar de ter suas raízes em Minas, é cosmopolita e não exclui nenhum gênero ou músico de outras regiões do Brasil ou internacionais. Fernando Brant, em entrevista ao repórter Sérgio Carvalho da revista *Veja*, afirmou em 1978:

Não era na verdade um clube. O Clube da Esquina é apenas uma questão de virtude. Uma agremiação a favor da anistia, das liberdades democráticas. É uma agremiação que está ao lado das pessoas que ficam sentadas nas esquinas.<sup>539</sup>

Milton Nascimento gravaria com figuras célebres da música internacional, como Mercedes Sosa, Herbie Hancock e Wayne Shorter. Além dos nacionais, como Chico Buarque, Elis Regina e Gal Costa. Todos esses músicos exploram gêneros bastante variados, como a Bossa Nova, o Samba, o Jazz e a música latina folclórica. Apesar do Clube não ter uma proposta definida, o que ele como Formação Cultural sempre buscou era a reunião de diferentes gêneros com instrumentos variados e arranjos para se alcançar a música desejada. Uma espécie de mistura sem uma proposta clara e definida, o que o diferencia do Tropicalismo<sup>540</sup>. Os movimentos geralmente lançavam discos como manifestos, como no caso do tropicalismo ao gravar o disco “Tropicalia ou Panis et circenses” e da Bossa Nova com “Chega de Saudade”. Além das próprias músicas, cujos exemplos são “Tropicália” e “Desafinado”.<sup>541</sup>

O álbum mais emblemático do Clube foi o próprio “Clube da Esquina”, lançado em 1972 e creditado a Milton e Lô, mas com a participação de vários outros músicos próximos. O que salienta a ideia de amizade sem um compromisso formal.

Os próprios participantes constantes do Clube tem formação em gêneros variados. Enquanto Milton e Toninho foram fortemente influenciados pelo Jazz e Bossa Nova, outros

---

<sup>538</sup> \_\_\_\_\_, “De novo na esquina os homens estão”. p.27.

<sup>539</sup> BRANT, Fernando (entrevistado). Uma longa travessia. Revista *Veja*, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 48-52, set. 1978. p. 49.

<sup>540</sup> GARCÍA, Luiz Henrique Assis. “O que foi feito de Vera”: O debate cultural no cenário musical pós-64. In: *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como Formação Cultural*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2000, p. 72.

<sup>541</sup> \_\_\_\_\_, “O que foi feito de Vera”. p. 23.

como Beto e Lô experimentaram muito em sua formação o Rock trazido ao Brasil através das audições de músicas dos Beatles, Yes, e outras bandas. Além disso, Lô quando mais novo teve um contato bastante influenciador com o Choro e a Bossa nova, enquanto Beto recebeu influência do seu pai seresteiro<sup>542</sup>. O diálogo entre esses variados gêneros é visto nos álbuns tanto coletivos quanto nos solos dos membros do Clube.

### As Canções

Escolhi as três canções por acreditar que tanto elas quanto outras que estão inseridas no contexto de abertura são menos estudadas, pois geralmente se dá preferência nos trabalhos acadêmicos para as produzidas durante os “Anos de Chumbo”. Quando se fala em canções da Ditadura, geralmente, a maioria do público comum se recorda de “Apesar de você”, “Cálice”, “Pra não dizer que não falei das flores”, “Alegria, alegria”, “É proibido proibir”, “Ponteio”, “Aquele abraço”, entre outras. A explicação pra isso passa mais pelo engajamento dos músicos, gerando fascínio no ouvinte, do que na própria divulgação na época. Até porque a censura prejudicou a divulgação das canções, pois muitas delas eram proibidas de serem vendidas e tocadas nas rádios.

Como qualquer manifestação artística ou cultural, as músicas e canções dialogam com o seu próprio tempo e apesar de não haver um engajamento claro no período pós-Médici (1974-1985), como ocorreu anteriormente, os músicos não deixaram de utilizar suas letras e melodias para retratarem os anseios da sociedade brasileira no caso específico. Além disso, no caso das canções do Clube, geralmente elas não possuem uma mensagem bastante clara quanto a realidade ditatorial de sua própria época nos anos de chumbo, sendo talvez a exceção mais célebre a canção *Nada Será como Antes* com seu verso “Resistindo na boca da noite um gosto de sol”.<sup>543</sup>

As produções do Clube são carregadas de improvisações tanto nas melodias quanto na elaboração das letras e essas últimas tentam passar uma mensagem utilizando de uma realidade micro em consonância com o universo específico nacional. Como *Beco do Mota*, onde “Diamantina é o Beco do Mota, Minas é o Beco do Mota, Brasil é o Beco do Mota”<sup>544</sup>. Outro exemplo é a canção “Ao que vai nascer”, onde Brant ao escrever novamente trechos que foram

---

<sup>542</sup> Beto Guedes fechava seus primeiros álbuns com regravações de canções de Godofredo Guedes, seu pai.

<sup>543</sup> “Nada será como antes”. BASTOS, Ronaldo, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Clube da Esquina*. EMI, 1972.

<sup>544</sup> “Beco do Mota”. BRANT, Fernando, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Milton Nascimento*. EMI, 1969.

censurados utilizou de sutilezas que denunciavam não só a realidade repressiva vivida pela sociedade como também a própria censura sofrida por seus versos:

O Brasil é um país do futuro, meus filhos, meus netos/Futuro está aqui/Pintaram os fatos de todas as cores/Nessa eu não/Acaba a festa, guardo a voz e o violão/E saio por aí/E encerro o canto só se o corpo adormecer.<sup>545</sup> (versão censurada)

Queria falar de uma terra com praias no norte/e vinhos no sul/a praia era suja e o vinho vermelho,/vermelho, secou/acabo a festa, guardo a voz e o violão/ou saio por aí/raspando as cores para o mofo aparecer.<sup>546</sup> (versão reescrita e liberada)

Não podemos esquecer que a censura das letras contribuía para essa sutileza ou omissão nos versos, fazendo com que os letristas improvisassem em suas produções. Para isso aparecem elementos do interior, referências à localidade fictícias ou não em regiões latino-americanas, metáforas, uso de instrumentos a princípio não nacionais, entre outras características. As três canções específicas apresentam todos esses exemplos citados. Além disso, a mensagem contida nelas é mais clara, diferente do que mencionei nas outras produzidas anteriormente. Isso é claro, se o ouvinte atual e o pesquisador levarem em conta e terem conhecimento do contexto em que ela foi produzida, como afirma o historiador Marcos Napolitano<sup>547</sup>. Uma entrevista de Milton Nascimento à Revista Veja é indicativo disto:

Eu já chorei muitas noites no meu íntimo, pelas coisas que vejo – nas ruas, nas pessoas que sofrem na carne e por elas, eu meus amigos cantamos nossas esperanças, nossa amizade e buscas. Aos trancos e barrancos, como exige um país como o nosso e com a “desajuda” da minoria massacrante.<sup>548</sup>

### **Análise das canções**

*Credo*, *Sol de Primavera* e *Todo Prazer* têm três minutos de duração aproximadamente, o que denota um objetivo de se divulgar e vender mais as obras para o público. Esse formato de duração das músicas pela indústria fonográfica remete à suas origens, pois os primeiros formatos de áudio comportavam no máximo 3 minutos de registro. Com o passar do tempo essa duração acabou sendo padronizada, pois mesmo hoje a maioria das canções e músicas que emplacam sucesso seguem essa faixa.

---

<sup>545</sup> BRANT, Fernando (letrista). Obtido na página <http://memoriasdocotiano.blogspot.com.br/2015/01/milton-nascimento-ao-que-vai-nascer.html>. Acesso em 28/06/15, 12:51.

<sup>546</sup> “Ao que vai nascer”. BRANT, Fernando, NASCIMENTO, Milton (compositores). Álbum: *Clube da Esquina*. EMI, 1972.

<sup>547</sup> NAPOLITANO, Marcos. Capítulo III: Para uma história cultural da música popular. In: *História & Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. p. 77-107.

<sup>548</sup> Texto sem assinatura. “É preciso gritar”. Revista Veja, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 52-55, nov. 1978. p. 52.



Outro aspecto importante de salientar é que elas abrem seus respectivos álbuns<sup>549</sup>. A partir da década de 1960, principalmente através do pioneirismo dos Beatles, os álbuns de músicas e canções eram enxergados como uma obra de arte onde cada faixa deveria dialogar uma com a outra. Não é diferente no caso do Clube, pois ao se pretender passar uma mensagem que contextualizaria com a Abertura Política era necessário uma canção marcante que abrisse o disco.

Importante destacar também que as três apresentam interpretações contundentes e emotivas. Característica essencial da MPB, as interpretações completavam as melodias de forma a causar sentimentos diversos nos seus ouvintes. Como canções que estão bastante ligadas ao contexto da época, servem como uma chamada e convocação para mobilizações por parte da sociedade. Milton Nascimento reforça isso em entrevista à jornalista Vivian Wyler para o *Jornal do Brasil*:

[minha música] É latina, brasileira. Mas não americana [...]. Com a música latina, a coisa é outra. É afinidade, saber o que eles sentem é também o que sentimos<sup>550</sup>.

A minha música hoje reflete o que vivo. Tem influência da política, dos tempos de sufoco e transtornos por que estamos passando. Mas tem relação também com o tempo de abertura que tem de chegar.<sup>551</sup>

A música para mim é o que vejo aqui, o que sinto ali, me desperta, se transforma numa espécie de filme que vai passando na minha cabeça e aí sai. Nada nela é gratuito, tudo tem sentido, razão de ser. Por isso *Ponta de Areia* (canção de Milton & Brant), não era só ponta de areia, a saudade dos bons tempos, era relativa a tudo o que deixamos de ter. A música é o tempo. E num momento de aperto, é claro, ela grita mais.<sup>552</sup>

Analisarei cada canção em separado para um melhor entendimento das três.

## Credo

Caminhando pela noite de nossa cidade/Acendendo a esperança e apagando a escuridão/Vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade/Viver derramando a juventude pelos corações/Tenha fé no nosso povo que ele resiste/Tenha fé no nosso povo que ele insiste/E acorda novo, forte, alegre, cheio de paixão/Vamos, caminhando de mãos dadas com a alma nova/Viver semeando a liberdade em cada coração/Tenha fé no nosso povo que ele acorda/Tenha fé em nosso povo que ele assusta/Caminhando e vivendo com a alma aberta/Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal/Vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade/Cantar semeando um sonho que vai ter de ser

---

<sup>549</sup> NASCIMENTO, Milton. *Clube da Esquina 2*. EMI, 1978. GUEDES, Beto. *Sol de Primavera*. EMI, 1979. BORGES, Lô. *A Via-Láctea*. EMI, 1981.

<sup>550</sup> WYLER, Vivian Milton Nascimento – Os Mitos também se queixam. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de out. 1978. Caderno B, p. 4.

<sup>551</sup> \_\_\_\_\_. WYLER, Vivian. p. 4

<sup>552</sup> \_\_\_\_\_. WYLER, Vivian. p. 4

real/Caminhemos pela noite com a esperança /Caminhemos pela noite com a juventude.<sup>553</sup>

A canção foi inicialmente proibida pelos órgãos de censura, como salienta uma nota no *Jornal do Brasil*<sup>554</sup>. Em seu início e final nota-se a presença de trechos da canção “San Vicente”. A ideia é comparar o contexto de produção das duas canções (1972 e 1978, respectivamente). A escolha em dialogar ambas é explicada por Milton Nascimento em uma entrevista à *Revista Veja*, em 1978:

Essa música (San Vicente) se tornou uma espécie de hino. E o ‘Credo’ também tem a mesma ideia – que é ‘vamos pra frente, todo mundo’. Nesse caso, usei o ‘San Vicente’, dando a ideia do povo, cruzado com o ‘Credo’... No fundo, é como se eu estivesse fazendo um flash-back, jogando o passado para o presente e para o que vem.<sup>555</sup>

Contribuem ainda para isso as escolhas técnicas da música. Marcos Saredidine Araújo, músico com formação na UFMG, salienta:

Tanto *San Vicente* como *Credo* estão em ritmos ternários, a primeira em 6/8 e a segunda em 3/4, ritmo que acentua essa musicalidade andina nas canções de Milton Nascimento. O coro em *San Vicente*, que inicia e finaliza a canção *Credo*, também acentua um caráter popular para as canções. Os coros, que nas óperas e tragédias tem a função de trazer o ponto de vista do povo, daqueles que não estão acompanhando a trama pelo ponto de vista do protagonista, aos conflitos que cada obra levanta.<sup>556</sup>

Analisando a letra da canção, o seu início já é uma resposta do presente que Milton Nascimento dá ao passado ao se dialogar o contexto de 1972 e o de 1978, pois em contraposição à “A espera na fila imensa/E o corpo negro se esqueceu”, que dá a ideia de uma imobilização, estagnação, medo, obscuridade, sentimentos que estavam em voga na fase mais violenta da Ditadura, a canção “Credo” começa com “Caminhando pela noite de nossa cidade/Acendendo a esperança e apagando a escuridão”, trazendo consigo o clima do início da abertura política do Regime, onde o movimento, esperança do retorno dos exilados e libertação dos presos políticos que ocorreria um ano depois estavam ligados à redescoberta do espaço urbano que antes estava restrito pela repressão. E essa caminhada promove o fim do silêncio, da obscuridade, do medo. Trazendo com isso o renascer de esperanças simbolizadas em uma juventude renovada no povo.

Pra trazer ares mais latinos a música, remetendo assim também a “San Vicente”, *Credo* teve a presença na sua gravação da banda “Grupo Tacuabé”, auxiliando Milton nas vozes e instrumentos. São eles: Eduardo Marquez no baixo, Pato Rovés na guitarra e no violão, e Pipo

<sup>553</sup> NASCIMENTO, Milton, BRANT, Fernando (compositores). *Credo*. Álbum: Clube da Esquina 2. EMI, 1978.

<sup>554</sup> Texto sem assinatura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de set. 1978. Caderno B, p. 5.

<sup>555</sup> Texto sem assinatura. “É preciso gritar”. *Revista Veja*, São Paulo, ano XI, n. 530, p. 52-55, nov. 1978. p. 54.

<sup>556</sup> ARAÚJO, Marcos Saredidine. Análise de apreciação das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981). Trabalho não publicado.

Spera no charango e na zampona. Esse último se destaca por ser um italiano que aderiu aos sons latino-americanos. Além disso, os dois instrumentos que toca na canção, remetem a tradições folclóricas sul-americanas. O Charango é um pequeno instrumento de corda, proporcionalmente a um cavaquinho utilizado no samba. O outro é a Zampona, instrumento de sopro semelhante à flauta-de-pã. Ambos estão ligados à música produzida por camadas populares da população andina. A melodia que se inicia no final do trecho de San Vicente presente no início de Credo e que separa ambas as canções foi construída utilizando os dois instrumentos, dando esse ar de música sul-americana a Credo.

Os músicos do grupo são formados inicialmente na música clássica, mas resolveram trabalhar na folclórica exatamente pelo significado para os povos que a produziam. Vale ressaltar também que o nome do conjunto é uma homenagem ao índio sul-americano Tacuabé, que foi aprisionado por europeus e levado para ser exposto em solo francês no século XVI. A banda é, portanto, uma tentativa de resgate de tradições e memória dos povos sul-americanos. A escolha do Clube da Esquina de incluir o grupo nas gravações está ligada à essa efervescência presente no clima do Brasil durante a fase de abertura, levando a uma construção de elementos que evocava os vários povos da América do Sul que se ligavam a essa identidade pretendida pelos músicos brasileiros do Clube no final da década de 1970.<sup>557</sup>

Muitas outras músicas do álbum remetem a isso, e em especial com letras que estão mais ligadas ao contexto não só brasileiro. Inclusive o instrumentista Novelli toca bombo leguero, instrumento argentino típico que também era muito utilizado por Mercedes Sosa.

### **Sol de Primavera**

Quando entrar setembro/E a boa nova andar nos campos/Quero ver brotar o perdão/Onde a gente plantou/Juntos outra vez/Já sonhamos juntos/Semeando as canções no vento/Quero ver crescer nossa voz/No que falta sonhar/Já choramos muito/Muitos se perderam no caminho/Mesmo assim não custa inventar/Uma nova canção/Que venha nos trazer/Sol de primavera/Abre as janelas do meu peito/A lição sabemos de cor/Só nos resta aprender.<sup>558</sup>

Tanto no título quanto nos versos da canção percebemos o processo de florescimento das flores sendo visto como renovação e renascimento. A canção dialoga com “Nada será como

---

<sup>557</sup> MILLARCH, Aramis. Grupo Tacuabé. <http://www.millarch.org/artigo/grupo-tacuabe>. Acesso em 30 jun. 2015.

<sup>558</sup> GUEDES, Beto, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Sol de Primavera*. Álbum: *Sol de Primavera*. EMI, 1979.

antes”, pois “enaltece a comunhão amistosa como meio de resistência e resgate da liberdade”<sup>559</sup>. Enquanto “Nada será como antes” denuncia o exílio, “Sol de primavera” é um canto do retorno para casa. A expectativa da volta dos exilados através da Anistia estava muito presente em 1979, ano de composição e gravação da canção.

Ao cantar “Quero ver brotar o perdão” fica clara a referência ao debate relacionado à Anistia que estava sendo perpetuado em vários setores da sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 1970. Complementando o trecho anterior, Guedes canta “Onde a gente plantou (Juntos outra vez)” e salienta que esse processo foi construído por todos em maneira conjunta, celebrando assim o sentimento de amizade que existia no Clube que outrora estava reunido para combater com as canções a Ditadura em sua fase mais dura e nesse momento celebra a consagração dessa luta através do momento de Abertura Política no Brasil.

O sonho aparece aqui como um ideal que não estava presente na fase mais violenta da Ditadura. Entretanto, os músicos não se mostraram passivos e impotentes quanto ao contexto em que viviam e fazendo da sua formação musical um instrumento de resistência às arbitrariedades do aparato ditatorial. Além disso, o vento aparece na canção como algo que ajudaria a espalhar esse ideal para todos os cantos do país. E essas canções que foram plantadas na sociedade agora ganham um significado diferente.

Apesar das conquistas aparentemente celebradas por vários setores da sociedade da qual o pessoal do Clube se sente pertencendo, ainda se fez necessário não se satisfazer com estas conquistas e continuar lutando pelo ideal a ser alcançado. Para isso, a “voz” jamais poderia se calar. Ao escrever “Já choramos muito/Muitos se perderam no caminho”, novamente Bastos remete ao período mais fechado da Ditadura, mostrando o sentimento de tristeza e abandono frente àquele tempo. No segundo verso é mostrada a realidade dos mortos e desaparecidos pelo aparato repressor, assim como os exilados ou então os que se sentindo impotentes abandonaram a luta ou desistiram dos ideais que acreditavam quando do Golpe de 64.

O fato de parte de a sociedade ter sofrido com a Ditadura não significa que a luta tenha sido abandonada, muito menos que a produção do Clube tenha diminuído sua militância. Os versos “Mesmo assim não custa inventar/Uma nova canção/Que venha nos trazer/Sol de primavera” podem dar margem à outra interpretação, onde a canção extrapola o seu sentido somente musical e vira uma espécie de panfleto visando à convocação da população para resistir a esses anos de luta. O “Sol”, que tantas vezes aparece nas canções do Clube, toma novamente o

---

<sup>559</sup> MARTINS, Bruno Viveiros. Capítulo III: Canção Amiga – encontros e despedidas nas esquinas da cidade. In: Som Imaginário: a reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

sentido de renovação e esperança, além do simbolismo da luz como algo que contrapõem a obscuridade dos anos anteriores. Assim como Bastos escrevera em “Nada Será Como Antes”.

Marcos Sarriddine Araújo reforça a análise do sentido de esperança da letra de Ronaldo Bastos através dos aspectos técnicos da música. Para ele, o “tom romântico [da canção] revelado tanto pela melodia/harmonia [quanto] pelo arranjo, onde podemos destacar especialmente a participação de uma trompa e de um quarteto de cordas”<sup>560</sup>, objetivaram alcançar uma parcela maior da população que ansiava por reformas políticas na sociedade. Além disso, o músico salienta a importância da parte instrumental da canção onde “a trompa, que traz um contra-ponto melódico a melodia vocal e as cordas que entram com toda a força no momento instrumental da canção”<sup>561</sup> contribuem para a maior absorção e simpatia por parte do ouvinte.

Nos versos da canção “janela” retoma esse sentido de clareza, lembrando a canção “Paisagem da Janela”<sup>562</sup>. Novamente esse objeto carregado de metáforas é algo que revela a libertação da visão para o que estava ocorrendo fora do próprio “eu” interior. Assim como salienta que tudo isso já fora anteriormente dito, basta agora não parar no caminho e retomar a luta.

### **Todo Prazer**

Todo prazer/Que bom te ver/Desejar tudo de bom/Ir com tudo em cima/É não tem nada melhor/Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Ai, ai, ai, ai/Meu amor/Não há nada/Que se possa fazer/Melhor que sonhar/De tudo querer/Todo vapor/Ninguém parou/De andar a luz do sol/Firme no meu caminho/Junto de quem já sonhou/Não chore mais/Meu amor/Vamos juntos/O pior já passou/Viver é melhor/Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Inventa o caos/Meu amor/Vamos juntos/Não se pode impedir/Ninguém de sonhar/De tudo viver/Todo o prazer...<sup>563</sup>.

A canção foi composta e gravada quando da já conquista da anistia e do fim do AI-5, em 1981. Importante salientar que das três canções, ela é a que menos remete ao passado da repressão. Agora com os novos ares que o Brasil estava respirando o que interessava para os músicos que vivenciaram os “Anos de Chumbo” era apagar o passado e somente preparar para o futuro que estava batendo nas portas, pois “o pior já passou”. Assim como em *Credo*, também

---

<sup>560</sup> ARAÚJO. Análise de apreciação das canções *Credo* (Milton & Brant, EMI, 1978), *Sol de Primavera* (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e *Todo Prazer* (Borges & Bastos, EMI, 1981). Trabalho não publicado.

<sup>561</sup> ARAÚJO. Análise de apreciação das canções

<sup>562</sup> BORGES, Lô, BRANT, Fernando (compositores). *Paisagem da Janela*. Álbum: Clube da Esquina. EMI, 1972.

<sup>563</sup> BORGES, Lô, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Todo Prazer*. Álbum: A Via-Láctea. EMI, 1981.

possui um sentido de convocação da juventude para as ruas. Além de ser possível constatar isso através de trechos da letra, como “Todo vapor/Ninguém parou/De andar a luz do sol/Firme no meu caminho/Junto de quem já sonhou”, os produtores do álbum optaram por adaptar a melodia de Lô Borges através de “arranjos tradicionais da música *pop*”<sup>564</sup> fazendo uso de instrumentação que se aproximam do gênero.<sup>565</sup>

Mas o que se nota nessa canção é a importância de vivenciar o presente mais do que ficar retomando o passado ditatorial mais repressivo, pois a construção do futuro parte dessa valorização. Lô Borges através de seu canto e Ronaldo Bastos de seus versos retomam “Cais”, onde os versos “Todo prazer/De conhecer/E sentir a vibração/Inventa o cais/ Meu amor/Vamos juntos/Não se pode impedir/Ninguém de sonhar/De tudo viver/Todo o prazer...”<sup>566</sup> dialogam com a letra da canção anterior:

Para quem quer se soltar/Invento o cais/Invento mais que a solidão me dá/Invento lua nova a clarear/Invento o amor/E sei a dor de encontrar/Eu queria ser feliz/Invento o mar/Invento em mim o sonhador/ Para quem quer me seguir/Eu quero mais/Tenho o caminho do que sempre quis/E um saveiro pronto pra partir/Invento o cais/E sei a vez de me lançar.<sup>567</sup>

O sonhador agora é buscado de maneira diferente do que foi em “Cais”. O sonho pretendido já havia sido em parte alcançado. Ao afirmar “melhor que sonhar/de tudo querer”, Bastos afirma o desejo de vivenciar a realidade, em uma contraposição ao desejo de escape metaforizado no “saveiro pronto pra partir”. Mas aquele que outrora sonhou deve ser também contemplado “firme no meu caminho/junto de quem já sonhou”.

---

<sup>564</sup> \_\_\_\_\_. Análise de apreciação das canções

<sup>565</sup> \_\_\_\_\_. Análise de apreciação das canções

<sup>566</sup> BORGES, Lô, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Todo Prazer*. Álbum: A Via-Láctea. EMI, 1981.

<sup>567</sup> NASCIMENTO, Milton, BASTOS, Ronaldo (compositores). *Cais*. Álbum: Clube da Esquina. EMI, 1972.

# Dramaturgia brasileira nos anos 1970: reorganização e resistência

Mariana Rosell

Mestranda em História Social

Universidade de São Paulo

[rosell.mariana@gmail.com](mailto:rosell.mariana@gmail.com)

**RESUMO:** Esse texto visa compreender o papel da dramaturgia comunista no contexto de resistência ao regime militar. Queremos observar como um projeto cultural próximo ao projeto político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocupou um importante espaço no teatro, mesmo diante do fracasso do partido em formular uma política cultural durante esse período e investigar como o teatro político se reorganizou de acordo com as novas demandas surgidas na década de 1970.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime militar brasileiro; Resistência cultural; História do teatro brasileiro; Dramaturgia comunista; Partido Comunista Brasileiro

A partir de meados da década de 1950, podemos observar uma inquietante busca por renovação na cultura brasileira, que desencadeou uma movimentação dos artistas engajados que buscavam o desenvolvimento de uma arte política, preocupada em discutir questões nacionais e temáticas relevantes para as classes populares brasileiras. Movimentos que se tornariam referência nas décadas seguintes, como o Cinema Novo e a Bossa Nova, iniciaram nesse período, assim como a atuação de importantes artistas intelectuais, cuja maioria teria papel de destaque nos anos do regime militar. Obras como *Rio, 40 graus* (1955), filme de Nelson Pereira dos Santos, e o LP *Chega de Saudade* (1959), de João Gilberto, são as primeiras manifestações dessa busca por renovação. O teatro também passou por um processo de renovação e politização, que seria fundamental para a organização deste setor durante o regime militar e para sua condição pioneira na resistência<sup>568</sup>; a partir da encenação de *Eles não usam black-tie* (Gianfrancesco Guarnieri, 1958), pelo Teatro de Arena de São Paulo, muitos dramaturgos trabalhariam no sentido de trazer o povo brasileiro para os palcos.

Entre 1958 e 1964, o clima de efervescência cultural estimulou os debates e as tentativas desses artistas de se aproximarem das classes populares e fazerem da arte instrumento de politização e transformação social. A realização dos Seminários de Dramaturgia pelo Teatro de Arena, a partir de 1958, e a criação do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC/UNE), em 1962, se dão nesse contexto, na tentativa de pensar o lugar do intelectual engajado nesse processo de politização e, no caso do CPC, também constituir um núcleo de discussão e produção cultural.

Nesse contexto, despontariam muitos dos dramaturgos de atuação destacada na resistência empreendida nas décadas seguintes, como Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal, Paulo Pontes e

---

<sup>568</sup> Cf. FARIA, João Roberto (dir.). *História do teatro brasileiro: volume II*. São Paulo: Perspectiva, 2013, pp. 175-215; GARCIA, Miliandre. Teatro e resistência cultural: o Grupo Opinião. *Temáticas*, Campinas, ano 19, N° 37/38, pp. 165-182, 2011.



Gianfrancesco Guarnieri. Peças como *Chapetuba Futebol Clube* (Oduvaldo Vianna Filho, 1959), *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* (Oduvaldo Vianna Filho/Chico de Assis, 1960), *Revolução na América do Sul* (Augusto Boal, 1960) e *A semente* (Gianfrancesco Guarnieri, 1961), ao lado de outras produções culturais, como os filmes *Cinco Vezes Favela* (Cacá Diegues/Joaquim Pedro de Andrade/Leon Hirszman/Marcos Farias/Miguel Borges, 1960), *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1963), além do LP *O povo canta* (1963), produzido pelo CPC/UNE, são importantes referências para a compreensão do que significou essa movimentação para a cultura brasileira.

Após o golpe, que rompeu os laços de ligação entre a intelectualidade engajada e as camadas populares constituídos no período anterior, a reorganização da esquerda teatral proveniente do CPC/UNE foi relativamente rápida, resultando no show *Opinião*, que estreou em 11 de dezembro de 1964, no Rio de Janeiro, e acabou por se constituir numa espécie de modelo de militância cultural engajada, sendo considerado a primeira manifestação cultural de resistência ao regime implantado<sup>569</sup>. Outras peças importantes seriam encenadas nos anos seguintes buscando encontrar a melhor forma de utilizar o teatro não só como espaço de fruição artística, mas também de conscientização política. Dentre essas peças, destacamos *Liberdade Liberdade* (Millôr Fernandes/Flávio Rangel, 1965) e *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (Oduvaldo Vianna Filho/Ferreira Gullar, 1966), encenadas pelo Grupo Opinião, e *Arena conta Zumbi* (Augusto Boal/Gianfrancesco Guarnieri, 1965) e *Arena conta Tiradentes* (Augusto Boal/Gianfrancesco Guarnieri, 1967), encenadas pelo Teatro de Arena de São Paulo.

A partir de 1967, o teatro brasileiro assistiu à ascensão de um novo segmento dramático: o teatro de agressão. Conceituado por Anatol Rosenfeld, esse gênero consiste numa vertente do campo teatral em que, como o próprio nome sugere, os realizadores buscam uma relação agressiva com o público diretamente e/ou com a sociedade e seus valores.<sup>570</sup> No tocante ao teatro brasileiro desse período, o maior expoente do teatro de agressão foi o Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Correa, destacando-se a encenação das peças *O rei da vela* (Oswald de Andrade, 1967) e *Roda Viva* (Chico Buarque e Ruy Guerra, 1968). Segundo o diretor, o objetivo principal do grupo era atingir ao público regular do teatro à época, constituído, especialmente, pela classe média burguesa. Para isso, eram utilizados recursos invasivos que buscavam violar o espaço individual do público – como atirar pedaços de fígado ensanguentado na platéia ou atrizes que se sentavam no colo dos homens que assistiam às apresentações –

---

<sup>569</sup> O show *Opinião* já seria pautado pela noção de frentismo cultural, orientação do PCB que daria as bases para a resistência democrática fundada na aliança de classes. Ao nos referirmos ao show como um modelo, não queremos dizer que a forma utilizada nele tenha sido única no teatro de resistência ao regime militar, mas sim que as discussões colocadas por ele, em termos de temas e formas, foram retomadas, de diferentes maneiras, ao longo dos anos que se seguiram. Cf. PATRIOTA, Rosângela. A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos. *História*, São Paulo, v. 24, pp. 79 – 110, 2005.

<sup>570</sup> Cf. GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de (coords.). *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva; Edições SESC SP, 2009, pp. 18-20.

ou questionar, provocar e desrespeitar os valores morais cristãos-ocidentais considerados característicos da burguesia – através do recurso à nudez, à encenação sexual, entre outros.<sup>571</sup>

Durante a década de 1970, é possível observar uma retomada dos palcos brasileiros pelos dramaturgos de inspiração marxista, que buscavam construir uma expressão cultural do Partido Comunista Brasileiro (PCB), reafirmando as propostas da resistência democrática orientada pelo partido e por em discussão a atuação das esquerdas sob o regime.<sup>572</sup> Especialmente entre os anos 1973 e 1979, observamos uma atuação mais enfática dessa dramaturgia no sentido de: 1) trazer o público de volta ao teatro que, a seu ver, havia sido afastado pela agressão; 2) intensificar a luta pela liberdade de expressão e contra o autoritarismo; 3) desenvolver peças em que a relação entre estética e política se apresentasse de maneira mais clara, tendo um eixo estético-ideológico bem definido. Os anos de 1973 e 1974 também marcam a diluição do teatro de agressão, com a diminuição da atuação do Teatro Oficina e o exílio de seu principal nome, Zé Celso (1974).

Além disso, esses dramaturgos buscaram refletir sobre as críticas sofridas pela militância aliada à tradição pecebista e responder a elas. Segundo Maria Paula Araújo, especialmente entre 1973 e 1975, a concepção de resistência democrática se fortaleceu no Brasil, muito em função da autocritica da esquerda armada e da promessa de distensão do regime.<sup>573</sup> Através da estética realista, a dramaturgia comunista buscava se reorganizar e responder ao “irracionalismo”<sup>574</sup> do teatro de agressão com a palavra e o pensamento. Muitas peças escritas e encenadas na década de 1970 apontam a existência de uma atuação convergente de alguns dramaturgos nesse sentido como, por exemplo, *O Último Carro* (1967/1976), de João das Neves; *Um grito parado no ar* (1973), de Gianfrancesco Guarnieri; *Rasga Coração* (1974/1979), de Oduvaldo Vianna Filho e *Gota D'Água* (1975), de Paulo Pontes e Chico Buarque. Outras peças traziam temáticas relevantes para a cultura política comunista, como é o caso de *Ponto de Partida* (Gianfrancesco Guarnieri, 1976) e *Patética* (João Ribeiro Chaves Neto, 1976), que abordaram metaforicamente o emblemático assassinato de Vladimir Herzog, conhecido jornalista comunista que foi morto sob tortura em 1975, e tantas outras.

Segundo Miriam Hermeto, o prefácio de *Gota d'água* foi “escrito sob a forma de um ensaio sobre a realidade brasileira de então [...] e] pode ser compreendido como uma forma de autolegitimação

---

<sup>571</sup> Cf. \_\_\_\_\_. *Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos*. Outros exemplos do teatro de agressão no Brasil são as peças *Tom Paine* (Paul Foster, 1970) e *Missa Leiga* (Chico de Assis, 1972), dirigidas por Ademar Guerra; *A vida escrachada de Joana Martini e Baby Stompanato* (Bráulio Pedroso, 1970); *Apareceu a Margarida* (Roberto Athayde, 1973), *Maria Manchete, Navalhada e Ketchup* (Ísis Baião, 1975), entre outras.

<sup>572</sup> Cf. NAPOLITANO Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese (Livro Docência em História do Brasil Independente) - Universidade de São Paulo. São Paulo 2011; HERMETO, Miriam. *"Olha a Gota que falta"*. Um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975 - 1980). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

<sup>573</sup> ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>574</sup> O termo “irracionalismo” referindo-se ao teatro de agressão cunhou-se em oposição à ideia de “racionalismo” que caberia à dramaturgia realista, na medida em que esta prima pela palavra, reflexão e pensamento e aquele, pelo apelo aos sentidos, performance e corpo.

dos autores do texto no campo artístico-intelectual [...] e uma preparação da recepção do público leitor para os sentidos da obra, direcionando-a para a avaliação crítica da sociedade”.<sup>575</sup> Nele, Paulo Pontes e Chico Buarque refletem sobre a importância da palavra para o contexto no qual se inseriam e apontam uma “crise expressiva” pela qual o teatro brasileiro passava, crise essa que colocara a palavra em segundo plano. Os autores afirmam que

a palavra deixou de ser o centro do acontecimento dramático. O corpo do ator, a cenografia, adereços, luz ganharam proeminência, e o diretor assumiu o primeiríssimo plano na hierarquia da criação teatral. [...] ao lado de todas as pressões amesquinhadoras, que tornaram impossível a encenação do discurso dramático claro sobre a realidade brasileira, uma fobia pela razão ia tomando conta de nossa criação teatral.<sup>576</sup>

Essas peças nos permitem compreender o diálogo do teatro com o projeto de frentismo cultural que pautou a resistência democrática defendida pelo PCB. Segundo Marcos Napolitano, “o frentismo cultural se construiu sobre três pilares: a) ocupação dos circuitos mercantilizados e institucionais da cultura; b) busca de uma estética nacional-popular; c) afirmação do intelectual como arauto da sociedade civil e da nação.”<sup>577</sup> O historiador também alerta que a atuação frentista foi marcada por tensões que tiveram relevantes implicações na área teatral. Ele diz que

Se o frentismo apontava para a eleição de plataformas mínimas de luta em nome da liberdade, as demandas específicas empurravam os setores mais comprometidos com o mercado para uma negociação crítica com o regime, evitando assim o colapso artístico e profissional da área. Em outras palavras, o setor teatral foi um dos primeiros que conheceu o impasse entre radicalizar a luta ou atuar como resistência negociada e moderada, prenúncio das grandes lutas culturais que dividiram a área nos anos 1970.<sup>578</sup>

Isso pode ser observado a partir das grandes contradições que marcaram as relações entre os artistas de teatro e os órgãos do regime militar – e também dos órgãos entre si –, bem exemplificados pelas várias peças premiadas pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT), mas proibidas de serem encenadas, publicadas e até mesmo lidas pelo Departamento de Censura.<sup>579</sup>

A partir desse quadro, Reinaldo Cardenuto formulou o conceito de *dramaturgia de avaliação*, que se apresenta como uma das principais referências para o estudo que aqui se propõe. A dramaturgia de

---

<sup>575</sup> HERMETO, Miriam. O prefácio de *Gota d'água*: as bases de um projeto cultural de interface entre intelectuais e artistas na ditadura militar brasileira. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, v.7, p. 81-102, 2012, p. 82.

<sup>576</sup> BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. *Gota d'água*. São Paulo: Circulo do Livro, 1975, p. 14.

<sup>577</sup> NAPOLITANO. *Coração civil*: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar, p. 2.

<sup>578</sup> \_\_\_\_\_ . *Coração civil*: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar, p. 67.

<sup>579</sup> Sobre a censura ao teatro durante o regime militar brasileiro, cf. GARCIA, Miliandre. *Ou vocês mudam ou acabam*: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

avaliação consiste naquela desenvolvida pelos dramaturgos comunistas que, no início dos anos 1970, buscaram articular duas questões principais: “qual seria, afinal, o lugar reservado ao militante tradicional de esquerda no Brasil pós-1968 e, dentre as possíveis formas dramáticas, qual permitiria, em tempos sombrios, uma aproximação crítica mais eficaz com os espectadores.”<sup>580</sup> Ainda segundo o autor, esses dramaturgos estavam tentando manter o teatro como um espaço para o debate público das questões nacionais. Para eles, segundo a concepção marxista da arte, “cabia à arte politizada oferecer um foco de resistência à chamada ‘modernização conservadora’ e realizar uma *revisão* da dramaturgia anterior com a finalidade de conservar, no teatro, uma prática pulsante de reflexão crítica sobre o país.”<sup>581</sup>

A peça acontece no interior de um trem que viaja pelos subúrbios cariocas e nos dá a ver os dramas particulares de mendigos, operários e demais representantes de estratos sociais marginalizados. O universo de *O último carro* “é o dos subúrbios cariocas [...] dos ‘emparedados’ pelos vagões da central [...] É um universo trágico [...] num mundo que não produz mais herói porque o heroísmo está encravado na luta cotidiana pela sobrevivência de toda a população.”<sup>582</sup> O que vemos em nessa peça é um denominador comum entre todos os dramas particulares representados, uma condição social que une a todos os passageiros do trem e os condena a um destino de sofrimento.

Já em *Gota d’água*, Paulo Pontes e Chico Buarque reconduzem o popular ao palco, atualizando os seus dilemas no contexto dos anos 1970, denunciando o controle sócio-político-econômico do país por uma elite que cala a esquerda e consegue assimilar as expressões de rebeldia das classes populares. O mote da peça é a relação entre Joana e Jasão, ambientada num conjunto habitacional no Rio de Janeiro, chamado Vila do Meio-Dia. Em *Gota d’água*, “O fundo social [é] uma dura crítica ao milagre econômico então em curso [e] surge através da mobilização da população do morro contra os preços extorsivos das unidades postas à venda.”<sup>583</sup> O palco dá lugar aos dilemas próprios do segmento popular urbano periférico, que estão perpassados pelo conflito amoroso do casal protagonista. Antigo companheiro de Joana, com quem tem dois filhos, Jasão abandona a família para relacionar-se com Alma, a filha do dono do conjunto habitacional. Divide-se, então, entre o conforto e a estabilidade econômica e as antigas relações afetivas, com a família e os amigos da Vila do Meio-Dia.

Mas a preocupação desses dramaturgos em repensar sua atuação política também incluiu demandas mais específicas relativas à resistência ao regime militar. Daí, por exemplo, a discussão central de *Rasga Coração* (1974), que refletia sobre a atuação das esquerdas durante a década anterior. Através do enfrentamento entre pai e filho, Oduvaldo Vianna Filho recupera mais de

---

<sup>580</sup> CARDENUTO, Reinaldo. Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, pp. 311-332, 2012, p. 317.

<sup>581</sup> \_\_\_\_\_ . Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970, p. 312. Grifo nosso.

<sup>582</sup> NEVES, João das. *O último carro*. Rio de Janeiro: Opinião, 1976, p. 5.

<sup>583</sup> GOTA d’água. In: *Enciclopedia Itaú Cultural de Teatro*. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. Link indisponível. Acesso em 01.abr.2014.

quarenta anos da história política brasileira, colocando numa perspectiva de longa duração a militância de Manguari Pistolão, o “autêntico” militante do PCB. O drama familiar nos lança o conflito latente nas oposições ao regime militar. O embate entre a perspectiva da luta armada/ação direta e a da chamada resistência democrática se coloca como parte do eixo constituinte da peça-síntese do projeto dramaturgic de Vianinha, que sempre se pautou pela concepção da arte como instrumento de transformação social.<sup>584</sup> Segundo Rosângela Patriota, seu trabalho “permitiu o registro de discussões fundamentais, no âmbito político e teórico, na década de 60 e início da de 70, *sob a égide do Partido Comunista Brasileiro*.”<sup>585</sup>

Já *Um grito parado no ar* iniciava uma fase em que Guarnieri recorreria a uma linguagem metafórica de modo a facilitar a liberação de seus textos. Segundo o verbete da Enciclopédia Itaú Cultural de Teatro, essa peça “reflete o momento difícil que a dramaturgia atravessa[va], desejosa de discutir problemas sociais, mas obrigada a evitar alusões explícitas que pudessem levar ao veto da Censura”.<sup>586</sup> O cotidiano retratado é o de um grupo de teatro que enfrenta inúmeras dificuldades de atuação, tanto de ordem política quanto de ordem econômica. Em constante luta contra um ambiente repressivo e contra as dificuldades econômicas impostas pela modernização capitalista, a mercantilização da arte e o aprimoramento da indústria cultural brasileira, o pequeno grupo de teatro representado em *Um grito parado no ar* grita e resiste. A peça burlou a censura e estreou ainda em 05 de julho de 1973, comprovando que a investida de seu autor tinha sido bem sucedida.

Esse recurso metafórico seria novamente utilizado pelo autor três anos depois, em *Ponto de partida* que, como já foi dito, referia-se ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Ambientada numa pequena aldeia medieval, a peça gira em torno da investigação da morte do jovem Birdo, que é encontrado enforcado na praça central, sendo que a grande questão a se averiguar é se o ocorrido se tratava de assassinato ou suicídio – já colocada aqui a referência ao caso Vlado. As demais personagens são, como chamou Fernando Peixoto, personagens-símbolos<sup>587</sup> que representam as diferentes posições tomadas diante da situação de conflito: há quem se cale por medo, há quem se cale por conformismo, há quem faça de tudo para que a verdade venha à tona e há quem faça de tudo para ocultá-la. Ainda segundo Peixoto, *Ponto de partida* se trata de “uma parábola que se destina aos que desejam, buscam e são capazes de abrir os olhos com emoção, dúvida e reflexão. E assim, Guarnieri continua fiel ao mais possível e vigoroso realismo.”<sup>588</sup> Ora, com essa afirmação, o ator, diretor e crítico nos reitera que, apesar do recurso à

---

<sup>584</sup> Cf. PATRIOTA, Rosângela. *Papa Highbirte*: reflexões sobre a militância de esquerda frente ao autoritarismo latino-americano. In: DAYRELL, Eliane; IOKOI, Zilda (orgs.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>585</sup> \_\_\_\_\_. *Papa Highbirte*: reflexões sobre a militância de esquerda frente ao autoritarismo latino-americano, p. 389. Grifo nosso.

<sup>586</sup> *Um grito parado no ar*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Teatro. São Paulo: Itaú Cultural, 2010. Link indisponível. Acesso em 01.abr.2014.

<sup>587</sup> PEIXOTO, Fernando. A parábola e a verdade In: *Teatro em pedaços*. São Paulo: Hucitec, 1989.

<sup>588</sup> \_\_\_\_\_. A parábola e a verdade, p. 192.

parábola e à metáfora, Guarnieri trabalhou na perspectiva realista, que estava entre as pautas da dramaturgia de avaliação.

O deslocamento no tempo como meio para discutir acontecimentos do período já havia sido utilizado por Chico Buarque e Ruy Guerra na dramaturgia de *Calabar – O elogio da traição* (1973). Recuperando o episódio da ocupação holandesa no nordeste brasileiro no século XVII e a figura de Domingos Fernandes Calabar, os autores buscaram refletir, em pleno Brasil do “Ame-o ou deixe-o”, sobre o que de fato poderia ser considerada traição à pátria, em que situações seria legítimo se levantar contra ela, quais os motivos que levariam a isso. Assim, a metáfora da traição de Calabar servia como mote para a discussão da atuação das oposições ao regime militar, consideradas pelo governo e seus apoiadores, como traidores da pátria, especialmente os militantes da luta armada, que no ano de 1973 já haviam sofrido derrotas definitivas. Como afirmou Fernando Peixoto, diretor da primeira montagem da peça, nela

a História é utilizada como matéria para uma reflexão que ultrapassa os limites de determinadas circunstâncias político-econômicas já superadas. [...] O passado é revisto com a lucidez de quem vive o presente: com a consciência de quem mergulha na História em busca de uma compreensão do mundo de hoje.<sup>589</sup>

Protagonista de um dos casos mais emblemáticos de censura, *Calabar – o elogio da traição* seria vetada integralmente poucos dias antes de sua estréia, causando um prejuízo aos produtores se precedentes no teatro brasileiro. Assim como outras peças proibidas durante desde finais dos anos 1960 e 1970, como *Papa Highirte* (1968) e *Rasga Coração* (1974), *Calabar* estreou na virada de 1979 para 1980.

A peça que, talvez, seja a última inserida nessa espécie de projeto é *Ópera do malandro*, novamente de Chico Buarque. Escrita e estreada em 1978, é baseada na *Ópera dos mendigos* (John Gay, 1728) e na *Ópera dos três vinténs* (Bertolt Brecht/Kurt Weill, 1928), além de ser dedicada pelo autor à memória de Paulo Pontes, seu parceiro em *Gota d'água*, falecido dois anos antes. Ambientada nos anos 1940, a peça põe em cena os meandros que regem a vida dos personagens que são, em sua maioria, representantes do lumpem: prostitutas, travestis, contrabandistas; todos buscando sobreviver sob o jugo do poder econômico e do controle que Duran, o cafetão, tenta exercer sobre todos e todas. Crítico ao deslumbramento com o americanismo, o musical ainda expõe a falácia da ideia de que o progresso e a modernização acarretam numa melhoria na vida de todos. Temos aqui um ponto de diálogo não só com o momento que retrata – o surto desenvolvimentista estimulado pelo varguismo –, mas também com o contexto em que foi escrita, já

---

<sup>589</sup> PEIXOTO, Fernando. Uma reflexão sobre a traição. In: *Teatro em pedaços*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 153.



que nesse período as consequências do fim do chamado milagre econômico já se mostravam nefastas, em especial para a população mais pobre.

A crítica ao sistema econômico, ao americanismo e ao desenvolvimento capitalista já apontava para uma afinidade com a cultura política comunista<sup>590</sup>, mas é interessante observar uma crítica especial bastante dura à moral burguesa<sup>591</sup>, característica de uma classe decadente e hipócrita. Tal questão permeia toda a peça, podendo ser observada em diversas canções que compõem a trilha sonora e também no próprio texto. Um dos grandes exemplos que temos é a canção *O casamento dos pequenos burgueses*<sup>592</sup> (Chico Buarque, 1977/1978), na qual o autor expõe e critica, a partir da perspectiva comunista, a indissolubilidade do casamento burguês, que mantém unidos um homem e uma mulher que parecem cumprir o papel social que deles se espera e viverão juntos “até que a morte os una”, mas, na realidade, desejam matar um ao outro: “Ele é o funcionário completo/E ela aprende a fazer suspiros/Vão viver sob o mesmo teto/Até trocarem tiros/Até trocarem tiros [...] Ele fala em cianureto/Ela sonha com formicida/Vão viver sob o mesmo teto/Até que alguém decida/Até que alguém decida”.<sup>593</sup>

As peças aqui comentadas expressam uma proposta política vinculada à retomada dos palcos pelo teatro realista pautado na palavra e, ainda que o façam de maneiras variáveis, são paradigmáticas no que tange à manifestação do projeto político do Partido Comunista Brasileiro na dramaturgia brasileira, que se realizou ainda que o partido tenha falhado na tentativa de formular uma política cultural durante todo o regime militar. Marcos Napolitano afirma que, no campo teatral, “os dramaturgos constituíam uma espécie de núcleo duro da política cultural que mais se aproximava das posições do PCB: defendiam a unidade e o frentismo (artístico e classista); pautavam-se pela busca do “homem brasileiro” e suas contradições específicas; filiavam-se ao drama realista.”<sup>594</sup> Assim, como pudemos ver, temas e abordagens característicos do projeto e da cultura política comunista internacional e brasileira marcaram boa parte da dramaturgia de esquerda nos anos 1970, fazendo do teatro um espaço privilegiado de militância e reflexão.

---

<sup>590</sup> Para maior compreensão sobre a cultura política comunista e suas características, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. Alguns apontamentos. IN: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>591</sup> Para melhor entendimento da crítica do PCB à moral burguesa, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. *Lócus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, nº1, 1997, pp. 69-83. É importante observar, contudo, que tanto em *A ópera do malandro* quanto em *Calabar*, Chico Buarque coloca em pauta a homossexualidade, criticada tanto pela moral burguesa quanto pela comunista.

<sup>592</sup> Para a letra completa da canção, cf. HOLLANDA, Chico Buarque de. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 257-258.

<sup>593</sup> \_\_\_\_\_, *Tantas palavras*, pp. 257 - 258.

<sup>594</sup> NAPOLITANO. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*, p. 166.



# Estado de exceção e necessidade poética: o “Jornal da Poesia” no *JB* de 1973

Moniquele Silva de Araújo

Mestranda em História Política

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

[moniquelearaujo@yahoo.com.br](mailto:moniquelearaujo@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma articulação entre poesia e estado de exceção, entre a ditadura civil-militar brasileira e a necessidade poética, que chama atenção no Brasil da década de 1970, com a publicação do “Jornal da Poesia” dentro do caderno B do *Jornal do Brasil*. As questões abordadas aqui colocam em perspectiva a compreensão de um estado de exceção em permanência a partir da construção de um modelo de estado moderno que está em desenvolvimento nos dias de hoje. Trata-se de um paralelo entre o desenvolvimento do poder estatal, da alienação política e cultural (processo de individualização, “destruição da realidade”) e da arte a partir da modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** poesia; estado de exceção; ditadura civil-militar; necessidade; magia.

Um estudo da estrutura e do significado do estado de exceção permite uma análise do conceito jurídico de necessidade: “tornar lícito o ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão em caso específico por meio de uma exceção.”<sup>595</sup> O estado de exceção, terminologia alemã, ou mesmo estado de sítio – terminologia francesa -, é uma resposta do poder estatal aos conflitos internos e externos. Trata-se de uma suspensão dos artigos da constituição relativos às liberdades individuais, ampliando os poderes governamentais e atribuindo ao executivo a força de lei, sem a distinção dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Assim, o estado de exceção permite a eliminação física aos não integráveis ao sistema político que o institui, sendo a tortura oficializada pelo estado.

[O estado de exceção é um] regime jurídico excepcional a que uma comunidade política é temporariamente submetida, por motivo de ameaça à ordem pública e durante o qual se conferem poderes extraordinários às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que restringem ou suspendem as liberdades públicas e certas garantias constitucionais.<sup>596</sup>

Paulo Arantes compreende o estado de exceção como uma “legalização da suspensão da legalidade”. Um estado de “necessidade” pela defesa da ordem social e “democrática” então instável, sendo assim instaurada uma ditadura constitucional. De acordo com Giorgio Agamben, “toda a teoria da ditadura constitucional se prende ao círculo vicioso segundo o qual as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática são aquelas que levam à sua ruína.”<sup>3</sup>

Levam à ruína da democracia porque, como acentuou Bruno Groppo, em *La imposibilidad del olvido*, os estados de exceções ocorridos no Cone Sul podem ser comparados ao nazismo e ao estalinismo,

<sup>595</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 40-41.

<sup>596</sup> ARANTES, Paulo. Estado de sítio. In: *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.153-154.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Estado de exceção*, p. 20.

pois houve “uma ruptura de civilização”. O estado tornou-se terrorista utilizando-se de seu instrumento - a “Doutrina de Segurança Nacional” - contra a oposição, cometendo então diversos crimes contra a humanidade.

Em seu estudo da história dos estados de exceção, Agamben percebe uma transformação dos regimes democráticos em consequência da progressiva expansão dos poderes executivos durante as duas guerras mundiais. Para ele, o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária, sendo introduzido pela primeira vez na constituição de 22 de Setembro, da primeira república francesa, em 1792. Ainda que apostando na modernidade, diferente de Agamben, Paulo Arantes cita a constituição da Filadélfia de 1787 que sancionava - segundo ele - um verdadeiro golpe de Estado, para abordar uma história do estado de exceção. A constituição norte-americana teria sido concebida tendo em mente o estado de exceção. Arantes chama atenção, portanto, para a invenção norte-americana do estado de exceção em que, mesmo em tempos de aparente normalidade, o presidente pode converter-se em um ditador. Em *O novo tempo do mundo*, Paulo Arantes explicita que em meados do século XIX, a violação aos direitos individuais por parte do Estado tornou-se a razão de ser da própria constituição garantidora da ordem mercantil emergente, ameaçada pela desordem das novas classes trabalhadoras tidas como perigosas. Sendo assim, o estado de exceção não é algo que começa em 1964 no Brasil com o golpe, mas algo que tem suas origens numa modernidade, baseado nas relações de desenvolvimento econômico que se constituíram ao longo da história, que propicia ao mesmo todo um aparato jurídico para que exista.

Proponho pensar aqui a relação que a obra de arte, a poesia nesse caso, tem com o estado de exceção. Para isso faz-se necessária a compreensão do que é a obra de arte na sociedade, em correspondência, na história. Com base nos artigos publicados no *Jornal do Brasil* – evidenciados mais em frente - em 1973, advertindo para a necessidade da poesia, a questão pode ser: que sociedade era essa que reclamava a poesia, que indicava a necessidade da circulação poética? Por que outras figuras, formas? Por que a ficção importa no momento tão extremo como é o caso do estado de exceção?

Alfredo Bosi em *Entre a literatura e a história* discorre sobre a poesia num tempo que isso se tornou necessário. No seu capítulo “a poesia é necessária?” compreende que num bom tempo não se fala sobre a necessidade da poesia. Ou seja, o tema proposto pelos críticos literários da época da ditadura civil-militar talvez seja mais um sinal dos tempos: “quem pergunta sobre a necessidade da poesia poderá estar experimentando uma falta e provavelmente um sentimento misto de saudade do que é ainda enigma.”<sup>597</sup> Ele aposta que é na arte que está a magia do mundo desencantando de Max Weber: “a poesia torna próximo e singular o que a desmemória cotidiana vai deixando remoto e indistinto.”<sup>598</sup>

O “Jornal da Poesia” publicado dentro do caderno B do *Jornal do Brasil* em 1973 - nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, organizado por Affonso Romano de Sant’Anna por recomendação do jornalista Alberto Dines – foi um dos importantes focos do surto poético brasileiro na década de 1970. Do contexto político de ditadura civil-militar e do “milagre econômico” surgiu o que foi chamado de “a

---

<sup>597</sup> BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a história*. São Paulo: Ed. 34, 2013, p. 9.

<sup>598</sup> \_\_\_\_\_. *Entre a Literatura e a história*, p12.

necessária poesia”, conforme o texto de abertura do primeiro número do jornal, que chamava atenção para o período de efervescência poética e dizia ter por objetivo “fornecer um panorama da poesia brasileira” daquele tempo.

Affonso Romano de Sant’Anna, editor e responsável pela seleção das poesias para a publicação do jornal procurou mesclar e reconhecer a poesia produzida no momento, que andava solta pelas ruas, pelos botecos, pelas cabeças das pessoas, nas “estruturas de sentimentos” ou sentidos<sup>599</sup> dos brasileiros.

Depois da efervescência poética - dos movimentos de vanguarda das décadas de 1950 e 1960 - a poesia parecia ter-se silenciado ou vivido às expensas da MPB. O país teria vivido, para muitos autores, o chamado “vazio cultural”<sup>600</sup> causado pelo Ato Institucional nº5, que significou o endurecimento do regime de exceção então vivido. No entanto, a década de 1970 foi de um momento de alta produção poética. Como dizia no primeiro número do “Jornal da Poesia”: “a poesia voltou, voltou antes mesmo da primavera.” O *Jornal do Brasil* passou a publicar o “Jornal da Poesia” em Setembro de 1973, recebendo centenas de poemas e também críticas ao que estava ocorrendo no momento como, por exemplo, a opinião do crítico literário Anatol Rosenfeld sobre a publicação das poesias.

É sumamente importante que, numa hora em que há uma forte tendência neofascista no sentido de minimizar a pertinência da palavra como formassem rival de comunicação entre os homens, um órgão sério e respeitável da imprensa como o *Jornal do Brasil* retome o diálogo com a literatura, ao instituir, ainda que mensalmente, o seu “Jornal da Poesia”. [...] a abertura das páginas do JB para o fenômeno da criação poética vem de encontro a uma necessidade urgente e inadiável, porque, queiram ou não queiram os mal avisados, a poesia é como se fosse o coração do fato literário, aliás o seu centro mesmo de gravidade. [...] o homem só se distingue dos outros animais porque usa a palavra. E é a palavra como *modus vivendi* da criatividade poética, aquilo que, agora, determinados setores antidemocráticos e desumanos gostariam de ver exterminado da existência mesma da condição humana.<sup>601</sup>

Já o crítico Oscar Mendes adverte para a marginalidade da nova poesia então produzida no país, ressaltando ainda sua necessidade de existência e publicação.

[...] hoje a publicidade de poesia no Brasil é, fora de dúvida, marginal. O jornal da poesia veio suprir uma das deficiências com referência à divulgação de poesia. E, quando a veiculação se faz por um órgão do porte do JB podemos dizer que algo de muito importante está acontecendo.<sup>602</sup>

<sup>599</sup> “Estrutura de sentimento” enquanto sentimento social, vivido e sentido numa determinada época: “A ideia de uma estrutura de sentimento pode ser especificamente relacionada à evidência de formas e convenções, figuras semânticas, que na arte e na literatura estão quase sempre entre as primeiras indicações que tal estrutura está se formando” WILLIAMS, Raymond. *Estruturas de sentimento*. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.13.

<sup>600</sup> Termo utilizado por intelectuais da época, como o jornalista Zuenir Ventura, que escreveu artigos com esse título.

<sup>601</sup> ROSENFELD, Anatol. *Opinião do Crítico Anatol Rosenfeld*. JB, RJ, 04 de Setembro de 1973, cad. 1, p. 10. (O crítico nasceu em Berlim em 1912, veio para o Brasil em 1937 fugido da barbárie nazista, tendo sido uma das mais significativas expressões como ensaísta e doutrinador.)

<sup>602</sup> MENDES, Oscar. Oscar Mendes acha que o “Jornal da Poesia” completa obra do Suplemento “livro”. JB, RJ, 5 de Setembro de 1973, cad. 1, p.18.

O poeta Mário Chamie chama atenção para a importância do “Jornal da Poesia” definindo-o como “[...] espaço certo para o uso da palavra não corrompida, capaz de traduzir e interpretar a nossa realidade acima das ilusões convenientes ou das mistificações programadas.”<sup>603</sup> Já para o diretor do Suplemento literário de Minas, Angelo Osvaldo

nos meios editoriais, persiste o preconceito de que a poesia não vende e, portanto, não deve ser publicada. Desaparecem dos jornais os espaços para a poesia e tudo mais que é literatura. Os concursos, chegando até a exigir ‘o número de versos’, restauram a lírica da chamada geração 45 e a oficializam.<sup>11</sup>

Importa ainda salientar a opinião de Fabio Lucas sobre o “Jornal da Poesia”, que compreende a volta da poesia como “um tempero à insensibilidade” e que “os processos sociais envolventes tentaram desloca-la do seu eixo, mas ela resiste sempre e floresce em campo de esperança.”<sup>604</sup> Todos os críticos, poetas e escritores chamam atenção, portanto, para a escassez da arte poética e que os jornais fechavam suas páginas para a literatura naquele momento, advertindo uma carência dos órgãos de divulgação. O “Jornal da Poesia” sanaria esse problema. Sendo assim, tais críticos nos fazem compreender que a poesia não circulava até então e que vigorava a força do desenvolvimento de um modelo econômico que diminuiu o valor artístico e o seu sentido para a vida, excluindo e paradoxalmente florescendo a necessidade da arte, da poesia.

Ernst Fischer escreveu sobre *A necessidade da arte*, publicada em 1959, correlacionando o mundo artístico-poético à necessidade de humanidade. A arte tem função? e no estado de exceção qual seria a sua função caso se pudesse falar de uma, é infável a função da arte? Como movimento criado na sociedade, diz respeito a mesma e também a orienta. Fischer traz algumas reflexões a respeito da obra de arte visualizando-a a partir de um pensamento marxista, apesar disso e por causa disso, não se limita ao superficial de uma análise sobre a arte, ainda que possa haver muito a se pensar sobre, a se aprofundar. O autor não compreende tudo como “culpa do capitalismo”, segundo ele, o artista expressa a “angústia permanente”, ainda que muito do que está em jogo no campo do capital inspire a criação da realidade (outra), ou seja o desenvolvimento artístico-poético.

A arte é compreendida pelo filósofo como meio indispensável para a união do indivíduo ao todo, sendo derivada da experiência, é uma objetificação dela, do meio social do momento criado e do todo também da humanidade, como uma permanência. Finito que é infinito. Histórico que é a-histórico. “[...] Marx enxergou que, na arte historicamente condicionada por um estágio social não desenvolvido, perdurava um momento de humanidade; e nisso Marx reconheceu o poder da arte de sobrepor ao momento histórico e exercer um fascínio permanente.”<sup>605</sup>

---

<sup>603</sup> CHAMIE, Mário. Chamie louva “Jornal da Poesia”. *JB*, RJ, 08 de Setembro de 1973, cad.1, p. 10.

(Crítico e poeta, professor de teoria da comunicação, fundador da Revista de Vanguarda Práxis.) <sup>11</sup> SANTOS, Ângelo Osvaldo de Araújo. Mineiro acha a publicação do “Jornal da Poesia” uma iniciativa importante. *JB*, RJ, 11 de Outubro de 1973, cad.1, p.15. (Diretor do suplemento literário de Minas na época).

<sup>604</sup> LUCAS, Fabio. Crítico acha bom o “Jornal da Poesia”. *JB*, 12 de setembro de 1973, cad. 1, p.19.

<sup>605</sup> FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 9º ed., 1983, p.17.

Há em sua obra pontos de confronto com a compreensão da obra de arte do sociólogo Pierre Bourdieu, que a compreende como convenção socialmente aceita dentro do campo artístico histórico e socialmente construído, defendendo a busca pela gênese dos conceitos que atuam nas relações de forças sociais e criando os conceitos operatórios de *campo* e *habitus* para, como em *As Regras da Arte*, buscar a gênese e estrutura do campo literário ou artístico. O sociólogo compreende a experiência da obra de arte como imediatamente dotada de sentido e de valor, sendo um efeito da concordância entre as duas faces da mesma instituição histórica, o *habitus* e o *campo* artístico, que se fundiriam mutuamente.

Ambos discorrem sobre a magia da obra de arte, mas de forma oposta. Para Bourdieu, a magia da obra de arte estaria dentro do que conceituou como *illusio*. De acordo com o sociólogo, há um jogo social que cria a *illusio*, a magia, porque o círculo do jogo social seria o círculo da crença, que envolveria às relações de força na sociedade, reproduzindo os poderes e as dominações sociais. Ou seja, o campo da arte compartilha com as regras sociais, inclusive na própria construção do que seria arte para o jogo social.

Já Fischer, na busca pela origem da arte, encontra nela um sentido mágico, pelo qual o homem se servia para a dominação da natureza e para desenvolver suas relações sociais. Para o filósofo a arte é a ligação do indivíduo com o todo temporal e social porque surge dos estímulos sociais, nesse sentido que ela é magia, ligando o indivíduo ao grupo social. No entanto, numa sociedade de classes, diferenciada, ela se desenvolve fora da magia, como resultado da alienação. Sobre a poesia: “o desejo de retornar à fonte da linguagem é inerente à poesia [...] Em todo poeta existe certa nostalgia de uma linguagem “mágica”, original”.<sup>606</sup>

Assim Fischer apresenta a arte como produtora-criadora de coletividade. Além disso, compreende a arte como sobreposta ao momento histórico e como superação desse momento histórico. Sua tese é a de que “dentro do momento histórico, cria-se também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento”<sup>607</sup>. Ele, enfatiza, portanto, os elementos contínuos e comuns da arte ao longo da história. Ou seja, ao mesmo tempo que acentua sua historicidade, considera o universal.

Já Bourdieu demonstra que o campo artístico não é um campo autônomo tal como a filosofia, a literatura e a própria arte defendem. Ou seja, a aparente anarquia da produção artística é colocada em questão. Para ele, os campos sociais estão e são ordenados e os indivíduos figuram nesse espaço, por isso é tão importante decifrar essas regras que compõem o jogo social, as disputas envolvidas na definição das classificações nos campos, a construção do cânone e as hierarquizações que presidem essas classificações.

Fischer apela para uma função que a arte deveria ter, a arte teria uma finalidade de ação de acordo com a experiência histórica, justamente para sair dessa historicidade sempre limitada e se traspor ao infinito. Ele reconhece que “a arte jamais é uma descrição clínica do real”<sup>608</sup>, ela seria o “modo mais fácil de existência” ou mesmo sua busca. No entanto, o filósofo adverte que numa sociedade dividida em classes, as classes procuram recrutar a arte, que é voz da coletividade, a serviço de seus propósitos

---

<sup>606</sup> FISCHER. *A necessidade da arte*, p.35.

<sup>607</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p.17.

<sup>608</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p.19.

particulares, e assim: “não há porque temer que uma sociedade próspera e altamente diferenciada acarrete um empobrecimento das artes.”<sup>609</sup>

Bourdieu se preocupa mais com a possibilidade de se trabalhar cientificamente a obra de arte, defendendo que sua análise sociológica permite o conhecimento da estrutura do espaço social. Em sua concepção, há possibilidade de construção do espaço social da obra, das práticas sociais e, dessa forma, visualiza a possibilidade de compreensão do campo de poder a partir de tal análise. Ou seja, adverte para a possibilidade de análise da obra e observação dos seus campos de poderes onde se exercem forças sociais:

mais uma vez, somos obrigados a supor que é através da elaboração de uma história, e graças a ela, que o autor é levado a trazer à luz a estrutura mais profundamente enterrada, mais obscura, porque a mais diretamente ligada aos seus investimentos primários, que está no próprio princípio de suas estruturas mentais e de suas estratégias literárias.<sup>610</sup>

Na verdade, Bourdieu se preocupa em objetivar a ilusão do romance, da literatura, pois a ilusão é universalmente partilhada – *illusio*. Sua observação maior é que o campo literário é um campo social que é também um campo de poder. Sugere, assim, a possibilidade de análise sociológica da obra de arte e seu mundo social: “Reconstruir o ponto de vista de Flaubert, ou seja, o ponto do espaço social, é dar a possibilidade real de situar-se nas origens de um mundo cujo funcionamento se nos tornou tão familiar que as regularidades e as regras às quais obedece escapam-nos”<sup>611</sup>. O autor chama atenção para a invenção do olhar puro para a arte, da produção do sagrado, da eficácia da magia ou melhor, da *illusio*. Se fosse selecionar uma frase para definir melhor suas obras seria esta: “[existe] todo um universo social no interior do qual se elabora e se exerce a magia”<sup>612</sup>, por isso o estudo da história do campo é tão fundamental para a compreensão da lógica do campo.

Já Fischer compreende a arte como magia no tempo histórico que consegue alcançar outro tempo, através também da união indivíduo-coletivo. O autor compreende a função da arte e tem um momento de fala de 1956, usando denominações que tenderiam preconceituosamente a dizer que são ultrapassadas, mas suas análises são profundas e espirituosas. Com relação à arte contemporânea e à necessidade, ressalta que a arte foi recrutada a serviço dos propósitos particulares, que a alienação não é apenas do mundo e da realidade social, da natureza, é de si mesmo, pelo processo de individualização que se vive a partir da modernidade. De acordo com o autor, houve uma perda da realidade sentida na época dos românticos, os acontecimentos já não acontecem, são os clichês que operam espontaneamente. Houve um processo de destruição da realidade.

Sendo assim, o desenvolvimento de um modelo político de estado, o estado de exceção se dá paralelamente ao modelo de produção artística a partir da modernidade e encontra-se na década de 1970 no Brasil, país que começava seu processo de industrialização, urbanização – deixava de ser majoritariamente rural para se tornar urbano - com todos os problemas sociais que acarretam dessa

<sup>609</sup> \_\_\_\_\_ . *A necessidade da arte*, p. 249.

<sup>610</sup> BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte – gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 40.

<sup>611</sup> \_\_\_\_\_ . *As regras da arte*. p. 64.

<sup>612</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 287.

modernização acelerada. Nesse caso, a arte comportaria uma função específica, uma necessidade: a de criação da realidade (outra).

“Numa sociedade em decadência, a arte, para ser verdadeira, precisa refletir também a decadência. Mas, a menos que ela queira ser infiel à sua função social, a arte precisa mostrar o mundo como possível de ser mudado. E ajudar a mudá-lo”<sup>613</sup>.

Relacionando de maneira mais interessante a arte à necessidade-função dela, Fischer discorre que “uma das grandes funções da arte numa época de imenso poder mecânico é a de mostrar que existem decisões livres, que o homem é capaz de criar as situações que precisa, as situações para as quais se inclina a sua vontade”<sup>614</sup>

A necessidade da arte é então a de representar a nova realidade num mundo decadente onde sua tendência é se divorciar do social e encerrar-se com o indivíduo na sua desesperada alienação. A arte é necessária pra que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo. Mas a arte também é necessária em virtude da magia que lhe parece inerente, no sentido de ser uma possibilidade de transformação da realidade, partindo aqui de uma concepção hegeliana de realidade, em que apenas o que é compreendido chega a ser real.

Assim como Walter Benjamin também defendeu que “tem sido sempre uma das mais importantes funções da arte a de criar uma demanda para cuja plena satisfação ainda não soou a hora”<sup>615</sup>, Antônio Callado coloca também na introdução da obra de Fischer que

a medida que a vida do homem se torna mais complexa e mecanizada, mais dividida em interesses e classes, mais “independente” da vida dos outros homens e portanto esquecida do espírito coletivo que completa uns homens nos outros, a função da arte é refundir esse homem, torná-lo de novo são e incitá-lo à permanente escalada de si mesmo.<sup>616</sup>

A função da arte é, portanto, recriar para a experiência de cada indivíduo a plenitude daquilo que ele não é, isto é, a experiência da humanidade em geral. A magia da arte está em que, nesse processo de recriação, ela mostra a realidade como possível de ser transformada, dominada, “tornada brinquedo”.

---

<sup>613</sup> FISCHER. *A necessidade da arte*, p. 58.

<sup>614</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p. 231.

<sup>615</sup> \_\_\_\_\_. *A necessidade da arte*, p. 233.

<sup>616</sup> CALLADO. *A necessidade da arte*, introdução.



# Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade durante o Regime Militar<sup>617</sup> em Belo Horizonte.

Philippe Urvoy

Doutorando em história

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
[ph.urvoy@gmail.com](mailto:ph.urvoy@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho pretende desenvolver uma reflexão acerca dos movimentos de bairros que eclodiram em Belo Horizonte durante o período do Regime Militar, tendo como pauta principal a luta pelo direito à moradia, em um contexto de forte repressão à moradia informal desempenhado pelo regime.

Após uma forte mobilização ocorrida nos bairros populares, entre os anos 1950 e o início dos anos 1960 a favor da reforma urbana e do direito à moradia, o Golpe de 1964 inaugura um período de repressão sistemática aos movimentos sociais e de erradicação das favelas nas grandes cidades brasileiras. Com a criação do Banco Nacional de Habitação, inicia-se uma política que visa substituir o urbanismo informal pelos conjuntos habitacionais recentemente construídos, removendo as populações de diversas favelas para moradias construídas em áreas desvalorizadas, nas periferias dos centros urbanos. Em Belo Horizonte, apesar da forte repressão sofrida pelos movimentos organizados de favelados no princípio do regime militar, alguns movimentos continuam a atuar de forma clandestina no decorrer dos anos 1960. Nos anos 1970, diversos movimentos de bairros passam a se organizar de forma mais concreta, não somente nas favelas mas também em bairros de classe média baixa. Além da questão da moradia, emergem outras pautas, ligadas à necessidade de infra-estruturas básicas e ao direito à cidade em geral.

**PALAVRAS CHAVES:** Regime Militar; Política urbana; Movimento social; Bairros.

## Introdução:

Tema pouco estudado pela historiografia, em detrimento de outras áreas de conhecimento, os diversos movimentos de bairros que surgiram ou atuaram nas grandes cidades brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 apontam para um caminho interessante para apreender a realidade das transformações urbanas e sociais durante o Regime Militar. Ressalte-se que existem sobre esse tema, no Brasil, diversos trabalhos feitos por sociólogos, geógrafos e urbanistas, enquanto que poucos foram os trabalhos feitos

---

617 Apesar de usarmos a expressão Regime Militar ao longo desse trabalho, consideramos essa expressão redutora tendo em vista que, como demonstrado pelo Daniel Aarão Reis em seu trabalho, o termo correto seria Regime Civil-Militar, devido à colaboração de entidades civis e militares dentro do governo. Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à constituição de 1988*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

por historiadores. Com a exceção de alguns trabalhos muito recentes, no caso de Belo Horizonte, podemos citar o trabalho de Samuel Silva de Oliveira Rodrigues<sup>618</sup>, existe uma lacuna muito grande de trabalhos sobre essa parte da história social urbana no período que segue a Segunda Guerra e durante o período do Regime Militar. Como se, como diz o geógrafo Andreilino Campos, até hoje ou pelo menos até pouco tempo atrás, o papel histórico de setores populares, dos movimentos de periferia e moradores de favelas, dentro do processo de construção e transformação da cidade tenha sido negado ou silenciado<sup>619</sup>.

O presente trabalho não pretende fazer um panorama exaustivo dos movimentos de bairros que existiram na cidade de Belo Horizonte durante este período. Pretendemos apenas explorar algumas pistas de reflexões que poderiam servir para pensar esse assunto levantando a seguinte pergunta: De que forma a questão dos movimentos por moradia e dos movimentos urbanos poderia ser uma chave, uma porta de entrada para entender a relação da Ditadura com a questão da habitação e com a questão urbana e, mais amplamente, para explorar a história social urbana do período, especialmente no que concerne às áreas periféricas?

Para começarmos uma reflexão acerca desta problemática, nós nos deteremos, num primeiro momento, no discurso do Regime Militar em relação às favelas e movimentos de favelados em Belo Horizonte. Em seguida, refletiremos sobre a política habitacional do Regime Militar para populações de baixa renda. Enfim, nós apresentaremos alguns exemplos dos movimentos de bairros existentes na cidade entre os anos 1960 e 1970, dividindo esta apresentação em duas fases cronológicas distintas.

Em relação ao nosso objeto de estudo, utilizamos o conceito de *movimento de bairros*, aceitando a definição de *movimento* cunhada por Manuel Castells, que entende os movimentos sociais urbanos como sistemas de práticas sociais que questionam a legitimidade da ordem estabelecida dentro do contexto especificamente urbano<sup>620</sup>.

### **O Regime Militar e as favelas: do discurso à repressão**

O silêncio da historiografia sobre o assunto no período do Regime Militar, elucidado em nossa introdução, não reflete a realidade do discurso e das ações do próprio Regime que, pelo contrário, mostram que a Ditadura não somente enxergava os chamados *movimentos de favelas*, mas ainda se preocupava seriamente com eles e com a questão urbana de modo mais geral.

---

618 OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

619 CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 68

620 CASTELLS, Manuel. *Luttes urbaines et pouvoir politique*, Paris: Maspéro, 1975. p.12

Essa constatação seria possivelmente, a nosso ver, mais nítida em Belo Horizonte, onde já no primeiro ano da Ditadura, a repressão se voltou muito duramente para os movimentos de favelas existentes, de forma mais facilmente verificável do que em outras cidades ou para outros tipos de movimentos<sup>621</sup>.

Em 1964, logo após o Golpe, as principais entidades nas quais os moradores das favelas de Belo Horizonte se organizavam até então são fechadas, enquanto que suas lideranças são presas<sup>622</sup>. Os inúmeros relatos do DOPS, somente no ano de 1964, sobre favelas e movimento de favelados já denotam obviamente que o Regime se interessava de perto por esses movimentos, que ele considerava como um perigo para ordem social:

Elementos conhecidos nos núcleos favelados nesta Capital vêm [...] organizando invasões de terrenos criando novas favelas com propósitos ainda de todo não esclarecidos, porquanto, segundo suspeita, este movimento se integraria no plano de subversão de ordem e comunização do país<sup>623</sup>.

No discurso dos representantes do Regime, notadamente os agentes do DOPS, os membros de movimentos de favelados se dividiam em dois tipos, o primeiro tipo, a maioria, é o “favelado”, que pode ser comparado a uma: “malta de marginais e desocupados” praticando “atos de vandalismo e pilhagem” e que geralmente é apresentado como manipulado por uma minoria de “comunistas”, “agitadores” e “insufladores de invasões”<sup>624</sup>.

Nesses relatos do DOPS, aparecem ainda rumores de que ocupações de terrenos realizadas pelo movimento de favelados poderiam servir para esconder armas e munições e servir de locais de treinamento para focos de guerrilha urbana<sup>625</sup>.

Esse primeiro momento da repressão, logo após o Golpe, vai ser acompanhado por uma outra ofensiva – tanto no discurso como nos atos – contra as favelas e a moradia informal.

### **A criação do BNH: “Demolir para construir”**

---

621 BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*, Ano XVI, n. 29, p.179-208, 2013. p. 181 Neste texto, o historiador Mario Brum aponta que no Rio de Janeiro a repressão recai realmente sobre os movimentos comunitários de favelas a partir de 1968, com a instituição do Ato Institucional nº5 / O sociólogo Celso Frederico, ele, observa que as organizações operárias serão mais duramente reprimidas ou proibidas também a partir do AI-5, em FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

622 OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, p.150

623[Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 10.

624 [Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 19.

625 [Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. Folha 12.

Um outro aspecto importante para se compreender a relação da Ditadura com esses bairros, é o fato que no discurso do Regime, a favela é uma realidade que há de ser apagada da cidade, tanto por questões estéticas, morais, de higiene, que pelo perigo potencial que o espaço da favela representa para a ordem social que o Regime pretende preservar e defender. Como se a favela fosse um desdobramento errado da história urbana.

Um vídeo de propaganda da época divulgado no Rio no princípio dos anos 1970 resumia o projeto urbano da Ditadura para as favelas carioca desta forma: “O lema é demolir para construir”<sup>626</sup>. Essa expressão resume bem as concepções do urbanismo modernista pós-segunda guerra sobre a necessidade de fazer tábua rasa da cidade antiga para construir a cidade moderna. Essas teorias inspiraram a política de construção dos grandes conjuntos habitacionais que se espalharam pelo mundo a partir dos anos 1950, e que foram vistos como a solução para resolver a crise habitacional no Brasil<sup>627</sup>.

A ideia de remover moradores de favelas para conjuntos habitacionais recém-construídos é anterior ao Regime Militar no Brasil, mas é a partir de 1964 que essa política passa a ser oficialmente adotada ao nível federal com a criação do Banco Nacional de Habitação. Começa uma política sistemática de remoção das favelas situadas nas áreas centrais das cidades e o deslocamento das populações para conjuntos construídos em áreas desvalorizadas, nas periferias. Ao mesmo tempo, como foi demonstrado pela urbanista Cynthia de Souza Santos em seu trabalho, medidas governamentais facilitam a apropriação de áreas urbanas valorizadas pelo setor privado, alimentando a especulação fundiária e aprofundando a crise urbana. No caso de Belo Horizonte, segundo essa autora, entre 1967 e 1979, cerca de 2500 famílias são removidas para conjuntos habitacionais muito distantes do centro urbano, construídos com recursos do Banco Nacional de Habitação<sup>628</sup>.

Desta forma, ao mesmo tempo que a moradia social passa a ser construída numa escala quase que industrial, a moradia se torna, a partir da criação do BNH, um mercado muito lucrativo através de parcerias entre o Estado e o setor privado, prática que vem prevalecendo até hoje, como foi demonstrado pela Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP<sup>629</sup>.

Portanto, a realidade da questão habitacional ao longo dos anos 1960 continua problemática, e a crise urbana se aprofunda cada vez mais. A situação no início da Ditadura já era crítica: segundo o censo de 1965, cerca de 120 000 pessoas moravam em favelas em Belo Horizonte para uma população total de

---

626 Vídeo “Vida nova sem favela” Fotografia: Walmor Ribeiro e Paulo Brandão / Texto: Hilson C. Waehnelde / Montagem: Pery Santos / Laboratório: Lide Cinematográfica. Acervo: Cinema Nosso – RJ.

627 PERISSINOTTO BARON, Cristina Maria. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – IAPs, *TÓPOS*, v. 5, n. 2, p.102-127, 2011. p. 113

628 SANTOS, Cynthia de Souza. *A política habitacional para população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990*. 331 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Habitat.) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 2006. p. 50

629 ROLNIK, Raquel. “Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o prado”, entrevista realizada por Luiz Carlos Azenha para *Viomundo*. Publicada em 04/04/2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adotada-na-ditadura-militar-seguedo-o-padro-no-brasil.html> . Acesso em 11/05/2015.

800 000<sup>630</sup>. Ou seja, 15 por cento da população. Segundo uma outra fonte, por consequência da política salarial do Regime, cerca de 10 por cento da população de Minas Gerais teria se deslocado de sua cidade à procura de um trabalho somente no ano de 1968<sup>631</sup>. A intensificação das migrações do interior para a capital tem por resultado o crescimento das favelas, o surgimento de outras, alimentando cada vez mais anseios para movimentos políticos e reivindicatórios ligados à moradia ou à melhoria urbana.

### **Anos 1960: Lutar apesar da repressão**

Com a repressão inaugurada em 64, parte do movimento em Belo Horizonte se desmobiliza temporariamente, mas uma parte dele continua ativo de diversas formas, desenvolvendo suas próprias estratégias para evitar a repressão do regime.

Enquanto alguns grupos continuam a se reunir na clandestinidade<sup>632</sup>, muitos outros continuam a atuar, ou emergem neste momento, voltados mais pelas necessidades locais e sem tentar pressionar o poder público, como era o caso nos anos 1950. Uma parte desses movimentos se reorganiza graças ao apoio de membros da Igreja católica.

É o caso da Vila 31 de Março<sup>633</sup>, na Gameleira, onde diversos movimentos se organizam, na época, em prol das melhorias e da solidariedade local, com o apoio de alguns seminaristas tais como o Padre Piggi, um de nossos entrevistados e preciosa fonte oral sobre essa época. Ele lembra até hoje como, jovem seminarista, ele fugia do seminário assim que podia para ir à Vila 31 de Março, participar dos mutirões do movimento, das reuniões, ajudar a pensar como montar a cooperativa das lavadeiras do bairro etc. Como ele diz, nas suas próprias palavras, era um engajamento social onde eles queriam sobre tudo “colocar a mão na massa, mudar a realidade social que estava ali, na frente”<sup>634</sup>.

Em alguns bairros também, os movimentos de bairros acabavam entrando em contato com o movimento de luta armada da esquerda guerrilheira. Padre Piggi também se lembra ainda como no bairro Primeiro de Maio, onde ele morra até hoje, havia tanto movimentos clandestinos, compostos por moradores do bairro, estudantes, militantes, focados sobre a luta contra a ditadura e ligados com grupos de guerrilha, tanto movimentos focados especificamente sobre as lutas locais e as necessidades próprias ao bairro<sup>635</sup>.

---

630 Censo consultado em: OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte*, p. 26

631 “Os gerais contra os trabalhadores” Movimento de Unidade e Libertação Sindical (PC do B) – 1972. Texto publicado em: FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, p. 29

632 SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. p. 62

633 O nome da Vila 31 de Março não tem relação com a data do Golpe de 1964 mas foi dado em razão da proximidade da Vila com uma avenida batizada avenida 31 de março em razão da data que deu início à construção do conjunto vizinho Dom Cabral.

634 Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

635 Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

Essas diferenças, esse contraste entre as duas formas de movimentos distintos nos traz uma outra chave de possível leitura dos movimentos de bairros enquanto experiência cultural e política particular durante um Regime autoritário. Esta visão voltada antes de tudo pela mudança local é uma singularidade destes movimentos, empenhados em realizar em seus próprios territórios uma outra proposta social enquanto, como apontado por David Harvey, a maioria dos movimentos marxistas da época tinham dificuldade em enxergar uma possibilidade de transformação social que não necessitasse da conquista do Estado, seja pelas urnas ou pelas armas<sup>636</sup>.

### **Anos 1970: Desenvolvimentismo e novas lutas urbanas**

No início dos anos 1970 o período do Regime militar, vai corresponder com o auge do chamado “Ciclo Desenvolvimentista” no Brasil, o que vai ter uma série de consequências sobre a realidade urbana no país. Durante o governo Médici, em 1972, é lançado o Primeiro Plano de Desenvolvimento que prevê uma série de grandes obras estruturais para atender as demandas dos setores privados: hidrelétricas, vias rápidas nas cidades, rodovias etc. O sociólogo Celso Frederico se lembra como a euforia Desenvolvimentista se traduzia claramente na paisagem de uma cidade como São Paulo: o centro transformado em um gigantesco canteiro de obras, a construção do metrô, de viadutos e elevados, o alargamento de avenidas, a verticalização dos imóveis etc.<sup>637</sup> Efetivamente, esse período vai contribuir para remodelar radicalmente as estruturas urbanas das grandes cidades, segundo os interesses da indústria e do setor privado. Mas, como lembra Daniel Aarão Reis, muitos são os excluídos desse chamado “milagre econômico”<sup>638</sup>.

Essa situação vai ter consequências diretas sobre a moradia e o caso da Cidade Industrial de Contagem é um exemplo emblemático nesse aspecto. Esta última nasceu nos anos 1940, criada como um “polo industrial” que tinha como papel ajudar a relançar a economia mineira, que estava em declínio desde a crise de 1929. Enquanto a Cidade Industrial vai conhecer uma grande fase de crescimento, entre os anos 50 e 60, no fim dos anos 60 considera-se que a sua capacidade de expansão

---

636 HARVEY, David. *Capitalisme contre le droit à la ville*, Paris: Amsterdam, 2011, p. 85.

637 FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, p. 21.

638 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 90.

já está quase esgotada<sup>639</sup>. Porém é justamente neste momento de grandes investimentos e expansão industrial que as empresas e grandes indústrias instaladas na região vão procurar novos espaços para se expandir. De repente, ocupações em terrenos ociosos feitas nos anos 1950 e 60, principalmente por trabalhadores das fábricas vindos do interior, instalados perto do seu local de trabalho, vão passar a ser vistos como problemas a ser eliminados após esses terrenos terem sido subitamente valorizados pela sede de novos espaços a serem conquistados pela indústria.

Ao longo dos anos 1970, é realizada uma série de remoções na Cidade Industrial justificadas pela expansão das fábricas já existentes. Diversas remoções são também realizadas, no mesmo momento, para permitir a construção da Via Expressa, ao longo da avenida Tereza Cristina, que liga justamente a Cidade Industrial ao centro da cidade. Na maioria dos casos, os despejos são violentos e não existe proposta de realocação dos moradores em conjuntos habitacionais<sup>640</sup>.

Diante dessa violência, os moradores de aglomerados e dos bairros vizinhos vão se organizar cada vez mais para tentar impedir esses despejos ou ainda para construir laços de solidariedade e organizar mutirões para melhorar a situação das áreas mais precárias. A criação do *Jornal dos bairros*, em 1976, é o fruto dessa dinâmica e da articulação de diversas assembleias de moradores que beneficiam do apoio de alguns militantes de esquerda<sup>641</sup>. Esse jornal constitui, inclusive, uma fonte muito rica para acompanhar esse processo vivido pela Cidade Industrial nos anos 1970.

Este momento corresponde também à rearticulação dos movimentos de bairros que culmina em 1978, com a criação da Pastoral de Favelas e da União dos Trabalhadores da Periferia que reúne

---

639 GRANBEL - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. História de Contagem/MG. Disponível em: <http://granbel.com.br/index.php/municipios-metropolitanos/85-municipio-de-contagemmg-municipio-de-contagemmg/148-historia-de-contagemmg.html>. Acesso em: 18/04/ 2015.

640 “Prefeitura quer expulsar milhares de moradores” *Jornal dos Bairros*, n°17, 29 de maio a 11 de junho 1977. p. 6.

641 SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*, p. 49



representantes de diversos movimentos e associações de bairros.<sup>642</sup> As assembleias de moradores ou ainda o *Jornal dos Bairros*, enquanto espaços de discussão e de organização política, vão permitir que a pauta da luta por moradia passe a se articular com diversas outras demandas: a precariedade do transporte público, a falta de creches e escolas públicas, a falta de infraestruturas básicas de forma geral ou ainda questões ambientais, tal como a forte poluição causada pelas fábricas na Cidade Industrial. Em suma, aparece no seio dos movimentos um conceito expandido de luta por moradia, a moradia sendo então considerada não somente como quatro paredes e um teto, mas abrangendo uma definição ampla do direito à moradia que inclui a necessidade de infraestruturas, o desejo de se beneficiar de um quadro de vida sadio e digno onde morar, criar seus filhos etc. A luta por moradia vai evoluir para uma luta mais ampla pelo direito à cidade, que tem por problemática não somente: “Onde nós vamos morar?” mas: “Qual é a cidade que queremos?”.

### Conclusão

Nosso recorte cronológico termina justamente no princípio dos anos 1980, que corresponde ao fim da política federal de moradia popular instaurada pela Ditadura e com o início em Belo Horizonte, ao nosso ver, de um outro capítulo da história dos movimentos de luta por moradia com a criação de programas municipais que pretendem atender as demandas de uma parte dos movimentos.

Como tentamos demonstrar ao longo deste artigo, o Regime Militar inaugurou uma gestão da cidade, inspirada em parte pelas teorias urbanas modernistas, cujos principais objetivos são: erradicação das favelas e do urbanismo informal, industrialização da construção da moradia popular ao nível federal, reestruturação da malha urbana para atender as demandas dos setores privados e da indústria em detrimento das demandas sociais. Dentro dos efeitos causados por essas políticas, ressaltaríamos um aprofundamento da crise habitacional e da segregação urbana e social entre centro e periferia.

A violência social promovida por essa gestão poderia ser um dos motivos que incentiva a emergência de diversos movimentos nos bairros populares e nas favelas, organizados em torno de pautas ligadas à questão urbana em geral, indo do direito à moradia para a ideia mais ampla do direito à cidade. Segundo nossa hipótese, dentro de um contexto de forte repressão e de “derrota” da estratégia esquerdista guerrilheira, esses movimentos de bairros vão desenvolver uma outra gramática de organização política no

---

<sup>642</sup> Entrevista realizada com o Padre Piggi em 11/11/2014.

meio urbano, voltada para a transformação social ao nível local, que apontam uma perspectiva de mudança sócio-política que não passe necessariamente pela tomada ou pela mediação do Estado.

# Ação Democrática Mato-Grossense: prelúdios do golpe civil-militar de 1964 em Campo Grande (MT)

**Thaís Fleck Olegário**

Graduanda de História / Licenciatura  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
[fleckolegario@gmail.com](mailto:fleckolegario@gmail.com)

**RESUMO:** A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) foi uma organização civil, criada em abril de 1963, composta por latifundiários mato-grossenses. A Ação estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e o representava no plano regional. Esta pesquisa tem por objetivo, uma análise inicial da ADEMAT como instituição, destacando seu caráter de organização de classe, explorando sua formação, e o perfil dos seus integrantes, bem como, a abordagem do conteúdo ideológico anticomunista, pautado na doutrina de Segurança Nacional, divulgado pela Ação, nas publicações semanais de sua coluna no Jornal *O Matogrossense*, entre os anos de 1963 e 1964. Através do complexo: ação democrática e imprensa, a ADEMAT tornou-se a voz dos latifundiários e atuando sob a bandeira de defesa da democracia, conspirou para a derrubada do regime democrático. Em linhas gerais, este estudo trata da participação civil no golpe de 1964 no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil militar; Ação democrática; Imprensa.

## Introdução

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem sido objeto de debates acadêmicos<sup>643</sup>, pesquisas e de atividades institucionais que buscam esclarecimentos a respeito do terrorismo de estado e dos crimes de lesa-humanidade, ocorridos neste período. Apesar da extensa produção historiográfica sobre esta temática, a maioria dos trabalhos se restringe a análise da conjuntura nacional, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo, deixando-se de lado os demais estados.

No estado de Mato Grosso do Sul, em relação à produção sobre este período, devem ser destacadas as obras: *Dourados: memórias e representações de 1964* da autora Suzana Arakaki, e *Aquidauana: A Baioneta, a Toga e a Utopia, nos entremeios de uma pretensa revolução*, do autor Eudes Fernandes Leite.

Neste sentido, visando à realização de novos debates e abordagens inéditas, sobre a participação civil no golpe de 1964 no Brasil, esta pesquisa pretende abordar como se construíram e se institucionalizaram as ações ideológicas da elite campo-grandense, e sua contribuição para a desestabilização do governo de João Goulart, tendo como objeto a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A Ação foi uma organização civil, criada em abril de

---

<sup>643</sup>No ano de 2014, completaram-se cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Em atividades de (des)comemoração do golpe, foram realizados diversos encontros acadêmicos, visando a exposição de pesquisas sobre esta temática.

1963, composta por latifundiários do sul de Mato Grosso, vinculada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

A abordagem da ADEMAT será realizada, a partir dos questionamentos: quais eram seu objetivo e sua orientação ideológica; como se formou; quem eram seus integrantes; e quais foram os desdobramentos de sua criação.

### **Matrizes ideológicas da Ação Democrática Mato-Grossense**

A partir da segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria, houve a estruturação da doutrina de Segurança Nacional, formulada pelos Estados Unidos, a partir da doutrina Truman, em 1947<sup>644</sup>, a ideologia de Segurança Nacional consistia em um elaborado corpo teórico doutrinário, que fundamentava a necessidade de segurança interna das nações, frente à ameaça comunista.

A doutrina esteve presente na formulação ideológica, que levou ao estabelecimento de regimes autoritários, repressivos e de longa duração, no cone sul, a partir da década de 1960. Esses regimes ditatoriais foram favoráveis a uma nova e prolongada expansão econômica capitalista nos países latino-americanos<sup>645</sup>.

O comunismo era denominado pela doutrina de Segurança Nacional como “perigo vermelho”, visto como uma ameaça à democracia, que rondava as nações livres do ocidente. A fundamentação da doutrina fornecia a URSS um campo de influência e ação, superior a aquele que esta realmente possuía, como apontado por Hobsbawm:

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime.<sup>646</sup>

---

<sup>644</sup>COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. 2. ed. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 39.

<sup>645</sup>WASSERMAN, Cláudia. O império da Segurança Nacional: o golpe de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.p.27.

<sup>646</sup>HOBBSBAWM, Eric J. . *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.230.

Na América Latina, os teóricos da doutrina focavam a segurança interna frente à “ação indireta” do comunismo, possibilitando, desta maneira, a construção da ideia de um “inimigo interno”, eles estavam voltados ao:

Crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.<sup>647</sup>

A doutrina de Segurança Nacional forneceu o suporte teórico e ideológico aos grupos das elites civis brasileiras, que associados às elites estrangeiras, conspiraram para derrubada do governo de João Goulart em 1964. Em linhas gerais, são entendidos como integrantes da elite civil interna, os setores brasileiros do empresariado e industriais, associados às multinacionais e ao capital estrangeiro; os setores proprietários de grande porte rurais; e os tecnocratas urbanos<sup>648</sup>, que representavam os interesses das multinacionais. Incluem-se aqui membros de instituições como Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Em relação às elites civis externas são compreendidos os grupos, que dirigiam, ou que possuíam ligação direta ou indireta, com os complexos multinacionais presentes no Brasil. Além destes complexos, a *Atlantic Community Development* (ADELA), formada em 1962, e o *International Fiance Corporation* (IFC), fundado em 1956, como apontado por Dreifuss, “estariam à frente da campanha contra o governo de João Goulart, dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos”<sup>649</sup>, ambas as organizações atuariam em benefício das corporações multinacionais<sup>650</sup>. Também são considerados os grupos políticos multinacionais com interesses econômicos na América Latina.

A ligação entre os grupos civis interno-externos estava relacionada à cooperação entre eles em torno de um objetivo em comum, o desenvolvimento do sistema econômico vigente, com a redução de medidas políticas voltadas a sociedade e ampliação do poder político das elites.

**Neste sentido, Alves aponta que, a presença dos interesses estrangeiros nas propostas das elites locais, estava relacionada aos vínculos estruturais entre esses grupos, e a dependência entre eles levaria ao desenvolvimento de “classes**

---

<sup>647</sup>ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. 5. Ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes. 1989, p. 33.

<sup>648</sup>Formados em escolas técnicas, como o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras instituições, a partir da década de 1950.

<sup>649</sup>DREIFUSS, René Armand. *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes. Trad. Laboratório de Tradução da faculdade de Letras da UFMG. 1981, p. 62.

<sup>650</sup>Para maiores esclarecimentos ver: DREIFUSS. *1964 A conquista do Estado*, p. 49-70.

clientelísticas”<sup>651</sup>. Neste processo, as elites externas seriam responsáveis por criar ou favorecer a formação de elites locais, atenuando a ligação entre elas por meio de correlações entre padrões de vida, aspirações profissionais, entre outros aspectos que fomentavam uma ideia de objetivo em comum, em relação à economia e a política.

Durante a década de 1950, com o fortalecimento dos laços entre estes grupos empresariais multinacionais e associados, foram criadas novas associações de classe, que tinham por objetivo, agir em função dos interesses destes grupos, como apontado por Dreifuss:

As novas condições de desenvolvimento durante a década de cinquenta e o fato de os empresários multinacionais e associados haverem percebido seus interesses comuns na modernização do país, assim como a necessidade do estabelecimento de canais apropriados para sua crescente penetração, estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a procura de novas formas de organizações de interesses. A recém-descoberta solidariedade de interesses no interior do bloco econômico multinacional e associado expressou-se através de novas ou renovadas associações de classe que orientavam os empresários sobre assuntos referentes à produção e a administração.<sup>652</sup>

Posteriormente estas associações de classe, dariam origem a grupos de ação, de orientação teórica pautada na Doutrina de Segurança Nacional, destinados à divulgação e formação ideológica, tais como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Movimento Anticomunista (MAC), e a Gente da Juventude Democrática<sup>653</sup>. Todas essas instituições estavam ligadas intrinsecamente, inclusive compartilhando integrantes.

### **A criação da Ação Democrática Mato-Grossense**

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado no final da década de 1950, surgido como uma instituição de classe cuja finalidade era ampliar a influência do empresariado multinacional e associado, e ao mesmo tempo, servir como canal de militância política destes grupos. O IBAD atuou como uma instituição aglutinadora, agrupando, por exemplo, a ESG e o IPES, e estreitando os laços do empresariado/industrial, nacional e multinacional, com os militares, como exposto por Dreifuss: “Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com

---

<sup>651</sup> ALVES. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*, p. 20-21.

<sup>652</sup> DREIFUSS. *1964 A conquista do Estado*, p. 93.

<sup>653</sup> WASSERMAN. *O império da Segurança Nacional*, p. 32.

empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como mobilizar o público em geral”.<sup>654</sup>

Além disso, o IBAD deu origem a diversos grupos regionais de ação, que agindo como filiais, atuavam no mesmo sentido do instituto. As seções regionais faziam as divulgações na imprensa local, do conteúdo ideológico disseminado pelo complexo IPES/IBAD/ESG, adequado às pautas regionais. Estes grupos, também eram responsáveis pela orientação e organização das elites locais.

Em Campo Grande, no antigo estado de Mato Grosso, em abril de 1963, fora criada a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT). A ação representava o IBAD no estado de Mato Grosso, e era composta principalmente por latifundiários, do sul do estado.

A organização, como descrita por um de seus integrantes, foi criada para: “combater a ação comunizante do Presidente João Goulart, inclusive no campo da luta armada”<sup>655</sup>. Além do propósito de divulgação ideológica, a Ação, também era responsável por orientar as elites locais, e uni-las, em prol de um interesse de classe em comum.

Neste sentido, a criação da ADEMAT estava relacionada ao atendimento a uma demanda de classe, e não a um partido específico. Pode-se apontar, por exemplo, a variedade partidária dos membros iniciais da Ação, analisando a notícia sobre a da criação da ADEMAT, publicada no dia 09 de abril de 1963, no Jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, assinado pela Asapress:<sup>656</sup>

Fundação da Ação Democrática, CAMPO GRANDE, 9 (Asapress) – Concentram-se aqui elementos de todos os partidos, desta cidade, para os trabalhos de fundação da Ação Democrática Mato-Grossense. Destacaram-se entre os presentes, os Srs. Cícero Castro Farias, representante do PSP, Cláudio Fragelli (UDN), Alcindo de Figueiredo, Arnaldo Figueiredo (PSD), Assis Brasil Correia (PTB), Artur Dávila Filho (PTB), cujos partidos fizeram parte da mesa.

A diretoria foi assim constituída. Presidente, Assis Brasil Correia; Primeiro Vice-Presidente, Cláudio Fragelli; terceiro Vice-Presidente, Abel Freire de Aragão, Primeiro secretário, Adauto Ferreira; Segundo Secretário, Eduardo Nabuco; terceiro Secretário, Adolfo Andrade e quarto Secretário Agostinho

---

<sup>654</sup> DREIFUSS. 1964 *A conquista do Estado*, p. 102.

<sup>655</sup> MARTINS, Demóstenes. *A poeira da jornada*: memórias. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1980, p. 250.

<sup>656</sup> Agência de notícias, que distribuía matérias de jornais a jornais de todas as regiões do país.



Barcelá; Primeiro Tesoureiro Anísio de Barros, e Segundo Tesoureiro, Alcino de Figueiredo e Terceiro Tesoureiro, Antônio Cerra.<sup>657</sup>

A presença da ideologia de Segurança Nacional na formulação da posição política da ADEMAT pode ser evidenciada, através de da análise de dois pontos principais, em primeiro lugar, do posicionamento dos membros da ADEMAT em relação à situação política do país, e em segundo lugar, das publicações na imprensa local, destinadas a divulgação de seus posicionamentos e a atração de novos integrantes.

A partir de sua coluna no jornal *O Matogrossense*, a ADEMAT, passou a expressar sua visão anticomunista, na imprensa campo-grandense. O foco das publicações estava em relacionar o comunismo como antagônico a democracia, como um regime que representava a extinção da liberdade e dos direitos individuais, e que representava a violência e a ditadura.

A representação do comunismo, como, um perigo aos direitos democráticos estava ligada a ideologia de Segurança Nacional, e buscava criar um imaginário de oposição entre socialismo e democracia, como exposto por Padrós: “Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a idéia (sic.) de que socialismo e democracia eram incompatíveis”.<sup>658</sup>

No mesmo mês de sua criação, a ADEMAT, começou a publicar uma coluna no Jornal *O Matogrossense*. A coluna possuía publicações semanais, preferencialmente às segundas-feiras. Os artigos possuíam textos extensos, que se estendiam em duas páginas, normalmente iniciavam na primeira e terminavam na quarta página. As publicações da coluna eram assinadas em nome da ADEMAT, sendo poucas vezes, nominal a integrantes isolados. A coluna ficava localizada abaixo do cabeçalho do jornal, na primeira página, apresentada como manchete, o que demonstra sua importância dentro do periódico.

O Jornal *O Matogrossense* foi fundado em 26 de agosto de 1949<sup>659</sup>, em comemoração ao aniversário da cidade de Campo Grande, no antigo estado de Mato Grosso. O jornal pertencia a Gráfica Editora Matogrossense Ltda. e possuía edições matutinas, com uma circulação de aproximadamente três mil cópias diárias, com quatro páginas cada, em formato *standart*.

---

<sup>657</sup>ASAPRESS. Fundação da Ação Democrática. *A Noite*, Rio de Janeiro, 09 abr. de 1963.

<sup>658</sup>PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, César A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 46.

<sup>659</sup>JORNAL O MATOGROSSENSE. *Cabeçalho*. 16 de abril de 1963. Edição 3.449, Campo Grande, MT. p. 1.

A utilização do periódico pela ADEMAT visava atrair simpatias aos objetivos da Ação, bem como captar novos integrantes. A utilização do jornal como veículo para este fim é possível, a partir do entendimento de que os jornais podem vir a se tornar uma “arma de poder”, pois, o conteúdo veiculado, está relacionado aos interesses dos proprietários dos jornais, como exposto por Capelato:

Nos Estados liberais, a Constituição garante a todos a liberdade de expressar sua opinião e de obter informações. A imprensa é o veículo apropriado para esses fins. Todos são livres e iguais perante a lei, mas na prática uns são mais livres e mais iguais. Ocorre então que, neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos [...] Nesta situação onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal.<sup>660</sup>

Neste sentido serão abordadas as construções teóricas e políticas, expostas pela ADEMAT em sua coluna no Jornal *O Matogrossense*, estabelecendo relações com os padrões doutrinários da ideologia de Segurança Nacional, bem como, com a conjuntura política e econômica do período.

### **A construção do anticomunismo nas páginas de *O Matogrossense***

Dentre as publicações de conteúdo anticomunista, realizadas pela ADEMAT, a temática que recebia maior destaque era a Revolução Cubana, diversas edições sequenciais foram dedicadas exclusivamente à discussão da situação da ilha caribenha.<sup>661</sup>

A caracterização de Cuba, realizada pela Ação, ignorava todo o processo histórico da Revolução Cubana, e enfatizava que o caráter revolucionário do movimento estava relacionado ao comunismo. Desta forma, deixavam-se de lado, todas as lutas por independência pelas quais Cuba passou, desde 1868, bem como, todos os regimes ditatoriais oligárquicos, aos quais, fora submetida antes da Revolução. Além disso, omitia-se a dominação exercida pelos Estados Unidos, na era pré-revolucionária, sobre Cuba e negava-se a ampla participação popular na Revolução Cubana.

---

<sup>660</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na história do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 18.

<sup>661</sup>As publicações da coluna da ADEMAT de 13 de maio a 10 de junho de 1963 tiveram como conteúdo exclusivo reflexões a respeito da revolução cubana.

A situação política e econômica cubana é retratada pelo periódico, de uma forma distorcida, minimizando questões sociais e destacando a tirania do regime: “O regime comunista em Cuba fuzilou oficialmente 974 cubanos e vários milhares mais, sem julgamento e em segredo, ao mesmo em que mantém encarcerados mais de 80.000 presos políticos”.<sup>662</sup>

Porém, os dados trazidos pelo periódico, possuem alguns apontamentos tendenciosos e descontextualizados, como por exemplo, descrever os fuzilamentos em Cuba como práticas arbitrárias e em segredo, quando estes, haviam sido determinados em uma espécie de justiça popular, por meio de julgamento público, no qual, a pena de morte somente era aplicada em casos de acusados diretamente envolvidos em assassinatos e massacres contra o povo, Como exposto por Emir Sader:

Em vários lugares o povo prendeu muitos deles, e a ira popular chegou inclusive a fazer justiça com as próprias mãos contra membros mais conhecidos como disseminadores do terror em centenas de famílias cubanas. Para evitar que isso se propagasse, o governo instituiu tribunais de justiça com participação direta do povo, para o reconhecimento dos acusados e para a prática dum tipo de justiça popular. [...] A pena de morte – o famoso paredón – recaiu sobre cerca de quatrocentas pessoas, diretamente envolvidas em assassinatos e massacres contra o povo.<sup>663</sup>

As publicações da ADEMAT, de abril a novembro de 1963, visavam: divulgar visões anticomunistas; exaltar o capitalismo como solução para qualquer problema de ordem social; e, demonstrar seu caráter de classe, expondo seu posicionamento contrário a Reforma Agrária proposta pelo governo Goulart.

### **A Reforma Agrária e os latifundiários do sul de Mato Grosso**

Após a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e da aprovação, do Estatuto do Trabalhador Rural, era necessária a aprovação, da desapropriação de terras, para institucionalizar a reforma agrária. Porém, a desapropriação esbarrava no texto do artigo constitucional da garantia do direito a propriedade<sup>664</sup>, que previa indenização diante de desapropriação por parte do governo. Sem condições viáveis, para indenizar as desapropriações, nos valores exigidos pelos proprietários, e diante da necessidade de votação e aprovação, via

---

<sup>662</sup>MATOGROSSENSE, Ação Democrática. Eis o Fidelismo que a UNE, Brizoletas e ‘Nacionalistas’ querem para o Brasil. *O Matogrossense*, Campo Grande, 13 mai. 1963. Edição 3.471, p. 1.

<sup>663</sup>SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985, p. 42-43.

<sup>664</sup>Para maiores esclarecimentos ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964 O Golpe que derrubou um presidente*, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014, p. 161-175.

Congresso, Goulart propôs três alternativas para indenizações, que consistiam: no valor declarado em imposto de renda ou imposto territorial dos imóveis, ou por avaliação judicial<sup>665</sup>.

A proposta de reforma agrária de Goulart sofria rejeição, principalmente, por parte das elites da sociedade civil. Neste ponto, destaca-se, por exemplo, o posicionamento da ADEMAT, que em 20 de julho de 1963, realizou uma palestra, na noite de gala oferecida aos participantes da XXV Exposição Agropecuária e Feira de mostras de Mato Grosso, destacando qual era o tipo de reforma agrária pretendida pela Ação. Em exposição o Deputado Federal Armando Falcão, propôs:

A reforma agrária que os brasileiros querem é a reforma agrária cristã, é a reforma agrária democrática, é a reforma agrária da Igreja Católica, e não a reforma agrária do Dr. Leonel Brizzola, e muito menos a reforma agrária do cunhado do Dr. Leonel Brizzola.<sup>666</sup>

O discurso foi transmitido via rádio, sendo posteriormente transcrito pela revista *Brasil Oeste*. Nota-se a proposição de uma reforma agrária “cristã” e “democrática”, em contraposição ao projeto de Goulart. Em outro trecho da publicação, podemos notar o papel da ADEMAT, como divulgadora dos propósitos de seus membros:

[...] Ressaltou, outrossim, que o próprio Governo intenta impor uma reforma agrária que não corresponde a realidade nacional, nem consubstancia os mais sentidos anseios do homem do campo. Intenta-se promover uma distribuição de terras, que virá favorecer os apaniguados do Governo, em detrimento dos homens que realmente se devotam as lides agropastoris. [...] os mentores do Governo procuram agradar aos comuno-nacionalistas, propiciando-lhes o pasto para uma demagogia desenfreada, até mesmo violenta, que poderá arrastar o país para a desordem e o caos. A terra, simplesmente, de nada valerá se seu proprietário não dispuser dos meios para lavrá-la e torna-la produtiva. Ademais, é extensa e até mesmo desconhecida em seu verdadeiro tamanho, a área de terras devolutas existentes no Brasil. É desaconselhável, portanto, que se intente desorganizar o que já está organizado – embora em termos rotineiros – com a mera intenção de satisfazer a uma pregação dos esquerdistas, sem nenhuma base na realidade brasileira. Na verdade, sublinhou o Deputado Armando Falcão, o que se verifica no país é que uma minoria atuante, de tendência marcante comunista, está liderando as reformas de base – inclusive a reforma agrária – e tenciona impor soluções “revolucionárias”, ditadas pela demagogia desenfreada, que não equacionam com os verdadeiros rumos do progresso de nossa Pátria. Nosso esforço, e conosco da Ação Democrática Mato-Grossense, é justamente esclarecer o povo, para que ele não se iluda com as pregações demagógicas, não impressione com as promessas ilusórias, com os sonhos de um paraíso que jamais será atingido. Devemos orientar-nos pelo bom-senso, pela voz da Igreja Católica, pelo ensinamento dos nossos homens democratas, porque estes, sim, conhecem o assunto, conhecem a realidade nacional, conhecem as necessidades do homem do campo e objetivam dar ao

<sup>665</sup>FERREIRA. 1964 *O Golpe que derrubou um presidente*, p. 163-164.

<sup>666</sup>CAMARGO, Francisco. Ação Democrática Matogrossense. *Brasil Oeste*. São Paulo, n. 83, jul. 1963, p. 41.

homem do campo um estatuto legal capaz de garantir-lhe uma atividade pacífica e produtiva e uma prosperidade racional e perene.<sup>667</sup>

A maior parte dos membros da ADEMAT eram latifundiários do sul do antigo estado de Mato Grosso, e a reforma agrária, representava de longe, o tema de maior intocabilidade para eles. Na palestra citada, A ADEMAT é destacada como instrumento destinado a “esclarecer” o povo, a respeito dos “objetivos comunistas” por trás das reformas de base de Goulart.

Na realidade construída pela ADEMAT era necessário destacar que a Reforma Agrária apenas afetaria o “produtor de pequeno e médio porte”, mesmo que tal reforma, constituísse uma ameaça real aos latifundiários. Utilizando uma linguagem com fins educativos, a ADEMAT conseguia, ao longo de suas publicações, estabelecer um imaginário social profundamente anticomunista, e, além disso, reacionário a qualquer mudança.

### Considerações finais

Buscou-se realizar uma abordagem inicial sobre a Ação Democrática Mato-Grossense, ressaltando, as ligações de seu posicionamento anticomunista, com as matrizes ideológicas internacionais, bem como, o papel desta instituição na desestabilização do governo Goulart, que culminou no golpe civil-militar de 1964.

A ADEMAT apresentava-se como uma verdadeira instituição de classe, que, unia interesses de diversos grupos da elite campo-grandense, e, direcionava-os, em prol do anticomunismo. Em 1963 a Ação atuava na divulgação ideológica, por meio de publicações no jornal *O Matogrossense*.

Após o golpe de 1964, a ADEMAT tornou-se o principal grupo de repressão paramilitar em Campo Grande. O terrorismo de estado praticado pelos integrantes da Ação, durante a ditadura civil-militar, ainda não foi amplamente investigado, e pesquisas a este respeito são indispensáveis a tal investigação. A memória sobre este período fora forçadamente apagada, mas ainda ressurgue nebulosamente através de vestígios.

---

<sup>667</sup>CAMARGO. *Ação Democrática Matogrossense*, p. 42.

## **ST 20: Cultura Intelectual Brasileira**

**Valdeci da Silva Cunha**

Doutorando (UFMG) /valdeci.cunha@gmail.com

**Tiago Lenine**

Doutorando (UFMG)

**Raul Lanari**

Doutorando (UFMG)

# Cultura pontagrossense nos Cine-Teatros

**Beatriz Küller Negri**

Pós-Graduanda em Saúde para Professores  
UFPR

[bia\\_kuller@hotmail.com](mailto:bia_kuller@hotmail.com)

**RESUMO:** Os Cine-Teatros desde seu início vem sendo uma das melhores formas de lazer, trazendo na sua diversidade a diversão de todas as idades, exibiam filmes abrilhantados ao som de pianos e orquestras, peças teatrais e musicais. Em Ponta Grossa, no ano de 1906 surge a primeira casa cinematográfica Cine Recreio, para enriquecer a sessão do cinema mudo, Manoel Cirilo Ferreira fazia o acompanhamento musical. Posteriormente em 1911, era a vez de o Teatro Renascença abrir suas portas. Desde sua abertura até o ano em que ele fechou suas portas em 1964, foi um dos mais procurados Cine-Teatros de Ponta Grossa. Ele trazia para abrilhantar as sessões Jorge Holzmann e a Banda Lyra dos Campos. Mesmo quando em 1950 inaugura o Cine Ópera que vem para ser o grande inovador, o “Rena” continua sendo um dos preferidos, principalmente nas matines de domingo, além de ter sido o primeiro cinema no Paraná a exibir em 1931 filmes com áudio. Os cinemas vão surgindo e se ampliando a partir das necessidades da população. Durante a década de 60, Ponta Grossa vivia em um momento econômico favorável, sendo uma cidade do interior do Paraná bem desenvolvida, terra de entroncamentos rodoferroviário, e grande produtora de soja. Para atender a demanda cultural das pessoas que vinham para a “Princesa dos Campos” em busca de melhores trabalhos e condição de vida, Ponta Grossa contava com cinco cinemas: Caribe, Pax, Inajá, Ópera e Império. O cinema era muito mais do que somente o filme, o espetáculo ou o espaço, era o convívio da sociedade, e se estendia muito além do fim da sessão. As matines do “Rena” se iniciavam na Rua XV de Novembro com o passear das moças e os grupinhos de rapazes, aos poucos todos se reuniam para a sessão, e após o término os adultos se reuniam para conversar e os jovens para as paqueras. Com o fechamento do Cine Inajá em 2001, e a abertura das salas de cinema no Cinesystem Shopping Total em 2000, Ponta Grossa perde um dos melhores espaços culturais da cidade, o shopping limitou muito seu público, as famílias que tinham como lazer ir ao cinema agora necessitam de novas maneiras de lazer, que as salas de cinema modernas não supriram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cine-Teatros; cultura; história; Ponta Grossa.

Os Cine-Teatros desempenhavam a principal forma de lazer nas cidades interioranas no início do século XX, suas salas fixas ou improvisadas promoviam a socialização da comunidade. As peças de teatro, ópera, orquestra e cinematográfica atraíam no princípio somente a população rica, porém ao passar do tempo passou a atrair também a população de classe média. Os Cine-Teatros exibiam atrações para toda a família: filmes ao som de pianos e orquestras, peças teatrais e musicais.

As apresentações cinematográficas foram conhecidas como cinema mudo, isso porque a tecnologia de adaptação da gravação de sons e imagens ainda não havia se desenvolvido, as expressões no rosto dos personagens, posição das mãos e em poucos casos legendas auxiliavam



os expectadores a compreender a trama do filme. Alguns sons passaram a ser produzido aos poucos no local de exibição do filme, recursos como orquestras e pianistas também eram utilizados como trilha sonora para o cinema mudo.

Com a expansão no Brasil das estradas de ferro, muitos trabalhadores migravam para cidades interioranas em busca de trabalho e melhores condições de vida. Devido à chegada desses migrantes e de imigrantes as cidades precisaram se adequar a nova população, e um meio de garantir lazer a esses novos moradores foi à abertura de Cine-Teatro, que contavam com entretenimentos semanais ou mensais e que atraíam toda a cidade. Além de lazer os Cine-Teatros foram locais propícios para relações sociais, relações comerciais e construção de amizades.

Silva Junior (2008, p.14)<sup>668</sup>, nos lembra que:

Os cinemas fizeram parte da formação da identidade da cidade, pois durante muitos anos foram a principal forma de entretenimento e diversão, reunindo, muitas vezes, num único final de semana, milhares de pessoas para assistirem a um determinado filme.

A partir da declaração de Silva Junior (2008) compreendemos que os cinemas foram muito mais do que o próprio lazer, sendo de grande importância para a formação de identidade da população, sendo possível constatar que algumas cidades de interior, como é o caso da cidade de Ponta Grossa, vem a receber o cinema com áudio antes que a capital do estado à cidade de Curitiba.

A cidade de Ponta Grossa localizada no interior do estado do Paraná surgiu a partir do caminho das tropas de Viamão- RS à Sorocaba- SP, em 1823 foi elevada a freguesia passando a receber novos moradores. Porém foi somente com a chegada da estrada de ferro Ponta Grossa – Curitiba em 1894 e dois anos depois com a chegada da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, é que Ponta Grossa começa efetivamente a receber diversos imigrantes e migrantes, que são atraídos para a cidade pelas ofertas de emprego na ferrovia.

Juntamente com a estrada de ferro e a vinda em massa de trabalhadores para a cidade aparece também a modernidade, a abertura do hospital 26 de Outubro que atendia os operários ferroviários, e a abertura dos primeiros Cine-Teatros da cidade.

Em 1906, surge a primeira casa cinematográfica de Ponta Grossa: Cine Recreio instalado primeiramente na Rua 7 de Setembro, ao lado do Hotel Canto (atual Hotel Planalto), e em 1908

---

<sup>668</sup> SILVA JUNIOR, Nelson. *O fechamento dos cinemas em Ponta Grossa: particularidades de um processo histórico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008, p. 14.

mudou para a Rua XV de Novembro (atual Rádio Difusora). Para enriquecer a sessão, Manoel Cirilo Ferreira fazia o acompanhamento musical.

O Teatro Renascença abria suas portas em 1911, situado na esquina das Ruas XV de Novembro com a Sete de Setembro. Desde sua abertura até o ano que fechou em 1964, foi um dos mais procurados Cine-Teatros de Ponta Grossa, ainda que o Cine Recreio e o Teatro Sant'Ana, também exibissem filmes. Ele trazia para abrilhantar as sessões Jorge Holzmann e a Banda Lyra dos Campos. Mesmo quando em 1950, inaugura o Cine Ópera que deveria ser o “grande inovador”, o “Rena” continua tendo a preferência, principalmente nas matinês de domingo, além de ser o primeiro cinema no Paraná a exibir filmes com áudio em 1931.

O Cine Império abre as portas em 1939, estando localizado na Praça Barão do Rio Branco, se tornou o “queridinho” dos alunos do Colégio Regente Feijó pela sua proximidade, esse possuía sessões semanais com diversas promoções e distribuição de brindes como gibis e guloseimas. Suas promoções contavam com o desagrado da direção e professores do colégio que não conseguiam conter os alunos na sala de aula, esses perdiam aula para assistir as matinês.

O Cine-Teatro Pax ou Teatro Municipal Álvaro Augusto Cunha Rocha, foi construído por iniciativa de Frei Elias, Ordem Terceira dos Franciscanos, e as famílias de ferroviários que residiam na Vila Ferroviária. Tendo sido abandonado por vários anos, em 2008 foi doado a UEPG, que após restaura-lo utiliza para eventos da instituição.

Os cinemas sempre se ampliam a partir das necessidades da população. Em 1960, Ponta Grossa vivia em um momento econômico favorável, sendo terra de entroncamento rodoviário e grande produtora de soja, busca atender a demanda cultural das pessoas que vinham em busca de melhores trabalhos e condição de vida, contava então com cinco cinemas: Caribe, Pax, Inajá, Ópera e Império.

A rua XV de Novembro foi construída com as calçadas alargadas e bancos de praça em toda a sua extensão para oferecer melhor conforto as pessoas que se dirigiam ai para assistir as sessões de cinema.

O cinema era muito mais do que somente o filme, o espetáculo ou o espaço, era o convívio da sociedade, e se estendia muito além do fim. As matines do “Rena” se iniciavam na Rua XV de Novembro com o passear das moças e os grupinhos de rapazes, aos poucos todos se reuniam para a sessão, e após o término os adultos se reuniam para conversar, trocar experiências, os jovens para as paqueras, para fazer amigos.

Com o fechamento do último Cine-Teatro o Cine Inajá em 2001 e a abertura das salas de cinema nos Shoppings, Ponta Grossa passa a ter um novo espaço cultural, que possui a necessidade de abranger um público mais diversificado.

A modernidade expressa na abertura dessas novas salas de cinema é inegável, a chegada do 3D conquistou muitos jovens, porém a população que frequentava as salas de cinema nos Cine-Teatros perdeu seu momento lugar de lazer, onde durante anos construíram sua identidade e a de sua família, hoje alguns não gostam de frequentar os shoppings, outros não tem condições financeiras para ir aos novos cinemas.

Pensando nisso o Cine Ópera nos últimos dez anos promove projetos como Cine Arte e Tela Alternativa, projetos que resgatam filmes antigos e novos exibidos gratuitamente, trazendo debates ao final das seções onde participam pessoas de todas as idades compartilhando experiências e histórias de vida.

Concluimos que o cinema e os Cine-Teatros continuam atraindo o público e formando a identidade das pessoas que frequentam as suas salas.

# “Le théâtre brésilien”: (auto)representações do teatro brasileiro

Henrique Brener Vertchenko

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais

[henriquevertchenko@yahoo.com.br](mailto:henriquevertchenko@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é a análise de algumas representações do teatro brasileiro no exterior, sobretudo na França, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de escritos de agentes do meio teatral. O período é crucial pelo que historiograficamente ficou conhecido como a “modernização” do nosso teatro e pela conformação de políticas culturais oficiais para o setor no governo Vargas, principalmente com a criação do *Serviço Nacional de Teatro* em 1937, assim como a maior integração de associações de classe teatrais. Para tanto, tratarei de três fontes-objetos: o relatório intitulado “Le Théâtre Brésilien” apresentado no *Xme. Congrès International de Théâtre à Paris* em 1937, pelo delegado oficial do Brasil Raul Pedroza; correspondências endereçadas a Paschoal Carlos Magno - agitador cultural e teatrólogo, fundador do Teatro do Estudante do Brasil em 1938 - no sentido de divulgação do teatro nacional; e cartas trocadas entre o crítico teatral Brício de Abreu e figuras como Luiz Iglésias, em temporada teatral na Europa, o encenador Louis Jouvet, presidente da *Société d’Histoire Du Théâtre* e Léon Chancerel, presidente do *Centre Dramatique de Paris*. Esses fragmentos de diálogos dispersos entre intelectuais ligados ao campo artístico podem revelar aspectos da construção de uma identidade do teatro nacional, por meio da exposição e difusão de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de idéias, panoramas nacionais, associações, textos teatrais e traduções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teatro brasileiro; X Congresso Internacional de Teatro; Paschoal Carlos Magno; Brício de Abreu.

## Esteios da modernização teatral no Brasil

O estudo que aborda a história do teatro brasileiro no século XX esbarra, invariavelmente, no tema de sua modernização, o que é pauta direta ou indireta nos discursos dos agentes da atividade teatral ou do Estado, nos dilemas da prática em si e na conformação de uma historiografia. Nessa perspectiva, há, no imaginário nacional, um acontecimento fundador para a modernização de nossas artes cênicas: o espetáculo *Vestido de Noiva*, escrito por Nelson Rodrigues e dirigido pelo polonês Zbigniew Ziembinski, estreado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro na noite de 28 de dezembro de 1943 pelo grupo amador

Os *Comediantes*<sup>669</sup>. No entanto, apesar de configurado como marco cronológico a definir uma ruptura no teatro brasileiro, não foi unanimidade no período, pelo contrário, foi motor de amplos debates e lutas pela recepção da obra que envolveram as associações teatrais, o *Serviço Nacional de Teatro*, companhias profissionais e amadoras, críticos e literatos.

Esses sujeitos se constituíram em meio a batalhas simbólicas que colocavam em jogo projetos de teatro para a nação - muitos advindos de uma tradição crítica modernista -, assim como o papel do Estado na gerência desses projetos. Obviamente, se tratam de projetos teatrais que estão envolvidos em projetos estéticos, literários e políticos, muitos deles se pautando nos dilemas da formação e consolidação da imagem do Brasil como um país produtor de um teatro moderno. A consolidação dessa imagem foi um longo processo constituído por práticas e discursos que se deram durante quase toda a segunda metade do século XX. Entretanto, as décadas de 1930 e 1940 se apresentam como cruciais dentro desse processo uma vez que se acirram os embates, e se delineiam valorizações e canonizações que influenciaram as formas de representação do teatro na história e na memória coletiva.

Desde a segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, o cenário da cultura teatral no Rio de Janeiro era marcado pela grande força dos gêneros denominados “ligeiros”, característicos de uma expansão de indústrias de diversão de massa para um mercado crescente: as revistas de ano, o teatro de revista, as comédias de costumes, operetas, burletas e chanchadas. É em oposição a esses gêneros que se ergue grande parte dos discursos em prol de uma renovação, apesar de notório o sucesso de público, principalmente entre camadas médias e baixas da população. Até os anos 1940, a grande tônica dos críticos teatrais que se pretendiam mais questionadores era o descompasso entre grande parte da produção teatral brasileira e o que dela exigiam certos intelectuais, baseados no exemplo europeu. Apontavam o “atraso” do nosso teatro, opondo, muitas vezes, o que chamavam de “teatro para rir” ao “teatro sério”. Constituiu-se assim um duplo movimento que se caracterizou, por um lado, em apontar o “atraso” do teatro brasileiro, e, por outro, em um discurso que poderia até mesmo ser chamado de uma militância que tentava impulsionar um percurso moderno, influenciado pelas tendências européias.

Um questionamento válido gira em torno de quais seriam as bases dessa propalada renovação, ou de um teatro moderno, inicialmente europeu, e em seguida, especificamente brasileiro. Em outras palavras, quais são os princípios que norteiam a conformação de um teatro moderno? Em primeiro lugar, o que está no cerne da ideia de “teatro moderno” seria o princípio da encenação, ou da *mise-en-scène*. Segundo Patrice Pavis, em seu *Dicionário de Teatro*, “A noção de encenação é recente; ela data apenas da segunda metade do século XIX e o emprego da palavra remonta a 1820”.<sup>670</sup> Por volta de 1880 na França, com André Antoine e o *Théâtre Libre*, emerge potencialmente a ideia de encenação, tida como um ato de reflexão que leva a uma consciência da unidade da representação. Opera-se uma mudança da execução cênica para a criação teatral, agregando diversos agentes na conformação de uma única obra. Outros

---

<sup>669</sup> O espetáculo ainda seria reapresentado em, ao menos, 1944, 1945, 1946 e 1947, com alterações no elenco.

<sup>670</sup> PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 122.

aspectos estão envolvidos nessa mudança da forma de se encarar a arte dramática, tais como inovações técnicas e dramatúrgicas que interferem nos modos de atuação, no espaço cênico, na relação com a platéia, nas temáticas e narrativas<sup>671</sup>. Os debates acerca da encenação moderna e de seu caráter coletivo são questão fundamental para as estéticas teatrais ao longo dos séculos XIX e XX, apresentando temas como a autonomia da arte teatral, a crise do texto e o olhar interpretativo do encenador, que passa a ocupar posição capital.

### **Teatro, Estado e associações**

Considerando o período aqui proposto, se impõe a força do Estado varguista nos rumos tomados pela modernização, no empreendimento de burocratização da cultura por meio de um projeto político-cultural, na construção de um sentido de nacionalidade, e na participação de intelectuais no direcionamento desses caminhos. O teatro também se tornaria alvo desses anseios oficiais, cabendo, portanto, uma definição do que deveria ser o teatro brasileiro e qual a sua função, o que não se daria sem conflitos. O debate sobre os rumos e a modernização do teatro no Brasil se acirra com a atuação de intelectuais, muitos egressos das fileiras modernistas, vinculados ou não ao *Ministério da Educação e Saúde* (MES), assim como de membros das organizações profissionais. Entre elas podemos incluir, principalmente, a *Casa dos Artistas* (fundada em 1918), a *Sociedade Brasileira de Autores Teatrais* (SBAT, fundada em 1917) e a *Associação Brasileira de Críticos Teatrais* (ABCT, criada em 1938), que irão se empenhar na construção de políticas para o desenvolvimento do teatro e para a proteção das classes.

A criação do *Serviço Nacional do Teatro* (SNT)<sup>672</sup>, em 1937, coloca o poder público como mais uma força atuante nesses debates e, mais do que isso, como receptáculo significativo dos anseios do setor. Como bem nos lembra Cristophe Charle<sup>673</sup>, vários teatros têm relação privilegiada com as instâncias de poder, o que resvala em pelo menos duas consequências: a redução de risco financeiro e a orientação da programação. Considerando que a cultura foi área estratégica do Estado no governo Vargas, a construção de um teatro brasileiro moderno não se deu sem legitimações discursivas por parte de intelectuais e práticas de apoio e subvenção exercidas pelo MES, mais especificamente pelo SNT. Como outros órgãos criados no período, este se empenhou na construção de uma cultura nacional e de uma imagem da nação que se criava, exercendo certo controle sobre o campo teatral, demonstrando caráter centralizador, e, de certa forma, clientelista, principalmente em um primeiro momento quando suas políticas ainda não são tão claras. As subvenções concedidas, por vezes obedecendo a editais e por vezes levando em consideração laços de amizade, levariam a uma série de polêmicas no setor, que se lançou em um debate envolvendo “profissionais” e “intelectuais”, os primeiros defendendo o caráter comercial, a autonomia, o mercado, o gosto do público, e acusando os segundos de defensores da produção tutelada pelo Estado Novo. O

---

<sup>671</sup> São inúmeros os representantes e as formas sob as quais se desenvolverá o chamado “teatro moderno”. Podemos citar, inicialmente, os trabalhos de Ibsen, Strindberg, Chekhov, Brecht.

<sup>672</sup> Sobre o SNT, assim como sobre as organizações de classe teatrais, é fundamental o trabalho de CAMARGO, Angélica R. *A política dos palcos: teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>673</sup> CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

grupo de *Vestido de Noiva* foi amplamente inserido nesses embates, que muitas vezes eram apresentados como uma oposição entre artistas “amadores” e “profissionais”.

O grupo *Os Comediantes* nasceu dentro das atividades desenvolvidas pela *Associação de Artistas Brasileiros* (AAB) e como seu “braço” teatral. A AAB, criada em 1929, se organizava principalmente em torno das artes plásticas, mas também promovia concertos musicais, concursos, conferências literárias e cursos. No seu anuário de 1936 pode-se ler que a associação “[...] representa ao mesmo tempo um club em que se reúnem, em convívio freqüente, numerosos artistas, professores, intelectuaes em geral e amigos das artes, aí incluídas figuras de grande projeção social [...]”<sup>674</sup>. Reunia nomes como Celso Kelly, C. Portinari, Oswaldo Goeldi, Oduvaldo Vianna, Andrade Muricy, Raul Pederneiras, Tarsila do Amaral, Raul Pedrosa, Laura Alvim e Santa Rosa. Segundo relato de Gustavo Dória, “A sede da Associação ficava estrategicamente localizada no antigo Palace Hotel, na Avenida Rio Branco esquina da Almirante Barroso [...]. E o Palace Hotel era um lugar de encontro das elites do Rio.”<sup>675</sup> Apesar da presença de artistas de variadas vertentes estilísticas, havia um apelo comum de fusão deles em uma ação cultural orgânica que se empenhasse em uma renovação cultural e artística da cidade, opondo-se, principalmente, ao tradicionalismo da *Escola Nacional de Belas Artes*. A subvenção concedida pelo SNT, por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, a *Os Comediantes* para temporada que incluía a montagem de *Vestido de Noiva*, assim como as manifestações críticas fortemente favoráveis ao empreendimento, representaram ponto de acirramento nas tensões entre aqueles que defendiam diferentes projetos de teatro.

### **(Auto)representações: imagens em debates epistolares e divulgação**

É sintomático que o grupo tenha adotado a sugestão do diretor francês Louis Jouvet, quando da excursão de sua companhia ao Brasil no início dos anos 1940<sup>676</sup>. O termo *mise-en-scène* era, até então, quase desconhecido por aqui. A temporada pela América do Sul, iniciada em 1941 e prolongada em quase quatro anos devido ao bloqueio do Atlântico, fez com que o diretor travasse contato com *Os Comediantes* a quem teria sugerido a montagem de um autor nacional, perspectiva também endossada por Ziembinski. Segundo Gustavo Dória, membro dos *Comediantes*, Jouvet gostava de receber atores amadores em seu apartamento no Rio de Janeiro, onde morou por sete meses. Depois de uma dessas visitas, o grupo teria chegado com

[...] a verdade estupefaciente: qualquer iniciativa que pretendesse fixar no Brasil um teatro de qualidade, um teatro que atingisse verdadeiramente a uma platéia, não estaria realmente realizando nada enquanto não prestigiasse e incrementasse a literatura nacional! Não havia autores brasileiros, no momento? Estimulásemos os possíveis para que escrevessem alguma coisa, porque numa terra de tamanha luminosidade, onde a natureza era tão pródiga debaixo de um céu tão acirradamente azul, onde o povo possuía uma exuberância própria, que se traduzia principalmente através de uma festa de carnaval, verdadeiramente fascinante, o teatro brotava de todos os cantos, em todas as ruas. Molière ou

<sup>674</sup> *Anuário AAB*. Rio de Janeiro, 1936. p. 5.

<sup>675</sup> DÓRIA, Gustavo. *Os Comediantes*. *Dionysos*, Órgão oficial do SNT, N° 22, 1975, p. 5-30. p. 5.

<sup>676</sup> Jouvet já havia se apresentado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em 1939 e retorna ao Brasil em 1941.



Shakespeare seriam experiências futuras. O ponto de partida era o autor brasileiro.<sup>677</sup>

Além de denotar a força das literaturas nacionais nos processos afirmativos nos campos das artes, essa concepção representa a penetração na formação de nosso teatro moderno de uma tradição francesa, representada principalmente pelos preceitos de Jacques Copeau e Louis Jouvet, que conferem soberania ao autor a partir de uma valorização do texto e da crença na força da palavra, cabendo ao diretor dar vida a ele e garantir a unidade da encenação. A tournée de Jouvet havia sido patrocinada pelo governo de Vichy, fato silenciado pelo empresário judeu Marcel Karsenty e pelo próprio Jouvet, que transformaram as temporadas em símbolos da resistência a anunciar a persistência e vitalidade da cultura francesa clássica por meio da representação de autores como Molière, La Fontaine, Musset, Paul Claudel e Giraudoux<sup>678</sup>.

Essas condições da temporada de Jouvet, onde imaginários sobre teatro e cultura nacional se associam e até mesmo se fundem, podem ser porta de entrada para a abordagem de três grupos de fontes que revelam aspectos de representações do teatro brasileiro no exterior por meio de escritos de agentes do meio teatral. Em primeiro lugar, destaco correspondências endereçadas a dois sujeitos fortemente atuantes no período: Paschoal Carlos Magno e Brício de Abreu. O primeiro, crítico, agitador cultural e teatrólogo, fundador do *Teatro do Estudante do Brasil* (TEB) em 1938, sócio da ABCT, diplomata entre o ano de 1933 e meados da década de 1940 principalmente na Inglaterra, trocou correspondências com a *Associação Brasileira de Críticos Teatrais*, com jornalistas e outros críticos, como Daniel da Silva Rocha e Guilherme Figueiredo, e com artistas, como Jayme Costa, Henriette Morineau, Bibi Ferreira e Renato Vianna. O segundo, Brício de Abreu, crítico teatral, fundador das revistas *Dom Casmurro* e *Comoedia*, membro da ABCT, tendo migrado posteriormente para o *Círculo Independente de Críticos Teatrais* (CICT), próximo das instituições e cultura francesas, na realidade, francófilo convicto, teve como alguns de seus missivistas o diretor teatral e empresário Luiz Iglésias, o encenador Louis Jouvet, presidente da *Société d'Histoire Du Théâtre*, Léon Chancerel, presidente do *Centre Dramatique de Paris*, e o escritor Julien Benda.

A ambivalente categoria “crítica”, exercida por ambos, pode ser apreendida, nessas cartas, como um macro espaço de sociabilidade que extravasa as páginas dos jornais. Apesar de se tratarem de fragmentos esparsos e de narrativas parciais, essas correspondências podem significar recortes privados de temas públicos relacionados à construção de uma identidade para o teatro nacional, por meio da apresentação de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de idéias teatrais, estéticas e políticas. Há nelas a recorrência de temas ligados à disputa pelo discurso do fazer teatral, que se traduz na concorrência, na busca por modelos e na definição de sentidos e valores em uma batalha que envolve o delineamento de projetos para o teatro nacional. Cito trecho da carta do antigo ator do TEB, Antonio di Monti, endereçada a Paschoal Carlos Magno em nove de dezembro de 1946:

---

<sup>677</sup> DÓRIA, Gustavo. Os Comediantes, p. 16-17.

<sup>678</sup> PONTES, Heloísa. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2010.

Saiba o amigo que, em 43, quando fazia reportagens sobre o nosso teatro [...] entrevistei o Sr. Jayme Costa, a quem aprecio bastante, mas que me causou desgosto por atacar “Os Comediantes”. [...] o nosso grande comediante opinava que ainda existia, em nosso ambiente, aqueles que faziam teatro só por vaidade. [...] E foi essa, se não me engano, a minha última reportagem, tal o desgosto que me deu ao comprovar a má vontade existente entre os nossos artistas. [...] Pelo que senti, os amadores [...] são antipatizados pelos profissionais, exceção feita a Dulcina, Bibi Ferreira e outros. Eu mesmo confesso que não me animei logo por êsse conjunto até que compreendesse e avaliasse o trabalho técnico de Ziembsky em “Vestido de Noiva” [...] “Os Comediantes”, conjunto de que todos os brasileiros (mormente os que trabalham nesse setor) deveriam orgulhar-se, pois a vitória dêes também é a nossa vitória, o levantamento do grau de cultura nacional! [...].<sup>679</sup>

Ao mesmo tempo, as cartas de correspondentes estrangeiros carregam o interesse e a curiosidade pela dramaturgia brasileira. Reproduzo trecho enviado pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC):

Num desejo de aperfeiçoamento de processos de trabalho e alargamento da sua ação cultural, procurando conhecer os trabalhos de coletividades congêneres do estrangeiro e dar-se, por sua vez, a conhecer, o “Teatro dos Estudantes” propôs-se entabolar relações com o “Teatro do Estudante do Brasil” enunciando o seu desejo de conhecer a existência dos seus amigos de Além-Atlântico, propondo-se á permuta de publicações e comunicações sobre a sua atividade presente e futura. [...] queremos com o nosso “Teatro” erguer uma obra análoga àquela que V. Excelencia, com o seu “Teatro” sonhou erguer no Brasil; desejamos que, sonhos gerados no mesmo ano e desconhecendo-se, passem agora a conheceras suas próprias realizações, se consultem, estimulem e completem, na compreensão do que pode vir a ser uma verdadeira cultura luso-brasileira [...].<sup>680</sup>

No mesmo sentido, o missivista inglês Edward Stirling, funcionário da *Radiodiffusion Française* desde a formação dos teatros aliados na capital parisiense em 1944, em novembro de 1947 pede a Paschoal livros e peças que possam ser transmitidos na rádio para o público francês.

Já o crítico Brício de Abreu, em cartas trocadas com o encenador Louis Jouvet, negocia as condições para a adesão de membros à *Société d'Histoire Du Théâtre*. Os aderentes poderiam se valer dos serviços de documentação da instituição, assim como receber uma revista de história do teatro e obter tarifas especiais para as obras publicadas pela sociedade. Brício consegue fazer com que 25 “homens de teatro” brasileiros entrem para a instituição francesa. Ao mesmo tempo, ele envia a Leon Chancelerel

---

<sup>679</sup> Acervo PCM. Cedoc-Funarte.

<sup>680</sup> Acervo PCM. Cedoc-Funarte.

presidente do *Centre Dramatique de Paris* e vice-presidente da *Société d'Histoire Du Théâtre* exemplares da revista *Comoedia*, por ele editada. A revista debate temas do teatro brasileiro, mas reserva espaço especial ao teatro francês.

Nessas correspondências há claramente um sentido de divulgação do teatro nacional, bem como a apresentação de um panorama teatral tensionado pelo desejo de modernização, pela expectativa e pela crítica do teatro presente, evidenciando um processo histórico em que é fundamental o trânsito de ideias e práticas teatrais entre “homens de teatro” e intelectuais ciosos pela inserção do Brasil em um espectro artístico internacional.

Por fim, tomo o relatório intitulado *Le Théâtre Brésilien* apresentado no *Xme. Congrès International de Théâtre à Paris* em 1937, pelo delegado oficial do Brasil Raul Pedroza, autor, diretor da *Associação dos Artistas Brasileiros* e secretário do *P.E.N. Clube do Brasil* <sup>681</sup>. Esse relatório foi publicado em francês como separata do *Anuário da Casa dos Artistas* em 1939, e abrange “[...] de forma sintética a história do nosso teatro – desde os “autos” de Anchieta até os nossos dias – de maneira a interessar os estudiosos, provocando pesquisas mais detalhadas.” <sup>682</sup>. A justificativa para a sua publicação em francês pela *Casa dos Artistas* é feita na crença de que seu anuário já teria ultrapassado as fronteiras do Brasil e assim, se contribuiria para um melhor intercâmbio cultural. São destacados atores, críticos, autores teatrais, companhias, espetáculos, associações de classe, e leis para o setor, frisando os feitos do ministro Gustavo Capanema.

Esses três *corpus* documentais apresentam dilemas de profissionais do campo teatral (com suas práticas e transformações), articulados pela dinamicidade do mundo intelectual (com suas tradições, espaços, trânsitos, debates) e afetados pela relação com as políticas culturais do Estado. O teatro é, assim, inserido em um horizonte de diagnóstico dos problemas da nação. Para tanto, é necessário que sua história seja afirmada, como feito no relatório de Raul Pedroza. São fragmentos de textos e diálogos dispersos entre intelectuais ligados ao campo artístico que podem revelar aspectos da construção de uma identidade do teatro nacional, por meio da exposição e difusão de auto-imagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de ideias, panoramas nacionais, associações, textos teatrais. Dessa maneira, a noção desses sujeitos de modernização e de um desenvolvimento e progresso teatrais em curso aponta para a configuração de uma consciência histórica para o teatro.

---

<sup>681</sup> Clube internacional cuja sigla significa “Poets, Essayists and Novelists”, fundado na Inglaterra em 1921 e no Brasil em 1936.

<sup>682</sup> Pedroza, Raul. *Le Théâtre Brésilien*. Separata do “Anuário da Casa dos Artistas”. Rio de Janeiro, 1939, p. 6.

# ***O Suplemento Literário do jornal Minas Gerais e a ditadura militar***

Valdeci da Silva Cunha  
Doutorando em História Social  
Departamento de História da UFMG  
[valdeci.cunha@gmail.com](mailto:valdeci.cunha@gmail.com)

**Resumo:** A comunicação propõe-se a analisar o surgimento e apresentar alguns fragmentos da trajetória do *Suplemento Literário* do jornal *Minas Gerais*, com um recorte situado nas décadas de 1960 e 70, no contexto da Ditadura Militar no Brasil.

**Palavras-chave:** *Suplemento Literário*; História da imprensa em Minas; Ditadura Militar

## **1. Breve apresentação**

Surgido em Belo Horizonte no ano de 1966, período que Minas Gerais foi governado por Israel Pinheiro, eleito em oposição ao regime militar, o *Suplemento Literário* configurou-se em um importante espaço para a expressão de escritores, artistas, cronistas, poetas, ensaístas, historiadores, dentre outros, em um projeto editorial que conseguiu ligar a capital do Estado tanto com as cidades do interior de Minas Gerais como com outras regiões do país e para além dele. Destacou-se a importância da constituição de um grupo de intelectuais e a elaboração e difusão de uma rede de saberes. Ao ter a frente do grupo o escritor Murilo Rubião, que viria ocupar um importante lugar como intelectual e articular entre o projeto institucional de criação do impresso e os seus colaboradores, o projeto congregou nomes como Affonso Ávila, Laís Corrêa de Araújo, Aires da Mata Machado Filho, Márcio Sampaio, dentre tantos outros.

O interesse do estudo situa-se em entender, entre outras questões, como o impresso lidou com o período em questão no que diz respeito à censura, às práticas e formas de ser intelectual, às negociações, resistências e/ou adesões políticas, às estratégias discursivas elaboradas, os temas elaborados (e os não explicitados), enfim, que nos deem substratos para pensar o próprio itinerário de um impresso situado nos “anos de chumbo”.

## **2. Características do Suplemento**

O primeiro número do *Suplemento Literário* veio a público no ano de 1966, no dia 03 de setembro de 1966, um sábado. Composto de 12 páginas (primeiro número; os demais, a partir de sua inauguração, mantiveram-se com 8 páginas, exceto os fascículos, ou edições, especiais, que variaram a quantidade de página trazendo, geralmente, 12 páginas), em formato tabloide,<sup>683</sup> foi organizado em colunas e ilustrado com algumas fotografias e desenhos.

Trouxe, já em sua primeira página, com o título de “Apresentação”, produzida pela Comissão de Redação, um programa de intenções, algo como uma carta de princípios, quase um manifesto.

[...] cumprindo mais uma etapa de seu atual programa de renovação, o [jornal] “Minas Gerais” lança hoje o Suplemento Literário, de publicação semanal e que circulará regularmente com a edição de sábado. [...] se insere na presente fase renovadora o lançamento de um suplemento dedicado à literatura e à arte em geral, providência que se compreende também no plano cultural do governo. Deliberamos reivindicar a importância da literatura, frequentemente negada ou discutida. Para começar, tomamos o termo na acepção mais ampla. Nessa ordem de ideias, o Suplemento Literário vai inserir não só poesia, ensaio e ficção em prosa, mas também crítica literária, a de artes plásticas, a de música. Sem negligenciarmos os aspectos universais da cultura, queremos imprimir a estas colunas feição predominantemente mineira, assim no estilo de julgar e escrever, como na escolha da matéria publicável.<sup>684</sup>

Seria objetivo do *Suplemento* reviver a significativa tradição do jornal,<sup>685</sup> que a história das letras em Minas não deixou de registrar. Alguns dos influentes escritores mineiros manifestaram-se, pela primeira vez, no *Minas Gerais*, como é o caso do poeta Carlos Drummond de Andrade. Esses escritores, afirmava ainda o texto de apresentação, ombrearam-se com autores já consagrados pela crítica e público. De maneira idêntica, o *Suplemento* procederá daquele momento em diante em relação aos novos escritores e colaboradores.

O anseio de atingir a esquiwa perfeição configura a chamada “mineiridade”, na opinião de alguns, mas ponto em que estariam conscientes dos “lados negativo e positivo” de semelhante intenção. Entretanto, esse tipo de “apresentação” não se configurou como uma característica editorial do *Suplemento*. Ela resurgiu em suas páginas ocasiões específicas, quando da comemoração de aniversário do impresso ou de mudanças no secretariado ou de

---

<sup>683</sup>Formato popularizado no Reino Unido, em meados do século XX, suas dimensões medem aproximadamente 43 x 28 cm e foram adotados por jornais de maior circulação.

<sup>684</sup>Apresentação. *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 1, 03 set. 1966, p. 1.

<sup>685</sup>O jornal *Minas Gerais* foi criado no final do século XIX, no ano de 1892.

algum membro da Comissão de Redação ou mesmo em função de algum tipo de balanço ou consideração digna de nota ou explicação.

### 3. Recepção do Suplemento

Em uma mesa montada em solenidade ao lançamento do *Suplemento*, ocorrida nas dependências da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, e noticiada em uma página inteira do segundo número do impresso, vemos que suas edições sairão todos os sábados acompanhando o *Minas Gerais*. “Atingirá assim todos os recantos do Estado, onde, em muitos deles, só chega o órgão oficial. Em Belo Horizonte, o Suplemento será vendido avulsamente nas bancas de revistas e jornais”.<sup>686</sup>

No coquetel de lançamento do novo caderno literário, estiveram presentes nomes representativos do mundo intelectual e artístico mineiros, administração pública e funcionários da Imprensa Oficial. A lista é um pouco extensa, mas vale ressaltar a presença do General Dióscoro do Vale (4ª Infantaria Divisória (ID/4), hoje 4ª Região Militar, responsável por estabelecer a criação de um Núcleo-CODI/BH) e o Capitão Ilson Luís Vale.

Em setembro de 1969, em solenidade de lançamento do número especial em homenagem a Aires da Mata Machado Filho, em uma fotografia que registrava o momento em que falava Raul Bernardo Nelson de Senna, diretor da Imprensa Oficial, esteve presente o General Gentil Marcondes Filho<sup>687</sup> e um ajudante de ordens (não mencionado na legenda). Na fotografia da mesa montada para o evento, nota-se a presença de ambos militares sentados junto à mesa.

Como complemento da matéria jornalística de cobertura ao evento, foi criada uma seção intitulada “Escritores falam do Suplemento” onde foram publicadas algumas impressões de intelectuais que ali estiveram presentes, dentre eles,

Rubem Braga – É sensível a falta de publicações em que os problemas da cultura possam ser debatidos, e que sirvam para a revelação dos valores novos. A ideia do Suplemento foi excelente e a qualidade do primeiro número mostra que sua execução foi entregue a gente capaz.

<sup>686</sup>“Minas lança o seu Suplemento”. *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, ano I, v. 1, n. 2, p. 8, 10 set. 1966.

<sup>687</sup>Comandante da ID/4 (Infantaria Divisória) e da SADI (Subárea de Defesa Interna)/BH general Gentil Marcondes Filho, que dez anos mais tarde comandaria o I Exército e ficaria conhecido nacionalmente depois do caso Riocentro, em 1981.

Mário Matos – O “Minas Gerais” é o jornal mais difundido em nosso Estado e é, também, o que tem leitores individualmente interessados e restritos. Mas, de hoje em diante, vai ser, aos sábados, leitura educativa, deleitosa e enlevadora, graças à eficiência de Murilo Rubião, o mágico, e de seus companheiros, que instituíram seu suplemento literário.

Eduardo Frieiro – Está muito bom o Suplemento, não só pelo texto como pela apresentação. Felicito o corpo de colaboradores, que merecem toda a simpatia de todos os intelectuais.<sup>688</sup>

#### 4. Recepção do Suplemento na imprensa e algumas polêmicas

Vindo de diversas regiões do país, é possível constatar e averiguar a recepção positiva do *Suplemento*. Separamos algumas que, de uma forma geral, ilustram satisfatoriamente as manifestações de apoio ao lançamento e continuidade do mesmo.

Das páginas do *Minas Gerais*, em vários momentos podemos verificar a publicização de respostas ou comentários de intelectuais e escritores sobre a importância do *Suplemento*. De uma matéria intitulada “Continua alcançando repercussão nacional o Suplemento Literário”, é relatado que inúmeras manifestações de aplauso pelo seu êxito chegam diariamente à Direção da Imprensa Oficial. Das mensagens recebidas, afirma o jornal, “destaca-se o reconhecimento do alto nível da publicação que desfruta, atualmente, de invejável conceito não só no Brasil como no exterior”.<sup>689</sup> Dentre os nomes, destacam-se Milton Campos, Guilherme de Almeida, Dalton Trevisan, Lygia Fagundes Telles, Mário da Silva Brito, Gustavo Capanema, José Carlos Lisboa.<sup>690</sup>

Do jornal belorizontino *Diário da Tarde*, podemos ler que

A penetração do suplemento é tão boa que, dentro em breve, março parece, estará se fazendo um número inteiro dedicado à literatura atual portuguesa - número que será lançado em Portugal principalmente. Um detalhe curioso: como o suplemento é editado por jornal do governo, Murilo teve que exercer completa censura e muitos artigos de escritores portugueses deixarão de ser publicados porque juntavam tudo num saco só: política e letras (e toda política, não precisa de se dizer, era contra Salazar e o espírito salazarista).<sup>691</sup>

Em um jornal de São Paulo intitulado *Shopping News*, afirma que o *Suplemento*

---

<sup>688</sup>“Escritos falam do Suplemento”. *Minas Gerais*, 1968.

<sup>689</sup>“Continua alcançando repercussão nacional o Suplemento Literário”. *Minas Gerais*, 12 jan. 1968.

<sup>690</sup>Idem.

<sup>691</sup>Ana Marina, “Cidade vazia”, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 31/12/1968. Em 1967, Murilo Rubião recebeu uma carta em apoio a sua permanência como secretário do *Suplemento Literário*, em meio às várias pressões que sofreu durante a sua participação à frente do impresso.



É, sem dúvida alguma, dos mais completos e mais cuidados suplementos no gênero que se publicam no Brasil. Reduzido, praticamente a zero, em matéria de redação, suas páginas são abertas, contudo, sem discriminação regionalista, aos escritores que nele desejem colaborar, nos diversos planos em que se multiplica a atividade artística e literária, numa constante e vigilância seletiva, como é de rigor, a fim de que se mantenha alto e brilhante o nível de dos trabalhos que veicula, no setor da crítica, da ficção, da poesia etc.<sup>692</sup>

A revista *Veja*, em dezembro de 1973, relatou a prisão do tesoureiro da Imprensa Oficial e as denúncias que esse teria feito envolvendo funcionário e também o seu diretor (Murilo Rubião, que se aposentaria em 1975). Segundo a revista, o *Suplemento* estava salvo das acusações de corrupção mas, na opinião de alguns funcionários de outros setores da casa, ela, a Imprensa Oficial, seria “um antro de comunistas e homossexuais”; nenhum dos colaboradores permanentes ou eventuais tinham sido acusados formalmente de uma coisa nem de outra, e “a devassa parece ter parado nos seus limites”.<sup>693</sup> A revista também noticiou que “os dois números especiais sobre ficção brasileira contemporânea já estavam com sua composição gráfica pronta quando, inesperadamente, desapareceram do edifício da Imprensa Oficial”.<sup>694</sup> Os dois números teriam ido fazer uma “visita ao Palácio da Liberdade” e voltaram “mais magros, porém vivos”.

Sobreviveram especialmente artigos e textos de Rubem Fonseca, Osman Lins, Lígia Fagundes Telles, José J. Veiga e Oswaldo França Júnior. Mas um texto experimental do baiano Gramiro de Matos cumpriu sua missão de forma radical e sumiu. O do baiano Eudoro Augusto, sobre a morte de um cinegrafista sueco no Chile, faleceu diante das circunstâncias. O mineiro Sérgio Sant’Anna foi aceito em parte e Caio Fernando Abreu foi considerado erótico ao dar vida a um manequim.<sup>695</sup>

Ainda sobre a revista, tudo indicaria que o *Suplemento Literário* teria sido vítima de sua vizinhança e parentesco com o jornal oficial do governo mineiro, pois, nas palavras da mesma, “jamais sofreu qualquer censura que limitasse suas manifestações culturais e de vanguarda”.<sup>696</sup>

## 5. Depoimentos posteriores de alguns integrantes do *Suplemento Literário*

---

<sup>692</sup>Livros em desfile. *Shopping News*, São Paulo, 1969.

<sup>693</sup>Letras suspeitas. *Veja*, 19 de 1973, p. 21.

<sup>694</sup>Idem.

<sup>695</sup>Idem.

<sup>696</sup>Idem.

Da investigação no próprio *Suplemento*, em arquivos pessoais, fontes da imprensa, biografias, dentre outras, alguns depoimentos, frutos principalmente de entrevistas, tem sido muito úteis para compor um primeiro mapeamento tanto das memórias construídas quanto dos relatos prestados sobre e durante o período do surgimento da publicação e os anos seguintes.

Já em 1969, em uma matéria feita pelo jornal *O Estado de Minas*, Murilo Rubião nos relata que

Nos dois primeiros anos as dificuldades foram vencer a descrença de muitos, quanto ao êxito da publicação, e conseguir colaboradores estáveis, que possibilitassem a permanência da orientação adotada. [...] Nesse tempo trabalhei 14 horas por dia, sem contar os sábados e domingos, em que trabalhava em casa. Mas de um ano para cá, a publicação tornou-se vitoriosa a ponto de ter sempre em estoque, colaborações de primeira classe. Atualmente, estão aguardando publicação 12 contos, 32 artigos e 40 poemas já lidos e aprovados pela comissão de redação, formada por Murilo Rubião, Rui Mourão e Laís Corrêa de Araújo. Sem contar um número normal já diagramado, dois já compostos e dois especiais – dedicados às comemorações dos 40 anos de atividades literárias do professor Ayres da Mata Machado Filho.<sup>697</sup>

Márcio Sampaio, em relato posterior ao de Rubião, nos informa que

[...] nos meados da década de 1960, o ambiente artístico de Minas Gerais encontrava-se em plena ebulição, com uma série de iniciativas que estimulavam artistas a trabalhar na contramão da orientação da política nacional, a qual estabeleceu um programa de censura à liberdade de criação e de expressão.<sup>698</sup>

Segundo Affonso Ávila,

[...] o *Suplemento* surge num momento político em que Minas Gerais reage ao golpe de 64 e os grupos progressistas conseguem eleger, com maioria esmagadora, o governador Israel Pinheiro, derrotando o candidato dos militares. [...] Israel Pinheiro era um homem muito aberto e inteligente, mas de temperamento um pouco explosivo, apoiou a ideia de se fazer um suplemento voltado para a divulgação da cultura em Minas. [...] Fui a algumas reuniões preliminares, mas o meu trabalho foi redigir a lei que criava o suplemento.<sup>699</sup>

---

<sup>697</sup>“Festa comemora 3 anos do Suplemento Literário”. *Estado de Minas*, 07 set. 1969.

<sup>698</sup>SAMPAIO, Márcio. Um testemunho sobre o Suplemento Literário, p. 4.

<sup>699</sup>ÁVILA, Affonso. Entrevista. Cf. RIBEIRO, Marília Andrés. Suplemento Literário Minas Gerais. *Neovanguardas, anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p. 136.

Por sua vez, Laís Corrêa de Araújo, foi árduo o trabalho “para a valorização profissional do artista”, tanto no que diz respeito à sua remuneração quanto à “criação de um espaço onde fosse possível a liberdade de expressão”.

Trabalhei efetivamente com a colaboração de pessoas importantes, fazendo leituras críticas de tudo o que recebia. [...] O trabalho foi uma válvula de escape para os intelectuais brasileiros [...]. O curioso em Minas é essa posição contraditória do intelectual, que ao mesmo tempo se liga a um órgão oficial e mantém uma posição política revolucionária.[...] Existia uma ligação com a coisa oficial, e nós intelectuais não tínhamos muito campo para exercer nossas atividades, então servíamos-nos desses espaço para agir.<sup>700</sup>

Vários aspectos desses depoimentos nos chamam a atenção, dentre eles, aqueles que dizem em respeito ao momento político vivido pelo país, e em especial por Minas Gerais, pós Golpe Civil-Militar de 1964; a “descrença” em um projeto que mesclava a participação de intelectuais em um empreendimento mantido e promovido por um órgão oficial do governo do Estado e, ao mesmo tempo, uma “ebulição cultural” presenciada e reconhecida por aqueles que, de alguma forma, também dela fizeram parte. Nesse ponto, as declarações de Laís contribuem com mais um dado curioso e instigante, na medida em que tenta reabilizar um pouco os possíveis limites ou margens de atuação dos intelectuais no contexto em destaque. De uma forma geral, eles não teriam, por um lado, se adequado completamente ao trabalho orgânico como funcionários do poder constituído, angariando os benefícios concedidos como parte de sua adesão incondicional às orientações oficiais, nem por outro exercido um ativismo independente, autônomo ou mesmo revolucionário em suas posições políticas. A “posição contraditória do intelectual”, como afirmada pela poeta, também nos orienta, e nos serve de indício, para uma discussão em que as formas de ser e agir dos sujeitos não se ancorem em princípios ou definições ontológicas, mas sejam capazes de criar matizes e clivagens sobre a atuações.

Em sentido próximo ao deposto por Laís Corrêa, Murilo Rubião, em uma entrevista no ano de 1987, comenta, quando perguntado sobre a sua fase como “jovem socialista”, nos anos 1940, que, em meio ao processo de redemocratização, pós-45, que acreditava ser um socialista. “– E por que não comunista?”, pergunta a entrevistadora, e ele responde

Nós mantínhamos amizades com os comunistas, mas nos simpatizávamos mesmo era com o socialismo. Um pouco por moda, talvez. E havia uma

---

<sup>700</sup>ARAÚJO, Laís Corrêa de. Entrevista. Cf. RIBEIRO, Marília Andrés. Suplemento Literário Minas Gerais. *Neovanguardas, anos 60*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997, p. 137.

preocupação com a liberdade, com o povo. Tudo muito romântico, meio lírico. Depois veio a polarização entre UDN e PSD e então “não deu para se entusiasmar mais”. E a política, daí pra frente, se já não tinha sido algo prioritário, muito por causa da “falta de ideologia dos partidos”, nunca mais ocupou lugar relevante em sua vida.<sup>701</sup>

No arquivo do DOPS, na pasta “antecedentes políticos e sociais”, consta que

[...] em 31 de outubro de 1953, conforme Boletim MG, entre as pessoas que aderiram à organização de Delegação de MG ao Congresso Brasileiro de Escritores, a realizar-se em Goiânia, figura em primeiro lugar: Murilo Rubião, diretor da Rádio Inconfidência de Minas Gerais, segundo pelo Deputado Edgar da Mata Machado, Eduardo Frieiro, Fritz Teixeira Sales, Caio Libânio, Edmur Fonseca, José Aparecido de Oliveira, elementos conhecidos como esquerdistas ou comunistas, e outros (29 de setembro de 1970).

Mesmo com a saída de Murilo Rubião da função de Chefe de Redação, no início de 1970,<sup>702</sup> e com o fim do governo de Israel Pinheiro, em 1971, o *Suplemento Literário* continuou sendo publicado e manteve-se, mesmo com várias mudanças em seu corpo editorial, a sua periodicidade durante toda a década de 1960 e 70. Em que pese algumas polêmicas em que esteve envolvido, que não serão analisadas no momento, pode se dizer que o caderno de cultura foi um empreendimento de sucesso e manteve-se, ao longo desse período, como centro das atenções a aplausos de seu amplo público leitor.

---

<sup>701</sup>“O importante é viver”, entrevista com Murilo Rubião a Mirian Chrystus para o *Suplemento* número 1062, de 21 fevereiro de 1987.

<sup>702</sup>A partir de janeiro de 1970, Murilo Rubião passa a assumir a função de Chefe do Departamento do “Minas Gerais”, não voltando a fazer parte do *Suplemento Literário*.

# **Anais do IV Encontro de Pesquisa em História da UFMG**

## **Comunicações Livres**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG**

**Belo Horizonte**

**2015**

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe: Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

#### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

#### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Igor Barbosa Cardoso  
Márcio Mota Pereira  
Maria Visconti Sales  
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Diagramação**

Cássio Bruno de Araújo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

#### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha

#### **Site/Banco de Dados**

Cássio Bruno de Araújo  
Valdeci da Silva Cunha



## Sumário

### Comunicações livres

O Falanstério de Saí e sua relevância para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil

Viviane Silva Rodrigues

**1351**

A representação da figura feminina na Revista Silhueta em 1932

Thiago Henrique Costa Miranda

**1359**

Henrique de Beaurepaire-Rohan e a construção de um saber sobre cidades

Guilherme Estevão de Lima Maciel

**1369**

**Concepções sobre o "Terceiro Mundo" na fundação da revista *Tricontinental*: imaginando comunidades, forjando um projeto político**

Lídia Maria de Abreu Generoso

**1377**

João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel: um estudo do vocabulário político do *Panegírico de D. João III*

Fernando Altoé

**1386**

Itaguara-MG: Uma comunidade imaginada através da imprensa local, entre os anos de 1968 a 1992

Rafael Penido Vilela Rodrigues

**1395**

Em nome da tradição: discursos memorialistas nos debates sobre a mudança da capital mineira (1890-1893)

Thaís Lanna Junqueira

**1404**

Acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo

Felipe Novaes Ricardo

**1410**

Visões do Protestantismo através do filme "O vento será tua herança"

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7  
(Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150  
- [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Carolina Silva Horta Machado

**1415**

Os livros na formação da nobreza portuguesa no século XV

Alex Rogério Silva

**1421**

A contribuição dos manuais técnicos para a produção das aguardentes nas Minas Gerais setecentistas..

Valquiria Ferreira da Silva

**1428**

Novas fontes para a história de Minas Gerais: o acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal

Régis Clemente Quintão

**1437**

Teologia da Libertação a luz do Segmento de Jesus: A solidariedade relacionada aos espaços de experiências e horizontes de expectativas

Raquel Marques Soares

**1444**

Um passeio pelo *Itinerário Geographico* de Francisco Tavares de Brito

Márcio Mota Pereira

**1450**

Feminismo Negro: existe uma historiografia no Brasil?

Jacqueline Maia dos Santos

**1462**

O Brasil como modelo lusotropical na imprensa moçambicana: a visita de Gilberto Freyre (1952)

Ivangilda Bispo dos Santos

**1472**

“Pecúlio de alguns remédios para diversos achaques”: análise de um livro de segredos...

Isabela de Oliveira Dornelas; Átila Augusto Guerra de Freitas

**1482**

# O Falanstério de Saí e sua relevância para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil.

**Viviane Silva Rodrigues**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

[rodriguesviviane01@gmail.com](mailto:rodriguesviviane01@gmail.com)

**Resumo:** Nos trabalhos dedicados a história do pensamento urbanístico, é recorrente iniciar a reflexão sobre as origens desse saber a partir do pensamento reformador de uma série de socialistas utópicos do século XIX, tais como Charles Fourier, Saint Simon, Victor Considérant e Robert Owen.

Tal ênfase advém de suas posições críticas frente aos modos de vida da sociedade burguesa – em cidades, vale lembrar - e do conteúdo propositivo que suas utopias delineiam como novas possibilidades para vida coletiva. Contudo, estas reflexões se centram, quase que exclusivamente, em experiências nos EUA e na Europa.

Ao contrário dessa tendência, o presente trabalho toma por objeto o projeto do francês Benoît Jules Mure de construir um falanstério em Saí, próximo à atual cidade de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Iniciado em 1841, o falanstério de Saí buscava ensaiar um modo de vida cooperativo, em um Brasil ainda escravocrata.

Com a análise desse empreendimento, buscaremos demonstrar a relevância dessa experiência para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil.

**Palavras-chave:** Pré-urbanismo; Reformadores sociais; Benoît Jules Mure; Falanstério de Saí.

## Introdução

Ao escrever sobre a história do urbanismo, alguns autores como Françoise Choay<sup>1</sup> e Leonardo Benevolo<sup>2</sup>, voltaram-se para personagens como Charles Fourier<sup>3</sup>, Saint Simon<sup>4</sup>, Robert Owen<sup>5</sup> e Victor Considerant<sup>6</sup> na tentativa de buscar um momento de grande força, no bojo do novo quadro pós- revolução industrial, da reflexão sobre os modos de vida coletiva. É importante salientar que tanto Fourier quanto os demais pensadores sociais

---

<sup>1</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo – Estudos*. São Paulo, Perspectiva, 1965.

<sup>2</sup> BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

<sup>3</sup> François Marie Charles Fourier (1772 -1837) foi um socialista francês da primeira metade do século XIX.

<sup>4</sup> Henri de Saint-Simon (1760-1825) foi um teórico social francês e um dos principais fundadores do socialismo cristão.

<sup>5</sup> Robert Owen (1771-1858) foi um reformista social e um dos pioneiros do socialismo e cooperativismo.

<sup>6</sup> Victor Considerant (1808-1893) foi um seguidor de Charles Fourier e desempenhou um papel importante na criação e desenvolvimento de um movimento denominado fourierismo.

tiveram suas ideias e anseios categorizados como 'utópicos' anos mais tarde, por Marx e Engels.

Segundo F. Choay, o rápido crescimento demográfico das cidades, posterior à revolução industrial, gerou modificações tanto no espaço urbano quanto em relações sobre o modo de viver em cidades.<sup>7</sup> É nesse contexto que surgem projetos de contrassociedades (ideais, positivas), em oposição ao da sociedade real (negativa).

Essa autora considera o supradito momento como "pré-urbanismo", pois é anterior a formação de um campo profissional, encontra-se predominantemente sob forma teórica e é mais centrado na crítica radical aos modos de vida do que no agenciamento da ação, daí a sua dimensão utópica.

A reflexão a respeito da desordem da cidade industrial consolidou-se em dois modelos. Enquanto um orientava-se para o passado, o outro direcionava-se para o futuro. À medida que um tomava as formas da nostalgia, o outro adquiria as do progressismo.

#### **Dois modelos: Progressista e Culturalista**

Buscando estabelecer a definição de pré-urbanismo, Choay considera importante definir dois modelos de ação dos pré-urbanistas: progressistas e culturalistas.

O modelo progressista pode ser definido a partir de obras como as de Robert Owen, Charles Fourier e Cabet<sup>8</sup>. Esses autores fundamentam suas críticas à cidade industrial na situação de rendimento do indivíduo, que é tomado como um tipo, e onde o progresso técnico deve atender as necessidades-tipo dos homens.

O espaço do modelo progressista é ligado à higiene, que é um tema-chave nesse modelo. Além disso, é traçado conforme uma análise das atividades humanas e classificados em funções distintas: o habitat, o trabalho, o lazer e a cultura. Há a rejeição de qualquer herança artística do passado, sendo a beleza associada à uma lógica racional, adquirindo uma certa rigidez.

---

<sup>7</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

<sup>8</sup> Étienne Cabet (1788- 1856), filósofo francês e socialista utópico.

Já o modelo culturalista pode ser ilustrado através das obras de Ruskin<sup>9</sup> e William<sup>10</sup> Morris. Seu ponto de partida não é mais a situação do indivíduo e sim o agrupamento humano e o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade.

O espaço do modelo culturalista tem a irregularidade e a assimetria valorizadas enquanto marcas de caráter orgânico e a importância conferida às obras do passado deve estar presente na cidade moderna.

#### **Reflexões e ações nas cidades do Brasil do século XIX.**

Apesar de lançar luzes sobre a importância das ações desses autores que voltam suas reflexões para os problemas da vida coletiva na construção de um saber que, posteriormente seria conhecido como "urbanismo", tanto os trabalhos de Choay quanto os de Benevolo se centram, quase que exclusivamente, em experiências nos EUA e na Europa.

No entanto, também houveram experiências reformistas no Brasil.<sup>11</sup> De acordo com Edgar Rodrigues<sup>12</sup>, a primeira repercussão das polêmicas socialistas no Brasil ocorreu em Pernambuco, com a vinda de alguns engenheiros franceses por volta de 1840, dentre eles Louis Léger Vauthier, que obteve destaque pelas obras públicas que dirigiu.

O presente trabalho toma por objeto o projeto de Benoît Jules Mure, francês, nascido em Lyon no dia 04 de maio de 1809, de construir um falanstério na Península de Saí, no atual município de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Mure, homeopata e representante oficial de uma sociedade chamada *Union Industrielle*- cujos participantes eram inspirados nas ideias de socialismo de Fourier, veio para o Brasil com o intuito de conseguir terras para a fundação de uma colônia industrial cuja base seria o princípio associativo.

#### **Charles Fourier: Uma utopia.**

---

<sup>9</sup> John Ruskin (1819- 1900)

<sup>10</sup> William Morris (1834- 1896) foi pintor, escritor e socialista associado com a irmandade dos pré-rafaelitas.

<sup>11</sup> CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>12</sup> Edgar Rodrigues (1921-2009) foi pesquisador de história social, escritor e historiador autodidata, nascido no norte de Portugal e naturalizado brasileiro.

Fourier idealiza o modelo de uma sociedade harmoniosa com os falanstérios, um edifício- tipo no qual todos viveriam harmoniosamente, e seriam inseridos em pequenas unidades sociais com população de cerca de 1500 habitantes, as Falanges.

Para Fourier, a vida no falanstério levaria espontaneamente a dissolução de formações sociais rudimentares, como, por exemplo, a célula familiar monogâmica e restrita. Para isto, o falanstério teria muitos espaços de socialização e, inclusive, as refeições, seriam coletivas.

Há uma descrição pormenorizada do Falanstério no que se refere a seu possível arranjo, que compreenderia galerias envidraçadas, pátios internos, jardins, galpões, salas comunais, oficinas, hospedarias, áreas lúdicas que incluiriam um Teatro, e até mesmo uma Igreja, uma vez que Fourier atrela seu projeto a um novo tipo de Cristianismo pronto a asseverar que a satisfação de todas as paixões seria recomendável, já que “todas viriam de Deus”.



**Figura 1:** Planta esquemática do Falanstério de Fourier.

**Fonte:** BENEVOLO, Leonardo. As origens da urbanística moderna. Editorial Presença: Lisboa, 1987.



**Figura 2:** Secção esquemática do Falanstério: (1) sótão com os quartos para os hóspedes, (2) reservatórios hídricos, (3) aposentos privados, (4) rue intérieure, (5) salas de reunião, (6) sobreloja, (7) andar térreo com passagens para viaturas, (8) passadiço coberto.

**Fonte:** BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

Alguns desses aspectos seriam retomados por Mure na experiência de Saí. Dentre eles, segundo Hoyêdo Nunes Lins<sup>13</sup>:

[...] O sentido associativo transpareceria principalmente na habitação, pois uma só edificação preencheria todas as necessidades correspondentes; o prédio teria aposentos de dimensões e também refeitórios, oficinas e, mais tarde, até livraria, museu e teatro; uma única cozinha coletiva preencheria as exigências[...]

#### **Falanstério do Saí: Uma experiência fourierista no Brasil.**

Atualmente, dois dos trabalhos de referência sobre a experiência de Saí são de Ivone Cecília D'Avilla Gallo<sup>14</sup> em sua tese “A aurora do socialismo: Fourierismo e o Falanstério do Saí”<sup>15</sup> e de Larent Vidal<sup>16</sup>.

A partir desses trabalhos sabe-se que:

[...] Em torno da matriz original de Fourier, inúmeros planos de falanstérios foram concebidos pelo próprio movimento social do período, que objetivava conferir a melhor forma de realização às ideias do mestre. [...] Se Victor Considerant, com a autorização do próprio Fourier, havia estabelecido em Paris a École Sociétaire, com pretensões de convertê-la no centro do movimento

<sup>13</sup> Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>14</sup> Doutora em História Social/Pós Doutorado em Teoria Literária (IEL)- Unicamp e professora da Pontifícia Universidade Católica - Campinas.

<sup>15</sup> GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *A Aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí. (1839- 1850)*. 2002. 297f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

<sup>16</sup> Historiador francês pela Universidade de La Rochelle



fourierista, por outro lado uma dissidência resistia à centralização do movimento em Paris. [...] Os que resistiam eram, sobretudo, os operários. [...] Enquanto Considerant se ocupava em difundir a teoria no bojo da burguesia [...], os operários, ao contrário, entusiasmados com as propostas de Fourier, organizavam-se em sociedades com o fim de recolher fundos para a realização imediata de falanstérios na França.[...]<sup>17</sup>

Benoît Jules Mure, fazia parte do grupo dissidente dos operários, e saiu da Europa como representante da *Union Industrielle* com o intuito de implementar um falanstério no Brasil, tendo sido recomendado por Silvestre Pinheiro Ferreira<sup>18</sup> à Manuel de Araújo Porto Alegre<sup>19</sup>. Dessa forma, Mure, no início, não teve muitas dificuldades em adentrar no meio político e conseguir as terras para a implantação do seu empreendimento.

Através do Ministro do Império, Mure foi apresentado ao Imperador. Ele enfatizava os benefícios que a colônia traria ao Brasil, como a tentativa de avanço tecnológico, ocupação de regiões vazias e a busca pela eliminação gradativa do tráfico. Com esse discurso, Dr Mure teve o apoio do imperador e sua autorização para escolher o local ideal, além de um empréstimo no valor de 64 mil réis.

Mure, partiu então em um navio da Marinha de guerra para a região do desterro (SC). Foi durante essa viagem que Mure definiu onde construiria seu falanstério. Entre os rios Saí-Guaçu e Saí- Mirim, no atual município de São Francisco do Sul em Santa Catarina.

A escolha da Península do Saí como local para sediar o projeto, deu-se principalmente por seus aspectos naturais, com o relevo favorável para plantações. Além dos recursos naturais, o local ficava próximo ao porto de São Francisco do Sul, o que facilitaria o envio de suas produções até outras regiões.

O contrato para a fundação da colônia foi firmado entre o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império<sup>20</sup> com o Dr. Mure, deixando claro que cabia a ele as decisões da colônia, o cumprimento do contrato, a administração dos recursos financeiros e a distribuição de terras. De acordo com esse documento, Mure seria responsável também pela contratação e pelo transporte de colonos vindos da França.

---

<sup>17</sup> VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. *Franceses no Brasil - Séculos XIX - XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.151.

<sup>18</sup> Filósofo e político português que ocupou diversos postos governamentais nos primeiros anos da década de 1820, entre os quais os de ministro do Reino, ministro da Guerra e ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>19</sup> Manuel de Araújo Porto Alegre (1806- 1879), além de diplomata brasileiro, foi poeta, pintor, professor, jornalista, diplomata e teatrólogo.

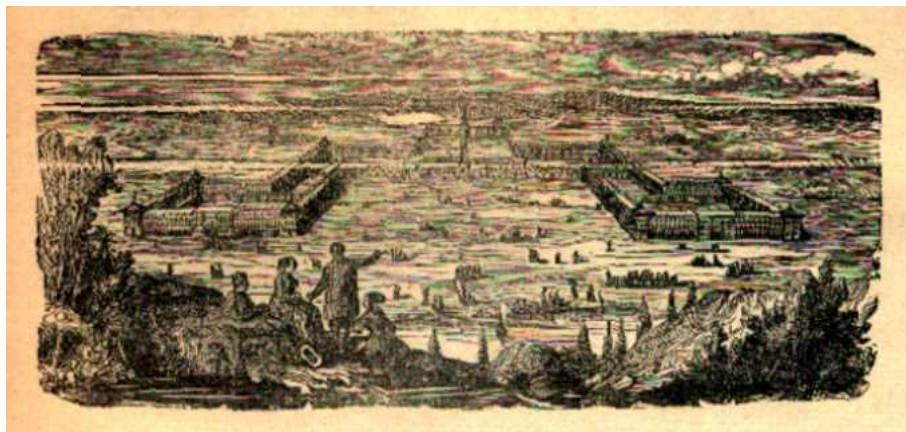
<sup>20</sup> Nesse período, o cargo era ocupado por Cândido Jose de Araújo Viana e foi com ele que Benoît Jules Mure firmou o contrato, em 11/10/1841, para a fundação da colônia do Saí.

Com a notícia de que no contrato não constava o nome da *Union Industrielle*, os franceses resolveram partir em direção ao Brasil por conta própria e a frente estavam Jamain e Derrion. Ao chegarem no Rio de Janeiro e verem o contrato assinado entre Mure e o Império, começaram os desentendimentos. A maioria dos imigrantes não se sujeitaram as condições contratuais, principalmente por estarem mais envolvidos com o novo grupo da *Union Industrielle* e logo, os diretores dessa sociedade, resolveram formar outra colônia em terras próximas do Saí.

Com a cisão do grupo, Jamain e Derrion, junto com os colonos que apoiaram o novo grupo da *Union Industrielle*, compraram terras próximas ao Saí, onde estabeleceram a colônia do Palmital. Isto não foi suficiente para que cessassem os conflitos, pois a cada navio de imigrantes franceses que chegava, acirravam-se as disputas entre as duas colônias. Muitos imigrantes ao se interarem das condições como a falta de infraestrutura, e do desentendimento que se dava entre o Saí e o Palmital, rumavam para outros locais: Montevideú, Curitiba, alguns nem saíam do Rio de Janeiro.

Apesar disso, não se pode considerar como inexpressivos os feitos realizados na colônia do Saí. No curto período de vida da colônia foram abertos caminhos que melhoraram o acesso, o desmatamento criou espaços para as plantações, também foi construída uma olaria e uma forja que abasteciam de ferramentas a colônia e outras localidades próximas. Contudo, durante o ano de 1843, após três anos de início, as colônias do Saí e do Palmital, não resistiram a falta de incentivo e de força de trabalho e declinaram rapidamente.

Em uma das suas viagens para a capital, Mure não voltou mais. Ele deixou o Saí em agosto de 1843, ficou no Rio de Janeiro onde trabalhou ativamente até 1848 como médico e divulgador da homeopatia. Apesar do abandono e do visível fracasso ao qual a colônia se destinava, Mure tentou conseguir novos subsídios para que o projeto não findasse. Mure sempre culpou os desertores do Palmital como responsáveis pelo fracasso da colônia e do ideal falansteriano.



**Figura 3:** Representação ilustrativa do falanstério do Saí.

**Fonte:** [www.thecities.com.br](http://www.thecities.com.br) Disponível em:

<[http://www.thecities.com.br/imagens/Brasil/Santa\\_Catarina/S&atilde;o\\_Francisc  
o\\_do\\_Sul/Hist&coacute;ria/Falanst&eacute;rio\\_do\\_Sa&iacute;/0\\_1422219890.3262;j  
pg](http://www.thecities.com.br/imagens/Brasil/Santa_Catarina/S%atilde;o_Francisc%o_do_Sul/Hist%oacute;ria/Falanst%eacute;rio_do_Sa%iacute;/0_1422219890.3262.jpg)> Acesso em: 29 de abr. 2015.

### **Considerações Finais**

Dentro do campo urbanístico, há uma série de reformadores sociais que fazem uma crítica ao modo como vivem e propõem outros modos de viver coletivamente e muitos desses pensadores, que viviam no século XIX e que em um determinado momento se questionaram sobre essa temática, são temas de estudos atualmente.

A questão é que grande parte dos reformadores sociais que são mais apreciados, são os que viviam e tinham suas propostas fixadas no continente europeu. Em virtude do que foi mencionado, conclui-se que houveram experiências ligadas aos movimentos socialistas no Brasil e que este esteve, desde sua descoberta, dentro de uma rede de conhecimentos no ocidente, apesar das crises.

Aqui no Brasil, Benoît Jules Mure, francês, tenta organizar um modo de viver cooperativamente e trouxe a ideia dos falanstérios, chegando a começar a sua implantação. Esse acontecimento, porém, teve pouca repercussão apesar de possuir grande potencial como estudo para a investigação de como foram pensadas as cidades para o futuro.

Apesar dos desentendimentos, dificuldades financeiras e outras adversidades que ocorreram na tentativa da implantação do Falanstério do Saí, o desejo dos reformadores sociais que trabalharam no Brasil, de transformar a sociedade em que vivem, é o mesmo dos que interviram em outros países. Então, será que para estudar os pensadores urbanísticos não podemos analisar e valorizar também os que atuaram sobre o Brasil?

# A representação da figura feminina na Revista Silhueta em 1932

**Thiago Henrique Costa Miranda**

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

[thiagohcm1993@hotmail.com](mailto:thiagohcm1993@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de analisar a representação da figura da mulher nas propagandas publicitárias da Revista Silhueta, publicada em Belo Horizonte. A análise pauta-se em duas edições datadas nos meses de março e maio de 1932, ano do lançamento da primeira edição do magazine e da conquista feminina ao direito do voto. O estudo é feito através das imagens publicitárias e anúncios nos quais a mulher está inserida como protagonista e principal consumidora dos produtos que a revista oferece, como eletrodomésticos e artigos de beleza. A finalidade é mostrar como as revistas e a publicidade podem ser veículos importantes para moldar mentalidades e que, de certo modo, utilizam da propaganda como uma forma de “silenciar” a luta feminina e conduzir a mulher para um consumismo que estimula o “tripé social” imposto a ela, de ser mãe, esposa e dona de casa. Por fim, a Revista Silhueta, que obteve ampla divulgação no Brasil, é uma importante fonte documental que contribui para o contínuo estudo da história das mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero; Imprensa; Mulher; Revista; Propaganda.

## **A luta feminina e o contexto brasileiro no Governo Provisório de Vargas.**

Por muito tempo as mulheres ficaram submetidas às vontades dos homens e foram inferiorizadas pelo que a sociedade entendia como a “fragilidade do sexo”. A ótica masculina via a mulher como um ser subalterno, voltada para o prazer (dos homens) e para as atividades do lar. Entretanto, com as principais revoluções liberais, cria-se na consciência feminina a ideia de autonomia, capacidade de tomar suas próprias decisões e de lutar por seus direitos. As mulheres passam a se unir na defesa de um interesse comum que é a igualdade entre os gêneros.

A Revolução Francesa pode ser identificada como a raiz do movimento feminista sob influência ideológica do Iluminismo. Nos tempos de liberdade, igualdade e fraternidade, as mulheres acreditavam que os direitos sociais e políticos poderiam ser adquiridos e deveriam ser estendidos a elas enquanto cidadãs. Uma figura emblemática desse período é a da escritora Marie Gouze, também conhecida como Olympe de Gouges, que produziu um texto sobre o modelo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que não incluía as mulheres, exigindo a completa assimilação delas nos âmbitos jurídicos, políticos e sociais. Nesse contexto, as mulheres saíram às ruas lutando tanto ao lado dos homens como por conta própria, exigindo o cumprimento de suas reivindicações.

Esse e outros movimentos feministas se espalharam por todos os cantos do mundo. Em meados do século XIX, por exemplo, as mulheres trabalhavam nas fábricas em péssimas condições, jornadas diárias de 18 horas, e recebiam salários mais baixos que os homens. A análise realizada por Gayle Rubin aborda justamente este último ponto: “Tem-se argumentado que as mulheres são uma força de trabalho reserva para o capitalismo, que os salários geralmente mais baixos das mulheres fornecem uma mais-valia extra para um empregador capitalista (...)”<sup>21</sup>.

A antropóloga, inspirada nas ideias marxistas, fornece uma reflexão sobre a relação da mulher e o trabalho considerando o conceito da mais-valia ainda mais abusivo, afinal os salários das mulheres eram mais baixos, a exploração da mão de obra seria a mesma e o lucro fornecido ao patrão maior.

Os movimentos foram tomando proporções colossais, as mulheres eram duramente reprimidas pela polícia, mas a mobilização contra os baixos salários e a petição por jornadas de trabalhos reduzidas era crescente. Nos fins do século XIX, o feminismo dá um importante passo na luta da mulher em prol de maior participação nas decisões políticas, começando pelo direito ao voto. Os núcleos irradiadores dessa emancipação foram a Inglaterra e os Estados Unidos<sup>22</sup>, que por intermédio das *suffragettes* organizaram campanhas e passeatas para garantir às mulheres a obtenção dessa igualdade política. Segundo Mônica Karawejskyk:

---

<sup>21</sup> RUBAN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Trad. Christiane Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Côrrea. ed. S.O.S Corpo. Recife, março 1993, p. 3.

<sup>22</sup> Apesar de o movimento ter sido mais forte na Inglaterra e nos Estados Unidos, o primeiro país a permitir o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1883.

Desde então, a questão do sufrágio feminino passou a ser a agenda principal das reivindicações femininas, deixando de ser considerada apenas como o símbolo da desigualdade entre homens e mulheres para ser elevada à prioridade do movimento, ou seja, o voto deixou de ser considerado como meramente simbólico e passou a ser visto como a chave para grandes mudanças, uma vez que tais mudanças pareciam estar condicionadas às decisões do Parlamento.<sup>23</sup>

Com o tempo a ideologia feminista atingiu outras esferas e as bandeiras do movimento foram levantadas por nações de todos os continentes. O Brasil, por exemplo, inspirou-se nas lutas sufragistas inglesas e a atuação feminina, a partir do século XX, deslocou-se do contexto das classes altas e atingiu as camadas populares.

Um dos nomes que merece destaque na luta pela igualdade dos direitos jurídicos no Brasil é Bertha Lutz<sup>24</sup>. Formada em ciências naturais na Universidade de Sorbonne representou as mulheres brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, e ao retornar ao Brasil fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino<sup>25</sup>, organização engajada na luta pelo direito ao voto.

Trazendo essa pequena introdução da luta feminina por direitos igualitários ao período denominado Governo Provisório (1930-1934), recorte temporal de minha pesquisa, pretendo abordar as mudanças no âmbito político e a influência destas na vida das mulheres brasileiras. Além disso, esse período será abordado por dois motivos principais, o primeiro é a conquista do voto feminino no ano de 1932 e o segundo é o lançamento da Revista Silhueta de Belo Horizonte no mesmo ano.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas trouxe mudanças significativas na sociedade brasileira. Primeiramente, o governo não estava mais nas mãos das grandes

---

<sup>23</sup> KARAWAJCZVK, Mônica. *As sufragettes e a luta pelo voto feminino*. In: História, imagem e narrativa nº17, Rio Grande do Sul, outubro 2013, p.6.

<sup>24</sup> SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret Lopes. *Para ler Bertha Lutz*. Captado em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332005000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100016)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

<sup>25</sup> BONATO, Náilda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. *Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista*. Captado em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Nailda%20Marinho%20da%20Costa%20Bonato%20e%20Ligia%20Martha%20Coimbra%20da%20Cos.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2015.



oligarquias que antes “revezavam” o poder (São Paulo e Minas Gerais) com o auxílio das fraudes eleitorais e dos votos de cabresto. Entretanto, o Congresso Nacional foi fechado e os governadores destituídos de seus cargos, Vargas era quem fazia as leis e assinava os decretos, ademais nomeava os cargos de interventores estaduais.

Getúlio passou a intervir fortemente na economia do país, a demanda cafeeicultora começou a diminuir e a indústria continuava a crescer, a vida urbana foi se destacando cada vez mais. Vargas também criou leis sociais buscando o apoio do proletariado e a contenção de greves e passeatas. Em 1934, o Brasil tinha uma nova Constituição que buscava o equilíbrio entre os três poderes, eleições diretas e secretas para presidente e o voto feminino, aprovado em 1932. Segundo o Decreto nº 21.076, de Fevereiro de 1932, o Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta: “Art. 2º. É eleitor o cidadão maior de 21 anos, *sem distinção de sexo*, [grifos meus] alistado na forma deste Código.”<sup>26</sup>

Em contrapartida, no preâmbulo dos avanços e conquistas que aconteceram no cotidiano feminino brasileiro a historiadora Semíramis Nahes ressalta:

Como se pode deduzir, numa época politicamente conturbada como essa, as lutas feministas que aparecem nos anos 20, com a ascensão do comunismo na Rússia, as reivindicações da mulher operária, do sufrágio feminino vão, no Brasil, experimentar uma pausa ou até mesmo um retrocesso, uma vez que à política tradicionalista e à ditadura do Estado Novo interessava, sobremaneira, manter a mulher presa ao lar, a cuidar da prole sem visível interferência no caos político que se anunciava. A visão da dicotomia feminina: mulher do lar / mulher prostituta, a valorização dos trabalhos do lar, do cuidado com os filhos e maridos, em detrimento do trabalho fora do lar, são uma consequência previsível do autoritarismo e do cerceamento de liberdades que se anunciava cada vez mais iminente nos anos 30. O direito ao voto e à profissão de professora de primeiras letras – “as normalistas” – eram as únicas conquistas sociais permitidas, uma vez que preservavam a visão da mulher educadora “de crianças”; na época, as carreiras de professor de segundo e terceiro graus eram, predominantemente, exercidas por homens.<sup>27</sup>

O apontamento de Semiramis é relevante, pois no governo de Getúlio Vargas foi projetado uma cartilha pedagógica com o intuito de retornar as mulheres ao lar, lugar que

<sup>26</sup> Legislação Informatizada - Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932, Art.. 2º.

<sup>27</sup> NAHES, Semiramis. Revista Fon Fon: A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945). ed. AeC. São Paulo, 2007, p. 27



elas poderiam servir a pátria e a família ao mesmo tempo. A intenção seria alienar a figura feminina sobre o contexto político e os problemas sociais, colocando a mulher na função de mãe, esposa, educadora e dona de casa. Essa iniciativa promoveu um retrocesso da mulher ao espaço privado e na luta feminina por direitos e igualdade.

Esse tipo de atitude foi se intensificando ao longo do governo varguista principalmente, com a criação da DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – em 1939, órgão responsável pela censura e pela publicidade política que exaltava o governo de forma nacionalista, progressista, moderna e sem críticas, afinal estas eram proibidas. Além disso, utilizava dos meios de comunicação como, jornais, rádio, revistas para intensificar a manipulação e a alienação dos indivíduos, principalmente as mulheres.

### **A revista como instrumento ideológico.**

Nos fins do século XX, a terceira geração dos *Annales* realizou deslocamentos importantes no campo das Ciências Humanas, principalmente ao incentivar a interdisciplinaridade e trazer contribuições metodológicas para a historiografia. Jacques Le Goff e Pierre Nora buscaram, em uma coletânea, explicitar as novas transformações:

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.<sup>28</sup>

Ao mencionar *novos objetos*, os autores, abarcam novos tipos de fontes para o estudo do historiador que busca outros objetos de análise. A partir dos anos de 1970 vários projetos já utilizavam os periódicos e as revistas como fonte de pesquisa histórica, pois se entendia que a imprensa era, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenções sociais.

As revistas como fonte e objeto de estudo necessitam de um olhar especial, afinal estas são instrumentos ideológicos que moldam as mentalidades de seus leitores. O pesquisador deve estar ciente que a produção do magazine é um projeto coletivo, ou seja,

---

<sup>28</sup> Goff Jacques Le; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, v, 1, pp. 11-2.

existe um grande número de colaboradores, diretores e editores com múltiplas concepções e posicionamentos engajados em sua elaboração. De acordo com Regina Crespo:

Una revista o un suplemento representan el punto de vista de un grupo, su intervención político-ideológica, su lugar y herramientas en la arena cultural. Si son resultado de un proyecto colectivo, las revistas y suplementos reflejan la estructura misma del proyecto que les dio origen y los cambios que este va sufriendo a lo largo del tiempo.<sup>29</sup>

Além disso, a revista tem funções políticas e sociais, isso quer dizer que o magazine molda comportamentos e aliena seus assinantes com as informações contidas em suas páginas. Para isso, os produtores e colaboradores estudam o público que pretendem atingir por meio de pesquisas mercadológicas e avaliam o conteúdo que será escrito mediante estas informações.

As revistas e a imprensa são manipuladoras, pois são seus organizadores que selecionam os debates e os temas que serão abordados em suas edições, ademais a escrita é algo subjetivo e influencia na construção e na formação ideológica dos leitores. As publicações da revista *Silhueta*, por exemplo, não utilizam suas reportagens sobre moda, produtos de beleza, lazer ou crônicas como apenas algo informativo, mas com intenções premeditadas que atingem seu público por um viés ideológico alienante.

### **A Revista *Silhueta* e a representação da mulher nas propagandas publicitárias.**

Antes de começar minha abordagem sobre meu objeto de pesquisa, é importante mencionar que irei trabalhar com duas edições da Revista *Silhueta*, datadas nos meses de março e maio de 1932, localizadas no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

A Revista *Silhueta*, lançada no mês de março de 1932, obteve circulação nacional e era destinada, principalmente, às mulheres. A revista trazia além de temas sobre moda, beleza e formas de tratar o corpo, várias crônicas, contos, imagens de artistas de *Hollywood*

---

<sup>29</sup> CRESPO, Regina. *Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación*. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, p. 1-15.

e, claro, propagandas publicitárias de vários produtos que inseriam as mulheres como os principais personagens e modelos.

A origem do nome também é mencionada nas páginas de sua primeira edição. De acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra “silhueta” pode significar: 1. Perfil; 2. Contorno de uma forma que pode ser corpo ou coisa; e 3. Refere-se a uma vista lateral de alguma pessoa, perfil, contorno. Entretanto, o colaborador da revista J. C. Dias Costa escreveu um conto relacionando a palavra ao nome de um antigo político francês, Étienne de Silhouette, que exerceu temporariamente o cargo de Ministro das Finanças e tentou implementar reformas que desagradaram a nobreza da época, levando sua rápida saída do posto. A partir de então, a palavra *silhouette* ficou conhecida por algo que acontece de forma ligeira e com o tempo a origem do termo foi sendo substituída para agregar outros sentidos.

Outro ponto que merece uma análise mais a fundo é a relação de homens e mulheres que trabalhavam na organização da Revista Silhueta destinada, majoritariamente, ao público feminino. Nas edições de março e maio é possível perceber que o número de homens é amplamente superior ao de mulheres. Nas duas edições existem 3 diretores, 8 redatores e as mulheres só aparecem como colaboradoras, em número bem inferior, por exemplo, na edição de março dos 63 colaboradores apenas 7 eram mulheres e na edição de maio 5 mulheres em um total de 31 colaboradores. Esses dados servem para mostrar que as revistas de caráter feminino, na maioria das vezes, eram escritas para as mulheres e não por elas. É plausível que algumas mulheres utilizavam codinomes masculinos para escrever, mas da mesma forma o número de homens ainda era superior.

O ponto central do artigo está vinculado à representação da figura feminina nas propagandas publicitárias, como a principal consumidora dos produtos. Além disso, a forma como são representadas nos anúncios e as mercadorias que divulgam, colocam a mulher como a única responsável pelo lar e pelo bem estar da família. As representações são o conjunto de explicações e crenças que permitem evocar dados, acontecimentos, pessoas ou objetos. Nesse caso, estamos nos referindo à manipulação da figura feminina dentro das propagandas e como a mentalidade dos indivíduos foi moldada em prol do retrocesso da mulher ao tradicional “tripé social” de ser mãe, esposa e dona de casa.

O primeiro anúncio, por exemplo, é da edição de março e divulga a “Casa Hermann”, uma loja de atacado e varejo que vende: “Artigos para toucador, para a hygiene da boca e da pelle – Artigos para presentes – Agulhas e Seringas – Productos Pharmaceuticos”. A figura central da imagem é uma mulher sentada em uma poltrona segurando um frasco de um produto, rodeada de outros frascos. A mulher tem os cabelos curtos e cacheados, usa um vestido que mostra suas pernas e calça sapatos. O que chama atenção na imagem é justamente a utilização da figura feminina na venda de determinados produtos como agulhas – usadas em atividades denominadas femininas como a costura ou o crochê – seringas e produtos farmacêuticos – materiais usados, geralmente, por enfermeiras (profissão destinada às mulheres, por se tratar da sutileza e do cuidado).



**Imagem 1:** APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mar. 1932. p. 13.

As outras duas propagandas abaixo anunciam a venda de dois produtos eletrodomésticos: um fogão e um ferro de passar roupas. A primeira imagem é referente aos “Fogões Luna”, no anúncio as letras da palavra “Luna” dão origem a quatro características do fogão e mostram o diferencial do produto – “Lindos - Ultra-fortes – Nacionaes – Aperfeiçoados” – A ilustração exhibe o eletrodoméstico com três painéis e

uma mulher abrindo o forno para colocar outra travessa. A figura feminina representada é magra, tem os cabelos presos e penteados, usa avental e calça sapato de salto. Nos anos de 1920 e 1930 surge a expressão *sex-appeal* que modificou o padrão de beleza feminino, até mesmo na forma de andar e falar. Ademais muitas mulheres adotaram os cabelos curtos e os vestidos retos por serem mais cômodos. Essa mudança do padrão estético de corpo ideal pode ser identificada também na imagem anterior, além disso, ao mesmo tempo em que as propagandas insistem em representar a mulher na cozinha ou se embelezando, elas norteiam no modo de se vestir e de se portar.

A segunda propaganda refere-se ao ferro de passar “General Electric”. O produto traz uma novidade que a publicidade chama de: “Ultimo triumpho da fabricação nacional...” essa inovação diz respeito à ranhura do ferro que facilita o trabalho de engomar e evita arrancar ou quebrar os botões das roupas. Como de costume nas propagandas da revista a figura que realiza a tarefa de doméstica é uma mulher, entretanto dois pontos no anúncio chamam atenção. O primeiro é que o produto é destinado às mulheres com todas as letras: “Senhoras donas de casa”, o segundo está implícito nos dizeres “Lêde e observe a ilustração acima e aproveite a oportunidade que vos oferecemos...”. A intenção não é apenas mostrar o ferro de passar e sua inovação, mas também representar a mulher realizando a tarefa do lar que é vista como apenas feminina.



**Imagem 2:** APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mar. 1932. p. 5.



**Imagem 3:** APCBH: Revista Silhueta, Belo Horizonte, ano I, v.1, n.1, mai. 1932. p. 36.



O uso de cores, fotografias, desenhos e propagandas é mais um fator que induz a leitora a folhear a revista e, conseqüentemente, desperta o seu desejo pela moda, pelos modernos eletrodomésticos e pelos produtos de beleza. Contudo, é notável que a revista não traz elementos que engrandecem a luta feminina, nem mesmo menciona o importante salto na conquista do voto, apenas aborda elementos que promovem a alienação do público leitor a respeito dos problemas políticos e reduzem o papel feminino ao tradicional “tripé social” de ser mãe, esposa e dona de casa.

A revista é um instrumento manipulador, e vimos isso no contexto do governo de Getúlio Vargas. Todavia, é um objeto de pesquisa que merece análises minuciosas, pois traz muitas discussões sobre suas reais intenções e a forma como aborda determinados temas. O objetivo dos produtores pode vir de forma implícita e, com isso, a análise historiográfica do contexto e da fonte torna-se necessária.

As publicações e as propagandas publicitárias da Revista Silhueta trazem elementos que ilustram essa manipulação camuflada, afinal as intenções dos publicitários é estimular a venda, promover o diferencial de seus produtos e colocar a mulher tradicional como sua representante. Concluindo, saliento que as publicações e as propagandas publicitárias não visam apenas dar conselhos sobre moda, beleza ou promover os produtos mercadológicos, existe sempre uma função ideológica por trás de cada revista. Esta função pode seguir o posicionamento político tanto dos diretores e organizadores quanto do Estado que manipula e censura as informações que circulam nas mídias e meios de comunicação.

## Henrique de Beaurepaire-Rohan e a construção de um saber sobre cidades

**Guilherme Estevão de Lima Maciel**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ  
guilherme.estevao1@gmail.com

**RESUMO:** Uma série de estudos a partir da década de 1960 vem lançando luzes sobre a historicidade do urbanismo, uma disciplina com ambição científica, que toma por objeto as cidades e que se consolidou apenas no início do século XX. Dentre estes estudos, observa-se também um interesse em relação ao nascimento da disciplina, que autores chamaram de "pré-urbanismo". Especificamente no Brasil, pode-se dizer que o urbanismo possuía raízes no desenvolvimento de uma cultura de construção de cidades que perpassa diversos debates, como o reconhecimento e o agenciamento do território, bem como, o desejo de melhorar as condições de vida de sua população. Neste sentido, pode-se dizer que se trata de um conhecimento que remonta ao período em que o Brasil ainda era uma colônia, perpassando o Império até chegar à República. Dentre diversos atores que participaram da construção desse saber, o presente trabalho centra-se na figura de Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894), engenheiro militar cuja atuação reflete o perfil de um verdadeiro humanista. Analisaremos aqui parte de sua variada obra, enfocaremos aquelas que buscam descrever e propor intervenções em cidades. Atentos à natureza das questões levantadas, bem como, suas diferentes temporalidades, temos por objetivo principal trazer insumos para uma maior compreensão da formação do urbanismo no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pré-urbanismo, Henrique de Beaurepaire Rohan, Cidades.

### Henrique de Beaurepaire-Rohan e o Relatório de 1843

O presente trabalho se centra na figura de Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), engenheiro militar brasileiro, que ingressou no Exército aos sete anos, seguindo os passos de seu pai, o conde Jaques Antônio Marcos de Beaurepaire. Atuando, inicialmente, como cadete, na comissão de inspeção de vários distritos militares e alcançando outros postos, até se tornar tenente, concluir seus estudos matemáticos e se graduar como engenheiro, integrando o Corpo de Engenheiros do Exército. A partir de 1837, trabalhou na província do Rio de Janeiro, sob o comando do Major Henrique Niemeyer Bellegarde<sup>30</sup> e iniciou sua atuação como engenheiro militar.

Henrique de Beaurepaire-Rohan desenvolveu, ao longo de sua vida, inúmeros

---

<sup>30</sup> Engenheiro militar e historiador português, que atuou no Brasil desde os quinze anos, formando-se pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro.



trabalhos, sejam eles do âmbito teórico ou prático. Dentre suas principais realizações como engenheiro, podemos destacar a elaboração do Relatório de Obras municipais para a Câmara do Rio de Janeiro, em 1843. Esse documento foi produzido enquanto exerceu a função de Diretor de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, no mesmo ano em que publicou o documento.

O relatório se constituiu em um estudo que apresentava as obras executadas na capital, até aquele momento, e reunia documentos que realizavam um breve histórico de desenvolvimento da cidade. Contudo, a proposta de traçar uma linha evolutiva da cidade não se estendeu ao longo do trabalho, para lamentação do autor, pois ainda não havia, até então, um ensejo por parte do governo local em estabelecer essa análise e, para Beaurepaire-Rohan, era fundamental para ampliar a compreensão do lugar e para o traçado de projetos futuro.

Além desta análise, o trabalho apresentado à Câmara propunha também uma série de intervenções urbanas na cidade, os “melhoramentos” para utilizarmos o vocabulário da época. Essas propostas articulavam, ao mesmo tempo, aspectos para melhoria da circulação, da higiene, do embelezamento e da dimensão social da cidade.

É nesse âmbito que Henrique de Beaurepaire-Rohan propõe, por exemplo, atenção ao esgotamento e à distribuição de água; aponta a relação entre o técnica de calçamento e esgotamento de águas pluviais; confere atributos estéticos à arborização; reitera a proposta de derrubada do morro do Castelo; indica a necessidade de alterar a localização do matadouro público dos cemitérios existentes; tece um plano de alargamento das ruas, valorização das calçadas e reconfiguração de quadras e lotes.

Cabe sinalizar que esse conjunto de propostas de intervenção e estudo a cerca das condições e modo de organização da cidade antecede em trinta anos organização da Comissão de Melhoramentos Urbanos do Rio de Janeiro (1875) que propunha intervenções urbanísticas, sanitárias, tendo como ênfase de atuação a conclusões de obras no Canal do Mangue, demolição do Morro do Senado e abertura de grandes avenidas na região central da cidade. Além disso, é também muito anterior às conhecidas intervenções propostas por Pereira Passos, em 1906.

Sendo assim, é possível se perguntar como poderíamos situar as propostas de intervenção de Henrique de Beaurepaire Rohan no âmbito de um saber construir específico

sobre cidades? Poderíamos considerá-lo um urbanista?

### **Pré-urbanismo e urbanismo de regularização**

Para tentar lançar luz sobre essa questão, nos aproximamos de dois conceitos apresentados por Françoise Choay<sup>31</sup>, na obra *Urbanismo - Teorias e realizações*: o de “pré-urbanismo” e de “urbanismo de regularização”.

Choay apontou que até o século XVI, as cidades (tendo como referência aquelas situadas na Europa), não eram objetos de discursos. Tratava-se, do que a autora chamou, de “cidades vividas em silêncio”.

É somente a partir dos tratados desenvolvidos por Alberti<sup>32</sup> que se iniciou um discurso específico sobre cidades. Não ainda como ciência urbana, mas a partir de uma visão de "arte urbana".

Para Choay, o “urbanismo”, surge então no fim do século XIX e se opunha a “arte urbana” por se identificar como ciência e não como arte, além de compreender a cidade como um organismo e não apenas no seu quadro a ser construído.

Contudo, entre os séculos XVIII e XIX, pode-se observar uma série de reflexões e realizações que pareciam já envolver conhecimentos dessa disciplina nascente sem contudo ter sido criado um nome em relação ao qual seus praticantes se reconhecessem. Para o conjunto de ações ainda sem nome, Choay denominou “pré-urbanismo” e para o conjunto de realizações, a autora chamou de “urbanismo de regularização”.

Os discursos do “pré-urbanismo” se manifestaram em diversas formas e, para melhor compreendê-los, a autora os classificou como: progressistas e culturalistas. O modelo progressista estava ligado à ordenação do espaço urbano, de forma que torne eficiente e adequado ao novo contexto científico, as construções de novas ordens sociais e econômicas, num contexto pós Revolução Industrial. Valorizando as funcionalidades, a higiene, estandardização das edificações por tipologias e funções. Já o modelo culturalista

---

<sup>31</sup> Françoise Choay é historiadora de teorias e formas urbanas e arquitetônicas, professora de urbanismo, arte e arquitetura na Université de Paris VIII. Cursos filosofia antes de se tornar crítica de arte. Nos anos 50 colaborou nas revistas *L'Observateur*, *L'Œil* e *Art de France*. Nos anos 60 dirigiu a seção parisiense da *Art international*. Da década de 1970 até hoje, publicou diversos estudos sobre arquitetura e urbanismo. Dirigiu a coleção *Espacements* nas Éditions du Seuil.

<sup>32</sup> Arquiteto, teórico de arte e humanista italiano. Foi filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, músico e escultor. Personificou o ideal renascentista do "uomo universale", o letrado humanista capaz em numerosos campos de atividade.

se opunha a essa visão de cidade, levando em conta todos os transtornos sociais, políticos e econômicos dessa nova sociedade, orientando, então, projetos “contra-sociedade”, sustentados em novas estruturas e instituições, como os falanstérios, que são comunidades específicas, organizadas de maneira quase reclusa para não se “contaminassem com o exterior”, como apresenta Choay.

Para a autora, o “urbanismo de regularização” propunha regularizar e/ou adaptar as cidades antigas às novas demandas das cidades industriais e capitalistas. Ilustrando essa concepção, sinaliza as propostas de Cerdá, com o Plano de Barcelona e o desenvolvimento de uma nova forma de traçado urbano, viário, ocupação e distribuição de quadras, baseado na *Teoria Geral de Urbanização*, desenvolvida por ele que enfatiza a circulação e habitação. Além das intervenções realizadas por Hausmann em Paris, que foi um projeto de reestruturação urbana apoiado num princípio de embelezamento da cidade, dentro de um novo contexto político, pós revolução burguesa. A reforma também se apoiou nos princípios enfatizados por Cerdá.

Pode-se dizer que, a partir do trabalho de Beaurepaire Rohan, podemos observar um saber sobre cidade que ora aparenta se aproximar da noção de pré-urbanismo, ora parece se aproximar da noção de “urbanismo de regularização”. Se aproxima ao adequar as cidades a uma nova lógica de organização urbana (urbanismo de regularização) e aplicar seu traçado em princípios de embelezamento, higiene e circulação (pré-urbanismo), como sinalizado no relatório apresentado a Câmara do Rio de Janeiro.

Contudo, é necessário observar que o trabalho de Choay está muito mais centrado na experiência de indivíduos que atuaram em cidades europeias e norte americanas e aspectos específicos da cultura de construir cidades no Brasil não são abordados em seus trabalhos.

### **Atuação dos engenheiros militares nas cidades brasileiras**

Buscando nos aproximar mais de um saber construir cidades no Brasil, passemos a leitura do trabalho de Beatriz Bueno, *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*.

Beatriz Bueno<sup>33</sup> ressalta a figura da Real Academia Militar na função institucional de promover a formação teórico-prática dos engenheiros, dotando-os de técnicas de desenho, capacidades de mensurar e dimensionar o território que sofreria intervenção, desde o século XVII. As bases teóricas para a compreensão das formas de organizar as cidades foram oferecidas por esse saber. A autora centrou-se sua análise, em grande parte, na atuação dos engenheiros militares no período colonial e não no Império, contexto de Henrique de Beaurepaire-Roahn. Entretanto, é importante para compreender uma cultura e construção de um saber prático que norteou a atuação do engenheiro e que se formou por, pelo menos, dois séculos.

A autora mostra também, como o processo de gestação de vilas e cidades no Brasil esteve, por mais de três séculos, vinculados a um caráter político e formação de “cidades reais”, de implantações, que se estabeleciam para promover o povoamento, demarcação e defesa territorial. Até a vinda da Família Real, no início do século XIX, a configuração das cidades era regida, preponderantemente, sob um olhar de defesa do espaço e poder da coroa, resultando na ocupação e formação delas por todo litoral e gerando algumas implantações, como de São Luís do Maranhão e Belém do Pará, cuja configuração morfológica e traçado de ruas se organizou ao redor de seus fortes.

Assim, pode-se dizer que no Brasil, os engenheiros militares, desde o século XVII, adquiriram destaque, por atuarem diretamente criação de cidades. Mais do que propor alterações espaciais no território, esse grupo de profissionais foi fundamental na construção de um saber civil, possibilitando o levantamento das dimensões do país e aspectos sociais, políticos e econômicos.

[...] havia estreita vinculação entre os interesses metropolitanos e a política de colonização que, por sua vez, se materializava numa política de urbanização mais ou menos intensa e controlada pela Coroa e num urbanismo mais ou menos dirigido e sofisticado. Entre a política colonizadora descentralizada de 1500 a 1640 e a política urbanizadora altamente centralizada do século XVIII, Nestor Goulart Reis Filho observa um período intermediário de progressiva centralização administrativa, que não por acaso configurou uma rede de novas vilas com traçado tendencialmente regular. (BUENO, 2011, p. 279)

---

<sup>33</sup> Historiadora e doutora em Arquitetura e Urbanismo, graduada pela USP

A atuação de vários engenheiros militares não se restringiu apenas ao campo construtivo. Passando a ocupar cargos dentro das estruturas política, sejam provinciais ou nacionais,

Dentro desse contexto entre política e intervenção urbana, a figura de Henrique de Beaurepaire-Rohan emerge como um ator relevante e, destrinchando suas obras e reflexões é possível identificar um olhar específico sobre a ideia de cidade e organização do território.

Beaurepaire-Rohan apresentou uma atuação significativa no que se refere à produção cartográfica ao longo de sua vida. Essa atividade, no Brasil, naquele momento, representou um processo de expansão do conhecimento do território nacional, entretanto, não se restringia a apenas descrever seus aspectos físicos. Os levantamentos quantificavam também outros aspectos, tais como os socio-econômicos.

Tratavam-se do que ficou conhecido como corografias, Plantas e cartas topográficas acrescidas de relatórios com informações sobre populações e outros aspectos quantificáveis. Todo esse trabalho foi fundamental para que o poder central, o Império à época, reconhecesse seu território e pudesse estabelecer políticas de atuação em diversos setores.

Deve-se pontuar que ser engenheiro na época de Beaurepaire-Rohan significava também ser um militar. Por isso, sua atuação deve ser compreendida dentro do exercício militar.

Em 1837, por exemplo, esteve em comissão no Rio Grande do Sul levantando a planta do entricheiramento, estudo para criação de barreiras militares, na cidade de Porto Alegre durante a revolta do Rio Grande do Sul. Após sua participação, foi nomeado, em 1843, Diretor de Obras Públicas da Capital, sendo ainda, no mesmo ano, enviado pelo Imperador ao Mato Grosso para explorar o baixo Paraguai. Além de, no ano seguinte, elaborar as plantas das posições ocupadas pelo Exército na Bahia.

Foi após essa a viagem ao Mato Grosso que Henrique de Beaurepaire-Rohan desenvolveu o relatório de obras municipais para a Câmara do Rio de Janeiro. Essa questão é de especial interesse, pois temos por hipótese que os apontamentos do engenheiro para a cidade do Rio de Janeiro também ilustram o conhecimento adquirido e observado nos demais locais de sua atuação.

Como se sabe, o Relatório para o Rio de Janeiro se configurou como um estudo amplo e importante para a capital naquele momento e uma colaboração fundamental na construção de uma reflexão sobre cidades, no Brasil. Beaurepaire-Rohan construiu ao longo da vida um vasto conteúdo literário acerca das cidades brasileiras no qual atuou, seja na elaboração e planejamento de obras públicas, seja como na presidência de províncias. Documentou uma série de obras, entre elas “Viagem de Cuyaba ao Rio de Janeiro pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina”; “Viagem ao campo de Palmas”, em 1852; “O campo do Ipiranga”, em 1855. No mesmo ano, foi vice-presidente da província do Paraná, além de escrever, oito anos depois, considerações sobre a seca no Norte e Nordeste, no Correio Mercantil.

Ocupou novos cargos governamentais, tornando-se presidente das províncias do Pará e da Paraíba; Ministro de Estado, Ministro de Guerra, em 1864; Vocal do Conselho Supremo militar, em 1869. Publicou estudos sobre projetos de vias de comunicação com Assunção e o Mato Grosso do Sul com a província do Rio Grande do Sul, em 1872.

Em 1873, preparou a Carta Geral do Império com levantamento planimétrico do Brasil para exposição de Mundial Viena. As exposições costumam apresentar propostas e tendências que influenciarão o desenvolvimento de diversos segmentos sociais, em todo mundo. Publicou, em 1877, um o artigo “As secas do Ceará”, “Estudos acerca da organização da carta geographica e da historia physica e política do Brazil” e concebeu o projeto de organização do corpo de saúde do exército.

Todos os estudos e considerações de Henrique de Beaurepaire-Rohan descortinam um vasto conhecimento sobre o território. O engenheiro militar atuou em várias regiões do país e levantou em suas obras aspectos amplos sociais, políticos e econômicos de cada região, como uso de mão de obra estrangeira e indígena, tipologias construtivas, o manejo dos recursos naturais, as questões topológicas e ambientais.

### **Conclusões**

Tendo a compreensão dos conceitos de pré-urbanismo e urbanização de regularização, além de se apoiar nas práticas dos engenheiros militares e formas de gestão do território urbano brasileiro, é possível inferir que esse processo não foi exclusivo do continente europeu e seus pensadores, como, de alguma maneira, estudos como os de Choay sugerem. Como vimos com Bueno, práticas semelhantes já eram percebidas no

Brasil, desde o século XVII.

Especificamente, ao analisar a trajetória e obras de Henrique de Beaurepaire-Rohan, é possível exibir uma gama de intervenções e desenvolvimentos que englobavam conhecimentos prévios de ordenação, usos públicos, hierarquias urbanas, com adequação as realidades locais e planejamento de práticas construtivas. Desta forma, é possível estabelecer paralelos com o que Choay chamou de pré-urbanismo ou urbanismo de regularização.

Contudo, como vimos, sua atuação merece ainda estudos mais específicos que levem em consideração as práticas construídas nas cidades do Brasil em que atuou.



## Concepções sobre o "Terceiro Mundo" na fundação da revista *Tricontinental*: imaginando comunidades, forjando um projeto político

**Lídia Maria de Abreu Generoso**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

lidigeneroso@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a revista *Tricontinental* como fonte e objeto de pesquisa, com o intuito de refletir sobre essa publicação e as formas como buscou cumprir seu programa editorial e fortalecer o projeto político e cultural de cooperação, integração e solidariedade revolucionária da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), da qual foi "braço teórico" e porta-voz. Entre os diversos conteúdos publicados pela revista, buscaremos focar nossa análise nas discussões, apropriações criativas e re-significações conferidas por seus editores e colaboradores ao conceito de "Terceiro Mundo" em suas primeiras edições. Quais foram os limites desse conceito?

**PALAVRAS-CHAVE:** Terceiro Mundo, Esquerdas, revista *Tricontinental*, história transnacional

[o] 'Terceiro Mundo' consiste no mundo mais poderoso de nosso tempo.[...] Dele as grandes mudanças acontecerão [!]<sup>34</sup>

### A revista *Tricontinental* e como estudá-la?

A revista *Tricontinental*, publicação editorial cujo estudo motivou a produção deste artigo, fez parte de um projeto político e cultural de "solidariedade militante" entre movimentos revolucionários e de libertação nacional e de intelectuais da África, da Ásia e da América Latina. Esse projeto foi constituído de maneira oficial a partir da Conferência

---

<sup>34</sup> WEISS, Peter. The most powerful world of our time. *Tricontinental*, v.2, 1967, p. 163.

Tricontinental<sup>35</sup> de Havana que, em janeiro de 1966, reuniu em Cuba representantes de movimentos revolucionários e de libertação nacional, bem como intelectuais dos três continentes<sup>36</sup>. Na ocasião, foi fundada a Organização de Solidariedade entre os Povos de Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), órgão responsável por dar sequência às deliberações da Conferência, entre elas, o desejo de fundar para a organização um "braço teórico", que viria a materializar-se, a partir de abril 1967, na publicação da revista *Tricontinental*<sup>37</sup>.

A revista *Tricontinental* tornou-se importante espaço de debate e reflexão sobre o "Terceiro Mundo"<sup>38</sup> enquanto projeto político e cultural. Foi publicada bimensalmente em Espanhol, Inglês, Francês e Árabe<sup>39</sup>. A missão da revista, segundo seu editorial de fundação, era a de promover "uma maior compreensão dos importantes problemas enfrentados pelos povos

---

<sup>35</sup> *Acreditamos que a Conferência Tricontinental constitui-se como importante marco para as histórias das esquerdas em África, Ásia e América Latina, uma vez que congregou - de maneira pioneira - líderes e intelectuais dos três continentes em um mesmo fórum de debate, a fim de pensar estratégias e mecanismos coletivos para aproximação e solidariedade, bem como para a destruição do capitalismo, do imperialismo e do colonialismo em escala global, estabelecendo entre movimentos revolucionários e de libertação nacional uma aliança política e militar. Corroboram com essa perspectiva os autores Robert J. C. Young e Anne Garland Mahler. Além desses, Ocean Sur e Ediciones Tricontinental publicaram em parceria, em 2006, Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de África, Asia y América Latina, uma antologia de textos anteriormente veiculados na revista. Os dois prólogos dessa antologia, elaborados por Ulises Estrada e Luis Suárez nos trazem informações importantes sobre a fundação e edição da revista. Ver: TRICONTINENTAL, Ediciones; PRESS, Ocean. Rebelión Tricontinental: las voces de los condenados de África, Ásia y América Latina. La Habana: 2006; MAHLER, Anne. The Global South in the belly of the beast: Viewing African-American Civil Rights through a Tricontinental lens. Latin American Research Review, Vol. 50, No. 1. 2015; MAHLER, Anne. Beyond the Color Curtain: Empire and Resistance from the Tricontinental to the Global South. Tese de Doutorado, Emory University, 2013; YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: an historical introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2001; YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003 (Kindle Edition); YOUNG, Robert J. C., Postcolonialism: From Bandung to the Tricontinental. Historein 5 (2005): 11-21.*

<sup>36</sup> Foram 150 representantes de 28 países africanos, 197 representantes de 27 países asiáticos, e 165 representantes de 27 países da América Latina, além de 88 observadores e convidados de diversos países e organizações internacionais. In: TRICONTINENTAL; PRESS. *Rebelión Tricontinental*. p. 9.

<sup>37</sup> Em verdade, a OSPAAAL funda a *Editora Tricontinental*, responsável pela publicação e distribuição de uma série de materiais além da revista *Tricontinental*: o boletim *Tricontinental* e diversos livros, cartazes e filmes.

<sup>38</sup> *Optamos por não tratar, nesse artigo, das origens e usos do conceito fora de nosso objeto de pesquisa. Para mais informações, sobre o conceito e história do Terceiro Mundo, ler Chaliand, Vigevani, Prashad e Almeida; para mais informações sobre a Conferência Tricontinental, suas implicações para o que se convencionou chamar aqui de "Terceiro Mundo", bem como críticas contemporâneas ao uso do conceito "Terceiro Mundo", ler Mahler e Young. Para origem do conceito, ler Saury. In: ALMEIDA, Rodrigo Davi. As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947 - 1979). UNESP/Assis/SP, 2010. Tese de Doutorado; CHALLAND, Gerard. Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; SAUVY, Albert. Trois Mondes, une planète. L'Observateur, 14 août 1952, #118, p.14; VIGEVAANI, Tullio. Terceiro Mundo: Conceito e História. São Paulo: Editora Ática, 1990; PRASHAD, Vijay. The Darker Nations: A Biography of the Short-Lived Third World. New Dehli: LeftWorld Books, 2007 (Kindle Edition); PRASHAD, Vijay. 'The South Also Exists,' as the Third World Once Did. In: Report: the Multi Polar Moment? Nacla Report on the Americas. V. 40, i. 005, 2008;*

<sup>39</sup> Sabe-se que as versões em inglês e espanhol foram publicadas de forma contínua, ao passo que suspeitamos que as edições em italiano, francês e árabe tenham sido modificadas por seus editores locais. Encontramos edições impressas na França, por exemplo, que não eram compostas pelo mesmo material que as impressas em Cuba. Esse mapeamento, por seu caráter extremamente complexo, não será abordado extensivamente por essa pesquisa.

do Terceiro Mundo, e como superá-los através de medidas eficientes"<sup>40</sup> e "denunciar sistematicamente as políticas criminosas de intervenção, pilhagem e agressão utilizados pelo sistema imperialista mundial [...] contra os povos afro-asiático-latino americanos"<sup>41</sup>. Para tal, a revista buscava "coletar em suas páginas as contribuições dos mais proeminentes líderes do Terceiro Mundo, bem como intelectuais revolucionários intimamente ligados às manifestações culturais dos países subdesenvolvidos"<sup>42</sup>, a fim de que pudesse servir "como meio de agitação, difusão e intercâmbio de experiências revolucionárias, bem como das mais nobres ideias dos homens que lutam pela completa liberdade da humanidade"<sup>43</sup>. A revista foi editada, durante o período aqui analisado, por José Pérez Novoa, chefe do Departamento Sociocultural da OSPAAAL, sediado em Havana. Sua tiragem era de 50 mil exemplares, distribuídos gratuitamente a movimentos revolucionários, partidos de esquerda e intelectuais<sup>44</sup>.

Estudamos a revista *Tricontinental* sob a ótica da História Transnacional, segundo a qual é preciso "romper com a ideia e os limites da nação como marco espacial"<sup>45</sup>. Essa proposta constitui-se, portanto, em torno do estudo do movimento entre lugares e regiões, buscando não simplesmente abordar o processo histórico que acontece em diferentes lugares de maneira isolada. Barbara Weinstein afirma que a História Transnacional se dá através do estudo de zonas de contato: "pontos não necessariamente físicos nem geográficos onde os 'encontros' internacionais mais intensos transparecem"<sup>46</sup>.

Nesse trabalho, partimos do pressuposto teórico-metodológico de que a revista *Tricontinental* pode ser concebida precisamente como uma zona de contato, amparados pela afirmação de Weinstein de que essas podem ser "'comunidades' de discurso e conhecimento"<sup>47</sup>. Robert J. C. Young, autor de alguns dos poucos trabalhos publicados sobre nosso tema de pesquisa, conceitua a revista em questão como um "campo de trabalho transnacional"<sup>48</sup>. Estudar a revista *Tricontinental* é, também, uma importante oportunidade de retirar da Europa o *status* de *locus* da produção de todos os saberes, e compreender, através da perspectiva transnacional, "como o liberalismo, o marxismo e

---

<sup>40</sup> TRICONTINENTAL, Editorial; To the Reader. In: *Tricontinental*, 1967 #1, p. 4.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Editorial*, ed. #1. p.3.

<sup>42</sup> Entre os colaboradores de revista *Tricontinental* no período estudado, encontram-se muitos dos mais reconhecidos líderes políticos do que se convencionou chamar "Terceiro Mundo", nominalmente Fidel Castro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Carlos Fonseca Amador e Salvador Allende; além de intelectuais de renome como Jean-Paul Sartre, Gabriel García Márquez, Frantz Fanon e Carlos Altamirano. A revista se encarregou, ainda, de republicar textos "clássicos" sobre política e revolução escritos por Lenin, Che Guevara, Carlos Marighella, Camilo Torres, José Carlos Mariátegui, Malcolm X, entre outros.

<sup>43</sup> TRICONTINENTAL, *Editorial* ed. #1; p.4.

<sup>44</sup> TRICONTINENTAL, *Rebelión Tricontinental*. p.10.

<sup>45</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. *Revista Digital Escuela de Historia UNR*, #3, 2011/2012. p.18.

<sup>46</sup> WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14 jan./jun. 2013. p.13

<sup>47</sup> WEINSTEIN. *Pensando a história fora da nação*.... p.17.

<sup>48</sup> YOUNG. *Postcolonialism: a very short introduction*. po. 524.

todos os outros sistemas foram transformados e, em determinadas ocasiões, aprofundados em um mundo que não era"<sup>49</sup> necessariamente o europeu.

Nossa abordagem está em consonância com a História Conceitual do Político proposta por Pierre Rosanvallon, segundo o qual deve-se "apreender o político no entrelaçamento das práticas e representações"<sup>50</sup>, buscando assim, superar a "análise e o comentário de grandes obras"<sup>51</sup>, e assim incorporar à essa proposta teórico-metodológica o estudo de elementos importantes da cultura política, como a imprensa. Sob essa ótica, os conceitos podem, e devem, ser *postos a prova* pelas experiências e examinados nos limites de suas definições, limites esses que só são evidenciados por seus usos aplicados. Amparados nesse autor, optamos por estudar a forma como a revista debate, se apropria e re-discute o conceito de Terceiro Mundo, a fim de compreender as transformações que colaboradores da revista *Tricontinental* almejam impor a ele. Dialogando também com Koselleck<sup>52</sup>, compreendemos como a interação entre distintos campos de experiência e horizontes de expectativa interferem na forma como indivíduos históricos operam e dão significados aos conceitos.

Esse trabalho se situa, ainda, em meio a nossos esforços pela elaboração de uma compreensão mais ampla, abrangente e profunda da Conferência Tricontinental, e principalmente, de seus desdobramentos. Apresentaremos e analisaremos, nesta oportunidade, as concepções sobre o "Terceiro Mundo" elaboradas por Stokely Carmichael e Peter Weiss veiculadas na primeira e segunda edições da revista<sup>53</sup>, a fim de sustentar nosso argumento de que a revista operou como um "campo de trabalho transnacional"<sup>54</sup> e estabelecer uma melhor compreensão acerca do que a revista publica, bem como das formas como se compreende o "Terceiro Mundo" no momento inicial de sua publicação.

### **O "Terceiro Mundo" nas páginas da revista *Tricontinental***

O primeiro texto abordado por esse trabalho foi um ensaio publicado pela revista *Tricontinental* em sua primeira edição, intitulado *The Third World, our world*, de autoria de Stokely Carmichael. A trajetória de Stokely Carmichael é bastante interessante e as influências transnacionais entre o autor, a Conferência Tricontinental e a Revolução Cubana são trabalhadas por Seidman<sup>55</sup>, Rodriguez<sup>56</sup> e Gronbeck-Tedesco<sup>57</sup>. Nascido Stokely Carmichael, o líder político do movimento negro estadunidense viria a mudar seu

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. p.18.

<sup>50</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010. p.87.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. Por uma História do Político. p.86.

<sup>52</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.

<sup>53</sup> Serão analisados: CARMICHAEL, Stokely. The Third World: our world. *Tricontinental*, 1967, #1, p.15-22 e WEISS. The most powerful world of our time. *Tricontinental*, v.2, 1967, p. 163-167.

<sup>54</sup> YOUNG. *Postcolonialism: a very short introduction*. po. 524.

<sup>55</sup> SEIDMAN, Sarah. **Tricontinental Routes of Solidarity: Stokely Carmichael in Cuba.** *Journal of Transnational American Studies*, ano 4, #2 (2012).

<sup>56</sup> RODRIGUEZ, Besenia. "De la Esclavitud Yanqui a la Libertad Cubana": U.S. Black Radicals, the Cuban Revolution, and the Formation of a Tricontinental Ideology. *Radical History Review*, #92 (2005): 62–87.

<sup>57</sup> GRONBECK-TEDESCO, John. The Left in Transition: The Cuban Revolution in US Third World Politics. *Journal of Latin American Studies*: 2008, 40, p.651-673.

nome alguns anos após a publicação desse ensaio em *Tricontinental* para Kwame Touré. Sua trajetória se inicia no Student non-Violent Coordinating Committee, passando por sua participação no movimento dos Panteras Negras - do qual ainda era membro quando publicou o artigo - e culminando em sua adesão ao All-African Peoples Revolutionary Party. Em entrevista ao jornal cubano *Granma*, Carmichael afirmou que a revista era "uma bíblia nos círculos revolucionários"<sup>58</sup>.

Seu texto, publicado na sessão *Land of ideas*, busca aproximar as realidades da *black people*<sup>59</sup> estadunidenses daquela dos demais povos do "Terceiro Mundo", através da evocação das experiências de discriminação e racismo sofridas por ambos e da tentativa de ressaltar que racismo e exploração são, ambos, recrimináveis produtos de um sistema capitalista. Afirma:

[d]iferentemente de muitas das pessoas do Terceiro Mundo [...] nós estamos dentro dos Estados Unidos há quatrocentos anos e reconhecemos a profundidade desse racismo. Portanto, temos dois fronts de luta a travar: o racismo e a exploração, que são produtos de um sistema capitalista.<sup>60</sup>

A partir da associação entre racismo e exploração, Carmichael afirma que a *black people* estadunidense se junta

com os povos do Terceiro Mundo, porque nos entendemos como, e somos de fato, colônias dentro dos Estados Unidos. [...]. A estrutura de poder que explora e oprime a vocês é exatamente a mesma que nos explora e nos oprime. [...] E como os poderes imperialistas internacionalizaram seu sistema, nós devemos também, internacionalizar nosso sistema, para que nossa luta seja internacional: [E cita Che Guevara] criar dois, três, muitos Vietnams.<sup>61</sup>

Em inúmeros momentos, Stokely Carmichael utiliza expressões como "nosso mundo", "nós do Terceiro Mundo", entre outras, deixando claro que, segundo o autor, o conceito de Terceiro Mundo deve ser alargado. Nesse sentido, mais do que apenas uma aliança entre o Black Power e os movimentos presentes na Conferência Tricontinental, Carmichael defende uma concepção de "Terceiro Mundo" que se fundamentasse nas condições compartilhadas de exploração de seus "membros", e não nas disposições geográficas fundamentadas em continentes geograficamente estabelecidos. Conforma, nesse sentido, o que Alexandra Pita González<sup>62</sup> descreve como uma geografia imaginária, fundamentada com base nos encontros e no estabelecimento de redes.

---

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. *Tricontinental Routes*.... p.3.

<sup>59</sup> Dos desafios e incongruências do trabalho transnacional, se apresenta aqui: como traduzir "black"? Não parece apropriado traduzir como "preto", palavra que possui conotação negativa em seus usos no português brasileiro; ao mesmo tempo, traduzi-lo como negro, palavra comumente utilizada no Brasil, e reivindicada pelos movimentos sociais contra a discriminação de raça daqui, parece inapropriado frente à conotação negativa dessa palavra nos Estados Unidos. Optamos por manter o termo *black people* - politicamente aceito na sociedade estadunidense - sem tradução, ao que solicitamos a compreensão do leitor.

<sup>60</sup> CARMICHAEL. *The Third World: our world*. p.16.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *The Third World, our World*. p.21.

<sup>62</sup> PITA GONZALEZ, Alexandra Pita. Las revistas intelectuales como Fuente para el estudio de redes intelectuales. In: MONTIEL, C; MARTÍNEZ MENDOZA, S. *Voces en papel: La prensa en Ibero-america de 1792 a 1970*. Universidad Autonoma de Chiapas: 2008. p.86.



Segundo Carmichael, a *black people* nos Estados Unidos tem mais em comum com o "Terceiro Mundo" que com o sonho americano; a população branca dos Estados Unidos, por sua vez, seria incapaz de entender a urgência da luta anti-capitalista, por estarem alienados em função da dicotomia criada pela Guerra Fria e das benesses que recebiam do sistema capitalista e da exploração e racismo que esse impunha a outrem. Esses fatores tornavam, segundo o autor, a revolução uma tarefa a ser executada pela *black people*, bem como lutar contra a Guerra do Vietnam dentro dos Estados Unidos, e fazê-lo não só no campo simbólico e da conscientização, mas também através da luta armada.

Um último aspecto interessante do ensaio de Carmichael é que o autor encerra-o declarando clara oposição à União Soviética e aos Partidos Comunistas no Terceiro Mundo que promovem alianças de classe pelo desenvolvimento industrial. Carmichael defende que só será possível mudar a situação vigente de exploração, opressão, colonialismo e racismo através da luta armada e da "solidariedade militante" entre o *Black Power* estadunidense e os setores do Terceiro Mundo que optaram pela luta armada. Entende-se "solidariedade militante", nesse contexto, como os laços formados entre grupos políticos diretamente ligados à OSPAAAL - movimentos, partidos, entre outros - que buscaram promover ações de apoio material ou simbólico mútuo, e assim construir relações de cooperação e diálogo. A promoção da "solidariedade militante" é pauta frequente das publicações da OSPAAAL.

Nas palavras de Carmichael:

Nós já tentamos, por quatrocentos anos, coexistir pacificamente dentro dos Estados Unidos: e não deu em nada. A opressão não acabou. É claro, para nós, que só podemos ficar do lado daqueles no Terceiro Mundo que defendem a luta armada; aqueles que falam sobre coexistência pacífica, falam apenas pela manutenção do status quo. Nós já pegamos em armas; não é mais uma questão de [decidir] para que lado ir. Estamos prontos para destruir o imperialismo por qualquer meio necessário.<sup>63</sup>

O texto de Stokely Carmichael buscou aproximar o *Black Power* da OSPAAAL, circunscrevendo mais um grupo ao "Terceiro Mundo". Isso só é possível porque o autor define esse grupo com base em condições compartilhadas de opressão em um sistema capitalista liderado pela Europa e pelos Estados Unidos: a exploração e o racismo. Além disso, em função do posicionamento Soviético a favor de que a região espere por condições apropriadas, bem como das políticas de coexistência pacífica entre EUA e URSS, Carmichael aponta que o Terceiro Mundo se definiria em oposição também a esse. Por fim, ao dizer que o *Black Power* só pode ficar ao lado dos defensores da luta armada revolucionária, demarca sua convicção de que a luta armada era a única solução para os problemas desse "Terceiro Mundo", evocando uma tradição de defesa da violência semelhante à feita por autores como Frantz Fanon<sup>64</sup>.

Peter Weiss, por outro lado, defende que nenhum país ou grupo deve ser considerado parte do "Terceiro Mundo", conceito cujo uso deve ser abandonado. Em "O mundo mais

<sup>63</sup> CARMICHAEL. *The Third World: our world*. p.22.

<sup>64</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

poderoso de nossos tempos", o autor discorre sobre os países que compõe essa "região" e suas relações com a intelectualidade e a cultura. Apresenta também suas peças de teatro recentes e a forma como buscou ser um intelectual europeu aliado às lutas dos três continentes. Seu artigo foi publicado na sessão *New Expression* da revista *Tricontinental*, e descrito pelo editorial daquela edição como um texto que carrega uma "concepção polêmica sobre o conceito de Terceiro Mundo e a posição que deve ser assumida pelo intelectual europeu"<sup>65</sup>.

Enquanto o texto de Carmichael sobre a temática do Terceiro Mundo foi publicado em *Land of Ideas*, sessão privilegiada da publicação e reservado aos debates sobre a revolução, o texto de Weiss ficou reservado a um local de pouco destaque na revista, em uma coluna esporádica. Ainda que Weiss trate de cultura em seu ensaio, essa abordagem nos parece, no mínimo, curiosa.

Peter Weiss foi um reconhecido intelectual das esquerdas nascido na Alemanha, que à época da publicação dessa colaboração, residia na Suíça. O que propôs com *The most powerful world of our time*<sup>66</sup> foi, resumidamente, a substituição do uso do conceito de Terceiro Mundo por algum outro, com argumentos que fariam brilhar os olhos de qualquer pós-colonialista, que criticaram a ideia de Terceiro Mundo com base em fundamentos epistemológicos. Defende o estabelecimento de denominações alternativas dessa "região", que valorizassem suas características positivas e seu potencial revolucionário.

"Para começar, eu quero mudar as terminologias"<sup>67</sup>, conclama o autor em sua frase introdutória. "[E]u não gosto da expressão 'Terceiro Mundo' e não gosto de falar sobre 'países subdesenvolvidos'"<sup>68</sup>, em crítica aberta a termos que haviam sido recorrentes nos editoriais, artigos, cartas e reportagens publicadas pela revista até então. E o autor continua, fazendo questão de explicar, e ressaltando o potencial revolucionário e transformador dessa região geograficamente imaginada:

[a] expressão 'Terceiro Mundo' se baseia em um pensamento classista, qualifica uma terceira classe do mundo, e não expressa o que compõe o [que se convém chamar de] Terceiro Mundo. [...] [e]sse "Terceiro Mundo" consiste no mundo mais poderoso de nosso tempo. Precisamos escolher uma nova expressão para ele; poderíamos chamá-lo "mundo revolucionário" ou "mundo da luta por libertação", ou chamá-lo por um nome que mostre seu caráter militante, dinâmico e explosivo. Dele as grandes mudanças acontecerão, ele sobreviverá pelos próximos anos.<sup>69</sup>

Suas justificativas são não só políticas, como morais e epistemológicas. O autor critica a própria fundamentação da ideia que posiciona a Europa ou os Estados Unidos como Estados nacionais desenvolvidos, aproveitando a oportunidade para criticar também as concepções de desenvolvimento que implicam em caracterizar a esses países como desenvolvidos - e ao "Terceiro Mundo" como subdesenvolvido, em um par de oposição.

<sup>65</sup> TRICONTINENTAL, "To the Reader". In: *Tricontinental*, 1967, #2, p. 6.

<sup>66</sup> WEISS. *The most powerful world of our time*. p. 163-167.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. *The most....* p.164.

<sup>68</sup> \_\_\_\_\_. *The most....* p.164.

<sup>69</sup> \_\_\_\_\_. *The most....* p.165.



Eu não quero chamar aos países que estão emergindo, e que estão lutando pela construção de novas sociedades, nova atitude frente à vida, países subdesenvolvidos. Eles não são subdesenvolvidos em comparação com os assim-chamados países desenvolvidos. Eles não têm, é claro, o mesmo nível de industrialização e equipamento técnico [que os países que convencionou-se chamar desenvolvidos], mas alcançaram algo que muitos dos assim-chamados países desenvolvidos ainda não alcançaram: eles mudaram dinamicamente, ou estão à caminho dessa mudança, suas sociedades de uma maneira mais completa que aquele que se efetiva nas sociedades Ocidentais<sup>70</sup>.

Critica, nesse sentido, que se considere o nível de industrialização e equipamento técnico como medidor de desenvolvimento, defendendo que se incorpore à concepção de desenvolvimento a efetivação de transformações sociais. Uma vez que desloca-se o eixo de análise da fase de industrialização para o social, segundo o autor, não seria possível definir países como os Estados Unidos um país desenvolvido ou de Primeiro Mundo.

Percebe-se, portanto, que Weiss faz uma crítica epistemológica à forma como o "Primeiro Mundo" havia denominado esse grupo de países, forma essa que partia da conclusão etnocêntrica de que Europa e Estados Unidos eram portadores do que pode-se definir como desenvolvimento e progresso. Weiss não buscou dialogar com as origens do termo "Terceiro Mundo", ou com as formas como Sauvy<sup>71</sup> o delimitou a partir de uma clara alusão à Revolução Francesa e seu potencial revolucionário; talvez por que, após 15 anos, a definição de Sauvy já tivesse se perdido.

Fica claro para nós que, em sua primeira edição, a revista *Tricontinental* parece ter aceito e incorporado o conceito de "Terceiro Mundo" sem criticar seus aspectos negativos. As respostas à *The most powerful world of our time*, apesar desse ter sido considerado um artigo "polêmico", são interessantes. As sugestões de Weiss para substituir a denominação do grupo - de "Terceiro Mundo" para "mundo revolucionário" ou "mundo da luta por libertação nacional" - não parecem ter sido aceitas ou implementadas. Percebe-se que os editores de *Tricontinental* se recusaram a abrir mão dos únicos termos disponíveis de grande aceitação para se referir a um grupo tão grande e plural de países. Passaram a escrever "assim chamado Terceiro Mundo" com alguma frequência, na frágil tentativa de resolver esse impasse.

### Considerações finais

O que a contraposição desses dois textos, em edições consecutivas da revista *Tricontinental*, nos diz sobre o estudo dessa revista? E sobre o conceito de Terceiro Mundo? Primeiramente, fica claro que não se pode pensar em revista, nem mesmo aquela que é "porta-voz"<sup>72</sup> de movimentos, ou pautada por um forte "editorialismo programático"<sup>73</sup>, como objeto de estudos estanques e rígidos. Não se pode, nesse sentido, eliminar o caráter

<sup>70</sup> WEISS, Peter. *The most...* p.165.

<sup>71</sup> SAUVY, Albert. Trois Mondes, une planète. *L'Observateur*, 14 août 1952, #118, p.14;

<sup>72</sup> CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. *Anales do Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales*. Colima, Universidad de Colima, 2010. p.4.

<sup>73</sup> BEIGEL, Fernanda, Las revistas culturales como documentos de la historia Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. #20, 2003, p.113.

dinâmico da produção de uma revista, que inclui processos de colaboração e edição - para citar apenas alguns. Revistas são, precisamente, "objeto capaz de lançar luz sobre as particularidades da construção de um projeto coletivo"<sup>74</sup>, por evidenciarem os conflitos e urgências presentes em sua conformação.

Não se pretende aqui esgotar os debates publicados na revista acerca do conceito de Terceiro Mundo, mas demonstrar que esse - como qualquer outro - esteve sujeito às críticas e modificações ao longo do tempo. Essas críticas, por outro lado, não podem ser compreendidas sem que se considere a dimensão histórica de seus usos, particularmente, o fato de que alguns textos de *Tricontinental* buscaram exatamente reapropriá-los e modificá-los em função de necessidades concretas do presente. Defende-se, portanto, que o conceito seja estudado a fundo pela historiografia, e que se compreenda, também, seu grande potencial como mobilizador da realidade<sup>75</sup>, não só no âmbito das relações internacionais em seu sentido clássico, estabelecidas entre Estados nacionais, mas incorporando também a forma como fundamentou a criação de zonas de contato, como *Tricontinental*.

Acreditamos que com o auxílio de uma História Conceitual do Político, como propôs Rosavallon<sup>76</sup>, é possível evidenciar a forma como se operou com o conceito de Terceiro Mundo na revista *Tricontinental*, principalmente quando tenta-se perceber como esse foi definido na prática. Os usos do conceito de Terceiro Mundo foram claramente influenciados pelos interesses políticos e imediatos de seus colaboradores aqui citados. Para Stokely Carmichael, no sentido de expandir e aprofundar o projeto político e cultural conformado na OSPAAAL, incluindo novos atores na concepção de Terceiro Mundo. Por outro lado, o interesse expresso por Peter Weiss foi o de valorizar a dimensão do potencial revolucionário dessa região geograficamente imaginada e recusar alcunhas pejorativas como "Terceiro Mundo" e "subdesenvolvido". Usando Koselleck<sup>77</sup>, percebe-se que esses atores buscam articular seus campos de experiência - militante, revolucionária, intelectual - a horizontes de expectativa para o futuro. Para além dos limites desse trabalho, ressaltamos o quão interessante e frutífero tem sido o trabalho com a revista *Tricontinental*, e reiteramos nossa afirmação de que seu estudo é extremamente necessário e importante para que se compreenda mais da História do Século XX.

---

<sup>74</sup> \_\_\_\_\_. *Las revistas culturales como....* p.111.

<sup>75</sup> VIGEVANI. *Terceiro Mundo: conceito e história*. p.22.

<sup>76</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>77</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.

# João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel: um estudo do vocabulário político do *Panegírico de D. João III*<sup>78</sup>

Fernando Altoé  
Graduando em História  
Universidade Federal de Viçosa  
[fernando.altoe@yahoo.com.br](mailto:fernando.altoe@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Nossa pesquisa tem como foco de análise o *Panegírico de D. João III* (1533), um escrito do humanista português João de Barros (1496-1570). Radicados no gênero oratório, os panegíricos são definidos como composições literárias em prosa ou verso voltadas para o elogio de um determinado indivíduo. No caso do *Panegírico de D. João III*, foi escrito e endereçado ao monarca D. João III e lido em Évora em 1533 perante o rei, a corte e os cidadãos daquela cidade. Além do caráter elogioso, o *Panegírico de D. João III* se destaca pelas ideias políticas que possui e por um vocabulário político que evidencia a percepção de João de Barros acerca do Estado moderno português. O autor se empenha por apresentar ao rei um conjunto de ações ou modos de atuar à frente do seu governo com vistas a alcançar o bem estar e a segurança do Estado, discutindo temas como a conservação do Estado, a relação do rei com seus súditos, os conselheiros e as virtudes do governante, as empresas da guerra e a relação entre Estado e religião. Devido a uma estrita ligação que unia a Península Ibérica à Itália, foi possível a Barros ler as principais obras de Maquiavel (os *Discursos*, publicados em 1531, e *O Príncipe*, de 1532) e, em seu Panegírico, pôde reproduzir algumas ideias do escritor florentino ou mesmo contestar. Nosso objetivo é, pois, analisar o vocabulário político do *Panegírico* dentro do contexto em que foi elaborado, levando em conta a relação entre Barros e Maquiavel.

**PALAVRAS-CHAVE:** João de Barros; Nicolau Maquiavel; Estado moderno.

## Introdução

A evolução política da realeza portuguesa, do período medieval para o moderno, foi marcada por uma crescente centralização do poder político nas mãos do monarca, tese essa defendida por historiadores como José Mattoso<sup>79</sup> e Eduardo d'Oliveira França Paiva<sup>80</sup>,

---

<sup>78</sup> Este texto desdobra-se da pesquisa que venho desenvolvendo com o projeto “O “modus operandi” do Panegírico de D. João III: um estudo das ideias políticas de João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel e os ecos em Giovanni Botero (1531-1589)”, orientado pelo prof. Rubens Leonardo Panegassi e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>79</sup> Cf. MATTOSO, José. A consolidação da monarquia e a unidade política. In: MATTOSO, José e SOUSA, Armindo de (orgs.). *História de Portugal*. Segundo Volume: A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

<sup>80</sup> Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. Bauru: Edusc, 2013.

enquanto que na perspectiva de António Manuel Hespanha<sup>81</sup> esse processo foi caracterizado por uma singular autonomia dos outros detentores do poder público concorrentes à monarquia, quais sejam, os senhores leigos e eclesiásticos e os concelhos. Anteriormente ao século XIV, o rei era dotado de um poder senhorial, de prerrogativa pessoal e não sujeita à lei, a não ser à divina. Esse aspecto patriarcal do poder, típico do pacto feudal entre o rei e a nação, aos poucos foi cedendo lugar a um poder forte e centralizado, tendo como protagonista uma monarquia habilidosa em tirar partido das divisões internas da nobreza e impor sua autonomia. Segundo Mattoso, de um corpo social com unidades tendencialmente autónomas (senhorios e concelhos), irá se sobrepor, em Portugal, um poder político de conjunto – a monarquia – que conjugará as prerrogativas do poder régio e fortalecerá o vínculo daquelas unidades em torno de si. É por aí que se define a maneira pelo qual o poder monárquico se tornou dominante, salienta o autor<sup>82</sup>.

Ao lado da centralização do poder e do fortalecimento da monarquia e do exercício régio, encontra-se uma literatura política voltada para a representação do perfeito soberano, bem como para a sua edificação e edificação de seus súditos, com saberes autorizados sobre o príncipe, o reino, as virtudes, a paz, a guerra, a conservação e acrescentamento do reino<sup>83</sup>. Expressiva em Portugal desde o século XV, é no século XVI, no entanto, sobretudo durante o reinado de D. João III (1521-1557), que se encontrará uma quantidade assinalável de textos a ocupar-se da figura do príncipe e do ofício régio, o que revela, segundo Ana Isabel Buescu, a importância ideológica que se confere à constituição de um discurso sobre o príncipe e a monarquia quinhentista<sup>84</sup>. No plano europeu, data da mesma época grandes obras voltadas para o governo de uma república: *O Príncipe* (1513) de Maquiavel; *A educação de um príncipe cristão* (1516) de Erasmo; e *A educação do príncipe* (1516-

---

<sup>81</sup> Cf. HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa no Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1984.

<sup>82</sup> MATTOSO, *A consolidação da monarquia e a unidade política*, p. 221-244.

<sup>83</sup> Dois exemplos desse tipo de literatura são analisados por Flávio Reis: o *De republica per regem gubernanda* (1496), de Diogo Lopes Rebelo, e o *Clarimundo* (1528) de João de Barros. Cf. REIS, Flávio Antônio Fernandes. A arte de governar no “*De republica per regem gubernanda*” de Diogo Lopes Rebelo e no “*Clarimundo*” de João de Barros. *Revista Signum*, vol. 15, n. 1, p. 15-38, 2014.

<sup>84</sup> Cf. BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o príncipe: a “pedagogia especular” em Portugal no século XVI. *Penélope*. Gênero Discurso e guerra, n° 17, p. 33-50, 1997, p. 38. Destaque-se, por exemplo, a *Breve Doutrina e Ensino de Príncipes* (1525), ofertada a D. João III por António de Beja; a *Doutrina de Lourenço de Cáceres ao infante D. Luís, sobre as condições e partes que deve ter um bom príncipe e Sobre os Trabalhos do Rei* (1528), de Lourenço de Cáceres; o *Libro Primero da Princesa Christiana* (1543) e o *Livro Segundo del Príncipe Cristão* (1544), ambos de Francisco de Monzón; *Da [Criação] dos Príncipes* (1545), de António Pinheiro e o *Tratado Moral de Louvores e Perigos dalguns Estados Seculares* (1549), de Sancho de Noronha.

1519) de Guillaume Budé. De modo geral, a literatura medieval e renascentista está cheia desses tratados que, sob diferentes títulos, foram escritos para a educação dos reis. Conforme observa Ernst Cassirer, “Entre os anos de 800 a 1700 publicaram-se perto de mil livros destinados a ensinar o rei como se devia conduzir a fim de poder ser ‘ilustre no seu elevado cargo’”<sup>85</sup>.

Michel Senellart observa que, até o século XVI, a arte de governar encontra-se ligada ao conceito de uma prática moral (e não calculista e cínica) do poder, ordenada para o bem comum<sup>86</sup>.

O pressuposto doutrinário das versões católicas e luteranas da razão de Estado leva em conta a unidade de integração das partes do “corpo” à cabeça. A metáfora do corpo político é substancializada nos textos neoescolásticos dos séculos XVI e XVII e, em Portugal, o que se observa é o pacto de sujeição do corpo místico do Estado. Desse modo, a soberania é definida como a absoluta submissão de todo o povo ao príncipe. Este, por sua vez, deve manter a justiça e a paz com vistas ao bem comum, teoricamente entendido como o fim último da razão de Estado<sup>87</sup>.

Como observou João Adolfo Hansen, a obra de Maquiavel representa um divisor de águas das doutrinas sobre o poder e a razão de Estado. Em *O príncipe*, o florentino concebe o Estado como um artifício criado para o exercício do poder, desvinculado portanto da *lex naturalis* que o tomismo e sua releitura pela Segunda Escolástica entende como implantação de Deus na terra. Maquiavel descarta o caráter transcendental defendido pelas doutrinas das monarquias católicas e os seus preceitos concorrem com a ética cristã e literalmente dissolve a oposição *ser/parecer* que a fundamenta<sup>88</sup>.

Embora escrito em 1513, *O príncipe* só foi publicado em 1532. Os estudos pioneiros de Martim de Albuquerque demonstraram que João de Barros leu tanto *O príncipe* quanto os *Discursos* e, em seu *Panegírico de D. João III*, o humanista português interpolou passagens inteiras desses escritos, utilizando os exemplos e contextualizando-os numa estrutura ética,

---

<sup>85</sup> CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976, p. 168.

<sup>86</sup> SENELLART, Michel. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 13.

<sup>87</sup> Cf. HANSEN, João Adolfo. Razão de Estado. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 138.

<sup>88</sup> Cf. HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. *Floema especial*, ano II, n. 2 A, p. 133-169, out. 2006, p. 161.

assumidamente moral e religiosa<sup>89</sup>. Giuseppe Marcocci, por sua vez, anunciou que o *Panegírico* pode ser considerado a primeira reação europeia conhecida à edição daquelas obras de Maquiavel<sup>90</sup>. Nosso objetivo, aqui, é evidenciar essa relação entre Barros e Maquiavel e analisar as exposições argumentativas de ambos no que toca ao exercício do governo.

### João de Barros e Maquiavel e a oposição *ser/parecer* virtuoso

Maquiavel define as qualidades virtuosas do príncipe que irão garantir sua capacidade de manter o controle sobre o Estado do qual se apoderou e, para tal, formula preceitos baseados na ameaça de punição por má conduta, no compromisso com o expansionismo territorial e na disposição de manter o controle político por meio da força, medidas necessárias a manter os súditos em constante estado de insegurança. Segundo Rosemary O'Day em seu estudo introdutório ao *O príncipe*, Maquiavel busca com seu texto auxiliar um novo príncipe a manter o poder e o controle sobre o seu Estado e apresenta diversos exemplos de situações e problemas que esse príncipe venha a enfrentar, de modo a aconselhá-lo quanto aos modos de atuar à frente do governo. Assim, para exercer o controle sobre o Estado, o governante deverá agir com sutileza, e mesmo com astúcia e crueldade, se preciso for. Necessitará também de um exército caso queira ver respeitada a sua lei<sup>91</sup>.

A questão posta para o governante é a de como conquistar, manter e ampliar o poder. Maquiavel considera que a vida virtuosa pode, sim, ser objeto de consideração, no entanto, ele entende a virtude como um artifício de utilidade para se atingir os fins do poder. Como escreveu Hansen, “A novidade radical que introduz é a separação entre vida votada à virtude e vida votada ao sucesso político. Na separação, a aparência virtuosa se autonomiza do ser virtuoso, assumindo realidade própria, que implica imediatamente a redefinição política do conceito de ‘virtude’”<sup>92</sup>. Maquiavel, portanto, se afasta dos princípios teológico-políticos da razão de Estado católica preocupada com os meios de realizar virtuosamente o bem comum.

<sup>89</sup> ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal*. Estudo de História das idéias políticas. Lisboa: Alêthia Editores, 2007.

<sup>90</sup> Cf. MARCOCCI, Giuseppe. O modelo do Império Romano: Maquiavel em Portugal. In: *A Consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

<sup>91</sup> Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Introdução e guia de estudos por Rosemary O'Day. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p. 11-17.

<sup>92</sup> HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.



Como é sabido, a concepção de um governo virtuoso é tópico recorrente da literatura medieval e renascentista dedicada a realçar as virtudes cristãs para a boa condução do governo por parte de príncipes, reis e imperadores. Aliás, desde Aristóteles repete-se a virtude como uma disposição adquirida de fazer o bem: bem que só existe na pluralidade das boas ações e das boas disposições, que na acepção grega da palavra *arete* os latinos traduziram por *virtus*<sup>93</sup>. Em sua obra *A cidade de Deus*, Santo Agostinho toma a paz, a ordem e a justiça como fundamentos da monarquia cristã e define as virtudes que fazem do príncipe cristão um bom príncipe<sup>94</sup>. Já no século VII, o arcebispo e enciclopedista Isidoro de Sevilha, ao retomar a etimologia latina dos termos *rex* (“rei”), *regere* (“dirigir”) e *recte* (“retamente”), passa a afirmar que o rei, quando chamado a reger, deve agir corretamente. Se agir com retidão, conserva o nome de rei; por outro lado, perde-o se pecar. Logo, ao rei não basta concentrar em si todos os poderes, mas todas as virtudes<sup>95</sup>. É a prerrogativa de um governo centrado no reto exercício das virtudes que informará os autores dos chamados espelhos de príncipes<sup>96</sup>.

Também os panegíricos, assim como os espelhos de príncipe e os tratados teológico-políticos, levam em conta o cultivo das virtudes cardeais<sup>97</sup>. O *Panegírico de D. João III*, do humanista João de Barros, foi escrito em 1533 e direcionado ao monarca português. Em sua oração, Barros discorre sobre as qualidades que se deve exigir da liderança política e considera a posse da virtude como a chave para o bom governo. Do quadro escolástico das virtudes cardeais, a discussão em torno da justiça, prudência, fortaleza e temperança

---

<sup>93</sup> Cf. COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4-6.

<sup>94</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Trad. Marcos de Castro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 358 e ss.

<sup>95</sup> Cf. SENELLART. *As artes de governar*, p. 69-71.

<sup>96</sup> Os espelhos de príncipe constituem um gênero da literatura política medieval e apresentam como característica básica o elenco das virtudes convenientes a uma autoridade cristã: “Propondo sempre que a justiça é a síntese de todas as virtudes e que o príncipe antes de tudo deve ser justo, o modelo de educação exposto nos espelhos pressupõe [...] a ideia aristotélica da correção da natureza pela arte, adaptando-a, porém, aos fins da “razão de Estado” contra-reformada”. Cf. HANSEN, Educando príncipes no espelho, p. 150-151. Marco Antônio Reis observa que a Época Moderna, à sua maneira, deu sequência a esse tipo de literatura política, no entanto, apesar de incorporarem elementos novos, os espelhos “mantiveram-se como uma espécie de catecismo real, trazendo as normas para administrar o Estado, segundo as virtudes cristãs”. Cf. LOPES, Marco Antônio. Os espelhos de príncipes: um velho gênero para uma nova história das ideias. *Caderno de História*, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 21-30, dez. 1999, p. 24.

<sup>97</sup> São comuns a tais discursos, ainda, a expressão de uma concepção organicista da sociedade, a defesa da monarquia como regime político ideal, a exaltação do ideal de rei sábio, justo e guerreiro que governe pelo bem comum, a condenação da tirania e a representação da pessoa do monarca em seus aspectos interiores e exteriores. Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996, p. 64 e ss.



ganha relevo. A justiça é tida como a virtude mais necessária para a conservação do estado e para a garantia da paz e tranquilidade dos reinos. É também a que ocupa o primeiro lugar, “porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir”<sup>98</sup>. E continua: “[...] mas claro é a todos quão aceita virtude a Deus e ao mundo, e quão proveitosa às repúblicas é a justiça, e pelo contrário, quantos e quão grandes males nascem da sem justiça”<sup>99</sup>. A justiça promove a paz, já a falta de justiça provoca o ódio e as diferenças dentro do reino.

O príncipe, além de promover a justiça, deve ser prudente. De acordo com Barros, “Entre as virtudes que são necessárias para não somente o príncipe, mas qualquer homem ser justo, sempre o primeiro lugar foi dado à prudência”<sup>100</sup>. O humanista divide esta virtude em três partes: aconselhar bem, julgar bem e mandar bem. O governante prudente é aquele que conhece a verdade e por isso não se limita a “despender o tempo em coisas que não revelam nem servem de nada”<sup>101</sup>. No entanto, mesmo sendo conhecedor da verdade, o bom príncipe não deve abrir mão do bom conselho, pois o contrário disso será o mal para sua república: “é coisa clara que nenhum reino não pode durar muito sem ajuda de príncipe que tenha bom conselho; mas cumpre que os conselheiros sejam verdadeiros e amigos de Deus, e que saibam e não sejam de pouca idade”<sup>102</sup>. Barros ainda afirma que no conselho não pode entrar paixão, ódio ou cobiça, nem pouco amor de Deus, pois tais vícios são prejudiciais às repúblicas.

Sobre a fortaleza o humanista tece os seguintes comentários:

Forte é quem defende a boa razão e igualdade, as quais nunca podem estar sem justiça; forte é quem ama a virtude, não por interesse, mas pela glória do outro, que espera; forte é quem sempre mostra um mesmo rosto à fortuna, nem se espantando com nada nem de deixando vencer dalgum apetite. Fortaleza é procurar as causas da paz, não menos que vencer batalhas campais, por quanto as ordenações da paz aproveitam sempre, os males da guerra são muitos, e o bem da vitória as mais vezes dura pouco<sup>103</sup>.

Como se percebe nesta passagem, o príncipe ideal para Barros é aquele que “ama a virtude” não movido por interesses mundanos, mas por entender que a observação das virtudes é a

<sup>98</sup> BARROS, João de. Panegírico do Rei D. João III, por Manuel Rodrigues Lapa. In: *João de Barros, panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943, p. 4-5. A ortografia foi atualizada por nós. Procederemos assim com as demais citações.

<sup>99</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 22.

<sup>100</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 104.

<sup>101</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 104.

<sup>102</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 108.

<sup>103</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 122.

chave para o cumprimento dos mistérios da divindade. Não basta *parecer* virtuoso, mas *ser* virtuoso: “mal me poderá a mim ensinar quem não olha o que faz, e mal me poderá mostrar o caminho quem vai errado como eu”<sup>104</sup>, escreve Barros.

Completando o quadro das virtudes cardeais, Barros discute sobre a temperança. Esta virtude, segundo o humanista, consiste em desprezar as vaidades e honras sobejas e em sujeitar o apetite à razão:

Uma das propriedades desta parte é resistir ao apetite e submetê-lo em tudo à razão. Então um príncipe se pode chamar perfeitamente temperado, quando não menos obedece a si mesmo do que seus vassallos obedecem a ele; quero dizer: quando obedece à justiça e às leis, que são representadas no cetro real; e bem se diz que a fonte de toda a temperança consiste em ser o apetite sujeito à razão<sup>105</sup>.

O príncipe que vive na observância das virtudes é bem-aventurado e promove o bem de sua república: “Já vemos por experiência a principal defesa do reino pender da bondade e santa inclinação do príncipe. Já vemos por demais ser cercado de armas o rei que não é cercado de amor de seus vassallos”<sup>106</sup>, escreve Barros. Com efeito, a posse da virtude por parte do príncipe faz com que os seus vassallos lhe tomem como modelo de conduta e referência a ser seguida<sup>107</sup>. Também João Botero insiste na necessidade da conduta virtuosa por parte do governante. Escreve o teólogo:

O fundamento principal de qualquer Estado é a obediência dos súditos ao seu Superior, e esta alicerça-se na excelência da virtude do Príncipe, porque, assim como os elementos, e os corpos de que deles se compõem, obedecem sem resistência aos movimentos das esferas celestes, pela nobreza da natureza delas, e os céus inferiores seguem o movimento dos superiores, assim os povos se submetem de boa vontade ao Príncipe em que resplandeça alguma excelência de

<sup>104</sup> BARROS, Panegírico de D. João III, p. 103.

<sup>105</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 150.

<sup>106</sup> \_\_\_\_\_. Panegírico de D. João III, p. 98.

<sup>107</sup> “[...] por certo o príncipe cristão, que bem conserva esta parte, não somente a si, mas a todo o povo, que lhe obedece e toma seu exemplo, aproveita muito, e tanto mais com esta virtude que com as outras, quanto é esta mais espiritual e chegada a Deus; posto que, sem bem querermos olhar, encadeadas e tecidas estão todas as virtudes entre si, que aonde há perfeita justiça, também há perfeita paz e amor do próximo; nem pode haver perfeita paz sem perfeita religião”. Cf. BARROS, Panegírico de D. João III, p. 61. Luís de Sousa Rebelo já acentuou que “nos *Panegíricos de D. João III* e da *Infanta D. Maria* João de Barros procura acentuar apenas as qualidades do monarca e da Infanta e trata de fazer realçar nesses retratos a vivência de altos valores éticos, que imprimem cunho de nobreza àqueles que são capazes de os aceitar como norma de conduta”. Cf. REBELO, Luís de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 134. De forma semelhante escreveu Joaquim Romero Magalhães: “o retrato do rei perfeito devia servir a qualquer um – no Panegírico Barros não escreve crónica. É o rei arquétipo que se procura fixar e transmitir, sem traços singularizantes”. Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As estruturas políticas de unificação: o rei”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 62.

virtude, pois ninguém desdenha de obedecer e ficar debaixo de quem lhe é superior, mas de quem lhe é inferior ou até igual<sup>108</sup>.

Para os teóricos e tratadistas políticos das monarquias católicas, a virtude permite elevar a alma e a grandeza de espírito do homem e a insistência na conduta virtuosa por parte do governante decorre diretamente do modelo consensual de governo legal por ele traçado. Erasmo de Roterdã, ao perguntar o que distingue um verdadeiro rei de um ator, apresenta como resposta: “É o espírito que é correto para um príncipe: ser como um pai para o estado. É com este entendimento que o povo lhe jurou fidelidade”<sup>109</sup>. E João de Barros não deixa de lembrar a D. João III de sua obrigação enquanto rei: “[...] assim como o fim do bom piloto é fazer próspera viagem, e do médico dar saúde, e do capitão alcançar vitória, assim do bom príncipe é conservar a vida e descanso de seus vassallos [...]”<sup>110</sup>. Em suma, a promoção do bem comum deve ser a meta de qualquer governante, segundo a concepção cristã tradicional de poder.

Se para manter o poder a lição católica reza que o príncipe deve *ser* virtuoso, Maquiavel dirá que o governante deve apenas *parecer* virtuoso, distanciando-se, portanto, do modelo da virtude aristotélico-cristã<sup>111</sup>. Em *O príncipe*, o florentino escreve que é natural aos soberanos, pela posição elevada que ocupam, contarem com certas qualidades que lhes valem elogios ou vitupérios. No entanto, diante da impossibilidade de um príncipe possuir todas as qualidades, dada a sua condição humana, “é necessário que tenha a prudência necessária para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam fazê-lo perder seus domínios, evitando os outros se for possível; se não o for, poderá praticá-los com menores escrúpulos”<sup>112</sup>. Em outra passagem Maquiavel é mais incisivo: “Não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, mas é muito necessário que as aparente todas. Ousaria mesmo afirmar que possuí-las todas, e sempre as observar, chega a ser perigoso, mas a aparência de possuí-las todas é útil”<sup>113</sup>.

---

<sup>108</sup> BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução Luís Torgal. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 17.

<sup>109</sup> ERASMO DE ROTTERDÃ. A educação de um príncipe cristão. Trad. Vanira Tavares de Sousa. In: *Conselho aos governantes/Isócrates... et al.* Brasília: Senado Federal, 1998, p. 314.

<sup>110</sup> BARROS, Panegírico de D. João III, p. 24.

<sup>111</sup> Cf. HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.

<sup>112</sup> MAQUIAVEL. *O príncipe*, p. 73.

<sup>113</sup> \_\_\_\_\_. *O príncipe*, p. 77.

Como observou Hansen, “Maquiavel não e ‘maquiavélico’ ou ‘imoral’, obviamente, como os espelhos o constituem, pois seu ‘príncipe novo’ tem outro pressuposto”<sup>114</sup>. Se o pressuposto político do príncipe católico é fundamentado pela religião, Maquiavel se baseia na observação da política efetiva, tal como era praticada nas cidades italianas de seu tempo. Ou seja, ao descartar Deus da política, o florentino se utiliza de outros pressupostos que não se reduzem ao bem comum católico<sup>115</sup>.

Barros, em seu *Panegírico*, embora não faça qualquer menção a Maquiavel, rebate os argumentos do florentino de forma contundente<sup>116</sup>. Para o humanista, “Não há engano mais prejudicial que o daqueles, que, no tempo em que mais enganam, trabalham por que pareçam homens de bem. Por isso no príncipe não deve entrar dissimulação alguma nem arte, mas em tudo seja claro, constante e forte [...]”<sup>117</sup>. Barros reafirma a importância das qualidades que deve ter uma liderança política e o bem que elas causam: “Contudo, lembre-se o bom príncipe que nunca muito custou pouco, e que a virtude, de sua natureza, é trabalhosa, da qual, como dizia Aristóteles, a raiz é amarga mas o fruto é doce”<sup>118</sup>. Em suma, a virtude, para Barros, não é apenas passiva, mas ativa: ela promove a justiça, a paz e o triunfo da religião. Daí a importância de se observá-la, ou mais, vivê-la.

---

<sup>114</sup> Cf. HANSEN. Educando príncipes no espelho, p. 161.

<sup>115</sup> Cf. HANSEN. Razão de Estado, p. 137.

<sup>116</sup> Como foi mencionado anteriormente, os estudos de Martim de Albuquerque demonstraram que Barros interpolou passagens inteiras das obras de Maquiavel (especialmente os *Discursos* e *O príncipe*), publicadas pouco antes de escrever seu *Panegírico*. Giuseppe Marcocci, por sua vez, anunciou que o *Panegírico de D. João III* pode ser considerado a primeira reação europeia conhecida à edição daquelas obras de Maquiavel.

<sup>117</sup> BARROS. Panegírico de D. João III, p. 63.

<sup>118</sup> BARROS. Panegírico de D. João III, p. 103.

## Itaguara-MG: Uma comunidade imaginada através da imprensa local, entre os anos de 1968 a 1992<sup>119</sup>

Rafael Penido Vilela Rodrigues

Graduando em História, 7º período

Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH

rafaelpenidodh@gmail.com

**RESUMO:** Neste trabalho procuraremos identificar a construção de narrativas identitárias a respeito do município mineiro de Itaguara através do estudo de periódicos locais, especialmente artigos de jornais que tratem das práticas culturais que marcavam a vida cotidiana de seus habitantes. Utilizaremos o conceito de “comunidades imaginadas”, cunhado por Benedict Anderson, para realçar o aspecto simbólico das construções identitárias e as tensões entre diferentes grupos que compõem a sociedade que reivindica esta herança cultural. Para realizar essa tarefa, trabalhou-se com os jornais presentes nos arquivos do Museu Sagarana e da Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa, utilizando, sobre tudo, os jornais: Ita-Panorama (1968 a 1973), Conquista: Jornal de Itaguara (1982 a 1983), Vida Diocesana (1987 a 1989) e Ita-Comunicação (1989 a 1992). A utilização desses jornais possibilitou, no nosso entender, recuperar as diferentes interpretações a respeito do que supostamente distinguiria a comunidade itaguarense das demais, evidenciando os fatores culturais presentes no que se diz ser pertencente à Itaguara.

**PALAVRAS-CHAVE:** Periódicos; Identidade cultural; Itaguara-MG.

### Introdução ou o mito de fundação e a cartografia imaginária

Ao sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na divisa com as Regiões Campos das Vertentes e Oeste de Minas, a 95 km da capital, localiza-se o município de Itaguara.<sup>120</sup> Uma cidade no perímetro da metrópole mineira que, segundo as estimativas de 2014 do IBGE, conta com uma população de aproximadamente treze mil e oitenta e sete (13.087) habitantes.<sup>121</sup>

Itaguara localiza-se em posição geográfica privilegiada, as margens do Rio Pará, afluente do Rio São Francisco, e a 95 quilômetros da capital mineira. Em especial o Rio Pará, nos séculos XVII e XVIII, era o divisor das comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, e que, segundo o historiador Diogo de Vasconcelos, foi ponto de passagem para a expedição do bandeirante Lourenço Castanho Taques, que veio da região de São Paulo nos finais do século XVII em busca das sonhadas esmeraldas. Esse argumento de Diogo

<sup>119</sup>Este artigo é adaptação da primeira parte da monografia realizada pelo autor, intitulada: *Lugares da memória e a(s) memória(s) do lugar: Itaguara entre a Tradição e a Modernidade*. Uma pesquisa realizada para a obtenção do título de Graduação em História.

<sup>120</sup>Disponível em: <[http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/IGA\\_09\\_Cartografia.php](http://www.iga.br/SiteIGA/mapas/cgi/IGA_09_Cartografia.php)> Acesso em: 17 de abril de 2015.

<sup>121</sup>Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313220>> Acesso em: 17 de abril de 2015.

Vasconcelos se tornou, entre os itaguarenses, o ponto de fundação do povoamento da região, e sustenta o mito de origem da comunidade. Fato que por sua vez foi imortalizado no hino da cidade:

Sob o verde esperança da mata / Dorme o índio seu sono tranqüilo /  
Nas sedências de ouro e de prata / A sonhar da esmeralda c'o brilho. /  
Se o torrão que hoje é nosso custara / Todo ardor que o nativo carinha /  
/ Eia! Vamos pertence a Itaguara / Destas plagas tornar-se a rainha. / O  
desperta e o feroz patriota / Com seu tosco aparelho de guerra / Que  
importa a vitória ou a derrota / Só deseja salvar sua terra. / Da  
Conquista lhe nascem as dores / E do seio se levanta Sobreiras /  
Homem digno e demais fundadores / Nos deixaram lembrar as  
bandeiras. / Conquistanos o passado é de glória / Itaguara pra nós é  
Conquista / Mostraremos em marcha notória / Tendo as bênçãos de  
Deus sempre a vista / Os ministros do Altar nos congregam / A  
marchamos unidos ao Bem. / Conterrâneos, o lema que pregam / É  
transpor as fronteiras do Além.<sup>122</sup>

Pode se observar nas primeiras estrofes do Hino que há menção aos índios e às esmeraldas, reportando a passagem de Lourenço Castanho pela região, quando, segundo Diogo de Vasconcelos, ocorreram batalhas entre os bandeirantes e os índios nativos. Ainda exalta o antigo nome da comunidade – Conquista – onde nas estrofes “Conquistanos o passado é de glória / Itaguara pra nós é Conquista”, percebe-se o louvor ao passado, chamando os viventes pelo antigo gentílico – conquistanos – a reconhecer o seu passado e a exaltá-lo, de forma que há o nome oficial do município, mas para os habitantes permanece Conquista. Atualmente ainda é possível perceber nos nomes das lojas comerciais, nos times de futebol, nas empresas prestadoras de serviços, nas fábricas de móveis, etc., são inúmeros os locais que se apropriam do nome de Conquista para titular os seus empreendimentos. O que mostra uma forte identificação com o “passado de glórias”.

Contudo, pode-se dizer que são múltiplas identidades construídas através de gerações entre os itaguarenses. De forma que lançamos os olhares para as identidades atribuídas ao município, possibilitando compreender à dinâmica que dá consistência ao imaginário dos viventes enquanto reconhecedores de parte pertencente da comunidade. Como argumenta José Carlos Reis (2006), o trabalho do historiador consiste em reescrever a História, de forma que isso se dá pelo próprio fato da “especificidade mesma do conhecimento histórico: os homens e as sociedades humanas no tempo. [...] Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo”.<sup>123</sup> Naturalmente, o estudo da História se volta para o passado, observando os rastros deixados pelos homens e as sociedades nas “areias do tempo”. Contudo, encontra-se a perspectiva de que o trabalho do historiador é definido pelo seu próprio tempo vivido. Ao observar os rastros deixados na areia do tempo ele vê de um lugar, de um determinado ângulo, condicionando a sua análise narrativa.

<sup>122</sup>Hino de Itaguara. Letra: Paulo de Oliveira Rezende. Música: Luiz Gonzaga de Paula. 14 de novembro de 1994.

<sup>123</sup>REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.7.



Neste artigo trabalhou-se com a perspectiva de Benedict Anderson (2008), quando afirma que “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.<sup>124</sup> Nessa vertente é considerada a integração concomitante entre os habitantes e a cidade, de maneira que as pessoas representam na cidade espaços de memória, onde as suas experiências cotidianas transmitem à cidade, ou mesmo ao campo, as suas representações de memória, uma vez que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.<sup>125</sup> Dessa forma os espaços de memória são lugares onde se pode, por associação com as representações dos indivíduos, delinear as identidades e o imaginário de pertencimento de uma comunidade.

### **A construção da memória: os jornais e os lugares de memória**

No que diz respeito ao uso dos jornais, é considerado uma noção utilizada por Anderson onde ele define que os jornais produzem “a ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo”.<sup>126</sup> Por essa noção podemos considerar ainda que os jornais criam uma simultaneidade entre os leitores, que por sua vez se inserem em uma ideia de compartilhar da ação de outros, ao ponto que o leitor produz na sua leitura e em si mesmo uma noção sociológica que tem em vista a atividade de outros que compartilham da mesma ação, simultaneamente.

Os jornais são analisados como produtos culturais construídos e que ao mesmo tempo a comunidade apropria-se de suas matérias como se elas fossem parte de suas identidades. No entanto, é considerado também que os jornais apresentam lacunas, pois eles são instrumentos de comunicação que visam atingir um determinado público, reproduzindo narrativas construídas de determinados lugares sociais que dão significado ao enredo.

A investigação foi realizada a partir de jornais encontrados nos arquivos do Museu Sagarana (MUSA) e da Biblioteca Pública Guimarães Rosa, dois espaços institucionais ligados à memória da cidade, uma vez que cada uma dessas instituições tem por princípio a manutenção do saber mnemônico.

A Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa foi, desde a década de 1970, o local que serviria de arquivo para trabalhos, jornais, periódicos, impressos, publicações, fotografias, documentações, pesquisas, etc. A Biblioteca era, até a fundação do MUSA em 2012 no primeiro mandato do prefeito Alisson Diego Batista Morais, o único espaço destinado à memória de Itaguara. Mas era um espaço que tinha pouco incentivo para o

---

<sup>124</sup>ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.33.

<sup>125</sup>LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 476.

<sup>126</sup>ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.56.



desenvolvimento de pesquisas e exposições, já o Museu Sagarana, nas palavras do bispo diocesano Miguel Ângelo, vem a ser:

[...] a instituição do “Templo das Musas”, onde se abrigue a história viva da comunidade, a musa das fotografias e dos documentos relativos a Itaguara; da musa dos vídeos com personagens importantes da comunidade das mais diversas áreas; da musa da “Biblioteca Conquista”, onde se recolhem recortes de jornais e publicações científicas, literárias e musicais sobre Itaguara e de seus filhos; da musa do teatro e das exposições temporárias para a valorização de talentos e a divulgação da cultura local e regional; da musa do crescimento. Os sonhos se realizam quando sonhados conjuntamente por uma população envolvida com um projeto cultural de qualidade que contemple não apenas o gosto das massas iludidas pela manipulação da mídia, mas a construção de sua identidade como povo.<sup>127</sup>

Observa-se que D. Miguel busca referências nas Musas da mitologia grega para dar sua definição ao MUSA – lembrando que as Musas são filhas de Mnemosíne, a deusa titã que representa a personificação da memória. Mas, além disso, tal comparação feita pelo bispo diocesano representa a significação dada ao Museu como o espaço de memória que se constitui. Evidenciando a necessidade de por a prova uma memória da comunidade, valendo-se de ferramentas que proporcionem um maior envolvimento, deixando de ser apenas o arquivamento de materiais e passando também para exposições que promovam visitas e produções de pesquisas.

Tanto a Biblioteca Pública quando o MUSA são definidos como lugares de memórias: uma definição conceitual a ser pontuada, pois abriga noções importantes para se pensar a relação entre a história e a memória. Partindo da definição de lugares de memórias proposto por Pierre Nora (1993), podemos observar que os lugares de memórias são necessários quando uma sociedade não vive mais a memória espontânea, ou seja, os lugares de memórias são a busca por um passado que não se sente mais, que está distante do cotidiano.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõem uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado.<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup>ROSA, Fleury. Um passado de glórias, um futuro de conquistas. In: *Revista Viva Grande BH*, Contagem - MG, ano 2, n. 11, 2014, p. 38.

<sup>128</sup>NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: KHOURY, Yara Aun. *Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história: traduções*. São Paulo, PUC/SP, nº10, Dez. 1993, pp. 8-9.

Tendo o MUSA e a Biblioteca Pública como lugares de memórias, podemos interpretá-los como espaços que expressam a necessidade de representar o passado, reconstruindo a memória que habitava entre os itaguarenses. Nesse sentido, os jornais encontrados nesses arquivos são da mesma forma uma reconstrução do passado, ao passo que eles estão incluídos no acervo histórico dessas instituições.

Desta forma, os jornais são explorados como construções culturais selecionadas pela memória arquivística dessas instituições, o que nos conduz a pensá-los como parte das expressões da memória coletiva do município. De maneira que ao por em prática um processo de seleção arquivística é levado em conta o “valor” que o documento a ser preservado tem para o grupo a qual a instituição é ligada. Ao levar em conta os acervos dos arquivos devemos olhar para eles como monumentos que pretendem transmitir um determinado aspecto da memória coletiva. Assim como os *documentos monumentos*<sup>129</sup> os arquivos constroem uma rede de poder através da memória enquadrada em uma determinada perspectiva, promovendo leituras particulares sobre o passado e construindo expectativas para o futuro.

Nos acervos desses espaços foram encontrados treze coleções de jornais, mas para este trabalho foram selecionados quatro dentre elas. Essa seleção foi feita levando em conta os aspectos presentes nos jornais no que diz respeito à problemática que eles apresentavam sobre as identidades culturais de Itaguara, observando as particularidades identificadas em cada um deles na preocupação com a manutenção da história da cidade e dos antigos viventes. De forma que foram selecionados para este trabalho os jornais *Ita-Panorama*, *Conquista: Jornal de Itaguara*, *Vida Diocesana* e *Ita-Comunicação*.

O jornal *Ita-Panorama*, com as suas quarenta e nove edições que vão de novembro de 1968 até abril de 1973. No contexto do Governo Militar, as narrativas desse jornal dialogam com as políticas de urbanização, modernização, progresso e com o sentimento ufanista que era difundido nesse período. Em Itaguara, nesse período também foi fundado a Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa, em 1970, no primeiro mandato do prefeito Antônio Ferreira de Moraes. Um projeto que pretendia expandir os horizontes dos habitantes a partir da educação e da “cultura”. A Associação dos Ex-Alunos do Ginásio Monsenhor João Rodrigues, que por sua vez era responsável pelo editorial do *Ita-Panorama*, teve participação importante na fundação da Biblioteca, mobilizando os itaguarenses com o projeto, publicando notas nos jornais que incentivavam o envolvimento da população e até mesmo cobrando a efetivação por parte da prefeitura. Para a Biblioteca este jornal é parte de sua própria consolidação e efetivação, ter suas edições em seus arquivos é conservar a sua própria memória.

O *Ita-Panorama* caracteriza-se em leituras que narram uma história *mestra da vida*, através de um passado glorioso que é capaz de inspirar o progresso, a modernização, o desenvolvimento, o futuro. Contudo, a proposta desse jornal, além de estar em diálogo com o jogo simbólico de poder que estava em voga no momento do convencionalmente denominado “milagre econômico”, também fez parte do projeto da Associação dos Ex-

---

<sup>129</sup>LE GOFF. *História e Memória*, p. 59-60.

Alunos que pretendiam promover a “cultura” em Itaguara. As matérias do *Ita-Panorama* representam leituras identitárias que emergiram do período entre 1968-73; são matérias que respondiam o que foram os itaguarenses, o que são e o que viriam a ser, identificando no passado as bases para as “virtudes” que levam Itaguara ao progresso.

Já o *Conquista: Jornal de Itaguara*, que se encontra nos arquivos do MUSA com seis edições que vão de novembro de 1982 a agosto de 1983, traz para nós o nome simbólico da antiga Conquista. Um nome sugestivo para suas matérias, onde encontramos narrativas que lançam o olhar para as tradições, para a memória, valorizando a preservação, fazendo um retorno ao passado e até mesmo muitas vezes colocando em cheque o progresso, a modernidade, o futuro.

Para pensarmos essas posições do jornal, valendo-nos da perspectiva trabalhada por Tânia De Luca (2008),<sup>130</sup> observarmos as redes de sociabilidade, geração e cultura política que constituem a construção de tais ideias. De maneira que logo na capa de sua primeira edição de novembro de 1982, encontramos a matéria *Itaguara Recusada*, onde se expõe a oposição do corpo editorial do jornal em relação ao recém-eleito prefeito Pedro Rosa das Chagas: “Demonstrando rancor, ódio, espírito de vingança, Pedro Rosa negou, por duas vezes, a dar uma entrevista para o número ‘Zero’ do CONQUISTA, onde seriam debatidos os problemas da cidade, alegando que tinha sido muito ‘humilhado’ durante a campanha e que não era ninguém”.<sup>131</sup>

Esse oposicionismo é chave para entendermos a valorização do passado, expresso em suas matérias, de forma que as argumentações tem por base o debate sobre a política da cidade, apresentando leituras que “desvalorizavam” aquele presente. Deve se ter em vista também que os anos de rodagem do *Conquista* – 1982-83 – foram marcados pela crise de representatividade do Governo Militar, a recessão da economia, a valorização da democracia, enfim, era um momento que requeria olhar para o passado e reavaliá-lo, pois os desdobramentos que levaram até aquele presente não convenciam mais; era necessária uma descontinuidade, ou até mesmo um retorno ao “passado remoto”, anterior aos militares.

A insatisfação aos dezoito anos de Ditadura Militar é evidenciada também em outras edições onde podemos perceber a valorização da democracia, da liberdade, assim como a oposição do jornal frente o prefeito Pedro Rosa, fazendo do passado o seu ponto de apoio, explicitando as supostas precariedades do primeiro mandato do prefeito entre 1974 a 1977. De tal forma, ao retomar o passado, o *Conquista: Jornal de Itaguara* está articulando uma identidade para uma Itaguara que não se reconhece no presente, que não vê perspectivas positivas em seu horizonte, por isso busca a valorização da memória, levando a edição de dezembro de 1982 a publicar uma matéria onde se diz: “E só a preservação consciente da cultura é capaz de conduzir o homem à liberdade. Para matar

---

<sup>130</sup>DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>131</sup>Itaguara Recusada. In: *Conquista: Jornal de Itaguara*. Itaguara, nº 0, ano 1, Nov. 1982.

um povo mate-se lhe a memória. E todos os tiranos sabem disto”.<sup>132</sup> Com isso, o *Conquista* possibilita-nos ter uma compreensão de uma Itaguara que emerge a partir da leitura que busca na preservação do passado as argumentações para a consolidação dos valores dos antepassados no presente; representando a predisposição dessas narrativas em (re)afirmar os itaguarenses por sua *história*.

Já o jornal *Ita-Comunicação*, também encontrado nos arquivos do Museu Sagarana, com maior volume *arquivístico*, contendo cento e uma edições que vão de julho de 1989 a novembro de 2000: é um jornal que matem em seu corpo editorial boa parte dos membros do *Conquista: Jornal de Itaguara*, mas que constrói uma leitura diferenciada das memórias da comunidade. Contudo, tendo em vista a extensão deste jornal, optamos por trabalhar com as trinta e três edições arquivadas que vão de julho de 1989 até dezembro de 1992, sendo levado em conta o primeiro mandato do prefeito Rui Alberto Lara, que foi apoiado pelo corpo editorial deste. Isto possibilita-nos um recorte que proporcione o entendimento mais consistente das matérias dos jornais e das expectativas de seus discursos.

No corpo editorial do *Ita-Comunicação* podemos identificar alguns membros que também compunham o *Conquista: Jornal de Itaguara*, como: Dino Sávio, o editor responsável do *Conquista* e do *Ita-Comunicação*; Ubiraci Prata Lima, diretor tesoureiro do *Conquista* e membro colaborador do *Ita-Comunicação*; Wagner Lara, responsável pela administração e publicidade do *Conquista* e membro do conselho editorial do *Ita-Comunicação*; Alberto Rezende, responsável pela reportagem geral do *Conquista* e membro colaborador do *Ita-Comunicação*. Esses são alguns dentre outros que compunham o corpo dos dois jornais. Contudo, se o *Conquista* caracterizava-se como um jornal da oposição de Pedro Rosa das Chagas, o jornal *Ita-Comunicação* lança sua primeira edição em julho de 1989, após o encerramento do mandato de Pedro Rosa e configura-se como apoiador do recém-eleito prefeito Rui Alberto Lara. Na edição nº0 apresenta a matéria *O que o Povo de Itaguara Precisa Saber*: onde denuncia as “omissões” no mandato anterior e apresenta as “conquistas” que o recém-eleito prefeito Rui Lara irá proporcionar para a cidade.

As edições que circularam no primeiro mandato de Rui Lara apresentam uma leitura singular, onde podemos encontrar discursos que constroem um horizonte de expectativas que resignifica as relações com o passado, buscando autonomia para caminhar rumo ao futuro. Uma perspectiva que é entendida quando observamos em suas matérias a oposição ao prefeito anterior, ou até mesmo ao regime político anterior: neste caso o retorno ao passado é configurado pela justificativa do apoio ao prefeito recém-eleito. Essas caracterizações das trinta e três edições do *Ita-Comunicação* apresentam uma leitura da história da cidade em narrativas que se dispõem pensadas a partir da crise das tradições, crise das ideologias, negando o passado, propondo leituras historiográficas que entram na reflexão sobre como alcançar o futuro e o desenvolvimento da cidade de forma autônoma, sem as amarras conservadoras do passado.

Já o jornal *Vida Diocesana*, também encontrado nos arquivos do MUSA, contendo apenas a edição de setembro de 1987 e a de maio de 1989, não é diretamente de Itaguara,

<sup>132</sup>RIBEIRO, Miguel Freitas. Memorial nos Ares. In: *Conquista: Jornal de Itaguara*. Itaguara, nº 1, ano 1, Dez. 1982.

mas da Diocese de Oliveira-MG, a qual a paróquia de Itaguara pertence. Nessas duas edições arquivadas no Museu encontramos matérias que são referentes à Itaguara, representando as memórias, as tradições e os símbolos da cidade, como o Hino de Itaguara em sua íntegra e a História da Paróquia Nossa Senhora das Dores. Suas edições demonstram uma preocupação em afirmar o passado ligado à tradição, aos valores dos antepassados, neste caso valores que emergem dos princípios católicos que se sustentam a partir da memória.

É significativo que neste jornal dos finais da década de 1980, quase o mesmo período do *Ita-Comunicação*, presente essa perspectiva de propagar o passado, principalmente em um momento de crise das representações como nos finais da década de 1980. Por ser um jornal ligado à Igreja Católica, suas matérias apresentam uma leitura que tem na manutenção e articulação das tradições e da memória a sua base referencial. As duas edições do jornal *Vida Diocesana* demonstram uma Itaguara imersa no diálogo que discute o valor das tradições e as suas expectativas para a modernidade. A busca por referências no passado é ao mesmo tempo repensada ao lançar o olhar para o horizonte, como é evidenciado nas matérias *Conflitos de Gerações* e *Havia Mês de Março nos Anos 40*: duas matérias de maio de 1989 que abordam as relações dialógicas entre o campo de experiência e a modernidade que é alcançada ao olhar o horizonte de esperas.

### Considerações finais

Podemos notar que as leituras apresentadas pelos jornais constroem diferentes representações sobre Itaguara. Em cada momento da escrita o passado é (re)significado para compor as fundamentações do presente. Se em 1968-73 o *Ita-Panorama* transpunha as “virtudes” do passado para o presente em função de caminhar rumo ao progresso, em 1982-82 o *Conquista* coloca em dúvida a busca pelo progresso, pelo desenvolvimento e a modernidade, pois esses “movimentos” da sociedade estavam levando a memória da cidade ao esquecimento.

Podemos observar também que além das conjecturas do presente, a rede de poder que compõe o corpo editorial é fundamental na construção dos discursos. Por exemplo, os jornais *Ita-Comunicação* e *Vida Diocesana*, ambos dos finais da década de 1980. Enquanto o *Ita-Comunicação* quer romper com as amarras conservadoras do passado para seguir com autonomia rumo ao progresso, o *Vida Diocesana* rememora as heranças culturais num momento de crise das representações, uma articulação que aparentemente busca reforçar as identidades.

Aos poucos, é possível adentrar em uma cidade imaginada por diferentes olhares. São diferentes interpretes sobre um mesmo objeto; são construções discursivas que representam Itaguara imaginada por um jogo de espelhos, por uma troca de imagens sobre o que foi o passado e o que seria o futuro.

Itaguara é construída como uma comunidade imaginada através da comunhão dos produtos culturais, enraizados no mito de origem, em relação aos bandeirantes e o passado de Conquista. Itaguara é uma comunidade imaginada também em seu horizonte de

expectativas, dispondo-se ao futuro, em um olhar conjunto que contempla a si mesma no horizonte, mesmo sendo ele “(re)imaginado” e inalcançável.



## Em nome da tradição: discursos memorialistas nos debates sobre a mudança da capital mineira (1890-1893)

Thaís Lanna Junqueira

Graduada em História

Universidade Federal de Minas Gerais

thaislj@gmail.com

**RESUMO:** Nos primeiros anos da República brasileira, os debates a respeito da transferência da capital mineira de Ouro Preto para outra localidade dividiram políticos, imprensa, intelectuais e sociedade em dois grupos distintos: os mudancistas e os não-mudancistas. Em 1893, os primeiros venceram a disputa e, já em 1897, inaugurava-se a Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, deixando a antiga capital relegada ao passado colonialista e imperial que se preferia esquecer. Na historiografia, é comum se afirmar o pioneirismo dos intelectuais modernistas, na década de 1920, em um discurso memorialista sobre Ouro Preto enquanto cidade histórica. Procurando questionar tal visão, nos propomos, neste trabalho, a investigar a existência de tal discurso em um momento anterior a esse, ainda no século XIX, nos debates que se travaram nas sessões da assembleia legislativa mineira, bem como na imprensa local, entre 1890 e 1893. Procuraremos analisar, por meio de conceitos como “memória”, “tradição” e “identidade”, de que forma ideias modernas de preservação do patrimônio estavam presentes nos argumentos dos não-mudancistas, frente à ameaça da perda do status de Ouro Preto como capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ouro Preto; Mudança da capital; Memória; Patrimônio; Preservação

A produção historiográfica brasileira que trata dos discursos históricos sobre a cidade de Ouro Preto normalmente tem como recorte temporal a década de 1930, toma como sujeito central o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o *SPHAN*, e tem como objeto central de análise o patrimônio arquitetônico da cidade. Poucas são as pesquisas desenvolvidas até então nas quais os historiadores deslocam seus olhares para outros momentos da construção de um discurso memorialista sobre Ouro Preto, sobretudo aqueles inseridos em períodos anteriores ao mencionado. Igualmente raras são as narrativas históricas que têm como atores principais pessoas e grupos sociais fora da esfera da administração pública, representada pelos órgãos oficiais de proteção ao patrimônio, criados no governo Vargas, ou do movimento modernista, que se consolidou no cenário cultural brasileiro a partir da década de 1920. Além disso, são poucas as obras que tratam



diretamente de questões referentes elaboração de memórias, identidades e tradições, conceitos intrinsecamente ligados aos discursos e práticas preservacionistas.

Partindo da premissa de que todo objeto de estudo é histórico, isto é, tem uma trajetória de construção ao longo do tempo, entendemos que a imagem de Ouro Preto como cidade histórica não é algo intrínseco a ela, nem esteve presente no imaginário social dos mineiros desde sempre. Ela foi elaborada em circunstâncias determinadas, por atores específicos com interesses bem definidos ao longo de algumas décadas. Dentre os trabalhos que tratam deste processo de construção da imagem histórica da cidade sob uma perspectiva crítica, podemos destacar: *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*, de Rodrigo Meniconi<sup>133</sup>; *Ouro Preto, a construção de uma cidade histórica 1891-1933*, de Caion Meneguello<sup>134</sup>; *Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*, de Janete Fonseca<sup>135</sup>; e *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*, de André Mantovani<sup>136</sup>.

O que as obras citadas têm em comum é o destaque que dão às tentativas de modernização da cidade ocorridas nos primeiros anos da República. Além disso, percebe-se, nelas, uma tendência à afirmação de que o discurso memorialista sobre Ouro Preto substituiu o discurso modernizador após da mudança da capital. Queremos propor, aqui, uma outra leitura desse período, que admite a coexistência do discurso memorialista com o discurso modernizador, numa fase em que Ouro Preto ainda sustentava seus *status* de centro administrativo do estado. Em outras palavras, a hipótese aqui levantada é a de que os discursos memorialistas, que embasam as práticas preservacionistas, sobre a cidade de Ouro Preto têm uma história, cujo elemento deflagrador encontra-se no contexto de disputas políticas acerca da mudança da capital mineira, na última década do século XIX.

---

<sup>133</sup> MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. 155f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2000.

<sup>134</sup> MENEGUELLO, Caion Natal. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 - 1933*. 233f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História. Campinas, 2007.

<sup>135</sup> FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 146f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História. Belo Horizonte, 1998.

<sup>136</sup> MANTOVANI, André Luiz. *Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897*. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História. São Paulo, 2007.

A proposta de se transferir a capital de Minas Gerais não era inédita quando a República brasileira se instaurou. Ao longo do século XIX, essa foi uma pauta defendida em diferentes momentos, por diversas pessoas. O início dessa história se encontra, na realidade, na Inconfidência Mineira. Como se sabe, os conjurados tinham como parte de seu projeto emancipador a transferência da capital de Ouro Preto para São João del Rey. Desde então, a capital passou a ser alvo de diversas críticas<sup>137</sup> e propostas de transferência da sede do poder executivo mineiro foram feitas em diferentes momentos ao longo do século XIX - há registros de propostas que datam de 1833, 1843, 1851, 1867.<sup>138</sup>

Com a recém-república criada, no entanto, essa ideia ganhou novos ares, novos adeptos e novos argumentos, devido, sobretudo, ao fortalecimento do ideário progressista no qual se embasava o republicanismo brasileiro. Higienismo, medicina social, cientificismo e novas concepções urbanas estavam na base dos projetos de construção de nova capitais nessa época. Alguns argumentos utilizados pelos defensores da transferência da capital para outra localidade eram a topografia complexa, a sujeira das ruas, a deficitária rede de esgotos, o difícil acesso à cidade, a economia decadente.<sup>139</sup> O fim da monarquia também contribuiu para fortalecer a ideia, já que Ouro Preto era comumente identificada com o Império, o qual carregava até em seu nome – Imperial Cidade de Ouro Preto.<sup>140</sup> Outro fator importante que influenciou as decisões foram as disputas regionais que se estabeleceram ao longo do século XIX entre a região central e o Sul e Zona da Mata mineiras. Estas últimas viveram um considerável crescimento proveniente da economia cafeeira, enquanto o Centro passou boa parte deste século em estagnação. Como mostra Maria Efigênia Lage de Resende, esta questão foi tão significativa que chegou a suscitar movimentos separatistas no Congresso Constituinte de 1981.<sup>141</sup>

As discussões entre os constituintes foram o palco privilegiado do debate em torno do tema da mudança, haja vista que um terço dos escritos dos anais referem-se a esta

---

<sup>137</sup>MENEGUELLO. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 – 1933*, p.23.

<sup>138</sup>ASSIS, Luiz Fernandes de. A mudança da capital na Constituinte mineira de 1891. *Caderno Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 141-181, jan/jun. 1997. p. 141.

<sup>139</sup>MENEGUELLO. *Ouro Preto: construção de uma cidade histórica, 1891 – 1933*, p.198.

<sup>140</sup>SILVA, Rodrigo Machado da. A caducidade das disposições transitórias: o polêmico debate a respeito da transferência da capital mineira (1890-1893). *Outros Tempos*, São Luis, v. 9, n. 14, p.72-97, 2012. p. 74.

<sup>141</sup>RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA - ANPUH, 1974, Belo Horizonte. Anais... São Paulo: s/ed., 1974, p. 601-633.

questão.<sup>142</sup> Formaram-se, então, dois grupos distintos: os mudancistas e os não mudancistas. Em ambos os lados da disputa, houve participação de políticos ouro-pretanos e também daqueles provenientes de outras cidades, até estados. A imprensa também foi um importante meio de divulgação de ideias e de defesa de pontos de vista, de maneira tão ferrenha que tomou a forma de disputas políticas acirradas entre os dois lados. Dentre os periódicos não mudancistas, destacaram-se *A Província de Minas*, transformado em *A Ordem* após da proclamação da República, e o *Jornal de Minas*, ambas publicações de Ouro Preto. Do lado mudancista, destacou-se *O Pharol*, jornal da imprensa de Juiz de Fora, que chegou a ter proibidas transcrições de suas notícias nos jornais ouro-pretanos. A população logo também começou a participar da querela, principalmente nos *meetings* (encontros nas ruas) organizados pela imprensa, tanto em Ouro Preto, quanto em Juiz de Fora.<sup>143</sup>

É possível dizer que havia uma forte diferença entre as concepções de modernidade dos dois grupos: os mudancistas acreditavam no progresso a partir de um marco zero, queriam apagar todas as marcas vergonhosas e símbolos de atraso que eram a colônia e o império. O progresso que buscavam estava voltado para o futuro, para o que haveria de ser construído ainda. Já os não mudancistas, que também queriam o progresso por meio de uma capital moderna, acreditavam que este só poderia ser alcançado com um apego a determinadas tradições; era um presente que deveria olhar para o futuro, porém andando de mãos dadas com o passado. A forma de conseguir isto era se voltando ao passado glorioso de Ouro Preto, inventando e fortalecendo tradições e usando a história, sobretudo a dos bandeirantes e dos inconfidentes, como esteio da modernidade. Alegavam que a semente do caráter republicano e da luta pela liberdade, que fazia parte do sangue mineiro, tinha sua origem na revolta de Tiradentes, e associavam a essa ideia um elemento geográfico, isto é, à própria Ouro Preto (como se suas ruas e pedras, instituições e população fossem a corporificação dos valores que enunciavam).

Nos parece muito clara, aqui, a presença, nos argumentos dos não mudancistas, da ideia de “patrimônio espiritual” mencionada por Jacques Le Goff, ao citar Michelet. Segundo ele, “(...) o patrimônio é espiritual. Com isso, entendo a introdução no campo do patrimônio de uma noção da diversidade das tradições, os movimentos insurrecionais, os

---

<sup>142</sup> \_\_\_\_\_. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte, p. 608.

<sup>143</sup>VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. A Capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n<sup>o</sup>2, p. 29-43, jul/dez. 2007. p. 31.

de contestação, tudo o que permitiu a um povo ser aquilo que é”.<sup>144</sup> Os defensores da permanência da capital em Ouro Preto procuravam a comoção da opinião pública, por meio da construção de uma memória coletiva, que se deu, sobretudo pela instituição de “lugares de memória” – conceito cunhado por Pierre Nora.<sup>145</sup> Segundo a historiadora Regina Abreu, esses lugares

precisam ser compreendidos no sentido pleno do termo, do mais material e concreto, como os monumentos aos mortos e os Arquivos nacionais, ao mais abstrato e intelectualmente construído, como a noção de linhagem, de geração, ou mesmo de região e de “homem-memória”.<sup>146</sup>

Em Ouro Preto, estabeleceu-se a comemoração de fatos e feitos heroicos passados naquela cidade. Os não mudancistas pretendiam usar o discurso memorialista – que se corporificava na realização de festas cívicas, como as de comemoração do 21 de abril, e na construção de monumentos, como o em homenagem a Tiradentes, presente até hoje na praça de mesmo nome<sup>147</sup> – como um aliado aos projetos de modernização da cidade na batalha pela manutenção do *status* de capital da antiga Villa Rica.

Ao pensarmos no campo do patrimônio, tendo em vista o que foi analisado até então, é interessante nos questionarmos sobre o conceito de preservação: ele é necessariamente oposto ao de modernização? Carsalade afirma que “o que se preserva, na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de mudar junto com as mudanças sócio-culturais”.<sup>148</sup> Outras perguntas importantes para guiar a reflexão sobre a aplicabilidade desse conceito no contexto estudado são: o que se preserva e para que se preserva? Para respondê-las, recorreremos a Mário Chagas, que afirma: “Aquilo que se quer preservar (...) não são objetos, mas os seus sentidos e significados”.<sup>149</sup> É possível dizer, portanto, que nos discursos memorialistas dos não mudancistas, havia preocupações

<sup>144</sup>LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a história: entrevista de Francesco Maiello. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 54.

<sup>145</sup>NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

<sup>146</sup>ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005. p. 40.

<sup>147</sup>DRUMOND, Maria Francelina Ibrahim. Tiradentes – herói na Imprensa de Ouro Preto do século XIX. In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1993. p. 190-196.

<sup>148</sup>CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>>. Último acesso em: 22 dez. 2014.

<sup>149</sup>CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 79.

preservacionistas, porém distintas daquelas que deram origem aos órgãos oficiais de proteção do patrimônio no governo Vargas. Em outras palavras, havia um desejo de se preservar a memória de um passado construído como heroico, ainda que essa preservação não estivesse traduzida em termos de conservação material da cidade. Também não podemos ser ingênuos a ponto de nos esquecermos que era interesse desses grupos conservar outras coisas além de um passado de glórias: privilégios, poder e *status* político. Nesse sentido, acreditamos que, por meio de discursos memorialistas, a instituição de “lugares de memória” pelos não mudancistas, no contexto dos debates sobre a mudança da capital mineira, constituiu-se como precursora dos discursos preservacionistas sobre Ouro Preto, consolidados no século XX.

Para concluir, devemos sempre nos lembrar que o campo do patrimônio é inegavelmente um campo de conflitos e relações de poder. Por trás de debates acadêmicos, políticas públicas de proteção, práticas preservacionistas e reivindicações populares por reconhecimento de patrimônios de diferentes grupos sociais que compõem a nação, subjazem lutas de representação e disputas de poder que são eminentemente políticas. Isso porque o que dá origem a práticas patrimonialistas são discursos de memória, um importante instrumento de dominação que está no cerne do processo de construção identitária dos povos. Um exemplo já muito estudado por historiadores, arquitetos e cientistas sociais é a atuação do governo autoritário de Vargas na institucionalização de políticas de proteção ao patrimônio nacional com claros objetivos políticos de conformação de um discurso sobre a nação.<sup>150</sup> Este trabalho, que é ainda uma pesquisa em fase inicial, pode, portanto, ser entendido como uma tentativa de investigar a face política dos discursos memorialistas que são utilizados no campo do patrimônio.

Foi nosso interesse, aqui, levantar alguns questionamentos e hipóteses iniciais para uma investigação que busca compreender em que medida os usos políticos da memória, em um contexto crítico de ameaça de perda simbólica por parte de uma elite política mineira, se configuraram como precursores dos discursos preservacionistas sobre a cidade de Ouro Preto, acalentados nas décadas posteriores à mudança e oficializados nos anos 30 do século XX.

---

<sup>150</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005.

## **Acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo**

**Felipe Novaes Ricardo**

Licenciando em Música com Habilitação em Violão

Bolsista PIBIC/FAPEMIG

f.novaesr@gmail.com

**RESUMO:** O projeto acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo visa a restauração, revisão e edição de manuscritos autógrafos e cópias de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX, tais como José Joaquim Emerico Lobo de mesquita e João de Deus de Castro Lobo.

### **Introdução**

O projeto acervo maestro Chico Aniceto: edição de obras raras e revisão do catálogo, em concordância com os padrões editoriais da musicologia brasileira, visa a restauração, revisão e edição de manuscritos autógrafos e cópias de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX.

O desenvolvimento de trabalhos relativos à edição de música do passado brasileiro é de fundamental importância, pois, concordando com Ilari, “sem música editada, a execução, a apreciação e o estudo são simplesmente impossíveis”<sup>151</sup>. Dessa maneira, a edição de obras de relevância histórico-musical, presentes no Acervo Maestro Chico Aniceto, contribuirá a um maior entendimento das práticas e das poéticas musicais brasileiras e mineiras dos séculos XVIII, XIX.

### **Fases iniciais**

O Centro de Pesquisa da Escola de Música da UEMG detém a guarda de acervos de manuscritos musicais de importância ímpar para a pesquisa em música brasileira, notadamente a música mineira. O fundo musical Acervo Maestro Chico Aniceto, especialmente, possui originais e cópias de obras de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX, bem como de compositores de outros Estados tais como Padre

---

<sup>151</sup> ILARI, Bernardo. Prefácio/Foreword. In: CASTAGNA, Paulo (coord.). *José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008. (Patrimônio Arquivístico-Musical Mineiro, v.1)

José Maurício Nunes Garcia e Carlos Gomes<sup>152</sup>. O projeto, em sua primeira fase, relativa à pré - organização do acervo, os documentos foram doados à Escola de Música da UEMG em 2004, pela família do maestro, sendo em seguida submetidas a um processo de limpeza, separação e pré-organização<sup>153</sup>.

No primeiro momento os critérios utilizados, quanto à forma de armazenamento e classificação, foram estabelecidos de acordo com a especificidade e singularidade do acervo. A partir da pré-organização e separação dos documentos procurou-se reunir os conjuntos correspondentes ao um mesmo grupo, visando a organicidade e praticidade da consulta. Tendo em vista às características do acervo, o critério adotado na pré-organização dos documentos obedeceu à divisão das obras em *sacras* e *não sacras*.

Em um segundo momento, a partir da classificação inicial, na segunda fase do projeto demonstrou-se necessária a subdivisão das obras baseada em gêneros musicais. As peças foram separadas e agrupadas em envelopes, que por sua vez, compõem uma pasta. Cada pasta é correlata a um gênero musical. O número total de peças é de 690, sendo 501 não sacras e 189 sacras.

Sacra	Dobrado / Marcha / Valsa / Dança / Fantasia / Passo Doppio Concerto, Ópera e Sinfonias / Piano / Hino / Peças instrumentais não religiosas variadas
Não Sacra	Missa / Domine / Semana Santa / Ladainha / Domingo de Ramos Ó Salutes e Tantum Ergo / Credo / Moteto / Responsório Fúnebre Maria / Te Deum / Vários / Peças Digitalizadas / Peças Raras Métodos, Estudos e Manuscritos musicais / Documentos Diversos

Tabela 1 – Classificação por gênero musical

### Fase atual

Na fase atual do projeto foram editadas as obras *Moteto das Dores*, *Lauda Sion*, *Pater Mibi*, *Popule Meus*, *Tota Pulchras* e *Senhor dos Passos* pertencentes a pasta MOT – 01, além das peças *Missa de Suassny*, *Offícios para Missa de Defuntos* e *Memento para Encomendação de Almas*,

<sup>152</sup> BRADÃO, D.S.L; COSTA, R.; VASCONCELLOS, F.K.L. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*. In: Modus – Revista da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais, nº6. Barbacena (MG): EdUEMG, 2008, p.9-17, p.10.

<sup>153</sup> ————. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*, p.10.



presentes na pasta MIS – 01 e MIS – 04, respectivamente. A partir da revisão do catálogo, demonstrou-se necessário uma reflexão a cerca dos critérios adotados nas fases anteriores, respectivos ao arquivamento dos documentos.

A partir da análise documental, os processos harmônico-estruturais adotados nas obras revelaram aspectos relativos à construção de um discurso musical *sui generis*, indicativo da originalidade e raridade das obras presentes nos acervo Chico Aniceto; tais como a presença de procedimentos contrários às regras preconizadas na Europa à época, relativos à condução de vozes e emprego e resolução de dissonâncias. Contudo, paralela às “transgressões veladas”<sup>154</sup>, práticas antigas e incorporação das tradições européias.

De acordo com Castagna, no plano arquivístico-musical “é possível reconhecer três níveis básicos de organização, do mais simples ao mais complexo: 1) partes; 2) conjuntos; 3) grupos”<sup>155</sup> Ainda, segundo o autor, a música dos séculos XVIII e XIX foi “nitidamente estruturada em pelo menos três níveis de organização musical, do maior para o menor [...] 1) unidade cerimonial ou ‘ofício’; 2) unidade funcional; 3)secção”<sup>156</sup>

Na fase atual do projeto assumimos tais parâmetros na revisão do catálogo, tendo em vista também que “partituras são documentos e possuem dados dos contextos sociais, culturais, históricos e políticos nos quais foram criadas”<sup>157</sup>, respeitando as características do acervo elaborado pelo maestro Chico Aniceto.

A partir desses referenciais, relativo à revisão do catálogo, podemos indicar dois fatores: um relativo à duplicidade na classificação numérica dos envelopes e outro relativo à classificação dúbia a cerca do gênero musical - unidade funcional.

Durante o processo de revisão do catálogo constamos a necessidade de reavaliação dos critérios utilizados na classificação das obras por gêneros musicais e sua função cerimonial. Sob a classificação *música sacra*, o acervo possui a pasta Semana Santa na qual

---

<sup>154</sup> BRANDÃO, Domingos Sávio Lins. *O Sentido Social da Música em Minas Colonial*. 1993. Dissertação Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1993, p. 234.

<sup>155</sup> CASTAGNA, Paulo. *Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX*. I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical. Mariana, Coordenadoria de Cultura e Artes da UNI-BH, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 18 a 20 de julho de 2003. Mariana: Coordenadoria de Cultura e Artes da UNI-BH, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 2004, p.5.

<sup>156</sup> \_\_\_\_\_. *Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX*, p. 7-8.

<sup>157</sup> BRANDÃO, et al. *Descrição do processo de catalogação do Acervo Chico Aniceto*, p.12.

consta o documento SSA – 01/589 *Popule Meus*, apesar do gênero musical indicar a classificação Moteto. Assim como os documentos RAR – 01/687; 688; 689 e 690, todos destinados à Semana Santa porém classificados na pasta Raros. As pastas ALB (álbuns), MET (métodos) e DOC (documentos), acrescidas posteriormente, obedecerem a critérios de arquivamento indiferentes ao gênero musical.

Constatamos que a classificação e arquivamento em pasta a partir do gênero musical é subvertida a partir dos critérios *unidade cerimonial*, por exemplo Semana Santa, ou *característica do documento*, raros, métodos, etc. Outro aspecto relevante diz respeito ao documento MOT – 01/653 *Pater Mibi*, o qual, a partir da revisão verificamos classificação equívoca. O documento apresenta texto referente à Feira IV (Pássio Dómini nostri Jesu Christe secúndum Lucam): “*Pater, dimitte illis*”. Além de a classificação numérica constar MOT -01/ 655.

Conseqüentemente os documentos foram realocados nas devidas pastas, salvo os pertencente a pasta RAR – 01; devido fragilidade dos documentos optou-se pela permanência. Estuda-se a reclassificação da pasta em SSA – 03, acrescentando o caráter *raro*. Já o MOT – 01/653 “655”, mantivemos a classificação numérica descrita no envelope (653), sendo alterada no catálogo posteriormente.

MAR - 01/172	<i>Funeral de São Francisco</i>
	<i>Há uma lágrima sobre o túmulo de D. Theófila</i>
COS - 01/357	<i>Symphonia Guarany</i>
PNO - 01/357	<i>A fada do bosque</i>
SSA - 02/594	<i>Tractos a Quatro com Violinos</i>
LAD - 01/594	<i>Ladainha Antônio de Meneses</i>
SSA - 02/595	<i>Tractos para Sábado Santo</i>
LAD - 01/595	<i>Ladainha Coração de Jesus</i>

Tabela 2 – Duplicidade na classificação numérica dos envelopes

Além da numeração duplicada, as pastas DAN, FAN, PAS E PNO, respectivamente, Danças, Fantasias, Passo – Doppio e Piano apresentavam etiquetagem irregular, sendo conseqüentemente, reclassificadas segundo as abreviaturas propostas no

catálogo Chico Aniceto. Os envelopes com numeração dupla estão sendo reclassificados. Uma vez que a interseção de dois documentos sob o mesmo número altera toda a estrutura do catálogo, e, pela ocorrência em envelopes diferentes em pastas diferentes, a correção no catálogo encontra-se em andamento.

### **Considerações Finais**

Na fase atual do projeto foram editadas obras de reconhecidos compositores mineiros do século XVIII, assim como obras sem autoria expressa. Contudo acreditamos que a obra de autoria desconhecida possui sua autonomia presa “em um sistema de remissões”<sup>158</sup>, indicando, somente, um complexo de práticas, hábitos e técnicas comuns a uma determinada sociedade; a mineira do período colonial. A etapa relativa à revisão do catálogo apresenta-se em andamento, devido à complexidade das alterações necessárias.

---

<sup>158</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

## Visões do Protestantismo através do filme “O vento será tua herança”

**Carolina Silva Horta Machado**  
Graduação em andamento em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[lina.shm@hotmail.com](mailto:lina.shm@hotmail.com)

**RESUMO:** Essa comunicação busca analisar o filme “O vento será tua herança”, que foi lançado em 1960 e reconta o caso Scopes, um processo jurídico que ganhou grande repercussão nos Estados Unidos. O filme tem como plano de fundo as discussões entre as teorias evolucionistas e criacionistas, que dividiam o país, já que em alguns Estados era proibido o ensino do evolucionismo. Além de levantar as questões religiosas advindas das transformações da virada do século XIX para o XX, o filme suscita questões políticas, sociais e ideológicas, como a forte oposição entre o Norte e o Sul americanos e os conflitos com o autoritarismo e a intolerância intelectual, que permeavam o período. Por fim, concluímos a análise percebendo que o filme remete a uma crítica a política governamental em vigor durante sua produção, o Macartismo. Que realizava uma enlouquecida caça aos comunistas muitas vezes desrespeitando-se os direitos civis. Assim, levantando as polêmicas do início do século, sutilmente, o diretor Stanley Kramer faz um paralelo com a realidade vivenciada pelos americanos no momento da produção do filme, que trabalha as diferentes e possíveis relações entre passado e presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberalismo teológico, Fundamentalismo, Macartismo.

A virada do século XIX para o XX é marcado por diversas inovações tecnológicas e científicas que modificaram a sociedade e a forma como os indivíduos compreendiam o mundo. Com a formação de grandes centros urbanos e um aumento da diversidade cultural advinda da chegada de imigrantes, os Estados Unidos vivenciaram uma era de grandes transformações ideológicas e religiosas. Surgia nesse contexto, novas explicações para a origem do homem e da terra que não mais eram baseadas na Bíblia e sim em cientistas como Charles Darwin. Também a história se aperfeiçoava como ciência e passou a utilizar seus métodos críticos para ler a Bíblia como um documento histórico, encontrando a partir de então erros e considerando que muitas passagens se utilizavam de uma linguagem figurada.

Essas transformações foram absorvidas pelo que ficou denominado de modernismo ou liberalismo teológico, que contestava certas doutrinas bíblicas “ a partir da

utilização de métodos científicos na interpretação e análise dos textos sagrados”<sup>159</sup>. Dessa forma, a historicidade dos milagres e outras passagens bíblicas foram contestadas e passaram a ser tratadas numa perspectiva mitológica, substituindo a interpretação literal por uma interpretação simbólica e figurada. Assim a religião era de certa forma adaptada as novas descobertas científicas e ao pensamento moderno.

Como resposta ao liberalismo teológico, surge uma corrente que busca resgatar as verdades cristãs, postulando pontos que seriam essenciais para a fé cristã autêntica, entre eles a inerrância bíblica. Essa corrente se denominou fundamentalismo e se expandiu significativamente nos Estados Unidos, principalmente nos Estados do Sul, se opondo fortemente ao modernismo, a degradação moral e a secularização presente cada vez mais nos EUA. Assim, se oferecia as pessoas uma fonte de verdade em meio às incertezas advindas de tantas mudanças. O fundamentalismo não se restringiu ao campo religioso, passando a atuar em diversas frentes políticas e sociais, protestando contra a cultura moderna que se tornava dominante e que “virava as costas para Deus”. Se apropriando dos mitos fundacionais da nação<sup>160</sup>, o fundamentalismo se tornou uma ideologia de vida que tem a missão de resgatar e restaurar a sociedade cristã Norte americana. Para tanto, os movimentos fundamentalistas se inseriram politicamente, buscando o retorno dos valores cristãos na formulação e execução das leis, para que sua ideologia pudesse se tornar hegemônica em toda a sociedade<sup>161</sup>.

Ilustrando os embates entre essas duas vertentes teológicas pode-se citar o caso Scopes, um processo jurídico que ganhou grande repercussão nos Estados Unidos e que trouxe a tona mais do que dicotomias religiosas. Com o avanço político do fundamentalismo, alguns Estados do Sul dos Estados Unidos aprovaram leis que proibiam o ensino do evolucionismo de Darwin nas escolas públicas. Porém em 1925 em Dayton, no Tennessee, o jovem professor John Scopes, infringindo a lei, ensina seus alunos sobre as teorias Darwinistas e acaba sendo preso. Assim se inicia o julgamento que ficou conhecido como Monkey Trial e que segundo Regina Horta:

---

<sup>159</sup> ROCHA, Daniel. Combatendo pela alma da nação: alguns apontamentos sobre a subcultura política fundamentalista nos Estados Unidos. *História Agora*, v. 13, p. 111, 2013.

<sup>160</sup> Os mitos fundacionais dos EUA são baseados na retórica religiosa puritana de povo eleito escolhido por Deus que tem a missão de criar uma “cidade sobre uma colina” que se tornaria exemplo de salvação para todos os povos do mundo.

<sup>161</sup> ROCHA. Combatendo pela alma da nação, p. 108-123.

Configurou-se como uma encruzilhada de diálogos onde se discutia os perigos das perspectivas limitadas, ciência e fé, o contraste entre o norte e sul, o urbano e rural, os significados do sagrado, a importância do livre pensar, os valores e o alcance da Constituição Americana<sup>162</sup>.

Ao final do julgamento, John Scopes foi condenado a pagar uma multa de baixo valor, que demonstrava a complexidade de julgar dilemas ideológicos e religiosos. Os fundamentalistas se empenharam fortemente para a condenação de Scopes, e apesar de condenado, a multa era apenas simbólica. Assim, ao final do processo, a imagem fundamentalista é associada nacionalmente com o atraso, retrocesso e ignorância, fazendo o movimento recuar politicamente, mas não se isolar, atuando ainda por outros meios, como os programas de televisão e rádio<sup>163</sup>.

Nas décadas de 50 e 60, os Estados Unidos vivenciam um novo *boom* religioso. Com as crises externas e internas que as guerras mundiais trouxeram e com a polarização em socialistas e capitalistas durante a Guerra Fria, o país é tomado pelas políticas do Macartismo e do forte anticomunismo. Reforçado pelas igrejas, que cresciam através da mídia e que comparavam o comunismo com o demônio e a heresia, o anticomunismo era proferido através de sermões apaixonados que descreviam a ameaça comunista como o fim dos tempos. Os EUA eram geralmente identificados como a nação que tinha a missão de salvar o mundo e a democracia cristã, legitimando as posições políticas. Dessa forma, a religião não tinha como intuito apenas a salvação da alma, mais também do “modo de vida americano”.

O termo Macartismo faz referência a política de perseguição aos comunistas empreendida pelo senador Joseph Raymond McCarthy, que conseguiu aprovar leis para controlar e penalizar aqueles que estivessem envolvidos em “atividades antiamericanas”<sup>164</sup>. Assim, qualquer manifestação política, social ou artística que demonstrasse inspiração comunista era repreendida e censurada, fazendo com que várias pessoas fossem investigadas e impedidas de continuarem seus trabalhos. Essa política afetou fortemente a indústria cinematográfica, levando muitos diretores e produtores a saírem do país.

---

<sup>162</sup> DUARTE, Regina Horta. O vento será tua herança: ciência, evolucionismo e sociedade. Coleção Scientia: Projeto “A história das ciências e o cinema vão às escolas”.

<sup>163</sup> ALVES JR, A. G. C. A Direita Cristã e o Florescer Econômico da Sunbelt nos Estados Unidos nos anos 1980. Cantareira (UFF), v. 2, p. 1-20, 2013.

<sup>164</sup> SOUZA, Rainer. Macartismo. Captado em: <http://www.brasilecola.com/historia-da-america/macartismo.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.

McCarthy, por meio de suas perseguições realizou uma verdadeira “caça as bruxas”<sup>165</sup>, reforçando um patriotismo distorcido, já que era contrário à liberdade e feria os direitos civis americanos.

Também nesse momento se desenvolve uma interpretação moderna do criacionismo, que busca comprovar cientificamente a origem da vida segundo descrito na Bíblia. Denominado como “Criacionismo Científico”, essa vertente está intimamente ligada ao fundamentalismo, por também defender a leitura literal da Bíblia. Assim, se postula que “a Bíblia é um livro de ciência; o dilúvio foi universal e é capaz de explicar toda parte da coluna geológica que contém os fósseis; e, por último, a evolução biológica é apenas uma teoria, não havendo um único ancestral comum.”<sup>166</sup> A partir de então é possível inferir um diálogo entre a religião e a ciência, em que uma não se põe contrária à outra.

Nesse contexto, e baseado numa peça escrita em 1955, o diretor Stanley Kramer produz o filme “O vento será tua herança”, que foi lançado em 1960 e reconta o caso Scopes modificando o nome dos personagens principais. A história gira em torno do julgamento do professor Bertram Cates que é defendido pelo renomado advogado Henri Drummond, especialista do Norte em causas como essa. O advogado de acusação é Matthew Harrison Brady, ex-candidato a presidência dos Estados Unidos e um religioso fervoroso defensor da leitura literal da Bíblia, e grande amigo de infância de Drummond. Os dois advogados protagonizam diálogos acalorados no tribunal, onde a princípio toda população se põe favorável a Brady, mas durante o filme, as opiniões vão se dividindo e após a sentença, favorável a Cates, Brady enlouquecido acaba morrendo de infarto em pleno tribunal.

Ao longo do filme, a trajetória dos personagens e os diálogos deixam transparecer as questões políticas, sociais e ideológicas que a oposição entre criacionismo e evolução levanta. Assim se discutem, de acordo com Regina Horta:

A oposição entre o norte e sul americanos, as bases éticas do conhecimento, a tensão entre progresso e o apego ao passado, o autoritarismo e a intolerância intelectual, os riscos das opiniões

---

<sup>165</sup> Referência ao século XVI, onde ocorre a perseguição às supostas bruxas em Salém; período de forte intolerância religiosa.

<sup>166</sup> SCHUNEMANN, Haller E. S. O Papel do “Criacionismo Científico” no Fundamentalismo Protestante. *Estudos de Religião* (IMS), n. 35, p. 72-73, 2008.



majoritárias e das certezas absolutas, o conflito entre a busca da felicidade individual e a luta por ideais<sup>167</sup>.

Já que o filme é protagonizado por dois juízes que, com visões opostas, representam o Norte e o Sul americanos, identificando o Sul como intolerante e retrógrado ao mesmo tempo em que o Norte representa o progresso e a liberdade. Além disso, o romance presente na trama entre o professor Cates e a filha do pastor, (onde ele abre mão do namoro e contraria o sogro defendendo o evolucionismo de Darwin) evidencia o conflito entre a felicidade individual e a luta pelos ideais.

Durante o julgamento o advogado Drummond leva vários cientistas como testemunhas de defesa de Cates, porém todas são recusadas pelo juiz, deixando-o furioso e abrindo espaço para um discurso sobre a liberdade de pensamento e dos direitos civis, protagonizado brilhantemente por Drummond. Ele alega que essas leis contra o ensino do evolucionismo são um atraso para a humanidade, pois impedem a liberdade de pensamento e levariam futuramente a uma onda de intolerância, retrocedendo ao século XVI, quando os fanáticos religiosos perseguiam e muitas vezes matavam as pessoas que possuíam outras crenças.

Após suas testemunhas serem negadas, Drummond surpreende a todos e utiliza como testemunha o próprio advogado de acusação. Se baseando na Bíblia para questionar Brady, Drummond demonstra ser também um grande conhecedor da Bíblia e ao final do filme, num sinal de conciliação entre a razão e a fé, ele junta a Bíblia e o livro de Darwin. Assim a mensagem final transmitida pelo filme é a de que existem várias formas possíveis de se vivenciar a fé cristã.

O título do filme “O vento será tua herança” é retirado da passagem bíblica do livro de Provérbios que diz: “O que perturba sua casa herdará o vento”, e que descreve sucintamente o que será apresentado ao longo do filme. A passagem é retomada ao final do filme, quando o jornalista que acompanha Drummond, jocosamente planeja que o obituário de Brady traga essa frase e é repreendido pelo advogado. Assim faz-se referência à intolerância com as diversas crenças e formas de pensar, demonstrando que aquele que questiona e perturba as crenças do outro não herdará nada e que o preconceito e a intolerância não levarão a lugar algum, devendo ambos serem respeitados.

---

<sup>167</sup>DUARTE. O vento será tua herança, p.8.

Com a criação de diálogos que marcavam as disputas entre a intolerância e a liberdade de pensamento e o temor demonstrado diante de um retorno ao período que ficou conhecido pela “caça as bruxas”, é possível aludir à conturbada política Macartista que vigorava contemporaneamente a produção, onde se realizava uma enlouquecida caça aos comunistas muitas vezes desrespeitando-se os direitos civis. Assim, levantando as polêmicas do início do século, sutilmente, o diretor Stanley Kramer faz um paralelo com a realidade vivenciada pelos americanos no momento da produção do filme, que trabalha as diferentes e possíveis relações entre passado e presente.

# Os livros na formação da nobreza portuguesa no século XV

**Alex Rogério Silva**

Mestrando em História e Cultura Social

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Franca)

[alex465@gmail.com](mailto:alex465@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo aborda o conceito de livro e da sua difusão em Portugal no século XV, para a formação dos governantes e da corte portuguesa, onde a leitura e o conhecimento foram acrescentados como qualidades de um nobre. A dinastia de Avis desempenha esse papel através dos três reis autores D. João I, D. Duarte e o Infante D. Pedro que contribuem com escritos que contém matérias moralizantes para reger bem a si mesmo tendo em vista a salvação e o bem comum na governação.

**PALAVRAS CHAVE:** Portugal, Escritos morais, Tratados pedagógicos, Leitura.

## CONCEITO DE LIVRO

El término 'libro' designa un objeto constituido por un conjunto e hojas que contienen o no un texto y reunidas bajo una encuadernación o atadura.<sup>168</sup>

Livro: reunião de folhas impressas presas por um lado e enfeixadas ou montadas em capa<sup>169</sup>

O livro no seu primeiro significado é entendido como um conjunto de folhas sejam elas manuscritas, datilografadas ou impressas que são reunidas e organizadas de forma que se possa facilitar a leitura. Seja qual for à natureza do texto, o primeiro interesse ao escrevê-lo é registrar algo a fim de que alguém em algum certo momento possa lê-lo.

São tidos como instrumentos de apreensão e ordenação do mundo e a escrita é atribuída à preservação do saber. Em Portugal, esta produção intelectual do final do século XIV e do decorrer do século XV foi relativamente diversificada e de certa forma abundante devido às condições periféricas do reino, o idioma português modernizava-se propiciando essa diversidade e o latim perde seus status em razão da não difusão entre a nobreza.

Tais escritos eram considerados artigos de luxo onde tinham não só valor material, mas também valores sentimentais. As tiragens eram inexpressivas dado que antes da imprensa, o trabalho se dava por cópias individuais. Esses trabalhos primeiramente

<sup>168</sup> BARBIER, Frédéric. *História Del Libro*. Spain: Alianza, 2005. p. 9.

<sup>169</sup> FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

elaborados pelos oradores, onde a produção e o conhecimento permaneciam. No final do século XIV e no século XV, o livro se torna um utensílio mais familiarizado da nobreza, aumentando assim o número de bibliotecas laicas.

Após a crise de 1383-1385, onde Portugal, proclama sua independência de Castela, através da Batalha de Aljubarrota e ascende ao trono uma nova dinastia, a de Avis, fundada por D. João I. Após essa independência vemos o fortalecimento de uma produção literária com o intuito de formar da nobreza.

Um movimento de exaltação do livro e daquilo que ele proporciona ganha intensidade em Portugal. Movimento que se traduz tanto num discurso apologético, ressaltando as virtudes e virtualidades da escrita, quanto em ações efetivas no sentido de promover a produção livresca.<sup>170</sup>

Esse movimento não se limita somente a exaltar o valor dos livros, mas há também a justificativa de se preservar os saberes e se explicitam as motivações fundamentais de se escrever. Entre estas motivações se destaca a transmissão de bons ensinamentos, sobretudo de teor moral. Nesse aspecto os três mestres de Avis D. João I (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e o Infante D. Pedro (1392-1449), deixaram escritos onde tem por finalidade “[...] a preocupação pela reflexão sobre a educação do homem e, particularmente, sobre a formação política dos governantes e a dimensão ética do poder.”<sup>171</sup>

Esses escritos tratam das posturas para uma formação virtuosa do príncipe<sup>172</sup> e estabelecer um modelo ideal de realeza, ou seja, se unificavam em um ideal pedagógico, pela preocupação em divulgar determinados valores e instruir os seus leitores a partilharem desses valores. Os valores defendidos além de ajudarem na tarefa de governar também eram prescrições de como alcançar a salvação.

Com o pensamento medieval enraizado na sociedade, onde a explicação do mundo passa por preceitos religiosos, os mestres de Avis nunca perderam de vista aos seus tratados a relação do homem com Deus. A pedagogia principesca tem como base a formação espiritual, utilizando para tal, fontes de conhecimento medievais como as

---

<sup>170</sup> FRANÇA, Susani, S. L. O intuito pedagógico nas crônicas e nos livros didáticos medievais portugueses. Estudos Portugueses e Africanos, Campinas, n. 31, p. 23, 1998.

<sup>171</sup> BUESCO, Ana Isabel. Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49). Lisboa, Cosmos, 1996. p. 50.

<sup>172</sup> Essa formação virtuosa estaria condicionada em perseguir as virtudes e evitar os vícios, especificados como tais nas sagradas escrituras.

hagiografias, os livros de orações, alegorias, pois naquela época a verdade era aquela deixada por Deus, visto que, a principal fonte que os homens utilizavam para sustentação de seus atos e argumentos era a bíblia. Mas não só de textos religiosos e alegorias que os mestres de Avis tomaram como elemento principal para produzirem seus escritos, buscaram também nas obras clássicas da filosofia antiga e medieval a sustentação de suas teses, de forma

Auxiliares tão ou mais férteis na edificação dos senhores eram os livros de filosofia antiga e medieval. De Aristóteles aos Santos Padres da Igreja, passando por filósofos como Cícero, Sêneca, Avicena, vários eram os grandes nomes do pensamento filosófico citados pelos medievais. A importância dos livros desses sábios advém principalmente do fato de constituírem um verdadeiro manancial de reflexões, ora fundadoras, ora fundamentadoras do pensamento dos escritores quatrocentistas portugueses.<sup>173</sup>

Toda a produção escrita da época, embora bem diversificada, há um ponto em comum: o intuito pedagógico. A tarefa de educar ganha espaço nos livros a que confere uma nova importância: moralizar. O objetivo de tais eram as “ensinanças” nos seus diversos níveis: desde educação religiosa, aos cuidados com a disciplina, o corpo e a conduta social.

O tratado de D. João I chamado *Livro da Montaria*, é um tratado de caça ao javali. A caça como a montaria, ou a cetraria eram desportos muito bem vistos nesse período, pois eram distrações para não se cansar o entender e uma forma de treino para os tempos de guerra, ajudando a manter as habilidades guerreiras em tempos de paz. Mas não somente com conceitos práticos foi idealizado esse projeto, mas também foi abordado aspectos moralizantes, mesmo que de modo implícito, pois como já mencionado, o ato de caçar e cavalgar descansavam o intelecto facilitando o cumprimento das principais obrigações reais. Além disso, o rei autor também descreve que o uso abusivo da montaria também é prejudicial, pois, passa a ideia de desleixo com as funções governativas e de defesa, gerando assim hábitos pouco saudáveis na alimentação, na vida religiosa, nas companhias e no bem falar. Ou seja

É assim que D. João deixa clara a sua convicção de que toda e qualquer atividade a qual o rei se dedicasse não devia nunca suplantiar as responsabilidades com o governo das suas gentes e

---

<sup>173</sup> FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 67.

terras, antes devia ser aproveitada para o aperfeiçoamento pessoal e para a melhoria da arte de reger. Do mesmo modo, os livros destinados aos príncipes tinham de contribuir tanto para o engrandecimento dos virtuais leitores como para o proveito do reino.<sup>174</sup>

Outro tratado de lições de como cavalgar é produzido por D. Duarte, chamado *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, destinado não aos reis e príncipes, mas aos cavaleiros e escudeiros, onde além de lições de como bem cavalgar para que os nobres se apresentem de forma adequada nos jogos e diversas celebrações da corte e o cuidado com as armas, defende alguns valores na formação dos bons governantes como a fé, a esperança, a confiança a prudência, ou seja, ao lado das instruções de como os cavaleiros devem se portar diante das armas e da sela, faz menção as ações humanas: as virtudes, os vícios, a força, o domínio do corpo, etc. Os tratados acima mencionados “[...] procuravam reger as práticas desportivas valorizadas. Nesses tratados, percebe-se uma grande preocupação com a disciplina do corpo, principalmente nos ensinamentos das artes e ciências de bem cavalgar a caçar.”<sup>175</sup>

Nesses tratados há a preocupação com a educação dos seus contemporâneos, pois através de passagens se torna nítido o direcionamento para que tipo de leitor, ou seja, os nobres, quais os proveitos de se cavalgar e caçar, comprovando assim as preocupações com a pedagogia de um ponto de vista prático, não deixando de lado a formação moral dos seus leitores.

D. Duarte escreve também outro tratado chamado *Leal Conselheiro* que juntamente com o de seu irmão, o Infante D. Pedro chamado *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, são classificados como doutrinas da boa conduta social. Nesses livros a moralidade ganha corpo, como matéria principal em uma obra. Pois:

Aos governantes cabia desempenhar um papel previamente definido, cujo fundamento estava no cuidado consigo, ou seja, na busca de aperfeiçoamento moral e espiritual, tendo por fim o bem estar dos seus subordinados. Nesse contexto, os livros ganham toda a importância: competia às obras escritas auxiliar os reis, os

---

<sup>174</sup> FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 84.

<sup>175</sup> SILVA, Michelle Tatiane Souza e. Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

príncipes e senhores na difícil missão de se conduzirem bem a si próprios para se tornarem aptos para conduzirem os outros.<sup>176</sup>

O *Livro da Virtuosa Benfeitoria* como no *Leal Conselheiro*, o intuito é a formação dos dirigentes, fazendo-lhes conhecer seus deveres e seus privilégios devido o seu lugar na sociedade, na hierarquia. Neles há a exposição de feitos louváveis e ações condenáveis de antepassados, surgindo como caminho para a formação de reis e senhores, mostrando quais caminhos seguir, ajudando a desempenhar o seu papel. Mostram os atos que fazem com que reis sejam designados como virtuosos ou tidos como pecadores, no intuito de construir modelos de conduta considerados ideais.

Em um primeiro plano D. Duarte realiza em *O Leal Conselheiro*, uma enunciação da sociedade, com cinco estados, a saber: oradores, defensores, lavradores e pescadores, oficiais e artífices, e mesteres. A partir dessa fragmentação da sociedade, relata as competências de cada um, alertando sobre os prazeres em devaneio, recomendando sobretudo aos nobres cuidados com o corpo e a consciência. Em um segundo momento D. Duarte aconselha sobre o uso das faculdades humanas em busca das virtudes para fazer o bem, em busca da salvação, e a partir daí começa a enumerá-las, colocando em evidência também os comportamentos contrários, no intuito de construir um modelo de boa conduta.

Essa ideia de virtude e pecado se define a partir de parâmetros fixos, instituídos pelos valores morais defendidos pelo cristianismo, que se dilui nas reflexões acerca dos encargos de cada um dos Estados. Ele realiza uma análise minuciosa de quatro pontos para dissertar acerca do assunto: o que move as condutas, ou seja, se é através do entendimento ou da vontade que elas tomam forma; a qualidade das condutas, eivadas de virtudes ou vícios; qual sua resultante, o bem ou o mal; e as vantagens ou prejuízos que são propiciadas através dessa conduta. Através desses pensamentos que D. Duarte procura atingir seu objetivo pedagógico, sintetizando que a maior virtude de um homem é a lealdade.

Já o Infante D. Pedro em o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, aborda a organização da sociedade sustentada pelos senhores, sobre o fundamento ético da governação. Menciona os hábitos e costumes perpassados pelos pensamentos cristãos. Faz referência a filósofos da antiguidade, principalmente da obra *De Beneficiis* de Sêneca. O tratado é sobretudo

---

<sup>176</sup> FRANÇA. Os reinos dos cronistas medievais (século XV), p. 81.



dirigido aos reis e príncipes, pois eram deles a função de distribuir benfeitorias. Apresenta também os motivos nos quais os súditos deviam respeitar os reis e lhe serem fieis.

O livro tem início com a análise dos vocábulos que compõem o título da obra, analisando os diversos significados de benefício e suas implicações nas formas de execução. Há a construção de uma teoria da estrutura da sociedade, onde o senhor sustenta esta sociedade, pelo princípio da governação. Com esse conceito do senhor sustentar a sociedade gera outro aspecto a ser analisado de que com o exercício do poder, os senhores se aproximavam de Deus, pois enquanto este regia o mundo, os reis eram responsáveis pelos seus senhorios. No tratado também há o mapeamento das condutas dos senhores e a análise do benefício como algo moral que deve ser desempenhado em busca da honra e positiva fama. Através disso, o Infante D. Pedro propõe o seu objetivo pedagógico no intuito de encaminhar os homens aos seus afazeres fazendo com que suas idéias sejam postas em prática.

Assim, o Livro da Virtuosa Benfeitoria, configura-se como um tratado de ética religiosa e social, na medida em que informa as diversas personagens do jogo social acerca dos seus direitos e deveres. O estudo do benefício acaba por servir de pretexto para uma doutrinação mais ampla.<sup>177</sup>

Em síntese geral, a publicação de livros em Portugal aumenta no século XV por diversas razões, fazendo com que após sua independência de Castela e ascensão da Dinastia de Avis, as publicações se intensifiquem, pois, os senhores se identificam com uma cultura livresca, onde o conhecimento é acrescentado como uma qualidade a mais dos senhores, e que anteriormente era reservado somente aos clérigos. A partir da aculturação dos senhores, estes escrevem para seus descendentes ou outros nobres com o intuito de educar, de modo implícito em alguns, como em tratados de teor técnico, ou de forma explícita os modelos de conduta, a serem seguidos para se tornarem dirigentes virtuosos e acima de tudo, alcançar a salvação. Para a escrita de tais tratados pedagógicos são feitas referências a livros religiosos, mas também a filósofos da Antiguidade na fundamentação de seus aconselhamentos; utilizam-se também de exemplos virtuosos ou viciosos na fundamentação de um caminho a seguir pelos novos governantes, ou seja, um trabalho de cunho pedagógico que visa à construção da imagem do governante na sociedade.

---

<sup>177</sup> FRANÇA, Susani S. L. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume: Brasília, DF: Capes, 2006. p. 91.



# A contribuição dos manuais técnicos para a produção das aguardentes nas Minas Gerais setecentistas

## *The contribution of technical manuals for production of brandies in Minas Gerais eighteenth century*

Valquiria Ferreira da Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[historiaval@hotmail.com](mailto:historiaval@hotmail.com)

**RESUMO:** Várias memórias econômicas, instruções a futuros governadores e manuais técnicos foram produzidos no século XVIII, por portugueses e brasileiros, com o intuito de auxiliar a Coroa portuguesa na administração de suas colônias. No final dos oitocentos e início dos novecentos duas importantes obras *O fazendeiro do Brasil*, organizado por Frei José Mariano da Conceição e *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, apresentada por José Caetano, procuraram difundir entre os colonos brasileiros os avanços tecnológicos a respeito da agricultura e dos gêneros agrícolas suscetíveis de serem cultivados no Brasil. Nesse sentido, esta comunicação visa, num primeiro momento, discutir o processo de produção das aguardentes presentes nessas duas obras, para, em seguida, a partir da análise de inventários *post mortem* e testamentos, observar como a construção desses saberes e práticas refletiram no cotidiano dos habitantes na região das Minas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aguardentes, produção, manuais técnicos.

**ABSTRAC:** Various economic memoirs, instructions to future governors and technical manuals were produced in the eighteenth century by portuguese and Brazilians, in order to assist the Portuguese Crown in the administration of their colonies. At the end of eight hundred and beginning of nine hundred two important early works *Fazendeiro do Brasil*, organized by Friar José Mariano da Conceição and *Memórias sobre a cultura da cana-de-açúcar*, by José Caetano, they sought to spread among the brazilian settlers advances technological about agriculture and farm products susceptible of being cultivated in Brazil. Thus, this communication is, at first, discusses the process of production of these spirits in these two works, soon after, from post-mortem analysis of inventories and wills observe how the

construction of such knowledge and practices reflected in the everyday of the inhabitants in the Minas region.

**KEYWORDS:** Brandies, production, manuals technical.

### **Ouro, agricultura, pecuária e aguardente de cana**

Nas últimas duas décadas do século XVIII a capitania de Minas experimentou um rearranjo social em função da diminuição da produção aurífera,<sup>178</sup> a “economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias que sempre estiveram presentes passaram a ser seu eixo central”.<sup>179</sup> Na contramão de pensar o declínio da mineração como sendo a decadência da capitania como um todo, Cláudia Maria das Graças Chaves acentua que,

tradicionalmente conhecido como um período de decadência econômica, correspondente, na realidade, a uma fase de maior diversificação comercial a partir da crise na produção aurífera e a uma consolidação de atividades produtivas destinadas ao comércio de abastecimento.<sup>180</sup>

Indícios dessas alterações na estrutura produtiva mineira podem ser encontrados nos relatos e memórias coevas. Na *Exposição* que o governador dom Rodrigo José de Meneses<sup>181</sup> fez ao rei em 1780, observa-se o estímulo às atividades agrícolas e a necessidade de diversificação da produção da capitania. Nas *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais*, escritas em 1782, o desembargador da Relação do Porto José João Teixeira Coelho, que residiu onze anos na capitania, também discutiu os problemas que provocavam a paulatina decadência “daquela riquíssima e importante conquista”, e propôs “alguns meios de a remediar”.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1670 a 1850*. Niterói, UFF, 1995. (História, dissertação de Mestrado); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

<sup>179</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Antônio. *Alterações nas unidades produtivas mineiras*, p.89.

<sup>180</sup> CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p.36.

<sup>181</sup> EXPOSIÇÃO do governador dom Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitânia de Minas Gerais e meios de remediá-lo. 4 de agosto de 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 2, fascículo 2º, p.311-327, 1897.

<sup>182</sup> COELHO, José João Teixeira. *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais 1782*. Organização, transcrição e textos introdutórios de Caio César Boschi; Preparação de textos e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p.56. (Coleção Tesouros do arquivo)

Essas memórias, em conjunto com outras operações de conhecimento do território brasileiro, o mineiro incluído, encetadas nesse período pelas autoridades régias,<sup>183</sup> segundo Maria Efigênia Laje de Resende, tinham como “horizonte a mesma conjuntura” e buscavam “o fundamento histórico para instrumentar o poder político em função da melhor gestão fiscal, administrativa, política das Minas”.<sup>184</sup>

Com isso, vários aspectos e produtos constituintes da economia mineira desse período, dentre eles a aguardente, foram alvos das reflexões destes representantes metropolitanos. Dom Rodrigo de Meneses defendeu uma política “ilimitada de engenhos”, o que, conseqüentemente, favoreceria o aumento do consumo da “cachassa”, tida por ele como “da primeira necessidade para os escravos, que andavam metidos n’aguoa todo o dia, e que com este socorro rezistem a tão grande trabalho, vivem mais sãos, e mais largo tempo”.<sup>185</sup> José João Teixeira Coelho, com o intuito de nortear a ação dos governantes da capitania, emitiu uma opinião oposta. Para ele, o ideal seria que se estimulasse a importação da bebida de áreas que não produzissem ouro; com isso, a mão de obra escrava se concentraria na extração de ouro.<sup>186</sup>

Estas posições contrárias dos agentes da Coroa portuguesa em atuação nas Minas, no que se refere à produção, comercialização e consumo da aguardente de cana, refletem a história dessa bebida por todo o setecentos mineiro. Uma história que se caracterizou pela oscilação entre a tendência à proibição da sua produção e o estímulo a sua comercialização.

Esse contexto de consolidação do comércio interno fruto da (re)acomodação econômica causada pela crise na mineração, considerado crucial para a história setecentista colonial, serviu como pano de fundo para este artigo refletir sobre a aguardentes de cana-de-açúcar produzida em Minas Gerais, sempre procurando compreendê-la enquanto formação cultural. Para a realização desse objetivo, foi necessário o cotejamento de dois

---

<sup>183</sup> O conjunto dessas operações correspondia, entre outras ações, às “viagens das autoridades coloniais, as expedições científicas, os inquéritos locais para a avaliação das possibilidades de rendas reais, a organização de estatística, a organização estatísticas, a elaboração de roteiros de caminhos, a descrição de viagens, os trabalhos de cartografia, as viagens de reconhecimento de novas regiões, o levantamento de necessidades de apoio logístico, fortificações, aberturas de caminhos e estradas para o controle administrativo”. RESENDE, Maira Efigênia Laje de. Estudo Crítico. In: ROCHA, Joaquim José. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.51. (Coleção Mineiriana)

<sup>184</sup> RESENDE, Maira Efigênia Laje de. Estudo Crítico. In: ROCHA, Joaquim José. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, p.55.

<sup>185</sup> EXPOSIÇÃO do governador dom Rodrigo José de Menezes, p.317.

<sup>186</sup> COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, p.215.

importantes manuais técnicos produzidos no final do século XVIII, quais sejam, *O fazendeiro do Brasil*, organizado por Frei José Mariano da Conceição<sup>187</sup> e *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, apresentada por José Caetano Gomes,<sup>188</sup> com as práticas que puderam ser aprendidas nos inventários *post-mortem* e nos testamentos pertencentes ao Arquivo Histórico Casa Borba Gato, a ao Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

### **Aguardente forte e aguardente fraca: modos de produção**

O relatório técnico, *Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar*, escrito no Brasil por José Caetano Gomes, foi publicado em Lisboa no ano de 1800. A obra constituiu-se num conjunto de relatos, descrições e recomendações técnicas sobre a cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Interessado na prosperidade da Província do Brasil, o autor, que disse dirigir sua obra aos senhores de engenho menos instruídos, dedicou uma parte inteira, “Discurso sobre o alambique”, para discutir como as partes constituintes, os materiais utilizados na confecção e o tamanho desses aparelhamentos, etc., influenciavam na fabricação das aguardentes.<sup>189</sup> No tocante ao conhecimento dos habitantes coloniais com relação à produção da bebida, o químico chega a afirmar que todos os mestres de aguardente sabiam,

que um líquido doce fermenta, que esta fermentação o faz vinhoso, e que este vinho destilado, produz aguardente, em maior, ou menor quantidade, segundo o grau de doçura, que em si contém este líquido.<sup>190</sup>

Por seu turno, o botânico mineiro o frei José Mariano de Veloso, personagem importantíssima no projeto reformista do secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, foi encarregado por este de difundir

---

<sup>187</sup> VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil melhorando na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que podem introduzir, e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a esse assunto: debaixo dos auspícios e de ordem de sua Alteza Real o príncipe do Brasil nosso senhor*. Tomo I. Parte I: Da cultura da cana ao açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798.

<sup>188</sup> GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*. O Príncipe regente Nosso Senhor. Pela Mesa da inspecção do Rio de Janeiro. Apresentado por Joze Caetano Gomes, e de ordem do mesmo senhor publicada por Fr. Joze Mariano Velloso. Lisboa: Casa Litteraria do Arco Cego, 1800.

<sup>189</sup> GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.73-77.

<sup>190</sup> GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.63.

entre os colonos brasileiros os avanços tecnológicos a respeito da agricultura e dos gêneros agrícolas suscetíveis de serem cultivados no Brasil.

Dessa missão, surgiu entre 1798 e 1806 a famosa coleção ilustrada em 11 volumes, *O fazendeiro do Brasil*. O primeiro volume da coleção, Tomo 1, Parte 1, “Da cultura das canas, e fatura do açúcar”, corresponde a uma compilação de publicações inglesas e francesas, traduzidas e comentadas pelo frei, que versavam sobre vários aspectos que vão cultivo da planta até o seus processos de beneficiamento.

Da leitura dessas obras, apreende-se que, embora o frei José Mariano da Conceição e José Caetano Gomes fossem contemporâneos, e mesmo que estivessem tratando de assuntos afins e com intenções semelhantes, a suas idiossincrasias sobressaem em seus textos – idiossincrasias essas que vão da nomenclatura utilizada até o enfoque de suas descrições.

Contudo, foi possível perceber a partir das informações comuns presentes nessas obras, que tanto a fermentação quanto a destilação constituíram-se como etapas importantes na fabricação das aguardentes. Nesse mesmo sentido, outro dado importante, provido por esses autores, informa que as aguardentes de cana-de-açúcar poderiam ser obtidas a partir de três materiais diferentes, quais sejam: a garapa ou as fezes das escuma e do melado. (Figura 1).

A garapa<sup>191</sup> correspondia ao líquido cru da cana espremida. As fezes da escuma<sup>192</sup> eram o produto obtido no processo de limpeza do açúcar quando aquecido, também conhecida como “água fraca do caldo quente do açúcar da casa de cozer”,<sup>193</sup> que Antonil no início do século chamou de cachaça. <sup>E segundo ele</sup>, esta, por ser imundíssima, <sup>deveria</sup> ser dada às

---

<sup>191</sup> José Caetano Gomes reconhece esse produto descrito por frei José Mariano da Conceição apenas como “caldo de cana puro”, para ele a “guarápa” corresponde ao caldo de cana fermentado no ponto de transferido para o alambique. GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.63-64.

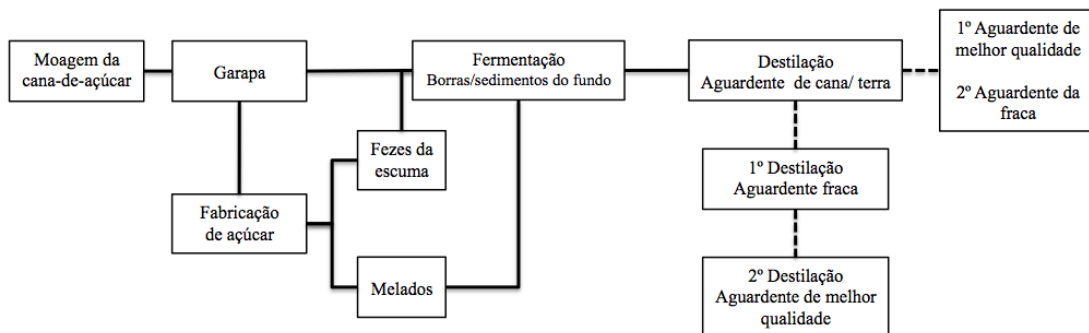
<sup>192</sup> Fezes do açúcar, “uma espécie de gusmo” que sobe à superfície do caldo de cana aquecido, é chamada por José Caetano Gomes de “cachassa ou fezes do caldo de cana”. De acordo com o químico, para que o açúcar não perdesse a sua qualidade, esse material não poderia “de nenhuma sorte” “incorporar-se com o açúcar”, cabendo ao obreiro dessa caldeira “descachassa-la”, ou seja, manter o líquido limpo. GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.40 e 44-45.

<sup>193</sup> VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59.



“besta, cabras, ovelhas e porcos.”<sup>194</sup> O melado era o material obtido a partir do processo de purgação do açúcar, ou seja, os “sobejos do açúcar.”<sup>195</sup>

**FIGURA 1**  
**Fluxograma da produção de aguardentes no século XVIII**



Fontes: VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59-69 e GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.57-79.

Ambos dão conta da existência de dois tipos de aguardente: aguardente forte e aguardente fraca. Todavia, a diferença mais marcante entre os autores está relacionada aos métodos de obtenção desses produtos.

De acordo com frei José Mariano da Conceição a qualidade do produto era definida no processo de destilação.

Dentro de duas horas, pouco mais pouco menos, o vapor ou o espírito condensado pelo fluido ambiente fará o caminho pela serpentina, e correrá tão claro e transparente como um cristal, se lhe não deve embarçar a sua carreira senão quando deixar de ser inflamável. O espírito que se obtém desse modo, é conhecido debaixo do nome de água fraca.<sup>196</sup>

O outro produto, comparado pelo frei ao “rum de prova da Jamaica”, portanto de melhor qualidade, era obtido depois que a água fraca fosse “uma segunda vez destilada”.<sup>197</sup>

<sup>194</sup> ANDREONI, Giovanni Antônio; (ANTONIL). *Cultura e opulência no Brasil Por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Nacional, 1976. (Texto da Edição de 1711), p.202.

<sup>195</sup> VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.59 e GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar offerecida a S. Alteza real*, p.42.

<sup>196</sup> VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.61.

<sup>197</sup> VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil I*, p.61.

José Caetano Gomes, a partir de processo mais próximo do atual processo de destilação da cachaça, no qual o procedimento de obtenção das aguardentes é baseado no equilíbrio entre a volatilidade e a temperatura, descreve que

quando se quer destilar segundo as regras d'Arte, se é obrigado a conduzir a destilação de sorte, que a substância volátil sofra só o grau de calor necessário para a separar; [...] e que a lentura é tão vantajosa, quanto a precipitação é prejudicial nesta operação.<sup>198</sup>

Nesse sentido, diversamente da destilação descrita pelo frei, para o José Caetano Gomes elas eram obtidas de uma só vez. Principiava-se “lançando bastante fogo debaixo do alambique”, para que a fleuma que deveria ser desprezada pudesse sair primeiro. Logo em seguida, com o fogo moderado, quando começava “a correr o espírito”, aguardente de melhor qualidade. Depois disso, principiava a correr “o que se chama água fraca”.<sup>199</sup>

### **As aguardentes e o mercado mineiro**

Fosse como fosse, o esforço a partir de agora concentrara-se no cotejamento das informações alcançadas nessas duas obras com dinâmica da sociedade mineira setecentista apreendida a partir da leitura de 150 inventários *post mortem* e testamentos, localizados nos Arquivo da Casa Borba Gato em Sabará e da Casa Setecentista de Mariana, nos quais foram possíveis localizar unidades produtivas que possuíam alambiques.

A maior parte dos documentos pesquisados é semelhante aos inventários de João de Queiroz, o moço. Em seu inventário foram arroladas 24 arrobas de açúcar nas formas “ainda por purgar”, 25 arrobas prontas e 25 barris de aguardente “com pouca diferença” ainda no tanque.<sup>200</sup> Dito de outra forma, documentos como esse, que descrevem a presença dos produtos beneficiados, principalmente açúcar e aguardente, colaboram essencialmente com informações pontuais, relativas ao momento de suas feitura. Entretanto, alguns poucos inventários localizados com acertos de tutelas propiciaram uma visão um pouco mais distendida sobre a produção desse gênero.

---

<sup>198</sup> GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.71-72.

<sup>199</sup> GOMES, José Caetano. *Memoria sobre a cultura e productos da cana de assucar oferecida a S. Alteza real*, p.79.

<sup>200</sup> Casa Borba Gato (CBG). Cartório do Segundo Ofício (CSO) –Inventário (I) (28) 235. Inventário de João de Queiroz Seixas, 1766. Doravante: CBG. CSO-I

Entre a documentação remanescente do inventário dos bens do Capitão Manuel Alves Pinheiro, morador na sua fazenda chamada da Penha na freguesia de Santa Luzia, falecido sete de Março de 1795, foram localizados contas de despesas dos anos de 1796, 1797 e 1798. Em todo esse período, de acordo com o tutor, foram vendidas 507 arrobas de açúcar correspondendo a um rendimento de mais de 650 réis, enquanto a venda de aguardente atendeu a 79 barris de aguardente, cerca de 40 réis.<sup>201</sup>

A mesma proporção de rendimentos açúcar/aguardente, foi observada no acerto de tutela para oito anos consecutivos, de 1785 até 1792, encontrado junto ao inventário de Antônio Teixeira Cardoso, homem branco solteiro, morador na fazenda das Minhocas, também na freguesia de Santa Luzia.<sup>202</sup>

Porém, apesar da discrepância entre os rendimentos, nos quais a fabricação de aguardentes representou cerca de 20% do obtido com o açúcar, os investimentos relativos a benfeitorias na fazenda indicam que a produção de bebida, certamente, se constituía em uma atividade lucrativa. Durante esse período, o tutor realizou várias despesas com relação ao engenho, entre eles, relacionados diretamente com a aguardente, ele listou um coche para garapa doce, outro “dito de azedar com três repartimentos”, “um dito para restilo de água fraca” e uma fornalha para o alambique.

Outras dimensões a respeito da lucratividade e a questão das qualidades das aguardentes da terra puderam ser melhor apreendidas no inventário do alferes Antônio de Castro Veloso. Morador na freguesia de Furquim termo da Leal Cidade de Mariana, ele foi proprietário de várias terras de minerar, de mais de duzentos escravos, várias crias e de duas fazendas de cultura na região. Entre os gêneros beneficiados da cana-de-açúcar existentes na Fazenda Paciência, foram relacionados: 100 barris de aguardente da fraca avaliados em 30\$000, 05 barris de aguardente da forte a 3\$000 além de 116 arrobas de açúcar a 139\$200. Outros 50 barris de aguardente fraca avaliados a 15\$000 e “10 dos ditos de cabeça” à 6\$000 na Fazenda Santo Antônio da Boa Vista na freguesia da Barra.<sup>203</sup>

### **Considerações finais**

<sup>201</sup> CBG. CSO-I (71) 550. Inventário de Manuel Alves Pinheiro, 1795.

<sup>202</sup> CBG. CSO-I (59) 441. Inventário de Antônio Teixeira Cardoso, 1792.

<sup>203</sup> Casa Setecentista de Mariana (CSM). Cartório do Primeiro Ofício (CPO). Caixa 104, auto 2165. Antônio de Castro Veloso, 1793.

Somente essa tipologia documental não nos fornece subsídios para que possamos ter conhecimento do tipo de metodologia utilizados pelos os produtores de aguardente, se era o do frei ou o do químico. Contudo, a adoção dessa perspectiva possibilitou a visualização de alguns aspectos interessantes relativos ao processo de fabricação das aguardentes da região.

O mais importante deles diz respeito ao lugar creditado às aguardentes dentro das unidades produtivas. Apesar de serem produtos de alta rentabilidade, principalmente por poderem ser obtidas a partir do aproveitamento do subproduto da fabricação de açúcar e da rapadura, elas acabaram por exercer uma função complementar na economias das unidades em que estiveram presentes.

# Novas fontes para a história de Minas Gerais: o acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal

Régis Clemente Quintão

Mestrando/UFMG

regis.quintao@gmail.com

**RESUMO:** A proposta desta comunicação é apresentar os resultados do projeto intitulado “Minas Gerais no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”, que se caracteriza por sistematizar, dar a conhecer e por explorar fontes praticamente inéditas relativas às Minas Gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Erário Régio; Minas Gerais; Fiscalidade; Acervos documentais; Arquivística.

Ainda que o ofício do historiador seja relativamente solitário, ele depende de outros, tais como de arquivistas e de paleógrafos. Na sua famosa apologia à História, Marc Bloch escreveu que “Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte.”<sup>204</sup> Essa comunicação versa exatamente sobre os momentos que antecedem a disponibilização de catálogos de arquivos ou de bibliotecas, ou seja, a sistematização que inclui seleção, leitura e transcrição paleográficas, bem como o desenvolvimento de resumos e índices.

A busca incessante por documentos históricos, sobretudo quando não estão devidamente organizados, pode ser uma experiência inigualável para o historiador, negativa ou positivamente. Nos arquivos, apesar da busca pressupor uma direção, em função do

---

<sup>204</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 82.

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

recorte do objeto de pesquisa, há sempre a possibilidade de encontrar aquele documento que há muito se procurava, ou aquele capaz de nos transportar para outra época e espaço, nos quais deixamo-nos levar e passamos a fazer parte. Em suma, alguns diriam que “os personagens parecem ganhar corpo [...]”.<sup>205</sup>

Sem dúvida, a busca nos arquivos pode ser cheia de sucessos, mas o pesquisador bem sabe que a existência de catálogos com resumos e índices torna menos árdua a sua jornada. Esta foi a nossa pretensão com o projeto “Minas Gérias no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”<sup>206</sup>, que, na sua essência, se caracteriza por sistematizar, dar a conhecer e por explorar fontes documentais praticamente inéditas, como anunciado no título.

Hoje, os historiadores bem sabem da importância dos arquivos portugueses. É, portanto, uma obviedade dizer-se que sem identificação e a consulta aos conjuntos documentais depositados em arquivos de Portugal torna-se impossível a compreensão do período colonial da História do Brasil. Nesse sentido, parte do acervo em pauta se refere ao fundo documental do Erário Régio, organismo criado e presidido pelo marquês de Pombal em 1761, no reinado de D. José I, com vistas à centralização do sistema financeiro do Império Português. Por isso, na documentação, a fiscalidade é temática central.

Assim, o objetivo fundamental do projeto é o de democratizar o acesso dos pesquisadores da História do Brasil a um acervo que é praticamente por eles desconhecido. Trata-se de documentação relativa à administração dos contratos por meio dos quais a Coroa arrecadava os tributos e os impostos da Colônia. Além disso, a documentação abrange o acervo da Demarcação Diamantina, sobretudo da Real Extração dos Diamantes, tanto no que se refere às administrações instaladas no Arraial do Tijuco e no Rio de Janeiro, como dos órgãos de gestão superior sediados em Lisboa.

Quanto às etapas do projeto, este se iniciou com a reprodução microfilmica e digitalizada do referido acervo, que é composto por 21 códices, com datas-limite de 1761 a 1822. Em seguida, realizou-se a leitura paleográfica do conjunto dos documentos. A etapa

---

<sup>205</sup> BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 2ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

<sup>206</sup> O projeto foi desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2014. Coordenado por Caio César Boschi e realizado por Régis Clemente Quintão. O trabalho teve financiamento da Universidade, por intermédio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação (FIP 2012/7694-S2I2013/8338-S2).

posterior foi a elaboração de quadros-resumo dos registros textuais. Complementa o trabalho o estabelecimento de índices toponímico, onomástico e ideográfico dos registros, isto é, cerca de 5.000 verbetes sumários.

Em sua grande maioria, as fontes dizem respeito à Capitania de Minas Gerais. No entanto, os pesquisadores poderão encontrar referências ao “Reino de Angola”, às “Ilhas de São Tomé e Príncipe”, a Goa, ao Rio de Janeiro e a São Paulo, entre tantas outras. Como são 21 códices e exatamente 4.964 verbetes sumários, seria impossível dizer, nesta comunicação, em função da limitação de tempo, do que trata cada um dos registros. Por isso, fez-se a opção por apresentar, de modo generalizante, o conteúdo de alguns códices.

Os dois primeiros códices, denominados “Representações da Capitania de Minas Gerais”, datados entre 06 de julho de 1784 e 16 de maio de 1807, são compostos de 250 representações, contas de autoridades e órgãos administrativos das capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Entre esses órgãos, estão a Junta da Real Fazenda, a Contadoria Geral e o próprio Governo de Minas Gerais. Neles são tratados assuntos diversos, tais como questões relativas aos contratatos das entradas e dos dízimos; requerimentos de ordenados, soldos, cômputos e ajuda de custo; e abastecimento das casas de fundição etc.

Há, também, e vale à pena transcrever um trecho, uma instigante representação, de 30 de abril de 1788, que versa sobre o estado econômico da capitania, que assim inicia-se:

[...] Em diverssas ocazioens tem sido prezente a V. EX.<sup>a</sup> a decadencia, em que se acha a Capitania de Minas Geraes, e a diminuição anualmente se experimenta no Rendimento do Quinto do Ouro tudo pela falta de novos descobrimentos, e por fazerem muito pouca utilidade as Minas, em que atualmente se trabalha: e como fará conveniente facilitaremse os meyoys de florescer aquella Capitania pela mineração de novas Terras que prometem conveniencia, e livrar os seus habitantes da opressão de muitas emportantes dividas [...]. (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL<sup>207</sup>, 1788).<sup>208</sup>

Essa representação é, no mínimo, interessante, já que, atualmente, os historiadores não concordam com a visão de “decadência” das Minas Gerais. Nesse sentido, são exemplares as comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, estudadas por Carla Almeida

<sup>207</sup> Doravante referido na forma abreviada – ATCP.

<sup>208</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) de registro das representações [de autoridades e órgãos administrativos] da Capitania de Minas Gerais. Livro 4066, p. 76, 30-4-1788.



(2010)<sup>209</sup>, que, a partir de 1780, prosperaram em função da diversificação econômica, chegando, mais tarde, a produzir com vistas à exportação para o Rio de Janeiro, contrariando o que expõe o documento acima. Assim, apesar de ser possível inferir que houve retração na atividade aurífera, isso não quer dizer que toda a capitania tenha mergulhado numa profunda crise econômica, e que tal situação se aplicasse a toda capitania.

Daí, o cuidado que se deve ter na leitura das fontes e, por conseguinte, na produção do conhecimento histórico, de modo a “[...] evitar juízos apressados e extrapolações por inadequação de evidência, ou insuficiência de dados.”<sup>210</sup> É preciso observar além do que o documento diz, haja vista que, como um produto, é carregado de intencionalidades, objetivos e fins.

Voltando à documentação, o códice intitulado “Informações da Capitania de Minas Gerais”, com datação de 05 de outubro de 1794 até 08 de fevereiro de 1806, é constituído de 373 requerimentos diversos, tanto de autoridades e órgãos administrativos quanto de pessoas físicas como padres e funcionários subalternos.

Como exemplo, escolheu-se o requerimento, de 08 de março de 1786, do padre Manuel José Barbosa de Faria, vigário encomendado na freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, bispado de Mariana, que reclamava o não recebimento da sua cômputa de 200\$ réis, no que foi atendido, pois foi considerado “digno da Graça q. implora” (ATCP, 1786).

211

Já o “Livro de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da] Capitania de Minas Gerais”, com datas entre 12 de julho de 1766 e 11 de agosto de 1773, é composto de provisões e cartas remetidas pelo Erário Régio, em Portugal, às Intendências e à Junta da Real Fazenda de Minas Gerais.

Esse livro aborda assuntos diversos, entre eles o abastecimento das casas de fundição, remessas de ouro e diamantes, arrematação de contratos e cobranças de dívidas.

---

<sup>209</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, 263p.

<sup>210</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 165.

<sup>211</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (3º) de informações da Capitania de Minas Gerais expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro. Livro 4068, p. 9, 08-3-1786.

Como a carta, de 03 de julho de 1770, dirigida pelo conde inspetor geral do Erário Régio ao conde de Valadares, para que sejam cobradas as dívidas ativas do famigerado Felisberto Caldeira Brant, que foi contratador dos diamantes.<sup>212</sup> (ATCP, 1770).<sup>213</sup>

De estimável importância são os três borradores da “Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real”, que datam de 11 de junho de 1772 até 14 de agosto de 1805. Juntos, somam 1.005 operações comerciais como saques de letra, pagamento de ordenados, aluguel de escravos e despesas com exportações e importações. Nesta última, destacam-se as carregações de materiais e gêneros expedidos de Portugal ao Rio de Janeiro e, posteriormente, ao Arraial do Tijuco, para provimento da Real Extração dos Diamantes.

Além disso, há também inúmeros registros que tratam da venda de diamantes, como a que foi feita pelos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, em 12 de fevereiro de 1787, a Daniel Gildemeester, de 4.000 quilates de diamantes, a 6\$600 réis o quilate, totalizando 26.400\$000 réis. (ATCP, 1787).<sup>214</sup>

O códice seguinte é o “Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes”, datado de 15 de janeiro de 1772 até 15 de maio de 1789. É composto por 58 contas e faturas, tanto de Portugal como do Rio de Janeiro. Nesses documentos ficam explícitas todas as mercadorias compradas para o abastecimento da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, bem como deixam claro os intermediários dessas operações de importação de gêneros.

Uma conta do Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1775, refere-se aos gastos que se fizeram com “2 pacotes de 6@s de barbante, e 8 Massos de Linha de Oeyras; e com 34 Barriz com 150 Milheiros de cravo de ferrar”, que foram remetidos da cidade do Porto, por

---

<sup>212</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. O Labirinto da Fortuna: ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In: *História: Fronteiras*. São Paulo: XX Simpósio Nacional da ANPUH, 1999, p. 309-320.

<sup>213</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) de provisões e cartas [do Erário Régio] expedidas a [autoridades e instituições da Capitania de Minas Gerais]. Livro 4072, p. 86, 3-7-1770.

<sup>214</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 83, 12-2-1787.

José Bento, em ordem dos diretores gerais da Real Extração dos Diamantes, para encaminhamento à Administração, no Arraial do Tijuco. (ATCP, 1775).<sup>215</sup>

Por fim, os três últimos códices aqui apontados, são os denominados “Registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]”, datam de 01 de agosto de 1771 até 21 de novembro de 1805. Estes contêm 794 ordens régias e cartas expedidas aos administradores, intendentos e desembargadores da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, e aos comissários da referida Real Extração, no Rio de Janeiro. No que se refere ao conteúdo dessas cartas e ordens, trata-se de remessas de gêneros pedidas pelos administradores do Tijuco e seu atendimento por parte da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa. No entanto, também abordam questões diversas relativas à Administração e à extração diamantífera.

Para finalizar, sucede um fragmento de uma carta que aponta para uma possível “carestia” nas Minas Setecentistas. Na documentação, muitas vezes, tais carestias estão relacionadas às secas. Seja como for, a carta dirigida de Lisboa aos administradores gerais da Real Extração dos Diamantes, no Arraial do Tijuco, em 10 de dezembro de 1777, diz o seguinte:

“[...] Taobem ficamos sabendo que não obstante a grande carestia de mantimentos no ditto anno passado, não tiverão VM.ces falta delles, para a Escravatura do que valerão no anno antecedente, cujo excesso estimaremos que se tenha recuperado neste anno, pela barateza que se esperava os mesmos mantimentos. [...]”(ATCP, 1777).<sup>216</sup>

Como se pode notar, a carta dá margem para se pensar que a referida carestia não foi extremamente aguda, haja vista a estima em que se esperava a solução para o problema enfrentando no ano anterior, 1776. Assim como o primeiro documento, apresentado no início desta comunicação, que versa sobre a “decadência” da capitania, este incita a necessidade de mais pesquisas relacionadas ao tema, a fim de esclarecer melhor a

---

<sup>215</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro de registro de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes. Livro 4087, p. 21, 12-1-1775.

<sup>216</sup> ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Erário Régio. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]. Livro 4088, p. 221, 10-12-1777.

complexidade da economia de Minas Gerais, no século XVIII. Para tal, espera-se que as fontes históricas ora apresentadas sejam úteis.

Como mencionado, o projeto também contou com o estabelecimento de índices ideográfico, onomástico e toponímico. No primeiro, o pesquisador interessado poderá encontrar registros sobre “assistência”, “balanços contábeis”, “Bilhetes da Real Extração”, “Boticas”, “Casas de Fundação”, “Côngruas”, “Contrato de entradas”, “Diamantes”, “Erário Régio”, “Saque de letras”, “Ofícios e cargos”, “Ordenados”, “Receitas e despesas” “Sequestro de bens” etc.

Já no índice onomástico, a frequência com que alguns nomes aparecem nos códices chama a atenção. Abraham Benjamin Cohen aparece mais de 100 vezes, enquanto Caetano José de Sousa, que foi caixa e administrador da Real Extração, aparece 97 vezes. Outro nome frequente é o do comprador de diamantes Daniel Gildemeester, que aparece cerca de 200 vezes. Domingos Rebelo Pereira tem o nome envolvido em pelo menos 170 documentos. Francisco de Araújo Pereira, comissário da Real Extração, aparece em quase 460 registros. Por sua vez, João Teixeira de Barros foi citado 135 vezes.

No índice toponímico poderão ser encontrados desde cidades e comarcas até rios e córregos. Continuando a lógica de frequência dos registros, podemos citar, entre tantos outros lugares, Lisboa, Mariana, Comarca do Rio das Mortes, Rio de Janeiro, Sabará, Vila Rica, Serro do Frio, Distrito Diamantino. Sem dúvida, o grande destaque é o Arraial do Tijuco, que aparece mais de mil vezes ao longo da documentação. Também são frequentes referências às igrejas da Capitania de Minas Gerais, entre as quais se destacam a Igreja de Santo Antônio da Casa Branca e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila Real do Sabará.

São inúmeras as possibilidades de pesquisas que podem ser empreendidas a partir do acervo do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal. Os apontamentos aqui feitos sobre o conteúdo dos códices do projeto e de algumas possibilidades de pesquisa são apenas uma modesta amostra do que os pesquisadores interessados poderão encontrar na documentação. Há muita viabilidade de pesquisa para outras centenas de temas. Acreditamos que, por meio dos índices onomástico, toponímico e ideográfico, bem como dos verbetes sumários, ou seja, resumo do conteúdo de cada registro, o acesso a esses documentos será mais cômodo e produtivo.

# Teologia da Libertação a luz do Segmento de Jesus: A solidariedade relacionada aos espaços de experiências e horizontes de expectativas

Raquel Marques Soares

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

rms.raquel.marques@gmail.com

**RESUMO:** Após a Revolução Cubana, surgiu na América Latina, uma nova geração que acreditava e tentava fazer uma revolução socialista em seus respectivos países. Esse sentimento, ficou ainda mais forte, após a série de golpes militares, que ocorreram em todo continente. A opção pelo apoio a movimentos revolucionários de esquerda, surpreendentemente, foi adotada por setores internos da Igreja Católica, culminando no nascimento da chamada Teologia da Libertação. Teólogos e adeptos, tentam justificar essa postura, fazendo resgates bíblicos, sobretudo presentes no Segmento de Jesus. O presente artigo, visa abordar como a solidariedade para com o oprimido, se torna um dos discursos centrais, para a legitimação da presença constante de cristãos, sobretudo parte do clero, dentro de determinados grupos revolucionários. Através dos estudos de Koselleck, entenderemos como é natural o resgate de certas práticas e experiências passadas, visando resultados distintos das expectativas anteriores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teologia da Libertação, América Latina, Cristianismo

Se nos perguntarmos, como e por que um grupo religioso incorpora o marxismo a algumas de suas práticas, precisaremos olhar para o passado. Nele encontraremos dentro do evangelho de Lucas, Marcos e Mateus, que são comuns aos cristãos, brechas e ganchos que possibilitaram essa junção de práticas. Pensando em uma linha do tempo, temos o segmento de Jesus de um lado e a Teologia da Libertação de outro, com uma enorme distância entre eles. O primeiro, teve sua primeira fase com início e fim na década de 30 d.C., esteve praticamente restrito a região da Galiléia, sobretudo à margem norte do Lago Genesaré. Já o segundo, teve suas origens na América Latina, foi gerado e teve o seu

apogeu durante as décadas de 1960 e 1970. Como então é possível assimilar dois movimentos situados geograficamente e em contextos tão distintos?

Consideramos os riscos de anacronismo ao relacionar dois movimentos, que aconteceram com quase dois milênios de distância entre eles. Entretanto não podemos deixar de notar os resgates que foram feitos, não só para justificar a postura revolucionária de alguns membros da Igreja Católica, mas também, para tecer críticas a negligência, que há muito vinha sendo feita na sociedade latino-americana, por grande parte da liderança cristã. É nesse vasculhar o passado que somos confrontados: “primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número, chegaram até nós.” (Koselleck. 2006) utilizando então, da experiência e da expectativa, dentro da história podemos, tomando os devidos cuidados, relacionar tempos e espaços distintos, sendo então experiência e expectativa.

[...] duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.<sup>217</sup>

Caracterizando primeiro a experiência, podemos dizer que ela é fruto de um passado atual, onde o que se passou pode e é, incorporado e lembrado pelos indivíduos, assim acaba sendo transmitida de geração em geração ao longo dos tempos. Logo, são as experiências dos outros, que acabam por constituir a história. Já a expectativa, é voltada para aquilo que ainda não aconteceu, podendo ser concebida de maneira individual e interpessoal. O passar do tempo, pode fazer com que os indivíduos repitam e até mesmo tentem copiar experiências passadas. A provável repetição das experiências não delimita o campo de expectativa, a mudança temporal faz com que esses mesmos indivíduos realoquem condições, aumentem as experiências e almejem resultados para muito além daquelas expectativas surgidas com experiências passadas. Considerando então que essas mudanças de foco, foram feitas pelos teólogos da libertação, ao longo do artigo demonstraremos como experiências foram modificadas e esse horizonte de expectativa foi ampliado.

---

<sup>217</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 2006. pg.308

Fazendo um apanhado geral da década de 60, após o triunfo da Revolução Cubana, pareceu haver um maior número de questões voltadas para a busca da igualdade social e melhoria de vida das populações mais carentes. Dentro da Igreja Católica, não foi diferente, o Papa João XXIII havia publicado as Encíclicas Sociais: *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, nos anos de 1961 e 1963 respectivamente. Entre as duas, houve o Concílio do Vaticano II, que também se mostrou preocupado com o bem-estar social. Em contrapartida, o medo das revoluções de esquerda, fizeram com que setores militares e civis apoiassem golpes de regimes de direita, por toda a América Latina. Os documentos escritos anteriormente a esses golpes, acabaram por serem utilizados para fazerem oposição ao desenvolvimentismo econômico e social proposto pelos governos. A Conferência de Medellín, ocorrida na Colômbia em 1968, acabou por se tornar um marco efervescente para esse novo engajamento social, por parte de alguns setores clericais da Igreja. Após essa conferência, o peruano Gustavo Gutiérrez, reuniu em seu livro *Teologia da Libertação*, perspectivas teológicas que voltam o seu olhar para a questão da pobreza e para aqueles que eram vítimas não só da miséria, mas também de todo um sistema social injusto e opressor histórico.

Em um primeiro momento Gustavo Gutiérrez, coloca que não se deve separar da teologia seu caráter espiritual e racional, assim através dela devemos buscar a reflexão e a ação dentro de diversos contextos históricos. Busca então através do apóstolo Paulo, tentar convencer, que desde os primórdios, a vida cristã girou em torno de se fazer o bem para os demais, dizendo que: “[...] a fé opera pela caridade: o amor é o sustentáculo e a plenitude da fé, da entrega ao Outro e, inseparavelmente, aos outros. É este o fundamento das práxis do cristão, de sua presença ativa na história.” (1971) Ainda dentro das reflexões críticas, Gutiérrez retoma o Concílio do Vaticano II reafirmando o papel da Igreja, como uma comunidade de serviço e não de poder. Cujo dever não é centrar-se em si mesma, mas abraçar os homens em suas angústias e alegrias. Todo esse novo jeito de se fazer teologia, teve grandes influências do pensamento marxista com sua práxis utópica, desejosa de mudar a ordem vigente no mundo e criar um novo homem. Aqui a práxis ganha grande importância, pois é através da ação concreta que se poderá criar uma nova sociedade, um novo homem e atingir o reino celeste. Essa nova teologia, também precisa ser crítica para fazer análises da sociedade e da Igreja, afim de se unir a práxis histórica, ela é uma reflexão e atitude crítica. É uma teologia que precisa ser atual e que não deve apenas



[...]pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna – ao dom do reino de Deus.<sup>218</sup>

É importante ressaltar que o próprio Gutiérrez constrói, a imagem da Teologia da Libertação, como resgate desse cristianismo primitivo oriundo do Movimento de Jesus. Ao refletir sobre esse novo papel que a Igreja pode vim a desempenhar “Poder-se-ia falar de uma volta às posições da Igreja dos primeiros séculos. [...] O que se exprimiu espontânea e intuitivamente nos primeiros séculos deve manifestar-se agora de modo mais reflexo e crítico. ” (Gutiérrez, 1971) poderíamos fazer muitas críticas sobre suas citações aos primeiros séculos e até mesmo ao apóstolo Paulo, entretanto isso levaria reflexões mais intensas do que a pretendida aqui. Não nos afastaremos do Segmento do Jesus histórico e o sucedido após o seu desmembramento, esse artigo se limitará a abordar somente do acontecido até a década de 30 d.C. Dessa perspectiva geral, me atrelarei ao espaço de experiência, presente no sentimento de amor ao próximo, diretamente entrelaçado com a solidariedade.

O amor e solidariedade para com os pobres, é bastante ressaltado no segmento de Jesus, em questões como o auxílio daqueles que não possuem meios para se manterem, como é o caso das viúvas e órfãos. E também o ato de não pressionar os devedores, além do perdão das dívidas (Mt. 18.24-35) Nesse novo espaço de experiência latino, Gutiérrez faz lembrar:

[...]oprimir o pobre é atentar contra o próprio Deus; conhecer a Deus é praticar a justiça entre os homens. Encontramos a Deus no encontro com os homens: o que se faz aos outros faz-se ao Senhor. [...] a existência da pobreza reflete uma ruptura de solidariedade entre os homens e de comunhão com Deus.<sup>219</sup>

Para pôr fim as injustiças e opressões, salienta-se então a necessidade de solidarizar-se com aqueles que carecem. Dessa forma, muda-se o horizonte de expectativa, visando não mais suprir a necessidade desses de maneira momentânea, praticada em forma de atos de caridade. A prática da caridade torna-se uma espécie de engrandecimento, servindo que os antigos faziam, essa ação serve apenas para mostrar o status superior que o seu autor se

---

<sup>218</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. pg.27

<sup>219</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. pg.241

encontra em comparação aquele ajudado. Para se atingir então essas expectativas e abolir a caridade, é considerado de extrema importância, extinguir as alienações que mantêm o povo latino americano em situação miserável.

Como diz P. Ricoeur, ninguém está realmente com os pobres senão lutando contra a pobreza. Graças a esta solidariedade – feita gesto preciso, estilo de vida, ruptura com sua classe social de origem – poder-se-á também contribuir para que os pobres e desposados tomem consciência de sua situação de exploração e busquem liberta-se dela.<sup>220</sup>

Através da ótica marxista, Gutiérrez reforça o quanto a luta de classes presente nesse contexto, vai contra o amor pregado dentro do cristianismo, podendo trazer problemas dentro da própria unidade da Igreja. Afirma também que, negar a sociedade de classes e a luta existente entre elas, é torna-se cúmplice dos setores dominantes. Sendo assim, enxerga a necessidade de não ser imparcial, nem se deixar esquecer da triste situação que as classes menos abastadas estavam vivendo.

Devemos apurar a consciência do dever de solidariedade com os pobres, à qual a caridade nos impele. Esta solidariedade significa fazer nossos seus problemas e suas lutas, saber falar por eles. Isto se concretizará na denúncia da injustiça e da opressão, na luta cristã contra a intolerável situação em que o pobre vive com frequência, na disposição ao diálogo com os grupos responsáveis por esta situação para leva-los a compreender suas obrigações.<sup>221</sup>

A Teologia da Libertação, assinala a impossibilidade de ser neutro dentro da luta de classes pois a imparcialidade, leva a conveniência e assim quem se diz neutro é na verdade um aliado do capitalismo. Consideram categoricamente que a não negação da luta de classes não é pregar um ódio aos ricos, o apoio aos pobres é a única maneira de haver mudanças e a destruição do sistema capitalista. “Não se trata de não ter inimigos, e sim de não os excluí-los de nosso amor.” (Gutiérrez, 1971) assim a revolução também salvaria os abastados pois o “Amor universal é aquele que em solidariedade com os oprimidos intenta libertar também os opressores de seu próprio poder, de sua ambição e egoísmo.” (Id.) A solidariedade é posta aqui como um ato de amor a todos, a preferência pelos pobres e o combate a alienação dos mesmos, é um gesto de amor que seria mais eficaz que as meras esmolas. Essa preferência é ainda para dar ao pobre esse lugar privilegiado que ele ocupa na mensagem bíblica. Combater a opressão e o opressor é considerado um sentimento de

---

<sup>220</sup> Id. pg. 247

<sup>221</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. Pobres e libertação em Puebla. 1980. pg.13

amor também para com o opressor, pois esse opressor deixaria de possuir sentimentos e atitudes ruins, criticadas por Jesus, e que, segundo os religiosos, impedem sua redenção. Gutiérrez visa uma libertação de várias classes ocorrendo simultaneamente por meio de um amor universal e solidário. Soa de maneira surreal, mas esse novo horizonte de expectativas, parece demonstrar que os ricos não deixarão de ser exploradores e conseqüentemente salvos através de sua própria vontade e esforço. A experiência nesse novo espaço busca tanto a transformação dos oprimidos em agentes libertadores, que praticamente transforma os seus opressores em agentes passivos dentro do seu contexto histórico.

Apoiar as causas sociais, tem então a ver, com abdicação de certo poder político que a Igreja carrega. A empatia para com o pobre é tentar mostrar para os cristãos em posição privilegiada, o lado da pobreza que Jesus também viveu. Aproximar-se com o pobre e dar preferência para ele a partir da documentação de Puebla, passa a ter como simbolismo, uma tentativa de aproximação a figura de Jesus pobre. (Gutiérrez.1980) Não ignoramos que a solidariedade e amor presentes no movimento de Jesus, foram projetados em um espaço e num horizonte de expectativas apolítico (Stegmann.2004). Entretanto o próprio Gutiérrez afirma que a morte de Jesus foi levada pelos seus posicionamentos, suas críticas à religião feita de regras e observações moralmente exteriores que o colocava diretamente contra os fariseus. Gutiérrez, ainda afirma

Jesus retomará a grande tradição profética e reclamará a autenticidade do culto na base de disposições pessoais profundas, da criação de verdadeira fraternidade entre os homens e de compromissos reais em favor dos outros, especialmente dos mais necessitados. Jesus ajuntava, com efeito, a essa crítica uma frontal oposição aos ricos e poderosos e uma radical opção pelos pobres.<sup>222</sup>

A solidariedade, para os teólogos da libertação, passa a ser um misto de empatia, forma de denúncia, luta e abertura para a esperança de libertação. Todas elas inspiradas e justificadas na vida e na figura de Jesus. Por mais que pareçam movimentos distantes, a Teologia da Libertação sempre alega, se projetar no Movimento de Jesus. A opção feita em auxílio e solidariedade aos pobres e o repúdio as classes exploradoras, podem ser encontrados e são altamente justificadas, através dos evangelhos.

---

<sup>222</sup> GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: Perspectivas. 1971. Pg 194-195

## Um passeio pelo *Itinerário Geographico* De Francisco Tavares de Brito

**Márcio Mota Pereira**<sup>223</sup>

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[drmmota@yahoo.com.br](mailto:drmmota@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Ao longo do século XVIII, a corrida pelo ouro no além-mar português foi responsável por mudar de forma significativa a atenção desta Nação para com seus territórios. A demografia lusa também sofreu significativas alterações com muitos de seus patrícios deixando a Metrópole em direção à América portuguesa. A transmissão sobre as boas novas do ouro, quase sempre realizada através de correspondências ou por conversas informais, ganhou a companhia de obras impressas que procuravam mostrar a seus leitores as prósperas maravilhas que poderiam ser encontradas naqueles sertões. Uma destas publicações, o *Itinerário Geographico*, supostamente escrita por Francisco Tavares de Brito e classificado por Taunay como o primeiro “guia turístico” do Brasil cooperou de grosso modo para com a ocupação das Minas Gerais. É nossa intenção nessa proposta percorrer as páginas deste impresso refazendo o caminho que teria sido feito um dia por Brito verificando, ainda, as singularidades e o destino dos pousos e caminhos que apontou.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Itinerário Geographico*; Francisco Tavares de Brito; Caminho Novo; Estrada Real.

Nos últimos anos do século seiscentista um rastilho de pólvora correu a América portuguesa. As boas novas refletiam a cor dourada e a grande especulação dizia respeito ao ouro descoberto pelos paulistas nos sertões do norte da Capitania de São Paulo. As notícias singraram o Atlântico tão ou mais rápido que os brigues e as caravelas lusas espalhando na Ibéria e no resto da Europa a notícia de que o Eldorado havia, enfim, sido encontrado.

As notícias eram várias e assumiam o tom e a perspectiva de seus locutores. Uns diziam que o ouro era recolhido com pás nas margens dos rios ou mesmo debulhado das raízes das plantas. A mística daquela região que seria a mais povoada da América ao longo do século XVIII apenas aumentaria o imaginário construído em torno da Serra conhecida pelo topônimo indígena de *Sabarabuçu* onde, segundo o Governador da Capitania do Rio de

---

<sup>223</sup> A pesquisa que resultou neste texto conta com financiamento do CNPq.

Janeiro, Antônio Paes de Sande, haveria um “tesouro, que a natureza e a fortuna depositou com mais próprio direito para os que primeiro povoaram as terras donde se escondem”.<sup>224</sup>

As histórias transmitidas no boca a boca ou através das cartas que incitavam os metropolitanos a se aventurar nos sertões da América portuguesa tiveram resultados surpreendentes. Estabeleceu-se uma verdadeira “corrida do ouro” ao longo do século XVIII não apenas nas minas do *Sabarabuçu* e nas proximidades do ribeirão do Carmo, mas em todos os locais em que se julgava ter a mesma prosperidade de riquezas como os sertões do ouro de Goiás e do Mato Grosso e os sertões diamantinos, a meio caminho da Bahia.

A ocupação e dispersão populacional nas minas do ouro ao longo das primeiras décadas do século setecentista é assunto que há muito vem sendo tratado e que está consolidado em clássicas leituras como aquelas desenvolvidas por Boxer (1969), Furtado (1999 e 2006) e Holanda (1994). Não é nossa intenção através desta apresentação revisitar por completo tal tópico da história colonial ainda que aportes contextuais possam ser verificados, mas sim adentrar uma perspectiva historiográfica que cada vez mais vêm sendo abordada nos últimos anos e que trata, em particular, das estradas e caminhos como importantes facetas do desenvolvimento social e econômico dos sertões da América portuguesa. Segundo Antonil, a cada ano desembarcavam enormes

quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos e muitos índios, de que paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa..<sup>225</sup>

Verifica-se, no âmbito cartográfico, uma produção bastante restrita desta qualidade de documento acerca dos caminhos para as minas do ouro. Segundo Costa, tal quadro pode ser justificado pela “necessidade de se manter as descobertas em segredo” de modo que os conhecimentos cartográficos e geográficos passaram a ser “transmitidos, na maior

---

<sup>224</sup> *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 197-200, 1917. p. 200, *apud* DELVAUX, Marcelo Motta. Corografia imaginária do sertão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 46, vol. 2, jul.-dez., 2010, p. 76-77.

<sup>225</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 163-181.

parte das vezes, oralmente”.<sup>226</sup> Obviamente não era possível impedir que portugueses que retornavam da América confabulassem com seus patrícios as boas novas da colônia americana ainda que fosse plausível, à medida do possível, controlar o fluxo de informações em vias impressas. E foi assim que cartografias mentais, na forma de relatos, como aquele escrito pelo padre jesuíta toscano Giovanni Antonio (1649-1716) sob o pseudônimo de André João Antonil passaram a ser encarados como prejudiciais aos interesses portugueses. Sua obra, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, escrita durante os anos que viveu em Salvador e publicada em Lisboa no ano de 1711 tendo sido confiscada sendo proibida ainda a sua reimpressão e mesmo sua circulação. *Cultura e Opulência* conteria, segundo os censores, informações que uma vez extrapoladas as fronteiras lusas poderiam incitar a pretensão de outras Nações para com aquela colônia.

Outra obra, menos conhecida que aquela de Antonil e mesmo assim igualmente proibida foi o *Itinerário Geográfico*, supostamente impresso em Sevilha no ano de 1732 e assinado por um dito Francisco Tavares de Brito.<sup>227</sup> Acerca deste autor, Sacramento Blake traçou algumas poucas linhas ainda que não demonstrasse confiança nas informações que possuía: “Natural, segundo me consta, do Rio de Janeiro, e nascido pelo ano de 1700”, tendo sido escritor de um “opúsculo raríssimo”, o qual é nosso mote principal.

Várias são as versões do *Itinerário* sendo a mais célebre aquela impressa em 1732 da qual supostamente derivariam todas as outras, manuscritas, mas com conteúdos semelhantes, o que poderia ser explicado pela dificuldade da aquisição de impressos à época.<sup>228</sup> O geógrafo americano Orville Derby, por sua vez, não acreditava ser Brito o autor

---

<sup>226</sup> COSTA, Antônio Gilberto. As minas de ouro da América portuguesa e a cartografia dos sertões nos séculos XVII e XVIII. In: *Anais do Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Cd-Rom. Ouro Preto, 2009, p. 5.

<sup>227</sup> BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Cúios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que há da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Sevilha: Na Officina de Antonio da Sylva, 1732. Disponível em versão digitalizada no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/150>. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

<sup>228</sup> O *Itinerário Geográfico* também foi publicado em sua íntegra a partir da versão sevilhana na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 230, 1956. p. 428-441 e, mais recentemente, pela Fundação João Pinheiro. FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Doc. 139, p. 898-910. Cohen localizou outros três exemplares de cópias manuscritas do *Itinerário*, os quais deveriam ser distribuídos de forma clandestina entre os interessados em viajar às minas e que estão depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (ms.148. ff. 1-16; na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa (ms. 54-XIII-4 n. 24) e na Biblioteca Pública de Évora (ms. 54-XIII-4 n. 24). In: COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. Mapa Geográfico: apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. *Calígrama*. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010, p. 116. Um estudo pormenorizado do impresso em

do Itinerário. Tal documento teria sido escrito, em sua opinião, por volta do “ano de 1717, ou um pouco antes”, ou seja, quinze anos antes de sua publicação em Sevilha, o que a coloca em termos de redação emparelhado cronologicamente com a obra de Antonil.<sup>229</sup> De fato, o leitor mais atento dará maior juízo aos apontamentos de Derby no tocante ao momento em que a obra teria sido escrita. Brito procurou expor a seus leitores sem demonstrar maior esforço ou eloquência a geografia política e administrativa da região que dava acesso às minas apontando, de início, suas comarcas, assim numeradas: “São cinco”, sendo que “a Capitania do Rio de Janeiro tem só uma”. “O governo de São Paulo e Minas tem quatro Comarcas. A primeira é a cidade de São Paulo. A segunda é a do Ouro Preto. A terceira a do Rio das Velhas e a quarta a do Rio das Mortes”.<sup>230</sup> Ora, atentando-nos ao fato do autor ter se referido a um governo responsável por São Paulo e Minas de forma concomitante observa-se que o texto não teria sido lavrado após 1720, ano em que é criada a Capitania de Minas Gerais, desmembrada da Capitania de São Paulo. Ademais, a presença de apenas três Comarcas (Villa Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes, criadas em 1714) na descrição que fez do território das Minas e a significativa ausência da Comarca do Serro do Frio, criada em 1720, tende, por fim, a corroborar o apontamento de Derby.

Enfim, o mais agravante é que o *Itinerário* era apresentado como uma espécie de guia responsável por conduzir seus leitores ao cerne da mineração aurífera justamente num dos momentos em que mais afluíam paulistas e portugueses a estes sertões.<sup>231</sup> O texto valia-se, para tanto, da exposição dos caminhos muito bem descritos pelo autor, inclusive suas entradas, assim como os destinos das mesmas. Outros elementos como serras, picos, montes e rios deveriam igualmente ser alvos de maior atenção por parte do viajante. As ocupações ao longo do caminho fossem *roças, sítios, povoações, lugares* ou *vilas* eram igualmente assinaladas no impresso e serviam de indicações de lugares onde o pouso para descanso, alimentação e pernoite certamente seria facilitado.

---

questão pode ser encontrado em LIVERMORE, **Harold**. An early published guide to Minas Gerais: the Itinerário Geographico (1732). *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, p. 4-10, 1978. (Separata).

<sup>229</sup> DERBY, Orville. Um mapa antigo de partes das Capitânicas de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 2, 1896, p. 210.

<sup>230</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 15.

<sup>231</sup> Simão Ferreira Machado teria afirmado que "meio Portugal" estava emigrando para as minas e que entre os anos de 1705 e 1750 nada menos que “800.000 pessoas chegaram a Minas Gerais, vindas da terra-mãe”. In: MACHADO, Simão Ferreira. *O Triunfo Eucarístico: exemplar da cristandade lusitana*. Lisboa: Companhia de Jesus, 1734, p. 18, *apud* BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil*, p. 71.



Interessa-nos, pois, ao ler o *Itinerário Geographico*, as descrições dos caminhos e estradas que já à borda dos sertões do ouro e não importando se fossem traçadas pela picada vinda de São Paulo, chamada Caminho Velho, ou pela nova rota aberta por Garcia Rodrigues Paes, vinda do Rio de Janeiro, invariavelmente terminariam em Vila Rica, capital do ouro.

Dos caminhos que do litoral deveriam ser percorridos para que se alcançassem as minas o que partia de Santos foi o primeiro a ser exposto. Da vila de Santos o viajante deveria embarcar em uma canoa e seguir até o pé da Serra de Cubatão para que pudessem, enfim, subir a serra em “dois ou três passos” (marchas). Uma vez no alto da serra era recomendável que os viajantes descessem de seus cavalos porque “para qualquer parte que caírem acharão precipício inevitável”, e em pouco mais de três horas o viajante deveria estar no alto da serra da qual “se via o mar e a planície em terra”. Interessante que Brito não deixar de apontar o exato significado do nome daquela serra, *Paranapiacaba*, que significa, “na língua geral do Brasil, lugar donde se vê o mar”.<sup>232</sup>

O pernoite deste dia deveria ser realizado na região do *rio dos Couros*, atual São Bernardo do Campo, sendo que até meados do dia seguinte encontraria o viajante a cidade de *São Paulo*. Após São Paulo, a jornada prosseguiria com deslocamento em direção ao vale do rio Paraíba do Sul passando pela *fazenda* Nossa Senhora da Penha *de França* (Guarulhos); *Magy* (Mogi das Cruzes) e *Sucarây* (Jacarei), sendo necessário transpor o Paraíba do Sul de canoa. Depois *Princípio do Fação Grande*,<sup>233</sup> *Capella* (provavelmente a capela Nossa Senhora d'Ajuda, hoje Caçapava); e as Vilas de *Taubaté*, *Pindamonhangaba* e *Guratinguitá* (Pindamonhangaba e Guaratinguetá).<sup>234</sup>

Interessante o apontamento do autor de que em alguns locais ao longo da serra da Mantiqueira o viajante deveria passar por um local chamado *Passa Vinte*, e pouco após por outro chamado *Passa Trinta*, pela qual oferece a explicação de que “passa-se um rio vinte vezes, e por isso se chama *Passa Vinte* (...),<sup>235</sup> e outro rio trinta vezes, e lhe chamam o *Passa Trinta*”. Convém destacar que muitos estudos memorialistas encontram em explicações

---

<sup>232</sup> *Idem*, p. 2-3.

<sup>233</sup> Que infelizmente não conseguimos encontrar maiores referências.

<sup>234</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>235</sup> Tal “Passa Vinte” em questão não encontra relação com a cidade homônima uma vez que o trajeto realizado por Brito dista quase 100 quilômetros a Sudeste deste município. Passa Vinte foi, também, núcleo de povoamento tardio.

semelhantes a resposta para assuntos pertinentes aos locais que apresentam “Passa” como parte de sua toponímia o que, de fato, não pode ser de todo modo desconsiderado. O bandeirante Fernão Dias Paes, por exemplo, deixou anotado em seus manuscritos, quando de sua passagem por aquela região, que “*a única passagem tranquila depois de uma garganta profunda de onde se deve galgar a serra e passar quatro vezes o rio que se escorrega por um verde e espaçoso vale. Chegarás assim a um pouso*”, hoje o município de Passa Quatro.<sup>236</sup> Seguindo a mesma linha de raciocínio, Passa-Bem, por sua vez, designaria um local onde os moradores, hospitaleiros, receberiam bem os viajantes. Outros topônimos como Passa Dez, em Ouro Preto, responderiam por tal denominação por motivos semelhantes ao de Passa Quatro, segundo Capistrano de Abreu:

Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passado de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta.<sup>237</sup>

Retornando ao relato de Brito, uma vez transposta a serra, o viajante encontraria pelo caminho *Pinheirinho* (Serra do Pinheirinho) e as localidades de *Rio Verde* (município de São Sebastião do Rio Verde); *Pouços Altos* (município de Pouso Alto) e *Boa Vista* (localidade hoje extinta), no caminho para *Caxambu* (município de Caxambu), onde há uma serra que é descrita como “um monte em cujo cume se dilata a vista circularmente pelos horizontes com igualdade, e sem obstáculo algum ou estorvo de outro monte que se oponha”. Após *Caxambu* viriam *Maypendi* (município de Baependi), *Pedro Paulo*;<sup>238</sup> *Enga*;<sup>239</sup> *Fravituá*;<sup>240</sup> *Carrancas* (serra de Carrancas); o *Rio Grande*, transposto provavelmente de canoa; *Tojuca*;<sup>241</sup> o *rio das Mortes Pequeno* (que também deveria ser transposto de canoa) até que se chegasse à vila de *São João del-Rei*, cabeça da Comarca do Rio das Mortes.<sup>242</sup>

<sup>236</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO. Histórico. Disponível em <http://www.cmpassaquatro.mg.gov.br/ct-menu-item-3.html>. Acesso em 13 de novembro de 2014.

<sup>237</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 109.

<sup>238</sup> Que não consta no *Mapa da Região de Minas Gerais*, mas que pode ter sido um sítio ou fazenda, sendo tal denominação uma provável referência ao nome de seu proprietário.

<sup>239</sup> O rio Ingá, já que as primeiras ocupações que resultariam no município homônimo são posteriores à confecção do *Itinerário*.

<sup>240</sup> A ainda existente Fazenda de Traituba, município de Cruzília.

<sup>241</sup> Localidade ausente no *Mapa da Região de Minas Gerais* da qual não encontramos maiores informações.

<sup>242</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 4-5.

A descrição dos caminhos que partiam de São João del-Rei em direção à *Vila Rica*, chamados por Brito de *Velho* e *Novo* são igualmente textuais ainda que muito menos descritivos que os outros. “Logo que se sai da vila de *São João* se passa em canoa o rio das Mortes” (outra opção era passar pela ponte, quando seriam cobrados quarenta reis) tomando o caminho para *Callanday*, uma extinta localidade existente entre São João del-Rei e o rio homônimo, por onde se passava por uma ponte. Seguia-se por *Cataguazes*, assinalado como ‘Eng<sup>o</sup>. Dos Catagoés’ no “*Mapa da Região de Minas Gerais com a Parte do Caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas, mostrando os afluentes do Rio São Francisco*” sendo esta a ainda existente Fazenda Engenho Grande dos *Cataguases*, município de Lagoa Dourada. Em seguida *Camapoan* (Serra de Camapuã, atual distrito de Entre Rios de Minas); *Carijos* (Conselheiro Lafaiete), um dos principais núcleos urbanos do Caminho Novo e, por fim, *Macabelo* (a antiga fazenda do Mal Cabelo, hoje em ruínas).<sup>243</sup> Já o que Brito chamou de *Caminho Novo* seguia pela supracitada *Callanday* após sair de *São João del-Rei* e seguia por *Alagoa dourada* (Lagoa Dourada), *Camapoan*, *Redondo* (Alto Maranhão, distrito de Congonhas), *Congonhas* (Congonhas) e *Macabelo*.<sup>244</sup> Após o término da descrição dos caminhos que vinham de São Paulo, ambos findando em Mal Cabelo, Brito dá início à descrição do que seria o verdadeiro *Caminho Novo*, aquele que vinha “pelo Rio de Janeiro”.

Partia-se do Rio de Janeiro em embarcações de menor porte, denominadas lanchas, e uma vez vencida a baía da Guanabara a primeira légua era realizada quase que completamente através do rio *Igoasú* (Iguaçu) e, “em uma maré”, chegava-se ao porto da freguesia de Nossa Senhora do *Pillar* do Iguaçu, hoje Pilar, bairro de Duque de Caxias. Dali seguia-se até o *Couto* (atual Couto, bairro de Nova Iguaçu), onde deveria ser adotado o cavalo ou o muar como meio de transporte para seguir jornada em direção a *Taquarusú*, ao pé da serra da *Boa Vista*, onde se sobe “com muito trabalho”. Do alto da serra gozaria o viajante uma “vista de um famoso espetáculo”...<sup>245</sup> “E seguindo a jornada fica à mão esquerda um monte inacessível tão redondo, e igual, que parece ter feito ao torno. É todo

<sup>243</sup> A fazenda do Mal Cabelo é, em especial, mote do maior interesse no contexto da Tese que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pertenceu, em momento posterior (?-1816), ao letrado Joaquim Veloso de Miranda, membro do clero mineiro e insigne naturalista formado pela Universidade de Coimbra, personagem sobre o qual nos debruçamos neste estudo de longa duração. Alguns outros estudos foram dedicados à referida fazenda no contexto da origem de sua toponímia. Sobre o assunto ver COHEN, Maria Antonieta. A. M. A toponímia Mineira: o caso de Macabelo. In: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). *O léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 77-89.

<sup>244</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 5-6.

<sup>245</sup> *Ídem*, p. 6.

de pedra, e por uma banda de sua fralda vai a estrada.<sup>246</sup> Uma vez vencida a serra, as paragens ao norte da formação começam a ser apontadas pelo autor de forma bastante sintética, muitas das quais descritas apenas como roças: do *Silvestre*; do *senhor Bispo*;<sup>247</sup> do *Governador*, da qual não encontramos maiores aportes na obra de Antonil mas que realmente existira;<sup>248</sup> *Alferes* (Paty do Alferes);<sup>249</sup> *Rossinha*;<sup>250</sup> *Pál Grande* (atual Avelar, distrito de Paty de Alferes);<sup>251</sup> *Cabarú*;<sup>252</sup> *Cavaruasuri*, e as sequenciais roças de *D. Maria*, *D. Maria*, *D. Maria*, *D. Maria Tacurusa*, e *D. Maria Paraybuna*.<sup>253</sup>

A etapa seguinte descrita por Brito era a transposição do rio Paraibuna passando para o *Registro* (atual município de Matias Barbosa), paragem descrita já no avançado ano de 1818 pelo naturalista austríaco Pohl como “um edifício quadrado construído de madeira e barro” onde eram recolhidos os impostos sobre “todas as mercadorias que vão do interior para o Rio, bem como as que vão do Rio para o interior”.<sup>254</sup> A julgar pelo relato de Pohl pode-se imaginar que pouca coisa tenha mudado nos quase cem anos de atividades daquele posto fiscal, quase sempre balizadas por abordagens a viajantes, aportes aduaneiros e burocráticos e patrulhas pelos caminhos e matas.

---

<sup>246</sup> *Ídem*, p. 6.

<sup>247</sup> Em Antonil é apontada a presença de duas paragens com a denominação de Bispo e que teriam pertencido a diversos proprietários entre 1707 e 1713. Nenhum destes, no entanto, teria sido Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro entre 1701 e 1721.

<sup>248</sup> “O governador e capitão geral da Capitania do Rio de Janeiro, Francisco Távora, concedeu em 1716 uma sesmaria entre a data de Marcos da Costa (atual município de Miguel Pereira) e a rochinha do Governo a Francisco Gomes Ribeiro onde foi instalada a Fazenda do Governo, com 901 braças de testada por 3000 de fundos”. In: FRIDMAN, Fania. Planejamento e rede urbana no sertão do oeste fluminense. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. CD-ROM. Belo Horizonte: ANPUR, 2003, v. 1, p. 4.

<sup>249</sup> ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

<sup>250</sup> Não foi possível encontrar sua atual localização. Pertencia, à época, a Manuel da Araújo. In: ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

<sup>251</sup> Sesmaria descrita como “roça que agora principia”, ou seja, fora aberta há pouco tempo, ainda que fosse explorada desde pelo menos 1709. Estava situada a duas léguas de *Alferes*. In: Antonil, p. 264.

<sup>252</sup> Ou *Cavaru*, ao sul do rio Paraíba, “mencionada em cartas de sesmaria dadas pelo governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho em 13 e 20 de agosto de 1712 a dois irmãos do Rio de Janeiro, Domingos Gonçalves e José Marques”. In: ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 264.

<sup>253</sup> Muitos dos topônimos do Caminho Novo descritos por Brito supostamente carregam o nome de seus proprietários, o que provavelmente acontece com estas ditas roças de D. Maria, anotadas com simplórias denominações. Interessante verificar que apontamentos sobre estas paragens ou sobre seus proprietários não estão presentes nem no “Mapa da Região das Minas Gerais”, nem no “Mapas da região de encontro entre os atuais estados” e muito menos em Antonil.

<sup>254</sup> POHL, Johann Emmanuel. *Antigalhas mineiras*: no rio Paraibuna em 1818: registro de Matias Barbosa: usos e costumes. In: *Revista de História da USP*. Ano I, n.º 3, Jul./Set. 1950, p. 383-389.

O caminho seguia pela *Rossinha do Araujo*, de Antônio Araújo dos Santos, e que era alcançada em duas jornadas sendo “o pouso da primeira no mato”;<sup>255</sup> a roça de *Constraste*, de Simão Pereira;<sup>256</sup> *Medeiros*, de José de Medeiros;<sup>257</sup> *Joseph de Souza*, do Sargento-Mor José de Souza Fragoso;<sup>258</sup> *Juiz de Fora*, do Juiz de Direito Luiz Fortes Bustamante e Sá, adquiridas enquanto terras devolutas do supracitado José de Souza Fragoso;<sup>259</sup> *Alcayde Mor*, de Tomé Correia Vasques, no lugar dito Fazenda da Tapera;<sup>260</sup> *Antonio Moreira*, do Capitão Antônio Moreira da Cruz;<sup>261</sup> *Manoel Correa*, do Juiz de Alfândega Manuel Correia Vasques;<sup>262</sup> *Azevedo*, de José de Azevedo;<sup>263</sup> *Araujo*, de José de Azevedo; *Gonsalves*, de Domingos Gonçalves Ramos;<sup>264</sup> outra roça de nome *Gonsalves*, de João Gonçalves Chaves;<sup>265</sup> *Pinho*, de Agostinho Pinho e Silva<sup>266</sup> e novamente uma paragem denominada *Bispo*, sítio do Bispo, em Santos Dumont.<sup>267</sup> Seguiam as sesmarias de *Coronel*, atual Município de Antônio Carlos,<sup>268</sup> e a fazenda do *Registro*, outro posto de controle fiscal e militar.<sup>269</sup> Deste *Registro* quem quisesse seguir para a vila de *São João Del-Rei* deveria seguir

<sup>255</sup> OLIVEIRA, Francisco Rodrigues de & FONSECA, Luiz Mauro Andrade da. Primeiras sesmarias do Caminho Novo. In: *3º Encontro de Pesquisadores do Caminho Novo*. Conselheiro Lafaiete, junho de 2012, p. 6; e ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil, p. 265.

<sup>256</sup> “Ourives e moedeiro da Casa da Moeda do Rio de Janeiro” e um dos primeiros beneficiados com sesmarias no Caminho Novo. Sua roça, denominada “Nossa Senhora da Glória”, estava situada na região nordeste da confluência do rio Paraíba com o rio Preto. In: ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*, p. 265.

<sup>257</sup> OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 1.

<sup>258</sup> Então Fazenda do Marmelo, às margens do rio Paraíba onde seria construída, em 1889, a primeira usina hidrelétrica de grande porte da América do Sul. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 7.

<sup>259</sup> Atual município de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo. In: *Anais do 3º Encontro de Pesquisadores do Caminho Novo*. Conselheiro Lafaiete, 2012, p. 7.

<sup>260</sup> OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 7.

<sup>261</sup> *Ídem*, p. 7.

<sup>262</sup> *Ídem*, p. 7.

<sup>263</sup> *Ídem*, p. 8.

<sup>264</sup> *Ídem*, p. 2.

<sup>265</sup> Genro de Domingos G. Ramos. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

<sup>266</sup> Hoje comunidade do Pinho, a nordeste de Santos Dumont e às margens do rio Pinho. Também presente no *Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

<sup>267</sup> OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

<sup>268</sup> Mais precisamente a Fazenda Borda do Campo, pertencente ao sesmeiro Coronel Domingos Rodrigues de Fonseca Lemos que teria auxiliado seu cunhado, Garcia Rodrigues Paes, na abertura do Caminho Novo. In: OLIVEIRA & FONSECA. Primeiras sesmarias do Caminho Novo, p. 2.

<sup>269</sup> Fazenda do Registro Velho, Barbacena, onde deveria ser paga “de cada carga de seco uma oitava, e de molhado meia oitava”. In: BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 7. A propriedade encontra-se atualmente em ruínas. In: ESTADO de Minas. Fazenda do Registro Velho é derrubada pelas chuvas. Disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/05/interna\\_gerais,354649/fazenda-do-registro-velho-e-derrubada-pelas-chuvas.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/03/05/interna_gerais,354649/fazenda-do-registro-velho-e-derrubada-pelas-chuvas.shtml). Acesso em 17 de fevereiro de 2014.

“uma estrada à mão esquerda, e vai ao sítio do *Barroso* e, em outra jornada pode chegar a dita vila”. “E vamos prosseguindo o nosso caminho das *minas Gerais*”.<sup>270</sup>

A viagem prosseguia através das sesmarias dos irmãos *Joseph* e *João Rodrigues*;<sup>271</sup> *Alberto Dias*, atual município de Alfredo Vasconcelos; *Passagem*; *Resaca*;<sup>272</sup> *Caranday*, município de Carandaí, não devendo ser confundida com a supracitada *Callanday*, próxima à São João del-Rei. Depois *Outeiro*, *Os dous irmãos*, *Gallo cantante*, *Rossinha*,<sup>273</sup> *Amaro Ribeiro*,<sup>274</sup> e as já citadas freguesia de *Carijos* e fazenda de *Macabelo*, esta última onde todos os caminhos em direção às minas convergiam.<sup>275</sup>

Em Mal Cabelo o viajante passaria o *Rodeo*, “isto é, que se rodea uma serra, a que chamam *Ititiaya*”.<sup>276</sup> Depois *Ilbeos* e *Olana* (Capão do Lana), e, em seguida, o entroncamento para a *Villa Real*, ou seja, Sabará, passando por *Cachoeira* do Campo, *Caça Branca*,<sup>277</sup> *Rapozos*,<sup>278</sup>. Quem seguia destino para *Vila Rica* deveria seguir o curso do caminho que “se vai às *Três Cruzes*”;<sup>279</sup> depois *Tripuí*, “que fica a uma légua de *Vila Rica*”,<sup>280</sup> e por fim a capital das Minas, a “mais soberba e opulenta de todas [as outras vilas] assim pela frequência de comerciantes, como pela abundância de suas minas”, um verdadeiro “Potosí

<sup>270</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 7.

<sup>271</sup> Apenas no *Mapa da região fronteira* consta a paragem de *Joseph Rib.*<sup>ro</sup> seguida de *Idem*, mais ao norte. Não se encontram, contudo, tais sesmarias em Antonil.

<sup>272</sup> Atual localidade de Resaca, pertencente a Hermilo Alves, distrito de Carandaí. Presente no *Album Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

<sup>273</sup> As localidades de *Outeiro*, *Os dous irmãos*, *Gallo cantante* e *Rossinha* não estão presentes no Mapa da região de Minas Gerais, no *Mapa da região fronteira* e nem em Antonil.

<sup>274</sup> Hoje bairro de Conselheiro Lafaiete, ainda com a mesma denominação.

<sup>275</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 8.

<sup>276</sup> O caminho descrito por Brito circulava a Serra de Itatiaia, por vezes denominada Serra do Deus te Livre e, mais recentemente Serra de Ouro Branco sem que o núcleo urbano minerador de Ouro Branco fosse visitado. A abertura de novos caminhos seria construída paulatinamente e de acordo com o estabelecimento de outros pousos e fazendas que poderiam oferecer melhores condições de hospedagem e de preços aos gêneros vendidos para os viajantes.

<sup>277</sup> Cachoeira do Campo e Casa Branca, ambos distritos de Ouro Preto.

<sup>278</sup> Município de Raposos.

<sup>279</sup> Imagino ter havido algum equívoco no fato de Brito ter incluído *Três Cruzes* enquanto passagem obrigatória para quem tinha como origem o Capão do Lana e destino Vila Rica. O sítio de Três cruzeiros estava situado em Mariana, mais precisamente na freguesia do Inficionado, distante “meia légua” do Taquaral, em Vila Rica. A importância de Três Cruzes no contexto geográfico também não justificaria utilizá-la enquanto referência, mas sim, ao menos, “caminho que se vai à Vila Rica”. In: APM, SG-Cx.52-Doc.21. *Requerimento de Matheus Correa e Francisco Fernandes Alla referente a Carta de Sesmaria das terras na paragem Três Cruzes, termo de Mariana*. 1801; e APM, CMOP, cx. 07, doc. 06. *Requerimento de Manuel Fernandes Campos solicitando à Câmara exercer o ofício de ferrador entre as Três Cruzes e o Taquaral*. 1734.

<sup>280</sup> BRITO. *Itinerário Geográfico*, p. 8.



de Ouro” e que foi, durante seu ciclo econômico mais importante, a maior cidade das Américas.<sup>281</sup>

Após detalhar os roteiros que tinham Villa Rica como destino final o autor dedica o restante de sua obra a outros apontamentos geográficos da colônia, em especial aos rios, serras, principais locais de lavras e às Comarcas das minas assim como suas vilas cabeça. As serras do caminho do ouro receberam menor atenção, o que não significa que tenham sido ignoradas. Pelo contrário, foram dispostas, inclusive, de acordo com a rota dos itinerários: *Paranapiacabá, Serra Cubatão, Boa Vista, Mantiquera, Morro do Rio das Mortes, Ponta do Morro, Camaçoa, Itambira, Tupanbuacanga, Itacolúmim, Serra do Rio, Morro da Conceição...*

As “lavras várias” também foram apontadas pela importância que possuíam no cenário da mineração: *Juruoca, Albitupoca, Arrayal Velho, Congonhas, Itabaraba, Itaubira, Caruca, Carapiranga, Camargos, Catas Altas, S. Matheus, S. Barbara, Itambe, Itacambira, Conceição...* Brito tinha ciência da existência de outras, mas as omitiu para “não fazer maior prolação”, dando notícias apenas daquelas apontadas por se tratar “em outros lugares deste Itinerário, para se saber onde estão situadas”.<sup>282</sup>

O que Brito descreveu ao traçar o *Itinerário Geográfico* sintetiza aquilo que o autor pode ter vivido enquanto viajante nos sertões do ouro. Não apenas a autoria ou o ano do *Itinerário Geográfico* são ora questionados por uns, ora por outros, mas também a própria existência do livro enquanto roteiro de percurso, ou de viagem, construído a partir de uma experiência vivida. Abre-se a perspectiva de que o *Itinerário* seja, quando muito, uma compilação em texto do [Mapa da Região Fronteiriça Entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo](#) ou do [Mapa da Região de Minas Gerais com a Parte do Caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas](#)

Apesar de se mostrar um ilustrado conhecedor da língua latina e da geografia da América do Sul – o que incluía não apenas o rio São Francisco e a geografia das Minas como um todo, mas até o território meridional, como o rio da Prata – Brito, assim como Antonil, não mostrou preocupação em explicar a seus leitores o significado dos vários topônimos indígenas que mencionou ao longo do texto como *Marambaia, Pindamunhangaba* ou *Maypendi*, palavras exóticas que certamente não passariam despercebidas aos viajantes

---

<sup>281</sup> *Ídem*, p. 18.

<sup>282</sup> *Ídem*, p. 14.



mais curiosos e que, sem o auxílio destes autores, só encontrariam seus significados através do diálogo com outros viajantes, caso estes fossem eruditos nas línguas indígenas. Mas de forma alguma a falta de tais referências deprecia o conceito que hoje atribuímos ao *Itinerário Geográfico*, tornando-se apenas um detalhe frente a uma fonte histórica que se mostra essencial para o estudo das primeiras décadas da mineração aurífera nas Minas, para a exploração dos sertões assim como para a interiorização da metrópole, como ressaltou famosa historiadora (Furtado, 1999). De forma bastante perspicaz Taunay em breve estudo acertou ao classificar o *Itinerário Geográfico* como o “primeiro guia turístico do Brasil”.<sup>283</sup>

---

<sup>283</sup> TAUNAY, Afonso. Primeiro guia turístico do Brasil. In: *Jornal do Comércio*. 26 jan. a 2 fev. 1947, *apud* GRAVATÁ, Hélio. Contribuição Bibliográfica para a história de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.º. 27, dez. 1976, p. 221.

# Feminismo Negro: existe uma historiografia no Brasil?

**Jacqueline Maia dos Santos**

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[jacqueline.historia@gmail.com](mailto:jacqueline.historia@gmail.com)

**RESUMO:** O feminismo negro nasceu por não ser contemplado pelas demandas do feminismo branco bem como em consequência das opressões e machismo praticados no movimento negro tradicional. Em 1975 a ONU iniciou a década das mulheres, mas a discussão sobre o feminismo chegou ao Brasil efetivamente no período pós-anistia. Nesta conjuntura as mulheres negras perceberam que muitas reivindicações não coincidiam com as das brancas, algo acentuado pela desigualdade de classes sociais. Todavia, por que ainda existem poucas pesquisas de História voltadas para o feminismo negro no Brasil? Uma hipótese é a entrada tardia das principais interessadas na Universidade. Desta forma, o objetivo do trabalho é fazer breve análise das obras da autora negra Conceição Evaristo e tentar relaciona-las a uma produção historiográfica sobre feminismo negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo Negro, historiografia, Brasil.

## Introdução

É sabido que no Brasil ainda há muito a ser pesquisado na temática de gênero e de raça. A produção acadêmica estadunidense que abarca o feminismo negro cunhou o termo interseccionalidade<sup>284</sup> que salienta a importância de uma metodologia de pesquisa sobre a inserção da mulher negra na sociedade que considere a articulação de gênero, raça e classe como sistemas distintos de opressão que funcionam simultaneamente. Este é um conceito atual, porém a partir dele é possível refletir as razões da existência de um feminismo negro.

O feminismo negro nasceu porque as demandas específicas das mulheres negras não eram contempladas pelo feminismo branco, que, além disso, invisibilizavam uma discussão que incluísse o racismo como forma de opressão. Paralelamente, as demandas de gênero também não eram pautadas nas discussões do movimento negro, ambiente no qual as mulheres sofreram opressão através do machismo, apesar da luta pela igualdade. Logo é

---

<sup>284</sup> RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf). Acesso em 10 maio 2015.

crível afirmar que um movimento feminista negro está inserido em uma busca não apenas “pelos direitos das mulheres e dos negros, e sim, os direitos dos indivíduos, de uma certa etnia e de um certo sexo, que querem emancipar-se da discriminação que sofrem enquanto seres humanos.”<sup>285</sup> Logo, o que está em jogo é tornar acessível as mulheres negras direitos inerentes ao homem em uma sociedade igualitária: uma educação de qualidade, acesso a saúde, boas oportunidades de trabalho com salários compatíveis ao cargo independente de gênero e raça, acesso a mais cargos de chefia e menos cargos de subordinação, e diversas demandas estruturais que caberiam em um artigo a parte.

Nesta conjuntura, uma produção historiográfica sobre feminismo negro se torna pertinente, para que haja o registro de uma trajetória de memória e história deste movimento. Essa produção pode contribuir ainda para reflexões sobre a prática feminista como forma de transformação da sociedade, além de funcionar como um importante subsídio para as militantes não caírem em armadilhas como o particularismo, que transforma determinadas especificidades em uma ferramenta de dominação. Rouanet<sup>286</sup> critica essa “simples chave de inversão de particularidades” na qual um povo que foi colonizado, transforma uma qualidade cultural negativa, em positiva. Um exemplo claro disso, frequentemente problematizado pelas feministas negras brasileiras, é a exaltação da mulata. Durante muito tempo prevaleceu a imagem da mulata como a representação da mulher negra, bonita e fogosa, a mulata “tipo exportação”. Essa seria uma forma de supostamente valorizar a beleza da mulher brasileira, porém o termo mulata é problemático, por envolver fatores como embranquecimento e glorificação de uma miscigenação que endossa o mito da democracia racial. Além disso, há o reforço da mulher negra como objeto sexual. Diante do exposto, faremos uma breve análise do movimento feminista e do movimento negro, que nos demonstre a forma como a interseccionalidade foi ignorada em ambos.

### **As ondas do feminismo**

A historiografia sobre feminismo em sua maioria divide os períodos de transformação do movimento em quatro ondas. A primeira onda começa no século XIX e é quando as mulheres das classes abastadas têm acesso ao direito básico de aprender a ler e

---

<sup>285</sup> ROUANET, Sergio Paulo. A coruja e o sambódromo. In : *Mal – estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.71

<sup>286</sup> \_\_\_\_\_ A coruja e o sambódromo. In : *Mal – estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.66

escrever. No Brasil, a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827<sup>287</sup>. Já naquele período, havia mulheres que tinham a consciência de que somente a educação permite a mulher tomar consciência da sua condição inferiorizada. A primeira onda brasileira vem da Europa e a escritora Nísia Floresta se destaca pela tradução da obra “Direito das Mulheres e dos Homens”, publicada originalmente na Inglaterra por Mary Wollstonecraft, e sua adaptação relacionada a realidade brasileira. Naquele período já se colocava em pauta a capacidade em exercer cargos de comando, bem como seu discernimento para estudar e opinar politicamente. Porém nem era cogitado que uma mulher negra também pudesse ter essa capacidade.

Na segunda onda, a partir de 1870, há a ampliação do pleito por educação, inclusive pela inserção de mulheres em cursos de Medicina e Direito. Houve também um aumento expressivo na produção de periódicos direcionados ao público feminino, publicações diversas, algumas que falavam de utilidades domésticas e novidades da moda, e outras que, além disso, incluíam pautas de defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres e das realizações em outros países.

A terceira onda, no século XX, é caracterizada por uma movimentação de mulheres mais ou menos organizadas que clamavam pelo direito ao voto, ao curso superior e a ampliação do campo de trabalho, pois não queriam ser apenas professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, hospitais e indústrias.<sup>288</sup> Havia inclusive um movimento anarco-feminista que propunha uma sociedade libertária, com base na emancipação da mulher nos diversos planos da vida social e a instrução da classe operária. E é nessa onda que o sufrágio feminino se torna realidade no Brasil. Primeiramente no estado do Rio Grande do Norte, em 1927, e posteriormente em âmbito nacional, em 1932, com a inserção do direito no código eleitoral, por Getúlio Vargas.

A última onda é na década de 70, cujo destaque é a revolução sexual, que de fato contribuiu para uma mudança radical nos costumes. No exterior, a ONU lança em 1975 a década internacional da mulher, com o objetivo de combater a discriminação de gênero em

---

<sup>287</sup> DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil. Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 153. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14 Ago, 2014

<sup>288</sup> \_\_\_\_\_ *Feminismo e literatura no Brasil. Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49, pp. 160. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14 Ago, 2014

diversas instâncias. No Brasil, foi exigido do movimento feminista um posicionamento contra a ditadura militar, a censura, pela redemocratização do país, e por melhores condições de vida. E é neste contexto que se expande uma discussão sobre feminismo negro.

Nesta breve recapitulação sobre as ondas do feminismo clássico, é evidente a ausência de um recorte de raça. Muitas das benesses alcançadas pelas mulheres brancas não se estenderam as mulheres negras. Na verdade o que se observa é que quando se falava de experiência de mulheres brancas dentro do feminismo, elas eram universalizadas como experiências de mulheres.

Nesta conjuntura as mulheres negras perceberam que muitas reivindicações não coincidiam com as das brancas, algo acentuado pela desigualdade de classes sociais. As feministas brancas eram na maioria de classe média, já as negras eram oriundas de movimento de mulheres nas favelas, por exemplo. As brancas lutavam pelo acesso ao mercado de trabalho, mas para exercer esse direito, necessitavam do serviço das domésticas, que não tinham direitos trabalhistas. As mulheres brancas tinham dificuldade de ter empatia em relação a situação das mulheres negras. As primeiras reflexões a respeito do tema foram feitas pelas feministas negras americanas, e sobre essa relação mulheres negras versus mulheres brancas, Bell Hooks afirma que:

Embora isso nunca fosse discutido, era evidente, na vida cotidiana, que barreiras sólidas separavam os dois grupos, tornando impossível uma amizade íntima. O ponto de contato entre as negras e brancas era a relação serva-senhora, uma relação hierárquica baseada no poder e não mediada pelo desejo sexual.<sup>289</sup>

A introdução de um discurso de raça foi uma luta árdua seja no Brasil ou nos Estados Unidos. São inúmeros os depoimentos nos quais lemos e ouvimos militantes relatarem sobre terem sido chamadas de agressivas, malucas, histéricas, etc; por não aceitarem mais de forma passiva o discurso que afirmava que a luta da mulher era apenas contra o patriarcado. Todavia, apesar da consciência da necessidade de um recorte racial, por parte do feminismo branco, as relações de poder ainda prevalecem. As mulheres negras ainda são minoria no espaço acadêmico seja lecionando, seja estudando, seja produzindo conteúdo acadêmico. As mulheres negras ainda são maioria nos empregos com

---

<sup>289</sup> HOOKS, Bell. De mãos dadas com a minha irmã: solidariedade feminista. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p.128.

piores salários e condições de trabalho. As mulheres negras ainda são as maiorias vítimas de violência obstétrica. As mulheres negras ainda estão em desvantagens em diversos aspectos, o que demonstra que ainda há muitas demandas de reivindicação do feminismo negro.

### **Percurso do Movimento Negro**

Após a análise do feminismo, seguimos com a descrição do percurso do movimento negro. Poucos anos pós-abolição do escravismo no Brasil surgiram associações de homens negros, de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e cultural. Neste período, a primeira fase, entre 1889 e 1937, surgiu a imprensa negra, com jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Havia uma participação relativa de mulheres, porém, se limitava a trabalhos assistencialistas, bailes e festivais artísticos. Apesar dos negros brasileiros não terem sido indenizados após a abolição, e terem ficado materialmente desamparados, não houve naquele momento uma mobilização para reivindicação de direitos mínimos.

A segunda fase do movimento negro organizado foi efetivamente no pós 1945, já que entre 1937-45 o Brasil passava pela ditadura, no Estado Novo de Getúlio Vargas. O governo reprimia manifestações políticas, mas mesmo assim, o grupo de teatro experimental negro, foi fundado no Rio de Janeiro em 1944. Seu fundador, Abdias Nascimento, é um dos grandes ícones do movimento negro no Brasil, e o grupo foi o primeiro a trazer ao país as propostas do movimento *negritude* francesa<sup>290</sup>, que exaltava a necessidade de uma unidade política e cultural dos negros. O teatro do oprimido se esfacelou no pós-golpe de 1964, principalmente após o exílio de Abdias Nascimento em 1968. Além disso, o movimento negro passou por um isolamento político, não podendo contar com as forças nem de direita, militares ditadores, e nem da esquerda, que estava na clandestinidade. Ademais, a esquerda brasileira daquele período, com destaque para o PCB, acreditava que uma luta anti-racista prejudicava a luta de trabalhadores, desta forma não os apoiavam. O mais impressionante é que ainda hoje existem segmentos da esquerda brasileira que tem essa visão, de que o recorte de classe é predominante em relação ao de raça, sendo que o mais coerente é a análise da interação entre os ambos ( mais o de gênero).

---

<sup>290</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 109. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> Acesso em 14 Agosto 2014

Enquanto no Brasil o movimento negro passava por percalços, nos Estados Unidos há a ascensão (e morte) de figuras emblemáticas, como Malcom X e Martin Luther King. A atuação com viés marxista dos Panteras Negras, influenciou a linha do MNU – Movimento Negro Unificado, criado em 1978, e situado no início da terceira fase do movimento negro organizado no Brasil. De orientação trotskista, o grupo entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anti-capitalista<sup>291</sup>.

O fato é que algumas das reivindicações feitas pelo MNU em 1982 se tornaram realidade, mesmo que ainda não seja de forma ideal, tais como a introdução da História da África e dos Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.<sup>292</sup>

Neste período efetua-se no Brasil um forte movimento de transformação do termo negro, de algo pejorativo para um termo a ser usado com orgulho. Negro, foi a forma como as pessoas de cor preta e parda foram caracterizados pelos brancos. Essa inversão tem como objetivo o resgate da auto-estima e a valorização da pele e da cultura negra, porém cabe uma reflexão se essa terminologia, da forma como é usada hoje dentro do movimento negro, não entraria na chave de simples inversão do particularismo. Na década de 80 intensificou-se no Brasil um movimento africanista, de promoção da identidade e resgate de raízes ancestrais, através da incorporação de vestimentas, penteados, culinária de origem africana. Até mesmo a valorização do candomblé como prática religiosa, em detrimento do cristianismo, foi algo preconizado no movimento negro. Em contrapartida houve um combate a mestiçagem como forma de evitar a diluição da identidade negra no Brasil. Houve um incentivo ao amor-afrocentrado, no qual negros só se relacionam amorosamente entre si. Este é um posicionamento extremamente perigoso, porque a segregação de raças por motivos políticos já se mostraram desastrosas e cruéis ao longo da história. Além disso, uma prática de amor afro-centrado em um país que foi colonizado entra em disputa com as estruturas de poder simbólico, que advém de relações

---

<sup>291</sup> \_\_\_\_\_ Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 112.

<sup>292</sup> \_\_\_\_\_ Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 114.



inter-raciais. É fato que para alguns grupos de homens negros, estar com uma mulher branca é um símbolo de ascensão social, por exemplo.

Na atualidade o movimento negro no Brasil permanece na construção de uma identidade do negro brasileiro. Há ainda um enfoque no combate do genocídio da juventude negra, que claramente é a maior vítima do racismo estrutural existente no Brasil. Porém o que observamos no percurso do movimento negro é um recorte de gênero quase inexistente, reforçando mais uma vez o papel do feminismo negro como instrumento de promoção de uma discussão interseccional.

### **Feminismo negro e historiografia**

É necessária a construção e consolidação de uma identidade racial juntamente com uma identidade de gênero, como elemento de mobilização política. A partir da década 80 iniciou-se uma produção maciça de conteúdo sobre feminismo negro no Brasil, com destaque para autoras como Lelia Gonzalez e Jurema Werneck, entre outras. Porém, se comparadas com a produção intelectual americana, constatamos que as mulheres negras no Brasil ainda tem muito conteúdo a ser explorado.

Neste contexto, a produção da escritora Conceição Evaristo seria uma importante fonte na construção desta identidade. A autora é uma ex-empregada doméstica, nascida em uma favela de Belo Horizonte. Em 1971 ela migrou para o Rio de Janeiro, já que a tradicional família mineira não tinha emprego de professora para oferecer a negra ousada, que não queria mais cozinhar para suas famílias, e sim alfabetizar os seus filhos. O fato é que no estado fluminense, ela conquistou o doutorado em Letras, além de ter iniciado sua produção de prosa e poesia.

A literatura é uma das formas utilizadas pela intelectualidade negra para a formação de uma identidade negra combativa e reivindicatória. A análise da obra literária de Conceição Evaristo permite uma avaliação do alcance do particularismo da sociedade brasileira, já que sua produção pretende ser construída sem estereótipos pejorativos e não permite que se caia em esquecimento não apenas o passado de sofrimento, mas também a resistência a opressão sofridas pelo povo negro e pobre, particularmente as mulheres. Sua escrita expressa seus sentimentos e sua experiência como mulher negra. Um exemplo

emblemático é o poema “Vozes- Mulheres”<sup>293</sup> publicado em 1990, no número 13 de *Cadernos Negros*<sup>294</sup>, um dos importantes espaços para publicação da literatura negra:

A voz de minha bisavó ecoou  
criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.

A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem - o hoje - o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.

---

<sup>293</sup> EVARISTO, Conceição. *Vozes Mulheres* disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/prosaepoesia/0151.html> Acesso em 29 junho 2015.

<sup>294</sup> De autoria variada, com escritores oriundos dos diversos estados brasileiros, essa antologia poética, que surgiu em São Paulo em 1978, possui, até 2010, trinta e um volumes, sendo os números ímpares dedicados aos poemas e os números pares, aos contos.

A leitura deste poema nos permite observar uma tradição de guarda e transmissão de memória através da oralidade. Conceição Evaristo traz a tona em seus versos reminiscências de uma mulher negra como tantas outras que atravessaram o oceano em um navio negreiro, e que aqui na nova terra, deram a luz a novas mulheres que sofreram novas formas de opressão. É um trabalho coerente e belo através qual pode se iniciar o resgate e valorização de uma identidade de mulher negra. O recorte de gênero é devido ao viés autobiográfico, já que a autora é militante não só através da sua arte, mas também por meio de sua produção acadêmica. Conceição Evaristo fala pelos excluídos da História, os negros, pobres e principalmente as mulheres. Logo:

Se grupos subalternos como organizações do movimento negro e do movimento feminista vêm mobilizando elementos de memória para impostar seu protagonismo histórico, isso se dá pela necessidade de lutar contra uma história oficial excludente.<sup>295</sup>

### Conclusão

A revisão bibliográfica nos permite inferir que um movimento feminista negro nasceu em consequência da inexistência de discussão política e de compromisso na luta contra o racismo no interior do movimento feminista e da ausência de uma reflexão sobre gênero dentro do movimento negro.

É necessário um debate interseccional que além de gênero e raça, considere também outros fatores, com destaque para o recorte de classe. Todavia uma luta que pondere sobre a relevância das especificidades deve ter como objetivo principal a universalização de direitos, muitos deles ainda concedidos de forma incompleta e injusta as mulheres negras. Além disso, é importante salientar que ainda há um grande campo de pesquisa sobre gênero e raça para as mulheres negras, e essa expansão só ocorrerá com o maior acesso das principais interessadas ao espaço acadêmico.

Por fim, a produção literária da escritora, professora e militante negra Conceição Evaristo é uma importante fonte para construção de uma identidade negra, já que em seus

---

<sup>295</sup> MACHADO, Barbara Araujo. Memória, história e literatura na obra da escritora negra Conceição Evaristo. Brasil. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013 Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1383836323\\_ARQUIVO\\_BarbaraAraujoMachado.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1383836323_ARQUIVO_BarbaraAraujoMachado.pdf) Acesso em 10 Maio 2015

romances, contos e versos a autora fala por sujeitos historicamente excluídos da história oficial; negros, pobres e mulheres.

## O Brasil como modelo lusotropical na imprensa moçambicana: a visita de Gilberto Freyre (1952)<sup>296</sup>

Ivangilda Bispo dos Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ivangildabs@yahoo.com.br

**RESUMO:** No contexto da dinâmica mundial do pós II Guerra Mundial, do debate na ONU sobre autodeterminação dos povos e da persistência de Portugal em não aceitar a descolonização, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre foi convidado pelo Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, para conhecer outra parte do Ultramar Português, a Província de Moçambique, em 1952. Com a chegada, desencadeou-se uma série de homenagens ao ilustre visitante, ao Brasil e aos portugueses. A repercussão da visita foi manifestada na imprensa moçambicana, especialmente nos jornais *Notícias*, *The Lourenço Marques Guardian* e *O Brado Africano*. Essas fontes foram analisadas a partir da problemática: porque o Brasil apareceu como modelo de nação em Moçambique na década de 1950? A reflexão sobre esta viagem é importante porque mostra outra perspectiva mais ampla das relações entre Brasil, Moçambique e Portugal no referido período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Gilberto Freyre; Lusotropicalismo; Província de Moçambique

Este artigo consiste em uma breve síntese da apresentação que fiz no EHis 2015 sobre a representação feita da nação brasileira na imprensa moçambicana a partir da repercussão da visita do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) na Província de Moçambique em Janeiro de 1952<sup>297</sup>. Esta repercussão foi exposta pela imprensa moçambicana, e é a partir de alguns discursos reproduzidos nos jornais *Notícias* (1926-1975), *The Lourenço Marques Guardian* (1905-1952), e *O Brado Africano* (1933-1974)<sup>298</sup> que

---

<sup>296</sup> Este artigo é resultado do projeto no qual participei, denominado “As relações sócio-políticas contemporâneas entre Brasil e Moçambique (1960-2010)”, apoiado pela CAPES/AULP e coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup> Vanicléia Silva Santos (Universidade Federal de Minas Gerais), e pelo Professor Dr<sup>o</sup> Joel Maurício das Neves Tembe (Universidade Eduardo Modlane).

<sup>297</sup> Para saber mais sobre o tema ver: FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001; HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2 Livraria Universitária: Maputo, 1999; LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. *Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.; MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo*. Revista USP, São Paulo, n.45. março/maio 2000. p.48-61; CASTELO, Cláudia. *‘O modo português de estar no mundo’: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento. 1998.

<sup>298</sup> O Jornal *O Notícias* e o *The Lourenço Marques Guardian* podem ser encontrados na Biblioteca Nacional de Moçambique, e *O Brado Africano* no Arquivo Histórico de Moçambique sediados em Maputo – Moçambique.

pretendo analisar a importância do Brasil como modelo em Moçambique na década de 1950. Apesar da complexidade existente entre as relações do Brasil, Portugal e a Província de Moçambique durante este período, creio ser relevante ressaltarmos o papel da representatividade que o Brasil teve para este contexto e fazer algumas considerações a respeito desse assunto.

Após a Segunda Guerra Mundial Portugal tentou promover uma imagem positiva de seu Império Ultramarino com base na ideia de uma comunidade transcontinental coesa. Um dos principais objetivos de Portugal foi manter suas colônias sob seu jugo e anular a pressão internacional que sofria em prol da autodeterminação dos povos<sup>299</sup>. Algumas mudanças rasas e superficiais foram adotadas para desviar os olhos do mundo da política opressiva introduzida nas colônias: substituição do termo *colônias* para *Províncias Ultramarinas*, *Império Português* para *Ultramar Português* em 1951, e a reorganização administrativa nas províncias<sup>300</sup>.

A garantia que Portugal poderia realizar um belo trabalho em África e na Ásia era a sua antiga colônia na América, o Brasil. Além de ser uma nação que passava por um considerável desenvolvimento econômico, muitos pensadores e governos naquele contexto acreditavam que o Brasil caminhava em direção a *democracia racial* – questão constantemente associada a mestiçagem e ao hibridismo cultural do país. A desconstrução de bases racistas e eugênicas era um anseio de muitos países no pós-guerra, e ter um país exemplo para o qual se espelhar era conveniente. Esta ideia envolvendo o Brasil logo foi revogada com o incentivo da ONU<sup>301</sup>, mas não deixou de ser amplamente utilizada pelo discurso português.

---

Para saber mais sobre imprensa em Moçambique ver: Sopa, António Jorge Dinis. “Liberdade de imprensa e regime de censura prévia: o caso moçambicano, 1854-1975”. In José, A. & Meneses, P.M.G. *Moçambique – 16 anos de historiografia: focus, problemas, metodologias, desafios para década de 90*. Maputo: Edição dos autores, 1991; SOPA, Antônio. RIBEIRO, Fátima. *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos* – Ed. Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, 1996; ROCHA, Ilídio. Periódicos e Seriadados de Moçambique. In: *A imprensa de Moçambique 1854-1975*. Edição Livros do Brasil: Lisboa. 2000.

<sup>299</sup> HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2 Livraria Universitária: Maputo, 1999. p. 198-200

<sup>300</sup> FRELIMO. Características do colonialismo português. In: *História de Moçambique*. Edição do Departamento de Trabalho Ideológico. Maputo, 1978.p.47-48

<sup>301</sup> O *Projeto UNESCO* (1950) contou com a participação de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Chales Wagley, Gilberto Freyre, René Ribeiro, Costa Pinto e Guerreiro Ramos para pesquisarem as relações raciais nas principais capitais brasileiras, e provou exatamente o contrário do que Gilberto Freyre defendia: a predominância de relações étnico-raciais pacíficas no Brasil. SANTOS, Fernanda Barros. *A temática racial no debate internacional e a conceituação do termo estabelecida pela UNESCO na década de 1950*. Revista Thema. 2013.

Na elaboração de um modelo desenvolvido, ou em estágio de desenvolvimento, Gilberto Freyre nomeia o Brasil. Este seria o país no qual as demais sociedades tropicais poderiam se espelhar para impulsionar um desenvolvimento sustentável.<sup>302</sup> Um dos melhores trabalhos de Gilberto Freyre para compreendermos sua percepção sobre o Brasil como civilização luso-tropical é *Novo Mundo nos Trópicos* (1959)<sup>303</sup>, no qual o Brasil é retratado como líder de civilização para as sociedades tropicais, tendo como características principais o predomínio da cultura européia, sua capacidade adaptativa as condições tropicais, o desenvolvimento de novas formas de civilização com base na européia, e seu papel como representante da vitalidade portuguesa.

Entre 1937 e 1945 o Brasil e Portugal tiveram uma intensa aproximação. Portugal utilizava o Brasil como obra portuguesa, e o Governo brasileiro se deleitava na promoção de uma imagem moderna e industrializada da nação. Em fins de 1940, o Brasil é tomado como modelo principal por sua formação mestiça<sup>304</sup>, e nas décadas de 1950 e 1960 por seu caráter lusotropical<sup>305</sup>. O país era o principal exemplo de civilização tropical calcada em suas especificidades e nos valores europeus. Segundo Gilberto Freyre, o governo brasileiro, mais especificamente o presidente Getúlio Vargas(1882-1954), apoiava a divulgação da concepção de uma sociedade luso-brasileira que conservava uma cultura tradicional portuguesa e cristã<sup>306</sup>. A década de 1950 é considerada o momento de difusão do lusotropicalismo, e é a partir dessa noção, tão defendida e desenvolvida por Gilberto Freyre, que Portugal protegeu suas colônias dos inúmeros movimentos de emancipação que emergiam.

Em consonância com a política colonial portuguesa, Gilberto Freyre fez uma série de viagens custeadas por Portugal entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, passando por Portugal, Goa, Diu, Damão, Bombai, Guiné, Cabo Verde, São Tomé, Angola e

---

<sup>302</sup> CANDEAS, Alessandro Warley. *Trópico, Cultura e Desenvolvimento: a reflexão da UNESCO e a tropicologia de Gilberto Freyre*. 1. ed. Brasília: UNESCO / Liber Livro, 2010.

<sup>303</sup> FREYRE, Gilberto. O Brasil como civilização europeia nos trópicos. In: *Novo Mundo nos Trópicos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks. 2000

<sup>304</sup> LEME, Rafael Souza Campos de Moraes Leme. *Absurdos e Milagres: Um estudo sobre a política externa do lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p.109

<sup>305</sup> O lusotropicalismo é uma noção amplamente utilizada por Gilberto Freyre em suas obras da década de 1950. Significa basicamente, a particular atuação dos portugueses nas sociedades tropicais. Para saber mais ver os seguintes livros do Gilberto Freyre: *O Mundo que o Português criou* (1940), *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953), *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958), e *O Luso e o Trópico* (1961)

<sup>306</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.40-41



Moçambique. Macau, Timor e Açores não foram incluídos no roteiro. No prefácio de *Aventura e Rotina* de 1952, Gilberto Freyre afirmou sobre sua viagem as províncias ultramarinas portuguesas que sua

[...] impressão foi a de *dejà vu*, tal a unidade na diversidade que caracteriza os vários Portugais espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses Portugais diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão 'lusotropical' para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos.<sup>307</sup>

Com a chegada de Gilberto Freyre a Província de Moçambique, última província portuguesa a ser visitada, desencadeou-se uma série de homenagens a ele, aos portugueses, e ao Brasil em Lourenço Marques (atual Maputo), Manica e Sofala (Beira), Zambézia (Quelimane) e na Ilha de Moçambique<sup>308</sup>. Nesta Província várias impressões sobre o Brasil podem ser observadas durante a visita de Gilberto Freyre a hospitais, associações, prédios públicos, casa de membros do governo, etc. Gilberto Freyre é tratado na grande maioria dos lugares que visitou como “filho da grande nação brasileira”, ou seja, como representante do grande Brasil. Suas titulações como sociólogo, historiador, jornalista, escritor, ou intelectual, ficaram em segundo plano.

O sociólogo brasileiro também foi posto como um importante mediador entre Brasil e Portugal. Um episódio em que podemos ver com clareza esta posição, foi quando o intelectual brasileiro foi incumbido de dar um presente a Getúlio Vargas em nome do presidente de Portugal, General Craveiro Lopes(1894-1964): um exemplar dos 'lusíadas' encerrado num valioso cofre de arte.<sup>309</sup> Em resposta a este presente o presidente do Brasil deixou explícito sua simpatia a Portugal:

Os destinos paralelos conduzem os nossos dois países norteados pelos mesmos princípios e em demanda dos objetivos que nos são comuns no plano internacional. Estou firmemente decidido a fazer quanto em mim couber para que esta comunhão de ideais e objetivos se torne cada vez mais íntima e mais expressiva da profunda afinidade que entre os nossos dois países existe. Os nossos laços de consanguinidade são fortes e tão caros aos nossos sentimentos que nada que seja português nos pode ser

---

<sup>307</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.p.29

<sup>308</sup> Jornal *O Brado Africano*, Lourenço Marques, 05 de Janeiro de 1952. p.1

<sup>309</sup> Despedida de Gilberto Freyre no Ministério do Ultramar. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 30 de Janeiro. 1952 .p.7; A visita do ilustre brasileiro Gilberto Freyre á Metrópole. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 08 de Fev.1952. p.1,10

indiferente e que nada que diga respeito ao Brasil pode ser estranho a Portugal<sup>310</sup>

Cláudia Castelo ao analisar brevemente o trabalho de Heloísa Paulo afirma que Getúlio Vargas privilegiou em seus governos a teorização de Gilberto Freyre referente miscigenação e a base cultural portuguesa para o Brasil. O esforço de constituir uma comunidade lusobrasileira se deve segundo Castelo ao lusotropicalismo explicitado por Gilberto Freyre na década de 1950.<sup>311</sup>

Na recepção feita a Gilberto Freyre na casa do Governador da Zambézia, o mesmo brindou ao Brasil dizendo o seguinte:

País de futuro chamou ao Brasil o escritor Stefan Zweig. Eu chamo-lhe Grande País do Presente. A comprová-lo, o magnífico escol da intelectualidade brasileira, tão lindamente representado aqui por um dos seus mais categorizados embaixadores: o Professor Gilberto Freyre. Pretende V. Ex<sup>a</sup>, Senhor Doutor Gilberto Freyre, àquela geração que, lutando sem desfalecimentos, conseguiu que o Brasil, no caminho da cultura superior, percorresse em vinte anos bem maior distância que outros povos num século. Assim, o Brasil não é apenas uma esperança do futuro, mas uma realidade bem viva e palpitante dos nossos dias.[...] Na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>, Senhor Doutor Gilberto Freyre, bebo pelo Grande Brasil do Presente e pelo Extraordinário Brasil do futuro, irredutível fortaleza da nossa Civilização Cristã.<sup>312</sup>

O Sr. . Dr. Cardoso de Vilhena ao saudar o Brasil por suas inúmeras qualidades no Salão dos Organismos Econômicos em Lourenço Marques, faz um estudo comparativo, no qual o Brasil ganha incomparavelmente de qualquer outra colônia portuguesa em benefícios. Ele cita inúmeros escritores literários, cidades industrializadas, romances brasileiros, iniciativas de compreensão do negro no país, das várias bibliotecas que segundo ele é “uma das garantias do combate ao analfabetismo e da elevação cultural e técnica do brasileiro”, o combate as doenças, a valorização da terra, a extensão territorial do país, aos trabalhadores, e a relação cultural do Brasil com a África<sup>313</sup>. Por mais que sua intenção não fosse ressaltar o atraso das províncias ultramarinas em relação ao Brasil, mas provavelmente enaltecer o Brasil como modelo quase perfeito da obra portuguesa, a

---

<sup>310</sup> Uma carta do Presidente Getúlio Vargas ao General Craveiro Lopes *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 01 de Mar.1952. p.1

<sup>311</sup> CASTELO, Cláudia. Heloísa Paulo, «Aqui também é Portugal»: a Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo, Coimbra, Quarteto, 2000, 624 páginas. *Análise Social*, vol. XXXVII (Primavera), 2002. p.296-297

<sup>312</sup> Quelimane: O Prof. Gilberto Freyre na Zambézia. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 21 de Jan. 1952. .p.4

<sup>313</sup> Saudação ao Brasil e a Gilberto Freyre pelo Dr. Cardoso de Vilhena. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 13 de Jan. 1952. p.1-3

apresentação do Dr. Cardoso de Vilhena demonstra que a atuação portuguesa em África e na Ásia teria que melhorar – ou melhor, mudar radicalmente – para que suas colônias pudessem algum dia se equiparar ao Brasil.

Já o Sr. Aurélio Ferreira, membro do jornal *União* e um dos organizadores da homenagem feita à Gilberto Freyre pelos jornalistas de Lourenço Marques, disse aos seus colegas de profissão no Brasil que:

O facto da presença em Moçambique do notável escritor brasileiro Excelentíssimo Senhor Gilberto Freyre avivou no espírito de todas as classes sociais não só o natural afecto dos portugueses pelos nossos irmãos do Brasil, como também o nosso sentimento de admiração pelos progressos intelectuais e materiais desse poderoso País.

Nada, até hoje, pôde enfraquecer e muito menos extinguir a nossa estima recíproca. Pelo contrário, o entendimento entre os dois povos vai assumindo, dia a dia, a profundidade e a firmeza de uma verdadeira união espiritual, talvez mais forte, mais estável e frutífera de que uma união política ou simples intercâmbio económico.

É essa união, esse entendimento fraterno que explica o facto de qualquer dos nossos Países se sentir ferido com o perigo, ofensa ou ameaça que alguém dirija à soberania do outro. É que a nossa unidade, o desejo do nosso bem comum, não resulta de interesses meramente materiais; mas de um influxo de almas irmãs que, mesmo na distância enorme que as separa, se aproximam, de vez em quando, por uma espécie de nostalgia, de uma saudade, de alguma coisa que falta a uns e a outros e que tem a sua origem num passado remoto.

Para esse trabalho magnífico de aproximação fraternal dos dois povos, a Imprensa brasileira e a portuguesa deram a contribuição mais activa e mais eficiente.<sup>314</sup>

Podemos perceber que há uma clara intenção de aproximação entre Portugal, a Província de Moçambique e o Brasil. O esforço de promoção da ideia de cordialidade através da imprensa serviu como propaganda indireta do governo português e brasileiro, além de promover uma imagem positiva dessas nações, sobretudo, no meio internacional. Segundo **Fernanda Suely Müller**, “[...] o Brasil funcionava como uma poderosa plataforma de propaganda pró-Salazar e sua política colonial portuguesa [...]”, principalmente na era Vargas, momento que foi mobilizado um esforço considerável para a consolidação da ‘amizade luso-brasileira’. Ela acrescenta que os principais órgãos a favor da

---

<sup>314</sup> Gilberto Freyre concedeu anteontem uma hora do seu gentil convívio á imprensa de Lourenço Marques. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 19 de Jan. 1952. p.1,9

política portuguesa no Brasil foram os periódicos *O Diário Português* (1932) e a *Voz de Portugal* (1936). Em oposição ao regime salazarista se destacou *Portugal Republicano* (1933).<sup>315</sup>

A fraternidade e os laços históricos se sobressaem em vários discursos para legitimar uma afinidade quase natural entre o Brasil e os demais povos sob influência colonial portuguesa. Moçambique, particularmente, foi usado como província modelo de conciliação entre lusitanidade e modernidade,<sup>316</sup> característica alcançada devido a atuação de Portugal naquela localidade. Portugal era colocado como guia e protetor da ascensão social<sup>317</sup> e material.

Ao chegar em Lisboa, depois de passar pelas províncias ultramarinas, Gilberto Freyre deixa clara sua aprovação a política assimiladora de Portugal, e o Brasil como instrumento desse processo. Ele afirmou:

Como descendente de portugueses, fiquei muito orgulhoso em face dos mundos que a nossa gente ao mesmo tempo arrojada e tenaz, continua a criar tanto em África como no Brasil. São outros Portugais e outros Brasis que se levantam em África, sem que se despreze ou se esmague o que as gentes e as terras africanas têm de característico e de próprio.<sup>318</sup>

É bom destacarmos que apesar da aparente valorização da diversidade cultural apontada por Gilberto Freyre acima, a cultura que deveria predominar para ele era a europeia, mais especificamente a portuguesa. Um dos colaboradores do *Jornal Notícias*, M. P. Simão, faz menção a busca de muitos povos colonizados pelo reconhecimento por parte de Portugal e do Brasil, e implicitamente da necessidade de transformação conjuntural para que esse reconhecimento viesse a se realizar. Simão disse o seguinte: “E Moçambique quer, num esforço sobrehumano, elevar-se intelectualmente até à altura digna da consideração não só da Metrópole mas de sua irmã mais velha – a Nação Brasileira.”<sup>319</sup> As particularidades culturais eram oficialmente respeitadas, porém a própria política de assimilação dos nativos contradizia o discurso do governo português.<sup>320</sup>

<sup>315</sup> MULLER, Fernanda Suely. *Brasil e Portugal em revista*: a imprensa periódica na fronteira entre cultura e política. Captado em: <http://amerika.revues.org/1408>. Acesso em 30 abr. 2015.

<sup>316</sup> Banquete de despedida a Gilberto Freyre na residência da ponta vermelha. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 20 de Jan. 1952. p. 1,10

<sup>317</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.59

<sup>318</sup> Declarações do escritor Gilberto Freyre a sua chegada a Lisboa. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 23 de Jan. 1952. p.1

<sup>319</sup> Aproximação luso-brasileira. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 18 de Jan. 1952. p.1;4

<sup>320</sup> MONDLANE Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1977. p.28-30

Ao reconhecer que o Brasil poderia aprender muito com a África portuguesa, Gilberto Freyre acabou alargando a concepção de que os africanos também têm algo a oferecer para o grande modelo lusotropical que era o Brasil<sup>321</sup>. Em outra perspectiva, as afirmações de Gilberto Freyre também acabaram estimulando, segundo o Ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues (1899-1979), os portugueses em sua obra colonizadora:

[...] Quero apenas agradecer a Gilberto Freyre o conforto moral que nos trouxe, especialmente aos portugueses de além-mar que viram na sua presença e nas suas palavras um grande estímulo para prosseguirem na sua inquebrantável tenacidade, a obra em tempos remotos iniciada com a mesma férrea vontade, a mesma humana generosidade, a mesma honradez, a mesma clarividência, a mesma cega confiança no futuro da lusitanidade.

E permita-me que não possa dissociar da sua presença, a presença do nosso Brasil, por cuja grandeza eu faço os mais ardentes, os mais orgulhosos votos.<sup>322</sup>

Talvez houvesse por parte da administração portuguesa uma certa esperança no sociólogo brasileiro para que ele construísse para Portugal uma história parecida com a do Brasil, pautada em “belos moldes” multiculturais e multiétnicos a partir de valores portugueses.

A unidade transnacional de sentimento e de cultura, fruto da assimilação – segundo Gilberto Freyre sem violência e feita de maneira doce – promovida pelos portugueses, estariam firmados na mestiçagem, no hibridismo cultural, na língua portuguesa, e no cristianismo. Nenhum desses fatores podem ser considerados relevantes na totalidade de Moçambique, mas eram apresentados como elementos necessários para desenvolver ou conservar o sentimento de lusitanidade\unidade.<sup>323</sup>

Como pontuado por Alberto da Costa e Silva no prefácio de *Aventura e Rotina* de 1999:

Gilberto Freyre pensava então numa grande comunidade de língua portuguesa, integrada pelo Brasil, e, ao que parece, estava tão seduzido por esse projeto aglutinador que julgo ser possível que as possessões de

---

<sup>321</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p.488

<sup>322</sup> Cerimônia de despedida a Gilberto Freyre no Ministério do Ultramar. *Jornal Notícias*, Lourenço Marques, 31 de Jan. 1952 .p.9

<sup>323</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1940. p.-32-68

Portugal ficassem fora do desmanchar dos impérios europeus na África e na Ásia, que ele considerava iminente<sup>324</sup>.

Durante o ápice do colonialismo português (1945-1961), Moçambique passou por mudanças significativas no campo social e econômico. Com a intensificação da produção rural – sobretudo da cultura forçada de algodão – e o avanço moderado da indústria de transformação e do comércio, principalmente em Lourenço Marques e na Beira, esta província foi alvo do desenvolvimento de infraestruturas em relação ao fornecimento de energia, construção de caminhos de ferro e na manutenção de portos. O primeiro Plano de Fomento (1953-1958) também impulsionou um avanço estrutural em Moçambique. Esta política introduzida pelo governo visava investir prioritariamente em caminhos de ferro, portos e transportes aéreos, e em segundo plano, no incentivo da fixação de colonos. Em contrapartida, a investigação científica, a saúde pública ou ensino não eram previstos pelo Plano. A opressão a população nativa se intensificava com a migração de trabalhadores moçambicanos para territórios vizinhos, expulsões de camponeses moçambicanos das áreas destinadas aos colonatos, e com a lacuna cada vez maior entre os trabalhadores colonos e os nativos através da diferença salarial, atuação sindical e as formas de trabalho.<sup>325</sup> Estimular o modelo brasileiro nas províncias portuguesas, especialmente em Moçambique, incentivaria o Ultramar português a seguir o suposto caminho desenvolvimentista, mas como percebemos esse avanço econômico beneficiava pouquíssimos.

A visita de Gilberto Freyre ao Ultramar português, juntamente com suas teorizações, colaboraram para a ilusão de um Estado ultramarino coeso, utilizando o Brasil como o melhor modelo da atuação portuguesa, além de alimentar a expectativa de fortalecimento do “intercâmbio espiritual” que Moçambique poderia ter com o Brasil – já que apesar dos moçambicanos conhecerem algo dos brasileiros, o contrário não era perceptível. O caráter nacional foi deixado completamente de lado por Portugal, difundindo uma conexão com o Brasil para além das associações políticas convencionais. Podemos acrescentar que o envolvimento de Gilberto Freyre na política colonial portuguesa representou um grande passo na tentativa de legitimação intelectual do regime salazarista na década de 1950, além de influenciar o desenvolvimento dos estudos do

---

<sup>324</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*: Sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p.22

<sup>325</sup> HEDGES, David. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol.2. Livraria Universitária: Maputo, 1999. p. 129-176

sociólogo brasileiro, e a propagação da imagem do Brasil como uma nação em ascensão. Na Província de Moçambique, a apropriação do Brasil também colaborou com os interesses econômicos de Portugal e com um frágil incentivo em torno do desenvolvimento local, que teoricamente se estenderia a toda sociedade.



## “Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques”: análise de um livro de segredos

Isabela de Oliveira Dornelas; Átila Augusto Guerra de Freitas  
Graduanda em História; Graduando em História  
UFMG  
[isadornelas@gmail.com](mailto:isadornelas@gmail.com); [atilaaugustofreitas@gmail.com](mailto:atilaaugustofreitas@gmail.com)

**RESUMO:** No período Moderno, uma das formas de divulgar o conhecimento de maneira geral e em específico como proceder diante das enfermidades e acidentes cotidianos era através dos manuais médicos, cirúrgicos e pequenos livros de segredo confeccionados por muitas mãos e elaborados ao passo de várias gerações. Nosso trabalho consiste na análise de um pequeno guia doméstico, fonte levantada no Arquivo Distrital de Braga em Portugal intitulado “Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina” para fazermos uma pequena análise de aspectos por onde passavam os caminhos do cuidado com o corpo no século XVII no âmbito doméstico, espaço onde antes da emergência dos hospitais enquanto locais de cura se davam esses tipos de cuidado. De maneira a considerar a influência que as práticas médicas lusitanas levaram aos trópicos coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da saúde; Manuais médicos; Circulação do saber.

### Introdução

*Inevitabile fatum.* Essa expressão latina exprime bem a concepção que a sociedade Moderna tinha sobre a morte. Ao longo da vida os acidentes, episódios de fomes, guerras e doenças não permitiam ao homem e a mulher comuns distanciarem-se da constante sombra que apregoava a efemeridade da vida. A consciência da finitude dos dias, das riquezas e dos poderes era bem clara. A roda da fortuna girava para todos e a saúde e a doença eram estágios alternados na vida de cada um. Durante grande parte da Era Moderna, nos séculos XVI e XVII, cria-se que as doenças eram uma forma de punição divina por causa dos pecados individuais contra os quais se recomendavam penitências ou pecados do coletivo no caso das pestes que desencadeavam procissões a fim de pedir aos céus clemência. Mas isso não impedia as pessoas de procurarem por outro tipo de socorro nos momentos de agonia e sofrimento do corpo<sup>326</sup>. Procurando tratamentos e soluções “terrenas”, é nesse segundo caso que nosso objeto se insere.

---

<sup>326</sup> LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna – novas abordagens da História Europeia* Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

O Cristianismo é uma religião que apregoa a cura, os milagres bíblicos do Senhor Jesus Cristo foram majoritariamente neste sentido; e durante a Idade Média, período em que a religião alcançou todas as facetas da vida cotidiana deixando cada vez mais tênue a linha entre o sagrado e o profano, a cada um dos santos foram atribuídos a função protetora e curativa de pontos específicos do corpo. Como por exemplo, Santa Luzia era invocada no caso de sofrimento nos olhos e à São Roque pediam socorro nos momentos de peste. Os clérigos ressaltavam a importância da oração e da penitência para obter curas e livramentos, se preocupavam muito com a supersticiosidade de grande parte da população, também incentivavam os doentes a procurarem ajuda dos conhecimentos terrenos. Uma das formas de divulgar como proceder diante das enfermidades era através dos manuais médicos e cirúrgicos. Elegemos um desses manuais para fazermos uma pequena análise de aspectos da medicina do século XVII de maneira a procurar salientar as teorias que embasavam o cuidado com a saúde e as terapêuticas utilizadas de maneira a manter o diálogo entre fonte e bibliografia.

### **Explanação sobre a fonte primária e metodologia**

O manual de medicina supracitado foi selecionado como fonte primária - proveio do Arquivo Distrital de Braga - pois trata-se de um material que potencialmente foi pouco utilizado para fins de análise histórica. O título não foi encontrado na Porbase da Biblioteca Nacional de Portugal, o que pode ser um indício de sua singularidade. Aproveita-se também esta fonte para analisarmos à luz da bibliografia pertinente algum exemplo de possível assistência à saúde.

A obra está organizada por um índice alfabético com o nome das enfermidades – devemos evitar o termo “doenças”, pois, até fins do século XVIII as notícias que temos não são propriamente de doenças já que não sabiam o agente causador, mas, sim, enfermidades pois só conheciam os seus sintomas<sup>327</sup>. Nota-se que as enfermidades no geral não são muito graves e nem de sintomas muito agudos. Os sintomas relativos ao fígado, à pele e às perturbações intestinais são os que mais despontam no índice inicial. Entre as enfermidades percebe-se também uma série de medidas para tratar problemas de ordem estética como receitas para clarear os dentes, fazer nascer cabelos, para frear o crescimento

---

Lisboa: Replacção, 2002, p. 28.

<sup>327</sup> LINDEMANN, *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 8.

dos seios, retirar manchas da pele e outras nesse mesmo sentido. Chama também atenção a quantidade de temas relativos à saúde da mulher e eventos próprios da vida delas, como hemorragias, perturbações no ciclo menstrual, dificuldades para conceber e complicações com o excesso, falta e empedramento do leite materno.

Logo depois do índice, chegamos ao título da obra que não consta data de publicação e nem autoria. Entretanto, em uma passagem no meio da obra onde lê-se “Ao anno de 1667 aos 14 de fevereiro [...]”<sup>328</sup> e prossegue com uma observação de gota coral em uma mulher judia. Com isso, inicia um trabalho metodológico um pouco mais minucioso para tentar inserir este livro em alguma baliza temporal que minimamente nos permita sua análise. Consta no Arquivo Distrital de Braga que o livro é um manuscrito do século XVIII. Nesse sentido, selecionamos dois dicionários do dito século para verificar se a ortografia das enfermidades do índice do manual eram compatíveis com as do dicionário. O objetivo é aproximar a data de escrita do Pecúlio a partir da identificação do acordo entre as grafias e se a palavra utilizada faz sentido no contexto da frase de acordo com o significado proposto no dicionário. As obras de referência utilizadas foram de Raphael Bluteau de 1712-1728 *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*<sup>329</sup> e de Antônio Silva Moraes, *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora*<sup>330</sup> de 1813 com primeira edição em 1789.

Palavras como “agoa”, “nacida” e “sanguexuga” são exemplos cuja a ortografia corresponde com o dicionário Bluteau. “Camaras”, “apoplexia”, “encarnar”, “caustico”, “cozimentos” e algumas outras têm o sentido concordante no manual e no dicionário Bluteau e estão definidas como termos próprios da medicina. Das vinte e quatro palavras eleitas no índice para essa análise, sete não tinham correspondência nem de semântica, nem de ortografia com os dicionários referência e apenas duas coincidiam com o dicionário Silva Moraes provavelmente pelo adiantar do século XVIII quando foi publicado mais ainda por utilizarmos a segunda edição já de princípios do século XIX. Entretanto, todas as outras treze estavam em acordo no sentido e na ortografia com Bluteau. Essa

---

<sup>328</sup> Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 40.

<sup>329</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v

<sup>330</sup> SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

simplíssima abordagem metodológica nos levou a inserir temporalmente - mesmo que de modo provisório para efeito de análise - esta obra entre 1667 até algum ponto acreditamos que antes da metade do século XVIII, por causa da baixa correspondência com o dicionário referência de fins do século.

Ora, sabemos que o trabalho do historiador tem seus limites e algumas fontes demandam extenso trabalho investigativo. Algumas seleções são inevitáveis no ofício historiográfico e precisam ser lealmente explicitadas e deve-se manter o trabalho com o rigor necessário e possível.

Sobre o documento convém ainda notar que este manual parece ser a compilação de receitas de alguns outros manuais. É indício o próprio título da obra “Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades *tirados de muitos autores modernos e antigos* e de outras coriosidades pertecentes a Medicina”. Parece que o detentor do livro teve contato com outros livros de receitas para enfermidades e entre alguns encontrou assuntos mais relevantes para si e os transcreveu e dispôs em ordem alfabética. Outro indício de que este manual seja uma compilação são as enfermidades nitidamente incluídas no índice com outros tipos de tinta e caligrafia, bem como inseridas nos fins das páginas e inclusive fora da ordem alfabética como se nota, por exemplo, na letra “B” do índice embaixo de “para não comer barro” no fim da página lê-se “remédio para veneno tóxico” e ainda “remédio para espinhela” e de novo na letra “H” logo depois de “hidropsia apozima” surge destoante “para uma mulher parir sem perigo”. Os manuais são um traço da cultura da modernidade, desde o século XV nota-se uma vasta publicação de manuais de agricultura, medicina, alfaiataria e sobre outros temas de importância social. Alguns eram copiados e assim ficavam mais difundidos ainda, como talvez seja o caso deste que analisamos mais atentamente.

### **A teoria**

Sobre os avanços da ciência no século XVII, podemos citar as leis de Isaac Newton (1643 – 1727); descoberta de De Graaf (1641 – 1673) dos folículos ovarianos; ainda como o uso do microscópio Malpighi (1628 – 1624) observando glóbulos vermelhos do sangue e Harvey em 1628 diz da circulação sanguínea e linfática. Esta última teoria propõe a partir do raciocínio dedutivo pautado nas observações – uma herança de Francis Bacon (1521 –

1626) - a circulação do sangue pelos corpos e prescreve inclusive o sentido do fluxo sanguíneo. Anteriormente, o comportamento do sangue dentro do corpo já havia sido observado por Galeno (130 – 200) que descreveu que seu movimento era definido pela atração dos órgãos que precisavam ser nutridos. Mas o trabalho de Galeno não se limitava somente a esse aspecto, teorizou também sobre os humores Hipocráticos e influenciou o pensamento médico Moderno até o século XVIII.

Convém dizer que na medicina Moderna havia certa rivalidade entre os acadêmicos e os populares no quesito de cuidados com a saúde. Mas, primordialmente, leigos e instruídos tinham muitas vezes os mesmos recursos curativos, os mesmos objetivos e principalmente as mesmas concepções sobre o corpo humano que se apoiava na teoria<sup>331</sup>. Seria, então, injusto colocar em antípodas o “leigo” e o “instruído” quando os aspectos mais relevante na verdade os une. O corpo humano é um microcosmo complexo de fluidos e órgãos banhados pelo vital líquido vermelho. Entre a mais arrojada teoria medicinal e a mais antiga superstição existe um amplo gradiente de recursos práticos para tentar aplicar sobre o corpo doente que se mesclavam até o ponto de ficarem uma amálgama de conhecimento impossível de definir sua origem acadêmica ou popular.

O corpo humano, nesse momento, é encarado com uma existência material e imaterial e as enfermidades são a perturbação desse delicado microcosmo em qualquer uma dessas dimensões. Algumas pessoas têm mais tendência a desenvolverem certos tipos de enfermidades por conta de seus temperamentos. Os problemas de ordem do baço deixavam o doente prostrado, melancólico e os transtornos no fígado agravavam uma personalidade conflituosa. Em nosso manual percebemos uma grande preocupação com os males do fígado e do baço, esses órgãos aparecem como os primeiros a serem afetados pelas alterações da bilis amarela e negra que respectivamente produzem o humor fleumático e colérico, isso nos indica que o Peculio é como a enorme maioria dos trabalhos do século XVII e XVIII de inspiração galênica hipocrática.

Os humores podem se desequilibrar por conta das estações do ano, diferenças de temperatura e uma vida desregrada também afeta esse equilíbrio. Por isso, a preocupação de Galeno em que as pessoas vivam em moderação sem exageros e que evitem as paixões. Esse termo “paixão” aparece em nosso manual relacionado ao fígado “para paixões do

---

<sup>331</sup> LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 20.

figuado”<sup>332</sup>. De acordo com o dicionário Bluteau, paixão, entre outras coisas, é uma perturbação interna e é justamente o que se deve evitar para manter a saúde: sair do equilíbrio. Para Galeno que inspirou todo o pensamento moderno sobre o comportamento do corpo, a harmonia era fundamental para a conservação da saúde. Portanto, para recobrá-la era necessário rearranjar as condições do doente para um novo estado de harmonia. Este é um traço muito específico da medicina galênica: cada sofredor responde de uma forma, pois, sua conjuntura do corpo e humores é única.

Isso leva a uma medicina de muita observação para que se consiga captar a natureza do doente como também do lugar onde vive, a época do ano e a procedência humoral da enfermidade. No Pecúlio, percebemos medicamentos para enfermidades de causa fria como “para colicas de causa fria”, “para mulher que não concebe por causa fria”. Pelos muitos exemplos de medicamentos específicos de origem fria e nenhuma de causa quente talvez seja uma indicação do clima onde o suposto autor do Pecúlio vivia. Para Mary Lindemann<sup>333</sup>, a longevidade da teoria galênica está relacionada à sua flexibilidade, afinal poderia ser adaptado a muitas realidades, novos sintomas e locais diferentes, o que permite uma vasto repertório curativo mutável de acordo com as variáveis e por isso mesmo encontrou campo fértil por muitos séculos e influenciou o modo de cura até o século XVIII.

### A prática

Ainda que se note lampejos de uma valorização progressiva da razão, o pensamento do século XVII é de um certo ponto híbrido entre razão e abstração ao mesmo tempo claro e organizado entra em contradições por conta das impossibilidades de observações melhores procedidas<sup>334</sup>. A novidade prática da medicina em Portugal no período é a incorporação da fauna e flora americana aos medicamentos. Em especial a quina e o maracujá, mas, no geral, mantêm-se o largo emprego da sangrias e purgas. Para Lemos, o

---

<sup>332</sup> Pecúlio de alguns remedios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 3.

<sup>333</sup> LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no Início da Europa Moderna*, p. 68.

<sup>334</sup> SOURINA, Jean-Charles. *História da Medicina*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992, p. 179.

século XVII é pouco criativo em relação aos modos de cura e só se apegam a Galeno e Hipócrates<sup>335</sup>.

Entretanto, na lógica humoral, ou seja, na lógica dos humores, as sangrias e as purgas fazem sentido, pois, se o organismo está em desequilíbrio por aumento da presença de determinado humor, deve-se, então, criar uma saída artificial que permita a extirpação do fator em excesso. Independente do que tenha ocasionado a enfermidade ou o acidente, qualquer perturbação podia desequilibrar o organismo e então era necessário proceder com sangrias e purgas rapidamente para evitar mais agravos. Mas as sangrias não se limitam a tentar reparar um dano, elas estão também culturalmente ligadas à novidade e à renovação<sup>336</sup>. A título de exemplo: os mais abastados procuravam sangrar-se na primavera para limpar os humores acumulados do inverno, as mulheres grávidas eram sangradas três vezes durante a gravidez com o objetivo de facilitar o parto. Dentro da lógica do equilíbrio, é essencial expurgar os humores acumulados que têm o potencial para adoecer e até acabar com a vida. Em suma, as sangrias têm um objetivo também preventivo; se o sangue é o suco vital que nos percorre então não é possível deixa-lo percorrer corruptamente nosso corpo.

De fato, em nossa fonte primária, observamos ocasiões que se recomendam sangrias como alívio para algumas enfermidades, no entanto, existem mais outras muitas receitas de medicamentos que vão muito além das sangrias e das purgas. Os materiais utilizados nas receitas em geral são simples e geralmente de origem vegetal em maior escala e de origem mineral em menor. Como o gengibre para dourar os cabelos e alecrim para o óleo especialíssimo. Temos também materiais de origem animal, desde o leite até carcaça de coelho recém abatido.

Alguns poucos são mais elaborados e de difícil acesso como as pedras ditas “importantes para uma botica<sup>337</sup>” como quartzo, safira e granito. Existe uma lacuna no livro que não diz as ocasiões e nem como devem ser usados - talvez a propriedade curativa desses minerais seja liberada com um simples toque. É comum, nessa altura, os medicamentos terem propriedades ocultas que funcionavam pelo princípio da simpatia e

---

<sup>335</sup> LEMOS, Maximiano. *História da Medicina em Portugal – doutrinas e instituições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Ordem dos médicos, 1991, p. 40.

<sup>336</sup> LEBIGRE, Arlette. “Sangrar e purgar.” In *As doenças têm história*, Jacques Le Goff, 289 – 298. Lisboa: Terramar, 2003, p. 290.

<sup>337</sup> Pecúlio de alguns remédios para diversos achaques e enfermidades tirados de muitos autores modernos e antigos e de outras curiosidades pertencentes a Medicina, p. 77.



antipatia entre o corpo doente e a origem do objeto. O óleo de ouro descrito no livro nos diz de algo recorrente na cura da Era Moderna que são as misturas de metais e ácidos para tratar parasitas na pele preparados com ouro, cobre e zinco. O mercúrio é largamente empregado no combate à sífilis e o ferro contra a anemia. Esses são certamente medicamentos fortíssimos que inclusive têm alto teor de toxicidade, não era raro o doente morrer do tratamento e não da enfermidade. As concentrações de elementos tóxicos não eram reguladas e cada farmacêutico, boticário, médico, cirurgião e curiosos preparavam seus remédios de acordo com suas próprias noções<sup>338</sup>.

Diante desse repertório curativo que vimos, não nos parece acertado dizer que faltava criatividade nas receitas do século XVII. Pelo contrário, nota-se a incorporação de elementos das possessões ultramarinas e receitas variadas a partir de materiais muito variados. No século XVII, percebemos, mesmo que timidamente, uma tendência utilitarista de fazer uso do que pode ser benéfico em um tratamento, procura acumular como em uma enciclopédia o conhecimento que pode ser proveitoso na prática a exemplo do nosso manual.

### Conclusão

Durante algum tempo, a historiografia se deteve em analisar – e criticar – os modos de cura do passado. É relativamente fácil perceber os equívocos dos manuais de medicina e cirurgia - sem contar os de anatomia. Entretanto, disso não se aproveita nada e acreditamos que essa seja uma análise estéril e anacrônica. Para nossa reflexão interessa muito mais entender quais eram os elementos curativos à mão daquelas pessoas e, por exemplo, compreender os hábitos alimentares e de cultivo; quais enfermidades eram mais comuns e quais as mais atemorizavam; a concepção sobre o corpo; as relações entre os sãos e doentes; a expectativa da hora da morte; a circulação de conhecimento. Todos são exemplos de possibilidades de análise da história da saúde. É ainda interessante também pensar nas rupturas e nas continuidades ao longo da história da medicina como um campo de estudo, revendo os pensamentos que vigoraram por muito tempo e outros que foram abandonados. A história das enfermidades e das curas não deve ser procedida para avaliar

---

<sup>338</sup> SOURINA, Jean-Charles. *História da Medicina*, p. 80.

o passado, mas, no sentido de compreender como a saúde e, no caso, a falta dela eram vivenciadas por essas mulheres e homens do passado.

Existe possibilidade de um indivíduo lidar com suas mazelas sem carregar consigo o seu lugar social e suas concepções culturais de corpo, enfermidade e tratamento? Os humanos são sempre humanos de seu tempo e é isso mesmo que nos importa observar na história da medicina, a forma de perceber o mundo que as pessoas do tempo pretérito cultivavam através do primordial cuidado com saúde e a tentativa de cura.

Depois de escrever uma grande obra de cirurgia em doze volumes Luís Gomes Ferreira na última página de seu livro nos diz: “E agora direi mais: que as coisas, por novas, não podem desmerecer o crédito de sua verdade, porque, que coisa haverá hoje no mundo tão antiga que não fosse nova em algum tempo?”<sup>339</sup>. Vejamos, ao olharmos para o passado dos cuidados com o corpo, obviamente encontraremos equívocos. Assim como no futuro, talvez, e principalmente com o avanço das técnicas e tecnologias, também nos mostre nossos enganos. Contudo, o nosso interesse foi e deve ser em observar as manifestações culturais e sociais que perpassam o cuidado com a saúde.

---

<sup>339</sup> FERREIRA, Luís Gomes.; FURTADO, Júnia Ferreira. *Erário mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 2v. P. 699.